

X

A HISTÓRIA  
DA CIVILIZAÇÃO

ROUSSEAU  
E A REVOLUÇÃO

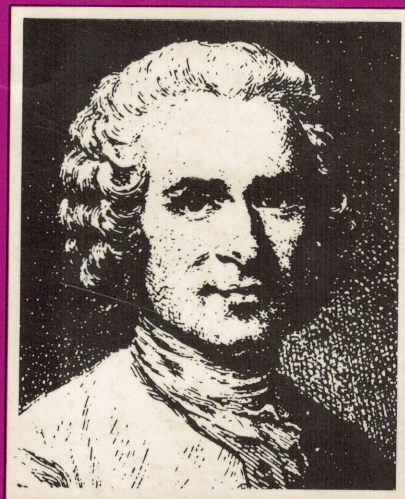
WILL e ARIEL  
DURANT



28830/8

# A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

X




## ROUSSEAU E A REVOLUÇÃO

WILL e ARIEL  
DURANT


A História da Civilização na França, Inglaterra e Alemanha  
de 1756 e no restante da Europa de 1715 a 1789






 A publicação de *Rousseau e a Revolução* é mais do que uma causa de prazer para centenas de milhares de leitores de *A História da Civilização*. É um acontecimento maior, pois traz ao público outro volume da mais ambiciosa, lida e famosa obra da história de nosso tempo. Com ele, Will e Ariel Durant revelam, magistralmente, nossa herança cultural, política, filosófica, religiosa e social, desde suas raízes no antigo Oriente e na sociedade grega até a configuração do mundo moderno.

 *Rousseau e a Revolução*, vagueando por uma Europa em efervescência, centra-se no passional filósofo rebelde Jean-Jacques Rousseau, o grande expoente do impulso Romântico em direção à auto-exploração e à revolta social, que brigava com o grande racionalista Voltaire pelo pensamento da Europa; que condenava a civilização como uma doença, glorificou o 'bom selvagem', revelou para o mundo com igual intensidade seus próprios envolvimento amorosos e os naturais direitos do homem, e que se tornou o santo padroeiro da Revolução Francesa e de sua progênie — as convulsões sociais que ocorreram no mundo por dois séculos.

 Tendo Rousseau como ponto central, a incomparável narrativa dos Durants avança através de um continente inteiro — para uma Espanha convelida pelos horrores da guerra, testemunhada e perpetuada por Goya para nossa eterna revolta; para a Itália de Vivaldi e Tiepolo, de Casanova e Cagliostro; para a corte, na Rússia imperial, de Catarina, a Grande; para a Polônia, destruída como entidade política, renascida como um romântico sonho de nacionalismo.

 Os Durants mostram o trágico reinado do imperador austríaco José II e pintam um vívido e minucioso quadro da vida e obra de Mozart. Ve-



# ROUSSEAU E A REVOLUÇÃO





Por WILL e ARIEL DURANT  
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

- Vol. I — Nossa Herança Oriental*
- Vol. II — Nossa Herança Clássica*
- Vol. III — César e Cristo*
- Vol. IV — A Idade da Fé*
- Vol. V — A Renascença*
- Vol. VI — A Reforma*
- Vol. VII — Começa a Idade da Razão*
- Vol. VIII — A Era de Luís XIV*
- Vol. IX — A Era de Voltaire*
- Vol. X — Rousseau e a Revolução*
- Vol. XI — A Era de Napoleão*



WILL E ARIEL DURANT

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

X

ROUSSEAU E  
A REVOLUÇÃO

*Uma História da Civilização  
na França, Inglaterra e Alemanha  
de 1756, e no Restante da Europa  
de 1715 a 1789*

Tradução de Gabriella de Mendonça Taylor



**EDITORIA RECORD**



**Título original norte-americano  
ROUSSEAU AND THE REVOLUTION**

**Copyright © 1967 by Will and Ariel Durant  
O contrato celebrado com os autores proíbe a exportação deste livro  
para Portugal e outros países de língua portuguesa**

**Direitos de publicação exclusiva em língua portuguesa no Brasil  
adquiridos pela  
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.  
Rua Argentina 171 — 20921 Rio de Janeiro, RJ — Tel.: 580-3668  
que se reserva a propriedade literária desta tradução**

---

**Impresso no Brasil**

**ISBN 85-1-288308-1**

**PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL  
Caixa Postal 23.052 — Rio de Janeiro, RJ — 20922**

## Ao Leitor,

Este é o último volume de *A História da Civilização*, à qual começamos a nos dedicar em 1929, e que desde então tem sido a tarefa diária e a alegria de nossas vidas.

Nosso objetivo foi escrever uma *história completa*, descobrindo e registrando atividades econômicas, políticas, espirituais, morais e culturais de cada civilização, dentro das respectivas épocas, como elementos inter-relacionados ao elemento denominado vida, e humanizar a narrativa com estudos dos protagonistas em cada um dos atos do drama que se desenrola. Embora reconhecendo a importância dos governos e dos estadistas, apresentamos a história política de cada período e Estado com um passado recontado, de preferência à substância ou essência da narrativa. Nosso principal interesse era a história da mente. Assim sendo, com referência aos assuntos econômicos e políticos, servimo-nos sobretudo de fontes secundárias, enquanto em religião, filosofia, ciência, literatura, música e arte tentamos ir às fontes: ver cada crença em seu *habitat*, estudar a filosofia de cada época em suas mais importantes realizações, tomar conhecimento das artes no local em que nasceram ou nas suas origens mais remotas, desfrutar das obras-primas da literatura universal, sempre no idioma destas, ouvir as grandes composições musicais repetidas vezes, quanto mais não seja para captar sua melodia maravilhosa. Imbuídos desse intuito, por duas vezes, de 1912 a 1966, demos volta ao mundo e inúmeras outras percorremos a Europa. O leitor indulgente compreenderá a impossibilidade de, no decurso de uma vida, chegar às fontes originais da economia e da política, através de sessenta séculos e vinte civilizações da história. Tivemos que nos restringir e reconhecer nossas limitações.

Lastimamos que nos deixássemos levar pelo fascínio dos poemas épicos, de modo que, ao atingirmos a Revolução Francesa, nossa condição era de extrema fadiga. Sabemos que tal evento não acabou com a história, porém acabou conosco. É evidente que nosso método, essencial e abrangente, fez com que a maioria desses volumes ficasse por demais extensa. Caso houvésssemos escrito fragmentos de história — relatos sobre determinada nação, período ou tema — poderíamos ter poupado ao leitor tempo e esforço. Entretanto, visualizar todas as fases dentro de narrativa concernente a várias nações em determinado período exigiria mais espaço a fim de incluir detalhes necessários para dar vida aos acontecimentos e às personalidades. Cada leitor isoladamente julgará o livro demasiado longo, achando sucinto o tratamento dado à sua nação de origem ou à sua especialidade.

Os leitores franceses e ingleses talvez desejem dedicar a primeira leitura deste volume aos Capítulos I-VIII, XIII-XV e XX-XXXVIII, deixando os restantes para outra ocasião. Os leitores que falam outros idiomas talvez selecionem seus capítulos de ma-



neira idêntica. Confiamos, entretanto, em que alguns mais destemidos trilhem o nosso caminho, procurando visualizar a Europa como um todo nos 33 anos aventureiros que vão da Guerra dos Sete Anos à Revolução Francesa.

Não reincidiremos no erro de elaborar trabalho tão extenso. Entretanto, se conseguirmos iludir a Ceifadora por mais um ou dois anos, esperamos oferecer ensaio resumido sobre "As Lições da História".

WILL E ARIEL DURANT

*Los Angeles*

*1.º de maio de 1967*

## AGRADECIMENTOS

Desejamos agradecer à Yale University e à McGraw-Hill Book Company pela autorização de fazer citações de *Boswell on the Grand Tour: Germany and Switzerland*, e de *Boswell in Holland*. Seria difícil escrever sobre Boswell sem fazer pequena incursão na festa oferecida pelas Edições Yale de *Private Papers of James Boswell*, tão cuidadosamente editadas e belamente publicadas.

Confessamo-nos gratos ainda ao autor e a W.W. Norton & Company pela permissão de citar uma carta do excelente *Vivaldi*, de Marc Pincherle.

Queremos expressar nossos agradecimentos a Sarah e Harry Kaufman pelo auxílio prestado com o longo e paciente trabalho de classificação de material, assim como a nossa filha Ethel, que não apenas datilografou o manuscrito com a maior perfeição, como também aperfeiçoou o texto de várias maneiras. Devemos à Sra. Vera Schneider nosso reconhecimento por sua erudita editoração do manuscrito.

### NOTAS SOBRE COMO UTILIZAR ESTE LIVRO

1. Os grifos das citações nunca são nossos, a menos que o estipulemos.
2. Sugerimos os seguintes equivalentes em dólares, ao câmbio vigente em 1965, para as moedas mencionadas neste livro:

carolino, \$22,50	<i>guilder</i> , \$5,25	pêni, \$0,10
<i>cigliato</i> , \$6,25	guinéu, \$26,25	pistola, \$12,50
coroa, \$6,25	<i>gulden</i> , \$5,25	real, \$0,25
<i>doppio</i> , \$25,00	<i>kreutzer</i> , \$2,50	rublo, \$10,00
ducado, \$6,25	libra, \$25,00	rupia, \$4,00
escudo, \$3,75	lira, \$1,25	sol, \$1,25
florim, \$6,25	<i>livre</i> , \$1,25	<i>sou</i> , \$0,05
franco, \$1,25	luís de ouro, \$25,00	táler, \$5,00
<i>groschen</i> , \$1,25	marco, \$1,25	xelim, \$1,25

3. A localização das obras de arte, quando não indicada no texto, será encontrada nas Notas. Na indicação de tais obras de arte, o nome da cidade será acompanhado daquele de sua principal galeria.

Amsterdã — Rijksmuseum  
 Berlim — Staatsmuseum  
 Bolonha — Accademia di Belle Arti  
 Budapeste — Museu de Belas-Artes  
 Chicago — Art Institute  
 Cincinnati — Art Institute  
 Cleveland — Museum of Art  
 Detroit — Institute of Art  
 Dresden — Gemälde-Galerie  
 Dulwich — College Gallery  
 Edimburgo — National Gallery  
 Frankfurt — Städelsches Kunstinstitut

Genebra — Musée d'Art et d'Histoire  
 Haia — Mauritshuis  
 Kansas City — Nelson Gallery  
 Leningrado — Hermitage  
 Londres — National Gallery  
 Madri — Prado  
 Milão — Brera  
 Nápoles — Museo Nazionale  
 Nova York — Metropolitan Museum of Art  
 San Marino, Califórnia — Huntington Art Gallery  
 Viena — Kunsthistorisches Museum  
 Washington — National Gallery

# Índice

## LIVRO I: PRELÚDIO

### CAPÍTULO I: ROUSSEAU, O NÔMADE: 1712-56

I. As <i>Confissões</i> .....	3
II. Sem Lar.....	5
III. Mamãe.....	10
IV. Lyon, Veneza, Paris.....	14
V. A Civilização é uma Moléstia? .....	19
VI. Paris e Genebra.....	24
VII. Os Crimes da Civilização .....	28
VIII. O Conservador.....	32
IX. Fuga de Paris.....	34

### CAPÍTULO II: A GUERRA DOS SETE ANOS: 1756-63

I. Como Começar uma Guerra.....	39
II. O Proscrito.....	46
III. De Praga a Rossbach .....	48
IV. A Raposa Acuada .....	52
V. A Formação do Império Britânico .....	58
VI. Exaustão .....	61
VII. Paz .....	63

## LIVRO II: A FRANÇA ANTES DO DILÚVIO: 1757-74

### CAPÍTULO III: A VIDA DO ESTADO

I. A Partida da Amante .....	69
II. A Recuperação da França.....	71

## ÍNDICE

III. Os Fisiocratas .....	74
IV. A Ascensão de Turgot .....	79
V. Os Comunistas .....	82
VI. O Rei .....	86
VII. A Du Barry .....	88
VIII. Choiseul .....	90
IX. A Revolta dos <i>Parlements</i> .....	92
X. A Partida do Rei .....	97

### CAPÍTULO IV: A ARTE DA VIDA

I. Moralidade e Graça .....	99
II. Música .....	102
III. Teatro .....	103
IV. Marmontel .....	106
V. A Vida Artística .....	108
1. Escultura .....	108
2. Arquitetura .....	112
3. Greuze .....	113
4. Fragonard .....	117
VI. Os Grandes Salões .....	120
1. Mme. Geoffrin .....	120
2. Mme. du Deffand .....	124
3. Mlle. de Lespinasse .....	128

### CAPÍTULO V: VOLTAIRE PATRIARCA: 1758-78

I. O Bom Senhor .....	134
II. A Realeza da Pena .....	138
III. Voltaire <i>Politicus</i> .....	142
IV. O Reformador .....	147
V. O Verdadeiro Voltaire .....	149

### CAPÍTULO VI: ROUSSEAU ROMÂNTICO: 1756-62

I. No Hermitage .....	155
II. Apaixonado .....	158
III. Muita Agitação Inútil .....	162
IV. O Rompimento com os <i>Philosophes</i> .....	164
V. A Nova Héloïse .....	169



## ÍNDICE

### CAPÍTULO VII: ROUSSEAU FILÓSOFO

I. <i>O Contrato Social</i> .....	175
II. <i>Émile</i> .....	182
1. Educação .....	182
2. Religião .....	187
3. Amor e Casamento .....	190

### CAPÍTULO VIII: ROUSSEAU PROSCRITO: 1762-67

I. Fuga .....	194
II. Rousseau e o Arcebispo .....	197
III. Rousseau e os Calvinistas .....	202
IV. Rousseau e Voltaire .....	204
V. Boswell Encontra Rousseau .....	207
VI. Uma Constituição para a Córsega .....	209
VII. Fugitivo .....	210
VIII. Rousseau na Inglaterra .....	214

## LIVRO III O SUL CATÓLICO: 1715-89

### CAPÍTULO IX: "ITALIA FELIX": 1715-59

I. A Paisagem .....	223
II. Música .....	226
III. Religião .....	230
IV. De Turim a Florença .....	232
V. A Rainha do Adriático .....	234
1. Vida em Veneza .....	235
2. Vivaldi .....	238
3. Recordações .....	241
4. Tiepolo .....	243
5. Goldoni e Gozzi .....	246
VI. Roma .....	250
VII. Nápoles .....	255
1. O Rei e o Povo .....	255
2. Giambattista Vico .....	257
3. A Música Napolitana .....	260

## ÍNDICE

### CAPÍTULO X:

#### PORTUGAL E POMBAL: 1706-82

I. João V .....	265
II. Pombal e os Jesuítas .....	267
III. Pombal, o Reformador .....	274
IV. O Triunfo do Passado .....	276

### CAPÍTULO XI:

#### A ESPANHA E O ILUMINISMO: 1700-88

I. Esfera Social .....	279
II. Filipe V .....	282
III. Fernando VI .....	285
IV. O Iluminismo Penetra na Espanha .....	286
V. Carlos III .....	287
1. O Novo Governo .....	287
2. A Reforma na Espanha .....	289
3. A Nova Economia .....	292
VI. O Caráter Espanhol .....	296
VII. A Mente Espanhola .....	299
VIII. A Arte Espanhola .....	303
IX. Francisco de Goya y Lucientes .....	306
1. Crescimento .....	306
2. Romance .....	308
3. Apogeu .....	310
4. Revolução .....	312
5. Decadência .....	314

### CAPÍTULO XII:

#### VALE, ITÁLIA: 1760-89

I. Caminhada do Adeus .....	316
II. Papas, Reis e Jesuítas .....	322
III. A Lei e Beccaria .....	325
IV. Os Aveptureiros .....	327
1. Cagliostro .....	327
2. Casanova .....	328
V. Winckelmann .....	331
VI. Os Artistas .....	337
VII. <i>I Musici</i> .....	338
VIII. Alfieri .....	341

## ÍNDICE

### CAPÍTULO XIII:

#### O ILUMINISMO NA ÁUSTRIA: 1756-90

I. O Novo Império.....	347
II. Maria Teresa.....	348
III. O Crescimento de José.....	352
IV. Mãe e Filho.....	354
V. O Déspota Esclarecido.....	361
VI. O Imperador e o Império.....	366
VII. <i>Atra Mors</i> .....	370

### CAPÍTULO XIV:

#### A REFORMA DA MÚSICA

I. Christoph Willibald Gluck.....	373
II. Joseph Haydn.....	379

### CAPÍTULO XV:

#### MOZART

I. O Menino Prodígio.....	388
II. Adolescência.....	391
III. Música e Casamento.....	395
IV. Em Paris.....	398
V. Salzburgo e Viena.....	399
VI. O Compositor.....	401
VII. Espírito e Carne.....	407
VIII. Apogeu.....	409
IX. Nadir.....	411
X. Réquiem.....	413

## LIVRO IV O ISLÃ E O LESTE ESLAVO: 1715-96

### CAPÍTULO XVI:

#### ISLÃ: 1715-96

I. Os Turcos.....	419
II. O Islã Africano.....	423
III. Pérsia.....	425

## ÍNDICE

### CAPÍTULO XVII:

#### INTERLÚDIO RUSSO: 1725-62

I. Trabalho e Regulamento.....	430
II. Religião e Cultura.....	432
III. A Política Russa .....	436
IV. Elizaveta Petrovna.....	439
V. Pedro e Catarina.....	440
VI. Pedro III.....	445

### CAPÍTULO XVIII:

#### CATARINA, A GRANDE: 1762-96

I. A Autocrata .....	449
II. A Amante.....	452
III. A Filósofa .....	454
IV. A Estadista.....	458
V. A Economista .....	462
VI. A Guerreira.....	464
VII. A Mulher.....	469
VIII. Literatura.....	471
IX. Arte .....	474
X. O Fim da Jornada.....	477

### CAPÍTULO XIX:

#### A VIOLAÇÃO DA POLÔNIA: 1715-95

I. Panorama da Polônia.....	480
II. Os Reis Saxões .....	483
III. Poniatowski .....	485
IV. A Primeira Divisão.....	489
V. O Iluminismo Polonês .....	492
VI. Desmembramento.....	496

## LIVRO V O NORTE PROTESTANTE: 1756-89

### CAPÍTULO XX:

#### A ALEMANHA DE FREDERICO: 1756-86

I. Frederico Vitorioso .....	503
II. Reconstruindo a Prússia.....	507



## ÍNDICE

III. Os Principados .....	509
IV. O Iluminismo Alemão .....	513
V. Gotthold Lessing .....	516
VI. A Reação do Romantismo .....	525
VII. Sturm und Drang .....	528
VIII. Os Artistas .....	531
IX. Depois de Bach .....	533
X. Der Alte Fritz .....	536

### CAPÍTULO XXI:

KANT: 1724-1804

I. Prolegômenos .....	540
II. <i>Crítica da Razão Pura</i> .....	544
III. <i>Crítica da Razão Prática</i> .....	549
IV. <i>Crítica do Julgamento</i> .....	552
V. Religião e Razão .....	553
VI. O Reformador .....	556
VII. Póstumo .....	558

### CAPÍTULO XXII:

OS CAMINHOS DE WEIMAR: 1733-87

I. A Atenas da Alemanha .....	561
II. Wieland .....	562
III. O Prometeu de Goethe .....	565
1. Crescimento .....	565
2. <i>Götz e Werther</i> .....	569
3. O Jovem Ateu .....	573
IV. Herder .....	576
V. As Andanças de Schiller .....	578

### CAPÍTULO XXIII:

WEIMAR FLORESCENTE: 1775-1805

I. A Continuação de Wieland .....	585
II. Herder e a História .....	586
III. Goethe Conselheiro .....	589
IV. Goethe na Itália .....	596
V. Goethe à Espera .....	598
VI. Schiller à Espera .....	600
VII. Schiller e Goethe .....	605

## ÍNDICE

### CAPÍTULO XXIV:

#### GOETHE, VELHO E SÁBIO: 1805-32

I. Goethe e Napoleão .....	615
II. <i>Fausto</i> : Parte I .....	617
III. O Velho Sábio Apaixonado .....	620
IV. O Cientista .....	624
V. O Filósofo .....	627
VI. <i>Fausto</i> : Parte II .....	632
VII. Realização .....	635

### CAPÍTULO XXV:

#### OS JUDEUS: 1715-89

I. A Luta pela Existência .....	638
II. O Consolo do Misticismo .....	645
III. Moses Mendelssohn .....	646
IV. Em Direção à Liberdade .....	650

### CAPÍTULO XXVI:

#### DE GENEBRA A ESTOCOLMO

I. Os Suíços .....	652
II. Os Holandeses .....	655
III. Os Dinamarqueses .....	658
IV. Os Suecos .....	662
1. Política .....	662
2. Gustavo III .....	664
3. O Iluminismo Sueco .....	667
4. Assassinato .....	671

## LIVRO VI A INGLATERRA DE JOHNSON: 1756-89

### CAPÍTULO XXVII:

#### A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

I. Causas .....	677
II. Fatores .....	679
III. Condições .....	685
IV. Conseqüências .....	688

## ÍNDICE

### CAPÍTULO XXVIII:

#### O DRAMA POLÍTICO: 1756-92

I. A Estrutura Política .....	692
II. Os Protagonistas .....	696
III. Rei <i>versus</i> Parlamento .....	706
IV. Parlamento <i>versus</i> Povo .....	710
V. Inglaterra <i>versus</i> América .....	717
VI. Inglaterra e Índia .....	724
VII. Inglaterra e a Revolução Francesa .....	730
VIII. Os Heróis se Retiram .....	734

### CAPÍTULO XXIX:

#### O POVO INGLÊS: 1756-89

I. Os Costumes Ingleses .....	737
II. A Moral Inglesa .....	740
III. Fé e Descrença .....	743
IV. Blackstone, Bentham e a Lei .....	745
V. O Teatro .....	748
1. A Representação .....	748
2. Garrick .....	750
VI. Londres .....	752

### CAPÍTULO XXX:

#### A ÉRA DE REYNOLDS: 1756-90

I. Os Músicos .....	756
II. Os Arquitetos .....	757
III. Wedgwood .....	758
IV. Joshua Reynolds .....	761
V. Thomas Gainsborough .....	765

### CAPÍTULO XXXI:

#### OS VIZINHOS DA INGLATERRA: 1756-89

I. A Irlanda de Grattan .....	769
II. O Cenário da Escócia .....	772
III. O Iluminismo Escocês .....	774
IV. Adam Smith .....	778
V. Robert Burns .....	782
VI. James Boswell .....	789
1. A Cria .....	789

## ÍNDICE

2. Boswell no Exterior .....	791
3. Boswell em Sua Pátria.....	793

### CAPÍTULO XXXII:

#### A CENA LITERÁRIA: 1756-89

I. A Imprensa .....	797
II. Laurence Sterne.....	798
III. Fanny Burney .....	802
IV. Horace Walpole.....	803
V. Edward Gibbon.....	806
1. Preparação .....	807
2. O Livro .....	811
3. O Homem .....	815
4. O Historiador .....	817
VI. Chatterton e Cowper .....	819
VII. Oliver Goldsmith.....	824

### CAPÍTULO XXXIII:

#### SAMUEL JOHNSON: 1709-84

I. Os Anos de Deformação.....	829
II. O Dicionário .....	832
III. O Encantamento do Grupo .....	836
IV. A Ursa Maior.....	839
V. O Espírito Conservador .....	843
VI. Crepúsculo .....	846
VII. Desprendimento .....	848
VIII. Boswell <i>Moriturus</i> .....	851

## LIVRO VII O COLAPSO DA FRANÇA FEUDAL: 1774-89

### CAPÍTULO XXXIV:

#### A GLÓRIA FINAL: 1774-83

I. Os Herdeiros do Trono .....	857
II. O Governo.....	860
III. A Rainha Virgem.....	862
IV. <i>Le Roi Bonhomme</i> .....	867
V. O Ministério de Turgot .....	869

## ÍNDICE

VI. O Primeiro Ministério de Necker .....	877
VII. França e América .....	879

### CAPÍTULO XXXV:

#### A MORTE E OS FILÓSOFOS: 1774-1807

I. O Final de Voltaire .....	885
1. Crepúsculo em Ferney .....	885
2. Apoteose .....	887
3. A Influência de Voltaire .....	892
II. O Epílogo de Rousseau .....	893
1. O Espírito Atormentado .....	893
2. A Influência de Rousseau .....	899
III. <i>Marche Funèbre</i> .....	903
IV. O Último <i>Philosophe</i> .....	905
V. Os Filósofos e a Revolução .....	909

### CAPÍTULO XXXVI:

#### A VÉSPERA: 1774-89

I. Religião e Revolução .....	911
II. A Vida por um Fio .....	914
III. As <i>Salonnières</i> .....	917
IV. Música .....	920
V. A Arte no Tempo de Luís XVI .....	921
VI. Literatura .....	924
VII. Beaumarchais .....	930

### CAPÍTULO XXXVII:

#### ANATOMIA DA REVOLUÇÃO: 1774-89

I. Os Nobres e a Revolução .....	937
II. Os Camponeses e a Revolução .....	940
III. A Indústria e a Revolução .....	942
IV. A Burguesia e a Revolução .....	945
V. Congregação de Forças .....	948

### CAPÍTULO XXXVIII:

#### A DERROCADA POLÍTICA: 1783-89

I. O Colar de Diamantes .....	951
II. Calonne .....	954
III. Loménie de Brienne .....	955
IV. Necker de Volta .....	959



## CAPÍTULO I

# Rousseau, o Nômade

1712-56

### I. AS CONFISSÕES

COMO foi possível que um homem que veio ao mundo pobre, que perdeu a mãe ao nascer e logo foi abandonado pelo pai, que sofreu doença penosa e humilhante, que vagueou, durante doze anos, por cidades estranhas e crenças conflitantes, que se viu repudiado pela sociedade e pela civilização e que, por seu turno, também repudiou Voltaire, Diderot, a *Encyclopédie* e a Idade da Razão; que foi banido de toda parte como perigoso rebelde, acusado de crimes e de insanidade mental, que viu, nos últimos dias de vida, a apoteose de seu maior inimigo — como foi possível que esse homem, depois de morto, tenha sobrepujado Voltaire, revivido a religião, transformado a educação, elevado a moral da França, inspirado o Romantismo e a Revolução Francesa, influenciado a filosofia de Kant e de Schopenhauer, as peças de Schiller, os romances de Goethe, os poemas de Wordsworth, Byron e Shelley, o socialismo de Marx, a ética de Tolstói; que, no todo, exerceu maior influência sobre a posteridade do que qualquer escritor ou pensador do século XVIII, numa época em que os escritores gozavam do maior prestígio jamais experimentado anteriormente? Deparamos aqui, mais do que em qualquer parte, com o problema: qual o papel do gênio na história, do homem contra as massas e o Estado?

A Europa estava pronta a adotar uma ideologia que colocasse o sentimento acima da razão. Saturada das restrições aos costumes, das convenções, comportamentos e leis, já ouvira o bastante a respeito de razão, lógica e filosofia. Todo esse escarcéu de mentes tumultuadas parece ter deixado o mundo destituído de significado, a alma vazia de imaginação e esperança e, no íntimo, homens e mulheres ansiavam por voltar a crer. Paris estava saturada de Paris, do tumulto e da agitação, das restrições e da desvairada competição reinante na vida da cidade. Aspirava então pelo ritmo mais brando do campo, onde a simples rotina dava saúde ao corpo e paz aos espíritos, onde se poderia ver novamente mulheres recatadas, a aldeia reunida em paz, todas as semanas, na igreja da paróquia. E esse orgulhoso “progresso” e essa jactância de “emancipação do espírito” haviam colocado algo no lugar do que tinham destruído? Tinham

dado ao homem um panorama mais inteligível ou animador do mundo e do destino da humanidade? Será que melhoraram a sorte dos pobres, ou os consolaram da morte e do sofrimento? Rousseau fazia essas perguntas, dando forma e sentimento a tais dúvidas. Quando sua voz não mais se fez ouvir, toda a Europa escutou-o. Enquanto Voltaire era venerado no palco e na Academia (1778), com Rousseau vilipendiado e desprezado, escondido na obscuridade de um quarto em Paris, a idade de Rousseau principiava.

No crepúsculo da vida, Rousseau compôs a mais famosa autobiografia, as *Confissões*. Sensível a qualquer crítica, suspeitando que Grimm, Diderot e Mme. d'Épinay, em suas *Mémoires*, conspiravam para denegri-lo nos salões parisienses, principiou, no ano de 1762, sob instâncias de um editor, a escrever o próprio relato de sua história e de seu caráter. Sem dúvida, qualquer biografia é vaidade, porém Rousseau, condenado pela Igreja, banido de três países, abandonado pelos amigos mais íntimos, tinha o direito de se defender. Quando leu trechos de sua defesa em reuniões em Paris, os inimigos conseguiram que o governo proibisse futuras leituras do manuscrito. Desanimado, legou o documento para ser lido após sua morte, com um patético apelo à posteridade:

Eis aqui o único retrato de um homem — interpretado exatamente como é, com toda a veracidade — que agora vive ou que provavelmente jamais existirá. Quem quer que sejais, aos quais minha sorte e confiança transformaram em árbitros do presente registro, suplico-vos, em nome de minhas desditas e dos vossos sentimentos de solidariedade, em nome de toda a humanidade, que não destruais um trabalho útil e único, que poderá servir como primeiro caso comparativo no estudo do homem(...) e que não retireis da honra de minha memória o único monumento exato do meu caráter que não foi deturpado por meus inimigos.<sup>1</sup>

Sua extrema sensibilidade, subjetividade e emotividade constituem as virtudes e os erros desse livro. “Um coração sensível”, disse Rousseau, “(...) foi a origem das minhas desditas.”<sup>2</sup> Entretanto, ele deu ao seu estilo fervorosa intimidade, ternura às suas lembranças, e muitas vezes uma generosidade de julgamento que, à medida que prosseguimos na leitura, fazem desaparecer nossas antipatias. Aqui, tudo quanto é abstrato torna-se pessoal e vívido, cada linha é um sentimento; este livro é um manancial do Mississippi inundando a literatura do século XIX. Não que as *Confissões* não tenham similares no passado, porém até mesmo Santo Agostinho foi incapaz de igualar o despojamento de si mesmo, ou o apelo à verdade. Rousseau principia irrompendo em eloquente desafio:

Estou empreendendo algo que jamais teve similar e cuja execução não terá imitadores. Desejo apresentar a meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza. Este homem serei eu.

Eu, sozinho. Conheço meu coração e estou familiarizado com os homens. Não sou feito como muitos daqueles que existem. Se não sou melhor, pelo menos sou diferente. Se a natureza andou certa ou errada quebrando a fôrma em que fui moldado é assunto que ninguém pode opinar, a não ser após ter-me lido.

Deixai que a trombeta do Juízo Final soe quando chegar a hora. Então, com este livro na mão, apresentar-me-ei perante o Supremo Juiz, dizendo em alto e bom som: “Esta é a maneira como me portei, o que pensei, o que fui. Conte o bem

e o mal com igual franqueza. Não oculte o mal e nada acrescentei ao bem (...) Revelei-me como era, desprezível e vil nos momentos que assim agia, bom, generoso, sublime quando assim me comportava. Desvendei o íntimo de minha alma(...)³

Essa reivindicação de completa sinceridade é muitas e muitas vezes reiterada. Entretanto, Rousseau admite que reminiscências de fatos passados há cinquenta anos são muitas vezes fragmentadas e pouco seguras. Em geral, a Parte I tem um tom de sinceridade desconcertante. A Parte II é prejudicada por queixas cansativas a respeito de perseguições e conspirações. O que quer que este livro seja, trata-se do mais esclarecedor estudo psicológico que já conhecemos. É a história de um espírito sensível e poético num doloroso conflito com um século hostil e prosaico. De qualquer modo, "se as *Confissões* não são uma autobiografia, seriam, pelo menos, um dos grandes romances universais."<sup>4</sup>

Os debates a respeito da veracidade das *Confissões* ainda perduram nos dois continentes. Abordam, sobretudo, a acusação de Rousseau sobre maquinações levadas a efeito por Grimm e Diderot no sentido de dar um falso relato de suas relações com Mme. d'Épinay, Mme. d'Houdetot e eles próprios. Antes de 1900, a balança da crítica pesava contra Rousseau. Por volta de 1850, Sainte-Beuve, com desmedida severidade, declarou que Rousseau "em que pese seu amor-próprio e sua vaidade doentia, não hesitou um momento em mentir, chegando eu à conclusão de que, no que diz respeito a Grimm, ele faltou com a verdade".<sup>5</sup> Por seu lado, o mais-erudito dos historiadores literários, Gustave Lanson, concordou (em 1894) nos seguintes termos: "Em cada página surpreendemos Rousseau em flagrante falsidade — não apenas erro, mas falsidade. Entretanto, o livro, como um todo, é ardente de sinceridade, não com relação a fatos, mas aos sentimentos."<sup>6</sup> Esses julgamentos precederam a publicação do livro de Frederika MacDonald, *Jean-Jacques Rousseau: Um Novo Estudo Crítico* (Londres, 1906), que "considera viável julgar as *Mémoires* de Mme. d'Épinay influenciadas, se não realmente ditadas, pelas atitudes malévolas de Grimm e Diderot. Sem dúvida, seu estudo dos documentos qualifica bom número de suposições anteriormente feitas".<sup>7</sup> Cf. Masson, *La Religion de Rousseau* (I, 184): "Veremos com que cautela devemos citar esse relato [*Les Mémoires*], tão retocado [*remanié*] por Diderot." Idênticas opiniões favoráveis a Rousseau foram emitidas por Matthew Josephson (*Jean-Jacques Rousseau*, 434-35, 531), Émile Faguet (*Vie de Rousseau*, 189), Jules Lemaître (*Jean-Jacques Rousseau*, 9-10), e C. E. Vaughn (*Escritos Políticos de Rousseau*, II, 295, 547-48, 552 f.).

## II. SEM LAR: 1712-31

"Nasci em Genebra em 1712, filho de Isaac Rousseau e Suzanne Bernard, cidadãos." Esta última palavra reveste-se de grande significação, porque apenas 1.600 almas, dentre as vinte mil de Genebra, possuíam nome e direitos de cidadania. O fato entraria para a história de Jean-Jacques. Sua família, de origem francesa, estabelecera-se em Genebra a partir de 1529. Seu avô era ministro calvinista e o neto permaneceu basicamente calvinista através das divagações de sua fé religiosa. O pai era mestre-

relojeiro, imaginativo e instável, cujo casamento, em 1704, lhe trouxe um dote de dezesseis mil florins. Depois do nascimento do filho, François, deixou a mulher (1705) e viajou para Constantinopla, onde permaneceu seis anos. Depois voltou, por motivos ignorados, e “fui o triste fruto desse regresso”.<sup>8</sup> A mãe morreu de febre puerperal uma semana após o nascimento de Jean-Jacques. “Vim ao mundo com tão diminutos sinais de vida que poucas foram as esperanças de salvar-me.” Uma tia tratou-o e ele viveu. “Por tal ação”, disse Jean-Jacques, “sinceramente eu lhe perdôo.” Essa tia, boa cantora, talvez lhe houvesse incutido um constante gosto pela música. Precoce, Rousseau logo aprendeu a ler e, de vez que Isaac apreciava romances, pai e filho liam juntos os livros deixados na pequena biblioteca de sua mãe. Jean-Jacques criou-se lendo uma mistura de histórias de amor, *Vidas* de Plutarco, obras calvinistas de reflexão moral. Essa diversidade tornou-o instável. Com bastante propriedade, proclamava-se “a um tempo orgulhoso e meigo, efeminado de caráter e, no entanto, imbatível, vacilando entre fraqueza e coragem, luxo e virtude, sempre me coloquei em contradição comigo mesmo”.<sup>9</sup>

Em 1722, o pai se desentendeu com um tal Capitão Gautier, esbofeteou-o, foi intimado pelo juiz local, fugiu da cidade para escapar à prisão e fixou residência em Nyon, a dez quilômetros de Genebra. Poucos anos depois, tornou a casar-se. Gabriel Bernard, tio de François e Jean-Jacques, tomou-os sob sua guarda. François entrou para a loja de um relojoeiro, na qualidade de aprendiz, fugiu e desapareceu do mapa. Jean-Jacques e seu primo, Abraham Bernard, foram para um colégio interno dirigido pelo Pastor Lambercier, na cidade vizinha de Bossey. “Lá devíamos aprender latim e todos os disparates que conquistaram o nome de educação.”<sup>10</sup> Parte substancial do currículo era o catecismo calvinista.

Gostava dos professores, principalmente da irmã do pastor, Mlle. Lambercier. A moça tinha trinta anos, Jean-Jacques onze. Apaixonou-se por ela de maneira estranha, como era de seu temperamento. Quando ela lhe infligia castigos corporais, ele se deliciava em sofrer em suas mãos. Era “um misto de sensualismo, dor e vergonha, cujo desejo de repetição suplantava o medo”.<sup>11</sup> Quando reincidia nos erros, o prazer que sentia no castigo era tão evidente que ela resolveu nunca mais chicoteá-lo. Esse elemento de masoquismo em sua constituição erótica permaneceu até o fim.

Foi assim que transcorreu minha puberdade, com uma constituição extremamente ardente, sem saber, ou mesmo desejar saber, qualquer outra satisfação de minhas paixões do que Mlle. Lambercier me havia inocentemente deixado antever. Quando me tornei homem, esse elemento infantil, ao invés de desaparecer, apenas se associou ao outro. Tal doidice, aliada a uma natural timidez, sempre impediram-me de ser ousado junto às mulheres, de modo que passei meus dias definhando em silêncio por aquelas que mais admirava, sem ousar revelar meus desejos. (...)

Acabei de dar o primeiro passo mais difícil no obscuro e penoso labirinto de minhas *Confissões*. Relutamos mais em divulgar o ridículo do que aquilo que é verdadeiramente criminoso.<sup>12</sup>

É possível que, mais tarde, Rousseau experimentasse certo prazer em sentir-se vilipendiado pelo mundo, por seus inimigos, por seus amigos.

Além dos castigos infligidos por Mlle. Lambercier, ele deleitava-se com a magnífica

paisagem circundante. “O campo era lindo. Tomei-me de tanta paixão pela vida campestre que jamais o tempo pôde apagar.”<sup>13</sup> Os dois anos passados em Bossey foram talvez os mais felizes que Rousseau já vivera, apesar de sua tomada de consciência das injustiças do mundo. Punido por faltas não cometidas, sua reação foi de permanente ressentimento e, desde então, “aprendeu a dissimular, a revoltar-se, a mentir. Todos os vícios próprios de nossos dias principiaram a corromper nossa bela inocência”.<sup>14</sup>

Nunca chegou à educação formal ou clássica. Talvez a falta de equilíbrio, bom senso e autocontrole, assim como subordinação ao sentimento em detrimento da razão tenham sido responsáveis pelo término prematuro de sua instrução. Em 1724, com doze anos, Jean-Jacques e o primo foram reconduzidos ao lar do Tio Bernard. Visitou o pai em Nyon, lá apaixonando-se por Mlle. Vulson, que o repeliu, e depois por Mlle. Goton, a qual, “embora tomando as maiores liberdades comigo não permitia que nenhuma fosse tomada em relação a ela”.<sup>15</sup> Após um ano de vacilações, entrou como aprendiz de gravador em Genebra. Gostava de desenhar, aprendeu a gravar caixas de relógio. Entretanto, o patrão espancava-o cruelmente por pequenas faltas, “compelindo-me a incorrer em vícios que eu naturalmente desprezava, tais como falsidade, preguiça e furto”. O rapaz, outrora feliz, tornou-se introvertido e soturno.

Consolava-se com abundante leitura de livros retirados da biblioteca próxima e com excursões pelo campo aos domingos. Por uma ou duas vezes, permaneceu por tanto tempo no campo que, ao voltar, encontrou as portas da cidade fechadas. Passou a noite ao relento, voltou estonteado ao trabalho, recebendo uma sova especial. Na terceira vez que o fato se deu, a lembrança do castigo fez com que resolvesse não mais voltar. Com dezesseis anos incompletos (15 de março de 1728), sem dinheiro, apenas com a roupa do corpo, dirigiu-se a Confignon, na Savóia católica, distante cerca de quatro quilômetros.

Ali chegando, bateu à porta do pároco da aldeia, Padre Benoît de Pontverre, talvez por ter ouvido contar que o padre ansiava de tal forma por converter os naturais da terra desgarrados da crença religiosa que os alimentava bem, fazendo jus à teoria de que um estômago satisfeito prepara uma mente ortodoxa. Deu a Jean-Jacques um bom jantar, mandando-o “partir para Annecy, onde encontraria uma senhora boa e caritativa, a quem a generosidade do rei possibilitara desviar as almas dos erros aos quais ela em boa hora renunciara”.<sup>16</sup> Esta senhora, acrescenta Rousseau, era “Mme. de Warens, recém-convertida, a quem os padres planejavam enviar os desgraçados dispostos a venderem sua fé; e com eles, de certa forma, obrigava-se ela a partilhar uma pensão de dois mil francos que lhe havia concedido o rei da Sardenha”. O desamparado jovem conjecturou que parte dessa pensão devia merecer uma missa. Três dias depois, em Annecy, Rousseau apresentou-se a Mme. Françoise-Louise de La Tour, Baronesa de Warens.

Com 29 anos, bonita, graciosa, gentil, generosa, de elegância requintada; “não podia haver rosto mais belo, pescoço mais delgado ou lindos braços mais primorosamente torneados”;<sup>17</sup> constituía a melhor argumentação para adotar o catolicismo que Rousseau já conhecera. Nascida em Vevey, de boa família, tinha sido casada, muito jovem ainda, com o (falecido) Barão de Warens, de Lausanne. Após alguns anos de penosa incompatibilidade, abandonou-o, atravessou o lago, dirigindo-se à Savóia, lá



obtendo a proteção do Rei Vítor Amadeu, então em Evian. Domiciliada em Annecy, concordou em converter-se ao catolicismo, convicta de que, pela fiel observância do ritual religioso, Deus lhe perdoaria eventuais amores. Ademais, não podia crer que o bom Jesus mandasse homens — muito menos uma bela mulher — para sofrer as eternas torturas do inferno.<sup>18</sup>

Jean-Jacques teria, de bom grado, ficado a seu lado, mas ela, atarefada, deu-lhe dinheiro com a recomendação de partir para Turim, a fim de receber instrução no Asilo do Espírito Santo. Acolhido na referida instituição em 12 de abril de 1728, foi batizado no credo da Igreja Católica Romana. Trinta e quatro anos mais tarde — oito anos após retornar ao protestantismo — descreveu, com horror, suas experiências no asilo, inclusive uma tentativa contra sua virtude por um mouro catecúmeno. Imaginou ter chegado a converter-se com repugnância, vergonha, e várias delongas. Aparentemente, entretanto, ajustou-se às condições do asilo, lá permanecendo por vontade própria dois meses após ser recebido no seio da Igreja Católica.<sup>19</sup>

Deixou o asilo em julho, levando consigo 26 francos. Após algumas semanas de peregrinação para conhecer o ambiente, encontrou trabalho numa loja para a qual fora atraído pela beleza da moça do balcão. Apaixonando-se de imediato, logo pôs-se a seus pés, oferecendo-lhe uma vida de dedicação. Sorrindo, Mme. Basile, entretanto, não permitiu que ele fosse além de sua mão, uma vez que também aguardava o marido a qualquer momento. “Minha falta de sorte com as mulheres”, disse Rousseau, “sempre se originou de eu tê-las amado demais.”<sup>20</sup> Entretanto, era de seu feitio achar maior deleite na contemplação do que na realização. Aliviava tais ardores “pela prática de perigoso substituto, que ilude a natureza, salva de muitos percalços jovens com o meu temperamento, à custa, entretanto, da saúde, força, e, muitas vezes, da vida”.<sup>21</sup> Essa prática, que se tornou habitual, em virtude de terríveis proibições, deve ter sido a causa secreta de sua irritabilidade, fantasias românticas, constrangimento na sociedade e amor da solidão. Neste particular, as *Confissões* expressam franqueza sem precedentes:

Meus pensamentos voltam-se incessantemente para moças e mulheres, porém de forma peculiar a meu temperamento. Tais pensamentos mantinham-me a mente em atividade constante e desagradável.(...) Minha agitação alcançou tal ponto que, incapaz de satisfazer meus desejos, eu os exaltava com as mais extravagantes manobras. Procurava becos desertos onde pudesse expor-me perante pessoas do sexo oposto, no estado em que eu desejaria aproximar-me delas. O que elas viam não era o objeto obsceno — eu não pensava nisso — e sim o ridículo objeto (as nádegas). O prazer insensato que eu sentia em exhibir-me às mulheres era indescritível. Desta sensação até o tratamento almejado [chicotadas] havia apenas um passo. Não há dúvida que se uma mulher destemida passasse no momento, ela teria me dado esse prazer, caso eu tivesse a audácia de continuar.(...)

Um dia coloquei-me no fundo do pátio, perto de um poço onde as moças da casa sempre vinham buscar água.(...) Ofereci-lhes(...) espetáculo mais ridículo que tentador. As mais ajuizadas fingiram nada ver, outras principiam a rir, outras sentiram-se insultadas e pediram socorro.

Mas, infelizmente, nenhuma delas se dispôs a bater nele. Surgiu um soldado de formidável bigode, empunhando pesada espada, seguido por um grupo de velhas muni-

das de vassouras. Rousseau conseguiu safar-se, explicando que era “um jovem estrangeiro de alta linhagem, um tanto tresloucado”, cujas posses, entretanto, lhe possibilitariam mais tarde recompensar o perdão do grupo. O “terrível homem sensibilizou-se”, deixando-o partir, para grande descontentamento das velhas.<sup>22</sup>

Entrementes, encontrou emprego como lacaios na casa de Mme. de Vercellis, uma senhora natural de Turim, de certa cultura. Lá, Rousseau cometeu um delito que lhe pesou na consciência pelo resto da vida. Roubou uma das fitas coloridas da madame. Ao ser acusado do furto, disse que a fita lhe fora dada por uma das empregadas, Marion. Totalmente inocente, ela censurou-o em tom profético: “Ah, Rousseau, pensei que você tivesse caráter. Você me fez muito infeliz, mas eu não queria estar em seu lugar.”<sup>23</sup> Ambos foram despedidos. Nas *Confissões*, ele acrescenta o seguinte:

Não sei que fim levou a vítima de minha calúnia, no entanto poucas são as probabilidades de que tenha conseguido colocar-se bem depois daquela ocorrência, pois teve de suportar cruel acusação para seu caráter.(...) A penosa lembrança desse incidente(...) pesa-me na consciência até o momento presente e, na verdade, posso afirmar que foi o desejo de livrar-me desse sentimento que contribuiu em grande parte para a decisão de escrever minhas *Confissões*.<sup>24</sup>

Os seis meses de trabalho como lacaios deixaram marcas indelévels em seu caráter. Com toda a pretensão à genialidade, ele jamais conseguiu respeitar-se a si mesmo. Um jovem padre, que conhecera quando trabalhava para Mme. Vercellis, animou-o a crer que poderia superar seus erros se procurasse sinceramente adotar a ética cristã. Qualquer religião, disse o padre, é boa, contanto que conduza a um comportamento cristão. Assim sendo, achava que Jean-Jacques seria mais feliz se voltasse ao seu antigo *habitat* e à sua fé. Essa opinião, de “um dos melhores homens que jamais conheci”, persistiu no espírito de Rousseau, inspirando as famosas páginas de *Émile*. Um ano mais tarde, no Seminário de St.-Lazare, encontrou um outro padre, Abade Gâtier, “um coração sensível” que não conseguia melhorias por haver engravidado uma donzela de sua paróquia. “Isso”, acrescenta Rousseau, “suscitou tremendo escândalo em uma circunscrição religiosa muito severa, na qual padres (sujeitos aos regulamentos) não podem ter filhos a não ser de mulheres casadas.”<sup>25</sup> Pelo exemplo desses dois dignos padres, formei o caráter do vigário da Savóia.

Em princípios do verão de 1729, Rousseau, então com dezessete anos, sentiu-se de novo atraído pelas viagens. De resto, esperava que, por intermédio de Mme. de Warens, pudesse encontrar emprego menos mortificante para seu orgulho. Na companhia de um gentil rapaz de Genebra chamado Bâcle, partiu de Turim e dirigiu-se à passagem do Monte Cenís, nos Alpes, atravessando-a para alcançar Chambéry e Annecy. Seu estilo romântico deu vida às emoções despertadas pela proximidade da morada de Mme. de Warens. “Minhas pernas tremiam, meus olhos embaçados não viam. Eu não ouvia, nem me lembrava de ninguém. Fui obrigado a parar a todo instante para recobrar o fôlego e restabelecer o equilíbrio de minha mente tumultuada.”<sup>26</sup> Sem dúvida, não tinha certeza de como seria recebido. Como lhe explicar todas as suas vicissitudes desde que a deixara? “Seu primeiro olhar dissipou todos os meus receios. Meu coração bateu ao som de sua voz. Atirei-me a seus pés e, em arrebatamentos da mais viva alegria, pousei os lábios sobre sua mão.”<sup>27</sup> A adoração nunca

a ofendia. Ofereceu-lhe um quarto em sua casa e, quando percebia sinais de reprovação, dizia: "Que falem à vontade; desde que o destino o trouxe de volta, estou decidida a não abandoná-lo."

### III. MAMÃE: 1729-40

Rousseau sentia-se vivamente atraído por ela, como qualquer jovem que se aproxima da *femme de trente ans*. Beijava furtivamente a cama na qual ela dormia, a cadeira em que se sentava, "e até o próprio chão quando adivinhava que nele ela havia pisado"<sup>28</sup> (Neste ponto, acreditamos que o romance tenha levado a melhor sobre a história.). Tinha um ciúme louco de todos que disputavam com ele o tempo que passava junto a ela. Mme. de Warens deixava-o ronronar, chamando-o *petit chat* (gatinho) e *enfant*. Pouco a pouco, Rousseau resignou-se em chamá-la "Mamãe". Ela empregava-o para escrever cartas, fazer a contabilidade, apanhar ervas e auxiliá-la nos seus experimentos de alquimia. Dava-lhe livros: *The Spectator*, Pufendorf, Saint-Évremond, a *Henriade* de Voltaire. Ela gostava de consultar a esmo o *Dictionnaire Historique et Critique*, de Bayle. Mme. de Warens não deixava que sua teologia a estorvasse, e se achava prazer na companhia do Padre Gros, superior do seminário local, talvez fosse porque ele a auxiliava a atar seu espantalho. "Enquanto ele se dedicava àquela incumbência, ela corria de um lado para o outro, segundo os afazeres do momento. Puxado pelos cordões, o superior seguia resmungando e repetindo a todo instante: 'Por favor, madame, fique quieta.' Na verdade, era um espetáculo divertido."<sup>29</sup>

Foi talvez esse alegre padre quem sugeriu que, embora desse sinais de estupidez, Jean-Jacques pudesse assimilar alguma instrução que o habilitasse a se tornar pároco da aldeia. Satisfeita em encontrar-lhe uma carreira, Mme. de Warens concordou. Portanto, em 1729, Rousseau entrou para o Seminário de St.-Lazare, preparando-se para a carreira eclesiástica. A essa altura, já se acostumara ao catolicismo, chegando até a gostar.<sup>30</sup> Apreciava a solenidade do ritual, as procissões, a música, o incenso, as campainhas que pareciam proclamar todos os dias Deus no céu, e que tudo estava ou viria a estar certo no mundo. Ademais, uma igreja que encantava e perdoava a Mme. de Warens não podia ser má. Entretanto, recebera tão pouca educação formal que foi preciso primeiro fazer um curso intensivo da língua latina. Suportou com impaciência as declinações, conjugações e exceções. Após cinco meses de estudo, os professores devolveram-no a Mme. de Warens com a informação de que se tratava de "rapaz razoavelmente bom", porém pouco adequado ao serviço religioso.

Mme. de Warens fez outra experiência. Observando seu jeito para a música, apresentou-o a Nicoloz Le Maître, organista da catedral de Annecy. Jean-Jacques foi morar com ele durante o inverno de 1729-30, consolado por estar apenas a vinte passos de Mamãe. Cantou no coro e tocou flauta. Amava os cânticos da Igreja Católica. Era bem alimentado e feliz. Tudo ia bem, a não ser o gosto demasiado que Le Maître nutria pela bebida. Certo dia, o pequeno mestre do coro brigou com seus patrões, arrumou as músicas em uma caixa e deixou Annecy. Mme. de Warens pediu a Rousseau para acompanhá-lo até Lyon. Lá chegando, Le Maître, subjugado pelo *delirium*

*tremens*, caiu desfalecido na rua. Assustado, Jean-Jacques pediu auxílio aos transeuntes. Deu-lhes o endereço que o professor de música procurava, fugindo depois para Annecy e Mamãe. “A ternura e a sinceridade do meu amor por ela haviam arrancado do meu coração qualquer projeto imaginável e loucas ambições. Não compreendia outra felicidade senão a de viver a seu lado, nem podia dar um passo sem sentir que aumentava a distância entre nós.”<sup>31</sup> Lembremo-nos de que ele tinha apenas dezoito anos.

Quando chegou a Annecy, soube que madame havia partido para Paris, e que ninguém sabia quando voltaria. Ficou desolado. Dia após dia, andou sem rumo pela região, confortando-se com o colorido da primavera e o chilrear ameno dos pássaros, certamente apaixonados. Acima de tudo, gostava de levantar-se cedo e observar o sol que, triunfante, nascia acima do horizonte. Numa dessas perambulações, viu duas jovens a cavalo, forçando suas recalcitrantes montarias a atravessar um regato. Num ímpeto de heroísmo, tomou um cavalo pela rédea, fazendo-o atravessar enquanto era seguido pelo outro. Ia continuar seu caminho, mas as moças insistiram para que ele as acompanhasse até uma pequena casa de campo, onde poderia secar seus sapatos e meias. Ouvindo o convite, Jean-Jacques saltou na garupa do cavalo de Mlle. G. “Quando precisava segurar-me nela para não cair, meu coração batia com tanta violência que ela percebeu.”<sup>32</sup> Nesse momento, ele principiou a superar a obsessão por Mme. de Warens. Os três jovens passaram o dia juntos, em piqueniques. Rousseau conseguiu beijar a mão de uma das moças. Depois, elas o deixaram. Exaltado, Jean-Jacques voltou a Annecy, quase não se importando que Mamãe lá não estivesse. Procurou reencontrar as moças, mas em vão.

Logo depois, viu-se novamente nas estradas, desta vez levando a criada de Mme. de Warens a Friburgo. Ao passar por Genebra, “fiquei tão perturbado que a custo podia prosseguir(...) tal era a exaltação em que ficava minha alma com a imagem da liberdade [republicana]”.<sup>33</sup> De Friburgo, caminhou em direção a Lausanne. De todos os escritores conhecidos era ele o mais ardoroso caminhante. De Genebra a Turim, Annecy, Lausanne, Neuchâtel, Berna, Chambéry, Lyon, conhecia todos os caminhos, sorvendo, em meio a gratos suspiros, as paisagens, os odores e os sons.

Amo caminhar à vontade e parar com tempo disponível. A vida errante me é necessária. Viajar a pé, por uma bela região, com bom tempo, e um objetivo agradável para término de viagem, eis o modo de vida que mais se adapta ao meu gosto.<sup>34</sup>

Constrangido na companhia dos homens educados, tímido e silencioso perante mulheres belas, sentia-se feliz quando sozinho com as florestas, os campos, a água e o céu. Fazia da Natureza sua confidente, em linguagem silenciosa contava-lhe seus amores e sonhos. Imaginava que os humores da Natureza entravam em harmonia mística com sua própria disposição de ânimo. Embora não fosse o primeiro a fazer os homens sentirem os atrativos da Natureza, era o seu mais fervoroso e verdadeiro apóstolo. A partir de Rousseau, grande número da poesia sobre a natureza pertence à sua linhagem. Haller sentiu e descreveu a majestade dos Alpes, porém Rousseau tornou as montanhas da Suíça, ao longo das margens do Lago de Genebra, seu especial reinado. Espargiu através dos séculos a fragrância dos vinhedos. Quando teve que escolher o sítio

para o lar de Julia e Wolmar, ele os colocou lá, em Clarens, entre Vevey e Montreux, no conjunto de montanhas daquele paraíso terrestre, de vegetação, água, sol e neve.

Sem sorte em Lausanne, Rousseau transferiu-se para Neuchâtel: "Aqui(...) aproximando-me da música, insensivelmente fui obtendo alguns conhecimentos dessa arte."<sup>35</sup> Na vizinha Boudry, encontrou um prelado grego que angariava fundos para a restauração do Santo Sepulcro, em Jerusalém. Rousseau juntou-se a ele na qualidade de intérprete, mas em Soleurs abandonou-o, saindo, a pé, da Suíça para entrar na França. Durante a caminhada, penetrou em um chalé e perguntou se podia comprar algo para comer. O camponês ofereceu-lhe pão de cevada e leite, dizendo ser a única coisa disponível, mas quando viu que Rousseau não era coletor de impostos, abriu um alçapão, desceu e voltou logo a seguir com aveia, pão, presunto, ovos e vinho. Rousseau dispôs-se a pagar, mas o camponês recusou, explicando que era obrigado a ocultar a melhor comida de que dispunha para não sofrer aumento de tributação. "Aquilo causou-me uma impressão que jamais poderei dissipar, e que lançou as sementes de um ódio indestrutível, crescente em meu coração, contra os tormentos sofridos por esse povo infeliz e contra seus opressores."<sup>36</sup>

Em Lyon, passou dias desabrigado, dormindo nos bancos dos parques ou no chão. Por algum tempo ocupou-se em copiar música. Depois, ouvindo dizer que Mme. de Warens estava morando em Chambéry (a 48 quilômetros a leste), partiu para encontrá-la. Esta arranhou-lhe trabalho como secretário do intendente local (1732-34). Enquanto isso morou sob seu teto, a felicidade toldada, entretanto, com a descoberta de que o administrador de Mme. de Warens, Claude Anet, era também seu amante. Que sua paixão havia arrefecido pode-se constatar em um único trecho das *Confissões*.

Não foi sem sofrimento que soube que ela mantinha relações de grande intimidade com outro que não eu.(...) Entretanto, ao invés de sentir aversão pela pessoa que tinha tal vantagem sobre mim, vi que o afeto que eu sentia por ela se estendera a ele. Desejando acima de tudo sua felicidade, e uma vez que ele era um fator em seu plano de bem-aventurança, alegrava-me saber que ele era igualmente feliz. Entretanto, ele ajustou-se perfeitamente aos planos de sua amada, dedicando-me uma amizade sincera, de modo que(...) vivemos numa união que nos fazia mutuamente felizes e que só a morte podia destruir. Um traço do caráter dessa agradável mulher era que todos que a amavam estimavam-se uns aos outros e o ciúme e a rivalidade cediam lugar ao sentimento mais poderoso com o qual ela os inspirava. Nunca percebi qualquer má vontade entre aqueles que a cercavam. Deixemos que o leitor faça uma pausa diante deste panegírico para pensar se existe outra mulher que o mereça e, em caso afirmativo, deixemos que ele a ela se apegue, se é que pretende ser feliz.<sup>37</sup>

O próximo evento desse romance poligonal foi o inverso das regras do adultério. Quando percebeu que sua vizinha, Mme. de Menthon, pretendia ser a primeira a ensinar a Jean-Jacques as artes do amor, Mme. de Warens, recusando ceder a outrem tal distinção, ou desejando afastar o jovem dos braços menos ternos, ofereceu-se a ele na qualidade de amante, sem prejuízo de serviços similares por parte de Anet. Jean-Jacques levou oito dias para decidir-se. A longa convivência com madame tornou seus pensamentos a respeito dela mais filiais do que sensuais. "Amava-a demais para desejá-la."<sup>38</sup> Já estava sofrendo dos males que o afligiriam até o fim — infla-

mação da bexiga e estenose da uretra. Finalmente, com a devida modéstia, concordou com a proposta.

Enfim, chegara o dia mais temido do que esperado. (...) Meu coração confirmou o compromisso sem desejar o prêmio. Não obstante, obtive-o. Vi-me pela primeira vez nos braços de uma mulher — e da mulher que eu adorava. Estava feliz? Não. Experimentei o prazer, mas não sei que invencível tristeza envenenou o encanto. Parecia estar cometendo um incesto. Por vezes, enquanto a estreitava em meus braços, arrebatadamente minhas lágrimas inundavam-lhe o seio. De sua parte, não havia alegria nem tristeza. Conservava carinhosa tranquilidade. Embora quase não sendo sensual, e não havendo absolutamente procurado o prazer, deixava-se levar sem rebatamento, sem qualquer remorso.<sup>39</sup>

Relembrando o memorável acontecimento, Rousseau imputava as manobras de Mme. de Warens ao veneno da filosofia.

Repito, todas as suas fraquezas eram o resultado de seus erros, nunca de suas paixões. Era bem-nascida, de coração puro, maneiras nobres, desejos normais e virtuosos, o gosto refinado. Parecia feita para a elegante pureza de maneiras, que ela amava mas nunca praticava porque, ao invés de atender aos ditames do coração, seguia os da razão, que a desencaminhavam. (...) Lastimavelmente, interessava-se por filosofia, e o moralismo que dali extraía prejudicava aquilo a que seu coração se propunha.<sup>40</sup>

Anet morreu em 1734. Rousseau deixou seu posto com o intendente e assumiu a direção dos negócios de Mme. de Warens. Encontrou-os em lastimável confusão, próximos da falência. As aulas de música renderam-lhe uma pequena quantia. Em 1737, recebeu três mil francos de uma herança de sua mãe. Gastou parte em livros e o restante deu-o a Mme. de Warens. Ficou doente e Mamãe tratou-o com desvelo. Como sua residência não tivesse jardim, em 1736 ela alugou uma pequena casa nos arrabaldes, denominada Les Charmettes. Lá “minha vida transcorreu em absoluta serenidade”. Como “não gostasse de rezar no quarto”, sentia-se impelido para o ar livre a fim de agradecer a Deus pela beleza da natureza e por lhe ter dado Mme. de Warens, rogando a divina bênção para a união deles. Na época, estava firmemente ligado à teologia católica, com sombrios laivos jansenistas. “O temor da morte atormentava-me com frequência.”<sup>41</sup>

Incomodado pelos “vapores” — na época, uma forma elegante de hipocondria — e acreditando ter um pólipso próximo ao coração, viajou em diligência para Montpellier. A caminho, sua melancolia dissipou-se ao manter ligação, segundo se afirma, com Mme. de Larnage (1738), mãe de uma mocinha de quinze anos. De volta a Chambéry, constatou que Mme. de Warens experimentara cura similar, tomando por amante um jovem artífice de perucas chamado Jean Wintzenried. Rousseau protestou. Ela chamou-o de criança, assegurando haver em seu coração lugar para dois Jeans. Recusando “desagradá-la de tal modo” propôs-lhe voltar a seu *status quo ante* na qualidade de filho. Ela pareceu consentir, porém o ressentimento de ter que ceder tão prontamente esfriou a afeição que lhe tinha. Jean-Jacques retirou-se em Les Charmettes, dedicando-se à filosofia.

Agora, pela primeira vez (cerca de 1738), deu-se conta das brisas do Iluminismo vindas de Paris e de Cirey. Leu obras de Newton, Leibniz e Pope, comprazendo-se nos emaranhados do *Dictionnaire*, de Bayle. Recomeçou o latim, fazendo maiores progressos estudando consigo próprio do que anteriormente com professores. Conseguiu ler alguma coisa de Virgílio, Horácio e Tácito e uma tradução para o latim dos *Diálogos* de Platão. Montaigne, La Bruyère, Pascal, Fénelon, Prévost e Voltaire constituíram para ele estonteante revelação. Leu toda a obra de Voltaire. "Na verdade, foram os livros de Voltaire que me incutiram a vontade de escrever com elegância, fazendo com que me esforçasse para imitar o brilho do autor que tanto me encantava."<sup>42</sup> Sem o sentir, a velha teologia que emoldurava seus pensamentos perdeu forma e vigor e ele viu-se entretendo, sem horror, uma centena de heresias que lhe teriam parecido escandalosas na adolescência. Um panteísmo quase apaixonado substituiu o Deus da Bíblia. Sim, Deus existia, a vida seria sem sentido e insuportável sem Ele. Contudo, Ele não era a divindade corpórea e vingativa concebida por homens cruéis e temerosos, e sim a alma da Natureza, fundamentalmente bela; e a natureza humana era basicamente boa. Calcando-se nesta concepção e em Pascal, Rousseau erigiria sua filosofia.

Em 1740, Mme. de Warens arranjou-lhe uma colocação como tutor dos filhos de M. Bonnot de Mably, ilustre prefeito municipal de Lyon. Mme. de Warens preparou seu guarda-roupa para a viagem, tecendo algumas peças com suas próprias mãos, que tanto o haviam fascinado. Despediram-se sem mágoa de parte a parte.

#### IV. LYON, VENEZA, PARIS: 1740-49

A família Mably representou novo estímulo intelectual para Rousseau. O prefeito era o mais velho de três irmãos importantes. Um era o quase comunista Gabriel Bonnot de Mably; outro o quase materialista Abade Étienne Bonnot de Condillac. Rousseau conheceu os três. Sem dúvida, apaixonou-se por Mme. Mably, porém esta foi bastante gentil para não tomar conhecimento do fato, e Rousseau nada mais tinha a fazer senão ocupar-se da educação dos seus dois filhos. Apresentou a M. Mably um relatório de seus conceitos pedagógicos. Em parte, correspondiam aos princípios libertários que iriam receber uma exposição clássica e romântica em *Émile*, 22 anos mais tarde, e também, em parte, estavam em desacordo com seu posterior repúdio à "civilização", pois reconheciam o valor das artes e ciências no desenvolvimento da humanidade. Encontros frequentes com homens como o Professor Bordes, da Academia de Lyon (amigo de Voltaire), fizeram-no assimilar melhor o Iluminismo, aprendendo a rir da ignorância e superstição do povo. Contudo, conservou-se um adolescente. Certa vez, ao espreitar os banhos públicos, deparou com uma jovem completamente despi-da. Sentindo-se desfalecer, voltou à solidão do seu quarto, dirigindo-lhe nota ousada, porém anônima:

Senhorita, quase não ousou confessar-lhe as circunstâncias em que tive a ventura de vê-la e o tormento de amá-la. Não é tanto pelo corpo iluminado e esbelto, que nada perde com a nudez. Nem tampouco pelo talhe elegante e airosos contornos(...)

e pela frescura dos lírios espargidos sobre sua pessoa, porém, sem dúvida, por aquele suave rubor(...) que vi cobrir-lhe a fronte quando apareci a seus olhos, tendo-a maliciosamente despertado pela melodia de meu canto.<sup>43</sup>

Já tinha, então, idade suficiente para apaixonar-se por mulheres *jeunes*. Qualquer moça de aparência agradável punha-o a sonhar e a desejá-la com ardor. Particularmente, Suzanne Serre. “Uma vez, ai de mim, apenas uma vez na vida, meus lábios tocaram os seus. Ó memória! Perdê-la-ei na sepultura?” Começou a pensar em casar-se, porém confessou: “Nada tenho a oferecer, a não ser meu coração.”<sup>44</sup> Como não houvesse lei para sancionar tal oferta, a suave Suzanne aceitou a mão de outro, ficando Rousseau com seus sonhos.

Não fora feito nem para a felicidade no amor, nem para bom professor:

Eu era dotado de suficientes conhecimentos para ser um bom tutor(...) e a natural delicadeza de meu temperamento parecia adaptar-me ao cargo, se a impetuosidade de minha índole não viesse intrometer-se. Quando tudo corria bem e eu via que meus esforços, nunca poupados, eram bem-sucedidos, tornava-me um anjo. Mas quando este não era o caso, transformava-me em demônio. Se meus alunos não compreendiam minhas explicações, ficava violento. Quando eram relapsos, exasperava-me de tal forma que poderia matá-los.(...) Resolvi abandonar meus alunos, convencido de que jamais conseguiria educá-los adequadamente. M. Mably compreendeu a situação tão bem quanto eu, embora tenha razões para crer que ele nunca me teria despedido se eu não lhe houvesse poupado esse trabalho.<sup>45</sup>

De modo que, renunciando com pesar, ou gentilmente demitido, Rousseau tomou a diligência para retornar a Chambéry, mais uma vez procurando consolo nos braços de Mamãe. Esta bondosamente o recebeu, dando-lhe um lugar em sua mesa, ao lado do amante. Aquela situação, contudo, não o fazia feliz. Enterrou-se nos livros e na música, inventando um sistema de escrita musical que empregava números em vez de notas. Quando resolveu ir a Paris, a fim de submeter a invenção à Academia de Ciências, todos aprovaram a decisão. Em julho de 1742, voltou a Lyon tendo em vista obter cartas de apresentação para as altas personalidades da capital. Por intermédio dos Mablays obteve cartas para Fontenelle e o Conde de Caylus. Bordes apresentou-o ao Duque de Richelieu. De Lyon, ele tomou a diligência para Paris, sonhando grandes.

Na época, a França empenhava-se na Guerra da Sucessão Austríaca (1740-48), mas como a contenda realizava-se em terras alheias, Paris prosseguia sua brilhante alegria, movimentação intelectual, teatros com dramas de Racine, salões borbulhantes de euforia e inteligência, bispos dedicados à leitura de Voltaire, mendigos competindo com prostitutas, vendedores ambulantes proclamando seus artigos, artesãos labutando para ganhar o pão de cada dia. Para esse turbilhão chegou Jean-Jacques Rousseau, com a idade de trinta anos e quinze *livres* no bolso (1742). Alugou um quarto no Hotel St.-Quentin, Rue des Cordeliers, nas proximidades da Sorbonne — “rua ordinária, hotel miserável, quarto abjeto”.<sup>46</sup> Em 22 de agosto, apresentou à Academia seu *Projet concernant de nouveaux signes pour la notation musicale*. Os ilustres cientistas recusaram-no, com efusivos cumprimentos. “Seus signos são muito bons(...) porém contestáveis em virtude de requererem uma atividade de espírito que nem sempre



pode acompanhar a rapidez da execução. A posição de nossas notas apresenta-se aos olhos sem o concurso dessa operação.” Rousseau confessou insuperável a objeção.<sup>47</sup>

Entrementes, suas cartas de apresentação deram-lhe acesso a Fontenelle, que, agora com 85 anos, era por demais cioso de suas energias para levá-lo a sério, e Marivaux, que, embora atarefado com seu sucesso, tanto como romancista como dramaturgo, leu o manuscrito da comédia *Narcisse*, de autoria de Rousseau, sugerindo-lhe reparos. Encontrou-se o recém-vindo com Diderot que, um ano mais jovem, ainda não havia publicado nada importante.

Ele gostava de música, conhecendo sua teoria; (...) informou-me sobre alguns de seus projetos literários. Logo ficamos íntimos, o que durou quinze anos, e talvez ainda perdurasse se eu, infelizmente, não fosse da mesma profissão que ele.<sup>48</sup>

Na companhia de Diderot, ia ao teatro ou jogava xadrez. Nesse jogo, conheceu Philidor e outros peritos “e não tenho dúvida que, no fim, me tornarei superior a todos eles”.<sup>49</sup> Teve acesso à casa e aos salões de Mme. Dupin, filha do banqueiro Samuel Bernard, fazendo amizade com seu enteado, Claude Dupin de Francueil. Enquanto isso, Jean-Jacques já podia ver o fundo de seu bolso.

Começou a procurar ocupação que suplementasse o auxílio que os amigos lhe davam. Por intercessão de Mme. de Besenval, foi-lhe oferecido o posto de secretário na embaixada da França, em Veneza. Após longa e perigosa viagem, tendo em vista a guerra, chegou a Veneza na primavera de 1743, apresentando-se ao Conde de Montaigu. Esse conde, afirma Rousseau, era quase analfabeto. O secretário tinha a seu cargo e iniciativa própria a decifração e elaboração de documentos, assim como sua apresentação ao Senado veneziano, trabalho para o qual não esquecera o italiano que havia aprendido em Turim. Orgulhava-se de seu novo *status*, queixando-se de não ter sido recebido com salva de canhões ao visitar um navio mercante, “quando personalidades de menor importância obtinham tal deferência”.<sup>50</sup> Chefe e subalterno disputavam no sentido de quem iria ficar com os emolumentos pagos pela emissão de passaportes para a França. Com a parte que lhe cabia Rousseau prosperava, comia extraordinariamente bem, ia ao teatro e à ópera, apaixonava-se pela música e pelas moças italianas.

Certa vez, “para não parecer muito bronco perante meus companheiros”, procurou uma prostituta, La Padoana. Pediu-lhe que cantasse. Ela aquiesceu. Rousseau deu-lhe um ducado e dirigiu-se para a porta de saída. Ela recusou-se a receber o dinheiro sem ter feito jus a ele. Rousseau contemplou-a, “voltando à casa tão convencido de que iria sofrer as conseqüências de tal passo, que minha primeira providência foi chamar o médico do rei, a fim de lhe pedir um medicamento”. O médico, entretanto, “convenceu-me que minha constituição era de molde a não ser facilmente contaminada”.<sup>51</sup> Algum tempo depois, os amigos ofereceram-lhe uma festa, na qual estaria presente a bela prostituta Zulietta, que seria o prêmio. Convidando-o a seu quarto, despiu-se. “De repente, em vez de sentir-me invadido pelo desejo, senti um frio mortal percorrer-me as veias e, angustiado, sentei-me e chorei como criança.” Mais tarde, justificou sua incapacidade, alegando que um dos seios da mulher era deformado.

Zulietta investiu contra ele com desprezo, dizendo-lhe para "deixar em paz as mulheres e dedicar-se à matemática".<sup>32</sup>

O Conde de Montaigu, vendo atrasados seus próprios vencimentos, reteve os de Rousseau. Brigaram e o secretário foi demitido (4 de agosto de 1744). Rousseau deu queixa a seus amigos de Paris. Um pedido de informações foi enviado ao embaixador. Este respondeu: "Cumpre-me informar de que maneira fui iludido a respeito de M. Rousseau. Seu gênio e insolência, causados pela elevada opinião que nutre a seu próprio respeito, assim como sua loucura, são fatores que o colocam na situação em que se encontra. Expulsei-o como se expulsa um mau laçao."<sup>33</sup> Jean-Jacques voltou a Paris (11 de outubro), apresentando sua versão da história às autoridades governamentais. Não lhe acenaram com nenhuma reparação. Ele apelou então para Mme. de Besenval. Esta recusou-se a recebê-lo. Rousseau enviou-lhe uma carta apaixonada, na qual já se pressentia a fúria da Revolução, ainda longínqua:

Enganei-me, senhora. Julguei-a justa. A senhora é apenas *noble* [título de nobreza]. Devia ter-me lembrado do fato. Devia ter percebido não ser correto que eu, um estrangeiro e um plebeu, apresentasse queixa contra um fidalgo. Se algum dia o destino me colocar sob as ordens de um embaixador da mesma essência, sofrerei sem me queixar. Se lhe falta dignidade e elevação de alma é porque a nobreza dispensa tudo isso. Se ele se alia com tudo quanto é vil em uma cidade imoral é porque seus antepassados criaram para ele bastantes honrarias. Se ele se associa a velhacos, se ele é também um patife, se ele destitui um servidor de seus vencimentos, ah, então, minha senhora, pensarei como é bom *não* ser o filho de seus próprios atos! Quem eram esses antepassados? Pessoas sem reputação, sem fortuna, iguais a mim. Tinham algum talento, fizeram um nome por si próprios, mas a natureza, que espalha as sementes do bem e do mal, deu-lhes uma desprezível descendência.<sup>34</sup>

E, nas *Confissões*, Rousseau acrescenta:

A justiça e a inutilidade de minhas queixas deixaram em meu coração sementes de revolta contra nossas absurdas instituições sociais, pelas quais o bem-estar do povo e a verdadeira justiça são sempre sacrificados a não sei que aparência de ordem, que nada mais faz senão dar a sanção da autoridade pública para opressão dos fracos e iniquidade dos poderosos.<sup>35</sup>

De volta a Paris, Montaigu remeteu a Rousseau "algum dinheiro para saldar minhas contas.(...) Recebi o que me era enviado, paguei minhas dívidas e continuei como antes, sem um franco no bolso". Instalando-se novamente no Hotel St.-Quentin, manteve-se com o trabalho da cópia de música. Quando o Duque de Orléans, sabedor de sua pobreza, lhe deu música para copiar, juntamente com cinquenta luíses, Rousseau ficou com cinco, devolvendo o restante como excesso de pagamento.<sup>36</sup>

Ganhava muito pouco para manter uma esposa, mas achava que com economia rija poderia ter uma amante. Entre aqueles que no Hotel St.-Quentin comiam à sua mesa, encontrava-se a senhoria, alguns eclesiásticos pobres e uma jovem empregada do hotel, lavadeira ou costureira. Thérèse Levasseur era tão tímida quanto Jean-Jacques, e igualmente cônsua — embora não tão orgulhosa — de sua pobreza. Quando os padres a importunavam, Rousseau saía em sua defesa. Ela passou a julgá-lo seu prote-

tor. Logo atiraram-se aos braços um do outro (1746). "Comecei dizendo que nunca a abandonaria ou me casaria com ela."<sup>57</sup> Confessando não ser mais virgem, a moça lhe garantiu que havia pecado apenas uma vez, e há muito tempo. Magnânimo, Rousseau perdoou-a, assegurando-lhe que a virgindade aos vinte anos era, afinal, uma raridade em Paris.

Thérèse era uma criatura simples, destituída de qualquer encanto e artifício. Não sabia falar de filosofia e política como uma *salonnière*, porém sabia cozinhar, tomar conta de uma casa, assim como suportar com paciência o estranho temperamento e atitudes de Rousseau. Em geral, este se referia a ela como sua "governanta" e Thérèse chamava-o "meu homem". Era raro levá-la consigo quando em visita aos amigos, porque ela permanecera mentalmente uma adolescente, como ele continuava um permanente adolescente moral.

A princípio tentei melhorar-lhe o espírito, porém meus esforços foram inúteis. Seu espírito é como a natureza o fez, avesso à cultura. Não me envergonho em dizer que ela nunca soube ler bem, embora escreva passavelmente. (...) Não consegue enumerar em ordem os doze meses do ano, ou distinguir um número do outro, não obstante todo o trabalho que tive tentando ensinar-lhe. Também não sabe contar dinheiro, nem avaliar o preço de qualquer coisa. As palavras que lhe vêm à mente, quando fala, são em geral o contrário daquilo que pretende dizer. Fiz um dicionário de suas frases, para distrair M. de Luxembourg, e seus *qui pro quos* tornaram-se célebres entre aqueles que me eram mais íntimos.<sup>58</sup>

Quando ela ficou grávida, Rousseau "viu-se no maior dos embarços". O que podia fazer com crianças? Seus amigos afirmaram-lhe ser hábito mandar para o asilo de crianças abandonadas a prole indesejável. Quando a criança nasceu isto foi feito, sob protestos de Thérèse, mas com a cumplicidade de sua mãe (1747). Nos quatro anos seguintes, nasceram mais quatro crianças, que tiveram igual sorte. Alguns incrédulos insinuaram que Rousseau nunca tivera filho algum, e que essa história era por ele inventada para ocultar sua impotência. Contudo, suas reiteradas justificativas para eximir-se da responsabilidade tornaram improvável o argumento. Rousseau fez uma confissão, em particular, a Diderot, Grimm e a Mme. d'Épinay,<sup>59</sup> e implicitamente reconheceu o fato em *Émile*, insurgindo-se contra Voltaire por tê-lo tornado público. Nas *Confissões* admitiu explicitamente o fato, expressando remorso. Não fora feito para a vida em família, pois era um feixe de nervos e um nômade de corpo e de alma.

Naquela ocasião, teve a sorte de encontrar uma colocação lucrativa. Foi secretário de Mme. Dupin, depois de seu sobrinho, e quando Dupin de Francueil tornou-se recebedor-geral, Rousseau foi promovido a caixa, com mil francos anuais. Adotou a trançadeira de ouro, meias brancas, peruca e espada, com os quais os homens de letras imitavam a indumentária dos aristocratas, a fim de poder frequentar as casas nobres;<sup>60</sup> e bem podemos imaginar o constrangimento de sua personalidade dicotomizada. Foi acolhido em vários salões, fazendo amizades: Raynal, Marmontel, Duclos, Mme. d'Épinay e, por último, o mais íntimo e fatal, Friedrich Melchior Grimm. Esteve presente nos deslumbrantes jantares em casa do Barão Holbach, onde Diderot matava deuses com o que seus inimigos denominavam a queixada de um burro. Nesse antro de infelizes, quase se dissipou por completo o catolicismo de Rousseau.

Entrementes, Jean-Jacques escrevia música. Em 1743, principiou a combinação de ópera e balé que denominou *Les Muses Galantes*. Celebrava os amores de Anacreonte, Ovídio e Tasso. A obra foi apresentada em 1745, com certo brilho, na casa do coletor de impostos, La Popelinière. Rameau descartou-a como *pasticcio* dos plágios dos compositores italianos, mas o Duque de Richelieu gostou, encarregando Rousseau de efetuar a revisão da ópera-balé *Les Fêtes de Ramire*, uma tentativa de Rameau e Voltaire. Em 11 de dezembro de 1745, Rousseau escreveu sua primeira carta ao rei da literatura na França:

No decurso de quinze anos, tenho trabalhado a fim de tornar-me digno de vossa estima e da bondade com que tratais as jovens Musas nas quais descobris algum talento. Assim é que, tendo musicado uma ópera, vejo-me transformado em músico. Qualquer sucesso com que meus débeis esforços possam contar serão gloriosos se obtiverem a honra de ser por vós conhecidos e de terem demonstrado a admiração e profundo respeito com os quais tenho a honra de ser, senhor, vosso humilde e mais obediente servidor.<sup>61</sup>

Voltaire respondeu: "Senhor, estão unidas em vós duas qualidades que até agora sempre têm andado separadas. Eis aqui os dois principais motivos por que deverei apreciar-vos e estimar-vos."

Estas cartas de amor deram início a uma famosa inimizade.

#### V. A CIVILIZAÇÃO É UMA MOLÉSTIA?

Em 1749, Diderot foi preso em Vincennes em virtude de trechos ofensivos de suas *Cartas sobre os Cegos*. Rousseau escreveu a Mme. de Pompadour, rogando a libertação do amigo, ou permissão para com ele compartilhar a prisão. Durante aquele verão, fez a viagem de ida e volta entre Paris e Vincennes a fim de visitar Diderot. Em uma dessas jornadas, pegou uma edição do *Mercure de France* para ler durante a caminhada. Foi assim que viu o anúncio de um prêmio a ser concedido pela Academia de Ciências de Dijon para o melhor ensaio sobre a questão: "A renovação das ciências e das artes contribuiu para a corrupção ou depuração dos costumes?" Teve vontade de concorrer, pois já contava 37 anos e já era tempo de fazer um nome por seus próprios meios. Mas era ele possuidor de suficientes conhecimentos de ciência, arte ou história para discutir tais tópicos sem revelar deficiências de educação? Em carta endereçada a Malesherbes, datada de 12 de janeiro de 1762, descreveu com emoção característica de seu temperamento a revelação que se lhe depարou enquanto andava:

Num instante, fiquei ofuscado por milhares de luzes cintilantes. Uma legião de idéias vívidas invadiu minha mente com tanta força e confusão que me lancei numa indizível agitação. Senti a cabeça rodando como se estivesse embriagado. Violenta palpitação oprimiu-me. Impossibilitado de andar por dificuldade de respirar, deixei-me cair embaixo de uma das árvores que margeavam o caminho, ali ficando meia hora, presa de tamanha agitação que, ao levantar-me, o peito do meu paletó estava molhado de lágrimas.(...) Ah, se eu pudesse ter escrito um quarto do que vi e senti sob aquela árvore, com que clareza poderia descrever todas as contradições de nosso sistema social! Com que simplicidade teria demonstrado que o homem é intrinsecamente bom e que apenas nossas instituições o fizeram mau!<sup>62</sup>

Esta última frase constituiria o tema do cântico de sua vida, e as lágrimas que mancharam seu casaco os cursos d'água do movimento romântico da França e da Alemanha. Agora, podia desafogar o coração contra o artificialismo de Paris, a corrupção de seus costumes, a falsidade de suas maneiras galantes, a licenciosidade de sua literatura, o sensualismo de sua arte, o esnobismo da divisão de classes, a insensível extravagância dos ricos financiada pela extorsão dos pobres, a dissecação da alma por meio da substituição da religião pela ciência, do sentimento pela lógica. Declarando guerra a essa degenerescência, podia justificar a simplicidade de sua própria cultura, suas maneiras provincianas, seu mal-estar na sociedade, sua repugnância pela bisbilhotice maldosa e inteligência irreverente, o desafio de conservar a fé religiosa em meio ao ateísmo de seus amigos. No íntimo, era ainda calvinista, recordando com certa nostalgia a moral a ele exposta na adolescência. Respondendo a Dijon, exaltaria Genebra, sua cidade natal, em detrimento de Paris, explicando a si próprio e aos outros por que havia sido tão feliz em Les Charmettes e era tão infeliz nos salões.

Chegando a Vincennes, revelou a Diderot sua intenção de concorrer ao prêmio. Diderot aplaudiu-o, pedindo-lhe que atacasse a civilização da época com a maior veemência possível. Quase nenhum concorrente ousaria seguir essa linha e a posição de Rousseau se destacaria como individualista. Uma controvérsia menor obscurece a narrativa nesse ponto. Em 1782, Diderot reportou-se à visita de Rousseau de maneira idêntica ao relato dele. "O partido adotado por você", disse-lhe eu, "é aquele que os outros rejeitarão." "Você está certo", respondeu Rousseau.<sup>63</sup> Em 1793, Marmontel citou Diderot como tendo dissuadido Rousseau de tomar o partido da acusação. "'Seguirei seu conselho', respondeu Rousseau."<sup>64</sup> Jean-Jacques voltou a seus aposentos ansioso para destruir as artes e as ciências que Diderot preparava-se para exaltar na *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts, et des métiers* (1751 f.).

Compus o *Discurso* num estado de alma peculiar.(...) A ele dediquei-me nas noites em que o sono me abandonava. Na cama, meditava de olhos fechados, revolvendo mentalmente os períodos com esforço e atenção inacreditáveis. Logo que terminei o *Discurso* mostrei-o a Diderot. Este gostou da obra, fazendo alguns reparos, os quais, na sua opinião, eram necessários... Expedi o trabalho sem nada dizer a ninguém [mais], exceto, parece-me, a Grimm.<sup>65</sup>

A Academia de Dijon outorgou o primeiro prêmio ao ensaio (23 de agosto de 1750) — uma medalha de ouro e trezentos francos. Com o entusiasmo que lhe era peculiar, Diderot providenciou a publicação do *Discours sur les arts et les sciences*, dirigindo-se, em seguida, ao autor: "O seu *Discurso* está sendo aceito além de qualquer expectativa, nunca houve exemplo de tamanho sucesso."<sup>66</sup> Era como se Paris compreendesse que ali, no próprio centro do Iluminismo, um homem surgira para desafiar a Idade da Razão, desafio este transmitido por voz que seria ouvida.

No princípio, o ensaio parecia aplaudir os triunfos da razão:

É um nobre e belo espetáculo ver um homem alçar-se, por assim dizer, do nada, por seus próprios esforços, dissipando, com a luz da razão, todas as nuvens espessas com as quais ele estivera, por natureza, envolvido, elevando-se acima de si mesmo, pairando em pensamento até as regiões celestiais, abarcando com gigantescas passa-

das, à semelhança do sol, a vasta extensão do universo e, o que é ainda mais grandioso e maravilhoso, recolhendo-se dentro de si mesmo para estudar o homem e conhecer sua própria natureza, seus deveres, suas finalidades. Vimos todos esses milagres renovados no decurso das últimas gerações.<sup>67</sup>

Voltaire deve ter esboçado um sorriso aprovador sobre esse enlevo inicial. Ali estava um novo recruta para os *philosophes*, para os bons companheiros que aniquilariam a superstição e *l'infâme*. E já não estava esse jovem Lochinvar contribuindo para a *Encyclopédie*? Contudo, mais adiante, a argumentação assume tom angustiante. Todo esse progresso do saber, acrescentava Rousseau, tornou mais poderosos os governos, esmagando a liberdade do indivíduo, substituindo as virtudes simples e discursos francos de uma era mais primitiva com as hipocrisias do *savoir-faire*.

Amizade sincera, estima verdadeira e confiança mútua abandonaram o homem. Inveja, desconfiança, medo, frieza, reserva, ódio e fraude estão constantemente ocultos sob capa e véu enganadores da polidez, que alardeia sinceridade e civilidade de que somos devedores em relação à luz e lideranças desta época. Deixai que as artes e as ciências reivindiquem a parte que lhes coube nesse trabalho salutar!<sup>68</sup>

Tal corrupção da moral e do caráter em prol do progresso do saber e das artes é quase uma lei histórica. “O Egito, berço da filosofia e das belas-artes, logo foi conquistado.”<sup>69</sup> A Grécia, outrora pátria de heróis, duas vezes venceu a Ásia. As “letras” estavam então em sua infância, e as virtudes de Esparta não haviam sido substituídas, como o ideal grego, pelo refinamento de Atenas, o sofisma dos sofistas, as formas voluptuosas de Praxíteles. Quando essa “civilização” atingiu o auge, ela foi derrubada por um golpe de Filipe da Macedônia e, depois, passivamente, aceitou o jugo de Roma. Roma conquistou todo o mundo mediterrâneo quando era uma nação de camponeses e soldados habituados a uma disciplina estoica, porém, ao relaxar numa indulgência epicurista, louvando as obscenidades de Ovídio, Catulo e Marcial, tornou-se o cenário do vício, “o escárnio das nações, um objeto de zombaria até entre os bárbaros”.<sup>70</sup> E quando, por ocasião do Renascimento, Roma reviveu, as artes e as letras tornaram a solapar o poderio dos governos e dos governados, deixando a Itália excessivamente fraca para suportar as invasões. Carlos VIII da França dominou a Toscana e Nápoles quase sem puxar a espada, “e toda a corte desse monarca atribuiu o inesperado sucesso ao fato de que os príncipes e os nobres da Itália empenhavam-se com maior zelo a cultivar seus conhecimentos do que nos empreendimentos enérgicos e marciais”.<sup>71</sup>

A própria literatura é um elemento de desintegração.

Conta-se que o Califa Omar, ao lhe perguntarem o que devia ser feito com a biblioteca de Alexandria, respondeu(...): “Se os livros da biblioteca contêm algo contrário ao Corão, eles são maus e devem ser queimados. Se contêm apenas aquilo que é pregado pelo Corão, eles são supérfluos.” Tal raciocínio tem sido citado pelos homens de letras como o auge do absurdo. Entretanto, se Gregório, o Grande, estivesse no lugar de Omar, e o Evangelho no lugar do Corão, a biblioteca teria ainda sido queimada, e talvez constituísse a mais bela ação de sua vida.<sup>72</sup>

Ora, consideremos o efeito desintegrador da filosofia. Alguns dos “amantes da cultura” nos dizem não existir aquilo que se denomina matéria. Outros nos asseguram que somente a matéria existe, não havendo outro Deus senão o próprio universo. Um terceiro grupo declara que vício e virtude não passam de nomes e que nada contam, além de força e destreza. Esses filósofos “solapam os alicerces de nossa fé, destruindo a virtude. Sorriem com desprezo perante palavras velhas tais como *patriotismo e religião*, dedicando seu talento(...) na destruição e difamação daquilo que o homem tem de mais sagrado”.<sup>73</sup> Na antigüidade, tal contra-senso não fazia sobreviver por muito tempo o seu autor, mas agora, graças à imprensa, “os perniciosos reflexos de Hobbes e Spinoza durarão para sempre”. Por conseguinte, a descoberta da imprensa foi um dos maiores desastres da história da humanidade e “é fácil prever que, a partir de então, os soberanos terão mais trabalho em banir esta terrível arte dos seus domínios do que jamais tiveram para estimulá-la”.<sup>74</sup>

Notem-se o vigor e a excelência dos povos que nunca souberam filosofia ou ciência, literatura ou arte: os persas no tempo de Ciro, os alemães na descrição de Tácito, ou, “na nossa era, a rústica nação [Suíça] cuja renomada coragem nem mesmo a adversidade pôde conquistar e cuja fidelidade nenhum exemplo conseguiu corromper”. A esses, o orgulhoso genebrês acrescenta “as aventureiras nações que não sabiam até mesmo o nome de muitos vícios, os quais nós achamos difícil extinguir — os selvagens da América, cuja forma natural e simples de governo Montaigne, sem hesitar, preferia não apenas às leis de Platão, porém às visões mais perfeitas de governo que a filosofia possa sugerir”.<sup>75</sup>

Qual será, portanto, a nossa conclusão? É que

a luxúria, a devassidão, a escravidão têm sido em todas as épocas o castigo de nosso orgulho de sair do feliz estado da ignorância no qual a sábia Providência nos colocou.(...) Deixemos que os homens aprendam de uma vez por todas que a natureza os teria preservado da ciência como a mãe arranca perigosa arma das mãos do filho.<sup>76</sup>

A resposta à pergunta formulada pela erudita Academia é de que o conhecimento sem virtude constitui uma armadilha. Que o único verdadeiro progresso é o progresso moral. Que o desenvolvimento da cultura corrompeu, em vez de purificar, a moral dos homens, e que a civilização não é a ascensão do homem a um nobre estado, mas o seu rebaixamento da simplicidade rústica que era um paraíso de inocência e beatitude.

Chegando ao término do *Discurso*, Rousseau parou para considerar, um tanto apreensivo, a confusão em que se encontravam a ciência, a arte, a literatura e a filosofia, que ele havia abandonado em seu caminho. Lembrou-se do amigo, Diderot, que preparava uma enciclopédia dedicada ao progresso científico. De repente, percebeu que alguns filósofos, por exemplo, Bacon e Descartes, eram “magníficos professores”. Propôs que as espécies vivas daquela raça deveriam ser proclamadas conselheiros pelas leis do Estado. Cícero não tinha sido aclamado cônsul de Roma, e o maior dos filósofos modernos chanceler da Inglaterra?<sup>77</sup> Talvez tenha sido Diderot quem houvesse inserido essas linhas, porém Jean-Jacques tivera a última palavra:

Quanto a nós, homens comuns, sobre os quais os céus não houveram por bem conferir talentos tão grandes(...) deixai-nos permanecer em nossa obscuridade.(...) Deixai que seja conferida a outrem a tarefa de instruir a humanidade sobre seus deveres, restringindo-nos ao desempenho dos nossos.(...) Virtude! Sublime ciência dos espíritos simples,(...) seus princípios não estão em todos os corações? Precisamos fazer mais para aprender suas leis, do que(...) ouvir a voz da consciência?(...) Esta é a verdadeira filosofia com a qual devemos aprender a nos contentar.<sup>78</sup>

Paris não sabia se levava o *Discurso* a sério ou se deveria interpretá-lo como um ensaio nocivo, em hipérbole e paradoxo, ocultando algo. Alguns declararam (é Rousseau quem nos diz)<sup>79</sup> que ele não acreditava em uma só palavra do que escrevera. Diderot, que acreditava na ciência mas sofria os rigores das convenções e da moral, aparentemente aprovava os exageros de Rousseau como um castigo que a sociedade de Paris merecia. Os membros da Corte aplaudiam o ensaio como uma repreensão bem merecida aos filósofos insolentes e subversivos.<sup>80</sup> Deve ter havido muitos espíritos sensíveis que, como o eloquente autor, se sentiam inibidos na boataria e efervescência de Paris. Rousseau expressara um problema existente em toda sociedade progressista. Será que os frutos da tecnologia compensam a pressa, as tensões, os suspiros, o barulho e os odores da vida industrializada? Será que a instrução solapa a moral? Será sensato seguir a ciência até a mútua destruição, e a filosofia até o desencanto com uma revigorante esperança?

Vários críticos levantaram-se em defesa da civilização: Bordes, da Academia de Lyon, Lacat, da Academia de Rouen, Formey, da Academia de Berlim, e o não menos erudito Estanislau Leszczyński, ex-rei da Polônia, depois Duque de Lorena. Os intelectuais declararam ser a diatribe apenas uma ampliação das dúvidas expressas por Montaigne em seu ensaio "Sobre os Canibais". Outros achavam que ouviam a voz de Pascal abandonando a ciência pela religião e, na verdade, milhares de "médicos e santos" há muito tinham condenado a civilização como uma moléstia ou um pecado. Os teólogos pretendiam que a "inocência" do "estado natural", do qual o homem havia decaído, não passava de uma repetição da história do Éden, em que a civilização assumiu o lugar do pecado original, causando a queda do homem. Em ambos os casos, o desejo de saber terminara a felicidade. Sofistas, como Voltaire, admiravam-se de que um homem de 37 anos pudesse ter escrito aquela choradeira infantil contra as realizações da ciência, a vantagem das boas maneiras e a inspiração da arte. Artistas, como Bucher, certamente retorciam-se de raiva perante a crítica de Rousseau, mas alguns como Chardin e La Tour o teriam acusado de fazer generalizações indiscriminadas. Os militares sorriam diante da exaltação das qualidades marciais e eterna prontidão para a guerra do ingênuo músico.

Grimm, amigo de Rousseau, insurgiu-se contra qualquer volta "à natureza". "Que abominável contra-senso!", exclamou, fazendo uma pergunta embaraçosa: "O que é natureza?"<sup>81</sup> Bayle observou: "É difícil encontrar palavra mais indefinida do que(...) natureza.(...) A conclusão é a de que não se pode ter certeza de que 'tudo quanto vem da natureza seja bom e certo'. Vemos na espécie humana muitos aspectos maus e, contudo, não passam de obra da natureza."<sup>82</sup> A concepção de Rousseau sobre natureza primitiva era, sem dúvida, um ideal romântico. A natureza (a vida sem regras sociais e proteção) é "olho por olho, dente por dente", e sua lei última



matar ou morrer. A “natureza” amada por Jean-Jacques, como em Vevey ou Clarens, era uma natureza civilizada — suavizada pelo homem. Na verdade, ele não desejava voltar à condição primitiva, com toda a sua sujeira, insegurança e violência física. Queria retornar à família patriarcal, cultivando o solo e vivendo de seus frutos. Almejava libertar-se dos regulamentos e restrições da sociedade refinada e do estilo clássico de moderação e razão. Odiava Paris, desejando ardentemente voltar a Les Charmettes. No fim da vida, em *Les Rêveries d'un promeneur solitaire*, sublimou sua inadaptação:

Nasci o homem mais confiante do mundo e no decurso de quarenta anos essa confiança não me abandonou por um único instante. Transportado subitamente ao convívio de outras pessoas e coisas, caí em mil ciladas.(...) Convencido de que só havia impostura e falsidade nos sorrisos de amizade que me foram prodigalizados, passei logo ao extremo oposto.(...) Fiquei enojado dos homens(...) jamais me habituei verdadeiramente com o ambiente da cidade, onde tudo é inquietação, obrigação, dever, e onde minha independência inata tornou-me incapaz de sujeições necessárias a quem deseja viver entre os homens.<sup>83</sup>

E, nas *Confissões*, corajosamente concordou em que o seu primeiro *Discurso*, “embora vigoroso e repleto de fervor, era totalmente destituído de lógica e ordem; de todas as obras que escrevi, esta é a de raciocínio mais fraco e mais carente de ritmo [ritmo de prosa?] e harmonia”.<sup>84</sup>

Não obstante, respondeu energeticamente aos críticos, reafirmando seus paradoxos. Como uma cortesia a Estanislau, fez uma exceção. Pensando bem, decidiu não queimar bibliotecas ou fechar universidades e academias. “Tudo que ganharíamos seria mergulhar a Europa, mais uma vez, no primitivismo,<sup>85</sup> e quando os homens são corruptos é melhor para eles que sejam instruídos e não ignorantes.”<sup>86</sup> Entretanto, nenhum item foi retirado de suas acusações à sociedade parisiense. Simbolizando sua retirada dessa sociedade, descartou-se da espada, dos alamares de ouro e das meias brancas, passando a adotar a simples indumentária e a peruca menor da classe média. “Assim”, disse Marmontel, “a partir daquele instante, ele escolheu o papel que ia representar e a máscara que ia usar.”<sup>87</sup> Se era uma máscara, ela foi usada tão bem e com tanta persistência que se tornou inerente ao homem, mudando a face da história.

## VI. PARIS E GENEBRA: 1750-54

Em dezembro de 1750, Rousseau adoeceu tão gravemente da bexiga que foi obrigado a guardar o leito por seis semanas. Este revés agravou sua tendência para a melancolia e o isolamento. As pessoas abastadas de suas relações enviaram-lhe seus médicos, porém a ciência médica da época não estava apta a auxiliá-lo. “Quanto mais obedecia às prescrições desses médicos, mais amarelo, magro e fraco eu ficava. Minha imaginação(...) mostrava-me, do lado de cá do túmulo, nada mais senão constantes padecimentos provocados pelas areias, cálculos e retenção de urina. O que aos outros aliviava — tisanas, banhos e sangrias — só aumentava meus padecimentos.”<sup>88</sup>

Em princípios de 1751, Thérèse deu-lhe o terceiro filho, que foi seguir seus antecessores no asilo. A explicação dada posteriormente por Jean-Jacques era de que suas condições pecuniárias não lhe permitiam manter as crianças, e que elas seriam desgraçadas caso fossem criadas pelos Levasseurs, além do que prejudicariam seu trabalho de escritor e músico. A moléstia obrigou-o a abrir mão do posto e da remuneração de tesoureiro de Dupin de Francueil. Assim sendo, mantinha-se apenas com a cópia de música a dez *sous* por página. Por negligência de Diderot, ou parcimônia dos editores, Rousseau nada recebeu da venda do *Discurso*. A música rendeu-lhe mais do que a filosofia.

Em 18 de outubro de 1752, por influência de Duclos, a opereta de Rousseau, *Le Devin du village*, foi apresentada ao rei e à corte, em Fontainebleau. Obteve tanto sucesso que foi reencenada uma semana depois. Um espetáculo para o público, em Paris (1º de março de 1753) recebeu aclamação maior, e o artista há pouco abandonado viu-se novamente célebre. O pequeno *intermède*, para o qual Rousseau escrevera tanto a música quanto as palavras, era quase um *obligato* ao *Discurso*: Colette, a pastora, desgostosa com os namoros de Colin com as senhoritas da cidade, é instruída pelo adivinho da aldeia a arranjar também seus namoricos, a fim de reconquistá-lo. Presa de ciúmes, Colin volta e os dois cantam juntos baladas em louvor da vida campestre em detrimento da vida urbana. Rousseau assistiu à estréia, quase se reconciliando com a sociedade:

Na presença do rei não é permitido aplaudir. Por conseguinte, podia-se ouvir tudo, o que era bom, tanto para o autor como para a música. Ouvia ao meu redor o sussurro das mulheres, que se mostravam belas como anjos. Em voz baixa, comentavam: "Como é belo, arrebatador, não há uma nota que não vá direto ao coração." O prazer de dar semelhante emoção a criaturas tão amáveis comoveu-me às lágrimas, que não consegui conter durante o primeiro dueto, quando observei que não era o único a fazê-lo.<sup>89</sup>

Naquela noite, o Duque d'Aumont enviou-lhe nota para que se apresentasse ao palácio no dia seguinte, às onze horas da manhã, para ser apresentado ao rei. A mensagem acrescentava que o rei pretendia dar uma pensão ao compositor. A bexiga de Rousseau, entretanto, vetou o plano.

Será possível que a noite de um dia tão brilhante fosse de angústia e perplexidade? Meu primeiro pensamento foi o de que, após a apresentação ao rei, eu talvez me visse obrigado a ausentar-me freqüentemente. Esta idéia torturou-me intensamente no teatro e poderia atormentar-me no dia seguinte, quando estivesse nas dependências reais, entre as maiores personalidades, aguardando que Sua Majestade se retirasse. Minha enfermidade foi a principal razão do impedimento de mesclar-me à sociedade refinada, comprazendo-me na companhia das belas.(...) Só aqueles que já se viram em tal situação podem julgar o horror de serem expostos a semelhantes riscos.<sup>90</sup>

Em face das circunstâncias, avisou que não poderia ir. Dois dias depois, Diderot reprovou-o de perder aquela oportunidade de obter uma situação melhor para ele e Thérèse. "Ele referiu-se à pensão com mais calor do que, em relação ao assunto, eu esperaria ouvir de um filósofo.(...) Embora lhe fosse grato por suas boas intenções,

eu não podia me sentir atraído por suas máximas, o que provocou uma discussão acalorada, a primeira que já tive com ele.”<sup>91</sup> Não obstante, Jean-Jacques não deixou de lucrar com o seu *Devin*. Mme. de Pompadour gostou tanto da peça que resolveu escolher o papel de Colette quando da segunda apresentação na corte, enviando-lhe cinquenta luíses, enquanto o rei remeteu-lhe cem.<sup>92</sup> O próprio rei, “com a pior voz do reino”, andava cantando a triste ária de Colette, “*J’ai perdu mon serviteur*” — uma premonição de Gluck.

Entrementes, Rousseau preparava artigos sobre música para a *Encyclopédie*. “Redigidos apressadamente e, em conseqüência, muito mal, durante os três meses estipulados por Diderot.” Rameau criticou severamente tais contribuições, em panfleto intitulado *Erreurs sur la musique dans l’Encyclopédie* (1755). Rousseau corrigiu esses artigos, tornando-os a base do *Dictionnaire de la musique* (1767). Seus contemporâneos, com exceção de Rameau, classificaram-no “um músico de primeiríssima categoria”.<sup>93</sup> Agora, podemos considerá-lo bom compositor de um gênero menor. No entanto, ele foi inquestionavelmente o compositor de música mais interessante daquela geração.

Quando, em 1752, uma companhia de cantores de ópera invadiu Paris, surgiram controvérsias a respeito dos méritos relativos da música italiana diante da música francesa. Rousseau arremessou-se na contenda com sua *Lettre sur la musique française* (1753) “na qual”, comentou Grimm, “ele prova ser impossível adaptar música ao idioma francês, porque esse idioma é positivamente inadequado à música. Os franceses nunca tiveram uma música própria e nunca a terão”.<sup>94</sup> Rousseau era inteiramente partidário da melodia. “Cantávamos canções antigas”, escreveu em *Rêveries*, “o que era bem melhor do que as desavenças atuais.”<sup>95</sup> Qual o país que não ouviu tais queixas? No artigo intitulado “Ópera”, do *Dictionnaire de la musique*, ele abriu uma porta a Wagner, ao definir a ópera “como um espetáculo dramático e lírico que procura reunir todos os encantos das *beaux arts* na representação da ação apaixonada.(...) A ópera compõe-se de poema, música e cenário. A poesia apela para o espírito, a música para o ouvido, a pintura para os olhos.(...) Os dramas gregos poderiam denominar-se óperas”.<sup>96</sup>

Por essa época (1752), Maurice Quentin de La Tour fez o retrato de Rousseau a pastel.<sup>97</sup> Representou-o sorridente, belo, bem-vestido. Diderot condenou a pintura como infiel à realidade.<sup>98</sup> Marmontel fez a descrição de Rousseau conforme o via naqueles tempos nos jantares de d’Holbach. “Acabara de ser agraciado com o prêmio(...) em Dijon.(...) Bem-educado e tímido, às vezes solícito a ponto de chegar às raías da humildade. A desconfiança era visível sob essa assustadora reserva. Os olhos baixos tudo observavam com expressão cheia de melancólica suspeita. Poucas vezes participava de qualquer conversa, e raramente abria-se conosco.”<sup>99</sup>

Como denunciasse veementemente a ciência e a filosofia, Rousseau não se sentia à vontade entre os *philosophes* prevalecentes nos salões. Seu *Discurso* comprometera-se na defesa da religião. Segundo um relato de Mme. d’Épinay, em jantar oferecido por Mme. Quinault, a anfitriã, julgando a conversa por demais irreverente, rogou a seus convidados “que respeitassem pelo menos a religião natural”. “Não mais do que qualquer outra”, replicou mais tarde o Marquês de Saint-Lambert, rival de Voltaire no amor de Mme. du Châtelet e que, dentro em breve, seria o rival de Rousseau na afeição de Mme. d’Houdetot. Mme. d’Épinay continua:

Ouvindo a resposta, Rousseau encolerizou-se, murmurando algo que causou hilaridade geral. "Se", disse ele, "é covardia permitir que falem mal de um amigo ausente, é crime permitir a quem quer que seja falar mal de seu Deus, que está presente; e eu creio em Deus, senhores." (...) Virando-me para Saint-Lambert, eu disse: "Vós, senhor, que sois poeta, concordareis comigo que a existência de um ser eterno, todo-poderoso e supremamente inteligente, é o germe do mais sublime entusiasmo." "Confesso", respondeu ele, "que é belo ver esse Deus inclinar o rosto para a terra, (...) porém é o germe da insensatez..." "Senhor", interrompeu Rousseau, "se disserdes mais uma palavra deixarei esta sala." E, na verdade, acabara de levantar-se, pensando realmente em sair, quando foi anunciado o nome do Príncipe de \_\_\_\_\_.<sup>100</sup>

Todos se esqueceram do assunto em debate. Se desejarmos nos fiar nas *Memoirs de Mme. d'Épinay*, Rousseau lhe disse que todos aqueles ateus bem mereciam a eternidade do inferno.<sup>101</sup>

No prefácio da comédia *Narcisse*, de Jean-Jacques, encenada pela Comédie-Française, em 18 de dezembro de 1752, Rousseau reiterou sua guerra contra a civilização. "O gosto pelas letras sempre foi o prenúncio da corrupção que tende a se agravar. Em uma nação, esse pendor nasce de duas fontes do mal (...): ociosidade e desejo de honrarias."<sup>102</sup> Entretanto, continuou, até 1754, a freqüentar a "sinagoga" de d'Holbach dos livres-pensadores. Naquele salão, Marmontel, Grimm, Saint-Lambert e outros ouviram a leitura feita pelo Abade Petit de uma tragédia de sua autoria. Julgaram-na deplorável, entretanto expressaram muitas palavras de louvor sobre a obra. O abade, já tendo tomado uma considerável dose de vinho, não percebeu a ironia, inflando-se de satisfação. Rousseau, censurando a falta de lealdade dos amigos, investiu contra o abade num discurso impiedoso: "Sua peça não tem nenhum valor; (...) todos esses cavalheiros estão zombando do senhor. Saia desta cidade. Volte a ser vigário em sua aldeia."<sup>103</sup> D'Holbach reprovou Rousseau por sua rudeza. Este saiu colérico, ficando afastado por um ano.

Os companheiros haviam destruído seu catolicismo, mas não a fé nas bases do cristianismo. O protestantismo da infância voltou à tona, enquanto o catolicismo soçobrava. Idealizou a Genebra de sua mocidade, pensando que seria mais fácil encontrar a paz naquela cidade do que em Paris, que lhe angustiava a alma. Se voltasse para Genebra, reconquistaria o honrado título de cidadão, com os privilégios a ele inerentes. Em junho de 1754, tomou a diligência para Chambéry, encontrou Mme. de Warens pobre e infeliz, abriu sua bolsa para ela e partiu para Genebra. Lá, foi recebido como filho pródigo arrependido. Consta que tenha assinado uma declaração reafirmando o credo calvinista.<sup>104</sup> O clero de Genebra rejubilou-se com a recuperação de um enciclopedista para a sua fé evangélica. Foi reintegrado na qualidade de cidadão e a partir de então assinava, orgulhosamente, "Jean-Jacques Rousseau, *Citoyen*"

Fiquei tão impressionado com a gentileza a mim demonstrada (...) pelo Conselho [cívico] e pelo Consistório [eclesiástico], assim como pelo comportamento extremamente cortês e obsequioso dos magistrados, ministros e cidadãos, que (...) não tive a menor idéia de voltar a Paris, a não ser para liquidar a casa, encaminhar M. e Mme. Levasseur, ou prover-lhes a subsistência, e depois voltar com Thérèse para Genebra, lá ficando pelo resto de meus dias.<sup>105</sup>

Ele podia, então, apreciar inteiramente, mais do que na sua infância, as belezas do lago e suas margens. "Guardei viva na memória a grande extensão do lago(...) que, anos mais tarde, descrevi em *La Nouvelle Héloïse*." Os camponeses suíços entraram nesse idílio bucólico que ele relataria no mencionado romance. Eram proprietários de suas fazendas, estavam isentos do imposto de capitação e da *corvée*, ocupavam-se no inverno com trabalhos domésticos, satisfeitos pela distância do barulho e das labutas do mundo. Recordava as pequenas cidades-estados suíças ao descrever seu ideal político no *Contrato Social*.

Em outubro de 1754, deixou Paris, prometendo voltar breve. Voltaire chegou a Genebra dois meses após a partida de Rousseau, instalando-se em Les Délices. Em Paris, Jean-Jacques reatou sua amizade com Diderot e Grimm, porém não com a confiança de outrora. Ao saber da morte de Mme. d'Holbach, escreveu carinhosa carta de condolências ao barão. Os dois homens se reconciliaram e Rousseau tornou a sentar-se à mesa dos infieis. Por três anos foi, aparentemente, um dos *philosophes*. O novo credo calvinista pesava pouco em seus pensamentos. Dedicava-se, então, à publicação do segundo *Discurso*, que seria mais perturbador do que o primeiro.

## VII. OS CRIMES DA CIVILIZAÇÃO

Em novembro de 1753, a Academia de Dijon anunciou outro concurso. A pergunta era: "Qual a origem da desigualdade entre os homens, e será ela autorizada pela lei natural?" "Impressionado com a magnitude da questão", comentou Rousseau, "surpreendi-me que a Academia tenha ousado propô-la e, de vez que ela tenha demonstrado tal audácia(...) imediatamente iniciei minha dissertação sobre o assunto."<sup>106</sup> Sua contribuição teve por título: *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Em Chambéry, a 12 de junho de 1754, dedicou o segundo tomo do *Discurso* "à República de Genebra", acrescentando uma alocução aos "mais honrados, magníficos e soberanos senhores" e enunciando algumas notáveis opiniões sobre política:

Em minhas pesquisas relativas aos melhores regulamentos que, segundo o bom senso, podem ser expressos para a constituição de um governo, fiquei tão surpreendido ao verificar que todos se achavam em concordância com os que temos nesse país que, mesmo não houvesse eu nascido dentro de suas muralhas, julgaria indispensável oferecer o presente aspecto da sociedade humana a esse povo que, entre todos, parece o possuidor das maiores vantagens, e o que melhor se preservou de seus abusos.<sup>107</sup>

Ele louvou Genebra em termos que podem ser aplicados à Suíça dos tempos atuais:

Um país afastado, em virtude de uma feliz ausência de poder, do amor brutal à conquista, e resguardado por uma situação ainda mais abençoada, do temor de se tornar a presa dos outros Estados, uma cidade livre situada entre várias nações,

nenhuma delas interessada em atacá-la, enquanto cada uma interessava-se em impedir fosse ela atacada por outros.<sup>108</sup>

E o futuro ídolo da Revolução Francesa aprovava as limitações impostas à democracia, em Genebra, onde apenas oito por cento da população tinha direito a voto:

A fim de evitar projetos de interesse próprio e mal-intencionados, assim como perigosas inovações que acabaram por causar a ruína de Atenas, nenhum homem terá liberdade de propor novas leis a seu bel-prazer, cabendo exclusivamente aos magistrados tal direito. (...) É sobretudo a antiguidade das leis que as torna sagradas e veneráveis. Os homens logo aprendem a desprezar as leis que são alteradas diariamente. Habitando-se a abandonar seus costumes antigos sob o pretexto de melhorá-los, os Estados sempre introduziram males maiores do que aqueles que tentaram erradicar.<sup>109</sup>

Era um apelo para readmissão à cidadania de Genebra?

Tendo alcançado seu objetivo, Rousseau submeteu o ensaio à Academia de Dijon. Não obteve o prêmio, porém quando publicou o *Discurso*, em junho de 1755, teve a satisfação de tornar a ser o palpitante tópico das conversas nos salões parisienses. Não deixou nenhum paradoxo livre de suscitar debates. Não negou a desigualdade “natural” ou biológica. Reconheceu que muitos indivíduos, por nascimento, são mais saudáveis ou mais fortes do que outros moral, física ou espiritualmente. Argumentou, entretanto, que outras desigualdades — econômicas, políticas, sociais, morais — são antinaturais e surgem quando o homem abandona “o estado da natureza”, estabelece a propriedade privada e formula regulamentos para proteger essa propriedade e os privilégios. “O homem é naturalmente bom”;<sup>110</sup> ele se torna mau principalmente em virtude de instituições sociais que restringem ou corrompem sua tendência para o comportamento natural. Rousseau configurou uma condição primitiva ideal, em que os homens, em sua maioria, teriam compleição forte, andar rápido, olhar penetrante,\* vivendo uma vida de ação, na qual o pensamento seria sempre um instrumento e incidente de ação e não um debilitado substituto dele. Salientou o oposto dessa saúde natural, as moléstias, surgidas da civilização em virtude da riqueza e da vida sedentária.

A maior parte dos nossos males origina-se de nós mesmos, e poderíamos ter evitado quase todos se adotássemos o modo de vida simples, uniforme e solitário prescrito pela natureza. Se ela destinou o homem a ser saudável, atrevo-me a dizer que o estado de reflexão é um modo contrário à natureza e que o homem pensante é um animal degenerado [*l'homme qui médite est un animal dépravé*]. Quando pensamos na boa constituição dos selvagens — pelo menos daqueles que não foram por nós arruinados com nossas bebidas alcoólicas — e refletimos que não são incomodados por nenhuma moléstia, exceto ferimentos e velhice, inclinamo-nos a pensar que, ao relatar a história da sociedade civil, estamos contando a história das moléstias da humanidade.<sup>112</sup>

---

\* “Nada sou quando para mim não haja Deus e virtude.” — Nietzsche.<sup>111</sup>

Rousseau admitia que esse ideal do “estado da natureza(...) talvez nunca houvesse existido, e provavelmente jamais existiria”;<sup>113</sup> apresentava-o não como um fato histórico, mas como um parâmetro de comprovação. É o que pretende dizer com a estranha proposta: “Começemos, pois, a colocar os fatos de lado, já que não interferem com a questão. A investigação que poderemos iniciar(...) não deve ser tratada como uma verdade histórica, e sim apenas como raciocínios condicionais e hipotéticos.”<sup>114</sup> Entretanto, podemos ter uma idéia da vida humana antes do advento da organização social, por meio da observação das condições e conduta dos Estados modernos, pois “eles hoje permanecem em estado natural”<sup>115</sup> — cada um individualmente soberano, sem reconhecer nenhuma lei a não ser a da esperteza e da força. Podemos supor que o homem pré-social viveu em condição idêntica de soberania individual, insegurança, caos generalizado e constante violência. O ideal de Rousseau não era uma existência imaginária pré-social [porque a sociedade pode ser tão velha quanto o homem], mas uma etapa posterior de desenvolvimento em que o homem vivia no seio de famílias patriarcais e grupos tribais, ainda não havendo instituído a propriedade privada. “A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a família.”<sup>116</sup> Aquela foi a época da máxima felicidade para a humanidade. Tinha seus defeitos, sofrimentos e punições, mas as leis não iam além da autoridade dos pais e da disciplina familiar. “Era, no todo, o melhor Estado que o homem podia experimentar, de modo que ele só pode tê-lo abandonado em virtude de um acidente fatal.”<sup>117</sup> Esse acidente foi a instituição da propriedade individual, da qual resultou a desigualdade econômica, política e social, assim como a maior parte dos males da vida moderna.

O primeiro homem que, tendo cercado um pedaço de terra, pôs-se a pensar *Esta terra é minha*, e encontrou gente bastante simplória que acreditasse nele, este foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. De quantos crimes, guerras, assassinatos, de quantos horrores e desventuras qualquer um poderia ter salvo a humanidade se tivesse derrubado estacas, entupido as valas, clamando aos seus companheiros: “Guardai-vos de dar ouvidos a este impostor. Estareis perdidos se esquecerdes por um minuto que os frutos da terra pertencem a todos nós, e a terra propriamente dita a ninguém.”<sup>118</sup>

O resultado do consentimento a essa usurpação foram os caminhos seguidos pela civilização: separação de classes, escravidão, servidão, inveja, roubo, guerra, leis injustas, corrupção política, chicana comercial, invenções, ciência, literatura, arte, “progresso” — em uma palavra: degenerescência. A fim de proteger a propriedade privada, organizou-se a força, formando-se o Estado. Para facilitar a ação do governo, instituiu-se a legislação, tendo em vista habituar o fraco a se submeter ao mais forte com um mínimo de força e despesa.<sup>119</sup> Daí resultou que “os poucos privilegiados fartaram-se com coisas supérfluas, enquanto falta à multidão faminta o mínimo para subsistir”.<sup>120</sup> A essas principais iniquidades somam-se outras delas resultantes: “métodos vergonhosos praticados para evitar o nascimento de criaturas humanas”, tais como abortos, infanticídios, castração, perversão, “abandono ou assassinato de legiões de criancinhas vítimas da pobreza dos pais”.<sup>121</sup> Todas essas calamidades são desmoralizantes, desconhecidas dos animais, fazem da civilização um câncer no corpo da humanidade. Comparada com essa corrupção polifórmica e malévola, a vida do selvagem é saudável, sadia, e humana.

Então, temos de voltar à selvageria? "Devem as sociedades ser totalmente abolidas? Temos que anular o *meu* e o *teu* e voltar para a floresta, a fim de viver entre os ursos?" Isto não nos é mais possível. O veneno da civilização está em nosso sangue e não poderemos erradicá-lo fugindo para as florestas. Acabar com a propriedade privada, governo e leis seria mergulhar o povo num caos pior do que a civilização. "Uma vez que o homem a tenha abandonado, jamais poderá voltar à era da inocência e da igualdade."<sup>122</sup> Pode-se justificar a revolução, porque é justo que a força derrube o que a força estabeleceu e manteve;<sup>123</sup> porém a revolução, no momento, não é aconselhável. O melhor que temos a fazer é reestudar os Evangelhos, tentando anular nossos maus impulsos pela prática da ética cristã.<sup>124</sup> Podemos fazer da simpatia natural pelos nossos semelhantes a base da moral e da ordem social. É possível levar uma vida menos sofisticada, satisfazendo-nos com o necessário, detestando o luxo, afastando-nos da procura febril do "progresso". Devemos gradativamente nos destituir de todos os artifícios, hipocrisias e corrupções da civilização, remodelando-nos na honestidade, naturalidade e sinceridade. Podemos abandonar o barulho e a dissipação de nossas cidades, sua licenciosidade e crimes, indo viver na simplicidade dos campos, deveres domésticos e alegria. Podemos abandonar as pretensões, retornando à fé religiosa que nos sustentará diante do sofrimento e da morte.

Atualmente, tendo ouvido tudo isto centenas de vezes, sentimos certo artificialismo nesta justa indignação. Não temos certeza se os males descritos por Rousseau originaram-se mais de instituições corruptas do que da natureza humana. Afinal, essas instituições partiram de criaturas humanas. Quando Jean-Jacques escreveu o segundo *Discurso*, o idealismo do "selvagem amigo e ingênuo" atingira o auge. Em 1640, Walter Hamond escreveu um opúsculo "provando que os habitantes de Madagáscar são o povo mais feliz do mundo".<sup>125</sup> Os jesuítas contam que os índios iroqueses e hurons pareciam encarnar a agradável personalidade de Sexta-Feira, de Robinson Crusoe. Voltaire costumava rir-se da legenda do nobre selvagem. Entretanto, com muito gosto dela se aproveitou em *L'Ingénu*. Diderot introduziu-o no *Supplément au Voyage de Bougainville*. Helvétius, entretanto, ridicularizou o idealismo de Rousseau em relação ao selvagem,<sup>126</sup> e Duclos, embora amigo fiel de Jean-Jacques, argumentou "que ocorre entre os selvagens a maior incidência de crimes e que uma nação em sua infância não está na idade da inocência".<sup>127</sup> No todo, o clima intelectual foi favorável à tese de Rousseau.

As vítimas das invectivas de Rousseau acalmaram suas consciências, considerando o *Discurso* uma afetação. Mme. du Deffand abertamente chamou-o de charlatão.<sup>128</sup> Os céticos riram-se de sua profissão de fé ortodoxa cristã e de sua interpretação literal do Gênesis.<sup>129</sup> Os *philosophes* principiaram a desconfiar de Rousseau, temendo que ele estorvasse seus planos de conquistar o governo para suas idéias de reforma social. Não eram favoráveis em apelar para o ressentimento dos pobres. Reconheciam a existência de exploração, mas não julgavam construtivo substituir magistrados pelo populacho. Contudo, o governo não protestou contra as denúncias de Rousseau, provavelmente porque a corte considerou o ensaio um exercício declamatório. Rousseau orgulhava-se de sua eloquência. Enviou uma cópia do *Discurso* a Voltaire, ansiosamente aguardando uma palavra de louvor. A resposta de Voltaire é uma das jóias da literatura francesa, no tocante a sabedoria e distinção:



Recebi, senhor, seu novo livro contra a raça humana. Agradeço-lhe o envio. O senhor agrada os homens falando as verdades que lhes dizem respeito, porém eles não se corrigirão. O senhor pinta com cores vivas os horrores da sociedade humana. (...) Ninguém jamais empregou tanta inteligência para persuadir os homens a serem animais. Quando lemos sua obra, sentimos vontade de andar de quatro (*marcher à quatre pattes*). Contudo, como faz mais de sessenta anos que perdi esse hábito, sinto-me, infelizmente, na impossibilidade de retomá-lo. (...)

Concordo que a literatura e as ciências foram, às vezes, causa de muitos males. (...) [Porém] admito que nem Cícero, nem Varrão, Lucrécio, Virgílio e Horácio tiveram a menor participação no banimento de Mário, Sila, Antônio, Lépido, Otávio. (...) Confesso que Petrarca e Boccaccio não foram causadores das agitações internas da Itália, que os motejos de Marot não ocasionaram o Massacre de São Bartolomeu, e que o *Cid*, de Corneille, não causou as guerras da Fronda. Os grandes crimes foram perpetrados por homens célebres porém ignorantes. O que tem feito e sempre fará com que este mundo seja um vale de lágrimas é a insaciável cupidez e o indomável orgulho dos homens. (...) A literatura alimenta a alma, corrige-a, consola-a, faz a sua glória enquanto o senhor escreve contra ela. (...)

M. Chapuis informa-me que o senhor não anda nada bem de saúde. O senhor deve vir restabelecer-se no clima de sua terra, para gozar a liberdade, para beber comigo o leite de nossas vacas e alimentar-se com nossas ervas. Sou, mui filosoficamente, com a maior estima, seu humilde e obediente servidor.<sup>130</sup>

Rousseau respondeu, com idêntica cortesia, prometendo visitar Les Délices quando voltasse à Suíça.<sup>131</sup> Ficou, entretanto, profundamente decepcionado com a acolhida do *Discurso* em Genebra, cidade para a qual ele havia dedicado a obra, com tantos elogios insinuantes. Aparentemente, a impenetrável e pequena oligarquia que governava a república ressentiu-se de algumas farpas do referido ensaio e não gostou da total condenação à propriedade, ao governo e às leis. "Não observei nenhum prazer por parte dos habitantes de Genebra para com o ensaio elaborado com tanto amor."<sup>132</sup> Achou que a ocasião ainda não era propícia para seu regresso a Genebra.

### VIII. O CONSERVADOR

O mesmo ano de 1755, que presenciou a publicação do segundo volume do *Discurso*, viu também o aparecimento, no Volume V da *Encyclopédie*, de um longo artigo da autoria de Rousseau — "*Discours sur l'Economie Politique*". Este fato deve ser mencionado porque o artigo em questão diverge dos primeiros discursos em alguns pontos vitais. Ali, a sociedade, o governo e as leis são respeitados como o resultado natural da natureza e das necessidades do homem, sendo a propriedade descrita como uma dívida social e um direito básico. "Não há dúvida de que o direito à propriedade é o mais sagrado de todos os direitos de cidadania e, em alguns aspectos, mais importante do que a própria liberdade. (...) A propriedade é a verdadeira base da sociedade civil e a necessária garantia dos empreendimentos do cidadão";<sup>133</sup> quer dizer, o homem não trabalhará mais do que o necessário para prover as suas mais elementares necessidades, a menos que possa guardar o produto excedente desse trabalho para si próprio, para seu consumo, ou para transferi-lo como bem lhe aprouver.

Assim sendo, Rousseau aprova o legado da propriedade de pais e filhos, por conseguinte não relutando em aceitar a separação de classes que daí resulte. "Nada é mais nocivo para a moral e para a nação do que a contínua dispersão de classe e riqueza entre cidadãos. Tais alterações constituem a fonte e a prova de inúmeras desordens que alteram e confundem tudo."<sup>134</sup>

Entretanto, Rousseau continua a invectivar contra a injustiça social e a indulgência da lei para com as classes mais favorecidas. Assim como o Estado deve proteger a propriedade privada e a legalidade da herança, "os membros de uma sociedade devem contribuir com sua propriedade para sustentar o Estado". Tributação rigorosa deverá ser imposta a todos em proporções relativas às suas propriedades e "ao excedente daquilo que possuem".<sup>135</sup> Os artigos de primeira necessidade não serão tributados, porém pesada tributação deverá incidir sobre os artigos de luxo. O Estado financiará um sistema nacional de educação. "Se as crianças forem educadas dentro de uma comunidade [escolas do governo] no seio da igualdade, imbuídas das leis do Estado e dentro dos preceitos do bem geral(...) não há dúvida de que elas amarão seus semelhantes como irmãos(...) e, em tempo oportuno, serão os defensores e pais da terra de que um dia foram os filhos."<sup>136</sup> Patriotismo é mais válido do que cosmopolitismo ou uma débil pretensão à simpatia universal.<sup>137</sup>

Como os primeiros discursos foram integralmente individualistas, o artigo sobre economia política é predominantemente socialista. Foi então que Rousseau expôs a estranha doutrina de que existe em toda sociedade "uma vontade geral", acima e abaixo da soma algébrica dos desejos ou antipatias dos indivíduos que a compõem. A comunidade, no raciocínio filosófico de Rousseau, é um organismo social dotado de alma própria:

O corpo político é também um ser moral, possuidor de vontade. Essa vontade, que tende para a preservação e o bem-estar do todo e de todas as partes, é a origem das leis, constituindo para todos os membros do Estado, em suas relações mútuas, o regulamento daquilo que é justo ou injusto.<sup>138</sup>

À margem dessa concepção, Rousseau constrói a ética e a política que, a partir de então, irão dominar seus pontos de vista sobre os negócios públicos. Esse rebelde, cuja concepção da virtude era a expressão do homem livre e natural, agora a define como "não passando do conformismo de desejos particulares com o desejo geral";<sup>139</sup> e aquele que tão recentemente considerou as leis um dos pecados da civilização, como instrumento adequado para tornar passivas as massas exploradas, declara agora "que o homem deve a justiça e a liberdade somente às leis; e que é este salutar órgão da vontade de todos que estabelece, dentro do direito civil, a igualdade natural entre os homens, a voz suprema que dita aos cidadãos os preceitos da razão no domínio público".<sup>140</sup>

Talvez os editores da *Encyclopédie*, assustados, houvessem aconselhado Rousseau a moderar seus ataques à civilização. Sete anos mais tarde, no *Contrato Social*, vamos encontrá-lo defendendo a comunidade contra o indivíduo e construindo sua filosofia política sobre a noção de uma vontade geral sagrada e suprema. Entrementes, contudo, continuou a ser individualista e rebelde, odiando Paris, reivindicando pontos de vista contrários aos de seus amigos, fazendo novos inimigos todos os dias.

## IX. FUGA DE PARIS: 1756

Seus amigos mais íntimos eram agora Grimm, Diderot e Mme. d'Épinay. Grimm nasceu em Ratisbona, em 1723, sendo, por conseguinte, onze anos mais moço que Rousseau. Foi educado em Leipzig, no último decênio da vida de Bach. Recebeu de Johann August Ernesti sólida base no estudo das línguas e literatura da Grécia e Roma antigas. Chegando a Paris, em 1749, estudou francês com minúcia e profundidade peculiares aos alemães, passando logo a escrever artigos para *Le Mercure*. Em 1750, tornou-se secretário particular do Conde von Friesen. Seu amor à música aproximou-o de Rousseau, enquanto sentimento mais profundo levou-o aos pés de Mlle. Fel, uma cantora de ópera. Quando ela se decidiu em favor de M. Cahusac, Rousseau observou que Grimm

ficou tão desesperado que essa aflição transformou-se em um sentimento trágico.(...) Passava dias e noites em total inércia. Deitado, os olhos abertos(...) não falava, não comia, não se movia.(...) Ficou sob meus cuidados e do Cônego Raynal. Este, mais forte e em melhores condições de saúde, ficava com ele durante a noite e eu de dia. Não o deixamos um só instante.<sup>141</sup>

Von Friesen chamou um médico que se recusou a receitar, exceto tempo. "Finalmente, certa manhã, Grimm levantou-se, vestiu-se e voltou à vida regular, sem quaisquer comentários, na ocasião ou depois, sobre a estranha letargia que dele se apossara."<sup>142</sup>

Rousseau apresentou Grimm a Diderot e os três sonhavam em partir juntos para a Itália. Grimm, avidamente, absorvia a corrente de idéias que jorravam da mente de Diderot. Aprendeu a linguagem dos irreverentes *philosophes*, escreveu o agnóstico *Catécisme pour les enfants* e aconselhou Von Friesen a ter três amantes ao mesmo tempo em "memória da Santíssima Trindade".<sup>143</sup> Rousseau se aborrecia ao observar a crescente intimidade entre Diderot e Grimm, a quem Sainte-Beuve chamaria "o mais francês dos alemães".<sup>144</sup> Jean-Jacques assim se queixava: "Grimm, você está me abandonando, mas eu o perdô." Grimm entendeu literalmente, o que resultou no seguinte comentário: "Ele me respondeu que eu tinha razão,(...) afastando qualquer sujeição, de modo que não mais o vi a não ser em companhia de amigos comuns."<sup>145</sup>

Em 1747, o Cônego Raynal começou a remeter aos assinantes franceses e estrangeiros uma publicação quinzenal, denominada *Nouvelles littéraires*, que relatava os acontecimentos no mundo das letras, ciência, filosofia e arte. Em 1753, passou esse trabalho a Grimm que, auxiliado por Diderot e outros, desempenhou as funções até 1790. Sob a direção de Grimm, a publicação contou com vários assinantes de renome, entre os quais a Rainha Luísa Ulrika da Suécia, o ex-rei Estanislau Leszczyński, da Polônia, Catarina II, da Rússia, a Princesa de Saxe-Gotha, o Grão-Duque da Toscana, o Príncipe e a Princesa de Hesse-Darmstadt, o Duque Carlos Augusto de Saxe-Weimar, a Duquesa de Saxe-Coburgo. Frederico, o Grande, absteve-se por algum tempo de associar-se, em virtude de já ter vários correspondentes na França. Finalmente, concordou em receber as publicações, porém honrou a qualquer pagamento. O primeiro número editado por Grimm (1753) anunciou seu plano:

Nas páginas que nos foram solicitadas não perderemos tempo com as brochuras, que todos os dias inundam Paris; (...) mas, ao invés, procuraremos fazer um relato acurado, uma análise lógica (*critique raisonnée*) dos livros que merecem a atenção do público. O drama, que constitui uma parte brilhante da literatura francesa, ocupará um espaço considerável do nosso enunciado. Em geral, não deixaremos escapar nada que possa atrair a curiosidade de outros povos.<sup>146</sup>

A famosa *Correspondance littéraire* tornou-se o principal e mais precioso repositório da história intelectual da França na segunda metade do século XVIII. Grimm podia ser incisivo em suas críticas, de vez que estas não eram conhecidas do público francês ou dos autores comentados. Ele em geral era justo, exceto, mais tarde, quanto a Rousseau. Suas críticas eram judiciosas. Contudo, não compreendeu *Candide*, considerando esta obra "incapaz de suportar uma crítica séria". Tal opinião, entretanto, não acarretava nenhum preconceito, pois considerava Voltaire "o homem mais fascinante, agradável e famoso da Europa".<sup>147</sup> Voltaire respondeu ao elogio da maneira contundente que lhe era habitual: "O que este filho da Boêmia está pensando, quando julga ter mais inteligência do que nós?"<sup>148</sup> Foi a *Correspondência* de Grimm, mais do que qualquer obra literária, exceto a de Voltaire, que difundiu na Europa as idéias do Iluminismo francês. Entretanto, mantinha dúvidas a respeito dos *philosophes* e da confiança destes em relação ao progresso. "O mundo", dizia Grimm, "não é constituído senão de degradação, que só um louco tentaria reformar."<sup>149</sup> E, em 1757, escreveu:

Parece-me que o século XVIII ultrapassou todos os outros nos elogios que acumulou sobre si. (...) Um pouco mais e as maiores inteligências estarão convictas de que o império brando e pacífico da filosofia sucederá às longas tempestades da irracionalidade, estabelecendo para sempre o descanso, a tranqüilidade e a felicidade do gênero humano. (...) Infelizmente, entretanto, o verdadeiro filósofo tem idéias menos confortadoras, porém mais exatas. (...) Longe de mim pensar que estamos aproximando da idade da razão. Falta-me pouco para concluir que a Europa está ameaçada por uma revolução fatal.<sup>150</sup>

Percebe-se aqui um sinal do orgulho e vaidade que muitas vezes irritaram os amigos de Grimm. Mais gaulês do que os gauleses, passava horas a se enfeitar, empoando o rosto, os cabelos, borrifando-se de perfume com tanta profusão que ganhou o apelido de "urso perfumado".<sup>151</sup> A *Correspondência* atesta sua prodigalidade nas lisonjas, que ele traça com mão expectante. Frederico, o Grande, condicionou sua assinatura da *Correspondência* de Grimm a que este "lhe poupasse os elogios".<sup>152</sup> É óbvio que tais lisonjas faziam parte do estilo epistolar do Antigo Regime.

Grimm, em geral frio e calculista, despertou a atenção de Paris quando quase morreu por Mlle. Fel, batendo-se em duelo por causa de Mme. d'Épinay. Louise Florence Tardieu d'Esclavelles era filha de um barão de Valenciennes, que morreu a serviço do rei em 1737. Oito anos depois, Louise, com vinte anos, casou-se com Denis-Joseph Lalive d'Épinay, filho de um rico coletor de impostos. Foram morar no belo Castelo de la Chevrette, a poucos quilômetros de Paris, nas proximidades da Floresta de Mont-

morency. Com o coração transbordante, ela exclamava: "Poderei algum dia suportar tamanha felicidade?" Embevecida, escrevia à prima: "Ele senta-se ao cravo. Eu, no braço da cadeira, a mão pendente em seu ombro, a outra virando as páginas; e todas as vezes que minha mão passa junto a seus lábios, ele a beija."<sup>153</sup>

Apesar de não ser bonita, Louise era sedutoramente pequenina, *très bien faite* (é ela quem nos diz).<sup>154</sup> Seus olhos negros iriam, um dia, arrebatá-lo. Porém, "sentir sempre a mesma coisa", muito em breve, "seria o mesmo que nada sentir".<sup>155</sup> Decorrido um ano, M. d'Épinay não mais percebia aqueles olhos. Leviano antes do casamento, tornou a sê-lo depois. Bebia muito, jogava demasiado e gastou uma fortuna com as irmãs Verrière, as quais instalou em um chalé nas proximidades de La Chevrette. Entrementes, sua mulher deu-lhe dois filhos. Em 1748, ao voltar de uma viagem na província, dormiu com a esposa, contaminando-a com sífilis. Arruinada de corpo e alma, ela conseguiu separar-se legalmente do marido. Ele concordou, mediante um ajuste generoso. Ela herdou a fortuna do tio, ficou com La Chevrette e procurou esquecer os desgostos cuidando dos filhos e auxiliando os amigos. Quando uma de suas amigas, Mme. de Julli, caiu mortalmente enferma com varíola, Louise cuidou dela, permanecendo à sua cabeceira até o fim, com o risco de contrair a doença, que poderia tê-la matado ou desfigurado para o resto da vida.

As amigas eram unânimes em achar que Louise devia ter um amante. Este veio, em 1746, o mesmo Dupin de Francueil que dera o emprego a Rousseau. Ele principiara com música e acabou com sífilis, mas logo curou-se, enquanto ela continuou sofrendo.<sup>156</sup> Dupin de Francueil juntou-se ao marido de Mme. d'Épinay, com ele partilhando as *demoiselles* de Verrières. Duclos disse-lhe bruscamente: "Francueil e o seu marido partilham as *demoiselles* de Verrières."<sup>157</sup> Ela caiu num delírio que durou trinta horas. Duclos tentou substituir Dupin, mas ela o repeliu. A esses infortúnios veio juntar-se um outro. Ao morrer, Mme. de Julli deu a Louise um maço de papéis com a revelação de seus amores, suplicando-lhe que o queimasse. Louise obedeceu. Então, M. de Julli acusou-a de ter deliberadamente queimado as provas de sua dívida para com ele. Louise refutou a acusação, porém as evidências estavam contra ela, pois, embora separada, todo mundo sabia que ela dava ajuda financeira ao marido.

Foi nessa emergência que Grimm entrou em cena. Ele havia sido apresentado a Louise por Rousseau, em 1751, e os três muitas vezes tocavam e cantavam. Certa noite, por ocasião de uma festa dada pelo Conde von Friesen, um dos convidados expressou a opinião de que Mme. d'Épinay era culpada. Grimm defendeu-a. A disputa chegou ao ponto de honra. Acusador e defensor bateram-se em duelo e Grimm saiu levemente ferido. Logo depois, os documentos perdidos foram encontrados. Mme. d'Épinay foi eximida de qualquer culpa, agradecendo a Grimm na qualidade de seu *preux chevalier*. A mútua estima que os uniu transformou-se em um dos amores mais duradouros daquela época tumultuada. Quando o Barão d'Holbach adoeceu mortalmente, em virtude do desgosto causado pela morte de sua esposa, e Grimm partiu para o campo a fim de cuidar dele, Louise perguntou-lhe: "Mas quem será meu cavaleiro, senhor, se eu for atacada durante sua ausência?" Grimm respondeu: "O mesmo que dantes... sua vida pregressa."<sup>158</sup> A resposta não passou de um sofisma, mas foi além do elogio.

Rousseau conhecera Mme. d'Épinay em 1748, em casa de Mme. Dupin. A primeira convidou-o para La Chevrette. Suas *Memoirs* descrevem-no imparcialmente:

Ele é lisonjeiro, mas não é polido, pelo menos suas maneiras não são polidas. Parece ignorar as regras sociais, mas nota-se que é infinitamente inteligente. Tem a tez morena, olhar límpido, cheio de ardor, que lhe ilumina a fisionomia. Dizem que não tem saúde, suportando sofrimento que oculta cuidadosamente. (...) Penso ser isso que lhe empresta um ar solitário, em certas ocasiões. (...)<sup>159</sup>

O retrato que ele lhe faz não é dos mais lisonjeiros:

Sua conversa, embora agradável em grupo, em particular é desinteressante. (...) Contento-me em dar-lhe pequenas atenções, acompanhadas de beijinhos fraternais, que pareceriam menos sensuais do que ela própria. (...) Mme. d'Épinay é muito magra, muito pálida, com um busto igual às costas de sua mão. Apenas esse defeito seria suficiente para moderar meus mais ardentes desejos.<sup>160</sup>

Durante sete anos freqüentou a casa de Mme. d'Épinay. Esta, ao constatar o quanto eram precárias as instalações de Rousseau em Paris, pensou em ajudá-lo, mas sabia que ele recusaria dinheiro. Um dia, ao caminharem pelo parque que servia de fundo a La Chevrette, ela lhe mostrou um chalé denominado Hermitage, que pertencera a seu marido. Estava abandonado e precisando de reparos, mas sua localização, no limiar da Floresta de Montmorency, entusiasmou Rousseau, que exclamou: "Ah, madame, que habitação deliciosa! Este refúgio foi expressamente preparado para mim."<sup>161</sup> Mme. d'Épinay nada respondeu, mas quando, em setembro de 1755, voltaram a caminhar em direção ao chalé, Rousseau surpreendeu-se ao vê-lo restaurado, os seis quartos mobiliados e os jardins adjacentes limpos e em ordem. Jean-Jacques repete as palavras de Mme. d'Épinay: "Meu caro, eis aqui o seu refúgio. Foi você quem o escolheu. A amizade lhe oferece. Espero que isto dissipe a cruel idéia de separar-se de mim." Ela sabia que morar na Suíça fazia parte dos planos dele. O que talvez ignorasse era que seu entusiasmo por Genebra havia arrefecido. Rousseau banhou de lágrimas a mão benfazeja de sua amiga, hesitando porém em aceitar a oferta. Mme. d'Épinay convenceu Thérèse e Mme. Levasseur a aceitarem e, finalmente, "obteve êxito em todas as suas resoluções".

No domingo de Páscoa de 1756, graciosa em sua dádiva, Louise foi a Paris na sua carruagem, a fim de trazer o "urso", como o chamava, para Hermitage, juntamente com a amante e sogra. Thérèse não adorou abandonar Paris, mas Rousseau, aspirando o ar puro, estava mais feliz do que nunca, desde o seu idílio com Mme. de Warens. "Em 9 de abril de 1736, principiei a viver."<sup>162</sup> Grimm obscureceu o acontecimento com este aviso à Mme. d'Épinay:

Você faz um mau serviço a Rousseau dando-lhe o Hermitage, porém um muito pior a si mesma. A solidão completará o serviço de toldar-lhe a imaginação. Todos

os amigos serão, a seus olhos, injustos e ingratos e você será a primeira, se porventura lhe negar, por uma só vez, colocar-se à sua disposição.<sup>163</sup>

Em seguida, Grimm, então secretário do Marechal d'Estrées, partiu para desempenhar seu papel na guerra que iria refazer o mapa do mundo.

## CAPÍTULO II

# A Guerra dos Sete Anos

1756-63

### I. COMO COMEÇAR UMA GUERRA

POR volta de 1756, a Europa já experimentara oito anos de paz. Entretanto, a Guerra da Sucessão na Áustria não deixara nenhum resultado positivo. A Áustria ficou insegura em relação à Boêmia e à Itália, a Prússia hesitante quanto à Silésia, a Grã-Bretanha no que diz respeito a Hanôver e a França insegura na Índia, América e no Reno. O Tratado de Aix-la-Chapelle (1748) não firmara nenhum acordo positivo comparável em estabilidade com o Tratado de Westfália, há um século. A antiga consistência do poder ficou abalada pelo crescimento do exército da Prússia e da marinha britânica. Este exército poderia lançar-se em novas anexações e a referida marinha requeria apenas algum tempo para capturar as colônias da França, Holanda e Espanha. O crescente espírito nacionalista alimentava-se na Inglaterra pelos lucros e as perspectivas de comércio, na Prússia pelos sucessos na guerra, na França pela superioridade cultural, desagradavelmente cônica do seu declínio bélico. O conflito entre católicos e protestantes terminara num impasse. Ambas as partes esperavam por um golpe de sorte para repetir a Guerra dos Trinta Anos, a fim de se apropriarem do credo religioso na Europa.

A Áustria tomou a iniciativa, preparando uma outra jogada dos dados no setor humano. Maria Teresa, com 39 anos e ainda bela, titular do Império Austríaco, possuía todo o orgulho da estirpe dos Habsburgos e toda a cólera da mulher menosprezada. Como podia ela viver com a Silésia amputada do seu reino, transmissível por herança, e cuja integridade territorial havia sido assegurada por todos os Estados mais representativos da Europa? Até Frederico, que a havia humilhado, não pôde deixar de elogiá-la, mais tarde, sobre "sua coragem e habilidade" e a maneira pela qual, "quando parecia que os acontecimentos conspiravam contra ela, aquela(...) jovem imperatriz imbuíu-se do espírito do governo, tornando-se a alma do conselho".<sup>1</sup> Derrotada, cedendo a Silésia como o preço da paz, ela consentiu nessa paz apenas como uma trégua, dedicando-se à reforma administrativa, restauração de seus exércitos destroçados e aquisição de aliados fortes. Com frequência visitava os acampamentos onde as tro-



pas recebiam treinamento. Com esse objetivo, viajou para Praga, na Boêmia, para Olmütz, na Morávia. Incentivava os soldados com recompensas e honrarias e ainda mais por sua presença real e feminina. Os generais não precisavam lhe jurar fidelidade, pois esta qualidade eles a tinham no sangue e no sentido de cavalheirismo. De modo que o Príncipe de Liechtenstein gastou 200 mil escudos (\$1,500,000?) tirados de sua fortuna, no recrutamento e adestramento de uma completa unidade de artilharia. Maria Teresa fundou nas proximidades de Viena uma Escola de Guerra para jovens da nobreza, trazendo para o corpo de instrutores os melhores professores de geometria, geografia, fortificação e história. "Sob sua orientação", disse Frederico, "a força militar da Áustria ganhou um grau de perfeição jamais conhecido por seus professores. E foi uma mulher que executou projeto digno de um grande homem."

A diplomacia constituiu a outra face do projeto. Enviou agentes a toda parte a fim de angariar adeptos para a Áustria e atizar hostilidades contra Frederico. Observou a crescente força da Rússia, instituída por Pedro, o Grande, e agora administrada pela Czarina Elizaveta Petrovna. Providenciou para que as sarcásticas observações de Frederico a respeito dos amores da imperatriz da Rússia chegassem aos ouvidos dela. Maria Teresa teria, com prazer, renovado sua aliança com a Inglaterra, mas tal entendimento havia sido prejudicado pela paz em separado entre a Inglaterra e a Prússia (1745), que compeliu a Áustria a entregar a Silésia. Agora, a política externa da Inglaterra inclinava-se no sentido de proteger seu comércio no Báltico contra o poderio da Rússia e seu domínio sobre Hanôver contra qualquer ameaça oriunda da Prússia ou da França. Dependia da Rússia a fim de obter madeira para a construção naval, estando subordinada à sua marinha para vitórias na guerra. De modo que, em 30 de setembro de 1755, a Inglaterra firmou um tratado no qual a Rússia se obrigava, em retribuição aos subsídios ingleses, a manter 55 mil soldados na Livônia. Esta providência, esperavam os ingleses, obstaria Frederico de quaisquer aventuras expansionistas em direção ao Ocidente.

Mas como poderia a Inglaterra lidar com a França? Há centenas de anos a França era sua inimiga. Por várias vezes, a França havia fomentado ou financiado hostilidades da Escócia contra a Inglaterra. Repetidamente, ela havia preparado ou ameaçado invadir as Ilhas Britânicas. Agora, era o único país a desafiar a Grã-Bretanha nos mares e nas colônias. Vencer a França de uma vez por todas seria conquistar suas colônias na América e na Índia. Seria destruir sua marinha ou torná-la impotente. Só então o Império Britânico ficaria não apenas em segurança, como também absoluto. Foi assim que Sir William Pitt, o Velho, argumentou no Parlamento todos os dias, na mais vigorosa oratória ouvida naquela assembléia. Mas poderia a França ser vencida? Sim, disse Pitt, com a aliança entre a Prússia e a Inglaterra. Não era temerário deixar a Prússia fortalecer-se? Não, respondeu Pitt. A Prússia possuía um grande exército, o qual, neste setor, auxiliaria a Inglaterra a proteger Hanôver; mas não tinha uma marinha, não podendo, por conseguinte, rivalizar com a Grã-Bretanha no mar. Parecia aconselhável deixar que a Prússia protestante recolocasse a França católica ou a Áustria católica como o poder dominante no Continente, se isto permitisse que "*Britannia rule the waves*" e capturasse as colônias. Qualquer vitória de Frederico na Europa fortaleceria a Inglaterra nos mares. Daí Pitt gabar-se de que iria vencer a América e a Índia nos campos de batalha do Continente. A Inglaterra forneceria o dinheiro, Fre-

derico combateria em terra, a Inglaterra venceria metade do mundo. O Parlamento definiu-se a favor e a Inglaterra propôs à Prússia um pacto de paz para mútua defesa.

Frederico viu-se compelido a aceitar este plano, porque o desenrolar dos acontecimentos obscurecera suas vitórias. Sabia que a França estava de amores com a Áustria. Se a França e a Áustria — pior ainda, se a Rússia também — se aliassem contra ele, seria difícil resistir a todos. Nessa situação, somente a Inglaterra poderia auxiliá-lo. Se ele assinasse o pacto que lhe oferecia a Inglaterra, podia contar com ela para impedir que a Rússia o atacasse. E se a Rússia se abstivesse, a Áustria poderia ser dissuadida de entrar em guerra. Em 16 de janeiro de 1756, Frederico assinou o Tratado de Westminster, pelo qual a Inglaterra e a Prússia se comprometiam a impedir a entrada de tropas estrangeiras na Alemanha. Esperavam que essa simples cláusula protegesse a Prússia de qualquer agressão da Rússia; e Hanôver da França.

A França, a Áustria e a Rússia julgaram o tratado uma traição de seus aliados. Não se verificara nenhum término formal das alianças que haviam ligado a Inglaterra à Áustria e a França à Prússia, na Guerra da Sucessão Austríaca. Maria Teresa, conforme levou ao conhecimento do embaixador britânico, ficou consternada ao saber que seus amigos ingleses haviam firmado um pacto "com o inimigo mortal e constante da minha pessoa e de minha família".<sup>3</sup> Luís XV queixou-se de que Frederico o enganara. Em resposta, Frederico informou que o tratado era puramente defensivo e que não devia molestar nenhum Estado, se este não abrigasse ofensa em suas cogitações. Mme. de Pompadour, que escolhia e dominava os ministros, lembrou que Frederico a acusara de depositar grandes somas nos bancos ingleses, denominando-a "*la demoiselle Poisson*" (Senhorita Peixe) e "Cotillon IV" (Saia IV — quarta amante de Luís XV). Luís recordou-se de que Frederico ridicularizara a moral de estrebaria do rei de França. A deserção atingira a França no momento exato em que seus exércitos, assim como o tesouro, estavam exauridos, e quando sua marinha apenas começava a recuperar-se da negligência sob o pacífico ministério do Cardeal Fleury. Em 1756, a França contava com 45 navios e a Inglaterra com 130.<sup>4</sup> Os suprimentos destinados à marinha estavam embaraçados em virtude de corrupção e roubos. A disciplina naval desmembrara-se pela odiosa promoção de nobres incompetentes e freqüentes derrotas. A quem, então, a França recorrería como aliado? À Áustria? Na última guerra, entretanto, a França havia violado seu compromisso de garantir a herança de Maria Teresa, unira-se à Prússia para atacá-la, continuando nessa conduta até mesmo quando Frederico fizera a paz. A Áustria sob os Habsburgos e a França sob os Bourbons foram inimigas durante séculos. Como poderiam estas nações, assim como seus povos, com um longo treino de ódio mútuo, tornar-se subitamente amigas?

No entanto, era precisamente esta "inversão de alianças" que o governo da Áustria estava propondo à França. Pelo que nos é dado saber em relação à história, o referido plano teve sua origem na mente do Conde Wenzel Anton von Kaunitz, o diplomata mais capaz, sagaz e perseverante que existiu no continente europeu no século XVIII. A Guerra dos Sete Anos seria uma disputa nas armas entre Frederico, o Grande, e o Marechal Daun, e uma disputa de inteligências entre Kaunitz e Pitt. "O Príncipe Kaunitz", dizia Frederico, "possui a cabeça mais lúcida da Europa."<sup>5</sup>

Em virtude de ser o segundo filho, Kaunitz foi reservado à carreira eclesiástica. Em vez disso, secretamente tornou-se discípulo de Voltaire.<sup>6</sup> Com o pai servindo tanto

como embaixador junto ao Vaticano quanto como governador da Morávia, o filho teve o legado da diplomacia. Aos 31 anos, foi o enviado da Áustria a Turim. Seu primeiro despacho para o governo de seu país foi de um raciocínio tão lógico, com base em cuidadosa observação das realidades políticas, que o Conde von Uhlfeld, ao apresentar o documento a Maria Teresa, disse: "Olhai para o vosso primeiro-ministro." Com 37 anos foi enviado como plenipotenciário da Áustria ao Congresso de Aix-la-Chapelle. Naquela reunião, defendeu os interesses de Maria Teresa com tanta pertinácia e habilidade que, mesmo em sua derrota, a imperatriz lhe ficou grata pelos serviços e pela devoção. E quando, em 1749, apresentou-lhe o plano de aliança com a França, Maria Teresa aceitou com a devida clarividência a idéia de acolher o tradicional inimigo da casa dos Habsburgos. Ansiava por derrotar Frederico e reaver a Silésia. Mas isto, explicou-lhe Kaunitz, não podia ser feito com uma aliança com a Inglaterra, cujo poderio estava nos mares. Requeria aliança com a França e a Rússia, cujo poderio estava em terra. Entre estes Estados e a Áustria, Frederico seria esmagado. A imperatriz ordenou a Kaunitz que trabalhasse em tal sentido.

Em 1751, foi enviado como embaixador a Paris. Surpreendeu a nobreza com o esplendor de sua entrada oficial na cidade. Agradou ao povo, distribuindo esmolas. Divertiu os salões com sua luxuosa indumentária, variedade de cosméticos e cachos laboriosamente empoados.<sup>8</sup> Segundo Carlyle, tratava-se de "sujeito desdenhoso, fantástico e um tanto arrogante".<sup>9</sup> Entretanto, Kaunitz impressionou o rei, sua amante e os ministros, por seu conhecimento dos negócios e avaliação da política em geral. Aos poucos, foi-lhes preparando o espírito para um acordo amigável com a Áustria. Acenou com a possibilidade de conseguir que a Rússia, Polônia, e Saxônia concordassem em disciplinar Frederico. Perguntou o que a França ganhara em sua aliança com a Prússia — apenas o aumento do poder da terra que desafiava sua hegemonia continental. E não havia Frederico repetidas vezes quebrado seu compromisso segundo o sabor dos seus interesses?

Kaunitz fazia progressos quando Maria Teresa ordenou que regressasse a Viena para tornar-se seu chanceler, com amplos poderes tanto nos negócios internos como no exterior (1753). Seu plano contou com demorada oposição por parte dos nobres mais idosos da corte de Viena. Ele, entretanto, pacientemente fez uma exposição do plano, defendendo-o. A imperatriz deu-lhe todo o apoio e, em 21 de agosto de 1755, a proposta de uma aliança com a França recebeu aprovação formal do ministério imperial. O Conde Georg von Starhemberg, que sucedera Kaunitz na qualidade de embaixador em Paris, recebeu instruções para o grande objetivo, em todas as oportunidades, com Luís XV e Mme. de Pompadour. Kaunitz enviou uma lisonjeira carta para a *maitresse-en-titre* (30 de agosto de 1755), anexando a ela uma nota com o pedido de que esta fosse entregue secretamente ao rei. Ela assim o fez. O bilhete era de Maria Teresa, com os seguintes dizeres:

Na qualidade de imperatriz e rainha, prometo que nada será revelado daquilo que vai ser oferecido, em meu nome, pelo Conde Starhemberg, ao Cristianíssimo Rei, e que o mais completo sigilo será mantido, quer as negociações obtenham êxito ou falhem. Fica compreendido, naturalmente, que declaração e promessa similares serão apresentadas pelo rei.

Viena, 21 de junho de 1755<sup>10</sup>

Luís XV indicou o Cônego de Bernis e a Marquesa de Pompadour para uma conferência privada com Starhemberg, no pavilhão "Babiole", pertencente à última. Naquele local, o embaixador propôs, em nome da imperatriz, que a França repudiasse sua aliança com a Prússia e promettesse, pelo menos, ajuda financeira à Áustria em caso de guerra. Argumentou que Frederico era um aliado com o qual não se podia contar, insinuando estar o rei da Prússia momentaneamente comprometido em negociações clandestinas com o ministro britânico. Por seu lado, a Áustria abster-se-ia de qualquer hostilidade contra a França se esta entrasse em guerra contra a Inglaterra. Em caso de tal guerra, a Áustria permitiria que a França ocupasse Ostende e Nieuport, consentindo, em última instância, que os Países Baixos austríacos ficassem com a França.

Luís XV argumentou que o pacto iria envolvê-lo em uma guerra da Áustria contra a Prússia, mas que não se empenharia num compromisso de ajuda austríaca à França contra a Inglaterra. Tinha boas razões para temer o exército de Frederico mais do que o da Áustria — tantas vezes vencido e de atuação tão deficiente durante a última guerra. Instruiu Bernis a responder que a França nada alteraria na sua aliança com a Prússia até que tivesse provas das negociações de Frederico com a Inglaterra. Por enquanto, Kaunitz não podia apresentar tais provas, de modo que sua missão ficou temporariamente obstada. Entretanto, quando Luís recebeu o reconhecimento de Frederico relativo ao Tratado Anglo-prussiano de Westminster, viu que sua aliança com a Prússia estava definitivamente terminada. Talvez, entre seus pecados, ele pudesse aplacar o Todo-Poderoso por meio da união das forças do catolicismo — França, Áustria, Polónia e Espanha — em um plano visando a controlar os destinos da Europa." Em 1.º de maio de 1756, o Tratado de Versalhes completou a inversão das alianças. A introdução afirmava que a única finalidade daquela convenção era manter a paz na Europa e o equilíbrio do poder. Se quaisquer das partes contratantes fossem ameaçadas em suas possessões européias por qualquer poder, exceto o da Inglaterra, as outras viriam em seu auxílio por meio de intercessão diplomática e, se necessário, por subsídios ou forças armadas. A Áustria não se comprometeria a ajudar a França contra a Inglaterra e a França não auxiliaria a Áustria contra a Prússia; a menos que esta última fosse declaradamente o agressor. Como Luís não via possibilidade da Prússia arriscar suas vantagens com um novo ataque à Áustria, ele e sua amante podiam enganar-se acreditando que a nova aliança fora destinada a trazer paz ao continente.

Kaunitz até então não conseguira seu objetivo de obter auxílio da França contra a Prússia. Entretanto, esperava com paciência. Talvez conseguisse convencer Frederico a atacar a Áustria. Entrementes, não havia dificuldade em persuadir a czarina a fazer a nova aliança. Elizaveta ansiava por remover o obstáculo da Prússia para a expansão da Rússia em direção ao Ocidente. Propôs atacar a Prússia antes do fim do ano de 1756, se a Áustria promettesse uma ação recíproca nesse sentido, prometendo, na oportunidade, não fazer paz com a Prússia até que a Silésia fosse completamente restituída à Áustria. Soube, com real satisfação, que a França firmara o Tratado de Versalhes. Kaunitz teve de reprimir seu entusiasmo, pois sabia que seu exército não estaria em condições, até 1757, de empenhar-se numa guerra de vulto. Somente em 31 de dezembro de 1756, assinou o acordo pelo qual a Rússia formalmente se associaria ao compromisso franco-austríaco.

Entrementes, a Inglaterra, confiante de que sua aliança com Frederico imobilizaria a Áustria, já iniciara operações navais contra a França sem nenhuma declaração de guerra. A partir de 1755, as belonaves inglesas apreendiam embarcações francesas em qualquer lugar. A França revidou, preparando-se para invadir a Inglaterra, mandando uma esquadra de quinze navios sob o comando do Duque de Richelieu, com a finalidade de atacar Minorca. Esta ilha havia sido capturada pela Grã-Bretanha na Guerra da Sucessão Espanhola (1709). A fim de reforçar a pequena guarnição da ilha, a Inglaterra enviou dez navios sob o comando do Almirante John Byng. Além desses, três outros navios juntaram-se a eles em Gibraltar. Em 20 de março de 1756, as esquadras inimigas enfrentaram-se nas proximidades de Minorca. Os franceses foram rechaçados, porém a esquadra inglesa sofreu tais avarias que Byng a conduziu de volta a Gibraltar, não fazendo nenhuma tentativa de desembarcar reforços em Minorca. A guarnição danificada rendeu-se, ficando então a França com uma posição estratégica no Mediterrâneo. Richelieu foi proclamado herói em Paris e Versalhes, e Byng executado no próprio convés de seu navio, na Baía de Portsmouth (14 de março de 1757), sob a acusação de não ter feito o máximo para obter a vitória. Em vão, Voltaire e Richelieu intercederam a seu favor. Este fato, disse Voltaire, era a maneira da Inglaterra "encorajar outros" que mantinham postos de comando na Grã-Bretanha. Em 17 de maio de 1756, a Inglaterra declarou guerra à França, mas coube a Frederico o início oficial da Guerra dos Sete Anos.

Ele sabia que a conquista da Silésia o tornara passível de uma *revanche*, se porventura Maria Teresa encontrasse novos recursos e aliados. Seus próprios recursos eram aventurosamente limitados. Seu reinado um amálgama de *dissecta membra*: a Prússia oriental estava separada da Prússia propriamente dita e da Polônia. As províncias da Prússia, na Westfália e na Frísia oriental, estavam separadas de Brandemburgo pelos estados alemães independentes. Incluindo esses fragmentos dispersos mais a Silésia, a população da Prússia era, em 1756, de quatro milhões de habitantes. A Inglaterra tinha oito milhões, a França vinte. A maior parte da população prussiana estava na Silésia, que era ainda uma metade católica e pró-Áustria. Apenas a cinco quilômetros de Berlim achava-se a fronteira da hostil Saxônia, cujo eleitor, o rei católico Augusto III, da Polônia, considerava Frederico um infiel descrente, insolente e rapace. Como sobreviver naquele caldeirão de inimizades?

Somente pela sagacidade, economia, um bom exército e bons generais. Sua própria inteligência era mais aguçada do que a de qualquer um. Era o dirigente mais bem-educado de sua época. Saiu-se com honrarias na conversação, correspondência e controvérsias com Voltaire. Entretanto, seu linguajar era por demais ferino para ficar à solta. Talvez conseguisse ambiente mais calmo se não houvesse falado de Elizaveta Petrovna, Maria Teresa e Mme. de Pompadour como as "três principais prostitutas da Europa".<sup>12</sup> Consola constatar que até os grandes podem ser insensatos, de quando em quando. Quanto às economias da Prússia, Frederico as colocava sob o controle do Estado, bem como o que lhe parecia as inevitáveis necessidades de possíveis guerras. Não ousava, em vista das circunstâncias, mudar a estrutura feudal da vida no país, para não perturbar a organização medieval de seu exército. Este exército era sua salvação e religião. Noventa por cento de sua renda destinavam-se à sua manutenção.<sup>13</sup> Chamava-o o Atlas cujos ombros sustentavam o Estado.<sup>14</sup> Construiu-o com os cem

mil homens que o pai lhe havia legado, chegando a 150 mil, em 1756. Disciplinava-os com severas punições para chegarem a uma obediência imediata e precisa, para saberem marchar firmemente em direção às linhas inimigas, a só atirar quando recebessem ordem para fazê-lo, a mudar de direção executando manobras em massa, sob o tiroteio. Esse exército possuía os melhores generais da Europa, depois do próprio Frederico — Schwerin, Seydlitz e James Keith.

Tão importantes quanto os generais eram os espíões, espalhados por Frederico entre seus inimigos. Segundo eles, não havia dúvida de que Maria Teresa estava formando uma linha de forças hostis ao redor de Frederico. Em 1753-55 seus agentes em Dresden e Varsóvia obtiveram cópias de correspondência secreta entre os ministros da Saxônia e da Áustria, que o convenceram de que essas cortes conspiravam para atacá-lo e — se a sorte os favorecesse — desmembrar a Prússia. A França era conivente neste plano.<sup>15</sup> Em 23 de junho de 1756, comunicou ao general prussiano em Königsberg que ficasse preparado para um ataque da Rússia. Notificou o governo britânico de que “a corte de Viena tinha três projetos cujos objetivos eram os seguintes: estabelecer o despotismo no Império, destruir a causa protestante e reconquistar a Silésia”.<sup>16</sup> Teve conhecimento de que a Saxônia planejava aumentar seu exército, de dezessete mil para quarenta mil, durante o inverno.<sup>17</sup> Adivinhou que os aliados aguardavam que chegasse a primavera de 1757, para então avançarem sobre ele partindo de três direções. Resolveu dar o golpe antes que completassem a mobilização.

Compreendeu que a única chance de escapar ao perigo era pôr fora de combate um de seus inimigos, antes que se unissem para agir. Schwerin concordou com ele, mas um de seus ministros, Conde von Podewils, suplicou-lhe que não desse a seus inimigos a desculpa para estigmatizá-lo como agressor. Frederico chamou-o de “*Monsieur de la timide politique*”.<sup>18</sup> Há muito tempo, no secreto “Testamento Político” (1752), aconselhara seu sucessor a conquistar a Saxônia, dando por conseguinte à Prússia a unidade geográfica, recursos econômicos e o poderio político indispensável à sobrevivência.<sup>19</sup> Afastara a idéia como algo que ultrapassava seu poder de realização. Agora, parecia-lhe uma necessidade bélica. Devia proteger a fronteira ocidental do país desarmando a Saxônia. Mesmo em seu quase idealístico *Anti-Machiavel* (1740), sancionara uma ofensiva bélica para prevenir a ameaça de um ataque.<sup>20</sup> Mitchell, o ministro da Prússia na Inglaterra, informou-o de que, embora o governo britânico vivamente desejasse manter a paz no continente, ele compreendia a urgência da situação enfrentada por Frederico, não o considerando “passível de censura se ele tentasse adiantar-se a seus inimigos, em vez de aguardar que eles levassem a efeito suas intenções hostis”.<sup>21</sup>

Em julho de 1756, Frederico enviou um emissário a Maria Teresa, solicitando garantia de que a Áustria não pretendia atacar a Prússia, quer naquele ano, quer no próximo. Um membro do gabinete austríaco julgou acertado fornecer a garantia solicitada. Kaunitz, entretanto, recusou-se a enviá-la. Tudo que cabia a Maria Teresa dizer era que “na crise atual creio ser necessário tomar medidas para a minha segurança e a dos meus aliados, o que não representará perigo para ninguém”.<sup>22</sup> Frederico enviou segunda mensagem à Imperatriz, pedindo resposta mais clara. Esta informou “não haver concluído nenhuma aliança de agressão e que, embora a situação crítica em que se encontrava a Europa a obrigasse a se armar, não tinha nenhuma intenção de violar

o Tratado de Dresden (que a comprometia a manter um estado de paz com Frederico). Entretanto, não se ligaria por qualquer promessa, caso as circunstâncias exigissem uma ação de sua parte".<sup>23</sup> Frederico antecipara tal resposta. Antes que ela chegasse, ele entrou com seu exército na Saxônia (29 de agosto de 1756). Assim começou a Guerra dos Sete Anos.

## II. O PROSCRITO: 1756-57

Frederico fez uma tibia tentativa para aliciar o eleitor da Saxônia como seu aliado, subornando-o com a Boêmia de Maria Teresa. Augusto escarneceu desse vicário altruísmo. Ordenou a seus generais que impedissem o avanço de Frederico e fugiu para Varsóvia. O exército saxão era muito pequeno para resistir ao melhor exército da Europa. Retirou-se para a cidadela de Pirna. Frederico entrou em Dresden sem oposição (9 de setembro de 1756). Ordenou imediatamente a seus agentes que abrissem os arquivos da Saxônia, a fim de trazer-lhe os documentos que revelavam a participação deste país no plano de punir, talvez desmembrar, a Prússia. A idosa rainha-eleitora, em pessoa, impediu o acesso aos arquivos, pedindo que Frederico respeitasse sua real inviolabilidade. Ele ordenou que a retirassem. A rainha fugiu e ele se apossou dos documentos.

Maria Teresa enviou um exército da Boêmia para desentocar o invasor. Frederico foi a seu encontro em Lobositz, vencendo-o no caminho entre Praga e Dresden (1º de outubro). Voltou para atacar Pirna. Esta rendeu-se (15 de outubro). Recrutou à força os quinze mil soldados saxões que capturara, introduzindo-os em suas próprias divisões. Argumentou ser esta a melhor medida, em vez de alimentá-los na qualidade de prisioneiros, pois era notório o apetite dos alemães. Declarou a Saxônia um país conquistado, aplicando as receitas deste às suas próprias necessidades. No inverno, publicou os documentos relativos à Saxônia, difundindo-os por todo o mundo. Maria Teresa, proclamando-os falsos, fez um apelo à França, Rússia, e a todos os cristãos tementes a Deus para que a auxiliassem contra o homem que, por flagrante agressão, mergulhara a Europa na guerra.

De maneira geral, a Europa concordou em condenar Frederico. Os principados alemães, temendo a mesma sorte da Saxônia caso Frederico vencesse, declararam guerra à Prússia (17 de janeiro de 1757), recrutaram um *Reichsarmee*, ou Exército Imperial, para investir contra o rei da Prússia. Kaunitz não perdeu tempo para lembrar a Luís XV que a França prometera ajuda à Áustria se esta fosse ameaçada. A delfina, filha do eleitor da Saxônia, suplicou ao sogro para que salvasse seu pai. Mme. de Pompadour, que esperava gozar seu reinado em paz, inclinava-se para a guerra. Em sinal de reconhecimento pelo seu auxílio, Maria Teresa enviou-lhe o régio retrato, decorado com pedras preciosas no valor de 77.278 *livres*.<sup>24</sup> A Pompadour tornou-se marcial. Luís XV, em geral lento em suas resoluções, decidiu com vigorosa impetuosidade. Por um segundo Tratado de Versalhes (1º de maio de 1757), a França comprometeu-se em aliança defensiva-ofensiva com a Áustria, obrigando-se ainda a conceder subsídio anual de doze milhões de florins, concordou em equipar dois exércitos alemães e propôs destinar uma força de 105 mil homens na "*destruction totale de la Prusse*".

Prometeu não fazer a paz com a Prússia até que a Silésia fosse restituída à Áustria. Quando tal restauração estivesse consumada, a França deveria receber cinco cidades fronteiriças dos Países Baixos austríacos, sendo os Países Baixos do sul transferidos para o infante Bourbon da Espanha, em troca dos ducados espanhóis na Itália. Talvez a França estivesse conscientemente considerando perdidas suas colônias para a conquista da Grã-Bretanha, ao destinar quase todos os seus recursos na anexação da "Bélgica". Kaunitz sentiu haver obtido uma vitória diplomática vital.

Julgou ser fácil então impelir a Rússia a uma ajuda ativa. Pelo Acordo de São Petersburgo (2 de fevereiro de 1757), a Rússia e a Áustria comprometiam-se a botar no campo oitenta mil homens, empenhando-se em guerra até que a Silésia fosse reunida à Áustria e a Prússia reduzida a uma potência menor. Dirigindo-se à Suécia, Kaunitz induziu-a a fazer a aliança que lhe assegurava, na eventualidade de uma vitória, toda a parte da Pomerânia que lhe fora concedida pelo Tratado de Westfalia. A Suécia contribuiria com 25 mil homens, a Áustria e a França os financiariam. A Polônia, através de seu refugiado Rei Augusto III, empenhou seus modestos recursos na aliança franco-austríaca. Agora, quase toda a Europa, exceto Inglaterra, Hanôver, Dinamarca, Holanda, Suíça, Turquia e Hesse-Cassel, estava unida contra Frederico.

A Inglaterra sentia-se tentada a deixar Frederico à própria sorte. Jorge II, horrorizado, viu seu querido Hanôver, o eleitorado de onde viera seu pai para governar a Grã-Bretanha, indefeso no caminho de exércitos avassaladores, com Frederico muito longe e hostilizado para prestar uma ajuda substancial. A tentação tornou-se quase irresistível quando Kaunitz propôs deixar Hanôver inviolável se a Inglaterra ficasse fora da guerra no continente. Naquele momento, a sorte de Frederico tornou-se incerta. Pitt, nomeado secretário de Estado em 19 de novembro de 1756, ficou a princípio propenso a deixar a Prússia e Hanôver se haverem entre si, enquanto a Inglaterra concentraria todos os seus recursos marciais na luta pelas colônias. Não é de admirar que Jorge II, amando Hanôver com fervor, odiasse Pitt. Entretanto, logo Pitt mudou de idéia, declarando que, se a França vencesse Frederico, ela seria dona da Europa e, muito em breve, da Inglaterra também. O Parlamento deveria votar a obtenção de recursos para Frederico e tropas para Hanôver. Que deixassem a França exaurir-se na Europa, enquanto a Inglaterra obteria colônias e mercados na conquista dos mares.

De modo que, em janeiro de 1757, a Grã-Bretanha firmou uma segunda aliança com a Prússia, prometendo subsídios a Frederico e soldados para Hanôver. Porém, subitamente, Pitt foi exonerado (5 de abril); a política desnorтеou a diplomacia, o auxílio a Frederico foi adiado e por mais de um ano ele ficou só, com apenas 145 mil homens, à mercê de exércitos investindo de todos os cantos contra ele: a oeste, 105 mil homens da França e vinte mil dos Estados germânicos; ao sul, 133 mil da Áustria; a leste, 60 mil da Rússia; ao norte, 16 mil da Suécia. E, no mesmo dia em que Pitt caiu, o Imperador Francisco I — marido de Maria Teresa, geralmente afável e dócil — estigmatizou Frederico oficialmente como criminoso, clamando a todos os homens virtuosos que o perseguissem como herege, inimigo da humanidade.



## III. DE PRAGA A ROSSBACH: 1757

Em janeiro, Frederico enviou a seus ministros em Berlim instruções secretas: "Se eu for morto, os negócios deverão continuar sem a menor alteração.(...) Se eu tiver a má sorte de ser preso, proíbo a mínima consideração à minha pessoa, ou a mais ligeira atenção a algo que porventura eu escreva no degredo."<sup>25</sup>

Tratava-se de gesto inútil, pois sem o seu gênio militar a Prússia estava perdida. Sua única esperança era defrontar-se com seus inimigos, um de cada vez, antes que pudessem unir-se. Os franceses ainda não estavam preparados para combater e talvez o regimento que a Inglaterra enviava a Hanôver pudesse retê-los por algum tempo. Os austríacos acumulavam nas proximidades da Boêmia e da Morávia imensos depósitos de armas e provisões para equipar seus exércitos com vistas a uma invasão da Silésia. Em primeiro lugar, Frederico resolveu apropriar-se desses preciosos depósitos, combater os austríacos e, em seguida, voltar para atacar os franceses. Ele mesmo conduziu seu exército da Saxônia, ordenando ao Duque de Brunswick-Bevern, da Alemanha Oriental, e ao Marechal Schwerin, da Silésia, que marchassem até a Boêmia, onde iriam encontrá-lo nas colinas que descortinavam Praga, a oeste. Assim foi feito. Os depósitos foram apreendidos e, no dia 6 de maio, nas proximidades de Praga, 64 mil prussianos defrontaram-se com 61 mil austríacos, sob o comando do Príncipe Carlos de Lorena, na primeira grande batalha daquela guerra.

A contenda resolveu-se não por questão de número nem de estratégia, mas pela coragem. Os regimentos de Schwerin, sob o fogo do exército austríaco, marcharam através dos pântanos, atolados até a cintura e ombros. Por alguns instantes, houve desânimo e movimento de fuga. Então, Schwerin, com a idade de 73 anos, reagrupou-os, enrolou-se com a bandeira, cavalgou firmemente diante do inimigo, logo foi atingido por cinco balas e caiu morto. Seus comandados, amando-o quase com maior intensidade do que temiam a morte, arremessaram-se furiosamente contra o inimigo, transformando a derrota em vitória. A matança foi considerável de ambos os lados. As baixas do lado de Frederico alcançaram quatrocentos oficiais e o seu melhor general. Naquela guerra, os generais não morriam em suas camas. Os 46 mil austríacos sobreviventes retiraram-se para sua cidadela em Praga, preparando-se para resistir ao sítio.

Entretanto, Frederico julgou difícil o assédio, porque o Marechal Leopold von Daun, o mais hábil comandante austríaco, partira da Morávia com mais 64 mil homens. Deixando parte de seu exército para o bloqueio da cidadela, Frederico marchou em direção leste com 32 mil homens, encontrando as massas em Kolin (16 de junho). As desproporções em relação a ele eram muito grandes e, neste caso, a habilidade militar de Daun superior à sua. Dois dos seus generais desobedeceram às ordens, causando confusão. Perdendo a paciência, Frederico gritou para sua cavalaria em retirada: "Vocês querem ser eternos?"<sup>26</sup> A infantaria, aniquilada com a carnificina, recusou-se a avançar. Frederico, desanimado, retirou-se do campo, deixando quatorze mil prussianos mortos, feridos ou prisioneiros. Reconduziu os dezoito mil sobreviventes a Praga, abandonou o assédio e voltou com os remanescentes para a Saxônia.

Em Leitmeritz, descansou três semanas com seu exército. Enquanto lá estava, em 2 de junho, recebeu a notícia da morte de sua mãe, Sofia Dorotéia. Aquele homem

de ferro sucumbiu, chorou, isolando-se um dia inteiro. Talvez conjecturasse, então, se a sua investida contra a Silésia, dezessete anos atrás, não teria sido uma louca tentação de Nêmesis. Compartilhou a dor com sua irmã Guilhermina, margravina de Bayreuth, a quem amava como a ninguém. Em 7 de julho, com o orgulho em declínio, enviou-lhe apelo desesperado:

De vez que você, minha querida irmã, insiste em empreender o trabalho de concluir a paz, suplico-lhe suas diligências no sentido de comunicar-se com M. de Mirabeau, a fim de (...) oferecer à favorita [Mme. de Pompadour, anteriormente Saia IV] a soma de quinhentas mil coroas para obter a paz. (...) Deixo tudo a seu critério (...) a quem adoro, e que, embora muito mais perfeita, considero o meu outro eu.<sup>27</sup>

Não surtiu resultado essa tentativa. Guilhermina tentou outro expediente. Escreveu a Voltaire, então residindo na Suíça, suplicando-lhe que usasse sua influência. Voltaire transmitiu a proposta ao Cardeal de Tencin, contrário à aliança franco-austriaca. Este tentou e fracassou.<sup>28</sup> Os aliados farejavam a vitória. Maria Teresa falava então em desmembrar completamente os domínios de Frederico. Não apenas queria que a Silésia e Glatz lhe fossem restituídos, como também Magdeburgo e Halberstadt deviam ir para Augusto III; a Pomerânia reverteria à Suécia e Clèves, assim como Ravensburg constituiriam recompensa ao eleitor do Palatinado.

Suas esperanças pareciam razoáveis. Um "exército francês da delfina" entrara na Alemanha, parte do mesmo sob o comando do general favorito da Pompadour, o Príncipe de Soubise, que estava a caminho para juntar-se ao exército imperial em Erfurt. A outra parte, comandada pelo Marechal d'Estrées, avançava para encontrar a força de Hanôver, chefiada pelo filho de Jorge II, o Duque de Cumberland. Nas proximidades da aldeia de Hastenbeck, os franceses de tal forma derrotaram este exército (26 de julho), que o duque firmou, em Kloster-Zeven (8 de setembro), um "acordo" pelo qual prometia impedir que as tropas de Hanôver empreendessem qualquer ação contra a França.

Um relato dessa humilhante capitulação deve ter chegado aos ouvidos de Frederico, aproximadamente ao mesmo tempo em que a notícia de que um exército sueco havia desembarcado na Pomerânia e que um exército russo de cem mil homens, sob o comando do Marechal Stepan Apraksin, invadira o leste da Prússia, aniquilando uma força de trinta mil prussianos em Gross-Jägersdorf (30 de julho). Tais reveses, adicionados à sua própria derrota na Boêmia, quase destruíram as esperanças de Frederico de dominar inimigos tão numerosos e fortalecidos com tantas reservas materiais e humanas. Tendo abandonado tanto a moral como a teologia cristã, apegou-se à ética dos estoícos e pensou em suicídio. Até o fim da guerra levava consigo um frasco de veneno. Decidira que seus inimigos só o pegariam morto. Em 24 de agosto, enviou a Guilhermina um quase histérico hino à morte:

E agora, vós promotores de sagradas mentiras, continuai dominando os covardes. Os encantos da vida terminaram para mim, a magia dissipou-se. Vejo que os homens não passam de joguetes do Destino e se porventura existe um Ente Tenebroso e Inexorável, que permite a uma manada de seres desprezíveis continuarem proliferando, ele os considera abjetos. Olha um Falâris coroado e um Sócrates acorrentado,

olha nossas virtudes e nossos crimes, para o horror da guerra e os terríveis flagelos que assolam a Terra como coisas que lhe são indiferentes. Por conseguinte, meu único refúgio, meu porto seguro, querida irmã, encontra-se nos braços da morte.<sup>29</sup>

Em 15 de setembro, ela respondeu, fazendo votos de juntar-se a ele pelo suicídio.

Meu muito querido irmão, sua carta, assim como aquela que escreveu a Voltaire, (...) quase matou-me. Que decisões fatais, bom Deus! Ah, meu queridíssimo irmão, você diz amar-me e no entanto me apunhala o coração. Sua carta (...) fez-me derramar rios de lágrimas. Agora envergonho-me de tanta fraqueza. (...) Sua sorte será a minha. Não sobreviverei a seus infortúnios nem aos da casa a que pertenço. Você julgará ser esta minha firme resolução.

Mas, depois desta confissão, permita-me suplicar-lhe para recordar o estado lastimável de seu inimigo quando estiver diante de Praga. É a súbita mudança da fortuna em ambos os lados. (...) César foi certa vez escravo de piratas e depois tornou-se o senhor do mundo. Um grande gênio como o seu encontra recurso mesmo quando tudo parece perdido. Sofro mil vezes mais do que lhe posso contar, entretanto a esperança não me abandona. (...) Devo despedir-me. Não deixarei jamais de ser, com o mais profundo respeito, sua Guilhermina.<sup>30</sup>

Suplicou a Voltaire para apoiar o seu apelo e, em princípio de outubro, na primeira carta endereçada a Frederico desde 1753, ele reforçou os argumentos da irmã:

Os Catões e Otos, cuja morte Vossa Majestade julga nobre, nada mais tinham a fazer senão lutar ou morrer. (...) Deve Vossa Majestade lembrar-se de que muitas cortes vêem em vossa invasão da Saxônia uma violação das leis internacionais. Vossa moral e vossa situação estão longe de exigir-vos tal ato [como o suicídio]. (...) Vossa vida é necessária. Vossa Majestade sabe o quanto representa para uma família numerosa. (...) As situações na Europa nunca se conservam na mesma base por muito tempo, sendo dever de um homem como Vossa Majestade estar a postos para quaisquer eventualidades. (...) Se vossa coragem vos conduzir para esta heróica situação extrema, ela não contará com aprovação de ninguém. Vossos aliados a condenariam, vossos inimigos triunfariam.<sup>31</sup>

A esta carta Frederico respondeu, em prosa e verso:

*Pour moi, menacé du naufrage,  
Je dois, en affrontant l'orage,  
Penser, vivre, et mourir en roi...*

“Quanto a mim, ameaçado de naufrágio, devo, enfrentando a tempestade, pensar, viver e morrer como um rei.”<sup>32</sup>

Cercado de poemas (sempre em francês) procurou o exército francês. Ansiava agora por uma batalha que estabelecesse a questão de viver ou morrer. Em Leipzig, a 15 de outubro, mandou chamar Johann Christoph Gottsched (que escrevia versos em alemão), tentando convencê-lo de que a poesia alemã era impossível. Com tantas explosivas — *Knap*, *Klop*, *Krotz*, *Krok* — tantas guturais, tantas consoantes — até mesmo no nome do professor encontravam-se cinco — como era possível fazer melodia com tal idioma? Gottsched protestou. Frederico precisava preparar-se para uma nova mar-

cha, porém dez dias mais tarde, de volta a Leipzig, tornou a receber o velho poeta, dispôs de tempo para ouvir uma ode em alemão, da autoria de Gottsched, dando-lhe uma caixa de rapé de ouro, como lembrança de despedida e de boa vontade.

Durante aquele interlúdio literário, vieram outras notícias más. O exército da Croácia, sob o comando do Conde Hadik, avançava em direção a Berlim e havia boatos de que batalhões suecos e franceses convergiam sobre a capital prussiana. Frederico lá havia deixado uma guarnição, porém demasiado pequena para rechaçar tal avalanche. Se Berlim caísse, sua principal fonte de suprimento de armas, munições e roupas ficaria em mãos inimigas. Apressou-se com seu exército a fim de salvar a cidade e sua família. No caminho recebeu comunicado de que nenhum exército francês ou sueco movimentava-se em direção a Berlim; que Hadik, fazendo uma parada nos subúrbios, havia exigido resgate de 27 mil libras de Berlim, partindo os croatas muito satisfeitos (16 de outubro). Havia ainda uma outra informação reconfortante. Os russos, sob o comando de Apraksin, supliciados por moléstia e fome, tinham se retirado da Prússia oriental para a Polônia. As agradáveis mensagens informaram a Frederico que o principal exército francês, sob o comando de Soubise, tinha entrado na Saxônia, pilhando as cidades ocidentais e unindo-se ao Exército Imperial, comandado pelo Duque Saxe-Hildburghausen. O rei, fatigado, voltou atrás, conduzindo suas tropas para as proximidades de Rossbach, a cerca de vinte quilômetros a oeste de Leipzig.

Lá, seu combalido exército, reduzido a 21 mil homens, deparou com os 41 mil soldados da França e do *Reich*. Mesmo assim, Soubise julgou prudente não arriscar uma batalha. Muito melhor, continuou ele, era prosseguir esquivando-se de Frederico até cansá-lo com marchas inúteis; assim, a superioridade avassaladora dos aliados em força material e humana o forçaria à rendição. Soubise sabia da indisciplina em suas fileiras, assim como da falta de entusiasmo dos soldados, na maioria protestantes da *Reichsarmee*, em combater contra Frederico.<sup>33</sup> Hildburghausen rogou a necessidade de ação e Soubise cedeu. O marechal alemão conduziu seus homens através de uma grande volta do caminho a fim de atacar os prussianos pelo flanco esquerdo. Frederico, que observava as manobras de um telhado em Rossbach, ordenou à sua cavalaria, comandada por Seydlitz, que executasse uma contramarcha em direção ao flanco direito do inimigo. Ocultos pelas colinas e agindo com rapidez disciplinada, a cavalaria prussiana, com uma força de 3.800 homens, investiu contra as tropas aliadas, subjugando-as antes que pudessem realinhar suas fileiras. Os franceses apareceram tarde demais, sendo destroçados pela artilharia prussiana. Em noventa minutos a penosa batalha de Rossbach estava terminada (5 de novembro de 1757). Os aliados retiraram-se em grande confusão, deixando 7.700 mortos no campo. Os prussianos perderam apenas 550 homens. Frederico ordenou que os prisioneiros fossem bem tratados, convidando os oficiais que haviam sido capturados a partilharem de sua mesa. Com graça e espírito franceses, desculpou-se pela escassez do passadio: "*Mais, messieurs, je ne vous attendais pas sitôt, en si grand nombre.*"<sup>34</sup> (Mas, senhores, eu não os esperava tão cedo, e em tão elevado número.)

Em todos os setores militares, os homens maravilharam-se com a desproporção das perdas e com a superior estratégia militar que possibilitou o feito. Até a França confessou-se admirada e o povo francês, tão recentemente aliado da Prússia, não podia ainda considerar Frederico como inimigo. Ele não falava e escrevia muito bem

francês? Os *philosophes* aplaudiram suas vitórias, proclamando-o paladino do pensamento livre contra o obscurantismo religioso que eles estavam combatendo em seu país.<sup>35</sup> Frederico, reagindo à amável emoção dos franceses, disse: "Não estou habituado a considerar os franceses meus inimigos."<sup>36</sup> Entretanto, particularmente compôs — em francês — um poema no qual expressava o prazer de ter dado um pontapé no *cul* dos franceses, que Carlyle delicadamente traduziu por "o assento de honra".<sup>37</sup>

A Inglaterra rejubilou-se com ele, revigorando a fé em seu aliado. Londres celebrou-lhe o aniversário com fogueiras nas ruas, e os devotos metodistas aclamaram o herói incréu salvador da verdadeira religião. Reconduzido à posição de chefe do governo (29 de julho de 1757), Pitt foi doravante o inabalável sustentáculo do rei da Prússia. "A Inglaterra levou tempo para produzir um grande homem para esta disputa", disse Frederico, "mas, finalmente, eis aqui um!"<sup>38</sup> Pitt denunciou o Acordo Kloster-Zeven como covarde e traiçoeiro, embora o filho do rei fosse um dos signatários. Persuadiu o Parlamento a mandar um exército melhor a fim de auxiliar Frederico (outubro) e embora o referido Parlamento houvesse votado apenas 164 mil libras para o "Exército de Observação" de Cumberland, agora votara 1.200.000 libras para um "Exército de Operações". Pitt e Frederico, conjuntamente, escolheram para dirigir esse novo exército o cunhado e discípulo de estratégia militar do segundo, o Duque Ferdinando de Brunswick, de 36 anos, belo, instruído, corajoso, e que tocava violino tão bem, disse Burney, que "bem poderia ter feito fortuna com essa arte".<sup>39</sup> Eis um instrumento nobremente adequado para segundo violino da flauta de Frederico!

#### IV. A RAPOSA ACUADA: 1757-60

Frederico não dispôs de muito tempo para rejubilar-se. Um exército francês, sob o comando de Richelieu, ainda ocupava grande parte de Hanôver. No mesmo dia da batalha de Rossbach, 43 mil austríacos sitiaram Schweidnitz, o principal baluarte e celeiro dos prussianos na Silésia. Frederico lá havia deixado 41 mil homens, porém estes se reduziram, em virtude de deserção e morte, para 28 mil, os quais eram condescidos deficientemente pelo Duque de Brunswick-Bevern, que ignorava as ordens do rei para atacar os sitiantes. Em 11 de novembro, ele entregou a fortaleza, cedeu sete mil prisioneiros aos austríacos, 330 mil táleres e suficientes provisões para manter 88 mil homens por dois meses. Os vencedores, acrescidos para 83 mil em virtude da união com as forças comandadas pelo Príncipe Carlos e o Marechal Daun, foram para Breslau. Em 22 de novembro, esmagaram uma pequena força da Prússia. Breslau caiu e a maior parte da Silésia foi então restituída à triunfante Maria Teresa. Frederico bem podia sentir que sua vitória em Rossbach fora anulada.

Todavia, aquela vitória renovara sua coragem e ele não falou mais em se suicidar. Seu exército também recuperara-se com as marchas e batalhas, ressentindo-se ainda — o que constituía fato significativo — da destruição com a qual os soldados franceses haviam profanado as igrejas protestantes da Saxônia. Frederico fez um apelo a seus homens para que o auxiliassem a recuperar a Silésia. Através de caminhos difíceis, marcharam 150 quilômetros, durante doze dias de inverno. No caminho, juntaram-se com o que restava das forças prussianas derrotadas em Schweidnitz e Breslau. Em

3 de dezembro, Frederico, juntamente com 43 mil homens, avistou os 27 mil austríacos acampados nas proximidades de Leuthen, no caminho de Breslau. Naquela noite, Frederico dirigiu-se a seus capitães numa linguagem que prefigurava as arengas marciais de Napoleão:

Não ignoreis, senhores, as calamidades aqui ocorridas enquanto nos ocupávamos com os franceses e com os exércitos imperiais. Schweidnitz foi-se, (...) Breslau foi-se e, com ela, todos os nossos suprimentos. A maior parte da Silésia também foi-se. (...) Minhas dificuldades seriam irremovíveis não fosse minha ilimitada confiança na vossa coragem, vossa constância e amor à Pátria. (...) Não há nenhum entre vós que não vos tenhais salientado por algum notável gesto valoroso. (...) Por conseguinte, alimenta-me a esperança de que na próxima oportunidade não hesitareis diante de nenhum sacrifício que a pátria vos solicitar.

A oportunidade está perto. Sentir-me-ia como nada tendo realizado se a Silésia permanecer em poder da Áustria. Deixai-me dizer-vos, portanto, que proponho, desafiando todos os regulamentos da arte marcial, atacar o exército do Príncipe Carlos, três vezes maior do que o nosso, onde quer que o encontremos. A questão não reside no número do inimigo, nem da vantagem de sua posição. Tudo isso espero superar, pela coragem de nossas tropas e cuidadosa execução de nossos planos. É mister tomar semelhante medida, ou tudo estará perdido. Precisamos vencer o inimigo. Do contrário, ficaremos soterrados sob suas baterias. É esta a minha versão do dilema. É assim que agirei.

Fazei minha determinação conhecida de toda a oficialidade do exército. Preparai os homens para o trabalho que os espera, dizendo-lhes minha justificativa em pedir o exato cumprimento das ordens. Quanto a vós, quando considero que sois prussianos, poderei pensar que agireis desonrosamente? Contudo, se porventura existir um ou outro dentre vós temeroso de compartilhar comigo todos os perigos [aqui, Frederico encarou cada um] ele poderá pedir dispensa esta noite, não sofrendo nenhuma censura de minha parte. (...)

Sabia que nenhum de vós me desertaria. Assim sendo, conto absolutamente com vosso fiel auxílio e com uma vitória certa. Caso eu não sobreviva para vos recompensar por vosso devotamento, a Pátria o fará. Retornai agora ao vosso acampamento, reportando a vossas tropas o que acabai de ouvir.

O regimento de cavalaria que ao receber ordens não se lançar imediatamente sobre o inimigo, logo após o término da batalha, será por mim desmontado, tornando-se um regimento de guarnição. O batalhão de infantaria que demonstrar hesitação diante de qualquer que seja o perigo perderá suas insígnias, suas espadas, e o galão de seus uniformes.

E, agora, senhores, boa noite. Breve teremos rechaçado o inimigo, ou não nos veremos jamais.<sup>40</sup>

Até então, os austríacos, seguindo a política de Fabian, haviam evitado lutar contra Frederico, não desejando comprometer suas tropas e seus generais contra a disciplina prussiana e o gênio estratégico de Frederico. Mas agora, inspirados por recentes vitórias e pela superioridade numérica, decidiram, contra as advertências do Marechal Daun, enfrentar o rei em batalha. E foi assim que, em 5 de dezembro de 1757, os peões humanos de uma rivalidade dinástica — 43 mil contra 73 mil — investiram contra as recíprocas espadas e canhões, na maior batalha daquela guerra. “Aquela batalha”, disse Napoleão, “foi uma obra-prima. Por si só é suficiente para colocar Frederico no primeiro lugar entre generais.”<sup>41</sup> Procurou, inicialmente, galgar as colinas, das

quais sua artilharia poderia atirar nas fileiras inimigas, acima das cabeças de sua infantaria. Dispôs as tropas em ordem oblíqua, segundo método empregado na antiguidade, usado por Epaminondas de Tebas: colunas separadas mover-se-iam em ângulos de aproximadamente 45 graus, a fim de atacar o inimigo pelos flancos, desarticulando assim sua linha de defesa. Frederico fingiu estar exercendo maior pressão sobre a direita dos austríacos. O Príncipe Carlos enfraqueceu sua ala esquerda para reforçar a direita. Frederico arremessou suas melhores tropas sobre a esquerda, que ficara diminuída, desbaratou-a, e, em seguida, voltou para atacar a ala direita em seu flanco, enquanto a cavalaria prussiana precipitou-se sobre essa mesma ala, partindo de seu esconderijo nas colinas. A ordem triunfou sobre a desordem. Os austríacos renderam-se ou fugiram — vinte mil deles foram feitos prisioneiros, fato sem precedentes na história<sup>42</sup> — três mil jaziam mortos no campo de batalha e 116 peças de artilharia caíram nas mãos dos prussianos. Estes também tiveram perdas consideráveis — 1.141 mortos, 5.118 feridos, 85 prisioneiros. Terminada a carnificina, Frederico agradeceu a seus generais: "Este dia registrará a glória de vossos nomes, assim como o da nação até a mais longínqua posteridade."<sup>43</sup>

O vencedor foi ao encalço da vitória com a apaixonada resolução de reaver a Silésia. No dia imediato à batalha, seu exército sitiou a guarnição austríaca em Breslau. Sprecher, seu comandante, colocou letreiros por toda a cidade, decretando morte imediata a quem cochichasse a palavra render-se. Doze dias depois (18 de dezembro), ele rendeu-se. Frederico fez dezessete mil prisioneiros, tomando armazéns com preciosas utilidades militares. Em breve, toda a Silésia, com exceção de Schweidnitz, fortemente fortificada e guarnecida, retornou às mãos prussianas. O Príncipe Carlos, humilhado perante a silenciosa censura de Daun, retirou-se para o seu estado na Áustria. Bernis e outros dirigentes franceses aconselharam Luís XV a fazer a paz. A Pompadour dominava-os, substituindo Bernis pelo Duque de Choiseul, na qualidade de ministro das relações exteriores (1758), e a França, suspeitando que ela estivesse lutando em favor da Áustria enquanto sacrificava suas colônias, perdeu o ânimo para a guerra. Richelieu demonstrou tão pouco entusiasmo, tão pouco fervor para assegurar suas vantagens em Hanôver, que chegou a ser retirado de seu posto de comando (fevereiro de 1758).

Foi substituído pelo Conde de Clermont, um padre licenciado pelo papa no sentido de guardar seu benefício eclesiástico, enquanto desempenhava funções de general.<sup>44</sup> Os franceses evacuaram Hanôver antes das resolutas investidas do Duque Ferdinando de Brunswick. Cederam-lhe Minden em março. Não durou muito para que a Westfália ficasse livre dos franceses, os quais foram odiados em virtude de pilhagens e profanação.<sup>45</sup> Ferdinando marchou em direção oeste e, com metade de homens, derrotou a principal guarnição de Clermont em Krefeld, no Reno (23 de junho). Clermont entregou seu posto ao Duque de Contades. O exército derrotado uniu-se a Soubise, que levou novas tropas, assim como os sobreviventes de Rossbach. Em face dessa união de forças, Ferdinando retirou-se para Münster e Paderborn.

Encorajada por um período de vitórias, a Inglaterra assinou um terceiro acordo com Frederico (11 de abril) prometendo-lhe um subsídio de 670 mil libras, em outubro, comprometendo-se a não efetuar uma paz em separado.<sup>46</sup> Entrementes, Frederico, tendo realizado uma tributação excessiva em seu próprio país, a Prússia, taxou de igual

forma a Saxônia e outros territórios conquistados. Desvalorizou o meio circulante (como Voltaire), contratando financistas judeus para fazerem vantajosas transações em divisas.<sup>47</sup> Por volta da primavera de 1758, havia reconstituído seu exército em 145 mil homens. Em abril, atacou e reconquistou Schweidnitz. Burlando o principal exército da Áustria (reorganizado sob o comando de Daun), dirigiu-se ao sul com setenta mil homens para Olmütz, na Morávia. Se pudesse capturar esse baluarte, esperava marchar contra a própria cidade de Viena.

Entretanto, por esse mesmo tempo, cinqüenta mil russos, comandados pelo Conde de Fermor, precipitaram-se sobre a Prússia oriental, atacando Cüstrin, apenas a quarenta quilômetros a leste de Berlim. Frederico abandonou a conquista de Olmütz, dirigindo-se ao norte, com quinze mil homens. No caminho, soube que Guilhermina estava gravemente enferma. Parou em Grüssau, a fim de enviar-lhe uma ansiosa missiva: "Ó tu, a mais querida de todos de minha família, tu, que entre todos os entes deste mundo é o que mais amo — pelo amor de tudo quanto te é mais sagrado, preserva-te, deixando-me o consolo de derramar em teu seio as minhas lágrimas!"<sup>48</sup>

Após dias e noites de marcha, juntou-se ao exército prussiano, comandado pelo Conde zu Dohna, nas proximidades de Cüstrin. Em 25 de agosto de 1758, com 36 mil homens, enfrentou 42 mil russos, de Fermor, em Zorndorf. Sua estratégia favorita de atacar pelos flancos tornou-se impossível ali, em virtude do terreno pantanoso. Fermor revelou-se tão cheio de recursos de comando quanto Frederico e os russos lutaram com pertinácia e coragem jamais encontradas em relação aos austríacos ou franceses. Seydlitz e sua cavalaria obtiveram quaisquer honrarias que poderiam advir de um dia de chacina sem igual. Os russos retiraram-se em ordem, deixando 21 mil mortos, feridos ou prisioneiros. Os prussianos perderam 12.500 homens, entre mortos e feridos, e mil caíram prisioneiros. Mas quem poderia prosseguir na luta em tantas frentes ao mesmo tempo? Enquanto Frederico estava no norte, Daun conduziu seu exército para unir-se com os regimentos imperiais, estando agora sitiando Dresden, onde Frederico deixara uma guarnição sob o comando do Príncipe Henrique. Uma força de dezesseis mil suecos marchou através da Pomerânia, juntou-se aos russos, assolando grande parte no limite de Brandemburgo, havendo possibilidade de, com estes, colocar Berlim novamente em perigo. Um novo exército de austríacos e húngaros, comandado pelo General Harsch, entrou na Silésia, dirigindo-se para Breslau. Qual das três capitais seria defendida primeiro? Reorganizando suas tropas desanimadas e agora rebeldes, Frederico marchou com elas quase vinte quilômetros diários, através da Prússia até a Saxônia, alcançando seu irmão, sitiado, bem a tempo para desencorajar Daun de atacar. Depois de conceder duas semanas de repouso a seus comandados, partiu com a intenção de forçar Harsch a sair da Silésia. Em Hochkirch, na Silésia, Daun bloqueou sua passagem, Frederico instalou seu acampamento perto do inimigo e esperou quatro dias as provisões que vinham de Dresden. De repente, às cinco horas, na manhã de 14 de outubro de 1758, Daun, no qual Frederico confiava que não iria tomar a iniciativa, precipitou-se sobre o flanco direito dos prussianos. O movimento dos austríacos ficara oculto por um forte nevoeiro e os prussianos foram surpreendidos literalmente cochilando, não havendo tempo para formar a estratégica fileira que Frederico idealizara. Este expôs-se temerariamente nos esforços para restabelecer a ordem. Conseguiu seu objetivo, porém tarde demais para remediar a situação. Após cinco



horas de luta, 37 mil homens contra 90 mil, deu o sinal de retirada, deixando no campo de batalha 9.450 homens, para uma perda do lado austríaco de 7.590.

Novamente pensou em suicídio. Com generais tão hábeis, Daun comandando os austríacos e Saltykov do lado russo, e com seus exércitos em declínio em número, qualidade e disciplina, enquanto os inimigos podiam suprir qualquer perda, era evidente que uma vitória por parte da Prússia só poderia ocorrer por milagre, e Frederico não acreditava em milagres. No dia imediato aos acontecimentos de Hochkirch, mostrou ao seu leitor, de Katt, a *Apologia do Suicídio*, que ele havia escrito, dizendo: "Posso terminar a tragédia quando quiser."<sup>49</sup> Naquele dia (15 de outubro de 1758), Guilhermina morreu, deixando instruções para que as cartas do irmão, a ela dirigidas, fossem colocadas em seu peito ao ser enterrada.<sup>50</sup> Frederico pediu a Voltaire para escrever algo em sua memória. Voltaire correspondeu muito bem ao pedido, mas a sua ode dedicada à *âme héroïque et pure*<sup>51</sup> não podia igualar-se ao simples fervor com que o rei lhe tributara em sua *Histoire de la Guerre de sept ans*:

A bondade de seu coração, a tendência à generosidade e benevolência, a nobreza e grandeza de sua alma, a doçura de caráter reuniram nela as brilhantes dádivas do espírito com uma base de sólida virtude.(...) A mais terna e constante amizade uniu o rei [Frederico escreveu na terceira pessoa] e esta digna irmã. Estes laços formaram-se desde a mais tenra idade. A mesma educação, os mesmos sentimentos ainda mais os ligaram, e a mútua fidelidade em todas as provações tornaram estes laços indissolúveis.<sup>52</sup>

Com a primavera vieram novos exércitos franceses. Em 13 de abril de 1759, em Bergen (perto de Frankfurt-sobre-o-Meno), forças francesas, habilmente conduzidas pelo Duque de Broglie, deram a Ferdinando de Brunswick um gosto de derrota, mas ele redimiu-se em Minden. Lá (1º de agosto), com 43 mil alemães, ingleses e escoceses, ele encaminhou sessenta mil franceses, sob o comando de Broglie e Contades, de forma tão decisiva e com perdas relativamente pequenas a ponto de conseguir enviar doze mil soldados a Frederico, a fim de minorar o enfraquecimento do exército do rei, resultante de uma desastrosa campanha a leste.

Em 23 de julho, Saltykov, com cinquenta mil russos, croatas e cossacos, abateu, em Züllichau, os 26 mil prussianos que Frederico deixara encarregados de vigiar qualquer investida da Polônia para Berlim. Agora, não havia nada que obstasse a avalanche dos russos sobre a capital da Prússia. O rei não tinha outra escolha senão a de confiar em seu irmão para defender Dresden contra Daun, enquanto ele próprio marcharia para defrontar-se com os russos. Reforçando-se no caminho, pôde reunir 48 mil homens, mas, entretanto, 18 mil austríacos, sob as ordens do General Laudon, haviam se reunido aos russos, elevando o total do exército de Saltykov para 68 mil homens. Em 12 de agosto de 1759, estes dois exércitos — a maior massa de material humano consumível — travaram em Kunersdorf (a 50 quilômetros a leste de Berlim) a mais implacável e, para Frederico, a mais trágica batalha da guerra. Após doze horas de luta, parecia que ele havia conseguido posição vantajosa, porém, em seguida, os dezoito mil homens de Laudon, que tinham sido conservados como reserva, precipitaram-se sobre os prussianos exaustos, compelindo-os a uma retirada vertiginosa. Frederico enfrentou todos os perigos para reunir suas tropas. Três vezes, pessoal-

mente, conduziu-os ao ataque. Três cavalos morreram sob sua montaria. Uma caixinha de ouro dentro de seu bolso deteve uma bala que poderia ter terminado a sua carreira. Frederico não se alegrou por ter escapado. "Não existe", exclamou, "o diabo de uma bala que possa me atingir?"<sup>33</sup> Seus soldados suplicaram-lhe que se retirasse para um lugar seguro, dando logo o exemplo. Frederico lhes dirigiu um apelo: "Crianças, não me abandonem agora, a mim, seu rei, seu pai!" Entretanto, não havia exortação que os fizesse avançar novamente. Muitos deles haviam combatido seis horas sob um sol escaldante, sem tempo para um copo de água. Fugiram e, por fim, Frederico juntou-se a eles, deixando para trás vinte mil homens capturados, feridos, ou mortos, contra uma perda do lado inimigo de 15.700 homens. Entre os mortalmente feridos, encontrava-se Ewald von Kleist, o mais admirável poeta alemão de sua época.

Tão logo conseguiu um lugar para descansar, Frederico despachou uma mensagem para o Príncipe Henrique. "De um exército de 48 mil homens, neste momento não tenho mais de três mil; não sou mais o chefe de meus exércitos.(...) É uma grande calamidade. Não sobreviverei a ela." Notificou a seus generais estar transmitindo seu comando ao Príncipe Henrique. Depois, deixou-se cair sobre um monte de palha e adormeceu.

No dia seguinte, verificou que os 23 mil fugitivos do campo de batalha haviam voltado a seus regimentos, envergonhados da fuga, prontos para servi-lo novamente apenas porque ansiavam comer. Frederico esqueceu-se do desejo de matar-se e, ao invés, reorganizou aquelas pobres criaturas formando uma nova força de 32 mil homens, parando no caminho de Kunersdorf para Berlim, esperando fazer uma última tentativa para proteger sua capital. Mas Saltykov não veio. Seus homens também tinham de comer. Estavam em país estrangeiro e julgavam a pilhagem perigosa. Além do mais, a linha de comunicação com a amigável Polônia era longa e perigosa. Saltykov julgou que era tempo para os austríacos terem a sua vez contra Frederico. Ordenou a retirada.

Daun concordou que o próximo deslocamento seria seu. Sentia que chegara o momento de tomar Dresden. O Príncipe Henrique evacuara forças desta cidade para que fossem em auxílio de Frederico. Deixara apenas 3.700 homens de guarda na cidadela. Entretanto, poderosos meios de defesa foram dispostos para evitar possíveis ataques. O novo comandante em Dresden, Kurt von Schmettau, era leal servidor do rei, mas quando recebeu a comunicação de Frederico, após a batalha de Kunersdorf, de que tudo parecia perdido, abandonou a esperança de uma resistência bem-sucedida. Um exército imperial, com a potência de quinze mil homens, aproximava-se de Dresden, a oeste. Daun canhoneava vigorosamente a cidade a leste. Em 4 de setembro, Schmettau rendeu-se. Em 5 do mesmo mês, recebeu mensagem de Frederico no sentido de resistir, pois auxílio já estava a caminho. Daun, com 72 mil homens, fez de Dresden o seu quartel para o inverno. Frederico veio ter nas proximidades de Freiberg, ali invernando com metade daquele número.

O inverno de 1759-60 foi excepcionalmente severo. Por várias semanas, a neve chegava à altura dos joelhos. Apenas a oficialidade encontrou abrigo nas casas; os soldados viviam em cabanas improvisadas, junto ao fogo, cortando a lenha com grande esforço e trazendo-a para esquentar o que havia para comer, embora contassem apenas com pão. Dormiam aconchegados para conservar o calor do corpo. As doenças,

em ambos os campos, levaram tantas vidas quanto as batalhas. Em dezesseis dias, o exército de Daun perdeu quatro mil homens.<sup>54</sup> Em 19 de novembro, Frederico escreveu a Voltaire: "Se esta guerra continuar por mais tempo, a Europa voltará às trevas da ignorância e nossos contemporâneos tornar-se-ão animais selvagens."<sup>55</sup>

Embora incalculavelmente mais rica do que a Prússia em dinheiro e homens, a França beirava a bancarrota. Não obstante, Choiseul equipou uma esquadra para invadir a Inglaterra, porém ela foi destruída pelos ingleses na Baía de Quiberon (20 de novembro de 1759). Com toda a ingenuidade, os governos e os financistas multiplicavam os impostos. Em 4 de março de 1759, a Marquesa de Pompadour conseguiu a designação de Étienne de Silhouette para o cargo de controlador-geral das finanças. Este propôs redução das pensões, tributação sobre a propriedade dos nobres, conversão das pratas desses nobres em dinheiro, e até uma tributação sobre os agricultores-coletores de impostos em geral. Os ricos queixaram-se de estar sendo reduzidos a mera sombra do que tinham sido anteriormente. Daí por diante, *silhouette* tornou-se a palavra para designar uma pessoa reduzida à sua forma mais simples. Em 6 de outubro, o tesouro da França suspendeu o pagamento de suas obrigações. Em 5 de novembro, Luís XV derreteu sua prata para dar bom exemplo. Mas quando Silhouette sugeriu que o rei deveria abster-se das somas referentes às dotações que lhe eram concedidas para seus jogos e diversões, Luís XV concordou com uma tristeza tão visível que Choiseul vetou a idéia. A 21 de novembro, Silhouette foi demitido.

Como quase todos os franceses, o rei achou que já tinham tido muita guerra, mostrando-se disposto a ouvir proposta de paz. Voltaire, em junho, já havia sondado Frederico sobre a questão. Este respondeu: "Amo a paz quanto seria de desejar, porém desejo-a boa, sólida e honrada." E, em 22 de setembro, reiterou a Voltaire: "Para concluir a paz, há duas condições, das quais jamais abrirei mão. Primeiro, fazê-la em conjunto com meus fiéis aliados; (...) segundo, realizá-la de modo honrado e glorioso."<sup>56</sup> Voltaire transmitiu a Choiseul estas orgulhosas respostas (proferidas depois da derrota de Kunersdorf), o qual não encontrou nelas respaldo para negociações. E o fiel aliado Pitt, muito ocupado em assimilar as colônias francesas, como poderia pensar em concluir a paz antes de construir o Império Britânico?

## V. A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO BRITÂNICO

A mais importante fase da Guerra dos Sete Anos não teve lugar na Europa, porque ali realizou apenas pequenas mudanças no mapa do poder. Ela foi disputada no Atlântico, na América do Norte e na Índia. Nessas regiões os resultados da guerra foram imensos e duradouros.

O primeiro passo na formação do Império Britânico foi dado no século XVII, com a transferência da supremacia naval dos holandeses para os ingleses. O segundo foi marcado com o Tratado de Utrecht (1713), que concedeu à Inglaterra o monopólio do suprimento de escravos africanos às colônias espanholas e inglesas da América. Os escravos produziam arroz, fumo e açúcar. Parte do açúcar transformava-se em aguardente. O comércio da aguardente dividia-se no enriquecimento dos comerciantes da

Inglaterra (velha e Nova). O rendimento do comércio financiava a expansão da esquadra inglesa. Por volta de 1758, a Inglaterra possuía 156 navios da linha contra 77 da França.<sup>57</sup> Daí, o terceiro passo na construção do Império era a redução do poderio francês nos mares. Tal processo interrompeu-se com o sucesso de Richelieu em Minorca, continuando, entretanto, pela destruição da esquadra francesa ao largo de Lagos, Portugal (13 de abril de 1759), assim como de uma outra na Baía de Quiberon. Por conseguinte, o comércio da França nas colônias decaiu de trinta milhões de libras, em 1755, para quatro milhões em 1760.

A supremacia no Atlântico fora vencida, estando livre o caminho para a conquista da América francesa pela Grã-Bretanha. Estavam incluídos o Rio São Lourenço e a região dos Grandes Lagos, assim como a Bacia do Mississippi, partindo dos Lagos até o Golfo do México. O vale do Rio Ohio estava também na mão dos franceses. Fortificações francesas dominavam Chicago, Detroit e Pittsburgh, cuja mudança de nome para o de Forte Duquesne atestava os resultados da guerra. As possessões francesas bloquearam a expansão no rumo oeste das colônias inglesas na América. Não houvesse a Inglaterra saído vencedora na Guerra dos Sete Anos, a América do Norte estaria dividida em uma Nova Inglaterra a leste, uma Nova França no centro, e uma Nova Espanha a oeste. As divisões e conflitos da Europa iriam se reproduzir na América. O pacífico Benjamin Franklin advertiu às colônias inglesas que elas nunca poderiam estar a salvo em suas possessões, nem crescer em liberdade, a menos que os franceses fossem reprimidos em sua expansão na América. E George Washington entrou para a história ao tentar tomar o Forte Duquesne.

As duas portas para a América francesa eram o Canadá e a Louisiana, sendo o primeiro a mais próxima da Inglaterra e da França. Pelo Rio São Lourenço vinham os suprimentos e tropas destinados aos *habitantes*, estando esta entrada guardada pelo forte francês de Louisbourg, na Ilha de Cape Breton, na foz do grande rio. Em 2 de junho de 1758, Louisbourg foi sitiado por uma flotilha inglesa de 42 navios, que transportavam dezoito mil soldados, sob o comando do Almirante Edward Boscawen. O forte foi defendido por dez navios e 6.200 homens. Reforços enviados pela França foram interceptados pela esquadra inglesa. A guarnição combateu corajosamente, mas logo suas defesas foram destroçadas pelos canhões ingleses. A rendição da forte (26 de julho de 1758) deu início à conquista do Canadá pelos ingleses.

Esse evento foi apenas um pouco retardado pela estratégia e heroísmo do Marquês de Montcalm. Enviado da França (1756) para comandar os exércitos franceses no Canadá, prosseguiu de sucesso em sucesso até que fracassou, em virtude de corrupção e discórdia na administração franco-canadense e da impossibilidade da França em enviar-lhe auxílio. Em 1756, capturou uma fortificação inglesa em Oswego, dando aos franceses o controle do Lago Ontário. Em 1756, sitiou e tomou o Forte William Henry, acima do Lago George. Em 1758, com 3.800 homens derrotou quinze mil soldados ingleses e da colônia, em Ticonderoga. Entretanto, encontrou seu semelhante quando, com quinze mil homens, defendeu Quebec contra o general inglês James Wolfe, que tinha apenas nove mil homens sob seu comando. O próprio Wolfe conduziu suas tropas, escalando as montanhas para chegar às planícies de Abraham. Montcalm foi mortalmente ferido ao conduzir a defesa. Sorte semelhante coube a Wolfe ao cair, vitorioso, no campo de batalha (12-13 de setembro de 1759). Em 8 de setembro de

1760, o governador francês do Canadá, Vaudreuil-Cavagnal, rendeu-se e a grande província passou ao controle britânico.

Navegando em direção ao sul, os ingleses atacaram ilhas francesas no Caribe. Guadalupe foi tomada em 1759. Martinica em 1762. Todas as possessões francesas das Índias Ocidentais — com exceção de São Domingos — caíram nas mãos dos ingleses. Aproveitando a oportunidade dessas vitórias, Pitt enviou esquadões à África, a fim de capturar as guarnições francesas de tráfico de escravos na costa ocidental, o que foi feito. O tráfico de escravos da França terminou, e Nantes, seu principal porto naquele país, tornou-se decadente. Nas Índias Ocidentais, o preço dos escravos subiu e os negociantes ingleses enriqueceram com a demanda do material humano.<sup>58</sup> Convém assinalar que os ingleses não foram mais desumanos nesse processo do que os espanhóis ou os franceses. Foram apenas mais eficientes, e na Inglaterra é que surgiram os primeiros movimentos antiescravistas.

Enquanto isso, os empreendimentos ingleses — navais, militares, comerciais — se empenhavam na absorção da Índia. A Companhia (inglesa) das Índias Orientais estabelecera praças em Madrastra (1639), Bombaim (1668) e Calcutá (1686). Comerciantes franceses fixaram seu domínio em Pondicherry, ao sul de Madrastra (1683), em Chandernagore, ao norte de Calcutá (1688). Todos esses centros de poder expandiram-se à medida que declinava o domínio mogol na Índia. Cada um desses grupos utilizava suborno e forças armadas para alargar sua área de influência. Já na Guerra da Sucessão Austríaca (1740-48), a França e a Inglaterra combateram-se na Índia. A paz de Aix-la-Chapelle havia apenas interrompido o conflito. A Guerra dos Sete Anos renovou-o. Em março de 1757, uma frota comandada pelo Almirante Charles Warson, auxiliado por tropas da Companhia das Índias Orientais, sob o comando de um jovem de Shropshire, chamado Robert Clive, tomou Chandernagore dos franceses. Em 23 de junho, com apenas 3.200 homens, Clive derrotou cinqüenta mil hindus e franceses em Plassey (seis quilômetros ao norte de Calcutá) numa batalha que assegurou à Grã-Bretanha o domínio do noroeste da Índia. Em agosto de 1758, uma frota inglesa, sob o comando do Almirante George Pococke, rechaçou das águas indianas a esquadra francesa que estava protegendo as possessões da França ao longo da costa. Daí por diante, estando os ingleses livres e os franceses impossibilitados de trazer homens e suprimentos, a vitória da Inglaterra era apenas questão de meses. Em 1759, o assédio de Madrastra pelo Conde de Lally foi frustrado pela chegada de provisões e reforços, enviados pelos navios ingleses. Em 22 de janeiro de 1760, os franceses foram definitivamente derrotados em Wandiwash. Em 16 de janeiro de 1761, Pondicherry rendeu-se aos ingleses. Este último posto avançado dos franceses foi restaurado à França em 1763, porém era do conhecimento geral que aquela possessão continuava sendo desse país com o consentimento da Inglaterra.

A Índia e o Canadá continuaram, até os nossos dias, a ser os baluartes, a leste e a oeste, de um império construído com dinheiro, coragem, crueldade e inteligência, inteiramente de acordo com a moral internacional do século XVIII. Em tardio retrospecto, compreendemos agora que o império constituiu um produto natural da natureza humana e das condições materiais, e que a sua alternativa não era a independência dos povos desamparados, mas um império semelhante ao estabelecido pela França. Afinal das contas, apesar dos Clives, Hastings e Kiplings, o domínio de metade do

mundo pela marinha da Grã-Bretanha — a comparativamente humana e urbana manutenção da ordem em meio a um caos sempre ameaçador — constituiu mais uma bênção do que uma maldição para a humanidade.

## VI. EXAUSTÃO: 1760-62

E o que fazia a acuada raposa prussiana, naquele árduo inverno de 1759-60? Estava angariando e gastando dinheiro, recrutando e treinando homens, escrevendo e publicando poesia. Em janeiro, um editor pirata de Paris publicou *Oeuvres du philosophe de Sans-Souci*, divulgando certos poemas indiscretos que, em 1753, Voltaire levara consigo de Potsdam, em razão do que Frederico mandou interceptá-lo e detê-lo em Frankfurt-sobre-o-Meno. Estes poemas divertiriam cabeças não coroadas, mas fariam as reais cabeleiras tremerem de raiva, inclusive a do aliado de Frederico, Jorge II. Frederico protestou, dizendo que aquela publicação pirata fora corrompida por interpolações maldosas. Pediu a seu amigo o Marquês d'Argens (diretor de belas-artes da Academia de Berlim) para imprimir imediatamente "uma edição autêntica", cuidadosamente expurgada. E assim foi feito, em março, podendo Frederico voltar de novo para a guerra. Em 24 de fevereiro, escreveu a Voltaire:

O aço e a morte fizeram terríveis devastações entre nós, e a triste verdade é não estarmos ainda ao término da tragédia. Podeis facilmente conceber os efeitos dessas crueldades sobre mim. Impregno-me de estoicismo o mais que posso.(...) Estou velho, alquebrado, grisalho, enrugado. Estou perdendo os dentes e a alegria.<sup>59</sup>

Grande número de tropas estava sendo arregimentado tendo em vista determinar qual dos dirigentes conseguiria maior contingente. Em abril, Saltykov voltava da Rússia com cem mil; Laudon conseguiu cinqüenta mil austríacos na Silésia, contra 34 mil do Príncipe Henrique; Daun, em Dresden com cem mil, esperava romper a fileira dos quarenta mil homens comandados por Frederico, então acampados perto de Meissen. Os franceses, com 125 mil homens, esperavam avançar contra os setenta mil de que dispunha Ferdinando. Ao todo, 375 mil homens faziam mira em direção a Berlim. Em 21 de março de 1760, a Áustria e a Rússia renovaram sua aliança, com uma cláusula secreta entregando a Prússia a esta última tão logo a Silésia fosse restituída à Áustria.<sup>60</sup>

Laudon iniciou a primeira batalha do ano 1760, abatendo treze mil prussianos em Landeshut (23 de junho). Em 10 de julho, Frederico deu início ao sítio de Dresden, com artilharia pesada, deixando em ruínas a mais bela cidade alemã daquela época. Nada lucrou com o bombardeio, pois, ouvindo a comunicação de que Laudon se aproximava de Breslau, abandonou o cerco, marchou com seus homens quase cem quilômetros em cinco dias, encontrou o exército de Laudon em Liegnitz (15 de agosto de 1760), infligiu-lhe uma baixa de dez mil homens e entrou em Breslau. Entretanto, em 9 de outubro, um exército de cossacos comandado por Fermor capturou Berlim, saqueou seus depósitos bélicos, extorquiu um resgate de dois milhões de táleres — metade do subsídio que a Inglaterra concedia anualmente a Frederico. Ele marchou para a sua capital a fim de salvá-la. Sabendo estar Frederico nas proximidades da cidade,

os russos debandaram e o rei retornou à Saxônia. Durante o regresso, escreveu a Voltaire (30 de outubro): "Sois feliz em seguir o conselho de Candide, limitando-vos a cultivar vosso jardim. Nem todos podem fazer o mesmo. O boi precisa lavrar a terra, o rouxinol cantar, o golfinho nadar, e eu preciso combater."<sup>61</sup>

Em Torgau-sobre-o-Elba (3 de novembro), os 44 mil prussianos sob o comando de Frederico enfrentaram cinqüenta mil austríacos. Frederico enviou metade de seu exército, sob o comando de Johann von Ziethen, por um desvio a fim de atacar o inimigo pela retaguarda. A manobra não foi bem-sucedida, porque Ziethen atrasou-se ao enfrentar um destacamento inimigo no caminho. Frederico conduziu pessoalmente suas divisões para a fúria da batalha. Lá, também três cavalos foram baleados e mortos sob ele. Um obus chocou-se contra seu peito, porém com pouca força. Frederico foi arremessado inconsciente ao chão, mas logo recuperou-se. "Não é nada", disse e voltou à luta. Foi uma vitória de Pirro. Os austríacos cederam, com uma perda de 11.260 homens, porém Frederico deixou 13.120 prussianos naquele campo. Retirou-se para Breslau, então seu principal centro de abastecimento. Daun ainda ocupava Dresden, pacientemente esperando pela morte de Frederico. Os sobreviventes puderam descansar com a chegada do inverno.

O ano de 1761 foi mais de diplomacia do que de guerra. Na Inglaterra, a morte de Jorge II (25 de outubro de 1760), que se preocupava profundamente com Hanôver, e a elevação ao trono de Jorge III, que se preocupava muito menos, deu a sanção real ao ressentimento do povo contra uma guerra que pesava consideravelmente nas finanças do país. Choiseul, da França, fez tentativas no sentido de obter uma paz em separado. Pitt recusou, mantendo-se fiel a Frederico. Entretanto, o contingente britânico em Hanôver estava reduzido, e Ferdinando tinha que ceder Brunswick e Wolfenbüttel à França. Choiseul voltou para a Espanha e, em um "Pacte de Famille" — um pacto familiar entre os reis Bourbon — persuadiu esse país a unir-se numa aliança contra a Prússia. Desenvolvimentos militares concorreram para deixar novamente Frederico na iminência de uma derrota. Laudon, com 72 mil homens, pressionou uma encruzilhada com cinqüenta mil russos, separando Frederico completamente da Prússia e fazendo planos para tomar e conservar Berlim. Em 1º de setembro de 1761, os austríacos retomaram Schweidnitz e suas munições. Em 5 de outubro, Pitt, oprimido pelos reclamos do povo para obter a paz, preferiu demitir-se a trair Frederico. Seu sucessor, o Conde de Bute, achava a causa de Frederico sem esperança, vendo nas negociações de paz uma maneira de fortalecer Jorge III contra o Parlamento. Pediu a Frederico que se considerasse vencido, pelo menos entregando parte da Silésia à Áustria. Frederico recusou. Bute recusou-lhe qualquer outro subsídio. Quase toda a Europa, inclusive muitos prussianos, apelaram para Frederico no sentido de fazer concessões. Suas tropas haviam perdido qualquer esperança de vitória. Avisaram a seu chefe que não voltariam a atacar o inimigo e, se fossem atacados, render-se-iam.<sup>62</sup> Ao findar o ano de 1761, Frederico viu-se só contra uma dúzia de inimigos. Concordou que apenas um milagre poderia salvá-lo.

Um milagre salvou-o. Em 5 de janeiro de 1762,<sup>63</sup> a Czarina Elizaveta, que odiava Frederico, morreu. Seu sucessor foi Pedro III, que admirava Frederico na qualidade de conquistador ideal e rei. Quando Frederico ouviu a notícia, ordenou que todos os prisioneiros russos fossem vestidos, calçados, alimentados e postos em liberdade.

Em 23 de fevereiro, Pedro declarou terminada a guerra com a Prússia. Em 5 de maio, assinou um tratado de paz, redigido, a seu pedido, pelo próprio Frederico. Em 22 de maio, a Suécia seguiu o exemplo. Em 10 de junho, Pedro voltou à guerra, porém desta vez como aliado da Prússia. Vestiu o uniforme do exército prussiano, declarando-se voluntário para servir "sob o rei, meu senhor". Foi a mais extraordinária reviravolta da história.

Isto reconfortou o coração de Frederico e restabeleceu o moral de seu exército, porém ele bem que concordou com a opinião de seus inimigos de que Pedro era louco. Ficou alarmado quando ouviu a proposta de Pedro de atacar a Dinamarca, a fim de reaver Holstein. Frederico empregou todos os esforços para dissuadi-lo desse intento, mas Pedro era insistente. Conta-nos Frederico: "Tive de calar-me e abandonar aquele pobre príncipe à autoconfiança que o destruiu."<sup>64</sup>

Bute, então ativamente hostil a Frederico, pediu a Pedro que deixasse os vinte mil russos, agora no exército austríaco, permanecerem lá. Pedro enviou uma cópia da mensagem a Frederico, ordenando às tropas russas para se juntarem a Frederico, servindo-o. Bute ofereceu à Áustria uma paz em separado, prometendo apoiar a cessão do território prussiano a ela. Kaunitz recusou e Frederico denunciou Bute como um canalha.<sup>65</sup> Ficou satisfeito ao saber que a França cortara seus subsídios à Áustria e que os turcos estavam atacando os austríacos na Hungria (maio, 1762).

Em 28 de junho, Pedro foi deposto por um *coup d'état* que estabeleceu Catarina II na qualidade de "Imperatriz de todas as Rússias". Em 6 de julho, Pedro foi assassinado. Catarina ordenou a Czernichev, que comandava os russos no exército de Frederico, que levasse imediatamente aqueles homens de volta à pátria. Frederico, na ocasião, preparava-se para atacar Daun. Pediu a Czernichev que ocultasse por três dias a notícia das instruções de Catarina. Sem utilizar-se desses auxiliares russos, Frederico derrotou Daun em Burkertsdorf (21 de julho). Czernichev então retirou suas tropas e a Rússia não mais tomou parte na guerra. Livre de perigo ao norte, o rei rechaçou os austríacos à sua frente, recapturando Schweidnitz. Em 29 de outubro, o Príncipe Henrique, com 24 mil homens, derrotou 39 mil austríacos e imperiais em Freiberg, na Saxônia. Esta foi a única atividade de monta naquela guerra na qual os prussianos foram vitoriosos sem que estivessem sob o comando de Frederico. Foi também a última batalha importante da Guerra dos Sete Anos.

## VII. PAZ

Toda a Europa Ocidental estava exausta, a Prússia mais do que todos; lá, rapazes de quatorze anos haviam sido alistados compulsoriamente, fazendas foram devastadas e comerciantes viram-se arruinados pela paralisação dos negócios. A Áustria tinha mais homens do que dinheiro, e havia perdido o valioso auxílio da Rússia. A Espanha perdera Havana e Manila para os ingleses e quase toda a sua marinha havia sido destruída. A França estava falida, perdera suas colônias, seu comércio quase desaparecera do mar. A Inglaterra precisava de paz para consolidar seus lucros.

Em 5 de setembro de 1762, Bute enviou o Duque de Bedford a Paris para negociar um acordo com Choiseul. Se a França cedesse o Canadá e a Índia, a Inglaterra restitui-



ria Guadalupe e Martinica. Nesse caso, a França poderia conservar, com a aquiescência da Grã-Bretanha, as províncias de Frederico, a oeste de Wesel e Gelderland.<sup>66</sup> Pitt denunciou tais propostas com inflamada eloquência, porém a opinião pública apoiou Bute e, em 5 de novembro, Inglaterra e Portugal assinaram com a França e a Espanha a Paz de Fontainebleau. A França cedeu o Canadá, a Índia e Minorca. A Inglaterra restituiu à França e à Espanha os países que haviam conquistado no Caribe. A França comprometeu-se a manter neutralidade entre a Prússia e a Áustria e retirar suas tropas de território prussiano na Alemanha Ocidental. O Tratado de Paz de Paris, posteriormente firmado (10 de fevereiro de 1763), confirmou tais entendimentos, deixando à França, entretanto, seus direitos de exercer a pesca nas proximidades da Terra Nova e alguns centros comerciais na Índia. A Espanha cedeu a Flórida à Inglaterra, mas recebeu a Louisiana da França. Tecnicamente, esses acordos violavam os compromissos da Grã-Bretanha contra uma paz em separado. Na realidade, representavam vantagem para Frederico, por deixá-lo com apenas dois adversários: a Áustria e o *Reich*. Estava, então, confiante de que poderia enfrentar com seus próprios recursos esses desalentadores inimigos.

Maria Teresa resignou-se em fazer a paz com o seu mais odiado inimigo. Todos os seus melhores aliados a haviam abandonado e cem mil turcos marchavam em direção à Hungria. Mandou então um emissário a Frederico com uma proposta de trégua. Esta foi aceita e, em 5 de fevereiro de 1763, em Hubertusburg (perto de Leipzig), a Prússia, a Áustria, a Saxônia e os príncipes alemães firmaram o tratado que terminava a Guerra dos Sete Anos. Depois de tanto derramamento de sangue, ducados, rublos, táleres, coroas, francos e libras foi restabelecido o *status quo ante bellum* no continente: Frederico conservou a Silésia, Glatz, Wesel e Gelderland. Evacuou a Saxônia, prometendo apoiar a candidatura de José, filho de Maria Teresa, como Rei dos Romanos, por conseguinte, futuro imperador. Ao firmar o referido compromisso, os auxiliares de Frederico felicitaram-no como sendo aquele "o dia mais feliz de sua vida". Em resposta disse-lhes Frederico que o dia mais feliz de sua vida seria o do último dia de sua existência.<sup>67</sup>

Quais foram os resultados da guerra? Para a Áustria, a perda definitiva da Silésia e uma dívida de cem milhões de escudos. O prestígio dos dirigentes austríacos como detentores do título imperial terminara. Frederico tratava Maria Teresa mais como uma soberana austro-húngara, do que do Sagrado Império Romano. Os príncipes alemães do Império foram relegados a seus expedientes e, em breve, se submeteriam à hegemonia prussiana no *Reich*. O poderio dos Habsburgos declinou, o dos Hohenzollern elevou-se. Estava aberto o caminho para Bismarck. Patriotismo e nacionalismo principiaram a ser considerados em termos de uma Alemanha unificada, ao invés de grupos de estados orgulhosamente separados. A literatura alemã principiou a ser estimulada para o *Sturm und Drang*, ascendendo a Goethe e Schiller.

A Suécia perdeu 25 mil homens e nada ganhou senão dívidas. A Rússia registrou uma baixa de 120 mil homens, dificuldades e doenças, mas logo recuperar-se-ia. Havia aberto uma nova era de sua história com a marcha para o Ocidente. Era, então, evidente a divisão da Polônia. Para a França, as conseqüências da guerra foram enormes perdas em relação às colônias e ao comércio, assim como a probabilidade de falência impelindo-a para o colapso. Para a Inglaterra, o conflito resultou em benefício

que os próprios dirigentes não podiam prever: controle dos mares e do mundo colonial, o estabelecimento de um grande império, o início de 182 anos de supremacia no mundo. Para a Prússia os resultados foram devastação territorial, treze mil casas em ruínas, uma centena de cidades e aldeias dizimadas pelo fogo, milhares de famílias exterminadas. Segundo Frederico, 180 mil prussianos<sup>68</sup> morreram nos campos de batalha ou na prisão. Até um maior número morreu por falta de assistência médica ou alimentos. Uma população de 4.500.000, em 1756, ficou reduzida a 4.000.000, em 1763.

Frederico era agora o herói de toda a Alemanha (exceto a Saxônia!). Após uma ausência de seis anos, entrou triunfante em Berlim. A cidade, embora na indigência, com todas as famílias de luto, resplandecia iluminada para dar as boas-vindas e aclamá-lo na qualidade de seu salvador! O espírito férreo do velho guerreiro comoveu-se. "Viva meu querido povo!", gritou Frederico. "Viva meus filhos!"<sup>69</sup> Ele era capaz de humilhar-se. Naquela hora em que todos o adulavam, não esqueceu os erros que praticou como general, o maior dos modernos generais, com exceção de Napoleão. Ainda podia ver os milhares de jovens prussianos cujas mortes violentas constituíram o preço da Silésia. Ele também pagara seu tributo. Era, aos 55 anos, um homem prematuramente velho. As costas recurvas, o rosto e o corpo magros e enrugados, sem dentes, os cabelos brancos, as entranhas dilaceradas por cólicas, diarreia e hemorróidas.<sup>70</sup> Ele próprio observou que agora o lugar apropriado para aquele corpo cansado era o asilo de velhos.<sup>71</sup> Entretanto, viveu mais 23 anos, procurando redimir seus pecados com um governo pacífico e ordenado.

Politicamente, as principais conseqüências da Guerra dos Sete Anos foram a ascensão do Império Britânico e o surgimento da Prússia como potência de primeira ordem. Economicamente, o resultado principal foi o avanço em direção ao capitalismo industrial. Exércitos gigantescos constituíram gloriosos mercados para o consumo maciço dos artigos produzidos em massa. Qual o melhor cliente senão aquele que prometia consumir a mercadoria adquirida o mais breve possível, encomendando mais? Moralmente, a guerra produziu pessimismo, cinismo e anarquia dos costumes. A vida era precária, a morte iminente, e o sofrimento a ordem do dia. A pilhagem era permitida e o prazer devia ser colhido onde quer que estivesse, nem que fosse por um minuto. "Se não fosse esta guerra", disse Grimm na Westfalia, em 1757, "eu jamais teria concebido até que ponto podem chegar os horrores da pobreza e a injustiça dos homens."<sup>72</sup> E estes haviam apenas começado. O sofrimento tanto propiciava a religião como a prejudicava. Se uma minoria voltava-se para o ateísmo pela força irresistível do mal, a maioria sentia-se inclinada para a religião pela simples necessidade de acreditar no elementar triunfo do bem. Bem cedo, surgiria na França, na Inglaterra e na Alemanha uma reação no tocante à religião. Na Alemanha, o protestantismo salvou-se da destruição. É provável que, se Frederico perdesse, a Prússia passasse, como a Boêmia após 1620, por uma restauração compulsória da religião católica, assim como do poderio de sua Igreja. O triunfo da imaginação sobre a realidade constitui um dos caprichos da história.

## A Vida do Estado

### I. A PARTIDA DA AMANTE

**M**ME. DE POMPADOUR foi uma das vítimas da guerra. Por algum tempo, o rei continuou escravo de seus encantos, enquanto a nação sofria. Mas depois que Damiens tentou assassiná-lo (5 de janeiro de 1757), Luís XV, sentindo subitamente a presença de Deus, mandou dizer a Mme. de Pômpadour para partir imediatamente. Entretanto, ele cometeu o erro, bastante humano, de procurá-la a fim de despedir-se. Encontrou-a tristemente arrumando as malas. Um resto de ternura venceu-o. Pediu-lhe que ficasse.<sup>1</sup> Logo seus poderes e privilégios antigos foram restabelecidos. Ela negociava com diplomatas e embaixadores, elevando ou rebaixando ministros e generais. Marc-Pierre de Voyer, Conde d'Argenson, fez-lhe uma oposição tenaz. Mme. de Pompadour procurou uma conciliação e foi repelida. Foi então que ela o substituiu pelo Abade de Bernis, na qualidade de ministro das Relações Exteriores, e depois por Choiseul (1758). Reservando sua ternura para seus parentes e para o rei, enfrentava a todos com um coração de aço dentro de uma constituição doentia. Mandava seus inimigos para a Bastilha, deixando-os lá muitos anos.<sup>2</sup> Entrementes, enfeitava suas casas, adornava seus palácios, encomendando um majestoso mausoléu para ela debaixo da Place Vendôme.

Era acusada pelo povo, pelo Parlamento e pela corte de ser responsável pelos revezes da França na guerra, porém não recebia crédito pelas vitórias. Foi responsabilizada pela infeliz aliança com a Áustria, embora fosse apenas um pequeno fator dessa união. Responsabilizavam-na pelo malogro de Rossbach, onde o homem de sua confiança, Soubise, comandara os franceses. Os que a criticavam não sabiam, ou consideravam sem importância, que Soubise aconselhara a não entrar em combate, sendo forçado a fazê-lo em virtude da precipitação do general alemão. Se Soubise tivesse feito o que acreditava certo, se o seu plano de cansar Frederico com marchas e deserções, se a Czarina Elizaveta não tivesse morrido em ocasião tão inoportuna, deixando a Rússia nas mãos de um admirador de Frederico, talvez a resistência da Prússia houvesse sofrido um colapso, a França tivesse ficado com os Países Baixos austríacos e a Pompadour transportada de um mar de sangue para a aclamação nacional. Não conseguiu conciliar a grande chance.

O Parlamento odiava-a porque ela induzia o rei a ignorá-lo. O clero odiava-a na qualidade de amiga de Voltaire e dos *Encyclopédistes*. Christophe de Beaumont, arcebispo de Paris, dizia que gostaria de vê-la na fogueira.<sup>3</sup> Quando o povo de Paris clamava contra o elevado preço do pão, gritavam que “a prostituta que governava o reino estava impelindo-o para a ruína”. “Se nós a tivéssemos agora”, disse uma voz na multidão em Pont de la Tournelle, “nada sobraria dela para fazer relíquias.”<sup>4</sup> Não ousando mostrar-se nas ruas de Paris, a Pompadour estava cercada de inimigos em Versalhes. Em carta à Marquesa de Fontenailles, assim se expressou: “Encontro-me totalmente só no meio desta multidão de *petits seigneurs* que me odeiam e aos quais desprezo. Quanto à maioria das mulheres, suas conversas dão-me enxaqueca. Tornam-se insuportáveis com suas vaidades, maneiras altaneiras, mesquinhez e traições.”<sup>5</sup>

À medida que a guerra se prolongava, a França, vendo o Canadá e a Índia sendo-lhes arrebatados, e Ferdinando de Brunswick mantendo o cerco dos exércitos franceses, os soldados voltando feridos ou mutilados às ruas de Paris, tornou-se claro para o rei que ele havia cometido um erro trágico ao dar ouvidos a Kaunitz e a Mme. de Pompadour. Em 1761, consolou-se com a nova amante, Mlle. de Romans, que lhe deu um filho, o futuro Abade de Bourbon. Segundo os boatos, a Pompadour vingou-se tomando por amante Choiseul.<sup>6</sup> Entretanto, ela estava muito fraca e Choiseul era por demais inteligente para tal ligação. A Choiseul ela entregou seu poderio, mais do que seu amor. Então, pode ser que ela tenha dito a desalentadora profecia: “*Après moi le déluge.*”<sup>7</sup>

Ela sempre foi frágil. Na mocidade, cuspira sangue e, embora incertos de que fora tuberculosa, sabemos que sua tosse aumentou quando se aproximava dos quarenta anos. A voz cantante que outrora entusiasmara o rei e sua corte, estava agora rouca e forçada. Os amigos afligiam-se com sua magreza. Em fevereiro de 1764, guardou o leito com febre alta e inflamação dos pulmões. Em abril, seu estado de saúde ficou tão crítico que ela mandou chamar o tabelião para lavrar suas últimas disposições testamentárias. Deixou presentes para os parentes, amigos e criados, acrescentando: “Se, neste testamento, eu tiver esquecido qualquer um de meus parentes, peço ao meu irmão para provê-los.” Para Luís XV deixou a mansão de Paris, que, juntamente com o Eliseu, é atualmente ocupado pelo presidente da França. O rei passou muitas horas à sua cabeceira e, nos últimos dias, quase não saía do quarto. O delfim, que sempre fora seu inimigo, escreveu ao bispo de Verdun: “Ela está morrendo com uma rara coragem para qualquer um, homem ou mulher. Seus pulmões estão cheios de água ou de pus, o coração congestionado ou dilatado. É uma morte inacreditável, cruel e dolorosa.”<sup>8</sup> Até mesmo nesta última batalha ela mantinha-se ricamente vestida, as faces maceradas pintadas. Reinou até o último momento. Cortesãos aglomeravam-se ao redor do leito. Ela distribuía favores, fazendo nomeações para altos cargos. Muitas vezes, leis eram feitas pelo rei de acordo com suas determinações.

Finalmente, confessou-se vencida. Em 14 de abril, aceitou, reconhecida, os últimos sacramentos que procuram minorar a morte com esperança. Por tanto tempo amiga dos filósofos, procurou naquela hora recuperar a crença de sua infância. Como uma criança, orou:

Confio minha alma a Deus, implorando que tenha pena de mim, que perdoe meus pecados, concedendo-me a graça do arrependimento e de morrer digna de Sua misericórdia, esperando serenar sua justiça pelo enaltecimento do precioso sangue de Jesus Cristo, meu Salvador, e através da intercessão da Virgem Maria e todos os santos do Paraíso.<sup>9</sup>

Ao padre, que se retirava quando ela entrava na sua agonia final, murmurou: "Espe-re um instante, deixaremos a casa juntos."<sup>10</sup> Ela morreu no dia 15 de abril de 1764, sufocada pela congestão pulmonar. Tinha 42 anos.

Não é verdade que Luís XV tenha ficado indiferente à sua morte. Ele apenas ocul-tou a sua dor.<sup>11</sup> "O rei", disse o delfim, "está sofrendo muito, embora se controle junto a nós e a todos."<sup>12</sup> Quando, no dia 17 de abril, a mulher que partilhara me-tade de sua vida por vinte anos estava sendo transportada do Palácio de Versalhes, sob um tempo frio e chuvoso, ele foi à varanda para ver sua partida. "A marquesa vai ter uma temperatura muito má", disse ao seu criado particular, Champlost. Não se tratava de observação frívola, pois Champlost informou que havia lágrimas em seus olhos e que Luís XV acrescentou tristemente: "Este é o único tributo que lhe posso prestar."<sup>13</sup> De acordo com sua vontade, ela foi enterrada ao lado de sua filha Ale-xandrine, na igreja dos Capuchinhos, na Place Vendôme, hoje desaparecida.

A corte alegrou-se de ficar livre de seu poderio. O povo, que não lhe conhecera os encantos, amaldiçoou suas extravagâncias dispendiosas e logo a esqueceu. Os artis-tas e escritores, aos quais ela ajudara, lamentaram a perda de uma amiga graciosa e compreensiva. Diderot foi rude: "Então, o que resta desta mulher que nos custou tanto em homens e dinheiro, que nos deixou sem honra e sem energia, e que derru-bou todo o sistema político da Europa? Um punhado de pó." Mas Voltaire, de Fer-ney, escreveu:

Estou muito triste com a morte de Mme. de Pompadour. Devo-lhe favores e cho-ror por gratidão. É absurdo que um velho escrevinhador, que mal pode andar, ainda esteja vivo, enquanto uma bela mulher, no meio de uma esplêndida carreira, morra aos quarenta anos. Talvez se ela pudesse viver calmamente como eu faço, ela esti-vesse viva hoje.(...) Ela era justiceira, de espírito e de coração.(...) É o fim de um sonho.<sup>14</sup>

## II. A RECUPERAÇÃO DA FRANÇA

Até Napoleão, a França não se recuperou da Guerra dos Sete Anos. Sob Luís XIV, uma elevada tributação desestimulou a agricultura e seus efeitos continuaram no rei-nado de Luís XV. Milhares de hectares cultivados durante o século XVII foram deixa-dos incultos em 1760, revertendo à condição de abandono.<sup>15</sup> A pecuária foi consideravelmente reduzida, os fertilizantes eram escassos, o solo se achava exaurido. Os camponeses conservavam os métodos rudimentares do amanho da terra, pois todas as vezes que introduziam melhoramentos que lhes proporcionariam maior rendimen-to, tinham de arcar com correspondente aumento de impostos. Muitos camponeses não possuíam aquecimento nas casas durante o inverno, a não ser do gado que com eles vivia. Inesperadas geadas nos anos de 1760 e 1767 arruinaram as culturas e os

vinhedos. A má colheita podia condenar uma aldeia à inanição e ao terror dos lobos famintos que furtivamente andavam pelos arredores.

Não obstante, a recuperação econômica teve início tão logo foi assinado o tratado de paz. Embora o governo fosse ineficiente e corrupto, várias medidas foram tomadas para auxiliar os camponeses. Diversos administradores do reino distribuíram sementes e construíram estradas. Sociedades agrônômicas publicaram informações do setor agrícola, instituíram concursos, concederam prêmios. Os coletores de impostos distinguiram-se pela moderação e humanidade.<sup>16</sup> Estimulados pelos fisiocratas, muitos senhores feudais empenharam-se na melhoria dos métodos agrícolas e de produção. Subiu o número dos camponeses proprietários. Em 1774, apenas seis por cento da população francesa ainda trabalhavam sob o regime de servidão.<sup>17</sup> Cada incremento da produção ocasionava aumento populacional. A terra era rica e, no entanto, os camponeses possuíam muito pouco. A pobreza continuava.

Da classe dos camponeses nascia o excedente humano que equiparia as indústrias das grandes cidades. Com poucas exceções, a indústria encontrava-se ainda no estágio doméstico e manufatureiro. Organizações capitalistas em grande escala dominaram a metalurgia, a mineração, a indústria de sabão e a indústria têxtil. Em 1760, Marseilha possuía 35 fábricas de sabão, com mil operários.<sup>18</sup> Tendo em vista o progresso de sua indústria, Lyon já dependia da transferência dos mercados para o produto de seus teares. As máquinas de cardar foram introduzidas na Inglaterra em 1750 e, em 1770, a máquina de fiar, que trabalhava com 48 fusos ao mesmo tempo, começou a substituir a roca na França. Os franceses tinham mais facilidade para a invenção do que para a aplicação, pois lhes faltava o capital que a Inglaterra, enriquecida pelo comércio, podia utilizar para financiar as máquinas que aperfeiçoariam sua indústria. A máquina a vapor era conhecida na França desde 1681.<sup>19</sup> Joseph Cugnot utilizou-a em 1769 para mover o primeiro automóvel no país. Um ano mais tarde, ela foi empregada no transporte de carga pesada. Entretanto, essa máquina desgovernou-se e derrubou um muro, tendo que parar de quinze em quinze minutos para abastecimento de água.<sup>20</sup>

Com essas estranhas exceções, o transporte fazia-se a cavalo, carruagem ou navio. As estradas e os canais eram melhores que os da Inglaterra, porém as hospedarias eram piores. Um serviço regular de correio foi instalado em 1760. Não era totalmente confidencial porque Luís XV dava ordens aos chefes dos correios para abrirem as cartas, comunicando ao governo qualquer informação suspeita.<sup>21</sup> O comércio interno era dificultado pelos impostos, e o externo pela guerra e perda das colônias. A Companhia das Índias faliu e dissolveu-se (1770). No decurso do século, entretanto, o comércio com os países europeus aumentou consideravelmente, de 176.600.000 *livres*, em 1716, para 804.300.000 *livres*, em 1787. Contudo, parte desse aumento era apenas o reflexo da inflação. O comércio com as Índias Ocidentais francesas floresceu em relação ao açúcar e escravos.

Uma inflação progressiva, devida em parte ao aviltamento da moeda e à crescente produção mundial de ouro e prata, estimulou os empreendimentos comerciais e industriais. O homem de negócios podia, em geral, vender seu produto em níveis de preços mais altos do que aqueles pelos quais ele havia adquirido mão-de-obra e material. De modo que a classe média aumentava sua fortuna, enquanto que as classes

inferiores esforçavam-se para manter seus orçamentos em relação aos preços. A mesma inflação que possibilitava ao governo burlar os credores reduzia o valor de sua receita, de maneira que os impostos subiam enquanto o franco caía. O rei tornou-se dependente dos banqueiros, tais como os irmãos Paris, particularmente Paris-Duverney, o qual tanto encantou a Pompadour com sua prestidigitação fiscal, que chegou a conseguir, durante a guerra, fazer generais e ministros, ou eliminá-los.

A base do desenvolvimento econômico na França do século XVIII era a transferência da riqueza daqueles que possuíam terras para aqueles que controlavam a indústria, o comércio, ou as finanças. Voltaire observou, em 1755: "Em virtude dos crescentes lucros no comércio(...), há menos riqueza do que anteriormente entre os grandes e mais no meio da classe média. O resultado foi a diminuição da distância entre as classes."<sup>22</sup> Homens de negócios, como La Popelinière, puderam construir palácios de encher de inveja os nobres, reunindo em suas mesas os melhores poetas e filósofos do reino. Cabia então à burguesia patrocinar a literatura e a arte. A aristocracia consolava-se apegando-se a seus privilégios e ostentando a sua elegância. Insistia para que os candidatos aos postos no exército e no episcopado pertencessem à nobreza. Exibia suas armas e seus brasões e produzia registros genealógicos. Porfiava — muitas vezes em vão — para afastar dos altos cargos administrativos, assim como da corte, o homem comum digno e competente. O burguês rico desejava que as carreiras fossem facultadas a qualquer um, a despeito de seu nascimento. Quando essa pretensão foi recusada, ele cortejou a revolução.

Quase todo o aspecto campônio da luta de classe tomou forma visível no tumulto e esplendor de Paris. Metade da riqueza da França era escoada para a capital e metade da sua pobreza apodrecia naquela cidade. Paris, dizia Rousseau, "talvez seja em todo o mundo a cidade onde há maior desigualdade de condições e onde coabitam a mais ostensiva riqueza e a mais estarrecedora penúria".<sup>23</sup> Em 1761, setenta mendigos faziam parte do séquito oficial do corpo do filho mais velho do delfim.<sup>24</sup> Em 1770, Paris continha 600 mil dos 22 milhões de almas em toda a França.<sup>25</sup> Abrigava o povo mais esperto, bem informado e o mais depravado da Europa. Possuía ruas muito bem calçadas, magníficas avenidas, grandiosos palácios, o tráfego mais movimentado, lojas de alta qualidade, os mais sujos cortiços e algumas das mais belas igrejas do mundo. Em 1761, Goldoni, chegando a Paris procedente de Veneza, maravilhou-se:

Que multidão, que conjunto mais variado de gente!... Que forte impressão para minha mente e meus sentidos foi o espetáculo das Tulherias! Vi a extensão daquele imenso jardim, ao qual nada pode ser comparado em todo o universo, e meus olhos não conseguiram precisar até onde ia.(...) Um rio majestoso, inúmeras pontes de fácil acesso, vastos embarcadouros, inúmeras carruagens, e uma multidão infindável.<sup>26</sup>

Milhares de lojas tentavam os que tinham dinheiro e os que não tinham. Vendedores ambulantes apregoavam sua mercadoria nas ruas. Centenas de restaurantes (esta palavra surgiu pela primeira vez em 1765) ofereciam-se para *restaurar* os famintos. Milhares de negociantes colecionavam, faziam ou vendiam antigüidades. Milhares de cabeleireiros penteavam e empoavam os cabelos ou perucas até mesmo da classe dos artesãos. Nas ruas estreitas, artistas e artífices expunham pinturas, móveis e atavios

para as pessoas abastadas. Encontravam-se tipografias que imprimiam livros, às vezes com risco de morte. Em 1774, os lucros do comércio livreiro em Paris eram estimados em 45 milhões de *livres* — quatro vezes os de Londres.<sup>27</sup> “Londres é boa para os ingleses”, dizia Garrick, “mas Paris é boa para todo o mundo.”<sup>28</sup> Voltaire assim se expressou, em 1768: “Temos em Paris mais de trinta mil pessoas que se interessam pela arte.”<sup>29</sup> Não há dúvida que se tratava da capital do mundo.

### III. OS FISIOCRATAS

Em um apartamento em Versalhes, abaixo dos aposentos de Mme. de Pompadour e sob o seu olhar aprovador, formou-se esta teoria econômica que iria incitar e formar a Revolução, assim como moldar o capitalismo do século XIX.

A economia francesa lutara para crescer, apesar das restrições dos regulamentos — das associações e de Colbert — e do mito de Midas de um mercantilismo que se equivocava ao julgar que o ouro era riqueza. Ao aumentar exportações, diminuir importações, considerando o “balanço favorável” em ouro e prata como o sustentáculo do poder político e militar, a França e a Inglaterra subordinaram suas economias a um emaranhado de regulamentos e restrições favoráveis à ordem econômica, porém prejudiciais à produção, assim como um empecilho à inovação, iniciativa e competição. Tudo isso, disseram homens como Gournay, Quesnay, Mirabeau *père*, Du Pont de Nemours e Turgot, é totalmente contrário à natureza. O homem é naturalmente ambicioso e competitivo e, se sua natureza conseguir libertar-se de empecilhos desnecessários, ele deslumbrará o mundo com a variedade e qualidade de sua produção. Assim sendo, exclamaram aqueles fisiocratas, deixai que a natureza (em grego *physis*) domine (*kratein*), deixai que o homem invente, fabrique, e comercie de acordo com seus instintos naturais; ou, como supõe-se que Gournay tenha dito, *laissez faire* — deixai-o fazer como ele julgar mais acertado. A famosa frase há muito já era conhecida, pois, por volta de 1664, quando Colbert perguntou a Legendre, homem de negócios, “o que devemos [o governo] fazer para auxiliá-lo?”, este respondeu, “*Nous laisser faire*” — nos deixar agir, nos deixar sós.<sup>30</sup>

Jean-Claude Vincent de Gournay foi, na França, a primeira voz decisiva entre os fisiocratas. Sem dúvida, ele sabia dos protestos de Boisguillebert e Vauban junto a Luís XIV contra as sufocantes restrições impostas à agricultura sob o regime feudal. Impressionou-se tanto com *Brief Observations Concerning Trade and Interest* (1668) de Sir Josiah Child, que fez sua tradução para o francês (1754); e presume-se que tenha lido *Essay on the Nature of Commerce*, de Richard Cantillon (cerca de 1734), em versão francesa (1755). Alguns julgam ter este último livro citado dado origem à economia, na qualidade de “ciência”. Trata-se de análise sensata das fontes, produção e distribuição da riqueza. “A terra”, disse Cantillon, “é a fonte ou o material do qual se extrai a riqueza”, mas “o trabalho do homem é a fórmula que produz a riqueza.” Ele definiu a riqueza não em termos de ouro ou de dinheiro, mas como “o sustento, conforto e facilidades de vida”.<sup>31</sup> Tal definição, por si só, consistia em uma revolução na teoria econômica.

Gournay era um comerciante abastado, operando primeiro em Cádiz (1729-44). Após realizar vultosos negócios na Inglaterra, Alemanha e Províncias Unidas,



estabeleceu-se em Paris, sendo nomeado *intendant du commerce*. Percorrendo a França em viagens de inspeção, observou as restrições impostas pelas associações e regulamentos governamentais às empresas econômicas e ao câmbio. Não deixou nenhuma exposição sobre seu ponto de vista, porém este foi sintetizado após sua morte por seu discípulo, Turgot (1759). Instou para que os regulamentos econômicos existentes fossem reduzidos, se não eliminados. Cada um sabe melhor do que o governo quais as normas que mais favorecem seu trabalho. Quando todos são livres para seguir seus interesses maior número de artigos será produzido e a riqueza crescerá.<sup>32</sup>

Existem leis únicas e antigas com base exclusivamente na natureza, pelas quais todos os valores existentes no comércio equilibram-se e fixam-se a um determinado preço, da mesma forma que os corpos abandonados ao seu próprio peso acomodam-se de acordo com sua gravidade específica.<sup>33</sup>

isto é, os valores e os preços determinam-se pelas relações da oferta e da procura, as quais, por seu turno, determinam-se pela natureza do homem. Concluindo, Gournay disse que o Estado somente devia intervir na economia para proteger a vida, a liberdade e a prosperidade e para estimular, com honrarias e prêmios, a qualidade e quantidade da produção. M. Trudaine, na direção do Departamento Comercial, aceitou tais doutrinas, e Turgot deu-lhes a força de sua eloquência e reconhecida probidade.

François Quesnay seguiu linha fisiocrática ligeiramente diversa. Filho de dono de terras, nunca perdeu o interesse por elas, embora estudasse para seguir a carreira médica. Fez fortuna com sua competência na medicina e cirurgia, chegando a médico de Mme. de Pompadour e do rei (1749). Nos seus aposentos em Versalhes, reuniu um grupo de hereges — Duclos, Diderot, Buffon, Helvétius, Turgot(...); lá, eles discutiam livremente, com exceção do rei, a quem eles sonhavam transformar em um “déspota esclarecido” na qualidade de agente de uma reforma pacífica. Imerso na Idade da Razão, Quesnay sentiu que chegara a hora de aplicar a razão à economia. Embora fosse um dogmático confiante em seus trabalhos, era pessoalmente uma boa alma, conhecido por sua integridade no âmbito de um meio imoral.

Em 1750, conheceu Gournay, logo tornando-se mais interessado em economia do que na medicina. Ocultando-se cautelosamente sob pseudônimo, colaborou para a *Encyclopédie* de Diderot com alguns ensaios. No artigo “Fazendas”, atribuiu seu abandono aos altos impostos e à contribuição forçada e, no intitulado “Cereais” (1757), observou que as pequenas propriedades eram incapazes de empregar com êxito métodos mais produtivos, advogando maiores lavouras dirigidas por “*entrepreneurs*” — uma antevisão dos mamutes agrícolas dos nossos dias. Deveria o governo melhorar estradas, rios e canais, abolir toda tributação sobre o transporte e isentar os produtos agrícolas de quaisquer restrições comerciais.

Em 1758, Quesnay publicou o *Tableau économique*, que se tornou o manifesto básico dos fisiocratas. Embora impresso nas oficinas do Palácio de Versalhes, sob a supervisão do rei, condenava o luxo como uma utilização antieconômica da riqueza, que poderia ser empregado para aumentá-la. Segundo Quesnay, somente os produtos da terra constituíam riqueza. Dividia a sociedade em três classes: a *classe producti-*

ve, a dos agricultores, mineiros e pescadores; a *classe disponible*, pessoas disponíveis para cargos militares ou administrativos; e a *classe stérile*, artesãos que transformavam os produtos da terra em objetos úteis, e os negociantes, que traziam os produtos ao consumidor. De vez que os impostos incidentes sobre a segunda ou terceira classe, em última instância (segundo a opinião de Quesnay) recaíam sobre os proprietários de terras, o imposto mais conveniente e científico seria o imposto único (*impôt unique*), cobrado sobre o lucro anual líquido de cada pedaço de terra. Os impostos seriam arrecadados diretamente pelo Estado, nunca por financistas particulares (*fermiers généraux*). O governo deveria ser uma monarquia absoluta e hereditária.

As proposições de Quesnay parecem agora invalidadas pela subestimação do trabalho, indústria, comércio e arte. Todavia, para alguns de seus contemporâneos, constituíam revelação esclarecedora. O mais destacado de seus seguidores, Victor Riqueti, Marquês de Mirabeau, julgava que o *Tableau économique* rivalizava em composição literária e dinheiro com as mais nobres invenções da história. Nascido em 1715 e morrendo em 1789, teve um período de vida exatamente igual ao de Voltaire. herdou grande propriedade, vivia como um lorde, escrevia como um democrata, intitulado seu primeiro livro *L'Ami des Hommes*, ou *Traité de la population* (1756), recebendo o nome que ele mesmo havia tomado, "Amigo da Humanidade". Após a publicação de sua obra-prima, sofreu influência de Quesnay. Por conseguinte, fez a revisão de seu livro, ampliando-o em um tratado de seis volumes, que teve quarenta edições e contribuiu para preparar os espíritos na França para os eventos de 1789.

O marquês não se preocupava com o crescimento mundial da população, como Malthus o seria em 1798. Era de opinião que uma nação se torna grande com o crescimento da população e que tal é possível "quando os homens se multiplicam como ratos em um celeiro, contanto que tenham meios de subsistência"<sup>34</sup> — fato que ainda presenciávamos. Concluía que todo estímulo deveria ser dado àqueles que produziam alimento. Acreditava que a distribuição desigual da riqueza desestimulava a produção de alimentos, porque as propriedades dos ricos ocupam terras que poderiam transformar-se em fazendas produtivas. No prefácio, Mirabeau dirigia-se ao rei dizendo que os camponeses eram

entre todas, a classe mais produtiva, aqueles que nada mais vêem abaixo deles senão a vossa ama e a deles — a Mãe-Terra. Que estão incessantemente curvados sob o peso dos trabalhos mais árduos, que vos abençoam todos os dias, nada vos pedindo exceto paz e proteção. É com o seu suor e (vós não o sabeis) com o próprio sangue que vós gratificais um grupo de pessoas inúteis que estão sempre a vos dizer que a grandeza de um príncipe consiste no valor e no número(...) dos favores que ele divide entre seus cortesãos. Vi um meirinho coletor de impostos decepar a mão de uma pobre mulher que se agarrava à sua caçarola, último utensílio da casa, que ela defendia para que não lhe fosse apreendido. O que teríeis dito, grande príncipe?<sup>35</sup>

Em *Théorie de l'impôt* (1760), o revolucionário marquês atacava os agricultores coletores de impostos, chamando-os de parasitas que rapinavam os órgãos vitais da nação. Furiosos, os financistas persuadiram Luís XV a encarcerá-lo no Château de Vincennes (16 de dezembro de 1760). O rei mandou soltá-lo no dia 25 de dezembro,

ordenando-lhe, entretanto, que permanecesse na sua propriedade de Le Bignon. Mirabeau transformou a necessidade em virtude ao estudar agricultura em primeira mão e, em 1763, publicou *Philosophie rurale*, "o mais amplo tratado sobre economia anterior a Adam Smith".<sup>36</sup> Grimm referia-se a esta obra como "o Pentateuco da escola [fisiocrática]".<sup>37</sup>

Ao todo, este extraordinário marquês escreveu quarenta livros, até seu último ano de vida, apesar das aflições causadas por seu filho, o qual, em desespero de causa, mandou para a prisão, como medida de segurança para ambos. À semelhança do filho, ele era violento e dissoluto; casou-se por dinheiro, acusou a mulher de adultério, deixou-a voltar à casa dos pais e tomou uma amante. Denunciou as *lettres de cachet* como intolerável tirania e, mais tarde, conseguiu do ministério a emissão de cinquenta delas como auxílio para disciplinar sua família.<sup>38</sup>

É difícil ter-se uma idéia, atualmente, da agitação que acompanhou as publicações dos fisiocratas e o ardor de suas campanhas. Os discípulos de Quesnay consideravam-no o Sócrates da economia. Submetiam-lhe seus escritos antes de mandá-los para a impressão e, em muitos casos, ele dava sua contribuição aos livros. Em 1767, Lemerrier de la Rivière, no passado governador da Martinica, publicou *L'Ordre naturel et essentiel des sociétés politiques*, que Adam Smith considerava "a exposição mais precisa e coerente da doutrina".<sup>39</sup> Nas relações econômicas (prosseguiu a argumentação) existem leis semelhantes às que Newton encontrou no universo, isto é, os males econômicos provêm da ignorância ou violação dessas leis.

Desejais que uma sociedade alcance o mais alto grau de riqueza, população e poderio? Confiai, então, na sua vontade de liberdade, permitindo que esta seja universal. Partindo dessa liberdade (que é o elemento essencial da indústria) e do desejo de usufruí-la — com o estímulo da competição e o esclarecimento da experiência e do exemplo — tereis a certeza de que todo mundo agirá sempre para sua maior vantagem possível, contribuindo, conseqüentemente, com toda a força de seu interesse particular para o bem geral, tanto no que diz respeito ao governante como a cada membro da sociedade.<sup>40</sup>

Pierre-Samuel du Pont sumariou este evangelho em *Physiocratie* (1768), o qual deu à escola seu nome histórico. Du Pont difundiu a teoria também em duas publicações, cuja influência se fez sentir da Suécia à Toscana. Foi inspetor-geral da indústria sob Turgot e, quando do declínio deste, ele acompanhou-o (1776). Cooperou nas negociações com a Inglaterra do tratado que reconheceu a independência da América (1783). Foi eleito para o Conselho Parlamentar de Emergência (1787) e para a Assembléia Constituinte (1789). Na dita Assembléia, para distingui-lo de outro membro chamado Du Pont, foi mencionado como Du Pont de Nemours, partindo da cidade da qual era o representante. Tendo feito oposição aos jacobinos, correu perigo com a ascensão destes ao poder. Em 1799, exilou-se na América. Voltou à França em 1802, mas em 1815 fixou-se definitivamente nos Estados Unidos, onde erigiu uma das famílias mais importantes da América.

A julgar pelo conjunto, a doutrina fisiocrática parecia favorável ao feudalismo, de vez que os senhores feudais ainda possuíam, ou arrecadavam tributos de, no mínimo,

um terço das terras da França. Mas eles — que quase não haviam pago nenhum imposto anteriormente a 1756 — ficaram alarmados quando viram que todos os impostos recairiam sobre os proprietários rurais. Tampouco podiam aceitar que se retirasse a cobrança de tributos feudais sobre os artigos transportados pelos seus domínios. A classe média, que estava pensando em novos valores, ressentiu-se com a idéia de que eram uma parte estéril e improdutiva da nação. E os *philosophes*, embora em grande parte concordassem com os fisiocratas no sentido de confiar no rei na qualidade de promotor da reforma, não conseguiam acompanhá-los na reconciliação com a Igreja.<sup>41</sup> David Hume, que visitou Quesnay em 1763, julgava os fisiocratas “o grupo de homens mais visionário e arrogante que se podia encontrar naqueles dias, desde a destruição da Sorbonne”.<sup>42</sup> Voltaire satirizou-os em *L'Homme aux quarante écus* (1768) — O Homem dos Quarenta Escudos.<sup>43</sup> Em 1770, Ferdinando Galiani, um italiano freqüentador assíduo da “sinagoga” de ateus de d'Holbach, publicou *Dialoghi sul commercio dei grani*, que Diderot, naquele mesmo ano, traduziu para o francês. Segundo comentário de Voltaire, Platão e Molière deviam ter-se associado para escrever aquela excelente contribuição à já “lúgubre ciência” da economia. Galiani, com um chiste bem parisiense, ridicularizou a concepção dos fisiocratas de que só a terra produz riqueza. Isentar o comércio de cereais de qualquer regulamentação (argumentou ele) redundaria na ruína dos agricultores da França e penúria no país, enquanto os inteligentes comerciantes exportariam os cereais do país para outras nações. Foi exatamente o que aconteceu em 1768 e 1775.

Há uma história que relata ter Luís XV perguntado a Quesnay o que ele faria se fosse rei. “Nada”, respondeu Quesnay. “Quem, então, governaria?” “As leis”<sup>44</sup> — e com isso o fisiocrata queria dizer “leis” inerentes à natureza do homem e que governavam a oferta e a procura. O rei concordou. Em 17 de setembro de 1754, seu ministério aboliu todos os tributos e barreiras sobre o transporte de cereais — trigo, cevada e milho — dentro do reino. Em 1764, esta franquia estendeu-se à exportação de cereais, exceto quando estes atingissem um preço estipulado. Sob a influência da oferta e da procura, o preço do pão caiu por algum tempo, mas uma safra desfavorável, no ano de 1765, o fez subir bem acima do normal. A escassez de cereais chegou ao extremo da penúria em 1768-69. Os camponeses remexiam os chiqueiros à procura de comida e comiam ervas daninhas e capim. Em uma paróquia de 2.200 almas, 1.800 mendigavam um pedaço de pão. Queixava-se o povo de que, enquanto morriam de fome, os especuladores exportavam cereais. Críticas acusavam o governo de se aproveitar das manobras desses *monopoleurs* em um “Pacte de Famine”, e esta amarga variação do Pacte de Famille, de 1761, ecoou no decurso dos próximos anos para acusar até o bom Luís XVI de se beneficiar com a alta dos preços do pão. Aparentemente alguns funcionários do governo eram culpados. Entretanto, Luís XVI era inocente. Ele autorizara que os comerciantes comprassem cereais durante os anos favoráveis, que os armazenassem e colocassem no mercado nos anos de escassez. Mas chegada a época de vender esses cereais, isso se deu a preços tão altos que os pobres não puderam comprá-los. As medidas tomadas pelo governo para remediar a situação chegaram com atraso. Assim sendo, cereais foram importados e distribuídos nas províncias mais próximas. O público reivindicou o restabelecimento do controle estatal sobre o comércio de cereais. O Parlamento compartilhou do pedido. Foi nessa ocasião que Voltaire publicou

o livro *L'Homme aux quarante écus*. O governo cedeu. Em 23 de dezembro de 1770, os decretos que permitiam o livre comércio dos cereais foram revogados.

Apesar desses reveses, as nações que haviam aderido à teoria fisiocrática continuaram agindo, tanto no país como no exterior. Houve um decreto, em 1758, que estabelecia o livre comércio sobre a lã e os tecidos de lã. Em 1765, Adam Smith visitou Quesnay, ficou encantado com sua "modéstia e simplicidade", reiterando sua própria predileção pela liberdade econômica. Achava que "o principal erro do sistema era representar a classe dos artífices, fabricantes e comerciantes como totalmente estéril e improdutivo", concluindo, todavia, que "este sistema, com todas suas imperfeições, talvez seja o que mais se aproxime da verdade entre tudo o que tem sido publicado a respeito de economia política".<sup>45</sup> As idéias dos fisiocratas adaptavam-se bem com os desejos da Inglaterra — já o maior exportador entre as nações — de reduzir os impostos de exportação e importação. A doutrina de que a liberdade das restrições governamentais sobre a produção e a distribuição resultaria em favor de crescimento da riqueza encontrou boa acolhida na Suécia, no reinado de Gustavo III, na Toscana, sob o Grão-Duque Leopoldo, e na Espanha, com Carlos III. A predileção, demonstrada por Jefferson, por um governo que mandasse o menos possível, foi em parte um eco dos princípios fisiocráticos. Quando Henry George advogou a incidência de um imposto único sobre a propriedade, admitiu ter agido sob a influência dos princípios fisiocráticos.<sup>46</sup> A filosofia da livre empresa e comércio seduziu a classe dos comerciantes na América e constituiu um estímulo para o rápido desenvolvimento da indústria e da riqueza nos Estados Unidos. Na França, os fisiocratas forneceram uma base teórica para libertar a classe média dos empecilhos feudais e legais para o comércio interno e progresso político. Antes de sua morte (16 de dezembro de 1774), Quesnay teve a satisfação de ver um de seus amigos controlador-geral das finanças e, se tivesse vivido mais quinze anos, teria visto o triunfo de muitas de suas idéias fisiocráticas na Revolução.

#### IV. A ASCENSÃO DE TURGOT: 1727-74

Turgot era fisiocrata? Sua riqueza e vários antecedentes repelem qualquer rótulo desse gênero. Era oriundo de uma família antiga — *une bonne race* — como a denominava Luís XV, que através das gerações desempenhou com mérito postos importantes. Seu pai era conselheiro de Estado e *prévôt des marchands*, o mais alto posto administrativo em Paris. Seu irmão mais velho era *maître des requêtes* (secretário de Petições e de Reclamações) e deputado, chefe de partido do Parlamento de Paris. Na qualidade de filho mais moço, Anne-Robert-Jacques Turgot era destinado ao magistério. No Collège Louis-le-Grand, assim como no Seminário de St.-Sulpice e na Sorbonne, passou em todos os exames com louvor e com a idade de dezenove anos tornou-se Abade de Brucourt. Lia latim, grego, hebraico, espanhol, italiano, alemão e inglês, falando fluentemente os três últimos idiomas enumerados. Em 1749, foi eleito prior da Sorbonne e nesse cargo fez conferências, duas das quais suscitaram agitação fora do âmbito teológico.

Em julho de 1750, fez, em latim, uma preleção na Sorbonne sobre o tema "Vanta-

gens que a Instituição da Cristandade Conferiu à Humanidade", salientando que: salvou a antigüidade da superstição, preservou várias artes e ciências, dando à humanidade a concepção libertadora de uma lei justa que transcende todos os preconceitos e interesses humanos. "Pode-se esperar algo semelhante de qualquer outro princípio que não o da religião?(...) Somente a religião cristã(...) ressaltou os direitos humanos."<sup>47</sup> Há nesta religiosidade uns laivos filosóficos. Parecia que o jovem prior estivera lendo Montesquieu e Voltaire, cuja leitura influenciara sua teologia.

Em dezembro de 1750, dirigiu-se à Sorbonne com o *Tableau philosophique des progrès successifs de l'esprit humain*. Essa histórica enunciação da nova religião progressista foi uma realização extraordinária para um jovem de 23 anos. Antecipando-se a Comte — talvez seguindo Vico — dividiu a história da mente humana em três fases: teológica, metafísica e científica:

Antes dos homens terem compreendido a conexão causal dos fenômenos, nada era mais natural do que supor serem estes produzidos por criaturas inteligentes, invisíveis e semelhantes a eles.(...) Quando os filósofos compreenderam o absurdo de tais fábulas a respeito dos deuses, mas não haviam ainda penetrado na história natural, resolveram explicar as causas dos fenômenos por expressões abstratas tais como essências e faculdades.(...) Só foi muito mais tarde que, observando a reciprocidade mecânica da ação dos corpos, foram equacionadas hipóteses que podiam ser desenvolvidas pela matemática e verificadas pela experimentação.<sup>48</sup>

Os animais, disse esse brilhante jovem, não conhecem nenhuma progressão; permanecem os mesmos de geração em geração, porém o homem, que aprendeu a multiplicar e transmitir conhecimentos, é capaz de melhorar os instrumentos que utiliza no meio ambiente e enriquece sua vida. Enquanto este acúmulo e transmissão de conhecimentos e de tecnologia continuar, o progresso é inevitável, embora possa interromper-se por calamidades naturais e vicissitudes dos Estados. O progresso não é uniforme nem universal, algumas nações progridem enquanto outras retrocedem. A arte pode ficar estática, enquanto a ciência avança, mas a soma do movimento é para a frente. Ponderado, Turgot predisse a Revolução Americana: "As colônias são como os frutos que se agarram à árvore até que ficam maduros. Tornando-se auto-suficientes, fazem como Cartago, e como a América fará algum dia."<sup>49</sup>

Inspirado pela idéia de progresso, Turgot, quando ainda na Sorbonne, planejou escrever a história da civilização. Desse projeto, restam apenas algumas notas relativas a alguns capítulos. A julgar por elas, parece que ele pretendia incluir a história da linguagem, religião, ciência, economia, sociologia e psicologia, assim como a ascensão e queda dos Estados.<sup>50</sup> Como, com a morte do pai, ele ficara com uma boa renda, resolveu, muito mais tarde, em 1750, deixar a carreira eclesiástica. Um abade congregado da universidade protestou, prometendo-lhe rápida promoção, contudo Turgot respondeu, de conformidade com Du Pont de Nemours: "Não posso condenar a mim mesmo a usar máscara por toda a vida."<sup>51</sup>

Ele havia apenas tomado ordens menores, de modo que estava livre para seguir a carreira política. Em janeiro de 1752, tornou-se procurador-geral substituto e, em dezembro, membro do Parlamento. Em 1753, empossou-se no cargo de *maître des requêtes*, no qual conquistou a reputação de trabalhador e justiceiro. Em 1755-56,

acompanhou Gournay nas viagens de inspeção pelas províncias, aprendendo então economia pelo contato direto com agricultores, negociantes, fabricantes. Por intermédio de Gournay conheceu Quesnay, e através deste, Mirabeau *père*, Du Pont de Nemours e Adam Smith. Ele nunca se relacionou como pertencente à escola fisiocrática, mas com a pena e o dinheiro foi um dos principais sustentáculos da revista *Éphémérides*, editada por Du Pont.

Neste meio tempo (1751), seu espírito e suas maneiras lhe valeram freqüentar os salões de Mme. Geoffrin, Mme. de Graffigny, Mme. du Deffand e Mlle. de Lespinasse. Ali ele encontrou d'Alembert, Diderot, Helvétius, d'Holbach e Grimm. Um dos primeiros resultados de tais contatos foi a publicação (1753) de duas *Lettres sur la tolérance*. Para a *Encyclopédie* de Diderot contribuiu com artigos sobre a existência, etimologia, feiras e mercados, porém, quando esse empreendimento foi condenado pelo governo, ele retirou sua contribuição. Viajando pela Suíça e pela França, visitou Voltaire (1760), iniciando uma amizade que durou até a morte deste último. O sábio de Ferney escreveu a d'Alembert: "Quase não tenho visto um homem mais encantador ou melhor informado."<sup>32</sup> Os *philosophes* reivindicavam-no como pertencente ao grupo, esperando influenciar o rei através dele.

Em 1766, escreveu para dois estudantes chineses, que estavam de partida para a China, cem páginas de um esboço sobre economia: *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses*. Publicado na *Éphémérides* (1769-70) foi aclamada como a mais concisa e vigorosa exposição da teoria fisiocrática. A terra, disse Turgot, é a única fonte de riqueza. Todas as classes, exceto os cultivadores do solo, vivem dos excedentes que estes produzem além de suas próprias necessidades. Esses excedentes constituem um "fundo de salários", destinado ao pagamento dos artesãos. Segue-se uma primeira exposição do que veio a ser conhecida como "a férrea lei salarial":

Os salários do trabalhador limitam-se à sua subsistência pela competição entre trabalhadores.(...) O simples trabalhador, que dispõe apenas de seus braços e sua atividade, não tem nada, exceto se conseguir vender seu trabalho a outrem.(...) O empregador lhe paga o mínimo possível e, quando tem escolha entre grande número de trabalhadores, ele prefere aquele que trabalha pelo menor salário. Por conseguinte, os trabalhadores são obrigados a baixar seus preços na competição mútua. Em toda espécie de trabalho não pode deixar de acontecer, e na verdade acontece, que o salário do trabalhador fique limitado ao que ele necessita para a sua subsistência.<sup>33</sup>

Turgot continuou enfatizando a importância do capital. Alguém, por meio da poupança, deve fornecer as ferramentas e os materiais de produção antes de colocar o trabalhador, devendo conservá-lo vivo até que a venda do produto possa ressarcir seu capital. Como em uma empresa nunca se tem certeza de êxito, deve-se ter lucro para compensar os riscos de perder o capital. "É este contínuo avanço e retorno de capital que constitui(...) a circulação do dinheiro, esta circulação útil e fecunda que vivifica todos os esforços da sociedade, (...) e que é, com muita razão, comparada à circulação do sangue no corpo animal."<sup>34</sup> Não pode haver interferência nessa circulação. Os lucros e os juros, assim como os salários, atingirão naturalmente seu nível, de acordo com a oferta e a procura. Capitalistas, fabricantes, comerciantes e o operário devem

ficar isentos de impostos. Estes incidiriam apenas sobre os proprietários de terras, os quais se reembolsariam vendendo seus produtos a preços mais elevados. Nenhum direito deverá ser cobrado sobre o transporte ou venda de qualquer artigo de consumo.

Nas referidas *Réflexions*, Turgot estabeleceu as bases teóricas do capitalismo do século XIX — antes da verdadeira organização do trabalho. Um dos homens mais afáveis e honestos do seu tempo não conseguia ver para os trabalhadores um futuro melhor do que o salário de subsistência. No entanto, este mesmo homem tornou-se um dedicado servidor público. Em agosto de 1761, foi designado intendente — supervisor do rei para a *généralité* de Limoges, uma das regiões mais pobres da França. Segundo sua estimativa, quarenta e oito a cinquenta por cento da receita da terra iam em forma de impostos para o Estado e dízimos para a Igreja. Os camponeses da região eram taciturnos, os nobres rústicos. “Tenho o infortúnio”, escreveu a Voltaire, “de ser intendente. Digo infortúnio porque, nesta era de desavenças e recriminações, só existe felicidade numa vida filosófica entre livros e amigos.” Voltaire respondeu: “Você conquistará os corações e as bolsas dos naturais de Limoges (...) Creio que um intendente é a única pessoa que pode ser útil. Não pode ele mandar reparar as estradas, cultivar os campos, drenar os pântanos e estimular os fabricantes?”

Turgot fez tudo isso. Durante treze anos trabalhou com dedicação, conquistando a afeição do povo e a antipatia da nobreza. Repetidas vezes — todas em vão — insistia junto ao Conselho do Estado para reduzir as taxas tributárias. Melhorou as dotações, remediou injustiças, organizou o funcionalismo, liberou o comércio de cereais e construiu 400 quilômetros de estradas. Estas constituíram parte do programa nacional de construção de estradas (iniciado pelo governo francês em 1732) ao qual devemos as belas auto-estradas sombreadas de árvores da França atual. Anteriormente à gestão de Turgot, as estradas haviam sido construídas por *corvée* — trabalho compulsório e não-remunerado dos camponeses. Ele aboliu a *corvée* em Limoges, pagando o trabalho por meio de um imposto genérico sobre toda a classe leiga. Convenceu os habitantes a cultivarem batatas na qualidade de alimento humano, ao invés de apenas para animais. Suas vigorosas medidas para mitigar a penúria dos anos de 1768-72 valeram-lhe a admiração universal.

Em 20 de julho de 1774, um novo rei convidou-o a fazer parte do governo central. Toda a França rejubilou-se, considerando-o o homem que salvaria o país em derroçada.

## V. OS COMUNISTAS

Enquanto os fisiocratas assentavam as bases teóricas do capitalismo, Morelly, Mably e Linguet estavam explanando o socialismo e o comunismo. As classes cultas abandonaram as esperanças de conseguirem o céu, consolando-se com substitutos terrenos. As classes abastadas, ignorando proibições de caráter religioso, gratificavam-se com riqueza e poder, mulheres, vinhos e arte. Os plebeus encontravam conforto em visões utópicas nas quais os bens da terra seriam divididos entre os simples e os inteligentes, os fracos e os fortes.

No século XVIII não havia um movimento socialista, nem grupos definidos como os Levellers, na Inglaterra do tempo de Cromwell, ou os jesuítas partidários do comu-



nismo, no Paraguai. Havia apenas indivíduos esparsos, que juntavam suas vozes ao crescente brado que se tornaria, segundo o dito "Graco" Babeuf, um fator na Revolução Francesa. Recordemo-nos de que o cético sacerdotal, Jean Meslier, no seu *Testament* de 1733, pleiteava a criação de uma sociedade comunística na qual o produto nacional seria partilhado igualmente, devendo homens e mulheres unir-se e separar-se como quisessem. Enquanto isso, sugeria ele, facilitaria se alguns reis fossem mortos.<sup>55</sup> Sete dias antes de tal proclamação ser publicada, Rousseau, no seu segundo *Discurso* (1755), denunciava a propriedade privada como fonte de todos os males da civilização, porém, mesmo nesta explosão, negava qualquer programa socialista e, em 1762, os heróis de seus livros eram bem equipados de propriedades.

No mesmo ano em que foi publicado o *Discurso sobre a Origem da Desigualdade*, de Rousseau, surgiu o *Code de la nature*, de um obscuro radical, a respeito do qual, excetuando seus livros, quase nada se sabe, a não ser o seu último nome, Morelly. Não devemos confundir-lo com André Morellet, o qual, como já vimos, era colaborador da *Encyclopédie*. Pela primeira vez, Morelly despertou a atenção com o *Traité des qualités d'un grand roi* (1751) o qual descrevia um rei comunista. Em 1753, deu forma poética ao seu sonho com *Naufrage des îles flottantes, ou La Basiliade*. Neste, o bom rei, talvez após ter lido o primeiro *Discurso* de Rousseau, conduz seu povo para uma vida simples e natural. A melhor e mais ampla exposição dos ideais comunísticos de Morelly foi *Code de la Nature* (1755-60). Muitos atribuíram esta obra a Diderot e o Marquês d'Argenson declarou-a superior a *L'Esprit des lois*, de Montesquieu (1748). Como Rousseau, Morelly achava que o homem é por natureza bom, que seus instintos sociais o impelem para um bom comportamento e que as leis o corrompem com o estabelecimento e a proteção da propriedade privada. Elogiava o cristianismo por inclinar-se para o comunismo, deplorando que a Igreja houvesse sancionado a propriedade. A instituição da propriedade privada gerou " vaidade, fatuidade, orgulho, ambição, vileza, hipocrisia, corrupção(...); tudo o que é ruim resolve-se pelo elemento sutil e pernicioso, o desejo de possuir".<sup>56</sup> Os sofistas, entretanto, concluem que a natureza humana torna o comunismo impossível, enquanto que, na verdade, foi a violação do comunismo que perverteu as virtudes naturais do homem. Não fosse pela ambição, egoísmo, rivalidades e ódios gerados pela propriedade privada, o homem viveria junto ao seu semelhante numa serena colaboração e fraternidade.

O caminho da reconstrução deve principiar pela eliminação de todos os obstáculos à livre discussão dos aspectos morais e políticos, "permitindo ao homem sensato ampla liberdade para atacar os erros e preconceitos que sustentam o espírito de propriedade". A criança deveria ser retirada da casa dos pais aos seis anos, só voltando aos dezesseis, após uma educação comunal pelo Estado. A escola a treinaria a pensar em termos do bem comum, ao invés de aquisição pessoal. A propriedade privada só seria permitida em relação aos artigos de necessidade íntima da pessoa. "Todos os produtos devem ser guardados em armazéns públicos para distribuição a todos os cidadãos, tendo em vista necessidades da vida."<sup>57</sup> Todo indivíduo em boas condições físicas deve trabalhar. Dos 21 aos 25 anos deve auxiliar nas fazendas. Não haverá classe ociosa, contudo todos terão o direito de aposentar-se aos quarenta anos, devendo o Estado dispor para que sejam amparados na velhice. A nação será dividida em cidades-jardins,

com um centro comercial e uma praça pública. Cada comunidade será governada por um conselho de próceres de mais de cinquenta anos. Esse conselho elegerá um excelso Senado, incumbido de governar e coordenar tudo.

Pode ser que Morelly tivesse subestimado o natural individualismo dos homens, a força instintiva de sua ambição e a oposição que a ânsia de liberdade demonstraria em relação à tirania necessária para manter uma igualdade antinatural. Não obstante, sua influência foi considerável. Babeuf declarou ter assimilado seu comunismo do *Code de la nature*, de Morelly, e talvez Charles Fourier tenha obtido da mesma fonte o seu plano de cooperativas "falansterianas" (1808), que por sua vez conduziu a experiências comunistas como Brook Farm (1841). No *Code* de Morelly encontra-se o famoso princípio que veio inspirar e flagelar a Revolução Russa: "*chacun selon ses facultés, à chacun selon ses besoins*" — para cada um de acordo com sua aptidão, a cada um de acordo com suas necessidades.<sup>58</sup>

Os *philosophes*, em geral, rejeitaram o sistema de Morelly, julgando-o impraticável, e aceitavam a propriedade privada como conseqüência inevitável da natureza humana. Entretanto, em 1763, Morelly encontrou em Simon-Henri Linguet um ardente aliado. Linguet era um advogado que atacava a lei e a propriedade. Excluído do foro judicial, Simon-Henri Linguet publicou (1777-92) *Annales politiques*, em cujo jornal ele invectivava contra as irregularidades sociais. Achava que a lei tornara-se um instrumento para legalizar e manter haveres originalmente obtidos pela força ou fraude.

Acima de tudo, as leis destinam-se a salvar a propriedade. Então, como pode-se tirar muito mais do homem que tem do que daquele que não tem, é óbvio que constituem uma garantia concedida ao rico contra o pobre. É difícil acreditar e, no entanto, está claramente demonstrado que as leis são, em alguns aspectos, uma conspiração contra a maioria da raça humana.<sup>59</sup>

Conseqüentemente, existe uma inevitável luta de classes entre os donos de propriedade ou de capital e os trabalhadores que, em competição uns com os outros, necessitam vender seu trabalho aos empregadores abastados. Linguet escarnecia das afirmações dos fisiocratas de que a liberação da economia dos controles estatais automaticamente traria prosperidade, declarando que, ao contrário, aceleraria a concentração da riqueza, ocasionaria a alta dos preços, retardando os salários. O controle de preços pelos ricos tende a perpetuar a servidão do assalariado, mesmo após a "abolição" da escravidão por lei. "Tudo que eles [os antigos escravos] lucraram foi um tormento constante pelo medo da inanição, infortúnio de que seus predecessores nos mais baixos escalões da humanidade, pelo menos, estavam isentos."<sup>60</sup> Os escravos eram alojados e alimentados durante todo o ano, porém numa economia sem controle o empregador está em liberdade para lançar seus empregados na mendicância, todas as vezes em que deles não puder tirar proveito. Em seguida, tornam a mendicância um crime. Segundo Linguet, não há remédio contra tudo isto, exceto na revolução comunista. Não a preconizava para os seus dias, de vez que conduziria mais para a anarquia do que para a justiça, porém acreditava que as condições para semelhante revolta rapidamente tomavam forma.

Nunca a necessidade foi mais universal, mais homicida para a classe condenada a ela. Talvez, nunca, em meio a uma aparente prosperidade, tenha a Europa estado mais próxima de uma convulsão social. (...) Por caminhos diretamente opostos, chegamos ao exato ponto atingido pela Itália quando da revolta dos escravos (conduzida por Espártaco) que a inundou em sangue, levando aflição e morticínio às portas da soberana do mundo.<sup>61</sup>

A despeito de sua advertência, a Revolução chegou na época de Linguet, mandando-o para a guilhotina (1794).

O Abade Gabriel Bonnet de Mably conservou sua cabeça livre da guilhotina, morrendo quatro anos antes da Revolução. Descendia de importante família de Grenoble. Um de seus irmãos era Jean Bonnot de Mably, com quem Rousseau ficou em 1740. O outro era Condillac, aquele que fizera sensação na psicologia. Havia ainda um outro parente famoso, Cardeal de Tencin, que tentara fazê-lo padre, mas Gabriel parou logo nas ordens menores, freqüentou o salão de Mme. de Tencin em Paris e abraçou a filosofia. Em 1748, desaveio-se com o cardeal e afastou-se, dedicando-se às atividades eruditas. A partir de então, os únicos acontecimentos de sua vida foram seus livros, todos renomados. Principalmente, *Droit public de l'Europe* (1748); *Observations sur les Grecs* (1749); *Observations sur les Romains* (1751); *Droits et devoir des citoyens* (1758); *Entretiens de Phocion sur le rapport de la morale avec la politique* (1763); *Observations sur l'histoire de France* (1765); *Doutes proposés aux philosophes économistes* (1768, contra os fisiocratas); *De la Législation, ou Principes des lois* (1776); *De la Manière d'écrire l'histoire* (1783, em que exige documentação contemporânea e exata); *Principes de la morale* (1784); *Observations sur le gouvernement et les lois des États-Unis de l'Amérique* (1784).

Os sete anos que passou em Paris e Versalhes proporcionaram-lhe conhecimentos de política, de relações internacionais e da natureza humana. Resultou numa mistura excepcional de aspirações socialistas com dúvidas pessimistas. Mably insistia (ao contrário de Maquiavel) que os mesmos padrões morais aplicados aos indivíduos deveriam ser também em relação à conduta dos estados, mas reconhecia que isto exigiria a vigência de um sistema legislativo internacional. Como Voltaire e Morelly, era um teísta sem Cristandade, porém acreditava que a moralidade não pode ser mantida sem uma religião sobrenatural de castigos e recompensas, "porque muitos são os condenados a uma permanente infância da razão".<sup>62</sup> Preferia a ética dos estoicos à de Cristo e as repúblicas gregas às monarquias modernas. Concordava com Morelly que os vícios dos homens não se originam da natureza, porém da propriedade, "este manancial de todos os males que afligem a sociedade".<sup>63</sup> "A paixão do enriquecimento apoderou-se de grande parte do coração humano, sufocando qualquer justiça";<sup>64</sup> e esta paixão intensifica-se à medida que aumentam as desigualdades das fortunas. Inveja, cobiça e a divisão de classes envenenam a natural harmonia da espécie humana. Os ricos multiplicam suas riquezas, o pobre humilha-se e degrada-se. De que vale a liberdade política se persiste a servidão econômica? "A liberdade que todo europeu pensa desfrutar é apenas aquela liberdade de abandonar um patrão para entregar-se a um outro."<sup>65</sup>

Como os homens seriam mais felizes e melhores se não houvessem o *meu* e o *teu*! Mably considerava os índios muito mais felizes sob a comunidade jesuíta no Paraguai

do que os franceses de seu tempo; que os suecos e suíços daqueles dias, os quais haviam abandonado a busca da glória e do dinheiro, contentando-se com uma prosperidade moderada, eram mais felizes do que os ingleses, que conquistavam colônias e mercados. Na Suécia, argumentava ele, respeitavam mais o caráter do que a fama, e o modesto contentamento com aquilo que se tem era mais valorizado do que a riqueza.<sup>66</sup> A verdadeira liberdade é daqueles que não estão ansiosos para enriquecer. Na espécie de sociedade que os fisiocratas advogam não haveria felicidade, porque os homens estariam sempre agitados pelo desejo de ficar em condições de igualdade com os mais opulentos do que eles.

Portanto, Mably concluiu ser o comunismo a única ordem social que promoveria virtude e felicidade. "Estabelecida a comunhão de bens, a partir de então nada seria mais fácil do que estabelecer igualdade de condições e sustentar sobre esta dupla base o bem-estar do homem."<sup>67</sup> Entretanto, como poderá tal comunismo firmar-se com homens tão corruptos como são agora? Neste ponto, surge o ceticismo que vive em Mably e este, desanimado, concorda que "nenhuma força nos dias que correm poderia restabelecer a igualdade sem causar maiores prejuízos do que os que se desejaria evitar".<sup>68</sup> Teoricamente a democracia é esplêndida, mas na prática é falha em virtude da ignorância e ganância das massas.<sup>69</sup> Tudo que nos resta fazer é manter o comunismo como um ideal em direção ao qual deve a civilização aproximar-se gradativa e cautelosamente, alterando, aos poucos, os hábitos do homem atual, da competição para a cooperação. Nosso objetivo não deverá ser aumentar a riqueza, nem mesmo ampliar a felicidade, mas, ao contrário, a proliferação da virtude, pois somente esta traz a felicidade. O primeiro passo para um melhor governo seria a convocação de Estados-Gerais, que elaborariam uma constituição dando plenos poderes a uma assembléia legislativa (o que foi feito em 1789-91). A área de propriedade de qualquer pessoa deveria ser restringida. Grandes propriedades seriam divididas para ampliar as terras dos camponeses, assim como restrições nas heranças em relação às fortunas. Artes "inúteis", tais como pintura e escultura, seriam proibidas.

Muitas dessas propostas foram adotadas na Revolução Francesa. As obras completas de Mably foram publicadas em 1789, em 1792 e ainda em 1793. A publicação de um livro logo após a Revolução enumerou Helvétius, Mably, Rousseau, Voltaire e Franklin, nesta ordem, como principais inspiradores do acontecimento, e os verdadeiros santos dessa nova Providência.<sup>70</sup>

## VI. O REI

Do que lhe era dado conhecê-los, Luís XV considerava, a sorrir, esses comunistas uns sonhadores sem importância, e seguia, prazerosamente, sua peregrinação de cama em cama. A corte continuava na jogatina irresponsável e extravagante ostentação. O Príncipe de Soubise gastou duzentos mil *livres* numa só recepção ao rei, e cada uma das viagens de Sua Majestade para uma de suas propriedades de campo custava aos contribuintes cem mil *livres*. Meia centena de dignitários tinham seus *hôtels* ou palácios em Versalhes ou Paris, e dez mil criados trabalhavam orgulhosamente para satisfazer necessidades e caprichos dos nobres, prelados, amantes e a família real. O próprio Luís XV possuía três mil cavalos, 217 carruagens, 150 pajens com vestimentas de velu-

do e ouro, assim como trinta médicos para ministrar-lhe sangrias, purgantes e para envenená-lo. O domicílio real gastou em um ano (1751) 68 milhões de *livres*, quase um quarto da renda do governo.<sup>71</sup> O povo queixava-se, na maioria anonimamente. Todos os anos, centenas de panfletos, cartazes e cantigas satíricas proclamavam a impopularidade do rei. "Luís", dizia um folheto, "se você foi outrora o objeto de nosso amor, era porque ignorávamos seus vícios. Neste reino, despovoado por sua causa e entregue aos charlatões que reinam com você, se porventura houver um francês sobrando é somente para odiá-lo."<sup>72</sup>

Qual a causa dessa transformação de Luís le Bien-Aimé em um rei desprezado e insultado? Ele mesmo, excetuando as extravagâncias, negligências e adultérios, não era assim tão ruim como a história implacável o descrevera. Era fisicamente belo, alto, forte, capaz de caçar a tarde inteira e entreter mulheres à noite. Seus educadores o haviam mimado com suas adulações. Villeroi deu-lhe a entender que toda a França pertencia a ele por herança e direito divino. O orgulho da soberania empanara-se e confundia-se pela sombra e tradição de Luís XIV. O jovem rei tornara-se atormentado e tímido pela impressão de sua incapacidade de corresponder àquele augusto padrão de grandeza e personalidade. Tornou-se inapto para tomar resoluções, satisfazendo-se em deixá-las a seus ministros. As leituras da infância e uma memória retentiva familiarizaram-no com a história, adquirindo com o tempo considerável conhecimento da situação na Europa. Por vários anos manteve uma correspondência diplomática secreta. Inteligente, se bem que indolente, fazia julgamentos certos e impiedosos sobre o caráter de homens e mulheres ao seu redor. Mantinha-se à altura das melhores inteligências da corte, tanto na conversação como no espírito. Contudo, aparentemente, aceitava até os mais absurdos dogmas de teologia que Fleury descarregara em cima dele em sua mocidade. A religião tornou-se para ele uma febre intermitente, alternando-se entre devoção e adultério. Sofria com medo da morte e do inferno, porém contava com a absolvição *in articulo mortis*. Deteve a perseguição aos jansenistas e, em retrospecto, percebemos que os *philosophes* de quando em quando gozavam de oportunidades no seu reino.

Por vezes revelava-se cruel, porém quase sempre era humano. A Pompadour e a Du Barry aprenderam a amá-lo pelo que era, assim como pelo poder que lhes dava. Sua frieza e seu silêncio deviam-se à timidez e desconfiança de si próprio. Por trás dessa reserva havia elementos de ternura, expressos sobretudo na afeição por suas filhas. Estas o amavam como um pai que lhes dava tudo, exceto bom exemplo. Em geral, suas maneiras eram afáveis, mas em outras ocasiões tornava-se impiedoso, falando com excessiva calma dos padecimentos ou próxima morte de seus cortesãos. Esqueceu-se por completo de ser cavalheiro quando subitamente demitiu d'Argenson, Maurepas e Choiseul. O fato, entretanto, pode ter sido ocasionado por timidez, pois achava difícil dizer não diretamente a alguém. Entretanto, enfrentava o perigo com bravura, como na caçada de Fontenoy.

Formal em público, era agradável e sociável com os amigos íntimos, preparando-lhes café com suas próprias mãos ungidas. Observava a complicada etiqueta estabelecida na corte por Luís XIV, porém ressentia-se com o formalismo que esta impunha à sua vida. Muitas vezes levantava-se antes do *lever* oficial e acendia a lareira para não acordar os criados, porém freqüentemente deixava-se ficar na cama até às onze

horas. À noite, depois de conduzido ao leito com o *coucher* oficial, ele escapulia para ver a amante, ou mesmo visitar, incógnito, a cidade de Versalhes. Para fugir aos artificialismos da corte ele recorria à caçada. Nos dias em que não fugia para a caça, os cortesãos diziam: "O rei não está fazendo nada hoje."<sup>73</sup> Sabia mais coisas sobre seus cachorros do que sobre seus ministros. Achava que os ministros podiam dirigir os negócios melhor do que ele e quando era avisado de que a França estava próxima da falência e da revolução confortava-se com o pensamento de que "*les choses, comme elles sont, dureront autant que moi*" (as coisas conforme estão durarão tanto quanto eu).<sup>74</sup>

Sexualmente era um monstro de imoralidade. Pode-se perdoá-lo pelas amantes que teve quando a rainha sentia-se oprimida com sua virilidade. Pode-se perdoá-lo por sua fascinação pela Pompadour, assim como sua sensibilidade pela beleza, graça e vivacidade das mulheres, porém poucas coisas na história da realeza são tão abjetas quanto suas sucessivas passagens pelas moças preparadas para sua cama no Parc aux Cerfs. Em comparação, o aparecimento da Du Barry foi um retorno à realidade.

#### VII. A DU BARRY

Nasceu na Champagne, na aldeia de Vaucouleurs, por volta de 1743, como Marie-Jeanne Bécu, filha de Mlle. Anne Bécu que, supõe-se, nunca revelou a identidade do pai. Tais mistérios eram muito freqüentes nas classes baixas. Em 1748, Anne mudou-se para Paris, tornando-se cozinheira de M. Dumonceux, o qual arranhou para Jeanne, então com sete anos, internar-se no Convento de St.-Anne. A bela menina lá ficou nove anos e, assim parece, nada infeliz. Guardou agradáveis recordações daquele convento muito ordeiro, onde aprendeu a ler, escrever e bordar, guardando, durante toda a vida, uma religiosidade simples e incondicional, assim como acatamento por padres e freiras. Durante a Revolução, o fato de ter abrigado padres perseguidos contribuiu para conduzi-la à guilhotina.<sup>75</sup>

Ao sair do convento, adotou o sobrenome do novo companheiro de sua mãe, M. Rançon. Conduziram-na a um cabeleireiro a fim de aprender aquele ofício, mas isso implicava sedução e Jeanne, maravilhosamente bela, não pôde resistir. A mãe conduziu-a à casa de Mme. de La Garde, como dama de companhia, porém as visitas masculinas de madame prestaram demasiada atenção a Jeanne, de forma que ela foi logo dispensada. A chapelaria para senhoras na qual empregou-se como vendedora atraiu número inusitado de freqüentadores do sexo masculino. Tornou-se amante paga de diversos libertinos. Em 1763, passou a viver com Jean du Barry, um jogador que arranjava mulheres para os aristocratas devassos. Com o nome elegante de Jeanne de Vaubernier serviu a este alcoviteiro por cinco anos, na qualidade de anfitriã de suas festas, acrescentando a seus encantos um certo refinamento. Du Barry achou que também ele, como Mme. Poisson, havia descoberto "um petisco para o rei".

Em 1766, o bom Rei Estanislau morreu na Lorena, que então tornou-se província da França. Sua filha, Maria Leszcinska, a modesta e piedosa rainha da França, caiu em rápido declínio após sua morte, pois a amizade que os unia era um amparo na sua longa servidão a um marido infiel em um ambiente estranho. Assim sendo, em

24 de junho de 1768, morreu, pranteada até mesmo pelo rei. Este deu às filhas esperanças de que nunca mais teria amantes. Entretanto, em julho viu Jeanne que, por acaso, vagueava pelo Palácio de Versalhes, tão inocentemente quanto a Pompadour quando percorria o parque de caça há 24 anos.

Impressionou-se com sua beleza voluptuosa, alegria e modo folgazão. Ali estava quem poderia novamente diverti-lo, aquecer seu coração frio e melancólico. Mandou seu criado particular chamá-la. O "Conde" du Barry rapidamente concordou em separar-se dela em consideração ao rei. Para salvar as aparências, Luís insistiu para que a moça arranjasse um marido. O "conde" em pouco tempo casou-a com seu irmão Guillaume, o verdadeiro, contudo empobrecido, Conde du Barry, o qual foi trazido de Lévigac para a Gasconha para tal fim. Logo após a cerimônia, Jeanne disse-lhe adeus (1º de setembro de 1768) e nunca mais o viu. Guillaume recebeu uma pensão de cinco mil *livres*. Tomou uma amante, levou-a para Lévigac e lá viveram por 25 anos, casando-se com ela quando soube que sua mulher havia sido guilhotinada.

Jeanne, com o novo nome de Condessa du Barry, encontrou-se com o rei secretamente em Compiègne, depois publicamente em Fontainebleau. O Duque de Richelieu perguntou a Luís o que é que ele via naquele novo brinquedo. "Apenas isto", respondeu Sua Majestade, "que ela me faz esquecer que brevemente terei sessenta anos."<sup>76</sup> Os cortesãos horrorizavam-se. Podiam compreender a necessidade que um homem tem de tomar uma amante, mas pegar uma mulher que muitos dentre eles haviam conhecido como prostituta e elevá-la acima de marquesas e duquesas! Choiseul alimentara a esperança de oferecer sua irmã ao rei na qualidade de *maîtresse en titre*. Rejeitada, a referida dama instigava o irmão, geralmente cauteloso, a hostilizar a bela impostora, o que jamais a Du Barry perdoou.

Em pouco tempo, a nova amante nadava entre *livres* e jóias. O rei agraciou-a com uma pensão de 1.300.000 francos, além de uma anuidade de 150 mil, arrecadados sobre a cidade de Paris e Borgonha. Joalheiros acorriam para fornecer-lhe anéis, colares, pulseiras, tiaras e outros fulgurantes adornos, para os quais cobraram do rei dois milhões de francos em quatro anos. Ao todo, no decurso desses quatro anos, ela custou ao tesouro 6.000.375 *livres*.<sup>77</sup> O povo, ao tomar conhecimento daquele luxo, afligia-se com a nova Pompadour que estava consumindo seus impostos.

Em 22 de abril de 1769, em um esplendor de jóias e pelo braço de Richelieu, Mme. du Barry foi formalmente apresentada à corte. Os homens admiraram sua beleza, as mulheres receberam-na tão friamente quanto podiam ousar. Ela suportou aqueles menosprezos sem se manifestar, serenando alguns cortesãos por um comportamento recatado e com a risada que tanto deliciava o rei. Até mesmo aos seus inimigos, exceto Choiseul, ela não guardava rancor, conseguindo estima ao conseguir que Sua Majestade concedesse perdões com mais freqüência do que anteriormente. Pouco a pouco, reuniu em seu redor nobres, homens e mulheres, que solicitavam sua intercessão junto ao rei. Como a Pompadour, preocupou-se com seus parentes. Comprou propriedade e título para sua mãe, garantindo pensões para uma tia e sobrinhos. Pagou as dívidas de Jean du Barry, deu-lhe uma fortuna, comprando para ele uma suntuosa *villa* em L'Isle-Jourdain. Ela mesma recebeu do rei o Castelo de Louveciennes, que o príncipe e a princesa de Lamballe haviam ocupado, na extremidade do parque real de Marly. Contratou o maior arquiteto daquele tempo, Jacques-Ange Gabriel, para remodelar

o *château* de acordo com o seu gosto, assim como o meticoloso entalhador, Pierre Gouthière, para decorá-lo com móveis e objetos de arte no valor de 756 mil *livres*.

Faltavam-lhe antecedentes de educação e ambiente que haviam feito da Pompadour uma solícita e exigente patronesse da literatura, filosofia e arte. Entretanto, colecionou uma biblioteca de livros muito bem encadernados, de Homero à pornografia, das piedosas *Pensées* de Pascal às picantes ilustrações de Fragonard e, em 1773, enviou suas homenagens e um retrato para Voltaire, com "um beijo em cada face". Ele respondeu com um poema, mais inteligente do que nunca:

*Quoi! deux baisers sur la fin de ma vie!  
Quelle passeport vous daignez m'envoyer!  
Deux! c'est trop d'un, adorable Égérie.  
Je serai mort de plaisir au premier.<sup>78</sup>*

"O quê! Dois beijos no fim de minha vida!  
Que passaporte vos digneis mandar-me!  
Dois! um é demais, adorável Egéria.  
Morrerei de prazer com o primeiro."

Ela pediu a Luís XV que deixasse Voltaire voltar a Paris. O rei recusou. Ela contentou-se em comprar uma coleção de relógios de Ferney. Em 1778, quando o velho mestre veio a Paris para ali morrer, ela foi um dos muitos que subiram as escadas na Rue de Beaune a fim de prestar-lhe suas homenagens. Encantado, ele acabou levantando-se da cama para conduzi-la até a porta. Quando descia, Mme. du Barry encontrou-se com Jacques-Pierre Brissot, o futuro revolucionário. Tencionava submeter a Voltaire um manuscrito sobre direito criminal. Na véspera, tentara entrar porém fora obstado. Estava tentando mais uma vez. Ela conduziu-o de volta à porta de Voltaire, arranjando para que fosse admitido. Em suas *Mémoires* refere-se ele ao "sorriso tão cheio de calor e generosidade".<sup>79</sup>

Ela era, sem dúvida, de boa índole e generosa. Suportou sem se queixar a inimizade da família real, assim como a recusa de Maria Antonieta de falar com ela. Mas, a Choiseul ela não podia perdoar, porque ele jamais deixou de se esforçar para que ela saísse da corte. Muito em breve um dos dois teria de partir.

#### VIII. CHOISEUL

Descendente de antiga família da Lorena, muito cedo viu-se como Conde de Stainville. Recebeu honrarias por atos de bravura na Guerra da Sucessão da Áustria. Em 1750, com 31 anos, reabasteceu a fortuna de sua família casando-se com uma rica herdeira. Seu espírito brilhante e inteligência viva logo lhe granjearam preeminência na corte, porém tal ascendência foi interrompida quando fez oposição a Pompadour. Em 1752, sua situação mudou de aspecto ao revelar-lhe uma conspiração para demiti-la, fato que lhe captou a amizade e gratidão. Por influência dela, foi designado embaixador em Roma, depois em Viena. Em 1758, foi chamado a Paris para substituir Bernis na qualidade de ministro das Relações Exteriores, sendo feito duque e par de França. Em 1761, passou o ministério a seu irmão, César, continuando, entretanto,



a dirigir a política externa. Para si escolheu os ministérios da Guerra e Marinha, Seu poder foi tão grande que às vezes chegava a dominar e intimidar o rei.<sup>80</sup> Reconstruiu o exército e a marinha, reduziu a especulação e corrupção nos pagamentos e nos fornecimentos, restabeleceu a disciplina na hierarquia militar e substituiu títulos honoríficos dos aposentados pela competência no corpo de oficiais. Desenvolveu as colônias francesas nas Índias Ocidentais e anexou a Córsega à coroa francesa. Simpatizava com os *philosophes*, defendeu a publicação da *Encyclopédie*, apoiou a expulsão dos jesuítas (1764), fazendo vista grossa à reorganização dos huguenotes na França. Zelou pela segurança de Voltaire em Ferney, patrocinou sua campanha para a família Calas, merecendo a Diderot esta exclamação de louvor: "Grande Choiseul, velais incessantemente os destinos da Pátria!"<sup>81</sup> No todo, sua política salvou a França, se bem que em pequena escala, do malogro da *mésalliance* austríaca. Diminuiu os subsídios habitualmente pagos pela França à Suécia, Suíça, Dinamarca e a alguns príncipes alemães. Incentivou os esforços de Carlos III para situar a Espanha no século XVIII, procurando fortalecer tanto a França como a Espanha para o Pacto de Família (1761) entre os Bourbons. O plano não teve êxito, mas Choiseul negociou a paz com a Inglaterra em termos muito melhores do que se poderia supor, considerando-se a situação militar. Previu a revolta das colônias inglesas na América e fortaleceu a posição francesa em São Domingos, Martinica, Guadalupe e a Guiana Francesa, na esperança de estabelecer um novo domínio colonial que compensasse a França da perda do Canadá. Os dois Napoleões adotaram idêntica política em 1803 e 1863.

Contra tais realizações é necessário salientar seu fracasso na tentativa de impedir a penetração russa na Polônia e a insistência para impelir a França e a Espanha em renovadas hostilidades com a Inglaterra. Cansado de tanta guerra, Luís XV dava ouvidos àqueles que planejavam a queda de Choiseul. O inteligente ministro encantava os cortesãos por sua delicadeza, a prodigalidade com que recebia seus amigos, assim como habilidade e trabalho a serviço da França. Contudo, transformava rivalidades em inimizades, em virtude de crítica aberta, linguagem descuidada e uma inquebrantável oposição à Du Barry, que dava a seus inimigos um íntimo acesso ao rei. O incansável Richelieu apoiava a Du Barry, e seu sobrinho, o Duque d'Aiguillon, ansiava por substituir Choiseul na qualidade de chefe do governo. A família real, ressentindo-se da atividade de Choiseul contra os jesuítas, condescendia em utilizar-se da menosprezada amante como instrumento para depor o profano ministro.

Reiteradamente, Luís XV pedia-lhe para evitar uma guerra com a Inglaterra e com a Du Barry. Secretamente, Choiseul continuava a planejar a guerra e a satirizar abertamente a amante. Afinal, esta arregimentou forças para enfrentá-lo. Em 24 de dezembro de 1770, o irritado rei enviou curta mensagem a Choiseul: "Meu primo, minha insatisfação com seus serviços obriga-me a exilá-lo para Chanteloupe, para onde deveis partir dentro das próximas 24 horas." A maioria da corte, chocada com tão abrupta demissão de quem fizera tantas coisas importantes para a França, enfrentou a ira da realeza expressando sua solidariedade ao ministro caído em desgraça. Muitos nobres partiram para Chanteloupe a fim de consolar Choiseul no exílio. Tratava-se de confortável degredo, pois a propriedade do duque incluía um dos palácios mais belos e espaçosos, parques privativos da França, situados em Touraine, não muito longe de Paris. Lá vivia Choiseul em pompa e elegância, pois a Du Barry induziu o rei a

mandar-lhe 300 mil *livres* imediatamente, e a promessa de 60 mil *livres* por ano.<sup>82</sup> Os *philosophes* lastimaram sua demissão. “*Tout est perdu!*”, exclamavam durante os jantares *chez d’Holbach*, e, segundo descrição de Diderot, estavam banhados em lágrimas.

#### IX. A REVOLTA DOS PARLEMENTS

A Choiseul sucedeu um “Triunvirato”, no qual d’Aiguillon foi ministro do Exterior, René-Nicolas de Maupeou chanceler e o Abade Joseph-Marie Terray *contrôleur des finances*. Terray concedeu à Du Barry todos os fundos que esta pedia. Por outro lado, entretanto, reduziu heroicamente as despesas. Suspendeu as amortizações e diminuiu a taxa de juros sobre as obrigações do governo. Criou novos impostos, tributos e taxas, duplicando os direitos de entrada sobre os transportes internos.

Ao todo, economizou 36 milhões de *livres*, acrescentando quinze milhões à receita. Na verdade, adiou o colapso financeiro por uma falência parcial, porém muitos foram os que sofreram com a insolvência do governo, juntando suas vozes à agitação do descontentamento. Muito em breve, o déficit subiu ainda mais, alcançando a soma de 40 milhões no último dia do reinado (1774). O que hoje pareceria uma dívida nacional modesta, para uma nação com estabilidade fiscal, constituía mais uma causa de preocupação para aqueles que haviam emprestado ao governo, e que agora mostravam-se mais propensos a ouvir as crescentes vozes exigindo uma mudança.

A crise culminante na última década de Luís XV consistiu nos esforços de seus ministros para preservar o poder absoluto do rei contra a ativa rebelião dos *parlements*. Estes (como já vimos) não eram órgãos representativos e legislativos como o Parlamento britânico. Eram câmaras judiciais atuando na qualidade de cortes de apelação em treze cidades da França. Além disso, tal como o Parlamento inglês *versus* Carlos I, reivindicavam a defesa, contra o absolutismo real, da “lei fundamental”, ou costumes estabelecidos em suas regiões. E, desde que o Regente Felipe d’Orleans confirmou o direito que tinham de “protestar” contra editos reais ou ministeriais, essas câmaras iam mais longe ao declarar que nenhum desses editos poderia transformar-se em lei sem que fosse aceito e registrado por elas.

De vez que os *parlements* haviam sido eleitos pelo povo, ou por uma minoria educada e abastada (como na Grã-Bretanha), eles deveriam ter servido como transição para a democracia e, até certo ponto, constituíam um compacto obstáculo contra o governo central. Por conseguinte, o povo costumava apoiá-los em seus conflitos com o rei. Na realidade, porém, os *parlements*, quase inteiramente constituídos de ricos juristas, destacavam-se entre as forças mais conservadoras da França. Como a “nobreza da toga”, esses juristas tornaram-se tão exclusivos como a “nobreza da espada”. Sucessivamente, tais *parlements* decretavam que novos postos acarretando nobreza se restringiriam às (...) famílias já nobres.<sup>83</sup> De todos os parlamentos, o de Paris era o mais conservador. Competia com o clero em sua oposição à liberdade de pensamento ou de imprensa. Às vezes proibia e freqüentemente queimava os livros dos *philosophes*. Havia sido conquistado pelo jansenismo, o qual levava a teologia calvinista para a Igreja Católica. Voltaire observou que o Parlamento Jansenista de Toulouse torturava e matara Jean Calas, e que o Parlamento de Paris aprovara a execução de La Barre,

enquanto o ministério de Choiseul revogou o julgamento de Calas e protegeu os Enciclopedistas.

Christophe de Beaumont, arcebispo de Paris, agravou o conflito entre jansenistas e os católicos ortodoxos, ordenando ao clero sob sua jurisdição que só ministrasse sacramentos às pessoas que se houvessem confessado a um padre não-jansenista. O Parlamento de Paris, com ampla aprovação pública, proibiu que os padres cumprissem esta ordem. Acusou o arcebispo de fomentar uma divisão, apreendendo alguns de seus bens temporais. O Conselho de Estado do Rei declarou o procedimento ilegalmente confiscatório, pedindo ao Parlamento para afastar-se de questões religiosas. Este recusou. Ao contrário, produziu "Grandes Remontrances" (4 de maio de 1753) que, até certo ponto, prenuncia a Revolução. Professou lealdade ao rei, declarando-lhe, entretanto, que "se os súditos devem obediência aos reis, estes, por seu lado, devem obediência às leis".<sup>84</sup> A conotação era de que o Parlamento, na qualidade de guardião e intérprete da lei, agiria como uma corte suprema contra o rei. A 9 de maio, o Conselho de Estado emitiu *lettres de cachet* banindo da capital a maioria dos membros do Parlamento de Paris. Os *parlements* das províncias, assim como o povo de Paris, levantaram-se em solidariedade aos exilados. Em dezembro, o Marquês d'Argenson observou que "os parisienses encontravam-se num estado de exaltação reprimida".<sup>85</sup> O governo, temeroso de um levante popular, ordenou à sua milícia que patrulhasse as ruas e protegesse a casa do arcebispo. Em março de 1754, d'Argenson escreveu: "Tudo se prepara para uma guerra civil."<sup>86</sup> O Cardeal de La Rochefoucauld tentou uma solução intermediária para salvar as aparências; o governo fez voltar os exilados (7 de setembro) ordenando entretanto ao Parlamento e ao clero que se abstivessem de continuar a disputa. A ordem não foi obedecida. O arcebispo de Paris continuou a campanha contra o jansenismo, e tão violentamente que o rei baniou-o para Conflans (3 de dezembro). O Parlamento declarou que a bula papal contra o jansenismo não era um artigo de fé, de modo que pediu ao clero que a ignorasse. O governo vacilou, mas finalmente, necessitando de um crédito do clero para prosseguir a Guerra dos Sete Anos, ordenou ao Parlamento que aceitasse a bula papal (13 de dezembro de 1756).

O violento debate tirou a serenidade de muitos. Em 5 de janeiro de 1757, Robert-François Damiens atacou o rei numa rua de Versalhes, apunhalando-o com um grande canivete. Depois esperou que o prendessem. Luís disse à sua negligente guarda pessoal: "Segurem-no, mas não deixem que ninguém o moleste."<sup>87</sup> O ferimento foi superficial e o agressor justificou-se: "Não era minha intenção matá-lo. Poderia tê-lo feito, se quisesse. Meu ato foi apenas para que Deus tocasse o coração do rei, fazendo com que tudo fosse restabelecido como antes."<sup>88</sup> Em uma carta que endereçou ao rei, da prisão, repetiu que "o arcebispo de Paris é o causador de toda aquela confusão a respeito dos sacramentos, ao recusá-los".<sup>89</sup> Fora (assim disse) despertado pelos discursos ouvidos no Parlamento. "Se eu nunca tivesse entrado em um tribunal de justiça(...) nunca estaria aqui."<sup>90</sup> Aqueles discursos excitaram-no de tal forma que teve de chamar um médico para fazer-lhe uma sangria. Nenhum foi. Se tivesse recebido uma sangria (argumentou) jamais atacaria o rei.<sup>91</sup> A Grand Chambre do Parlamento julgou-o, acusou-o, sentenciou-o, condenando seu pai, mãe e irmã ao exílio perpétuo. Damiens sofreu as torturas prescritas por lei aos regicidas: teve a carne arrancada

por pinças incandescentes e o corpo espargido de chumbo fervente, seu corpo foi esquarterado por quatro cavalos (28 de março de 1757). Damas bem-nascidas pagavam mais para ver o espetáculo. O rei expressou repugnância pelas torturas, mandando pensões à família banida.

O atentado granjeou ao rei alguma simpatia. Judeus e protestantes uniram-se em suas orações para uma rápida recuperação de Luís XV. Mas quando se soube que o ferimento era, de acordo com Voltaire, "apenas uma espetadela de agulha" (*piqûre d'épingle*), a maré de apoio do povo reverteu ao Parlamento. Discutia-se sobre o governo representativo em oposição à monarquia absoluta. "Eles vêem nos *parlements*", escreveu d'Argenson, "um remédio para suas aflições.(...) A chama da revolta está latente." Em junho de 1763, o Parlamento de Paris tornou a afirmar que "a verificação das leis pelo Parlamento é uma legislação que não pode ser violada sem que o seja também a lei pela qual os próprios príncipes existem".<sup>92</sup> O Parlamento de Toulouse foi além, dizendo que a lei requeria "o consenso da nação",<sup>93</sup> mas, por "nação" ele se referia aos *parlements*. Em 23 de julho de 1763, um órgão judicial importante, a Cour des Aides, sob a presidência do admirável e honesto Malesherbes, submeteu ao rei um relatório sobre a pobreza nacional e a incompetência e corrupção na administração das finanças do país. Exortava Luís XV "a ouvir o próprio povo através da voz de seus deputados numa convocação dos Estados-Gerais do reino".<sup>94</sup> Ali encontrava-se o primeiro pedido claro para uma assembléia geral que não havia sido convocada desde 1614.

Na luta crucial que resultou na expulsão dos jesuítas da França (1764)<sup>95</sup> o Parlamento de Paris tomou a ofensiva, forçando a mão do rei. Em junho e novembro, o Parlamento de Rennes, suprema corte judicial da Bretanha, despachou fortes protestos ao rei contra excessivos impostos cobrados pelo Duc d'Aiguillon, então governador da província. Não recebendo resposta, suspendeu as sessões e a maioria de seus membros demitiu-se (maio de 1765). Seu *procureur général*, Louis-René de La Chalotais, publicou uma ofensiva contra o governo central. Ele, seu filho, assim como três conselheiros foram presos sob acusação de insubordinação. Luís XV ordenou ao Parlamento de Rennes que os julgasse. Este recusou-se, e todos os *parlements* da França, sustentados pela opinião pública, apoiaram a recusa. Em 3 de março de 1766, Luís XV apresentou-se ao Parlamento de Paris, alertou-o sobre a conivência nas insurreições e proclamou sua resolução de governar na qualidade de monarca absoluto.

Somente em minha pessoa reside o poder soberano.(...) Só a mim pertence o poder legislativo, incondicional e indivisível. Toda a ordem pública emana de mim. Meu povo e eu somos um só e os direitos e interesses da nação, que alguns ousam transformar em um corpo separado do monarca, são, necessariamente, unidos ao meu, permanecendo tão-somente em minhas mãos.<sup>96</sup>

Seu juramento, acrescentou, não foi feito à nação, como asseverava o Parlamento, mas apenas a Deus. O Parlamento de Paris continuava a defender o de Rennes, mas, em 20 de março, oficialmente aceitou, na qualidade de "máximas inevitáveis", a doutrina de que "a soberania pertence somente ao rei. Ele só pode prestar contas a Deus;(...) o poder legislativo está inteiramente na pessoa do soberano".<sup>97</sup> Choiseul e outros insistiram para que o rei fizesse concessões receptivas. La Chalotais e seus companheiros

de prisão foram soltos, porém exilados para Saintes, nas proximidades de La Rochelle. D'Aiguillon, que estava na Bretanha, foi chamado, juntando-se aos inimigos de Choiseul. O Parlamento de Rennes retomou suas sessões (julho de 1769).

Voltaire tomou parte no conflito ao publicar, em 1769, sua *Histoire du Parlement de Paris, par M. l'abbé Big*. Negou a autoria do livro, escrevendo uma carta criticando-o como "obra-prima de erros e inépcias, um crime contra a linguagem".<sup>98</sup> Mesmo assim, era dele. Embora escrito às pressas, demonstrava considerável pesquisa histórica, mas ressentia-se de imparcialidade. Era uma denúncia do Parlamento como instituição reacionária, que, em todas as ocasiões, opusera-se às medidas progressistas, isto é, a criação da Academia Francesa, vacinação antivariólica e a livre administração da justiça. Voltaire acusava os *parlements* de legislação de classes, superstição e intolerância religiosa. Havião condenado os antigos pintores da França, aplaudiram o Massacre do Dia de São Bartolomeu e condenaram o Marechal d'Ancre a ser queimado como feiticeiro. Foram instituídos, disse Voltaire, unicamente para fins judiciais, não tendo autoridade para legislar. Caso conseguissem esse direito estariam substituindo a autocracia do rei por uma oligarquia de juristas abastados, resguardados de qualquer controle por parte do povo. Voltaire escrevera esse longo sumário durante a ascendência de Choiseul, cujas tendências liberais convidavam a pensar ser o progresso conquistado com maior presteza através de um rei instruído por um ministro esclarecido. Diderot não concordou com Voltaire. Argumentava que, por mais reacionário que os *parlements* tivessem sido, sua reivindicação ao direito de fiscalizar a legislação constituía um conveniente obstáculo à tirania do rei.<sup>99</sup>

A volta de d'Aiguillon a Paris ocasionou nova crise. O Parlamento de Rennes acusou o duque de delinqüência. Quando ficou claro que ele seria declarado culpado, Mme. du Barry apelou para o rei. O Chanceler Maupeou apoiou-a e, em 27 de junho de 1770, Luís XV declarou que as audiências estavam revelando segredos de Estado e, portanto, precisavam terminar. Anulou as queixas recíprocas, proclamando inocentes tanto d'Aiguillon como La Chalotais e ordenando que todas as partes na contenda se abstivessem de continuar a agitação. Desafiando tais ordens como interferência arbitrária no legítimo curso da justiça, o Parlamento declarou que as testemunhas haviam seriamente comprometido a honra de d'Aiguillon, recomendando fosse ele destituído de todas as funções de par do reino até que ficasse inocentado por meio de competente processo legal. Em 6 de setembro, o Parlamento publicou um *arrêt*, ou decisão, que derrubou a autoridade do rei:

A multiplicidade de ações de um poder absoluto, exercido em toda parte contra o espírito e a letra das leis constitutivas da monarquia, é uma prova inequívoca de projeto premeditado para alterar a forma de governo e para substituir, pelas equivalentes forças das leis, as ações irregulares do poder arbitrário.<sup>100</sup>

Em seguida, o Parlamento suspendeu suas atividades até 3 de dezembro.

Maupeou valeu-se do intervalo para preparar uma intransigente defesa do poder real. Em 27 de novembro, emitiu, com a assinatura do rei, um decreto que, embora admitindo o direito de protesto, proibiu qualquer rejeição de edito renovado após a proclamação de tais protestos. O Parlamento respondeu solicitando ao rei que entregasse os maus conselheiros do trono à vingança das leis.<sup>101</sup> Em 7 de dezembro, Luís

convocou o Parlamento a Versalhes e, em um *lit de justice* oficial, pediu-lhe que aceitasse e registrasse o decreto de 27 de novembro. De volta a Paris, os magistrados decidiram abster-se de quaisquer funções parlamentares até que fosse retirado o referido decreto de novembro. Luís XV ordenou-lhes que retomassem suas funções. A ordem foi ignorada. Choiseul tentou a paz interna a fim de melhor ganhar a guerra no exterior. Luís demitiu-o. Então, Maupeou dominou o Conselho de Estado, enquanto a Du Barry alvoroçava-se em torno do rei. Mostrou-lhe o retrato do rei da Inglaterra, Carlos I, feito por Vandyck, alertando-o contra igual sorte: "O seu Parlamento também lhe cortará a cabeça."<sup>102</sup>

Em 3 de janeiro de 1771, Luís reiterou a ordem de aceitação do edito de novembro. O Parlamento respondeu que o edito violava as leis básicas da França. Em 20 de janeiro, entre uma e quatro horas da manhã, os mosqueteiros do rei entregaram a cada um dos magistrados uma *lettre de cachet* dando-lhes a escolha entre a obediência ou o exílio de Paris. Grande maioria deles expressou seu amor ao rei, ficando, não obstante, inflexível. Dentro de dois dias, 165 membros do Parlamento de Paris foram banidos para diversos cantos da França. Foram aclamados pelo povo ao saírem do Palais de Justice.

Maupeou, então, diligenciou para suplantar os *parlements*, com nova organização judicial. Por decreto real estabeleceu em Paris uma corte suprema composta do Conselho de Estado e alguns juristas complacentes e, em Arras, Blois, Châlons, Clermont-Ferrand, Lyon e Poitiers, instituiu *conséils supérieurs*, na qualidade de cortes de apelação das províncias. Alguns abusos judiciais foram reformados, a venalidade abolida e, a partir daquela data, a justiça seria administrada sem cobrança. Louvando as reformas, Voltaire imprudentemente predisse: "Tenho certeza de que o conselheiro obterá completa vitória e que o povo ficará satisfeito."<sup>103</sup> Mas o povo não podia aceitar satisfeito a destruição de instituição tão antiga quanto os *parlements*. Não há nada que seja condenado com maior frequência, nem tão profundamente amado, quanto o passado. O povo, em sua maioria, zombou das novas cortes como instrumentos adicionais da autocracia. Embora sem ilusões a respeito dos *parlements*, Diderot lastimou sua extinção como "o fim do governo constitucional.(...) Em um instante passamos de um Estado monárquico para o mais completo Estado despótico".<sup>104</sup> Onze pares do reino, e até alguns membros da família real, expressaram descontentamento pela tentativa de Maupeou de substituir os *parlements*. Não se verificaram demonstrações visíveis, porém as palavras, *liberté, droits e légalité*, ultimamente ouvidas com frequência no Parlamento, corriam, então, de boca em boca. Sátiras sobre o rei libertino tornaram-se mais audaciosas e acerbas. Cartazes conclamavam que o Duque d'Orléans liderasse uma revolução.

Quase a contragosto, os *parlements*, a despeito de seu conservadorismo, foram invadidos por um tumulto de idéias revolucionárias. Os *Discursos* de Rousseau, o comunismo de Morelly, as propostas de Mably, as freqüentes reuniões dos maçons, a revelação, na *Encyclopédie*, dos abusos do governo e da Igreja, o grande número de panfletos que circulavam pela capital e províncias, tudo isso consistia em violenta oposição à conclamação de poder absoluto e direito divino por parte de um rei indolente e sexualmente promíscuo. "M. Tout le Monde" — isto é, opinião pública — principiava a mover-se como uma força histórica.

Até 1750, a violência da crítica recaía sobre a Igreja, mas a partir daquela data, aguilhoada pela supressão da *Encyclopédie*, situou-se incessantemente sobre o Estado. Em outubro de 1765, Horace Walpole escrevia de Paris:

O riso saiu de moda.(...) A boa gente não tem tempo para rir. Há que primeiro demolir Deus e o rei; e homens e mulheres, grandes ou não, estão ardentemente devotados a essa tarefa.(...) Sabeis quem são os *philosophes*, ou o que o termo significa aqui? Em primeiro lugar, ele compreende quase todo mundo e, em segundo, significa homens que, jurando guerra contra o papismo, pretendem, muitos deles, a subversão de toda religião, e um número ainda maior, a destruição do poder real.<sup>105</sup>

Isto, naturalmente, era um exagero. A maior parte dos *philosophes* (Diderot constituía, particularmente, uma exceção) apoiava a monarquia, e temia a revolução. Eles atacavam a nobreza assim como todos os privilégios hereditários. Denunciavam as irregularidades, clamando por reformas. Todavia, tremiam só de pensar em dar ao povo todos os poderes.<sup>106</sup> Entretanto, Grimm escreveu na sua *Correspondance*, de janeiro de 1768:

O enfado pela doutrina cristã que se manifesta em toda parte, especialmente nos Estados católicos, a inquietação que lentamente agita o espírito dos homens, fazendo-os atacar irregularidades políticas e religiosas — [tudo isso] é um fenômeno característico de nosso século, como o espírito da reforma o foi no século XVI, pressagiando uma iminente e inevitável revolução.<sup>107</sup>

## X. A PARTIDA DO REI

Luís XV, como Luís XIV, não possuía a arte de morrer em tempo oportuno. Sabia que a França esperava seu desaparecimento, porém não podia suportar a idéia da morte. Em 1773, o embaixador da Áustria informava que: "De vez em quando, o rei faz observações relativas à sua idade, saúde e a tremenda preocupação de que qualquer dia ele deverá render sua alma ao Supremo Ser."<sup>108</sup> Luís emocionou-se, embora transitoriamente, com o recolhimento de sua filha Louise-Marie ao convento das carmelitas, alegando que o fazia para expiar os pecados do pai. Segundo comentários, ela esfregava o chão e lavava roupa. Quando o rei foi visitá-la, a filha reprovou-o pela vida que levava, suplicou-lhe que deixasse a Du Barry, casasse com a Princesa de Lamballe e se reconciliasse com Deus.

Muitos dos seus amigos morreram ao final de seu reinado. Dois deles, tendo-lhes falhado o coração, caíram mortos a seus pés.<sup>109</sup> Entretanto, ele sentia prazer macabro em lembrar aos cortesãos idosos a aproximação de sua morte. "Souvré", disse a um de seus generais, "estás ficando velho. Onde desejas ser enterrado?" "Sire", respondeu Souvré, "aos pés de Vossa Majestade." Consta que a resposta "deixou o rei triste e pensativo".<sup>110</sup> Mme. du Hausset achava que "jamais havia nascido homem mais melancólico".<sup>111</sup>

A morte do rei era uma vingança demorada que o sexo, por ele amado e rebaixado, inconscientemente tomara. Quando, movido por sua luxúria, ele julgou que nem mes-

mo a Du Barry servia, levou para seu leito uma moça tão jovem que mal era núbil. Portadora do germe da varíola, infectou o rei. Em 29 de abril de 1774, a moléstia começou a marcá-lo. Suas três filhas insistiram em permanecer a seu lado para tratá-lo, embora não estivessem imunes. (As três contraíram a doença, mas se recuperaram.) À noite saíam e a Du Barry as substituíam. Contudo, em 5 de maio, desejando receber os sacramentos, o rei gentilmente a dispensou: "Agora tenho consciência de estar gravemente doente. O escândalo de Metz não deve repetir-se. Pertença a Deus e a meu povo. De modo que devemos nos separar. Vá para o castelo do Duque d'Aiguillon, em Rueil, e aguarde ordens. Peço-lhe acreditar que sempre a terei na mais afetuosa consideração."<sup>112</sup>

No dia 7 de maio, o rei, em cerimônia formal perante a corte, declarou arrepende-se de ter escandalizado seus súditos, porém manteve "não ter que responder por sua conduta a ninguém exceto a Deus".<sup>113</sup> Finalmente, deu boas-vindas à morte. "Nunca na vida", disse à sua filha Adélaïde, "me senti tão feliz."<sup>114</sup> Morreu no dia 10 de maio de 1774, com a idade de 64 anos, após reinar 59 anos. Seu cadáver, que infectou o ar, foi levado às pressas para a cripta real em St.-Denis, sem qualquer pompa, e em meio aos sarcasmos da multidão enfileirada ao longo da estrada. Mais uma vez, como em 1715, a França regozijava-se com a morte de seu rei.



## CAPÍTULO IV

# A Arte da Vida

### I. MORALIDADE E GRAÇA

“QUEM não viveu por volta dos anos de 1780”, disse Talleyrand, “não conheceu o prazer de viver.”\* Contanto, naturalmente, que pertencessem à alta classe e não tivesse preconceitos em favor da moralidade.

É difícil definir a moralidade, pois cada época tem sua própria interpretação, que se adapta à sua disposição e seus pecados. Por muitos séculos, a França atenuava a monogamia por meio do adultério, da mesma forma que a América o faz em relação ao divórcio; e, do ponto de vista gaulês, um adultério prudente é menos prejudicial à família — para os filhos, pelo menos — do que o divórcio. Em todo caso, na França do século XVIII, o adultério florescia e, em geral, era tolerado. Quando Diderot, em sua *Encyclopédie*, desejou distinguir entre *unir* e *ligar*, deu o seguinte exemplo: “Estamos unidos a nossa esposa e ligados a nossa amante.”<sup>2</sup> Segundo a observação de um contemporâneo, “quinze dentre vinte nobres senhores da corte vivem com mulheres com as quais não são casados”.<sup>3</sup> Possuir uma amante era tão necessário ao *statu* quanto ter dinheiro. O amor era francamente sensual. Boucher o pintava *en rose*, Fragonard dava-lhe rendas e graça e Buffon brutalmente declarava: “Nada há de bom no amor exceto a carne.”<sup>4</sup>

Aqui e ali surgiu o amor elevado, até mesmo em Crébillon, *fil.*<sup>5</sup> Entre os *philosophes*, Helvétius ousava estar enamorado de sua esposa, enquanto d'Alembert permanecia fiel a Julie de Lespinasse através de todas as variações de seu tema absorvente. Jean-Jacques Rousseau empreendeu, naquela época, a reforma da moral de um único homem. Devemos também dar crédito aos romances de Samuel Richardson? Algumas mulheres fizeram da virtude moda,<sup>6</sup> porém outras adotavam, gratas, o evangelho absoluto da castidade pré-matrimonial e fidelidade pós-matrimonial para se

\* *Qui n'a pas vécu dans les années voisine de 1780 n'a pas connu le plaisir de vivre.* Foi assim que esta famosa observação surgiu na *Encyclopédie des citations*, do P. Dupré (Paris, 1959), I, 635, a qual nos dá a sua fonte: *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*, de Fr. Guizot (Paris, 1858-68) I, 6.<sup>1</sup>

salvaguardarem do ultraje de servir de degrau para os galanteadores. Pelo menos, a monogamia deixou de ser a marca da vergonha. Os libertinos, ao se casarem, redescobriam antigos prazeres da vida em família. Era melhor sondar as profundezas da unidade do que estar sempre arranhando a superfície da variedade. Mulheres que haviam principiado como frívolas superfícies acomodavam-se ao nascerem os filhos. Algumas amamentavam seus filhos, mesmo antes das exortações de Rousseau. E freqüentemente essas crianças, crescendo à sombra do amor materno, retribuía-m-no com filial intensidade. A Marechala de Luxembourg, após mocidade aventureira, tornou-se esposa modelo, fiel ao marido, enquanto era gentilmente maternal com Rousseau. Quando o Conde de Maurepas morreu (1781), tendo servido tanto a Luís XV como Luís XVI, e sofrendo longo exílio no espaço desses ministérios, sua mulher recordou-se de que “passamos cinquenta anos juntos e nem um dia separados”.<sup>7</sup> Muito ouvimos falar — nós mesmos falamos demais — de mulheres que entraram na história por terem desfeito seus laços matrimoniais. Ouvimos muito pouco sobre aquelas que não podiam tornar-se infiéis, nem mesmo por questões de infidelidade. Mlle. Crozat, aos doze anos noiva do Duque de Choiseul, suportou pacientemente a paixão deste por sua ambiciosa irmã. Acompanhou-o ao exílio e até mesmo o sofisticado Walpole venerou-a como a uma santa. A Duquesa de Richelieu continuou amando o marido no decurso de seus adultérios, agradecendo a sorte que permitia que ela morresse em seus braços.<sup>8</sup>

As perversões, pornografia e prostituição continuavam. A legislação francesa previa pena de morte em virtude de sodomia e, na verdade, dois pederastas foram queimados na Place de Grève, em 1750,<sup>9</sup> mas em geral a lei ignorava voluntários atos homossexuais privados entre adultos.<sup>10</sup> A moral econômica era idêntica à de hoje. Reportemo-nos ao trecho no *Émile* de Rousseau<sup>11</sup> (1762), relativo à falsificação de alimentos e bebidas. Politicamente, a moral era a mesma dos nossos dias. Havia muitos servidores públicos devotados (Malesherbes, Turgot, Necker), porém muitos eram os que conservavam seus postos por dinheiro ou amizades, reembolsando-se, no cargo, além do estipulado por lei. Muitos nobres ociosos viviam luxuosamente à custa do sangue de seus camponeses, mas era abundante a caridade pública e particular.

No todo, os franceses do século XVIII eram um povo agradável, apesar de um código ético sexual que violava as normas cristãs por sua franqueza. Vejamos, na carreira de Rousseau, o número de pessoas que o auxiliaram e confortaram, não obstante a dificuldade de agradá-lo — e muitas vezes essas almas piedosas pertenciam àquela aristocracia que ele havia injuriado. O cavalheirismo declinara no trato entre homens e mulheres, porém sobrevivera na conduta dos oficiais franceses em relação aos presos de guerra da mesma classe. O hostil e irritável Smollet, viajando pela França em 1764, escreveu: “Respeito particularmente os oficiais franceses por sua gentileza e coragem e, especialmente, pela generosa humanidade com que se dirigem a seus inimigos mesmo em meio aos horrores da guerra.”<sup>12</sup> Goya pintou, e certamente exagerou, a crueldade dos soldados franceses para com os plebeus nas Guerras Napoleônicas. É óbvio que os franceses podiam ser insensíveis e cruéis, talvez por terem ficado imunes à brutalidade em virtude da guerra e do código penal. Eram turbulentos, dados ao manejo de faca nas rixas de colegiais e desordens de rua em substituição às eleições. Impetuosos, precipitavam-se no bem e no mal sem um minuto para pensar. Eram chauvinis-

tas, não conseguindo compreender por que o resto do mundo era tão bárbaro ao ponto de falar outra língua que não fosse o francês. Mme. Denis recusava-se a aprender a palavra inglesa que designava pão — “Por que eles não dizem *pain*?”<sup>13</sup> Talvez, mais do que qualquer outro povo, os franceses amavam a glória. Muito em breve iriam morrer aos milhares, gritando *Vive l'Empereur!*

É claro que os franceses eram supremos nas maneiras. Os hábitos de cortesia, estabelecidos sob Luís XIV, eram empanados pela hipocrisia, cinismo e superficialidade, mas na essência eles sobreviviam e davam à vida das classes educadas uma graça com que nenhuma sociedade pode atualmente rivalizar. “Os franceses são tão delicados, tão obsequiosos”, disse Casanova, “que logo nos sentimos atraídos por eles” — acrescentando, entretanto, que neles não se podia jamais confiar.<sup>14</sup>

Excediam-se na limpeza. Em relação à mulher francesa, esse traço tornou-se uma das virtudes fundamentais, que elas praticavam até morrer. Andar corretamente vestido constituía parte das boas maneiras. Homens e mulheres da corte às vezes pecavam contra o bom gosto pelo excesso de adereços ou penteados extravagantes. Os homens usavam o cabelo com um rabicho, que o Marechal de Saxe reputava perigoso na guerra, pois oferecia ao inimigo um ponto onde pudesse segurar. E empoavam os cabelos com tanta frequência quanto as mulheres. Estas usavam os cabelos tão alto que temiam dançar, pois podiam incendiar-se com a proximidade dos candelabros. Um visitante alemão calculou que o queixo de uma dama francesa ficava exatamente no meio, entre seus pés e o alto dos cabelos.<sup>15</sup> Os cabeleireiros enriqueciam, mudando com frequência a moda dos penteados. O hábito da limpeza não chegava aos cabelos femininos, pois levava-se horas para arranjá-los, e todas, com exceção das mais extravagantes, conservavam os mesmos penteados durante dias, sem desmanchá-los com o pente. Algumas damas levavam consigo *grattoirs* de marfim, prata, ou ouro, com os quais coçavam a cabeça com uma graça picante.

A maquiagem do rosto era tão complicada como a atual. Em 1763, Leopold Mozart escreveu, de Paris, à esposa: “Você pergunta se as parisienses são belas. Como se pode dizer, quando elas se pintam como as bonecas de Nuremberg, ficando tão desfiguradas com este artifício repulsivo, que os olhos de um honesto alemão não conseguem discernir uma mulher naturalmente bela quando ela aparece?”<sup>16</sup> As mulheres levavam consigo seus cosméticos, renovando em público suas pinturas com a mesma naturalidade que as de hoje. Mme. de Mônaco aplicou ruge e empoou as faces antes de sair para ser guilhotinada. Cadáveres eram vestidos, empoados e pintados, como se faz em nossos dias. Os vestidos das mulheres eram uma provocante mistura de convites e recusas: decotes baixos, corpetes de seda, jóias hipnotizadoras, grandes saias que se espalhavam e sapatos de saltos muito altos, em geral, de linho ou seda. Buffon, Rousseau e outros protestavam contra os espartilhos, porém estes permaneceram *de rigueur* até serem descartados pela Revolução.

A variedade e alegria da vida social consistiam numa das atrações de Paris. Os cafés Procope, La Régence e Gradot entretinham intelectuais e rebeldes, homens vagueando aqui e ali e mulheres à procura de homens, enquanto os luminares da literatura, música e arte brilhavam nos salões. Os senhores bem-nascidos ou abastados mantinham a alegria em Paris e Versalhes, com jantares, recepções e bailes. Na alta classe

as artes incluíam comer e conversar. A cozinha francesa era a inveja da Europa. A inteligência francesa chegou a tal ponto de refinamento que saturou todos os assuntos e o tédio obscureceu o brilhantismo. A arte da conversação declinou na segunda metade do século XVIII. O tom de oratória inflamava as conversas, os oradores ultrapassavam os ouvintes e a inteligência enfraquecia-se por sua própria exuberância e negligente mordacidade. Voltaire, que também sabia ser mordaz, fazia ver aos parisienses que a inteligência sem cortesia é rudeza,<sup>17</sup> enquanto La Chalotais achava que "o gosto pela inteligência(...) havia banido a ciência e a verdadeira cultura".<sup>18</sup>

Nos parques — muito bem cuidados e repletos de estatuária — o povo caminhava a esmo, ou em companhia de seus filhos, ou de seus cães, e ostentosos personagens perseguiram as mocinhas que habilmente batiam em retirada. É provável que os Jardins das Tulherias fossem mais belos do que atualmente. Ouçamos Mme. Vigée-Lebrun:

Naqueles tempos, o Ópera ficava bem perto, nas adjacências do Palais-Royal. No verão, o espetáculo terminava às oito e meia e todo o mundo elegante saía, mesmo antes do fim, para andar nos passeios. Era moda as mulheres carregarem buquês, os quais, junto com as essências dos cabelos empoados, literalmente perfumavam o ar.(...) Antes da Revolução, essas reuniões iam até as duas horas da manhã. Faziam música ao ar livre, nas noites de luar. (...) Havia sempre muita gente.<sup>19</sup>

## II. MÚSICA

A música constituía para a França parte de sua *gaieté parisienne*. Não pretendia rivalizar com as missas e os solenes corais alemães. Quase ignorou Mozart quando este foi a Paris. Esqueceu-se, entretanto, de ser chauvinista quando seus ouvidos encantaram-se com as melodias italianas. Com base nessas músicas fez suas *fêtes galantes*. Especializou-se em ritmos próprios da dança ou que a sugeriam, tais como correntes, sarabandas, jigas, gavotas, minuets. Sua música, como sua moral, maneiras e artes situavam-se em torno da mulher e muitas vezes seus títulos lembravam imagens femininas — *L'Enchanteresse*, *L'Ingénue*, *Mimi*, *Carillon de Cythère*.

Na França, como na Itália, anteriormente à vinda de Gluck (1773), a *opera buffa* era mais popular do que a *opera seria*. A companhia autodeterminada Opéra-Comique instalou-se em Paris em 1714, fundindo-se com a Comédie-Italienne, em 1762. Em 1780, esta Opéra-Comique, ampliada, mudou-se para domicílio permanente na Salle Favart. O responsável por seu sucesso foi François-André Philidor, que viajou por toda a Europa na qualidade de campeão de xadrez. Compôs 25 óperas, quase todas com um cunho humorístico, como *Sancho Pança* e *Tom Jones*, porém dotadas de bom gosto e de uma arte esmerada. Essas óperas caíram no esquecimento, mas a "defesa de Philidor" e "o legado de Philidor" são ainda lembrados como movimentação clássica no jogo de xadrez. O balé era favorito interlúdio na ópera francesa. Neste particular, a graça francesa encontrou outra saída e o movimento transformou-se em poesia. Jean-Georges Noverre, mestre de balé na Ópera de Paris, escreveu o então famoso tratado sobre coreografia — *Lettres sur la danse et les ballets* (1760). Este tratado preparou o caminho para as reformas empreendidas por Gluck, ao advogar a volta aos ideais de dança da Grécia, com naturalidade de movimentos, simplicidade no traje e ênfase

se sobre o significado dramático ao invés de sobre configurações abstratas ou lances de virtuosismo.

Os concertos públicos constituíam, na época, parte da vida nas maiores cidades da França. Em Paris, os *Concerts Spirituels* (instituídos nas Tulherias, em 1725) estabeleceram um alto padrão de música instrumental. Enquanto a Opéra-Comique tocava *La serva padrona*, de Pergolesi, os *Concerts* apresentavam sua *Stabat Mater*, cuja aceitação foi tão grande, que a repetiram todos os anos até 1800.<sup>20</sup> Os Concertos levaram composições de Haydn, Haendel, Mozart, Jommelli, Piccini e os Bachs aceitos na França, fornecendo plataforma para os principais virtuosos da época.

Esses músicos que se exibiram naquela ocasião eram unânimes num ponto, qual seja, de que a França ficava muito aquém da Alemanha, Áustria e Itália, em matéria de música. Os *philosophes* compartilhavam da opinião. "É pena", escreveu Grimm (um alemão), "que o povo deste país entenda tão pouco de música."<sup>21</sup> Excetuava Mlle. Fel, que tinha uma bela voz. Grimm aliou-se a Rousseau e Diderot ao pedir "a volta à natureza" na ópera. Os três tomaram o partido da Itália na *Guerre des Bouffons* que principiara com a apresentação de uma *opera buffa* por uma companhia italiana em Paris. Já comentamos em outra parte o referido debate entre os estilos musicais franceses e italianos. Este mal terminara e Diderot ainda combatia a "Guerra dos Bufões" no seu *Le Neveu de Rameau*. No *Troisième Entretien sur Le Fils naturel* (1757), reclamava um Messias para redimir a ópera francesa da pomposa declamação e artifícios fantasistas. "Que se apresente aquele que deverá pôr no palco da ópera lírica a verdadeira tragédia e a verdadeira comédia!" — e apresentou o exemplo de um texto adequado de *Ifigênia em Aulis*, de Eurípedes.<sup>22</sup> Será que Gluck, em Viena, ouviu o chamado? Voltaire repetiu-o profeticamente em 1761:

Esperemos que algum gênio surja, bastante forte para desviar o país deste abuso (de artifício) e conferir à produção teatral(...) a dignidade e o espírito ético que lhe está faltando agora.(...) A maré do mau gosto está subindo, submergindo, insensivelmente, a memória do que outrora foi a glória da nação. Agora, repito mais uma vez: a ópera deve situar-se dentro de novas bases para que não mais seja merecedora do escárnio, como agora, de todas as nações da Europa.<sup>23</sup>

Em 1773, Gluck chegava a Paris e, em 19 de abril de 1774, regeu naquela cidade a *première* francesa de *Iphigénie en Aulide*. Entretanto, a história tem de esperar.

### III. TEATRO

Naquela época, a França não produziu nenhuma peça teatral que constituísse desafio ao esquecimento, com exceção de algumas que Voltaire mandou de Ferney ou Les Délices. Entretanto, no setor do drama foram muitos os incentivos de encenação e aplauso. Em 1773, Victor Louis erigiu em Bordéus o mais belo teatro do reino, com um pomposo pórtico de colunas coríntias, balaustrada clássica e ornamentação de esculturas. A Comédie-Française, reconhecida por Garrick como o melhor grupo de atores na Europa, foi instalada no Théâtre-Français, construído na Rue des Fosses, St.-Germain-des-Prés, em 1683. Compunha-se de três fileiras de galerias em estreito re-

tângulo que auxiliavam a declamação e estabeleciam o estilo oratório na arte dramática na França. Centenas de famílias faziam teatro em casa, de Voltaire, em Ferney, à rainha no Trianon — onde Maria Antonieta representou Colette em *Le Devin du village*, de Rousseau — provocando reflexão do Príncipe de Ligne de que “mais de dez damas da mais elevada estirpe representam e cantam melhor do que qualquer artista no teatro”.<sup>24</sup> “Pequenos teatros” surgiam por toda parte na França. Um mosteiro bernardino, oculto nas florestas de Bresse, construiu um pequeno teatro para seus monges “sem (disse um deles) que o saibam os beatos e as mentes tancanhas”.<sup>25</sup>

A despeito da competição amadora, as estrelas da Comédie-Française brilhavam vivamente por toda a França. Já vimos como o povo de Genebra e Ferney apareceu para ver Lekain, quando este representou para Voltaire em Châteleine. Seu verdadeiro nome era Henri-Louis Cain, porém tratava-se de sobrenome amaldiçoado que mudou, e com razão. Tampouco seu rosto podia constituir boa sorte. Mlle. Clairon levou tempo para enternecer-se por ele, até mesmo representando. Durante uma representação de amadores, Voltaire descobriu-lhe habilidades, animou-o, arranjando-lhe colocação no Théâtre-Français. Em 14 de setembro de 1750, Lekain fez sua estréia como Tito, na peça *Brutus*, de Voltaire. Desde então, passou a fazer os papéis masculinos das peças de Voltaire. O irascível patriarca amou-o até o fim.

Entretanto, o artista preferido de Voltaire (agora que Adrienne Lecouvreur estava morta) era Mlle. Clairon. Legalmente, chamava-se Claire-Josèphe Hippolite Lérís de La Tude. Nascida sem o privilégio do casamento em 1723, sem esperanças de sobreviver, viveu até os oitenta anos — o que nem sempre constitui uma bênção para as heroínas do teatro. Não se cogitou em dar-lhe educação, mas ela abriu seu caminho no Théâtre-Français, extasiou-se com cenário-mais-alocução e nunca superou totalmente a tendência para discursar até mesmo durante o delírio do amor. Ao manifestar o desejo de seguir a carreira teatral, a mãe ameaçou quebrar-lhe os braços e pernas caso ela persistisse em resolução tão pecaminosa.<sup>26</sup> Ela persistiu, juntando-se a uma companhia de atores ambulantes. Logo adquiriu a moral costumeira de sua nova profissão. “Graças a meu talento, minha beleza e a naturalidade com que eu deixava que se aproximassem de mim, vi tantos homens a meus pés que teria sido impossível, sendo dotada de coração naturalmente terno... ficar inacessível ao amor.”<sup>27</sup>

De volta a Paris, seduziu M. de La Popelinière. Este ficou com ela e depois usou da sua influência para conseguir-lhe um lugar na Ópera. Quatro meses depois, a Duquesa de Châteauroux, atual amante do rei, assegurou seu ingresso na Comédie-Française. A companhia pediu-lhe que escolhesse seu primeiro papel, esperando que ela, seguindo o costume, selecionasse um papel menor. Ela respondeu que gostaria de representar o papel de Fedra. A companhia protestou, mas permitiu que ela satisfizesse seu desejo. Desincumbiu-se magistral e triunfantemente. Daí por diante, estrelava em desempenhos trágicos, nos quais a única rival era Mlle. Dumesnil. Ganhou fama de angariar dinheiro fácil. Entretinha um grupo de nobres, fazia-os pagar bem, guardava seus ganhos; em seguida, cedia grande parte a seu amante favorito, Chevalier de Jaucourt, que escrevia artigos sobre economia para a *Encyclopédie*. Pagava também seu preço pela atenção de Marmontel, o qual muito breve encontraremos como autor de *Contos Morais*. Consideremos o ponto de vista da mulher na carta que ela

lhe endereçou: "É possível que você não saiba os embaraços que me causou (involuntariamente, é verdade, mas o fato é que não deixei de tê-los), os quais puseram-me de cama seis semanas, em grande perigo? Não posso acreditar que você tivesse consciência do fato, de outra forma não teria aparecido na sociedade quando todo mundo sabia em que situação eu me encontrava."<sup>28</sup> Não obstante, ela e Marmontel ficaram amigos firmes durante trinta anos.

Foram as críticas e sugestões de Marmontel que a induziram a fazer decisivas alterações em sua maneira de representar. Até 1748, seguira o método usual no Théâtre-Français — discurso vigoroso e emocionante, grandes gestos, emoção trepidante. Marmontel julgava tudo isso detestável e pouco natural. Em meio a suas ligações, Mlle. Clairon havia feito muitas leituras, tornando-se uma das mulheres mais bem-educadas de seu tempo. Sua fama e seu *esprit* granjearam-lhe admissão na sociedade culta. Ela percebeu que os recipientes vazios eram os mais ressonantes. Em 1752, uma crise de sífilis obrigou-a a ficar fora do palco por algum tempo. Restabelecendo-se, aceitou um contrato para 35 apresentações em Bordéus. Ela nos relata que em sua primeira noite naquela cidade representou Fedra da maneira tradicional, "com todo o barulho, fúria e irracionalidade tão aplaudidos então em Paris". Foi aplaudida. Contudo, na noite seguinte, fez o papel de Agripina, em *Britannicus*, de Racine, numa voz serena e gestos tolhidos, retendo a emoção até a cena final. Recebeu grande ovação. De volta a Paris, conquistou o antigo público para seu novo estilo. Diderot aprovou-a veementemente. Tinha-a em mente quando escreveu *O Paradoxo do Ator* — dizendo que o ator fica internamente calmo e contido até mesmo nos instantes mais apaixonados do papel que está representando. Em dado momento pergunta: "Que atuação foi mais perfeita do que a de Clairon?"<sup>29</sup> Ela gostava de escandalizar seus admiradores ao dizer que mentalmente examinava suas contas mensais quando transmitia para a platéia um trecho patético que lhe arrancava lágrimas.<sup>30</sup> Voltaire não aceitou o novo método, porém apoiava-a eficientemente, ela fazendo o mesmo em relação a ele, na reforma do vestuário e móveis no palco. Até então, todas as atrizes haviam representado seus papéis — de qualquer nação ou época — nos vestidos usados na Paris do século XVIII, com saias-balão e cabeleira empoadada. Clairon surpreendeu a platéia ao aparecer vestida e penteada de acordo com a época da peça, e ao representar Idamé na peça *O Órfão da China*, de Voltaire, as roupas e os móveis eram chineses.

Em 1763, Clairon foi a Genebra a fim de consultar o Dr. Tronchin. Voltaire pediu-lhe para ficar com ele em Les Délices. "Mme. Denis está doente, e eu também. M. Tronchin virá a nosso hospital para nos ver, os três."<sup>31</sup> Ela foi. O velho sábio gostou tanto dela que a atraiu a Ferney para visita mais demorada, persuadindo-a a juntar-se a ele em várias representações em seu teatro. Um antigo desenho mostra-o, aos setenta anos, ajoelhado a seus pés, em declaração apaixonada.

Clairon retirou-se do palco em 1766, tendo já, aos quarenta anos, perdido a saúde e até a precisão do discurso. Como Lecouvreur, apaixonou-se por um galhardo e jovem nobre. Vendeu quase todos os seus pertences para livrá-lo dos credores. Como pagamento, ele deu o seu amor — bem como o dinheiro dela — a outras mulheres. Em seguida, com a idade de 49 anos, ela recebeu um convite de Christian Friedrich Karl Alexander, Margrave de Ansbach e Bayreuth, de 36 anos, para viver em sua com-

panhia em Ansbach, como sua mentora e amante. Clairon aceitou (1773), e durante treze anos manteve ascendência sobre ele. Absorvera ele na França alguns ideais do Iluminismo. Encorajado por ela, efetuou várias reformas no seu margraviato, abolindo a tortura e estabelecendo liberdade religiosa. A realização final de Clairon foi persuadi-lo a dormir todas as noites com a mulher. Com o tempo Clairon enfadouse, sentiu saudades de Paris. O margrave levou-a até lá algumas vezes. Numa dessas viagens, ele tomou outra amante, deixando Clairon em Paris, com um belo dote. Ela contava, então, 63 anos.

Foi bem-vinda nos salões, até pela virtuosa Mme. Necker. Deu aulas de dicção à futura Mme. de Staël. Teve novos amantes, inclusive, mais tarde, o marido da própria Mme. de Staël, a qual ficou satisfeita por livrar-se dele. Este estabeleceu confortavelmente a atriz já idosa, mas a Revolução esvaziou seus recursos, reduzindo-a à pobreza até Napoleão, que inflacionou sua pensão em 1801. Nesta época, o Cidadão Dupoirier ofereceu-lhe uma última ligação. Ela o dissuadiu em um triste bilhete que sintetiza a tragédia de muitas atrizes velhas: "É possível que sua memória ainda lembre minha pessoa como brilhante, jovem, rodeada de todo o prestígio. Urge que faça uma revisão em suas idéias. Mal posso ver. Ouço com dificuldade. Não tenho mais dentes e meu rosto está todo enrugado. Minha pele ressequida mal cobre minha débil estrutura."<sup>32</sup> Não obstante, ele foi. Os dois reconfortaram-se mutuamente, com recordações da mocidade. Ela morreu em 1803, de uma queda da própria cama.

Ela sobrevivera muito além do clássico drama trágico, cujo maior expoente do século XVIII, Voltaire, aclamara-a representante máxima. A platéia parisiense, predominantemente de classe média, estava saturada dos discursos rimados dos príncipes, princesas, padres e reis. Os pomposos alexandrinos de Corneille e Racine, aparatosamente compostos de seis pés, pareciam, então, um símbolo da vida aristocrática. Mas a história era feita apenas de nobres? Sim, naturalmente, um tal Molière havia mostrado os outros. Entretanto, tudo isso era na comédia. Será que não havia tragédias, amargas provações e sentimentos nobres nos lares e nos corações de gente sem linhagem? Diderot julgava ter chegado a hora dos dramas da burguesia. E enquanto a nobreza fugira do sentimentalismo, exigindo máscara altiva para ocultar a emoção, o drama moderno, acrescentava Diderot, deveria libertar o sentimento, não se envergonhando de fazer com que as audiências fossem levadas às lágrimas. De modo que ele, assim como muitos outros depois dele, escreveram *dramas larmoyants* — dramas que levam ao pranto. Além do mais, vários dos novos teatrólogos não apenas retratavam e exaltavam a vida da classe média; eles atacavam a nobreza, o clero e, em última análise, até o governo — sua corrupção, impostos, fausto e gastos. Não se limitavam à denúncia do despotismo, do fanatismo (Voltaire já o havia feito muito bem), mas exaltavam a república e a democracia, sendo aplaudidos com especial entusiasmo.<sup>33</sup> O teatro na França contribuiu de inúmeras maneiras para preparar a Revolução.

#### IV. MARMONTEL

"Há autores em toda parte", escreveu Horace Walpole, de Paris, em 1765, "e eles são piores do que aquilo que escrevem, o que não significa um elogio para nenhum



desses escritores.<sup>134</sup> Certamente, a época não podia comparar-se, no que concerne à literatura, com a de Molière e Racine, nem com a de Flaubert e Balzac. Nesse breve período entre 1757 e 1774, tem-se, na qualidade de autores notáveis, apenas Rousseau e Marmontel, assim como as brasas vivas da chama de Voltaire, e a secreta e ainda não publicada efervescência de Diderot. Homens e mulheres dedicavam-se tão exclusivamente à conversação que suas inteligências ficavam desgastadas antes de passarem da tinta para o papel. O polimento aristocrático estava esgotado. O que impedia, então, era a política, a economia e a filosofia. O conteúdo dominava a forma. Até a poesia inclinava-se para a propaganda. *Les Saisons*, de Saint-Lambert (1769), imitava James Thomson, mas denunciava o fanatismo e o luxo extemporâneo, e, como Lear, considerava o inverno em termos de rajadas gélidas sibilando em torno dos casebres dos pobres.

Jean-François Marmontel alcançara o sucesso em virtude de sua argúcia, das mulheres e de Voltaire. Nascido em 1723, na velhice escreveu a agradável *Mémoires d'un père* (1804), que nos oferecem um quadro suave de sua infância e mocidade. Embora transformando-se num homem cético, amigo de Voltaire, nada tinha a dizer senão boas coisas do povo devoto que o havia criado, assim como dos amáveis e dedicados jesuítas que o educaram. Amou-os tanto que chegou a tomar a tonsura, desejoso de filiar-se à ordem, e lecionou nos colégios jesuítas em Clermont e Toulouse. Mas, como muitas avezinhas criadas pelos jesuítas, voou impelida pelos ventos do Iluminismo, perdendo, pelo menos, sua virgindade intelectual. Em 1743, submeteu os versos que havia composto a Voltaire, o qual apreciou-os de tal forma que enviou a Marmontel uma coleção de suas obras corrigida por ele próprio. O jovem poeta guardou-a como uma herança sagrada, abandonando quaisquer idéias de ingressar na carreira eclesiástica. Dois anos depois, Voltaire arranhou-lhe uma colocação em Paris, assim como entrada franca no Théâtre-Français. Voltaire, na recôndita bondade de um coração paterno e sem filhos, vendeu os poemas de Marmontel, enviando-lhe o dinheiro. Em 1747, a peça da autoria de Marmontel, *Denys le Tyran (Dionísio)* — dedicada a Voltaire, foi aceita e publicada com sucesso além das expectativas. “Em um dia, tornei-me famoso e rico.”<sup>135</sup> Em breve, notabilizou-se nos salões, freqüentou jantares, pagou-os com sua inteligência e encontrou o caminho para a cama de Clairon.

Seu segundo drama, *Aristomène*, trouxe-lhe mais dinheiro, amigos e amantes. Nas reuniões de Mme. de Tencin, conheceu Fontenelle, Montesquieu, Helvétius, Marivaux; à mesa do Barão d'Holbach, ouviu Diderot, Rousseau e Grimm. Guiado pelas mulheres, venceu na sociedade. Tendo elogiado Luís XV em versos inteligentes, foi admitido na corte. A Pompadour encantou-se com seu bonito rosto e mocidade florescente. Convenceu o irmão a empregá-lo na qualidade de secretário e, em 1758, fê-lo redator do jornal oficial, *Mercure de France*. Marmontel escreveu um *libretto* para Rameau e artigos para a *Encyclopédie*. Mme. Geoffrin gostou tanto dele que convidou-o a morar em uma aconchegante dependência de sua casa, onde ele permaneceu por dez anos, na qualidade de hóspede pagante.

Contribuiu para o *Mercure* (1753-60) com uma série de *Contes Moraux (Contos Morais)*, que elevou aquele periódico à literatura. *Ex uno iudice omnes*. Soliman II, enfasiado dos prazeres da Turquia, procura três belas européias. A primeira resiste durante um mês, cede uma semana, e é descartada em seguida. Uma outra canta be-

lamente, porém sua conversa é entediante. Roxalana não apenas resiste, como admoesta o sultão como libertino e criminoso. "Você se esquece de quem eu sou e quem é você?", exclama ele. E Roxalana responde: "Você é poderoso e eu sou bela, de modo que estamos quites." Ela não é apenas extremamente bela. Tem um narizinho arrebitado que desnorteia Soliman. Este procura por todos os meios quebrar sua resistência, mas fracassa. Ameaça matá-la. Ela propõe poupar-lhe o trabalho matando-se. Ele a insulta. Ela o insulta de maneira mais contundente. Mas ela lhe diz também que ele é formoso, necessitando apenas ser guiado por ela para tornar-se refinado como um francês. Soliman ofende-se e fica lisonjeado. Finalmente casa-se com Roxalana, fazendo-a sua sultana. Durante a cerimônia, ele faz a si mesmo a seguinte pergunta: "Será possível que um narizinho arrebitado derrube as leis de um império?"<sup>36</sup> Eis a moral de Marmontel: "São as pequenas coisas que provocam grandes acontecimentos, e se tivéssemos conhecimento dessas secretas ninharias poderíamos reformar a história por completo."

Tudo prosperava em relação a Marmontel até a publicação (1767) do romance, *Bélisaire*. Tratava-se de obra excelente, porém advogava tolerância religiosa, contestando o "direito da espada de exterminar a heresia, falta de religião, e irreverência, trazendo o mundo inteiro sob o jugo da verdadeira fé".<sup>37</sup> O livro foi condenado pela Sorbonne como portador de doutrina condenável. Marmontel apresentou-se ao Síndico da Sorbonne com seu protesto. "Ouça, senhor, não é o espírito da época, não é o meu, que o senhor está condenando?"<sup>38</sup> O espírito da época revelou-se na sua audácia assim como na brandura de sua punição. Dez anos antes ele teria sido enviado para a Bastilha, tendo seu livro confiscado. Contudo, a venda da obra continuou com grande projeção, ainda com o rótulo "com permissão e a graça do rei", contentando-se o governo com a recomendação para que ele guardasse silêncio sobre o caso.<sup>39</sup> Entretanto, Mme. Geoffrin ficou muito perturbada quando o decreto da Sorbonne proibindo *Bélisaire* não só foi lido nas igrejas como remetido à sua casa. Gentilmente sugeriu que Marmontel procurasse outra residência.

Como sempre, ele manteve-se de pé. Em 1771, foi nomeado historiógrafo do reino, com um bom vencimento. Em 1783, tornou-se "secretário perpétuo" da Academia Francesa, e em 1786, professor de história no Liceu. Em 1792, com a idade de 69 anos e enfraquecido pelos excessos da Revolução, retirou-se para Évreux e depois para Abloville. Lá, escreveu suas *Mémoires*, nas quais até a Sorbonne foi perdoada. Passou os últimos anos de vida na pobreza, sem lastimar-se, feliz por ter tido uma vida cheia e deliciosa. Morreu no último dia do ano de 1799.

## V. A VIDA ARTÍSTICA

### 1. Escultura

O rei possuía apurado gosto artístico, o qual era compartilhado por senhoras e senhores da corte, assim como pelos milionários ávidos por controlar o Estado. Foi um grande acontecimento na história da França quando, em 1769, as fábricas de Sèvres,

criadas por Mme. de Pompadour, principiaram a produzir a porcelana dura. Posto que há sessenta anos antes, os alemães, em Dresden e Meissen, já haviam feito esse produto, os de Sèvres logo conquistaram o mercado europeu. Grandes artistas como Boucher, Caffieri, Pajou, Pigalle, Falconet e Clodion não se esquivavam de fazer desenhos para a porcelana de Sèvres. Entrementes, a faiança e a pasta mole, com belos desenhos, continuavam a chegar procedentes das cerâmicas de Sèvres, St.-Cloud, Chantilly, Vincennes...

Oleiros, metalúrgicos, marceneiros e tapeceiros juntavam recursos para adornar os aposentos da realeza, nobreza, assim como dos financistas. Relógios, semelhantes aos que Boizot desenhara e Gouthière moldara em bronze,<sup>40</sup> constituíam ornamentos característicos da época. Pierre Gouthière e Jacques Caffieri sobressaíram em "ormolu" — literalmente, "ouro em pó", o qual é, na verdade, uma liga composta sobretudo de cobre e zinco, cinzelada, marchetada e embutida no móvel. Os mestres marceneiros constituíam soberba e poderosa corporação, cujos membros tinham por obrigação gravar seus nomes nos trabalhos de sua autoria como emblema de responsabilidade. Na França, os melhores dentre tais mestres procederam da Alemanha: Jean-François Oeben e seu discípulo, Jean-Henri Riesener. Estes dois combinaram suas técnicas para fazer, em 1769, um magnífico "Bureau du Roi", destinado a Luís XV, uma profusão rococó de desenhos cinzelados, gravados, embutidos e dourados, para o qual o rei pagou 63 mil *livres*. Tanto Napoleão I como Napoleão III usufruíram desse magnífico trabalho que, em 1870, foi entregue ao Louvre. Seu valor atual é de cinquenta mil libras.<sup>41</sup>

Essa época, que dava tanto apreço aos valores palpáveis, a escultura era apreciada quase que por sua avaliação clássica, porque a sua essência era a forma, e a França começava a aprender que a alma da arte estava na forma e não na cor. Nesse terreno as mulheres também sobrepujaram-se aos deuses, não nas naturais imperfeições da realidade, e sim nas formas ideais e nos drapeados que os escultores sensíveis reuniam e concebiam. A escultura embelezava não apenas palácios e igrejas como jardins e parques. De modo que as estátuas nos Jardins das Tulherias eram os vultos mais populares de Paris, enquanto Bordéus, Nancy, Rennes e Reims competiam com Paris nas obras em terracota, mármore e bronze.

Guillaume Coustou II (apenas um ano mais jovem do que o reino) produzia à época seus melhores trabalhos. Em 1764, Frederico, o Grande, encomendou-lhe estátuas de Vênus e Marte e, em 1769, Coustou remeteu-as a Potsdam para o Palácio de Sans-Souci. Ainda em 1769, principiou o majestoso mausoléu do delfim e da delfina (pais de Luís XVI) para a catedral de Sens, na qual trabalhou até a sua morte, em 1777. Nos seus últimos anos de vida presenciou a ascensão de quatro dos mais brilhantes escultores que a França jamais viu: Pigalle, Falconet, Caffieri e Pajou.

Não conseguindo ganhar o *grand prix*, que consistia em um curso de arte em Rome, Pigalle para lá seguiu à própria custa, auxiliado por Coustou. De volta a Paris, obteve admissão na Académie des Beaux-Arts, com sua primeira obra-prima, *Mercurie attachant ses Talonnières* (Mercúrio Pondo Suas Asas). Ao ver a escultura, o velho mestre Jean-Baptiste Lemoyne exclamou: "Je voudrais l'avoir fait!" (Quisera tê-la feito!) Luís gostou também, enviando-a ao seu aliado, Frederico II, em 1749. Não se sabe

como, a obra voltou ao Louvre, onde podemos apreciar a extraordinária técnica com a qual o jovem artista imprimiu a impaciência do arauto olímpico para sair voando. Madame de Pompadour encontrou afinidades no trabalho de Pigalle, fazendo-lhe muitas encomendas. Este fez-lhe o busto, atualmente no Metropolitan Museum of Art de Nova York. Quando o amor dela pelo rei transformou-se em amizade, Pigalle esculpiu-a como *Déesse de l'Amitié* (1753).<sup>42</sup> Fez a estátua de Luís XV como um simples *Citoyen*, para a Place Royale, em Reims, e terminou *Luís XV*, de Bouchardon, no local onde atualmente fica a Place de la Concorde. Retratou Diderot, em bronze, como um homem atormentado por filosofias conflitantes. Entretanto, foi dramático ao esculpir o túmulo destinado a acolher os restos mortais do Marechal de Saxe na Igreja de São Tomás, em Estrasburgo — o apaixonado guerreiro caminhando para a morte como se para uma vitória.

A obra mais comentada da época foi a escultura de Voltaire que a *intelligentsia* européia decidiu fosse feita por Pigalle, por sugestão de Mme. Necker, durante uma de suas reuniões, em 17 de abril de 1770. Os dezessete convidados presentes (entre eles, d'Alembert, Morellet, Raynal, Grimm, e Marmontel) aprovaram a proposta, sendo aberta uma subscrição para custear a obra. Surgiram algumas objeções no sentido de que não era hábito erigir estátuas a pessoas vivas, exceto reis, e nenhuma havia sido feita de Corneille ou Racine anteriormente a suas mortes. Não obstante, choviam subscrições, até mesmo dos soberanos da Europa. Frederico enviou duzentos luíses de ouro para celebrar seu antigo amigo e adversário. Rousseau pediu permissão para contribuir. Voltaire objetou. D'Alembert persuadiu-o a consentir. Fréron, Palissot e outros *anti-philosophes* ofereceram seus tributos, mas não foram aceitos. Os *philosophes* revelaram-se menos propensos ao perdão do que seus adversários. Quanto ao próprio Voltaire, declarou a Mme. Necker não ser pessoa adequada para estatuária.

Estou com 76 anos, tendo apenas me recuperado de grave moléstia que maltratou bastante meu corpo e minha alma durante seis semanas. Consta que M. Pigalle virá aqui a fim de modelar minha aparência. Entretanto, madame, seria preciso que eu *tivesse* uma aparência, e o ponto onde esta se encontrava quase não é possível adivinhar. Meus olhos estão fundos, a pele igual ao pergaminho colado aos ossos, os quais nada retêm, e os poucos dentes que eu tinha foram-se. O que lhe digo não é por coqueteria, mas a pura verdade. Nunca se fez a escultura de um pobre homem nestas condições. M. Pigalle poderia pensar que estão troçando dele e, por meu lado, meu amor-próprio jamais me permitiria aparecer em sua presença. Se ele quisesse pôr um paradeiro a este estranho negócio, eu aconselharia a M. Pigalle para tirar modelo, com algumas alterações, da pequena estampa de porcelana de Sèvres.<sup>43</sup>

Pigalle agravou o problema ao propor fazer uma estátua nua daquele famoso espírito malicioso, mas foi dissuadido. Em junho, foi a Ferney. Durante oito dias, o filósofo, envergonhado, posou para ele intermitentemente e tão intranquilo — ditando para a secretária, fazendo caretas, jogando coisas em cima dos vários objetos na sala — que o escultor quase foi acometido de depressão nervosa.<sup>44</sup> Voltou a Paris com o modelo, nele trabalhou dois meses, regressando com o resultado em 4 de setembro. Quase toda a elite compareceu para admirar e sorrir. Encontra-se agora no vestíbulo da biblioteca do Instituto.

O único rival de Pigalle nesse período era Étienne-Maurice Falconet. Diderot relata uma interessante história da inimizade dos dois. Mais novo dois anos, Falconet, no princípio, para evitar uma competição direta, fazia desenhos em porcelana. Especialmente encantador foi o *Pygmalion* que Duru modelou segundo o esboço de Falconet, mostrando o espanto do escultor grego quando a estátua de mármore, Galatéia, curva-se para falar com ele. Este desenho poderia simbolizar uma verdade meio esquecida, qual seja: a menos que a obra de arte nos fale, ela não é arte. Quando mostraram a Pigalle aquele pedaço de barro transformado num significado eterno, ele pronunciou o tradicional elogio de um grande artista para outro: "Desejaria tê-lo feito!" Entretanto, Falconet, ao ver *Louis XV Citoyen*, não retribuiu totalmente o elogio. "M. Pigalle", disse ele, "não gosto do senhor, e acredito que retribua meus sentimentos. Vi o *Citoyen*, de sua autoria. É possível criar semelhante obra, de vez que o senhor a tenha executado. Entretanto, não creio que a arte possa ir além. O fato não impede que permaneçamos como estamos."<sup>45</sup>

Falconet amargou quarenta anos de provas antes que o reconhecessem completamente. Afastou-se, viveu numa simplicidade diogênica, indispunha-se com facilidade, diminuía seu próprio trabalho e expressava desprezo pela fama, viva ou póstuma. Finalmente, a fama lhe sorriu, com a *Baigneuse* (1757) — uma linda banhista tomando, com os pés, a temperatura da água.<sup>46</sup> Então, Mme. de Pompadour entusiasmou-se por ele. Para ela Falconet esculpiu *Amour Menaçant* — Cupido ameaçando atirar uma seta infectada de amor. Por algum tempo, Falconet tornou-se o Boucher e o Fragonard da escultura, produzindo encantadores deleites como *Vênus e Cupido*, *Vênus Despidendo-se Diante de Páris*. Era excelente nos desenhos de candelabros, pequenas fontes e estatuetas. Esculpiu em mármore o Relógio das Três Graças, atualmente no Louvre, lisonjeando a Pompadour ao representá-la como a *Música*.<sup>47</sup> Em 1766, aceitou o convite de Catarina II para ir à Rússia. Em São Petersburgo, esculpiu sua obra-prima: Pedro, o Grande, montando ostentoso cavalo. Compartilhou com Diderot os favores da imperatriz, trabalhando para ela doze anos. Desentendeu-se com ela e seus ministros, partindo subitamente para Paris. Em 1783, sofreu um ataque de paralisia. Durante os oito anos que lhe restaram de vida passou-os nos seus aposentos, coerente com o seu sombrio ponto de vista sobre a existência.

Jean-Jacques Caffieri era mais alegre, tendo sido educado em meio ao sucesso por seu pai, Jacques, um dos principais artistas em bronze da época anterior. Muito cedo, entrou para a Academia de Belas-Artes com sua figura de velho, revestido apenas de suíças, intitulado *Le Fleuve (O Rio)*. A Comédie-Française contratou-o para adornar suas salas com bustos dos dramaturgos franceses. A todos encantou com suas representações idealistas de Corneille, Molière e Voltaire. Sua obra-prima é o busto do teatrólogo Jean de Rotrou, o qual foi feito com base em uma gravura preservada pela família. É d'Artagnan, de meia-idade — cabelos ao vento, olhos brilhantes, nariz belicoso, bigodes eriçados. Trata-se de um dos melhores bustos na história da escultura. Invejando a Comédie, a Companhia da Ópera persuadiu Caffieri a retratar também os seus heróis. Permanece o encantador *Retrato de uma Jovem*,<sup>48</sup> talvez uma participante do balé da Ópera, bela reconciliação entre olhos cândidos e seios exuberantes.

O escultor preferido de Mme. du Barry era Augustin Pajou. Após o usual noviciado em Roma, bem cedo obteve prosperidade com as encomendas reais e do exterior. Fez

doze retratos da nova amante. O que está no Louvre tem vestuário clássico admiravelmente esculpido. A pedido do rei, retratou Buffon, para o Jardin du Roi,<sup>49</sup> depois celebrou Descartes, Turenne, Pascal e Bossuet. Seus melhores trabalhos destacam-se nos relevos com os quais adornou a parte inferior dos camarotes da casa da ópera em Versalhes. Viveu o suficiente para trabalhar para Luís XVI, lamentar a execução desse rei, e presenciar Napoleão galgar o continente.

## 2. Arquitetura

Havia construções memoráveis na França do século XVIII? Não muitas. As igrejas já eram grandes demais para os que permaneciam devotos e os palácios principiavam a despertar inveja à multidão assolada pela fome. A volta do interesse pela arquitetura romana, suscitada pelas escavações em Herculano (1738) e Pompéia (1748-63), fomentava o renascimento dos estilos clássicos — linhas simples e nobres, fachadas de colunas e frontões e, às vezes, imensas cúpulas. Jacques-François Blondel, professor da Académie Royale d'Architecture, era inteiramente partidário da forma clássica, e seu sucessor, Julien-David Le Roy, publicou, em 1754, um tratado, *Les plus Beaux Monuments de la Grèce*, que ainda mais aguçou essa predileção. Anne-Claude de Tubières, Conde de Caylus, após várias viagens pela Itália, Grécia e Oriente Próximo, publicou (1752-67) sete volumes que marcaram época, *Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusques, grécques, romaines, et gauloises*, cuidadosamente ilustrados com alguns de seus próprios desenhos. Todo o conjunto da arte francesa, até das maneiras francesas foram intensamente influenciados por este livro, contribuindo para a rejeição das irregularidades barrocas e das frivolidades do rococó para novamente procurar as linhas mais puras do estilo clássico. Assim foi que, em 1763, Grimm declarou a seus fregueses:

Já há algum tempo, temos feito pesquisas minuciosas com relação a monumentos e formas antigas. Tem sido tão marcante a predileção nesse sentido que agora tudo deve ser feito *à la grécque*, da arquitetura à costura. As damas deste país penteiam-se *à la grécque* e os nossos dignos cavalheiros sentem-se iam desonrados se não levassem às mãos uma pequena caixa *à la grécque*.<sup>50</sup>

E Diderot, o apóstolo do romantismo burguês, subitamente rendeu-se à nova onda (1765) ao ler uma tradução de Winckelmann, *História da Arte Antiga*. "Parece-me", disse ele, "que devemos estudar o antigo para que possamos aprender a ver a natureza."<sup>51</sup> Esta frase, por si só, consistia numa revolução.

Em 1757, Jacques-Germain Soufflot principiou a construir a Igreja de Ste.-Geneviève, que Luís XV, quando doente em Metz, prometera erigir à santa padroeira de Paris, tão logo se restabelecesse. O próprio rei colocou a pedra fundamental, e a edificação desse monumento "tornou-se o grande acontecimento arquitetônico da segunda metade do século XVIII" na França.<sup>52</sup> Soufflot fez um desenho em forma de templo grego, com um pórtico de frontão esculpido, colunas coríntias e quatro alas encontrando-se numa cruz grega no centro do corô, abaixo de tripla cúpula. Esta obra

provocou discussões durante todos os estágios de sua construção. Atormentado e desanimado com as invectivas contra o seu projeto, Soufflot morreu em 1780, deixando a estrutura incompleta. As quatro colunas, por ele desenhadas para sustentar a cúpula, demonstraram ser muito fracas, e Charles-Étienne Cuvillier substituiu-as por um círculo de colunas muito mais bonito. Esta obra-prima do neoclassicismo foi desfraldada pela Revolução. Deu nome no *Panthéon* em memória da obra-prima de Marco Agripa, em Roma, como lugar onde são enterrados "todos os deuses" da nova era, até mesmo Voltaire, Rousseau e Marat. Deixou de ser igreja cristã para tornar-se um túmulo pagão. Simbolizou, por sua arquitetura e destino, o crescente triunfo do paganismo sobre a cristandade.

O estilo clássico obteve ainda outra vitória na primeira Igreja da Madeleine, iniciada em 1764. Colunatas, com as naves laterais de tetos lisos, substituíram arcos e abóbadas, uma cúpula cobrindo o coro. Napoleão mandou desmanchá-la ainda inacabada, para dar lugar a uma outra Madeleine ainda mais clássica que, atualmente, ocupa aquele local.

Essa volta ao grave estilo clássico, após a rebelde exuberância barroca da época de Luís XIV, e a caprichosa elegância do rococó, sob Luís XV, consistiu em uma parte da transição, ainda no tempo do próprio Luís XV, ao *style Louis Seize* — o estilo da arquitetura, mobiliário e ornamentação que tomaria o nome do rei guilhotinado. A arte disciplinou-se e partiu das incalculáveis curvas e supérflua decoração para a sóbria simplicidade de linhas retas e forma estrutural. Era como se o declínio da Cristandade arrebatasse o âmago da exaltação gótica, não deixando à arte outro recurso senão a reserva estoica, desprovida de deuses e agarrando-se à terra.

O maior dos construtores franceses dessa geração foi Jacques-Ange Gabriel, cujos ancestrais puseram a arquitetura em seu sangue. Contratado por Luís XV (1752) para reconstruir um velho castelo em Compiègne, ornamentou a entrada com um pórtico grego e colunas dóricas, cornija com dentelos e balaustrada desprovida de enfeites. Observou processo similar na reconstrução na ala direita do Palácio de Versalhes (1770). Ao mesmo palácio acrescentou uma bela casa de ópera (1770). As vigorosas colunas, as cornijas delicadamente trabalhadas e linda balaustrada fazem desse teatro um dos interiores mais sedutores da França. Enfastiado com a publicidade da corte assim como de seu formalismo, Luís XV apelou para Gabriel a fim de construir-lhe uma *petite maison* oculta no bosque. O arquiteto escolheu um local a pouco mais de um quilômetro do palácio e ali construiu, no estilo renascentista francês, o Petit Trianon (1762-1768). Ali a Pompadour esperou encontrar intimidade e sossego; a Du Barry um lugar para a sua turbulência. Depois, Maria Antonieta elegeu-o um retiro predileto para sua condição de real pastora naqueles dias felizes e despreocupados, quando o sol ainda brilhava em Versalhes.

### 3. Greuze

Na intimidade dos lares aristocráticos a pintura era a decoração favorita. As estátuas eram frias e sem cor, agradando mais aos olhos e à mente do que ao coração e à alma. A pintura podia refletir o fluir dos estados de espírito e dos gostos, transportando

o pensamento aos espaços livres, às árvores sombreadas, ou a cenas distantes, enquanto o corpo permanecia enclausurado. Assim é que Claude-Joseph Vernet pintou tantos navios navegando em águas francesas que Luís XV, em famoso sofisma, declarou ser desnecessário construir mais. O governo francês contratou Vernet para visitar os portos e pintar os navios ali ancorados. Ele foi, tornando a França orgulhosa de sua esquadra. Diderot, ao adquirir uma marinha e uma paisagem de Vernet, valorizou-as de tal forma que chegou a exclamar a um deus improvisado: "Eu vos abandono tudo, levai tudo, sim, tudo, exceto Vernet!"<sup>53</sup> E havia Hubert Robert, denominado "Robert des Ruines" porque fazia todas as suas paisagens com ruínas romanas, como a *Ponte du Gard em Nîmes*. Mme. Vigée-Lebrun, no entanto, afirmava que "ele era muito requisitado" nos salões de Paris, embora fosse um inveterado comilão.<sup>54</sup> Havia também François-Hubert Drouais, que, com sua arte de retratar, preservou para a nossa admiração a beleza da Marquesa de Sorau e a inocente infância do futuro Carlos X e de sua irmã, Marie-Adélaïde.<sup>55</sup> Porém, olhemos com mais atenção para Greuze e Fragonard.

Jean-Baptiste Greuze era o Rousseau e o Diderot do pincel, que coloria suas telas com sensibilidade, tornando-se o Apelles da burguesia. Sentimento é melhor do que sofisticação, e não tão superficial. Devemos perdoar Greuze de ver e pintar os aspectos agradáveis da vida, por amar os alegres folguedos das crianças, a frágil inocência das belas moças, e a modesta satisfação dos lares da classe média. Se não fossem Greuze e Chardin, poderíamos ter suposto que toda a França era decadente e corrupta, que a Du Barry era o seu modelo, e que Vênus e Marte eram os seus únicos deuses. Entretanto, os nobres é que eram decadentes, Luís XV é que era corrupto, e foram a aristocracia e a monarquia que caíram na Revolução. As massas populares — exceтуando as multidões rurais e as da cidade — conservaram as virtudes salvadoras de uma nação, as quais Greuze retratou. Diderot saudou Chardin e Greuze, não Boucher e Fragonard, como as vozes e a robustez da França.

Conhecemos as histórias usuais que se contam a respeito da mocidade do artista, a saber: o jovem queria desenhar, o pai opunha-se ao seu desejo, alegando tratar-se de disfarce para a indolência. O menino esgueira-se da cama, à noite, a fim de desenhar; o pai o surpreende e, enternecido, cede, mandando-o estudar com um artista em Lyon. Em pouco tempo, Jean-Baptiste fica insatisfeito com o que poderia aprender naquela cidade, dirigindo-se a Paris. Lá chegando, principiou a trabalhar na pobreza que constitui um teste para jovens talentos. Boas razões tinha ele para, mais tarde, desvendar o lado bom dos homens, pois, como muitos entre nós, encontrou inúmeras generosidades em meio à movimentada indiferença do mundo. Por volta de 1754, um colecionador, La Live de Jully, comprou *Père de Famille* de Greuze (Diderot usou título idêntico para sua segunda peça, em 1758), encorajando-o a perseverar. O instrutor de arte da família real, vendo um quadro de Greuze, recomendou-o na qualidade de candidato à Academia. Entretanto, todos os candidatos deviam apresentar, dentro de seis meses, um trabalho sobre qualquer episódio histórico. Tais "histórias" não estavam na linha de Greuze. Abandonou sua candidatura, aceitando o oferecimento do Abade Gougenot para financiar-lhe uma viagem a Roma (1755).

Contava então trinta anos, e há muito já devia ter sentido o magnetismo feminino. Não é a arte, em sua metade, um subproduto desta força irresistível? Experimentou-a



em Roma, até a agonia. Foi contratado para ensinar desenho a Laetitia, filha de um duque. Que poderia ele fazer senão apaixonar-se por aquela mocidade em flor? Ele era belo, com cabelos ondulados e um rosto alegre e corado. Fragonard, seu condiscípulo, chamava-o "amoroso querubim". Vejamos seu auto-retrato na velhice, e imaginemo-lo aos trinta anos. Era inevitável que Laetitia, com seu temperamento, agisse como Heloïse em relação a seu Abélard, omitindo-se a cirurgia. Ele não se aproveitou da moça. Ela propôs-lhe casamento. Ele a amava, porém compreendia que o casamento de um artista pobre com uma herdeira de duque logo tornar-se-ia uma tragédia para a moça. Na incerteza de poder controlar-se, resolveu não vê-la nunca mais. Ela ficou doente, ele visitou-a, confortando-a, mantendo-se, entretanto, fiel à sua decisão. Afirma-se que ele ficou de cama com febre e delirante.<sup>56</sup> Em 1756, voltou a Paris, intacto de arte clássica ou restabelecimento do neoclassicismo.

"Alguns dias após minha chegada a Paris", conta-nos ele, "aconteceu de eu ir passando, não sei por que fatalidade, pela Rue Saint-Jacques, quando notei Mlle. Babuti em seu balcão."<sup>57</sup> Gabrielle Babuti trabalhava em uma livraria. Diderot comprara-lhe livros e "gostara bem dela" (segundo palavras dele) alguns anos antes. Agora (1756-57), ela estava "com mais de trinta anos" (de acordo com o relato de Greuze), e temia ficar solteirona. Não achou Jean-Baptiste opulento, porém agradável. Ao cabo de algumas visitas que ele lhe fizera, ela perguntou-lhe: "M. Greuze, o senhor se casaria comigo, se eu quisesse?" Como qualquer francês digno, ele respondeu: "Senhorita, não ficaria qualquer homem felicíssimo de passar a vida com uma mulher tão encantadora quanto a senhora?" Ele não pensou mais nisso, mas ela deixou claro para toda a vizinhança que ele era seu noivo. Greuze não teve coragem de desdizê-la. Casaram-se, e durante sete anos foram razoavelmente felizes. Ela possuía uma beleza voluptuosa, servindo de boa vontade de modelo para ele, em diversas poses que nada revelavam mas sugeriam tudo. Durante os anos de casamento deu-lhe três filhos, dos quais dois sobreviveram e inspiraram-lhe a arte.

É conhecido mundialmente por seus quadros de crianças. Não vamos esperar ver nesses quadros a suprema grandeza de *Don Balthasar Carlos*,<sup>58</sup> de Velásquez, ou *Jaime II, em Criança*,<sup>59</sup> de Van Dyck, entretanto, às vezes, sentimos repulsa pelas moças de Greuze por seu sentimentalismo exagerado e lacrimajante, como no *Retrato de uma Donzela*, de Berlim. Mas por que rejeitar os cachos e as faces rosadas e os tristes olhos confiantes de *Inocência*,<sup>60</sup> ou a simplicidade sem artifícios da *Jovem Camponesa*?<sup>61</sup> Não existe nenhuma pose no *Menino com o Livro de Estudo*,<sup>62</sup> pois, aparentemente, trata-se de qualquer menino enfastiado com uma tarefa que lhe parece sem importância para a vida. Das 133 telas de Greuze, 36 são de meninas. Johann Georg Wille, gravador alemão morando em Paris, comprou tantas quanto pôde dessas idealizações da infância, "considerando-as mais preciosas do que as melhores pinturas da época".<sup>63</sup> Greuze pagou o elogio retratando o pouco atraente saxão como um exemplar de virilidade. Na arte de Greuze, à medida que essas meninas crescem, elas se tornam mais artificiais. *La Laitière (Empregada de Leiteira)*<sup>64</sup> está vestida como para um baile, e a menina de *La Cruche Cassée (O Jarro Quebrado)*<sup>65</sup> não tem desculpa (exceto a beleza) de exibir o bico do peito na sua volta da fonte. Entretanto, no retrato de Sophie Arnould<sup>66</sup> o chapéu de plumas, petulância, e lábios carmesins estão bem dentro do estilo.

Greuze era um Chardin menor, com toque de Boucher. Era admirador da virtude e da vida da classe média. Entretanto, vez por outra, vestia-se com um atrativo sensual que Chardin teria desprezado. Quando Greuze esquecia-se de pintar a carne rosada das suas mulheres, ele podia realizar idílios de domesticidade burguesa, como em *L'Accordée de Village* (*A Noiva da Aldeia*).<sup>67</sup> Exibido na última semana do Salão de 1761, ganhou as mais elevadas honrarias, tornando-se o assunto de Paris. Diderot elogiou-o por sua *émotion douce* e o Théâtre des Italiens prestou-lhe tributo sem precedentes ao apresentá-lo no palco em um "quadro vivo". Os críticos encontraram defeitos na obra, julgando suas cores discordantes, mau efeito de luz, desenho imperfeito e mal executado. Os aristocratas riram dos sentimentos ali demonstrados, porém o público de Paris, que se cansara de adultério até a exaustão, e naquele mesmo ano chorava com a leitura de *Julie*, de Rousseau, estava em condições de respeitar as admoestações morais que eram quase audíveis ao serem pronunciadas pelo pai da noiva à futura esposa. Qualquer matrona de classe média compreendia os sentimentos de uma mãe que entrega a filha às provas e incertezas do casamento, e qualquer camponês sentir-se-ia em seu próprio lar na pequena casa onde as galinhas com seus pintinhos ciscavam o milho no chão, ou calmamente bebiam no pote aos pés do pai. O Marquês de Marigny imediatamente comprou o quadro e, mais tarde, o rei pagou 16.650 *livres* por ele, a fim de impedir que saísse do país. Encontra-se agora em uma das menos freqüentadas salas do Louvre, danificado pela deterioração de suas tintas muito finas, relegado a segundo plano pela reação do realismo e cinismo contra sentimentos otimistas.

Quase todos os artistas de Paris achavam que Greuze havia rebaixado a arte, fazendo-a o arauto do romance ao invés de revelar a verdade e a moral com agudeza e imparcialidade. Diderot defendeu-o como "o primeiro de nossos artistas que introduziu sentimentos morais na arte, dispondo seus quadros para contar uma história".<sup>68</sup> Ao expressar-se sobre as tragédias sentimentais apresentadas por Greuze, dizia "*Délicieux! Délicieux!*", exprimindo-se da mesma forma perante *A Menina Chorando seu Pássaro Morto*. Ele próprio advogava assuntos relativos à classe média e seus sentimentos no drama. Viu em Greuze um aliado precioso e elogiava-o até mesmo acima de Chardin. Levando Diderot muito a sério, Greuze estereotipou-se na qualidade de apóstolo da virtude e do sentimento. Enviou aos jornais de Paris longas exposições das lições de moral nos quadros que pintava. No final, gastou sua aceitação pelo público, mesmo numa época em que o sentimento prevalecia.

Nos doze anos subseqüentes à aceitação de sua candidatura à Academia, deixara de submeter-lhe o quadro histórico necessário para a completa admissão. Na opinião da Academia, a pintura do gênero, descrevendo a vida doméstica ou a vida diária, requeria talento menos amadurecido do que a representação imaginativa e competente apresentação de qualquer episódio histórico. Donde se conclui que a Academia só aceitava pintores de gênero como *agrées* (literalmente, agradar) e não elegíveis para honras acadêmicas ou didáticas. Em 1767, a Academia anunciou que as pinturas de Greuze não mais seriam exibidas no Salão bienal, a menos que ele lhe apresentasse um quadro histórico.

Em 29 de julho de 1769, Greuze enviou uma pintura de Sétimo Severo exprobando seu filho, Caracala, por ter tentado assassiná-lo.<sup>69</sup> O quadro foi submetido à Aca-

demia. Decorrida uma hora, o diretor informou que ele havia sido aceito, porém acrescentou: "M. Greuze, o senhor foi aceito na Academia, porém como um pintor de gênero. A Academia levou em consideração a excelência de suas produções anteriores. Abriu-nos os olhos para o presente trabalho, o qual não é digno nem do senhor nem da Academia."<sup>70</sup> Chocado, Greuze defendeu sua obra, mas um dos membros demonstrou as irregularidades do desenho. Greuze fez um apelo ao público, em carta ao *Avant-Courier* (25 de setembro de 1769). Suas explanações não impressionaram os críticos e até Diderot admitiu a justiça do parecer da Academia.

Diderot argumentou que as irregularidades do desenho deviam-se ao precário estado de espírito do artista em virtude do colapso de seu casamento. Acusou Gabrielle Babuti de ter-se transformado numa arrogante megera, exaurindo as receitas do marido com suas extravagâncias, debilitando-o com seus problemas e destruindo seu orgulho com repetidas infidelidades.<sup>71</sup> O próprio Greuze submeteu ao comissário de polícia (11 de dezembro de 1785) um depoimento acusando sua mulher de constantemente receber os amantes em sua casa e contra seus protestos. Em carta, acusou-a de roubar-lhe vultosas somas, tentando "golpear-me a cabeça com um pote".<sup>72</sup> Conseguiu separar-se legalmente, levando consigo as duas filhas, deixando à esposa metade de sua fortuna, numa anuidade de 1.350 *livres*.

Seu caráter modificou-se após esses reveses. Ressentia-se com qualquer crítica, perdendo toda a modéstia na exaltação de suas pinturas. Entretanto, o público concordava com aquela presunção. As pessoas acorriam para o seu estúdio, tornando-o abastado com a compra de seus quadros e das reproduções que se faziam deles. Greuze investiu as somas obtidas por essas vendas em títulos do governo — *assignats*. A Revolução tornou-os sem valor e Greuze viu-se pobre, enquanto a concentração da França em violência de classes, o arrebatamento político e a reação neoclássica destruíram o mercado de suas pinturas de felicidade doméstica e paz. O novo governo salvou-o (1792) moderadamente, com uma pensão de 1.537 *livres*, mas seu orçamento logo ultrapassou esta soma e ele reivindicou um aumento. Uma mulher da rua, chamada Antígona, foi viver com ele e tratar de sua saúde precária. Quando ele morreu (1805), quase todo o mundo já o havia esquecido. Apenas dois artistas assistiram ao transporte de seu corpo até o túmulo.

#### 4. Fragonard

Jean-Honoré Fragonard sobreviveu melhor do que Greuze às provações do sucesso, pois ultrapassou-o tanto em sensualismo como na técnica. A elegância de sua arte é a última exaltação da mulher francesa do século XVIII.

Nascido em Grasse, na Provença (1732), Fragonard transportou os perfumes e as flores de sua terra natal para a sua arte, juntamente com o amor romântico dos trovadores, ao qual ele acrescentou a alegria parisiense e a dúvida filosófica. Vindo para Paris aos quinze anos, pediu a Boucher que o acolhesse como aluno. Este respondeu-lhe o mais delicadamente possível que só recebia alunos adiantados. Fragonard foi trabalhar com Chardin. Nas suas horas de folga, copiava as obras-primas onde as encontrasse. Mostrou algumas dessas cópias a Boucher, o qual, bastante impressionado,

resolveu aceitá-lo como aluno, interessando sua jovem imaginação na confecção de desenhos para tapeçarias. O rapaz fez tantos progressos que Boucher animou-o a concorrer ao Prêmio de Roma. Fragonard apresentou uma pintura histórica — *O Sacrifício de Jeroboão aos Ídolos*.<sup>73</sup> Tratava-se de extraordinária produção para um rapaz de vinte anos — magníficas colunas romanas, roupagens ondulantes, velhas cabeças de turbante, de barbas ou calvas. Bem cedo Fragonard compreendeu que há mais caráter num rosto velho do que num que não tenha ainda sido marcado pela sensação e pela reação. A Academia concedeu-lhe o prêmio. Ele estudou três anos no estúdio de Carle Vanloo, e, depois (1765) partiu, em êxtase, para Roma.

A princípio, ficou desanimado com as obras-primas que lá abundavam.

A energia de Miguelângelo aterrorizou-me — experimentei uma emoção que não poderei expressar; e ao deparar com as belezas de Rafael comovi-me às lágrimas, deixando cair o pincel das mãos. Finalmente, permaneci em estado de indolência, faltando-me forças para superar. Concentrei-me, então, no estudo daqueles pintores com todas as energias de que era capaz para que pudesse, algum dia, rivalizar com eles. Foi assim que Baroccio, Pietro da Cortona, Solimena e Tiepolo atraíram e prenderam minha atenção.<sup>74</sup>

Ao invés de copiar os velhos mestres, fez planos e esboços de palácios, abóbadas, igrejas, paisagens, vinhedos, qualquer coisa, porque, então, ele já havia adquirido aquela técnica do lápis que iria torná-lo um dos mais fluentes e acabados desenhistas de uma época rica nessa arte básica. Esta foi a época de mestres gravadores tais como Charles-Nicolas Cochin, Gabriel de Saint-Aubin, Jean-Jacques Boissieu e Charles Eisen, que era o renomado ilustrador de livros do século XVIII. Poucos desenhos conseguem captar melhor a vida da natureza do que as árvores verdes da Villa d'Este, tal como foram vistas por Fragonard no Tivoli.<sup>75</sup>

Em seu retorno a Paris ele dedicou-se a satisfazer a Academia com um "histórico", como o indispensável *morceau de réception*. Da mesma forma que Greuze, descobriu temas históricos incompatíveis; retratar Paris com suas mulheres fascinantes o atraía mais poderosamente do que retratar o passado; a influência de Boucher permanecia tépida em seu espírito. Após muitas delongas, ele submete *Le Grand Prête Corésus Se Sacrifie pour Sauver Callirhoë*; não vamos parar para indagar quem eram esse padre e essa donzela; a Academia acha-os tão vívidos e tão bem desenhados que aceita Fragonard como membro. Diderot chegou ao delírio: "Não creio que qualquer outro artista na Europa pudesse conceber este quadro."<sup>76</sup> Luís XV comprou-o como um desenho para tapeçaria. Mas Fragonard tinha acabado com temas históricos; de fato, em 1767, recusou exibir-se no Salon; ele trabalhava quase que inteiramente em encomendas particulares, onde pudesse entregar-se ao seu próprio gosto, livre de restrições acadêmicas. Muito antes dos românticos franceses ele rebelou-se contra o "molho pardo" da Renascença, dirigindo-se rapidamente a mares menos navegados.

Nem tão menos navegados. Watteau já abrira o caminho com suas mulheres radiosamente vestidas que partiam despreocupadamente para a ilha de Vênus. Boucher seguiu com sensações vivas. Greuze juntara sensualismo e inocência. Fragonard combinou tudo isso. Vestidos diáfanos balouçantes com a brisa, prostitutas afetadas oferecendo encantos fáceis, senhoras majestosas hipnotizando os homens com o farfalhar

dos vestidos ou transparências da blusa, ou qualquer graça compassada e sorriso enternecido. E crianças rechonchudas e rosadas, os cabelos desgrenhados, que ainda não haviam descoberto a morte. Nas suas miniaturas e desenhos Fragonard ilustrava quase todos os aspectos da vida infantil: crianças acariciando as mães, meninas mimando suas bonecas, meninos montados em seus jumentos, ou brincando com o cachorro...

A ardência gaulesa de Fragonard despertava os anseios dos cortesãos idosos, assim como das suas entediadas amantes, por pinturas que celebravam e incitavam a carne. Procurava na mitologia pagã deusas cujos corpos rosados eram imunes ao tempo. Então, era Vênus e não a Virgem quem ascendia triunfante aos céus. Valia-se do ritual da religião para as cerimônias do amor. *O Beijo*<sup>77</sup> é uma prece, *O Voto do Amor*, uma jura secreta, *O Sacrifício da Rosa*, a última oferenda. Entre quatro pinturas feitas por Fragonard para o castelo de Mme. du Barry, em Louveciennes, uma possuía um título que poderia abarcar quase toda a obra do artista: *L'Amour qui embrase l'Univers* (*O Amor que Incendeia o Mundo*). Ele manuseou o *Gerusalemme liberata* a fim de encontrar a cena em que as ninfas se exibiam diante do castelo Rinaldo. Tornou-se o Boucher da cama, revelando mulheres seminuas, ou em toda a sua nudez, como em *La Dormeuse* (*A Bela Adormecida*), *La Chemise Enlevée* (*A Camisa Retirada*), ou *La Bacchante Endormie* (*A Bacante no Sono*).<sup>78</sup> Depois, percebendo que a nudez pode desencantar, voltou-se da revelação para a sugestão, ao pintar o seu mais famoso quadro, *Les Hasards de l'Escarpolette* (*Os Riscos do Balanço*);<sup>79</sup> o apaixonado olha encantado os mistérios da *lingerie* vislumbrada quando sua amada balança-se cada vez mais alto, sacudindo um pé no ar despreocupadamente. Finalmente, Fragonard podia ser Greuze e até mesmo Chardin. Ele pintava mulheres modestas, como em *L'Étude*, *La Lecture*,<sup>80</sup> e *Les Baisers Maternels*. E, em *Mademoiselle Colombe*, descobriu que as mulheres possuem alma.

Em 1769, com 37 anos, cedeu ao casamento. Quando Mlle. Gérard partiu de Grasse a fim de estudar arte em Paris, teve apenas que dar o nome de sua terra natal para conseguir entrar para o estúdio de Fragonard. Não era formosa, porém era uma mulher em pleno viço, e "Frago" (como ele chamava a si próprio) chegou à conclusão, como Mme. Bovary, de que não podia haver mais tédio na monogamia do que no adultério. Sentiu um prazer novo em trabalhar junto com ela em quadros como *Os Primeiros Passos da Criança*, juntando sua assinatura à dela. Quando ela teve o primeiro filho, perguntou a Fragonard se poderia trazer de Grasse sua irmã, de quatorze anos, a fim de auxiliá-la a tomar conta da criança e da casa. Ele aquiesceu e durante alguns anos a família viveu numa paz precária.

Fragonard, então, rivalizava com Greuze em sua representação da vida familiar, e Boucher em interpretar a paz das cenas rurais. Pintou algumas telas religiosas e fez o retrato dos amigos. Era mais constante como amigo do que como amante. Permanecia amigo de Greuze, Robert e David, apesar do sucesso desses pintores. No evento da Revolução, dedicou um quadro, de natureza patriótica, *La Bonne Mère*, à nação. Suas economias eram constantemente anuladas pela inflação e insolvência do governo, porém David, artista favorito da nova era, obtinha sua indicação para pequenas obras. Foi por volta desse tempo que ele pintou o extraordinário auto-retrato, atualmente no Louvre: cabeça forte e maciça, cabelos brancos cortados rente, olhos ainda calmos e confiantes. O Terror apavorava-o, enojando-o. Fugiu para sua terra natal,

Grasse, onde abrigou-se em casa de seu amigo Maubert. Decorou-lhe as paredes com painéis denominados *Roman d'Amour et de la Jeunesse* (*Uma História de Amor e de Mocidade*). Reservou-os a Mme. du Barry, porém esta, então sem influência, recusou-os. Encontram-se agora entre os tesouros da Frick Gallery, em Nova York.

Em certo dia de verão, ao voltar calorento e suado de umas voltas pela cidade de Paris, parou num café e tomou um sorvete. Imediatamente foi vítima de congestão cerebral, morrendo com uma rapidez abençoada (22 de agosto de 1806). Grasse erigiu-lhe belo monumento, com a figura de um garoto nu a seus pés e, atrás dele, uma jovem mulher dançando alegremente com as saias esvoaçantes.

O artista paga seu tributo quando simboliza uma época. Assim como suas paixões, vai-se a fama, recuperando-a somente quando o patético da distância o enobrece, ou alterações nos gostos trazem ao presente predileções passadas. Fragonard prosperou porque sua arte, *desnuda* ou *vestida*, agradava o seu tempo, suavizando e adornando a decadência. Entretanto, o severo código da Revolução, lutando para viver, contra toda a Europa, necessitava de outros deuses que não Vênus para inspirá-la, encontrando-os nos heróis estoicos da Roma republicana. O reinado das mulheres terminara, o domínio do guerreiro voltara. Os modelos greco-romanos, novamente endeusados por Winckelmann, serviam a uma nova geração de artistas, e o estilo neoclássico varreu o barroco e o rococó numa maré alta de formas antigas.

## VI. OS GRANDES SALÕES

### 1. Mme. Geoffrin

O reinado das mulheres terminara, porém só após o apogeu dos salões. Esta instituição única atingiu seu clímax com Mme. Geoffrin, continuando numa febre romântica com Mme. de Lespinasse. Depois da Revolução renasceria, com Mme. de Staël e Mme. Récamier, porém nunca mais com a vivacidade e a plenitude dos tempos em que as celebridades da política encontravam-se aos sábados em casa de Mme. du Deffand, os artistas aos domingos, e os filósofos e poetas às quartas, em casa de Mme. Geoffrin. Nos salões de Mme. Helvétius reuniam-se filósofos e cientistas às terças-feiras, e aos sábados e quintas em casa do Barão d'Holbach. Em casa de Mme. Necker encontravam-se os leões da política e da literatura às terças, e qualquer um deles poderia reunir-se em qualquer noite nos salões de Julie de Lespinasse. Além destes, havia muitos salões menores, de Mme. de Luxembourg, Mme. de La Vallière, de Forcalquier, de Talmont, de Broglie, de Bussy, de Crussol, de Choiseul, de Cambis, de Mirepoix, de Beauvau, d'Anville, d'Aiguillon, d'Houdetot, de Marchais, Dupin, e d'Épinay.

Não era a beleza que distinguia essas Junos dos salões. Quase todas eram de meia-idade ou mais velhas. Era o conjunto de inteligência, tato, graça, influência, discrição em matéria de dinheiro que possibilitava à anfitriã reunir mulheres charmosas e homens inteligentes capazes de se encontrarem e conversarem com lampejos de espírito ou de sabedoria sem se inflamarem com paixões ou preconceitos. Em tais salões não havia lugar para namoros, ou para temas eróticos e *double-entendres*.<sup>81</sup> Cada homem devia ter uma amante, cada mulher um amante, porém discreta e veladamente em

meio às civilizadas trocas de cortesias, assim como de idéias. Havia também amizades platônicas, como as de Horace Walpole e Mme. du Deffand, ou de Lespinasse e d'Alembert. Ao aproximar-se a Revolução, os salões tenderam a perder sua elevação desapaixonada, tornando-se centros de revolta.

O salão de Mme. Geoffrin ganhou a mais alta reputação por ser ela a mais experimentada das domadoras de feras entre as *salonnières*. Permitia maior liberdade nos debates e sabia como — sem mostrar-se tirânica — evitar que a liberdade ultrapassasse os limites da boa educação ou do bom gosto. Era uma das poucas mulheres que se alçou da classe média para manter um dos mais distintos salões. Seu pai, *valet de chambre* da Delfina Marie-Anne, casara-se com a filha de um banqueiro. A primogênita do casal, nascida em 1699, era Marie-Thérèse, que se tornou Mme. Geoffrin. A mãe, mulher culta, com algum talento para a pintura, fez grandes planos para a filha, porém morreu em 1700, ao dar à luz um filho. As duas crianças foram enviadas para morar com a avó, na Rue St.-Honoré. Meio século mais tarde, em resposta ao pedido de Catarina II para que fizesse uma breve autobiografia, Mme. Geoffrin expôs sua falta de erudição:

Minha avó(...) tinha muito pouca instrução, porém possuía espírito tão observador, tão inteligente, tão vivo que(...) este lhe servia mais do que a instrução. Expressava-se de maneira tão agradável de coisas sobre as quais nada sabia, que ninguém desejava que ela as soubesse melhor.(...) Estava tão satisfeita com sua sorte que achava a educação supérflua para uma mulher. "Sempre me saí tão bem", dizia ela, "que desta nunca senti falta. Se minha neta for uma leviana, a cultura a tornaria convencida e intolerável. Se ela for inteligente e sensível, ela fará como eu. Compensará sua deficiência pelo tato e percepção." Assim sendo, na minha infância, ela ensinou-me simplesmente a ler, porém fazia-me ler muito. Ensinou-me a pensar, a raciocinar. Ensinou-me a conhecer os homens, a dizer o que deles eu pensava, explicando-me como é que ela própria os julgava.(...) Não suportava as mesuras ensinadas pelos mestres de dança. Apenas desejava que eu tivesse a graça que a natureza concede a uma pessoa bem-formada.<sup>82</sup>

A religião, dizia vovó, era mais importante do que educação, de modo que os dois órfãos eram levados à missa todas as manhãs.

A avó assistiu também ao casamento de Marie. Um rico negociante, François Geoffrin, de 48 anos, pediu em casamento a menina de treze anos. A vovó aprovou o casamento, e Marie era por demais bem-educada para objetar. Insistiu, entretanto, em levar consigo o irmão a fim de encontrarem-se com M. Geoffrin em sua confortável morada, também na Rue St.-Honoré, na qual permaneceria até o fim de seus dias. Em 1715, deu à luz uma menina e, em 1717, um menino — que morreu quando tinha dez anos.

Na mesma elegante rua, Mme. de Tencin abriu seu famoso salão. Convidou Mme. Geoffrin para freqüentá-lo. Mme. Geoffrin recusou. O passado de Mme. de Tencin fora ruidoso, e seus convidados favoritos eram perigosos livres-pensadores, tais como Fontenelle, Montesquieu, Marivaux, Prévost, Helvétius e Marmontel. Não obstante, Mme. Geoffrin acabou indo. Fascinou-se por aqueles espíritos livres. Em comparação, como eram enfadonhos os homens de negócios que iam visitar seu marido idoso! Este contava então 65 anos, e ela era a *femme de trente ans* de Balzac. Ela também

começou a receber. O marido fez oposição, ela não o atendeu. Finalmente, ele consentiu em presidir aos jantares que ela dava, usualmente em perfeito silêncio e educação. Quando ele morreu (1749), na idade de 84 anos, sua ausência quase não foi notada naqueles jantares. Um dos convidados, retornando de viagem, perguntou que fim havia levado o velho senhor que se sentava pacatamente à cabeceira da mesa. Mme. Geoffrin suavemente respondeu: "Era meu marido. Ele morreu."<sup>83</sup>

No decurso do ano de 1749, Mme. de Tencin também terminou sua passagem por este mundo, para consternação dos seus convidados habituais. É lícito notar a observação do velho Fontenelle, que contava 92 anos: "Uma mulher tão boa! [Foi uma verdadeira síntese de pecados.] Que aborrecimento! E agora, onde irei jantar nas terças-feiras?" Mas logo se alegrou: "Bem, nas terças-feiras jantarei em casa de Mme. Geoffrin."<sup>84</sup> Esta regozijou-se em recebê-lo, por ele ter sido um *philosophe* antes de Montesquieu e Voltaire, de ter recordações que alcançavam Mazarino, e de suportar gracejos sem se ofender, por ser surdo. Seguindo o exemplo de Fontenelle, a maior parte das celebridades que haviam brilhado à mesa da Tencin não tardou a se reunir às quartas-feiras, durante as refeições do meio-dia, na casa de Geoffrin. Ali se reuniram Montesquieu, Diderot, d'Holbach, Grimm, Morellet, Raynal, Saint-Lambert e o inteligente napolitano Abade Ferdinando Galiani, secretário do embaixador napolitano em Paris.

Após a morte do marido, e apesar dos protestos escandalizados da filha, Mme. Geoffrin permitiu a Diderot, d'Alembert e Marmontel dominarem o tom e conteúdo da conversação dos seus jantares das quartas-feiras. Era ela patriota e cristã, porém admirava a coragem e vivacidade dos *philosophes*. Quando da organização da *Encyclopédie*, ela contribuiu com mais de 500 mil *livres* para custear as despesas. Sua casa ficou conhecida como o "*salon da Encyclopédie*", e quando Palissot satirizou os rebeldes em sua comédia *Les Philosophes* (1760), caçoou dela como Cydalize, a fada madrinha da *coterie*. A partir de então, ela pediu a seus leões que rugissem mais delicadamente, interrompendo a eloquência desenfreada com o elogio que desarmava: "Ah, eis aí um bom dito!"<sup>85</sup> Finalmente, retirou seu convite permanente a Diderot, porém enviou-lhe uma mobília completa e um vistoso e confortável roupão.

Descobriu que os artistas, filósofos e homens de negócios não se coadunavam. Os filósofos gostavam de falar, os estadistas pediam discrição e boas maneiras, os artistas constituíam tribo tempestuosa, só compreendida pelos próprios artistas. De maneira que a Geoffrin, que era colecionadora de arte e tinha algum verniz sobre estética que lhe dera o Conde de Caylus, convidou os principais artistas e críticos de Paris para jantares especiais às segundas-feiras. Foram Boucher, La Tour, Vernet, Chardin, Vanloo, Cochin, Drouais, Robert, Oudry, Nattier, Soufflot, Caylus, Bouchardon, Greuze. Marmontel foi o único *philosophe* admitido, porque morava na casa de Mme. Geoffrin. A amável anfitriã, não apenas entretinha esses convidados como lhes comprava os trabalhos, posava para os retratos que dela faziam, e pagava-lhes bem. Chardin foi quem a retratou melhor, como uma corpulenta e simpática pessoa com uma touca de renda.<sup>86</sup> Após a morte de Vanloo, ela comprou dois quadros seus por duas mil *livres*. Vendeu-os a um príncipe russo por cinquenta mil *livres*, enviando o lucro à viúva.<sup>87</sup>

Para completar sua hospitalidade, Mme. Geoffrin dava *petits soupers* para suas ami-



gas. Entretanto, nenhuma mulher era convidada para os jantares das segundas-feiras, e Mlle. de Lespinasse (talvez por ser o *alter ego* de d'Alembert) era uma das poucas mulheres a comparecer aos saraus das quartas-feiras. Madame era um tanto possessiva e, além do mais, achava que presenças femininas distraíam seus leões da filosofia e da arte. A política segregacionista parecia justificar-se pela alta reputação de suas reuniões, em virtude dos assuntos interessantes e significativos das discussões ali travadas. Alguém poder dizer, ao voltar para casa, que havia estado em casa de Mme. Geoffrin era distinção só superada em ser recebido pelo rei. Hume, Walpole e Franklin contavam-se entre seus gratos convidados. Embaixadores em Versalhes — até mesmo o altaneiro Conde von Kaunitz — faziam questão de apresentar-se na famosa morada da Rue St.-Honoré. Em 1758, o Príncipe Cantemir, embaixador da Rússia, levou consigo a Princesa de Anhalt-Zerbst, que falou dos predicados de sua filha. Quatro anos mais tarde, esta filha tornou-se Catarina II e, por muitos anos depois, a Imperatriz de Todas as Rússias manteve correspondência charmosa com a burguesa *salonnière*. O belo e brilhante sueco freqüentador de alguns jantares de madame voltou a sua pátria para ser Gustavo III.

E um outro jovem, ainda mais formoso, Estanislau Poniatowski, era assíduo freqüentador, quase um venerador de Mme. Geoffrin (que às vezes, pagava-lhe as dívidas);<sup>88</sup> passou logo a chamá-la *Maman* e quando tornou-se rei da Polónia (1764) convidou-a a visitar Varsóvia, na qualidade de sua hóspede. Embora contando na ocasião 64 anos, ela aceitou. No caminho teve uma estada triunfante em Viena. "Sou mais conhecida aqui", escreveu, "do que a dois metros de minha casa."<sup>89</sup> Por alguns instantes, no palácio real de Varsóvia (1766), entreteve-se em ser maternal e conselheira do rei. As cartas que enviou a Paris passavam de mão em mão, como as de Voltaire, de Ferney. "Aqueles que não haviam lido as cartas de Mme. Geoffrin", escreveu Grimm, "não estavam aptos para andar na boa sociedade."<sup>90</sup> Ao voltar a Paris e retomando seus jantares, muitas celebridades rejubilaram-se. Piron e Delille escreveram poemas celebrando seu regresso.

A viagem fora árdua. Em carruagem, numa extensão de quase a metade da Europa, ida e volta. Mme. Geoffrin nunca mais foi tão viva e alegre como anteriormente. Aquela que certa vez expressara sua descrença na vida depois da morte,<sup>91</sup> reduzindo a religião apenas à caridade, renovara a observância ao culto católico. Assim descreveu Marmontel a sua peculiar religião:

Para estar em graça com o céu sem perder o prestígio junto à sociedade, principiou a dedicar-se a uma espécie de devoção clandestina. Ia à missa tão secretamente quanto as outras vão para um encontro amoroso. Tinha apartamento em um convento(...) e um banco reservado na igreja dos Capuchinhos, com o mesmo mistério que as mulheres *galantes* da época mantinham suas *petites maisons* para seus amores.<sup>92</sup>

Em 1776, a Igreja Católica anunciou um jubileu no qual todos os que visitassem determinadas igrejas em tempos estipulados receberiam dispensas e indulgências. Em 11 de março, Mme. Geoffrin assistiu a longa missa na Catedral de Notre Dame. Logo ao chegar em casa, teve um ataque apoplético. Os *philosophes* aborreceram-se que sua moléstia tenha surgido após um ato de devoção. O mordaz Abade Morellet obser-

vou: "Ela confirmou, por seu próprio exemplo, a máxima que freqüentemente repetia: 'Morre-se apenas por um ato de estupidez.'"» A filha, Marquesa de La Ferté-Imbault, tomou conta da mãe enferma, mandando os *philosophes* se retirarem. Nunca mais ela viu d'Alembert ou Morellet. Entretanto, conseguiu aumentar a pensão que lhes seria dada após sua morte. Ainda durou mais um ano, parálitica e dependente, distribuindo caridade até o fim.

## 2. Mme. du Deffand

Só havia um salão na Europa que rivalizava com o de Mme. Geoffrin, em fama e devotos. Já estudamos em outra parte a carreira e o caráter de Marie de Vichy-Chamrond. Como, na juventude, scandalizou freiras e padres com o seu livre pensar. Como casou-se com o Marquês du Deffand, abandonou-o, consolando-se da solidão com um salão (1739), a princípio na Rue de Beaume, depois (1747) no Convento de São José, na Rue St.-Dominique. Sua nova morada atemorizou os *philosophes*, afastando-os, com exceção de um que anteriormente gozara de seu vinho e inteligência. D'Alembert permaneceu por ser o menos combativo da tribo. Quanto aos restantes, seus *habitués* eram homens e mulheres da aristocracia, que desejavam desprezar La Geoffrin por ser ela da burguesia. Quando a marquesa ficou cega, com a idade de 57 anos (1754), os amigos ainda vinham a seus jantares, mas durante o resto da semana sentia a solidão e crescente dependência, até que convenceu a sobrinha a morar com ela, servindo-a na qualidade de assistente-residente nos seus saraus.

Julie de Lespinasse era filha ilegítima da Condessa d'Albon e Gaspar de Vichy, irmão de Mme. du Deffand. A condessa reconheceu-a, criou-a com seus outros filhos, deu-lhe educação excepcionalmente boa e procurou legitimá-la, porém uma de suas filhas foi contra e o fato jamais se realizou. Em 1739, esta meia-irmã casou-se com Gaspard de Vichy, indo com ele morar no Château de Chamrond, na Borgonha. Em 1748, a condessa morreu, deixando uma anuidade de trezentas *livres* para Julie, então com dezesseis anos. Mme. de Vichy levou Julie para Chamrond, tratando-a, entretanto, como uma órfã ilegítima que trabalhava como governanta das crianças. Quando Mme. du Deffand visitou Chamrond impressionou-se com o excelente espírito e a educação de Mlle. de Lespinasse. Conquistou a confiança da moça e ficou sabendo que ela era tão infeliz na atual posição que estava decidida a entrar para um convento. A marquesa propôs a Julie que fosse morar com ela em Paris. A família objetou, receando que a Du Deffand conseguisse a legitimidade de Julie, habilitando-a assim a uma parte da propriedade de Albon. A marquesa prometeu que não iria ofender seus parentes. Entrementes, Julie entrou para o convento (outubro de 1752), não como noviça, mas na qualidade de interna. A marquesa renovou sua proposta. Após um ano de hesitações, Julie concordou. Em 13 de fevereiro de 1754, a marquesa enviou-lhe uma estranha carta, que deve ser lembrada para o julgamento dos fatos subsequentes.

Vou apresentá-la como uma jovem de minha província que tencionava entrar num convento, dizendo que lhe ofereci minha casa até você encontrar uma que lhe ser-

visse. Você será tratada com polidez, e até mesmo com atenções, podendo ficar certa que seu amor-próprio jamais será ferido.

Contudo(...) há um outro ponto que devo lhe explicar. O menor artifício, até a mais insignificante astúcia, com os quais você possa basear sua conduta, ser-me-ão intoleráveis. Sou naturalmente desconfiada e todos aqueles nos quais percebo qualquer dissimulação tornam-se suspeitos para mim até que eu perca toda a confiança neles. Tenho dois amigos íntimos: Formont e d'Alembert. Amo-os apaixonadamente, menos por seus encantos e amizade do que pela absoluta lealdade. Portanto, você precisa, minha bela, resolver viver comigo com absoluta verdade e sinceridade.(...) Você talvez pense que estou dando conselhos. Asseguro-lhe, todavia, que jamais o faço, exceto em relação à sinceridade. Neste particular sou impiedosa.<sup>94</sup>

Em abril de 1754, Julie foi morar com Mme. du Deffand, a princípio instalada em cima de um depósito de carro, depois em um quarto sobre o apartamento no Convento de São José. Talvez, por sugestão de madame, o Duque d'Orleans tenha-lhe concedido uma pensão de 691 *livres*.<sup>95</sup> Ela auxiliava sua anfitriã cega a receber e conduzir seus convidados ao salão das recepções. Sua atuação era abrilhantada por maneiras simples e agradáveis, inteligência viva, uma mocidade fresca e modesta. Não era uma beleza, porém seus olhos pretos e brilhantes, e abundantes cabelos castanhos, constituíam um conjunto de chamar a atenção. Boa parte dos homens que lá iam ficavam um tanto apaixonados por ela. Até mesmo o velho e fiel *chevalier* de madame, Charles-Jean-François Hénault, presidente da Cour des Enquêtes, que tinha setenta anos e estava sempre doente, sempre corado com a quantidade de vinho que bebia. Julie recebia os elogios, dando-lhes o devido desconto, mas mesmo assim a marquesa, duplamente sensível com a cegueira, devia sentir que alguma adoração escapara de seu trono. Talvez entrasse um outro elemento. A velha senhora principiara a amar a jovem com afeição que não queria partilhar. Ambas eram expoentes de paixão, apesar da marquesa possuir um dos espíritos mais penetrantes da época.

Era inevitável que Julie se apaixonasse. Primeiro (?) por um jovem irlandês, sobre o qual sabemos apenas o nome, Taaffe. Uma vez admitido no salão, comparecia todos os dias, logo tornando-se óbvio para a marquesa que ele viera para ver *mademoiselle* e não a ela. Alarmou-se ao constatar que Julie recebia favoravelmente a corte dele. Preveniu Julie a não se comprometer. A orgulhosa jovem ressentiu-se da advertência maternal. Temendo perdê-la, e ansiosa para protegê-la contra impetuosa ligação que não prometia ser duradoura, a marquesa ordenou que Julie permanecesse no seu quarto quando Taaffe viesse. Julie obedeceu, porém ficou tão excitada com a disputa que tomou ópio para acalmar os nervos. Muitas eram as pessoas que, no século XVIII, tomavam ópio como sedativo. Mlle. de Lespinasse aumentava as doses em cada novo romance.

Aprendeu a esquecer Taaffe, mas seu próximo amor entrou para a história, por recair sobre o homem a quem Mme. du Deffand tomara para si com fixação maternal, contudo possessiva. Jean Le Rond d'Alembert estava, em 1754, no auge de seu sucesso como matemático, físico, astrônomo e colaborador da *Encyclopédie*, que era o assunto de todos os intelectuais de Paris. Voltaire, em momento de modéstia, chamou-o "o maior escritor do século".<sup>96</sup> Entretanto, não possuía nenhuma das vantagens de Voltaire. Era filho ilegítimo. Sua mãe, Mme. de Tencin, o repudiara, e ele não via seu pai desde a infância. Vivía como simples *bourgeois* na casa do vidraceiro Rous-

seau. Era belo, elegante, cortês, às vezes, alegre. Podia falar com qualquer especialista sobre qualquer assunto, mas sabia também ocultar o seu saber sob uma fachada de histórias, mímicas e agudezas. Por outro lado, fazia poucas concessões ao mundo. Preferia sua independência aos favores de reis e rainhas, e quando Mme. du Deffand fez campanha para introduzi-lo na Academia Francesa, recusou-se a assegurar o voto de Hénault com o elogio da obra deste último, denominada *Abrégé chronologique de l'histoire de France* (1744). Havia nele um traço satírico que fazia seu chiste ferir aqui e ali,<sup>97</sup> e podia ainda ser impaciente, “algumas vezes violentamente colérico contra opositores”.<sup>98</sup> Nunca soube o que dizer ou fazer quando a sós com mulheres. No entanto, sua timidez as atraía, como se desafiasse a eficiência de seus encantos.

Quando Mme. du Deffand o encontrou pela primeira vez (1743) ficou impressionada pela ordenação e clareza de seu espírito. Ela contava então 45 anos, ele 26. Ela adotou-o na qualidade de seu “gato selvagem” (*chat sauvage*),<sup>99</sup> convidando-o não apenas para seu salão, como para jantares particulares, em *tête-à-tête*. Chegava à condescendência de, “em 24 horas, dormir 22, contanto que passemos as restantes duas horas juntos”.<sup>100</sup> Foi depois de onze anos dessa tépida amizade que Julie entrou em suas vidas.

Existia um elo natural entre aquele filho natural e aquela filha natural. D'Alembert anotou suas recordações:

A nós dois faltavam pais e família e, tendo sofrido abandono, má sorte e infelicidade desde nosso nascimento, a natureza parece ter-nos enviado a este mundo para nos encontrar, para sermos um para o outro tudo que cada um de nós havia perdido, para ficarmos firmes como dois salgueiros, dobrados pela tempestade, porém não arrancados, porque em sua fraqueza tinham entrelaçado seus galhos.<sup>101</sup>

Ele sentiu aquela “afinidade de eleição” quase à primeira vista. “Tempo e hábito deterioraram todas as coisas”, escreveu a ela em 1771, “mas são impotentes para influir em meu afeto por você, afeto este que você inspirou há dezessete anos.”<sup>102</sup> Esperou, entretanto, nove anos para declarar seu amor, e mesmo assim fê-lo indiretamente. Em 1763, de Potsdam, escreveu-lhe que ao recusar o convite de Frederico para tornar-se presidente da Academia de Ciências de Berlim “tivera mil razões, uma delas você não tem a esperteza de adivinhar”,<sup>103</sup> o que constituiu estranho lapso de inteligência de d'Alembert, pois existiria mulher que não saberia quando um homem estava apaixonado por ela?

Mme. du Deffand sentiu a afeição crescente entre seu hóspede predileto e a sobrinha protegida por ela. Notou, também, estar Julie se tornando o centro da conversação e das atenções nos seus salões. No primeiro instante não se queixou, mas em carta a Voltaire (1760) expressou-se amargamente em relação a d'Alembert. Permitiu a um amigo fazer a leitura perante seus convidados, antes que chegasse d'Alembert, da resposta de Voltaire a respeito das observações que lhe fizera. D'Alembert chegou logo depois que a leitura principiara, ouvindo os mexericos sobre aqueles trechos. Riu-se junto com os demais, porém ficou magoado. A marquesa tentou reparar o incidente, no entanto a mágoa permaneceu. Quando, em 1763, ele visitou Frederico, suas cartas eram dirigidas quase apenas para Mlle. de Lespinasse, raramente a madame. Ao retornar a Paris, teve por hábito visitar Julie em seu apartamento antes de descer ao

salão. Por vezes, Turgot, Chastellux ou Marmontel acompanhavam-no nestas visitas particulares. A velha anfitriã sentiu estar sendo traída por aqueles que ela havia auxiliado e amado. Considerava agora Julie sua inimiga, revelando seus sentimentos de várias maneiras irritantes: frieza de tom, pedidos bobos, observações ocasionais sobre a dependência de Julie. Esta cada vez mais se irritava com “aquela velha cega e maníaca”, assim como com a obrigação de estar constantemente à mão para assistir a marquesa a qualquer momento. Sua infelicidade crescia a cada dia com novos aborrecimentos. “Todos os padecimentos têm raízes profundas”, escreveu ela mais tarde, “porém o prazer é um pássaro que voa rápido.”<sup>104</sup> Numa derradeira explosão, madame acusou Julie de enganá-la em sua própria casa e à sua custa. A moça respondeu que não podia mais morar com uma pessoa que a julgava daquela forma, e, em maio de 1764, partiu bem cedo a fim de procurar onde morar. Madame tornou o afastamento irreparável ao insistir junto a d'Alembert que escolhesse entre elas duas. Este partiu para não mais voltar.

Por algum tempo o salão parecia mortalmente ferido com aquelas amputações. Muitos dos *habitués* continuaram a freqüentar a marquesa, porém vários deles — a Marchala de Luxembourg, a Duquesa de Châtillon, a Condessa de Boufflers, Turgot, Castellux, até Hénault — procuraram Julie para empenhar-lhe solidariedade e constante interesse. O salão reduziu-se aos velhos e fiéis amigos e novos freqüentadores que iam lá à procura de projeção e boa comida. Em 1768, madame descreveu nestes termos a mudança:

Ontem estiveram aqui doze pessoas, fazendo-me apreciar as diferentes espécies e graus de futilidade. Éramos todos perfeitos idiotas, cada um a seu modo.(...) Éramos todos enfadonhos. Todos partiram à uma hora, porém nem um deles deixou saudades.(...) Pont-de-Veyle é o meu único amigo, e ele me entedia horivelmente três quartos do tempo.<sup>105</sup>

Depois que ficara cega, nunca mais amou a vida, mas agora, que seus mais queridos amigos se foram, ela caiu em desespero cínico e sem esperança. Como Jó, amaldiçoou o dia em que nasceu. “De todas as minhas tristezas, minha cegueira e minha idade(...) só vejo uma desdita(...) a de ter nascido.”<sup>106</sup> Ria-se igualmente dos sonhos dos românticos e dos filósofos — não apenas de Héloïse e o Vigário da Savóia, de Rousseau, como a longa luta de Voltaire em prol da “verdade”. “Diga-me, M. Voltaire, o amante declarado da Verdade, diga-me, de todo o coração, já a encontrou?”<sup>107</sup> Era cética, porém preferia incrédulos geniais, como Montaigne e Saint-Évremond, a rebeldes agressivos como Voltaire e Diderot.

Pensou estar quite com a vida, mas a vida ainda não estava totalmente quite com ela. Seu salão renasceu, embora irregularmente, durante o ministério de Choiseul, quando os homens importantes do governo reuniam-se em torno da velha marquesa e a amizade da bondosa Duquesa de Choiseul trouxe um pouco de brilho àqueles dias sombrios. Em 1765, Horace Walpole principiou a freqüentar suas reuniões e ela desenvolveu em relação a ele uma afeição que se tornou seu último desesperado apego à vida. Esperamos encontrá-la de novo nesta última e extraordinária metamorfose.

### 3. *Mlle. de Lespinasse*

Julie escolheu seu novo lar numa casa de três andares no encontro da Rue de Bellechasse com a Rue St.-Dominique, a apenas cem metros da morada conventual da marquessa. Não se viu reduzida à pobreza. Além de várias pequenas pensões, recebeu as de 2.600 *livres*, "retiradas das rendas do rei" (1758 e 1763), aparentemente por instâncias de Choiseul. E agora, Mme. Geoffrin, por sugestão de d'Alembert, dotou-a com anuidades distintas de duas mil *livres* e mil coroas. A Marechala de Luxembourg deu-lhe uma mobília completa.

Logo após instalar-se nos novos aposentos, Julie apareceu com grave caso de varíola. "Mlle. de Lespinasse está gravemente enferma", escreveu David Hume a Mme. de Boufflers, "e estou satisfeito em ver que d'Alembert saiu de sua filosofia neste momento."<sup>108</sup> De fato, o filósofo percorria longa distância todas as manhãs a fim de permanecer à sua cabeceira até altas horas da noite, voltando em seguida a seu quarto em casa de Mme. Rousseau. Julie restabeleceu-se, porém ficou permanentemente fraca e nervosa, com a pele grossa e marcada. Pode-se imaginar o que isto representava para uma mulher de 32 anos e ainda solteira.

Julie curou-se a tempo para cuidar de d'Alembert, que caiu de cama na primavera de 1765, com moléstia de estômago que o pôs perto da morte. Marmontel ficou indignado ao encontrá-lo num "pequeno quarto mal iluminado, mal arejado, com uma cama muito estreita como um caixão".<sup>109</sup> Outro amigo, o financista Watelet, ofereceu a d'Alembert uma casa confortável, nas proximidades do Temple. O filósofo, então, tristemente consentiu em deixar a mulher que o acobertara e alimentara desde criança. "Oh, dia maravilhosos!", exclamou Duclos. "D'Alembert desmamou!" Julie dirigiu-se diariamente para essa nova acomodação, retribuindo-lhe os cuidados que com ela tivera, com ilimitada devoção. Quando ele ficou em condições de movimentar-se, ela suplicou-lhe para ficar com alguns quartos no sobrado de sua casa. Ele foi, no outono de 1765, pagando a ela um aluguel moderado. D'Alembert não esqueceu Mme. Rousseau. Visitava-a freqüentemente, dividia com ela parte de sua renda, e nunca cessava de desculpar-se por ter-se separado dela. "Pobre mãe adotiva, mais dedicada a mim do que a seus próprios filhos!"<sup>110</sup>

Por algum tempo, Paris supôs que Julie fosse sua amante. E as aparências justificavam tal suposição. D'Alembert tomava as refeições com ela, escrevia cartas para ela, tomava conta de seus negócios, investia suas economias, arrecadava sua renda. Em público, andavam sempre juntos. Ninguém jamais pensava em convidar um sem o outro. Não obstante, começava a surgir ao espírito até mesmo dos mais bisbilhoteiros que Julie não era nem amante, nem mulher, nem apaixonada de d'Alembert, porém apenas uma irmã e uma amiga. Ela parecia não ter compreendido nunca que o amor dele por ela, embora não o expressasse em palavras, era total. Mme. Geoffrin e Mme. Necker, ambas de moral irrepreensível, aceitavam a ligação como platônica. A idosa *salonnière* convidava as duas para todas as suas reuniões.

Constituiu rude prova para a maternal delicadeza de Mme. Geoffrin o fato dela não ter protestado quando Mlle. de Lespinasse organizou o seu próprio salão. Julie e d'Alembert fizeram tantos amigos que dentro de poucos meses seu salão ficava repleto quase todos os dias, de cinco às nove da noite, de visitantes selecionados, ho-

mens e mulheres, todos famosos ou de nobre linhagem. D'Alembert conduzia a conversação, Julie acrescentava todo o encanto de sua feminilidade, todo o calor da hospitalidade. Nenhum jantar ou ceia era servido, porém o salão ganhou a reputação de ser o mais estimulante de Paris. Ali iam Turgot e Loménie de Brienne, que em breve ocuparia alto cargo no governo, aristocratas como Chastellux e Condorcet, prelados tais como Boismont e Boisgelin, céticos como Hume e Morellet, autores como Mably, Condillac, Marmontel e Saint-Lambert. A princípio, iam para ver e ouvir d'Alembert, depois para apreciarem a simpática habilidade com a qual Julie induzia seus convidados a brilharem nos tópicos em que mais se destacavam. Naquele salão não havia restrições aos assuntos. Discutiam-se os mais delicados problemas de religião, filosofia ou política. Entretanto, Julie — treinada nesta arte por Mme. Geoffrin — sabia como acalmar os exaltados, conduzindo novamente a controvérsia para o campo do debate controlado. O desejo de não ofender a frágil anfitriã era uma lei não-escrita que implantava ordem na liberdade ali existente. Ao findar o reinado de Luís XV, o salão de Mlle. de Lespinasse, segundo a opinião de Sainte-Beuve, era "o mais em voga, o que era freqüentado com maior prazer, numa época em que se contavam tantos salões brilhantes".<sup>111</sup>

Nenhum outro salão oferecia aquela dupla atração. Não obstante ter o rosto marcado, Julie tornara-se o segundo amor de uma dúzia de homens importantes. E d'Alembert encontrava-se em pleno apogeu de seus predicados. Assim relatava Grimm:

Sua conversação continha tudo para instruir e distrair o espírito. Prestava-se a encetar, com a maior facilidade e boa vontade, qualquer assunto que mais agradasse a todos, trazendo-lhe um fundo inesgotável de idéias, anedotas, e lembranças interessantes. Não havia tópico, por mais destituído de interesse ou frívolo, que ele não possuísse o segredo de tornar agradável.(...) Todos os seus ditos humorísticos eram dotados de delicada e intensa originalidade.<sup>112</sup>

Ouçamos agora David Hume, em carta a Horace Walpole:

D'Alembert é um companheiro muito agradável e de moral irrepreensível. Ao recusar os oferecimentos da czarina e do rei da Prússia, demonstrou estar acima do ganho pessoal e vã ambição.(...) Tem cinco pensões: uma do rei da Prússia, uma do rei da França, uma na qualidade de membro da Academia de Ciências, uma como membro da Academia Francesa e uma de sua própria família. Todas elas perfazem um total que não ultrapassa seis mil *livres* anuais. Com a metade desta quantia vive decentemente. A outra metade é reservada à pobre gente com a qual ele é aparentado. Em poucas palavras, tenho conhecido poucos homens que, com certas boas e poucas exceções,(...) constituam melhor modelo de caráter virtuoso e filosófico.<sup>113</sup>

Julie estava em pólos opostos em relação a d'Alembert em tudo, exceto facilidade e elegância no falar. Enquanto o *Encyclopédiste* era um dos últimos heróis do Iluminismo, à cata de racionalismo e medida no pensar e na ação, Julie, à maneira de Rousseau, era a primeira nítida voz do movimento romântico na França, uma criatura (como Marmontel a descrevia) "da mais vivaz fantasia, o espírito mais ardente, a imaginação mais inflamável que jamais existiu depois de Safo".<sup>114</sup> Nenhuma dessas românticas,

em carne e osso, ou no papel — nem a Heloïse, de Rousseau, nem o próprio Rousseau, nem Clarissa, de Richardson, ou Manon, de Prévost — excediam-na na intensidade de sua sensibilidade, ou no ardor de vida interior. D'Alembert era objetivo, ou procurava sê-lo. Julie era subjetiva até o limite de, por vezes, ficar ensimesmada. Entretanto, ela “sofia com aqueles que via sofrer”.<sup>15</sup> Saía de seus cuidados para confortar os enfermos ou os sofredores, tendo trabalhado com fervor para conseguir que Chastellux e Laharpe fossem eleitos para a Academia. Contudo, quando se apaixonou esqueceu-se de tudo e de todos — no primeiro caso, Mme. du Deffand, no segundo e terceiro, o próprio d'Alembert.

Em 1766, um jovem nobre, Marquês José de Mora y Gonzaga, filho do embaixador espanhol, entrou em seu salão. Contava ele 22 anos, Julie estava com 34. Ele fora casado, aos doze anos, com uma menina de onze, que morreu em 1764. Julie logo sentiu o encanto de sua juventude, possivelmente de sua fortuna. A atração mútua que sentiram amadureceu rapidamente, chegando a compromisso de casamento. Ao tomar conhecimento do fato, o pai do jovem enviou-o a uma missão militar, na Espanha. Mora foi, mas dentro em breve exonerou-se de sua delegação. Em 1771, principiou a escarrar sangue. Foi para Valência, esperando melhorar. Não conseguindo, precipitou-se para Paris e Julie. Passaram juntos dias felizes, para diversão da sua pequena corte e secreto sofrimento de d'Alembert. Em 1772, o embaixador foi chamado à Espanha, insistindo para que o filho o acompanhasse. Nem o pai nem a mãe de Mora consentiriam em seu casamento com Julie. Este separou-se deles, seguindo para o norte a fim de encontrar-se com ela, porém morreu de tuberculose em Bordéus, em 27 de maio de 1774. Naquele dia, escreveu-lhe ele: “Estava a caminho de você, e devo morrer. Que horrível sorte! (...) Entretanto, você amou-me, e este pensamento me faz feliz. Morro por você.” Dois anéis foram retirados de seus dedos. Um continha uns fios dos cabelos de Julie, o outro era gravado com as palavras “Tudo passa, mas o amor continua”. O magnânimo d'Alembert assim escreveu sobre Mora: “De minha parte, lastimo aquele homem sensível, virtuoso e de espírito elevado (...) o ente mais perfeito que jamais conheci (...) Lembrar-me-ei sempre daqueles momentos inestimáveis em que uma alma tão pura, nobre, forte e doce comprazia-se em aliar-se à minha.”<sup>16</sup>

Julie sentiu o coração despedaçar-se ao saber da morte de Mora, ainda mais porque, entretanto, ela havia dado seu amor a outro homem. Em setembro de 1772, encontrou o Conde Jacques-Antoine de Guibert, de 29 anos, que se distinguira na Guerra dos Sete Anos. Além disso, o seu *Pormenorizado Estudo da Tática* havia sido proclamado uma obra-prima tanto pelos generais como pelos intelectuais. Napoleão dele levaria um exemplar, anotado por sua própria mão, em todas as suas campanhas. Igualmente elogiado foi o seu “Discurso Preliminar”, denunciador de todas as monarquias, que formulava, vinte anos antes da Revolução, os princípios básicos de 1789. Pode-se avaliar a admiração transbordante sobre Guibert quando foi apresentado o seguinte tópico para debate, em um salão dos mais representativos: “A mãe, a irmã, ou a amante de M. de Guibert devem inspirar a maior inveja?”<sup>17</sup> Naturalmente, ele tinha uma amante — Jeanne de Montsaugé, o último e mais longo de seus amores. Julie, em momento de amargor, julgou-o severamente:



A leviandade e até a insensibilidade com que trata as mulheres vêm da diminuta consideração que ele tem por elas.(...) Ele as julga namoradeiras, vãs, fracas, falsas e frívolas. Aquelas que julga mais favoravelmente ele considera românticas. E, embora tenha de reconhecer boas qualidades em algumas, nem por isso as considera mais, porém afirma que têm menos vícios do que maiores virtudes.<sup>118</sup>

Apesar de tudo, ele era belo, tinha maneiras perfeitas, suas palavras combinavam substância com sentimento e erudição com clareza. "Sua conversação", disse Mme. de Staël, era a "mais variada, animada e mais rica que jamais lhe foi dado conhecer."<sup>119</sup>

Julie considerava-se feliz na preferência que Guibert demonstrava por suas reuniões. Fascinados mutuamente pela fama desfrutada por cada um, desenvolveram o que, do lado dele, significava uma conquista acidental, e, do lado dela, uma paixão mortal. Foi este amor consumidor que deu às suas cartas a Guibert um lugar na literatura francesa, reputando-as o mais revelador documento da época. Nessas cartas, até mais do que em *Julie, ou la Nouvelle Heloïse* (1761), o movimento proto-romântico na França encontra sua expressão viva.

Sua primeira carta a Guibert, que ainda existe (13 de maio de 1773), mostra-a já presa a ele, porém ainda dilacerada pelo remorso em virtude da violação de seu compromisso de fidelidade a Mora. Foi assim que escreveu a Guibert, que estava de partida para Estrasburgo:

Ah, *mon Dieu!* Por que sortilégio, por que fatalidade você chegou para desviar-me? Por que não morri em setembro? Eu poderia ter morrido naquela época sem(...) as acusações que agora me faço. Ah, sinto que eu poderia ainda morrer por ele. Não há nenhum interesse meu que não poderia sacrificar por ele.(...) Oh! Ele me perdoará! Sofri tanto! Meu corpo e minha alma ficaram exauridos por sofrimento tão longo! As notícias que dele recebi puseram-me louca. Foi então que vi você pela primeira vez, que você teve a minha alma, que você lhe trouxe um pouco de alegria. Não sei o que era mais doce... se senti-lo, se dever a você essa alegria.<sup>120</sup>

Oito dias depois, abandonou todas as suas defesas: "Se eu fosse mais jovem, bonita, e muito charmosa, não deixaria de ver muita artimanha em sua conduta em relação a mim, mas como não sou nada disso, encontro tanta bondade e honra no seu proceder, que o fez merecedor de um lugar eterno em minha alma."<sup>121</sup> Às vezes, escrevia com todo o abandono de Heloïse a Abélard:

Só você em todo o universo poderá possuir e ocupar o meu ser. Meu coração, minha alma, de ora em diante, só poderão conter você.(...) Hoje nem uma vez minha porta abriu-se sem o palpitir de meu coração. Houve momentos em que temi ouvir-lhe o nome, em seguida meu coração partia-se por não ouvi-lo. Tantas contradições, tantas emoções conflitantes, são verdadeiras, e só três palavras podem explicá-las: Eu te amo.<sup>122</sup>

O conflito entre dois amores aumentou a agitação nervosa que talvez procedesse da minguia de suas esperanças de realizar-se como mulher, e de uma crescente propensão para a tuberculose. Julie escreveu a Guibert, em 6 de junho de 1773:

Embora sua alma esteja agitada, não está como a minha, que incessantemente passa de convulsões para depressão. Tomo veneno [ópio] para acalmar-me. Por conseguinte, você está vendo que não posso dirigir-me. Ilumine-me, fortaleça-me. Acreditarei em você, que será o meu apoio.<sup>123</sup>

Voltando a Paris, em outubro, Guibert rompeu sua ligação com Mme. de Montsauge, oferecendo amor a Julie. Grata, esta aceitou-o, entregando-se fisicamente — na ante-sala de seu camarote na Ópera (10 de fevereiro de 1774).<sup>124</sup> Declarou mais tarde que aquele ato, aos 42 anos, constituiu o primeiro lapso do que ela denominava “honra” e “virtude”,<sup>125</sup> porém não se considerava culpada:

Lembra-se do estado em que você se pôs, e daquele que você pensa ter-me deixado? Bem, devo dizer-lhe que, ao voltar rapidamente a mim, *levantei-me de novo* [o grifo é dela] não me achei nem um milímetro inferior ao que era antes.(...) E, o que o surpreenderá, talvez, é que de todos os impulsos que me impeliram para você, o último é o único sobre o qual não terei remorsos.(...) Naquele abandono, aquele último grau de abnegação de mim próprio e de todos os interesses pessoais, provei-lhe existir apenas um infortúnio na terra que me parece intolerável(...) ofendê-lo e perdê-lo. Este medo far-me-ia dar a minha vida.<sup>126</sup>

Por algum tempo experimentou arrebatamentos de felicidade. “Tenho pensado sempre em você”, escreveu-lhe (pois mantinham sua ligação em segredo, morando separados). “Estou tão impregnada de você que chego a compreender os sentimentos do devoto em relação ao seu Deus.”<sup>127</sup> Inevitavelmente, Guibert enfatiou-se de um amor que transbordava com tanta profusão, não deixando nenhum desafio à sua força. Muito cedo, já estava cortejando a Condessa de Boufflers e reatando sua ligação com Mme. de Montsauge (maio de 1774). Julie reprovou-o, ele respondeu friamente. Em seguida, em 2 de junho, soube que Mora havia morrido quando partira para encontrar-se com ela, abençoando o seu nome. Caiu em remorso delirante, tentando envenenar-se. Guibert impediu-a. Então, as cartas que lhe dirigia eram, em sua maioria, sobre Mora, demonstrando como o jovem nobre espanhol superara a todos os homens que já conhecera. Guibert via-a com menor frequência, dedicando-se mais a Montsauge. Na esperança de permanecer, pelo menos, como uma de suas amantes, Julie planejou casá-lo. Ele recusou as escolhas dela e, em 1º de junho de 1775, desposou Mlle. de Courcelles, de dezessete anos e rica. Julie escreveu-lhe cartas de ódio e desprezo, que terminavam com protestos de amor imorredouro.<sup>128</sup>

Em toda a sua febre de paixão, conseguiu ocultar a natureza da mesma a d'Alembert, que julgou ser a causa da ausência, depois da morte de Mora. Recebeu Guibert em seu salão, desenvolveu por ele uma amizade sincera, e pessoalmente punha no correio as cartas que enviava ao amante. Entretanto, ele notou que ela havia perdido interesse nele, e que por vezes ela ressentia-se com sua presença. E, na verdade, ela escreveu a Guibert: “Não seria uma ingratidão muito grande se eu dissesse que a partida de M. d'Alembert dar-me-ia prazer? Sua presença pesa-me à alma. Ele deixa-me pouco à vontade comigo mesma. Sinto-me por demais indigna de sua amizade e bondade.”<sup>129</sup> Quando ela morreu, ele escreveu para as suas “*manes*”:

Por que razão, que não imagino nem suspeito, aquele sentimento [uma vez] tão terno em relação a mim, (...) transformou-se de repente em distância e aversão? O que fiz para desagradá-la? Por que não se queixou a mim, se é que havia algum motivo de queixa? (...) Oh, minha querida Julie... Será que você magoou-me de qualquer forma da qual não soube, e que me seria tão doce perdoar, tivesse eu conhecimento do fato? Vinte vezes estive a ponto de atirar-me a seus braços, pedindo que me dissesse qual era o meu crime. Temi, entretanto, que aqueles braços me repelissem. (...)

Por nove meses estive prestes a lhe dizer o que eu sentia e sofria, mas durante esses meses achava-a sempre muito débil para suportar as carinhosas queixas que me dispunha fazer. O único momento em que poderia ter-lhe mostrado, a descoberto, um coração desalentado e sem coragem foi aquele terrível instante em que você pediu, horas antes de morrer, de maneira confrangedora, para perdoar-lhe. (...) Mas, então, não lhe restavam mais forças para falar-me ou ouvir-me. (...) E foi assim que perdi, sem recuperação, o momento de minha vida que seria para mim o mais precioso — o de dizer a você, mais uma vez, como era querida por mim, como eu compartilhava de seus infortúnios, e como eu desejava ardentemente terminar minhas desditas com você. Daria todos os anos que me restam da vida para o único instante que jamais poderei recuperar, aquele instante que, ao dar-lhe toda a ternura de meu coração, talvez eu pudesse ter recuperado o seu.<sup>130</sup>

O colapso do sonho de Julie contribuiu para que a tuberculose a matasse. O Dr. Bordeu (a quem vimos no *Sonho de d'Alembert*, de Diderot), foi chamado, declarando seu estado sem esperanças. A partir de abril de 1776, não mais deixou o leito. Guibert vinha vê-la todas as manhãs e à noite, d'Alembert só deixava sua cabeceira para dormir. O salão foi interrompido, mas Condorcet vinha, assim como Suard e a boa Mme. Geoffrin, que também estava morrendo. Nos últimos dias, Julie não quis que Guibert viesse, pois não permitiria que ele visse a que ponto as convulsões a haviam desfigurado. Entretanto, enviava-lhe constantes bilhetes; por sua vez, ele também fazia protestos: "Sempre a amei. Amei-a desde o momento em que nos encontramos. Você me é mais cara do que qualquer coisa no mundo."<sup>131</sup> Isto, e a fidelidade silenciosa de d'Alembert, assim como a solicitude dos amigos, constituíram o único bálsamo para seus sofrimentos. Fez seu testamento, nomeando d'Alembert testamenteiro, confiando-lhe ainda todos seus documentos e pertences.\*

Seu irmão, o Marquês de Vichy, que chegou a Paris procedente da Borgonha, insistiu para que ela se reconciliasse com a Igreja. Ao Conde d'Albon escreveu: "Fico satisfeito em dizer tê-la persuadido a receber os sacramentos, a despeito e em face de toda a *Encyclopédie*."<sup>132</sup> Julie enviou uma última palavra a Guibert: "Meu amigo, amo-o. (...) Adeus." Agradeceu a d'Alembert por sua longa dedicação, suplicando-lhe perdoasse sua ingratidão. Morreu aquela noite, nas primeiras horas de 23 de maio de 1776. Foi enterrada no mesmo dia, saindo da Igreja de St.-Sulpice, conforme deixara estipulado em seu testamento — "como os pobres".

---

\* Suas cartas, endereçadas a Guibert, foram preservadas pela mulher deste e publicadas em 1811.

## Voltaire Patriarca

1758-78

### I. O BOM SENHOR

**E**M outubro de 1758, Voltaire comprou uma antiga propriedade em Ferney, no *pays* ou condado de Gex, que fazia fronteira com a Suíça. Pouco tempo depois, adquiriu uma herdade, o vizinho domínio feudal de Tournay, que o transformou legalmente em um lorde, permitindo-lhe firmar em documentos jurídicos "Comte de Tournay". Ostentava suas armas acima do portal e em sua baixela de prata.'

Desde 1755 vivia em Les Délices, em Genebra, onde desfrutava, por prazer e por aclamação, as atribuições de filósofo milionário e inestimável anfitrião. Entretanto, o verbete de d'Alembert sobre Genebra na *Encyclopédie*, revelando heresias íntimas de seus clérigos, fez recair sobre Voltaire a acusação de tê-las denunciado ao amigo. Deixou de ser *persona grata* em solo suíço, fato que o obrigou a procurar residência em outra parte. Ferney ficava na França, porém a apenas cinco quilômetros de Genebra. Lá poderia imiscuir-se com os chefes calvinistas; e se os chefes católicos em Paris — distante 450 quilômetros — reiniciassem campanha para prendê-lo, em uma hora atravessaria a fronteira. Entrementes (1758-70), seu amigo, o Duque de Choiseul, era ministro na França. Talvez para preservar-se do confisco, em virtude da mudança dos ventos da política, Voltaire comprou Ferney no nome de sua sobrinha, Mme. Denis, mediante cláusula de que esta devia reconhecê-lo senhor da propriedade enquanto ele vivesse. Até 1764, Les Délices continuou sua principal morada. Enquanto isso, remodelava a casa de Ferney e, no ano seguinte, mudava-se para lá.

A nova mansão, toda de pedra, fora na maior parte projetada por Voltaire. Tinha quatorze quartos. Preparou-a o *seigneur* para ali receber a sua corte. "Não é um palácio", escreveu ele, "porém uma espaçosa casa de campo, com terras adjacentes que produzem bastante feno, trigo, palhinha e aveia. Tenho carvalhos tão altos que até parecem pinheiros, tocando o céu." Tournay incluía um velho castelo, uma fazenda, um celeiro, estábulos, campos e florestas. Seus estábulos reuniam em seu interior cavalos, bois e cinquenta vacas. Os celeiros tinham bastante espaço para armazenar a produção das terras, deixando ainda lugar para as prensas de vinho, galinheiros e

um curral para ovelhas. Quatrocentas colmeias deixavam a fazenda cheia de zumbidos, as árvores produziam lenha para aquecer o corpo do mestre quando soprassem os ventos do inverno. Ele comprava e plantava árvores ainda pequenas, cultivando outras mais nas estufas, para onde levava sementes. Alargou os jardins e os passeios ao redor da casa até medirem três quilômetros de circunferência. Ali viam-se árvores frutíferas, parreiras e grande variedade de flores. Supervisionava pessoalmente todas essas estruturas, plantas e campos, assim como trinta zeladores. E, então, quando entrava em Les Délices, ficava tão contente que se esquecia da morte. Escreveu a Mme. du Deffand: “Devo minha vida e saúde ao caminho que escolhi. Se ousasse, julgá-me-ia sensato, tão feliz me sinto.”<sup>3</sup>

Os trinta ou mais criados e hóspedes que viviam no *château* eram dirigidos por Mme. Denis com mão firme. Não era má, porém de mau gênio, e amava o dinheiro um pouquinho mais do que qualquer outra coisa. Declarava seu tio mesquinho, mas ele refutava-a. Em todo caso, “transferia a ela, pouco a pouco, a maior parte de sua fortuna”.<sup>4</sup> Ele a havia amado quando criança, depois como mulher. Agora, contentava-se em tê-la na qualidade de sua *maitresse d'hôtel*. Ela representava suas peças no palco, e de tal modo bem que Voltaire comparava-a a Clairon. Este elogio subiu-lhe à cabeça. Começou a escrever peças, dando a Voltaire grande trabalho para dissuadi-la a apresentá-las publicamente. Entediava-se com a vida no campo, sonhando viver em Paris. Foi em parte para distraí-la que Voltaire convidava e tolerava uma quantidade tão grande de hóspedes. Mme. Denis não dava importância ao secretário de Voltaire, Wagnière, mas gostando do Padre Adam, velho jesuíta a quem Voltaire acolhia em sua casa na qualidade de adversário genial no xadrez — e que, certo dia, surpreendera aos pés da empregada Barbara.<sup>5</sup> Uma vez, talvez por ter deixado Laharpe partir com um dos manuscritos do Mestre, Voltaire aborreceu-se de tal forma com Denis que mandou-a embora para Paris — com uma anuidade de vinte mil francos.<sup>6</sup> Após dezoito meses Voltaire cedeu, suplicando-lhe que voltasse.

Ferney tornou-se um marco de peregrinação para aqueles que podiam custear uma viagem e haviam sentido o gosto pelo Iluminismo. Lá acorriam dirigentes menores, tais como o Duque de Württemberg e o eleitor do Palatinado, senhores como o Príncipe de Ligne e os duques de Richelieu e Villars, notabilidades como Charles James Fox, curiosos como Burney e Boswell, devassos como Casanova, assim como mil outras pessoas de menor importância. Voltaire não sabia mentir quando apareciam aqueles que não tinham sido convidados. “Diga-lhes que estou muito doente”, “Diga-lhes que morri.” Entretanto, ninguém acreditava. “Meu Deus!”, escreveu ao Marquês de Villette, “livrai-me dos meus amigos, pois dos inimigos eu mesmo me ocuparei.”

Mal havia se instalado em Ferney quando Boswell apareceu (24 de dezembro de 1764), ainda excitado pelas visitas a Rousseau. Voltaire mandou dizer que ainda estava em seu leito e não queria ser incomodado. Isto era apenas um insignificante motivo de desânimo para o impaciente escocês. Obstinadamente, ele esperou até que Voltaire aparecesse. Conversaram rapidamente, em seguida Voltaire retirou-se para seu gabinete. No dia seguinte, de uma hospedaria em Genebra, Boswell escrevia a Mme. Denis:

Peço-lhe, madame, interceder junto a M. de Voltaire para obtenção de grande obséquio. Pretendo ter a honra de voltar a Ferney quarta ou quinta-feira. As portas desta sóbria cidade fecham-se a uma(...) hora absurda, de modo que tem-se que partir após o jantar sem que o ilustre proprietário tenha tido oportunidade de brilhar perante seus convidados(...)

Será possível, madame, que me seja permitido passar uma noite sob o mesmo teto que M. de Voltaire? Sou um escocês pachorrento e forte. A senhora poderá fazer-me subir na mais alta e fria água-furtada. Não me recusarei nem mesmo em dormir sobre duas cadeiras no quarto de dormir de sua criada.<sup>8</sup>

Voltaire pediu a sua sobrinha que dissesse ao escocês para vir, pois haveria uma cama para ele. Boswell foi no dia 27 de dezembro, falou com Voltaire enquanto este jogava xadrez, maravilhou-se com a conversa, em inglês, do Mestre, assim como sobre as suas imprecações, declarando a seguir ter sido fidalgamente instalado, "em belo quarto".<sup>9</sup> Pela manhã, empreendeu a conversão de Voltaire ao cristianismo ortodoxo. Em pouco tempo, quase desfalecendo, Voltaire teve de pedir uma trégua. Um dia depois, Boswell argumentou sobre a religião de seu anfitrião com o Padre Adam, que lhe disse: "Rezo por M. de Voltaire todos os dias... É pena que ele não seja cristão, pois possui muitas virtudes cristãs. Tem uma bela alma, é benevolente, caritativo, porém tem forte preconceito contra a religião cristã."<sup>10</sup>

A fim de entreter seus hóspedes, Voltaire providenciava comida, cultura, sagacidade e drama. Construiu um pequeno teatro perto de sua casa. Vendo-o, em 1763, Gibbon descreveu-o como "muito bem arrumado e idealizado, situado ao lado de sua capela, a qual é-lhe bem inferior".<sup>11</sup> O filósofo ria-se de Rousseau, assim como dos ministros de Genebra, que condenavam o teatro como a tribuna do Demônio. Ele treinava não só Mme. Denis como os criados e hóspedes para tomarem parte no seu teatro e no dos outros. Ele mesmo pavoneava-se pela ribalta em papéis principais, atores profissionais eram facilmente induzidos a representar perante o mais famoso escritor em todo o mundo.

Os que lá compareciam achavam sua aparência quase tão sedutora quanto sua conversação. O Príncipe de Ligne descrevia-o envolto em roupão estampado, uma imensa peruca em cujo topo ostentava um barrete de veludo preto, jaqueta de algodão superior que lhe descia até os joelhos, calções vermelhos, meias cinza, sapatos de tecido branco.<sup>12</sup> Os olhos eram "brilhantes e ardentes", segundo Wagnière. Este dedicado secretário relatava que seu patrão "sempre banhava os olhos com água fria e pura, e nunca usava óculos".<sup>13</sup> Nos últimos anos de vida, fatigado de barbear-se, arrancava a barba com o auxílio de pinça. "Tinha singular preocupação com o asseio e o bom arranjo", continuava Wagnière, "e era, ele mesmo, escrupulosamente limpo."<sup>14</sup> Fazia constante uso de cosméticos, perfumes e pomadas. Seu olfato apurado ressentia-se de qualquer mau cheiro.<sup>15</sup> "Era incrivelmente magro", com diminuta camada adiposa que servia apenas para cobrir-lhe os ossos. O Dr. Burney, após visita que lhe fizera, em 1770, escreveu: "Não é possível conceber que a vida subsista em corpo quase que exclusivamente composto de pele e osso.(...) Ele supunha que eu estivesse ansioso para ter uma idéia de(...) alguém andando depois da morte."<sup>16</sup> Considerava-se "ridículo por já não ter morrido".<sup>17</sup>

Foi doente toda a vida. Sua pele era extremamente sensível, e ele queixava-se sem-

pre de cocciras,<sup>18</sup> talvez devido a nervosismo ou excesso de limpeza. Algumas vezes sofria de estrangúria — dificuldade e demora para urinar. Neste particular, ele e Rousseau, que eram a antítese um do outro, assemelhavam-se sob a pele. Tomava café repetidas vezes, cinqüenta ao dia, segundo Frederico, o Grande;<sup>19</sup> três, afirmava Wagnière.<sup>20</sup> Ironizava os médicos, afirmando que Luís XV sobrevivera a quarenta de seus médicos, e perguntava: “Quem algum dia ouviu falar em um médico centenário?”<sup>21</sup> Mas ele próprio tomava vários remédios. Concordava com o personagem de Molière de que o melhor remédio para qualquer doença era o *clisterium donare*,<sup>22</sup> ele mesmo purgava-se três vezes na semana, com uma solução de cássia, ou com um clister saponáceo.<sup>23</sup> Julgava que a melhor medicina era a preventiva, e a melhor prevenção estava em limpar os órgãos internos e os revestimentos externos.<sup>24</sup> Apesar da idade, padecimentos e visitantes, trabalhava com a energia do homem que não tem excesso de gordura. Wagnière dizia que seu senhor “não dormia mais de cinco ou seis horas” por dia.<sup>25</sup> Trabalhava até altas horas da noite, muitas vezes tirando Frei Adam da cama para auxiliá-lo a procurar uma palavra em grego.<sup>26</sup>

Afirmava que o melhor remédio contra o suicídio e a filosofia era a atividade. Ainda melhor, atividade ao ar livre. Literalmente, Voltaire cultivava seu jardim, várias vezes arando e semeando com as próprias mãos.<sup>27</sup> Mme. du Deffand percebia em suas cartas o prazer que sentia ao ver crescer um repolho. Esperava que a posteridade pelo menos dele se lembrasse pelos milhares de árvores que havia plantado. Recuperava terras devolutas e drenava os pântanos. Construiu um estábulo para criação, ali pôs dez éguas, aceitando o oferecimento do Marquês de Voyer para levar um cavalo reprodutor. “Meu serralho está pronto”, escreveu, “nada mais falta, a não ser o sultão.(...) Tanto tem-se falado sobre população nestes últimos anos que eu pretendo, pelo menos, encher as terras de Gex com cavalos, de vez que tenho muito poucas probabilidades de aumentar minha própria espécie.”<sup>28</sup> Ao fisiólogo Haller escreveu: “A melhor coisa que se pode fazer nesta terra é cultivá-la. Em comparação, todas as experiências da física são meros brinquedos de criança. Dignificados sejam aqueles que semeiam a terra. Maldito seja o miserável — quer seja coroado, de capacete, ou tonsura — que os perturbar!”<sup>29</sup>

Não possuindo terras suficientes para dar emprego à população vizinha, instituiu em Ferney e Tournay lojas de relojoaria e de tecelagem de meias — para as quais suas amoreiras forneciam a seda. Dava emprego a todos que lhe pediam, chegando a ter oitocentas pessoas trabalhando para ele. Construiu uma centena de casas para seus empregados, emprestava-lhes dinheiro a quatro por cento e auxiliava-os a encontrar mercados para seus produtos. Logo as cabeças coroadas principiaram a comprar relógios de Ferney, e senhoras da nobreza, seduzidas por suas cartas, usavam meias, algumas das quais ele declarava ter tecido com suas próprias mãos. Catarina II comprou, de Ferney, relógios no valor de 39 mil *livres*, oferecendo-se para auxiliá-lo a encontrar escoamento na Ásia para seus produtos. Dentro de três anos, os relógios, grandes e pequenos, assim como as jóias, fabricados em Ferney, eram regularmente despachados para a Holanda, Itália, Espanha, Portugal, Marrocos, Argélia, Turquia, Rússia, China e América. O resultado dessas novas indústrias de Ferney foi sua ascensão, de uma aldeia de quarenta camponeses, para uma população de 1.200 almas, durante a estada de Voltaire. “Dai-me uma boa oportunidade”, escreveu para Richelieu, “e

serei homem para construir uma cidade.”<sup>30</sup> Católicos e protestantes viviam em paz nas terras do incréu.

Suas relações com seus “vassalos” eram as de um *bon seigneur*. Tratava-os a todos cortês e conscienciosamente. “Falava com os camponeses”, disse o Príncipe de Ligne, “como se eles fossem embaixadores.”<sup>31</sup> Isentou-os dos impostos sobre sal e fumo (1775).<sup>32</sup> Lutou incessantemente, mas em vão, para que todos os camponeses do Pays de Gex fossem libertados da servidão. Quando aquela região foi ameaçada de fome, importou trigo da Sicília, vendendo-o a preço bem inferior ao que havia comprado.<sup>33</sup> Enquanto prosseguia em sua guerra contra *l'infâme* — contra superstição, obscurantismo e perseguição — despendeu grande parte de seu tempo na administração prática. Desculpava-se por não sair de Ferney para visitar os amigos: “Tenho oitocentas pessoas para guiar e amparar, (...) não posso ausentar-me sem o risco de ver tudo voltar novamente ao caos.”<sup>34</sup> Seu sucesso na qualidade de administrador espantava a todos que viam os resultados. Um de seus mais severos críticos declarou: “Demonstrou julgamento claro e bom senso.”<sup>35</sup> Os seus governados aprenderam a amá-lo. Certa vez, espargiram folhas de louro dentro de sua carruagem quando Voltaire passava.<sup>36</sup> Sobretudo os jovens gostavam dele, pois para eles abria o castelo todos os domingos, servindo-lhes refrescos e proporcionando-lhes danças.<sup>37</sup> Animava-os, rejubilando-se com a alegria deles. “Ele estava muito contente”, relatou Mme. de Gallatin, “sem se lembrar que tinha 82 anos.”<sup>38</sup> Ele se lembrava, porém estava contente. “*Je deviens patriarche*”, escreveu — “Estou me tornando um patriarca.”<sup>39</sup>

## II. A REALEZA DA PENA

Entrementes, Voltaire continuava a escrever, produzindo quantidade incrível, em variedade e qualidade, de histórias, tratados, dramas, contos, poemas, artigos, panfletos, cartas e artigos críticos, para uma audiência internacional que aguardava avidamente por suas palavras. Só no ano de 1768, escreveu *L'Homme aux Quarente Écus*, *La Princesse de Babylone* (uma de suas melhores narrativas), *Épître à Boileau*, *Profession de Foi d'un Théiste*, *Le Phyrhonisme de l'Histoire*, dois libretos de ópera cômica e uma peça. Quase todos os dias compunha “versos esparsos” — epigramas rimados, curtos, leves e graciosos. Neste setor, não há literatura que o iguale, nem mesmo no excelente conjunto da *Antologia Grega*.

Já nos ocupamos em outra parte de suas obras relativas à religião e filosofia. Passemos os olhos rapidamente nas peças teatrais que ele escreveu em Ferney — *Tancrède*, *Nanine*, *L'Écossaise*, *Socrate*, *Saul*, *Irène*. São as menos importantes de sua produção, embora tenham constituído o comentário de Paris daquela época. *Tancrède*, apresentado no Théâtre-Français, em 3 de setembro de 1759, conquistou aplauso universal, até de Fréron, inimigo ferrenho de Voltaire. Mlle. Clairon, como Déborah, e Lekain, como Tancrède, alcançaram o apogeu de sua arte. O palco ficou desembaraçado de espectadores, permitindo espaço e extraordinária decoração. O assunto medieval e cavalheiresco constituiu um feliz desvio dos temas clássicos. Realmente, o discípulo de Boileau escreveu um drama romântico. *Nanine* revelou que Voltaire, como Diderot, sofrera influência de Richardson. O próprio Rousseau elogiou-o. Havia em *Socrate*



um verso memorável: "O triunfo da razão é viver bem com aqueles que não a têm."<sup>40</sup>

Aclamado em seu tempo como o igual de Corneille e Racine, Voltaire estudava-os incessantemente, hesitando por longo tempo sobre qual dos dois recaía sua preferência. Finalmente, decidiu em favor de Racine. Corajosamente colocou-os acima de Sófocles e Eurípedes, pondo Molière, em suas melhores peças, superior ao puro porém frio Terêncio e ao bufão Aristófanes.<sup>41</sup> Voltaire consternou-se quando soube que Marie Corneille, sobrinha-neta do dramaturgo, vivia na pobreza, nas proximidades de Évreux. Ofereceu-se para adotá-la e pagar sua educação. E, ao ter conhecimento de que ela era devota, assegurou-lhe que ela teria todas as oportunidades de praticar sua religião. Em dezembro de 1760, ela foi para a casa de Voltaire. Este adotou-a, ensinou-lhe a escrever um francês correto, corrigiu sua pronúncia e acompanhou-a à missa. No intuito de lhe dar um dote, propôs à Academia Francesa incumbi-lo de editar as obras de Corneille. O pedido foi aprovado. Voltaire imediatamente principiou a reler os dramas de seu predecessor, a suplementá-los com introduções e notas e, na qualidade de bom negociante, anunciou o projeto, solicitando subscrições. Luís XV, a Czarina Elizaveta e Frederico da Prússia subscreveram duzentos exemplares, Mme. de Pompadour e Choiseul cinquenta, e outras subscrições foram feitas por Chesterfield e demais pessoas importantes. O resultado foi Marie Corneille ter muitos pretendentes. Casou-se duas vezes, tornando-se, em 1768, a mãe de Charlotte Corday.

Voltaire foi o maior historiador, assim como o maior poeta e dramaturgo de seu tempo. Em 1737, a Czarina Elizaveta pediu-lhe para escrever uma biografia de seu pai, Pedro, o Grande. Convidou Voltaire a São Petersburgo, prometendo inúmeras honrarias. Voltaire respondeu-lhe estar muito velho para empreender semelhante viagem, mas que escreveria a história se seu ministro, Conde Shuvalov, lhe mandasse documentação ilustrativa da carreira de Pedro, assim como as mudanças produzidas pelas reformas do czar. Em sua mocidade, Voltaire vira o czar em Paris (1716). Considerava-o um grande homem, porém ainda um bárbaro. E, para evitar a perigosa enumeração de seus erros, decidiu escrever não uma biografia, mas a história da Rússia naquele memorável reinado — tarefa muito mais difícil. Empreendeu pesquisas consideráveis, trabalhando nessa obra de 1757 a 1763, publicando-a em 1759-63, como *Histoire de la Russie sous Pierre le Grand*. Foi um empreendimento meritório para o seu tempo, permanecendo o melhor tratamento do assunto anterior do século XIX. Entretanto, o honesto Michelet achou-o "enfadonho".<sup>42</sup> A czarina conheceu partes da obra. Enviou a Voltaire alguns "grandes diamantes" por conta, porém eles foram roubados no caminho, e a czarina morreu antes de terminado o livro.

De uma maneira ou de outra, enquanto a Guerra dos Sete Anos ainda bramava em seu redor, Voltaire resolveu atualizar sua *Histoire générale*, ou *Essai sur les mœurs* (1755-63), adicionando-lhe um *Précis du siècle de Louis XV*. Tratava-se de operação delicada, pois ele estava ainda sob interdição do governo francês. Devemos perdoar-lhe se cautelosamente passou de leve sobre os erros do rei, então no poder. Mesmo assim, é uma excelente narrativa, simples e clara. Ao contar a história do Príncipe Charles Edward Stuart (o bom Príncipe Charlie) quase rivalizou com o seu próprio *Charles XII*. Fiel à sua concepção de que a história era mais bem contada quando recordava os progressos da mente humana, concluiu com as seguintes palavras, "So-

bre o Progresso do Intelecto na Época de Luís XV", anotando o que lhe parecia ser indício de desenvolvimento:

Uma ordem inteira [jesuítas] revogada pela autoridade secular, a disciplina de outras ordens reformadas por esta autoridade, a divisão entre a [jurisdição] de magistrados e bispos revelam claramente quantos preconceitos foram dispersos, de que forma se ampliaram os conhecimentos do governo, e a que ponto estão esclarecidas as nossas mentes. As sementes desse saber foram plantadas no século passado. Nos dias que correm, elas surgem em toda parte, até mesmo nas mais remotas províncias.(...) A ciência pura iluminou as artes úteis e estas já principiaram a curar as chagas do estado ocasionadas por duas guerras fatais.(...) O conhecimento da natureza e o descrédito de antigas fábulas, uma vez honradas como história. Uma sólida metafísica liberada do absurdo das escolas. Estes são produtos desta era e a razão humana está muito aperfeiçoada.

Tendo pago esta dívida para com a história, Voltaire voltou à filosofia e à sua campanha contra a Igreja Católica. Lançou, em rápida sucessão, estes pequenos livros, os quais já examinamos, como artilharia ligeira na guerra contra *l'infâme*: *O Filósofo Ignorante*, *Importantes Estudos de Milorde Bolingbroke*, *l'Ingenu* (ou *O Huron*), *Histoire de Jenni*, e *La Raison par alphabet*. Em meio a todos esses trabalhos, entretinha a mais extraordinária correspondência jamais mantida por um só homem.

Quando Casanova visitou-o, em 1760, Voltaire mostrou-lhe uma coleção de umas cinquenta mil cartas que havia recebido naquele ano. Portanto, a partir de então, quase igual número. Como era o destinatário quem pagava o correio, Voltaire algumas vezes gastava cem *livres* pelas cartas que recebia em um dia. Mil admiradores, mil inimigos, uma centena de jovens autores, uma centena de filósofos amadores mandavam-lhe presentes, buquês, insultos, pragas, questionários e manuscritos. Não era raro um indagador ansioso lhe suplicar para dizer, pelo retorno do correio, se Deus existia, ou se o homem tinha alma imortal. Voltaire terminou colocando anúncio no *Mercure de France*, nestes termos: "Às inúmeras pessoas que reclamaram não ter recebido acusação do envio de embrulhos remetidos a Ferney, Tournay, os Les Délices, informamos que, em virtude do grande número desses pacotes, tornou-se necessário recusar tudo que não proceda de pessoa com a qual o proprietário tem a honra de manter relações."<sup>43</sup>

Na sua edição definitiva, por Theodore Besterman, a correspondência de Voltaire ocupa 98 volumes. Brunetièrre declarou-os "a maior quantidade existente de toda a sua obra".<sup>44</sup> E, na verdade, não há nenhuma página insípida nesta imensidão, pois naquelas cartas pode-se ainda ouvir o mais brilhante conversador da época falar a um amigo com toda a intimidade. Jamais antes ou depois pôde um escritor captar ao correr da pena — *currente calamo* — tanta civilidade, vivacidade, charme e graça. É uma festa, não apenas de inteligência e eloquência como de calorosa amizade, sentimento humano e pensamento incisivo. Ao lado dessas cartas, as de Mme. de Sévigné, posto que deliciosas, parecem ocasionalmente pairar sobre a superfície das coisas triviais e transitórias. Não há dúvida de que existe algo de convencional nos floreios do estilo epistolar de Voltaire, porém ele parece tencionar fazê-lo quando escreve a d'Alembert: "Abraço-o com toda a força, lamentando que a distância seja tão grande." (Ao qual, responde d'Alembert: "Adeus, meu querido e ilustre amigo. Abraço-o, cari-

nhosamente, e sou mais do que nunca *tuus in animo*” — teu em espírito.)<sup>45</sup> Ouçamos Voltaire a Mme. du Deffand: “*Adieu, madame*(...) de todas as verdades que procuro, a que me parece mais certa é que tendes uma alma compatível com a minha, à qual estarei ternamente unido durante o pouco tempo que me resta.”<sup>46</sup>

As cartas que enviava a seus conhecidos em Paris eram valorizadas por aqueles que as recebiam, passando de mão em mão como pepitas de ouro em relação às notícias e pedras preciosas quanto ao estilo. Porque era nessas cartas que o estilo de Voltaire alcançava seu maior brilhantismo. Não o era na história, em que uma narrativa fluente e simples é mais desejável do que eloquência ou sagacidade. Nos seus dramas, a declamação era pomposa, mas nas cartas ele podia fazer com que a ponta de diamante de sua pena brilhasse em um epigrama, ou iluminasse um tópico com incomparável precisão e brevidade. Aliava a cultura de Bayle à eloquência de Fontenelle, ou tirava um toque de ironia das *Lettres provinciales* de Pascal. Contradizia-se no decurso de seus setenta anos de escritor, porém nunca era obscuro. Quase não podemos acreditar ter ele sido um filósofo, tal a sua clareza. É parco em adjetivos e símiles, com receio de tumultuar o pensamento, e quase todas as outras frases são um lampejo de luz. Às vezes surgem excessivos lampejos e tiradas de inteligência. Por vezes, o leitor fatiga-se desses lampejos, perdendo alguns dardos da agilidade mental de Voltaire. Ele percebeu que o brilho excessivo era um erro, como adereços num vestido. “A língua francesa”, disse Voltaire modestamente, “foi elevada ao ponto máximo de perfeição na época de Luís XIV.”<sup>47</sup>

Metade das celebridades daquele tempo formava entre seus correspondentes. Não apenas os *philosophes* e os maiores escritores da França e da Inglaterra, mas também cardeais, papas, reis e rainhas. Cristiano VII escusava-se junto a ele por não haver instituído logo as reformas voltairianas na Dinamarca. Estanislau Poniatowski, da Polônia, lastimava-se de ter sido impelido para a realeza justamente na ocasião em que se dirigia a Ferney. Gustavo III da Suécia agradecia a Voltaire por ter dirigido seus olhares para o gélido norte, rezando para que “Deus proteja vossos dias, tão preciosos à humanidade”.<sup>48</sup> Frederico, o Grande, censurou-o por ter sido cruel com Maupertuis e insolente com os reis,<sup>49</sup> porém, no mês seguinte, escrevia: “Saúde e prosperidade ao mais nefasto e sedutor homem de gênio que jamais existiu ou existirá neste mundo.”<sup>50</sup> E, em 12 de maio de 1760, prosseguia:

Por minha parte, lá irei [Hades], a fim de dizer a Virgílio que um francês sobrepujou-o na sua própria arte. O mesmo direi a Sófocles e Eurípedes. Falarei com Tucídides sobre vossas histórias, a Quinto Cúrcio sobre vosso Carlos XII. Talvez seja eu apedrejado por estes invejosos mortos, porque um só homem reuniu em si mesmo todos os diversos méritos que a eles pertenciam.<sup>51</sup>

Em 19 de setembro de 1774, Frederico continuava seus louvores: “Após vossa morte não haverá ninguém para vos substituir. Será o fim das belas letras na França.”<sup>52</sup> (Naturalmente, um engano. A boa literatura na França não terá fim.) E, finalmente, em 24 de julho de 1775, Frederico baixou seu cetro perante a pena de Voltaire: “Quanto a mim, consolo-me por ter vivido na época de Voltaire. É o suficiente.”<sup>53</sup>

Catarina, a Grande, escrevia a Voltaire como de uma cabeça coroada a outra — de fato, como uma aluna a seu mestre. No decurso de dezesseis anos leu-o com en-

canto, antes de abrir seu caminho ao trono da Rússia. Em seguida, em outubro de 1763, deu início à correspondência com ele, ao responder, na primeira pessoa, a uma carta em versos que ele havia enviado a um membro do seu corpo diplomático.<sup>54</sup> Voltaire chamava-a a Semíramis do Norte, deslizava habilmente sobre seus crimes, tornando-se seu defensor em relação à França. Ela suplicou que lhe poupasse os elogios. Ele alongou-os. Ela prezava a parceria de Voltaire, pois sabia ser em grande parte através dele — em seguida através de Grimm e Diderot — que ela obtivera “boa divulgação” na França. A filosofia francesa tornou-se um instrumento da diplomacia russa. Voltaire recomendou a Catarina que utilizasse contra os turcos carros de guerra equipados com segadeiras, ao estilo assírio. Esta teve de explicar que os turcos, bem pouco cooperativos, não atacariam em posição suficientemente unida para que fossem exterminados.<sup>55</sup> No seu entusiasmo, Voltaire esqueceu-se do ódio que devotava à guerra, pensando apenas que os exércitos de Catarina libertariam a Grécia do jugo otomano. Voltaire clamava “*Français, Bretons, Italiens*”, em apoio a esta nova cruzada, lastimando-se quando Semíramis subitamente parou. Byron esposou sua causa.

Os franceses detestavam os galanteios de Voltaire para com a realeza. Achavam que ele se rebaixava ao adejar em torno dos tronos, fazendo elogios. Na verdade, aquelas incursões subiam-lhe à cabeça. Mas ele também fazia um jogo diplomático. Nunca pretendeu republicanizar sentimentos. Repetidamente argumentava ser possível maior progresso com um rei “esclarecido” do que entronizar as massas instáveis, iletradas e supersticiosas. Estava lutando não contra o Estado, mas contra a Igreja Católica; e nessa batalha o apoio dos governantes constituía precioso auxílio. Vimos o quanto foi precioso este apoio nas suas triunfantes campanhas para os Calas e os Sirvens. Foi de grande oportunidade para ele que nesta luta em prol da tolerância religiosa tivesse a seu lado tanto Frederico como Catarina. Tampouco perdeu a esperança de conquistar Luís XV. Havia granjeado a aliança de Mme. de Pompadour e Choiseul. Cortejava Mme. du Barry. Não tinha escrúpulos nesta estratégia e, na verdade, antes do término do reinado, contava com o apoio de todo o governo da França. Estava ganha a guerra em favor da tolerância religiosa.

### III. VOLTAIRE POLITICUS

O que desejava ele realizar na política e na economia? Suas vistas alçavam-se para o alto e para baixo. O maior objetivo era libertar o homem dos mitos teológicos e domínio clerical, o que já era bastante difícil. Quanto ao resto, desejava algumas reformas, entretanto, nenhuma utopia. Ria-se “daqueles legisladores que governam o universo e (...) que, de suas águas-furtadas, dão ordens aos reis”.<sup>56</sup> Como todos os *philosophes*, opunha-se à Revolução. Teria ficado abalado com ela... e talvez guilhotinado.\* Ademais, era escandalosamente rico e, sem dúvida, sua fortuna falseava seus pontos de vista.

---

\* Ver os comentários de Robespierre sobre os Enciclopedistas: “No que se refere à política, a linha seguida por esse partido era a dos Direitos do Povo.(...) Seus dirigentes às vezes pregavam contra o despotismo e eram alimentados por déspotas. Algumas vezes escreviam artigos sobre os reis, outras vezes faziam dedicatórias em sua honra. Redigiam discursos para os cortesãos, madrigais para as cortesãs.”<sup>57</sup>

Em 1758, propôs investir quinhentos mil francos (\$625.000?) na Lorena.<sup>58</sup> Em 17 de março de 1759, escreveu a Frederico: "Minha renda [anual] na França é de sessenta mil *livres* [\$75.000?]. (...) Concordo que sou muito rico." Sua fortuna foi feita de "informações confidenciais" de seus amigos financistas, como os irmãos Paris; de ganhos nas loterias na França e Lorena; de participação na propriedade de seu pai; da compra de títulos do governo; da obtenção de ações nas especulações comerciais; e de emprestar dinheiro a juros. Satisfazia-se com o rendimento de seis por cento, o que era razoável, considerando-se os riscos e perdas. Perdeu mil escudos (\$3.750?) com a falência da firma Gilliart, em Cádiz (1767).<sup>59</sup> Em 1768, referindo-se aos oitenta mil francos (\$100.000?) que Voltaire emprestara ao Duque de Richelieu, Gibbon observou: "O duque está arruinado, a caução não vale nada, o dinheiro sumiu."<sup>60</sup> Quando Voltaire morreu, um quarto do empréstimo havia sido reembolsado. Sua renda obtida de pensões do Estado perfazia quatro mil francos anuais. Em 1777, no todo, sua renda elevava-se a 206 mil francos (\$257.500?).<sup>61</sup> Disponha de sua fortuna com proporcional generosidade, mas julgava dever defendê-la de maneira não necessariamente inconveniente para um filósofo.

Tenho visto tantos literatos pobres e desprezados que resolvi firmemente não aumentar esse número. Na França, um homem tem de ser ou bigorna ou martelo. Nasci bigorna. Um pequeno patrimônio torna-se dia a dia menor, porque, com o decorrer do tempo tudo aumenta de preço, e o governo freqüentemente tributa tanto a renda como o dinheiro. (...) Devemos ser econômicos na juventude para que na velhice estejamos de posse de um capital que nos surpreenda; e esta é a época em que a fortuna nos é mais necessária.<sup>62</sup>

Já em 1736, em seu poema *Le Mondain*, Voltaire confessava: "Amo o luxo, e até mesmo uma vida amena, todos os prazeres, todas as artes." Sustentava que a procura de luxo por parte dos ricos fez com que o dinheiro deles circulasse entre os artesãos; e suspeitava que, se não fosse pela riqueza, não teria existido a grande arte.<sup>63</sup> Quando Voltaire publicou o *Testament*, obra ateuísta-comunista de Meslier, omitiu o capítulo contra a propriedade. Acreditava que nenhum sistema econômico podia subsistir sem o estímulo da propriedade. "O espírito da propriedade duplica a força do homem."<sup>64</sup> Esperava ver todo homem um proprietário. E enquanto Rousseau sancionava a servidão na Polônia, Voltaire escrevia: "A Polónia seria três vezes mais populosa e rica se os camponeses não fossem escravos."<sup>65</sup> Entretanto, não era favorável a que os camponeses se tornassem ricos. Quem, então, seria bom soldado para o Estado?<sup>66</sup>

Não compartilhava do entusiasmo de Rousseau pela igualdade. Sabia que todos os homens foram criados desiguais e servis. Refutava a opinião de Helvétius de que se fossem dadas educação e oportunidades iguais a todos, todos logo seriam iguais em educação e aptidões. "Que loucura pensar que todo homem poderia ser um Newton!"<sup>67</sup> Em todos os tempos haverá fortes e fracos, inteligentes e simplórios e, por conseguinte, pobres e ricos.

É impossível impedir, neste melancólico universo, que homens vivendo numa sociedade sejam divididos em duas classes — uma dos ricos que mandam, a outra dos pobres que obedecem. (...) Qualquer homem tem o direito de formar opinião de

suas próprias qualidades em relação a outros homens, mas isto não quer dizer que o cozinheiro do cardeal possa ordenar a seu patrão para preparar-lhe o jantar. Entretanto, o cozinheiro pode dizer: "Sou um homem igual ao meu patrão. Nasci, como ele, em lágrimas, e morrerei, como ele, em agonia.(...) Ambos temos as mesmas funções animais. Se os turcos conquistarem Roma e eu, então, me tornar cardeal e meu patrão cozinheiro, tomá-lo-ei a meu serviço." Esta linguagem é perfeitamente razoável e justa, mas, enquanto espera que os turcos invadam Roma, o cozinheiro tem de cumprir sua obrigação, ou então haverá uma subversão da sociedade humana.<sup>68</sup>

Na qualidade de filho de tabelião, que somente mais tarde tornou-se um *seigneur*, Voltaire tinha pontos de vista contraditórios sobre aristocracia, aparentemente preferindo o tipo inglês.<sup>69</sup> Aceitava a monarquia como forma natural de governo. "Por que é que toda a terra é governada por monarcas?(...) A honesta resposta é: Porque raramente os homens são dignos de governarem a si próprios."<sup>70</sup> Zombava do divino direito dos reis, reportando-os, assim como seus súditos, às conquistas. "Uma tribo escolhe um chefe para conduzir suas pilhagens. Habitua-se a obedecê-lo, ele acostuma-se a comandar. Creio ser esta a origem da monarquia."<sup>71</sup> Isto é natural? Olhai para um pátio de fazenda.

O pátio de fazenda é a mais perfeita representação de uma monarquia. Não existe rei que se compare ao galo. Se caminha altaneiro e impetuoso por entre o seu bando não é por vaidade. Se o inimigo avança não se contenta em dar ordens a seus súditos para que saiam e se deixem matar por ele.(...) Vai pessoalmente, arruma a tropa atrás de si e luta até o último suspiro. Se ganha, é ele próprio quem canta o *Te Deum*.(...) Se é verdade que as abelhas são governadas por uma rainha, com a qual todos os súditos fazem amor, esta é uma forma de governo ainda mais perfeita.<sup>72</sup>

Vivendo em Berlim e a seguir em Genebra, pôde estudar a monarquia e a "democracia" enquanto estavam funcionando. Como outros *philosophes*, era parcial pelo fato de que vários monarcas — Frederico II, Pedro III, Catarina II — e alguns ministros — Choiseul, Aranda, Tanucci, Pombal — terem dado ouvidos aos apelos de reformas ou concedido pensões aos filósofos. Numa época em que o camponês russo era tão primitivo, em que as massas em toda parte eram tão ignorantes e tão cansadas para pensar, era absurdo pensar num estatuto popular. Na verdade, as "democracias" na Suíça e na Holanda eram oligarquias. Era a população que gostava dos antigos mitos e dos cerimoniais religiosos, postando-se como um exército maciço no caminho da liberdade intelectual e do desenvolvimento. Havia apenas uma força suficientemente poderosa para resistir à Igreja Católica na França, como haviam resistido, com êxito, as igrejas protestantes na Inglaterra, Holanda e Alemanha. Esta força era o Estado. Só através dos governos monárquicos existentes na França, Alemanha e Rússia podiam os *philosophes* esperar vencer a luta contra a superstição, fanatismo, perseguição e teologia infantil. Não podiam esperar apoio dos *parlements*, pois estes eram rivais da Igreja e suplantavam o rei em obscurantismo, censura e intolerância. Por outro lado, consideremos o que Henrique, o Navegador, havia feito a Portugal, o que Henrique IV fizera para a França, ou Pedro, o Grande, para a Rússia, ou Frederico,

o Grande, para a Prússia. “Quase nada de grande havia sido realizado no mundo senão por gênios e a firmeza de um só homem contra os preconceitos da multidão.”<sup>73</sup> De modo que os *philosophes* erguiam preces aos reis esclarecidos. “A virtude de nos reis”, escreveu Voltaire em *Mérope*, “é o mais belo trabalho dos céus.”<sup>74</sup> Há um delicioso trecho em Michelet sobre esta *thèse royale*: “É uma quimera dos *philosophes* e dos economistas — homens como Voltaire e Turgot — a de realizar a revolução — fazer a felicidade da humanidade — por intermédio do rei. Nada mais curioso do que ver este ídolo disputado por ambas as partes. Os *philosophes* puxam-no para a direita, os padres, para a esquerda. Quem o levará? As mulheres.”<sup>75</sup>

A política de Voltaire surgia, em parte, da suspeita de que muitos povos seriam incapazes de assimilar a educação, mesmo que esta lhes fosse oferecida. Referia-se “à porção pensante da raça humana, isto é, a centésima milionésima parte”.<sup>76</sup> Temia a imaturidade mental e emocional do povo em seu todo. “*Quand la populace se mêle de raisonner, tout est perdu*” (Quando o populacho resolve raciocinar, tudo está perdido).<sup>77</sup> E assim é que, até nos anos em que se tornou mais brando, não nutria grande simpatia pela democracia. Quando Casanova lhe perguntou “Poderíeis conceber o povo investido de soberania?”, Voltaire respondeu, “Deus me livre!”<sup>78</sup> E a Frederico: “Quando vos pedi para ser o restaurador das belas-artes da Grécia, minha solicitação não chegava ao ponto de desejar que restabelecêsseis a democracia ateniense. Não gosto de democracia pela plebe.”<sup>79</sup> Concordava com Rousseau de que “a democracia parece adaptar-se apenas aos países pequenos”, acrescentando, entretanto, outras restrições: “Apenas aos situados em lugares privilegiados(...) cuja liberdade está assegurada por sua situação, os quais seus vizinhos têm interesse em preservar.”<sup>80</sup> Admirava as repúblicas dinamarquesas e suíças, porém em relação a estas ainda mantinha algumas dúvidas.

Se nos lembrarmos que os dinamarqueses comeram numa grelha o coração dos dois irmãos De Witt; se recordarmos que o republicano Calvino, (...) após escrever que não deveríamos perseguir ninguém, mesmo que negasse a Santíssima Trindade, mandou queimar vivo, em feixes de lenha verde [fogo lento], um espanhol cuja opinião a respeito da Trindade diferia da sua; então, devemos convir que as repúblicas não são mais virtuosas do que as monarquias.<sup>81</sup>

Depois de todos esses pronunciamentos antidemocráticos, podemos vê-lo apoiando ativamente a classe média de Genebra contra os nobres (1763), e os desprivilegiados *natifs* de Genebra tanto contra a aristocracia como contra a burguesia (1766). Deixemos esta história para o seu lugar adequado.

De fato, Voltaire parecia tornar-se mais radical com a idade. Em 1768, produziu *L'Homme aux quarante écus* — *O homem dos quarenta escudos*. No primeiro ano, contou com dez edições, porém estas foram queimadas pelo Parlamento de Paris, que mandou o impressor para as galés. A severidade do castigo não deveu-se ao ridículo que a história prodigalizava aos fisiocratas, mas à viva descrição do camponês reduzido à indigência pela tributação, e dos monges vivendo na ociosidade e no luxo nas propriedades cultivadas pelos escravos. Em outro panfleto (1768), denominado *L'A, B, C* (cuja autoria Voltaire teve muito trabalho para negar), ele fez “Monsieur B” declarar:

Eu poderia adaptar-me muito bem ao governo democrático.(...) Todos aqueles que tiverem haveres no mesmo território possuem o mesmo direito de manter a ordem nesse território. Agrada-me ver homens livres elaborarem leis sob as quais vivem... Apraz-mê que meu pedreiro, meu carpinteiro, meu ferreiro, os quais auxiliaram-me a construir minha morada, assim como meu vizinho agricultor, meu amigo fabricante, elevem-se acima dos seus ofícios e que saibam dos interesses públicos melhor do que o mais insolente funcionário turco. Numa democracia, nenhum artesão, nenhum trabalhador deve temer ser molestado ou desprezado.(...) Ser livre, ter somente os iguais a você, é a verdadeira e natural vida do homem. Todas as outras formas de vida são artifícios indignos, comédias inferiores nas quais um homem representa o papel de senhor, outro o de escravo, outro o de parasita, e outro o de agenciador.<sup>82</sup>

No ano de 1769, ou logo após, Voltaire (com 75 anos), numa nova edição do *Dictionnaire philosophique*, fez sarcástica enumeração da tirania e dos abusos na França<sup>83</sup> e, em comparação, elogiava a Inglaterra.

A Constituição inglesa, de fato, chegou a um ponto de excelência em que a todos os homens são restituídos os direitos naturais aos quais, em todos os países, eles são privados. Esses direitos são: inteira liberdade do indivíduo e da propriedade, liberdade de imprensa, o direito de ser julgado em todos os casos criminais por um júri de homens independentes, o direito de ser julgado segundo a estrita letra da lei, e o direito de cada homem professar, sem ser molestado, a religião que escolher, e o de renunciar a funções que são somente ocupadas por membros da igreja constituída. São estes (...) inestimáveis privilégios.(...) Saber que, ao deitar-se para descansar, poderá estar certo de que, ao levantar-se, será ainda o dono das mesmas propriedades, e saber que, na calada da noite, não será arrebatado dos braços da mulher e dos filhos e jogado numa masmorra, ou no exílio, ou enterrado no deserto.(...) Saberá que terá o direito de publicar todos os seus pensamentos(...) esses os privilégios que terá todo aquele que puser os pés na Inglaterra.(...) Não podemos deixar de achar que os Estados que não se regulem segundo esses princípios estarão fadados à revolução.<sup>84</sup>

Como muitos observadores, anteviu a revolução na França. A 2 de abril de 1764, escreveu ao Marquês de Chauvelin:

Por toda parte vejo as sementes de uma inevitável revolução, à qual, entretanto, não terei o prazer de assistir. Os franceses chegam tarde para tudo, mas, finalmente, acabam chegando. Os esclarecimentos foram de tal forma difundidos que arrebenarão na primeira oportunidade; então, haverá uma boa explosão. Os jovens têm sorte. Presenciarão grandes coisas.

E, no entanto, quando se lembrava de estar vivendo na França por tolerância de um rei ao qual havia ofendido ao fixar residência em Potsdam, quando viu a Pompadour, Choiseul, Malesherbes e Turgot conduzindo o governo francês para a tolerância religiosa e a reforma política — e talvez ansiando por uma permissão para voltar a Paris — usou, de modo geral, um tom mais patriótico, condenando a violência de uma revolução:



Quando o povo sente intensamente sua pobreza seguem-se guerras como as do partido popular contra o Senado de Roma, assim como as dos camponeses na Alemanha, Inglaterra e França. Todas essas guerras terminaram, mais cedo ou mais tarde, pela submissão do povo, porque os grandes têm dinheiro; e num Estado, o dinheiro tudo domina.<sup>85</sup>

De modo que, em vez de um levante começando por baixo, em que a habilidade para destruir não se faria acompanhar por uma habilidade para reconstruir, sendo o ignorante em grande número logo submetido ao inteligente em número diminuto, Voltaire preferiu trabalhar para uma revolução não-violenta, através do esclarecimento que passaria dos pensantes para os dirigentes, dos ministros e magistrados para negociantes e fabricantes, para artesãos e camponeses. "Em primeiro lugar, o tirocínio na mente dos dirigentes. Depois esse tirocínio chega até o povo, que dele não tem consciência, e o domina. Este povo, porém, compreendendo a moderação de seus superiores, aprende a imitá-los."<sup>86</sup> Afinal de contas, pensou ele, a única verdadeira liberação é a educação, e a única verdadeira liberdade é a inteligência. "*Plus les hommes sont éclairés, plus ils seront libres*" (Quanto mais esclarecidos são os homens, mais livres serão).<sup>87</sup> As únicas verdadeiras revoluções são aquelas que modificam o espírito e o coração, e os únicos verdadeiros revolucionários são os sábios e os santos.

#### IV. O REFORMADOR

Em vez de pugnar por uma revolução política radical, Voltaire trabalhava para uma reforma gradativa e moderada dentro da estrutura existente da sociedade francesa. E, de conformidade com este esquema de abstenção, realizou mais do que qualquer homem do seu tempo.

Sua principal reivindicação era para uma revisão total da legislação francesa, a qual não havia sido feita desde 1670. Em 1765, leu, em italiano, o famoso *Trattato dei delitti e delle pene*, do jurista milanês Beccaria, o qual, por seu lado, inspirara-se nos *philosophes*. Em 1766, Voltaire divulgou o *Commentaire sur le livre des délits et des peines*, reconhecendo francamente a liderança de Beccaria. Continuou atacando as injustiças e barbaridades da legislação francesa até 1777, quando, com a idade de 82 anos, publicou *Prix de la justice et de l'humanité*.

Como início, pedia que a lei eclesiástica se subordinasse à lei civil, assim como repressão do poder do clero para exigir penitências degradantes e ociosidade nos dias santos. Reivindicava moderação nas penalidades por sacrilégio, e repulsa à lei que ultrajava o corpo e confiscava a propriedade dos suicidas. Insistia na diferença entre crime e delito, e em terminar com a noção de que a punição do crime era para vingar um Deus ofendido.

Nenhuma lei eclesiástica deveria vigorar sem a sanção expressa do governo.(...) Tudo que se relacione ao casamento depende somente dos magistrados, devendo os padres restringirem-se à augusta função de abençoar a união.(...) Empréstimo de dinheiro a juros é estritamente objeto da lei civil.(...) Todo eclesiástico, em qualquer caso, deve ficar sobre o absoluto controle do governo por ser dependente do Estado.(...) Nenhum padre terá autoridade para destituir o cidadão do menor privilégio.

gio sob alegação de que este é um pecador.(...) Os magistrados, cultores e padres devem contribuir igualmente nas despesas do Estado.<sup>88</sup>

Comparava a legislação da França à cidade de Paris — um produto de construção paulatina, de acaso e circunstâncias, um caso de contradições. Um viajante na França, dizia Voltaire, muda de leis tantas vezes quantas as mudanças dos cavalos de sua caruagem.<sup>89</sup> Todas as leis das várias províncias deveriam ser unificadas e concordes. Todas as leis deveriam ser claras, precisas e, tanto quanto possível, imunes a qualquer chicana jurídica. Todos os cidadãos seriam iguais aos olhos da lei. A pena de morte deveria ser abolida como bárbara e destrutiva. Certamente é bárbaro punir falsificação, roubo, contrabando, ou incêndio premeditado, com a morte. Se o roubo é punido com a morte, o ladrão não terá nenhum motivo para evitar matar, de modo que, na Itália, muitos salteadores de estrada fazem acompanhar seus roubos de assassinatos. “Se o governo enforca nos patíbulos públicos [como aconteceu em Lyon, em 1772] um criada moça que roubou doze guardanapos de sua patroa, ela não poderá dar ao governo doze crianças, aumentando assim o número de seus cidadãos.(...) Não existe proporção entre uma dúzia de guardanapos e a vida humana.”<sup>90</sup> Confiscar a propriedade de um homem condenado à morte é o mesmo que o Estado roubar um inocente. Se Voltaire, às vezes, argumentava meramente do ponto de vista utilitarista, era porque sabia que tais argumentos pesariam muito mais sobre a maioria dos legisladores do que qualquer apelo humanitário.

Todavia, quando se tratava de tortura judicial, seu espírito revelava-se veemente. De acordo com as leis francesas, os juízes eram autorizados a fazer uso da tortura para conseguir confissões antes do julgamento, quando havia suspeita de culpa. Voltaire procurou envergonhar a França referindo-se ao edito de Catarina II abolindo a tortura num país como a Rússia, considerado bárbaro. “Os franceses, que são considerados, não sei por que, um povo muito humano, admiram-se da Inglaterra, que cometeu a desumanidade de nos tirar todo o Canadá, ter renunciado ao prazer da tortura.”<sup>91</sup>

Alguns juízes, acusava, agiam como tiranos ao assumirem o papel de acusadores, aparentemente no pressuposto de que o acusado era culpado até prova do contrário. Protestava contra prender o acusado em prisões infectas, algumas vezes acorrentado, e isto por muito tempo, até o dia do julgamento. Chamou a atenção para o fato de que uma pessoa acusada de máximo crime ficava proibida de comunicar-se com quem quer que fosse, até mesmo com seu advogado. Denunciou ainda o tratamento dado aos Calas e aos Sirvens como ilustrativo da apressada condenação de pessoas inocentes. Argumentava que o depoimento de apenas duas pessoas, como testemunhas oculares, não poderia ser considerado suficiente para culpar um homem de crime de morte. Comentou casos de falsas testemunhas, urgindo a extinção da pena de morte, quanto mais não fosse para evitar a execução de apenas um inocente em mil exemplos. As sentenças de morte na França deviam ser relegadas a segundo plano. Jean Calas foi condenado à morte por uma maioria de oito contra cinco. Voltaire exigia que as sentenças de morte necessitassem de maioria esmagadora, preferivelmente unanimidade. “Que horrível absurdo jogar com a vida e morte de um cidadão num jogo de seis por quatro, cinco por três, ou quatro por dois, ou três por um!”<sup>92</sup>

De modo geral, as reformas sugeridas por Voltaire eram uma posição intermediária

entre sua herança de classe média, ódio da Igreja, sua experiência como homem de negócios e proprietário de terras e a sinceridade de seus sentimentos humanitaristas... Suas reivindicações eram moderadas, porém em muitos casos, eficazes. Lutou pela liberdade de imprensa e esta ampliou-se consideravelmente — quando muito pela tolerância do governo — antes de sua morte. Exigiu o fim da perseguição religiosa e, em 1787, ela estava praticamente terminada na França. Propôs que se permitisse aos protestantes construir igrejas, transmitir ou herdar propriedade, gozando ainda de ampla proteção das leis. Isto foi feito antes da Revolução. Pediu que os casamentos entre pessoas de diferentes credos fossem legalizados; e eles o foram. Denunciou a venda de cargos, tributação sobre coisas essenciais, restrições ao comércio interno, remanescentes da servidão e *mortmain*. Aconselhou o Estado a retirar da Igreja a gerência dos testamentos e educação da juventude. Em todos esses assuntos, sua voz influiu nos resultados. Conduziu a campanha para excluir os espectadores do palco do Théâtre-Français, o que foi feito em 1759. Recomendou a incidência de tributação sobre todas as classes, proporcionalmente à sua fortuna. Este problema teve que esperar pela Revolução. Desejou a revisão da legislação francesa, o que se realizou pelo Código de Napoleão (1807). A mais duradoura realização do estadista-guerreiro, que estabeleceu a estrutura legal da França até nossos dias, tornou-se possível pelos juristas e filósofos.

#### V. O VERDADEIRO VOLTAIRE

Como resumi-lo, este homem mais extraordinário do século XVIII? Não falemos mais do seu espírito. Este revelou-se em centenas de páginas destes volumes. Ninguém a ele jamais se igualou em rapidez e clareza de raciocínio, em inteligência abundante e perspicácia. Definia a argúcia com requintada minúcia:

O que denominamos argúcia às vezes é uma comparação surpreendente, outras vezes um jogo de palavras — usamos a palavra em determinado sentido, sabendo que nosso interlocutor [a princípio] compreenderá de outro. Ora, trata-se de maneira ardilosa de botar em justaposição idéias que, usualmente, não se usam associativamente.(...) É a arte de encontrar um elo entre dois gêneros dissimilares, ou uma diferença entre dois similares. É a arte de dizer metade daquilo que pretendemos dizer, deixando o resto à imaginação. E eu vos diria muito mais a esse respeito se eu mesmo tivesse mais perspicácia.<sup>93</sup>

Ninguém tinha mais, e talvez, como já dissemos, ele tinha demais. O senso de humor por vezes ultrapassava os limites. Demasiadas vezes era rude e, ocasionalmente, chegava ao limiar da palhaçada.

A rapidez de suas percepções, correlações e comparações não lhe davam tempo para consistência, e a súbita sucessão de idéias nem sempre lhe permitia penetrar num assunto com a profundidade humanamente possível. Talvez fosse por demais precipitado em considerar as massas como "*canaille*". Não poderíamos esperar que ele previsse o tempo em que a educação universal seria necessária a uma economia tecnicamente progressiva. Ele não tinha paciência com as teorias geológicas de Buffon, nem com as especulações biológicas de Diderot. Reconhecia suas limitações e tinha seus mo-

mentos de modéstia. “Você acha que eu me expesso com muita clareza”, disse a um amigo. “Sou como os pequenos livros — são transparentes porque não são profundos.”<sup>94</sup> Escrevendo a Daquin, em 1766, disse:

Desde os doze anos, adivinhei a imensa quantidade de coisas para as quais não tenho talento. Sei que meus órgãos não foram dispostos para se aprofundarem na matemática. Já demonstrei não ter inclinação para a música. Confiai na estima de um velho filósofo que tem a loucura(...) de julgar-se um agricultor muito bom, porém não a de considerar-se possuidor de todos os talentos.<sup>95</sup>

Não seria correto esperar que um homem que lidou com tantos assuntos esgotasse todos os dados disponíveis em cada um dos tópicos, antes de colocá-lo na ponta de sua pena. Não era absolutamente um erudito, sim um guerreiro, um homem de letras que havia feito da literatura uma forma de ação, uma arma de transformação. Entretanto, depreendemos de sua biblioteca de 6.210 volumes, com suas anotações à margem, que ele estudava ávida e esforçadamente uma extraordinária quantidade de assuntos, e que em política, história, filosofia, teologia e críticas sobre a Bíblia era um homem muito culto. O âmbito de sua curiosidade e interesses era imenso, assim como a riqueza de suas idéias e retentividade de sua memória. Não tomava a tradição como certa, examinando ele mesmo tudo. Era um cético inato, não hesitando em opor o bom senso aos absurdos da ciência e às lendas da credence popular. Um erudito imparcial chamou-o de “um pensador que acumula maior número de acuradas informações relativamente ao mundo em todos os seus aspectos do que qualquer homem desde Aristóteles”.<sup>96</sup> Nunca em lugar algum ocorreu uma mente transpor para a literatura e para a ação um volume de material tão extenso de campos tão diversos.

Devemos descrevê-lo como um amálgama de instabilidade emocional com visão e energia mental. Seus nervos o mantinham sempre sob tensão. Não podia permanecer quieto, exceto quando absorto em composição literária. Quando a dama que só tinha uma nádega perguntou “O que é pior: ser violentada cem vezes por piratas negros, ter a anca retalhada, ser cortada em pedaços, remar nas galés,(...) ou sentar-se tranqüila, sem nada fazer?”, Candide respondeu, pensativo: “Eis uma questão muito importante.”<sup>97</sup> Voltaire teve dias felizes, porém nunca conheceu a paz de espírito ou do corpo. Tinha que estar ocupado, comprando, vendendo, escrevendo, representando, recitando. Temia a monotonia mais do que a morte, e num momento de insipidez maldizia a vida como sendo “ou *ennui* ou creme batido”.<sup>98</sup>

Pintaríamos um feio retrato de Voltaire se descrevêssemos sua aparência sem lhe reparar os olhos, ou enumerássemos seus erros e loucuras sem as virtudes e o charme. Era um *bourgeois gentilhomme* que julgava ter tanto direito a um título como seus tardos devedores. Rivalizava com o mais senhorial dos *seigneurs* em graça de maneiras e de expressão, porém era capaz de discutir por pequenas somas, e bombardeava Prê-sident de Brosses com projéteis injuriosos por causa de quatorze cordéis de madeira — que insistia em aceitar como presente e não como venda. Amava o dinheiro, o alicerce de sua estabilidade. Mme. Denis acusava-o de ser parcimonioso, sem medir suas palavras: “O amor ao dinheiro o atormenta.(...) O senhor é, no íntimo, o mais baixo dos homens. Esconderei o quanto puder os vícios de seu coração.”<sup>99</sup> Entretanto, quando ela escrevia essas imprecações (1754) levava vida extravagante em Paris,

com somas que drenavam seriamente a bolsa de Voltaire. E até o resto dos anos em companhia dele, passou-os abastadamente em Ferney.

Antes e mesmo depois de ficar milionário, cultivava a amizade dos poderosos, quer política, quer socialmente, com lisonjas que às vezes muito se aproximavam da bajulação. Na *Épître au Cardinal Dubois* chamava este repositório de vícios um homem maior do que o Cardeal Richelieu.<sup>100</sup> Quando procurava entrar para a Academia Francesa, necessitando de apoio do clero, afirmou ao influente Padre de La Tour desejar viver e morrer na Santa Igreja Católica.<sup>101</sup> As mentiras que publicava podiam constituir um livro. Muitas não foram publicadas, outras eram impubescíveis. Justificava este procedimento em relação à guerra. Achava ser a Guerra dos Sete Anos apenas um esporte de reis comparada com seus trinta anos de guerra contra a Igreja, dizendo que um governo que prendia um homem porque ele falava a verdade não podia, com justiça, queixar-se por ele ter mentido. Em 19 de setembro de 1764, no auge da referida guerra, escreveu a d'Alembert: "Logo que surja o menor perigo, por favor, avise-me, para que eu possa repudiar tudo que publiquei na imprensa com minha habitual candura e inocência." Renegou quase todos os seus trabalhos, exceto a *Henriade* e o poema sobre a batalha de Fontenoy. "Pode-se, com intrepidez, revelar a verdade à posteridade, e aos contemporâneos, com circunspeção. É mais difícil reconciliar as duas atitudes."<sup>102</sup>

É desnecessário dizer que ele era vaidoso. A vaidade é o estímulo do desenvolvimento e o segredo da produção literária. Em geral, Voltaire controlava essa vaidade e freqüentemente efetuava a revisão do que escrevia de acordo com sugestões e críticas construtivas. Era generoso ao louvar autores que não competiam com ele — Marмонтel, Laharpe, Beaumarchais. Entretanto, era infantilmente invejoso dos que com ele competiam, como na crítica irônica de *Éloge de Crébillon [père]*. Diderot dizia que Voltaire "nutria má vontade contra qualquer pedestal".<sup>103</sup> A inveja levava-o a injúrias grosseiras contra Rousseau. Chamava-o "o menino do relojoeiro", "o Judas que traiu a filosofia", "o cão danado que morde todo o mundo", "um louco nascido de um acasalamento casual entre o cão de Diógenes com o de Erasistrato".<sup>104</sup> Achava que a primeira parte de *Julie, ou La Nouvelle Héloïse* havia sido composta num bordel, a segunda no hospício. Predisse que dentro de um mês *Émile* estaria esquecido.<sup>105</sup> Ressentia-se de que Rousseau dera as costas àquela civilização que, com todos os seus crimes e pecados, lhe era preciosa como o próprio vinho da história.

Constituído de nervos e ossos, com pouca carne, Voltaire era ainda mais sensível do que Rousseau. E como sentimos com muito maior intensidade nossos males do que os prazeres, Voltaire recebia facilmente os elogios, mas ficava "reduzido ao desespero" por uma crítica contrária.<sup>106</sup> Raramente a prudência embargava-lhe a pena. Respondia a todos os seus opositores, mesmo os menores. Hume descrevia-o como aquele "que nunca perdoa (?), e jamais julga um inimigo indigno de nota".<sup>107</sup> Contra inimigos persistentes, como Desfontaines e Fréron, lutava sem cessar e sem trégua.<sup>108</sup> Seu rancor chocava os amigos antigos e fazia novos inimigos. "Sei odiar", dizia, "porque sei amar."<sup>109</sup> "Segundo os astros [sou] inclinado à malevolência",<sup>110</sup> de modo que arregimentou, com êxito, todo o seu grupo para derrotar a candidatura de De Brosses à Academia (1770). Sintetizou o fato num misto de d'Artagnan e Rabelais:

No que se refere ao meu insignificante ser, luto até meu último alento contra jansenistas, molinistas, Frérons, Pompignans à direita e à esquerda, pregadores, e contra Jean-Jacques Rousseau. Recebo cem estocadas e devolvo duzentas, e rio-me.(...) Bendito seja Deus! Olho o mundo como uma farsa que às vezes torna-se trágica. Tudo é uniforme até o findar do dia, e tudo será ainda o mesmo até o fim de nossos dias.<sup>111</sup>

No seu anti-semitismo transpunha para um povo inteiro o ressentimento oriundo de encontro com poucos indivíduos. Com base nessas recordações, Voltaire interpretava a história dos judeus, anotando suas imperfeições meticulosamente, raramente beneficiando-os com dúvidas. Não podia perdoar-lhes por terem originado a Cristianidade. "Quando vejo cristãos amaldiçoando judeus, parece-me ver crianças batendo em seus pais."<sup>112</sup> Nada mais via no Velho Testamento senão um registro de assassinios, luxúria e homicídio em massa. O Livro dos Provérbios parecia-lhe "uma coleção de máximas sórdidas, triviais, incoerentes, sem gosto, sem seletividade, sem criatividade"; e o Cântico dos Cânticos afigurava-se-lhe "uma rapsódia idiota".<sup>113</sup> Contudo, elogiava os judeus por não acreditarem na imortalidade, pelo fato de serem refratários ao proselitismo e pela relativa tolerância. Os saduceus negavam a existência dos anjos, mas não sofriam perseguição por heresia.

Será que suas virtudes sobrepujavam os defeitos? Sim, mesmo que não coloquemos na balança as qualidades morais e as intelectuais. Contra sua parcimônia colocaremos a generosidade, contra o amor ao dinheiro sua prazerosa aceitação dos prejuízos e a presteza em repartir seus lucros. Ouçamos Collini que, na qualidade de seu secretário por muitos anos, devia ter conhecido seus defeitos:

Nada é mais destituído de base do que a acusação de avariza contra ele.(...) A sovinice jamais teve lugar em sua casa. Nunca vi homem que pudesse com tanta facilidade ser roubado pelos criados. Era avaro apenas de seu tempo.(...) Tinha, em relação ao dinheiro, o mesmo princípio que em relação ao tempo. É preciso, dizia ele, economizar para ser liberal.<sup>114</sup>

Suas cartas revelavam algumas das muitas dádivas distribuídas, sem revelar seu nome, não apenas aos amigos e conhecidos, mas até às pessoas que jamais havia visto.<sup>115</sup> Permitia que os livreiros ficassem com os lucros de seus livros. Já o vimos auxiliando Mlle. Corneille. Iremos vê-lo ajudando Mlle. Varicourt. Vimo-lo apoiando Vauvenargues e Marmontel. O mesmo fez em relação a Laharpe, que fracassou como dramaturgo antes de tornar-se o mais consagrado crítico da França. Voltaire pediu que metade de sua própria pensão do governo, que somava dois mil francos, fosse dada a Laharpe sem que este soubesse quem era o doador.<sup>116</sup> "Todo mundo sabe", escreveu Marmontel, "com que gentileza ele recebia todos os jovens que demonstrassem qualquer talento para a poesia."<sup>117</sup>

Se Voltaire, cômico de seu tamanho insignificante, não tinha muita coragem física (permitindo que, em 1722, o Capitão Beauregard o vergastasse),<sup>118</sup> possuía porém espantosa coragem moral (ao atacar a Igreja Católica Apostólica Romana, a mais poderosa instituição da história). Se era sarcástico na controvérsia, estava pronto a perdoar aos opositores que desejassem uma reconciliação. "Sua fúria sumia ao primeiro ape-

lo.”<sup>119</sup> Prodigalizava afeto a todos os carentes desse sentimento, e era fiel aos amigos. Quando, após 24 anos de vida em comum, separou-se de Wagnière, “chorava como criança”.<sup>120</sup> Quanto à sua moral sexual, estava acima do nível de seu tempo com Mme. du Châtelet e abaixo desse nível com sua sobrinha. Era tolerante com o desregramento sexual, porém tinha assomos de raiva contra a injustiça, fanatismo, perseguição, hipocrisia, e crueldades da legislação penal. Definia a moralidade como algo “que faz bem à humanidade”. Quanto ao resto, ria-se das proibições, apreciava os vinhos, as mulheres e as canções com moderação filosófica. Num pequeno conto denominado “Bababec”, dispõe sobre a ascese com sua característica mordacidade. Omni pergunta ao brâmane se haveria uma chance dele eventualmente alcançar o décimo nono céu.

— Depende — disse o brâmane — do tipo de vida que você leva.

— Procuro ser bom cidadão, bom marido, bom pai, bom amigo. Às vezes, empresto dinheiro, sem juros, aos ricos. Dou esmola aos pobres e mantenho a paz com meus vizinhos.

— Mas — perguntou o brâmane — você ocasionalmente espeta seu traseiro com pregos?

— Nunca, reverendo pai.

— Sinto muito — respondeu o brâmane. — Você certamente nunca alcançará o décimo nono céu.<sup>121</sup>

A principal virtude de Voltaire, que o redimia, era a humanidade. Despertou a consciência da Europa com a campanha em prol dos Calas e dos Sirvens. Denunciou a guerra como “a grande ilusão”. “As nações vitoriosas nunca se aproveitam dos despojos do vencido. Pagam tudo. Sofrem tanto quando seus exércitos são vencedores, como quando são derrotados.”<sup>122</sup> Pleiteou junto a homens de diversas condições e situações a fim de lembrar-lhes que eram irmãos, e este apelo fez-se ouvir até os confins da África, com gratidão.<sup>123</sup> Nem tampouco era alvo da acusação de Rousseau de que aqueles que pregavam amor à humanidade ampliavam de tal forma seu amor que pouco sobrava para seu vizinho. Todos os que o conheciam lembravam-se de sua delicadeza e urbanidade para os de condição mais ínfima. Respeitava qualquer individualidade, pois conhecia a sensibilidade do outro a julgar pela sua própria.<sup>124</sup> Sua hospitalidade subsistia aos excessivos apelos que faziam a ela. “Como emocionou-me”, escreveu Mme. de Graffigny, “encontrar-vos sempre tão absolutamente bom quanto sois grande, e ver que estais praticando todo o bem que gostaríeis de fazer a toda a humanidade.”<sup>125</sup> Podia ser irascível e ter momentos de cólera, porém “jamais podereis imaginar”, escreveu um outro visitante, “como este homem possui ternura em seu coração”.<sup>126</sup>

À medida que o auxílio prestado por ele às pessoas perseguidas espalhou-se por toda a Europa, e o relato de suas caridades e benefícios circulou através da França, uma nova imagem de Voltaire formou-se no espírito do povo. Não era mais o Anticristo, não mais o guerreiro contra a fé amada pelos pobres. Era o salvador dos Calas, o bom *seigneur* de Ferney, o defensor de centenas de vítimas dos credos intolerantes e injustas leis. Os clérigos de Genebra expressavam suas dúvidas se, no Juízo Final, sua fé se equilibraria com as obras daquele homem ímpio.<sup>127</sup> Homens e mulheres educados

perdoaram-lhe a irreverência, disputas, vaidade, e até sua malícia. Viram-no abandonar a hostilidade para adotar a benevolência. Consideravam-no, então, o venerável patriarca das letras francesas, a glória da França perante o mundo literário. Ali estava o homem a quem até o populacho aclamaria, quando ele chegasse a Paris a fim de lá morrer.



## Rousseau Romântico

1756-62

### I. NO HERMITAGE: 1756-57

**R**OUSSEAU mudou-se para a casa de campo de Mme. d'Épinay em 9 de abril de 1756, em companhia de Thérèse Levasseur, sua mulher segundo as leis deles próprios, e da mãe dela. Por algum tempo foi feliz, enlevado com o canto e o gorjeio dos pássaros, o murmúrio e a fragrância das árvores, a paz dos passeios solitários na mata. Levava consigo lápis e caderno para ir anotando as idéias que lhe viessem à mente.

Entretanto, não fora feito para gozar a paz. Sua sensibilidade duplicava as inquietações, inventando outras. Fiel dona-de-casa, Thérèse não podia, contudo, ser sua companheira intelectual. "O homem que pensa", declarou em *Émile*, "não deve unir-se a uma esposa que não possa compartilhar seus pensamentos."<sup>1</sup> Pobre Thérèse, nada tinha a ver com idéias, e muito menos com a palavra escrita. Deu-lhe seu amor e sua alma, suportava suas cóleras e, provavelmente, retribuía com algo parecido. Permitiu que Rousseau se aproximasse do adultério com Mme. d'Houdetot e, pelo que nos é dado saber, era humildemente fiel, com exceção de um episódio presenciado apenas por Boswell. Mas como podia essa humilde mulher corresponder à amplitude e tumultuada diversidade de um espírito que iria agitar metade do continente? Ouçamos as próprias explicações de Rousseau:

O que pensarão aqueles que me lêem se eu lhes disser que a partir do momento em que a vi até este em que escrevo, jamais senti o menor amor por ela e nunca desejei possuí-la(...) e que as necessidades físicas que eram satisfeitas com a sua esposa consistiam apenas naquelas do sexo, e que de modo nenhum procediam do indivíduo?(...) A primeira de minhas necessidades, a maior, mais forte e insaciável estava inteiramente dentro do meu coração: a necessidade de uma união íntima (espiritual), a mais estreita que poderia existir. Essa excepcional necessidade era de tais proporções que a mais estreita união corporal não satisfaria. Duas almas seriam necessárias.<sup>2</sup>

Thérèse deve ter feito queixas correspondentes, pois Rousseau, naquela época, cessara de cumprir com suas obrigações conjugais. Em 1754, ele declarara a um médico de Genebra: “Há muito tempo tenho sido objeto do mais cruel sofrimento, devido a um incurável distúrbio de retenção urinária, causado por uma inflamação da uretra que bloqueia de tal forma o canal que até as sondas do famoso Dr. Daran ali não podem penetrar.”<sup>3</sup> Dizia ter cessado qualquer relação sexual com Thérèse depois de 1755.<sup>4</sup> “Até então”, acrescentou, “eu era bom. A partir daquele momento tornei-me virtuoso, ou, pelo menos, fascinado pela virtude.”

A presença da sogra tornou a situação desagradavelmente tensa. Sustentava a ela e a mulher, da melhor maneira que lhe era possível, com o que ganhava com a cópia da música e venda de sua produção literária. Entretanto, Mme. Levasseur tinha outras filhas que precisavam de dote para se casar e estavam sempre necessitadas. Grimm, Diderot e d'Holbach deram às duas mulheres uma anuidade de quatrocentas *livres*, fazendo-as jurar que ocultariam o fato de Rousseau para não ferir seu orgulho. A mãe (segundo Rousseau<sup>5</sup>) guardava a maior parte do dinheiro para ela e para as outras filhas, contraindo dívidas em nome de Thérèse. Esta pagava as dívidas, e por muito tempo ocultou o recebimento da referida anuidade. Finalmente, Rousseau descobriu o fato, investindo furioso contra seus amigos por humilharem-no de tal forma. Os amigos aumentaram ainda mais seu rancor ao lhe aconselharem a sair do Hermitage antes do inverno. A casa de campo (argumentaram) não estava aparelhada para o frio; e mesmo que sua mulher o suportasse, a mãe sobreviveria? Em sua peça, *Le Fils naturel*,<sup>6</sup> Diderot escreveu: “O homem bom vive na sociedade. Apenas o mau vive só.” Rousseau tomou esta frase para si, iniciando então uma desavença na qual as reconciliações eram apenas armistícios. Rousseau achava que Grimm e Diderot, com inveja da paz que ele encontrara no campo, tentavam atraí-lo para a cidade corrupta. Em carta à sua benfeitora, Mme. d'Épinay (então em Paris), revelava seu caráter com franqueza e discernimento:

Quero que meus amigos sejam meus amigos e não meus patrões, que me aconselhem e não tentem dirigir-me, que pretendam meu coração e não a minha liberdade. Admira-me a maneira pela qual as pessoas interferem em meus negócios, em nome da amizade, sem nada me dizerem a respeito dos negócios deles.(...) A pressa para me prestarem mil serviços cansa-me. Há um quê de patrocínio nisto tudo que me fatiga. E, além disso, qualquer um poderia fazer o mesmo.(...)

Como um recluso, sou mais sensível do que os outros homens. Suponhamos que eu me desavenha com alguém que viva em meio à multidão. Por um momento, esse alguém pensa no assunto. Depois, mil e uma distrações fazem com que ele se esqueça do fato pelo resto do dia. Nada, entretanto, desviará meu pensamento daquele fato. Sem sono, penso no caso a noite toda. Andando sozinho, penso naquilo da manhã à noite. Meu coração não conhece um minuto de trégua, e a indelicadeza de um amigo me fará sofrer, num único dia, anos de aflição. Como um inválido, tenho direito à indulgência de meus companheiros para as pequenas fraquezas e mau gênio de um homem doente.(...) Sou pobre, e minha pobreza (assim me parece) dá-me direito a alguma consideração...

Não vos surpreendais se a cada vez mais odeio Paris. Nada de Paris para mim, exceto vossas cartas. Nunca mais por lá serei visto. Se desejais expor vossos pontos de vista sobre o assunto com a maior veemência, tereis o direito de fazê-lo. Recebê-los-ei muito bem. No entanto, serão... inúteis.<sup>7</sup>

Ela respondeu-lhe com toda a impetuosidade: “Oh, deixai essas queixas mesquinhas aos nêscios e aos fracos!”<sup>8</sup> Entrementes, fez freqüentes indagações sobre sua saúde e conforto, fez-lhe compras, enviando-lhe pequenas dádivas.

Certo dia, quando nevava excessivamente, ao abrir um embrulho com diversas coisas que eu lhe pedira que comprasse para mim, encontrei uma saia de baixo de flanela inglesa, a qual, assim me disse, ela havia usado e desejava que eu a usasse como um colete de homem para levar debaixo da roupa. Esse cuidado mais do que fraternal pareceu-me tão terno — como se ela tivesse se despojado para vestir-me — que, arrebatado pela emoção, beijei repetidamente tanto o bilhete como a saia, enquanto vertia lágrimas. Thérèse pensou que eu estivesse louco.<sup>9</sup>

Durante o primeiro ano que passou no Hermitage compilou um *Dictionnaire de musique* e sintetizou no seu próprio idioma os 23 volumes do Abade de Saint-Pierre sobre guerra e paz, educação e reforma política. No verão de 1756, recebeu do autor um exemplar do poema de Voltaire sobre o terremoto de Lisboa, que matara quinze mil pessoas, ferindo outras tantas, em 1.º de novembro de 1755, dia de Todos os Santos. Voltaire, assim como o mundo inteiro, perguntava-se por que a Providência, presumivelmente benéfica, escolhera para essa indiscriminada matança a capital de um país totalmente católico, e numa hora — 9:40 da manhã — em que todos os devotos encontravam-se na igreja, rezando. Um trecho das *Confessions* apresenta-nos a reação de Rousseau diante desse vigoroso poema.

Impressionado ao ver esse pobre homem oprimido (se é que assim possa me expressar) pela prosperidade e pelas honrarias, clamar amargamente contra as misérias deste mundo, achando que tudo anda mal, ocorreu-me o louco projeto de fazê-lo voltar-se para si mesmo, a fim de se convencer de que tudo vai bem. Enquanto Voltaire parecia acreditar em Deus, realmente não acreditava em outra coisa senão no Diabo, de vez que sua pretensa divindade é um ente malévolo que, segundo ele, só tem prazer no mal. O flagrante absurdo dessa doutrina é particularmente repugnante partindo de um homem que desfrutava a maior prosperidade, que, do íntimo de sua felicidade, esforça-se, pela terrível e cruel imagem das calamidades das quais está isento, para reduzir seus semelhantes ao desespero. Eu, que tenho maiores razões do que ele de avaliar e pesar todos os males da vida humana, examinei-os imparcialmente, provando-lhe que: de todos esses infortúnios, não havia um que pudesse ser atribuído à Providência e que não tivesse sua origem mais no uso impróprio que o homem faz de suas faculdades do que na natureza.<sup>10</sup>

Assim é que, em 18 de agosto de 1756, Rousseau remeteu a Voltaire “Lettre sur la Providence”, de 25 páginas. Principia com um belo reconhecimento:

Vossos últimos poemas, *monsieur*, vieram ter a mim na minha solidão, e como todos os meus amigos sabem do amor que tenho por vossa produção literária, não sei quem me poderia ter enviado esse livro, a não ser vós. Nele encontrei prazer e conhecimentos, reconhecendo a mão do mestre... Sinto-me no dever de vos agradecer agora mesmo, tanto pelo volume como por vossa obra.<sup>11</sup>

Insistiu para que Voltaire não responsabilizasse a Providência pelos infortúnios da humanidade. A maioria dos males são causados por nossa própria loucura, pecado, ou crime.

Observai que a Natureza não reuniu vinte mil casas de seis ou sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade fossem distribuídos de maneira mais uniforme e alojados de forma mais simples, os danos seriam bem menores, talvez nenhum. Todos teriam fugido ao primeiro tremor, e nós os teríamos visto, no dia seguinte, a vinte léguas da cidade, satisfeitos como se nada tivesse acontecido.<sup>12</sup>

Voltaire escreveu que poucas pessoas desejariam ter nascido de novo em iguais circunstâncias. Rousseau respondeu que isso seria verdade apenas em relação aos ricos saturados de prazeres, enfastiados da vida e destituídos de fé; ou, no tocante aos intelectuais, homens sedentários, sem saúde, reflexivos e descontentes. Não seria verdade em relação ao povo simples, como os franceses da classe média ou os aldeões suíços. Só o mau emprego da vida é que a tornava para nós um problema.<sup>13</sup> Além do mais, o mau de uma parte pode ser o bom do conjunto. A morte do indivíduo torna possível a renovação da vida da espécie. A Providência é universal, e não particular. Vela sobre o todo, deixando os eventos específicos às causas secundárias e leis naturais.<sup>14</sup> A morte prematura das crianças de Lisboa pode ser um benefício. Em todo caso, não importa saber se existe um Deus, de vez que Ele recompensará a todos pelo sofrimento imerecido.<sup>15</sup> E a questão da existência de Deus está além da solução por meio da razão. Podemos escolher entre crença e descrença. E por que desprezar uma fé que inspira e consola? Quanto a mim, “Já sofri demais nesta vida para não almejar uma outra. Todas as sutilezas metafísicas não me farão duvidar por um instante da Providência divina e imortalidade da alma. Sinto-o, acredito-o, desejo-o.(...) Defenderei tais crenças até o último alento”.<sup>16</sup>

A carta terminou amigavelmente. Rousseau expressou sua concordância com Voltaire a propósito da tolerância religiosa, assegurando-lhe: “Preferiria ser cristão à vossa moda do que no estilo da Sorbonne.”<sup>17</sup> Suplicou a Voltaire para compor, com todo o vigor e o estilo de seus versos, “um catecismo para cidadãos” que inculcaria um código de moral para guiar os homens através da confusão da época. Voltaire respondeu delicadamente, convidando Rousseau para ser seu hóspede em Les Délices.<sup>18</sup> Não formalizou nenhuma tentativa para refutar os argumentos de Rousseau, porém respondeu indiretamente a eles em *Candide* (1759).

## II. APAIXONADO

O inverno de 1756-57 foi repleto de acontecimentos para Rousseau. Durante esses meses, em data não estipulada, ele começou o romance mais famoso do século XVIII: *Julie, ou La Nouvelle Héloïse*. Planejou-o primeiro como um estudo sobre a amizade e o amor: Julie e Claire, que eram primas, amam Saint-Preux, mas enquanto ele seduz Julie, Claire permanece amiga leal de ambos. Envergonhado de apenas escrever um romance, Rousseau propôs-se elevar a história ao plano filosófico, fazendo com que Julie se torne devota e viva em exemplar monogamia com Wolmar, um senhor agnóstico que sofrera a influência de Voltaire e Diderot. Segundo as *Confessions* de Rousseau:

A tempestade desencadeada pela *Encyclopédie*(...) naquela época estava no auge. Os dois partidos, exasperados um contra o outro, até o paroxismo da fúria, pareciam lobos ferozes(...) ao invés de cristãos e filósofos cujos desejos recíprocos eram esclarecer e convencer o outro, conduzindo seus concidadãos ao caminho da verdade.(...) Sendo, por natureza, inimigo de qualquer partidarismo, falei a cada um sérias verdades, mas eles não me ouviram. Pensei em novo expediente, que, na minha simplicidade, parecia admirável. Este era atrefecer o mútuo ódio, destruindo-lhes os preconceitos, demonstrando a cada partido as virtudes e os méritos que, no outro, mereciam pública estima e respeito. Este projeto (...) teve o resultado que seria de esperar: reuniu e uniu os partidos rivais sem quaisquer finalidades senão a de aniquilar o seu autor.(...) Satisfeito com(...) o meu plano, resolvi considerar a situação em seus pormenores,(...) e o que resultou foram as Partes I e II de *Héloïse*.<sup>19</sup>

Todas as noites, ao pé da lareira, lia alguns trechos para Thérèse e Mme. Levasseur. Animado com as lágrimas de Thérèse, submeteu o manuscrito a Mme. d'Épinay quando esta voltou ao seu *château*, La Chevette, a pouco mais de um quilômetro do Hermitage. Relembra em suas memórias: "Ao aqui chegarmos, encontramos Rousseau à nossa espera. Estava calmo e no melhor dos gênios. Trouxe-me uma parte do romance que havia iniciado.(...) Ontem voltou ao Hermitage a fim de continuar o trabalho, o qual, segundo disse, representava a felicidade de sua vida."<sup>20</sup> Logo em seguida, ela escreveu a Grimm:

Após o jantar, lemos o manuscrito de Rousseau. Não sei se o defeito é meu, o fato é que não gostei muito. É extraordinariamente bem escrito, no entanto demais esmerado, parecendo-me irreal e carente de sensibilidade. Os personagens não dizem uma palavra do que deveriam dizer, e é sempre o autor quem fala. Não sei como sair do impasse. Não gostaria de enganar Rousseau, e não posso me resolver a magoá-lo.<sup>21</sup>

De qualquer modo, durante o inverno, Rousseau fez correr ternura em *Julie*. Teria sido porque um romance vivo entrara em sua vida? Aproximadamente em 30 de janeiro de 1757, recebeu a visita de uma senhora a quem encontrara em Paris, na qualidade de cunhada de Mme. d'Épinay. Élisabeth-Sophie de Bellegarde fora casada com o Conde d'Houdetot, deixara-o, e era agora, por muitos anos, amante do Marquês de Saint-Lambert — certa vez, rival de Voltaire com Mme. du Châtelet. Tanto o marido como o amante estavam na guerra. No verão de 1756, a condessa arrendara o Château de Eaubonne, a uns cinco quilômetros do Hermitage. Saint-Lambert lhe escrevera dizendo que Rousseau estava a uma pequena distância de carro da propriedade dela, sugerindo-lhe, para amenizar sua solidão, que fosse visitar o famoso autor que pusera toda a civilização na defensiva. Ela foi de carruagem, e quando o veículo atolou no lodaçal, continuou a pé, chegando com os sapatos e o vestido sujos de lama. "Juntei-me de bom grado a seu riso, que ressoou por toda parte."<sup>22</sup> Thérèse deu-lhe uma muda de roupa e a marquesa ficou para uma "pequena refeição campestre". Ela contava 25 anos, Rousseau 45. Não era especialmente bela, nem de cara nem de corpo, mas sua gentileza, bom gênio e temperamento alegre iluminaram a triste vida de Rousseau. Na tarde seguinte, ela enviou-lhe uma cartinha, dando-lhe o título que ele tomara após sua repatriação, em Genebra:

Meu caro Cidadão, restituo-vos as roupas que por vossa gentileza me foram emprestadas. Na volta a casa, encontrei uma estrada muito melhor, e posso dizer-vos minha alegria ao constatar maior possibilidade de vos ver novamente. Sinto termos estado tão pouco tempo juntos.(...) Ficaria mais satisfeita se fosse mais livre, e certa de não vos incomodar. Adeus, meu caro Cidadão. Peço-vos agradecer a Mlle. Levasseur todas as gentilezas demonstradas à minha pessoa.<sup>23</sup>

Alguns dias mais tarde, Saint-Lambert voltou da frente de batalha. Em abril, foi reconvocado ao exército. Logo depois, a trêfega condessa cavalgou com ostentação diante do Hermitage, em trajes de montaria de homem. Rousseau escandalizou-se com a indumentária, mas logo sentiu que por dentro havia uma bela mulher. Deixando Thérèse entregue a seus afazeres domésticos, ele e sua visitante passearam pelos bosques, onde Mme. d'Houdetot disse-lhe amar apaixonadamente Saint-Lambert. Em maio, Rousseau retribuiu-lhe a visita, em hora que ela lhe disse estar "inteiramente só". "Em minhas freqüentes excursões a Eaubonne", disse ele, "muitas vezes lá dormia.(...) No decurso de três meses(...) vi-a quase todos os dias.(...) Vi minha Julie em Mme. d'Houdetot, e logo nada mais via senão Mme. d'Houdetot [em Julie], contudo com todas as perfeições com as quais eu havia adornado o ídolo de meu coração."<sup>24</sup>

Por um tempo, abandonou-se de tal forma ao "meu delírio" que deixou de trabalhar no romance. Em vez disso, escrevia cartas de amor cuidando para que ela as encontrasse nos nichos das árvores de Eaubonne. Contou-lhe que estava amando, sem revelar quem. Naturalmente, ela sabia. Reprovava-o, afirmando pertencer de corpo e alma a Saint-Lambert, consentindo, entretanto, em suas visitas e no prosseguimento de sua ardente atenção. Afinal, uma mulher só existe quando ela é amada; e duplamente, quando amada por dois. "Nada me recusava que a mais terna amizade podia conceder. Entretanto, nada me concedia que a pudesse tornar infiel." Fala das "longas e freqüentes conversações(...) durante os quatro meses que passamos juntos numa intimidade quase sem similar entre dois amigos de sexo diferente que se mantinham dentro dos limites jamais ultrapassados".<sup>25</sup> No relato de sua ligação, encontramos o movimento Romântico em plena liberdade. No romance, nada poderia se rivalizar com esses enlevos:

Estávamos ambos intoxicados de paixão — ela, por seu amante, eu por ela. Nossos suspiros e deliciosas lágrimas misturavam-se.(...) Entre essa maravilhosa intoxicação, nem por um instante deixou-se ela levar, e eu firmemente declaro que, se porventura fui impelido pelos sentidos, jamais tentei torná-la infiel. Nunca desejei realmente conseguir.(...) O dever de abstenção elevou-me o espírito(...) poderia ter cometido esse crime. No meu coração, já o havia cometido. Mas desonrar minha Sophie! Ah! Seria isso algum dia possível? Não! Disse-lhe centenas de vezes que não.(...) Amava-a demais para possuí-la.(...) Era este o único prazer de um homem dotado da mais excitável constituição, sendo ao mesmo tempo, talvez, um dos mais tímidos mortais que a Natureza jamais produziu.<sup>26</sup>

Observou Mme. d'Épinay que o seu "urso" raramente vinha vê-la agora, e logo tomou conhecimento das visitas dele à cunhada. Ficou magoada. "É duro, afinal", escreveu a Grimm, em junho, "que um filósofo pudesse nos escapar quando menos o esperávamos."<sup>27</sup> Um dia, em Eaubonne, Rousseau encontrou "Sophie" em lágri-

mas. Saint-Lambert havia sido informado de seu namorico, e (conforme ela disse a Rousseau) “maldosamente informado. Faz-me justiça, mas está aborrecido.(...) Tenho que suas loucuras custar-me-ão a calma para o resto de meus dias”.<sup>28</sup> Concordaram que teria sido Mme. d'Épinay quem contara o segredo a Saint-Lambert, “pois sabíamos que ela se correspondia com ele”. Ou ela o teria revelado a Grimm, que ocasionalmente via Saint-Lambert em Westfalia. Caso aceitemos a versão de Rousseau, Mme. d'Épinay tentou obter de Thérèse as cartas que ele tinha recebido de Mme. d'Houdetot. Em violenta carta a sua anfitriã, ele acusa-a de tê-lo traído:

Dois amantes [Sophie e Saint-Lambert] intimamente unidos e dignos do amor um do outro, são-me caros.(...) Presumo que tentativas foram feitas para separá-los, e que eu tenha sido usado para inspirar ciúme em um deles. A escolha não foi judiciosa, mas foi julgada conveniente para o objetivo da malícia, e é de malícia que eu vos suspeito culpada.(...) De modo que a mulher que eu mais prezava teria sobre si o peso da infâmia de ter dividido seu coração e sua pessoa entre dois amantes, e eu o de ser um desses miseráveis. Se eu soubesse que por um único momento em vossa vida pensastes isso de mim ou dela, eu vos odiaria até minha última hora. Eu vos acuso, não (meramente) de ter pensado, porém de ter falado.

Sabeis de que modo farei reparação de minhas faltas durante o pouco tempo que terei de permanecer junto a vós? Fazendo o que ninguém senão eu faria: dizendo-vos francamente o que o mundo pensa a vosso respeito e as brechas que tereis de reparar em vossa reputação.<sup>29</sup>

Culpada ou não (não podemos saber), Mme. d'Épinay ficou angustiada com a violência das acusações. Reportou-as a seu amante distante, Grimm. Este respondeu-lhe que a prevenira contra as “demoníacas enrascadas” nas quais ela seria envolvida ao deixar ficar no Hermitage o mal-humorado e imprevisível Rousseau.<sup>30</sup> Ela convidou Rousseau a La Chevrette. Recebeu-o com abraços e lágrimas. Ele retribuiu lágrima por lágrima. Que nós saibamos, não lhe deu nenhuma explicação. Ele jantou com ela e dormiu em sua casa, saindo no dia seguinte com expressões de amizade.

Diderot ainda embaralhou mais o caso ao aconselhar Rousseau a escrever a Saint-Lambert confessando sua ternura por Sophie, porém assegurando-lhe sua fidelidade. De acordo com Diderot, Rousseau prometeu escrever. Entretanto, Mme. D'Houdetot suplicou-lhe não fazê-lo, deixando-a livrar-se por si mesma das dificuldades em que a paixão dele e a leviandade dela haviam-na colocado. Quando Saint-Lambert voltou da guerra, Diderot falou-lhe sobre o assunto, presumindo que Rousseau tivesse confessado. Este acusou Diderot de tê-lo traído; Diderot, por sua vez, apontou Rousseau como o tendo enganado. Só Saint-Lambert portou-se filosoficamente. Foi com Sophie ao Hermitage; “convidando-se a jantar comigo(...) tratou-me severa, porém amigavelmente”, e infligiu-lhe o maior dos castigos ao dormir e ressonar enquanto Rousseau lia em voz alta sua longa carta a Voltaire. Mme. d'Houdetot, entretanto, esquिवou-se a quaisquer encontros posteriores com Rousseau. Por solicitação dela, ele devolveu-lhe as cartas que Mme. d'Houdetot lhe escrevera, mas quando Rousseau fez-lhe idêntico pedido em relação às cartas que ele lhe havia escrito ela respondeu tê-las queimado. “Sobre isso”, declara-nos Rousseau, “ousei duvidar(...) e ainda duvido. Minhas cartas dirigidas a ela jamais foram atiradas ao fogo. As de Héloïse [a Abélard] foram julgadas ardentes. Deus meu! o que iriam pensar destas?”<sup>31</sup> Ferido e envergo-

nhado, retirou-se ao seu mundo imaginário. Recomeçou a escrever *La Nouvelle Héloïse*, fazendo correr em suas páginas a paixão contida em suas cartas a Mme. d'Houdetot.

Novas humilhações o aguardavam quando Grimm voltou da guerra (setembro de 1757). "Pude apenas reconhecer o mesmo Grimm que" anteriormente "julgava-se dignificado quando eu lançava o olhar em sua direção."<sup>32</sup> Rousseau não podia compreender a frieza de Grimm em relação a ele. Não sabia que Grimm já tivera conhecimento de sua carta insultuosa a Mme. d'Épinay. Grimm era quase tão sensível quanto Jean-Jacques, porém seu antípoda em outros pontos, tais como espírito e caráter: era cético, realista, estulto, inflexível.<sup>33</sup> Com uma carta, Rousseau perdera dois amigos.

### III. MUITA AGITAÇÃO INÚTIL

Irrompeu nova crise quando, em outubro de 1757, Mme. d'Épinay decidiu ir a Genebra. Esta a versão de Rousseau:

"Meu amigo", disse-me ela, "estou indo imediatamente para Genebra; meu peito está em estado lastimável e minha saúde em condições tão más que preciso partir a fim de consultar Tronchin." Admirou-me ainda mais a rapidez da decisão, e no início daquela má estação do ano (...) Perguntei-lhe quem a acompanharia. Respondeu-me que seu filho e [o tutor deste] M. de Linant. Em seguida, des preocupadamente, acrescentou: "E vós, meu querido, não desejais ir também?" Como eu não achasse que falava seriamente, pois sabia que naquela estação do ano eu quase não conseguia ir até meu quarto [isto é, entre La Chevrette e o Hermitage], diverti-me sobre a utilidade de um doente amparar o outro. Ela mesma não parecia ter levado sua proposta a sério, portanto o assunto ficou encerrado.<sup>34</sup>

Tinha boas razões para não acompanhar madame. Suas indisposições o proibiam e, além disso, como podia deixar Thérèse? Ademais, boatos corriam de que sua anfitriã estava grávida, talvez de Grimm. Por algum tempo, Rousseau acreditou no referido boato, felicitando-se por ter escapado de situação ridícula. A pobre mulher falava a verdade. Estava tuberculosa e parece ter seriamente desejado que Rousseau a acompanhasse. E por que não ficaria ele contente de tornar a ver, a expensas dela, a cidade da qual ele era o orgulhoso *Citoyen*? Compreendendo os sentimentos de Mme. d'Épinay, Diderot escreveu a Rousseau insistindo para que este levasse a sério o pedido que ela lhe fizera, aceitando-o, quanto mais não fosse em retribuição aos benefícios recebidos. Rousseau respondeu segundo o estilo que lhe era próprio:

Percebo não ser sua a opinião que você me dá. Além de sentir-me pouco propenso a deixar-me guiar por terceiros ou mais pessoas sob o seu nome, observo nesse conselho suplementar uma furtiva conduta que não se coaduna com sua sinceridade, e da qual você deve, tanto para o seu bem como para o meu, abster-se.<sup>35</sup>

No dia 22 de outubro, levou a carta de Diderot, assim como sua resposta, para La Chevrette, lendo-as "em alto e bom som" para Grimm e Mme. d'Épinay. No dia 25, ela partiu para Paris. Rousseau foi dar-lhe um embaraçoso adeus. "Felizmente", diz-nos ele, "ela partiu pela manhã, e eu tive ainda tempo de ir jantar com sua cu-



nhada'' em Eaubonne.<sup>36</sup> Em data de 29 (de acordo com as *Memoirs* de Mme. d'Épinay) Rousseau escreveu a Grimm:

Diga-me, Grimm, por que motivo todos os meus amigos declaram que devo acompanhar Mme. d'Épinay? Salvo engano, estão todos enfeitados? Mme. d'Épinay parte numa bela *postchaise*, acompanhada do marido, o tutor do filho, e cinco ou seis criados.(...) Será que eu poderia suportar uma *postchaise*? Poderei esperar realizar viagem tão longa e rápida sem um revés? Deverei mandar parar a todo momento para descer, ou acelerar meus tormentos e minhas últimas horas, obrigando-me a me controlar?(...) Meus amigos dedicados(...) [parecem] com o propósito de apressar a minha morte.<sup>37</sup>

Em 30 de outubro, Mme. d'Épinay saiu de Paris, dirigindo-se a Genebra. Em 5 de novembro, Grimm (de acordo com as *Memoirs*) respondeu a Rousseau:

Fiz tudo para abster-me de responder definitivamente à terrível justificação que você me enviou. Você me pressiona a fazê-lo.(...) Nunca pensei que você devia acompanhar Mme. d'Épinay a Genebra. Mesmo que o seu primeiro impulso tivesse sido o de oferecer-lhe sua companhia, ela teria por dever recusar-lhe o oferecimento, lembrando-lhe seus deveres para com a sua posição, sua saúde, e para com as mulheres que você arrastou ao seu retiro. Esta a minha opinião.(...)

Ousa você falar-me de sua escravidão, a mim, que por mais de dois anos fui testemunha diária das provas de amizade as mais ternas e generosas-que esta mulher lhe deu. Se eu pudesse perdoar-lhe, sentir-me-á indigno de ter um amigo. Nunca mais o verei na minha vida, e considerar-me-ei feliz se conseguir banir da memória o seu procedimento. Peço-lhe para esquecer-me, e nunca mais importunar-me.<sup>38</sup>

De Genebra, Mme. d'Épinay escreveu a Grimm: "Recebi agradecimentos da República em virtude da maneira pela qual procedi em relação a Rousseau, assim como a delegação formal dos relojoeiros pela mesma razão. O povo aqui venera-me por causa de Rousseau."<sup>39</sup> Tronchin advertiu-a de que teria de ficar sob seus cuidados pelo prazo de um ano. Mme. d'Épinay era uma freqüente visitante de Voltaire, tanto em sua casa de Genebra como na de Lausanne. Após alguma demora, Grimm foi encontrá-la, e ambos tiveram oito meses de felicidade. Voltaram a Paris em outubro de 1759, onde seu salão tornou-se um dos menos importantes. O livro de Mme. d'Épinay sobre educação foi premiado pela Academia.

Em 23 de novembro de 1759, Rousseau (é ele quem nos diz) escreveu-lhe nos seguintes termos:

Se fosse possível morrer de desgosto eu não estaria vivo agora.(...) A amizade entre nós, madame, foi extinta, porém aquilo que não mais existe ainda possui os seus direitos, e eu os respeito. Não me esqueci de vossa bondade para comigo, e vós podeis esperar de minha parte a gratidão que se pode ter por quem não mais amamos.(...)

Desejei abandonar o Hermitage, e devia tê-lo feito. Meus amigos querem que eu permaneça aqui até a primavera e, de vez que eles assim o querem, aqui permaneceré até a referida época, com o vosso consentimento.<sup>40</sup>

Em princípios de dezembro, Diderot foi ver Rousseau, encontrando-o em cólera e em lágrimas contra a “tirania” dos amigos exercida sobre ele. O relato desta visita encontra-se em sua carta a Grimm, de 5 de dezembro:

O homem é um doido (*fornecê*). Vi-o e censurei-o com todas as forças da minha honestidade, por sua lastimável conduta. Empregou na sua própria defesa um paroxismo de paixão que me afligiu.(...) Este homem se interpõe em meu trabalho, perturbando-me o espírito. É como se eu tivesse um dos espíritos malditos perto de mim. Oh, que horrível espetáculo, o de um homem malvado e feroz! Nunca mais quero vê-lo. Ele me faria crer nos demônios e no inferno.<sup>41</sup>

Rousseau recebeu resposta de Mme. d'Épinay em 10 de dezembro. Parece que Grimm fizera comentários sobre os ditos de Rousseau a respeito de sua “escravidão” no Hermitage, porque ela escreveu com inusitado amargor:

Após ter-vos dado por vários anos todas as formas possíveis de amizade, tudo quanto posso agora fazer é lastimar-vos. Sois muito infeliz.(...)

De vez que estais resolvendo a abandonar o Hermitage, e estando persuadida de que deveis fazê-lo, surpreende-me que vossos amigos vos tenham convencido a lá permanecer. De minha parte, nunca consulto meus amigos sobre o meu dever, e nada mais tenho a vos dizer a respeito do vosso.<sup>42</sup>

Em 15 de dezembro, embora o inverno já se avizinhasse, Rousseau deixou o Hermitage com Thérèse e todos os seus pertences. Enviou a mãe de Thérèse para Paris, a fim de morar com as outras filhas, prometendo, entretanto, contribuir para o seu sustento. Mudou-se para uma casa de campo em Montmorency, a ele arrendada por um agente de Louis-François de Bourbon, Príncipe de Conti. Ali, afastado de seus antigos amigos, produziu, no decurso de cinco anos, três dos livros mais prestigiosos do século.

#### IV. O ROMPIMENTO COM OS *PHILOSOPHES*

Seu novo lar situava-se no que ele denominava o *Jardin de Mont-Louis*, um “único aposento” diante de um gramado, na extremidade do jardim, uma velha torre com uma “alcova quase ao ar livre”. Quando vinham visitas, tinha de recebê-las “no meio de pratos sujos e vasilhas quebradas”, temendo que “o assoalho, podre e caindo aos pedaços”, cedesse ao peso de seus visitantes. Não se preocupava com a pobreza, pois ganhava o suficiente com a cópia de música, rejubilando-se de ser um competente artesão,<sup>43</sup> e não mais o dependente de uma mulher rica. Quando os amáveis vizinhos enviavam-lhe presentes ele ressentia-se, por julgar humilhante receber mais do que aquilo que se dá.

Cumpre-nos notar, como um parêntese, quantos aristocratas auxiliaram os rebeldes do Iluminismo, não tanto em aprovação a seus pontos de vista, como por uma generosa simpatia pelos homens de talento que passavam necessidade. Havia muitos traços de fidalguia nos nobres do Antigo Regime. E Rousseau, que denunciou a aristocracia, era especialmente prestigiado por eles. Às vezes, o orgulhoso artesão

deixava-se levar e gabava-se de ter amigos entre a nobreza. Referindo-se ao seu gramado, escreveu:

Aquele terraço era a minha sala de visitas, onde eu recebia M. e Mme. de Luxembourg, o Duque de Villeroy, o Príncipe de Tingry, o Marquês d'Armentières, a Duquesa de Montmorency, a Duquesa de Boufflers,\* a Condessa de Valentinois, a Condessa de Boufflers, e outros da mesma linhagem que(...) se dignavam fazer uma romaria até Mont-Louis.<sup>44</sup>

Não muito distante da casa de campo de Rousseau situava-se a casa do Marechal e da Marechala de Luxembourg. Logo após sua chegada, eles o convidaram para jantar. Ele recusou. No verão de 1758, reiteraram o convite e, mais uma vez, Rousseau recusou. Durante a Páscoa, no ano de 1759, em companhia de uma dezena de amigos, também da nobreza, eles vieram surpreendê-lo em seu retiro. Rousseau ficou apavorado. A marechala, na qualidade de Duquesa de Boufflers, granjeara a reputação de seduzir muitos homens. Entretanto, sobreviveu a seus pecados, transformando-se, na idade madura, numa mulher de charme maternal, mais do que encanto sexual. Imediatamente dissipou sua reserva, fazendo-o participar de uma animada conversação. Os visitantes admiraram-se de ver um homem de tantos predicados viver em tal pobreza. O marechal convidou Rousseau e Thérèse a irem com ele morar até que a casa de campo fosse restaurada. Jean-Jacques ainda resistiu. Finalmente, ele e Thérèse foram persuadidos a ocupar por algum tempo o "Petit Château", na propriedade de Luxembourg. Em maio de 1759, para lá se mudaram. Por vezes, Rousseau visitava os Luxembourgs em sua morada senhorial, e uma vez lá, era facilmente persuadido a ler para eles e seus convidados alguns trechos do romance que estava em vias de terminar. Após algumas semanas, ele e Thérèse voltaram a sua casa de campo, mas ele continuou a visitar os Luxembourgs, permanecendo estes leais a ele no decurso de todas as variações de seu gênio. Grimm queixou-se que Rousseau "abandonara seus velhos amigos, substituindo-os por gente da mais alta linhagem",<sup>45</sup> mas foi Grimm quem tinha repudiado Rousseau. Em carta de 28 de janeiro de 1762, dirigida a Malesherbes, Jean-Jacques respondeu a todos que o acusavam de, ao mesmo tempo, denunciar e cortejar a nobreza:

Senhor, tenho violenta aversão pelas classes sociais que dominam as outras.(...) Não me atrapalho em dizer-vos isto, vós que descendeis de ilustre linhagem.(...) Odeio os grandes, odeio a situação deles, sua agressividade, seus preconceitos,(...) seus vícios.(...) Foi neste estado de espírito que me dirigi, como quem é arrastado, ao *château* [dos Luxembourgs] em Montmorency. Então, deparei com os donos da casa. Eles amaram-me, e eu, senhor, os amei, e vou amá-los enquanto viver.(...) Eu lhes daria, não direi minha vida, pois a dádiva seria ínfima(...) eu lhes daria a única glória que jamais tocou-me o coração — a honra que espero da posteridade, com a qual certamente serei recompensado, porque ela me é devida, e a posteridade sempre é justa.

---

\* Dentre o número de Boufflers que entraram para a história no século XVIII, destacam-se (1) a Duquesa de Boufflers, que se tornou a Marechala de Luxembourg, (2) a Marquesa de Boufflers, amante de Stanislas Leszczyński, e (3) a Condessa de Boufflers, amiga de David Hume e Horace Walpole.

Esperou conservar uma amiga antiga — Mme. d'Houdetot. Saint-Lambert, entretanto, censurou-a pelos comentários de Paris, que uniam o nome dela ao de Rousseau, de modo que Mme. d'Houdetot pediu-lhe que deixasse de escrever-lhe. Lembrou-se, então, que Rousseau confessara a Diderot sua paixão por Mme. d'Houdetot. Agora, concluiu ter sido este quem havia batido com a língua nos dentes nos salões, e “resolvi cortar com ele para sempre”.<sup>46</sup>

Escolheu o pior momento possível, assim como os meios. Em 27 de julho de 1758, Helvétius havia publicado um tremendo ataque ao clero católico. O clamor resultante dessa ofensiva levou a uma crescente exigência para a supressão da *Encyclopédie* (já com sete volumes) e de qualquer matéria escrita de crítica à Igreja e ao Estado. O Volume VI continha um impetuoso artigo de d'Alembert sobre Genebra, louvando o clero calvinista por seu discreto unitarismo, e pleiteando junto às autoridades genebresas permissão para a criação de um teatro. Em outubro de 1758, Rousseau publicou a *Lettre à M. d'Alembert sur les spectacles*. Embora em tom moderado, era entretanto uma declaração de guerra contra a Idade da Razão e contra a falta de religião e imoralidade da França na segunda metade do século XVIII. No prefácio Rousseau desviou-se do assunto principal para repudiar Diderot, sem, contudo, citá-lo: “Eu tinha um Aristarco, severo e judicioso. Não o tenho mais, porque não mais o quero. Contudo, sentirei sua falta incessantemente, e meu coração ainda mais do que minha produção literária.” E, em nota de pé de página, acrescenta, julgando que Diderot o havia denunciado a Saint-Lambert:

Se você apunhalou um amigo, não se desespere, pois há maneiras de lhe retribuir a ação. Se você o tornou infeliz por suas palavras, não deve temer, porque é possível reconciliar-se com ele. Entretanto, por ultraje, palavras de censura, revelação de qualquer segredo, e o mal causado ao coração desse amigo em virtude de traição, aos olhos dele você não terá perdão e ele se afastará para nunca mais voltar.<sup>47</sup>

Essa carta, que na tradução inglesa consta de 135 páginas, era, em parte, a defesa da religião conforme pregada em Genebra. Como o *Émile* logo iria revelar, o próprio Rousseau era unitarista, rejeitando a divindade do Cristo. Entretanto, ao reivindicar a cidadania genebresca, professou totalmente o credo calvinista. Nas suas *Lettres* defendeu o credo ortodoxo e a crença numa revelação divina, elementos indispensáveis à moralidade do povo. “O que se pode provar à maioria dos homens por meio da razão é apenas o cálculo egoísta de benefício pessoal.” Donde, a mera “religião natural” deixaria a moral degenerar em nada mais do que abstenção de uma descoberta.

Entretanto, a teologia era uma questão menor na argumentação de Rousseau. Sua principal investida era contra a proposta de d'Alembert de legalização de um teatro em Genebra. Aqui, a inimizade oculta não era contra d'Alembert, mas contra Voltaire: Voltaire, cuja fama de residente de Genebra desagradavelmente ofuscava a glória de Rousseau como *Citoyen de Genève*; Voltaire, que ousara colocar suas peças no palco em Genebra ou em suas adjacências, e que, sem dúvida, incitara d'Alembert a inserir pedido em um artigo da *Encyclopédie* para instalar um teatro em Genebra. O quê? Introduzir em uma cidade célebre por sua moral puritana uma forma de diversão que, em quase toda parte, glorificara a imoralidade? As peças trágicas quase sempre apresentavam delito ou pecado, sem catarse, segundo a concepção de Aristó-

teles. Ativavam paixões, principalmente as do sexo e violência. Eram raras as comédias que apresentavam um salutar amor matrimonial. Frequentemente riam-se da virtude, como Molière fizera em *Le Misanthrope*. Todo o mundo sabia que os atores levavam vida imoral e sem lei, e que, em sua maioria, as sedutoras atrizes do teatro francês eram modelos de promiscuidade, constituindo centros e fontes de corrupção numa sociedade que as idolatrava. Talvez nas grandes cidades, como Paris e Londres, esses males oriundos do teatro afetem pequena parcela da população, mas numa pequena cidade como Genebra (com 24 mil habitantes) o veneno se espalharia por todas as camadas sociais, e as representações provocariam noções modernistas e lutas partidárias.<sup>48</sup>

Até então Rousseau repercutira o ponto de vista dos puritanos, ou calvinistas, em relação ao teatro. Em 1758, dizia na França o que Stephen Gosson proclamara na Inglaterra em 1579; William Prynne, em 1632, Jeremy Collier, em 1698. Entretanto, Rousseau não se restringiu à denúncia. Não era puritano. Advogava bailes e danças patrocinados e supervisionados pelos poderes públicos. Deveria haver diversões públicas, porém de caráter social e sadias, tais como piquenique, jogos ao ar livre, festivais, desfiles. (Aqui Rousseau acrescentou uma descrição viva de uma regata no Lago Genebra.)<sup>49</sup>

A *Carta*, diz-nos ele, “teve grande sucesso”. Paris principiava a cansar-se do vício. Não havia mais graça nos desvios boêmios, os quais haviam-se tornado convencionais. A cidade saciava-se de homens que se comportavam como mulheres, e de mulheres que ansiavam por ser iguais aos homens. Já vira muitos dramas clássicos e seus rituais bombásticos. Via como era precária a atuação dos soldados e generais de Mme. de Pompadour, em face das tropas espartanas de Frederico. Ouvir um filósofo falar bem da virtude era uma experiência reconfortante. A influência moral da *Carta* cresceria até que, juntamente com outras produções de Rousseau, auxiliariam a promover uma quase revolucionária volta ao decoro sob Luís XVI.

Isso os *philosophes* não podiam prever. O que viram na proclamação de Rousseau foi uma traição. Ele os havia atacado no momento em que corriam maior perigo. Em janeiro de 1759, o governo finalmente proibiu a publicação ou venda da *Encyclopédie*. Quando Rousseau denunciou a moral de Paris, aqueles que privaram de sua intimidade, relembrando seu acossamento de Mme. d’Houdetot, condenaram-no como hipócrita. Ouvindo-o incriminar o teatro, salientaram ter ele escrito *Le Devin du Village* e *Narcisse* para o palco, e de ter frequentado as casas de espetáculos. Com uma áspera mensagem (10 de outubro de 1758), Saint-Lambert recusou o exemplar da *Carta* que Rousseau lhe remetera:

Não posso aceitar o presente que o senhor me ofereceu. (...) O senhor pode, salvo por motivos outros que desconheço, ter motivo para queixar-se de Diderot, porém o fato não o autoriza a insultá-lo publicamente. O senhor não está alheio à natureza das perseguições de que é vítima. (...) Não posso abster-me de lhe dizer, senhor, de que maneira o seu procedimento odioso indignou-me. O senhor e eu diferimos por demais em nossos princípios para que possamos gostar um do outro. Esqueça-se de que existo. (...) Prometo-lhe esquecer-me de sua pessoa, para não me lembrar de mais nada a seu respeito, senão de seus talentos.<sup>50</sup>

Entretanto, Mme. d'Épinay, voltando de Genebra, agradeceu a Rousseau o exemplar que ele lhe havia remetido, convidando-o a jantar. Ele foi, lá encontrando Saint-Lambert e Mme. d'Houdetot pela última vez.

De Genebra chegaram várias cartas elogiosas. Valendo-se da posição de Rousseau, os magistrados de Genebra proibiram Voltaire de encenar qualquer peça teatral em solo genebrês. Voltaire retirou sua propriedade dramática de Tournay, transferindo residência para Ferney. Sentiu o golpe da derrota. Estigmatizou Rousseau como desertor e apóstata, lamentando que o pequeno rebanho de *philosophes* estivesse empenhado numa luta autodestruidora. "O infame Jean-Jacques", escreveu, "é o Judas da confraria."<sup>51</sup> Rousseau revidou em carta (29 de janeiro de 1760) ao pastor de Genebra, Paul Moulton:

O senhor fala-me daquele homem, Voltaire? Por que o nome daquele palhaço macula sua correspondência? Aquele miserável arruinou a minha terra [Genebra]. Eu o odiaria mais se o desprezasse menos. Vejo apenas na sua grande capacidade algo suplementar e vergonhoso, que o desonra pelo uso que faz dela.(...) Oh, cidadãos de Genebra, ele os faz pagar caro pelo abrigo que vocês lhe deram!<sup>52</sup>

Rousseau afligia-se ao saber que Voltaire estava produzindo peças em Tournay, e que muitos cidadãos de Genebra atravessavam a fronteira e entravam na França para assistir às representações — alguns até para nelas tomar parte. Seu ressentimento encontrou um outro *casus belli* quando sua carta a Voltaire, sobre o terremoto de Lisboa, foi publicada num jornal de Berlim(1760), aparentemente em virtude de Voltaire ter descuidadamente emprestado o manuscrito a um amigo. Rousseau, então (17 de junho), enviou a Voltaire uma das cartas mais extraordinárias da correspondência desta era atribulada. Após reprovar Voltaire pela publicação da carta sem sua autorização, continuou:

Não gosto do senhor. A mim, seu discípulo e entusiasta, o senhor provocou os mais penosos danos. Arruinou Genebra, em recompensa pelo asilo que ali recebeu. Separou meus concidadãos de mim em paga dos elogios a seu respeito que prodigalizei entre eles. Por sua causa é-me intolerável viver em meu próprio país. O senhor me obrigará a morrer em terra estranha, destituído do consolo dos moribundos, e jogado, desonrado, sobre um montão de lixo, enquanto todas as honrarias que um homem pode esperar lhe serão dadas em meu país natal. Em resumo, odeio-o, de vez que o senhor assim o quis, porém odeio-o com o sentimento de quem será ainda capaz de amá-lo, se o senhor assim o tivesse querido. De todos os sentimentos a seu respeito dentro do meu coração, permanece apenas admiração pelo seu talento, e amor por sua produção literária. Se eu o honro apenas por seu talento, não é minha culpa. Nunca me faltará o respeito devido a tais qualidades, nem o comportamento que esse respeito exige.<sup>53</sup>

Voltaire não respondeu, porém particularmente chamou Rousseau de "charlatão", "doido", "macaquinho", e "louco miserável".<sup>54</sup> Em sua correspondência com d'Alembert revelou-se tão sensível e apaixonado quanto Jean-Jacques.

Recebi uma longa carta de Rousseau. Ficou completamente louco. Escreve contra o teatro após ele mesmo ter escrito uma comédia ruim. Escreve contra a França, que

o sustenta. Descobre quatro ou cinco aduelas podres no barril de Diógenes e nele sobe para vociferar contra nós. Abandona os amigos. Escreve-me — a mim! — a carta mais insultuosa que um fanático jamais rabiscou. (...) Se ele não fosse um pobre e insignificante pigmeu, inchado de tanta vaidade, o mal não seria muito grande, mas à insolência da carta ele acrescentou a infâmia de fazer intrigas com os socinianos pedantes daqui, a fim de impedir-me de possuir um teatro próprio em Tourney, ou, pelo menos, de obstar que os cidadãos lá representem comigo. Se com este golpe baixo ele pretende preparar para si mesmo a volta triunfante às ruas ordinárias de onde veio, trata-se de procedimento de um canalha, e eu nunca mais o perdorei. Ter-me-ia vingado do próprio Platão, caso ele me tivesse preparado um golpe baixo semelhante a este. E ainda mais sobre o laçao de Diógenes. O autor da *Nouvelle Aloïsa* não passa de um perverso patife.<sup>55</sup>

Nessas cartas de dois famosos escritores do século XVIII vemos sob as correntes supostamente impessoais da época os nervos frementes a cada golpe desse conflito, e a própria vaidade humana que palpita nos corações dos filósofos e dos santos.

#### V. A NOVA HÉLOÏSE

O livro cujo título Voltaire citou erroneamente fora, no decurso de três anos, o refúgio de Rousseau contra seus inimigos, amigos e o mundo. Iniciado em 1756, terminou em setembro de 1758. Foi enviado a um editor, na Holanda, e lançado em fevereiro de 1761, com o título: *Julie, ou la Nouvelle Héloïse, Lettres de deux amants recueillies et publiées par J.-J. Rousseau*. O emprego de cartas nos romances já era antigo, porém, no caso em apreço, constituiu algo semelhante a *Clarissa*, de Richardson.

A história é improvável e, entretanto, única. Julie, de aproximadamente dezessete anos, é filha do Barão d'Étange. Sua mãe convida para servir-lhe de tutor o jovem e belo Saint-Preux. O novo Abélard apaixona-se pela nova Héloïse, o que qualquer mãe poderia prever. Em breve, enviava ele cartas de amor à sua aluna, as quais, no decurso de um século, constituíram o tom da ficção romântica.

Sempre que nossas mãos se encontram eu tremo; e, não sei como, constantemente elas se encontram. Estremeço logo que sinto o toque de seus dedos. A febre apodera-se de mim, ou antes do delírio, nessas ocasiões. Meus sentidos traem-me pouco a pouco, e quando me vejo assim, fora de mim, o que posso dizer, fazer, onde esconder-me, como responder pelo meu comportamento?<sup>56</sup>

Diz que vai partir, porém deixa que as palavras substituam a ação.

Portanto, adeus, infinitamente bela Julie. (...) Amanhã terei partido para sempre. Contudo, fique certa de que minha violenta e imaculada paixão por você só terminará com a minha vida, que meu coração, repleto de objeto tão divino, nunca se rebaixará admitindo outro sentimento, que dividirá todas as homenagens futuras entre você e a virtude, e que nenhuma outra paixão jamais profanará o altar no qual foi adorada a Julie.<sup>57</sup>

Pode ser que Julie sorrisse dessa adoração, mas era por demais feminina para afastar do altar tão delicioso noviço. Pede-lhe que adie a fuga. Contudo, o contato eletrizan-

te entre homem e mulher lançou-a em semelhante agitação, e, dentro em breve, ela confessa ter também sido ferida pela misteriosa seta. “No primeiro dia que nos vimos fui impregnada do veneno que agora invade meus sentidos e minha razão. Senti-o imediatamente e os teus olhos, teus sentimentos, teu palavreado, tua pena culpável diariamente aumentam a malignidade desse veneno.”<sup>58</sup> Não obstante, ele não exigirá coisa alguma pecaminosa senão um beijo. “Serás virtuoso, ou desprezado. Serei honesta, ou serei eu novamente. É a única esperança que me resta preferível à expectativa da morte.” Saint-Preux concorda em unir o delírio à virtude, acreditando entretanto que, para isso, tornar-se-á necessário auxílio sobrenatural:

Onipotência divina!(...) Inspirai-me com uma alma que possa suportar a felicidade! Amor divino! Espírito de minha existência, oh, amparaí-me, pois estou prestes a sucumbir sob o peso do meu enlevo!... Oh, como poderei resistir ao turbilhão de êxtase que me inunda o coração? — e como dissipar os receios de uma criatura amorosa [*une craintive amante*]?<sup>59</sup>

E assim por diante, em 657 páginas. Na página 91, ela o beija. As palavras não podem expressar “o que aconteceu comigo momentos depois, quando senti — minhas mãos tremem — um ligeiro frêmito — teus lábios balsâmicos — os lábios de minha Julie — de encontro aos meus, e eu entre os seus braços! Mais rápido do que o relâmpago, um súbito ardor saiu do meu corpo”.<sup>60</sup> Na carta XXIX ele já a seduzira, ou ela em relação a ele. Ele vagueia através de resmas de papel, em arrebatamentos de paixão, mas ela acha que tudo está perdido. “Um momento de distração traiu-me, condenando-me a infundável penúria. Caí no abismo da infâmia, do qual não se pode voltar.”<sup>61</sup>

A mãe de Julie, ao saber de seu defloramento, morre de desgosto. O barão jura matar Saint-Preux, que, em consequência, inicia uma volta ao mundo. Arrependida e em obediência ao pai, Julie casa-se com Wolmar, um russo de alta linhagem e inúmeros anos. Em segredo, continua a se corresponder com Saint-Preux, nutrido por ele um sentimento mais forte do que o dever de dedicar-se ao marido. Surpreende-se ao constatar que Wolmar, embora ateu, é um bom homem que lhe é fiel, zeloso de seu conforto, justo e generoso com todos. Em uma das cartas a Saint-Preux assegura-lhe que marido e mulher podem sentir-se satisfeitos num *mariage de convenance*. Contudo, nunca mais conheceu felicidade completa. Seu desvio pré-matrimonial pesa-lhe na memória. Finalmente, confessa ao marido aquele momento de fraqueza. Ele sabe de tudo, entretanto resolvera nunca mencionar o fato. Diz-lhe que ela não cometeu nenhum pecado e, para confirmar sua absolvição, convida Saint-Preux a ir morar com eles na qualidade de tutor de seus filhos. Saint-Preux aceita, e é-nos assegurado que os três viveram juntos em paz até que a morte os separasse. O incrível marido ausenta-se por vários dias. Julie e Saint-Preux vão passear de barco no Lago de Genebra. Atravessam para a Savóia e ele lhe mostra os rochedos sobre os quais, durante seu exílio, escrevia o nome dela. Ele chora, ela aperta suas trêmulas mãos, porém voltam sem pecado para a casa de Julie em Clarens, no Pays de Vaud.<sup>62</sup>

Admiram-se de Wolmar ser tão bom sem o auxílio da crença religiosa. Saint-Preux que, como Julie, é protestante convicto, explica a anomalia:



Tendo morado em países católicos-romanos, ele [Wolmar] nunca foi levado a uma melhor opinião da Cristandade, a julgar pelo que via professado nos referidos países. Viu que a religião lá regulava-se apenas por interesse dos padres. Consistia, unicamente, em gestos ridículos e um jargão sem qualquer sentido. Percebeu que os homens sensatos e probos eram unanimemente de sua opinião, e não tinham escrúpulos em dizê-lo. Na verdade, o próprio clero ridicularizava em particular aquilo que ensinava e inculcava no espírito do povo. De modo que, garantiu-nos ele, depois de muito procurar, só encontrou três padres que acreditavam em Deus.<sup>63</sup>

Em nota de pé de página, Rousseau acrescenta: “Deus me livre de aprovar afirmativas tão graves e grosseiras!” “Apesar delas, Wolmar ia regularmente aos serviços protestantes com Julie, em respeito a ela e aos vizinhos. Julie e Saint-Preux vêem nele o “mais estranho absurdo” — um homem “que pensa como um incrêu e age como cristão”.<sup>64</sup>

Wolmar não mereceu o golpe final. Julie, em seu leito de morte, em virtude de febre contraída quando salvava seu filho de morrer afogado, entrega-lhe uma carta aberta dirigida a Saint-Preux, na qual declara que este foi o seu único amor. Podemos compreender a permanência da primeira impressão, no entanto, por que recompensar a longa fidelidade e a confiança que o marido lhe dedicara com uma rejeição tão cruel na hora da morte? É muito pouco consistente com a nobreza com a qual o autor revestiu o caráter de Julie.

Não obstante, ela é uma das grandes figuras da ficção moderna. Embora provavelmente sugerida pela Clarissa de Richardson, foi inspirada pelas próprias recordações de Rousseau: a de duas moças cujos cavalos ele guiou através do riacho, em Annecy; a lembrança que guardou de Mme. de Warens, no primeiro ano em que esteve sob sua proteção; e, finalmente, Mme. d’Houdetot, que o fez ressentir os arroubos do amor restando o seu desejo. Naturalmente, Julie não é nenhuma dessas mulheres, e talvez nenhuma que Rousseau tenha um dia encontrado, mas apenas o múltiplo ideal de seus sonhos. O retrato fica um tanto deturpado pela insistência de Rousseau de fazer com que quase todas as suas personagens falem como ele. À medida que a maternidade se acentua em Julie, ela se transforma em um sábio que discorre demoradamente sobre todos os assuntos, da economia doméstica à mística união com Deus. “Examinaremos a validade deste argumento”, diz ela. Mas qual a bela mulher que um dia desceria a tamanho anticlímax?

Não há dúvida de que Saint-Preux é especificamente Rousseau, sensível a todos os encantos das mulheres, ansioso para prostrar-se a seus pés ideais, e para deixar fluir as frases eloqüentes de paixão e devotamento ensaiadas na solidão. Rousseau descreve-o como “a perpetrar sempre alguma loucura, e sempre com o propósito de tornar-se ajuizado”.<sup>65</sup> Saint-Preux é um inacreditável pedante comparado com o infame Lovelace de Richardson. Ele também toma a palavra a Rousseau ao descrever Paris como um turbilhão de males — grandes fortunas, grande pobreza, governo incompetente, ar viciado, música má, conversação artificial, vã filosofia, e o quase colapso da religião, da moral e do casamento. Repete o primeiro *Discurso* sobre a natural bondade do homem e a corrompida e degradante influência da civilização, felicitando Julie e Wolmar por preferirem a vida campestre sossegada e sadia de Clarens.

Wolmar destaca-se como a personagem mais original da galeria de Rousseau. Quem

era o seu modelo? Talvez d'Holbach, o "simpático ateu", o barão filósofo, o virtuoso materialista, o devotado marido de sua mulher, e depois da irmã desta. E talvez também Saint-Lambert, que havia escandalizado Rousseau ao pregar o ateísmo, mas lhe tinha perdoado por ter cortejado a sua amante. Rousseau ingenuamente confessa ter-se valido de modelos vivos e recordações pessoais.

Impregnado de tudo o que me tinha acontecido, e ainda abalado por tantas emoções violentas, meu coração acrescentou o sentimento de seus sofrimentos às idéias com as quais minha meditação me havia inspirado.(...) Sem perceber, descrevi as situações em que me encontrava então, emprestando-lhes as figuras de Grimm, Mme. d'Épinay, Mme. d'Houdetot, Saint-Lambert e eu.<sup>66</sup>

Através de referidas personagens, Rousseau expunha quase todas as facetas de sua filosofia. Apresentou o retrato ideal do casamento feliz, o de uma propriedade agrícola dirigida com eficiência, justiça e humanidade, assim como de crianças educadas para representarem exemplares misturas de liberdade e obediência, reserva e inteligência. Antecipou os argumentos do seu *Émile*. Essa educação, em primeiro lugar, seria do corpo em relação à saúde, depois do caráter, em relação a uma disciplina estoica e, somente então, do intelecto, em relação à razão. "A única maneira de fazer com que as crianças sejam dóceis", disse Julie, "é não argumentar com elas, e sim convencê-las de que a razão está acima de suas idades."<sup>67</sup> Não devia haver nenhum apelo à razão, nenhuma educação intelectual, antes da puberdade. E a história saiu do seu rumo para discutir religião. A fé de Julie tornou-se o instrumento de sua redenção. A cerimônia religiosa que santificou seu casamento trouxe-lhe o sentido da purificação e dedicação. Entretanto, uma fé fortemente protestante toma todo o livro. Saint-Preux ridiculariza o que lhe parece a hipocrisia do clero católico em Paris. Wolmar denuncia o celibato dos padres como o manto que encobre o adultério, e Rousseau, em pessoa, declara "impor celibato a um grupo tão numeroso como os padres católicos romanos não é tanto para proibir-lhes que tenham suas próprias mulheres, como ordenar-lhes que se satisfaçam com as mulheres dos outros homens".<sup>68</sup> Prosseguindo, Rousseau confessa-se a favor da tolerância religiosa, que deve estender-se até os ateus. "Ninguém verdadeiramente crente será intolerante ou perseguidor. Se eu fosse juiz, e se a lei decretasse a pena de morte para os ateus, eu principiaria mandando queimar, como tal, qualquer um que denunciasse o outro."<sup>69</sup>

O romance gozou de influência memorável ao despertar a Europa para as belezas e magnificências da natureza. Em Voltaire, Diderot, e d'Alembert, o entusiasmo pela filosofia e pela vida urbana não impulsionou a sensibilidade à majestade das montanhas e ao caleidoscópio do céu. A vantagem de Rousseau era a de ter nascido no centro do cenário mais impressionante da Europa. Andara a pé de Genebra para a Savóia, através dos Alpes até Turim, e de Turim entrou na França. Gozou a paisagem e os sons, assim como a fragrância do campo, sentindo que todo o nascer do sol era o triunfo da divindade sobre o mal e a descrença. Imaginava um concerto místico entre seus estados de espírito e o humor da terra e do ar. O êxtase do amor abarcava todas as árvores e as flores, cada haste nova de graminha. Subiu até a metade dos Alpes, encontrando uma pureza do ar que dir-se-ia dar clareza e nitidez a seus pensa-

mentos. Descreveu essas experiências com tamanho sentimento e intensidade que escalar montanhas, principalmente na Suíça, tornou-se um dos maiores esportes da Europa.

Nunca antes a literatura moderna expressara sentimento, paixão e amor romântico tão pormenorizadamente e com eloqüente exposição e defesa. Em reação contra o culto da razão de Boileau a Voltaire, Rousseau proclamou a superioridade do sentimento e seu direito de impor-se na interpretação da vida e avaliação de credos. Com a *Nouvelle Héloïse* o movimento Romântico alçou o seu desafio à era clássica. É certo já terem existido momentos românticos no apogeu do classicismo: Honoré d'Urfé apresentou o amor bucólico em *L'Astrée* (1610-27). Mlle. de Scudéry esgotou todos os aspectos do amor em *Artamène, ou Le Grande Cyrus* (1649-53); Mme. de La Fayette aliou o amor à morte em *La Princesse de Clèves* (1678); Racine empregou o mesmo tema em *Phèdre* (1677) — no auge da era clássica. Lembremo-nos de que Rousseau herdara velhos romances de sua mãe, lendo-os com seu pai. Quanto aos Alpes, Albrecht von Haller já havia celebrado sua beleza e o terror das estações (1726-30). Rousseau deve ter lido *Manon Lescaut*, de Prévost (1731), e (de vez que lia inglês com dificuldade) deve ter lido *Clarissa* de Richardson (1747-48) na tradução de Prévost. Das duas mil páginas (ainda incompletas) adotou o estilo de narrativa por intermédio de cartas, compatível com a análise psicológica, dando a Julie a prima Claire como confidente, assim como Richardson tinha dado Miss Howe a Clarissa. Observou Rousseau, com ressentimento, ter Diderot publicado um maravilhado *Éloge de Richardson* (1761) logo após o lançamento de *Julie*, para diminuir o sucesso do livro.

Em originalidade e erros, *Julie* é bem igual a *Clarissa*, e muito superior a esta em estilo. Ambas as obras são ricas de improbabilidades e repletas de exortações. Mas a França, que se sobressai mundialmente em estilo, nunca vira a língua francesa revestir-se de tanto colorido, ardor, maleabilidade e ritmo. Rousseau não apenas advogava o sentimento, ele o possuía. Tudo que ele tocava impregnava-se de sensibilidade e sentimento e, embora possamos sorrir de seus arroubos, sentimo-nos animados com o seu fervor. Podemos nos ressentir e não nos determos sobre as extemporâneas dissertações, porém prosseguimos na leitura, apreciando de vez em quando cenas de grande intensidade que emprestam novo fulgor à narrativa. Voltaire pensava idéias e escrevia epigramas. Introspectivamente, Rousseau via imagens e compunha sensações. Suas frases e parágrafos não eram incultos. Admitia que, na cama, ele os repassava, enquanto a paixão do artista afugentava o sono.<sup>70</sup> “Preciso ler Rousseau”, dizia Kant, “até que a beleza de expressão não mais me distraia, para que eu, então, possa examiná-lo dentro dos preceitos da razão.”<sup>71</sup>

*Julie* obteve êxito junto a todos, excetuando os *philosophes*. Grimm considerava-a “uma débil imitação” de *Clarissa*, prevendo que logo seria esquecida.<sup>72</sup> “Não falemos mais no romance de Jean-Jacques, peço-lhes”, resingava Voltaire (21 de janeiro de 1761). “Para tristeza minha, li-o; e teria sido para a dele também, se eu tivesse tempo de dizer o que penso desse livro idiota.”<sup>73</sup> Um mês mais tarde, ele o disse em *Lettres sur la Nouvelle Héloïse*, publicado sob pseudônimo. Salientou erros gramaticais, não demonstrando apreciar as descrições da natureza feitas por Rousseau — embora, mais tarde, ele fosse imitar Jean-Jacques, ao subir em uma colina a fim de apreciar o nascer do sol. Paris reconheceu o estilo de Voltaire, julgando que o patriarca fora invadido pela inveja.

Pondo de lado as alfinetadas, Rousseau deliciava-se com a aceitação de sua primeira obra de tamanha extensão. “Em toda a história da literatura”, opinou Michelet, “nunca houve tanto sucesso.”<sup>74</sup> As edições se sucediam, porém as impressões ficavam muito aquém da procura. Formavam-se filas diante das lojas para adquirir o livro. Leitores impacientes pagavam doze *sous* por hora pelo empréstimo da obra. Aqueles que o haviam obtido durante o dia, emprestavam-no a outros durante a noite.<sup>75</sup> Feliz, Rousseau contava que uma senhora, toda vestida para ir ao baile na Ópera, mandou preparar a carruagem, e, enquanto esperava, começou a ler *Julie*. Tão imersa ficou na leitura que leu até as quatro horas da madrugada, enquanto a criada e os cavalos aguardavam.<sup>76</sup> Reputou o sucesso ao prazer que sentem as mulheres em ler sobre o amor, mas havia também mulheres cansadas de serem amantes, ansiando por se tornarem esposas e ter pais para seus filhos. Centenas de cartas endereçadas a Rousseau chegavam a Montmorency, com agradecimentos pelo livro. Eram tantas as mulheres enviando-lhe o seu amor que a imaginação de Jean-Jacques concluiu: “Não havia uma mulher na alta sociedade que eu não teria conquistado, caso resolvesse fazê-lo.”<sup>77</sup>

Era algo novo que um homem pudesse revelar-se totalmente como Rousseau tinha feito através de Saint-Preux e Julie, e nada há mais interessante do que a alma humana, mesmo parcial e inconscientemente descoberta aos olhares. Aqui, disse Mme. de Staël, “todos os véus que encobriam o coração foram rasgados”.<sup>78</sup> Principiou, então, o reinado da literatura subjetiva, em longa sucessão que durou até nossos dias, das auto-revelações, dos corações quebrados, das “almas belas” imersas publicamente na tragédia. Ser emotivo, expressar emoção e sensibilidade, tornou-se moda, não apenas na França como na Inglaterra e na Alemanha. A maneira clássica de repressão, ordem, razão e forma principiou a desaparecer. O império dos *philosophes* chegava a seu fim. Depois de 1760, o século XVIII pertenceu a Rousseau.<sup>79</sup>

## CAPÍTULO VII

# Rousseau Filósofo

### I. O CONTRATO SOCIAL

**D**OIS meses antes da publicação de *La Nouvelle Héloïse*, Rousseau escreveu a M. Lenieps (11 de dezembro de 1760):

Abandonei definitivamente a profissão de autor. Ainda resta um antigo pecado a ser expiado em letra de fôrma. Depois disto o público não mais ouvirá falar de mim. Não conheço sorte melhor do que a de ser desconhecido, salvo dos amigos.(...) Doravante, copiar [música] constituirá minha única ocupação.<sup>1</sup>

E ainda, em 25 de junho de 1761:

Até os quarenta anos fui sensato. Aos quarenta recorri à pena. Ponho-a de lado antes dos cinqüenta anos, amaldiçoando por todos os instantes de minha vida o dia em que o meu orgulho insensato fez-me pegá-la, e quando vejo que minha felicidade, minha tranqüilidade e minha saúde se esvaem como fumaça, sem qualquer esperança de recuperá-las novamente.<sup>2</sup>

Era isso uma pose? Não completamente. É verdade que, em 1762, ele publicou *Du Contrat social* e *Émile*, mas os havia terminado em 1761. Eram “o antigo pecado a ser expiado em letra de fôrma”. É verdade que ele escreveu as respostas ao arcebispo de Paris, ao Consistório de Genebra, e aos pedidos da Córsega e Polônia no sentido de elaborar-lhes uma constituição. Entretanto, tais composições consistiam em *pièces d'occasion*, induzidas por motivos imprevisíveis. As *Confessions*, os *Dialogues* e *Rêveries d'un promeneur solitaire* foram publicados depois de sua morte. Não é de estranhar que, em 1761, ele estivesse exausto e liquidado, pois no espaço de cinco anos compusera três grandes obras, cada uma delas um acontecimento na história do pensamento.

Há muitos anos (1743), quando secretário do embaixador francês em Veneza, suas observações sobre o governo veneziano, em oposição com o de Genebra e da França,

levaram-no a planejar um substancial tratado sobre as instituições políticas. Os dois *Discursos* constituíam centelhas de fogueira, sendo, entretanto, apressadas tentativas de chamar a atenção por meio de exagero, nenhum deles fazendo justiça ao desenvolvimento de seu pensamento. Entrementes, ele estudou Platão, Grotius, Locke e Pufendorf. O *magnum opus* por ele sonhado nunca foi terminado. Rousseau não tinha mente ordenada, perseverança e temperamento tranquilo necessários para levar a cabo tal empreendimento. A tarefa exigiria raciocínio assim como sensibilidade, cólera recalcada ao invés de proclamada, e esse desinteresse estava além do seu alcance. Sua renúncia à profissão literária era admitir a derrota. Entretanto, ele legou ao mundo, em 1762, brilhante fragmento de seu plano nas 125 páginas publicadas em Amsterdam como *Du Contrat social, ou Principes du droit politique*.

Todos conhecem a audaciosa exclamação que deu início ao primeiro capítulo: "*L'homme est né libre, et partout il est dans les fers*" (O homem nasceu livre, e por toda parte ele está acorrentado). Rousseau iniciou com uma hipérbole intencional, pois sabia que a lógica tem uma poderosa *virtus dormitiva*. Agiu acertadamente ao bater numa nota tão gritante, pois esta frase tornou-se o lema de um século. Como nos *Discursos*, ele pressupôs um "primitivo estado da natureza", no qual não havia leis, e acusou a existência de Estados que haviam destruído aquela liberdade. E, ao contrário, propôs "encontrar uma forma de associação que defenderia e protegeria, com a união de todas as forças, os indivíduos e os pertences de cada associado, e na qual, cada um, enquanto se unisse a todos, pudesse prestar obediência somente a si mesmo, permanecendo tão livre como anteriormente. (...) Este o problema fundamental para o qual O Contrato Social fornece a solução".<sup>3</sup>

Existe um contrato social, diz Rousseau, não um compromisso do governado para obedecer ao governante (como em *Leviathan*, de Hobbes), mas um acordo entre indivíduos para subordinar seus julgamentos, direitos e poderes às necessidades e julgamentos de sua comunidade como um todo. Cada pessoa implicitamente participa de tal contrato ao aceitar a proteção das leis comunitárias. O poder soberano de qualquer Estado não recai sobre nenhum governante — indivíduo ou corporação — porém na *vontade geral* da comunidade; e esta soberania, embora possa ser delegada em parte e por algum tempo, jamais poderá ser cedida.

Mas o que é esta *volonté générale*? É a vontade de todos os cidadãos, ou apenas da maioria? — e quem será considerado cidadão? Não é a vontade de todos (*volonté de tous*), pois poderá ficar em contradição com muita vontade individual. Tampouco é sempre a vontade da maioria que vive [e vota] a um determinado momento. É a vontade da comunidade de ter uma vida e uma realidade além das vidas e das vontades dos membros individualmente. [Rousseau, como um "realista" medieval, atribui à coletividade, ou idéia geral, uma realidade adicional a dos seus componentes individualmente. A vontade geral, ou "espírito público", deveria ser a voz, não apenas dos cidadãos vivos no momento, mas daqueles que estão mortos, ou ainda por nascer. Por conseguinte, sua característica lhe é dada não apenas pelas vontades atuais, mas pela história passada e futuros objetivos da comunidade. É o mesmo que uma velha família que se considera uma através das gerações, honra seus ancestrais e protege sua descendência. De maneira que um pai, por obrigação a netos que ainda não nasceram, pode desatender os desejos de seus filhos vivos, e um estadista pode sentir-

se obrigado a pensar em termos não de uma eleição, mas de muitas gerações.]\* Não obstante, “o voto da maioria sempre vincula todo o resto”.<sup>4</sup> Quem vota? Todo cidadão.<sup>5</sup> Quem é cidadão? Aparentemente, nem todo adulto do sexo masculino. Rousseau é especialmente obscuro neste ponto, porém elogia d'Alembert por ter reconhecido “as quatro classes de homens(...) morando em nossa cidade [Genebra], das quais apenas duas fazem parte do público. Nenhum outro escritor francês(...) compreendeu o verdadeiro significado da palavra *cidadão*”.<sup>6</sup>

O ideal seria, diz Rousseau, que a lei fosse a expressão da vontade de todos. O homem é por natureza predominantemente bom, porém ele possui instintos que devem ser controlados para que a sociedade seja possível. No *Contrato Social* não há um ideal de um “estado da natureza”. Por um momento Rousseau fala como Locke ou Montesquieu, e até mesmo Voltaire:

A passagem do estado da natureza para o estado civil produz extraordinária mudança no homem, por substituir, na sua conduta, a lei pelo instinto, e dando a suas ações a moral que anteriormente lhe faltava... Embora nesse estado (civil) ele fique destituído de certas vantagens que ele tinha da natureza; em compensação ele ganha outras tão grandes, suas faculdades são tão estimuladas e desenvolvidas, as idéias tão amplas, e toda a alma de tal forma elevada que, se os abusos de sua nova condição não o degradassem muitas vezes, colocando-o abaixo daquela que ele deixara, ele estaria obrigado a abençoar continuamente o feliz momento que o retirara para sempre desta referida condição, e ao invés de um animal estúpido e sem imaginação, tornou-o uma criatura inteligente e um homem.<sup>7</sup>

Se Rousseau (que certa vez falara como quem não era totalmente um anarquista filósofo) tornara-se então favorável à santidade da lei quando esta expressa a vontade geral. Se, como em geral acontece, o indivíduo não concorda com essa vontade expressa por lei, o Estado pode, justamente, forçá-lo a submeter-se.<sup>8</sup> Isto não constitui violação da liberdade, e sim a sua preservação, até mesmo para o indivíduo refratário; pois, num estado civil, é somente através da lei que a pessoa pode gozar da segurança contra assaltos, roubos, perseguição, calúnia e mil outros males. Daí, ao obrigar o indivíduo a obedecer à lei, a sociedade está, efetivamente, “forçando-o a ser livre”.<sup>9</sup> O fato acontece principalmente nas repúblicas, pois a “obediência à lei que prescrevemos para nós mesmos é liberdade”.<sup>10</sup>

O governo é um órgão executivo ao qual a vontade de todos delega provisoriamente alguns de seus poderes. O Estado deve ser considerado não apenas como o governo, porém como o governo, os cidadãos e a vontade de todos, ou alma comunitária. Qualquer Estado é uma república quando governado por leis e não por decretos autocráticos, e, nesse sentido, até uma monarquia pode ser república. Mas se a monarquia é absoluta — se o rei faz e executa as leis — então, não existe *res publica*, ou comunidade, e sim um tirano governando escravos. Por conseguinte, Rousseau recusava-se a juntar-se aos *philosophes* que louvavam “o despotismo esclarecido” de Frederico II, ou de Catarina II, como recursos para impulsionar a civilização e as reformas. Achava que aqueles que viviam em climas árticos ou tropicais deviam sujeitar-se a regulamen-

---

\* O trecho entre colchetes é uma tentativa de interpretação, não se encontrando explícito em Rousseau.

tos rígidos a fim de preservar a vida e a ordem,<sup>11</sup> mas nas zonas temperadas uma combinação de aristocracia e democracia era preferível. A aristocracia hereditária era “o pior dos governos”. A “aristocracia eletiva” é a melhor,<sup>12</sup> isto é, o melhor governo é aquele no qual as leis são feitas e administradas por uma minoria de homens periodicamente selecionados por sua superioridade intelectual e moral.

A democracia como um sistema dirigido pelo povo parecia a Rousseau impossível.

Se tomarmos o termo em seu sentido estrito, nunca houve verdadeira democracia, e nunca haverá. É contra a ordem natural o fato de muitos governarem e poucos serem governados. Impossível é imaginar que o povo deva permanecer continuamente reunido a fim de dedicar o seu tempo aos negócios públicos, e está claro que ele não pode delimitar mandatos para tal finalidade sem alterar a forma de administração. (...)

Além do mais, quantas situações difíceis de reunir podem surgir, de acordo com tal governo? Primeiro, um estado muito pequeno, onde o povo pode reunir-se rapidamente, e onde cada cidadão pode, com facilidade, conhecer todos os outros. Segundo, grande simplicidade de maneiras, a fim de evitar a multiplicidade de negócios que podem suscitar problemas sérios. A seguir, suficiente igualdade em linhagem e fortuna, sem o que a igualdade de direitos e de autoridade não poderá subsistir por muito tempo. Finalmente, pouco ou nenhum luxo, porque o luxo corrompe logo ricos e pobres — os ricos em virtude de suas riquezas, os pobres pela cobiça. (...) Eis a razão pela qual um famoso escritor (Montesquieu) fez da virtude o princípio fundamental das repúblicas, pois todas estas condições não existiriam sem a virtude. (...) Se houvesse um povo constituído de deuses, seu governo seria democrático, mas governo tão perfeito não foi feito para os homens.<sup>13</sup>

Esses trechos dão ensejo a um desvirtuamento. Rousseau emprega o termo *democracia* em sentido raramente atribuído a ele em política ou história, como um governo no qual todas as leis são feitas por todo o povo reunido em assembleias nacionais. Na realidade, a “democracia eletiva” preferida por ele é o que chamaríamos uma democracia representativa — um governo constituído de representantes escolhidos pelo voto popular e supostamente selecionados pela superioridade de seus predicados. Entretanto, Rousseau rejeita a democracia representativa sob a alegação de que os representantes iriam logo legislar em razão de seus próprios interesses ao invés do bem da população. “O povo inglês considera-se livre, no entanto está totalmente enganado. Ele só é livre durante as eleições dos membros do Parlamento. Uma vez escolhidos esses membros, a escravidão apodera-se do povo e este não vale mais nada.”<sup>14</sup> Os representantes deveriam ser eleitos para ofícios administrativos e judiciários, mas nunca para o legislativo. Todas as leis seriam feitas pelo povo nas assembleias-gerais, e estas assembleias deveriam ficar investidas do poder de reconduzir os candidatos eleitos.<sup>15</sup> Daí, o Estado ideal teria de ser suficientemente pequeno a fim de permitir que os cidadãos se reunissem com freqüência. “Quanto maior for o Estado, menor a liberdade.”<sup>16</sup>

Rousseau era socialista? O segundo *Discurso* atribua quase todos os males da civilização ao estabelecimento da propriedade privada. Entretanto, até mesmo este ensaio julgava a instituição por demais enraizada na estrutura social para permitir sua eliminação sem uma caótica e desoladora revolução. O *Contrato Social* admite a propriedade particular, a qual ficará, entretanto, sujeita ao controle da comunidade. Esta deveria



reter todos os direitos básicos, podendo tomar a propriedade privada para o bem comum, fixando um número máximo de propriedades destinadas a cada família.<sup>17</sup> Poderá sancionar a doação testamentária da propriedade, porém, se houver tendência a uma concentração demolidora, se valerá dos direitos sobre a herança para redistribuir a riqueza e diminuir a desigualdade social e econômica. “É precisamente porque a força das coisas tende sempre para a destruição da igualdade que a legislação deveria sempre tender para mantê-la.”<sup>18</sup> Um dos objetivos do *Contrato Social* é que “os homens, porventura desiguais na força e na inteligência, sejam iguais nos direitos sociais e legais”.<sup>19</sup> Haveria forte tributação sobre o luxo. “O Estado social só tem vantagens para o homem quando todos possuem alguma coisa e ninguém possui demais.”<sup>20</sup> Rousseau nunca se comprometeu com o coletivismo, e jamais pensou na “ditadura do proletariado”. Desprezava o nascente proletariado das cidades, concordando com Voltaire em dominá-lo “*canaille*” — populacho, ralé.<sup>21</sup> Seu ideal era uma classe camponesa próspera e independente, e uma classe média virtuosa composta de famílias como a de Wolmar na *La Nouvelle Héloïse*. Pierre-Joseph Proudhon acusá-lo-ia de ter entronizado a burguesia.<sup>22</sup>

Qual o lugar da religião no Estado? Um pouco de religião, julgava Rousseau, era indispensável à moralidade; “nenhum Estado foi jamais instituído sem uma base religiosa”.<sup>23</sup>

Se os homens cultos tentarem falar a sua linguagem ao homem do povo ao invés da linguagem destes, é possível que não se farão entender.(...) Para que um povo jovem possa preferir princípios sólidos de teoria política(...) o efeito teria de se tornar a causa: o espírito social que seria criado por essas instituições teria de presidir à sua própria instituição, e os homens seriam perante a lei o que deveriam tornar-se por meio desta lei. O legislador, entretanto, incapaz de apelar ou para a força, ou para a razão, deve recorrer a uma autoridade de outra espécie, capaz de coagir sem violência.(...) Isto é o que, em todas as eras, impelia os chefes das nações a recorrerem à divina intervenção, creditando os deuses com sua própria sabedoria, para que os povos, submetendo-se às leis do Estado, assim como as da natureza... obedecessem livremente e suportassem, com paciência, o jugo do bem comum.<sup>24</sup>

Rousseau não manteria sempre este ponto de vista político da religião, mas no *Contrato Social* fez da crença do sobrenatural um instrumento do Estado, e considerava os padres, na melhor das hipóteses, uma espécie de polícia celestial. Entretanto, recusava-se a aceitar o clero da Igreja Católica como tais agentes, pois esta igreja reivindicava posição superior a do Estado, constituindo, por conseguinte, uma força demolidora, divisora da lealdade do cidadão.<sup>25</sup> Além do mais (argumentava ele), o cristão, quando toma seriamente a sua teologia, concentra-se na vida após a morte, dando pouco valor à que tem. Nesse sentido, ele é um cidadão insatisfatório. Esse cristão torna-se um soldado indiferente. Pode lutar pela pátria, mas apenas sob coação e supervisão. Não acredita em ganhar a guerra para o Estado, porque possui apenas uma pátria — a Igreja. A Cristandade prega virtude e uma dócil dependência. Portanto, esse espírito é tão favorável à tirania que os tiranos acolhem sua cooperação. “Os verdadeiros cristãos foram feitos para serem escravos.”<sup>26</sup> Neste ponto, Rousseau concorda com Diderot, antecipou Gibbon, e, no momento, era mais violento e anti-católico do que Voltaire.

Não obstante, julgava necessário um pouco de religião, uma “religião civil” formulada pelo Estado e compulsória a toda a população. Quanto ao credo:

Os dogmas da religião civil devem ser poucos, simples, com um palavreado preciso, sem quaisquer explicações ou comentários. A existência de uma poderosa, inteligente e beneficente Divindade, que possua previsão e providência. A vida futura, a felicidade do justo, a punição do malvado, a inviolabilidade do contrato social e das leis. Estes são os seus dogmas.<sup>27</sup>

De modo que Rousseau, pelo menos para fins políticos, professava as crenças básicas do Cristianismo enquanto rejeitava sua ética como demasiado pacifista e internacional — justamente o oposto do procedimento filosófico em geral que era o de conservar a ética do Cristianismo e descartar sua teologia. Admitia outras religiões em seu Estado imaginário, porém apenas com a condição de que não contrariassem a religião oficial. Toleraria as religiões “que tolerassem as outras”, mas “aquele que ousasse dizer ‘Fora da Igreja não há salvação’, deveria ser expulso do Estado, a menos que o Estado seja a Igreja, e o príncipe o pontífice da mesma”.<sup>28</sup> Não será permitida nenhuma contestação aos artigos da religião do Estado.

Posto que o Estado não possa compelir ninguém a acreditar nos artigos de fé, ele pode bani-lo, não por irreligião, porém como ente anti-social, incapaz de verdadeiramente amar as leis e a justiça, e de sacrificar, se necessário, sua vida pelo dever. Se qualquer um, após publicamente admitir tais dogmas, portar-se como quem neles não acredita, deixai que ele seja condenado à morte.<sup>29</sup>

Depois de “O homem nasceu livre e em toda parte é acorrentado”, esta última é a mais famosa frase do *Contrato Social*. Tomada literalmente, condenaria qualquer pessoa que agisse como se não acreditasse em Deus, céu ou inferno. Aplicada à cidade de Paris daquela época, teria despovoado a capital. A tendência de Rousseau para alarmar e para a declaração absoluta talvez o tenha feito dizer mais do que tencionava. Talvez se lembrasse da Dieta de Augsburg (1555), na qual os príncipes signatários concordavam que teriam o direito de banir de seu território qualquer pessoa que não aceitasse a sua religião — *cuius regio eius religio*. E as leis de Genebra, tomadas literalmente (como no caso de Servet), constituíram um antecedente para a súbita selvageria de Rousseau. A antiga Atenas considerou *asebeia* — o não reconhecimento dos deuses oficiais — máximo crime, ao exilar Anaxágoras e envenenar Sócrates. A perseguição dos cristãos pela Roma Imperial era igualmente desculpada. E na ciência das prisões de Rousseau a ordem para sua prisão, naquele ano de 1762, podia ser considerada um ato de caridade cristã.

Era o *Contrato Social* um livro revolucionário? Não e sim. Aqui e ali, entre a reivindicação de Rousseau para um governo responsável pela vontade geral, surgiam momentos de cautela que o acalmavam, como ao escrever: “Não há como os maiores perigos para contrabalançarem o perigo de mudança da ordem pública, e o poderio sagrado das leis nunca deverá ser interceptado, exceto quando a existência do país estiver em jogo.”<sup>30</sup> Condenava a propriedade privada como responsável por todos os males, porém ela se tornara inevitável pela incorrigível corrupção da humanidade. Con-

jeturava-se a natureza do homem, depois de uma revolução, reproduziria velhas instituições e servidões sob novos nomes. "O povo acostumado a um senhor não deixará que cesse o domínio.(...) Confundindo liberdade com incontrollada desordem ele é entregue, em decorrência de suas revoluções, nas mãos de seus corruptores, que apenas aumentarão suas cadeias."<sup>31</sup>

Não obstante, a sua era a voz mais revolucionária da época. Ainda que, em outras ocasiões, tivesse diminuído e desconfiado das massas, aqui o seu apelo era para a multidão. Sabia que a desigualdade era inevitável, mas condenava-a com força e eloquência. Anunciava inequivocamente que um governo que persistentemente impugnava a vontade geral devia ser destituído. Enquanto Voltaire, Diderot e d'Alembert cortejavam reis e imperatrizes, Rousseau levantava contra os governos existentes um grito de protesto destinado a ser ouvido de um extremo a outro da Europa. Quando os *philosophes*, já acomodados no *status quo*, reivindicavam apenas paulatinas reformas de determinados erros, Jean-Jacques atacava a ordem econômica, social e política, e com tal veemência que nenhum remédio parecia possível exceto a revolução. E ele anunciava sua chegada: "Não é possível que os grandes reinados da Europa durem por mais tempo. Cada um deles teve o seu período de esplendor, após o qual devem inevitavelmente declinar. A crise aproxima-se. Estamos à beira da revolução."<sup>32</sup> Além disso, vaticinava transformações de longo alcance. "O Império da Rússia aspirará conquistar a Europa, e será ele mesmo conquistado. Os tártaros — seus súditos ou vizinhos — tornar-se-ão seus donos e os nossos, por uma revolução que considero inevitável."<sup>33</sup>

O *Contrato Social*, que por uma percepção tardia compreendemos ter sido a mais revolucionária das obras de Rousseau, fez menos barulho do que *La Nouvelle Héloïse*. A França estava pronta para a libertação emocional e amor romântico, mas não para discutir a derrubada da monarquia. Esse livro era o argumento mais sistemático que Rousseau jamais produzira, e não tão fácil de seguir quanto os maiores brilhantismos de Voltaire. Impressionados por seu tardio renome, surpreendemo-nos ao saber que a sua popularidade e influência principiara depois e não antes da Revolução.<sup>34</sup> Mesmo assim, vemos d'Alembert escrevendo a Voltaire em 1762: "Não se deve falar muito alto contra Jean-Jacques ou o seu livro, porque ele é mais ou menos um rei em Les Halles"<sup>35</sup> — isto é, entre os rudes trabalhadores dos mercados centrais de Paris e, conseqüentemente, entre a ralé. Talvez fosse um exagero, mas podemos datar de 1762 a mudança de atitude por parte dos filósofos ao transferirem suas críticas ao Cristianismo para as críticas ao Estado.

Poucos livros despertaram tantas críticas. Voltaire marcava seu exemplar do *Du Contrat Social* com observações à margem. Assim, quando Rousseau concordava com a pena capital em virtude da descrença declarada e apregoada, ele anotou: "Toda coerção do dogma é abominável."<sup>36</sup> Os eruditos nos recordam como é antiga a afirmação de que a soberania está no povo. Marsilius de Pádua, William de Ockham e até teólogos católicos, tais como Bellarmine, Mariana e Suárez, proclamaram essa verdade como uma investida contra os reis. A idéia originou-se das obras de George Buchanan, Grotius, Milton, Algernon Sidney, Locke, Pufendorf.(...) O *Contrato Social*, como quase toda a filosofia política e moral de Rousseau, constitui eco e reflexo de Genebra, por parte de um cidadão suficientemente distante para idealizá-la sem sentir suas

garras. O livro é um amálgama de Genebra e Esparta, assim como dos *Institutos* de Calvino e *Leis* de Platão.

Centenas de críticas salientaram a inconsistência entre o individualismo dos *Discursos* de Rousseau e o legalismo do *Contrato Social*. Bem antes do nascimento de Rousseau, Filmer, no *Patriarca* (1642), demolira a pretensão de que o homem nasceu livre. Ele nasce sujeito à autoridade paterna e às leis e costumes de seu grupo. O próprio Rousseau, após esse grito inicial em favor da liberdade, dela cada vez mais se afastou, para advogar a ordem — submissão do indivíduo à vontade geral. Basicamente, as contradições das suas obras situam-se entre seu caráter e seus pensamentos. Era rebelde individualista, por temperamento, doença e ausência de uma disciplina formal. Era um comunitário (nunca um comunista, nem mesmo um coletivista) em virtude de sua tardia percepção de que nenhuma sociedade atuante pode compor-se de apartidários. Devemos dar uma margem ao desenvolvimento. As idéias de um homem existem em função de sua experiência e de sua idade. É natural que uma pessoa que pensa seja um individualista na mocidade — amando a liberdade e ansiosa por ideais — um moderado na maturidade, amando a ordem e reconciliando-se com o possível. Emocionalmente, Rousseau permanecia uma criança, adverso às convenções, proibições e leis. Entretanto, quando ponderava, concluía que, dentro das restrições necessárias à manutenção da ordem social, havia ainda muita liberdade. Terminou percebendo que, em uma comunidade, a liberdade não é a vítima, mas o produto da lei — que esta liberdade amplia-se, ao invés de diminuir em virtude da obediência geral às restrições às quais coletivamente ela mesma se impõe. Tanto os anarquistas filosóficos como os políticos totalitários podem citar Rousseau para atingir suas finalidades,<sup>37</sup> e ambos sem razão, pois Jean-Jacques reconhecia que a ordem é a primeira lei da liberdade, e a ordem que ele advogava devia ser a expressão da vontade geral.

Rousseau refutava qualquer contradição real em sua filosofia. “Todas as minhas idéias são consistentes, mas não posso expressá-las de uma só vez.”<sup>38</sup> Admitia que o seu livro “precisava ser reescrito, mas não tenho nem forças nem tempo para fazê-lo”.<sup>39</sup> Quando ele tinha forças, as perseguições tomaram-lhe o tempo, e quando estas cessaram e o tempo sobrava, as forças o tinham abandonado. Nos anos posteriores, duvidou de seus próprios argumentos. “Aqueles que se orgulham de conhecerem profundamente o *Contrato Social* são mais inteligentes do que eu.”<sup>40</sup> Na prática, ignorava totalmente os princípios que ele havia apresentado. Nunca pensou em dar-lhes aplicação, quando solicitado para elaborar constituições para a Polônia ou a Córsega. Tivesse ele continuado na linha de mudanças observada após 1762, teria terminado nos braços da aristocracia e da Igreja, e talvez sob a lâmina da guilhotina.

## II. ÉMILE

### 1. Educação

Há muito que perdoar ao autor que, no espaço de quinze meses, produziu *La Nouvelle Héloïse* (fevereiro de 1761), *O Contrato Social* (abril de 1762), e *Émile* (maio de 1762). Todos três foram publicados em Amsterdam, porém *Émile* o foi também

em Paris, com permissão do governo, obtida com grande risco pelo bom Malesherbes. Marc-Michel Rey, o editor holandês, merece uma menção honrosa. Tendo obtido inesperados lucros com a publicação de *Héloïse*, concedeu a Thérèse uma anuidade vitalícia de trezentos *livres* e, prevendo maior vendagem para *Émile* do que para *O Contrato Social* (que ele havia comprado por mil *livres*), pagou a Jean-Jacques seis mil *livres* pelo novo manuscrito mais extenso.

Originava-se o livro, em parte, de discussões com Mme. d'Épinay sobre a educação de seu filho, e que primeiro tomou forma, na qualidade de um ensaio menor, escrito "para agradar a uma boa mãe que era capaz de pensar" — Mme. de Chenonceaux, filha de Mme. Dupin. Rousseau idealizou-o como uma seqüência de *La Nouvelle Héloïse*. Como seriam educados os filhos de Julie? Por instantes, duvidou que um homem que enviara todos os seus filhos para o asilo de crianças desamparadas, e que falhara como tutor na família Mably, estivesse em condições de falar em paternidade e educação. Entretanto, como sempre, julgou agradável dar asas à imaginação, sem ser tolhido pela experiência. Estudou os *Essais* de Montaigne, *Télémaque*, de Fénelon, *Traité des Études*, de Rollin e *Some Thoughts on Education*, de Locke. O seu próprio primeiro *Discurso* foi um desafio para ele, pois neste o homem era considerado naturalmente bom, porém estragado pela civilização, inclusive a educação. Será que essa natural bondade podia preservar-se e desenvolver-se por uma educação adequada? Helvétius, há pouco, dera uma resposta afirmativa em *De l'Esprit* (1758), entretanto era mais uma demonstração do que um plano.

Rousseau começou condenando os métodos pedagógicos existentes, tais como: o ensino, em geral mecânico, cheio de idéias batidas e adulteradas; tentar transformar a criança em um autômato obediente numa sociedade decadente; evitar que ela pense e julgue por si mesma; deformá-la, tornando-a uma mediocridade, cheia de lugares-comuns e citações. Tais ensinamentos suprimiam quaisquer impulsos naturais, tornando a educação uma tortura, da qual qualquer criança desejava ver-se livre. A educação devia ser um agradável processo de desenvolvimento, de aprendizagem a partir da natureza e da experiência, da livre ampliação da própria capacidade para uma existência ampla e atraente. Devia ser a "arte de treinar homens",<sup>41</sup> o guia consciente do desenvolvimento do corpo para obter a saúde, do caráter para atingir a moralidade, do espírito em direção à inteligência, dos sentimentos de autocontrole, sociabilidade e felicidade.

Rousseau gostaria de preconizar um sistema de instrução pública pelo Estado, mas como esta era então dirigida pela Igreja, ele aconselhou a educação particular ministrada por um tutor solteiro, que seria pago para dedicar muitos anos de vida a seu aluno. O referido tutor deveria afastar o mais possível a criança dos pais e dos parentes, para que não se contagiasse com vícios acumulados da civilização. Rousseau humanizou seu tratado imaginando-se investido de plena autoridade para a educação de qualquer criança amoldável denominada *Émile*. É quase inacreditável, mas o fato é que Rousseau conseguiu fazer dessas 450 páginas o livro mais interessante jamais escrito sobre educação. Quando Kant pegou *Émile*, ficou tão absorto na leitura que se esqueceu de dar a sua caminhada diária.<sup>42</sup>

Se a natureza vai ser o guia do tutor, ele dará à criança toda a liberdade que a segurança dela permitir. Princípios persuadindo a ama para desembaraçar a criancinha

de todas as ataduras e cueiros, pois estes impedem o crescimento e adequado desenvolvimento de seus membros. Em seguida, aconselha que a mãe amamente o filho, ao invés de entregá-lo a uma ama-de-leite, porque esta pode prejudicá-lo por sua rudeza ou negligência, ou conquistar para si, em virtude de consciencioso desvelo, o amor da criança, o qual deveria naturalmente dirigir-se à mãe, na qualidade da primeira fonte e laço de união familiar e ordem moral. Neste ponto, Rousseau inseriu linhas que repercutiram extraordinariamente sobre as jovens mães da nova geração:

Quereis restabelecer todos os homens a seus principais deveres? — começai pela mãe. Os resultados vos surpreenderão. Todos os males seguem a trilha do primeiro erro. (...) A mãe cujos filhos estão fora de suas vistas conquista escassa estima. Não existe a vida do lar, os laços naturais não se fortalecerão pelos dos hábitos. Pais, mães, irmãos e irmãs deixam de existir. São estranhos. Como poderiam amar-se uns aos outros? Cada um pensa em si.

Mas quando as mães resolvem criar seus próprios filhos, haverá uma reforma nos costumes. Sentimentos naturais reviverão em todos os corações. Não faltarão soldados ao Estado. Este primeiro passo, por si só, restabelecerá a afeição mútua. Os encantos do lar constituem o melhor antídoto para o vício. O barulho das crianças, que tanto custamos a suportar, torna-se um prazer. Mãe e pai(...) principiam a se amar com maior intensidade. O laço matrimonial revigora-se. (...) Assim, a cura de um mal produziria uma ampla correção. A natureza recuperaria seus direitos. Quando as mulheres se tornam boas mães, os homens tornar-se-ão bons maridos e bons pais.<sup>43</sup>

Esses famosos tópicos fizeram com que uma parte da alteração dos costumes, que principiou na década final do reinado de Luís XV, fosse o da amamentação dos filhos pelas mães. Buffon fizera apelo semelhante uns dez anos antes, mas este não alcançou as mulheres francesas. A partir de então, os mais belos seios de Paris fizeram sua estória como órgãos de maternidade, assim como o encanto do sexo.

Rousseau dividira a carreira educacional de seu aluno em três períodos: doze anos de infância, oito de mocidade, e uma indeterminada quadra da vida de preparação para o casamento e a paternidade, e para a vida econômica e social. No primeiro período, a educação seria quase inteiramente física e moral. Livros e sua leitura, mesmo religiosa, deveriam aguardar o desenvolvimento da mente. Até a idade de doze anos, Émile não deverá saber uma palavra de história, e quase não terá ouvido qualquer menção a Deus.<sup>44</sup> Em primeiro lugar, naturalmente, estava a educação do corpo. De modo que Émile seria educado no campo, o único lugar onde a vida é saudável e natural.

Os homens não foram feitos para viver apertados como nos formigueiros, porém espalhados pela terra, para lavrá-la. Quanto mais viverem aglomerados, mais corruptos ficarão. Doenças e vício são os resultados certos das cidades superpovoadas. (...) O hábito do homem é fatal para seus iguais. (...) O homem é devorado por nossas cidades. Em poucas gerações, a raça extingue-se ou degenera. Necessita renovação e, no campo, está sempre se renovando. Mandai vossos filhos para lá, a fim de que se renovem. Mandai-os para que recuperem ao ar livre as forças perdidas no ar viciado de nossas cidades abarrotadas.<sup>45</sup>

Estimulem o menino a amar a natureza e a vida ao ar livre, adquirir hábitos simples, alimentar-se de comida natural. Existe alimento mais delicioso do que aquele que cresceu em nossa própria horta? A dieta vegetariana é a mais nutritiva, a que evita doenças.<sup>46</sup>

A indiferença das crianças para com a carne é uma prova de que o gosto pela carne não é natural. Elas preferem legumes, leite, massa, fruta etc. Acautelai-vos para não mudar este paladar natural, tornando vossos filhos carnívoros. Fazei isto, se não pela saúde deles, pelo menos para salvar-lhes o caráter. Como poderemos explicar o fato de que os grandes carnívoros são, em geral, mais violentos e cruéis do que os outros homens?<sup>47</sup>

Em seguida à alimentação adequada, hábitos salutareos, deve-se habituar Émile a levantar-se cedo. “Vimos o raiar do sol no solstício de verão, no Natal o veremos nascer(...) não somos dos que têm por hábito ficar na cama até tarde, gostamos de sentir frio.”<sup>48</sup> Émile banha-se com frequência, e à medida que se torna mais forte, reduz a tepidez da água, até que, “finalmente, quer no verão, quer no inverno, banha-se em água fria e mesmo gelada. Para evitar qualquer risco, essa mudança é lenta, gradativa, imperceptível”.<sup>49</sup> Raramente usa qualquer espécie de chapéu, anda descalço durante o ano todo, exceto quando deixa a casa e o jardim. “As crianças deviam ser acostumadas mais ao frio do que ao calor. Excessivo frio nunca lhes faz nenhum mal, quando a ele são habituadas desde cedo.”<sup>50</sup> Incentivemos a natural tendência da criança para o movimento. “Não a façam ficar quieta quando ela quer correr, nem correr quando deseja ficar quieta.(...) Deixem que ela corra, pule e grite o quanto quiser.”<sup>51</sup> Afastem-na dos médicos sempre que possível.<sup>52</sup> Deixem que ela aprenda mais pela ação do que por intermédio de livros ou ensinamentos. Deixem que faça as coisas por si, forneçam-lhe material e ferramentas. O professor inteligente organizará problemas e tarefas, deixando o aluno aprender machucando o polegar e cortando o dedo do pé. Ele o preservará de acidente sério, mas não de sofrimentos na sua educação.

A natureza é a melhor conselheira e deve ser seguida.

Deixai-nos estabelecer como regra irrefutável que o primeiro impulso da natureza é sempre certo. Não há pecado original no coração humano.(...) Não castigueis vosso aluno por ele não saber o que é o mal. Não o façais dizer “Desculpe-me”.(...) Totalmente amoral em suas ações, ele nada pode fazer que seja moralmente errado, não merecendo nem punição, nem reprimenda.(...) Deixai que o germe de seu caráter se revele livremente. Não o reprimais em nada, para que possais vê-lo como realmente é.<sup>53</sup>

Entretanto, ele necessitará de uma educação moral, sem o que será miserável e perigoso. Mas não faça preleções. Se deseja que seu aluno aprenda a justiça e a delicadeza, seja você mesmo justo e delicado, e ele o imitará. “Dê o exemplo — o exemplo! — sem o que não será possível ensinar coisa alguma às crianças.”<sup>54</sup> Aqui também você encontrará uma base natural. Tanto a bondade como a maldade (do ponto de vista da sociedade) são inatas no homem. A educação deve incentivar a bondade e desencorajar o mal. O egoísmo é universal, mas pode ser modificado ao ponto de impelir

o homem a um perigo mortal para preservar sua família, seu país, ou sua honra. Há instintos sociais que preservam a família e o grupo tão bem quanto instintos egoístas que preservam o indivíduo.<sup>55</sup> A caridade (*pitié*) pode derivar de egoísmo (quando amamos os pais que nos sustentam e protegem) podendo, entretanto, desabrochar em muitas formas de comportamento social e auxílio mútuo. Daí, certas formas de consciência parecem universais e inatas.

Lançai os olhos sobre todas as nações do mundo, manuseai todos os volumes de sua história. Entre todas as estranhas e cruéis formas de adoração, nessa espantosa variedade de maneiras e hábitos, encontrareis as mesmas idéias (básicas) sobre o bem e o mal. (...) Há, no fundo de nossos corações, um princípio inato de justiça e virtude, pelo qual, apesar de nossas máximas, julgamos se nossas ações, ou as dos outros, são más ou boas, e é esse princípio que denominamos consciência.<sup>56</sup>

Depois do que, Rousseau lança uma invocação, cuja repetição vamos encontrar quase literalmente em Kant:

Consciência! Consciência! Divino instinto, voz imortal do céu, guia seguro de uma criatura, por certo ignorante e finita, portanto inteligente e livre, infalível, juiz do bem e do mal, que torna o homem semelhante a Deus! Em ti consiste a excelência da natureza humana e a moralidade de suas ações. Além de ti nada encontro dentro de mim que me eleve acima dos animais — nada a não ser o triste privilégio de vaguar de um erro para outro com o auxílio de uma razão e intelecto desenfreados e sem princípio.<sup>57</sup>

De modo que a educação intelectual deve vir apenas depois da formação de um caráter moral. Rousseau escarnece do conselho de Locke de raciocinar com as crianças:

Essas crianças com as quais sempre se adotou o bom senso impressionam-me como excepcionalmente tolas. De todas as faculdades humanas a razão (...) é o último e mais selecionado desenvolvimento — e escolheis este para o treinamento inicial da criança? Formar um homem sensato é a pedra de toque de uma boa educação, e no entanto pretendeis treinar uma criança através de seu raciocínio. Começais pelo fim errado.<sup>58</sup>

Não; devemos, ao contrário, retardar a educação mental. “Conservai ociosa a mente (intelecto) da criança o maior tempo que puderdes.”<sup>59</sup> Se ela tiver idéias antes dos doze anos, é certo que serão absurdas. E não vá aborrecê-la com ciência. Trata-se de busca infundável, na qual tudo que descobrimos apenas aumenta nossa ignorância e orgulho insensato.<sup>60</sup> Deixe que o aluno aprenda, pela experiência, a vida e as obras da natureza. Deixe que aprecie as estrelas sem pretender conhecer a sua história.

Aos doze anos, a educação intelectual pode começar, e Émile terá permissão de ler alguns livros. Poderá efetuar uma transição da natureza para a literatura lendo *Robinson Crusoe*, pois esta é a história de um homem que, em sua ilha, passou pelas várias etapas que o homem selvagem percorreu para chegar à civilização. Entretanto, aos vinte anos, Émile não terá lido muitos livros. Ignorará totalmente os salões e os *philosophes*. Não se preocupará com as artes, porque a única verdadeira beleza



encontra-se na natureza.<sup>61</sup> Nunca será “músico, ator, ou autor”.<sup>62</sup> Em vez disso, já terá adquirido suficiente habilidade em qualquer ofício para ganhar a vida com as mãos, se algum dia for necessário. (Muitos *émigrés*, sem ofício, vinte anos depois, se arrependiam de terem rido, como o fez Voltaire, do *gentilhomme menuisier* — cavalheiro carpinteiro — de Rousseau.)<sup>63</sup> Em todo caso, Émile (se bem que herdeiro de modesta fortuna) deverá servir à sociedade, quer manual, quer mentalmente. “O homem que, na ociosidade, come o que não trabalhou para ganhar, é um ladrão.”<sup>64</sup>

## 2. Religião

Finalmente, quando Émile tiver dezoito anos, podemos falar-lhe de Deus.

Tenho consciência de que muitos dos meus eleitores ficarão surpreendidos ao ver-me traçar a rota de meu aluno desde a infância sem lhe falar em religião. Com quinze anos ele nem saberá que tem uma alma, e aos dezoito ainda não estará pronto para aprender algo a respeito.(...) Se eu fosse descrever a estupidez mais desalentadora, mencionaria um pedante ensinando catecismo às crianças. Se eu desejasse botar louca uma criança pediria a ela que explicasse o que aprendera no catecismo.(...) Não resta dúvida de que não há um momento a perder se desejarmos merecer a salvação eterna. Mas se a repetição de determinadas palavras são suficientes para obtê-la, não vejo por que não povoáramos o céu com pássaros, assim como com crianças.<sup>65</sup>

Apesar de tais declarações que enfureceram o arcebispo de Paris, Rousseau principiou a desfechar suas setas mais agudas nos *philosophes*. Imaginemos Voltaire ou Diderot lendo o que se segue:

Consultei os *philosophes*.(...) Achei-os todos igualmente orgulhosos, preemptórios, dogmáticos, pretendendo — mesmo no seu chamado ceticismo — saber tudo. Nada provando, riam-se uns dos outros. Este último traço(...) impressionou-me como o único ponto em que tinham razão. Fanfarrões no ataque, são fracos na defesa. Pesemos seus argumentos, são todos destruidores. Contemos suas vozes, cada um fala por si separadamente.(...) Não há um dentre eles que, se por um acaso descobrisse a diferença entre falsidade e sinceridade, não teria preferido a sua verdadeira mentira à verdade que o outro descobrira. Qual o *philosophe* que não teria enganado o mundo inteiro para a sua própria glória?<sup>66</sup>

Enquanto continuava a condenar a intolerância, Rousseau, ao contrário de Bayle, denunciava o ateísmo como mais perigoso do que o fanatismo. Ofereceu a seus leitores uma “profissão de fé” pela qual pretendia afastar a onda de ateísmo de d’Holbach, Helvétius e Diderot para fazê-la recair sobre a crença em Deus, no livre-arbítrio, e na imortalidade. Lembrou-se dos dois *abbés* — Gaime e Gâtier — os quais encontrara na mocidade. Transformou-os em vigários imaginários da Savóia; e colocou nas palavras desse *curé* de aldeia sentimentos e argumentos que justificavam (do ponto de vista de Rousseau) uma volta à religião.

O *vicaire savoyard* é apresentado como o padre de pequena paróquia nos Alpes italianos. Particularmente, ele admite um certo ceticismo: duvida da divina inspiração

dos profetas, dos milagres dos apóstolos e dos santos, assim como da autenticidade dos Evangelhos.<sup>67</sup> Como Hume, ele pergunta: “Quem se aventurará a me dizer quantas testemunhas oculares são necessárias para tornar um milagre verossímil?”<sup>68</sup> Era contra as preces de súplica. Nossas rezas deveriam ser hinos de glorificação de Deus, e expressão de submissão à Sua vontade.<sup>69</sup> Muitos itens do credo da Igreja Católica pareciam-lhe superstição ou mitologia.<sup>70</sup> Não obstante, sente que poderia servir melhor o seu povo nada dizendo de suas dúvidas, sendo bom e caritativo para com todos (crentes ou descrentes), e cumprindo fielmente todo o ritual da Igreja Romana. A virtude é necessária à felicidade, e a crença em Deus, no livre-arbítrio, no céu e inferno é necessária à virtude. A despeito de seus crimes, as religiões tornaram homens e mulheres mais virtuosos, pelo menos não tão cruéis e depravados. Quando essas religiões pregam doutrinas que nos parecem pouco razoáveis, ou nos fatigam com seu formalismo, devemos silenciar nossas dúvidas pelo bem da comunidade.

Mesmo do ponto de vista da filosofia, a religião é essencialmente certa. O vigário principia como Descartes: “Existo e possuo sentidos pelos quais recebo impressões. Esta é a primeira verdade que me desperta, e sou forçado a aceitá-la.”<sup>71</sup> Não dá muita importância a Berkeley: “A causa de minhas sensações é exterior a mim, pois afetam-me quer eu tenha razão para tal ou não. Nascer e desaparecem independentemente de mim.(...) De modo que outras entidades existem além de mim mesmo.” Outro ponto de vista responde a Hume e antecipa Kant: “Creio possuir a faculdade de comparar minhas sensações, de maneira que sou dotado de uma força ativa” para lidar com a experiência.<sup>72</sup> Este espírito não pode ser interpretado como uma espécie de matéria. Não há nenhum sinal de um processo material ou mecânico no ato de pensar. De que forma o espírito imaterial pode influir sobre o corpo material está além de nossa compreensão. Trata-se, entretanto, de fato logo percebido, e o qual não se pode negar em virtude de raciocínio abstrato. Os filósofos precisam aprender a reconhecer que alguma coisa pode ser verdadeira, mesmo que não a possam compreender, especialmente quando, de todas as verdades, esta é a que se percebe imediatamente.

O outro ponto (admite o vigário) é o puro raciocínio. Eu não vejo Deus, porém raciocino que, da mesma forma que em minhas ações voluntárias existe a mente como a causa real da moção, provavelmente há um espírito cósmico por detrás do movimento do universo. Deus é desconhecido, no entanto sinto que Ele está aqui e em toda parte. Vejo seu desígnio em vários exemplos, do formato de meus olhos ao movimento das estrelas. Não mais pensarei em atribuir ao acaso (não obstante, sempre multiplicado [à maneira de Diderot]) a conciliação dos meios aos fins, nos organismos vivos e no sistema do mundo, como eu não atribuiria ao acaso o maravilhoso conjunto de letras na impressão da *Eneida*.<sup>73</sup>

Se existe um Deus por trás das maravilhas do universo, é incrível que Ele permita a constante derrota da justiça. Se for apenas para evitar que eu pense na desoladora vitória do mal, deveria eu acreditar em um Deus misericordioso que garantisse o triunfo do bem. Por conseguinte, devo acreditar numa vida depois da morte, num céu que recompensa a virtude, e, embora revoltando-me com a idéia do inferno, preferindo, em vez disso, crer que os maus sofrem os tormentos do inferno em seus próprios corações, mesmo assim aceitaria esta horrível doutrina do purgatório, se necessária para controlar os maus impulsos da humanidade. Neste caso suplicaria a Deus não tornar

eternos os suplícios do inferno.<sup>74</sup> Assim sendo, a doutrina do purgatório, como um lugar de breve punição para todos, excetuando os pecadores mais persistentes e impenitentes, é mais humana do que a divisão de todos os mortos entre os eternamente abençoados, e os condenados para sempre. Mesmo que não possamos provar a existência do céu, como seria cruel retirar do povo essa esperança que os alivia nos momentos de sofrimento, sustentando-os em seus fracassos!<sup>75</sup> Sem a graça em Deus e na outra vida, a moralidade seria prejudicada e a vida sem sentido, porque numa filosofia atesta a vida é um acidente mecânico, passando por milhares de sofrimentos para chegar à eterna agonia da morte.

Assim sendo, devemos aceitar a religião, quanto mais não fosse como uma dádiva vital para a humanidade. Tampouco devemos nos preocupar com as diferentes facções em que foi dividida a cristandade. Todas são boas quando têm por fim melhorar a conduta e alimentar a esperança. É ridículo e indecente supor que aqueles que professam outros credos, deuses e escrituras sagradas que são os nossos serão “amaldiçoados”. “Se houvesse apenas uma religião sobre a Terra, e que todos aqueles que estivessem fora de sua alçada fossem condenados ao castigo eterno(...) o Deus dessa religião seria o mais injusto e cruel dos tiranos.”<sup>76</sup> De forma que Émile não receberia instrução sobre nenhuma forma particular de cristianismo, “porém ser-lhe-iam dados meios de escolher por si mesmo, de conformidade com o adequado uso da razão”.<sup>77</sup> A melhor solução é continuar na religião herdada de nossos pais ou de nossa comunidade. E ao próprio Rousseau, o conselho desse vigário imaginário é: “Retornai a vosso país, voltai para a religião de vossos pais, segui-la com sinceridade e nunca a abandonéis. É muito simples e sagrada. Em nenhuma outra religião é a moral mais pura, e a doutrina mais satisfatória ao raciocínio.”<sup>78</sup>

Em 1754, Rousseau antecipara-se a este conselho — voltara a Genebra e ao seu credo. Entretanto, não cumpriu a promessa de ir lá morar depois de organizar seus negócios na França. Em *Cartas da Montanha*, escrita dez anos depois, repudiou, como veremos, a maior parte da crença de seus pais. Na última década, vamos encontrá-lo aconselhando religião aos outros, mas quase não dando nenhuma demonstração de crença religiosa ou de sua prática na vida de todos os dias. Protestantes e católicos, calvinistas e jesuítas uniram-se para atacá-lo e à sua vicária “Profissão de Fé” como essencialmente anticristãos.<sup>79</sup> A educação proposta para Émile chocou os leitores cristãos como, na verdade, profana, pois acreditavam que um jovem criado sem religião só a adotaria mais tarde por conveniência social. Apesar de sua formal aceitação do calvinismo, Rousseau rejeitava a doutrina do pecado original e do papel redentor da morte de Cristo. Recusava-se a aceitar o Velho Testamento como a palavra de Deus, achando o Novo Testamento “cheio de coisas incríveis e contrárias à razão”,<sup>80</sup> mas amava os Evangelhos como o mais comovente e alentador de todos os livros.

Pode um livro ao mesmo tempo tão grandioso e simples constituir o trabalho dos homens? Será possível que aquele cuja história ali está contida seja nada mais do que um homem?(...) Que brandura e pureza de ações, que graça tocante em seus ensinamentos! Como são elevados os seus dizeres, e quão sábios seus sermões, justas e perspicazes suas respostas! Qual o homem, qual o sábio que pode viver, sofrer e morrer sem a fraqueza da ostentação?(...) Se a vida e a morte de Sócrates são as de um filósofo, a vida e morte de Cristo são as de um Deus.<sup>81</sup>

### 3. *Amor e Casamento*

Quando Rousseau terminou as cinquenta páginas do vigário da Savóia, voltando a *Émile*, defrontou-se com o problema do sexo e casamento.

Deveria falar a seu aluno sobre sexo? Não, até que ele o pergunte. Então, deve-se contar-lhe a verdade.<sup>82</sup> Entretanto, é preciso fazê-lo de acordo com a verdade e a sanidade, a fim de retardar a consciência sexual. Em todo caso, não se deve estimulá-lo.

Ao aproximar-se a idade crítica, deve-se apresentar aos jovens aspectos que re-frearão, ao invés de excitar, seus impulsos sexuais.(...) Devem retirar-se das grandes cidades, onde a indumentária aparatosa e a ousadia das mulheres apressam e antecipam os estímulos da natureza, onde se apresentam aos seus olhares os prazeres sobre os quais nada deverão saber até atingirem a idade de escolher por eles próprios.(...) Caso suas tendências para as artes os prendam na cidade, eles devem ser protegidos contra(...) a perigosa ociosidade. Suas companhias devem ser cuidadosamente escolhidas, assim como suas ocupações e seus prazeres. Não se lhes deve mostrar nada senão imagens modestas e tocantes(...) alimentando-lhes a sensibilidade sem estimular-lhes os sentidos.<sup>83</sup>

Rousseau preocupava-se com os terríveis resultados de uma prática sobre a qual ele se afigurava ter tido experiência de primeira mão.

Nunca se deve deixar só o rapaz, nem de dia, nem de noite, ou pelo menos é necessário compartilhar o seu quarto. Nunca se deve deixá-lo ir para a cama antes de ter sono, fazendo-o levantar-se tão logo acorde.(...) Uma vez adquirido o hábito, estará perdido. A partir de então, ficará enervado de corpo e alma e levará para o túmulo os efeitos do(...) hábito mais pernicioso que um jovem possa adquirir.

E estabelece os regulamentos para seu aluno:

Se não podes dominar tuas paixões, querido *Émile*, lastimo-te, mas não hesitarei um instante. Não permitirei o desvio das finalidades da natureza. Se deves ser escravo, prefiro entregar-te a um tirano do qual poderei salvar-te. O que quer que aconteça, posso, com maior facilidade, livrar-te da escravidão às mulheres do que de ti mesmo.<sup>84</sup>

Mas não deixes que teus companheiros te atormentem para ires a um bordel. "Por que desejam estes rapazes persuadir-te? Porque desejam atrair-te.(...) O único motivo é o secreto despeito por verem que tu és melhor do que eles e, por conseguinte, desejam rebaixar-te ao nível deles.

É melhor casar. Mas com quem? O tutor descreve seu ideal de moça, de mulher e esposa, procurando inculcá-lo no espírito de *Émile*, como um guia e uma finalidade para encontrar uma companheira. Rousseau temia as mulheres másculas, dominadoras e pouco recatadas. Via a queda da civilização no domínio exercido pelas mulheres cada vez mais másculas sobre uma crescente proporção de homens feminizados. "Em todos os países os homens são o que as mulheres fazem deles;(...) restabelecei a feminilidade à mulher e voltaremos a ser homens novamente."<sup>85</sup> "As mulheres de Paris usurpam os direitos de um sexo sem desejar renunciar aos do outro, por conseguinte

não possuem nenhum totalmente.”<sup>86</sup> Realizam essas coisas melhor nos países protestantes, onde a modéstia não é um prazer entre os sofistas, porém a promessa de maternidade dedicada.<sup>87</sup> O lugar da mulher é no lar, como na antiga Grécia. Ela deve aceitar o marido como seu senhor, mas no lar será suprema.<sup>88</sup> Desta forma, preservar-se-á a integridade da raça.

A educação das jovens deveria tender para tal objetivo, de produzir essas mulheres. Serão educadas no lar, por suas mães, aprendendo todas as artes domésticas, da cozinha ao bordado. Receberão instrução religiosa, e quanto mais cedo melhor, pois esta as inclinará para a modéstia, virtude e obediência. A filha deverá aceitar sem contestação a religião de sua mãe, porém a esposa adotará a religião do marido.<sup>89</sup> Em todo caso, deixai que ela evite a filosofia e desdenhe tornar-se uma *salonnière*.<sup>90</sup> Entretanto, uma moça não deverá ficar constrangida a uma triste timidez, mas será viva, alegre, curiosa, devendo cantar e dançar a seu bel-prazer, gozando todos os inocentes prazeres da mocidade. Deverá freqüentar bailes e esportes, e até o teatro — sob adequada supervisão e em boa companhia.<sup>91</sup> Seu espírito será vivo e diligente se quiser ser a esposa competente de um intelectual. “Deve-se-lhe permitir uma certa dose de requebros” como parte do complexo jogo pelo qual ela testa seus pretendentes e escolhe o marido.<sup>92</sup> A preocupação adequada ao sexo feminino é o homem.<sup>93</sup>

Quando este ideal de moça e mulher fixar-se nas perspectivas de Émile, ele pode tratar de procurar sua companheira. Esta escolha deve ser feita por ele, não por seus pais ou seu tutor, mas em virtude dos cuidados e amor desvelado que estes lhe dedicaram, ele deve consultá-los, com todo o respeito que lhes é devido. Desejas ir para a grande cidade a fim de olhar as moças que lá se exibem? Muito bem, iremos a Paris e verás por ti mesmo como são essas provocantes *demoiselles*. Então, Émile vai para Paris, ali vivendo algum tempo e freqüentando a “sociedade”. Não encontra, entretanto, nenhuma moça semelhante à que o esperto tutor descreveu. “Então, adeus Paris, afamada Paris, com todo o teu ruído, fumaça e sujeira, onde as mulheres deixaram de pensar em honra e os homens em virtude. Estamos à procura de amor, felicidade, inocência. O mais distante que estivermos de Paris, melhor.”<sup>94</sup>

Assim, tutor e discípulo estão de volta ao campo, e eis que, num tranqüilo povoado, longe da loucura da multidão, encontra Sophie. Neste ponto (“Livro V”) o tratado de Rousseau transforma-se em história de amor. Após longas digressões sobre educação, política e religião, ele volta ao romance. Enquanto Thérèse ocupa-se com os afazeres domésticos, ele reinicia os sonhos sobre aquela gentil mulher a quem encontrou apenas em momentos esparsos de suas peregrinações, dando-lhe o nome de sua última paixão.

Esta nova Sophie é filha de um cavalheiro outrora próspero, que agora vive retirado e satisfeito, com toda a simplicidade. Ela é saudável, bela, modesta, suave e competente, pois auxilia a mãe com rápida e tranqüila eficiência em tudo. “Não há nada que não saiba fazer com a agulha.”<sup>95</sup> Émile encontra motivos para voltar e ela para a repetição dessas visitas. Pouco a pouco, Émile é despertado pela impressão de que Sophie possui todas as qualidades descritas pelo tutor como ideais. Que divina coincidência! Decorridas várias semanas, ele chega emocionadamente ao auge de beijar a fimbria de seu vestido. Mais algumas semanas e estão noivos. Rousseau insiste para que a cerimônia seja formal e solene. Todas as medidas serão tomadas — ritual e ou-

tros similares — para exaltar e fixar na memória a santidade dos laços matrimoniais. Depois, quando Émile, fremente, está no auge da felicidade, o incrível tutor, desprezando a liberdade e a natureza, o faz deixar sua noiva por dois anos de ausência e viagens, a fim de pôr à prova a afeição e a fidelidade dos apaixonados. Em lágrimas, Émile obedece. Ao voltar, milagrosamente ainda virgem, encontra Sophie lealmente intacta. Casam-se, recebendo instruções do tutor sobre seus deveres um com o outro. Aconselha a Sophie obediência ao marido, exceto na cama e no lar. “Terás influência duradoura sobre ele em relação ao amor se fizeres teus favores poucos e desejados;(…) Deixa que Émile honre a castidade da esposa, sem lamentar sua frieza.”<sup>96</sup> O livro termina com uma vitória tripla:

Certa manhã(...) Émile entrou no meu quarto, abraçou-me e disse: “Mestre, congratulai vosso filho. Espera dentro em breve ter a honra de ser pai. Que responsabilidade a nossa! Como precisaremos de vós! Contudo, defendei-me Deus de vos deixar educar o filho assim como educastes o pai. Não permita Deus que tarefa tão doce e abençoada seja cumprida por outro que não eu.(...) Continuai a ser o mestre dos jovens mestres. Aconselhai-nos e controlai-nos. Seremos facilmente conduzidos. Enquanto viver, precisarei de vós.(...) Haveis cumprido o vosso dever. Ensinai-me a seguir-vos o exemplo, enquanto gozais do lazer tão bem conquistado.”<sup>97</sup>

Após dois séculos de louvores, escárnio e experimentação, o mundo finalmente concluiu que *Émile* é belo, sugestivo e impossível. Educação é um assunto insípido, porque nos lembramos dele com tristeza, não nos preocupamos com o assunto, e ressentimos dele nos ocupar após havermos cumprido nosso tempo na escola. Contudo, Rousseau transformou esse tópico proibido em um romance encantador. O que nos cativa é o seu estilo simples, direto e pessoal, apesar de alguns floreios exaltados. Deixamo-nos levar e vencer pelo tutor onisciente, embora hesitássemos em lhe entregar nossos filhos. Tendo exaltado os cuidados maternos e a vida familiar, Rousseau tira Émile dos pais e o cria num isolamento anti-séptico da sociedade na qual ele mais tarde deverá viver. Nunca tendo criado filhos, ele não sabe que a criança é em média e por “natureza” um entezinho ganancioso, invejoso e dominador. Se esperarmos que ele aprenda disciplina sem mandamentos, e trabalho sem instrução, ele crescerá e se transformará em um desajustado indolente, inepto e anárquico, sujo, descuidado, intolerável. E onde encontrar tutores dispostos a dedicar vinte anos na educação de uma criança? “Esta espécie de cuidados e atenções”, disse Mme. de Staël (1810), “... obrigaria todo homem a dedicar a vida inteira na educação de um outro ser, e apenas os avós poderiam finalmente ficar livres para cuidar de suas próprias carreiras.”<sup>98</sup>

É provável que Rousseau reconhecesse essas e outras dificuldades após se recuperar do êxtase da inspiração. Em 1765, em Estrasburgo, um admirador chegou-se a ele com um turbilhão de elogios. “Estais vendo, senhor, um homem que cria seus filhos segundo os princípios que teve a felicidade de aprender no vosso *Émile*”. “Tanto pior para vós e para vosso filho, senhor!”, resmungou Rousseau.<sup>99</sup> Na quinta de suas *Cartas da Montanha*, explicou ter escrito o livro não para os pais, mas para os intelectuais. “Botei bem claro no prefácio(...) que minha preocupação era mais a de oferecer um novo plano de educação à consideração dos intelectuais, e não um método destinado aos pais ou às mães.”<sup>100</sup> A exemplo de seu mestre, Platão, retirou a crian-

ça da influência paterna, na esperança de que ela, formando-se de acordo com uma educação salvadora, se tornasse, por sua vez, apta a criar seus próprios filhos. E, como Platão, “guardou no céu um modelo” de um perfeito estado ou método, para que aquele que, se assim o desejasse, pudesse vê-lo, e vendo-o, conseguisse governar-se segundo ele”.<sup>101</sup> Proclamou o sonho esperando que em algum lugar levasse a inspiração para certo homem ou mulher, contribuindo para uma melhoria. E isto foi feito.

## Rousseau Proscrito

1762-67

### I. FUGA

É extraordinário que um livro que combateu abertamente tudo, exceto as bases do Cristianismo, conseguisse passar na censura e ser impresso na França. Entretanto, o censor era o tolerante e solidário Malesherbes. Antes de permitir a publicação, ele insistiu junto a Rousseau para suprimir alguns trechos que certamente iriam despertar a Igreja para uma ativa hostilidade. Este recusou. Outros hereges escaparam à perseguição pessoal usando pseudônimos, mas Rousseau corajosamente estampou seu nome nas páginas de rosto de seus livros.

Enquanto os *philosophes* denunciaram *Émile* como outra traição à filosofia, os prelados da França e os magistrados de Paris e Genebra condenaram-no como uma abjuração do cristianismo. O antijansenista arcebispo de Paris preparou para agosto de 1762 um poderoso *mandement* contra o livro. O Parlamento de Paris pró-jansenista estava ocupado com a expulsão dos jesuítas. Não obstante, desejava ostentar seu zelo pelo catolicismo. O aparecimento de *Émile* ofereceu uma oportunidade de dar um golpe em favor da Igreja. O Conselho de Estado, em guerra com o Parlamento, e não desejando ficar atrás em seu zelo ortodoxo, propôs prender Rousseau. Sabendo da notícia, seus amigos aristocratas aconselharam-no a deixar a França imediatamente. No dia 8 de junho, Mme. de Créqui enviou-lhe uma mensagem inquieta: "É a triste verdade de que há uma ordem de prisão contra sua pessoa. Pelo amor de Deus, fuja!... A queima de seus livros não causará danos, mas sua pessoa não suportará a prisão. Consulte seus vizinhos."

Os referidos vizinhos eram o Marechal e a Marechala de Luxembourg. Temendo seu envolvimento se Rousseau fosse preso,<sup>2</sup> eles e o Príncipe de Conti insistiram para que Jean-Jacques fugisse, dando-lhe dinheiro e uma carruagem para o longo percurso da França para a Suíça. Embora relutante, Rousseau cedeu. Confiou Thérèse aos cuidados da marechala, deixando Montmorency em 9 de junho. Naquele dia, foi expedido decreto para sua prisão, executado, todavia, com misericordioso atraso, já que entre os membros do governo havia alguns que gostariam de vê-lo escapar. Na-



quele mesmo dia, Maître Omer Joly de Fleury, brandindo um exemplar de *Émile*, declarou ao Parlamento de Paris:

Esta obra parece ter sido composta com o único desígnio de reduzir tudo à religião natural, e de desenvolver o criminoso sistema elaborado pelo autor para a educação de seu discípulo;(...)

O autor considera todas as religiões igualmente boas, e todas tendo suas razões segundo o clima, o governo e o caráter do povo;(...)

Conseqüentemente, tem a ousadia de tentar destruir a verdade das Escrituras Sagradas, assim como as profecias, a certeza dos milagres descritos nos Livros Sagrados, a infalibilidade da revelação, e a autoridade da Igreja.(...) Ridiculariza e blasfema contra a religião cristã, cujo único senhor é Deus.(...)

O autor deste livro, que teve a audácia de lhe apor o nome, deveria ser preso o mais rápido possível. É necessário que a justiça dê um exemplo, com toda a severidade, tanto em relação ao autor como daqueles que(...) compartilharam da impressão ou distribuição de tal obra.

Por esta razão, o Parlamento determinou que

fosse o referido livro rasgado e queimado no pátio do Palácio [da Justiça], ao pé da grande escada, pelo Primeiro Carrasco. Todos aqueles que possuírem exemplares do mesmo deverão entregá-lo ao Registro, a fim de ser destruído. Nenhum editor poderá imprimir, vender, ou distribuí-lo. Todos os seus vendedores ou distribuidores serão presos e punidos, de conformidade com o rigor da lei;(...) e Jean-Jacques Rousseau apreendido e trazido para a prisão Conciergerie do Palácio.<sup>3</sup>

Em 11 de junho, *Émile* foi “rasgado e queimado” conforme ordenado, mas em 11 de junho Rousseau chegou à Suíça. “No momento em que me encontrei no território de Berna, pedi ao postilhão para parar. Saí da carruagem, prosternei-me, beijei o chão, exclamando em arrebatamentos de alegria: ‘Céu, protetor da virtude, seja louvado. Piso a terra da liberdade!’”<sup>4</sup>

Ele ainda não estava bem certo disso. Dirigiu-se a Yverdon, ao sul, perto da extremidade do Lago de Neuchâtel, no Cantão de Berna. Lá ficou por um mês com seu velho amigo Roguin. Deveria procurar casa em Genebra? Mas, em 19 de junho, o Conselho dos Vinte e Cinco, que administrava Genebra, condenou *Émile* e o *Contrato Social* como

ímpios, escandalosos, audaciosos, repletos de blasfêmias e calúnias contra a religião. Sob uma aparência de dúvida, o autor reuniu tudo quanto podia solapar, balançar e destruir os principais alicerces da conhecida religião cristã.(...) Estes livros são tão mais perigosos e censuráveis por terem sido escritos em francês [e não no esotérico latim], num estilo o mais sedutor, e com o nome de “Cidadão de Genebra”.<sup>5</sup>

De modo que o Conselho ordenou fossem ambos os livros queimados, proibindo sua venda, e que Rousseau fosse preso se algum dia entrasse no território da república. O clero genebrês não protestou contra tal repúdio ao seu mais famoso filho vivo. Sem dúvida temia que qualquer simpatia demonstrada para com o autor do “Profissão de Fé do Vigário da Savóia” confirmaria a revelação de d’Alembert de seus secretos sentimentos unitários. Jacob Vernes, amigo de Rousseau por muitos anos, virou-se

contra ele, pedindo uma reparação. “Se [relembrava Rousseau] havia qualquer rumor entre a plebe, este era infelizmente contra mim, e eu estava sendo publicamente tratado nas conversas e entre os formalistas como um aluno ameaçado de ser açoitado por não ter repetido bem seu catecismo.”<sup>6</sup>

Voltaire comoveu-se com a situação de seu rival. Lera *Émile*. Seus comentários podem ainda ser lidos no seu exemplar, na Biblioteca de Genebra. Em uma carta datada de 15 de junho, referiu-se ao livro: “Trata-se de tola amálgama em quatro volumes, com quarenta páginas contra o cristianismo, e das mais audaciosas jamais conhecidas. (...) Diz tantas coisas ofensivas contra os filósofos como contra Jesus Cristo. Entretanto, os filósofos serão mais indulgentes do que os padres.” Em todo caso, admirou a “Profissão de Fé”: “Cinquenta páginas boas”, assim a elas se referiu. Mas acrescentou: “É pena que tenham sido escritas por (...) tal patife (*coquin*).”<sup>8</sup> Para Mme. du Deffand escreveu: “Sempre amarei o autor de ‘Vigário da Savóia’, por mais que tenha feito e vá ainda fazer.”<sup>9</sup> Quando soube que Jean-Jacques estava sem onde morar, exclamou: “Ele que venha aqui [a Ferney]! Ele precisa vir! Eu o receberei de braços abertos. Aqui será o dono, mais do que eu. Vou tratá-lo como meu próprio filho.”<sup>10</sup> Mandou o convite a sete diferentes endereços. Deve ter chegado a um deles, porque Rousseau, mais tarde, expressou seu arrependimento de não ter dado resposta.<sup>11</sup> Em 1763, Voltaire renovou o convite, Rousseau recusou-o, acusando Voltaire de haver instigado o Conselho dos Vinte e Cinco para condenar o *Contrato Social*. Voltaire negou-o, aparentemente dentro da verdade.

Nos primeiros dias de julho de 1762, o Senado de Berna notificou Rousseau que não podia tolerá-lo naquela cidade; por conseguinte, devia deixá-la dentro de quinze dias, sob pena de ser preso. Entrementes, Rousseau recebia um amigável bilhete de d’Alembert aconselhando-o a procurar asilo no Principado de Neuchâtel. Este estava sob a jurisdição de Frederico, o Grande, governado pelo Conde Marechal George Keith, o qual, comentou d’Alembert, “o receberá e tratará como os patriarcas do Velho Testamento recebiam e tratavam a virtude perseguida”.<sup>12</sup> Rousseau hesitou, porque havia criticado Frederico como um tirano disfarçado em filósofo.<sup>13</sup> Não obstante, em 10 de julho de 1762, aceitou o convite da sobrinha de Roguin, Mme. de La Tour, para ocupar uma casa de sua propriedade, em Môtiers-Travers, a vinte quilômetros a sudoeste da cidade de Neuchâtel, no que Boswell descreveria como “um belo vale selvagem circundado de imensas montanhas”.<sup>14</sup> Por volta de 11 de julho, Jean-Jacques fez um apelo ao governador, e, com sua característica de humildade e orgulho, escreveu para

#### O REI DA PRÚSSIA:

Muito mal tenho falado a vosso respeito, e provavelmente falarei mais. Entretanto, banido da França, de Genebra, do cantão de Berna, venho procurar asilo em vossos Estados. (...) Senhor, não mereci perdão de vossa parte, e não vos peço nenhum, porém sinto ser meu dever declarar a Vossa Majestade que estou em vosso poder, e que assim desejei estar. Vossa Majestade disporá de minha pessoa como lhe aprouver.

Em data não especificada, Frederico, ainda na Guerra dos Sete Anos, escreveu a Keith:

Devemos socorrer este pobre infeliz. Sua única culpa é ter opiniões estranhas, que acredita serem boas. Enviarei cem coroas, das quais peço-lhe retirar a quantia que ele precisar. Penso que ele as aceitará de preferência em espécie do que em dinheiro. Se não estivéssemos em guerra, e arruinados, construir-lhe-ia uma *hermitage* com um jardim, onde ele poderia viver como acredito viveram nossos pais.(...) Creio que o pobre Rousseau errou de vocação. Obviamente ele nasceu para ser um famoso anacoreta, um pai do deserto, famoso por sua austeridade e flâgelasções.(...) Chego à conclusão de que a moral do seu selvagem é tão pura quanto ilógico o seu espírito.<sup>15</sup>

O marechal, a quem Rousseau descreve como um santo, idoso, descarnado, distraído, enviou-lhe suprimentos, carvão e lenha, propondo "construir-me uma pequena casa". Interpretando o oferecimento como partindo de Frederico, Jean-Jacques recusou-o, mas, "a partir daquele momento, fiquei tão sinceramente dedicado a ele que interessei-me por sua glória com o mesmo fervor com que até então julgava imerecidos os seus sucessos".<sup>16</sup> Em 1º de novembro, quando a guerra chegava a seu fim, escreveu a Frederico, dando-lhe instruções sobre as tarefas da paz:

SIRE:

Sois meu protetor e benfeitor e possuo um coração afeito à gratidão. Desejo desobrigar-me para convosco, se puder.

Quereis dar-me pão. Não falta pão a nenhum de vossos súditos?

Retirai de minha frente a espada que me dardeja e me fere.(...) A carreira dos reis de sua ténpera é grandiosa, e estais ainda longe de vosso fim. No entanto, o tempo urge, não podeis perder um minuto.(...) Estais resolvido a morrer sem vos ter tornado o maior dos homens?

Poderei almejar ver Frederico, o Justo e o Temido, ocupar finalmente vossos estados com gente feliz, da qual seria o pai, enquanto Jean-Jacques Rousseau, o inimigo dos reis, iria morrer de alegria aos pés de seu trono.<sup>17</sup>

Ao que se saiba, Frederico não deu resposta, mas quando Keith foi a Berlim o rei disse-lhe que havia recebido uma "reprimenda" de Rousseau.<sup>18</sup> Aparentemente certo de ter uma casa, Jean-Jacques escreveu a Thérèse para que fosse ter com ele. Não tinha certeza se viria, pois "há muito percebera que sua afeição arrefecera". Atribuiu o fato a ele ter deixado de manter relações sexuais com ela, de vez que "o contato com mulheres era prejudicial a minha saúde".<sup>19</sup> Talvez ela agora preferisse Paris à Suíça. No entanto, ela foi. Verteram lágrimas ao se encontrarem, dirigindo os olhares em direção ao futuro para gozar finalmente alguns anos de paz.

## II. ROUSSEAU E O ARCEBISPO

Seus próximos quatro anos foram os mais infelizes. O clero calvinista de Neuchâtel denunciou publicamente Rousseau como herege, e os magistrados proibiram a venda de *Émile*. Talvez tendo em vista aplacá-los, ou no desejo sincero de seguir os preceitos do seu "vigário", Rousseau pediu ao pastor de Môtiers permissão para participar da congregação. (Thérèse permaneceu católica.) Foi aceito, assistiu ao culto e recebeu a comunhão, "com o coração transbordante de emoção e os olhos repletos de lágrimas

de amor".<sup>20</sup> Contribuiu com uma pequena nota ridícula ao usar roupa armênia — boné de pele, cafetã e cinto. A roupa longa permitia-lhe ocultar os efeitos de seu embaraço urinário. Ficou na igreja com esta roupa, vestindo-a quando de sua visita a Lorde Keith, o qual não fez sobre ela nenhum comentário, exceto ao desejar-lhe *salaam aleikum*. Rousseau continuou copiando música para aumentar seu orçamento. Depois, fez trabalho de agulha e aprendeu a fazer renda. "Como as mulheres, quando fazia visitas, levava minha almofada comigo, ou sentava-me à porta para trabalhar(...), o que me auxiliava a passar o tempo com minhas vizinhas sem me aborrecer."<sup>21</sup>

É provável que por essa época (fins de 1762) seus editores insistissem para que ele principiasse a escrever suas *Confessions*. Ele havia abjurado a carreira literária, mas isso não seria ingressar novamente nas letras, mas apenas uma defesa de seu caráter e conduta contra um mundo de inimigos, principalmente contra as acusações dos *philosophes* e o mexerico dos salões. Além do mais, tinha que responder uma vultosa e variada correspondência. As mulheres, sobretudo, ofereciam-lhe o incenso consolador de sua adoração, não apenas por simpatia pelo perseguido autor de um grande romance, mas porque ansiavam por voltar à religião, vendo, no vigário da Savóia e no seu criador, não um verdadeiro inimigo da fé, mas o seu mais destemido defensor contra o ateísmo desolador. Para essas mulheres, e vários homens, Rousseau se tornou o padre confessor, um diretor das almas e das consciências. Aconselhou-os a permanecer, ou voltar à religião de sua mocidade, independentemente das dificuldades criadas pela ciência e pela filosofia. Tais incredulidades não constituíam a essência, devendo silenciosamente serem postas de lado. O que importava era a confiança em Deus e na imortalidade. Com essa fé e esperança, o homem podia elevar-se acima de todos os acidentes ininteligíveis da natureza, todas as dores e padecimentos da vida. Um jovem católico rebelado contra sua religião reclamava solidariedade. Rousseau, esquecendo-se de sua própria rebeldia, pediu-lhe que não fizesse tanto barulho a respeito de aspectos casuais: "Se eu nascesse católico, permaneceria católico, sabendo muito bem que a sua Igreja faz restrições bastante salutares sobre as divagações da razão humana, a qual não encontra nem o fundo, nem a margem, quando devia examinar os abismos das coisas."<sup>22</sup> A todos os que pediam conselhos, ele preconizava fugir da cidade e ir para o campo, afastar-se do artifício e da complexidade rumo à simplicidade natural da vida, e a modesta satisfação com o casamento e a paternidade.

Mulheres que se chocaram com padres mundanos e *abbés* agnósticos apaixonaram-se, apenas através de correspondência, por esse herege extraterreno a quem todas as igrejas denunciavam. Mme. de Blot, nobre e respeitável, exclamava para um grupo de senhores e senhoras da nobreza: "Somente a mais austera das virtudes poderá preservar uma mulher de verdadeira sensibilidade de devotar sua vida a Rousseau, se ela tivesse certeza de que ele iria amá-la apaixonadamente."<sup>23</sup> Mme. de La Tour tomou alguns elogios em suas cartas por uma declaração de amor. Respondeu terna, apaixonada e efusivamente. Mandou-lhe seu retrato dizendo que ele não lhe fora favorável, ficando desanimada quando Rousseau respondeu-lhe com a calma de um homem que jamais a tinha visto.<sup>24</sup> No entanto, outros adoradores desejavam beijar o chão por onde ele passava. Alguns levantaram-lhe altares dentro de seus corações, outros chamavam-

no o Cristo renascido. Às vezes, ele os tomava a sério, julgando-se o crucificado fundador de uma nova fé.<sup>25</sup>

No meio dessas exaltações, e como para afirmar a analogia, um supremo padre do Templo incitou o povo a condená-lo como perigoso revolucionário. Em 26 de agosto de 1762, Cristophe de Beaumont, arcebispo de Paris, expediu um mandato para todos os padres de sua diocese para ser lido a suas congregações, publicando perante o mundo suas 29 páginas de denúncia a *Émile*. Tratava-se de homem rigorosamente ortodoxo com reputação de santo. Combatera os jansenistas, a *Encyclopédie* e os *philosophes*. Agora, parecia-lhe que Rousseau, após aparentemente ter rompido com os infiéis, tinha a eles aderido, ao atacar a crença sobre a qual, do ponto de vista do arcebispo, repousava toda a ordem social e vida moral da França.

Principiou citando a Segunda Epístola de São Paulo a Timóteo: "Dias perigosos virão, de homens enamorados de si mesmos, ousados e orgulhosos, ímpios caluniadores enfunados de arrogância, amantes do prazer mais do que de Deus, homens corruptos de espírito e pervertidos em sua fé."<sup>26</sup> Certamente aqueles dias eram chegados!

A descrença, encorajada por todas as paixões, apresenta-se sob diversas formas a fim de adaptar-se, de qualquer modo, a todas as idades, caracteres e posição social. Às vezes (...) reveste-se de estilo ligeiro, agradável e frívolo. Daí tantas histórias tão obscenas quanto ímpias (os *romans* de Voltaire), que distraem a imaginação como um meio de seduzir os espíritos e corromper o coração. Por vezes, com afetação de profundidade e grandeza em seus pontos de vista, pretende retroceder aos primeiros princípios do conhecimento, assumindo autoridade divina, com o fito de descartar-se do jugo que, assim dizem, desonrava a humanidade. Outras vezes verbera como uma mulher furiosa contra devoção religiosa, e no entanto, com entusiasmo, prega a tolerância universal. E ainda outras, unindo todos esses discursos, mistura o que é sério com a brincadeira, máximas puras com obscenidades, grandes verdades com grandes erros, a fé com a blasfêmia. Em uma palavra, procura reconciliar a luz com a escuridão, Jesus Cristo com Belial.<sup>27</sup>

Este, disse o arcebispo, era especialmente o método de *Émile*, um livro cheio da linguagem da filosofia, sem ser na verdade filosófico. Era repleto de bocados de sabedoria, que não esclareceram o autor, e deve apenas confundir seus leitores. Um homem dado ao paradoxo de opinião e conduta, aliando a simplicidade de maneiras com um pensamento pomposo, velhas máximas com a loucura inovadora, a obscuridade de seu retiro com o desejo de ser conhecido por todo o mundo. Denuncia as ciências e as cultiva. Exalta a excelência do Evangelho e destrói seus ensinamentos. Fez-se a si próprio o Preceptor da Raça Humana, a fim de traí-la, o Monitor do Povo, para desencaminhar o mundo, o Oráculo do Século, para destruí-lo. Que tarefa!<sup>28</sup>

O arcebispo ficou apavorado com a proposta de Rousseau de não mencionar Deus ou religião a *Émile* antes dos doze anos, ou mesmo dezoito. De modo que "toda a natureza teria, em vão, declarado a glória de seu criador", e toda instrução moral teria perdido o apoio da fé religiosa. Entretanto, o homem não é por natureza bom, como supôs o autor. Ele nasce com mácula do pecado original. Compartilha da corrupção geral da humanidade. O educador sábio — melhor ainda, um padre guiado pela graça divina — empregaria todos os justos meios para incentivar os bons impul-

sos do homem e erradicar o mal. Por conseguinte, ele alimentará a criança com “o leite espiritual da religião, para que ela cresça em direção à salvação”. Somente com essa educação pode a criança tornar-se “um reverente do verdadeiro Deus, e um fiel súdito do soberano”.<sup>29</sup> Mesmo assim, quantos pecados e crimes sobrevivem a essa perseverante instrução. Imaginemos o que seriam sem ela. Uma torrente de maldade nos tragaría.<sup>30</sup>

Por essas razões, concluiu o arcebispo,

após haver consultado várias pessoas conhecidas por sua piedade e sabedoria, e tendo invocado o santo nome de Deus, condenamos o referido livro como portador de uma abominável doutrina, subversiva da lei natural e dos alicerces da religião cristã; como estabelecendo princípios contrários aos ensinamentos morais dos Evangelhos; tendendo a perturbar a paz dos Estados e de dirigir a revolta contra a autoridade do soberano; como contendo número ilimitado de falsas proposições, escandalosas, cheias de ódio contra a Igreja e seus ministros.(...) Nestas condições, proibimos expressamente qualquer pessoa em nossa diocese de ler ou guardar o referido livro, sob pena de incorrer nos dispositivos legais.<sup>31</sup>

Este mandato foi impresso “com autorização do rei”, e logo chegou a Môtiers-Travers. Rousseau, sempre na resolução de não mais escrever, decidiu responder. Mal tinha descansado a pena (18 de novembro de 1762) e já sua resposta elevava-se a 128 páginas. Foi impressa em Amsterdam, em março de 1764, com o título: *Jean-Jacques Rousseau, Citoyen de Genève, à Christophe de Beaumont, Archevêque de Paris*. Logo foi condenada pelo Parlamento de Paris e o Conselho de Genebra. Atacado pelas duas principais religiões da Europa, Rousseau revidou. Então, o tímido romântico que havia renegado os *philosophes*, repetia os argumentos destes com uma audácia imprudente.

Iniciou com uma pergunta que todos os oponentes deste debate infundável ainda se questionam: “O que vos posso dizer, *monseigneur*? Qual a linguagem comum que podemos falar, como podemos nos entender?”<sup>32</sup> Arrepentia-se de ter um dia escrito livros. Não o fizera até a idade de 38 anos, e caíra neste erro quando lhe chamara a atenção aquela “miserável pergunta” da Academia de Dijon. Os críticos do seu *Discurso* o induziram a responder; “discussão vai, discussão vem(...) e finalmente encontrei-me, por assim dizer, autor, numa idade que, em geral, abandona-se a profissão de escritor. Daquele tempo a estes dias, “calma e amigos desapareceram”.<sup>33</sup> Em toda a sua carreira, ele reivindicava ter sido

mais ardente do que esclarecido,(...) porém sincero em tudo(...) simples e bom, mas sensível e fraco, muitas vezes fazendo o mal e sempre amando o bem;(...) restrito mais aos meus sentimentos do que aos meus interesses(...) temente a Deus sem ter medo do inferno. Argumentando sobre religião, sem, contudo, licenciosidade. Não gostando nem de incredulidade, nem de fanatismo, mas odiando mais os intolerantes do que os livres-pensadores.(...) Confessando meus erros aos meus amigos e minhas opiniões a todo o mundo.<sup>34</sup>

Sentiu menos a condenação de *Émile* por parte dos católicos do que dos calvinistas. Aquele que orgulhosamente se denominara *Citoyen de Genève* fugira da França na

esperança de respirar em sua cidade natal o ar da liberdade, lá encontrando uma recepção que o consolaria de suas humilhações. Mas agora “o que vou dizer? Meu coração se fecha, minhas mãos tremem, à pena escapa-me. Preciso calar-me... Devo consumir em silêncio a amargura das minhas penas”.<sup>35</sup> Olhai o homem que “em um século tão celebrado pela filosofia, razão e humanidade” ousou “defender a causa de Deus” — olhai-o “estigmatizado, proscrito, perseguido de país em país, de refúgio em refúgio, sem consideração por sua pobreza, sem piedade por suas enfermidades”. Finalmente encontrando asilo sob a proteção “de um príncipe ilustre e esclarecido”, isolando-se numa pequena aldeia escondida entre as montanhas da Suíça. Pensando, afinal, encontrar obscuridade e paz, foi perseguido até mesmo lá pelo anátema dos padres. Este arcebispo, “homem virtuoso, tão nobre de alma como de nascimento”, deveria reprovar os perseguidores. Ao invés, autorizou-os vergonhosamente, “ele que deveria pleitear a causa dos oprimidos”.<sup>36</sup>

Rousseau compreendeu que o arcebispo ofendeu-se sobretudo com a doutrina de que os homens nascem bons, ou pelo menos não nascem maus. Beaumont concluiu que, se isso era certo, se o homem ao nascer não vem com a mácula da culpa de Adão e Eva, então a doutrina da expiação pelo Cristo cairia por terra, e esta doutrina era o próprio cerne da religião cristã. Rousseau respondeu que a doutrina do pecado original encontra-se claramente estipulada na Bíblia. Compreendeu também que o arcebispo se escandalizara com a proposta de adiar a instrução religiosa. Argumentou Rousseau que a educação das crianças por freiras e padres não diminuiria o crime ou o pecado. Esses alunos, ao crescerem, perdem o medo do inferno, e preferindo o prazer, por pequeno que seja e nas suas mãos, do que a promessa do Paraíso. E esses padres — seriam eles modelos de virtude na França da época? Não obstante, declarava Rousseau: “Sou cristão, sinceramente cristão, de acordo com a doutrina do Evangelho. Não um cristão discípulo dos padres, mas um discípulo de Jesus Cristo.” Depois, com as vistas voltadas para Genebra, Rousseau acrescentou: “Feliz por ter nascido na mais séria das religiões na face da Terra, permaneço inviolavelmente unido à crença de meus pais. Como eles, adoto as Escrituras e a razão, os únicos guias da minha crença.”<sup>38</sup> Sentiu a reprovação daqueles que lhe disseram que “embora todos os homens inteligentes pensem como você, não é bom que a plebe (*le vulgaire*) assim pense”.

Isto é o que eles me gritam de todos os lados; e é talvez o que vocês me diriam se estivessem a sós comigo em seus gabinetes de trabalho. Assim são os homens. Mudam sua linguagem de acordo com a roupa, só falam a verdade quando vestidos em seus roupões, nas roupas de sair só sabem mentir. E não são apenas traidores e impostores à vista da humanidade, pois não se envergonham de punir, contra suas próprias consciências, quem quer que se negue a ser embusteiro e mentiroso como eles.<sup>39</sup>

Essa diferença entre o que se crê e o que se prega está no âmago da corrupção da civilização moderna. Há preconceitos que deveríamos respeitar, mas não quando transformamos a educação em uma maciça decepção, e solapamos as bases morais da sociedade.<sup>40</sup> E quando tais preconceitos se tornam homicidas, devemos silenciar sobre seus crimes?

Não sei, nem penso que não existe uma boa religião,(...) porém digo(...) que não há nenhuma, entre as dominantes, que não tenha infligido cruéis mortificações à humanidade. Todas as seitas atormentaram as outras, todas ofereceram a Deus o sacrifício do sangue humano. Qualquer que seja a fonte dessas contradições, elas existem. É um crime desejar removê-las?<sup>41</sup>

No fim dessa réplica, Rousseau defendeu seu *Émile* com todo o ardor, perguntando por que não haviam erigido nenhuma estátua a seu autor.

Admitindo que eu tenha cometido erros, e até que eu tenha sido sempre errado, não pode haver nenhuma indulgência para um livro onde sente-se em todos os seus trechos — até em seus erros, até no mal que nele possa estar contido — um sincero amor ao bem e entusiasmo pela verdade?(...) Um livro que só respira paz, delicadeza, paciência, amor à ordem, e em tudo obediência às leis em tudo, mesmo nos assuntos religiosos? Um livro no qual a causa da religião está tão bem advogada, em que a moral é tão respeitada,(...) em que a perversidade é descrita como loucura, e a virtude pintada de maneira tão bela?(...) Sim, não tenho medo de dizer: se houver na Europa um único governo verdadeiramente esclarecido,(...) deveria render públicas homenagens ao autor de *Émile*, deveria erigir estátuas a ele. Conheço os homens muito bem para esperar tal reconhecimento; mas não os conhecia bem o bastante para esperar que o fizessem.<sup>42</sup>

Estátuas lhe foram erigidas.

### III. ROUSSEAU E OS CALVINISTAS

A *Carta a Christophe Beaumont* agradou apenas a alguns livres-pensadores na França e a alguns rebeldes políticos na Suíça. Dos 23 "desmentidos" dirigidos ao autor, quase todos eram de protestantes. O clero calvinista de Genebra viu na *Carta* um ataque sobre os milagres e a inspiração da Bíblia. Tolerar tais heresias seria expor-se novamente ao perigo ao qual se arriscaram por d'Alembert. Furioso pelo fato dos liberais de Genebra não tomarem sua defesa, Rousseau (12 de maio de 1763) enviou ao Grande Conselho de Genebra a renúncia de sua cidadania.

Esta atitude granjeou-lhe algumas manifestações de apoio. Em 18 de junho, uma delegação apresentou ao Primeiro Síndico da República a "Mui Humilde e Respeitosa Representação dos Cidadãos e Burgueses de Genebra" que, entre outros agravos, queixava-se de que o julgamento contra Rousseau havia sido ilegal, e que o confisco dos exemplares de *Émile* das livrarias de Genebra infringiria os direitos de propriedade. O Conselho dos Vinte e Cinco refutou o protesto e, em setembro, o promotor público, Jean-Robert Tronchin (primo do médico de Voltaire) divulgou *Lettres écrites de la campagne*, defendendo a discutível ação do Conselho. Os "Représentants" apelaram para Rousseau a fim de que este respondesse a Tronchin. Este publicou (dezembro de 1764) nove *Lettres écrites de la montagne* — uma réplica de sua morada na montanha à oligarquia da planície genebresca. Indignado contra o clero e o Conselho, atacou tanto o calvinismo como o catolicismo sem se importar com as consequências.

Endereçou formalmente as cartas ao chefe dos *Représentants*. Principiou falando do mal que lhe haviam feito com a apressada condenação de seus livros e de sua pes-



soa, sem qualquer oportunidade de defesa. Admitia a imperfeição de seus livros: "Eu mesmo encontrei inúmeros erros neles. Não duvido que outros encontrarão muitos mais, e que ainda existam erros que nem eu nem os outros perceberam.(...) Após ouvir ambas as partes o público julgará;(...) o livro vencerá ou cairá, e o caso fica terminado."<sup>43</sup> No entanto, era o livro "pernicioso"? Qualquer um que lesse *La Nouvelle Héloïse* e a "*Profession de foi du vicaire savoyard*" acreditaria realmente que seu autor pretendia destruir a religião? É verdade que essas obras procuraram destruir a superstição "como a mais terrível praga da humanidade, a tristeza dos eruditos e a arma da tirania".<sup>44</sup> Contudo, não afirmaram esses livros a necessidade da religião? Acusam o autor de não acreditar em Cristo. Ele acredita em Cristo, porém de forma diferente da de seus acusadores:

Reconhecemos a autoridade de Jesus Cristo porque nossa inteligência concorda com seus preceitos e eu acho-os sublimes.(...) Admitimos a revelação como emanção do Espírito de Deus, sem sabermos como.(...) Reconhecendo a divina autoridade do Evangelho acreditamos que Jesus Cristo estava investido dessa autoridade. Reconhecemos uma virtude mais que humana na sua conduta, e no seu ensinamento uma sabedoria também mais que humana.

A segunda carta (esquecendo o *Contrato Social*) negava o direito de um conselho municipal julgar assuntos religiosos. O princípio básico da Reforma Protestante, o direito do indivíduo de interpretar a Escritura, havia sido violado ao se condenar *Émile*.<sup>45</sup> "Se me provarem hoje que em matéria de fé sou obrigado a submetê-la ao critério de outra pessoa, amanhã mesmo tornar-me-ei católico."<sup>46</sup> Rousseau admitia que, por sua vez, os reformadores tinham-se tornado perseguidores da interpretação individual,<sup>47</sup> mas o fato não invalidava o princípio sem o qual a revolta protestante contra a autoridade papal teria sido injusta. Acusava o clero calvinista ("exceto o meu pastor") de adotar o espírito intolerante do catolicismo. Se tinham sido fiéis ao espírito da Reforma teriam defendido o seu direito de publicar sua própria interpretação da Bíblia. Agora possuía uma boa resposta relativa ao ponto de vista de d'Alembert sobre o clero genebrês:

Um filósofo, num relance, olha para eles, penetra-os, vê que são arianos, socinianos. Assim diz e, assim pensa, para dignificá-los. Entretanto, não vê que está pon-do em perigo os interesses temporais dos mesmos — o único assunto que, em geral, determina, aqui na Terra, a fé dos homens.<sup>48</sup>

Na terceira carta, enfrentou a acusação de que ele teria refutado os milagres. "Se definirmos o milagre como a violação das leis da natureza, nunca poderemos saber o que é um milagre, pois não conhecemos as leis da natureza."<sup>49</sup> Mesmo assim, todos os dias via-se um novo "milagre" realizado pela ciência, não contra, mas através de um maior conhecimento das leis da natureza. Na antigüidade, os profetas, com uma palavra, faziam o fogo descer sobre a terra. Hoje, as crianças fazem o mesmo com um pedacinho de vidro (ustório). Josué fazia o Sol parar. Qualquer criador de almanaque pode prometer o mesmo resultado pelo cálculo do eclipse solar.<sup>50</sup> E, da mesma forma que os europeus que realizam tais prodígios entre os selvagens são por

estes considerados deuses, os “milagres” do passado — mesmo os de Jesus — devem ter sido resultados naturais mal interpretados pelo povo como interrupções divinas das leis naturais.<sup>51</sup> Talvez Lázaro, a quem Jesus levantou da morte, não estivesse realmente morto. Além disso, como podem os “milagres” de um professor provar a verdade da doutrina, quando os professores de doutrinas geralmente consideradas falsas realizaram “milagres” anunciados como verdadeiramente reais, assim como os mágicos do Egito eram rivais de Aarão ao transformarem varas em serpentes?<sup>52</sup> Cristo alertou contra “falsos Cristos” os quais apresentarão muita coisa como “prodígios”.<sup>53</sup>

Rousseau iniciara essas cartas com o objetivo de auxiliar os *Représentants* da classe média. Não fez nenhum apelo para uma maior amplitude da franquia em relação à democracia. Na verdade, na Carta VI ele ainda se empenhava para uma “aristocracia” eletiva como a melhor forma de governo, garantindo aos dirigentes de Genebra que o ideal por ele esboçado no *Contrato Social* era especialmente uno com a constituição de Genebra.<sup>54</sup> Entretanto, na Carta VII ele disse a seus amigos da burguesia dissidente que aquela constituição reconhecia a soberania dos cidadãos emancipados apenas durante as eleições para a Assembléia-Geral, e sua assembléia anual. No resto do ano os cidadãos não tinham nenhum poder.<sup>55</sup> No decurso desse longo intervalo, o pequeno Conselho dos Vinte e Cinco era o árbitro supremo das leis, por conseguinte, da sorte de todos os indivíduos. Com efeito, os *citoyens et bourgeois*, que se apresentavam soberanos no Conseil Général, após seu recesso, tornavam-se “os escravos de um poder despótico, entregues, indefesos, à mercê de 25 déspotas”.<sup>56</sup> Era quase um grito para a Revolução. Contudo, Rousseau desprezava este último recurso. Na última carta elogiava a burguesia como a classe mais sã e mais amante da paz do Estado, dividida entre um patriciado opulento e agressivo e uma “plebe bruta e estúpida”.<sup>57</sup> Todavia, aconselhava os *Représentants* a terem paciência, confiando na justiça e no tempo para reparar os seus males.

As *Lettres de la montagne* ofenderam os inimigos de Rousseau e desagradaram os amigos. O clero de Genebra estava alarmado com suas heresias, e ainda por suas declarações de que delas compartilhava. Depois, Rousseau investiu com violência contra os ministros calvinistas, chamando-os “*canaille*, vagabundos, cortesãos estúpidos, lobos famintos” e expressando preferência pelos simples padres católicos das cidades e aldeias francesas.<sup>58</sup> Os *Représentants* não se utilizaram das *Cartas* em sua vitoriosa campanha em prol de maior poderio político. Consideravam Rousseau um aliado perigoso e imprevisível. Este resolveu não mais tomar parte na política genebresca.

#### IV. ROUSSEAU E VOLTAIRE

Na Carta V, Rousseau admirava-se por que razão “M. de Voltaire”, a quem os conselheiros de Genebra “tanto visitavam”, não os havia “inspirado com aquele espírito de tolerância que ele pregava incessantemente, e do qual ele às vezes necessitava”. Na imaginação, forjou um discurso<sup>59</sup> que Voltaire proferiria advogando a liberdade de palavra para os filósofos, sob a alegação de que só uma minoria insignificante os lia. Era excelente a imitação da maneira leve e sagaz de Voltaire. Entretanto, representou o sábio de Ferney fazendo a confissão de sua autoria da recente publica-

ção do *Sermon des cinquantes* (*Sermão dos Cinquenta*), cuja paternidade Voltaire negara repetidas vezes — pois estava repleto de heresias. Não sabemos se era deliberada e maliciosa a revelação do segredo por parte de Rousseau. Voltaire assim pensou e ficou furioso, pois trazia novamente à baila a possibilidade de expulsão da França quando estava principiando a se estabelecer em Ferney.

— Que torpe! — exclamou quando leu a carta denunciadora. — Aquele monstro! Mandarei espancá-lo... sim, mandarei espancá-lo, no meio de suas montanhas, aos pés de sua ama!

— Por favor, acalmai-vos — disse um transeunte — pois sei que Rousseau pretende fazer-vos uma visita, e dentro em pouco estará em Ferney.

— Ah, deixai-o vir! — gritou Voltaire, aparentemente meditando sobre lesões corporais.

— Mas como o recebereis?

— Mandarei servir-lhe uma ceia, colocá-lo-ei em minha própria cama, e direi: “Eis aqui uma boa ceia, a melhor cama da casa. Dai-me o prazer de aceitar tanto uma como a outra, e ficar à vontade aqui.”<sup>60</sup>

Mas Rousseau não foi. Voltaire vingou-se publicando (31 de dezembro, 1764) um panfleto anônimo, *Sentiments des citoyens* (*Sentimentos dos Cidadãos*) que constitui um dos aspectos mais negros de seu caráter e de sua carreira. É necessário citá-lo para que se possa crer.

Temos pena de um louco, mas quando a demência transforma-se em fúria devemos amarrá-lo. A tolerância, que é uma virtude, então torna-se vício.(...) Perdoamos a este homem seus romances nos quais a decência e a modéstia estão tão prejudicadas quanto o bom senso. Quando ele misturou religião e ficção, nossos magistrados foram obrigados a imitar os de Paris(...) e Berna.(...) Atualmente, ainda bem não se esgotara a paciência e eis que ele publica outro livro onde investe furiosamente contra a religião cristã, a Reforma, a qual ele professa, todos os ministros do Santo Evangelho, e todos os órgãos do Estado.(...) Declara explicitamente, em seu próprio nome, “Não existe nenhum milagre do Evangelho que possamos tomar literalmente sem abandonar o bom senso.”(...)

Trata-se de um erudito debatendo com eruditos? Não, (...) é um homem que ainda carrega as trágicas marcas de seus deboches, e que(...) arrasta atrás de si, de cidade em cidade, de montanha a montanha, a infeliz mulher, cuja mãe ele fez morrer e cujos filhos abandonou às portas de um hospital,(...) renegando todos os sentimentos naturais, como descarta-se daqueles da honra e da religião.(...)

Deseja ele derrubar nossa constituição desfigurando-a, como deseja derrubar o cristianismo que professa? Basta alertá-lo de que a cidade que ele perturba o renega.(...) Se pensa que nós puxaremos da espada [fazer revolução] por causa de *Émile* [condenação de] pode colocar a idéia no grupo dos seus absurdos e loucuras. Entretanto, precisa saber que se punimos levemente um romance ímpio, punimos seriamente um vil traidor.<sup>61</sup>

Este foi um procedimento lamentável, sem desculpa, tendo em vista a ira, os achaques e a idade de Voltaire. (Tinha então setenta anos.) Não é para admirar que Rousseau nunca acreditou (mesmo hoje em dia não o podemos) fosse Voltaire o autor do panfleto. Atribuiu-o, ao invés, ao ministro genebrês Vernes, o qual protestou, em vão, tê-lo escrito. Em um de seus melhores momentos, Rousseau publicou uma resposta ao *Sentiments* (janeiro, 1765):

Desejo fazer, com toda a sinceridade, a declaração que me é exigida em virtude desse artigo. Nenhuma moléstia, benigna ou séria, da espécie da que o autor se refere, jamais maculou-me o corpo. A doença que me afetou não tem a mínima semelhança com a que foi mencionada. Trata-se de mal congênito, sabido daqueles que tomaram conta de mim e que ainda vivem. MM. Maloin, Morand, Thierry, Daran sabem disso.(...) Se acham neste [mal] o menor indício de perversão peço-lhes que me condenem e me cubram de vergonha.(...) A honrada e mundialmente respeitada mulher que cuida de mim nos meus infortúnios(...) é infeliz apenas porque compartilha as minhas atribulações. Sua mãe, para dizer a verdade, está cheia de vida, apesar da idade [viveu até os 93 anos]. Nunca abandonei, nem fiz com que abandonassem nenhuma criança à porta de hospital, nem em qualquer outra parte.(...) Nada mais acrescentarei(...) a não ser para dizer que, na hora de minha morte, preferiria ter feito tudo de que o autor me acusa do que ter escrito algo semelhante a isto.<sup>62</sup>

Embora a entrega de seus filhos a um abrigo de crianças desamparadas (não exatamente tê-las “exposto”) tivesse sido conhecida através dos mexericos de Paris (ele o havia admitido à Marechala de Luxembourg), o panfleto foi a primeira descoberta. Jean-Jacques suspeitava que Mme. d’Épinay o houvesse revelado durante sua visita a Genebra. Ficou então convencido de que ela, Grimm e Diderot conspiravam para manchar sua reputação. Na época, Grimm continuamente atacava Rousseau na *Correspondance littéraire*<sup>63</sup> e, em sua carta de 15 de janeiro de 1765, falando das *Cartas da Montanha*, juntou-se a Voltaire acusando Rousseau de traidor. “Se houver em qualquer parte da Terra um crime como o de alta traição, este encontra-se certamente em atacar a constituição fundamental de um Estado, com as armas que M. Rousseau empregou para derrubar a constituição de seu país.”

A longa desavença entre Voltaire e Rousseau constitui uma das mais tristes manchas do Iluminismo. O berço e o *status* de ambos colocou-os bem separados. Voltaire, filho de renomado tabelião, recebeu uma boa educação, principalmente dos clássicos. Rousseau, nascido num lar pobre e que iria logo se desfazer, não recebeu educação formal, não herdando nenhuma tradição clássica. Voltaire aceitou as normas literárias estipuladas por Boileau — “Amai a razão, deixai que tudo o que escreverdes receba da razão seu esplendor e seu valor.”<sup>64</sup> Para Rousseau (assim como para Fausto seduzindo Margarida com Rousseau) “o sentimento é tudo”.<sup>65</sup> Voltaire era tão sensível e irritável quanto Jean-Jacques, mas em geral não julgava de boas maneiras deixar que a paixão desbotasse sua arte. Achava que o apelo de Rousseau ao sentimento e ao instinto era um irracionalismo individualístico e anárquico, que principiaria com a revolta e terminaria com a religião. Ele repudiava — Rousseau repetia — Pascal. Voltaire vivia como um milionário, Rousseau copiava música para ganhar seu pão. Voltaire era a soma de todos os atrativos sociais. Rousseau sentia-se mal nas reuniões mundanas, sendo por demais impaciente e irascível para conservar amigos. Voltaire era o filho de Paris, de suas alegrias e faustos. Rousseau era filho de Genebra, um burguês taciturno e puritano, ressentido com a separação de classes, que o alijava, e com o fausto, que ele não podia gozar. Voltaire defendia o luxo colocando o dinheiro dos ricos em circulação, dando trabalho aos pobres. Rousseau condenava o método, por “alimentar cem pobres em nossas cidades, enquanto deixava que cem mil perecessem em nossas aldeias”.<sup>66</sup> Voltaire pensava que os pecados da civilização

superam-se por seu conforto e suas artes. Rousseau sentia-se pouco à vontade em toda parte, e denunciava quase tudo. Os reformadores ouviam Voltaire, os revolucionários ouviam Rousseau.

Quando Horace Walpole observou que “este mundo é uma comédia para os que pensam, e uma tragédia para os que sentem”<sup>67</sup> ele estava, sem o saber, resumindo as vidas dos dois espíritos mais influentes do século XVIII.

#### V. BOSWELL ENCONTRA ROUSSEAU

Temos um retrato excepcionalmente agradável de Jean-Jacques no relato das cinco visitas que lhe fez Boswell, em dezembro de 1764. O inevitável admirador havia jurado solenemente (21 de outubro) “não falar com um incréu, nem possuir uma mulher antes de ver Rousseau”.<sup>68</sup> Em 3 de dezembro, partiu de Neuchâtel para Môtiers-Travers. No meio do caminho, em Brot, parou numa hospedaria, pedindo que a filha do hospedeiro lhe relatasse o que sabia sobre sua vítima. A resposta desconcertou-o:

“M. Rousseau vem freqüentemente, e aqui permanece por vários dias com sua governanta, Mlle. Levasseur. É um homem muito agradável e possui um belo rosto. Entretanto, não gosta que as pessoas venham para observá-lo como se fosse um homem de duas cabeças. Céus! A curiosidade das pessoas é incrível. Muitas e muitas costumam vir vê-lo, e freqüentemente ele não recebe ninguém. Está doente e não quer ser incomodado.”<sup>69</sup>

Naturalmente, Boswell persistiu. Em Môtiers hospedou-se em uma estalagem da aldeia e

preparei uma carta a M. Rousseau, na qual informava-lhe que um antigo cavaleiro escocês, de 24 anos, veio até aqui na esperança de vê-lo. Assegurei-lhe que merecia sua atenção... No fim da carta, provei-lhe possuir um coração e uma alma.(...) A carta é realmente uma obra-prima. Sempre a conservarei como prova de que minha alma pode ser sublime.”<sup>70</sup>

A carta — em francês — era uma mistura sutil de ingenuidade deliberada e irresistível adulação:

Vossas obras, senhor, tocaram-me o coração, elevaram minha alma e estimularam-me a imaginação. Acredite-me, ficarei satisfeito de me conhecer.(...) Oh, meu querido Saint-Preux! Esclarecido Mentor! Eloqüente e amável Rousseau! Pressinto que hoje nascerá uma nobre amizade.(...) Muito tenho a vos contar. Embora apenas um rapaz muito jovem, já vivi uma existência tão variada que ficarei admirado.(...) Contudo, eu vos peço, estejais só.(...) Não sei se não preferiria não vos ver jamais do que vos ver pela primeira vez diante de outras pessoas. Impaciente, aguardo vossa resposta.”<sup>71</sup>

Rousseau mandou dizer-lhe que ele poderia vir, com a condição da visita ser curta. Boswell foi “vestido com casaco e colete escarlate, com renda de ouro, calças de pele de gamo, e botas. Por cima, eu vestia um casacão de chamalote verde, debruado com

pele de raposa". Thérèse abriu a porta, "uma francesinha alegre e bem-posta". Conduziu-o ao andar de cima, onde se encontrava Rousseau — "um homem preto [de pele morena] e gentil, vestido de armênio.(...) Perguntei-lhe como estava passando. 'Muito doente, mas já desisti de médicos.'" Rousseau expressou admiração por Frederico, desprezo pelos franceses — "uma nação desprezível", porém "encontreis boas almas na Espanha". Ao que Boswell acrescentou: "E nas montanhas da Escócia." Rousseau referiu-se aos teólogos como "senhores" que "fornecem uma nova explicação de qualquer coisa, deixando-a tão incompreensível quanto antes". Conversaram sobre a Córsega. Rousseau disse ter sido solicitado a elaborar leis para ela. Boswell expressou seu permanente entusiasmo pela independência da Córsega. Imediatamente, Rousseau o despachou, dizendo desejar sair para dar umas voltas sozinho.

Em 4 de dezembro, Boswell voltou e continuou o cerco. Rousseau falou-lhe por um instante, em seguida pediu-lhe que fosse embora. "O senhor me aborrece. Minha natureza é assim. Não posso impedi-lo." "Não faça cerimônia comigo." E Rousseau: "Vá embora." Thérèse conduziu Boswell até a porta e disse-lhe: "Estou há 22 anos com M. Rousseau. Não cederia meu lugar para ser rainha da França. Procuro tirar proveito dos bons conselhos que ele me dá. Se ele morrer, terei de ir para o convento."<sup>72</sup>

Boswell tornou a bater à sua porta em 5 de dezembro. Rousseau suspirou: "Meu caro senhor, sinto não estar em condições de falar-lhe como desejaria." Boswell "afastou tais escusas" e animou a conversa ao dizer que "eu havia me tornado católico romano e tencionava esconder-me num convento". Rousseau: "Que loucura!" Boswell: "Diga-me sinceramente, o senhor é cristão?" Rousseau "bateu no peito, dizendo: 'Sim, orgulho-me de sê-lo.'" Boswell (que sofria de melancolia): "Diga-me, sofre de melancolia?" Rousseau: "Nasci calmo. Não tenho nenhuma disposição natural à melancolia. Meus infortúnios infectaram-me com ela." Boswell: "O que pensa dos claustros, penitências e tratamentos dessa espécie?" Rousseau: "Tudo palhaçada." Boswell: "O senhor poderia tomar a seu cargo minha direção [espiritual]?" Rousseau: "Não posso." Boswell: "Voltarei." Rousseau: "Não prometo vê-lo. Estou sofrendo muito. Necessito de um urinol a todo instante."<sup>73</sup>

Aquela tarde, na *maison du village*, Boswell escreveu quatorze páginas do "Esboço de minha vida", enviando-o a Rousseau. Confessava um de seus adultérios e perguntava: "É possível que eu faça de mim um homem?" Voltou a Neuchâtel, porém em 14 de dezembro encontrava-se novamente na porta de Rousseau. Thérèse disse-lhe que seu patrão estava "muito doente". Boswell insistiu. Rousseau recebeu-o. "Encontrei-o sentado e em grande sofrimento." Rousseau: "Estou subjugado pelos sofrimentos, desapontamentos e tristeza. Estou usando uma sonda [um dilatador da uretra]. Todo mundo acha ser meu dever recebê-lo.(...) Volte à tarde." Boswell: "Por quanto tempo?" Rousseau: "Um quarto de hora, não mais." Boswell: "Vinte minutos." Rousseau: "Saia daqui!" — mas não pôde deixar de se rir.

Boswell voltou às quatro horas, sonhando com Luís XV. "A moral me parece uma coisa incerta. Por exemplo, eu gostaria de ter trinta mulheres. Não poderei satisfazer esse desejo?" "Não." "Mas, considere, se eu for rico, poderei ter certo número de moças. Engravidado-as. Dessa forma, continua a propagação da espécie. Dou-lhes dotes

e me livro delas, casando-as com honrados camponeses que se sentirão muito felizes em tê-las. Assim, tornam-se esposas com a mesma idade que teria sido o caso, tivessem elas permanecido virgens, e eu, do meu lado, lucraria por ter obtido grande variedade de mulheres.” Em seguida, não tendo feito sensação com essa hipótese real, perguntou: “Por favor, como poderei expiar o mal que pratiquei?” Rousseau deu uma resposta brilhante: “Não há nenhuma expiação para o mal, exceto o bem.”<sup>74</sup> Boswell pediu a Rousseau que o convidasse a jantar. Rousseau disse “Amanhã” e Boswell voltou à hospedaria “cheio de pensamentos otimistas”.

Em 15 de dezembro, jantou com Jean-Jacques e Thérèse na cozinha, que ele achou “simples e alegre”. Rousseau estava bem-humorado, sem nenhum indício dos distúrbios mentais que mais tarde surgiriam. Seu cachorro e seu gato davam-se bem juntos, e com ele também. “Rousseau colocou alguma comida na tábua de trincar carne, fazendo o cachorro dançar ao redor. Cantou(...) uma melodia alegre com voz suave e muito sentimento.” Boswell falou de religião. “Prefiro a Igreja Anglicana.” Rousseau: “Sim, mas não é o Evangelho.” “Não gosta de São Paulo?” “Respeito-o, porém penso que ele é, em parte, responsável pelo transtorno de sua cabeça. Ele deveria ter sido um pastor anglicano.”

Mlle. Levasseur perguntou: “O senhor vai estar com M. de Voltaire?” Boswell respondeu: “Certamente.” Depois, voltando-se para Rousseau: “M. de Voltaire não gosta do senhor.” “Não se gosta daquele a quem muito se ofendeu. Sua conversa é muito agradável, bem mais do que os seus livros.” Boswell ultrapassou o tempo que devia permanecer em casa de Rousseau, mas quando se despediu este “beijou-me repetidas vezes, retendo-me entre seus braços com elegante cordialidade.” Quando chegou à hospedaria, a dona disse-lhe: “Senhor, parece que andou chorando.” “Esta frase”, acrescentou, “eu a retive como verdadeiro louvor à minha humanidade.”<sup>75</sup>

## VI. UMA CONSTITUIÇÃO PARA A CÔRSEGA

Talvez por sugestão de Rousseau, depois de visitar Voltaire em Ferney, Boswell foi para a Itália, Nápoles e Córsega. Esta, sob o comando de Pasquale di Paoli, libertou-se da dominação genovesa (1755). No *Contrato Social*, Rousseau havia saudado o nascimento do novo Estado.

Ainda existe um país na Europa aberto ao Legislador. É a ilha da Córsega. A coragem e a firmeza com a qual esse bravo povo provou ser capaz de retomar e defender sua liberdade merece o auxílio de um homem sábio que lhe ensinará a preservá-la. Tenho uma premonição de que, algum dia, essa pequena ilha assombrará a Europa.<sup>76</sup>

Voltaire pensaria que Rousseau seria o último homem na Europa a ser convidado na qualidade de legislador, porém, em 31 de agosto de 1764, Jean-Jacques recebeu a seguinte carta de Matteo Buttafuoco, emissário da Córsega na França:

Senhor, no vosso *Contrato Social* mencionastes a Córsega de maneira muito li-sonjeira ao nosso país. Tal elogio, partindo de uma pena como a vossa(...) despertou o forte desejo de que possais ser o sábio legislador que auxiliaria a nação a conservar

as liberdades obtidas ao preço de tanto derramamento de sangue. Reconheço, sem dúvida, que a tarefa que insisto para que empreendais necessita certo conhecimento de detalhes.(...) Se vós vos dignéis aceitar o encargo, fornecer-vos-ei com todos os esclarecimentos necessários(...) e M. Paoli(...) empregará todos os esforços para vos enviar da Córsega quaisquer informações necessárias. Este digno chefe, assim como todos os meus compatriotas que têm o privilégio de conhecer vossa obra, compartilham do meu desejo, e os sentimentos de respeito que toda a Europa nutre por vós, os quais lhe são devidos em tantos aspectos.”

Rousseau respondeu (15 de outubro de 1764), aceitando a incumbência e pedindo material ilustrativo das características, história e problemas do povo corso. Confessou que “a tarefa poderá ser além das minhas forças, mas não além de minha dedicação”; mas “prometo-vos”, declarou a Buttafuoco, em carta datada de 26 de maio de 1765, “que, até o fim de meus dias, não terei outro interesse senão com a minha pessoa e com a Córsega. Todos os outros assuntos serão completamente banidos de minhas cogitações”.<sup>78</sup> Principiou logo a trabalhar no *Projet de constitution pour la Corse*.

Tendo em mente o “contrato social”, Rousseau propôs que todo cidadão deveria assinar um solene e irrevogável compromisso de si próprio — “corpo, bens, vontade, e tudo que estiver a meu alcance” — à nação corsa.<sup>79</sup> Aclamou os “*braves Corses*” que haviam conquistado sua independência, porém advertiu-os de que possuíam muitos vícios — banditismo, feudalismo, ferocidade — todos, na maioria, procedentes de ódio a seus chefes estrangeiros. A melhor cura para tais defeitos era uma total vida agrícola. As leis deveriam dar ao povo todo o incentivo para permanecer junto à terra, desestimulando sua ida para as cidades. A agricultura forma o caráter individual e a saúde da nação. O comércio, as transações e as finanças constituem uma porta aberta a toda sorte de chicanas, e, portanto, não devem ser estimulados pelo Estado. Qualquer viagem deve ser feita a pé ou em lombo de animais. Os casamentos entre pessoas jovens e as grandes famílias serão recompensados, e os homens solteiros até a idade de quarenta anos perderão a cidadania. A propriedade privada será diminuída, sendo aumentada a propriedade estatal. “Desejaria ver o Estado como o único proprietário, o indivíduo compartilhando de uma parcela da propriedade comum apenas em proporção a seus serviços.”<sup>80</sup> Caso necessário, a população seria recrutada a cultivar as terras do Estado. Ficariam sob controle governamental a educação e a moral dos costumes. As formas de governo deveriam pautar-se nas dos cantões suíços.

Em 1768, a França comprou a Córsega de Gênova, lá enviou seu exército, depôs Paoli, e subordinou a ilha às leis francesas. Rousseau abandonou seu *Projet*, denunciando a invasão da França como a violação de “qualquer justiça, humanidade, direito político e razão”.<sup>81</sup>

## VII. FUGITIVO

Por dois anos Rousseau viveu em Môtiers, calma e modestamente, lendo, escrevendo, tratando de seus achaques, e sofrendo uma crise de ciática (outubro de 1764), assim como recebendo cortesmente seus visitantes, os quais passavam pelo crivo de Thérèse. Um deles faz-lhe este retrato muito lisonjeiro:



Não se pode ter uma idéia do quanto é encantadora a sua companhia, a verdadeira delicadeza de suas maneiras, e a profunda serenidade e alegria de sua conversa. Não era quase certo encontrar algo bem diferente, imaginando uma criatura excêntrica, sempre soturna e às vezes até brusca? Ah! que engano! A uma expressão de grande brandura, ele alia um olhar penetrante, e olhos cuja vivacidade nunca se vê. Quando se aborda assunto no qual ele está interessado, então, seus olhos, lábios, mãos — tudo nele — falam. Constituiria erro representá-lo sempre um resmungão. Nada disso. Ri com aqueles que riem, conversa e brinca com as crianças, faz troças com sua governanta.<sup>82</sup>

Entretanto, os pastores locais descobriram heresias em *Émile* e nas *Cartas da Montanha*, parecendo-lhes escandaloso que tal monstro continuasse a contaminar a Suíça com a sua presença. A fim de aplacá-los (10 de março de 1765), ele ofereceu comprometer-se, por documento formal, a “nunca publicar qualquer novo trabalho sobre nenhum tópico de religião, nem mencioná-lo, mesmo esporadicamente, em qualquer obra nova; (...) e, ainda mais, “continuari a testemunhar, por meus sentimentos e minha conduta, a minha grande felicidade em estar unido à Igreja”.<sup>83</sup> O Consistório de Neuchâtel intimou-o a comparecer a fim de responder a acusações de heresia. Rousseau pediu dispensa: “Ser-me-ia impossível, apesar de minha boa vontade, suportar longo tempo sentado”<sup>84</sup> — o que, lamentavelmente, era a verdade. O seu próprio pastor voltou-se contra ele, ao denunciá-lo como o Anticristo, por ocasião dos sermões públicos.<sup>85</sup> Os ataques do clero enfureceram os paroquianos. Alguns aldeões começaram a jogar-lhe pedras quando Rousseau saía a passeio. Aproximadamente em 6 ou 7 de setembro, ele e Thérèse foram acordados com o barulho de pedras que batiam nas paredes e quebravam as janelas. Uma pesada rocha atravessou a janela, vindo cair a seus pés. Um vizinho — funcionário da aldeia — convocou alguns guardas para socorrê-lo. A multidão dispersou-se, mas os amigos de Rousseau que haviam permanecido em Môtiers aconselharam-no a deixar a cidade.

Rousseau tinha vários oferecimentos de asilo, “mas eu estava tão apegado à Suíça que não podia resolver deixá-la, enquanto me fosse possível lá viver”.<sup>86</sup> Visitara, no ano anterior, a pequenina Ilha de St.-Pierre, no meio do Lago de Biel. Só havia uma casa na ilha — a do zelador. Aqui, pensou Rousseau, estava o ponto ideal para um homem impopular e amante da solidão. Situava-se no Cantão de Berna, que o havia banido há dois anos. Entretanto, recebera garantia informal de que podia mudar-se para a ilha sem receio de ser preso.<sup>87</sup>

E assim foi que, em meados de setembro de 1765, após uma permanência de 26 meses em Môtiers, ele e Thérèse deixaram a casa, que se lhes tornara cara, para irem morar com a família do zelador em lugar tão isolado que “nem a turba, nem os homens da igreja poderiam perturbá-lo”.<sup>88</sup> “Pensei que naquela ilha ficaria mais separado dos homens, (...) e bem cedo esquecido da humanidade.”<sup>89</sup> A fim de fazer face a tais despesas, autorizou seu editor, Du Peyrou, a publicar todos os seus trabalhos, “fazendo-o o depositário de todos os meus documentos, com a condição expressa de fazer uso dos mesmos somente após a minha morte, pois tinha eu a intenção de acabar meus dias sossegadamente, sem fazer nada que me reconduzisse à lembrança do público”.<sup>90</sup> O Marechal Keith ofereceu-lhe uma anuidade de doze mil *livres*. Concordou em aceitar a metade. Conseguiu outra anuidade para Thérèse. Estabeleceu-se com ela na ilha, nada mais esperando da vida. Tinha então 53 anos.

Treze anos depois — no seu último ano de vida — compôs uma de suas obras mais primorosas, *Rêveries d'un promeneur solitaire*. Descrevia, com reprimida eloquência, sua existência na Ilha de St.-Pierre. “Um delicioso lazer era o primeiro e principal prazer que eu desejava sorver em toda a sua doçura.”<sup>91</sup> Já vimos em outra parte como ele admirava Lineu. Agora, com um dos livros do botânico sueco nas mãos, principiou a enumerar e estudar as plantas do seu pequeno domínio. Ou, quando fazia bom tempo, à maneira de Thoreau, em Walden Pond,

sozinho, atirei-me dentro de um barco, remando até o meio do lago quando as águas estavam tranqüilas. Lá chegando, esticando-me de corpo inteiro no interior do bote, olhos voltados para o céu, deixei-me ir e vagar lentamente ao sabor das águas, às vezes por várias horas, mergulhado em mil deliciosos devaneios.<sup>92</sup>

Até mesmo naquelas águas tranqüilas, não mais podia descansar. Em 17 de outubro de 1764, o Senado de Berna intimou-o a abandonar a ilha e o cantão dentro de quinze dias. Rousseau ficou perplexo e acabrunhado. “As medidas por mim tomadas para obter o tácito consentimento do governo, a tranqüilidade com que deixaram que eu fizesse meu retiro, as visitas de várias pessoas de Berna” levaram-no a acreditar estar então a salvo de qualquer agressão ou perseguição. Suplicou ao Senado uma explicação e um prazo, sugerindo uma desesperada alternativa para o banimento:

Não vejo diante de mim senão um recurso e, embora parecendo terrível, adotá-lo-ei sem repugnância, mas até com certa ansiedade, caso Suas Excelências julguem por bem aquiescer. É que me seria conveniente passar o resto de minha vida na prisão de um de seus Estados, ou qualquer outro sítio dos referidos estados que lhes aprouver determinar. Ali viverei a minhas expensas, garantindo-lhes que jamais os porei em situação de fazer quaisquer gastos. Submeto-me a ficar sem papel ou pena, ou qualquer comunicação de fora.(...) Apenas deixem-me conservar, com alguns livros, a liberdade de andar, de vez em quando, num jardim, e ficarei satisfeito.

Será que sua mente principiava a se deteriorar? Ele nos assegura o contrário:

Não vão supor que um expediente aparentemente tão violento seja o fruto de desespero. Meu espírito está perfeitamente calmo neste momento. Levei muito tempo pensando neste assunto, e foi após intensas considerações que cheguei a esta decisão. Lembrem-se, eu lhes peço, que se esta parece uma extraordinária resolução, a minha situação o é ainda mais. Se a vida confusa que me induziram levar por vários anos sem descanso teria sido terrível para um homem em gozo de perfeita saúde, pensem o que deve ser para um pobre inválido, gasto pelo cansaço e pelo infortúnio, e que agora não tem outro desejo senão o de morrer em paz.<sup>93</sup>

A resposta de Berna foi a ordem para ele abandonar a ilha, assim como o território do cantão, dentro de 24 horas.<sup>94</sup>

Para onde deveria ir? Recebeu convites para Potsdam, de Frederico; para a Córsega, de Paoli; para a Lorena, de Saint-Lambert, para Amsterdam, de Rey, o editor; e para a Inglaterra, de David Hume. Em 22 de outubro, Hume, então secretário na embaixada inglesa em Paris, escreveu a Rousseau:

Vossos singulares e inacreditáveis infortúnios, independentes de vossa virtude e genialidade, devem impelir os sentimentos de qualquer criatura humana em vosso favor. Contudo, apraz-me dizer que na Inglaterra podeis encontrar absoluta segurança contra qualquer perseguição, não apenas em virtude do espírito tolerante de nossas leis, mas pelo respeito que todos nutrem pelo vosso caráter.<sup>95</sup>

Em 29 de outubro, Rousseau deixou a Île de St.-Pierre. Arranjou para Thérèse ficar por algum tempo na Suíça e seguiu para Estrasburgo, onde permaneceu um mês, hesitante. Finalmente, resolveu aceitar o convite de Hume para a Inglaterra. O governo francês deu-lhe um passaporte para ir a Paris. Lá, Hume encontrou-o pela primeira vez, logo afeiçoando-se a ele. Toda Paris falava sobre a volta do exilado. “É impossível”, escreveu Hume, “expressar ou imaginar o entusiasmo desta nação em favor de Rousseau.(...) Ninguém jamais prendeu tanto a sua atenção.(...) Voltaire e qualquer outro ficaram totalmente eclipsados.”<sup>96</sup>

A nova amizade feneceu ao nascer. É difícil apurar os fatos acuradamente, ou relatá-los com imparcialidade. Em 1º de janeiro de 1766, Grimm enviou a sua clientela o seguinte relato:

Em 17 de dezembro, Jean-Jacques Rousseau deu entrada em Paris. No dia seguinte, passeou pelos Jardins do Luxemburgo na sua indumentária armênia. Como ninguém fora avisado, ninguém participou do espetáculo. O Príncipe de Conti alojou-o no Templo, onde, diz ele, os armênios recebem sua corte diariamente. Deu ainda seu passeio diário e em determinada hora no bulevar, nas proximidades de sua residência.(...)\* Junto uma carta que andou por toda Paris durante sua estada aqui, e que fez grande sucesso.<sup>98</sup>

A esta altura, Grimm transcreveu uma carta como tendo vindo para Rousseau, da parte de Frederico, o Grande. Fora composta por Horace Walpole como uma burla contra Rousseau. Deixemos ao próprio Walpole relatar o fato em suas cartas a H. S. Conway, em 12 de fevereiro de 1766:

A fama que atualmente desfruto veio por uma composição bastante insignificante, mas que causou grande barulho. Certa noite, encontrava-me em casa de Mme. Geoffrin caçoando da maneira afetada e contraditória de Rousseau, e eis que digo algo que os divertiu. Chegando em casa, botei tudo o que dissera numa carta, mostrando-a, no dia seguinte, a Helvétius e ao Duque de Nivernois, os quais gostaram tanto que, após apontarem alguns erros de linguagem(...) animaram-me a exibí-la. Como sabe, rio-me com prazer dos charlatães, políticos ou literários. Deixemos por conta deles se seus talentos são grandes, eu não me oponho. As cópias espalharam-se rapidamente, *et me voici à la mode* [eis que estou na moda](...) Aqui está a carta [literalmente traduzida do francês de Walpole]:

“DO REI DA PRÚSSIA A M. ROUSSEAU: *Meu caro Jean-Jacques:*

Você renunciou a Genebra, sua terra natal, fez-se banir da Suíça, país tão elogiado em suas obras. A França emitiu um mandado de prisão contra você. Convenhamos, então. Admiro seu talento, seus sonhos me distraem, os quais (diga-se de

\* Cf. Rousseau a seu amigo de Luze: “Desejaria ir vê-lo, mas como não posso exibir-me com meu barrete armênio nas ruas, vejo-me obrigado a pedir-lhe que venha ver-me.”<sup>97</sup>

passagem) o ocupam por demais e por muito tempo. Pelo menos você deve sentir-se sábio e feliz. Você permitiu comentários a seu respeito por peculiaridades que não se coadunam com um verdadeiro grande homem. Mostre a seus inimigos que você pode por vezes ter bom senso, o que lhes aborrecerá, sem o prejudicar. Em meus Estados existem sítios calmos, os quais estão à sua disposição. Desejo-lhe boa sorte e gostaria de ajudá-lo se você julgasse conveniente. Mas, se continuar a recusar meu auxílio, esteja certo de que não o direi a ninguém. Se persistir quebrando a cabeça para encontrar novos infortúnios, escolha o que for de seu desejo. Sou rei e posso obter qualquer um de acordo com sua vontade, e, o que é mais importante e que certamente jamais acontecerá entre seus inimigos, deixarei de persegui-lo quando você deixar de achar glorioso ser perseguido.

Seu bom amigo,  
FREDERICO."99

Walpole nunca tinha se encontrado com Rousseau. Sua inteligência sofisticada e a herança de uma fortuna não encontravam sentido nas obras de Jean-Jacques. Tivera conhecimento das loucuras e dos erros de Rousseau nos jantares em casa de Mme. Geoffrin, onde se avistara com Diderot e Grimm. É provável que não percebesse que Rousseau, sensível ao ponto de neurose, chegara quase a um colapso mental com a sucessão de controvérsias e atribulações. Se Walpole sabia do fato, seu *jeu d'esprit* era terrivelmente cruel. Cumpre-nos acrescentar, entretanto, que, quando Hume pediu-lhe conselho sobre um retiro para Rousseau, na Inglaterra, Walpole tomou a seu cargo providenciá-lo com toda a urgência.<sup>100</sup>

Teria Hume sabido desta carta? Parece que estivera presente na casa de Mme. Geoffrin quando aquela foi planejada. Ele fora acusado de tomar parte na sua composição.<sup>101</sup> Em 16 de fevereiro de 1766, escreveu à Marquesa de Brabantane: "A única brincadeira que me permiti em relação à pretensa carta do rei da Prússia foi por mim feita à mesa de jantar do Lorde Ossory."<sup>102</sup> Em 3 de janeiro de 1766, Hume fez uma visita de despedida aos jantares em casa do Barão d'Holbach. Falou de suas esperanças de livrar "o homenzinho" das perseguições, fazendo-o feliz na Inglaterra. Contudo, D'Holbach mostrou-se cético. "Sinto", disse, "dissipar as esperanças e ilusões de que estais imbuídos, porém digo-vos não tardará muito para que fiquéis seriamente desiludidos. Não conheceis o homem. Digo-vos sinceramente: estais acolhendo uma víbora."<sup>103</sup>

No dia seguinte, Hume e Rousseau, juntamente com Jean-Jacques de Luze e o cão de Rousseau, Sultão, deixaram Paris, em duas berlindas, na direção de Calais. Rousseau pagou suas próprias despesas, recusando os oferecimentos de Hume, Mme. de Boufflers e Mme. de Verdelin para supri-lo de fundos. Ao chegarem a Dover (10 de janeiro), Rousseau abraçou Hume, agradecendo por tê-lo trazido à terra da liberdade.

### VIII. ROUSSEAU NA INGLATERRA

Chegaram a Londres em 13 de janeiro de 1766. Os transeuntes repararam na indumentária de Rousseau — gorro de pele, roupagem púrpura e cinto. Explicou a Hume sofrer de enfermidade que não lhe permitia usar calças.<sup>104</sup> Hume persuadiu a seu amigo Conway a sugerir uma pensão ao ilustre estrangeiro. Jorge III concordou na concessão de cem libras por ano, expressando desejo de, rapidamente, avistar-se com

ele. Garrick reservou um camarote, para Rousseau e Hume, no Drury Lane Theatre, ao lado do camarote real, em noite na qual o rei e a rainha estariam presentes. Entretanto, quando Hume foi buscar Rousseau, teve grande dificuldade para convencê-lo a deixar o cachorro, cujos uivos ao se ver trancado despedaçaram o coração do exilado. Finalmente "enlacei Rousseau em meus braços e(...) quase à força, persuadi-o a prosseguir".<sup>105</sup> Após o espetáculo, Garrick ofereceu uma ceia a Rousseau, que o cumpriu por sua atenção: "Senhor, fizestes-me derramar lágrimas com sua tragédia e sorrir com a comédia, embora quase não entendesse uma palavra de vosso idioma."

No todo, Hume estava satisfeito com seu hóspede. Logo ao chegar a Londres, escreveu a Mme. de Brabantane:

Haveis perguntado minha opinião sobre Jean-Jacques Rousseau. Após observá-lo de todos os modos,(...) declaro não ter conhecido homem mais gentil e virtuoso. É amável, modesto, afetuoso, desinteressado, de bela sensibilidade. O único defeito que encontro nele é uma extrema impaciência, assim como inclinação para nutrir injustas suspeitas contra seus melhores amigos.(...) Quanto a mim, passaria minha vida em sua companhia sem que surgisse uma nuvem entre nós. Suas maneiras são de extraordinária simplicidade. Nas coisas triviais porta-se como uma criança. Isto faz com que seja fácil(...) aos que vivem com ele dirigi-lo.<sup>106</sup>

E ainda:

Possui um grande e excelente coração, e sua conversação ilumina-se com uma espécie de fervor que até parece inspiração. Gosto muito dele, e espero que compartilhe dessa afeição.(...) Os filósofos de Paris vaticinaram que eu não chegaria até Calais com Rousseau sem que brigasse com ele. Entretanto, sinto poder viver com ele em mútua amizade e estima. Creio que uma das fontes de nosso entendimento reduz-se no fato de que nenhum de nós é polêmico, o que não é o caso em relação a nenhum deles. Os filósofos estão descontentes com ele por julgarem que possui excesso de religião. Na verdade, é extraordinário que um filósofo de sua idade, que tenha sido tão perseguido, seja o mais religioso de todos.<sup>107</sup>(...) Rousseau é um fervoroso da Bíblia, sendo, na verdade, um pouco melhor do que um cristão.<sup>108</sup>

Contudo, houve dificuldades. Como em Paris, também em Londres, lordes, autores e outros invadiram a casa de Mrs. Adams, em Buckingham Street, onde Hume hospedara Rousseau. Este logo enfatiou-se de tais atenções, pedindo a Hume que lhe encontrasse uma casa longe de Londres. O oferecimento foi feito para que Rousseau se abrigasse em um convento galês. Ele desejou aceitar, porém Hume insistiu para que Jean-Jacques ficasse hospedado em casa de um comerciante, em Chiswick, às margens do Tâmesa, a nove quilômetros de Londres. Em 28 de janeiro, para lá se dirigiram Rousseau e Sultão. Então, mandou vir Thérèse, incomodando seu anfitrião e Hume ao insistir que ela se sentasse à mesa com ele. Assim queixou-se Hume, em carta a Mme. de Boufflers:

M. de Luze(...) diz que ela tem fama de ser má e belicosa, assim como intrigante, julgando-se a causa de Rousseau ter deixado Neuchâtel [Môtiers]. Ele próprio sofre por ela ser tão burra a ponto de não saber em que ano de Nosso Senhor estamos, nem em que mês, dia ou semana, e que jamais conseguiu aprender os diferentes

valores das moedas de qualquer país. No entanto, dele toma conta de modo tão absoluto quanto a ama em relação a uma criança. Em sua ausência, o cachorro adquiriu esta ascendência. A afeição que nutre pelo animal ultrapassa qualquer expressão ou concepção.<sup>109</sup>

Entrementes, Thérèse viera para Paris. Boswell encontrou-a lá, se oferecendo para acompanhá-la à Inglaterra. A 12 de fevereiro, Hume escreveu a Mme. de Boufflers: "Por carta recentemente recebida soube que *mademoiselle* estabeleceu-se em companhia de um amigo meu, um jovem muito alegre, muito agradável e muito louco.(...) Possui tamanha mania literária, que temo algo fatal para a honra de nosso amigo."<sup>110</sup> Boswell teve justificadas estas premonições. Conforme as páginas, agora destruídas,<sup>111</sup> de seu diário, ele compartilhou da cama de Thérèse numa hospedaria na segunda noite da saída de Paris, e muitas noites subseqüentes. Em 11 de fevereiro, chegaram a Dover. O diário prossegue: "Quarta-feira, 12 de fevereiro: ontem recolheu-se cedo, assim procedendo até ao todo treze vezes. É realmente muito carinhoso com ela. Às duas [da madrugada] retirou-se às pressas." Naquela mesma noite, levou Thérèse até a casa de Hume, em Londres, dizendo-lhe para "não mencionar o *affaire* senão após sua morte ou a do filósofo". No dia 13, "entregou-a" a Rousseau. "*Quanta oscula*. Ele estava tão envelhecido e fraco que a pessoa [Boswell] não tinha mais entusiasmo por ele."<sup>112</sup> Naturalmente.

Como em Môtiers, em Chiswick Rousseau recebia mais cartas do que desejaria, lamentando-se do porte que tinha de pagar. Certo dia, quando Hume lhe trouxe um "carregamento" de Londres, ele recusou-se a recebê-lo, pedindo-lhe que o devolvesse à agência dos correios. Hume alertou-o de que os funcionários dos correios abririam a mala devolvida e ficariam sabendo de seus segredos. O paciente escocês ofereceu-se para abrir a correspondência de Rousseau que ia para Londres, levando-lhe apenas aquelas cartas julgadas importantes. Jean-Jacques concordou, mas logo suspeitou que Hume estivesse violando a sua mala postal.

Convites para jantar chegavam, em geral extensivos a Mlle. Levasseur, procedentes de importantes personalidades de Londres. Rousseau recusava-os sob alegação de doença, mas talvez fosse porque lhe repugnasse mostrar Thérèse a pessoas finas. Reiterava o desejo de retirar-se mais para o interior do país. Chegando esse desejo aos ouvidos de Richard Davenport, por intermédio de Garrick, ofereceu-lhe uma casa em Wootton, em Derbyshire, a 220 quilômetros de Londres. Com grande satisfação, Rousseau aceitou. Davenport enviou uma carruagem para transportá-lo juntamente com Thérèse. Reclamando a Hume estar sendo tratado como um mendigo, acrescentou: "Se isto é realmente uma maquinação de Davenport, você dela tem conhecimento e com ela está conivente, não podendo, portanto, agir de modo a me desagradar mais." Uma hora depois (segundo Hume),

de repente, sentou-se em meu colo, passou o braço ao redor de meu pescoço, beijou-me com o maior fervor, e orvalhando-me o rosto de lágrimas, exclamou: "É possível que você possa um dia perdoar-me, querido amigo? Depois de tantas provas de amizade que você me deu, eu o recompensio com loucuras e má vontade. Entretanto, possuo um coração digno de sua amizade. Amo-o, estimo-o, nem um instante a amizade que você me testemunhou será desprezada." (...) Por meu lado, abracei-o e beijei-o vinte vezes, acompanhado por uma boa profusão de lágrimas.<sup>113</sup>

No dia seguinte, 22 de março, Jean-Jacques e Thérèse partiram para Wootton, e Hume nunca mais os viu. Pouco depois, Hume, em carta a Hugh Blair, fez uma inteligente análise da situação e do caráter de Rousseau:

Resolveu terminantemente refugiar-se na solidão, apesar de todas as minhas ponderações. Minhas previsões são de que ele será infeliz em tal situação, como na verdade o foi em qualquer outra. Ficará absolutamente sem o que fazer, sem companhia, e quase sem distrações de qualquer espécie. Leu muito pouco no decurso de sua vida, e agora renunciou de todo a qualquer leitura. Viu muito pouca coisa e não nutre nenhuma curiosidade de ver ou observar.(...) Na verdade, possui poucos conhecimentos. Em toda a sua existência nada fez senão sentir, e neste particular sua sensibilidade chegou a um extremo que jamais vi igual, mas que ainda lhe dá maior sensação de sofrimento do que de prazer. Parece um homem despojado, não apenas das suas roupas, mas da pele, e que, nessa situação, sai para combater os elementos rudes e violentos, como os que eternamente perturbam esse ínfimo universo.<sup>114</sup>

Em 29 de maio, Rousseau e Thérèse chegaram a Wootton. A princípio, Jean-Jacques ficou contente com a nova morada. Descreveu-a em carta a um amigo em Neuchâtel: "Uma casa solitária(...) não muito grande, mas de proporções bem convenientes, construída em meio a um dos lados do vale." À sua frente, "o mais belo relvado do mundo", e uma "paisagem de prados, árvores, ou propriedades rústicas espalhadas". Nas proximidades, aprazíveis caminhos ao longo de um riacho. "Na pior das temperaturas, saio calmamente a fim de olhar as plantas, estudá-las e colecioná-las."<sup>115</sup> Os Davenports ocupavam parte da casa quando esporadicamente iam lá, e os criados permaneciam para servir ao filósofo e sua "governanta". Rousseau insistiu em pagar a Davenport trinta libras por ano, pelo aluguel e o serviço.

Essa felicidade durou uma semana. Em data de 3 de abril, em Londres, um jornal local, o *St. James Chronicle*, publicou, em francês e em inglês, a suposta carta de Frederico, o Grande, a Rousseau, sem indicar o seu verdadeiro autor. Jean-Jacques ficou profundamente magoado quando soube, e muito mais ao descobrir que o editor, William Straham, fora por muito tempo amigo de Hume. E além disso, o tom da imprensa britânica modificara-se sensivelmente desde a sua partida de Chiswick. Multiplicaram-se os artigos de crítica ao excêntrico filósofo. Alguns continham itens que Rousseau pensava que somente Hume sabia e podia ter fornecido. Em todo caso, assim pensou ele, Hume deveria ter escrito algo em defesa do seu ex-hóspede. Soube que o escocês estava morando em Londres, na mesma casa que François Tronchin, filho do inimigo de Jean-Jacques, em Genebra. É provável que Hume estivesse então completamente informado dos erros de Rousseau.

Em 24 de abril, Rousseau escreveu ao *St. James Chronicle*, nos seguintes termos:

Haveis infringido, senhor, contra o respeito que cada pessoa em particular deve a seu soberano, ao publicamente atribuídes ao rei da Prússia uma carta cheia de extravagâncias e despeito, as quais conseqüentemente deveis saber não podiam tê-lo como autor. Chegastes ao ponto de transcrever sua assinatura como se a houvésseis visto escrita por vossa própria mão. Informo-vos, senhor, ter sido essa carta manufaturada em Paris, e o que sobretudo me aflige e rompe-me o coração é que o impostor que a escreveu tem cúmplices na Inglaterra. Deveis ao rei da Prússia, à verdade, e também a mim, mandar publicar esta carta, assinada por mim, em repa-

ração de um erro que, sem dúvida, teríeis reprovado a vós próprio de ter cometido, se soubésseis as malignas intenções daqueles que vos tornaram o seu instrumento. Com as sinceras saudações,

JEAN-JACQUES ROUSSEAU<sup>116</sup>

Compreendemos agora por que Rousseau pensava haver uma “conspiração” contra ele. Quem, senão seus antigos inimigos, Voltaire, Diderot, Grimm e outros participantes do Iluminismo, poderia arquitetar esta súbita alteração de tom da imprensa britânica, passando de uma boa acolhida e honrarias para o ridículo e o rebaixamento? Por esta época, Voltaire publicou, anonimamente, uma *Carta a Dr. J.-J. Pansophe*, na qual estavam reproduzidas as desfavoráveis referências de Jean-Jacques sobre o povo inglês — que não eram realmente livres, gostavam demais de dinheiro, não eram “naturalmente bons”. Os itens mais prejudiciais do panfleto de Voltaire foram republicados em um periódico de Londres, *Lloyd's Evening News*.<sup>117</sup>

Em 9 de maio, Rousseau escreveu a Conway, pedindo para que fosse suspensa temporariamente a pensão que lhe havia sido oferecida. Hume insistiu para que ele a aceitasse. Rousseau respondeu que não podia receber qualquer benefício através da mediação deste. Hume pediu explicação. Meditativo em sua solidão, parece que Rousseau passou então a um delírio de desconfiança e ressentimento. Em 10 de julho, enviou a Hume uma carta de dezoito páginas, demasiado longa para transcrição na íntegra, mas tão fundamental em uma disputa famosa que algumas páginas principais precisavam ser meditadas:

Estou doente, senhor, e pouco propenso a escrever, mas, como pedis uma explicação, ela vos deve ser dada...

Vivo fora do mundo, e permaneço ignorante do que nele se passa.(...) Só sei o que sinto.(...)

Perguntais, confidencialmente, quem é o vosso acusador? Vosso acusador, senhor, é o único homem em todo o mundo a quem(...) acreditaria ser vós mesmo... Nomeando David Hume como uma terceira pessoa, eu vos farei o juiz daquilo que devo pensar sobre ele.

Rousseau reconheceu exaustivamente todo o bem que Hume lhe fizera, porém acrescentou:

Quanto aos verdadeiros benefícios que me foram feitos, eles são mais aparentes do que sólidos.(...) Não sou tão desconhecido assim que, se tivesse vindo só, não teria encontrado auxílio ou conselho.(...) Se Mr. Davenport teve a bondade de dar-me esta casa, não foi para agradar a Mr. Hume, a quem ele não conhecia.(...) Todo o bem que aqui me aconteceu, teria acontecido da mesma forma sem ele [Hume]. Contudo, o mal que me aconteceu não teria acontecido. Por que teria eu inimigos na Inglaterra? E como e por que acontece serem esses inimigos precisamente amigos de Mr. Hume?

Ouvi ainda dizer que o filho do charlatão Tronchin, meu mais ferrenho inimigo, não apenas era o protegido mas o amigo de Mr. Hume, e que moravam juntos.(...)

Todos esses fatos fizeram impressão sobre mim, e me afligiram.(...) Ao mesmo tempo as cartas escritas por mim não chegaram a seu destino. As que recebi foram abertas, e todas elas passaram pelas mãos de Mr. Hume.(...)

Mas o que me aconteceu quando vi na imprensa a pretensa carta do rei da Prú-



sia?(...) Um raio de luz revelou-me a causa secreta da extraordinária e repentina mudança em relação a mim na opinião do povo inglês. Vi então, em Paris, o centro da cilada que estava sendo executada em Londres.(...) Quando a carta forjada foi publicada em Londres, Mr. Hume, que certamente soube que era fictícia, não disse sequer uma palavra, não me escreveu nada.(...)

Resta-me apenas uma palavra a vos dizer. Se sois culpado, não me escreveis. Seria inútil. Estejais certo de que não me enganaríeis. Mas, se sois inocente, dignai-vos justificar-vos.(...) Se não sois — adeus para sempre.<sup>118</sup>

Hume respondeu brevemente (22 de julho de 1766), não mencionando as acusações, por ter concluído que Rousseau estava à beira da insanidade mental. “Caso possa dar-lhe um conselho”, escreveu a Davenport, “creio que o senhor deveria continuar sua obra caridosa, até que ele seja internado num hospício.”<sup>119</sup> Sabendo que Rousseau o havia denunciado em cartas remetidas para Paris (por exemplo, para a Condessa de Boufflers, 9 de abril de 1766), enviou a Mme. de Boufflers uma cópia da extensa carta de Jean-Jacques. Ele respondeu a Hume:

A carta de Rousseau é atroz. É extravagante e imperdoável em todos os sentidos.(...) Contudo, não o julgueis capaz de qualquer falsidade ou artifício, nem imagineis que ele seja um impostor ou um patife. Seu rancor não é justificado, porém sincero, disto posso vos garantir.

Eis o que penso ser a causa de tudo. Ouvi dizer, e talvez lhe tenham dito, que um dos melhores trechos da carta de Mr. Walpole são de vossa autoria, e que teríeis dito, gracejando, e no nome do rei da Prússia, “Se quiserdes perseguição, sou rei, e posso consegui-la para vós de qualquer espécie que desejais”, e que Mr. Walpole(...) dissera que vós éreis o autor. Se isto é verdade e Rousseau o sabe, vos admireis que, sensível, colérico, melancólico e orgulhoso como é, tenha ele ficado enfurecido?<sup>120</sup>

Em 26 de julho, Walpole escreveu a Hume, tomando toda a responsabilidade — mas não expressando arrependimento — pela carta forjada, e acusando Rousseau e seu “coração ingrato e mau”.<sup>121</sup> Entretanto, não negou que Hume tivesse qualquer interferência na questão. Hume escreveu a d’Holbach, “Tendes razão, Rousseau é um monstro”, retirando as benévolas palavras que anteriormente empregara ao se referir ao caráter de Rousseau.<sup>122</sup> Quando soube por Davenport que Jean-Jacques estava escrevendo as *Confessions*, presumiu que Rousseau fosse tornar pública sua versão da história. Adam Smith, Turgot e Keith aconselharam Hume a agüentar os ataques em silêncio, mas os *philosophes* de Paris, liderados por d’Alembert, insistiram para que ele publicasse sua própria versão de uma *cause* já *célèbre* em duas capitais. De modo que, em outubro de 1766, ele redigiu um *Exposé succinct de la contestation qui s’est élevée entre M. Hume et M. Rousseau*, o qual foi vertido para o francês por d’Alembert e Suard. Um mês depois, apareceu em inglês. Grimm deu ampla circulação ao conteúdo da mesma em sua carta de apoio, de 15 de outubro, de forma que a disputa ecoou em Genebra, Amsterdam, Berlim e São Petersburgo. Uma dúzia de panfletos veio redobrar o *bruit*. Walpole publicou sua versão da referida disputa; Boswell atacou Walpole; o *Précis sur M. Rousseau*, de autoria de Mme. de la Tour, acusou Hume de traidor. Voltaire enviou-lhe material adicional sobre os erros e crimes de Rousseau, sua frequência aos “lugares de má fama”, assim como sobre suas ativida-

des subversivas na Suíça.<sup>123</sup> Jorge III “seguiu a refrega com imensa curiosidade”<sup>124</sup> e Hume enviou os documentos pertinentes ao Museu Britânico.<sup>125</sup>

Em meio a todos esses furores, Rousseau manteve sombrio silêncio, mas decidiu voltar à França de qualquer jeito e contra todos os riscos. O clima úmido da Inglaterra e a reserva dos ingleses deprimiam-no. A solidão que procurara era maior do que podia suportar. Não tendo feito nenhuma tentativa para aprender inglês, achou difícil lidar com os criados. Só podia conversar com Thérèse — que diariamente lhe suplicava que a levasse para a França. A fim de apressar seus planos, ela garantiu-lhe que os criados tramavam envenená-lo. Em 30 de abril de 1767, Rousseau escreveu a seu senhorio, Davenport:

Amanhã, senhor, deixo a vossa casa. (...) Não ignoro as emboscadas que me estão sendo armadas, nem da minha impossibilidade de proteger-me. Entretanto, senhor, vivi. Resta-me apenas terminar corajosamente uma carreira que transcorreu honradamente. (...) Adeus, senhor. Sempre terei saudades da habitação que agora deixo, porém sentirei muito mais a falta de tão agradável anfitrião quanto vós, e que ainda não me foi possível tornar um amigo.<sup>126</sup>

Em 1º de maio, ele e Thérèse fugiram apressados e temerosos. Deixaram suas bagagens, assim como dinheiro para pagar a estada de treze meses. Desconhecendo a geografia da terra inglesa, tomaram vários transportes indiretos, viajando parte do caminho a pé, e durante dez dias perderam-se para o mundo. Os jornais noticiaram o desaparecimento. Em 11 de maio, apareceram em Spalding, em Lincolnshire. Encontraram o caminho de Dover e, uma vez lá, no dia 22 de maio, embarcaram para Calais, após dezesseis meses de permanência na Inglaterra. Hume escreveu a Turgot, assim como a outros amigos,<sup>127</sup> pedindo-lhes para auxiliarem o proscrito que, tecnicamente sob mandado de prisão, voltava agora, desamparado, para a França.

## CAPÍTULO IX

# “Italia Felix”

1715-59

### I. A PAISAGEM

**D**IVIDIDA em doze estados rivais, a Itália não podia unir-se para a sua própria defesa. Os italianos estavam tão ocupados em gozar a vida que permitiam a estrangeiros imaturos se exterminarem mutuamente pelos amargos frutos da política e degradante pilhagem da guerra. De modo que a península dourada tornou-se o campo de batalha da Espanha dos Bourbons e da França contra a Áustria dos Habsburgos. Uma série de guerras sucessórias terminou em 1748, com a Espanha ainda de posse do Reinado de Nápoles e do Ducado de Parma. Os papas mantinham o controle dos Estados Pontificiais, e San Marino permanecia livre. Gênova e Módena eram protetorados franceses, enquanto a Áustria retinha o Ducado de Milão e a Toscana. Entrementes, o sol brilhava; os campos, os vinhedos e os pomares produziam comida e bebida, as mulheres eram belas e apaixonadas, e as canções ressoavam pelos ares. Estrangeiros vinham como turistas, os estudantes para gozarem o clima, a paisagem, os teatros, a música, as artes, assim como a sociedade de homens e mulheres enriquecidos com a cultura de séculos. Parte conquistada, parte espoliada, a Itália, pelo menos ao norte, era o país mais feliz da Europa.

Sua população beirava os quatorze milhões em 1700, aproximando-se dos dezoito milhões em 1800. Menos da metade da terra era cultivável, mas dessa metade cada metro quadrado era lavrado com trabalho constante e cuidados especializados. Terreno em declive era terraplenado para sustentar a terra, e os vinhedos dependuravam-se entre árvores, ornando os pomares. Ao sul, o solo era estéril, pois o sol, brilhando incessantemente, secava os rios, a terra e o homem, mantendo um feudalismo medieval. Um amargo provérbio dizia que “Cristo nunca fora ao sul de Éboli” — que ficava justamente a sul de Sorrento. No centro da Itália o solo era fértil, amanhado por meeiros sob domínio eclesiástico. Ao norte — sobretudo no vale do Pó — o solo enriquecia-se por meio de canais de irrigação, os quais requeriam consideráveis gas-

tos, assim como uma disciplinada classe camponesa para dragar os leitos e escorar as margens. Ali, também, os agricultores lavravam a terra alheia para obter uma parte das safras. Contudo, naqueles férteis campos, até a pobreza podia ser suportada com dignidade.

Mil aldeias formaram-se nas planícies, nas colinas, à beira-mar. Sujas e empoeiradas no verão, barulhentas pela manhã, com uma mão-de-obra palradora, diminuindo seu ritmo em proporção ao calor, silenciosa à tarde, viva à noite, com suas tagarelices, música e procuras amorosas. Mais do que de dinheiro, os italianos gostavam da sesta ao meio-dia, quando, disse o Padre Labat, "nada se via nas ruas exceto cães, doidos e franceses".<sup>1</sup> Umhas cem cidades cheias de igrejas, palácios, mendigos, e arte, meia dúzia de cidades tão belas como Paris, milhares de artesãos ainda no auge de seu ofício. A indústria capitalista estava novamente em vias de desenvolvimento no setor têxtil, especialmente em Milão, Turim, Bérghamo e Vicenza. Entretanto, mesmo em relação aos têxteis, o maior volume de trabalho era realizado a domicílio, nos teares que faziam parte da vida das famílias. Uma pequena classe média (negociantes, banqueiros, fabricantes, advogados, médicos, funcionários, jornalistas, escritores, artistas, padres) principiava a surgir entre a aristocracia (latifundiários e uma hierarquia eclesiástica), assim como a "população" (lojistas, artesãos e camponeses), porém ainda sem poderio político.

As discriminações de classe, exceto em Veneza e Gênova, não eram desagradavelmente pronunciadas. Na maior parte das cidades italianas, os nobres entravam ativamente no comércio, indústria ou finanças. O fato de que qualquer camponês italiano podia tornar-se bispo, ou papa, introduzia um elemento democrático na vida da sociedade. Na corte, o possuidor de uma respeitada estirpe via-se lado a lado com um padre de nascimento humilde. Nas academias e nas universidades o mérito intelectual sobrepujava as reivindicações de casta. Na multidão do Carnaval, homens e mulheres, à vontade por trás de suas máscaras, esqueciam-se de suas posições sociais, assim como dos códigos morais. A conversação era tão descontraída como na França, com exceção de uma tácita concordância de não perturbar uma religião que trouxera tributo internacional à Itália, até mesmo — especialmente — de seus conquistadores.

A religião não era absolutamente puritana. Reconciliara-se com a natureza humana e o clima da Itália. Durante o Carnaval, permitia uma moratória sobre a modéstia, porém trabalhava para preservar a instituição do matrimônio e da família contra a credulidade das mulheres e imaginação dos homens. Nas classes cultas, as meninas eram enviadas ao convento quando ainda muito pequenas — aos cinco anos — não apenas com vistas à educação, mas para uma vigilância moral. De lá saíam quando obtivessem um dote e que algum pretendente, com a aprovação dos pais ou dos seus guardiães, as pedisse em casamento. Ocasionalmente, se pudermos dar crédito a Casanova, uma freira concupiscente enganava a madre superiora — ou esta conseguia iludir as freiras — a fim de encontrar um meio de conseguir um lúbrico personagem, nos intervalos entre o anoitecer e o amanhecer. Contudo, essas escapadas eram raras e perigosas. O mesmo não podemos dizer quanto à moral dos padres.

Em geral, o homem que não era casado, quando não podia seduzir uma esposa, apadrinhava prostitutas. Estas, segundo uma estimativa do Conde de Caylus, chegavam a oito mil em Nápoles, no ano de 1714, com uma população de 150 mil. O Pré-

sident de Brosses, em Milão, disse que “não se podia dar um passo nas praças públicas sem encontrar um alcoviteiro [*courtiers de galanterie*], que nos ofereciam mulheres de qualquer cor ou nacionalidade. Entretanto, pode-se bem imaginar que o resultado não era tão magnífico quanto a promessa”.<sup>2</sup> Em Roma, as prostitutas eram excluídas das igrejas e reuniões públicas, sendo proibidas de vender seus encantos durante o Advento e a Quaresma, ou aos domingos e dias santos.

A maior cruz das referidas criaturas era a facilidade das mulheres casadas para o amor ilícito. Estas vingavam-se de suas adolescências recatadas e casamentos não escolhidos por elas, adotando um *cavaliere servente*. Este hábito de *cicisbeatura*, importado da Espanha, permitia que uma mulher casada, com o consentimento do marido e na ausência deste, fosse atendida por um “cavalheiro servente” que a acompanhasse ao teatro, a jantares, na sociedade, porém raramente na cama. Alguns maridos escolhiam *cavalieri serventi* para suas mulheres, a fim de afastá-las dos amores ilícitos.<sup>3</sup> A ampla circulação das *Memórias* de Casanova e os relatos apressados dos viajantes franceses, habituados à frouxidão dos costumes na França, levaram a uma exagerada concepção, no exterior, da imoralidade italiana. Os crimes de violência ou paixão abundavam, porém, de modo geral, o povo italiano era constituído de crianças amadas, maridos ciumentos, mulheres trabalhadoras e pais extremados, vivendo na união da família, suportando com dignidade os percalços do casamento e da paternidade, com facilidade, alegria e disposição de ânimo.

A educação das mulheres não era incentivada, pois muitos homens consideravam a cultura um perigo para a castidade. Entre as moças, uma minoria recebia, nos conventos, alguma instrução como a leitura, escrita e bordado, a arte de se vestir e agradecer. No entanto, sabemos de mulheres bem-educadas que recebiam em seus salões, nos quais entretinham-se com escritores, artistas e homens de negócios. Em Palermo, Anna Gentile traduzia Voltaire para o italiano, em versos muito bons, tendo publicado *Lettere filosofiche* nas quais corajosamente defendia a ética irreligiosa de Helvétius. Em Milão, o Prêssident de Brosses ouviu Maria Gaetana Agnesi, de vinte anos, fazer uma conferência em latim sobre hidráulica.<sup>4</sup> Aprendeu grego, hebraico, francês e inglês, escrevendo tratados sobre seção cônica e geometria analítica.<sup>5</sup> Na Universidade de Bolonha, a Signora Mazzolini era professora de anatomia, e a Signora Tambroni de grego.<sup>6</sup> Nesta mesma universidade, Laura Bassi recebeu o doutorado em filosofia com a idade de 21 anos (1732). Logo atingiu tanta erudição que foi nomeada para a cátedra. Lecionou *Opticks*, de Newton, escrevendo tratados de física. Durante esse tempo, deu ao marido doze filhos, ela mesma educando-os.<sup>7</sup>

A grande maioria, em ambos os sexos, permanecia analfabeta, sem que isso a perturbasse na sociedade. Se qualquer rapaz da aldeia demonstrasse possuir espírito vivo e curioso, o padre procurava algum meio de lhe dar educação. Várias “congregações” religiosas organizavam escolas nas cidades. Os jesuítas tinham grande número de colégios na Itália — seis em Veneza, sete no Milanese, seis em Gênova, dez em Piemonte, 29 na Sicília, e muitos no Reinado de Nápoles e nos Estados Papais. Havia universidades em Turim, Gênova, Milão, Pavia, Pisa, Florença, Bolonha, Pádua, Roma e Palermo. Todos sob o controle do clero católico, mas havia também muitos leigos nas faculdades. Tanto os professores como os alunos comprometiam-se a não ensinar, ler ou dizer e fazer o que quer que contrariasse a doutrina da Igreja Católica.

Em Pádua, diz Casanova, “o governo veneziano pagava muito bem aos professores renomados, deixando aos alunos absoluta liberdade para seguir ou não suas lições e aulas, de acordo com sua vontade”.<sup>8</sup>

Além disso, o espírito italiano encontrava estímulo nas diversas academias dedicadas a literatura, ciências, ou arte, em geral fora do controle sacerdotal. A mais famosa era a Academia Arcadiana, que estava então numa fidalga decadência. Existiam bibliotecas públicas, tais como a bela Biblioteca Ambrosiana em Milão, ou a Biblioteca Magliabechiana (agora Nazionale) em Florença, assim como várias bibliotecas particulares, como a de Pisani em Veneza, que ficavam abertas ao público em determinados dias da semana. De Brosses relatou que as bibliotecas da Itália eram mais freqüentadas e utilizadas com maior cuidado do que as da França. Finalmente, havia periódicos de toda espécie — eruditos, literários ou humorísticos. O *Giornale dei letterati d'Italia*, criado em 1710, por Apóstolo Zeno e Francesco Scipione di Maffei, era um dos jornais mais eruditos e respeitados da Europa.

Em resumo, a Itália desfrutava de vibrante vida intelectual. Os poetas eram inúmeros, cada vez mais consagrados. O ar estava impregnado de versos que ainda evocavam Petrarca. Os *improvisatori* competiam com versos feitos ao sabor de um pedido. Entretanto, não houve grandes poetas até Alfieri, ao findar do século. Havia também teatros em Veneza, Vicenza, Gênova, Turim, Milão, Florença, Pádua, Nápoles, Roma. A elite e o povo freqüentavam essas belas salas de espetáculos para conversar e namorar, assim como para ouvir óperas ou assistir às peças. Havia grandes eruditos como Maffei, historiadores cuidadosos como Muratori, e muito em breve existiriam cientistas. A cultura era um tanto artificial, temerosa da censura e por demais delicada para ser extraordinária.

Mesmo assim, brisas esporádicas de heresia vinham através dos Alpes ou do mar. Estrangeiros — principalmente ingleses jacobitas — estabelecidos em Gênova, Florença, Roma e Nápoles, a partir de 1730, lojas de maçonaria, com uma tendência para o deísmo. Os papas Clemente XII e Benedito XIV os condenavam, mas eles atraíam inúmeros adeptos, especialmente da nobreza, às vezes do clero. A Itália importava livros de Montesquieu, Voltaire, Raynal, Mably, Condillac, Helvétius, d'Holbach e La Mettrie. Em Lucca, Livorno e Pádua eram publicadas edições da *Encyclopédie*, em francês. Em grau menor, e em forma disponível para aqueles que pudessem ler francês, o Iluminismo chegou à Itália. Entretanto, o italiano deliberadamente ufanava-se de ser avesso à filosofia. Tinha tendência e aptidão para criar ou apreciar arte, poesia ou música. Parecia-lhe que a beleza tangível, visível ou audível era preferível a uma verdade evanescente que nem sempre era garantia de agradar. O italiano deixava o mundo discutir enquanto ele cantava.

## II. MÚSICA

A Europa reconhecia a supremacia da música italiana, aceitava seus instrumentos e formas, acolhia suas virtudes, coroava seus *castrati*, e rendia-se à melodia de sua ópera — antes, apesar de, e depois de Gluck. Gluck, Hasse, Mozart e mil outros foram para a Itália a fim de estudar sua música, aprender os segredos do *bel canto* com Porpora, ou para receber o abraço do Padre Martini.

Em Veneza, disse Burney, “se duas pessoas estão andando de braço dado, parece que conversam apenas cantando. Em todas as canções há duetos”.<sup>9</sup> “Na Piazza di San Marco”, relatou um outro inglês, “o homem do povo — sapateiro, ferreiro — entoa uma ária. Outros, da mesma condição, juntam-se a ele, cantam a ária em várias partes com uma exatidão e um gosto raramente encontrados na melhor sociedade de nossos países nórdicos.”<sup>10</sup>

Enamorados sob uma janela feriam notas do violão ou bandolim, assim como o coração das donzelas. Cantores das ruas levavam suas árias para os cafés e as tavernas. Nas gôndolas, a música acariciava a brisa da noite. Salões, academias e teatros davam concertos. As igrejas tremiam ao som dos órgãos e dos coros. Na ópera, os homens se emocionavam e as mulheres desmaiavam ao som de alguma ária cantada por uma diva ou um *castrato*. Em um concerto sinfônico, em Roma, à luz das estrelas (1758), Morellet ouviu as seguintes exclamações “*O Benedetto! O che gusto! Piacer di morir!* — Oh, abençoado! Oh, que maravilha! Oh, pode-se morrer de prazer.”<sup>11</sup> Na ópera, costumavam-se ouvir soluços na platéia.

Os instrumentos de música eram amados com um sentimento maior do que a fidelidade sexual. O dinheiro era prodigalizado para tornar esses instrumentos objetos de arte, minuciosamente modelados em madeiras raras, incrustados de marfim, esmalte ou pedras preciosas. Podiam-se ver diamantes nas harpas e nos violões.<sup>12</sup> Stradivari havia deixado em Cremona alunos como Giuseppe Antonio Guarneri e Domenico Montagnana, que mantinham o segredo da fabricação de violinos, violas e violoncelos com alma. O cravo (que os italianos chamavam *clavicembalo*) permanecera, até o fim do século XVIII, o instrumento de teclado favorito na Itália, embora Bartolommeo Cristofori houvesse inventado o *piano-forte*, em Florença, por volta de 1709. Virtuoses do cravo, como Domenico Scarlatti, ou do violino, como Tartini e Geminiani, gozavam, na época, reputação internacional. Francesco Geminiani era o Liszt do violino, ou, como o denominava seu rival, Tartini, Il Furibondo — “o louco” do arco. Chegando à Inglaterra em 1714, tornou-se tão popular nas Ilhas Britânicas que lá permaneceu na maior parte dos dezoito anos que lhe restaram de vida.

O surgimento de tais virtuosos incentivou a produção de música instrumental. Aquela foi a idade de ouro das composições italianas para o violino. Então — principalmente na Itália — a *ouverture*, a suíte, a sonata, o concerto e a sinfonia tomaram forma. Todas elas deram ênfase mais à melodia e à harmonia do que o contraponto polifônico que culminara e morrera com Johann Sebastian Bach. Assim como a suíte nasceu da dança, a sonata originou-se da suíte. Era algo que tinha a ver com o som, como a cantata era algo cantado. No século XVIII, tornou-se uma seqüência de três movimentos — rápido, (*presto* ou *allegro*), lento (*andante* ou *adagio*) algumas vezes intercalados com um *scherzo* (“brincadeira”) evocando a alegre jiga, ou o gracioso minueto, evocando a dança. Por volta de 1750, a sonata, pelo menos no seu primeiro movimento, desenvolvera uma “forma de sonata” — a exposição de temas contrastantes, sua elaboração através de variação, e sua recapitulação, no final. Com as experiências de G. B. Sammartini e Rinaldo di Capua, na Itália, e de Johann Stamitz, na Alemanha, a sinfonia evoluiu, aplicando a forma da sonata ao que anteriormente havia sido uma *ouverture* de ópera, ou acompanhamento de recitativo. Desta maneira, o compositor dava prazer ao espírito assim como aos sentidos. Dava à música instrumental

o acréscimo da qualidade artística de uma estrutura definida, limitando e encerrando a composição dentro de ordem e unidades lógicas. O desaparecimento da estrutura — da relação orgânica das partes com o todo, ou o princípio do meio e do fim — é a degenerescência da arte.

O concerto (do latim *concertare*, contender) aplicava à música aquele princípio de conflito que é a alma do drama: em contraposição com a orquestra colocava o solista, engajando-os em harmonioso debate. Na Itália, sua forma predileta era o *concerto grosso*, no qual a oposição era entre uma pequena orquestra de cordas e um *concertino* de dois ou três virtuosos. Depois Vivaldi, na Itália, Haendel, na Inglaterra, e Bach, na Alemanha, trouxeram o *concerto grosso* a uma forma mais refinada, e a música instrumental desafiou a hegemonia do canto.

Não obstante, e sobretudo na Itália, a voz continuou a ser o instrumento favorito e incomparável. A vantagem residia na eufonia da língua, em que as vogais sobrepunham-se às consoantes, de uma longa tradição de música sacra, e de um considerável desenvolvimento do treinamento vocal. Havia as fascinantes prima-donas, que anualmente ascendiam às escalas em peso e em fortuna, assim como os roliços *castrati*, que chegavam a conquistar reis e rainhas. Esses sopranos e contraltos do sexo masculino combinavam os pulmões e laringe de um homem com a voz de mulher ou menino. Emasculados aos sete ou oito anos, e submetidos a uma longa e sutil disciplina de respiração e vocalização, aprendiam a produzir os trinados e floreios, os gorjeios e volatas e as *cadenzas* de tirar o fôlego, e que sublevavam os auditórios italianos em aplausos delirantes, às vezes expressados pela exclamação "*Evviva il coltello!*" (Viva a pequena faca!)<sup>13</sup> A oposição eclesiástica (principalmente em Roma) à entrada de mulheres no teatro, e o treinamento deficiente dos cantores do sexo feminino no século XVII haviam criado uma procura à qual a pequena faca atendia ao cortar os canais reprodutores. Tão grandes eram as recompensas dos *castrati* bem-sucedidos que alguns pais, após convencerem a vítima, submetiam o filho à operação, no primeiro indício de uma bela voz. As expectativas muitas vezes fracassavam. Em todas as cidades da Itália, disse Burney, inúmeros desses fracassos eram encontrados "sem um único sinal de voz".<sup>14</sup> Após 1750, declinou a moda dos *castrati*, porque as prima-donas haviam aprendido a superá-los em pureza de voz e rivalizá-los em potência vocal.

O nome mais famoso na música do século XVIII não era Bach, nem Haendel, ou Mozart, e sim Farinelli — cujo nome, entretanto, não era o seu. Supõe-se que Carlo Broschi haja assumido o nome de seu tio, já bem conhecido nos centros musicais. Nascido em Nápoles (1705) de família ilustre, Carlo normalmente não teria ingressado no grupo dos emasculados. Informam-nos que um acidente, ocorrido quando praticava equitação, obrigou-o a sujeitar-se à operação, que resultou na mais bela voz da história. Aprendeu canto com Porpora, acompanhou-o a Roma, ali apresentando-se na ópera de Porpora, *Eumene*. Cantando uma ária competiu com um flautista, mantendo e aumentando de tal forma a nota — episódio que lhe granjeou tantos e demasiados elogios — que convites lhe chegaram de umas doze capitais. Em 1727, em Bolonha, conheceu sua primeira derrota. Dividindo um dueto com Antonio Bernacchi, reconheceu-o como o "Rei dos Cantores", pedindo-lhe que fosse seu professor. Bernacchi aquiesceu, logo sendo eclipsado por seu aluno. Farinelli, então, foi de triunfo



em triunfo, e de cidade em cidade — Veneza, Viena, Roma, Nápoles, Ferrara, Lucca, Turim, Londres, Paris. Sua técnica vocal era a admiração da época. A arte de respirar consistia em um dos segredos de sua técnica. Mais do que qualquer outro cantor, sabia como respirar profunda, rápida e imperceptivelmente, podendo manter a nota enquanto todos os instrumentos musicais não conseguiam prosseguir. Na ária “*Son qual nave*” principiou a primeira nota com uma delicadeza quase inaudível, foi gradualmente expandindo-a até o seu volume máximo, reduzindo-a pouco a pouco para chegar à extrema leveza inicial. Às vezes a platéia, mesmo na controlada Inglaterra, aplaudia sua *curiosa felicitas* por cinco minutos.<sup>15</sup> Conquistava a audiência por sua dramaticidade, graça e ternura, pois tais sentimentos encontravam-se tanto em sua natureza como em sua voz. Em 1737, empreendeu o que lhe parecia ser uma rápida visita à Espanha. Permaneceu em Madri, ou em seus arredores, por um quarto de século. Iremos procurá-lo lá.

Com *castrati* como Farinelli e Senesino, e divas como Faustina Bordoni e Francesca Cuzzoni, a ópera tornou-se o vício da Itália, e, como tal, era ouvida com entusiasmo em todas as partes da Europa, com exceção da França, onde provocou uma guerra. Originalmente, *opera* era o plural de *opus*, o que significa trabalhos. Na Itália, o plural tornou-se singular, ainda com a acepção de trabalho. O que atualmente denominamos ópera era chamado *opera per musica* — um trabalho de música. Somente no século XVIII tomou a palavra o seu sentido atual. Com a influência das tradições do drama grego, foi originalmente designada como uma representação acompanhada de música. Muito cedo, na Itália, a música dominava a representação, e as árias dominavam a música. As óperas eram designadas para atribuir a cada prima-dona e a cada *primo uomo* do elenco árias que os colocassem em posição de destaque. Entre esses emocionantes tópicos, os ouvintes conversavam. Entre os atos, jogavam cartas ou xadrez, faziam apostas, comiam doces, frutas ou ceias quentes, assim como visitavam-se nos camarotes e namoravam. Em tais folguedos, o libreto era regularmente afogado numa cascata intermitente de árias, duetos, coros e balés. O historiador Lodovico Muratori denunciou a submersão da poesia (1701),<sup>16</sup> e o libretista Apostolo Zeno concordou com ele, enquanto o compositor Benedetto Marcello satirizou essa tendência em *Teatro alla moda* (1721). Metastasio, por algum tempo, impediu a torrente, todavia mais na Áustria do que na Itália. Jommelli e Traëtta lutaram contra, mas foram repudiados por seus compatriotas. Os italianos francamente preferiam a música à poesia, considerando o drama um mero tablado para o canto.

Talvez nenhuma outra forma de arte gozou de tanta popularidade quanto a ópera na Itália. Nenhum entusiasmo poderia comparar-se ao da audiência, na Itália, quando aplaudia uma ária ou um trecho de solo por um cantor célebre. Tossir durante tal cerimônia era delito grave. Os aplausos principiavam antes que a canção predileta terminasse, os quais eram reforçados pela batida de bengalas no chão ou nas costas das cadeiras. Alguns fervorosos jogavam os sapatos para o ar.<sup>17</sup> Qualquer cidade italiana que se prezasse (qual a que não se prezava?) possuía sua casa da ópera. Só nos Estados Papais havia quarenta. Enquanto na Alemanha a ópera, em geral, consistia numa função da corte, fechada ao público, e na Inglaterra tivesse sua audiência limitada em virtude dos altos preços da entrada, na Itália era aberta a todos que se apresentassem decentemente vestidos, a preços módicos, e às vezes com isenção de

pagamento. Como os italianos gostavam de gozar a vida, insistiam para que suas óperas, embora trágicas, tivessem um final feliz. E, além disso, tanto apreciavam passagens humorísticas quanto sentimentais. Era hábito intercalar *intermezzi* entre os atos de uma ópera. Esses interlúdios desenvolviam-se segundo um gênero próprio, até que principiaram a rivalizar com a *opera seria* quanto à popularidade, e muitas vezes em extensão. Foi uma *opera buffa* — *La serva padrona*, de Pergolesi, que encantou Paris, em 1752, sendo aclamada por Rousseau como um atestado da superioridade da música italiana sobre a francesa.

*Buffa* ou *seria*, a ópera italiana constituiu uma força na história. Da mesma forma que Roma certa vez conquistara a Europa Ocidental com seus exércitos, e a Igreja Romana conquistara-a novamente com a sua crença, a Itália reconquistara-a com a ópera. Suas óperas suplantaram as produções nativas na Alemanha, Dinamarca, Inglaterra, Portugal, Espanha, e até na Rússia. Seus cantores eram os ídolos de quase todas as capitais européias. Os cantores nativos, tendo em vista uma boa aceitação em seus países, tomavam nomes italianos. Esta milagrosa conquista continuará enquanto as vogais puderem, no canto, suplantar as consoantes.

### III. RELIGIÃO

Depois das prima-donas e dos grandes *castrati*, a classe dominante na Itália era o clero. Com suas batinas que os distinguiam, e sob seus chapéus de abas arredondadas, os religiosos andavam a pé ou de carro, percorrendo o cenário italiano, em orgulhosa liberdade, sabendo que distribuíam a mais preciosa dádiva conhecida da humanidade — esperança. Enquanto na França, naquele século, havia aproximadamente um eclesiástico para duzentas almas, em Roma havia um para quinze, em Bolonha um para dezessete, em Nápoles e Turim um para vinte e oito.<sup>18</sup> Um napolitano contemporâneo, aparentemente ortodoxo, queixava-se:

O clero aumentou tanto em número que os príncipes têm de tomar medidas para restringi-lo, ou permitir que ele engula todo o Estado. Por que motivo é necessário que a menor aldeia italiana deva ser controlada por cinqüenta ou sessenta padres?(...) O grande número de campanários e conventos cobrem o sol. Existem cidades com 25 conventos de frades ou irmãs de São Domingos, sete colégios dos jesuítas, igual número de teatinos, cerca de vinte ou trinta mosteiros de frades franciscanos, e uns bons cinqüenta outros de diversas ordens religiosas de ambos os sexos, para não falar nas quatrocentas ou quinhentas igrejas e capelas.<sup>19</sup>

Para figurar como argumento, talvez estes números sejam exagerados. Ouvimos falar em quatrocentas igrejas em Nápoles, 260 em Milão, 110 em Turim. Estes, entretanto, incluem pequenas capelas. Os frades eram relativamente pobres, porém o clero secular, no todo, possuía mais riqueza do que a nobreza. No Reinado de Nápoles o clero recebia um terço das receitas. No Ducado de Parma, a metade, na Toscana, quase três quartos do solo pertenciam ao clero. Em Veneza, no decurso de onze anos, de 1755 a 1765, as novas doações acrescentavam 3.300.000 ducados do valor da propriedade à Igreja.<sup>20</sup> Alguns cardeais e bispos estavam entre os homens mais ricos da Itália, mas estes cardeais e bispos eram sobretudo administradores e estadistas, e ape-

nas ocasionalmente santos. Vários deles, na segunda metade do século, renunciaram à riqueza e ao luxo, levando uma vida de pobreza pela própria vontade.

O povo italiano, excetuando alguns publicistas ou satiristas, não fazia nenhum protesto significativo contra a fortuna do clero. Tinham orgulho do esplendor das igrejas, mosteiros e prelados. Suas contribuições pareciam-lhe pequeno preço a pagar pela ordem que a religião trazia à família e ao Estado. Todas as casas tinham um crucifixo, e uma imagem da Virgem, diante dos quais a família — pais, filhos e criados — ajoelhava-se à noite, para rezar. O que poderia substituir a influência moral dessas preces unificadoras? A abstinência de carne nas sextas-feiras, durante a Quaresma, nas quartas-feiras e sexta, consistia numa sadia disciplina do desejo — e um benefício para a saúde e para o peixeiro. Os padres, que não eram indiferentes aos encantos das mulheres, mostravam-se indulgentes para com os pecados da carne, fechando os olhos para as complacências do Carnaval. Até as prostitutas, aos sábados, acendiam uma vela diante da Virgem, depositando dinheiro para a missa. De Brosses, ao assistir a uma peça em Verona, admirou-se quando viu a representação fazer uma pausa ao toque dos sinos do Ângelus. Os atores ajoelharam-se e oraram. Uma atriz que caíra desmaiada numa cena dramática, levantou-se para juntar-se aos que rezavam, e depois tornou a desmaiar.<sup>21</sup> Nunca uma religião foi tão amada quanto o catolicismo na Itália.

E havia o reverso da medalha — censura e Inquisição. A Igreja pedia que todo italiano, pelo menos uma vez por ano, fizesse a “sua Páscoa” — se confessasse no sábado de Aleluia e recebesse a comunhão na manhã da Páscoa. A falta dessa obrigação acarretava — em todas as cidades, com exceção das grandes — reprovação do padre; e se as admoestações e exortações em particular não funcionassem, o paroquiano faltoso tinha seu nome afixado numa lista nas portas da igreja. A recusa persistente trazia excomunhão e, em algumas cidades, prisão.<sup>22</sup> Contudo, a Inquisição havia perdido boa parcela de poder e agressividade. Nos grandes centros, a vigilância eclesiástica podia ser burlada, a censura era reduzida, e já começava silenciosamente a se alastrar a dúvida e a heresia entre a *intelligentsia* até mesmo entre os próprios padres — pois alguns deles, a despeito das bulas papais, eram secretamente jansenistas.

Enquanto muitos padres e frades viviam à larga e não desconheciam o pecado, havia muitos que se mantinham fiéis a seus votos, conservando viva sua fé com o cumprimento de suas tarefas. A criação de novas congregações testemunhava o renascimento da vocação monástica. Santo Afonso Maria de Ligori, um advogado de nobre linhagem, fundou em 1732 os “redentoristas” — isto é, a Congregação do Santíssimo Redentor, e São Paulo da Cruz (Paolo Danei), que praticava o mais rígido ascetismo, fundou em 1737 a “Ordem dos Passionistas”, ou Sacerdotes da Sagrada Cruz e Paixão de Nosso Senhor.

A Companhia de Jesus (jesuítas) contava, em 1750, com 23 mil membros, 3.622 na Itália, sendo padres a metade desse número.<sup>23</sup> Mantinham poderes fora de proporção com o número dos associados. Na qualidade de confessores de reis, rainhas e famílias importantes, muitas vezes influenciavam a política doméstica e internacional, sendo freqüentemente a força mais decisiva — ao lado do próprio povo — na luta contra a heresia. Contudo, entre os teólogos católicos, eram os mais liberais. Já vimos sua perseverança para encontrar uma situação conciliatória com o Iluminismo

francês. Igual flexibilidade marcou suas missões no exterior. Na China, converteram “várias centenas de milhares” ao catolicismo.<sup>24</sup> Entretanto, suas inteligentes concessões à adoração ancestral, ao confucionismo e ao taoísmo chocaram os missionários de outras ordens, os quais convenceram o Papa Benedito XIV a coibir e reprovar os jesuítas na bula *Ex quo singulari* (1743). Não obstante, permaneceram os mais capazes e cultos defensores da fé católica contra o protestantismo e a descrença, assim como os mais leais defensores dos papas contra os reis. Nos conflitos jurídicos e de poder entre os Estados nacionais e a Igreja supranacional, os reis viam na Companhia de Jesus a sua mais sutil e persistente inimiga. Resolveram destruí-la. Entretanto, o primeiro ato deste drama pertence a Portugal.

#### IV. DE TURIM A FLORENÇA

Penetrando na Itália procedentes da França, através do Monte Cenis, descemos os Alpes e entramos no Piemonte do “pé da montanha”; e, passando pelos vinhedos, campos de cereais, assim como olivais ou castanhais, chegamos à velha Turim, de dois mil anos, antiga cidadela da casa de Savóia. Esta é uma das mais antigas famílias reais existentes, fundada em 1003, por Umberto Biancamano — Humberto da Mão Branca. Naquele período, o seu chefe era um dos mais hábeis de seu tempo. Vítor Amadeu II herdou o trono ducal da Savóia com a idade de nove anos (1675), empossou-se com dezoito, lutou ora a favor ora contra os franceses, nas guerras de Luís XIV, ajudou Eugênio de Savóia a enxotar os franceses de Turim e da Itália, saindo do Tratado de Utrecht (1713) com a Sicília anexada à sua coroa. Em 1718, trocou a Sicília pela Sardenha. Tomando o título de Rei da Sardenha (1720), conservou, entretanto, Turim na qualidade de capital. Governou com desabrida competência, melhorou a educação pública, produziu a prosperidade geral, e, após 55 anos de governo, abdicou em favor de seu filho, Carlos Emanuel I (1730-73).

Durante esses dois reinados, que cobriram quase um século, Turim foi o principal centro da civilização italiana. Ao vê-la, em 1728, Montesquieu chamou-a “a mais bela cidade do mundo”<sup>25</sup> — embora amasse Paris. Chesterfield, em 1749, elogiou a corte de Savóia como a melhor na Europa para formar gente bem-educada e agradável.<sup>26</sup> Parte do esplendor de Turim era atribuída a Filippo Juvara, um arquiteto que ainda respirava a inspiração poética da Renascença. Na majestosa colina de Superga, que se elevava a 670 metros acima da cidade, construiu ele (1717-1731), para Vítor Amadeu II, a fim de comemorar o levantamento do cerco de Turim pelos franceses, uma bela basílica, com pórtico e abóbada em estilo clássico, que durante um século serviu de túmulo da realeza da Savóia. Ao velho Palazzo Madama, Juvara acrescentou (1718) uma escadaria senhorial e uma maciça fachada, e em 1729 idealizou (Benedetto Alfieri completou) o imenso Castelo Stupinigi, cujo salão de entrada ostentava todo o rebuscado esplendor do barroco. Turim permaneceu a capital dos duques de Savóia até que, em seu triunfo final (1860), transferiram-se a Roma, a fim de se tornarem reis da Itália unificada.

Há muito sufocado pelo domínio espanhol, Milão reviveu sob o regulamento mais brando da Áustria. Franz Tieffen, em 1703, Felice e Rho Clerici, em 1746 e 1753,

com o auxílio do governo, implantaram fábricas de tecidos, que estenderam o restabelecimento do ofício manual e das corporações com uma produção em larga escala com financiamento do capital e do governo. Sobre a história cultural de Milão, o principal nome era então o de Giovanni Battista Sammartini, de quem ainda ouvimos falar ocasionalmente em relação à riqueza das árias. Nas suas sinfonias e sonatas a solenidade polifônica dos mestres alemães era substituída por uma reciprocidade dinâmica de temas e modos contrastantes. O jovem Gluck, chegando a Milão (1737) na qualidade de musicista de câmara do Príncipe Francesco Melzi, tornou-se aluno e amigo de Sammartini, adotando o seu método de construir uma ópera. Em 1770, o compositor Josef Mysliveček, da Boêmia, ao ouvir, em Milão, juntamente com o jovem Mozart, algumas sinfonias de Sammartini, exclamou: "Encontrei o pai do estilo de Haydn!"<sup>27</sup> — e, por conseguinte, um dos pais da sinfonia moderna.

O século XVIII não fora favorável a Gênova. Seu comércio decaía em virtude da competição dos oceanos com o Mediterrâneo, porém sua posição estratégica, sobre uma colina que a protegia e dominava um porto bem equipado, atraía perigosamente a atenção de vizinhos poderosos. Acuado entre inimigos de fora, e um populacho mal-educado e apaixonado de dentro, o governo caiu nas mãos de antigas famílias de comerciantes, que governavam com um conselho fechado e um doge obediente. Essa oligarquia, que se autoperpetuava, reduzia o povo a uma pobreza mal-humorada e impaciente, em virtude de excessiva tributação, mas, por sua vez, era dominada e espoliada pelo Banco di San Giorgio. Quando as forças aliadas da Savóia e da Áustria sitiaram Gênova, em 1746, o governo não ousou armar o povo para resistir, receando que este fosse matar os governantes, preferindo, ao contrário, abrir as portas aos atacantes, que exigiram indenizações e resgates, provocando a quebra do banco. A plebe, preferindo os exploradores nativos, levantou-se contra a guarnição austríaca, bombardeando-a com tijolos e pedras arrancados dos telhados e das ruas, enxotando-a vergonhosamente. E a antiga tirania recomeçou.

A aristocracia genovesa construiu novas mansões, tal como o Palazzo Deferrari, associando-se a Milão para sustentar um pintor que, em nossos dias, ocupa um segundo plano. Quase todos os quadros de Alessandro Magnasco impressionam pela sombria originalidade de seu estilo. *Polichinelo Tocando Violão*<sup>28</sup> — uma figura esguia em pinceladas de preto e marrom; a graciosa *Menina e Músico Diante da Lareira*;<sup>29</sup> *O Barbeiro*,<sup>30</sup> que parece ávido para cortar o pescoço de seu freguês; o imponente *Refeitório do Monge*,<sup>31</sup> prova da prosperidade culinária da Igreja. Todas essas obras-primas, que evocam El Greco em suas formas descarnadas e recursos de luz, e se antecipam a Goya na macabra exposição das crueldades da vida, são quase modernas no rude desprezo pelas minúcias.

Naquela época, Florença assistiu ao fim de umas das famílias mais famosas da história. O prolongado reinado de Cosimo III (1670-1723), na qualidade de Grão-Duque da Toscana, constituiu uma infelicidade para um povo ainda orgulhoso com as recordações das grandezas de Florença no antigo reinado dos Médici. Obsedado pela teologia, Cosimo permitiu que o clero o governasse e o induzisse a conceder vultosos subsídios para a Igreja. Governo déspota, administração incompetente e uma tributação exor-

bitante ocasionaram a perda de apoio que a dinastia gozara no decurso de 250 anos.

O filho mais velho de Cosimo, Ferdinando, preferia as cortesãs aos cortesãos, arruinou a saúde pelos excessos, morrendo sem deixar filhos, em 1713. Outro filho, "Gian" (João) Gastone, gostava de livros, estudou história e botânica, vivendo tranqüilamente. Em 1697, o pai forçou-o a casar-se com Ana de Saxe-Lauenburg, uma viúva de mente vazia. Gian foi morar com ela em uma remota aldeia da Boêmia, suportou por um ano a monotonia, consolando-se depois com adultérios, em Praga. Quando a saúde de Ferdinando abandonou-o, Cosimo chamou Gian a Florença. Morrendo Ferdinando, Gian foi designado herdeiro do grão-ducado. A mulher de Gian recusou-se a viver na Itália. Temeroso que se extinguisse a linhagem dos Médici, Cosimo persuadiu o Senado de Florença a decretar que, por morte de Gian Gastone, que não tinha filhos, sua irmã Ana Maria Ludovica ascenderia ao trono.

As potências européias avidamente adejavam em torno da dinastia prestes a se extinguir. Em 1718, Áustria, França, Inglaterra e Holanda recusaram-se a reconhecer as disposições de Cosimo, declarando que, por morte de Gian, Parma e a Toscana seriam entregues a Dom Carlos, filho primogênito de Isabel Farnese, rainha da Espanha. Cosimo protestou e tardiamente reorganizou as defesas militares de Livorno e Florença. Ao morrer, deixou a seu filho um Estado empobrecido e um trono precário.

Gian Gastone contava então (1732) 52 anos. Esforçou-se para remediar abusos na administração e na economia, demitiu espões e parasitas que se locupletaram durante o governo de seu pai, reduziu impostos, chamou os exilados, soltou os presos políticos, auxiliou o restabelecimento da indústria e comércio, restituindo à vida social de Florença sua estabilidade e alegria. O enriquecimento da Galeria Uffizi por Cosimo II e Gian Gastone, o florescer da música sob a regência do violino de Francesco Veracini, os bailes de máscaras, os desfiles dos carros enfeitados, as batalhas populares de confete e de flores, fizeram Florença rivalizar com Roma e Veneza na atração de visitantes estrangeiros. Lá, por exemplo, aproximadamente em 1740, Lady Mary Wortley Montagu, Horace Walpole e Thomas Gray reuniram-se em torno de Lady Henrietta Pomfret, no Palazzo Ridolfo. Existe algo de melancolicamente atraente numa sociedade em decadência.

Exausto com tais esforços, Gian Gastone, em 1731, entregou o governo a seus ministros e depois mergulhou numa vida de degradação sensual. A Espanha enviou um exército de trinta mil homens a fim de assegurar a sucessão de Dom Carlos. Carlos VI da Áustria remeteu cinquenta mil homens escoltando sua filha Maria Teresa ao trono do grão-ducado. A guerra foi evitada mediante um acordo (1736) entre Áustria, França, Inglaterra e Holanda, no sentido de que Carlos ficasse com Nápoles e a Toscana fosse entregue a Maria Teresa e seu marido, Francisco de Lorena. Em 9 de julho de 1737, o último dos dirigentes Médici morreu. A Toscana tornou-se dependente da Áustria, e Florença, mais uma vez, floresceu.

#### V. A RAINHA DO ADRIÁTICO

Entre Milão e Veneza algumas cidades menores refestelavam-se ao sol. Bérgamo tinha de contentar-se, naquela metade do século, com pintores como Ghislandi e com-

positores como Locatelli. Verona representava óperas em seu teatro romano, contando com uma personalidade de vulto na pessoa do Marquês Francisco Scipione di Maffei. Seu drama poético *Méroe* (1713) foi imitado por Voltaire, o qual dignamente dedicou-lhe o seu *Méroe*, “como o primeiro que tivera a coragem e o gênio para ousar fazer uma tragédia sem heroísmo, digna de Atenas na época de sua glória, na qual o afeto materno constitui a única trama, e o mais terno interesse desperta da mais pura virtude.”<sup>32</sup> E o que se salientou ainda mais foi a erudita *Verona illustrata* (1731-32) de Maffei, que fixou um marco para a arqueologia. A cidade tinha tanto orgulho dele que lhe erigiu uma estátua em vida. — Vicenza, com seus monumentos por Palladio, era um objetivo para a peregrinação dos arquitetos que desejavam reviver o estilo clássico. — Pádua possuía uma universidade, especialmente renomada, na época, por suas faculdades de direito e medicina, além de ter Giuseppe Tartini, reconhecido por todos (exceto Geminiani) por ser o maior violinista da Europa. Quem não ouviu o “Triunfo do Diabo”, de Tartini?

Todas essas cidades pertenciam à República de Veneza. Assim, ao norte estavam Treviso, Friuli, Feltre, Bassano, Udine, Belluno, Trento, Bolzano. A leste, Ístria. Ao sul, o Estado de Veneza, que se estendia através de Chioggia e Rovigo até o Pó. Do outro lado do Adriático estavam Cattaro, Preveza, e outras partes do que é hoje a Iugoslávia e Albânia. E no Adriático, as ilhas de Corfu, Cefalônia e Zante. Dentro desse complexo domínio habitavam cerca de três milhões de almas, cada uma o centro do mundo.

### 1. Vida em Veneza

Veneza propriamente dita, na qualidade de capital, continha 137 mil habitantes. Estava, então, em declínio político e econômico, tendo perdido o Império Egeu para a Turquia, e muito do seu comércio exterior para os Estados do Atlântico. O fracasso das Cruzadas, a má vontade dos governos europeus, depois da vitória de Lepanto (1571), para auxiliar Veneza a defender seus postos avançados do cristianismo no Oriente, a impaciência desses governos para aceitar da Turquia os privilégios comerciais recusados a seus mais corajosos inimigos<sup>33</sup> — tudo isso deixara Veneza muito fraca para manter o esplendor da Renascença. Decidiu cultivar seu próprio jardim — dar às suas possessões italianas e do Adriático um governo de leis rígidas, censura política e supervisão pessoal, mas, no entanto, com uma administração competente, tolerante quanto à religião e à moral, liberal no comércio interno.

Como as outras repúblicas da Europa do século XVIII, Veneza era governada por uma oligarquia. Nos destroços de várias raças — Antônios, Shylocks, Otelo — com um povo mal-educado, lento de raciocínio e rápido na ação, preferindo o prazer ao poder, a democracia teria sido a entronização do caos. A elegibilidade para o Gran Consiglio era, em geral, restrita a umas seiscentas famílias registradas no *Libro d'oro*. Entretanto, a essa aristocracia nativa faziam-se algumas judiciosas aquisições entre as fileiras de mercadores e financistas, até mesmo de sangue estrangeiro. O Grande Conselho escolhia o Senado, o qual escolhia o poderoso Conselho dos Dez. Um enxame

de espíões circulava em silêncio entre os cidadãos, reportando ao *Inquisitori* qualquer ação ou discurso suspeito entre os habitantes de Veneza — até o próprio doge. Em geral, os doges eram, então, figuras de proa, servindo para polarizar patriotismo e adornar a diplomacia.

O setor econômico estava lutando uma batalha infeliz contra a competição estrangeira, direitos de importação e restrições às corporações. A indústria de Veneza não se expandiu na livre empresa, livre comércio e organização capitalista. Contentava-se com a fama de seu ofício. A indústria da lã, que tinha 1.500 empregados, em 1700, ao findar o século tinha apenas seiscentos. A indústria da seda sofreu uma baixa, no mesmo período, de doze mil para mil.<sup>34</sup> Os trabalhadores em vidro de Murano negavam-se a aceitar qualquer alteração nos métodos que outrora lhes granjearam notabilidade na Europa. Seus segredos evadiram-se para Florença, França, Boêmia, Inglaterra. Seus rivais aceitavam os progressos da química, as experiências na manufatura, e a supremacia de Murano passou. A indústria da renda sucumbiu, de igual forma, aos concorrentes transalpinos. Em 1750, os próprios venezianos estavam usando as rendas da França. Havia duas indústrias florescentes: a da pesca, que empregava trinta mil homens, e a importação e venda de escravos.

A religião não estava autorizada a interferir nos lucros do comércio ou nos prazeres da vida. O Estado controlava todos os assuntos atinentes à propriedade eclesiástica ou delito do clero. Os jesuítas, expulsos em 1606, foram autorizados a voltar em 1657, porém mediante condições que tolhiam qualquer interferência na educação ou na política. Apesar da proibição de importar obras dos filósofos franceses, as doutrinas de Voltaire, Rousseau, Helvétius e Diderot tinham trânsito, embora apenas por visitantes, nos salões de Veneza, e tanto ali como na França, a aristocracia entretinha-se com as idéias que solapavam seu poderio.<sup>35</sup> O povo aceitava a religião como um hábito quase inconsciente de ritual e crença, porém divertia-se mais do que rezava. Um provérbio veneziano descrevia a moral em Veneza com toda a inexatidão de um epigrama: "Pela manhã, um pouco de missa, após o jantar, um pouco de jogo, à noite, um pouco de mulher."<sup>36</sup> Os rapazes iam à igreja não para adorar a Virgem, mas para olhar as mulheres, e estas, apesar das censuras eclesiásticas e governamentais, andavam decotadas.<sup>37</sup> A guerra perene entre a religião e o sexo dava a este último ganho de causa.

Uma prostituição regulamentada era permitida pelo governo como um meio de segurança. As cortesãs de Veneza eram famosas pela beleza, boa educação, riqueza de vestuário e suntuosos apartamentos no Grande Canal. A oferta de *cortigiane* era considerável, porém bem menor do que a procura. Venezianos parcimoniosos e estrangeiros, como Rousseau, uniam-se em grupos de dois ou três para manter uma concubina.<sup>38</sup> A despeito dessas facilidades, e não satisfeitas com os *cavalieri serventi*, as mulheres casadas compraziam-se em *liaisons dangereuses*. Muitas delas frequentavam os cassinos, nos quais encontravam todas as facilidades para combinações. Muitas senhoras da nobreza eram publicamente reprovadas pelo governo por suas condutas levianas. Algumas recebiam ordens de ficar em suas casas, outras eram exiladas. Na classe média havia mais recato. Uma legião de filhos mantinha as esposas ocupadas, e esses preenchiam suas necessidades recebendo e dando amor. Em nenhum lugar mães prodigalizaram tantas palavras de carinho a seus filhos: "*Il mio leon di San Marco!*



*La mia Allegrezza! Il mio fior di primavera!*" (Meu leão de São Marcos! Minha alegria! Minha flor de primavera!)

O crime em Veneza era menos freqüente do que em outro qualquer lugar na Itália. A arma pronta para ferir era segura pela abundante vigilância dos agentes de segurança e guardas. Entretanto, o jogo era aceito como ocupação natural da humanidade. Em 1715, o governo organizou uma loteria. O primeiro *ridotto*, ou cassino de jogo, foi aberto em 1638. Muito em breve para lá foram todas as classes, públicas ou privadas. Inteligentes batoteiros como Casanova podiam viver com o resultado dos ganhos, outros perdiam suas economias de um ano em uma só noite. Os jogadores, alguns de máscaras, inclinavam-se sobre a mesa em silenciosa devoção mais intensa do que o amor. O governo era complacente (até 1774), pois tributava os *ridotti*, recebendo destes cerca de 300 mil libras de renda anual.<sup>39</sup>

Pessoas ociosas e endinheiradas chegavam de vários países para gastar suas economias, ou os seus anos em declínio na lassidão da moral e na alegria das *piazzas* e dos canais. Aquele abandono diminuía a febre política. Ninguém falava em revolução, porque todas as classes, além dos prazeres, tinham seus hábitos, suas preocupações nas tarefas que lhes eram afetas. Os criados eram dóceis e fiéis, porém não suportavam insultos ou humilhações. Os gondoleiros eram pobres, mas consideravam-se donos dos canais, de pé em suas gôndolas douradas, no orgulho consciente de seu antigo ofício, ou dando uma volta acompanhada de gritos voluptuosos e misteriosos, ou cantando em surdina cujo ritmo acompanhava as ondulações de seu corpo e o compasso dos remos.

Várias nacionalidades misturavam-se nas *piazzas*, cada uma conservando a atitude que as distinguiu, assim como idiomas e irreverência. A alta classe ainda se vestia como nos dias do Renascimento, com blusas do mais fino linho, calças de veludo, meias de seda, sapatos ornados de fivelas. Entretanto, foram os venezianos que, naquele século, introduziram na Europa ocidental a indumentária turca de calças compridas. As perucas vieram da França, aproximadamente em 1665. Jovens janotas tinham tanto cuidado com suas roupas, cabelos e perfumes que mal se podia dizer que eram homens. As mulheres elegantes punham na cabeça torres fantásticas de cabelos naturais ou falsos. Os homens, tanto quanto as mulheres, não se sentiam vestidos sem colocar suas jóias. Os leques constituíam obras de arte, elegantemente pintados, muitas vezes incrustados de pedras preciosas ou envolvendo um monóculo.

Todas as classes tinham seus clubes, cada rua seus cafés. "Na Itália", disse Goldoni, "tomamos dez xícaras de café por dia."<sup>40</sup> Todas as espécies de diversões floresciam, desde as lutas (*pugni*) até os bailes de máscaras. Um jogo chamado *pallone* — arremessar uma bola com a palma da mão — deu-nos a palavra *balão*. Desde 1315 realiza-se uma regata no dia 25 de janeiro, no Grande Canal — uma corrida entre galeras, dotadas de cinquenta remos e decoradas à moda das jangadas. O festival chegava ao auge com a disputa de pólo-aquático, em que centenas de pessoas eram divididas entre os competidores. No Dia da Ascensão o doge vinha gloriosamente de São Marcos até o Lido em seu barco de luxo ricamente ornamentado, o *Bucintoro* (Bucentauro), entre outros barcos, a fim de tornar a casar Veneza com o mar.

Os aniversários dos santos e datas históricas, assim como os nomes destes e suas memórias, eram aproveitados para freqüentes dias santos e feriados, pois, segundo o ponto

de vista do Senado, pão e circo constituíam um substituto bem aceitável das eleições. Nessas ocasiões, procissões pitorescas iam de igreja a igreja, de praça a praça. Tapetes coloridos, guirlandas e sedas eram pendurados nas janelas ou balcões. Havia música, canções de amor, ou cânticos sacros, assim como danças nas ruas. Aristocratas escolhidos para altas funções celebravam sua vitória com desfiles, arcos, troféus, festas e ações filantrópicas no valor de trinta mil ducados. Os casamentos eram verdadeiros festivos, o enterro de um dignitário o acontecimento mais suntuoso de sua carreira.

Além disso tudo, vinha o Carnaval — o legado cristão das saturnais da Roma pagã. A Igreja e o Estado esperavam que, permitindo um dia de festa moral, conseguiriam reduzir pelo restante do ano a tensão entre a carne e o Sexto Mandamento. Em geral, na Itália, o Carnaval estendia-se apenas até a última semana anterior à Quaresma, e na Veneza do século XVIII, de 26 de dezembro, ou 7 de janeiro até *Martedì Grasso* ("Terça-feira Gorda", *Mardi Gras*). Talvez os festejos tenham tomado o seu nome deste último dia em que era permitido comer carne — *carne-vale*, adeus à comida de carne. Quase todas as noites durante essas semanas de inverno os venezianos — assim como visitantes de todos os pontos da Europa — invadiam as *piazze*, vestidos de cores vivas, escondendo idade, posição social e identidade atrás de uma máscara. Naqueles disfarces muitos homens e mulheres riam-se das leis e as prostitutas conseguiam seus fins. Os *confetti* espalhavam-se por todos os lados, e ovos artificiais eram arremessados, derramando água perfumada quando quebravam. Palhaços, arlequins, colombinas e outros personagens do teatro cômico pavoneavam-se e tagarelavam para distrair o povo. Fantoches dançavam, os equilibristas na corda estarreciam milhares de pessoas. Animais estranhos eram trazidos expressamente para a ocasião, tais como os rinocerontes, os quais foram vistos em Veneza pela primeira vez nos festejos de 1751. Em seguida, à meia-noite, antes de Quarta-feira de Cinzas (*Mercoledì della Ceneri*), os grandes sinos de São Marcos repicavam, marcando o fim do Carnaval. Os foliões exaustos voltavam para suas camas legais, preparando-se para ouvir o padre dizer na manhã seguinte, "*Memento, homo, quia pulvis es, et in pulverem redieris*" (Lembra-te, homem: tu és pó, e ao pó voltarás).

## 2. Vivaldi

Veneza e Nápoles eram os centros da música na Itália. Os teatros venezianos encenaram 1.200 óperas diferentes no século XVIII. Naquela cidade, as mais renomadas divas do palco, Francesca Cuzzoni e Faustina Bordoni, travaram suas melodiosas batalhas para obter a supremacia. E ambas, daqueles poucos metros de palco, emocionaram o mundo. A Cuzzoni cantava com Farinelli em um teatro, a Bordoni cantava com Bernacchi em outro, e toda Veneza dividia-se entre os seus adoradores. Se os quatro tivessem cantado juntos, a Rainha do Adriático teria se derretido em seus canais.

Diametralmente opostos a essas cidadelas da ópera e da alegria, situavam-se os quatro *ospedali*, ou asilos, nos quais Veneza cuidava de alguns de seus órfãos ou filhos ilegítimos. Para dar um incentivo e significado às vidas dessas crianças destituídas de lar, eram elas treinadas na música vocal e instrumental, cantando em coros, dando concertos públicos por detrás de suas grades semimonásticas. Rousseau declarou jamais

ter ouvido nada tão emocionante como aquelas vozes de meninas cantando em harmonia disciplinada.<sup>41</sup> Goethe disse que nunca ouvira tão maravilhosos sopranos e “música de tão inefável beleza”.<sup>42</sup> Alguns dos maiores compositores italianos ensinaram naquelas instituições, escrevendo música para elas e regendo seus concertos: Monteverdi, Cavalli, Lotti, Galuppi, Porpora, Vivaldi...

A fim de suprir os teatros com óperas, fornecer seus *ospedali*, assim como orquestras e virtuosos com música vocal e instrumental, Veneza recorreu às cidades da Itália, e algumas vezes à Áustria e à Alemanha. A própria Veneza tomou conta de Antonio Lotti, organista e *maestro di capella* em São Marcos, autor de óperas sem importância, com exceção de uma Missa que fez o protestante Burney verter lágrimas. Encarregou-se também de Baldassare Galuppi, famoso por suas *opere buffe* e pelo esplendor e ternura de suas árias de ópera. E ainda Alessandro Marcello, cujos concertos ocupavam lugar de destaque entre as composições de seu tempo. Também de seu irmão mais moço, Benedetto, cuja montagem musical de cinquenta salmos “constitui uma das mais belas produções da literatura musical”.<sup>43</sup> E ainda Antonio Vivaldi.

Para nós, a primeira audição de um concerto de Vivaldi foi uma humilhante revelação. Por que o ignoramos tanto tempo? Eis ali um majestoso fluir de harmonia, um ridente murmúrio de melodia, uma unidade estrutural, e uma coesão das partes que nos devia ter feito reconhecer esse homem há mais tempo, dando-lhe um papel de destaque em nosso histórico musical. A edição de 1928 do *Dictionary of Music and Musicians*, de Grove, deu-lhe uma coluna. A edição de 1954, deu-lhe doze. Pode-se por aí julgar a súbita expansão da reputação de Vivaldi. Será a fama um capricho da sorte?

Vivaldi nasceu em 1675, filho de um violinista da orquestra da Capela dos Doges em São Marcos. O pai ensinou-o a tocar violino, conseguindo para ele um lugar na orquestra. Com quinze anos tomou ordens menores, e aos 25 ordenou-se padre. Chamavam-no Il Prete Rosso, porque seu cabelo era ruivo. Sua paixão pela música deve ter entrado em conflito com suas obrigações sacerdotais. Inimigos propalaram que “um dia, quando Vivaldi dizia missa, ocorreu-lhe inspiração para uma fuga. Imediatamente ele deixou o altar(...) refugiando-se na sacristia para escrever o referido tema. Depois, voltou para terminar a missa”.<sup>44</sup> Um núncio apostólico acusou-o de ter várias mulheres e, finalmente (segundo diziam), a Inquisição proibiu-o de rezar missa. Anos mais tarde, Antonio deu uma versão completamente diversa:

Foi há 25 anos que deixei de dizer missa pela(...) última vez, não devido a qualquer interdição(...) mas por decisão própria, em virtude de moléstia que me tem prejudicado desde o meu nascimento. Após ordenar-me padre, disse missa durante um ano ou um pouco mais. A partir de então, deixei completamente, em virtude de, por três vezes, ser obrigado a abandonar o altar sem completar a missa, por causa da referida moléstia.

Por esta mesma razão, quase sempre vivo em casa, saindo apenas de gôndola ou coche, porque não posso mais andar em decorrência das condições em que se encontra meu peito, ou melhor, esta compressão no peito [*strettezza di petto*, provavelmente asma]. Nenhum nobre convida-me a sua casa, nem mesmo o nosso príncipe, pois todos sabem da minha doença. Minhas viagens tornaram-se muito dispendiosas, porque tenho sempre de realizá-las com quatro ou cinco mulheres para me ajudarem.

Essas mulheres, acrescentou ele, eram de reputação ilibada. "O seu recato era de todos conhecido.(...) Faziam sua devoção todos os dias da semana."<sup>45</sup>

Ele não podia ser um devasso, porque o Seminario Musicale dell'Ospedale della Pietà conservou-o durante 37 anos, na qualidade de violinista, professor, compositor ou *maestro di coro*. Para suas alunas compôs a maior parte de sua obra não-operística. A procura era grande. Portanto, ele escrevia às pressas, fazendo correções dentro do tempo que podia dispor. Declarou a de Brosses que "podia compor um concerto mais depressa do que o copista copiá-lo".<sup>46</sup> Suas óperas também eram rápidas. Uma delas trazia na página de rosto a gabolice (ou desculpa): "*Fatto in cinque giorni*" — Feita em cinco dias. Como Haendel, poupava tempo copiando-se a si próprio, adaptando antigas realizações para corresponder à necessidade do momento.

Nos intervalos de seu trabalho na Ospedale, compôs quarenta óperas. Muitos contemporâneos concordam com Tartini de que eram medíocres. Benedetto Marcello ironizou-as em seu *Teatro alla moda*, mas o povo, em Veneza, Vicenza, Viena, Mântua, Florença e Milão o festejava, e muitas vezes Vivaldi abandonava suas alunas a fim de viajar em companhia de suas mulheres pelo norte da Itália, até mesmo Viena e Amsterdam, para tocar na qualidade de violinista, ou reger uma de suas óperas, ou ainda supervisionar a representação e os cenários. Suas óperas estão agora mortas, mas assim estão todas aquelas compostas antes de Gluck. Mudaram-se os tipos, maneiras, heróis, vozes e sexos.

Sabe-se que Vivaldi compôs 554 obras, das quais 454 são concertos. Um inteligente satirista disse que Vivaldi não havia composto seiscentos concertos, mas tinha escrito o mesmo concerto seiscentas vezes.<sup>47</sup> E, às vezes, parece que era isso mesmo. Há nessas peças muitos adágios de cordas, muitos *continuo* de órgão, um compasso quase metrônomo. Mesmo na famosa série denominada *As Estações* (1725) há momentos de monotonia. Entretanto, há também pontos de vitalidade apaixonada e rajadas de inverno, oásis de conflito dramático entre o solista e a orquestra, assim como gratificantes fluxos de melodia. Em tais peças,<sup>48</sup> Vivaldi levou o *concerto grosso* a uma excelência sem precedentes, que somente Bach e Handel poderiam ultrapassar.

Como a maioria dos artistas, Vivaldi sofria da sensibilidade que nutria seu gênio. A potência de sua música refletia-se no seu temperamento feroz, e a suavidade de seus acordes traduziam sua religiosidade. À medida que envelhecia, tornou-se absorto na devoção religiosa, de modo que um registro fantasioso descrevia-o abandonando o rosário apenas para compor.<sup>49</sup> Em 1740, perdeu ou demitiu-se de seu posto na Ospedale della Pietà. Por motivos hoje desconhecidos, abandonou Veneza, indo para Viena. Nada mais sabemos dele, a não ser que, um ano depois de sua chegada naquela cidade, morreu, recebendo um enterro de mendigo.

Sua morte passou despercebida da imprensa italiana, porque Veneza cessara de gostar de sua música, e ninguém o colocava no auge de sua arte, na sua pátria e no seu tempo. Suas composições foram bem aceitas na Alemanha. Quantz, flautista e compositor de Frederico, o Grande, importou os concertos de Vivaldi, aceitando-os como modelos. Bach admirou-os tanto que chegou a transpor pelo menos nove deles para o cravo e um conjunto de cordas.<sup>50</sup> Parece que foi de Vivaldi e Corelli que Bach tirou a estrutura tripartita de seus concertos.

Durante todo o século XIX Vivaldi ficou totalmente esquecido, exceto pelos erudi-

tos que estudavam o desenvolvimento da obra de Bach. Foi então que, em 1905, a *Geschichte des Instrumentalkonzerts*, de Arnold Schering, restituiu-lhe a importância, e, na década de 1920, Arturo Toscanini deu seu entusiasmo e prestígio à causa de Vivaldi. Hoje o Padre Vermelho ocupa a mais elevada posição entre os compositores italianos do século XVIII.

### 3. Recordações

Do veranico dos artistas de Veneza, uma dúzia de pintores se destacam e devem ser lembrados. Apenas reconhecemos Giambattista Pittoni, que Veneza só colocava depois de Tiepolo e Piazzetta, e Jacopo Amigoni, cujo estilo voluptuoso situava-se abaixo de Boucher; ainda Giovanni Antonio Pellegrini, que levou suas cores para a Inglaterra, França e Alemanha. Foi ele quem decorou Kimbolton Castle, Castle Howard e o Banque de France. Marco Ricci é uma personalidade que mais atraiu a atenção, ao matar um crítico e suicidar-se. Em 1699, com 23 anos, apunhalou um gondoleiro por ter desprezado sua pintura. Fugiu para a Dalmácia, apaixonou-se por suas paisagens, apreendendo-a tão bem com suas cores que Veneza o perdoou, consagrando-o um Tintoretto renascido. Seu tio Sebastiani Ricci levou-o a Londres, onde colaboraram no túmulo do Duque de Devonshire. Como muitos artistas dos séculos XVII e XVIII, gostava de pintar ruínas reais ou imaginárias, não se esquecendo de si próprio. Em 1729, depois de várias tentativas, acabou suicidando-se. Em 1733, um de seus quadros foi vendido por \$ 500. Em 1963, foi revendido por \$ 90.000,<sup>31</sup> o que constitui um atestado tanto do apreço à arte como da depreciação do dinheiro.

A obra de Rosalba Carriera é mais agradável à vista. Principiou sua carreira desenhando modelos para a renda em *point de Venise*. Depois (como o jovem Renoir), pintou caixas de rapé, seguindo-se miniaturas e, por fim, encontrou seu forte no pastel. Por volta de 1709, granjeara tanta fama que, quando Frederico IV da Dinamarca foi a Veneza, escolheu-a para pintar para ele retratos a pastel das mulheres mais belas e célebres da cidade. Em 1720, Pierre Crozat, colecionador de arte e milionário, convidou-a a visitar Paris. Naquela cidade foi recebida e festejada como nenhum outro artista depois de Bernini. Os poetas escreveram sonetos sobre ela, o Regente Filipe d'Orleans visitou-a, Watteau pintou-a, e ela a ele, Luís XV posou para ela. Foi eleita para a Académie de Peinture, oferecendo, como prova para o diploma, a *Muse*, que está no Louvre. Era como se, dentro dela, o espírito do rococó se materializasse.

Em 1730 foi para Viena, onde pintou retratos a pastel de Carlos VI, da imperatriz e da Arquiduquesa Maria Teresa. De volta a Veneza, tão absorta ficou em sua arte, que se esqueceu de casar. Em Veneza, a Accademia tem uma sala inteira com seus retratos. A Gemäldegalerie de Dresden tem 157, cuja característica são faces rosadas, fundos azuis, rósea inocência, meigos sorrisos. Até quando pintou o retrato de Horace Walpole<sup>32</sup> fê-lo com uma expressão de menina. Seus retratos favoreciam a todos, menos a ela mesma. O auto-retrato, no Castelo de Windsor, mostra-a em idade madura, de cabelos brancos, fisionomia sombria, como se previsse que muito em breve estaria cega. Nos últimos doze de seus 82 anos, teve que viver sem a luz e cor que

para ela havia sido quase a essência da vida. Deixou sua marca na arte da época. La Tour pode ter captado o seu fervor, Greuze lembrava sua idealização das mulheres jovens. Seus tons róseos — *la vie en rose* — passaram para Boucher e Renoir.

Giovanni Battista Piazzetta foi maior artista, superior ao sentimento, desprezando ornamentos, procurando não tanto agradar ao público, como vencer dificuldades, e honrar as mais elevadas tradições do seu ofício. Seus companheiros de arte reconheciam isto e, embora coubesse a Tiepolo a criação (1750) da Academia Veneziana de Pintura e Escultura, foi Piazzetta o escolhido para seu presidente. A sua *Rebeca na Fonte*<sup>53</sup> é digna de Ticiano, e faz menos concessões às convencionais concepções de beleza. A pessoa de Rebeca revela-se o bastante para tocar o coração selvagem, mas sua face holandesa e nariz arrebitado não foram feitos para extasiar os italianos. Aqui, é o homem que nos comove, um vulto digno da Renascença, um rosto enérgico, uma barba insinuante, um chapéu de plumas, um lampejo de malicioso atrativo em seus olhos — e todo o quadro uma obra-prima de textura e desenho. O traço característico de Piazzetta é ter sido o mais respeitado entre os pintores venezianos de seu tempo, e de ter morrido mais pobre.

Antonio Canale, chamado Canaletto, é mais famoso, pois meio mundo conhece Veneza através de suas *vedute*, ou paisagens, e a Inglaterra conheceu-o em pessoa. Por algum tempo, seguiu a profissão do pai, a de pintor de cenários para teatro. Em Roma, estudou arquitetura e, ao voltar a Veneza, utilizou o compasso e a régua T nos desenhos, fazendo da arquitetura uma característica de sua pintura. Dessas, conhecemos a Rainha do Adriático, conforme era na primeira metade do século dezoito. No *Baccino di San Marco*<sup>54</sup> notamos a quantidade de navios que enchiam o canal principal, e como a vida continuava ardente e cheia como sempre fora no *Grande Canal*.<sup>55</sup> Apraz-nos verificar que a *Ponte di Rialto*,<sup>56</sup> a *Piazza San Marco*,<sup>57</sup> a *Piazzetta*,<sup>58</sup> o *Palazzo dei Dogi*<sup>59</sup> e *Santa Maria della Salute*<sup>60</sup> estão iguais ao que são hoje, com exceção das reconstruções dos campanários. Essas pinturas eram exatamente o que os turistas precisavam — quando, nas terras nevoentas do Norte — queriam recordar agradecidos o sol e a magia de Venezia la Serenissima. Eles compravam e pagavam, levando para a pátria seus mementos, e não tardou que a Inglaterra quisesse o próprio Canaletto. Ele foi, no ano de 1746, lá pintando grandes vistas de *Whitehall*<sup>61</sup> e *The Thames from Richmond House*. Este último, extraordinário, em virtude de suas combinações de espaço, perspectiva e detalhe, é a obra-prima de Canaletto. Só em 1755 voltou a Veneza. Lá, com 69 anos, e ainda trabalhando com afinco, escreveu orgulhosamente sobre o quadro *O Interior de São Marcos*, “Feito sem óculos”.<sup>62</sup> Passou a técnica das medidas a seu sobrinho, Bernardo Bellotto Canaletto, e seu faro para *vedute* ao seu “bom mestre”, Francesco Guardi, a quem vamos encontrar novamente.

Assim como Canaletto mostrou a vida exterior da esplêndida cidade, Pietro Longhi revelou a vida dentro das paredes, empregando a pintura de gênero da classe média. Tomando seu café da manhã, uma senhora *en négligé*, o abade, tutor de seu filho, sua filhinha afagando um cão de brinquedo, o alfaiate que veio trazer uma roupa, o professor de dança ensinando à moça os passos do minueto, as crianças de olhos arregalados diante de uma gaiola de animais, as moças rindo e correndo no jogo de cabra-cega, os comerciantes em suas lojas, os mascarados no Carnaval, os teatros, os cafés, as festas literárias, os poetas recitando seus versos, os médicos charlatães, os qui-

romantes, os vendedores de salsichas e ameixas, o passeio na *piazza*, os caçadores, o grupo da pesca, a família em sua *villeggiatura*, férias. Ali estão todas as atividades da burguesia, até com maiores detalhes do que nas comédias de Goldoni, amigo de Longhi. Não é uma grande arte, sendo, entretanto, deliciosa. Mostra uma sociedade mais organizada e refinada do que poderíamos ter imaginado, a julgar pelos aristocratas dos cassinos de jogo, ou os estivadores e suas imprecações ao longo do cais.

#### 4. Tiepolo

O veneziano que fez a Europa por um momento pensar que a Renascença havia voltado foi Giambattista Tiepolo. Nos dias de verão dos anos 1750/53 podia-se ver um grupo de estudantes e turistas entrando no palácio episcopal de Würzburg a fim de apreciar a escada e o teto com os afrescos de Tiepolo. Foi este o apogeu da pintura italiana do século XVIII. Basta olhar para *A Santíssima Trindade Aparecendo a São Clemente*, na National Gallery, em Londres, e observar a maestria da composição, a precisão do desenho, a sutileza do manejo da luz, a profundidade e o fulgor, e perguntar: será um Ticiano? Talvez. Se não fosse tão dispersivo, Tiepolo talvez pudesse juntar-se aos gigantes.

Ou, quem sabe, tenha ele sido prejudicado por sua boa sorte. Filho de próspero comerciante de Veneza, o qual, ao morrer, legou-lhe substancial patrimônio, Gian era belo, vivo, alegre. "Logo adquiriu um desprezo aristocrático por tudo que fosse plebeu."<sup>63</sup> Em 1719, com 23 anos, casou-se com Cecilia, irmã de Francesco Guardi, que lhe deu quatro filhas e cinco filhos, dos quais dois tornaram-se pintores. Viviam numa "bela casa", na paróquia de Santa Trinità.

Seu talento sempre fora florescente. Em 1716, exibiu o *Sacrifício de Isaac*,<sup>64</sup> pungente porém vigoroso. Naquela época, era visível sua influência de Piazzetta. Estudou também Veronese, e desse conhecimento assumiu a *maniera Paolesca* dos vestuários suntuosos, cores quentes e linhas sensuais. Em 1726, o arcebispo de Udine convidou-o para adornar a catedral e o palácio. Tiepolo selecionou temas tirados da história de Abraão, contudo o tratamento não era totalmente bíblico. O rosto de Sara, emergindo dos babados engomados da Renascença, era um ondulado de rugas que revelavam o vestígio de dentes. O anjo, entretanto, é um atleta italiano com pernas insinuantes. Parece que Tiepolo achou que num século que principiava a ironizar anjos e milagres, ele podia fazer um pouco de humor com as antigas tradições; e o arcebispo consentiu. Entretanto, cabia ao artista ser cauteloso, porque a Igreja era ainda a fonte das encomendas de pinturas no mundo católico.

A outra fonte eram os leigos e o adorno de seus palácios. No Palazzo Casali-Dugnani, em Milão (1731), Gian contou em afrescos a história de Cipião. Estes não constituíam a característica de Tiepolo, pois ainda não a havia formado em relação a figuras que se movessem desenhadas e a esmo num espaço indefinido, entretanto, demonstraram uma habilidade que fez sensação no norte da Itália. Por volta de 1740, Tiepolo encontrou seu caminho, realizando o que muitos<sup>65</sup> consideram sua obra-prima — o teto e a sala de banquetes do Palazzo Clerici, em Milão. Nessa obra encontrou, como veículos de sua fantasia, *As Quatro Partes do Mundo*, *O Curso do Sol*, e *Apolo com*

os *Deuses Pagãos*. Comprazia-se em abandonar o mundo sombrio da legenda cristã para recrear-se nas alturas olímpicas, onde podia utilizar divindades greco-romanas como figuras de um reino livre das leis do movimento, das amarras da gravidade, e até mesmo das regras acadêmicas do desenho. Como a maioria dos artistas, cujos códigos morais dissolvem-se ao calor de seus sentimentos, era, no íntimo, um pagão. Contudo, um belo corpo pode ser o produto de uma alma resoluta e informativa, sendo, por conseguinte, um fato espiritual. No decurso de trinta anos Tiepolo produziria deuses e deusas — envoltos em gases e em indolente nudez — brincando no espaço e correndo um atrás do outro entre os planetas, ou amando-se em colchões de nuvens.

Novamente em Veneza, Tiepolo voltou ao cristianismo, e suas obras religiosas absolveram as mitologias. Para a Scuola di San Rocco pintou uma tela, *Agar e Ismael*, notável pela figura de um menino dormindo. Na Igreja de Gesuati — cujo nome os dominicanos substituíram por Santa Maria del Rosario — ele pintou a *Instituição do Rosário*. Para a Scuola dei Carmini, ou Escola dos Monges Carmelitas, ele pintou *A Madona do Monte Carmelo*, que quase rivalizava com a *Anunciação* de Ticiano. Para a Igreja de Santo Alvise fez três quadros, um deles, *Jesus Carregando a Cruz*, com várias figuras marcantes, retratadas com cores vivas. Tiepolo pagara sua dívida para com a religião de sua terra.

Sua fantasia adaptava-se melhor nas paredes dos palácios. No Palazzo Barbaro, apresentou *A Apoteose de Francesco Barbaro*, atualmente no Metropolitan Museum of Art, em Nova York. Para o Palácio dos Doges fez *Netuno Oferecendo a Vênus as Riquezas do Mar*. Para o Palazzo Papadopoli contribuiu com deliciosos aspectos de Veneza durante o Carnaval — *O Minueto* e *O Charlatão*. E (acima de todas as suas obras nos palácios de Veneza) embelezou o Palazzo Labia com afrescos contando a história de Antônio e Cleópatra em magníficas cenas realizadas com brilhantismo. Um colega artista, Girolamo Mengozzi-Colonna, pintou a paisagem arquitetônica num ímpeto de esplendor paladiano. Em uma parede, o encontro dos dois governantes. Na parede oposta, o banquete, no teto uma turbulenta hoste de figuras aladas representando Pégaso, o tempo, a beleza, e os ventos — estes soprando por todos os cantos, impulsionados por baforadas de diabinhos. Em *O Encontro* Cleópatra desce de sua barca em roupagens estonteantes, revelando suas esferas de ouro destinadas a seduzir o fatigado triúmviro para um repouso suave. No ainda mais resplandecente *Banquete*, ela deixa cair uma pérola sem preço em seu vinho. Antônio impressiona-se com essa riqueza descuidada. Nos balcões, músicos tocam suas liras para redobrar o perigo e triplicar a exaltação. Esta obra-prima, que faz lembrar e rivaliza-se com Veronese, foi uma das pinturas que Reynolds copiou em 1752.

Tal trabalho em grande estilo elevou Tiepolo a alturas visíveis através dos Alpes. O Conde Francesco Algarotti, amigo de Frederico e de Voltaire, difundiu seu nome por toda a Europa. No ano de 1736, o ministro sueco em Veneza informou a seu governo que Tiepolo era o homem indicado para decorar o palácio real em Estocolmo. “Ele é cheio de vida e alegria, fácil para se lidar, repleto de idéias. Tem o dom das cores vivas, e trabalha com prodigiosa rapidez. Pinta um quadro em menos tempo do que um outro artista para misturar suas tintas.”<sup>66</sup> Estocolmo já era bela, mas parecia tão longe.



Em 1750, chegou um convite vindo de mais perto. Karl Philipp von Greiffenklan, Príncipe-Bispo de Würzburg, pediu-lhe para pintar sua *Residenz*, ou palácio administrativo, recentemente construída. Os honorários propostos despertaram o interesse do mestre, já idoso. Em dezembro, ao chegar com seus filhos, Domenico, de 24 anos e Lorenzo, de quatorze, defrontou-se com inesperado desafio no esplendor do Kaisersaal, que Balthasar Neumann havia projetado. Como poderia qualquer quadro chamar a atenção em meio a tanto brilhantismo? O sucesso de Tiepolo naquele palácio foi o elemento que coroou sua carreira. Nas paredes ilustrou a história do Imperador Frederico Barba-Roxa (que, em 1156, encontrara Beatriz de Borgonha em Würzburg) e no teto mostrou *Apolo Trazendo a Noiva*. Ali revelou, num romântico entusiasmo de cavalos brancos, deuses sorridentes e o jogo de luz sobre soberbos querubins e nuvens transparentes. Em um declive do teto apresentou *O Casamento*, com rostos formosos, figuras imponentes, panejamentos floridos, roupagens que evocavam a Veneza de Veronese, ao invés de estilos medievais. Tão satisfeito mostrou-se o bispo que ampliou o contrato a fim de inserir o teto do imponente vestíbulo e dois painéis para sua catedral. Acima das majestosas escadarias, Tiepolo pintou os continentes, o Olimpo — o feliz repositório de sua fantasia — e uma altaneira figura de Apolo, o Deus-Sol, circulando no céu.

Rico e enfermo, Giambattista voltou para Veneza (1753), deixando Domenico incumbido de terminar o que fora assentado em Würzburg. Logo foi eleito presidente da Academia. Era de temperamento tão agradável que até seus rivais gostavam dele, denominando-o Il Buon Tiepolo. Mal podendo resistir às encomendas com seu tempo tão escasso, vemo-lo, contudo, pintando em Veneza, Treviso, Verona, Parma, assim como trabalhando em uma grande tela encomendada pela “corte de Moscou”. Era de supor que ele não mais faria grandes obras, entretanto, em 1757, com 61 anos, tomou a seu cargo a decoração da Villa Valmarana, nas proximidades de Vicenza. Mengozzi-Colonna projetou a parte de arquitetura, Domenico assinou algumas telas nas dependências de hóspedes enquanto Giambattista exibiu suas cores na *villa* propriamente dita. Selecionou motivos da *Iliada*, da *Eneida*, *Orlando furioso*, a *Gerusalemme liberata*. Deu amplas rédeas à imaterialidade de seu ilusionismo, deixando a cor perder-se na luminosidade, e o espaço lançar-se ao infinito, deixando deuses e deusas flutuando a esmo em um empíreo acima do tempo e das mágoas. Extasiando-se perante tanta beleza estampada naqueles afrescos, Goethe exclamou: “*Gar frölich und brav*” (Muito alegre e audacioso). Esta foi a última façanha de Tiepolo na Itália.

Em 1761, Carlos III da Espanha pediu-lhe que pintasse em seu novo palácio de Madri. O artista, fatigado, apelou para a idade, mas o rei dirigiu-se ao Senado Veneziano, solicitando sua influência junto ao mestre. Já com 66 anos, e relutando, partiu porém com seus filhos dedicados e sua exemplar Cristina, mais uma vez, deixando ficar sua mulher em Veneza, por ser esta aficionada dos cassinos daquela cidade. Vamos encontrá-lo em um cadafalso na Espanha.

### 5. Goldoni e Gozzi

Quatro pessoas destacam-se na literatura veneziana daquele século. Apostolo Zeno e Pietro Metastasio, ambos escrevendo libretos que eram verdadeira poesia; Carlo Goldoni e Carlo Gozzi, os quais trabalharam em prol da comédia veneziana, que para Goldoni tornou-se tragédia. Sobre os dois primeiros, Goldoni escreveu:

Esses dois ilustres autores realizaram a reforma da ópera italiana. Antes deles, só havia deuses, demônios, máquinas e fatos sobrenaturais naquelas harmoniosas distrações. Zeno foi o primeiro a conceber a possibilidade de representar tragédia em versos líricos sem degradação, e cantá-los sem chegar à exaustão. Executou o projeto de maneira muito satisfatória para o público, granjeando a maior glória para si mesmo e para a nação.<sup>67</sup>

Zeno levou suas reformas para Viena em 1718, afastou-se amigavelmente em favor de Metastasio em 1730, voltando a Veneza e a vinte anos de paz. Metastasio, conforme comentou Goldoni, representou Racine, como Zeno representou Corneille, aliando refinamento ao vigor, e elevando a poesia operística a uma altura sem precedentes. Voltaire comparou-o aos maiores poetas franceses e Rousseau julgou ser ele o único poeta contemporâneo que tocava o coração. Seu verdadeiro nome era Pietro Trapassi — Cruz de Pedro. Um crítico dramático, Gian Vincenzo Gravina, ouvindo-o cantar nas ruas, adotou-o, rebatizando-o Metastasio (Trapassi em grego) financiou-lhe a educação e, ao morrer, deixou-lhe uma fortuna. Pietro dilapidou a fortuna com anarquia poética, depois comprometeu-se com um advogado, o qual impôs-lhe a condição de que não leria nem escreveria nem uma linha de poesia. Ele, então, escreveu sob pseudônimo.

Em Nápoles, o representante da Áustria pediu-lhe para escrever a letra de uma cantata. Porpora compôs a música, Marianna Bulgarelli, então famosa, com o nome de La Romanina, cantou o papel principal e os outros saíram-se muito bem. A diva convidou o mestre a seus salões, nos quais encontrou Leo, Vinci, Pergolesi, Farinelli, Hasse, Alessandro e Domenico Scarlatti. Naquele ambiente estimulante, Metastasio ficou logo à vontade. La Romanina, com 35 anos, apaixonou-se por ele, que tinha 23. Salvou-o da armadilha da lei, induziu-o a um *ménage à trois* com complacente marido, inspirando-o para escrever o seu mais famoso libreto, *Didone abbandonata*, o qual foi musicado por, sucessivamente, doze compositores, entre 1724 e 1823. Em 1726 escreveu *Siroe* para a sua *inamorata*, que foi transformada em ópera, independentemente, por Vinci, Hasse e Haendel. Metastasio era, então, o mais procurado libretista da Europa.

Em 1730, aceitou um chamado de Viena, deixando La Romanina. Esta tentou segui-lo, mas Metastasio, temendo que sua presença o comprometesse, obteve uma ordem proibindo-a de entrar no território Imperial. Numa tentativa de suicídio ela apunhalou o próprio peito. Esse esforço para representar o papel de Dido falhou. Entretanto, ela viveu apenas quatro anos mais. Ao morrer, deixou ao seu infiel Enéias toda a sua fortuna. Fulminado pelo remorso, Metastasio renunciou ao legado em favor do marido. “Não tenho mais esperanças de conseguir consolar-me”, escreveu, “e acredito que o resto de minha vida será triste e sem estímulo”.<sup>68</sup> De triunfo em triunfo foi

tristemente vivendo até a guerra da Sucessão Austríaca, que interrompeu as realizações da ópera em Viena. Depois de 1750 foi-se repetindo sem um objetivo certo. Exaurira a vida trinta anos antes de morrer (1782).

Conforme a previsão de Voltaire, a ópera retirou a tragédia dramática do palco italiano, deixando-o entregue à comédia. Entretanto, a comédia italiana foi dominada pela *commedia dell'arte* — a peça teatral do discurso improvisado e as máscaras características. A maior parte das caracterizações há muito estava estereotipada. Pantalone, o bom burguês e suas calças; Tartaglia, o gago e maroto napolitano; Brighella, o ardiloso simplório preso em suas próprias intrigas; Truffaldino, o genial e lascivo *bon vivant*; Arlequino — Arlequim; Pulcinello — Polichinelo. Cidades e metrópoles acrescentavam e ainda outras mais. Grande parte dos diálogos e incidentes no enredo eram feitos de improviso. Nessas “comédias improvisadas”, de acordo com Casanova, “se o ator pára porque não encontrou o termo adequado, as galerias e as platéias vão-no sem piedade.”<sup>68</sup>

Em Veneza costumava haver sete teatros em funcionamento, todos com nomes de santos, abrigando audiências cujo comportamento era escandaloso. Os nobres, nos camarotes, não se importavam com o que jogavam sobre o povo abaixo deles. Os opositores impediam os aplausos com assovios, bocejos, espirros, tosses, cantos de galo, ou o miado de gatos.<sup>69</sup> Em Paris, o auditório dos teatros era, em sua maioria, composto da alta classe, profissionais e literatos. Em Veneza, era principalmente a classe média, com algumas cortesãs espalhafatosas, gondoleiros irreverentes, padres e frades disfarçados, orgulhosos senadores, de toga e peruca. Era difícil uma peça agradar a todos naquela população *olla-podrida*. De forma que a comédia italiana tendia a ser um misto de sátira, comédia de pancadaria, palhaçada e jogo de palavras. O treino dos atores para fazer tipos cômicos os tornava incapazes de variedade e sutileza. Estes eram o público e o teatro que Goldoni esforçou-se para elevar a uma comédia verdadeira e civilizada.

Interessante é o simples início de suas *Memórias*:

Nasci em Veneza em 1707.(...) Minha mãe pôs-me no mundo com pouca dor, e este fato aumentou seu amor por mim. Meu primeiro aparecimento não foi, como sempre acontece, anunciado por choro, e tal docilidade pareceu o indício do temperamento pacífico que, a partir de então, sempre conservei.<sup>70</sup>

Era uma gabolice, porém verdadeira. Goldoni é um dos homens mais agradáveis da história da literatura e, a despeito desse início, a modéstia figurava entre suas virtudes — uma qualidade incompatível com os escribas. É possível crer nele quando diz: “Eu era o ídolo da casa.” O pai foi para Roma a fim de estudar medicina e depois clinicou em Perugia. A mãe ficou em Veneza, criando três filhos.

Precoce, Carlo lia e escrevia com quatro anos, e aos oito compôs uma comédia. O pai convenceu a mãe a deixar Carlo ir morar com ele em Perugia. Lá chegando, o menino estudou com os jesuítas, saiu-se bem, e foi convidado a entrar para a ordem, mas não aceitou. A mãe e um outro filho foram morar com o pai, mas o ar frio da montanha em Perugia não lhes fez bem; a família transferiu-se então para Rimini, depois para Chioggia. Carlo entrou para um colégio dos dominicanos em Rimini, on-

de recebia doses diárias da *Summa theologiae* de São Tomás de Aquino. Não encontrando drama naquela obra-prima de racionalismo, Carlo dedicou-se à leitura de Aristóфанes, Menander, Plauto e Terêncio; e, quando uma companhia de atores foi a Rimini, ele ligou-se a ela bastante tempo para causar estranheza a seus pais em Chioggia. Admoestaram-no, acariciaram-no, mandando-o estudar direito em Pavia. Em 1731, formou-se e principiou a advogar. Casou-se, sendo "agora o homem mais feliz do mundo",<sup>71</sup> exceto ao ficar doente, com varíola, na noite do casamento.

Atraído novamente a Veneza, foi bem-sucedido como advogado, tornando-se cônsul de Gênova naquela cidade. Entretanto, o teatro continuava a fasciná-lo. Ansiava por escrever, para ver-se representado. *Belisário*, de sua autoria, foi encenado em 24 de novembro de 1734, com grande sucesso, continuando todos os dias até 14 de dezembro, para grande alegria sua, redobrada com o júbilo de sua velha mãe. Veneza, contudo, não nutria muito gosto pela tragédia, e as obras no gênero que se seguiram fracassaram, tendo ele tristemente adotado a comédia. Não obstante, negou-se a escrever farsas para a *commedia dell'arte*. Desejava compor comédias de costumes e idéias, na tradição de Molière, e colocar no palco não tipos estereotipados, gélidos dentro de suas máscaras, e sim personalidades e situações tiradas da vida diária. Selecionou alguns atores procedentes de uma companhia de *commedia* em Veneza, treinou-os, produzindo, em 1740, o seu *Momolo cortesan* (Mômolo, o Cortesão). "A peça foi um extraordinário sucesso e fiquei satisfeito."<sup>72</sup> Não totalmente, pois comprometera-se a deixar os diálogos em branco, com exceção daquele reservado ao papel principal, e escolher papéis para quatro dos tradicionais personagens de máscaras.

Pouco a pouco foi avançando suas reformas. Em *La donna di garbo* (A Mulher de Honra), pela primeira vez escreveu na íntegra a ação e o diálogo. Companhias rivais principiam a competir com ele, ou ridicularizar seus dramas. As classes que ele havia satirizado, tais como os *cicisbei*, armaram ataques contra Carlo, mas ele combateu-as todas com redobrado sucesso. Contudo, não havia outro autor para fornecer a seu grupo comédias adequadas. A sua própria companhia repetia com freqüência, pedia favores e ele era obrigado, em razão da concorrência, a escrever dezesseis peças em um ano.

Atingiu o auge da fama em 1752, sendo aclamado por Voltaire como o Molière da Itália. *La Locandra* (A Dona da Hospedaria), naquele ano obteve "sucesso tão brilhante que foi(...) preferida a qualquer coisa jamais feita naquele gênero de comédia". Orgulhava-se por ter observado as unidades aristotélicas de ação, lugar e tempo. Por outro lado, julgava suas peças com realismo: "Estão bem, mas não são ainda Molière."<sup>73</sup> Escrevera-as rápido demais para que pudessem constituir obras de arte. Eram agradavelmente construídas, bem alegres e, em geral, fiéis à vida, porém faltava-lhes o alcance das idéias de Molière, a força de expressão, poder de apresentação. Permaneciam na superfície dos caracteres e dos acontecimentos. A qualidade da platéia proibia-lhe tentar elevação de sentimentos, filosofia, ou estilo e, por natureza, era muito alegre para perscrutar os abismos que haviam torturado Molière.

Pelo menos uma vez revoltou-se, ficou profundamente magoado, destituído de seu habitual senso de humor, quando Carlo Gozzi desafiou-o quanto à supremacia do teatro em Veneza e ganhou.

Havia dois Gozzi envolvidos na confusão literária da época. Gasparo Gozzi escreveu peças principalmente adaptadas do francês. Era editor de importantes periódicos,

principiando a trabalhar em prol do reflorescimento de Dante. Não tão genial era o irmão, Carlo, alto, belo, frívolo, sempre disposto a brigar. Era o mais inteligente membro da Accademia Granelleschi, a qual reivindicava o emprego do toscano puro na literatura italiana, ao invés do idioma veneziano, utilizado por Goldoni em quase todas as suas peças. Na qualidade de amante ou *cavaliere servente* de Teodora Ricci, deve ter-se sentido ofendido quando Goldoni satirizou o *cicisbei*. Também escreveu suas *Memórias* — o livro branco de suas guerras. Seu julgamento de Goldoni era o de um autor em relação a outro:

Constatei em Goldoni abundância de motivos cômicos, verdades e naturalidade. Entretanto, notei a qualidade do enredo pobre e sem expressão(...) vícios e virtudes mal concatenados, muitas vezes com o triunfo dos primeiros, assim como frases plebéias, com duplo sentido vulgar(...) laivos e rótulos de erudição extraídos só Deus sabe de onde, e impostos a uma multidão de ignorantões. Afinal, como escritor do idioma italiano (com exceção do dialeto veneziano, do qual revelou-se mestre) não parece indigno de colocar-se entre os autores mais cacetes, vulgares e menos corretos que já fizeram uso de nossa língua.(...) Devo acrescentar, ao mesmo tempo, que ele nunca produziu nenhuma peça sem um excelente traço cômico. A meu ver, ele tem sempre a aparência de um homem com o sentido inato de como se poderia fazer comédias de alta qualidade, mas que — por defeito de educação, falta de discernimento, necessidade de satisfazer o público e de proporcionar novos artigos aos pobres artistas, através dos quais ganhava sua vida, e pela pressa com que produzia tantas peças todos os anos, para conseguir manter-se — nunca pôde elaborar uma única peça que não esteja cheia de erros.<sup>74</sup>

Em 1757, Gozzi produziu um volume de versos expressando críticas semelhantes no “estilo dos bons mestres toscanos”. Goldoni respondeu em *terza rima* (usada por Dante) no sentido de que Gozzi parecia um cão latindo para a lua — “*come il cane che abbaja la luna*”. Gozzi retrucou defendendo a *commedia dell'arte* das restrições de Goldoni. Condenou as peças de Goldoni como “cem vezes mais lascivas, indecentes e prejudiciais à moral” do que a comédia de máscaras, compilando um vocabulário de “expressões obscuras, *double-entendres* baixos(...) e outras sandices” impregnadas nas obras de Goldoni. Molment reporta-nos que a controvérsia “botou a cidade numa verdadeira agitação. Discutia-se o caso nas casas de espetáculo, nos lares, lojas, nos cafés e nas ruas”.<sup>75</sup>

Abade Chiari, outro dramaturgo picado pelo ferrão toscano de Gozzi, desafiou-o a escrever um melhor drama do que os que estava condenando. Gozzi respondeu que poderia fazê-lo facilmente, até sobre temas os mais triviais, utilizando apenas a tradicional comédia de máscaras. Em janeiro de 1761, uma companhia, no Teatro San Samuele, levou *Fiaba dell'amore delle tre melarancie* (Fábula do Amor das Três Laranjas) — um cenário mostrando Pantaleone, Tartaglia, e outras “máscaras” a procurar três laranjas que se acreditava possuírem poderes mágicos. O diálogo era deixado ao improviso. O sucesso da “fábula” foi absoluto. O povo veneziano, que gostava de rir, deliciou-se com o enredo. Gozzi prosseguiu com nove *fiabe* no decurso de cinco anos. Entretanto, nesses, ele enxertou um diálogo poético, por conseguinte admitindo, em parte, a crítica de Goldoni sobre a *commedia dell'arte*. De qualquer modo, a vitória de Gozzi parecia completa. A frequência no San Samuele continuou em alta, a do

Teatro Sant' Angelo, de Goldoni, decresceu até a falência. Chiari mudou-se para Brescia, e Goldoni aceitou um convite para ir a Paris. Duas "fábulas" de Gozzi transformaram-se em óperas: *Re Turandote*, por Weber, Busoni e Puccini, *O Amor das Três Laranjas*, de Prokofiev.

Como despedida a Veneza, Goldoni produziu (1762) *Una delle ultime sere di Carnevale* (*Uma das Últimas Noites de Carnaval*). Narrava a história do estampador de fazendas, Sior Anzoleto, que, com tristeza, estava deixando em Veneza os tecelões cujos teares haviam recebido seus modelos. O auditório logo percebeu nesta alegoria o dramaturgo tristemente deixando os atores cujo palco ele havia por tanto tempo suprido com suas peças. Na cena final, quando Anzoleto apareceu, o teatro (assim nos diz Goldoni) ecoou com retumbantes aplausos, em meio do qual podia-se ouvir, (...) "Feliz viagem!" "Voltai logo para junto de nós!"<sup>76</sup> Deixou Veneza em 15 de abril de 1761, e nunca mais voltou.

Em Paris, trabalhou dois anos escrevendo comédias para o Théâtre des Italiens. Em 1763, condenaram-no por desencaminhamento,<sup>77</sup> mas um ano depois foi contratado para ensinar italiano às filhas de Luís XV. Para o casamento de Maria Antonieta com o futuro Luís XVI, compôs, em francês, uma de suas melhores peças, *Le Bourru bien-faisant* (*O Benevolente Campônio*). Foi contemplado com uma pensão de 1.200 francos, revogada pela Revolução quando ele tinha 81 anos. Suavizou a pobreza ditando suas *Memórias* à mulher (1792) — inexatas, imaginativas, esclarecedoras, divertidas. Gibbon achou-as "mais verdadeiramente dramáticas do que suas comédias italianas".<sup>78</sup> Goldoni morreu em 6 de fevereiro de 1793. Em 7 de fevereiro, a Convenção Nacional, numa moção pelo poeta Marie-Joseph de Chénier, restabeleceu sua pensão. Sendo informada de que ele não poderia mais recebê-la, a Convenção deu-a, reduzida, à viúva.

A vitória de Gozzi em Veneza foi breve. Muito antes de sua morte (1806), a sua *Fiabe* passara ao teatro, e as comédias de Goldoni reviveram nos teatros da Itália. Sua estátua está no Campo San Bartolommeo, em Veneza, e no Largo Goldoni, em Florença. Porque, como está dito nas *Memórias*, "a humanidade em toda parte é a mesma, a inveja ostenta-se em toda parte, e em toda parte o homem de temperamento ameno e tranqüilo acaba por conquistar o amor do povo, pulverizando seus inimigos".<sup>79</sup>

## VI. ROMA

Ao sul do Vale do Pó, ao longo do Adriático, e atravessando os Apeninos, situavam-se os Estados da Igreja — Ferrara, Bolonha, Forli, Ravena, Perugia, Benevento, Roma — formando a parte central e maior da Bota Mágica.

Quando Ferrara incorporou-se aos Estados Pontificais (1598), seus duques d'Este fizeram de Módena a sua pátria, lá compilando seus arquivos, livros e arte. Em 1700, Lodovico Muratori, padre, erudito e doutor em leis, tornou-se curador desses tesouros. Em quinze anos de trabalho, partindo dos referidos elementos, compilou *Rerum italicarum scriptores* (*Escritores dos Negócios Italianos*, 1723-38). Mais tarde acrescentou a estes dez volumes de antigüidades italianas e inscrições. Era mais um antiquário do que um historiador, e seus *Annali d'Italia*, de doze volumes, ficaram logo ultra-

passados. Entretanto, suas pesquisas de documentos e legendas fizeram dele o pai e a fonte da literatura histórica moderna na Itália.

Pondo-se de parte Roma, o mais progressista desses Estados era Bolonha. Sua renomada escola de pintura continuou sob Giuseppe Crespi ("Lo Spagnuolo"). Sua universidade ainda era uma das melhores da Europa. O Palazzo Bevilacqua (1749) destacava-se entre as estruturas mais elegantes do século. Uma família extraordinária, radicada em Bolonha, elevou a arquitetura teatral e a pintura cênica aos melhores padrões nos tempos modernos. Ferdinando Galli da Bibiena construiu o Teatro Reale em Mântua (1731), escreveu textos famosos sobre sua arte, e teve três filhos que prosseguiram sua habilidade na ornamentação artificial e luxuosa. Seu irmão Francesco projetou teatros em Viena, Nancy e Roma, assim como o Teatro Filarmonico de Verona, muitas vezes considerado o mais belo na Itália. O filho de Alessandro, Ferdinando, era o arquiteto-chefe do eleitor do Palatinado. O outro filho, Giuseppe, projetou o interior da casa da ópera em Bayreuth (1748) — "na espécie, a mais bela que existe".<sup>80</sup> O terceiro filho, Antonio, desenhou os projetos para o Teatro Comunale, em Bolonha.

Este teatro, assim como a velha e imponente Igreja de San Petronio, foi palco da melhor música instrumental na Itália, porque Bolonha era o principal centro italiano de educação e teoria musical. Foi ali que o Padre Giovanni Battista Martini manteve a posição modesta porém austera do professor de música mais respeitado da Europa. Possuía uma biblioteca de música de dezessete mil volumes. Compôs textos clássicos de contraponto e de história musical, correspondendo-se com uma centena de celebridades em vários países. A *accolade* da Accademia Filarmonica, da qual foi por muitos anos o chefe, constituía a ambição de todos os músicos. Era ali que o menino Mozart viria, em 1770, para enfrentar os necessários testes, e que Rossini e Donizetti ensinariam. O festival anual de novas composições, realizado pela orquestra da Accademia, composta de cem figurantes, constituía, para a Itália, a realização máxima do ano musical.

A estimativa de Gibbon, no que se refere à população de Roma em 1740, era de 156 mil almas. Relembrando o brilhantismo do passado imperial, e esquecendo seus mendigos e escravos, ele achou o charme da capital católica incompatível com o seu gosto:

Dentro dos espaçosos certos das muralhas [Aurelianas] a maior parte das sete colinas está recoberta de vinhedos e de ruínas. A beleza e o esplendor da cidade moderna podem ser atribuídos aos abusos do governo e à influência da superstição. Cada um dos reinados (as exceções são raras) foi marcado pela rápida elevação de uma nova família, enriquecida pelos pontífices sem filhos às expensas da Igreja e do Estado. Os palácios desses afortunados sobrinhos são os monumentos mais dispendiosos de elegância e servidão. As perfeitas artes da arquitetura, pintura e escultura foram prostituídas a serviço deles, e suas galerias e jardins são decorados com as obras mais preciosas da antiguidade, que o bom gosto ou a vaidade os fizeram colecionar.<sup>81</sup>

Os papas desse período distinguiam-se por uma perfeita moralidade. A moral ascética, enquanto seu poder decaía. Todos eram italianos, porque nenhum dos mo-

narcas católicos teria permitido que outra nacionalidade captasse o pontificado. Clemente XI (1700-21) justificou o seu nome reformando as prisões de Roma. Inocêncio XIII (1721-24), na opinião do protestante Ranke,

possuía admiráveis qualificações para o governo espiritual assim como para o temporal, porém era de saúde extremamente delicada.(...) As famílias romanas ligadas a ele, e que nutriam esperanças de por ele serem promovidas, ficaram totalmente decepcionadas, até mesmo seu sobrinho não podia obter sem esforço o prazer dos doze mil ducados anuais, que se tornara então a renda usual de um sobrinho.<sup>82</sup>

Benedito XIII (1724-30) "era homem de grande religiosidade pessoal",<sup>83</sup> mas (diz um historiador católico) permitia que seus favoritos pouco dignos desfrutassem de muito poder".<sup>84</sup> Clemente XII (1730-40) inundou Roma com seus amigos de Florença, e quando ficou velho e cego permitia ser governado pelos sobrinhos, cuja intolerância aguçou o conflito entre jesuítas e jansenistas na França.

Macaulay achava Benedito XIV (1740-58) "o melhor e o mais sensato dos 250 sucessores de São Pedro".<sup>85</sup> Trata-se de opinião extremada, no entanto protestantes, católicos e incréus aclamavam Benedito como homem de vasto saber, temperamento dócil e integridade moral. Na qualidade de arcebispo de Bolonha não via empecilho em assistir à ópera três vezes por semana, e na rígida observância de suas tarefas episcopais;<sup>86</sup> e, como papa, aliava a pureza de sua vida particular com humor e alegria, liberdade de expressão e um gosto quase pagão para a literatura e a arte. Acrescentou uma *Vênus* nua à sua coleção, relatando ao cardeal de Tencin que o príncipe e a princesa de Württemberg haviam rabiscado seus nomes, por brincadeira, ao redor de partes do corpo nem sempre mencionadas na correspondência papal.<sup>87</sup> Sua inteligência era tão sarcástica quanto a de Voltaire, porém não impedia que fosse um administrador consciencioso e um diplomata de grande tirocínio.

Encontrou as finanças pontificais em verdadeiro caos. Metade da receita perdia-se em transportes, um terço da população de Roma consistia de eclesiásticos em muito maior número do que o necessário aos negócios da Igreja, e mais oneroso do que esta estava em condições de gastar. Benedito reduziu seu próprio *staff*, demitiu a maior parte da guarda papal, terminou com o favoritismo, diminuiu impostos, introduziu melhoramentos na agricultura e incentivou o empreendimento industrial. Logo sua probidade, economia e eficiência trouxeram um saldo ao tesouro papal. Sua política exterior fez geniais concessões aos reis tumultuosos. Assinou pactos com a Sardenha, Portugal, Nápoles e Espanha, permitindo aos seus dirigentes católicos efetuarem designações para as sés episcopais. Esforçou-se para arrefecer o furor doutrinário na França com a indulgente execução da bula antijansenista, *Unigenitus*. "De vez que a ausência de fé cresce diariamente", escreveu ele, "devemos, ao invés, perguntar se os homens crêem em Deus do que se aceitam a bula."<sup>88</sup>

Envidou esforços a fim de encontrar um *modus vivendi* com o Iluminismo. É digna de nota a cordialidade com que aceitou a dedicatória de Voltaire, na obra *Mahomet*, embora esta peça estivesse sofrendo invectivas eclesiásticas em Paris (1746). Nomeou uma comissão para fazer a revisão do Breviário, eliminando algumas lendas inacreditáveis. Contudo, as recomendações da referida comissão não foram levadas a efeito. Trabalhou ativa e pessoalmente para obter a eleição de d'Alembert para o Instituto



de Bolonha.<sup>89</sup> Foi contra a apressada proibição de livros. Quando seus auxiliares aconselharam-no a denunciar *L'Homme Machine*, de La Mettrie, ele respondeu: "Vocês não vão se abster de me comunicar as audácias de doidos?" E acrescentou: "Saibam que o papa somente tem a mão livre para conceder bênçãos."<sup>90</sup> O *Index Expurgatorius* révisto, que ele publicou em 1758, abandonou quaisquer tentativas de perseguir a literatura não-católica. Com algumas exceções, tomava a seu cargo a proibição de certos livros de autores católicos. Nenhuma condenação deveria ser feita antes que o autor, quando disponível, tivesse uma chance de defender-se. Nenhum livro sobre assunto erudito deveria ser condenado, exceto quando feita consulta aos técnicos. Aos homens de ciência, ou aos eruditos, seria imediatamente dada permissão para ler os livros proibidos.<sup>91</sup> Tais regulamentos foram observados nas edições subseqüentes do *Index*, tendo sido confirmados por Leão XIII, em 1900.

Os papas julgavam tão difícil governar Roma quanto governar o mundo católico. A população da cidade talvez fosse a mais rude e violenta da Itália, talvez da Europa. Entre a nobreza, qualquer questão levava ao duelo, ou a conflito sangrento entre seções de grupos patrióticos que dividiam a Cidade Sagrada. No teatro, o julgamento da platéia podia ser impiedoso, principalmente quando errado. Veremos um exemplo em relação a Pergolesi. A Igreja procurava apaziguar o povo com festas, procissões, indulgências e Carnaval. Durante os oito dias anteriores à Quaresma, era dada autorização para o uso de disfarces e fantasia e para brincar no *Corso*. Os nobres procuravam favores do povo com desfiles de cavalos e carruagens com cavaleiros e condutores adestrados e belas mulheres ricamente adornadas. As prostitutas ofereciam seus produtos, aumentando temporariamente suas taxas, e os namoros entre mascarados aliviavam por algumas horas as restrições da monogamia. Passado o Carnaval, a cidade de Roma continuava seu inalterável teor de crença e crime.

A arte não prosperava entre os diminutos saldos de uma fé em declínio. A arquitetura apresentava algumas contribuições menores. Alessandro Galilei deu à velha Igreja de San Giovanni, em Laterano, uma majestosa fachada; Ferdinando Fuga deu novo aspecto a Santa Maria Maggiore e Francesco de Sanctis elevou a imponente e larga Scala di Spagna, da Piazza di Spagna, para o santuário da Santíssima Trinità dei Monti. A escultura apresentava um famoso monumento, a Fontana di Trevi — onde os alegres turistas, de costas, jogam para trás uma moeda na água, a fim de assegurar outra visita a Roma. Esta "Fonte das Três Saídas" tinha uma longa história. Bernini pode ter deixado um desenho da mesma, e Clemente XII abria uma concorrência para sua execução, tendo Edme Bouchardon, de Paris, e Lambert-Sigisbert Adam, de Nancy, apresentado planos. A escolha para realizar o projeto recaiu sobre Giovanni Maini, Pietro Bracci esculpiu o grupo central de Netuno e seus componentes (1732), Filippo della Valle modelou as figuras da Fertilidade e Cura, Niccolò Salvi forneceu o fundo arquitetônico e Giuseppe Pannini completou o trabalho em 1762. Esta colaboração de tantas mentes e mãos no decurso de trinta anos talvez sugira vontade vacilante ou falta de fundos, porém dissipa qualquer idéia de que a arte estava morta em Roma. Bracci acrescentou às suas honrarias o túmulo (agora em São Pedro) de Maria Clementina Sobieska, a infeliz mulher do pretendente Stuart, Jaime III, e della Valle deixou na Igreja de Santo Inácio um relevo delicadamente esculpido da Anunciação, digno da Renascença em seus tempos máximos.

A pintura, nessa época, não produziu grandes obras, mas Giovanni Battista Piranesi transformou o entalhe numa arte maior. Filho de um pedreiro nas proximidades de Veneza, leu Palladio, sonhando com palácios e santuários. Veneza possuía mais artistas do que dinheiro, e Roma mais dinheiro do que artistas. De modo que Giovanni transferiu-se para Roma, estabelecendo-se como arquiteto. Entretanto, era escassa a procura de construção de palácios ou mansões. Todavia, ele os projetou, ou melhor, idealizou estruturas que sabia ninguém iria construir, entre estas fantásticas prisões cujo aspecto era de que a Scala di Spagna havia caído sobre os Banhos de Diocleciano. Em 1750, publicou esses desenhos, com os títulos *Opere varie di architettura e Carceri* (Prisões), e o povo comprou-os como quem compra brinquedos de passatempo ou objetos religiosos. Com inspirações mais elevadas, Piranesi aproveitou sua arte para gravar seus esboços dos antigos monumentos. Apaixonou-se pelo trabalho, assim como o fizeram Poussin e Robert. Sofria de ver aquelas ruínas clássicas cada vez se desintegrando mais, e saía para desenhá-las, esquecendo-se até de comer. Mesmo mortalmente doente de câncer, continuou a desenhar, gravar, e gravar a água-forte.

Essa revivescência foi grandemente incentivada pelas escavações em Herculano e Pompéia — cidades que haviam sido destruídas pela erupção do Vesúvio, em 79 d.C. Em 1719, camponeses revelaram ter encontrado estátuas enterradas, em Herculano. Só dezenove anos depois foram obtidos fundos para uma exploração sistemática do local. Em 1748, outras escavações principiaram a revelar as maravilhas da Pompéia paga, e em 1752, os maciços e majestosos templos gregos de Pesto foram retirados das brechas. De diversos países chegaram arqueólogos a fim de estudar e descrever as descobertas. Seus desenhos despertaram o interesse tanto de artistas como de historiadores. Bem cedo, Roma e Nápoles foram invadidas pelos entusiastas da arte clássica, principalmente da Alemanha. Mengs lá chegou em 1740, Winckelmann, em 1755. Lessing ansiava por ir a Roma “a fim de lá permanecer no mínimo um ano e, se possível, para sempre”.<sup>92</sup> E Goethe... mas deixemos esta história para depois.

É difícil situar Anton Raphael Mengs, pois nasceu na Boêmia (1728), trabalhou principalmente na Itália e Espanha, e escolheu Roma para morar. Seu pai, pintor de miniaturas em Dresden, inspirado em Correggio e Rafael, deu ao filho esses nomes, reservando-o para a arte. O menino demonstrou possuir talento, e o pai levou-o para Roma com a idade de doze anos. Lá chegando, dizem que trancou-o no Vaticano por dias consecutivos, dando-lhe pão e vinho como alimento, dizendo-lhe que, quanto ao resto, que se alimentasse das relíquias de Rafael, de Miguel Ângelo e do mundo clássico. Depois de breve permanência em Dresden, Anton voltou para Roma, chamando a atenção com uma pintura da Sagrada Família, para a qual tomou como modelo Margarita Guazzi, “jovem pobre, virtuosa e bela”.<sup>93</sup> Casou-se com ela em 1749, e na mesma ocasião professou o credo Católico Romano. Novamente em Dresden, foi designado pintor da corte de Augusto III, com mil táleres anuais. Concordeu em pintar duas telas para uma igreja de Dresden, convencendo entretanto o rei-eleitor a executá-la em Roma. Em 1752, com a idade de 24 anos, lá estabeleceu-se. Com 26 anos foi nomeado diretor da Escola de Pintura do Vaticano. Em 1755, encontrou Winckelmann, concordando com ele que o barroco era um erro, e que a arte precisava purificar-se pelas formas neo-clássicas. É provável que por esse tempo tenha ele execu-

tado o auto-retrato a pastel, atualmente na Gemäldegalerie, em Dresden — rosto e cabelos de uma menina, porém com olhos brilhantes de orgulho de um homem cômico de que poderia balançar o mundo.

Quando Frederico o Grande expulsou Augusto da Saxônia (1756), os vencimentos que lhe foram concedidos pelo rei foram suspensos, e Mengs teve de viver dos modestos honorários oferecidos na Itália. Tentou estabelecer-se em Nápoles, porém os artistas do lugar, fiéis ao antigo costume napolitano, ameaçaram sua vida como se ele fosse um invasor estrangeiro. Mengs apressou-se em voltar para Roma. Decorou a Villa Albani com os afrescos que um dia foram famosos. O que ainda se pode lá ver é o *Parnasso* (1761), tecnicamente excelente, de uma frieza clássica, emocionalmente morto. Não obstante, o ministro da Espanha em Roma teve a intuição de que aquele seria o homem para decorar o palácio real em Madri. Carlos III mandou chamar Mengs, prometeu-lhe pagar dois mil dobrões por ano, além de casa, carruagem e uma passagem em navio de guerra espanhol, que partiria de Nápoles. Em setembro de 1761, Mengs chegou a Madri.

## VII. NÁPOLES

### 1. O Rei e o Povo

O Reinado de Nápoles, compreendendo toda a Itália ao sul dos Estados Papais, era açoitado na luta para conseguir o poder entre Áustria, Espanha, Inglaterra e França. O fato é o movimento lógico da história, a sangrenta gangorra da vitória e da derrota. Notemos apenas que a Áustria tomou Nápoles em 1707, que Dom Carlos, o conservador Duque de Parma e filho de Filipe V da Espanha, enxotou os austríacos em 1734 e, na qualidade de Carlos IV, rei de Nápoles e da Sicília, reinou até 1759. A capital, com trezentos mil habitantes, era a maior cidade da Itália.

Carlos amadureceu lentamente na arte de reinar. A princípio, considerou a qualidade de rei um deleite. Negligenciou o governo, passando os dias a caçar e comendo demais a ponto de ficar obeso. Depois, por volta de 1755, sob a inspiração de seu ministro da Justiça e Relações Exteriores, Marquês Bernardo di Tanucci, tomou a seu cargo mitigar o rude feudalismo subjacente à labuta e ao enlevo da vida napolitana.

Três grupos interligados há muito governavam o reinado. Os nobres possuíam quase dois terços da terra, conservavam sob servidão quatro quintos de seus cinco milhões de almas, dominavam o parlamento, controlavam a tributação, e se opunham a quaisquer reformas. O clero possuía um terço da terra, mantendo o povo em submissão espiritual com uma teologia de terror, uma literatura de lendas, um ritual de entorpecimento e milagres, tal como a manipulada liquefação do sangue congelado de São Januário, padroeiro de Nápoles, realizada anualmente. A administração estava nas mãos de advogados, devedores dos nobres e dos prelados e, por conseguinte, garantindo o *status quo* medieval. Uma minoria da classe média, sobretudo comerciantes, era politicamente impotente. Camponeses e proletários viviam numa pobreza que induzia alguns ao banditismo e reduzia muitos à mendicância. Só em Nápoles havia

trinta mil mendigos.<sup>94</sup> De Brosses chamava aquelas massas de “o mais abominável rebotalho, a praga mais nojenta”<sup>95</sup> — uma opinião que condenava o efeito sem estigmatizar a causa. Entretanto, devemos convir que aqueles napolitanos maltrapilhos, supersticiosos e oprimidos pelos padres pareciam possuir mais graça e vida do que qualquer plebeu da Europa.

Carlos obstou o poderio dos nobres, atraindo-os para a corte, a fim de ficarem sob as vistas reais, e criando novos nobres a ele subordinados. Desencorajou o ingresso de jovens nos conventos, limitou o número de eclesiásticos, de cem para 81 mil, tributou em dois por cento a propriedade da Igreja, e diminuiu as imunidades legais do clero. Tanucci restringiu a jurisdição dos nobres, combateu a corrupção judiciária, reformou as normas legais e moderou a severidade do código penal. Liberdade de culto era permitida aos judeus, mas os padres asseguraram a Carlos que a falta de um herdeiro do sexo masculino era o castigo de Deus por sua tolerância, fazendo com que a graça lhe fosse abstraída.<sup>96</sup>

A paixão do rei pelas construções dotou Nápoles com dois famosos edifícios. O grande Teatro San Carlo foi erigido em 1737, sendo ainda uma das maiores e mais belas casas de ópera existentes. Em 1752, Luigi Vanvitelli principiou em Caserta, a 25 quilômetros a nordeste da capital, o enorme palácio real designado para reviver Versalhes, atendendo a funções similares de abrigar a família real, a nobreza que a acompanhava e o principal corpo administrativo de servidores. Nesse trabalho foram empregados escravos negros ou brancos por um período de 22 anos. Um grupo de construções formando círculos ladeava uma grande extensão de terreno até o edifício central, cuja frente estendia-se por 270 metros. No interior estavam a capela, o teatro, inúmeros quartos, e duas escadas, cada um de seus degraus feito de um só bloco de mármore. Atrás do palácio, numa extensão de 750 metros, alongavam-se jardins de estilo formal, grande quantidade de estátuas e majestosas fontes supridas de um aqueduto de 40 quilômetros de comprimento.

Além dessa Caserta (pois o palácio, assim como o Escorial e Versalhes, tomou o nome de sua cidade) não havia nenhuma arte digna de nota em Nápoles naquela época, nem algo memorável no setor de drama ou da poesia. Um homem escreveu a audaciosa *Istoria civile del regno di Napoli* (1723), uma torrente de investidas contra a ambição dos padres, abuso das cortes eclesiásticas, poder temporal da Igreja, e a reivindicação do papa de manter Nápoles como um domínio papal. Seu autor, Pietro Giannone, foi excomungado pelo arcebispo de Nápoles, fugiu para Viena, foi aprisionado pelo rei da Sardenha, morrendo em Turim (1748) após doze anos de prisão.<sup>97</sup> — Antonio Genovesi, um padre, perdeu a fé após ter lido Locke, e em *Elementa metaphysicae* (1743) tentou introduzir a psicologia lockiana na Itália. Em 1754, um homem de negócios de Florença instituiu na Universidade de Nápoles a primeira cadeira de economia política na Europa, mediante duas condições: nunca ser ocupada por um padre, e que seu primeiro professor fosse Antonio Genovesi. A retribuição de Genovesi (1756) foi o seu primeiro tratado sistemático de economia em italiano, *Lezioni di commercio*, que reportava o clamor dos mercadores e fabricantes para se libertarem das restrições feudais, eclesiásticas e outras mais sobre a livre empresa. Naquele mesmo ano, Quesnay levantou idêntico pedido em favor da classe média francesa, em seus artigos para a *Encyclopédie* de Diderot.

Talvez tenha sido estabelecida uma ligação entre Genovesi e Quesnay, por Ferdinando Galiani, de Nápoles e Paris. Galiani publicou, em 1750, um *Trattato della Moneta*, no qual, com a inocência de um economista de 22 anos, determinava o preço do produto pelo custo de sua produção. Mais brilhante foi o seu *Dialoghi sul commercio dei grani*, que notamos ser uma crítica a Quesnay. Quando teve de voltar à pátria depois dos movimentados tempos de Paris, lamentou não haver em Nápoles nem salões, nem Mme. Geoffrin para alimentá-lo e despertar-lhe a inteligência. Foi, contudo, um filósofo que deixou sua marca na história.

## 2. Giambattista Vico

Com sete anos, assim nos conta sua autobiografia, ele caiu de uma escada, de cabeça no chão, ficando inconsciente pelo espaço de cinco horas. Sofreu fratura de crânio, em decorrência do que formou-se um tumor enorme, que foi reduzido por sucessivas punções. Entretanto, o menino perdeu tanto sangue naquele processo que os cirurgiões acharam que ele não resistiria. “Graças a Deus” — o comentário é dele — “sobreviveu, mas a consequência desse revés foi crescer com um temperamento melancólico e irritável.”<sup>98</sup> Além disso tudo, contraiu tuberculose. Se para o gênio expandir-se torna-se necessário qualquer obstáculo físico, Vico foi magnificamente bem aquinhoado.

Com dezessete anos (1685) ganhou a vida como tutor, em Vatolla (nas proximidades de Salerno), do sobrinho do bispo de Ischia, permanecendo nesse ofício nove anos. Nos intervalos do trabalho estudava, com ansiedade febril, jurisprudência, filologia, história e filosofia. Com verdadeira fascinação lia Platão, Epicuro, Lucrécio, Maquiavel, Francis Bacon, Descartes e Grotius, em prejuízo de seu catecismo. Em 1697, obteve uma cadeira de professor de retórica na Universidade de Nápoles, que lhe rendia apenas cem ducados anuais, aos quais ele acrescentava seus vencimentos como tutor. Com essa quantia criou uma grande família. Uma filha morreu quando muito jovem, o filho demonstrou tendências tão viciadas que teve de ser mandado para a casa de correção. A mulher era analfabeta e incompetente. Vico viu-se obrigado a ser pai, mãe e professor.<sup>99</sup> Entre tais afazeres escreveu a sua filosofia da história.

No *Principi di una scienza nuova d'intorno alla commune natura delle nazioni* (1725) apresentou “princípios de uma nova ciência relativa à natureza comum das nações”, propondo encontrar, no emaranhado da história, normas de seqüência que pudessem iluminar o passado, o presente e o futuro. Vico pensava poder discernir três períodos principais na história de cada povo:

(1) A época dos deuses, na qual os gentios acreditavam estarem vivendo de acordo com as leis divinas, e todas as coisas lhes sendo apresentadas [através dos deuses] por oráculos e presságios.(...) (2) A época dos heróis, quando eles reinavam em comunidades aristocráticas, em virtude de se julgarem, por natureza, superiores à plebe. (3) A era do homem, na qual todos se reconheciam iguais segundo a natureza humana e, por conseguinte, instituíram as primeiras comunidades populares, e em seguida, as monarquias.<sup>100</sup>

Vico atribuía o primeiro período apenas à história dos “gentios” e “profanos” (não bíblicos). Não podia, sem ofender à sagrada tradição, falar dos judeus do Velho Testamento como apenas *acreditando* terem eles vivido sob governos divinos. De vez que a Inquisição (mais severa em Nápoles do que no norte da Itália) havia perseguido os intelectuais napolitanos por se referirem a homens anteriores a Adão, Vico esforçou-se em reconciliar a sua forma com o Gênese, ao supor que todos os descendentes de Adão, exceto os judeus, tinham reincidido, após o Dilúvio, a uma condição quase bestial, vivendo em cavernas, copulando indiscriminadamente em uma comunidade de mulheres. Foi a partir desse “estado da natureza” secundário que a civilização havia se desenvolvido através da família, da agricultura, da propriedade, da moral e da religião. Algumas vezes, Vico referia-se à religião como uma maneira primitiva e animista de explicar objetivos e acontecimentos. Outras vezes, exaltava-a como a culminância da evolução.

Aos três estágios de desenvolvimento social correspondem três “naturezas”, ou maneiras de interpretar o mundo: o teológico, o legendário, o racional.

A primeira natureza, por uma ilusão do imaginário (mais forte naqueles com um poder menor de raciocínio), era poética e criativa, que podemos nos permitir de denominar divina, pois concebia serem as coisas físicas animadas por deuses.(...) Por idêntico erro de sua imaginação os homens tinham um medo terrível dos deuses que eles mesmos haviam criado.(...) A segunda natureza era a heróica. Os heróis acreditavam-se de origem divina.(...) A terceira era a natureza humana [a maneira], inteligente e, por conseguinte, modesta, benigna e racional, reconhecendo a consciência, a razão e o dever como leis.<sup>101</sup>

Vico esforçou-se para ajustar a história da língua, literatura, lei e governo neste triplo esquema. No primeiro estágio, os homens comunicavam-se por meio de sinais e gestos; no segundo, através de “emblemas, semelhanças, imagens”; no terceiro, por palavras “que o povo concluíra deverem ser usadas,(...) pelas quais estabeleceria o significado das leis”. A própria lei passava também por um desenvolvimento correspondente: no princípio era divina, ditada por Deus, como no código de Moisés; depois, heróica, como em Licurgo; em seguida, humana — “ditada pela razão humana plenamente desenvolvida”.<sup>102</sup> O governo também passou por três estágios: o teocrático, no qual os dirigentes se proclamavam a voz de Deus; o aristocrático, em que “todos os direitos civis” eram relegados à lei predominante dos “heróis”; e a humana, na qual “todos são considerados iguais perante as leis.(...) É este o caso nas cidades populares livres,(...) e ainda nas monarquias que consideram todos os seus súditos iguais sob suas leis”.<sup>103</sup> Evidentemente, Vico lembrava-se da síntese de Platão relativa à evolução política, da monarquia através da aristocracia, para a democracia, para a ditadura (*tyrannis*), porém alterando a fórmula para: teocracia, aristocracia, democracia, monarquia. Concordava com Platão de que a democracia tendia para o caos, considerando o governo de um só homem como um remédio necessário para a desordem democrática. “As monarquias constituem o final dos governos(...) junto aos quais os governos vão descansar.”<sup>104</sup>

A desordem social pode vir através da deterioração moral, fausto, efeminação, perda de qualidades marciais, corrupção nos empregos, demolidora concentração da ri-

queza, ou inveja agressiva entre o povo. Em geral, tais desordens levam à ditadura, como no caso em que o governo de Augusto sanou o caos democrático da República de Roma.<sup>105</sup> Se uma ditadura equilibrada fracassa para deter a decadência, outra nação mais forte surge como conquistador.

De vez que povos tão corruptos tornam-se escravos de suas desenfreadas paixões, (...) segundo os decretos da Providência eles passam a ser escravos pela lei natural das nações, (...) ficando sujeitos às nações melhores que os conquistaram, conservando-os na qualidade de região dependente. Aqui, então, as duas grandes luzes da ordem natural se destacam: primeiro, aquele que não pode governar-se deve deixar-se dominar por um outro que pode; segundo, o mundo é sempre governado por aqueles que são naturalmente mais aptos.<sup>106</sup>

Em tais casos, o povo conquistado volta ao estágio de desenvolvimento alcançado por seus conquistadores. De modo que a população do Império Romano, após a invasão dos bárbaros, voltou ao barbarismo, tendo que principiar com a democracia [domínio dos padres e da teologia]. Assim era a Idade Média. Com as Cruzadas surgiu uma outra era heróica. Os chefes feudais correspondem aos heróis de Homero, e Dante é Homero outra vez.

Ouvimos em Vico ecos da teoria de que a história é uma repetição circular, e da lei do *corsi e ricorsi*, de Maquiavel, do desenvolvimento e do retorno. A idéia de progresso sofre nesta análise. O progresso é apenas uma metade do movimento cíclico, no qual a outra parte é a decadência. A história, assim como a vida, é evolução e dissolução em uma seqüência e fatalidade inevitáveis.

Nesse sentido, Vico apresentou algumas extraordinárias sugestões. Reduzia muitos heróis das lendas clássicas a epônimos — nomes emprestados — personificações *post-factum* de longos processos impessoais ou multipessoais. De modo que Orfeu era a consolidação imaginária de vários músicos primitivos; Licurgo a personificação de uma série de leis e costumes que congelaram Esparta; Rômulo mil homens que transformaram Roma em Estado.<sup>107</sup> De igual forma Vico reduzia Homero a um mito com o argumento — meio século antes de *Prolegômenos a Homero*, de Friedrich Wolf (1795) — que seus épicos eram o produto acumulado e gradativamente amalgamado de grupos e gerações de rapsodistas que cantavam, nas cidades gregas, as sagas de Tróia e de Odisseu.<sup>108</sup> E a quase um século anteriormente à *História de Roma*, de Barthold Niebuhr, (1811-32), Vico rejeitou como lendária os primeiros capítulos de Livy. “Todas as histórias das nações gentias tiveram inícios fabulosos.”<sup>109</sup> (Novamente Vico cautelosamente evita impugnar a historicidade do Gênese.)

Este livro memorável revela uma mente robusta porém atormentada, em luta para formular idéias básicas sem meter-se num cárcere da Inquisição. Vico, por várias vezes, desviou-se de seu caminho a fim de professar sua lealdade à Igreja, achando merecer encômios eclesiásticos por explicar os princípios da jurisprudência de maneira compatível com a teologia católica.<sup>110</sup> Depreendemos um tom mais sincero em seus pontos de vista sobre religião com indispensável garantia da ordem social e moralidade pessoal: “A religião por si só tem o poder de induzir as pessoas a realizarem obras virtuosas...”<sup>111</sup> E, no entanto, a despeito de mencionar freqüentemente a “Providência”, parece eliminar Deus da história, reduzindo os acontecimentos a um jogo

livre de causa e efeito. Um professor dominicano atacou a filosofia de Vico como não-cristã e sim lucreciana.

Talvez o emergente secularismo da análise de Vico tivesse algo a ver com a não obtenção de audiência na Itália e, sem dúvida, o tom irregular e digressivo de sua obra e a confusão de seu pensamento condenaram sua “nova ciência” a um nascimento morto e penoso. Ninguém concordava com a sua convicção de ter escrito um livro profundo ou iluminado. Apelou, em vão, a Jean Le Clerc, para que ao menos o mencionasse no seu periódico *Nouvelles de la république des lettres*. Dez anos após o aparecimento de *Scienza nuova*, Carlos IV foi em auxílio de Vico nomeando-o historiador do reino, com vencimento anual de cem ducados. Em 1741, Giambattista teve a satisfação de ver seu filho, Genaro, suceder à sua cátedra na Universidade de Nápoles. Nos últimos anos de vida sua mente deteriorou-se, fazendo-o cair em um misticismo que beirava a insânia (1743-44).

Montesquieu tinha um exemplar do livro de Vico em sua biblioteca.<sup>112</sup> Em suas notas particulares, o filósofo francês reconhecia sua dívida à teoria do cíclico desenvolvimento e decadência, e essa dívida, não mencionada, figura em *Grandeza e Decadência dos Romanos*, de Montesquieu (1734). Quanto ao mais, Vico permaneceu quase desconhecido na França até que Jules Michelet publicou (1827) uma tradução resumida da *Scienza Nuova*. Michelet descreveu a Itália como “minha segunda mãe e ama, que na mocidade amamentou-me de Virgílio, e na maturidade alimentou-me com Vico”.<sup>113</sup> Em 1826, Auguste Comte principiou as conferências que se tornaram os *Cours de philosophie positive* (1830-42), nos quais verifica-se a influência de Vico em todos os pontos. Coube a um napolitano, Benedetto Croce, dar a Vico o seu valor,<sup>114</sup> sugerindo que a história devia alinhar-se ao lado da ciência, na qualidade de início e complemento da filosofia.

### 3. A Música Napolitana

Nápoles inverteu Pitágoras ao julgar a música a maior filosofia. Lalande, o astrônomo francês, após uma excursão pela Itália, em 1765-66, disse:

A música é a maior vitória dos napolitanos. Parece que naquela terra as membranas do tímpano são mais retesadas, mais harmoniosas, mais sonoras do que em qualquer parte da Europa. Toda a nação canta. Gestos, tons, vozes, o ritmo das sílabas, a própria conversação — tudo respira música.(...) De modo que Nápoles é a principal fonte da música italiana, dos grandes compositores e excelentes óperas. Foi lá que Corelli, Vinci, Rinaldo, Jomelli, Durante, Leo, Pergolesi,(...) e tantos outros compositores famosos apresentaram suas obras-primas.<sup>115</sup>

Entretanto, Nápoles tinha a supremacia apenas na ópera e na melodia vocal. Na música instrumental a liderança era de Veneza, e os aficionados da música queixavam-se de que os napolitanos gostavam mais dos truques das vozes do que das sutilezas de harmonia e contraponto. Lá vivia Niccolò Porpora, “talvez o maior professor de canto que jamais existiu”.<sup>116</sup> Qualquer gorjeador italiano sonhava ser seu aluno e, uma vez



aceito, suportava humildemente suas imperiosas excentricidades. Segundo uma história, Porpora fez Gaetano Caffarelli ficar cinco anos com uma única página de exercícios, depois despachou-o, assegurando-lhe ser ele, então, o maior cantor da Europa.<sup>117</sup> Secundando Porpora como professor vinha Francesco Durante, que lecionou Vinci, Jommelli, Pergolesi, Paisiello e Piccini.

Leonardo Vinci era o único prejudicado pelo nome, porém bem cedo conquistou calorosos aplausos com sua apresentação de *Didone abbandonata*, de Metastasio. Algarotti achou que "o próprio Virgílio teria ficado satisfeito de ouvir uma composição tão animada e pungente, na qual o coração e a alma estavam ao mesmo tempo acometidos por todas as potencialidades musicais."<sup>118</sup> Ainda mais famoso era Leonardo Leo, na *opera seria e buffa*, oratório, missas e motetes. Por certo tempo, Nápoles oscilou entre o riso, com sua ópera cômica, *La finta Fracastana*, ou o pranto diante do "Miserere" que Leo compusera para as orações da Quaresma de 1744.

Em 1735, quando ouviu uma cantata por Niccolò Jommelli, Leo exclamou: "Em pouco tempo este jovem será a admiração e o encantamento da Europa."<sup>119</sup> Jommelli quase justificou a profecia. Aos 23 anos conquistou os aplausos de Nápoles com a sua primeira ópera. Aos 26, obteve sucesso similar em Roma. Passando por Bolonha, apresentou-se para tomar lições com o Padre Martini, mas quando o reverendo professor ouviu-o improvisar uma fuga, em todo o seu desenvolvimento clássico, exclamou: "Afinal, quem é você? Está querendo brincar comigo? Sou eu que devo aprender com você."<sup>120</sup> Em Veneza, suas óperas despertaram tamanho entusiasmo que o Conselho dos Dez nomeou-o diretor de música da Scuola degli Incurabili. Naquele posto, escreveu algumas das melhores músicas religiosas daquela geração. Mudando-se para Viena (1748) compôs juntamente com Metastasio, de quem ficou grande amigo. Após ter obtido outras vitórias em Veneza e Roma, estabeleceu-se em Stuttgart e Ludwigsburg (1753-68), na qualidade de *Kapellmeister* do Duque de Württemberg, onde modificou seu estilo operístico em uma orientação alemã, ao dar mais complexidade à sua harmonia, maior substância e peso à música instrumental. Descartou a repetição *da capo* das árias, fornecendo acompanhamento de orquestra para os recitativos musicais. Provavelmente sob a influência de Jean-Georges Noverre, o mestre francês de balé em Stuttgart, deu à dança papel de destaque nas óperas. De certa forma, tais desenvolvimentos na música de Jommelli prepararam o caminho para as reformas de Gluck.

Quando o compositor, envelhecido, voltou a Nápoles (1768), os auditórios ressentiram-se de suas tendências teutônicas, e decididamente recusaram suas óperas. Em 1770, ouvindo uma delas naquela cidade, Mozart observou: "É muito bonita, mas o estilo é por demais elevado, assim como muito antigo para o teatro."<sup>121</sup> Jommelli deu-se melhor com a música sacra. Seu "Miserere" e a *Missa para os Mortos* foram cantados por todo o mundo católico. Ao ouvir a *Missa*, em Lisboa, no ano de 1787, William Beckford escreveu: "Jamais ouvi, e talvez não torne a ouvir música tão grandiosa e emocionante."<sup>122</sup> Tendo economizado seus ganhos com cuidado teutônico, Jommelli recolheu-se em Aversa, sua cidade natal, ali passando seus últimos anos de vida em corpulenta opulência. Em 1774, todos os músicos importantes assistiram ao seu funeral.

Nápoles ria mais do que cantava. Foi com uma ópera cômica que Pergolesi con-

quisitou Paris depois que aquela orgulhosa cidade, única entre as capitais européias, recusara-se a aceitar a *opera seria* italiana. Giovanni Battista Pergolesi não lutou pessoalmente esta batalha, porque morreu em 1736, com a idade de 26 anos. Nascido nas proximidades de Ancona, foi para Nápoles aos dezesseis anos, e, aos 23, já escrevera várias óperas, trinta sonatas e duas missas muito apreciadas. Em 1733, apresentou a ópera *Il prigioniero* e, com um interlúdio para esta, ofereceu *La serva padrona* — “a criada” tornou-se “a patroa” da casa. O libreto é uma jocosa história de como Serpina, a criada, por meio de um ardil, levou seu patrão ao casamento. A música estende-se por uma hora de alegria e vivacidade das árias. Já vimos como essa artificiosa brincadeira captou o espírito e o coração de Paris na *Guerre des Bouffons* de 1752, quando foi levada cem vezes na Opéra, e, posteriormente, em 1753, por 96 vezes mais no Théâtre Français. Entrementes, Pergolesi regia sua ópera *L'Olimpiade*, em Roma (1735). Foi recebida com vaías tempestuosas, sendo uma laranja destramente lançada na cabeça do compositor.<sup>123</sup> Um ano mais tarde, foi para Pozzuoli tratar-se de tuberculose, que se agravava em virtude de sua vida desregrada. Sua morte prematura expiou os pecados, e ele foi enterrado na catedral local pelos frades capuchinhos, entre os quais passara seus últimos dias. Roma, arrependida, reviveu *L'Olimpiade*, aplaudindo-a freneticamente. A Itália o reverencia não só por seus alegres *intermezzi*, como pelo sentimento terno de sua “*Stabat Mater*”, que ele não viveu para terminar. O próprio Pergolesi foi assunto de duas óperas.

Domenico Scarlatti, como Pergolesi, foi prejudicado pela mutação dos gostos. Entretanto, quem pode resistir à centelha de sua magia? Nascido no *annus mirabilis* de Handel e Bach (1685), era o sexto filho de Alessandro Scarlatti, então o Verdi da ópera italiana. Respirou música desde o berço. Músicos eram seu irmão Pietro, o primo Giuseppe, os tios Francesco e Tommaso. As óperas de Giuseppe eram representadas em Nápoles, Roma, Turim, Veneza, Viena. Temeroso de que o gênio de Domenico ficasse asfixiado por aquela plethora de talento, o pai enviou-o, com a idade de vinte anos, para Veneza. “Este meu filho”, disse, “é uma águia cujas asas cresceram. Não deve permanecer no ninho, e não devo estorvar o seu vôo”.<sup>124</sup>

Em Veneza, o jovem prosseguiu os estudos, encontrando Handel. Talvez tenham partido juntos para Roma, onde, por instâncias do Cardeal Ottoboni, engajaram-se em amigável competição no cravo e depois no órgão. Domenico já era o melhor cravista da Itália, mas Handel, segundo informações, o igualava, enquanto no órgão Scarlatti conquistara a superioridade sobre *il caro Sassone*. Os dois homens tornaram-se amigos íntimos, o que é muito difícil entre profissionais da mesma arte, porém, a julgar pelo que nos reporta um contemporâneo, “Domenico possuía um temperamento dócil e o mais gentil dos comportamentos”,<sup>125</sup> enquanto o coração de Handel era tão grande quanto sua constituição. A modéstia do italiano impedia-o de apresentar demonstrações públicas de sua maestria no cravo. Sua fama chegou até nós pelos relatórios dos saraus musicais particulares. Um ouvinte, em Roma, (1714) “comentou que dez mil demônios pareciam habitar o instrumento”. Nunca antes ouvira “trechos semelhantes por sua execução e efeito”.<sup>126</sup> Scarlatti foi o primeiro a desenvolver as potencialidades do teclado da mão esquerda, inclusive ao cruzar por cima da direita. “A natureza”, dizia, “deu-me dez dedos e, como o meu instrumento tem utilização para todos, não vejo por que não usá-los.”<sup>127</sup>

Em 1709, aceitou a designação de *maestro di capella* para a ex-rainha da Polónia, Maria Kazimiera. Por morte do marido, Jan Sobieski, foi banida como uma intrigante importuna. Vindo a Roma em 1699, resolveu abrir um salão tão brilhante de gênios como o da Rainha Cristina da Suécia, que morrera há dez anos. Num palácio na Piazza della Trinità dei Monti, reuniu muitos do antigo círculo de Cristina, inclusive vários membros da Academia Arcadiana. Lá (1709-14), Scarlatti produziu muitas de suas óperas. Animado com o sucesso dessas óperas, apresentou *Amleto*, no Teatro Capranico. Não foi bem recebida, e Domenico nunca mais ofereceu uma ópera ao público italiano. Seu pai estabelecera um padrão alto demais para que ele pudesse alcançá-lo.

Por quatro anos (1715-19) dirigiu a Cappella Giulia no Vaticano, oficiando no órgão, em São Pedro. Compôs, então, uma "Stabat Mater", declarada, "uma verdadeira obra-prima".<sup>128</sup> Em 1719, regeu sua ópera *Narciso* em Londres. Dois anos depois, vamos encontrá-lo em Lisboa, na qualidade de mestre de capela de João V e professor da filha do rei, Maria Bárbara, que se tornou hábil cravista sob sua orientação. A maior parte de suas sonatas existentes foram compostas para uso dela. Voltando a Nápoles, com 42 anos, casou-se com Maria Gentile, de dezesseis, levando-a para Madri em 1719. Naquele ano, Maria Bárbara casou-se com Fernando, príncipe-herdeiro da Espanha. Quando mudou-se com ele para Sevilha, Scarlatti acompanhou-a, permanecendo a seu serviço até a sua morte.

A mulher de Scarlatti morreu em 1739, deixando cinco filhos. Ele tornou a se casar e, em breve, os cinco eram nove. Quando Maria Bárbara tornou-se rainha da Espanha (1746) trouxe a família de Scarlatti para Madri. Farinelli era o músico favorito do real par, porém o cantor e o virtuose tornaram-se bons amigos. A posição de Scarlatti era a de um servidor privilegiado, fornecendo música para a corte espanhola. Obteve licença para ir a Dublin em 1740 e para Londres em 1741, mas a maior parte do tempo vivia calmamente em Madri ou em sua periferia, quase segregado do mundo, e possivelmente sem suspeitar que se tornaria o favorito dos pianistas no século XX.

Das 555 "sonatas", as quais, dentro de suas minúcias tonais, constituem um precário apoio à sua fama, Scarlatti publicou apenas trinta, em toda a sua vida. O título modesto, *Esercizii per gravicembalo*, indicava objetivo restrito — explorar as possibilidades de expressão através da técnica do cravo. São sonatas somente segundo a antiga acepção do termo, na qualidade de peças instrumentais que devem ser "sonorizadas" e não cantadas. Algumas possuem temas contrastantes, outras se combinam em tom maior ou menor. Contudo, são todas em movimentos isolados, sem tentativa de elaboração temática e recapitulação. Representam a libertação da música para cravo da influência do órgão, e a aceitação, pela composição do teclado, da influência da ópera. A vivacidade, delicadeza, trinados e habilidades dos sopranos e dos *castrati* são ali ultrapassados por dedos ágeis, a serviço de uma imaginação alegre e pródiga. Scarlatti "tocava" literalmente o cravo. "Não esperem", dizia, "nenhum estado profundo, mas, ao contrário, uma brincadeira inventiva com a arte."<sup>129</sup> Algo da dança espanhola — pés saltitantes, saias ondulantes e o tilintar das castanholas — encontram-se nas ondulações e no cascadear, e por todas as sonatas depreende-se o abandono do executante no prazer do domínio sobre seu instrumento.<sup>130</sup>

Este prazer no instrumento deve ter sido um dos elementos que auxiliaram Scarlat-

ti a suportar os anos em que serviu na Espanha. Rivalizava-se com o prazer do jogo, que consumia boa parte de sua pensão, pois a rainha constantemente pagava suas dívidas. Após 1751, sua saúde declinou, fazendo crescer a fé. Em 1754, voltou para Nápoles, morrendo após uma permanência de três anos. O bom Farinelli sustentou a família empobrecida de seu amigo.

Deixamos para um capítulo posterior a estranha carreira de Farinelli na Espanha. Ele, Domenico Scarlatti, Giambattista e Domenico Tiepolo destacavam-se entre os talentosos italianos que, com o quase italiano Mengs, levaram animação à Espanha, com sua música e sua arte. Em 1759, o rei de Nápoles seguiu-os ou precedeu-os. Naquele ano, Fernando VI morreu sem deixar descendentes, e seu irmão, Carlos IV de Nápoles, herdou o trono espanhol, como Carlos III. Nápoles sentiu vê-lo partir. Sua partida, em uma frota de dezesseis navios, foi um triste feriado para os napolitanos. O povo reuniu-se em massa ao longo da praia para ver o rei que se afastava no mar e, segundo relato da época, muitos choraram ao dizer adeus a "um soberano que tinha sido um pai para seu povo".<sup>131</sup> Iria coroar sua carreira ao rejuvenescer a Espanha.

## CAPÍTULO X

# Portugal e Pombal

1706-82

I. JOÃO V: 1706-50

**P**OR QUE havia Portugal declinado desde os grandiosos dias de Magalhães, Vasco da Gama e Camões? Sua carne e seu espírito foram uma vez suficientes para explorar metade do globo, deixando valorosas colônias na Madeira, nos Açores, na América do Sul, África, Madagáscar, Índia, Malaca, Sumatra; agora, no século XVIII, consistia num pequeno promontório da Europa, ligado à Inglaterra pelo comércio e pela guerra, e alimentado pelo ouro e os diamantes do Brasil, que a ele chegavam com a aquiescência da frota britânica. Estariam exauridas suas entranhas com o fornecimento dos bravos homens para manter guarnições precariamente assentadas nos confins do mundo? Teria aquele afluxo de ouro feito desaparecer a inflexibilidade de suas veias, fazendo as classes dominantes relaxarem seu espírito aventureiro para recair no ócio?

Sim, e tinha também desvigorado a indústria portuguesa. Valia a pena competir nas artes manuais e nas manufaturas com artistas e empreiteiros da Inglaterra, Holanda ou França, quando o ouro importado podia pagar roupa, comida e artigos de luxo importados? Os ricos, que manipulavam o ouro, ficaram mais ricos e mais suntuosamente ataviados e enfeitados. Os pobres, conservados à distância desse ouro, permaneciam pobres, tendo apenas a fome como estímulo para trabalhar. O trabalho escravo de negros fora introduzido em muitas quintas, e os mendigos, com seus gritos, tumultuavam as cidades. William Beckford, ouvindo-os em 1787, relatou: “Nenhum mendigo pode-se comparar aos de Portugal, pela força dos pulmões, profusão de feridas, parasitos, variedade e arranjo de farrapos, e uma perseverança impávida.(...) Inúmeros cegos, mudos e sarnentos.”<sup>1</sup>

Lisboa não era naquela época a bela cidade que é hoje. As igrejas e os conventos eram magníficos, os palácios da nobreza imensos, entretanto bem um décimo da população estava desabrigada, as ruas tortuosas tresandavam com o cheiro de lixo e imundície.<sup>2</sup> Entretanto, ali, assim como em todas as terras do sul, o pobre consolava-se com os dias ensolarados, noites estreladas, música, religião, e mulheres piedosas com

olhares tentadores. Imperturbáveis com as moscas em suas peles e mosquitos a voar, o povo ia para a rua aos borbotões tão logo o calor amainava, pondo-se a dançar, cantar, a tocar seus violões, a lutar pelo sorriso de uma senhorita.

Portugal e a Inglaterra estavam ligados por tratados (1654, 1661, 1703), numa estranha simbiose que os tornava aliados na economia e na política externa, enquanto se conservavam ardorosamente diferentes nas maneiras e hostis em relação ao credo. A Inglaterra prometia zelar pela independência de Portugal e a importar o vinho português (vinho da cidade do Porto) com redução de tarifa. Portugal comprometia-se a conceder isenção de direitos para os têxteis da Inglaterra, aliando-se a esta em qualquer guerra. A opinião de Portugal em relação aos ingleses era de que se tratavam de malditos hereges, com uma boa esquadra; e a da Inglaterra no tocante aos portugueses era de que não passavam de fanáticos incultos, com portos estratégicos. A indústria e o comércio portugueses eram dominados pelo capital da Grã-Bretanha. Pombal lastimava-se, com algum exagero:

Em 1754, Portugal quase nada produzia para o seu próprio sustento. Dois terços de suas necessidades físicas eram fornecidos pela Inglaterra, que se tornara dona de todo o nosso comércio. Os intermediários ingleses dirigiam todo o nosso comércio exterior.(...) Toda a carga dos navios enviados ao Brasil por Lisboa e, conseqüentemente todas as riquezas que voltavam em troca, pertenciam a eles. Nada era português, com exceção do nome.<sup>3</sup>

Não obstante, uma boa parte do ouro, pratas e pedras preciosas da colônia chegava ao governo português a fim de financiar suas despesas e fazer o rei independente das Cortes e seu poder tributário. De maneira que João V, no seu reinado de 44 anos, vivia com uma facilidade de sultão, congozando a poligamia com cultura e religião. Deu ou emprestou vultosas somas ao pontificado, recebendo em retribuição o título de Sua Mui Fiel Majestade, e até o direito de dizer missa — não podendo, entretanto, transformar o pão e o vinho no corpo e sangue de Cristo. “Seus prazeres”, disse Frederico o Grande, “eram as funções sacerdotais; seus palácios eram os conventos, seus exércitos os padres, suas amantes as freiras.”<sup>4</sup>

A Igreja prosperou sob um rei que lhe devia tantas absolvições. Possuía metade da terra,<sup>5</sup> seus devotos ocupando inteiramente novecentas casas religiosas. Entre os dois milhões de habitantes do país, duzentos mil eram eclesiásticos de qualquer categoria, ou ligados a um estabelecimento religioso. Os jesuítas se destacavam especialmente, na metrópole ou nas colônias. Ajudaram Portugal a conquistar o Brasil, e estavam agradando até a Voltaire pela administração por eles levada a efeito no Paraguai. Vários eram bem recebidos na corte, alguns até obtendo ascendência sobre o rei. Na grande procissão de Corpus Christi, o rei transportava um dos mastros do pódio sob o qual o Patriarca de Lisboa carregava o Santíssimo Sacramento. Quando os ingleses admiravam-se de ver o caminho da procissão em fila juntamente com a multidão e os fiéis, todos ajoelhados, com a cabeça descoberta, a explicação dada era de que tais cerimônias, assim como a exibição de receptáculos e relíquias miraculosas nas igrejas, constituíam um fator importante para manter a ordem social entre os pobres.

Entrementes, a Inquisição vigiava a pureza da fé e do sangue da nação. João V entrou o poderio da instituição com a obtenção, por parte do Papa Benedito XIII,

de uma bula permitindo que os prisioneiros da referida instituição fossem defendidos pelo conselho, e exigindo que todas as suas sentenças fossem submetidas à revisão pelo rei.<sup>6</sup> Mesmo assim, a autoridade do tribunal foi suficiente para queimar 66 pessoas em Lisboa, no decurso de onze anos (1732-42). Entre eles estava o principal dramaturgo da época, Antônio José da Silva, acusado de judaísmo secreto. No dia de sua execução (19 de outubro de 1739), uma de suas peças estava sendo encenada em um teatro de Lisboa.<sup>7</sup>

João V amava a música, a literatura e a arte. Levou à capital atores franceses e músicos italianos. Fundou a Real Academia de História. Financiou o grande aqueduto que abasteceu Lisboa de água. Construiu, por cinquenta milhões de francos, o Convento de Mafra (1717-32), mais vasto que o Escorial, e ainda uma das estruturas mais imponentes da Península Ibérica. A fim de adornar o seu interior, chamou de volta a Lisboa o maior pintor português do século, que estava em Madri. Os 84 anos de Francisco Vieira misturaram amor e arte em um romance que agitou todo Portugal. Nascido em Lisboa, em 1699, apaixonou-se por Inês Helena de Lima, quando ambos eram crianças. Também enamorado de pintura, foi para Roma com a idade de nove anos, lá estudou sete anos, ganhando aos quinze o primeiro prêmio em concurso instituído pela Academia de São Lucas. Voltando em 1715, foi escolhido por João V para pintar o *Mistério da Eucaristia*. Dizem que terminou a obra após seis dias de trabalho. Então, foi ao encontro de Inês. O pai, da nobreza, despachou-o, encerrando a moça num convento. Francisco apelou para o rei, que se recusou a intervir. Foi então a Roma e obteve uma bula papal, que anulava os votos que Inês fizera no convento e autorizava o casamento. A bula foi ignorada pelas autoridades portuguesas. Francisco, de volta a Lisboa, disfarçou-se de pedreiro, entrou no convento, arrebatou sua amada e casou-se com ela. O irmão da moça atirou contra ele. Recuperando-se, Francisco perdoou seu agressor. João V o nomeou pintor da corte, dando-lhe encomendas para decorar, não apenas o Convento de Mafra, como os palácios reais. Depois da morte de Inês (1775) Francisco passou o resto de seus dias em retiros religiosos e obras de caridade. Quantos romances de amor e sangue, como este, ficam perdidos atrás das fachadas da história!

## II. POMBAL E OS JESUÍTAS

João V morreu em 1750, depois de oito anos paralítico e imbecil, começando seu filho José I (José Manoel) um reinado movimentado. Nomeou para o seu ministério, na qualidade de ministro da Guerra e Relações Exteriores, Sebastião José de Carvalho e Mello, a quem a história conhece como Marquês de Pombal, o maior e mais terrível ministro que já governou Portugal.

Já tinha 51 anos quando José subiu ao trono. Educado pelos jesuítas na Universidade de Coimbra, ganhou a primeira fama de líder atlético e belicoso do grupo "Mohocks", que infestava as ruas de Lisboa. Em 1733, persuadiu Dona Teresa de Noronha, de alta linhagem, a fugir com ele. A família dela denunciou-o, mas depois, reconhecendo o seu talento, promoveu-lhe a carreira política. Sua mulher trouxe-lhe uma pequena fortuna, tendo ele herdado outra do tio. Conseguiu vencer por meio de influência, persistência e reconhecida habilidade. Em 1739 foi nomeado ministro ple-

nipotenciário em Londres. Sua mulher retirou-se para um convento, lá morrendo em 1745. Nos seis anos que passou na Inglaterra, Pombal estudou a economia inglesa e sua administração, observou a obediência da Igreja Anglicana para com o Estado, e talvez tenha difundido seu credo católico. Voltando a Lisboa (1744), foi enviado na qualidade de emissário a Viena (1745), lá casando-se com a sobrinha do Marechal Daun, que lhe permaneceu fiel no decurso de todos os seus triunfos e derrotas.

João V dele havia desconfiado como possuindo "um coração multiforme",<sup>8</sup> "egresso de família cruel e vingativa",<sup>9</sup> e capaz de desafiar um rei. Não obstante, Pombal foi chamado ao seu país em 1749, sendo elevado ao posto de ministro, com o apoio dos jesuítas. José I confirmou a nomeação. Aliando a inteligência ao trabalho, Pombal logo conseguiu supremacia no novo ministério. "Carvalho", relatou um encarregado de negócios da França, "pode ser considerado como o principal ministro. É infatigável, ativo e eficiente. Conquistou a confiança do rei, e em questões políticas ninguém sabe mais do que ele".<sup>10</sup>

Tornou-se evidente sua superioridade no grande terremoto de 1.º de novembro de 1755. Às 9:40 da manhã, no dia de Todos os Santos, quando grande parte da população estava em suas preces nas igrejas, quatro abalos da terra transformaram em ruínas metade da cidade de Lisboa, matando mais de quinze mil pessoas, destruindo a maioria das igrejas, mas poupando quase todos os bordéis<sup>11</sup> e a casa de Pombal. Muitos habitantes, presas de terror, correram para praias do Tejo, mas uma onda da maré, de quatro metros de altura, submergiu centenas mais, botando a pique os navios ancorados no rio. O fogo que se deflagrou em todos os pontos da cidade roubou mais vidas. No caos que sobreveio, a corja da população principiou a roubar e a matar impunemente. O rei, que também escapara da morte por um triz, perguntou a seus ministros o que deveria ser feito. Parece que Pombal teria dito: "Enterrar os mortos e cuidar dos vivos." José deu-lhe toda autoridade e Pombal usou-a com sua característica energia e expediente. Arregimentou tropas para manter a ordem, estabeleceu tendas e campos para os desabrigados, decretando que qualquer um apanhado roubando os mortos seria enforcado. Fixou os preços das provisões de acordo com os que prevaleciam antes do terremoto, compelindo todos os navios que chegavam a descarregar seus fardos de alimentos e vendê-los pelos preços estipulados. Valendo-se do contínuo fluxo de ouro brasileiro, supervisionou a rápida reconstrução de Lisboa, dotando-a de largas avenidas e ruas bem calçadas e iluminadas. A parte central da cidade, conforme é vista atualmente, foi o trabalho dos arquitetos e engenheiros que trabalharam sob as ordens de Pombal.<sup>12</sup>

O sucesso de sua atuação nessa desmoralizante catástrofe confirmou seu poder no ministério. Principiou, então, a empreender tarefas de grande alcance: libertar o governo do domínio da Igreja, assim como a economia do domínio da Grã-Bretanha. Tais empreendimentos demandavam um homem de aço, patriota, implacável e orgulhoso.

Se o seu anticlericalismo recaiu especialmente sobre os jesuítas, foi sobretudo porque suspeitava que eles fomentavam a resistência à apropriação, por parte do Portugal, daquele território paraguaio onde, desde 1605, a Companhia de Jesus estava organizando mais de cem mil índios em 31 *reducciones*, ou povoamentos, em bases semicomunais, em formal submissão à Espanha.<sup>13</sup> Exploradores espanhóis e portugueses



havia ouvido falar de (quase uma lenda) ouro em solo paraguaio, e os comerciantes se queixavam de que os padres jesuítas estavam monopolizando o comércio de exportação do Paraguai, somando os lucros aos fundos de sua ordem. Em 1750, Pombal negociou um tratado pelo qual Portugal cedia à Espanha a rica colônia de San Sacramento (na foz do Rio da Prata) em troca de sete das "reduções" dos jesuítas, adjacentes às fronteiras brasileiras. O tratado estipulava que os trinta mil índios dessas comunidades deveriam emigrar para outras regiões, deixando a terra para os portugueses que ali chegavam. Fernando VI da Espanha ordenou aos jesuítas paraguaios que abandonassem os povoados, recomendando a seus súditos que partissem em paz. Os jesuítas reclamaram por terem de cumprir a ordem, mas os índios resistiram com tenacidade apaixonada e violenta, fazendo o exército português levar três anos para vencer. Pombal acusou a Companhia de Jesus de secretamente encorajar a resistência. Resolveu terminar com a participação dos jesuítas na indústria, comércio e no governo de Portugal. Percebendo essa intenção, os jesuítas portugueses aliaram-se aos esforços para derrubar Pombal.

O chefe desse movimento era Gabriel Malagrida. Nascido em Menagio (no Lago Como) em 1689, salientou-se na escola pelo fato de morder as próprias mãos até fazê-las sangrar. Segundo ele, assim procedia a fim de preparar-se para suportar os sofrimentos do martírio. Ingressou na Companhia de Jesus, embarcando para o Brasil na qualidade de missionário. De 1724 a 1735, pregou o Evangelho aos índios, na selva. Várias vezes escapou da morte — dos canibais, crocodilos, naufrágios, doença. Sua barba embranqueceu aos quarenta e poucos anos. Supunha-se que possuía poderes miraculosos, sendo seguido por multidões esperançosas sempre que aparecia nas cidades brasileiras. Construiu igrejas e conventos, fundando seminários. Em 1747, foi para Lisboa a fim de solicitar fundos ao Rei João. Recebeu-os, voltou ao Brasil, instituindo maior número de estabelecimentos religiosos, muitas vezes partilhando do trabalho manual das construções. Em 1753, estava novamente em Lisboa, pois havia prometido preparar a rainha-mãe para morrer. Atribuiu o terremoto de 1755 aos pecados do povo, apelou para uma reforma dos costumes e, com outros de sua ordem, predisse outros terremotos caso não houvesse uma melhoria na moral. Sua casa de retiro religioso tornou-se um foco de conspirações contra Pombal.

Algumas famílias nobres estavam envolvidas na trama. Alegavam que o filho de um insignificante senhor rural se transformara em dono de Portugal, mantendo nas mãos suas vidas e fortunas. Uma dessas facções aristocráticas era liderada por Dom José de Mascarenhas, Duque de Aveiro. Outra era encabeçada pelo cunhado do duque, Dom Francisco de Assis, Marquês de Távora. A mulher de Távora, Marquesa Dona Leonor, expoente da sociedade portuguesa, era fervorosa discípula e visitante assídua do Frei Malagrida. Seu filho mais velho, Dom Luís Bernardo, o "mais jovem marquês" de Távora, era casado com a sua tia. Quando Luís foi para a Índia, como soldado, esta encantadora e bela "mais jovem marquesa" tornou-se amante de José I. Isto também jamais foi perdoado pelos Aveiros e Távoras. Ardentemente concordavam com os jesuítas que se Pombal fosse removido a situação melhoraria.

Pombal revidou o ataque ao persuadir José I de que a Companhia de Jesus estava secretamente fomentando outra revolta no Paraguai; e conspirava não apenas contra o gabinete, mas também contra o rei. Em 19 de setembro de 1757, um decreto baniu

da corte os confessores jesuítas da família real. Pombal instruiu seu primo, Francisco de Almada e Mendonça, enviado português ao Vaticano, para não poupar sequer um ducado na promoção e financiamento de um partido antijesuíta em Roma. Em outubro, Almada apresentou a Benedito XIV uma lista de acusações contra os jesuítas: que haviam "sacrificado todas as obrigações cristãs, religiosas, naturais e políticas num desejo cego(...) de se tornarem donos do governo", e que a Companhia estava impregnada de "um desejo insaciável de adquirir e acumular riquezas de outros países, e até de usurpar o domínio dos soberanos".<sup>14</sup> Em 1.º de abril de 1758, o padre ordenou ao Cardeal Saldanha, patriarca de Lisboa, para investigar as acusações. Em 15 de maio, Saldanha publicou um decreto declarando que os jesuítas portugueses praticavam comércio "contrário a todas as leis divinas e humanas" e que lhes pedia para desistir. Em 7 de junho, provavelmente por insistência de Pombal, ordenou-lhes que se abstivessem de ouvir confissões ou de fazer prédicas. Em julho, o superior dos jesuítas de Lisboa foi banido para local a cem quilômetros da corte. Entrementes (3 de maio de 1758), Benedito XIV morreu. Seu sucessor, Clemente XIII, nomeou outra comissão de inquérito, tendo esse órgão relatado que os jesuítas estavam inocentes das acusações feitas contra eles por Pombal.<sup>15</sup>

Pairaram algumas dúvidas se José I apoiaria o seu ministro no ataque aos jesuítas. Mas uma dramática reviravolta nos acontecimentos impeliu o rei completamente para o lado de Pombal. Na noite de 3 de setembro de 1758, voltava José ao seu palácio nas proximidades de Belém, após secreto encontro amoroso, provavelmente com a jovem Marquesa de Távora,<sup>16</sup> quando, pouco antes da meia-noite, três homens mascarados emergiram do vão de um aqueduto e atiraram no coche, sem resultado. O cocheiro pôs o cavalo a galope, mas um pouco adiante dois tiros partiram de outra emboscada. O primeiro feriu o cocheiro, o outro o rei, no ombro direito e no braço. De acordo com posterior inquérito no tribunal de justiça, uma terceira emboscada, pelos membros da família Távora, aguardava o carro mais adiante, na estrada de Belém. José mandou o cocheiro abandonar a estrada principal e dirigir-se para a casa do cirurgião real, que tratou dos ferimentos. O resultado dos acontecimentos, que repercutiu por toda a Europa, poderia ter sido muito diferente se a terceira emboscada tivesse sucesso na tentativa de assassinato.

Foram sutis as deliberações de Pombal. Desmentiram-se oficialmente os rumores do atentado. A temporária reclusão do rei foi atribuída a uma queda. Por três meses os agentes do serviço secreto do ministério procuraram provas. Encontraram um homem que depôs dizendo que Antônio Ferreira lhe havia tomado emprestado um mosquete, no dia 3 de agosto, devolvendo-o em 8 de setembro. Um outro relatou ter emprestado a Ferreira uma pistola, no dia 3 de setembro, a qual foi devolvida três dias depois. Ferreira, relataram essas duas testemunhas, estava a serviço do Duque de Aveiro. Salvador Durão, um empregado em Belém, testemunhou que na noite do atentado, quando de um compromisso que tivera fora da casa dos Aveiros, ouviu alguns membros da referida família que voltavam de uma incursão noturna.

Pombal preparou o seu caso cautelosa e audaciosamente. Abandonou a norma estabelecida por lei que não podia deixar de julgar os nobres suspeitos por uma corte de seus pares, pois esta jamais os condenaria. Em vez disso, como primeira revelação do crime, o rei emitiu dois decretos, em data de 9 de dezembro. Um, nomeando o

Dr. Pedro Gonçalves Pereira juiz que presidiria um Tribunal Especial de Alta Traição. O outro, ordenando-o a descobrir, prender e executar os responsáveis pela tentativa de matar o rei. Gonçalves Pereira teve plenos poderes para desprezar todas as normas legais de praxe, devendo o tribunal executar seus decretos no dia de sua proclamação. A esses decretos, Pombal acrescentou um manifesto, afixado por toda a cidade, relatando os acontecimentos de 3 de setembro, e oferecendo recompensas a qualquer um que prestasse depoimento que resultasse na prisão dos assassinos.<sup>17</sup>

Em 13 de dezembro, funcionários do governo prenderam o Duque de Aveiros, seu filho de dezesseis anos, o Marquês de Gouveia, seu servidor Antônio Ferreira, os marqueses de Távora, o mais velho e o mais moço, e a velha Marquesa de Távora, todos os criados dessas duas famílias, e mais cinco nobres. Naquele dia, todos os colégios dos jesuítas foram cercados por soldados. Malagrida e mais doze padres foram aprisionados. A fim de acelerar o andamento da questão, foi criado o decreto real de 20 de dezembro, permitindo (contra os princípios portugueses) o emprego da tortura para obter confissões. Sob tortura, ou ameaça, cinquenta prisioneiros foram inquiridos. Várias confissões incriminaram o Duque de Aveiro, e ele mesmo, sob tortura, admitiu ser culpado. Antônio Ferreira admitiu ter atirado na carruagem, porém jurou não saber que a vítima era o rei. Torturados, diversos criados dos Távoras comprometeram toda a família. O mais moço dos marqueses confessou cumplicidade e o mais velho, torturado até morrer, negou a culpa. O próprio Pombal auxiliou no exame das testemunhas e dos prisioneiros. Ordenou a devassa das caixas postais, declarando possuir, ele mesmo, 24 cartas do Duque de Aveiro, de diversos Távoras, de Malagrida e outros jesuítas, notificando seus amigos ou parentes no Brasil sobre o fracasso da tentativa, assim como prometendo renovados esforços para derrubar o governo. Em 4 de janeiro de 1759, o rei nomeou o Dr. Eusébio Tavares de Sequeira para defender os acusados. Sequeira argumentou que as confissões, obtidas por meio de tortura, não tinham valor como prova, e que todos os nobres acusados podiam encontrar álibis para a noite do crime. A defesa foi julgada pouco convincente. As cartas interceptadas foram consideradas verídicas e corroboraram as confissões; em 12 de janeiro, o tribunal de justiça declarou culpadas todas as pessoas indiciadas.

Nove foram executados no dia 13 de janeiro na praça pública de Belém. A primeira a morrer foi a Marquesa de Távora. No cadafalso o carrasco inclinou-se para atar-lhe os pés, e ela, repelindo-o, disse: "Não me toque, exceto para matar-me!"<sup>18</sup> Depois de obrigada a ver os instrumentos — roda, martelo e feixe de lenha — pelos quais seu marido e filhos iam morrer, foi decapitada. Os dois filhos foram quebrados na roda e estrangulados. Seus corpos jaziam no cadafalso quando o Duque de Aveiro e o velho Marquês de Távora subiram por sua vez. Sofreram idênticos golpes despedaçadores, sendo o duque deixado por muito tempo agonizante, até que a última das execuções — queimar vivo Antônio Ferreira — terminou. Todos os corpos foram queimados e suas cinzas jogadas no Tejo. Portugal ainda discute se os nobres, embora francamente hostis a Pombal, tinham desejado matar o rei.

Estariam os jesuítas envolvidos no atentado? Não há dúvida de que Malagrida, em suas fulminantes imprecações, predissera a queda de Pombal e a prematura morte do rei,<sup>19</sup> e é evidente que ele, assim como outros jesuítas, haviam conferenciado com os nobres, inimigos do ministro. Deu a entender que sabia da trama em carta a uma

dama da corte, na qual lhe suplicava botar José em guarda contra um iminente perigo. Ao lhe perguntarem, quando na prisão, como tinha sabido de tal perigo, respondeu: "No confessionário."<sup>20</sup> Fora disso (segundo um historiador antijesuíta) "não há nenhuma prova que possa relacionar os jesuítas com o atentado".<sup>21</sup> De acordo com as acusações de Pombal, suas prédicas e ensinamentos haviam enfurecido seus aliados ao ponto de chegarem ao homicídio. Convenceu o rei de que a situação oferecia à monarquia oportunidade para fortalecer-se contra a Igreja. Em 19 de janeiro, José publicou editos anexando ao reino qualquer propriedade dos jesuítas, prendendo todos os religiosos dessa ordem em suas casas ou colégios, enquanto aguardavam a solução, pelo papa, das acusações contra eles. Entrementes, Pombal utilizou-se da imprensa oficial para imprimir panfletos — os quais seriam distribuídos por seus agentes no país e no exterior — relatando o caso contra os nobres e os jesuítas. Parece ter sido esta a primeira vez que um governo utilizava a máquina de impressão para explicar seus atos a outras nações.

No verão de 1759, Pombal procurou obter de Clemente XIII permissão para levar os jesuítas presos perante o Tribunal de Alta Traição; e ainda mais: propôs que, a partir de então, todos os religiosos acusados de crimes contra o Estado fossem julgados por tribunais seculares e não eclesiásticos. Uma carta pessoal de José ao papa anunciava a resolução do rei de expulsar os jesuítas de Portugal, expressando a esperança de que o papa aprovasse a medida como uma garantia contra suas ações, e necessária para proteger a monarquia. Clemente XIII ficou chocado com tais mensagens, mas temia que, caso se opusesse a elas diretamente, Pombal induziria o rei a romper todas as relações entre a Igreja portuguesa e o pontificado. Lembrou-se do que Henrique VIII fizera na Inglaterra, e sabia que a França também estava desenvolvendo hostilidades contra a Companhia de Jesus. Em 11 de agosto, enviou permissão para o julgamento dos jesuítas por um tribunal secular, entretanto restringindo explicitamente seu consentimento àquele caso. Ao rei fez um apelo pessoal de perdão para os padres acusados. Lembrou a José as realizações efetuadas pela ordem no passado, confiando que todos os jesuítas portugueses seriam punidos pelos erros de uns poucos.

O apelo do papa falhou. Em 3 de setembro de 1759 — aniversário da tentativa de assassinato — o rei promulgou um edito com uma longa relação das alegadas culpas dos jesuítas, e decretando que

esses religiosos, sendo corruptos e afastados de suas instituições sagradas (regulamentos) e tornando-se visivelmente incapazes, em virtude desses vícios abomináveis e inveterados, de voltar a observá-las, devem ser devida e efetivamente banidos(...) proscritos e expulsos dos domínios de Sua Majestade, na qualidade de notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores de sua real pessoa e reino, ordenando-se, sob irremissível pena de morte, que nenhuma pessoa, de qualquer estado ou condição, os admita em qualquer um de seus domínios, ou com eles mantenha comunicação falada ou escrita.<sup>22</sup>

Os jesuítas que ainda não tinham feito seus votos definitivos, ou que podiam solicitar liberação de seus votos preliminares, ficavam isentos do referido decreto. Todos os jesuítas tiveram suas propriedades confiscadas pelo Estado, e aos exilados era vedado levar qualquer coisa, exceto roupa pessoal.<sup>23</sup> De todas as partes de Portugal foram le-

vados em carros ou a pé até os navios que os conduziriam à Itália. Idênticas deportações realizaram-se no Brasil e em outras possessões portuguesas. A primeira leva de expatriados chegou a Civitavecchia em 24 de outubro, e até mesmo o representante de Pombal comoveu-se com o estado em que se encontravam. Alguns eram velhos e fracos, outros morriam de fome, alguns tinham morrido durante a viagem. Lorenzo Ricci, chefe da Companhia, providenciou para que os sobreviventes fossem recebidos em casas de jesuítas na Itália, e os frades dominicanos ofereceram também sua hospitalidade. Em 17 de junho de 1760, o governo português suspendeu relações diplomáticas com o Vaticano.

A vitória de Pombal parecia completa, entretanto ele sabia não ser popular no país. Sentindo-se fraco, expandiu seu poder para uma completa ditadura, continuando a reinar em clima de absolutismo e terror, que continuou até 1777. Seus espíões lhe traziam todas as expressões e oposições que haviam colhido em relação à sua política ou métodos. Em breve as prisões de Lisboa encheram-se de presos políticos. Nobres e padres eram presos sob denúncia de novos complôs contra o rei, ou envolvimento no antigo atentado. O Forte Junqueira, a meio caminho entre Lisboa e Belém, tornou-se a prisão especial dos aristocratas, muitos deles ali mantidos até morrer. Outras prisões acolhiam — algumas por dezenove anos — jesuítas trazidos das colônias e acusados de resistir ao governo.

Malagrida definhou na prisão por 32 meses antes do julgamento. O velho suavizou a prisão escrevendo *A Vida Heróica de Santa Ana, Mãe de Maria, ditada ao Reverendo Padre Malagrida pela própria Santa Ana*. Pombal obteve o manuscrito, ali encontrando absurdos que se poderiam chamar heresias. Santa Ana, disse Malagrida, fora concebida, como Maria, sem pecado original, e tinha falado e chorado no ventre da mãe.<sup>24</sup> Tendo feito seu próprio irmão, Paulo de Carvalho, chefe da Inquisição portuguesa, Pombal ordenou trouxessem Malagrida perante o tribunal. Ali redigiu de próprio punho uma acusação contra o jesuíta, invectivando-o de hipócrita, impostor, sacrílego, e de ter ameaçado o rei com repetidas premonições de morte. Tornado quase louco pelo sofrimento, Malagrida, então com 72 anos, contou aos inquisidores ter falado com Santo Inácio de Loyola e Santa Teresa.<sup>25</sup> Um dos juízes, tomado de compaixão, desejou parar o julgamento. Pombal substituiu-o. Em 12 de janeiro de 1761, o Santo Ofício declarou Malagrida culpado de heresia, blasfêmia e incredulidade, assim como de ter enganado o povo com pretensas revelações divinas. Permitiram-lhe viver mais oito meses. No dia 20 de setembro foi levado ao cadafalso na Praça do Rocio, onde o estrangularam e queimaram na fogueira. Luís XV, sabendo da execução, observou: “É como se eu queimasse os velhos loucos, do Hospício de Petites (Maisons), que dizem serem Deus nosso Pai.”<sup>26</sup> Voltaire, lembrando-se do acontecimento, declarou-o “loucura e absurdo juntos com a mais horrível maldade”.<sup>27</sup>

Os *philosophes* franceses que, em 1758, consideraram Pombal um “déspota esclarecido” não ficaram satisfeitos com esse desfecho. Louvaram a destituição dos jesuítas, porém insurgiram-se contra os métodos arbitrários do ditador, o tom violento de seus panfletos e a crueldade de suas punições. Ficaram chocados com o tratamento dos jesuítas durante a extradição, com a execução em massa das antigas famílias, e pelo desumano tratamento dado a Malagrida. Não possuímos, entretanto, nenhum registro de terem protestado pela prisão do bispo de Coimbra por haver condenado

a Junta de Censura de Pombal, que permitira a circulação de obras tão radicais como o *Dicionário Filosófico*, de Voltaire, e o *Contrato Social*, de Rousseau.

O próprio Pombal não pregava nenhuma heresia e ia à missa com regularidade. Seu objetivo não era a destruição da Igreja, mas sua submissão ao rei, e quando, em 1770, Clemente XIV concordou em deixar o governo nomear os bispos, ele fez as pazes com o Vaticano. Como José I já se aproximava da morte, ficou satisfeito ao ver que, afinal de contas, ele podia morrer em pleno favor do clero. O papa concedeu o chapéu cardinalício ao irmão de Pombal, Paulo, e ao próprio Pombal enviou um anel com a imagem papal, uma miniatura emoldurada de diamantes e cadáveres inteiros de quatro santos.

### III. POMBAL, O REFORMADOR

Naquele meio tempo, o ditador deixara sua marca sobre a economia, administração e a vida cultural de Portugal. Auxiliado por oficiais ingleses e alemães, reorganizou o exército, o qual rechaçou a invasão espanhola na Guerra dos Sete Anos. Como Richelieu na França do século XVII, reduziu o poder demolidor da aristocracia, centralizando o governo em uma monarquia que daria à nação uma unidade política, desenvolvimento educacional e alguma proteção contra o domínio eclesiástico. Depois da execução dos Távoras, os nobres cessaram de conspirar contra o rei. Após a expulsão dos jesuítas, o clero submeteu-se ao Estado. Durante a separação do Vaticano, Pombal nomeou bispos, os quais ordenavam padres sem a interferência de Roma. Um decreto real cerceou a aquisição de terras pelos jesuítas, proibindo aos súditos portugueses de sobrecarregarem seus bens com doações à Igreja.<sup>28</sup> Muitos conventos fecharam, sendo os restantes proibidos de receber noviças antes dos 25 anos. A Inquisição ficou sob controle governamental, e seu tribunal foi transformado em tribunal público, sujeito aos mesmos regulamentos que as cortes do Estado. Viu-se destituída das atribuições de censura, e sua distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos (judeus ou mouros convertidos e seus descendentes) foi abolida, pois Pombal achava não haver dúvida de que a maior parte dos espanhóis e portugueses possuía, então, em suas veias alguns traços de sangue semita.<sup>29</sup> O decreto de 25 de maio de 1773 fez todos os súditos elegíveis para a profissão civil, militar e eclesiástica.<sup>30</sup> Ninguém foi condenado a ser queimado pela Inquisição portuguesa depois de Malagrida, em 1761.<sup>31</sup>

Naquele ano, Pombal aboliu três quartos das funções inferiores que haviam embaraçado a administração da justiça. As cortes de justiça ficaram mais acessíveis e os processos menos onerosos. Em 1761, reorganizou o tesouro, exigindo o exame dos livros toda semana, ordenou o exame das receitas e despesas municipais, fazendo algum progresso em uma das reformas mais difíceis de todas — redução de pessoal e dos gastos na corte real. Os oitenta cozinheiros que preparavam os alimentos para João V e para o grupo que o cercava foram despedidos. José I tinha de contentar-se com vinte. Um edito de 25 de maio de 1773, na verdade aboliu a escravidão em Portugal, mas permitiu que continuasse nas colônias.

Via-se em toda a parte a mão do reformador. Deu garantia governamental à agricultura e à pesca, introduzindo o bicho-da-seda nas províncias do norte. Instituiu cerâmicas, indústrias de vidros, fábricas de algodão, de lã e de papel, a fim de acabar

com a dependência de Portugal à importação de tais produtos. Aboliu a taxa de transporte interno na movimentação de mercadoria, estabelecendo comércio livre entre Portugal e suas colônias da América. Fundou uma escola de comércio a fim de estabelecer um treinamento para a direção dos negócios. Organizou e subsidiou companhias para transferir a Portugal o comércio que estava em mãos dos comerciantes e transportadores estrangeiros. Neste particular, ele — ou os portugueses — fracassou, porque em 1780 o comércio de Portugal ainda se achava, em sua maioria, nas mãos de estrangeiros sobretudo ingleses.

Com a expulsão dos jesuítas foi necessário fazer uma total reforma na educação. Novas escolas elementares e secundárias, em número de 837, espalhavam-se pelo país. O Colégio dos Jesuítas, em Lisboa, transformou-se em Colégio dos Nobres, sob administração secular. O currículo em Coimbra foi ampliado com cursos adicionais de ciência. Pombal convenceu o rei a construir uma casa de ópera, convidando cantores italianos para os papéis principais. Em 1757, fundou a Arcádia de Lisboa, como estímulo à literatura.

No decurso de um movimentado meio século (1755-1805) a literatura portuguesa gozou de relativa liberdade de idéias e formas. Libertando-se dos moldes italianos, reconheceu o fascínio da França e sentiu a atração do Iluminismo. Antônio Diniz da Cruz e Silva conquistou fama nacional com uma sátira, *O Hissope* (1772), descrevendo em oito cantos a disputa de um bispo com o seu deão. João Anastácio da Cunha traduziu Pope e Voltaire, pelo que foi condenado pela Inquisição (1778), logo após a queda de Pombal. Francisco Manoel do Nascimento, filho de um estivador, dedicou-se ardorosamente aos livros, tornando-se a figura central de um grupo que se rebelava contra a Academia Arcadiana como um estorvo ao desenvolvimento da poesia nacional. Em 1778 (ainda aproveitando-se da queda de Pombal), a Inquisição ordenou sua prisão como adepto “dos filósofos seguidores da razão natural”. Fugiu para a França, onde passou quase todos os 41 anos que lhe restavam. Uma vez lá, escreveu a maior parte de seus poemas, ansiando pela liberdade e pela democracia, inclusive uma ode, “Para a Liberdade e Independência dos Estados Unidos”. Seus seguidores colocam-no atrás apenas de Camões na poesia portuguesa. — O verso mais elegante e melodioso da época estava contido em um volume de poemas de amor, *A Marília*, transmitido por Tomás Antônio Gonzaga, que sofreu prisão (1785-88) por conspiração política e morreu no exílio. — José Agostinho de Macedo, frade agostiniano que deixou o hábito em virtude de sua vida devassa, e que corajosamente tomou como assunto para seu épico, *O Oriente*, o mesmo tema de Camões — a viagem de Vasco da Gama à Índia, julgava seu poema superior aos *Lusíadas* e à *Ilíada*, mas temos provas de que se trata de uma contribuição enfadonha. Mais interessante foi a sátira em sete cantos, *Os Burros*, na qual Macedo expôs ao sarcasmo público, pelo nome, homens e mulheres de todas as categorias, vivos ou mortos. Seu inimigo favorito era Manuel Maria Barbosa de Bocage, que foi aprisionado pela Inquisição (1797) sob a acusação de difundir idéias voltairianas em seus versos e dramas. A execução de Maria Antonietta o fez voltar ao conservadorismo em religião e política. Reconquistou a crença da mocidade, e viu no mosquito a prova da existência de Deus.<sup>32</sup>

O grande acontecimento na história da arte no regime de Pombal foi a estátua erigida a José I, que ainda está na Praça do Cavalo Preto, em Lisboa. Desenhada por

Joaquim Machado de Castro, moldada em bronze por Bartolomeu da Costa, representava o rei vitoriosamente cavalcando um corcel sobre serpentes, símbolo das forças do mal subjugadas durante o seu reinado. Pombal tornou a inauguração do monumento (6 de junho de 1775) uma celebração de seu ministério triunfante. Tropas de soldados mantinham-se em fila na praça. O corpo diplomático, o judiciário, o Senado e outros dignitários estavam reunidos em sua indumentária de honra. Em seguida, a corte, com o rei e a rainha. Finalmente, adiantando-se, Pombal descobriu a estátua e o maciço pedestal, no qual um medalhão representava o ministro com a Cruz de Cristo. Todos compreenderam, com exceção do rei, que o verdadeiro elemento da celebração era Pombal.

Poucos dias após a inauguração, Pombal enviou ao Rei José I uma descrição lisonjeira do progresso realizado pelo ministro desde 1750: a difusão da educação e da alfabetização, o desenvolvimento das manufaturas e do comércio, a ampliação da literatura e da arte, a elevação geral do padrão de vida. A verdade manda que se faça algumas deduções nesse relato: a indústria e o comércio estavam crescendo, porém muito devagar, sofrendo dificuldades financeiras; as artes estavam estagnadas, e metade de Lisboa ainda jazia em ruínas (1774) causadas pelo terremoto de 1755. A natural religiosidade do povo restabelecia o poderio eclesiástico. As maneiras sobranceiras de Pombal e seus métodos ditatoriais diariamente lhe granjeavam novos inimigos. Enriquecera e tornara ricos seus parentes. Construiu para si um palácio extravagantemente dispendioso. Quase não havia uma família da nobreza que não tivesse um ente querido se exaurindo numa prisão. Por todo o lado, em Portugal, havia esperanças secretas e preces para a queda de Pombal.

#### IV. O TRIUNFO DO PASSADO

Em 1775, o rei tinha sessenta anos. Doenças e amantes o haviam envelhecido mais do que os anos, fazendo-o gastar horas em meditação sobre o pecado e a morte, interrogando-se se havia agido acertadamente ao seguir a política do seu ministro. Tinha sido justo com os jesuítas? Ele teria prazerosamente perdoado aqueles padres e nobres na prisão, agora que procurava ser perdoado, mas como podia mencionar tal idéia ao inflexível Pombal? E o que podia ele fazer sem Pombal? Em 12 de novembro sofreu um ataque apoplético, e a corte quase regozijava-se visivelmente com a expectativa de um novo reino e um novo ministro. A herdeira do trono era sua filha Maria Francisca, que se casara com seu irmão Pedro. Era uma boa mulher, esposa e mãe, assim como uma alma caridosa e dócil, mas era também uma fervorosa católica. De tal modo ela ressentiu-se com o anticlericalismo de Pombal que se afastou da corte para viver em sossego com Pedro, em Queluz, a poucos quilômetros da capital. Os diplomatas estrangeiros notificaram seus governos no sentido de aguardarem uma próxima reviravolta na política portuguesa.

A 18 de novembro, o rei recebeu os sacramentos. Em 19 de novembro, Maria tornou-se regente. Um de seus primeiros atos foi acabar com a longa prisão do bispo de Coimbra. O velho prelado, com 74 anos, foi restabelecido em sua sé em meio ao júbilo quase universal. Pombal viu arrefecer sua autoridade, notando com sombria premonição que os cortesãos antes subservientes com ele agora olhavam-no como política-



mente moribundo. Em um ato final de despotismo, vingou-se de maneira selvagem da aldeia de Trefaria, cujos pescadores se opuseram ao alistamento compulsório de seus filhos no exército. Mandou um pelotão de soldados queimar a aldeia, o que fizeram atirando tochas acesas pelas janelas das casas de madeira, na calada da noite (23 de janeiro de 1777).

Em 24 de fevereiro, José I morreu, a regente tornou-se a Rainha Maria I (r. 1777-1816), e seu marido, o Rei Pedro III (r. 1777-86). Pedro era homem de espírito fraco. Maria absorvia-se na religião e na caridade. A religião, que consistia na metade da vida do povo português, rapidamente readquiriu seu poderio. A Inquisição continuou sua atividade na censura e na supressão da heresia. A Rainha Maria enviou quarenta mil libras ao papa como parte do reembolso das despesas incorridas na manutenção dos jesuítas que haviam sido banidos. Um dia após a morte do rei, a Rainha Maria ordenou a soltura de oitocentos prisioneiros, a maior parte encarcerada por Pombal por oposição política. Muitos estiveram em calabouços por vinte anos, e quando saíram seus olhos não podiam suportar a luz do sol. Quase todos estavam em farrapos, e muitos pareciam ter o dobro da idade. Centenas de prisioneiros morreram na prisão. Dos 124 jesuítas aprisionados há dezoito anos, apenas 45 ainda viviam.<sup>33</sup> Cinco nobres aprisionados por alegações de cumplicidade na trama para matar José I recusaram-se a deixar a prisão até que sua inocência fosse oficialmente declarada.

A libertação das vítimas da hostilidade de Pombal e as notícias do incêndio de Trefaria levaram a impopularidade do ministro a tal ponto que ele não mais se aventurava a aparecer em público. Em 1º de março, enviou uma carta à Rainha Maria, demitindo-se de todas as suas atribuições e pedindo permissão para retirar-se à sua propriedade na cidade de Pombal. Os nobres que cercavam a rainha pediram que fosse aprisionado e punido, mas quando ela descobriu que todas as medidas criticadas por eles haviam sido assinadas pelo rei, viu que não podia punir Pombal sem publicamente macular a memória de seu pai. Aceitou a demissão do ministro, permitindo-lhe retirar-se para Pombal, ordenando, entretanto, que lá permanecesse. Em 5 de março, Pombal deixou Lisboa numa caleça alugada, esperando não chamar a atenção. Algumas pessoas reconheceram-no e apedrejaram a carruagem, mas ele escapou. Na cidade de Oeiras, sua mulher juntou-se a ele. Pombal estava com 77 anos.

Agora, que era apenas um simples cidadão, via-se assediado de todos os lados por dívidas que negligenciara pagar, por injúrias infligidas, por propriedades que havia tomado sem uma adequada indenização. Os meirinhos rondavam sua porta com uma infinidade de mandados. “Não há marimbondos ou mosquitos em Portugal”, escreveu Pombal, “que não voe até a este remoto lugar para zumbir nos meus ouvidos.”<sup>34</sup> A rainha auxiliou-o, garantindo a continuação do pagamento de seus vencimentos de ministro enquanto vivesse, acrescentando a estes uma modesta pensão. Não obstante, uma infinidade de inimigos insistia junto à rainha para intimá-lo a comparecer em juízo sob acusações de criminalidade e traição. Ela contemporizou, permitindo que juízes o visitassem a fim de submetê-lo a exames relativos a tais acusações. Estes interrogaram-no ininterruptamente horas a fio, durante três meses e meio, até que, exausto, o velho ditador implorou misericórdia. A rainha adiou uma decisão ao receber o relatório do referido interrogatório, na esperança de que a morte de Pombal a livrasse do embaraço em que se encontrava. Entretanto, a fim de aplacar os inimigos

do ex-ministro, ela ordenou novo julgamento daqueles que tinham sido condenados por cumplicidade no atentado contra seu pai. A nova corte de justiça confirmou a culpa do Duque de Aveiro e três de seus criados, absolvendo o restante dos acusados. Os Távoras foram declarados inocentes, sendo todas as suas honrarias e propriedades passadas aos seus descendentes vivos (3 de abril de 1781). Em 16 de agosto, a rainha lavrou um decreto condenando Pombal como "criminoso infame", acrescentando entretanto que, de vez que ele se penitenciava de suas culpas, deveria ficar em paz em seu exílio e de posse de seus haveres.

A moléstia de Pombal atingia sua fase derradeira. O corpo estava quase todo coberto de feridas, das quais o pus escorria, parecendo tratar-se de lepra.<sup>35</sup> As dores impediam-no de dormir mais de duas horas por dia. A disenteria enfraquecia-o, e seus médicos, como se quisessem atormentá-lo ainda mais, persuadiam-no a beber um caldo feito de carne de cobra. Pombal, rezando para morrer, recebeu os sacramentos, e terminou seus padecimentos em 8 de maio de 1782. Quarenta e cinco anos mais tarde, um grupo de jesuítas de passagem pela cidade parou no seu túmulo e rezou um réquiem, em triunfo e piedade, pelo descanso de sua alma.

## A Espanha e o Iluminismo

1700-88

### I. ESFERA SOCIAL

EM 1700, ao morrer, Carlos II, último dos Habsburgos da Espanha, transmitiu todo o seu império ao inimigo da vida inteira dos Habsburgos — a França dos Bourbons. O neto de Luís XIV, como Filipe de Espanha, lutou corajosamente na Guerra da Sucessão Espanhola (1702-13), a fim de manter intacto o império, e quase toda a Europa levantou-se em armas para impedir esse perigoso engrandecimento do poderio dos Bourbons. No final, a Espanha teve que ceder Gibraltar e Minorca à Inglaterra, a Sicília à Savóia, e Nápoles, Sardenha e “Bélgica” à Áustria.

Entretanto, a perda do poder nos mares deixou à Espanha apenas um precário domínio nas colônias que alimentavam o seu comércio e sua riqueza. O trigo da América Espanhola era cinco ou vinte vezes a produção por hectare do proveniente do solo espanhol. Das terras ensolaradas vinham mercúrio, cobre, zinco, arsênio, corantes, carne, peles, borracha, cochinilha, açúcar, cacau, café, fumo, chá, quinino e uma dúzia de outros medicamentos. Em 1788, a Espanha exportava para suas colônias da América mercadorias no valor de 158.000.000 *reales*, importando dessas mesmas colônias mercadorias num montante de 804.000.000 *reales*. Esse desfavorável “balanço comercial” era obliterado pelo fluxo de prata e ouro da América. As Filipinas remetiam carregamento de algodão, índigo e cana-de-açúcar. Em fins do século XVIII, Alexandre von Humboldt avaliava a população das Filipinas em 1.900.000 habitantes, da América Espanhola, em 16.902.000. A própria Espanha, em 1797, tinha 10.541.000 habitantes.<sup>1</sup> Representa um crédito para a administração dos Bourbons que esta última cifra já tinha sido quase dobrada para 5.700.000, em 1700.

A geografia favorecia a Espanha apenas no tocante ao comércio marítimo. Ao norte, a terra era fértil, irrigada pelas chuvas e as neves que se derretiam, procedentes dos Pireneus. Canais de irrigação (a maioria legada pelos mouros conquistadores) haviam recuperado Valência, Murcia e Andaluzia da sua antiga aridez. O resto da Espanha era lamentavelmente montanhoso ou seco. As dádivas da natureza não eram desenvolvidas por empreendimentos econômicos. Os espanhóis dotados de espírito

aventureiro iam para as colônias. A Espanha preferia comprar produtos industriais no exterior, com o ouro colonial e o produto de suas próprias jazidas de prata, cobre, ferro ou chumbo. Suas indústrias, ainda corporativas, ou em estágio doméstico, eram bem mais atrasadas do que as do industrioso norte do país, e muitas de suas minas eram operadas por administração estrangeira em benefício dos investidores alemães ou ingleses. A produção de lã era monopólio da Mesta, uma associação de tosadores autorizada pelo governo, fortificada pela tradição, e dominada por uma minoria de nobres e conventos. Um proletariado emaciado corrompia-se nas cidades, trabalhando como criados para os nobres ou como assalariados nas companhias. Alguns escravos negros ou mouros davam um toque pitoresco às mansões. Uma pequena classe média vivia na dependência do governo, da nobreza, ou da Igreja.

Quanto à agricultura, 51,5 por cento das terras pertenciam às famílias nobres, 16,5 por cento eram da Igreja, 32 por cento das comunas (cidades) ou dos camponeses. O aumento da propriedade dos camponeses fora retardado por uma antiga lei sobre transmissão dispondo que uma propriedade devia ser legada intacta ao filho mais velho, e que nenhuma de suas partes poderia ser hipotecada ou vendida. No decurso de quase um século, com exceção das províncias bascas, três quartos do solo eram cultivados pelos arrendatários, que pagavam tributos em aluguéis, taxas, serviço ou espécie aos proprietários, os aristocratas ou eclesiásticos. Como os aluguéis subiam de acordo com a produtividade da fazenda, os arrendatários não tinham incentivo para inovações ou em relação à indústria.<sup>2</sup> Os proprietários advogavam essa prática sob a alegação de que a progressiva depreciação da moeda forçava-os a aumentar os aluguéis a fim de ficarem em dia com os preços e os custos. Enquanto isso, um imposto sobre as vendas dos gêneros de primeira necessidade, como carne, vinho, azeite, velas e sabão incidia pesadamente sobre os pobres (que gastavam toda sua renda nos artigos essenciais) e menos sobre os ricos. O resultado dessas normas, de privilégios hereditários, e a natural desigualdade da habilidade humana era a concentração da riqueza nas altas camadas sociais, deixando embaixo uma pobreza triste que prosseguia através das gerações, aliviada ou favorecida por consolos sobrenaturais.

A nobreza zelosamente dividia-se em graus de importância. No alto (em 1787) ficavam 119 grandes — *os grandes de Espanha*. Podemos imaginar sua riqueza pelo comentário, acreditamos que exagerado, de um viajante britânico, Joseph Townsend, de que “três grandes senhores — os duques de Osuna, Alba, e Medinaceli — possuem quase toda a província de Andaluzia”.<sup>3</sup> Medinaceli recebia um milhão de *reales* anualmente só de sua indústria da pesca, Osuna tinha uma renda anual de 8.400.000 *reales*, o Conde de Aranda tinha quase 1.600.000 *reales* anuais.<sup>4</sup> Abaixo dos grandes estavam 535 *títulos* — homens aos quais o rei concedera títulos nobiliárquicos hereditários sob a condição de remeterem a metade de suas rendas à Coroa. Numa escala mais abaixo estavam os *caballeros* — cavaleiros ou fidalgos nomeados pelo rei, na qualidade de membros para uma das quatro ordens militares da Espanha: Santiago, Alcântara, Calatrava e Montesa. Os menores entre os nobres eram os quatro mil *hidalgos*, que possuíam pequenas faixas de terreno, eram isentos do serviço militar e de prisão por dívida, com o direito de exibir um brasão e ter tratamento de *Don*. Alguns eram pobres, outros uniam-se aos mendigos na rua. A maior parte dos nobres vivia nas cidades, e nomeava os funcionários municipais.

Na qualidade de divina guardiã do *status quo*, a Igreja espanhola reivindicava uma boa parcela do produto nacional bruto. Uma jurisdição espanhola estimava a renda anual da Igreja, depois do pagamento dos impostos, em 1.101.753.000 *reales*, e a do Estado em 1.371.000.000.<sup>5</sup> Um terço de sua renda vinha da terra, grandes somas eram provenientes dos dízimos e dos primeiros frutos, importâncias menores vinham dos batizados, enterros, casamentos, missas para os mortos e roupagens monásticas, porque as pessoas religiosas acreditavam que se morressem nessas vestimentas entrariam sem maiores dificuldades no Paraíso. Os padres mendicantes contribuía com um adicional de 53.000.000 de *reales*. O padre médio sem dúvida era pobre, em parte, em virtude de seu número. A Espanha tinha 91.258 homens nas ordens religiosas, dos quais 16.481 eram padres e 2.943 jesuítas.<sup>6</sup> Em 1797, sessenta mil padres e trinta mil freiras viviam em três mil mosteiros e conventos. O arcebispo de Sevilha e seu corpo de auxiliares de 235 homens beneficiavam-se com uma renda anual de seis milhões de *reales*. O arcebispo de Toledo, com seiscentos auxiliares, recebia nove milhões. Lá, como na Itália e na Áustria, a riqueza eclesiástica não despertava protestos. A catedral era criação do povo, que gostava de vê-la faustosamente iluminada.

A religião espanhola constituía um padrão para a cristandade. Em lugar nenhum, no século XVIII, era a teologia católica tão profundamente aceita, ou os ritos de sua igreja tão fervorosamente observados. As práticas religiosas rivalizavam com a procura de pão, e provavelmente suplantavam a procura de sexo como parte da substância da vida. O povo, inclusive as prostitutas, persignava-se uma dúzia de vezes ao dia. O culto da Virgem ultrapassava de muito a adoração de Cristo. Imagens da Virgem estavam em toda parte. As mulheres costuravam com amor para suas imagens, coroando-lhe a cabeça com flores. Na Espanha, pairava acima de tudo o desejo do povo de que a sua "imaculada concepção" — a sua libertação da mácula do pecado original — constituísse parte da definição e da necessidade da fé. Os homens quase se igualavam às mulheres na religiosidade. Homens, assim como as mulheres, ouviam missa diariamente. Em certas procissões (até sua proibição em 1777) homens das classes inferiores fustigavam-se com o auxílio de cordas cheias de nós, terminando em bolas de cera contendo vidro partido. Declaravam proceder daquela forma para pôr à prova a devoção que professavam por Deus, ou a Virgem Maria, ou por uma mulher. Alguns acreditavam que aquela sangria fazia bem à saúde<sup>7</sup> e afastava Eros.

As procissões religiosas eram freqüentes, dramáticas e coloridas. Um humorista queixava-se de não poder botar um pé fora de casa, em Madri, sem esbarrar com uma daquelas solenidades; e não ajoelhar-se quando ela passava era arriscar-se a ser preso ou molestado. Quando o povo de Saragoça revoltou-se, em 1766, pilhando e saqueando, e uma procissão surgiu com o bispo segurando o Santíssimo Sacramento à sua frente, os revoltosos descobriram-se e ajoelharam-se nas ruas; e quando o séquito seguiu seu caminho eles começaram a depredar e a roubar.<sup>8</sup> Quando da procissão de Corpus Christi, todas as repartições do governo nela tomavam parte, algumas vezes conduzidas pelo rei. Durante todo o tempo da Semana Santa as igrejas da Espanha eram cobertas de preto, os teatros e cafés fechavam e as igrejas ficavam repletas, sendo necessário armar altares nas praças públicas para acomodar aquela superabundância de religião. Na Espanha, o Cristo era rei, a Virgem Maria rainha, e o sentido da divina presença era, na hora de acordar, parte da essência da vida.

Duas ordens religiosas, em especial, prosperavam na Espanha. Os jesuítas, por sua cultura e diplomacia, dominavam a educação, tornando-se confessores da realeza. Os dominicanos controlavam a Inquisição, e apesar de ter passado há muito o apogeu desta instituição, ela era ainda bem forte para aterrorizar o povo e desafiar o Estado. Quando alguns remanescentes do judaísmo apareciam em decorrência da complacência dos Bourbons, a Inquisição dispersava-os com autos-de-fé. Em sete anos (1720-1727) os inquisidores condenaram 868 pessoas, das quais 820 eram acusadas de secreto judaísmo. Setenta e cinco foram queimadas, outras levadas para as galés, ou simplesmente açoitadas.<sup>9</sup> Em 1722, Felipe V deu testemunho de ter-se adaptado aos hábitos espanhóis ao presidir a um suntuoso auto-de-fé, ocasião em que nove hereges foram queimados para celebrar a vinda de uma princesa francesa a Madri.<sup>10</sup> Seu sucessor, Fernando VI, demonstrou espírito mais brando, pois, durante o seu reinado (1746-59), "apenas" dez pessoas — todos judeus "relapsos" — foram queimadas vivas.<sup>11</sup>

A Inquisição exercia sufocante censura sobre qualquer publicação. Um dominicano fez um cálculo provando haver menor número de impressões na Espanha do século XVIII do que no XVI.<sup>12</sup> A maior parte dos livros tratava de religião, e o povo gostava deles assim. As classes inferiores eram analfabetas, não sentindo necessidade de ler e escrever. As escolas estavam nas mãos do clero, porém cerca de mil paróquias não possuíam escolas. As universidades da Espanha, outrora importantes, estavam então muito abaixo das da Itália, França, Inglaterra ou Alemanha em tudo, com exceção em teologia ortodoxa. As escolas de medicina eram pobres, com medíocre corpo de servidores e mal equipadas. A terapia resumia-se em sangrias, purgações, relíquias e orações. Os médicos espanhóis constituíam um perigo para a vida humana. A ciência era medieval, a história uma lenda, a superstição florescia e os milagres abundavam. A crença na feitiçaria sobreviveu até o fim do século, aparecendo entre os horrores desenhados por Goya.

Tal era a Espanha para a qual os Bourbons vieram da França para governar.

## II. FILIPE V: 1700-46

Filipe V era um bom homem, restrito às suas luzes, limitadas em virtude da educação que recebera. Como filho mais novo do delfim tinha sido educado para a modéstia, religiosidade e obediência, nunca ultrapassando essas virtudes o suficiente para fazer face a meio século de desafios entre governos e guerras. Sua crença levou-o a aceitar na Espanha um obscurantismo religioso que já estava desaparecendo na França, sua docilidade tornou-o maleável por seus ministros e suas mulheres.

Maria Luísa Gabriela, filha de Vítor Amadeu II da Savóia, tinha apenas treze anos quando se casou com Filipe (1701), porém já era instruída nos artifícios femininos. Sua beleza e vivacidade, seus acessos de mau humor e suas lágrimas reduziam o rei a uma exaustiva submissão, enquanto ela e sua primeira dama de honra manipulavam a política de seu país de adoção. Marie Anne de la Trémouille, Princesa des Ursins, francesa, e viúva de um grande de Espanha, havia auxiliado a jovem rainha no casamento e no poder. Ambiciosa, porém dotada de tato, tornou-se no decurso de uma década um poderio atrás do trono. Não podia contar com a beleza, pois tinha 59 anos em 1701, mas supria os conhecimentos e sutileza que faltavam na rainha;

e após 1701 resolveu agir politicamente. Em 1714, Maria Luísa, com 26 anos, morreu; Filipe, que a amava intensamente, entregou-se a mórbida melancolia. Mme. des Ursins resolveu, para salvar seu poderio, arranjar seu casamento com Isabela Farnese, filha do Duque Odoardo II, de Parma e Piacenza. Partiu para encontrar a nova rainha na fronteira espanhola, porém Isabela rispidamente ordenou-lhe que deixasse a Espanha. Ela retirou-se para Roma, morrendo oito anos depois, rica e esquecida.

Isabela não podia admitir o fim da Renascença. Possuía toda a força de vontade, inteligência aguçada, gênio fogoso e desprezo pelo escrúpulo que haviam marcado as mulheres, assim como os homens, que dominaram a Itália do século XVI. Encontrou em Filipe um homem que não tomava decisões, e que não podia dormir só. Fez do leito real o seu trono, do qual dirigia uma nação, comandava exércitos e ganhava principados italianos. Não sabia quase nada da Espanha, nem jamais se adaptou ao caráter espanhol, entretanto estudava esse caráter, familiarizou-se com as necessidades do país, e o rei admirou-se de vê-la tão informada e desembaraçada quanto seus ministros.

Nos primeiros anos de reinado, Filipe utilizava-se de Jean Orry e outros auxiliares franceses para reorganizar o governo dentro das normas estabelecidas por Luís XIV, isto é, administração e finanças contabilizadas e centralizadas, com uma burocracia experiente e intendentess provinciais, todos sujeitos à autoridade legislativa, judicial e executiva do conselho real, ali denominado o Consejo de Castilla. A corrupção decresceu, o esbanjamento foi refreado — com exceção das construções realizadas pelo rei. Aos ministros franceses sucedeu, em 1714, um hábil e ambicioso italiano, o Abade Giulio Alberoni, cuja energia deixou os espanhóis em pânico. Filho de um jardineiro de Piacenza, chegou à Espanha como secretário do Duque de Vendôme. Foi o primeiro a sugerir Isabela Farnese para a segunda mulher de Filipe. Grata, ela lhe facilitou o caminho do poder. Juntos mantiveram o rei longe dos negócios, e de qualquer conselho a não ser o deles. Juntos, planejaram construir as forças armadas da Espanha, usando-as para expulsar os austríacos da Itália, restabelecer a preponderância da Espanha em Nápoles e Milão, assim como criar tronos ducais a serem agraçados, algum dia, pelos filhos da previdente Isabela.

Alberoni pediu cinco anos para preparar tais planos. Recolocou os nobres ociosos, com habilidades da classe média, nos postos principais; tributou os padres, prendendo os rebeldes;<sup>13</sup> jogou fora os navios, construindo melhores; fixou fortes e arsenais ao longo das costas e fronteiras; subsidiou a indústria, abriu estradas, acelerou comunicações, aboliu impostos sobre as vendas e pedágio para o tráfego. O embaixador da Grã-Bretanha em Madri advertiu o seu governo que, com alguns anos mais desse progresso, a Espanha tornar-se-ia um perigo para outras potências européias.<sup>14</sup> A fim de amainar tais receios, Alberoni fingiu estar arregimentando forças para defender Veneza e o pontificado contra os turcos. Na verdade, ele enviou seis galeras a Clemente XI, que o recompensou com o chapéu encarnado (1717). “A monarquia espanhola”, escreveu Voltaire, “retomou nova vida sob o Cardeal Alberoni.”<sup>15</sup>

Tudo lhe era concedido, exceto tempo. Esperava conseguir o consentimento da França e da Inglaterra para os objetivos da Espanha na Itália, oferecendo, em troca, substanciais concessões, mas o negligente rei estragou essas manobras ao revelar seu desejo de substituir Filipe de Orleans como dirigente da França. Filipe declarou-se contra

ele, unindo-se à Inglaterra e Províncias Unidas num pacto para manter as negociações territoriais fixadas pelo Tratado de Utrecht. A Áustria violou este tratado ao compelir a Savóia a lhe conceder a Sicília em troca da Sardenha. Alberoni protestou, dizendo que isto iria colocar no caminho do Mediterrâneo uma potência cujo chefe ainda reivindicava a coroa da Espanha. Maldizendo a indevida aceleração dos acontecimentos, conformou-se com uma guerra prematura. Sua frota recém-criada capturou Palermo (1718) e suas tropas logo colocaram a Sicília sob o controle espanhol. Diante dos fatos, a Áustria uniu-se à Inglaterra, França e Holanda numa Aliança Quádrupla contra a Espanha. Em 11 de agosto de 1718, uma flotilha inglesa destruiu a frota espanhola ao largo da costa siciliana. As melhores tropas espanholas ficaram engarrafadas naquela ilha enquanto exércitos franceses invadiram a Espanha. Filipe e Isabela requereram paz, que lhes foi concedida sob a condição do banimento de Alberoni. Este fugiu para Gênova (1719), andando disfarçado através da Lombardia, ocupada pela Áustria, até chegar a Roma. Naquela cidade, participou no conclave que elegeu Inocêncio XIII, morrendo em 1752, com a idade de 88 anos. Em 17 de fevereiro de 1720, um emissário espanhol assinou um tratado em Londres, pelo qual Filipe renunciava a qualquer reivindicação ao trono da França, a Espanha entregava a Sicília à Áustria, a Inglaterra prometia restituir Gibraltar à Espanha, e os aliados penhoravam ao descendente de Isabela o direito de sucessão à Parma e à Toscana.

No caleidoscópio da política internacional, os aliados logo tornaram-se inimigos, os adversários podendo transformar-se em amigos formais. A fim de cimentar a paz com a França, em 1721, Filipe prometeu sua filha, Maria Ana Vitória, de dois anos, em casamento a Luís XV, enviando-a — para espanto geral — para aquele país. Mas, em 1725, a França mandou-a de volta para que Luís pudesse casar com uma mulher que logo se incumbisse da tarefa de lhe dar um herdeiro. Insultada, a Espanha aliou-se à Áustria. O Imperador Carlos VI prometeu ajuda para a reconquista de Gibraltar. Quando a Espanha tentou tomar aquele bastião, a ajuda da Áustria não veio. A tentativa fracassou e a Espanha não apenas concluiu a paz com a Inglaterra como lhe restabeleceu o monopólio *Asiento* de vender escravos às colônias espanholas. Em retribuição, a Inglaterra prometeu colocar o filho de Isabela, Don Carlos, no trono do ducado de Parma. Em 1731, Carlos e seis mil soldados espanhóis foram escoltados para a Itália a bordo de uma frota inglesa. A fim de garantir o apoio da Grã-Bretanha e da Espanha para elevar Maria Teresa ao trono imperial, a Áustria cedeu Parma e Piacenza a Carlos. Em 1734, Carlos promoveu-se em Nápoles. O triunfo de Isabela era completo.

Entretanto, Filipe caiu num estado de melancolia que, depois de 1736, sofria recaídas, chegando à insânia. Encolhido a um canto do quarto, pensava que todos que ali entravam queriam matá-lo. Não comia, temendo estar o alimento envenenado. Por muito tempo recusou-se a sair da cama, a se pentear ou barbear. Isabela procurou por todos os meios curá-lo e consolá-lo. Tudo falhou, exceto uma coisa. Em 1737, persuadiu Farinelli a vir para a Espanha. Uma noite, num apartamento contíguo ao do rei, preparou um concerto, no qual o grande *castrato* cantou duas árias de Hasse. Filipe levantou-se da cama a fim de ver, por uma das portas, o que estava produzindo sons tão maviosos. Isabela trouxe-lhe Farinelli. O rei, com lisonjas e afagos, pediu-lhe que estipulasse sua recompensa, pois nada lhe seria recusado. Previamente instruído



pela rainha, o cantor pediu apenas que Filipe se barbeasse, se vestisse, e comparecesse ao conselho real. O rei aquiesceu. Seus temores esvaneceram-se, parecia milagrosamente curado. Mas, na noite seguinte, chamou Farinelli, suplicando-lhe para cantar novamente aquelas mesmas músicas, pois só assim teria calma e dormiria. E isto continuou indefinidamente, noite após noite, por período de dez anos. Farinelli recebia 200 mil *reales* anuais, mas não tinha permissão para cantar fora da corte. Aceitou prazerosamente as referidas condições e, embora sua ascendência sobre o rei fosse maior do que a de qualquer ministro, nunca abusou, utilizando-a sempre para o bem. Permaneceu invulnerável à venalidade, conquistando a admiração de todos.<sup>16</sup>

Em 1746, Filipe mandou celebrar 100 mil missas para a sua salvação. Caso não fossem necessárias tantas para fazê-lo entrar no céu, o excedente seria concedido às pobres almas, para as quais nenhuma providência dessa natureza havia sido tomada.<sup>17</sup> Naquele ano morreu.

### III. FERNANDO VI: 1746-59

O segundo filho de Filipe V, do primeiro casamento, sucedeu-o, dando à Espanha treze anos de um reinado salutar. Isabela sobreviveu ao marido até 1766. Era tratada com afabilidade e cortesia por seu enteado, mas perdera o poder de influir nos acontecimentos. A mulher de Fernando, Maria Bárbara, aluna de Scarlatti, era agora a mulher por detrás do trono. Embora amasse comida e dinheiro acima de tudo, era mais agradável do que Isabela, empregando todas as suas forças para incentivar a música e a arte. Farinelli continuava cantando para os novos dirigentes, e o cravo de Scarlatti não podia rivalizar-se com ele. O rei e a rainha esforçavam-se para terminar a Guerra da Sucessão da Áustria. Aceitaram o Tratado de Aix-la-Chapelle (1748), embora este desse a Toscana à Áustria, e um ano mais tarde terminaram com o velho Asiento de 136 anos, pagando 100 mil libras à South Sea Company pela perda de seus privilégios no tráfico de escravos.

Fernando era um homem de boa vontade, delicado e honesto, porém de uma herda compieção frágil e sujeito a acessos de fúria que o deixavam dolorosamente envergonhado.<sup>18</sup> Cômico de suas limitações, deixou a administração a cargo de dois ministros capazes — Don José de Carvajal e Zenón de Somodevilla, Marquês de la Ensenada. Este melhorou os métodos agrícolas, subsidiou a mineração e a indústria, construiu estradas e canais, aboliu impostos internos, reconstruiu a marinha, substituiu o detestado imposto de vendas por um imposto sobre a renda e a propriedade, reorganizou as finanças, e terminou com o isolamento intelectual da Espanha enviando os jovens para estudarem no exterior. Em parte, através da diplomacia de Ensenada, foi assinado um acordo com o papa (1753) reservando ao rei o direito de tributar propriedades eclesiásticas e nomear bispos para as sedes episcopais espanholas. O poderio da Igreja foi reduzido, a Inquisição refreada e abolidos os autos-de-fé.

Os dois ministros divergiam quanto à política exterior. Carvajal, sensível ao charme do devotado embaixador britânico, Sir Benjamin Keene, calmamente adotou uma linha a favor da Grã-Bretanha. Ensenada favorecia a França, inclinando-se para a guerra contra a Grã-Bretanha. Admirando sua energia e habilidade, Fernando foi por muito tempo paciente com ele, mas, por fim, o exonerou. Enquanto quase toda a Europa

ficou em guerra sete anos, Fernando deu a seu povo um maior período de tranqüilidade e prosperidade que a Espanha conheceu desde Filipe II.

Em 1758, Maria Bárbara morreu. O rei, que a amara como se a política nada tivesse a ver com o casamento deles, ficou num estado de melancolia a ponto de não se pentear ou barbear, que evocava o estado em que ficou seu pai. Nos últimos anos de vida, ele também enlouqueceu. Já no fim, recusava recolher-se ao leito, temeroso de nunca mais se levantar. Morreu em uma cadeira, em 10 de agosto de 1759. Todos choraram os amantes reais, pois o seu reinado havia sido uma rara bênção para a Espanha.

#### IV. O ILUMINISMO PENETRA NA ESPANHA

A história do Iluminismo na Espanha é um caso de força irresistível encontrando um corpo imutável. O caráter espanhol e seu compromisso, firmado em sangue para com a fé medieval, traria de volta mais cedo ou mais tarde, todos os ventos de heresia ou dúvida, quaisquer formas alienígenas de vestuário, maneiras ou economia. Apenas uma força econômica era favorável ao pensamento estrangeiro — os comerciantes espanhóis que lidavam diariamente com estrangeiros, e sabiam de que modo os seus pares haviam conseguido poder e dinheiro na Inglaterra e na França. Dispunham-se a importar idéias caso elas pudessem enfraquecer o domínio que os nobres e o clero haviam herdado sobre a terra, a vida e a mente espanholas. Sabiam que a religião perdera seu domínio na Inglaterra, alguns ouviram falar em Newton e Locke, e até Gibbon iria encontrar alguns leitores na Espanha.<sup>19</sup>

É óbvio que o Iluminismo mais robusto emanou da França. Os aristocratas franceses, que seguiram Filipe V a Madri, já estavam impregnados da irreligião que se escondeu no reinado de Luís XIV, mas que ficou agressiva durante a Regência. Em 1714, alguns intelectuais fundaram a Real Academia Espanhola como rival da Academia Francesa. Logo começou esta a trabalhar em um dicionário. Em 1737, o *Diario de los literatos de España* resolveu competir com o *Journal des savants*. O Duque de Alba, que dirigiu a Real Academia por vinte anos (1756-76), era fraco admirador de Jean-Jacques Rousseau.<sup>20</sup> Em 1773, contribuiu com oito luíses de ouro para a estátua de Voltaire. “Condenado a cultivar, em segredo, meus motivos”, escreveu a d’Alembert, “valho-me da oportunidade para tornar público o testemunho da minha gratidão e admiração pelo grande homem que primeiro mostrou-me o caminho.”<sup>21</sup>

O *Émile*, de Rousseau, recebeu divulgação gratuita, com a cerimônia de sua queima em uma igreja de Madri (1765).<sup>22</sup> Jovens espanhóis familiarizados com Paris, como o Marquês de Mora, que amava Julie de Lespinasse, retornaram à Espanha com alguns vernizes do ceticismo que haviam encontrado nos salões. Cópias de obras de Voltaire, Diderot ou Raynal eram contrabandeadas na Espanha, despertando alguns espíritos inovadores. Um jornalista espanhol escreveu em 1763: “O resultado da leitura de vários livros perniciosos, que se tornaram moda nesse país, tais como Voltaire, Rousseau e Helvétius, foi o arrefecimento da fé religiosa.”<sup>23</sup> Pablo Olavide expressava abertamente idéias voltairianas, em seu salão em Madri (1766).<sup>24</sup> Nas estantes das Sociedades Econômicas de los Amigos del País, em Madri, viam-se obras de Voltaire, Rousseau, Bayle, d’Alembert, Montesquieu, Hobbes, Locke e Hume.<sup>25</sup> O Aba-

de Clément, percorrendo a Espanha em 1768, observou grande difusão de indiferença religiosa, até mesmo descrença, encoberta pela observância dos rituais da Igreja Católica.<sup>26</sup> Em 1778, a Inquisição foi informada de que os mais altos funcionários da corte liam os *philosophes* franceses.<sup>27</sup>

Era de grande importância para a história espanhola que Pedro Abarca, Conde de Aranda, em viagem pela França, tenha-se tornado amigo de Voltaire. Podemos aqui-latar essas relações por sua última atividade como embaixador em Versalhes. Reuniam-se livremente com os Enciclopedistas em Paris, tornou-se amigo íntimo e admirador de d'Alembert, e atravessou a França para visitar Voltaire em Ferney. Na Espanha professava fidelidade à Igreja, no entanto foi ele quem persuadiu Carlos III a expulsar os jesuítas. Com sua orientação, Carlos juntou-se às fileiras dos "déspotas esclarecidos", e para ele voltavam-se os olhares dos *philosophes*, como a pessoa certa para difundir educação, liberdade e razão.

#### V. CARLOS III: 1759-88

##### 1. O Novo Governo

Tinha 43 anos quando chegou, procedente de Nápoles. Foi bem recebido por todos, exceto pelos jesuítas,<sup>28</sup> ressentidos por ter a Espanha vendido a Portugal suas povoações no Paraguai (1750). Afora isso, conquistou todos os corações ao perdoar os impostos atrasados, restabelecendo ainda alguns dos privilégios das províncias, suspensos sob a política centralizadora de Filipe V. Seu primeiro ano como rei da Espanha foi triste, em virtude da morte de sua mulher, Maria Amália. Nunca mais se casou. Deve-se reconhecer nos Bourbons da Espanha do século XVIII o exemplo, demonstrado aos monarcas da Europa, de amor e estabilidade matrimonial.

Um diplomata inglês fez um retrato muito britânico de Carlos, que ele havia encontrado algumas vezes em Nápoles.

O rei tem um aspecto muito envelhecido, tanto na sua pessoa como na indumentária. É de estatura pequena, a pele da cor do mogno. Nesses trinta anos não lhe tiraram a medida para fazer um casaco, de modo que o seu lhe cai no corpo como um saco. Seu colete e calças são em geral de couro, as polainas compridas de pano. (...) Sai para fazer esporte o ano inteiro, todos os dias, quer chova ou faça sol.<sup>29</sup>

Mas o Conde de Bristol acrescentou, em 1761:

O rei católico é talentoso, possui boa memória, e um autodomínio incomum em qualquer ocasião. O fato de ter sido várias vezes enganado o tornou desconfiado. Prefere expor sua opinião com delicadeza, sendo paciente para repetir admoestações, ao invés de exercer autoridade. (...) Entretanto, a despeito daquela aparência branda, mantém seus ministros e auxiliares num clima do maior temor.<sup>30</sup>

Pessoalmente religioso, ninguém poderia supor que ele iria combater os jesuítas ou empreender reformas religiosas. Assistia à missa diariamente. Sua "honesta e obsti-

nada observância de todos os seus tratados, princípios e compromissos” surpreendia sua adversária, a Inglaterra.<sup>31</sup> Dedicava grande parte dos dias da semana aos assuntos do governo. Levantava-se às seis, ia ver os filhos, fazia a primeira refeição, trabalhava das oito às onze, atendia ao conselho, recebia os dignitários, jantava em público, reservava várias horas à caça, ceava às nove e meia, dava comida aos cachorros, dizia suas orações e ia dormir. É provável que a caçada fosse uma medida de saúde, com o objetivo de dissipar a melancolia peculiar na família.

No início, cometeu alguns erros. Desfamiliarizado com a Espanha, que não via desde os dezesseis anos, tomou na qualidade de auxiliares dois italianos que o haviam servido bem em Nápoles: o Marquês d'Grimaldi, para as relações exteriores, o Marquês d'Squillaci para os negócios interiores.

O Conde de Bristol descreveu Squillaci como “pouco inteligente. Gosta do seu trabalho, nunca se lastimando de tê-lo em demasia, não obstante os inúmeros departamentos centralizados por ele.(...) Acredito que ele seria incapaz de se deixar subornar, porém não diria o mesmo em relação à sua mulher”.<sup>32</sup> Squillaci não se habituava com o crime, o odor e tristeza de Madri. Organizou uma polícia responsável e uma turma para a limpeza das ruas, iluminando a cidade com quinhentas mil lâmpadas. Legalizou os monopólios para o abastecimento de óleo, pão e outros artigos de primeira necessidade; a seca ocasionou o aumento dos preços e o povo pediu sua cabeça. Ofendeu o clero com regulamentos que entravavam seus privilégios e poder. Perdeu mil adeptos com a proibição de ocultar armas. Finalmente, pôs em andamento uma revolução com a tentativa de alterar a indumentária do povo. Convenceu o rei de que a capa longa, que ocultava o corpo, e o chapéu grande com a aba para baixo, que escondia a maior parte do rosto, tornavam mais fácil encobrir armas, deste modo dificultando o reconhecimento de criminosos. Uma série de decretos proibiu a capa e o chapéu, e os policiais se equiparam com lâminas para cortar as roupas proibidas dentro dos tamanhos autorizados por lei.<sup>33</sup> Esta ordem era mais do que os pobres madrilenhos podiam suportar. No Domingo de Ramos, 23 de março de 1766, eles se revoltaram, tomaram os armazéns de munições, esvaziaram prisões, subjugaram os soldados e a polícia, atacaram a casa de Squillaci, apedrejaram Grimaldi, mataram os guardas valões do palácio real, e desfilaram com as cabeças dos odiados estrangeiros, espetadas em paus e erguidas acima de suas cabeças, cobertas com chapéus de abas largas. Durante dois dias a turba matou e pilhou. Carlos cedeu. Anulou os decretos, mandando Squillaci, a salvo e escoltado, de volta à Itália. A esta altura já havia descoberto as qualidades do Conde de Aranda, nomeando-o presidente do Conselho de Castela. Aranda tornou a capa comprida e o *sombrero* largo a indumentária oficial do carrasco, dessa forma colocando fora de moda a antiga roupa. A maioria dos madrilenhos adotou as roupas francesas.

Aranda descendia de família tradicional e abastada de Aragón. Já o vimos imbuindo-se do Iluminismo na França. Foi também à Prússia, onde estudou organização militar. Voltou à Espanha ansioso para colocar o seu país no mesmo plano daqueles Estados do norte. Seus amigos Enciclopedistas exageraram em público a alegria de vê-lo galgar o poder, e ele lastimou-se de que, assim procedendo, haviam tornado seu caminho mais difícil,<sup>34</sup> desejando que tivessem estudado diplomacia. Definiu a diplomacia política como a arte de

reconhecer a força, recursos, interesses, direitos, temores e esperanças das diferentes potências, para que, quando a ocasião o permitisse, pudéssemos pacificá-las, dividi-las, derrotá-las, ou nos aliarmos a elas, dependendo de sua vantagem para nós e de nossa maior segurança.<sup>35</sup>

O rei sentia-se inclinado a efetuar reformas no clero, pois suspeitava ter este secretamente incentivado a revolta contra Squillaci.<sup>36</sup> Permitiu fosse impresso na gráfica governamental, em 1765, o anônimo *Tratado de la regalia de l'amortización*, que questionava o direito da Igreja de acumular propriedades móveis, argumentando que em todas as questões temporais a Igreja devia submeter-se ao Estado. O autor era o Conde Pedro Rodríguez de Campomanes, membro do Conselho de Castela. Em 1761, Carlos publicou uma ordem que requeria o consentimento do rei para a publicação de bulas papais e instruções na Espanha. Mais tarde rescindiu a ordem, porém renovou-a em 1768. Já então apoiava Aranda e Campomanes em uma série de reformas religiosas que, por uma geração tumultuada, refez a fisionomia intelectual da Espanha.

## 2. A Reforma na Espanha

Os reformadores espanhóis — excetuando talvez Aranda — não tencionavam destruir o catolicismo na Espanha. As guerras demoradas para expulsar os mouros (como a longa luta para a libertação da Irlanda), haviam colocado o catolicismo como parte do patriotismo, intensificando-o numa fé por demais santificada pelos sacrifícios da nação a fim de permitir a vitória de um desafio ou mudança básica. A esperança dos reformadores era trazer a Igreja sob controle do Estado, libertando o espírito espanhol dos horrores da Inquisição. Principiaram por atacar os jesuítas.

A Companhia de Jesus nascera na Espanha, no espírito e com a experiência de Inácio de Loyola, e alguns de seus maiores dirigentes vieram desse país. Aqui, como em Portugal, França, Itália e Áustria, a ordem controlava a educação secundária, dava confessores aos reis e rainhas e colaborava na formulação da política real. A expansão de seu poder suscitou inveja, e às vezes inimizade, do clero secular católico. Alguns deles acreditavam na suprema autoridade dos conselhos ecumênicos sobre os papas. Os jesuítas defendiam a autoridade suprema dos papas sobre conselhos e reis. Os homens de negócios espanhóis queixavam-se de que os jesuítas, empenhados no comércio colonial, estavam vendendo mais barato do que os comerciantes regulares, em virtude da eclesiástica isenção de tributos, e isto, salientavam, diminuía as receitas reais. Carlos acreditava estarem os jesuítas ainda incentivando a resistência dos índios paraguaios às ordens do governo espanhol.<sup>37</sup> Alarmou-se quando Aranda, Campomanes e outros lhe mostraram cartas que, alegavam, haviam sido encontradas na correspondência dos jesuítas. Uma delas, supostamente de Frei Ricci, dirigente da ordem, declarava que Carlos era bastardo, devendo ser substituído por seu irmão Luís.<sup>38</sup> A autenticidade dessas cartas foi rejeitada tanto por católicos como pelos incréus,<sup>39</sup> mas Carlos julgou-as autênticas, concluindo que os jesuítas estavam conspirando para depô-lo, talvez matá-lo.<sup>40</sup> Observou que uma tentativa havia sido feita, alegadamente com

cumplicidade dos jesuítas, para assassinar José I de Portugal (1758). Resolveu seguir o exemplo de José, expulsando a ordem do seu reino.

Campomanes advertiu-o que tal expediente somente lograria êxito se laboriosamente preparado, seguido de rápido e inesperado golpe. De outro modo, os jesuítas, que eram adorados pelo povo, podiam despertar violenta agitação em todo o país e suas possessões. Por sugestão de Aranda, mensagens seladas, com a assinatura do rei, foram enviadas no princípio do ano 1767 para os oficiais em todas as partes do império, com a ordem, sob pena de morte, de abri-las somente em 31 de março, na Espanha, e em 2 de abril, nas colônias. Em 31 de março, quando despertaram pela manhã, os jesuítas espanhóis depararam com suas casas e colégios rodeados de tropas com mandado de prisão contra eles. Ordenaram-lhes que partissem silenciosamente, levando apenas os pertences que podiam carregar. Todas as outras propriedades dos jesuítas foram confiscadas pelo governo. Cada exilado receberia pequena pensão, que seria interrompida caso qualquer um protestasse contra a extradição. Foram conduzidos, com escolta militar, ao porto mais próximo e embarcados para a Itália. Carlos dirigiu-se a Clemente XIII, informando estarem os jesuítas sendo transportados para "territórios eclesiásticos, a fim de que pudessem permanecer sob a imediata e sábia direção de Sua Santidade.(...) Rogo a Vossa Santidade para não considerar esta resolução de outra forma senão como precaução civil indispensável, que somente por mim foi adotada após prudente exame e profunda reflexão".<sup>41</sup>

Quando o primeiro navio, que levava seiscentos jesuítas, procurou depositá-los em Civitavecchia, o Cardeal Torrigiani, secretário pontifical, recusou deixá-los desembarcar, argumentando que a Itália não podia tão subitamente encarregar-se de tantos refugiados.<sup>42</sup> Durante semanas o navio vagueou pelo Mediterrâneo à procura de algum porto hospitaleiro, enquanto seus passageiros, desesperados, sofriam os rigores do tempo, fome e doenças. Finalmente, permitiram-lhes desembarcar na Córsega e, mais tarde, em grupos acessíveis, foram absorvidos nos Estados Pontificais. Entrementes, idêntica experiência atingiu os jesuítas de Parma, de Nápoles, dos países hispano-americanos e das Filipinas. Clemente III fez um apelo a Carlos III no sentido da revogação dos editos cuja rapidez e crueldade consternava todo o mundo cristão. Carlos respondeu: "A fim de poupar ao mundo um grande escândalo, abster-me-ei sempre, com um segredo no íntimo de meu coração, de revelar a abominável trama que exigia tal rigor. Sua Santidade deve confiar na minha palavra. A segurança de minha vida exige que eu mantenha profundo silêncio."<sup>43</sup>

O rei nunca revelou inteiramente as provas baseadas nas quais ele promulgou seus decretos. Os pormenores são tão controvertidos e obscuros que um julgamento é impossível. D'Alembert, que não era amigo dos jesuítas, criticou o método de extradição. Em 4 de maio de 1767, escreveu a Voltaire:

O que pensa do edito de Carlos III que tão abruptamente expulsou os jesuítas? Persuadido de que ele tinha suficientes e boas razões, o amigo não acha que ele deveria torná-las públicas, e não encerrá-las no seu "coração real"? Você não acha que ele deveria ter permitido aos jesuítas uma justificativa, principalmente quando todo mundo sabia que eles não podiam? Não pensa você também que seria bem injusto fazê-los morrer de fome, se um simples irmão leigo, que talvez esteja correndo repolho na cozinha, poderia dizer uma palavra, em um ou outro sentido,

em favor deles?(...) Não acha que ele podia ter agido com mais tirocínio ao levar a efeito aquilo que, afinal de contas, é uma questão razoável?<sup>44</sup>

Foi a expulsão um ato popular? Um ano após o acontecimento, por ocasião dos festejos de São Carlos, o rei apareceu ao povo do balcão do palácio. Quando, em obediência à tradição, ele perguntou que dádiva desejavam receber, todos gritaram “a uma só voz” que os jesuítas tivessem permissão para voltar, e usar o hábito do clero secular. Carlos recusou, banindo o arcebispo de Toledo sob a acusação de haver instigado aquele pedido suspeito.<sup>45</sup> Quando, em 1769, o papa pediu aos bispos da Espanha sua opinião sobre a expulsão dos jesuítas, 42 deles declararam-se de acordo, seis contra, e oito esquivaram-se de responder.<sup>46</sup> Os frades agostinianos da Espanha aprovaram a extradição e, mais tarde, apoiaram o pedido de Carlos III no sentido de que a Companhia de Jesus fosse completamente dissolvida.<sup>47</sup>

Ação semelhante não podia ser levada a efeito com a Inquisição. Muito mais do que a Companhia de Jesus, essa instituição estava impregnada no medo e nas tradições do povo, que atribuía a ela a preservação dos costumes e pureza de sua fé — até de sua segurança. Quando Carlos III subiu ao trono, a Inquisição dominava a mente espanhola com uma censura vigilante e severa. Qualquer livro suspeito de heresia religiosa ou desvio da moralidade era submetido a *calificadores* — qualificadores ou examinadores. Quando encontravam algo que lhes parecia perigoso enviavam suas recomendações ao Consejo de la Inquisición. Este podia decretar a supressão do livro e a punição do autor. Periodicamente, a Inquisição publicava um Índice dos livros proibidos. Possuir ou ler um deles sem permissão eclesiástica constituía crime que só a Inquisição podia perdoar, e pelo qual o transgressor podia ser excomungado. Durante a Quaresma especialmente, os padres recebiam instruções para perguntar a todos os devotos se tinham lido um livro proibido, ou se conheciam alguém que o fizera. Qualquer um que deixasse de relatar a violação do Índice era considerado tão culpado quanto o transgressor, nenhum laço de família ou amizade podendo desculpá-lo.<sup>48</sup>

Os ministros de Carlos III realizaram apenas pequenas reformas. Em 1768, a censura da Inquisição sofreu certa repressão, quando exigiu que todos os editos proibindo livros deveriam receber a aprovação do rei antes de entrar em vigor. Em 1770, o rei ordenou ao Tribunal da Inquisição que examinasse apenas casos de heresia e apostasia, não prendendo ninguém cuja culpa não estivesse definitivamente provada. Em 1784, regulamentou as normas da Inquisição relativas aos grandes, aos ministros e criados do rei, declarando que estas deviam ser submetidas a ele para revisão. Nomeou inquisidores-gerais que demonstraram tendências mais liberais em relação a diferenças de opinião.<sup>49</sup>

Estas modestas decisões demonstraram ser eficazes, porque, em 1782, o inquisidor-geral lastimou que o receio da censura eclesiástica, por motivo de leitura de livros proibidos, estivesse “quase extinto”.<sup>50</sup> Em geral, os agentes da Inquisição, depois de 1770, mostraram-se mais brandos, e suas penalidades mais humanas do que anteriormente. No reinado de Carlos III houve tolerância em relação aos protestantes e, em 1779, aos muçulmanos, embora não ocorresse o mesmo quanto aos judeus.<sup>51</sup> Sob Carlos III houve quatro autos-de-fé. O último em 1780, em Sevilha, de uma mulher

acusada de feitiçaria. Essa execução despertou tantas críticas por toda a Europa<sup>52</sup> que o caminho ficou preparado para a supressão da Inquisição na Espanha em 1813.

Não obstante, mesmo no reinado de Carlos III, a liberdade de pensamento era ainda legalmente punida com a pena de morte. Em 1768, Pablo Olavide foi denunciado à Inquisição como possuidor de pinturas pornográficas em sua casa de Madri — talvez algumas cópias dos nus de Boucher, pois Olavide tinha viajado pela França, indo até Ferney. Pesou sobre ele uma acusação mais séria — a de, nas aldeias-modelo que organizou em Sierra Morena, não permitir conventos, proibindo os padres de rezar missa nos dias de semana, ou pedir esmolas. A Inquisição notificou o rei que estas e outras ofensas haviam sido provadas pelo depoimento de oito testemunhas. Em 1778, Olavide recebeu uma ordem de prisão. Foi acusado de apoiar a astronomia de Copérnico; e de manter correspondência com Voltaire e Rousseau. Abjurou seus erros, “reconciliou-se” com a Igreja, sofreu confisco de todos os seus bens e foi condenado à reclusão em um convento por período de oito anos. Em 1780, sua saúde declinou, recebendo Olavide permissão para tratar-se numa estação de águas na Catalunha. Fugiu para a França, sendo recebido como herói em Paris por seus amigos filósofos. Entretanto, após alguns anos de exílio, sentiu-se intoleravelmente só, saudosos de seu retiro na Espanha. Compôs uma obra religiosa, *O Evangelho Triunfante, ou A Conversão do Filósofo*, tendo a Inquisição autorizado sua volta.<sup>53</sup>

Observamos que o julgamento de Olavide ocorreu depois da destituição de Aranda do seu cargo de chefe do Conselho de Castela. Em seus últimos anos no poder, Aranda fundou escolas ministradas pelo clero secular, para suprir o vazio deixado pelos jesuítas. Reformou a moeda circulante, pela substituição da moeda desvalorizada por dinheiro de boa qualidade e com melhor destino (1770). Entretanto, cômico de sua inteligência, tornou-se irritável, despótico e presunçoso. Após tornar absoluto o poder do rei, procurou limitá-lo, ampliando a autoridade dos ministros. Perdeu a perspectiva e o senso de medida, sonhando tirar a Espanha, dentro de uma geração, da satisfação de seu catolicismo, para seguir a corrente filosófica francesa. Chegava ao ponto de, audaciosamente, expressar suas idéias heréticas, até mesmo a seu confessor. Embora bom número de padres seculares suportasse algumas de suas reformas eclesiásticas como benéficas à Igreja,<sup>54</sup> ele assustava a um número muito maior ao revelar sua esperança de dispersar a Inquisição.<sup>55</sup> Tornou-se tão impopular que não ousava sair de seu palácio sem um guarda-costas. Lastimava-se tanto dos encargos de seu ofício que, finalmente, Carlos o levou a sério, enviando-o como embaixador na França (1773-83). Naquele país ele predisse que as colônias inglesas na América, que começavam a revoltar-se, no devido tempo se tornariam uma das maiores potências mundiais.<sup>56</sup>

### 3. A Nova Economia

Três homens capazes dominaram o ministério depois da partida de Aranda. José Monino, Conde de Floridablanca, substituiu Grimaldi como secretário de Estado dos Negócios Exteriores (1776), dominando o gabinete até 1792. Como Aranda, porém em grau menor, mostrou-se sensível à teoria dos *philosophes*. Orientou o rei nas me-



didadas para melhorar a agricultura, comércio, educação, ciência e arte, mas a Revolução Francesa o aterrorizou, fazendo-o refugiar-se no conservadorismo, e a dirigir a Espanha para a primeira coalizão contra a França revolucionária (1792). Pedro de Campomanes presidiu o Conselho de Castela por um período de cinco anos, sendo o primeiro a agilizar a reforma econômica. Gaspar Melchor de Jovellanos, “o mais eminente espanhol de seu tempo”,<sup>57</sup> era, na opinião pública, o juiz humano e incorruptível de Sevilha (1767) e de Madri (1778). O maior número de suas atividades no governo central deu-se até 1789, contudo contribuiu com destaque na política econômica sob Carlos III com seu *Informe sobre un proyecto de ley agraria* (1787). Esta proposta para uma revisão da legislação agrícola, escrita com uma elegância quase ciceroniana, granjeou-lhe reputação européia. Esses três homens, com Aranda, foram os pais do Iluminismo espanhol e da nova economia. No todo, segundo a opinião de um intelectual inglês, “o bom resultado obtido rivaliza com aquele realizado em tempo igualmente curto em qualquer país. E, na história da Espanha, certamente não existe período que possa se comparar com o do reinado de Carlos III”.<sup>58</sup> Os obstáculos para as reformas na Espanha eram tão grandes na economia como na religião. A concentração de propriedades inalienáveis nas famílias nobres ou sociedades eclesiásticas, assim como o monopólio da produção de madeira pela Mesta surgiam como barreiras intransponíveis às mudanças na economia. Milhões de espanhóis orgulhavam-se de ser indolentes, não julgando desdouro mendigar. As mudanças eram alvo de desconfiança como uma ameaça ao ócio. Uma legislação de Aragão dispunha que todo *hidalgo* deveria suprir todos os seus filhos com uma pensão, de vez que “não ficaria bem um nobre trabalhar”.<sup>59</sup> O dinheiro era acumulado nos cofres dos palácios e nos tesouros das igrejas, em vez de ser investido no comércio ou na indústria. A extradição de mouros, judeus e mouriscos removeu muitas fontes de melhoria agrícola e desenvolvimento comercial. As dificuldades de comunicação e transportes internos deixou o interior com um século de atraso em relação a Barcelona, Sevilha e Madri.

Apesar dessas coibições, em Madri e outros centros, pessoas de boa vontade — nobres, padres e os cidadãos comuns, sem distinção de sexo — formaram as Sociedades Econômicas de los Amigos del País, com o fim de estudar e promover educação, ciência, indústria, comércio e arte. Fundaram escolas e bibliotecas, traduziram tratados de outros países, ofereceram prêmios para ensaios e idéias, levantaram dinheiro para progressivas realizações e experiências econômicas. Reconhecendo a influência dos fisiocratas franceses e de Adam Smith, condenaram o acúmulo de ouro no país, como motivo de estagnação, afirmando um deles: “A nação que possui maior quantidade de ouro é a mais pobre(...) como ficou demonstrado na Espanha.”<sup>60</sup> Jovellanos aclamou “a ciência da economia civil” como “a verdadeira ciência do Estado”.<sup>61</sup> Multiplicavam-se os tratados de economia. O *Discurso sobre el fomento de la industria popular*, de Campomanes, inspirou milhares de pessoas, inclusive o rei.

Carlos principiou importando cereais e sementes destinados às regiões onde a agricultura decaía. Salientou a necessidade das cidades arrendarem aos camponeses suas terras incultivadas a preços usualmente mais baixos. Floridablanca, utilizando as receitas do reino, procedentes dos benefícios eclesiásticos vazios, estabeleceu em Valência e Málaga *montes píos* (montepios) destinados a emprestar dinheiro aos agricultores a juros baixos. A fim de impedir o desmatamento e a erosão, Carlos ordenou que

todas as comunas plantassem, anualmente, um determinado número de árvores, donde veio a celebração do "Dia da Árvore", que ainda é, em ambos os hemisférios, um costume salutar de nossa mocidade. Desestimulou os antigos vínculos dos bens reais e desencorajou novos, facilitando assim a dispersão de grandes propriedades em propriedades camponesas. Os privilégios do monopólio do carneiro exercido pela Mesta foram drasticamente reduzidos, e grandes extensões de terra antes reservadas à pastagem foram abertas à agricultura. Colonos estrangeiros vieram povoar aquelas áreas pouco habitadas, de modo que na Sierra Morena, região do sudoeste da Espanha, até então abandonada ao banditismo e aos animais selvagens, Olavide criou (1767) 44 aldeias e onze cidades de imigrantes franceses ou alemães. Esses povoados tornaram-se famosos por sua prosperidade. Foram construídos extensos canais para ligar os rios e irrigar grandes extensões de terra, anteriormente áridas. Uma rede de estradas novas, por algum tempo as melhores da Europa,<sup>62</sup> ligava as aldeias e as cidades, constituindo meios rápidos de comunicação, transporte e comércio.

O governo auxiliava a indústria. No intuito de remover o estigma ligado por vários anos de trabalho braçal, promulgou-se um decreto real dispondo que a profissão mecânica era compatível com as classes nobiliárquicas, e que, dali em diante, os artífices eram elegíveis para os postos governamentais. Estabeleceram-se fábricas-modelo: para os têxteis em Guadalajara e Segóvia; para chapéus em San Fernando; para as sedas em Talavera; para porcelanas em Buen Retiro; para vidro em San Ildefonso; para vidro, marcenaria e tapeçaria em Madri. Editos reais favoreceram o desenvolvimento de produção capitalista em larga escala, principalmente na indústria têxtil. Em 1780, Guadalajara possuía oitocentos teares, empregando quatro mil tecelãos; uma companhia em Barcelona dirigia sessenta fábricas com 2.162 teares para tecer algodão. Valência tinha quatro mil teares de seda e, devido às facilidades de exportação, competia com o comércio de seda de Lyon. Por volta de 1792, Barcelona contava com oitenta mil teares, perdendo apenas para os Midlands ingleses na produção de pano de algodão.

Sevilha e Cádiz há muito gozavam de monopólio estatal do comércio com as possessões espanholas no Novo Mundo. Carlos III terminou com tal privilégio, permitindo que vários portos estabelecessem comércio com as colônias. Negociou um tratado com a Turquia (1782) abrindo os portos muçulmanos às mercadorias espanholas. Os resultados foram bons para ambas as partes. A América Espanhola rapidamente enriqueceu, e a renda da Espanha procedente da América subiu oitocentos por cento no reinado de Carlos III. Seu comércio de exportação triplicou.<sup>63</sup>

A expansão das atividades governamentais exigiam maiores receitas. Estas foram obtidas, de certa forma, pelos monopólios estatais na venda de aguardente, fumo, baralhos, pólvora, chumbo, enxofre e sal. No início do reinado, havia impostos sobre as vendas de quinze por cento na Catalunha, quatorze em Castela. Com muita propriedade, Jovellanos descreveu os impostos sobre as vendas: "Surpreendem a sua presa(...) ao nascer, perseguem e beliscam-na enquanto circula, e nunca a perdem de vista ou a deixam escapar, até o momento de ser consumida."<sup>64</sup> No reinado de Carlos III, os impostos sobre as vendas foram abolidos na Catalunha, em Castela reduzidos a dois, três ou quatro por cento.<sup>65</sup> Um imposto moderado e gradativo foi aplicado à renda. A fim de obter fundos adicionais por meio de uma dinamização

da poupança do povo, Francisco de Cabarrús convenceu o Tesouro a emitir títulos do governo rendendo juros. Quando estes chegaram a 78 por cento de seu valor ao par, fundou (1782) o primeiro banco nacional da Espanha, o Banco de San Carlos, o qual resgatou os referidos títulos ao par, restabelecendo o crédito financeiro do Estado.

O resultado de tais empreendimentos e da habilidade de estadista, foi um substancial acréscimo da prosperidade da nação como um todo. A classe média foi a mais beneficiada, pois através de sua organização a economia espanhola se recuperou. Em Madri, 375 homens de negócios formaram cinco grandes associações comerciais — os Cinco Gremios Mayores — as quais controlavam a maior parte do comércio da capital. Para se ter uma idéia de sua riqueza basta dizer que, em 1776, emprestaram trinta milhões de *reales* ao governo.<sup>66</sup>

Em geral, o governo favorecia esta ascensão da classe dos negócios como indispensável para libertar a Espanha da dependência política e econômica dos Estados com uma economia mais adiantada. Tanto na Espanha como em qualquer lugar, o crescente proletariado tinha pouca participação nessa nova afluência. Os salários subiram, especialmente na Catalunha, onde as pessoas abastadas queixavam-se de que era difícil encontrar criados e conservá-los.<sup>67</sup> Entretanto, de uma maneira geral, a alta dos preços era mais rápida do que os salários, e as “classes trabalhadoras” eram tão pobres no fim do reinado como no princípio. Um inglês, em viagem por Valência em 1787, observou o contraste entre “a opulência dos(...) comerciantes, industriais, eclesiásticos, militares ou os senhores proprietários de terras”, e a “pobreza, a miséria, e farrapos” visíveis em “todas as ruas”.<sup>68</sup> Assim sendo, a classe média deu boas-vindas às Luces — o Iluminismo procedente da França e da Inglaterra — enquanto seus empregados, enchendo as igrejas e beijando as relíquias, confortavam-se com a graça divina e esperanças de obter o Paraíso.

Com a nova economia as cidades se expandiam. Os grandes centros marítimos — Barcelona, Valência, Sevilha, Cádiz — contavam com uma população que ia de oitenta mil a cem mil (1800). Madri tinha, em 1797, 167.607 habitantes, além de trinta mil estrangeiros. Quando Carlos III ascendeu ao trono a cidade tinha a reputação de ser a capital mais suja da Europa. Nos bairros mais pobres as pessoas ainda despejavam o lixo nas ruas, contando com o vento ou a chuva para dispersá-lo. Quando Carlos o proibiu, denunciaram-no como um tirano. “Os espanhóis”, declarou ele, “são crianças que choram para tomar banho.”<sup>69</sup> Entretanto, seus auxiliares organizaram um serviço de arrecadação de lixo e esgoto e os varredores colhiam os detritos para servirem de fertilizantes.<sup>70</sup> Contudo, os esforços para suprimir a mendicância falharam, pois o povo impedia que a polícia prendesse os mendigos, especialmente os cegos, que se haviam organizado em poderosas agremiações.

A cada ano, Carlos melhorava a capital. A água era captada em sua nascente nas montanhas e transportada a setecentas fontes, que 720 carregadores, com muito trabalho, entregavam nas casas. As ruas eram iluminadas por lâmpadas a óleo, ao cair da tarde até meia-noite, por um período de seis meses, de outono a inverno. A maioria das ruas eram estreitas e tortuosas, às quais seguiam-se caminhos sinuosos, encobertos do sol do verão. No entanto, algumas belas avenidas foram abertas, e o povo usufruía os parques e as alamedas sombreadas. Especialmente popular era o Paseo del

Prado, refrescado com fontes e árvores, ideal para encontros amorosos. Foi ali que Juan de Villanueva começou a construir o Museu del Prado. Ali também trafegavam cerca de quatrocentas carruagens durante quase todo o dia, e à noite o local se transformava no ponto de reunião de trinta mil madrilenhos. Era proibido cantar árias irreverentes, ou banhar-se despido nas fontes, e também tocar música depois da meia-noite. Contudo, todos gostavam de ouvir as vozes melodiosas das mulheres vendendo *naranjas*, *limas* e *avellanas*. Ao findar o século XVIII, diziam os viajantes, o espetáculo que se via diariamente no Prado era igual ao que, nas outras cidades, era visto apenas aos domingos e feriados.<sup>71</sup> Madri tornou-se, então, como o é em nossos dias, uma das mais belas cidades da Europa.

Em relação à política exterior, Carlos III não logrou tanto sucesso quanto nos negócios internos. A revolta das colônias inglesas na América parecia oferecer oportunidade de vingar as perdas sofridas pela Espanha na Guerra dos Sete Anos. Aranda insistiu junto ao rei para auxiliar os revolucionários e, secretamente, este enviou-lhes um milhão de libras (junho, 1776). Os ataques dos corsários ingleses à navegação espanhola levou, afinal, a Espanha a declarar guerra (23 de junho de 1779). Uma força militar espanhola recapturou Minorca, porém falhou a tentativa para tomar Gibraltar. Preparou-se uma invasão da Inglaterra, frustrada pelas tempestades "protestantes". No acordo de Paz de Versalhes (1783) a Espanha retirou sua reivindicação de Gibraltar, mas reobteve a Flórida.

A falência para restaurar a integridade territorial da Espanha entristeceu os últimos dias de vida do rei. As guerras haviam consumido grande parte da riqueza produzida pela nova economia. Seus brilhantes ministros jamais conseguiram vencer duas poderosas forças do conservadorismo — os grandes da Espanha, com suas vastas propriedades territoriais, e o clero, com seus interesses baseados na simplicidade do povo. O próprio Carlos III muitas vezes hesitara na sua básica fidelidade à Igreja. O povo nunca o admirou tanto como quando, ao encontrar uma procissão, ele deu sua carruagem ao prelado que levava a hóstia, acompanhando a pé o desfile religioso. Sua devoção religiosa granjeou-lhe a afeição que lhe havia sido retirada na qualidade de um estranho, procedente da Itália, nos primeiros anos de reinado. Quando morreu (14 de dezembro de 1788), após 55 anos de mando em Nápoles e na Espanha, houve muitos que o consideraram, se não o maior, pelo menos o rei mais benéfico que a Espanha jamais teve. Sua natureza bondosa revelou-se quando, no leito de morte, o bispo que o atendia lhe perguntou se ele tinha perdoado, naquele instante, todos os seus inimigos. "Como poderia eu esperar por este momento para perdoá-los?", perguntou. "Todos estavam perdoados logo após suas ofensas."<sup>72</sup>

## VI. O CARÁTER ESPANHOL

Que espécie de gente eram aqueles espanhóis do século XVIII? A julgar pelos testemunhos, eram de boa moral em comparação com os seus pares na Inglaterra ou na França. Sua profunda religiosidade, coragem e sentimento de honra, união da família e disciplina constituíam forte corretivo à sensibilidade sexual e orgulho belicoso, mesmo quando arvoraram um apaixonado chauvinismo de raça e crença. No âmbito se-

xual, a seleção promovia a coragem, porque as mulheres espanholas, desejosas de proteção, prodigalizavam os seus mais estonteantes sorrisos àqueles homens que enfrentavam os touros na arena ou nas ruas, ou que subitamente revidavam ou vingavam-se de um insulto, ou que voltavam gloriosos das guerras.

A moral sexual abrandara com o influxo das idéias e hábitos franceses. As moças eram mantidas em severa guarda, e o consentimento dos pais (depois de 1766) constituía um requisito legal para o casamento, mas depois deste, as mulheres das grandes cidades apreciavam os galanteios. O *cortejo* ou *cicisbeo* — o admirador ou cavaleiro acompanhante — tornou-se um complemento necessário a uma mulher de alta sociedade, e o adultério aumentou.<sup>73</sup> Um pequeno grupo, os *majos* e as *majas*, constituíam um único aspecto da vida na Espanha. Os *majos* eram homens de classe mais baixa que se vestiam como janotas. Usavam capas compridas, cabelos longos, chapéus de abas largas e arredondadas, fumavam grandes charutos, estavam sempre dispostos a uma luta, e viviam numa boêmia financiada, sempre que possível, por suas *majas* — amantes. Essa união sexual não dava importância à lei. Quase sempre a *maja* tinha marido que a sustentava, enquanto ela fazia o mesmo com o seu *majo*. Meio mundo conhece a *maja*, vestida ou não, pelo pincel de Goya.

A moral social era relativamente alta. A corrupção política e comercial existia, porém não na escala conhecida na França ou Inglaterra. Um viajante francês declarou que “a probidade espanhola era proverbial, salientando-se claramente nas relações comerciais”.<sup>74</sup> A palavra de um senhor espanhol era moeda legal de Lisboa a São Petersburgo. Muitas vezes, a amizade na Espanha durava mais do que o amor. A caridade abundava. Só em Madri, as instituições religiosas distribuíam diariamente trinta mil tigelas de sopa aos pobres.<sup>75</sup> Criavam-se novos hospitais e asilos de pobres, sendo os velhos ampliados e melhorados. Todos os espanhóis eram generosos e humanos, exceto para os hereges e os touros.

As touradas rivalizavam com a religião, sexo, honra e família como objetos de devoção para os espanhóis. Como os jogos gladiatórios da Roma antiga, dependiam de dois pontos: o incentivo da coragem nos homens, e a morte do touro antes de ser comido. Carlos III proibiu esses jogos, porém foram reiniciados logo após a sua morte. Hábeis e intrépidos *toreadores* eram os ídolos de todas as classes. Cada um tinha seus adeptos: a Duquesa de Alba favorecia Costillares, a Duquesa de Osuna apoiava Romero, e essas facções dividiam Madri da mesma forma que Gluck e Piccini dividiam Paris. Homens e mulheres apostavam seus rendimentos na sorte dos touros, e em tudo mais. O jogo era ilegal, porém universal. Até mesmo as casas particulares tinham noites dedicadas ao jogo, e as anfitriãs guardavam as quotas.

Os homens elegantes foram gradativamente abandonando a roupagem escura e triste e o colarinho rígido de uma geração anterior, para adotar o casaco colorido, usado na França, a camisa comprida de cetim ou seda, calções, meias de seda, sapatos com fivelas, perucas e chapéu tricorne. Em geral, a mulher espanhola fazia de seus encantos um mistério, mergulhando-os em corpetes de renda e saias rodadas — às vezes balão — e mantilhas que lhes escondiam os olhos, em cujos abismos algum espanhol gostaria de mergulhar a alma. Entretanto, enquanto no século XVII uma senhora raramente permitia que os homens vislumbassem seus pés, no século XVIII as saias

estavam mais curtas alguns centímetros, e os antigos chinelos sem salto foram substituídos por sapatos de ponta fina e saltos altos. Os padres advertiam que aquela exposição indecorosa dos pés femininos só servia para perigosamente acrescentar combustível aos homens, por natureza já tão inflamáveis. As mulheres sorriam, enfeitavam os sapatos, ondulavam as saias e abanavam os leques, mesmo nos dias de inverno. Isabela Farnese possuía um arsenal de leques — 1.626 — alguns pintados por artistas de renome internacional.

A vida social era restrita em tudo, exceto na dança. Nos saraus, evitavam-se discussões sérias, preferindo-se jogos, danças e galanteios. A dança constituía a maior paixão da Espanha, alargando-se em variedades que se tornaram famosas na Europa. O fandango era dançado em compasso ternário, com castanholas. A *seguidilla* era executada com dois ou três pares, também com castanholas, e usualmente com canto. O bolero, seu derivado, surgiu em 1780, logo gozando de estrondosa popularidade. Na *contradanza*, duas fileiras, uma de homens, outra de mulheres, uma diante da outra, aproximavam-se e afastavam-se, como se quisessem simbolizar as táticas do eterno conflito entre os dois sexos, ou então quatro pares formando um quadrado, na majestosa *contradanza cuadrada* — a quadrilha. Os bailes de máscaras às vezes reuniam 3.500 dançarinos entusiastas, e no Carnaval dançavam até de manhã.

Tais danças faziam da movimentação uma poesia viva, e um estímulo sexual. “Dizia-se que a mulher espanhola, dançando a *seguidilla*, era tão sedutora que até um papa e todo o Colégio de Cardeais saíam de sua dignidade.”<sup>76</sup> O próprio Casanova encontrou que aprender na Espanha:

Mais ou menos à meia-noite, a mais selvagem e louca das danças principiou.(...) Era o fandango, que eu supunha conhecer, mas que [aqui] ficava muito além de minha mais ousada imaginação.(...) Na Itália e na França os dançarinos preocupam-se em não fazer gestos que tornem esta a mais voluptuosa das danças. Cada par, homem e mulher, dá apenas três passos; depois, acompanhando o compasso da música com castanholas, eles se entregam a uma variedade de atitudes lascivas, o complexo do amor, do seu início ao seu fim, do primeiro suspiro ao último êxtase, e assim sucessivamente. Fiquei tão excitado que gritei bem alto.<sup>77</sup>

Casanova estranhava que a Inquisição permitisse dança tão provocante. Disseram-lhe que a referida dança “era absolutamente proibida, e que ninguém ousaria dançá-la se o Conde de Aranda não houvesse dado permissão”.

Uma das formas mais populares de música espanhola estava associada à dança, de modo que o *canto flamenco*, ou cigano, empregava um tom lastimoso e sentimental, com o qual todos os cantores ciganos acompanhavam a *seguidilla gitana*. Talvez essas melodias tristes evocassem antigas árias mouriscas, ou refletissem a sombria qualidade da religião e da arte espanholas, ou a intangibilidade do corpo da mulher, ou a desilusão que se seguia à realização. Um toque mais alegre surgiu com a ópera italiana (1703) e as árias de Farinelli. O antigo *castrato*, depois de vibrar no decurso de dois reinados, perdeu o prestígio sob Carlos III, que o desbancou com uma frase: “Capões são bons só para comer.”<sup>78</sup> A influência italiana continuou com Scarlatti, triunfando novamente com Boccherini, que chegou em 1768, dominou a música da corte, sob Carlos III e Carlos IV, e permaneceu na Espanha até sua morte (1805).

Em contrapartida, Vicente Martín y Solar, após granjear reputação na Espanha, produziu, com êxito, a ópera italiana em Florença, Viena e São Petersburgo. As sonatas para cravo de Soler rivalizavam com as de Scarlatti. Dom Luís Misón desenvolveu a *tonada*, ou solo vocal, em *tonadillo*, como um *intermezzo* de canto entre os atos de uma peça. Em 1799, uma ordem real terminou o reinado da música italiana na Espanha, ao proibir a representação de qualquer peça que não fosse escrita em língua castelhana, representada por artistas espanhóis.<sup>79</sup>

Não podemos resumir o caráter espanhol em uma única forma homogênea. A alma espanhola varia de estado para estado, conforme a perspectiva. E os espanhóis afrancesados, que se reuniam em Madri, eram um tipo completamente diverso dos nativos encaixados e habituados aos costumes espanhóis. Entretanto, pondo-se de lado minorias exóticas, é possível ver no povo espanhol um caráter autóctone e único. O espanhol era orgulhoso, porém com uma força silenciosa que nada tinha a ver com chauvinismo ou nacionalidade, pois tratava-se de um orgulho individualista, um sentido firme de luta solitária contra as injustiças do mundo, ofensa pessoal, ou maldição eterna. Para tal espírito o mundo exterior seria de importância secundária, não valendo a pena molestar-se por ele, ou lutar para consegui-lo. Nada importava senão o destino da alma no conflito com o homem e na busca de Deus. Então, como eram triviais os problemas políticos, a corrida do dinheiro, a exaltação da fama ou das posições! Até mesmo o triunfo da guerra não possuía glória, a menos que fossem vitórias sobre os inimigos da fé. Imersos nesta fé, os espanhóis podiam encarar a vida com estoica tranquilidade, uma fatalidade que aguardava calmamente por um eventual paraíso.

## VII. A MENTE ESPANHOLA

Quando Luís XIV aceitou o oferecimento do último Habsburgo, rei da Espanha, para legar sua coroa ao neto do grande monarca, um embaixador espanhol em Versalhes exclamou alegremente: "Agora, não há mais Pireneus!" Entretanto, aquelas massas sombrias mantiveram-se firmes como uma obstinada barreira às *lumières* da França, e como símbolo da resistência que fazia face à tentativa de uma dedicada minoria para europeizar o espírito espanhol.

Campomanes surpreendeu os antigos com o *Discurso sobre la educación popular de los artesanos y su fomento* (1774-76) que fez da ampliação da educação popular uma base indispensável para a vitalidade e desenvolvimento nacional. Alguns dignitários eclesiásticos e grande latifundiários não viam sentido em perturbar o povo com conhecimentos desnecessários que os conduzissem à heresia religiosa e revolta social. Imperturbável, Jovellanos esforçou-se para difundir a crença na educação. "Numerosas são as correntes que levam à prosperidade social", escreveu, "porém todos nascem da mesma fonte, e esta fonte é a educação pública."<sup>80</sup> Esperava que a educação ensinaria o homem a raciocinar, e que o raciocínio o libertaria da superstição e da intolerância, e que a ciência, desenvolvida por tais homens, utilizar-se-ia dos recursos naturais para a conquista da doença e da pobreza. Algumas nobres damas aceitaram o desafio e formaram a Junta de Damas, a fim de financiar as escolas primárias. Carlos III dependeu somas consideráveis na criação de escolas elementares. Houve grupos indivi-

duais que fundaram academias para o estudo de linguagem, literatura, história, arte, direito, ciência, ou medicina.

A extradição dos jesuítas impulsionou e facilitou a remodelação de escolas secundárias. Carlos ordenou fosse realizada uma extensão dos cursos de ciências nesses colégios, a modernização dos manuais, a admissão de leigos nas faculdades. Subvencionou colégios e concedeu pensões aos principais professores.<sup>81</sup> As universidades foram aconselhadas a incluir Newton em seus cursos de física, e Descartes e Leibnitz nos cursos de filosofia. A Universidade de Salamanca rejeitou a sugestão, sob a alegação de que "os princípios de Newton(...) e Cartesio não se comparam com as verdades reveladas como as de Aristóteles",<sup>82</sup> mas diversas universidades aceitaram a real orientação. A Universidade de Valência, com 2.400 estudantes, era então (1784) o maior e mais progressista centro educacional da Espanha. Muitas foram as ordens religiosas a adotarem a *filosofia moderna* em seus colégios. O chefe da Ordem dos Carmelitas Descalços insistiu para que os professores lessem Platão, Aristóteles, Cícero, Francis Bacon, Descartes, Newton, Leibnitz, Locke, Wolff, Condillac. Lá não havia regime para santos. Um capítulo dos frades agostinianos estudava Hobbes, um outro estudava Helvétius. Tais estudos seguiam-se sempre de refutações, e muitas almas fervorosas perderam a fé ao rechaçar seus inimigos.

Um extraordinário monge se tinha "modernizado" quando Carlos III era ainda um rapaz. Embora passando os últimos 47 anos (1717-64) de vida em um convento beneditino em Oviedo, Benito Jerónimo Feijóo y Montenegro arranhou para estudar Bacon, Descartes, Galileu, Pascal, Gassendi, Newton e Leibnitz, vendo, admirado e envergonhado, como a Espanha, desde Cervantes, estivera isolada das principais correntes de pensamento da Europa. De sua cela, produziu, entre 1726 e 1739, uma série de oito volumes aos quais denominou *Teatro crítico* — não uma crítica dramática, porém um exame crítico das idéias. Atacou a lógica e a filosofia então ensinadas na Espanha, elogiou a reivindicação de Bacon em prol da ciência indutiva, sintetizou as descobertas dos cientistas em diversos ramos, ridicularizou a magia, augúrios, milagres falsos, ignorância médica e superstições populares. Demonstrou as regras de credibilidade que implacavelmente permeavam as lendas nacionais. Reivindicou a extensão da instrução para todas as classes, e advogou uma vida mais livre para as mulheres quanto à educação e à sociedade.

Inúmeros inimigos congregaram-se em torno de seus livros, condenando seu patriotismo e denunciando suas audácias. A Inquisição intimou-o a comparecer perante o seu tribunal, não conseguindo, entretanto, descobrir nenhuma heresia explícita em seu trabalho ou nele mesmo. Em 1742, continuou sua campanha no primeiro de cinco volumes intitulados *Cartas eruditas y curiosas*. Escreveu em bom estilo, reconhecendo a obrigação moral de todo autor em ser claro, e o povo tanto apreciava sua instrução e coragem que foi necessário fazer quinze edições do *Teatro* e das *Cartas* em 1786. Não conseguiu banir a superstição da Espanha. Feiticeiras, fantasmas e demônios ainda povoavam o ar, assustando as pessoas, porém ele havia aberto um caminho para dissipar tais credences, sendo uma honra para a sua ordem que isto tenha sido feito por um frade que permaneceu incólume na sua modesta cela até a morte, aos 88 anos (1764).

Foi um outro sacerdote quem escreveu a maior obra em prosa da Espanha do século



XVIII. Assim como os beneditinos impediram que Feijó fosse molestado, os jesuítas protegeram um de seus padres, cuja principal produção foi uma sátira contra os sermões. José Francisco de Isla eram também um eloqüente orador. Contudo, costumava divertir-se, passando a perturbar-se com os truques oratórios, a presunção literária, a dramaticidade e palhaçada empregados por alguns pregadores a fim de atrair a atenção e os trocados do povo, nas igrejas e nas praças públicas. Em 1758, divertiu-se a valer à custa desses prelados num romance denominado *Historia del famoso predicador Fray Gerundio*. O irmão Gerundio, disse Frei Isla,

sempre principiava seus sermões com algum provérbio, ou gracejo popular, ou certos trechos originais, os quais, retirados do seu contexto pareceriam à primeira vista uma inconseqüência, uma blasfêmia, ou uma irreverência, até que, finalmente, deixando o auditório à espera por alguns instantes, espantado, terminava a frase, saindo-se com uma explicação que reduzia tudo a uma espécie de tremenda brincadeira. Assim é que, ao pregar, certo dia, sobre o mistério da Trindade, principiou o sermão dizendo: "Nego que Deus exista como uma Unidade em essência e uma Trindade em pessoa." Depois, parou um minuto. Os ouvintes, naturalmente olharam ao redor, (...) conjecturando qual seria o fim dessa blasfêmia herética. Em seguida, quando viu que os pusera em forte tensão, continuou: "Assim dizem os ebonitas, os marcionitas, os arianos, os maniqueus, os socinianos, mas eu tenho provas do contrário, das Escrituras, dos Concílios e dos padres da Igreja."<sup>83</sup>

Em um só dia, após a publicação, foram vendidos oitocentos exemplares do *Fray Gerundio*. Os frades pregadores investiram contra a obra como um desrespeito ao clero. Isla foi intimado a comparecer perante a Inquisição, sendo seu livro condenado (1760), mas ele não foi punido. Entrementes, juntou-se aos seus companheiros jesuítas no exílio e, no caminho, teve um ataque de paralisia. Viveu seus últimos anos em Bolonha, de uma mesada miserável concedida pelo governo espanhol.

Quase todo o espanhol que soubesse ler fazia poesia. Em 1727, numa competição de poesia, havia 150 candidatos. Além das atividades de jurista, educador e estadista, Jovellanos acrescentava as de poeta e dramaturgo. Sua casa em Madri tornou-se o ponto de encontro dos homens de letras. Compunha ele sátiras à maneira de Juvenal, criticando a corrupção que encontrara no governo e na justiça; e, como qualquer morador da cidade, cantou as alegrias da paz do campo. — Nicolás Fernández de Moratín compôs um canto épico sobre as explorações de Cortés. Dizem ser "o mais nobre poema, no gênero, produzido na Espanha durante o século XVIII".<sup>84</sup> Os alegres e graciosos versos de Diego Gonzáles, frade agostiniano, eram mais populares do que o didático *As Quatro Idades do Homem*, que dedicou a Jovellanos. — Don Tomás de Iriarte y Oropesa também cultivava tendências didáticas em seu poema *Sobre a Música*. Melhores eram suas *Fábulas* (1782), que criticavam as deficiências dos sábios da Índia, valendo-lhe reputação viva até hoje. Traduziu as tragédias de Voltaire e comédias de Molière. Ironizou os monges "que governavam os céus e dois terços da Espanha." Foi perseguido pela Inquisição, retratou-se, e morreu de sífilis aos 41 anos (1791).<sup>85</sup>

Em 1780, a Academia Espanhola ofereceu um prêmio para uma écloga celebrando a vida bucólica. Iriarte obteve o segundo prêmio e jamais perdoou o vencedor, pois Juan Meléndez Valdés seria o principal poeta espanhol daquela época. Juan cortejou Jovellanos, por seu intermédio obtendo a cátedra de humanidades na Universidade

de Salamanca (1781). Lá, primeiro conquistou os estudantes, depois a faculdade, para um currículo mais ousado, introduzindo disciplinas com Locke e Montesquieu. No intervalo das classes, escreveu um volume de versos e poesias bucólicas — evocações vívidas de paisagens naturais em versos de tamanha delicadeza e perfeição que a Espanha não leu, por mais de um século. Com o constante apoio de Jovellanos, Meléndez foi elevado à magistratura em Saragoça e ao supremo tribunal em Valladolid, o que prejudicou sua poesia. Quando Jovellanos foi exilado (1798), Meléndez também viu-se banido. Voltou a escrever para denunciar os invasores franceses, principalmente José Bonaparte, porém, em 1808, voltou a Madri, aceitando um posto sob o domínio deste, e escandalizando a Espanha com poesias elogiosas a seus chefes estrangeiros. Na guerra de libertação que depôs José Bonaparte, a casa do poeta foi saqueada por soldados franceses, sendo ele próprio atacado por uma turba raivosa, tendo de fugir da Espanha para salvar a vida. Antes de atravessar o Bidassoa para chegar à França, beijou o último torrão da Espanha (1813). Quatro anos mais tarde, morreu obscuro e pobre em Montpellier.

A Espanha deveria ter tido bons dramaturgos naquele período, pois os Bourbons eram bem-intencionados em relação ao teatro. Dois fatores contribuíram para seu declínio: a acentuada preferência de Isabela Farnese pela ópera e de Filipe V por Farinelli, e a dependência do teatro em relação ao público em geral, que se inclinava mais para a farsa, milagres, lendas e trocadilhos, e os esforços dos dramaturgos mais sérios para conceituar seus dramas nos “moldes aristotélicos” de ação, lugar e tempo. O dramaturgo mais popular na época eram Ramón Francisco de la Cruz, que escreveu umas quatrocentas pequenas farsas satirizando maneiras, idéias e linguagem das classes média e baixa, contudo retratando os erros e as loucuras da plebe com indulgente simpatia. Jovellanos, o *uomo universale* da Espanha, resolveu experimentar a comédia, conquistando tanto a platéia como os críticos, com *Delinquente Honrado* (1773) — um cavalheiro espanhol, após reiteradamente recusar bater-se em duelo, finalmente aceita um desafio persistente; mata seu adversário numa luta limpa e é condenado à morte por um juiz, que, no final, vem a ser seu pai. Sempre com o espírito reformista, o objetivo de Jovellanos, com este drama, era conseguir abrandar a legislação que considerava o duelo crime capital.

A campanha para enquadrar o teatro aos padrões aristotélicos foi encabeçada pelo poeta Nicolás Fernández de Moratín, e conseguida por seu filho Leandro. Os primeiros poemas desse jovem agradaram Jovellanos, que lhe conseguiu uma colocação em Paris por intermédio da embaixada espanhola naquela cidade. Na capital francesa, ficou amigo de Goldoni, que induziu-o a escrever para o teatro. A sorte foi pródiga para com “Moratín, o Jovem”. Foi enviado para estudar teatro na Alemanha, Itália e Inglaterra, a expensas do governo; ao regressar à Espanha, recebeu uma sinecura que lhe deu tempo para o trabalho literário. Sua primeira peça foi oferecida a um teatro de Madri, em 1786, porém sua representação sofreu uma demora de quatro anos, enquanto os empresários e atores discutiam se uma peça que se pautava pelo regulamento de Aristóteles e do drama francês poderia conquistar o público espanhol. O sucesso foi moderado. Tomando a ofensiva, em sua *Comedia nueva* (1792), Moratín tantas pilhérias fez das comédias populares que o público, a partir de então, aceitou dramas que estudavam caracteres e revelavam a vida. Moratín foi aclamado como

o Molière da Espanha, dominando o palco de Madri até a invasão francesa de 1808. Sua simpatia pela França e sua política liberal o levaram, como Meléndez e Goya, a cooperar com o governo de José Bonaparte. Quando este caiu, Moratín por pouco não foi preso. Procurou refugiar-se na França, morrendo em Paris, em 1828 — no mesmo ano em que Goya, que se exilara por vontade própria, morria em Bordéus.

#### VIII. A ARTE ESPANHOLA

O que se poderia esperar da Espanha após sua devastação na longa Guerra da Sucessão Espanhola? Os exércitos invasores pilharam as igrejas, saquearam os túmulos, queimaram os quadros e fizeram dos veneráveis santuários a estrebaria dos cavalos. Depois da guerra, sobreveio nova invasão. No decurso de meio século, a Espanha submeteu-se ao domínio da França ou da Itália, e quando, em 1752, criou-se a Academia de San Fernando para orientar e conduzir jovens artistas, o seu esforço foi considerável para imprimir no espírito daqueles moços os princípios de um neoclassicismo totalmente incompatível com a alma espanhola.

O barroco lutou violentamente para preservar-se, e tanto na arquitetura como na escultura, conseguiu seus fins. Triunfou nas torres que Fernando de Cases y Nova acrescentou (1738) à Catedral de Santiago de Compostela, e na ala norte da mesma igreja, dedicada a seu padroeiro, São Tiago, feita por Ventura Rodríguez (1764). Uma das lendas, caras ao povo, conta que uma estátua da Virgem reanimou-se e falou a São Tiago; e, naquele local, a religiosidade dos espanhóis construiu a Igreja da Virgem del Pilar, para a qual Rodríguez desenhou o Templete, uma capela de mármore e prata para abrigar a imagem da Virgem.

Dois famosos palácios foram erigidos no reinado de Filipe V. Perto de Segóvia, o rei comprou as terras e a quinta de um mosteiro, contratando Filippo Juvara, de Turim, para ali construir o Palácio de San Ildefonso (1719), circundando-o de jardins e 26 fontes, rivalizando as de Versalhes. O conjunto tomou o nome de La Granja, custando ao povo 45 milhões de coroas. Mal acabara de ser construída quando, na noite de Natal de 1734, o fogo destruiu o Alcázar, a residência real do Imperador Carlos V, em Madri. Filipe mudou-se para Buen Retiro, onde Filipe IV havia construído um palácio, em 1631. Este permaneceu como sede principal do reino por um período de trinta anos.

Para substituir o Alcázar, Juvara planejou um *palacio real* — apartamentos, escritórios, sala do conselho, capela, biblioteca, teatro, e jardins — que teria ultrapassado em grandeza quaisquer das conhecidas residências reais. Só o modelo continha suficiente madeira para construir uma casa. Antes da construção Juvara morreu (1736). Isabela Farnese rejeitou o projeto por ser dispendioso demais e o sucessor de Juvara, Giovanni Battista Sacchetti, de Turim, erigiu o palácio real (1737-64) situado hoje em Madri — 156 metros de comprimento, 156 metros de largura e 33 metros de altura. Ali, o estilo da antiga Renascença substituiu o barroco. A fachada era de colunas dóricas e jônicas, cercadas de balaustrada nas quais erguiam-se estátuas colossais dos antigos reis de Espanha. Quando Napoleão acompanhou seu irmão José para reinar nesse palácio, disse, enquanto subiam a majestosa escadaria: “Você vai ficar melhor alojado do que eu.”<sup>86</sup> Carlos III mudou-se para aquela vastidão em 1764.

Sob a influência francesa e italiana, a escultura espanhola perdeu um pouco de sua rigidez de madeira, dotando os seus anjos com alegria e um ou outro santo com graça. Os assuntos eram quase sempre religiosos, porque a Igreja pagava melhor. Assim sendo, o arcebispo de Toledo gastou duzentos mil ducados pela *Transparente*, que Narciso Tomé erigiu (1721) atrás do coro da catedral. Era um complexo de anjos de mármore, flutuando em nuvens também de mármore. Uma abertura na galeria, iluminando o mármore, dava ao anteparo do altar aquele nome. O antigo realismo reviveu no *Cristo Açoitado*<sup>87</sup> de Luis Carmona — uma impressionante figura em madeira, cheia de vergões e feridas a escorrer sangue. Mais belas são as estátuas de Fé, Esperança e Caridade, que Francisco Vergara, o Moço, esculpiu para as catedrais de Cuenca (1759). Ceán-Bermúdez, o Vasari da Espanha, classificou-as entre as melhores produções da arte espanhola.

O grande nome da escultura hispânica do século XVIII era Francisco Zarcillo y Alcáraz. Seu pai e professor, escultor em Cápuia, morreu quando Francisco tinha vinte anos, deixando-o como o principal arrimo da mãe, da irmã e seis irmãos. Muito pobre para pagar seus modelos, Francisco convidava os transeuntes, até mendigos, para compartilhar de sua comida e posar para ele. Talvez tenha sido assim que encontrou os figurantes de sua obra-prima *A Última Ceia*, atualmente na Ermita de Jesús, em Múrcia. Com o auxílio de sua irmã, Inés, que desenhava e modelava, seu irmão, José, que talhava os detalhes, e de outro irmão, Padre Patrício, que coloria as figuras e os drapados, Francisco, com 74 anos, produziu 1.792 estátuas e estatuetas, algumas com dispositivos de muito mau gosto, tais como uma roupagem de veludo bordado no corpo do Cristo, e outras tão comoventes em sua simples religiosidade que de Madri chegaram ofertas de polpudas comissões para decorar o palácio real. Preferiu permanecer em Múrcia, sua terra natal, que, em 1781, homenageou-o com um suntuoso enterro.

A pintura espanhola do século XVIII sofria duplo pesadelo estrangeiro, do qual nunca se livrou até que Goya quebrou todos os grilhões com sua arte impetuosa e sem precedentes. Primeiro, veio uma onda da França, com Jean Ranc, René e Michel-Ange Houasse, e Louis-Michel Vanloo. Este último tornou-se pintor da corte de Filipe V, pintando uma imensa tela da família real, perucas, saias-balão etc.<sup>88</sup> Depois, um grupo de alegres italianos — Vanvitelli, Amigoni, Corrado...

Giambattista Tiepolo e seus filhos chegaram a Madri em junho de 1762. No teto da sala do trono, do novo palácio real, pintaram um grande afresco, *A Apoteose da Espanha*, celebração da história, poderio, virtudes e religiosidade e províncias da monarquia espanhola. Figuras mitológicas simbólicas vagando no ar, nereidas, tritões, espíritos alados, *putti* gorduchos, virtudes e vícios a voar através do vazio luminoso, e a própria Espanha entronizada entre suas possessões, glorificada com todos os atributos de um bom governo. No teto do corpo da guarda, Tiepolo representou *Enéias conduzido por Vênus ao Templo da Imortalidade*, e, também no teto, na antecâmara da rainha, ele retratou mais uma vez *O Triunfo da Monarquia Espanhola*. Em 1766, Carlos fez uma encomenda a Tiepolo — a de pintar sete altares para a Igreja de San Pasquale, em Aranjuez. Em um desses, ainda vívido no Museu do Prado, foi utilizado o rosto de uma das belezas da Espanha para representar *A Imaculada Conceição da Virgem*. O confessor do rei, Padre Joaquín de Electa, condenou o paganismo e

os realismos da obra de Tiepolo como estranhos ao espírito espanhol. Arrependido, Tiepolo pintou um quadro vigoroso, *Descida da Cruz*<sup>99</sup> — uma meditação sobre a morte alegrada pelos anjos promissores da ressurreição. Tais esforços exauriram o velho Titã, que morreu em Madri, em 1770, aos 74 anos. Logo depois, os altares de Aranjuez foram removidos e Anton Raphael Mengs foi incumbido de substituí-los.

Mengs chegara a Madri em 1761. Contava então 33 anos e era forte, confiante, dominador. Carlos III, que nunca se sentira à vontade com as nuvens fosforescentes de Tiepolo, viu no empreendedor alemão o homem certo para organizar as obras artísticas do palácio. Em 1764, Mengs foi nomeado diretor da Academia de San Fernando, comandando a pintura espanhola durante suas estadas naquele país. Interpretou erroneamente o estilo clássico com uma imobilidade sem vida, insensível, que enraiveceu tanto o velho Tiepolo como o jovem Goya. Entretanto, sua influência foi benéfica no combate à extravagância da decoração barroca e às fantasias da imaginação rococó. A arte, disse Mengs, deveria primeiro procurar um “estilo natural”, imitando fielmente a natureza. Só assim poderia atingir o “estilo sublime” dos gregos. Como realizar o sublime? Eliminando o imperfeito e o que é sem importância. Combinando perfeições incompletas, encontradas em quantidade, até fazer surgir as formas ideais concebidas por uma imaginação disciplinada, afastando qualquer excesso.

Mengs iniciou o trabalho pintando as deusas do Olimpo no teto do quarto do rei. Pinturas semelhantes decoravam os aposentos da rainha. Percebendo, talvez, que Suas Majestades não o acompanhavam inteiramente ao Olimpo, Mengs produziu um altar para o oratório real, *A Natividade de Nosso Senhor* e *a Descida da Cruz*. Trabalhava com afínco, pouco comia, tornou-se irascível, perdeu a saúde, e pensou que em Roma poderia se restabelecer. Carlos III deu-lhe uma licença, que Mengs estendeu para quatro anos. Na sua segunda estada na Espanha (1773-77) fez outros afrescos para os palácios reais em Madri e Aranjuez. A saúde faltou-lhe outra vez, e ele pediu permissão para retirar-se a Roma. O bom rei concedeu-a, assim como uma pensão de três mil coroas anuais.

Mas não havia, na época, nenhum artista nativo trabalhando na Espanha? Havia muitos, entretanto o nosso interesse, desmaiado pela distância e pelo tempo, os deixara na obscuridade do limbo do desaparecimento gradual. Havia Luis Meléndez, quase igualado a Chardin nas naturezas-mortas (*bordegones, fruterias*). O Prado possui quarenta delas, o Museu de Boston tem uma boa coleção, porém o Louvre os ultrapassa a todos com um maravilhoso auto-retrato. E Luis Paret y Alcázar, que rivalizava com Canaletto nas pinturas de cenas urbanas, como na *Puerta del Sol*<sup>100</sup> — a principal praça de Madri. E Antonio Viladamat, a quem Mengs considerava o melhor pintor espanhol da época. E o delicado, porém rude e devotado, Francisco Bayeu y Subias, que em 1758 obteve o primeiro prêmio na Academia e desenhava tapeçarias para Mengs, tornando-se amigo, inimigo e cunhado de Goya.

## IX. FRANCISCO DE GOYA Y LUCIENTES

1. *Crescimento*

Como todos os iberos, o menino Francisco tomou o nome do santo padroeiro, em seguida, o nome do pai, José Goya, e o de sua mãe, Eugracia Lucientes — senhora cheia de graça e de leveza. Era *hidalgua*, donde a partícula *de* que Francisco inseria em seu nome. Nasceu em 30 de março de 1746, em Fuentetodos, aldeia de Aragão com 150 almas e nenhuma árvore — um solo rochoso, verão quente, inverno frio, que matava muitos, deixando os sobreviventes soturnos e fortes.

Francisco lidava com pincéis e, na infância, pintou para a igreja local uma Nossa Senhora do Pilar, padroeira de Aragão. Em 1760, a família mudou-se para Saragoça, onde o pai trabalhava como dourador, ganhando o suficiente para mandar o filho estudar arte com José Luzán. Com ele e Juan Ramírez, Goya copiava os velhos mestres, imitava o suave colorido de Tiepolo e aprendia bastante anatomia para desenhar nus proibidos. A história relata que ele se uniu — e logo comandou — a um bando de jovens desenfreados, defensores de sua paróquia contra a paróquia rival. Numa dessas refregas alguns dos bravos morreram, e Francisco, temendo ser preso, fugiu para Madri.

Em dezembro de 1763, fez exame para a Academia e não passou. Correm histórias sobre sua vida devassa na capital. Tudo que sabemos é que Goya não tinha afinidades com a lei. Em 1766, tentou novamente a Academia e fracassou. Talvez a sua sorte estivesse nessas tentativas fracassadas, pois livrou-se da tutela acadêmica de Mengs e viu o trabalho realizado por Tiepolo em Madri, podendo instituir as bases de um estilo único, permeado de personalidade. Corre lenda de que se teria unido a um grupo de toureiros, viajando com eles para Roma, em data desconhecida. Foi sempre devotado aos toureiros e certa vez assinou "Francisco de los Toros". "Em certa ocasião na minha mocidade fui toureiro", escreveu a Moratín, já velho "com a espada na mão, nada temia".<sup>91</sup> Talvez quisesse se referir a ter sido um daqueles rapazes aventureiros que lutavam com os touros nas ruas. De qualquer forma, chegou à Itália, porque, em 1770, ganhou o segundo prêmio em um concurso na Academia de Belas Artes de Parma. Outra lenda nos conta ter ele galgado a cúpula de São Pedro, entrado em um convento, de lá arrebatando uma freira. É mais provável que estivesse estudando as pinturas de Magnasco, cujo colorido sombrio, corpos torturados e cenas da Inquisição o impressionavam muito mais profundamente do que as posturas calmas e clássicas que Mengs tinha recomendado na Espanha.

No outono de 1771, ei-lo de volta a Saragoça, decorando uma capela na catedral, Iglesia Metropolitana della Nuestra Señora del Pilar. Desempenhou-se bem, ganhando quinze mil *reales* por seis meses de trabalho. Estava em condições de sustentar uma mulher. De vez que as afinidades prevalecem nas nossas escolhas, casou-se (1773) com Josefa Bayeu, que era jovem, tinha cabelos dourados e estava à mão. Ela serviu-lhe de modelo, sendo por ele retratada várias vezes. O retrato que está no Museu do Prado mostra-a cansada de tantas maternidades, ou entristecida pelas infidelidades de Francisco.<sup>92</sup>

Goya voltou a Madri (1775). É provável que, recomendado por Bayeu, Mengs o

tenha encarregado (1776) de pintar grandes telas, para servirem de “modelo” à Real Fábrica de Tapeçaria, que Filipe V fundou em rivalidade com os Gobelins. Foi então que, arriscando séria repulsa, Goya tomou uma decisão que determinou sua carreira. Ignorando a predileção de Mengs pela mitologia clássica e heroísmo histórico, retratou, em linhas fortes e cores vibrantes, o povo do seu tempo e da mesma espécie que ele — seus trabalhos e amores, suas feiras e festejos, as touradas e o empinar das pipas, seus mercados, piqueniques, jogos. A essas coisas reais acrescentou, a esmo, algo que imaginara mas que jamais havia visto. Mengs portou-se à altura, não condenando essa transgressão das tradições acadêmicas. Sentiu a vida pulsar naquele novo estilo e deu ao rebelde outras encomendas. Em quinze anos, Goya produziu 45 “modelos” como base de seu trabalho, enquanto movia-se, com confiança crescente, em outros campos. Podia, então, comer e beber com toda a calma. “Tenho doze ou treze mil *reales* anuais”, escreveu ao amigo Zapater. Um espiroqueta introduziu-se nessa prosperidade. Não sabemos a origem da sífilis de Goya, tudo que sabemos é que ficou seriamente doente, em abril de 1777.<sup>93</sup> Foi-se recuperando aos poucos, porém acreditamos que a moléstia tenha influído no pessimismo de sua arte, e talvez na perda de audição, em 1793. Em 1778, estava bem-disposto para participar do projeto de Carlos III de difundir no exterior, por meio de impressões, os tesouros da arte espanhola. Com essa finalidade, Goya copiou dezoito gravações das pinturas de Velázquez, e delas fez gravuras. Esta era para Goya uma nova técnica. A princípio sentia-se inseguro com o cinzel. Com a continuação, entretanto, tornou-se um dos maiores gravadores de seu tempo, desde Rembrandt. Teve autorização para apresentar suas gravuras ao rei, e, em 1780, foi arrolado como um dos pintores da corte. Finalmente, foi recebido na Academia. Por volta de 1785, fez o famoso retrato de Carlos III, apresentando-o em indumentária de caça, aparelhado para matar, porém envelhecido, cansado, desdentado, cambaio, curvado. Ali, como sempre, Goya sacrificou o privilégio à verdade.

Com a morte do pai, Goya trouxe sua mãe e o irmão Camilo para viverem com ele, Josefa e as crianças. Para sustentar família tão numerosa aceitava toda espécie de encomendas, isto é, pintar afrescos na Igreja de San Francisco el Grande, quadros sacros para o Colégio Calatrava, em Salamanca, e pinturas de estilo para a casa de campo do Duque de Osuna, assim como retratos, o ramo mais lucrativo de sua profissão. Retratou várias vezes Osuna,<sup>94</sup> uma tela do duque com a família — as crianças empertigadas como soldados — e, com três quartos de comprimento, o da Duquesa de Osuna,<sup>95</sup> um milagre do óleo transformado em sedas e rendas.

Talvez Goya estivesse feliz no ano de 1784, pois nascera Javier, o único de seus filhos que sobreviveria a ele. Os afrescos em San Francisco el Grande foram descobertos com toda a pompa e aclamados como a melhor pintura daquela era. Presente à cerimônia com toda a corte, o rei participou dos aplausos. Em 1787, Goya pintou o retrato da Marquesa de Pontejos, atualmente uma das obras de valor da National Gallery, em Washington. Um ano depois, voltou à natureza com *La Pradera de San Isidro*<sup>96</sup> — um campo cheio de pessoas em piqueniques, a fim de celebrar a grande santa padroeira da cidade de Madri, passeando, andando de carro, a cavalo, sentados, comendo, bebendo, cantando e dançando nos gramados de Manzanares. Trata-se apenas de um esboço, mas é uma obra-prima.

Quando Carlos III morreu (1788), Goya tinha 43 anos e considerou-se velho. Em dezembro passado, escrevera a Zapater: "Fiquei velho, com tantas rugas no rosto que você não me reconheceria se não fosse pelo nariz chato e olhos encovados."<sup>97</sup> Mal podia prever que ainda tinha diante de si quarenta anos de vida, e que as suas mais loucas aventuras, e trabalho mais representativo, estavam no futuro. Desenvolveu-se lentamente. Então, romance e revolução o impeliriam a apressar o passo ou ser submerso. Levantou-se com os acontecimentos, tornando-se o maior artista do seu tempo.

## 2. Romance

Em 1789 Goya estava ocupado fazendo os retratos dos novos rei e rainha, para sua entrada solene em Madri, a realizar-se em 21 de setembro. Filipe, o primogênito de Carlos III, fora preterido à sucessão por ser considerado idiota. A coroa passou, portanto, ao segundo filho, a quem um historiador pouco indulgente descrevera como apenas "semi-idiota".<sup>98</sup> Carlos IV era simples e crédulo, e tão bom a ponto de facilitar que dele se aproveitassem. Na suposição de que, na qualidade de segundo filho, estava excluído da linha sucessória, entregou-se a uma vida de diversões, caçadas e boa mesa. E, então, gordo e maleável, submetia-se prazerosamente à mulher, Maria Luísa de Parma. Não dava importância — ou desconhecia — aos adultérios da esposa, e promoveu seu amante, Manuel de Godoy, ao supremo cargo no ministério (1792-97).

Antes de sua ascensão ao trono, a nova rainha divertira-se com as idéias liberais, tendo Carlos IV, no primeiro ano de seu reinado, incentivado Floridablanca, Jovellanos e Campomanes (todos retratados por Goya) a prosseguirem em seu programa de reformas. Entretanto, a queda da Bastilha assustou Carlos IV e Floridablanca, que se voltaram para uma política reacionária, fazendo o governo retroceder a uma ampla cooperação com a Igreja na qualidade do mais forte baluarte da monarquia. Permitiu que muitas medidas progressistas promulgadas no reino de Carlos III fossem canceladas. A Inquisição readquiriu alguns privilégios, a importação de literatura francesa terminou, todos os jornais, com exceção do *Diario de Madrid*, de propriedade governamental, foram proibidos. Jovellanos, Campomanes e Aranda foram afastados da corte, e o povo rejubilou-se com o triunfo de sua fé. Em 1793, a Espanha aderiu à guerra movida pelos poderes monárquicos contra a França revolucionária.

Em meio a esse turbilhão, Goya prosperava. Em abril de 1789, foi nomeado *pintor de câmara*. Quando Josefa adoeceu e o médico prescreveu ar marinho, Goya levou-a a Valência (1790), onde foi aplaudido como o novo Velázquez da Espanha. Parece que recebia encomendas de todos os cantos da Espanha, pois, em 1792, vêmo-lo em Cádiz, na qualidade de convidado de Sebastián Martínez. Ao voltar para Sevilha, foi acometido de tonteira e paralisia parcial. Viu-se obrigado a retornar a Cádiz, para a casa do amigo, onde permaneceu em longa e angustiada convalescença.

Qual era a sua doença? Bayeu a ela se referiu evasivamente com o "de natureza terrível", duvidando que Goya pudesse se restabelecer.<sup>99</sup> Zapater, amigo fiel de Goya, escreveu o seguinte, em março de 1793: "Goya chegou a esse extremo por ausência



da reflexão. Deve, entretanto, ser lastimado com toda a devoção que merece o seu estado de penúria.”<sup>100</sup> Muitos interpretaram sua doença como consequência de sífilis,<sup>101</sup> porém o último exame médico refuta essa hipótese, diagnosticando uma inflamação dos nervos do labirinto do ouvido.<sup>102</sup> Qualquer que seja a causa, ao voltar a Madri, em julho de 1793, Goya estava totalmente surdo e assim permaneceu até a morte. Em fevereiro de 1794, Jovellanos anotou em seu diário: “Escrevi a Goya, que me respondeu dizendo que, em consequência de sua apoplexia estava até impossibilitado de escrever.”<sup>103</sup> Entretanto, aos poucos, a paralisia desaparecia e, por volta de 1795, Goya estava bem forte para apaixonar-se.

Teresa Cayetana María del Pilar era a décima terceira duquesa da famosa linhagem dos Alba. Tendo seu pai absorvido a filosofia francesa, foi criada dentro das normas libertárias, juntamente com uma educação que lhe proporcionou inteligência viva e vontade indisciplinada. Com treze anos casou-se com Dom José de Toledo Osorio, Duque de Alba, que contava então dezenove anos. Franzino e doentio, o duque ficava em casa a maior parte de seu tempo, absorto na música. Goya pintou seu retrato, diante do cravo, em frente a uma partitura de Haydn. A duquesa era soberba, bela e sensual. Um viajante francês observou que “não havia um único fio de cabelo em sua cabeça que não despertasse desejo”,<sup>104</sup> e ela dava expansão a seus desejos sem restrições de moral, gastos ou classe. Abrigou em sua casa um idiota, um monge caolho e uma negrinha que se tornou seu animalzinho de estimação. A generosidade encobria suas audácias. Talvez tenha se afeiçoado a Goya em virtude de sua surdez e infelicidade, e também pelo fato de que ele podia imortalizá-la com seus pincéis.

Ela deve tê-lo visto muitas vezes antes de posar para seu retrato, porque agitava-se na corte e fora dela, dando muito o que falar com seus namoros e audaciosa hostilidade para com a rainha. O primeiro retrato que Goya fez dela mostra-a de corpo inteiro, as feições finas e aguçadas emolduradas numa massa de cabelos negros, a mão indicando algo no chão. Nosso olhar detém nitidamente a inscrição: “*A la Duquesa de Alba Fco de Goya 1795*”.<sup>105</sup> Eis ali a sugestão de uma amizade, já entabulada. Esta é uma das obras-primas de Goya. Muito melhor é o retrato que ele pintou, no mesmo ano, de Francisco Bayeu, que acabara de falecer. Em novembro, Goya o substituiu na qualidade de diretor da escola de pintura da Academia.

O Duque de Alba morreu em junho de 1796. A duquesa retirou-se para um breve período de luto em sua propriedade no campo, em Sanlúcar, entre Sevilha e Cádiz. Não se tem certeza se Goya a acompanhou. Tudo o que sabemos é que ele ausentou-se de Madri, de outubro de 1796 a abril de 1797, e que anotou em dois cadernos o que havia visto em Sanlúcar. A maior parte dos desenhos mostra a duquesa recebendo hóspedes, acariciando a sua negrinha, puxando os próprios cabelos em acesso de raiva, fazendo a *siesta* (enquanto a criada retira o vaso do quarto),<sup>106</sup> desmaiando durante um passeio, ou namorando com um ou outro que disputavam com Goya as carícias de suas mãos. Os esboços demonstram o surgimento de seu ciúme, revelando ainda uma outra mulher — emergindo nua do banho, deitada seminua na cama, ou ajeitando a liga numa perna bem-feita. Talvez Goya, assim como a duquesa, se deleitasse em variações no percurso do amor. Sem dúvida, foi em Sanlúcar que ele pintou os mais ambiciosos retratos da duquesa<sup>107</sup> — vestida como uma petulante *maja*, numa roupa preta e vermelha, uma faixa escarlata e ouro ao redor da cintura delgada,

e uma mantilha preta na cabeça; a mão direita (por si só uma obra-prima da pintura) ostentava dois anéis, um com o nome "Alba", o outro "Goya". Com o indicador, apontava para o nome dele, com a data, 1797, inscrito no solo arenoso a seus pés. Goya sempre recusou-se a vender aquele retrato.

O frescor do romance já perdera seu viço quando Goya voltou para Madri. Alguns de seus desenhos *Capricho* (1797?) acusam-na de impudica rendição a um grupo de homens libertinos. Godoy acusou-a de seduzir o ministro da Guerra, escrevendo à rainha que "a Alba e todos aqueles que a apoiavam deviam ser enterrados numa grande cova".<sup>108</sup> Quando a duquesa morreu (23 de julho de 1803), com quarenta anos, os boatos de Madri eram de que havia sido envenenada. Muitos estavam a seu favor pelo fato de ter ela deixado boa parte de sua grande fortuna aos empregados, legando também ao filho de Goya, Javier, uma anuidade de 3.600 *reales*. O rei ordenou fosse procedida uma sindicância sobre sua morte — indicando Godoy para dirigi-la. O médico e alguns servidores da duquesa foram presos, seu testamento anulado, os criados privados de seus legados, e a rainha logo passou a ostentar as mais belas jóias da Alba.<sup>109</sup>

### 3. Apogeu

Em 1797, Goya pediu demissão de seu posto de professor de pintura na Academia. Estava muito ocupado para lecionar. Em 1798, foi escolhido para decorar a abóbada e os espaços circunscritos por arcos e retas da Igreja de San Antonio de la Florida, e, embora perturbasse o clero ao emprestar a seus anjos formas voluptuosas, quase todos concordaram que ele havia transferido àqueles santos domínios, no fervor da inspiração, a vida e o sangue das ruas de Madri. Em 31 de outubro de 1799, foi nomeado "Primeiro Pintor da Corte", com um vencimento de cinquenta mil *reales* anuais. Em 1800, produziu a mais famosa de suas obras: *Carlos IV e Sua Família*<sup>110</sup> — uma impiedosa demonstração da imbecilidade real. Estremecemos só de pensar como seria aquela coleção de corpos intumescidos e almas débeis sem sua gloriosa indumentária — um virtuosismo de radiância raramente ultrapassado na história da arte. Sabemos que as vítimas ficaram muito satisfeitas com o trabalho.<sup>111</sup>

A um canto do referido quadro Goya retratou-se. Devemos perdoar a pretensão dos inúmeros auto-retratos. Alguns, sem dúvida, eram estudos experimentais executados por meio de espelho, como um ator que praticasse expressão facial diante do mesmo, e dois deles eram magníficos. O melhor (Gravura 1 dos *Caprichos*) mostra-o aos cinquenta anos, surdo, porém arrogante, o queixo combativo, lábios sensuais, nariz enorme, olhar rude e dissimulado, cabelos negros que lhe desciam pelas orelhas, chegando quase ao queixo, e, em cima de tudo isso, um suntuoso chapéu de seda que se elevava acima da cabeça maciça como um desafio a qualquer um no mundo que se julgava nobre. Dezenove anos depois, tendo sobrevivido a uma revolução, descartou-se do chapéu, abriu a camisa no peito, apresentando-se de maneira mais agradável, ainda orgulhoso, porém por demais confiante em si mesmo para rebaixar-se ao desafio.<sup>112</sup>

O seu forte era o retrato. Embora seus contemporâneos soubessem que ele não os lisonjearia, procuravam insistentemente a sentença de uma arte que os conduziria à glória ou ao descrédito, através dos séculos. Sabemos que retratou trezentos nobres e 88 membros da família real. Duzentos dentre esses conservam-se até hoje. Um dos melhores é o de Ferdinand Guillemardet, embaixador da França. O retrato foi por este levado a Paris, sendo adquirido pelo Louvre em 1865, e contribuindo para despertar na França a fama de Goya. Entre os quadros de crianças que o artista pintou, o mais bonito é o de Don Manuel Osorio de Zuñiga, atualmente no Metropolitan Museum of Art, em Nova York, no qual nivelou-se a Velázquez. Tornou a nivelar-se a Velázquez na sua galeria de mulheres, numa série que ia de espantalhos tais como *A Infanta Maria Josefa* até a “fascinante” *Señora García*<sup>13</sup> e a já envelhecida atriz *La Tirana*<sup>14</sup> — uma beleza em declínio, substituída, entretanto, pelo caráter.

Entre as mulheres retratadas por Goya, a mais plenamente revelada foi a picante *Maja* que, por volta de 1798, posou despida para a *Maja Desnuda* e com roupas provocantes para *La Maja Vestida*; essas duas telas chamam a atenção no Prado da mesma forma que a *Mona Lisa* no Louvre. A *Desnuda* e *Rokeby Venus* distinguem-se entre os únicos nus na pintura espanhola. A representação de nus na Espanha era punida com um ano de prisão, confisco de bens e extradição. Velázquez aventurou-se sob a proteção de Filipe IV. Goya sob a de Godoy, que concordava com este na preferência por bustos avantajados, cinturas finas e ancas largas. Em que pese a lenda, a *Maja* não representava a Duquesa de Alba, nem foi a *Vestida* pintada em uma noite para substituir a *Desnuda* quando o irado duque (na lenda) estava com idéias de duelo. As telas, entretanto, foram compradas pela duquesa, ou a ela ofertadas, passando à coleção de Godoy após sua morte.

Enquanto sustentava sua família com os retratos, Goya dedicava-se (1796-97?), à guisa de passatempo, a gravações e aquarelas, as quais publicou em 1799 com o título *Los Caprichos* — 83 caprichos do buril, do pincel, e de um espírito irascível, descrevendo com uma sátira sombria e crítica sarcástica os hábitos, a moral e as instituições de seu tempo. O mais significativo da série é o nº 43, no qual um homem cai de sono por cima da mesa de trabalho, enquanto demônios voltejam sobre sua cabeça. Na mesa uma inscrição: “*El sueño de la razón produce monstruos*” (O sonho da razão produz monstros). A interpretação de Goya é a seguinte: “A fantasia abandonada pela razão produz monstros. Unida à razão, é a mãe das artes e a fonte de prodígios.”<sup>15</sup> Isto era uma alfinetada nas superstições que obscureciam a mente espanhola, mas era também uma descrição da metade da arte de Goya, perseguida por sonhos terríveis. Principalmente os *Caprichos* estão horrivelmente repletos deles. Ali, o corpo humano é degradado em uma centena de formas intumescidas, desvairadas, aleijadas, bestiais. Corujas e gatos lançam-lhes olhares malévolos, lobos e abutres rondam em busca de uma presa, feitiçoiras voam no espaço, o chão está juncado de crânios e de tíbias, e corpos de recém-nascidos, mortos há pouco. É como se a imaginação doentia de Hieronymus Bosch tivesse transposto os séculos e a França para penetrar no espírito de Goya, desordenando-o.

Era Goya um racionalista? Tudo o que sabemos é que ele aceitava a razão em detrimento da superstição. Em um de seus desenhos apresentou uma jovem, coroada de louros, segurando uma balança e caçando pássaros negros com um chicote. Abaixo,

Goya escreveu: "Divina razão, não poupai ninguém."<sup>116</sup> Em outro, representa monges tirando o hábito,<sup>117</sup> e embaixo de um monge rezando coloca o rosto de um louco.<sup>118</sup> No seu desenho *O Tribunal da Inquisição*<sup>119</sup> ele apresenta uma cena desoladora, com as pobres vítimas julgadas por uma autoridade insensível. Mostra-nos um judeu acorrentado numa cela da Inquisição. A inscrição é a seguinte: "Zapata, sua glória será eterna."<sup>120</sup> Seria isso um eco das *Perguntas de Zapata*, de Voltaire? Goya fez 29 desenhos das vítimas da Inquisição sofrendo vários castigos<sup>121</sup> e, no fim, desenhou uma figura sorridente acima do título "Divina Liberdade!"<sup>122</sup> Portanto, até o fim de seus dias, persignava-se fervorosamente, invocava o Cristo e os santos, e principiava suas cartas com uma cruz. Talvez tudo fosse vestígios de hábitos adquiridos na infância.

#### 4. Revolução

Era Goya um revolucionário? Não. Não era nem mesmo republicano. Não havia em sua arte nenhum indício de que desejasse derrubar a monarquia espanhola. Ligou-se, a si e a sua sorte, a Carlos III, Carlos IV, Godoy, a José Bonaparte, associando-se de bom grado com a nobreza e a corte. Entretanto, conhecera a pobreza, via-se ainda ao seu redor, tinha asco da indigência das massas, sua correspondente ignorância e superstição, e a Igreja aceitando a pobreza como consequência natural da condição e desigualdade dos homens. Parte de sua obra celebrava os ricos, a outra era um clamor para que se fizesse justiça aos pobres, um protesto contra a barbárie da lei, da Inquisição, da guerra. Era realista nos retratos, católico nas pinturas, rebelde nos desenhos. Nestes últimos, com uma exaltação quase selvagem, expressava seu horror ao obscurantismo, injustiça, loucura e crueldade. Um dos desenhos representa um homem deitado sobre instrumento de tortura e a inscrição "Porque descobriu o movimento da Terra". Um outro mostra uma mulher, também num objeto de tortura, e o título "Demonstrou simpatia pela causa liberal".

Quem eram esses espanhóis que se denominavam Liberais? É provável que fossem a primeira facção política a usar o nome. Com isso queriam demonstrar o desejo de liberdade — do espírito em relação à censura, do corpo em relação à degradação, e da alma contra a tirania. Agradecidos, receberam as Luces procedentes do Iluminismo da França. Aplaudiram a entrada da força francesa na Espanha (1807). Na verdade, metade da população deu-lhe as boas-vindas na qualidade de um exército da libertação. Não se registrou nenhum protesto quando Carlos IV renunciou e o seu filho Fernando VII foi entronizado sob a proteção dos soldados de Murat. Goya pintou o retrato do novo dirigente.

Entretanto, a disposição do povo e de Goya mudou quando Napoleão convocou Carlos IV e Fernando VII a Bayonne, depôs a ambos, exilando um para a Itália e outro para a França, e fez de seu irmão, José, rei da Espanha. Uma turba raivosa reuniu-se diante do palácio real. Murat ordenou a seus soldados que evacuassem a praça. A multidão fugiu, mas tornou a se reunir, mil vezes mais compacta, na Plaza Mayor. Quando as tropas francesas e mamelucas marcharam em direção à praça, foram alve-

jadas por tiros que partiam das janelas e das arcadas. Enfurecidos, os soldados entraram nas casas, matando indiscriminadamente. Iniciou-se, então, uma luta que durou um dia inteiro, entre a multidão e as tropas, a famosa batalha Dos de Mayo (2 de maio de 1808). Centenas de homens e mulheres morreram. De local que permitia ver em segurança, Goya assistiu ao massacre.<sup>123</sup> Em 3 de maio, trinta dos prisioneiros capturados pelos soldados foram executados por um esquadrão de fuzilamento, e todos os espanhóis encontrados munidos de fuzis foram condenados à morte. Quase toda a Espanha revoltou-se então contra os franceses. Uma "Guerra de Libertação" alastrou-se por todas as províncias, desgraçando ambos os lados com bestial ferocidade. Presenciando alguns desses episódios, Goya atormentou-se com sua lembrança até o fim de seus dias. Em 1811, temendo o pior, fez seu testamento. Em 1812, Josefa morreu. Em 1813, Wellington tomou Madri. Fernando VII era novamente rei.

Goya celebrou o triunfo da Espanha pintando duas de suas mais famosas telas (1814).<sup>124</sup> Uma delas, *Dos de Mayo*, é a reconstituição de tudo o que havia visto, ouvido ou imaginado relativamente à batalha entre o populacho e as tropas francesas e mamelucas. Colocou no centro os mamelucos, pois foi a sua participação que mais despertou o mais acerbo ressentimento da memória dos espanhóis. Não precisamos saber se a pintura registra a expressão da verdade. Ela é brilhante e vigorosa, partindo das gradações de cores brilhantes dos cavalos dos mamelucos às fisionomias dos homens aterrorizados e brutalizados pela escolha entre matar ou morrer. Ainda mais real é a outra tela, *A Execução do Três de Maio* — um esquadrão de carabineiros executando os prisioneiros espanhóis. Nada nesta obra de Goya é mais impressionante do que o contraste de terror e desconfiança no vulto central daquele massacre.

Ainda um *pintor de câmara* assalariado, porém não mais favorito na corte, Goya, viúvo, silenciado e surdo, retirou-se ao mundo de sua arte. Talvez tenha produzido a mais vigorosa de suas gravuras, *O Colosso*<sup>125</sup> — um Hércules, com o rosto de Caliban, sentado na orla do mundo, a figura de Marte em repouso após o triunfo da guerra. Desde 1810, vinha ele desenhando pequenos esboços, os quais, mais tarde, gravava e imprimia, dando-lhes o título de *As Consequências Fatais da Sangrenta Guerra da Espanha com Bonaparte, e Outros Caprichos*. Não ousou publicar esses 85 desenhos. Legou-os a seu filho, cujo filho os vendeu à Academia de San Fernando, que os publicou em 1863, com o título *Los Desastres de la Guerra*.

Tais esboços não são todos cenas de batalhas, que escondem a matança sob o manto do heroísmo e glória. São instantes de terror e crueldade em que se esquecem as restrições da civilização no arroubo do conflito e na embriaguez do sangue. Vêem-se casas em chamas desabando em cima dos habitantes, mulheres correndo à batalha com pedras, paus, ou pistolas, mulheres violentadas, homens amarrados aos postes diante de esquadrões de fuzilamento, homens com pernas, braços ou cabeças decepadas, um soldado cortando a genitália de um homem,<sup>126</sup> corpos empalados nos troncos pontiagudos das árvores, mulheres mortas ainda aconchegando os filhos aos seios, crianças com olhares esgazeados diante do assassinio de seus pais, homens jogados aos montes em covas, abutres refestelando-se de carne humana dos mortos. Abaixo dessas reproduções, Goya acrescentava títulos irônicos: "Para isso é que vocês nasceram",<sup>127</sup> "Foi isto que eu vi",<sup>128</sup> "Aconteceu assim",<sup>129</sup> "Enterrar os mortos e silenciar".<sup>130</sup> No fim, Goya expressa desespero e esperança. No nº 79, onde se vê uma mulher morrendo

em meio aos coveiros e padres, há a inscrição: "A verdade morre". Entretanto, no nº 80, apresenta-a irradiando luz e indaga: "Ela se erguerá de novo?"

### 5. Decadência

Em fevereiro de 1819, Goya comprou uma casa de campo do lado oposto de Manzanares. Era sombreada pelas árvores, e embora não pudesse ouvir o rumorejar do córrego que a cercava, sentia a placidez do seu fluir. Os vizinhos denominaram a casa La Quinta del Sordo (a Casa do Surdo). Como Javier tivesse se casado, morando separado, Goya levou consigo Doña Leocadia Weiss, que o servia na qualidade de amante e governanta. Ela era robusta e arguta, porém Goya se mantinha imune à sua lábia. Levou os dois filhos — um menino, Guillermo, e uma menininha esperta, María del Rosario, que se tornou o conforto do fim da vida do artista.

Muito necessitava ele desse forte estímulo, pois sua mente estava à beira da alienação mental. Só assim podemos compreender as *pinturas negras* com as quais cobriu as paredes da casa que se tornou o seu hospício. Era como se, ao refletir a obscuridade de sua mente, ele pintasse sobretudo em branco e preto e, de conformidade com a imprecisão de suas visões, não desse nitidez a seus contornos, jogando sobre as paredes grossas camadas de tinta para fixar sobre elas as esvoaçantes imagens do sonho. Em uma das paredes laterais pintou *A Peregrinação de Santo Isidro* — o mesmo festival que ele pintara alegremente em 1788, 31 anos atrás. Mas agora era um sombrio panorama de fanáticos embriagados e bestiais. Na parede fronteira colocou figuras ainda mais horríveis no *Sabá de Feiticeiras*, que pavorosamente adoravam um enorme bode preto na qualidade de Satanás, o seu deus dominador. No final da sala, aparecia a mais horrível forma da história da arte, *Saturno Devorando o Filho* — um gigante triturando uma criança nua, já tendo comido a cabeça e um braço, e depois engolindo vorazmente o outro, esparramando sangue.<sup>131</sup> Talvez fosse um símbolo insano das nações loucas que matam seus filhos na guerra. Constituem visões de um homem obcecado por imaginações macabras, e que, num ímpeto louco, as pinta, a fim de retirá-las de dentro de si, imobilizando-as na parede.

Em 1823, Leocadia, cujas atividades maçônicas fizeram-na temer ser presa, fugiu para Bordéus com os filhos. Goya, só entre a loucura que havia pintado nas paredes, decidiu segui-los. Entretanto, se partisse sem autorização do rei, perderia o vencimento oficial a que fazia jus como *pintor de câmara*. Pediu licença de vários meses para fazer uma estação de águas em Plombières, o que foi concedido. Transmitiu a Quinta del Sordo a seu neto Mariano e, em junho de 1824, seguiu para Bordéus, ao encontro de Leocadia e María del Rosario.

Com a aproximação da morte, o amor que dedicava ao neto Mariano tornou-se paixão dominante. Estabeleceu uma anuidade para o menino, oferecendo-se para pagar as despesas se Javier trouxesse Mariano a Bordéus. Javier não pôde ir, porém mandou a mulher e o filho. Ao chegarem, Goya abraçou-os com tanta emoção que desfaleceu, tendo de ser levado até a cama. Escreveu a Javier: "Meu querido Javier, desejo apenas dizer-lhe que essa alegria toda foi demais para mim.(...) Deus permita que você possa vir para buscá-los. Então, meu cálice de felicidade estará cheio."<sup>132</sup> No dia seguin-

te, não falava mais e tinha uma parte do corpo paralisada. Durou ainda treze dias, esperando em vão por Javier. Morreu em 16 de abril de 1828. Em 1899, seus restos mortais foram levados de Bordéus a Madri, sendo enterrados em frente ao altar da Igreja de San Antonio de la Florida, onde, há 101 anos, ele pintava sob a abóbada as dores e os sofrimentos, as alegrias e os amores da vida espanhola.

## CAPÍTULO XII

# Vale, Itália

1760-89

### I. CAMINHADA DO ADEUS

**S**E nos resolvermos a olhar mais uma vez a Itália, iremos encontrá-la sob esta aparente *siesta* palpitante de vida. Turim cuidando de Alfieri, Lucca publicando a *Encyclopédie* de Diderot, Florença renascendo sob o Grão-Duque Leopoldo, Milão reformulando a lei com Beccaria, Pavia e Bolonha vibrando com as experiências de Volta e Galvani, Veneza suportando Casanova, Nápoles desafiando o pontificado, Roma presa na tragédia dos jesuítas, e os diversos setores musicais exportando a ópera e virtuosos a fim de domar os ânimos transalpinos. Vamos encontrar na Itália centenas de milhares de estrangeiros que ali chegaram para se aprofundarem em seus tesouros e aquecer-se no seu sol.

A primeira impressão de Goethe quando, procedente dos Alpes, chegou à Veneza Tridentina (setembro de 1786), foi a da luminosidade e amenidade do ar, que “enchia de prazer salutar a mais simples existência, até mesmo a pobreza”.<sup>1</sup> A segunda foi a sensação de vida exterior: “seus habitantes vivem constantemente ao ar livre, e, na sua despreocupação, não pensam em nada” a não ser viver. Acho que a fertilidade do solo devia constituir um rápido fornecedor das modestas necessidades daquele povo simples. Contudo, a pobreza e a falta de higiene das pequenas cidades o consternaram.

Quando indaguei ao copeiro onde ficava um certo lugar, ele apontou para o pátio interno: “*Qui abasso puo servir.*” “*Dove?*”, perguntei. “*Da per tutto, dove vuol*”, foi a delicada resposta.(...) Os pátios e colonatas estão sujos de excrementos, pois as coisas são feitas da maneira mais natural.<sup>2</sup>

Entretanto, aos poucos, foi-se adaptando.

Veneza, em sua decadência, vivia agradavelmente. Em 1778, Carlo Gozzi descreveu, com um exagerado rigor, o que lhe parecia a dissolução geral da moral:



O espetáculo de mulheres transformadas em homens, e homens em mulheres, e ambos, tanto um como outro, transformados em macacos. Todos imersos no turbilhão da moda, corrompendo-se e seduzindo-se mutuamente com a voracidade de cães, pelo faro, competitivos em suas volúpias e funestas extravagâncias,(...) queimando incenso(...) a Priapo.<sup>3</sup>

Em 1797, responsabilizou a filosofia pelo colapso:

A religião, esse salutar freio das paixões humanas,(...) tornou-se motivo de galhofa. Sinto-me propenso a acreditar que as galés beneficiam a sociedade, por ser um instrumento para punir o crime e conter os futuros criminosos. Entretanto, nossos filósofos inovadores denunciaram as galés como um preconceito tirânico, desta forma multiplicando os assassinatos nas estradas, roubos e atos de violência.(...)

Considerou-se preconceito antiquado e bárbaro as mulheres permanecerem no lar tomando conta de seus filhos e filhas,(...) o serviço doméstico e respectiva economia. Imediatamente se precipitaram num alarido de bacanal a gritar "Liberdade! Liberdade!" As ruas ficaram apinhadas.(...) Enquanto isso, suas cabeças frívolas só pensaram em modas, invenções fúteis(...) diversões, amores, coquetérias, e toda a sorte de bobagens.(...) Os maridos não tiveram coragem de se opor a essa ruína de sua honra, de sua substância, suas famílias. Temiam serem marcados com essa palavra terrível *preconceito*.(...) Moral sã, modéstia e castidade receberam o nome de preconceito.(...) Quando esse assim chamado preconceito foi dispersado,(...) vieram em seu lugar o que consideravam extraordinárias bênçãos,(...) isto é, falta de religião, terminando-se com respeito e veneração, subversão da justiça,(...) criminosos incentivados e lastimados, imaginação inflamada, sentidos aguçados, animalismo, indulgência para todos os atos lascivos e paixões, o império da luxúria(...) bancarrota(...) adultérios.<sup>4</sup>

Entretanto, as principais causas da decadência eram econômicas e militares. Faltava então a Veneza a riqueza para defender seu antigo poderio. Em compensação, sua rival, a Áustria, tinha ficado tão forte em mão-de-obra que chegava a dominar todas as terras próximas de Veneza, e até combater em solo da neutra porém impotente república.

Em 9 de março de 1797, Lodovico Manin foi eleito governador — o último dos 120 doges que presidiram Veneza, numa impressionante continuidade desde 697. Era homem de grandes posses e pouca firmeza de ânimo, mas a pobreza e a coragem não teriam evitado a catástrofe. Quatro meses depois, ocorreu a queda da Bastilha. O culto da liberdade impregnou o espírito de todos os franceses; e quando, com os exércitos de Napoleão, também veio a religião, estes colocaram a Itália inteira, em êxtase, sob sua bandeira. Com o pretexto de que as forças austríacas haviam usado o território veneziano, e acusando Veneza de ter secretamente auxiliado seus inimigos, o vitorioso corso, apoiado por oitenta mil homens, impôs à Rainha do Adriático um governo provisório dirigido por ele (12 de maio de 1797). Naquele dia, o Doge Manin, ao renunciar, entregou o seu chapéu de Estado a um servidor, dizendo: "Leve-o, não vamos mais precisar dele." Alguns dias depois, morreu. Em 16 de maio, tropas francesas ocuparam a cidade. Em 17 de outubro, Bonaparte assinou, em Campoformio, um tratado que transferia Veneza e todas as suas possessões territoriais para a Áustria, em troca das concessões feitas por esta à França, em relação à Bélgica, e da

margem esquerda do Reno. Fazia exatamente 111 anos que o primeiro doge fora eleito para dirigir e defender a cidade.

Parma era um protetorado espanhol, porém o seu duque, Don Filipe, filho de Filipe V e Isabela Farnese, casou-se com Louise Elisabeth, filha de Luís XV. Adotou seus hábitos dispendiosos, transformando a corte em uma Versalhes em miniatura. Parma tornou-se centro de cultura, mesclado de hábitos cosmopolitas. "Eu tinha a impressão", disse Casanova, "de não estar mais na Itália, porque tudo dava o ar de pertencer ao outro lado dos Alpes. Só ouvi os transeuntes falarem francês e espanhol."<sup>6</sup> Um ministro esclarecido, Guillaume du Tillot, procedeu a edificantes reformas no ducado. Em Parma faziam-se os melhores têxteis, cristais e faianças.

Milão passava por uma expansão industrial que, em ponto muito menor, já previa sua preeminência econômica na Itália atual. O governo austríaco dava ampla liberdade às técnicas e empreendimentos. O Conde Karl Joseph von Firmian, governador da Lombardia, cooperava com dirigentes patrícios nos melhoramentos administrativos, reduzindo a opressão dos barões feudais e dos oligarcas municipais. Um grupo de economistas liberais, dirigidos por Pietro Verri, Cesare Bonesana di Beccaria e Giovanni Carli, adotaram os princípios dos fisiocratas, ao abolirem impostos sobre o comércio interno, terminaram com a tributação de atividades agrícolas, e aumentaram a tributação, com a taxação da propriedade eclesiástica. A indústria têxtil desenvolveu-se até que, em 1785, contava com 29 firmas, operando com 1.384 teares. A terra era supervisionada, o Estado financiava projetos de irrigação, os camponeses trabalhavam com gosto. Em 21 anos, entre 1749 e 1770, a população do ducado subiu de 90 mil para 130 mil.<sup>7</sup> Foi nesse período de prosperidade que a comunidade construiu o Teatro alla Scala (1776-78), com 3.600 lugares, decorações palacianas, e dotado de recursos para música, sala de estar, lugares para comer, para jogar cartas e dormir; e, culminando tudo isso, um reservatório de água destinado a extinguir qualquer incêndio. Nesse ponto, Cimarosa e Cherubini obtiveram retumbantes vitórias.

Esta foi a época heróica da Córsega. Aquela ilha montanhosa já estava farta da história. Os focos da Ásia Menor ali haviam estabelecido uma colônia, por volta de 560 a.C. Foram conquistados pelos etruscos, os quais caíram sob o poder dos cartagineses, que foram conquistados pelos romanos, e esses pelos gregos bizantinos, que o foram pelos francos, os quais foram conquistados pelos muçulmanos, que o foram pelos italianos toscanos, os quais, por sua vez, o foram pelos pisanos, que foram conquistados pelos genoveses (1347). Naquele século, dois terços da população morreram da Peste Negra. Sob o domínio dos genoveses, os corsos, atormentados pela peste bubônica e pelo ataque dos piratas, barrados dos principais cargos e sobrecarregados de impostos, deixaram-se cair numa semi-selvageria em que violentas *vendettas* eram a única lei que conheciam. As periódicas revoltas fracassavam em virtude de feudos mútuos e ausência de auxílio do exterior. Gênova, em luta pela própria sobrevivência contra os exércitos austríacos, apelou para a França a fim de auxiliá-la a manter a ordem na Córsega. A França reagiu antes que a ilha fosse tomada pela Grã-Bretanha como uma cidadela para o controle do Mediterrâneo. Tropas francesas ocuparam Ajaccio e outras

fortalezas corsas (1739-48). Quando parecia estabelecida a paz, os franceses se retiraram. O domínio genovês estabeleceu-se, principiando a histórica revolta de Paoli.

Pasquale di Paoli antecipou de um século as façanhas de Garibaldi. Lorde Chatham chamou-o "um daqueles homens que só são encontrados nas páginas de Plutarco".<sup>8</sup> Filho de um rebelde corso (1725), acompanhou o pai ao exílio, estudou em Nápoles sob a supervisão do economista liberal Genovesi, serviu no exército napolitano, voltou à Córsega (1755), e foi escolhido para comandar a rebelião contra Gênova. Em dois anos conseguiu repelir os genoveses de quase todas as cidades do litoral. Eleito chefe da nova república (1757-68) mostrou-se tão brilhante na legislação e administração quanto se revelara na estratégia e na tática da guerra. Instituiu uma constituição democrática, suprimiu a *vendetta*, aboliu os direitos opressivos dos senhores feudais, fomentou a educação, e fundou uma universidade em Corte, sua capital.

Não conseguindo subjugá-lo, Gênova vendeu a ilha à França (15 de maio de 1768), por dois milhões de francos. Paoli viu-se então lutando contra tropas francesas, sempre renovadas. Seu secretário e auxiliar naquela época era Carlo Buonaparte, do qual nascera em 15 de agosto de 1769, em Ajaccio, um filho de nome Napoleão. Subjugado pelos franceses em Pontenuovo (maio de 1769), Paoli abandonou o esforço sem esperança, refugiando-se na Inglaterra, onde recebeu uma pensão do governo. Foi celebrado por Boswell e teve Johnson entre seus amigos. A Assembléia Nacional da França Revolucionária fê-lo voltar do exílio, aclamando-o "herói e mártir da liberdade", fazendo-o governador da Córsega (1791). Entretanto, a Convenção Francesa não o julgou suficientemente jacobino, mandando uma comissão para depô-lo. Tropas inglesas foram em seu auxílio, mas o general inglês apoderou-se da ilha, mandando Paoli de volta à Inglaterra (1795). Napoleão despachou forças francesas para expulsar os ingleses (1796). Os habitantes da ilha deram boas-vindas aos franceses na qualidade de enviados do "corso". Os ingleses retiraram-se e a Córsega entregou-se à França.

A Toscana floresceu sob os grão-duques Habsburgos que sucederam os Médicis (1738). De vez que o seu governante, Francisco de Lorena, residia na Áustria, na qualidade de marido de Maria Teresa, o governo foi delegado a uma regência de dirigentes nativos, que se rivalizavam com os liberais de Milão no tocante às reformas econômicas. Sete anos antes da tentativa de Turgot, na França, no mesmo sentido, estes instituíram o livre comércio interno de cereais (1767). Quando Francisco morreu (1765), seu filho mais moço, Leopoldo, o substituiu na qualidade de grão-duque, revelando-se o mais empreendedor e corajoso dos "déspotas esclarecidos". Aboliu a corrupção no governo, aperfeiçoou o judiciário, a administração e as finanças, nivelou a tributação, aboliu a tortura, o confisco e a pena de morte, auxiliou os camponeses, drenou pântanos, terminou com os monopólios, ampliou o comércio livre e as empresas, permitiu autonomia às divisões administrativas, e pretendeu estabelecer uma constituição semidemocrática para o ducado. Goethe impressionou-se com a relativa limpeza das cidades toscanas, boas condições de suas estradas e pontes, a beleza e grandiosidade das obras públicas.<sup>9</sup> O irmão de Leopoldo, José, ao tornar-se único imperador, apoiou-o na abolição da maior parte dos privilégios feudais na Toscana, a fechar vários conventos e a reduzir o poderio do clero.

Nas reformas eclesiásticas, Leopoldo recebeu preciosa cooperação de Scipione de' Ricci, bispo de Pistóia e Prato. Um rigoroso costume exigia que todas as mulheres sem dote deviam tomar o hábito. Ricci juntou-se ao grão-duque a fim de elevar a idade mínima para fazer os votos, e em transformar muitos conventos em escolas. Providenciou-se a educação secular pela mudança das escolas leigas em colégios de jesuítas. Ricci celebrava a missa em latim, desestimulando superstições, para grande aborrecimento do povo. Quando ouviram-se rumores de que ele pretendia retirar, como algo espúrio, o famoso "cinto da Virgem", em Prato, a população amotinou-se, saqueando o palácio episcopal. Entretanto, Ricci convocou um concílio diocesano, o qual se reuniu em Pistóia, em 1786, e que proclamou os princípios que renovavam os "Artigos Galicanos" de 1682, a saber: que o poder temporal é independente do espiritual (isto é, o Estado é independente da Igreja), e que o povo é falível, mesmo nos artigos de fé.

Leopoldo vivia com simplicidade, sendo amado por suas maneiras despretensiosas. Contudo, à medida que o seu reino progredia e a pressão do convencionalismo se fazia sentir, tornou-se desconfiado e distante, empregando espões, não apenas para espreitar seus inimigos como seus auxiliares. De Viena, José aconselhou-o: "Deixa que eles te enganem algumas vezes, ao invés de te atormentares constantemente e em vão."<sup>10</sup> Quando Leopoldo deixou Florença para suceder a José como imperador (1790), as forças reacionárias triunfaram na Toscana. Ricci foi condenado pelo Papa Pio VI, em 1794, e feito prisioneiro (1799-1805) até retratar-se de suas heresias. O advento do governo napoleônico (1800) restabeleceu os liberais no poder.

Goethe precipitou-se para Roma, através da Toscana. Ouçamos o que escreveu em 1º de novembro de 1786:

Chego finalmente a esta grande capital do mundo.(...) Teria, com prazer, voado sobre as montanhas do Tirol.(...) Era tanta a minha vontade de chegar a Roma(...) que a idéia de parar onde quer que fosse estava fora de cogitação. Mesmo em Florença demorei-me apenas três horas. Agora,(...) ao que parece, ficarei em paz a vida inteira, pois posso quase dizer que uma nova vida principia quando o homem vê, uma vez, com os seus próprios olhos, tudo aquilo que anteriormente ele havia em parte ouvido ou lido. Todos os sonhos da minha juventude estão realizados diante de mim.

Que estonteante mistura era aquela Roma do século XVIII, apinhada de mendigos e nobres, cardeais e *castrati*, bispos e prostitutas, monges e mascates, jesuítas e judeus, artistas e delinquentes, *bravi* e santos, e turistas procurando antiguidades durante o dia e *cortigiani* à noite. Ali, a quinze quilômetros dos muros da cidade, encontravam-se anfiteatros pagãos e arcos triunfais, palácios e fontes renascentistas, trezentas igrejas e dez mil padres, 170 mil habitantes; e, ao redor da cidadela do Cristianismo Católico do Vaticano, a plebe mais turbulenta, indisciplinada e anticlerical da Cristandade. Panfletos indecentes contra a Igreja eram apregoados nas ruas. Farsistas parodiavam nas praças públicas as mais sagradas cerimônias da missa. Pode ser que Winckelmann, alma tímida e delicada, tenha exagerado um pouco:

Durante o dia Roma é bem tranqüila, mas à noite é o diabo à solta. Devido à total liberdade aqui reinante, e à ausência de qualquer espécie de policiamento, as alterações, tiroteio, fogueiras em todas as ruas duram toda a noite.(...) A plebe é indisciplinada, e o governo está fatigado de tanta expulsão e enforcamentos.<sup>11</sup>

Ainda mais do que Paris, Roma era uma cidade cosmopolita, onde os artistas, estudantes, poetas e turistas misturavam-se aos prelados e princesas nos salões, galerias e teatros. Ali Winckelmann e Mengs proclamaram a renovação do estilo clássico. E os papas, atormentados e assediados, lutavam para abrandar com pão e bênçãos a população empobrecida, e também para afastar os embaixadores que insistiam em extinguir os jesuítas. Esforçavam-se ainda aqueles papas para impedir que todo o complexo edifício da Cristandade ruísse sob o avanço da ciência e as investidas da filosofia.

Mas acompanhemos Goethe a Nápoles, onde julgou jamais ter presenciado tanta *joie de vivre*.

Se em Roma podemos logo nos estabelecer para estudar, aqui não podemos fazer nada senão viver. Esquecemo-nos de nós mesmos e do mundo. Para mim é uma sensação estranha estar entre gente que não pensa em nada, só em se divertir.(...) Aqui, os homens nada sabem a respeito uns dos outros. Quase não observam que os outros estão indo no seu caminho, lado a lado com eles. Andam o dia todo, abaixo e acima, no paraíso, sem olharem ao redor deles. E quando deles se aproximam as fauces do inferno, abertas e furiosas, recorrem a São Januário.<sup>12</sup>

Em 1759, quando Don Carlos deixou Nápoles e foi para a Espanha, legou o reino de Nápoles e Sicília a seu filho de oito anos, Fernando IV, com o Marquês di Tanucci na qualidade de regente. Tanucci prosseguia na guerra contra a Igreja, iniciada no reinado de Don Carlos. Acabou com vários conventos e mosteiros e prontamente seguiu a orientação de Carlos III da Espanha para expulsar os jesuítas. Pouco depois da meia-noite, do dia 3-4 de novembro de 1767, foram presos todos os membros da ordem, no reino, sendo levados, sem nenhum de seus pertences, exceto a roupa do corpo, ao porto ou fronteira mais próximos, de onde os exilaram para os Estados Papais.

Quando Fernando IV completou dezesseis anos (1767), a regência de Tanucci terminou. Um ano depois, casou-se com Maria Carolina, a piedosa filha de Maria Teresa. Logo ela dominou o marido, reagindo contra sua política anticlerical. As reformas do marquês haviam fortalecido a monarquia napolitana contra os barões feudais e a Igreja, porém pouco fizeram para minorar a pobreza que reduzia a plebe sem nenhuma esperança a não ser a de uma outra vida.

A Sicília apresentava idêntico panorama. A edificação da catedral de Palermo (1782-1802) foi mais importante para o povo do que as tentativas de Domenico di Caraccioli para dominar os senhores feudais que controlavam o país. Servira muitos anos como embaixador de Nápoles em Londres e Paris, tendo oportunidade de ouvir protestantes e filósofos. Designado vice-rei da Sicília (1781), tributou pesadamente os grandes latifundiários, reduziu-lhes os direitos sobre seus escravos e terminou com seus privilégios para escolher os magistrados locais. Entretanto, quando ousou pren-

der um príncipe que protegia bandidos, e decretou a redução de dois dias nas festas da padroeira de Palermo, Santa Rosália, todas as classes investiram contra ele, fazendo-o retornar a Nápoles, derrotado (1785).<sup>13</sup> Os filósofos ainda não haviam provado que compreendiam, melhor do que a Igreja, as necessidades e a natureza do homem.

## II. PAPAS, REIS E JESUÍTAS

O poder da Igreja Católica apoiava-se no inato supernaturalismo da humanidade, o reconhecimento e sublimação dos impulsos sensuais e remanescentes pagãos, assim como no incentivo da fertilidade, e na imposição de uma teologia rica em poesia e esperança, útil à disciplina moral e à ordem social. Na Itália, a Igreja era também a principal fonte da renda nacional, e um elemento precioso para um povo principalmente pagão, supersticioso e apaixonado. A superstição abundava. Até 1787, feitiçarias eram queimadas em Palermo, e ainda serviam refrescos às senhoras elegantes que assistiam à cena.<sup>14</sup> Crenças pagãs, hábitos e cerimônias sobreviviam com a genial sanção da Igreja. “Estou firmemente convencido”, escreveu Goethe, “que todos os vestígios do cristianismo original foram extintos aqui”<sup>15</sup> em Roma. Havia, entretanto, muitos verdadeiros cristãos, até na Itália. Conde Caissotti di Chiusano, bispo de Asti, abandonou uma grande herança, vivia em pobreza voluntária e viajava a pé. O Bispo Testa, de Monreale, dormia sobre palhas, comia o suficiente para sua subsistência, conservava apenas três mil liras de sua renda para suas necessidades pessoais, dando o restante aos pobres e às obras públicas.<sup>16</sup>

A Igreja, dentro de certos limites, mostrou-se sensível ao Iluminismo. As obras de Voltaire, Rousseau, Diderot, Helvétius, d'Holbach, La Mettrie, e outros livres-pensadores foram, naturalmente, colocados no *Index Expurgatorius*, entretanto o papa podia conceder permissão para lê-las. Monsenhor Ventimiglio, bispo (1757-73) de Catânia, possuía na sua biblioteca edições completas de Voltaire, Helvétius e Rousseau.<sup>17</sup> A Inquisição foi abolida na Toscana e em Parma em 1769, na Sicília em 1782, em Roma em 1809. Em 1783, um padre católico, Tamburini, sob o nome de seu amigo Trauttmansdorff, publicou um ensaio *Sobre a Tolerância Eclesiástica e Civil*, na qual condenava a Inquisição, declarava toda coação da consciência anticristã, e advogava tolerância para todas as teologias exceto o ateísmo.<sup>18</sup>

O infortúnio dos papas, nessa segunda metade do século XVIII, foi enfrentar o pedido dos monarcas católicos no sentido de uma total dissolução da Companhia de Jesus. O movimento contra os jesuítas fazia parte de uma disputa de poder entre o triunfante nacionalismo do Estado moderno e o internacionalismo do papismo, enfraquecido pela Reforma, pelo Iluminismo e pela ascensão da classe dos negócios. Os católicos inimigos da Companhia de Jesus não demonstraram abertamente sua principal objeção — de que ela havia constantemente apoiado a autoridade dos papas como superior à dos reis — porém ressentiam-se profundamente de que uma organização que não reconhecia nenhum superior, excetuando seu general e o papa, constituísse, na verdade, dentro de cada Estado, um agente de uma potência estrangeira. Reconheciam a cultura e a religiosidade dos jesuítas, suas contribuições à ciência, literatura, filosofia e arte, sua diligente e eficiente educação da mocidade católica, seu heroísmo

nas missões estrangeiras, e a retomada de tanto terreno perdido para o protestantismo. Mas acusavam a Companhia de interferir demais nos assuntos seculares, de participar no comércio objetivando lucros materiais, de tantas vezes ter inculcado princípios casuísticos com a intenção de desculpar a imoralidade e o crime, fechando os olhos até para o assassinato de reis, de ter permitido costumes e crenças pagãs a fim de sobreviver entre seus supostos convertidos na Ásia, de ter ofendido outras ordens religiosas e muitos membros do clero secular com sua rispidez na controvérsia e tom altaneiro. Os embaixadores dos reis de Portugal, Espanha, Nápoles e França insistiram para que fosse revogada a carta pontifical da Companhia e que a organização fosse oficial e universalmente dissolvida.

A expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759, da França em 1764-67, da Espanha e Nápoles em 1767, tinha deixado a Companhia ainda vigorando no centro e norte da Itália, no Império Austro-Húngaro, na Alemanha Católica, na Silésia e na Polônia. Em fevereiro de 1768, foram expulsos do Ducado de Parma dos Bourbons, juntando-se aos Estados da Igreja já congestionados de jesuítas refugiados. O Papa Clemente XIII protestou, alegando ser Parma um domínio papal. Ameaçou o Duque Fernando IV e seus ministros com excomunhão se o edito da expulsão fosse posto em vigor. Quando eles persistiram, promulgou uma bula declarando confiscados e anulados a posição e o título do duque. Os governos católicos da Espanha, Nápoles e França abriram guerra contra o papado. Tanucci apoderou-se das cidades pontificais de Benevento e Pontecorvo, a França ocupou Avignon. Em dezembro de 1768, o embaixador francês em Roma, em nome da França, Nápoles e Espanha, apresentou ao papa um pedido de retratação da bula contra Parma e a abolição da Companhia de Jesus. O pontífice, com 76 anos, sucumbiu com a pressão desse ultimato. Convocou, para o dia 3 de fevereiro de 1769, um consistório de prelados e emissários, a fim de considerar o assunto. Em 2 de fevereiro, caiu morto em consequência de um rompimento de uma artéria no cérebro.

Os cardeais convocados para escolher seu sucessor estavam divididos em duas facções: os *zelanti*, que se propunham desafiar os reis, e os *regalisti* que eram a favor de entendimentos pacíficos. Como todos os cardeais italianos eram *zelanti*, ao reunirem-se em Roma, tentaram iniciar o conclave antes que chegassem os cardeais regalistas da França, Espanha e Portugal. O embaixador francês protestou, sendo adiado o conclave. Entrementes, Lorenzo Ricci, prior dos jesuítas, comprometeu o caso da Companhia ao publicar um panfleto questionando a autoridade de qualquer papa para abolí-la.<sup>19</sup> Em março, o cardeal de Bernis chegou da França, principiando a angariar votos dos cardeais com vistas a assegurar a eleição de um papa que concordasse em satisfazer suas Majestades Católicas. Rumores posteriores<sup>20</sup> de que ele, ou outros, houvessem subornado, ou de qualquer outra forma induzido o Cardeal Giovanni Ganganelli a prometer uma ação em tal sentido, caso fosse eleito, foram rejeitados pelos católicos,<sup>21</sup> anticatólicos<sup>22</sup> e historiadores. Ganganelli era por todos considerado um homem de grande cultura, devoção e integridade. Entretanto, pertencia à ordem franciscana, que muitas vezes estivera em quizília com os jesuítas, tanto em relação às missões como em teologia.<sup>23</sup> Em 19 de maio de 1769, foi eleito unanimemente pelos quarenta cardeais, tomando o nome de Clemente XIV. Tinha 63 anos.

Viu-se à mercê das potências católicas. A França e Nápoles mantiveram o território

papal que haviam tomado. Espanha e Parma resistiram. Portugal ameaçou estabelecer um patriarcado independente de Roma. A própria Maria Teresa, até então de uma lealdade fervorosa para com os papas e jesuítas, mas com a autoridade periclitante em virtude da atitude de seu filho livre-pensador, José, respondeu aos apelos do papa para que o auxiliasse dizendo não poder resistir à vontade unânime de tantos potentados. Choiseul, que dominava o governo francês, instruiu Bernis a dizer ao papa que "se ele não fizesse um acordo podia considerar terminadas suas relações com a França".<sup>24</sup> Carlos III, da Espanha, enviara idêntico ultimato, em 22 de abril. Clemente, para ganhar tempo, prometeu a Carlos "submeter, dentro em breve, à sabedoria e inteligência de Vossa Majestade, um plano para a total extinção da Companhia".<sup>25</sup> Ordenou a seus auxiliares para consultarem os arquivos, fazendo um resumo da história, realizações e alegadas culpas da Companhia de Jesus. Recusou-se a aquiescer com o pedido de Choiseul para que ele decidisse o caso dentro de dois meses. Levou três anos, mas finalmente cedeu.

Em 21 de julho de 1773, firmou o histórico documento *Dominus ac Redemptor Noster*. Principiava com uma longa lista de congregações religiosas que haviam, em decurso de tempo, sido extintas pela Santa Sé. Salientava as diversas queixas contra os jesuítas e os esforços reiterados de diversos papas para remediar os alegados abusos. "Observamos com a maior tristeza que tais reparações, assim como outras aplicadas posteriormente, não possuíam nem eficiência nem força para pôr fim às agitações, às acusações e queixas."<sup>26</sup> O documento concluía:

Reconhecendo que a Companhia de Jesus não podia mais produzir os abundantes frutos e grandes benefícios para os quais foi instituída e aprovada por tantos papas, nossos predecessores, que dotaram-na dos mais admiráveis privilégios, e constatando ser quase — na verdade, absolutamente — impossível para a Igreja desfrutar uma paz verdadeira e sólida durante a existência da referida Ordem(...) nós, por intermédio do presente instrumento, após amadurecido exame e mediante determinado conhecimento, e na plenitude de nosso poder apostólico, suprimimos e abolimos a Sociedade de Jesus. Tornamos nulas e revogamos todos os seus serviços, funções, administrações, casas, escolas, universidades, refúgio, asilos e outros estabelecimentos que a ela pertencem de qualquer forma, e em todas as províncias, reinos ou estados nos quais possa ser encontrada.<sup>27</sup>

Prosseguindo, o documento oferecia pensões aos jesuítas que ainda não se haviam ordenado, e que desejavam voltar à vida leiga; permitia aos padres jesuítas associarem-se ao clero secular ou a algumas congregações religiosas aprovadas pela Santa Sé; permitia aos jesuítas que já tinham "professado" e feito os votos finais e absolutos a permanecerem em suas antigas casas, contanto que se vestissem como os padres seculares, submetendo-se à autoridade do bispo local.

Na sua maior parte, excetuando-se alguns missionários na China, os jesuítas receberam aquela sentença de morte ditada pelo papa com aparente submissão e calma. Entretanto, panfletos anônimos foram impressos, circulando em sua defesa, sendo Ricci, assim como vários de seus assistentes, presos sob a acusação, nunca provada, de serem coniventes com os opositores do decreto. Ricci morreu na prisão, em 24 de novembro de 1775, com 72 anos.

Clemente XIV sobreviveu ao edito pouco mais de um ano. Havia rumores de que,



nos últimos meses, sua mente entrara em colapso. Padecimentos físicos, tais como hemorróida e escorbuto, tornaram seus dias e noites um tormento. Uma gripe, contraída em abril de 1774, nunca o abandonou. Em fins de agosto, os cardeais já discutiam a sucessão, e em 22 de setembro, Clemente morreu.

Após muitas delongas e intrigas, o conclave elegeu (15 de fevereiro de 1775) Giovanni Braschi, que tomou o nome de Pio VI. Era mais um homem culto do que estadista. Colecionava arte, a todos encantava por sua delicadeza. Melhorou a administração da Cúria, realizando a parcial regeneração dos pântanos de Pontino. Arranjou um pacífico *modus vivendi* dos jesuítas com Frederico, o Grande. Em 1793 aliou-se à coalizão contra a Revolução Francesa. Em 1796, Napoleão invadiu os Estados Pontificais. Em 1798, o exército francês entrou em Roma e proclamou a república, exigindo que o papa renunciasse a todos os poderes temporais. Este recusou, foi preso, permanecendo em vários lugares e condições de encarceramento até a data de sua morte (29 de agosto de 1799). Seu sucessor, Pio VII, fez da restauração da Companhia de Jesus (1814) uma parte da coalizão vitoriosa contra Napoleão.

### III. A LEI E BECCARIA

A moral e os costumes da Itália permaneciam um misto de violência e indolência, *vendetta* e amor. Com quatorze anos, Mozart escreveu de Bolonha, em 1770: "A Itália é um país sonolento."<sup>28</sup> Ainda não havia aprendido a filosofia da *siesta*. Em 1775, seu pai mantinha a opinião de que "os italianos são patifes em todo o mundo".<sup>29</sup>

Tanto Mozart como Goethe fizeram comentários sobre o crime na Itália. Em Nápoles, escreveu Mozart, "os *lazzaroni* (mendigos) têm um capitão ou chefe que recebe 25 ducados mensais do rei, para apenas mantê-los em ordem".<sup>30</sup> "O que mais surpreende o estrangeiro", escreveu Goethe, "é a natural ocorrência de assassinatos. Hoje a vítima foi um excelente artista — Schwendemann. (...) O assassino com o qual lutava deu-lhe vinte facadas, e como o guarda apareceu, o vilão esfaqueou-se. O fato, em geral, não é hábito aqui. O assassino costuma correr para a igreja mais próxima, e uma vez lá, está salvo."<sup>31</sup> Todas as igrejas davam "santuário" ao criminoso — imunidade contra a prisão enquanto permanecesse sob o seu teto.

A lei tentava coibir o crime mais pela severidade do castigo do que pela eficiência da polícia. Segundo as leis do bom Benedito XIV, a blasfêmia era punida com chicotadas, e, após uma terceira falta, o castigo era cinco anos nas galés. A entrada ilícita em um convento à noite consistia em crime capital. Pedir um beijo ou beijar uma mulher honrada em público era passível de condenação perpétua às galés. Difamação de caráter, mesmo em se tratando de pura verdade, representava crime de morte e confisco de bens. (Não obstante, os pasquins abundavam.) Igual pena era decretada a quem ocultasse armas. Em muitas áreas costumava-se burlar esses decretos pela fuga para os estados vizinhos, perdão de um juiz, ou santuário de uma igreja, mas, em muitos casos, eram cumpridos à risca. Um homem foi enforcado por se fingir de padre, outro por roubar a indumentária de um eclesiástico, a qual vendeu por um franco e três quartos, e um outro foi decapitado porque escreveu uma carta acusando o Papa Clemente XI de manter ligação com Maria Clementina Sobieska.<sup>32</sup> Na última vez, em 1762, os prisioneiros eram despedaçados na roda, osso por osso, ou arrastados

pela cauda de um cavalo estoqueado. Cumpre-nos acrescentar, para ilustrar o lado menos lúgubre da cena, que certos grupos ou sociedades arrecadavam somas para pagar as multas e obter a liberdade dos prisioneiros. Reformas legislativas com seus dispositivos e penalidades tornaram-se característica natural desse espírito humanitário, oriundo da dupla união da compreensão humana e ética cristã libertas de uma cruel teologia.

Cumpre-nos reconhecer, para crédito da Itália, que o apelo mais eficaz em favor de reformas legislativas, naquele século, partiu de um nobre de Milão, Cesare Bonesana, Marquês di Baccaria, o qual era um produto dos jesuítas e dos *philosophes*. Embora suficientemente rico para viver sem fazer nada, dedicava-se a escrever tratados filosóficos e reformas de ordem prática. Abstinha-se de atacar a religião do povo, porém enfrentava corajosamente a situação atual do crime e sua punição. Chocava-se de ver a sujeira malsã das prisões de Milão, e de ouvir dos prisioneiros a razão de se entregarem ao crime e como haviam sido julgados. Entristecia-se de constatar flagrantes irregularidades das normas, torturas desumanas infligidas aos suspeitos e às testemunhas, severidades arbitrárias e absolvições nos julgamentos, assim como bárbaras crueldades nas punições. Por volta de 1764, juntou-se a Pietzo Verri numa sociedade à qual denominaram *Dei Pugni* — Os Punhos — dedicada tanto à ação como ao pensamento. Em 1764, criaram uma revista, *Il Caffè*, uma imitação do *Spectador* de Addison. Naquele ano, Beccaria publicou o seu histórico *Tratto dei delitti e delle pene* (*Tratado de Crimes e Penalidades*).

No início, modestamente anunciou estar seguindo a orientação do *O Espírito das Leis*, de “imortal presidente” do Parlamento de Bordéus. As leis deveriam basear-se na razão, e a base da razão não é vingar o crime, mas preservar a ordem social. Deviam sempre aspirar à maior felicidade dividida entre o maior número (*la massima felicità divisa nel maggiore numero*).<sup>31</sup> Ali, 25 anos antes de Bentham, estava o famoso princípio da ética utilitária. Com sua costumeira simplicidade, Beccaria reconhecia a influência de Helvétius, que apresentara idêntica fórmula em *De l'Esprit* (1758). (Já aparecera em *Idéias de Beleza e Virtude*, de Francis Hutcheson, 1725.) Para o bem da humanidade, disse Beccaria, é aconselhável ampliar e aprofundar a educação, na expectativa de diminuir a criminalidade, em vez de recorrer à punição, a qual, pela convivência, pode transformar um herege eventual em refinado criminoso. Qualquer acusado deveria ter um julgamento público justo, perante competentes magistrados que juraram ser imparciais. O julgamento devia ocorrer logo após a acusação. A punição não deveria ser proporcional à intenção do autor do crime, mas ao dano à humanidade. Castigos cruéis geram ferocidade de caráter, mesmo no público não-criminoso. A tortura não deveria ser empregada. Um homem culpado habituado à dor pode suportá-la bem e ser julgado inocente, enquanto que um homem inocente dotado de nervos mais frágeis pode ser induzido a confessar qualquer coisa e ser julgado culpado. Santuários eclesiásticos para criminosos não deveriam ser mais permitidos. A pena de morte devia ser abolida.

O pequeno livro teve seis edições em dezoito meses, sendo traduzido em 22 línguas européias. Beccaria elogiou a tradução francesa, feita por Morellet, julgando-a superior ao original. Voltaire contribuiu com um prefácio anônimo a essa tradução, reiteradas vezes reconhecendo a influência de Beccaria nos seus próprios esforços em prol

da reforma legislativa. Muitos dos estados italianos logo reformaram seus códigos penais e quase toda a Europa, em 1789, abandonou a tortura. Catarina ficou tão inclinada quanto Voltaire em abolir a tortura em seus domínios. Frederico, o Grande, já a havia terminado na Prússia (1740), exceto por traição.

Em 1768, Beccaria foi nomeado para uma cátedra de economia e leis, criada especialmente para ele na Universidade Palatina de Milão. Em 1790, foi designado para uma comissão de reforma da jurisprudência na Lombardia. Suas aulas foram precursoras de muitas das idéias básicas de Adam Smith e Malthus sobre a divisão do trabalho, a relação entre trabalho e capital, e entre a população e o fornecimento de alimento. Nele reviveu o humanismo da Renascença da mesma forma que o Iluminismo na Itália.

#### IV. OS AVENTUREIROS

##### 1. *Cagliostro*

Em 1743 nasceu Giuseppe Balsamo, em Palermo, filho de um vendeiro desta cidade. Seu amadurecimento foi rápido, tornando-se logo um perfeito ladrão. Aos treze anos entrou como noviço em um mosteiro dos Benfratelli. Ali, foi designado auxiliar do farmacêutico, em cujos vidros, tubos e livros estudou química e alquimia suficientes que o equiparariam para o charlatanismo. Tendo de ler para os padres as vidas dos santos, na hora das refeições, substituíam-as pelos nomes das mais importantes prostitutas de Palermo. Açoitado, fugiu, participou do mundo dos criminosos, estudando a arte de comer sem trabalhar. Serviu de alcoviteiro, foi falsário, impostor, adivinho, mágico e ladrão. Costumava ocultar de tal forma suas transgressões que a polícia só podia acusá-lo de insolência.

Vendo-se seriamente suspeito, mudou-se para Messina, atravessou para Reggio di Calabria e pensou em novas experiências em Nápoles e Roma. Por algum tempo sustentou-se retocando gravuras e vendendo-as como suas. Casou-se com Lorenza Feliciani, chegando à prosperidade vendendo-lhe o corpo. Com o nome de Marquês de' Pellegrini, levou sua rendosa dama para Veneza, Marselha, Paris, Londres. Conseguiu fazer com que sua mulher fosse encontrada nos braços de um rico quacre. O resultado da chantagem sustentou-os por vários meses. Mudou o nome para o de Conde di Cagliostro, deixando crescer suíças, ostentou o uniforme de coronel prussiano, rebatizando sua mulher como Condessa Serafina. Voltou a Palermo e foi preso como falsário, mas logo o soltaram, devido às reiteradas ameaças de seus amigos, que aterrorizavam a polícia.

Quando os encantos de Serafina foram-se esgotando pelo uso, lançou mão da química ao misturar e vender drogas para tirar rugas e fortalecer o amor. De volta a Londres, acusaram-no de roubar um colar de diamantes e ele passou um período na cadeia. Filiou-se à maçonaria, mudou-se para Paris, estabelecendo-se como o Grande Copta da Maçonaria Egípcia. Garantiu a uma centena de ingênuos ter descoberto os velhos segredos do rejuvenescimento, que poderia ser obtido por meio de uma cura de quarenta dias, durante os quais seriam aplicados purgantes, suadouros, dietas, sangrias e teosofia.<sup>34</sup> Tão logo começava a ficar desacreditado em uma cidade seguia para ou-

tra, logrando acesso às famílias endinheiradas pelo poder de persuasão e perseverança. Em São Petersburgo clinicou na qualidade de médico, cuidou dos pobres de graça e foi recebido por Potemkin. Entretanto, o médico de Catarina, a Grande, um arguto escocês, examinou os elixires do doutor, achando-os desprovidos de quaisquer qualidades curativas. Cagliostro teve apenas um dia para arrumar as malas e partir. Em Varsóvia, foi também desmascarado por outro médico, no opúsculo *Cagliostro dê-masqué* (1870), mas antes que isso pudesse prejudicá-lo, partiu para Viena, Frankfurt, Estrasburgo. Nesta cidade, cativou o Cardeal Príncipe Louis-René-Édouard de Rohan, que colocou em seu palácio um busto do Grande Copta com a inscrição “O divino Cagliostro”. Trouxe-o para Paris, e o grande impostor, inconscientemente, viu-se envolvido no Caso do Colar de Diamantes. Ao ser descoberta esta mistificação, Cagliostro foi enviado à Bastilha, mas logo libertado como inocente, porém com ordem de sair da França (1786). Em Londres, encontrou uma nova clientela. Entrementes, Goethe visitou a mãe de Cagliostro, na Sicília, tranquilizando-a com a notícia de que o seu famoso filho havia sido absolvido e estava a salvo.<sup>35</sup> (Goethe fascinou-se com a carreira de Cagliostro, fazendo-a o enredo de um drama sofrível, *Der Grosskophta*.)

De Londres, onde as desconfianças se multiplicavam, o conde e a condessa mudaram-se para Basiléia, Turim, Rovereto, Trento, sendo em todos esses lugares suspeitos e exilados. Sefafina suplicou-lhe para ir a Roma, a fim de rezar no túmulo da mãe. O conde concordou. Em Roma, tentaram instituir uma loja de maçonaria egípcia. A Inquisição prendeu-os (29 de dezembro de 1789). Confessaram seu charlatanismo. Cagliostro foi sentenciado à prisão perpétua, terminando seus dias no Castelo de San Leo, nas adjacências de Pesaro, no ano de 1795, com 52 anos. Ele também fez parte do aspecto do Século Iluminado.

## 2. Casanova

Giovanni Jacopo Casanova acrescentou o senhoril “de Seingalt” ao seu nome, colhido a esmo no alfabeto. Pretendia, com o título honorífico, subjugar freiras e enfrentar os governantes da Europa. Nascido em Veneza em 1725, filho de atores, bem cedo deu provas de agilidade mental. Exercia a advocacia, dizendo ter feito o doutorado na Universidade de Pádua com a idade de dezesseis anos.<sup>36</sup> Em todos os pontos de suas atraentes *Memórias* temos que nos acautelar contra o excesso de imaginação. Entretanto, ele conta a sua história com tanta candura na condenação que faz de si mesmo que chegamos a crer nele através das mentiras.

Durante sua estada em Pádua fez a primeira conquista — Bettina, “uma bonita menina de treze anos”, irmã de seu tutor, o bom Padre Gozzi. Quando ela adoeceu de varíola, Casanova tratou-a, contraindo a moléstia. Conta-nos ele que seus atos de bondade igualam-se a seus amores. Já velho, indo para Pádua pela última vez, “encontrei-a velha, doente e pobre. Morreu em meus braços.”<sup>37</sup> Fala de suas amadas como se todas elas o houvessem amado até a morte.

Apesar de formado em direito, sofria humilhante pobreza. O pai morrera, a mãe representava em cidades distantes como São Petersburgo, e o tinha, na verdade, es-

quecido. Ganhava algum dinheiro tocando violino nas tavernas e nas ruas. No entanto era forte, assim como belo e corajoso. Quando (1746) o Senador Zuan Bragadino, de Veneza, teve um derrame ao descer uma escadaria, Jacopo tomou-o nos braços, salvando-o de queda perigosa. A partir de então, o senador protegeu-o por várias vezes, dando-lhe dinheiro para viajar pela França, Alemanha e Áustria. Em Lyon, agregou-se aos maçons; em Paris, "tornei-me sócio, e posteriormente mestre da ordem". (Notamos, com certo espanto, que "no meu tempo ninguém na França sabia a maneira de cobrar a mais do que o devido".)<sup>38</sup>

Em 1753, voltou a Veneza, logo chamando a atenção do governo por difundir as ciências ocultas. Um ano mais tarde, um inquisidor oficial forneceu ao Senado estas informações sobre ele:

Conseguiu as boas graças do nobre Zuan Bragadino, (...) esbulhando-o seriamente. (...) Benedetto Pisano diz-me que Casanova pretende ser um filósofo da cabala e, por meio de falsas insinuações, inteligentemente destinadas a convencer as pessoas que quer conquistar, consegue ganhar o suficiente para viver. (...) Conseguiu (...) fazer Bragadino acreditar que pode invocar o anjo da luz para o seu benefício.<sup>39</sup>

Além disso (o depoimento prossegue), Casanova enviou a seus amigos composições suas que o revelam um herege livre-pensador. Casanova nos diz: "Uma certa Mme. Memno convenceu-se de que eu estava ensinando a seu filho os preceitos do ateísmo."<sup>40</sup>

As coisas com as quais me acusaram relacionam-se com o Santo Ofício, e o Santo Ofício é um animal feroz com o qual não se deve mexer. Houve certas circunstâncias (...) que tornaram difícil para eles prender-me nas prisões eclesiásticas da Inquisição; por esta razão, ficou finalmente resolvido que a Inquisição do Estado ocupar-se-ia comigo.<sup>41</sup>

Bragadino aconselhou-o a deixar Veneza: Casanova recusou. Na manhã seguinte foi preso, seus papéis confiscados. Foi encarcerado, sem julgamento, na I Piombi — Folhas-de-Flandres — nome dado à prisão estatal de Veneza, em virtude das lâminas no seu telhado.

Ao cair a noite era impossível fechar os olhos, por três razões: primeiro, os ratos; segundó, o retinir dos relógios de São Marcos, que ecoam como se estivessem em minha cela; terceiro, os milhares de pulgas que me invadem o corpo, picam-me e ferem-me, envenenando-me o sangue de tal forma que tive contrações espasmódicas, chegando a convulsões.<sup>42</sup>

Foi condenado a cinco anos, mas fugiu depois de quinze meses de prisão (1757), por vários meios complicados, riscos e terrores, cuja narrativa faz parte de seu ativo em diversos países.

Pela segunda vez em Paris, bateu-se em duelo com o jovem Conde Nicolas de La Tour d'Auvergne; ferindo-o, curou-o com a pomada "mágica". Conquistou assim a amizade do conde, sendo apresentado por ele a uma tia rica, Mme. d'Urfé, que fervorosamente acreditava nos poderes ocultos, esperando, por meio deles, mudar de

sexo. Casanova aproveitou-se de sua credulidade, encontrando nesta os meios de enriquecer secretamente. "Agora que estou velho não posso recordar esta fase de minha vida sem enrubescer."<sup>43</sup> No entanto, discorreu sobre o fato em doze capítulos de seu livro. Aumentou sua renda trapaceando nas cartas, organizando uma loteria para o governo francês e obtendo empréstimos para a França junto às Províncias Unidas. Viajando de Paris para Bruxelas, "li *De l'Esprit*, de Helvétius, durante todo o trajeto".<sup>44</sup> (Iria demonstrar aos conservadores um exemplo persuasivo do *libertin* [livre-pensador] que se transformava em libertino — se bem que a seqüência provavelmente fosse o contrário.) Em todas as paradas arranjava uma amante. Muitas vezes encontrava a amante antiga, e de quando em quando esbarrava com a sua própria e inesperada prole.

Visitou Rousseau em Montmorency, e Voltaire em Ferney (1760). Já tivemos oportunidade de apreciar parte desse *tête-à-tête*. Se quisermos dar crédito a Casanova, ele valeu-se do ensejo para reprovar em Voltaire a denúncia dos absurdos da mitologia popular:

CASANOVA: Suponhamos que consiga destruir a superstição. O senhor vai substituí-la com o quê?

VOLTAIRE: Esta é boa! Quando eu tiver livrado a humanidade desse monstro feroz que a devora, o senhor pergunta-me o que vou colocar em seu lugar?

CASANOVA: A superstição não devora a humanidade. É, ao contrário, necessária à sua existência.

VOLTAIRE: Necessária à sua existência! Isto é uma blasfêmia horrível. Amo a humanidade. Como sou livre, gostaria de vê-la assim, livre e feliz. Superstição e liberdade não podem viver lado a lado. O senhor acha que escravidão faz a felicidade?

CASANOVA: Então, o que o senhor deseja é a supremacia do povo?

VOLTAIRE: Deus o livre! As massas devem ter um rei para governá-las.

CASANOVA: Neste caso, a superstição é necessária, porque o povo nunca daria a um mero homem o direito de governá-lo.(...)

VOLTAIRE: Desejo um soberano dirigindo um povo livre e ligado a ele por reciprocidade de condições, que evitariam qualquer inclinação ao despotismo de sua parte.

CASANOVA: Addison diz ser impossível tal soberano. Concorro com Hobbes, quando diz: entre dois males, é preciso escolher o menor. Uma nação liberta da superstição seria uma nação de filósofos, e estes não sabem obedecer. Não existe felicidade para um povo que não seja esmagado, rebaixado e atrelado.

VOLTAIRE: Que horror! E o senhor é um homem do povo!...

CASANOVA: A sua paixão dominante é o amor à humanidade. Este amor o cega. Ame a humanidade, porém ame-a como ela é. A humanidade não é sensível aos benefícios que o senhor deseja impor-lhe, pois estes a tornariam mais desgraçada e má.(...)

VOLTAIRE: É pena que o senhor tenha uma opinião tão desfavorável de seus semelhantes.<sup>45</sup>

Aonde quer que fosse, Casanova conseguia freqüentar as casas aristocráticas, pois muitos nobres europeus eram maçons, filiados à Rosa Cruz, ou adeptos das ciências ocultas. Ele não só dizia-se conhecedor de esoterismo nesses setores, como além disso possuía um bom porte, uma fisionomia distinta (embora não fosse bela), domínio de idiomas, uma sedutora personalidade, um repertório de histórias, sagacidade e uma misteriosa destreza para ganhar nas cartas ou jogos nos cassinos. Em todos os lugares

era, cedo ou tarde, levado à prisão ou até a fronteira. De vez em quando tinha de bater-se em duelo, porém, à semelhança das histórias das nações, nunca perdia.

Afinal, não suportou as saudades da terra natal. Estava livre para viajar para qualquer lugar, exceto Veneza. Por diversas vezes pediu permissão para voltar, o que finalmente lhe foi concedido, de modo que, em 1775, estava de volta a Veneza. Conseguiu emprego na qualidade de espião do governo, mas seus relatórios foram abandonados por conter demasiada filosofia e muito pouca informação. Foi despedido. Voltando aos hábitos da mocidade, escreveu uma sátira sobre o patrício Grimaldi. Foi intimado a deixar Veneza ou enfrentar uma outra estada na prisão. Fugiu para Viena (1782), para Spa e para Paris.

Uma vez lá, encontrou o Conde von Waldstein, que simpatizou com ele, convidando-o a trabalhar como seu bibliotecário no Castelo de Dux, na Boêmia. As qualidades de Casanova nos setores do amor, da magia e da escamoteação chegaram ao ponto de reduzirem sua renda. Aceitou o posto, ganhando mil florins anuais. Ao chegar e se instalar, verificou com amargura que estava sendo tratado como criado, tendo até mesmo de jantar nas dependências dos empregados. Em Dux, passou seus últimos quinze anos. Foi lá que escreveu *Histoire de ma vie*, "principalmente como um paliativo à monotonia atroz que está a me matar nesta insípida Boêmia.(...) Escrevendo dez ou doze horas por dia, impedi que a mais negra melancolia consumisse o meu pobre coração e destruísse minha razão".<sup>46</sup> A narrativa era absolutamente verdadeira, entretanto, muitas vezes, os fatos não são comprovados quando comparados com a história. Talvez sua memória declinasse, enquanto a imaginação crescia. Tudo que podemos dizer é que o livro constitui uma das relíquias mais fascinantes do século XVIII.

Casanova viveu o suficiente para lamentar a morte do Velho Regime.

Ó minha querida e bela França! — onde, naquele tempo, as coisas corriam tão bem, apesar das *lettres de cachet*, da *corvée* e da infelicidade do povo!... Querida França, em que te transformaste? O povo é o teu soberano, o povo, o mais brutal e déspota de todos os governantes.<sup>47</sup>

Assim, no último dia de vida, em 4 de junho de 1798, terminou sua carreira em oportuna devoção: "Minha vida foi a de um filósofo, e minha morte a de um cristão."<sup>48</sup> Confundira sensualismo por filosofia, e o desafio de Pascal por cristianismo.

#### V. WINCKELMANN

Em contraste, examinemos agora um idealista.

O vulto mais influente na história da arte de seu tempo não era um artista, mas sim um intelectual, cuja maturidade foi dedicada à história da arte, e cuja morte emocionou a Europa literária. Nasceu a 9 de dezembro de 1717, em Stendal no Brandemburgo. Seu pai, que era sapateiro, esperava que ele seguisse sua profissão, mas Johann desejava estudar latim. Pagava sua educação primária cantando. Curioso e trabalhador, progrediu depressa. Dava aula aos alunos mais atrasados e, com o dinheiro obti-

do dessas lições, comprava livros e comida. Quando seu professor ficou cego, Johann lia para ele, devorando a biblioteca do mestre. Aprendeu latim e grego a fundo, não nutrindo nenhum interesse pelas línguas estrangeiras modernas. Sabendo que a biblioteca do falecido Johann Albert Fabricius, um famoso intelectual das letras clássicas, seria vendida em leilão, andou 250 quilômetros de Berlim a Hamburgo, comprou os clássicos gregos e latinos e, levando os livros nos ombros, voltou para Berlim.<sup>49</sup> Em 1738, ingressou na Universidade de Halle, como estudante de teologia. Não se importava com teologia, porém tratava-se de uma oportunidade para estudar hebraico. Depois de formado, ganhava a vida lecionando. Leu por duas vezes, na íntegra, o *Dictionnaire historique et critique*, de Bayle. Presume-se que tenha influído na sua fé religiosa. Em um ano leu a *Iliada* e a *Odisséia*, em grego, três vezes.

Em 1743, aceitou convite para ser diretor adjunto de uma escola em Seehausen, em Altmark, com vencimento de 250 táleres anuais. Durante o dia "lecionava o ABC a crianças cujas cabeças eram cheias de cascões, (...) enquanto ansiava ardentemente atingir o conhecimento do belo, e repetia símiles de Homero".<sup>50</sup> À noite lecionava para cobrir as despesas de moradia e comida; depois estudava os clássicos até meia-noite, dormia até quatro horas e voltava a estudar os clássicos; em seguida, fatigado, ia dar aulas. Aceitou, satisfeito, o chamado do Conde von Büнау para ser assistente de bibliotecário no castelo situado em Nötheniz, nas proximidades de Dresden, com o vencimento de 58 táleres anuais, inclusive moradia (1748). Ali deliciou-se no âmbito de uma das maiores coleções de livros da época.

Um dos frequentadores dessa biblioteca era o Cardeal Archinto, núncio apostólico na corte do eleitor da Saxônia. Impressionou-se com a erudição e o entusiasmo de Winckelmann, sua palidez e magreza. "Você devia ir para a Itália", disse-lhe. Johann respondeu-lhe que aquela viagem consistia no seu mais intenso desejo, porém estava além de suas posses. Convidado a visitar o núncio em Dresden, Winckelmann foi várias vezes. Encantou-se com a erudição e a delicadeza dos jesuítas encontrados em casa do núncio. O Cardeal Passionei, que possuía 300 mil volumes em Roma, ofereceu-lhe o cargo de bibliotecário lá, com pensão e setenta ducados. Entretanto, o referido posto só podia ser preenchido por católico. Winckelmann concordou em converter-se. Como já havia expressado a crença de que "depois da morte nada mais se pode temer, e nada a esperar",<sup>51</sup> não encontrou empecilhos teológicos, apenas sociais, em fazer a troca. À reprovação de um de seus amigos, escreveu: "É única e exclusivamente o amor ao saber que pode induzir-me a aquiescer às propostas que me foram feitas."<sup>52</sup> Em seu ensaio clássico sobre Winckelmann, Pater disse: "Pode ser que ele tivesse um certo sentido da antiga grandeza, por assim dizer, pagã, da religião católica Romana. Afastando-se do protestantismo impertinente, que foi o *ennui* de sua mocidade, ele talvez tenha refletido que, enquanto Roma reconciliava-se com a Renascença, o princípio protestante da arte isolou a Alemanha da suprema tradição da beleza."<sup>53</sup> E, Goethe, no pequeno livro que escreveu sobre Winckelmann (1804), assim se expressou: "O temperamento pagão irradia de todas as suas ações e escritos. (...) Seu afastamento de todo o modo de pensar cristão, na verdade, sua própria aversão por este modo de pensar, deve estar presente quando tentamos julgar a sua, por assim dizer, mudança de religião. As partes em que se divide a religião cristã eram para ele assunto de somenos importância e indiferença."<sup>54</sup> "Pagão" não quer neces-



sariamente dizer ateu. Winckelmann sempre reiterava sua crença em Deus, contudo, “no Deus de todos os idiomas, nações e seitas”.<sup>55</sup>

Em 11 de julho de 1754, na capela do núncio, em Dresden, ele professou a nova fé, iniciando os preparativos para a viagem a Roma. Vários foram os motivos que o levaram a permanecer por mais um ano em Dresden, morando e estudando com o pintor-escultor-gravador Adam Oesen. Em maio de 1755, publicou, em edição limitada, cinquenta exemplares de seu primeiro livro *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in Malerei und Bildhauerkunst* (*Pensamentos sobre a Imitação das Obras Gregas na Pintura e na Escultura*). Além de fazer o relato das obras antigas reunidas em Dresden, argumentou que os gregos possuíam uma compreensão da natureza superior à dos modernos, e que este fato constituía o segredo da preeminência helênica nas artes. Concluindo, disse que “o único meio de nos tornarmos grandes, na verdade, de nos tornarmos incomparavelmente grandes(...) será imitando os antigos”,<sup>56</sup> e que, na sua opinião, entre os artistas modernos, Rafael era quem o havia feito melhor. Esse pequeno volume marcou o princípio do neoclassicismo na arte moderna. Foi bem recebido. Klopstock e Gottsched juntaram-se aos elogios, tanto quanto à sua erudição como estilo. O Frei Rauch, confessor de Frederico Augusto, conseguiu obter do eleitor-rei uma pensão para Winckelmann, de duzentos táleres para os próximos dois anos, fornecendo-lhe oitenta ducados para a viagem a Roma. Finalmente, em 20 de setembro de 1755, Winckelmann partiu para a Itália, na companhia de um jovem jesuíta. Já tinha 37 anos.

Chegando em Roma teve embaraços na alfândega, que lhe confiscou vários volumes de Voltaire encontrados em sua bagagem. Mais tarde, foram-lhe devolvidos. Encontrou acomodações com cinco pintores numa casa na Colina do Píncio — santificada pelas sombras de Nicolas Poussin e Claude Lorrain. Encontrou Mengs, que o auxiliou de várias maneiras. O Cardeal Passionei franqueou-lhe sua biblioteca, mas Winckelmann, desejando explorar a arte de Roma, recusou, no momento, qualquer emprego regular. Obteve permissão para repetidas visitas ao Belvedere do Vaticano. Ficou horas diante do *Apolo*, do *Torso*, e do *Lacoonte*. Na contemplação dessas esculturas suas idéias tomaram forma. Visitou Tivoli, Frascati e outros subúrbios onde se encontravam restos de antigüidades. Seu conhecimento da arte clássica granjeou-lhe a amizade do Cardeal Alessandro Albani. O Cardeal Archinto deu-lhe um apartamento no Palazzo della Cancelleria — a Chancelaria Papal. Em troca, Winckelmann reorganizou a biblioteca do palácio. Sentia-se beatificamente feliz. “Deus devia-me isto”, disse, “sofri demais na mocidade.”<sup>57</sup> Para um amigo na Alemanha escreveu o que centenas de ilustres visitantes estavam escrevendo:

Tudo é nada comparado com Roma! Antes eu pensava ter estudado tudo, e eis que, ao chegar aqui, percebi que nada sabia. Aqui sinto-me menor do que ao sair da escola para a biblioteca Bünau. Se você deseja aprender a conhecer os homens, este é o lugar, aqui estão os expoentes do infinito talento, homens de predicados superiores, belezas de características altaneiras que os gregos deram às suas formas.(...) Como a liberdade usufruída em outros estados é apenas uma sombra comparada com a de Roma — o que talvez o surpreenda como um paradoxo — há também neste lugar uma maneira diferente de pensar. Roma é, assim o creio, a universidade do mundo. E eu também fui testado e aprimorado.<sup>58</sup>

Em outubro de 1757, munido de cartas de apresentação, saiu de Roma a caminho de Nápoles. Naquela cidade, viveu em um mosteiro, porém jantava com homens tais como Tanucci e Galiani. Visitou cidades impregnadas de história clássica — Pozzuoli, Baia, Miseno, Cumas — deslumbrando-se diante dos palácios senhoriais de Pesto. Em maio de 1758, voltou a Roma, carregado de lendas antigas. Naquele mês, foi chamado a Florença a fim de catalogar e descrever a enorme coleção de pedras preciosas, moldagens, gravuras, mapas e manuscritos deixados pelo Barão Philip von Stosch. A tarefa ocupou-o aproximadamente um ano, quase arruinando-lhe a saúde. Entrementes, Archinto morreu e Frederico, o Grande, devastou a Saxônia. Winckelmann perdeu o apartamento na Cancelleria, assim como a pensão, que lhe concedera o infeliz eleitor-rei. Albani foi em seu auxílio, oferecendo-lhe quatro quartos e dez escudos por mês, para cuidar de sua biblioteca. O próprio cardeal era um fervoroso antiquário. Todos os domingos saía com Winckelmann a fim de procurar antiguidades.

A reputação de Winckelmann expandiu-se ao serem publicadas suas monografias eruditas: *Sobre a Graça nos Trabalhos de Arte*, *Observações sobre a Arquitetura dos Antigos*, *Descrição do Torso no Belvedere*, *O Estudo das Obras de Arte*. Em 1760, tentou arranjar uma viagem à Grécia com Lady Orford, cunhada de Horace Walpole. O plano falhou. “Nada no mundo desejei tanto como isso”, escreveu, “de bom grado deixaria que me cortassem um dos dedos, e com certeza tornar-me-ia um sacerdote de Cibele, pudesse eu ver aquele país em tal oportunidade.”<sup>59</sup> Os sacerdotes de Cibele tinham de ser eunucos, mas o fato não impediu que Winckelmann denunciase um antigo dispositivo do governo de Roma no sentido de que as partes pudendas do *Apolo*, do *Lacoonte* e outras estátuas no Belvedere fossem cobertas com aventais de metal. “Nunca vi em Roma”, declarou ele, “um regulamento tão imbecil.”

O senso da beleza era tão dominante em Winckelmann que anulava quase por completo qualquer consciência de sexo. Suas preferências estéticas pendiam mais para o corpo viril do homem do que para a frágil e transitória beleza da mulher. Parece que o musculoso *Torso de Hércules* emocionou-o mais do que os contornos suaves e arredondados da *Vênus de Medici*. Tinha uma boa explicação a respeito dos hermafroditas — pelo menos, o que está na Villa Borghese.<sup>60</sup> Argumentava: “Nunca fui inimigo do sexo oposto, porém minha maneira de vida afastou-me de qualquer relação com o mesmo. Eu poderia ter-me casado, e provavelmente o teria feito, se voltasse à minha terra natal, mas agora penso muito pouco sobre isso.”<sup>61</sup> Em Seehausen, a amizade que o unia a seu aluno Lamprecht havia substituído a ligação com uma mulher. Em Roma, andava na companhia de eclesiásticos, raras vezes encontrando-se com jovens mulheres. Contam-nos que “por muito tempo, tinha em sua companhia para jantar, aos sábados, um jovem romano, esbelto, louro e alto, com o qual falava de amor”.<sup>62</sup> Ele “influiu para que fosse pintado o retrato de um belo *castrato*”.<sup>63</sup> Dedicou ao jovem Barão Friedrich Reinhold von Berg um *Tratado sobre a Capacidade de Sentir a Beleza*; “os leitores acharam que naquelas páginas, assim como nas cartas dirigidas a Berg, a linguagem não era a da amizade, mas a do amor. E, na verdade, era.”<sup>64</sup>

Em 1762 e 1764 voltou a Nápoles. A *Carta sobre as Antiguidades de Herculano* (1762) e o *Relato da Última Descoberta de Herculano* (1764) forneceram aos intelectuais europeus a primeira informação ordenada e científica dos tesouros escavados em

Herculano e em Pompéia. Era, então, reconhecido autoridade máxima em arte clássica antiga. Em 1763, recebeu no Vaticano o título de "antiquário da Câmara Apostólica". Finalmente, em 1764, publicou os maciços volumes que estivera escrevendo e ilustrando no decurso de sete anos: *Geschichte der Kunst des Alterthums (História da Arte Antiga)*.

Apesar de elaborado longa e trabalhosamente, continha muitos erros, dois deles cruéis embustes. Seu amigo Mengs impingiu-lhe, como fiéis reproduções de pinturas antigas, dois desenhos nascidos da sua imaginação. Winckelmann catalogou as pinturas, utilizou as gravações e dedicou o trabalho completo a Mengs. As traduções que logo surgiram, em francês e italiano, conservaram quase todos os erros, para a grande mortificação de Winckelmann. "Somos muito mais sábios hoje do que ontem", escreveu a alguns amigos. "Permita Deus que eu lhes possa mostrar a minha *História da Arte* totalmente remodelada e consideravelmente aumentada! Eu ainda não havia aprendido a escrever quando empreendi o trabalho. Os pensamentos não estavam bem coordenados. Falta, em muitos casos, a transição daquilo que antecede para o que se segue — e é neste ponto que consiste a grande arte."<sup>65</sup> E, no entanto, o livro realizou tarefa bastante difícil — escrever bem sobre arte. A intensidade de seu apego ao assunto deu-lhe o domínio do estilo.

Literalmente, dirigia-se mais à história da arte do que ao que é mais fácil, a história dos artistas. Depois de rápida descrição da arte egípcia, fenícia, judaica, persa e etrusca, Winckelmann deixou correr seu entusiasmo nas 450 páginas sobre a arte clássica da Grécia. Em alguns dos capítulos finais abordou a arte grega sob os romanos. Enfatizava sempre a questão dos gregos, pois estava convencido de terem eles encontrado as mais elevadas formas de beleza no refinamento das linhas, ao invés do brilhantismo das cores mais na representação dos tipos do que nos indivíduos, na normalidade e nobreza da forma, na repressão da expressão emocional, na serenidade do aspecto, na imobilidade das feições, até mesmo na ação, e acima de tudo, na harmonia da proporção e relação das diferentes partes em um todo logicamente unificado. Para Winckelmann, a arte grega era a Idade da Razão da Forma.

Relacionava a superioridade da arte grega ao grande respeito que aquele povo tributava à excelência da forma em ambos os sexos. "A beleza consistia em apanágio da fama, pois observamos que os relatos dos gregos fazem menção àqueles que por ela eram reputados",<sup>66</sup> assim como os relatos atuais registram os grandes estadistas, poetas e filósofos. Havia competições de beleza, assim como concursos de atletismo entre os gregos. Winckelmann achava que a liberdade política e a liderança grega no mundo mediterrâneo, anterior à Guerra do Peloponeso, resultou em uma síntese da grandeza com a beleza, produzindo o "grande estilo" (*hohe, grosse Stil*) em Fídias, Policleto e Míron. No estágio posterior, o "grande" estilo deu lugar ao "belo" estilo, ou "estilo de graça". Fídias cedeu a Praxíteles, e o declínio principiou. A liberdade na arte era parte da liberdade da Grécia. Os artistas, libertos de rígidas normas, ousavam criar formas ideais, que não se encontravam na natureza. A imitação que faziam da natureza era apenas nos detalhes. O todo consistia em conjunto de perfeições, encontradas apenas, em parte, em qualquer objeto natural. Winckelmann era um romântico pregando a forma clássica.

Seu livro foi aceito por toda a Europa como um acontecimento na história da litera-

tura e da arte. Frederico, o Grande, enviou-lhe um convite (1765) para ser, em Berlim, o superintendente da biblioteca real e do gabinete de antigüidades. Winckelmann concordou em ir por dois mil táleres anuais. Frederico ofereceu mil. Winckelmann permaneceu em seu ponto de vista, recordando a história do *castrato* que pediu vultosa soma por suas canções. Frederico queixou-se que ele pedia mais do que lhe custava o seu melhor-general. “*Eh bene*”, respondeu o *castrato*, “*faccia cantare il suo generale!*” (Muito bem, então, que faça cantar o seu general!)<sup>67</sup>

Em 1765, Winckelmann voltou a Nápoles, desta vez acompanhado de John Wilkes, que fez a Europa vibrar com o seu desafio ao Parlamento e Jorge III. Tendo colhido dados adicionais, voltou a Roma, completando sua maior obra, *Monumenti antichi inediti* (1767). Os padres, seus amigos, reclamaram dele ter escrito a *História* em alemão, que ainda não era um veículo superior de erudição. Neste último, agradou-os todos, ao escrever no idioma italiano. Sentado entre dois cardeais, o feliz autor, enlevado, teve a felicidade de ler uma parte do seu livro para Clemente XIII e numerosa assembléia de notabilidades, em Castel Gandolfo. Entretanto, foi acusado de possuir livros heréticos e de pronunciar heresias,<sup>68</sup> de modo que nunca obteve do pontificado o posto que achava merecer.

Talvez na esperança de obter meios de ir à Grécia, decidiu ir à Alemanha (1768). Entretanto, estivera de tal forma imerso na arte clássica e nos hábitos italianos que não teve prazer em sua terra natal. Ignorava-lhe a paisagem, ressentindo-se da arquitetura barroca e dos ornamentos. “Voltemos para Roma”, repetia centenas de vezes a seu companheiro de viagem.<sup>69</sup> Foi recebido com honrarias em Munique, sendo apresentado com uma bela e antiga pedra preciosa. Em Viena, Maria Teresa deu-lhe ricos medalhões, e tanto a imperatriz como o Príncipe von Kaunitz convidaram-no a se estabelecer lá, mas, em 28 de maio, após quase um mês ausente, voltou à Itália.

Em Trieste, demorou-se enquanto esperava o navio que o levaria a Ancona. Durante esses dias, conheceu outro viajante, Francesco Arcangeli. Juntos, tomavam suas bebidas, ocupando quartos contíguos no hotel. Logo, Winckelmann mostrou-lhe os medalhões recebidos em Viena. Não lhe mostrou, ao que sabíamos, sua bolsa cheia de moedas de ouro. Na manhã do dia 8 de junho de 1768, Arcangeli entrou no quarto de Winckelmann, encontrou-o sentado diante da mesa e lhe passou um laço ao redor do pescoço. Winckelmann levantou-se e lutou. Arcangeli apunhalou-o cinco vezes e fugiu. Um médico colocou bandagens nos ferimentos, considerando-os, contudo, fatais. Winckelmann recebeu os sacramentos, fez seu testamento, expressando o desejo de ver e perdoar a seu agressor, morrendo às quatro horas da tarde. Trieste comemora-o com um belo monumento.

Arcangeli foi preso em 14 de junho. Confessou e, no dia 18 do mesmo mês, recebeu a sentença: “Por crime de morte, por vós efetuado no corpo de Johann Winckelmann(...) a Corte Imperial Criminal decreta que sereis quebrado vivo na roda, da cabeça aos pés, até que a alma se retire de vosso corpo.” Em data de 20 de julho a sentença foi cumprida.

As limitações de Winckelmann ligavam-se à geografia. Como nunca realizara a esperança de visitar a Grécia em condições que lhe permitiriam um estudo extensivo das antigüidades clássicas, considerou a arte grega em termos da arte greco-romana

conforme é vista nos museus, coleções, e nos palácios da Alemanha e da Itália, e nas relíquias de Herculano e Pompéia. Sua predileção pela escultura em relação à pintura, pela representação de tipos em vez de indivíduos, pela tranquilidade contra as expressões emocionais, pela proporção e simetria, pela imitação do antigo contra originalidade e experiência, tudo isso punha uma severa restrição ao impulso criador, que resultou na reação do Romantismo contra a rigidez fria da forma clássica. Sua concentração na Grécia e em Roma cegou-o em relação aos direitos e possibilidades de outros estilos. Como Luís XIV, achava que o gênero das telas dos Países Baixos era coisa grotesca.

Apesar de tudo, sua realização foi extraordinária. Agitou todo o império europeu de arte, literatura e história com sua exaltação à Grécia. Foi além do semiclassicismo da Itália renascentista e da França de Luís XIV para a própria arte clássica. Despertou os espíritos modernos para a perfeição nítida e plácida da escultura grega. Transformou o caos de milhares de mármore, bronzes, pinturas, pedras preciosas e moedas em uma arqueologia científica. Sua influência foi enorme aos melhores espíritos da geração seguinte. Inspirou Lessing, mesmo para a oposição. Compartilhou da maturação de Herder e Goethe. E se não fosse a inspiração de Winckelmann, talvez Byron nunca coroasse sua poesia indo morrer na Grécia. O ardoroso helenista auxiliou a formar os princípios neoclássicos de Mengs e Thorwaldsen, assim como a pintura neoclássica de Jacques-Louis David. "Winckelmann", disse Hegel, "deve ser considerado como aqueles que, na esfera da arte, souberam como dar início a um novo órgão para o espírito humano."<sup>70</sup>

## VI. OS ARTISTAS

A Itália quase não necessitava dos conselhos de Winckelmann porque honrava seus deuses, e o crescente número de sua arte constituía uma disciplina para milhares de artistas de umas doze partes do mundo. Carlo Marchionni projetou a suntuosa Villa Albani (1758), na qual o Cardeal Albani, instruído por Winckelmann, reuniu uma coleção de esculturas antigas mundialmente conhecidas — ainda rica após muitos roubos. (Napoleão roubou 294 dessas peças para a França, originando talvez um ditado italiano daqueles tempos: *Non tutti francesi sono latroni, ma Buona Parte* (Nem todos os franceses são ladrões, mas uma boa parte é).

Veneza produzia quase todos os principais pintores italianos daquela época, e três deles já haviam herdado nomes famosos. Alessandro Longhi, filho de Pietro, ilustrava o gênio de seu povo com alguns retratos primorosos, inclusive dois de Goldoni.<sup>71</sup> Já vimos Domenico Tiepolo acompanhando seu pai a Augsburg e Madri, e modestamente oferecendo sua obra de especial qualidade ao público comum. Na Villa Valmarana concluiu, para si mesmo, cenas típicas da vida campestre. *Camponeses descansando* é um idílio de ferramentas postas de lado e descanso ameno. Depois da morte do pai, na Espanha, Domenico voltou a Veneza, dando livre curso ao seu próprio estilo de realismo humorístico.<sup>72</sup>

Francesco Guardi, cunhado de Giambattista Tiepolo, aprendeu pintura com o pai, o irmão, e com Canaletto. Não obteve sucesso na sua geração, tendo, não obstante, atraído olhares dos críticos no que se refere ao método de captar e transmitir nuances

de luz, assim como clima, que devem ter dado algumas sugestões aos impressionistas franceses. Ele não esperou pelo aviso de Constable: "Lembre-se que luz e sombra nunca devem permanecer estáticas."<sup>73</sup> Talvez a sua hora predileta fosse a do crepúsculo, quando as linhas são difusas, se transfundem, e as sombras são foscas, como na *Gôndola na Lagoa*.<sup>74</sup> As cores e as águas de Veneza parecem destinadas a oferecer esses aspectos nebulosos e liquefeitos. Segundo as crônicas, Guardi transportava seu estúdio para a gôndola, seguindo pelos canais menores a fim de captar aspectos menos banais. Pintava a esmo as figuras humanas, como se sentisse serem elas pormenores fugidios ao lado da arquitetura sólida, e o céu e a terra mutáveis e contudo eternos. No entanto, pintava também a multidão na Piazzetta, em algum festival de gala,<sup>75</sup> ou gente andando, em roupas engalanadas na espaçosa Sala dei Filarmonici.<sup>76</sup> Em vida, seu irmão Giovanni era considerado melhor pintor, e Canaletto o maior de todos. Hoje, Francesco Guardi promete sobreviver a ambos.

Anton Raphael Mengs voltou da Espanha em 1768, tornando-se logo o senhor dos estúdios de Roma. Quase ninguém contestava sua supremacia entre os artistas contemporâneos. As cabeças coroadas ambicionavam ser por ele retratadas, às vezes em vão. Winckelmann chamava-o o Rafael de seu tempo, elogiou o *Parnasso* como uma obra-prima, perante a qual "até Rafael curvar-se-ia",<sup>77</sup> introduzindo na *História da Arte Antiga* uma apreciação muito elogiosa de seu amigo.<sup>78</sup>

Naquele período, o que havia de melhor entre a obra de Mengs era o seu autorretrato (1773?).<sup>79</sup> Representa-o ainda forte, belo, de cabelos pretos, orgulhoso aos 45 anos. Depois da segunda estada na Espanha, Mengs volta (1777), a fim de passar os últimos anos na Itália. Continuou a prosperar, porém a morte da mulher (1778) quebrou seu espírito outrora alegre. Enfraquecia-se com uma série de moléstias, e seu recurso a charlatães e a curas miraculosas completaram sua ruína física. Morreu em 1779, com 51 anos. Seus discípulos ergueram um cenotáfio em sua memória no Panteão, ao lado do monumento a Rafael. Hoje, não há crítico que não o reverencie.

## VII. I MUSICI

A música sacra havia declinado, quando a vida foi rapidamente se secularizando e sofrendo a invasão das formas operísticas. A música instrumental prosperava, em parte através dos melhoramentos do piano, porém ainda mais com a crescente popularidade do violino. Virtuoses como Pugnani, Viotti e Nardini conquistaram a Europa com os seus arcos. Muzio Clementi, que saiu da Itália para viver vinte anos na Inglaterra, viajou por todo o continente, na qualidade de organista e pianista, competiu com Mozart em Viena, e deve ter aproveitado o comentário de Mozart no sentido de que tocava demasiado mecanicamente. Foi o mais cotado professor de piano do século XVIII, instituindo o estilo da técnica pianística do século XIX com a série de exercícios e estudos, *Gradus ad Parnassum* — os quais constituem o caminho que levará ao domínio das Musas, do qual tomou o nome. Gaetano Pugnani herdou a arte do violino de seu mestre, Tartini, passando-a a seu aluno Giovanni Battista Viotti, que atravessou a Europa triunfalmente. O Concerto para Violino em Lá Menor, de Viotti, pode ainda ser apreciado por nossos ouvidos antiquados.

Como tantos italianos, Luigi Boccherini deixou um país com uma multidão de mú-

sicos para procurar um auditório no estrangeiro. De 1768 até 1805 encantou a Espanha com o seu violoncelo, como Farinelli a havia encantado com sua voz e Scarlatti com o cravo. Pelo espaço de uma geração, suas composições instrumentais rivalizavam com as de Mozart no consenso internacional. Frederico Guilherme II, da Prússia, ele próprio um violoncelista, preferia os quartetos de Boccherini aos de Mozart.<sup>80</sup> No decurso de seus 62 anos, compôs 95 quartetos de cordas, 54 trios, doze quintetos para piano, vinte sinfonias, cinco concertos para o violoncelo, dois oratórios e algumas músicas sacras. Metade do mundo conhece o seu "Minueto" — um movimento de um de seus quintetos; entretanto, o universo inteiro deveria conhecer o seu Concerto em Si Bemol para violoncelo e orquestra.

A Europa rendeu-se sem reagir (novamente com exceção de Paris) ao *bel canto* da Itália. De umas doze cidades italianas, prima-donas como Caterina Gabrielli e *castrati* como Gasparo Pacchierotti atravessavam os Alpes em direção a Viena, Munique, Leipzig, Dresden, Berlim, São Petersburgo, Hamburgo, Bruxelas, Londres, Paris e Madrid. Pacchierotti foi um dos últimos emasculados famosos. No decurso de uma geração rivalizou com a carreira de Farinelli. Captou a admiração de Londres por muitos anos. Seu sucesso nessa cidade ainda ecoa no *Diário* de Fanny Burney,<sup>81</sup> assim como na *General History of Music*, de seu pai.<sup>82</sup>

Depois dos compositores e regentes italianos foi a vez dos cantores. Pietro Guglielmi escreveu duzentas óperas, mudando-se de Nápoles para Dresden e de Brunswick para Londres a fim de regê-las. Um outro napolitano, Niccolò Piccini, chegou até nós deturpado, em virtude de sua disputa, a contragosto, com Gluck, em Paris, porém Galiani o descreve como *un très honnête homme* — um homem muito honrado.<sup>83</sup> Suas *opere buffe* foram, por uma década, o sucesso de Nápoles e Roma. Até a *Serva padrona* de Pergolesi não teve tanta popularidade quanto *La cecchina* (1760). Jomelli, Pergolesi, Leo e Galuppi musicaram a *Olimpiade*, de Metastasio. Piccini fez o mesmo e, segundo a opinião geral, suplantou-os a todos. Em 1776, aceitou um convite de Paris. A guerra louca que lá se travou precisa esperar sua reviravolta geográfica. Em meio a tudo aquilo, Piccini portou-se com absoluta distinção, permanecendo amigo de seus rivais Gluck e Sacchini, mesmo a despeito de seus adeptos o terem ameaçado de morte.<sup>84</sup> Quando a Revolução fez soçobrar aquela *opera buffa*, Piccini voltou a Nápoles. Uma vez lá, foi condenado à prisão domiciliar por quatro anos, por ser simpatizante da França. Suas óperas foram vaiadas no palco, e Piccini viveu numa pobreza lastimável para o seu país. Após a conquista da Itália por Napoleão, foi novamente convidado a Paris (1798). O primeiro cônsul agraciou-o com modesta sinécure, porém um derrame cerebral aniquilou-o de corpo e espírito, morrendo em Paris, no ano de 1800.

Antonio Sacchini era filho de um pescador em Pozzuoli, e estava sendo adestrado para tomar o lugar do pai quando Francesco Durante o ouviu cantar, levando-o para Nápoles como seu aluno e *protégé*. A *Semiramide*, de sua autoria, foi tão bem recebida no Teatro Argentino, em Roma, que o contrataram por sete anos, na qualidade de compositor de óperas. Após permanecer um ano em Veneza, partiu para conquistar Munique, Stuttgart, (...) e Londres (1772). Naquela cidade, suas óperas foram aplaudidas, porém conluíus hostis prejudicaram sua popularidade, e hábitos dissolutos arruinaram-lhe a saúde. Mudando-se para Paris, produziu sua obra-prima, *Oedipe*

a *Colone* (1786), que teve 583 representações na ópera nos últimos 57 anos. Ainda se pode ouvi-la, de vez em quando, no ar. Adotou várias reformas de Gluck, abandonando o estilo italiano de fazer da ópera uma colcha de retalhos de árias. Em *Oedipe*, a história controla as árias, e os coros, inspirados nos oratórios de Haendel, emprestam grandeza tanto à música como ao tema.

A conquista da melodia continuou com Antonio Salieri, inimigo de Mozart e amigo do jovem Beethoven. Nascido nas proximidades de Verona, foi enviado a Viena com a idade de dezesseis anos (1766). Oito anos depois, José II nomeou-o compositor da corte, e, em 1788, *Kapellmeister*. Nesse posto, preferiu outros compositores a Mozart, porém a história de que esta oposição tenha sido a causa do colapso de Mozart é um mito.<sup>85</sup> Após a morte de Mozart, Salieri tornou-se amigo do filho deste, promovendo o seu desenvolvimento musical. Beethoven submeteu várias de suas composições a Salieri, aceitando sugestões com desnecessária humildade.

“A estrela de maior grandeza no firmamento operístico italiano, na segunda metade do século XVIII”,<sup>86</sup> foi Giovanni Paisiello. Filho de um médico veterinário de Taranto, sua voz impressionou de tal modo seus mestres jesuítas naquela cidade que convenceram o pai a mandá-lo para o conservatório de Durante, em Nápoles (1754). Quando principiou a compor óperas achou as platéias napolitanas tão entusiasmadas por Piccini que aceitou um convite de Catarina, a Grande. Em São Petersburgo escreveu (1782) *Il barbiere di Siviglia*, que obteve sucesso tão duradouro em toda a Europa que, em 5 de fevereiro de 1816, quando Rossini ofereceu, em Roma, uma ópera do mesmo enredo, o público considerou a oferta uma intromissão indelicada no território sagrado de Paisiello, que ainda vivia. Em 1784, ao voltar da Rússia, Paisiello permaneceu em Viena tempo suficiente para compor doze “sinfonias” para José II, e para criar uma ópera, *Il re Teodoro*, a qual contou logo com aceitação em toda a Europa. Depois, voltou a Nápoles, na qualidade de *maestro di cappella* de Fernando IV. Napoleão persuadiu Ferdinando a lhe “emprestar” Paisiello. Quando o compositor chegou em Paris (1802), teve recepção faustosa que lhe rendeu muitas inimizades. Em 1804, voltou a Nápoles sob o patrocínio de José Bonaparte e Murat.

Desejamos fazer aqui uma rápida digressão para comentar com que paciência aqueles italianos preparavam suas carreiras. Paisiello estudou nove anos no Conservatório di San Onofrio, de Durante; Cimarosa estudou onze anos no Conservatório di Santa Maria di Loreto e depois em Nápoles. Após longo tempo de aprendizado com Sacchini, Piccini e outros, Domenico Cimarosa compôs sua primeira ópera, *Le stravaganze del conte*. Logo suas óperas fizeram-se ouvir em Viena, Dresden, Paris e Londres. Em 1787, voltou a São Petersburgo, onde encantou a poliandra imperatriz com a *Cleópatra*. Convidado por Leopoldo II para suceder a Salieri como *Kapellmeister* em Viena, compôs, naquela cidade, a sua ópera mais célebre, *Il matrimonio segreto* (1792). O imperador gostou tanto da ópera que, quando terminou, mandou servir a ceia a todos os presentes e ordenou que ela fosse repetida na íntegra.<sup>87</sup> Em 1793, foi chamado de volta a Nápoles para ser *maestro di capella* de Fernando IV. Quando o rei foi deposto por um exército francês revolucionário (1799), Cimarosa saudou o evento com entusiasmo, mas quando Fernando foi restabelecido no trono, Cimarosa viu-se condenado à morte. Comutada a pena para exílio, o compositor pôs-se a caminho de São Petersburgo, mas durante o percurso morreu, em Veneza (1801). Além de muitas cantatas,



missas e oratórios, deixou cerca de 66 óperas, que foram muito mais aplaudidas do que as de Mozart, e que atualmente podem ser consideradas, em relação às *opere buffe* do século XVIII, inferiores apenas às do referido mestre.

Se a melodia é o âmago da música, a música italiana é suprema. Os alemães preferiam a música polifônica à simples linha melódica. Neste ponto, a Itália obteve outra vitória sobre a Alemanha, quando o germânico Mozart subordinava a polifonia à melodia. Entretanto, os italianos deram à melodia um papel tão preponderante que suas óperas tendiam a se constituir numa sucessão de árias melódicas, ao invés de dramas musicais, tais como os primeiros compositores italianos de óperas (1600) haviam idealizado, na tentativa de concorrer com a arte dramática dos gregos. Na ópera italiana, o significado da ação, e muitas vezes das palavras, perdia-se na glorificação do canto. Isso era lindo, contudo, se pensarmos bem, a arte é a substituição do caos pela ordem a fim de revelar o seu sentido. A ópera, manipulada pelos italianos, não alcançou suas maiores possibilidades. Alguns italianos, como Jommelli e Traëtta, deram-se conta do fato e se esforçaram para englobar a música e o enredo em um todo unificado. Entretanto, essa realização tinha que esperar para atingir maior nitidez de forma, as óperas de Gluck. Assim é que, nas reviravoltas da vida, a conquista da Europa pelos italianos com referência à música melódica terminou quando, em 1774, Gluck compôs *Iphigénie en Aulide*, que subordinava a música ao drama. Contudo, continuou o conflito entre a melodia e o drama. Wagner venceu uma batalha em relação ao drama, Verdi captou novos troféus para a melodia. Esperemos que nenhum dos lados saia vitorioso.

#### VIII. ALFIERI

Nessa época não houve nenhum Dante, porém existiram Parini na poesia, Filangieri na prosa, e Alfieri no drama, na prosa e na poesia.

Giuseppe Parini lutou para sair da miséria, viveu da cópia de manuscritos, ingressando no âmbito da letra de fôrma (1752) com um pequeno volume de *versi sciolti* — versos brancos ou não-rimados. Entrou para as ordens eclesiásticas a fim de subsistir, mesmo assim teve que ganhar seu pão lecionando. Havia na Itália uma plethora de padres. A pobreza afiou-lhe a pena em favor da sátira. Observando a indolência e a pompa de muitos nobres italianos, veio-lhe a idéia de descrever um dia típico daquela gente de sangue azul. Em 1763, imprimiu a primeira parte, denominada *Il mattino* (a manhã). Dois anos depois, acrescentou *Il mezzogiorno* (meio-dia). Completou, sem contudo viver para publicar, *Il vespro* (a tarde) e *La notte* (a noite). O conjunto formava uma verdadeira sátira que denominou *Il giorno* (o dia). O Conde von Firmian demonstrou real nobreza ao nomear o poeta padre como editor da *Gazzetta* de Milão e professor de belles-lettres na Scuola Palatina. Parini recebeu bem a Revolução Francesa, sendo recompensado por Napoleão com um cargo no conselho municipal de Milão. As odes que compôs entre 1757 e 1795 figuram entre os clássicos de menor valor na literatura italiana. Temos longínquos ecos de sua produção no setor da tradução, assim como no presente soneto, escrito mais como um apaixonado do que como padre.

Sono salutar que, deslizando em suaves rodas  
 Abriste pela noite escura o teu caminho silencioso.  
 Multidões de sonhos esvoaçantes surgem  
 Perante a lassidão repousando sobre a cama isolada:  
 Vá onde minha Philis pousa a gentil cabeça  
 E as faces rosadas no travesseiro acolhedor;  
 E, enquanto o corpo dorme, a alma briga  
 Com o vulto em abandono nascido do teu feitiço;  
 Para que dentro do meu próprio vulto este vulto seja feito —  
 Com uma palidez tão difusa a empanar sua face —  
 Para que acorde, pela compaixão movida.  
 Se tal fizeres com a tua graça,  
 Duas coroas de flores por mim serão trançadas,  
 E em silêncio as depositarei no teu altar.<sup>88</sup>

Deste ramalhete de flores, queremos acrescentar, como uma flor do Iluminismo italiano, um trecho de Gaetano Filangieri, *La scienza della legislazioni* (1780-85), inspirado por Beccaria e Voltaire:

O filósofo não deve ser o inventor de sistemas, mas o apóstolo da verdade.(...) De vez que os males que afligem a humanidade estão ainda sem solução, que o erro e o preconceito são aceitos para perpetuá-los, que a verdade está restrita a uns poucos e aos privilegiados, e ocultos da maioria da espécie humana e dos reis, será sempre o dever dos filósofos pregar a verdade, sustentá-la, promovê-la e iluminá-la. Mesmo que as luzes difundidas por eles não sejam úteis no seu século e ao seu povo, certamente serão aproveitadas em outro país e em outro século. Cidadãos de todas as partes e de todas as épocas, os filósofos têm o mundo por pátria, a terra por escola, e a posteridade como discípula.<sup>89</sup>

A época estava sintetizada em Alfieri: a revolta contra a superstição, a exaltação dos heróis pagãos, a denúncia da tirania, o aplauso à Revolução Francesa, a repulsa contra seus excessos, e o clamor para a liberdade da Itália — tudo isso aliado a um romance ilícito e a uma nobre fidelidade. Registrava sua exuberante carreira em *Vita di Vittorio Alfieri*(...) *scritta da esso* — sua vida “escrita por ele mesmo”, e continuada até cinco meses antes de sua morte. Trata-se de uma das maiores autobiografias, tão reveladora quanto as *Confissões* de Rousseau. Principiou de modo a desarmar qualquer animosidade: “Falar — e ainda mais escrever — sobre si mesmo, é, sem sombra de dúvida, o produto do grande amor que devotamos a nós mesmos.” Daí por diante, não se viu nenhuma máscara de modéstia, nenhum sinal de desonestidade.

Nasci na cidade de Asti, no Piemonte, em 17 de janeiro de 1749, de pais nobres, opulentos e respeitáveis. Observo serem essas circunstâncias favoráveis, pelas razões que se seguem. A nobreza de nascimento prestou-me grandes serviços(...) pois possibilitou-me, sem que me fossem imputados motivos baixos ou invejosos, descreditar a nobreza por ela mesma, desvendando suas loucuras, seus desmandos, e crimes.(...) A opulência tornou-me incorruptível e livre para servir apenas à verdade.<sup>90</sup>

Seu pai morreu quando Vittorio era uma criança de tenra idade. Sua mãe tornou a casar-se. O menino tornou-se introvertido, meditativo, pensando em suicídio quan-

do tinha apenas oito anos, sem contudo acertar na maneira de fazê-lo. Um tio tomou-o a seu cargo, mandando-o, aos nove anos, educar-se na Academia de Turim. Lá era servido e atormentado por um criado. Os professores tentaram domar seu temperamento, nos primeiros tempos, para fazer dele um homem, mas a tirania deles aguçou-lhe o orgulho e a ânsia de liberdade. “A aula de filosofia(...) era de fazer a pessoa dormir em pé.”<sup>91</sup> A morte do tio tornou-o, aos quatorze anos, dono de uma grande fortuna.

Obtendo o consentimento do rei da Sardenha como um pré-requisito para viagens ao estrangeiro, partiu, no ano de 1766, para uma viagem de três anos pela Europa. Apaixonou-se por diversas mulheres, pela literatura francesa e pela constituição inglesa. A leitura de Montesquieu, Voltaire e Rousseau destruiu a teologia que lhe fora transmitida, dando início ao seu ódio pela Igreja Romana — embora recentemente houvesse beijado o pé de Clemente XIII, “um velho agradável, de venerável majestade”.<sup>92</sup> Em Haia enamorou-se perdidamente de uma mulher casada, mas ela, entre sorrisos, afastou-se. Novamente, pensou em suicidar-se. Estava na era de Werther, e o suicídio andava no ar. Concluindo mais uma vez que a idéia era mais atraente em perspectiva do que em execução, voltou ao Piemonte, mas ficou tão infeliz naquela atmosfera de conformismo político e religioso que retomou as viagens (1769).

Foi então que entrou na Alemanha, Dinamarca e Suécia — onde, segundo nos relata, gostou da paisagem, do povo, e até do inverno. Depois, seguiu para a Rússia, que desprezava, e por considerar Catarina, a Grande, não mais que uma criminoso, recusou-se a ser apresentado a ela. Também não gostou da Prússia de Frederico. Correu resolutamente para a Holanda republicana e para a Inglaterra, que tentava ensinar a Jorge III a não se imiscuir no governo. Corneou um inglês, bateu-se em duelo, ficou ferido. Contraiu sífilis na Espanha<sup>93</sup> e voltou a Turim, a fim de se tratar.

Em 1774, estava suficientemente recuperado para viver o seu segundo grande romance, com uma mulher nove anos mais velha do que ele. Brigaram e separaram-se, e para varrê-la de seu pensamento Alfieri escreveu um drama, *Cleópatra*. O que poderia ser mais dramático do que dois triúmviros, uma rainha, uma batalha e uma serpente? A peça foi apresentada em 16 de junho de 1775, em Turim, “em meio a aplausos por duas noites consecutivas”, após o que ele retirou-a para reparos. Agitava-o “uma nobre e elevada paixão pela fama”. Releu Plutarco e os clássicos italianos, estudando latim novamente para pesquisar as tragédias de Sêneca. Naquelas leituras encontrava temas e formas para seus dramas. Desejava restaurar as virtudes e os heróis da antiguidade, como Winckelmann havia restabelecido a antiga arte.

Entrementes (1777), escrevia o tratado *Della Tirannide*, porém estava ele tão cheio de veementês acusações ao Estado e à Igreja que não podia pensar em publicá-lo, sendo impresso apenas em 1787. Animava-o um fervor quase religioso:

Não foi a premente pobreza(...) nem a abjeta indolência na qual está prostrada a Itália, não, estas não foram as razões que orientaram o meu espírito em direção a esta elevada honra de atacar falsos impérios com minha pena. Um deus feroz, um deus desconhecido tem sempre estado às minhas costas, oprimindo-me desde a mais tenra idade.(...) A liberdade do meu espírito jamais poderá encontrar a paz ou a trégua, a menos que eu escreva páginas impiedosas para a destruição dos tiranos.<sup>94</sup>

Definia como tirano

todos aqueles que, pela força ou fraude — ou mesmo pela vontade do povo ou dos nobres — obtêm uma total direção do governo, acreditando-se acima da lei.(...) Tirania é o nome que se deve dar(...) a qualquer governo no qual aquele que tem a seu cargo a execução das leis, possa fazer, destruir, quebrar, interpretar, obstar ou suspendê-las com segurança e impunidade.<sup>95</sup>

Alfieri considerava tirânicos todos os governos europeus, exceto a República Holandesa e as monarquias constitucionais da Inglaterra e da Suécia. Influenciado por Maquiavel, idealizava uma República Romana, esperando que, muito em breve, a revolução estabeleceria repúblicas na Europa. Julgava que o melhor que poderia fazer o ministro de um tirano seria encorajá-lo nos excessos de tirania, tendo em vista a possibilidade da revolta por parte do povo.<sup>96</sup> Justificava a violência nos primeiros anos de revolução, a fim de evitar a volta à tirania:

Como as opiniões políticas, da mesma forma que as religiosas, nunca poderão ser completamente alteradas sem o emprego da violência, todo novo governo também vê-se obrigado a portar-se com uma severidade cruel, às vezes até injusta, para convencer, ou eventualmente coagir, aqueles que nem desejam, compreendem, amam, nem aceitam inovações.<sup>97</sup>

Embora também fosse nobre, na qualidade de Conde di Cortemilia, Alfieri condenava a aristocracia hereditária como forma de instrumento da tirania. Essa condenação era também extensiva a qualquer organização religiosa autoritária. Admitia que a contribuição do “cristianismo não era pequena no ato de suavizar os costumes em todo o mundo”, porém salientava “muitos atos de ferocidade estúpida e ignorante” nos dirigentes cristãos “de Constantino a Carlos V”.<sup>98</sup> Em geral,

a religião cristã é quase incompatível com liberdade.(...) O papa, a Inquisição, o purgatório, a confissão, a indissolubilidade do matrimônio, o celibato dos padres — estes constituem os seis anéis da sagrada cadeia que ligam o profano (o Estado) tão fortemente ao ponto de torná-lo sempre mais pesado e inquebrantável.<sup>99</sup>

Alfieri de tal modo odiava a tirania, que chegava ao ponto de aconselhar que ninguém tivesse filhos, ou que jamais se casasse em um Estado opressor. Em vez de ter filhos, mas com a mesma fertilidade italiana, produziu quatorze tragédias, entre os anos de 1775 a 1783, todas em versos brancos, todas clássicas na estrutura e na forma, e em todas desancando a tirania com paixão declamatória, exaltando a liberdade como algo mais nobre do que a vida. De modo que em *La congiura dei Pazzi* sua simpatia estava toda com a tentativa dos conspiradores no sentido de derrubar Lorenzo e Giuliano de' Medici. Em *Bruto primo* e *Bruto secondo* procedeu à rápida execução de Tarquínio e César. Em *Filippo* estava inteiramente ao lado de Carlos contra o rei da Espanha. Entretanto, em *Maria Stuarda*, achou os chefes escoceses mais tiranos do que a rainha católica. Criticado por distorcer a história segundo seu ponto de vista, assim defendeu-se:

As inúmeras línguas viperinas certamente vão dizer que só descrevo tiranos em páginas destituídas de brandura, e que a minha pena, molhada no sangue e em veneno, sempre toca no mesmo ponto monótono, e que a minha Musa grosseira não tira ninguém da servidão, e faz rir a todos. Tais denúncias não me afastarão do sublime objetivo, nem deterão minha arte, embora fraca e inadequada a uma necessidade tão grande. Tampouco minhas palavras serão varridas pelo vento se depois de nós nascerem outros homens que considerarão a liberdade essencial à vida.<sup>100</sup>

Só havia uma paixão que se poderia comparar à que ele nutria pela liberdade, e esta era o amor que dedicava à Condessa de Albânia. Filha de Gustavo Adolfo, Príncipe de Stolberg-Gedern, casou-se (1774) com o Príncipe Carlos Eduardo Stuart, o Jovem Pretendente, que, então, denominava-se Conde de Albânia. Outrora tão gentil que lhe deram o apelido de "Galante Príncipe Charlie", começou depois a beber, a ter amantes, para esquecer-se de suas derrotas. O casamento, arranjado pela corte francesa, foi estéril e infeliz. Parece que a princesa também não estava isenta de culpa. Alfieri conheceu-a no ano de 1777, lastimou-a e amou-a. Para ter liberdade de segui-la e acompanhá-la na sua sorte sem a desagradável obrigação de obter permissão da corte todas as vezes em que queria atravessar a fronteira, desistiu da cidadania piemontesa, transferindo a maior parte de sua fortuna e propriedades a sua irmã, mudando-se para Florença (1778). Contava então 29 anos.

A condessa correspondeu ao seu amor com discreta delicadeza e observância de um total decoro em público. Em 1780, quando o estado de embriaguez e violência em que sempre se encontrava o marido pôs em perigo sua vida, retirou-se a um convento e, mais tarde, para a casa de seu cunhado em Roma. "Permaneci em Florença como um órfão abandonado", escreveu Alfieri, "e foi então que me dei totalmente conta de que, sem ela, (...) eu existia apenas pela metade, pois vi-me quase impossibilitado de executar qualquer trabalho que valesse a pena."<sup>101</sup> Logo foi para Roma, onde lhe foi possível ver sua *inamorata* de vez em quando. Entretanto, o cunhado, de conformidade com os conselhos eclesiásticos, opôs-se a suas tentativas de obter uma anulação de casamento. (Donde, seu miltoniano pleito em favor do divórcio em *Della tirannide*.)<sup>102</sup> Finalmente, o cunhado proibiu-lhe qualquer visita à Condessa. Deixou Roma, tentando desviar a atenção de suas agruras com viagens e cavalos — os quais ficavam em terceiro lugar em "seus amores", depois das Musas e da "minha dama". Em 1784, ela conseguiu separar-se legalmente, transferindo-se para Colmar, na Alsácia. Lá, Alfieri foi encontrá-la, vivendo, daquela época em diante, juntos sem se casarem, até que a morte do marido permitiu que se casassem. Em suas descrições desse amor, Alfieri escreveu com uma exaltação tão grande que lembrava a *Vita nuova*, de Dante:

Esta quarta ligação, e última febre amorosa, foi muito diferente das minhas três primeiras ligações. Naquelas não me agitava nenhuma paixão intelectual contrabalançando e imiscuindo-se na paixão do coração. Esta, na verdade, era menos, impetuosa e fervorosa, porém provou ser mais duradoura e sentida com mais intensidade. A força de minha paixão era tal que (...) dominou todas as minhas emoções e meus pensamentos, e jamais se extinguirá, só com a vida. Via claramente (...) que eu havia encontrado nela uma verdadeira mulher, pois, ao invés de constituir, como fa-

zem todas as mulheres comuns, um empecilho à obtenção da fama literária, encontrei nesta incentivo, conforto e bom exemplo. Reconhecendo e admirando tão raro tesouro, a ela entreguei-me de corpo e alma. E, na verdade, não me iludi, porque agora, passados que são mais de doze anos(...) a paixão que lhe dedico aumenta à medida que seus encantos transitórios (que não constituem a sua própria personalidade) fenecem pela ordem natural do tempo. E, nela absorto, meu espírito eleva-se, suavizado, a cada dia melhor. Quanto a ela, atrevo-me a dizer que o mesmo acontece, e que ela pode, em mim, obter apoio e força.<sup>103</sup>

Assim incentivado, escreveu maior número de tragédias, algumas comédias e uma ou outra poesia. Já havia composto cinco odes intituladas "America Liberta". Em 1788, os dois apaixonados mudaram-se para Paris, onde Alfieri supervisionou a publicação de suas obras pela impressora de Beaumarchais, em Kehl-Sobre-o-Reno. Por ocasião da queda da Bastilha, Alfieri, um apaixonado da liberdade, saudou a revolução como a aurora de uma época mais ditosa para o mundo. Mas logo os seus excessos repugnaram uma alma cuja concepção da liberdade era aristocrática, exigindo-a tanto da população e das maiorias, como dos papas e reis. Em agosto de 1792, ele e a condessa deixaram Paris com os pertences que puderam levar em duas carruagens. Foram parados às portas da cidade por uma multidão que os interrogou sobre o seu direito de sair de Paris. Alfieri saltou do carro, e, "no meio do povo, sacudindo-lhes todos os meus sete passaportes, principiei a gritar, fazendo tremenda algazarra(...) sempre o único meio de levar a melhor com os franceses".<sup>104</sup> Seguiram para Calais e Bruxelas, de onde souberam que as autoridades de Paris haviam ordenado a prisão da condessa. Correram para a Itália, estabelecendo-se em Florença. Foi então que Alfieri compôs *Misogallo*, cheio de ódio à França e "sua multidão de escravos malgerados".<sup>105</sup>

Em 1799, o exército revolucionário francês capturou Florença. Alfieri e a condessa refugiaram-se em uma vivenda no subúrbio até a partida dos invasores. Aqueles anos agitados enfraqueceram-no, envelhecendo-o. Ao terminar sua autobiografia em 1802, com a idade de 53 anos, já se referia a si próprio como a um velho. Após legar todos os seus bens à condessa, morreu em Florença, em 7 de outubro de 1803, sendo enterrado na Igreja de Santa Croce. Em 1810, a condessa ergueu-lhe ali um enorme monumento por Canova, posando para a figura da Itália chorando sobre o túmulo. Em 1824, foi ali juntar-se ao seu amor.

O país reverencia Alfieri como Il Vate d'Italia, profeta do *Risorgimento* que o libertou do domínio estrangeiro e eclesiástico. Seus dramas, embora ásperos e monótonos, constituíam um sadio avanço sobre o sentimentalismo das tragédias apresentadas nos palcos italianos antes dele. Os dramas *Filippo*, *Saul* e *Mirra* prepararam o espírito italiano para Mazzini e Garibaldi. Sua obra *Della tirannide* não ficou restrita à publicação estrangeira em Kehl (1787) e Paris (1800), e sim impressa em Milão (1800) e outras cidades italianas, em 1802, 1803, 1805, 1809, 1848, 1860. Tornou-se para a Itália o que *Os Direitos do Homem*, de Paine, foi para a França, Inglaterra e América. Alfieri representa o início do movimento Romântico na Itália, um Byron antes de Byron, pregando a emancipação das mentes e dos estados. Depois dele a Itália tinha de ser livre.

## O Iluminismo na Áustria

1756-90

### I. O NOVO IMPÉRIO

N O sentido rigoroso da palavra, *Áustria* designa uma nação. No sentido lato, pode significar o império do qual a Áustria era o centro. Anteriormente, até 1806, era o Sagrado Império Romano, que incluía Alemanha, Boêmia, Polônia, Hungria e partes da Itália e França. Entretanto, objetivos nacionalistas enfraqueceram de tal forma o dever de sujeição que aquilo que então (1756) sobreviveu era realmente um Império Austro-Húngaro, compreendendo Áustria, Estíria, Caríntia, Carníola, o Tirol, Hungria, a Boêmia, os arcebispados católicos de Colônia, Trier, Mogúncia, partes diversas e multiformes da Itália e, desde 1713, os anteriores Países Baixos espanhóis, na época os Países Baixos austríacos — aproximadamente a Bélgica de hoje.

A Hungria, com uma população de cerca de cinco milhões de almas, era profundamente feudal. Quatro quintos do solo eram de propriedade dos nobres magiares, cultivados por servos. Os impostos incidiam somente sobre os camponeses e alemães ou eslavos dos burgos. O novo império tivera sua existência legal em 1687, quando os nobres húngaros renunciaram ao antigo privilégio de eleger seus reis, reconhecendo os imperadores Habsburgos como seus soberanos. Maria Teresa, fiel à estratégia dos Bourbons, convidou os principais magnatas húngaros à sua corte, dando-lhes cargos, títulos, insígnias, assim como seduzindo-os a aceitar a legislação imperial em seus domínios, e Viena como sua capital. Num gesto de generosidade, a imperatriz encarregou Lukas von Hildebrandt para elaborar projetos destinados aos edifícios do governo em Buda. O trabalho principiou em 1769, sendo reativado em 1894, o que veio dar à velha capital uma das estruturas reais mais majestosas do mundo. Rivalizando com a rainha, os húngaros nobres e ricos construíram castelos senhoriais ao longo do Danúbio, ou nos seus retiros nas montanhas. Assim sendo, o Príncipe Pál Esterházy construiu uma vivenda de campo em Eisenstadt (1663-72), e o Príncipe Miklós József Esterházy construiu, em estilo renascentista, distante uns vinte quilômetros, o novo Schloss Esterházy (1764-66). Ali havia 126 quartos de hóspedes, dois salões para recepções e bailes, uma rica coleção de arte, e, nas proximidades, uma biblioteca com

7.500 volumes, assim como um teatro de quatrocentos lugares. Ao redor do castelo, um grande pântano foi transformado em jardins decorados com grutas, templos e estatuárias, estufas, laranjais e reservas de caça. Segundo um viajante francês, "Nenhum lugar — com exceção talvez de Versalhes — pode igualar este castelo em esplendor". Para lá foram pintores, escultores, atores, cantores, virtuosos. Lá, durante toda uma geração, Haydn regou, compôs e ansiou por um mundo maior.

A Boêmia, atualmente a parte tcheca da Tchecoslováquia, não passou tão bem durante o reinado de Maria Teresa. Desapareceu da história depois da Guerra dos Sete Anos, seu nacionalismo quebrado pelo domínio estrangeiro, e pelo credo católico imposto a um povo que outrora conhecera Jan Hus e Jerônimo de Praga. Seus oito milhões de habitantes sofreram as injúrias da guerra nos reiterados conflitos entre a Prússia e a Áustria, e sua histórica capital por diversas vezes mudou de mãos à medida que sua rainha estrangeira passava consecutivamente da derrota para a vitória. A Boêmia tinha que se satisfazer com a independência da cultura e de gostos. Desenvolveu seus próprios compositores, como Georg Benda, salientando-se Praga ao dar uma calorosa recepção à *première* do *Don Giovanni*, de Mozart (1787), que Viena, mais tarde, recebeu friamente.

Nos Países Baixos austríacos os esforços dos dignitários locais para reter sua autoridade tradicional obtiveram mais êxito do que na Boêmia, porém seriam obscurecidos com uma tragédia nos últimos dias do "Imperador Revolucionário". Essas sete províncias — Brabante (que incluía Bruxelas, Antuérpia e Louvain), Luxemburgo, Limburgo, Flandres, Hainaut, Namur e Gelders — possuíam história antiga e prestigiosa, e os nobres que comandavam seus quatro milhões de almas tinham inveja dos privilégios que haviam sobrevivido a tantos séculos de provação. A "Sociedade" ostentava suas modas, jogava seus ganhos, e às vezes bebia as águas, assim como os vinhos, em Spa, nos arredores do episcopado de Liège. A fina flor da sociedade da época era o Príncipe Carlos-José de Ligne, o qual, em 1735, Bruxelas deu ao mundo. Tinha por professores muitos *abbés* "dos quais apenas um acreditava em Deus". Ele mesmo era "devoto quinze dias apenas" naquele país fortemente católico. Combateu com denodo na Guerra dos Sete Anos, foi conselheiro e íntimo amigo de José II, aliou-se ao exército russo em 1787, acompanhou Catarina, a Grande, na sua "caminhada" à Criméia, construiu um luxuoso *château* e uma galeria de arte nas proximidades de Bruxelas, escreveu 34 volumes de *Mélanges*, impressionou até os franceses com a correção de suas maneiras, e distraiu os círculos cosmopolitas da Europa com sua inteligência filosófica. "Mme. de Lucchesini(...) era capaz de ouvir, o que não é tão fácil como todos pensam, e nenhum tolo soube como fazê-lo."<sup>2</sup>

Foi esse complexo império, que se estendia dos Cárpatos ao Reno, que, durante quarenta anos, foi dominado por uma das grandes mulheres da história.

## II. MARIA TERESA

Já a vimos na guerra, na qual só perdeu para Frederico e Pitt em habilidade militar, em amplitude de visão, em pertinácia de objetivo e em coragem em face à derrota. Em 1752, Frederico disse: "Com exceção da rainha da Hungria e do rei da Sardenha (Carlos Emanuel I), cuja genialidade triunfou sobre a má educação, todos os prínci-



pes da Europa são apenas ilustres imbecis.” Elizabeth I da Inglaterra antes dela, e Catarina II da Rússia depois dela, superaram-na na arte de comandar; nenhuma outra rainha o fez. Frederico achava-a “ambiciosa e vingativa”,<sup>4</sup> mas será que ele esperava que ela não procurasse uma satisfação pela tomada da Silésia? Segundo os Goncourts, “Maria Teresa possuía uma cabeça bem equilibrada, bom coração, excessivo senso do dever, admirável capacidade de trabalho, presença imponente e um encanto excepcional,(...) uma verdadeira mãe para o seu povo”.<sup>5</sup> Era a própria delicadeza para todos os que não atacassem seu império ou sua fé. A prova é a calorosa recepção à família de Mozart, em 1768.<sup>6</sup> Era uma boa mãe para seus filhos. As cartas que enviava a eles eram um modelo de ternura e bons conselhos. Se José a tivesse ouvido não teria sido um fracasso no fim de seus dias, e se Maria Antonieta houvesse seguido seus conselhos poderia ter escapado da guilhotina.

Maria Teresa não se incluía entre os “déspotas esclarecidos” porque não era despota. Voltaire dizia “que ela instalava seu reino em todos os corações por uma afabilidade e popularidade que poucos de seus antepassados haviam algum dia possuído. Baniu de sua corte formalidades e restrições.(...) Nunca recusou a ninguém uma audiência, e não havia quem se retirasse descontente de sua presença”.<sup>7</sup> Estava longe de ser esclarecida, na concepção de Voltaire, pois promulgou decretos intolerantes contra judeus e protestantes, permanecendo católica praticante até o fim. Viu, com temor, a infiltração em Viena, do ceticismo religioso, procedente de Londres e Paris. Tentou cortá-lo pela raiz com a censura de livros e periódicos, proibindo o ensino do inglês “em virtude do caráter perigoso desse idioma, no sentido de seus princípios corruptos religiosos e éticos”.<sup>8</sup>

Entretanto, não deixava de impressioná-la o anticlericalismo de seus conselheiros e de seu filho. Salientavam que a riqueza territorial e outras do clero aumentavam em virtude da sugestão dos padres de que os moribundos deviam expiar seus pecados, apacando a ira de Deus com doações destinadas à Igreja. Nesse andar, a Igreja — já um Estado dentro de um Estado — devia muito em breve ser a dona do governo. Multiplicavam-se conventos e mosteiros, subtraindo homens e mulheres da vida ativa, excluindo cada vez mais a incidência tributária sobre a propriedade. As jovens eram induzidas aos votos monásticos antes de terem idade suficiente para compreender a importância de uma vida inteira de dedicação. A educação era orientada no sentido de prestar total fidelidade à Igreja, ao invés do Estado. A imperatriz impressionou-se tanto com esses argumentos que ordenou reformas substanciais. Proibiu a participação de eclesiásticos nos testamentos. Reduziu o número dos estabelecimentos religiosos, mandou tributar todas as propriedades religiosas, dispondo ainda que nenhum voto seria feito por pessoa cuja idade fosse inferior a 21 anos, e os conventos e igrejas não mais poderiam dar asilo a criminosos por “direito de santuário”, assim como as bulas papais somente seriam reconhecidas no império da Áustria após receberem o consentimento deste. A Inquisição foi posta sob supervisão governamental, e, na verdade, suprimiram-na. A educação reorganizou-se sob a direção de Gerhard van Swieten (médico da rainha) e do Abade Franz Rautenstrauch. Em muitas cadeiras docentes os jesuítas foram substituídos por leigos,<sup>9</sup> ficando a Universidade de Viena sujeita a uma administração secular e controle estatal. O currículo dessa universidade, assim como em outros estabelecimentos de ensino, foi revisto a fim de ampliar os co-

nhecimentos científicos e históricos.<sup>10</sup> Desta forma, a devota imperatriz antecipou, de certo modo, as reformas eclesiásticas de seu incrédulo filho.

Maria Teresa era um modelo de virtude numa época em que as cortes cristãs rivalizavam em poligamia com as de Constantinopla. A Igreja podia valer-se dela como argumento para a ortodoxia, com exceção de Augusto III, o rei católico da Polônia, e Luís XV da França, os mais pluralistas de todos. Portanto, a sociedade vienense não lhe seguia o exemplo. O Conde Arco fugiu para a Suíça com a amante. A Condessa Esterházy fez o mesmo com o Conde von der Schulenburg. O Príncipe von Kaunitz levava a amante consigo em sua própria carruagem, e quando a imperatriz o admoestou a respeito ele respondeu-lhe: "Madame, vim aqui para falar sobre os seus negócios, e não os meus."<sup>11</sup> Maria Teresa repugnava-se com tal lassidão de costumes, promulgando decretos draconianos para fazer vigorar o Sexto Mandamento entre o povo. Ordenou que as saias das mulheres fossem aumentadas embaixo e as blusas em cima.<sup>12</sup> Organizou um corpo de Comissários da Castidade, com poderes para prender qualquer mulher suspeita de praticar a prostituição. Casanova queixava-se que "o fanatismo e a estreiteza de visão da imperatriz tornava a vida difícil, principalmente para os estrangeiros".<sup>13</sup>

Em grande parte, o seu sucesso como soberana devia-se à habilidade de seus ministros. Ela aceitava a liderança deles em troca da dedicação. Apesar da "reversão de alianças", o Príncipe von Kaunitz continuava à frente dos negócios exteriores, cumprindo a contento suas obrigações para com o Império por um período de quarenta anos. Ludwig Haugwitz transformou a administração interna, Rudolf Chotek reorganizou a economia. Esses três homens fizeram para a Áustria o mesmo que Richelieu e Colbert para a França. Na verdade, criaram um novo Estado, incomensuravelmente mais forte do que o reino desordenado que Maria Teresa havia herdado.

Haugwitz principiou reconstruindo o exército imperial. Acreditava que o colapso deste diante da disciplina prussiana deveu-se a ser ele composto de unidades independentes, instituídas e comandadas por nobres semi-independentes. Idealizou e criou um exército regular de 108 mil homens sob treinamento unificado e controle central. A fim de financiar o referido exército, propôs uma tributação sobre a nobreza, o clero, o povo em geral. Os nobres e o clero protestaram, porém a imperatriz enfrentou-lhes a ira, fazendo incidir sobre eles impostos sobre a renda e a propriedade. Frederico louvou as qualidades administrativas de sua inimiga: "Pôs as finanças numa ordem jamais obtida por seus predecessores, e não apenas recuperou-se, por intermédio de uma boa administração, do que havia perdido com a cessão das províncias aos reis da Prússia e da Sardenha, como aumentou consideravelmente suas receitas."<sup>14</sup> Haugwitz iniciou a coordenação da legislação, emancipando o judiciário do domínio dos nobres, e exercendo o controle dos senhores feudais pelo governo central. Foi proclamado, em 1768, o novo código jurídico, o Theresianische Halsgerichtsordnung.

Entrementes, Chotek esforçava-se para revigorar a economia entorpecida. A indústria era tolhida por monopólios que favoreciam os nobres, e por regulamentação de corporações que permaneceram em vigor até 1774. Não obstante, Linz possuía tecelagens de lã com o total de 26 mil empregados, Viena distinguia-se na fabricação de vidro e porcelanas, e a Boêmia liderava o Império no setor de atividades metalúrgicas. Tanto a Áustria como a Hungria possuíam minas prolíficas: a Galícia tinha grandes

jazidas de sal, a Hungria produzia ouro no montante de sete milhões de *gulden* anuais. Por meio de tarifas, Chotek protegia essas indústrias, porque a Áustria, constantemente em guerra, tinha de se tornar auto-suficiente nos artigos de primeira necessidade. O livre comércio, assim como a democracia, é um luxo da segurança e da paz.

A despeito de tudo, o Império permanecia agrícola e feudal. Diante da guerra a imperatriz, tal como Frederico, não ousava arriscar-se numa ruptura, investindo contra a nobreza fortificada. Deu o bom exemplo abolindo a servidão em suas próprias terras, e impôs aos orgulhosos magnatas da Hungria um decreto facultando ao camponês locomover-se, casar, e educar os filhos como bem lhe aprouvesse, além de apelar contra seu senhor ao tribunal do condado.<sup>15</sup> Entretanto, apesar dessas medidas, os camponeses da Hungria e da Boêmia eram tão pobres quanto os da Rússia. Em Viena, a classe baixa vivia sempre na pobreza, junto aos palácios senhoriais, às óperas rebuscadas e igrejas opulentas dispensando esperança.

Viena e adjacências principiavam a rivalizar com Paris em real esplendor. Schönbrunn ("Bela Primavera"), fora da cidade, contava 165 hectares de jardins, planejados (1753-75) para competir com Versalhes, ostentava cercas vivas eretas como torres, grutas exóticas, lagos simétricos, belas estátuas de Donner e Bayer, uma "*Menagerie*", um jardim botânico, e, aos fundos, em cima de uma colina, uma "*Gloriette*" construída em 1775 por Johann von Hohenberg — uma arcada de colunas em casta arquitetura românica. O Palácio de Schönbrunn propriamente dito, um conjunto enorme, com 1.441 dependências, foi projetado por Johann Bernhard Fischer von Erlach, em 1695, e, inacabado, foi abandonado em 1705. Maria Teresa contratou Niccolò Pacassi para remodelá-lo, sendo o trabalho recomeçado em 1744 e terminado no ano da morte da imperatriz (1780). No interior havia uma Grande Galeria, com 48 metros de comprimento, e o teto rococó, pintado por Gregorio Guglielmi (1761). Schönbrunn era a moradia da corte nos meses de primavera a outono.

A corte, então, constituía-se de, aproximadamente, 2.400 pessoas. Eram necessários 250 criados e palafreiros para cuidar dos cavalos e carruagens. A soma total para a manutenção do palácio, dependências e jardins elevava-se a 4.300.000 *gulden* anuais.<sup>16</sup> Pessoalmente, a imperatriz era econômica, desculpando-se do esplendor do palácio como necessário à representação do poder real. Compensava o luxo da corte com o volume de caridades. Uma geração posterior, Mme. de Staël assim se expressava sobre a Áustria: "Neste país, os meios para se fazer caridade são dispostos com grande ordem e liberalidade. A beneficência pública e privada é orientada com um aguçado espírito de justiça. (...) Tudo neste país traz a marca de um governo paternal, prudente, e religioso."<sup>17</sup>

Apesar da pobreza, quase não havia mendicância e o crime era relativamente pouco.<sup>18</sup> O povo tinha prazer em fazer visitas, passear nas praças, descansar nos parques sombreados, passear nas três vias da Hauptallee do Prater, fazer piquenique no campo, ou vibrar com o espetáculo de diversão menos elevada, de lutas ferozes entre animais famintos. Mais bonitas eram as danças, sobretudo o minueto formal, no qual raramente homens e mulheres se tocavam e todos os movimentos obedeciam à tradição e à regra, sendo executado com recato e graça. A música tinha uma participação tão grande na vida vienense que exige um capítulo à parte.

Em comparação, a literatura era medíocre e imatura. A Áustria, controlada pelo

clero, não tinha participação no movimento do Sturm und Drang que exaltou a Alemanha. Maria Teresa não foi patronessa nem da cultura, nem da literatura. Não havia salões literários em Viena, nem a mistura de autores, artistas e filósofos com as mulheres, os nobres e estadistas, como na França. Era uma sociedade estática, com o charme e o conforto dos hábitos antigos e constantes, a salvo do tumulto da revolução, porém perdendo o sabor das idéias conflitantes. A imprensa vienense, cuidadosamente censurada, constituía um insípido empecilho ao pensamento, talvez com a exceção do *Wiener Zeitung*, fundado em 1780. Os teatros em Viena apresentavam óperas, destinadas à aristocracia e à corte, ou comédias grosseiras, para o público em geral. Leopold Mozart escreveu que “o público vienense, no todo, não gosta de coisa alguma que seja séria ou apreciável. Nem pode compreendê-la, seus teatros constituindo suficiente prova de que nada senão tolices, tais como danças, paródias, palhaçada, prestidigitação e coisas fantásticas, são do seu agrado”.<sup>19</sup> Assim sendo, Papai Mozart decepcionou-se com a acolhida que Viena deu a seu filho.

A imperatriz dirigia, com maternal solicitude, essa mistura de atores, músicos, plebe, servos, barões, cortesãos, e eclesiásticos. O príncipe-consorte, Francisco de Lorena, fora coroado imperador em 1745, porém suas preferências inclinavam-se mais para os negócios do que para o governo. Instituiu fábricas, forneceu uniformes, cavalos e armas aos exércitos austríacos, vendeu farinha e forragem a Frederico enquanto este estava em guerra com a Áustria (1756),<sup>20</sup> e deixou a direção do Império à sua mulher. Entretanto, em relação ao matrimônio, insistia nos seus direitos, e a imperatriz, amando-o apesar de seus adultérios,<sup>21</sup> deu-lhe dezesseis filhos. Criou-os com amor e austeridade, ralhava com eles freqüentemente, dando-lhes uma dose tão grande de moral e sensatez que Maria Antonieta ficou satisfeita de escapar para Versalhes, enquanto José namorou a filosofia. Arditamente planejou colocar convenientemente os outros filhos. Fez Maria Carolina rainha de Nápoles, Leopoldo grão-duque da Toscana, Ferdinando, governador da Lombardia. Dedicou-se em preparar para o primogênito, José, as formidáveis responsabilidades que ela lhe legaria, observando, ansiosamente, seu desenvolvimento através da educação e do casamento, das tempestades filosóficas e das angústias amorosas, até a época em que, num arrebatamento de afeição e humildade, elevou-o, com a idade de 24 anos, para sentar-se a seu lado no trono imperial.

### III. O CRESCIMENTO DE JOSÉ: 1741-65

Maria Teresa entregou a educação do filho aos jesuítas, mas, antecipando Rousseau, pediu que lhe ministrassem a educação como se ele estivesse brincando.<sup>22</sup> Quando ele fez quatro anos, queixou-se de que José “não sabia obedecer”.<sup>23</sup> Não era divertido obedecer. “Ele já tem uma elevada concepção de seu estado”, relatou o embaixador da Prússia quando José tinha seis anos. Maria Teresa apelou para a disciplina e instituiu a devoção, mas o rapaz achou as práticas religiosas enfadonhas, ressentindo-se da importância dada ao mundo do sobrenatural. Este mundo, por ser em parte o seu patrimônio, lhe era suficiente. Logo enfatiou-se da ortodoxia, descobrindo o fascínio de Voltaire. Se por um lado importava-se pouco com a literatura, por outro dedicava-se com ardor à ciência, à história e ao direito internacional. Nunca

perdeu a altivez e o orgulho da infância, mas tornou-se um rapaz belo e sagaz, cujos erros ainda não o haviam separado de sua mãe. Quando em viagem, escrevia-lhe cartas de calorosa ternural filial.

Com vinte anos tornou-se membro do Staatsrath, ou Conselho do Estado. Bem cedo (1761) redigiu, submetendo-o à mãe, um documento no qual estavam delineadas suas idéias sobre reformas políticas e religiosas. Estas permaneceram a essência de sua política até o fim da vida. Aconselhava a imperatriz a ampliar a tolerância religiosa, a reduzir o poderio da Igreja, a aliviar o camponês da opressão feudal e a permitir maior liberdade na disseminação das idéias.<sup>24</sup> Pediu fossem diminuídos os gastos na corte e suas cerimônias, despendendo mais no exército. Todos os membros do governo deveriam trabalhar e fazer jus a um vencimento, e os nobres pagariam impostos como qualquer pessoa.<sup>25</sup>

Nesse meio tempo, principiou a conhecer um outro lado da vida. Luís XV, em observância à troca de alianças, propôs Isabela de Parma, sua neta, como futura noiva do arquiduque. José foi favorável à proposta. Isabela tinha dezoito anos, era bela, de boa disposição, exceto por uns acessos de melancolia. Em junho, atravessou os Alpes numa caravana conduzida por duzentos cavalos. O casamento foi celebrado com uma festa suntuosa, o arquiduque feliz por ter em seus braços uma criatura tão bela. Entretanto, Isabela aferrou-se à teologia que havia aprendido. Dotada de todas as prendas que a vida lhe oferecia, nelas não encontrou alegria, desejando a morte. “A morte é benfazeja”, escreveu à irmã, em 1763. “Jamais pensei tanto nela como agora. Tudo me desperta o desejo de morrer em breve. Só Deus sabe o meu desejo de abandonar uma vida que todos os dias é um insulto para Ele.(...) Se fosse permitido o suicídio, eu já o teria praticado.”<sup>26</sup> Em novembro de 1763, contraiu varíola. Não se esforçou para auxiliar os médicos a curá-la. Em cinco dias estava morta. José, que a amava ardentemente, nunca se recuperou daquele golpe.

Poucos meses depois, foi levado pelo pai para Frankfurt-sobre-o-Meno, a fim de ser coroado Rei dos Romanos — a etapa tradicional para o trono imperial. Em 26 de março de 1764, naquela cidade (o jovem Goethe entre a multidão), foi eleito, sendo coroado em 3 de abril. O jovem arquiduque não gostou do longo ritual, dos serviços religiosos, das alocuções, queixando-se, em carta à sua mãe, “das inutilidades e tolices que fui obrigado a ouvir durante todo o dia.(...) Foi com grande esforço que me contive para não dizer na cara daqueles cavalheiros como eram idiotas suas ações e suas conversas”. Durante todo o tempo só pensou na mulher que havia perdido. “Com o coração amargurado devo parecer encantado.(...) Amo a solidão(...) e, no entanto, tenho de viver no meio de gente,(...) tenho de conversar durante o dia todo e dizer coisas bonitas.”<sup>27</sup> Deve ter ocultado muito bem seus sentimentos, porque seu irmão Leopoldo relatou que “nosso Rei dos Romanos é sempre encantador, constantemente de bom humor, alegre, amável e delicado, conquistando os corações”.<sup>28</sup>

Ao retornar a Viena, foi informado de que devia casar-se outra vez. A continuidade do governo parecia requerer a continuidade dos Habsburgos. Kaunitz escolheu-lhe a segunda esposa, Josefa da Baviera, na esperança de acrescentar aquele Estado ao império da Áustria. José assinou a proposta matrimonial que Kaunitz elaborara, enviou-a, fazendo ao Duque de Parma (pai de Isabela) uma descrição de Josefa como “uma figura pequena e atarracada, destituída dos encantos da juventude. Tinha espinhas

e manchas vermelhas no rosto,(...) dentes repugnantes.(...) Podeis julgar o que esta decisão me custou. Tende piedade de mim, e não deixeis de amar um filho que, embora com outra esposa, conserva eternamente no fundo do coração a imagem da sua adorada".<sup>29</sup> José e Josefa casaram-se em princípios de 1765. Ela tentou ser uma boa esposa, porém ele afastava-se dela, tanto em público como na intimidade. Josefa sofreu silenciosamente, morrendo de varíola em 1767. José recusou-se a se casar uma outra vez. Então, com uma trágica mistura de frieza e dedicação, idealismo e arrogância, consagrou o resto de vida ao governo.

#### IV. MÃE E FILHO: 1765-80

Quando morreu o Imperador Francisco I (18 de agosto de 1765), por algum tempo Maria Teresa ficou aniquilada de corpo e alma. Aliou-se à amante dele para pranteá-lo: "Querida Princesa", disse, "nós duas sofremos uma grande perda."<sup>30</sup> Cortou os cabelos, deu suas roupas, destituiu-se das jóias e usou luto até a morte. Passou o governo a José, falando em retirar-se em um convento. Depois, temerosa que a impetuosidade do filho não fosse adequada para governar, voltou aos negócios públicos, assinando, em 17 de novembro, uma declaração oficial de co-regência. Conservou suprema autonomia sobre os negócios internos da Áustria, Hungria e Boêmia. José, na qualidade de imperador, tinha a seu cargo os negócios exteriores e do exército, e, com menor amplitude, da administração e finanças. No setor das relações exteriores aceitou a orientação de Kaunitz, e em todos os setores suas decisões eram submetidas à apreciação de sua mãe. Quando (1767) ela quase morreu de varíola, ele raramente deixava sua cabeceira, surpreendendo a corte com a extensão de sua aflição e tristeza. Essas três incidências da moléstia na família real persuadiram os médicos austríacos a introduzir as vacinas.

Aquele filho amado afligia sua mãe com a premência de suas concepções quanto às reformas. Em novembro de 1765, ele mandou para o Conselho de Estado um memorando que deve ter surpreendido os seus leitores.

A fim de reter maior número de homens capazes de servir ao Estado, decreto — a despeito do que possam dizer o papa e todos os padres do mundo — que nenhum de meus súditos poderá seguir a carreira eclesiástica antes(...) da idade de 25 anos. As lamentáveis consequências, para ambos os sexos, causadas por votos tomados prematuramente, convenceram-nos da utilidade deste dispositivo, bem distantes das razões de Estado.(...)

Tolerância religiosa, censura branda, nenhum ataque à moral, e nenhuma espionagem nos negócios particulares serão as máximas governamentais.(...) Sem dúvida, a religião e a moral estão entre os principais objetivos do governo, porém o seu zelo não deve chegar ao ponto de corrigir e converter estrangeiros. No tocante à fé e à moral, a violência é ineficaz. É necessário a convicção. Quanto à censura, devemos nos acautelar com o que for impresso e vendido, mas vasculhar os bolsos e as malas, sobretudo dos estrangeiros, é excesso de zelo. Seria fácil provar, a despeito da rigorosa censura atual, que todos os livros proibidos estão agora disponíveis em Viena, e que qualquer um atraído pelo veto pode comprá-lo ao dobro do preço.

A indústria e o comércio serão ativados por meio da proibição de todos os produtos estrangeiros, com exceção dos condimentos, por meio da extinção dos monopó-

lios, a instituição de escolas de comércio, e fim da noção de que as atividades comerciais são incompatíveis com a aristocracia.(...)

A liberdade de casamento deve ser introduzida, mesmo do que agora denominamos *mésalliances*. Nem a lei divina, nem a lei da natureza o proíbe. Somente o preconceito nos leva a acreditar sermos mais dignos porque nosso avô era conde, ou porque possuo um pergaminho com a assinatura de Carlos V. De nossos pais herdamos apenas a existência física, de modo que rei, conde, burguês e camponês são exatamente a mesma coisa.<sup>31</sup>

Maria Teresa e os conselheiros devem ter sentido o sopro de Voltaire, ou da *Encyclopédie* nessas propostas. O jovem imperador tinha de prosseguir devagar, mas ele prosseguia. Transferiu para o Tesouro vinte milhões de *gulden* — em espécie, ações e propriedade — a ele legados por testamento do pai, reembolsando a dívida nacional a um índice de quatro por cento, ao invés de seis. Vendeu as reservas de caça do falecido imperador, ordenando a matança dos javalis que serviam tanto de alvo aos caçadores como destruidores das safras dos camponeses. Sob protesto dos nobres, mas com a aprovação de sua mãe, abriu ao público<sup>32</sup> o Prater e outros parques.

Em 1769, scandalizou a imperatriz e toda a corte ao partir para Neisse, na Silésia, ali passando três dias (25-27 de agosto) em amistosas discussões com o mais detestado inimigo da Áustria, Frederico o Grande. Absorvera do rei da Prússia a concepção de um monarca como “o primeiro empregado do Estado”. Admirava Frederico por este ter subordinado a Igreja ao Estado, e de sua tolerância no tocante à variedade de religiões. Invejava a organização militar da Prússia e reforma legislativa. Os dois homens julgaram chegada a hora de esclarecerem suas desavenças, entrando num acordo defensivo contra o crescente poderio da Rússia. O jovem imperador escreveu à mãe: “Depois do jantar(...) principiamos a fumar, conversando sobre Voltaire.”<sup>33</sup> O rei, então com 57 anos, não tinha uma opinião muito lisonjeira do imperador, com 28 anos. “O jovem príncipe”, escreveu, “simulava uma franqueza que lhe caía muito bem.(...) Tem vontade de estudar, mas não tem paciência de instruir-se. Sua maneira exaltada torna-o superficial.(...) Domina-o uma ambição desmedida.(...) Tem gosto suficiente para ler Voltaire e apreciar seus métodos.”<sup>34</sup>

O alarmante sucesso de Catarina II na Rússia levou Kaunitz a acertar uma segunda conferência com Frederico. O rei, o imperador, e o príncipe encontraram-se em Neustadt, na Morávia, de 3 a 7 de setembro de 1770. José deve ter-se desenvolvido consideravelmente no decurso daquele ano, porque Frederico escreveu a Voltaire na ocasião: “Criado numa corte de fanáticos, o imperador descartou-se da superstição. Educado em meio ao esplendor, adotou maneiras simples. Alimentado de incenso, é modesto. Com ânsia de glória, sacrifica sua ambição ao dever filial.”<sup>35</sup>

Aqueles dois encontros fizeram parte da educação política do jovem, que aumentou visitando seus domínios e examinando os problemas e as possibilidades. Não foi como imperador, e sim a cavalo, como um viajante comum. Evitou cerimônias, instalando-se nas hospedarias ao invés dos castelos. Em visita à Hungria, em 1764 e 1768, notou a extrema pobreza dos escravos, ficando abalado ao ver, no campo, cadáveres de crianças que haviam morrido de fome. Em 1771 e 1772 presenciou condições semelhantes na Boêmia e na Morávia, em toda parte ouvia contar, ou descobria vestígios de proprietários brutais e servos famintos. “A situação interna”, escreveu ele,

"É inacreditável e indescritível. É de cortar o coração."<sup>36</sup> Voltando a Viena, enfureceu-se com as insignificantes melhorias previstas pelos conselheiros da imperatriz. "Não adianta fazer pequenas reformas", disse. "É preciso mudar tudo." Como primeira etapa, propôs apossar-se de algumas terras dos eclesiásticos na Boêmia, nelas construindo colégios, asilos e hospitais. Depois de muita discussão, convenceu o Conselho a elaborar (1774) uma "Lei Urbana" reduzindo e regulamentando a quantidade do trabalho escravo (que os habitantes da Boêmia chamavam *robot*) devido ao senhor feudal. Os senhores feudais da Boêmia e da Hungria resistiram. Os servos da Boêmia levantaram-se em tumultuada revolta, que teve de ser aplacada pelo exército. Maria Teresa acusou seu filho pela revolta. Ao seu agente em Paris, Mercy d'Argentaum, escreveu:

O imperador, que leva sua popularidade longe demais, falou demasiadamente em uma de suas várias viagens(...) sobre liberdade de religião e emancipação dos camponeses. Tudo isso foi causa de grande confusão em todas as nossas províncias alemãs(...) Não devemos temer apenas o camponês da Boêmia, mas ainda o da Morávia, o da Estíria, o da Áustria. Até mesmo em nosso distrito eles se comprazem nas maiores insolências.<sup>37</sup>

A tensão entre mãe e filho aumentou quando (1772) o jovem imperador aliou-se a Frederico e Catarina II na primeira divisão da Polônia. Ela protestou contra essa violação de uma nação amiga (e católica). Chorou quando José e Kaunitz insistiram para que ela acrescentasse sua assinatura ao acordo, que dava à Áustria uma parte da Polônia. Frederico comentou com cinismo, "*Elle pleure, mais elle prend*" (ela chora, mas ela toma).<sup>38</sup> Seu arrependimento era sincero, como se pode depreender da carta enviada a seu filho Ferdinando: "Quantas vezes lutei para dissociar-me de uma ação que macula todo o meu reinado! Queira Deus que eu não tenha de responder por ela no outro mundo. Pesa-me no coração, tortura o meu cérebro e amargura os meus dias..."<sup>39</sup>

Examinava o caráter do filho com temor e devoção. "Ele gosta de respeito e obediência, considera a oposição desagradável, quase intolerável(...) e, muitas vezes, é indelicado(...) Sua grande e crescente energia resulta no veemente desejo de seguir a sua própria vontade nos mínimos detalhes(...) Meu filho tem um bom coração." Certa vez ela o admoestou amargamente:

Iludo-me ao pensar que, quando morrer, viverei dentro do seu coração; de forma que meu estado e minha família não perderão com minha morte.(...) A sua imitação (de Frederico) não me agrada. Este herói,(...) este conquistador — será que ele possui um único amigo?... Qual pode ser uma vida, quando não há humanidade? Não importa quais sejam suas possibilidades, mas é impossível que você tenha tido todas as experiências. Cuidado, não vá se tornar malévolo! O seu coração não é mau, mas pode tornar-se mau. Não é mais tempo para divertir-se com todos esses *bons mots*, essas conversas inteligentes, cujo único objetivo é ridicularizar os outros.(...) Você é um galanteador intelectual, e apenas um leviano imitador que pensa ter idéias independentes.<sup>40</sup>

Em carta ao seu irmão Leopoldo, José deu sua versão dos acontecimentos:



Aqui, nossas incertezas chegaram a um ponto inimaginável. Diariamente, as tarefas vão-se acumulando e nada é feito. Todos os dias, de cinco às seis, exceto um quarto de hora para minhas refeições, as quais faço em total solidão, trabalho. E, portanto, nada acontece. Causas sem importância, intrigas, nas quais tenho sido sempre o joguete, obstruem o caminho, e, nesse meio tempo, tudô vai para o diabo. Faço-lhe presente da minha posição, na qualidade de primogênito.<sup>41</sup>

Ironizava os homens que haviam envelhecido a serviço de sua mãe. Apenas Kaunitz o suportava, porém com irritante cautela.

A imperatriz, idosa, ouvia assustada as idéias revolucionárias do filho. Disse-lhe francamente:

Entre os seus princípios fundamentais, os mais importantes são: (1) o livre exercício da religião, o que nenhum príncipe pode permitir sem grande responsabilidade; (2) destruição da nobreza [terminando com a servidão](...); e (3) a tão reiterada [defesa de] liberdade em tudo.(...) Sou velha demais para adaptar-me a tais idéias, rogando a Deus que meu sucessor não as experimente jamais.(...) A tolerância e a indiferença constituem os meios adequados para solapar tudo.(...) Sem o domínio da religião que restrição pode existir? Nenhuma. Nem as galés, nem a roda.(...) Faló como política, não como cristã. Nada existe de mais benéfico do que a religião. Permitiria você que todos agissem de conformidade com suas fantasias? Se não houvesse um culto determinado e nenhuma submissão à Igreja onde estaríamos nós? O resultado seria a lei da força.(...) A única coisa que desejo é que, ao morrer, possa juntar-me a meus antepassados com o consolo de que o meu filho será tão grande e religioso quanto seus antepassados, abandonando os falsos argumentos, os livros perniciosos, e o contato com aqueles que seduziram o seu espírito à custa de tudo quanto é caro e sagrado, somente para instituir uma liberdade imaginária que poderá(...) apenas conduzir a uma destruição universal.<sup>42</sup>

Entretanto, se havia algo que José ansiava conseguir era a liberdade de culto. Ele pode não ter sido ateu, como pensaram muitos,<sup>43</sup> porém fora profundamente influenciado pela literatura francesa. Já em 1763, um grupo de intelectuais austríacos havia formado um Aufklärungspartei, ou Partido do Iluminismo.<sup>44</sup> Em 1772, György Bessenyei, da Hungria, publicou em Viena uma peça com vestígios das idéias de Voltaire. Concordeu em converter-se ao catolicismo para agradar a Maria Teresa, mas voltou a adotar as concepções racionalistas após a morte da imperatriz.<sup>45</sup> Sem dúvida, o jovem imperador conhecia o livro, *De statu ecclesiae et legitima potestate romani pontificis* (1763), no qual um preeminente bispo católico, sob o pseudônimo de Febronius, reafirmou a supremacia de conselhos gerais sobre os papas, e o direito de cada igreja nacional assegurar sua autonomia. O jovem imperador considerava o fortalecimento e a riqueza da Igreja da Áustria o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico, e o controle eclesiástico da educação a grande barreira à maturação da inteligência do povo austríaco. Em janeiro de 1770, ele escreveu a Choiseul:

Quanto ao seu plano de livrar-se dos jesuítas tendes completa aprovação de minha parte. Não conteis muito com o apoio de minha mãe. Uma grande solidariedade aos jesuítas é hereditária nos Habsburgos... Entretanto, tendes um amigo em Kaunitz, e este faz o que bem quer com a imperatriz.<sup>46</sup>

É provável que José tenha usado sua influência em Roma para impelir Clemente XIV a dar o passo decisivo, ficando bem satisfeito com a abolição papal da ordem jesuíta (1773).<sup>47</sup>

Maria Teresa teria ficado chocada de ver, pelas cartas do filho, a que ponto ele se transviara na seara dos *philosophes*. Fez tudo que pôde para impedir a dissolução da Companhia de Jesus, porém Kaunitz persuadiu-a a ceder aos pontos de vista de todas as outras potências católicas. “Estou desolada e me desespero com a situação dos jesuítas”, escreveu a uma amiga. “Toda a minha vida amei-os e honrei-os, nada tendo visto neles senão o que era edificante.”<sup>48</sup> Adiou a vigência da bula papal com a nomeação de uma comissão para apreciá-la. Os jesuítas da Áustria tiveram tempo para remover do país dinheiro, seus valores e documentos. A propriedade dos jesuítas foi confiscada, mas a imperatriz envidou esforços para que os membros da ordem recebessem pensões, roupas e diversas dádivas.

A evidente satisfação do imperador com a supressão da Companhia de Jesus separou ainda mais mãe e filho. Em dezembro de 1773, ele sucumbiu à tensão e suplicou a ela que o liberasse de qualquer interferência no governo. Perturbando-se com a inesperada proposta, Maria Teresa escreveu-lhe emocionante apelo no sentido de uma reconciliação:

Devo concordar que minhas capacidades, fisionomia, audição e habilidade, sofrem crescente decadência, e a fraqueza que sempre temi durante toda a minha vida — indecisão — faz-se acompanhar de desânimo e falta de bons servidores. O seu afastamento, assim como o de Kaunitz, a morte de meus leais conselheiros, a falta de religião, a deteriorização da moral, o jargão empregado por todos, o qual não compreendo — tudo isto é suficiente para subjugar-me. Ofereço-lhe toda a minha confiança, pedindo a você que aponte qualquer erro no qual eu tenha incorrido.(...) Auxilie uma mãe que(...) vive isolada, e que morrerá quando vir todos os seus esforços e tristezas se perderem. Diga-me o que você deseja e eu farei.<sup>49</sup>

Ele aquietou-se e, por algum tempo, a mulher que outrora obrigara Frederico a imobilizar-se concordou em cooperar com o admirador e discípulo deste. Juntos aplicaram a propriedade confiscada dos jesuítas na reforma do ensino. Em 1774, elaboraram um “Allgemeine Schulordnung” que dispunha sobre a reorganização de base das escolas primárias e secundárias. As escolas primárias forneciam educação compulsória para todas as crianças, admitindo protestantes e judeus, na qualidade de alunos e professores, e dando instrução religiosa relativa a cada religião, porém sob o controle de funcionários do governo. Essas *Volkschulen* logo foram consideradas as melhores da Europa. Havia escolas normais destinadas ao treinamento de professores, *Hauptschulen* especializadas em ciência e tecnologia, e *Gymnasien* para o estudo do latim e de humanidades. A Universidade de Viena era, na sua maioria, destinada ao estudo de direito, ciência política e administração, assim como escola do funcionalismo público. O controle da educação pela Igreja foi substituído por uma supervisão igualmente rigorosa do Estado.

Mãe e filho trabalharam juntos em prol da extinção da tortura (1776). Entretanto, a *entente* foi abalada pelos acontecimentos do ano seguinte. Há muito que o jovem imperador desejava visitar Paris — não para ver os *philosophes* ou divertir-se nos sa-

lões, mas para estudar os recursos, o exército e o governo da França, para estar com Maria, Antonieta e estreitar os laços tão frouxos que ligavam os antigos inimigos em um acordo amigável bastante frágil. Quando Luís XV morreu e a França parecia desagregar-se, José escreveu a Leopoldo: "Estou preocupado por causa de minha irmã, a quem caberá papel difícil a desempenhar."<sup>50</sup> Chegou em Paris a 18 de abril de 1777, tentando passar despercebido ao pretender ser o Conde von Falkenstein. Aconselhou a jovem rainha a abandonar extravagâncias, frivolidades e ruge. Ela ouviu-o com paciência. Tentou, sem êxito, convencer Luís XVI a fazer uma aliança secreta para impedir a expansão da Rússia.<sup>51</sup> Percorreu rapidamente a capital, e "em poucos dias soube mais do que Luís XVI em toda a sua vida de tudo o que ali se passava".<sup>52</sup> Visitou o Hôtel-Dieu, não ocultando o espanto diante do desumano desgoverno daquele hospital. O povo de Paris ficou encantado e os cortesãos de Versalhes alarmados, ao verem o mais eminente monarca da Europa vestido como um simples cidadão, falando francês como um nativo do país, e dirigindo-se a todas as classes sociais da maneira mais simples. Quanto aos luminares da literatura, procurou especialmente Rousseau e Buffon. Foi a um saraus de Mme. Necker, lá encontrando Gibbon, Marmontel e a Marquesa du Deffand. É motivo de crédito para ele o fato de ter ficado mais embaraçado com o porte e a fama da ilustre dama do que ela pela elevada posição do monarca. O deslumbramento é um nivelador, pois a importância é mais uma questão de aparência. Assistiu a uma sessão do Parlamento de Paris e a uma reunião da Academia Francesa. Os *philosophes* sentiram que ali estava afinal o chefe de Estado esclarecido que esperavam encontrar para ser o agente de uma revolução pacífica. Após um mês em Paris, o monarca partiu num giro pelas províncias, seguindo para o norte da Normandia, e depois, ao longo da costa ocidental, para Bayonne, em seguida Toulouse, Montpellier e Marselha, subindo o Ródano até Lyon e Genebra. Atravessou Ferney sem visitar Voltaire, por não desejar ofender sua mãe ou não querer aliar-se abertamente a um homem que, para a Áustria e o rei da França, era a verdadeira encarnação do demônio.

Ânsiava por acalmar sua mãe, pois, durante a sua ausência, cerca de dez mil morávios abandonaram o catolicismo para professar a religião protestante, e Maria Teresa — ou o Conselho de Estado — reagiu a essa catástrofe com medidas que lembravam as dragonadas contra os huguenotes do tempo de Luís XIV. Os cabeças do movimento foram presos e os cultos protestantes dispersados. Os conversos irredutíveis foram mandados para o exército, incumbidos de trabalhos forçados, e suas mulheres enviadas para as casas de correção. Ao voltar a Viena, José protestou junto à mãe: "Para reconverter essa gente, a senhora faz deles soldados, manda-os para as minas, como operários(...) Declaro sem preâmbulos(...) que o responsável por tais ordens, seja lá quem for, é o mais infame de seus servidores, merecendo somente desprezo, pois é um doido reacionário."<sup>53</sup> A imperatriz respondeu que não apenas ela mas também o Conselho de Estado haviam emitido os decretos e, portanto, não ia retirá-los. Uma delegação de protestantes da Morávia foi procurar José. Maria Teresa mandou prendê-los. A crise entre mãe e filho estava à beira de um impasse quando Kaunitz persuadiu-a a retirar os decretos. As perseguições terminaram. Os conversos foram autorizados a praticar o novo culto, contanto que o fizessem em suas próprias casas. Terminara o conflito entre as gerações.

Este recomeçou quando, em 30 de dezembro de 1777, Maximiliano José, eleitor da Baviera, morreu sem deixar filhos, após longo e próspero reinado. Na disputa para a sucessão, o eleitor do Palatinado, Carlos Teodoro, foi apoiado por José II com a condição de ceder uma parte da Baviera à Áustria. Carlos, Duque de Zweibrücken, era apoiado por Frederico, o Grande, o qual declarou que iria resistir a qualquer aquisição do território da Baviera pela Áustria. A imperatriz alertou o filho contra qualquer desafio ao ainda invencível rei da Prússia. José ignorou o conselho, Kaunitz sustentou-o, e forças armadas foram enviadas em direção à Baviera. Frederico arregimentou forças para entrarem na Boêmia e tomar Praga, a menos que os austríacos evacuassem a Baviera. José conduziu seu principal exército para a defesa de Praga. As hostes inimigas aproximaram-se uma da outra, parecendo que uma outra guerra austro-prussiana ia iniciar um derramamento de sangue fratricida. Frederico, violando os direitos de precedência e espera, evitou a batalha, contentando-se em deixar seus soldados destruírem as colheitas da Boêmia, e José, sabendo da reputação de Frederico na qualidade de general, hesitou em atacar. Esperava que a França o auxiliasse e, nesse sentido, enviou um pedido a Maria Antonieta. Luís XVI mandou-lhe quinze milhões de libras, não podendo, entretanto, fazer mais nada, porque a França havia firmado (6 de fevereiro de 1778) uma aliança com as colônias americanas revoltosas, e ele tinha, por conseguinte, de estar preparado para uma guerra com a Inglaterra. José se atormentava no campo de batalha, de um lado com sofrimentos causados por hemorróidas, de outro com a efervescência da situação.

Maria Teresa, num último ímpeto de força, tomou a si a responsabilidade da situação enviando secretamente a Frederico uma proposta de paz (12 de julho). Frederico concordou em negociar. José submeteu-a à mãe. Luís XVI e Catarina da Rússia foram mediadores. O Tratado de Teschen (13 de maio de 1779) consolou José com 50 quilômetros quadrados do território da Baviera, mas destinou o restante daquele eleitorado a Carlos Teodoro, dessa forma unindo a Baviera ao Palatinado. A Prússia receberia Bayreuth e Ansbach por morte de seu soberano, que não tinha filhos. Todos reivindicaram a vitória.

Esta terceira crise entre a idosa imperatriz e o velho Frederico exauriu-a. Contava ela apenas 63 anos em 1780, mas estava gorda e asmática, e duas guerras, dezesseis gestações, assim como inúmeras preocupações, haviam debilitado o seu coração. Em novembro, andando em carruagem aberta, foi surpreendida por forte chuva. Acometeu-a uma tosse desagradável, mas ela teimou em passar o dia em sua escrivaninha, trabalhando. Certa vez, dissera: "Reprovo a mim mesma o tempo que passo dormindo."<sup>54</sup> Impossibilitada de respirar quando deitada, passou o fim da moléstia sentada numa cadeira. José convocou seus irmãos e irmãs, tratando-a com todo carinho. Os médicos perderam as esperanças de curá-la, e ela resignou-se a tomar os últimos sacramentos. José procurou acomodá-la mais confortavelmente, dizendo "Vossa Majestade está deitada em má posição", ao que respondeu-lhe a imperatriz: "Sim, porém o suficiente para nela morrer." Morreu em 29 de novembro de 1780.

## V. O DÉSPOTA ESCLARECIDO: 1780-90

Após sinceramente chorar a mãe, cuja grandeza ele agora compreendia, José sentiu-se livre para ser ele mesmo, e pôr em execução suas idéias nascentes de reforma. Era monarca absoluto da Áustria, Hungria, Boêmia e dos Países Baixos do Sul. Seu irmão, Leopoldo, obedecia-o da Toscana, sua irmã, Maria Antonieta, iria servi-lo na França. Sentiu profundamente as oportunidades que lhe cabiam no apogeu de sua vida e do seu poderio.

Como era ele? Com quarenta anos, ainda no vigor da existência, chegava a ser belo quando uma peruca lhe cobria a calvície. Possuía espírito quase febrilmente ativo, identificado com o seu tempo, porém era pouco firme em conhecimentos históricos e do caráter humano. Sempre cômico da exigüidade do tempo, errava em virtude da pressa, raramente por má vontade. Muitas são as histórias sobre sua sensibilidade para com os infortúnios alheios, e de sua presteza para minorar males irremediáveis.<sup>55</sup> Tornava-se acessível ao povo na medida em que lhe permitiam suas tarefas. Vivia com simplicidade, trajava-se como qualquer funcionário, esquivando-se das pomposas vestes reais. Era tão infenso a amantes quanto Frederico, não tendo nenhum "amigo grego". Seu amor era o trabalho. Como Frederico, trabalhava muito mais do que seus auxiliares. Inconscientemente preparara-se para suas responsabilidades. Viajara não para divertir-se ou por ostentação, mas para observar e estudar. Examinara indústrias, artes, obras de caridade, hospitais, cortes, estabelecimentos navais e militares de vários países. Com os próprios olhos perscrutara os povos, as classes, e os problemas de seu reino. Então, resolvera, na medida das possibilidades humanas, realizar os sonhos dos filósofos. "Uma vez que vim para este trono, e ostento a coroa mais importante do mundo, fiz da filosofia o legislador do império."<sup>56</sup> Todos os filósofos da Europa esperavam ansiosamente o grande empreendimento.

A primeira dificuldade era encontrar auxiliares que partilhassem daquele sonho. Aqueles que ele havia herdado eram quase todos das classes superiores, cujos privilégios seriam cortados pelas reformas. Kaunitz e van Swieten o apoiavam. Dois conselheiros privados, Qualtenburg e Gebler, e dois professores da Universidade de Viena, Martini e Sonenfels, encorajaram-no. Entretanto, abaixo desses homens havia burocratas com hábitos arraigados, confiantes na tradição, e automaticamente reagindo a mudanças. José também apressava-se em ser cortesão, tratava esses servidores como criados, atrapalhava-os com uma infinidade de ordens, pedia-lhes que comunicassem qualquer falta grave de seus colegas,<sup>57</sup> estorvava-os com questionários, exigindo que trabalhassem tão incessantemente quanto ele. Prometia-lhes, assim como às suas viúvas, uma pensão após dez anos de serviço. Eles agradeciam-lhe, ressentiam-se com os seus métodos e fomentavam seu orgulho. Confiante na justiça de seus objetivos, o imperador passou a ser intolerante a qualquer crítica ou debate. Escreveu a Choiseul (então, numa aposentadoria ociosa): "Sou feliz na medida do possível. Quase não tive felicidade e antes que termine a tarefa a que me impus, serei um velho."<sup>58</sup> Não viveu o bastante para ser velho.

Descartou qualquer idéia de democracia. Achava que o povo estava despreparado para o julgamento político. Com poucas exceções, adotariam quaisquer opiniões que lhes fossem apresentadas por seus senhores ou pelos padres. Mesmo uma monarquia

constitucionalista parecia inauspiciosa. Um parlamento como o da Inglaterra seria uma sociedade fechada de proprietários e bispos contra qualquer mudança de base. O imperador não tinha a menor dúvida de que somente uma monarquia absoluta podia quebrar a superfície dos hábitos, e as amarras dos dogmas, para proteger o fraco ingênuo contra o forte inteligente. Assim sendo, tomava a seu cargo todos os problemas, firmando diretrizes que abarcavam todas as fases da vida. A fim de obter o cumprimento de suas ordens, estabeleceu um sistema de espionagem que danificava seus benefícios.

Fazia parte de seu absolutismo instituir um exército regular, formado por convocação compulsória, independente dos magnatas do país, e fortalecido por uma disciplina prussiana. Esperava que esse exército desse força à sua voz nos negócios internacionais, conservando Frederico a distância; talvez (porque o nosso filósofo às vezes era ganancioso) lhe permitisse até anexar a Baviera e rechaçar os turcos dos Balcãs adjacentes. Nomeou uma comissão de juristas para reformar e codificar as leis. Após seis anos de trabalho, foi publicado um novo código civil de normas jurídicas. As penalidades foram minoradas, e abolida a pena de morte. (Na Inglaterra contemporânea, uma centena de crimes eram ainda considerados passíveis da pena capital.) Magia, feitiçaria e apostasia não eram mais punidas por lei. O duelo era proibido, assim como matar na prática dessa instituição era considerado assassinato. O casamento tornou-se um contrato civil e os casamentos entre cristãos e não-cristãos foram considerados legais. O divórcio era obtido das autoridades civis. Os magistrados somente seriam nomeados após treinos específicos e aprovação em exames difíceis. Muitas reuniões eclesiásticas foram abolidas. Todos eram iguais perante a lei. Os aristocratas ficaram chocados quando um de seus pares foi exposto no pelourinho e outro condenado a varrer as ruas.

A servidão foi abolida por uma série de decretos entre 1781-85. Era facultado a todos o direito de mudar de residência ou de ocupação, possuir propriedade e casar por consentimento mútuo, e advogados especiais estavam disponíveis para proteger os camponeses em suas novas liberdades. Os barões perderam jurisdição criminal sobre seus locatários, entretanto, para que as mansões desses barões não ficassem improdutivas, os senhores podiam pedir a seus antigos servos que lhes executassem algum serviço.

Convencido de que os regulamentos das companhias estorvavam o desenvolvimento econômico, o imperador incentivou a indústria capitalista, porém opôs-se à multiplicação da maquinaria, “temendo que iria destituir milhares de pessoas de seu meio de vida”.<sup>59</sup> Isentou os trabalhadores da indústria do alistamento compulsório, mas estes revoltaram-se contra a redução da folga nos feriados. Elevou comerciantes, industriais e banqueiros aos títulos nobiliárquicos e honrarias nacionais. Aboliu ou reduziu impostos internos, retendo altas tarifas protecionistas sobre as importações. Os fabricantes domésticos, protegidos da competição estrangeira, aumentaram os preços e produziram artigos inferiores.<sup>60</sup> Ressentidos com as tarifas, a Prússia, a Saxônia e a Turquia fecharam suas portas aos produtos do Império. O Elba, o Oder e o Danúbio perderam algumas de suas permutas. O imperador tentou aumentar seu tráfego terrestre com os portos do Adriático, abrindo uma nova estrada, a Via Josefina, através dos Alpes Carníolos. Instituiu uma Companhia das Índias Orientais, na esperança de

estabelecer comércio com o Oriente, a África e a América pelos portos livres de Fiume e Trieste. Em 1784, negociou um tratado comercial com a Turquia, porém, três anos mais tarde, a sua guerra com este país fechou as saídas do Danúbio para o Mar Negro, e os industriais do Danúbio ficaram falidos.

A fim de promover a circulação do capital retirou dos estatutos a antiga proibição de juros, empréstimos legais a cinco por cento, elevando um banqueiro judeu ao baronato. Ofereceu empréstimos estaduais e monopólios provisórios às novas empresas. Adotou a idéia dos fisiocratas de um imposto único incidindo apenas sobre a terra, variável de acordo com a localização e a fertilidade, e pago pelos grandes ou pequenos proprietários. Este plano foi levado a efeito ao custo de 120.000.000 de *gulden*, pagos pelos proprietários. A nova lei dispunha que o camponês guardaria setenta por cento de sua produção ou renda, daria doze por cento ao governo, dividindo o resto entre os tributos feudais e os dízimos eclesiásticos. Anteriormente ele pagara 34 por cento ao Estado, 29 por cento ao proprietário da terra, e dez por cento à Igreja, ficando apenas com 27 por cento.<sup>61</sup> Os nobres protestaram no sentido de que aquela nova distribuição iria arruiná-los. Na Hungria, revoltaram-se.

A população da Áustria, Hungria e Boêmia cresceu de 18.700.000, em 1780, para 21.000.000 em 1790.<sup>62</sup> Um contemporâneo relatou que as casas feitas de tijolo estavam substituindo as velhas choupanas rurais, e que o tijolo substituiu a madeira na construção urbana.<sup>63</sup> A pobreza permanecia, mas um edito imperial de 1781 instituiu o *Armen-institute* (Instituição para os Pobres) no qual qualquer pessoa impossibilitada de ganhar a vida poderia pedir asilo sem sacrifício de seu amor-próprio.

Embora José fosse oficialmente o "Vigário de Cristo", "Patrono da Igreja Cristã", "Protetor da Palestina(...) e da Fé Católica", logo após sua ascensão ao poder absoluto resolveu diminuir a posição da Igreja em suas terras "hereditárias" — isto é, Áustria, Hungria e Boêmia. Em 12 de outubro de 1781, promulgou um Editto de Tolerância: os protestantes e os ortodoxos gregos poderiam livremente possuir seus templos, escolas, convenções, propriedades, profissões, e ter cargos políticos ou militares. O imperador exortou o povo a "abster-se de disputas em matéria de fé(...) tratando cordial e amavelmente aqueles que professavam religiões diferentes".<sup>64</sup> Em uma de suas diretrizes a van Swieten, revelou francamente a fonte de sua inspiração: "A intolerância é o resultado da propagação do Iluminismo (*les lumières*) que agora se amplia por toda a Europa. Baseia-se na filosofia, e nos grandes homens que a instituíram.(...) O governo deve seguir apenas a filosofia."<sup>65</sup>

Havia limites a essa tolerância, como Voltaire fez ver em seu *Tratado de Tolerância* (1763). Alguns conselheiros alertaram o Imperador no sentido de que se todas as restrições fossem removidas haveria um crescimento excessivo de crenças desordenadas, até mesmo de verdadeiro ateísmo, o que eventualmente redundaria em antagonismos sectários, desordem social, e o desmantelamento de qualquer autoridade. De modo que, quando ele soube que várias centenas de boêmios declararam publicamente serem deístas (1783), ordenou que qualquer um praticante dessa crença, "deveria, sem qualquer investigação, receber 24 vergastadas nas nádegas com um chicote de couro e, em seguida, mandado para sua casa".<sup>66</sup> Alguns deístas irreduzíveis foram remetidos para as colônias militares. Mais adiante, veremos até onde foi o imperador em seus esforços para libertar os judeus.

O resultado do Editto de Tolerância foi um rápido aumento do número daqueles que professavam a religião protestante no reino, de 74 mil, em 1781, para 157 mil, em 1786. Cresceu também o número de livres-pensadores, mas estes ficavam restritos aos círculos privados. Os maçons, que há muito se tinham estabelecido na Áustria, instalaram uma loja em Viena (1781), a qual foi freqüentada por muitos cidadãos importantes, e (apesar do seu implícito deísmo) era apoiado pelo próprio imperador. “A finalidade daquela sociedade”, declarou um dos seus membros, “é tornar real essa liberdade de consciência e pensamento fomentada de maneira tão feliz pelo governo, assim como combater a superstição e o fanatismo(...) nas ordens monacais, as quais constituem o principal sustentáculo de tais males.”<sup>67</sup> As lojas maçônicas multiplicaram-se, chegando a oito apenas em Viena. Era moda pertencer a uma delas, e seus emblemas eram usados por ambos os sexos; Mozart chegou a compor músicas para suas cerimônias. Em tempo, suspeitou o imperador serem elas reduto da conspiração política. Em 1785, ordenou fossem as lojas divididas em duas, permitindo apenas uma em cada capital.

O imperador nomeou uma comissão para rever as leis da censura e, em 1782, promulgou seus resultados em um novo código. Eram proibidos livros que sistematicamente atacassem o cristianismo, ou contivessem “ditos imorais e obscenidades”. Entretanto, sofreriam também interdição os que contivessem fabulosos milagres, aparições, revelações e outros que induzissem o homem comum à superstição, suscitando a repulsa dos intelectuais.<sup>68</sup> Críticas e panfletos seriam permitidos, mesmo contra o imperador, contanto que estampassem o verdadeiro nome do autor, ficando, entretanto, sujeitos às leis do libelo. As bibliotecas franqueariam aos intelectuais os livros do *Index Romano Librorum Prohibitorum*, os quais seriam lidos no local. Totalmente isentas de censura ficariam as obras científicas, contanto que uma reconhecida autoridade atestasse seu caráter didático. A importação e venda de livros em idioma estrangeiro seriam feitas sem quaisquer empecilhos. Ampliou-se a liberdade acadêmica. Quando quatorze estudantes da Universidade de Innsbruck denunciaram seu professor às autoridades por argumentar ter o mundo mais de seis mil anos, o imperador resolveu sumariamente a questão da seguinte forma: “Os quatorze alunos devem ser exonerados, porque cérebros tão deficientes como estes não podem lucrar com a educação.”<sup>69</sup> Os novos regulamentos provocaram protestos veementes por parte das hierarquias. A resposta do imperador foi permitir total liberdade de publicação na cidade de Viena (1787). Mesmo anteriormente a essa liberação, os impressores aproveitaram-se do indulgente código de 1782: panfletos, livros e revistas invadiram a Áustria, com semi-obscenidades, “revelações” das freiras, e ataques à Igreja Católica, ou ao próprio cristianismo.

O imperador achou conveniente regulamentar os negócios eclesiásticos. Em 29 de novembro de 1781, promulgou um decreto fechando grande número de mosteiros e conventos, tais como “aqueles que não mantêm escolas, nem cuidam dos doentes, ou ocupam-se de estudos”. Dos 2.163 estabelecimentos religiosos nos domínios germânicos (Áustria, Estíria, Caríntia, Carníola) 413 foram fechados. Dos seus 65 mil moradores, 27 mil foram considerados livres, recebendo pensão, verificando-se igual ocorrência na Boêmia e na Hungria. “A monarquia”, disse o imperador, “é muito pobre e atrasada para se permitir o luxo de sustentar os ociosos.”<sup>70</sup> A riqueza das ex-



tintas instituições — no montante de cerca de sessenta milhões de *gulden* — foi declarada patrimônio do povo e confiscada pelo Estado. Os mosteiros restantes foram considerados inelegíveis para herdar propriedades. As ordens mendicantes receberam ordens de cessarem essas atividades, e proibidas de receberem novíços. As irmandades religiosas foram abolidas. Todos os pertences das instituições eclesiásticas eram registrados pelo governo, o que impedia fossem vendidos, alienados ou trocados.

Prosseguindo, o imperador colocou o episcopado católico sob controle estatal. Os novos bispos tinham de fazer juramento de obediência às autoridades seculares. Nenhuma regulamentação papal seria válida na Áustria sem a autorização governamental. Seriam ignoradas as bulas papais de 1362 e 1713, condenando os hereges ou jansenistas. Por outro lado, o imperador instituiu novas paróquias, construiu igrejas, concedendo emolumentos para sustentar os candidatos ao sacerdócio. Abriu novos seminários, prescrevendo-lhes um currículo que enfatizava a ciência e as humanidades, tanto quanto a teologia e a liturgia.

Tais medidas provocaram reações no clero católico de toda a Europa, com reiteradas instâncias para que o imperador revogasse seus decretos anticlericais. Sem resposta, ameaçaram-no com as torturas do inferno, mas ele, sorridente, prosseguiu no seu ponto de vista. Finalmente, o próprio Papa Pio VI, belo, culto, amável e frívolo, deu um passo inusitado, o de partir da Itália (27 de fevereiro de 1781), atravessar os Apeninos e os Alpes durante o inverno, e chegar a Viena (22 de março), com o firme propósito de fazer um apelo pessoal ao imperador. Aquela era a primeira vez, desde 1414, que um papa punha os pés em solo germânico. O imperador, acompanhado do cético Kautitz, saiu da cidade para acompanhar o pontífice ao apartamento que havia sido habitado por Maria Teresa. Durante a permanência do papa em Viena, grande multidão reuniu-se quase diariamente em frente ao palácio real, a fim de obter as bênçãos do Santo Padre. Posteriormente, o imperador fez a sua descrição:

· Todas as passagens e escadas do pátio estavam apinhadas de gente. Apesar da redobrada vigilância, era impossível proteger-se contra todas as coisas trazidas para bênçãos: escapulários, rosários, imagens. E nas bênçãos que ele dava sete vezes ao dia, do balcão, havia tamanha multidão, impossível de imaginar, a menos que se tenha visto. Não há exagero em dizer que, em uma das vezes, havia pelo menos sessenta mil almas. O espetáculo era belo. Camponeses e suas mulheres e filhos andaram vinte léguas para vir até aqui. Ontem, uma mulher foi esmagada bem abaixo da minha janela.<sup>71</sup>

José se comoveu, menos em virtude das eloqüentes exortações do papa, do que por aquela prova do poder da religião sobre o espírito humano. No entanto, continuava a fechar mosteiros, mesmo enquanto Pio VI era seu hóspede.<sup>72</sup> O papa, profeticamente, o advertiu: “Se persistirdes nos vossos projetos, demolidores da fé e das leis da Igreja, a mão do Senhor cairá pesadamente sobre vós, obstando-vos no decurso de vossa carreira, e abrindo a vossos pés um abismo que vos trará na flor da vida, pondo fim ao reino que poderíeis ter tornado glorioso.”<sup>73</sup> Após um mês de honrarias e fracassos, Pio VI tristemente retornou a Roma. Pouco tempo depois, o imperador nomeou, na qualidade de arcebispo de Milão, um Visconti, inaceitável para a cúria. O papa recusou-se a referendar, colocando a Igreja e o Império à beira de um

rompimento. O imperador não estava pronto para uma medida tão drástica. Correu a Roma (dezembro de 1782), visitou Pio VI, fez uma profissão de fé, obtendo o consentimento papal para que o Estado nomeasse os bispos — mesmo na Lombardia. O príncipe e o prelado separaram-se amigavelmente. O imperador espalhou trinta mil *scudi* entre a turba romana, sendo saudado com gritos de gratidão: “*Viva nostro imperatore!*”

De volta a Viena, continuou suas reformas. Tendo desafiado o papa como Lutero (com quem os protestantes agradecidos o comparavam), e tendo atacado os mosteiros como Henrique VIII, prosseguiu, como Calvino, limpando as igrejas, ordenando fossem removidos os ex-votos, e a maior parte das imagens acabando com o hábito de tocar nos santos, beijar as relíquias, e distribuir amuletos.(...) Regulamentou o tempo e o número dos serviços religiosos, as roupas da Virgem, a qualidade da música sacra, determinando fossem as litanias ditas em alemão, e não em latim. Para fazer peregrinações e procissões era necessário permissão das autoridades seculares, e no final apenas uma procissão era permitida — a de Corpus Christi. O povo era devidamente alertado para não se ajoelhar nas ruas à passagem da procissão, mesmo quando esta levava a hóstia consagrada. Bastava que se descobrisse. Os professores universitários foram avisados de que não eram mais obrigados a acreditar na imaculada concepção da Virgem.

Ninguém podia duvidar do humanismo dos objetivos do imperador. O dinheiro tomado dos mosteiros foi separado para a manutenção das escolas, dos hospitais e obras de caridade, assim como para as pensões destinadas aos padres e freiras desalojados e ao pagamento suplementar aos padres das paróquias pobres. Promulgou ainda o imperador vários estatutos destinados à promoção da educação. As comunidades com cem crianças em idade escolar tinham que manter escolas primárias. A educação elementar tornou-se compulsória e universal. Os colégios de meninas eram mantidos por freiras ou pelo Estado. Havia universidades em Viena, Praga, Lemberg, Pest e Louvain. As de Innsbruck, Brünn, Graz e Friburgo transformaram-se em *lycées*, a fim de ministrarem medicina, direito, ou artes mecânicas. Foram instituídas escolas de medicina, inclusive o “Josephinum”, em Viena, para medicina e cirurgia militares. Viena estava prestes a tornar-se um dos centros médicos mais adiantados do mundo.

## VI. O IMPERADOR E O IMPÉRIO

A dificuldade desse empreendimento revolucionário do imperador era redobrada em virtude da diversidade do seu reino. Conhecia bem a Áustria, mas, apesar de suas penosas viagens, não percebeu o quanto os magnatas húngaros estavam firmemente estabelecidos na vida econômica e política da nação, e como o patriotismo do povo sobrepujava os interesses de classe. Quando de sua ascensão ao trono recusara-se, de conformidade com a tradição, a ir a Pressburg para ser coroado rei da Hungria, pois naquela cerimônia teria de jurar fidelidade à constituição húngara, a qual sancionava as estruturas feudais da sociedade. Ofendeu todos os húngaros ao ordenar fosse transferida, de Buda para Viena, a coroa do padroeiro daquele país, Santo Estevão (1784). Restabeleceu o latim, e não o magiar, como o idioma jurídico e do ensino na Hungria. Contrariou os homens de negócios ao dificultar, por meio de tarifas, a exporta-

ção de seus produtos para a Áustria. Ofendeu a Igreja Católica ao imiscuir-se nos rituais tradicionais, permitindo que as comunidades protestantes húngaras se multiplicassem de 272 para 758, em um ano (1783-84). A Hungria viu-se em uma confusão de classes conflitantes, nacionalidades, idiomas e credos.

Em 1784, os camponeses da Valáquia (entre o Danúbio e os Alpes Transilvanos) irromperam em violenta revolta contra os senhores feudais, incendiando 182 castelos de barões e sessenta aldeias, matando quatro mil húngaros<sup>74</sup> e anunciando que faziam tudo com o beneplácito do imperador. Este, embora solidário com os camponeses vítimas de antiga opressão,<sup>75</sup> procurava terminar com o feudalismo pacificamente por lei, não podendo, por conseguinte, ativar a situação por meio de incêndio premeditado e homicídio. Enviou tropas para terminar a insurreição, a qual foi sustada, com 150 líderes executados. Os nobres culpavam-no pelo levante e os camponeses incriminaram-no pelo fracasso dele. O quadro era perfeito para uma revolta geral contra o imperador, em 1787.

Em novembro de 1780, o imperador foi pessoalmente tomar conhecimento dos problemas dos Países Baixos austríacos. Visitou Namur, Mons, Courtrai, Ypres, Dunquerque, Ostende, Bruges, Gand, Audenaarde, Antuérpia, Malines, Louvain, Bruxelas. Procedeu a uma incursão lateral nas Províncias Unidas — Rotterdam, Haia, Leiden, Haarlem, Amsterdam, Utrecht e Spa (onde jantou com o filósofo Raynal). Impressionou-se com o contraste entre a prosperidade da Holanda e a relativa estagnação da economia belga. Atribuiu-a à atividade e oportunidades dos homens de negócios holandeses, e ao fechamento do Rio Scheldt ao comércio marítimo, em decorrência do Tratado de Múnster (1648). Voltou a Bruxelas, onde conferenciou, tendo em vista obter melhores condições para o comércio, a administração e a legislação. Em janeiro de 1781, nomeou sua irmã, Maria Cristina, e seu marido, Duque Alberto de Saxe-Teschen, governadores dos Países Baixos austríacos.

Foi então que percebeu como estavam distantes de suas reformas os tradicionais privilégios da alta classe naquele país histórico. A província de Brabant possuía uma carta-régia datada do século XIII, conhecida como a *Joyeuse Entrée*. Qualquer governante que entrasse em Bruxelas devia jurar fidelidade a essa carta, declarando uma das suas cláusulas que, no caso desse soberano violar quaisquer de seus artigos, os súditos flamengos teriam o direito de recusar-lhe qualquer serviço e obediência. Uma outra cláusula dispunha que o soberano devia manter todos os privilégios, haveres e autoridade da Igreja Católica, fazendo vigorar todas as decisões do Concílio de Trento. Constituições semelhantes eram acalentadas pelos nobres e o clero das outras províncias. O imperador resolveu que essas tradições não deviam desafiar suas reformas. Após curta visita a Paris (julho de 1781), voltou a Viena.

Em novembro, principiou a aplicar a essas províncias o seu Editto de Tolerância. Tornou os conventos da Bélgica independentes do papa, fechou vários deles, confiscando suas receitas. Os bispos de Bruxelas, Antuérpia e Malines protestaram. José passou então a estender à “Belgium” os seus regulamentos sobre ex-votos, procissões e rituais. Retirou dos bispos o controle das escolas, dizendo que “os filhos de Levi não deviam mais ter um monopólio da mente humana”.<sup>76</sup> Anulou os privilégios exclusivos por longo tempo gozados pela Universidade de Louvain, ali estabelecendo um

novo seminário isento do domínio episcopal e determinando que todos os belgas, candidatos ao sacerdócio, deviam estudar, por um período de cinco anos, nessa instituição.<sup>77</sup> Ansioso por melhorar o governo provincial, substituiu (janeiro de 1787) os estados provinciais, ou congresso, e os velhos e aristocráticos Conselhos Privados por um único Conselho de Administração Geral, sob a direção de um plenipotenciário, nomeado pelo imperador, e um judiciário secular unificado, ao invés das existentes cortes feudais, territoriais, e eclesiásticas. Todas as pessoas, de quaisquer classes, foram declaradas iguais perante a lei.

Contra tais medidas aliaram-se nobres, alguns burgueses e o clero. A hostilidade desse grupo não cedeu ante os inúteis esforços por parte do imperador para reabrir o Scheldt ao comércio marítimo. A Holanda recusou permiti-lo, e a França, a despeito dos apelos de Maria Antonieta, aderiu à recusa. Em janeiro de 1787, os Estados de Brabant notificaram ao imperador que alterações na constituição vigente da província não podiam ser feitas sem o seu consentimento. Na verdade, estes informaram-no que seu domínio nos Países Baixos austríacos devia ser constitucional, não uma monarquia absoluta. José ignorou a declaração, mandando fazer vigorar os seus decretos. Os Estados recusaram-se a votar os impostos, a menos que suas reclamações fossem ouvidas. A agitação espalhou-se com tamanha violência, que Maria Cristina prometeu a anulação das detestadas reformas (31 de maio de 1787).

Onde se encontrava o imperador durante essa confusão? Flertava diplomaticamente com Catarina II, acreditando que um entendimento com a Rússia isolaria a Prússia e fortaleceria a Áustria contra os turcos. Mesmo antes da morte de sua mãe, José havia visitado a czarina em Mogilev (7 de junho de 1781), de lá indo até Moscou e São Petersburgo. Em maio de 1781, a Áustria e a Rússia firmaram uma aliança, comprometendo-se mutuamente a, em caso de um ataque, virem em auxílio uma da outra.

Confiando que o referido acordo imobilizaria o septuagenário Frederico, José tornou a oferecer (1784) os Países Baixos austríacos ao Eleitor Carlos Teodor, em troca da Baviera. O eleitor ficou tentado, porém Frederico arregimentou todas as suas energias para frustrar o plano. Fomentou a revolta contra o imperador na Hungria e na Bélgica. Induziu o Duque de Zweibrücken — herdeiro da Baviera — a opor-se à troca. Enviou emissários para convencer os príncipes alemães de que sua independência estava ameaçada pela expansão austríaca, conseguindo organizar (23 de julho de 1785) a Prússia, a Saxônia, Hanôver, Brunswick, Mogúncia, Hesse-Cassel, Baden, Sawe-Weimar, Gotha, Mecklemburgo, Ansbach e Anhalt, em um Fürstenbund, ou Liga de Príncipes, os quais se comprometiam a resistir a qualquer expansão da Áustria às custas de um estado alemão. O imperador tornou a apelar para sua irmã, em Versalhes. Maria Antonieta fez valer seu charme junto a Luís XVI para conseguir-lhe o apoio de seu irmão. Vergennes, ministro do Exterior, alertou Luís contra o consentimento. José confessou-se vencido pela velha raposa que fora o ídolo de sua juventude. Quando, em agosto de 1786, recebeu a notícia da morte de Frederico, expressou dupla tristeza: “Como soldado, lastimo a morte de um grande homem que marcou época nas artes marciais. Como cidadão, lamento que sua morte tenha ocorrido com um atraso de trinta anos.”<sup>78</sup>

O imperador não tinha agora outra esperança que não a de estender seu reino, unindo-se a Catarina numa campanha para dividir entre eles as possessões européias na Turquia. Quando a imperatriz da Rússia partiu, em janeiro de 1787, para visitar e atemorizar sua nova conquista no sul, convidou José a encontrar-se com ela no meio do caminho e acompanhá-la à Criméia. Ele foi, porém não concordou logo com sua proposta de se unirem numa cruzada. "O que desejo", disse ele, "é a Silésia, e uma guerra com a Turquia não me dará isso." Não obstante, quando a Turquia declarou guerra à Rússia (15 de agosto de 1787), José viu-se forçado a agir. Sua aliança com Catarina exigia que ele a auxiliasse numa guerra "defensiva". Além disso, como a Turquia estava numa situação tão crítica, a Áustria tinha uma chance de reaver a Sérvia e a Bósnia, e até mesmo um porto no Mar Negro. De modo que, em fevereiro de 1788, José mandou seus soldados para a guerra, ordenando-lhes que se apoderassem de Belgrado.

Entretanto, nesse meio tempo, os suecos aproveitaram-se da oportunidade para enviar uma força contra São Petersburgo. Catarina convocou tropas do sul a fim de defender sua capital. Os turcos, aliviados da pressão que contra eles fazia a Rússia, concentraram sua força contra os austríacos. José, que partiu para comandar seu exército, constatou que ele se enfraquecia pela apatia, deserção e doença. Ordenou a retirada, voltando a Viena desesperado e vencido. Entregou o comando a Laudon, um herói da Guerra dos Sete Anos. O velho marechal redimiu as armas austríacas capturando Belgrado (1789). Falhando a investida da Suécia contra a Rússia, os soldados de Catarina retrocederam em massa em direção ao sul, conseguindo escapar em número ligeiramente superior na competitiva matança com os turcos. José já se rejubilava com a perspectiva de uma tão esperada glória marcial, quando a Prússia, Inglaterra, Suécia e Holanda, temendo o expansionismo russo, intervieram em auxílio aos turcos. Subitamente, José viu toda a Europa protestante em armas contra ele. Mais uma vez, apelou para a França, mas esta, em 1789, estava às voltas com a Revolução. A Prússia, sob Frederico Guilherme II, firmou uma aliança com a Turquia (janeiro de 1790), enviando agentes para fomentar revolta contra o imperador da Hungria e os Países Baixos austríacos.

A Hungria, via com bons olhos essas tramas, pois constituíam franca repulsa aos editos de alistamento compulsório do imperador, suas tributações, mudanças de idioma e reformas religiosas. Em 1786, Emerich Malongei convocou os húngaros para elegerem seu próprio rei. Em 1788, Remigius Franyó organizou um complô para tornar Frederico Guilherme rei da Hungria. Os condes Esterházy e Károlyi denunciaram o conluio ao imperador, sendo Franyó condenado a sessenta anos de prisão. Em 1789 os Estados Húngaros apelaram para a Prússia a fim de livrá-los da Áustria. Quando a notícia da Revolução Francesa chegou à Hungria, ouviram-se no país gritos de independência. José, que sentia a morte nas veias, não tinha mais forças para manter sua situação. Seu irmão Leopoldo insistiu para que cedesse. Em janeiro de 1790, o imperador fez a seguinte proclamação:

Decidimos restabelecer a administração do Reino [da Hungria](...) ao *status* de 1780.(...) Instituíamos [as reformas] por dedicação ao bem comum, e na esperança de que vós, guiados pela experiência, as julgásseis satisfatórias. Convencemo-nos

de que preferis a velha ordem.(...) Entretanto, desejamos que o nosso Editto de Tolerância(...) assim como o relativo aos servos, sua maneira de proceder e sua relação para com os senhores, permaneçam em vigor.<sup>80</sup>

Em fevereiro, a coroa de Santo Estevão retornou a Buda, sendo aclamada pelo povo em júbilo em todos os lugares em que estacionava. A revolta extinguiu-se.

A revolta nos Países Baixos austríacos continuava no auge, pois lá sentia-se o calor do movimento revolucionário nas cercanias da França. José recusava-se a confirmar a promessa feita por sua irmã aos Estados de Brabante, de que as reformas repelidas por ele seriam anuladas. Ordenou fossem postas em vigor, instruindo a seus soldados para atirar a qualquer sinal de resistência, o que foi feito, redundando na morte de seis revoltosos em Bruxelas (janeiro de 1788), além de um número desconhecido em Antuérpia e Louvain. Um advogado de Bruxelas, Henri van den Noot, intimou o povo a se armar e se alistar voluntariamente num exército em favor da independência. O apelo foi imediatamente apoiado pelo clero. A tudo isso, somou-se uma anômala inspiração com a notícia de que a Bastilha caíra. Logo, dez mil "Patriotas", destralemente conduzidos, puseram-se em campo. Em 24 de outubro, um manifesto do "povo de Brabante" anunciou a deposição de José II, na qualidade de seu soberano. Em 26 do mesmo mês, um contingente de Patriotas derrotou os soldados austríacos. Todas as cidades foram ocupadas pelos revoltosos. Em 11 de janeiro de 1790, as sete províncias declararam sua independência, proclamando a República dos Estados Unidos da Bélgica, tomando o nome das tribos belgas que haviam perturbado César há dezoito séculos. Inglaterra, Holanda e Prússia apressaram-se em reconhecer o novo governo. José apelou para a França, pedindo auxílio, mas a França também estava ocupada, depondo o seu rei. Todo o velho mundo que José conhecera parecia estar se desagregando. E a morte o chamava.

#### VII. ATRA MORS

A amargura dos últimos meses foi total. A Hungria e a Bélgica revoltaram-se. Os turcos avançavam. O seu exército insubordinara-se. Seu próprio povo, que outrora o amara, virara-se contra ele como transgressor dos seus sagrados costumes e credos. Os padres denunciavam-no como infiel, os nobres odiavam-no por ter libertado seus servos, o camponês pedia mais terras, o pobre das zonas urbanas estava prestes a morrer de fome, todas as classes amaldiçoavam a alta dos impostos e dos preços em virtude da guerra. Em 30 de janeiro de 1790, ao render-se totalmente, José rescindiu todas as reformas decretadas desde a morte de Maria Teresa, exceto o fim da servidão.

Qual o motivo do seu fracasso? Aceitara com toda fé e generosa confiança a tese dos *philosophes* no sentido de que um monarca bem-educado e de boa vontade seria o melhor instrumento de esclarecimento e reforma. Ele possuía uma boa educação, mas sua boa vontade estava empanada pelo amor ao poder, e, nos últimos tempos, sua ânsia de conquista sobrepujou o cuidado de colocar um filósofo no trono. Faltava-lhe a capacidade do filósofo para duvidar. Tomava como certo tanto a sabedoria dos meios como dos fins. Procurou remediar um grande número de males ao mesmo tem-

po, e muito depressa. O povo não podia absorver a estonteante multiplicidade de seus decretos. Ordenava com mais facilidade do que convencia. Procurou realizar em uma década o que requeria um século de mudanças no setor educacional e econômico. No fundo, foi o povo que o decepcionou. Todos estavam muito enraizados em seus privilégios e preconceitos, em seus hábitos e credos, para lhe darem o apoio e a compreensão sem os quais, em reformas tão audaciosas, o seu absolutismo era impotente. Preferiam suas igrejas, padres e seus dízimos, ao invés de seus espiões e suas guerras. Não podiam confiar num homem que ironizava suas adoradas lendas, atormentava seus bispos e humilhava seu papa.

No decurso de todos aqueles anos difíceis, desde 1765, seu corpo rebelara-se contra sua vontade. O estômago não podia digerir seu ritmo. Por repetidas vezes, e em vão, aconselhara-o a descansar. O Príncipe de Ligne advertira-o, dizendo que ele estava se matando. Ele o sabia, mas “O que posso fazer?”, dizia ele. “Estou me matando porque não consigo despertar os outros para trabalhar.”<sup>81</sup> Não tinha os pulmões em bom estado, sua voz era fraca e cavernosa. Tinha veias varicosas, olhos lacrimejantes, erisipela, hemorróidas. (...) Expôs-se a toda espécie de climas na guerra com os turcos. Como milhares na tropa, apanhou febre quartã. Por vezes quase não podia respirar. “Meu coração palpita ao menor movimento.”<sup>82</sup> Na primavera de 1789 começou a vomitar sangue — “quase cem gramas de uma só vez”, escreveu ele a Leopoldo. Em junho, teve violentas dores nos rins. “Observo a mais rigorosa dieta, não como nem legumes, nem carne ou laticínios. Como apenas arroz e tomo sopa.”<sup>83</sup> Teve um abscesso no ânus. Este e as hemorróidas tiveram de ser lancetados. Teve edema. Pediu a Leopoldo que fosse a Viena e assumisse o governo. “Não sinto ter de deixar o trono”, disse, “tudo o que me atormenta é ver tão pouca gente feliz.”<sup>84</sup> Ao Príncipe de Ligne escreveu: “O seu país matou-me. A tomada de Gand foi a minha agonia. A perda de Bruxelas é a minha morte. (...) Vá aos Países Baixos, traga-os de volta ao seu soberano. Se não pode fazer isto, fique lá. Não sacrifique o seu interesse por minha causa. Você tem filhos.”<sup>85</sup> Fez seu testamento, deixando generosas dádivas à sua criadagem e “às cinco senhoras que suportaram a minha companhia”.<sup>86</sup> Compôs o próprio epitáfio: “Aqui jaz José, que não logrou êxito em nada.”<sup>87</sup> Recebeu, resignadamente, os últimos sacramentos da Igreja Católica. Pedia para morrer e, em 20 de fevereiro de 1790, a morte lhe foi concedida. Contava 48 anos. Viena rejubilou-se com sua morte, a Hungria deu graças a Deus.

Foi ele um fracasso? Na guerra, sem dúvida, o foi. Apesar das vitórias de Laudon, Leopoldo II (1790-92) julgou conveniente fazer a paz com a Turquia (4 de agosto de 1791) na base do *status quo ante*. Impossibilitado de pacificar os barões húngaros, Leopoldo revogou a concessão de liberdade aos escravos. Na Boêmia e na Áustria, preservaram-se maior número de reformas. Os editos de tolerância não foram repelidos. A Igreja continuou sujeita às leis do Estado. A legislação econômica liberou e estimulou o comércio e a indústria. A Áustria passou, sem revolução violenta, do estado medieval para o moderno, participando de diversos modos, da vida cultural do século XIX.

“Profundamente convicto da integridade de minhas intenções”, escrevera José a Kaunitz, “espero que, quando eu morrer, a posteridade — mais favorável, mais im-

parcial e, conseqüentemente, mais justa do que meus contemporâneos — examinará minhas ações e minhas finalidades antes de julgar-me.”<sup>88</sup> Levou muito tempo para que a posteridade pudesse fazê-lo, porém aprendeu finalmente, embora deplorando sua autocracia e pressa, a reconhecê-lo o mais destemido e verdadeiro, assim como o menos ponderado dos “déspotas esclarecidos”. Depois que passou a reação do tempo de Metternich, foram restabelecidas, uma por uma, as reformas de José II, e os revolucionários de 1848 colocaram uma coroa de reconhecida gratidão em seu túmulo.



## A Reforma da Música

NÃO aceitamos de pronto o guerreiro José II como músico. No entanto, segundo nos relatam, ele teve uma “profunda educação musical”, possuía uma agradável voz de baixo, ouvia um concerto quase diariamente, e era um hábil executante, da partitura, no violoncelo, viola e cravo.<sup>1</sup> Muitos nobres eram músicos, e um número muito maior patronos da música. E a classe seguia o exemplo. Todos os lares tinham um cravo, todos aprendiam a tocar qualquer instrumento. Trios e quartetos eram executados nas ruas, assim como os concertos ao ar livre, nos parques, e no dia de São João, nas embarcações iluminadas, no canal do Danúbio. A ópera florescia na corte e no Teatro Nacional da Ópera, fundado por José II, em 1778.

No início do século XIX Viena foi soberana como a capital da música na Europa, porque em fins do século XVIII reuniu as tradições rivais da música da Alemanha e da Itália. Da Alemanha veio a polifonia, da Itália a melodia. Da Alemanha veio o *Singspiel* — uma mistura de drama burlesco, diálogo falado, música eventual e canções populares; da Itália, a *opera buffa*. Em Viena, as duas formas aglutinavam-se, como *O Rapto do Serralho*, de Mozart. Em geral, a influência italiana superou a alemã em Viena. A Itália conquistou a Áustria com suas árias, como a Áustria conquistou o norte da Itália com as armas. Em Viena, a *opera seria* era sobretudo italiana, até Gluck; e este formou-se na música italiana:

### I. CHRISTOPH WILLIBALD GLUCK: 1714-87

Nasceu em Erasbach, no Alto Palatinado. Seu pai era guarda florestal e católico. Em 1717 este mudou-se com a família para Neuschloss, na Boêmia. No colégio dos jesuítas em Komotau, Christoph recebeu instrução religiosa, aprendeu latim, os clássicos, canto, violino, órgão e cravo. Em 1732, mudou-se para Praga, ali tomando lições de violoncelo e cantando nas igrejas, tocando violino nas festas e dando concertos nas cidades vizinhas.

Qualquer rapaz inteligente era atraído para Praga; os inteligentíssimos conseguiam chegar a Viena. A idéia de Gluck era obter uma colocação na orquestra do Príncipe Ferdinand von Lobkowitz. Em Viena, ouviu óperas italianas, tornando-se sensível ao magnetismo da Itália. O Príncipe Francesco Melzi gostou de sua execução, convidando-o a Milão (1737). Gluck estudou composição com Sammartini, tornando-se admirador do estilo italiano. Suas primeiras óperas (1741-45) foram criadas segundo os métodos italianos, sendo primeira regidas na Itália. Os sucessos obtidos renderam-lhe um convite para compor e produzir uma ópera destinada ao Haymarket Theatre, em Londres.

Naquela cidade Gluck apresentou *La caduta de' giganti* (1746). Saiu de cartaz com fracos elogios, tendo o velho e grosseiro Haendel declarado que Gluck "sabia tanto contraponto quanto o meu cozinheiro".<sup>2</sup> Entretanto, o cozinheiro possuía boa voz de baixo, e a fama de Gluck não seria só em relação ao contraponto. Ao encontrar-se com ele, Burney disse que "seu gênio é pior do que o de Haendel(...) e tem o rosto horrivelmente marcado de varíola, (...) e sua cara é feia e carrancuda".<sup>3</sup> Talvez para equilibrar seu orçamento, Gluck anunciou ao público que daria "um concerto de 25 copos de água, afinados [enchendo-os em diferentes níveis] com água pura e acompanhados por toda a banda [orquestra], sendo um novo instrumento inventado por ele, onde executava tudo quanto se pode fazer num violino ou cravo. Essa "harmônica de copos", ou "copos musicais", havia sido introduzida em Dublin dois anos antes. Gluck fazia ressoar as notas batendo nas bordas dos copos com dedos úmidos. A apresentação (23 de abril de 1746) chamou a atenção dos curiosos, sendo repetida uma semana mais tarde.

Entristecido com este sucesso, Gluck deixou Londres em 26 de dezembro, dirigindo-se a Paris. Naquela cidade, estudou as óperas de Rameau, que fazia inovações ao realizar um movimento de integração entre a música, o bailado e a ação. Em setembro regeu óperas em Hamburgo, teve uma ligação com uma cantora italiana e contraiu sífilis. Sua recuperação foi tão lenta que, ao partir para Copenhague (24 de novembro) estava impossibilitado de reger. Voltando a Viena, casou-se com Mariana Pergia (15 de setembro de 1750), filha de um rico comerciante. Suas finanças estabilizaram-se com o dote levado pela noiva. Tomou uma casa em Viena, desaparecendo num longo lazer.

Em setembro de 1754, o Conde Marcello Durazzo colocou-o como *Kapellmeister*, a dois mil florins por ano, a fim de compor para a corte. Durazzo estava cansado da ópera italiana convencional, de modo que colaborou com Gluck num drama musical, *L'innocenza giustificata*, na qual a história não era mais um mero sustentáculo para a música, e a música não mais um conjunto de árias, mas o reflexo da música sobre a ação, e as árias — até mesmo os coros — entravam no enredo com alguma lógica. Por conseguinte, a *première* (dezembro de 1755) consistia no arauto e o primeiro produto da reforma que, segundo a história, se associa ao nome de Gluck. Já vimos em outra parte as contribuições de Benedetto Marcello, Jommelli e Traëtta para essa evolução, assim como o apelo de Rousseau, de Voltaire e dos Enciclopedistas para uma união mais estreita entre o drama e a música. Metastasio muito havia auxiliado, ao insistir arrogantemente que a música devia ser a serva da poesia.<sup>4</sup> O entusiasmo de Winckelmann para restaurar os ideais gregos na arte talvez tenha influenciado

Gluck, e todos os compositores sabem que a ópera italiana principiara como tentativa para reviver o drama clássico, no qual a música subordinava-se à peça teatral. Nesse meio tempo, Jean-Georges Noverre (1760) advogava a elevação do balé, de meros curveteios ritmados para a pantomima dramática que expressaria “as paixões, hábitos, costumes, cerimônias de todos os povos sobre a Terra”.<sup>5</sup> Por uma misteriosa alquimia do gênio, Gluck envolveu todos esses elementos em uma forma operística nova.

Um dos segredos do sucesso é aproveitar a chance quando esta se nos apresenta. O que fez Gluck abandonar os libretos de Metastasio e tomar Raniero da Calzabigi como o poeta de *Orfeo ed Euridice*? Os dois homens nasceram no mesmo ano, 1714, porém em lugares distantes, pois Calzabigi nasceu em Livorno. Após vida aventureira, nos amores e nas finanças, foi para Paris, lá publicando uma edição das *Poesie drammatiche* (1755), de Metastasio, prefaciando-a com uma “Dissertazione”, expressando seu desejo de ver surgir uma nova espécie de ópera — “um maravilhoso conjunto resultante da reciprocidade de um grande coro, dança, e dramaticidade, nos quais a poesia e a música unam-se magistralmente”.<sup>6</sup> Mudando-se para Viena, interessou Durazzo por suas idéias sobre a ópera. Este convidou-o a escrever um libreto. Calzabigi compôs *Orfeo ed Euridice*. Durazzo ofereceu o poema a Gluck, que viu no enredo simples e unificado um tema que podia destacar todas as suas potencialidades.

O resultado foi apresentado em Viena, a 5 de outubro de 1762. Para o papel de Orfeu, Gluck conseguiu o mais reputado contralto *castrato* da época, Gaetano Guadagni. A história era tão velha quanto a ópera. Uma dúzia de libretistas já a haviam utilizado entre 1600 e 1761. A platéia podia seguir a ação sem compreender italiano. A música dispensava recitativos desacompanhados, árias *da capo* e floreios decorativos; por outro lado seguia o estilo italiano, porém erguendo-se a alturas de uma pureza jamais alcançada antes. O grito desolador de Orfeu depois de perder pela segunda vez sua amada para a morte — “*Che farò senz'Euridice?*” — é ainda a mais bela ária da ópera. Ao ouvir este trecho e a trenódia da flauta em “Dança dos Espíritos Abençoados”, surpreendemo-nos que o tempestuoso filho da Boêmia tenha podido encontrar tanta delicadeza dentro da alma.

*Orfeu* não foi recebido entusiasticamente em Viena, porém Maria Teresa ficou muito emocionada com a ópera, enviando a Gluck uma caixa de rapé cheia de ducados, sendo ele logo designado para ensinar canto à Arquiduquesa Maria Antônia. Nesse meio tempo, ele e Calzabigi trabalhavam na ópera considerada o melhor trabalho dos dois, isto é, *Alceste*. No prefácio ao modelo publicado, escrito por Calzabigi para Gluck, o compositor declara os princípios de sua reforma operística:

Quando prometi musicar *Alceste*, decidi despojá-la completamente de todas aquelas impropriedades(...) que por tanto tempo desfiguraram a ópera italiana.(...) Esforcei-me por restringir a música ao seu próprio mister de servir à poesia por meio de expressão, seguindo as situações da história sem interromper a ação ou asfíxiá-la com inúteis e supérfluos comentários.(...) Não penso ser obrigado a passar rapidamente sobre a segunda parte de uma ária — na qual a letra talvez seja a mais apaixonada e importante — para repetir as palavras da primeira parte.(...) Penso que a *ouverture* deveria informar o espectador sobre a natureza da ação a ser representada, formando, desta maneira, o seu enredo(...) e que os instrumentos orquestrais deveriam ser introduzidos em proporção com o interesse e a intensidade das pala-

vras, não deixando no diálogo aquele acentuado contraste entre a ária e o recitativo, (...) [que] arbitrariamente perturba a força e o calor da ação. (...) Acredito que os meus maiores esforços deveriam ser dedicados à procura de uma bela simplicidade.<sup>7</sup>

Em resumo, a música tinha de servir e intensificar o drama, e não fazer deste um mero suporte para exhibições vocais ou orquestrais. Gluck levou a questão ao extremo ao dizer “estar procurando esquecer que era músico”<sup>8</sup> e formar, com o libretista, uma só pessoa na composição do *dramma per musica*. A história de *Alceste* vai um pouco além do que se pode acreditar, porém Gluck redimiu-a com uma opressiva *ouverture* que pressupunha e conduzia à trágica ação, acompanhada de cenas de tocante ternura entre Alceste e seus filhos, com a sua invocação aos deuses da região dos mortos, na ária “*Divinités du Styx*”, tudo isso associado com majestosos corais e conjuntos espetaculares. Essa ópera teve sessenta audições depois da *première*, em 1767 e 1779. Contudo, os críticos julgaram-na com muitos defeitos, e os cantores queixaram-se de que a referida ópera não lhes dava suficiente liberdade para exhibir seus dons artísticos.

O poeta e o compositor tentaram mais uma vez com *Paride ed Elena* (30 de novembro de 1770). Calzabigi inspirou-se para o enredo em Ovídio, que tornara a história de Páris e Helena um romance pessoal ao invés de uma tragédia internacional. A obra teve vinte representações em Viena, uma em Nápoles, não havendo mais representações em outras cidades. Calzabigi assumiu a responsabilidade pelo relativo fracasso, renunciando a escrever libretos. Gluck foi colher em outras searas. Um amigo da embaixada francesa em Viena, François du Rollet, sugeriu que o público de Paris talvez gostasse da cortesia de uma ópera francesa por compositor alemão. De acordo com sugestões de Diderot e Algarotti de que a *Iphigénie* constituía assunto ideal para uma ópera, Du Rollet moldou a peça em um libreto, submetendo-o a Gluck. O compositor julgou o material completamente de acordo com seu gosto, pondo-se logo a trabalhar.

A fim de preparar o terreno em Paris, Du Rollet dirigiu-se ao diretor da Opéra em carta publicada no *Mercure de France*, em 1º de agosto de 1772 — dizendo-lhe a indignação de “Monsieur Glouch” com a crença de que a língua francesa não se prestava para a música, e informando sobre a proposta do compositor de provar o contrário com a *Iphigénie en Aulide*. Tendo em vista arrefecer a ira de Rousseau (então vivendo pacatamente em Paris) Gluck enviou uma carta ao *Mercure* (1º de fevereiro de 1773) expressando o desejo de consultar Rousseau sobre “os meios em vista para fazer música adequada a todas as nações, deixando desaparecer a ridícula distinção de música nacional”.<sup>9</sup> Como complemento a esta obra-prima de divulgação, Maria Antonieta, lembrando-se de seu antigo mestre, usou de sua influência na Opéra. O empresário concordou em fazer representar *Iphigénie*. Chegando a Paris, submeteu cantores e orquestra a ensaios árduos e disciplinados raramente vistos por eles. Sophie Arnoud, a diva reinante, mostrou-se tão intratável que Gluck ameaçou abandonar a tarefa. Joseph Legros parecia por demais enfraquecido pela moléstia para representar o papel do poderoso Aquiles. Gaetan Vestris, o atual deus da dança, queria que metade da ópera fosse bailado.<sup>10</sup> Gluck puxou os cabelos, ou a peruca, teimou e triunfou. A *première* (19 de abril de 1774) foi a sensação musical do ano. Podemos

sentir a agitação da exuberante capital por uma carta de Maria Antonieta à sua irmã Maria Cristina, em Bruxelas:

Um grande sucesso, minha querida Cristina! E eu a me deixar arrebatado por ele, e o povo não falando em outra coisa. Todos em ebulição por causa desse evento.(...) Há desinteligências e disputas como se fosse(...) uma discussão religiosa. Na corte, embora eu publicamente expressasse ser a favor desse trabalho inspirado, há partidos e debates de particular vivacidade, e na cidade parece que ainda é pior.<sup>11</sup>

Rousseau retribuiu as explicações de Gluck, anunciando que “a ópera de Monsieur Gluck virou todas as cabeças. Ele está convencido de que a língua francesa pode adaptar-se, como qualquer outra, a uma música vigorosa, emocionante e sensível”.<sup>12</sup> A *ouverture* foi tão extraordinariamente bela que o auditório da primeira noite pediu sua repetição. Houve críticas sobre o número exagerado de árias, que interrompiam o drama. Entretanto, revestiam-se de complexa profundidade de sentimento, característica da música de Gluck. Em uma dessas árias, quando Agamemnon diz “*Au faite des grandeurs*”, o Abade Arnaud exclamou: “Com uma ária dessas é possível encontrar uma religião.”<sup>13</sup>

Gluck passou a ser então, juntamente com Luís XV, que estava morrendo, o assunto de conversa em Paris. Sua corpulência, faces rubicundas e nariz maciço eram apon-tados onde quer que fosse, assim como seu gênio imperioso se tornava assunto de centenas de anedotas. Greuze pintou seu retrato, revelando o jovial bom humor por detrás da fisionomia vincada pelas lutas e tensões. Comia como o Dr. Johnson e bebia somente menos do que Boswell. Não fingia desprezar o dinheiro, e prontamente compartilhava da admiração de seu trabalho. Tratava de igual modo cortesãos e as pessoas simples — como inferiores. Esperava que os nobres lhe entregassem sua peruca, seu casaco, sua bengala; e quando era apresentado a um príncipe e continuava sentado, explicava: “O hábito na Alemanha é levantar-se apenas para aqueles a quem respeitamos.”<sup>14</sup>

O diretor da Ópera lhe avisara que se a *Iphigénie en Aulide* fosse aceita ele teria de escrever mais cinco óperas sob encomenda urgente, de vez que *Iphigénie* afastaria todas as outras óperas do palco. Isso não assustou Gluck, cujo sistema era aproveitar partes de suas composições mais antigas encaixando-as nas novas. Dispunha de *Orfeo ed Euridice* traduzida para o francês e, considerando a inexistência de um bom contralto, escreveu novamente a parte de Orfeu para o tenor Legros. Sophie Arnoud, que se tornou tratável, fez o papel de Eurídice. A *première* em Paris foi um sucesso animador. Maria Antonieta, então rainha da França, concedeu uma pensão de seis mil francos a “*mon cher Gluck*”.<sup>15</sup> Voltou a Viena cheio de felicidade.

Em março de 1776, voltou a Paris com uma versão francesa de *Alceste*, que foi apresentada em 23 de abril, recebendo débeis aplausos. Afeito ao sucesso, Gluck reagiu a esse revés com orgulho ofendido: “*Alceste* não é uma obra para dar prazer momentâneo, ou agradar, porque é nova. Para ela o tempo não existe, e garanto que vai proporcionar igual prazer daqui a duzentos anos, se a língua francesa não mudar.”<sup>16</sup> Em junho, retirou-se para Viena e logo depois principiou a musicar *Roland*, um libreto de Quinault, revisto por Marmontel.

Foi então que principiou a mais famosa disputa na história da ópera, porque, na-

quele meio tempo, a direção da Opéra encomendou a Niccolò Piccini, de Nápoles, que pusesse em música o mesmo libreto e viesse a Paris a fim de apresentá-lo. Em 31 de dezembro de 1776, Piccini partiu. Sabedor da encomenda, Gluck enviou a Du Rollet (então em Paris) uma carta de olímpica ira:

Acabo de receber sua carta(...) exortando-me a continuar minha obra relativa à letra da ópera *Roland*. Isto não é mais possível desde que eu soube que a direção da Opéra, sem ignorar que eu estava trabalhando em *Roland*, entregou o mesmo trabalho a M. Piccini. Queimei o que já estava feito, o que talvez não valesse grande coisa.(...) Não estou mais em situação de entrar em competições, e M. Piccini teria tido grande vantagem sobre mim, de vez que — à parte seu mérito pessoal, que certamente é muito grande — ele teria o da novidade... Estou convencido de que um certo político meu conhecido oferecerá jantares e ceias a três quartos de Paris, a fim de conseguir-lhe prosélitos.<sup>17</sup>

Por motivos não esclarecidos, esta carta, obviamente particular, foi publicada em *Année littéraire* de fevereiro de 1777. Tornou-se, involuntariamente, uma declaração de guerra.

Gluck chegou a Paris em 29 de maio, levando uma nova ópera, *Armide*. Os compositores rivais encontraram-se em um jantar. Abraçaram-se e conversaram amigavelmente. Piccini viera à França sem saber que iria ser um joguete numa embrulhada de intriga partidária e comércio operístico, pois, de sua parte, era fervoroso admirador da obra de Gluck. Apesar da maneira amistosa em que se deu o encontro dos dois protagonistas, a guerra continuava nos salões e nos cafés, nas ruas e nos lares. “Ao abrir-se a porta ao visitante”, relatava Charles Burney, “a pergunta invariavelmente era: ‘*Monsieur, êtes vous Picciniste ou Gluckiste?*’”<sup>18</sup> Marmontel, d’Alembert e Laharpe lideravam o grupo partidário de Piccini e do estilo italiano. O Abade Arnaud defendeu Gluck na *Profession de foi en musique*. Rousseau, que havia iniciado a guerra com sua *Lettre sur la musique française* pró-música italiana (1753), foi a favor de Gluck.

*Armide* foi apresentada em 23 de setembro de 1777. O motivo e a música constituíam a volta às formas estabelecidas anteriormente à reforma de Gluck. A história, extraída de Tasso, exaltava o cristão Rinaldo e a pagã Armida. A música era Lully restabelecida à forma romântica, e o bailado era Noverre *in excelsis*. A platéia apreciou a mistura, dando à ópera grande acolhida. Entretanto, os *Piccinistes* condenaram *Armide* como uma renovação de Lully e Rameau. Aguardavam ansiosamente pelo *Roland*, de seu músico-padrão. Piccini dedicou-o a Maria Antonieta, com a seguinte justificativa: “Transplantado, isolado, em um país em que tudo me era novo, obstado em meu trabalho por mil dificuldades, necessito de toda a coragem, e esta me desampara.”<sup>19</sup> Alguns momentos chegava ao ponto de quase abandonar a disputa e voltar à Itália. Continuou perseverantemente, tendo o conforto de obter sucesso no dia da estréia (27 de janeiro de 1778). As duas vitórias ocasionaram o empate, a guerra do público continuou. Mme. Vigée-Lebrun presenciou-a em primeira mão. “O costumeiro campo de batalha localizava-se nos jardins do Palais-Royal. Ali os partidários de Gluck e Piccini brigaram tão violentamente que chegaram a provocar muitos duelos”<sup>20</sup>

Gluck voltou a Viena em março, parando em Ferney a fim de ver Voltaire. Levou

para o seu país dois libretos. Um de Nicolas-François Gaillard, baseado em *Iphigenia in Tauris*, de Eurípides; o outro do Barão Jean-Baptiste de Tschoudi sobre o tema de Eco e Narciso. Trabalhou com os dois libretos e, no outono de 1778, estava pronto para outra batalha. De modo que, em novembro, vamos encontrá-lo novamente em Paris e, em 18 de maio de 1779, apresentou na Opéra o que muitos estudiosos de música consideram sua maior composição, *Iphigénie en Tauride*. Trata-se de uma história melancólica, e grande parte da música é monótona e lastimosa. Há momentos em que nos cansamos dos agudos lamentos de Efigênia. Entretanto, ao findar a representação, o encanto da música e dos versos acalmando nosso ceticismo, percebemos haver presenciado a um drama profundo e intenso. Segundo depoimento de um contemporâneo, a ópera possuía muitas passagens belas. "O único trecho belo", disse o Abade Arnaud, "(...) é a obra toda."<sup>21</sup> Na noite da estréia a ópera foi ovacionada entusiasticamente.

Gluck desafiou os deuses na pressa de apresentar uma outra peça, *Écho et Narcisse* (21 de setembro de 1779). Esta fracassou, fazendo com que o maestro, num acesso de cólera, deixasse Paris (outubro), declarando estar farto daquela cidade, não pretendendo mais escrever óperas. Se tivesse ficado, poderia ter ouvido uma outra *Iphigénie en Tauride*, uma produção de Piccini que exigiu dois anos de trabalho. Na sua estréia (23 de janeiro de 1781) a ópera foi bem recebida, mas na segunda noite Mlle. Laguerre, a quem coube o papel principal, estava tão embriagada que Sophie Arnoud aniquilou a representação, denominando-a *Iphigénie en Champagne*.<sup>22</sup> Esse contratempo acabou com a guerra operística. Piccini, num belo gesto, deu-se por vencido.

Em Viena, Gluck sonhou com outras vitórias. Em 10 de fevereiro de 1780, escreveu a Carlos Augusto de Saxe-Weimar: "Estou muito velho e malbaratei as melhores potencialidades de minha inteligência na nação francesa, não obstante sinto dentro de mim um impulso para escrever algo para o meu próprio país."<sup>23</sup> Então musicou algumas odes de Klopstock, as quais eram o início dos mais belos *lieder*. Em abril de 1781 teve um derrame, consolando-se entretanto com a acolhida, em Viena, de *Iphigenia in Tauris*, e da renovação de *Orfeo e Alceste*. Em 15 de novembro, ao receber amigos em sua casa, sorveu, de um só gole, uma bebida alcoólica muito forte, que lhe havia sido proibida. Sobrevieram-lhe convulsões e morreu em quatro horas. Em Nápoles, Piccini tentou, em vão, levantar fundos para concertos anuais em memória de seu rival.<sup>24</sup> Continuando com suas melodias, a Itália ignorou as reformas de Gluck. Mozart seguia a escola italiana, e deve ter ficado chocado com a idéia de fazer da música a servidora da poesia. Porém Herder, que surgiu no final desse período criador, ao considerá-lo com restritos conhecimentos de Bach, Haydn e Mozart, apontou Gluck como o maior compositor do século.<sup>25</sup>

## II. JOSEPH HAYDN: 1732-1809

É mais fácil amar Haydn, pois trata-se de um homem que não brigava com ninguém, exceto com sua mulher, considerava os concorrentes seus amigos, impregnava sua música de alegria, e sempre fora inimigo da tragédia.

Não possuía privilégios de nascimento. Seu pai era construtor de carruagens e pintor de casas em Rohrau, pequena cidade na fronteira austro-húngara. Sua mãe fora cozinheira dos condes de Harrach. Ambos eram de estirpe eslavo-croata, e não alemã. Muitas melodias de Haydn evocam as canções croatas. Era o segundo de doze filhos, dos quais seis morreram na infância. Em seu registro de batismo constava Franz Josef Haydn, entretanto, era hábito chamar as crianças pelo segundo nome.

Com a idade de seis anos, foi viver com um parente, Johann Matthias Franck, que tinha uma escola em Hamburgo. Naquele colégio as classes principiavam às sete horas, indo até as dez. Em seguida, havia missa, depois vinha uma refeição, classes de doze às três, seguidas de instrução musical. Foi educado na religião, e nunca a abandonou. Sua mãe desejava torná-lo padre, ficando profundamente magoada quando ele preferiu a vida incerta de músico. Franck incentivou a inclinação do rapaz pela música, ensinou-lhe tudo quanto estivesse ao seu alcance, mantendo-o em severo regime de estudo. Em idade avançada, Haydn lembrava-se e perdoava os acontecimentos daquele tempo: "Em toda a minha vida serei grato àquele homem por obrigar-me a estudar tanto, embora eu contasse com mais pancada do que comida."<sup>26</sup> Depois de dois anos com Franck, Haydn foi mandado para Viena, junto a Georg Reutter, *Kapellmeister* em Santo Estêvão. Reutter julgou que "sua voz fraquinha e suave" encontraria lugar em um coro. Assim é que, com a idade de oito anos, o garoto tímido e ambicioso foi morar no *Kantorei*, ou Colégio de Cantores, adjacente à majestosa catedral. Tinha ali as lições de aritmética, escrita, latim, religião, canto e violino. Cantou na catedral e na Capela Imperial, porém era tão mal alimentado que regozijava-se quando chamavam-no para cantar em casas particulares, onde podia encher o estômago, além de exhibir suas canções.

Em 1745, seu irmão Michael, cinco anos mais moço, juntou-se a ele no *Kantorei*. Nessa ocasião, a voz de Josef principiou a falhar. A fim de conservar sua voz de soprano, aconselharam-no a consentir em ser castrado, porém os pais se opuseram. Reutter conservou-o consigo o maior tempo possível, e depois, em 1748, Josef, então com dezesseis anos, viu-se livre e sem vintém, assim como sem encanto pessoal para conseguir as graças da sorte. Tinha o rosto marcado de varíola, nariz enorme, as pernas curtas demais para o corpo, a roupa esfarrapada, o porte desajeitado, as maneiras tímidas. Ainda não era habilitado em nenhum instrumento, mas as composições já rondavam sua cabeça.

Um camarada do coro ofereceu-lhe um quarto numa água-furtada, e Anton Buchholz emprestou-lhe 150 florins, que o honesto Haydn mais tarde pagou. Todos os dias tinha de buscar água levando-a até a água-furtada, mas obteve um clavicórdio, tomou alunos e sobreviveu. Trabalhava dezesseis horas na maior parte dos dias da semana, tocava violino numa igreja, órgão na capela particular do Conde Haugwitz, ministro de Maria Teresa, às vezes cantando na capela de Santo Estêvão. O famoso Metastasio possuía um apartamento no mesmo edifício, de modo que obteve para Haydn o cargo de professor de música da filha de um amigo. Por intermédio de Metastasio, Haydn conheceu Porpora. Propôs servir ao príncipe dos mestres de canto de qualquer forma em troca de aulas de composição. Obteve as preciosas aulas, de modo que prontificava-se a polir os sapatos do maestro, limpar seu casaco e sua peruca, assim como acompanhava Porpora e seus alunos ao piano. Recordando esses fatos, dizia



Haydn: “O meu exemplo prova aos jovens que alguma coisa pode surgir do nada. Tudo quanto sou é o resultado da maior necessidade.”<sup>27</sup>

Através dos novos amigos travou relações com Gluck e Dittersdorf, e com vários membros da nobreza. Karl Joseph von Fürnberg levou-o (1755) para uma estada em sua casa de campo, em Weinzirl, perto de Melk. Ali encontrou uma orquestra de oito figuras, além de lazer para compor. Principiou a compor seus primeiros quartetos. Para a estrutura da sonata de três movimentos, que adotou de Karl Filipe Emanuel Bach, acrescentou um minuetto, fez uma partitura de quatro movimentos para quatro figuras, dando ao quarteto instrumental sua forma moderna. Em 1756, voltou a Viena, obteve alunas ilustres tais como a Condessa von Thun, e, em 1759, aceitou o posto de *Musikdirektor* que lhe ofereceu o Conde Maximilian von Morzin, cuja orquestra particular de doze ou dezesseis figuras tocava em Viena durante o inverno, exibindo-se no verão na *villa* do referido conde, na Boêmia. Para esse conjunto, Haydn escreveu sua primeira sinfonia (1759).

Como agora estava ganhando duzentos florins anuais, com casa e comida, julgou poder arriscar-se a casar. Entre suas alunas, havia duas filhas de um peruqueiro. Apaixonou-se pela mais moça, mas ela entrou para o convento; o pai insistiu para que Haydn se casasse com a irmã, Maria Anna (1760), ela com 31 anos, ele com 28. A moça revelou-se belicosa, intolerante, gastadeira e estéril. “Ela não liga a mínima se o marido é um artista ou um sapateiro remendão.”<sup>28</sup> Principiou a reparar nas outras mulheres.

Entre os frequentadores dos concertos do Conde Morzin achava-se o Príncipe Anton Esterházy. Quando Morzin desmanchou sua orquestra, o príncipe contratou Haydn (1761) como diretor e assistente de música de sua vivenda de campo em Eisenstadt, na Hungria. O contrato era de quatrocentos florins anuais, com direito a sentar-se à mesa dos oficiais, ficando “especificamente estipulado que, ao ser a orquestra convocada a tocar em público, os(...) músicos deviam apresentar-se uniformizados(...) de meias brancas, camisa de linho branco, e(...) de rabicho, ou peruca”.<sup>29</sup> Em Eisenstadt, o *Kapellmeister*, Gregor Werner, ocupava-se de música sacra. Haydn preparava os concertos e compunha músicas para estes. Tinha sob sua direção quatorze músicos, sete cantores e um coro selecionado entre os empregados do príncipe. A pequena dimensão da orquestra e a qualidade da platéia contribuíam para determinar a leveza e a boa qualidade da música composta por Haydn para a família Esterházy. A genialidade de seu espírito tornou-o popular entre os músicos. Chamavam-no “Papai Haydn” logo que chegou a Eisenstadt, embora contasse apenas 29 anos.<sup>30</sup> Compôs para eles sonatas, trios, quartetos, concertos, canções, cantatas e umas trinta sinfonias. Embora muitas dessas composições pertencessem por contrato ao príncipe, eram publicadas ou circulavam em manuscrito, em Viena, Leipzig, Amsterdam, Paris e Londres, dando a Haydn, por volta de 1766, uma reputação internacional.

Quando Pál Anton morreu (18 de março de 1762), foi sucedido na qualidade de chefe da família Esterházy pelo irmão Miklós József, que amava a música quase tanto quanto seu uniforme tachonado de diamantes. Tocava bem a *viola di bordone* (uma variante da viola-de-gamba), sendo um bom patrão para Haydn, nos quase trinta anos de convivência. Haydn dizia: “O meu príncipe estava sempre satisfeito com os meus trabalhos. Eu não apenas tinha o incentivo de constante aprovação, como, na quali-

dade de regente de orquestra, podia fazer experiências, observar o que fazia sensação, e o que não fazia, ficando desse modo em condições de melhorar, alterar(...) e ser audacioso quantas vezes quisesse. Vivia isolado do mundo, ninguém me atrapalhava ou atormentava, de maneira que via-me forçado a ser original.”<sup>31</sup>

Werner morreu em 5 de março de 1766, e Haydn tornou-se *Kapellmeister*. Logo depois, a família mudou-se para o novo palácio — o Schloss Esterházy — que Miklós construíra na extremidade sul do Neusiedler See, a noroeste da Hungria. O príncipe era tão afeiçoado ao lugar que lá vivia do início da primavera até todo o outono. No inverno, mudava-se para Viena, algumas vezes com os seus músicos. Os músicos ressentiam-se dessa solidão no campo, principalmente quando ficavam separados, durante três estações do ano, de suas mulheres e filhos. Entretanto, eram bem pagos e não ousavam queixar-se. Certa vez, a fim de insinuar a Miklós que seus músicos ansiavam por uma licença, Haydn compôs a *Sinfonia do Adeus* (Nº 5), na qual, ao chegar ao fim, os instrumentos iam, um depois do outro, desaparecendo da partitura, o músico apagava a sua vela, pegava a música e o instrumento e saía do palco.

O príncipe percebeu a insinuação, providenciando mais cedo a partida para Viena.

Haydn constituía uma exceção com a licença de levar sua mulher para ficar junto dele em Esterháza, porém não apreciou o privilégio. Em 1779, apaixonou-se por Luigia Polzelli, uma cantora medíocre, que fora contratada juntamente com seu marido, Antonio, que era violinista. Haydn achava que, não tendo a Igreja Católica permitido que ele se divorciasse de sua importuna mulher, podia, por caridade, consentir que ele se divertisse de vez em quando, de maneira que não se esforçava para ocultar sua ligação. Antonio era muito velho e doente para reclamar ostensivamente, sabendo que o conservavam no grupo apenas porque o *Kapellmeister* gostava de Luigia. Ela viera para Esterháza com um filho de dois anos. Em 1783, teve outro menino, que os boatos diziam ser de Papai Haydn. Este afeiçoou-se pelos dois meninos, auxiliando-os durante toda a sua vida.

Na ocupação diária em Esterháza, sem o estímulo da competição, Haydn progredia vagarosamente como compositor. Nada produziu de importante até a idade de 32 anos, na qual Mozart já havia terminado toda a sua *oeuvre*, com exceção da *Flauta Mágica* e do *Réquiem*. Haydn compôs suas melhores obras depois dos cinquenta anos. Sua primeira e mais importante sinfonia quando tinha quase sessenta, e *A Criação*, aos 66. Escreveu várias óperas para serem apresentadas em Esterháza, mas quando recebeu convite de Praga para submeter uma ópera à platéia daquela cidade, numa série que incluía *As Bodas de Fígaro* e *Don Giovanni*, ele hesitou em carta de nobre modéstia (dezembro de 1787):

Os senhores me pedem uma *opera buffa*. (...) Se desejam representá-la em Praga não posso satisfazer-lhes. Minhas óperas são inseparáveis da companhia para a qual as compus, e nunca produziram o efeito que delas se espera separadas do seu meio ambiente. Seria outro caso se eu tivesse a honra de receber uma encomenda dos senhores para compor uma nova ópera para seu teatro. Entretanto, mesmo assim, seria arriscado colocar-me em posição de competir com o grande Mozart. Se eu pudesse inspirar os amantes da música, especialmente das grandes músicas, com sentimentos tão profundos, e compreensão tão clara quanto os meus, para ouvir as incomparáveis obras de Mozart, então, certamente, a nação disputaria a posse dessa

jóia dentro de suas fronteiras. Praga deve lutar para reter tal tesouro em suas mãos, porém não sem uma recompensa adequada. A ausência dessa recompensa muitas vezes entristece a vida de um grande gênio, não oferecendo incentivo para prosseguir nos esforços do futuro. Revolto-me pelo fato de Mozart não ter sido ainda contratado por qualquer corte imperial ou real. Desculpem-me esta digressão, mas o fato é que eu muito estimo Mozart.<sup>32</sup>

O próprio Haydn ansiava por uma corte onde seu talento de desenvolvesse mais amplamente, entretanto tinha de contentar-se com os elogios da realeza. Fernando IV, de Nápoles, Frederico Guilherme II, da Prússia, e a Grã-Duquesa Maria Fedorovna, da Rússia, remetiam-lhe presentes. Em 1781, Carlos III, da Espanha, mandou-lhe uma caixa de rapé incrustada de diamantes, viajando o embaixador daquele país a Esterháza a fim de, pessoalmente, entregar-lhe o pequeno tesouro. Talvez Boccherini, então estabelecido em Madri, tenha tido alguma interferência neste caso, pois ele tão zelosamente adotara o estilo de Haydn que o seu apelido era “a esposa de Haydn”.<sup>33</sup> Quando o cabido da Catedral de Cádiz resolveu encomendar uma música para as “Últimas Sete Palavras de Nosso Salvador” dirigiu-se a Haydn, que respondeu com um oratório (1785), logo apresentado em muitos países — nos Estados Unidos, em 1791. Em 1784, um produtor de Paris encomendou seis sinfonias. Haydn correspondeu com seis *Sinfonias de Paris*. Recebeu diversos convites para reger concertos em Londres. Haydn sentia-se ligado à Esterháza, tanto por lealdade, como por contrato, mas sua correspondência particular revelava crescente impaciência para maiores perspectivas.

Em 28 de setembro de 1790, o Príncipe Miklós József morreu. O novo príncipe, Anton Esterházy, não gostava muito de música. Despediu quase todos os músicos, conservando entretanto Haydn a seu serviço, com uma pensão anual de 1.400 florins, permitindo-lhe morar onde bem entendesse. Este, quase imediatamente, mudou-se para Viena. Várias propostas lhe foram feitas, a mais urgente de Peter Salomon, que declarou: “Vim de Londres para buscá-lo. Amanhã concluiremos um contrato.” Ofereceu trezentas libras por uma nova ópera, mais trezentas para seis sinfonias, duzentas pelos direitos autorais, trezentas para vinte concertos na Inglaterra, e ainda mais duzentas para um concerto a ser realizado lá em benefício de Haydn — ao todo 1.300 libras. Este não sabia inglês e temia a travessia do Canal. Mozart suplicou-lhe para não se aventurar com tanto trabalho e riscos: “Oh, Papai, você não foi educado para correr mundo, e além disso fala tão poucas línguas!” Ao que respondeu Haydn: “Mas a língua que falo é compreendida em todo o mundo.”<sup>34</sup> Vendeu a casa de Eisentadt que o Príncipe Miklós József lhe dera, garantiu o futuro de sua mulher e sua amante, e partiu para a grande aventura. Os últimos dias antes da partida ele os passou em companhia de Mozart, que chorou ao vê-lo ir-se: “Temo, Papai, que este seja o nosso último adeus.”

Haydn e Salomon deixaram Viena em 15 de dezembro de 1790, chegando a Londres a 1º de janeiro de 1791. O primeiro concerto foi uma apoteose. O *Morning Chronicle* terminou o noticiário sobre o mesmo dizendo: “Não podemos deixar de expressar o ardente desejo de que o primeiro gênio da música, incentivado pela nossa cordial recepção, resolva fixar residência na Inglaterra.”<sup>35</sup> Todos os concertos foram bem-sucedidos e, em 16 de maio, um concerto beneficente estimulou Haydn com 350 li-

bras. Naquele mês assistiu ao Concerto Comemorativo de Haendel, na Abadia de Westminster, ouvindo o *Messias*. Tão impressionado ficou que chorou, declarando humildemente: "Haendel é o mestre de todos nós."<sup>36</sup> Burney sugeriu que a Universidade de Oxford desse ao novo Haendel o título de professor *honoris causa*, e isto foi feito. Em julho, foi para a universidade na qualidade de professor de música, regendo ali sua Sinfonia em Sol Maior (Nº 92). Ele já a havia composto três anos atrás, mas daí em diante passou a ser conhecida como a *Sinfonia de Oxford*. O seu belo movimento cadenciado evoca a velha balada inglesa "Lord Randall".

Após ver o campo inglês, semelhante a uma divina transfiguração de sementes e chuva, e voltando a Londres, Haydn começou a aceitar com prazer os convites para as casas de campo. Naquela cidade fez muitos amigos por sua agradável disposição para tocar e cantar nas reuniões íntimas. Haydn recebia alunos adiantados de composição, sendo um deles uma viúva rica e bonita, Johanna Schroeter. Embora com sessenta anos, a aura de sua fama subiu-lhe à cabeça, e ela lhe ofereceu o seu amor. Mais tarde, ele comentou: "É bem provável que eu me tivesse casado com ela, se fosse solteiro."<sup>37</sup> Em carta a Luigia Polzelli, queixou-se: "Aquele animal danado de minha mulher escreveu-me tantas coisas que me vi obrigado a dizer-lhe que não voltaria mais."<sup>38</sup>

Apesar das três mulheres na sua consciência e no seu bolso, trabalhava arduamente, compondo seis (Nºs 93 a 98) das doze *Sinfonias de Londres*. Em comparação com suas produções de Eisenstadt e Esterháza, evidenciam extraordinário progresso. Talvez as sinfonias de Mozart o houvessem estimulado, ou ele fosse posto à prova pela recepção que tivera na Inglaterra, ou, ao ouvir Haendel, tenha despertado nele sensibilidades inexploradas pela tranqüilidade do meio ambiente das montanhas da Hungria, ou suas ligações amorosas o tenham acordado para sentimentos ternos e alegria pura. Achava difícil deixar Londres, mas estava ligado pelo contrato com o Príncipe Anton Esterházy, que na ocasião insistia na sua volta, a fim de participar nos preparativos das festas da coroação do Imperador Francisco II. Assim sendo, em fins de junho de 1792, cruzou novamente o Canal da Mancha, indo de Calais a Bruxelas, a Bonn, encontrou-se com Beethoven (então com 22 anos), assistiu à coroação em Frankfurt, chegando a Viena a 29 de julho.

Nenhum jornal mencionou o seu regresso, nenhum concerto foi organizado para ele, a corte o ignorou. Mozart lhe teria dado as boas-vindas, mas ele não mais vivia. Haydn escreveu à viúva, ofereceu lições grátis ao filho de Mozart, insistindo junto aos editores para publicar maior número de suas músicas. Foi viver com a mulher numa casa que é hoje o Museu Haydn (Haydngasse, 19). Sua mulher quis que ele pusesse a propriedade em seu nome. Ele recusou. Intensificaram-se as disputas entre os dois. Em dezembro de 1792, Beethoven foi estudar com ele. Os dois gênios não se identificaram. Beethoven era orgulhoso e dominador. Haydn chamava-o o "grão-mogol",<sup>39</sup> estando por demais absorto em seu próprio trabalho para corrigir conscienciosamente os exercícios de seu aluno. Beethoven tomou outro professor secretamente, porém continuou as aulas com Haydn. "Não aprendi nada com ele", disse o jovem titã.<sup>40</sup> Entretanto, muitas de suas primeiras obras seguiam o estilo de Haydn, e algumas eram dedicadas ao velho mestre.

Na Áustria o apreço a Haydn cresceu e, em Rohrau, em 1792, o Conde von Har-

rach mandou erguer um monumento na cidade para o mais famoso de seus filhos. Contudo, ainda estavam vívidas as recordações dos triunfos e amizades da Inglaterra, e quando Salomon ofereceu-lhe um segundo contrato em Londres, com a encomenda de elaborar seis novas sinfonias, ele prontamente aquiesceu. Em 19 de janeiro de 1794 deixou Viena, chegando a Londres em 4 de fevereiro. Esta estada de dezoito meses na Inglaterra foi um sucesso tão animador quanto o primeiro. A segunda série das *Sinfonias de Londres* (N.ºs 99 a 104) foi bem recebida, um concerto beneficente rendeu a Haydn 400 libras, os alunos lhe pagavam um guinéu por aula, e a Sra. Schroeter era sua vizinha. Era novamente o favorito da aristocracia. Tanto o rei como o inimigo do rei, o Príncipe de Gales, o recebiam. A rainha ofereceu-lhe uma casa em Windsor, durante o verão, se ele permanecesse na Inglaterra mais uma temporada. Haydn desculpou-se dizendo que o novo Príncipe Esterházy chamava-o, e não podia ausentar-se por tanto tempo de sua esposa(!). O Príncipe Anton morreu. O seu sucessor, Príncipe Miklós II, desejava restabelecer as realizações orquestrais em Eisenstadt. Assim foi que, as malas prontas e os bolsos cheios, Haydn saiu de Londres em 15 de agosto de 1795 a caminho da pátria.

Após visita a sua própria estátua em Rohrau, procurou Miklós II em Eisenstadt, organizando um programa musical para diversas ocasiões. Com exceção do outono e verão, vivia em sua própria casa nos arredores de Viena. Nos anos de 1796-97, Napoleão dispersava os austríacos à sua frente na Itália, e o ressurgimento do sentimento revolucionário na Áustria ameaçava o trono dos Habsburgos. Recordou-se Haydn de que modo a emoção despertada pelo "Deus salve o Rei" havia fortalecido a dinastia de Hanôver na Inglaterra. Não poderia o hino nacional fazer o mesmo para o Imperador Francisco II? Seu amigo, Barão Gottfried (filho do médico de Maria Teresa), o sugeriu ao Conde von Saurau, ministro do Interior. Saurau nomeou Leopoldo Haschka para compor o texto. O poeta concordou com o "*Gott erhalte Franz den Kaiser, unsern guten Kaiser Franz!*" A essas palavras Haydn adaptou o ritmo de uma velha canção croata, sendo o resultado um hino nacional simples porém inspirador. Foi pela primeira vez cantado publicamente no aniversário do imperador, 12 de fevereiro de 1797, em todos os principais teatros do reino austro-húngaro. Continuou, com algumas mudanças na letra, sendo o hino nacional austríaco até 1938. Haydn desenvolveu a melodia, com algumas variações, o segundo movimento de seu quarteto de cordas, Opus 76, N.º 3.

Ainda sob a magia de Haendel, Haydn tentou rivalizar com o *Messias*. Salomon lhe havia oferecido um libreto compilado do *Paraíso Perdido* de Milton. Van Swieten traduziu-o paara o alemão, e Haydn compôs o imponente oratório *Die Schöpfung*. A *Criação* foi executado perante uma audiência convidada ao palácio do Príncipe von Schwarzenberg, em 29-30 de abril de 1798. Uma multidão numerosíssima reuniu-se do lado de fora do palácio, sendo necessária uma polícia montada de cinquenta homens (assim é relatado) para manter a ordem.<sup>41</sup> O príncipe financiou uma audição pública no Teatro Nacional, em 19 de março de 1799, dando toda a renda (quatrocentos florins) ao compositor. Os ouvintes receberam a música com fervor quase religioso, e logo ouvia-se o oratório em quase todas as principais cidades cristãs. A Igreja Católica condenou a composição por ser muito alegre para tema tão augusto, Schiller concordou com Beethoven ao ridicularizarem a imitação feita por Haydn dos animais

do Éden. Entretanto, Goethe elogiou a obra, que, na Prússia, do século XIX, foi a mais tocada das composições corais.

Van Swieten apresentou outro libreto, uma adaptação de *As Estações*, de James Thomson. Haydn trabalhou nele quase dois anos (1799-1801) para grande prejuízo da saúde. *As Estações*, dizia ele, "quebraram minhas costas". A *première* foi bem recebida (24 de abril de 1801). A peça, entretanto, não suscitou entusiasmo amplo e duradouro. Após reger *As Sete Últimas Palavras de Cristo*, em benefício de um hospital, retirou-se da vida ativa.

Sua mulher morreu em 20 de março de 1800, entretanto Haydn estava agora velho demais para gozar a liberdade, mas não tanto para gozar a fama. Consideravam-no o decano dos compositores. Uma dúzia de cidades tributavam-lhe honrarias. Músicos famosos — Cherubini, os Webers, Ignaz Pleyel, Hummel — prestavam-lhe homenagens. Não obstante, reumatismo, tonteiras e outras moléstias deixavam-no melancólico, irritável, e com uma devoção amedrontada. Camille Pleyel, ao fazer-lhe uma visita, encontrou-o "com um rosário na mão, e penso que ele passa o dia inteiro rezando. Diz que o seu fim está perto. (...) Não me demorei, porque vi que desejava ficar só".<sup>42</sup> Certo dia correu um boato falso de que Haydn havia morrido. Cherubini escreveu uma cantata dedicada a ele e Paris planejou um concerto em memória com o *Réquiem*, de Mozart. Depois, houve uma comunicação de que Haydn estava vivo. Quando soube do fato, Haydn disse: "Eu teria ido a Paris para reger o *Réquiem*".<sup>43</sup>

Apareceu pela última vez em público em 27 de março de 1809, quando era cantada a *Criação* na Universidade de Viena para celebrar seu iminente 76º aniversário. O Príncipe Esterházy mandou sua carruagem a fim de levar o inválido ao concerto. Haydn foi carregado numa cadeira até a sala, entre uma audiência de nobres e celebridades. Princesas envolviam o corpo trêmulo com seus xales. Beethoven, ajoelhando-se, beijou-lhe a mão. A emoção subjugou o velho compositor que, durante o intervalo, teve de ser levado para casa.

Em 12 de maio de 1809, a artilharia de Napoleão principiou a bombardear Viena. Uma bala de canhão caiu perto da casa de Haydn, sacudindo-a e assustando seus moradores, mas ele tranquilizou-os: "Crianças, não se assustem, onde Haydn está, não pode acontecer nenhum mal." Era verdade, exceto em relação a ele próprio. O bombardeio aniquilou-lhe o sistema nervoso. Quando os franceses tomaram a cidade, Napoleão ordenou que uma guarda de honra ficasse diante da casa do compositor. Ao entrar, um oficial francês cantou uma ária da *Criação* "num estilo tão másculo e sublime" que Haydn o abraçou. A 31 de maio morreu, com 77 anos. Todas as grandes cidades da Europa celebraram serviços religiosos em sua memória.

As realizações históricas de Haydn situavam-se no desenvolvimento das modalidades musicais. Vivificou a orquestra ao equilibrar os instrumentos de corda com os de sopro e de percussão. Construindo sobre a obra de Sammartini, Stámitz e Karl Philipp Emanuel Bach, estabeleceu a estrutura da sonata como a exposição, elaboração e recapitulação de temas contrastantes. Preparou, para Mozart, o *divertimento*, menos formal do que a suíte, e de mais fácil adaptação para as reuniões sociais. Deu ao quarteto de cordas a sua configuração clássica ao estendê-lo para quatro movimentos, concedendo ao primeiro movimento a "forma de sonata". Então, os seus suces-

sores tinham de usar o mesmo número e qualidade de instrumentos que Haydn empregara, realizando, em vários casos, uma beleza terna e maviosa para a qual muitos voltam com um certo alívio depois das intrincadas complexidades dos últimos quartetos de Beethoven.

Ainda vivem umas nove ou dez das 104 sinfonias de Haydn. Os nomes não foram escolhidos por ele, e sim dados pelos comentaristas e editores. Observamos em outros comentários a evolução da sinfonia (isto é, o conjunto de sons) partindo da *ouverture*, através das experiências de Sammartini e Stamitz. Muitos outros precederam Haydn na moldagem da estrutura da sinfonia clássica, e quando ele emergiu de Esterháza para entrar em um mundo mais amplo, não era velho demais para aprender com Mozart como preencher a estrutura com ênfase e sentimento. A *Sinfonia de Oxford* constitui o marco de sua ascensão a maiores amplitudes e pujança, a *Sinfonia de Londres* mostra-o no seu mais amplo alcance sinfônico. A de N° 101 (*Sinfonia do Relógio*) é deliciosa, e a 104 quase chega a Mozart.

Em geral, percebemos na sua música uma natureza graciosa e delicada que talvez nunca tenha sentido a profundidade da dor ou do amor, e que foi impelida a produzir com muita rapidez para permitir o amadurecimento do conceito, tema ou frase. Haydn era muito feliz para ser profundamente grande, falando muitas vezes para dizer muito. E, no entanto, existe um tesouro de encantamento puro e plácido nessas alegres partituras. Aqui, conforme se expressou, “aquele que está cansado e alquebrado, ou o homem sobrecarregado de negócios, poderá gozar algum conforto e refúgio”.<sup>44</sup>

Logo depois de sua morte, Haydn saiu de moda. Suas obras refletiam um mundo feudal estável, e um meio de abundância e de aristocrática segurança. Eram por demais alegres e satisfeitas com si mesmas para agradar a um século de revoluções, crises, êxtases românticos e desespero. Voltou a ser apreciado quando Brahms o elogiou e Debussy escreveu *Homage à Haydn* (1909). Os homens compreenderam que, se os Rafaéis e os Miguel Ângelos da música que o sucederam impregnaram suas composições de pensamentos mais profundos e métodos sutis, era porque Haydn e seus predecessores haviam moldado as formas que receberiam o ouro que eles trariam. Haydn disse: “Sei que Deus concedeu-me talento, e eu Lhe agradeço a dádiva. Creio haver cumprido com o meu dever e ter sido útil.(...) Deixemos que outros façam o mesmo.”<sup>45</sup>

## Mozart

### I. O MENINO PRODÍGIO: 1756-66

**S**ALZBURGO, assim como Praga, Pressburg e Esterháza, era o posto avançado da música da cidade de Viena. Possuía características próprias pelas minas de sal que deram origem ao seu nome, pelas montanhas que a cercavam, e pelo Rio Salzach que atravessava a cidade e por ter-se expandido em torno do mosteiro e sede episcopal fundada por volta de 700 A.D. por São Rupert de Worms. Em 1278, o arcebispo fora feito Príncipe Imperial, e a partir desse tempo até 1802 era o dirigente civil e eclesiástico da cidade. Em 1731-32, cerca de trinta mil protestantes foram obrigados a emigrar, deixando Salzburgo total e teocraticamente católica. Por outro lado, o regulamento arquiépiscopal era brando sobre uma população ortodoxa que, uma vez asseguradas as certezas relativas à eternidade, deixava-se levar pelos prazeres materiais e outras alegrias terrenas. Sigismund von Schrattenbach, arcebispo durante a mocidade de Mozart, era especialmente benévolo e amável, exceto com os hereges.

A esta bela cidadezinha viera Leopold Mozart, em 1737, procedente de Augsburg, com a idade de dezoito anos, presumivelmente para estudar teologia e tornar-se padre. Entretanto, apaixonou-se pela música, serviu três anos em casa de um aristocrata na qualidade de músico e criado, e, em 1743, tornou-se quarto violinista na orquestra do arcebispo. Ao casar-se com Anna Maria Pertl (1747) os dois eram considerados o par mais belo de Salzburgo. Compôs concertos, missas, sinfonias, escrevendo ainda um manual da técnica do violino, com excelente reputação durante muito tempo. Em 1757, foi nomeado compositor da corte do arcebispado. Dos seus sete filhos, apenas dois chegaram à idade adulta: Maria Anna (Marianna, "Nannerl"), nascida em 1751, e Wolfgang Amadeus, nascido em 27 de janeiro de 1756. (O nome completo do menino — solicitando a intercessão de vários santos — era Joannes Chrysostomus Wolfgangus Theophilus Mozart. Theophilus, segundo a tradução do grego para o latim era Amadeus, Amante a Deus.) Leopold era bom marido e pai, dedicado e trabalhador. As cartas que escreveu ao filho são cheias de amor e não destituídas de sensatez. O lar dos Mozart, à parte pequena licenciosidade, era um reduto de afeição mútua, devoção paterna, diabruras infantis e música incessante.



Esperava-se que qualquer criança alemã se tornasse músico, de certa forma e em qualquer instrumento. Juntamente com o ABC, Leopold ensinou música a seus filhos. Com onze anos, Marianna já era uma especialista no cravo. Wolfgang, estimulado por ela, dedicou-se ao piano. Aos três anos, já arpejava, aos quatro tocava várias músicas de cor, e aos cinco inventava composições, as quais o pai escrevia à medida que eram tocadas. Leopold absteve-se de tomar outros alunos, desejando dedicar toda a sua atenção aos filhos. Não mandou "Wolf" à escola, por tencionar ser seu professor em tudo. É provável que a disciplina alemã tenha sido posta em ação, mas não havia muita necessidade naquele caso em particular. O menino, por sua livre vontade, permanecia ao teclado horas a fio até que o retirassem.<sup>1</sup> Anos mais tarde, escreveu-lhe Leopold:

Em menino, e depois quando rapaz, você era sério, nada tendo de infantil, e principalmente diante do teclado, ou ocupado com alguma música, não se podia fazer nenhuma brincadeira com você. O seu semblante era tão sério que as pessoas observadoras profetizavam que morreria cedo, em virtude de seu talento precoce e seriedade.<sup>2</sup>

Em janeiro de 1762, com a guerra ainda dilacerando a Alemanha, Leopold levou a filha e o filho para Munique a fim de se exibirem perante o Eleitor Maximiliano José, e em setembro partiu com eles para Viena. Convidados a Schönbrunn, encantaram Maria Teresa e Francisco I. Wolfgang subiu no colo da imperatriz, apertando-a entre os braços e beijando-a. Desafiado pelo imperador, tocou violino com um dedo só, dedilhando no piano, embora as teclas estivessem cobertas com um pano. Correndo com as princesas, Wolfgang tropeçou e caiu. A Arquiduquesa Maria Antônia, de sete anos, apanhou-o, consolando-o. "Você é muito boa", disse ele e acrescentou, agradecido: "Vou me casar com você."<sup>3</sup> Alguns aristocratas abriram-lhes as portas de suas casas, encantaram-se com a música tocada por eles, recompensando o trio com presentes. Depois, o menino caiu de cama com escarlatina — a primeira da série de doenças que iriam impedir suas viagens. Em janeiro de 1763, os três voltaram para Salzburgo.

O indulgente arcebispo fechou os olhos para o fato de Leopold haver ultrapassado o prazo da licença para se ausentar, e ainda promoveu-o a *Vize-Kapellmeister*. Contudo, em 9 de junho, perdendo outra promoção, Leopold começou a viajar, tendo em vista apresentar sua família à Europa. Afinal, não podiam permanecer filhos prodígios a vida inteira. Em Mogúncia as crianças deram dois concertos, em Frankfurt quatro. Sessenta anos depois, Goethe recordou-se de ter ouvido um deles, e como se espantara com "o homenzinho de peruca e espada" — pois foi assim que Leopold ataviara o filho. Wolfgang foi explorado por seu pai quase como uma maravilha do circo. O anúncio de um jornal de Frankfurt, de 30 de agosto de 1763, anunciava que, no concerto daquela noite

uma meninazinha de doze anos tocará uma difícilíssima composição dos grandes mestres, e que o menino, de sete anos incompletos, tocará cravo ou piano. Executará ainda um concerto para violino, acompanhando sinfonias no teclado, com as teclas tapadas por um pano, como se as estivesse vendo. Repetirá, com presteza, o nome

de todas as notas tocadas a distância, quer separadas ou em acordes, no teclado ou em qualquer outro instrumento — sino, copo ou relógio. E finalmente, tanto no cravo como no órgão, improvisará o tempo que desejarem, e em qualquer tom.<sup>4</sup>

Tantas solicitações dos talentos do menino devem ter causado danos à sua saúde e nervos, no entanto parece que ele gostava tanto dos aplausos quanto seu pai dos florins.

Tocaram em Coblentz, decepcionaram-se em Bonn e Colônia, mas deram um concerto em Antuérpia. Em Bruxelas, esperavam que o governador-geral, Príncipe Carlos de Lorena, honraria a representação com sua presença, mas ele estava ocupado. Raivosamente, Leopold relatou o seguinte:

Já estamos há três semanas em Bruxelas(...) e nada aconteceu.(...) Sua Alteza só faz caçar, grugulejar, beber, e no fim descobriremos que ele não tem dinheiro.(...) Concordo que ganhamos aqui diversos presentes, mas não desejamos transformá-los em dinheiro. Com caixas de rapé e caixas de couro e semelhantes bugigangas, muito breve poderemos abrir uma casa de mercadorias.<sup>5</sup>

O príncipe finalmente concordou em assistir. O concerto foi realizado, arrecadaram-se florins e os músicos seguiram para Paris, onde chegaram em 15 de novembro de 1763, após três dias aos trancos e barrancos por estradas acidentadas e esburacadas. Levavam cartas de apresentação para importantes personalidades, porém nenhuma foi de tanta valia como a endereçada a Melchior Grimm, que providenciou para que os Mozart fossem apresentados a Mme. de Pompadour, à família real e, finalmente, ao próprio Luís XV e Marie Leszczinska. Então, as casas mais importantes abriram-se para os visitantes, foram realizados, com êxito, concertos particulares e públicos. Grimm, entusiasmado, escreveu à sua clientela:

Os verdadeiros milagres são raros, mas como é maravilhoso ter oportunidade de assistir a um! Um *Kapellmeister* de Salzburgo, de nome Mozart, acaba de aqui chegar com duas crianças mais lindas do mundo. A filha, de onze anos, toca piano de maneira brilhante, executando com extraordinária precisão peças as mais extensas e difíceis. O irmão desta menina, que em fevereiro completará sete anos, é um fenômeno tão extraordinário que mal se pode acreditar nos próprios olhos.(...) Suas mãos quase não podem fazer um acorde de seis.(...) Durante uma hora ele improvisa, entregando-se à inspiração do seu gênio, com uma riqueza de idéias maravilhosas.(...) O mais consumado *Kapellmeister* possivelmente não teria um conhecimento tão profundo de harmonia e modulação como essa criança.(...) Não tem dificuldade em decifrar qualquer coisa que lhe é apresentada. Escreve músicas e compõe com extraordinária facilidade, e não julga necessário correr ao piano a fim de arpear. Escrevi um minuetto e depois lhe pedi que o colocasse em um tom mais baixo. Pegou da pena e, sem ir ao piano, escreveu-o em tom mais baixo.(...) Este menino deixar-me-á transtornado se continuar a ouvi-lo... Que pena que se entenda tão pouco de música neste país!<sup>6</sup>

Após vários sucessos em Paris, a família seguiu para Calais (10 de abril de 1764). Em Londres foram recebidos por Jorge III. A 19 de maio, durante horas, perante o rei e a corte, Wolfgang tocou Haendel, Bach e outros mestres. Acompanhou o canto

da Rainha Carlota, improvisando uma nova melodia em tom menor segundo uma ária de Haendel. Johann Christian Bach, que se estabelecera em Londres em 1762, botou o menino em seu colo e juntamente com ele tocou uma sonata, cada um por sua vez dedilhando um compasso, "com tanta precisão que ninguém diria serem dois executantes".<sup>7</sup> Bach iniciou uma fuga, Wolfgang continuou-a e, mais uma vez, era como se os dois gênios fossem um só. A partir de então, as composições de Mozart evidenciavam a influência de Johann Christian Bach. Em 5 de junho, as crianças deram um concerto que alegrou Leopold com a quantia líquida de cem guinéus. Entretanto, o pai foi acometido de séria inflamação da garganta, e a família retirou-se a Chelsea para um descanso de sete semanas, durante as quais Wolfgang, então com oito anos, compôs duas sinfonias (K. 16 e 19).

Em 24 de julho de 1765, saíram de Londres em direção à Holanda, porém no caminho tanto pai como filho ficaram doentes, sofrendo a viagem uma interrupção, embora o Arcebispo von Schrattenbach há muito tivesse exigido o regresso de Leopold. Em 11 de setembro chegaram a Haia, mas no dia seguinte Marianna, por sua vez, ficou doente, logo piorando, de modo que em 21 de outubro recebeu os últimos sacramentos. Em 30 de setembro, Wolfgang deu um concerto sem o auxílio da irmã. Esta havia apenas melhorado quando ele foi acometido de febre, tendo a família de viver em ócio dispendioso até janeiro de 1766. Em 29 de janeiro e 26 de fevereiro deram concertos em Amsterdam. Então, pela primeira vez uma sinfonia de Mozart (K. 22) foi executada publicamente. Durante esse tempo, o menino compôs sem parar. Em maio, voltaram a Paris, onde ficara grande parte de sua bagagem. Grimm arranhou-lhes moradia confortável. Mais uma vez, apresentaram-se em Versalhes e em público. Somente em julho desarraigaram-se da fascinante capital.

Demoraram-se em Dijon na qualidade de convidados do Príncipe de Condé. Passaram quatro semanas em Lyon, três em Genebra, uma em Lausanne, uma outra em Berna, duas em Zurique, e doze dias em Donaueschingen. Em seguida, fizeram rápidas paradas em Biberach, Ulm e Augsburg, uma estada mais demorada em Munique, onde Wolfgang, mais uma vez, ficou doente. Finalmente, já em fins de novembro de 1766, após uma ausência de três anos e meio, a família regressou a Salzburgo. O velho arcebispo perdoou-os, e eles puderam apreciar o conforto do lar. Tudo parecia bem, mas Mozart nunca mais teve boa saúde.

## II. ADOLESCÊNCIA: 1766-77

Leopold era um incansável capataz. Submeteu o filho a rigoroso curso de contraponto, contrabaixo, e outros elementos de composição que ele aprendera na música alemã e italiana. Quando o arcebispo soube que Mozart compunha, conjecturou se o pai não estava cooperando. A fim de resolver a questão, convidou o menino a ficar uma semana com ele. Isolou-o de qualquer auxílio exterior, deu-lhe papel, lápis e um cravo, pedindo-lhe para compor parte de um oratório sobre o Primeiro Mandamento. No fim da semana, Mozart apresentou o resultado. O arcebispo foi informado que o trabalho merecia elogios. Ele encomendou a seu *Konzertmeister*, Michael

(irmão de Joseph) Haydn; a composição da segunda parte, e a seu organista a terceira. O conjunto foi executado na sala do Arcebispado em 12 de março de 1767, sendo julgado digno de uma repetição em 2 de abril. A parte de Mozart atualmente está incluída no catálogo Köchel, com o N° 35.\*

Sabendo que a Arquiduquesa Maria Josefa casar-se-ia brevemente com o Rei Fernando de Nápoles, Leopold julgou que as cerimônias que se realizariam na corte imperial ofereciam a seus filhos novas oportunidades. Em 11 de setembro de 1767, a família deixou Viena. Admitidos na corte, o resultado foi que tanto Wolfgang como Marianna apanharam varíola da noiva. Os infelizes pais levaram os seus prodígios para Olmütz, na Morávia, onde o Conde Podstatsky ofereceu-lhes abrigo e tratamento. Mozart ficou cego durante nove dias. Em 10 de janeiro de 1768, a família voltou a Viena. Tanto a imperatriz como José II receberam-nos cordialmente, porém a corte chorava a morte da noiva e os concertos estavam fora de cogitação.

Após ausência longa e pouco aproveitável, a família voltou a Salzburgo (5 de janeiro de 1769). Mozart continuou os estudos com o pai, mas, no fim do ano, Leopold julgou já ter ensinado ao menino tudo que sabia, e o de que Wolfgang necessitava então era familiarizar-se com a vida musical da Itália. Havendo obtido cartas de apresentação para os *maestri* italianos, que Johann Hasse e outros lhes deram, pai e filho partiram em 31 de dezembro de 1769, deixando Marianna e a mãe em Salzburgo. Na noite seguinte Mozart deu um concerto em Innsbruck. Tocou à primeira vista um concerto colocado diante dele na qualidade de teste de suas habilidades. A imprensa local aclamou “suas extraordinárias realizações musicais”.<sup>8</sup> Em Milão, encontraram Sammartini, Hasse e Piccini, tendo o Conde Firmian obtido para Wolfgang a encomenda de uma ópera, o que significava cem ducados para o cofre da família. Em Bolonha ouviram a ainda maravilhosa voz de Farinelli, de volta de seus triunfos na Espanha, e combinaram com o Padre Martini que Wolfgang deveria voltar a fim de fazer os testes para o cobiçado diploma da Academia Filarmônica. Em Florença, na corte do Grão-Duque Leopoldo, Mozart tocou o cravo junto com o violino de Nardini. Em seguida, pai e filho foram rapidamente para Roma, a fim de assistir à música da Semana Santa.

Chegaram no dia 11 de abril de 1770, em meio a uma tempestade de trovões e relâmpagos, de modo que Leopold relatou que eles tinham sido “recebidos como grandes personalidades com uma carga de artilharia”.<sup>9</sup> Estava bem na hora de ir à Capela Sistina para ouvir o “Miserere”, de Gregório Allegri, que ali era cantado anualmente. As cópias desse famoso coral, escrito para as partes quatro, cinco e nove, eram difíceis de obter. Mozart ouviu-as duas vezes, escrevendo-as de memória. Ficaram em Roma quatro semanas, dando concertos nas casas da nobreza civil ou eclesiástica. Em 8 de maio empreenderam uma viagem a Nápoles. O caminho era perigoso por causa dos bandidos. Os Mozart viajavam em companhia de quatro monges agostinianos, a fim de obter proteção divina ou viática de emergência. Ficaram em Nápoles um mês inteiro, pois a aristocracia, a partir de Tanucci, convidava-os para saraus, co-

\* Foi originalmente impressa em Leipzig, em 1862, como *Chronologisch-thematisches Verzeichniss sämtlicher Tonwerke W. A. Mozarts*. Utilizamo-nos da edição revista por Alfred Einstein em *Mozart, his Character and his Work* (Londres, 1957), 473-83.

locando luxuosas carruagens à disposição deles. Quando Wolfgang tocou no Conservatório della Pietà, a audiência supersticiosa atribuiu sua maestria ao anel que ele usava. Ficaram estupefatos quando, tirando o anel, Mozart tocou com o mesmo brilhantismo.

Após deleitarem Roma uma segunda vez, atravessaram os Apeninos para adorar a Virgem na sua Santa Casa, em Loretto. Depois, dirigiram-se ao norte, para passar três meses em Bolonha. Quase diariamente, Mozart recebia instruções do Padre Martini sobre os mistérios da composição. Em seguida, fez o teste para admissão na Accademia Filarmonica. Deram-lhe uma peça de simples canto gregoriano, ao qual, enquanto fechado sozinho numa sala, ele tinha de acrescentar três partes superiores em *stile osservato* — estilo estritamente tradicional. Ele errou, porém o bom padre corrigiu-lhe o trabalho, e a forma revista foi aceita pelo júri “tendo em vista circunstâncias especiais” — provavelmente a mocidade de Mozart.

Em 18 de outubro, pai e filho estavam em Milão. Naquela cidade, Mozart conheceu seu primeiro triunfo de compositor, depois de muito trabalho e atribulações. O assunto da ópera que lhe fora encomendada era *Mitridate, re di Ponto*. O libreto foi tirado de Racine. O rapaz de quatorze anos labutou com tanto afinho compondo, tocando e reescrevendo, que seus dedos doeram, seu entusiasmo tornou-se febre e seu pai teve de restringir as horas de trabalho, acalmando sua agitação com alguns passeios. Mozart sentia que aquela sua primeira *opera seria* era um teste muito mais crítico do que o de Bolonha. Sua carreira como compositor de ópera dependeria desse acontecimento. Então, embora não fosse muito inclinado para a religião, pediu à mãe e à irmã para rezarem pelo sucesso de tal aventura, “para que possamos viver felizes e juntos novamente”.<sup>10</sup> Afinal, quando Mozart já atingira a exaustão com os ensaios, a ópera foi apresentada ao público (26 de dezembro de 1770). O compositor regueu-a, e seu triunfo foi completo. Todas as árias importantes eram recebidas com frenéticos aplausos, alguns com gritos de “*Evviva il maestro! Evviva il maestrino!*” A ópera foi repetida vinte vezes. “Isto é a prova”, escreveu o orgulhoso pai, “de que modo a onipotência divina influi sobre nós quando não negligenciamos os talentos que Sua excelsa bondade nos conferiu.”<sup>11</sup>

Agora, podiam voltar à pátria de cabeça erguida. Chegaram a Salzburgo em 28 de março de 1771. Mal tinham alcançado o lar quando receberam um pedido do Conde von Firmian, em nome da imperatriz, para Wolfgang escrever uma serenata ou cantata e ir para Milão, em outubro, a fim de regê-la, como parte das cerimônias para celebrar o casamento do Arquiduque Ferdinando com a Princesa de Módena. O Arcebispo Sigismund consentiu em nova ausência de Leopold e, em 13 de agosto, *pater et filius* partiram novamente para a Itália. Uma vez em Milão, descobriram que Hasse lá estava, preparando uma ópera para as mesmas cerimônias. Talvez sem o saberem, os empresários haviam instituído uma batalha de gênios entre o mais renomado compositor vivo da ópera italiana, então com 73 anos, e o rapazinho de quinze anos que apenas experimentara vãos no setor operístico. Em 16 de outubro, o *Ruggiero* de Hasse foi vivamente aplaudido. No dia seguinte, a cantata de Mozart, *Ascanio in Alba*, por ele regida, recebeu “uma ovação extraordinária”. “Lastimo”, escreveu Leopold à sua mulher, “que a serenata de Wolfgang tenha eclipsado totalmente a ópera de Hasse.”<sup>12</sup> Hasse mostrou-se generoso. Aliou-se aos elogios a Mozart, fazendo famosa pro-

fecia: "*Questo ragazzo ci farà dimenticare tutti.*" (Este rapaz vai relegar todos nós ao esquecimento.)<sup>13</sup>

Pai e filho voltaram a Salzburgo (11 de dezembro de 1771). Cinco dias depois, o bom Sigismund morreu. Seu sucessor, Hieronymus von Paula, Conde von Colloredo, era homem culto, admirador de Rousseau e Voltaire, um déspota esclarecido para levar a efeito as reformas que José II estava preparando. Entretanto, muito mais do que José, ele era tão déspota quanto esclarecido, exigindo disciplina e obediência, intolerante em relação à oposição. Para a cerimônia de posse, no dia 29 de abril de 1772, não exigiu nada mais senão uma ópera de Mozart. O então famoso jovem correspondeu imediatamente ao pedido com *Il sogno di Scipione* (*O sonho de Cípião*), que preencheu sua finalidade e foi esquecida. Colloredo relevou isso, nomeando Wolfgang regente de orquestra com 150 florins anuais. O jovem ocupou-se durante meses compondo sinfonias, quartetos e música sacra, mas trabalhava também em uma ópera, *Lucio Silla*, cuja encomenda fora feita por Milão, em 1773.

Por volta de 4 de novembro de 1772, Leopold e seu fazedor de dinheiro estavam novamente na capital da Lombardia, e muito em breve Wolf esforçava-se para conciliar suas idéias musicais com os caprichos e capacidades dos cantores. A prima-dona principiou autoritária e difícil de satisfazer. O *maestrino* era paciente com ela. Esta acabou amando-o, declarando-se "encantada com a maneira incomparável de Mozart para com ela".<sup>14</sup> A *première* (26 de fevereiro de 1772) não foi um sucesso tão absoluto quanto o de *Mitridate* há dois anos. O tenor ficou doente durante os ensaios, tendo de ser substituído por um cantor sem experiência de palco. Não obstante, a ópera foi repetida dezenove vezes. A música era difícil, as árias excessivamente apaixonadas. Talvez a tendência do Sturm und Drang tenha feito ali uma inadequada intromissão na ópera italiana.<sup>15</sup> Em troca, Mozart levou consigo a clareza do *bel canto* da canção italiana, e seu espírito naturalmente feliz vivificou-se com o céu da Itália e a vida ao ar livre. Na Itália, aprendeu que a *opera buffa*, conforme ouvira nas obras de Piccini e Paisiello, podia ser grande arte. Estudou a forma e no *Figaro* e no *Don Giovanni* aperfeiçoou-a. Aos seus ouvidos, e para seu espírito vivo, toda experiência era uma educação.

Em 13 de março de 1773, estavam novamente em Salzburgo. O novo arcebispo não era tão tolerante com as longas ausências como o fora Sigismund. Não viu nenhuma razão para recompensar Leopold com uma promoção, tratando Wolfgang apenas como qualquer um de sua comitiva. Esperava que os Mozart fornecessem ao coro e à sua orquestra música rápida, nova e boa. Durante dois anos, os dois trabalharam para satisfazê-lo. Leopold, entretanto, conjecturava como poderia sustentar a família sem o acréscimo das viagens, e Wolfgang, acostumado aos aplausos, não conseguia adaptar-se à vida de mero empregado musical. Além do mais, queria compor óperas, e Salzburgo possuía um palco muito pequeno, coro também pequeno demais, assim como orquestra e audiência, para que a viva avezinha pudesse livremente bater suas asas.

As nuvens dissiparam-se por algum tempo quando o Eleitor Maximiliano da Baviera fez uma encomenda a Mozart para escrever uma *opera buffa* para o Carnaval de Munique de 1775, obtendo o consentimento do arcebispo para que fosse dada licença para pai e filho se ausentarem. Partiram em 6 de dezembro de 1774. Wolfgang sofreu

com o frio, que lhe trouxe uma dor de dentes tão forte que nem a música ou a filosofia conseguiam amainar. Entretanto, a estréia de *La finta giardiniera* (*A Suposta Jardineira*), encenada em 13 de janeiro de 1775, levou Christian Schubart, um importante compositor, a vaticinar: “Se Mozart não se tornar uma planta de estufa (desenvolvida rápida demais em virtude de intensivos cuidados domésticos), ele certamente será um dos maiores compositores que jamais viveram.”<sup>16</sup> Com a cabeça cheia de seus sucessos, Mozart voltou a Salzburgo para trabalhar no que julgava ser uma indigna vassalagem.

O arcebispo ordenou um drama musical para celebrar a próxima visita do filho mais novo de Maria Teresa, o Arquiduque Maximiliano. Mozart pegou um velho libreto por Metastasio compondo *Il re pastore* (*O Rei Pastor*). Foi representado em 23 de abril de 1775. A história é tola, a música excelente; trechos ainda se encontram nos repertórios dos concertos. Neste meio tempo, Mozart ia produzindo sonatas, sinfonias, concertos, serenatas, missas, e algumas composições daqueles anos infelizes, por exemplo, o Concerto para Piano em Mi Bemol (K. 271) e a Serenata em Si (K. 250), situam-se entre suas obras duradouras. Não obstante, o arcebispo disse-lhe que ele nada sabia da arte de compor, e por isso devia ir estudar no Conservatório de Nápoles.<sup>17</sup>

Não podendo mais agüentar a situação, Leopold pediu permissão para levar o filho em excursão. Colloredo negou, dizendo não permitir que membros de seus servidores continuassem “esmolando expedições”. Quando Leopold insistiu, o arcebispo demitiu-o do emprego juntamente com o filho. Wolfgang rejubilou-se, mas o pai apavorou-se diante da perspectiva de ser jogado, com a idade de 66 anos, no tumulto do mundo. O arcebispo abrandou-se e o reintegrou, porém não quis mais ouvir de qualquer ausência do trabalho. Quem agora acompanharia Wolfgang na grande incursão planejada? Mozart tinha 21 anos, a idade certa para aventuras sexuais e vínculo matrimonial. Mais do que nunca precisava ser guiado. De forma que ficou resolvido que sua mãe o acompanharia. Marianna, procurando esquecer que ela também havia sido um gênio, permaneceu para dar ao pai os mais extremos cuidados. Em 23 de setembro de 1777, mãe e filho saíram de Salzburgo para conquistar a Alemanha e a França.

### III. MÚSICA E CASAMENTO: 1777-78

Em 26 de setembro, de Munique, Mozart escreveu ao pai um hino de louvor à libertação. “Estou na maior felicidade, com a cabeça leve como uma pluma desde que saí daquela pasmeira; e o que é mais importante: estou mais gordo.”<sup>18</sup> A carta deve ter-se cruzado no percurso com a de Leopold, cuja emoção lembra-nos mais uma vez que os acontecimentos históricos estão escritos na própria carne.

Quando vocês dois partiram, subi as escadas desanimado, atirando-me numa cadeira. Ao nos dizermos adeus fiz grandes esforços para conter-me a fim de não fazer nossa despedida muito penosa, e naquela agitação toda esqueceu-me de dar a meu filho a bênção de seu pai. Corri à janela enviando a você(...) e no entanto eu não o vi.(...) Nannerl chorou amargamente.(...) Nós dois enviamos lembranças à mãe e milhões de beijos a vocês dois.<sup>19</sup>

Munique ensinou a Mozart que ele não era mais um prodígio, mas apenas um músico num país onde a oferta de compositores e executantes ultrapassava a procura. Tivera esperança de obter boa colocação no séquito musical do eleitor, mas os lugares estavam preenchidos. Mãe e filho dirigiram-se então a Augsburg, onde extenuaram-se com as visitas por insistência de Leopold, que, na sua mocidade, fora amigo daquelas pessoas. Entretanto, os que ainda estavam vivos tinham-se tornado, em sua maioria, gordos e insípidos. Wolfgang não nutriu interesse por nenhum deles, exceto pela alegre prima, Maria Anna Thekla Mozart, a quem imortalizaria com obscenidades. Mais adequado a ele era Johann Andreas Stein, construtor de pianos. Pela primeira vez, Mozart, que até então somente utilizara o cravo, principiou a contemplar as possibilidades de um novo instrumento. Quando chegou a Paris já havia feito sua transição para o piano. Em um concerto em Augsburg, tocou indiferentemente violino e piano, com muitos aplausos mas pouco lucro.

Em 26 de outubro, mãe e filho transferiram-se a Mannheim. Naquela cidade, Mozart gozou da companhia e incentivo de músicos experimentados. Contudo, o Eleitor Carlos Teodoro não lhe pôde oferecer nenhuma oportunidade, recompensando-o por seu concerto na corte com um relógio de ouro. Mozart escreveu ao pai: "Dez carolinos ter-me-iam auxiliado muito mais.(...) Do que se precisa numa viagem é de dinheiro, e, deixe-me contar, possuo no momento cinco relógios.(...) Estou cogitando seriamente em levar um relógio em cada perna de minhas calças. Quando visitar um grande senhor usarei ambos os relógios(...) para que não lhe ocorra dar-me um outro."<sup>20</sup> Leopold aconselhou-o a partir rápido para Paris, pois naquela cidade Grimm e Mme. d'Épinay o auxiliariam, porém Wolfgang convenceu a mãe de que a viagem seria demasiado árdua para ela nos meses de inverno. Presumindo que estariam dentro em breve partindo para Paris, Leopold alertou Wolfgang contra as mulheres e os músicos de lá, fazendo-o lembrar-se de que era agora a esperança financeira da família. Leopold estava devendo setecentos *gulden*. Naquela idade, procurava alunos,

e isso, ainda mais, numa cidade em que esse penoso trabalho era miseravelmente pago.(...) Nosso futuro depende de seu excessivo bom senso.(...) Sei que você me ama, não apenas como pai, mas também como seu amigo mais certo e verdadeiro, e que você compreende e percebe que nossa felicidade e infelicidade, e o que é mais importante, minha longevidade ou rápida morte estão, além de Deus, em suas mãos. Se o que li é certo, não tenho senão alegrias a esperar de você, e só isso deve consolar-me quando a sua ausência roubou-me a alegria de ouvi-lo, vê-lo e de envolvê-lo em meus braços.(...) De coração dou-lhe a bênção paterna.<sup>21</sup>

Em uma das cartas de Leopold (9 de fevereiro de 1778) "Nannerl", então com 26 anos, sem dote, quase solteirona, acrescentou algumas palavras que completam o quadro dessa bela família:

Papai nunca me deixa lugar suficiente para escrever a você e a mamãe.(...) Peço a ela para não me esquecer.(...) Desejo a vocês dois uma agradável viagem a Paris, e muita saúde. Espero, entretanto, poder abraçá-los muito breve. Só Deus sabe quando isto será. Nós dois estamos ansiosos para que você faça fortuna, pois este fato, tenho certeza, significará felicidade para todos nós. Beijo as mãos de mamãe e o abraço, na esperança de que vocês sempre se lembrarão de nós. Entretanto, você



deve fazê-lo quando tiver tempo, digamos, um quarto de hora, quando não houver nem composição a fazer, nem aulas a dar.<sup>22</sup>

Foi nesse clima de grandes expectativas e amorosa confiança que Leopold recebeu uma carta de Wolfgang, de 4 de fevereiro, anunciando a chegada de Cupido. Entre os músicos menores de Mannheim estava Fridolin Weber, abençoado e sobrecarregado com mulher, cinco filhas e um filho. Frau Weber jogava a rede para capturar maridos, principalmente para a última filha, Josefa, de dezenove anos e ansiosamente casadoura. Entretanto, Mozart encantou-se por Aloysia, de dezesseis anos, cuja voz angelical e provocantes encantos fizeram-na o sonho do jovem músico. Quase nem reparava em Constanze, de quatorze anos, que seria sua mulher. Para Aloysia compôs algumas de suas mais ternas canções. Quando ela as cantava, ele esquecia suas próprias ambições, pensando em acompanhá-la — com Josefa e o pai — à Itália, onde receberia instruções de canto e teria oportunidades no setor da ópera, enquanto ele auxiliaria a sustentá-los dando concertos e compondo óperas. Tudo isso o jovem e admirável amante explicava ao pai:

Fiquei gostando tanto dessa infeliz família que o meu maior desejo é fazê-los felizes.(...) Aconselhei que fossem para a Itália. De modo que pediria para você escrever a nosso bom amigo Lugiati, o mais breve possível, perguntando quais são as melhores condições para uma prima-dona em Verona.(...) No tocante às qualidades de cantora de Aloysia, apostaria minha vida que ela me traria sucesso.(...) Se nossos planos forem bem-sucedidos, nós — Herr Weber, suas duas filhas, e eu — teremos a honra de visitar minha querida irmã durante os quinze dias que passaremos em Salzburgo.(...) Com prazer escreveria uma ópera na cidade de Verona por cinqüenta *zecchini* (\$650?), apenas para que ela pudesse firmar sua reputação.(...) A mais velha ser-nos-ia útil, pois poderíamos nós mesmos cuidar da casa, de vez que ela sabe cozinhar. A propósito, espero que não se assuste quando eu lhe disser que conto apenas com 42 *gulden*, que sobraram dos 75. Trata-se apenas do resultado de minha alegria de ver-me novamente em companhia de gente honesta e que pensa como nós.

Mande-me logo uma resposta. Não se esqueça do meu ardente desejo de escrever óperas. Invejo todos que a estejam compondo. Atormento-me, chegando às lágrimas quando ouço(...) uma ária. Contudo, uma ária italiana e não alemã, *seria* e não *buffa*!(...) Já escrevi tudo que me pesava no coração. Minha mãe está muito satisfeita com minhas idéias.(...) A idéia de auxiliar uma pobre família, sem contudo me prejudicar, alegra-me a alma. Beijo-lhe as mãos mil vezes, conservando-me até a morte o seu mais obediente filho.<sup>23</sup>

Em 11 de fevereiro, Leopold respondeu:

Meu querido filho! Li sua carta, datada do dia 4, com espanto e horror.(...) Não consegui dormir a noite inteira.(...) Deus de misericórdia!(...) São passados os bons momentos em que, quando criança ou menino, você nunca foi dormir sem que cantasse para mim, de pé em cima de uma cadeira,(...) beijando-me repetidas vezes a ponta do nariz, dizendo-me que quando eu ficasse velho você me colocaria numa redoma de vidro para proteger-me de qualquer corrente de ar, para que você pudesse ter-me sempre a seu lado, amando-me e honrando-me. Portanto, ouça-me com paciência!(...)

Principiou dizendo que esperava que Wolfgang adiasse qualquer casamento até conseguir estabilidade no mundo da música. Só então procuraria uma boa esposa, criaria uma bela família, auxiliaria seus pais e sua irmã. Mas agora, apaixonado por uma jovem sercia, esse filho esquece seus pais, pensando apenas em seguir uma moça à Itália, como parte de seu grupo. Que bobagem inacreditável!

Vá para Paris, e imediatamente! Encontre o seu lugar entre os grandes, *Aut Caesar aut nihil!*(...) Em Paris o nome e a fama do homem de grande talento repercute em todo o mundo. Ali, a nobreza trata os homens geniais com a maior deferência, estima e cortesia. Naquela cidade você verá uma maneira refinada de vida, formando espantoso contraste com a rudeza dos cortesãos da Alemanha e suas damas. Lá você tornar-se-á proficiente na língua francesa.<sup>24</sup>

Humildemente, Mozart respondeu não haver levado muito a sério o plano de acompanhar os Weber à Itália. Disse um choroso adeus àquela família, prometendo vê-los quando voltasse à sua terra. Em 14 de março de 1778, ele e a mãe partiram numa diligência a caminho de Paris.

#### IV. EM PARIS: 1778

Chegaram no dia 23 de março, bem a tempo de mergulharem na apoteose de Voltaire. Instalaram-se em simples alojamentos, saindo Mozart à cata de encomendas. Grimm e Mme. d'Épinay puseram-se em movimento para atrair alguma atenção para o jovem que Paris aclamara como um prodígio há quatorze anos. Foi-lhe oferecido o posto de organista da corte em Versalhes, a duzentas *livres* por seis meses de serviço por ano. Leopold aconselhou-o a aceitar. Grimm opôs-se; Mozart recusou em virtude do emprego ser mal pago e talvez inferior a seu talento. Muitas casas abriram-se para ele, se ele nelas fosse tocar por uma refeição, mas até para chegar às referidas casas era necessário tomar um carro e andar através de ruas enlameadas a um preço exorbitante. O nobre Duque de Guines parecia promissor, pois para ele e sua filha Mozart compôs o glorioso Concerto em Dó para Flauta e Harpa (K. 299) dando aulas de composição à jovem em troca de bons honorários. Entretanto, a moça logo casou-se e o duque pagou apenas três luíses de ouro (\$75?) para um concerto que teria posto Paris aos pés de Mozart. Pela primeira vez na vida, Mozart desanimou. "Vou indo toleravelmente bem", escreveu ao pai, em 29 de maio, "mas sempre me pergunto se a vida vale a pena de ser vivida." Recobrou o ânimo quando Le Gros, diretor dos Concerts Spirituels, contratou-o para compor uma sinfonia (K. 297). Foi apresentada em 18 de junho, com sucesso.

Foi então que, em 3 de julho, sua mãe morreu. No princípio ela divertira-se com a ausência de Salzburgo e dos trabalhos domésticos. Mas logo ansiou por voltar ao lar, às tarefas diárias e aos contatos que constituíam a substância e o sentido de sua vida. A viagem de nove dias até Paris numa berlinda aos solavancos, com uma companhia desagradável e uma chuva torrencial, prejudicou sua saúde. E o insucesso do filho para encontrar emprego em Paris havia impregnado de tristeza o seu espírito

geralmente alegre. Dia após dia ficava só, em meio a ambiente estranho e palavras ininteligíveis, enquanto seu filho corria a dar aulas, aos concertos e óperas. E, então, vendo-a se consumir, Mozart passou as últimas semanas à cabeceira da mãe, cuidando dela com todo o carinho, mal acreditando que ela fosse morrer em breve.

Mme. d'Épinay ofereceu-lhe um quarto em sua casa com Grimm, um lugar à sua mesa, e a utilização de seu piano. Mozart não se adaptava com a presença de Grimm. Este idolatrava Voltaire, Mozart desprezava-o, escandalizando-se com o pressuposto de seus anfitriões, assim como de seus amigos, de que o cristianismo era um mito útil ao controle da sociedade. Grimm queria que ele aceitasse pequenas encomendas como veículo para as de maior vulto, e tocasse de graça para as famílias influentes. Mozart acreditava que esse procedimento minaria sua força, que ele preferia gastar com suas composições. Grimm julgava-o indolente, informando Leopold em tal sentido, com o que este aquiesceu.<sup>25</sup> A situação piorou pelo fato de Mozart estar sempre pedindo dinheiro emprestado a Grimm, o que chegou a um total de quinze luíses de ouro (\$375?). Grimm disse-lhe que o pagamento poderia ser indefinidamente adiado. E o foi.<sup>26</sup>

Resolveu-se a situação com uma carta (31 de agosto de 1778) de Mozart *père*, no sentido de que o Arcebispo Colloredo oferecera fazer o pai *Kapellmeister* se Wolfgang servisse na qualidade de organista e gerente de orquestra, cada um recebendo quinhentos florins por ano. Além disso, "o arcebispo declarou estar resolvido a deixar você viajar para onde quiser a fim de compor óperas". À guisa de isca irresistível, Leopold acrescentou que Aloysia Weber provavelmente seria convidada a participar do coro de Salzburgo e, neste caso, "ela deve ficar em nossa casa".<sup>27</sup> Em 11 de setembro, Mozart respondeu: "Quando li sua carta tremi de alegria, pois já me sentia nos seus braços. É verdade, como você deve reconhecer, não se trata de uma grande perspectiva para mim. Contudo, ansioso para abraçá-lo, juntamente com a minha querida irmã, não vejo diante de mim nenhuma outra perspectiva."

Em 26 de setembro, tomou a diligência para Nancy. Em Estrasburgo, ganhou alguns luíses de ouro com árduos concertos em salas quase vazias. Demorou-se em Mannheim, na esperança de ser designado maestro da ópera alemã. Isso também falhou. Foi, então, para Munique, sonhando com Aloysia Weber. Entretanto, ela conseguira um lugar no coro do eleitor, talvez em seu coração. Ela recebeu Mozart com uma calma de quem não mantinha aspirações matrimoniais em relação a ele. Ele compôs e interpretou uma canção amarga, conformando-se em partir para Salzburgo.

#### V. SALZBURGO E VIENA: 1779-82

Chegou à pátria em meados de janeiro, sendo recebido com festejos, entristecidos com a compreensão, então bem nítida, da morte de sua mãe. Muito breve foi enquadrado na qualidade de organista, e logo já se aborrecia. Mais tarde, lembrando-se daqueles tempos:

Em Salzburgo o trabalho era-me uma carga, e quase não conseguia fixar-me nele. Por quê? Porque nunca era feliz.(...) Em Salzburgo — pelo menos para mim —

não há a mínima diversão que valha a pena. Eu me recuso a associar-me com muitas pessoas lá — e as outras, em grande maioria, não me julgam bastante bem. Além disso, não há estímulo para o meu talento. Quando toco, ou quando qualquer uma de minhas composições é executada, parece que os espectadores são as mesas e as cadeiras. Se pelo menos ainda houvesse um bom teatro em Salzburgo!<sup>28</sup>

Ansiava por escrever óperas, aceitando com satisfação o pedido do Eleitor Carlos Teodoro a fim de compor uma para o próximo festival de Munique. Principiou a trabalhar em *Idomeneo, re di Creta*, em outubro de 1780. Em novembro, foi a Munique para os ensaios e, em 29 de janeiro de 1781, a ópera foi apresentada, com sucesso, a despeito de ser inusitadamente longa. Mozart permaneceu mais seis semanas em Munique, gozando sua vida social, até que o Arcebispo Colloredo chamou-o para com ele encontrar-se em Viena. Ali teve o prazer de morar no mesmo palácio de seu empregador, porém comia com os criados. “Os dois mordomos sentam-se na cabeceira da mesa, e eu tenho a honra de colocar-me acima dos cozinheiros.”<sup>29</sup> Esse era o costume da época nos lares da nobreza. Haydn suportou-o com silencioso ressentimento. Mozart rebelava-se contra isso cada vez mais abertamente. Ficava satisfeito em ver sua música e seu talento exibidos nas casas dos amigos do arcebispo, porém enfurecia-se quando Colloredo recusava a maior parte de seus pedidos para deixá-lo aceitar outros compromissos que poderiam ter-lhe trazido maior renda e mais ampla fama. “Quando penso em deixar Viena sem, pelo menos, mil florins no bolso, meu coração confrange-se dentro do peito.”<sup>30</sup>

Decidiu abandonar o serviço de Colloredo. Em 2 de maio de 1781, foi morar, na qualidade de inquilino, na casa dos Weber, que se tinham mudado para Viena. Quando o arcebispo enviou-lhe instruções a fim de voltar a Salzburgo, respondeu-lhe que não podia partir antes de 12 de maio. Seguiu-se uma entrevista, na qual o arcebispo (segundo relato de Mozart a seu pai)

chamou-me de nomes os mais infamantes — oh, realmente, não consigo contar-lhe tudo! No final, quando meu sangue principiou a ferver, e eu não podia conter-me por mais tempo, disse-lhe: “Então, Vossa Sereníssima não está satisfeito comigo?” “O quê! Você pretende ameaçar-me, seu vagabundo, seu vilão? Lá está a porta, nada mais tenho a fazer com criatura tão miserável!” Finalmente, eu disse: “Nem eu com o senhor.” “Então, saia!” Ao afastar-me, disse: “Que assim seja, então. Amanhã o senhor saberá de mim por uma carta.” Diga-me, querido pai, eu não teria de fazer isso mais cedo, ou mais tarde?

Escreva-me particularmente dizendo que você está satisfeito com este desfecho — porque, na verdade, você deve estar — e acuse-me em público, para que nenhuma culpa o possa prejudicar. Mas se o arcebispo lhe disser algum desaforo, venha imediatamente ter comigo em Viena. Nós três poderemos viver com minha renda.<sup>31</sup>

Leopold viu-se imerso em nova crise. Sua posição lhe parecia periclitante, e não seria dentro de pouco tempo que receberia palavras tranquilizadoras de Colloredo. Alarmou-se com a notícia de que seu filho estava morando com os Weber. O chefe daquela família já havia morrido. Aloysia se casara com o ator Joseph Lange. Entretanto, a viúva tinha outra filha, Constanze, à espera de um marido. Seria esta uma nova cilada para Wolfgang? Leopold pediu-lhe que se desculpasse com o arcebispo

e voltasse para casa. Mozart pela primeira vez desobedeceu ao pai. “Para agradá-lo, meu querido pai, renunciaria a minha felicidade, minha saúde, e à própria vida, porém a minha honra está em primeiro lugar para mim, e o mesmo deve ser em relação a você. Meu querido e melhor dos pais, peça-me tudo, menos isso.”<sup>32</sup> Em 2 de junho, remeteu ao pai trinta ducados como eventual auxílio no futuro.

Três vezes foi à residência do arcebispo em Viena, a fim de pedir formalmente sua demissão. O camarista de Colloredo recusou-se a transmiti-la, e na terceira vez “empurrou-o para fora da antecâmara, dando-lhe um pontapé no traseiro” — foi assim que Mozart descreveu a cena em sua carta de 9 de junho.<sup>33</sup> Para sossegar seu pai, saiu da casa dos Weber, tomando outras acomodações. Assegurou a Leopold que com Constanze apenas “se divertira”: “Se eu tivesse de me casar com todas aquelas com as quais diverti-me, teria hoje duzentas mulheres, no mínimo.”<sup>34</sup> Não obstante, em 15 de dezembro, informou ao pai que Constanze era tão delicada, tão simples e doméstica, que desejava casar-se com ela.

Você se horroriza com a idéia? Mas, suplico-lhe, meu queridíssimo e mais adorado dos pais, ouça-me.(...) A voz da natureza fala tão alto em mim como nos outros — muito mais alto, talvez, do que em um camarada grande, forte e rústico. Simplesmente não posso viver como a maioria dos rapazes o fazem hoje em dia. Em primeiro lugar, tenho muita religião, em segundo, tenho muito respeito ao meu vizinho, e um sentimento muito elevado da honra para seduzir uma moça inocente e, em terceiro lugar, tenho imenso horror e repugnância pelas doenças, e muito zelo pela minha saúde, para andar à cata de prostitutas. De modo que, posso jurar nunca ter mantido relações dessa espécie com qualquer mulher.(...) Aposto minha vida ser verdade o que acabo de lhe contar.(...)

Mas quem é o objeto do meu amor? Certamente, não é uma das Weber? Sim,(...) Constanze(...) a de coração mais terno, a mais inteligente, a melhor delas todas.(...) Diga-me se eu poderia desejar uma melhor esposa.(...) Tudo que desejo é ter uma pequena renda garantida (sobre o que, graças a Deus, tenho boas esperanças) e, então, não cessarei de suplicar-lhe permissão para salvar essa pobre moça, fazendo a ela e a mim — e, se é que assim possa expressar-me — e a nós todos, muito felizes. Pois, acredito que a minha felicidade o faz também feliz. E você desfrutará a metade da minha *renda fixa*.(...) Por favor, tenha piedade de seu filho!<sup>35</sup>

Leopold não sabia em que acreditar. Empregou todos os esforços para dissuadir do casamento seu filho quase sem vintém, mas Mozart achava que, após 26 anos de obediência filial, já era tempo de ter sua independência, e viver sua própria vida. Durante sete meses pediu, em vão, o consentimento do pai. Finalmente, em 4 de agosto de 1782, casou-se sem obtê-lo. Em 5 de agosto, este chegou. Então, Mozart estava em liberdade para descobrir como era possível sustentar uma família, compondo os mais variados elementos da mais maravilhosa música da história.

## VI. O COMPOSITOR

Tinha ele razão para estar confiante, pois já obtivera reputação de pianista, conseguira alunos pagantes e produzira óperas de sucesso. Um mês depois de deixar o servi-

ço do arcebispo, recebeu do Conde Orsini-Rosenberg, diretor dos teatros da corte de José II, uma encomenda para compor um *Singspiel* — drama falado, intercalado de canções. Em 16 de julho de 1782, este foi exibido na presença do imperador, com o título de *Die Entführung aus dem Serail* (*O Rapto do Serralho*). Uma facção hostil condenou-o, porém toda a audiência deixou-se subjugar pela vivacidade das árias que adornavam um velho tema: uma bela cristã é capturada por piratas, vendida a um harém na Turquia, sendo salva por seu amante cristão, após inacreditáveis maquinacões. Sobre a música, fez José II o seguinte comentário: “Bela demais para os nossos ouvidos, caro Mozart, e um excesso de notas.” Ao que o arrojado compositor respondeu: “Tantas, Vossa Majestade, quantas são exatamente necessárias.”<sup>36</sup> A opereta repetiu-se 33 vezes em Viena nos primeiros seis anos. Gluck elogiou-a, embora percebesse que ela ignorava completamente sua “reforma” da ópera. Admirou as composições instrumentais do impetuoso jovem e convidou-o para jantar.

A inspiração de Mozart vinha mais da Itália do que da Alemanha. Preferia melodia e simples harmonia à complexa e erudita polifonia. Somente em sua década final sentiu fortes influências de Haendel e Johann Sebastian Bach. Em 1782, juntou-se aos músicos que, sob a égide do Barão Gottfried van Swieten, davam concertos, sobretudo de Haendel e Bach, na Biblioteca Nacional, ou na casa de van Swieten. Em 1774, o barão trouxera a Viena, procedente de Berlim, a *Arte da Fuga*, *O Cravo Bem Temperado* e outras obras de J. S. Bach. Desaprovava a música italiana amadorística. A verdadeira música, pensava ele, requeria uma estrita atenção à fuga, polifonia e contraponto. Embora Mozart nunca admitisse que a estrutura, a regra, ou a forma constituíssem em si mesmas uma finalidade, aproveitou os conselhos e os concertos de van Swieten, estudando cuidadosamente Haendel e os Bachs mais importantes. Depois de 1787, regeu os concertos de Haendel em Viena, tomando algumas liberdades ao reajustar as partituras de Haendel às orquestras de Viena. Na sua posterior música instrumental, casou a melodia italiana com a polifonia alemã em união harmoniosa.

Uma rápida vista no catálogo Köchel das composições de Mozart constitui experiência impressionante. Encontra-se no mesmo uma lista de 626 obras — o maior volume de música deixada por qualquer compositor; com exceção de Haydn, todas produzidas no decurso de uma vida de 36 anos, inclusive obras-primas de todas as modalidades: 77 sonatas, 8 trios, 29 quartetos, 5 quintetos, 51 concertos, 96 *divertimenti*, danças ou serenatas, 52 sinfonias, 90 árias ou canções, 60 composições sacras, 22 óperas. Se aqueles próximos de Mozart julgaram-no indolente, talvez tenha sido porque não perceberam totalmente que o trabalho do espírito pode exaurir o corpo, e que, sem intervalos de apatia, o gênio resvalaria para a insânia. Seu pai dizia-lhe: “O pecado que persegue você é o da procrastinação.”<sup>37</sup> E, em muitos casos, Mozart esperava até a última hora antes de transpor para o papel a música que tomava forma em seu cérebro. “Estou, por assim dizer, mergulhado na música”, dizia ele. “Permaneço em meu espírito todo o dia, e apraz-me sonhar, estudar, refletir sobre ela.”<sup>38</sup> Sua mulher relatou: “Ele está sempre dedilhando qualquer coisa — seu chapéu, relógio, a mesa, a cadeira, como se fossem o teclado.”<sup>39</sup> Às vezes, continuava essa composição silenciosa mesmo quando parecia estar ouvindo uma ópera. Guardava pedaços de papel de música nos bolsos ou, quando viajava, na bolsa lateral do carro, nos quais tomava fragmentos de notas. Em geral, levava consigo uma pasta de couro para guar-

dar tais *obiter scripta*. Quando pronto para compor, não se sentava em frente ao teclado, porém a uma mesa. “Escrevia músicas como cartas”, dizia Constanze, “nunca experimentando um movimento antes de terminá-lo.” Ou então costumava sentar-se ao piano horas a fio, improvisando, deixando aparentemente livre sua fantasia musical, porém meio inconscientemente sujeitando-a a uma reconhecida estrutura — à forma da sonata, da ária, da fuga. Os músicos apreciavam as improvisações de Mozart porque conseguiam detectar, com um deleite esotérico, a ordem oculta por detrás dos caprichos da melodia. Na sua idade avançada, Niemetschek disse: “Se ousar rezar para mais uma alegria terrena esta seria ouvir Mozart improvisar.”<sup>40</sup>

Mozart tocava qualquer música à primeira vista, pois, habituado a tantas combinações e seqüências de notas, conseguia lê-las como uma só nota, os dedos adestrados tocando como se fossem uma frase ou idéia musical, da mesma forma que o leitor com bastante prática abarca uma linha como se esta fosse uma palavra, ou o parágrafo como se fosse uma linha. A sua memória treinada aliava-se à capacidade de perceber o conjunto, e sentir a lógica que impele a parte na indicação do todo. Nos anos que se seguiram, tocava qualquer um de seus concertos de cor. Em Praga, escreveu as partes do tambor e do trompete do segundo final de *Don Giovanni* sem ter em mãos a partitura dos outros instrumentos. Ficava em sua memória aquela música complexa. Certa vez, escreveu apenas a parte do violino da sonata para piano e violino. No dia seguinte, sem ensaiar, Regina Strinasacchi tocou a parte do violino em um concerto, e Mozart a parte do piano exclusivamente de memória, segundo o conceito que dela tivera, sem que lhe restasse tempo para registrá-la no papel.<sup>41</sup> É provável que nenhum outro homem na história estivesse tão absorto na música.

Nossa concepção das sonatas de Mozart é de serem um tanto leves e folgazãs sem paralelo com os apaixonados e poderosos pronunciamentos de Beethoven, do mesmo gênero. O fato talvez se deva a elas terem sido escritas para alunos pouco sofisticados ou para cravos de menor ressonância, ou para pianos que não possuíam meios de prolongar uma nota.<sup>42</sup> O favorito de nossa infância, a Sonata em Lá (K. 331), com seu insinuante “Minuetto” e seu “Rondo alla Turca”, é ainda (1778) no estilo para o cravo.

No início, Mozart não dava muita importância à música de câmara, mas, em 1773, ouviu os primeiros quartetos de Haydn, invejou sua perfeição polifônica e imitou-os, quase obtendo êxito nos seis quartetos que compôs aquele ano. Em 1781, Haydn publicou outra série. Mozart mais uma vez desejou competir, publicando (1782-85) seis quartetos (K. 387, 421, 428, 458, 464-65), hoje universalmente reconhecidos máximos exemplares na espécie. Os executantes queixaram-se de sua extrema dificuldade. Os críticos condenaram especialmente o sexto por suas ressonâncias estridentes, e pela turbulenta mistura de claves maiores e menores. Um músico italiano devolveu a partitura a um editor como obviamente cheia de erros grosseiros, e quando provou-se que as discordâncias eram deliberadas, um comprador, tomado de raiva, rasgou as folhas. No entanto, foi depois de tocar os quarto, quinto e sexto quartetos com Mozart, Dittersdor e outros, que Haydn disse a Leopold Mozart: “Perante Deus, e na qualidade de um homem de bem, eu lhe digo que o seu filho é o maior compositor que conheço de nome ou pessoalmente. Ele possui gosto e, o que é mais importante, o mais profundo conhecimento de composição.”<sup>43</sup> Quando os seis quartetos foram

publicados (1785), Mozart dedicou-os a Haydn com uma carta memorável mesmo entre a mais brilhante correspondência:

Um pai cuja decisão foi enviar seus filhos pelo mundo afora acreditou ser seu dever confiá-los à proteção e orientação de um homem famoso naquela época e que, além disso, era seu amigo. Eu, da mesma forma, envio meus seis filhos ao senhor, o mais célebre de todos, e meu muito querido amigo. Constituem, na verdade, os frutos de um longo e laborioso estudo. Entretanto, a esperança que muitos amigos me deram de que seu trabalho será de certo modo recompensado(...) estimula-me com a idéia de que esses filhos possam qualquer dia constituir fonte de consolo para mim.

Durante a sua última estada nesta capital, o senhor expressou sua aprovação dessas composições. Essa opinião favorável anima-me a oferecê-las ao senhor, na esperança de que não serão consideradas indignas desse sinal de apreço. Então, por favor, receba-as com carinho, sendo para elas um pai, um guia e um amigo. A partir deste momento cedo-lhe todos os meus direitos sobre elas. Suplico-lhe, entretanto, que seja indulgente com os erros que porventura hajam escapado aos olhos parciais de seu compositor, e que, apesar deles, continue sua generosa amizade para com aquele que a situa tão elevadamente.<sup>44</sup>

Mozart nutria particular estima por seus quintetos. Julgava o seu Quinteto em Mi Bemol para piano, oboé, clarinete, trompa e fagote (K. 452) “a melhor obra que jamais compus”,<sup>45</sup> mas isso foi antes de ter escrito suas óperas mais importantes. “*Eine kleine Nachtmusik*” foi originalmente composta (1787) como um quinteto. Contudo, as pequenas orquestras logo executaram-na, e hoje está classificada entre as cantatas de Mozart. Valorizava como “cuidadosamente elaborada” a Cantata em Mi Bemol (K. 375) com a qual ele mesmo foi homenageado uma noite em 1781, porém os músicos colocam acima desta a Cantata em Dó Menor (K. 388) — tão triste quanto as *Pathétiques* de Beethoven e Tchaikowsky.

Tendo descoberto a orquestra, Mozart empregou-a em várias experiências: *ouvertures*, noturnos, suítes, e variações da suíte, danças, *divertimenti*. Esses últimos eram destinados mais a finalidades passageiras do que para constituírem um eco nas galerias da história. Não são feitos para serem avaliados, mas para agradar. Mesmo assim, o Divertimento N° 15 (K. 287), e o de N° 17 (K. 334) são trabalhos de peso, mais deleitosos do que a maioria das sinfonias.

Para as sinfonias Mozart, assim como Haydn, usava uma “banda” de 35 figuras. Por conseguinte, falham na transmissão do seu valor total aos ouvidos afeitos às múltiplas sonoridades das orquestras do século XX. Os mestres elogiam o N° 25 (K. 183) como “impessoal”<sup>46</sup> e um “milagre de impetuosa expressão”,<sup>47</sup> mas a primeira sinfonia de Mozart digna de nota é *Paris* (N° 31, K. 297), à qual ele adaptou o gosto francês pelo refinamento e o charme. A *Sinfonia Haffner* (N° 35, K. 385) foi originalmente composta às pressas para os festejos planejados por Sigismund Haffner, antigo burgomestre de Salzburgo, para o casamento de sua filha (1782). Mais tarde, Mozart acrescentou partes para flauta e clarinete, apresentando-a em Viena (3 de março de 1783) em um concerto assistido por José II. O imperador “me aplaudiu muito” dando-me 25 ducados.<sup>48</sup> Neste e no de N° 36, escritos em Linz, em novembro de 1783, Mozart ainda conservou a marca e a forma — sempre agradável, nunca profundo — que Haydn inculcara na sinfonia. Em ambos os casos, os adágios são muito bem



recebidos pelas pessoas mais idosas. Cumpre mencionar o de N° 38 com maior respeito, o qual Mozart compôs em 1786, para a cidade de Praga. Neste, o primeiro movimento agrada ao músico em virtude de sua lógica estrutural e técnica polifônica, e o andante, aliando meditação à melodia, desperta a atenção dos iniciados para falar de sua “imorredoura perfeição”<sup>49</sup> e de seu “mundo encantado”.<sup>50</sup>

No consenso geral, as maiores sinfonias de Mozart são as três que ele produziu numa inspiração torrencial, no verão de 1788 — numa época de excessiva pobreza e acúmulo de dívidas. A primeira data de 26 de junho, a segunda de 25 de julho, a terceira de 10 de agosto — três produções em três meses. No que nos é dado saber, nenhuma delas foi tocada durante a sua vida. Ele nunca as ouviu. Elas permaneceram no misterioso domínio em que pontos pretos em uma folha de papel eram para o compositor “canto desprovido de som” — notas e harmonias ouvidas apenas pela alma. A terceira, inadequadamente denominada *Jupiter* (N° 41, em Dó, K. 551), em geral é considerada a melhor. Schumann equacionou-a com Shakespeare e Beethoven,<sup>51</sup> porém não se presta à apreciação dos amadores. A de N° 40 em Sol Menor (K. 550) principia com um vigor que prenuncia a *Eroica*, desenvolvendo-se de uma maneira que levou os críticos — numa vã tentativa de expressar a música por meio de palavras — a interpretá-la como um *Lear* ou *Macbeth* de uma tragédia pessoal.<sup>52</sup> Entretanto, aos ouvidos mais singelos, quase parece de uma alegria ingênua. Para esses mais simples, a mais satisfatória das sinfonias é a de N° 39, em Fá Bemol (K. 543). Não é nem sobrecarregada de mágoa, nem torturada pela técnica. Trata-se de melodia e harmonia deslizando em plácida corrente. Música semelhante agradaria aos deuses em bucólico retiro, longe dos afazeres celestiais.

A sinfonia concertante é uma encruzilhada entre a sinfonia e o concerto. Nasceu do *concerto grosso*, contrapondo à orquestra dois ou mais instrumentos, num diálogo entre a melodia e o acompanhamento. Mozart levou esta forma a seu auge na Sinfonia Concertante em Fá Bemol (K. 364) para flauta, violino, e viola (1779). É tão primorosa quanto qualquer uma de suas sinfonias.

Todos os concertos são maravilhosos, pois nestes os trechos de solo auxiliam o ouvido destreinado a seguir temas e melodia, talvez obscurecidos nas sinfonias pela elaboração técnica ou execução polifônica. O debate é interessante, mormente quando, na forma do concerto conforme proposto por Karl Philipp Emanuel Bach e desenvolvido por Mozart, a disputa é de um contra todos — *solo contra tutti*. De vez que Mozart comprazia-se em tais confrontos harmônicos, escreveu a maior parte de seus concertos para o piano, pois neles ele mesmo tocava a parte do solo, acrescentando, em geral, no final do primeiro movimento, uma cadência que lhe permitia malabarismos e brilhantismos do virtuose.

Dentro desta forma, atingiu a perfeição com o Concerto para Piano N° 9 em Mi Bemol (K. 271). O mais antigo de seus concertos ainda populares é o de N° 20 em Ré Menor (K. 466), famosa por sua “Romanze” quase infantil. Pode-se dizer que nesse movimento lento principiou o movimento Romântico na música. Em virtude de preguiça ou distrações, Mozart não terminou a partitura desse concerto até uma hora antes do horário estipulado para a sua apresentação (11 de fevereiro de 1785). As cópias foram entregues aos músicos minutos antes do recital, não dando tempo nem para tocá-las ou ensaiá-las. Entretanto, a representação correu tão bem, tendo Mozart toca-

do a sua parte com tamanha técnica, que muitas reprises foram solicitadas nos anos que se seguiram.

Mozart instituiu a música nobre para outros instrumentos de solo. Talvez o melodioso Concerto em Lá para Clarinete (K. 622) seja transmitido com maior frequência do que qualquer de suas composições. Na sua alegre mocidade (1774) muito se divertiu tocando o Concerto em Si Bemol para Fagote. Os concertos para trompa consistiam em constante borbulhar sobre a partitura — às vezes indicando ao executante o caminho a seguir com humorísticos apartes de “*da bravo!*”, “*coraggio!*”, “*bestia!*”, “*ohimè!*” — porque Mozart estava familiarizado com mais de um instrumento de sopro. Em seguida, o Concerto para Flauta e Harpa (K. 299) nos transporta aos céus.

Em 1775, Mozart, com dezenove anos, compôs cinco concertos para violino, todos belos, estando três deles ainda nos repertórios de nossos dias. O de Nº 3, em Sol (K. 216), possui um adágio que botou Einstein em êxtase.<sup>33</sup> O Nº 4, em Ré, é uma das obras-primas da música, e o Nº 5, em Lá, possui um *andante cantabile* que rivaliza com a miraculosa voz de mulher.

Não é para admirar que Mozart tenha produzido, especialmente nos anos de seu amor por Aloysia Weber, algumas das mais deleitosas árias em toda a literatura da canção. Não constituem *lieder* de grande fôlego, tais como os que se desenvolveram amplamente nas composições de Schubert e Brahms. São mais simples e mais curtos, às vezes constituídos de letra ingênua. Entretanto, quando Mozart encontrou um verdadeiro poema, como o “*Das Veilchen*”, de Goethe, elevou-se ao máximo naquele gênero (K. 476). Uma violeta, trêmula de alegria quando dela se aproxima uma bela pastora, pensa como seria bom repousar em seu seio. Mas, ao seguir seu caminho alegremente, cantarolando, a jovem a esmaga, sem vê-la, pousando o pé sobre a flor.<sup>34</sup> Seria uma lembrança da cruel Aloysia? Mozart escreveu para ela uma das suas mais ternas árias — “*Non so d'onde viene*”. Contudo, dava pouca importância a essas canções isoladas. Guardava o segredo de seus recursos na arte vocal para as árias das óperas e nas composições para a igreja.

Sua música sacra raramente era ouvida fora de Salzburgo, pois a Igreja Católica não apreciava as qualidades operísticas exigidas pelo arcebispo a quem Mozart servia. A missa solene em Salzburgo era cantada com um acompanhamento de órgão, instrumentos de corda, trompetes, tambores, com frases alegres que irrompiam nos períodos mais solenes das missas de Mozart. Entretanto, o espírito religioso muito raramente devia comover-se pelos motetes “*Adoramus Te*” (K. 327) e “*Santa Maria Mater Dei*” (K. 341b). A mais obsedante e bela melodia entre todas que Mozart compôs surge no “*Laudate Dominum*” na quarta ária do “*Vesperae solennes di confessore*” (K. 339).<sup>35</sup>

No todo, a música de Mozart é a voz de uma era aristocrática que não ouvira a Bastilha cair, e de uma cultura católica imutável em sua fé, livre para gozar dos encantos da vida sem a busca inquietante para encontrar novo conteúdo para sonhos vazios. Nos seus aspectos mais leves, esta música harmoniza-se com a elegância do ornamento rococó, com os romances pictóricos de Watteau, o Olimpo de Tiepolo pairando calmamente, os sorrisos, os vestidos e a poesia de Mme. de Pompadour. Trata-

se, sem a menor dúvida, de música ampla e serena, tocada de vez em quando pelo sofrimento e pela cólera, sem contudo elevar nem uma humilde prece, nem um desafio prometeico aos deuses. Mozart principiou sua obra em criança e uma qualidade infantil ocultava-se em suas composições até que ele começou a compreender que o Réquiem que ele estava escrevendo para um estranho era o seu próprio.

## VII. ESPÍRITO E CARNE

Mozart não era atraente fisicamente. Era baixo, a cabeça muito grande para o corpo, o nariz grande demais para o rosto, o lábio superior ultrapassando o inferior, as sobrancelhas espessas escurecendo os olhos irrequietenos. Só a abundante cabeleira loura impressionava. Mais tarde, procurou ele compensar as suas imperfeições de estatura e feições com roupas magníficas: camisa de renda, casaco azul com abas, botões dourados, calções e fivelas prateadas nos sapatos.<sup>56</sup> Entretanto, ao executar no piano, esquecia-se do físico. Então seus olhos tinham fulgor excessivo pela intensidade da concentração, e todos os músculos do corpo obedeciam ao toque de suas mãos e do seu espírito.

Em menino foi modesto, de bom gênio, sincero, carinhoso, mas a sua parcela diária de aplausos desenvolveu alguns defeitos no seu caráter. "Meu filho", avisava Leopold (1778), "você tem gênio forte e impulsivo, (...) demasiado pronto para replicar em tom de troça a qualquer desafio."<sup>57</sup> Mozart concordava com isso, e muito mais. "Se alguém me ofende", escreveu, "preciso vingar-me. Se eu não me vingo de verdade, fico achando que apenas paguei na mesma moeda a meu inimigo e não o corriji."<sup>58</sup> E não pedia a ninguém para admirar a sua genialidade. "O Príncipe Kaunitz disse ao arcebispo que gente como eu vem ao mundo uma vez em cem anos."<sup>59</sup>

O senso de humor era usual em suas cartas, aparecendo em sua música até a morte. Às vezes era brincalhão e sem maldade, em outras, ríspido e satírico; ocasionalmente, na juventude, chegava à obscenidade. Houve uma fase em sua vida que ele se preocupava com defecação. Aos 21 anos escreveu dezenove cartas de incrível vulgaridade à prima Maria Ana Thekla Mozart.<sup>60</sup> Uma carta à sua mãe celebrava a flatulência em prosa e em verso.<sup>61</sup> Ela já manifestara uma certa falta de escrúpulos em cartas a seu marido, com expressões que beiravam o baixo calão.<sup>62</sup> Aparentemente, esse tipo de frases era um procedimento comum na família Mozart e seu círculo; eram provavelmente herança de uma geração mais concupiscente. Tudo isso não impedia que ele escrevesse aos pais e irmãos cartas da mais terna afeição.

Segundo afirmativa sua, foi um noivo virgem. Teria sido um marido fiel? Sua mulher acusava-o de "galanteios com as mulheres".<sup>63</sup> De acordo com o seu devotado biógrafo:

Havia rumores entre o público e na imprensa, e exemplos exagerados de fraqueza como uma das principais características de seu caráter. Inculpavam-no de manter ligações amorosas com todas as suas alunas e cantoras, para as quais compunha canções. Era considerado engraçado apontá-lo como o protótipo de Don Juan.<sup>64</sup>

As freqüentes gravidezes de sua mulher, suas constantes viagens para os locais de cura, a sua própria ausência por ocasião das viagens para dar concertos, sua sensibilidade aos encantos femininos, suas relações com fascinantes cantoras e atrizes desinibidas, criaram uma situação na qual era inevitável a ocorrência de aventuras. Constanze contou que ele lhe havia confessado aquelas "indiscrições" e por que o perdoou — "ele era tão bom que se tornava impossível brigar com ele". Entretanto, sua irmã conta que havia violentas brigas algumas vezes.<sup>65</sup> Parece que Mozart gostava muito de sua mulher, agüentando com paciência suas deficiências de dona-de-casa, e escrevendo-lhe, durante suas ausências, cartas quase infantilmente meigas.<sup>66</sup>

Socialmente, Mozart não era um sucesso. Fazia alusões desabonadoras a seus rivais. "As sonatas de Clementi não valem nada. (...) Ele é um charlatão, como todos os italianos."<sup>67</sup> "Ontem, tive a sorte de ouvir Herr Freyhold tocar um concerto de sua miserável autoria. Pouca coisa me coube admirar."<sup>68</sup> Por outro lado, elogiava os quartetos recém-publicados por Ignaz Pleyel, embora competissem com os seus. Seu pai censurava-o por se tornar antipatizado em virtude de sua arrogância.<sup>69</sup> Mozart negava a arrogância, mas a verdade é que possuía muito poucos amigos entre os músicos vienenses, e que o seu orgulho constituía obstáculo para o seu progresso. Na Áustria e na Alemanha a sorte do músico dependia da aristocracia, e Mozart recusava-se a dar precedência a esta em detrimento da genialidade. Outro obstáculo era o de nunca ter freqüentado escola ou universidade. Seu pai não lhe dera tempo para uma educação completa. Entre os poucos livros que possuía havia alguns de poesias por Gessner, Wieland e Gellert, entretanto parece que ele os utilizava principalmente como fonte de eventuais libretos. Dava pouca importância à arte ou à literatura. Encontrava-se em Paris por ocasião da morte de Voltaire, não entendendo a razão de tal alarido por causa da visita e morte do velho rebelde. "Aquele Voltaire patife e ateu", escreveu ao pai, "bateu as botas como um cão, como um animal! Eis a sua recompensa."<sup>70</sup> Absorveu certa dose de anticlericalismo com seus confrades maçons, mas tomou parte, com a vela na mão, de uma procissão de Corpus Christi.<sup>71</sup>

Talvez fosse a simplicidade de seu espírito que o fizesse agradável, apesar de seus defeitos. Aqueles que não eram seus rivais na música julgavam-no sociável, alegre, delicado e inusitadamente sereno. "Em toda a minha vida", escreveu sua cunhada, Sofia Weber, "nunca vi Mozart com raiva, e muito menos zangado."<sup>72</sup> Contudo, havia opiniões contrárias: Animava qualquer festa, sempre disposto a brincar, para uma graça, ou um jogo. Gostava de jogar boliche e bilhar e de dançar, às vezes parecendo mais orgulhoso de sua dança do que de sua música.<sup>73</sup> Se não era generoso para com seus rivais, mostrava-se quase liberal demais com todo o mundo. Raramente repelia os mendigos. O afinador de piano sempre lhe pedia dinheiro emprestado e nunca pagava. Mozart falava francamente do valor que dava ao dinheiro, porém jamais conseguia juntá-lo, talvez por dispor de tão pouco tempo ou inclinação para nele pensar. Obrigado a contar com os seus próprios recursos para ganhar dinheiro, e tendo de competir com uma centena de músicos invejosos para manter uma família, abandonou suas finanças e permitiu que sua renda lhe escapasse das mãos, caindo, sem saber como, numa triste indigência. E justamente quando, com as suas três últimas sinfonias e três últimas óperas, estava compondo a melhor música do seu tempo.

## VIII. APOGEU: 1782-87

Principiou sua carreira *free-lance* em Viena com um sucesso animador. Era bem pago pelas lições que dava. Os concertos que deu em 1782-84 renderam-lhe cerca de quinhentos *gulden* cada um.<sup>74</sup> Apenas setenta composições suas foram publicadas durante a sua vida, sendo, contudo, razoavelmente pagas. O editor Artarin deu-lhe cem ducados por seis quartetos dedicados a Haydn — uma bela quantia naquele tempo.<sup>75</sup> Um outro editor, Hoffmeister, perdeu dinheiro ao imprimir os quartetos de Mozart para piano, os em Sol Menor (K. 478) e em Mi Bemol (K. 493), porque os músicos os julgaram muito difíceis (são hoje considerados fáceis) aconselhando Hoffmeister a Mozart: “Escreva músicas mais populares, do contrário não poderei nem imprimir, nem pagar nada de sua autoria.”<sup>76</sup> Mozart recebia os honorários usuais, cem ducados, por suas óperas. Por *Don Giovanni* pagaram-lhe 225 ducados mais a renda de um concerto beneficente. Naqueles anos tinha “uma renda muito boa”.<sup>77</sup> Visitando-o, em 1785, seu pai assim comentou: “Se meu filho não tiver dívidas a pagar, ele pode depositar no banco três mil *gulden*.”<sup>78</sup>

Entretanto, Mozart não depositou os referidos *gulden* no banco. Gastou-os em diversas despesas, diversões, boas roupas, e em corresponder às necessidades de amigos na miséria. Estas e outras razões obscuras colocaram-no em posição de insolvência no auge da procura de seus serviços e composições. Em 15 de fevereiro de 1783, escreveu à Baronesa von Waldstädten que um de seus credores havia ameaçado “mover um processo contra mim.(...) No momento não posso pagar, nem mesmo metade da soma! (...) Suplico-lhe, pelo amor de Deus, que me ajude a conservar intactos meu nome e a minha honra.”<sup>79</sup> Por algum tempo ficou mais aliviado pelo sucesso de um concerto em seu benefício, realizado em março, que lhe rendeu 1.600 *gulden*. Mozart enviou uma parcela desta soma ao pai.

Em maio de 1783, mudou-se para uma boa casa em Judenplatz nº 244. Nesta casa nasceu o seu primeiro filho (17 de junho) — “um menino belo e forte, redondo como uma bolinha”. Este acontecimento — juntamente com o dinheiro enviado por Mozart — suavizou o ressentimento do pai em relação ao casamento. Wolfgang e Constanze aproveitaram-se do degelo e visitaram Leopold e Nannerl em Salzburgo, deixando a criança em Viena, com a ama. Em 19 de agosto, a criança morreu. Os pais permaneceram em Salzburgo, pois Mozart acertara realizar ali a apresentação de sua Missa em Dó Menor, na qual Constanze cantaria. Wolfgang e Constanze permaneceram demais para serem bem-vindos, pois Leopold era obrigado a contar os mínimos tostões, julgando que uma visita de três meses era excessiva. Na volta à Viena, pararam em Linz, onde o Conde von Thun encomendou uma sinfonia a Mozart.

Novamente em casa, Mozart trabalhou com afinco, compondo, tocando, regendo. Em dois meses (16 de fevereiro a 26 de abril de 1784) deu três concertos, tocando em mais dezenove.<sup>80</sup> Em dezembro filiou-se a uma das sete lojas maçônicas existentes em Viena. Gostava das reuniões, aquiescendo prontamente em compor músicas para seus festivais. Em fevereiro, seu pai, abrandado com o nascimento de um outro filho, chegou para uma longa visita. E, em 1785, Lorenzo da Ponte entrou na vida de Mozart.

Esse tal Lorenzo levava vida quase tão aventureira quanto à de seu amigo Casanova.

No início de sua vida (1749) morava no gueto de Ceneda, filho de um curtidor. Aos quatorze anos, Emmanuele Conegliano e dois irmãos foram levados pelo pai ao bispo de Ceneda, Lorenzo da Ponte, a fim de serem batizados segundo os ritos da Igreja Católica. Emmanuele tomou o nome do bispo, tornou-se padre, teve uma ligação com uma mulher casada, em Veneza, foi banido, transferiu-se a Dresden, depois para Viena, sendo contratado, em 1783, pelo Teatro Nacional, na qualidade de poeta e libretista.

Mozart sugeriu-lhe a possibilidade de fazer um libreto para ópera da recente comédia de Beaumarchais, *Le Mariage de Figaro*. Essa obra fora traduzida para o alemão com vistas a uma representação teatral em Viena, porém José II proibiu-a sob a alegação de conter sentimentos revolucionários que escandalizariam sua corte. Poderia o imperador, ele mesmo um revolucionário, ser persuadido a permitir uma ópera judiciosamente abstraída da peça? Ponte admirava a música de Mozart. Mais tarde, iria referir-se a ele como uma pessoa que, “embora dotado de talento que ultrapassa o de qualquer compositor passado, presente ou futuro, ainda não conseguiu, em virtude das intrigas dos inimigos, utilizar sua divina genialidade em Viena”.<sup>81</sup> Eliminou os tons radicais do drama de Beaumarchais, transformando o restante num libreto italiano que rivalizava as melhores obras de Metastasio.

A história de *Le Nozze di Figaro* é um velho emaranhado de disfarces, surpresas e descobertas, assim como o inteligente logro dos patrões pelos criados, tudo muito conhecido na comédia desde Menandro e Plauto. Mozart adaptou-se logo ao tema, compondo a música quase tão rápido quanto o libreto. Ambos terminaram em seis semanas. Em 19 de abril de 1786, Mozart escreveu a *ouverture*. Em 1º de maio, a estréia foi um sucesso. Parte deste êxito pode ser creditada ao jovial e retumbante baixo, Francesco Benucci, que cantou a parte de Fígaro. Mais pode ser atribuída também à vivacidade e justeza da música, às árias nas quais Cherubino, queixoso, canta “*Voi che sapete*”, e ao apelo da condessa, ainda reprimido, ao deus do amor em “*Porgi amor*”. Ouviram-se tantos pedidos de bis que a representação tomou o dobro do tempo estipulado. No final, Mozart foi chamado ao palco várias vezes.

A renda da representação de *Fígaro* deveria pagar todas as dívidas de Mozart, tornando-o solvente por um ano não fossem as suas extravagâncias, assim como as doenças e gravidez de sua mulher. Em 1787, mudaram-se para uma casa mais barata, na Landstrasse 224. Um mês depois, Leopold morreu, deixando ao filho mil *gulden*.

Praga encomendou outra ópera. Como argumento, Ponte sugeriu as escapadas sexuais de Don Juan. Tirso de Molina já havia levado para o palco de Madri, em 1630, o lendário Don Juan, na *El burlador de Sevilla* (*O Embusteiro de Sevilha*). Em Paris, Molière contara a mesma história com o título *Le Festin de Pierre* (*A Festa de Pedra*, em 1665). Goldoni apresentara-a em Veneza, como *Don Giovanni Tenorio* (1736). Vincente Righini levava-o ao palco, sob o título *Il Convitato di Pietra*, em Viena, em 1777. E, em Veneza, no mesmo ano de 1787, Giuseppe Gazzaniga produzira, com o mesmo título, uma ópera da qual Ponte subtraiu muitas linhas, inclusive o airoso catálogo dos pecados de Giovanni.

A “maior de todas as óperas” (segundo Rossini) estreou em Praga, em 29 de outubro de 1787. Mozart e Constanze foram à capital da Boêmia para o acontecimento, onde foram tão festejados que ele adiou a composição da *ouverture* até a véspera da estréia. Então, à meia-noite, “depois de passar a noite mais alegre que se pode imagi-

nar”<sup>82</sup>, compôs uma peça quase wagneriana ao prenunciar os elementos tragicômicos do drama. Os músicos chegaram justo na hora do espetáculo.<sup>83</sup> O *Zeitung*, de Viena, assim registrou o acontecimento: “Na segunda-feira, a tão esperada ópera do Kapellmeister Mozart, *Don Giovanni*, foi executada. (...) Tanto músicos como conhecedores foram unânimes em afirmar jamais terem assistido em Praga semelhante execução. O próprio Herr Mozart foi o regente, e seu aparecimento à frente da orquestra tornou-se motivo de aplausos, repetidos quando se retirou.”<sup>84</sup>

Em 12 de novembro, o feliz casal estava de volta a Viena. Gluck morreu três dias depois, e José II nomeou Mozart seu sucessor na qualidade de *Kammermusik* — músico de câmara — da corte. Após muitos aborrecimentos com os músicos, *Don Giovanni* foi apresentada em Viena, em 7 de maio de 1788, com escassos aplausos. Mozart e Ponte fizeram posteriores alterações, mas a ópera nunca obteve em Viena o sucesso de Praga, Mannheim, Hamburgo. Em Berlim, a crítica observou que o *dramma giocoso* era uma ofensa contra a moral. Acrescentou, entretanto: “Se uma nação deve ficar orgulhosa de um de seus filhos, a Alemanha deve ter orgulho de Mozart, o compositor da ópera.”<sup>85</sup> Nove anos depois, Goethe escreveu a Schiller: “Suas esperanças na ópera estão amplamente realizadas em *Don Giovanni*”.<sup>86</sup> E lamentou que Mozart não houvesse vivido para escrever a música do Fausto.

#### IX. NADIR: 1788-90

A renda proveniente da representação de *Don Giovanni* logo se esgotou, os modestos vencimentos de Mozart mal dando para comprar comida. Tomou alunos, mas ensinar era uma tarefa exaustiva e que tomava muito tempo. Mudou-se para o subúrbio mais modesto de Währingerstrasse. Contudo, as dívidas se multiplicavam. Pedia emprestado onde podia — principalmente ao bom comerciante e companheiro de maçomaria, Michael Puchberg. Em junho de 1788, escreveu-lhe Mozart:

Ainda lhe devo oito ducados. Além do fato de que, no momento, não me encontro em condições de pagar-lhe esta soma, minha confiança em você é tão grande que ousou implorar-lhe para ajudar-me com cem *gulden* até a próxima semana, época em que meus concertos no Cassino terão início. Nesse meio tempo, certamente terei recebido a soma relativa aos meus honorários, o que me facultará pagar-lhe com muita facilidade os 136 *gulden*, juntamente com os agradecimentos mais sinceros.<sup>87</sup>

Puchberg enviou os cem *gulden*. Encorajado, Mozart solicitou-lhe (17 de junho) um empréstimo de “um ou dois mil *gulden*, por um ano ou dois, com uma taxa de juros adequada”. Não havia pago os atrasados do aluguel da casa que deixara anteriormente. O proprietário ameaçava botá-lo na prisão. Mozart contraiu empréstimos para pagar a ele. Parece que Puchberg mandou-lhe menos do que ele pedira, porque, desesperado, o compositor fez outros apelos, em junho e julho. Foi nesses momentos difíceis que Mozart compôs as três “Grandes Sinfonias”.

Aceitou o convite do Príncipe Karl von Lichnowsky para ir com ele a Berlim. Para fazer a viagem, pediu emprestado cem *gulden* a Franz Hofdemel. O príncipe e o men-

digo saíram de Viena em 8 de abril de 1789. Em Dresden, Mozart tocou para o Eleitor Frederico Augusto, recebendo cem ducados. Em Leipzig, deu uma audição pública no órgão de Bach, impressionando-se com o coro da *Thomasschule*, que cantou o motete de Bach “*Singet dem Herrn*”. Em Potsdam e Berlim (28 de abril a 28 de maio) tocou para Frederico Guilherme II, recebendo uma doação de setecentos florins, com encomendas de seis quartetos e seis sonatas. Entretanto, seus ganhos se esvaíram com misteriosa rapidez. Um rumor, não confirmado, imputava o escoadouro do dinheiro a uma ligação com uma cantora de Berlim, Henriette Baronius.<sup>88</sup> Em 23 de março ele escreveu a Constanze: “Quanto ao meu regresso, você deve esperar mais por mim do que pelo dinheiro.”<sup>89</sup> Voltou ao lar em 4 de junho de 1789.

Constanze, novamente grávida, necessitava de médico e de remédios, assim como de uma dispendiosa viagem às águas de Baden-bei-Wien. Mozart, mais uma vez, apelou para Puchberg:

Deus meu! Não desejo ao meu maior inimigo a minha situação. Se você, meu queridíssimo amigo e irmão [maçon] me abandonar, estaremos totalmente perdidos — tanto eu, inocente e infeliz, quanto minha querida esposa enferma e filhos.(...) Tudo depende de um empréstimo de sua parte, na quantia de mais quinhentos *gulden*. Até que meus negócios se restabeleçam, comprometo-me a pagar dez *gulden* mensais, e depois, pagarei toda a soma.(...) Oh, Deus! Custa-me resolver enviar esta carta e, no entanto, devo fazê-lo! Pelo amor de Deus, perdoe-me, só quero que me perdoe!<sup>90</sup>

Puchberg enviou-lhe 150 *gulden*, a maior parte dos quais para pagar as contas de Constanze em Baden. Em 16 de novembro, já em casa, ela deu à luz uma menina, que morreu no mesmo dia. José II veio em auxílio deles, encomendando a Mozart e a Ponte que escrevessem um *dramma giocoso* sobre um tema antigo (utilizado por Marivaux no *Le Jeu de l'amour et du hasard*, 1730). Dois homens disfarçaram-se para testar a fidelidade de suas noivas. Descubrem a vulnerabilidade das mesmas, porém perdoam-nas, sob a alegação de que “*così fan tutte*” — “assim fazem todas”. Daí o título da ópera. Quase não era assunto que se ajustasse ao gênio trágico de Mozart (exceto pelo fato de que Constanze tinha flertado um pouco em Baden). Contudo, deu ao libreto vivo e inteligente uma música que é a própria personificação da vivacidade e da inteligência. Poucas vezes um assunto tolo foi tão glorificado. A estréia, em 26 de janeiro de 1790, obteve sucesso moderado, e quatro reprises dentro de um mês trouxeram a Mozart cem ducados. Depois, com a morte de José II (20 de fevereiro) os teatros vienenses fecharam até 12 de abril.

Mozart esperou que o novo imperador lhe desse trabalho, mas Leopoldo II ignorou-o. E ignorou a Ponte, também, que partiu para a Inglaterra e América, terminando (1838) como professor de italiano no que é atualmente a Universidade de Columbia, em Nova York.<sup>91</sup> Mozart apelou outras vezes para Puchberg (29 de dezembro de 1789, 20 de janeiro, 20 de fevereiro, 1º, 8 e 23 de abril de 1790), nunca em vão, mas poucas vezes recebendo o que pedia. Em princípios de maio, pediu seiscentos *gulden* a fim de pagar o aluguel vencido. Puchberg mandou cem. Mozart confessou a Puchberg, em 17 de maio: “Vejo-me obrigado a recorrer aos agiotas.” Naquela carta disse contar apenas com dois alunos, pedindo ao amigo que espalhasse a notícia de que ele



estava dando aulas.<sup>92</sup> Entretanto, estava por demais nervoso e impaciente para lecionar. Às vezes não comparecia, em outras jogava bilhar com os alunos em vez de dar aulas.<sup>93</sup> Mas quando encontrava um aluno de talento promissor dedicava-se inteiramente. Assim é que deu aulas a Johann Hummel com muito prazer e êxito, quando este principiou em 1787, aos oito anos, tornando-se pianista famoso na próxima geração.

Uma moléstia grave acrescentou padecimentos físicos às torturas morais de Mozart. Segundo diagnóstico de um médico, o que ele tinha era “uma pielite excretória com pionefrite, lesões focais dos rins, com tendência inevitável para uma insuficiência nefrítica”,<sup>94</sup> isto é, uma inflamação purulenta dos rins. Em 14 de agosto de 1790, ele escreveu a Puchberg: “Estou totalmente desgraçado hoje”, esta noite não consegui dormir em virtude das dores.(...) Pense bem na minha situação — doente e consumindo-me com aborrecimentos e preocupações.(...) Você não pode me ajudar com uma ninharia? A menor soma seria bem-vinda.” Puchberg mandou-lhe dez *gulden*.

Apesar do seu estado físico, Mozart deu um passo desesperado para amparar sua família. Leopoldo II seria coroado em Frankfurt, em 9 de outubro. Dezesete músicos da corte estavam na comitiva do imperador, porém Mozart não foi convidado. Não obstante, ele foi, acompanhado por Franz Hofer, seu cunhado violinista. Para pagar as despesas, ele empenhou o aparelho de prata da família. Em 15 de outubro, em Frankfurt, tocou e regeu o seu Concerto para Piano em Ré (K. 537), composto três anos antes, mas que o capricho da sorte denominara “Concerto da Coroação” — longe de ser o melhor. “Foi um retumbante sucesso”, escreveu à mulher, “do ponto de vista de honrarias e glória, mas um fracasso quanto ao dinheiro.”<sup>95</sup> Voltou a Viena, tendo ganho um pouco mais do que gastara. Em novembro mudou-se para uma casa mais barata em Rauhensteingasse 70, onde iria morrer.

#### X. RÉQUIEM: 1791

Mozart conservou-se vivo por mais um ano em virtude de três encomendas que chegaram sucessivamente. Em maio de 1791, Emanuel Schikaneder, que produzia óperas alemãs e peças num teatro do subúrbio, ofereceu-lhe o esboço de um libreto sobre uma flauta mágica, apelando para que seu irmão maço fornecesse a música. Mozart concordou. Quando Constanze, mais uma vez grávida, partiu para Baden-bei-Wien em junho, ele aceitou o convite de Schikaneder para passar alguns dias em uma casa com jardim nas proximidades do teatro, onde poderia compor *Die Zauberflöte*, estimulado pelo empresário. Às noites acompanhava Schikaneder na vida boêmia da cidade. “Loucura e desregramento”, conta-nos Jahn, “eram os inevitáveis companheiros daquela existência, que logo chegou aos ouvidos do público(...) cobrindo o seu nome, durante vários meses, de ignomínia muito além do que merecia.”<sup>96</sup> Em meio a essas distrações, Mozart encontrou tempo para ir a Baden (dezesete quilômetros de Viena) a fim de visitar sua mulher, que em 26 de julho dera à luz Wolfgang Mozart II.

Naquele mês veio um pedido de um estrangeiro anônimo, com o oferecimento de

cem ducados, para uma Missa de Réquiem a ser elaborada secretamente, e a ele entregue sem o conhecimento público da sua autoria. Mozart deixou a alegria da *Flauta Mágica* para o tema da morte. Então, em agosto, recebeu uma encomenda procedente de Praga para uma ópera, *La Clemenza di Tito*, a ser representada naquela cidade por ocasião da coroação de Leopoldo II como rei da Boêmia. Tinha apenas um mês para adaptar o velho libreto à música. Nele trabalhou em meio ao sacolejar das berlindas e ao barulho das hospedarias na viagem para Praga em companhia da mulher. Em 6 de setembro, a ópera foi encenada recebendo fracos aplausos. Mozart tinha lágrimas nos olhos ao deixar a única cidade que o recebera calorosamente, por compreender que o imperador presenciara o seu fracasso. Seu único consolo foram os honorários de duzentos ducados e notícias posteriores de que a repetição da ópera, a 30 de setembro, obtivera absoluto sucesso.

Naquele dia, ele regeu, do piano, a estréia de *Die Zauberflöte*. A história era em parte uma história de fadas, e em parte a exaltação da iniciação do ritual maçônico. Mozart dedicou o melhor da sua arte à composição, embora conservasse uma simples linha melódica na maior parte das árias, mais compatível com a sua audiência da classe média. Prodigalizou *coloratura* pirotécnica sobre a Rainha da Noite, porém particularmente ria-se da *coloratura* no canto como "ilusão dos bobos".<sup>97</sup> A Marcha dos Padres, abertura do segundo ato, é música maçônica. A ária do sumo sacerdote, "*In diesem Heiligen Hallen*" — "Dentro dessas sagradas paredes nada sabemos sobre vingança e o amor a nossos semelhantes é a principal orientação dos iniciados" — é a reivindicação dos maçons de terem restabelecido a fraternidade entre os homens, outrora pregada pelo Cristianismo. (Goethe comparava a *Flauta Mágica* à Parte II de *Fausto*, que também pregava a solidariedade, e sendo ele mesmo um maçom, referiu-se à ópera como possuidora de "um significado mais alto que não escapará aos iniciados").<sup>98</sup> A primeira representação teve um relativo sucesso, ficando os críticos chocados com a mistura de fugas e brincadeira.<sup>99</sup> Mas, muito em breve, a *Flauta Mágica* tornou-se a mais popular das óperas de Mozart e de todas as óperas anteriores a Wagner e Verdi. Depois da estréia, foi repetida cem vezes num período de quatorze meses.

O último triunfo veio quando Mozart já sentia que a morte se aproximava. Como para acentuar a ironia, um grupo de nobres húngaros garantiu-lhe uma pensão anual de mil florins e um editor de Amsterdam ofereceu-lhe soma ainda maior pela exclusividade de imprimir algumas de suas obras. Em setembro, recebeu um convite de Ponte para ir a Londres. Ele respondeu: "Com prazer seguiria seu conselho, mas como é possível?(...) Meu estado diz-me que chegou minha hora. Estou prestes a abandonar esta vida. O fim veio antes que eu pudesse dar provas de meu talento. Contudo, a vida foi bela."<sup>100</sup>

Nos últimos meses de vida, deu suas forças combatidas ao Réquiem. Durante várias semanas trabalhou febrilmente nele. Quando sua mulher procurou desviá-lo de preocupações tão sombrias, ele disse: "Escrevo este Réquiem para mim mesmo. Servirá ao ofício de meu funeral."<sup>101</sup> Compôs o *Kyrie* e partes do *Dies Irae*, o *Tuba Mirum*, o *Rex Tremendae*, o *Recordare*, o *Confutatis*, a *Lacrimosa*, o *Domine* e a *Hostias*. Estes ficaram sem revisão e revelam o estado desordenado de uma mente encarando o colapso. Franz Xaver Süssmayr completou o Réquiem admiravelmente bem.

Em novembro, as mãos e pés de Mozart principiaram a inchar penosamente, estabelecendo-se uma paralisia parcial. Teve que se recolher ao leito. Nessas noites, quando a *Flauta Mágica* estava sendo representada, colocava o relógio a seu lado, acompanhando cada ato na imaginação, às vezes cantarolando as árias. Nos últimos dias pediu a partitura do Réquiem, e cantou a parte do alto. Mme. Schack cantou a parte do soprano, Franz Hofer do tenor, Herr Gerl do baixo. Quando chegaram à *Lacrimosa*, Mozart chorou. Predisse que morreria aquela noite. Um padre administrou os sacramentos. À tarde, Mozart perdeu a consciência, mas logo após a meia-noite abriu os olhos. Depois, virou o rosto para a parede, e logo não mais sofreu (5 de dezembro de 1791).

Nem sua mulher nem seus amigos puderam dar-lhe um enterro condigno. O corpo foi encomendado na Igreja de Santo Estevão, em 6 de dezembro, sendo enterrado no cemitério de São Marcos. Nenhum túmulo foi comprado, de modo que o corpo foi para a vala comum, feita para receber quinze ou vinte mendigos. Nenhuma cruz ou laje marcou o local e quando, alguns dias depois, a viúva lá foi para rezar, ninguém podia mostrar o local que encobria os restos mortais de Mozart.

## CAPÍTULO XVI

# Islã

1715-96

### I. OS TURCOS

N O século XVIII, o cristianismo estava preso entre Voltaire e Maomé — entre o Iluminismo e o Islã. Embora o mundo muçulmano tivesse perdido seu poderio militar desde que Sobieski expulsara os turcos de Viena, em 1683, ele dominava ainda Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Arábia, Palestina, Síria, Pérsia, Ásia Menor, Criméia, sul da Rússia, Bessarábia, Moldávia, Valáquia (Romênia), Bulgária, Sérvia (Iugoslávia), Montenegro, Bósnia, Dalmácia, Grécia, Creta, as ilhas do Mar Egeu e Turquia. Todos esses, com exceção da Pérsia, faziam parte do imenso Império Otomano Turco. Na costa da Dalmácia o império alcançava o Adriático, ficando em frente aos Estados Papais. No Bósforo, os turcos controlavam a única saída de navios procedentes do Mar Negro, podendo, se quisessem, bloquear os russos no Mediterrâneo.

Atravessando o território húngaro para chegar às terras muçulmanas, notar-se-ia pequena diferença entre as civilizações cristãs e maometanas. Aqui também o pobre, simples e religioso cultivava a terra sob o domínio dos ricos, inteligentes e incréus. Entretanto, para além do Bósforo, o panorama econômico era outro: nem mesmo quinze por cento do terreno havia sido cultivado, o resto era deserto ou montanhas que permitiam apenas mineração e pastagem. Naquelas paragens, o tipo característico era o do beduíno, moreno, crestado pelo sol, singularmente embuçando-se para precaver-se contra a areia e o calor. As cidades litorâneas ou cidades eventuais ativavam-se com o comércio e o artesanato, mas a vida parecia mais sossegada do que nos centros cristãos. As mulheres ficavam em casa, ou andavam com majestosa dignidade carregando os seus fardos, ou encobertas pelos véus. Os homens transitavam calmamente ao longo das ruas. A indústria era quase toda manual, e a loja do artesão era um anexo de sua casa. Enquanto trabalhava, fumava e conversava, ou às vezes partilhava seu café (*qahveh*) e seu cachimbo com um freguês que resolvia demorar-se.

De uma maneira geral, o turco comum estava tão satisfeito com sua civilização que durante séculos não tolerara qualquer alteração de monta. Como na doutrina católica

romana, a tradição era tão sagrada quanto as escrituras. A religião no islamismo era mais poderosa e difundida que no cristianismo. O Corão era a lei assim como o Evangelho, e os teólogos intérpretes oficiais da lei. As peregrinações anuais a Meca conduziam o seu drama ambulante através do deserto e ao longo das estradas empoeiradas. Contudo, nas altas esferas, as heresias racionalistas enunciadas pelo mutazilismo do século VIII, e continuadas através da Idade da Fé pelos poetas muçulmanos e pelos filósofos, eram secreta e amplamente aceitas. De Constantinopla, em 1719, relatava Lady Mary Wortley Montagu:

Os efendis (quer dizer, os cultos)(...) não têm mais fé na inspiração de Maomé do que na infalibilidade do papa. Entre eles, fazem uma sincera profissão de deísmo, ou àqueles que podem confiar, nunca falando de sua lei [os preceitos do Corão e suas tradições] exceto como instituição política, própria a ser observada por homens sábios, introduzida, entretanto, primeiro pelos políticos e os entusiastas.<sup>1</sup>

As seitas sunita e xiita dividiam o Islã, da mesma forma que o catolicismo e o protestantismo dividiram o cristianismo ocidental. No século XVIII uma nova seita foi fundada por Mohammad ibn-Abd-al-Wahab, um xeque do Nejd — este planalto que hoje chamamos Arábia Saudita. Os uabitas eram os Puritanos do Islã. Condenavam a adoração dos santos, destruíam túmulos e santuários dos santos e mártires, denunciavam o uso da seda e o hábito do fumo, e defendiam o direito de cada um interpretar o Corão a seu modo.<sup>2</sup> Em todas as seitas a superstição era popular. Religiosos impostores e milagres fictícios obtinham crédito e, para a maioria dos muçulmanos, o reino da magia era considerado tão real quanto o mundo de areia e sol.<sup>3</sup>

A educação era dominada pelo clero, que acreditava que os bons cidadãos ou leais membros de uma tribo eram mais facilmente feitos pela disciplina de caráter do que por uma inteligência livre. O clero ganhara a luta contra os cientistas, filósofos e historiadores que haviam prosperado do Islã medieval. A astronomia transformou-se em astrologia, a química em alquimia, a medicina em magia e a história em mito. Entretanto, em muitos muçulmanos uma sabedoria sem palavras substituiu a educação e a erudição. Como o sábio e eloqüente Doughty escreveu: “Os árabes e os turcos — cujos livros são o rosto dos homens,(...) e cujas glosas são os adágios de mil velhos provérbios sábios de seu mundo oriental — tocam de perto a verdade das coisas humanas. Na mocidade são velhos quanto à sagacidade, e mais tarde pouco têm a desaprender.”<sup>4</sup> Em carta escrita a Addison, em 1717, Wortley Montagu afirmou que “os homens importantes na Turquia conversam de maneira tão civilizada quanto qualquer um na Itália”.<sup>5</sup> A sabedoria não tem nacionalidade.

Os poetas sempre proliferaram no Islã. Os temerosos desertos, o céu abarcante e a infinidade de estrelas em noites sem nuvens despertaram a imaginação, assim como a fé religiosa, com o sentido de mistério, e o sangue idealizava, com o desejo obstado, os encantos das mulheres modestamente realçados com recato e pudor. Em 1774, Sir William Jones, em *Commentaries on Arabia Poetry*, revelou às inteligências vivas da

Europa Ocidental a popularidade, elegância e paixão da poesia no Islã. O maior dos poetas otomanos do século XVIII foi Nedim, que, no tempo do Sultão Ahmed III, cantou (1703-30):

Um amor tresloucado aniquilou minh'alma e meu coração,...  
Foram-se paciência e persistência...  
Quando desnudei seu belo seio, e então a calma e a paz  
Fugiram do meu peito...  
Cabelos, olhos e sinais pagãos...  
Toda a sua cruel beleza é um reinado de formas, um paganismo, eu asseguro.  
Prometia ela beijos em seu colo, em seu seio.  
Ai de mim, pois agora a Pagã lamenta a promessa feita outrora.  
Com que sedutora graça ela descobre as madeixas por baixo do fez;  
Quem quer que a visse olhando ansiosa aqui e ali...  
Implacável, pois é por ela que todos os homens choram em grandes lamentos, em  
lúgubre desespero  
Mais doce que todos os perfumes, mais vivo que todas as tintas, seu corpo delicioso;  
Dir-se-ia que uma perfumada rosa em seu seio a nutriu....  
Em uma mão uma rosa, na outra um copo, tu vieste, querida;  
Oh, não sei qual deles — a rosa, o copo, ou a ti — vais-me dar.  
Olha, pareceu-me lançarem-se as águas da fonte procedentes da Corrente da Vida,  
Quando tu me mostraste as tuas formas flexíveis.<sup>6</sup>

As mulheres tinham de tirar as vantagens que podiam de suas formas flexíveis, pois, uma vez fenecidas suas rosas e lírios, perdiam-se nos recessos do *harim*. Esse termo era aplicado não apenas às mulheres e concubinas do marido, mas a todas as do sexo feminino na casa. No século XVIII, a reclusão ainda era o destino delas. Podiam sair, mas (depois de 1754) tinham de cobrir com o véu todo o rosto exceto os olhos fascinantes, e nenhum homem, a não ser pai, irmão, marido e filho podia entrar em seus aposentos. Mesmo depois da morte, essa separação dos sexos devia continuar. As mulheres intactas teriam o seu próprio Eliseu, separado dos homens, e estes iriam para um outro Paraíso, onde seriam entretidos pelas huris — ninfas celestiais periodicamente revirginizadas. A mulher adúltera era severamente punida, sendo entretanto, raro. Os árabes juravam “pela honra de minha mulher”, como a jura mais garantida.<sup>7</sup> Lady Mary conta que as mulheres turcas que teve oportunidade de conhecer não se ressentiam dessa separação dos homens. Algumas delas pareceram-lhe tão belas de rosto e de corpo, e refinadas nas maneiras, como “as nossas mais célebres belezas inglesas”.<sup>8</sup> Admitida em um dos muitos banhos públicos, descobriu que aquelas mulheres eram lindas mesmo sem roupa. Ficou especialmente encantada com as senhoras em um estabelecimento de banhos em Adrianópolis. Convidaram-na a se despir e banhar-se com elas, mas ela desculpou-se e não aceitou. “Insistiram tanto que fui obrigada a desabotoar minha camisa e mostrar-lhes o meu colete. Isto as satisfez, pois percebi que elas acreditaram estar eu tão trancada naquele engenho que não estava em meu poder abri-lo. E pensaram que meu marido é que me obrigava a usá-lo. Uma delas observou: ‘Vejam como as mulheres inglesas são maltratadas pelos maridos.’”<sup>9</sup>

Os turcos orgulhavam-se de seus banhos públicos, e geralmente consideravam-se um povo mais asseado do que os infiéis cristãos. Muitas pessoas das classes alta e mé-

dia freqüentavam os “banhos turcos” duas vezes por semana, e muitos uma vez. Sentavam-se em um quarto com vapor até a transpiração abundante. Depois, um assistente manipulava todas as juntas, massageava o corpo, esfregando-o com uma toalha grossa, e em seguida banhava-o. Não ouvimos falar muito em artrite na Turquia. Outras moléstias propagavam-se, principalmente oftalmológicas, porque a areia e as moscas infectavam os olhos. Contudo, os turcos, como já vimos, ensinaram à Europa a inoculação contra a varíola.

Não mantinham dúvidas de que a civilização deles era superior ao cristianismo. Concordavam que a escravidão era mais difundida no Islã, porém não viam nenhuma diferença entre os escravos na Turquia e os servos ou criados no mundo cristão, concordando com eles Lady Mary e a etimologia. Eram tão afeiçoados quanto nós no amor e cuidado com as flores. Também eles, em Constantinopla, no reinado de Ahmed III (1703-30) tinham competições acirradas no cultivo da tulipa. Parece que foram os turcos que, através de Veneza, de Viena e dos Países Baixos, introduziram a tulipa na Europa cristã, o jacinto oriental, os ranúnculos de jardim, assim como o castanheiro e a mimosa.<sup>10</sup>

A arte na Turquia estava então em declínio, como na maioria dos países cristãos. Consideravam-se superiores na cerâmica, têxteis, tapetes, decorações, e até mesmo na arquitetura. Herdaram o engenho de dotar a arte abstrata de lógica, comunicação e sentido. Orgulhavam-se com o esplendor de suas faianças (como na Fonte de Ahmed III, em Constantinopla), com o perene brilho de seus ladrilhos, a resistência e delicadeza dos tecidos, com o vigoroso brilho de seus cobertores e mantas. Naquela época, a Anatólia e o Cáucaso notabilizaram-se pelos desenhos geométricos de seus tapetes, principalmente as mantas destinadas às orações dos fiéis, nas quais as colunas e arcos faziam com que a pessoa ajoelhada fixasse o *mihrab* que indicava, em todas as mesquitas, a direção de Meca. Os turcos preferiam as cúpulas, os ladrilhos e os minaretes de suas mesquitas às arcadas, espirais e sombria grandeza das catedrais góticas. Mesmo naqueles anos decadentes, construíram as majestosas mesquitas de Nuri-Osmanieh (1748) e Laleli-Jamissi (1765), tendo Ahmed III levado o estilo do Alhambra ao palácio que ele construiu em 1729. Constantinopla, a despeito de suas ruas emaranhadas e cortiços barulhentos, talvez fosse a mais imponente assim como a maior das capitais européias. Sua população de dois milhões de almas<sup>11</sup> era duas vezes maior que a de Londres, três vezes maior que a de Paris e oito vezes maior que a de Roma.<sup>12</sup> Quando Lady Mary, da janela do palácio da Embaixada Britânica, olhou a cidade e o porto, declarou que constituíam, “talvez, no todo, a mais bela vista do mundo”.<sup>13</sup>

Sobre esse Império Otomano, do Eufrates ao Atlântico, reinavam os sultões daquela era declinante. Já mencionamos, em outra parte,<sup>14</sup> as causas de tal declínio: o movimento do comércio da Europa Ocidental com a Ásia, que se estava processando num contorno pela África, pelo mar, ao invés de por terra, através do Egito ou da Ásia ocidental; a destruição ou negligência dos canais de irrigação; a expansão do império sobre distâncias grandes demais para um controle central eficiente; a independência dos paxás e a separação das províncias; a deteriorização do governo central pela corrupção, incompetência e indolência; as reiteradas rebeliões dos janízaros, repudiando a disciplina que os havia fortalecido; e a lassidão dos sultões, que preferiam as armas femininas às armas de guerra.

Ahmed III principiou seu reinado permitindo que os janízaros interferissem na escolha do grão-vizir. Foi este vizir quem comandou duzentos mil turcos contra os 38 mil soldados de Pedro o Grande, no Rio Prut, aceitando os subornos de 230 mil rublos para deixar fugir o czar, que se encontrava encurralado (21 de julho de 1711). Quando Veneza incitou Montenegro a se revoltar, a Turquia declarou guerra àquela cidade (1715), completando a conquista de Creta e da Grécia. Quando a Áustria interveio, a Turquia declarou-lhe guerra (1716); entretanto, Eugênio de Savóia derrotou os turcos em Peterwardein, compelindo o sultão, pelo Tratado de Passarowitz (1718), a evacuar a Hungria, ceder Belgrado e partes da Valáquia à Áustria, assim como entregar à Áustria determinadas fortalezas na Albânia e da Dalmácia. Tentativas de contrabalançar essas perdas por incursões na Pérsia trouxeram outros reveses. Uma multidão, comandada por um funcionário dos banhos, matou o Vizir Ibrahim Paxá, forçando Ahmed a abdicar (1730).

Seu sobrinho, Mahmud I (1730-54) reiniciou a luta com o Ocidente a fim de fixar, pela guerra, a incidência de impostos e as doutrinas teológicas. Um exército turco tomou Ochakow e Kilburun da Rússia, um outro recuperou Belgrado da Áustria. Entretanto, o declínio militar da Turquia evidenciou-se na gestão de Mustafá III (1757-74). Em 1762, a Bulgária declarou-se independente; em 1769, a Turquia entrou em guerra com a Rússia para obstar a expansão do poderio desse Estado sobre a Polônia. Foi assim que teve início o conflito no qual os exércitos de Catarina a Grande infligiram fatais reveses aos turcos. Após a morte de Mustafá, seu irmão Abdulhamid I (1774-80) assinou o humilhante Tratado de Kuchuk Kainarji (1774) que terminou com a influência da Turquia na Polônia, sul da Rússia, Moldávia e Valáquia, assim como o controle turco do Mar Negro. Abdulhamid começou a guerra em 1787, sofreu fragorosas derrotas, morrendo de desgosto. A Turquia teria de aguardar Kemal Paxá para pôr fim a dois séculos de caos e transformá-la em um Estado moderno.

## II. O ISLÂ AFRICANO

Depois de conquistar o Egito arábico, os turcos (1517) delegaram seu governo aos paxás e vice-reis. Os mamelucos, que haviam governado o Egito desde 1250, tiveram permissão para conservar os privilégios locais, na qualidade de beis dos doze *sanjaks* dentro dos quais o país estava dividido. Enquanto os paxás perdiam seu vigor no fausto, os beis treinavam seus soldados segundo a lealdade pessoal, e muito em breve desafiaram a autoridade dos odiados vice-reis. O mais empreendedor desses dirigentes locais era 'Ali Bei que, em menino, tinha sido vendido como escravo. Em 1766, ele depôs o paxá; em 1769, declarou o Egito independente. Exaltado com o sucesso, conduziu suas tropas mamelucas à conquista da Arábia, capturou Meca e tomou os títulos de Sultão do Egito e Khakan dos Dois Mares (o Mar Vermelho e o Mediterrâneo). Em 1771, enviou Abu'l-Ahahab com trinta mil homens para conquistar a Síria. Abu'l-Ahahab conquistou-a, mas em seguida aliou-se com a Sublime Porta, conduzindo seu exército de volta ao Egito. 'Ali Bei fugiu para Acre, organizou um outro exército, enfrentou as forças de Abu'l-Ahahab e os turcos, lutou até ficar inutilizado com os ferimentos e foi capturado, morrendo dentro de uma semana (1773). O Egito tornou-se novamente uma província do Império Otomano.



Sob tais oscilações de poder e arroubos homicidas, os navios e as caravanas mercantes, a indústria artesanal, as enchentes anuais do Nilo e o trabalho dos felás na lama fértil mantinham no Egito uma economia cujos lucros iam para uma minoria dotada pela natureza ou pelas circunstâncias de habilidade e posição. O trabalho e o produto dos campos, assim como dos mares, alimentavam as cidades — acima de todas, Alexandria, um dos portos mais importantes, e o Cairo, uma das capitais mais populosas do mundo no século XVIII. As ruas eram estreitas a ponto de obstruir os raios solares, pitorescas pelas treliças nas janelas e nos balcões, pelas quais as mulheres dos haréns podiam olhar sem serem vistas a vida que seguia seu curso lá embaixo. As ruas maiores fervilhavam com artesanatos em desafio à intromissão capitalista ou máquinas de produção. No Islã toda indústria era uma arte, e a qualidade do produto substituía a quantidade. Os pobres faziam belas coisas para os ricos, porém nunca vendiam o orgulho.

Trezentas mesquitas sustentavam, com esperanças, os pobres do Cairo. Eram enfeitadas com maciças abóbadas, pórticos sombrios e majestosos minaretes. Uma mesquita, a El Azhar, era também a principal universidade do Islã. Para lá iam dois ou três mil estudantes, do mais extremo oriente, como a Malásia, ao mais extremo ocidente, como Marrocos, a fim de aprenderem a gramática do Corão, retórica, teologia, ética e direito. Os graduados das universidades constituíam o *ulema* ou corpo docente, entre os quais escolhiam-se os professores e os juízes. Tratava-se de um regime feito para uma rigorosa ortodoxia na religião, na moral e na política.

Nestas condições, a moral quase não mudava no curso dos séculos. A puberdade era mais precoce do que no norte. Muitas meninas casavam-se aos doze ou treze anos, algumas com dez. Ficar solteira com dezesseis anos era uma desonra. Somente os ricos podiam se permitir a poligamia que a lei do Corão autorizava. Um marido enganado não só tinha permissão legal para matar a mulher adúltera, como era incentivado pela opinião pública.<sup>15</sup> A teologia islâmica, como a cristã, considerava a mulher a principal fonte do mal, o qual apenas seria controlado por estrita submissão. As crianças viviam dentro da disciplina do harém. Aprendiam a amar a mãe e temer e honrar o pai. Todos desenvolviam o autodomínio e a cortesia.<sup>16</sup> A boa educação prevalecia em todas as classes, juntamente com certa facilidade e graça no andar, resultantes, nas mulheres, de carregarem fardos na cabeça. O clima proibia pressa, desta forma sancionando a indolência.

A poligamia não evitava a prostituição, porque esta proporcionava excitações que a familiaridade afastava. As cortesãs do Egito especializavam-se em danças lascivas, e alguns monumentos antigos revelam o arcaísmo dessas tentações. Toda grande cidade dotava as prostitutas de um local especial, onde pudessem praticar suas artes sem medo da lei. Como em todas as civilizações, as mulheres habilitadas nas danças eróticas eram contratadas para exibi-las em reuniões de homens e, em alguns casos, as mulheres também gostavam de assistir a essas representações.<sup>17</sup>

A música tanto servia ao amor como à guerra. Em qualquer um dos casos, ela despertava o ataque e minorava a derrota. Músicos profissionais, de ambos os sexos, podiam ser contratados para representações. “Ouvi, no Cairo, os músicos mais célebres”, disse Edward Lane em 1833, “ficando mais encantado com suas canções(...) do que com qualquer outra música que tenho escutado.”<sup>18</sup> O instrumento favorito era o *ke-*

*mengeh*, uma espécie de delgado instrumento com duas cordas de crina de cavalo sobre um tampo harmônico feito de casca do coco, em parte cortado e aberto entre o centro e o alto, e coberto de pele de peixe muito esticada. O executante sentava-se com as pernas cruzadas, pousava a extremidade pontuda do instrumento sobre o chão e feria as cordas com um arco de crina de cavalo. Ou, então, o artista sentava-se no chão com um grande *chanon*, ou cítara, ferindo as cordas com paleta de chifre enfiada nos indicadores. O antigo alaúde tomou o formato de violão (o *co'd*). Acrescentemos uma flauta, um bandolim e um pandeiro, e o conjunto forneceria uma orquestra cujos compassos despertariam os gostos civilizados muito melhor do que a música primitiva que atualmente agita as reuniões ocidentais.

Os “Estados da Barbaria”, ou a terra dos berberes, alegadamente bárbaros — Trípoli, Tunísia, Argélia, Marrocos — entraram para a história do século XVIII principalmente através das explorações de seus corsários, ou o assassinato dos seus beis ou deis. Esses governos, ao enviarem “presentes” ocasionais ao sultão de Constantinopla, mantinham uma virtual independência. O povo vivia predominantemente da agricultura ou da pirataria. Os resgates pagos pelos prisioneiros cristãos constituíam parte substancial da renda nacional. Entretanto, os capitães corsários eram em sua maioria cristãos.<sup>19</sup> A existência das artes era precária, mas os construtores do Marrocos conservaram habilidade bastante para blasonar com vistosos ladrilhos azuis e verdes o majestoso Babal-Mansur que, em 1732, foi estendido como portão da imensa mesquita-palácio do século XVII, de Mulai Ismail, em Meknês, então sede dos sultões marroquinos. Mulai Ismail, num reinado de 55 anos (1672-1727), instituiu ordem, teve centenas de filhos, e pensou que todas essas realizações o autorizavam a pedir para o seu harém uma filha de Luís XIV.<sup>20</sup> É difícil apreciar maneiras de vida muito diferentes das nossas, mas convém lembrar a observação do viajante marroquino, que ao regressar de uma visita à Europa exclamou: “Que conforto voltar à civilização!”<sup>21</sup>

### III. PÉRSIA: 1722-89

Um persa teria expressado alívio semelhante ao regressar à sua terra natal após uma estada em país cristão, ou mesmo no Islã otomano. Até a queda da dinastia sefévida (1736), um persa bem educado provavelmente colocaria a civilização iraniana em plano superior a qualquer cultura contemporânea, possivelmente com exceção da China. Teria reprovado o cristianismo como uma reversão ao politeísmo popular. Talvez admitisse a superioridade do cristianismo na ciência, no comércio e na guerra, mas preferiria a arte à ciência e artesanatos à indústria mecanizada.

O século XVIII foi amargo para a Pérsia. Conquistada pelos afegãos a sudoeste, atormentada pelas incursões dos mercadores de escravos usbeques a nordeste, atacada pelas depredações dos russos ao norte, reiteradamente rechaçada por grandes exércitos turcos a oeste, empobrecida pela tirania arrecadadora do seu próprio Nadir Xá, e desmembrada pelo conflito brutal das famílias rivais pelo trono persa — como poderia o Irã prosseguir, em tal turbulência, na grande tradição da literatura e arte persas?

No século XVI, as terras agora denominadas Afeganistão eram divididas por três governos: Cabul, sob o domínio da Índia, Balkh, sob os usbeques, e Herat e Kanda-

har, sob os persas. Em 1706-8, os afegãos de Kandahar, comandados por Mir (Amir) Vais, insurgiram-se, expulsando os persas. Seu filho, Mir Mahmud, invadiu a Pérsia, depôs o governante sefévida, Husein, tornando-se xá. A religião fortaleceu suas armas, pois os afegãos eram seguidores da seita sunita, a forma ortodoxa do islamismo, e consideravam os persas xiitas amaldiçoados infiéis. Mahmud mandou matar três mil homens da guarda pessoal de Husein, trezentos nobres persas e aproximadamente duzentas crianças suspeitas de guardarem ressentimento pelo assassinio de seus pais. Após longo descanso, Mahmud, certo dia (7 de fevereiro de 1725), assassinou todos os membros sobreviventes da família real, com exceção de Husein e dois filhos menores. Depois enlouqueceu, sendo morto, com a idade de 27 anos, por seu primo Ashraf (22 de abril de 1725), que se proclamou xá. Assim principiou a onda de sangue que desvitalizou a Pérsia naquele século.

Tahmasp, filho de Husein, apelou para a Rússia e Turquia em busca de auxílio, que expressaram aquiescência em repartir a Pérsia entre si (1725). Um exército turco entrou na Pérsia tomando Hamadã, Kazvin e Maragha, porém foi derrotado por Ashraf, nas proximidades de Kermanschah. As tropas turcas careciam de ânimo. Por que razão, diziam, iriam lutar contra seus camaradas sunitas, os afegãos, para restabelecer os hereges sefévidas xiitas? Os turcos firmaram a paz com Ashraf, porém retiveram as províncias que haviam conquistado (1727).

Ashraf parecia seguro então, mas, um ano depois, seu poderio usurpado e alienígena foi desafiado pela ascensão de um obscuro persa que se projetou na carreira militar, tão brilhante e sanguinolento como ninguém na história. Nadir Kuli (isto é, "Escravo do Maravilhoso") nasceu em uma tenda no nordeste do Irã (1686). Auxiliava o pai a guardar os rebanhos de carneiros e cabras e não tinha nenhuma instrução, apenas a experiência de uma vida dura e aventureira. Quando completou dezoito anos, ficando à testa da família com a morte do pai, ele e sua mãe foram raptados por assaltantes usbeques, sendo levados para Khiva e vendidos como escravos. A mãe morreu na escravidão, mas Nadir escapou, tornou-se chefe de uma quadrilha de ladrões. Capturou Kalat, Nichapur e Meched, declarando sua lealdade e dessas cidades ao Xá Tahmasp. Dedicou-se a expulsar os afegãos da Pérsia e restabelecer Tahmasp no trono. Conseguiu seu objetivo em rápidas guerras (1729-30), restabeleceu Tahmasp no trono persa, fazendo Nadir "sultão" de Curasan, Seistan, Kerman e Mazanderan.

O vitorioso general planejou reaver as províncias que a Turquia tomara. Havendo definitivamente derrotado os turcos em Hamadan (1731), pôs o Iraque e Azerbaijão sob o domínio persa. Sabendo haver uma revolta em Curasan, suspendeu o sítio de Erivan, marchando dois mil quilômetros através do Iraque e do Irã a fim de sitiar Herat — marcha que eclipsa a famosa travessia da Alemanha por Frederico o Grande, na Guerra dos Sete Anos. Nesse meio tempo, Tahmasp em pessoa investiu contra os turcos, perdeu tudo que Nadir havia conseguido, cedendo a Geórgia e a Armênia à Turquia sob a promessa de uma ajuda desta contra a Rússia (1732). Nadir veio correndo, denunciou o tratado, depôs e prendeu Tahmasp, colocou no trono o filho deste, de seis meses, com o título de Xá Abas III, proclamou-se regente e enviou à Turquia uma declaração de guerra.

Tendo formado, por persuasão ou convocação, um exército de oitenta mil homens, marchou contra os turcos. Nas proximidades de Samarra encontrou um grande con-

tingente turco, comandado por Topal Osman, o qual, aleijado de ambas as pernas, dava ordens de uma liteira. Por duas vezes os cavalos montados por Nadir foram alvejados. O porta-bandeira fugiu, julgando-o morto. Um contingente árabe, com cujo auxílio ele contava, voltou-se contra Nadir. A derrota persa foi total (18 de julho de 1733). Nadir juntou os remanescentes em Hamadan, recrutou, armou e alimentou novos homens, aos milhares, e tornou a marchar contra os turcos, aniquilando-os em Leilan, em uma matança na qual pereceu Topal Osman. Tendo nova revolta eclodido no sudeste da Pérsia, Nadir tornou a atravessar de ponta a ponta oeste e leste, subjugando o instigador do levante, que se suicidou. Voltando em marcha através da Pérsia e do Iraque, encontrou oitenta mil turcos em Baghavand (1735), e subjugou-os tão absolutamente que eles assinaram a paz, cedendo Tiflis, Gandzha e Erivan à Pérsia.

Nadir não se esquecera que Pedro, o Grande, havia atacado a Pérsia em 1722-23, apropriando-se das províncias cáspias de Gilan, Astarabad, e Mazanderan, e as cidades de Derbent e Baku. A Rússia, ocupada em outras frentes, restituiu as três províncias à Pérsia (1732). Agora (1735) Nadir ameaçou que, a menos que a Rússia se retirasse de Derbent e Baku, ele se aliaria com a Turquia contra ela. As duas cidades foram cercadas e Nadir entrou em Isfahan como vitorioso e reestruturador do poder persa. Quando a criança Abas III morreu (1736), terminando a dinastia sefévida, Nadir aliou a realidade à forma, tornando-se Nadir Xá.

Crente de que as diferenças religiosas entre a Turquia e a Pérsia eram motivo de continuadas guerras, declarou que doravante esta última abandonaria o herético xiismo, aceitando a ortodoxia do Islã sunita. Quando o chefe da seita xiita condenou essa decisão, Nadir mandou estrangulá-lo o mais secretamente possível. Confiscou as prendas religiosas de Kazvin para fazer face às despesas de seu exército dizendo que a Pérsia devia mais a seu exército do que à sua religião.<sup>22</sup> Depois, com saudades da guerra, nomeou seu filho Riza Kuli regente, partindo com cem mil homens para a conquista do Afeganistão e da Índia.

Durante um ano sitiou Kandahar. Quando a cidade rendeu-se (1738), tratou os vencidos com tanta brandura que uma tropa afegã alistou-se sob sua bandeira, permanecendo-lhe fiel até a sua morte. Marchou em direção a Cabul, o ponto chave para o Passo Khyber. Lá, o resultado da pilhagem possibilitou manter seu exército em boa disposição. Muhammad Xá, imperador mogol da Índia, negou-se a acreditar na possibilidade de uma invasão da Pérsia. Um de seus governadores havia matado o emissário de Nadir. Agora, este atravessava o Himalaia, tomou Peshwar, atravessou o Indo, avançando até ficar a seis milhas de Delhi, antes que o exército de Muhammad pudesse resistir. Na planície de Karnal, as imensas hordas enfrentaram-se numa batalha (1739). Os indianos confiaram em seus elefantes, os persas atacaram esses pacientes animais com bolas de fogo. Os elefantes retrocederam, fugindo, botando o exército indiano em pânico. Dez mil indianos foram mortos, maior número capturado. Muhammad Xá foi suplicar clemência "para a nossa celestial presença", contou Nadir.<sup>23</sup> O vencedor conseguiu obter do xá a rendição de Delhi, assim como todos os seus tesouros, os quais ascendiam a 87.500.000 libras, inclusive o famoso Trono do Pavão, que fora feito (1628-35) para o Xá Jehan, no zênite do poderio mogol. Uma sublevação do povo matou alguns soldados de Nadir, que se vingou, permitindo que seu exército massacrasse cem mil nativos em sete horas. Desculpou-se dando seu

filho Nasrulla em casamento com a filha de Muhammad. Depois, marchou, sem quaisquer obstáculos, em direção à Pérsia, tendo-se estabelecido como o maior conquistador, desde Timur.

Era uma fatalidade o fato de que se ele abandonasse o seu exército sobreviriam destruição e rebelião. Se o mantivesse ativo teria de ser vestido e alimentado. Assim sendo, concluiu que a guerra ficaria mais econômica do que a paz, se aquela pudesse ser travada em solo estrangeiro. A quem devia atacar, então? Lembrou-se das investidas dos usbeques ao nordeste da Pérsia, sua própria escravidão, e a morte de sua mãe na servidão. Em 1740, conduziu suas tropas no território de Usbejustab. O emir de Bocara não tinha nem força nem coragem para lutar contra o avanço de Nadir. Rendeu-se, pagou vultosa indenização, concordando que o Rio Oxus seria, como outrora, a fronteira entre o Usbequistão e a Pérsia. O *khan* de Khiva matara o emissário de Nadir. Este matou o *khan*, libertando milhares de escravos persas e russos (1740).

Nadir era apenas soldado, sem espírito de estadista. A paz era para ele de uma insipidez atroz. Os saques que praticara tornaram-no avarento ao invés de generoso. Enriquecido pelos tesouros da Índia, decretou três anos de moratória para os impostos na Pérsia. Depois, mudou de idéia, ordenando o usual pagamento dos tributos. Seus coletores empobreceram a Pérsia, como um país conquistado. Desconfiou que seu filho estivesse conspirando para depô-lo. Ordenou cegá-lo. "Não são os meus olhos que você arrancou", disse Riza Kuli, "porém os olhos da Pérsia."<sup>24</sup> Os persas começaram a odiar o seu salvador, como os russos haviam aprendido a odiar Pedro o Grande. Os chefes religiosos despertaram contra ele o ressentimento de uma nação ofendida em sua fé religiosa. Nadir tentou obstar a crescente rebelião com execuções em massa. Construiu pirâmides dos crânios das vítimas. Em 20 de junho de 1747, quatro membros de sua própria guarda pessoal atacaram-no. Ele matou dois. Os outros abateram-no. Toda a Pérsia respirou aliviada.

Depois dele, o país caiu em pior desordem do que sob o domínio afegão. Diversos *khans* das províncias reivindicaram o trono, seguindo-se uma série de assassinatos. Ahmed Khan Durani contentava-se em fundar o moderno reino do Afeganistão. O Xá Rukh — belo, cordial, humano — foi cegado pouco depois de sua ascensão, retirando-se para dirigir Curasan até 1769. Karim Khan saiu vitorioso entre todos, estabelecendo (1750) a Dinastia Zand, que conservou o poder até 1794. Karim fez de Xiraz sua capital, decorou-a com belas construções, dando ao sul da Pérsia 29 anos de moderada ordem e paz. Depois de sua morte, a luta desordenada para conquistar o poder tomou novamente a forma de guerra civil, e o caos voltou a reinar.

Com a derrubada da dinastia dos sefévidas pelos afegãos, a Pérsia viu terminado o último de seus grandes períodos na arte, e apenas produções menores agradaram aquele século. O Madrasa-i-Xá-Hussein (1714) em Isfahan, uma universidade para professores e juristas, foi descrito por Lord Curzon como "uma das mais majestosas ruínas da Pérsia".<sup>25</sup> Sir Percy Sykes maravilhava-se com seus "belos azulejos(...) e lindas xilogravuras".<sup>26</sup> Os fabricantes de azulejos ainda eram os mais hábeis do mundo, contudo o empobrecimento da alta classe, em virtude das guerras prolongadas, destruiu o mercado dos artigos de classe, obrigando os ceramistas a rebaixar a sua arte até a indústria. Belíssimas capas de livros eram feitas de *papier mâché* laqueado. Os

operários têxteis produziam brocados e bordados de excessiva finura. Os tapetes persas, embora tendo atingido a supremacia no reinado do Xá Abas I, eram ainda apreciados no mundo inteiro. Sobretudo em Jochagan, Herat, Kerman e Xiraz, eram produzidos tapetes que “perdem na comparação apenas para os seus clássicos predecessores”.<sup>27</sup>

A conquista pelos afegãos terminou com a poesia persa, deixando-a quase sem voz no decurso de todo o tempo de servidão. Lutf 'Ali Beg Adar, aproximadamente em 1750, compilou um dicionário biográfico dos poetas persas, concluindo com sessenta contemporâneos. Apesar da abundância aparente, deplorava o que lhe parecia a escassez de bons escritores de seu tempo, atribuindo-a à prevalência do caos e do sofrimento, “que atingiu tais proporções que ninguém está com disposição para ler poesia, e muito menos fazê-la”.<sup>28</sup> Típica foi a experiência de Shykh 'Ali Hazin, que escreveu quatro *diwans* (coleções) de versos, porém foi preso durante o sítio de Isfahan pelos afegãos. Todos os moradores de sua casa morreram, exceto ele. Recuperou-se, fugiu das ruínas de uma cidade outrora bela, e passou os últimos 33 anos de sua vida na Índia. Em suas *Memórias* (1742) celebrou uma centena de poetas persas de seu tempo. Sayyid Ahmad Hatif, de Isfahan, foi considerado o maior de todos. Provavelmente o mais elogiado de seus poemas seja a extática reafirmação de fé em Deus, apesar da dúvida e da desolação:

Na igreja falei para uma cristã avassaladora de corações: “Ó tu em cujas redes o coração está cativo!

Ó tu nos fios de cujo cinto cada ponta de meu cabelo está isoladamente ligado!

Quanto tempo levarás perdida da Divina Unidade?

Por quanto tempo imporás sobre Ele a vergonha da Trindade?

Como pode ser direito chamar o Verdadeiro Deus “Pai, Filho e Espírito Santo”?

Ela entreabriu os doces lábios, dizendo-me, enquanto com meigo sorriso transbordou de mel os seus lábios:

“Se tu tens consciência do segredo da Divina Unidade, não me ponhas o estigma da infidelidade!

Em três espelhos a Eterna Beleza lança um raio de Seu resplandecente semblante”...

Enquanto assim falávamos, este canto ergueu-se a nosso lado, partindo do sino da igreja:

“Ele é Uno e não há nada senão Ele;

“Não há Deus salvo Ele só”

No âmago de cada átomo a que tu te apegas, verás no centro um sol

Se tu dás o que quer que tu tenhas ao amor, seja eu considerada infiel se sofreres a mínima perda!

Passarás além do estreito rigor das dimensões, e avistarás os espaçosos domínios

Daquele que não está em parte alguma;

Tu ouvirás o que ouvido não ouviu, e verás o que olhos não viram;

Até que te trarão para o lugar onde; entre o mundo e sua gente, tu verás Um só.

A Este tu darás amor com o coração e a alma, até que com os olhos da certeza tu verás claramente que

“Ele é Uno e não há nada senão Ele;

“Não há Deus salvo Ele só!”<sup>29</sup>

## Interlúdio Russo

1725-62

### I. TRABALHO E REGULAMENTO

**P**OR volta de 1776, Frederico, o Grande, escreveu: "Entre todos os vizinhos da Prússia, a Rússia merece maior atenção, por ser a mais perigosa. Ela é poderosa e está perto. Aqueles que futuramente governarão a Prússia, deverão, como eu, ser forçados a cultivar a amizade desses bárbaros."<sup>1</sup>

Quando pensamos na Rússia devemos ter sempre em mente suas proporções geográficas. Durante o reinado de Catarina, a Grande, o país incluía a Estônia, Livônia, Finlândia (em parte), a Rússia européia, o norte do Cáucaso e a Sibéria. No século XVIII sua área era de 687 mil para 913 mil quilômetros quadrados, e sua população cresceu de 13 milhões em 1722, para 36 milhões, em 1790.<sup>2</sup> Em 1747, Voltaire estimava que a população da França ou da Alemanha era um pouco maior do que a da Rússia, observando, contudo, ser esta três vezes mais extensa do que qualquer um desses Estados. O tempo e suas ilhargas preencheriam estes vastos espaços.

Em 1722, 97,7% da população da Rússia era rural; em 1790, persistia esse percentual, tão lenta era a industrialização. Em 1762, toda a população era de camponeses, com exceção de dez por cento, sendo que 52,4% desses eram escravos.<sup>3</sup> A metade do solo era de propriedade de uns cem mil nobres; o restante, em sua maioria, pertencia ao Estado ou à Igreja Ortodoxa Russa, e uma pequena parcela a camponeses semilivres, ainda devendo serviços e obediência aos senhores locais. Avaliava-se a riqueza do proprietário de terras pelo número de seus servos. De modo que o Conde Pedro Cheremetiev era rico de 140 mil servos.<sup>4</sup> Os 992 mil servos da Igreja constituíam a principal parcela de sua fortuna, e 2.800.000 lavravam as terras da Coroa, em 1762.<sup>5</sup>

Os nobres forneciam liderança militar e organização econômica. Em geral, estavam isentos do serviço militar, porém muitos ofereciam-nas na esperança de favores do governo. Com poder judiciário sobre seus servos, podiam puni-los, vendê-los ou bani-los para a Sibéria. Era normal, entretanto, permitirem aos camponeses a gerência de seus negócios internos através de assembléia local, ou *mir*. A lei obrigava os nobres, contudo, a fornecer-lhes cereais e a mantê-los nos períodos de carência. Um servo po-

dia obter a liberdade comprando-a de seu dono, ou alistando-se no exército. Para tal, entretanto, era necessário o consentimento daquele. Os servos libertos podiam comprar e manter escravos. Alguns desses alforriados, denominados *kulaki* (punho, mão fechada), dominavam as transações da aldeia e emprestavam dinheiro a juros de agiotagem, sobrepondo-se aos senhores na exploração e arbitrariedade.<sup>6</sup> Tanto o senhor como o homem eram uma raça dura, de constituição forte, mãos e braços vigorosos, engajados na conquista do solo, assoberbados com o rigor das estações. Às vezes, as agruras ultrapassavam os limites. Ouvia-se repetidamente que os servos, em grande número, desertavam das fazendas, perdendo-se na Polônia, nos Urais ou no Cáucaso. Milhares morriam no caminho, ou eram perseguidos e capturados pela soldadesca. De vez em quando, camponeses levantavam-se em revolta armada contra seus senhores e contra o governo, empenhando-se em desesperadas batalhas com as tropas. Eram sempre derrotados. Os sobreviventes arrastavam-se novamente às suas tarefas de fertilizar as mulheres com o seu sêmen e a terra com o seu sangue.

Alguns servos eram treinados em artes e ofícios, suprimindo todas as necessidades de seus senhores. Em uma festa oferecida a Catarina II (é o Conde de Ségur quem nos conta), o poeta e o compositor da ópera, o arquiteto do auditório, o pintor que o decorara, os atores e atrizes do drama, os dançarinos do balé, os músicos da orquestra eram todos servos do Conde Cheremetiev.<sup>7</sup> Nos longos invernos os camponeses faziam a roupa e as ferramentas necessárias ao ano vindouro. A indústria desenvolvia-se lentamente na cidade, em parte porque todo lar possuía uma loja, em parte por causa das dificuldades de transporte, que geralmente restringiam o comércio à vizinhança do produtor. O governo incentivava os empreendimentos industriais oferecendo monopólios aos favoritos, às vezes auxiliando com capital, aprovando a participação dos nobres na indústria e no comércio. Um incipiente capitalismo entrevia-se em mineração, metalurgia e munições, assim como na produção fabril de têxteis, madeira, açúcar e vidro. Os diretores de empresas tinham permissão para comprar servos a fim de exercerem uma profissão em suas fábricas. Esses "camponeses possuídos", entretanto, estavam ligados não ao proprietário, porém à empresa. Decreto governamental de 1736 dispunha que eles e seus descendentes teriam de permanecer em suas respectivas fábricas até que obtivessem autorização oficial para deixá-las. Em muitos casos, viviam em barracas, freqüentemente isolados da família.<sup>8</sup> O expediente para os homens girava em torno de onze a quinze horas diárias, com uma hora para almoço. Os salários iam de seis a oito rublos por dia, para os homens, e de dois a três rublos para as mulheres. Entretanto, alguns empregadores davam comida e moradia aos trabalhadores e lhes pagavam os impostos. Depois de 1734, o trabalho "livre", não-escravo, aumentou nas fábricas, o que deu maior estímulo aos trabalhadores e mais lucros ao empregador. O trabalho era muito barato para favorecer a invenção ou uso da maquinaria. Mas, em 1748, Pulzunov utilizou a máquina a vapor para as suas fundições nos Urais.<sup>9</sup>

Entre os nobres e os camponeses, lentamente foi-se formando uma classe média pequena e politicamente inexpressiva. Em 1725, cerca de três por cento da população eram de comerciantes: mercadores nas aldeias, cidades e feiras; importadores de chá e seda da China, de açúcar, café, especiarias e remédios de além-mar; de têxteis mais finos, cerâmica e papel da Europa Ocidental; e exportadores de madeira, terebintina,



piche, sebo, linho e cânhamo. Caravanas seguiam para a China pelas vias siberianas e caspianas. Navios saíam de Riga, Revel, Narva e São Petersburgo. Talvez houvesse maior tráfego nos rios e canais do que nas estradas, ou por via marítima.

No centro desse comércio interno estava Moscou. Fisicamente, era a maior cidade da Europa, com ruas amplas e compridas, 484 igrejas, uns cem palácios, milhares de choupanas, e uma população de 277.535 habitantes em 1780.<sup>10</sup> Ali russos, franceses, alemães, gregos, italianos, ingleses, holandeses e asiáticos falavam suas próprias línguas e livremente adoravam seus deuses. São Petersburgo era a cidadela do governo, de uma aristocracia afrancesada, da literatura e da arte. Moscou era o eixo da religião e do comércio, de uma vida meio oriental, ainda medieval, e de um patriotismo orgulhoso e conscientemente eslavo. Estes eram os pontos divergentes em torno dos quais girava a civilização russa, por vezes dividindo em dois a nação, como uma célula que se reparte, em alguns momentos tornando-a intensamente complexa, e que iria antes do fim do século tornar-se o terror e o árbitro da Europa.

Era impossível que um povo tão gasto e castigado pelos conflitos da natureza, com escassos meios de comunicação e segurança, com tão poucas oportunidades para educar-se e para pensar, pudesse gozar, exceto nas aldeias isoladas, dos privilégios e perigos da democracia. Era inevitável alguma forma de feudalismo na economia, e alguma forma de monarquia no governo central. Era de se esperar que a monarquia ficasse sujeita a freqüentes subversões das facções que controlavam o seu próprio apoio militar, e que ela procurasse fazer-se absoluta, dependendo da religião para apoio da soldadesca, da polícia, e do judiciário para manter a estabilidade social e a paz interna.

A corrupção obstruía todos os canais administrativos. Até mesmo os nobres abastados que cercavam o trono eram acessíveis às "dádivas". "Se há uma prova de que o russo não gosta de lisonja", comentou o quase contemporâneo Castéra, "não existe nenhum que resista à tentação do ouro."<sup>11</sup> Os nobres controlavam a guarda do palácio, que fazia e desfazia "soberanos". Constituíam, no exército, uma casta de oficiais. Eles manejavam o Senado que, sob Elizaveta, elaboravam as leis. Dirigiam os *collegia*, ou ministérios que comandavam as relações exteriores, os tribunais, a indústria, comércio e finanças. Escolhiam os funcionários burocratas. Orientavam o governante sobre a escolha dos governadores que administravam os *guberniyas* nos quais dividia-se o império, e (depois de 1761) escolheram os *voevodi* (voivodas), que governavam as províncias. Em todos os setores governamentais surgia sempre o Fiscal da classe média, na figura de um departamento federal de inteligência, cujas atribuições era descobrir irregularidades e punir o peculato. A despeito, entretanto, de sua ampla rede de informações, era ineficaz, pois se o monarca fosse demitir todo o funcionalismo culpado a máquina do Estado teria parado. Os coletores tributários tinham os dedos tão pegajosos que certamente um terço da soma arrecadada não chegava ao tesouro.<sup>12</sup>

## II. RELIGIÃO E CULTURA

A religião era especialmente forte na Rússia, e a pobreza amarga, de forma que os mercadores de esperanças encontravam muitos compradores para suas promessas de felicidade. O ceticismo restringia-se à alta classe que sabia ler francês, tendo a ma-

çonaria convertido muitos nesse sentido.<sup>13</sup> Mas a população rural e a maior parte da urbana vivia num mundo sobrenatural de crença e temor, rodeada de demônios, persignando-se uma dúzia de vezes ao dia, implorando a intercessão dos santos, adorando relíquias, respeitando os milagres, tremendo diante dos presságios, prostrando-se perante imagens dos santos, proferindo cânticos melancólicos com vozes plangentes e portentosas. Os sinos das igrejas eram imensos e poderosos. Boris Godunov instalara um de 140 toneladas, mas a Imperatriz Ana Ivanovna o superou, mandando fundir um de 210 toneladas.<sup>14</sup> As igrejas ficavam repletas, seu ritual mais solene, as preces mais extáticas do que na Roma quase pagã dos papas. Os padres russos — denominados popes — usavam barbas respeitáveis e cabelos abundantes, com roupas pretas que lhes desciam até os pés (pois pernas à mostra estorvavam a dignidade). Raramente associavam-se com a aristocracia ou com a corte, vivendo em modesta simplicidade — quando solteiros nos mosteiros, casados nas reitorias. Os abades e os priores comandavam os monges, as abadessas as freiras. O clero secular submetia-se aos bispos, estes aos arcebispos, que por sua vez eram comandados pelas metropolitanas provinciais, e estas pelo patriarca de Moscou. A Igreja, como um todo, reconhecia o soberano secular como seu chefe. Fora da Igreja havia várias seitas religiosas que rivalizavam em misticismo, devoção e intolerância.

A religião servia para transmitir um código de moral, dificilmente apto para estabelecer ordem nos vigorosos impulsos naturais de um povo primitivo. Os nobres da corte adotavam a moral; as maneiras e o idioma da aristocracia francesa. Seus casamentos consistiam de transações de negócios, aliviadas com amantes. As mulheres da corte possuíam melhor educação do que os homens, mas nos momentos de cólera sabiam proferir palavras ofensivas e entregar-se a violências bárbaras. Entre o povo, o linguajar era grosseiro, a turbulência freqüente, a crueldade correspondente à compleição física e à rudeza da pele. Todo mundo jogava e bebia de acordo com os seus meios, e roubava segundo a sua posição.<sup>15</sup> Contudo, todos eram caritativos, e no que se refere à hospitalidade, as choupanas excediam os palácios. A brutalidade e a delicadeza eram universais.

O vestuário variava segundo a moda em Paris; entre a nobreza nos gorros de peles, entre o povo nas peles de carneiro e luvas grossas; ia desde as meias de seda dos nobres às tiras de lã que os servos enrolavam nas pernas. No verão o povo podia banhar-se nu nos riachos, independente de sexo. Os banhos russos, como os turcos, eram heróicos porém populares. Por outro lado, a higiene era eventual, o saneamento primitivo. Os nobres raspavam a barba, o homem comum, a despeito dos uçasses de Pedro o Grande, conservava-a.

Quase todos os lares possuíam uma balalaica e São Petersburgo, à época de Elizaveta e Catarina II, tinha a ópera importada da Itália e da França. Para lá iam compositores e regentes famosos, assim como os melhores cantores e virtuosos da época. A educação musical era bem subvencionada, justificando-se com a onda de gênios da música na segunda metade do século XIX. De todas as partes da Rússia, enviavam-se as boas vozes masculinas para as principais igrejas, a fim de serem treinadas. Como o ritual grego não permitia instrumentos no coro, as vozes expandiam-se livremente, atingindo culminâncias de união e harmonia quase inigualadas em qualquer parte do mundo. Os meninos faziam a parte dos sopranos, porém eram os baixos a admira-

ção do estrangeiro, com suas notas baixas e escala de sensações, que variavam dos susurros de ternura às ondas de potencialidade gutural.

Quem compunha essa música para os coros russos? Os mais obscuros monges, não apregoados e desconhecidos. Dois deles destacam-se no século XVIII: Sozonovich Bezovskii, um menino ucraniano, cuja voz parecia destinada à adoração de Deus. Catarina II mandou-o para a Itália às expensas do Estado a fim de obter a melhor educação musical. Viveu anos em Bolonha e, com os ensinamentos do Padre Martini, aprendeu a arte da composição. Voltando à Rússia, escreveu música sacra, que combinava a intensidade russa com a elegância italiana. Seus esforços para reformar o canto dos coros encontrou resistência do clero ortodoxo. Caiu em mórbida melancolia, matando-se com a idade de 32 anos (1777).<sup>16</sup> Ainda mais famoso foi Dmitri Bortnianski. Quando contava apenas sete anos ingressou no Coro da Igreja da Corte; a Imperatriz Elizaveta deu-lhe Galuppi como professor. Quando este regressou à Itália, Catarina II mandou Dmitri com ele para Veneza. De lá, passou ao Padre Martini, e depois para Roma e Nápoles, onde compôs música no gênero italiano. Em 1779, voltou para a Rússia. Logo foi nomeado diretor do Coro da Igreja da Corte, ficando no posto até morrer (1825). Compôs para o coro uma Missa Grega em grupos de quatro e oito partes, para 48 salmos. Deveu-se principalmente ao treinamento que recebeu o fato do coro ter atingido uma perfeição que o colocou entre as maravilhas do mundo da música. Em 1901, São Petersburgo celebrou, com pompa, o 150º aniversário de seu nascimento.

A influência francesa dominou a arte russa; entretanto, a figura principal foi um italiano, Francesco (ou Bartolomeo) Rastrelli. Seu pai, Carlo, fora chamado à Rússia por Pedro o Grande (1715), fundindo em bronze uma estátua eqüestre do imperador, e outra, de corpo inteiro, da Imperatriz Ana Ivanovna. O filho herdou o estilo Luís XV que Carlo trouxera da França, acrescentando a ele um pouco da inspiração das obras-primas barrocas de Balthasar Neumann e Fischer von Erlach, na Alemanha e Áustria. Adaptou tais influências tão harmoniosamente aos gostos e estilos russos que se tornou o arquiteto favorito da Czarina Elizaveta. Quase todo o edifício de tendência artística na Rússia, a partir de 1741 a 1765, foi por ele planejado, ou por seus assistentes: À margem esquerda do Neva erigiu (1732-54) o Palácio de Inverno, o qual foi destruído pelo fogo em 1837; porém, aparentemente, foi restaurado segundo o plano original: um grupo enorme de janelas e colunas em três planos, encimadas por estátuas e ameias. Mais ao gosto de Elizaveta foi o Palácio de Csarskoe Selo (isto é, a Aldeia do Czar), em uma colina a 20 quilômetros ao sul de São Petersburgo. À esquerda, construiu uma igreja. No interior do palácio, uma majestosa escadaria conduzia à Grande Galeria, iluminada durante o dia por imensas janelas, durante a noite por 56 candelabros. Na outra extremidade, ficava a sala do trono e o apartamento da imperatriz. Uma Sala Chinesa rendia a habitual homenagem do século XVIII à arte da China. A Sala Âmbar era revestida com placas de âmbar, que Frederico Guilherme I dera a Pedro o Grande em troca de 55 granadeiros. Uma pinacoteca continha algumas das coleções imperiais. O interior, na maior parte, decorado em estilo rococó, provocou em um viajante inglês a descrição de que se tratava de uma "mistura de barbarismo e magnificência".<sup>17</sup> Catarina, que era casta apenas nos gostos, mandou retirar a ornamentação dourada da fachada.

A literatura desenvolvia-se mais lentamente do que a arte. A insuficiência de leitores não incentivava, a censura clerical e estatal paralisava a expressão, não tendo ainda o idioma russo sofrido refinamento, quer na gramática, quer no vocabulário, para constituir um veículo para a literatura. E, no entanto, mesmo anteriormente à ascensão de Elizaveta (1742), três artistas deixaram seus nomes na história. Vasili Tatichiev era um homem de ação e de reflexão, um viajante e historiador, um diplomata e filósofo, amando a Rússia, porém com o espírito avidamente voltado para os progressos econômicos e intelectuais do Ocidente. Era um dos jovens promissores que Pedro o Grande mandou para o exterior a fim de se instruírem. Voltou ele com idéias perigosas, pois lera, diretamente ou em resumos, Bacon, Descartes, Locke, Grotius e Bayle. Sua fé ortodoxa fenecera, e ele suportava a religião apenas como um auxílio ao governo.<sup>18</sup> Serviu Pedro o Grande em perigosas campanhas, tornou-se governador de Astracã, sendo acusado de peculato.<sup>19</sup> Nas suas andanças, compilou um cabedal de dados que utilizou em uma *História da Rússia*. O livro ofendeu o clero. Ninguém ousou imprimi-lo até o princípio dos anos liberais do reinado de Catarina II (1768-74).

O Príncipe Antioch Kantemir continuou a revolta contra a teologia. Filho de um *hospodar* (governador) da Moldávia, foi para a Rússia com três anos, aprendeu a falar seis idiomas, serviu nas embaixadas em Londres e Paris, conheceu Montesquieu e Mably, e, ao voltar, escreveu sátiras sobre aqueles patriotas "pan-eslavos" que se opunham à contaminação da vida russa pelas idéias ocidentais. A seguir, damos um trecho de seu poema "Para a Minha Mente":

Mente imatura, fruto de recentes estudos, não apresse a pena em minhas mãos.(...) Atualmente, muitos são os caminhos que conduzem às honrarias, o menos aceitável é aquele em que as irmãs descalças (as Musas) apresentaram.(...) Você tem que labutar e, enquanto trabalha, as pessoas evitam-no como uma peste, satirizam-no, detestam-no.(...) "Quem atenta sobre os livros torna-se ateu"; assim resmunga Cristo, um rosário nas mãos(...) e pede-me para ver quão perigosa é a semente do saber que sobre nós foi jogada. Nossos filhos,(...) para horror da Igreja, principiaram a ler a Bíblia. Discutem tudo, querem saber a causa de tudo, e têm pouca fé no clero;(...) não colocam velas diante das imagens, não observam os dias santos.(...)

Ó Mente, aconselho-a a ser mais burra do que qualquer toupeira.(...) Não se queixe de sua ignorância.(...) Se a Bela Sabedoria lhe ensinou algo, não o explique aos outros.<sup>20</sup>

Kantemir ofendeu mais ainda ao traduzir *Entretiens sur la pluralité des mondes*, de Fontenelle. O livro foi denunciado como copernicano, herético, blasfemo, porém Kantemir frustrou seus perseguidores morrendo com 36 anos (1744). Só em 1762 suas sátiras encontraram um editor.

Sob a Czarina Elizaveta, a literatura russa começou a firmar-se como algo mais do que um eco da França. Mikhail Lomonosov sentiu mais a influência germânica. Tendo estudado em Marburgo e Friburgo, casou-se com uma *Fräulein*, trazendo a São Petersburgo, juntamente com ela, uma sólida bagagem científica. Tornou-se o destaque da Academia, adepto de tudo, até da bebida.<sup>21</sup> Recusou especializar-se. Tornou-se metalúrgico, geólogo, químico, eletricitista, astrônomo, economista, geógrafo, historiador, filólogo, orador. Puchkin chamava-o de "a primeira universidade da Rússia".<sup>22</sup> Em meio a tudo isso, era poeta.

Seu principal rival nos aplausos da *intelligentsia* era Alexis Sumarokov, que publicou um volume de odes de sua autoria e de Lomonosov, a fim de exibir a inferioridade deste último. [A diferença era mínima.] A verdadeira diferença de Sumarokov era a de ter instituído um teatro nacional russo (1756). Para este escreveu peças, ecos de Racine e Voltaire. Elizaveta forçou os cortesãos a assistirem. Mas, como eles não pagaram entrada, Sumarokov reclamou que seus vencimentos de cinco mil rublos anuais não eram suficientes para manter vivos tanto ele como o seu teatro. “O que foi uma vez visto em Atenas, o que está sendo visto agora em Paris, é também visto na Rússia, por minha causa.(...) Na Alemanha, uma multidão de poetas não produziu o que consegui fazer pelo meu próprio esforço.”<sup>23</sup> Em 1760, cansou-se de seus esforços mudando-se para Moscou, porém lá o seu gosto para contendas, deixou-o sem vitória. Apelou para Catarina II a fim de que o enviasse para o exterior às custas do governo, assegurando-lhe: “Se a Europa fosse descrita por uma pena igual à minha, uma despesa de trezentos mil rublos pareceria pequena.”<sup>24</sup>

Catarina agüentou-o até ele morrer de tanto beber (1777).

Alegremos nossas páginas com o romance de uma princesa. Natália Borisovna Dolgorukaia era filha do Conde e Marechal-de-Campo Bóris Cheremetiev, camarada de armas de Pedro, o Grande. Aos quinze anos (1729), “deslumbrantemente bela”, e “uma das grandes herdeiras da Rússia”,<sup>25</sup> era noiva de Vasili Lukich Dolgoruki, o primeiro favorito do Czar Pedro II. Antes de se casarem, Pedro morreu, seu sucessor banindo Vasili para a Sibéria. Natália insistiu em casar-se com ele e seguiu-o ao exílio. Ela viveu com ele oito anos em Tobolsk, dando-lhe dois filhos. Em 1739, ele foi executado. Após mais três anos de exílio, permitiram que ela retornasse à Rússia Européia. Havendo terminado a educação dos filhos, entrou para um convento em Kiev. Lá, a pedido de seu filho, Mikhail, compôs suas *Memórias* (1768), que seu neto poeta, Príncipe Ivan Mikhailovich Dolgoruki, publicou em 1810. Três poetas russos celebraram sua memória, que a Rússia honra como o tipo de muitas mulheres russas que enobreceram a revolução com seu heroísmo e constância.

Em suma, a civilização russa é uma mistura de inevitável disciplina e rude exploração, de fé e violência, de prece e profanação, de música e vulgaridade, de fidelidade e crueldade, de servil obsequiosidade e indômita coragem. Esse povo não podia desenvolver as virtudes da paz porque tinha de lutar, por longos invernos, uma guerra cruenta contra os ventos árticos que se despejavam livres sobre as planícies geladas. Os russos não conheceram nem a Renascença nem a Reforma, de modo que — exceto na sua capital artificial — estavam ainda envoltos nos cueiros medievais. Confortavam-se com o orgulho da raça e a segurança da fé. Não era já um nacionalismo territorial, porém uma feroz convicção de que enquanto o Ocidente estava se danando com ciência, riqueza, paganismo e descrença, “a Santa Rússia” permanecia leal ao cristianismo dos patriarcas, era mais querida do Cristo e iria, algum dia, dirigir e redimir o mundo.

### III. A POLÍTICA RUSSA: 1725-41

Entre Pedro, o Grande e Elizaveta Petrovna, a história da Rússia é um registro sombrio e confuso de intriga e revolução palaciana. Neste ponto, como em qualquer ou-

tro, podemos, em sã consciência, economizar espaço e tempo. Contudo, alguns elementos do *mélange* precisam ser anotados, se quisermos compreender a posição, o caráter e a conduta de Catarina, a Grande.

O herdeiro natural do trono em 1725 era Piotr Alexeevich, o filho de dez anos do filho de Pedro, Alexis, que foi assassinado. Entretanto, a viúva de Pedro, que não sabia ler nem escrever, convenceu a guarda palaciana (com o pagamento de seus salários há muito tempo vencidos) que ele a tinha designado sua sucessora; e, com a ajuda deles, proclamou-se Catarina I, Imperatriz de Todas as Rússias. Essa Catarina menor entregou-se à bebida e ao adultério, ficava embriagada todas as noites, retirando-se às cinco horas da manhã, deixou o governo ao seu primeiro amante, Príncipe Alexandre Danilovich Menchikov e a um Supremo Conselho. O Conde Andrei Ostermann, nascido na Alemanha, encarregou-se dos negócios estrangeiros, conduzindo a Rússia a relações amistosas com a Alemanha e Áustria, hostilizando a França. De acordo com os planos de Pedro I, Catarina casou a filha, Ana Petrovna, com Karl Friedrich, duque de Holstein-Gottorp. O casal foi viver em Kiel, onde Ana deu à luz o futuro Pedro III. Catarina, então, minada pelos excessos, morreu em 6 de maio de 1727, nomeando seu herdeiro o mesmo Piotr Alexeevich, cujo trono ele havia usurpado.

Pedro II estava ainda com apenas doze anos. Menchikov continuava a governar, utilizando seu poder para firmar-se. Um grupo de nobres, dirigido pelos irmãos Ivan e Vasili Lukich Dolgoruki, derrubou Menchikov exilando-o na Sibéria, onde morreu em 1729. Um ano depois, Pedro II morreu de varíola, e o ramo masculino da dinastia dos Romanov terminou. Foi esse contratempo que permitiu que a Rússia fosse dirigida durante 66 anos por três mulheres que rivalizavam, ou ultrapassavam, em capacidade de execução e finalidades políticas, a maioria dos reis daquela época, deixando todos eles para trás, com exceção de Luís XV, em promiscuidade sexual.

A primeira dessas czarinas era Ana Ivanovna, de 35 anos, filha de Ivan Alexeevich, o irmão idiota de Pedro o Grande. O Conselho a escolheu por ter granjeado a reputação da humildade e obediência. Dominado pelos Dolgorukis e os Golitsyns, o Conselho redigiu "Condições" que enviou a Ana, então em Kurland, como pré-requisito para sua confirmação na qualidade de imperatriz. Ela assinou (28 de janeiro de 1730). Entretanto, nem o exército nem o clero desejavam substituir autocracia por oligarquia. Uma delegação do palácio saiu a fim de encontrar-se com Ana, pedindo-lhe que adotasse o poder absoluto. Encorajada com as armas deles, ela rasgou as "Condições" na presença da corte.

Desconfiando dos nobres russos, Ana trouxe da Curlândia os alemães que a haviam agradado lá. Ernst von Bühren, ou Biron, que havia sido seu amante, tornou-se o chefe do seu governo. Ostermann foi reconduzido às relações exteriores, o Conde Christoff von Münnich reorganizou o exército. Löwenwolde, Korff e Keyserling ajudaram a dar ao novo regime a eficiência alemã. Os impostos foram arrecadados com rigorosa atenção. A educação foi ampliada e melhorada. Um funcionalismo público instruído foi preparado. Com a mesma eficiência, a nova administração prendeu, exilou ou executou os Dolgorukis e os Golitsyns.

Satisfeita com dois amantes (Biron e Löwenwolde), Ana vivia uma existência relativamente regular, levantando-se às oito, dando três horas aos negócios do governo, e sorrindo aprovadamente quando os seus alemães expandiam o poderio da Rússia.

Um exército comandado por Münnich invadiu a Polônia, depôs o pró-francês Estanislau Leszczyński, colocou no trono o saxão Augusto III, iniciando os primeiros passos para unir a Polônia à Rússia. A França revidou, insistindo com a Turquia para atacar a Rússia. O sultão vacilou por estar engajado contra a Pérsia. A Rússia julgou a hora apropriada para declarar guerra à Turquia. Foi assim que tiveram início (1735) sessenta anos de conflito para o controle do Mar Negro. Os diplomatas da Czarina Ana explicaram que os turcos, ou os que deles dependiam no sul da Rússia, tinham em seu poder a saída de cinco grandes rios — Dniester, Bug, Dnieper, Don, Kuban — que eram as principais vias em direção sul que a Rússia dispunha para o seu comércio; que as tribos muçulmanas semibárbaras que habitavam as bacias inferiores desses rios era uma constante ameaça para os cristãos da Rússia; que as praias em direção norte do Mar Negro constituíam parte essencial da Rússia; e que uma grande nação promissora como a Rússia não devia mais ter bloqueado seu livre acesso para o Mar Negro e o Mediterrâneo. Este estribilho permanecia sendo o tema principal da Rússia até o fim do século, e muito além.

O primeiro objetivo era a Criméia, uma quase ilha, que se mantinha como um baluarte turco na costa norte do Mar Negro. Tomar esta península era o objetivo da campanha de Münnich em 1736. Seus principais inimigos eram espaço e moléstia. Tinha de atravessar quase quinhentos quilômetros desérticos ao longo dos quais não havia sequer uma cidade que pudesse fornecer alimento e remédio para seus 57 mil soldados. Oitenta mil carroças tinham de acompanhá-los, em extensa fila, sujeitas, em qualquer ocasião e hora, ao ataque das tribos tártaras. Numa ação brilhante de comando militar, Münnich, em 29 dias, tomou Perekop, Koslov e Bakchisarai (capital da Criméia). Entretanto, naquele mês, a disenteria e outros males espalharam tanto infortúnio e insubordinação entre seus comandados, que ele viu-se na contingência de abandonar suas conquistas e voltar à Ucrânia. Neste meio tempo, um outro entre os generais da czarina tomou Azov, que controlava a foz do Don.

Münnich novamente marchou em direção ao sul, em abril de 1737, com setenta mil homens, capturando Ochakov, nas proximidades da foz do Bug. Em junho, a Áustria juntou-se aos russos para atacar os turcos, mas a sua campanha foi tão desastrosa que ela assinou uma paz em separado. E a Rússia, vendo-se repentinamente na situação de enfrentar o exército turco em peso, e na expectativa de uma guerra com a Suécia, firmou a paz (18 de setembro de 1739) que restabelecia à Turquia quase tudo que havia sido ganho em três guerras. Esse tratado celebrou-se em São Petersburgo como um esplêndido triunfo, que custara apenas cem mil vidas.

Ana sobreviveu à guerra um ano. Pouco antes de morrer (17 de outubro de 1740), designou herdeiro do trono o menino de oito meses, Ivan VI, filho de sua sobrinha nascida na Alemanha, Ana Leopoldovna, e do Príncipe Anton Ulrich, de Brunswick. Biron seria o regente até que Ivan completasse dezessete anos. Entretanto, Münnich e Ostermann já estavam fartos de Biron. Aliaram-se a Ulrich e Leopoldovna a fim de mandá-lo para a Sibéria (9 de novembro de 1740). Ana Leopoldovna tornou-se regente, tendo Münnich como “primeiro-ministro”. Temendo que a Rússia fosse totalmente dominada pelos teutônicos, os embaixadores da França e da Suécia provocaram e financiaram uma revolta dos nobres russos. Estes escolheram como candidata secreta ao trono Elizaveta Petrovna, filha de Pedro, o Grande, e Catarina I.

Elizaveta contava 32 anos, porém estava no auge de sua beleza, coragem e vivacidade. Gostava de atletismo e exercícios violentos. Contudo, estimava também os arrebatamentos amorosos, entretendo uma série de admiradores. Possuía pouca educação, escrevia russo com dificuldade e falava bem francês. Ela não havia demonstrado nenhuma idéia com relação ao trono, até que Ana Leopoldovna e Ostermann a puseram de lado, favorecendo os estrangeiros. Quando o regente mandou o regimento de São Petersburgo à Finlândia, e os soldados resmungaram com a perspectiva de enfrentar uma guerra durante o inverno, Elizaveta aproveitou a oportunidade. Envergou indumentária militar, foi para a caserna às duas da manhã do dia 6 de dezembro de 1741, e apelou aos soldados que a apoiassem. À frente do regimento, partiu de trenó em meio à neve para o Palácio de inverno, acordou a regente, enviando-a e ao czar bebê para a prisão. Ao acordar, a cidade soube que tinha um novo dirigente, uma completa imperatriz russa, uma filha do grande Pedro. A Rússia e a França rejubilaram-se.

#### IV. ELIZAVETA PETROVNA: 1741-62

É difícil analisá-la através da névoa do tempo e do preconceito. Encontrando-a em 1744, Catarina II "ficou impressionada com sua beleza e a majestade de seu porte. (...) Apesar de ser muito gorda, não era de todo grotesca por suas avantajadas proporções, nem com os movimentos tolhidos (...) embora usasse anquinhas quando vestia-se adequadamente".<sup>26</sup> Particularmente, era cética, beirando o ateísmo.<sup>27</sup> Publicamente, era zelosamente ortodoxa. Um francês observador notou "seu gosto pronunciado pelas bebidas alcoólicas",<sup>28</sup> contudo, devemos nos lembrar de que a Rússia é fria, e a vodka esquentada. Recusou casar-se, temendo dividir seu poderio e multiplicar contendas. Alguns dizem ter ela se casado secretamente com Alexis Razumovsky. Se é exato, ele era apenas *primus inter pares*. Era frívola, amava roupas, possuía quinze mil vestidos, montes de meias, 2.500 pares de sapatos;<sup>29</sup> estes ela utilizava durante discussões. Não lhe era estranho o linguajar de um sargento quando brigava com os cortesãos e os criados. Mandava executar cruéis punições, contudo era basicamente delicada.<sup>30</sup> Aboliu a pena de morte, exceto por traição (1744). A tortura só era permitida nos mais graves julgamentos. Os castigos corporais continuavam, mas Elizaveta achava que tinha de haver outro meio para desencorajar os criminosos, que tornavam as estradas e as ruas da cidade perigosas durante a noite. Era ao mesmo tempo irrequieta e indolente. Possuía inteligência aguçada, dando a seu país um governo tão bom quanto permitiam as condições de educação, moral, maneiras e economia da Rússia.

Tendo exilado Ostermann e Münnich na Sibéria, restabeleceu a liderança administrativa do Senado, confiando a Alexei Petrovich Bestuzhev-Ryumin o cargo dos negócios exteriores. Catarina II descreveu-o como "grande intrigante, desconfiado, firme e intrépido em seus princípios, implacável inimigo, porém verdadeiro amigo de seus amigos".<sup>31</sup> Gostava do dinheiro, como todos cuja situação importante constitui convite à queda. Quando a Inglaterra procurou suborná-lo, ele estimou sua integridade no montante de cem mil coroas.<sup>32</sup> Não sabemos se o suborno se concretizou, mas em geral Bestuzhev seguia a orientação inglesa. Isso, naturalmente, era uma réplica natural ao apoio da França à Suécia e à Turquia contra a Rússia. Frederico o Grande, por



seu lado, ofereceu a Bestuzhev cem mil corsas se ele fizesse a aliança da Rússia com a Prússia. A oferta foi recusada.<sup>33</sup> Ao invés, Bestuzhev aliou a Rússia à Áustria (1745), e à Inglaterra (1755). Quando a Inglaterra seguiu esta linha, com uma aliança com a Prússia (16 de janeiro de 1756), as chancelarias de Bestuzhev dividiram-se, e a partir daí Elizaveta ignorou seus conselhos. O novo ministério anexou a Rússia ao “reverso de alianças” franco-austriaco, e a Guerra dos Sete Anos começou.

Já vimos — bem no início! — de que modo o general russo Apraksin derrotou os prussianos em Gross-Jägersdorf (1757), depois retirando suas tropas para a Polônia. Os embaixadores da França e da Áustria convenceram Elizaveta de que Bestuzhev havia ordenado a retirada de Apraksin, e estava conspirando para depô-la. Ela mandou prender os dois, o chanceler e o general (1758). Apraksin morreu na prisão. Bestuzhev negou ambas as acusações e o conhecimento posterior dos fatos inocentou-o. Seus inimigos queriam torturá-lo para que confessasse. Elizaveta proibiu que o fizessem. Mikhail Vorontsov substituiu Bestuzhev na qualidade de chanceler.

Em meio a bailes, jogatina, intrigas, invejas e ódios da corte, Elizaveta incentivou seus auxiliares no progresso da civilização russa. O seu jovem favorito, Ivan Shuvalov, abriu uma universidade em Moscou, instituiu escolas primárias e secundárias, enviou estudantes ao exterior para graduarem-se em medicina e importou arquitetos, escultores e pintores franceses para a Academia de Artes (*Akademii Iskusstv*) que ele estabeleceu na capital (1758). Correspondeu-se com Voltaire, induzindo-o a escrever uma *História do Império Russo sob Pedro o Grande* (1757). Seu irmão, Piotr Shyvalov, contribuiu para a economia extinguindo os impostos sobre o comércio doméstico. Nesse meio tempo, entretanto, a fim de consolar os pan-eslavistas, Elizaveta permitiu o progresso da intolerância religiosa. Fechou algumas mesquitas nas regiões tártaras e baniu 35 mil judeus.

A realização de que mais se orgulhava era terem seus generais, por várias vezes, derrotado Frederico II, interceptado o avanço prussiano, estando prestes a aniquilá-lo quando seu declínio físico enfraqueceu-lhe a energia para reunir a aliança franco-austro-russa. Já em 1755, o embaixador inglês anunciou: “A saúde da imperatriz é má. Escarrega sangue, tem falta de ar, tosse constantemente, tem as pernas inchadas e água na pleura. Contudo, dançou comigo o minueto.”<sup>34</sup> Foi então que pagou pesado tributo por ter preferido uma vida promíscua ao casamento. Sem filhos, há muito procurava alguém de sangue real que pudesse arcar com os problemas externos e internos da Rússia; inexplicadamente, a escolha recaiu sobre Karl Friedrich Ulrich, filho de sua irmã Ana Petrovna e Karl Friedrich, Duque de Holstein-Gottorp. Foi o maior erro de seu reinado, no entanto ela se redimiou ao escolher a esposa dele.

#### V. PEDRO E CATARINA: 1743-61

Piotr Feodorovich, como Elizaveta rebatizou o seu herdeiro, nasceu em Kiel, em 1728. Como neto, tanto de Pedro I, como de Carlos XII, era elegível para ambos os tronos, da Rússia e da Suécia. De saúde débil, ficou dentro de casa até os sete anos; depois, uma súbita mudança, foi designado para a Guarda Holstein e treinado para a carreira militar. Tornou-se sargento com nove anos, marchou orgulhosamente nas

paradas, aprendendo o linguajar e a moral dos oficiais do exército. Aos onze anos, deram-lhe um tutor alemão, que o educou inesquecivelmente no credo luterano, disciplinando-o para a neurose. Intimidado pelo seu pedagogo, refugiou-se na timidez e na reserva, tornou-se ardiloso e falso,<sup>35</sup> “permanentemente irritável, teimoso, brigão”.<sup>36</sup> Rousseau o teria citado como um caso ilustrativo de que o homem nasce bom, sendo deformado pelo meio. Pedro possuía bom coração e vontade de acertar, como veremos segundo os seus reais decretos, porém foi estragado por ser impelido a desempenhar papéis para os quais não tinha vocação. Catarina II, ao encontrar-se com ele quando este tinha quatorze anos, descreveu-o como “bonito, de maneiras polidas, cortês”, declarando “não se importar de se tornar sua mulher”.<sup>37</sup>

Em 1743, Elizaveta mandou que o trouxessem à Rússia, fê-lo grão-duque, converteu-o, aparentemente, ao credo ortodoxo, tentando treiná-lo para reinar. Entretanto, “ficou-estupefata” com a insuficiência de sua educação e a insensibilidade de seu caráter. Em São Petersburgo, acrescentou a embriaguez aos outros defeitos. Elizaveta tinha esperanças de que, após a sua morte, aquele estranho jovem, se casado com uma mulher saudável e inteligente, poderia gerar um competente futuro czar. Com a ausência de preconceito étnico que caracterizava as aristocracias européias, mesmo durante a ascensão dos Estados nacionalistas, Elizaveta procurou fora da Rússia e encontrou uma obscura princesa de um dos menores principados alemães. O astucioso Frederico II havia recomendado essa escolha, na esperança de ter uma czarina amiga numa Rússia já temível à Alemanha.

Neste ponto, defrontamo-nos com as memórias de Catarina a Grande. Não resta a menor dúvida quanto à sua autenticidade. Até 1859 ainda não tinham sido impressas, porém o manuscrito francês, do próprio punho de Catarina, está em segurança nos arquivos nacionais em Moscou. Serão verdadeiros? De um modo geral, a história nele contida é confirmada por outras fontes.<sup>38</sup> Seu defeito não é a falsidade, porém a tendenciosidade. Trata-se de história bem contada, com graça, mas constitui, em parte, uma apologia por ter destronado o marido, e ouvido com tanta calma a notícia de que ele havia sido morto.

Nasceu em Stettin, na Pomerânia, em 21 de abril de 1729, sendo batizada como Sofia Augusta Frederica segundo três de suas tias. Sua mãe era a Princesa Joana Isabel de Holstein-Gottorp. Por parte de mãe, Catarina era prima de Pedro. Seu pai, Cristiano Augusto, era príncipe de Anhalt-Zerbst, na Alemanha Central, e general do exército de Frederico. Seus pais desapontaram-se com o nascimento de uma menina, a mãe lastimando-se como se fosse um mau sucesso. Catarina reparou ter nascido mulher ao desenvolver a virilidade de um general e a habilidade de estadista de um imperador, permanecendo, ao mesmo tempo, a amante mais procurada e encontrada da Europa.

Sofria de várias moléstias de infância, uma delas tão grave que a deixou aparentemente deformada para toda a vida, “a coluna vertebral em ziguezague”, o “ombro direito muito mais alto do que o esquerdo”. Tinha ela, então, “a forma da letra Z”. O carrasco local, que se tornara hábil em deslocamentos, meteu-a num colete “que eu nunca tirava exceto para mudar minha roupa de baixo”, e, “após dezoito meses, principiei a apresentar sinais de que estava ficando com as costas retas”.<sup>39</sup> Tantas vezes lhe disseram que era feia, que resolveu desenvolver a inteligência como substituto

à beleza. Ela era outro caso da consciência de um defeito estimulando outras potencialidades de compensação. A feiúra desapareceu na puberdade, quando seus ângulos arredondaram-se, transformando-se em curvas. A despeito de seus percalços, tinha um “bom gênio”, e de vivacidade tão natural que “necessitava ser contida”.<sup>40</sup>

Foi educada por tutores, principalmente um pastor luterano que sofria com suas perguntas. Não era injusto, indagava, que “Tito, Marco Aurélio e todos os grandes homens da antigüidade, embora virtuosos, tivessem sido amaldiçoados porque nada sabiam sobre a Revelação”? Argumentava de tal forma que o professor ameaçou açoitá-la, mas a governanta interveio. Desejava especialmente saber como era o caos que, de acordo com o Gênese, precedera a Criação. “As respostas dele nunca me satisfaziam”, e “nós dois perdíamos a paciência”. Ficava ainda mais atrapalhado quando ela insistia para que ele explicasse “o que era a circuncisão”.<sup>41</sup> Os outros professores eram franceses, de modo que ela aprendeu a língua bem. Leu Corneille, Racine e Molière, e evidentemente estava pronta para ler Voltaire. Tornou-se uma das mulheres melhor educadas de seu tempo.

As notícias dessa brilhante princesa chegaram até a Imperatriz Elizaveta, ávida por uma moça que pudesse dar a Pedro inteligência por osmose. Em 1º de janeiro de 1744, a mãe de Sofia recebeu um convite para ir à corte russa em companhia da filha. Os pais hesitaram. A Rússia parecia perigosamente instável e primitiva. Conjecturando que estava sendo cogitada para mulher do grão-duque, Sofia pediu que respondessem afirmativamente. Em 12 de janeiro iniciaram longa e difícil viagem através de Berlim, Stettin, leste da Prússia, Riga e São Petersburgo, a Moscou. Em Berlim, Frederico recebeu-os, encantando-se por Sofia, “perguntando-me mil coisas, falando de óperas, comédias, poesia, dança, enfim, tudo, em suma, que é possível falar com uma mocinha de quatorze anos”.<sup>42</sup> Em Stettin, “meu pai ternamente despediu-se de mim, sendo esta a última vez que o vi. Chorei amargamente”. Mãe e filha, com abundante acompanhamento, chegaram a Moscou a 9 de fevereiro, depois de um percurso em trenó de 52 horas, procedentes de São Petersburgo.

Aquela noite, encontrou-se com Pedro pela segunda vez, e novamente a impressão foi favorável, até que ele lhe disse ser luterano convicto e estar apaixonado por uma das damas de honra da corte.<sup>43</sup> Ela observou que seu sotaque alemão e suas maneiras eram detestáveis aos russos. De sua parte, resolveu estudar russo profundamente, accitando o credo ortodoxo *in toto*. Sentiu “um pouco mais do que indiferença” por Pedro, mas “eu não era indiferente à coroa russa”. Deram-lhe três professores — para o idioma, para a religião e para as danças russas. Estudou com tanto afincio — certa vez saiu da cama no meio da noite, para estudar a lição — que em 22 de fevereiro adoeceu com pleurisia. “Fiquei entre a vida e a morte 27 dias, durante os quais fizera-me sangrias dezesseis vezes, às vezes quatro por dia”.<sup>44</sup> Sua mãe perdeu a cotação na corte ao pedir que chamassem um pastor luterano; Sofia conquistou muitos corações reclamando um padre ortodoxo. Finalmente, em 21 de abril, estava em condições de aparecer em público. “Fiquei magra como uma caveira(...) meu rosto e minhas feições estavam desfigurados, meu cabelo caía, e eu estava palidíssima.”<sup>45</sup> A imperatriz enviou-lhe uma caixa de ruge.

Em 28 de junho, Sofia suportou, com impressionante religiosidade, a cerimônia da conversão à fé ortodoxa. Então, aos nomes que já tinha, foi acrescentado o de Eka-

terina Alexeevna. Daí em diante, passou a ser Catarina. Na manhã seguinte, na grande catedral Ouspenski Sobor, ficou formalmente noiva do Grão-Duque Pedro. Todos que a viram apreciaram sua diplomática modéstia, e até Pedro começou a amá-la. Após quatorze meses de aprendizado casaram-se em São Petersburgo, no dia 21 de agosto de 1745. Em 10 de outubro, a mãe de Catarina voltou à sua pátria.

Pedro contava então dezessete anos, sua mulher dezesseis. Ela era bela, ele feio, pois contraíra varíola no ano que estiveram noivos. Ela era ávida de saber e de inteligência viva. Ele “ostentava”, dizia Soloviev, “todos os sintomas de atraso mental, parecendo uma criança grande”.<sup>46</sup> Brincava com bonecas, marionetes e soldados de brinquedo. Amava tanto os cães que tinha alguns em seu quarto. Catarina não sabia o que era pior, se os latidos ou o mau cheiro.<sup>47</sup> Ele não melhorava a situação tocando violino. Seu gosto pela bebida aumentava. “A partir de 1753, embriagava-se quase todos os dias.”<sup>48</sup> A Imperatriz Elizaveta muitas vezes repreendia-o por seus defeitos, porém não aliava o exemplo às recriminações. O que mais a preocupava era a sua indisfarçada aversão pela Rússia, que chamava de “terra amaldiçoada”,<sup>49</sup> pela ironia contra a Igreja Ortodoxa e seu clero e, acima de tudo, sua idolatria por Frederico, o Grande, mesmo quando a Rússia e a Prússia estavam numa guerra encarniçada. Rodeava-se da “Guarda Holstein”, de militares quase todos alemães. Em sua casa de verão, em Oranienbaum, vestia seus servidores com uniformes alemães, fazendo-os se exercitarem à maneira prussiana. Quando os generais russos Fermor e Saltykov derrotaram os prussianos, em 1759, restringiram-se de continuar suas vitórias com receio de ofender Pedro,<sup>50</sup> que a qualquer momento poderia tornar-se czar.

O casamento tornou-se quase um conflito de culturas, pois Catarina continuava sua educação estudando a literatura francesa. Parece incrível que aquela jovem mulher, nos dias infelizes em que foi Grã-Duquesa, lesse Platão, Plutarco, Tácito, Bayle, Voltaire, Diderot e Montesquieu, cujo *Espírito das Leis* deveria ser, segundo ela, “o breviário de todo soberano de bom senso”.<sup>51</sup> Tais livros devem ter terminado com as crenças religiosas de Catarina — embora continuasse assídua observadora do ritual ortodoxo — e lhe dessem a concepção de um “despotismo esclarecido”, que Frederico absorvera em Voltaire uma geração antes.

Entrementes (caso possamos acreditar em suas primeiras observações), “o casamento entre mim e o grão-duque não fora consumado”.<sup>52</sup> Castéra, que em 1800 escreveu uma biografia de Catarina, bem informada e hostil, achava que “Pedro tinha um defeito, o qual, embora fácil de erradicar, parecia ainda mais cruel. A violência de seu amor, seus reiterados esforços, não podiam realizar a consumação do casamento”<sup>53</sup> — um extraordinário paralelo entre Luís XVI e Maria Antonieta. Talvez a aversão que Catarina, durante o longo noivado, sentira em relação a ele, o tenha tornado psicologicamente impotente. Logo começou a procurar outras mulheres, tendo uma série de amantes, desejosas de substituírem Catarina na qualidade de grã-duquesa. Segundo esta, seus primeiros anos de casamento foram uma tortura para ela. Certo dia (de conformidade com o que relata Horace Walpole), ao lhe perguntar a imperatriz por que nenhuma descendência resultara daquela união, ela respondeu que nada poderia resultar — o que, na verdade, anunciava a impotência do marido. “Elizaveta respondeu que o Estado exigia sucessores, cabendo à grã-duquesa procurá-los, com o auxílio de quem lhe aprouvesse. Um filho e uma filha foram os frutos de sua obe-

diência.”<sup>54</sup> Maria Choklova, designada pela Imperatriz Elizaveta para dama de companhia de Catarina, explicou à grã-duquesa (de acordo com o relato desta) que havia importantes exceções para as normas de fidelidade conjugal, prometendo guardar segredo se Catarina tivesse um amante.<sup>55</sup> E “não resta a menor dúvida de que essa vergonhosa sugestão partiu não da dama de honra, mas da própria imperatriz”.<sup>56</sup> Devemos encarar tais assuntos segundo a perspectiva de uma corte russa habituada a rainhas poliândricas, a uma corte francesa habituada a reis poliândricos, e uma corte saxônico-polonesa, com 150 filhos de Augusto III.

Seguiu Catarina tais exemplos exageradamente? Depois de ascender ao trono, sim. Antes, parece ter-se limitado, estoicamente, a três amantes. Primeiro — cerca de seis anos após o casamento — apareceu Sergei Saltykov, um vigoroso jovem oficial. Catarina explica sua reação:

Se é que posso atrever-me a ser franca, (...) eu combinava o espírito e o temperamento de um homem com os atrativos de uma bela mulher. Peço que me desculpem esta descrição, a qual justifica-se por ser verdadeira. (...) Eu era atraente. Consequentemente, já havia percorrido a metade do caminho da tentação e, nestas circunstâncias, era apenas humano não parar em meio dele. (...) Não se pode segurar nosso coração na mão, segurando-o, apertando-o ou afrouxando-o à nossa vontade.<sup>57</sup>

Em 1751, ficou grávida, mas teve um insucesso, repetindo-se essa experiência penosa em 1753. Em 1754, deu à luz o futuro Imperador Paulo I. Elizaveta rejubilou-se, dando a Catarina um presente de cem mil rublos, enviando Saltykov para um seguro obscurantismo em Estocolmo e Dresden, onde, segundo Catarina, era “leviano com todas as mulheres que encontrava”.<sup>58</sup> Pedro continuou bebendo ainda mais, tomando novas amantes, e finalmente estabelecendo-se com Elizaveta Vorontsova, sobrinha do novo chanceler. Catarina brigou com ele, ironizando-o publicamente, assim como a seus amigos.<sup>59</sup> Em 1756, aceitou as atenções de um belo polonês, de 24 anos, Conde Estanislau Poniatowski, que viera a São Petersburgo na qualidade de adido de Sir Hanbury-Williams, embaixador britânico. Estanislau, em sua autobiografia, descreve Catarina em 1755:

Ela tinha 25 anos; (...) e este é o momento ideal para as mulheres bonitas o serem ainda mais. Seus cabelos eram negros, a pele resplandecentemente branca, cílios pretos e longos, um nariz grego, uma boca que parecia feita para beijos, mãos e braços perfeitos, um corpo esguio, mais para alto do que baixo, uma aparência ativa, e no entanto de grande nobreza, um timbre de voz agradável, e o riso tão alegre quanto o seu temperamento.<sup>60</sup>

Olhando-a, “esquecia-se de que havia uma Sibéria”. De todos os seus amores, foi este o que mais calou fundo em sua alma, e na dele. Muitos anos depois, já com novos admiradores, seu coração permanecia com Poniatowski, e ele nunca se recuperou completamente daquela paixão, muito embora tenha sofrido penosamente com a política de Catarina. Quando ela foi ficar com Pedro em Oranienbaum, Estanislau arriscou a vida ao ir visitá-la secretamente. Foi descoberto, e Pedro ordenou que o enforcassem. Catarina interveio junto à amante deste, que, sensibilizada com uma

dádiva, acalmou o grão-duque. Finalmente, numa explosão de bondade, Pedro não apenas perdoou Poniatowski, como chamou Catarina para juntar-se ao amante, fazendo com eles, e com Elizaveta Vorontsova, um agradável *ménage à quatre*, acompanhado de muitas ceias alegres.<sup>61</sup>

Em 9 de dezembro de 1758, Catarina deu à luz uma filha. A corte pensava que Poniatowski fosse o pai,<sup>62</sup> porém Pedro tomou a si a paternidade, aceitou congratulações, organizando festejos para celebrar o seu feito.<sup>63</sup> Entretanto, a criança morreu quatro meses depois. A imperatriz mandou reconduzir Poniatowski à Polônia, e, por algum tempo, Catarina ficou sem amores. Entretanto, encantou-se com as aventuras na guerra e no amor de Grigori Grigorievich Orlov, *aide-de-camp* de Piotr Shuvalov. Orlov era famoso pelo fato de ter permanecido em seu posto, na batalha de Zorndorf, apesar de estar com três ferimentos. Possuía compleição atlética e “a cara de um anjo”.<sup>64</sup> Sua única moralidade, entretanto, era obter poderio e mulheres por qualquer meio disponível. Shuvalov tinha uma amante, a Princesa Elena Kurakin, uma das mais belas e de moral mais dissoluta da corte. Orlov arrebatou-a de seu superior. Shuvalov jurou matá-lo, porém morreu antes de concretizar sua determinação. Catarina admirava a coragem de Orlov, observando ter ele quatro irmãos na guarda, todos altos e fortes. Esses quatro guerreiros seriam úteis numa emergência. Providenciou um encontro com Grigori, e depois outros, consecutivamente. Em breve desbancou a Kurakin. Em julho de 1761 ficou grávida, o filho de Orlov, que foi educado com o nome de Alexis Bobrinsky.

Em dezembro de 1761, ficou constatado que a imperatriz estava entrando na fase final de sua moléstia. Tentativas foram feitas para Catarina aderir a uma conspiração que evitasse a ascensão de Pedro ao trono. Avisaram-na que, uma vez czar, Pedro a poria de lado, fazendo Elizaveta Vorontsova sua mulher e rainha. Mas Catarina recusou-se. Em 5 de janeiro de 1762, a Imperatriz Elizaveta morreu, e Pedro, sem uma oposição aberta, ascendeu ao trono.

## VI. PEDRO III: 1762

Ele surpreendeu a todos com a generosidade de suas medidas. A afabilidade, obscurecida outrora por maneiras grosseiras e impensadas, veio à tona em uma explosão de gratidão pela sua pacífica subida ao trono. Perdoou os inimigos, conservou a maioria dos ministros de Elizaveta, procurando ser delicado com Catarina. Permitiu-lhe ocupar dependências em uma das extremidades do palácio real, alojando-se na outra e designando as dependências intermediárias à amante. Não havia dúvida que se tratava de grande afronta, mas Catarina ficou intimamente satisfeita em se manter longe dele. Pedro concedeu-lhe ampla subvenção, pagando-lhe as dívidas sem perguntar a sua origem.<sup>65</sup> Nas cerimônias oficiais dava-lhe posição idêntica à sua, algumas vezes concedendo-lhe precedência.<sup>66</sup>

Mandou voltar do exílio homens e mulheres que os soberanos anteriormente mandaram para a Sibéria. Agora, Münnich voltava, com a idade de 82 anos, sendo recebido por 32 netos. Pedro restabeleceu-lhe a patente de marechal-de-campo. Münnich jurou servi-lo até o fim, cumprindo a promessa. O feliz imperador liberou os nobres

da obrigação que Pedro o Grande fizera recair sobre eles, de dar muitos anos de suas vidas ao Estado. Propuseram-lhe erigir uma estátua em ouro, mas ele pediu-lhes que empregassem o material de maneira mais judiciosa.<sup>67</sup> Um decreto de 21 de fevereiro aboliu a universalmente odiada polícia secreta, proibindo prisões por motivos políticos até que estes fossem revistos e sancionados pelo Senado. Em 25 de junho, Pedro emitiu um ucasse no sentido de que doravante o adultério seria isento de censura oficial, “de vez que nesse assunto até Cristo não havia condenado”.<sup>68</sup> A corte ficou entusiasmada. Os comerciantes foram aliviados por um decréscimo nos impostos de exportação. Ele reduziu o preço do sal, e eliminou a compra de servos para trabalhar nas fábricas. Os antigos crentes, que haviam fugido da Rússia para livrarem-se da perseguição sob Elizaveta, foram convidados a voltar e gozar da liberdade de culto. O clero, entretanto, enfureceu-se com os decretos, respectivamente de 16 de fevereiro e 21 de março, que nacionalizavam as terras pertencentes à Igreja, tornando todos os padres ortodoxos empregados assalariados do governo. Naqueles domínios seculares os servos tornaram-se livres, e aqueles que viviam nas propriedades dos nobres esperavam a mesma sorte. Em meio a todas essas reformas — que lhe foram sugeridas por diversos ministros — Pedro continuava bebendo desbragadamente.

A mais extraordinária entre as medidas levadas a efeito, e a que lhe deu a maior felicidade, foi o término da guerra entre a Rússia e a Prússia. Mesmo antes de sua ascensão ao trono, muito fez para auxiliar Frederico, transmitindo-lhe secretamente os planos militares do Conselho de Elizaveta. Agora, gabava-se de tê-lo feito.<sup>69</sup> Em 5 de maio, fez a união da Rússia com a Prússia, numa aliança defensiva e ofensiva. Instruiu o comandante dos exércitos russos, então com o exército prussiano, para botá-los a serviço do “rei meu senhor”.<sup>70</sup> Vestiu uniforme prussiano e ordenou à soldadesca local que fizesse o mesmo. Estabeleceu disciplina prussiana no exército, organizando exercícios militares todos os dias para a corte, obrigando todo cortesão do sexo masculino a participar, sem levar em conta a idade e a gota.<sup>71</sup> Deu à sua Guarda Holsteim precedência sobre os garbosos regimentos da capital.

O exército russo não era contrário à paz, mas ficou chocado pela precipitada deserção dos seus aliados, França e Inglaterra, e sua capitulação em qualquer terreno obtido da Prússia durante a guerra. Os militares alarmaram-se quando Pedro anunciou a decisão de mandar uma hoste russa contra a Dinamarca, a fim de recuperar o ducado de Schleswig, que aquele país tomara dos duques de Holstein, de cuja casa o pai de Pedro pertencia. Os exércitos foram claros, declarando que não fariam semelhante guerra. Quando Pedro pediu a Kirill Razmovsky para comandar um exército à Dinamarca, este respondeu: “Vossa Majestade deve primeiro dar-me um outro exército para forçar o meu a avançar.”<sup>72</sup>

Subitamente, apesar de suas corajosas e extraordinárias reformas, Pedro sentiu-se impopular. O exército odiava-o como um traidor, o clero odiava-o como um luterano ou pior, os servos ainda não libertos clamavam a emancipação, a corte o ridicularizava como um doido. Acima de tudo isso, havia a suspeita geral de que ele pretendia divorciar-se de Catarina e casar-se com sua amante.<sup>73</sup> “Aquela jovem mulher” (segundo Castéra), “destituída de todo e qualquer tato, mas estupidamente orgulhosa(...) teve a arte de obter do czar — às vezes por meio de lisonja, outras por censura, e ainda outras até por meio de pancada — a renovação da promessa que ele lhe fize-

ra(...) de casar-se com ela, colocando-a, em vez de Catarina, no trono da Rússia.”<sup>74</sup> Como o poder e a bebida cada vez mais lhe subiam à cabeça, tratava Catarina grosseiramente, chegando até a chamá-la de idiota publicamente.<sup>75</sup> O Barão de Breteuil escreveu a Choiseul: “A imperatriz (Catarina) vive num estado cruel, tratada com o maior desprezo.(...) Não me surpreenderá, conhecendo sua coragem e violência, se esta situação não a levar a qualquer ato extremo.(...) Suas amigas tudo fazem para apaziguá-la, porém fariam qualquer coisa por ela se assim fossem solicitadas.”<sup>76</sup>

São Petersburgo e suas adjacências pululavam de partidários de Catarina. Ela era popular no exército, na corte e entre o povo. Depois de suas damas de honra, e Grigori Orlov, a pessoa mais íntima nesses dias nefastos era Ekaterina Romanovna, Princesa Dachkova. A audaciosa e empreendedora senhora contava apenas dezenove anos, mas, na qualidade de sobrinha do Chanceler Vorontsov, e irmã da amante de Pedro, já se destacava nos negócios da corte. Pedro, na sua simplicidade ou na sua bebida, lhe revelara a intenção de depor Catarina e colocar no trono Elizaveta Vorontsova.<sup>77</sup> Dachkova levou a notícia a Catarina, suplicando-lhe que aderisse ao conluio para afastar Pedro. Catarina, entretanto, já havia organizado uma conspiração com Nikita Panin, tutor de seu filho Paulo, e Kirill Razumovsky, chefe cossaco da Ucrânia, e Nikolai Korff, chefe de polícia, além dos irmãos Orlov, assim como P.B. Passek, oficial de um regimento local.

Em 14 de junho, Pedro ordenou a prisão de Catarina. Cancelou a ordem, mas mandou que ela se retirasse para Peterhof, distante quinze quilômetros a oeste da capital. O próprio Pedro retirou-se para Oraniebaun com sua amante. Deixou instruções para que o exército se preparasse a fim de partir para a Dinamarca, prometendo a ele juntar-se em julho. Em 27 de junho, o Tenente Passek foi preso por fazer discursos pejorativos contra o imperador. Temerosos de que ele fosse torturado para confessar o conluio, Grigori e Alexei Orlov decidiram agir imediatamente. Bem cedo no dia 28, Alexei partiu às pressas para Peterhof, levantou Catarina do sono, persuadindo-a a voltar com ele para São Petersburgo. No caminho, pararam no quartel do Regimento Ismailovsky. Os soldados foram convocados por um toque de tambor. Catarina fez um apelo a eles para que a salvassem das ameaças do imperador. Juraram protegê-la. “Correram a beijar-me as mãos e os pés, chamando-me a salvadora deles” (assim escreveu Catarina a Poniatowski)<sup>78</sup> — pois sabiam que ela não ia mandá-los para a Dinamarca. Acompanhada por dois regimentos e pelos Orlores, seguiu ela em direção à Catedral de Kazan, onde foi proclamada autocrata da Rússia. O Regimento Preobrazhensky juntou-se a ela, pedindo seu perdão por ter sido o último a chegar.<sup>79</sup> A Guarda Montada apareceu e quatorze mil soldados acompanharam-na ao Palácio de Inverno. Ali o Sínodo da Igreja e o Senado anunciaram oficialmente a deposição de Pedro e a ascensão de Catarina. Alguns altos dignitários protestaram, mas o exército atemorizou-os, fazendo-os jurar fidelidade à imperatriz.

Ela vestiu o uniforme de capitão da Guarda Montada, cavalcando à frente de suas tropas para Peterhof. Pedro viera ao local aquela manhã para vê-la. Informado sobre a revolta, fugiu para Kronstadt. Münnich ofereceu-se para acompanhá-lo à Pomerânia, onde organizariam um exército para restabelecê-lo no trono. Pedro, impossibilitado de decidir, voltou a Oranienbaum. Quando as forças de Catarina se aproximaram, passou um dia inteiro pleiteando uma decisão intermediária. Depois, em 29 de ju-



nho, assinou sua abdicação. "Ele deixou-se derrubar", declarou Frederico, "como uma criança. Deixemo-lo ir para a cama."<sup>80</sup> Ficou preso em Ropsha, a vinte quilômetros de São Petersburgo. Suplicou a Catarina que o deixasse ficar com seu criado negro, seu cachorro, seu violino e sua amante. Tudo quanto lhe pediu foi permitido, exceto o último. Elizaveta Vorontsova foi banida para Moscou, e desapareceu da história.

## Catarina, a Grande

1762-96

### I. A AUTOCRATA

VITORIOSA, Catarina estava, entretanto, exposta a todos os riscos de uma mudança desordenada. A fim de recompensar os soldados que a acompanharam ao poder, ordenou aos estabelecimentos de bebidas da capital que lhes servissem cerveja e vodka gratuitamente. O resultado foi uma bebedeira geral, que por algum tempo quase desintegrou as bases militares de seu poderio. À meia-noite de 29-30 de junho, Catarina, que dormia pela primeira vez em 48 horas, foi acordada por um oficial, que lhe disse: "Nossos homens estão terrivelmente embriagados. Um hussardo gritou para eles, 'Às armas! Trinta mil prussianos vêm vindo para levar a nossa mãe [Catarina]!' De modo que armaram-se e estão vindo para cá a fim de ver como estais realmente." Catarina vestiu-se, foi para a rua, negou os rumores sobre os prussianos e convenceu seus guerreiros a que fossem se deitar.<sup>1</sup>

Seu filho, Paulo, agora com oito anos, constituía um perigo para ela. Panin, muitos nobres e a maioria do clero julgaram que a legitimidade requeria a coroação de Paulo na qualidade de imperador, tendo Catarina como regente. Catarina receou que essa medida poria o governo nas mãos de uma oligarquia aristocrática, que procuraria depô-la ou dominá-la. Oficialmente declarou Paulo herdeiro do trono, mas os partidários dele continuaram a agitação, e o filho cresceu odiando sua mãe por ter-lhe roubado a coroa.

À medida que o *coup d'état* espalhou-se pela Rússia, tornou-se evidente que a opinião pública fora da capital era hostil a Catarina. A capital presenciara os defeitos de Paulo em primeira mão, e em geral concordava que ele era inadequado para governar. Mas os russos fora de São Petersburgo conheciam-no principalmente através das medidas liberais que dera certa nobreza a seu reinado. O populacho de Moscou, longe demais para sentir o charme de Catarina, continuava soturnamente contra a sua ascensão. Quando Catarina levou Paulo a Moscou (a fortaleza da ortodoxia), este foi vivamente aplaudido. A recepção de Catarina foi fria. Muitos regimentos da província denunciaram os militares de São Petersburgo como usurpadores do poderio nacional.

Não sabemos se a ampla simpatia por Pedro foi um fator em sua morte. Com o ânimo abatido, o czar decaído enviou humildes petições à sua mulher para “ter piedade de mim, e dar-me o único consolo” — sua amante — deixando-o voltar para seus parentes em Holstein. Em vez de receber tal conforto, foi confiado a um único quarto, sempre sob vigilância. Alexei Orlov, chefe dos seus guardiães, jogava cartas com ele, lhe emprestava dinheiro.<sup>2</sup> Em 6 de julho de 1762, Alexei foi rápido para São Petersburgo a fim de informar a Catarina que Pedro brigara com ele e com os outros servidores, morrendo na luta que se seguiu. Quanto à maneira como ocorreu a morte, há apenas rumores na história, nada decisivo. Não se tem certeza se foi envenenado ou estrangulado,<sup>3</sup> se foi espancado até morrer,<sup>4</sup> se morreu de “inflamação dos intestinos ou de apoplexia”.<sup>5</sup> Os mais novos historiadores dizem que “os detalhes do assassinato nunca foram totalmente revelados, sendo incerta a interferência de Catarina nos fatos”.<sup>6</sup> Não é provável que Catarina tenha sido a mandante,<sup>7</sup> mas ela não puniu ninguém por isso, ocultou o fato do público durante todo um dia, chorou durante dois dias na presença de todos, e depois conformou-se com o *fait accompli*. Quase toda a Europa considerou-a culpada do crime, mas Frederico, o Grande, que tanto tinha a perder com a queda de Pedro, eximiu-a: “A imperatriz ignorava absolutamente esse crime, tendo dele conhecimento com desespero que não pode ser fingido, pois previa, com justeza, o julgamento que hoje se faz sobre ela.”<sup>8</sup> Voltaire concordou com Frederico. Paulo, filho de Catarina, após ler os documentos particulares deixados por sua mãe, na ocasião de sua morte, concluiu que Alexei matou Pedro sem qualquer ordem ou pedido de Catarina.<sup>9</sup>

O acontecimento tanto originou como resolveu problemas para Catarina. Suscitou uma série de conspirações para depô-la, deixando-a perseguida e em perigo, em meio ao caos administrativo que a cercava. Mais tarde, referindo-se àquele período, escreveu: “O Senado permanecia sem ação e surdo aos negócios do Estado. As sedes legislativas chegaram a um grau de corrupção e desintegração que as tornava quase irreconhecíveis.”<sup>10</sup> A Rússia recém-saída de uma guerra vitoriosa, porém dispendiosa. A dívida do tesouro era de treze milhões de rublos, com um déficit de sete milhões de rublos anuais. Evidenciou-se a situação do fisco pela recusa dos bancos holandeses em efetuar empréstimos à Rússia. O pagamento das tropas estava atrasado vários meses. A desorganização do exército ia a tais proporções que Catarina temia a todo momento uma invasão da Ucrânia pelos tártaros do sul da Rússia. A corte agitava-se em conspirações e contraconspirações, receando perder, ou então obter, cargos lucrativos ou importantes. Pouco depois da queda de Paulo, o embaixador prussiano considerava “certo que o reinado da Imperatriz Catarina não seria mais do que um breve episódio na história universal”.<sup>11</sup> Esta opinião não passava de um pensamento esperançoso, pois Frederico lamentava a morte de seu adorador e aliado, e Catarina estava cancelando ordens de Pedro no sentido de auxiliar Frederico.

A imperatriz procurou acalmar a oposição eclesiástica adiando a vigência dos ucas-es promulgados por Pedro para a secularização das terras da Igreja. Incrementou o ardor dos seus partidários com ricas recompensas. Grigori Orlov recebeu cinquenta mil rublos e acesso ao leito imperial. Bestuzhev foi chamado do exílio, voltando ao conforto anterior, mas não ao cargo. Aqueles que a ela se opuseram, foram tratados brandamente. Münnich prestou obediência, foi logo perdoado, sendo novamente go-

vernador da Estônia e Livônia. Tais providências talvez a auxiliassem a manter-se em seu trono periclitante, mas os principais fatores foram a própria coragem e inteligência. Dezesete anos como a mulher desprezada do herdeiro do trono ensinaram-na, contra sua vivacidade de adolescente, alto grau de paciência, prudência, autocontrole e dissimulação de estadista. Agora, desafiando o conselho de Panin, e desconfiando da lealdade do Senado, assim como da sua integridade e competência, decidiu centralizar em si todos os assuntos do Estado, e encarar os monarcas absolutos da Europa com um absolutismo que rivalizaria com a combinação de militarismo e filosofia de Frederico. Não se casou. De vez que a nobreza controlava o Senado, a escolha residia entre a autocracia do soberano e o absolutismo fragmentado dos senhores feudais — exatamente a escolha que Richelieu teve de considerar na França do século XVII.

Catarina rodeou-se de homens capazes, conquistando-lhes a simpatia, e frequentemente seu amor. Fazia-os trabalhar muito, porém pagava-lhes bem, talvez bem demais. O esplendor e o luxo de sua corte tornaram-se o principal sorvedouro das receitas. Era uma corte heterogênea, com raízes bárbaras, revestida de cultura francesa, comandada por uma alemã superior a seus auxiliares em educação e inteligência. Sua prodigalidade nas recompensas por serviços excepcionais suscitava rivalidade sem impedir a corrupção. Muitos dos que a rodeavam recebiam suborno dos governos estrangeiros, outros conseguiam se manter imparciais ao serem subornados pelos partidos opostos. Em 1762, Catarina fez anunciar à nação uma confissão extraordinária:

Consideramos ser nosso essencial e imperioso dever comunicar ao povo, com o coração amargurado, termos por longo tempo ouvido, e agora visto por provas evidentes, o grau de corrupção a que chegou o nosso Império, fazendo com que não haja uma repartição governamental na qual(...) a integridade não tenha sido atacada por esta pestilência. Se alguém solicita um lugar, ele terá que pagar para obtê-lo, se um homem tem de defender-se contra a calúnia, só com dinheiro poderá fazê-lo, se alguém desejar falsamente caluniar seu vizinho, por meio de dádivas poderá assegurar o sucesso de seus malévolos objetivos.<sup>12</sup>

Sobre as conspirações que se multiplicavam ao seu redor, havia algumas no sentido de substituí-la por Ivan VI, o qual, deposto pelo *coup d'état* de dezembro de 1741, havia suportado 21 anos de prisão. Em setembro de 1762, Voltaire externou sua apreensão sobre a possibilidade de "Ivan derrubar nossa benfeitora",<sup>13</sup> escrevendo: "Temo que nossa querida imperatriz seja morta."<sup>14</sup> Catarina visitou Ivan, encontrando-o "uma criatura desprezada, reduzido à idiotice por longos anos de confinamento".<sup>15</sup> Ao se retirar, deu ordens a seus guardas de que se houvesse qualquer tentativa, sem sua autorização, para soltá-lo, eles deveriam matá-lo ao invés de entregá-lo. À meia-noite de 5-6 de julho, um oficial do exército, Vasili Mirovich, apareceu na prisão com um documento tido como uma ordem do Senado para que Ivan lhe fosse entregue. Com a assistência de vários soldados, bateu à porta da cela na qual dois guardas dormiam com Ivan, pedindo para ser admitido. Denegado o pedido, ordenou que trouxessem um canhão para demolir a porta. Ao ouvir aquela ordem, os guardas mataram Ivan. Mirovich foi preso, encontrando-se em seu poder um documento declarando que Catarina havia sido deposta, e que Ivan VI passava a ser o czar. No seu julgamento recusou-se a revelar os nomes de seus cúmplices. Foi condenado à morte. Em geral, a opinião pública acusava Catarina de ter matado Ivan.<sup>16</sup>

As conspirações continuavam. Em 1768, um oficial, chamado Choglokov, asseverando ter sido instruído por Deus para vingar a morte de Pedro III, munuiu-se de grande faca, conseguiu entrar no palácio real, escondendo-se a um canto do lugar onde Catarina usualmente passava. Grigori Orlov, sabedor do conluio, prendeu Choglokov, que destemidamente confessou sua intenção de matar a imperatriz. Foi banido para a Sibéria.

## II. A AMANTE

Rodeada de nobres nos quais não podia confiar, atormentada por intrigas que desorganizavam a administração, Catarina inventou uma nova forma de comandar, fazendo de seus sucessivos amantes os executivos de seu governo. Cada um dos amantes era, no decurso de sua ascensão, o seu primeiro-ministro. Catarina anexava a sua pessoa aos emolumentos do cargo, porém exigindo, em troca, um serviço competente. “De todos os cargos no governo”, escreveu Masson (um dos muitos franceses inimigos de Catarina), “não havia nenhum cujos deveres fossem cumpridos com tanto escrúpulo. E, talvez a imperatriz não demonstrasse para com nenhum outro posto tanta seleção e discernimento.(...) Não me lembro de ter sido preenchido por pessoa incapaz de ocupá-lo.”<sup>17</sup> Não seria exato considerar Catarina uma debochada. Observava todos os requisitos de uma pessoa distinta, nunca se aventurando em conversas ousadas, nem permitindo-as em sua presença.<sup>18</sup> A todos os seus amantes observava fiel — em relação a alguns, terna — dedicação. Suas cartas para Potemkin são de uma devoção de menina, e a morte de Lanskoi prostrou-a em estado desolador.

Na escolha de um favorito, empregava arte e ciência. Procurava homens cuja capacidade fosse tanto política como física. Quando tinha alguém em perspectiva, examinava suas maneiras e inteligência. Se a receptividade fosse boa, mandava-o examinar pelo médico da corte. Caso ele passasse no teste, nomeava-o seu *aide-de-camp*, dando-lhe vultoso salário e admitindo-o na sua cama. Sendo totalmente destituída de crença religiosa, não admitia que a ética cristã interferisse em sua única maneira de escolher os ministros. Explicava a Nikolai Saltykov: “Educando jovens competentes, estou servindo ao Império.”<sup>19</sup> Esses favoritos pesavam muito nos cofres do tesouro — embora, provavelmente, muito menos do que a França pagava pelas amantes e concubinas de Luís XV. Castéra avaliava que os cinco Orlovs recebiam dezessete milhões de rublos, Potemkin, cinqüenta milhões, Lanskoi mais de sete. Algumas dessas despesas voltavam à Rússia em forma de efetivo serviço. Potemkin, o mais mimado de seus amantes, anexou ao Império territórios que lhe eram rendosos.

Mas por que razão ela mudava tanto de amantes, tendo 21 em quarenta anos? Porque alguns falhavam em um ou outro de seus duplos deveres, alguns morriam, outros eram infiéis, outros eram necessários em postos distantes. Um deles, Rimsky-Korsakov, foi surpreendido por ela, em seus próprios aposentos, nos braços de sua dama de honra. Catarina simplesmente demitiu-o. Outro, Mamonov, deixou-a por outra mais jovem. A imperatriz demitiu-o sem vingar-se.<sup>20</sup> “É uma característica extraordinária do caráter de Catarina”, dizia Masson, “o fato de nenhum de seus favoritos ser por ela odiado ou ter sofrido vinganças por parte dela, embora alguns a tenham ofendido, e ter renunciado aos postos não dependia dela. Jamais se viu qualquer um deles ser

punido... Neste particular, Catarina parece superior a todas as mulheres.”<sup>21</sup>

Tendo Grigori Orlov conservado sua ascendência por dez anos — após a ascensão — Catarina amorosamente exaltava-o:

O Conde Grigori possui a inteligência de uma águia. Nunca encontrei um homem que melhor apreendesse qualquer assunto a ele confiado, ou mesmo sugerido. (...) Sua honestidade está à prova de qualquer tentação. (...) Pena que sua educação não lhe tenha dado a chance de melhorar suas qualidades e aptidões, que realmente são enormes, mas que as atribulações de sua vida deixaram ficar incultas.<sup>22</sup>

“Este”, escreveu Catarina em outra parte, “teria permanecido [seu amante e favorito] para sempre, não fosse ele o primeiro a se cansar.”<sup>23</sup> Grigori lutou pela emancipação dos servos, propôs a libertação dos cristãos do jugo otomano, serviu eficientemente durante as guerras, ofendeu a corte com seu orgulho e insolência, e muitas vezes fugia dos abraços de Catarina. Banido em 1772, viveu confortavelmente e rico em seus domínios. Seu irmão, Alexei, tornou-se almirante, conduzindo a frota russa à vitória contra os turcos. Continuou nas boas graças do governo, vivendo o suficiente para comandar seus regimentos contra Napoleão.

Grigori foi sucedido na qualidade de favorito por um obscuro Adônis, Alexis Vassilchik, o qual uma facção da corte impingiu a Catarina para desviar seu pensamento do extraditado Orlov. Entretanto, ela julgou-o incapaz, tanto politicamente como de outra forma, substituindo-o (1774) por Grigori Alexandrovich Potemkin. Este era um oficial da Guarda Montada, cujo uniforme ela usara (1762) para comandá-la contra Pedro. Notando que a espada da imperatriz não tinha a borla soberbamente ostentada pelos oficiais da Guarda Montada, Potemkin arrancou a borla do punho de sua espada, saiu das fileiras cavalcando com todo o garbo, e apresentou-lhe o ornato. A imperatriz aceitou-o, perdoou-lhe a audácia e admirou seu belo rosto e complexão atlética. O pai dele, coronel reformado de uma nobreza menor, destinara-o ao sacerdócio. Potemkin recebeu excelente educação em história, os clássicos e teologia, distinguindo-se na Universidade de Moscou. Entretanto, julgou que a carreira militar coadunava-se mais do que o seminário ao seu temperamento impetuoso e imaginativo. Naturalmente, ficou fascinado pelos atributos de beleza e poderio de Catarina. “Quando ela entra em uma sala escura”, disse ele, “tudo se ilumina.”<sup>24</sup> Na guerra de 1768, conduziu seu regimento de cavalaria com uma coragem tão arrojada que Catarina enviou-lhe pessoalmente um elogio. De volta a São Petersburgo, ele atormentou-se com ciúmes dos Orlov e Vassilchik. Combateu os Orlovs, perdendo um olho na luta.<sup>25</sup> A fim de tirar a imperatriz de sua mente — ou colocar-se no espírito dela — abandonou a corte, isolou-se em um subúrbio, estudou teologia, deixou os cabelos e a barba crescerem, declarando que se tornaria monge. Catarina compadeceu-se, mandou dizer que tinha por ele grande consideração, pedindo-lhe que voltasse. Potemkin cortou a barba, penteou os cabelos, vestiu o uniforme militar e ansiou pelo imperial sorriso. Ao constatar que Vassilchik não lhe servia, Catarina abriu os braços a Potemkin, então com 24 anos, no auge de seu vigor masculino e charme arrebatador. Muito breve, estava Catarina tão apaixonada por ele quanto Potemkin por ela. Cumulou-o de favores, rublos, terras e servos. E quando ele se ausentava, enviava-lhe *billets-doux* totalmente destituídos de majestade.

Como é estranho! Tudo quanto eu outrora criticava, acontece-me agora, pois meu amor por você tornou-me cego. Sentimentos que eu julgava idiotas, exagerados e pouco naturais, eu os experimento agora. Não consigo afastar meus olhos de você.(...)

Podemos nos encontrar nos próximos três dias, porque depois vem a Quaresma, reservada às rezas e jejuns.(...) e seria um grande pecado nos encontrarmos. Só de pensar nessa separação me faz chorar.<sup>26</sup>

Ele a pediu em casamento, e alguns historiadores acreditam que se casaram secretamente. Em várias cartas ela o chama “meu querido marido”, falando em si mesma como “sua mulher”<sup>27</sup> — muito embora não se deva deduzir a realidade pelas palavras. Ele parece ter-se cansado dela, precisamente em virtude daquele amor ilimitado. O ímpeto da aventura mostrou-se mais forte do que o convite para assaltar uma cidadela já tomada. Sua influência sobre ela foi de tal monta, que muitos dos favoritos que o sucederam só o foram depois da obtenção de seu consentimento.

Assim foi com Piotr Zavadovsky, que desfrutou de seu *boudoir* de 1776 a 1777; com Simon Zorich (1777-78) e Ivan Rimsky-Korsakov (1778-80). Catarina não tornou a ter uma ligação onde entrava o amor, até ligar-se a Alexis Lanskoi (1780). Não apenas era ele belo e culto, como possuía sensibilidade poética, bondade e amor às letras e às artes. “Todo mundo parecia compartilhar a predileção da soberana por ele.”<sup>28</sup> Subitamente, acometeu-o uma insuportável dor nos intestinos. A corte suspeitava que Potemkin o teria envenenado. A despeito de todos os cuidados médicos, assim como da dedicação de Catarina, ele morreu, exalando o último suspiro em seus braços. Ela passou três dias em total reclusão e amargura. Ouvimos a mulher por detrás da governante — o coração atrás da história — em sua carta de 2 de julho de 1784:

Pensei morrer com esta irreparável perda,(...) pois esperava que ele seria o arrimo de minha velhice. Era atencioso, estudava muito, adquirira todos os meus gostos. Tratava-se de um jovem que eu estava criando, que era grato, delicado e bom.(...) Lanskoi não vive mais(...) e os meus aposentos, tão agradáveis antes, tornaram-se uma caverna vazia, na qual arrasto-me como uma sombra.(...) Não posso olhar para um rosto humano sem chorar.(...) Não posso dormir nem comer.(...) Não sei o que será de mim.<sup>29</sup>

Durante um ano, negou-se a ter outro amante. Depois, cedeu a Alexis Ermolov (1785-86), o qual desagradou tanto a Potemkin que foi substituído por Alexis Mamonov. Este logo cansou-se de sua amante de 57 anos. Pediu licença para casar-se com a Princesa Cherbátov. Catarina deu aos noivos um casamento na corte, mandando-os para fora, carregados de presentes (1789).<sup>30</sup> O último da lista era Platon Zubov (1789-96), tenente da Guarda Montada, musculoso e másculo. Catarina agradeceu-lhe por seus serviços, tomou a si sua educação e terminou tratando-o como a um filho. Ele ficou com ela até a morte de Catarina.

### III. A FILÓSOFA

Em meio aos amores e a guerra, qualidades de estadista e diplomacia, esta extraordinária mulher encontrou tempo para a filosofia. Temos bem a medida dos *philoso-*

*phes* franceses quando vemos os dois mais hábeis monarcas do século XVIII orgulhosos de se corresponderem com eles e competindo para merecer-lhes elogios.

Muito tempo antes de se tornar imperatriz, Catarina já se deliciava com o estilo, a inteligência e as irreverências de Voltaire, sonhando tornar-se a “esclarecida déspota” dos sonhos deste. Deve ter admirado também Diderot, pois, em setembro de 1762, ofereceu-se para imprimir a *Encyclopédie* em São Petersburgo, caso o governo francês continuasse a proscrevê-la. Apenas uma carta restou das que ela escreveu a Voltaire antes de 1765. Era a resposta das poucas linhas que ele lhe enviara no mês de outubro de 1763:

Pela primeira vez sinto não ser poetisa, tendo assim de responder a seus versos em prosa. Entretanto, devo dizer-lhe que, desde 1746, tenho para com o senhor uma grande dívida de gratidão. Anteriormente a esse período eu nada lia senão romances, mas, por um acaso, suas obras caíram-me às mãos, e desde então, nunca mais cessei de as ler; e não me aprezem livros menos bem escritos do que os seus, ou menos instrutivos.(...) De modo que volto sempre ao criador do meu gosto e da minha maior diversão. Certamente, *monsieur*, se é que tenho algum conhecimento devo-o ao senhor. No momento, leio *Essai sur l'histoire générale*, desejando saber todas as suas páginas de cor.<sup>31</sup>

No decurso de toda a sua vida, ou até a morte deles, Catarina correspondeu-se com Voltaire, Diderot, d'Alembert, Mme. Geoffrin, Grimm, e muitos outros franceses ilustres. Contribuiu para o fundo que Voltaire levantou para os Calas e os Sirvens. Já vimos de que maneira ela encomendou várias remessas de relógios de Ferney, assim como de meias tecidas pelos trabalhadores de Voltaire e, às vezes (se pudermos acreditar na velha raposa), por ele mesmo. Era um prazer para ele que cabeças coroadas o elevassem dessa forma, de maneira que Voltaire pagava a Catarina na mesma moeda, sendo seu agente de publicidade na França. Exonerou-a de qualquer cumplicidade na morte de Pedro III. “Sei”, escreveu, “que Catarina é acusada de uma bagatela em relação ao marido, mas isso são negócios de família com os quais não me intrometo.”<sup>32</sup> Pedía aos amigos que o apoiassem na sua defesa de Catarina. Assim sendo, dizia a d'Argental:

Tenho outro favor a lhe pedir. Trata-se de minha cara Catarina. Temos que fazer sua reputação em Paris entre gente digna. Tenho fortes razões para supor que os senhores duques de Praslin e Choiseul não a consideram a mulher mais escrupulosa do mundo. Não obstante, sei(...) que ela não teve nenhuma interferência na morte daquele bêbado de seu marido. (...) Além do mais, ele era o maior doido que jamais ocupou um trono.(...) Somos agradecidos a Catarina por ter tido a coragem de destronar o marido, pois ela reina com sabedoria e glória, e nós devemosabençoar uma cabeça coroada que tornou universal a tolerância religiosa a 135 graus de longitude.(...) Peça-lhe, então, para falar muito bem de Catarina, por favor.<sup>33</sup>

Mme. du Deffand achava essa defesa de Catarina totalmente vergonhosa. Mme. de Choiseul e Horace Walpole protestaram contra ela.<sup>34</sup> Praslin e Choiseul, à testa das relações exteriores da França, não podiam admirar uma imperatriz que era contra a influência francesa na Polônia e frustrando-a na Turquia. O próprio Voltaire tinha seus momentos de dúvida. Quando soube que Ivan VI havia sido morto, concordou



com pesar que “precisamos moderar um pouco nosso entusiasmo” por Catarina.<sup>35</sup> Mas muito em breve já estava elogiando seu programa legislativo, seu patrocínio das artes, em prol da liberdade religiosa na Polônia. E, agora (18 de maio de 1767) deu-lhe o título de “Semíramis do Norte”. Quando ela entrou em guerra contra a Turquia, ele interrompeu seus ataques a *l'infâme* (a Igreja Católica) a fim de aplaudir sua cruzada para livrar os cristãos dos muçulmanos.

Diderot fascinou-se igualmente pela beleza entronizada, e por motivos substanciais. Ao ouvir que ele planejava vender sua biblioteca para erigir um dote à filha, Catarina mandou instruções a seu agente em Paris no sentido de comprá-la pelo preço que Diderot pedisse. Este pediu e recebeu dezesseis mil *livres*. Depois, solicitou a Diderot para conservar os livros até sua morte, sendo depositário dos mesmos para ela, Catarina, mediante vencimento de mil *livres* anuais. Além disso, pagou-lhe o salário com um adiantamento de 25 anos. Da noite para o dia, Diderot tornou-se um homem rico, e um defensor de Catarina. Quando ela convidou-o a ir visitá-la, Diderot mal pôde recusar. “Uma vez na vida”, declarou, “tem-se que ver tal mulher.”<sup>36</sup>

Tendo equilibrado as finanças de sua mulher e filha, partiu, com a idade de sessenta anos (3 de junho de 1773) para a longa e penosa viagem a São Petersburgo. Demorou-se dois meses em Haia, gozando sua fama. Prosseguiu via Dresden e Leipzig, evitando passar por Berlim e Frederico, sobre o qual ele havia feito observações contundentes. Durante a viagem, por duas vezes ficou doente, com distúrbios intestinais. Chegou a São Petersburgo em 9 de outubro, sendo recebido por Catarina no dia 10. “Ninguém sabe melhor do que ela”, relatou ele, “a arte de botar todo mundo à vontade.”<sup>37</sup> Catarina pediu-lhe para falar-lhe francamente, “de homem para homem”. Assim fez ele, gesticulando de sua maneira usual, e de tal forma que chegou a dar palmadas nas coxas imperiais. “O seu Diderot”, escreveu Catarina a Mme. Geoffrin, “é um homem extraordinário. Saí de meus encontros com ele tendo as coxas contundidas e completamente avermelhadas. Fui obrigada a colocar uma mesa entre nós, a fim de proteger tanto a mim quanto os meus membros.”<sup>38</sup>

Por algum tempo Diderot tentou, como Voltaire em relação a Frederico, proceder diplomaticamente, desviando a Rússia de uma aliança com a Áustria e Prússia, a fim de fazê-la com a França.<sup>39</sup> Ela logo desviou-o para tópicos mais próximos de seu ofício. Diderot explicou-lhe, com alguns detalhes, de que modo podia-se transformar a Rússia numa Utopia. Alegrementemente, ela ouvia-o permanecendo entretanto incrédula. Mais tarde, Catarina relembrou aquelas conversas, em carta ao Conde Louis-Philippe de Ségur:

Falei muito e freqüentemente com ele, porém mais com curiosidade do que com proveito. Se eu houvesse acreditado nele, tudo estaria de pernas para o ar no meu reino. Legislação, administração, finanças — tudo estaria às avessas para dar lugar a teorias impraticáveis. (...) Depois, dirigindo-me a ele com toda a franqueza, disse-lhe: “M. Diderot, ouvi com o maior prazer tudo o que o seu brilhante intelecto inspirou. Com todos os seus elevados princípios, poder-se-ia fazer livros excelentes, mas negócios muito maus. (...) O senhor trabalha apenas sobre papel, que suporta tudo, (...) no entanto, eu, pobre imperatriz que sou, trabalho na pele humana, que é irritável e suscetível em diferentes graus.” (...) Depois disso, ele só falou em literatura.<sup>40</sup>

Quando ela viu algumas notas feitas por ele “Sobre as Instruções de Sua Majestade Imperial(...) para a elaboração de Leis”, descreveu-as (após a morte dele) como “verdadeiras tagarelices, sem nenhuma experiência da realidade, nem prudência, nem clareza”.<sup>41</sup> Não obstante, divertiu-se com a vivacidade de sua conversação, falando com ele durante quase todos os dias de sua longa estada. A história de que Euler tenha atrapalhado Diderot diante da corte da Rússia, com uma imaginária prova algébrica da existência de Deus, é provavelmente apócrifa.<sup>42</sup>

Após cinco meses de deslumbramento com sua amizade, e desconforto em sua corte, Diderot voltou à pátria. Catarina pôs à sua disposição uma carruagem feita expressamente para ele, na qual poderia reclinar-se à vontade. Perguntou-lhe quais os presentes que poderia mandar-lhe. Ele respondeu que nenhum, porém lembrou a Catarina que ela ainda não havia cumprido a promessa de reembolsá-lo pelas despesas de viagem, que foram por ele calculadas em 1.500 rublos. Ela deu-lhe três mil e um rico anel, designando um oficial para acompanhá-lo até Haia. Voltando a Paris, Diderot elogiou-a com gratidão. Catarina não procurou nenhum contato com Rousseau, o qual era constrangedoramente o seu antípoda em temperamento e idéias. Mas cultivou Melchior Grimm, pois sabia que sua *Correspondance littéraire* era apreciada pelas personalidades ilustres da Europa. Grimm tomou a iniciativa para se aproximar de Catarina, oferecendo-se (1764) para enviar a ela sua correspondência periódica. Catarina agradeceu, pagando-lhe 1.500 rublos anuais. A primeira vez em que a viu foi em São Petersburgo, por ocasião de sua ida àquela cidade (1773) na comitiva do Príncipe de Hesse-Darmstadt, a fim de assistir ao casamento da irmã deste com o Grão-Duque Paulo. Catarina julgou-o muito mais realista do que Diderot, e muito bem informado em todos os aspectos daquele mundo parisiense que a fascinava com sua literatura, filosofia, arte, mulheres e salões. As palestras dos dois eram quase diárias, a convite de Catarina, durante o inverno de 1773-4. Sobre esses encontros, escreveu a Voltaire: “A conversa do Sr. Grimm é um verdadeiro prazer para mim. Temos tantas coisas a nos dizer que, até agora, nossos encontros são marcados mais pela veemência do que pela ordem ou sequência.” No ardor dessas conversas, Catarina tinha sempre que repetir a si mesma (essa a sua expressão) de que precisava voltar ao seu *gagne-pain* — seu ganha-pão — no atendimento dos negócios do governo.<sup>43</sup> Grimm voltou a Paris no auge do entusiasmo por Catarina, “o alimento de minha alma, consolo do meu coração, orgulho do meu espírito, alegria da Rússia e esperança da Europa”.<sup>44</sup> Visitou São Petersburgo novamente em 1776, vendo-a quase diariamente, no decurso de um ano. Catarina pediu-lhe para permanecer na Rússia, a fim de supervisionar a organização do ensino no país, mas ele já estava com saudades de Paris e de Mme. d'Épinay. Catarina não era ciumenta. Quando soube que Mme. d'Épinay estava com dificuldades financeiras, enviou-lhe, indiretamente e com delicadeza, o suficiente para atender às suas necessidades.<sup>45</sup> A partir de 1777, Grimm foi o agente de Catarina, para a compra de objetos de arte, assim como de missões confidenciais. Sua amizade por ela continuou inalterada até o fim.

Qual o resultado desse flerte entre autocracia e filosofia? No que se refere ao cultivo dos *philosophes* na qualidade de seus agentes de imprensa na França, o resultado político foi nulo. A política francesa e, conseqüentemente, os historiadores franceses, continuaram nitidamente hostis a um país que constituía um obstáculo aos objetivos

da França na Europa Oriental. Entretanto, a admiração de Catarina pelos heróis do Iluminismo francês era sincero, tendo principiado muito antes ao seu acesso ao trono. Se fosse uma afetação, não teria feito durar, por tanto tempo, os confrontos com Diderot e Grimm. Suas ligações com o pensamento francês auxiliaram a europeizar a intelectualidade russa, e modificar a opinião do mundo ocidental de que a Rússia era um colosso animalesco. Muitos russos, seguindo o exemplo de Catarina, corresponderam-se com escritores franceses, sendo sensíveis à influência da cultura, maneiras e artes francesas. Um número crescente de russos visitava Paris e, embora muitos passassem o tempo todo em aventuras sexuais, outros freqüentavam os salões, os museus e a corte, lendo literatura francesa e filosofia, levando idéias que contribuíram para preparar a explosão da literatura russa do século XIX.

#### IV. A ESTADISTA

Não podemos duvidar das boas intenções de Catarina nos primeiros anos de seu reinado.

No seu exemplar do *Télémaque*, de Fenelon, foram encontradas as seguintes resoluções:

Estuda a humanidade, aprende a te valer dos homens, sem a eles te entregares sem reservas. Procura o verdadeiro mérito, conserva-te na outra extremidade do mundo, por ser, em geral, sossegada e modesta.

Não permitas a ti mesmo tornar-te a presa dos bajuladores. Deves fazê-los compreender que tu não ligas nem para os elogios, nem para a subserviência. Confia naqueles que têm a coragem de te contradizer, (...) e que dão mais valor à tua reputação do que a teus favores.

Sê polido, humano, acessível, compassivo, de espírito liberal. Não deixes que a importância do teu posto te impeça de, com brandura, te colocares ao nível dos pequenos, botando-te na posição deles. Cuida que tal compreensão, entretanto, não enfraqueça tua autoridade, nem diminua o respeito deles. (...) Afasta qualquer artificialismo. Não permitas que o mundo te contamine ao ponto de fazer com que percas os antigos princípios de honra e virtude. (...)

Juro pela Providência Divina imprimir estas palavras em meu coração.<sup>46</sup>

Ela informava-se assiduamente sobre todos os assuntos importantes, lavrando instruções minuciosas relativas a mil tópicos, desde o treinamento do exército e das transações industriais até a indumentária da corte e a produção de óperas e dramas. Um de seus mais antigos e menos simpáticos biógrafos, assim se expressou:

A ambição não dissipava em Catarina o apetite para o prazer. Entretanto, sabia renunciar ao deleite, substituindo-o pelos mais sérios assuntos e a mais infatigável dedicação aos negócios do governo. Tomava parte em todas as deliberações do Conselho, lia os despachos de seus embaixadores e ditava; ou indicava (...) as respostas. Confiava aos ministros apenas os detalhes dos negócios, e mesmo assim estava sempre atenta à execução.<sup>47</sup>

A tarefa de governar o seu imenso país tornava-se quase impossível pelo número (dez mil) das leis existentes, com sua diversidade, contradições e caos. Desejando

parecer-se com Justiniano, e consolidar seu poderio, no dia 14 de dezembro de 1766, convocou a Moscou agentes administrativos e peritos em jurisprudência de todos os cantos do império, a fim de empreenderem uma profunda revisão e codificação da legislação russa. No preparo da documentação pertinente, ela mesma elaborou uma *Nakaz*, ou *Instruções*, descrevendo os princípios sobre os quais devia ser instituído o novo código. Estes refletiam suas leituras de Montesquieu, Beccaria, Blackstone e Voltaire. Principiou dizendo que era preciso pensar na Rússia na qualidade de um estado da Europa, que devia possuir uma constituição com base nos “princípios europeus”. Isso, no seu entender, não significava “um governo constitucional” que subordinava o soberano a uma legislação escolhida pelo povo. O nível educacional da Rússia não permitiria nem mesmo uma restrita liberdade de voto como a existente na Grã-Bretanha. Significava um governo, cujo soberano, em última instância, o único reduto da lei, governava em obediência a esta mesma lei. Catarina defendeu o sistema feudal, isto é, o sistema de lealdade mútua e de serviços entre o camponês e o vassalo, deste último com seu senhor feudal, e do senhor com o seu soberano — tão indispensável para a ordem econômica, política e militar na Rússia de 1766 (país onde as comunidades estavam quase isoladas uma das outras, e do centro do governo, por dificuldades de comunicação e transporte). Salientou, entretanto, que o direito dos senhores sobre seus servos deveria ser definido e limitado por lei, que estes teriam autorização para possuir propriedades próprias, e que o julgamento e a punição dos servos seriam transferidos do senhor feudal para um juiz responsável por um tribunal provincial, por sua vez controlado pelo soberano.<sup>48</sup> Todos os julgamentos deveriam ser franqueados, não devendo existir tortura, e a pena de morte ficaria abolida por lei, assim como de fato. O culto religioso seria livre, pois “entre tantas crenças diversas o pior erro era a intolerância”.<sup>49</sup> Antes de mandar imprimir o *Nakaz*, Catarina submeteu-o a seus conselheiros. Estes alertaram-na sobre a possibilidade de uma mudança abrupta dos hábitos já existentes vir a mergulhar a Rússia num caos. Com a permissão de Catarina, foram modificadas suas propostas, especialmente no que se referia à gradativa emancipação dos servos.<sup>50</sup>

Quando, em 1767, as *Instruções* toram publicadas na Holanda, mesmo repletas de modificações, toda a *intelligentsia* européia vibrou, elogiando-as. A imperatriz enviou imediatamente um exemplar a Voltaire, que prestou as homenagens usuais. “Madame, ontem à noite recebi uma das garantias de sua imortalidade — o seu código traduzido para o alemão. Comecei hoje a traduzi-lo para o francês. Se aparecer em chinês, ou outro idioma qualquer, constituirá o evangelho de toda a humanidade”.<sup>51</sup> Acrescentou ainda, em outras cartas: “Os legisladores têm o primeiro lugar no templo da glória, os conquistadores vêm atrás.(...) Considero as *Instruções* o monumento da mais alta qualidade de todo este século.”<sup>52</sup> O governo francês proibiu a venda das *Instruções* na França.

O *Nakaz* modificado foi apresentado ao “Comitê de Elaboração do Novo Código”, que se reuniu em 10 de agosto de 1767. Compunha-se de 564 membros eleitos por vários grupos: 161 da nobreza, 208 das cidades, 79 da classe camponesa livre, 54 dos cossacos, 34 das tribos não-russas (cristãs ou não), e 28 do governo. O clero não se fez representar como classe, e os servos não o foram absolutamente. Em alguns pontos, o Comitê correspondia aos Estados-Gerais que se reuniriam em Paris em 1789

e, como naquela mais famosa assembléia, os delegados submeteram ao governo listas de queixas e propostas de reformas de seus constituintes. Esses documentos foram transmitidos à imperatriz, oferecendo a ela e a seus auxiliares um valioso levantamento das condições do Império.

As atribuições do Comitê não eram promulgar leis, mas aconselhar o soberano sobre o estado e as necessidades de cada classe ou distrito, oferecendo sugestões para a legislação. Aos delegados garantia-se liberdade de pronunciamentos e inviolabilidade da pessoa. Alguns propuseram a emancipação dos servos, outros pediram que o direito de possuir escravos fosse estendido mais amplamente. Em dezembro de 1767 o Comitê entrou em recesso, em fevereiro de 1768 transferiu-se para São Petersburgo. Ao todo reuniu-se 203 vezes. Em 18 de dezembro de 1768 foi adiado *sine die*, em virtude da deflagração da guerra com a Turquia, que levou muitos delegados para a frente de batalha. A tarefa de redigir projetos de lei foi delegada às subcomissões, algumas das quais continuaram se reunindo até 1775. Entretanto, não se formulou nenhum código de leis. Catarina não ficou de todo insatisfeita com esse resultado inconcludente. “O Comitê”, disse ela, “(...) esclareceu-me, fazendo-me sabedora de tudo sobre o Império. Agora sei o que é necessário, e com o que devo contar. Ele elaborou todas as partes da lei, e distribuiu os negócios sobre cada assunto. Eu teria feito mais se não fosse a guerra com a Turquia, porém introduzimos uma unidade até então desconhecida nos princípios e métodos de discussão”.<sup>33</sup> Entrementes, demonstrara aos nobres as bases sólidas em que se assentava o seu poder. Antes de suspender os trabalhos, o Comitê propôs conferir a Catarina a designação de “Grande”. Recusando, Catarina consentiu em ser chamada “Mãe do País”.

Duas das recomendações de Catarina tornaram-se leis: a abolição da tortura e a instituição da tolerância religiosa. Esta estendeu-se amplamente. Permitiu à Igreja Católica Romana competir com a Ortodoxa Grega, protegeu os jesuítas mesmo depois da dissolução da ordem pelo Papa Clemente XIV (1773). Permitiu que os tártaros do Volga reconstruíssem suas mesquitas. Catarina autorizou a entrada de judeus na Rússia, porém sujeitos a uma tributação especial, e (possivelmente tendo em vista a segurança deles) restringindo-os a áreas específicas. Permitiu que os *Raskolniki* — religiosos dissidentes — praticassem seus ritos livremente sem serem molestados. “Na verdade, temos”, escreveu a Voltaire, “fanáticos que, não sendo mais perseguidos por outros, queimam a si próprios, mas se os dos outros países fizessem o mesmo, não resultaria mal nenhum.”<sup>34</sup>

Os *philosophes* ficaram especialmente satisfeitos por Catarina ter subordinado a Igreja Russa ao Estado. Alguns queixaram-se de que ela ainda assistia aos ofícios religiosos (o mesmo fazia Voltaire). Os mais velhos reconheciam que sua presença era necessária para conservar a fidelidade do povo. Por decreto de 26 de fevereiro de 1764, Catarina tornou todas as terras da Igreja propriedade do Estado. Os vencimentos dos padres ortodoxos foram a partir de então pagos pelo Estado — deste modo assegurando o apoio deles ao governo. Muitos mosteiros e conventos foram fechados. Os que permaneceram eram proibidos de aceitar mais do que um certo número de noviços, e elevou-se a idade para fazer os votos. Os saldos das instituições eclesiásticas foram aplicados na criação de escolas, asilos e hospitais.<sup>35</sup>

Tanto o clero como a nobreza opuseram-se à extensão da educação ao povo, teme-

rosos de que a difusão do estudo entre as massas conduzisse a heresia, descrença e partidarismo, ameaçando a ordem social. Neste particular, como nos outros, Catarina principiou com aspirações liberais. Apelou para Grimm:

Ouçam-me por um momento, meus amigos filosóficos. Vocês seriam encantadores e adoráveis se tivessem a caridade de delinear um plano destinado aos jovens, do ABC à universidade.(...) Eu, que não estudei nem morei em Paris, não possuo instrução nem discernimento nesse caso.(...) Tenho andado muito preocupada com a idéia de uma universidade e sua organização, um *gymnasium* (escola secundária) e uma escola primária.(...) Na espera de uma aquiescência ao meu pedido, vou procurar em toda a *Encyclopédie*. Oh, tenho certeza de encontrar o que desejo.<sup>56</sup>

Nesse meio tempo, impressionou-se com o entusiasmo pedagógico de Ivan Betsky, que havia viajado pela Suécia, Alemanha, Holanda, Itália e França, freqüentara o *salon* de Mme. Geoffrin, estudara a *Encyclopédie*, e encontrara Rousseau. Em 1763, Catarina organizou em Moscou uma escola de crianças carentes, que por volta de 1796 formara quarenta mil estudantes. Em 1764, abriu-se em São Petersburgo uma escola para meninos e, em 1765, uma escola para meninas. Em 1764, o Mosteiro Smolny transformou-se no Instituto Smolny para moças da nobreza — uma evocação do St.-Cyr, de Mme. de Maintenon. Catarina foi o primeiro soberano na Rússia que fez algo para a educação das mulheres. Desanimada com a escassez de professores qualificados, enviou os estudantes russos para aprenderem pedagogia na Inglaterra, Alemanha, Áustria e Itália. Um colégio para professores foi fundado em 1786.

Admirou as reformas do ensino na Áustria, levadas a efeito por José II. Pediu-lhe que lhe emprestasse alguém familiarizado com esse mister. O imperador enviou-lhe Theodor Yankovich, que delineou um plano que ela proclamou como um “Estatuto das Escolas Populares” (5 de agosto de 1786). Instituiu-se uma escola elementar na cidade principal de cada um dos condados, e uma escola secundária nas principais cidades de 26 províncias. Essas escolas eram franqueadas a todas as crianças de qualquer classe social, não sendo permitido nas mesmas o castigo corporal. Os professores, assim como os livros, eram fornecidos pelo Estado. Os projetos eram prejudicados pela relutância dos pais em mandar os filhos à escola, em vez de utilizá-los nos trabalhos caseiros. Em dez anos, entre sua fundação e a morte de Catarina, as “escolas populares” cresceram lentamente, de quarenta para 316. Os professores, de 136 para 744, os alunos, de 4.398 para 17.341. A Rússia de 1796 estava ainda bem atrasada em relação ao Ocidente, no setor da instrução pública.

A instrução superior era insuficiente na Universidade de Moscou e nas academias específicas. Em 1772, fundou-se a Escola de Comércio, e, em 1773, a Academia de Minas. Ampliou-se a antiga Academia de Ciências, que foi dotada de amplos recursos financeiros. Em 1783, por iniciativa da Princesa Dachkova, e sob sua presidência, organizou-se uma Academia Russa, destinada ao aperfeiçoamento do idioma, incentivo à literatura e ao estudo da história. Publicava traduções, revistas, compilando um dicionário que saiu em seis seriados, entre 1789 e 1799.

Impressonada com a alta taxa de mortalidade na Rússia, e com as condições precárias em que se encontrava a saúde pública e higiene pessoal, Catarina trouxe para o país médicos estrangeiros, instituiu em Moscou uma Universidade de Farmácia, e pro-

videnciou verbas para a produção de instrumentos cirúrgicos. Em Moscou, abriu três novos hospitais, um asilo de crianças desamparadas, assim como um hospício, inaugurando três novos hospitais em São Petersburgo, inclusive um "Hospital Secreto" para doenças venéreas.<sup>57</sup> Em 1768, introduziu no país a vacina contra a varíola, acalmando a população amedrontada, sujeitando-se, com a idade de quarenta anos, a se apresentar como o segundo russo a ser inoculado. Muito em breve Catarina anunciou a Voltaire que "maior número de pessoas tomaram a vacina aqui em um mês do que em Viena em um ano".<sup>58</sup> (Em 1772, teve início a vacinação em Nápoles, e, em 1774, Luís XV, que *não* havia sido vacinado, morreu de varíola.)

## V. A ECONOMISTA

Uma das iniciativas básicas de Catarina (1765) foi o levantamento de todas as terras da Rússia. A operação encontrou resistência por parte dos proprietários de terras. No final do reinado de Catarina, esse levantamento já cobrira vinte das cinqüentas províncias, mas só ficou concluído em meados do século XIX. À medida que prosseguia, a imperatriz deu-se conta, com desanimadora lucidez, de como a economia da Rússia apoiava-se na organização agrícola por um sistema feudal de senhores e servos. Em 1766, ela ofereceu um prêmio de mil ducados para o melhor ensaio sobre a emancipação dos escravos. Venceu Bérard de L'Abbaye de Aix-la-Chapelle, com o argumento de que "o mundo todo espera que os soberanos emancipem os camponeses", e prognosticando um considerável desenvolvimento da produção agrícola "no dia que os agricultores fossem donos das terras por eles cultivadas".<sup>59</sup> Entretanto, os nobres proprietários das terras alertaram Catarina que, a menos que o camponês ficasse ligado à terra e ao seu senhor, ele migraria para as cidades, ou, mais irresponsavelmente, iria de aldeia em aldeia, criando o caos, desbaratando a produção e interferindo na convocação dos robustos filhos dos camponeses para o exército ou marinha.

Catarina, atônita, prosseguia cautelosamente, pois os nobres tinham o dinheiro e as armas para derrubá-la, e nessa tentativa podiam confiar no clero ressentido com a perda de suas terras e servos. Temia a desordem que sobreviria de um movimento em massa dos camponeses libertos para as cidades despreparadas para abrigá-los, alimentá-los e empregá-los. Tomou iniciativas no sentido da emancipação. Renovou o edito de Pedro III, proibindo a compra de servos para o trabalho nas fábricas, e ordenando aos empregadores que pagassem a seus trabalhadores em dinheiro, tendo em vista manter as condições do trabalho conforme o estipulado pelas autoridades<sup>60</sup> das cidades. Não obstante, o *status* dos servos industriais permanecia uma escravidão desumana e assombrosa. Catarina proibiu a escravidão nas cidades fundadas por ela<sup>61</sup> e, mediante o pagamento de uma pequena soma, libertou os servos das terras tomadas da Igreja.<sup>62</sup> Contudo, essas melhorias eram superadas pelas sucessivas concessões de terras do Estado aos homens que a haviam servido lealmente, tais como generais, estadistas ou amantes. Desta forma, mais de oitocentos mil camponeses livres tornaram-se servos. A proporção de escravos na população rural subiu de 52,4 por cento, no início do reinado, para 55,5 por cento, no seu término, e o número de servos subiu de 7.600.000 para vinte milhões.<sup>63</sup> Por sua "Carta de Concessão à Nobreza" (1785), Catarina entregou-se totalmente aos nobres: reafirmou-lhes a insenção do imposto de

captação, castigos corporais e serviço militar; o direito de serem julgados apenas por seus pares, de explorarem suas terras, possuírem empresas industriais e viajarem para o exterior à vontade. Proibiu que os latifundiários fossem tiranos ou cruéis, porém anulava tal disposição ao proibir que os servos se queixassem a ela.

Assim silenciados, os camponeses recorriam à fuga, rebelião ou assassinato. De 1760 a 1769, trinta senhores feudais foram mortos pelos camponeses que a eles serviam. Entre 1762 e 1773 houve quarenta revoltas de camponeses.<sup>64</sup> Estas foram logo debeladas, até que um líder rebelde surgiu, sabendo de que modo transformar ressentimento em organização e os braços dos camponeses em vitórias. Emelyan Pugachev era um cossaco do Don, que lutara nas fileiras russas contra os prussianos e os turcos. Pediu baixa, que lhe foi negada. Desertou, foi capturado e tornou a desertar, levando vida de foragido. Em novembro de 1772, incentivado por monges descontentes, proclamou-se Pedro III, que havia miraculosamente sobrevivido a todas as tentativas para matá-lo. Atraiu camponeses e bandidos sob sua bandeira, até que, sentindo-se suficientemente forte, declarou uma rebelião aberta contra a usurpadora Catarina (setembro de 1773). Cossacos dos Urais, do Volga e do Don; milhares de homens condenados a trabalhos forçados nas minas e nas fundições dos Urais; centenas de Velhos Crentes, ansiosos por derrubar a Igreja Ortodoxa; tribos locais, tártaras, quirguizes e basquires que não haviam esquecido que Elizaveta as coagira a se tornarem cristãs; servos fugidos de seus senhores; prisioneiros evadidos das prisões. Todos correram em bando para se juntarem a Pugachev, até que ele contou com vinte mil homens sob seu comando. Marchavam em triunfo de cidade em cidade, derrotando as forças enviadas para enfrentá-los pelos governadores locais, capturando cidades importantes, como Kazan e Saratov. Confiscaram suprimentos, mataram os senhores da terra, forçaram os camponeses hesitantes a juntarem-se a eles, subiram a bacia do Volga em direção a Moscou. Pugachev anunciou que, uma vez lá, não seria ele a ocupar o trono, mas sim o próprio Grão-Duque Paulo. Contudo, com um humor feroz, chamava sua mulher camponesa de rainha, designando seus lugares-tenentes pelos nomes dos de Catarina: Conde Orlov, Conde Panin, Conde Vorontsov.

A princípio, Catarina ironizou o “*Marquis Pugachev*”, mas quando soube que os rebeldes haviam tomado Kazan, enviou uma considerável força sob o comando do General Piotr Ivanovich Panin para sufocar a rebelião. Os nobres, vendo toda a estrutura feudal em perigo, foram em seu auxílio. Logo em seguida, o General Alexandr Vasilievich Suvorov juntou-se a Panin com a cavalaria, ociosa em virtude da paz com os turcos. Os insurretos viram-se em grande confusão ao deparar com tropas disciplinadas e dirigidas por oficiais imperiais. Batiam em retirada, alternando posições e, finalmente, ao se esgotarem as provisões, começaram a morrer de fome. Alguns dos líderes revoltosos, na esperança de pão e anistia, aprisionaram Pugachev, entregando-o aos vencedores. Ele foi levado a Moscou numa gaiola de ferro, julgado no Kremlin, decapitado e esquartejado, sendo sua cabeça exibida numa vara, nos quatro distritos da cidade, *pour décourager les autres*. Cinco de seus capitães foram executados, os outros quase morreram açoitados com o cnute, sendo depois enviados para a Sibéria. Essa revolta resultou no fortalecimento da aliança da imperatriz com a nobreza.

De certa forma, ela desafiara a nobreza favorecendo o desenvolvimento de uma classe industrial. Convencida pelos argumentos dos fisiocratas, instituiu o livre comércio pa-



ra os produtos agrícolas (1762) e, mais tarde, para todos. Terminou (1775) com os monopólios estatais, com a lei estipulando que qualquer um teria o direito de instituir e operar uma empresa industrial. O crescimento de uma classe média foi retardada pela predominância das pequenas indústrias granjeiras e feudais, assim como a participação dos nobres nos empreendimentos industriais e comerciais. As fábricas multiplicaram-se de 984 para 3.161 durante o reinado de Catarina, consistindo, entretanto, de pequenas lojas, empregando apenas uns poucos trabalhadores. A população urbana aumentou de 328 mil, em 1724, para 1.300.000, em 1796 — ainda menos de quatro por cento da população.<sup>65</sup>

Muito ocupada, contando apenas com o apoio relutante dos nobres que a cercavam, Catarina fez tudo o que pôde para promover o comércio. As estradas eram horríveis, mas os rios abundavam, os canais constituindo meios de escoamento consideráveis. No reinado de Catarina, começou a construção de um canal entre os rios Volga e Neva, tendo em vista unir o Báltico ao Mar Cáspio, planejando ela um outro unindo o Cáspio ao Mar Negro.<sup>66</sup> Por meio de negociações, ou guerra, ela conseguiu que o seu comércio transitasse sem obstáculos pelo Mar Negro, e daí pelo Mediterrâneo. Insistiu junto a seus diplomatas para obter tratados comerciais com a Inglaterra (1766), Polônia (1775), Dinamarca (1782), Turquia (1783), Áustria (1785) e França (1787). O comércio exterior cresceu de 21 milhões de rublos em 1761 para 96 milhões, em 1796.<sup>67</sup>

Em relação a esses números, devemos considerar a inflação da moeda em decorrência das guerras. A fim de financiar sua campanha com a Turquia, Catarina contraiu um empréstimo, no país e no exterior, no montante de 130 milhões de rublos. Emitiu papel-moeda muito além de qualquer correspondente em ouro, e durante o seu reinado o rublo perdeu 32 por cento de seu valor. Na mesma época, a despeito do aumento da receita, de 17 para 78 milhões, a dívida nacional ascendeu a 215 milhões.<sup>68</sup> O fato, em sua maior parte, deveu-se às guerras que destruíram o poderio da Turquia e levaram as fronteiras da Rússia até o Mar Negro.

## VI. A GUERREIRA

Como qualquer filósofo, Catarina principiara com objetivos pacíficos. Anunciou que sua atenção seria unicamente voltada para os problemas internos e, se a deixassem em paz, evitaria qualquer conflito com as potências estrangeiras. Confirmou a paz concluída por Pedro III com a Prússia, pondo fim à guerra iniciada por aquele monarca com a Dinamarca. Em 1762, afastou a tentação de conquistar a Curlândia, ou interferir na Polônia. “Tenho muita gente para fazer feliz”, disse ela, “e aquele cantinho de terra não acrescentará nada ao meu conforto.”<sup>69</sup> Reduziu o exército, negligenciou os arsenais, procurando negociar com a Turquia um tratado de paz perpétua.

Entretanto, quanto mais estudava o mapa, mais erros encontrava em relação às fronteiras russas. A leste o império estava bem protegido pelos Urais, pelo Mar Cáspio e pela fraqueza da China. Ao norte era protegido pelo gelo. Mas, no Ocidente, a Suécia mantinha parte da Finlândia, a partir da qual podia-se esperar a qualquer momento um ataque de uma nação ainda ressentida de suas perdas no tempo de Pedro

o Grande. E a Polônia e a Prússia interceptavam o caminho que dava entrada à “Europa” e à europeização. Ao sul, os tártaros, sob o controle de um *khan* muçulmano e turco, impediam a saída para o Mar Negro. Que aberrações históricas tinham dado à Rússia uma geografia daquelas, fronteiras tão estranhas? O velho General Münnich e o novo General Grigori Orlov sussurraram a seus ouvidos como seria mais racional se o Mar Negro fosse a fronteira ao sul, e como seria delicioso se a Rússia pudesse tomar Constantinopla e controlar o Bósforo. Nikita Panin, o seu ministro do Exterior, pensava nos meios de promover a influência russa na Polônia, evitando que aquele país indefeso caísse sob o domínio prussiano.

Catarina emocionou-se com tais argumentos. Ansiou por dar ao seu país de adoção um lugar na política correspondente ao seu lugar no mapa. A um ano de sua ascensão ao trono, empenhou-se numa política externa que só ambicionava fazer da Rússia o centro do poder no continente. “Afirmo-lhe”, escreveu ao Conde Keyserling, seu embaixador em Varsóvia, “que meu objetivo é atar os laços de amizade com todas as potências numa aliança armada, para que eu possa sempre colocar-me do lado dos oprimidos e, assim, tornar-me o árbitro da Europa.”<sup>70</sup>

Houve épocas em que esteve bem perto desse objetivo. Retirando a Rússia da Guerra dos Sete Anos, ela, na verdade, decidiu aquele conflito de âmbito continental em favor de Frederico. Em 1764, assinou um tratado com aquele monarca que previa o desmembramento da Polônia. Aproveitou-se da Dinamarca necessitar do apoio russo contra a Suécia para dominar a política exterior dos dinamarqueses. Em 1779, serviu de árbitro entre Frederico e José no tratado de Paz de Teschen, tornando-se a protetora da Constituição Imperial da Alemanha. Em 1780, uniu Dinamarca, Suécia, Prússia, Áustria e Portugal com a Rússia numa “Liga de Neutralidade Armada”, a fim de proteger a navegação neutra na guerra da Inglaterra com as colônias americanas. Os navios neutros ficariam livres de qualquer ataque por parte dos combatentes de ambos os lados, a menos que carregassem munições bélicas. E, para ser legal e respeitado, um bloqueio devia ser real, e não meramente uma declaração no papel.

Muito antes da segunda reversão de alianças, o irreprimível conflito para o controle do Mar Negro já começara. A primeira guerra de Catarina com a Turquia originou-se como um estranho subproduto de sua invasão à Polônia. Ela enviara tropas àquele país para auxiliar os não-católicos na sua luta pela igualdade de direitos com os católicos, que eram a maioria. Os católicos arranjaram um núncio papal que explicasse à Turquia ser aquele o momento propício para ela atacar a Rússia. A França apoiou a sugestão, fazendo ver à Suécia e ao cã da Criméia a necessidade de se aliarem ao ataque.<sup>71</sup> Voltaire lastimou sua imperatriz em perigo. “Que um núncio alicie os turcos para uma cruzada contra vós”, escreveu-lhe ele, “é digno de uma comédia italiana: Mustafá, o digno aliado do papa!” — a situação quase o levou a tornar-se cristão. E, em carta de novembro 1768, propôs a Catarina uma santa guerra contra os infiéis:

Estais forçando os poloneses a serem tolerantes e felizes, apesar do núncio, e parece que tendes dificuldades com os muçulmanos. Se eles vos guerrearem, talvez a idéia de Pedro, o Grande, de fazer Constantinopla a capital do Império Russo possa se concretizar.(...) Acho que se algum dia os turcos forem expulsos da Europa eles o serão pelos russos.(...) Não basta humilhá-los. Devem ser repelidos para sempre.<sup>72</sup>

A Suécia recusou-se a aderir ao assédio à Rússia, mas os tártaros da Criméia devastaram a colônia russa da Novaya Serbia recém-instalada (janeiro de 1769). Um exército turco de cem mil homens avançou em direção à Podólia a fim de unir-se ao exército da Confederação Polonesa. Catarina recusou-se a retirar suas forças da Polônia, enviando trinta mil homens sob o comando de Alexander Golitsyn e Piotr Rumiantsev para repelir os tártaros e interceptar os turcos. Quando lhe disseram que os inimigos eram em grande número, ela respondeu: "Os romanos não se preocuparam com o número de seus inimigos. Perguntaram apenas 'Onde estão eles?'"<sup>73</sup> Os tártaros foram rechaçados. Azov e Taganrog, na foz do Don, foram tomadas. Dezesete mil russos derrotaram 150 mil turcos em Kagul (1770). Rumiantsev avançou até Bucareste, onde foi recebido festivamente pela população ortodoxa. Em 1771, Vasili Mikhailovich Dolgoruki invadiu a Criméia, terminando ali o domínio turco. Ainda mais espetacular foi o feito de Alexei Orlov, que levou uma frota russa através do Canal da Mancha, do Atlântico e do Mediterrâneo, derrotou a marinha turca, expulsando-a de Quíos e aniquilando-a em Chesmé (julho, 1770). Entretanto, as avarias de seus navios eram muito sérias para que pudesse prosseguir em suas vitórias.

Outros acontecimentos foram menos reconfortantes para Catarina. A peste irrompeu no exército russo ao longo do Danúbio, alastrando-se até Moscou, onde, no verão de 1770, matava mil pessoas por dia. Ela sabia que Frederico olhava contrariado para a extensão do seu reino e de seu poderio, que José II preocupava-se com o avanço dos russos até a fronteira da Áustria, nos Balcãs, que a França não poupava esforços para fortalecer sua aliada, a Turquia, que a Inglaterra se oporia energeticamente ao controle do Bósforo pela Rússia, e que a Suécia apenas aguardava sua oportunidade. Catarina convocou os turcos para uma conferência. Eles foram, porém esquivaram-se diante da insistência da imperatriz sobre a independência da Criméia. E, em 1773, a guerra recomeçou.

Em janeiro de 1774, Mustafá III morreu e o seu sucessor julgou já haver a Turquia chegado a uma condição de caos e exaustão que ameaçavam sua existência na qualidade de Estado europeu. Pelo tratado de paz de Kuchuk Kainarji (na Romênia), 21 de julho de 1774, a Turquia reconhecia a independência da Criméia (que permaneceu sob o domínio tártaro), cedia Azov, Kerch, Yenikale e Kilburun (na foz do Dnieper) à Rússia, abria o Mar Negro, o Bósforo, assim como os Dardanelos, à navegação russa, pagou à Rússia uma indenização de guerra no montante de 4.500.000 rublos, concedia anistia aos cristãos envolvidos na insurreição contra os seus governantes turcos, reconhecendo o direito da Rússia de proteger os cristãos na Turquia. No todo, era este o tratado mais vantajoso jamais feito pela Rússia.<sup>74</sup> O país, então, ficou sendo uma potência no Mar Negro. A Criméia e outras regiões tártaras no sul da Rússia ficaram abertas a uma futura conquista russa, e a cética imperatriz podia aparecer como a defensora da fé. Inebriada com o sucesso, Catarina sonhava em libertar — isto é, conquistar — a Grécia e coroar seu neto Constantino, em Constantinopla, na qualidade de chefe de um novo império. Alegrou o coração envelhecido de Voltaire com visões do restabelecimento dos jogos olímpicos. "Teremos a representação das antigas tragédias por atores gregos, no teatro de [Dionísio em] Atenas." Em seguida, preocupada com a exaustão dos exércitos e do tesouro, acrescentou: "Preciso habituar-me à moderação, e dizer que a paz é melhor do que a guerra mais bem-feita do mundo."<sup>75</sup>

Agora, tomava o lugar de Frederico como a mais famosa soberana da Europa. Todos maravilhavam-se com a determinação com que perseguia seus objetivos, assim como a temível extensão de seu poderio. José II, da Áustria, que por tanto tempo curvara-se perante o genial Frederico, viajou para Mogilev, e daí o dia inteiro para São Petersburgo, a fim de encontrar Catarina e solicitar-lhe uma aliança. Em maio de 1781, Catarina firmou com José um pacto de ação conjunta na Polônia e contra a Turquia.

Entrementes, Potemkin ia conquistando um nome para si mesmo no sul. Organizou, equipou e alimentou um novo exército de trezentos mil homens, construiu uma frota no Mar Negro, com portos em Sebastopol e Odessa, e um arsenal em Kherson, colonizou as regiões escassamente povoadas do sul da Rússia, fundou cidades e aldeias, estabeleceu manufaturas, supriu os colonos com gado, ferramentas e sementes — tudo isso tendo em vista instituir bases de suprimentos em uma campanha para anexar a Criméia à coroa de Catarina, e talvez conquistar uma coroa para si. Os tártaros da Criméia brigaram, dividindo-se. Potemkin suavizou os dirigentes com subornos. Quando, finalmente, invadiu a península (dezembro de 1782), encontrou resistência insignificante e, em 8 de abril de 1783, em meio a protestos fúteis por parte da Turquia, a Criméia foi anexada ao império da Rússia. Potemkin foi feito marechal-de-campo, presidente do Colégio de Guerra, príncipe de Táuris e governador-geral da Criméia. A imperatriz acrescentou um *pourboire* de cem mil rublos, que Potemkin gastou com amantes, bebidas e comida.

Catarina pensou que era tempo de descansar. Aliou prazer e negócios ao instituir pomposa “viagem” por terra e mar a fim de inspecionar suas conquistas e impressionar o povo — e toda a Europa — com sua riqueza e o esplendor de sua corte. Em 2 de janeiro de 1787, enrolada em peles, deixou o Palácio de Inverno e principiou uma longa jornada em uma *berline*, ou carruagem, bastante espaçosa para conter — além de sua pessoa, então já avantajada — o seu atual favorito, Mamonov, a chefe de suas damas de honra, um cachorrinho e uma pequena biblioteca. Seguiam-na quatorze carruagens e 170 trenós, que levavam os embaixadores da Áustria, Grã-Bretanha e França — respectivamente, Cobenzl, Fitzherbert e o Conde de Ségur — além do Príncipe de Ligne e um exército de oficiais, cortesãos, músicos e serviçais. Potemkin partira alguns dias antes para preparar o caminho, iluminá-lo com centenas de tochas, providenciar os jantares e acomodações para todos os acompanhantes. Nas cidades principais, o cortejo permanecia um ou dois dias, enquanto a czarina encontrava-se com os dignitários locais, inspecionava as condições, fazia perguntas, censurava ou elogiava. Todas as cidades ao longo do caminho, avisadas e instruídas por Potemkin, estavam com a melhor aparência, seus habitantes lavados e vestidos como jamais o haviam feito, felizes naquele dia.

Em Kiev, Potemkin supervisionou a transferência daquela corte móvel para 87 navios, equipados e decorados por ele, nos quais a horda imperial desceu o Dnieper. Ao longo do rio, Catarina viu as “Aldeias Potemkin”, que o inteligente Príncipe de Táuris havia aparelhado e aprimorado para o lazer, e talvez para impressionar os diplomatas com a prosperidade russa. Parte dessa prosperidade fora improvisada por Potemkin e parte era real. “Que ele construiu aldeias fictícias ao longo das margens e preparou os camponeses para criar a ilusão de progresso, foi a fantástica invenção

de um diplomata saxão.”<sup>76</sup> O Príncipe de Ligne excursionou várias vezes em terra para ver o que havia por detrás das fachadas. Relatou que, embora Potemkin tenha feito alguma mistificação, ele (Ligne) ficara impressionado pelo início de “alguns soberbos estabelecimentos, crescentes manufaturas, aldeias com ruas retas, guarnecidas de árvores”.<sup>77</sup> É provável que a própria Catarina não se decepcionasse, mas pode ter concluído, tal como Ségur, que, admitindo-se serem a limpeza e a prosperidade dessas cidades uma amostra passageira, a realidade de Sebastopol — cidade, fortes e porto, construídos no litoral da Criméia em dois anos — era o suficiente para exaltar o valor de Potemkin. O Príncipe de Ligne, que conhecia todas as figuras importantes da Europa, referia-se a ele como “o homem mais extraordinário que conheci”.<sup>78</sup>

Em Kaniov, Estanislau Poniatowski, rei da Polônia, veio para prestar suas homenagens à mulher que lhe dera o seu amor e o seu trono. Mais abaixo do Dnieper, em Kaidaky, José II aderiu ao grupo que dali dirigiu-se para Kherson e penetrou na Criméia. Ali, a imperatriz, o imperador e o governador-geral afagaram seus sonhos de banir os turcos da Europa: Catarina, o de capturar Constantinopla; José, o de anexar os Balcãs; Potemkin, o de fazer-se rei da Dácia (Romênia). A Inglaterra e a Prússia aconselharam ao Sultão Abdulhamid a atacar os russos enquanto estavam despreparados, com suas condições militares incompletas.<sup>79</sup> A insolência do embaixador russo em Constantinopla forneceu mais um pretexto. O sultão aprisionou-o, declarou a guerra santa, pedindo a restituição da Criméia como o preço da paz. Em agosto de 1787, o principal exército turco atravessou o Danúbio e entrou na Ucrânia.

Potemkin festejara cedo demais. A Rússia ainda não estava preparada para o derradeiro teste. Avisou à imperatriz para entregar a Criméia. Ela reprovou-o por sua desnecessária prudência. Ordenou-lhe, assim como a Suvorov e Rumiantsev, a congregar todas as forças disponíveis e partir ao encontro dos invasores. Ela retirou-se para São Petersburgo. Suvorov partiu no encalço dos turcos em Kilburun, enquanto Potemkin atacava Ochakov, que comandava os escoamentos tanto do Dniester como do Bug. Enquanto maometanos e cruzados enfrentavam-se ao sul da Rússia, a Suécia julgou ter finalmente chegado a hora de recapturar suas províncias perdidas. Encorajada pela Inglaterra e pela Prússia,<sup>80</sup> Gustavo III renovou uma velha aliança com os turcos, pedindo a Catarina a devolução da Finlândia e da Carélia à Suécia, e da Criméia à Turquia. Desta guerra falaremos mais adiante. Basta dizer que em 9 de julho de 1799, uma esquadra sueca derrotou a Rússia no Báltico. Do Palácio de Inverno ouvia-se o troar dos canhões suecos. Catarina pensou em evacuar a capital. Mas logo seus agentes persuadiram a Suécia a fazer a paz (15 de agosto de 1790).

Catarina então ficou livre para concentrar suas forças contra os turcos, e a Áustria juntou-se à Rússia na guerra. Potemkin terminou o sítio de Ochakov ordenando que seus homens atacassem a qualquer preço. A vitória custou à Rússia oito mil vidas, e a fúria da batalha terminou num massacre indiscriminado (17 de dezembro de 1788). Potemkin seguiu para tomar Bender, os austríacos capturaram Belgrado, Suvorov perseguiu os turcos em Rimnik (22 de setembro de 1789). A Turquia parecia condenada.

As potências ocidentais julgaram que a situação exigia uma ação conjunta contra Catarina, para que o estratégico Bósforo não caísse em suas mãos, tornando a Rússia soberana da Europa. Tendo morrido (1786), seu sucessor, Frederico Guilherme II, viu, consternado, o movimento da Rússia em direção a Constantinopla e da Áustria para

os Balcãs. Com a Rússia e a Áustria assim fortalecidas, a Prússia ficaria à mercê desses dois países. Em 31 de janeiro de 1790, penhorou seu governo à Porta, num pacto que o comprometia a declarar guerra à Rússia e à Áustria, na primavera, e não depor as armas até que o território que a Turquia perdera lhe fosse restituído.

A política parecia ter-se voltado contra Catarina. Revoltas nos Países Baixos austríacos e desordens na Hungria enfraqueceram José II, que morreu em 20 de fevereiro de 1790, seu sucessor assinando um armistício com os turcos. A Inglaterra e a Prússia tornaram a insistir com Catarina para efetuar a paz mediante a restituição de todas as terras conquistadas na guerra. Ela recusou. A captura de Ochakov abriu um acesso até o Mar Negro para a Rússia. Não entregaria aquela dádiva vital. Além do mais, seus generais estavam obtendo sucessivas vitórias, que culminaram na conquista de Izmail (22 de dezembro de 1790) por Suvorov e Potemkin. Na tomada daquele baluarte turco no Danúbio, os russos perderam dez mil homens e os turcos trinta mil. Após tal festim de sangue, Potemkin, exausto, deixou-se cair novamente em voluptuosa indolência e vergonhoso incesto com suas sobrinhas, morrendo em 15 de outubro de 1791, numa estrada, nas proximidades de Jassy. Catarina desmaiou três vezes no dia que soube da sua morte.

Em março de 1791, William Pitt, o Moço, propôs ao Parlamento que fosse remetido um ultimato à Rússia, no sentido de que devolvesse à Turquia todos os territórios tomados no atual conflito. Preparou também o envio de uma frota inglesa ao Báltico, como um aviso de beligerância. Catarina não respondeu. O Parlamento, devido às queixas dos comerciantes quanto à perda do comércio com a Rússia, dissuadiu Pitt de seu empreendimento. A Turquia, exaurida, abandonou a luta, assinando em Jassy (9 de janeiro de 1792) um tratado confirmando o controle da Criméia, das bacias do Dnieper e do Bug à Rússia. Catarina não chegara a Constantinopla, porém atingira o apogeu de sua carreira na qualidade do mais poderoso dirigente da Europa, e da mais extraordinária mulher do século.

## VII. A MULHER

Era ela uma mulher ou um monstro? Vimos que, no início do seu reinado, Catarina era fisicamente atraente. Por volta de 1780 estava gorda, mas a robustez apenas acrescentava importância à sua majestade. O Prince de Ligne (um dos primeiros a chamá-la "a Grande"),<sup>81</sup> galantemente, assim se expressou a seu respeito:

Ainda estava bem [em 1780]. Via-se que havia sido bela, em vez de bonita. (...) Não há necessidade de ser um Lavater para ler em sua testa, como em um livro, o gênio, a justiça, coragem, profundidade, equanimidade, doçura, calma e decisão. Seu belo busto foi adquirido à custa da cintura, outrora terrivelmente fina. Mas na Rússia as pessoas costumam engordar. (...) Nunca se notava que ela era baixinha.<sup>82</sup>

Castéra, logo após a morte de Catarina, ilustrou-a modestamente vestida de verde. "Seus cabelos, ligeiramente empoados, caíam-lhes sobre os ombros, sendo coroados por um pequeno gorro coberto de diamantes. Nos seus últimos anos de vida colocava muito ruge, pois pretendia ainda não permitir que os sinais do tempo aparecessem

em seu rosto. É provável que apenas essa pretensão fosse causa da extrema sobriedade em que vivia.”<sup>83</sup>

Era vaidosa, com uma consciência visível de suas realizações e de sua importância. “A vaidade é o seu ídolo”, disse José II a Kaunitz, “uma boa sorte, e elogios exagerados, estragaram-na.”<sup>84</sup> Frederico o Grande dizia que se Catarina se correspondesse com Deus, no mínimo reivindicaria posições iguais.<sup>85</sup> Todavia, ela falou com Diderot, “de homem para homem”, e pediu a Falconet para omitir elogios. Era boa (exceto possíveis assassinatos e os santificados homicídios da guerra) como Carlos II da Inglaterra e Henrique IV da França. Diariamente, pela janela de seu quarto, jogava pão aos milhares de pássaros que vinham regularmente buscar alimento.<sup>86</sup> Nos últimos anos de seu reinado entregava-se, de vez em quando, a acessos de raiva, que não combinavam com sua onipotência. Entretanto, tomava cuidado para não dar ordens, ou assinar papéis nesses dias tempestuosos. Logo envergonhou-se de tais explosões, procurando adquirir autocontrole. Quanto à sua coragem, a Europa não mantinha nenhuma dúvida a respeito.

Era inquestionável e imperturbavelmente sensual, mas seus amores ofendem-nos menos do que o Parc aux Cerfs, de Luís XV. Como todos os soberanos do seu tempo, subordinava moralidade à política e refreava sentimentos pessoais quando estes constituíam estorvo ao engrandecimento do Estado. Onde não existiam tais conflitos, tinha todas as ternuras femininas, amando as crianças, brincando com elas, ensinando-as, confeccionando-lhes brinquedos. Nas viagens, preocupava-se sempre que seus cocheiros e criados estivessem bem alimentados.<sup>87</sup> Entre os documentos encontrados na sua mesa, após sua morte, havia um epitáfio que ela fizera para si própria: “Perdoava facilmente, não odiava ninguém. Tolerante, compreensiva, de temperamento alegre, possuía espírito republicano e coração bom.”<sup>88</sup>

Não foi boa para seu primeiro filho. Em parte porque ele lhe fora subtraído logo após nascer, sendo educado por Panin e outros, sob a supervisão de Elizaveta, e, por outro lado, também porque as conspirações para depô-la vinham às vezes acompanhadas da idéia de fazê-lo imperador, com uma regência. E ainda devido às suspeitas de Paulo de que sua mãe era a assassina de Pedro. E ainda porque Paulo “estava sempre se queixando sobre o roubo de seus direitos” de suceder ao seu presuntivo pai no trono. Entretanto, Catarina afeiçoou-se aos filhos de Paulo, Alexandre e Constantino. Supervisionou pessoalmente a educação deles, procurou separá-los do pai, planejando fazer de Alexandre, e não Paulo, o herdeiro do seu trono.<sup>89</sup> Paulo, casado com uma segunda mulher e muito feliz, olhava com repugnância evidente para a série de amantes de sua mãe, que a distraíam e drenavam a renda do Estado.

Mentalmente, Catarina ultrapassava todos os seus favoritos. Comprazia-se na ambição deles, porém raramente permitia que opinassem na sua política. De tal modo absorveu a literatura francesa que podia corresponder-se com os mestres como de um *philosophe* para outro. Na verdade, suas cartas a Voltaire excediam às deles em bom senso, rivalizando com elas em graça e argúcia. Sua correspondência era quase tão volumosa quanto a de Voltaire, embora escritas nos interstícios de intrigas da corte, insurreições no país, crises diplomáticas e guerras de refazer mapas. Sua conversação mantinha Diderot alerta e punha Grimm em êxtase: “Era preciso ver, naqueles momentos, aquela cabeça singular, um conjunto de gênio e graça, ter uma idéia do en-

tusiasmo que a fazia oscilar, as centelhas que dela se desprendiam, os chistes que jorravam ininterruptamente.(...) Pudesse eu transmitir literariamente essas conversações, o mundo inteiro possuiria um fragmento precioso e talvez único da história do espírito humano.”<sup>90</sup> Havia, entretanto, confusão e instabilidade na torrente de suas idéias, ficando ela vencida pela magnitude dos acontecimentos e multiplicidade de tarefas. Mesmo assim, o resultado era imenso.

Parece incrível que, numa carreira de tantas agitações políticas e militares, tivesse ela tempo para escrever poemas, crônicas, memórias, dramas, libretos de ópera, artigos para revistas, contos de fadas, um tratado científico sobre a Sibéria, uma história dos imperadores romanos, e extensas *Notas sobre a História Russa*. Em 1769-70 ela publicou, anonimamente, um jornal satírico do qual era a principal colaboradora. Uma de suas peças contava a história de um religioso hipócrita que ia à missa diariamente, acendia velas diante das imagens e resmungava orações sem parar, porém enganava os comerciantes, falava mal dos vizinhos, batia nos criados, denunciava imoralidades comuns e chorava os belos tempos passados.<sup>91</sup> A história de fadas, o *Príncipe Khlor*, contava que um menino se metera em aventuras perigosas para encontrar uma fabulosa rosa sem espinhos, apenas para descobrir no fim que essa rosa não existia, com exceção da virtude. Este conto tornou-se um clássico da literatura russa, sendo traduzido em muitas línguas. Duas de suas histórias eram tragédias à moda de Shakespeare, e outras comédias desprezíveis ridicularizando os charlatões, os incautos, usurários, místicos, perdulários, Cagliostro, maçons e religiosos fanáticos. Tais peças careciam de sutileza, mas agradavam ao público, embora Catarina ocultasse sua autoria. Na cortina do teatro que ela construiu no Hermitage, havia uma inscrição: *Ridendo castigat mores* — “Critica-se os costumes rindo.” Este dito bem expressava o objetivo de suas comédias. *Oleg*, o melhor de seus dramas, era uma extraordinária sucessão de cenas da história russa, alegrada por setecentos artistas, dançarinos, balés e jogos olímpicos. A maior parte do trabalho literário de Catarina era revisto por seus secretários, pois ela nunca dominou a ortografia ou a gramática russa, e não se levava muito a sério na qualidade de escritora. Entretanto, a literatura tomou coragem com o exemplo imperial, dando uma última glória um tanto apagada ao seu reinado.

#### VIII. LITERATURA

A Rússia principiou a se conscientizar de sua imaturidade intelectual. Uma hoste de autores humildemente copiava modelos estrangeiros, ou traduziam obras famosas na França, Inglaterra ou Alemanha. Catarina destinou cinco mil rublos de sua renda particular para fomentar esse fluxo exótico. Ela mesma traduziu *Bélisaire*, de Marmontel. Com o entusiasmo próprio do povo russo pelos grandes empreendimentos, Rachmaninov, um dono de terras em Tambov, traduziu as obras de Voltaire, e Verevkin, diretor do Colégio de Kazan, verteu para o russo a *Encyclopédie* de Diderot. Outros traduziram as peças de Shakespeare, os clássicos gregos e latinos, e a *Gerusalemme liberata*, de Tasso.

Gavril Romanovich Derzhavin era o poeta de maior sucesso do reino. De estirpe humilde, nasceu em Orenburg oriental, de ascendência tártara. Serviu por um período



do de dez anos no Regimento Preobrazhensky, viu Catarina galgar o poder, tomou parte como oficial na repressão da revolta de Pugachev e conseguiu chegar a senador. Notando que a imperatriz empregara o nome de Felitza para a boa princesa no *Príncipe Khlor*, Derzhavin, numa famosa ode (1782), deu o mesmo nome à “divina rainha da horda quirquiz e casaque”, suplicando à sua sultana “para ensinar-me como encontrar a rosa sem espinhos(...), como viver agradavelmente, porém com justiça”.<sup>92</sup> Quando o poeta interpelou Felitza, como alguém “de cuja pena flui beatitude para todos os mortais”, era óbvio que estava celebrando Catarina. Quando reprovava a si mesmo por “dormir até o meio-dia, fumando cigarro, tomando café(...), e fazendo o mundo tremer com os meus olhares”, ou comprazendo-se “em festas suntuosas em mesa resplandecente de ouro e prata” toda a corte sabia tratar-se de uma insinuação contra Potemkin. Derzhavin derramou-se em transportes de elogios à “Imperatriz Felitza”, que “da escuridão faz a luz”, não quer mal a ninguém, perdoa as pequenas faltas, deixa o povo falar livremente, “escreve fábulas para instruir o seu povo, e ensina o alfabeto ao Khlor” (o neto Alexandre). E conclui o poeta: “Rezo ao grande profeta para que possa tocar a poeira de seus pés, para que possa gozar o doce murmúrio de suas palavras e o seu olhar. Insisto junto aos poderes celestiais que estendam suas asas de safira e invisivelmente a protejam(...) para que a fama de seus feitos brilhem na posteridade como estrelas no céu.”<sup>93</sup> Derzhavin protestou que não desejava nenhuma recompensa com tantos elogios, mas Catarina promoveu-o e, dentro em breve, ele aproximou-se tanto dela que pôde ver seus defeitos. Não mais escreveu hinos de louvor. Voltou os olhos para um trono muito mais elevado, compondo “Ode à Divindade”, louvando-a por ser “três-em-uma-só”, e mantendo os céus em tão boa ordem. Às vezes, ia até a metafísica, fazendo eco à prova de Descartes, no tocante à existência de Deus. “Sou, portanto, tu és.”<sup>94</sup> Esta ode permaneceu inigualável por meio século, em popularidade, até o surgimento de Puchkin.

Denis Ivanovich von Visin surpreendeu a capital com duas alegres comédias: *O General-de-Brigada* e *O Menor*. O sucesso desta última foi tão absoluto que Potemkin aconselhou-o a “morrer agora, ou não escrever mais nada” — isto é, qualquer coisa que escrevesse além desta, embaçaria a sua fama.<sup>95</sup> Visin não fez caso do conselho, vendo sua profecia implícita realizar-se. Mais tarde, viajando pela Europa Ocidental, enviou algumas cartas excelentes, uma das quais continha a orgulhosa previsão: “Nós [os russos] estamos principiando; eles [os franceses] estão terminando.”<sup>96</sup>

A personalidade mais interessante na literatura do reinado de Catarina foi Nikolai Ivanovich Novikov. Exonerado da Universidade de Moscou por indolência e deficiência mental, tornou-se homem de incessante atividade intelectual. Com a idade de 27 anos (1769), editou, em São Petersburgo, uma revista, *O Zangão*, designado maliciosamente assim como uma réplica ao jornal de Sumarorov, *A Abelha Trabalhadora*. Em estilo vivo, Novikov atacava a corrupção predominante no governo. Atacou a irreligião voltairiana da alta classe como elemento destruidor da moral e do caráter. Em contrapartida, louvava o que supunha ter sido a fé inquestionável e exemplo de moral dos russos anteriores a Pedro o Grande. “É como se os antigos dirigentes russos tivessem previsto que, com a introdução das artes e da ciência, o tesouro mais precioso dos russos — sua moral — estaria irreparavelmente perdido.”<sup>97</sup> Neste ponto, Rousseau também combatia Voltaire. Catarina não recebeu bem *O Zangão*, que deixou

de ser publicado em 1770. Em 1775, Novikov aderiu à maçonaria, que na Rússia estava virando misticismo, e às fantasias rosa-cruzistas, enquanto na França seus correligionários ocupavam-se de revolução. Em 1779, mudou-se para Moscou, tomou posse da imprensa universitária, publicando maior número de livros em três anos do que esta mesma imprensa publicara em 24. Financiada por amigos, adquiriu outras impressoras, formando uma editora. Abriu livrarias por toda a Rússia, espalhando seu evangelho de religião e reforma. Instituiu escolas, hospitais e dispensários, assim como casas populares modelo para trabalhadores.

Quando a Revolução Francesa transformou Catarina de déspota esclarecida em uma déspota apavorada, ela temeu que Novikov estivesse subvertendo a ordem estabelecida. Ordenou a Platon, o arcebispo de Moscou, que examinasse as idéias de Novikov. "Perante o meu misericordioso Deus, afirmo não existir, não apenas no rebanho de fiéis a mim confiados por Deus e por vós, porém por todo o mundo, um cristão da qualidade de Novikov."<sup>98</sup> Desconfiando, todavia, a imperatriz ordenou que prendessem Novikov na fortaleza de Schlüsselburg (1792), onde ele permaneceu até a morte de Catarina. Libertado por Paulo I, retirou-se às suas terras da Tikhvin, passando seus últimos anos em obras religiosas e caritativas.

Pior sorte coube a Alexander Nikolaevich Radischev. Mandado por Catarina para estudar na Universidade de Leipzig, selecionou algumas obras dos *philosophes*, ficando especialmente impressionado pelo *Contrato Social*, assim como com a revelação de Reynal da brutalidade dos europeus na exploração colonial e no comércio de escravos. Voltou a São Petersburgo inflamado com ideais sociais. Colocado na chefia da alfândega, aprendeu inglês para lidar com os comerciantes britânicos, interessou-se pela literatura inglesa, ficando sobretudo impressionado por *Sentimental Journey*. Em 1790, publicou um dos clássicos da literatura russa, *Viagem de São Petersburgo a Moscou*. Este professava ortodoxia, porém denunciava a imposição dos padres sobre a credulidade do povo. Ele aceitava a monarquia, mas justificava a revolta contra um soberano que violava o "contrato social", sobrepondo-se à lei. Descreveu o desmembramento das famílias em virtude da convocação, e os maus-tratos infligidos aos servos. Em determinado lugar, informou Radishchev, contaram-lhe que um proprietário de terras havia violado sessenta donzelas camponesas. Denunciou a censura, pleiteando liberdade de imprensa. Não advogou a revolução, porém pedia uma misericordiosa compreensão para aqueles que a faziam. Apelou para os nobres e para o governo no sentido de acabar com a servidão. "Deixai-vos comover, ó empedernidos. Quebrai as algemas de vossos irmãos, abri os calabouços da escravidão. O camponês que nos dá saúde e vida tem direito de controlar a terra que ele lava."<sup>99</sup>

Por estranho que pareça, o livro passou pela censura. Entretanto, naquela época, Catarina temia que o povo russo imitasse a Revolução Francesa. Enviou uma ordem para que punissem o violador das sessenta virgens, contudo determinou que Radishchev fosse julgado por traição. Encontraram trechos de seu livro sobre assalto às fortalezas e insurreição dos soldados contra um czar cruel, assim como encômios aos ingleses por terem resistido a um rei injusto. O Senado condenou o autor à morte, mas a Imperatriz comutou a pena para dez anos na Sibéria. O Imperador Paulo I permitiu a volta de Radishchev do exílio (1796) e Alexandre I convidou-o a ir a São Petersburgo (1801). Naquela cidade, um ano depois, pensando, sem fundamento, que seria no-

vamente banido, matou-se. Sua sorte, assim como a de Novikov, encontram-se entre as manchas de um reinado brilhante.

### IX. ARTE

Catarina agiu mais em favor da arte do que da literatura, porque a arte possuía atrativos apenas para a alta classe, não ecoando o toque da revolta. Entretanto, a música popular era inconscientemente revolucionária, pois toda ela consistia de canções plangentes, em escala menor, com acompanhamento lastimoso, que falavam não apenas de corações perdidos de amor, mas de vidas gastas no trabalho insano. Os nobres raramente ouviam tais canções, apreciando, entretanto, as óperas italianas trazidas a São Petersburgo por Galuppi, Paisiello, Salieri e Cimarosa, todos pagos pelo Estado. A própria Catarina não gostava muito de ópera. “Na música”, dizia ela, “não distingo os tons senão aqueles emitidos por meus nove cães, os quais, em turnos, compartilham da honra de virem aos meus aposentos, e cujas vozes, individualmente, reconheço a distância.”<sup>100</sup>

Confessava também não entender de arte, tudo fazendo para desenvolver esse conhecimento na Rússia. Proveu fundos com os quais Betsky pôs em funcionamento (1764) a Academia de Arte, organizada sob Elizaveta (1757). Comprou obras-primas reconhecidas no exterior, expondo-as em suas galerias. Assim sendo, deu 180 mil rublos pela coleção do Conde von Brühl, em Dresden, quarenta mil libras pela coleção de Sir Robert Walpole, em Houghton Hall, 440 mil francos pela coleção de Choiseul, e 460 mil pela de Crozat. Sem o saber, realizou negócios muito bons, pois, nestas respigaduras incluíam-se Rafael, Poussin, Vandyck, Rembrandt e outras celebridades, cujo valor tem aumentado com o passar do tempo e a retração da moeda. Através de Grimm e Diderot (cujos *Salons* ela seguia cuidadosamente) fez encomendas aos artistas franceses — Vernet, Chardin, Houdon. Possuía exemplares de meio corpo dos afrescos de Rafael para o Vaticano, para eles construindo uma galeria especial no Hermitage.

Encomendou algumas obras aos artistas nacionais, porque para o seu gosto francês havia pouca coisa apreciável na arte russa daquela época. Contudo, forneceu fundos para a educação e manutenção dos estudantes na Academia de Arte, enviando vários deles para estudo na Europa Ocidental. Da Academia surgiram o pintor Anton Losenko e os pintores retratistas Dmitri Levitsky e Vladimir Borovikovsky. Após cinco anos em Paris e três em Roma, Losenko voltou a São Petersburgo (1769) para ensinar na Academia. Fez sensação com *Vladimir perante Rogneda*, entretanto — com excesso de trabalho na Academia — deixou de executar as obras-primas que dele se esperava, e a morte surpreendeu-o aos 36 anos (1773). Catarina empregou Levitsky para retratar algumas jovens que estudavam no Instituto Smolny. O resultado é o testemunho de sua beleza. O retrato que pintou de Catarina ocultava seu corpo volumoso em amplas roupagens. Ela posou também para Mme. Vigée-Lebrun, um dos muitos artistas franceses convidados para dar a graça gaulesa à arte russa.

O maior entre os artistas que importou foi Falconet, que foi à Rússia em 1766, lá ficando doze anos. A imperatriz pediu-lhe que desenhasse, e fundisse em bronze, a estátua equestre de Pedro o Grande. Trouxera ele consigo uma jovem mulher, Marie-

Anne Collot, que modelou a colossal cabeça. Falconet desafiou as leis da física ao representar o cavalo como se estivesse saltando no ar, com apenas uma das patas traseiras tocando a terra firme — um imenso bloco de pedra trazido da Carélia para simbolizar a maciça resistência superada por Pedro. A fim de obter equilíbrio, Falconet introduziu uma serpente de bronze — símbolo da inveja — atacando a cauda do animal. Esta obra-prima conservou seu equilíbrio quando São Petersburgo mudou o nome para Petrogrado, e depois, para Leningrado. Falconet levou mais tempo neste trabalho do que Catarina esperava. Desinteressou-se dele e negligenciou o escultor, que voltou a Paris desapontado com ela, com a Rússia e com a vida que lá se levava.

Em 1758, Nicolas-François Gillet veio da França a fim de ensinar escultura na Academia. Três de seus alunos foram consagrados no reinado de Catarina: Chubin, Kozlovsky, e Shchedrin. Chubin recebeu encomenda de Potemkin para esculpir uma *Catarina II* para uma rotunda do Palácio Táuris. Os peritos julgaram-na “fria e sem vida”,<sup>101</sup> o mesmo ocorrendo em relação à estátua de Potemkin, também obra deste escultor. Koslovsky realizou rigidez semelhante no túmulo do Marechal Suvorov, e até mesmo no *Cupido*. A principal obra de Shchedrin foi executada sob Alexandre I, em 1812, *Cariátida Segurando a Esfera Celeste* — a mulher sustenta o mundo. Ivan Petrovich Martos especializou-se em monumentos fúnebres, e os cemitérios de São Petersburgo estavam cheios de *pleurants* de sua autoria. “Ele fazia o mármore chorar”. A escultura nativa progredia lentamente, a não ser quando imitava os estilos de outros países. As igrejas ortodoxas excluía estatuetas, e os nobres contentavam-se com os artistas que descobriam entre seus servos.

A arquitetura, entretanto, florescia no reinado de Catarina, pois estava ela decidida a deixar uma marca na sua capital. “As grandes construções”, dizia, “evidenciam a grandeza de um reino não menos eloqüentemente do que os grandes feitos.”<sup>102</sup> “Você sabe”, escreveu em 1779, “que a mania de construir é mais forte do que nunca entre nós, e nenhum terremoto jamais demoliu as inúmeras estruturas estabelecidas por nós.(...) Esta mania tem algo de infernal. Gasta-se dinheiro, e quanto mais se constrói, mais se quer construir. É uma moléstia, como a embriaguez.”<sup>103</sup> Embora declarasse a Falconet “Não consigo nem desenhar”, tinha opinião própria sobre a arte, ou o espírito voltado para as escavações romanas em Herculano, ou os livros de Caylus e Winckelmann. Desprezava a ornamentação barroca e o florido rococó que reinaram no tempo de Elizaveta, preferindo o mais simples estilo neoclássico. Alguns de seus contemporâneos creditavam a ela ter fornecido a seus arquitetos instruções precisas, assim como os esboços preliminares.<sup>104</sup>

Não encontrando entre os artistas nacionais quem pudesse pôr em prática suas idéias, procurou na Europa Ocidental homens que tivessem herdado a tradição clássica. Assim foi que Jean-Baptiste Vallin de la Mothe construiu para ela, sobre o Neva, o Palácio da Academia de Artes (1765-72) — uma fachada renascentista, com revestimentos de tijolos e pórtico clássico e, por dentro, uma majestosa escadaria semicircular dando para uma rotunda sob a abóboda. Como um anexo ao Palácio de Inverno, Vallin construiu o famoso Hermitage, que Catarina pensou transformar em refúgio contra a etiqueta da corte, mas que se tornou sua galeria de arte, sendo atualmente um dos principais museus do mundo. Em 1790, Catarina descreveu-o a Grimm “como meu pequeno retiro, situado de tal forma que de lá a meus aposentos, ida e volta, contam-

se três mil passadas. Ali posso movimentar-me entre uma infinidade de coisas que amo, e com as quais me delicio, e essas perambulações invernais me fazem bem à saúde.”<sup>105</sup>

Da França veio também o escocês Charles Cameron, que havia estudado ornamentação clássica naquela cidade. Catarina entusiasmou-se com o esplendor e delicadeza dos adornos — prata, laca, vidro, jáspe, ágata e mármore policromado — feitos por ele para o apartamento particular em que ela reservava para si, seus amantes e seus cachorros, no Grande Palácio, em Tsarkoe Selo. “Nunca vi nada semelhante a esses apartamentos recentemente decorados”, escreveu. “No decurso das últimas nove semanas não me cansei de contemplá-los”.<sup>106</sup> Ao redor desse palácio mandou ela arranjar um parque projetado no estilo “natural” e “inglês”, o qual descreveu em carta a Voltaire: “Amo agora loucamente os *jardins à l'anglaise*, as linhas curtas, as linhas curvas, as encostas em várias gradações, os poços e os lagos.(...) Tenho profunda aversão por linhas retas. Em suma, a anglomania domina a minha plantomania.”<sup>107</sup> Para seu filho Paulo e sua encantadora segunda mulher, Cameron construiu em Pavlovsky (um outro subúrbio da capital) um palácio em estilo de *villa italiana*. Ali o grão-duque e Maria Feodorovna guardaram a coleção de arte de suas viagens na Europa Ocidental.

Da Itália veio Antonio Rinaldi, que erigiu duas luxuosas mansões, presentes de Catarina a Grigori Orlov: o Palácio de Mármore, sobre o Neva, e, perto de Tsarskoe Selo, o Palácio Gatchina, que se tornou a residência predileta de Paulo I. Também da Itália veio Giacomo Quarenghi, que ficara fascinado pelos templos gregos em Pesto e as obras-primas de Palladio, em Vicenza. Em 1780, através de Grimm, submeteu a Catarina planos e modelos para várias estruturas que esperava construir. Estes atraíram Catarina e, daquela data até 1815, Quarenghi erigiu em São Petersburgo, ou nas suas adjacências, uma quantidade de edificações em estilo clássico: o teatro do Hermitage, o Instituto Smolny (que ele anexou ao Mosteiro Smolny, de Rastrelli), o Banco do Império, a Capela da Ordem de Malta, O Palácio Inglês, em Peterhof, e o Palácio de Alexandre, em Csarskoe Selo. Este foi planejado para o neto de Catarina, o futuro Alexandre I, que se mudou em 1793, dois anos após o seu término. “Trata-se de uma das obras-primas da arquitetura do século XVIII.”<sup>108</sup> Era a residência favorita do Czar Nicolau II. Dali ele saiu para a Sibéria e para a morte, em 1917. Os soviéticos transformaram-no em museu. Ficou muito danificado na Segunda Guerra Mundial, porém foi restaurado.

Entretanto, não havia nenhum arquiteto russo suficientemente adequado para gastar os rublos de Catarina? Sim. Esperando deixar um monumento em sua memória em Moscou, ela encomendou a Vasili Bazhenev o projeto de um Kremlin de pedra, em substituição ao de tijolo da época de Ivan, o Grande. Bazhenev concebeu um colosso que teria esmagado Versalhes. Os que viram o modelo em madeira — que só ele custou sessenta mil rublos — extasiaram-se com o primor de arquitetura. Entretanto, os alicerces feitos para ele afundaram enquanto o solo cedia sob a ação do Rio Moscova, e Catarina retirou-se do empreendimento. Contudo, ela conseguiu obter fundos que possibilitaram Ivan Starov construir, à margem esquerda do Neva, o Palácio Táuris. Presenteou aquele esplendor a Potemkin, para comemorar sua conquista da Criméia.

Qualquer que fosse o custo de suas construções, Catarina realizava seus objetivos. Um contemporâneo, Masson, escreveu: "Um francês, após circular pelas inóspitas paragens da Prússia, atravessando planícies desertas e incultas da Livônia, foi tomado de espanto e encantamento de tornar a encontrar, no meio de um vasto deserto, uma grande e magnífica cidade, na qual a sociedade, as diversões, as artes e o luxo abundavam, algo que ele supunha não existir em nenhum outro lugar exceto em Paris."<sup>109</sup> E o Príncipe de Ligne, depois de ver toda a Europa, concluiu que, "apesar das deficiências de Catarina, seus edifícios públicos e privados fazem de São Petersburgo a mais bela cidade do mundo".<sup>110</sup> A carne e o sangue de dez milhões de camponeses haviam se transformado em tijolo e pedra.

#### X. O FIM DA JORNADA

Catarina, assim como os soberanos através dos séculos, teria explicado que, devendo o homem morrer de qualquer jeito, por que os gênios não eram utilizados pelos estadistas para dirigir essas vidas atormentadas e certas mortes para tornar forte o país e suas cidades importantes? Anos de poderio, os desafios das revoltas e da guerra, as oscilações da vitória e da derrota tinham-na habituado a suportar imperturbavelmente o sofrimento alheio, considerando a exploração dos fracos pelos fortes como algo que ela não podia sanar.

Perturbada por uma dúzia de conspirações para destroná-la, e apavorada pela revolta de Pugachev, Catarina estava horrorizada com a Revolução Francesa. Suportou-a complacentemente quando parecia tratar-se apenas da derrubada de uma aristocracia ociosa e de um governo incompetente. Mas quando o povo de Paris forçou Luís XVI e Maria Antonieta a deixarem Versalhes para viver nas Tulherias entre um populacho desenfreado — quando a Assembléia Constituinte declarou-se suprema, e Luís XVI consentiu em ser meramente seu funcionário executivo — Catarina estremeceu ao pensar no incentivo que o fato dava àqueles que procuravam ação semelhante na Rússia. Permitiu que o clero proibisse a publicação das obras de seu outrora amado Voltaire (1789)<sup>111</sup> e ela própria, muito em breve, proibiu qualquer publicação francesa. Mandou remover os bustos de Voltaire de suas dependências para um quarto de trastes velhos (1792).<sup>112</sup> Baniu o idealista Radishchev (1790), prendeu o populista Novikov (1792), estabelecendo uma censura inquisitória sobre a literatura e as peças. Quando Luís XVI e Maria Antonieta foram guilhotinados (1793), cortou totalmente as relações com o governo francês, insistindo junto às monarquias européias para que fosse formada uma coalizão contra a França. Ela própria não aderiu a essa coalizão, porém utilizou-a para conservar ocupadas as potências ocidentais enquanto completava a anexação da Polônia. "Muitos de meus empreendimentos estão inacabados", disse a um de seus diplomatas, "as cortes de Berlim e Viena devem estar ocupadas para nos deixar desacorrentados."<sup>113</sup>

Alguns vestígios de seu liberalismo sobreviveram até 1793. Naquele ano, uma pessoa da corte foi lhe dizer que Frédéric-César de Laharpe, preceptor de seus netos, era um republicano inveterado. Mandou chamá-lo, informando-o sobre o que acabara de ouvir, e ele respondeu: "Vossa Majestade sabia, antes de confiar-me a educação dos grãos-duques, que eu era suíço e, por conseguinte, republicano." Pediu-lhe que

examinasse seus alunos e, segundo a conduta deles, julgar o seu trabalho. Ela já sabia, entretanto, que ele os havia ensinado muito bem. “*Monsieur*”, disse ela, “seja jacobino, republicano, o que quiser. Acredito que o senhor é um homem honesto, e isto basta para mim. Fique com os meus netos, retenha minha total confiança, e enculque neles o seu perfeito zelo.”<sup>114</sup>

Em meio ao turbilhão, teve o seu último amante (1789). Platon Zubov tinha 25 anos, ela 61. Catarina escreveu a seu *amant-en-titre*, Potemkin: “Renasci como um animal que o frio entorpecera.”<sup>115</sup> O seu novo “aluno” propôs um tríplice ataque contra a Turquia: um exército russo, comandado por seu irmão de 24 anos, Valerian, atravessaria o Cáucaso para entrar na Pérsia, impedindo qualquer comércio terrestre entre a Turquia e o Oriente. Um outro exército, sob Suvorov, iria através dos Balcãs para sitiá-la Constantinopla. E a nova esquadra russa no Mar Negro, conduzida pela própria imperatriz, capturaria o controle do Bósforo. Depois de anos de preparo, esse empreendimento épico teve início (1796). Derbent e Baku foram tomadas, e Catarina aguardava ansiosamente as vitórias que completariam seu programa e coroariam a sua carreira.

Na manhã de 17 de novembro de 1796, ela parecia mais alegre do que nunca. Após o desjejum, retirou-se a seus aposentos. Como o tempo passava e ela não reaparecia, suas aias bateram na porta. Não obtendo resposta, entraram. Encontraram a imperatriz esticada no chão, vítima de ruptura de uma artéria cerebral. Recebeu duas sangrias, recobrando momentaneamente a consciência, mas não podia falar. Morreu às dez horas daquela noite.

Seus inimigos acharam que ela não merecia morte tão compassiva. Nunca perdoaram suas contradições entre suas idéias liberais e o reinado absoluto, sua intolerância das oposições, o fato de não ter levado adiante sua proposta de reformar a legislação russa, sua complacência para com os nobres ao estender a servidão. Empobrecidas pelos altos índices dos impostos, e chorando a perda dos filhos nas guerras, as famílias não lhe agradeciam as vitórias. Entretanto, o povo, como um todo, aplaudiu-a por ter expandido a Rússia até fronteiras mais amplas e seguras. Catarina havia acrescentado 350.000 km<sup>2</sup> ao território russo, abrindo novos portos ao seu comércio, feito crescer a população de dezenove para 36 milhões de almas. Fora inescrupulosa na diplomacia — talvez na anexação da Polônia tenha sido um pouco mais que a maioria de outros soberanos da época.

Sua maior realização reside em ter continuado os esforços de Pedro o Grande para levar a Rússia à civilização européia. Enquanto Pedro pensou no fato principalmente em termos de tecnologia, Catarina o fez em termos de cultura. Com sua personalidade forte e corajosa tirou as classes intelectuais da Rússia das concepções medievais para a órbita do pensamento moderno na literatura, filosofia, ciência e arte. Estava além de seus pares cristãos (excetuando-se o não-cristão Frederico II) ao instituir a tolerância religiosa. Um historiador francês comparou-a favoravelmente com o Grande Monarca:

A generosidade de Catarina, o esplendor de seu reino, o brilhantismo de sua corte, suas instituições, seus monumentos, suas guerras, representavam para a Rússia exatamente o que a época de Luís XIV era para a Europa. Contudo, considerada

individualmente, Catarina era maior do que o príncipe. Os franceses formaram a glória de Luís, Catarina formou a dos russos. Ela não teve, como ele, a vantagem de governar um povo civilizado, tampouco foi rodeada, desde a infância, por personalidades importantes e cultas.<sup>116</sup>

Segundo a opinião de um historiador inglês, Catarina foi “a única soberana que ultrapassou Elizabeth da Inglaterra em habilidade, equiparando-se com ela na persistência com que levou avante o seu trabalho”.<sup>117</sup> “Ela era”, declarou um historiador alemão, “até a raiz dos cabelos, ‘um ser político’, sem rival entre as do mesmo sexo na história moderna. No entanto, ao mesmo tempo, era uma mulher completa e uma grande dama.”<sup>118</sup> Podemos aplicar-lhe o magnânimo princípio exposto por Goethe: seus erros constituíam uma contaminação de seu tempo, mas suas virtudes só a ela pertenciam.



## A Violação da Polônia

1715-95

### I. PANORAMA DA POLÔNIA: 1715-64

A GEOGRAFIA, a raça, a religião e a política eram os inimigos naturais da Polônia. O país era tão grande quanto a França, estendendo-se, em 1715, do Oder, a oeste, até quase Smolensky e Kiev, a leste. Entretanto, não possuía nenhuma fronteira natural — nem montanhas ou rios largos — para protegê-la de uma invasão. Seu nome originava-se de *pole*, planície. Possuía apenas uma saída para o mar — em Dantzig; e o Vístula, que ali deságua, não constituía defesa contra a vizinhança da Prússia. A nação não possuía unidade étnica. A população de 6.500.000 almas (1715), na maioria polonesa, vivia em constantes lutas com as minorias alemãs, judias, lituanas e russas. Teutos e eslavos enfrentavam-se em espontânea hostilidade. Também não existia unidade religiosa. A maioria católica romana dirigia e oprimia os “Dissidentes” — estes também constantemente divididos entre protestantes, ortodoxos gregos e judeus. Não havia unidade política, porque o soberano poder, zelosamente mantido, consistia em um Sejm, ou Congresso, composto exclusivamente de nobres, os quais tinham, individualmente, através do *liberum veto*, autoridade para anular qualquer proposta de todos os demais e, se quisessem, terminar qualquer Sessão ou Dieta. O rei era escolhido por esta Dieta, ficando sujeito a “convenções” por ele assinadas como condição para ser eleito, não podendo prosseguir qualquer política a longo prazo com a garantia de transmitir sua coroa ou receber firme apoio. Os nobres exigiam o direito de legislar sem prazos fixos, porque desejavam ficar totalmente livres para governar suas terras e seus servos. Entretanto, a essência da liberdade é a limitação, pois tão logo a liberdade se torna total ela termina na anarquia. A história polonesa após Jan Sobieski é uma crônica da anarquia.

Quase todo o solo era cultivado pelos servos em submissão feudal inapelável. O proprietário às vezes era bom, porém sempre absoluto. Os servos não apenas lhe deviam a parte da produção que ele pedisse, como eram obrigados a dar-lhe, gratuitamente, dois ou três dias de trabalho semanais, em sua mansão. Felizmente a terra,

abundante em água, era fértil e os camponeses tinham comida suficiente. Entretanto, Coxe descrevia-os “mais pobres, mais humildes e miseráveis do que qualquer povo que vimos durante nossas viagens”.<sup>1</sup> Seus patrões eram a pequena nobreza, isto é, gente educada (*szlachta*), e estes, por sua vez, submetiam-se a uma centena de magnatas que possuíam ou controlavam grandes áreas. Esses pequenos nobres ocupavam a maior parte dos cargos executivos do Estado e, teoricamente, dominavam o Sejm. Na verdade, a política polonesa era uma luta de magnatas ou de suas famílias que manipulavam os grupos *szlachta* através de influência política ou suborno direto.<sup>2</sup>

A família polonesa ainda retinha uma primitiva prioridade sobre o Estado. Os Radziwills, os Potockis, os Czartoryskis eram particularmente unidos por um sentimento de solidariedade familiar mais forte do que qualquer elo de nacionalidade. No âmbito dessas famílias, o patriotismo era literalmente deferência pelo pai e, acima de tudo, pelo mais velho. A família era forte como instituição porque consistia na união da produção econômica e disciplina moral. Não havia o individualismo econômico que dispersava os filhos pelo país. Normalmente, o filho permanecia na propriedade patrimonial sob a direção do pai, enquanto este vivesse. A família florescia através da mesma unidade de mando, na falta da qual o Estado se enfraquecia. Toda a riqueza familiar ficava sob um controle patriarcal centralizado. Em muitos casos, crescia de ano para ano, por meio de reinvestimento dos lucros da exploração e da exportação, por vezes superando a fortuna do rei. No século XVIII, cada uma dessas famílias polonesas despendia duzentas mil *livres* anuais em seus lares.<sup>3</sup> As mais poderosas chamavam de lar seus pátios, com seus mantenedores, exércitos particulares, inúmeros criados e ostentação semi-real. De modo que, em 1789, o Príncipe Karol Radziwill, cujos domínios eram tão grandes quanto a Irlanda, deu uma festa para quatro mil convidados, que lhe custou um milhão de marcos.<sup>4</sup>

A mais famosa entre as famílias polonesas — tão conhecida que ficou se chamando “a Família” — eram os Czartoryskis. Desde o século XV a família tinha eminência principesca, sendo ligada à Casa de Jagiello, que dominou a Polônia de 1384 a 1572. O Príncipe Kasimierz Czartoryski (1741), vice-chanceler da Lituânia, casou-se com Isabela Morstin, que trouxe à família um acréscimo de cultura francesa. Com ele, teve três filhos notáveis: Fryderyk Michal Czartoryski, que se tornou presidente da Lituânia; Alexandre Augusto Czartoryski, mais tarde príncipe palatino da “Rússia Vermelha”; e Konstantia, que se casou com Estanislau Poniatowski I, que lhe deu um filho, Estanislau Poniatowski II, a mais trágica figura da história polonesa.

Uma outra distinção dos Czartoryskis era que o seu liberalismo cresceu com sua fortuna. Há muito eram conhecidos pelo tratamento humanitário que dispensavam aos servos. “Se eu tivesse nascido servo”, disse um contemporâneo, “gostaria de sê-lo do Príncipe [Alexandre] Augusto Czartoryski.”<sup>5</sup> Ele organizou colégios para as crianças, suprimindo-os de livros, construiu capelas, hospitais, casas-modelo. Trouxe para sua mansão em Pulawy (nas proximidades de Lublin) professores e literatos que treinavam os jovens que demonstravam maior capacidade para os estudos, de qualquer classe, para o serviço do Estado. Politicamente, a Família opunha-se ao *liberum veto*, por tornar impossível a formação de um governo eficiente. Contra eles destacavam-se muitas famílias que julgavam que o veto constituía sua única proteção contra a centralização de uma autocracia. A mais forte entre estas era a família Potocki, dirigida pelo Prínci-

pe Felix Potocki, que podia cavalgar cinquenta quilômetros em linha reta sem sair de suas terras — um milhão de hectares na Ucrânia.

A indústria e o comércio, que no século XVI tinham contribuído para a grandeza da Polônia e a prosperidade de suas cidades, viram-se embargados pela hostilidade dos latifundiários e sua obediente Dieta. Muitas cidades estavam totalmente dentro da propriedade particular de um magnata que, temeroso da ascensão de uma classe média independente, favorecia a agricultura em detrimento da indústria. A competição dos trabalhos manuais dos servos nas mansões havia destruído o trabalho artesanal nas cidades. “A ruína das cidades é tão evidente”, escreveu Anton Potocki em 1744, “que, com a única exceção de Varsóvia, a melhor delas no país pode comparar-se a um covil de ladrões.”<sup>6</sup> O capim crescia nas ruas de Lvov, algumas praças tornaram-se campos abertos, e Cracóvia, outrora um dos principais centros da Europa, declinou para uma população de nove mil habitantes, e sua famosa universidade para seiscentos estudantes.<sup>7</sup>

A decadência das cidades devia-se, em parte, à reconquista católica da Polônia. Muitos dos protestantes expulsos eram anteriormente comerciantes ou artesãos. Sua diminuição em toda a Polónia, exceto na parte ocidental (onde muitos alemães permaneceram), deixou tudo nas mãos dos latifundiários, que eram católicos romanos ou, a leste, ortodoxos gregos ou uniatas (católicos professando o ritual oriental, porém reconhecendo o papa). Os dissidentes — protestantes, ortodoxos gregos e judeus, perfazendo oito por cento da população — foram excluídos dos negócios públicos e da Dieta. Todas as ações contra eles eram julgadas perante tribunais inteiramente católicos.<sup>8</sup> Em 1724, a hostilidade religiosa chegou a um ponto que na cidade de Toruń (Torn), predominantemente protestante, o povo, enfurecido pelo comportamento de um estudante jesuíta, profanou a hóstia, pisando a imagem da Virgem. Nove dos atacantes foram condenados à morte. Os protestantes poloneses apelaram para a Prússia, os ortodoxos gregos para a Rússia. Estes dois países ofereceram sua proteção, partindo da qual principiaram a invasão e a separação.

A moral polonesa assemelhava-se à dos alemães à mesa e à dos franceses na cama. Os camponeses estavam habituados com a monogamia, pelo cuidado do solo e de sua família, mas na capital isto tornou-se difícil pela beleza e “maneiras sedutoras” das mulheres, que não permitiam que uma excelente educação interferisse com o seu charme. Segundo nos é dado saber, as damas de Varsóvia eram sexualmente tão indulgentes quanto as de Paris.<sup>10</sup> Poniatowski afirma ter sido virgem até seus 22 anos,<sup>11</sup> acrescentando, entretanto, que tal continência era excepcional no seu meio. A embriaguez corria solta, sem distinção de classes. Entre os camponeses servia como um esquecimento momentâneo da pobreza, das dificuldades ou do frio; entre os nobres amenizava o isolamento e o tédio. Em todas as posições sociais, os homens consideravam-na não um vício, porém uma qualidade. Pan Komarczewski era glorificado por conseguir esvaziar um balde de champanha de um só gole, sem perder a lucidez ou cambalear. E Poniatowski foi alertado de que nunca seria popular, a menos que se embriagasse duas vezes por semana.<sup>12</sup> A hospitalidade era universal, porém julgada pela quantidade de comida e bebida apresentada aos convidados. Muitas vezes, um magnata hipotecava uma cidade a fim de pagar um banquete.

Os poloneses cultos coloriam a paisagem com sua indumentária. No verão, o cam-

ponês arranjava-se com blusa e calças de linho cru, sem meias e sapatos; no inverno enrolava-se sem se incomodar com as cores e, nunca, com arte. Mas a gente fina, que somava umas 725 mil pessoas, usava botas, espada, chapéu com plumas, roupagens coloridas de seda ou renda, e, ao redor da cintura, uma faixa larga de fazenda estampada de cores vivas. Este portentoso garbo nacional viera do Islã, pelo contato dos lituanos com os turcos, na Ucrânia. Refletia a esporádica aliança da Polônia com a Turquia contra a Áustria ou a Rússia, e talvez expressasse um elemento asiático nas maneiras e no caráter do polonês.

De 1697 a 1763, a cultura polonesa sofreu um atraso, pela indiferença de seus reis saxões, em relação à literatura e à arte eslavas, assim como devido a duas guerras devastadoras. A Igreja Católica não apenas era a principal patrocinadora das artes, como também a propagadora da educação e o principal repositório da cultura e da literatura. Cautelosamente, resguardava a Polônia contra os movimentos científicos e filosóficos do Ocidente, porém, dentro dos limites, difundia e aprimorava a cultura. Józef Zaluski, bispo de Kiev, reuniu duzentos mil volumes em uma das maiores bibliotecas da época em Varsóvia. Em 1748, abriu-a ao público, apresentando-a à nação. Por outro lado, pessoalmente ele vivia frugalmente, sacrificando-se na luta em prol da preservação da independência polonesa.

Foi ele quem conduziu o veemente jovem padre Estanislau Konarski para o estudo da história e das leis. Em 1731, Konarski publicou o primeiro de quatro volumes — *Volumina legum* — que codificava a legislação polonesa de Casimiro o Grande até sua era. Estas e outras pesquisas revelaram a Konarski como a Polônia tragicamente decaída do seu florescimento renascentista. Convencido de que a recuperação só podia vir de cima, instituiu em Varsóvia (1740), um Collegium Nobilium, onde jovens da nobreza receberiam educação, não apenas na matemática e nas línguas clássicas e literatura (que os jesuítas ensinavam bem), mas ainda nas ciências naturais e línguas modernas. Era uma tarefa heróica, pois ele não tinha nem dinheiro, livros didáticos, professores, nem estudantes. Entretanto, após quinze anos de luta e trabalho, tornou a sua Universidade de Nobres uma instituição famosa e honrada, uma das fontes da revivescência cultural sob Poniatowski e da esclarecida constituição de 1791. Reivindicou uma reforma de língua polonesa, procurando destituí-la das frases latinas e de uma retórica rebuscada. A nação protestou, mas acabou aprendendo. Konarski co-roou sua obra com a publicação (1760-63) do mais importante tratado de política do século na Polônia, inocentemente intitulado *Na Conduta Eficiente dos Debates*, porém contendo uma invectiva contra o *liberum veto*. Novamente inúmeros protestos, mas, após 1764, a Dieta não se dissolveu pelo *liberum veto*. Com o auxílio de Konarski, Poniatowski principiou a reforma da constituição polonesa.

Depois dessa brilhante e intermitente ressurreição, a Polônia sofreu 67 anos de infortúnios, desordem e declínio sob o domínio dos reis saxões.

## II. OS REIS SAXÕES: 1697-1763

Outras páginas<sup>13</sup> já descreveram como a Dieta polonesa passou por cima do filho do grande Sobieski para dar a coroa a Frederico Augusto, eleitor da Saxônia, que se

converteu ao catolicismo da noite para o dia a fim de tornar-se Augusto II (o "Forte") da Polônia; de que maneira Carlos XII da Suécia substituiu-o por Estanislau Leszczyński (1704); e de como a derrota de Carlos em Poltava (1709) permitiu que Augusto recuperasse o trono. Ele pouco aproveitou o poder legislativo de um monarca do século XVII, mas usufruiu os privilégios sexuais conferidos à realeza. Fracassando no domínio da Polônia, voltou-se, com amor, em direção à Saxônia, para a bela Dresden, saciando-se com cerveja e exaurindo-se com amantes; e, aliando o insulto à injustiça, entre essas beldades só havia uma polonesa. No fim do seu reinado planejou repartir a Polônia entre a Áustria, a Prússia e a Saxônia, porém morreu (fevereiro de 1733) antes de praticar tal perversidade. No leito de morte disse: "Toda a minha vida foi um incessante pecado."<sup>14</sup>

No intervalo que se seguiu, durante a reunião de uma Dieta eleitoral, emissários franceses gastaram somas vultosas para convencer os deputados a forçarem o retorno de Leszczyński. Desde o dia que foi deposto, Estanislau vivia em paz e esperança na Alsácia. Em 1725, sua filha, Maria, tornou-se rainha da França, ao casar-se com Luís XV. Este agora esperava que seu sogro, quando subisse ao trono, seguisse a política da França de uma coligação da Polônia com a Prússia e a Turquia em um círculo ao redor da Áustria. Sentindo que tal aliança poderia enfraquecer a Rússia no seu inevitável conflito com a Turquia e a Prússia, o governo russo despachou rublos para Varsóvia a fim de evitar a eleição de Leszczyński. Entretanto, as *livres* tiveram mais influência do que os rublos, pois, em 10 de setembro de 1733, Leszczyński tornou-se o Rei Estanislau I da Polônia.

Uma minoria recusou-se a reconhecer sua eleição, pondo-se sob a proteção de um exército russo que avançava em direção ao Vístula, proclamando o eleitor saxão como Rei Augusto III da Polónia (6 de outubro). Assim principiou a Guerra da Sucessão polonesa, e a primeira interferência russa nos negócios desse país. Estanislau procurou um exército polonês para defendê-lo, mas não existia nenhum, exceto no papel. Fugiu para Dantzig, pedindo auxílio à França. O governo francês era então dirigido pelo Cardeal Fleury, que não se sentia disposto a uma guerra com a longínqua Rússia. Mandou um destacamento de 2.400 soldados. A Rússia, com doze mil, subjugou-o. Estanislau escapou por Dantzig, retirando-se na Lorena. Em janeiro de 1736, assinou sua abdicação e, em julho, Augusto III foi reconhecido rei.

Entretanto, da mesma forma que Leszczyński, não estava habilitado a dirigir uma nação que continha o caos em sua estrutura. Por algum tempo, cooperou com os Czartoryskis nas tentativas para terminar com o *liberum veto*. Várias vezes Potocki usara o veto para preservá-lo. Augusto desistiu, consolou-se em Dresden, indo raramente à Polónia. A corrupção continuou florescendo. Incapaz de obstá-la, o rei dela compartilhou, vendendo empregos a quem desse mais. Os magnatas controlavam as cortes e as forças armadas. Negociavam diretamente com as potências estrangeiras, recebendo subsídios das mesmas.<sup>15</sup> França, Áustria, Prússia e Rússia faziam suas manobras para ver quem mais se aproveitaria com a iminente dissolução do Estado polonês.

Antes e depois da morte de Augusto III (5 de outubro de 1763) ocorreram várias gestões diplomáticas para nomear seu sucessor, quase chegando à eventualidade de uma guerra. Os Potockis pleitearam um exército permanente de cem mil homens a

fim de proteger a Polônia do domínio estrangeiro. Os Czartoryskis resignaram-se em um protetorado russo, negociando com Catarina II. A Rússia arrogava-se o direito de proteger a minoria ortodoxa grega na Polônia, chegando a evocar o passado para lembrar que as províncias ao leste da Polônia haviam sido tomadas da Rússia por São Vladimir (956? — 1015) oitocentos anos atrás. A França era favorável ao filho de Augusto III como seu sucessor. Se a Rússia dominasse a Polônia, toda a estrutura da política externa francesa a leste sofreria um colapso. Frederico o Grande, que há pouco terminara uma guerra cruel de sete anos contra a França e a Áustria, necessitava da amizade de Catarina, por cuja intercessão escapara de uma catástrofe. Concordou apoiar seu candidato ao trono da Polônia. Além do mais, assinara com ela (11 de abril de 1764) um tratado, no qual ambas as partes se comprometiam secretamente a opor-se a quaisquer alterações na constituição da Polônia ou da Suécia, para evitar que o crescente poderio de tais reinos tornasse qualquer um desses países perigosamente fortes. Propunham-se a defender o caos em nome da liberdade. Os Czartoryskis acalmaram-se quando Catarina prometeu restringir o *liberum veto*, após o restabelecimento da estabilidade, e escolher um protegido deles como seu candidato para o trono. Em 7 de setembro de 1764, pelo voto unânime de um Congresso que se deixou convencer por meio de rublos, e um exército russo a apenas três milhas de distância, Estanislau Poniatowski foi escolhido rei.

### III. PONIATOWSKI

Estanislau Poniatowski nasceu a 17 de janeiro de 1732, filho de Estanislau Poniatowski o Velho, governador da Cracóvia, e de Konstantia Czartoryski. “Fui criado com muito rigor”, disse ele a Mme. Geoffrin, “por uma mãe cujo similar não se poderá encontrar atualmente em nenhuma parte, e por um pai que somente me dava conselhos segundo o seu exemplo.”<sup>16</sup> Com a idade de dezesseis anos, principiou a fazer longas viagens. Em 1753, cativou Mme. Geoffrin, seu salão, e quase toda Paris por sua aparência, maneiras e mocidade. Alguns anos depois, seguindo a moda da época, compôs um auto-retrato que se adaptava muito bem aos fatos:

Ficaria satisfeito com o meu corpo se pudesse ser um pouco mais alto(...) o nariz menos adunco e a boca um tanto menor. Com essas reservas, creio que meu rosto é nobre e expressivo, minha aparência não destituída de distinção.(...) A miopia torna-me quase sempre desajeitado, entretanto, apenas por um instante. Na verdade, tenho mais tendência a desagradar pelo extremo oposto — meu porte é demasiadamente altaneiro. Uma excelente educação possibilita-me ocultar meus defeitos mentais e físicos, de modo que as pessoas esperam mais de mim do que posso dar, espontaneamente. Sou bastante vivo para tomar parte em qualquer conversação, mas não o suficiente para uma conversa longa e freqüente. Entretanto, ajudam-me bastante minha natural simpatia e amabilidade. Tenho uma especial tendência para a arte.(...) A indolência impede que eu me aprofunde como desejaria nas artes e nas ciências. Trabalho demais, ou absolutamente nada. Possuo faro para negócios,(...) porém dependo muito de um bom conselho para levar avante qualquer plano de minha lavra. Sou muito impressionável, e muito mais predisposto à tristeza do que à alegria. Sou o primeiro a ficar deprimido.(...) Quando amo, faço-o apaixonadamente.(...) Não sou vingativo. Embora no primeiro momento de irritação

tenha vontade de vingar-me de meus inimigos, nunca realizo meu desejo, pois a paixão acaba interferindo.<sup>17</sup>

Ao vê-lo expressar-se — e tão bem — pensamos que Poniatowski nasceu mais para escrever do que planejar e agir. Encontrara-se com Montesquieu e tinha lido Voltaire. Adquirira o verniz intelectual do polonês com a sutileza da sociedade francesa, juntamente com uma “sensibilidade” que começara a se expressar em Rousseau. Era extremamente sensível às mulheres, julgando que o que elas lhe davam, em coração e corpo, não tinha preço. Corriam boatos que, em Paris, ele fora preso por dívida, sendo solto, após uma hora de detenção, mediante pagamento de cem mil *livres* por Mme. Geoffrin.<sup>18</sup>

Depois de cinco meses em Paris, tendo aprendido inglês, foi para Londres, assistiu a algumas sessões do Parlamento, aspirando remodelar a situação da Polônia, segundo a imagem da Inglaterra, interpretada por Montesquieu. De volta das viagens (1754) foi nomeado alto dignitário da Lituânia. Um ano depois, acompanhou Sir Charles Hanbury-Williams à Rússia, cujos objetivos já foram comentados. Voltou à pátria em 1756, porém, em 1757, foi para São Petersburgo, na qualidade de embaixador da Polônia. Aderiu às maquinções contra Elizaveta em 1758, sendo intimado a deixar a Rússia. Catarina lastimou sua partida, mas apoiou-o na conquista do trono da Polônia não por ainda amá-lo, mas em virtude (assim disse ela) dele ter menos direito do que qualquer outro candidato, sendo, por conseguinte, muito mais grato.<sup>19</sup> Quanto a ele, nunca se recuperou totalmente daquela excitante ligação. Lembrava-se de Catarina antes desta ficar empedernida pelo poder, e tal fascínio persistiu mesmo quando ela utilizou-se dele para subjugar o seu povo.

Dois dias após sua eleição, ele enviou a notícia a Mme. Geoffrin:

MINHA QUERIDA MÃE: parece-me que tenho mais prazer em chamá-la assim desde anteontem. [Sua mãe já havia morrido, naquela ocasião.] Em toda a nossa história, nunca houve uma eleição tão tranqüila e unânime. (...) Todas as principais damas do reino estavam presentes no Posto Eleitoral, entre o grupo de nobres.(...) Tive a satisfação de ser eleito pelo voto de todas as mulheres, assim como de todos os homens.(...) Por que não estivestes lá? Teríeis indicado o vosso filho.<sup>20</sup>

Já vimos como a “mamãe” enfrentou as estradas da Europa para visitar o seu “filho” em seu palácio em Varsóvia (1766). Destituída de uma concepção realística da lacuna entre a civilização da França e da Polônia, ansiava para que ele impulsionasse este país um século em um ano. Seus conselhos constituíram um estorvo, exigindo demais da devoção filial de Poniatowski. Ele ficou aliviado quando ela partiu, embora a cumulasse de elogios e de um retrato seu emoldurado com diamantes. Ela guardou o retrato, devolvendo os diamantes. Uma vez longe, seu amor por ele voltou ao fervor inicial. Escreveu-lhe de Viena, reafirmando-lhe “uma afeição que é a razão de minha vida”.<sup>21</sup>

Estanislau fez o que pôde. Nos primeiros anos, entregou-se com afincos aos deveres governamentais. Assistia diariamente às deliberações dos ministros, trabalhando até altas horas nos problemas que considerava conscienciosa e detalhadamente. Conseguiu um corpo de funcionários públicos de insultada competência e extraordinária

integridade.<sup>22</sup> Tornou-se facilmente acessível, encantando a todos pela amabilidade, mas nem a todos, entretanto, por seu entusiasmo pelas reformas. Contudo, sua energia enfraquecia-se pelo sentido de dependência em relação a Catarina, até mesmo no tocante às tropas russas que ela havia deixado na Polônia como garantia de sua segurança e obediência. O embaixador de Catarina, Conde Otto von Stackellberg, observava-o para que ele não perdesse suas amarras com a Rússia.

Estava cercado de inimigos, próximos e distantes. A nobreza polonesa dividia-se em duas facções: uma, dirigida pelos Potockis, agitados pelo espírito da independência anterior à reforma, e desejosos de obstar o real poder conservando a aristocracia forte. A outra, sob os Czartoryskis, reivindicava em primeiro lugar a reforma, sob a alegação de que, na atual desordem, a Polônia estava por demais fraca para jogar fora o protetorado da Rússia. Os Czartoryskis hesitavam em apoiar Poniatowski por condenar suas extravagâncias e suas amantes. O Congresso concedia-lhe 2.200.000 rúbeis anuais, cuja soma foi aumentada para 6.143.000 *gulden* — em 1786 — um terço da renda governamental. Ele gastava mais do que essa dotação, tendo feito empréstimos nos bancos do país e do exterior. Duas vezes, o Estado pagou-lhe as dívidas. No entanto, em 1790, ele ainda devia 11.500.000 *gulden*.<sup>23</sup> Como Catarina, aspirava tornar seu reinado memorável por belos palácios. Dividia-se, assim como o seu séquito, entre dois ricos palácios, promovendo custosas diversões e prodigalizando presentes aos artistas, escritores e mulheres.

O seu charme custava caro. Com 32 anos, por ocasião de seu acesso ao trono, belo, culto, generoso e solteiro, cercava-se de belas mulheres, ávidas por ele e por seu dinheiro. Muitas daquelas que com ele não podiam se casar contentavam-se em compartilhar sua cama, e algumas atrizes francesas também empenhavam-se em distrair o rei. Os Czartoryskis protestaram. Estanislau confessava seus crimes e continuava cometendo-os. Finalmente, uma das amantes, Páni Grabowska, conduziu-o ao altar num casamento secreto. A partir de então, sua vida sexual era severamente vigiada, possibilitando-o dar mais atenção ao governo, à literatura e às artes.

Adquiriu interesse pessoal nas obras e nas vidas dos artistas e autores da época. Como Catarina, colecionava quadros, esculturas e livros. Construiu uma galeria e uma biblioteca, dando destaque a esta última com uma estátua de Voltaire. Encontrou trabalho para os artistas nacionais, trazendo outros da França, Itália e Alemanha. Piranesi e Canova não puderam ir, porém executaram, na Itália, trabalhos para ele. Transformou uma metade do palácio real em escola de arte, fornecendo fundos a fim de possibilitar aos jovens artistas estudarem no exterior. Instalou nas proximidades de Varsóvia uma indústria de porcelana, cujos produtos igualavam-se com os de Meissen e Sèvres. Incutiu nos poloneses abastados — Adão Czartoryskis, Isabel Lubomirska, Helena Radziwill e outros — a idéia de colecionar arte, fazer encomendas aos artistas e de construir e decorar seus palácios, a fim de substituir o rococó do período saxão com variações do estilo neoclássico. Ele próprio gostava e favoreceu um misto de estilo clássico e barroco. Neste gênero, Domenico Merlini projetou o Palácio Lazienki, nas proximidades de Varsóvia. Neste meio tempo, artistas estrangeiros treinavam uma nova geração de jovens artistas poloneses, os quais já haviam atingido a maturidade após o desaparecimento da liberdade na Polônia.

Os primeiros movimentos em direção à catástrofe consistiam nos obstáculos postos



por Frederico o Grande no caminho da auto-reforma da Polônia. Até então (1767), Catarina parecia não ter tido intenção de desmembrar a Polônia, tão obviamente sujeita à sua influência. A divisão tornaria a Prússia uma barreira muito mais ampla e formidável do que seria a Polônia eslava para a participação da Rússia na cultura e nos negócios da Europa Ocidental. Contentava-se ela em permitir aos dissidentes os direitos de cidadania. Frederico, entretanto, desejava mais. Nunca se conformou com a idéia de que a Prússia Ocidental, predominantemente alemã e protestante, estivesse sujeita à preponderância polonesa e católica. De modo que a partilha da Polônia era para ele uma idéia constante. Qualquer fortalecimento da Polónia, quer político, quer militar, constituiria um obstáculo para qualquer objetivo. Por conseguinte, seus agentes apoiavam o *liberum veto*, opunham-se à criação de um exército nacional russo, olhando com bons olhos os atritos entre católicos e dissidentes, como base para a invasão.

A intolerância da hierarquia católica romana cooperava com os planos de Frederico. Estes resistiam a qualquer tentativa para conceder direitos de cidadania aos dissidentes. Na "Rússia Branca" — que era então uma parte da Polónia, incluindo Minsk — as autoridades católicas romanas tomaram duzentas igrejas das congregações ortodoxas russas, dando-as aos uniatas. As comunidades ortodoxas eram proibidas de consertar suas antigas igrejas e construir novas. Em muitos casos, as crianças eram separadas de seus pais para serem educadas em obediência aos preceitos romanos. Os padres ortodoxos eram maltratados, sendo alguns condenados à morte.<sup>24</sup> Poniatowski, filho dos *philosophes*, era a favor da tolerância,<sup>25</sup> porém sabia que a Dieta lutaria, acirradamente se necessário, contra qualquer gestão para admitir em suas fileiras os não-católicos romanos. Sabia que qualquer proposta seria indeferida até que alterações no *liberum veto* pudessem fortalecer sua posição. Frederico e Catarina responderam que não pediam à Polónia nada mais senão o que eles próprios estavam concedendo às suas minorias religiosas. Nas sessões da Dieta, de outubro e novembro de 1766, Prússia, Rússia, Dinamarca e Grã-Bretanha apresentaram petição para que seus correligionários na Polónia recebessem amplos direitos de cidadania.

Movidos pela eloquência do Bispo Kajetan Soltyk, da Cracóvia, os deputados levantaram-se, cheios de cólera, pedindo não só a recusa da petição, como a acusação dos poloneses que a apoiaram como traidores da pátria e de Deus.<sup>26</sup> Um membro que pretendeu defender a referida petição por pouco escapou da morte.<sup>27</sup> Poniatowski tentou aquietar a Assembléia lançando um panfleto (novembro de 1766) denominado *Considerações de um Bom Cidadão*, conclamando todos os poloneses a uma união nacional, e advertindo-os que uma nação dividida era um convite à conquista. Ao mesmo tempo, pediu ao embaixador polonês em São Petersburgo que retirasse a Rússia do grupo das potências peticionárias. "Se essa [petição] for mantida", escreveu Poniatowski, "não posso deixar de alertar para uma Véspera do Dia de São Bartolomeu" [Massacre] para os dissidentes e, para mim, uma safra de Ravallacs [assassinos]. (...) A imperatriz quer fazer de meu manto real uma roupagem de Nesso. Tenho de escolher entre renunciar à sua amizade e ser inimigo de meu país." Catarina respondeu, por intermédio de Nikolai Repnin, seu embaixador em Varsóvia: "Não consigo conceber como é que o rei pode julgar-se traidor de seu país pelo simples ato de apoiar os reclamos da equidade."<sup>28</sup> Estava ela longe demais da Polónia, em dis-

tância e educação, para compreender a obsessiva paixão e o orgulho dos poloneses. Quando um grupo de nobres protestantes formaram uma confederação em Thorn, e uma facção Czartoryski formou uma confederação em Radom, Catarina pediu a Repnin para oferecer-lhes a proteção da Rússia. Valendo-se do pretexto, ele trouxe para a fronteira polonesa oitenta mil homens, deslocando alguns deles até mesmo para Varsóvia.

A Dieta tornou a se reunir em outubro de 1767. Os bispos Zaluski e Soltyk exortaram os deputados a se manterem inflexíveis contra qualquer alteração da Constituição. Ultrapassando a autoridade de Poniatowski, Repnin prendeu os bispos e os dois leigos, sob a alegação de terem insultado a imperatriz, transportando-os para Kaluga, a noventa milhas a sudoeste de Moscou. O Congresso (a Dieta) protestou. Repnin respondeu que, na eventualidade de outras oposições, ele deportaria não quatro, porém quarenta magnatas. Em 24 de fevereiro de 1768, a Dieta rendeu-se diante de ameaças de guerra, assinando com a Rússia um tratado aceitando todas as exigências de Catarina, isto é, liberdade ampla de credo religioso, elegibilidade para a Dieta e cargos públicos para os dissidentes, o que foi concedido. Os litígios entre católicos e dissidentes seriam julgados por tribunais mistos. O Tratado, para satisfação de Catarina, da Dieta e de Frederico, confirmou o *liberum veto*, com exceção das legislações econômicas. A Dieta humildemente aceitou Catarina como protetora da nova constituição. Em troca, ela garantiu a integridade territorial da Polônia pelo tempo que durasse essa *entente*. Catarina regozijou-se, não apenas por ter dado à Polônia uma liberdade religiosa que a própria Inglaterra jamais tivera, como também conseguira frustrar os planos de divisão idealizados por Frederico.

Poniatowski recebeu congratulações dos filósofos e o desprezo do seu povo.

#### IV. A PRIMEIRA DIVISÃO: 1768-72

Os patriotas e padres poloneses concordaram com Frederico em não aceitar a situação. O clero católico romano energeticamente condenou a sujeição da autonomia da Polônia a uma russa descrente. Adão Krasinski, bispo de Kamieniec, e Józef Pulaski (pai de Casimir Pulaski, que lutou em favor da América) levantaram o povo, por meio de sermões e panfletos, para reafirmar sua liberdade política e ditadura religiosa. Uma semana após a rendição da Dieta a Repnin, um grupo de poloneses formou (29 de fevereiro de 1768) a Confederação de Bar — cidade no Dniester, na Ucrânia polonesa. Os magnatas que financiaram o movimento foram inspirados pelo ódio a Catarina e ao rei. A “massa imbecil” como Frederico designava seus seguidores, ardia de amor por uma fé verdadeira e única, e esse ardor era expresso por poetas lamentando, em odes sombrias, a humilhação da Polônia e a “apostasia” de seu rei. A Turquia e a Áustria enviaram armas e fundos aos patriotas, e Dumouriez veio da França a fim de organizá-los em unidades de combate. Os poloneses que desejavam restabelecer a dinastia saxônica entraram no movimento, que logo ampliou-se e espalhou-se por todo o país. “Toda a Polônia está ardendo”, Repnin anunciou a Catarina. Poniatowski pensou em aderir à Confederação, mas os exaltados fizeram-no recuar ao pedir sua deposição, e até sua morte.<sup>29</sup> Se é que podemos acreditar em Voltaire,<sup>30</sup> trinta confederados prestaram juramento em Czeszochowa:

Nós, inspirados por um fervor sagrado e zelo religioso, resolvendo vingar a Divindade, a religião e o nosso país, ultrajado por Estanislau Augusto, um renegado das leis tanto divinas como humanas, protetor dos ateus e dos hereges, prometemos e juramos, diante da sagrada e miraculosa imagem da Mãe de Deus, extirpar da face da Terra aquele que a desonra, espezinhando a religião. (...) E que Deus nos ajude!

Repnin mandou as tropas reprimirem a rebelião. Rechaçaram os confederados além da fronteira da Turquia, queimando uma cidade daquele país. A Turquia declarou guerra à Rússia (1768), exigindo sua retirada e a libertação da Polônia. Os cossacos aproveitaram-se da confusão para invadir a Ucrânia polonesa, matando os latifundiários, dirigentes judeus, católicos romanos e camponeses protestantes numa orgia de indiscriminado homicídio. Em uma das cidades mataram dezesseis mil homens, mulheres e crianças. Os confederados vingaram-se matando todos os russos e dissidentes que encontravam, de modo que tanto os protestantes como os judeus foram duplamente prejudicados. Naqueles anos (1768-70), ao todo, cinquenta mil habitantes da Polônia morreram massacrados ou na guerra.<sup>31</sup>

Foi então que de todos os lados começaram a falar em divisão. Os inimigos dos confederados acusavam-os de terem concordado em dividir a Polônia entre eles e seus aliados.<sup>32</sup> Em fevereiro de 1769, Frederico enviou a São Petersburgo uma proposta para dividir a Polônia entre Rússia, Prússia e Áustria. Catarina respondeu que se a Prússia e a Áustria ajudassem a Rússia a expelir os turcos do território europeu, ela consentiria que a Prússia se apropriasse daquela parte da Polônia que separava o continente prussiano da Prússia oriental — o remanescente da Polônia sobre protetorado russo.<sup>33</sup> Frederico hesitou. Choiseul, da parte da França, sugeriu à Áustria que deveria apropriar-se do território adjacente à Hungria. A Áustria julgou a idéia boa e a ocasião oportuna, e em abril de 1769 ocupou a província polonesa de Spiz, a qual havia sido hipotecada à Polónia pela Hungria em 1412 e nunca fora resgatada.<sup>34</sup> Em 1770, os turcos, então em guerra, na qualidade de defensores da Polónia, propuseram à Áustria uma divisão desse país entre a própria Áustria e a Turquia.<sup>35</sup>

Enquanto prosseguiram as negociações, as potências ocidentais resignaram-se com a divisão da Polónia como o resultado fatal do caos político do país, antagonismos religiosos e incapacidade militar. A “catástrofe” foi considerada inevitável por todos os estadistas do continente.<sup>36</sup> Entretanto, os poloneses anticonfederados mandaram, naquela oportunidade, que um membro da Dieta solicitasse ao *philosophe* socialista Mably e ao *antiphilosophe* Rousseau a elaboração de um projeto de constituição para uma nova Polónia. Mably apresentou suas recomendações em 1772 — dois meses após a assinatura do primeiro tratado de divisão, e Rousseau terminou a *Constituição da Polónia* naquela mesma data.

A Confederação de Bar, antes de seu colapso, teve momentos de satisfação. Em março de 1770, na cidade turca de Varna, proclamou a deposição de Poniatowski. Na noite de 3 de novembro de 1771, ele foi interceptado por um grupo de confederados quando saía da casa de um tio. Os atacantes dominaram a escolta real, matando um dos guardas, arrancaram o rei da carruagem e retalharam sua cabeça a golpes de sabre, carregando-o para fora da capital. Na floresta de Bielny foram atacados por uma patrulha. Na confusão do combate, Poniatowski escapou, comunicou-se com a

Guarda Real, que chegou a fim de socorrê-lo. Ele foi escoltado, descabelado e coberto de sangue ao seu palácio, às cinco horas da manhã. Com o incidente, qualquer chance de reconciliação entre o governo e a Confederação desapareceu. Poniatowski caiu novamente sob a proteção da Rússia. A Confederação foi suprimida, deixando alguns remanescentes na Turquia — a lua crescente protegendo a Cruz (1772).<sup>37</sup>

Nesse meio tempo, o avanço dos exércitos russos em direção ao Mar Negro e o Danúbio perturbou tanto a Prússia como a Áustria. Nem Frederico II, nem José II gostaram de ver o Mar Negro sob controle russo, e muito menos, de Constantinopla. Pelos tratados de 1764 e 1766, a Prússia comprometera-se a auxiliar a Rússia se esta fosse atacada. A Turquia fora explicitamente a agressora na guerra russo-otomana de 1768. A Prússia estava, no momento, pondo em perigo a sua solvência ao enviar auxílio à Rússia. A Áustria, ressentindo-se da entrada de forças russas na Valáquia, ameaçava aliar-se à Turquia contra aquele país. Nesse caso, a Rússia forçosamente esperaria que a Prússia atacasse a Áustria. Entretanto, Frederico já estava farto de guerra. Havia feito duas guerras para apossar-se da Silésia. Por que arriscar-se agora? Preferia a diplomacia. Será que essas três potências se apaziguariam com bocados de solo polonês? Do modo em que estava a situação naquele momento, com o embaixador russo como o verdadeiro dirigente da Polônia, seria apenas uma questão de tempo até que a Rússia absorvesse totalmente o país, independente de qualquer fase. Seria ainda possível evitar esse fato? Sim, se Catarina consentisse em tomar apenas o leste da Polônia, deixar Frederico tomar a parte oeste, retirando-se depois do Danúbio. Será que a partilha restante acalmaria a beligerância de José?

Em janeiro de 1771, o Príncipe Henrique, irmão de Frederico, propôs o plano aos diplomatas russos, em São Petersburgo. Panin objetou, dizendo que a Rússia havia garantido a integridade territorial da Polônia. Replicaram-lhe que essa garantia condicionava-se à adesão da Polônia à sua nova constituição e sua aliança com a Rússia, e tal adesão cessara quando tantos deputados participaram da rebelião da Confederação de Bar. Mesmo assim, Catarina relutava. Por que dar a Frederico uma parte da Polônia quando ela poderia muito em breve tomar tudo? Por que razão fortalecer a Prússia com mais um território, recursos, portos no Báltico e maior número de tropas? Contudo, não desejava combater Frederico. Ele possuía 180 mil homens bem equipados. Preferia que ele impedisse José de unir-se com a Turquia contra a Rússia. Seu objetivo no momento não era a Polônia, porém o Mar Negro. Em 8 de janeiro de 1771, quase por acaso, durante uma festa, ela demonstrou a Henrique a hipótese de aquiescer com o esquema de Frederico.

Passou-se um ano, e as negociações sobre a divisão dos despojos ainda não tinha sido estabelecida. Frederico queria Dantzig, Catarina objetou; e a Inglaterra também, pois seu comércio no Báltico era feito através daquele porto. Entrementes, a Áustria mobilizava-se, aliando-se secretamente com a Turquia. Em 17 de fevereiro de 1772, Frederico e Catarina assinaram um "convênio" para a divisão da Polônia. A imperatriz acalmara José abrindo mão de quaisquer reivindicações russas em relação à Valáquia e à Moldávia; além do mais, o insucesso da safra de 1771 impossibilitou-o de fornecer alimento às tropas. Por outro lado, Maria Teresa empregava todas as suas súplicas para impedir que seu filho compartilhasse daquela violação. Frederico e Catarina forçaram-lhe a mão quando principiaram realmente a se apossar das terras que

tinham concedido a si mesmos. Em 5 de agosto de 1772, José após sua assinatura ao pacto da referida divisão.

Depois de invocar a Sagrada Trindade, esse tratado aquiescia em deixar à Polônia dois terços do seu solo e um terço à sua população. A Áustria ficou com o sul da Polônia entre Volínia e os Cárpatos, com a Galícia e a Podólia ocidental — 40.000km<sup>2</sup> e 2.700.000 habitantes. A Rússia ficou com a “Rússia Branca” (parte leste da Polônia com o Dvina e o Dnieper) — 54.000km<sup>2</sup> e 1.800.000 habitantes. A Prússia ficou com a “Prússia Ocidental” com exceção de Dantzig e Thorn — 19.500km<sup>2</sup>, 600.000 habitantes. A parte de Frederico foi menor, porém havia conduzido a conspiração para a paz, tendo “unido as costuras”, conforme sua expressão, das Prússias ocidental e oriental com Brandemburgo. Afinal das contas, isto consistia em restituir à Alemanha “a fortaleza da Ordem Teutônica, a bela Planície Weichsal, que outrora os cavaleiros germânicos haviam arrebatado dos bárbaros”,<sup>38</sup> acrescentou o patriótico Treitschke. Frederico lembrou à Europa que a população da Prússia Ocidental era predominantemente alemã e protestante, e Catarina salientou que a região que ela havia tomado era povoada quase inteiramente por católicos gregos de língua russa.<sup>39</sup>

Imediatamente, as três potências ocuparam as partes que lhes cabiam com suas tropas. Poniatowski apelou para as potências ocidentais a fim de impedir a divisão. Estas estavam muito ocupadas. A França, na expectativa de uma guerra com a Inglaterra, hesitava opor-se à sua aliada, a Áustria. A Inglaterra em face de uma incipiente revolta na América, ameaçada pela França e pela Espanha. Jorge III aconselhou Poniatowski a pedir auxílio a Deus em suas preces.<sup>40</sup> As potências participantes da divisão pediram a convocação do Congresso a fim de confirmar a nova geografia. Poniatowski contemporizou durante um ano. Finalmente, convocou a Dieta para uma assembléia em Grodno. Muitos nobres e prelados recusaram-se a comparecer. Os que compareceram e protestaram foram enviados para a Sibéria. Outros aceitaram subornos. A Dieta remanescente teve sua constituição alterada para uma confederação (no qual o regulamento majoritário era permitido pelas leis polonesas) e assinou o tratado, cedendo a expropriação dos territórios (18 de setembro de 1773). Poniatowski, como Maria Teresa, chorou e assinou.

A Europa Ocidental aceitou a primeira divisão como única alternativa para a completa absorção da Polônia pela Rússia. Sabemos que alguns diplomatas “espantaram-se com a moderação dos associados, que obtiveram apenas um terço quando, se pedissem, poderiam obter tudo”.<sup>41</sup> Os *philosophes* rejubilaram-se pelo fato de uma Polônia intolerante ter sido castigada por seus déspotas esclarecidos. Voltaire saudou a divisão como uma histórica repulsa do *l'infâme*.<sup>42</sup> Tratava-se, naturalmente, do triunfo do poder organizado sobre a impotência reacionária.

## V. O ILUMINISMO POLONÊS: 1773-91

Poniatowski tinha agora de escolher entre a Rússia e a Prússia como seu protetor e dono. Escolheu a Rússia, por estar muito longe, e porque só ela poderia impedir Frederico de tomar Dantzig e Thorn. Catarina estava ansiosa para obstar um maior crescimento da Prússia, cujo exército consistia no maior óbice à expansão russa no Oci-

dente. Ordenou a seu embaixador em Varsóvia que auxiliasse Poniatowski de todas as formas consoantes com os interesses da Rússia, remetendo ao rei as propostas que Panin havia elaborado tendo em vista uma constituição polonesa mais viável. Conser-vou a monarquia eletiva e o *liberum veto*, expandindo entretanto a alçada do rei, estabelecendo, sob sua presidência e poder de execução, um Conselho Permanente de 36 membros, divididos em ministérios, da polícia, da justiça, finanças, relações exteriores e guerra, instituindo um exército regular de trinta mil homens. Os nobres temiam que tal exército ameaçasse o domínio que exerciam sobre o rei, de maneira que reduziram esse número para dezoito mil. Contudo, com estas e outras exceções de menor importância, o Congresso de 1775 ratificou a nova constituição, e Poniatowski viu-se com possibilidades para efetuar a recuperação do país.

A corrupção continuava, mas a anarquia diminuía, os bandos de guerrilheiros foram subjugados, e a economia nacional elevou-se. Os rios foram aprofundados para dar passagem aos grandes navios, cavaram-se canais entre esses rios, e um “Canal Real”, terminado em 1783, ligou o Báltico com o Mar Negro. Entre 1715 e 1773 a população polonesa cresceu de 6.500.000 para 7.500.000, e a renda nacional dobrou. Um sistema de escolas do Estado foi instituído, prepararam-se e distribuíram-se livros escolares, as universidades de Cracóvia e Vilna receberam contribuições adicionais, sendo reativadas, e as escolas de professores foram instituídas e financiadas pelo Estado. Poniatowski gostava de cercar-se de poetas, jornalistas e filósofos. “O rei”, relatou Coxe, “oferece um jantar todas as quintas-feiras aos homens de letras mais importantes pelo saber e talento, e Sua Majestade preside à mesa”,<sup>43</sup> liderando a conversa sobre livros e idéias. Convidou três autores para morarem em sua companhia e simplesmente contribuiu para o orçamento dos outros.<sup>44</sup> Milhares de poloneses, enquanto prestavam atenciosa obediência à Igreja — mesmo quando servindo na qualidade de seus sacerdotes — liam Locke, Montesquieu, Voltaire, Diderot, d’Alembert e Rousseau. Estavam lançadas as bases do Iluminismo polonês ou estanisiano.

Um jesuíta, Adão Naruszewicz, despertou a atenção do rei por seus poemas. Sendo promovido a bispo, continuou, não obstante, a compor versos à natureza. Seus “Hino ao Sol” e “Quatro Estações” ainda conquistam aqueles que podem lê-los no original. As *Sátiras* continham um vocabulário por vezes rebelaiano ou profano. Estanislaw pediu-lhe para escrever uma história da Polônia legível, porém erudita. Nove anos levou Naruszewicz nessa tarefa, produzindo seis volumes (1780-86) de uma obra extraordinária de minuciosa documentação. No final da segunda parte desanimou, deixou-se cair em profunda meiancolia, sobrevivendo apenas um ano à última parte.<sup>45</sup>

O escritor polonês importante daquele período era Ignacy Krasicki. Durante suas viagens, conquistou a amizade de Voltaire e Diderot.<sup>46</sup> Fez-se padre, em seguida arcebispo, porém Estanislaw animou-o a dar expansão a seus dotes poéticos. Sua obra cômico-heróica *Ratiada* (1775) satirizou as guerras da época com batalhas entre ratos e camundongos (1775). Em *Monomaquia* (1778) caçava das disputas entre o clero — os tomos teológicos faziam as vezes de armas. Na prosa, contou em *As Aventuras do Sr. Nicolau Descobridor* (1776) de que forma um jovem nobre polonês, naufrago numa ilha estranha, e equipado com todos os predicados e sentimentos modernos, descobriu como é que homens e mulheres, embora em “estado natural”, consegui-

ram ser trabalhadores e virtuosos. Seguindo a linha de Homero, Swift e Defoe em tais obras, Krasicki adotou o estilo de Addison, produzindo uma série de ilustrações no gênero. *Pan Podstoli* (1778) descrevia a vida de um modelo de cavalheiro e de cidadão. Em *Fábulas e Parábolas* (1779) desafiou Fedro e La Fontaine, atacando com uma ironia mordaz a desonestidade e a brutalidade florescente em seu redor. Termina com um conselho horaciano: procure um lugar sossegado, e a felicidade virá furtivamente.<sup>47</sup>

Embora a influência do Iluminismo francês sobre Naruszewick e Krasicki fosse reprimida pelo sacerdote, em Trembecki mostrava-se claramente, pois ele nunca mencionava a religião a não ser com hostilidade. Venerava a natureza, não nos seus aspectos agradáveis que despertam a sensibilidade, mas em suas fases mais selvagens — louca profusão de plantas e de animais, tempestades e avalanchas, a luta da vida contra a vida, do devorado com o devorador. Suas fábulas adotaram a forma de um La Fontaine, mas o espírito era de Lucrécio. O vigor e a sutileza de seu verso granjeou-lhe lugar preeminente nesse florescer da literatura. Poniatowski apoiou-o em todas as suas tribulações, e quando o rei foi deposto o poeta acompanhou-o ao exílio, com ele permanecendo até a morte.

Havia muita poesia religiosa, porque a religião era o derradeiro consolo dos poloneses em seus infortúnios pessoais e nacionais. Os “Cânticos da Manhã”, “Cantos Vespertinos”, e “Cristo está nascendo”, da autoria de Franciszek Karpiński, constituem tanto poesia como religiosidade. Franciszek Kniásnin fez breve incursão entre poderes antagônicos que são religião e sexo. Já quase se ordenando padre, descobriu Anacreonte e o amor. Publicou *Erótica* (1770), entregou-se às felicidades terrenas, voltou à religião e morreu louco. A tentativa de reunir os opostos talvez o tenha levado à loucura, assim como à filosofia.

No setor do drama, a personalidade principal foi Wojciech Boguslawski, a quem seus compatriotas consideram “o pai do teatro polonês”. Poderíamos denominá-lo o Garrick da Polônia, porém os poloneses chamariam Garrick o Boguslawski da Inglaterra. Parece que foi o único polonês que dedicou toda a sua carreira ao teatro — como ator, dramaturgo, produtor e diretor dos teatros em Varsóvia e Lvov, assim como empresário das companhias que faziam a promoção das peças por todo o país e além das fronteiras. Boguslawski apresentou Shakespeare e Sheridan traduzidos, e ele mesmo escreveu comédias, algumas das quais ainda hoje são representadas, nos palcos poloneses. A melhor comédia dessa época foi *A Volta do Deputado*, de Julian Ursyn Niemcewicz, ele próprio deputado. Aqui os dois lados da crise política são dramaticamente apresentados na devoção de um deputado reformista para com uma jovem cujos pais advogam os privilégios dos magnatas e dos costumes do passado.

O último e o maior dos *illuminés* poloneses foi Hugo Kollontaj. A educação que recebeu impregnou-o com as idéias dos *philosophes*, mas ele ocultou muito bem suas heresias a fim de obter um canonicato em Cracóvia. Poniatowski nomeou-o (1773) para uma Comissão de Reforma do Ensino, para a qual Kollontaj, com a idade de 23 anos, elaborou um programa que se salientava entre os melhores da época. Com 27 anos, foi incumbido da reorganização da Universidade de Cracóvia. Trabalhou nesse plano alguns anos, permanecendo, posteriormente, como seu reitor. Em *Cartas de um Escritor Anônimo ao Presidente do Congresso* (1788-89), e em *A Legislação Polí-*

*tica da Nação Polonesa* (1790), apresentou propostas que se tornaram a base da constituição de 1791. Instigada por seus poetas e publicistas, a Polônia lutou para transformar-se num Estado vigoroso e defensível. A oportunidade apresentou-se quando Frederico Guilherme II, sucessor de Frederico II, apresentou ao "Congresso de Quatro Anos", de 1788-92, uma aliança pela qual o poderoso exército prussiano se comprometia a defendê-lo contra qualquer interferência estrangeira. A Rússia estava ocupada na guerra contra a Turquia e a Suécia. Foi então que a Polônia viu-se em condições de livrar-se da longa subserviência a Catarina, e das depredações levadas a efeito pelos soldados russos no decurso dos últimos 25 anos. Apesar dos protestos de Poniatowski, o Congresso dissolveu seu Conselho Permanente, votou a organização de um exército de cem mil homens, submetido ao referido Congresso, e ordenou às tropas russas para abandonarem a Polónia imediatamente (maio, 1789). Catarina, que necessitava de suas forças em outros lugares, não ofereceu nenhuma resistência, porém jurou vingar-se. Em 29 de março de 1790, o Congresso assinou uma aliança com a Prússia.

A essa altura, Poniatowski já se enebriara com os ventos da liberdade. Desligando-se de seu juramento de fidelidade a Catarina, assumiu a liderança ao elaborar um projeto para a nova constituição. Dispunha o mesmo que a monarquia seria hereditária, assegurando entretanto a sucessão, após a morte de Poniatowski, que não tinha filhos, à casa da Saxônia. Seriam ampliados os poderes executivos da Coroa, concedendo ao rei um veto suspensivo — isto é, o direito de impedir que uma decisão votada por uma assembléia se torne lei antes de ratificada pela assembléia seguinte. Ao rei cabia nomear seus ministros e bispos, ficando o exército sob o seu comando. Um pequeno número de habitantes do burgo e outros cidadãos seriam eleitos deputados. O Congresso se constituiria de duas casas: a Câmara dos Deputados, à qual cabia a elaboração das leis, e o Senado — composto de bispos, governadores das províncias e ministros do rei — de cujo consentimento dependia qualquer lei. O *liberum veto* seria substituído pela regra da maioria. O catolicismo romano representaria a religião dominante do país, e sua abjuração um crime. Por outro lado, entretanto, todos tinham direito à liberdade de culto. A escravidão continuava, mas os camponeses podiam apelar de uma corte patrimonial para uma corte provincial ou nacional. Evidenciava-se nestas recomendações a influência da constituição adotada pelos Estados Unidos da América (1787-88). Os poloneses que haviam combatido do lado das colônias americanas prepararam o espírito de Poniatowski, e além disso ele não se esquecera de suas leituras de Locke, Montesquieu, e dos *philosophes*.

A fim de assegurar a ratificação de suas propostas, Poniatowski recorreu a um ardil. Grande número dos membros do Congresso foram para seus lares durante as férias da Páscoa. O rei convocou uma nova reunião no dia 3 de maio, muito cedo para os que moravam longe pudessem voltar a Varsóvia para a reabertura. Os que moravam perto e chegaram a tempo eram na maioria liberais, em condições portanto de apoiar a nova constituição, a qual lhes foi submetida logo após a reabertura dos trabalhos no palácio real. Vivamente aclamada, foi ratificada por grande maioria. O dia 3 de maio de 1791, data daquele acontecimento, foi orgulhosamente lembrado pelos poloneses patriotas, e celebrado na literatura, na arte e nas canções polonesas.



## VI. DESMEMBRAMENTO: 1792-95

Todas as potências, com exceção da Rússia, reconheceram a nova constituição. Edmund Burke chamou-a “o mais nobre benefício recebido por uma nação em qualquer tempo”, declarando que Estanislau II havia conseguido elevar-se aos maiores reis e estadistas da história.<sup>48</sup> Entretanto, esse entusiasmo talvez fosse o reflexo da satisfação da Inglaterra com o malogro da Rússia.

Por algum tempo, a imperatriz ocultou sua hostilidade em relação à nova Polônia. Contudo, não perdoou a expulsão de suas tropas, tampouco a substituição da influência russa pela da Prússia nos negócios da Polônia. Quando o tratado de paz de Jassy (9 de janeiro de 1792) terminou a guerra com a Turquia, e o envolvimento da Prússia e da Áustria em guerra contra a França revolucionária (abril de 1792) liberou-a do medo de seus antigos cúmplices, ela procurou uma nova abertura em relação à Polônia.

Esta lhe foi fornecida pelos poloneses conservadores. Concordaram com Catarina que a constituição de Poniatowski fora aprovada por uma assembléia reunida tão às pressas que muitos nobres ficaram na impossibilidade de assisti-la. Felix Potocki e outros magnatas ficaram furiosos com o abandono do *liberum veto* que resguardara seu poderio contra qualquer centralização da autoridade, e não desejavam dar o seu voto para eleger — e conseqüentemente, dominar — o rei. Recusando-se a jurar lealdade à nova carta, Potocki conduziu um grupo de nobres a São Petersburgo a fim de solicitar à imperatriz auxílio para restabelecer a antiga constituição (de 1775) a qual ela prometera proteger. Respondeu-lhes Catarina não desejar interferir na Polônia a pedido de alguns indivíduos, mas que estaria pronta a considerar o apelo que partisse de uma importante organização das minorias polonesas. Informado dessas negociações, Frederico Guilherme II, envolvido com a França e relutante em empreender uma guerra contra a Rússia, informou ao governo polonês (4 de maio de 1792) que, se ele desejava defender sua constituição pela força das armas, não esperasse apoio da Prússia.<sup>49</sup> Potocki voltou à Polônia, formou (14 de maio de 1792), numa pequena cidade da Ucrânia, a Confederação de Targowica, convidando sob sua bandeira todos aqueles que desejassem restabelecer a nova constituição. Seus seguidores denominavam-se republicanos, condenavam a aliança da Polônia com a Prússia, elogiavam Catarina, pediam suas bênçãos e os seus exércitos.

Ela enviou-lhes ambos e, assim fortalecidos, os confederados marcharam em direção a Varsóvia. A bandeira “para a liberdade” causou alguma impressão, pois várias cidades os receberam como libertadores; e em Teresapol (5 de setembro) Potocki foi ovacionado como realmente o novo rei da Polônia. Poniatowski apelou para o Congresso a fim de obter todos os recursos necessários para defender-se. Este conferiu-lhe poderes de ditador, convocou todos os poloneses adultos do sexo masculino para o serviço militar, entrando a seguir em recesso. Estanislau fez de seu sobrinho de 39 anos, Príncipe Józef Poniatowski, comandante-em-chefe do exército, que encontrou sem treino e muito mal equipado. Józef ordenou a todos os destacamentos do exército para juntarem-se a ele em Lubar, no Rio Slucz. Entretanto, muitos foram cercados pelas forças russas e não puderam ir; os que foram eram por demais fracos para embargar a investida russa. O jovem comandante retirou-se para Polonne, centro de abas-

tecimentos, num recuo ordenado que se tornou possível graças à valorosa ação de retaguarda de Tadeu Kosciusko, que havia lutado do lado das colônias na América, e que já era, com a idade de 46 anos, velho em honrarias de patriotismo e guerra.

Em 17 de junho de 1792, os poloneses encontraram-se com um exército russo em Zielence, derrotando-o na primeira batalha regular ganha pela Polônia desde os dias de Sobieski. Aqui, mais uma vez, demonstrou Kosciusko sua habilidade, ao tomar uma colina da qual a sua artilharia dominava o campo; e Józef, que até então, não merecera a confiança de seus subordinados, com o dobro da sua idade, conquistou-lhes o respeito conduzindo pessoalmente seu contingente a fim de forçar a retirada dos russos. A notícia dessa vitória alegrou Poniatowski, porém foi logo sobrepujada pela comunicação de que o Príncipe Ludwig de Württemberg, comandante do exército prussiano, encarregado das forças na Lituânia, havia desertado o seu posto, deixando suas tropas em tamanha desordem que, em 12 de junho, os russos facilmente capturaram Vilna, capital da Lituânia.

O exército de Józef permaneceu a última defesa da Polônia. Os víveres eram tão escassos que os regimentos jejuaram 24 horas, e apenas uma dúzia de cargas de munição foi deixada na artilharia. O príncipe ordenou a retirada para Dubno. Acusado de covardia, fez uma pausa em Dubienka (18 de julho) e, com 12.500 homens, combateu 28 mil, chegando a um empate. Voltou para Kurow em boa ordem, onde esperou reforços e víveres prometidos pelo rei.

Mas Poniatowski havia cedido. A recusa de Frederico Guilherme II de honrar os termos da aliança prusso-polonesa, a traição do Príncipe Ludwig, as centenas de deserções do exército que ele havia organizado em Praga foram demais para seu espírito não muito destemido. Enviou um apelo pessoal a Catarina solicitando condições honrosas. A resposta da imperatriz foi (23 de julho) um ultimato exigindo sua adesão à Confederação de Targowica, e o restabelecimento da constituição de 1775. Poniatowski chocou-se com o seu tom inflexível. Essa era a mesma mulher que outrora respondera ao seu arrojado amor?

Sua delicadeza dominava-o, agora. Pensara em resistir, em armar-se e seguir para a frente, a fim de comandar uma desalentada defesa, mas sua mulher, sua irmã, e sua sobrinha choraram tanto que, só de pensar na sua própria morte e na desolação delas, o rei prometeu ceder. E, afinal de contas, qual a vantagem de resistir? Agora que não havia mais auxílio, agora que se podia esperar uma investida da Prússia na frente ocidental desprotegida, como era possível a Polônia ficar contra a Rússia? Não havia ele lutado para dissuadir a Assembléia de escarnecer Catarina e arriscar tudo nas promessas da Prússia? Não havia ele pleiteado um grande exército bem equipado, e não tinha o Congresso, após votar os homens, recusado os fundos? Mesmo que o atual exército polonês obtivesse uma ou duas vitórias sobre os russos, Catarina não poderia, com abundância de soldados em virtude da paz com a Turquia, enviar tropas e mais tropas de homens bem armados e disciplinados contra o que restava de seu exército espalhado e desorganizado? Por que sacrificar mais vidas, e entregar metade da Polónia à devastação, quando de qualquer forma o fim seria a capitulação?

O novo embaixador russo, Yakov Sievers, enviou à sua irmã um retrato simpático de Poniatowski nessa hora de colapso físico e espiritual:

O rei, aos sessenta anos, é ainda um belo homem bem-conservado, embora seu rosto seja pálido, vendo-se que uma nuvem escura penetra em sua alma. Expressa-se bem, e até eloqüentemente, sendo cortês e atencioso com todo mundo. Está mal alojado, desrespeitado, desprezado e traído, e no entanto, trata-se de um homem muito afável. Pondo-se de lado sua elevada situação, e olhando-o simplesmente pelo ponto de vista pessoal, posso dizer que suas boas qualidades superam as más. Certamente, depois de Luís XVI, é o mais infeliz dos monarcas. Ele ama extremamente seus compatriotas, e é justamente essa gente a causa de todos os seus infortúnios.<sup>50</sup>

Em 24 de julho de 1792, Poniatowski leu o ultimato da Rússia a seus conselheiros particulares, aconselhando-os a confiarem na magnanimidade de Catarina. Muitos conselheiros protestaram diante de tanta credulidade. Um deles, Malachowski, ofereceu-se para arrecadar, dentro de uma hora, 100.000 *gulden* para defesa, salientando que mesmo na eventualidade de Varsóvia ter de ser abandonada, as tropas polonesas poderiam retroceder até Cracóvia e levantar um novo exército no populoso sul. A moção de Poniatowski no sentido de ceder aos imperativos da Rússia foi vencida no Conselho por uma votação de vinte para sete. Com sua autoridade de ditador ele indeferiu a decisão, ordenando a seu sobrinho para não apresentar resistência. Józef respondeu que, ao invés de capitular, o rei deveria correr para a frente com as forças que pudesse obter, e lutar até o fim. Quando Estanislau insistiu no sentido de que o exército deveria aderir à Confederação, todos os oficiais apresentaram sua demissão, e Józef voltou à sua casa em Viena. Em 5 de agosto, um exército russo ocupou Praga. Em outubro, Józef enviou pedido a seu tio para abdicar antes que perdesse qualquer resquício de honra. Em novembro, Potocki, com a guarda avançada da Confederação, fez uma entrada triunfal em Varsóvia, esclarecendo Poniatowski sobre os deveres de um rei. Entretanto, a vitória de Potocki logo mostrou ser uma calamidade, pois em janeiro de 1793, as tropas prussianas entraram na Polônia, movimentando-se, em seguida, para ocupar Dantzig e Thorn, sem que os aliados russos de Potocki levantassem um mosquito para impedi-los. Era evidente que a Rússia e a Prússia tinham concordado em, mais uma vez, repartir a Polônia.

Catarina e Frederico Guilherme haviam assinado um acordo nesse sentido, em 23 de janeiro, mantido porém em segredo, até 28 de fevereiro. Potocki apelou para os poloneses de todos os partidos para se levantarem em defesa da Polônia. Riram-se dele. Józef denunciou-o como traidor do seu país, desafiando-o a um simples combate. Estanislau proibiu o duelo.

Na segunda divisão, a Rússia ficou com 130.000km<sup>2</sup> ao leste da Polônia, com uma população de três milhões de habitantes, inclusive Vilna e Minsk. A Prússia ficou com 34.000km<sup>2</sup> do oeste da Polônia, com uma população de um milhão, inclusive Dantzig e Thorn. A Polónia reteve 120.000km<sup>2</sup> com quatro milhões de habitantes — aproximadamente metade do que lhe deixaram em 1773. À Áustria não coube nenhuma parte nessa segunda espolição, sendo, contudo, abrandada pelas promessas russo-prussianas de auxiliá-la na conquista da Baviera. Os países ocidentais, ainda abortos na luta contra a França revolucionária, não tomaram nenhuma iniciativa contra esta segunda violação, o qual, segundo explicações de Catarina, havia se tornado

necessária pelo crescimento da agitação revolucionária em Varsóvia, pondo em perigo todas as monarquias.

A fim de dar ao roubo um verniz de legalidade, Catarina ordenou a Poniatowski que convocasse o Congresso para se reunir em Grodno, pedindo-lhe para apresentar-se no local pessoalmente a fim de assinar uma aliança com a Rússia. A princípio ele negou-se a ir, mas quando ela ofereceu para pagar suas dívidas — que então iam a 1.566.000 ducados — aceitou mais essa humilhação para o bem de seus credores. O embaixador russo havia sido suprido de fundos suficientes para subornar um determinado número de deputados para se apresentarem ao Congresso, julgando fácil corromper vários membros do séquito real para que relatassem todas as palavras e ações de seu chefe. Esta “Última Assembléia” (de 17 a 24 de novembro de 1793) foi persuadida a assinar um tratado com a Rússia, porém, durante muitos meses, recusou-se a ratificar a segunda parte. Informados de que não teriam permissão para se retirar do recinto sem que tivessem assinado, os membros continuaram recusando, permanecendo no local em silêncio por doze horas. Depois, o presidente submeteu a questão à votação e, não ouvindo resposta, declarou que o silêncio significava consentimento (25 de setembro). O que restava da Polônia tornou-se novamente um protetorado russo. A constituição de 1775 foi restabelecida.

Se havia um homem que poderia redimir a nação, este era Kosciusko. Financiado pelos Czartoryskis, foi para Paris (janeiro de 1793), solicitando o auxílio da França para uma Polônia vivamente simpatizante com a Revolução Francesa. Prometeu, no caso de obterem esse auxílio, que os camponeses da Polônia se sublevariam contra a servidão e os cidadãos contra a nobreza. Poniatowski abdicaria em favor de uma república, e um exército polonês apoiaria a França na guerra com a Prússia.<sup>51</sup> Os dirigentes franceses receberam bem as propostas, mas a deflagração da guerra com a Inglaterra (fevereiro, 1793) e a invasão da França pelos aliados pôs fim à chance de auxílio à Polônia.

Durante a ausência de Kosciusko, alguns habitantes dos burgos, maçons, e oficiais do exército formaram um novo exército polonês (março de 1794). Kosciusko veio correndo de Dresden para juntar-se a ele, sendo designado seu comandante com poderes ditatoriais. Ordenou a sete casas polonesas para lhe enviarem um soldado raso, cada uma das cinquenta casas, um oficial de cavalaria, pedindo a esses recrutas para levarem as armas que tivessem, até lanças e foices. Em 4 de abril, com quatro mil profissionais e dois mil camponeses recrutas, Kosciusko atacou uma força de sete mil russos, em Raclawice, nas proximidades de Cracóvia, vencendo-a em parte por suas qualidades de general, e, em parte, pela eficiência das foices dos referidos camponeses.

Ao saber dessa vitória, o elemento radical, ou “jacobino”, em Varsóvia, organizou uma insurreição. Os membros da classe média, hesitantes, acabaram por aderir. Em abril, dezessete desses rebeldes atacaram a guarnição russa de 7.500 homens, mataram muitos deles, derrotando um contingente prussiano de 1.650 soldados. Os exércitos de ocupação fugiram, e por um momento Varsóvia ficou sob controle polonês. Um levante parecido libertou Vilna (23 de abril), enforcou o Grande Hetmã da Lituânia, recuperando partes da Polônia quase até Minsk. Em 7 de maio, Kosciusko prometeu libertação dos servos, garantindo-lhes a propriedade das terras que lavravam.

Então, muitos voluntários e os recrutas aliaram-se às suas fileiras. Em junho de 1794, ele já tinha sob seu comando 150 mil homens, com apenas oitenta mil destes bem equipados.

Contra eles vieram, num crescendo, avalanches de tropas disciplinadas russas ou prussianas. Em 6 de junho, um exército de 26 mil homens surpreendeu os poloneses nas adjacências de Szczekociny, e Kosciusko só teve tempo de trazer apenas quatorze mil homens. Foi derrotado, com consideráveis perdas. Procurou a morte, mas esta não o quis. O que restou dos poloneses retirou-se para Varsóvia. Em 15 de junho, os prussianos tomaram Cracóvia, e em 11 de agosto os russos recapturaram Vilna. A 19 de setembro um exército polonês de 5.500 homens foi dizimado em Teresapol por forças russas de 12.500 homens bem treinados, sob o comando de Suvorov. Em 10 de outubro, Kosciusko, com sete mil poloneses, foi derrotado por treze mil russos, em Maciejowice, e aprisionado, gravemente ferido. Ele não proferiu, segundo a lenda, o grito desesperado "*Finis Poloniae!*", mas aquela derrota foi o fim da heróica revolta.

Suvorov, unindo vários exércitos russos, investiu contra o campo entrincheirado dos poloneses em Praga, e suas tropas, enlouquecidas com a batalha, mataram não apenas os que defendiam a cidade, mas também a população civil. Poniatowski entregou a cidade de Varsóvia a fim de impedir um massacre maior. Suvorov despachou Kosciusko e outros chefes rebeldes para a prisão em São Petersburgo, mandando o rei para Grodno a fim de ficar à disposição da imperatriz. Naquela cidade, em 25 de novembro de 1795, ele assinou sua abdicação. Apelou para Catarina deixar uma parte da Polônia sobreviver, mas ela resolveu solver a questão polonesa terminando, assim pensou, com aquela nação. Após discussões que duraram quinze meses, Rússia, Prússia e Áustria assinaram o Terceiro Tratado Divisório (26 de janeiro de 1797). A Rússia ficou com a Curlândia, Lituânia, Podólia ocidental e a Volínia — 270.000km<sup>2</sup>; a Áustria com "A Pequena Polónia", com Cracóvia e Ludlin — 67.000km<sup>2</sup>; a Prússia recebeu o restante, com Varsóvia — 85.000km<sup>2</sup>. Com as três divisões a Rússia absorveu cerca de seis milhões das doze milhões de almas da Polónia (1797), a Áustria 3.700.000 e a Prússia 2.500.000.

Milhares de poloneses fugiram de seu país, e os estrangeiros receberam as propriedades confiscadas. Poniatowski permaneceu em Grodno, divertindo-se com botânica e escrevendo memórias. Depois da morte de Catarina, Paulo I convidou-o a São Petersburgo, cedendo-lhe o Palácio de Mármore e cem mil ducados anuais. Lá, ele morreu a 12 de fevereiro de 1798, com 66 anos. Kosciusko foi libertado pelo Imperador Paulo, em 1796, voltou à América, depois à França, continuando a lutar pela libertação da Polónia até a morte (1817). Józef Poniatowski fugiu para Viena, aderiu à campanha de Napoleão contra a Rússia, foi ferido em Smolensk, lutou corajosamente em Leipzig, foi feito marechal do exército francês e morreu em 1813, respeitado até pelos inimigos. A Polónia deixou de constituir um Estado, mas continuou a ser um povo e uma civilização, maculada pela perseguição religiosa, porém salientando-se por seus grandes poetas, romancistas, músicos, artistas e cientistas, nunca desfalecendo na resolução de novamente erguer-se.

## CAPÍTULO XX

# A Alemanha de Frederico

1756-86

### I. FREDERICO VITORIOSO

**Q**UEM era esse bicho-papão, internacionalmente temido e admirado, que roubara a Silésia, derrotara metade da Europa unida contra ele, que zombava da religião, mandava às favas o casamento, dava lições de filosofia a Voltaire e amputara um membro da Polônia, quanto mais não fosse para impedir que a Rússia absorvesse tudo?

Mais parecia um fantasma do que um bicho-papão ao voltar, triste e vitorioso, da Guerra dos Sete Anos, entrando em Berlim (30 de março de 1763) entre os aplausos de uma plebe indigente. "Volto a uma cidade", escreveu a d'Argens, "onde só conhecerei as muralhas, onde não encontrarei ninguém das minhas amizades, onde uma tarefa imensa aguarda-me, onde em breve deixarei meus ossos em lugar sossegado, sem ser perturbado pelas guerras, calamidades ou pela vileza dos homens." <sup>1</sup> Tinha a pele crestada e enrugada, seus olhos cinza-azulados estavam mais sombrios e inchados, o rosto sulcado evidenciava o ardor da batalha e amargura, apenas o nariz conservara sua antiga majestade. Pensou não sobreviver por muito tempo à exaustão da guerra sobre os seus recursos de corpo, mente e vontade, porém seus hábitos morigerados preservaram-no por ainda mais 23 anos. Comia e bebia parcimoniosamente, não se dava aos hábitos do luxo, vestindo-se e vivendo em seu Novo Palácio de Potsdam como se ainda estivesse no campo de batalha. Relutava em despender muitos cuidados com a sua pessoa. Nos últimos anos de vida, deixou de fazer a barba, apenas aparando-a com tesoura, e, segundo as más línguas, quase não tomava banho. <sup>2</sup>

A guerra completou o enrijecimento do caráter que principiara como defesa contra a crueldade de seu pai. Encarava com uma calma estoica os soldados serem passados pelas varas (antigo castigo militar) 36 vezes. <sup>3</sup> Atormentava seus oficiais e generais com espões secretos, intromissões repentinas, linguagem desabrida, pagamentos reduzidos, e comandos tão minuciosos que refreavam quaisquer iniciativas ou interesse. Jamais conquistou o amor de seu irmão, Príncipe Henrique, que o serviu com a máxima eficiência e lealdade, tanto na diplomacia como na guerra. Tinha algumas amigas,

mas estas mais o temiam do que o amavam, e nenhuma foi admitida do seu círculo íntimo de amigos. Respeitava o sofrimento silencioso de sua abandonada rainha e, na volta da guerra, surpreendeu-a com um presente de 25 mil táleres. Entretanto, não é provável que ela tenha um dia partilhado de sua cama. Não obstante, aprendeu a amá-lo, considerando-o heróico na adversidade e devotado ao governo. Referia-se a ele como "nosso querido rei", "este querido príncipe a quem amo e adoro".<sup>4</sup> Frederico não tinha filhos, mas era muito apegado a seus cachorros. Em geral, dois deles dormiam no seu quarto, durante a noite, provavelmente na qualidade de guardiães. Às vezes, punha um em sua cama, a fim de se esquentar com o calor animal. Quando um dos seus favoritos morreu, ele "chorou o dia todo".<sup>5</sup> Suspeitavam-no de homossexualismo,<sup>6</sup> mas isso são apenas conjecturas.

Por baixo dessa carapaça havia elementos de ternura que ele raramente expunha aos olhos do público. Verteu copiosas lágrimas pela morte de sua mãe, retribuindo com sincera afeição a devoção de sua irmã Guilhermina. Prodigalizava pequenas e discretas atenções a suas sobrinhas. Ria-se das pieguices de Rousseau, perdoando-lhe porém as hostilidades ao lhe oferecer asilo quando o mundo cristão repeliu o filósofo. Passava da instrução severa de suas tropas ao toque de melodias em sua flauta. Compunha sonatas, concertos e sinfonias que gostava de apresentar à corte. O erudito Burney, ouvindo-o tocar, comentou que ele o fazia com "grande precisão, com execução clara e uniforme, dedilhar brilhante, gosto puro e simples, grande limpeza de interpretação, e uma perfeita uniformidade em todas as peças". Acrescenta Burney, entretanto, que, em alguns trechos difíceis, (...) Sua Majestade era obrigado, contra os regulamentos, a tomar fôlego, a fim de terminá-los".<sup>7</sup> Mais tarde, em virtude de ter-se acentuado sua deficiência respiratória, acrescida da perda de vários dentes da frente, viu-se compelido a abandonar a flauta, continuando, entretanto, a estudar teclados. Em 1889, Breitkopf e Härtel publicaram 120 composições de autoria de Frederico, o Grande. Muitas estão disponíveis em discos. Sua Sinfonia em Ré para Duas Flautas e Orquestra foi revivida em Berlim, em 1928, e em Nova York em 1929.<sup>8</sup>

Depois da música, seu passatempo favorito era a filosofia. Gostava de convidar um ou dois filósofos à sua mesa, para criticar as pessoas, e provocar os generais. Continuava a manter seus pontos de vista nas trocas de opiniões com Voltaire, permanecendo cético quando a maior parte dos *philosophes* desenvolvia dogmas e fantasias. Foi o primeiro soberano dos tempos modernos confessadamente agnóstico, porém não atacava a religião publicamente. Achava que "temos suficientes bases de probabilidade para chegar à conclusão de que *post mortem nihil est*",<sup>9</sup> porém rejeitava o determinismo de d'Holbach, ao insistir (como um homem que era a própria personificação da vontade) que a mente age sobre as sensações de forma criadora e que os nossos impulsos podem, pela educação, ser controlados pela razão.<sup>10</sup> Seus filósofos prediletos eram "meu amigo Lucrécio, (...) meu bom Imperador Marco Aurélio". Acrescentava que nada de muito importante lhes havia adicionado.<sup>11</sup>

Achava, como Voltaire, que as "massas" criam-se depressa demais, e trabalhavam em demasia, para que houvesse tempo para uma verdadeira educação. A desilusão com a teologia não podia deixar de conduzi-los à violência política. "O Iluminismo", dizia Frederico, "é uma luz divina para aqueles que estão no alto, e um facho destruidor para as massas."<sup>12</sup> Assim consistia sua concepção dos Massacres de Setembro,

em 1792, e do Terror, em 1793, antes que se iniciasse a Revolução Francesa. Em 1759, escreveu a Voltaire: "Admitamos a verdade. A filosofia e as artes difundem-se somente entre uns poucos. As grandes massas(...) permanecem como a natureza as criou, animais malévolos."<sup>13</sup> Denominava a humanidade (um pouco humoristicamente) "*diese verdammte Rasse*" — essa raça danada — rindo-se das utopias sobre benevolência e paz:

Superstição, egoísmo, vingança, traição e ingratidão irão produzir fatos sangüinolentos até o fim dos tempos, porque somos governados por paixões e raramente pela razão. Sempre haverá processos judiciais, devastação, pestes, terremotos, bancarrotas.(...) Se assim é, presumo que seja necessário.(...) Mas, parece-me que se este universo tivesse sido feito por um ente benévolo, ele nos teria tornado mais felizes do que somos.(...) A mente humana é fraca. Mais de três quartos da humanidade são sujeitos ao mais absurdo fanatismo. Temor do Diabo e do inferno os fascina, e eles detestam os homens cultos que procuram esclarecê-los... Em vão procuramos encontrar neles aquela imagem de Deus de que asseveram os teólogos estar estampada nos mesmos. Todo homem tem dentro de si um animal selvagem. Poucos podem refreá-lo. E a maioria afrouxa as rédeas quando não coibidos pelo terror à lei.<sup>14</sup>

Segundo Frederico, permitir que os governos fossem dominados pela maioria seria desastroso. Para sobreviver, uma democracia deveria consistir, como os outros governos, em uma minoria convencendo a maioria a se deixar conduzir por ela. Frederico achava que "entre nações e nas revoluções sempre existe uma aristocracia".<sup>15</sup> Acreditava que uma aristocracia hereditária desenvolveria um sentimento de honra e lealdade, e uma boa vontade de servir ao Estado à custa de grande esforço pessoal, que não se poderia esperar de geniais burgueses criados para a riqueza. De modo que, depois da guerra, ele substituiu por *Junker* a maioria dos oficiais da classe média que haviam subido no exército.<sup>16</sup> Entretanto, como esses orgulhosos nobres poderiam constituir uma fonte de fragmentação e caos, assim como instrumento de exploração, o Estado devia precaver-se contra uma divisão, e a plebe, por seu turno, da injustiça social, através de um monarca que detivesse o poder absoluto.

Frederico gostava de se apresentar como o criado do Estado e do povo. Isto pode ter sido uma racionalização de sua vontade de poder, mas ele vivia em concordância com a pretensão. O Estado tornou-se para ele o Supremo Ser, ao qual ele se sacrificaria, assim como aos outros. E, os imperativos desse serviço ultrapassariam, a seu ver, o código da moral individual. Os Dez Mandamentos estacam à porta da realeza. Todos os governos se coadunaram com esta *Realpolitik*, alguns monarcas aceitando o conceito de realeza como um serviço sagrado. Frederico absorveu tal noção através dos contatos com Voltaire; e, através do contato com Frederico, os *philosophes* desenvolveram sua *thèse royale* — de que a maior esperança de reforma e progresso residia no esclarecimento dos reis.

Assim sendo, apesar das guerras, ele tornou-se o ídolo dos filósofos franceses, amainando inclusive a hostilidade do virtuoso Rousseau. D'Alembert há muito recusava os convites de Frederico, mas não retirava seus elogios. "Os filósofos e os literatos de todos os países", escreveu a Frederico, "há muito o consideram, Sire, como seu líder e seu modelo."<sup>17</sup> O cauteloso matemático sucumbiu finalmente aos reiterados con-



vites, passando dois meses com Frederico em Potsdam, no ano de 1763. A intimidade (e a hospedagem) não diminuíram a admiração de d'Alembert. Encantou-o a negligência do rei em relação à etiqueta, e com suas observações — não apenas sobre guerra e governo, mas também em relação à literatura e à filosofia. Isto, contou a Julie de Lespinasse, era muito melhor do que a conversa que se podia ouvir na França.<sup>18</sup> Quando, em 1776, d'Alembert estava desolado com a morte de Julie, Frederico enviou-lhe uma carta que mostra o bicho-papão numa veia sábia e sensível:

Sinto o infortúnio que lhe aconteceu.(...) Os ferimentos do coração são, de todos, os mais sensíveis, e(...) nada a não ser o tempo pode curá-los. Nesse particular, no que se refere a mim, e para minha desgraça, tenho grande experiência dos sofrimentos causados por tais perdas. O melhor remédio é sobrecarregar-nos com algo que possa desviar o espírito.(...) Você deveria entregar-se a qualquer pesquisa geométrica que exija constante aplicação. A fim de consolar-se da morte de sua querida Tília, Cícero entregou-se aos misteres da composição. Na nossa idade, deveríamos nos consolar mais depressa, pois não levará muito tempo até nos juntarmos ao objeto de nossas tristezas.<sup>19</sup>

Insistiu para que d'Alembert voltasse novamente a Potsdam. "Juntos filosofaremos sobre a nulidade da vida,(...) em relação à vaidade do estoicismo.(...) Sentir-me-ei tão feliz em diminuir seu desgosto como se houvesse ganho uma batalha." Ali estava um rei que, se não fosse totalmente um filósofo, pelo menos era um rei que amava os filósofos.

Isto não se aplicava mais a Voltaire. Suas disputas em Berlim e em Potsdam, e sua prisão em Frankfurt, deixaram marcas mais profundas do que o desgosto. O filósofo manteve-se hostil mais tempo do que o rei. Disse ao Príncipe de Ligne que Frederico era "incapaz de gratidão e nunca a sentira, exceto por um cavalo no qual ele fugiu na batalha de Mollwitz".<sup>20</sup> A correspondência entre os dois homens mais brilhantes do século reiniciou-se quando Voltaire escreveu para dissuadir o desesperado guerreiro de se suicidar. Em breve trocavam queixas e elogios. Voltaire lembrou a Frederico as indignidades que o filósofo e sua sobrinha haviam sofrido nas mãos dos agentes do rei. Este respondeu: "Se você não tivesse que lidar com um homem loucamente apaixonado pela sua refinada genialidade, não se teria livrado tão bem.(...) Considere tudo isso terminado e nunca mais me dê notícias daquela sobrinha çacete."<sup>21</sup> Contudo, o rei tocou no ego filosófico de maneira fascinante:

Quer ouvir doces coisas? Muito bem. Vou lhe dizer algumas verdades. Considero-o o gênio mais refinado de todos os tempos. Admiro sua poesia, amo a sua prosa.(...) Nunca um autor anterior a você teve um estilo tão vívido, um gosto tão certo e delicado.(...) Sua conversa é charmosa, sabendo como distrair e instruir ao mesmo tempo. Você é o ente mais sedutor que conheço.(...) Para um homem, tudo depende do tempo em que vem ao mundo. Embora eu tenha vindo tarde demais, não o lastimo, *porque vi Voltaire*(...) e ele me escreve.<sup>22</sup>

O rei apoiou, com substanciais contribuições, as campanhas de Voltaire em favor dos Calas e dos Sirvens, aplaudindo a guerra contra *l'infâme*, porém não compartilhava da confiança dos *philosophes* no iluminismo da humanidade. Na corrida entre

a superstição e a razão, predisse a vitória da superstição. Então, escreveu a Voltaire, em 13 de setembro de 1777:

Os seus missionários abrirão os olhos de poucos jovens.(...) Mas quantos loucos há no mundo que não pensam!(...) Creia-me, se os filósofos criassem um governo, dentro de meio século o povo criaria novas superstições.(...) O objeto de adoração pode mudar, como as modas francesas, [mas] qual a diferença de um homem prostrar-se diante de um pedaço de ázimo, perante o boi Ápis, diante da Arca da Aliança, ou diante de uma estátua? A escolha não vale a pena, a superstição é a mesma, e a razão nada obtém com isso.<sup>23</sup>

Aceitando a religião como uma necessidade humana, Frederico fez as pazes com ela, protegendo todas as suas formas pacíficas com total tolerância. Na Silésia conquistada deixou intocável o catolicismo, exceto por abrir a todos os credos a Universidade de Breslau, que anteriormente só admitia católicos. Deu as boas-vindas, na qualidade de valiosos professores, aos jesuítas, os quais, expulsos pelos reis católicos, procuraram refugiar-se sob o regime agnóstico. Protegeu tanto maometanos como judeus e ateus e, no seu reino e realza, Kant praticou aquela liberdade de palavra, ensinamentos e escrita tão vivamente censurados, e abruptamente terminados após a morte de Frederico. Com essa tolerância, a maior parte das formas de religião declinaram na Prússia. Em 1780, havia um padre para mil habitantes de Berlim. Em Munique, trinta.<sup>24</sup> Frederico julgava que a tolerância muito em breve poria fim ao catolicismo. "Será necessário um milagre para restabelecer a Igreja Católica", escreveu a Voltaire em 1767. "Ela foi fulminada por terrível apoplexia, e você ainda vai ter o consolo de enterrá-la e escrever seu epitáfio."<sup>25</sup> O mais completo cético esquecera-se por um instante de ser cético em relação ao ceticismo.

## II. RECONSTRUINDO A PRÚSSIA

Nenhum monarca da história trabalhou tanto em seu ofício, com exceção, talvez, de seu aluno José II da Áustria. Frederico disciplinava-se como o fazia com suas tropas, levantando-se em geral às cinco, por vezes às quatro, trabalhando até às sete, tomando o café da manhã, conferenciando com seus auxiliares até às onze, passando revista à guarda do palácio, jantando às doze e trinta com os ministros e embaixadores, trabalhando até as cinco, e só então relaxando-se com música, literatura, e conversa. As ceias da "meia-noite", depois da guerra, principiavam às nove e meia, terminando às doze horas. Não permitia que nenhum laço familiar o desviasse, nenhuma cerimônia da corte o estorvasse e nenhum dia santo interrompesse suas obrigações. Vigia o trabalho de seus ministros, resolvia todas as situações políticas, estava sempre atento ao tesouro. Mantendo controle por todo o Estado, instituiu um departamento fiscal ou órgão contábil, com amplos poderes para examinar qualquer setor em qualquer ocasião, e com instruções para comunicar quaisquer suspeitas ou irregularidades. Punia tão rigorosamente a má ação e a incompetência que a corrupção oficial, florescente em toda a Europa, quase desapareceu da Prússia.

Orgulhava-se do fato, assim como na rápida recuperação de país devastado. Principiou com economias domésticas que lhe granjearam zombarias das extravagantes cor-

tes das derrotadas Áustria e França. O lar real era mantido com tanta parcimônia quanto a casa de um comerciante. Seu guarda-roupa consistia de um uniforme de militar, três casacos velhos, coletes manchados de rapé e uma indumentária de gala, que durou toda a sua vida. Livrou-se de todo o séquito de caçadores e cachorros de seu pai. Era um guerreiro que preferia a poesia à caça. Não construiu navios, nem teve colônias. Seus burocratas eram mal pagos, fornecendo Frederico igual tratamento à modesta corte que mantinha em Berlim — enquanto permanecia em Potsdam. Entretanto, o Conde de Chesterfield julgou-a a “mais fina, mais brilhante, mais útil das cortes européias para um jovem”, acrescentando: “Vêem-se as artes e as ciências do governo melhor neste país agora [1752] do que em qualquer outro na Europa.”<sup>26</sup> Vinte anos depois, entretanto, Lorde Malmesbury, o ministro da Grã-Bretanha na Prússia, talvez com o intuito de consolar Londres, informou não haver “naquela capital [Berlim] nenhum homem honesto, nenhuma mulher casta”.<sup>27</sup>

Frederico refreava sua parcimônia quando a defesa nacional estava em jogo. Por meio de persuasão e por convocação, logo restabeleceu o poderio do exército anterior à guerra. Dispondo apenas dessa arma, manteria a integridade territorial da Prússia contra as ambições de José II e Catarina II. Esse exército devia também garantir as leis que davam ordem e estabilidade à vida prussiana. Forças centralizadas e organizadas, pensava Frederico, constituem a única alternativa para aquela força desorganizada e demolidora em poder de particulares. Esperava que a obediência motivada pelo temor da força se transformasse em obediência pelo hábito à lei — que era a força reduzida a regulamentos, ocultando suas garras.

Reiterou sua ordem aos juristas para que codificassem em um sistema de lei — “*Allgemeine Preussische Landrecht*” — as várias e controvertidas legislações de muitas províncias e produções. Esta tarefa, interrompida pela morte de Samuel von Cocceji (1755) e pela guerra, foi retomada pelo Ministro Johann von Carmer e pelo Conselheiro Privado K. G. Svarez, terminando em 1791. O novo código reconheceu o feudalismo e a servidão, porém dentro dos limites julgados adequados para proteger o indivíduo contra opressão ou injustiça pública ou privada. Ele aboliu tribunais desnecessários, reduziu e dinamizou as normas legais, minorou as penalidades, aumentando os requisitos para designação de magistrados. Nenhuma sentença de morte poderia ser executada sem a sanção real, ficando facultado a todos o direito de apelar para o rei. Conquistou reputação de justiça e imparcialidade, ficando as cortes prussianas reconhecidas como as mais honestas e eficientes da Europa.<sup>28</sup>

Em 1763, Frederico lançou um “*Generallandschulreglement*” reiterando e estendendo a educação compulsória proclamada por seu pai em 1716-17. Todas as crianças prussianas, dos cinco aos quatorze anos, tinham de freqüentar a escola. Tornou-se uma característica de Frederico a supressão do latim no currículo elementar, a nomeação de velhos para o magistério, e que a maior parte do ensino se reduzisse à instrução semimilitar.<sup>29</sup> O rei acrescentava: “É bom que os professores no campo ensinem aos jovens religião e moral.(...) Basta que o povo do campo aprenda apenas um pouco de leitura e escrita.(...) A instrução deve ser planejada(...) a fim de conservá-los nas aldeias, em vez de influenciá-los a abandoná-las.”<sup>30</sup>

A reconstrução econômica tinha prioridade de tempo e dinheiro. Utilizando fundos arrecadados para uma outra campanha, e então não mais necessários, Frederico

financiou a reconstrução de cidades e aldeias, a distribuição de alimentos para as comunidades famintas, a provisão de sementes para o plantio. Colocou nas fazendas mil cavalos sem utilidade para o exército. Ao todo, 20.389.000 táleres foram gastos na assistência pública.<sup>31</sup> Dispensou a Silésia, devastada pela guerra, de pagar impostos durante seis meses. Em três anos mil casas foram construídas lá, tendo um banco agrícola adiantado dinheiro aos agricultores a taxas de juros módicos. Sociedades de crédito foram estabelecidas em vários centros a fim de fomentar a expansão agrícola; as áreas pantanosas ao longo do Oder foram drenadas, fornecendo terras cultiváveis a cinquenta mil homens; agentes foram enviados ao exterior para conseguir imigrantes. Vieram trezentos mil.<sup>32</sup>

Como a servidão vinculava o camponês ao seu senhor, não havia na Prússia aquela liberdade de locomoção para as cidades, que na Inglaterra possibilitava o rápido desenvolvimento da indústria. Frederico trabalhava de mil maneiras para superar esse obstáculo. Emprestava dinheiro a taxas módicas aos empresários, autorizava monopólios provisórios, criava escolas técnicas, instalando até uma fábrica de porcelana em Berlim. Fez o possível para instituir uma indústria de seda, porém as amoreiras morriam com o frio setentrional. Promoveu intensiva prospecção na Silésia, região rica em recursos minerais. Em 5 de setembro de 1777, escreveu a Voltaire, na qualidade de um homem de negócios ao seu colega: “Estou de volta da Silésia bastante satisfeito.(...) Vendemos para o exterior uma partida de linho num montante de cinco milhões de coroas, 1.200.000 coroas de fazenda.(...) E um processo muito mais simples do que o de Réamur foi descoberto para transformar o ferro em aço.”<sup>33</sup>

A fim de facilitar o comércio, o rei aboliu as taxas internas de transporte, ampliou os portos, abriu canais, construindo cinquenta mil quilômetros de novas estradas. O comércio exterior foi contido por tarifas elevadas sobre as importações e embargos na exportação de produtos estratégicos. O caos reinante universalmente obrigava a uma proteção da indústria nacional a fim de assegurar uma indústria adequada em tempos de guerra. Não obstante, Berlim cresceu com o eixo do comércio, assim como do governo. Em 1721 sua população era de sessenta mil habitantes, em 1777 contava com 140 mil.<sup>34</sup> Preparava-se para ser a capital da Alemanha.

Tendo em vista financiar esse amálgama de feudalismo, capitalismo, socialismo e autocracia, Frederico retirou de seu povo, na forma de tributação, o mesmo que lhe restituiu na qualidade de ordem social, subsídios e obras públicas. Conservou para o Estado o monopólio de sal, açúcar, fumo e (após 1781) café, possuindo um terço da terra cultivável.<sup>35</sup> Taxava tudo, até cantadores das ruas, levando Helvétius para Berlim a fim de que este ideasse um sistema tributário. “O novo projeto de imposto de consumo (tributação)”, escreveu um embaixador inglês, “afastou o povo de seu soberano.”<sup>36</sup> Ao morrer, Frederico deixou ao tesouro 51 milhões de táleres — duas vezes e meia a renda anual do Estado.

Mirabeau *filis*, tendo feito três viagens a Berlim, publicou, em 1778, uma devastadora análise intitulada *De la Monarchie prussienne sous Frédéric le Grand*. Herdando de seu pai os princípios da livre iniciativa dos fisiocratas, condenava o regime de Frederico como o de um Estado policial, uma burocracia esmagadora de qualquer iniciativa, invasora de qualquer privacidade. Frederico poderia ter respondido que nas condições caóticas em que se encontrava a Prússia, após a Guerra dos Sete Anos, a

política do *laissez-faire* teria anulado a sua vitória com uma anarquia econômica. Impunha-se uma direção, e ele era o único que poderia comandar eficientemente. Para Frederico não existia outro comando senão o do general sobre suas tropas. Ele salvou a Prússia da derrota e do colapso, e pagou ao perder o amor de seu povo. Compreendeu este fato, consolando-se com a integridade:

A humanidade move-se quando impulsionada, parando logo que deixamos de empurrá-la. (...) Os homens pouco lêem, não desejando aprender de que maneira todas as coisas podem ser dirigidas de modo diverso. Quanto a mim, que nunca nada lhes fiz senão o bem, eles pensam que desejo botar a faca em seus pescoços tão logo surge qualquer indício de introduzir melhorias úteis, ou, na verdade, qualquer mudança. Em tais casos, confiei na honestidade de minhas intenções, na minha consciência, e nas informações em meu poder, calmamente prosseguindo meu caminho.<sup>37</sup>

Sua vontade prevalecia. A Prússia, mesmo na época em que Frederico vivia, tornou-se rica e poderosa. A população dobrou, a educação ampliou-se e a intolerância religiosa ocultou-se. Verdade é que essa nova ordem dependia de um despotismo esclarecido, e que, após a morte de Frederico, o despotismo permaneceu sem o iluminismo, a estrutura nacional enfraqueceu-se, sofrendo colapso em lena, diante de uma vontade tão forte como a do próprio Frederico. Entretanto, também o edifício napoleônico, que dependia de apenas uma vontade e um cérebro, entrou em colapso. E, no correr dos tempos, foi Bismarck, distante herdeiro e beneficiário de Frederico, quem puniu a França do herdeiro de Napoleão, fazendo da Prússia e de uma centena de principados uma Alemanha unificada e poderosa.

### III. OS PRINCIPADOS

Lembremo-nos mais uma vez que no século XVIII a Alemanha não era uma nação, porém uma federação indefinida, constituída de estados quase independentes, que anteriormente aceitara o Sagrado Imperador em Viena como seu soberano, enviando ocasionalmente seus representantes a um Reichstag, ou Dieta Imperial, com a única função de ouvir discursos, agüentar solenidades e eleger o imperador. Os estados tinham linguagem, literatura e arte comuns, diferindo porém em costumes, vestuário, moeda e religião. Havia uma certa vantagem nessa fragmentação política, pois a multiplicidade das cortes dos principados favorecia uma estimulante diversificação de culturas, os exércitos eram pequenos ao invés de se unirem, para terror da Europa, verificando-se considerável grau de tolerância em religião e hábitos, assim como dispositivos legais sobre o Estado, a Igreja e o povo, tendo em vista facilitar a emigração. Teoricamente, o poderio dos príncipes era absoluto, porque a religião protestante sancionava o “divino direito dos reis”. Frederico, que não reconhecia nenhum direito divino senão o de seu exército, satirizava “a maioria dos príncipes menores, principalmente os alemães”, que “se arruinam com extravagâncias temerárias, desviados pela ilusão de uma imaginária grandeza. (...) O filho mais novo do filho mais moço de uma dinastia privilegiada, imagina ser da mesma casta que Luís XIV. Constrói seu

Versalhes, sustenta amantes e possui um exército(...) suficientemente forte para disputar(...) uma batalha no palco de Verona".<sup>38</sup>

A mais importante dos principados era a Saxônia. Sua era artística e gloriosa terminou quando o Eleitor Frederico Augusto II aliou-se a Maria Teresa contra Frederico o Grande. O impiedoso rei bombardeou e arruinou Dresden, em 1760. O eleitor fugiu para a Polônia como Augusto III, morrendo em 1763. Seu neto, Frederico Augusto III, herdou o eleitorado com a idade de treze anos, recebeu o nome de "*Der Gerechte*" (O Justo), fez da Saxônia um reinado (1806) e, através de muitas vicissitudes, conservou o trono até a sua morte (1827).

Carlos Eugênio, Duque de Württemberg, entra em nossa história principalmente como amigo e inimigo de Schiller. Sobrecarregava seus súditos de impostos com incansável engenhosidade, vendeu à França dez mil soldados e manteve a "mais brilhante corte da Europa"<sup>39</sup> segundo Casanova, com seu teatro francês, ópera italiana e uma concentração de concubinas. Mais importante para a nossa narrativa é Carlos Augusto, duque reinante de Saxe-Weimar, de 1775 a 1828. Entretanto, vamos vê-lo com maior destaque rodeado pelas estrelas que abrilhantam seu reino — Wieland, Herder, Goethe e Schiller. Foi um dos vários "déspotas esclarecidos" menores, que, naquela época, sentindo a influência de Voltaire e o exemplo de Frederico, contribuiu para o despertar da Alemanha. Os arcebispos que comandavam Münster, Colônia, Trier, Mogúncia e Würzburg-Bamberg seguiram a mesma linha, ao multiplicarem escolas e hospitais, impedindo extravagâncias na corte, aplainando distinções de classe, reformando prisões, estendendo a assistência aos pobres, e melhorando as condições da indústria e comércio. "Não é fácil", escreveu Edmund Burke, "encontrar ou conceber governos mais brandos e indulgentes do que esses soberanos da Igreja."<sup>40</sup>

Contudo, as distinções de classe eram visíveis na maior parte dos estados alemães, como condição da técnica de controle social. Os nobres, oficiais do exército, homens com uma profissão, comerciantes e camponeses constituíam classes separadas. Dentro de cada categoria havia graus cujos ocupantes empertigavam-se com desprezo por aqueles situados abaixo deles. Casar-se fora de sua classe era quase impraticável, porém alguns comerciantes e financistas compravam a nobreza. Os nobres mantinham o monopólio dos mais altos postos no exército e no governo, muitos deles conquistando tais privilégios por bravura ou competência. Contudo, muitos eram parasitas, salientando-se por seus uniformes, competindo por precedência na corte e seguindo a moda francesa em linguagem, filosofia e amantes.

Devemos atribuir aos príncipes, aos prelados, e aos nobres da Alemanha Ocidental, o crédito de terem, em 1780, libertado os camponeses da servidão, cujos termos possibilitaram acentuada expansão da prosperidade rural. Segundo Reinhold Lenz, os camponeses eram melhores criaturas humanas — mais simples, mais cordiais, mais puros — do que os avaros comerciantes ou os jovens e arrogantes aristocratas.<sup>41</sup> A autobiografia de Heinrich Jung (1777) idealizou a vida das aldeias, na sua labuta diária, assim como nas festas sazonais. Herder achava as canções populares dos camponeses mais verdadeiras e profundas do que as poesias eruditas; e Goethe, no seu *Dichtung und Wahrheit*, descreveu os festejos da vindima como "tudo impregnado de júbilo", fogos de artifício, canções e vinho.<sup>42</sup> Este era um lado do cenário alemão. O outro consistia de trabalho pesado, impostos elevados, mulheres velhas aos trinta anos,

crianças analfabetas vestindo trapos e mendigando nas ruas. “Numa estação”, segundo o relato de Eva König a Lessing, em 1770, “uma multidão de oitenta mendigos cercou-me”; (...) em Munique uma família inteira correu atrás de mim, gritando que, seguramente, ninguém poderia deixá-la morrer de fome.”<sup>43</sup>

No século XVIII a família era mais importante do que o Estado ou a escola. O lar alemão era a fonte e o centro da disciplina moral, da ordem social, e da atividade econômica. A criança aprendia a obedecer a um pai severo, a refugiar-se no regaço da mãe extremosa e a compartilhar, desde muito cedo, das tarefas diversas e formativas do dia. A “Canção do Sino”, de Schiller, dá um retrato ideal “da modesta dona-de-casa, (...) criteriosamente tomando conta do círculo familiar, treinando as meninas, reprimindo os meninos e aproveitando os momentos livres para o lazer”.<sup>44</sup> A mulher devia sujeitar-se ao marido, porém era o ídolo dos filhos. Fora do lar, exceto nas cortes, os homens costumavam excluir as mulheres de sua vida social, de maneira que a conversa deles era monótona ou imprópria. Nas cortes havia muitas mulheres cultas e bem-educadas. Algumas, dizia Eckermann, “escrevem em excelente estilo, ultrapassando, neste particular, muitos dos nossos mais célebres autores”.<sup>45</sup> Na Alemanha, assim como na França, as mulheres da alta classe tinham de aprender a desmaiar como parte de sua educação, bem como ter uma sensibilidade à flor da pele que se transformava em lágrimas.

A moral da corte copiava os modelos franceses, com o jogo, a bebida, o adultério e o divórcio. As senhoras da nobreza, segundo Mme. de Staël, mudavam de marido “com a mesma facilidade que se estivessem organizando as peripécias de um drama”, e com “menor tristeza”.<sup>46</sup> Os príncipes davam a nota da imoralidade ao venderem seus soldados aos monarcas estrangeiros, de modo que o landgrave de Hesse-Cassel construiu elegante palácio, entretendo uma suntuosa corte, com os proventos de seu *Soldatenhandel* — comércio de soldados. Ao todo, durante a Revolução Americana, os príncipes alemães venderam — ou, segundo eles, “emprestaram” — trinta mil soldados para a Inglaterra ao preço de quinhentas mil libras, sendo que 12.500 dentre esses homens nunca voltaram.<sup>47</sup> Fora da Prússia, os alemães do século XVIII — ao se recordarem do século XVII — mostravam-se pouco inclinados para a guerra. À vista do exposto, tudo indica que a “personalidade nacional” pode mudar de um século a outro.

Na Alemanha, a religião subordinava-se mais ao Estado do que nos países católicos. Dividida em vários ramos, ela não contava com um pontífice temido que coordenasse suas doutrinas, estratégias e defesas. Seus dirigentes eram nomeados pelo príncipe, que também estabelecia suas rendas. As classes média e baixa eram profundamente religiosas. Apenas os nobres, os intelectuais e alguns padres sofriam a influência da onda de incredulidade vinda da Inglaterra e da França. A região do Reno, em sua maioria, era católica. Entretanto, foi lá que surgiu o movimento que audaciosamente desafiou a autoridade dos papas.

Em 1763, Johann Nikolaus von Hontheim, bispo auxiliar de Trier, publicou, sob o pseudônimo de Justinus Febronius, um tratado intitulado *De Statu Ecclesiae et legitima Potestate romani Pontificis* (*Sobre o Estado da Igreja e o Legítimo Poder do Pontífice Romano*). O livro foi traduzido em alemão, francês, italiano, espanhol e português, causando sensação em toda a Europa Ocidental. “Febronius” aceitava a

primazia do papa, mas apenas como de honraria e execução administrativa. Negava a infalibilidade do papa, pleiteando a possibilidade de apelar contra suas resoluções a um conselho geral, o qual teria a última palavra na autoridade legislativa da Igreja. O autor desconfiava da influência secreta e conservadora da cúria romana, apontando para o fato de que a excessiva centralização do poder eclesiástico havia produzido a Reforma, e que a descentralização poderia facilitar a volta dos protestantes à Igreja Católica. Nas questões da lei humana, e não divina, os príncipes seculares podiam recusar obediência ao papa e, caso necessário, teriam o direito de separar suas igrejas de Roma. O papa condenou o livro (fevereiro de 1764), porém ele se tornou “o breviário dos governos”.<sup>48</sup> Já vimos sua influência sobre José II.

Os arcebispos de Colônia, Trier, Mogúncia e Salzburgo foram favoráveis aos pontos de vista de “Febronius”, pois desejavam ficar independentes do papa, como os outros principados do imperador. Em 25 de setembro de 1786, divulgaram o documento “Pontos Principais” [relatório preliminar] de Ems” (nas proximidades de Coblença) o qual, se tivesse sido realizado, originaria uma nova Reforma:

O papa é, e continua sendo, a mais alta autoridade da Igreja, (...) porém aqueles privilégios [papais], que não se originam dos primeiros séculos do cristianismo, mas sim baseiam-se nas falsas leis canônicas de Isidoro de Sevilha, desvantajosas para os bispos, (...) não podem mais ser considerados válidos, por pertencerem às usurpações da cúria romana, ficando os bispos autorizados (de vez que protestos pacíficos de nada valem) a manter seus direitos legais sob a proteção do imperador teuto-romano. Não deverá mais haver nenhum apelo [dos bispos] a Roma. (...) Não deverão as ordens [religiosas] ser orientadas por superiores alienígenas, nem assistir às assembléias gerais fora da Alemanha. Não deverão ser remetidas a Roma nenhuma contribuição. Nenhum benefício eclesiástico disponível poderá ser preenchido por Roma, e sim por eleição regular de candidatos nativos. (...) Estes e outros assuntos deverão ser regulamentados por um conselho nacional alemão.<sup>49</sup>

Os bispos alemães, temerosos do poder financeiro da cúria, não apoiaram a declaração. Além do mais, hesitavam em substituir a distante supremacia de Roma pela autoridade imediata e mais difícil de evitar dos príncipes alemães. A incipiente revolta fracassou. Hontheim retratou-se (1788), os arcebispos retiraram seu documento (1789) e tudo permaneceu como antes.

#### IV. O ILUMINISMO ALEMÃO

Não totalmente. Com exceção dos principados eclesiásticos, a educação passou ao controle estatal. Os professores universitários eram nomeados e pagos (com uma parcimônia vergonhosa) pelo governo, com a categoria de funcionários públicos. Uma vez que todos os professores e alunos tinham de aderir à religião do príncipe, as faculdades, até 1789, gozavam de uma quase liberdade acadêmica. O alemão substituiu o latim como o idioma para a instrução. Os cursos de ciência e filosofia multiplicaram-se, e a filosofia foi amplamente definida (na Universidade de Königsberg, na época de Kant) como “a faculdade de pensar e investigar a natureza das coisas sem preconceitos ou sectarismos”.<sup>50</sup> Karl von Zedlitz, o devotado ministro da Educação de Frede-



rico o Grande, pediu a Kant que sugerisse meios de “impedir que os universitários se entregassem aos estudos triviais, fazendo-os compreender que o pouco que aprendiam sobre o direito, até mesmo a teologia e a medicina, seria absorvido com maior facilidade, e aplicado com mais segurança, se tivessem um bom conhecimento do estudo filosófico”.<sup>31</sup>

Era grande o número de estudantes pobres que obtinham auxílio público ou particular para sua educação universitária. Reconfortante é a história de Eckermann e de como foi auxiliado por bons vizinhos em todas as etapas de seus estudos.<sup>32</sup> Não havia diferença de classes no corpo discente.<sup>33</sup> Qualquer aluno graduado tinha permissão de lecionar sob os auspícios da universidade, por quaisquer honorários que pudesse obter. Kant começou assim sua carreira de professor; e qualquer competição por parte dos novos mestres alertava os antigos. Mme. de Staël considerava as 24 universidades alemãs “as mais eruditas da Europa. Em nenhum país, nem mesmo na Inglaterra, existem tantos meios de instrução, ou de tornar perfeitos as capacidades inatas.(...) Desde a Reforma, as universidades protestantes têm sido incontestavelmente superiores às católicas, e a glória literária da Alemanha delas depende”.<sup>34</sup>

A reforma da educação estava no ar. Johann Basedow, inspirado na leitura de Rousseau, publicou em 1774, a obra *Elementarwerke*, esboçando um plano de ensino às crianças por meio de jogos e exercícios, devendo elas receber maior número de sua instrução ao ar livre, ao invés de acorrentados em suas carteiras. Aprenderiam os idiomas, não através da gramática e de cor, mas nomeando os objetos e ações na experiência diária de vida. Desenvolveriam sua moral formando e orientando os seus próprios grupos sociais, se preparariam para a vida aprendendo um ofício. A religião faria parte do currículo, mas não tão ampla como antes. Basedow abertamente duvidava da Santíssima Trindade.<sup>35</sup> Instalou em Dessau (1774) uma amostra de organização filantrópica, a qual produziu alunos cujas insolência, arrogância,<sup>36</sup> consciência e petulância escandalizavam os mais velhos. Entretanto, esta educação progressiva harmonizava-se com o Iluminismo, espalhando-se rapidamente por toda a Alemanha.

Experiências educacionais faziam parte da efervescência que agitava o país entre a Guerra dos Sete Anos e a Revolução Francesa. Multiplicavam-se entusiasmaticamente livros, jornais, revistas, livrarias itinerantes, clubes de leitura. Brotavam vários movimentos, cada um com sua ideologia, seu jornal e seus participantes. Em 1660, saiu o primeiro jornal, *Die Leipziger Zeitung* e, por volta de 1784, já havia 217 periódicos diários ou semanais. Em 1751, Lessing começou a editar o suplemento literário do *Vossische Zeitung*, em Berlim. Em 1772, Merck, Goethe, e Herder publicaram *Die Frankfurter gelehrte Anzeigen*, ou *Noticiário Literário de Frankfurt*. Em 1773-89, Wieland fez o *Der deutsche Merkur*, a revista de maior influência literária da Alemanha. Havia três mil autores alemães em 1773, seis mil em 1787, sendo que só em Leipzig havia 133. Muitos deles ocupavam-se da literatura somente em parte de seu tempo. Lessing foi provavelmente o único alemão que por muitos anos viveu da literatura. Quase todos os escritores eram pobres, pois os direitos autorais os protegiam apenas em seus próprios principados. Edições piratas limitavam severamente os lucros tanto do autor como do editor. Goethe perdeu dinheiro em *Götz von Berlichingen*, e pouco fez com *Werther*, o maior sucesso literário daquela geração.

A expansão da literatura alemã situa-se entre os maiores acontecimentos da segun-

da metade do século XVIII. Em 1763, escrevendo de Potsdam, D'Alembert revelou não encontrar nada digno de nota nas publicações alemãs.<sup>57</sup> Em 1790, a Alemanha rivalizava e talvez superava a França na genialidade literária contemporânea. Já vimos o desprezo de Frederico pela língua alemã, por ser gutural e rude, cheia de consoantes que a prejudicavam. Não obstante, o próprio Frederico, em virtude de sua própria repulsa de tantos inimigos, inspirou a Alemanha com tal orgulho nacional que encorajou os escritores alemães a usarem a sua língua, em desafio aos Voltaires e Rousseaus. Por volta de 1763, o alemão já se tinha refinado, transformando-se numa língua literária, em condições de fazer coro com o Iluminismo alemão.

Esse *Aufklärung* não possuía nascimento virgem. Era o penoso produto do deísmo inglês com o livre pensamento francês, em terreno preparado pelo moderado racionalismo de Christian von Wolff. As maiores explosões deístas de Toland, Tindal, Collins, Whiston e Woolston, por volta de 1743, haviam sido transplantadas para o alemão e, em 1755, a *Correspondência* de Grimm disseminava as últimas idéias francesas entre a elite alemã. Já em 1756 havia suficientes livres-pensadores na Alemanha para permitir a publicação de um *Freidenkerlexikon*. Em 1763-64, Basedow publicou *Philalethie (Amor da Verdade)*, que rejeitava qualquer revelação divina que não fosse a da própria natureza. Em 1759, Christoph Friedrich Nikolai, um livreiro de Berlim, principiou as *Briefe die neueste Literatur betreffend*. Enriquecidas com artigos de Lessing, Herder e Moses Mendelssohn, essas *Cartas Sobre a Nova Literatura* continuaram, até 1765, como o guia do *Aufklärung*, combatendo a extravagância literária e o autoritarismo na religião.

Os maçons compartilharam do movimento. A primeira loja *Freimaurer* foi fundada em Hamburgo, em 1733, e logo seguiram-se outras. Entre seus membros encontrava-se Frederico o Grande, os duques Ferdinando de Brunswick e Carlos Augusto de Saxe-Weimar, Lessing, Wieland, Herder, Klopstock, Goethe, Kleist. Esses grupos em geral eram adeptos do deísmo, porém evitavam criticar abertamente a crença ortodoxa. Em 1776, Adam Weishaupt, professor de lei canônica em Ingolstadt, organizou uma sociedade secreta análoga, a qual denominou *Perfektibilisten*, mas que, mais tarde, tomou o antigo nome de *Illuminati*. Seu fundador, um ex-jesuíta, seguindo os moldes da Companhia de Jesus, dividiu os associados em graus de iniciação, fazendo-os jurar que seguiriam seus chefes na campanha para "congregar todos os homens capazes de pensamento independente", fazê-los "um exemplo de bom senso, para então atingirem a maior perfeição na arte de governar".<sup>58</sup> Em 1784, Carlos Teodoro, eleitor da Baviera, considerou ilegais todas as sociedades secretas e, desta forma, a Ordem dos Iluminados sofreu morte prematura.

Até mesmo o clero sofreu influência do "Esclarecimento". Johann Semler, professor de teologia em Halle, fez a mais alta crítica à Bíblia, ao argumentar (exatamente o contrário da opinião do Bispo Warburton) que o Velho Testamento não podia ser inspirado por Deus, de vez que, exceto em sua fase final, ignorava a imortalidade. Insinuou que o cristianismo havia sido afastado dos ensinamentos de Cristo pela teologia de São Paulo, que nunca vira o Cristo. Aconselhou os teólogos a considerarem o cristianismo uma forma transitória do esforço do homem para realizar uma vida moral. Quando Karl Bahrdt e outros alunos seus rejeitaram todos os dogmas cristãos, exceto a crença em Deus, Semler voltou à ortodoxia, mantendo sua cátedra de teolo-

gia, de 1752 a 1791. Bahrdr descrevia Jesus apenas como um grande mestre, “como Moisés, Confúcio, Sócrates, Semler, Lutero e eu mesmo”.<sup>59</sup> Johann Eberhard também equiparava Sócrates a Jesus Cristo. Foi expulso da religião luterana, porém Frederico o Grande fê-lo professor de filosofia em Halle. Um outro sacerdote, W.A. Teller, reduziu o cristianismo ao deísmo, convidando para a sua congregação qualquer um, inclusive judeus que acreditassem em Deus.<sup>60</sup> Johann Schulz, pastor luterano, negava a divindade de Jesus, reduzindo Deus a “uma suficiente superfície do mundo”.<sup>61</sup> Foi dispensado do sacerdócio em 1792.

Esses hereges verbais constituíam pequena minoria, mas talvez os hereges silenciosos fossem em grande número. Tendo em vista que tantos clérigos tendiam à argumentação religiosa, e porque a religião fosse tão mais forte na Alemanha do que na Inglaterra e na França, ou porque a filosofia de Wolff dotara as universidades de uma posição intermediária entre o racionalismo e a religião, o fato é que o Iluminismo alemão não teve tendência extremada. Não procurou destruir a religião, e sim libertá-la dos mitos, absurdos e sacerdotalismo, que na França tornou o catolicismo tão agradável ao povo e irritante aos filósofos. Seguidores mais de Rousseau do que de Voltaire, os racionalistas alemães reconheciam a profunda atração da religião para os elementos emocionais do homem, e a nobreza alemã, menos claramente cética do que a francesa, aceitava a religião como um auxílio à moral e ao governo. O movimento Romântico impediu o progresso do racionalismo, evitando que Lessing fosse para a Alemanha o que Voltaire havia sido para a França.

#### V. GOTTHOLD LESSING: 1729-81

Seu bisavô foi burgomestre de uma pequena cidade na Saxônia, seu avô ocupara esse posto por 24 anos, em Kamenz, escrevendo uma argumentação em favor da tolerância religiosa. Seu pai foi o chefe dos pastores luteranos em Kamenz, tendo escrito um catecismo que Lessing decorou. Sua mãe era filha do pregador a cujo presbitério seu pai sucedeu. Era natural que ela o destinasse ao sacerdócio, e que ele, saturado de religião, se rebelasse.

Iniciou seus estudos em casa e em uma escola primária em Meissen, e sua educação foi um misto de disciplina germânica e literatura clássica, de teologia luterana e comédia latina. “Teofrasto, Plauto e Terêncio constituíam o meu mundo, e eu os estudava com real prazer.”<sup>62</sup> Aos dezessete anos foi para Leipzig, com uma bolsa de estudos. Gostou mais da cidade do que da universidade. Entregou-se a alguns prazeres da mocidade, apaixonou-se pelo teatro e pelas atrizes, penetrou nos bastidores, aprendeu os mecanismos do palco. Com dezenove anos escreveu uma peça, arranjando para que fosse representada. Ao saber de tal pecado, a mãe chorou e o pai, irado, ordenou-lhe que voltasse para casa. Rindo-se, conseguiu acalmá-los, pedindo-lhes que pagassem suas dívidas. Sua irmã, ao ler os poemas de sua autoria, achando-os assombrosamente impróprios, queimou-os. Ele jogou neve no seio da irmã para acalmá-la e indignação. Foi mandado de volta a Leipzig a fim de estudar filosofia e tornar-se professor. Lessing achou a filosofia mortífera, fez muitas dívidas, fugindo para Berlim (1748).

Ali viveu como assalariado literário, escrevendo em revistas, fazendo traduções. Em

parceria com Christlob Mylius editou uma revista para teatro, que pouco durou. Com a idade de dezenove anos era livre-pensador. Lia Spinoza, achando-o, a despeito da geometria, irresistível. Compôs um drama (1749?), *Der Freigeist* (*O Espírito Livre*). Fez um paralelo entre Theophan, um jovem e simpático sacerdote, com Adrast, livre-pensador, grosseiro e algo parecido com um velhaco. Nesta peça o cristianismo leva a melhor. Entretanto, por essa época, Lessing escreveu ao pai: "O cristianismo não é uma fé que devemos aceitar, em confiança, de nossos pais."<sup>63</sup> Nesta ocasião, compôs outra peça, *Die Juden*, uma argumentação sobre o casamento entre cristãos e judeus, cujo enredo é o seguinte: um rico e honrado hebreu, denominado simplesmente "O Viajante", salva as vidas de um nobre cristão e sua filha. O nobre, como recompensa, oferece-lhe sua filha em casamento, porém retira o oferecimento quando o judeu lhe revela sua identidade. Este concorda que a união seria desditosa. Somente cinco anos depois (1754), Lessing, durante uma partida de xadrez, conheceu Moses Mendelssohn, que lhe pareceu personificar as virtudes que ele havia atribuído ao "*Der Reisende*".

Em princípios de 1751, Voltaire, ou o seu secretário, contratou Lessing a fim de traduzir para o alemão alguns documentos que o filósofo exilado desejava utilizar numa questão judiciária contra Abraham Hirsch. O secretário permitiu que Lessing tomasse emprestado parte de um manuscrito de Voltaire, *Le Siècle de Louis XIV*. Mais tarde, naquele mesmo ano, Lessing foi a Wittenberg, levando consigo o manuscrito. Temendo que aquela cópia incorreta pudesse ser utilizada em uma edição pirata, Voltaire enviou a Lessing um delicado pedido para a devolução urgente do documento. Este aquiesceu, porém ressentiu-se do tom urgente, e talvez este fato tenha sido o motivo de sua subsequente hostilidade para com as obras e o caráter de Voltaire.

Lessing recebeu o doutorado na Universidade de Wittemberg em 1752. De volta a Berlim, contribuiu para diversos jornais, escrevendo artigos de pensamento tão positivo e estilo incisivo que, por volta de 1753, conquistou um público suficientemente numeroso para perdoar ter publicado, aos 24 anos, a sexta edição de suas obras. Nesta incluía-se uma nova peça, *Miss Sara Sampson*, que constitui um marco na história do teatro alemão. Até então o teatro alemão apresentara comédias nacionais, mas nunca uma tragédia nacional. Lessing apelou para que seus colegas dramaturgos abandonassem os modelos franceses, adotando o modelo inglês e compondo suas próprias tragédias. Louvava Diderot por defender a comédia de conceitos e a tragédia da classe média, porém foi da Inglaterra — de George Lillo, *O Mercador de Londres* (1731), e de *Clarissa*, de Richardson (1748) — que se inspirou para escrever *Miss Sara Sampson*.

A peça foi representada em Frankfurt Sobre o Oder, em 1775, com boa aceitação. Possuía todos os elementos do drama: principiava com uma sedução, terminava com um suicídio, e relacionava tudo com um mar de lágrimas. O vilão Mellefont (Rosto de Mel) é o Lovelace de Richardson. Era insensível ao defloramento, mas contra a monogamia. Promete casar-se com Sara, foge com ela, dorme com ela, depois adia o casamento. Uma antiga amante tenta reconquistá-lo, fracassa, envenena Sara. O pai dela chega, pronto para perdoar tudo e a aceitar Mellefont como filho, e encontra a filha morrendo. Totalmente fora do personagem que representa, Mellefont mata-se, como se quisesse exemplificar o gracejo de Lessing de que nas tragicomédias os protagonistas devem morrer de algo pelo menos no quinto ato.<sup>64</sup>

Lessing então pensou que podia sustentar-se escrevendo para o teatro, e como em Berlim não havia nenhum teatro, mudou-se para Léipzig (1755). Nessa ocasião eclodiu a Guerra dos Sete Anos, o teatro fechou, o comércio livreiro diminuiu o seu ritmo e Lessing ficou na penúria. Voltou a Berlim, escrevendo para *Briefe die neueste Literatur betreffend*, de Nikolai, artigos que constituíram um ponto alto na crítica literária alemã. “Os regulamentos”, dizia a Carta XIX, “são o que os mestres de arte resolveram observar.” Em 1760, o exército austro-russo invadiu Berlim. Lessing fugiu para Breslau na qualidade de secretário de um general prussiano. Durante os cinco anos que passou naquela cidade, freqüentou tavernas, jogou, estudou Spinoza, os padres cristãos, Winckelmann, e escreveu *Laokoon*. Em 1765 voltou a Berlim e, em 1776, enviou ao prelo o seu livro mais famoso.

*Laokoon, oder Über die Grenzen der Malerei und Poesie* (O Laocoonte, ou os Limites da Pintura e da Poesia) obteve um imediato incentivo de *Pensamentos sobre a Imitação das Obras Gregas na Pintura e na Escultura*, de Winckelmann (1755). Quando Lessing já havia terminado metade de seu manuscrito, apareceu *A História da Arte de Winckelmann* (1764). Ele interrompeu seu ensaio, escrevendo: “*A História da Arte*, por Herr Winckelmann, foi publicada. Não me aventurei a dar mais um passo sem primeiro ter lido essa obra.”<sup>65</sup> Tomou como ponto de partida a concepção de Winckelmann de que a arte clássica grega caracterizava-se por uma serena grandeza e dignidade, aceitando a afirmativa daquele autor de ter o grupo de estátuas Laocoonte, na Galeria do Vaticano, preservado tais qualidades apesar do sofrimento mortal. (Laocoonte, sacerdote de Apolo em Tróia, suspeitando de que havia gregos no “Cavalo de Tróia”, arremessou contra ele uma lança. A deusa Atena, favorecendo os gregos, persuadiu Posêidon a mandar, do mar, duas grandes serpentes que se enrolaram mortalmente no sacerdote e em seus dois filhos.) Winckelmann supôs que o *Laocoonte* — agora reconhecido como obra de escultores da ilha de Rodes do último século antes de Cristo — pertencia à era clássica de Fídias. Por que razão Winckelmann, que havia visto e estudado a obra, atribuiu majestosa calma às feições contorcidas do sacerdote é um mistério. Lessing aceitou a descrição porque nunca tinha visto a estátua.<sup>66</sup> Concordeu que o escultor suavizara a expressão de dor. Continuou inquirindo a razão do refreamento do artista, concluindo que provinha da própria limitação inerente às artes plásticas.

Citou a máxima do poeta grego Simônides, de que “a pintura é a poesia silenciosa e a poesia é a pintura eloqüente”.<sup>67</sup> Mas, acrescentou Lessing, as duas devem manter-se dentro de seus limites naturais. A pintura e a escultura devem descrever os objetos no espaço, e não tentar contar uma história. A poesia deveria narrar acontecimentos no tempo, em vez de tentar descrever objetos no espaço. A descrição minuciosa seria relegada às artes plásticas. Quando isto ocorre na poesia, como em *As Estações*, de Thomson, ou *Die Alpen*, de Haller, ela interrompe a narrativa e obscurece os acontecimentos. “Opor-se a este gosto falso, e impedir tais infundadas opiniões, é o principal objetivo das seguintes observações.”<sup>68</sup> Lessing logo esqueceu-se do principal objetivo, perdendo-se em considerações minuciosas da *História* de Winckelmann. Neste ponto, revela-se sem experiência ou competência, e a sua exaltação da beleza ideal como objetivo da arte teve um efeito árido sobre a pintura alemã. Confundiu a pintura com a escultura, aplicando a ambas as normas próprias à escultura, principalmen-

te, e desta forma incentivando o formalismo de Anton Raphael Mengs. Entretanto, sua influência sobre a poesia germânica foi uma bênção. Libertou-a das grandes descrições e detalhes enfadonhos, orientando-a para a ação e o sentimento. Goethe, agrado, reconheceu o liberador efeito do *Laocoonte*.

Lessing achou-se mais à vontade quando (abril de 1767) mudou-se para Hamburgo na qualidade de dramaturgo e crítico dramático, ganhando oitocentos táleres por ano. Lá produziu o seu novo drama, *Minna von Barnhelm*. Seu herói, o Major Tellheim, voltando da guerra a suas propriedades, com todas as honrarias, fica noivo da bela e abastada Minna. Um golpe do destino, assim como intrigas hostis, reduzem-no à pobreza. Retira seu compromisso por não ser um marido adequado para a herdeira de grande fortuna. Ele desaparece, ela o persegue, suplicando-lhe que mantenha o compromisso de casamento. Ele recusa. Percebendo as razões do major, ela engendra uma mistificação pela qual torna-se bela e sem vintém. Então, o herói oferece-se para com ela se casar. Subitamente, dois mensageiros entram, um para anunciar Minna, o outro que Tellheim recuperara a antiga opulência. Todos se alegram, e até os criados caem na armadilha do matrimônio. O diálogo é vivo, os personagens improváveis, o enredo absurdo — mas quase todos os enredos são absurdos.

No mesmo dia (22 de abril de 1767) da abertura do Teatro Nacional de Hamburgo, Lessing publicou os programas de seu *Hamburgische Dramaturgie*. Periodicamente, nos anos anos que se seguiram àqueles ensaios, comentava as peças produzidas na Alemanha, e sobre a teoria do drama segundo os filósofos. Concordava com Aristóteles em que o drama era a mais alta qualidade de poesia, aceitando, com leviana inconsistência, as regras estabelecidas na *Poética*, “Não hesito confessar(...) que a considero tão infalível quanto os *Elementos* de Euclides”<sup>69</sup> (que cessaram de ser infalíveis). Contudo, implorou a seus concidadãos que abandonassem a subserviência a Corneille, Racine e Voltaire, estudando a arte dramática conforme é revelada em Shakespeare (que ignorava as regras de Aristóteles). Achava o drama francês por demais formal para produzir aquela catarse de emoções que Aristóteles encontrara no drama grego. Pensava que Shakespeare havia realizado essa depuração melhor em *Lear*, *Otelo* e *Hamlet* pela intensidade da ação e da força e beleza de sua linguagem. Esquecendo-se do lenço de Desdêmona, Lessing enfatizou a necessidade da probabilidade. O bom dramaturgo evitará depender de coincidências e trivialidades, construindo de tal forma cada um dos personagens que os acontecimentos sairão inevitavelmente da natureza das pessoas envolvidas. Os dramaturgos do período *Sturm-und-Drang* concordaram em tomar Shakespeare como modelo, com satisfação liberando o drama alemão da influência francesa. O espírito nacionalista, que surgiu com as vitórias de Frederico e a derrota da França, inspiraram e secundaram o apelo de Lessing, e Shakespeare dominou o teatro alemão por quase um século.

As experiências de Hamburgo entraram em colapso porque os atores disputaram-se entre si, concordando apenas em se ressentirem das críticas de Lessing. Frederico Schröder lastimou-se de que “Lessing nunca dava toda a atenção a uma representação completa. Sempre saía, depois voltava, falava com conhecidos, ou ficava meditando, e com características que animavam seu prazer do momento, formava um quadro que cabia mais na sua própria mente do que na realidade”.<sup>70</sup> Esse julgamento inteligente descreveu muito bem a inconstância da vida e da mente de Lessing.

Devemos parar aqui, em meio à nossa dissertação a fim de examiná-lo? Era de estatura mediana, compleição orgulhosamente ereta, forte e flexível, devido a exercícios regulares, feições delicadas, olhos azuis escuros e cabelos castanhos claros, cuja cor conservou-se até sua morte. Era afetuoso em suas amizades e colérico com os desafetos. Nunca se sentia tão feliz quanto nas controvérsias e, nessas ocasiões, feria com pena afiada. “Deixemos que o crítico”, escreveu ele, “encontre alguém com quem ele possa brigar. Desta maneira, aos poucos, encontrará um assunto, e o resto prosseguirá naturalmente. Francamente, admito que selecionei, em primeiro lugar, os autores franceses para tal finalidade, e entre estes M. de Voltaire em particular”<sup>71</sup> — cuja atitude era bastante ousada. Era um conversador brilhante, porém arrojado, e com a resposta pronta. Tinha idéias sobre tudo, mas elas eram muitas, e convincentes para que pudesse dar-lhes consistência, ordená-las e emprestar-lhes força total. Comprazia-se mais com a procura da verdade do que na perigosa ilusão de tê-la encontrado. Onde, suas observações mais conhecidas:

Não é a verdade de que um homem é possuído — ou pensa sê-lo — que constitui o seu valor, mas sim o esforço que ele fez para conquistá-la. Pois não é através da posse da verdade, mas através da investigação dessa verdade, que ele desenvolve as energias nas quais consiste a sua sempre crescente perfeição. A posse torna a mente estagnada, indolente, orgulhosa. Se Deus estendesse Sua mão direita, na qual estivesse contida toda a verdade, e em Sua mão esquerda simplesmente o impulso ininterrupto em direção à verdade, embora com a condição de que eu teria de errar eternamente, e me falasse “Escólha!”, eu, humildemente, me curvaria perante Sua mão esquerda, dizendo “Pai, dai-ma! A pura verdade só a Vós pertence!”<sup>72</sup>

Duas amigas preciosas permaneceram do fiasco de Hamburgo. Uma com Elise Reimarus, filha de Hermann Reimarus, professor de línguas orientais na Academia de Hamburgo. Elise transformou sua casa no centro da sociedade mais culta da cidade. Lessing aderiu ao grupo e, quando vinham à cidade, Mendelssohn e Jacobi também compareciam. Vamos ver a importância vital dessas amigas na história de Lessing. Ainda mais íntimo era seu afeto por Eva König. Mulher de um comerciante de sedas, mãe de quatro filhos, ela era, segundo a opinião de Lessing, “viva e animada, dotada de tato feminino e graça”, “conservando ainda um pouco de frescura e o charme da mocidade”.<sup>73</sup> Ela também reunia em seu salão um grupo de amigos cultos, entre os quais Lessing era *facile princeps*. Quando o marido partiu para Veneza, em 1769, ele disse a Lessing: “Entrego-lhe a minha família.” Aquele não era um arranjo de ocasião, pois o nosso dramaturgo não possuía nenhum ativo senão sua genialidade, além de estar devendo mil táleres. E, em outubro daquele ano, aceitou o convite do Príncipe Carlos Guilherme Ferdinando de Brunswick para encarregar-se da biblioteca ducal em Wolfenbüttel. Essa cidade sofrera uma diminuição de aproximadamente seis mil habitantes, desde a transferência (1753) da residência do duque reinante para Brunswick, a dez quilômetros de distância, porém Casanova estimara a coleção de livros e manuscritos “a terceira maior biblioteca do mundo”.<sup>74</sup> Lessing receberia seiscientos táleres anuais, com dois assistentes e um criado, assim como moradia gratuita no velho palácio ducal. Em maio de 1770, instalou-se em seu novo lar.

Não era um bom bibliotecário, ainda assim agradou a seu patrão ao descobrir, en-

tre os manuscritos, um famoso tratado, que havia sido perdido, de Berengar de Tours (998-1088), com questões sobre transmutação. Naquela vida sedentária, ele sentia falta da luta e do estímulo de Hamburgo e Berlim. O trabalho de perscrutar através de letras mal impressas, com luz deficiente, enfraqueceu seus olhos, provocando dores de cabeça e debilitando-lhe a saúde. Consolava-se escrevendo um outro drama, *Emilia Galotti*, que expressava seu ressentimento dos privilégios e moral aristocráticos. Emilia é filha de um ardoroso republicano. O seu soberano, Príncipe de Guastalla, deseja-a e manda matar seu noivo; depois seqüestra-a, levando-a a seu palácio, onde a seduz. O pai consegue encontrá-la e, por insistência desta, apunhala-a. Ela morre. A seguir, o pai entrega-se à corte daquele príncipe, sendo condenado à morte, enquanto o monarca continua sua carreira apenas momentaneamente perturbada. A paixão e eloquência da peça redimiu o seu fim, tornando-se uma tragédia favorita do teatro alemão. Goethe assinala a sua estréia (1772) como a ressurreição da literatura alemã. Alguns críticos saudaram Lessing como o Shakespeare alemão.

Em abril de 1775, Lessing foi para a Itália, na qualidade de cicerone do Príncipe Leopoldo de Brunswick. Por um período de oito meses, usufruiu Milão, Veneza, Bolonha, Módena, Parma, Piacenza, Pareia, Turim, Córsega, Roma. Nesta cidade, foi apresentado ao Papa Pio VI, e talvez tenha visto, acidentalmente, o *Laocoonte*. Em fevereiro de 1776, estava novamente em Wolfenbüttel. Pensou em pedir demissão, mas foi persuadido a ficar com um aumento de duzentos táleres, e recebendo cem luíses de ouro anualmente, como consultor de teatro de Mannheim. Então, com 47 anos, pediu em casamento a viúva Eva König, oferecendo-se para trazer os filhos para com eles morar. Ela aceitou e casaram-se em 8 de outubro de 1776. Foram felizes durante um ano. Na véspera de Natal de 1777, ela deu à luz uma criança, que morreu no dia seguinte. Dezesseis dias mais tarde, a mãe também morreu, deixando Lessing sem prazer na vida.

A controvérsia o sustentava. Em 1º de março de 1768, Hermann Reimarus morreu, deixando à sua mulher um volumoso manuscrito que ele nunca ousara imprimir. Em outra parte da presente obra mencionamos" aquele "*Schutzschrift für die vernünftigen Verehrer Gottes*" (*Apologia aos Adoradores Racionais de Deus*). Lessing tomara conhecimento de algumas partes deste extraordinário trabalho. Pediu a Frau Reimarus que publicasse algumas partes, e ela concordou. Na qualidade de bibliotecário, ele tinha autorização de publicar qualquer manuscrito da coleção. Guardou o "*Schutzschrift*" na biblioteca, publicando posteriormente uma das de suas partes, em 1774, com o título *A Tolerância dos Deístas(...) por um Escritor Anônimo*. Não causou sensação. Entretanto, os estudiosos do sobrenatural foram despertados pela segunda remessa do manuscrito de Reimarus, que Lessing publicou em 1777, denominando-a *Mais alguma coisa dos Documentos do Escritor Anônimo, Relativos à Revelação*. Argumentava que nenhuma revelação dirigida a um único povo tinha o poder de obter aceitação universal, em um mundo com tantas raças e credos, e que apenas uma minoria da humanidade tinha, até então, após 1.700 anos, ouvido falar na Bíblia judaico-cristã. Por conseguinte, não podia ser aceita como a revelação de Deus à humanidade. O fragmento final, *Os Objetivos de Jesus e Seus Discípulos* (1778), apresentava Jesus não como o Filho de Deus, mas como um místico fervoroso que compartilhava do ponto de vista de alguns judeus, no sentido de que o mundo, como era então conhe-



cido, logo terminaria, seguindo-se a criação do reino de Deus na Terra. Os apóstolos (dizia Reimarus) assim o compreenderam porque tinham esperanças de serem designados para os tronos desse futuro reino. Quando o sonho entrou em colapso, com o grito de desespero de Jesus, na Cruz — “Senhor, Senhor, por que me abandonaste?” — os apóstolos (assim supunha Reimarus) inventaram a fábula da ressurreição para ocultar sua derrota, considerando-o como o juiz que recompensa e pune os atos deste mundo.

Os teólogos, chocados, atacaram os “Fragmentos Wolfenbüttel” em mais de trinta artigos, na imprensa alemã. Johann Melchior Goeze, pastor-chefe em Hamburgo, acusou Lessing de secretamente concordar com o “Escritor Anônimo”. Este hipócrita, insistiu ele, deveria ser punido, tanto pela Igreja como pelo Estado. Os opositores mais brandos reprovaram Lessing por ter feito a publicação em um alemão inteligível, cheio de dúvidas que deveriam ser expressas em latim, confidencialmente apenas para uns poucos. Lessing respondeu em onze panfletos (1778), que rivalizavam com as *Lettres provinciales* de Pascal, com um alegre sarcasmo e implacável sagacidade. “Ele não poupou nenhuma cabeça”, disse Heine, “muitas ele decepou, por pura impiedade; e, depois, foi bastante mau para erguê-las, a fim de mostrá-las ao público e provar que estavam vazias.”<sup>76</sup> Lessing lembrou a seus detratores que a liberdade de opinião e debate constituía elemento vital no programa da Reforma. Além do mais, o povo merecia saber de toda a verdade existente, do contrário um papa romano seria preferível a cem profetas protestantes. Afinal das contas (ele argumentou), o valor do cristianismo permanecerá invariável se a Bíblia for um documento humano e seus milagres meras fábulas religiosas ou acontecimentos naturais. O governo ducal confiscou os Fragmentos Wolfenbüttel e o manuscrito Reimarus, intimando Lessing a não escrever mais nada sem a aprovação do censor de Brunswick.

Silenciado no seu púlpito, Lessing virou-se para o teatro, escrevendo sua melhor peça. Novamente e indviduado em virtude das despesas acarretadas pela doença e morte de sua mulher, contraiu um empréstimo de trezentos táleres de um judeu de Hamburgo para poder terminar em sossego *Nathan der Weise*. Situou o episódio em Jerusalém, durante a Quarta Cruzada. Nathan é um piedoso comerciante judeu, cuja mulher e sete filhos foram mortos por cristãos pervertidos em virtude de anos de guerra. Três dias depois, um frade lhe traz uma criancinha cristã cuja mãe acabara de morrer, e cujo pai, recentemente morto em batalha, por várias vezes salvara Nathan da morte. Este dá o nome de Recha à criança, adotando-a como filha, ensinando-lhe apenas as doutrinas religiosas sobre as quais concordavam os judeus, os cristãos e os muçulmanos.

Dezoito anos depois, enquanto Nathan se ausenta a negócios, sua casa pega fogo. Recha é salva por um jovem templário, que desaparece sem se identificar. Recha julga-o um anjo miraculoso. De volta, Nathan procura o salvador para recompensá-lo, sendo por ele insultado por ser judeu. Mas convence-o a voltar, a fim de receber a gratidão de Recha. Ele vem, apaixona-se por ela e esta por ele. Entretanto, ao saber que pelo nascimento ela é cristã, e não foi educada como tal, ele pergunta a si mesmo se não está comprometido por juramento a reportar a questão ao patriarca de Jerusalém. Narra seu problema ao patriarca sem citar nomes. Este adivinha serem eles Nathan e Recha, jurando condenar Nathan à morte, e envia um frade para espionar o judeu. Entretan-

to, este é o mesmo frade que trouxe Recha a Nathan, há dezoito anos, e que havia observado, no decurso desse tempo, a carinhosa sabedoria do mercador. Confia-lhe o perigo que o ameaça, deplorando a animosidade religiosa que tornou os homens tão sanguinários.

Saladino, então governador de Jerusalém, está em dificuldades financeiras. Manda chamar Nathan, na esperança de obter um empréstimo. Nathan vai, pressente as necessidades de Saladino, oferecendo-lhe um empréstimo antes que fosse pedido. O sultão, sabedor da sensatez de Nathan, pergunta-lhe qual das três religiões acha a melhor. Nathan responde com uma judiciosa variação da história que Bocacio atribuíra ao judeu Melquisedeque, de Jerusalém. Um anel precioso passa através das gerações para designar o herdeiro legítimo de uma rica propriedade. Entretanto, em uma dessas gerações, o pai, que ama seus três filhos com igual fervor, mandou fazer três anéis iguais, e secretamente dá um a cada filho. Depois de sua morte, os filhos brigam para saber qual dos anéis é o original e o único verdadeiro. Levam o assunto ao tribunal — onde está até hoje sem decisão. O pai extremoso era Deus, os três anéis o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. A história ainda não decidiu qual dos credos é a verdadeira lei de Deus. Nathan dá uma outra versão à história. O anel original tinha fama de fazer virtuoso quem o usava. Mas, como nenhum dos três filhos é mais virtuoso do que os outros homens, é provável que o anel original tenha sido perdido. Cada anel — cada credo — só é verdadeiro quando faz virtuoso o seu portador. Saladino admirou tanto a resposta de Nathan que levanta-se e o abraça. Pouco depois dessa conversa filosófica, aparece um manuscrito árabe provando que o templário e Recha são filhos do mesmo pai. Choram por não poderem se casar, porém rejubilam-se por poderem amar-se como irmão e irmã, abençoados por Nathan, o judeu, e Saladino, o maometano.

Seria Nathan inspirado em Moses Mendelssohn? Há semelhanças entre os dois, como veremos um capítulo mais adiante, e, apesar de muitas diferenças, é provável que Lessing encontrasse no amigo muita coisa que o inspirasse na idealização do mercador de Jerusalém. Talvez tenha Lessing, na sua ânsia de pregar a tolerância, retratado o judeu e o muçulmano com mais simpatia do que o cristão. O templário, no seu primeiro encontro com Nathan, mostra-se fanaticamente rude, e o patriarca (a lembrança que Lessing guardou de Goeze?) quase não faz justiça aos gentis e esclarecidos bispos que então governavam Trier, Mogúncia e Colônia. O público cristão da Alemanha repudiou a peça, julgando-a injusta quando foi apresentada em 1779. E muitos dos amigos de Lessing fizeram coro com a crítica. Somente em 1783, *Nathan o Sábio* chegou ao teatro, e na terceira noite de representação a sala ficou vazia. Em 1801, uma versão preparada por Schiller e Goethe foi bem recebida em Weimar, e a partir de então, durante um século, a peça foi a favorita nos teatros da Alemanha.

Um ano antes de morrer, Lessing publicou um último apelo em favor da compreensão entre os homens. Teve o cuidado de amparar sua dissertação com termos religiosos, a fim de arrefecer qualquer resistência e facilitar a transferência das velhas para as novas idéias. Em alguns aspectos, o ensaio *A Educação da Raça Humana* (*Die Erziehung des Menschengeschlechts*, 1780) justifica as velhas idéias. É então que percebemos que a apologia é um panegírico do Iluminismo. Toda a história é vista como uma revelação divina, como uma educação gradativa da humanidade. Toda grande religião con-

sistia de mais um estágio daquela iluminação obtida passo a passo. Não era, como muitos franceses haviam suposto, um artil imposto aos crédulos pelos padres interesseiros. Era uma teoria universal destinada a civilizar a humanidade, inculcar a virtude, a decência e união social. Em um estágio (o Velho Testamento) a religião pretendia tornar os homens virtuosos prometendo-lhes bens materiais e uma longa vida. Em um outro estágio (o Novo Testamento) procurou vencer a lamentável discrepância entre a virtude e os sucessos terrenos pela promessa de recompensas após a morte. Em ambos os casos, o apelo ajustava-se à limitada compreensão dos povos daquele tempo. Cada religião possui em seu âmago uma preciosa verdade, cuja aceitação talvez proviesse da camada de erros que a suavizava. Se, ao lado de crenças básicas, os teólogos desenvolveram dogmas difíceis de se acreditar, tais como o pecado original e a Trindade, essas doutrinas eram também símbolos de verdade e meios de educação, por exemplo, Deus pode ter sido concebido como um poder único, com muitos aspectos e significados, e o pecado é original segundo a concepção de que todos nós nascemos com uma tendência para resistir às leis morais e sociais.<sup>77</sup> Entretanto, o cristianismo sobrenatural é apenas um degrau na evolução da mente humana. Um estágio mais alto chega quando a raça humana aprende a raciocinar, e quando os homens se tornarem suficientemente fortes e clarividentes para fazerem o que é certo, quando vêem que está certo e razoável, ao invés de visarem recompensas materiais ou divinas. Este estágio já foi atingido por algumas pessoas, mas ainda não chegou à raça humana, contudo “ele chegará! Certamente chegará(...) o tempo de um Evangelho novo e eterno!”<sup>78</sup> Assim como o homem médio recapitula em seu crescimento o desenvolvimento intelectual e moral da raça, esta lentamente passa pelo desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo superior. Para dar-lhe uma concepção pitagoriana, cada um de nós renasce e torna a renascer até que sua educação — seu reajustamento à razão — se completa.

Qual o pensamento final de Lessing sobre a religião? Aceitava-a como um grande auxílio à moral, porém ressentia-se do seu sistema de dogmas que exigia aceitação, sob pena de pecado, punição e condenação da sociedade. Achava que Deus era o espírito interno da realidade, provocando aperfeiçoamento e ele mesmo se aperfeiçoando. Acreditava que Cristo era o mais perfeito dos homens, mas apenas metaforicamente uma encarnação de Deus. Esperava que algum dia a teologia desaparecesse do cristianismo, permanecendo apenas a sublime ética da paciente bondade e confraternidade universal. No rascunho de uma carta a Mendelssohn, Lessing declarava sua adesão ao ponto de vista de Spinoza, no sentido de que corpo e mente são o exterior e o interior de uma realidade, dois atributos de uma substância idêntica a Deus. “A ortodoxa concepção de divindade”, disse ele a Jacobi, “não mais existe para mim, não posso suportá-la. *Hen kai pan* — Um e Todos! Não sei de outra coisa.”<sup>79</sup> Em 1780, ao visitá-lo em Wolfenbüttel, Jacobi pediu-lhe que o auxiliasse na refutação de Spinoza, chocando-se com a resposta de Lessing: “Não existe outra filosofia senão a de Spinoza.(...) Se eu fosse me chamar segundo alguém, não me ocorre nenhum outro nome.”<sup>80</sup>

As heresias de Lessing, e suas ocasionais controvérsias, fizeram com que ficasse sozinho nos últimos anos de vida. Tinha alguns amigos em Brunswick, com os quais, de vez em quando, ia conversar e jogar xadrez. Os filhos de sua mulher viviam com ele

em Wolfenbüttel. Lessing dedicou inteiramente a eles a pequena herança deixada por ela. Entretanto, seus adversários denunciaram-no por toda Alemanha como um ateu monstruoso. Ele os desafiava, ousando opor-se ao homem que lhe pagava os vencimentos. Quando Carlos Guilherme Ferdinando, então (1780) duque de Brunswick, jogou na prisão um jovem judeu que incorrera em seu desagrado, Lessing visitou-o na cadeia e, mais tarde, levou-o para sua casa a fim de recuperar a saúde.

A sua própria saúde fora-se. A visão era tão diminuída que ele quase não conseguia ler. Sofria de asma, arteriosclerose, e os pulmões estavam fracos. Em 3 de fevereiro de 1781, por ocasião de uma visita a Brunswick, teve severa crise asmática e vomitou sangue. Disse aos amigos: "Quando vocês perceberem que vou morrer, chamem um tabelião para que eu declare em sua presença que vou morrer fora de qualquer religião prevalecente."<sup>81</sup> Em 15 de fevereiro, enquanto estava acamado, alguns amigos reuniram-se na sala contígua. Bruscamente, abriu-se a porta do quarto. Lessing surgiu curvado e enfraquecido, levando a mão ao gorro à guisa de cumprimento. Depois caiu no chão, com um ataque apoplético. Uma gazeta teológica anunciou que, por ocasião de sua morte, Satanás carregou-o para o inferno como um outro Fausto que vendera a alma.<sup>82</sup> Deixou tão pouco dinheiro que o duque teve de pagar seu enterro.

Ele foi o arauto da maior fase literária da Alemanha. No ano de sua morte, Kant publicou a memorável *Crítica da Razão Pura*, e Schiller o seu primeiro drama. Goethe considerava Lessing o grande libertador, o pai do Iluminismo alemão. "Em vida", disse Goethe à alma de Lessing, "honramo-vos como um dos deuses, e agora que estais morto, vosso espírito reina sobre nossas almas."

## VI. A REAÇÃO DO ROMANTISMO

Goethe falou por uma diminuta minoria. A grande maioria do povo alemão apegava-se à sua herança cristã, louvando, como inspirado pelo céu, o poeta que cantou o seu credo. Seis anos depois que Handel despertou até a Irlanda com os divinos acordes do *Messias*, Friedrich Gottlieb Klopstock conquistou o coração da Alemanha com os primeiros fervorosos cantos do *Der Messias* (1748-73).

Nascido em 1724, Klopstock antecipou-se a Lessing em cinco anos, sobrevivendo-o por 22 anos. Lessing, filho de pastor, tornou-se livre-pensador. Klopstock, filho de advogado, tomou como missão precípua de sua vida a composição de um poema épico sobre a vida de Cristo. Tão entusiasmado estava com o seu tema que publicou os primeiros três cantos quando era ainda um rapaz de 24 anos. Esses hexâmetros sem rimas granjearam-lhe público tão grato que, um ano depois, quando pediu sua prima em casamento, esta recebeu cartas de várias partes da Alemanha pedindo-lhe que o aceitasse. Ela recusou. Entretanto, Frederico V da Dinamarca, aquiescendo à recomendação de seu ministro Johann von Bernstorff, convidou Klopstock para viver na corte dinamarquesa a fim de terminar seu épico, por quatrocentos táleres anuais. Em seu caminho para Copenhague, o poeta encantou-se com uma sua admiradora de Hamburgo, Margareta Moller. Em 1754, casou-se com ela. Em 1758, ela morreu, partindo-lhe o coração e sombreando os seus versos. Glorificou-a no décimo quinto canto do *Messias*, assim como em algumas das mais enternecedoras de suas odes. Permaneceu

vinde anos em Copenhague, perdeu o prestígio quando Bernstorff foi demitido, e voltou a Hamburgo. Em 1773, publicou os cantos finais de seu maciço poema.

Este principiava com uma invocação onde se descobriam ecos de Milton. Depois, ao longo de vinte cantos, contou a sagrada história, partindo das meditações de Cristo no Monte das Oliveiras até a sua ascensão aos céus. Tomando quase o mesmo tempo para escrever o seu épico que Jesus havia tomado para vivê-lo, Klopstock concluiu com um *Te Deum* de gratidão:

Olhem, alcancei a minha meta! O pensamento inflamado  
Palpita no meu espírito. Teu braço todo-poderoso,  
Meu Senhor, meu Deus, somente tem me guiado  
Por mais de uma sombria campá, antes que eu consiga alcançar  
Aquela meta longínqua! Tu, meu Senhor, curaste-me, e ainda  
Derramaste em meu coração desfalecido uma nova coragem  
Que tinha com a morte uma próxima companhia;  
E quando eu olhava algo terrível, as formas sombrias  
Logo desapareciam, porque Tu me protegias!  
Rapidamente sumiram. — Senhor, cantei  
Teu Pacto de Misericórdia. Atravessei  
O meu terrível caminho! Minhas esperanças recaíram em Ti!<sup>83</sup>

O *Messias* foi recebido pela ortodoxia germânica como a melhor poesia jamais escrita na língua alemã. Goethe conta que um ministro de Frankfurt lia os primeiros dez cantos “todos os anos, por ocasião da Semana Santa, e desta forma revigorava-se para todo o ano”. Quanto a ele mesmo, Goethe só podia apreciar o épico “descartando determinadas exigências que uma cultura elevada não abandona com facilidade”.<sup>84</sup> Klopstock derramava sua religiosidade tão profusamente em seus versos que o poema tornou-se mais uma sucessão de poesias e de corais bachianos do que a narrativa fluente que um épico deve ser, tornando-se difícil acompanhar uma sucessão de versos por todos os vinte cantos e 25 anos.

Da mesma forma que Voltaire produziu o seu oposto em Rousseau, Lessing, por seu ceticismo, racionalismo e intelectualismo, fez a Alemanha sentir a necessidade de escritores que, em contraste, reconhecessem o lugar e os direitos da sensibilidade, sentimento, imaginação, mistério, romance e o sobrenatural na vida humana. Em alguns alemães daquele período, especialmente as mulheres, o culto da *Empfindsamkeit* (sensibilidade) tornou-se uma religião, assim como moda. Darmstadt tinha um “Círculo das Sensitivas”, cujos membros faziam do sentimento e da emoção um ritual e um princípio. Rousseau era o *Messias* desses espíritos. Sua influência na Alemanha foi muito maior do que a de Voltaire. Herder e Schiller consideravam-no um manancial. A *Crítica da Razão Prática*, de Kant, foi difundida com Rousseau. Goethe principiou com Rousseau (“*Gefühl ist Alles*”), seguiu até Voltaire (“*Gedenke zu leben!*”), e terminou juntando os dois. Neste meio tempo, vieram da Inglaterra os poetas do sentimento, James Thomson, William Collins, Edward Young e os romancistas da emoção, Richardson e Sterne. *Reliques*, de Percy, e os poemas “Ossianic”, de Macpherson, despertaram interesse na poesia medieval, mistérios, e romance. Klopstock e Heinrich von Gerstenberg trouxeram à luz a mitologia pré-cristã da Escandinávia e da Alemanha.

Johan Georg Hamann, anteriormente a 1781, foi o *Kapellmeister* da revolta contra a razão. Nascido, como Kant, na nevoenta Königsberg, fortemente imbuído por seu pai do sentimento religioso, educado na universidade, muito pobre, trabalhava como tutor, encontrando consolo no credo protestante, resiliente a todos os golpes do Iluminismo. A razão, argumentava, é apenas uma parte do homem, que se desenvolve mais tarde, e não é fundamental. Instinto, intuição, sentimentos são mais profundos, e a verdadeira filosofia vai se basear em toda a natureza e escalas da humanidade. A origem da linguagem não foi o produto da razão, mas uma dádiva de Deus ao homem para expressar seu sentimento. A poesia é mais profunda do que a prosa. A grande literatura não é escrita pelo conhecimento e observância de regras e raciocínios, mas por aquela indefinível qualidade chamada gênio, que, guiada pelo sentimento, ultrapassa todos os regulamentos.

Friedrich Jacobi concordava com Hamann e Rousseau. A filosofia de Spinoza, disse ele, é perfeitamente lógica se você aceitar a lógica, porém é falsa porque a lógica nunca chega ao âmago da realidade, que se revela somente pelo sentimento e pela fé. A existência de Deus não pode ser provada pela razão, mas o sentimento sabe que sem a crença em Deus a vida do homem é uma trágica e inútil futilidade.

Com esta exaltação de sentimento e poesia, a alma teutônica era primordial para tais lances de literatura imaginativa, fazendo com que a segunda metade do século XVIII na Alemanha relembresse o fervor e a fertilidade da Inglaterra elisabetana. Multiplicavam-se as revistas literárias, sofrendo, como sempre, uma existência fugaz. Johann Heinrich Voss, além de traduzir Homero, Virgílio e Shakespeare, escreveu ternos romances em verso, *Luise* (1783-95), que conquistou o coração da Alemanha e aguçou a rivalidade de Goethe. Salomon Gessner obteve fama internacional com seus delicados versos e pastorais em prosa. Matthias Claudius emocionou centenas de milhares de mães com canções idílicas de vida doméstica, como o "*Wiegenlied bei Mondenschein zu singen*" (Canções de Ninar Para Ser Cantada ao Luar):

<i>So schlafe nun, du Kleine!</i>	Agora, durma minha menina!
<i>Was weinst du?</i>	Por que choras?
<i>Sanft ist im Mondenscheine</i>	Suave ao luar,
<i>Und süß die Ruh.</i>	E doce o descanso.
<i>Auch kommt der Schlaf</i>	Então, o sono chega
<i>geschwinder</i>	mais cedo,
<i>Und sonder Müh.</i>	E sem mágoa.
<i>Der Mond freut sich der</i>	A lua alegre-se com as
<i>Kinder,</i>	crianças,
<i>Und liebet sie.</i>	E ama você. <sup>85</sup>

Gottfried Bürger tinha todas as qualidades de um gênio romântico. Filho de pastor, foi mandado a Halle e Göttingen para estudar direito, mas sua vida dissoluta levou-o a ter que se retirar da universidade. Em 1773, foi redimido de seus pecados com a balada *Lenore*. O apaixonado de Lenore parte com o exército de Frederico para o sítio de Praga. Todas as manhãs, despertando de seus sonhos, ela pergunta: "Wilhelm, és infiel, ou estás morto? Quanto tempo vais demorar?" A guerra termina, as tropas voltam, mulheres, mães e crianças dão-lhe as boas-vindas, alegremente, dando graças a Deus.

*Sie frug den Zug wohl auf und ab  
Und frug nach allen Namen,  
Doch keiner war der Kundschaft gab  
Von allen, so da kamen.  
Als nun das Heer vorüber war,  
Zerraupte sie ihr Rabenhaar,  
Und warf sich hin zur Erde  
Mit wütiger Gebärde*

Ela perguntou a todos daquela parada  
E a todos perguntou o nome,  
Mas ninguém lhe respondeu  
Nenhum daqueles que vieram.  
E quando todos os soldados se foram  
Puxou os cabelos cor das penas do corvo  
E atirou-se ao chão  
Em paroxismos de incontrolável de-  
sespero.

Sua mãe diz-lhe que "o que Deus faz está bem-feito". Responde-lhe Lenore que isso é uma ilusão, suplicando a morte. A mãe fala-lhe do céu e do inferno. A filha responde que o céu é estar com Wilhelm, inferno ficar sem ele. Passa o dia em desespero. À noite, um cavaleiro chega à sua porta, sem dizer seu nome, pede-lhe que vá com ele para ser sua noiva. Ela cavalga atrás dele, na garupa de seu cavalo negro. Passam a noite cavalgando. Chegam a um cemitério. Os fantasmas dançam ao redor deles. De repente, o cavaleiro transforma-se num cadáver. Lenore vê-se agarrada a um esqueleto. Enquanto ela se debate entre a vida e a morte, espíritos gemem estas palavras:

*Geduld, Geduld! Wenn's  
Herz auch bricht!  
Mit Gott im Himmel hadre nicht.  
Des Leibes bist du ledig;  
Gott sei der Seele gnädig!*

Paciência, paciência! Mesmo quando o  
coração se quebra!  
Com Deus no céu não brigues.  
Do teu corpo estás separada;  
Deus tenha piedade de tua alma!<sup>86</sup>

## VII. STURM UND DRANG

Da religiosidade de Klopstock, e da sensibilidade de Gessner, o movimento romântico deu um salto para o individualismo irreverente, "tempestade e ímpeto" da mocidade alemã, no arroubo da revolta moral e social. A rígida aristocracia das cortes, o gradual desaparecimento dos dogmas das prédicas, a monótona labuta dos comerciantes para ganharem dinheiro, a melancólica rotina dos burocratas, o pomposo pedantismo dos mestres — tudo isso despertou o ressentimento dos jovens alemães, cônscios de suas qualidades e sem achar o seu lugar. Reagiram ao apelo de Rousseau, a favor da liberdade e da naturalidade, porém não se interessaram na sua glorificação da "vontade geral". Concordavam com Rousseau em rejeitar o materialismo, o racionalismo e o determinismo, e com Lessing em preferir a irregularidade voluptuosa de Shakespeare ao rígido classicismo de Corneille e Racine. Deliciavam-se com a sagacidade de Voltaire, mas achavam que, onde ele passava, só havia deserto. Vibravam com a revolta das colônias americanas contra a Inglaterra. Ao relembrar a época, dizia Goethe: "Desejávamos que a América obtivesse todo o sucesso. Os nomes de Franklin e Washington principiaram a brilhar, tremulando no firmamento da política e da guerra".<sup>87</sup> Aqueles *Stürmer e Dränger* sentiram fisicamente a inebriante mocidade e o acordar da mente, lastimando a opressão do velho sobre o moço, do Estado sobre a alma. Todos eles eram partidários da originalidade, da experiência direta, do direito

de expressão sem quaisquer impedimentos, e alguns acreditavam que a sua genialidade os eximia da observância à lei. Sentiam que o tempo estava do lado deles, e que, em futuro próximo, obteriam a vitória. "Oh", exclamava Goethe, "que bons tempos aqueles em que Merck e eu éramos jovens!"<sup>88</sup>

Alguns jovens rebeldes expressavam sua filosofia pelo desafio às convenções sobre o vestuário, substituindo-as por suas próprias maneiras de vestir. Assim sendo, Christoph Kaufmann saía sem chapéu, cabelos em desalinho e a camisa aberta até o umbigo.<sup>89</sup> Entretanto, este fato era excepcional. A maioria deles, com exceção de um ou dois suicídios, evitavam essa ostentação de indumentária extravagante, e muitos deles eram abastados. O próprio Goethe foi um dos pais de Sturm und Drang, com a sua peça *Götz von Berlichingen* (1773). No ano seguinte, o *Werther*, de sua autoria, tornou-se triunfantemente o padrão do Romantismo. Schiller juntou-se ao movimento, com *Die Räuber* (1781). Contudo, esses complexos espíritos evolutivos, dentro em breve, abandonaram a campanha, deixando-a aos jovens mais arrebatados do que eles e com raízes menos profundas. Um dos fundadores do movimento foi Johann Merck. Segundo as aparências, era são e forte. Frequentara universidade, era *persona grata* na corte de Hesse-Darmstadt, foi pagador geral do exército, e tinha fama de possuir inteligência viva e aptidões práticas. Em 1771, encontrando-se com ele, Goethe ficou favoravelmente impressionado, iniciando com o jovem entusiasta e com Herder uma revista de crítica literária, o *Frankfurter gelehrte Anzeigen*, motivo pelo qual os rebeldes foram inicialmente denominados "Frankfurters".<sup>90</sup> Familiarizado com o ramo de negócios e com a política, viajando através da Alemanha e indo à Rússia, Merck viu e satirizou as vaidades da riqueza, o tédio das cortes e a exploração dos camponeses. Sabendo-se impotente para reformar essas condições, tornou-se amargo e cínico. Goethe denominou-o "Mefistófeles Merck", tomando a si mesmo e a Merck como modelos para os protagonistas do *Fausto*. Reveses nos negócios e infelicidade matrimonial perturbaram-lhe a mente. Contraiu pesadas dívidas, das quais foi socorrido pelo Duque de Saxe-Weimar, a pedido de Goethe. Foi presa de persistente melancolia, matando-se com a idade de cinquenta anos (1791).

Ainda mais trágica foi a carreira de Reinhold Lenz. Filho de pastor luterano da Livônia, a fragilidade de seus nervos e temperamento impressionável foram afetados, na infância, pela angústia a respeito das doutrinas de pecado e inferno.<sup>91</sup> Por algum tempo, as conferências de Kant em Königsberg auxiliaram-no. Este fê-lo conhecer as obras de Rousseau e, dentro em pouco, Lenz referia-se à *La Nouvelle Héloïse* como o melhor livro jamais impresso na França. Em Estrasburgo, encontrou-se com Goethe, fascinando-se com o seu temperamento positivo, e a partir de então passou a imitá-lo em pensamento e estilo. Escreveu versos tão parecidos com os de Goethe que eles foram incluídos em algumas edições das obras do mestre. Partiu para Sesenheim, apaixonando-se (à maneira de Goethe) por Friederike Brion, compondo fervorosos poemas em seu louvor. Assegurou-lhe que, se ela não correspondesse a seu amor, ele se mataria. Ela não correspondeu, e ele não se matou. Merck mudou para Weimar, foi patrocinado por Goethe, invejou-lhe o sucesso, ironizou as relações de Goethe com Charlotte von Stein, e foi convidado pelo duque a retirar-se do ducado. Tinha imenso talento como poeta e dramaturgo. Uma de suas peças, *Die Soldaten*, satirizava asprezadamente as diferenças de classe e a vida burguesa. A principal personagem da peça



é uma moça da classe média que, aspirando em vão casar-se com um oficial, torna-se prostituta e aborda seu pai, na rua, o qual ela não reconheceu. Lenz por demais instável para situar-se firmemente na vida, vai sucessivamente mudando de posto, e fracassando sempre, até ter delírios de loucura, e procurando matar-se. Morreu louco (1792).

Maximilian von Klinger era o mais inteligente dos *Stürmers*. Denunciou o mundo, mas ocupou posições elevadas naquela sociedade que criticava. Nas peças comprazia-se em palavreado violento. Tornou-se diretor da Universidade de Dorpat. Gozou todos os prazeres e loucuras da mocidade, vivendo até os 69 anos. Foi referindo-se a ele que Goethe escreveu a frase discernente “Em relação às moças, gostamos do que elas são, mas no tocante aos rapazes, o que eles prometem ser”. Na peça mais importante de Klinger, *Sturm und Drang* (1776), escrita com a idade de 24 anos, o poeta deu-lhe o nome e as características do movimento reinante. Mostrava os rebeldes europeus expatriando-se na América, na esperança de encontrar livre expansão de suas individualidades. O linguajar daqueles jovens era o de louca paixão, e seu evangelho o gênio libertado de todas as regras. Klinger serviu nos exércitos austríaco e russo, casou-se com uma filha natural de Catarina, a Grande, aquietou-se no cargo de professor e solidificou-se como uma viga mestra do Estado.

Wilhelm Heinse coroou o *Sturm und Drang* com um romance, *Ardinghello* (1787), que englobava anarquismo, niilismo, comunismo, fascismo, amoralismo e desejo de poder numa orgia de sensualismo e crime. Crime não é crime, diz o herói, se for ousado. O único verdadeiro crime é a fraqueza. As verdadeiras virtudes são força, coragem física e moral. A vida é uma manifestação de instintos elementares, e fracassaremos se os tacharmos de imorais. Assim é que Ardinghello seduz e mata de acordo com a oportunidade ou a vontade, vendo nessas paixões sem peias a mais alta lei da vida. Descreve as incursões de Aníbal, honra-o como um super-homem e indaga: “O que são milhões de homens — que em todas as suas vidas tiveram um só minuto como este — comparados com este único homem?”<sup>92</sup> Funda uma sociedade comunista, com comunismo de mulheres, dando a estas o direito de voto, e adoração dos elementos como única religião.

Na confusão e no turbilhão do *Sturm und Drang* algumas idéias dominantes deram ao movimento caráter e influência. A maioria de seus membros vinham da classe média, tendo principiado sua revolta como um protesto contra os privilégios de nascimento, a insolência dos poderosos e o luxo dos prelados que se banquetevavam à custa dos dízimos dos camponeses. Todos estavam de acordo em lastimar a sorte e idealizar o tipo do camponês, do servo ou do homem livre. Desafiaram as mulheres a se descartarem de suas modas e suas anquinhas, pieguices, desmaios e submissa religiosidade, conclamando-as a virem compartilhar da vida excitante das mentes emancipadas e do homem nômade. Redefiniam a religião como uma inspiração da alma cuja genialidade é parte da necessidade criativa e mistério do mundo. Identificavam a natureza com Deus, concluindo que ser natural é ser divino. Consideravam a lenda medieval do Fausto um símbolo da ânsia intelectual e ambição devastadora que atravessam todas as barreiras da tradição, convenções, moral ou leis. De modo que “Maler Müller”, muito antes de Goethe, escreveu um drama, *Fausts Leben*, “porque vi logo que ele era uma pessoa extraordinária(...) que está cômico de todo o seu poder, sente as peias

com as quais a sorte o oprimiu e procura descartá-la, pois tem a coragem de aniquilar tudo que intercepta seu caminho".<sup>93</sup>

O entusiasmo e os exageros do Sturm und Drang marcaram-no como a expressão de adolescência intelectual, a voz de uma minoria condenada a fervilhar e aos poucos decrescer. O movimento não obteve nenhum apoio popular, porque a tradição e o povo sempre se apoiaram mutuamente. Sentindo-se sem base na estrutura da vida alemã, os *Sturmers* reconciliaram-se com os príncipes e, como os *philosophes*, confiavam que os governantes esclarecidos abririam caminho para a libertação intelectual e reforma social. Herder, Goethe e Schiller, na mocidade, aproximaram-se do movimento, afastaram-se do fogo destruidor, apararam suas garras, fecharam as asas, e, cheios de gratidão, aceitaram a proteção dos geniais duques de Weimar.

### VIII. OS ARTISTAS

Os alemães daquele período estavam quites com os franceses e italianos em relação à arte. Tiraram o barroco da Itália e o rococó da França, mas, em compensação, deram Winckelmann e Mengs para a Itália, e seus exilados, David Roentgen, "Jean" Riesener e Adam Weisweiler, eram os preferidos aos marceneiros franceses pelos reis e rainhas de França. De modo que Luís XVI pagou oitenta mil *livres* por uma *secrétaire* feita por Roentgen.<sup>94</sup> A *Residenz* em Munique, o Neues Palais de Frederico, em Potsdam, assim como as casas dos alemães abastados, estavam cheios de móveis maciços, elaboradamente esculpidos, até que, ao término daquela época, surgiram os estilos mais ligeiros, Chippendale e Sheraton, da Inglaterra. — As fábricas Meissen haviam sido danificadas durante a guerra, mas Nymphenburg, Ludwigsburg, Potsdam e outros centros continuavam as artes de porcelana e faiança. Na Alemanha, as estantes, consolos, mesas e escrivaninhas ostentavam figurinhas engraçadas, graciosas, dançando, cantando, beijando-se.

Em maior escala, havia estátuárias admiráveis. Martin Klauer fez um busto de Goethe dos primeiros anos de Weimar — ávido, olhar brilhante, confiante.<sup>95</sup> O filho de Martin, Ludwig, não foi tão feliz com Schiller.<sup>96</sup> Melhor é o *Schiller*, atualmente numa praça de Stuttgart, por Johann von Dannecker. Máximo na escultura alemã da época era Johann Gottfried Schadow, que se tornou escultor da corte em Berlim em 1788. Em 1791, fez uma cabeça de Frederico. Em 1793, esculpiu-o de corpo inteiro, e, em 1816, fundiu em bronze um *Federico*<sup>97</sup> menor — obra-prima inesquecível. Também fundiu em bronze a *Quadriga da Vitória* para a Porta de Brandemburgo, realizando uma beleza quase clássica no grupo, em mármore, da Princesa Luísa e sua irmã Frederica.

A Alemanha possuía tão bons pintores que podia permitir-se ceder uma dúzia deles à Itália e ainda ficar com alguns muito bons. Os Tischbeins eram tão numerosos na sua irmandade do pincel que facilmente é possível confundi-los. Johann Heinrich Tischbein, pintor da corte de Hesse-Cassel, fez um belo retrato de Lessing. Seu sobrinho, Johann Friedrich Tischbein, pintou em Cassel, Roma, Nápoles, Paris, Viena, Haia, Dassau, Leipzig e São Petersburgo, tendo feito um grupo encantador dos filhos do Duque Carlos Augusto de Saxe-Weimar. Johann Heinrich Wilhelm Tischbein vivia

na Itália em 1787-99, pintou a famosa tela, *Goethe na Campânia Romana*, voltando a seu país para ocupar o cargo de pintor da corte do Duque de Oldenburg.

Uma fonte do *Drang nach Italien* alemão foi Adam Friedrich Oeser, escultor, pintor, gravador, professor e campeão da reforma da arte em linhas clássicas. Winckelmann morou com ele por algum tempo, em Dresden, criticava seu desenho, admirava-lhe o caráter, dizendo "Sabe o que é possível saber fora da Itália".<sup>98</sup> Em 1764, Oeser foi nomeado diretor da academia de arte em Leipzig. Goethe visitou-o lá, contraindo a febre italiana.

Dos artistas que permaneceram na Alemanha, Daniel Chodowiecki liderava a lista, mas era polonês. Nascido em Dantzig, órfão, aprendeu a manter-se com desenhos, gravuras e pinturas. Em 1743, mudou-se para Berlim, tornando-se alemão em tudo, exceto no nome. Contou a vida de Cristo em magníficas miniaturas que lhe granjearam reputação nacional. Em seguida, com disposição mais voltairiana, pintou *Jean Calas e Sua Família*. Havia tanta procura de seus desenhos que durante anos não se publicava nenhum trabalho literário de vulto, na Prússia, sem ilustrações de sua obra. Em uma de suas mais belas águas-fortes ele esboçou seu próprio lar: ele trabalhando, sua mulher orgulhosamente cuidando dos seus cinco filhos, as paredes cobertas de obras de arte. Com *crayon* vermelho, desenhou Lotte Kestner, de corpo inteiro, a quem Goethe amou e perdeu. Há em seu trabalho uma graça de linhas e ternura de sentimento que o diferenciam de Hogarth, a quem era sempre comparado, em virtude do número de seus quadros representando a vida comum, mas ele, com razão, protestava contra tal correlação. Frequentemente, inspirava-se em Watteau. *Uma Reunião no Jardim Zoológico*<sup>99</sup> tem a aptidão de Watteau para as cenas ao ar livre e o delicioso revoloteio dos vestidos femininos.

Anton Graff deixou um retrato de Chodowiecki<sup>100</sup> — sorrisos, cachos e gordura — assim como um dele mesmo<sup>101</sup> olhando por cima do trabalho que estava fazendo, porém vestido como para uma festa. Havia mais vida no belo retrato que pintou de sua mulher.<sup>102</sup> Captou o orgulho da atriz Korona Schröter<sup>103</sup> e glorificou com roupagens douradas as formas superabundantes de Frau Hofrat Böhme.<sup>104</sup>

O último do grupo da metade do século foi Asmus Jakob Carstens, que absorveu o evangelho de Winckelmann na letra e no espírito, e completou o renascimento do classicismo na pintura alemã. Nascido em Schleswig, estudando em Copenhague e Itália, trabalhava principalmente em Lübeck e Berlim. Entretanto, em 1792, voltou à Itália, deleitando-se com os remanescentes da antiga escultura e arquitetura. Naquela época, ele não sabia que o tempo havia lavado a cor da arte grega, deixando apenas a linha. De modo que, da mesma forma que Mengs, reduziu o pincel a um lápis, desejando apenas atingir a perfeição da forma. Perturbava-o as imperfeições físicas dos modelos que posavam em seus estúdios. Foi então que resolveu confiar em sua imaginação, deliciando-se na pintura de deuses gregos e cenas da mitologia grega, segundo ele e Winckelmann os concebiam. Destas obras passou a ilustrações de Dante e Shakespeare. Como sempre, na sua paixão pela linha e pela forma, deixava omissas a cor e a vida. Mesmo quando realizou uma visão de figuras divinas, quase à semelhança de Miguel Ângelo, como em *O Nascimento da Luz*,<sup>105</sup> só podemos louvá-lo por nos lembrar as pinturas da Capela Sistina tão acuradamente quanto Mozart lembrou na sua música. Roma correspondeu ao seu afeto e lhe deu trabalho (1795),

uma das maiores e mais propaladas exposições que qualquer artista moderno jamais recebeu. Naquela cidade, três anos depois, ele morreu, com apenas 44 anos. A arte, assim como o sexo, pode ser um fogo arrasador.

O clima neoclássico dominou o embelezamento arquitetural de Potsdam e Berlim sobre Frederico o Grande. Em 1755, ele principiara o Neues Palais, não permitindo que a guerra o desviasse do projeto. Três arquitetos compartilharam a realização da obra — Buring, Contard e Manger — misturando o clássico com o barroco num imponente edifício que lembrava os da antiga Roma, a decoração interior rivalizando com os mais perfeitos espécimes do rococó francês. A Französische Kirche, ou Igreja Francesa, em Berlim, possuía um pórtico clássico. Contard e seu discípulo, Georg Unger, acrescentaram uma torre clássica (1780-85). Unger aumentou a majestade de Berlim com uma Königliche Bibliothek, ou Biblioteca Real, em 1774-80. A Brandenburg Tor, ou Porta de Brandemburgo, erigida por Karl Langhans, em 1788-91, era francamente modelada segundo o propileu da Acrópole, sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, porém perdendo a famosa *Quádriga*, o carro de quatro cavalos, com a qual Shadow a coroara.

Outras cidades alemãs estavam idealizando momentos para os príncipes, nobres e cadáveres. A irmã de Frederico, Guilhermina, embelezou Bayreuth com um palácio de encantador estilo rococó (1744-73). Em Cassel, Simon-Louis du Ry projetou (1769) o suntuoso salão de baile e a Sala Azul no *Schloss* do Landgraviato de Hesse-Cassel. No Reno, nas proximidades de Düsseldorf, Nikolaus von Pigage construiu o senhorial Schloss Benrath (1755-69), e perto de Ludwigsburg, Philippe de la Guépière erigiu o bonito Palácio de Monrepos (1762-64).

#### IX. DEPOIS DE BACH

A Alemanha era abençoada e entusiasmada pela música como nenhuma outra nação, excetuando-se a Itália. Era considerada anormal a família que não tivesse instrumentos musicais. As escolas ensinavam música quase na mesma proporção que a religião e a leitura. A música sacra declinava porque a ciência e a filosofia, as cidades e a indústria estavam secularizando os espíritos. Ainda ressoavam hinos luteranos, porém a canção transferia-se do coro das igrejas para os *lieder*, *Singspiele* e a ópera. Johann Peter Schulz abriu uma nova era no âmbito da canção com seu *Lieder im Volkston* (1782). A partir de então, a Alemanha gozou de inquestionável liderança na aplicação de música para a poesia lírica.

O aperfeiçoamento mecânico dos teclados fomentou a difusão de concertos e a ascendência do virtuose instrumental. Executantes como Johann Schobert, Abt Vogler e Johann Hummel conquistaram uma dúzia de cidades. Em março de 1780, Hummel, então com onze anos, deu um recital de piano em Dresden. Não sabia que Mozart estaria presente entre a audiência. Durante o concerto, ele viu e reconheceu seu primeiro professor. Logo que terminou, foi abrindo caminho por entre a audiência e os aplausos e abraçou Mozart com carinhosas expressões de preito e alegria.<sup>106</sup> Abt (isto é, abade) Vogler conquistou o título ao ser ordenado padre (1773). Em Mannheim era capelão da corte e diretor musical. Como escritor de música, era um dos mais originais e influentes daquele século. Como virtuose, no órgão, despertou inveja

em Mozart. Como professor, formou Weber e Meyerbeer. Na qualidade de núncio provocou o riso em Mannheim ao usar meias azuis, carregando o breviário juntamente com a música, às vezes, deixando a platéia esperando enquanto terminava suas orações.

A orquestra de Mannheim era na ocasião um grupo constituído de 76 músicos selecionados, muito bem conduzidos por Christian Cannabich como professor, regente e solista ao violino. Tornou-se célebre a observação de Lorde Fordyce de que a Alemanha mantinha-se à frente das nações, por dois motivos: o exército prussiano e a orquestra de Mannheim. Apenas menos conhecida era a orquestra Gewandhaus, de Leipzig. Os concertos eram enormes — três ou quatro, às vezes seis concertos, e em toda parte — nos teatros, igrejas, universidades, palácios, tavernas e parques. A sinfonia passou a competir com o concerto no repertório orquestral. Em 1770 — mesmo anteriormente a Haydn — esta era aceita como a mais alta forma da música instrumental.<sup>107</sup>

Metade dos compositores famosos daquele período vieram de bom coração e da virilidade de Johann Sebastian Bach. Da primeira mulher teve sete filhos, dentre os quais, Wilhelm Friedemann e Karl Philipp Emanuel obtiveram celebridade em todo o território nacional. Da segunda mulher, nasceram-lhe treze filhos, sendo dois deles, Johann Christoph Friedrich e Johann Christian, destaques na música. Johann Christoph Friedrich gerou um compositor menor, Wilhelm Friedrich Ernst Bach, de modo que Johann Sebastian deu ao mundo cinco homens que conquistaram um lugar na história da música. Um parente distante, Johann Ernst Bach, estudou com o mestre em Leipzig, tornou-se *Kapellmeister* em Weimar, deixando várias composições ao esquecimento.

Wilhelm Friedemann Bach nasceu em Weimar. A primeira parte do *Wohltemperirte Klavier* de seu pai foi escrito para a sua instrução. Progrediu rapidamente, sendo já compositor aos dezesseis anos. Com 23 anos foi nomeado organista na Sophienkirche, em Dresden. Como o seu trabalho naquele posto era leve, escreveu várias sonatas, concertos e sinfonias. Elevou-se tanto na fama como nos honorários ao ser escolhido (1746) organista na Liebfrauenkirche, em Halle. Permaneceu no posto dezoito anos, passando a ser denominado “o Bach de Halle”. Gostava de beber, porém a música vinha em primeiro lugar. Demitiu-se em 1764, e no decurso de vinte anos passou de cidade a cidade, vivendo literalmente de expedientes, dando recitais e lecionando. Em 1774 estabeleceu-se em Berlim, onde morreu pobre, em 1784.

Karl Philipp Emanuel Bach era canhoto, de modo que teve de restringir suas realizações musicais ao órgão e ao piano. Em 1734, com vinte anos, entrou para a Universidade de Frankfurt, onde gozou da amizade de Georg Philipp Telemann, que fora um de seus padrinhos e lhe dera parte do seu nome. Em 1737, tocou uma de suas composições ante uma audiência que incluía Frederico Guilherme I, da Prússia. Sabendo que o príncipe-herdeiro amava a música, foi para Rheinsberg e se apresentou, porém sem resultado imediato. Entretanto, em 1740, Frederico, então rei, nomeou-o cimbalista na orquestra da capela em Potsdam. Irritava-se em ter que acompanhar a flauta temperamental de Frederico e aceitar sua autoridade real em questões musicais. Após dezesseis anos de serviço na orquestra, retirou-se para se especializar no ensino. A sua *Versuch über die whare Art das Klavier zu spielen* (1753) marcou o

início da técnica tecladística moderna. Haydn formou sua arte pianística no seu manual, por isso Mozart assim se expressou a respeito daquele “Bach de Berlim”: “Ele é o pai, nós somos seus filhos (*Buben*); os que entre nós sabem algo corretamente aprenderam com ele, e qualquer um (aluno) que não confessa o fato é um patife (*Lump*)”.<sup>108</sup> Em suas composições, Emanuel conscientemente divergia do estilo contrapontístico de seu pai, preferindo um tratamento homofônico mais simples e a linha melódica. Em 1767, aceitou o posto de diretor da música sacra em Hamburgo, permanecendo naquele posto os restantes 21 anos de vida. Em 1795, Haydn foi a Hamburgo a fim de vê-lo, apenas para descobrir que o maior dos filhos de Johann Sebastian já havia morrido há sete anos.

Johann Christoph Friedrich Bach, depois de estudar com seu pai e na Universidade de Leipzig, aos dezoito anos (1750) tornou-se *Kammermusik*, em Bückeburg, de Wilhelm, Conde de Schaumburg-Lippe; aos 26 foi *Konzertmeister*. O grande acontecimento nos 28 anos passados naquela corte foi a vinda de Herder (1771) na qualidade de orador sacro, o qual forneceu-lhe textos inspiradores para oratórios, cantatas e canções. Johann Christoph seguiu os métodos e o espírito do pai, perdendo-se na mutabilidade do tempo.

Em compensação, o filho mais novo, Johann Christian Bach, deu à Itália sua fidelidade musical. Com apenas quinze anos, quando lhe morreu o pai, foi enviado a Berlim, onde o seu meio-irmão, Wilhelm Friedmann, deu-lhe assitência e instrução. Com dezoito anos foi para Bolonha, onde o Conte Cavaliere Agostino Litta pagou seus estudos ministrados pelo Padre Martini. O jovem entusiasmou-se tanto pela vida italiana e pela música sacra católica que se converteu, dedicando toda a sua composição, no decurso de seis anos, à Igreja. Em 1760, foi feito organista da catedral de Milão, tornando-se o “Bach de Milão”. Nesse meio tempo, a ópera despertou-lhe a ambição de vencer na música secular como o havia feito na música sacra. Produziu óperas em Turim e Nápoles (1761), o que provocou reparos de seus empregadores de Milão no sentido de que a *galanterie* dessas composições discordavam com a sua situação na catedral. Johann Christian transferiu suas idéias terrenas para Londres (1762), onde suas óperas permaneciam em cartaz por tempo inusitadamente longo. Muito em breve, foi nomeado mestre de música da Rainha Carlota Sofia. Deu as boas-vindas ao menino Mozart, de sete anos, em Londres, no ano de 1764, divertindo-se com ele ao piano. A criança amou o então plenamente realizado músico, aproveitando-se das opiniões do mestre na composição de sonatas, óperas e sinfonias. Em 1778, Bach foi para Paris, a fim de apresentar sua obra *Amadis des Gaules*. Naquela cidade reencontrou Mozart, e o jovem de 22 anos encantou-se com ele com a mesma intensidade com que o fizera há quinze anos. “É um homem honesto e justo”, Wolfgang escreveu ao pai, “amo-o de todo o coração.”<sup>109</sup>

Em resumo, essa dinastia Bach, a partir de Veit Bach, que morreu em 1619, até Wilhelm Friedrich Ernst Bach, falecido em 1845, é a mais extraordinária na história da cultura. De cerca de sessenta Bachs conhecidos pelo nome entre os parentes de Johann Sebastian, 53 eram músicos profissionais. Oito de seus ancestrais e cinco de sua descendência eram de suficiente calibre para assegurar menções especiais nos dicionários de música.<sup>110</sup> Vários de seus filhos granjearam maior fama e reputação, em vida, do que o fizera Johann Sebastian. Não que monopolizassem a fama musical;

os executantes, como de hábito, recebiam maior aclamação quando vivos e eram logo esquecidos, quando morriam. E os compositores, tais como Karl Friedrich Fasch e Christian Friedrich Schubart, rivalizavam em fama com os filhos de Bach.

Ao fazer um retrospecto dessa segunda metade do século XVIII, notamos alguns pontos de evolução musical. O poder e a expansão crescentes do piano libertaram a música da subserviência às palavras, incentivando as composições instrumentais. A crescente freqüência aos concertos e a diminuição do domínio eclesiástico afastaram os compositores da polifonia de Johann Sebastian Bach para as harmonias mais facilmente apreciadas de seus sucessores. A influência da ópera italiana contribuiu para a melodia, mesmo nas peças instrumentais, enquanto que, por um movimento contrastante, o *lieder* deu nova complexidade ao canto. A revolta contra a ópera italiana culminou com Gluck, que propôs subordinar a música ao drama, mas, ao contrário, enobreceu o drama com a música. Por outro lado, a revolta desenvolveu o *Singspiel*, que atingiu o auge na *Flauta Mágica*. O *concerto grosso* passou para o concerto em lugar do solo de um instrumento com orquestra. A sonata, com Karl Philipp Emanuel Bach e Haydn, tomou sua forma clássica, e o quarteto evoluiu para a sinfonia. Tudo estava preparado para Beethoven.

#### X. DER ALTE FRITZ

Sobre toda essa variada vida de políticos, religião, indústria, distrações, música, arte, filosofia, filantropia e pecado, despontava o herói que a Alemanha denominava Der Alte Fritz — não o amando, porém honrando-o como o alemão mais extraordinário de seu tempo. Não satisfeito em governar seu país e sua orquestra, invejava a pena de Voltaire, almejando ser enaltecido como poeta e historiador. Legou à posteridade trinta volumes de composição literária, sendo seis de história, seis de poesia, três de tratados militares, dois de filosofia e doze de correspondência. Todos eles em francês. Em sua maioria, os poemas eram da espécie “fugaz” e, portanto, escaparam à lembrança. Foi um dos principais historiadores da época, escrevendo, nos primeiros anos de seu reinado, a história de seus ancestrais — *Mémoires pour servir à l'histoire de la maison de Brandebourg* (1751). Como a maioria dos historiadores, proclamava-se imparcial: “Coloquei-me acima de qualquer tendenciosidade, considerando príncipes, reis e parentes como pessoas comuns.”<sup>11</sup> Entretanto, deixou-se levar pelo entusiasmo ao descrever a personalidade de Frederico Guilherme, o Grande Eleitor.

Sua obra-prima literária foi *L'Histoire de mon temps*, com recordações do seu próprio reinado. Principiou-a logo após o final da Primeira Guerra da Silésia (1740-42), continuando-a, por intervalos, até idade avançada. Provavelmente sob a influência de Voltaire — embora escrevesse a maior parte de seus livros antes da publicação de *Le Siècle de Louis XIV* e *L'Essai sur les mœurs*, de Voltaire — Frederico nela incluiu a história da ciência, da filosofia, literatura e arte. Desculpava-se por gastar tempo com “ímbeis vestidos de púrpura, charlatães coroados com tiara.(...) Entretanto, triilhar a descoberta de novas verdades, atinar com as causas da alteração da moral e dos hábitos, estudar os meios pelos quais as trevas do primitivismo foram dispersadas das mentes dos homens — estes, certamente, são assuntos dignos de ocupar todo o homem que pensa”.<sup>12</sup> Elogiou Hobbes, Locke e os deístas da Inglaterra, Thomasius e

Wolff, na Alemanha. “Estes grandes homens, assim como seus discípulos, deram um golpe mortal na religião. Os homens principiaram a examinar aquilo que haviam estupidamente adorado, e o racionalismo derrubou a superstição.(...) O deísmo, simples adoração do Supremo Ser, obteve muitos adeptos.”<sup>113</sup> Desprezando o governo francês, mas amando sua literatura, Frederico colocou a *Henriade* acima da *Ilíada* e Racine acima de Sófocles. Igualou Boileau a Horácio e Bossuet a Demóstenes. Ironizava a linguagem e a literatura da Alemanha, mas louvava sua arquitetura. Esforçou-se para desculpar sua invasão da Silésia. Um estadista, assim pensava ele, pode violar os Dez Mandamentos, se assim o exigirem os vitais interesses do Estado. “É melhor que um soberano quebre a sua palavra, do que causar a morte do povo”<sup>114</sup> — que ele esperava que todos acreditassem constituir o perigo para a Prússia, em 1740. Admitia ter cometido muitos erros como general, mas achava desnecessário registrar sua precipitada retirada em Mollwitz. Em suma, estes dois volumes destacam-se entre a melhor literatura histórica da Europa moderna, anterior a Gibbon.

Apenas terminara a Guerra dos Sete Anos, e já Frederico se preparava para escrever a sua *Histoire de la guerre de Sept Ans*. Como César, aspirava a ser o melhor historiador de sua própria campanha e, ainda como César, evitava embaraços, falando de si mesmo na terceira pessoa. Mais uma vez, e talvez com melhores razões, procurou justificar a audaciosa iniciativa com que iniciara as hostilidades. Louvava sua grande inimiga, Maria Teresa, em tudo que se relacionava com seu governo interno, mas nas relações exteriores condenava-a como “esta orgulhosa mulher” que, “devorada pela ambição, deseja alcançar a glória por todos os caminhos”.<sup>115</sup> Em meio a esse registro bastante imparcial das suas campanhas, deteve-se para chorar a morte de sua mãe, ocorrida em 1757, e de sua irmã, em 1758. A página na qual descreve Guilhermina é um oásis de amor numa terra devastada pela guerra.

Concluiu dizendo que a história é excelente mestra, com poucos alunos. “É da natureza humana que ninguém aprende com a experiência. As loucuras dos pais nada adiantam aos filhos. As gerações têm de cometer seus próprios erros.”<sup>116</sup> “Quem quer que leia a história com atenção verá que os fatos muitas vezes se repetem, e que a única coisa a fazer é substituir os nomes dos protagonistas.”<sup>117</sup> Admitindo-se que possamos aprender, ainda assim seríamos sujeitos aos imponderáveis da fortuna. “Essas *Memórias* cada vez mais me convencem de que escrever história é completar as loucuras dos homens e os golpes de sorte. Tudo se resume nestes dois pontos.”<sup>118</sup>

Por duas vezes (1752, 1768), no *Último Testamento*, experimentou transferir a seus herdeiros algumas lições de sua própria experiência. Incitava-os a estudar os objetivos e os recursos dos diversos estados, assim como os meios disponíveis para proteger e fazer progredir a Prússia. Seguiu o exemplo de seu pai ao enfatizar a necessidade de conservar o exército em boa ordem. Advertia seus sucessores contra os gastos ultrapassarem as receitas, prevenindo agitação política na França devido à imprudência fiscal, aconselhando o aumento da renda, não pela imposição de novos impostos, mas pelo estímulo da produtividade econômica. Todas as religiões seriam amparadas, contanto que mantivessem a paz — embora “todas, se atentarmos bem para elas, repousam sobre um sistema de fábula mais ou menos absurda”.<sup>119</sup> O poder do rei deveria ser absoluto, mas este teria de considerar-se o primeiro empregado do Estado. De vez que a Prússia corria perigo em virtude de sua exigüidade entre grandes Estados como



a Rússia, a França, e o Império Austro-Húngaro, o rei teria de valer-se de qualquer oportunidade para aumentá-la e unificá-la — de preferência pela conquista da Saxônia, da Prússia polonesa, e da Pomerânia sueca. “A primeira preocupação de um príncipe é preservar-se, a segunda estender seu território. Isto requer maleabilidade e recursos.(...) A maneira de ocultar ambições secretas é professar sentimentos pacíficos até que chegue a ocasião propícia. Este tem sido o método de todo grande estadista.”<sup>120</sup>

O rei deverá preparar seu sucessor para governar. Esta educação deve ser ministrada por homens esclarecidos, não por eclesiásticos, pois eles o sufocariam com superstições calculadas para torná-lo um instrumento dócil da Igreja.<sup>121</sup> Tal educação produz um espírito medíocre, logo esmagado pelas responsabilidades de seu posto. “Estes fatos são o que tenho visto, e com exceção da rainha da Hungria [Maria Teresa] e do rei da Sardenha [Carlos Emanuel I], todos os príncipes da Europa não passam de imbecis ilustres.”<sup>122</sup> Isto foi escrito quando Elizaveta reinava na Rússia. O *Testamento* de 1768 foi mais delicado, pois Catarina já havia demonstrado sua têmpera. Então, Frederico profetizou que a Rússia seria a mais perigosa potência da Europa.<sup>123</sup>

À medida que envelhecia, começou a indagar se seu sobrinho e herdeiro presuntivo — Frederico Guilherme II — estava apto para assumir o governo. “Trabalho para você”, escreveu ele, “contudo temos que pensar em conservar o que fiz. Se você for ocioso e indolente, o que acumulei com tanto trabalho derreter-se-á em suas mãos.”<sup>124</sup> E, em 1782, ainda mais pessimista, escreveu: “Se, após minha morte, meu sobrinho tornar-se indolente(...) dentro de dois anos a Prússia não mais existirá.”<sup>125</sup> A previsão verificou-se em Iena, em 1806, não tanto porque Frederico Guilherme II fosse indolente, mas porque Napoleão era forte.

O próprio Frederico, nos últimos dez anos de vida, tornou-se insuportavelmente duro. Retirou muitas das liberdades da imprensa que havia permitido anteriormente a 1756. “A sua liberdade de Berlim”, escreveu Lessing a Nikolai, em 1769, “reduz-se(...) na liberdade de fazer contra a religião todos os absurdos possíveis.(...) Contudo, deixai que alguém(...) levante a voz em nome dos súditos, e contra a exploração e o despotismo,(...) e descobrireis muito breve qual é o país mais servil atualmente na Europa.”<sup>126</sup> Herder detestava sua terra natal, a Prússia, e Winckelmann afastou-se “horrorizado” daquela “terra despótica”.<sup>127</sup> Quando, em 1778, Goethe visitou Berlim, surpreendeu-se com a impopularidade do rei. No entanto, o povo reverenciava Frederico como um velho que no decurso de 45 anos não perdera um dia de serviço ao Estado.

A guerra e a paz o haviam exaurido. Seus ataques de gota e asma, de cólicas e hemorróidas se tornaram mais freqüentes e mais graves, e sua predileção por alimentação farta e muito condimentada aumentaram seus padecimentos. Em 22-25 de agosto, nas proximidades de Breslau, passou revista a seu exército silesiano. No dia 24, envergando apenas o uniforme comum, permaneceu montado em seu cavalo, durante seis horas, debaixo de forte chuva. Ao voltar a seu acampamento estava encharcado e tremendo. Nunca mais ficou bem. Em junho de 1786, mandou chamar o Dr. Zimmermann, de Hanover. Refugou os remédios prescritos, preferindo animadas conversas sobre literatura e história. Para aquietá-lo, Zimmermann prescreveu-lhe *Declínio e Queda do Império Romano*.<sup>128</sup> Para cúmulo de seus sofrimentos, sobreveio o edema,

sendo necessário fazer incisões para reduzir a inchação.que degenerou em gangrena. A pneumonia completou a invasão e, em 17 de agosto de 1786, Frederico morreu, com a idade de 74 anos. Pediu para ser enterrado em Sanssouci, perto do túmulo de seus cães e de seu cavalo favorito. Este último pedido foi ignorado e ele foi sepultado ao lado de seu pai, na Igreja da Guarnição, em Potsdam. Quando Napoleão, após a derrota dos prussianos, em Iena, foi ao túmulo de Frederico, assim falou a seus generais: "Se ele estivesse vivo, nós não estaríamos aqui."<sup>129</sup>

## CAPÍTULO XXI

# Kant

1724-1804

### I. PROLEGÔMENOS

**S**E Frederico, o Grande, não tivesse vivido, nunca teríamos tido Emmanuel Kant. *Crítica da Razão Pura e Religião dentro dos Limites só da Razão* tornaram-se possíveis pelo ceticismo e pela tolerância de Frederico. Dois anos após a morte de Frederico, Kant foi silenciado pelo governo prussiano.

Como Frederico, Kant era filho do Iluminismo, e — a despeito de todas as suas vacilações estratégicas — ateve-se à razão até o fim. Contudo, como Rousseau, fazia parte do movimento Romântico, esforçando-se para reconciliar a razão com o sentimento, a filosofia com a religião, moral com revolta. Foi infundido de pietismo pelos pais, misturando-se com o racionalismo de Christian von Wolff. Absorveu as heresias dos *philosophes*, alternando-as com “Profissão de Fé do Vigário da Savóia”, em *Émile*. Herdou a sutil psicologia de Locke, Leibniz, Berkeley e Hume, utilizando-a para salvar a ciência, de Hume, e a religião, de Voltaire. Organizou sua vida com burguesa regularidade, e aplaudiu a Revolução Francesa. Isolado na Prússia Oriental, sentiu e sintetizou as correntes de pensamento de seu tempo.

Nasceu em Königsberg (22 de abril de 1724) longe da França amante da claridade e com a névoa vinda do mar. Houve dúvidas quanto à origem escocesa da família, porém o próprio Kant nos conta que seu avô, “ao findar o século passado (não sei a razão) emigrou da Escócia para a Prússia”.<sup>1</sup> Seu pai, Johann Georg Cant, casou-se com Anna Reuter. Emmanuel (isto é, Deus conosco) era o quarto dos onze filhos do casal. Tomou seu prenome do santo do dia de seu nascimento, alterando o sobrenome de Cant para Kant, a fim de evitar que os alemães o pronunciassem “Tsant”.<sup>2</sup> Toda a família foi educada no clero pietista, que, como o metodismo na Inglaterra, enfatizava a fé, o arrependimento e o apelo imediato a Deus, contra a adoração ortodoxa luterana da Igreja, com a interposição de um padre.

Um pregador pietista estabeleceu em Königsberg um Collegium Fredericianum. Emmanuel frequentou-o dos oito aos dezesseis anos. O horário escolar começava às 5:30 da manhã, com meia hora para as preces. Todas as classes terminavam com rezas

e, todas as manhãs, uma hora era reservada à instrução religiosa, com ênfase nas chamas do inferno. Ensinava-se história principalmente partindo do Velho Testamento, e o grego apenas no Novo. O domingo era reservado em grande parte às devoções religiosas. Esta educação produzia virtude em alguns de seus qualificados, hipocrisia em outros, e talvez um espírito sombrio na maioria. Mais tarde, Kant ressentiu-se dessa pesada dose de religião e terror. O medo e os tremores subjugavam-nos ao lembrar-se daqueles dias,<sup>3</sup> comentou ele.

Em 1740, transferiu-se para a Universidade de Königsberg, onde seu professor predileto foi Martin Knutzen, que, embora pietista, introduziu Kant ao “racionalismo” de Wolff. Knutzen havia lido os deístas ingleses, condenando-os porém debatendo-os, deixando algumas dúvidas quanto ao deísmo, pelo menos em um aluno. Quando, após seis anos na universidade, convidaram-no para ingressar no sacerdócio luterano, recusou, apesar das promessas de uma próxima designação para um posto promissor.<sup>4</sup> Em vez disso, viveu pobre, durante nove anos lecionando nas casas de família e continuando os estudos. Em 1770, seu interesse tendia mais para a ciência do que para a teologia. Lucrécio era um dos seus autores prediletos.<sup>5</sup>

Em 1755, Kant recebeu o grau de doutorado, sendo-lhe permitido lecionar em uma universidade na qualidade de *Privatdozent*, ou professor particular, recebendo apenas os honorários que os estudantes resolvessem pagar. Continuou nessa situação insustentável por um período de quinze anos. Durante esse longo noviciado reivindicou por duas vezes um professorado, o que lhe foi recusado. Continuou pobre, mudando-se de uma casa de pensão para outra. Sem decisão para se casar, nunca teve a sua própria casa até a idade de 59 anos.<sup>6</sup> Lecionava grande variedade de matérias, talvez para atrair maior número de alunos, e tinha que se tornar inteligível, a fim de sobreviver. Kant, como professor, deve ter sido bem diferente do Kant autor, famoso por sua obscuridade. Herder, que foi um de seus alunos (1762-64), descreve-o trinta anos depois, com grata memória:

Coube-me a sorte de ter um filósofo como professor. Na flor da idade ele possuía a alegre coragem da mocidade, e essa qualidade, assim creio, acompanhou-o até a mais avançada idade. Seu semblante amplo e pensativo era cordial e alegre, e a conversa cheia de idéias e muito estimulante. Possuía o dom do gracejo, ditos espirituosos, idéias excêntricas, sendo suas aulas tão instrutivas quanto divertidas. Com o mesmo espírito com que criticava Leibniz, Wolff, Baumgarten(...) e Hume, investigava as leis naturais de Newton, Kleper, e os físicos. Da mesma forma, analisava a obra literária de Rousseau.(...) Nenhuma cabala ou seita, nenhum preconceito ou reverência por um nome tinha a menor influência com ele, em comparação com a extensão e promoção da verdade. Incentivava e delicadamente compelia seus ouvintes a pensarem por si mesmos, e o despotismo era alheio à sua índole. Este homem, a quem me refiro com a maior gratidão e reverência, é Emmanuel Kant. Tenho sua imagem diante de mim, e ela me é muito cara.<sup>7</sup>

Se fôssemos nos lembrar de Kant por sua obra anterior a seus 57 anos (1781), pensaríamos nele mais como cientista do que filósofo — embora estes dois termos ainda não estivessem separados. Seu primeiro trabalho publicado, *Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte* (*Pensamento Sobre a Real Avaliação das Forças Dinâmicas*, 1747) é uma erudita dissertação no sentido de saber se a força de um cor-

po em movimento deve ser medida (como o afirmam Descartes e Euler) por  $mv$ , a massa vezes a velocidade, ou (segundo Leibniz) por  $mv^2$ , a massa vezes o quadrado da velocidade. Eis uma realização digna de nota para um rapaz de 23 anos. Sete anos mais tarde, apareceu o ensaio sobre se o tempo da rotação diária da Terra é alterado pela montante e vazante das marés. No mesmo ano, publicou Kant *Die Frage, ob die Welt veralte* (*A Questão de se a Terra Está Envelhecendo*); aqui temos a nossa atual preocupação sobre a perda diária de energia solar e o futuro congelamento da Terra.

No ano de 1755, em brilhante tratado, *Allgemeine Naturgeschichte un Theorie des Himmels*, o arrojado jovem de 31 anos apresentou “uma história geral da natureza e teoria dos firmamentos”. Foi publicada anonimamente e dedicado a Frederico o Grande. Talvez Kant temesse dificuldades com os teólogos e esperasse proteção do rei. Reduziu todas as operações da Terra e do céu às leis mecânicas, argumentando que o resultado, por sua coordenação e beleza, provava a existência de uma suprema inteligência. Para explicar a origem do sistema solar, Kant propôs a sua “hipótese nebular”:

Presumo que todo o material do nosso sistema solar(...) era, no princípio de todas as coisas, decomposto em seus elementos primários, enchendo todo o espaço(...) no qual os corpos dele formados agora giram.(...) Em um espaço assim tão cheio, um repouso universal só poderia durar um momento.(...) Os elementos espalhados de uma espécie mais densa, por sua força de atração, congregam(...) ao redor deles toda a matéria de gravidade menos específica. Esses próprios elementos, juntamente com o material que chegaram a unir com eles, reúnem-se naqueles pontos nos quais encontram-se partículas de uma espécie ainda mais densa. Estas, da mesma maneira, juntam-se a partículas ainda mais densas, e assim consecutivamente.(...)

Entretanto, a natureza possui outras forças(...) pelas quais as referidas partículas repelem-se entre si, e que, com o seu conflito com as atrações, produzem aquele movimento que é, por assim dizer, a vida permanente da natureza.(...) Esta força de repulsão manifesta-se na elasticidade das exalações, dos eflúvios de corpos com odores fortes, e a difusão de matérias espirituosas. É por esta força que os elementos que porventura possam estar caindo para o ponto que os atrai são desviados para o lado(...) contrário a seu movimento em linha reta. E a sua queda perpendicular, por conseguinte, sai em movimento circular ao redor do centro para o qual estão caindo.<sup>8</sup>

Kant acreditava que todas as estrelas tinham sido reunidas — ou estavam sendo reunidas — em sistemas de planetas e sóis, acrescentando à sua concepção uma frase significativa: “*Die Schöpfung ist niemals vollendet*” — a criação nunca é completa. Está sempre andando.<sup>9</sup>

Esta hipótese nebular, de 1755, assim como sua emenda por Laplace (1796), é tão cheia de dificuldades como a maioria das subseqüentes teorias das origens. Contudo, segundo a opinião de um famoso astrônomo vivo, “o tratado de Kant de cosmogonia era, assim creio, a síntese melhor e mais perfeita da ciência até aquela data”.<sup>10</sup> Para nós, a importância do ensaio reside no fato de que Kant não era um metafísico místico, mas um homem fascinado pela ciência e em luta para reconciliar o método científico com a crença religiosa. Essa a essência de sua obra até o fim.

Em 1756, perturbado, como Voltaire, até o âmago de sua filosofia pela tragédia de Lisboa de 1755, Kant publicou três ensaios sobre terremotos e um sobre a teoria dos ventos. Em 1757, publicou “Plano Geral e Aviso de uma Série de Aulas Sobre Geografia Física” e, em 1758, “Nova Doutrina Sobre Movimento e Repouso”. Depois, ampliando seus interesses, enviou para serem publicados tratados sobre o otimismo (1759), o silogismo (1762) e “moléstias da mente” (1764) — neste, com a opinião de que a crescente divisão do trabalho, por sua monótona repetição, poderia levar à loucura. Em 1763, passou à teologia, com o tratado “*O Único Meio Possível para Provar a Existência de Deus*”. Era evidente que ele sentia-se mal com as hesitações de sua fé religiosa. Em 1764, oito anos após pesquisa semelhante por parte de Burke, apresentou *Observações Sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*.

Às vezes, pensava em estender sua cosmogonia evolutiva à biologia. Era-lhe familiar a idéia de que formas novas evoluíram das antigas por alterações nas condições de vida,<sup>11</sup> aceitando o ponto de vista de que a anatomia humana era originalmente adaptada para andar com quatro pernas.<sup>12</sup> Contudo, afastava-se de uma biologia totalmente mecânica. “Eu, também, por vezes, dirigi-me para o abismo supondo ser a obscura e incerta mecânica a base para explanação, acreditando poder encontrar um meio para uma concepção simples e natural. Constantemente, contudo, fracassei, no que tange à razão, preferindo doravante, aventurar-se no ilimitado oceano das idéias.”<sup>13</sup> Rudolph Raspe (autor de *As Viagens do Barão de Münchhausen*) havia recentemente descoberto e publicado, em 1765, *Nouveaux Essais sur l'entendement humain*, de Leibniz, há muito perdido. Kant leu-o em francês, e esta obra contribuiu para atraí-lo para a epistemologia. Contudo, não abandonou totalmente o interesse pela ciência e, em 1785, compôs um ensaio *Sobre Vulcões na Lua*. Entretanto o eterno conflito entre seus estudos científicos e sua teologia herdada impelia-o para procurar uma conciliação na filosofia.

Talvez essa nova direção tenha sido causada por um oferecimento (1770) de uma cadeira de professor de lógica e metafísica. Os vencimentos eram pequenos para um homem de 46 anos — 167 táleres anuais, subindo lentamente para 225, em 1786. Serviços ocasionais de “senador” e “sênior da faculdade” elevaram a importância para 726 táleres, em 1789. Era usual que um professor recém-nomeado fizesse em latim o discurso inicial. Kant escolheu um assunto difícil — *De Mundi sensibilis et intelligibilis Forma et Principiis* (*Sobre a Forma e os Princípios do Mundo Sensível e Inteligível*). Kant usou a terminologia escolástica que ainda prevalecia nas universidades alemãs. Por “mundo sensível” queria dizer o mundo segundo a sua apreensão pelos sentidos. Mais tarde, Kant designaria isto também como o mundo fenomenal, ou o mundo das aparências. Por “mundo inteligível” queria dizer o mundo conforme concebido pelo intelecto ou pela razão. A este designaria, mais tarde, o mundo “numênico”, ou pensante. Procuramos compreender o mundo sensível aplicando a ele os conceitos subjetivos de espaço e tempo através da matemática e da ciência. E tentamos compreender o mundo concebível indo além dos sentidos, por meio da reflexão e da metafísica, para as fontes e causas supersensuais do mundo sensível. Neste ponto, Kant já expusera a base de sua tese: que o espaço e o tempo não são objetos sensíveis ou objetivos, porém formas de percepção inerentes à natureza e à estrutura da mente, e que esta não é um recipiente passivo e o produto das sensações, mas um

agente ativo — com modos e leis inerentes, de ação — para transformar as sensações em idéias.

Kant considerava essa dissertação embrionária como o “texto sobre o qual ainda há muito a dizer no próximo trabalho”. Em carta a Marcus Herz, datada de 1771, a presente declaração demonstra que o filósofo já planejava a *Kritik der reinen Vernunft*. Depois de doze anos trabalhando naquele enorme tratado, Kant deu-o ao mundo em 1781, dedicando-o a Karl von Zedlitz, ministro da educação e negócios eclesiásticos no reinado de Frederico, o Grande. Zedlitz, como o rei, era filho do Aufklärung, e apoiava a liberdade de imprensa. Sua proteção seria preciosa se os teólogos percebessem, por trás do vocabulário esotérico de Kant e das conclusões aparentemente ortodoxas, uma das análises mais destruidoras jamais feita à teologia cristã.

## II. CRÍTICA DA RAZÃO PURA: 1781

Se este livro é considerado difícil mundialmente, talvez seja em virtude do método de trabalho de Kant. Escrevendo a Moses Mendelssohn (16 de agosto de 1783), disse que, embora o volume fosse “o resultado de reflexão que me ocupou por, no mínimo, doze anos, terminei-o na maior pressa dentro de quatro ou cinco meses, dando o máximo de atenção ao seu conteúdo, porém pouco pensando na sua exposição, ou em torná-lo de fácil compreensão para o leitor — decisão da qual nunca me arrependi, de vez que, houvesse eu procedido de outra forma, demorando mais, e procurando dar-lhe uma forma mais popular, a obra provavelmente jamais tivesse sido terminada”.<sup>14</sup> A clareza requer tempo, e Kant não estava certo de tê-lo. Deliberadamente omitiu exemplos ilustrativos, pois estes encheriam o volume. “Exemplos são necessários do ponto de vista da popularidade, e esta obra nunca poderá servir ao consumo popular.”<sup>15</sup> Desta forma, escreveu para divulgação, esperando que outros o resumissem, tornando-o digerível. Embora Christian von Wolff o houvesse precedido em escrever filosofia em alemão, essa língua era ainda muito crua para expressar nuances de pensamento, não possuindo nomenclatura técnica organizada. Quase sempre Kant tinha de inventar uma tradução alemã para o termo em latim, e em muitos casos até lhe faltavam termos para as distinções e sutilezas que ele desejava expressar. Confundia os leitores ao dar novos significados às palavras antigas, algumas vezes esquecendo-se de suas reinvenções. As primeiras cem páginas são razoavelmente claras, o resto constitui conflagração filosófica na qual o leitor desinstruído não verá senão fumaça.

O próprio título requer esclarecimento. Quem poderia saber que *Kritik der reinen Vernunft* significava um exame crítico e judicioso da razão enquanto independente da experiência? *Kritik* não quer dizer apenas análise e exposição, quer dizer também julgamento, como em sua origem grega *krinein*, julgar. Kant propunha-se a descrever sensação, percepção, idéia e razão, estabelecendo para cada uma seus próprios limites e jurisdições. Além disso, esperava demonstrar que a razão pode nos dar a sabedoria, independente de qualquer experiência comprobatória, como quando sabemos que seis vezes seis é igual a trinta e seis, ou que o efeito precisa ter uma causa. Estes são exemplos da “razão pura” — isto é, de um conhecimento *a priori* — quer

dizer, do conhecimento que não requer prova experiencial. A faculdade do conhecimento a partir de princípios *a priori* pode chamar-se razão pura, e a investigação geral de suas possibilidades e limites [constitui] a crítica da razão pura.”<sup>16</sup> Kant acreditava que tal investigação acarretaria todos os problemas da metafísica, confiando que “não há um único problema metafísico que não tenha sido resolvido, ou para cuja solução não tenha, ao menos, sido fornecida chave” na presente *Crítica*.<sup>17</sup> Pensava que o seu grande perigo não era “de ser refutado, mas de não ser compreendido”.<sup>18</sup>

O que o teria impelido para aventura tão heróica? Poder-se-ia supor que a exaltação da razão pelo Iluminismo francês — a suposição dos *philosophes* de que a fé deve curva-se à razão — e, por conseguinte, a devastação infligida à teologia cristã, foi o elemento de provocação que determinou Kant a estudar a origem, a atuação e os limites da razão. Este motivo, de certo modo, contribuiu nas razões de Kant, conforme o seu prefácio da segunda edição<sup>19</sup> do livro, mas este mesmo prefácio deixou claro que o seu inimigo era qualquer “dogmatismo” — isto é, todos os sistemas de pensamento, ortodoxo ou herético, dominados por uma razão indiscriminada. Como o “maior entre todos os filósofos dogmáticos”, indicou nominalmente Christian von Wolff, que empreendera provar as doutrinas do cristianismo e a filosofia de Leibniz, somente pela razão.

Penitenciou-se de que seu pensamento, até 1770, era culpado de tal dogmatismo. Conta-nos que despertou dessas especulações indiscriminadas com a leitura de Hume — provavelmente *Enquire concerning the Human Understanding*, cuja tradução para o alemão aparecera em 1755. Argumentava Hume que todo raciocínio dependia da noção de causa. Que, na experiência real nós não percebemos casualidade, mas apenas seqüência, e que, por conseguinte, toda ciência, filosofia e teologia repousam sobre uma idéia — causa — que acaba sendo uma suposição intelectual, e não uma realidade apreendida. “Admito francamente”, escreveu Kant, “ter sido a observação de David Hume que, pela primeira vez, há muitos anos, pôs fim a meu entorpecimento dogmático, dando uma direção totalmente diversa às minhas inquirições no campo da filosofia especulativa.”<sup>20</sup> Como pôde o conceito de causa ser tirado da categoria secundária de um incerto pressuposto em que Hume o deixara? Simplesmente, disse Kant, demonstrando que ele é, *a priori*, independente de experiência, que uma dessas categorias, ou formas de pensamento, embora não necessariamente inatas, constituem parte da estrutura inerente à mente. Em carta a Garve, de 1798, Kant deu, mais tarde, uma explicação do seu “despertar”: “As contradições da razão pura [as dificuldades no caso de acreditar ou não acreditar em Deus, no livre-arbítrio, ou na imortalidade](...) foi o que primeiro despertou-me do sono dogmático, conduzindo-me à crítica da razão.”<sup>21</sup> Assim foi que Kant resolveu superar tanto o dogmatismo de Wolff como o ceticismo de Hume, por meio de uma crítica — um exame crítico — que imediatamente descreveria, delimitaria e restabeleceria a autoridade da razão. Essas três etapas — dogmatismo, ceticismo e crítica — eram, segundo o ponto de vista de Kant — as três fases ascendentes na evolução da filosofia moderna.

Adepto das definições, distinções e classificações, empregando palavras longas para diminuir o discurso, Kant dividia todo o conhecimento em empírico (dependente da experiência) e transcendental (independente da, por conseguinte transcendendo a experiência). Concordava que todo o conhecimento *principia* pela experiência, no sen-



tido de que determinada sensação precede e desperta os mecanismos do pensamento. Entretanto, acreditava que, do momento que a experiência principia, ela é moldada pela estrutura da mente através de suas formas inerentes de “intuição” (percepção) ou concepção. As formas inerentes de “intuição” são as formas universais que a experiência toma como espaço dentro de nossa sensação exterior, e como tempo dentro de nossa sensibilidade interior.

Da mesma forma, existem formas inerentes de concepção ou pensamento, as quais independem da experiência, e as moldam. Kant denominava-as categorias, dividindo-as com simetria otimista e suspeitosa em quatro grupos de três: três categorias de quantidade — unidade, pluralidade e totalidade; três categorias de qualidade — realidade, negação e limitação; três categorias duplas de relação — substância e qualidade, causa e efeito, atividade e passividade; e três categorias duplas de modalidade — possibilidade e impossibilidade, existência e não-existência, necessidade e contingência. Qualquer percepção recai sobre uma ou mais dessas formas básicas ou modelos de pensamento. A percepção é a sensação interpretada pelas formas inerentes de espaço e tempo. O conhecimento é a percepção transformada pelas categorias em um julgamento ou idéia. A experiência não é a passiva aceitação de impressões objetivas sobre nossos sentidos. É o produto da mente trabalhando ativamente sobre a matéria-prima da sensação.

Kant tentou contradizer o ceticismo de casualidade de Hume fazendo a relação de causa e efeito, não uma realidade objetiva, mas uma forma intrínseca de pensamento. Como tal, independe da experiência, não estando sujeita à incerteza das idéias empíricas. Contudo, é uma parte necessária de toda experiência, de vez que não podemos compreender a experiência sem ela. Donde, “o conceito de causa acarreta a característica de necessidade, que nenhuma experiência pode produzir”.<sup>22</sup> Kant supunha que com este *léger-de-plume* ele salvara a ciência da humilhante limitação de probabilidade a que Hume a havia condenado. Na verdade, argumentava, é a mente humana, e não a natureza, que estabelece as “leis universais da natureza”, ao dotar algumas de nossas generalizações — como as da matemática — com qualidades de universalidade e necessidade que não são percebidas objetivamente. “Nós mesmos introduzimos esta ordem e irregularidade na aparência que denominamos ‘natureza’. Não poderíamos nunca encontrá-las nas aparências, se nós não as tivéssemos, pela natureza de nossa própria mente, estabelecido lá.”<sup>23</sup> As “leis da natureza” não são entidades objetivas, porém construções mentais úteis no manejo da experiência.

Todo conhecimento toma a forma de idéias. Nesse sentido, o idealista está certo: o mundo, *para nós*, reduz-se meramente às nossas idéias. De vez que conhecemos a matéria somente como e através de idéias, o materialismo é logicamente impossível, pois tenta reduzir o diretamente conhecido (idéias) ao desconhecido ou indiretamente conhecido. Entretanto, o idealista está errado quando acredita que nada *existe* exceto nossas idéias, pois sabemos que as idéias podem ser produzidas por sensações, e não podemos explicar todas as sensações sem pressupor para muitas delas uma causa externa. Como o nosso conhecimento limita-se aos fenômenos ou aparências — isto é, à forma tomada pela causa externa *depois* de moldada pelos nossos modos de percepção e concepção — nunca podemos conhecer a natureza objetiva da causa externa.<sup>24</sup> Deve permanecer, para nós, um misterioso *Ding-an-sich*, uma coisa-em-si-

mesma, um “*noumenon*” concebido, porém nunca percebido. O mundo exterior existe, mas, na sua última realidade, é incognoscível.<sup>25</sup>

A alma também é real, porém incognoscível. Não a apreendemos como uma entidade adicional aos estados mentais que percebemos. Ela também é um número, necessariamente concebida como a realidade por trás do ser individual, do sentido moral e das formas e processos da mente. O sentido do ser mistura-se com todo o estado mental, fornecendo continuidade e identidade pessoal. A consciência do ser (“apercepção”) é a mais íntima de todas as nossas experiências e por nenhum feito da imaginação podemos concebê-la material.<sup>26</sup> Parece impossível que uma alma imaterial possa agir sobre — e sofrer a ação de — um corpo material. Contudo, podemos acreditar que a realidade incognoscível por detrás da matéria “pode não ser, afinal de contas, tão diferente, em suas características” do próprio elemento em si mesmo, que é a alma.<sup>27</sup>

Não podemos provar pela razão pura ou teórica (como Wolff tentou fazer) que a alma individual é imortal, ou que o arbítrio é livre, ou que Deus existe, nem podemos, por meio da razão pura, refutar essas crenças (como alguns cétricos pensaram fazer). A razão e as categorias estão equipadas para lidar apenas com fenômenos ou aparências, externos ou internos. Não podemos aplicá-los à coisa-em-si — a realidade por trás das sensações ou a alma por trás das idéias. Quando tentamos provar ou refutar os dogmas de fé, caímos em “paralogismos” (falácias) ou “antinomias” — contradições inerentes. Caímos em absurdos semelhantes se afirmarmos que o mundo tinha ou não tinha princípio, que o arbítrio é livre ou não, ou que o ser imprescindível ou supremo existe ou não. Kant expressava, com invulgar eloquência, o argumento a partir de um plano,<sup>28</sup> porém concluindo que “o mais que o argumento pode provar é um *arquiteto*(...) que está sempre embaraçado com a adaptabilidade do material no qual trabalha, e não um *criador*(...) para cuja idéia tudo está sujeito”.<sup>29</sup>

E, no entanto, poderemos nos contentar com uma conclusão tão desconcertante — de que o livre-arbítrio, a imortalidade e Deus não podem ser nem provados nem refutados pela razão pura? Há (insiste Kant) algo dentro de nós mais profundo do que a razão, e que a nossa irrefutável consciência é que a consciência, a mente e a alma não são materiais, e que o arbítrio é todavia, até certo ponto, misteriosa e illogicamente livre, e que não podemos nos satisfazer por muito tempo em pensar sobre o mundo como uma seqüência, sem sentido, de evoluções e dissoluções, sem qualquer significado moral ou espírito inerente. Como podemos justificar nosso arbítrio para acreditar? Em parte, (diz Kant) pelo benefício intelectual da crença — por nos oferecer uma orientação para interpretar os fenômenos, assim como um pouco de razão filosófica e paz religiosa.

Os fatos do mundo devem ser considerados *como se* recebessem sua existência de uma mais elevada inteligência. A idéia [de Deus] é, assim, realmente heurística, não um conceito ostensivo, [é um pressuposto útil para a descoberta e a compreensão, mas não é uma demonstração].(...) No domínio teológico devemos considerar tudo *como se* a soma de todas as aparências (o próprio mundo sensível) tivesse uma base única, mais alta e amplamente suficiente, além dela mesma, uma razão criativa, auto-subsistente, original. Pois é à luz dessa idéia de uma razão criativa que dirigimos o emprego empírico de *nossa* razão, a fim de assegurar a sua maior extensão

possível.(...) O único conceito definido que a razão puramente especulativa nos fornece sobre Deus é, em sentido estrito, *deísta*, quer dizer, a razão não determina a validade objetiva de tal conceito, produzindo apenas a idéia de algo que é a base da unidade mais alta e necessária de toda a realidade empírica.<sup>30</sup>

Mas a razão mais imperiosa para a crença religiosa, segundo Kant, é que tal crença torna-se indispensável à moralidade. "Se não existe nenhum ser primordial distinto do mundo, se o mundo é(...) sem um Autor, se nossa vontade não é livre, se a alma é(...) perecível como a matéria, então, as idéias morais e os princípios perdem toda a validade."<sup>31</sup> Se o caráter moral e a ordem social não devem depender inteiramente do temor da lei, devemos apoiar a crença religiosa, quanto mais não seja como um princípio regulador. Devemos agir *como se soubéssemos* que existe um Deus, que nossas almas são imortais, que nossas vontades são livres.<sup>32</sup> Além disso, como adjutório ao pensamento e à moral, "estamos justificados em representar a causa do mundo em termos de um sutil antropomorfismo (sem o qual não poderíamos pensar o que quer que fosse em relação a ele), a saber, como um ser que possui compreensão, sentimentos de prazer e desagrado, assim como desejos e vontades correspondentes a eles".<sup>33</sup>

Assim é que nesses termos conclui a famosa *Critique*, deixando as divergentes escolas de pensamento satisfeitas e descontentes. Os céticos poderiam argumentar que Kant justificara o agnosticismo, podendo zombar de sua reintegração de Deus como um suplemento policial. Os teólogos que haviam sido atacados censuraram-no por ser tão tolerante com os incréus, rejubilando-se por ter a religião aparentemente sobrevivido à perigosa passagem através da mente labiríntica de Kant. Em 1786, Karl Reinhold descreveu o tumulto causado pelo livro:

A *Crítica da Razão Pura* foi proclamada pelos dogmatistas como a tentativa de um cético que solapa a certeza de qualquer conhecimento; pelos céticos como um exemplo de arrogante presunção, que se propõe erigir uma nova forma de dogmatismo sobre as ruínas dos sistemas anteriores; pelos supernaturalistas, como um artifício sutilmente arquitetado para deslocar as bases históricas da religião, e estabelecer o naturalismo sem polêmica; pelos naturalistas como um novo sustentáculo para a moribunda filosofia da fé; pelos materialistas como uma contradição idealística da realidade da matéria; pelos espiritualistas como uma injustificável restrição de qualquer conhecimento do mundo físico, oculta sob o nome de domínio da experiência.(...)<sup>34</sup>

Quase todas essas escolas do pensamento atacaram o livro, dando-lhe fama, quanto mais não fosse como um *succès de scandale*. Mesmo a sua dificuldade o elevava, tornando-se um desafio que todo espírito atualizado tinha de aceitar. Em breve a *sesquipedalia verba* de Kant estava na boca de todas as pessoas cultas.

Kant não conseguia atinar a razão dos seus críticos não o compreenderem. Não havia ele definido cada termo básico muitas e muitas vezes? (Sim, e com que variedade!) Em 1783, respondeu aos ataques expressando a *Crítica* de outra maneira, nos pontos que pensava ser uma forma mais simples, e arrogantemente intitulou sua réplica *Prolegômenos para toda Metafísica Futura que Porventura se Apresente como*

*Ciência*. Antes da *Crítica*, proclamava Kant, não havia absolutamente uma verdadeira metafísica, pois nenhum sistema se havia prefaciado com um exame crítico do seu instrumento — a razão. Se alguns leitores não entenderam a *Kritik*, talvez fosse por não estarem aptos. “Neste caso, deveriam ocupar seus dotes mentais em outros assuntos.” Afinal de contas, “não há necessidade de todo mundo estudar metafísica”.<sup>35</sup> O velho professor era dotado de senso de humor e orgulho, assim como de mau gênio. À medida que prosseguia, o *Prolegômenos* tornou-se tão difícil quanto a *Crítica*.

A controvérsia continuou sob o tolerante regime de Frederico o Grande. Na *Crítica*, Kant escrevera eloqüentes passagens sobre a superioridade da razão e o direito à liberdade de expressão.<sup>36</sup> Em 1784, ainda confiando na proteção de Frederico e Zedlitz, ele publicou um ensaio intitulado *Was ist Aufklärung?* Definiu o Iluminismo como liberdade e independência de pensamento, tomando como lema e opinião *Sapere aude* — “Ousar saber”. Lastimava que a liberação intelectual estivesse tão retardada pelo conservadorismo da maioria. “Ao nos indagarmos se vivemos numa era esclarecida (*aufgeklärt*), a resposta é não.” Vivemos apenas “numa era de esclarecimento” (*Aufklärung*). Saudou Frederico como a personificação e protetor do Iluminismo alemão, e como um monarca que dissera a seus súditos: “Raciocinai como desejais.”<sup>37</sup>

Talvez essas declarações tenham sido feitas na esperança de que o sucessor de Frederico conservasse a política de tolerância. Mas Frederico Guilherme II (1786-97) estava mais interessado no poder do Estado do que na liberdade da mente. Ao preparar a segunda edição da *Crítica da Razão Pura* (1787), Kant modificou alguns trechos, tentando suavizar suas heresias com um prefácio apologético: “Julguei necessário negar o conhecimento [das coisas dentro delas mesmas] a fim de dar lugar à fé.(...) Somente a crítica pode quebrar as raízes do materialismo, fatalismo, ateísmo, livre-pensamento, fanatismo e superstição.”<sup>38</sup> Ele tinha razões para acautelar-se. Em 9 de julho de 1788, Johann Christian von Wöllner, “ministro do Departamento Luterano” publicou um *Religionsedikt* que explicitamente rejeitava a tolerância religiosa como responsável pela lassidão dos costumes, ameaçando expulsar de seus púlpitos ou cátedras todos os eclesiásticos ou professores que se desviassem do cristianismo ortodoxo. Foi nesta atmosfera de reação que Kant publicou a sua segunda *Crítica*.

### III. CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA: 1788

De vez que a primeira *Crítica* argumentava que a razão pura não podia provar o livre-arbítrio, e que, do ponto de vista de Kant, a moralidade requeria tal liberdade, as operações da razão pareciam ter deixado a moralidade, assim como a teologia, sem uma base racional. Pior ainda, o Iluminismo solapara a base religiosa dos costumes ao questionar a existência de um Deus que recompensa e que pune. Como poderia a civilização sobreviver se esses tradicionais sustentáculos da moral entrassem em colapso? O próprio Kant sentia que ele, na qualidade de discípulo confesso do Iluminismo, era obrigado a encontrar alguma base racional para um código moral. Em ensaio preliminar, *Fundamentos da Metafísica dos Costumes* (*Grundlegung sur Metaphysik*

*der Sitten*, 1785), rejeitou a tentativa dos livres-pensadores de basear a moralidade sobre a experiência individual, ou sobre a raça. Semelhante derivação, *a posteriori*, privaria os princípios morais daquela universalidade e absolutismo, os quais, a seu ver, eram necessários a uma sólida ética. Com a autoconfiança que o caracterizava, anunciou: “Claro está que toda concepção moral situa-se e origina-se completamente *a priori*, na razão.”<sup>39</sup> Sua segunda grande obra, *Kritik der praktischen Vernunft*, propunha-se a encontrar e elucidar estas situação e origem. Analisaria, *a priori*, os elementos da moral, como a primeira *Crítica* havia analisado, também *a priori*, os elementos do conhecimento.

Todo indivíduo (argumenta Kant) possui uma consciência, um senso do dever, uma consciência da imperativa lei moral. “Duas coisas infundem o espírito de um sempre novo e crescente medo(...): os céus estrelados acima e a lei moral dentro de nós.”<sup>40</sup> Essa consciência moral freqüentemente entra em conflito com nossos desejos sensuais, mas reconhecemos tratar-se de um elemento mais elevado dentro de nós do que a procura do prazer. Não se trata do produto da experiência, mas sim de uma parte da nossa inerente estrutura psicológica, como as categorias. É um juiz onipresente dentro de cada um de nós e em todas as raças.<sup>41</sup> E é absoluto, comanda-nos incondicionalmente, sem exceção nem desculpa, a agir certo para seu próprio bem, com uma finalidade em si mesma, e não como um meio para ser recompensado ou ser feliz, ou qualquer outra vantagem. Seu imperativo é categórico.

Esse imperativo categórico toma duas formas. “Aja de modo que o máximo de tua vontade possa sempre reter o bem como o princípio das leis que regem o universo.” Aja de maneira que, se todos agissem como você, tudo estaria bem. Essa [variação da Regra de Ouro] é a “lei fundamental da razão prática pura”,<sup>42</sup> e é “a fórmula de uma absoluta boa vontade”.<sup>43</sup> E, numa segunda dissertação, disse Kant: “De modo que, procura tratar a humanidade, quer em tua própria pessoa, quer em de qualquer outra, em todos os casos, como um fim e não apenas como um meio.”<sup>44</sup> Kant proclamava um princípio mais revolucionário do qualquer um nas declarações dos direitos do homem feitas pelos franceses e pelos americanos.

O sentido da obrigação moral é uma outra evidência em relação ao livre-arbítrio. Como poderíamos ter consciência do dever se não tínhamos liberdade de agir ou não agir, se nossas ações constituíam apenas elos de uma cadeia inquebrável de causa e efeito mecânicos? Sem o livre-arbítrio a personalidade não tem sentido, e se a personalidade não tem sentido, a vida também não, e se a vida não tem sentido, o universo também não tem.<sup>45</sup> Kant reconheceu a aparente inevitabilidade da lógica do determinismo; e como pode a livre escolha suceder em um mundo objetivo, o qual (confessa ele) é aparentemente governado por leis mecânicas?<sup>46</sup> Sua resposta é uma obra-prima de obscuridade. A lei mecânica, lembra-nos ele, é uma síntese mental, um esquema que a mente, através de sua categoria de casualidade, impõe ao mundo espacial e ao tempo como um meio para lidar com ela consistentemente. Uma vez que limitamos as categorias ao mundo dos fenômenos, e desde que admitimos não conhecer a natureza do mundo numênico — a coisa-em-si-mesma por trás do fenômeno — não podemos pressupor que as leis que construímos para os fenômenos vigorem também em relação à realidade última. E, como admitimos conhecer, em nós mesmos, apenas o ser fenomenal — apenas o mundo das percepções e das idéias —

desconhecendo a natureza da alma íntima e numênica, não podemos pressupor que as leis de causa e efeito, que parecem governar as ações de nossos corpos (inclusive nossos cérebros), se apliquem também às volições da última realidade espiritual por trás de nossos processos mentais. Por trás dos mecanismos do mundo fenomenológico de espaço e de idéias no tempo, talvez haja liberdade no mundo número ilimitado e intemporal da realidade última interna ou externa. Nossas ações e idéias são determinadas logo que entram no mundo dos eventos sensíveis físicos ou mentais. Podem ainda ser livres nas suas origens dentro da alma imperceptível. “Desta forma, a liberdade e a natureza(...) podem coexistir.”<sup>47</sup> Não se pode provar isso, porém é possível pressupô-lo como implícito pelo caráter imperioso de nosso senso moral. Nossa vida moral morreria sem ele.

Afinal das contas (diz Kant) por que razão não iríamos dar primazia ao prático sobre a razão especulativa? A ciência, que parece nos reduzir a autômatos é, em última análise, uma especulação — um jogo sobre a permanente validade das conclusões e métodos que estão sempre mudando. Encontramos justificativa quando sentimos que o arbítrio no homem é mais básico do que o intelecto. O intelecto é um instrumento forjado *pelo arbítrio* para lidar com o mundo externo e mecanicista; não devia ser o dominante da personalidade que o usa.<sup>48</sup>

Mas se o senso moral nos autoriza a adotar uma medida do livre-arbítrio, ele também nos autoriza a acreditar na imortalidade da alma. Pois nosso senso moral nos impele para uma perfeição constantemente frustrada por nossos impulsos sensuais. Não podemos realizar essa perfeição na nossa curta vida terrena. Devemos pressupor, se é que existe alguma justiça neste mundo, que nos será concedida, tendo em vista nossa realização moral, a continuação da vida após a morte. Se isto também pressupõe a existência de um Deus justo, será igualmente concedido pela razão prática. A felicidade terrena nem sempre se coaduna com a virtude. Sentimos que, em alguma parte, o equilíbrio entre a virtude e a felicidade será restabelecido, algo só possível pela suposição de que existe uma divindade que efetuará esta reconciliação. “Concomitantemente, a existência de uma causa de toda a natureza, distinta da própria natureza, e contendo o princípio da(...) exata harmonia da felicidade com a moral, também é postulada” pela razão prática.<sup>49</sup>

Kant inverteu o processo habitual: em vez de derivar de Deus o senso moral e o código (como os teólogos haviam feito), ele deduziu Deus do senso moral. Devemos conceber nossos deveres, não como “disposições arbitrarias de um arbítrio estranho, mas como leis essenciais de qualquer livre-arbítrio em si mesmo”. Entretanto, de vez que aquele arbítrio e Deus pertencem ambos ao mundo numênico, deveríamos aceitar esses deveres como mandamentos divinos. “Não devemos considerar as ações [morais] obrigatórias porque são mandamentos de Deus, mas temos que considerá-las mandamentos divinos porque temos uma íntima obrigação em relação a elas.”<sup>50</sup>

Se todas estas dissertações repletas de arbítrios são ligeiramente obscuras, talvez seja porque Kant não estava muito entusiasmado com a sua tentativa de reconciliar Voltaire e Rousseau. *Crítica da Razão Pura* tinha ido muito além de Voltaire ao confessar que a razão pura não pode provar o livre-arbítrio, a imortalidade ou Deus. Mas Kant encontrou nas doutrinas de Rousseau — sobre a fraqueza da razão, a supremacia do sentimento e a origem da religião partindo do senso moral do homem — um escape

possível do agnosticismo, desintegração moral, e a polícia de Wöllner. Acreditava que Rousseau o despertara do “entorpecimento dogmático” em relação à ética, como Hume fizera na metafísica.<sup>51</sup> A primeira versão da *Crítica* pertencia ao Aufklärung; a segunda ao movimento romântico. A tentativa de conciliá-las constitui uma das realizações mais sutis da história da filosofia. Heine creditava a tentativa à preocupação pelas necessidades do povo. O professor surpreendeu seu fiel servidor, Lampe, chorando a morte de Deus. “Emmanuel Kant compadeceu-se, apresentando-se não apenas como um grande filósofo, mas também como um homem bom, e, entre amável e zombeteiro, disse: ‘O velho Lampe precisa ter um Deus, do contrário não será feliz;(...) por meu lado, a razão prática pode, então, garantir a existência de Deus.’”<sup>52</sup>

#### IV. CRÍTICA DO JULGAMENTO: 1790

O próprio Kant deve ter ficado insatisfeito com seus argumentos, pois numa *Kritik der Urteilkraft* voltou ao problema do mecanismo *versus* livre-arbítrio, chegando ao conflito entre mecanismo e desígnio, aos quais acrescentou complexas dissertações sobre beleza, grandiosidade, gênio e arte. Não é uma infusão apetitosa.

*Urteilkraft* — o poder do julgamento, é, em geral, a faculdade de pensar o particular enquanto contido no universal. É o ato de trazer um objeto, uma idéia, ou acontecimento dentro de uma classe, princípio ou lei. A primeira *Crítica* tentara trazer todas as idéias dentro de categorias universais *a priori*. A segunda procurara trazer todos os conceitos éticos dentro de um sentido moral universal *a priori*. A terceira empreendeu encontrar princípios *a priori* para nosso julgamento ético — de ordem, beleza ou o sublime na natureza ou na arte.<sup>53</sup> “Aventure-me a esperar que a dificuldade de desenredar um problema tão envolvido em sua natureza talvez possa servir de desculpa para alguns pontos obscuros e inevitáveis de sua solução”.<sup>54</sup>

A filosofia “dogmática” tentou encontrar um elemento objetivo na beleza. Kant acha que aqui, principalmente, o elemento subjetivo é preeminente. Nada é belo ou sublime. O sentimento é que o faz assim. Chamamos belo qualquer objeto cuja contemplação nos dá prazer desinteressado — isto é — um prazer livre de qualquer desejo pessoal. Assim sendo, obtemos uma satisfação estética e nada mais, ao contemplar o pôr-do-sol, uma tela de Rafael, uma catedral, uma flor, um concerto, ou uma canção. Mas por que razão certos objetos ou experiências nos dão esse prazer desinteressado? Provavelmente porque vemos neles uma união de partes funcionando com êxito dentro de um todo harmonioso. No caso do sublime, satisfazemo-nos pela grandeza ou o poder que não nos ameaçam. De modo que sentimos o sublime no céu ou no mar, mas não se a sua turbulência nos ameaça.

Nossa apreciação do belo ou do sublime é acrescida pela aceitação da teleologia — isto é, reconhecendo nos organismos uma inerente adaptação das partes às necessidades do todo, e sentindo na natureza uma sabedoria divina por trás da coordenação e harmonia, grandeza e poder. E, portanto, a ciência almeja justamente o oposto — mostrar que toda natureza objetiva opera através de leis mecânicas, sem submeter-se a nenhum plano externo. Como podemos reconciliar essas duas abordagens com a natureza? Aceitando tanto o mecanismo como a teleologia até onde nos possam auxi-

liar como princípios “heurísticos” — como pressupostos que facilitam a compreensão ou a pesquisa. O princípio mecanicista é de grande alcance na investigação de substâncias inorgânicas. O princípio teleológico é de melhor alcance no estudo dos organismos. Nestes existem potências de crescimento e reprodução que frustram a explanação mecanicista. Há visível adaptação das partes às finalidades dos órgãos e dos organismos, como das garras para agarrar e dos olhos para ver. Seria conveniente reconhecer que nem o mecanicismo nem a intenção podem ser provados universalmente verdadeiros. De certo modo, a própria ciência é teleológica, de vez que assume uma ordem inteligível, regularidade e unidade na natureza, *como se* o espírito divino a houvesse organizado e sustentado.<sup>55</sup>

Kant reconheceu muitas dificuldades em considerar o homem e o mundo como produto dos desígnios divinos.

A primeira coisa que teria de ser expressamente organizada em um sistema ordenado, com vistas a um conjunto final de seres naturais sobre a Terra, seria o seu *habitat* — o solo, ou o elemento no qual, ou sobre o qual, devem vicejar. Entretanto, um conhecimento mais profundo dessa condição básica de toda produção orgânica, não apresenta sinais de nenhuma causa senão aquelas que agem totalmente sem qualquer objetivo, na verdade tendendo para a destruição em vez de calculadas para promover gêneses de formas, ordem e fins. A terra e o mar não apenas contêm indícios de catástrofes primitivas consideráveis, que não só os assolaram e à sua progênie de formas vivas, como a sua inteira estrutura — as camadas da terra e as linhas litorâneas do mar — tem a aparência de constituir o resultado das forças bravias e avassaladoras de uma natureza que se processava em estado caótico.<sup>56</sup>

Contudo, mais uma vez afirmamos que se abandonarmos toda a noção de desígnio na natureza, tiramos todo o sentido da vida. A vida torna-se então uma sucessão de nascimentos dolorosos e agonias de morte, que, para o indivíduo, a nação, e a raça, nada é certo, exceto a derrota. Precisamos acreditar em qualquer desígnio divino, para pelo menos mantermos nossa sanidade. E de vez que a teologia prova apenas um artífice em luta, em vez de uma divina e onipotente benevolência, precisamos apoiar a nossa fé na vida sobre um senso moral, que não garante nada, exceto através da crença em uma justiça divina. Com esta crença, podemos acreditar — sem contudo, poder provar — que o homem justo é a finalidade da criação, o produto mais nobre do grande e misterioso desígnio.<sup>57</sup>

#### V. RELIGIÃO E RAZÃO: 1793

Kant jamais se satisfaz com a sua teologia hesitante do *como se*. Em 1791, num pequeno livro, *Sobre a Falácia de Quaisquer Tentativas em Teodicéia*, repetiu que “nossa razão é completamente incapaz de vislumbrar a relação entre o mundo... e a mais elevada Sabedoria”. Arrematou com uma advertência, talvez para ele mesmo: “O filósofo não deveria apresentar-se na qualidade de especial intercessor neste assunto. Não deveria defender qualquer causa cuja justiça ele não tem possibilidades



de apreender, e a qual ele não pode provar por meio de modalidades de pensamento peculiares à filosofia.”<sup>58</sup>

Voltava constantemente ao problema em uma série de ensaios que o colocou alvo de desconfiança do governo prussiano. O primeiro da referida série, “Sobre o Mal original”, foi editado no *Berliner Monatsschrift*, de abril, 1792. A Censura permitiu a publicação, declarando que “somente os mais ilustres intelectuais liam a obra literária de Kant”,<sup>59</sup> porém recusou o segundo ensaio, “Sobre a Controvérsia entre os Princípios Bons e Maus para o Controle do Homem”. Kant apelou para um estratagem. As universidades alemãs tinham o privilégio de sancionar os livros e artigos para publicação. Submeteu o segundo, o terceiro e o quarto ensaios para a faculdade de filosofia da Universidade de Iena (então sob o controle de Goethe e do Duque Carlos Augusto de Saxe-Weimar, contando com Schiller no seu corpo de colaboradores). A faculdade deu seu *imprimatur*. E foi assim que todos os quatro ensaios foram impressos em Königsberg, em 1793, com o título *Die Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft* (*A Religião Dentro dos Limites só da Razão*).

As primeiras linhas anunciam todo o tema. “Até o ponto em que a moral se baseia na concepção do homem como livre agente, o qual, apenas por ser livre, venda os olhos, por meio da razão, às leis incondicionais, não há necessidade nem da idéia de um outro Ser sobre ele para que ele possa apreender o seu dever, nem de um incentivo outro que não o da própria lei, para induzi-lo a fazer esse dever.(...) Onde, para o seu próprio bem, a moral não necessita absolutamente de religião.”<sup>60</sup> Kant promete obediência às autoridades, e admite a necessidade da censura, porém salienta que esta censura “não deve ocasionar perturbação no campo das ciências”.<sup>61</sup> A invasão da ciência pela teologia, como no caso de Galileu, “deveria reter quaisquer esforços da razão humana.(...) A filosofia teológica(...) deve ter inteira liberdade até o ponto que a ciência alcança”.<sup>62</sup>

Kant atribui os problemas da moral à dupla herança da humanidade entre as tendências do bem e do mal. “Que a propensão para a corrupção deve estar enraizada no homem não pode ser formalmente provada, tendo em vista a quantidade de exemplos gritantes que a experiência(...) põe diante dos nossos olhos.”<sup>63</sup> Não concorda com Rousseau em que o homem nasce bom, em um “estado de natureza”, mas apóia-o ao condenar os “vícios da cultura e da civilização” como os “mais prejudiciais de todos”.<sup>64</sup> “Na verdade, ainda é uma questão a discutir, se não seríamos muito mais felizes numa condição de incivilizados(...) de que no atual estado da sociedade”<sup>65</sup> com toda a sua exploração, hipocrisia, desordem moral e homicídio em massa durante a guerra. Se quisermos conhecer a verdadeira natureza humana, basta observar o comportamento dos Estados.

Como principiou o “mal radical da natureza” humana? Não foi através do “pecado original”. “Certamente, de todas as explanações sobre a difusão do mal aos membros e às gerações de nossa raça, o mais inepto é o que se refere a ter ele provindo, e chegado até nós, de uma herança de nossos primeiros pais.”<sup>66</sup> Provavelmente, a propensão para o “mal” estava firmemente enraizada no homem pela sua necessidade de sobrevivência das suas condições primitivas. Somente na civilização — numa sociedade organizada — tornam-se vícios e, então, a questão não se resume a suprimi-los, mas controlá-los.”<sup>67</sup> Consideradas *dentro delas mesmas*, as inclinações naturais

são *boas*, quer dizer, não constituem motivo para censura; e não apenas seria fútil desejar erradicá-las, como fazê-lo seria prejudicial e repreensível. Em vez disso, devem ser domesticadas, não entrando em colisão, mas sim harmonizando-se em um todo que se chama felicidade.”<sup>68</sup>

O bem moral é também inato, o que se evidencia pelo senso moral universal. Entretanto, a princípio constitui apenas uma necessidade, que deve ser desenvolvida pela instrução moral e disciplina árdua. A melhor religião não é aquela que prima pela cuidadosa observância do ritual religioso, porém a que mais impele o homem para uma vida moral.<sup>69</sup> A religião racional não se baseia sobre a revelação divina, porém no senso do dever interpretado como o elemento mais divino no homem.<sup>70</sup> A religião pode legitimamente organizar-se em uma igreja,<sup>71</sup> pode procurar definir o seu credo através das sagradas escrituras, pode justificadamente adorar Cristo como o mais divino dos homens, pode prometer o céu e ameaçar com o inferno,<sup>72</sup> e “nenhuma religião pode ser compreendida sem que envolva crença em uma vida futura”.<sup>73</sup> Entretanto, não é necessário a um cristão proclamar sua fé nos milagres, ou na divindade do Cristo, ou na sua expiação, pela crucificação de Cristo, pelos pecados da humanidade, ou a predestinação das almas, para o céu ou para o inferno, pela divina graça concedida sem relação com obras boas ou más.<sup>74</sup> É “necessário inculcar cuidadosamente na criança algumas formas de oração (naquelas que ainda precisam conhecer o seu sentido literal)”;<sup>75</sup> entretanto, a “reza suplicante(...) como um meio de [obter a divina] graça, é uma superstição ilusória”.<sup>76</sup>

Quando uma religião se torna uma instituição, tendo em vista compelir a crença ou a adoração, quando se arroga o único direito de interpretar a Escritura e definir a moral, quando forma um clero reivindicando exclusiva aproximação com Deus e a graça divina, quando esta igreja torna a sua adoração um ritual mágico com poderes miraculosos, quando se torna uma arma do governo e um agente de tirania intelectual, quando procura dominar o Estado e empregar dirigentes seculares como instrumentos de ambição eclesiástica — então, o espírito livre se insurgirá contra essa igreja, procurando fora dela aquela “religião pura da razão” que é a busca da vida moral.<sup>77</sup>

A última maior obra de Kant estava imbuída de hesitação e obscurecimentos naturais num homem adverso ao confinamento. A obra em questão está impregnada de verbosidade escolástica, de uma lógica extraordinária e de uma teologia fantástica. É maravilhoso pensar que um homem de 69 anos demonstrasse tanto vigor de pensamento e de expressão, e tamanha coragem de lutar com as forças congregadas da Igreja e do Estado. O conflito entre o filósofo e o rei chegou ao auge quando (1º de outubro de 1794) Frederico Guilherme II enviou-lhe a seguinte “ordem do Conselho”:

A Nossa Mui Augusta Pessoa por muito tempo vem observando, com grande desgasto, a maneira pela qual vós abusais de vossa filosofia para solapar e rebaixar muitas das mais importantes e fundamentais doutrinas das Santas Escrituras e do cristianismo. Como, principalmente, haveis agido dessa forma no vosso livro *A Religião Dentro dos Limites só da Razão*. (...) Aguardamos de vossa parte uma resposta imediata e a mais escrupulosa possível, esperando que, no futuro, para evitar nossa maior desaprovação, não dareis mais tais motivos de queixa, mas sim, de conformidade com vosso dever, empregareis vosso talento e vossa autoridade para que nosso objetivo paternal seja cada vez mais obtido. Se continuardes a resistir, podeis estar certo de esperar desagradáveis conseqüências.<sup>78</sup>

Kant deu uma resposta conciliadora. Salientou que sua obra literária dirigia-se apenas aos intelectuais e aos teólogos, cuja liberdade de pensamento deveria ser preservada no interesse do próprio governo. Seu livro admitira que a razão era inadequada ao julgamento dos mistérios finais do culto religioso. Concluiu com uma promessa de obediência: "Por meio deste declaro, na qualidade do mais fiel servidor de Vossa Majestade, que daqui por diante abster-me-ei de qualquer declaração pública sobre religião, tanto natural como manifestada, quer por escrito, quer em aulas." Quando o rei morreu (1797), Kant sentiu-se desobrigado de sua promessa. Além disso, Frederico Guilherme III demitiu Wöllner (1797), aboliu a censura e repeliu o *Religionse-dikt* de 1788. Depois da batalha, Kant resumiu todos os seus tópicos em um opúsculo, *Der Streit der Fakultäten* (*O Conflito das Faculdades*, 1798), no qual repetiu sua reivindicação de que a liberdade acadêmica era indispensável para o desenvolvimento intelectual da sociedade. O ponto essencial é que o pequeno professor de um longínquo canto do mundo havia ganho sua batalha contra um Estado possuidor do mais forte exército da Europa. Este Estado muito em breve entraria em colapso, mas, por volta de 1800, os livros de Kant eram os mais influentes na vida intelectual da Alemanha.

## VI. O REFORMADOR

Aposentou-se da cátedra em 1797 (com 73 anos), porém, até 1798, continuou a escrever ensaios sobre temas vitais. A despeito de seu isolamento, estava sempre a par do que se passava pelo mundo. Quando o Congresso de Basiléia reuniu-se em 1795, para providenciar a paz entre Alemanha, Espanha e França, Kant aproveitou-se da oportunidade (como havia procedido o Abade de Saint-Pierre por ocasião do Congresso de Utrecht, em 1713) para publicar uma brochura *Zum ewigen Frieden* (*Sobre a Paz Eterna*).

Principiou simplesmente dizendo que a "eterna paz" era um lema bem adequado ao cemitério, assegurando aos estadistas que não esperava ser por eles considerado nada mais senão um "pedante escolástico, que não podia trazer nenhum perigo à nação".<sup>79</sup> Em seguida, pondo de lado, como insignificantes e conciliadores os artigos de paz assinados em Basiléia, elaborou "seis artigos preliminares", salientando as condições necessárias a uma paz duradoura. O Artigo I excluía todas as ressalvas ou adendos de um tratado. O Artigo II proibía a absorção, ou domínio, de qualquer Estado independente por um outro. O Artigo III propunha a gradativa eliminação dos exércitos permanentes. O Artigo IV dispunha que nenhum Estado devia "interferir, pela força, na constituição do outro". O Artigo VI exigia que nenhum Estado em guerra com um outro "deveria permitir atos de hostilidade que tornassem a confiança mútua impossível, na eventualidade de uma paz futura, tais como o emprego de assassinos ou envenenadores, ou o fomento de rebelião no território do Estado beligerante".

De vez que não existe paz duradoura entre Estados que não reconhecem limites a sua soberania, reiterados esforços devem ser empregados a fim de desenvolver uma ordem internacional para, desse modo, promover um substituto legal para a guerra. Assim, Kant elaborou alguns "artigos definitivos" para uma paz duradoura. Primei-

ro, "todos os Estados devem ter uma constituição republicana". As monarquias e as aristocracias são inclinadas para constantes guerras porque o seu monarca e os nobres, em geral, se protegem da perda de suas vidas ou de suas propriedades com a guerra, de modo que se comprometem nesses conflitos com muita facilidade, como "o esporte dos reis". Numa república "são os cidadãos que decidem se a guerra deveria ser declarada ou não" cabendo a eles agüentar as conseqüências de tal decisão. Daí não é provável que os cidadãos de um Estado (uma república) se aventurem em jogo tão dispendioso".<sup>80</sup> Segundo, "todo direito internacional se baseará sobre uma federação de Estados livres".<sup>81</sup> Isto não deve ser um superestado. "Na verdade, a guerra não é tão irremediavelmente má quanto o marasmo de uma monarquia universal".<sup>82</sup> Cada povo deve determinar seu próprio governo, porém os Estados separados (pelo menos na Europa) deverão unir-se numa confederação com poderes para dirigir suas relações exteriores. Os Estados nunca devem abandonar a prática dos mesmos códigos de moral exigidos dos seus cidadãos. Será que tal aventura poderá ocasionar maior mal do que a falsidade e a violência praticadas internacionalmente? No fim, assim esperava Kant, poder-se-á provar que Maquiavel estava errado, pois não deve haver contradição entre a moral e a política; somente a "moral tem possibilidade de cortar o nó que a política não consegue desatar".<sup>83</sup>

É óbvio que Kant teve desilusões quanto às repúblicas (as quais empenharam-se nas mais terríveis de todas as guerras), porém não nos esqueçamos de que, por "república", ele queria referir-se ao governo constitucional, em vez de uma completa democracia. Kant desconfiava dos selvagens impulsos dos homens sem peias,<sup>84</sup> temendo o sufrágio universal como o poderio das maiorias incultas sobre as minorias progressistas e indivíduos inconformados.<sup>85</sup> Entretanto, ressentia-se dos privilégios hereditários, a arrogância de classe e a escravidão que reinavam em Königsberg. Acolhia bem a Revolução Americana, a qual, conforme ele a considerava, estava criando uma federação de estados independentes segundo as linhas que preconizara para a Europa. Seguia a Revolução Francesa com um entusiasmo quase juvenil, mesmo após os Massacres de Setembro e o Terror.

Entretanto, como todos os adeptos do Iluminismo, tinha mais confiança na educação que na revolução. Neste ponto, como em muitos outros, sentia a influência de Rousseau e do movimento Romântico. "Devemos dar à criança, desde a mais tenra idade, uma perfeita liberdade em todos os aspectos(...) contanto que(...) isto não interfira com a liberdade de outrem."<sup>86</sup> Mas logo botou algumas restrições nessa perfeita liberdade. Admitiu que alguma disciplina era necessária para a formação do caráter. "Descuido na disciplina é muito pior do que na cultura, porque esta pode ser remediada no decurso da vida."<sup>87</sup> O trabalho é a melhor disciplina, e deve ser exigido em todos os estágios da educação. A educação moral é indispensável, devendo principiar cedo. Sendo a natureza uma mistura do bem e do mal, todo progresso moral depende de erradicar o mal e cultivar o bem. Isto será feito não por meio de recompensas ou punições, mas dando-se ênfase ao conceito de dever.

A educação estatal não é melhor do que a educação da Igreja. O Estado tentará criar cidadãos obedientes, maleáveis e patriotas. Seria mais aconselhável deixar a educação às escolas particulares, dirigidas por intelectuais esclarecidos e cidadãos dotados de espírito público.<sup>88</sup> Daí, Kant era favorável aos princípios e às escolas de Johann

Basedow. Deplorava a tendência nacionalística das escolas do governo assim como os livros preconizados pelas mesmas, ansiando por uma época em que todos os assuntos seriam tratados imparcialmente. Em 1784, publicou um ensaio, *Ideen zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht* (*Idéias para uma História Universal do Ponto de Vista Cosmopolita*). Tratava-se de um esboço do desenvolvimento da humanidade, partindo da superstição para o esclarecimento, com um diminuto papel para a religião, e com um apelo aos historiadores que desejassem elevar-se acima do nacionalismo.

Como os *philosophes*, enternecia-se com a fé no progresso, tanto moral, como intelectual. Em 1793, censurou Moses Mendelssohn por ter dito que todo avanço é anulado pelo retrocesso.

É possível fornecer muitas provas de que a raça humana, em seu todo, e principalmente em nosso tempo, se a compararmos com os tempos anteriores, tem feito consideráveis progressos morais, para melhor, e os estorvos temporários nada provam contra este fato. O clamor de que a raça está continuamente se degradando resulta de que, ao nos colocarmos em posição mais elevada em relação à moral, vemos muito mais adiante de nós, e nosso julgamento sobre o que os homens são, em comparação com o que deveriam ser, é mais severo.<sup>89</sup>

À medida que Kant entrava em sua última década de vida (1794), seu otimismo inicial sofreu um decréscimo, provavelmente em virtude da reação na Prússia e da coalizão das potências contra a França revolucionária. Recolheu-se em si mesmo, e secretamente compôs o triste *Opus postumum*, que iria constituir seu último testamento à humanidade.

## VII. PÓSTUMO

Fisicamente, Kant era o homem mais baixo do seu tempo — um pouco acima de um metro e meio, tornando-se ainda mais baixo devido a uma curvatura frontal da espinha. Tinha os pulmões fracos e sofria de dores estomacais. Conseguiu sobreviver apenas em virtude de regime regular de abstenção. É bem característico de Kant ter escrito, aos setenta anos, um ensaio "Sobre o Poder da Mente Para Dominar a Sensação de Doença Pela Força de Vontade". Salientou a vantagem de respirar pelo nariz. Podia-se evitar muitos resfriados, e outros contratempos, conservando a boca fechada.<sup>90</sup> Assim fazia suas caminhadas diárias, sozinho, evitando conversar. Recolhia-se pontualmente às dez horas, levantava-se às cinco e, em trinta anos (é ele quem nos afirma) nunca dormiu além dessa hora.<sup>91</sup> Por duas vezes pensou em casar-se, e por duas vezes desistiu. Entretanto, não era intratável. Em geral, convidava uma ou duas pessoas, na maior parte alunos seus — nunca mulheres — para compartilharem de seu jantar, à uma hora da tarde. Era professor de geografia, porém raramente afastava-se de Königsberg. Nunca viu uma montanha, e provavelmente — embora estivesse bem perto — nunca viu o mar.<sup>92</sup> Sustentava-o da pobreza e da censura um orgulho que só exteriormente cedia a qualquer autoridade além de sua própria razão. Era generoso, porém severo em seus julgamentos, faltando-lhe aquele humor que salvava a filosofia de levar-se demasiadamente a sério. O seu senso moral chegava às vezes a uma

ética pedante que tornava suspeitos todos os prazeres até que provassem serem virtuosos.

Dava tão pouca atenção à religião organizada que só freqüentava a igreja quando suas funções acadêmicas o exigiam.<sup>93</sup> Talvez nunca houvesse rezado durante a sua idade madura.<sup>94</sup> Herder disse que os alunos de Kant baseavam seus ceticismos religiosos nas aulas de Kant.<sup>95</sup> “É verdade”, escreveu este a Mendelssohn, “que penso muitas coisas com a mais nítida convicção, e com a maior satisfação aquilo que não tenho coragem de dizer, porém nunca digo o que não penso.”<sup>96</sup>

Lutou até seus derradeiros dias para melhorar sua obra. Em 1798, disse a um amigo: “A tarefa com a qual me ocupo no momento tem a ver com a transição da base metafísica das ciências naturais para a física. Este problema deve ser resolvido, pois do contrário haverá uma lacuna no sistema da crítica filosófica.”<sup>97</sup> Entretanto, nesta mesma carta dizia-se “incapacitado para o trabalho intelectual”. Entrou em longo período de declínio físico, acumulando padecimentos, além da solidão do homem velho e solteiro. Morreu em 12 de fevereiro de 1804. Foi enterrado na Catedral de Königsberg, no que hoje é conhecido como Pórtico Kantiano. Em seu túmulo estão gravadas as seguintes palavras: “O céu estrelado acima de mim. A lei moral dentro de mim.”

Deixou grande volume de sua obra literária publicada com o nome de *Opus postumum*, em 1882-84. Em uma dessas descreveu “a coisa-em-si” — o desconhecível substrato por trás dos fenômenos e das idéias — como algo que “não era real(...) não uma realidade existente, mas meramente um princípio(...) do conhecimento sintético *a priori* das múltiplas intuições sensoriais”.<sup>98</sup> Denominou a isso um *Gedanken- Ding*, uma coisa que existe apenas em nosso pensamento. E aplicou o mesmo ceticismo à idéia de Deus.

Deus não é uma substância que existe fora de mim, mas apenas uma relação moral dentro de mim.(...) O imperativo categórico não assume uma substância emitindo o seu comando do alto, portanto concebida exteriormente a mim, porém é um mandamento ou uma proibição de minha própria razão.(...) O imperativo categórico representa os deveres humanos como mandamentos divinos, não no sentido histórico, como se (um ser divino) houvesse dado mandamentos aos homens, mas no sentido de que a razão(...) tem poder para comandar com a autoridade e a aparência de uma pessoa divina.(...) A Idéia de um tal ente, perante o qual todos se curvam, etc., surge do imperativo categórico, e não vice-versa.(...) O *Ens Summum* [Ser Supremo] é uma *ens rationis* [uma criação da razão],(...) não uma substância exterior a mim.<sup>99</sup>

Assim é que a filosofia kantiana, à qual o cristianismo por tanto tempo se apegou na Alemanha, e mais tarde na Inglaterra, como a última e melhor esperança do teísmo, acabou em uma fria concepção de Deus como uma ficção útil desenvolvida pela mente humana para explicar o aparente poder absoluto dos mandamentos morais.

Os sucessores de Kant, desconhecendo o seu *Opus postumum*, aclamaram-no como o salvador do cristianismo, o herói germânico que havia assassinado Voltaire. E glorificaram sua realização até que sua influência ultrapassou a de qualquer filósofo moderno. Um desses discípulos, Karl Reinhold, predisse que, em um século, a reputação de Kant rivalizaria com a de Cristo.<sup>100</sup> Todos os alemães protestantes (com ex-

ceção de Goethe) aceitaram a pretensão de Kant de ter executado uma “revolução copernicana” na psicologia, que, ao invés de fazer a mente (o Sol) girar ao redor do objeto (a Terra) havia feito o objeto (coisas) girar ao redor e, segundo o caso, sobre a mente. O ego do homem ficou lisonjeado ao ouvir dizer que seus modos intrínsecos de percepção eram componentes determinantes do mundo fenomenológico. Fichte concluiu (mesmo anteriormente à morte de Kant) que o mundo externo é a criação da mente, e Schopenhauer, aceitando a análise de Kant, iniciou seu maciço tratado *O Mundo como Vontade e Representação* com a declaração “o mundo é minha idéia” — o que surpreendeu Mme. de Staël.

Os idealistas rejubilaram-se por ter Kant tornado o materialismo logicamente impossível, ao demonstrar que a mente é a única realidade diretamente conhecida de todos. Os místicos ficaram satisfeitos pelo fato de Kant ter restringido a ciência aos fenômenos, barrando-a do mundo numenal e verdadeiramente real, deixando esta sombria realza (cuja existência ele negava secretamente) como o reduto privativo dos teólogos e dos filósofos. A metafísica, que os *philosophes* haviam banido da filosofia, foi reintegrada como o juiz de todas as ciências, e Jean Paul Richter, ao conceder o domínio dos mares à Grã-Bretanha e da terra à França, atribuiu à Alemanha o domínio do ar. Fichte, Schelling e Hegel construíram castelos metafísicos sobre o idealismo transcendental de Kant. Até mesmo a obra-prima de Schopenhauer teve o seu início na ênfase dada por Kant à primazia do arbítrio. “Vejam”, disse Schiller, “de que modo um único homem rico deu sustento a um grande número de mendigos.”<sup>101</sup>

Também a literatura alemã logo sentiu a influência de Kant, pois a filosofia de uma era promete ser a literatura da próxima. Schiller enfronhou-se nos livros de Kant, escreveu uma carta de louvor a seu autor, e, nos seus ensaios em prosa, atingiu a uma obscuridade quase kantiana. A obscuridade tornou-se moda na obra literária da Alemanha, um brasão atestando participação na antiga ordem dos tecelões. “No todo”, disse Goethe, “a especulação filosófica é uma injúria para os alemães, porque tende a tornar seu estilo vago, difícil e obscuro. Quanto mais se apegam às escolas filosóficas, pior escrevem.”<sup>102</sup>

Realmente, não se poderia pensar em Kant como um romântico, e portanto seus trechos erudito-nebulosos sobre a beleza e sublimidade tornaram-se uma das origens do movimento Romântico. As aulas de Schiller em Iena e as suas *Cartas sobre a Educação Estética da Humanidade* (1795) — marcos desse movimento — originaram-se do estudo de *Crítica do Julgamento*, de Kant. A interpretação subjetiva da teoria do conhecimento, de Kant, forneceu uma base filosófica ao individualismo romântico que ostentou sua bandeira no *Sturm und Drang*. A influência literária kantiana atravessou os mares até a Inglaterra, impregnando Coleridge e Carlyle. Chegou à Nova Inglaterra dando um nome ao movimento transcendentalista de Emerson e Thoreau.<sup>103</sup> O pequeno e curvado professor de geografia sacudiu o mundo enquanto palmitava o “Caminho do Filósofo” em Königsberg. Certamente, ele ofereceu à filosofia e à psicologia a análise mais laboriosa do processo do conhecimento que a história jamais testemunhou.

## Os Caminhos de Weimar

1733-87

### I. A ATENAS DA ALEMANHA

**P**OR que motivo a época máxima da literatura alemã fez de Weimar a sua morada? A Alemanha não possuía uma capital única para a concentração de sua cultura, como a França e a Inglaterra, e nenhuma convergência da riqueza para financiá-la. Berlim e Leipzig ficaram debilitadas — e Dresden quase destruída — pela Guerra dos Sete Anos. Hamburgo dava seu dinheiro primeiro para a ópera, depois para o teatro. Em 1774, Weimar, capital do ducado de Saxe-Weimar-Eisenach, era uma tranqüila cidadezinha de uns 6.200 habitantes. Mesmo depois de se tornar famosa, Goethe a ela se referia como “esta pequena capital, a qual, como o povo, gracejando, costuma dizer, tem dez mil poetas e uns poucos habitantes”.<sup>1</sup> Era a sua glória feita por grandes indivíduos?

De 1758 a 1775, Weimar fora governada por uma sobrinha de Frederico, o Grande, a vivaz Viúva-Duquesa Ana Amália, que, aos dezenove anos, com a morte do Duque Constantino, tornou-se regente de seu filho de um ano, Carlos Augusto. Foi ela quem abriu uma porta entre o governo e a literatura ao convidar Wieland para tutor de seus filhos (1772). Foi uma das muitas mulheres cultas que, sob sua liderança, e até a sua morte, em 1807, estimularam poetas, dramaturgos e historiadores com sexo e elogios. Após 1776, tornou sua casa um salão, e ali — embora todos falassem também francês — encorajou o emprego do alemão como o idioma literário.

Em 1775, a corte de Weimar compunha-se de umas 22 pessoas com seus respectivos servidores. O poeta Conde Christian zu Stolberg encontrou na referida corte um informalismo agradável, no ano da chegada de Goethe. “A velha duquesa, [então com 36 anos] é a própria personificação do bom senso e, no entanto, muito afável e natural. O duque é um rapazinho encantador e que promete muito, o mesmo podendo-se dizer do irmão; e quanto ao mais, há naquela corte pessoas excelentes.”<sup>2</sup> Em 1787, Schiller descreveu “as senhoras de Weimar” como muito sensíveis. Entre elas, poucas são as que não tiveram uma *affaire de coeur*. Todas esforçaram-se para fazer conquistas.(...) Um governo tranqüilo, apenas perceptível, permite a todos viverem e se re-



festelarem ao sol e ao ar. Aos que são propensos à alegria, todas as oportunidades lhes são oferecidas”.<sup>3</sup>

Carlos Augusto assumiu o governo do ducado em 3 de setembro de 1775, com a idade de dezoito anos. Pouco tempo depois, tendo concedido à amante uma pensão,<sup>4</sup> casou-se com a Princesa Luísa de Hesse-Darmstadt, capturando Goethe em sua passagem. Carlos Augusto amava a caça impetuosamente, conduzia sua carruagem desordenadamente através da cidade tranqüila, passando, com rapidez, por muitas mulheres. Entretanto, tal impetuosidade era refreada por uma inteligência que aos poucos se transformava em bom discernimento. Estudou e fomentou a agricultura e a indústria, cultivava as ciências, auxiliava a literatura, esforçando-se para o bem do principado e do povo. Ouçamos Mme. de Staël, em 1803, por ocasião de uma viagem pela Alemanha:

De todos os principados alemães nenhum nos faz sentir mais do que Weimar as vantagens de um pequeno Estado, quando o seu soberano é um homem de grande discernimento, capaz de agradar a seus súditos, qualquer que seja a sua classe, sem perder o mínimo sua ascendência sobre eles.(...) Os talentos militares do duque são universalmente respeitados, e sua conversação arguta e ponderada nos faz sempre lembrar ter sido ele formado pelo grande Frederico. Foi por sua própria reputação, assim como a de sua mãe, que os mais reputados intelectuais foram atraídos a Weimar. A Alemanha tem, pela primeira vez, uma metrópole literária.<sup>5</sup>

## II. WIELAND: 1733-75

Christoph Martin Wieland é o menos conhecido, porém talvez seja o mais estimável entre os quatro homens que fizeram Weimar famosa. Todas as influências da época agiram sobre ele, afinando a sua lira segundo o tom que lhes era próprio. Filho de pastor em Oberholzheim (nas proximidades de Biberach, em Württemberg), foi educado na religião e teologia. Ao descobrir a poesia, fez do virtuoso Klopstock o seu ideal, e depois voltou-se para Voltaire como desafogo. Encontrou em Warthausen, perto de sua casa, a grande biblioteca do Conde von Stadion. Mergulhou na literatura alemã e inglesa e descartou-se de tal forma da teologia, que, em um romance, *Don Sylvio von Rosalba* (1764), relegou ao ridículo a fé de sua meninice. Publicou traduções em prosa de vinte peças de Shakespeare (1762-66), dando à Alemanha, pela primeira vez, uma visão em conjunto das obras do Bardo, propiciando aos dramaturgos alemães uma escapatória da fórmula clássica do drama francês. Entrementes, Winckelmann e outros difundiam o evangelho helênico, do qual Wieland fez sua própria versão. Adotou um tom levemente epicurista em *Komische Erzählungen* (*Histórias Cômicas*, 1765), e fez de um grego fictício o protagonista de sua principal obra em prosa, *Geschichte des Agathon* (1766-67). Lessing denominou-a “o único romance para homens inteligentes”.<sup>6</sup>

Naquelas páginas divagantes, Wieland (com 33 anos) expôs sua filosofia de vida, exemplificada nas aventuras físicas e intelectuais de um ateniense da era de Péricles. “Nosso plano”, dizia o prefácio, “exigia que o nosso herói fosse apresentado em várias tribulações”, cuja finalidade era educar o homem a ser íntegro e sábio sem preci-

sar valer-se de incentivos ou apoio religiosos.<sup>7</sup> Agathon (isto é, o Bem), jovem e belo, resiste às tentativas de uma sacerdotisa délfica para seduzi-lo. Em vez disso, nutre pela simples donzela Psiquê (Alma) um amor puro, porém apaixonado. Faz-se político, desgosta-se com o partidarismo das agremiações, denuncia os eleitores por sua falta de princípios e acaba sendo banido de Atenas. Vagando pelas montanhas da Grécia, defronta-se com um bando de mulheres da Trácia, que celebravam o festival de Baco com danças selvagens e sensuais. Elas confundem Agathon com Baco, e quase o sufocam com seus afagos. Ele é salvo por um grupo de piratas, que o vendem como escravo, em Esmirna, para Hípias, um sofista do século V a.C. Wieland, com indignação, expõe a teoria dos sofistas:

A sabedoria professada pelos sofistas era, na qualidade como no resultado, o exato oposto da adotada por Sócrates. Os sofistas ensinavam a arte de excitar as paixões dos homens [através da oratória]; Sócrates inculcava a arte de controlar as nossas próprias paixões. Os primeiros mostravam como tornar-se sábio e virtuoso, o último como sê-lo. Os primeiros incentivavam o jovem ateniense a assumir o controle do Estado, o último salientava aos jovens que eles levariam metade de suas existências para aprender a dominar a si mesmos. A filosofia socrática orgulhava-se de prescindir da riqueza, a dos sofistas como adquiri-la. Era complacente, cativante, versátil. Glorificava os grandes (...) galanteava as mulheres, agradando a todos que pagassem para tal. Em toda a parte sentiam-se à vontade, favoritos na corte, no *boudoir*, com a aristocracia, até com o clero, enquanto que as doutrinas de Sócrates (...) seriam tachadas de improficuas pelos ocupados, insípida pelos ociosos e perigosa pelos devotos.<sup>8</sup>

Hípias, conforme Wieland o descreve, personifica todas as idéias e os vícios dos sofistas. É um filósofo, mas esforçou-se para tornar-se também um milionário. Resolve fazer com que o correto Agathon adote o modo epicurista de vida e de pensar. A mais acertada política, argumenta, é procurar sensações agradáveis, e "todos os prazeres, na verdade, são sensuais".<sup>9</sup> Ri-se dos que repelem alegrias mundanas a fim de obter as delícias do céu que talvez nunca se materializem. "Quem algum dia viu esses deuses e seres espirituais, cuja existência é apregoada [pela religião]? Tudo isso é embuste dos padres."<sup>10</sup> Agathon condena essa filosofia que ignora o elemento espiritual no homem e a necessidade da ordem social. Hípias apresenta-o aos ricos e à adorável Dânae, animando-a a seduzi-lo, e escondendo dele seu passado de heterismo. Ela dança, e a graça de seu corpo, além do encanto de sua conversa e da música de sua voz, leva Agathon a oferecer-lhe um amor total, porém virtuoso. Dânae prejudica a trama de Hípias ao corresponder, com iguais sentimentos, ao amor de Agathon. Tendo tido tantas aventuras, ela agora vivia nova experiência, assim como felicidade na devoção que Agathon lhe tributava. Fatigada de amores destituídos de sensibilidade, aspira a principiar com Agathon uma vida nova e mais pura. Ela o compra de Hípias, convidando-o a partilhar de sua riqueza. Hípias, para vingar-se, revela a Agathon a carreira de cortesã de Dânae. Agathon toma um navio para Siracusa.

Naquela cidade, obtém tamanha reputação de sabedoria e integridade que se torna primeiro-ministro do ditador Dionísio. A esta altura, ele já abandonou um pouco de seu idealismo:

Não mais nutria aquela elevada concepção da natureza humana de antes. Ou, antes, veio a saber da infinita distância entre o homem metafísico, sobre quem pensamos ou sonhamos em solidão especulativa, ou o homem natural conforme procede, em absoluta simplicidade, das mãos da mãe universal, e o homem artificial, a quem a sociedade, as leis, as opiniões, as necessidades, a dependência e a contínua luta de seus desejos com as circunstâncias, de suas vantagens com as vantagens dos outros, assim como a conseqüente necessidade de continuar dissimulando e ocultando suas verdadeiras intenções, falsificaram, degradaram, distorceram e disfarçaram em mil formas pouco naturais e decepcionantes. Ele não era mais o jovem entusiasta que pensava ser tão fácil realizar um empreendimento quanto concebê-lo. Havia aprendido quão pouco devemos esperar de outrem, assim como contar com a sua cooperação, e (o que é mais importante) como devemos confiar pouco em nós mesmos. (...) Aprendera que o mais perfeito plano é, em geral, o pior [e] que no mundo moral, da mesma forma que no material, nada segue uma linha reta. Em resumo, que a vida é uma viagem, em que o piloto deve adaptar a sua rota de conformidade com o vento e a atmosfera, onde nunca pode certificar-se de não ser atrasado ou impelido para outros rumos, por correntes contrárias, e que tudo depende disto: entre mil desvios de sua rota, ter a mente inalteravelmente fixa no porto de destino.<sup>11</sup>

Agathon serviu bem a Siracusa, realizando algumas reformas, porém um conluio da corte o depôs, e ele retira-se para Tarento. Naquela cidade, é recebido pelo velho amigo de seu pai, o filósofo pitagórico e cientista, Arquitas (400-365 a.C.), que realiza o sonho de Platão, de um rei-filósofo. Agathon encontra lá o amor de sua juventude, Psiquê, mas, ai! casada com o filho de Arquitas. Mas ela apresenta-se como sendo a irmã de Agathon. Entretanto (com a vara de condão do romancista), Dânae é trazida de Esmirna para Tarento. Abandonou sua maneira epicurista de vida, adotando uma existência recatada. Agathon, percebendo que pecara ao abandoná-la, pede-lhe perdão. Ela o abraça, porém recusa casar-se. Decide expirar os desvios de sua moral no passado passando o resto de seus dias em continência. A história termina com Agathon incredulamente satisfeito com as irmãs.

O livro tem inúmeras falhas. A estrutura é frouxa, as coincidências são fracos subterfúgios artísticos. O estilo é agradável, porém difuso. Em muitos parágrafos, o sujeito não concorda com o predicado. Uma crítica saudou o aniversário do autor desejando-lhe vida tão longa quanto suas frases. Mesmo assim, *A História de Agathon* é uma das obras maiores da era de Frederico. As conclusões do autor indicam que este reconciliou-se com o mundo, ficando então em condições de lecionar e domar jovens turbulentos e tensos. Em 1769, foi nomeado professor de filosofia em Erfurt. De lá, três anos depois, publicou *Der goldene Spiegel* (*O Espelho de Ouro*), que expressava suas idéias sobre educação. Ana Amália encantou-se com a obra, convidando-o a aplicar sua pedagogia com seus filhos. Ele aceitou, passando o resto da vida em Weimar. Em 1773, fundou *Der teutsche Merkur* (*O Arauto Alemão*), o qual, sob sua direção, foi por uma geração (1773-89) a revista literária de maior influência da Alemanha. Wieland foi a estrela intelectual de Weimar até a vinda de Goethe; e quando, em 1775, o impetuoso jovem autor de *Werther* entusiasmou a cidade, Wieland acolheu-o sem a menor inveja, tornando-se seu amigo por um período de 36 anos.

## III. O PROMETEU DE GOETHE: 1749-75

1. *Crescimento*

A partir do tempo em que caminhava pelas ruas de Frankfurt-sobre-o-Meno, na qualidade de neto de seu prefeito, até os setenta e tantos anos, quando uma conversa ocasional fez a fama do seu Boswell Eckermann, Johann Wolfgang von Goethe passou por infinitas gamas de experiências, absorvendo tudo que a vida, os amores e as cartas lhe puderam proporcionar, retribuindo tudo isso, abundantemente, em sabedoria e arte.

Frankfurt era uma “cidade livre”, dominada por mercadores e freiras, mas também a sede imperial destinada à coroação dos reis alemães e dos sagrados imperadores romanos. Em 1749 tinha 33 mil habitantes, quase todos piedosos, bem-educados e *gemütlich*. O local de nascimento de Goethe era uma espaçosa casa de quatro pavimentos (destruída pelo fogo em 1944, reconstruída em 1951). Seu pai, Johann Kaspar Goethe, era filho de próspero alfaiate e dono de hospedaria. Arruinou sua carreira política devido a seu orgulho e arrogância, retirando-se da profissão jurídica para uma vida de literato amador em sua elegante biblioteca. Em 1748, casou-se com Katarina Elisabeth, filha de Johann Wolfgang Textor, *Schultheiss* ou *Bürgermeister* de Frankfurt. Seu filho nunca esqueceu que, por intermédio dela, ele pertencia à aristocracia sem título de nobreza que havia governado a cidade por muitas gerações. Aos 78 anos, disse a Eckermann: “Nós, os patrícios de Frankfurt, sempre nos consideramos iguais aos da nobreza, e quando tive em minhas mãos o diploma de nobre [que lhe foi concedido em 1782] nada tinha, na minha opinião, senão aquilo que já possuía há muito tempo.”<sup>12</sup> Achava que “*nur die Lumpe sind bescheiden*” — só os patifes são modestos.<sup>13</sup>

Era o mais velho de seis filhos, dos quais só ele e sua irmã Cornelia passaram da infância. Naqueles dias, paternidade abundante era trabalho de amor perdido. O lar não era feliz. A mãe tinha natureza afável, inclinada à fantasia e à poesia, mas o pai era um pedante disciplinador, que afastava os filhos pela grosseria e impaciência de caráter. “Com meu pai”, recordava-se Goethe, “não havia relações amistosas.”<sup>14</sup> Do pai, assim como de sua experiência como conselheiro particular, Goethe deve ter herdado um pouco da aspereza demonstrada em sua idade madura. Da mãe deve ter captado o espírito poético e o amor ao drama. Ela construiu em casa um teatro de marionetes, e o filho nunca se recuperou de seu fascínio.

Os filhos receberam a primeira educação com o pai, depois com tutores. Wolfgang adquiriu conhecimentos de leitura de latim, grego, inglês e um pouco de hebraico, assim como facilidade para falar francês e italiano. Aprendeu a tocar cravo e violoncelo, a desenhar e pintar, e também equitação, esgrima e dança. Entretanto, a experiência foi a sua melhor mestra. Andou por todos os bairros de Frankfurt, inclusive o *Judengasse*. Olhava avidamente para as moças judias, visitava escolas hebraicas, assistia a circuncisões, obteve noções das festas dos judeus.<sup>15</sup> As feiras, que traziam para a cidade caras e objetos exóticos, aumentaram sua experiência e educação, o mesmo acontecendo com os oficiais franceses, na casa dos Goethe, durante a Guerra dos Sete Anos. Em 1764, o menino de quinze anos viu a coroação de José II como Rei dos

Romanos. Sorveu cada momento daquele evento, ocupando vinte páginas com a descrição do mesmo, na sua autobiografia.<sup>16</sup>

Aos quatorze anos teve o primeiro dos casos amorosos que permearam metade de sua poesia. Já havia, então, granjeado a reputação de fazer versos com facilidade. Os rapazes, seus companheiros ocasionais, pediam-lhe que escrevesse uma carta poética, no estilo de uma moça para um jovem. Goethe desincumbiu-se tão bem da tarefa que eles enviaram a carta a um membro do grupo, que sofria as penas do amor, como se viesse do objeto de sua devoção. O rapaz quis responder, mas faltava-lhe inteligência e conhecimentos de rima, de modo que indagou a Goethe se ele poderia compor a resposta. Goethe aquiesceu, e o apaixonado rapaz pagou um passeio para todo o grupo numa hospedaria dos arredores. A garçonete da hospedaria era uma adolescente, chamada Margarete — diminutivo Gretchen. Goethe usou o nome para a heroína do *Fausto*. Talvez por causa dos romances que havia lido e das cartas escritas, sentiu-se disposto a apreciar as graças da mocidade. “A primeira propensão ao amor em um jovem não corrompido”, escreveu, aos sessenta anos, “toma logo uma direção espiritual. A natureza parece desejar que o sexo em um possa, pelos sentidos, captar a bondade e a beleza no outro. E assim, com a visão da moça, e minha forte atração por ela, um novo mundo de beleza e de bondade revelou-se a mim.”<sup>17</sup> Nunca deixou fugir este mundo, uma mulher após outra perturbou o seu espírito sensitivo, quase com tanta reverência quanto com desejo. Com a idade de 73 anos apaixonou-se por uma moça de dezessete.

Por um instante, teve medo de falar com a sedutora. “Fui à igreja por amor a ela, e(...) durante o longo serviço protestante, olhei à vontade para ela.”<sup>18</sup> Viu-a novamente na hospedaria, sentada, como uma outra Gretchen, diante de sua roda de fiar. Então, ela tomou alegremente a iniciativa, assinando a segunda carta de amor que ele havia produzido como se fosse de uma moça. Um dos rapazes do grupo, a quem Goethe recomendara a seu avô, foi apanhado falsificando títulos e testamentos. Os pais de Wolfgang proibiram-no de andar com aqueles rapazes. Gretchen mudou-se para uma cidade distante e ele nunca mais a viu. Ficou bastante aborrecido quando soube que ela havia dito: “Sempre o tratei como uma criança.”<sup>19</sup>

Ficou então muito contente (1765) em deixar Frankfurt e estudar direito na Universidade de Leipzig. Como qualquer jovem ávido de saber, leu muito além da matéria que lhe era atribuída. Na biblioteca de seu pai já havia percorrido trechos no *Dictionnaire historique et critique*, de Bayle, com grande prejuízo para sua fé religiosa, e “logo que cheguei a Leipzig tentei libertar-me completamente de minhas ligações com a Igreja”.<sup>20</sup> Por algum tempo, pesquisou o misticismo, a alquimia, e até a magia. Isto também entrou em *Fausto*. Experimentou xilografia e água-forte, examinou a exposição de pintura em Dresden, visitando frequentemente o pintor Oeser em Leipzig. Através de Oeser, conheceu a obra literária de Winckelmann e, por meio desta e de *Laocoonte*, de Lessing, recebeu as primeiras infusões de reverência pelo estilo clássico. Ele e outros estudantes preparavam uma calorosa recepção a Winckelmann, quando veio a notícia de seu assassinato em Trieste (1768).

O senso da beleza predominava no seu contato com o mundo. Na religião apreciava apenas a dramaticidade e o colorido dos sacramentos. Ignorava a filosofia escrita por filósofos, com exceção de Spinoza. Tinha horror à lógica e fugia de Kant. Amava

o drama, e escreveu um, medíocre, em Leipzig. Compunha poesia quase diariamente, mesmo durante as aulas de Direito. Os poemas que publicou, com o nome de *Das Leipziger Liederbuch*, são, no estilo de Anacreonte, folgões, às vezes eróticos:

E, portanto, ficarei contente e cheio de alegria,  
Se ela ao menos conceder-me sorriso tão doce,  
Ou se à mesa ela fizer,  
Dos pés de seu amor, um travesseiro para os seus.  
Dai-me a maçã que ela mordeu,  
E o copo do qual ela bebeu,  
E sob o desejo de meus beijos,  
Seu seio, até então velado, mostrar-se-á.<sup>21</sup>

Tratava-se meramente de um desejo esperançoso? Aparentemente não. Encontrara em Leipzig uma bela cabeça — Annette Schökopf — que estava pronta para entrar, pelo menos, no vestibulo do amor. Era filha de um comerciante de vinhos que servia almoço aos estudantes. Goethe comia ali freqüentemente e tomou-se de desejos por ela. Esta retribuiu-lhe o ardor com judiciosa reserva, permitindo que outros homens lhe prestassem homenagens. Goethe teve ciúmes e principiou a espioná-la. Os dois brigaram, fizeram as pazes, tornaram a brigar e novamente fizeram as pazes. Por fim, brigaram e separaram-se. Mesmo durante aqueles êxtases, Goethe sempre teve em mente sua condição de neto de *Bürgermeister*, e que nutria dentro de si um demônio — o anseio e o ímpeto de um gênio onívero que pedia liberdade para o pleno desenvolvimento do imperativo de seu próprio destino. Annette aceitou outro pretendente.

Goethe considerou o caso um fracasso, e procurou esquecer entregando-se à libertinagem. “Eu a tinha realmente perdido, e o furor com o qual vingava-me de meu erro sobre a minha própria pessoa, agredindo de vários modos minha natureza física, a fim de infligir algum dano em minha natureza moral, contribuiu, em grande parte, para as moléstias físicas que me roubaram alguns dos melhores anos de minha vida.”<sup>22</sup> Caiu em melancolia, sofreu de dispepsia nervosa, desenvolveu um doloroso tumor no pescoço, e acordou uma noite com hemorragia quase fatal. Saiu de Leipzig sem se formar, voltando a Frankfurt (setembro de 1768) para enfrentar as admoestações do pai e o amor materno.

Durante sua longa convalescença, travou conhecimento com Susanne von Klettenberg, uma pietista da Morávia, delicada e doente. “A serenidade e paz de espírito nunca a abandonaram. Encarava sua doença como elemento necessário à sua transitória existência terrena.”<sup>23</sup> Descreveu-a, anos mais tarde, com simpatia e maestria nas “Confissões de uma Bela Alma”, que inseriu em *Wilhelm Meisters Lehrjahre*, porém recordava muito jovialmente o argumento de Susanne de que o nervosismo e a melancolia dele deviam-se a seu fracasso de reconciliar-se com Deus.

Eu então acreditava, a partir de minha mocidade, estar em bons termos com Deus — e mais ainda, eu até mantinha a ilusão de que ele seria o meu devedor, pois era bastante ousado para pensar que tinha alguma coisa a lhe perdoar. Essa presunção baseava-se na minha infinita boa vontade, a qual, assim me parecia, ele devia ter dado maior assistência. Pode-se imaginar quantas vezes discuti esse assunto com meus amigos, discussões essas, entretanto, que terminavam sempre de maneira amigável.<sup>24</sup>

Não obstante, experimentava momentos esparsos de fé religiosa, indo ao ponto de assistir às sessões dos Irmãos Morávios. Entretanto, repugnava-o a "medíocre inteligência" dessa gente simples,<sup>25</sup> e ele logo voltou às suas combinações casuais de panteísmo e dúvida racionalista.

Em abril de 1770, partiu para Estrasburgo, na esperança de obter seu diploma de Direito. Um colega descreve-o (então com 21 anos) como "uma bela figura, com magnífica testa e grandes olhos chamejantes", acrescentando, entretanto: "Tudo não deveria ser muito suave em relação àquele rapaz, pois seu ar era inquieto e desordenado."<sup>26</sup> Talvez a longa doença o houvesse enervado. Seu "demônio" era por demais inquieto para permitir-lhe estabilidade. Mas qual o rapaz com fogo nas veias pode gozar de paz? Quando postou-se diante da grande catedral, saudou-a patrioticamente, não como católica, mas como "arquitetura alemã, *nostra* arquitetura, pois os italianos não se podem gabar de nada semelhante, e menos ainda os franceses".<sup>27</sup> (Goethe ainda não conhecia nem a Itália, nem a França.) "Sozinho, galguei o mais alto pico da torre, (...) aventurando-me, a esta altura, a passar para uma plataforma que media apenas um metro quadrado. (...) Infligi a mim mesmo aquele terror e aquela tortura diversas vezes, até que a experiência tornou o fato indiferente para mim."<sup>28</sup> Um de seus professores notou que "Herr Goethe portou-se de forma a ser considerado um falso pretendente à erudição, um desvairado opositor a qualquer ensinamento religioso. (...) Tornou-se opinião geral que ele não regulava bem da cabeça."<sup>29</sup>

Muitas outras experiências contribuíram para alimentar o seu ardor. Encontrou Herder várias vezes durante a permanência deste em Estrasburgo. Herder, cinco anos mais velho, dominava esses encontros. Goethe, em modesto interlúdio, dizia-se um "planeta" girando ao redor do sol de Herder. Perturbava-se com a inclinação ditatorial de Herder, porém estimulava-se em sua companhia lendo velhas baladas, o "Ossian", de Macpherson, e Shakespeare (na tradução de Wieland). Lia também Voltaire, Rousseau e Diderot. Além de continuar o curso de Direito, tinha aulas de química, anatomia e obstetrícia. (...) Continuava o estudo de mulheres.

Sentia-lhes o encanto com toda a aguda sensibilidade do poeta e toda incandescência da juventude. Quarenta e sete anos mais tarde disse a Eckermann acreditar em um efeito magnético de uma pessoa sobre a outra, e ainda mais através da diferença de sexo.<sup>30</sup> Sentia-se perturbado pelo andar leve e ondulante das moças, a música de suas vozes, a cor e o farfalhar de seus vestidos, e invejava a intimidade da flor que elas por vezes usavam em seus corpetes ou nos cabelos. Uma a uma, essas mágicas criaturas faziam arder seu sangue, crescer sua imaginação e movimentar sua pena. Já houvera Gretchen e Annette. Muito em breve haveria Lotte, Lili e Charlotte. Mais tarde, Minna e Ulrike. Mas agora, em Sesenheim (nas proximidades de Estrasburgo), existia a mais atraente de todas, Friederike Brion.

Era a filha mais jovem (dezenove anos em 1771) do pastor da cidade, a quem Goethe comparava ao virtuoso vigário de Wakefield, de Goldsmith. As páginas da autobiografia de Goethe, dedicadas a Friederike, são a mais apurada prosa que ele já escreveu.<sup>31</sup> Diversas vezes saía de Estrasburgo para gozar da simplicidade intacta dessa família rural. Levava Friederike para longas caminhadas, pois ela sentia-se muito à vontade ao ar livre. Apaixonou-se por ele, dando-lhe tudo quanto lhe pedia. "Em local ermo, na floresta, abraçamo-nos com profunda emoção, dando-nos mutuamen-

te a mais sincera garantia de nos amarmos do fundo do coração.”<sup>32</sup> Muito cedo, Goethe já afirmava a um amigo que “não se é mais feliz nem um milímetro quando se obtém o objeto desejado”.

Neste meio tempo, Goethe escrevia, em latim, sua tese de doutorado, que afirmava (como “Febronius”) o direito do Estado ser independente da Igreja, a qual obteve a aprovação da faculdade. Passou nos exames e, em 6 de agosto de 1771, recebeu o grau de bacharel em Direito. Chegara a hora de deixar Estrasburgo. Cavalgou até Sessenheim a fim de despedir-se de Friederike. “Quando, montado, estendi a mão, vi lágrimas nos olhos dela. Fiquei muito contrafeito.(...) Quando finalmente escapei das emoções da despedida, recobrei o ânimo, durante uma viagem tranqüila e pacata.”<sup>33</sup> O remorso veio depois. “Gretchen fora afastada de mim, Annette deixara-me. Agora, pela primeira vez, sinto-me culpado. Eu tinha ferido o mais belo coração até o fundo. E o período de lúgubre arrependimento — com a ausência de um amor reconfortante, ao qual me acostumara — era a própria agonia.”<sup>34</sup> Tratava-se de sentimento lamentavelmente centralizado em uma única pessoa. Mas qual de nós, nas provações dos erros do amor, não feriu um ou dois corações, antes de conquistar um? Friederike morreu solteira, em 3 de abril de 1813.

## 2. Götz e Werther

Em Frankfurt, resmungando, o formando exerceu a profissão jurídica. Por vezes, visitava Darmstadt, observando a influência de seu culto pelo sentimento. Havia então uma forte reação contra a França, contra o drama francês, suas rígidas regras, e até contra Voltaire. Cada vez mais, deliciava-se em Shakespeare, que havia colocado no palco a natureza humana, legal ou sem lei. Nesta disposição de ânimo, e no vigor exuberante da juventude, estava maduro para o *Sturm und Drang*. Simpatizava com a rejeição da autoridade exaltada por esse movimento, sua proclamação do instinto sobre a inteligência, do indivíduo heróico sobre as massas tradicionalmente aprisionadas. E assim foi que, em 1772-73, ele escreveu *Götz von Berlichingen*.

Trata-se de realização extraordinária para um jovem de 23 anos: um drama envolvendo guerra, amor e traição, numa história palpitante de entusiasmo pela liberdade, vertendo vitalidade, prendendo a atenção do princípio ao fim. Götz era um cavaleiro cuja mão direita havia sido arrancada em batalha quando ele tinha 24 anos (1504). Uma mão de ferro foi-lhe atada ao braço, e com ela empunhava a lança tão mortalmente como antes. Recusando-se a reconhecer qualquer soberano senão o imperador, tornou-se um daqueles “barões salteadores”, os quais, em nome da liberdade, reivindicavam inteira autoridade sobre suas terras, até pilhando os viajantes, e travando guerras particulares. Em 1495, o Imperador Maximiliano emitiu um edito contra as guerras particulares, sob pena dupla de proscrição pelo Estado e excomunhão pela Igreja. Götz, o Mão-de-Ferro, rejeitou a proibição, considerando-a uma transgressão aos direitos tradicionais. A peça tratou, no início, da luta entre o cavaleiro rebelde e o príncipe-bispo de Bamberg. Goethe, que amava as mulheres muito mais do que a guerra, deixou que o centro de interesse passasse a Adelaide von Walldorf, cuja beleza e fortuna despertava nos homens irrefreada paixão. Por amor de Adelaide, Adalbert von Weislingen, outro cavaleiro “livre”, rompeu sua aliança com Götz e sua



promessa de casamento com Maria, a irmã de Götz, passando-se para o bispo. Talvez no vacilante amor de Weislingen, Goethe se lembrasse da sua própria infidelidade. Enviou um exemplar da peça a Friederike, por um amigo, dizendo: "A pobre Friederike ficará um pouco consolada quando vir que o amante infiel foi envenenado."<sup>35</sup>

O autor coloriu a história para adaptá-la ao seu drama. Gottfried von Berlichingen não era tão nobre e magnânimo quanto Götz, da peça de Goethe. Entretanto, tais deturpações são licenças poéticas, tais como rimas forçadas. Perdoável também é o palavreado rude e selvagem que Goethe atribuiu ao seu herói como exemplo de virilidade. Quando a peça foi apresentada em Berlim (1772) Frederico, O Grande, condenou-a como uma detestável imitação do "barbarismo" que ele, como Voltaire, viam em Shakespeare, apelando aos dramaturgos alemães a procurarem seus modelos na França. No princípio, Herder concordou com Frederico, dizendo a Goethe "Shakespeare arruinou-o".<sup>36</sup> Entretanto, enviou a versão publicada a seus amigos, acompanhada de calorosos elogios: "Vocês terão horas de encantamento a lhe serem reservadas. Há um grau incomum de autêntica energia germânica, profundidade e sinceridade nesta peça, embora, vez por outra, constitua apenas um exercício intelectual."<sup>37</sup> A jovem geração saudou Götz com a suprema expressão do *Sturm und Drang*.

Os leitores alemães encantaram-se ao ouvirem falar de cavaleiros medievais, símbolos do forte caráter alemão. Os protestantes deliciaram-se com os ecos de Lutero em "Irmão Martinho", que se lamenta de seus votos de pobreza, castidade e obediência serem pouco naturais, que descreve a mulher como "a glória e a coroação da natureza", que considera o vinho como "alegando o coração do homem", e subverte o velho adágio, dizendo que "a alegria é a mãe de todas as virtudes".<sup>38</sup> Até o pai de Goethe, que tinha de auxiliá-lo com a sua legislação, e o considerava uma degenerescência da estirpe paterna, admitiu que afinal talvez houvesse algo no rapaz.

Em maio de 1772, o jovem advogado teve de partir para Wetzlar, a negócios ligados a sua profissão, cuja cidade era a sede da Corte de Apelação Imperial. Sem qualquer interesse na lei, vagueou pelos campos, florestas e *boudoirs*, desenhando, escrevendo, captando tudo. Em Wetzlar, encontrou Karl Wilhelm Jerusalem, poeta e místico, e Georg Christian Kestner, tabelião, que Goethe descreveu como "distinguindo-se por uma fisionomia calma e serena, clareza de pontos de vista, (...) atividade incansável e pacífica",<sup>39</sup> e tão confiante na sua ascensão no posto que já se havia comprometido para casar. Kestner descreveu Goethe com magnanimidade:

Vinte e três anos de idade, filho único de pai muito rico. De conformidade com as intenções do pai, ele teria de praticar a lei no tribunal desta cidade, segundo as intenções dele, sua inclinação seria estudar Homero e Píndaro, e tudo o mais quanto o seu talento, gosto, e coração lhe inspirasse. (...) Na verdade, possui verdadeiro talento, e é um homem de caráter. Sua imaginação é extraordinariamente brilhante, expressando-se em imagens e símiles. (...) Seus sentimentos são violentos, porém, em geral, os domina. Tem convicções nobres, é liberto de preconceitos, agindo como lhe apraz, sem se importar se sua conduta agrada aos outros, ou está na moda, ou é permitido. Qualquer coação lhe é odiosa. Ama as crianças, conseguindo com elas brincar durante horas. (...) É um homem absolutamente extraordinário.<sup>40</sup>

Em 9 de junho de 1772, por ocasião de uma festa campestre, Goethe encontrou-se com a noiva de Kestner, Charlotte Buff. No dia seguinte, visitou-a, encontrando um

encanto novo na feminilidade. "Lotte", então com vinte anos, era a irmã mais velha de uma família de onze filhos. A mãe morrera, o pai estava ocupado ganhando a vida. Lotte servia de mãe da ninhada. Não possuía apenas a brilhante alegria de uma moça saudável, tinha também os atrativos de uma jovem mulher que, simples, porém corretamente vestida, desincumbia-se dos deveres da casa com competência, afeição e bom gênio. Goethe logo se apaixonou por ela, pois não conseguia permanecer por muito tempo sem uma imagem feminina a aquecer-lhe a imaginação. Kestner percebeu a situação, entretanto, confiando naquela que lhe era cara, demonstrou amável tolerância. Goethe permitia-se até o privilégio de um pretendente rival, mas Lotte sempre o repelia, lembrando que estava noiva. Finalmente, pediu-lhe que decidisse entre os dois. Ela aquiesceu e Goethe, com o orgulho apenas momentaneamente abalado, deixou Wetzlar no dia seguinte (11 de setembro). Kestner continuou seu amigo leal até a morte.

Antes de voltar a Frankfurt, Goethe parou em Ehrenbretstein, no Reno, em casa de Georg e Sophie von La Roche. Sophie tinha duas filhas, "das quais, a mais velha", Maximiliane, "logo atraiu-me particularmente.(...) É uma sensação muito agradável quando uma nova paixão principia a desenvolver-se dentro de nós antes que se extinga totalmente a antiga. Assim é que, ao pôr-do-sol, gostamos de ver o despontar da lua do lado oposto".<sup>41</sup> Entretanto, Maximiliane casou-se com Peter Brentano e teve uma viva menina, Bettina, que se apaixonou por Goethe 35 anos mais tarde. Goethe contentou-se com Frankfurt e a lei. Não totalmente, porque, às vezes, pensava em suicídio.

Entre uma considerável coleção de armas, eu possuía uma bela faca, bem polida. Colocava-a todas as noites à minha cabeceira e antes de apagar as luzes, eu verificava se podia conseguir enterrar a ponta afiada uns dois centímetros no coração. Como nunca conseguia fazê-lo, zombei da intenção, livrando-me dela, joguei fora todas as hipocondrias e resolvi viver.

Para poder fazê-lo alegremente, fui obrigado a resolver um problema literário, pelo qual tudo que eu havia sentido(...) deveria reduzir-se a palavras. Para tal, juntei os elementos que se processavam dentro de mim há alguns anos. Tornei presentes em minha memória os casos que mais me haviam afetado e atormentado, porém nada tomava forma definida. Faltava um acontecimento, uma fábula, dentro da qual esses casos seriam vistos como um todo.<sup>42</sup>

Um colega advogado em Wetzlar forneceu-me o evento agregador do qual eu precisava. Em 30 de outubro de 1772, Wilhelm Jerusalem, tendo pedido emprestado uma pistola a Kestner, matou-se, em desespero pelo amor que nutria pela mulher de um amigo. "Imediatamente, [quando] ouvi a notícia da morte de Jerusalem", relembra Goethe, "(...)o plano de Werther estava formado, e o conjunto foi unido por todos os lados."<sup>43</sup> É possível que assim fosse, porém ele começou a escrever o livro somente quinze anos mais tarde. Entrementes, encetou com Maximiliane Brentano — que se mudara para Frankfurt com o marido — um flerte tão persistente que provocou os protestos do marido. Goethe retirou-se.

Uma série de projetos literários malogrados aturdiram-no. Persistia na idéia de recontar a história do Judeu Errante. Planejou fazê-lo visitar Spinoza, e mostrar que Satanás, segundo as aparências, vencera Cristo dentro do cristianismo.<sup>44</sup> Contudo, es-

creveu somente dez páginas do *Der ewige Jude*. Compôs algumas sátiras sobre Jacobi, Wieland, Herder e Lavater, entretanto conseguiu conquistar-lhes a amizade, apesar de tudo. Contribuiu para o *Physiognomische Fragmente* de Lavater, permitindo-lhe que fizesse a fisiognomia de sua cabeça, o que foi realizado com resultados lisonjeiros: "Aqui encontra-se inteligência, com sensibilidade para inspirá-la", comentou o suíço. "Observem a energia da testa(...) o olhar agudo e penetrante, procurando, enamorado,(...) e o nariz, que por si só já identifica o poeta.(...) Com o queixo viril, as orelhas bem abertas e vigorosas — quem contestaria a genialidade nesta cabeça?"<sup>45</sup> — e quem poderia sobreviver a tal cefalograma? Jacobi achava que alguém podia, porque, após visitar Goethe, no ano de 1773, descreveu-o em carta a Wieland como "um gênio dos pés à cabeça. Um homem possuído, destinado a agir de acordo com os ditames do espírito individual".<sup>46</sup>

Finalmente, em 1774, Goethe escreveu um livro que lhe deu fama em toda a Europa — *Die Leiden des jungen Werthers*. Pensara tanto naquela obra e por tanto tempo, tantas vezes a havia ensaiado nas suas meditações e fantasias, que agora liquidou-a, segundo nos relata, "em quatro semanas.(...) Isolei-me completamente, proibindo aos amigos de visitarem-me".<sup>47</sup> Cinquenta anos depois, disse a Eckermann: "Foi uma obra que eu, como o pelicano, alimentei com o sangue do meu próprio coração."<sup>48</sup> Matou Werther para conseguir paz.

Foi inspirado ao fazer o livro breve. Empregou o estilo de cartas, em parte como uma imitação da *Clarissa*, de Richardson, e *Julie*, de Rousseau, e em parte porque prestava-se à expressão e análise da emoção, e talvez porque empregando aquele estilo ele podia utilizar algumas das cartas que escrevera de Wetzlar a sua irmã, Cornelia, ou ao amigo Merck. Escandalizou Charlotte e Kestner ao dar o nome verdadeiro desta, Lotte, ao objeto de um amor que obviamente descrevia a paixão de Goethe pela noiva de Kestner. Este tornou-se "Alberto", sendo favorável o seu retrato. Até o encontro na festa e a visita do dia seguinte eram reproduzidos segundo os fatos. "Desde aquele dia, o sol, a lua e as estrelas podem seguir tranqüilamente seu curso, porém eu não me dou conta nem do dia, nem da noite, e todo mundo ao meu redor está desmaiando... Não tenho mais rezas a proferir senão para ela."<sup>49</sup> Werther não é totalmente Goethe. É mais sentimental, mais dado às lágrimas, às palavras efusivas e autocomiseração. A fim de conduzir a narrativa a seu final trágico, Werther tinha de ser transformado, de Goethe para Wilhelm Jerusalem. Os toques finais são o eco da história: Werther, como Jerusalem, pede emprestado a pistola de Alberto para suicidar-se e, ao morrer, deixa em sua escrivaninha *Emilia Galotti*, de Lessing. "Nenhum padre acompanhou-o" à sepultura.

*Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774) constituiu um acontecimento na história da literatura alemã. Expressava e promoveu o elemento romântico no *Sturm und Drang*, como *Götz von Berlichingen* havia expressado o heróico. A mocidade rebelde aclamou-o com louvores, imitando-o. Alguns vestiam-se de casaco azul e colete de camurça, como Werther, outros choravam como Werther, e outros suicidavam-se, como a única coisa na moda para fazer. Kestner protestou contra a invasão de sua intimidade, mas logo foi abrandado, e não consta que Charlotte se tenha queixado quando Goethe lhe disse: O seu nome é pronunciado reverentemente por milhares de lábios apaixonados."<sup>50</sup> O clero alemão não compartilhou dos aplausos. Um pregador em Hambur-

go denunciou *Werther* como uma apologia do suicídio. O Pastor Groeze, inimigo de Lessing, fulminou o livro, e Lessing condenou-o por seu sentimentalismo e ausência de uma reserva clássica.<sup>51</sup> A um jantar público, o Reverendo J. C. Hasenkampf censurou Goethe na sua cara “por aquela malévola obra literária”, acrescentando: “Que Deus melhore o seu coração perverso!” Goethe desarmou-o com uma resposta serena: “Lembraí-me em vossas orações.”<sup>52</sup> Nesse meio tempo, correu através da Europa em uma dúzia de traduções, três na França, no decurso de três anos. Pela primeira vez a França admitia que a Alemanha tinha uma literatura.

### 3. *O Jovem Ateu*

O clero tinha uma certa desculpa para se preocupar com Goethe, pois ele era, naquela ocasião, absolutamente hostil à Igreja de Cristo. “Ele reverencia a religião de Cristo”, escreveu Kestner em 1772, “mas não na forma em que os teólogos a apresentam.(...) Não vai à igreja, não comunga e raramente reza.”<sup>53</sup> Goethe era especialmente infenso à ênfase dada pela Igreja em relação ao pecado e à contrição.<sup>54</sup> Preferia o pecado sem o remorso. Escreveu a Herder (cerca de 1774): “Se pelo menos todo ensinamento de Cristo não fosse tamanha baboseira, eu, na qualidade de criatura humana, uma pobre criatura carente de desejos e necessidades, ficaria enfurecido com isso!”<sup>55</sup> Planejou um drama sobre Prometeu como um símbolo do homem desafiando os deuses. Não passou do prólogo, que chocou Jacobi e agradou a Lessing. O que sobra dele é a mais radical e anti-religiosa das explosões de Goethe. Prometeu fala:

Cubra o teu céu, Zeus, com uma névoa brumosa,  
E brinca como a criança que corta as pontas dos cardos  
Nas coroas das folhas e nos picos das montanhas!  
Minha terra tu deves poupar,  
E minha casa, que tu não construístes,  
E meu coração, cujo ardor me invejas.

Nada conheço debaixo do sol mais pobre do que vós, Ó Deuses!  
Alimentais vossa majestade a duras penas  
Dos sacrifícios e preces votivas,  
Morreríeis,  
Não fossem as crianças e os mendigos uns doidos irremediáveis.

Quando eu era criança e não sabia pensar,  
Meus olhos errantes voltaram-se para o sol,  
Como se houvesse um ouvido para ouvir meus queixumes,  
Um coração igual ao meu  
Para apiedar-se de uma alma atormentada.

Quem me ajudou contra a insolência dos Titãs?  
Quem me salvou da morte, da escravidão?  
Meu próprio coração sagrado e resplandecente não  
Realizou tudo isso por ele mesmo, porém, jovem e bom,  
E enganado, agradece ao Ente Adormecido lá em cima?

Honrar-te? Por quê?  
Alguma vez minoraste as tristezas dos acabrunhados?  
Alguma vez secaste as lágrimas dos angustiados?  
Não fui eu moldado e feito homem  
Pelo Templo todo-poderoso e pelo Destino perpétuo  
Meu senhor e o teu?...

Aqui me sento eu, formando os homens à minha imagem,  
Uma raça que poderá parecer-se comigo,  
Para sofrer e chorar, para gozar e ser feliz  
E para desdenhar-te, como o faço agora.

Desse nadir de orgulhoso ateísmo, Goethe foi aos poucos passando ao panteísmo mais brando de Spinoza. Lavater relatou que "Goethe nos revelou muito sobre Spinoza e sua obra literária.(...) Fora justo ao extremo, correto, pobre homem.(...) Todos os modernos deístas originaram-se dele.(...) Sua correspondência, acrescentou Goethe, era a mais interessante possível no que toca à retidão e amor à humanidade".<sup>56</sup> Quarenta e dois anos depois, Goethe contou a Karl Zelter que os escritores que mais o tinham impressionado foram Shakespeare, Spinoza e Lineu.<sup>57</sup> Em 9 de junho de 1785, acusou o recebimento do livro de Jacobi, *Sobre os Ensinamentos de Spinoza*, e seus comentários sobre a interpretação de Jacobi revelam considerável estudo do filósofo-santo judeu. "Spinoza", escreveu Goethe, "não demonstra a existência de Deus. Demonstra que a existência [a realidade matéria-mente] é Deus. Deixemos que o chamem ateu por isso. Inclino-me a chamá-lo e louvá-lo como o mais piedoso, o mais cristão.(...) Recebi dele as influências mais substanciais sobre o meu pensamento e minhas ações."<sup>58</sup> Em sua autobiografia, Goethe observou, na resposta a Jacobi:

Sinto-me feliz por já me haver preparado,(...) tendo, de certo modo, me apropriado dos pensamentos e do espírito de um homem extraordinário.(...) Esse espírito, cuja ação sobre a minha pessoa foi tão decisiva, destinando-se a influir tão profundamente em todo o meu modo de pensar, foi Spinoza. Tendo, em vão, olhado por todo o mundo, a fim de encontrar um meio de desenvolver minha natureza estranha, finalmente deparei-me com a *Ética* desse filósofo.(...) Ali encontrei um sedativo para as minhas paixões, e um ponto de vista livre e amplo do mundo sensível e moral parecia abrir-se diante de mim.(...) Nunca fui tão presunçoso a ponto de compreender perfeitamente um homem que(...) alçava-se, pela matemática e estudos rabínicos, ao mais alto escalão do pensamento, e cujo nome, mesmo em nossos dias, parece marcar o limite de todos os esforços especulativos.<sup>59</sup>

Acrescentou fervor a esse panteísmo spinozista pela intensidade com a qual amava a natureza. Não era apenas pelo fato de deliciar-se com a claridade dos campos, ou o misticismo das florestas, ou das plantas e flores que se multiplicavam com tal exuberante diversidade. Amava também os aspectos mais sombrios da natureza, comprazendo-se em encontrar o seu caminho através do vento, chuva ou neve, e nos picos perigosos das montanhas. Falava da natureza como uma mãe cujo seio ele sorvia a seiva e o gosto da vida. Numa rapsódia em prosa e verso, *Die Natur* (1780), expressava com sentimento religioso sua humilde sujeição, sua feliz absorção nas forças geradoras e destruidoras que envolvem o homem.

Natureza! Somos por ela rodeados e abrangidos — impossibilitados dela sair, e de nela entrar mais profundamente. Recebe-nos ela, sem solicitação nem aviso, no círculo de sua dança, e conosco corre até ficarmos exaustos, e nos desprendermos de seus braços.(...)

Ela sempre cria novas formas. O que agora é, nunca foi outrora; o que era, não volta mais. Tudo é novo e, no entanto, tudo é velho.

Parece que ela planejou tudo para a individualidade e, no entanto, não liga os indivíduos.(...) Está sempre construindo, sempre destruindo, e sua oficina é inacessível.

Possui um pensamento, contudo está sempre meditando, não como homem, mas como natureza. Possui uma mente que tudo abrange e que só a ela pertence, e que ninguém pode penetrar.(...)

Deixa qualquer criança atamancá-la, qualquer louco julgá-la, milhares esbarram nela e nada vêem. Ela possui sua alegria em todos.(...)

Ela é boa. Louvo os seus trabalhos. Ela é sábia e tranqüila. Não podemos extrair-lhe explicações, nem extorquir-lhe dádivas que ela não queira nos conceder por vontade própria.(...)

Ela colocou-me aqui, e daqui me levará. Confio-me a ela. Pode fazer de mim o que quiser. Não odiará o seu trabalho.<sup>60</sup>

Em dezembro de 1774, o Duque Carlos Augusto parou em Frankfurt, no caminho para Karlsruhe, onde ia procurar uma noiva. Tendo lido e admirado *Götz von Berlichingen*, convidou o autor a visitá-lo. Goethe foi, causando uma impressão favorável. O duque ponderou se aquele jovem belo, bem-educado e genial não seria um bom ornamento para a corte de Weimar. Estava com pressa, porém pediu a Goethe para encontrar-se com ele novamente quando de regresso de Karlsruhe.

Goethe falava muito em destino, e muito pouco em acaso. Podia ter dito que foi o destino, e não o acaso, que o trouxe para o duque, afastando-o da bela Lili Schöne-mann para os perigos e oportunidades de Weimar. Lili era filha única de um rico comerciante de Frankfurt. Goethe, então um leão social, foi convidado para uma recepção em sua casa. Ela tocou piano brilhantemente. Goethe, inclinado em uma das pontas do instrumento, sorvia os encantos dos dezesseis anos de Lili, enquanto esta tocava. “Sabia que estava sentindo um poder de atração da espécie mais terna.(...) Adquirimos o hábito de nos vermos.(...) Éramos, então, necessários um ao outro.(...) Um irresistível desejo dominou-me”<sup>61</sup> — tal é a rapidez com que essa famosa febre sobe, e que a sensibilidade do poeta faz explodir. Antes que realizasse o significado de seu ato, estava noivo oficial (abril de 1775). Então Lili, julgando-o bem seguro, flertava com outros. Goethe ficava furioso.

Naquela ocasião, dois amigos, os condes Christian e Friedrich zu Stolberg, chegaram a Frankfurt, de passagem para a Suíça. Sugeriram que Goethe os acompanhasse. Seu pai animou-o a partir e continuar a viagem até a Itália. “Com alguma insinuação, mas sem dizer adeus, separei-me de Lili.”<sup>62</sup> Partiu em maio de 1775. Em Karlsruhe, encontrou mais uma vez o duque, sendo definitivamente convidado para ficar em Weimar. Goethe foi para Zurique, onde encontrou Lavater e Bodmer. Escalou o São Gotardo e olhou com desejo para a Itália. Depois, a imagem de Lili prevaleceu. Deixou os companheiros, dirigiu-se para a pátria e, em setembro, tinha-a nos braços. Contudo, de volta a seu quarto, sentiu novamente o antigo medo do casamento como

uma prisão e estagnação. Lili ressentiu-se de suas hesitações. Resolveram romper o noivado. Em 1776, ela casou-se com Bernard von Türckheim.

O duque, voltando de Karlsruhe, passou rapidamente por Frankfurt. Ofereceu a Goethe uma carruagem que o levaria a Weimar. Este aceitou, fez suas arrumações e esperou o dia marcado. A carruagem não foi. Seria uma brincadeira, e estaria ele sendo enganado? Depois de alguns dias de expectativa ansiosa, partiu para a Itália. Entretanto, em Heidelberg, a carruagem prometida encontrou-se com ele. O emissário do duque desmanchou-se em explicações e desculpas. Goethe aceitou-as. Em 3 de novembro de 1775, chegou a Weimar, com a idade de 25 anos, dividido, como sempre, entre Éros e o Destino, desejando as mulheres, porém resolvido a ser grande.

#### IV. HERDER: 1744-76

Ainda não havia decorrido um mês da chegada de Goethe a Weimar e já ele passava para o duque, com efusiva aprovação, a sugestão de Wieland de que o posto vago de *General superintendent* do clero e das escolas do ducado fosse oferecido a Johann Gottfried Herder. O duque concordou.

Nascido em Mohrungen, na Prússia Oriental (25 de agosto de 1744), Herder era, pela situação geográfica e nevoeiros do Báltico, da mesma família de Emmanuel Kant. Seu pai era um diretor de colégio, pobre, e chantre pietista, de modo que o rapaz tinha muita experiência da adversidade. Com a idade de cinco anos sofreu de uma fístula no olho direito. Muito cedo, precisando contribuir para a renda familiar, deixou a escola para trabalhar como secretário e criado de Sebastian Trescho, que ganhava bom dinheiro escrevendo manuais religiosos. Trescho possuía uma biblioteca que era devorada por Johann. Com dezoito anos, enviaram-no a Königsberg para retirar a fístula do olho, e para estudar medicina na universidade. A operação fracassou, e a aula de dissecação perturbou de tal forma o estômago do jovem que ele abandonou a medicina para estudar teologia.

Fez amizade com Hammann, que lhe ensinou inglês, utilizando *Hamlet* como texto. Herder aprendeu toda a peça de cor. Assistia às aulas de geografia, astronomia, de Kant, e filosofia, de Wolff. Kant gostou tanto dele que o eximiu das taxas cobradas pelos cursos. Herder sustentava-se com traduções e aulas e, a partir dos vinte até os vinte e cinco anos, ensinou na escola da catedral de Riga. Com 21 anos ordenou-se ministro luterano, e aos 22 tornou-se maçom.<sup>63</sup> Aos 23 foi nomeado pastor-auxiliar em duas igrejas nas proximidades de Riga. Com 22 publicou o livro *Über die neuer deutsche Litteratur*. Um ano depois, juntou a este um segundo volume. Kant, Lessing, Nikolai e Lavater ficaram impressionados com os conhecimentos do jovem autor e apoiaram sua instância para uma literatura nacional, livre da tutela estrangeira.

Herder antecipou a moda de Werther ao apaixonar-se irremediavelmente por uma mulher casada. De tal forma sofreu física e moralmente, que lhe foi concedida uma licença, com promessa de readmissão, com melhor vencimento, quando voltasse. Herder pediu dinheiro emprestado, deixou Riga (23 de maio de 1769) e nunca mais voltou. Foi de navio até Nantes, lá permanecendo quatro meses, e depois para Paris. Encontrou-se com Diderot e d'Alembert, porém nunca participou do Iluminismo francês.

Sua inclinação era mais estética do que intelectual. Em Paris, principiou a colecionar poesia primitiva, ali encontrando maior encanto do que na literatura clássica da França. Leu "Ossian", de Macpherson, em tradução alemã, declarando que aquelas inteligentes imitações eram superiores à maioria dos versos ingleses modernos depois de Shakespeare. Em 1769, principiou os ensaios de crítica artística e literária, denominados *Wäldchen* (bosques). Em vida, publicou três volumes destes, que chamou de *Kritische Wälder* (*Florestas de Crítica*). Em 1770, manteve contatos com Lessing, em Hamburgo, que lhe foram bastante proveitosos. Depois, juntou-se ao Príncipe de Holstein-Gottorp, na qualidade de professor e companheiro, viajando com ele através da Alemanha Ocidental. Em Cassel, encontrou Rudolph Raspe, professor de arqueologia, que muito em breve seria o autor de *Narrativa do Barão de Munchausen de suas Maravilhosas Viagens e Campanhas na Rússia* (1785). Raspe havia chamado a atenção da Alemanha para *Relíquias da Poesia Antiga Inglesa* de Thomas Percy, no ano de seu lançamento (1765). Herder estava firmemente convencido de que os poetas deviam abandonar o apelo de Winckelmann-Lessing no sentido de uma imitação dos clássicos gregos, para aderir às origens populares da tradição de seus países na poesia do povo e nas baladas históricas.

Acompanhando o príncipe a Darmstadt, Herder conheceu o "Círculo dos Sensitivos", apreciou a exaltação dos sentimentos por esse grupo, e sobretudo os de Caroline Flachsland, a cunhada órfã do Conselheiro Andreas von Hesse. Herder foi convidado para pregar numa igreja local. Ela ouviu-o, emocionada. Passearam nos campos, suas mãos tocaram-se, ele enterneceu-se. Propôs-lhe casamento. Ela advertiu-o de que vivia da caridade da irmã e, assim sendo, não lhe trazia dote. Herder respondeu-lhe estar carregado de dívidas, com as mais vagas perspectivas, e tinha um compromisso de acompanhar o príncipe. Não se empenharam em nenhum compromisso formal, porém concordaram em se amar através de cartas. Em 27 de abril, o seu grupo partiu para Mannheim.

Quando o grupo chegou a Estrasburgo, Herder sentiu vontade imperiosa de conhecer a Itália, de modo que deixou o príncipe. A fistula em seu canal lacrimal bloqueou sua narina, causando dores constantes. O Dr. Lobstein, professor de ginecologia na universidade, afirmou que uma operação resolveria o caso dentro de algumas semanas. Herder submeteu-se, sem anestesia, a uma perfuração através do osso até a passagem nasal. Sobreveio uma infecção, e por quase seis meses ele ficou confinado ao quarto de hotel, desanimado com o fracasso da operação, com idéias lúgubres em relação ao futuro. Foi nesse estado de sofrimento e pessimismo que encontrou Goethe (4 de setembro de 1770). "Consegui estar presente à operação", lembrou Goethe, "e ajudar de várias maneiras."<sup>64</sup> Animou-se com a opinião de Herder de que a poesia manifestava-se instintivamente entre o povo, "não provindo de alguns homens refinados e cultos".<sup>65</sup> Quando Herder partiu, com as reservas monetárias exauridas, Goethe contraiu um empréstimo para Herder, que o pagou mais tarde.

Relutante, aceitou um convite do Conde Wilhelm zu Lippe, soberano do pequeno principado de Schaumburg-Lippe, a noroeste da Alemanha, para pregar na sua corte, assim como para o cargo de presidente do consistório na sua modesta capital. Em abril de 1771, Herder deixou Estrasburgo, visitou Caroline em Darmstadt e Goethe em Frankfurt, chegando a Bückeburg a 28. Achou o conde um "déspota esclarecido",



com uma atitude de disciplina rígida. A cidade era provinciana em tudo, exceto na música, bem subsidiada por Johann Christoph Friedrich Bach. Herder resignava-se com o isolamento da principal corrente do pensamento alemão, porém os livros que escreveu, daquele canto de terra, tiveram forte influência sobre aquela corrente de pensamento, contribuindo para formar as idéias literárias do *Sturm und Drang*. Assegurou aos autores alemães que, se quisessem procurar inspiração nas raízes da nação e na vida do povo, em breve superariam tudo que a França havia feito. Em relação à filosofia e à ciência, sua previsão foi certa.

O seu *Abhandlung über den Ursprung der Sprache* (Tratado Sobre a Origem da Linguagem, 1772) obteve o prêmio oferecido pela Academia de Berlim, em 1770. Embora professasse a religião sinceramente, Herder rejeitava a noção de que a linguagem era uma criação especial de Deus. Tratava-se de uma criação humana, naturalmente emanada de processos de sensação e pensamento. Sugeriu que, originalmente, a linguagem e a poesia constituíam expressões de emoção, e os verbos, expressando ações, eram a primeira "parte da linguagem". Um outro volume, *Auch eine Philosophie der Geschichte* (Mais uma Filosofia da História, 1774), apresentava a história como "a natural filosofia de acontecimentos sucessivos". Cada civilização era uma entidade biológica, uma planta com o seu nascimento próprio, mocidade, maturidade, declínio e morte. Devia ser estudada do ponto de partida de seu próprio tempo, sem predisposições morais com base em um outro meio e época. Herder admirava a Idade Média como a da imaginação e da sensação, da poesia popular e de sua arte, de simplicidade rural e paz. Em oposição, a Europa após a Reforma era o culto do Estado, do dinheiro, do luxo das cidades, do artificialismo e do vício. Criticou o Iluminismo como a idolatria da razão, desfavoravelmente comparando-o com as culturas clássicas da Grécia e de Roma. Em todo o processo histórico, Herder, como Bossuet, via a mão de Deus, mas, por vezes, o eloqüente pastor esquecia-se de sua teologia, dizendo que "a mudança geral do mundo era orientada muito menos pelo homem do que por uma força obscura".<sup>66</sup>

A solidão fez com que, a despeito de sua escassa renda, solicitasse a Caroline e a seu cunhado se poderia fazê-la sua mulher. Ambos consentiram, e os dois apaixonados casaram-se em Darmstadt, a 2 de maio de 1773. Voltaram para Bückeberg, tendo Herder contraído empréstimo a fim de tornar a reitoria um lar agradável para a sua companheira. Caroline a ele se dedicou com devoção a vida toda. Por sua intercessão, o afastamento entre Herder e Goethe terminou, e quando este último viu-se em situação de recomendar o pastor para um posto melhor remunerado, sentiu-se feliz em poder fazê-lo. Em 1º de outubro de 1776, Herder e Caroline chegaram a Weimar, indo para a casa que Goethe havia preparado para eles. Então, faltava ainda chegar um outro elemento do grupo dos quatro que iria fazer a fama de Weimar.

#### V. AS ANDANÇAS DE SCHILLER: 1759-87

Johann Christoph Friedrich Schiller nasceu em 10 de novembro de 1759, em Marbach, em Württemberg. Sua mãe era filha do dono da Hospedaria do Leão. O pai era cirurgião — mais tarde, capitão — no exército do Duque Carlos Eugênio. Ele se

movimentava com o seu regimento, mas a esposa ficava quase sempre em Lorch ou Ludwigsburg. Nessas cidades Friedrich recebeu sua educação. Tencionavam fazê-lo eclesiástico, porém o duque persuadiu-os a enviá-lo, com a idade de quatorze anos, para Karlsschule, em Ludwigsburg (mais tarde, Stuttgart), onde os filhos dos oficiais preparavam-se para o estudo do direito, medicina, ou a carreira militar. A disciplina ali era rigorosamente militar, e os estudos inadequados para um menino de sensibilidade quase feminina. Schiller reagiu absorvendo todas as idéias rebeldes que podia encontrar, inserindo-as todas (1779-80) em *Die Räuber* (*Os Ladrões*), obra que ultrapassava *Götz von Berlichingen* como expressão do *Sturm und Drang*.

Em 1780, Schiller formou-se em medicina, tornando-se cirurgião de um regimento em Stuttgart. Seus vencimentos eram pequenos, e ele vivia em um quarto, que dividia com o Tenente Kapf. Eles mesmos preparavam suas refeições, que consistiam principalmente de salsicha, batatas, alface e, nas ocasiões festivas, vinho. Esforçava-se por ser um homem, segundo a concepção militar, que gostava de batalhas, cerveja e bordéis. Frequentou as prostitutas que serviam à guarnição,<sup>67</sup> mas não sentia prazer na vulgaridade, pois idealizava a mulher como objetos misteriosos e sagrados dos quais se aproximava com reverente emoção. Sua senhoria, Luise Vischer, era uma viúva de trinta anos, mas quando ela tocava cravo “meu espírito abandonava o barro mortal”<sup>68</sup> e desejava poder “fixar-me para sempre em teus lábios(...) absorvendo o teu hálito”<sup>69</sup> — um novo modo de suicídio.

Tentou, em vão, encontrar um editor para *Die Räuber*. Não o conseguindo, economizou dinheiro e contraiu empréstimo, pagando a impressão de seu bolso (1781). Seu sucesso espantou até mesmo o autor de 22 anos. Carlyle disse que a obra era “um marco na literatura mundial”.<sup>70</sup> Contudo, o centro da respeitabilidade alemã chocou-se ao constatar que a peça quase não deixava intacto nenhum aspecto da civilização da época. Schiller, no prefácio, salientou que o final demonstrava a grandeza da consciência e a maldade da revolta.

Karl Moor, filho mais velho do Conde Maximiliano von Moor, é especialmente amado por seu pai em virtude de seu idealismo e generosidade e, portanto, invejado e odiado pelo irmão Franz. Karl vai para a Universidade de Leipzig, captando os sentimentos de revolta que fervilhavam nos espíritos dos jovens da Europa Ocidental. Perseguido em virtude de dívidas, denuncia os cavadores de dinheiro que “amaldiçoam o saduceu que deixa de ir à igreja com regularidade, embora a religião daqueles cavadores consista em contar seus lucros usurários no próprio altar”.<sup>71</sup> Perde toda a fé na ordem social existente, junta-se a um bando de salteadores, torna-se seu capitão, jura-lhes lealdade até a morte e acalenta a consciência agindo como Robin Hood. Um dos membros do bando descreve-o:

Ele não comete homicídio, como nós o fazemos, e quanto a dinheiro(...) parece não lhe dar nenhuma importância. A terça parte do produto dos roubos, que lhe pertence por direito, ele a dá aos órfãos, ou para a manutenção de jovens promissores no colégio. Mas, se lhe acontece ter em suas garras um senhor feudal que tiraniza os camponeses como o faz com seu gado, ou qualquer outro vilão engalanado de ouro, que torce a lei para seus próprios fins, (...) ou qualquer outro camarada desse calibre — então, meu rapaz, ele está em seu elemento e na intensidade de sua fúria parece o próprio demônio.<sup>72</sup>

Karl denuncia os padres como bajuladores do poder e adoradores secretos do dinheiro. "O melhor entre eles trairia toda a Trindade por dez siclos."<sup>73</sup>

Entrementes, Franz consegue mandar uma falsa mensagem comunicando ao conde que Karl morreu. Franz torna-se herdeiro da propriedade, propondo casamento a Amelia, que ama Karl morto ou vivo. Franz envenena seu pai, aquietando o remorso com o ateísmo. "Ainda não ficou provada a existência de olhos acima desta Terra para ver o que se passa aqui.(...) Não existe Deus."<sup>74</sup> Karl fica sabendo dos crimes do irmão, conduz seu bando ao castelo paterno, captura Franz, que reza desesperadamente para que Deus o ajude e, como ninguém aparecia, mata-se. Amelia se oferece a Karl se ele quiser abandonar aquela vida de ladrão. Ele deseja ceder, porém seus companheiros lembram-lhe seu juramento de permanecer com eles até a morte. Respeitando o juramento, afasta-se de Amelia. Esta pede-lhe para matá-la. Ele obedece. Depois, providenciando para que um pobre trabalhador receba a recompensa de sua captura, entrega-se à lei e às galés.

Tudo isso, naturalmente, é bobagem. Os personagens e os acontecimentos são incríveis, o estilo bombástico, os discursos intoleráveis, a concepção da mulher romanticamente idealizada. Entretanto, trata-se de bobagem com enorme força. Há em todos nós uma secreta simpatia pelos que desafiam a lei, nós mesmos, nos sentimos às vezes "espremidos num colete" por milhares de leis e regulamentos que nos totem ou nos esbulham. Estamos tão habituados aos benefícios da lei que a consideramos como nos sendo devida. Não nutrimos simpatia natural pela polícia até que a ilegalidade nos torna suas vítimas. De modo que a peça, impressa, encontrou leitores fervorosos assim como aplausos; e a queixa dos oradores sacros e dos legisladores, no sentido de que Schiller idealizara o crime, não impediu um crítico de saudar Schiller como um futuro Shakespeare da Alemanha<sup>75</sup> nem o interesse nos empresários em encenar a peça.

O Barão Wolfgang Heribert von Dalberg ofereceu-se para apresentá-la no Nationaltheater, em Mannheim, se Schiller providenciasse um final feliz. Assim fez ele: Moor casa-se com Amelia, em vez de matá-la. Sem pedir permissão ao Duque Carlos Eugênio, seu comandante, Schiller saiu de Stuttgart, a fim de assistir à estréia, em 13 de janeiro de 1782. Veio gente de Worms, Darmstadt, Frankfurt e de outros lugares para ver a representação. August Iffland, um dos melhores atores daquela geração, fez o papel de Karl. A platéia entusiasmada aplaudia e chorava. Nenhum outro drama na Alemanha recebeu tamanha ovação.<sup>76</sup> Era um marco de excelência do *Sturm und Drang*. Depois da representação, Schiller foi festejado pelos atores e solicitado por um editor de Mannheim. Achou penoso voltar para Stuttgart e continuar sua vida de cirurgião do regimento. Em maio, escapou outra vez para Mannheim a fim de ver outra representação de *Os Ladrões*, e discutir com Dalberg planos para um segundo drama. Voltando ao seu regimento, recebeu uma reprimenda do duque, que o proibiu de escrever outras peças.

Não podia aceitar aquela proibição. Em 22 de setembro de 1782, acompanhado de um amigo, Andreas Streicher, fugiu para Mannheim. Ofereceu a Dalberg uma nova peça — *Die Verschwörung des Fiesco zu Genua* (*A Conspiração de Fiesco em Gênova*). Leu-a aos atores. Estes julgaram-na bem inferior a *Os Ladrões*. Dalberg propôs produzir a peça se Schiller efetuasse nela uma revisão. Schiller despendeu sema-

nas na tarefa. O resultado foi rejeitado por Dalberg. Schiller viu-se sem vintém. A fim de sustentá-lo, Streicher gastou o dinheiro economizado para estudar música em Hamburgo. Quando isso aconteceu, Schiller aceitou um convite para ficar em Bauernbach, em um chalé de propriedade de Frau Henrietta von Wolzogen, onde escreveu uma terceira peça *Kabaler und Liebe* (*Intriga e Amor*) apaixonando-se por Fräulein Lotte von Wolzogen, de dezesseis anos. Ela preferiu outro. Entrementes, *Fiesco* foi publicado, obtendo boa venda. Dalberg, arrependido, enviou a Schiller um convite para ser autor-residente no Teatro de Mannheim, com trezentos florins anuais. Schiller aceitou (julho de 1783).

Apesar de várias dívidas, e uma doença séria, Schiller, morando modestamente em Mannheim, teve um ano de felicidade precária. *Fiesco* estreou em 11 de janeiro de 1784. O incrível final feliz, objeto da insistência de Dalberg, estragou tudo e a peça não despertou entusiasmo. Entretanto, *Kabele und Liebe* foi uma peça melhor estruturada, com menor número de alocações, demonstrando crescente compreensão do teatro. Foi por alguns considerada, do ponto de vista teatral, a melhor de todas as tragédias alemãs.<sup>77</sup> Após a primeira apresentação (15 de abril de 1784) a platéia aplaudiu tão ruidosamente que Schiller agradeceu de pé do camarote onde se encontrava.

Estava em plena felicidade, porém esta foi breve. Em virtude de seu temperamento, não tinha condições para tratar com atores, quase tão temperamentais quanto ele. Julgava com severidade a maneira deles representarem, reprovando-os por não decorarem bem suas falas.<sup>78</sup> Ficou impossibilitado de terminar uma terceira peça, *Don Carlos*, dentro do tempo estipulado. Quando o seu contrato de *Theaterdichter* estava prestes a findar em setembro de 1784, Dalberg recusou-se a renová-lo. Schiller não economizara nada, vendo-se novamente às voltas com a indigência e credores impacientes.

Por essa época, publicou algumas cartas, *Philosophische Briefe*, as que evidenciavam que dúvidas religiosas haviam sido acrescidas aos seus embargos econômicos. Não podia aceitar a antiga teologia e, portanto, seu espírito poético revoltava-se com o materialismo ateu expresso por d'Holbach em *Système de la nature* (1770). Não mais conseguia rezar, mas invejava aqueles que podiam, descrevendo com um sentido de grande perda o conforto da religião às milhares de almas sofredoras, em aflição e próximas da morte.<sup>79</sup> Conservou a fé no livre-arbítrio, na imortalidade e em um Deus incognoscível, tudo com base, como Kant, na consciência moral. E, expressou, notadamente, a ética de Cristo: "Quando odeio subtraio algo de mim mesmo, quando amo torno-me mais rico, em virtude do meu amor. Perdoar é receber uma propriedade de que foi perdida. A misantropia é um suicídio protelado."<sup>80</sup>

Em meio a tais complicações, Christian Gottfried Körner levou para a vida de Schiller uma das melhores amizades da história literária. Em junho de 1784, ele enviou a Schiller, de Leipzig, uma carta de fervorosa admiração, acompanhada de retratos dele, de sua noiva, Minna Stock, da irmã desta, Dora, e do noivo de Dora, Ludwig Huber, assim como uma carteira para dinheiro, que Minna bordara. Körner nascera em 1756 (três anos antes de Schiller), filho do pastor daquela mesma *Thomaskirche* em que Bach, em uma geração anterior, havia regido tantas músicas duradouras. O jovem formou-se em leis, com a idade de 21 anos, sendo então conselheiro do Alto Consis-

tório, em Dresden. Schiller, atormentado por seus reveses, adiou a resposta até 7 de dezembro. Körner respondeu: "Oferecemos-lhe a nossa amizade sem reservas. Chegue-se a nós, logo que lhe seja possível."<sup>81</sup>

Schiller hesitou. Fizera amizades em Mannheim e tivera vários amores, especialmente (1784) com Charlotte von Kalb, que se casara há apenas um ano. Em Darmstadt (dezembro de 1784), encontrara o Duque Carlos Augusto de Saxe-Weimar, leu-lhe o primeiro ato de *Don Carlos*, recebendo o título de *Rat*, ou conselheiro honorário. Entretanto, não recebeu nenhum convite para uma colocação no firmamento de Weimar. Decidiu aceitar o oferecimento de Körner para Leipzig. Em 10 de fevereiro de 1785, enviou a seu admirador desconhecido um apelo emocionante que o apresenta prestes a sucumbir:

No momento em que toda Mannheim corre para o teatro(...) eu vô para vocês, meus muito queridos amigos. Desde a última carta de vocês, nunca me abandonou a idéia de que éramos feitos para nos entender. Não julguem mal a minha amizade por ser um tanto apressada. A natureza abandona a cerimônia em favor de certas criaturas. As almas nobres juntam-se por um fio delgado que muitas vezes é duradouro.(...)

Se vocês fizerem concessões para um homem que alimenta grandes idéias e tem realizado apenas pouca coisa, que até agora conjectura em relação a suas loucuras, que a Natureza o destinou para algo, que exige um amor ilimitado e no entanto não sabe o que pode oferecer em troca, mas que pode amar algo além dele mesmo, e cujo maior tormento é saber que está muito longe de ser aquilo que deseja, e se um homem desse calibre pode aspirar à amizade de vocês, ela será eterna, porque sou esse homem. Vocês talvez amarão Schiller, mesmo que a sua estima pelo poeta tenha declinado.

A carta foi interrompida, porém retomada em 22 de fevereiro.

Não posso ficar por mais tempo em Mannheim.(...) Preciso visitar Leipzig e conhecê-los. Minha alma está ávida de um novo alimento — melhor gente — amizade, afeição e amor. Preciso ficar perto de vocês e aliviar meu espírito magoado com a conversa, a companhia de vocês.(...) Vocês precisam dar-me uma nova vida, e eu tornar-me-ei mais do que era anteriormente. Serei feliz — nunca fui feliz.(...) Vocês me darão as boas-vindas?<sup>82</sup>

Körner respondeu em 3 de março: "Nós o receberemos de braços abertos", pagando, a seguir, a G.J. Göschen, editor de Leipzig, para remeter a Schiller um adiantamento para futuros ensaios.<sup>83</sup> Quando o poeta chegou a Leipzig em 17 de março de 1785, Körner encontrava-se em Dresden, mas sua noiva, a irmã dela e Huber reanimaram Schiller com boa alimentação e uma solícita hospitalidade. Göschen logo se afeiçoou a ele. "Não posso descrever-lhe", comentou, "o quanto Schiller mostra-se grato e condescendente ao receber críticas e conselhos, e como esforça-se para o seu próprio desenvolvimento moral."<sup>84</sup>

Körner encontrou-se com Schiller pela primeira vez em Leipzig, em 1º de julho, ao regressar de Dresden. "Deus nos reuniu de maneira maravilhosa", escreveu-lhe o poeta, "e nossa amizade é um milagre." Acrescentou, contudo, estar se aproximando da falência.<sup>85</sup> Körner mandou-lhe dinheiro, confiança, e conselhos:

Se tiver necessidade de mais dinheiro, escreva-me. Eu lhe mandarei, pelo postilhão de retorno, a soma necessária.(...) Se eu fosse rico e pudesse(...) colocá-lo acima de qualquer necessidade, não ousaria fazê-lo. Sei de sua capacidade de ganhar qualquer dinheiro que lhe possa fornecer meios de suprir às suas necessidades, basta pôr mãos à obra. Entretanto, permita-me, ao menos por um ano, colocá-lo a salvo da necessidade de trabalhar. Posso privar-me da referida soma sem ficar muito mal por isso. E você poderá pagar-me, se assim o desejar, quando puder.<sup>86</sup>

A generosidade de Körner era tanto mais extraordinária de vez que se preparava para casar-se. O casamento realizou-se em Dresden, a 7 de agosto de 1785. Em setembro, Schiller encontrou-se com o casal, indo morar em casa deles, ou à custa deles, até 20 de julho de 1787. Foi por esta época, talvez em meio à felicidade dos recém-casados, que ele compôs o seu mais famoso poema, *Andie Freude (Ode à Alegria)*, que coroou a Nona Sinfonia. Todos conhecem a perturbadora melodia de Beethoven, porém poucos, fora da Alemanha, sabem os versos de Schiller. Principiam com um convite ao amor universal, terminando com um apelo à revolução:

*Freude, schöner Götterfunken  
Tochter aus Elysium,  
Wir betreten feuertrunken  
Himmelsche, dein Heiligtum.  
Deine Zauber binden wieder  
Was die Mode streng geteilt,  
Alle Menschen werden Brüder  
Wo dein sanfter Flügel weilt.  
Coro: Seid umschlungen, Millionen!  
Diesen Kuss der ganzen Welt!  
Brüder — überm Sternenzelt  
Muss ein lieber Vater wohnen.*

*Wem der grosse Wurf gelungen  
Eines Freundes Freund zu sein,  
Wer ein holdes Weib errungen,  
Mische seinen Jubel ein!  
Ja—wer auch nur eine Seele  
Sein nennt auf dem Erdenrund,  
Und wer's nie gekonnt, der stehle  
Weinend sich aus diesem Bund.  
Coro: Was den grossen Ring bewohnet,  
Huldige der Sympathie!  
Zu den Sternen leitet sie  
Wo der Unbekannte thronet.(...)*

*Festen Mut in schweren Leiden  
Hilfe wo die Unschuld weint.  
Ewigkeit geschwornen Eiden,  
Wahrheit gegen Freund und Feind,  
Männerstolz vor Königsthronen,  
Brüder, gält es Gut und Blut;  
Dem Verdienste seine Kronen,  
Untergang der Lügenbrut!  
Coro: Schliesst den heiligen Zirkel dichter,*

*Alegria feita de chama celeste  
Filha do Eliseu,  
Exaltados por este fogo sagrado  
Vimos ao teu santuário.  
Teus são os encantos que reuniram  
Aqueles separados pelo hábito do medo;  
Todos os homens tornavam-se irmãos  
Onde tuas delicadas asas abriam-se.  
Coro: Apanhamos milhões em nossos braços!  
Para o mundo enviamos nossos beijos!  
Além do firmamento estrelado  
Irmãos, habita um Pai amantíssimo.*

*Quem provou da grande ventura  
De uma vez ser amigo entre amigos,  
Quem conquistou uma donzela amada  
Junta-se a nós nosso júbilo!  
E também quem conquistou um coração e o conserva  
Como seu em todo o mundo.  
Mas quem decaiu deixai-o chorando  
Afastado de nossa companhia.  
Coro: Todo o poderoso globo deve  
Uma homenagem à Simpatia pagar!  
Em direção às estrelas ela conduz  
Onde reina a desconhecida Divindade.(...)*

*Corações destemidos e necessitados  
Auxiliam a inocência atribulada.  
Juramento eternamente firme,  
Lealdade para amigos e inimigos!  
Enfrentando reis e espíritos valorosos,  
Embora nos custe fortuna e sangue!  
Não coroa nada a não ser o mais nobre mérito,  
Morte a toda descendência dos mentirosos!  
Coro: Fechai o sagrado círculo. Sempre*

*Schwört bei diesem goldnen Wein,  
Dem Gelübde treu zu sein,  
Schwört es bei dem Sternenrichter!*

Jurai pelo vinho rubro!  
Jurai cumprir esses sagrados votos,  
Jurai pelo legislador das estrelas!

Por um período de dois anos Körner sustentou Schiller, na esperança de que o poeta desse uma forma apresentável ao drama que iria retratar o conflito entre Filipe II e seu filho Carlos. Mas Schiller demorou tanto com a peça que perdeu a disposição com que a havia iniciado. Talvez maiores leituras de história houvessem alterado sua opinião sobre Filipe. De qualquer forma, ele alterou a unidade e a seqüência do enredo. Nesse meio tempo (fevereiro de 1787) apaixonou-se por Henrietta von Arnim, e as cartas de amor gastaram-lhe a tinta, enquanto Henrietta procurava pretendente mais abonado. Körner convenceu Schiller a isolar-se em um subúrbio até que houvesse terminado a peça. Finalmente, terminou-a (junho de 1787) e o teatro de Hamburgo ofereceu-se para encená-la. Schiller recobrou o ânimo e o orgulho. Talvez agora pudesse ser julgado digno de fazer parte da galáxia de personalidades brilhantes que vivia ao redor do Duque Carlos Augusto. Körner, aliviado, concordou que em Dresden não havia futuro para o poeta. Além disso, Charlotte von Kalb estava em Weimar, sem marido e acessível. Em 20 de julho, após muitas despedidas, Schiller partiu de Dresden para uma nova vida. Pela manhã estava em Weimar, e o grande círculo completou-se.

## Weimar Florescente

1775-1805

## I. A CONTINUAÇÃO DE WIELAND: 1775-1813

**E**M 1777, ao ver Wieland em Mannheim, Mozart descreve seu rosto como “horri-  
velmente feio, coberto de marcas de varíola, um nariz grande(...) mas, tirando  
isso, é(...) um sujeito extremamente bem-dotado.(...) As pessoas olham-no como se  
ele tivesse caído do céu”.<sup>1</sup> Os tempestuosos petréis do *Sturm und Drang* não gosta-  
vam dele porque ele ria-se de seus êxtases rebeldes, mas Weimar amava-o porque ele  
suavizava suas sátiras com graça e geral absolvição para com a humanidade, suportan-  
do de bom humor as reiteradas aparições de novas estrelas no firmamento literário,  
onde poderia reivindicar prioridade. A autobiografia de Goethe comentava-o com boa  
vontade.<sup>2</sup> No primeiro encontro com Schiller, Goethe achou-o vaidoso e melancóli-  
co, entretanto, “a posição em que se colocou em relação a mim demonstra confiança,  
amor e estima”.<sup>3</sup> “Dentro em breve abriremos os nossos corações um para o outro”,  
disse o velho poeta para o jovem poeta, “e nos auxiliaremos mutuamente.”<sup>4</sup> E  
mostrou-se fiel à promessa, “Wieland e eu cada vez mais nos aproximamos.(...) Ele  
nunca perde uma ocasião de dizer uma palavra amável.”<sup>5</sup>

Wieland enfrentou com êxito os recém-vindos com a publicação, em 1780, de um  
romance poético, *Oberon*, sobre um cavaleiro que é salvo do assédio de cem fadas  
e dos encantos embaraçosos da sensualíssima rainha, pela vara de condão do príncipe  
das fadas. Quando Goethe teve de posar para um retrato, precisando ficar quieto por  
uma hora, pediu a Wieland para ler-lhe partes do épico. “Jamais vi alguém”, relatou  
Wieland, “tão feliz com o trabalho de outro como estava Goethe.”<sup>6</sup> John Quincy  
Adams traduziu o poema quando era ministro dos Estados Unidos na Prússia, em  
1797-1801, e James Planché baseou-se nele para compor o libreto da ópera de Weber  
(1826).

O número de março de 1798 da *Neus teutsche Merkur*, de Wieland, continha um  
artigo — presumivelmente de Wieland — com extraordinárias previsões de futuros  
acontecimentos. Observara o caos em que caíra a França desde 1789. Recomendava  
a designação de um ditador, como nas crises da Roma republicana, recomendando  
Bonaparte, então em dificuldades no Egito, como a pessoa indicada para a tarefa.



Quando Napoleão efetivamente conquistou a Alemanha, encontrou Wieland em Weimar e em Erfurt (1808), conversou com ele sobre história e literatura grega e romana, distinguindo-o entre os autores alemães, perdendo apenas para Goethe.<sup>7</sup>

Em 25 de janeiro de 1813, Goethe escreveu no seu diário, "Wieland enterrado hoje", enviando a notícia a um amigo em Karlsbad: "O nosso bom Wieland deixou-nos.(...) Em 3 de setembro, nós, ainda bem alegremente, festejamos seus oitenta anos. Sua vida constituiu um belo equilíbrio entre a tranquilidade e a atividade. Com deliberação extraordinária, sem arrebatamento nem alaridos, ele contribuiu infinitamente para a cultura intelectual do país".<sup>8</sup>

## II. HERDER E A HISTÓRIA: 1777-1803

"Acabo de deixar Herder", Schiller escreveu em julho de 1787. "(...)Sua conversa é brilhante, veemente e poderosa, porém seus sentimentos oscilam entre o amor e o ódio."<sup>9</sup>

As obrigações de Herder em Weimar eram múltiplas, não lhe dando muito tempo para escrever. Na qualidade de capelão do duque, realizava batizados, crismas, casamentos e funerais da família ducal e da corte. Como superintendente-geral do ducado supervisionava o procedimento e a ordenação clericais, assistia às reuniões do consistório e pregava sermões tão ortodoxos quanto lhe permitiam suas dúvidas íntimas. As escolas do ducado eram por ele administradas, tornando-se um modelo para toda a Alemanha. Essas responsabilidades influíam sobre sua saúde precária e, conseqüentemente, sobre sua fistula, tornando-o irritável, dando por vezes à sua conversação algo que Goethe chamava "uma picada venenosa".<sup>10</sup> Por três anos (1780-83) ele e Goethe se evitaram. O duque ressentia-se de alguns sermões de Herder ("Depois deste sermão", dizia Goethe, "um príncipe nada mais tem a fazer senão abdicar.")<sup>11</sup> E o amável Wieland observava, em 1777: "Gostaria de ter umas doze pirâmides entre mim e Herder".<sup>12</sup> Weimar principiou a dar o desconto do gênio de seu deão, atribuindo-o à doença, mas sua meiga esposa Caroline antepunha-se a algumas de suas agressões. Em 28 de agosto de 1783, aproveitando ser o dia de seu aniversário e do filho mais velho de Herder, Goethe convidou os Herders para um jantar. O conselheiro e o *Generalssuperintendent* reconciliaram-se, e Goethe escreveu que "as odiosas nuvens que haviam toldado sua amizade tinham-se dispersado para sempre, assim acredito".<sup>13</sup> Um mês depois, acrescentou: "Não conheço ninguém de coração mais nobre, ou de espírito mais liberal."<sup>14</sup> E Schiller observou: "Herder é um fervoroso admirador de Goethe — quase o idôlatra."<sup>15</sup> Wieland e Herder tornaram-se amigos íntimos.<sup>16</sup> No salão de Ana Amália cabia a esses dois, mais que Goethe ou Schiller, conduzirem a conversação, conquistando o coração da duquesa-viúva.<sup>17</sup>

Em meio a suas inúmeras tarefas administrativas, Herder dedicava-se à poesia primitiva, obtendo exemplares de diversas nações, de Orfeu a Ossian, publicando-os em uma antologia, *Volkslieder* (1778), que deu origem ao movimento Romântico na Alemanha. Enquanto Goethe preparava-se para retornar aos ideais, às formas e aos estilos clássicos, refreando a emoção com o intelecto, Herder preconizava uma reação contra o racionalismo do século XVIII e o formalismo do século XVII em favor dos credos, lendas, baladas e costumes medievais.

Em 1778, a Academia da Baviera instituiu um prêmio para o melhor ensaio sobre "Os Efeitos da Poesia sobre os Costumes e a Moral das Nações". A contribuição de Herder foi premiada e publicada pela Academia, em 1781. Enumerava o que, segundo ele, constituía a deterioração da poesia entre os hebraicos, gregos e europeus do norte, partindo de uma primitiva expressão bárdica da história sentimentos e idéias populares, em ritmos livres e correntes, para um exercício "refinado" e escolástico, contando sílabas, pervertendo rimas, venerando regras, e perdendo a vitalidade do povo nos artificialismos decadentes da vida da cidade. A Renascença, afirmava Herder, subtraía a literatura do povo, aprisionando-a nas cortes, e a imprensa substituía o menestrel ao vivo pelo livro. Em outra obra "Sobre o Espírito da Poesia Hebraica" (1783), Herder, que se tornara um bom hebraísta, propôs que o Livro do Gênesis fosse lido como poesia e não como ciência, sugerindo que essa poesia poderia da mesma forma transmitir a verdade através do simbolismo, quanto a ciência através do "fato".

Esforçava-se para manter a fé religiosa apesar de suas amplas leituras em ciência e história. No seu primeiro ano em Weimar, ele foi suspeito de ser ateu, livre-pensador, sociniano e "entusiasta" (místico).<sup>18</sup> Havia lido os *Fragmentos Wolfenbüttel*, de Reimarus, conforme publicados por Lessing, ficando bastante impressionado para chegar a duvidar da divindade de Cristo.<sup>19</sup> Não era ateu, mas aceitava o panteísmo de Spinoza. Disse a Jacobi, em 1784: "Não reconheço um Deus extraterreno".<sup>20</sup> Seguiu Lessing no estudo e na defesa de Spinoza. "Devo confessar que esta filosofia me faz muito feliz."<sup>21</sup> Dedicou a Spinoza os capítulos iniciais de *Gott, einige Gespräche* (Deus, Algumas Conversas, 1787). Nesse tratado Deus perde o aspecto antropomorfo para tornar-se energia e espírito do universo, desconhecido exceto na ordem do mundo e na consciência espiritual do homem.<sup>22</sup> Entretanto, em alguns tratados dedicados ao clero, Herder aceitava a qualidade sobrenatural dos milagres de Cristo e a imortalidade da alma.<sup>23</sup>

Transformou os elementos esparsos de sua filosofia em um todo comparativamente ordenado, uma poderosa obra-prima que ele modestamente intitulou *Ideen sur Philosophie der Geschichte der Menschheit* (Idéias para a Filosofia da História da Humanidade), um dos livros fecundos, reprodutivos, do século XVIII. Foi apresentado em quatro partes, em 1784, 1785, 1787 e 1791. É evidente que empreendimentos de tais proporções, em meio a tantas atribuições, só foi possível graças à força de vontade de Herder e uma esposa perfeita. Foi assim que este escreveu a Hamman, em 10 de maio de 1784: "Em toda a minha vida não escrevi nada com tantas atribuições dentro de mim, e tanto desassossego fora, como nessa obra. De modo que, se não fosse minha mulher, que é o verdadeiro *autor autoris* [autor do autor] de meus escritos — e Goethe, que inesperadamente viu o Livro I — ter-me incentivado incessantemente animando-me a prosseguir, tudo teria permanecido no Hades daqueles ainda em gestação."<sup>24</sup>

A Parte I principia com uma história francamente secular da "criação" com base na astronomia e na geologia da época, sem valer-se da Bíblia, exceto como poesia. O corpo e o espírito não são substâncias separadas e opostas, e sim duas formas de uma única força, e toda célula, de todos os organismos, contém, de certo modo, ambas as formas. Não há nenhum desígnio visível na natureza, mas existe um desígnio

interno — a “determinação perfeita” e misteriosa de cada semente de desenvolver-se em um todo orgânico com todas as suas partes complexas e características. Herder não acha que o homem descenda de animais inferiores, contudo ele o encara como um participante do reino animal, em luta, como qualquer outro ser orgânico, para subsistir e sobreviver. O homem tornou-se homem ao tomar a posição ereta, que desenvolveu nele um sistema sensorial, baseado mais na visão e na audição do que no olfato e no paladar. Seus membros anteriores tornaram-se mãos, livres para agarrar, *manipular*, *compreender*, pensar. O maior produto de Deus ou da natureza é o espírito consciente, agindo com raciocínio e liberdade e destinado à imortalidade.

A Parte II da *Ideen* principia com a suposição de que o homem é por natureza bom. Reitera o argumento da relativa excelência e felicidade das sociedades primitivas, condenando a noção kantiana — mais tarde, hegeliana — de que o Estado é a meta do desenvolvimento humano. Herder desprezava o Estado segundo o que conhecia sobre ele. “Nos Estados”, escreveu, “centenas devem ficar famintos para que *um* possa pavonear-se e chafurdar no luxo. Dezenas de milhares são oprimidos e levados à morte para que *uma* multidão de homens sábios ou tolos possa realizar seus caprichos.”<sup>25</sup>

Na Parte III, Herder louvava Atenas por sua relativa democracia, que permitia a difusão de cultura em muitas camadas da população. Roma, que construiu sua riqueza por meio de conquistas e escravidão, desenvolveu uma cultura tacanha, que reduziu o povo à pobreza e ignorância. Em toda essa história, Herder não viu nenhuma Providência. Era muito má para ser divina. Sendo Deus indivisível da natureza, deixa que as coisas sigam seu curso, de conformidade com a lei natural e a estupidez humana. Contudo, em virtude da própria luta para a existência, algum progresso emerge do caos. Auxílio mútuo, ordem social, moral e legislação desenvolvem-se como meios de sobrevivência, e o homem dirige-se lentamente em direção a uma natureza humana humanitária. Não que haja um progresso continuado, pois isso não é possível, de vez que cada cultura nacional constitui uma entidade única, com suas características próprias, sua própria linguagem, religião, código de moral, literatura e arte. E, como qualquer organismo, cada cultura, salvo acidentes, tende a desenvolver-se a um grau máximo, após o qual declina e morre. Não há nenhuma garantia de que as culturas posteriores serão superiores àquelas que as antecederam, entretanto, as contribuições de cada cultura são melhor transmitidas a seus sucessores, e assim se desenvolve a herança humanística.

A Parte IV louva o cristianismo como a mãe da civilização ocidental. Os papas da Idade Média obtiveram uma boa finalidade ao combater o despotismo dos soberanos e o individualismo dos Estados. Os filósofos escolásticos, embora tecessem redes inexpressivas, afiaram os termos e os instrumentos do raciocínio; e as universidades medievais reuniram, preservaram e transmitiram muito da cultura greco-romana, e um pouco até da ciência e filosofia arábica e persa. De modo que a comunidade intelectual tornou-se numerosa e sutil demais para os detentores do poder. A aglutinação dos costumes desfez-se, e o espírito moderno proclamou sua liberdade.

Entre a terceira e quarta partes da *Ideen*, Herder realizou a sua esperança, há tanto tempo adiada, de ver a Itália. Johann Friedrich Hugo von Dalberg, conselheiro privado católico do arcebispo-eleitor de Trier, convidou Herder a acompanhá-lo numa grande viagem, com todas as despesas pagas. O Duque de Saxe-Weimar — e Caroline —

deram-lhe dispensa e Herder deixou Weimar a 7 de agosto de 1788. Ao reunir-se a Dalberg, em Augsburg, descobriu que a amante dele era importante membro do partido. Sua presença e exigências contribuíram, juntamente com a falta de saúde, para estragar-lhe a viagem. Em outubro, Ana Amália chegou a Roma. Herder deixou Dalberg para juntar-se ao seu círculo. Ele gostava demais de Angelica Kauffmann para agradar a Caroline, e as cartas desta falavam constantemente, e com muita amizade, de Goethe. Herder, ao ouvir dizer que Goethe vivia em Roma, continuou suas ferroadas: "Minha viagem a esta cidade", escreveu, "tornou, infelizmente, a existência egoísta de Goethe totalmente alheia aos outros, mais clara para mim do que seria do meu gosto. Ele não pode evitá-lo, de modo que devemos deixá-lo em paz."<sup>26</sup>

Herder voltou a Weimar em 9 de julho de 1789. Cinco dias depois, ocorreu a queda da Bastilha, alterando seus planos de escritor. Completou a Parte IV de *Ideen*, em seguida botou o livro de lado, em vez disso escrevendo *Briefe zur Beförderung des Humanität* (*Cartas para o Progresso da Humanidade*, 1793-97). Começou elogiando cautelosamente a Revolução Francesa. Saudou o colapso do feudalismo francês, não vertendo lágrimas com a secularização da Igreja Católica na França.<sup>27</sup> Quando o duque e Goethe partiram para enfrentar os franceses em Valmy, voltando desgostosos com a derrota, Herder suprimiu as antigas *Briefe*, reservando as restantes para o elogio dos gênios mortos.

Na velhice não perdeu o gosto pelo combate intelectual. Rebateu a crítica feita por Kant a *Ideen*, com um incisivo ataque à *Crítica da Razão Pura*. Chamou o livro um monstruoso malabarismo de palavras com fantasmas metafísicos, tais como "julgamentos sintéticos *a priori*". Negou a subjetividade de espaço e tempo, acusando Kant de trazer de volta para a psicologia as "faculdades" a respeito das quais os filósofos escolásticos, segundo se afirma, haviam dividido opiniões. Sugeriu, profeticamente, que a filosofia deveria tentar nova abordagem de uma lógica análise da linguagem — porque o raciocínio é o discurso interior.

Goethe concordou amplamente com a crítica de Kant por Herder, mas o fato não o salvou de uma picada especial. Quando os dois estavam sob o mesmo teto, em Iena, no ano de 1803, Goethe leu, para um grupo que incluía Herder, algumas partes do seu novo drama, *Die Natürliche Tochter*. Tal como os outros, Herder elogiou a peça, mas quando o autor pediu sua opinião não resistiu ao jogo de palavras sobre o menino que a amante de Goethe dissera sobre ele: "Gosto mais do seu filho natural do que de sua *Filha Natural*". Goethe não apreciou o gracejo e os dois nunca mais se viram. Herder retirou-se ao isolamento de seu lar, em Weimar, lá morrendo a 18 de dezembro de 1803 — dois anos antes de Schiller, dez antes de Wieland e 29 antes de Goethe. O Duque Carlos Augusto, que havia sido várias vezes ofendido por ele, enterrou-o com as mais altas honrarias, na Igreja dos Santos Pedro e Paulo.

### III. GOETHE CONSELHEIRO: 1775-86

Goethe foi aclamado por todos em Weimar, exceto pelos políticos. "Posso lhe dizer", escreveu Wieland para Lavater, em 13 de novembro de 1775, "que Goethe tem estado conosco desde terça-feira última, e que nesses três dias dediquei uma afeição

tão profunda a esta pessoa extraordinária — compreendo-lhe profundamente o pensamento, sinto-o e penetro em seu íntimo — que você pode muito melhor imaginar do que eu descrever”.<sup>28</sup> Naquele mesmo mês, um membro da corte escreveu aos pais de Goethe: “Pensem em seu filho como o mais íntimo amigo de nosso querido duque(...) e amado também fervorosamente por todas as damas da redondeza.”<sup>29</sup>

Contudo, houve nuvens. O duque comprazia-se em loucas caçadas e em bebida. A princípio Goethe acompanhou-o em ambas, tendo Klopstock publicamente acusado o poeta de corromper um príncipe virtuoso. Luise temeu que Goethe a separasse do marido. Na verdade, ele empregava sua influência visando a que o duque voltasse para a duquesa, apesar de o casamento não ter sido por amor. Muitos auxiliares do duque desconfiavam de Goethe como um radical do *Sturm und Drang*, com crenças pagãs e sonhos românticos. Vários baluartes desse movimento — Lenz, Klinger e outros — correram a Weimar e apresentaram-se como amigos de Goethe, clamando por favores. Quando Goethe encantou-se por uma casa de campo — fora das portas da cidade, porém nas proximidades do palácio ducal — Carlos Augusto fez Goethe perder um pouco do sucesso popular mandando despejar os inquilinos para que este pudesse se mudar (21 de abril de 1776). Naquela casa Goethe encontrou alívio da etiqueta da corte, aprendendo a cultivar vegetais e flores. Durante três anos ali viveu do início ao fim daqueles anos, e após 1782, apenas no verão, mudava-se para uma espaçosa mansão no centro da cidade, a fim de cumprir seus deveres como membro do governo.

O duque pensara nele como poeta, convidando-o a Weimar na qualidade de ornamento literário para sua corte. Entretanto, observou que o rapaz de 26 anos, autor de uma peça de contestação e de um romance lacrimoso, tornava-se um homem de julgamento prático. Nomeou-o para o Departamento de Obras, pedindo-lhe que examinasse as condições e operações das minas de Ilmenau. Goethe desempenhou-se da missão com tanta assiduidade e inteligência que Carlos Augusto determinou fazê-lo membro do Conselho privado que administrava o ducado. Um membro mais velho protestou contra essa repentina introdução de poesia, ameaçando demitir-se. O duque e a duquesa viúva acalmaram-no e, em 11 de junho de 1776, Goethe tornou-se *Geheimer Legationsrat* — conselheiro privado de Legação, com vencimentos anuais de 1.200 táleres. Ele reduziu suas atenções para com as damas. “Já faz tempo que”, Wieland informou a Merck, em 24 de junho, “do momento em que ele decidiu dedicar-se ao duque e aos negócios deste, que se tem comportado com irrepreensível sensatez e experiente circunspeção.”<sup>30</sup> Em 1778, Goethe foi promovido ao então pacífico posto de ministro da guerra e, em 1799, para membro efetivo do Conselho Privado. Tentou fazer algumas reformas, mas foi obstado por direitos adquiridos do escalão superior e apatia nas esferas inferiores. Em breve, ele próprio já era um perfeito conservador. Em 1781, ganhou a presidência da Câmara Ducal. Em 1782, foi-lhe concedida, por José II, uma patente de nobreza, tornando-se *von* Goethe. “Naquele tempo”, contou a Eckermann, 45 anos depois, “eu estava tão satisfeito comigo mesmo que, se me tivessem feito príncipe, não teria achado a mudança tão extraordinária assim.”<sup>31</sup>

Interligado com sua carreira política, destacou-se o mais duradouro, intenso e pungente caso de amor de sua vida. Ouçamos a descrição, absolutamente fora da esfera

da medicina, que o Dr. Johann Zimmermann fez de um de seus pacientes, em novembro de 1775:

A Baronesa von Stein, mulher do camarista da corte e estribeiro-mor, tem extraordinários olhos pretos, muito grandes, da maior beleza. Sua voz é gentil e contida. Ninguém pode deixar de observar em seu rosto(...) seriedade, gentileza, delicadeza,...) virtude, e uma profunda sensibilidade. As maneiras da corte, que ela possui com perfeição, em seu caso transformaram-se em rara e elevada simplicidade. É muito religiosa, com elevação de alma tocante e quase extática. Com seu belo porte, e habilidade semiprofissional na dança, quase não se poderia deduzir a tranquilidade do luar(...) que inunda de paz o seu coração. Tem 33 anos, muitos filhos, e nervos débeis. As faces são vermelhas, os cabelos muito pretos, a pele(...) de um colorido italiano.<sup>32</sup>

Nascida em 1742, Charlotte von Schardt casou-se com o Barão Josias Gottlob von Stein em 1764. Em 1772, já tivera sete filhos, dos quais quatro haviam morrido. Quando Goethe a conheceu, ela ainda sofria das conseqüências de repetidas gestações, e sua sensação de fragilidade fazia parte da fraqueza e timidez de seu caráter. Goethe idealizou-a, pois possuía o fervor de um jovem e a imaginação de poeta, acostumado e encarregado de embelezar a realidade, no entanto, não excedia o médico de Charlotte na glorificação de sua pessoa. Ela era algo novo no seu rosário feminino. Era uma aristocrata, na qual as boas maneiras pareciam inatas, e Goethe a via em um santuário de nobreza. Um dos resultados das relações entre os dois foi ela transmitir-lhe as maneiras da sua classe, adestrando-o no autodomínio, naturalidade, moderação e cortesia. Era-lhe grata por seu amor, pois este lhe restituía o interesse pela vida, porém recebia esse amor como uma mulher de classe recebe a adoração de um jovem sete anos mais moço do que ela — como a angústia crescente de um espírito ávido de experiências e realizações.

Não foi amor à primeira vista. Seis meses após juntar-se ao círculo de Weimar, Goethe ainda decantava em versos “a beleza de Lili” Schöнемann.<sup>33</sup> Mas, em 29 de dezembro de 1775, o Dr. Zimmermann observou que Goethe acordara para “novas virtudes e belezas em Charlotte”. Em 15 de janeiro, Goethe tentava resistir ao incipiente envolvimento. “Estou contente de ir-me embora e distanciar-me de você”, disse-lhe. Em 28 de janeiro, já se entregara totalmente. “Meu anjo querido”, escreveu-lhe ele, “não irei à corte. Sinto-me feliz demais para suportar a multidão(...) Permita que eu a ame assim.” E, em 23 de fevereiro: “Devo dizer-lhe, ó, você, a escolhida entre todas as mulheres, que o amor que você colocou em meu coração enche-me de júbilo.”<sup>34</sup>

Ela respondeu a muitas cartas, mas daquele período só resta uma. “Eu tinha-me desligado do mundo, mas agora ele me é novamente caro, querido, por sua causa. Meu coração me censura. Sinto que me atormento, assim como a você. Há seis meses que eu queria tanto morrer, agora não o quero mais.”<sup>35</sup> Ele estava em êxtase. “Não há explicação para o que esta mulher faz comigo”, disse a Wieland, “(...)a menos que você aceite a teoria da transmigração. Oh, sim, houve uma vez em que fomos marido e mulher!”<sup>36</sup> Goethe valeu-se do privilégio matrimonial de brigar e fazer as pazes. Charlotte escreveu a Zimmermann, em maio de 1776: “Há uma semana, ele saiu, furioso comigo; depois voltou transbordante de amor(...) O que ele acabará

fazendo de mim?"<sup>37</sup> Aparentemente, Charlotte insistia para que o amor deles permanecesse platônico, mas ele estava por demais apaixonado para deixar ficar assim. "Se não vou viver com você", disse-lhe, "o seu amor vale para mim o mesmo que o das outras que estão ausentes."<sup>38</sup> "Perdoe-me por fazê-la sofrer. A partir de hoje tentarei sofrer sozinho."<sup>39</sup>

Ficou desolado quando ela partiu para Pymont, no extremo norte, para tratar-se. Mas, ao retornar, ela o visitou em Ilmenau (5-6 de agosto de 1776). Em 6 de agosto, ele escreveu: "Sua presença agiu sobre mim extraordinariamente.(...) Quando penso que você esteve em meu retiro comigo, e que tomei-lhe a mão, enquanto você debruçava-se sobre mim... Seu relacionamento comigo é ao mesmo tempo sagrado e estranho.(...) Não há palavras que o possam descrever, e os olhos dos homens não podem percebê-lo."<sup>40</sup> Quase cinco anos após o primeiro encontro dos dois, ele estava ainda efusivo. De modo que, em 12 de setembro de 1780, sozinho em Zillbach: "Sempre que desperto de meus sonhos, vejo que ainda a amo e a desejo. Esta noite, enquanto cavalgava a esmo, vi uma janela iluminada, em uma casa mais adiante, e pensei: se ao menos ela estivesse lá para ser a anfitriã. Este lugar é um buraco em decomposição, e portanto, eu poderia aqui viver durante todo o inverno com você e gostar muito."<sup>41</sup> E, em 12 de março de 1781:

Minha alma desenvolveu-se de tal forma dentro da sua que estou inseparavelmente ligado a você, e nem as maiores alturas ou profundidades poderão nos desunir. Desejaria que algum voto ou sacramento me ligasse a você visivelmente e de acordo com alguma lei. Como isso seria extraordinário! Certamente, meu período de iniciação foi bastante longo para dar-me tempo de pensar.(...) Os judeus atam cordas nos braços na ocasião da prece. Da mesma forma, enlaço em meus braços o seu querido coração quando dirijo a você minha prece, desejando ser possuído de sua bondade, juízo, moderação e paciência.

Alguns interpretaram o "período de iniciação", ou de provação, como uma indicação de que Charlotte se tinha entregue fisicamente;<sup>42</sup> portanto, Goethe escreveu-lhe, seis anos mais tarde: "Querida Lotte, você não pode imaginar que violência fiz contra mim mesmo, e ainda faço, e como só de pensar que não a possuo(...) me exaure e me consome."<sup>43</sup> Se houve realização, o segredo foi bem guardado. O Barão von Stein, que só morreu em 1793, suportou a ligação com a cortesia de um cavalheiro do século XVIII. Ocasionalmente, Goethe terminava as cartas com "Lembranças a Stein".<sup>44</sup>

Ele habituara-se também a amar os filhos dela, sentindo cada vez mais intensamente a falta de filhos próprios. Na primavera de 1783, convenceu-a a permitir que seu filho de dez anos, Fritz, ficasse em companhia dele por longas temporadas, até mesmo acompanhando-o em viagens. Em uma das cartas de Charlotte a Fritz (setembro de 1783) evidencia o seu lado maternal, e os corações humanos por detrás da fachada desumanizada da história:

Fico tão satisfeita de ver que você não me esquece, por este belo mundo afora, e que me escreve cartas toleráveis, se bem que não muito bem escritas. De vez que você vai ficar mais tempo do que eu supunha, creio que suas roupas não devem ter aparência muito boa. Se elas estiverem sujas, e você também, peça ao Conselhei-

ro Privado Goethe para jogar meu querido Fritz na água.(...) Procure aproveitar sua boa sorte e tudo faça para agradar o conselheiro com um bom comportamento. Seu pai manda-lhe lembranças.<sup>45</sup>

Por volta de 1785, a paixão de Goethe decresceu, passando por longos silêncios. Em maio de 1786, Charlotte lastimava-se de que "Goethe pensa muito e não diz nada".<sup>46</sup> Ela contava, então, 44 anos, ele 37, tornando-se retraído. Ia várias vezes a Iena, para sair da corte de Weimar e procurar rejuvenescer-se entre os estudantes. Sempre se recreava na natureza, escalando o Brocken (um pico de 1.240 metros nas Montanhas Harz, há muito associado com a legenda de Fausto) e viajando com o duque na Suíça (setembro de 1779 a janeiro de 1780). Às vezes, à guisa de retrospecto, sentia que "durante os primeiros dez anos de vida oficial e da corte em Weimar, quase nada produzi"<sup>47</sup> no tocante à literatura ou à ciência. Entretanto, foi bom que o poeta se visse a braços com trabalhos administrativos, e que o jovem mimado fosse disciplinado pelas responsabilidades do cargo e pelas delongas da conquista amorosa. Utilizou-se de qualquer experiência e cresceu em todas as derrotas. "A melhor coisa em mim é essa profunda tranquilidade dentro da qual vivo e cresço, apesar do mundo, e que me concede aquilo que o mundo jamais poderá tirar-me."<sup>48</sup> Nada se perdia nele. Tudo encontrava expressão em alguma parte de suas obras. Em síntese, Goethe constituía o que de melhor a Alemanha possuía, fundido em integração completa.

Dois de seus maiores poemas pertencem a esse período: o casamento da filosofia e da religião, poesia e prosa, em *Die Natur*. E o mais perfeito de seus versos — o segundo, denominado "*Wanderers Nachtlied*" — que ele gravou nas paredes de um pavilhão de caça, em 7 de setembro de 1780,<sup>49</sup> talvez num estado de inquieto desejo:

*Über allen Gipfeln  
Ist Ruh;  
In allen Wipfeln  
Spürest du  
Kaum einen Hauch;  
Die Vögelein schweigen im Walde.  
Warte nur! Balde  
Ruhest du auch.*

Acima do topo das montanhas  
Reina a tranquilidade;  
Em todos os cimos das montanhas  
Não ouves  
Quase nada respirar;  
Os pássaros dormem nos bosques.  
Espera! Breve como eles  
Tu também descansarás.<sup>50</sup>

Outro famoso verso de Goethe pertence a esse estágio de desenvolvimento: o sombrio "*Erkönig*", que Schubert musicou. Quando é que a percepção infantil dos seres místicos que permeiam a natureza foi expressa de forma mais viva do que nessa breve fantasia de uma criança que, morrendo, vê o "rei dos elfos" aproximar-se para arrebatá-la dos braços do pai?

Goethe escreveu também, em prosa, três dramas: *Egmont* (1775), *Iphigenie auf Tauris* (1779) e *Torquato Tasso* (1780) — uma produção abundante para os anos políticos. *Egmont*, até 1788, ainda não havia sido representado. *Iphigenie* foi apresentada no teatro de Weimar em 6 de abril de 1779 (seis meses antes da estréia da ópera de Gluck do mesmo nome). Entretanto, sofreu tantas transformações, e versificação, durante a estada de Goethe em Roma, que seria melhor considerá-la o produto da



fase clássica de Goethe. *Tasso* foi também remodelada e versificada na Itália, porém aqui pertence à fase do encantamento de Goethe por Charlotte von Stein. Em 19 de abril de 1781, escreveu-lhe Goethe: "Tudo quanto Tasso diz dirige-se a você."<sup>51</sup> Tomando-o ao pé da letra, ela identificou-se com Leonora, Goethe com Tasso, e Carlos Augusto com o Duque de Ferrara.

Goethe prontamente aceitou a lenda de que a depressão mental de Tasso na corte de Ferrara intensificou-se, ou talvez fosse produzida, por um caso amoroso infeliz com a irmã de Alfonso II (1559-97).<sup>52</sup> Sem dúvida, pensava em si próprio quando descreveu o desenrolar da mente poética de Tasso:

Seu olhar apenas detém-se nesse cenário terrestre;  
Seus ouvidos afiam-se à harmonia da natureza.  
Os oferecimentos da história e as dádivas da vida  
Seu coração prontamente com alegria recebe.  
Por ele é juntado o que a esmo espalha-se.  
E seus sentimentos vívidos animam os mortos.(...)  
Assim, movendo-se em sua própria esfera encantada,  
Esse homem maravilhoso ainda nos atrai  
Para com ele vagar, compartilhando sua alegria.  
Entretanto, parecendo aproximar-se de nós, permanece  
Remoto como sempre, e talvez o seu olhar,  
Pousado em nós, veja espíritos em nosso lugar.<sup>53</sup>

E Leonora, a majestosa princesa que aceita o amor do poeta mas lhe roga para refrear seu ardor, de acordo com o protocolo, bem pode ser Charlotte von Stein mantendo a paixão de Goethe do outro lado do adultério. Tasso proclama — e aqui ambos os poetas falam.

O que quer que na minha canção chega ao coração  
Encontrando um eco lá, devo-o a uma,  
E somente a uma! Nenhuma imagem indefinida  
Pairando diante de minh'alma, aproximando-se agora em  
Radiosa glória, para novamente retirar-se.  
Eu mesmo, com os meus próprios olhos, defronto-me  
Com o modelo de todas as virtudes, todas as graças.<sup>54</sup>

O Duque Alfonso assemelhava-se a Carlos Augusto na paciência com que aturava os acessos de mau humor do poeta, amores e sonhos e, como ele, lamenta a demora do poeta em terminar a obra-prima prometida.

Após lentos avanços, ele deixa de lado a tarefa;  
Que altera sempre, e jamais poderá concluir,<sup>55</sup> —

que bem descreve a composição parcelada de Goethe, e sua procrastinação com *Wilhelm Meister e Faust*. Uma outra princesa louva Alfonso — Carlos Augusto — por dar a Tasso-Goethe uma oportunidade de amadurecer no contato com os negócios; eis que aqui surgem linhas famosas:

*Es bildet ein Talent sich in der Stille;  
Sich ein Charakter in dem Strom der Welt.*

“O talento forma-se na quietude, o caráter no caudal da existência.”<sup>56</sup> Entretanto, a correlação entre os dois poetas finalmente se apaga. Tasso não demonstra nenhuma capacidade de Goethe para nadar na corrente do mundo. Submerge no reino dos sonhos, desfaz-se da cautela e equilíbrio, toma nos braços a princesa assustada, e fica louco quando ela se desprende do seu abraço e de sua vida. Goethe talvez pensasse que ele teria contornado esse precipício.

Muitas vezes pensou na Itália como a fuga para uma situação que ameaçava seu espírito. Por volta daquela época, na primeira versão de *Wilhelm Meister*, ele compôs para Mignon uma canção de anseios que se ajustava mais às suas próprias esperanças do que às dela.

*Kennst du das Land, wo die Zitronen blühn,  
Im dunklen Laub die Gold-Orangen glühn,  
Ein sanfter Wind vom blauen Himmel weht,  
Die Myrte still und hoch der Lorbeer steht:  
Kennst du es wohl? Dahin! Dahin!  
Möcht ich mit dir, O mein Geliebte, ziehn!\**

Weimar era linda, porém não era quente. E as preocupações do cargo atormentavam o espírito do poeta. “Que maneira amarga de ganhar o pão, ter de procurar estabelecer harmonia entre as discórdias do mundo”.<sup>57</sup> A vida da corte o entediava. “Nada tenho em comum com essa gente, nem eles comigo.”<sup>58</sup> Já estava um tanto afastado do duque, incapaz de acompanhar-lhe os passos na caça e com as prostitutas. O seu único grande amor estava gasto pelo tempo e pelas discórdias. Sentia que devia desvençar-se dessas inúmeras amarras e procurar nova orientação e perspectivas. Pediu ao duque uma licença. Este consentiu, concordando em continuar a pagar-lhe os vencimentos. Para obter mais dinheiro, Goethe vendeu a Götschen, de Leipzig, os direitos de publicação de uma edição das obras completas. Apenas 702 exemplares foram vendidos, e Götschen perdeu 1.720 táleres em tal empreendimento.

Em 1º de setembro de 1786, de Karlsbad, Goethe escreveu a Charlotte:

Agora, um último adeus. Desejo repetir que a amo muito(...) e a certeza de que você está novamente com prazer no meu amor renova meus encantos na vida. Até agora muito suportei em silêncio, porém nunca desejei algo tão intensamente como fazer com que o nosso relacionamento tome uma forma sobre a qual nenhuma circunstância influiria. Se tal não puder ser, não poderei permanecer onde você mora, e, ao contrário, ficarei só neste mundo para o qual me dirijo.<sup>59</sup>

---

\* “Conheces tu o país onde os limoeiros florescem, onde as laranjas douradas brilham na folhagem escura, onde um suave vento sopra lá do céu azul, e a simples mirra e o majestoso loureiro se erguem? Conheces tudo isso? Lá, lá iria eu contigo, ó minha amada!”

## IV. GOETHE NA ITÁLIA: 1786-88

Viajou com o pseudônimo de “Sr. Jean-Philippe Möller”, pois desejava libertar-se dos inconvenientes da celebridade. Contava 37 anos, porém chegara com mais do que a bela expectativa da juventude, e com preparação muito melhor, sabedor que era de algo sobre a história e a arte da Itália. Em 18 de setembro, escreveu a Herder: “Espero voltar uma pessoa renascida.” E a Carlos Augusto: “Desejo levar de volta um ente humano totalmente purificado e preparado.” Para os demais amigos, enviou “Cartas da Itália”, que ainda conservam a *allegrezza* da vida italiana. Prefaciou-as com o velho ditado *Aush in Arkadien* — ele também estava, então, na Arcádia. Já vimos em outra parte como se sentia gratificado com o sol. “Creio novamente em Deus!”, exclamou ao entrar na Itália.<sup>60</sup> Mas amava também o povo italiano, suas fisionomias francas e o coração aberto, a naturalidade de suas vidas, a paixão e a graça de seu linguajar. Como além de poeta era cientista, tomou nota das peculiaridades meteorológicas, formações geológicas, espécimes minerais, variedades de animais e plantas. Amava até mesmo os lagartos que corriam rápidos pelas pedras.

Tão ansioso estava para chegar a Roma que passou rapidamente por Veneza, Lombardia e Toscana. Entretanto, parou por tempo suficiente em Vicenza, para sentir a simplicidade clássica e poderosa da arquitetura de Palladio. Enfático, reafirmou sua antipatia pelo gótico: “Graças a Deus, estou livre para sempre do gosto pelas colunas parecendo cachimbos, e das nossas torres circundadas de grades e terminais folheados... Palladio abriu-me as portas para todas(...) as artes.”<sup>61</sup> Por este caminho voltou a Vitruvius, que estudou por uma edição de Galiani, nosso sagaz companheiro de Nápoles e Paris. Tornou-se apaixonado pelo estilo clássico, com o qual deu vida a suas obras e pensamento, reformulando algumas produções passadas, como *Iphigenie* e *Tasso*, para discipliná-las de acordo com a forma e a linha clássicas. Em Veneza, os palácios barrocos pareciam imodestos e espalhafatosos, de uma elegância demasiado feminina. E chegou mesmo a se afastar das fachadas renascentistas em favor das relíquias da arquitetura clássica e estatutária nos museus. Contudo, o fervor de seu temperamento reagiu à cor e à altivez dos Veroneses e dos Ticianos.

Em Ferrara procurou, em vão, o palácio onde ficara confinado Tasso. Após três dias em Bolonha, e apenas três horas em Florença, percorreu Perugia, Terni e Città di Castello, e em 29 de outubro de 1786 atravessou a Porta del Popolo, em Roma. Passou, então, por breve momento de modéstia. “Todas as portas me estão abertas, porque ando com o espírito de humildade.”<sup>62</sup>

Como não dominara ainda a língua falada italiana, procurou a colônia alemã, sobretudo os artistas, pois desejava, ao menos, estudar os pontos elementares do desenho, pintura, e escultura. Angelica Kauffmann admirou seu entusiasmo e sua beleza. Pintou-lhe um retrato, salientando seus cabelos negros, testa elevada e olhos claros. Manteve grande amizade com Johann Heinrich Wilhelm Tischbein, que no-lo apresentou, na famosa *Goethe in der Campagna*,<sup>63</sup> reclinado indolentemente, como se tivesse conquistado a Arcádia. Muito antes de ir à Itália, Goethe se correspondera com esse pintor. Encontraram-se pela primeira vez em 3 de novembro, ao se esbarrarem na Piazza San Pietro. O poeta, reconhecendo o artista, apresentou-se humildemente: “Sou Goethe.”<sup>64</sup> Tischbein, em uma carta a Lavater, descreveu-o:

Achei-o exatamente como esperava. A única coisa que me surpreendeu foi a seriedade e tranqüilidade em pessoa de sensibilidade tão aguda, e pelo fato de sentir-se à vontade em qualquer circunstância. O que ainda me agrada mais é a simplicidade de sua vida. A única coisa que me pediu para arranjar-lhe foi um pequeno quarto onde pudesse dormir e trabalhar sem interrupção. E também o mais simples passadio.(...) Agora, em seu pequeno quarto, trabalha na sua obra *Efigênia*, das primeiras horas do dia até as nove horas. Depois sai, a fim de estudar as grandes obras de arte.<sup>65</sup>

Tischben sempre servia-lhe de guia nessas explorações, fazia-lhe desenhos, conseguindo cópias dos quadros mais famosos. O próprio Goethe fez esboços das coisas das quais desejava especialmente lembrar-se. Tentou esculpir, modelando uma cabeça de Hércules. Admitia não possuir talento para as artes plásticas, sentindo, entretanto, que tais experiências davam-lhe melhor sentido da forma, auxiliando-o a visualizar aquilo que desejava descrever.<sup>66</sup> Estudou atentamente a *História da Arte Antiga*, por Winckelmann. "Aqui, no local, acho-a altamente valiosa.(...) Agora, finalmente, meu espírito pode elevar-se às mais puras e valiosas criações da arte, com uma ponderação calma."<sup>67</sup> A história de todo o mundo está ligada a este lugar, e reconheço(...) tem verdadeiramente nascido desde o dia que entrei em Roma.(...) Creio estar mudado até o mais íntimo do meu ser."<sup>68</sup> Entrementes, parece ter aproveitado as oportunidades da vida artística, com as "graciosas" modelos que iam ao estúdio para posar.<sup>69</sup> A estada em Roma completou o des-romantismo que principiara com as responsabilidades do cargo. Então, a indisciplina de *Götz* e as lágrimas de *Werther* pareciam ao Goethe amadurecido indícios de um espírito descontrolado. "Romantismo é doença", disse, "classicismo é saúde."<sup>70</sup> Havia algo de romântico em seu novo entusiasmo pelos mármore clássicos, colunas e capitéis, assim como pelos frontões e pelas linhas puras da estatuária grega. "Se quisermos um modelo, temos sempre que voltar aos antigos gregos, em cujas obras está sempre representada a beleza da humanidade."<sup>71</sup> Como Winckelmann, Goethe via somente o lado "apolíneo" da civilização e da arte grega — a exaltação da forma e o comedimento. Ignorava, então, quase completamente, aquele êxtase "dionisíaco" que tão calorosamente colorira o caráter, a religião e a vida grega, e que, no próprio Goethe, falara através do seu "*dämon*" e de seus amores.

Foi nesse entusiasmo pela Grécia que Goethe reescreveu *Iphigenie auf Tauris* em versos (1787), resolvendo competir com Racine, e até com o próprio Eurípedes. Alimentando ainda a brasa do fogo que Charlotte von Stein acendera nele, colocou nos discursos da princesa grega algo da ternura e do autocontrole da baronesa alemã. Contou bem sua história, com toda a sua complicação mitológica e genealógica. Intensificou o drama ao retratar favoravelmente o rei dos citas. Ousou mudar o final de acordo com sua concepção — rara entre os gregos — de que temos obrigações morais, mesmo em relação aos "bárbaros". Só os que lêem alemão fluentemente podem apreciar a realização de Goethe. Entretanto, Hyppolyte Taine, um francês, o maior crítico, e, presume-se, familiarizado com os dramas de Racine, disse: "Não coloco nenhuma obra moderna acima de *Iphigenie auf Tauris*."<sup>72</sup>

As recordações de Charlotte nessa peça, e ainda mais em *Torquato Tasso*, que ele reescreveu em Roma, reviveram seus sentimentos para com ela. Charlotte ficara pro-

fundamente magoada com a sua súbita fuga para a Itália, e por ter deixado seu filho entregue a um criado. Imediatamente trouxe Fritz de volta, pedindo a devolução de todas as cartas que tinha escrito a ele, Goethe. De Roma, ele escreveu desculpando-se (8, 13 e 20 de dezembro de 1786). Ela enviou-lhe uma carta agrídoce, repreendendo-o (18 de dezembro). Ele respondeu (23 de dezembro): “Não lhe posso expressar como me dói o coração em sabê-la doente, e por minha culpa. Desculpe-me. Eu mesmo lutei com a morte e a vida, e ninguém pode avaliar as coisas que andaram dentro da alma.” Afinal, ela abrandou-se. “Agora”, escreveu em 1º de fevereiro de 1787, “posso trabalhar com melhor disposição, desde que recebi sua carta dizendo que você gosta e tem prazer em receber as minhas.”

Naquele mês, ele e Tischbein foram a Nápoles. Subiu duas vezes o Vesúvio. Na segunda tentativa, uma erupção menor cobriu sua cabeça e ombros de cinzas. Deliciouse nas ruínas clássicas de Pompéia e maravilhou-se com a majestade simples dos teatros gregos em Pesto. Voltando a Roma, tomou o navio para Palermo, foi estudar os templos clássicos em Segeste e Girgenti (Agrigento), entrou no teatro grego em Taormina, estando de volta a Roma em junho. Cada vez mais apaixonado “pela mais extraordinária cidade em todo o mundo”,<sup>73</sup> convenceu o Duque Carlos Augusto a continuar pagando seu salário até fins de 1787. Ao expirar o prazo, lentamente reconciliou-se com o norte. Deixou Roma em 25 de abril de 1788, vagando por Florença, Milão e Como, chegando a Weimar a 18 de junho. Todos os dias perguntava-se como o duque, a corte e Charlotte iriam receber um Goethe que se sentia transformado.

#### V. GOETHE À ESPERA: 1788-94

Com a aquiescência do poeta ausente, o duque nomeou novo presidente do Conselho. Então, por solicitação própria, Goethe foi dispensado de todas as atribuições oficiais, exceto a de ministro da Educação. Dali em diante, só servia o Conselho em caráter consultivo. O duque era afável, porém acolhera outros amigos íntimos, e não gostara dos sentimentos semi-republicanos da segunda versão do *Egmont*. O público leitor havia quase esquecido Goethe. Voltara-se para um novo poeta, chamado Schiller, entusiasmaticamente aplaudindo a peça *Os Ladrões*, cheia daquela rebelião e violência do *Sturm-und-Drang*, que então se tornara absurda e imatura a um poeta inclinado a pregar ordem e contenção clássicas. Charlotte von Stein recebeu-o friamente. Ressentia-se de sua longa ausência, de seu despreocupado regresso, de seu persistente encantamento pela Itália. Talvez houvesse ouvido falar daqueles modelos em Roma. O primeiro encontro dos dois, após a chegada de Goethe, foi “totalmente falso no tom”, escreveu ela, “e não trocamos mais que trivialidades”.<sup>74</sup> Ela partiu para uma estada em Kochberg, e Goethe viu-se livre para pensar em Christiane Vulpius.

Ela entrou na sua vida em 12 de julho de 1788, ao levar uma mensagem de seu irmão. Tinha 23 anos e trabalhava numa fábrica de flores artificiais. Goethe impressionou-se com a ingenuidade de seu espírito, simplicidade e desabrochar de sua feminilidade. Ela propôs ficar em sua casa como governanta, e logo se tornou sua amante. “Ela não tem instrução e não pode compreender poesia”, disse Goethe.<sup>75</sup>

Mas, confiante, ela entregou-se, proporcionando a ele a realização física que Charlotte aparentemente recusara. Em novembro de 1789, quando estava prestes a ter uma criança, Goethe levou-a para sua casa em Weimar, abertamente considerando-a sua mulher em tudo, exceto no nome. Charlotte e a corte escandalizaram-se com tal transgressão das normas de classe, assim como sua negligência em ocultar suas relações ilícitas. Tal reação magoou tanto a Goethe quanto a Christiane, entretanto o duque, experiente com amantes, foi padrinho da criança que nasceu no dia de Natal de 1789. Herder, severo porém perdoador, batizou-a em agosto.

Goethe, muitas vezes amante, porém só então pai, encontrou todas as venturas com o “homenzinho”, e com “*das kleine Weib*”, a mulherzinha. Ela amou-o, tomou conta de sua casa, ouvia-o enternecida, mesmo quando não o compreendia, e deu-lhe saúde. “Desde que ela transpôs a soleira desta porta”, disse Goethe a um amigo, “só tenho tido alegria em sua companhia.”<sup>76</sup> O único defeito de Christiane, segundo o seu modo de ver, era gostar de vinho ainda muito mais do que ele gostava, de modo que às vezes a bebida tornava-a incontrolavelmente alegre. Ela ia ao teatro e a muitas danças enquanto Goethe permanecia em casa, celebrando-a na sua *Römische Elegien* (1789-90), escrita à moda de Propércio, e com a moral de Catulo. Não são nada tristes essas “Elegias Romanas”. Seu nome provém da métrica “elegíaca” de alternar hexâmetros e pentâmetros. E não se referem a Roma, mas a uma viúva alegre, sob cujos disfarces vemos a própria Christiane.

Tudo que tuas sagradas muralhas, eterna Roma, contém,  
Palpitam com vida. Contudo, para mim, tudo é silêncio e morte.  
Quem sussurrará a meus ouvidos? — quando verei à janela  
Aquela bela forma que, ao queimar-se, revive?...  
Não te arrependas, meu único amor, de te teres entregue tão rápido!  
Confia em mim. Não te creio ousada, honro-te apenas...  
Alexandre e César, Henrique e Frederico, o poderoso,  
Dar-me-iam, com prazer, metade das glórias alcançadas,  
Pudesse eu conceder-lhes uma só noite no leito em que me deito agora.  
Mas eles, pela escura noite de Orco, ai de mim!, são detidos.  
Portanto, regozijai-te, ó tu, que estás viva, feliz em teu lar iluminado pelo amor,  
Antes que a triste vaga do sombrio Letes molhe teus fugidios pés.<sup>77</sup>

A bela viúva pode ter sido uma lembrança de Roma, mas a ternura dessas linhas vi-nham de Christiane. Afinal, não estava ele estudando arte?

Entretanto, aplicado, com mão sensível,  
Marcando-lhe as belas curvas do seio, deixando  
Os dedos sensíveis deslizarem ao longo de sua coxa macia, pois assim  
Domino a habilidade do antigo escultor, reflito,  
Comparo, e apreendo para vir e ver  
Com olhos que sentem, e sentir com a mão que vê.<sup>78</sup>

As senhoras de Weimar não gostaram dessa exposição grosseira de seus encantos, e a orgulhosa Charlotte pranteou a degeneração de seu cavaleiro. O próprio Carlos Augusto ficou um pouco perturbado, mas logo se aquietou. Quando a duquesa-viúva voltou da Itália, ele mandou Goethe a Veneza para acompanhá-la a seu país. Sua es-

tada naquela cidade (de março a junho de 1790) prolongou-se desagradavelmente. Ele sentia a falta de Christiane, descarregando sua irritação em cima dos lojistas e da higiene na Itália em *Venezianische Epigramme* — a mais fraca de suas obras.

Ao voltar de Veneza, verificou que a Revolução Francesa extasiava a mocidade alemã, infundindo medo aos governantes. Muitos amigos seus, inclusive Wieland e Herder, aplaudiram a derrubada da monarquia absolutista na França. Goethe, percebendo que todos os tronos estavam ameaçados, manteve-se fiel junto ao duque, aconselhando-lhe cautela. Havia muita gente, disse ele, “movimentando-se com foles nas mãos, quando, assim me parece, seria melhor que estivessem procurando baldes de água fria” a fim de controlar o incêndio.<sup>79</sup> Obedeceu à ordem de Carlos Augusto para acompanhá-lo na campanha da Primeira Coalizão contra a França. Esteve presente à batalha de Valmy (20 de setembro de 1792), manteve-se calmo em meio à fuzilaria e compartilhou da derrota. Um oficial alemão recordou em seu diário que, quando solicitaram ao poeta-conselheiro que comentasse os acontecimentos, ele respondeu: “A partir de hoje e deste local principia uma nova época na história do mundo.”<sup>80</sup> Não temos confirmação desta história. De qualquer modo, de volta a Weimar, Goethe escreveu veementemente contra a Revolução Francesa, que principiava a entrar no período (1792-94) de excessos e selvageria.

Tais acontecimentos confirmaram em Goethe a natural tendência do espírito maduro para substituir a inclinação pela liberdade pelo amor à ordem. Assim como qualquer louco pode ser original, da mesma forma, segundo Goethe, “qualquer louco pode viver arbitrariamente”,<sup>81</sup> violando em segurança costumes e leis, porque os outros os observam. Não nutria nenhum entusiasmo pela democracia. Se algum dia tal sistema fosse realmente posto em prática, constituiria o reinado da simplicidade, da ignorância, superstição e barbarismo. Dentro do seu âmbito de vida, era agradavelmente generoso, despendendo parte de sua renda em caridades secretas.<sup>82</sup> Contudo, distanciava-se do povo. Na presença de multidões ou de estranhos, fechava-se dentro de si mesmo, com orgulho e timidez, encontrando felicidade apenas em seu lar. Naqueles anos incertos (1790-1794) prostrou-se num sombrio torpor, do qual despertou pelo contato da mocidade ardente de Schiller e a competição de sua pena.

## VI. SCHILLER À ESPERA: 1787-94

Quando Schiller chegou a Weimar, Goethe estava na Itália. O poeta quase sem vintém admitiu ter inveja do ausente conselheiro. “Enquanto ele pinta na Itália, todo mundo labuta e sua por ele como burros de carga. Está desperdiçando o vencimento de 1.800 táleres, e aqui todos têm de trabalhar por várias marés para ganhar metade desse dinheiro.”<sup>83</sup> Em 12 de agosto de 1787, escreveu mais favoravelmente:

Goethe é comentado aqui por muitos como uma espécie de devoção, sendo ainda mais amado e admirado como homem do que como autor. Herder diz que ele possui grande discernimento, sensibilidade profunda, e os mais puros sentimentos. (...) Segundo Herder, Goethe está fora de qualquer espírito de intriga, e nunca fez mal a ninguém. (...) Em suas transações políticas, age com desembaraço e audácia. (...) Herder acha que, como homem de negócios, Goethe é mais digno de admiração do que como poeta, (...) e que é bastante inteligente para o que quer que seja.<sup>84</sup>

O duque estava ausente quando Schiller chegou, mas Ana Amalia e Charlotte von Stein receberam-no cordialmente. Wieland lhe disse que ele “carecia de refinamento, clareza e gosto”,<sup>85</sup> oferecendo-se para aprimorá-lo. Muito em breve, o ávido poeta dava a Wieland sua contribuição no *Teutsche Merkur*. Encontrou melhor diversão com Charlotte von Kalb, que, como a outra Charlotte, tinha um marido de idéias avançadas. “Por aqui, já principiaram a comentar minhas relações com Charlotte.(...) Herr von Kalb escreveu-me. Ele vem aqui no fim de setembro, e sua chegada influirá bastante nos meus arranjos. Sua amizade por mim continua inalterada, o que é de admirar, pois ama a mulher e sabe da minha intimidade com ela.(...) Entretanto, nem por um instante poderá duvidar de sua fidelidade.(...) Ele ainda continua o sujeito honesto e de bom coração que sempre foi.”<sup>86</sup>

Em 27 de agosto de 1787, *Don Carlos* estreou em Hamburgo. Schiller estava muito apegado a Weimar para assistir à peça. Esta, seu primeiro drama em verso, foi tanto elogiado quanto condenado como uma sujeição ao estilo da tragédia francesa. Entretanto, faltava-lhe a unidade dramática necessária às regras aristotélicas. Principia com o conflito entre Filipe II e seu filho pelo amor de Elizabeth de Valois, em seguida, no meio da peça, o centro de interesse desloca-se para os esforços dos Países Baixos em se libertarem do domínio espanhol e da crueldade de Alva. Schiller tentou fazer um retrato imparcial de Filipe, e os leitores protestantes aplaudiram o apelo do Marquês Posa ao rei:

Vossa Majestade,  
Há pouco tempo passei por Flanders e Brabante...  
Tantas províncias ricas e florescentes,  
Cheias de gente valente, digna e honesta!  
Ser pai de raça como esta  
Creio ser, na verdade, divino! De repente,  
Esbarrei em um montão de ossos humanos queimados!...  
Restituí-nos tudo que de nós tirastes,  
E, generoso e forte, deixai a felicidade  
Transbordar de tua taça cheia. Deixai o espírito do homem  
Amadurecer em teu vasto império(...) e porque  
Entre mil reis um rei de verdade!...  
Deixai cada súdito ser o que era antes...  
A finalidade e o objeto da preocupação do monarca  
A nenhum dever ligado, exceto o amor do irmão.”<sup>87</sup>

Apesar do sucesso de *Don Carlos*, Schiller por longo tempo abandonou o drama. Em 1786, escrevera a Körner: “Cada dia que passa mais a história me atrai.(...) Gostaria de não ter estudado nada mais por dez anos consecutivos. Creio que eu teria sido uma outra espécie de gente. Crê você que ainda é tempo de reparar o que perdi?”<sup>88</sup> Schiller não podia sustentar-se, e muito menos uma família, com o lucro de peças ocasionais, as quais, mesmo após o sucesso da estréia, podiam declinar. Talvez uma obra de história com boa aceitação lhe desse reputação suficiente de intelectual para obter uma cadeira de professor na Universidade de Iena. Naquela cidade ficaria distante de Weimar apenas vinte quilômetros, e ainda sob a jurisdição e generosidade do duque.



De modo que, depois de terminar *Don Carlos*, principiou a escrever *Geschichte des Abfalls der Vereinigten Niederlande* (*História da Queda dos Países Baixos Unidos*). Como Schiller não lia holandês, confiou em autoridades secundárias, de cuja narrativa fez uma compilação de valor pouco duradouro. Körner criticou o Volume I (1788) com sua usual honestidade: “A presente obra, a despeito de todo o seu talento, não traz o selo daquele gênio que lhe é peculiar.”<sup>89</sup> Schiller abandonou o trabalho sobre os Países Baixos, e não houve um segundo volume.

Em 18 de julho de 1788, Goethe voltou da Itália, e, em setembro, encontrou Schiller no subúrbio de Rudolstadt. Este relatou a Körner: “A elevada idéia que eu fazia dele não diminuiu o mínimo grau, (...) porém duvido que possamos estreitar nossas relações. (...) Ele está tão adiante de mim (...) que não nos poderemos encontrar no meio do caminho. Sua vida, desde o início, tem seguido direção inversa à minha. Seu mundo não é o meu mundo. Em alguns pontos, nossa noção das coisas é diametralmente oposta.”<sup>90</sup> E, na verdade, os dois poetas pareciam designados pela providência a não se gostarem. Goethe, com 39 anos, chegara e amadurecera. Schiller, com 29, subia e experimentava. Somente no orgulho concordavam. O mais moço dos dois era do povo, pobre, escrevendo trechos semi-revolucionários. O outro era rico, um homem de classe e posição, um conselheiro privado, condenando a revolução. Schiller estava apenas saindo do *Sturm und Drang*. Era a voz da sensibilidade, sentimento, liberdade, romance. Goethe, cortejando a Grécia, era inteiramente a favor da razão, reserva, ordem e estilo clássico. De qualquer forma, não é natural autores se gostarem. Ambicionam prêmio idêntico.

Quando voltaram a Weimar, Goethe e Schiller viviam a apenas alguns passos um do outro, porém não se comunicavam. As coisas pioraram ao sair a crítica desfavorável de Schiller sobre o *Egmont*, de Goethe. Este decidiu que aquela “pequena Atenas” não era bem grande para os dois. Em dezembro de 1788, recomendou Schiller para uma cadeira de história em Iena. Este alegremente aceitou, visitando Goethe para agradecer-lhe, mas, em fevereiro, 1789, escreveu a Körner:

Sentir-me-ia muito infeliz em ficar por muito tempo na companhia de Goethe. Ele nunca é afetuoso, mesmo com seu melhor amigo. Nada o prende. Na verdade, creio que ele é um egoísta completo. Possui o talento de tornar as pessoas suas devedoras por pequenos e até mesmo grandes gestos de atenção, contudo, sempre dando um jeito de se conservar livre. (...) Olho-o como a personificação de um sistema bem calculado de egoísmo ilimitado. As pessoas não deviam tolerar semelhante criatura perto delas. Ele me é odioso por esta razão, embora eu não possa deixar de lhe admirar a inteligência e de julgá-lo nobre. Goethe despertou em mim uma curiosa mistura de amor e ódio.<sup>91</sup>

Em 11 de maio de 1789, Schiller tomou posse de seu cargo em Iena e, em 26 do mesmo mês, deu sua “aula inaugural” sobre “O que é a História Universal, e para que Fim a Estudamos?” A entrada sendo franca, a platéia foi muito maior do que a sala de aula, fazendo com que o professor se transferisse, com sua audiência, em alegre debandada, para um salão situado do outro lado da cidade. Essa aula foi muito elogiada. “Naquela noite, os alunos me fizeram uma serenata, e três rodadas de vivas.”<sup>92</sup> Entretanto, as inscrições para o curso — para o qual cobrava-se a admissão — foram poucas e a renda de Schiller, proveniente das aulas, muito diminuta.

Aumentou sua renda escrevendo. Em 1789-91, terminou, em três séries, *Geschichte des Dreissigjährigen Krieges* (História da Guerra dos Trinta Anos). Aqui estava à vontade, pelo menos na linguagem, embora, mais uma vez, estivesse muito atarefado para recorrer às melhores fontes; e sua predileção para julgar e filosofar coloriu e prejudicou a narrativa. Não obstante, Wieland louvou a obra como indicativa da "capacidade de Schiller de se elevar ao nível de Hume, Robertson e Gibbon".<sup>91</sup> Sete mil exemplares do Volume I foram vendidos no primeiro ano.

Schiller, então, achou que podia dar-se ao luxo de satisfazer seu desejo de possuir um lar, e uma mulher que lhe desse amor e carinho. Em 1784, em Mannheim, vira rapidamente Charlotte e Caroline von Lengefeld. Em 1787, tornou a vê-las em Rudolstadt. "Lotte" vivia lá com sua mãe, e Caroline, infeliz no casamento, morava na casa ao lado. "Ambas, sem serem bonitas", escreveu Schiller a Körner,<sup>92</sup> "são interessantes e agradam-me excessivamente. São bem instruídas da literatura atual, dando provas de uma educação sólida. Tocam bem piano." Frau Lengefeld não gostou da idéia de sua filha casar-se com um poeta sem dinheiro, porém Carlos Augusto deu-lhe uma pequena pensão de duzentos táleres, e o Duque de Saxe-Meiningen obteve-lhe um título de nobreza. Schiller avisou-a de que tinha muitos defeitos. Ela respondeu-lhe que já os havia notado, mas acrescentou: "Amar é aceitar as pessoas como elas são, e, se tiverem fraquezas, aceitá-las de coração aberto."<sup>93</sup> Casaram-se em 22 de fevereiro de 1790, alugando uma casa modesta em Iena. Lotte levou sua própria renda de duzentos táleres anuais, deu-lhe quatro filhos, sendo, no decorrer de todas as atribulações de Schiller, uma mulher paciente e terna. "Meu coração está repleto de felicidade", escreveu ele, "e meu espírito recobre força e vigor."<sup>94</sup>

Trabalhava com afinco, preparando duas aulas por semana, escrevendo artigos, poemas e história. Durante meses, trabalhou quatorze horas por dia.<sup>95</sup> Em janeiro de 1791, teve duas crises de "febre catarral", com distúrbios gástricos e expectoração de sangue. Ficou de cama uma semana, o estômago rejeitando qualquer alimento. Os alunos ajudaram Lotte a cuidar dele, "competindo entre si sobre quem iria ficar comigo a noite toda.(...) O duque enviou-me meia dúzia de um velho Madeira, o qual, juntamente com um vinho húngaro, fez-me muito bem."<sup>96</sup> Em maio, foi acometido de "terríveis espasmos de sufocação, de modo que não pude deixar de pensar que tinha chegado minha hora.(...) Despedi-me daqueles que amava, pensando que ia morrer a qualquer minuto.(...) Aliviaram-me bastante fortes doses de ópio, cânfora e almíscar, além de aplicações de ventosas".<sup>97</sup>

Uma falsa notícia de sua morte alarmou seus amigos, chegando até Copenhague. Naquela cidade — por sugestão de Karl Reinhold e Jens Beggesen — dois nobres dinamarqueses, Duque Friedrich Christian de Holstein-Augustenburg e Conde Ernst von Schimmelmann, ofereceram a Schiller uma pensão anual de mil táleres no decurso de três anos. O poeta recebeu a dádiva com prazer e gratidão. A universidade eximiu-o de dar aulas, mas ele atendia a um pequeno círculo particular. Parte de seu novo lazer dedicou-o, por insistência de Reinhold, ao estudo da filosofia de Kant, que aceitou imediatamente, para hilaridade de Goethe e aborrecimento de Herder, e talvez em detrimento de sua própria poesia.

Então (1793), apresentou o seu longo ensaio *Sobre a Graça e a Dignidade*, que constituiu o cultivo romântico de *die schöne Seele*. Definiu a "bela alma" como aquela

em que "a razão e os sentidos, o direito e a inclinação estão em harmonia, exteriormente expressa em graça".<sup>100</sup> Os doadores de Copenhague devem ter ficado alarmados ao receberem, como retribuição à sua dádiva, um pequeno volume intitulado *Briefe über die ästhetische Erziehung des Menschen* (1793-94). Iniciando com a concepção de Kant de que o sentido da beleza é uma contemplação desinteressada de formas harmoniosas, Schiller argumentou (com Shaftesbury) que "o sentimento desenvolvido pelo belo torna as maneiras refinadas", e que o sentido do estético está unido à moralidade. É um consolo ler, neste pronunciamento daqueles dias serenos, que Schiller (assim como Goethe) achava sua geração decadente, mergulhada em "profunda degradação moral".<sup>101</sup>

Quando deixou a filosofia e retomou a poesia, achou difícil "readquirir aquela ousadia e ânsia de vida que eu possuía anteriormente; (...) as observações críticas estragaram-me".<sup>102</sup> Insistia, porém, que o "poeta é a única criatura humana autêntica. O melhor filósofo é uma mera caricatura comparada com ele".<sup>103</sup> Elevou ao plano de inspiração celeste a função do poeta, qual seja, a de exaltar e ensinar a humanidade. Em longa ode, *Die Künstler (Os Artistas)*, descreveu os poetas e artistas como guias da humanidade para a união da beleza com a moral e a verdade. Em outro poema, *Die Götter Griechenlands (Os Deuses da Grécia)*, 1788, louvou os gregos por sua sensibilidade estética e criações artísticas, argumentando, com uma cautelosa falta de clareza, que o mundo se tornara triste e feio desde que substituiu o helenismo pelo cristianismo. Já sucumbira ao encantamento de Goethe, como este fizera em relação a Winckelmann.

Talvez em ambos os casos, de Schiller e Goethe, a romantificação da Hélade era um escapismo em relação ao cristianismo. Apesar de alguns trechos religiosos, Schiller, assim como Goethe, pertencia ao *Aufklärung*. Aceitava a fé, professada no século XVIII, pela salvação, mais pela razão humana do que pela graça divina. Retinha uma crença deísta em Deus — antropomorfo apenas na poesia — e em uma nebulosa imortalidade. Rejeitava todas as igrejas, tanto protestantes como católicas. Não suportava sermões, mesmo os de Herder. Em um epigrama intitulado "*Mein Glaube*" (*Minha Fé*) escreveu duas linhas famosas:

*Welche Religion ich bekenne? Keine von allen  
Die du mir nennst. Und warum keine? Aus Religion.*

— "Que religião reconheço? Nenhuma das que você me nomeou. E por que nenhuma? Por causa da religião."<sup>104</sup> Escreveu a Goethe, a 9 de julho de 1796: "Uma natureza bela e saudável — conforme você mesmo diz — não necessita de código de moral, nenhuma lei de sua natureza, nenhuma metafísica política. Você poderia ter acrescentado que ela não necessita de nenhuma divindade, nenhuma idéia de imortalidade com a qual sustentar-se e manter-se." Não obstante, havia nele fatores de imaginação e ternura que o chamavam novamente para o cristianismo:

Acho que o cristianismo virtualmente contém os primeiros elementos do que é mais alto e mais nobre, entretanto, suas formas exteriores parecem-me detestáveis e repulsivas apenas por constituírem o maior desvirtuamento. (...) Nenhuma ênfase foi dada sobre o que esta religião pode ser para uma bela mente, ou antes, o que

uma bela mente pode fazer com ela.(...) Eis a explicação por que esta religião é tão cotada com as naturezas femininas, e por que razão somente às mulheres ela é suportável.<sup>105</sup>

A constituição de Schiller não era, como a de Goethe, fisicamente preparada para um paganismo absoluto. Seu rosto era belo, porém pálido, sua complexão alta, porém delgada e frágil. Desconfiava das mutações atmosféricas diurnas, preferindo ficar em casa fumando e cheirando rapé. Contrastava com Goethe, como a idéia contra a natureza, imaginação contra intelecto, sentimento contra pensamento objetivo.<sup>106</sup> Era ao mesmo tempo tímido e orgulhoso, afastando-se da hostilidade, mas sempre revidando. Era às vezes irritável e impaciente,<sup>107</sup> talvez por estar convencido de que o tempo passa rápido. Era crítico em relação aos outros, às vezes invejoso.<sup>108</sup> Tinha tendência para moralizar tudo, tomando um tom altamente idealista. É um alívio encontrá-lo apreciando o erotismo de *Les Bijoux Indiscrets* de Diderot.<sup>109</sup> Analisou o seu próprio talento muito bem em suas primeiras cartas a Goethe:

O espírito poético, em geral, leva a melhor em relação a mim quando devo filosofar, e o meu espírito filosófico quando eu desejo fazer poesia. Mesmo agora, acontece com frequência que a imaginação interfere nas minhas abstrações, e o raciocínio frio na minha produção poética. Se eu seguisse domínio sobre esses dois poderes para trançar a cada um seus limites (como Goethe fez), eu poderia ainda antever um destino feliz. Entretanto, ai de mim, justamente quando principio a saber, e usar minhas energias morais com acerto, a doença me pega, tentando minar minhas forças físicas.<sup>110</sup>

Seus padecimentos voltaram com toda força em dezembro de 1793. Restabeleceu-se, porém a sensação de não poder curar-se, devendo aguardar periódicos acessos, entristeceu-lhe o caráter. Em 10 de dezembro, escreveu a Körner: "Luto contra isto com todas as forças do meu espírito,(...) mas sou sempre vencido.(...) A incerteza de minhas perspectivas. Dúvida sobre a minha própria genialidade, que não é mantida nem incentivada no contato com os outros. Total ausência daquela conversação intelectual, que se tornou uma necessidade para mim." Tais eram o acompanhamento mental de suas provações físicas. Procurava, com grande desejo de encontrar, de Iena a Weimar, uma pessoa saudável como Goethe, aquele *mens sana in corpore sano*. Ali, conjecturava Schiller, estava o homem que poderia estimulá-lo e apoiá-lo, se ao menos se fundisse o gelo entre eles, se, ao menos, aquela barreira de vinte quilômetros fosse derrubada!

## VII. SCHILLER E GOETHE: 1794-1805

A barreira ruiu por instantes quando, em junho de 1794, os dois homens assistiam a uma sessão da Sociedade de História Natural. Encontrando Goethe na saída, Schiller observou que os espécimes biológicos exibidos durante a conferência careciam de vida, não constituindo nenhum auxílio real para a compreensão da natureza. Goethe, enfático, concordou e a conversa os manteve unidos até a casa de Schiller. "A conver-

sa induziu-me a entrar” com ele, Goethe lembrou-se mais tarde. “Expus-lhe(...) *As Metamorfoses das Plantas*” — um tratado no qual Goethe argumentara que todas as plantas eram variações ou desdobramentos da folha. “Ele ouviu(...) tudo isso com muito interesse e perfeita compreensão, mas, quando terminei, ele disse: ‘Isso não é uma experimentação, é uma idéia’”, isto é, tratava-se de teoria ainda não verificada por observação ou teste. O comentário enredou Goethe, contudo ele viu que Schiller tinha suas próprias idéias, e isso fez com que o seu respeito por ele crescesse. A mulher de Schiller, “a quem eu havia amado e considerado desde criança, tudo fez para estreitar nossa compreensão recíproca”.<sup>111</sup>

Em maio de 1794, Schiller havia assinado um contrato para editar uma revista literária mensal denominada *Die Horen* (As Horae, na mitologia grega, eram as deusas das estações). Esperava arrolar como contribuintes Kant, Fichte, Klopstock, Herder, Jacobi, Baggesen, Körner, Reinhold, Wilhelm von Humboldt, August Wilhelm von Schlegel, e — a melhor aquisição de todas — Goethe. No dia 3 de junho enviou a Weimar uma carta dirigida ao “*Hochwohlgeborener Herr, Hochzuverehender Herr Gemeiner Rat*” (Ilustre e Nobre Senhor, Honorabilíssimo Senhor Conselheiro Privado), com prospectos da referida revista, acrescentando: “O documento em anexo expressa o desejo de um grupo de homens, cuja estima pelo senhor é ilimitada, para que nos honre com contribuições de sua autoria, a serem inseridas no periódico em questão, cujo valor todos são unânimes em afirmar. Sentimos, Excelência, que o seu consentimento em apoiar nosso empreendimento constituirá uma garantia de seu sucesso.”<sup>112</sup> Goethe respondeu que contribuiria com prazer, estando “certo de que um conhecimento mais estreito com os homens de primeira qualidade como os que participavam do comitê despertará para uma nova vida muito do que está estagnado dentro de mim”.<sup>113</sup>

Assim foi que principiou uma correspondência que é um dos tesouros da história literária, assim como uma amizade cuja troca de respeito e auxílio, e que durou onze anos — até a morte de Schiller — deveria pesar na nossa estimativa da raça humana. A mais esclarecedora dentre as 999 cartas, existentes até agora, seja a quarta (23 de agosto 1794), na qual Schiller, após diversos encontros com Goethe, analisou, com cortesia e singeleza, modéstia e orgulho, as diferenças entre os dois.

A minha recente conversa com você pôs minhas idéias em movimento.(...) Muitas coisas sobre as quais não pude chegar a uma exata compreensão comigo mesmo receberam novas e inesperadas luzes em virtude de minha contemplação da sua mente (pois é assim que denomino a impressão geral de suas idéias sobre mim). Eu necessitava do *objeto*, do corpo, para várias das minhas idéias especulativas, e você pôs-me na trilha para encontrá-lo. Sua maneira calma e nítida de olhar as coisas afasta-o da eventualidade de perder-se nos atalhos, pelos quais a especulação, assim como a imaginação arbitrária(...) estão aptas a desviar-me. Sua correta intuição pega todas as coisas, e com muito maior perfeição do que aquilo que foi laboriosamente procurado por meio da análise.(...) Mentes como a sua raramente sabem até que ponto penetraram, e como têm pouco motivo para receber contribuição da filosofia, que, de fato, só podem aprender com elas.(...) Embora o tenha feito a distância, há muito que observo a evolução de sua mente.(...) Você procura o necessário na natureza, mas(...) encarando essa natureza como um todo, ao tentar esclarecer suas partes individuais. Você procura explicação do individualismo na totalidade de suas várias manifestações.<sup>114</sup>

A resposta de Goethe (27 de agosto) inteligentemente evitou uma análise da mente de Schiller:

Para o meu aniversário, transcorrido essa semana, eu não poderia receber presente mais agradável do que a sua carta, na qual, com mão amiga, você sintetizou a minha existência e, com simpatia, encoraja-me para maior assiduidade e atividade na utilização de minhas potencialidades.(...) Será um prazer revelar, com vagar, o que a sua conversa foi para mim, de que modo considero aqueles dias um acontecimento em minha vida, pois, parece-me que depois do encontro tão inesperado, nada mais poderemos fazer senão vagar juntos pela vida.

Goethe pôs em prática a sugestão, ao convidar (4 de setembro) Schiller para passar alguns dias com ele em Weimar. “Você poderá fazer qualquer espécie de trabalho sem ser molestado. Poderíamos conversar nos horários adequados(...) e penso que não nos separaríamos sem aproveitar algo. Você viverá exatamente segundo os seus gostos e, o quanto possível, como se estivesse em sua casa.” Schiller prontamente aceitou, avisando entretanto a Goethe que “os espasmos asmáticos que me afligem obrigam-me a permanecer na cama a manhã toda, pois meus sofrimentos não me deixam em paz à noite”. De modo que, de 14 a 28 de setembro, Schiller foi hóspede de Goethe, quase seu paciente. O mais velho dos dois homens cuidou do poeta doente, evitando-lhe aborrecimentos, dando-lhe conselhos sobre a dieta a seguir, ensinando-lhe a amar o ar puro. De volta a Lena, Schiller escreveu (29 de setembro): “Encontro-me novamente em minha casa, mas meus pensamentos estão ainda em Weimar. Levará muito tempo para que eu possa deslindar todas as idéias que você despertou em mim.” Depois (8 de setembro), com característica ansiedade, ele insistiu: “Parece-me necessário chegarmos logo a alguma compreensão nítida sobre nossas idéias a respeito do belo.”

Seguiram-se três meses preparatórios para o primeiro número do *Die Horen*, que apareceu em 24 de janeiro de 1795, o segundo, em 1º de março, os outros, todos os meses, no decurso de três anos. Goethe, de Weimar, anunciou (18 de março): “Todo mundo corre atrás da revista, arrancando os números das mãos uns dos outros, não poderíamos desejar mais para um início.” Em 10 de abril, Schiller informou a Goethe: “Kant escreveu-me uma carta muito afável, mas pede um prazo para enviar a sua contribuição.(...) Alegro-me de ter induzido o velho pássaro a juntar-se a nós.” Goethe pediu que suas próprias peças não fossem assinadas, pois elas incluíam várias de suas *Elegias Romanas*, e ele sabia que a sua voluptuosa sensualidade poderia parecer imprópria para um conselheiro privado.

No impetuoso entusiasmo do sucesso, Schiller convenceu Goethe a juntar-se a ele em outro periódico, *Der Musenalmanach*, que apareceu anualmente de 1796 a 1800. As peças mais vivas impressas no periódico foram *Xenien*, que os dois poetas escreveram segundo o modelo de *Xenia*, de Marcial — epigramas escritos como presentes aos convidados. Schiller descreveu o projeto a Körner: “Tudo consiste em um aglomerado de epigramas, dos quais cada um é um único par de versos. Constituem-se sobretudo de sátiras veementes e maliciosas, principalmente contra os autores e suas obras, interpostas de quando em quando de rápidos lances de idéias poéticas ou filosóficas. Haverá nada menos de seiscentos desses monodísticos.”<sup>115</sup> Goethe sugerira este pla-

no a fim de, por sua vez, atacarem os seus críticos, ironizarem os autores pomposos e os gostos burgueses, assim como despertarem no público leitor da Alemanha um maior interesse pela literatura. Remeteriam essas “dádivas” ao campo dos filisteus “como raposas chamuscadas”.<sup>116</sup> Muitos epigramas não tinham assinatura, e alguns constituíam-se de produção conjunta dos dois conspiradores. Sendo muitos desses dirigidos aos autores ou às controvérsias, esquecidas atualmente, o tempo extinguiu seu fervor, mas um deles, de Goethe, merece especialmente ser lembrado:

*Immer strebe zum Ganzen, und kannst du selber kein Ganzes  
Werden, als dienendes Glied schliess an ein Ganzes dich an!*

— “Lute sempre para constituir um todo, e se você mesmo não pode tornar-se um todo, prenda-se a algum todo como uma parte que presta serviço.” Um outro dístico, em geral atribuído a Schiller, estende o pensamento:

*Vor dem Tod erschrickst du? Du wünschst unsterblich zu leben?  
Leb' im Ganzen! Wenn du lange dahin bist, es bleibt.*

— “Tens medo da morte? Desejas viver sem morrer? Vive no Todo! Quando há muito já tiveres partido daqui, o Todo permanecerá.” A parte satírica do *Xenien* ocasionou contra-ataques, que fizeram Schiller sofrer e Goethe rir. Goethe aconselhou Schiller a deixar sua obra ser a única resposta. “Depois de nossa louca aventura com o *Xenien*, precisamos nos esforçar para trabalhar apenas em grandes e dignas obras de arte, confundindo todos os nossos adversários e transformando nossas naturezas de Proteu em nobres formas.”<sup>117</sup>

Estava consumado. Naqueles anos em que se desenvolveu a amizade dos dois, Goethe e Schiller escreveram alguns de seus mais belos poemas: Goethe, a “Noiva de Corinto” e “O Deus e a Bailadeira”. Schiller, “O Passeio” (1795), “A Garça de Íbico” (1797), e “O Canto do Sino” (1800). Schiller acrescentou, ainda, um grande ensaio *Über naive und sentimentalische Dichtung* (1795), e Goethe publicou *Wilhelm Meisters Lehrjare* (1796).

Por “poesia ingênua e sentimental” Schiller quis dizer poesia nascida de percepção objetiva *versus* poesia desenvolvida pelo sentimento reflexivo. Secretamente, comparava Goethe e Schiller. O poeta “ingênuo” não é simples, nem superficial, nem enganado, e sim aquele que se ajusta tão prontamente ao mundo exterior que não sente oposição entre ele mesmo e a natureza, mas aproxima-se da realidade através de intuição direta e resoluta. Schiller, à guisa de exemplos, cita Homero e Shakespeare. À medida que a civilização torna-se mais complexa e artificial, a poesia perde sua imediação objetiva e harmonia subjetiva. O conflito penetra na alma e o poeta tem de se recuperar através da imaginação e pela emoção — como um ideal lembrado ou almejado — o acordo e a união do ser com o mundo. A poesia torna-se reflexiva, nublada pelo pensamento.<sup>118</sup> Schiller acreditava ser a poesia grega da espécie ingênua ou direta, e a maior parte da poesia moderna o resultado da discórdia, desunião e dúvida. O poeta ideal é aquele que funde tanto as aproximações simples e reflexivas em uma visão e forma poéticas. Mais tarde, Goethe salientou que aquele ensaio tornara-se a origem dos debates entre a literatura e a arte Clássica e Romântica.

A embriologia de *Wilhelm Meisters Lehrjahre* ilustra o método criativo de Goethe. Idealizou a história em 1777, completou o Livro I em 1778, botou-o de lado, e não terminou o Livro II senão em julho de 1782. Trabalhou no Livro III até novembro desse ano, e no Livro IV até novembro de 1783. Os livros V e VI arrastaram-se por mais três anos. Denominou os seis livros "*Wilhelm Meisters theatralische Sendung*", leu partes dos mesmos aos amigos, depois botou-os de lado. Retomou a história novamente em 1791, por instâncias de Herder e Ana Amélia, e em 1794, acrescentou mais dois livros. Submeteu os manuscritos a Schiller, que enviou críticas, sugestões e encorajamentos à medida que ia recebendo as páginas. Parecia até o retrato de uma parteira auxiliando um parto difícil e em atraso. Afinal, em 1794, o trabalho foi para o prelo. Não é de admirar que a produção final estivesse ligeiramente deformada, estruturalmente fraca, sobrecarregada e confusa, excelente apenas em algumas partes e quando retratava a hesitação de Goethe entre interesses conflitantes e vagos ideais. Aquela decisão e autoconfiança que Schiller atribuía a ele era o orgulhoso disfarce de hesitação e lutas internas.

*Lehrjahre* — "anos de estudo" — expressava o tempo de aprendizado nos grêmios alemães. Nesses tempos de ensino Wilhelm tornou-se *Meister*, mestre. De modo que, em seus meandros, o tema do romance é o lento e penoso aprendizado de Wilhelm no grêmio da vida. Em virtude dos espetáculos de marionetes que Goethe amara em criança, e seu continuado interesse pelo teatro, ele ligou a história a uma companhia de atores que passava por dezenas de cidades e uma infinidade de vicissitudes, à guisa de lições de vida e aspectos do comportamento alemão. Fiel à sua própria infidelidade, fez o seu herói entrar em cena ao abandonar a amante, Marianne. Wilhelm não é um tipo fascinante. Deixa-se levar por uma ou outra situação ou idéia pelo capricho das circunstâncias, ou o poder de uma personalidade. É a mulher quem toma a iniciativa em seus casos amorosos. De nascimento burguês, desmanchava-se por homens de estirpe nobre, esperando humildemente que estes algum dia reconheçam a aristocracia do espírito. Philine é mais atraente. Trata-se de uma atriz charmosa que passa de um amor a outro, contudo enfeitando o seu erótico turismo com uma alegria contagiante e uma inconsciência do pecado que a absolve. Única é a pequena Mignon, que segue seu velho pai obedientemente quando, em suas peregrinações, ele toca harpa a fim de ganhar alguns trocados. Goethe descreve-a falando "um alemão muito ruim",<sup>119</sup> colocando, entretanto, em sua boca a perfeita canção, "*Kennst du das Land*". Ela nutre por Wilhelm um amor de adolescente, e este a ama como criança, vindo Mignon a morrer de desgosto quando o surpreende nos braços de Teresa. Ambroise Thomas tirou-a dessas oitocentas páginas para transformá-la em uma ópera (1866) triste e deliciosa.

Schiller louvou a calma serenidade do estilo de *Wilhelm Meisters Lehrjahre*, e a autenticidade da vida da companhia itinerante. Entretanto, assinalou contradições na cronologia, improbabilidades psicológicas, atentados ao gosto, e erros de caracterização e planejamento.<sup>120</sup> Propôs alterações no enredo, dando idéia de como a história deveria terminar.<sup>121</sup> Goethe assegurou-lhe: "Sem dúvida sujeitar-me-ei a seus justos desejos na medida do possível."<sup>122</sup> Não obstante, 33 anos mais tarde, confessou a Eckermann que era tudo que podia fazer para proteger seu romance da influência de Schiller.<sup>123</sup> Outros críticos foram menos condescendentes. Um deles descreveu o livro



como um bordel itinerante e Charlotte von Stein queixou-se de que, “quando Goethe lida com emoções elevadas sempre atira-lhes em cima alguma lama, como se quisesse privar a natureza humana de qualquer pretensão à divindade”.<sup>124</sup> O romance não mereceu essas censuras. Contém muitas páginas agradáveis, com poderes para afastar o leitor do tumulto do mundo.

Em 23 de março de 1796, Schiller voltou a Weimar, na qualidade de hóspede de Goethe. Ali, juntos, trabalharam para o teatro. Goethe era um rígido administrador, escolhendo as peças e treinando os atores. “Tudo quanto era mórbido, fraco, choroso ou sentimental, assim como tudo que era horripilante, horrível ou ofensivo ao decoro, era completamente excluído.”<sup>125</sup> A audiência, em geral, restringia-se à corte, exceto quando alguns estudantes eram convidados de lena. August von Schlegel observou, mordaz: “A Alemanha possui dois teatros nacionais — Viena, com um público de cinquenta mil pessoas, e Weimar, com cinquenta.”<sup>126</sup>

Schiller voltou a Iena em 12 de abril, animado com a renovação do contrato com o teatro, deixando história, filosofia e, ocasionalmente, a poesia, para dedicar-se ao drama. Há muito pensara escrever uma peça sobre Wallenstein. Goethe incentivou-o a continuar. Em novembro, este foi a Iena, vivendo por algum tempo em comunicação diária com Schiller. De volta a Weimar, escreveu: “Não deixe de aproveitar todas as suas horas, para prosseguir com a sua tragédia, a fim de que possamos principiar a discuti-la.”<sup>127</sup>

Enquanto Schiller trabalhava em *Wallenstein*, Goethe, com o sentimento de rivalidade aguçado pelo sucesso obtido por Heinrich Voss, com o seu idílio em verso da vida e do sentimento alemães, *Luise* (1795), experimentou o seu gênero favorito, publicando em 1798 *Herman und Dorothea*. Hermann é o filho forte e saudável, tímido e pacato, de um pai bilioso e de uma mãe carinhosa, que mantinham a Taberna Dourada e uma grande fazenda nas proximidades do Reno. Tiveram conhecimento de que centenas de refugiados aproximavam-se, procedentes de uma cidade fronteiriça, capturada pelos franceses. A família faz embrulhos de roupa e comida, que Hermann leva aos refugiados. Entre esses, encontra uma jovem com um “seio transbordante” e “tornozelos bem torneados”,<sup>128</sup> que estava a servi-los com auxílio e conforto. Apaixona-se por ela e, após as devidas atribulações, leva-a para a casa de seus pais, na qualidade de sua noiva. A história é contada em fluentes hexâmetros. Aspectos da vida rural dão vida à narrativa. Os apelos para a expulsão dos invasores franceses agradaram aos alemães patriotas, que haviam achado *Iphigenie auf Tauris* e *Torquato Tasso* estrangeiros e incompreensíveis, e o pequeno épico deu popularidade a um ator que, desde *Werther*, contava com poucos leitores fora do Ducado de Saxe-Weimar.

A estrela de Schiller estava em ascensão de 1798 a 1800. Em 18 de novembro de 1796, escreveu ele a Körner: “Ainda medito furiosamente sobre *Wallenstein*, porém o nefasto trabalho está ainda diante de mim, sem forma, sem término.” Começou a obra em prosa, interrompeu-a, para recomencá-la em verso. Em parte, o material lhe era familiar, em virtude dos estudos que fizera para escrever a *História da Guerra dos Trinta Anos*, porém tão abundante, tão complexo com seus tipos e seus eventos, que ele abandonou a tentativa para condensá-lo em cinco atos. Resolveu prefaciá-lo o drama com um prólogo de um ato, denominado *Wallenstein Lager* (O campo de Wal-

lenstein), e dividir o restante em duas peças. *Die Piccolomini* expunha a trama para depor o general revoltoso, principiando com um apaixonado caso de amor entre a filha de Wallenstein e o filho de um dirigente. O drama final e essencial seria *Wallensteins Tod*.

Quando Goethe leu o prólogo, ficou tão impressionado pela descrição realística de um campo de batalha, e os preparativos adequados para desenvolvimentos posteriores, que insistiu em levar *Wallenstein* no teatro de Weimar (12 de outubro de 1798) anteriormente ao término de *Die Piccolomini*. Talvez fosse uma maneira sutil de conservar o poeta no seu trabalho. Em princípios de 1799, Schiller foi para Weimar, a fim de representar *Die Piccolomini*. A estréia foi em 30 de janeiro, com uma boa acolhida. Voltou a Iena, trabalhando febrilmente em *A Morte de Wallenstein*. Uma carta de 19 de março de 1799 revela a atitude do escritor após o ardoroso ato de criar. “Há muito temia o momento em que me veria livre do meu trabalho, embora desejasse ver chegar esse momento. E, na verdade, sinto minha atual liberdade muito pior do que o estado de servidão em que me encontrava até agora. O volume que até então me atraiu e me reteve foi-se, e sinto-me como se estivesse dependurado indefinidamente sobre um espaço vazio.”

Emoções não faltaram com os ensaios e a estréia (20 de abril de 1799) de *Wallensteins Tod*. O sucesso foi completo. Até a exigentíssima platéia de Weimar acreditou estar assistindo à representação de uma obra-prima. Schiller havia atingido o máximo de seu desenvolvimento. Usara períodos mais curtos e intensificara a ação, ilustrando os personagens com força e vitalidade. Trouxera todos os aspectos do enredo coesos até o desfecho trágico — a morte degradante de um grande homem arruinado pela ambição e orgulho ilimitados. Schiller sentiu que podia, então, ficar em pé de igualdade com Goethe<sup>129</sup> e no setor do drama essa pretensão era justificada. O duque, talvez por sugestão de Goethe, acrescentou duzentos táleres à pensão de Schiller, convidando-o a residir em Weimar. Em 3 de dezembro de 1799, a família mudou-se para uma casa tão próxima à de Goethe que, por algum tempo, os dois poetas viam-se diariamente.<sup>130</sup>

Nesse meio tempo, impulsionado pelo sucesso, Schiller atirou-se a uma nova peça. “Graças a Deus”, escreveu a Körner, em 8 de maio de 1799, “já acertei um novo assunto para uma tragédia.” Em relação à *Maria Stuart* Schiller estudou as fontes históricas, mas não pretendeu estar escrevendo história. Propôs-se escrever uma peça utilizando a história como material e cenário. Readaptou os acontecimentos e a cronologia tendo em vista efeito e consistência dramáticos. Enfatizou os aspectos desagradáveis do caráter de Elizabeth, fazendo de Maria uma heroína quase imaculada, colocando as duas cara a cara num dramático confronto. A história não registra semelhante encontro, contudo a cena é uma das mais pujantes da dramaturgia. Em 14 de junho, quando de sua representação em Weimar, Schiller mais uma vez foi exaltado em razão de seu sucesso. Por volta do mês de junho, já estava ele escrevendo *Die Jungfrau von Orleans*. Mais uma vez, ajeitou a história para corresponder a seus fins. Ao invés de ir para a fogueira, ele apresentou Joana escapando dos ingleses, seus captores, correndo à batalha a fim de salvar o seu rei, e morrendo, vitoriosa, no campo de batalha. A estréia, realizada em Leipzig, a 18 de setembro de 1801, foi o maior triunfo jamais conhecido por Schiller.

Goethe invejava a súbita ascensão de seu amigo no teatro alemão? Ele rejubilou-se com o acontecimento e, 28 anos mais tarde, ainda julgava *Wallensteins Tod* “tão grandioso que nada há que se possa comparar”.<sup>131</sup> Contudo, não colocou seu rival tão alto na poesia como no drama. Achava que Schiller toldara a poesia com filosofia, não tendo totalmente dominado a música do verso.<sup>132</sup> Quando alguns amigos de Schiller desejaram encenar-lhe um tributo no teatro de Weimar, Goethe proibiu-o, como demasiado aparatoso.<sup>133</sup> Em julho de 1800, foi para Lena a fim de isolar-se e estudar, enquanto Schiller permaneceu em Weimar. Entretanto, em 23 de novembro, Schiller ainda falava em termos de uma amizade incomparável. Classificava Goethe “o homem mais dotado desde Shakespeare. (...) Nos seis anos de nossa amizade, nunca houve a menor dúvida de sua integridade. Possuía a maior honestidade e sentido de honradez, assim como a maior sinceridade na busca do certo e do bom”.<sup>134</sup> “Gostaria”, acrescentou, “poder justificar Goethe da mesma forma em relação a suas relações domésticas! (...) Em virtude de falsa concepção do que constitui felicidade doméstica, e um infausto medo do casamento, deixou-se cair numa situação embaraçosa que o oprime, o faz desgraçado no seu próprio lar, da qual ele é por demais fraco e bom para descartar-se. Este é o seu único ponto vulnerável.” A mulher de Schiller, como as demais senhoras de Weimar, não queria receber Christiane em sua casa, e ele nunca se referia a ela com Goethe.

Apesar dessa falha na amizade dos *Dioskuren*, como eram às vezes denominados, ela pelo menos constituía prova de que os gênios clássico e romântico podiam conviver em harmonia. Enviavam-se recados quase todos os dias, e freqüentemente ceavam juntos. Goethe costumava botar sua carruagem à disposição de Schiller, enviando a este “uma parte da encomenda que o meu fornecedor de vinhos acaba de entregar”.<sup>135</sup> Em 20 de abril de 1801, Goethe escreveu a Schiller: “Vamos dar um passeio juntos à tardinha.” E em 11 de junho: “Adeus, recomenda-me a sua cara esposa, e dê-me uma alegria, quando eu voltar (de Göttingen), apresentando-me os frutos do seu trabalho.” E em 28 de junho de 1802: “Uma chave do meu jardim, assim como da casa lhe serão entregues. Espero que aproveite sua estada lá da melhor maneira possível.” Vinte e dois anos depois da morte de Schiller, Goethe disse a Eckermann: “Tive sorte em ter encontrado Schiller, pois, diferentes como eram nossas naturezas, nossas tendências eram para um único ponto, que tornava o nosso conhecimento tão íntimo, que não poderíamos viver um sem o outro.”<sup>136</sup>

Nos últimos anos daquela amizade, a doença os prejudicava. Nos primeiros meses do ano de 1801, Goethe padecia de nervosismo, insônia, gripe e abscessos que, certa vez, lhe fecharam os olhos. Em uma ocasião, ficou inconsciente por tanto tempo que Weimar esperou sua morte. Em 11 de janeiro, Charlotte von Stein escreveu para o seu filho Fritz: “Eu não sabia que o meu velho amigo Goethe ainda me era tão caro, e que uma séria moléstia que o acometeu há nove dias me perturbasse até o âmago do meu ser.”<sup>137</sup> Pegou o filho de Christiane, August, para ficar algum tempo em sua casa, a fim de aliviar a amante de Goethe dos trabalhos que a sua doença incessantemente lhe dava. A recuperação foi lenta e penosa. “É duro”, escreveu ele a Charlotte, “recuperar a saúde.”<sup>138</sup>

Em 1802, Schiller, então próspero devido aos lucros provenientes da encenação de suas peças, comprou uma casa em Weimar por 7.200 *gulden*, e Goethe, então em

Iena, auxiliou-o na venda da casa na qual havia morado naquela cidade. Em 17 de março, Schiller produziu *Die Braut von Messina*, uma tentativa confessa<sup>139</sup> de rivalizar com *Édipo*, de Sofócles, com a representação, em uma divisão de coros, da luta de dois irmãos apaixonados por uma mulher que, no final, acaba sendo irmã deles. A peça não agradou. Goethe experimentou revés semelhante quando, em 1803, encenou *Die natürliche Tochter*.

Entre os espectadores de uma representação de *A Filha Natural* estava uma dama brilhante e animada, Germaine Necker, Mme. de Staël, que estava colhendo material para seu livro *De l'Allemagne*. Viu Schiller pela primeira vez em dezembro de 1803,

no salão do duque e da duquesa de Weimar, em uma sociedade tão esclarecida quanto exaltada. Ele lia francês muito bem, mas nunca havia falado o idioma. Mantive, com certo entusiasmo, a superioridade do nosso sistema dramático sobre todos os outros. Não se negou ele a debater a questão comigo, sem qualquer constrangimento pela dificuldade e lentidão com que se expressava em francês.(...) Em breve descobri muitas idéias em meio ao obstáculo de suas palavras, impressionando-me com a simplicidade de seu caráter.(...) Achei-o tão modesto.(...) tão animado, que lhe dediquei, a partir daquele momento, uma amizade cheia de admiração.<sup>140</sup>

Schiller preparou Goethe para encontrá-la: "Ela representa, em toda a sua pureza, a cultura intelectual da França.(...) O seu único mal é sua extraordinária volubilidade. Temos que nos concentrar em um único órgão auditivo a fim de poder acompanhá-la."<sup>141</sup> Em 24 de dezembro, levou-a à presença de Goethe. Este declarou: "Foram momentos muito agradáveis. Não tive oportunidade de dizer uma palavra. Ela fala bem, porém demais." A versão dela foi idêntica, com exceção de uma pequena modificação. Disse que Goethe falou tanto que ela não pôde articular uma sílaba.<sup>142</sup> Seu livro foi uma revelação para os franceses do que era a Alemanha, como "a pátria do pensamento". "É impossível", escreveu, "que os escritores alemães, os homens mais bem informados e reflexivos da Europa, não tenham merecido sequer um momento de atenção em relação à literatura e à filosofia."<sup>143</sup>

Resolvido a reconquistar a audiência que havia rejeitado a *Noiva de Messina*, Schiller, por sugestão de Goethe, escolheu para seu próximo drama a história popular de Guilherme Tell. Entusiasmou-se logo com o tema. "Após recolher todo o material necessário", lembrou Goethe, "sentou-se para trabalhar e (...) só se levantou da cadeira quando a peça estava terminada. Se o cansaço o dominava, inclinava a cabeça sobre o braço e dormia um pouco. Logo que acordava pedia(...) café preto forte para conservar-se acordado. Assim é que a peça foi escrita em seis semanas."<sup>144</sup>

Schiller aceitou como história a lenda de Guilherme Tell, que conduziu a revolta da Suíça contra a Áustria em 1308. A revolta era real, e também Gessler, o odiado intendente austríaco. Gessler, na lenda, prometeu a Tell completo perdão se ele provasse sua proeza com o arco e a flecha ao atirar em uma maçã colocada na cabeça do seu filho. Tell colocou duas flechas no cinto. Com a primeira atirou na maçã. Gessler perguntou para quem era a segunda destinada, ao que Tell respondeu: "Para o senhor, se a primeira acertasse em meu filho." Em 17 de março de 1804, a peça foi aclamada em Weimar e muito em breve, em todos os lugares. A Suíça adotou-a como

parte da lenda nacional. Publicada, a peça vendeu sete mil exemplares em poucas semanas. Schiller era, então, mais famoso do que Goethe.

Entretanto, restava-lhe menos de um ano de vida. Em julho de 1804, teve um ataque de cólicas tão violento que o médico temeu por sua vida e Schiller desejou a morte. Recuperou-se lentamente, principiando uma outra peça, *Demetrius* (o “falso Dmitri” da história russa). Em 28 de abril de 1805, viu Goethe pela última vez. A partir dessa data, Goethe voltou a casa, sentindo-se também seriamente doente, com cólicas. No dia 29, a moléstia final de Schiller principiou. Heinrich Voss relatou: “Seus olhos fundos pareciam enterrados no rosto, e todos os nervos tremiam convulsivamente.”<sup>145</sup> As tensões pouco saudáveis do esforço para escrever, a inflamação dos intestinos e o enfraquecimento dos pulmões contribuíram para destruí-lo. “Schiller nunca bebeu muito”, disse Goethe, mais tarde, “ele era muito moderado, mas naquelas horas de fraqueza física foi obrigado a estimular-se com bebidas alcoólicas fortes.”<sup>146</sup> No dia 9 de maio, Schiller enfrentou a morte com uma estranha calma. Despediu-se da mulher, dos quatro filhos e dos amigos; depois caiu em sono profundo e não acordou mais. A autópsia mostrou seu pulmão esquerdo totalmente destruído pela tuberculose, o coração debilitado, o fígado, os rins e intestinos todos infectados. O médico disse ao duque: “Nessas circunstâncias, não podemos deixar de admirar como pôde o pobre homem ter vivido tanto tempo.”<sup>147</sup>

Goethe estava tão doente na época que ninguém ousou dizer-lhe que Schiller havia morrido. A 10 de maio, entre soluços, Christiane revelou-lhe o ocorrido. “Pensei estar perdendo a própria vida”, escreveu a Zelter, “e, ao invés, perdi um amigo que era a própria metade da minha existência.”<sup>148</sup> Com a que lhe restava, ele atingiu a sua própria realização.

## Goethe, Velho e Sábio

1805-32

### I. GOETHE E NAPOLEÃO

**F**AZENDO jus aos nossos limites estabelecidos, devemos deixar Goethe em suspenso, neste ponto, com o *Fausto* em sua pena e a cultura em sua época, ou devemos, ocupando espaço e correndo o risco do tempo, acompanhar até o fim esse majestoso olímpico em eterna expansão? *Die ewige Weisheit zieht uns hinan*: a eterna sabedoria nos conduz.<sup>1</sup>

Em 14 de outubro de 1806, Napoleão derrotou os prussianos em Iena. O Duque Carlos Augusto, aliado da Prússia, conduziu o seu próprio pequeno exército contra os franceses, naquela batalha. Os sobreviventes em retirada, e depois os vencedores famintos, entraram em Weimar, saquearam os armazéns e aquartelaram-se nas casas particulares. Dezesseis soldados alsacianos tomaram a casa de Goethe. Christiane deu-lhes comida, bebida e camas. Aquela noite, dois outros soldados, embriagados, forçaram a entrada; não encontrando mais camas disponíveis no andar de baixo, subiram as escadas, entraram no quarto de Goethe e, brandindo as espadas em seu rosto, pediram que os acomodasse. Christiane colocou-se entre esses soldados e o seu companheiro, persuadiu-os a se retirarem e, em seguida, fechou a porta. A 15 daquele mês, Bonaparte chegou a Weimar, restabelecendo a ordem. Instruções foram dadas para que “o distinto intelectual” não fosse perturbado, e que “todas as medidas seriam levadas a efeito para proteger o grande Goethe e o seu lar”.<sup>2</sup> Os marechais Lannes, Ney e Augereau ficaram com ele por algum tempo, deixando-o, em seguida, com desculpas e cumprimentos. Goethe agradeceu a Christiane sua coragem, dizendo-lhe: “Se Deus quiser, seremos marido e mulher.” Casaram-se em 19 de outubro. A boa mãe de Goethe, que suportara com amor todos os seus erros, e com modéstia todas as suas honrarias, enviou-lhe renovadas bênçãos. Morreu em 12 de setembro de 1808, e Goethe herdou metade de suas propriedades.

Em outubro de 1808, Napoleão presidiu a uma reunião de seis soberanos e 43 príncipes, em Erfurt, refazendo o mapa da Alemanha. O Duque Carlos Augusto compareceu, levando Goethe em seu séquito. Bonaparte pediu a Goethe para visitá-lo no

dia 2 de outubro. O poeta foi, passando uma hora com o conquistador, Talleyrand, dois generais, e Friedrich von Müller, um magistrado de Weimar. Napoleão cumprimentou-o pelo seu vigor (Goethe contava então 59 anos), perguntou sobre sua família e emitiu corajosa crítica a *Werther*. Condenava os dramas atuais que enfatizavam o destino. “Por que falar no destino? A política é destino.(...) *Qu'en dit Monsieur Goet?*” (O que diz Monsieur Goethe sobre isso?) Não sabemos a resposta de Goethe, mas Müller relatou que, ao retirar-se Goethe da sala, Napoleão observou a um dos generais: “*Voilà un homme!*” (Eis aí um homem!)<sup>3</sup>

Em 6 de outubro, Napoleão voltou a Weimar, trazendo consigo uma companhia de atores de Paris, entre eles o grande Talma. Levaram, no teatro de Goethe, *La Mort de César*, de Voltaire. Depois da representação, o imperador chamou Goethe à parte e comentou a tragédia. “O drama sério”, disse, “poderia muito bem ser uma escola para príncipes assim como para o povo, pois, em certos pontos, situa-se acima da história... O senhor deve ilustrar a morte de César com mais grandeza do que Voltaire o fez, e demonstrar como César [Napoleão] teria feito o mundo feliz se o povo pelo menos lhe houvesse dado tempo para levar a efeito os seus grandiosos planos.” E um pouco mais tarde: “O senhor precisa ir a Paris! Faça-lhe este pedido! Lá encontrará uma riqueza de temas para a sua poesia.”<sup>4</sup> — Quando Napoleão passou novamente por Weimar, após a sua desastrosa retirada de Moscou, ele pediu ao embaixador francês para transmitir seus cumprimentos a Goethe.

O poeta sentiu que em Bonaparte ele havia encontrado, segundo sua expressão, “o maior espírito que o mundo já viu”.<sup>5</sup> Aprovou o domínio de Napoleão sobre a Alemanha. Afinal, não existia uma Alemanha, mas apenas uma mistura de estados insignificantes, e o Sagrado Império Romano havia deixado de existir em 1806. Parecia a Goethe aconselhável que a Europa se unificasse, principalmente sob uma inteligência como a de Bonaparte. Não se regozijou com a derrota de Napoleão em Waterloo, embora, mais uma vez, o seu duque tivesse dirigido os regimentos de Weimar contra os franceses. Sua cultura e preocupações eram por demais universais para que pudesse sentir patriótico entusiasmo. Não conseguia encontrar em si um sentimento, embora por várias vezes tivesse sido solicitado a fazê-lo, escrevendo canções de fervor nacionalista. Ao chegar aos oitenta anos, disse a Eckermann:

Como poderia eu escrever canções de ódio se não sinto ódio? E, entre nós, nunca odiei os franceses, embora tenha agradecido a Deus quando deles nos livramos. Como poderia eu, para quem as únicas coisas significativas são a civilização [*Kultur*] e a barbárie, odiar uma nação que se destaca como a mais culta do mundo, e à qual devo grande parte da minha própria cultura? Em todo caso, essa história de ódio entre nações tem algo de curioso. Sempre se apresenta mais possante e bárbara nos níveis mais inferiores da civilização. Entretanto, existe um outro nível diante do qual esses sentimentos se apagam, e dentro do qual nos situamos, por assim dizer, acima das nações, sentindo o bem-estar ou as aflições dos povos vizinhos como se fossem nossos. Este o nível adequado ao meu temperamento, ao qual cheguei antes de fazer sessenta anos.<sup>6</sup>

Oxalá houvesse, em todos os principais países, um milhão desses “bons europeus”!

## II. FAUSTO: PARTE I

Goethe não aceitou o oferecimento de Napoleão para mudar-se para Paris ou escrever sobre César. Há muito alimentava em sua mente e nos manuscritos um assunto que o impressionava muito mais profundamente do que a mais gloriosa carreira política. A luta da alma para chegar à compreensão e à beleza, sua derrota em face da brevidade da beleza e do caráter indefinível da verdade, e a paz obtida pela restrição dos objetivos e engrandecimentos do ser. Contudo, como visualizar tudo isso numa parábola moderna e forma dramática? Goethe fez a tentativa, durante 58 anos.

Aprendera na infância a história do Fausto,<sup>7</sup> através de livrinhos antigos de baladas e teatros de marionetes, tendo ainda visto ilustrações de Fausto e do Diabo nas paredes da adega de Auerbach, em Leipzig. E, na juventude, metera-se com magia e alquimia. Sua própria incessante procura do conhecimento levou-o à concepção do Fausto. As leituras de Voltaire e a convivência com o sarcasmo de Herder conduziram-no a Mefistófeles. A Gretchen a quem amara em Frankfurt, e Friederika Brion, por ele abandonada em Sessenheim, deram nome e forma a Margarida.

A prova de que a história de Fausto impressionou Goethe, assim como a variedade de formas que lhe passaram pela mente, evidencia o fato de que ele principiou a escrever a peça em 1773; só terminando-a em 1831. Do seu encontro com Herder, em 1771, ele citou em sua autobiografia:

Com o máximo cuidado ocultei-lhe o meu interesse em determinados assuntos que haviam penetrado minha mente, e que, pouco a pouco, tomavam forma poética. Estes eram Götz von Berlichingen e Fausto... A significativa representação de marionetes do último ressoava, vibrava, em muitas facetas, dentro de mim. Eu também havia abordado todas as espécies de ciências, chegando muito cedo à conclusão de sua futilidade. Além disso, eu tinha, na vida real, tentado várias maneiras, terminando insatisfeito e perturbado. Assim é que guardei comigo essas coisas, assim como muitas outras, deliciando-me com elas nas horas solitárias, porém sem nada escrever.<sup>8</sup>

Em 17 de setembro de 1775, disse a um correspondente: "Senti-me bem esta manhã, e escrevi uma cena de *Fausto*."<sup>9</sup> Naquele mesmo mês, Johann Zimmermann perguntou-lhe sobre o andamento do livro. "Ele trouxe uma pasta cheia de pedaços de papel, jogando-a em cima da mesa. 'Eis aqui o meu *Fausto*.'"<sup>10</sup> Quando foi para Weimar (novembro de 1775) o primeiro rascunho do drama estava completo.<sup>11</sup> Insatisfeito com ele, botou-o de lado. O *Urfaust*, ou *Original do Fausto*, não foi para o prelo antes de 1887, quando uma cópia manuscrita feita por Fräulein von Göchhausen foi encontrada em Weimar.<sup>12</sup> No decurso de mais quinze anos ele expandiu e fez a revisão da obra. Finalmente, publicou-a (1790) como *Faust, ein Fragment*, que atualmente cobre 63 páginas.<sup>13</sup> Esta foi a primeira versão em letra de fôrma da mais famosa peça desde *Hamlet*.

Ainda descontente com a obra, Goethe abandonou o tema até 1797. Em 22 de junho, escreveu a Schiller: "Resolvi retomar o *Fausto*, (...) discriminando o que já foi impresso, distribuindo-o em grandes volumes (...) e preparando o seu desdobramento. (...) Apenas gostaria que você tivesse a grande bondade de pensar no caso em uma



de suas noites de insônia, dizendo-me o que você exigiria em relação ao todo da referida obra, interpretando meus sonhos como um verdadeiro profeta." Schiller respondeu no dia seguinte: "O dualismo da natureza humana, e o esforço infrutífero para unir, no homem, o divino e o material, nunca desaparece.(...) A natureza do assunto o forçará a tratá-lo filosoficamente, e a imaginação terá de acomodar-se para servir à idéia nacional." A imaginação de Goethe era rica demais, e inúmeras suas experiências de vida. Inseriu algumas no *Fragment*, duplicando-lhe o tamanho, e, em 1808, deu ao mundo o que agora chamamos *Fausto*, Parte I.

Antes de dar a palavra ao seu fantoche, acrescentou ao drama uma terna *Zueignung* — dedicatória — a seus amigos mortos, assim como o engraçado "Prólogo no Teatro" entre o empresário, o dramaturgo e o bufão, e ainda o "Prólogo no Céu", no qual Deus aposta com Mefistófeles que Fausto não pode ser permanentemente induzido a pecar. Por fim, Fausto fala em versos burlescos:

*Habe nun, ach! Philosophie,  
Juristerei und Medizin,  
Und leider auch Theologie  
Durchaus studiert, mit heissem Be-  
mühen.*

*Da steh ich nun, ich armer Tor!*

*Und bin so klug als wie zuvor.*

*Heisse Magister, Heisse Doktor gar,*

*Und ziehe schon an die zehen Jahr*

*Herauf, herab, und quer und krumm  
Meine Schüler an der Nase herum,  
Und sehe dass wir nichts wissen kön-  
nen.*

Estudei, ai de mim, filosofia,  
Jurisprudência, e também medicina,  
E, o que é mais triste, teologia  
Com ardoroso trabalho, de ponta a  
ponta.

E, aqui me encontro, tão sábio, pobre  
louco,

Como quando meus passos, pela primei-  
ra vez, seguiram para a escola.

Rotulam-me Mestre, ou melhor, na  
verdade, Doutor

E, há uns dez anos, por paus e por  
pedras

Acima e abaixo, por bem ou por mal,  
Trago meus alunos pelo beijo.

Sabendo que, na verdade, nada pode-  
mos saber.<sup>14</sup>

Essa métrica de quatro pés, transmitida pelas peças de Hans Sachs, provou-se adequada aos ritmos ondulantes de um drama que temperava filosofia com divertimento.

Fausto, naturalmente, é Goethe, até no fato de ter sessenta anos; e, como Goethe, ainda aos sessenta, ele entusiasmava-se com a beleza e a graça femininas. Sua dupla aspiração de sabedoria e beleza era ainda a alma de Goethe, a qual desafiava os deuses vingadores por sua presunção, mas que, no entanto, era nobre. Fausto e Goethe disseram Sim à vida espiritual e sensual, filosófica e alegre. Ao contrário, Mefistófeles (que não é Satanás, mas apenas o filósofo de Satanás) é um demônio de negação e dúvida, para quem toda aspiração é bobagem, toda beleza um esqueleto coberto de pele. Em alguns momentos, Goethe era também aquele espírito zombador, do contrário não lhe poderia ter dado tanta argúcia e vivacidade. Por vezes, Mefistófeles parece ser a voz da experiência, do realismo e da razão, impedindo os desejos e ilusões românticas de Fausto. Na verdade, Goethe disse a Eckermann que "o caráter de Mefistófeles é(...) o resultado vivo de longa convivência com o mundo".<sup>15</sup>

Fausto não vende sua alma incondicionalmente. Concorde em ir para o inferno so-

mente se Mefistófeles lhe apresentar um prazer tão duradouramente gratificante que ele gostaria de conservá-lo para sempre:

Se algum dia, no leito da indolência, eu me refestelar para sempre,  
Então, nesse instante, termina minha raça!  
Terei eu de dizer a todo momento.  
“Demora um pouco, és tão belo!”\*  
Depois, em grilhões poderás prender-me,  
Então, alegremente, irei para lá.

Com esta condição, Fausto assina o pacto com sangue, exclamando arrojadamente: “Nossas paixões ardentes apagaremos agora em mar sensual!”<sup>16</sup>

Então, Mefistófeles o leva para Margarida — “Gretchen”. Fausto encontrou na jovem todos os encantos daquela simplicidade que parte munida de saber e volta com prudência. Cortejou-a com jóias e filosofia:

MARGARIDA: Diga-me, como andas com tua religião?

És um homem bom e amável  
Contudo, creio que pouca atenção dás a ela.

FAUSTO: Basta, bela criança! Amo-te, tu o sentes.

Para aqueles que amo meu sangue derramarei e minha vida darei,  
Nem de sua fé, de sua igreja, nenhum homem o destituirá.

MARGARIDA: Isso não está certo! Precisamos crer!(...)

Acreditas em Deus?

FAUSTO: Que homem poderá dizer, minha querida,

“Creio em Deus”?

MARGARIDA: Então, não crês?

FAUSTO: Tu, meu anjo encantador, ouviste mal minhas palavras!

Quem O pode nomear? Quem assim O proclama?

Acredito Nele?

Quem, dotado de sentimento, endurecendo o coração

Poderá dizer, “Não creio Nele”?

Aquele que tudo abarca, que tudo sustenta,

Não envolve e mantém a Ele

A ti, a mim, a Ele mesmo?

Não se lança a abóbada celeste acima de nós?

Não jaz a terra, firmemente “sob nossos pés?”(...)

Embora grande, encha teu coração dessa fonte,

E quando com este sentimento fores abençoada

Dá-lhe o nome que tu desejares!

Chama-o Bem-aventurança, Coração, Amor, Deus!

Nome não tenho para lhe dar.

O sentimento é tudo [*Gefühl ist alles*]!

Um nome é apenas som e fumaça

Obscurecendo o brilho do céu.(...)

MARGARIDA: Com tuas palavras, isso parece belo

Contudo... não és cristão.

FAUSTO: Pobre criança!<sup>17</sup>

---

\* *Verweile doch, du bist so schön!*

Ela impressiona-se não com o seu obscuro panteísmo, mas pela bela aparência e vestuário com os quais a magia de Mefistófeles enfeitou sua mocidade restituída. Diante de sua roca, ela canta uma canção de triste desejo:

*Meine Ruh ist hin,  
Mein Herz ist schwer  
Ich finde sie nimmer  
Und nimmermehr.(...)  
Nach ihm nur schau ich  
Zum Fenster hinaus,  
Nach ihm nur geh ich  
Aus dem Haus  
Sein hoher Gang  
Sein' edle Gestalt,  
Seines Mundes Lächeln,  
Seiner Augen Gewalt.(...)  
Mein Busen drängt  
Sich nach ihm hin  
Ach, dürft ich fassen  
Und halten ihn  
Und küssen ihn,  
So wie ich wollt,  
An seinen Küssen  
Vergehen sollt!*

Minha paz foi-se,  
Meu coração está ferido  
Nunca mais o encontrarei,  
E nunca mais.(...)  
Só espero por ele,  
Próximo à janela;  
Só olho para ele  
Quando olho para fora.  
Sua atitude garbosa,  
Sua aparência senhoril  
O sorriso de seus lábios,  
A força do seu olhar.(...)  
Meu peito anseia  
Por ele, por ele.  
Ah, se eu pudesse enlaçá-lo  
E segurá-lo,  
E beijá-lo como eu  
Quisesse, então, eu,  
Desfalecendo com seus beijos,  
Desmaiava e morria!<sup>18</sup>

Todo o mundo ocidental sabe o resto da história, quanto mais não seja, através de Gounod. Margarida, para poder beijar e desfalecer sem acompanhante, dá a sua mãe uma poção para dormir, em consequência da qual ela não mais acorda. Fausto mata o irmão de Margarida em duelo e depois desaparece. Esta, cheia de vergonha e desgosto, mata seu filho sem pai. É presa e condenada à morte. Fausto visita-a no calabouço, pedindo-lhe que fuja com ele. Ela o abraça, porém recusa-se a abandonar a cela. Mefistófeles leva Fausto embora, enquanto uma voz do céu exclama: "Ela está redimida."

Somente aos poucos foi o público leitor compreendendo que o *Fausto* de 1808 era o drama mais primoroso e a poesia mais elevada que a Alemanha havia produzido, e alguns mais eruditos logo viram que a obra merecia situar-se entre as maiores da literatura mundial. Friedrich Schelegel comparava Goethe a Dante, Jean Paul Richter igualava-o a Shakespeare, Wieland colocou-o, no reino da poesia, com a mesma soberania de Napoleão, no governo e na guerra.<sup>19</sup>

### III. O VELHO SÁBIO APAIXONADO

Nos anos de 1818-21, Goethe teve dois romances que lhe agitaram a alma, sem contar Bettina Brentano. Em 23 de abril de 1807, Bettina, com 22 anos, foi ao velho poeta com uma carta de introdução de Wieland. Era neta de Sophie von La Roche, que amara Wieland, e era filha de Maxiliane Brentano, que havia flertado com Goethe. A moça julgou ter um elo de primogenitura no coração de Goethe. Logo ao entrar na sala, atirou-se em seus braços. Ele recebeu-a como uma criança,

correspondendo-se com ela a partir de então nesse sentido. Entretanto, Goethe anexou a suas cartas os últimos poemas de amor que havia escrito e, embora não fossem dirigidos a ela, Bettina os considerou uma declaração de amor, dando-lhes este colorido em *Goethes Briefwechsel mit einem Kinde* (*Correspondência de Goethe com uma Criança*) que publicou em 1835.

A maior parte dos poemas fora inspirada por Wilhelmine Herzlieb. Minna, como Goethe logo passou a chamá-la, era filha de um livreiro de Iena. Ele a conhecera em criança, mas, em 1808, tinha 19 anos, era recatada, terna e florescente. Deixava-se prender às mínimas palavras de Goethe, lastimando que a idade e sua situação impedissem-na de amá-lo e possuí-lo. Ele compreendeu seus sentimentos, correspondeu a eles, escreveu-lhe sonetos, fazendo um jogo de palavras com o seu nome como um coração apaixonado. Lembrou-se, entretanto, que acabara de casar-se com Christiane. Parece que pensava em Minna quando retratou a tímida, tensa, afetiva Ottilie das *Afinidades Eletivas* (1809).

Esse extraordinário romance — *Die Wahlverwandtschaften* — é, segundo a opinião do seu autor,<sup>20</sup> sua melhor obra de prosa de ficção, com melhor disposição e numa linguagem mais densa do que qualquer uma das perambulações de Wilhelm Meister. Ouçamos as palavras de Goethe a Eckerman (9 de fevereiro de 1829): “No todo, nas *Afinidades Eletivas* não há uma linha que eu mesmo não tenha realmente vivido, havendo muito mais coisas nas entrelinhas que ninguém pode assimilar numa primeira leitura.” Na verdade, o defeito do livro é o de conter muito Goethe, demasiada filosofia dita por pessoas incapazes de fazê-lo. (Por exemplo, faz Ottilie escrever um diário no qual ele joga um dos seus mais intelectualizados *obiter cogitata*, tais como: “Só podemos nos defender contra o mérito dos outros pelo amor”).<sup>21</sup> Mas é justamente por ter muita coisa de Goethe nesse livro que ele é cheio de vida e rico em pensamento: porque a Charlotte da história é novamente Charlotte von Stein, tentada, porém recusando ser infiel ao marido, porque o capitão, é Goethe apaixonado pela mulher de seu amigo, porque Edward, o marido de cinquenta anos, apaixonado por Ottilie, é Goethe atraído por Minna Herzlieb, e porque o romance é a tentativa de Goethe em analisar sua própria sensibilidade erótica.

Nesta obra, Goethe propôs-se pensar na atração sexual em termos de química. Talvez tenha tirado o título das *Afinidades Eletivas* do grande químico sueco Torbern Olof Bergman, em 1775. O capitão explica a Edward e Charlotte as atrações, rejeições e combinações das partículas da matéria: “Vocês precisam ver por si mesmos essas substâncias — que parecem totalmente mortas e, no entanto, são tão cheias de energia e força — em movimento diante dos seus olhos. Agora, procuram-se umas às outras, (...) agarram-se, esmagam, devoram, destroem-se umas às outras e, depois, subitamente, reaparecem (...) em formas frescas, renovadas, inesperadas.”<sup>22</sup> De modo que, quando Edward convida seu amigo, o capitão, e Charlotte convida sua sobrinha Ottilie para passarem com eles em demoradas visitas, o capitão apaixonado por Charlotte, e Edward por Ottilie. Quando Edward tem relações com sua mulher pensa em Ottilie, enquanto Charlotte pensa no capitão, numa espécie de adultério psicológico. O filho, surpreendentemente, parece com Ottilie, e esta afeiçoa-se à criança como se dela fosse. Depois, acidentalmente, assim parece, ela deixa a criança afogar-se. Atormentada pelo remorso, Ottilie deixa-se morrer de inanição. Edward morre de des-

gosto. O capitão desaparece. Charlotte sobrevive, porém espiritualmente morta. O filósofo da cidade tira suas conclusões: "O casamento é o princípio e o fim de qualquer civilização. Doma o selvagem e dá àqueles que são mais cultos sua melhor oportunidade de serem bons. Deveria ser indissolúvel, pois traz tanta felicidade que suas atribulações eventuais não pesam na balança."<sup>23</sup> Contudo, quatro páginas mais adiante, um personagem propõe o casamento de experiência, no qual o contrato seria de apenas cinco anos de cada vez.

Em 1810, vamos encontrar Goethe em Karlsbad, tomando as águas e flertando com as jovens mulheres, enquanto Christiane, casada há quatro anos, permanece em sua terra, flertando com os rapazes. O poeta de 61 anos conquistou o amor apaixonado de uma morena e bela judia, Marianne von Eybenberg. Depois, foge dela com a loura Silvie von Ziegesar. Num poema oferecido a Silvie chamou-a "filha, amante, querida, branca, e delgada".<sup>24</sup> Christiane envia-lhe apelos para que lhe seja fiel:

Já chegaram em Karlsbad Bettina e a tal Frau von Eybenberg? Dizem por aqui que Silvie e os Gotters também vão. Portanto, o que pretende você fazer em meio a todos os seus flertes? Creio que são demais! Mas você não vai se esquecer da sua mais velha, não é? Pense também um pouco em mim, de vez em quando. Confio em você absolutamente, a despeito do que dizem por aqui. Pois você é o único, sabe, que na verdade pensa em mim.<sup>25</sup>

Goethe enviou-lhe pequenos presentes.

Sempre encontrava tempo, quase todos os dias, para compor alguma poesia ou prosa. Por volta de 1809, principiou sua autobiografia. Denominou-a *Aus meinem Leben Dichtung und Wahrheit* (Poesia e Verdade da Minha Vida). O título admitia, com certa graça, ter, vez por outra, involuntariamente ou não, misturado imaginação com realidade. Tocou apenas, rápida e delicadamente, em seu amor por Charlotte Buff, porém falou mais claramente de seu romance com Friederike Brion. Ambas ainda viviam. Analisou, com justeza e generosidade, muitos amigos de mocidade — Lenz, Basedow, Merck, Herder, Jacobi, Lavater. De si próprio falou modestamente. Suas notas particulares lastimavam que todos esperavam que o autobiógrafo confessasse seus erros, mas não revelasse suas virtudes.<sup>26</sup> O livro é mais a história de sua mente do que de sua vida. Os incidentes são poucos, as reflexões fartas. Trata-se do seu maior livro de prosa.

Em 1811, Goethe recebeu de Beethoven uma carta altamente elogiosa, acompanhada da *Abertura de Egmont*. O poeta e o compositor encontraram-se em Teplitz, no mês de julho de 1812. Beethoven tocou para Goethe, e os dois passaram juntos. Se quisermos dar crédito ao romancista August Frankl, "onde quer que fossem, o povo, nas calçadas, respeitosamente dava-lhes passagem, saudando-os. Goethe, contrariado pelas constantes interrupções, exclamara 'Que amolação! Nunca consigo evitar isso!' Com um sorriso, Beethoven replicou: 'Não vos aborreçais por isso, Excelência, a homenagem provavelmente é para mim.'"<sup>27</sup> Goethe escreveu a Zelzer (2 de setembro de 1812): "O talento de Beethoven admirou-me. Mas, sua personalidade é incontrolável. Ele não erra(...) ao achar o mundo detestável, contudo sua atitude não torna o universo mais agradável, nem para ele, nem para os outros. Muito pode ser desculpado pelo triste fato de estar perdendo a audição."<sup>27</sup> O comentário de Beethoven so-

bre Goethe é o seguinte: "Que paciência a do grande homem comigo! Que bem ele me fez!" Entretanto, acrescentou: "Ele adapta-se demasiado bem na atmosfera da corte."<sup>28</sup>

As aparências e comportamentos da corte constituíam parte da vida oficial de Goethe, pois ainda estava em atividade na administração. A vida do lar perdera o encanto para ele. August, com 22 anos em 1812, era uma mediocridade irrecuperável, enquanto Christiane engordara e entregara-se à bebida. Tinha certa desculpa, pois Goethe prosseguia em seus flertes. Durante suas estadas em Frankfurt, sempre ficava numa *villa* nos arredores da cidade, de propriedade de Johann von Willemer, admirando a mulher deste, Marianne. No verão de 1815, passou quase quatro semanas com eles. Marianne tinha 31 anos, porém estava no apogeu da beleza. Cantava os versos de Goethe e as árias de Mozart de maneira encantadora, escrevia versos excelentes, trocando com Goethe uma série de poemas, imitando Hafiz, Firdusi e outros bardos persas. (Hafiz fora traduzido para o alemão em 1812.) Alguns poemas são francamente sensuais, falando da alegria mútua dos abraços físicos, porém isso pode ficar por conta da licença poética. Os três tornaram a se encontrar em Heidelberg. Os dois poetas davam longos passeios juntos e Goethe escreveu o nome de Marianne, em letras arábicas, na terra ao redor da fonte do castelo. Nunca mais se encontraram depois daquele dia, porém corresponderam-se durante os dezessete anos restantes da vida de Goethe. Parece que Willemer se afeiçoou ainda mais à mulher por ter encantado um homem tão famoso quanto Goethe, assim como por ter respondido aos versos de Goethe com poemas apenas um pouco inferiores aos dele. Goethe juntou estes poemas com os seus em *Westöstlicher Diwan* (*Divã Ocidental e Oriental*), que publicou em 1819.

Enquanto a correspondência prosseguia em prosa e verso, Christiane morreu (6 de junho de 1816). "Sua luta contra a morte foi terrível.(...) Vazio e silêncio mortais dentro de mim e ao meu redor."<sup>29</sup> Tremenda depressão sombreou esses anos. Quando Charlotte Kestner, a antiga amada de sua juventude, então a mulher de 64 anos do triunfante Conselheiro Kestner, de Hanover, visitou-o com a filha (25 de setembro de 1816), nenhuma emoção parecia perturbá-lo, e toda a sua conversa foi trivialmente cortês. Entretanto, quando em 1817, seu filho August, interrompendo uma vida dissoluta, casou-se com Ottilie von Pogwisch, Goethe convidou-os a morar com ele. Ottilie levou a alegria da mocidade ao lar de Goethe, e muito breve deu ao velho poeta os netos que fizeram novamente bater o seu coração. Ulrike von Levetzow foi de grande auxílio. Era uma das três filhas de Amalie von Levetzow, que Goethe conhecera em Karlsbad. Em 1821, em Marienbad, ele encontrou Ulrike, a qual, mais tarde, recordou: "Eu estivera por algum tempo em um colégio interno em Estrasburgo. Tinha apenas dezessete anos e nunca ouvira falar de Goethe, nem que ele era famoso e um grande poeta. De modo que não me intimidava nem um pouco na companhia daquele velho simpático.(...) Logo no dia seguinte, convidou-me para dar um passeio com ele(...) e todos os dias me levava para caminharmos juntos."<sup>30</sup> Goethe voltou a Marienbad em 1822, e "todo aquele verão Goethe foi muito meu amigo". Um ano depois, encontraram-se em Karlsbad, e logo principiaram os mexericos da estação das águas. Àquela altura, o poeta já concluía que o seu amor era mais do que paterno. O Duque Carlos Augusto insistiu para que Ulrike se casasse com Goethe. Se ela consentisse, uma bela casa lhe seria oferecida em Weimar, e depois da

morte do poeta ela receberia dez mil táleres por ano.<sup>31</sup> A mãe e a filha recusaram. Goethe voltou desolado para Weimar, afogando seu desapontamento escrevendo. Ulrike viveu até a idade de 96 anos.

Naquele mesmo ano de 1821, em que Goethe conheceu Ulrike, Karl Zelter, diretor musical em Iena, levou-lhe a Weimar um aluno de doze anos, Felix Mendelssohn. Zelter abriu a alma de Goethe para o mundo da música, ensinando-lhe até a compor. Então, a técnica do jovem pianista surpreendeu e alegrou o velho poeta, que insistiu para que ele permanecesse em sua casa por vários dias. "Todos os dias", escreveu Felix, em 6 de novembro, "o autor de *Fausto* e *Werther* me beija. À tarde, toco para ele cerca de duas horas, ora, as fugas de Bach, ora meus improvisos." Em 8 de novembro, Goethe deu uma recepção a fim de apresentar Felix à sociedade de Weimar. Em novembro, continuou Felix: "Todas as tardes, ele abre o piano e diz: 'Não o ouvi tocar absolutamente nada hoje. Venha, faça um pouco de barulho para mim!' Depois, senta-se perto de mim e ouve. Você não pode imaginar como ele é delicado e afetuoso." Quando Zelter quis levar o menino de volta para Iena, Goethe persuadiu-o a deixar o seu aluno ficar mais alguns dias. "Agora", escreveu o alegre menino, "de todos os lados surgem agradecimentos a Goethe, e as meninas e eu beijamos seus lábios e as mãos. Otilie von Pogwisch botou os braços em redor de seu pescoço, e uma vez que ela é muito bonita e ele flerta todo o tempo com ela, o efeito foi excelente."<sup>32</sup> Há momentos felizes na história por detrás do drama e da tragédia, e além do conhecimento dos historiadores.

#### IV. O CIENTISTA

Voltemos atrás, para os dias da mocidade de Goethe, quando, com onívoro interesse, ele principiava a busca da ciência, que duraria uma vida inteira. Poucos são os que entre nós sabem que ele dedicava mais tempo à pesquisa científica do que à poesia e à prosa.<sup>33</sup> Estudara medicina e física em Leipzig e química em Estrasburgo. Em 1781 interessou-se pela anatomia, e durante anos percorreu a Turíngia colhendo espécimes minerais e botânicos e formações geológicas. Em suas viagens observava não apenas homens, mulheres e arte, mas também a flora, a fauna, assim como os fenômenos óticos e meteorológicos. Foi parte atuante na instituição de laboratórios em Iena. Alegria-se ou entristecia-se tanto com seus sucessos ou fracassos na ciência como na literatura.

Com relação aos dados atmosféricos, teve participação preponderante. Instituiu laboratórios meteorológicos em Weimar, auxiliando na instituição de outros tantos por toda a Alemanha,<sup>34</sup> assim como na preparação dos seus programas. Escreveu ensaios sobre "Teoria das Variações Meteorológicas" e "As Causas das Variações Barométricas". Convenceu o Duque Carlos Augusto a dar início às coleções que formaram a substância do Museu de Mineralogia de Iena. Após estudo das camadas geológicas em Ilmenau, comentou que elas confirmavam a teoria de Abraão Werner no sentido de que todas as formações rochosas na crosta terrestre eram o resultado da lenta ação da água. (Esta teoria "Netúnica" tinha de ser combinada com a "Vulcânica", da mudança pela ação violenta.) Foi um dos primeiros a sugerir que a era das formações devia julgar-se a partir dos fósseis nelas impregnados, assim como de defender o pon-

to de vista de que os grandes blocos então erráticamente distribuídos nos locais altos haviam sido para lá arrastados por volumes de gelo que desciam da zona ártica.<sup>35</sup>

Em 1791-92, Goethe publicou, em dois volumes, *Beiträge zur Optik (Contribuições à Ótica)*. “Meu objetivo”, escreveu, “tem sido o de reunir tudo que existe nesse campo, fazendo eu mesmo as experiências, com tantas variações quantas forem possíveis, tornando-as mais fáceis de seguir, conservando-as dentro do âmbito de qualquer pessoa.”<sup>36</sup> No decurso dos anos de 1790 e 1810, realizou inúmeras experiências para explicar a cor. O Museu Goethe em Weimar ainda conserva os instrumentos por ele usados. O resultado foi divulgado em 1810, em dois grandes volumes de texto, intitulados *Zur Farbenlehre (Sobre a Teoria da Cor)*. Esta foi a sua maior contribuição como cientista.

Estudou as cores como sendo não apenas a composição química do objeto, mas a estrutura e atividade da visão. Analisou a adaptação da retina à escuridão e à luz, a fisiologia da cegueira da cor, os fenômenos das sombras das cores e a pós-imagem, os efeitos dos contrastes de cores e as combinações na sensação e na arte. Pensou, erroneamente, que o verde era a mistura do amarelo e do azul. (Este resultado verifica-se na paleta do pintor, mas quando o azul e o amarelo do espectro da cor se combinam, eles produzem cinza e branco.) Repetiu muitas experiências descritas na *Opticks* de Newton (1704), achando em vários casos resultados diversos daqueles no mesmo registrados, e terminou acusando Newton de incompetência e ocasionais erros.<sup>37</sup> Opôs-se ao ponto de vista de que o branco é uma composição de cores, afirmando que a combinação destas, produzia regularmente não o branco, porém o cinza. Nem seus contemporâneos nem seus sucessores no campo da ótica aceitaram tais teorias. Elogiaram suas experiências, rejeitando muitas das teorias. Em 1815, Arthur Schopenhauer, que admirava Goethe como poeta e filósofo, enviou-lhe um ensaio, habilmente defendendo a concepção de Newton de que o branco é uma composição de cores. O poeta nunca o perdoou. A unânime rejeição do *Farbenlehre* contribuiu para a tristeza de seus últimos anos.

Um homem tão sensível à cor como o era Goethe não podia deixar de fascinar-se pelo mundo das plantas. Em 1786, em Pádua, entusiasmou-se pelos jardins botânicos, com as mais ricas e variadas coleções, jamais vistas por ele. Observou como as plantas do sul diferiam das do norte, propondo-se estudar as influências do meio ambiente sobre a forma e o crescimento das plantas. Tampouco jamais havia sentido de maneira tão intensa a capacidade misteriosa e avassaladora da natureza para desenvolver cada forma, com o seu único exemplar de estrutura, textura, cor e linha, a partir de sementes aparentemente simples e semelhantes. Que facilidade! E que originalidade! Contudo, haveria alguns elementos comuns em toda a diversidade dos indivíduos, e em todas as evoluções dos órgãos e das partes? Ocorreu-lhe a idéia de que esses gêneros, espécies e variedades constituíam variações de um arquétipo básico. De que todas as plantas, por exemplo, haviam sido formadas de acordo com algum modelo fundamental e original — mesmo imaginário — uma *Urpflanze*, ou Primeira Planta, a mãe de todas elas. “A mesma lei, ou teoria”, escreveu a Herder, “se aplicará a tudo que vive” — isto é, tanto aos animais como às plantas. Estes, também, são variações sobre tema estrutural.<sup>38</sup> E como o organismo individual, com toda a sua qualidade inigualável, é a imitação de um arquétipo primitivo, assim as partes de



um organismo podem constituir variações de uma forma fundamental. Goethe observou em Pádua uma palmeira cujas folhas estavam em diversas fases de desenvolvimento. Estudou a transição visível de uma simples folha para o leque inteiro e majestoso. E concebeu a idéia de que toda a estrutura de uma planta — exceto o eixo, ou o caule — eram variações e fases da folha.\*

Após seu retorno a Weimar, Goethe publicou sua teoria em volume de 86 páginas, intitulada *Tentativa de J.W. von Goethe, Conselheiro Privado do Ducado de Saxe-Weimar, para explicar a Metamorfose das Plantas* (1790). Os botânicos riram-se da obra como a de devaneios de um poeta, aconselhando-o a ater-se à sua especialidade.<sup>39</sup> Goethe tomou-os ao pé da letra, refazendo seus pontos de vista em um poema, “A Metamorfose das Plantas”. Aos poucos, a teoria ganhou provas e adeptos. Em 1830, Etienne Geoffroy Saint-Hilaire apresentou o ensaio de Goethe à Academia de Ciências da França, como um trabalho de pesquisa cuidadosa e imaginação criadora confirmado pelo progresso da botânica.<sup>40</sup>

Aplicando sua teoria à anatomia, Goethe sugeriu (1790) que o crânio é uma variante e uma continuação das vértebras, englobando o cérebro, assim como a espinha dorsal engloba a medula espinhal. Esta concepção não é aceita atualmente. No setor da anatomia, Goethe realizou obra definitiva e brilhante com a demonstração de um osso intermaxilar no homem. (Trata-se do osso situado entre os maxilares, ou mandíbulas, que sustenta os dentes incisivos superiores.) Os anatomistas haviam descoberto esse osso nos animais, porém punham em dúvida a sua existência no homem. A descoberta de Goethe diminuiu a diferença da estrutura entre o homem e o macaco. Ouçamos o poeta proclamar seu êxito em carta de Iena dirigida a Charlotte von Stein, com data de 27 de março de 1784, na qual se amalgamavam o amante e o cientista: “Algumas palavras à minha Lotte para dizer bom dia.(...) Acabo de ter uma enorme satisfação. Fiz uma descoberta no setor da anatomia que é, a um tempo, bela e importante. Você compartilhará deste prazer, porém não mencione o caso a ninguém.”<sup>41</sup> Anunciou sua descoberta numa monografia manuscrita enviada a vários cientistas em 1782, intitulada “*Veruch, aus der vergleichenden Knochenlehre, das der Zwischenknochen der oberen Kinnlade dem Menschen mit den übrigen Thieren Gemein sei*” (Tentativa, Baseada na Osteologia Comparada para Demonstrar que o Osso Intermaxilar na Mandíbula Superior é Comum no Homem e nos Animais Superiores). Era este o “primeiro tratado jamais escrito como uma abordagem do campo da anatomia comparada, sendo, por conseguinte, um marco na história dessa ciência”.<sup>42</sup> (O anatomista francês Félix Vicq d’Azyr publicou a mesma descoberta, também no ano de 1784.)

No ensaio, Goethe escreveu: “O homem está intimamente ligado à criação bruta.(...) Toda criatura é apenas um tom, uma modificação em uma poderosa harmonia”.<sup>43</sup> Como muitos cientistas e filósofos antes dele, achava que o homem era uma parte do reino animal. Sobre este tema, escreveu um poema, “A Metamorfose dos Animais”. Entretanto, não era um evolucionista no sentido darwiniano. Adepto de Lineu, presumia a estabilidade da espécie. Assim sendo, a *Urpflanze* não era uma planta verdadeiramente primitiva da qual evoluíam todas as outras, mas apenas uma

---

\* Caspar Friedrich Wolff havia chegado à mesma conclusão em 1768.

qualidade geral da qual se processaram as modificações. Goethe não achava, como seus contemporâneos Lamarcks e Erasmus Darwin, que as espécies evoluíam das outras espécies pela seleção de variações favoráveis do meio ambiente.

Era Goethe um verdadeiro cientista? Não no sentido profissional, e sim como um amador zeloso e esclarecido, um cientista entre poemas, romances, amores, experiências artísticas e atribuições administrativas. Manipulava extenso equipamento, colecionava uma ampla biblioteca científica, fazia observações úteis e cuidadosas experiências. Helmholtz foi testemunha da precisão concreta dos processos objetivos e das experiências descritos por Goethe.<sup>44</sup> Evitava, entretanto, explicações teleológicas. Contudo, não era aceito como cientista pelos profissionais, os quais consideravam-no um diletante, que dependia demais e confiava na intuição e nas hipóteses. Passava depressa demais de um assunto ou pesquisa para outro, tocando neles segundo pontos determinados, e não realizando nada, exceto na ótica e na teoria da cor, um levantamento de campo. Entretanto, havia algo de heróico e ideal na sua persistência divergente e polimorfa. Em 1825, Eckermann disse: "Goethe vai fazer oitenta anos dentro de poucas semanas, mas não se cansa de fazer pesquisas e experimentações."<sup>45</sup> E talvez o poeta estivesse certo ao pensar que o principal objetivo da ciência não deveria ser o de equipar novos desejos com instrumentos novos, porém ampliar a sabedoria com o conhecimento para o esclarecimento do desejo.

#### V. O FILÓSOFO

Da mesma forma que na ciência, na filosofia ele era um aficionado e não um mestre — embora se devesse a ele a nomeação de Fichte Schelling e Hegel para as cadeiras de filosofia, em Iena. Nutria pouco interesse pelos debates das escolas, porém interessava-se constantemente com a interpretação da natureza e do significado da vida. À medida que envelhecia, tornava-se, através da ciência e da poesia, um sábio. No conjunto das coisas, ele encontrava iluminação a partir de cada objeto, momento e parte: "*Alles Vergängliche ist nur ein Gleichnis*" — tudo que é transitório é apenas um símbolo.<sup>46</sup> O *Sprüche in Prosa*, ou máximas eventuais, que, na ocasião de sua morte não tinha sido publicado, transborda sabedoria em cada uma de suas páginas.

Não apresentou nenhum sistema de lógica, mas apontou, pragmaticamente, que "só é verdadeiro aquilo que é proveitoso"<sup>47</sup> e que "no princípio era [não o verbo mas] a ação" (*Im Anfang was die That*<sup>48</sup>); encontramos a verdade mais na ação do que no pensamento. O pensamento deveria ser um instrumento, não um substituto da ação. Ele não adotou as idéias de Kant, como o fez Schiller. Reconheceu que a última natureza da realidade está além de nossa percepção, mas não achava que isso o comprometia com a ortodoxia. Recomendava a ignorância do incognoscível. "O insondável não tem valor prático." O mundo visível é suficiente à nossa vida.<sup>49</sup> Não tinha escrúpulo epistemológico em admitir a existência de um mundo exterior. Depois de ler Kant e Schelling, escreveu a Schiller: "Concordo de bom grado que não é a natureza [em si] que percebemos, mas que essa natureza é por nós compreendida apenas de acordo com determinadas formas e faculdades de nossa mente.(...) Mas a peculiaridade (reajustamento) de nossa natureza orgânica ao mundo exterior(...) [in-

dica] uma determinação de dentro para fora, uma relação em direção às coisas.”<sup>50</sup> “Muitos são os que se recusam a reconhecer a realidade apenas porque entrariam em colapso se a aceitassem.”<sup>51</sup>

Entretanto, Goethe rejeitava o materialismo, da mesma forma que o idealismo subjetivo. O *Système de la nature*, de D’Holbach, “nos pareceu [estudantes em Estrasburgo] tão obscuro, (...) tão mortal, que achamos difícil suportá-lo, tremendo de medo dele como se fosse um espectro”.<sup>52</sup> Isto foi na mocidade, mas na velhice ele reagia da mesma forma, como quando escreveu a Knebel, em 8 de abril de 1812:

Um homem que não apreende o fato, nem chega a ver que o espírito e a matéria, a alma e o corpo, o pensamento e o seu prolongamento(...) constituem os dois elementos necessários no universo, e sempre o serão, e que estes dois elementos possuem direitos iguais, podendo, por conseguinte, ser considerados em sua simultaneidade os representantes de Deus. Aquele que não apreendeu este fato pode, então, ocupar os seus dias nas ociosas conversas mundanas.

Isso, naturalmente, é Spinoza, e Goethe em geral segue este filósofo no seu determinismo — “Pertencemos às leis da natureza, mesmo quando contra elas nos rebelamos.”<sup>53</sup> Entretanto, às vezes, tende a concordar com Kant de que “nossas vidas, como o universo ao qual pertencemos, são misteriosamente compostas de liberdade e necessidade”.<sup>54</sup> Sentia a força do destino em ação dentro dele — de qualidades compelindo e determinado o seu desenvolvimento. Entretanto, ele cooperava com ela, como um livre agente servindo uma causa que o movimenta e o inclui.

Sua religião era a adoração da natureza, e o desejo de colaborar com suas forças criadoras — sua produtividade multiforme e obstinada perseverança. Entretanto, levou tempo para adquirir sua paciência. Personificava vagamente a Natureza, vendo nela mente e arbítrio, mas uma mente muito diferente da nossa, assim como um arbítrio indiferentemente neutro, como entre o homem e o inseto. A natureza não possui sentimentos morais no sentido que lhe damos da obrigatoriedade da parte para cooperar com o todo, porque ela *é* o todo. No poema “*Das Göttliche*” (1782) Goethe descreve a natureza sem sentimento ou piedade. Ela destrói da mesma forma exuberante com que faz. “Todos os seus ideais não me impedirão (Goethe) de ser genuíno, bom ou mau, como a Natureza.”<sup>55</sup> A sua única ética é: “Viva e faça viver.” Goethe reconhecia a necessidade de muitos no apoio do sobrenatural, entretanto, não sentiu tal necessidade a não ser nos últimos anos de vida. “Quem tem arte e ciência [bastante] possui religião, e quem não tem nem arte, nem ciência, necessita de religião.”<sup>56</sup> “Na qualidade de poeta e artista sou politeísta [personificando as forças separadas da natureza], enquanto que, em meu papel de cientista, inclino-me para o panteísmo [ver Deus em tudo].”<sup>57</sup>

“Francamente pagão” na religião e na moral, não tinha o sentido do pecado, não sentia necessidade de que um deus morresse para expiar os seus pecados,<sup>58</sup> ressentindo-se de qualquer comentário sobre a cruz. Escreveu a Lavater, em 9 de agosto de 1782: “Não sou anticristão, nem *des*-cristão, porém, sem a menor dúvida, não-cristão.(...) Você aceita o Evangelho como ele é, uma verdade divina. Bem, nenhuma voz audível vinda do céu me convenceria que uma mulher tem um filho sem a participação de um homem, e que um morto se levanta do túmulo. Considero tudo isso

blasfêmias contra Deus e a sua revelação de si mesmo na natureza''.<sup>59</sup> Lavater insistiu (Goethe conta), e "afinal saiu-se com o difícil dilema, 'Ou cristão ou ateu!' Diante disso, declarei que se ele não me deixasse o meu próprio cristianismo como eu a ele me apegara até então, eu poderia, sem hesitar, decidir-me pelo ateísmo, principalmente por ter concluído que ninguém sabia com exatidão o que qualquer um desses termos queria dizer''.<sup>60</sup> Goethe achava que "a religião cristã é uma revolução política fracassada que se tornou moral''.<sup>61</sup> Há na literatura "milhares de páginas tão belas e úteis" quanto os Evangelhos. "Contudo, considero todos os quatro Evangelhos<sup>62</sup> perfeitamente verdadeiros, pois neles evidencia-se o reflexo do esplendor daquele sublime poder emanado da pessoa do Cristo e de sua natureza, tão divino quanto qualquer divindade surgida neste mundo.(...) Curvo-me perante ele como a divina manifestação do mais alto princípio da moralidade." "Entretanto, Goethe propunha-se a adorar o sol tanto quanto o Cristo, como igualmente uma manifestação do poder divino."<sup>64</sup> Admirava Lutero e elogiava a Reforma por quebrarem os grilhões da tradição, porém lastimava sua reincidência no dogma.<sup>65</sup> Achava que o protestantismo se ressentiria da ausência de cerimônias inspiradoras e habituais, julgando o catolicismo sábio e benevolente pelo fato de simbolizar as relações espirituais e sua evolução com imponentes sacramentos.<sup>66</sup>

Os pontos de vista de Goethe em relação à imortalidade estavam em função de seus anos. Em 1º de fevereiro de 1789, escreveu a Friedrich zu Stolberg: "De minha parte, atendo-me mais ou menos aos ensinamentos de Lucrecio, restringindo-me, a mim mesmo, assim como todas as minhas esperanças, a esta vida." Mas, em 25 de fevereiro de 1824, disse a Eckermann: "De maneira alguma dispensaria pensar em uma existência futura e, na verdade, diria, como Lorenzo de Medici, que aqueles que não esperam uma outra vida estão mortos até mesmo nesta." E, em 4 de fevereiro de 1825: "Tenho a firme convicção de que nosso espírito é algo totalmente indestrutível."<sup>67</sup> Lendo Swedenborg, aceitou a concepção de uma esfera espiritual,<sup>68</sup> detendo-se em esperanças de transmigração. Estudou a Cabala e Pico della Mirandola, e até organizou, ocasionalmente, o horóscopo.<sup>69</sup> À medida que envelhecia, admitia cada vez mais os direitos da fé:

Estritamente falando, não posso ter nenhum conhecimento de Deus exceto aquele derivado da limitada visão de minhas percepções sensoriais neste planeta único. Tal conhecimento é o fragmento de um fragmento. Não admito que as limitações aplicáveis à nossa observação da natureza devam ser aplicáveis no exercício da fé. Trata-se do contrário. Bem pode ser que o nosso conhecimento, necessariamente imperfeito, exija uma suplementação e aperfeiçoamento através de um ato de fé.<sup>70</sup>

Em 1820, arrependeu-se de ter escrito na mocidade o revolucionário *Prometeu*, porque os jovens radicais da época estavam citando a obra contra ele.<sup>71</sup> Afastou-se de Fichte, quando este foi acusado de ateísmo.<sup>72</sup> "É nosso dever", afirmava então, "não dizer aos outros mais do que estão em condições de receber. O homem só apreende aquilo que pode."<sup>73</sup>

Da mesma forma que seus pontos de vista sobre religião, suas concepções sobre moral mudaram com a idade. Incentivado pela energia e o orgulho da mocidade, interpretara a vida apenas como um teatro para o desenvolvimento e exibição de suas poten-

cialidades. “Esta ânsia para elevar ao mais alto ponto a pirâmide da vida, cuja base foi-me dada e instituída para mim, sobrepõe-se a todas as coisas, não permitindo sequer um momento de descanso.”<sup>74</sup> Já o vimos magoando corações sensíveis no andamento desse processo. À medida que amadurecia no cargo político, compreendeu que a vida humana é um processo de cooperação, que o indivíduo sobrevive pelo auxílio mútuo, e que as ações que beneficiam a nós mesmos, posto que ainda a base da força, devem limitar-se pelas necessidades do grupo. O *Fausto*, na Parte I, é a encarnação do individualismo. Na Parte II, encontra “salvação”, e força de alma ao trabalhar para o bem geral. Wilhelm Meister, em *Lebrjahre*, procura educar-se e desenvolver-se, embora, por natureza e hábito, muitas vezes auxilie seus semelhantes. No *Wanderjahre* procura aumentar a felicidade comunitária. Goethe rebelava-se contra o imperativo de amarmos nossos inimigos, porém definiu a nobreza de forma elevada em um de seus maiores poemas:

*Edel sei der Mensch,  
Hülfreich und gut  
Denn das allein  
Unterscheidet ihn  
Von allen Wesen  
Die wir kennen.(...)  
Denn unführend  
Ist die Natur  
Es leuchtet die Sonne  
Ueber Bös' und Gute,  
Und dem Verbrecher  
Glänzen, wie dem Besten,  
Der Mond und die Sterne.  
Wind und Ströme,  
Donner und Hagel  
Rauschen ihren Weg,  
Und ergreifen  
Vorübereilend,  
Einen und den Andern...  
Nach ewigen, ehrnen,  
Grossen Gesetzen  
Müssen wir Alle  
Unseres Daseins  
Kreise vollenden.  
Nur allein der Mensch  
Vermag das Unmögliche;  
Er unterscheidet,  
Wählet und richtet;  
Er kann dem Augenblick  
Dauer verleihen.  
Er allein darf  
Den Guten lohnen,  
Den Bösen strafen,  
Heilen und retten,  
Alles Irrende, Schweifende  
Nützlich verbinden...  
Der edle Mensch  
Sei hülfreich und gut.*

Deixemos que o homem seja nobre,  
Altruísta e bom.  
Porque somente isso  
O distingue  
De todos os seres  
Que conhecemos.(...)  
Totalmente sem sentimentos  
É a Natureza:  
O sol brilha  
Sobre o mau e o bom  
E sobre o transgressor  
Brilham, como sobre os melhores,  
A lua e as estrelas.  
Ventos e correntes,  
Trovão e chuvas.  
Rugem em seu caminho,  
E arrancam,  
E varrem diante deles,  
Um depois do outro(...)  
Por eternas, severas,  
Grandes leis  
Possamos nós todos,  
De nossa existência,  
Terminar o círculo.  
Mas somente o homem  
Pode fazer o impossível  
Ele distingue,  
Escolhe e julga;  
Ele pode o momento que passa  
Fazer durar.  
Só ele pode  
Recompensar o bem,  
Punir o mal,  
Curar e salvar.  
E aos que erram e se desviam  
Dar bons conselhos.  
Deixai que o homem nobre  
Seja prestimoso e bom.

Para nos tornarmos nobres temos de evitar depreciar as influências, e “tudo é influência exceto nós mesmos”.<sup>75</sup> “Não importa estudar os contemporâneos e aqueles que lutam com você. Estude os grandes homens do passado, cujas palavras conservaram o seu valor e estatura durante séculos. Um homem verdadeiramente bem-dotado naturalmente fará assim, e o desejo de pesquisar os grandes precursores é o próprio indício de talento superior.”<sup>76</sup> Bibliotecas reverenciadas são a herança deixada por esses homens. “Ao contemplar uma biblioteca, qualquer um se sente diante de imenso cabedal clamando silenciosamente por um interesse incalculável.”<sup>77</sup> Contudo, a inteligência sem caráter é muito pior do que o caráter sem inteligência. “Qualquer coisa que libera a mente sem que nos dominemos a nós mesmos é pernicioso.”<sup>78</sup> Planeja tua vida — *gedenke zu leben!* — mas procura um equilíbrio entre pensamento e ação. Pensamento sem ação é uma moléstia. “Ter e pôr em prática uma habilidade dá maior cultura do que mil vezes um semiconhecimento.”<sup>79</sup> “Nenhuma bênção é maior do que a bênção do trabalho.”<sup>80</sup> Acima de tudo, seja um todo, ou una-se a um todo. Somente a espécie humana é o verdadeiro homem, e o indivíduo só pode ser feliz e alegre quando tiver a coragem de sentir-se dentro de um todo.”<sup>81</sup>

Foi assim que o jovem, herdeiro de uma fortuna e estabilidade, que fez os estudantes de Estrasburgo rirem-se de sua rica e vistosa indumentária, aprendeu, através dos filósofos, dos santos, e da experiência da vida, a pensar nos pobres com simpatia, desejando que os ricos partilhassem suas fortunas de maneira mais ampla. Os impostos deviam incidir sobre os nobres em proporção com suas rendas, deixando que seus dependentes se beneficiassem “das vantagens trazidas pela expansão do conhecimento e da prosperidade”.<sup>82</sup> Mesmo após conquistar fama na Europa, Goethe sentiu a inveja do burguês pelos que nasciam nobres. “Na Alemanha, ninguém exceto o nobre tem oportunidade de adquirir uma completa(...) cultura pessoal.”<sup>83</sup> Observava toda obediência no comportamento com seus superiores. Todos sabem da história de Goethe e Beethoven, em Teplitz, em julho de 1812. Entretanto, a única fonte disponível é a discutível Bettina von Arnim, que proclamava estar repetindo o relato de Beethoven:

Os reis e os príncipes podem, na verdade, conceder títulos e ordens, porém são incapazes de fazer grandes homens, os quais, por conseguinte, devem ser respeitados. Quando dois destes se encontram, como Goethe e eu, então esses senhores bem-nascidos precisam observar o que é considerado grande entre gente como nós. Ontem encontramos toda a Família Imperial (da Áustria), e Goethe desvencilhou-se de meu braço a fim de arredar-se. Eu enfiei bem o chapéu na cabeça, andando para onde a multidão era mais compacta, com os braços firmes ao lado do meu corpo. Príncipes e cortesãos emparelharam-se em linha dupla. O Duque de Weimar cumprimentou-me tirando o chapéu, e a imperatriz saudou-me primeiro. Muito me diverti ao ver o grupo pôr-se em fila diante de Goethe, que estava a meu lado, curvando-se com o chapéu na mão. Mais tarde, pilheriei com ele sobre o caso.<sup>84</sup>

A reação a esta história variará segundo a idade de cada um. Goethe achava que uma aristocracia funcionando ativamente e com espírito público proporcionava o melhor governo possível na Europa, merecendo o respeito exigido em relação à ordem e ao controle da sociedade. Os abusos deviam ser coibidos, mas sem violência ou pre-

cipitação. As revoluções custam mais do que valem e, em geral, terminam onde principiam. Assim diz Mefistófeles a Fausto:

Ai! abstenha-se dessa contenda  
Entre a tirania e a escravidão murmurada!  
Ela aborrece-me. Apenas termina quando *de novo*  
Com igual força principia *ab ovo*<sup>85</sup>

E assim disse Goethe e Eckermann, em 1824: “É bem verade que nunca fui amigo da Revolução Francesa. Seus horrores eram imediatos demais(...) quando seus efeitos benéficos ainda não se mostravam.(...) No entanto, fui um tanto amigo do regime arbitrário que a precedeu. Eu estava convencido, mesmo naquela época, que nenhuma revolução é culpa do povo, mas sempre do governo.”<sup>86</sup> Aceitou Napoleão como um benefício para botar ordem na França e na Europa após uma década convulsional. Desconfiava da democracia, porque “nada é pior do que uma ignorância ativa”,<sup>87</sup> e “não se pode crer que a sabedoria seja popular”.<sup>88</sup>

Ria-se da oscilação do poder entre dois partidos. “Na política, como no leito do inferno, o homem agita-se de um lado para o outro na esperança de ficar mais confortável”.<sup>89</sup> Opunha-se à liberdade de imprensa sob a alegação de que ela impõe à sociedade e ao governo permanente desassossego por parte de escritores imaturos e irresponsáveis. Os esforços em prol da liberdade pareciam-lhe, nos seus anos de declínio, constituir apenas a ambição dos que nada tinham para conseguir poder e dinheiro. “O único objetivo é fazer passar o poder, a influência e a fortuna, de um grupo para o outro. Liberdade é a senha secreta dos conspiradores, o grito de batalha dos revolucionários confessos, na verdade, o lema do próprio despotismo quando impele as massas subjugadas para a frente contra o inimigo, com promessa de terminar a opressão externa para sempre.”<sup>90</sup>

Goethe cumpriu ao máximo a obrigação dos velhos de servir de freio à energia dos jovens.

## VI. FAUSTO: PARTE II

Goethe verteu sua filosofia da velhice na Parte II de *Fausto*. Ao término da Parte I, deixara o seu *alter ego*, sucumbido e desolado, em poder de Mefistófeles — o desejo punido por seus excessos. Mas, poderia aquilo ser tudo, assim como a soma da sabedoria? Fausto ainda não havia perdido completamente a sua aposta. O Demônio ainda não tinha encontrado para ele nenhum prazer que pudesse suavizar-lhe a luta e encher sua vida. Será que existia em algum lugar tal realização? Por 24 anos Goethe lutou para encontrar uma continuação e um término para a história que contivesse ou simbolizasse as conclusões de um pensamento, dando a seu herói um fim nobre e estimulante.

Finalmente, com 78 anos, enfrentou a tarefa. Em 24 de maio de 1827, escreveu a Zelter, que envelhecera com ele e iria morrer com ele: “Quero dizer-lhe baixinho que(...) comecei novamente a trabalhar no *Fausto*.(...) Não diga a ninguém.” O dra-

mático final de Byron na Guerra da Libertação da Grécia impressionara Goethe. Ele poderia, então, fazer Byron, como Eufório,[Bem-Estar], filho de Fausto e Helena, representar a cura do dilacerado e questionador espírito moderno pela beleza calma da Grécia clássica. Trabalhava durante as manhãs, terminando pelo menos uma página por dia, até que, em agosto de 1831, sete meses antes de morrer, comunicou a Eckermann que a tarefa consumidora estava terminada — 59 anos após sua primeira concepção. “Feliz o homem”, escreveu, “que pode integrar o fim de sua vida com o princípio.”<sup>91</sup> E, então, disse: “De ora em diante, o que quer que a vida conserve para mim posso considerá-la uma dádiva, e realmente não importa nada que eu realize ou não algo a mais.”<sup>92</sup>

Somente com a segurança de oitenta anos pode-se ter tempo para ler, hoje em dia, a Parte II de *Fausto*. Desde a primeira cena, em que Fausto, acordando nos campos primaveris, descreve a aurora sem a eloquência da frase feita, a ação pára repetidas vezes para entoar hinos líricos de louvor à beleza da terra, ou sua grandeza ou terror. É muito bem-feito, porém demasiado. Ao pregar a sobriedade clássica, Goethe peca aqui contra “nada demasiado”. Jogou no drama quase tudo que atribulava sua memória fértil: mitologias grega e germânica, Leda e o cisne, Helena e seu séquito, feitiças e cavaleiros, fadas, gnomos, pigmeus e grifos, dríades e sereias, dissertações sobre geologia “netuniana”, longos dizeres pelos arautos, vendedoras de flores, ninfas dos jardins, lenhadores, palhaços, bêbados, pajens, senescais, carcereiros, aurigas, uma esfinge, um astrólogo, um imperador, faunos e filósofos, garças de Íbico e um “homem pequeno” (homúnculo) quimicamente criado pelo aluno de Fausto, Wagner. A mixórdia é mais confusa do que a selva tropical, pois acrescenta o sobrenatural ao natural e estabelecendo tudo isso com oratória ou canto.

Que conforto quando, no Ato III, Helena aparece, ainda miraculosamente *dia gynai-kon* — deusa entre mulheres — conquistando os homens com a graça de seus movimentos ou um olhar de seus olhos. A história cria novo alento, e os coros elevam-se ao tom sofociano, quando Helena sabe que Menelau, em castigo pela “beleza insolentemente ousada”, ordena que ela e suas acompanhantes sejam entregues à horda de voluptuosos “bárbaros” vindos do norte para invadir a Hélade. O chefe deles é o próprio Fausto, transformado por Mefistófeles em um cavaleiro medieval, belo de porte, rosto e de vestimenta. Goethe atinge o ápice de sua arte dramática quando descreve o encontro de Helena e Fausto — a Grécia clássica em confronto com a Alemanha medieval. Deixai que esses dois se unam! — esta a carga da narrativa. Fascinado como todos os homens, Fausto deita aos pés de Helena toda a riqueza e o poder que a magia e a guerra lhe deram. Ela cede aos seus rogos. Afinal, esta não era uma sorte pior do que a morte. Entretanto, Menelau aproxima-se com seu exército, pondo fim à felicidade dos dois. Num átimo, Fausto muda do amor para a guerra, chama seus homens às armas, dirigindo-os para a conquista de Esparta (uma evocação dos “francos” conquistando a Moréia do século XIII).

O cenário muda. Anos se passaram. Eufório é jovem, feliz, alegria de Fausto e Helena, com suas “carícias, gracejos, maneira esportiva”,<sup>93</sup> saltando, irrequieto, de rocha em rocha, gentilmente alertado pelos pais, dançando freneticamente com as ninfas, atraídas pelo seu fascínio (Byron na Itália?). Arrebatadamente agarra uma delas, apenas para vê-la irromper em chamais em seus braços. Atendendo ao alarme de guerra,



precipita-se, cai no abismo e, ao morrer, pede à sua mãe que a ele vá se juntar na região dos mortos.

HELENA [*a Fausto*]: Desgraçada de mim! um antigo adágio em mim prova estar certo —

Que a Sorte nunca eternamente se casa com a Beleza.

Rompidos e separados estão os laços da vida, assim como os do amor,

E a ambos, chorando e angustiada, digo adeus,

Em teu peito arremessando-me mais uma vez.

Recebe, Perséfone, o filho e eu.

*(Abraça Fausto. Seu corpo desaparece. As roupagens e os véus ficam nos braços dele.)*

Assim termina o terceiro e o melhor ato do segundo *Fausto*. Goethe escreveu esta parte primeiro, que denominou *Helena*, e que, por algum tempo, pensou em conservá-la como um todo separado e acabado. Devia tê-lo feito. Nesta parte, por algum impulso heróico do que restava de suas potencialidades, Goethe elevou-se pela última vez ao ápice de sua poesia, misturando drama com música, como nos tempos passados, tornando de carne e osso os personagens de uma complexa alegoria para o bem do espírito moderno.

Dessas alturas, o *Fausto II* desce para uma guerra entre o imperador e o pretendente sagrado do trono romano. Fausto e Mefistófeles, empregando as artes da magia, ganham a guerra para o imperador. Fausto pede e recebe, como recompensa, grandes áreas situadas ao norte da costa, as quais ele pode arrebatado do mar. No Ato V, Fausto, com cem anos, é o senhor de um vasto domínio, mas ainda não de si próprio. A cabana de um casal de camponeses, Filemon e Báucis, obstrui a vista de sua mansão. Ele lhes oferece uma melhor casa em outro lugar. Eles recusam. Fausto pede a Mefistófeles e a seus agentes para expulsá-los de lá. Encontrando resistência, tocam fogo na choupana. O casal de velhos morre de susto. Fausto vê-se logo perseguido por visões de Fúrias vingadoras — bruxas grisalhas chamadas Carência, Culpa, Ansiedade, Necessidade e Morte. Ansiedade respira em seu rosto e o cega. Um pensamento relativamente altruísta surge em meio ao seu desespero: ordena a Mefistófeles e a seus demônios para represar o mar, drenar os charcos e construir nessa terra nova mil casas de campos verdejantes. Tem visões desse terreno recuperado, sentindo que se pudesse, “junto a um povo livre em um solo livre”, ele finalmente poderia dizer a tal momento: “Demora um pouco, tu que és tão belo.”<sup>34</sup> Ouve o ruído de ancinhos e pás e pensa que o seu grande projeto está em andamento. Na verdade, os demônios cavam a sua sepultura. Exausto, cai no chão, agonizante. Mefistófeles, exultante, olha para ele, enquanto a horda de demônios prepara-se para levar Fausto para o inferno, mas um grupo de anjos precipitara-se rápido do céu e, enquanto Mefistófeles distrai-se admirando-lhes as pernas, eles “carregam no ar os restos mortais de Fausto”. No céu, já transfigurado em outro corpo, é recebido por uma glorificante Gretchen, que pede à Virgem Maria: “Deixe-me ensiná-lo!” A Virgem ordena-lhe que o leve às alturas, e um Coro Místico termina a peça:

*Alles Vergängliche  
Ist nur ein Gleichnis;  
Das Unzulängliche  
Hier wirds Ereignis;  
Das Unbeschreibliche  
Hier ist es getan;  
Das Ewig-Weibliche  
Zieht uns hinan*

Tudo que é transitório  
É apenas um símbolo;  
O eternamente inacabado  
Aqui é completado;  
O indescritível  
Aqui é terminado;  
O eterno feminino  
Nos impulsiona e nos eleva.

#### VII. REALIZAÇÃO: 1825-32

Em 1823, Johann Peter Eckermann, com 31 anos, tornou-se secretário de Goethe e principiou a anotar a conversa do ancião, para a posteridade. O resultado, *Gespräche mit Goethe* (três volumes, 1836-1848) — em parte revisto pelo próprio Goethe — contém mais sabedoria do que na maioria dos filósofos.

Em setembro de 1825, Weimar celebrou o cinquentenário da ascensão de Carlos Augusto. Goethe assistiu à cerimônia. O duque agarrou-lhe a mão, murmurando: “Juntos até o último suspiro.”<sup>95</sup> Em 7 de novembro, a corte celebrou o quinquagésimo aniversário da vinda de Goethe para Weimar, e o duque enviou-lhe uma carta que se tornou também uma proclamação pública:

Com o mais intenso prazer eu marcaria o quinquagésimo retorno deste dia como o jubileu, não apenas do primeiro servidor do meu Estado, mas do amigo de minha mocidade, que me acompanhou através de todas as mutabilidades da vida com inalterável afeto, lealdade e firmeza. Devo a feliz realização de meu mais importante empreendimento a seus ponderados conselhos, sua constante simpatia e generosos serviços. Considero tê-lo ligado permanentemente a mim como um dos mais altos ornamentos do meu reino.<sup>96</sup>

Vieram então aqueles tristes anos da velhice, quando os amigos vão sucessivamente desaparecendo. Em 26 de agosto de 1826, dois dias antes dos 77 anos de Goethe, Charlotte von Stein, com 84 anos, enviou sua última carta, ao que se sabe, ao seu amante de meio século atrás: “Todos os meus melhores votos e bênçãos neste dia. Meus anjos da guarda no parlamento celeste ordenam que tudo quanto é bom ou belo lhe seja concedido, meu muito querido amigo. Continuo sua com esperança e sem medo, enquanto lhe suplico sua inteira amizade durante o pouco tempo que ainda me resta.”<sup>97</sup> Charlotte morreu em 6 de janeiro de 1827. Ao saber a notícia, Goethe chorou. Em 15 de junho de 1828, o duque morreu, e toda Weimar teve consciência de que os seus dias de glória estavam findando. Goethe, esperando sua vez, trabalhava furiosamente no *Fausto*. Entretanto, ele não seria o próximo da lista. Seu único filho vivo, August, após quarenta anos de fracassos e vinte de vida dissoluta, morreu em Roma, em 27 de outubro de 1830. O atestado de óbito indicava um fígado com cinco vezes o tamanho normal. Quando lhe trouxeram a notícia, ele disse, “*Non ignoravi me mortalem genuisse*” — “Eu não ignorava haver gerado um mortal”.<sup>98</sup> Escreveu: “Procurei absorver-me no trabalho. Esforcei-me para continuar o Volume IV de *Poesia e Verdade*.”<sup>99</sup>

Aos oitenta anos, seu interesse nas coisas escasseava. Em 1829 deixou de ler jornais. “Não lhe posso dizer”, escreveu a Zelter, “o tempo que me sobrou e as coisas que realizei durante as seis semanas em que não abri nenhum jornal francês ou alemão.”<sup>100</sup> “Feliz aquele cujo mundo é o seu lar.”<sup>101</sup> Foi beneficiado com os cuidados e o carinho da viúva de August, Ottilie, e alegrava-se com os filhos dela. Às vezes, entretanto, até a eles evitava, procurando retiro completo, louvando a solidão como a enfermeira e o teste de toda a mente bem-formada.

Já denotava então seus oitenta anos: profundos sulcos na testa e ao redor da boca, cabelos brancos escasseando, olhos parados e vagos. Entretanto, tinha um porte ereto e boa saúde. Orgulhava-se de haver abandonado o café e o fumo, os quais condenava como venenos. Orgulhava-se de seus livros assim como de sua aparência física. Adorava sinceramente os elogios, dando-os, entretanto, com parcimônia. Quando, em 1830, um poeta jovem enviou-lhe um volume de versos, Goethe agradeceu-lhe sarcasticamente: “Folheei rapidamente o seu pequeno livro. Contudo, como nas epidemias de cólera, tem-se que tomar cuidado contra influências debilitantes, por isso botei-o de lado.”<sup>102</sup> A mediocridade ofendia-o. Estava cada vez mais irritável à medida que os anos o tornavam mais introvertido, e chegava a admitir que: “Todos aqueles que, a julgar pela minha obra, consideravam-me agradável, ficaram bem desiludidos quando em contato com um homem frio e reservado.”<sup>103</sup> Os que iam visitá-lo julgavam-no difícil de descontraí-lo, um tanto formal e seco, talvez por timidez, ou aborrecido de ser interrompido em suas tarefas. No entanto, suas cartas demonstram ternura e consideração.

Era, então, famoso em toda a Europa. Muito antes de sua morte, Carlyle aclamou-o uma das maiores figuras da literatura mundial e Byron dedicou-lhe *Werner*. Berlioz dedicou a *Danação de Fausto* a “Monseigneur Goethe”, e reis enviavam-lhe presentes. Entretanto, na Alemanha, seus leitores eram poucos, a crítica hostil, seus rivais diminuía-no como um pomposo conselheiro com atitudes de poeta e cientista. Lessing considerava *Götz* e *Werther* escórias românticas. Klopstock ironizava *Hermann und Dorothea* achando-o sem importância, e *Iphigenie* uma rígida imitação dos gregos. Goethe reagia com reiteradas expressões de desprezo pela Alemanha — seu clima, paisagem, história, idioma e espírito. Lastimava ter de “escrever em alemão e, por conseguinte(...) malbaratando a arte e a vida com pior material”.<sup>104</sup> Comentava com amigos que foi bom que “os loucos dos alemães” tivessem sido derrotados por Napoleão em Iena”.<sup>105</sup> Contudo, os alemães, por sua vez, riram-se de Goethe quando os aliados derrotaram Napoleão em Waterloo.

Separado, na velhice, da principal corrente literária (Romantismo), consolava-se desprezando cada vez mais o mundo e os homens. “Vistos do alto da razão, qualquer vida assemelha-se a uma moléstia maligna, e o mundo a um hospício.”<sup>106</sup> “Há alguns dias”, escreveu ele a Zelter, em 26 de março de 1816, “encontrei um exemplar da primeira edição de *Werther*, e aquela canção há tempos silenciada começou a resurgir. Foi-me difícil compreender como pôde um homem suportar o mundo quarenta anos quando já havia visto o seu absurdo desde a mocidade.”<sup>107</sup> E, não esperando nenhuma melhoria substancial no futuro. “Os homens só existem para perturbarem-se e matarem-se uns aos outros. Assim foi, é e será sempre.”<sup>108</sup> Como muitos depois dos sessenta, achava que a nova geração era degenerada. “A incrível arrogância de-

monstrada pelos jovens ultimamente terá seus resultados, dentro de alguns anos, na maior das loucuras.(...) Entretanto, muita coisa está se agitando, e que, nos anos vindouros, talvez seja motivo para regozijo.”<sup>109</sup>

Em 15 de março de 1832, apanhou uma gripe quando saiu de coche. No dia 18 parecia recuperado, mas no dia 20 a infecção já lhe tomara o peito, uma febre catarral o consumia, o rosto desfigurado pela dor. No dia 22 notou que a primavera principiara. “Talvez isso me faça melhorar.” Tinham escurecido o quarto para descansar-lhe os olhos. Ele protestou: “Deixem entrar mais luz.” Ainda oprimido pelo escuro, ordenou a seu criado de quarto: “Abra a veneziana da outra janela para deixar entrar mais luz.” Parece que estas foram suas últimas palavras. Pediu a Ottilie: “Mulherzinha, dê-me a sua patinha.” Morreu pela manhã, em seus braços e segurando-lhe a mão, no dia 22 de março de 1832, com 82 anos e sete meses.<sup>110</sup>

Eckermann foi ver o corpo no dia seguinte.

O corpo estava nu, envolto apenas num lençol branco.(...) O criado de quarto afastou a coberta e fiquei espantado com a sublime grandiosidade dos membros. O peito era possante, largo, arqueado. Os braços e as coxas cheios e levemente musculosos. Os pés finos e perfeitos de formas. Não havia em nenhuma parte do corpo indícios de gordura, magreza, ou decadência. Um homem perfeito jazia em grande beleza diante de mim, e o enlevo em que aquela vista me pôs, fez-me esquecer, por um momento, que o espírito imortal havia abandonado a sua morada.<sup>111</sup>

Assim terminou uma grande época, partindo do triunfo, mais sombrio, de Frederico em 1763, e seguindo através de Lessing e Kant, Wieland e Herder, Schiller e Goethe. Desde Lutero, nunca o espírito alemão fora tão ativo, diverso, rico em pensamento independente. Não constituiu malogro para a Alemanha não ter sido um império expansionista como a Grã-Bretanha, absorta em conquista e comércio, tampouco uma monarquia centralizada como a da França, dividida pelo fracasso dos governos, nem um despotismo como na Rússia, empanturrando-se com terras ou entorpecendo-se com água benta. A Alemanha ainda não nascera, mas na literatura ela desafiava, e na filosofia guiava o mundo ocidental.

## Os Judeus

1715-89

### I. A LUTA PELA EXISTÊNCIA

“Os Judeus”, disse Rousseau,

côstituem um curioso espetáculo. As leis de Sólon, Numa e Licurgo estão mortas. As de Moisés, muito mais antigas, continuam vivas. Atenas, Esparta e Roma pereceram e não deixaram descendentes sobre a Terra. Mas Sião, destruída, não perdeu seus filhos. Preservaram-se, multiplicaram-se, espalharam-se por todo o mundo.(...) Misturam-se com todos os povos, no entanto, não se confundem com eles. Não têm governantes, contudo continuam sendo sempre um povo.(...) Que força deve ter sido a do legislador capaz de realizar tais prodígios! De todos os sistemas legislativos por nós conhecidos, este suportou todos os testes, e sempre foi firme.<sup>1</sup>

Pode ser que o Código Mosaico deva sua sobrevivência não tanto à sabedoria intrínseca como ao esforço de manter a ordem e a estabilidade nas comunidades, que viviam perigosamente entre credos hostis e leis estranhas. Na Diáspora, a sinagoga tinha de ser tanto igreja como governo, e os rabinos congregavam o seu povo através de todas as vicissitudes, ao dar a sanção de uma orgulhosa fé religiosa a um código que regulamentava todas as fases da vida judaica. O Pentateuco tornou-se a constituição — e o Talmude a corte suprema — de um estado invisível muito mais forte do que o ódio humano.

O anti-semitismo perdeu algumas de suas bases religiosas com o declínio da ortodoxia. Uma minoria esclarecida viu o absurdo e crueldade de castigar todo um povo, de gerações em gerações, pela antiga culpa de um grupo de indivíduos, arrebanhados no caminho do Templo para o tribunal por um velho sacerdote que se ressentia da admiração tributada a Cristo pela grande maioria dos que o conheciam. Aqueles que lêem atentamente os Evangelhos devem lembrar-se que Jesus sempre se manteve leal ao judaísmo, mesmo quando criticava os seus religiosos hipócritas. E os que estudaram um pouco de história sabem que quase todos os povos cristãos, em uma ou outra época, haviam perseguido os hereges, não pela crucificação, mas por totais massacres, inquisições ou *pogroms*.

Voltaire sabia disso tudo,<sup>2</sup> e reiteradamente denunciava a perseguição movida pelos cristãos aos judeus. No seu épico, *Henriade*, fala de

*Os horríveis incêndios de Madri e Lisboa  
O número de infelizes judeus que todos os anos  
Eram pelos padres fadados às chamas temporais  
Por acharem melhor a fê de seus antepassados.*

Voltaire louvava a “vida sóbria e regular” dos judeus, “sua abstinência, seu trabalho”. Reconhecia que os judeus tinham-se dedicado ao comércio porque, proibidos de possuírem terras, viram-se “impossibilitados de se estabelecerem permanentemente — em segurança — em qualquer país”.<sup>3</sup> Não obstante, Voltaire tornou-se violentamente anti-semita. Teve negócios desastrosos com banqueiros judeus. Quando ele foi para a Inglaterra levou letras de câmbio do banqueiro londrino Medina, que, naquele meio tempo, entrou em falência, devendo a Voltaire vinte mil francos.<sup>4</sup> Em Berlim, como já vimos, encarregou Abraham Hirsch de comprar títulos em baixa na Saxônia, planejando transportá-los (ilegalmente, conforme Hirsch o avisara) para a Prússia, e lá resgatá-los com um lucro de 65 por cento.<sup>5</sup> O filósofo e o banqueiro desavieram-se, foram aos tribunais e terminaram detestando-se mutuamente. Em seu *Essai sur le moeurs*, Voltaire expandiu-se descrevendo os antigos hebreus como “uma nação inferior, um povo de bandidos, atroz, abomináveis, cuja lei é a dos selvagens e cuja história é um amontoado de crimes contra a humanidade”.<sup>6</sup> Um padre católico protestou dizendo que aquilo era uma acusação ridícula e selvagem.<sup>7</sup> Isaac Pinto, um judeu e intelectual português, publicou em 1762 *Reflexões*, criticando os trechos anti-semitas do artigo “Os Judeus” no *Dictionnaire philosophique*. Voltaire concordou ter “agido mal ao atribuir a uma nação inteira os vícios de algumas pessoas”, prometendo alterar os trechos ofensivos nas futuras edições, contudo, esqueceu-se de fazê-lo.<sup>8</sup> De uma maneira geral, os escritores franceses ficaram contra Voltaire nessa questão.<sup>9</sup> Rousseau referiu-se aos judeus com simpatia e compreensão.<sup>10</sup>

Na França, antes da Revolução, os judeus não tinham direitos civis, porém desenvolveram algumas comunidades prósperas e importantes dirigentes. Um desses comprou um domínio que incluía Amiens. Exerceu seus direitos feudais para introduzir os canônes da catedral. O bispo protestou, e o Parlamento de Paris apoiou o *seigneur judeu* (1787). O governo francês reconheceu penhorado o auxílio dos financistas judeus durante as guerras de sucessão da Espanha e da Polônia, e eles desempenharam ainda papel relevante fazendo reviver a Compagnie des Indes depois do colapso da especulação Law em 1720.<sup>11</sup> Os judeus de Bordéus eram especialmente prósperos, e os comerciantes e banqueiros dessa cidade destacavam-se pela integridade e liberalidade. Contudo, orgulhavam-se de sua descendência sefardí, conseguindo excluir todos os judeus asquenazis de Bordéus.

Não havia judeus praticantes na Espanha do século XVIII. Nos anos iniciais dos Bourbons espanhóis, alguns pequenos grupos pretenderam, com base no suposto esclarecimento de Filipe V, reiniciar a observância da religião judaica. Muitos casos foram descobertos e a Inquisição, entre os anos de 1700 e 1720, condenou à morte três

judeus em Barcelona, cinco em Córdoba, 23 em Toledo, cinco em Madri. Indignada com tais revelações, a Inquisição explodiu em renovada atividade. Dos 868 casos de julgamento pelos tribunais, entre 1721 e 1727, mais de oitocentos foram por judaísmo, e destes condenados 75 foram queimados. Por conseguinte, depois desses fatos, tais exemplos de prática religiosa se tornaram extremamente raros. Nos últimos anos de sua carreira — 1780-1820 — a Inquisição espanhola julgou uns cinco mil réus, dos quais apenas dezesseis foram acusados de judaísmo, e os dez eram estrangeiros.<sup>12</sup> As leis espanholas continuavam a excluir dos cargos civis ou militares todos os que não podiam provar sua *limpeza* — a pureza de seus sangues de qualquer vestígio de antepassados judeus. Os reformadores queixavam-se de que essa exigência privava o exército e o governo espanhol do serviço de muitos homens capazes e, em 1783, Carlos III afrouxou tais leis.<sup>13</sup>

Em Portugal, a Inquisição queimou 27 judeus que se recusaram a renegar o judaísmo (1717).<sup>14</sup> Antônio da Silva, que era considerado por Southey o melhor dramaturgo português, chegou a Lisboa em 1712, procedente do Rio de Janeiro. Em 1726, ele e sua mãe foram presos como judeus. A mãe foi queimada, o filho abjurou e foi solto. Parece que ele reincidiu, pois, em 1739, foi queimado, com a idade de 35 anos.<sup>15</sup> O Marquês de Pombal, entre suas inúmeras reformas, terminou com quaisquer distinções legais entre cristãos velhos e novos (convertidos) em 1774.<sup>16</sup>

Em Veneza, Itália, o país abriu o caminho para a libertação dos judeus: em 1772, os judeus da república foram declarados livres e iguais ao resto da população. Roma procrastinou. O gueto naquela cidade era o pior da Europa. O alto índice de fertilidade, fomentado pelos rabinos, aumentava a pobreza e a sordidez. Dez mil judeus viviam ali num espaço de um quilômetro quadrado.<sup>17</sup> Com as enchentes anuais do Tibre, as ruas estreitas do gueto ficavam inundadas, enchendo os porões de lama pestilenta. Excluídos da maioria dos ofícios, os judeus de Roma se tornaram alfaiates. Em 1700, três quartos dos homens adultos tinham essa profissão,<sup>18</sup> instituindo uma tradição que dura até nossos dias. Em 1775, o Papa Pio VI publicou um *"Editto sopra gli Ebrei"* renovando as antigas limitações aos judeus e acrescentando outras: não podiam andar de carruagem, nem entoar cantos fúnebres nos enterros, nem erigir mausoléus a seus mortos.<sup>19</sup> Os judeus de Roma tiveram de esperar Napoleão para adquirirem liberdade.

Na Áustria, Maria Teresa achou que a religião a compelia a confinar os judeus em certos distritos acanhados, excluindo-os de qualquer arte, ofício, ou de possuir realença.<sup>20</sup> Seu filho José, contagiado pelo Iluminismo francês, propôs ao Conselho de Estado, em 1781, um projeto para "tornar úteis à sociedade a enorme classe de israelitas em nossas terras hereditárias" (Áustria, Hungria e Boêmia). Deviam ser incentivados a estudar — e, depois de três anos, autorizados a empregar — o idioma nacional em todos os negócios legais, políticos ou transações comerciais. Os judeus "não deviam ser molestados de forma alguma no exercício de seus rituais ou na sua doutrina". Poderiam trabalhar na agricultura, na indústria e no comércio, assim como praticar as artes — porém ainda não lhes seria permitido tornarem-se diretores de sociedades, porque para tal seria necessário que fizessem um juramento de acreditar no cristianismo. Quaisquer distinções humilhantes e todas as restrições impostas até aquele momento aos judeus seriam revogadas, "assim como quaisquer distintivos exteriores".

O Conselho de Estado e os administradores das províncias foram contrários ao programa como sendo amplo demais e repentino para a aceitação pública. José optou por uma posição intermediária, decretando, em 2 de janeiro de 1782, uma “*Toleranzpatent*” para os judeus de Viena e da Baixa Áustria. Tiveram autorização de enviar seus filhos para escolas e universidades estatais, gozando de liberdade econômica, exceto a de possuir propriedade imobiliária. Contudo, não podiam manter uma organização comunal separada, nem construir sinagogas na capital, sendo proibidos de residir em determinadas cidades — talvez porque nessas pequenas cidades o anti-semitismo fosse perigosamente agudo. José conclamou seus súditos cristãos a respeitarem a pessoa e os direitos dos judeus como seus semelhantes. Qualquer insulto ou violência contra um judeu “serão severamente punidos”, não devendo haver nenhuma conversão compulsória. Em breve, o imperador promulgou editos semelhantes para a Boêmia, Morávia e Silésia austríaca. Apreciando as contribuições dos judeus para o Tesouro, elevou vários deles à nobreza, empregando muitos como financiadores do Estado.<sup>21</sup>

Entretanto, as suas reformas, relata o enviado francês a Viena, “despertaram um protesto universal;(...) as grandes facilidades concedidas aos judeus são consideradas danosas para o Estado”.<sup>22</sup> Os mercadores cristãos deploraram a nova concorrência, e os padres condenaram os editos como tolerantes à heresia. Alguns rabinos foram contra as crianças judias freqüentarem as escolas estatais, temendo que se afastassem do judaísmo. José persistiu e, um ano antes de sua morte, estendeu a Carta de Tolerância à Galícia. Ali, a cidade de Brody tinha tantos judeus (dezoito mil) que o imperador denominou-a a nova Jerusalém. Quando José morreu (1790), Viena já se habituara com o novo dispositivo, e o terreno preparava-se para a brilhante cultura judaico-cristã do século XIX, naquela cidade.

De maneira geral, os judeus viviam melhor no Islã do que no cristianismo. Talvez com certo exagero, Lady Mary Wortley Montagu descreveu a situação deles na Turquia no ano de 1717:

Os judeus desfrutam de incrível poder neste país. Têm todos os privilégios, acima dos gozados pelos próprios turcos,(...) sendo julgados por suas próprias leis. Açambarcam todo o comércio do império, em parte pela forte união entre eles, e em parte pelo temperamento indolente e falta de expediente dos turcos. Todos os pa-xás têm a seu lado um judeu, que é o seu *homme d'affaires*.(...) São médicos, mordomos e intérpretes de todos os grandes homens.(...) Muitos são imensamente ricos.<sup>23</sup>

Totalmente diferente era a sorte dos poucos judeus encontrados na Rússia — principalmente “nas províncias fronteiriças”, defronte da Polônia — quando da morte de Pedro o Grande. Em 1742, a Imperatriz Elizaveta Petrovan ordenou que “Todos os judeus(...) sejam imediatamente deportados de todo o nosso império(...) e sob nenhum pretexto no mesmo império admitidos,(...) a menos que aceitem a religião cristã do credo grego”. Por volta de 1753 quase 35 mil judeus tinham sido expulsos.<sup>24</sup> Alguns homens de negócios russos rogaram à imperatriz que relaxasse o edito, argumentando que a expulsão ocasionara uma depressão econômica nas províncias, ao desviar o crédito dessas para a Polônia e Alemanha. Elizaveta recusou-se a abrandar o edito.



Quando Catarina II subiu ao trono desejou permitir o regresso dos judeus, porém sentiu-se muito insegura no seu reinado para enfrentar a oposição do clero. Entretanto, a primeira divisão da Polônia, suscitou um novo problema. O que seria feito dos 27 mil judeus, há muito estabelecidos naquela parte da Polônia, no momento tomada pela Rússia? Catarina declarou (1772) que “as comunidades judaicas residentes nas cidades e territórios incorporadas ao Império Russo gozarão de todas as liberdades que possuem atualmente”.<sup>25</sup> Larga margem de autonomia era permitida aos judeus poloneses, podendo ser eleitos para cargos municipais. Entretanto, era-lhes vedado emigrar dos “Limites do Povoado” (as antigas províncias polonesas) para o interior da Rússia. Em 1791, os judeus tinham permissão para se estabelecerem nas províncias de Kherson, Táurida, e Ekaterinoslav, a fim de povoar rapidamente essas regiões recém-conquistadas, tornando-as mais fáceis de serem protegidas. Entrementes, o anti-semitismo da maioria dos homens de negócios da Rússia, e dos religiosos das corporações russas, tornavam a vida dos judeus difícil e perigosa dentro do império.

Em 1766, havia 62 mil judeus na Polónia.<sup>26</sup> “Privilégios” protectionistas a eles concedidos pelos governantes anteriores foram ratificados por Augusto II e Augusto III, contudo esses saxões, ocupados com dois reinos e duas religiões (para não falar nas amantes), pouco tempo dispunham para impedir a hostilidade racial do povo polonês. O governo fez incidir tributação adicional sobre judeus, a nobreza procurou reduzi-los à servidão, e os administradores locais fizeram-nos pagar consideravelmente pela proteção contra a violência popular. Os padres acusavam os judeus de “irredutivelmente se apegarem à irreligião”. Um concílio eclesiástico de 1720, pedia que o governo proibisse “a construção de novas sinagogas e a repressão das velhas”. O sínodo de 1733 repetiu a máxima medieval de que a única razão de tolerar os judeus é que serviam para “lembrar as torturas de Cristo e constituir um exemplo, tendo em vista sua condição miserável e escravizada, do justo castigo infligido por Deus sobre os infelizes”.<sup>27</sup>

Em 1716, um hebreu convertido, Serafinovich, publicou uma *Exposição das Cerimônias Judaicas*, na qual condenava os judeus por usarem o sangue dos cristãos para diversas finalidades da magia: manchar as portas dos cristãos; misturá-lo com o pão de ázimo comido na Páscoa judaica; encharcar um pedaço de pano contendo um feitiço para proteger uma casa ou trazer boa sorte nos negócios.(...) Os judeus desafiaram Serafinovich a provar tal acusação, reunindo uma junta de rabinos e bispos para ouvi-lo. Ele não apareceu, porém republicou o livro.<sup>28</sup> Judeus eram constantemente acusados de matarem crianças cristãs para obterem sangue. Nos anos de 1710, 1724, 1736, 1747, 1748, 1753, 1756, 1759 e 1760, judeus poloneses foram intimados a comparecer aos tribunais sob acusação de tais crimes. Em alguns casos eram torturados, em outros condenados à morte. Alguns eram esfolados vivos, outros morriam lentamente por impalação.<sup>29</sup> Os judeus, aterrorizados, apelaram ao Papa Benedito XIV para que desse fim a tais acusações. As provas pró e contra foram apresentadas ao Cardeal Campanelli. Após receber um relatório do núncio apostólico em Varsóvia, ele emitiu um memorando no sentido de que em nenhum daqueles casos verificou-se prova de culpa. O tribunal romano da Inquisição apoiou o memorando do cardeal. O núncio informou ao governo polonês (1763) que “a Santa Sé, tendo investigado todos os fundamentos dessa aberração — a dos judeus necessitarem de sangue humano para pre-

parar o seu pão ázimo”, concluíra sobre “a inexistência de quaisquer provas atestando a veracidade de tal culpa”.<sup>30</sup> Em 1247, o Papa Inocêncio IV fez um pronunciamento análogo. A “aberração” persistira.

Medo de um massacre constituía elemento freqüente na vida do judeu polonês. Em 1734, 1750 e 1768, bandos de cossacos e camponeses ortodoxos russos organizados como *haidamacks* (amotinados) devastaram muitas cidades e aldeias nas províncias de Kiev, Volínia e Podólia, pilhando propriedades e matando judeus. Em 1768, os assaltantes levaram uma carta régia, falsamente atribuída a Catarina II, concitando-os a “exterminar os poloneses e os judeus, profanadores de nossa santa religião”. Na cidade de Uman mataram vinte mil poloneses e judeus. Catarina enviou um exército para, juntamente com as forças polonesas, reprimir os invasores.<sup>31</sup>

Na Alemanha, os judeus estavam relativamente seguros e prósperos, embora sofressem várias limitações na vida econômica e política. Impostos especiais lhes eram cobrados na maioria dos principados.<sup>32</sup> A lei permitia que apenas um número limitado de judeus vivesse em Berlim, mas ela não vigorava com rigidez, de modo que a comunidade naquela cidade cresceu em número e riqueza. Idênticas concentrações de judeus viviam em Hamburgo e Frankfurt. Mais de mil comerciantes judeus estiveram presentes à feira de Leipzig, em 1789.<sup>33</sup> Os governantes alemães, até mesmo os príncipes-bispos católicos utilizaram-se de judeus para administrar suas finanças ou suprir seus exércitos. Josef Oppenheimer (1692?-1738), conhecido como “Judeu Süß”, serviu, nessas e em outra capacidade, o eleitor do Palatinado em Mannheim, e Karl Alexander, Duque de Württemberg. Sua habilidade e trabalho enriqueceram a ele e ao duque, granjeando-lhe muitos inimigos. Acusado de málversação no tesouro, foi exonerado por uma comissão de inquérito, sendo elevado a membro do Conselho Privado do duque, cargo em que logo tornou-se o poder dominante. Criou novos impostos, instituiu monopólios reais, e parece que recebia propinas — que dividia com o duque.<sup>34</sup> Quando este propôs que todo o dinheiro da igreja fosse depositado em um banco central estatal, o clero protestante juntou-se com a nobreza em oposição ao duque e a seu ministro. Em 3 de março de 1737, o duque morreu subitamente. Os dirigentes militares e civis prenderam Oppenheimer e todos os judeus de Stuttgart. Oppenheimer foi julgado e condenado. Em 3 de fevereiro de 1738 foi estrangulado, seu corpo suspenso dentro de uma gaiola, na praça pública.<sup>35</sup>

Já anotamos os chistes de Goethe no *Judengasse* de Frankfurt. Uma de suas mais antigas famílias tomou mais tarde o nome Rothschild, do escudo vermelho que marcava suas casas. Em 1755, por morte de seus pais, Meyer Amschel do Rot Schild (Escudo Vermelho) tornou-se chefe da família com a idade de onze anos. Os numerosos estados da Alemanha, cada um com uma moeda independente, tornaram a troca de dinheiro uma freqüente necessidade para os viajantes. Em menino, Meyer aprendera os equivalentes monetários desses estados, obtendo uma pequena taxa por troca efetuada. Como interesse subsidiário, estudou numismática, colecionando moedas raras. Orientou um outro colecionador, Príncipe Wilhelm de Hanau, dando-lhe este o título de “agente da coroa”, o que o auxiliou em Frankfurt com os seus negócios. Casou-se em 1770, tendo cinco filhos, os quais, mais tarde, desenvolveram ramos da firma dos Rothschild em Viena, Nápoles, Paris e Londres. Meyer ganhou reputação de tirocínio, integridade, e fidedignidade. Quando Wilhelm de Hanau sucedeu a seu

pai como landgrave de Hesse-Cassel, Meyer Amschel obteve outras transações da corte, de modo que, por volta de 1790, ele contava com uma renda anual de três mil *gulden* — seiscentos mais do que tinha o próspero pai de Goethe.<sup>36</sup> A fortuna da família cresceu rapidamente durante as guerras revolucionárias francesas. Meyer ocupou-se no provimento dos exércitos, sendo-lhe confiado o ocultamento, e às vezes, o investimento, de fortunas principescas.

Nos Países Baixos e na Escandinávia, os judeus continuavam a gozar de relativa liberdade. Em Amsterdam, florescia a congregação. Na Dinamarca, desconheciam-se os guetos. Os judeus andavam livremente, e os casamentos mistos eram permitidos. Altona, cidade comercial através do Elba, procedente de Hamburgo, mas depois pertencente à Dinamarca, possuía uma das mais prósperas comunidades judaicas da Europa. Na Suécia, Gustavo III protegia os judeus, deixando-os praticar em paz sua religião.

Muitos judeus, fugindo das perseguições da Polônia ou da Boêmia, encontraram refúgio na Inglaterra. Naquele país, o seu número ascendeu de seis mil em 1734 para 26 mil em 1800, dos quais Londres possuía vinte mil. A pobreza deles era extrema, entretanto cuidavam de seus próprios pobres e mantinham seus próprios hospitais.<sup>37</sup> Atormentar judeus era um esporte popular. Declinou quando estes principiaram a lutar boxe, um deles tornando-se campeão do pugilismo nacional.<sup>38</sup> A condição de adotar a religião católica excluía os judeus do serviço militar ou civil. Consentindo converter-se, Sampson Gideon tornou-se um dos diretores do Banco da Inglaterra. Em 1745, quando o Jovem Pretendente aproximava-se de Londres com o exército escocês, com o intuito de depor Jorge II e restabelecer os Stuarts no trono, e o povo, perdendo confiança na segurança do governo, entrou em pânico, ameaçando uma corrida ao banco, Gideon salvou os comerciantes judeus e os magnatas. Depositaram seus fundos privados no banco, comprometendo-se a aceitar as notas bancárias ao seu valor nominal em suas transações comerciais. O banco fez face a seus compromissos, a confiança foi restabelecida e o Pretendente repellido.<sup>39</sup>

O ministério Whig expressou seu agradecimento ao introduzir no Parlamento (1753) um projeto de lei concedendo naturalização e cidadania a todos os judeus nascidos no exterior e residindo na Inglaterra ou na Irlanda por três anos. (Os judeus ali nascidos eram naturalizados por força do nascimento.)<sup>40</sup> A Câmara dos Lordes e os bispos aprovaram o projeto, e a Câmara dos Comuns aprovou de 96 por 55. Entretanto, o povo inglês, que pouco sabia ou entendia do papel que os judeus haviam desempenhado para salvar o banco, levantou-se avassaladoramente contra a medida, e de quase todas as cidades na Grã-Bretanha chegavam protestos ao Parlamento. Os púlpitos e as tavernas uniram-se na condenação. Os comerciantes queixaram-se que a concorrência dos judeus nos meios comerciais tornar-se-ia intolerável. Os bispos que votaram a favor da lei eram insultados nas ruas. Antigas lendas dos rituais assassinos realizados pelos judeus contra os cristãos foram revividas. Centenas de panfletos, baladas, caricaturas e sátiras circulavam. As mulheres enfeitavam os vestidos e ornavam os decotes com cruzes e fitas com os dizeres "Judeus não, cristãos para sempre".<sup>41</sup> Os dirigentes Whig, temendo derrota nas próximas eleições, conseguiram a revogação da lei (1754).

## II. O CONSOLO DO MISTICISMO

Em virtude de seus sofrimentos terrenos, muitos judeus, especialmente na Polônia, apelaram para os consolos sobrenaturais. Alguns arruinavam os olhos lendo o Talmude, outros perdiam o juízo na Cabala, e os "sabbataianos", apesar da apostasia e morte do falso Messias, Sabbatai Zevi, ainda acreditavam na sua divindade, abandonando o judaísmo talmúdico pelos ritos e esperanças heréticas. Jankiew Leibowicz, que veio a ser conhecido pelo nome que os turcos lhe deram, Jacob Frank, convenceu centenas de judeus poloneses a aceitá-lo como a reencarnação de Zevi. Ensinou-lhes a doutrina parecida com a agradável heresia cristã que concebia a Trindade composta de Deus, o Pai, Maria, a Mãe, e o Messias, o Filho, e finalmente conduziu seus adeptos para a Igreja Católica (1759).

A humilde situação do judaísmo polonês foi, de certa forma, redimida pelo movimento chamado hassidismo. O fundador dessa "doutrina de devoção" foi Israel ben Eliezer, conhecido por Baal Shem-Tob ("Mestre do Bom Nome") e abreviado, segundo suas iniciais, Besht. Viajava de cidade em cidade como professor de crianças, vivendo em alegre pobreza, rezando fervorosamente, e fazendo curas "miraculosas" com o auxílio de ervas. Aconselhava seus seguidores a prestarem menos atenção aos ritos da sinagoga e lendas do Talmude, a fim de ver e amar a Deus sob todas as suas formas e manifestações da natureza, nas rochas e nas árvores, assim como na fortuna e no sofrimento. Pedia-lhes que gozassem a vida no presente, em vez de lamentarem os pecados e as infelicidades do passado. Às vezes, os seus simples dizeres assemelhavam-se com os de Cristo. "Certo pai lamentou-se ao Besht que seu filho havia renunciado a Deus, perguntando: 'Rabino, o que devo fazer?' Ao que respondeu o Besht: 'Ame-o mais do que nunca.'"<sup>42</sup>

De certa forma, o hassidismo na Polônia correspondia ao dos irmãos morávios, dos pietistas alemães e dos metodistas ingleses. Concordavam no ponto de levar a religião para fora do templo a fim de colocá-la dentro do coração. Entretanto, afastavam o ascetismo e a tristeza, concitando seus adeptos a dançar, gozar as carícias das esposas e, vez por outra, beber até chegar ao êxtase.

Quando Baal Shem-Tob morreu (1760) seu rebanho foi pastoreado, e algumas vezes, tosquiado<sup>43</sup> por uma sucessão de *zaddikim* ("Homens Virtuosos"). Os talmudistas ortodoxos, guiados pelo intelectual porém fanático Elijah ben Solomon, de Vilna, combateram o hassidismo com exortações e excomunhões, porém seu número de adeptos crescia à medida que a Polônia morria (1772-91). Por volta do fim do século contavam cem mil almas.<sup>44</sup>

Uma vida tão atribulada na terra, e almas de tal modo fixas no céu, não podia contribuir muito para a literatura, ciência ou filosofia. Quase em toda a parte os judeus eram excluídos das universidades pelo juramento de fé cristã exigido dos estudantes. O Código de Moisés os afastava da prática das artes plásticas, insensibilizando-lhes o gosto. Escrevendo em um hebraico, compreendido apenas por uma pequena minoria, ou em um ídiche que ainda não se tornara língua literária, tinham pouco estímulo para produzir qualquer literatura além de comentários religiosos ou trivialidades populares. Entretanto, uma memorável contribuição eles apresentaram naquela era inculta. Jacó Rodrigue Péreire, de Bordéus, inventou uma linguagem de

sinais para os surdos-mudos, obtendo o elogio de Diderot, d'Alembert, Rousseau e Buffon. E um poeta judaico iluminou a escuridão.

Moisés Chayim Luzzatto nasceu na Itália (1707), de pais suficientemente ricos para lhe dar uma boa educação. Extraiu dos poetas latinos e italianos como Guarini, tal habilidade para a métrica poética que era capaz de dar ao seu verso hebraico um ritmo fluente e fino encanto, quase desconhecidos nessa língua, desde Jehuda Halevy. Com dezessete anos compôs um drama sobre Sansão e os filisteus. Depois começou a estudar o Zohar, a Bíblia da Cabala. Sua imaginação foi atraída por fantasias místicas, transformando algumas em poesia, ficando transtornado da cabeça com a noção de que sua inspiração era divina. Escreveu outro Zohar, anunciando ser o Messias prometido pelos judeus. Os rabinos de Veneza excomungaram-no (1734). Fugiu para Frankfurt Sobre-o-Meno, onde os rabinos fizeram-no prometer que renunciaria às ilusões messiânicas. Mudou-se para Amsterdam, sendo saudado pela comunidade judaica. Sustentava-se, como Spinoza, limpando lentes. Reiniciou seus estudos cabalísticos. Em 1743, compôs um drama hebraico, *La-Yesharim Tehilla (Glória aos Virtuosos)*, que, apesar das abstrações empregadas como *dramatis personae*, obteve louvores daqueles competentes para julgar. A Ignorância do Povo, mantida pela Astúcia e pela Fraude, desencaminham a Leviandade que, repetidamente, frustra a Sabedoria, destituindo o Mérito de sua coroa, até que finalmente a Razão e a Paciência superam a Fraude ao revelar a Verdade. Ao indicar a Verdade, Luzzatto queria se referir à Cabala. Em 1744, foi para a Palestina, esperando ser aclamado como o Messias, mas morreu em Acre, de peste (1747), com 39 anos. Foi a última voz eloqüente do judaísmo medieval, assim como

### -III. MOSES MENDELSSOHN

foi a primeira e maior voz do judaísmo emergindo do isolamento protetor para entrar em contato com o pensamento moderno.

Amigo e opositor de Kant, amigo e inspirador de Lessing, o avô de Felix Mendelssohn era uma das mais nobres figuras do século XVIII. Seu pai, Menahem Mendel, era funcionário e professor em uma escola judaica de Dessau. Nascido nesta cidade, a 6 de setembro de 1729, "o terceiro Moisés" cresceu com tanta paixão pelo estudo que sofreu uma duradoura curvatura da coluna. Aos quatorze anos, foi mandado para Berlim a fim de aprofundar os estudos do Talmude. Uma vez lá, seguiu quase literalmente os seus mandamentos. "Coma pão com sal, beba água moderadamente; durma no chão duro, viva uma existência de privações, e ocupe-se com a lei." "Por sete anos, contentou-se com um quarto na água-furtada, marcava com traços a porção do pão que lhe cabia diariamente durante uma semana," ganhava um miserável salário na cópia de documentos, com uma letra elegante. Em Berlim, meditou profundamente sobre as obras de Maimônides, encontrou coragem na carreira desse "segundo Moisés", aprendendo com ele e com a vida a controlar seu orgulho com a modéstia, e arrefecer a impetuosidade de seu gênio com brandura e delicadeza. Seus companheiros de Berlim ensinaram-lhe latim, matemática e lógica. Leu Locke em tradução latina, passando a Leibniz e Wolff, logo apaixonando-se pela filosofia. Aprendeu a

escrever alemão com rapidez e clareza, qualidades raras na literatura de seu país na-quele tempo.

Sua pobreza terminou quando, com a idade de 22 anos, tornou-se tutor na família de Isaac Bernhard, dono de uma fábrica de sedas em Berlim. Quatro anos depois tornou-se guarda-livros, em seguida caixeiro-viajante da firma e, finalmente, sócio. Continuou as relações de negócios até o fim de seus dias, pois decidira não depender da popularidade e dos lucros monetários de seus livros. Talvez em 1754, encontrou Lessing, parece que em uma partida de xadrez. Foi assim que iniciou uma amizade que durou, apesar das diferenças filosóficas, até a morte de Lessing. Em 16 de outubro de 1754, Lessing escreveu a um outro amigo: "Mendelssohn é um homem de 25 anos que, sem qualquer educação [universitária], adquiriu grandes conhecimentos dos idiomas, matemática, filosofia e poesia. Antevejo nele uma honra para a nossa nação se os seus fanáticos correligionários lhe permitirem chegar à maturidade.(...) Sua honestidade e espírito filosófico fazem-me antecipadamente pensar nele como um segundo Spinoza."<sup>47</sup> De sua parte, Mendelssohn disse que um olhar amigo de Lessing afastava de seu espírito qualquer amargura ou tristeza.<sup>48</sup>

Em 1755, Lessing arranhou para que fosse publicada a obra de Mendelssohn *Philosophische Gespräche*, que expunha e defendia Spinoza e Leibniz. No mesmo ano, os dois amigos colaboraram em um ensaio, *Pope ein Metaphysiker!*, no qual argumentavam que o poeta inglês não possuía uma filosofia própria, tendo apenas versificado Leibniz. Ainda em 1755, publicou *Briefe über die Empfindungen (Cartas sobre os Sentimentos)*, que antecipava o ponto de vista de Kant de que a faculdade de percepção sensorial em relação à beleza é totalmente independente do desejo. Essas publicações conquistaram para o jovem judeu inteira aceitação da "não muito serena irmandade dos filósofos" de Berlim. Por intermédio de Lessing, conheceu Friedrich Nikolai, passando os dois a estudar grego juntos, podendo, dentro em breve, ler Platão no original. Auxiliou Nikolai a organizar a *Bibliothek der Schönen Wissenschaften und der Freien Künste (Biblioteca de Literatura e Belas-Artes)*, contribuindo neste e em outros artigos periódicos, os quais influenciaram profundamente as idéias correntes sobre críticas literárias e de arte.

Mendelssohn sentiu-se então bastante seguro para constituir um lar. Em 1762, com 33 anos, casou-se com Fromet Gugenheim, de 25. Ambos haviam atingido a idade da razão, de modo que a união lhes trouxe muitas felicidades. Durante a lua-de-mel, ele principiou a trabalhar na obra que concorreria ao prêmio instituído pela Academia de Berlim para o melhor ensaio sobre "Se as Ciências Metafísicas São Suscetíveis de Provas como a Matemática". Entre os concorrentes encontrava-se Emmanuel Kant. A contribuição de Mendelssohn obteve o prêmio (1763), ganhando cinquenta ducados e renome internacional.

Um dos concorrentes era Thomas Abt, um professor em Frankfurt Sobre-o-Oder. Em longa correspondência com Mendelssohn, expressou dúvidas sobre a imortalidade da alma, lamentando que a perda dessa crença poderia solapar o código de moral, privando os infelizes dessa última consolação. Em parte devido a essa correspondência, Mendelssohn compôs sua obra mais famosa: *Phaidon, oder Über Unsterblichkeit der Seele (Phedon ou a Imortalidade da Alma)*. Como o seu modelo platônico, foi organizado em forma de diálogo e em estilo popular. A alma humana (descorria a

argumentação) é claramente diferente da matéria. Portanto, podemos acreditar que ela não compartilha da sorte do corpo. E, se acreditarmos em Deus, não podemos supor que ele nos enganaria ao introduzir em nossas mentes uma esperança sem base na verdade. Além disso [como Kant afirmaria] a alma tem uma inclinação natural para a autoperfeição. Isso não pode ser obtido durante nossa vida. Deus deve, com certeza, permitir que a alma sobreviva após a morte do corpo. “Sem Deus, a providência e a imortalidade”, achava Mendelssohn, “todos os bens da vida perderiam seu valor a meus olhos, e nossa vida terrena seria como andar vagando no vento e no mau tempo sem a consoladora perspectiva de encontrar abrigo e proteção durante a noite.”<sup>49</sup> As provas eram fracas, contudo o estilo da obra deliciou muitos leitores. O encanto dos diálogos de Platão parece ter sido retomado, e o outro nome de Mendelssohn passou a ser “o Platão germânico”. O pequeno livro teve quinze edições, sendo traduzido em quase todas as línguas européias, assim como o hebraico. Foi, no seu tempo, o livro de não-ficção mais lido na Alemanha. Herder e Goethe juntaram-se aos elogios feitos ao mesmo. Lavater visitou o autor, examinou-lhe a cabeça e o rosto, anunciando que todas as suas linhas e irregularidades revelavam a alma de Sócrates.<sup>50</sup>

Cristãos de várias seitas aplaudiram a eloquência do judeu, e dois frades beneditinos pediram-lhe conselhos espirituais. Entretanto, em 1769, Lavater, que era tão ardoroso teólogo quanto frenologista, causou agitação ao apelar a Mendelssohn para que ele se tornasse cristão. Mendelssohn respondeu em *Schreiben an den Herren Diaconus Lavater* (1770). Admitia defeitos no judaísmo e na vida judia, salientando, entretanto, que tais abusos acontecem em todas as religiões no decurso da história. Pediu a Lavater que considerasse as agruras sofridas pelos judeus no cristianismo, acrescentando: “Aquele que sabe o estado em que agora nos encontramos, e que tenha um coração caridoso, compreenderá mais do que posso expressar.” Concluindo disse: “Estou tão firmemente convicto dos pontos essenciais de minha religião, (...) que juro perante Deus aderir a essa crença fundamental enquanto minha alma não assumir uma outra natureza.”<sup>51</sup> Lavater comoveu-se, desculpando-se humildemente por ter provocado tal apelo.<sup>52</sup> Entretanto, um exame de panfletários denunciou Mendelssohn como herege, e alguns mais ortodoxos condenaram-no por admitir abusos nos hábitos religiosos dos judeus.<sup>53</sup> Por algum tempo, a controvérsia suscitou maiores discussões do que a política nacional ou o declínio da saúde de Frederico.

Com a confusão, a própria saúde de Mendelssohn sofreu. Por vários meses, em 1771, teve de abster-se de qualquer atividade mental. Ao recobrar a saúde, dedicou-se mais do que nunca ao conforto dos seus companheiros de religião. Quando alguns cantões suíços preparavam maiores restrições contra os judeus, ele pedia a Lavater que interferisse. Este o fez, com bons resultados. Quando, em Dresden, as autoridades planejavam extraditar umas centenas de judeus, Mendelssohn aproveitava-se de sua amizade com uma autoridade local para obter uma acomodação.<sup>54</sup> Em 1778, principiou a publicar sua tradução do Pentateuco para o alemão. Publicada em 1783, desencadeou nova tempestade. A fim de escrever certos comentários do texto, Mendelssohn contratara Herz Homberg, relacionado com judeus de Berlim completamente afastados da sinagoga. Vários rabinos proibiram a tradução, porém ela foi encaminhada às comunidades judaicas. Os jovens judeus por ela estudaram alemão, e a geração de judeus

que se seguiu uniram-se em ativa participação na vida intelectual alemã. Nesse meio tempo, Lessing (1779) publicou o drama de sua autoria *Nathan der Weise*, que centenas de leitores interpretaram como uma exaltação de seu amigo judeu.

Então, no auge de sua fama e influência, Mendelssohn convenceu Marcus Herz a traduzir para o alemão aquela *Justificação dos Judeus*, que Manasseh ben Israel dirigiu ao povo inglês em 1656. À tradução ele acrescentou um prefácio sobre a “Salvação dos Judeus” (1782), na qual pleiteava que os rabinos abandonassem seus direitos de excomunhão. A este seguiu-se, em 1783, uma obra eloqüente intitulada *Jerusalem, oder Über religiöse Macht und Judenthum* (*Sobre Autoridade Religiosa e o Judaísmo*), na qual reafirmava sua religião judaica, concitava os judeus a saírem dos guetos e participarem da cultura ocidental, conclamava a separação da Igreja e do Estado, condenava qualquer coação religiosa, propondo que os estados fossem considerados pelo seu grau de persuasão em lugar da força. Kant, então também em seu apogeu, escreveu uma carta ao autor a qual merece figurar nos anais da amizade:

Considero este livro o arauto de uma grande reforma que afetará não apenas o seu povo, mas outros também. Você conseguiu aliar sua religião com um tal grau de liberdade de consciência que jamais imaginou-se possível.(...) Ao mesmo tempo, demonstrou clara e profundamente a necessidade de uma liberdade de consciência ilimitada em qualquer religião, que em última análise a nossa Igreja [Luterana] também será levada a considerar como afastar de seu âmbito tudo que possa perturbar e oprimir a consciência.<sup>55</sup>

O livro foi atacado pelos chefes ortodoxos, cristãos ou judeus, porém ele contribuiu imensamente para a libertação e ocidentalização dos judeus.

Em 1783, Mendelssohn tinha apenas 54 anos, mas, tendo em vista sua fragilidade física e pouca saúde, sentiu que não viveria muito. Nos seus últimos anos, fazia preleções para os filhos e amigos, definindo seu credo religioso. Estas foram publicadas em 1785 como *Morgenstunden, or Vorlesungen über das Dasein Gottes* (*Horas Matutinas, ou Preleções sobre a Existência de Deus*). No seu último ano de vida, Mendelssohn ficou chocado ao saber, por um livro de Jacobi, que seu querido amigo Lessing, então já falecido, há muito aderira ao panteísmo de Spinoza. Não podia acreditar. Escreveu uma apaixonada defesa de Lessing — *An die Freunde Lessings*. Ao levar o manuscrito ao editor pegou uma gripe e, no decurso da moléstia, morreu de um ataque apoplético, em 4 de janeiro de 1786. Cristãos e judeus uniram-se para lhe erigir uma estátua, em Dessau, sua terra.

Foi uma das figuras mais influentes de sua geração. Inspirados por sua obra literária e sua bem-sucedida transposição das fronteiras religiosas, os jovens judeus saíram dos guetos, alguns distinguindo-se em literatura, ciência e filosofia. Marcus Herz foi para a Universidade de Königsberg como estudante de medicina. Assistiu a vários cursos de Kant, tornando-se assistente do grande epistemólogo, assim como seu amigo. Foi ele que, ao ler a *Crítica da Razão Pura* no manuscrito, parou no meio, temendo enlouquecer se continuasse. De volta a Berlim, desenvolveu grande prática como médico, dando aulas de física e filosofia para auditórios de cristãos e judeus. Sua mulher, Henrietta, bela e culta, abriu seu salão, que na virada do século era o centro de reunião de toda a intelectualidade berlinense. Seus freqüentadores eram Wilhelm von



Humboldt, Schleiermacher, Friedrich Schlegel, Mirabeau *fil.* O resultado de tal intercâmbio de idéias não teria agradado a Mendelssohn. Vários de seus filhos converteram-se ao cristianismo. Duas filhas aderiram a Henrietta Herz e outras em uma "*Tugenbund*", ou Bando da Virtude, que exaltava as "afinidades eletivas" acima da fidelidade matrimonial. Henrietta tinha uma ligação com Scheiermacher. Dorothea Mendelssohn deixou o marido para ser a amante e depois a leal esposa de Friedrich Schlegel, terminando como católica romana. Henrietta Mendelssohn também aceitou a religião católica, e Abraham Mendelssohn fez seus filhos, inclusive Felix, batizarem-se na religião luterana. Os rabinos ortodoxos declararam que seus temores haviam sido justificados. Estes foram os resultados eventuais da nova liberdade. Os aspectos mais duradouros da influência de Mendelssohn surgiram na liberação intelectual, social e política dos judeus.

#### IV. EM DIREÇÃO À LIBERDADE

Intelectualmente, a libertação tomou naquele tempo a forma do *Haskalah* — palavra cujo significado é sabedoria, mas que no atual contexto quer dizer Iluminismo Judeu, a revolta de um certo número de judeus que se rebelavam contra o domínio dos rabinos e do Talmude, e sua resolução de entrar ativamente na corrente do pensamento moderno. Esses rebeldes aprenderam alemão, e alguns dentre eles, principalmente nas famílias dos comerciantes e financistas, estudaram francês. Liam os livres-pensadores alemães, tais como Lessing, Kant, Wieland, Herder, Schiller e Goethe, e muitos perscrutavam Voltaire, Rousseau, Diderot, Helvétius e d'Holbach. Surgiu uma barreira entre os judeus liberais, ansiosos pelo moderno, e os judeus conservadores, que julgavam que a devoção ao Talmude e à sinagoga consistia no único meio de preservar a integridade religiosa, étnica e ética do povo judeu.

O movimento *Haskalah* espalhou-se da Alemanha em direção ao sul, entrando na Galícia e na Áustria, e a leste, na Polônia, Boêmia e Rússia. Na Áustria, foi acelerado pela *Toleranzpatent*, de José II, que convidava os judeus e ingressarem em colégios não-judeus. Quando os rabinos se opuseram, Naphtali Wessely, poeta de Hamburgo, pleiteou junto a eles, em eloqüente manifesto hebraico, a sancionar a participação dos judeus na educação secular. Urgia à nova geração a necessidade de substituir o ídiche pelo hebraico e o alemão, e estudar ciência e filosofia, assim como a Bíblia e o Talmude. Suas opiniões foram rejeitadas pelos rabinos da Áustria, mas aceitos pelos dirigentes judeus de Trieste, Veneza, Ferrara e Praga. Daquele tempo até os nossos dias, os judeus têm contribuído para a ciência, filosofia, literatura, música e leis, muito além de sua porcentagem na população.

Os desenvolvimentos intelectuais e econômicos promoveram a emancipação dos judeus. Intelectuais católicos, como Richard Simon, tornaram o estudo rabínico conhecido dos estudantes cristãos da Bíblia, e o teólogo protestante Jacques Basnage escreveu uma simpatizante *History of the Religion of the Jews* (1707). O desenvolvimento do comércio e das finanças pôs em contato cristãos e judeus, o que estimulava, porém muitas vezes reduzia, as hostilidades raciais. Os financistas judeus desempenharam papel útil e patriótico em vários governos.

Voices cristãos levantaram-se para propor fim às perseguições religiosas. Em 1781, Christian Wilhelm Dohm, amigo de Mendelssohn, publicou por sugestão deste o famoso opúsculo *Über die bürgerliche Verbesserung der Juden in Deutschland* (*Melhoria Cívica do Judeu na Alemanha*). O caso originou-se de uma reivindicação enviada a Mendelssohn por judeus alsacianos, pedindo-lhe para formular um protesto contra suas limitações. Dohm empreendeu a tarefa, ampliando-a em um apelo geral em prol da liberação dos judeus. Descreveu com impressionantes detalhes os obstáculos suportados pelos hebreus na Europa, salientando o prejuízo da civilização ocidental por dar tão pouca importância aos dotes intelectuais dos judeus. "Tais princípios de exclusão, igualmente opostos à humanidade e à política, estampam a marca da Idade Média, sendo indignos do progresso do nosso tempo."<sup>56</sup> Dohm reivindicou para os judeus inteira liberdade de credo, acesso às instituições educacionais, a todos os cargos, a todos os direitos civis, exceto, no momento à elegibilidade aos cargos públicos, para os quais não estavam ainda preparados. Esse tratado despertou comentários em vários países. Os opositores acusaram-no de se haver vendido aos judeus, porém vários pastores protestantes tomaram sua defesa. Johannes von Müller, o historiador suíço, apoiou-o, pedindo que o trabalho de Maimônides fosse traduzido para o alemão ou francês. A Carta de Tolerância de 1782, na Áustria, e a emancipação política dos judeus nos Estados Unidos (1783), impulsionaram o movimento de libertação. A França reagiu insuficientemente ao retirar (1784) a tributação especial que sobrecarregava os judeus. O Marquês de Mirabeau, juntamente com Malesherbes, conseguiu esse auxílio, e seu filho, o Conde de Mirabeau, cooperou com o ensaio *Sobre Mendelssohn e a Reforma Política dos Judeus* (1787). O Abade Henri Grégoire contribuiu para o progresso da emancipação com o ensaio premiado, *Sur la régénération physique, morale, et politique des Juifs* (1789).

A emancipação política final só ocorreu com a Revolução. A Declaração dos Direitos do Homem proclamada pela Assembléia Nacional (27 de agosto de 1789) subentendia esse ponto e, em 27 de setembro de 1791, a Assembléia Constituinte votou a favor dos direitos civis de todos os judeus da França. Os exércitos da Revolução ou de Napoleão trouxeram a liberdade para os judeus da Holanda em 1796, de Veneza em 1797, da Mogúncia em 1798, de Roma em 1810, de Frankfurt em 1811. Para os judeus, a Idade Média tinha finalmente chegado ao fim.

## De Genebra a Estocolmo

### I. OS SUÍÇOS: 1754-98

**A** QUELES que dentre nós desfrutaram da tranqüilidade e do cenário paradisíaco da Suíça, inspirando-se na coragem e integridade de seu povo, acham difícil perceber que, sob o temperamento calmo, estabilidade industrial e paciente administração, que à época, e ainda hoje, despertavam a admiração da Europa, existissem os naturais conflitos de raça, idioma, cantões, religião e classe. Em escala menor, o suíço quase realizara o ideal ilustrado pelo Abade de Saint-Pierre e sonhado por Rousseau e Kant: uma confederação de estados independentes em seus negócios internos, porém comprometidos em ação conjunta dentro das relações com o mundo circundante. Em 1760, a União Helvética (*Helvetische Gesellschaft*) foi instituída a fim de promover a união nacional mais do que a dos cantões, e reunir as congregações dispersas para reforma política.

Vivendo nas proximidades da Suíça, Voltaire avaliava que sua população em 1767 era de 720 mil habitantes.<sup>1</sup> Estes, em sua maioria, lavravam o solo ou encarregavam-se das videiras, aplainando os socacos das montanhas para o seu plantio. A indústria têxtil crescia, principalmente na província de St. Gallen e no cantão de Zurique. Outros centros manufatureiros formavam-se em Glarus, Berna e Basileia. Genebra e Neuchâtel eram os grandes empórios relojoeiros. Agentes espalhavam-se pela Europa, de Londres a Constantinopla (em número de 88), desenvolvendo para Genebra um comércio exportador que rapidamente enriquecia a cidade do Ródano. Os bancos se multiplicavam, pois os financistas suíços haviam conquistado reputação internacional de honestidade.

Como em toda parte, as maiores habilidades restringiam-se a uma minoria, o que ocasionava concentração da riqueza. Os cantões em geral eram dirigidos por oligarquias, que se portavam como qualquer classe dominante. Os aristocratas eram generosos patronos da literatura, ciência e arte, porém resistiam a qualquer movimento para estender os privilégios. Gibbon, que morava em Lausanne, acusava a oligarquia de Berna de desafeioar a indústria em suas províncias dependentes, conservando baixo o nível de vida das mesmas, mediante o princípio de que "súditos pobres e obedientes eram preferíveis aos ricos e recalcitrantes".<sup>2</sup> Sociedades, tendo em vista a

abolição de privilégios econômicos ou políticos, eram sempre organizadas, porém mantidas sob controle tanto pelo Estado como pela Igreja.<sup>3</sup> A guerra de classes agitava Genebra vez por outra, durante todo o século XVIII. Uma relativa paz ali prevaleceu de 1737 a 1762, mas a queima de *Émile* pelo Conselho Municipal (1762) desencadeou agitação para ampliar as liberdades. Tanto Rousseau como Voltaire contribuíram para esse movimento e, após muita controvérsia, a aristocracia cedeu à classe média uma pequena participação no governo.

Isto deixou totalmente sem voto três quartos da população — os *natifs*, pessoas nascidas em Genebra, porém de pais não-nativos. Estes eram também excluídos da maioria das profissões, do exército e dos postos de mando nas corporações, assim como estavam proibidos de dirigir petições ao Grand Conseil e Petit Conseil, que governavam a república. Contudo, eram fortemente tributados. Em 4 de abril de 1766, uma delegação de *natifs* foi a Ferney a fim de pedir a Voltaire auxílio na obtenção de franquias. Este lhes disse:

Meus amigos, vocês constituem a mais numerosa classe de uma comunidade independente, trabalhadora, e, no entanto, vivem na escravidão. Vocês pedem apenas para gozar de suas naturais vantagens. É justo que obtenham solicitação tão moderada. Servi-los-ei com toda a minha influência(...) e se forem obrigados a deixar um país que prospera através de seu trabalho, poderei servir e protegê-los em outro lugar.<sup>4</sup>

A aristocracia e a burguesia uniram-se para resistir ao apelo dos *natifs*, e tudo que Voltaire pôde fazer foi receber em sua colônia industrial todos os artesãos descontentes que a ele recorriam (1768). Em 1782, os *natifs* revoltaram-se, derrubando o patriado e estabelecendo um governo representativo. Entretanto, os aristocratas apelaram para a França, Berna e Sardenha. Essas potências intervieram, a rebelião foi vencida e a oligarquia restabelecida. Os *natifs* tinham que aguardar a Revolução Francesa, que lhes daria liberdade.

Naquele terço de século, os cantões produziram alguns personagens de renome internacional. Johann Heinrich Pestalozzi era um desses raros indivíduos que tomam o Novo Testamento como guia de conduta. Concordava com Rousseau em que a civilização corrompera o homem, sendo de opinião, entretanto, que a reforma não se faria por meio de novas leis e instituições, e sim refazendo a conduta humana através da educação. Por toda a vida acolhera as crianças, especialmente as pobres; e, acima de tudo, as sem lar. Abrigava-as e dava-lhes ensino, aplicando nessa instrução os princípios de liberdade do *Émile*, de Rousseau, juntamente com suas próprias idéias. Expôs seus pontos de vista em um dos livros mais lidos daquela geração. A heroína de *Lionhard und Gertrud* (1781-87) reforma uma aldeia inteira, tentando lidar com o povo como Cristo o teria feito e educando seus filhos com paciente benevolência a seus impulsos e aptidões naturais. Pestalozzi propôs dar às crianças toda a liberdade que não interferisse com os direitos alheios. A educação, em seus primórdios, devia principiar pelos exemplos, chegando aos sentidos pelos objetos e pela experiência, em

vez de pelas palavras, ou de cor. Pestalozzi pôs em prática os seus métodos em várias escolas suíças, sobretudo em Yverdon. Foi ali que Talleyrand, Mme. de Staël e outros o visitaram. A partir de então, suas teorias espalharam-se por toda a Europa. Goethe, entretanto, lastimou que as escolas de Pestalozzi estivessem formando indivíduos insolentes, arrogantes e indisciplinados.<sup>5</sup>

Angelica Kauffmann, nascida no cantão dos Grisões, rivalizava com Mme. Vigée-Lebrun como a mulher mais renomada da época. Já com doze anos, além de ser boa musicista, pintava tão bem que bispos e nobres posavam para que ela lhes pintasse os retratos. Com treze anos (1754), foi levada pelo pai para a Itália, onde continuou seus estudos, sendo festejada em todos os lugares aonde ia por seus dotes artísticos e charme pessoal. Convidada a ir a Londres, em 1766, fez sensação com o retrato que pintou de Garrick. Sir Joshua Reynolds tornou-se muito amigo de "Miss Angel", pintou seu retrato, e ela, por sua vez, retratou-o. Ingressou na Royal Academy of Arts, que, em 1773, indicou-a, juntamente com outros, para decorar a Catedral de St. Paul. Em 1781, retirou-se em Roma, tornando-se (1788) amiga de Goethe, entre muitos amigos sinceros. Morreu naquela cidade em 1807. Seu enterro, organizado por Canova, foi um dos acontecimentos da época. Toda a comunidade artística acompanhou-a ao seu túmulo.

O importante suíço daquela geração, depois de Rousseau, era Johann Kaspar Lavater. Nascido em Zurique, em 1741, tornou-se pastor protestante, conservando por toda a vida a mais fervorosa dedicação ao cristianismo ortodoxo. Já vimos suas tentativas para converter Goethe e Mendelssohn. Contudo era dogmático. Mantinha amizades além dos limites nacionais e religiosos, e era respeitado por todos que o conheciam. Muitos o amavam.<sup>6</sup> Produziu obras de religiosidade mística, expôs fantasisticamente o Livro do Apocalipse, acreditava nos poderes miraculosos da oração e em Cagliostro, tratando sua mulher pela hipnose conforme as prescrições de Mesmer. Sua afirmação mais característica era de que se pode julgar o caráter pelas feições do rosto e os contornos da cabeça. Interessou Herder e Goethe nesses pontos de vista, que contribuíram com artigos seu livro *Physiognomische Fragmente* (1775-78). Estudou a aparência, cabeças e corpos de indivíduos importantes, correlacionando aspectos cranianos e faciais com qualidades específicas de espírito e caráter. Suas análises e conclusões foram amplamente aceitas, mas atualmente são rejeitadas. O princípio geral de que qualidades psicológicas contribuem (com o ar, o meio ambiente, o alimento, a ocupação, etc.) para moldar o corpo e o rosto, ainda conserva uma parte substancial de verdade. Todo rosto é uma autobiografia.

Lavater constituía parte de um grupo florescente que incluía Rousseau, o poeta e cientista Albrecht von Haller, o poeta e pintor Salomon Gessner, o historiador Johannes von Müller e Horace de Saussure, que iniciou o esporte de escalar montanha ao galgar o Monte Branco, em 1787, após 27 anos de tentativas. Nesse meio tempo, os cantões sentiram os ventos revolucionários soprando através da fronteira francesa. Em 1797, Frédéric César de Laharpe, que fora tutor dos netos de Catarina a Grande, juntou-se a Peter Ochs, negociante da corporação de Basileia, no apelo ao governo revolucionário francês para auxiliá-los a instituir uma república democrática na Suíça. As revoltas locais, em Berna e Vaud (janeiro de 1798) aplainaram o caminho. Um exército francês atravessou a fronteira, em 28 de janeiro. Quase toda a população suíça aclamou-o

na qualidade de libertador. Em 19 de março, a “Una e indivisível República Helvética” foi proclamada, abolindo todos os privilégios de cantão, classe ou pessoa, e fazendo todo suíço igual perante a lei. Zurique resistiu por mais tempo e, na confusão que se seguiu, o bom Lavater recebeu um tiro (1799). Morreu em 1801, em lenta consequência do ferimento.

## II. OS HOLANDESES: 1715-95

Todo mundo gostava dos holandeses. O dramaturgo dinamarquês Holberg, que visitou as Províncias Unidas (Holanda) e Bélgica, em 1704, entusiasmou-se sobretudo pelos canais, cujas embarcações, disse ele, “transportam-me de um lugar ao outro”, na mais doce paz, “possibilitando-me passar todas as noites em uma cidade de consideráveis proporções, de modo que, em uma noite, pude ir à ópera ou ao teatro logo ao chegar”.<sup>7</sup> Doze anos depois, Lady Mary Wortley Montagu manifestou-se com idêntica satisfação:

Todo o país [Holanda] parece um grande jardim. Ruas muito bem pavimentadas, sombreadas de ambos os lados com fileiras de árvores, e cortada por grandes canais cheios de barcos passando e repassando.(...) Todas as ruas [de Rotterdam](...) tão bem cuidadas e limpas que(...) pode-se dizer que andei toda a cidade ontem, *incognita*, com sapatos de entrada baixa sem receber sequer um bocado de lama. E você precisava ver as criadas holandesas lavando as calçadas(...) com maior aplicação do que as nossas arrumando nossos quartos de dormir.(...) Os navios dos comerciantes vêm [nos canais] na própria porta das casas. As lojas e armazéns são surpreendentemente limpos e belos, cheios de quantidade incrível de mercadoria fina.<sup>8</sup>

Entretanto, essas descrições róseas da Holanda eram feitas antes que o país sofresse as consequências econômicas de sua vitória sobre Luís XIV, na Guerra da Sucessão Espanhola. Procedeu então a Holanda a uma sangria de homens e dinheiro que a levou à exaustão. A dívida pública era enorme, seu comércio marítimo havia sido perdido em grande parte para seus aliados militares, porém competidores comerciais — e para a Alemanha. Os dividendos da Companhia das Índias Orientais Holandesas desceram de quarenta por cento, em 1715, para doze e meio por cento em 1737, e as das Índias Ocidentais Holandesas, de cinco por cento, em 1700, para dois por cento em 1740.<sup>9</sup> A Guerra dos Sete Anos ainda trouxe maiores danos. Os banqueiros de Amsterdam enriqueceram cobrando altas taxas de juros nos empréstimos às potências em guerra, mas a paz de 1763 terminou esse surto de riqueza. Muitos bancos faliram, prejudicando todas as maiores transações do país. Segundo depoimento de Boswell, na Holanda de 1764, “todas as principais cidades estão em triste decadência.(...) Encontra-se uma multidão de pobres criaturas que morrem de fome e vivem em ociosidade”.<sup>10</sup> Os impostos subiram, ocasionando a evasão de capital assim como de homens trabalhadores e resolutos. Então, os colonizadores holandeses e alemães mesclaram seus sangues na África do Sul, lentamente formando os bóeres.

A recuperação veio em virtude do caráter, diligência e integridade do holandês.

Um povo calmo, forte e frugal lavrou a terra, lubrificou os moinhos de vento, criou vacas, limpou seus laticínios, produziu queijos deliciosos e malcheirosos. A Holanda introduziu na Europa a agricultura científica.<sup>11</sup> Delft reconquistou o mercado das porcelanas. Os banqueiros holandeses e judeus de Amsterdam reconquistaram a reputação de honestidade e expediente. Emprestavam a juros baixos e pouco risco. Recebiam rendosos contratos para pagar e suprir tropas. Os governos e os centros dos negócios dirigiam-se a Amsterdam para empréstimos e raros voltavam de mãos vazias. Durante todo aquele tempo atribulado a Bolsa de Amsterdam era o centro financeiro do mundo ocidental. Dizia Adam Smith, em 1775: "A província da Holanda(...) em proporção com a extensão de seu território e o número de seu povo, é um país mais rico do que a Inglaterra."<sup>12</sup>

Em 1725,<sup>13</sup> o que mais impressionou Voltaire foi a quase pacífica coexistência de diversas religiões. Havia lá católicos ortodoxos e jansenistas católicos (o próprio Jansen não era holandês?), armênios protestantes pela própria vontade e predestinados calvinistas protestantes, anabatistas e socinianos, irmãos morávios e judeus, assim como um punhado de livres-pensadores comprazendo-se com o Iluminismo francês.<sup>14</sup> A maior parte dos magistrados era protestante, porém "regularmente tiravam dinheiro dos católicos", disse um historiador holandês "por serem coniventes com as suas práticas religiosas, e lhes permitir ocupar o cargo."<sup>15</sup> Os católicos eram, então, um terço de três milhões de habitantes. As classes altas, familiarizadas com uma dezena de religiões, por intermédio do comércio, eram céticas em relação a todas, não permitindo que interferissem com o jogo, a bebida, a gula e discretos adultérios à moda gaulesa.<sup>16</sup>

O francês era o idioma das pessoas cultas. Os colégios abundavam, e a Universidade de Leiden era famosa por suas faculdades de medicina, que lembravam o grande Boerhaave. Quase todas as cidades tinham sociedades de arte, bibliotecas, "câmaras de retórica", com concursos periódicos de poesia. Os mercadores de arte eram conhecidos na Europa pelos seus tesouros e suas fraudes.<sup>17</sup> A grande época da pintura holandesa terminara com Hobbema (m.1709), mas Cornelis Troost era, pelo menos, um eco de sua glória. Naquela época, o produto mais brilhante da arte holandesa talvez fosse os vidros delicadamente pontilhados, ou cinzelados de diamantes.<sup>18</sup> Amsterdam foi um ninho de editores, alguns honestos, outros piratas. A criatividade da literatura desceu a um nível baixo na primeira metade do século XVIII, porém, por volta de 1780, o revivescimento das letras produziu um verdadeiro poeta, Willem Bilderdijk.

Um amigo de Boswell disse-lhe que ele iria achar o holandês "feliz dentro de sua própria insipidez".<sup>19</sup> Contudo, Boswell mandou dizer de Utrecht: "Temos brilhantes reuniões duas vezes por semana, e festas particulares todas as noites.(...) Há tantas mulheres belas e simpáticas que uma resma de papel não dava para conter seus encômios."<sup>20</sup> As páginas mais fascinantes dos apontamentos de Boswell na Holanda são as que descrevem seu hesitante romance com "Zélide", ou "Belle de Zuylen" — isto é, Isabella van Tuyll. Pertencia a uma família antiga e importante. Seu pai, "o senhor de Zuilen e Westbroek" era um dos governadores da província de Utrecht. Recebeu ela mais educação do que podia dominar. Tornou-se orgulhosa e heterodoxa, zombando das convenções, moral, religião e posição. Contudo, fascinava qualquer homem com sua beleza, alegria e excitante ingenuidade. Repelia o casamento

bem-comportado e obrigatório. “Se eu não tivesse pai nem mãe não me casaria.(...) Ficaria bem contente com um marido que quisesse ter-me como amante. Eu lhe diria, ‘Não espere fidelidade como um dever. Você não terá senão os direitos e os ciúmes de um amante.’”<sup>21</sup> Ao que Boswell, o mais assíduo fornicador da Europa, replicou: “Que vergonha, minha Zélide, que caraminholas são essas?” Ela persistiu: “Eu preferiria ser a lavadeira de meu amante, e viver numa água-furtada, do que a árida liberdade e as boas maneiras de nossas grandes famílias.”<sup>22</sup>

Zélide passou por sucessivos casos de amor que a deixaram solteira e permanentemente marcada. Já aos 24 anos acalmava os nervos com ópio. Aos trinta (1771) casou-se com Saint-Hyacinthe de Charrière, um professor suíço, indo morar com ele perto de Lausanne. Achando-o intelectualmente inadequado, apaixonou-se, aos quarenta anos, por um homem dez anos mais moço. Este aproveitou-se dela, abandonando-a. Escreveu um romance como uma catarse, *Caliste*, que entusiasmou Sainte-Beuve. Em Paris, aos 47 anos, encontrou-se com Benjamin Constant, com vinte, seduzindo-o pelo espírito (1787). “Mme. de Charrière”, escreveu ele, “tinha uma maneira tão original e vivaz de encarar a vida, um desprezo tão profundo pelos preconceitos, inteligência tão forte, e uma superioridade tão vigorosa e sobranceira sobre as demais pessoas, que,(...) embora distante e arrogante, encontrei em sua conversa um prazer que não conhecera antes. Embriagamo-nos com o nosso menosprezo pela raça humana.”<sup>23</sup> Isto durou até que Benjamin Constant encontrasse uma nova embriaguez na pessoa de Mme. de Staël. Zélide condenou-se a uma amarga reclusão e, aos 65 anos, morreu, após haver criado e exaurido o vazio da existência.

Ela poderia encontrar alimento para o seu pessimismo na história política das Províncias Unidas do século XVIII. Depois da morte de Guilherme III (1702) o governo foi monopolizado por uma oligarquia de homens de negócios que preconizavam alta dos impostos, exerciam o nepotismo e eram dados à intriga. “Os cidadãos”, queixava-se um escritor holandês, em 1737, “são afastados da administração(...) e nos negócios do Estado não pedem nem conselhos nem voto.”<sup>24</sup> A incompetência militar do regime evidenciou-se quando a Holanda entrou na Guerra da Sucessão Austríaca (1743). Um exército francês invadiu a Holanda, não encontrando resistência, e muitas cidades entregaram-se sem quaisquer argumentações. O Marechal de Noailles relatou: “Lidamos com gente muito condescendente.”<sup>25</sup> Nem todos. A maior parte dos cidadãos clamava por um soberano guerreiro para salvar o país, como Guilherme III havia feito em 1672. Seu descendente colateral Guilherme IV, Príncipe de Orange, foi feito estatúder das sete províncias, capitão do exército, almirante da marinha (3 de maio de 1747). Em outubro, esses cargos tornaram-se hereditários em sua família e, na verdade, a monarquia foi restabelecida. Entretanto, esse quarto Guilherme era um cristão demasiado convicto para dar um bom general. Foi incapaz de restabelecer disciplina no exército, de modo que as derrotas se sucediam, e no tratado de Aix-la-Chapelle (1748) teve sorte a Holanda de sobreviver territorialmente intacta, mas no setor econômico foi novamente devastada. Guilherme morreu de erisipela aos quarenta anos (1751). Sua viúva, Princesa Ana, ficou como regente até a sua morte (1759). O Príncipe Ludwig Ernst de Brunswick-Wolfenbüttel reinou severa porém acertadamente até a maioridade de Guilherme V (1766).

Na guerra entre a Inglaterra e as colônias americanas, a Holanda protestou contra



a interferência da Grã-Bretanha com a sua frota, juntando-se à Rússia na "Neutralidade Armada" de 1780. A Inglaterra declarou guerra, capturando quase toda a frota holandesa. No tratado de Paris (1783), os interesses da Holanda foram quase ignorados. Ela entregou Negapatam (no sul da Índia) à Inglaterra, permitindo a livre navegação dos navios ingleses através das Molucas. A Holanda cessou sua participação ativa entre as potências.

Esses desastres destruíram a popularidade de Guilherme V. Além disso, o sucesso da revolta na América incentivou as idéias democráticas nos Países Baixos, levando ao surgimento do partido dos "Patriotas", hostil à família real. Através de todas as mudanças de governo, uma minoria endinheirada absorveu de tal forma a debilitada riqueza da nação que muitos homens recorreram à mendicância e as mulheres à prostituição, nas cidades outrora florescentes. Em 1783, companhias de "franco-atiradores" formaram-se secretamente em Amsterdam e em Haia a fim de preparar a revolução. Em 1787, os Patriotas tomaram o poder, porém Guilherme V foi reconduzido ao trono pela intervenção armada da Prússia. A Revolução Francesa reviveu o ardor dos Patriotas, os quais convidaram a França a virem em seu auxílio. Em 1794, tropas francesas invadiram a Holanda. O exército holandês foi vencido. Guilherme V fugiu para a Inglaterra, e os revolucionários holandeses uniram-se aos franceses para organizar a República Batava (1795-1806). Em 1815, o filho de Guilherme V restabeleceu a Casa de Orange-Nassau no poder como Rei Guilherme I. Seus descendentes reinam hoje nos Países Baixos (1967).

### III. OS DINAMARQUESES: 1715-97

O primeiro recenseamento oficial da Dinamarca (1769) estimou sua população em 825 mil almas, juntamente com 272 mil na Noruega, a qual permaneceu até 1815 sob o domínio dos reis dinamarqueses. Quase todos os camponeses na Noruega eram proprietários de suas terras, sendo orgulhosos como os *vikings*. Na Dinamarca, metade da classe camponesa compunha-se de servos, a outra metade sujeita aos tributos feudais. Os reis esforçavam-se para impedir esse feudalismo, porém eram financeiramente dependentes dos magnatas, e a servidão continuou até 1787. Nesse regime, pouco incentivo era dado ao comércio ou à indústria, não se desenvolvendo nenhuma classe média significativa, e a abertura do Canal de Kiel (1783) beneficiou mais os comerciantes ingleses e holandeses do que os dinamarqueses. Em 1792, a Dinamarca foi a primeira potência européia a abolir o tráfico de escravos em seus domínios.

Assim como os nobres comandavam o Estado, a Igreja Luterana comandava o púlpito, a imprensa e, assim esperava, os espíritos. Uma severa censura persistiu de 1537 a 1849, pondo fora da lei qualquer impresso ou discurso que não estivesse de acordo com a ortodoxia luterana, e muitos livros não-teológicos, como o *Werther* de Goethe, eram condenados como danosos à moral. O progresso da literatura era prejudicado pelo uso do alemão na corte, latim nas universidades, e francês nas *belles-lettres* — as quais eram quase inexistentes. Ter inaugurado a literatura dinamarquesa ao escrever o vernáculo, assim como ter trazido algumas luzes do Iluminismo para a Dinamarca, constituíram realizações do mais brilhante dinamarquês do século XVIII.

Tanto a Noruega como a Dinamarca podem reivindicar Ludvig von Holberg, pois

ele nasceu em Bergen (3 de dezembro de 1684). Terminando os estudos na escola latina local, foi para a Universidade de Copenhague. Ficou logo sem dinheiro, de modo que voltou à Noruega trabalhando na qualidade de tutor na família de um pároco em cidade campestre. Economizando sessenta táleres, partiu para conhecer o mundo. Em 1704, estava na Holanda. Em 1706-8 processava sua própria educação nas bibliotecas de Oxford. De volta a Copenhague, deu algumas aulas que lhe trouxeram pouco mais do que uma auto-instrução. Entrementes, vivia das aulas e alimentava-se de ambição. Em 1714, a universidade designou-o para uma cadeira de professor, sem pagamento, mas uma dádiva particular possibilitou-lhe andar pela Itália e França por um período de dois anos, na maioria das vezes, a pé. De volta de uma de suas maiores viagens, tornou-se professor de metafísica, cuja matéria odiava, depois de latim e retórica e, finalmente (1730), de história e geografia, que adorava.

Em seus momentos de lazer, criou a literatura dinamarquesa. Até então, nada mais existia no idioma dinamarquês senão baladas, farsas, hinos e obras de crença popular. Holberg produziu uma pequena biblioteca de poemas, sátiras, romances e tratados, em dinamarquês, sobre política, direito, história, ciência e filosofia. Apenas Voltaire rivalizava com ele em versatilidade. Como Voltaire, utilizava-se da ironia para castigar os pomposos professores que adoravam os clássicos, advogados que dificultavam a justiça com tecnicismos, padres disputando dinheiro e posição, médicos aliviando os pacientes eternamente. Quase todos esses pilares da sociedade foram expostos ao sarcasmo na sua primeira obra-prima, em épico satírico, *Peder Paars* (1719). Alguns dinamarqueses ilustres sentiram o ferrão, insistindo junto ao Rei Frederico IV para proibir o livro como ofensivo à moral, e ridicularizando os padres. O rei mandou que lessem para ele o primeiro canto, julgando-o "obra inofensiva e distraída". Contudo, o Conselho Real informou a Holberg que teria sido melhor que o poema nunca houvesse sido escrito.<sup>26</sup>

Assim foi que ele recorreu ao teatro. Em 1720, um ator francês, Étienne Capion, abriu em Copenhague o primeiro teatro dinamarquês. Não encontrando peças do país que merecessem ser encenadas, importou dramas da França e da Alemanha. Verificou, ao ler *Peder Paars*, que Holberg possuía os materiais e o talento para a comédia. Apelou para ele a fim de fornecer ao novo teatro peças em vernáculo. No período de um ano Holberg compôs cinco, em oito anos vinte, e todas tão ricas em hábitos locais, que seu sucessor, Adam Oehlenschläger, disse, referindo-se a ele: "Sabia ilustrar a vida burguesa de Copenhague tão bem que se esta cidade desaparecesse, e depois de duzentos anos as comédias de Holberg fossem redescobertas, por elas poder-se-ia reconstituir a época, da mesma forma que por Herculano e Pompéia sabemos a época da antiga Roma."<sup>27</sup>

Holberg tirou formas e idéias de Plauto, Terêncio, Molière e da *Commédia dell'Arte*, que havia visto na Itália. Algumas de suas comédias são trivialidades de um ato que perderam seu vigor, tal como *A Jornada de Sganarel ao País dos Filósofos*.<sup>28</sup> Outras ainda possuem força, como *Jeppe da Montanha*, na qual sabemos que os camponeses ao adquirirem poder tornam-se mais brutais do que seus senhores. Algumas são peças inteiras, como *Rasmus Montanus*. Trata-se de sátira jovial de pedantismo escolástico, dogmatismo teológico, e ignorância popular, e um toque ardiloso de ingenuidade rústica, por exemplo, quando Lisbel, ao saber que seu noivo está voltando da universida-

de, diz ao pai: “Então, meus sonhos se realizaram.(...) Sonhei que dormi com ele esta noite.”<sup>29</sup> Apesar dessas animadas comédias, o teatro de Copenhague fechou em 1727 por falta de público. A última representação foi a peça de Holberg, *O Funeral da Comédia Dinamarquesa*.

Holberg escandalizara seus confrades ao escrever para o teatro. Depois, abrandou-os com obras históricas demonstrando aos leitores dinamarqueses os resultados da cultura européia ocidental. *Uma Descrição da Dinamarca e da Noruega* (1729), *Uma História da Dinamarca* (1732-35), *História Universal da Igreja* (1727-47) e *Uma História dos Judeus* consistiam de compilações, porém bem-feitas. Holberg procurou desafogo desses trabalhos na sua obra-prima *Nicolai Klimii Iter subterraneum* (1741). Escreveu-a em latim e em prosa para alcançar uma audiência européia. Ela o fez, porém através de traduções: Jens Baggesen verteu-a para o dinamarquês, em cuja língua foi divulgada, alcançando três edições. Em alemão teve dez, em sueco, holandês e inglês três, em francês e russo duas, em húngaro uma. Foi esta *Viagem Subterrânea de Niels Klim* que tornou Holberg o Swift e o Voltaire da Dinamarca.

O barulho que partia de uma caverna despertou a atenção de Niels. Resolvendo investigar, seus amigos descem-no por uma corda, a qual se rompe. “Com incrível velocidade, fui precipitado no abismo.”<sup>30</sup> No interior da crosta da terra encontra a extensão do firmamento, com o sol, planetas e muitas estrelas. Caindo de encontro a um dos planetas, torna-se o seu satélite, girando ao seu redor sem cessar. Entretanto, agarra-se a uma águia, e com ela é levado até calmamente chegar ao planeta Potu (“Utop [ia]” ao contrário). Ali as árvores eram espécies dominantes, ricas em seiva sapiente. Lamentavelmente, “aquela mesma árvore, na qual trepei(...) era a mulher do xerife”.<sup>31</sup> Potu possuía algumas leis excelentes. As pessoas “que discutem publicamente sobre qualidades e essência do Ente Supremo são consideradas um tanto loucas”. Recebem tratamento de sangrias a fim de reduzir seu fervor, sendo, em seguida, mantidos em reclusão até “saírem daquele delírio”.<sup>32</sup> As mães em Potu amamentam seus filhos — 21 anos antes do apelo de Rousseau às mães para que o façam. Na província de Cocklecu (Corno) as mulheres dirigem o Estado, os homens tomam conta da casa ou se tornam prostitutas e a rainha possui um harém de trezentos belos rapazes. Os filósofos em Cocklecu passam o tempo tentando chegar ao Sol, prestando pouca atenção aos negócios terrenos. Na província de Mikolac todos são ateus, “e fazem qualquer mal que possam ocultar da polícia”.<sup>33</sup> Niels encontra um livro intitulado *Viagem de Tamian ao Mundo Superterreno* que descreve a Europa e seus hábitos estranhos: cabeças cobertas por enormes perucas, chapéus usados debaixo do braço (como os nobres de França), “pequenos bolos ou cápsulas carregados através das ruas e que os padres dizem serem deuses. Os próprios homens que os assaram(...) juram que essas cápsulas criaram o mundo”.<sup>34</sup>

O *Iter subterraneum* continha sátiras dos dogmas cristãos, reivindicando liberdade de culto para todas as religiões. Contudo, recomendava crença em Deus, no céu e inferno, na qualidade de suportes necessários para um código de moral continuamente golpeado pelos apelos do ego e da carne.<sup>35</sup> O Rei Frederico V tornou o reformador reformado barão, em 1747. Holberg teve o prazer de rebelar-se na mocidade e conformar-se na velhice, que terminou em 1754. Até hoje permanece figura dominante na literatura dinamarquesa.

Alguns teriam dado este lugar de preferência a Johannes Ewald, cuja carreira comparava-se com as de Byron, Keats e Shelley, na aventura, sofrimento e brevidade. Nascido em Copenhague em 1743, filho de ministro luterano, rebelou-se contra seus puritanos pais, apaixonou-se, aos dezesseis anos, por Areense Hulegaard, abandonou a carreira teológica como demasiado tardia em suas recompensas, alistou-se no exército prussiano, depois no austríaco, e resolveu conquistar riqueza e glória para tornar Areense sua noiva. Contudo, a moléstia e as privações destruíram-lhe a saúde. Retornou a Copenhague e à teologia. Areense casou-se com um homem que queria enriquecer, e Ewald deixou seu coração correr em poesia e prosa. Escreveu a primeira tragédia no original dinamarquês, *Rolf Krage* (1770), chegando ao zênite da poesia dinamarquesa do século XVIII com *A Morte de Balder* (1773), um drama heróico em verso. Sua obra quase não lhe deu o suficiente para viver. Retirou-se a uma solidão rural, alimentou várias doenças e finalmente reanimou-se com uma pensão do governo. Honrou-a com a peça *Os Pescadores* (1779), contendo a patriótica balada "O Rei Cristiano ao Pé do Majestoso Mastro", que se tornou o hino nacional dos dinamarqueses.<sup>36</sup> Esta obra foi o caminho da glória e o adeus à vida. Morreu em 1781, após longa e penosa moléstia, com 38 anos. Os povos escandinavos consideram-no "um dos maiores poetas líricos nórdicos, talvez o maior".<sup>37</sup>

Durante o século XVIII, a história política da Dinamarca tornou-se um interminável drama moderno entre tradição e experimentação. Cristiano V (r. 1730-46) reuniu forças opostas. Ele e seus ministros desenvolveram o crescimento econômico importando máquinas de tecer e fiar para o estabelecimento de uma indústria têxtil, assim como formando companhias nacionais para o comércio com a Ásia e América, e criando o Banco de Copenhague (1736). Anexaram a Groenlândia à coroa dinamarquesa (1744). Instituíram várias escolas primárias e secundárias, fundando academias para a promoção das letras e da cultura. Contudo, renovaram a antiga obrigatoriedade de assistir missa do culto luterano, aos domingos, fechando todos os teatros e salas de danças, extraditando atores e proibindo bailes de máscaras.

O filho de Cristiano, Frederico V (r. 1746-66) conservou as leis, porém amainou-as, em virtude de seu caráter benigno e vida sensual. Em 1751, obteve de Hanover, Johann Hartwig Ernst von Bernstorff, que, na qualidade de primeiro-ministro, elevou a fidelidade e competência da administração, reformou o exército e a marinha, conservando-os fora da Guerra dos Sete Anos, dinamizou a cultura dinamarquesa importando professores universitários, poetas, artistas e cientistas. Já vimos Klopstock aceitando o convite. Em 1767, o Conde von Bernstorff culminou sua pacífica política externa ao convencer Catarina a Grande a assinar um acordo dispensando Holstein-Gottorp para a Dinamarca.

Frederico V, consumido pelos excessos, morreu aos 43 anos (1766). Seu filho, Cristiano VII (r. 1766-1808), foi persuadido a se casar aos dezessete anos com Caroline Matilda, irmã do Rei Jorge III da Inglaterra. Caroline abrilhantou a vida social da capital, mas seu marido semilouco desprezava-a por uma vida dissoluta, e ela esquivou-se em um amor trágico com o médico da corte, Johann Friedrich Struensee. Filho de um teólogo, professor em Halle, Struensee ali estudou medicina e, como a maioria dos médicos, perdeu a fé religiosa. Obteve influência junto ao rei pela capacidade no tra-

tamento e nos resultados clínicos dos amores reais, e junto à rainha pelo sucesso em levar Cristiano VII a seu leito, o necessário para gerar um herdeiro. À medida que a mente do rei mergulhava numa tristeza apática, cresceu o poder da rainha no governo, e como ela permitia ao médico dirigir sua política, assim como gozar de suas graças, este tornou-se (1770) o verdadeiro soberano do Estado. Ordens eram expedidas do palácio real assinadas por Struensee, em nome do rei *non-composmentis*. Bernstorff foi demitido, retirando-se calmamente para suas propriedades na Alemanha.

Struensee estudara os *philosophes* e, dentro dos princípios destes, decidiu remodelar a vida na Dinamarca. Aboliu os abusos do privilégio dos nobres, acabou com a censura da imprensa, criou escolas, saneou o serviço público de sua corrupção e negociações, emancipou os servos, proibiu tortura policial, proclamou tolerância a todas as religiões, incentivou a literatura e as artes, reformou a legislação e a justiça, a polícia, a universidade, as finanças municipais e a saúde.(...) Para reduzir a dívida pública cancelou muitas pensões, apropriando-se das receitas das instituições religiosas para fins de utilidade pública.

Os nobres arquitetaram sua destituição, valendo-se da liberdade de imprensa para solapar-lhe a popularidade. Os dinamarqueses, muito religiosos, ressentiam-se da tolerância de culto, julgando-a ateísmo, referindo-se a Struensee como um estrangeiro cuja única fonte de autoridade era o leito da rainha. Em 17 de janeiro de 1772, os oficiais do exército convenceram o rei de que Struensee e a rainha planejavam matá-lo. Cristiano assinou uma ordem de prisão para os dois. Caroline foi deportada para o Castelo de Kronborg, de Hamlet. Struensee foi jogado em um cárcere e, após cinco semanas de sofrimentos, confessou seu adultério com a rainha. Em 28 de abril de 1772, foi cortado em pedaços no cadafalso, na presença de uma multidão aprovadora. Por instâncias de Jorge III, Caroline teve permissão para se retirar a Celle, em Hanover, onde morreu a 10 de maio de 1775, com 24 anos.

Os conspiradores vitoriosos elevaram ao poder Ove Guldberg, tutor do Príncipe Frederico. Durante doze anos de governo, Guldberg desempenhou reação patriótica contra a influência estrangeira no governo, no idioma e na educação, franqueou a função pública ao homem do povo, restabeleceu a servidão, a tortura judicial, a supremacia da Igreja Luterana e orientação religiosa na universidade. O sobrinho e o protegido do Conde von Bernstorff, Andreas Peter von Bernstorff, foi encarregado das relações exteriores. Quando o Príncipe Frederico fez-se regente (1784) Guldberg foi demitido. Andreas von Bernstorff tornou-se primeiro-ministro, assim permanecendo até morrer. Sob sua prudente orientação, a servidão foi novamente abolida (1787), o tráfico de escravos terminado nos domínios dinamarqueses, e o empreendimento econômico liberado. Quando Bernstorff morreu (1797), a Dinamarca já estava firme no caminho para a pacífica prosperidade que a tornou a inveja do mundo.

#### IV. OS SUECOS

##### 1. *Política*: 1718-71

A dramática carreira de Carlos XII foi uma tragédia para a Suécia. Seus objetivos foram mais a sede de glória do que os recursos do país. O povo sueco suportou-o cora-

josamente enquanto ele exauria sua população ativa e sua riqueza, contudo souberam, muito antes de sua morte, que ele estava fadado a falhar. Pelos Tratados de Estocolmo (1719-20), a Suécia cedeu os ducados de Bremen e Verden a Hanover, e a maior parte da Pomerânia à Prússia. Pela Paz de Nystad (1721), cedeu a Livônia, Estônia, Ingermanlândia e o leste da Carélia à Rússia. O poderio sueco no continente terminara, vendo-se o país compelido a retirar-se à península, rica em minério e bravura nacional, porém exigindo trabalho árduo e persistente habilidade para continuar a viver.

A derrota de Carlos debilitou a monarquia, permitindo aos nobres recuperarem o controle do governo. A constituição de 1720 dava poder preponderante ao *Riksdag*, ou Dieta, constituída de quatro “estados”: um *Riddarhus*, ou Câmara dos Nobres, composta dos chefes de todas as famílias nobres; a Câmara dos Sacerdotes — os bispos além de uns cinquenta delegados eleitos entre e pelo clero da paróquia; a Câmara Baixa — com noventa delegados representantes dos funcionários administrativos e principais homens de negócios da cidade; e a Câmara dos Camponeses — aproximadamente duzentos escolhidos entre e pelos agricultores livres, proprietários de terras. Todas essas classes reuniam-se separadamente, e nenhuma medida podia tornar-se lei sem que tivesse aprovação de três classes. Na verdade, a classe dos camponeses não possuía poder de legislar, exceto mediante aquiescência das outras duas classes. Durante as reuniões do *Riksdag*, uma “Comissão Secreta” de cinquenta nobres, 25 padres e 25 membros da Câmara Baixa, ou burgueses, preparavam os projetos, escolhiam os ministros e controlavam a política externa. Os nobres não pagavam impostos, tendo exclusividade para os altos postos do Estado.<sup>38</sup> Quando o *Riksdag* não estava em atividade, o governo era dirigido por um *Råd* (Conselho) de dezesseis ou 24 homens designados pelo *Riksdag* e sob a responsabilidade deste. O rei presidia esse Conselho com direito a dois votos. Fora isso não tinha poder de legislar. A Rússia, a Prússia e a Dinamarca apoiavam esta constituição, sob a alegação de que ela favorecia uma política de paz, obstando a propensão para a guerra por parte dos reis fortes.

A monarquia cessou de ser hereditária, tornando-se eletiva. Por morte de Carlos XII (30 de novembro de 1718) o trono teria de passar, por direito hereditário, a Carlos Frederico, duque de Holstein-Gottorp, filho da irmã mais velha de Carlos, porém o *Riksdag*, ao reunir-se em janeiro de 1719, pela primeira vez em vinte anos, deu a coroa a Ulrika Eleonora, outra irmã de Carlos XII, sob a condição dela renunciar ao reinado absolutista exercido por seu irmão. Mesmo assim, foi difícil de contornar e, em 1720, ela foi convencida a abdicar em favor do marido, o Landgrave Frederico I de Hesse-Cassel, que se tornou então Rei Frederico I da Suécia. Sob a prudente orientação do Conde Arvid Bernhard Horn, na qualidade de primeiro-ministro, a Suécia gozou dezoito anos de paz, nos quais recuperou-se dos danos de guerra.

Os orgulhosos suecos ridicularizaram seu pacifismo, denominando seus adeptos de “Barretes de dormir” — abreviando para “Barretes” — insinuando serem eles uns caducos cochilando enquanto ficavam atrás no desfile das potências. Contra esse havia outro partido, o dos “Chapéus”, formado pelo Conde Carl Gyllenborg, Karl Tessin e outros, que, em 1738 capturou o *Riksdag*, substituindo Horn por Gyllenborg. Este, resolvendo restituir à Suécia sua antiga posição entre as potências, renovou a declinante aliança com a França, a qual ofereceu seu auxílio pecuniário em troca da

oposição aos desígnios da Rússia. Assim foi que, em 1741, o governo declarou guerra à Rússia, na esperança de reaver as províncias do Báltico tomadas por Pedro o Grande. Contudo, nem o exército nem a marinha estavam suficientemente preparados. A marinha ficou incapacitada pela doença, o exército cedeu toda a Finlândia à investida russa. A Czarina Elizaveta, ansiosa em obter o apoio da Suécia, concordou em restituir maior parte da Finlândia se o seu primo, Adolfo Frederico de Holstein-Gottorp, fosse nomeado herdeiro do trono sueco. Nesses termos, a Paz de Abo terminou a guerra (1743). Quando Frederico I morreu, (1751) Adolfo Frederico tornou-se rei.

Muito em breve as classes políticas fizeram-no ver que era rei apenas no nome. Pu-  
seram em dúvida seu direito de indicar novos pares ou escolher seus domésticos. Amea-  
çaram dispensar sua assinatura caso objetasse assinar certos documentos ou ordens. O rei era dócil, porém tinha uma mulher orgulhosa e imperiosa, Luísa Ulrika, irmã de Frederico, o Grande. Os soberanos tentaram revoltar-se contra o domínio das clas-  
ses políticas: fracassaram, sendo seus agentes torturados e decapitados. Só pouparam o rei porque o povo o amava. Luíza Ulrika consolou-se, salientando-se como rainha das letras. Travou amizade com Lineu, reunindo em seu redor um grupo de poetas e artistas, através dos quais difundiu idéias do Iluminismo francês. O *Riksdag* nomeou um novo tutor para o seu filho de dez anos, com instruções para informar ao futuro Gustavo III que nos estados livres os reis existiam apenas por tolerância, que eram investidos com esplendor e pompa “mais para honrar o reino do que em consi-  
deração à pessoa que por acaso está ocupando o principal lugar naquele espetáculo brilhante”, e que “o brilho e o esplendor de uma corte” podiam desviá-los para ilu-  
sões de grandeza, e que o melhor que tinham a fazer era visitar as cabanas dos cam-  
poneses vez por outra, vendo a pobreza que paga a pompa da realeza.”

Em 12 de fevereiro de 1771, Adolfo Frederico morreu. O Conselho convocou Gus-  
tavo III, que estava em Paris, para vir e aceitar as formas de realeza.

## 2. Gustavo III

Era o rei mais atraente desde Henrique IV da França. Belo, alegre, amando as mu-  
lheres, as artes e o poder, apareceu subitamente na história da Suécia como uma des-  
carga elétrica, acionando todos os elementos vitais na vida do país. Fora bem educado  
por Karl Tessin e mimado pela mãe extremosa. Era intelectualmente precoce e aguça-  
do, com muita imaginação e senso estético, inquieto pela ambição e orgulho. Não  
é fácil ser príncipe e ser humilde. Sua mãe transmitiu-lhe o amor pela literatura fran-  
cesa. Lia Voltaire avidamente, enviava-lhe homenagens, aprendeu a *Henriade* de cor.  
O embaixador sueco em Paris remetia-lhe cada volume da *Encyclopédie* à medida que  
ia aparecendo. Estudava história com atenção e fascínio, entusiasmando-se com as car-  
reiras de Gustavo Vasa, Gustavo Adolfo, Carlos XII. Após ler a respeito desses ho-  
mens não podia suportar ser um rei inútil. Em 1776, sem consultá-lo e nem a seus  
pais, o Conselho casou-o com a Princesa Sofia Madalena, filha do Rei Frederico V da  
Dinamarca. Ela era tímida, gentil, religiosa, considerando o teatro um local de peca-  
do. Ele era cético, gostava do drama, e nunca perdoou o Conselho tê-lo precipitado

naquele casamento incompatível. Procurando acalmá-lo por algum tempo, o Conselho favoreceu-o com uma bela dotação para uma viagem à França (1770-71).

Ele parou em Copenhague, Hamburgo e Brunswick, mas Paris era sua meta. Enfrentou a cólera de Luís XV ao visitar o banido Choiseul, violentando as convenções ao procurar Mme. du Barry no seu *château* em Louveciennes. Encontrou Rousseau, d'Alembert, Marmontel e Grimm, mas desiludiu-se. "Conheci todos os filósofos", escreveu a sua mãe, "e acho seus livros muito mais agradáveis do que eles."<sup>40</sup> Brilhou como estrela do norte nos salões das madames Geoffrin, du Deffand, Lespinasse, d'Épinay e Necker. Em meio a seus sucessos, recebeu aviso de que havia se tornado rei da Suécia. Não voltou correndo. Permaneceu em Paris o tempo suficiente para conseguir vultosos subsídios para a Suécia, obtendo-os do quase falido governo francês, assim como trezentos mil *livres* para o seu próprio uso na administração do *Riksdag*. No caminho da pátria, parou para ver Frederico o Grande, o qual avisou-o de que a Prússia defenderia — se necessário, pelas armas — aquela constituição que restringia tão rigorosamente o poder do rei.

Gustavo chegou a Estocolmo em 6 de junho. No dia 14 abriu seu primeiro *Riksdag* com palavras amáveis, extraordinariamente semelhantes àquelas que um outro rei tolhido, Jorge III, havia procedido à abertura do seu primeiro Parlamento, em 1760. "Nascido e criado entre vós, aprendi desde a mais tenra idade a amar o meu país, e mantenho que é um grande privilégio ter nascido sueco e a maior honra de ser o primeiro cidadão de um povo livre."<sup>41</sup> A eloquência de suas palavras e seu patriotismo conquistaram-lhe uma reação mais calorosa por parte de nação, porém deixaram os políticos insensíveis. Os "Barretes", amigos da constituição e da Rússia, financiados por quarenta mil libras da parte de Catarina II, obtiveram maioria em três das quatro classes políticas. Gustavo replicou fazendo um empréstimo de duzentas mil libras dos banqueiros holandeses, a fim de comprar a eleição do seu candidato como presidente do *Riksdag*. Mas ele ainda tinha de ser coroado rei, e as classes controladas pelos Barretes procederam a uma revisão do juramento da coroação, no sentido de que o rei devia jurar submeter-se às decisões de "uma maioria de classes" e fazer qualquer promoção baseada apenas no mérito. Gustavo resistiu por um período de meio ano a essa atividade rumo à democracia, mas finalmente (março 1772) assinou-o. Intimamente resolveu derrubar essa constituição desagradável tão logo tivesse uma oportunidade.

Preparou o terreno, fazendo-a popular. Era acessível a todos, "concedia favores como se os estivesse recebendo", não deixando ninguém retirar-se descontente. Vários chefes de exército concordaram com ele que somente um governo centralizado forte, desimpedido de um *Riksdag* venal, poderia salvar a Suécia da dominação russa e prusiana — que, naquele mesmo tempo (5 de agosto de 1772) estava dividindo a Polônia. Gergennes, o embaixador francês, contribuiu para o golpe com quinhentos mil ducados. Em 18 de agosto, Gustavo arranjou para que oficiais do exército o encontrassem no arsenal no dia seguinte, pela manhã. Duzentos compareceram. Gustavo pediu-lhes que o auxiliassem a derrubar um regime corrupto e instável, alimentado pelos inimigos da Suécia. Todos concordaram, com exceção de um. Este era o Governador-Geral Rudbeck que, irrompendo pelas ruas de Estocolmo, conclamava o povo a proteger sua liberdade. A população estarreceu-se, pois admirava Gustavo,



não nutrindo qualquer admiração pelo *Riksdag* que acobertava uma oligarquia de nobres e homens de negócios sob fórmulas democráticas. O jovem rei, então com 26 anos, conduziu os oficiais para os quartéis da Guarda de Estocolmo. Falou-lhes com tanta persuasão que eles lhe prometeram apoio. Dir-se-ia a repetição, passo a passo, do procedimento de Catarina II ao alcançar o poder na Rússia, dez anos antes.

Quando da abertura do *Riksdag*, a 21 de agosto, os congressistas depararam com o recinto cercado de granadeiros e a própria sala de reuniões tomada pela tropa. Em discurso que se tornou histórico, Gustavo reprovou as classes políticas por terem se rebaixado a disputas partidárias e ao suborno estrangeiro, ordenando fosse processada a leitura da nova constituição, preparada por seus auxiliares. Esta conservava uma monarquia restrita, ampliando, contudo, os poderes reais, que controlariam o exército, a marinha e as relações exteriores. Ao rei cabiam poderes exclusivos para nomear e demitir ministros. O *Riksdag* se reuniria apenas mediante sua convocação, podendo ele também suspender as sessões se assim julgasse oportuno; só discutiria os assuntos apresentados pelo rei, contudo nenhuma medida poderia tornar-se lei sem a aquiescência do *Riksdag*, retendo este o controle do orçamento através do Banco da Suécia, assim como a atribuição de fixar impostos. O rei não poderia engajar-se em guerra de desagravo sem a concordância do *Riksdag*. Os juízes seriam nomeados pelo rei, conservando-se eles irremovíveis, e o direito ao *habeas corpus* protegeria os cidadãos contra as delongas da lei. Gustavo pediu aos delegados que aceitassem aquela constituição. Convencidos pelas baionetas, eles aceitaram, jurando-lhe lealdade. O rei, ao agradecer ao *Riksdag*, encerrou a sessão, prometendo convocá-la dentro de seis anos. Os partidos dos "Barretes" e dos "Chapéus" dispersaram-se. O *coup d'état* deu-se com rapidez, sem derramamento de sangue e, aparentemente, para satisfação do povo. Deram "vivas a Gustavo como o libertador da pátria, inundando-o de bênçãos; (...) homens abraçavam-se com lágrimas de alegria".<sup>42</sup> A França rejubilou-se, mas a Rússia e a Prússia ameaçaram fazer guerra para restabelecer a antiga constituição. Gustavo manteve-se firme. Catarina e Frederico recuaram para que uma guerra não pusesse em perigo sua pilhagem da Polónia.

Na década seguinte, Gustavo portou-se como monarca constitucional — isto é, sujeito à lei constituída. Realizou benéficas reformas, granjeando fama como um dos "déspotas esclarecidos" do século. Voltaire saudou-o como "o digno herdeiro do grande nome de Gustavo".<sup>43</sup> Frustrado na França, Turgot teve a satisfação de ver suas políticas econômicas bem-sucedidas na Suécia, onde o livre comércio fora legalizado em relação aos cereais, com a indústria liberada dos repressivos regulamentos cartéis. O comércio incentivou-se pela organização de portos livres no Báltico e centros comerciais livres no interior. Por solicitação, Mirabeau *père* forneceu seu subsídio de como melhorar a agricultura. Lemercier de la Rivière foi incumbido de fazer um plano para a educação pública.<sup>44</sup> Gustavo enviou a Voltaire uma cópia da lei que assegurava liberdade de imprensa (1774), escrevendo: "É a vós que a humanidade deve agradecer pela destruição dos obstáculos que a ignorância e o fanatismo impediram de firmar-se."<sup>45</sup> Reformou o legislativo e o judiciário, aboliu a tortura, reduziu penalidades e estabilizou a moeda. Diminuiu os impostos cobrados aos camponeses. Reorganizou o exército e a marinha. Ao acabar com o monopólio da religião luterana na Suécia, concedeu tolerância a todas as seitas cristãs e, nas cidades maiores, aos judeus. Ao

convocar o *Riksdag*, em 1778, seus primeiros seis anos de governo foram aprovados sem uma voz dissidente. Gustavo escreveu a um amigo: "Alcancei o ponto mais feliz de minha carreira. Meu povo está convencido de que nada desejo senão promover seu bem-estar e sua liberdade."<sup>46</sup>

### 3. O Iluminismo Sueco

Entre as atividades legislativas e administrativas, o rei contribuiu de todo o coração para o magnífico surto da literatura e da ciência que colocou a Suécia inteiramente ao lado dos progressos intelectuais do século XVIII. Esta foi a era de Lineu, na botânica, e de Scheele e Bergman na química. Em outra parte deste livro já lhes tributamos honrarias. Entretanto, talvez devêssemos ter incluído no item ciência o mais extraordinário sueco da época, Emanuel Swedenborg, pois foi na qualidade de cientista que inicialmente conquistou fama. Fez trabalhos originais de física, astronomia, geologia, paleontologia, mineralogia, fisiologia e psicologia. Melhorou a bomba de pressão de ar usando mercúrio. Fez bons estudos sobre magnetismo e fosforescência. Propôs uma hipótese nebular antes de Kant e Laplace. Antecipou a pesquisa moderna sobre as glândulas endócrinas. Demonstrou, 150 anos antes de qualquer cientista, que o funcionamento do cérebro é simultâneo com a respiração mais do que com o pulso. Localizou no córtex cerebral as maiores operações da mente, e atribuiu a específicas partes do cérebro o controle das partes específicas do corpo.<sup>47</sup> Comunicou à Câmara dos Nobres o resultado de seus estudos sobre o sistema decimal, a reforma monetária, a balança comercial. Toda a sua genialidade parecia dirigida para a ciência. Entretanto, quando concluiu que seus estudos o estavam conduzindo a uma teoria mecanicista da mente e da vida, e que suas teorias levavam ao ateísmo, reagiu violentamente, afastando-se da ciência e aproximando-se da religião. Em 1745, principiou a ter visões do céu e do inferno, passando a nelas confiar literalmente, descrevendo-as no tratado *O Céu, Suas Maravilhas e o Inferno*. Informou a centenas de leitores que, no céu, eles não seriam espíritos desencarnados, mas homens e mulheres de carne e osso, gozando, tanto física como espiritualmente, os prazeres do amor. Não pregou, nem fundou uma seita, porém sua influência difundiu-se por toda a Europa, contagiando Wesley, William Blake, Coleridge, Carlyle, Emerson e Browning. Finalmente, seus adeptos formaram a "Igreja da Nova Jerusalém".

Apesar de sua oposição, a Suécia cada vez mais aproximou-se mentalmente do Iluminismo. A importação ou a tradução de obras francesas e inglesas produziu uma rápida secularização da cultura e refinamento das formas e gostos literários. Sob Gustavo III e sua mãe, o novo liberalismo encontrou ampla aceitação nas classes média e alta, mesmo no alto clero, que principiou a pregar tolerância e um simples credo deísta.<sup>48</sup> Em todo o lugar as palavras de ordem eram *razão, progresso, ciência, liberdade e a boa vida aqui na Terra*. Lineu e outros organizaram a Real Academia Sueca de Ciências, em 1739. Karl Tessin fundou a Real Academia de Belas-Artes, em 1733. A Real Academia de *Belles-Lettres* teve existência efêmera sob a Rainha Luísa Ulrika. Gustavo a reviveu (1784) com vultosa dotação, instruindo-a no sentido de premiar,

com uma medalha no valor de vinte *ducats*, a melhor obra sueca sobre história, poesia ou filosofia. Ele mesmo obteve o primeiro prêmio com o panegírico de Lennart Torsenson, o mais brilhante dos generais de Gustavo Adolfo. Em 1786, o rei estabeleceu (para empregar suas próprias palavras) “uma nova academia para cultivar a nossa língua, a qual chamar-se-á Academia Sueca, e consistirá de dezoito membros”. Esta, assim como a Academia de *Belles-Lettres* foram supridas dos fundos destinados às pensões dos intelectuais suecos e autores.<sup>49</sup> Gustavo, que pessoalmente auxiliava os homens de letras, os cientistas e os músicos, fê-los sentir que essa liberalidade lhes era devida. Deu-lhes uma nova posição social ao convidá-los para a sua corte, estimulando-os com sua competição.

Antes dele, o teatro na Suécia era ativo, especialmente por incentivo de sua mãe, porém suas peças representadas o eram por atores franceses, os quais levavam dramas também franceses. Gustavo afastou as companhias estrangeiras, animando os intelectuais suecos a produzirem peças para um teatro realmente do país. Ele mesmo colaborou com Johan Wilander ao escrever uma ópera, *Thetis och Pelée*, que estreou em 18 de janeiro de 1773, sendo levada durante 28 noites. Depois, no período de oito anos, dedicou-se à política. Em 1781, voltou a escrever, compondo uma série de peças que ainda são muito consideradas na literatura sueca. A primeira, *Gustaf Adolfs Adelmod* (A Magnanimidade de Gustavo Adolfo), de 1782, é um marco do início da dramaturgia sueca. O rei tomava seus assuntos nos fatos históricos, ensinando a seu povo a história de seu país como Shakespeare havia ensinado aos ingleses. Em 1782, foi construído, a expensas do Estado, um magnífico teatro para música e drama. Gustavo escrevia suas peças em prosa, mandava-as versificar por Johan Kellgren, e musicá-las por compositores nacionais e estrangeiros. Assim foi que sua prosa tornou-se ópera. A melhor prova dessa colaboração foram *Gustaf Adolf och Ebba Brahe*, celebrando a história do amor do grande comandante, e *Gustaf Vasa*, relatando como o primeiro grande Gustavo libertara a Suécia da dominação dinamarquesa.

Com tal soberano e três universidades (Uppsala, Åbo e Lund), a Suécia chegou ao seu próprio Iluminismo. Olaf von Dalin forneceu um prelúdio adisoniano ao escrever anonimamente e publicando periodicamente (1733-34) *Den svenska Argus*, debatendo tudo exceto política, no estilo genial do *Spectator*. Todos os leitores gostavam. O *Riksdag* votou um prêmio a seu autor que, sem demora, saiu de seu anonimato. A Rainha Luísa Ulrika tornou-o poeta da corte e tutor do futuro Gustavo III. Isto acorrenou e tornou sua musa insípida, porém deu-lhe tempo e dinheiro para escrever sua obra-prima, *Svea Rikes Historia*, a primeira história crítica do reino sueco.

A figura mais interessante da nova plêiade foi uma mulher, Hedvig Nordenflycht, a Safo, Aspásia e Charlotte Brontë da Suécia. Alarmava seus pais puritanos lendo peças e poesia. Foi por eles punida, mas persistiu, escrevendo versos tão belos que os pais resignaram-se ao escândalo. Entretanto, obrigaram-na a casar-se com o administrador da propriedade deles, que era sensato e feio. “Eu gostava de ouvi-lo como filósofo, mas considerá-lo amante era-me insuportável.”<sup>50</sup> Aprendeu a amá-lo apenas quando o viu morrer em seus braços após três anos de casamento. Um clérigo, belo e jovem, pôs fim a seu luto ao fazer-lhe a corte. Ela tornou-se sua mulher, “gozando a vida mais feliz que um mortal pode ter neste mundo imperfeito”. Mas ele morreu dentro de um ano, e Hedvig quase ficou louca de dor. Isolou-se em casa, em uma

pequena ilha, transformando seu sofrimento em poemas, os quais foram tão bem recebidos que ela mudou-se para Estocolmo, publicando anualmente (1744-50) *Aforismos para as Mulheres, por uma Pastora do Norte*. Sua casa transformou-se em salão da elite social e intelectual. Jovens poetas como Frederik Gyllenborg e Gustaf Creutz foram seus seguidores ao adotar o estilo clássico francês e aliando-se ao Iluminismo. Em 1758, com quarenta anos, apaixonou-se por Johan Fischerström, de 23. Este confessou amar outra, mas, ao ver a desolação de Hedvig pediu-lhe para casar-se com ele. Ela recusou e, para resolver o problema, tentou afogar-se em um lago. Foi salva, morrendo entretanto três dias depois. *A Pastora do Norte* é ainda um clássico da literatura sueca.

Seguindo aquela onda romântica, Creutz apresentou belo ciclo de canções *Atis och Camilla* (1762), que por muitos anos permaneceu o poema mais admirado da língua sueca. Camila, na qualidade de sacerdotisa de Diana, tem voto de castidade. Átis, um caçador, a vê, deseja-a, vaga pelas florestas desesperado. Camila também perturbasse, perguntando a Diana: "Não é a lei da natureza tão sagrada quanto o seu decreto?" Encontra um cervo ferido. Trata-o e o consola. Ele lambe sua mão. Átis roga privilégios similares. Ela repreende-o e ele pula de um alto penhasco, procurando a morte. Cupido intercepta sua queda. Camila cuida dele, aceitando uma união carnal. Uma serpente crava suas presas no seu seio de alabastro, e ela morre nos braços de Átis. Este chupa o veneno e quase morre. Diana abrandase, fazendo ambos reviver, liberando Camila de seus votos de castidade. Tudo acaba bem. Esta peça idílica foi aclamada pelos literatos da Suécia e por Voltaire, mas Creutz dedicou-se à política, tornando-se chanceler da Suécia.

Se Hedvig Nordenflycht era a Safo da Suécia, Kalr Bellmann era seu Robert Burns. Educado em clima de conforto e religiosidade, principiou a preferir as alegres canções das tavernas aos sombrios hinos de seu lar. Nas tavernas as realidades e os sentimentos da vida eram revelados sem preocupação das convenções e conveniências. Naqueles recintos, a alma, movida pelo álcool, deixava-se ver, e a verdade jorrava entre fantasias e cóleras. A figura mais trágica dessa miséria humana era Jan Fredman, outrora relojoeiro da corte e depois tentando esquecer o fracasso de seu casamento na bebida; a personalidade mais alegre Maria Kiellström, rainha dos recintos mais baixos. Bellmann com eles entoava suas canções, compondo-as sobre eles, e cantando-as para eles, acompanhadas de músicas compostas por ele. Algumas dessas canções eram um tanto licenciosas e Kellgren, o descorado poeta laureado da época, o reprovava. Mas quando Bellmann preparou *Fredmans Epistlar* para o prelo (1790), Kellgren patrocinou os versos com um prefácio entusiasta. A obra foi agraciada pela Real Academia da Suécia. Era com muito prazer que Gustavo III ouvia Bellmann, chamando-o "o Anacreonte do norte". Deu-lhe uma sinecura em seu governo. O assassinato do rei (1792) deixou o poeta sem qualquer renda. Ficou paupérrimo, foi preso por dívida e solto pelos amigos. Morrendo de tuberculose aos 55 anos, insistiu em fazer uma última visita a sua taverna favorita, ali cantando até que a voz lhe faltou. Pouco tempo depois morreu, em 11 de fevereiro de 1795. É considerado por uns "o mais original dos poetas suecos", e, "segundo todas as probabilidades, o maior no círculo de poetas" que honraram aquele reino.<sup>51</sup>

Contudo, o homem que seus contemporâneos consideravam o segundo após o rei,

no que se refere à vida intelectual da época, era Johan Henrik Kellgren. Filho de um pastor protestante, abandonou a fé cristã, entrou nas fileiras do Iluminismo, entregando-se a todos os prazeres da vida com um mínimo de remorso. Seu último livro *Mina Löjen (Meu Riso)* era uma imensa ode à alegria, prazeres eróticos inclusive. Kellgren aplaudia o riso "como a única marca divina e relevante da humanidade", convidando-a a acompanhá-lo até o fim de seus dias.<sup>32</sup> Em 1778, com 27 anos, aliou-se a Karl Peter Lenngren para fundar o *Stockholmsposten*. Durante dezessete anos, sua pena vigorosa tornou o jornal a voz dominante da vida intelectual sueca. Em suas páginas, o Iluminismo francês destacava-se amplamente, e o estilo clássico era honrado como a suprema norma de excelência; o romantismo alemão foi ironizado e banido da corte, e as amantes de Kellgren exaltadas em poemas que escandalizaram o conservadorismo do continente. O assassinato do seu querido rei foi um golpe para a filosofia hedonista do poeta. Em 1795, uma de suas aventuras galantes transformou-se em amor. Kellgren principiou a reconhecer os direitos do romance, idealismo e religião. Voltou atrás de sua condenação de Shakspeare e Goethe, achando que, afinal de contas, o temor de Deus seria o princípio da sabedoria. Contudo, ao morrer (1795), com 44 anos, pediu que não houvesse nenhum dobre de sinos para ele.<sup>33</sup> No fim, era novamente um filho de Voltaire.

Um belo aspecto de seu caráter era a boa vontade em abrir as colunas de seu jornal aos adversários de seus pontos de vista. O mais vigoroso de todos era Thomas Thorild, que condenava o Iluminismo como a idolatria imatura do racionalismo superficial. Thorild surpreendeu Estocolmo com *Passionerna (As Paixões)* que, disse ele, "contém toda a força da minha filosofia e o esplendor de minha imaginação — não-rimados, extáticos, maravilhosos". Declarou que toda "a sua vida foi consagrada a(...) revelando a natureza e reformando o mundo".<sup>34</sup> Ao seu redor reunia-se um grupo de intelectuais rebeldes, alimentando seus ardores com *Sturm und Drang*, colocando Klopstock acima de Goethe, Shakspeare acima de Racine, Rousseau acima de Voltaire. Não conseguindo convencer Gustavo III de seus pontos de vista, Thorild foi para a Inglaterra (1788), alimentando a alma com James Thomson, Edward Young e Samuel Richardson, reunindo-se aos radicais que favoreciam a Revolução Francesa. Em 1790, voltou à Suécia e publicou propaganda política que fez o governo extraditá-lo. Após dois anos na Alemanha, teve permissão de voltar e aquietar-se numa cátedra de professor.

Outras estrelas abundavam nesse firmamento literário. Carl Gustaf af Leopold agradava o rei com a forma clássica e tom palaciano de seu verso. Bengt Lidner, como Thorild, preferia o romance. Foi expulso da Universidade de Lund em virtude de suas levandades (1776). Continuou seus estudos e irregularidades em Rostock. Foi posto em um navio que partia para as Índias Orientais, fugiu, voltou à Suécia, chamando a atenção do rei com um volume de fábulas poéticas. Foi nomeado secretário do Conde Creutz na embaixada em Paris, onde estudou mais as mulheres do que política, sendo reconduzido à pátria, vindo a morrer pobre, com a idade de 35 anos (1793). Redimiu sua vida com três volumes cheios de fulgor byroniano. Havia ainda a modesta Ana Maria Lenngren, mulher do colaborador de Kellgren no *Stockholmsposten*. Para este periódico contribuiu com versos que lhe valeram a indicação para a Real Academia Sueca. Entretanto, não deixou que sua Musa interferisse em suas lides domés-

ticas e, em poema dirigido a uma filha imaginária, aconselhava-a a evitar a política e a sociedade, contentando-se com as tarefas e alegrias do lar.

Havia na arte sueca qualquer movimento correspondente à literatura e ao drama? Quase nenhum. Karl Gustaf de Tessin decorou em estilo rococó (1750) o palácio real que seu pai, Nicodemus Tessin, construíra em 1693-97, reunindo rica coleção de quadros e estatuária, que hoje faz parte do Museu Nacional de Estocolmo. Johan Tobias Sergel esculpiu uma *Vênus*, e um *Fauno Embriagado* em estilo clássico e inaugurou em mármore o aspecto robusto de Johan Pasch. A família Pasch possuía quatro pintores, Lorenz o Velho, seu irmão Johan, sua irmã Ulrica, e Lorenz o Moço, os quais retrataram reis e nobres. Constituíam diminuta parcela no esplendoroso Iluminismo que agraciou o reino.

#### 4. *Assassinato*

Foi o próprio rei que levou aquele brilhante florescimento a um trágico fim. A Revolução Americana, tão poderosamente auxiliada pela França, parecia-lhe uma ameaça a todas as monarquias. Denominava os colonos "súditos rebeldes", declarando que jamais os receberia como nação antes que o rei da Inglaterra os absolvesse do seu juramento de fidelidade.<sup>55</sup> Cada vez mais, naquela última década, reforçou o poder real, cercando-o de cerimônia e etiqueta, substituindo auxiliares eficientes de espírito independente por servidores que cumpriam suas ordens e desejos sem hesitação ou opinião contrária. Principiou a restringir a liberdade que dera à imprensa. Achando sua mulher enfadonha, comprazia-se em flertes<sup>56</sup> que chocavam a opinião pública, a qual esperava que os reis da Suécia dessem à nação modelos de afeição e fidelidade matrimoniais. Alienou o povo ao estabelecer um monopólio governamental na destilação de bebidas alcoólicas. Os camponeses, acostumados a destilar suas próprias bebidas, burlavam o monopólio por mil expedientes. O rei gastava enormemente com o exército e a marinha, e era visível que se preparava para uma guerra com a Rússia. Quando convocou o segundo *Riksdag* (6 de maio de 1786), não mais encontrou, junto às classes políticas, a aprovação que o *Riksdag* de 1778 dera às suas medidas. Quase todas as suas propostas foram rejeitadas, ou sofreram emendas fúteis. Assim foi que se viu compelido a ceder o monopólio de bebidas alcoólicas. Em 5 de julho, ele dissolveu o *Riksdag*, resolvendo governar sem sua aquiescência.

Essa aquiescência, pela constituição de 1772, era necessária em relação a qualquer guerra, exceto a de defesa, e Gustavo tencionava atacar a Rússia. Por quê? Ele sabia que a Rússia e a Dinamarca haviam assinado (12 de agosto de 1774) um tratado secreto para uma ação conjunta contra a Suécia. Visitou Catarina II em São Petersburgo, em 1777, porém a mútua pretensão à amizade não enganou nem à anfitriã, nem ao hóspede. À medida que aumentavam as vitórias russas contra a Turquia, Gustavo temeu que, se nada fosse feito para impedi-la, a imperatriz muito breve enviaria seus imensos exércitos em direção a oeste, na esperança de submeter a Suécia à sua vontade, como havia feito com a Polônia. Haveria qualquer meio de frustrar esse objetivo? Somente, tinha o rei a impressão, auxiliando a Turquia com um ataque no flanco

sobre São Petersburgo. O sultão apressou a decisão ao oferecer à Suécia um subsídio de um milhão de piastras anuais no decurso dos próximos dez anos caso ela se unisse aos esforços de obstar Catarina. Talvez agora a Suécia pudesse reaver o que havia cedido a Pedro o Grande em 1721. Em 1785, Gustavo principiou a preparar o exército e a marinha para a guerra. Em 1788, mandou um ultimato à Rússia, pedindo a restituição da Carélia e da Livônia à Suécia, e da Criméia à Turquia. Em 24 de junho embarcou para a Finlândia. Em 2 de julho, em Helsingfors, tomou o comando das forças reunidas e dirigiu-se a São Petersburgo.

Tudo saiu errado. A esquadra foi detida por uma flotilha russa numa batalha indecisa ao largo da ilha de Hogland (17 de julho). No exército, 113 oficiais se amotinaram, acusando o rei de haver violado o compromisso de não entrar em guerra sem o assentimento do *Riksdag*. Enviaram um emissário a Catarina, oferecendo para se colocarem sob sua proteção, com ela cooperando a fim de fazer da Suécia e da Finlândia russa um Estado independente. Nesse meio tempo, a Dinamarca despachou um exército para atacar Gotemburgo, a cidade mais rica da Suécia. Gustavo considerou essa invasão um desafio que despertaria o espírito de seu povo. Apelou para a nação, especialmente aos rudes camponeses dos distritos mineiros denominados Dales, para que lhe dessem um exército novo e mais leal. Foi pessoalmente, metido na indumentária característica do lugar, falar a eles daquele mesmo átrio de igreja, da aldeia de Mora, de onde Gustavo Vasa pedira o auxílio deles em 1521. O povo respondeu e regimentos de voluntários formaram-se em uma centena de cidades. Em setembro, o rei, lutando para sua vida política, andou trezentos quilômetros em 48 horas, entrou em Gotemburgo e animou sua guarnição a persistir na defesa contra doze mil dinamarqueses sitiantes. A sorte virou em seu favor. A Prússia, não desejando que a Suécia caísse sob o poder da Rússia, ameaçou fazer guerra à Dinamarca. Os dinamarqueses retiraram-se da Suécia e Gustavo voltou triunfante à capital.

Então, encorajado pelo novo exército que se dedicara a ele, convocou o *Riksdag* para reunir-se em 26 de janeiro de 1789. Dos 950 homens na Câmara dos Nobres, setecentos apoiaram os oficiais amotinados, mas as outras classes — clero, burgueses, e camponeses — foram esmagadoramente a favor do rei. Gustavo declarou guerra política aos nobres, submetendo o *Riksdag* a uma “Lei de Unidade e Segurança” que terminava com muitos privilégios da aristocracia e franqueava quase todos os cargos aos plebeus, dando ao rei amplos poderes monárquicos sobre o legislativo, administrativo, guerra e paz. As três câmaras baixas aceitaram a lei, mas o *Riddarhus* rejeitou-a como inconstitucional. Gustavo prendeu 21 nobres, inclusive o Conde Frederick Axel von Fersen e o Barão Karl Frederik von Pechlin — um, honrado e ineficiente, o outro inteligente e traíçoeiro. Contudo, a posse do erário ainda continuava com o *Riksdag*, e as dotações requeriam a aquiescência das quatro câmaras. As três câmaras baixas votaram no sentido de conceder ao rei, e pelo tempo que ele julgasse necessário, os fundos de que necessitava para continuar a guerra contra a Rússia. A Câmara dos Nobres recusou-se a votar suprimentos além de dois anos. Em 17 de abril, Gustavo entrou no *Riddarhus*, assumiu a presidência, colocando aos nobres a questão de aceitarem a decisão das três outras câmaras. Os nobres preponderaram em sua decisão, mas o rei anunciou que sua proposta havia vencido. Agradeceu aos nobres o gentil apoio, retirando-se e arriscando-se a ser assassinado pelos magnatas enfurecidos.

Sentiu-se, então, livre para dar prosseguimento à guerra. Durante o resto do ano de 1789 recuperou o exército e a esquadra. Em 9 de julho de 1790, a marinha encontrou-se com os russos na parte Svenskund do Golfo da Finlândia, obtendo a vitória mais decisiva da história naval da Suécia. Os russos perderam 53 navios e 9.500 homens. Catarina II, ainda ocupada com os turcos, estava pronta para a paz. Quando do Tratado de Värälä (15 de agosto de 1790) ela concordou em pôr fim a seus esforços para controlar a política da Suécia, e as fronteiras anteriores à guerra foram restabelecidas. Em 19 de outubro de 1791, Gustavo persuadiu-a a assinar com ele uma aliança defensiva, no qual ela comprometia-se a enviar à Suécia trezentos mil rublos anuais.

Não há dúvida que o medo da Revolução Francesa, que se apoderou dos dois monarcas, induziu os antigos inimigos a essa nova aliança. Gustavo lembrava-se, com gratidão, de que a França havia sido amiga fiel da Suécia durante 250 anos, e que Luís XV e Luís XVI o haviam auxiliado com 38.300.000 *livres*, entre 1772 e 1789. Propôs a organização de uma Liga de Príncipes para invadir a França e restaurar a monarquia. Enviou Hans Axel von Fersen (filho de seu inimigo Conde von Fersen) para arranjar a fuga de Luís XVI de Paris. Ele próprio foi a Aix-la-Chapelle para comandar o exército aliado, oferecendo asilo no seu acampamento aos *émigrés* franceses. Catarina deu dinheiro, mas não homens. Leopoldo II recusou-se a cooperar, e Gustavo voltou a Estocolmo para proteger seu trono.

Os nobres cuja supremacia política ele terminara não estavam reconciliados com a derrota. Consideravam o reinado absoluto de Gustavo uma plena violação da constituição que ele jurara apoiar. Jacob Ankarström ruminava sobre a queda de sua classe: "Refleti muito se por acaso haveria um meio justo de fazer o rei governar seu país e seu povo de acordo com a lei e a benevolência, mas todos os argumentos eram contra mim.(...) Seria melhor aventurar a nossa vida para o bem comum." Em 1790, foi condenado por insurreição. "Essa desventura(...) firma minha resolução de ser preferível morrer do que viver uma vida miserável, de modo que meu coração que, em outras circunstâncias seria afetivo e sensível, tornou-se totalmente insensível em relação a essa terrível ação."<sup>57</sup> Pechlin, o Conde Karl Horn e outros uniram-se à conspiração para matar o rei.

Em 16 de março de 1792, uma data fatidicamente relembrando César, Gustavo recebeu uma carta advertindo-o a não assistir a um baile de máscaras naquela noite no Teatro Francês. Ele foi com meia máscara, mas as decorações que trazia no peito revelavam sua estirpe. Ankarström reconheceu-o, atirou nele e fugiu. Gustavo foi transportado para uma carruagem e levado em meio a uma turba agitada ao palácio real. Sangrava horivelmente, porém disse, brincando, que parecia um papa carregado em procissão pelas ruas de Roma. Três horas após o atentado, Ankarström foi preso e, em alguns dias, todos os demais envolvidos também. Horn confessou que o complô tinha uma centena de cúmplices. O povo clamava para que fossem executados. Gustavo recomendou clemência. Ankarström foi vergastado, decapitado e esquartejado. Gustavo durou dez dias. Depois, sabendo que tinha apenas algumas horas de vida, ditou documentos no sentido de uma regência para governar o país e a capital. Morreu em 26 de março de 1792, com 45 anos. Quase toda a nação o pranteou, pois amavam-no apesar dos defeitos, compreendendo que sob seu governo a Suécia vivera uma das eras mais gloriosas de sua história.



## A Revolução Industrial

### I. CAUSAS

**P**OR que razão a Revolução Industrial ocorreu primeiro na Inglaterra? Porque a Inglaterra obteve grandes vitórias nas guerras do Continente, enquanto mantinha o seu próprio solo livre da devastação causada por tais conflitos; porque havia assegurado o domínio dos mares, deste modo obtendo colônias que forneciam matéria-prima e os artigos manufaturados necessários; porque seus exércitos, frotas e crescente população ofereciam expansão dos mercados aos produtos industriais; porque as corporações não podiam corresponder a essa procura cada vez maior; porque os lucros oriundos desse comércio de longo alcance acumulavam capital à procura de novos rumos de investimento; porque a Inglaterra permitia aos nobres — e suas fortunas — engajarem-se no comércio e na indústria; porque a progressiva substituição da agricultura pela pecuária provocou o êxodo de camponeses dos campos para as cidades, onde aumentavam a mão-de-obra disponível nas fábricas; porque a ciência, na Inglaterra, era dirigida por homens práticos, enquanto que, no Continente, destinava-se à pesquisa abstrata; porque a Inglaterra possuía um governo constitucional sensível aos interesses dos negócios, e vagamente cômico de que a prioridade da Revolução Industrial faria da Inglaterra, por mais de um século, o soberano político do mundo ocidental.

O domínio dos mares pela Grã-Bretanha principiou com a derrota da Invencível Armada Espanhola, estendendo-se às vitórias sobre a Holanda, nas guerras anglo-holandesas, e sobre a França, na Guerra da Sucessão Espanhola, assim como a Guerra dos Sete Anos tornara o comércio oceânico quase um monopólio britânico. Uma marinha invencível tornou o Canal da Mancha um fosso protetor “dessa fortaleza construída pela Natureza(...) contra contaminação e o braço da guerra”.<sup>1</sup> A economia inglesa não era apenas protegida da devastação da soldadesca, mas alimentada e estimulada pelas necessidades dos exércitos britânicos e dos aliados continentais. Daí, a expansão das indústrias têxteis e metalúrgicas, e a solicitação de máquinas, para acelerar, e das fábricas para multiplicar a produção.

O império dos mares facilitava a conquista de colônias. O Canadá e a parte mais rica da Índia couberam à Inglaterra como resultado da Guerra dos Sete Anos. Viagens

como as do Capitão Cook (1768-76) deram ao Império Britânico ilhas estrategicamente úteis na guerra e no comércio. A vitória de Rodney sobre de Grasse (1782) confirmou o domínio da Grã-Bretanha sobre a Jamaica, Barbados e as Baamas. A Nova Zelândia foi adquirida em 1787, e a Austrália em 1788. O comércio das colônias e outros negócios de além-mar deram à indústria britânica um mercado exterior sem rival no século XVIII. O comércio com as colonizações inglesas na América do Norte ocupava 1.078 navios e 29 mil marujos.<sup>2</sup> Londres, Bristol, Liverpool e Glasgow floresciam como principais portos para esse comércio do Atlântico. As colônias recebiam artigos manufaturados e enviavam comestíveis, fumo, especiarias, chá, seda, algodão, matéria-prima, ouro, prata e pedras preciosas. O Parlamento restringia, com elevadas tarifas, a importação de manufatura estrangeira, desencorajando o desenvolvimento das indústrias das colônias ou da Irlanda, competitivas com as da Grã-Bretanha. Nenhuma taxa de transportes internos (tais como os que tolhiam o comércio doméstico na França) impediam o movimento de mercadorias através da Inglaterra, Escócia e País de Gales, e aquelas regiões constituíam a maior área de livre comércio na Europa Ocidental. As classes alta e média gozavam a maior prosperidade, assim como um poder aquisitivo que era mais um estímulo para a produção industrial.

As corporações não eram competentes para corresponder à demanda de mercados em expansão no país e no exterior. Havia sido principalmente instituídas para suprir às necessidades da municipalidade e adjacências. Eram obstadas por antigos regulamentos que desencorajavam invenção, competição e empreendimentos, e não estavam equipadas para a obtenção de matéria-prima de fontes longínquas, ou para adquirir capital para ampliação da produção, ou calcular, obter ou fazer encomendas do exterior. Gradativamente, o dono dessas sociedades foi sendo substituído pelos "planejadores" (diretores de empresa) que sabiam como angariar dinheiro, antecipar ou criar a procura, obter matéria-prima, e organizar máquinas e homens a fim de produzir para os mercados em todas as partes do mundo.

O dinheiro era obtido pelos lucros do comércio ou das finanças, pelos desejos de guerra ou navios corsários, pela exploração de minas ou importação de ouro ou prata, pelas grandes fortunas adquiridas no comércio de escravos, ou das colônias. Os ingleses partiam pobres, alguns voltavam ricos. Já em 1744, houve quinze homens que ao voltarem das Índias Ocidentais tinham dinheiro suficiente para comprar eleições no Parlamento<sup>3</sup> e, em 1780, os "nababos" que haviam enriquecido na Índia, constituíam uma potência na Câmara dos Comuns. Grande parte dessa exótica riqueza estava disponível para investimentos. E enquanto na França os nobres eram proibidos de se engajarem no comércio ou na indústria, na Inglaterra não havia essa interdição. E a riqueza implantada na terra cresceu através de investimentos nas empresas comerciais e industriais. Assim é que o Duque de Bridgewater arriscou seu patrimônio nas minas de carvão. Vários ingleses depositavam suas economias nos bancos, que as emprestavam a taxas baixas de juros. Havia agiotas em toda parte. Os bancos descobriram que a maneira mais fácil de fazer dinheiro era manejar o dinheiro alheio. Em 1750 havia vinte bancos em Londres, em 1770 cinquenta, em 1800 setenta.<sup>4</sup> Burke avaliava que fora de Londres havia doze bancos em 1750, em 1795 quatrocentos.<sup>5</sup> O papel-moeda acrescentava para essa exuberância de dinheiro, pois em 1750 representava dois por cento da moeda corrente, e em 1800 dez por cento.<sup>6</sup> O dinheiro guar-

dado transformava-se em investimento quando o comércio e a indústria anunciavam o aumento de seus dividendos.

As lojas e as fábricas multiplicavam-se e necessitavam de homens. O natural suprimento de mão-de-obra aumentou em virtude do crescente número de famílias da zona rural que não mais podiam viver do produto de suas fazendas. E a florescente indústria de lã necessitava de mão-de-obra. Número cada vez maior de terras eram retiradas da agricultura para servirem de pasto. Os carneiros substituíam os homens. A Auburn de Goldsmith não era a única aldeia abandonada na Grã-Bretanha. Entre 1702 e 1760, houve 246 leis do Parlamento autorizando a retirada de 140 hectares da agricultura. Entre 1760 e 1810, as referidas leis elevaram-se a 2.438, retirando quase um milhão e seiscentos mil hectares.<sup>7</sup> À medida que se aperfeiçoava a maquinaria agrícola, as pequenas propriedades não apresentavam vantagens porque não podiam utilizar ou pagar as novas máquinas. Milhares de agricultores venderam suas terras e se transformaram em assalariados em fazendas em grande escala, ou em engenhos ou cidades. As grandes fazendas, com melhores métodos, organização e máquinas, produziam mais por hectare do que as do passado. Entretanto, quase acabaram com os pequenos proprietários rurais ou lavrador proprietário, que haviam sido a viga mestra econômica, militar e moral da Inglaterra. Nesse meio tempo, imigrantes da Irlanda e do Continente contribuíram para aumentar o número de homens, mulheres e crianças competindo no trabalho das fábricas.

A ciência desempenhou apenas uma pequena parte na transformação econômica da Inglaterra do século XVIII. As pesquisas de Stephen Hales sobre os gases, as de Joseph Black sobre calor e vapor auxiliaram Watt a melhorar a máquina a vapor. A Real Sociedade de Londres compunha-se em sua maioria de homens práticos, que favoreciam estudos que pudessem ser aplicados na indústria. E o Parlamento também tinha preocupações de ordem material. Embora fosse dominado por proprietários rurais, vários deles tinham um interesse ou outro no comércio ou na indústria, e seus membros, na maior parte, eram sensíveis aos rogos e às dádivas dos homens de negócios para abrandarem as restrições econômicas impostas pelos governos anteriores. Os que advogavam livre empresa e livre comércio — e os salários e preços liberados para subirem ou descerem conforme as leis da oferta e da procura — obtiveram o apoio de vários líderes parlamentares, e as barreiras legais contra a expansão do comércio e da indústria manufaturada foram gradativamente eliminadas. Havia sido realizados todos os requisitos para a prioridade da Inglaterra na Revolução Industrial.

## II. FATORES

Os elementos materiais da Revolução Industrial eram ferro, carvão, transportes, maquinaria, energia e fábricas. A natureza desempenhou seu papel ao abastecer a Inglaterra com ferro, carvão e rotas marítimas. Mas o ferro saído das minas vinha cheio de impurezas, as quais só eram eliminadas através de refinação — derretimento ou fundição ao fogo. O carvão também era cheio de impurezas, removidas pelo aquecimento ou “cozimento” do carvão até este tornar-se coque. O minério de ferro aque-

cido ou purificado a diversos graus pela queima do coque, tornava-se ferro batido, fundido ou aço.

A fim de aumentar o calor, Abraham Darby construiu (1754) altos-fornos nos quais o ar suplementar era levado ao fogo por um par de foles acionados por uma roda hidráulica. Em 1760, John Smeaton substituiu os foles por uma bomba de ar comprimido impelida parte por água parte por vapor. O forno de constante alta pressão elevou a produção industrial de ferro de doze toneladas para quarenta por forno diário.<sup>8</sup> Desta forma, o ferro tornou-se muito barato, podendo ser utilizado em múltiplas maneiras novas. Assim foi que, em 1763, Richard Reynolds construiu a primeira estrada de ferro de que se tem notícia — linhas férreas que possibilitaram substituir a tração animal no transporte do carvão e minério.

Foi então que principiou a era dos famosos manufatores de ferro, que dominaram o cenário industrial e fizeram vultosas fortunas usando o ferro para fins que pareciam totalmente estranhos a esse metal. De modo que John Wilkinson e Abraham Darby II construíram a primeira ponte de ferro sobre o Rio Severn (1779). Wilkinson causou hilaridade na Inglaterra ao propor um navio de ferro, e alguns disseram que ele estava louco. Entretanto, confiando nos princípios estabelecidos por Arquimedes, ele construiu com chapas de ferro o primeiro navio conhecido na história (1787). Homens de negócios vinham do exterior para ver e estudar as grandes obras feitas por Wilkinson, Richard Crawshy ou Anthony Bacon. Nas proximidades das vastas jazidas de carvão e ferro, Birmingham tornou-se o principal centro da indústria do ferro na Inglaterra. Dali saíam novas ferramentas e máquinas, mais fortes, mais duráveis e mais sólidas, para serem despejadas nas lojas e fábricas da Grã-Bretanha.

O carvão e o ferro eram pesados, portanto de transporte dispendioso, exceto por via marítima ou fluvial. Um litoral rico em vias navegáveis permitia realizar esse transporte e alcançar muitas das principais cidades da Grã-Bretanha. A fim de levar o material e os produtos às cidades distantes da costa e dos postos de escoamento navegável, tornava-se necessário uma revolução nos transportes. O fluxo dos produtos por via terrestre era ainda difícil, apesar de existirem estradas de pedágio chamadas "borboletas", construídas entre 1751-1771. (Eram assim designadas segundo um dispositivo colocado à entrada das mesmas com a finalidade de cobrar pedágio.)<sup>9</sup> Essas estradas aumentavam a velocidade do tráfego, dinamizando o comércio interno. O transporte no dorso de animais foi substituído por carros puxados por cavalos, e as viagens a cavalo deram lugar às diligências. Contudo, a manutenção das estradas mencionadas acima foi entregue à iniciativa privada e logo elas se deterioraram.

Assim sendo, o tráfego comercial ainda preferia as vias navegáveis. Cursos de água eram dragados para conter navios de grande calado, sendo as cidades fluviais ligadas entre si por meio de canais. James Brindley, destituído de educação formal ou técnica, transformou-se, de um construtor de moinhos, em notável engenheiro de canais na época, que, em virtude de suas aptidões mecânicas, resolveu os problemas de conduzir canais através declusas, túneis e sob aquedutos. Em 1759-61, construiu um canal que trouxe a Manchester o carvão das minas do Duque de Bridgewater, em Worsley. Isto reduziu à metade o custo do carvão em Manchester, contribuindo sobretudo para tornar a cidade uma metrópole industrial. Um dos espetáculos mais pitorescos na Inglaterra do século XVIII era um navio andando ao longo do canal Brindley-

Brigewater conduzido por um aqueduto de trinta metros de altura, transpondo o Rio Irwell, em Barton. Em 1766, Brindley principiou o Grande Canal Trunk, o qual, ligando os rios Trent e Mersey, abria uma rota navegável através do centro da Inglaterra, da Irlanda ao Mar do Norte. Outros canais ligaram o Trent ao Tâmesa, assim como Manchester a Liverpool. Num período de trinta anos, centenas de novos canais reduziram enormemente o custo do tráfego comercial na Grã-Bretanha.

Tendo materiais, combustível e transporte, a Revolução Industrial precisava, em seguida, multiplicar os artigos. A maior procura de maquinaria para acelerar a produção era mais sentida no setor têxtil. O povo necessitava vestir-se, e urgia fazer belos uniformes que agradassem às moças e aos rapazes. O algodão entrava na Inglaterra em quantidade cada vez maior — três milhões de libras, em 1753, 32 milhões em 1789,<sup>10</sup> e o trabalho manual não podia beneficiar essa quantidade, até o produto acabado, a tempo de corresponder à demanda. A divisão de trabalho, que se desenvolvera na indústria de roupas, sugeriu e promoveu a invenção de máquinas.

John Kay principiara a mecanização da tecelagem com a sua “lançadeira volante” (1733), e Lewis Paul mecanizou a fição por um sistema de cilindros (1738). Em 1765, James Hargreaves de Blackburn, Lancashire, mudou a posição da roca, de vertical para horizontal, colocou uma em cima da outra, substituiu oito delas por uma roldana e correia, fiando oito linhas ao mesmo tempo. Deu maior potência a maior número de rocas, até que sua “máquina de fiar *jenny*” (*Jenny* era sua mulher) fiou oito fios ao mesmo tempo. Os fiadores manuais temerosos de que aquele invento os pusesse na miséria, sem emprego, quebraram as máquinas de Hargreaves. Para salvar a vida, ele fugiu para Nottingham, onde uma carência de trabalhadores permitiu que suas *jennies* fossem instaladas. Por volta de 1788, havia vinte mil delas na Grã-Bretanha, e a roca estava a caminho de se tornar um ornamento romântico.

Em 1769, Richard Arkwright, valendo-se das opiniões de diversos mecânicos, desenvolveu uma “estrutura hidráulica” através da qual a energia hidráulica acionava fibras de algodão entre sucessivos cilindros que esticavam e puxavam as fibras até torná-las um pano mais unido e mais forte. Em 1774, Samuel Crompton combinou a *jenny* de Hargreaves e os cilindros de Arkwright em uma máquina híbrida que a ironia inglesa denominou “a mula de Crompton”, que consistia na movimentação, de trás para diante, dos fusos rotativos esticados, enrolados e no fio para lhe dar maior finura e resistência. Até nossos dias este processo permanece o princípio do mais complexo filatório. A *jenny* e a “estrutura hidráulica” foram feitas de madeira. A “mula”, depois de 1783, utilizava cilindros de metal e força motriz, tornando-se bastante firme para suportar a rapidez e o estiramento daquele processo energético.

Os teares a motor, acionados por manivelas e pesos, tinham sido empregados na Alemanha e na França, mas, em 1787, Edmund Cartwright construiu em Doncaster uma pequena fábrica na qual vinte teares eram operados por tração animal. Em 1789, ele substituiu essa fábrica a motor por uma máquina a vapor. Dois anos depois, associou-se a alguns amigos de Manchester para estabelecer uma grande fábrica com quatrocentos teares acionados a vapor. Ali também os trabalhadores rebelaram-se. Queimaram a fábrica totalmente, ameaçando matar seus proprietários. Na década seguinte, muitos teares a motor foram construídos. Alguns foram danificados pelos sediosos, outros sobreviveram e se multiplicaram. A máquina havia ganho.

A Inglaterra teve seu caminho facilitado para ingressar na indústria em virtude da energia hidráulica obtida dos caudais mantidos por chuvas abundantes. De modo que, no século XVIII, erigiam-se moinhos não tanto nas cidades como no campo, ao longo de riachos os quais podiam ser represados a fim de criar cachoeiras com força suficiente para acionar grandes rodas. Aqui, o poeta poderia imaginar se não seria melhor se o riacho nunca houvesse substituído a água como força motriz, e a indústria, ao invés de congregar-se nas cidades, se houvesse misturado à agricultura numa cena campestre. Entretanto, o método de produção mais eficiente e rendoso expele o que é menor, e a máquina a vapor (a qual também, até pouco tempo, possuía uma aura romântica) prometia produzir ou transportar maior quantidade de produtos ou ouro jamais vista anteriormente pelo mundo.

A máquina a vapor era a culminância, e não propriamente o produto da revolução industrial. Não desejando remontar ao Herói de Alexandria (200 A.D.), Denis Papin, em 1690 descreveu todos os componentes e princípios de uma máquina a vapor. Thomas Savery construiu uma bomba acionada a vapor, em 1698. Thomas Newcomen desenvolveu-a (1708-12) numa máquina na qual o vapor produzido pela água quente era condensado por um jato de água fria, e a alternância da pressão atmosférica movia um pistom acima e abaixo. Essa "máquina atmosférica" permaneceu um padrão até que James Watt transformou-a em uma verdadeira máquina a vapor em 1765.

Ao contrário da maioria dos inventores da época, Watt era tanto um estudioso quanto um homem prático. Seu avô foi professor de matemática, seu pai arquiteto, armador e magistrado no burgo de Greenock, a sudoeste da Escócia. James não tinha educação superior, porém possuía curiosidade criativa e tendência para a mecânica. Todo o mundo conhece a história da tia que, ao repreendê-lo, disse: "Nunca vi menino tão vadio quanto você. (...) Você não pronunciou uma palavra durante toda uma hora, porém tirou a tampa da chaleira, colocou-a novamente, e depois, segurando ora uma tampa, ora uma colher sobre o vapor que sai do bico da chaleira, você apanha os pingos e principia a contá-los."<sup>11</sup> Isso cheira a lenda. Entretanto, extenso manuscrito com a letra de James Watt descreve uma experiência no qual "a extremidade de um tubo era fixado no bico de uma chaleira para o chá". E em outro manuscrito: "Peguei um tubo curvo de vidro, virando-o no bico de uma chaleira, a outra extremidade permanecendo imersa em água fria."<sup>12</sup>

Aos vinte anos (1756) Watt tentou estabelecer-se em Glasgow como fabricante de instrumentos científicos. As associações da cidade recusaram-lhe a licença, sob alegação de que ele não terminara o período de aprendizado, mas a Universidade de Glasgow deu-lhe uma oficina dentro de seu terreno. Watt freqüentava as aulas de química de Joseph Black, conquistou-lhe a amizade e auxílio, interessando-se principalmente pela teoria exposta por Black sobre o calor latente.<sup>13</sup> Aprendeu alemão, francês e italiano para ler livros estrangeiros, inclusive metafísica, e poesia. Sir James Robinson, que o conheceu na época (1758), ficou perplexo pela variedade dos conhecimentos de Watt, dizendo: "Vi um artesão, não esperava nada mais. Encontrei um filósofo."<sup>14</sup>

Em 1763, a universidade pediu-lhe que reparasse o modelo de uma máquina de Newcomen, usada em curso de física. Surpreendeu-se ao verificar que três quartos

do calor fornecido à máquina eram desperdiçados. A cada pancada do pistom o cilindro perdia calor pelo emprego de água fria para condensar o novo suprimento de vapor que entrava no cilindro. A perda de energia era tanta que a maior parte dos fabricantes julgaram a máquina inútil. Watt propôs condensar o vapor em um reservatório separado, cuja baixa temperatura não afetaria o cilindro no qual movia-se o pistom. Esse "condensador" aumentava em mais ou menos trezentos por cento a eficiência da máquina em proporção ao combustível empregado no trabalho feito. Além disso, na reconstrução de Watt, o pistom era acionado pela expansão do vapor, e não do ar. Ele havia feito uma verdadeira máquina a vapor.

A passagem dos planos e modelos para a aplicação prática tomou doze anos da vida de Watson. A fim de fazer sucessivas amostras e melhorias na sua máquina, ele contraiu um empréstimo de mais de mil libras, principalmente de Joseph Black, que nunca perdeu a confiança que lhe depositava. John Smeaton, também inventor e engenheiro, predisse que a máquina de Watt "nunca poderia ser usada universalmente pela dificuldade de obter perfeita fabricação de suas partes".<sup>15</sup> Em 1763, Watt casou-se e teve de ganhar mais. Pôs de lado a máquina de sua invenção, dedicando-se à agrimensura e à engenharia, desenhos de projetos para pontes, portos e canais. Nesse meio tempo, Black apresentou-o a John Roebuck, que estava à procura de uma máquina mais eficiente do que a de Newcomen para bombas de água, a ser utilizada nas minas de carvão que forneciam combustível para suas fundições em Carron. Em 1767, concordou em pagar as dívidas de Watt e fornecer capital para a construção de máquinas segundo especificações deste, em troca de dois terços dos lucros provenientes das instalações ou vendas. Em 1769, a fim de proteger o investimento dos dois, Watt solicitou ao Parlamento uma patente que lhe daria direitos exclusivos de fabricar sua máquina, o que lhe foi concedido até 1783. Ele e Roebuck instalaram uma máquina nas proximidades de Edimburgo, mas o mau trabalho executado pelos ferreiros fê-la fracassar. Em alguns casos, os cilindros feitos para Watt tinham um oitavo de polegada de diâmetro a mais de um lado do que do outro.

Ptensionado pelos reveses, Roebuck vendeu a sua parte da sociedade para Matthew Boulton (1773). Principiou, então, uma notável aliança tanto na história da amizade, como da indústria. Boulton não era um mero ganancioso. Interessava-se tanto em melhorar seus métodos e mecanismos que nessas realizações perdeu uma fortuna. Em 1760, com 32 anos, casou-se com uma mulher rica. Poderia ter-se aposentado com a renda que ela lhe trouxera, mas, ao em vez disso, construiu em Soho, perto de Birmingham, uma das maiores fábricas industriais, cuja manufatura consistia de grande variedade de artigos de metal, das fivelas de sapato aos candelabros. Para acionar as máquinas dos cinco prédios de sua fábrica, confiava na força hidráulica. Resolveu, então, experimentar a energia da máquina a vapor. Sabia que Watt demonstrara a ineficiência da máquina Newcomen, que falhara em virtude da incorreção da calibragem dos cilindros. Após fazer seus cálculos, arriscou utilizar a máquina de Watt, na convicção de que o defeito seria superado. Em 1774, transportou a máquina para Soho e, em 1775, o próprio Watt seguiu-a. O Parlamento estendeu a patente, de 1783 para 1800.

Em 1775, Wilkinson, o manufator de ferro, inventou uma haste porta-broca côncava e cilíndrica, que possibilitou Boulton e Watt produzirem máquinas com energia

e eficiência sem precedentes. Muito em breve a nova firma estava vendendo máquinas aos fabricantes e industriais de toda a Grã-Bretanha. Boswell visitou Soho em 1776, relatando que:

Mr. Hector foi muito gentil e levou-me para ver as grandes obras de Mr. Boulton. (...) Gostaria que Johnson estivesse conosco, pois trata-se de espetáculo que eu desejaria contemplar segundo o seu ponto de vista. A grandeza e a capacidade inventiva demonstradas na fabricação de algumas máquinas "seriam dignas de sua inteligência vigorosa". Não me esquecerei jamais das palavras de Mr. Boulton: "Estou vendendo aqui, senhor, o que todo o mundo deseja possuir — PODER." Estão trabalhando ali com ele setecentas pessoas. Olhei-o como a um *chefe de clã*, e ele parecia ser um pai para eles.<sup>16</sup>

As máquinas Watt ainda não tinham chegado a um grau de perfeição, e ele trabalhava incessantemente para melhorá-las. Em 1781, tirou patente de dispositivo pelo qual o movimento inverso do pistão passava a movimento rotativo, desse modo adaptando a máquina para acionar quaisquer outras máquinas comuns. Em 1782, voltou a patentear uma máquina de dupla ação, na qual ambas as extremidades do cilindro recebiam impulsos da caldeira e do condensador. Em 1788, registrou o invento que consistia de um "regulador de bolas" que aferia o fluxo de vapor, a fim de promover uma movimentação regular em toda a máquina. Durante esses anos de experiências, outros inventores faziam-lhe competição com outras máquinas, e somente em 1783 pôde Watt pagar suas dívidas e principiar a ter lucro. Quando o prazo de sua patente expirou, retirou-se da ativa, sendo a firma Boulton e Watt continuada por seus filhos. Watt distraía-se com invenções menores, chegando feliz à velhice e morrendo em 1819, com 83 anos.

Houve muitas outras invenções naquele ano pródigo, no qual, como Dean Tucker dizia, "quase todo fabricante tinha uma invenção própria, melhorando-a diariamente com base na dos outros".<sup>17</sup> O próprio Watt utilizava um processo duplicador, empregando uma tinta pegajosa e calcando a página escrita ou impressa sobre uma folha umedecida de papel fino (1780). Um de seus empregados, William Murdock, adaptou a máquina de Watt à tração, construindo um protótipo de locomotiva que andava doze quilômetros por hora (1784). Murdock compartilhou com Philippe Lebon, da França, a distinção de utilizar gás de carvão para iluminação. Foi assim que iluminou o exterior da fábrica de Soho (1798). O principal aspecto da economia da Inglaterra no fim do século XVIII é o da máquina a vapor liderando e regulando a marcha, equipando-se às máquinas em centenas de indústrias, atraindo as usinas têxteis para adotarem energia a vapor em vez de hidráulica (1785), alterando a fisionomia da zona rural, invadindo cidades, escurecendo o céu com a poeira e as emanções do carvão, e escondendo-se nos interiores dos navios a fim de dar novas forças à Inglaterra no seu domínio dos mares.

Dois outros elementos faziam-se necessários para tornar a revolução completa: fábricas e capital. E os componentes eram: combustível, energia, material, máquinas e homens. Estes dariam o melhor de si quando reunidos em edifício ou fábrica, dentro de uma organização e disciplina, sob uma direção. Anteriormente, as fábricas existiam. Depois, como a ampliação de mercados exigia uma produção regular e em grande



escala, elas multiplicaram-se em número e tamanho, e o “sistema de fábricas” tornou-se o nome da nova ordem na indústria. E, à medida que as máquinas industriais e as fábricas tornavam-se mais dispendiosas, os homens e as instituições que podiam arrecadar ou fornecer capital subiram ao poder, os bancos superavam as fábricas, e todo aquele complexo tomou o nome de capitalismo — uma economia dominada pelos que forneciam capital. Então, com todo o estímulo à invenção e à competição, com os empreendimentos cada vez mais libertos das restrições impostas pelas corporações e barreiras legislativas, a Revolução Industrial estava pronta para transformar a fisionomia, o céu e a alma da Grã-Bretanha.

### III. CONDIÇÕES

Tanto o empregador como o empregado tinham de alterar seus hábitos, técnicas e relacionamentos. Lidando com número cada vez maior de homens, e numa rápida reorganização, o empregador perdia contato com eles, tendo de considerá-los não como pessoas conhecidas ocupadas numa tarefa comum, mas como partes de um processo que seria julgado apenas pelos lucros obtidos. Antes de 1760, muitos artesãos trabalhavam nas lojas das sociedades, ou em casa, em horários de trabalho flexíveis, com intervalos para descanso; e em épocas mais remotas havia feriados nos quais qualquer trabalho remunerado era proibido pela Igreja. Não desejamos idealizar a condição do homem comum anteriormente à Revolução Industrial, não obstante, podemos dizer que, para minorar os reveses que tinham de suportar, cabia-lhes uma tradição, moradia e, em muitos casos, ar puro. Com o progresso da industrialização, os seus sofrimentos eram suavizados por menos horas de trabalho, maiores salários e maior acesso ao crescente fluxo de mercadorias oriundas das máquinas. Entretanto, o meio século de transição — do artesanato e do lar para a fábrica — depois de 1760, foi para os trabalhadores da Inglaterra uma época de desumana sujeição, às vezes pior do que a escravidão.

Na maioria das fábricas daquele período eram exigidas quatorze horas de trabalho por dia, seis dias na semana.<sup>18</sup> Os empregadores argumentavam que o trabalhador precisava ser mantido maior número de horas porque não confiavam na sua frequência regular ao trabalho. Muitos bebiam demais no domingo para vir na segunda-feira. Outros, após trabalhar quatro dias, ficavam em casa três. Adam Smith explicava que “uma excessiva dedicação ao trabalho durante quatro dias da semana era, em geral, a verdadeira causa da indolência dos outros três”. Alertava para o fato de que o prolongamento de um trabalho acelerado podia ocasionar colapso físico ou mental. Acrescentou que “o homem que trabalha moderadamente, o que lhe permite fazê-lo de maneira constante, não apenas preserva sua saúde por mais tempo, mas, no decurso do ano, produz uma quantidade maior”.<sup>19</sup>

É verdade que só é possível avaliar os salários em relação aos preços. Em 1770, na cidade de Nottingham, 1,8kg de pão custava cerca de seis penies; 450g de queijo ou de carne de porco quatro penies; 450g de manteiga seis penies. Em 1773, Adam Smith calculou o salário médio dos trabalhadores de Londres, em dez xelins, nos centros menores, sete xelins, em Edimburgo, cinco xelins.<sup>20</sup> Em 1770, Arthur Young relatou que o salário semanal dos trabalhadores da indústria variava, geograficamente, de seis

xelins e seis penies, a onze xelins. Evidentemente, os salários eram muito mais baixos em relação aos preços do que atualmente, contudo alguns empregadores adicionavam aos salários combustível e aluguel, e certos empregados davam parte de seu tempo ao trabalho agrícola. Após 1793, quando a Inglaterra deu início à sua demorada guerra contra a França Revolucionária, os preços subiram mais rápido do que os salários, e a pobreza tornou-se desesperadora.

Muitos economistas do século XVIII recomendavam salários baixos como fator de estabilidade do trabalho. Até Arthur Young, que se perturbou com o espetáculo da pobreza em alguns distritos da França, declarou: "Todo mundo sabe, exceto um idiota, que as classes baixas necessitam ser mantidas pobres, sob pena de jamais serem trabalhadoras." Ou, como um certo J. Smith disse:<sup>21</sup>

É um fato bem conhecido daqueles versados no assunto, que a escassez, até certo ponto, promove atividade, e que o manufator [isto é, o trabalhador manual] que pode sustentar-se com três dias de trabalho, ficará ocioso e bêbado o resto da semana.(...) Em síntese, podemos muito bem asseverar que a redução dos salários na manufatura da lã constituiria uma bênção nacional, sem qualquer prejuízo para o pobre. Dessa forma poderíamos manter o nosso ofício, sustentar nossa renda [receitas], e ainda por cima reformar o povo.<sup>22</sup>

Mulheres e crianças empregavam-se nas fábricas, em geral nos trabalhos não-especializados. Algumas tecelãs especializadas ganhavam tanto quanto os homens, contudo os salários usuais das mulheres nas fábricas eram estimados, mais ou menos, em três xelins e seis penies — muito raramente mais do que metade do salário do homem.<sup>23</sup> Em 1788, só as fábricas têxteis empregavam 59 mil mulheres, e 48 mil crianças.<sup>24</sup> Sir Robert Peel tinha mais de mil crianças em suas fábricas de Lancashire.<sup>25</sup> O trabalho infantil não era novidade na Europa. Era considerado normal nas fazendas e na indústria doméstica. De vez que a educação universal não era aceita pelos conservadores, pois, segundo eles, levaria a uma plethora de intelectuais e escassez de trabalhadores manuais, muito poucos ingleses no século XVIII condenavam o fato das crianças trabalharem em vez de irem ao colégio. Numa época em que as máquinas eram tão simples que podiam ser manejadas por crianças, os proprietários das fábricas contratavam meninos e meninas de cinco anos ou mais. As autoridades paroquiais, ressentindo-se da despesa com a manutenção de órfãos ou de crianças mendicantes, com prazer enviavam-nas às fábricas, algumas vezes em lotes de cinquenta, oitenta ou cem. Em muitos casos, estipulavam que o empregador devia contratar um débil mental num lote de vinte crianças.<sup>26</sup> Em geral, as horas de trabalho para crianças era de dez a quatorze horas. Quase sempre eram acomodadas em grupos, e em certas fábricas trabalhavam em turnos de doze horas, de modo que as máquinas raramente paravam e as camas nunca ficavam desocupadas. A disciplina era mantida a socos e pontapés. A doença encontrava vítimas indefesas nessas fábricas de aprendizes. Muitos ficavam deformados pela natureza do trabalho, ou incapacitados por acidentes; alguns matavam-se. Algumas pessoas sensíveis condenavam o trabalho de crianças. O número diminuiu, não porque os homens tornaram-se mais humanos, mas em virtude das máquinas se terem tornado mais complexas.

Crianças, mulheres e homens eram submetidos nessas fábricas a condições e disci-

plinas que não conheciam anteriormente. As casas eram sempre de construção precária e frágil, ocasionando muitos desastres e propiciando moléstias. Os regulamentos muito severos impunham aos infratores multas que chegavam ao desconto de um dia de salário.<sup>27</sup> O argumento dos empregadores era que o próprio cuidado com a maquinaria, a necessidade de coordenar diferentes operações, e os hábitos descuidados da população desabituada com pontualidade e rapidez exigiam uma disciplina rigorosa, sem a qual a confusão e o desperdício anulariam os lucros, com produtos cujos preços ficariam fora da cotação do mercado no país e no exterior. Essa disciplina era suportada porque o artesão desempregado passava fome e frio com sua família, e o empregador sabia que havia uma legião de desempregados aflitos para obterem o seu emprego. Daí era do interesse do empregador possuir uma reserva de desemprego que lhe fornecesse substituição de empregados incapacitados, insatisfeitos ou demitidos. Até mesmo o empregado bem-comportado e competente corria perigo de ser demitido quando a "superprodução" saturava o mercado disponível além de seu poder aquisitivo, ou quando a paz terminava com a boa vontade dos exércitos para encomendar cada vez maior número de mercadorias para serem destruídas o mais rápido possível.

No sistema corporativo os trabalhadores eram protegidos pelas guildas ou por posturas municipais, mas no novo industrialismo tinham pouca proteção da lei ou nenhuma. A propaganda dos fisiocratas no sentido de deixarem a economia livre de qualquer regulamento obtivera adeptos tanto na Inglaterra como na França. Os empregadores convenceram o Parlamento de que não podiam continuar suas operações, ou arcar com a competição estrangeira, a menos que os salários fossem regidos pelas leis da oferta e da procura. Nos engenhos situados nas aldeias, os juízes de paz tinham certo controle sobre os salários, mas nas fábricas, após 1757, não tinham nenhum.<sup>28</sup> As classes altas e médias não viam razão para interferirem com os capitães de indústria. A crescente onda de exportações conquistava novos mercados para a Grã-Bretanha, e os ingleses que podiam pagar estavam satisfeitos com a abundância de artigos manufaturados.

Entretanto, os trabalhadores não partilhavam dessa prosperidade. Apesar da multiplicação dos artigos pelas máquinas que eles operavam, continuavam tão pobres em 1800 como o tinham sido um século atrás.<sup>29</sup> Não mais eram os proprietários das ferramentas de seu ofício, pouco influíam no planejamento do produto, e nem obtinham lucro com a ampliação do mercado por eles alimentado. Acrescentavam à sua pobreza o alto índice de fertilidade que havia pago estimulantes dividendos às fazendas, consolavam-se com a bebida e o sexo, e suas mulheres ainda eram consideradas pelo número de filhos que tinham. A indigência ampliava-se. A despesa com o amparo à pobreza subiu de seiscentos mil libras, em 1743, para dois milhões em 1784.<sup>30</sup> O desenvolvimento da construção não podia manter-se em dia com a imigração ou a multiplicação dos trabalhadores na indústria. Estes tinham de viver em casas em ruínas, em ruas estreitas e lúgubres. Alguns trabalhadores viviam em celeiros, cuja umidade aumentava as causas de enfermidades. Por volta de 1800, as cidades maiores desenvolveram cortiços nos quais as condições de vida eram piores do que qualquer coisa até então vista na história da Inglaterra.

Os trabalhadores tentavam melhorar sua sorte por meio de sedições, greves e organização de classes. Atacavam as invenções que os ameaçavam de desemprego ou tra-

balho baixo e servil. Em 1769, o Parlamento decretou ser crime capital a destruição de máquinas.<sup>31</sup> Não obstante, em 1779, os operários das fábricas de Lancashire reuniram-se em verdadeira multidão, que de quinhentos homens subiu a oito mil. Arrecadaram armas e munições, derreteram suas vasilhas de estanho para fazer balas, e juraram demoliar todas as máquinas da Inglaterra. Em Bolton destruíram totalmente uma fábrica e seus equipamentos. Em Althan tomaram de assalto a fábrica de tecidos de Robert Peel (pai de Sir Robert, o ministro), destruindo seu valioso equipamento. Encaminhavam-se para atacar a fábrica de Arkwright, em Cromford, quando tropas vindas de Liverpool chegaram na mesma ocasião, em vista do que, fugiram em desordem. Alguns foram capturados e condenados à forca. Os juizes de paz explicaram que “destruir máquinas neste país certamente será a maneira de transferi-las a outros países(...) em detrimento do comércio da Grã-Bretanha.”<sup>32</sup> Um anônimo “Amigo do Povo” pediu aos trabalhadores para serem mais pacientes: “Todas as melhorias por meio de máquinas no princípio produzem dificuldades a determinadas pessoas.(...) Os primeiros resultados da imprensa não foram destituir vários copistas de suas ocupações?”<sup>33</sup>

A lei proibia a formação de sindicatos de trabalhadores para negociações. Contudo, já existiam “associações de assalariados”, algumas datando do século XVII. No século XVIII eram numerosas, principalmente entre trabalhadores nas indústrias têxteis. Tiveram início como clubes sociais ou sociedades de auxílio mútuo, mas, com o passar do século, tornaram-se mais agressivas; e às vezes, quando o Parlamento rejeitava suas petições, organizavam greves. Em 1767-68, por exemplo, houve greves de marinheiros, tecelões, chapeleiros, alfaiates, esmerilhadores de vidro. Várias dessas paredes eram acompanhadas de violência de parte a parte.<sup>34</sup> Adam Smith resumizou o resultado de uma dessas em 1776:

Não é difícil prever qual dos dois lados deverá ter, em todas as ocasiões, vantagens na disputa, forçando o outro lado a transigir com suas condições. Os donos, em número menor, podem combinar com maior facilidade, e a lei(...) não lhes proíbe as comunicações, enquanto proíbe as dos trabalhadores. Não temos leis do Parlamento que sejam contra contravenções tendo em vista diminuir o preço [salários] do trabalho, porém há muitas contra negociações para aumentá-lo. Em todas essas disputas, os patrões podem suportar por muito mais tempo.(...) Muitos trabalhadores não poderão subsistir uma semana sem trabalho,<sup>35</sup> poucos subsistirão um mês, e quase nenhum um ano.

Os empregadores tinham boa penetração, tanto nas fábricas como no Parlamento. Em 1799, a Câmara dos Comuns declarou ilegal qualquer associação com o objetivo de obter aumento de salários, alteração de horas de trabalho ou diminuir a quantidade de trabalho exigido dos trabalhadores. Os empregados que se empenhassem em tais combinações sofreriam pena de prisão, e aqueles que informassem sobre tais homens seriam recompensados.<sup>36</sup> O triunfo dos empregadores era completo.

#### IV. CONSEQUÊNCIAS

O resultado da Revolução Industrial foi quase tudo que aconteceu na Inglaterra, exceto a literatura e a arte. Esses resultados não podem ser descritos sem escrever a

história dos últimos dois séculos. Devemos notar apenas os pontos principais do contínuo e inacabado processo de mutação.

1. Transformação da própria indústria pela proliferação de invenções e de máquinas — processo tão multiforme que nossos atuais processos de produção e distribuição de mercadorias diferem mais dos de 1800 do que estes dos métodos usados duzentos anos antes.

2. A passagem da economia, das corporações regulamentadas e indústria doméstica, para o regime de investimento de capital e livre empresa. Adam Smith era a voz do novo sistema na Grã-Bretanha. Pitt II deu-lhe sanção governamental em 1796.

3. Industrialização da agricultura — substituição de pequenas fazendas por grandes extensões de terras dirigidas capitalisticamente, com emprego de maquinaria, química, energia mecânica em larga escala a fim de produzir alimento e fibras para o mercado nacional ou internacional — continua até hoje. Entre as baixas da Revolução Industrial estão as fazendas cujo cultivo da terra era feito pelas famílias e as corporações.

4. O estímulo, ampliação e difusão da ciência. O primeiro incentivo dirigiu-se à pesquisa empírica, mas os estudos da ciência pura conduziram a consideráveis resultados práticos. De modo que a pesquisa abstrata também foi financiada, e a ciência tornou-se a principal característica da vida moderna, assim como a religião havia sido da medieval.

5. A Revolução Industrial (e não Napoleão, como esperava Pitt II) refez o mapa do mundo, assegurando à Grã-Bretanha o controle dos mares e as colônias rendosas por 150 anos. Impulsionou o imperialismo, levando a Inglaterra — e, mais tarde, outros Estados industriais — à conquista de terras no exterior, que forneceriam matéria-prima, mercados ou facilidades de comércio ou guerra. Compeliu nações agrícolas a se industrializarem e militarizarem a fim de obter ou manter sua liberdade, criando inter-relacionamentos econômicos, políticos, ou militares que tornavam a independência imaginária, e a interdependência real.

6. Alterou a Inglaterra em suas características e cultura multiplicando sua população, industrializando metade de seu território, transferindo-o para o norte e oeste, para as cidades próximas às minas de carvão ou ferro, ou nas proximidades das vias navegáveis ou do mar. Assim foi que nasceram Leeds, Sheffield, Newcastle, Manchester, Birmingham, Liverpool e Bristol. A Revolução Industrial transformou grandes extensões de terras na Inglaterra e em outros países industrializados, em montões de fumaça das fábricas, asfixiadas com exalações e poeira, depositando sua escória humana nos cortiços fumegantes e sem esperanças.

7. Mecanizou, estendeu e despersonalizou a guerra, melhorando consideravelmente a capacidade humana de destruir e matar.

8. Forçou melhores e mais rápidos meios de comunicação e transporte. Tornou, por conseguinte, possíveis maiores combinações industriais, dispondo o governo de maiores áreas a partir de uma capital.

9. Originou a democracia, elevando a classe dos negócios a uma riqueza predominante e, em consequência e gradualmente, à supremacia política. A fim de efetivar e proteger essa portentosa transferência de poderes, a nova classe aliciou o apoio de

um crescente segmento das massas, confiando que estas poderiam ser mantidas pelo controle dos meios de informação e doutrinação. Apesar desse controle, os povos dos Estados industriais tornaram-se o público melhor informado da história moderna.

10. De vez que a Revolução Industrial necessitava cada vez mais de uma boa educação para os trabalhadores e os empresários, a nova classe financiou escolas, bibliotecas e universidades em escala quase nunca imaginada anteriormente. A finalidade era treinar a informação técnica. O subproduto foi uma extensão da cultura secular.

11. A nova economia ampliou a obtenção de artigos e conforto entre uma proporção muito maior da população do que qualquer outro sistema, pois teve possibilidade de sustentar sua sempre crescente produtividade apenas pela constante ampliação do poder aquisitivo do povo.

12. Aguçou o espírito do homem das cidades, mas insensibilizou o senso estético. Muitas cidades tornaram-se depressivamente feias, e no fim a própria arte renunciou à procura do belo. O destronamento da aristocracia afastou um repositório de padrões e gostos, rebaixando o nível literário e artístico.

13. A Revolução Industrial elevou a importância e a situação da economia, levando à interpretação da história à luz dessa ciência. Habitou o homem a pensar em termos de causa e efeito físicos, levando a teorias mecanicistas na biologia — a tentativa de explicar todos os processos da vida como operações mecânicas.

14. Esses progressos da ciência, e tendências filosóficas similares, combinados com as condições urbanas e expansão da riqueza, enfraqueceram a crença religiosa.

15. A Revolução Industrial transformou a moral. Não mudou a natureza humana, porém deu novas forças e oportunidades aos velhos instintos, primitivamente úteis, socialmente perturbadores. Enfatizou a vantagem do lucro a um ponto que parecia encorajar e intensificar o natural egoísmo humano. Os instintos anti-sociais haviam sido obstados pela autoridade dos pais, pela instrução moral nas escolas e pela doutrinação religiosa. A Revolução Industrial enfraqueceu todos esses óbices. No regime agrícola, a família era o núcleo da produção agrícola assim como da continuação da prole e da ordem social. Trabalhavam juntos na lavoura, sob a disciplina dos pais e das estações. Ela ensinava a cooperação e moldava o caráter. A Revolução Industrial tornou o indivíduo e a companhia os núcleos da produção. Os pais e a família perderam a base econômica de sua autoridade e função moral. Quando o trabalho infantil tornou-se improficuo nas cidades, as crianças cessaram de constituir um ativo econômico. Difundiu-se o controle da natalidade, com maior intensidade entre os mais inteligentes, e, em menor escala, entre os menos, com resultados inesperados para as relações étnicas e poder teocrático. À medida que a limitação de filhos, e os recursos mecânicos libertaram a mulher dos cuidados da maternidade e das tarefas domésticas, ela deixou-se levar para as fábricas e escritórios. A emancipação era a industrialização. Como os filhos levavam mais tempo para adquirir meios econômicos de manter-se, o longo intervalo entre maturidade biológica e econômica tornou a continência pré-matrimonial mais difícil, destruindo o código moral que a prematura maturidade econômica, casamento cedo e sanções religiosas havia possibilitado nas fábricas. As sociedades industriais viram-se vagando num interregno amoral entre um código de moral que estava morrendo, e um outro, novo, ainda sem formação.

A Revolução Industrial continua ainda, estando além da capacidade de qualquer um compreender o fato em todas as suas facetas, ou fazer um julgamento moral de seus resultados. Dela nasceram novas quantidades e variedades de crimes, tendo inspirado cientistas dotados de toda a heróica dedicação dos missionários e das freiras. A Revolução Industrial produziu edifícios feios, ruas lúgubres e cortiços sórdidos, porém esses não derivaram de sua essência, que é substituir o trabalho humano pela energia mecânica. Já está atacando os seus próprios males, pois chegou à conclusão de que os cortiços custam mais do que a educação, e que a diminuição da pobreza enriquece os ricos. A arquitetura funcional e a excelência mecânica — como em uma ponte — podem produzir uma beleza que alie a ciência à arte torna-se rendosa, e o desenho industrial toma seu lugar entre as artes e embelezamentos da vida.

## O Drama Político

1756-92

### I. A ESTRUTURA POLÍTICA

CONQUANTO a Revolução Industrial fosse o processo mais básico da segunda metade do século XVIII na Inglaterra, a luta política constituiu o seu drama mais sensacional. Salientavam-se, então, os gigantes da oratória — Chatham, Burke, Fox e Sheridan — que fizeram da Câmara dos Comuns o palco dos acerbos e sensacionais conflitos entre o Parlamento e o povo, entre a Inglaterra e a América, entre a consciência da Inglaterra e os governantes ingleses na Índia, entre ingleses e a Revolução Francesa. A Estrutura política era a moldura e o mecanismo do drama.

O governo da Grã-Bretanha era uma monarquia constitucional no sentido de que o rei implicitamente concordava em reinar de acordo com leis existentes e os costumes tradicionais, e a não promulgar nenhuma lei sem a aquiescência do Parlamento. A constituição compunha-se de agrupamento de leis anteriores, e não um documento, apresentando contudo suas exceções. Uma era a Magna Carta, assinada pelo Rei João em 1215. A outra originou-se quando, em 1689, ao oferecer a coroa da Inglaterra a Guilherme de Orange e a Maria, sua mulher, a Convenção de Westminster acompanhou a oferta com uma “Lei com a Declaração dos Direitos e Liberdades do Súdito. Estabelecendo a Sucessão à Coroa”. Esta “Carta dos Direitos”, como passou a chamar-se, rezava que “o poder de sustar leis ou de executá-las pela autoridade real sem o consentimento do Parlamento é ilegal”, que “a cobrança de tributo para a Coroa, ou para uso desta, sob alegação de prerrogativas, e sem a outorga do Parlamento(...) é ilegal”; e acrescentava: “Tendo, por conseguinte, inteira confiança de que(...) o Príncipe de Orange os resguardará [o Parlamento] da violação dos direitos por eles assegurados neste documento, assim como quaisquer outras tentativas contra sua religião, direitos e liberdades, os Lordes Espirituais e Temporais e os Comuns(...) resolvem que Guilherme e Maria, príncipe e princesa de Orange, são e sejam declarados rei e rainha da Inglaterra, França e Irlanda.” Ao aceitarem o trono, Guilherme III e Maria II implicitamente aceitaram as restrições que a ativa e poderosa aristocracia inglesa, mediante esta declaração, impunha à autoridade real. Quando, por uma “Lei



Institutiva" posterior (1701), e segundo determinadas condições, o Parlamento ofereceu o trono à "Princesa Sofia, de Hanover, e tendo em vista que os seus herdeiros carnaís eram protestantes", o dito Parlamento pressupunha que ao aceitarem o trono, ela e os referidos herdeiros concordavam com a Carta dos Direitos que lhes retirava quaisquer prerrogativas a elaborar leis exceto com o consentimento do Parlamento. Enquanto quase todos os outros Estados europeus eram, até 1789, governados por monarcas absolutos que faziam e desfaziam leis, a Inglaterra possuía um governo constitucional louvado pelos filósofos e invejado por metade do mundo.

O censo de 1801<sup>1</sup> estimava a população da Grã-Bretanha em nove milhões de almas, divididos nas seguintes classes:

1. No alto, 287 pares temporais (seculares) e suas mulheres, na qualidade de chefes das famílias que totalizavam aproximadamente 7.175 mil pessoas. Dentro dessa categoria, havia as classes sociais, em ordem descendente: príncipes de sangue [real], duques, marqueses, condes, viscondes e barões. Esses títulos eram transportados através das gerações para o filho mais velho.

2. Vinte e seis bispos — os "senhores espirituais". Estes, juntamente com os lordes temporais podiam participar da Câmara dos Lordes. Juntas, essas 313 famílias constituíam a nobreza propriamente dita. Todos esses, com exceção dos duques e dos príncipes, tinham direito a serem denominados "lordes". Uma nobreza formal e não transmissível seria adquirida mediante nomeação aos altos cargos administrativos, ou do exército ou da marinha. Em geral, no entanto, tais designações eram dirigidas às pessoas já nobres.

3. Cerca de 540 baronetes e suas esposas, os quais tinham direito ao prefixo "Sir" e "Lady" diante ao nome do batismo e a transmitir os mencionados títulos.

4. Aproximadamente 350 cavaleiros e suas esposas, com direito aos mesmos prefixos, sem, contudo, transmiti-los.

5. Uns seis mil escudeiros (*squires*) — os "*gentry*" (de pequena nobreza), ou a numerosíssima classe dos proprietários rurais. Os baronetes, os cavaleiros e os *squires*, assim como suas esposas, constituíam a "nobreza menor", em geral, incluídos com os seus superiores, na "aristocracia".

6. Uns vinte mil "cavaleiros" ou "senhoras" vivendo de renda, sem trabalhar manualmente, possuindo brasão, tidos como de "nascimento nobre" (*gentle*) — isto é, nascido na *gens*, ou grupo de famílias nobres e aceitas.

7. Abaixo destes vinha o resto da população: o baixo clero, os funcionários públicos, os homens de negócios, agricultores, comerciantes ou lojistas, artesãos, trabalhadores, soldados e marinheiros. E ainda cerca de 1.040.000 "mendigos", recebendo assistência do governo, e mais 222 mil "vagabundos, ciganos, patifes, gatunos, escroques, falsários — na prisão ou fora dela — e prostitutas".<sup>2</sup>

A aristocracia, com apenas pequenas resistências ocasionais, dominava o governo com sua riqueza (os 287 pares recebiam 29 por cento da renda nacional<sup>3</sup>), por sua preeminência nos postos civis ou militares, pelo prestígio de antiga posição hierárquica, assim como pelo controle das eleições parlamentares e na legislação. Eleitoralmente, a Inglaterra dividia-se em quarenta condados (distritos rurais) e 203 burgos (paróquias). Excluídos dos privilégios estavam as mulheres, mendigos, criminosos, católicos romanos, quacres, judeus, agnósticos e outros que não puderam jurar fidelida-

de à autoridade e doutrina da Igreja Anglicana. Nos condados apenas os proprietários de terras, protestantes, que pagavam quarenta xelins de impostos anualmente tinham o direito de votar para o Parlamento. Totalizavam cerca de 160 mil. Como o voto era público, pouquíssimos eleitores ousavam apoiar outro candidato que não o indicado pelos principais proprietários de terras do condado. Daí, relativamente poucos eleitores se preocupavam em votar, e muitas eleições decididamente não passavam de arranjos entre os dirigentes, sem que houvesse escrutínio. Os principais proprietários achavam absolutamente justo que, tendo em vista as responsabilidades inerentes à conduta do governo e à sorte da nação, sua representação no Parlamento devia ser proporcional às suas propriedades. A maioria dos proprietários menores concordava.

Os burgos apresentavam uma confusa variedade de modelos eleitorais. Em Westminster (agora centro de Londres) havia nove mil eleitores. Na cidade de Londres, como era então constituída, havia seis mil. Em Bristol cinco mil, e apenas 22 burgos tinham mais de mil.<sup>4</sup> Em doze burgos, todos os adultos do sexo masculino tinham direito a voto. Na maioria dos outros apenas os proprietários. Em vários, os candidatos eram escolhidos pela "sociedade" municipal — a qual foi definida como uma "oligarquia urbana de advogados, comerciantes, corretores e fabricantes de cerveja, entrincheirados numa sociedade auto-eleitora que tinha, pela carta régia, controle exclusivo sobre a propriedade da cidade".<sup>5</sup> Algumas dessas sociedades davam o seu voto ao candidato, ou candidatos, cujo patrocinador pagava maior preço. Em 1761, o burgo de Sudbury anunciava abertamente que seus votos estavam à venda; na eleição seguinte, a corporação de Oxford ofereceu formalmente reeleger os M.P. (Membros do Parlamento) se eles pagassem suas dívidas.<sup>6</sup> Em alguns burgos, o privilégio da escolha dos candidatos pertencia, por tradição, a indivíduos especializados, ou a famílias não necessariamente residentes no local. De modo que Lorde Camelford gabava-se de poder, se o quisesse, eleger seu copeiro negro para o Parlamento.<sup>7</sup> Tais "burgos de bolso" eram às vezes vendidos como mercadoria. Lorde Egremont comprou Midhurst por quarenta mil libras.<sup>8</sup> Em alguns desses "burgos corrompidos", um punhado de eleitores podia enviar um ou mais representantes ao Parlamento, enquanto a cidade de Londres devolvia apenas quatro. Mesmo quando havia liberdade quase universal, a eleição geralmente era determinada por suborno, violência, ou mantendo o eleitor refratário por demais embriagado para poder votar.<sup>9</sup> Os "patrões" controlavam as eleições em 205 burgos,<sup>10</sup> por vários meios. Havia 85 mil eleitores nos burgos, 16 mil nos condados — perfazendo um total de 245 mil.

Dessas eleições variadas foram para a Câmara dos Comuns 558 membros, no ano de 1761. A Escócia mandou 45, os condados da Inglaterra e Gales 94, os burgos 415, as duas universidades dois, cada uma. A Câmara dos Lordes continha então 224 pares, temporais ou espirituais. O "Privilégio Parlamentar" subentendia o direito do Parlamento de fazer passar projetos de lei propostos para legislação; cobrar impostos e por esse meio manter o "poder do dinheiro"; julgar as credenciais daqueles que as reivindicassem; impor penalidades — mediante prisão se assim julgasse dever fazê-lo — no tocante a qualquer dano a seus membros ou qualquer insubmissão a seus regulamentos; e gozar completa liberdade de palavra, inclusive imunidade em relação às punições por qualquer expressão proferida no Parlamento.

A divisão dos membros em *tories* ou *whigs* havia perdido qualquer significação,

por volta do ano de 1761. A divisão real era entre aqueles que apoiavam e os que se opunham ao "governo" atual, ao ministério, ou ao rei. De maneira geral, os *tories* protegiam os interesses da terra. Vez por outra, dispunham-se os *whigs* a considerar os desejos da classe comercial. Por outro lado, tanto *tories* como *whigs* eram igualmente conservadores. Nenhum desses partidos legislava para o bem das massas.

Nenhum projeto podia tornar-se lei sem a aprovação de ambas as casas do Parlamento e assinatura do rei. Este possuía a "prerrogativa real" — isto é, poderes, privilégios e imunidades concedidos pelos costumes e leis ingleses. Tinha poderes militares e era comandante supremo do exército e da marinha. Podia declarar guerra, mas necessitava das dotações parlamentares para fazê-la. Podia negociar tratados e fazer a paz. Dispondo de algum direito para legislar, era-lhe facultado recusar consentimento para um projeto de lei votado pelo Parlamento. Contudo, esse projeto podia levá-lo a concordar, em virtude de seu poder sobre o erário, de modo que ele nunca exerceu tal direito depois de 1714. Era-lhe permitido contribuir para as referidas leis por meio de proclamação ou ordens no conselho, porém não podia alterar a lei comum, ou criar novas ofensivas. Em relação às colônias, legislava como entendia. Contando com poderes executivos, somente ele podia convocar, prorrogar, ou dissolver o Parlamento, nomeando ministros que se encarregavam da política e da administração. Parte do tumulto nas primeiras décadas (1760-82) dos sessenta anos de reinado de Jorge III, relacionava-se com prerrogativas reais na escolha de ministros e na determinação da política.

O direito do rei para legislar era limitado, e as medidas propostas ao Parlamento por seus ministros só podiam ter força de lei se sancionadas pelas duas casas do referido Parlamento. Isso acontecia por meio de barganhas políticas, ameaças de suspensão de postos ou pensões, ou suborno. (Em 1770, mais de 190 membros da Câmara dos Comuns foram nomeados para cargos administrativos.) O numerário necessário para tais operações era, na maior parte, fornecido pela "lista civil" do rei — uma conta reservada às suas próprias despesas, às de sua família (a "bolsa privada"), às suas casas e aos criados, aos salários por ele pagos e à concessão de pensões. O Parlamento anualmente votava uma dotação de oitocentas mil libras a Jorge III, destinada à sua "lista civil", mas seus gastos costumavam superar essa importância. Em 1769, o Parlamento acrescentou 513.511 libras e, em 1777, 618.340 libras, para pagar as dívidas reais. Parte dos recursos do rei era gasta na compra de votos nas eleições parlamentares,<sup>11</sup> e outra parte empregada na compra de votos no próprio Parlamento. Os fundos votados pelo Parlamento para serviços secretos em muitos casos para lá voltavam para subornos. Quando acrescentarmos a esse tráfico da realeza o dinheiro gasto nas eleições ou na legislação, pelos "nababos" que voltavam à Inglaterra com dinheiro ganho na Índia, ou pelos homens de negócios que procuravam contratos governamentais ou desejavam escapar da interferência deste, temos o quadro da corrupção quase sem rival a oeste do Oder, e desagradavelmente esclarecedor da natureza humana.

Damos, a seguir, alguns detalhes menores sobre o sistema britânico. Os impostos eram cobrados de todos os proprietários de terras, talvez como uma forma do respeito que deviam tributar aos pares do reino. Um exército permanente não era autorizado pelo Parlamento — apenas uma milícia. Isto constituía fator de menor importância diante da suprema prosperidade da Inglaterra, numa época em que a França sustenta-

va um exército permanente de 180 mil homens, a Prússia 190 mil, e a Rússia 224 mil. Em tempo de guerra, entretanto, as forças armadas eram rigorosamente recrutadas pelo alistamento e pelo recrutamento forçado. A violação da liberdade pessoal por esse costume, assim como as crueldades brutais da vida no exército e na marinha, constituíam sombras no cenário inglês.

Segundo Blackstone (1765), a estrutura política da Inglaterra era o melhor que a natureza e educação dos homens permitiam na época. Repetia a clássica opinião de que a melhor forma de governo seria aquela que combinasse a monarquia, a aristocracia e a democracia, achando estarem estas "muito bem e satisfatoriamente unidas" na constituição da Grã-Bretanha.

Pois, como em nosso país, o poder executivo das leis encontra-se em uma única pessoa, elas possuem todas as vantagens da força e pronta execução encontradas na mais absoluta monarquia. E, porque a legislação do reino está confiada a três poderes distintos, totalmente independentes entre si, que são: primeiro o rei, segundo os lordes espirituais e temporais, que constituem um conjunto aristocrático de pessoas selecionadas por uma religiosidade, nascimento, sensatez, valor ou posses. Em terceiro lugar a Câmara dos Comuns, livremente escolhida pelo povo entre si, o que a torna uma espécie de democracia. Como esse órgão agregado, ativado por diferentes molas e atento aos vários interesses, (...) tem o supremo manejo de todas as coisas, nenhum estorvo poderá ser tentado por esses três ramos sem que seja obstado pelos outros dois, porque cada um desses setores está munido de poderes de rejeição suficientes para repelir qualquer inovação que julgar inexequível ou perigosa. Por conseguinte, aqui está instaurada a soberania da constituição britânica, e instaurada da forma mais benéfica possível para a sociedade.<sup>12</sup>

Podemos sorrir do conservadorismo patriótico de um eminente jurista encarando o assunto de cima de sua importância. Contudo, talvez essa opinião fosse retificada por noventa por cento do povo inglês ao tempo de Jorge III.

## II. OS PROTAGONISTAS

Os personagens do drama destacam-se entre os mais famosos da história da Inglaterra. No topo estava Jorge III, que ocupava o trono nos anos fatídicos (1760-1820) nos quais a Inglaterra enfrentou as revoluções americana e francesa e as Guerras Napoleônicas. Foi o primeiro monarca hanoveriano nascido na Inglaterra a considerar-se inglês e a manter interesse absorvente nos negócios ingleses. Era neto de Jorge II e filho do insubordinado Frederico Luís, Príncipe de Gales, que morreu em 1751. O futuro Jorge III tinha então doze anos. Sua mãe, Princesa Augusta de Saxe-Gotha, assustada com "os jovens nobres mal-educados e depravados"<sup>13</sup> que havia encontrado, tinha-o afastado de tais companhias, criando-o — entre nove filhos — num isolamento ascético dos jogos, alegrias, agitação e pensamento de seus pares e de seu tempo. Ele cresceu tímido, apático, piedoso, sem instrução e infeliz. "Se eu algum dia tiver um filho", disse ele à severa mãe "não o tornarei tão infeliz como você me tornou."<sup>14</sup> Elas transmitiu-lhe o escárnio de seu avô por ter tolerado a supremacia do Parlamento. Por várias vezes pedia-lhe "Jorge, seja um rei!" — reavendo a liderança

ativa do governo. A tradição sempre questionada, credita ao jovem ter sido influenciado pela *Idea of a Patriot King* de Bolingbroke (1749), que exortava os governantes a "governar assim como reinar" e (enquanto "deixava o Parlamento reter os poderes que possuía") instituir medidas tendo em vista iniciar medidas para melhorar a vida na Inglaterra.<sup>15</sup> Um dos professores de Jorge, Lorde Waldegrave, descreveu-o em 1758 como "absolutamente honesto, carecendo contudo daquele comportamento franco e aberto que torna a honestidade agradável.(...) Não lhe falta resolução, porém misturada com uma demasiada obstinação.(...) Seu temperamento demonstra aspectos melancólicos, os quais(...) serão fonte de freqüentes angústias".<sup>16</sup> Estas qualidades acompanharam-no até o fim de sua sanidade. Depois da morte do pai de Jorge, a viúva encetou estreita amizade com John Stuart, Conde de Bute, primeiro camarista nas dependências do príncipe. Em 1751, Bute tinha 38 anos e já estava casado com Mary Wortley Montagu, filha da famosa Lady Mary do mesmo nome. Nos últimos anos anteriores à coroação de Jorge, este aceitou Bute como seu preceptor e confidente. Admirava a cultura e a integridade do escocês, com prazer e gratidão recebia seus conselhos, sendo por ele preparado para uma agressiva liderança no governo. Quando o jovem príncipe pensou em propor casamento à bela Lady Sarah Lennox, de quinze anos, cedeu triste porém afetuosamente aos conselhos de Bute de que devia casar-se com alguma princesa estrangeira que auxiliaria a sedimentar uma proveitosa aliança política. "Rendo-me, colocando meu futuro em suas mãos", escreveu, "escondendo meus pensamentos do caro objeto de meu amor, sofrerei em silêncio, e nunca mais o perturbarei com esta história infeliz, porque, entre perder meu amigo ou meu amor, desistirei deste último, pois prezo a sua amizade acima de qualquer alegria terrena."<sup>17</sup> Ao subir ao trono, Jorge levou Bute consigo.

Seu reinado foi o mais calamitoso da história da Inglaterra, e para isso ele contribuiu. No entanto, era indiscutivelmente cristão e geralmente um cavalheiro. Aceitou a teologia da Igreja Anglicana; observando seus rituais sem qualquer ostentação, e repreendeu um pregador da corte que elogiou-o durante um sermão. Imitava seus inimigos políticos ao adotar o suborno, aprimorando-lhes os ensinamentos. Contudo, era um exemplo de virtudes na vida particular. Em uma geração que se salientava pela licenciosidade sexual, deu à Inglaterra o exemplo de fidelidade conjugal, que simplesmente contrastava com os adultérios de seus predecessores e as irregularidades de seus irmãos e filhos. Era a própria delicadeza em tudo, exceto na religião e na política. Embora pródigo nas dádivas, era homem de hábitos e gostos simples. Proibiu o jogo na sua corte. Trabalhava resolutamente no governo, atendendo aos mais simples detalhes, enviando instruções a seus auxiliares e ministros umas doze vezes ao dia. Seu puritanismo não era severo. Amava o teatro, música e danças. Não lhe faltava coragem, pois combateu tenazmente seus inimigos políticos no decurso de meio século. Em 1780, enfrentou corajosamente uma turba violenta, conservando domínio de si nos dois atentados contra sua vida. Reconhecia francamente seus defeitos de educação. Manteve-se até o fim relativamente alheio à literatura, ciência e filosofia. Se demonstrava pequena deficiência mental, talvez tenha sido devido a algo nos seus genes ou alguma negligência dos professores, assim como às mil tensões que cercam um rei.

Um dos defeitos de Jorge era a desconfiança e inveja de toda habilidade e independência. Jamais pôde perdoar a William Pitt I sua consciente superioridade nos aspectos políticos, compreensão, profundidade de pensamento, força e eloquência oratória. Já vimos em outra parte<sup>18</sup> a carreira desse homem extraordinário, a partir de seu ingresso no Parlamento (1735) até seu triunfo na Guerra dos Sete Anos. Ele podia ser arrogante e obstinado — muito mais do que Jorge III. Sentia-se o guardião propriamente dito do império que havia sido criado sob a sua direção, e quando o rei de fato encontrou o rei de direito, seguiu-se um duelo pelo trono. Pitt era pessoalmente honesto, invulnerável ao suborno que florescia ao seu redor. Contudo, pensava na política apenas em termos de poderio nacional, não permitindo que nenhum sentimento de humanidade viesse desviá-lo da resolução de tornar a Inglaterra uma nação suprema. Era denominado “o Grande Membro dos Comuns” (“*the Great Commoner*”) por ser o homem mais importante da Câmara dos Comuns, e não porque pretendesse melhorar a sorte do homem comum. Todavia, levantou-se em defesa dos americanos e do povo da Índia contra a opressão inglesa. Como o rei, ressentia-se das críticas, e “não tinha aptidão para esquecer ou perdoar”.<sup>19</sup> Não podia servir o rei, a menos que pudesse governá-lo. Demitiu-se do cargo (1761) quando Jorge III insistiu em violar o compromisso com Frederico e fazer uma paz em separado com a França. Se no fim foi vencido, seu inimigo não foi outro senão a gota.

A influência de Pitt na política inglesa era comparada à influência de Edmund Burke sobre o pensamento na Inglaterra. Pitt desapareceu do cenário em 1778 e Burke nele surgiu em 1761, prendendo a atenção dos homens cultos do país, sem interrupção, até 1794. O fato de ter nascido em Dublin (1729), filho de advogado, pode tê-lo prejudicado na luta para conquistar posição política e poder. Não era inglês, exceto por adoção, não pertencendo a nenhuma aristocracia, salvo a do espírito. Talvez sua simpatia, que durou a vida toda, pelos católicos da Irlanda e da Inglaterra, deva-se ao fato de sua mãe e irmã terem sido católicas, assim como sua constante ênfase sobre o fato de ser a religião um baluarte indispensável à moralidade do Estado. Recebeu educação formal em uma escola quacre em Ballitore, e na Universidade de Trinity, em Dublin. Aprendeu bastante latim para admirar as orações de Cícero, tornando-as o alicerce de seu estilo dialético.

Em 1750, foi para a Inglaterra a fim de estudar direito no Middle Temple. Mais tarde, elogiou o direito como “a ciência que faz mais para tornar a compreensão viva e vigorosa do que todos os outros estudos juntos”, porém achava que ela “não está apta, exceto nas pessoas nascidas em condições muito favoráveis, para abrir e liberalizar a mente exatamente na mesma proporção”.<sup>20</sup> Por volta de 1775, seu pai suspendeu-lhe a mesada sob alegação de que ele estava negligenciando seus estudos de direito para seguir outros caminhos. Parecia que Edmund desenvolvia gosto para a literatura, constantemente freqüentando teatros, e os clubes onde se realizavam debates, em Londres. Há uma lenda sobre ele ter-se apaixonado pela famosa atriz Peg Woffington. Burke escreveu a um amigo, em 1757: “Rompi com todos os regulamentos, negligenciei qualquer decoro.” E passou a descrever sua “maneira de vida” como “variegada de diversos desenhos. Às vezes estava em Londres, outras, em partes remotas do país, algumas vezes na França, e, em breve, se Deus quiser, na América”.

Além disso, nada sabemos a respeito de Burke nesses anos experimentais, a não ser que, em 1756, em seqüência irregular, publicou dois livros extraordinários e se casou.

Um dos livros intitulava-se *A Vindication of Natural Society, or a View of the Miseries and Evils Arising to Mankind from Every Species of Artificial Society. A Letter to Lord —. By a late Noble Writer (Reivindicação da Sociedade Natural, ou Aspecto dos Sofrimentos e Males Que Recaem Sobre a Humanidade Procedentes de Toda Espécie de Sociedade Artificial. Carta a Lorde — Por um Antigo Nobre Escritor)*. Este ensaio, de umas 45 páginas, constitui vigoroso libelo contra qualquer governo, muito mais anarquista do que *Discurso sobre a Origem das Desigualdades*, de Rousseau, que aparecera há apenas um ano. Burke definiu a “sociedade natural” como uma “sociedade fundada em decorrências de apetites e instintos naturais, e não resultante de uma positiva instituição.”<sup>21</sup> O desenvolvimento das leis era uma degenerescência.”<sup>22</sup> A história é um registro de carnificinas, traição e guerra,<sup>23</sup> e a “sociedade política é justamente acusada da maior parte dessa destruição.”<sup>24</sup> Todos os governos seguem os princípios de Maquiavel, rejeitam quaisquer restrições morais, dando aos cidadãos um exemplo desmoralizador de cobiça, roubo e homicídio.<sup>25</sup> A democracia em Atenas e em Roma não trouxe nenhuma cura para os males do governo, pois logo tornou-se uma ditadura pela habilidade dos demagogos em conquistar admiração por parte das maiorias simplórias. A lei é a injustiça codificada. Protege os ociosos ricos contra os pobres explorados,<sup>26</sup> acrescentando um novo mal — advogados.<sup>27</sup> “A sociedade política transformou em muito a propriedade de poucos.”<sup>28</sup> Basta olhar a condição dos mineiros da Inglaterra e considerar se tal miséria poderia ter existido em uma sociedade natural — isto é, antes de fazerem as leis. — Devemos, não obstante, aceitar o Estado como a religião que o apóia, como necessário à natureza do homem? Absolutamente não.

Se estamos resolvidos a submeter nossa razão e liberdade à usurpação civil, nada temos a fazer senão conformarmo-nos o mais silenciosamente possível às noções [populares] vulgares a ela relacionadas, adotando a teologia do plebeu, assim como a sua política. Mas, se julgarmos essa necessidade mais imaginária do que real, renunciemos aos sonhos deles de uma sociedade, juntamente com as suas visões religiosas, e reivindicuemos a nossa liberdade.<sup>29</sup>

Isto tem o tom audacioso e a raivosa sinceridade de um jovem rebelde, um jovem de espírito religioso mas que rejeita a teologia estabelecida, sensível à pobreza e à degradação que vira na Inglaterra, um talento cômico de si mesmo, mas ainda sem lugar e posição na voragem do mundo. Qualquer um, jovem e ativo, passa por esta fase no seu caminho para as posições, posses e um conservadorismo alarmante que vamos encontrar em *Reflections on the Revolution in France*, de Burke. Notamos que o autor de *Vindication* cobria sua trajetória de anonimato, até mesmo fazendo-se de morto. Quase todos os leitores, inclusive William Warburton e o Conde de Chesterfield, compreenderam que essa trajetória era uma verdadeira investida aos males correntes,<sup>30</sup> e muitos o atribuíram ao Visconde de Bolingbroke, que, tendo morrido em 1751, era “um Nobre Escritor falecido”. Nove anos após a publicação do ensaio, Burke apresentou-se candidato à eleição do Parlamento. Temeroso de que sua agitação da

juventude fosse prejudicá-lo, reimprimiu-o em 1765 com um prefácio que dizia: "O objetivo da pequena peça literária que se segue era demonstrar que(...) a mesma máquina [literária] utilizada na destruição da religião poderia ser empregada com idêntico sucesso na subversão do governo."<sup>31</sup> A maioria dos biógrafos de Burke aceitou a explicação como sincera. Não podendo acompanhá-los, compreendemos entretanto o esforço de um candidato político para proteger-se contra o preconceito popular. Qual de nós teria um futuro se seu passado fosse conhecido?

Tão eloqüente quanto a *Vindication*, e muito mais sutil, foi a outra publicação de Burke, em 1756: *A Philosophical Enquiry into the Origin of the Sublime and Beautiful* (Investigação Filosófica sobre a Origem do Sublime e do Belo), à qual, numa segunda edição acrescentou *A Discourse on Taste* (Discurso sobre o Gosto). Temos que admirar a coragem deste jovem de 27 anos ao dedicar-se a esses assuntos evasivos uma década anterior ao *Laocoonte* de Lessing. Deve ter-se guiado pela introdução do Livro II de Lucrécio, *De rerum natura*: "Quando os ventos agitam as águas de um mar poderoso, é agradável presenciar da terra uma outra grande luta, não por constituir prazer assistir à angústia de alguém, mas porque é reconfortante ver de que perigos você mesmo se libertou." De modo que Burke escreveu: "As paixões que pertencem à autopreservação transformam-se em sofrimento e perigo. São absolutamente penosas quando seus efeitos de imediato nos afetam, e deliciosas quando temos uma idéia de sofrimento e do perigo sem estarmos realmente em tais circunstâncias.(...) O que quer que excite esse prazer eu chamo de sublime." E, em seguida, "todas as obras de grande esforço, despesa, e magnificência são sublimes(...) e todas as construções de grande riqueza e esplendor,(...) pois ao contemplá-las a mente aplica as idéias da grandeza do esforço necessário para produzir tais obras àquelas mesmas obras".<sup>32</sup> Melancolia, escuridão e mistério ajudam a despertar o sentido do sublime. Daí a preocupação dos construtores medievais em deixar entrar em suas catedrais apenas uma luz tênue, filtrada para seus interiores. As ficções românticas, tais como *Castelo de Otranto* de Horace Walpole (1764), ou *Mistérios de Udolpho*, de Ann Radcliffe (1794), aproveitaram-se dessas idéias.

"A beleza", disse Burke, "é um nome que aplicarei àquelas qualidades nas coisas que nos induzem ao sentido de afeição e ternura, ou qualquer outra paixão que mais se assemelhe a essas."<sup>33</sup> Rejeitava a clássica redução dessas qualidades à harmonia, unidade, proporção e simetria. Concordamos que o cisne é belo, embora seu longo pescoço e cauda curta sejam desproporcionais ao corpo. Em geral, o que é belo é pequeno (por conseguinte, contrastando com o sublime). "Não me recordo de nada belo que não seja macio."<sup>34</sup> Uma superfície quebrada ou áspera, um ângulo agudo ou uma súbita projeção irão nos perturbar, limitando nosso prazer mesmo nos objetos que de outra maneira seriam belos. "Um ar de robustez e força é muito prejudicial à beleza. A aparência de *delicadeza*, e até mesmo de *fragilidade*, é quase essencial a essa qualidade."<sup>35</sup> A cor acrescenta a beleza, sobretudo se é variada e viva, mas não forte e brilhante. — Estranho é dizer que Burke não indagava se uma mulher era bela por ser pequena, macia, delicada, colorida, ou se essas qualidades parecem belas porque nos fazem lembrar a mulher, que é bela porque é desejada.

De qualquer modo, June Nugente era atraente, e Burke casou-se com ela naquele ano fecundo de 1756. Ela era filha de um médico irlandês e católica, mas logo adotou



o culto anglicano. Seu gênio brando e gentil acalmava o temperamento irascível do marido.

A impressão despertada pelo estilo, se não os argumentos de *Vindication e Enquiry*, abriram as portas para Burke. O Marquês de Rockingham contratou-o na qualidade de secretário, apesar da advertência do Duque de Newcastle de que Burke era um irlandês selvagem, um jacobita, um papista oculto e jesuíta.<sup>36</sup> Mais tarde, em 1765, Burke foi eleito para o Parlamento pelo burgo de Wendover, através da influência de Lorde Verney “que era o dono daquele burgo”.<sup>37</sup> Na Câmara dos Comuns, o novo membro granjeou reputação de eloqüente mas pouco persuasivo. A voz era áspera, a pronúncia irlandesa, os gestos desajeitados, os gracejos grosseiros, as denúncias indevidamente apaixonadas. Somente quando o liam é que percebiam estar ele criando uma literatura da mesma forma como falava — domínio da língua inglesa, descrições brilhantes, grau de cultura, suas comparações e a faculdade de levar a filosofia às questões da vida diária. Talvez tais qualidades estivessem prejudicadas nos Comuns. Alguns dos que o ouviam, diz-nos Goldsmith, “gostava de vê-lo enroscar-se em suas palavras como uma serpente”,<sup>38</sup> mas muitos outros impacientavam-se com sua riqueza de detalhes, suas digressões para a teoria, o floreado de seus discursos, suas frases de períodos grandes e maciços, seus vôos de elegância literária. Queriam considerações práticas e aplicabilidade imediata. Elogiavam-lhe os discursos, porém ignoravam seus conselhos. Assim é que, quando Boswell disse que Burks parecia um gavião, Johnson contradisse: “Sim, mas ele não pega nada.”<sup>39</sup> Até o fim ele defendia políticas desagradáveis ao povo, ao ministério e ao rei. “Sei”, dizia, “que o caminho por mim trilhado não é o que me possa trazer lucro.”<sup>40</sup>

Parece que, durante os dias de sua ascensão, Burke leu muito e judiciosamente. Um contemporâneo descreveu-o como uma enciclopédia, do qual todo mundo recebia esclarecimentos. Fox fez-lhe um elogio ilimitado: “Se ele [Fox] colocasse em uma balança toda a informação política que havia captado nos livros, toda a que obtivera da ciência e toda a que qualquer conhecimento do mundo e suas ocorrências lhe houvessem ensinado, e numa outra balança todos os esclarecimentos obtidos das instruções e palestras do seu prezado amigo, ficaria indeciso sobre qual escolher.”<sup>41</sup> Johnson, que costumava dispensar elogios em pequenas doses, concordou com Fox: “Você não poderia ficar cinco minutos com este homem debaixo de um alpendre enquanto chovesse, mas ficaria certo de que estivera em companhia do maior homem que jamais viu.”<sup>42</sup>

Burke aderiu ao grupo Johnson-Reynolds por volta de 1758. Nunca encetava debates com o invencível polemista, temendo o seu próprio gênio tanto como o de Johnson, mas quando o fazia, o Grande Khan encolhia as garras. Quando Johnson ficava doente, e alguém mencionava o nome de Burke, o nosso doutor exclamava: “Esse camarada subtrai-me todos os recursos. Se eu visse Burke agora morreria.”<sup>43</sup> Contudo, os dois homens conscordavam em todas as questões básicas sobre política, moral e religião. Aceitavam o regime aristocrático da Grã-Bretanha, embora ambos fossem cidadãos sem nobreza. Desprezavam a democracia como a entronização da mediocridade. Advogavam o cristianismo ortodoxo e a Igreja oficial como insubstituíveis baluartes da moral e da ordem. Apenas a revolta das colônias americanas os dividia. Johnson considerava-se em *tory*, denunciando os *whigs* como criminoso e loucos. Bur-

ke considerava-se um *whig*, apresentando uma defesa dos princípios *tories* mais consistente e bem estruturada do que qualquer homem na história da Inglaterra.

Por vezes, Burke parecia apoiar os elementos mais questionáveis da ordem estabelecida. Opunha-se às alterações nos regulamentos para a eleição dos membros ou a promulgação das leis. Julgava perdoáveis os burgos "*rotten*" (podres, subornáveis) ou "*pocket*" (circunscrição eleitoral dominada por uma só pessoa ou família, na Inglaterra), de vez que enviavam ao Parlamento gente boa como ele próprio. Em vez de se ampliar o sufrágio, achava que reduzindo o número contribuiriam para a qualidade e independência dos eleitores".<sup>44</sup> Não obstante, patrocinou centenas de causas liberais. Advogava liberdade de comércio antes de Adam Smith e atacava o tráfico de escravos antes de Wilberforce. Atacava a inabilitação política dos católicos, apoiando a petição dos Dissidentes relativamente a amplos direitos civis. Procurou suavizar a severidade bárbara do código penal, e os obstáculos da vida do militar. Reivindicou liberdade de imprensa, embora ele mesmo houvesse sentido suas ferroadas. Punha-se ao lado da Irlanda, da América e da Índia, diante da maioria chauvinista. Pugnavo pelo Parlamento, contra o rei, com uma candura e audácia que afastava qualquer risco de lhe serem impostas penalidades. Podemos contestar seus pontos de vista e suas razões, porém jamais duvidar de sua coragem.

A última cruzada da carreira de Burke — contra a Revolução Francesa — custou-lhe a amizade de um homem a quem há muito admirava e amava. Charles James Fox retribuiu-lhe a afeição, compartilhando com ele dos perigos de lutas em uma dúzia de causas, porém diferia de Burke em quase todas as qualidades de espírito e caráter, exceto humanidade e bravura. Burke era irlandês, pobre, conservador, religioso moral. Fox era inglês, rico, radical, mantendo apenas a parcela de religião que pudessem comportar jogo, bebida, amantes e a Revolução Francesa. Era o terceiro filho e o favorito de Henry Fox, que herdou uma fortuna, esbanjou-a, casou-se com uma outra, acumulou uma terceira como pagamento das tropas, auxiliou Bute a comprar os M.P. (Membros do Parlamento), foi recompensado por ter sido feito Barão Holland, sendo denunciado como tendo incorrido em uma dívida pública de muitos milhões.<sup>45</sup> Sua mulher, Caroline Lennox, era neta de Carlos II com Louise de Kéroualle, de modo que Charles James tinha nas veias o sangue aguado de um devasso rei Stuart e de uma francesa de moral fácil. Seus próprios nomes consistiam em memórias dos Stuart, e devem ter irritado os ouvidos hanoverianos.

Lady Holland tentou educar os filhos dentro do espírito de integridade e responsabilidade, mas Lorde Holland fazia as vontades de Charles em tudo, invertendo em seu favor as antigas máximas: "Nunca faça hoje o que pode deixar para amanhã, nem faça por si mesmo o que pode mandar outro fazer."<sup>46</sup> Quando o menino tinha apenas quatorze anos, seu pai tirou-o de Eton para uma viagem pelos cassinos e estações de águas, no Continente, dando-lhe cinco guinéus por noite para jogar. O jovem voltou a Eton um refinado jogador, conservando o hábito de Oxford. Encontrava tempo para inúmeras leituras, tanto dos clássicos como da literatura inglesa, porém abandonou Oxford após dois anos, a fim de despender dois anos viajando. Aprendeu francês e italiano, perdeu dezesseis mil libras em Nápoles, visitou Voltaire em Ferney, recebendo dele uma lista de livros para esclarecê-lo na teologia cristã.<sup>47</sup> Em 1768, o pai

comprou-lhe um burgo e Charles tomou assento no Parlamento com a idade de dezanove anos, o que era absolutamente ilegal. Contudo, tantos membros ficaram impressionados pelo encanto pessoal do jovem, assim como por sua presumível riqueza, que nenhum protesto se fez ouvir. Dois anos depois, por influência do pai, foi feito lorde do Almirantado no ministério de Lorde North. Em 1774, o pai, a mãe e o irmão mais velho morreram, e Charles viu-se dono de grande fortuna.

Na idade madura, sua aparência física era tão descuidada quanto a moral. Suas meias eram mal pregadas e frouxas, o rosto tímido e avermelhado pelo excesso de comida e bebida, e quando se sentava a barriga protuberante ameaçava cair-lhe sobre os joelhos. Por ocasião de um duelo com William Adam recusou o conselho de sua testemunha de tomar a postura lateral, dizendo: "De qualquer lado que me vire, sou igualmente grosso."<sup>48</sup> Não se esforçava em ocultar seus defeitos. O mexerico corrente é que se tratava de uma amável vítima dos trapaceiros. Certa vez (é Gibbon quem nos diz) jogou por 24 horas uma partida, perdendo nesse espaço de tempo duzentas mil libras. Fox dizia que o maior prazer da vida, depois de ganhar, era perder.<sup>49</sup> Tinha uma coudelaria de cavalos de corrida, apostava neles somas enormes e (somos solicitados a acreditar) ganhava mais do que perdia.<sup>50</sup>

Era, às vezes, tão descuidado de seus princípios políticos quanto de sua moral e vestuário. Inclina-se à indolência e não preparava seus discursos parlamentares com o mesmo desvelo e estudo que distinguiam Burke. Não possuía graça como orador, e não procurava tê-la. Seus discursos eram sempre informes e repetitivos, por vezes escandalizando os gramáticos. "Atira-se no meio de suas frases", dizia o erudito Richard Porson, "deixando ao Deus Todo-Poderoso a tarefa de fazê-lo sair novamente."<sup>51</sup> Entretanto, tinha o dom de tanta presteza de espírito, e uma memória prodigiosa, que se tornou, no consenso geral, o mais hábil debatedor da Casa. "Charles Fox", escreveu Horace Walpole, "derrubou o velho Saturno [Chatham] do trono da oratória."<sup>52</sup>

Os contemporâneos de Fox minimizavam suas faltas, de vez que elas eram amplamente compartilhadas, e quase todos provavam suas virtudes. Numa grande parte de sua vida, após 1774, adotava as causas liberais, sacrificando imprudentemente cargos e popularidade. Escarnecendo o vício, Burke, não obstante, amava Fox, porque via que ele dedicava-se altruisticamente à justiça social e liberdade humana. "É um homem feito para ser amado", dizia Burke. "Possui um temperamento simples, ingênuo e benevolente, extremamente desinteressado, de gênio brando e clemente em relação ao erro, sem uma gota de acrimônia."<sup>53</sup> Gibbon concordou: "Talvez nenhuma criatura humana tenha sido tão totalmente isenta de qualquer laivo de malevolência, vaidade ou falsidade."<sup>54</sup> Apenas Jorge III era imune àquele charme espontâneo.

Junto com Burke e Fox, na liderança do coeficiente liberal dos *whigs*, havia um outro irlandês, Richard Brinsley Sheridan. Seu avô, Thomas Sheridan I, publicou traduções do grego e do latim, e *Art of Punning*, que deve ter impregnado seu neto. O pai, Thomas Sheridon II, foi por alguns considerado o segundo após Garrick como ator e empresário teatral. Casou-se com Frances Chamberlaine, dramaturga e romancista de renome. Era formado por Dublin, Oxford e Cambridge. Lecionou educação

nesta última universidade, sendo a pessoa que conseguiu uma pensão real para Johnson, obtendo outra para ele também. Escreveu uma interessante *Life of Swift*, ousando publicar um *General Dictionary of the English Language* (1780) apenas 25 anos depois daquele escrito por Johnson. Auxiliou seu filho na direção do Drury Lane Theatre, vendo-o salientar-se no romance, na literatura, e no Parlamento.

Portanto, Richard tinha o chiste em seu meio, se não no sangue. Nascido em Dublin (1751), foi para Harrow aos onze anos, lá permanecendo seis anos, tendo adquirido uma boa educação clássica. Aos vinte, imitou o avô ao publicar traduções do grego. No ano de 1771, quando vivia em Bath com seus pais, ficou enlevado com a voz e o rosto encantador de Elizabeth Ann Linley, de dezessete anos, que cantava nos concertos apresentados por seu pai, o compositor Thomas Linley. Aqueles que viram os retratos dela<sup>55</sup> pintados por Gainsborough compreenderão que Richard nada mais tinha a fazer senão ficar encantado. Tampouco ela, se pudermos dar crédito à irmã dele, que o achava irresistivelmente belo e encantador. "Suas faces tinham o brilho da saúde, os olhos mais belos do mundo.(...) Um coração terno e afetivo.(...) A mesma fantasia brincalhona, a mesma graça inofensiva de primeira ordem, que surgiram mais tarde em sua obra literária, alegravam e encantavam o círculo familiar. Eu o admirava, quase adorava-o. De bom grado teria sacrificado minha vida por ele".<sup>56</sup>

Elizabeth Ann tinha muitos pretendentes, inclusive o irmão mais velho de Richard. Um deles, o Major Mathews, rico porém casado, importunou-a de tal forma que ela tomou laudano para matar-se. Recuperou-se, mas perdeu todo o desejo de viver, até que a dedicação de Richard reanimou-lhe o espírito. Mathews ameaçou forçá-la. Dividida entre o temor e o amor, fugiu com Sheridan para a França, casou-se com ele (1772), e depois refugiou-se num convento nas proximidades de Lille, enquanto Richard voltava à Inglaterra para conciliar seu pai e o dela. Empenhou-se em dois duelos com Mathews. Vitorioso no primeiro, poupou a vida de Mathews. Embriagado no segundo, desarmou o adversário, fazendo com que o duelo degenerasse em luta, voltando a Bath todo sujo de sangue, vinho e lama. O pai renegou-o, mas Thomas Linley trouxe Elizabeth Ann de volta da França, sancionando seu casamento (1773).

Demasiado orgulhoso para deixar sua mulher sustentá-lo cantando em público, Richard, com 22 anos, resolver fazer fortuna escrevendo peças teatrais. Em 17 de janeiro de 1775, sua primeira comédia, *Os Rivals*, foi representada em Covent Garden. Foi mal representada e mal aceita. Sheridan obteve um ator melhor para o papel principal e a segunda apresentação (28 de janeiro) deu início a uma série de sucessos dramáticos que trouxeram a Sheridan fama e riqueza. Logo toda Londres falava em Sir Anthony Absolute, Sir Lucius O'Trigger e Miss Lydia Languish, assim como imitava a deturpação das palavras por Mrs. Malaprop ("Esqueça esse camarada, apague-o completamente de sua memória";<sup>57</sup> e "Teimoso como uma alegoria nas margens do Nilo").<sup>58</sup> Sheridan possuía um tesouro de chistes na cabeça, os quais eram espalhados em todas as páginas, enriquecendo os lacaios com inteligência, e fazendo os bobos falarem como filósofos. Os críticos reclamavam que os tipos nem sempre eram consistentes com seus discursos, e que os chistes, crepitantes em todas as cenas, borbulhantes em quase todas as bocas, tornavam-se sem lustro pelo excesso. Não importa. As audiências deliciavam-se com a diversão e deliciam-se até nossos dias.

Ainda maior foi o sucesso de *The Duenna*, que teve sua estréia em Covent Garden,

no dia 2 de novembro de 1775. Permaneceu em cartaz 75 noites, na primeira estação, batendo o recorde das 63 noites registrado pela *Ópera dos Mendigos*, em 1728. David Garrick, do Drury Lane Theatre, alarmou-se com aquela viva competição, mas não conseguia encontrar melhor réplica do que reviver *The Discovery*, uma peça da mãe de Sheridan, recém-falecida. Entusiasmado com o sucesso, Sheridan ofereceu-se para comprar metade da cota que Garrick possuía do Drury Lane. Este, sentindo a idade, concordou, mediante a quantia de 35 mil libras. Sheridan convenceu seu sogro a contribuir com dez mil libras, ele próprio investindo 1.300 libras em dinheiro, o restante obtendo através de um empréstimo (1776). Dois anos depois, juntou mais 35 mil libras e apropriou-se do teatro juntamente com seus sócios, assumindo a direção.

Muitos julgaram que ele superestimava sua autoconfiança, porém Sheridan partiu para outro triunfo produzindo (8 de maio de 1777) *A Escola da Maledicência*, o drama de maior sucesso do século. O pai do autor, amuado desde a fuga de Richard, cinco anos atrás, estava agora reconciliado com o filho. Depois dessas vitórias, deu-se uma pausa na ascensão de Sheridan. As representações em Drury Lane não eram populares, e o fantasma da bancarrota assustou os seus sócios. Sheridan salvou a situação com uma farsa, *A Crítica*, uma sátira dos dramas trágicos e dramáticos pânditas. Entretanto, sua costumeira procrastinação interveio, e dois dias antes da data estipulada para a estréia ele ainda não havia escrito a cena final. Usando de astúcia, seu sogro e outros atraíram-no a uma sala no teatro, trancando-o ali, não sem antes lhe terem dado papel, pena, tinta e vinho, pedindo-lhe para terminar a peça. De lá saiu Sheridan com o resultado esperado. A peça foi ensaiada e julgada satisfatória. A estréia foi (29 de outubro de 1779) um outro sorriso da sorte ao trêfego irlandês.

Olhou em seu redor para ver se havia outros mundos a conquistar e decidiu ingressar no Parlamento. Pagou aos cidadãos de Stafford cinco guinéus pelo voto deles e, em 1780, tomou assento na Câmara dos Comuns, como um ardoroso liberal. Juntamente com Fox e Burke combateu Warren Hastings e, num dia de grande brilhantismo, suplantou os outros dois. Entrementes, vivia com sua esposa prendada, feliz e rico, famoso por sua conversação, sagacidade, exuberância, delicadeza e dívidas. Lord Byron sintetizou o milagre: "O que quer que Sheridan fizesse, ou escolhia fazer, era excelente, sempre o *melhor* no gênero. Escreveu a melhor comédia, o melhor drama, (...) a melhor farsa, (...) a melhor alocução (*Monologue on Garrick*) e, para coroar tudo isso, fez o melhor discurso (...) jamais concebido ou ouvido neste país."<sup>59</sup> E havia conquistado e conservado o amor da mais bela mulher da Inglaterra.

Sheridan era de temperamento completamente romântico. É difícil imaginá-lo no mesmo mundo e geração de William Pitt II, o qual só reconhecia a realidade, mantinha-se acima do sentimento e governava sem eloquência. Nascera (1759) no auge da carreira de seu pai. Sua mãe era irmã de George Grenville, primeiro-ministro de 1763 a 1765. Foi amamentado dentro da política, crescendo com o odor do Parlamento. Franzino e doente na infância, foi resguardado dos rigores e dos contatos socializantes dos colégios "públicos". Recebeu instrução em casa sob cuidadosa supervisão do pai, que lhe ensinou dicção fazendo-o recitar Shakespeare ou Milton todos os dias. Com dez anos, era um intelectual clássico já havendo escrito uma tragédia. Aos quatorze anos, foi mandado para Cambridge, mas logo ficou doente, voltando para casa. Um

ano depois, voltou de novo e, por ser filho de nobre, foi graduado *Master of Arts* (detentor de grau universitário de professor) sem passar por exame. Estudou advocacia em Lincoln's Inn, exercendo a profissão por muito pouco tempo, sendo em seguida projetado para o Parlamento com a idade de 21 anos por um burgo "*pocket*" controlado por Sir James Lowther. Seu discurso inaugural apoiou tão bem a proposta de Burke para reformas econômicas, que este último chamou-o não o "filho que saiu ao pai, porém o próprio pai".<sup>60</sup>

Por ser o segundo filho, tinha direito apenas a trezentas libras anuais, com ocasionais adjutórios da mãe e dos tios. Essas condições contribuíram para sua simplicidade de conduta e caráter. Evitou o casamento, por achar não poder dividir a promessa que fizera a si mesmo de conquistar o poder. Não encontrava prazer nem no jogo nem no teatro. Embora mais tarde bebesse em excesso para entorpecer os nervos após os tumultuados momentos políticos, conquistou reputação de vida pura e objetivos incorruptíveis. Podia comprar, mas não podia ser comprado. Nunca procurou a riqueza, e raras vezes fazia concessões às amizades. Só os íntimos, e esses eram muito poucos, descobriam atrás de sua maneira fria e arredia e seu autocontrole, uma alegria afável, às vezes até uma ternura afetiva.

Já em 1782, quando o ministério de Lorde North estava para renunciar, "o menino", como alguns parlamentares condescendentes designavam Pitt, inseriu em um de seus discursos uma declaração um tanto inusitada: "De minha parte, não poderei esperar participar de uma nova administração, porém se estivesse ao meu alcance fazê-lo, sinto-me no dever de declarar que nunca aceitaria uma posição subalterna."<sup>61</sup> O que queria dizer que não aceitaria nenhum lugar inferior aos seis ou sete postos que vinham a ser o chamado ministério. Quando o novo ministério ofereceu-lhe o cargo de vice-ministro da Irlanda com cinco mil libras anuais, ele recusou, continuando a viver com suas trezentas libras. Estava certo de que iria galgar altos postos, mas esperava obtê-los por seus próprios méritos. Trabalhou com afinco, tornando-se o homem melhor informado nos Comuns sobre política interna, indústria e finanças. Um ano após sua orgulhosa declaração, o rei dirigiu-se a ele, não apenas para fazê-lo participar, mas para chefiar o governo. Nenhum homem antes dele havia sido primeiro-ministro com a idade de 24 anos, e poucos deixaram marcas mais profundas na história da Inglaterra.

### III. REI *VERSUS* PARLAMENTO

Jorge II completou seu reinado de 33 anos com verdadeira aversão pela política inglesa. "Estou com um enjôo de morte desse negócio idiota, e desejo de todo o coração que o diabo leve todos os seus bispos, seus ministros, o Parlamento, e toda esta ilha, contanto que eu possa sair dela e ir para Hanover."<sup>62</sup> Encontrou a paz em 25 de outubro de 1760, sendo enterrado na Abadia de Westminster.

A ascensão de Jorge III no dia da morte de seu avô foi entusiasticamente saudada por quase todos os ingleses, exceto uns poucos que ainda suspiravam pelos Stuarts. Tinha 22 anos, era belo, trabalhador e modesto. (Foi o primeiro rei inglês, desde Henrique VI, a omitir no seu título a reivindicação de soberania sobre a França.) No pri-

meiro discurso que dirigiu ao Parlamento, acrescentou ao texto preparado pelos ministros palavras que nenhum de seus predecessores hanoverianos podia ter falado: "Nascido e educado neste país, honro-me com o nome de britânico." "O jovem rei", escreveu Horace Walpole, "tem toda a aparência de ser afável. Alia graça a muita dignidade, e tem um gênio extremamente bom, o qual se manifesta em qualquer ocasião."<sup>63</sup> Aumentou sua popularidade pela proclamação publicada em 31 de outubro, "tendo em vista o incentivo da religiosidade e virtude, e punição do vício, sacrilégio e imoralidade". Em 1761, casou-se com a Princesa Carlota Sofia de Macklenburg-Strelitz. Não obstante sua ausência de charme, com ela gerou quinze filhos, não lhe restando tempo para o adultério. O fato foi sem precedentes, tratando-se de um rei hanoveriano.

Não aprovava a Guerra dos Sete Anos, já rodando há quatro, achando que um reajuste podia ser efetuado com a França. William Pitt I, secretário de Estado para o Departamento Sul e figura dominante no ministério do Duque de Newcastle, insistia no prosseguimento da guerra até a França ficar enfraquecida ao ponto de não haver mais possibilidade de desafiar o império que havia sido criado pelas vitórias da Grã-Bretanha no Canadá e na Índia. Além do mais, insistia, nenhuma paz seria feita exceto em conjunto com o aliado da Inglaterra, Frederico, o Grande. Em março de 1761, o Conde de Bute foi feito secretário de Estado para o Departamento Norte, dando seguimento ao plano de uma paz em separado. Em vão, Pitt resistiu e, em 5 de outubro, renunciou. Jorge abrandou-o com uma pensão de três mil libras para ele e seu herdeiro, e um título de nobreza para sua mulher, que se tornou Baronesa de Chatham. Até 1677, Pitt recusou um título para si mesmo, de vez que isso iria excluí-lo do seu campo de batalha predileto, a Câmara dos Comuns. Tendo ele se referido, com ironia, às pensões, foi severamente criticado por aceitar esses emolumentos, porém eram menos do que ganhara, e outros que haviam ganho muito menos receberam muito mais.

Em 26 de maio de 1762, o Duque de Newcastle deixou o posto depois de 45 anos de preeminência política. Três dias depois, Bute sucedeu-o na qualidade de primeiro-ministro. Então, os objetivos do jovem rei tomaram forma e impulso. Ele e Bute consideraram parte das prerrogativas reais determinar as linhas gerais da política, principalmente nos negócios exteriores. Além do mais, o rei ansiava quebrar o domínio que algumas famílias ricas tinham em relação ao governo. Em 1761, um antigo *whig*, William Pulteney, Conde de Bath, num panfleto anônimo, urgia para que o rei não se contentasse com as "sombras da realeza", mas, ao invés, empregasse "prerrogativas legais para obstar reivindicações ilegais de uma jocosa oligarquia".<sup>64</sup>

A maioria na Câmara dos Comuns sustentava que o rei devia escolher seus ministros dentro dos reconhecidos líderes do partido ou facção vitoriosa nas eleições. Jorge insistiu no direito legal que lhe cabia, o de escolher seus ministros independentes de partido, sem restrições, exceto sua responsabilidade para com a nação.<sup>65</sup> Os *whigs* haviam arquitetado o acesso do eleitor hanoveriano ao trono da Inglaterra. Alguns *tories* tinham negociado com os Stuarts exilados. Inevitavelmente, os dois primeiros Jorges tomaram apenas *whigs* em seus governos, e a maioria dos *tories* tinha-se retirado. Mas em 1760 eles aceitaram a nova dinastia, vindo em número considerável prestar homenagens ao rei nascido na Inglaterra. Jorge deu-lhes as boas-vindas, não vendo razão

para que não pudesse nomear tanto *tories* como *whigs* que fossem eficientes. Os *whigs* protestaram, dizendo que o rei era livre de escolher ministros e determinar políticas sem responsabilidade para com o Parlamento, a "Carta dos Direitos" de 1689 seria violada, a autoridade do rei chegaria ao nível reivindicado por Carlos I, e as revoluções de 1642 e 1688 ficariam nulas. O sistema partidário tinha seus defeitos, mas (os dirigentes argumentaram) era indispensável aos governos responsáveis. Oferecia uma oposição a cada ministério que o observava, criticava-o e (quando os eleitores assim o desejassem) podia substituí-la por homens habilitados para alterar a direção da política sem perturbar a estabilidade do Estado. Eram estas as fileiras formadas para o primeiro conflito de grandes proporções entre os poderes do novo reino.

Bute suportou o impacto da batalha. Ao rei foram poupadas críticas, mas não à sua mãe. Libelos acusavam-na de ser a amante de Bute. Esta calúnia despertou no rei um ódio sem contemporizações. Bute concluiu uma paz em separado com a França e, para forçar a aquiescência de Frederico, cortou o subsídio da Inglaterra à Prússia. Frederico chamou-o de patife e continuou a batalha. O povo inglês, embora satisfeito de ver a guerra terminada, denunciou a paz como muito clemente para a França derrotada. Pitt invectivou-a, prevendo que a França, com sua marinha intacta, muito em breve recomençaria a guerra contra a Inglaterra — o que ela fez em 1778. A Câmara dos Comuns ratificou o tratado, por 319 a 65. A mãe de Jorge alegrou-se por ter prevalecido a vontade real. "Agora", disse ela, "meu filho é realmente Rei da Inglaterra." <sup>66</sup>

Até então o novo soberano gozara reputação de íntegro. Mas quando viu que os *whigs* estavam comprando votos dos parlamentares, e contratando jornalistas para atacar sua política, resolveu melhorar a tática. Utilizou seus fundos e seu poder de patrocínio para induzir autores como Smollett para defenderem os objetivos e atividades do ministério. Talvez Bute tivesse tais serviços em vista quando, em julho de 1762, convenceu o rei a dar uma pensão a Samuel Johnson, e não se decepcionou. Entretanto, nenhum partidário do ministro podia contrabalançar as inteligentes invectivas de John Wilkes, as selvagens sátiras de Charles Churchill, ou as verberações anônimas de "Júlio". "Libelos contra a corte, excedendo em audácia e rancor qualquer coisa publicada por muitos anos, agora pareciam diariamente, tanto em prosa como em verso." <sup>67</sup>

O Parlamento tomou o dinheiro do rei dando-lhe votos, porém não gostava de seu primeiro-ministro, um escocês que não tinha subido por meio de grandes serviços a alguns partidos nos Comuns. A aversão aos escoceses ainda se fazia sentir fortemente na Inglaterra, que não se esquecera da invasão escocesa de 1745. Além disso, Bute havia beneficiado seus conterrâneos: Fizera Robert Adam e Allan Ramsey, respectivamente, arquiteto e pintor da corte (ignorando Reynolds). Concedeu uma pensão a John Home, o dramaturgo escocês, enquanto recusava um posto de professor a Thomas Gray. O povo de Londres expressou seus sentimentos enforcando ou queimando uma bota de montar (*jackboot*: como um jogo de palavras para Bute) e atacando sua carruagem. Bute viu-se obrigado a esconder o rosto quando ia ao teatro. Os impostos sobre a sidra desagradaram a população rural, tornando Bute o ministro mais impopular da história da Inglaterra. Incapaz de fazer frente à avalanche, de ânimo e saúde abatidos, percebendo sua incapacidade para a agitação e intrigas políticas, Bute demitiu-



se (8 de abril de 1763) após período de menos de um ano na qualidade de ministro do rei.

Seu sucessor, George Grenville sofreu três reveses: foi atacado na imprensa pelo invencível John Wilkes (1763), fez tramitar pelo Parlamento (março de 1765) a Lei do Selo, que principiou a desunião das colônias americanas, e Jorge III teve o seu primeiro acesso de loucura. O fracasso e a demissão de Bute abalaram os nervos e a decisão do rei. O casamento não lhe trouxera felicidade, e Grenville era desagradavelmente independente, quase dominador. Jorge III restabeleceu-se logo, porém não se sentiu bastante forte para resistir à oligarquia *whig* que controlava a maioria do Parlamento e da imprensa. Tentou uma ação intermediária ao convidar um *whig*, o Marquês de Rockingham, para formar o novo ministério.

Talvez por sugestão de seu secretário Edmund Burke, o marquês fez passar pelo Parlamento várias medidas brandas. O imposto sobre a sidra foi abolido ou modificado, a Lei do Selo revogada. Um tratado com a Rússia incentivou o comércio, a agitação ocasionada por Wilkes foi superada, aparentemente não sendo necessário nenhum suborno para fazer passar essa legislação. O rei ressentia-se com a revogação do imposto, assim como as concessões a Wilkes. Em 12 de julho de 1766, demitiu o ministério Rockingham, ofereceu um título honorífico a Pitt, pedindo-lhe que se encarregasse do governo. Pitt aquiesceu.

Entretanto, o "Grande Homem do Povo" perdera a saúde e a disposição de ânimo. Passou, então, a sacrificar o que lhe restava de popularidade aceitando o título de nobreza como Conde de Chatham, por conseguinte abandonando sua situação na Câmara. Tinha uma certa desculpa. Sentia-se muito fraco para suportar as tensões e conflitos dos Comuns. Na Câmara dos Lordes teria mais lazer e menor tensão. Tomou o cargo relativamente tranqüilo de lorde do Selo Privado, permitindo a seu amigo, o Duque de Grafton, ocupar o posto preeminente de primeiro lorde do Tesouro. Seus colegas, entretanto, observaram que ele determinava a política sem consultá-los e muitos ficaram aliviados quando ele partiu para Bath a fim de encontrar alívio para a gota. Conseguiu-o, porém à custa de drogas que lhe perturbaram a mente. Ao retornar a Londres, não estava em condições de tornar-se primeiro-ministro. Em outubro de 1768, pediu demissão, e Grafton ocupou aquele posto.

Foi nesse período de anarquia política (1766-68) que um grupo conhecido como "os Amigos do Rei" associou-se para pôr em andamento os objetivos reais. Orientaram Jorge na distribuição de favores para apoio político, empregando todos os meios para elegerem candidatos, e favorecer ministros que concordavam com os pontos de vista do rei. Quando Grafton emaranhou-se em dificuldades e erros, eles acobertaram amigavelmente tais dificuldades até sua demissão (27 de janeiro de 1770). Em 10 de fevereiro, conseguiram sua maior vitória quando Frederick North (por nós conhecido como Lorde North, embora só fosse herdeiro desse título em 1790) deu início aos doze anos de serviço na qualidade de ministro do Tesouro.

Homem fraco, North, contudo, não era mau. Foi o seu senso de lealdade e caridade que o conservou no posto, granjeando-lhe um lugar tão desagradável na história. Nascido rico como filho do Conde de Guilford, recebeu todas as vantagens da educação e conhecimentos, e ingressou na Câmara dos Comuns com a idade de 22 anos, mantendo-se no posto por quase quarenta anos. Conquistou muitas amizades em vir-

tude de sua modéstia, delicadeza, afabilidade e humor. Quando um orador queixou-se que North dormia durante seu discurso, este respondeu que era injusto reclamar o fato dele ter tomado um remédio fornecido pelo próprio ilustre cavalheiro. Quando um membro, irado, exigiu sua cabeça no cadafalso, North respondeu que poderia cedê-la prazerosamente, contanto que não tivesse de aceitar em troca a do seu colega.<sup>68</sup> Entretanto, seguia muito à risca o lado conservador para agradar quem quer que fosse, exceto o rei. Apoiou a Lei do Selo, a expulsão de Wilkes e (até a última fase) a guerra com a América. Defendeu a política de Jorge III, mesmo quando duvidava de sua sensatez. Considerava-se o agente do rei, não do Parlamento, muito menos do povo, parecendo sincero em sua convicção de que o soberano tinha o direito legal de escolher ministros e dirigir a política. Através de North, assim como o fato que tinha em dirigir a Câmara dos Comuns — e dos fundos votados pelo Parlamento — Jorge III por dez anos governou a Inglaterra. Por intermédio de seus agentes comprou assentos e votos, vendeu pensões e postos, subsidiou jornalistas, tentando agrilhoar a imprensa. Constitui prova de sua coragem e obstinação o fato de que foi necessária uma combinação de John Wilkes, “Júnio”, Burke, Fox, Sheridan, Franklin e Washington para derrotá-lo.

#### IV. PARLAMENTO *VERSUS* POVO

Lemos no *Journal* de Gibbon, com data de 23 de setembro de 1762:

O Coronel Wilkes juntou conosco.(...) Poucas vezes defronto-me com melhor companhia. Possui um espírito incansável, argúcia infinita e humor, assim como muita cultura. Contudo, é um completo libertino tanto nos princípios como na prática. Seu caráter é infame, sua vida deformada por todos os vícios, e sua conversação cheia de blasfêmias e obscenidades. Glorifica-se com esta moral — porque a vergonha é uma fraqueza há muito por ele superada. Contou-nos que nesse tempo de dissensões públicas, estava resolvido a tentar sua sorte.<sup>69</sup>

Este era o ponto de vista de um conservador que votou com o governo nos oito anos como membro da Câmara dos Comuns, e que não podia facilmente simpatizar com um confesso inimigo ativo do Parlamento e do rei. Entretanto, Wilkes teria admitido a maior parte da referida acusação. Tinha-se descartado da ética, assim como da teologia do cristianismo, divertindo-se em atirar seu hedonismo no rosto dos M.P., os quais partilhavam sua moral mas alarmavam-se com sua franqueza.

John Wilkes era filho de um destilador de cerveja, em Clerkenwell, ao norte de Londres. Recebeu boa educação em Oxford e Leiden, o suficiente para surpreender Johnson por seu conhecimento dos clássicos e “maneiras de um cavalheiro”.<sup>70</sup> Com vinte anos casou-se com “uma senhora com o dobro de minha idade”, mas “possuidora de grande fortuna”.<sup>71</sup> Era uma Dissidente, dada à religiosidade solene. Ele entregou-se à bebida e às amantes. Por volta de 1757, uniu-se a Sir Francis Dashwood, Bubb Dodington, George Selwyn, o poeta Charles Churchill e o quarto conde de Sandwich num “Clube Fogo do Inferno” que se reunia na velha Abadia Cisterciense de Medmenham, às margens do Tâmesa, nas proximidades de Marlowe. Lá, como os “Monges Doidos de Medmenham” caricaturavam os rituais da Igreja Católica Romana

celebrando uma “Missa Negra” a Satanás, entregando-se às suas inclinações licenciosas.”<sup>72</sup>

Através da influência de seus companheiros, e com a despesa de sete mil libras, foi eleito M.P. por Aylesbury (1757). No princípio, ligou-se ao Pitt mais velho e, depois de 1760, aos inimigos de Bute. Como este subsidiava o jornal de Smollet, *The Briton*, Wilkes, auxiliado por Churchill, principiou, em junho de 1762, um semanário concorrente, *North Briton*, o qual conquistou ampla aceitação por parte dos leitores, em virtude da verve e argúcia de estilo, assim como da virulência dos ataques contra o ministério. Em um dos números, negou com certa minuciosidade — isto é, propalou — o rumor de que Bute fizera a mãe do rei sua amante. No número 45 (23 de abril de 1763) investiu contra Bute acusando-o de ter violado o acordo da Inglaterra com a Prússia, ao concluir uma paz em separado com a França, e fingir, em o “discurso do trono”, apresentado pelo ministro no nome do rei, que o mencionado tratado tinha a sanção de Frederico o Grande.

Esta semana presenteou o público com o mais desenfreado exemplo de desfaçatez ministerial jamais imposta(…) à humanidade. O *discurso do ministro* de terça-feira passada não tem paralelo nos anais deste país. Fico em dúvida se a imposição é maior no soberano ou na nação. Todos aqueles que amam este país devem lamentar que um príncipe de tantas e tão amáveis qualidades(...) possa ter sido levado a sancionar com o seu nome sagrado as medidas mais odiosas e as mais injustificáveis declarações públicas.(...) Tenho certeza de que todos os estrangeiros, especialmente o rei da Prússia, considerarão o ministro com desprezo e abominação. Fez ele o nosso soberano declarar: “Minhas expectativas foram correspondidas plenamente pelos felizes resultados que os vários aliados da minha coroa obtiveram no Tratado Definitivo. As potências em guerra com o meu estimável irmão, o rei da Prússia, foram induzidos a concordar com os termos de conciliação que aquele grande príncipe aprovou.” A infame falsidade de toda essa frase está clara para todo o mundo, pois sabe-se que o rei da Prússia(...) foi vilmente abandonado pelo escocês, primeiro-ministro da Inglaterra.(...) Quanto à “inteira aprovação “do Parlamento, tão levemente gabada, o mundo sabe de que modo ela foi obtida. A enorme dívida na *Lista Civil*(...) demonstra muito bem as transações do inverno.”<sup>73</sup>

Embora Wilkes tenha interpretado o “discurso do rei” como sendo realmente de Bute, Jorge III tomou o artigo como uma afronta pessoal, ordenando que os lordes Halifax e Egremont, então secretários de Estado, prendessem todos os implicados na publicação do Nº 45 de *The North Briton*. Lavraram ordem geral de prisão — isto é, não nomeando as pessoas a serem apreendidas. Naqueles termos vagos, 49 pessoas foram presas, inclusive Wilkes (30 de abril de 1763), apesar de sua reivindicação de imunidade como membro do Parlamento. Williams, o tipógrafo, foi posto no pelourinho, mas a turba, aplaudindo-o como mártir, levantou a importância de duzentas libras para sua libertação. Wilkes dirigiu-se à Corte Comum de Apelação para um mandado de *habeas corpus*, obteve-o, expôs seu caso, e conseguiu do presidente do Tribunal de Justiça, Charles Pratt (amigo de Pitt), uma ordem de soltura sob alegação de que sua prisão violava as imunidades parlamentares. Wilkes moveu ação contra Halifax e outros por prisão ilegal e danos pessoais, obtendo cinco mil libras de indenização. A impugnação por Pratt das ordens gerais de prisão culminou num abuso quase tão odioso para os ingleses quanto as *lettres de cachet* para os franceses.

Tentando a sorte, Wilkes colaborou com Thomas Potter (filho do Arcebispo de Canterbury) na composição de *Essay on Woman* (*Ensaio sobre a Mulher*) como uma paródia poética do *Essay on Man*, de Pope. Tratava-se de uma mistura de obscenidades e blasfêmia, recheada de notas eruditas, no mesmo tom, atribuídas ao Bispo William Warburton, que havia acrescentado notas ao poema de Pope. Esta pequena peça foi impressa pelas máquinas de Wilkes, em sua própria casa. Não foi publicada, porém treze foram retiradas para alguns amigos. Os ministros do rei obtiveram as laudas relativas às provas, convencendo o Conde de Sandwich a lê-las na Câmara dos Lordes. O conde assim fez (15 de novembro), para grande hilaridade dos pares, que sabiam de sua reputação de libertino. Walpole nos conta que eles “não se puderam conter”<sup>74</sup> enquanto Sandwich continuava, porém concordaram ser o poema um libelo escandaloso, obsceno e ímpio, e pediram ao rei para condenar Wilkes por blasfêmia. Quando Sandwich disse a Wilkes que ele morreria ou nas galés ou de doença venérea, este respondeu: “Isto depende, milorde, se eu abraçar seus princípios ou suas amantes.”<sup>75</sup>

Naquele mesmo dia, 15 de novembro, Wilkes levantou-se na Câmara dos Comuns para dar entrada em uma queixa de quebra das imunidades em virtude da ordem de prisão, o que foi rejeitado, resolvendo o Parlamento que o carrasco queimasse publicamente o Nº 45 do *The North Briton*. No dia 17, Samuel Martin, que havia sido injuriado naquele número do jornal, desafiou Wilkes para um duelo. Encontraram-se em Hyde Park. Wilkes ficou seriamente ferido, guardando o leito por um mês. O povo de Londres condenou Martin como um assassino contratado. Amotinaram-se quando o carrasco tentou queimar o Nº 45. “Wilkes e liberdade!” e “Número 45” tornaram-se os lemas de uma rebelião popular contra o rei e o Parlamento.<sup>76</sup> Depois, um exaltado escocês tentou matá-lo e Wilkes partiu para a França (26 de dezembro). Em 19 de janeiro de 1764, foi formalmente expulso do Parlamento. Em 21 de fevereiro, foi declarado culpado, no Tribunal de King’s Bench, por ter reimpresso o Nº 45 e pela impressão do *Essay on Woman*. Convocado a comparecer para ouvir a sentença, não obedeceu e, em 1º de novembro, foi declarado proscrito.

Por um período de dez anos, Wilkes vagueou pela França e pela Itália, receando ser preso para toda vida se voltasse à Inglaterra. Em Roma, esteve muitas vezes com Winckelmann; em Nápoles, encontrou Boswell, que achou-o uma companhia interessante. “Seus chistes vivos e fortes sobre questões morais deram ao meu espírito uma agitação nada desagradável.”<sup>77</sup> No caminho de volta a Paris, Wilkes visitou Voltaire em Ferney, encantando o homem mais espirituoso da Europa com a sua graça.

Com a volta dos liberais ao poder sob Rockingham e Grafton, Wilkes esperou ser perdoado. Recebeu garantia secreta que não seria molestado se permanecesse quieto. Voltou à Inglaterra (1758), anunciando, de Londres, sua candidatura para o Parlamento. Perdendo, procurou eleição por Middlesex, recebendo uma substancial maioria após campanha tumultuosa. Aquela província, grandemente urbanizada (agora inclui o noroeste de Londres), era conhecida por sua tendência radical e hostilidade pelo capitalismo nascente. Em 20 de abril, Wilkes apresentou-se ao tribunal na esperança de ver anulada sua sentença de proscrição. Conseguiu. Não obstante, recebeu intimação para pagar uma multa de mil libras e ordem de prisão por 24 meses. Uma turba furiosa socorreu-o dos agentes de polícia, levando-o em triunfo pelas ruas de

Londres. Escapando de seus admiradores, entregou-se à cadeia em St. George's Fields. Uma multidão ali reuniu-se em 10 de maio, propondo livrá-lo novamente. Soldados atiraram nos amotinados. Cinco foram mortos, quinze ficaram feridos.

Em 4 de fevereiro de 1769, a Câmara dos Comuns tornou a expulsá-lo. Middlesex mais uma vez elegeu-o (16 de fevereiro). Foi novamente expelido. Middlesex voltou a elegê-lo (13 de abril), dessa vez por uma votação de 1.143 contra 296 de Henry Luttrell. O Parlamento deu assento a Luttrell, sob alegação de que, tendo sido expulso do Parlamento, Wilkes desqualificara-se legalmente durante a sua vigência. Luttrell foi atacado ao sair dos Comuns, não ousando andar na rua.<sup>78</sup> Dezesete condados e muitos burgos enviaram representações ao trono, queixando-se de que os direitos dos proprietários de terras de escolher seus representantes na Câmara dos Comuns haviam sido flagrantemente violados. O rei, que tinha vigorosamente apoiado as expulsões, ignorava as petições, de modo que um dos membros dos Comuns, Coronel Isaac Barré, disse no Parlamento que o descaso das petições "poderia ensinar ao povo a pensar em assassinato".<sup>79</sup>\* John Horne Tooke, jovem padre que havia rendido sua fé ao charme de Voltaire, tirou o hábito, declarando que, depois das exclusões de Wilkes, ia tingir seu casaco preto (eclesiástico) de vermelho.

Tooke chefiou a organização da Sociedade dos Defensores da Carta dos Direitos (1769), cuja finalidade imediata era libertar Wilkes da prisão, pagar suas dívidas e restabelecê-lo no Parlamento. Nas reuniões reclamavam a dissolução do atual Parlamento como irreparavelmente corrupto e igualmente insensível à vontade geral. Reivindicavam parlamentos anuais, eleitos pelo sufrágio universal de elementos adultos do sexo masculino, e a responsabilidade dos ministérios em relação ao Parlamento em suas políticas e despesas.<sup>80</sup> Qualquer candidato ao Parlamento deveria prestar juramento de não aceitar suborno de forma alguma, tampouco qualquer posto ou pensão, ou quaisquer emolumentos da Coroa; que todos os membros deviam defender os pontos de vista de seus constituintes mesmo quando contrários aos seus. Os ressentimentos da Irlanda deveriam ser desagravados, e as colônias americanas teriam, por elas mesmas, o direito de tributar seu povo.<sup>81</sup>

Em julho de 1769, William Beckford, na qualidade de prefeito de Londres, e as "fardas" ou funcionários uniformizados da cidade, encaminharam ao rei uma comunicação censurando a conduta de seus ministros, que subvertiam a constituição, de conformidade com a qual o trono da Inglaterra havia sido dado à casa de Hanôver. Em 14 de março de 1770, remeteram ao rei um protesto que empregava a linguagem da revolução: "Sob influência maligna e secreta que, através de sucessivas administrações, derrotou todas as boas intenções, sugerindo todas as más, a maioria da Câmara dos Comuns privou o vosso povo dos seus mais caros direitos. Agiram de maneira mais ruínosa em suas conseqüências do que o lançamento de impostos por Carlos I para a construção de navios, ou o poder de pensionar assumido por Jaime II."<sup>82</sup> Apela-vam para o rei no sentido de restabelecer "o governo constitucional(...) retirar para sempre os maus ministros de vossos conselhos"<sup>83</sup> e dissolver o atual Parlamento. O enfurecido monarca, com a mão na espada, exclamou: "Mais depressa eu recorrerei

\* A cidade de Wilkes-Barre, na Pensilvânia, foi assim chamada por causa de Wilkes e Barré, que apoiaram fortemente a causa das colônias no Parlamento.

a isto do que ceder à dissolução.”<sup>84</sup> Em 1770, Londres, ao invés de Paris, parecia estar perto de uma revolução.

Naquele turbilhão escaldante da política, “Júnio” escreveu as cartas mais incendiárias da história da Inglaterra. Guardou sua identidade tão secreta, mesmo de seus editores, que até nossos dias ninguém sabe quem ele era, embora muitos imaginem tratar-se de Sir Philip Francis, a quem encontraremos como o implacável inimigo de Warren Hastings. O autor já havia assinado em algumas cartas “Lúcio”, em outras “Bruto”. Passou então a adotar o nome daquele Lúcio Júnio Bruto, que, segundo Livy, havia deposto um rei (510 a.C.) e fundado a República Romana. O domínio total do inglês nessas cartas indicava que “Júnio” possuía a educação, se não as maneiras, de um cavalheiro. Era, provavelmente, um homem de posses, pois não recebia dinheiro com as tais cartas, cuja força e mordacidade aumentavam, com lucro, a circulação do *The Public Advertiser*, no qual elas apareceram de 21 de novembro de 1768 a 21 de janeiro de 1771.

Em uma “Dedicatória à Nação Inglesa”, que ele colocou como prefixo à coleção completa das *Cartas de Júnio* (1772), o autor declarava ser a sua finalidade “estabelecer a liberdade nas eleições, e advogar o pleno direito de escolher seus representantes”. Como ponto de partida, tomou a exclusão de Wilkes e a prisão, por uma ordem geral, de todos aqueles relacionados com o n.º 45 do *The North Briton*. “A liberdade de imprensa é o apanágio de todos os direitos civis, políticos e religiosos do inglês, e o direito jurídico(...) parte essencial de nossa constituição.” Partindo dessas declarações, o autor passou a recapitular as bases do governo da Grã-Bretanha. “O poder dos reis, lordes e Comuns não é arbitrário. Eles são os depositários, e não os donos do Estado. O domínio pleno está em NÓS.(...) Tenho certeza de que vocês não vão deixar que setecentas pessoas notoriamente corrompidas pela Coroa decidam se sete milhões de seus semelhantes vão ser livres ou escravos.”<sup>85</sup>

Júnio continuou acusando a administração de Grafton (1768-70) de vender postos e de corromper o Parlamento com favores e subornos. Neste ponto o ataque tornou-se direto, chegando ao extremo de sugerir a decisão de vingança por afronta pessoal ou injustiça.

Adiantai-vos, ó virtuoso ministro, e dizei ao mundo no interesse de quem Mr. Hine foi recomendado de maneira tão extraordinária ao beneplácito de Sua Majestade. Qual foi o preço da patente que ele comprou?(...) Vós estais vilmente botando em leilão o patrocínio real.(...) Pensais que tais enormidades ficarão impunes? Na verdade, tendes interesse em manter a atual Câmara dos Comuns. Tendo vendido a nação por atacado, certamente eles vos protegerão em detalhe, pois enquanto favorecem vossos crimes, receiam por aqueles que cometeram.”<sup>86</sup>

Os ataques continuaram muito depois da exoneração de Grafton, como na carta de 22 de junho de 1771:

Não posso, com qualquer aparência de decoro, chamar-vos o mais mesquinho e o mais baixo personagem do reino. Eu protesto, meu senhor, não vos julgo assim. Tereis um perigoso rival nesta espécie de fama(...) enquanto houver um homem vivo que vos julga digno de sua confiança e capaz de ser acreditado.

Isto parecia designar o próprio Jorge III como "a pessoa mais baixa do Reino". Já na carta XXXV, Júnio propusera-se atacar o rei "com dignidade e firmeza, mas não com respeito": "Senhor, a infelicidade de nossa vida(...) é que jamais tendes tido conhecimento da linguagem da verdade até que a ouvistes nas queixas de vosso povo. Entretanto, não é muito tarde para corrigirdes o erro de vossa educação." Júnio aconselhava Jorge a demitir seus ministros *tories* e permitir a Wilkes manter o lugar para o qual fora eleito. "Enquanto o príncipe orgulha-se da segurança do seu direito à coroa, ele deveria lembrar-se de que, tendo esta sido obtida por uma revolução, por uma outra ele pode perdê-la."<sup>87</sup>

Henry Woodfall, que publicou esta carta no *Public Advertiser*, foi preso sob acusação de libelo sedicioso. Refletindo os sentimentos da classe média, o júri recusou-se a condená-lo, e ele foi solto mediante pagamento de custas. Entretanto, o rei manteve seu ponto de vista, fortalecendo sua posição ao colocar o obsequioso e imutável Lorde North como primeiro-ministro. Júnio continuou suas cartas até 1772, e depois abandonou o campo. Devemos notar que em 1772 Sir Philip Francis deixou o Ministério da Guerra (de cujos negócios Júnio demonstrara estar intimamente familiarizado) e partiu para a Índia.

Estas cartas pertencem tanto à história literária quanto à história política da Inglaterra, pois constituem um exemplo vivo do estilo pelo qual muitos estadistas ingleses podiam elevar-se ou rebaixar-se quando exaltados pelas paixões e protegidos pelo anonimato. Eis aqui um inglês de bom quilate misturado com injúria, mas esta mesma injúria é sempre uma obra-prima de golpe sutil ou agudo epigrama. Não há aqui nenhuma misericórdia, nem generosidade, tampouco a idéia de que o próprio partido de quem acusa era co-participante do crime do acusado. Solidarizamos-nos com Sir William Draper, que, em resposta à carta de Júnio, de 21 de janeiro de 1769, escreveu: "O reino vê-se no meio de um enxame de ladrões traiçoeiros, de caráter e virtudes particulares de que nenhum homem honesto está salvo, principalmente porque esses assassinos baixos e covardes apunhalam no escuro, sem coragem para assinar seus próprios nomes nas suas produções malévolas e malvadas."<sup>88</sup>

A passagem da imprensa britânica para uma crescente liberdade e influência foi marcada por um outro conflito nesses anos. Por volta de 1768, alguns jornais principiaram a imprimir notícias dos discursos mais importantes proferidos no Parlamento. A maior parte deles era partidária e inexata, alguns eram imaginários, outros insultuosos. Em fevereiro de 1771, o Coronel George Onslow queixou-se na Câmara dos Comuns de que um jornal havia a ele se referido como "o pequeno patife", e "aquele inseto rele e insignificante". Em 12 de março, a Câmara deu ordem para a prisão dos editores, que resistiram e prenderam seus supostos captores, levando-os perante dois regedores (um dos quais era Wilkes), e o Prefeito Brass Crosby. Este tornou sem efeito a tentativa de apreensão dos editores, alegando que a legislação da cidade proibia a prisão de um habitante de Londres, exceto mediante ordem emitida pelo juiz local. O prefeito recebeu mandado de prisão, na Torre, por ordem do Parlamento, porém o povo levantou-se em seu favor, atacou a carruagem dos M.P., ameaçou os ministros, vaiou o rei e invadiu a Câmara dos Comuns. O prefeito foi solto e aclamado pela multidão. Os jornais começaram suas notícias sobre os debates parlamenta-

res, e o Parlamento cessou de perseguir os editores. Em 1774, Luke Hansard, com a autorização do Parlamento, principiou a publicar, com rapidez e exatidão, os *Anais da Câmara dos Comuns*, continuando-os até a sua morte, em 1828.

Essa histórica vitória da imprensa inglesa influiu no caráter dos debates parlamentares, contribuindo para fazer da segunda metade do século XVIII a idade de ouro da eloquência inglesa. Os oradores tornaram-se mais cautelosos, talvez mais dramáticos, quando sentiam estar sendo ouvidos por todas as Ilhas Britânicas. Um certo progresso em direção à democracia era inevitável então, quando a informação política e a inteligência eram mais amplamente difundidas. A classe dos negócios, a comunidade intelectual e os radicais em ascensão encontraram na imprensa uma voz que se tornou cada vez mais audaciosa e eficaz, até que reprimiu a própria monarquia. Os eleitores podiam finalmente saber se os seus representantes haviam defendido bem a eles e a seus interesses na elaboração e rejeição das leis. A corrupção, embora continuasse, havia diminuído, pois podia ser mais claramente exposta. De modo que a imprensa tornou-se uma terceira força que às vezes podia manter o equilíbrio entre classes nacionais ou partidos no Parlamento. Os homens com poderes para comprar ou controlar os jornais tornaram-se tão poderosos quanto os ministros.

Como todas as liberdades, esta, que era nova, foi mal empregada. Tornou-se por vezes o instrumento de fins mais egoístas e partidários, de oposições mais grosseiras e violentas do que quaisquer apresentados no Parlamento. Então, mereceu o nome que lhe deu Chatham — “libertinagem constitucional”.<sup>89</sup> Por sua vez, tinha de ser constitucionalizada por uma quarta voz, a opinião pública, da qual, contudo, a imprensa era em parte a fonte, muitas vezes corruptora, sendo algumas vezes a voz. Equipados com maiores conhecimentos, homens e mulheres sem títulos de nobreza principiam a falar de política e métodos de governo. Encontravam-se em reuniões públicas, e seus debates ocasionalmente rivalizavam-se com os do Parlamento na sua influência sobre a história. Então, o dinheiro, tanto quanto o nascimento, podia reivindicar o direito de governar, e por vezes, entre os argumentadores, o povo podia fazer-se ouvir.

Wilkes foi solto da prisão em 17 de abril de 1770. Muitas casas iluminaram-se como para uma festa, e o prefeito exibiu diante de sua residência oficial (Mansion House) um letreiro com as palavras LIBERDADE em letras de um metro de altura.<sup>90</sup> Logo Wilkes foi eleito vereador, depois prefeito. Em 1774, foi novamente para o Parlamento, eleito por Middlesex. Então, os Comuns não ousaram mais recusar-lhe o lugar, o qual ele conservou através de todas as eleições até 1790. Conduziu um pequeno grupo de “radicais” ao Parlamento, os quais salientaram a urgência de reformas parlamentares e libertação das “classes inferiores”.

Desejo que toda pessoa livre neste império seja representada no Parlamento. Os burgos médios e insignificantes, tão enfaticamente rotulados *partes decadentes de nossa organização*, deviam ser eliminados e as cidades comerciais, ricas e populosas — Birmingham, Manchester, Sheffield, Leeds e outras deviam ter permissão para enviar deputados ao grande conselho da nação. (...) Desejo, senhor, que o Parlamento inglês fale o livre e desapaixonado senso comum da totalidade do povo inglês.<sup>91</sup>



O Parlamento levou 55 anos para aceitar essas reformas.

Wilkes recusou candidatar-se para uma reeleição em 1790, retirando-se à vida privada. Morreu em 1797, com setenta anos, tão pobre quanto quando nasceu, porque fora escrupulosamente honesto em todos os cargos que ocupou.<sup>92</sup>

#### V. INGLATERRA *VERSUS* AMÉRICA

Em 1750, as colônias inglesas da América do Norte contavam com uma população de 1.750.000. Na Inglaterra e em Gales era de 6.140.000.<sup>93</sup> Como o crescimento das colônias apresentava maiores índices do que no país de origem, era apenas uma questão de tempo a rebelião dos descendentes contra o genitor. Montesquieu o havia predito em 1730, chegando ao ponto de especificar que a rutura seria causada pelas restrições britânicas ao comércio americano. Por volta de 1747, o Marquês d'Argenson previu que as colônias se levantariam contra a Inglaterra, formariam uma república, tornando-se uma das grandes potências. Logo depois que a Inglaterra tomou o Canadá da França, na Guerra dos Sete Anos, Vergennes disse a um viajante inglês: "Muito em breve a Inglaterra se arrependerá de ter removido o único obstáculo que poderia manter as colônias amedrontadas. Elas não mais necessitam de sua proteção. A Inglaterra exigirá que as colônias contribuam com as despesas que elas concorreram para sobrecarregá-la, e elas responderão desligando-se de toda dependência."<sup>94</sup>

A Coroa inglesa reivindicava autoridade para vetar as leis promulgadas pelas assembleias coloniais. Nem sempre utilizava esse poder, mas quando a assembleia da Carolina do Sul, "sensível ao perigo social e político decorrente da considerável multiplicidade de negros na colônia", fez passar uma lei impondo pesada tributação na importação de escravos, esta foi rescindida pela Coroa, porque "o comércio de escravos constituía um dos ramos mais lucrativos das transações inglesas".<sup>95</sup> Nos assuntos econômicos, o Parlamento arrogava-se o direito de legislar para todo o Império Britânico e, usualmente, suas leis favoreciam a terra natal à custa das colônias. Sua finalidade era tornar a América uma fonte de artigos que não fossem rapidamente produzidos na Inglaterra, e um mercado para os artigos manufaturados ingleses.<sup>96</sup> Desestimulava o desenvolvimento das indústrias coloniais que iriam competir com as da Inglaterra. Proibiu aos colonos manufaturarem panos, chapéus, artigos de couro, ou produtos de ferro.<sup>97</sup> Assim é que o Conde de Chatham, em outros assuntos tão favorável às colônias, declarou que não permitiria que um simples prego fosse fabricado na América sem permissão do Parlamento.<sup>98</sup> Era vedado às colônias a instalação de fornos de aço ou usinas de laminação.

Muitos obstáculos surgiram aos comerciantes americanos. Só podiam despachar mercadoria em navios britânicos e vender fumo, algodão, sedas, café, açúcar, arroz e muitos outros artigos apenas para os domínios da Grã-Bretanha. Os artigos importados da Europa deviam primeiro ser embarcados na Inglaterra, sendo pagas tarifas portuárias, depois transportados para as colônias em navios ingleses. Como medida de proteção à exportação de lã para as colônias americanas, os comerciantes coloniais eram proibidos de vender suas lãs fora das colônias que as haviam produzido.<sup>99</sup> O Parlamento votou pesado tributo (1733) sobre as importações americanas de açúcar ou melado, excetuando-se às de fontes inglesas. Os colonos, principalmente em Massachusetts,

violavam alguns desses regulamentos pelo contrabando e pela venda secreta dos produtos americanos às nações estrangeiras, até para a França durante a Guerra dos Sete Anos. Das setecentas toneladas de chá importadas anualmente pelas colônias americanas, apenas cerca de dez por cento obedeciam ao dispositivo de passar pelos portos ingleses.<sup>100</sup> Grande parte do uísque produzido pelas 63 destilarias de Massachusetts, em 1750, empregava açúcar e melado contrabandeados das Índias Ocidentais Francesas.<sup>101</sup>

A fim de justificar essas restrições, a Grã-Bretanha salientava que outras nações européias impunham restrições similares a suas colônias, tendo em vista proteger e premiar os próprios povos daquelas colônias; que muitos produtos americanos gozavam de um virtual monopólio dos mercados ingleses através da isenção dos impostos devidos; e que a Inglaterra merecia um retorno econômico pelos gastos de proteção que sua marinha dava aos embarques coloniais e que seus exércitos conferiam aos colonos contra os franceses e índios na América. A expulsão dos poderes franceses do Canadá, e do poder espanhol da Flórida, aliviou os ingleses dos perigos que há muito os preocupavam. A Inglaterra sentiu-se justificada ao pedir à América para auxiliar a pagar a enorme dívida — 140 milhões de libras — que a Grã-Bretanha gastara na Guerra dos Sete Anos. Os colonos responderam que haviam fornecido vinte mil homens para aquela guerra, tendo contraído também uma dívida de 2.500.000 libras.

De qualquer modo, a Inglaterra resolveu taxar as colônias. Em março de 1765, Grenville propôs ao Parlamento que todos os documentos legais das colônias, contas, diplomas, cartas de jogar, títulos, escrituras, hipotecas, apólices de seguros e jornais deveriam receber um carimbo pelo qual seria paga uma taxa ao governo britânico. Patrick Henry, na Virgínia, e Samuel Adams, em Massachusetts, aconselharam a rejeição daquele imposto alegando que, por tradição — Magna Carta, a Grande Rebelião contra Carlos I, a “Carta dos Direitos” — os ingleses somente poderiam ser tributados mediante consentimento deles próprios, ou de seus representantes devidamente autorizados. Como, por conseguinte, podiam as colônias inglesas ser taxadas por um Parlamento no qual não tinham representação? Os ingleses responderam que dificuldades de viagens e comunicação tornavam a representação americana no Parlamento impraticável. Salientaram que milhões de ingleses em idade adulta haviam, durante séculos, lealmente aceito taxaço pelo Parlamento, embora não tivessem votado para elegê-lo. Sentiam o que os americanos deveriam sentir que eram virtualmente representados no Parlamento, porque os seus membros consideravam-se representantes de todo o Império Britânico.

Os colonos não se convenceram. Uma vez que o Parlamento detivera a faculdade de tributar como o sustentáculo do controle exercido sobre o rei, da mesma forma as colônias defendiam seu direito exclusivo de taxar a eles próprios como única alternativa de financiar a opressão exercida por homens que eles nunca tinham visto e que nunca haviam tocado o solo americano. Os advogados se furtavam à exigência de empregar documentos com o carimbo e alguns jornais apunham uma caveira no lugar em que deveria figurar o carimbo. Os americanos principiaram a boicotar os produtos britânicos. Comerciantes cancelavam os pedidos dos produtos ingleses, outros recusavam pagamento de suas dívidas à Inglaterra, até que a Lei do Carimbo fosse repelida.<sup>102</sup> As donzelas das colônias juravam não aceitar pretendentes que não repelissem

a Lei do Carimbo.<sup>103</sup> O ressentimento chegou ao ponto de provocar conflitos em várias cidades. Em Nova York, o governador (nomeado pelo rei) foi simbolicamente enforcado. Em Boston, a casa do governador de província, Thomas Hutchinson, foi queimada. Os distribuidores dos selos foram forçados a se demitir de seus cargos, ante a ameaça de enforcamento. Sensíveis ao boicote, os comerciantes ingleses solicitaram anulação da lei. Petições foram enviadas ao governo procedentes de Londres, Liverpool, Bristol e outras cidades, declarando que se a lei não fosse extinta, muitos industriais ficariam falidos, e que milhares de operários já tinham sido demitidos em virtude da falta de encomendas da América. Talvez fosse em reconhecimento a tais apelos que Pitt, após longa enfermidade, fez um retorno dramático ao Parlamento, declarando (14 de janeiro de 1766): "Sou de opinião que este reinado não tem o direito de impor uma tributação às colônias." Ridicularizou a "idéia de que as colônias são *virtualmente* representadas nesta Casa". Ao ser aparteado por George Grenville, quando este implicitamente lhe disse que ele fomentava a rebelião, Pitt respondeu desafiadoramente: "Regozijo-me de que a América tenha resistido."<sup>104</sup>

Em 18 de março, Lorde Rockingham convenceu o Parlamento a repelir a taxa do selo. A fim de acalmar "os Amigos do Rei", acrescentou ao repúdio daquela lei uma "lei declaratória", reafirmando a autoridade do rei, com a aquiescência do Parlamento, para fazer leis que vinculassem as colônias e a autoridade do referido Parlamento para tributar aquelas colônias britânicas. Os americanos aceitaram o repúdio à lei e ignoravam a lei declaratória. Então, a reconciliação parecia possível. Mas, em julho, o ministério Rockingham caiu, e no ministério Grafton, que a este se seguiu, o chanceler do Erário, Charles Townshed, reiterou a tentativa de fazer as colônias pagarem as forças administrativas e militares necessárias para protegê-las contra desordens internas ou ataques externos. Em 13 de maio de 1767, propôs que novos tributos incidissem sobre vidro, chumbo, papel e chá importados da América. A receita desses impostos seria utilizada pelo rei para pagar os vencimentos dos governadores e juízes por ele nomeados para a América. Qualquer excedente dessas receitas se destinaria à manutenção das tropas inglesas lá. O Parlamento aprovou. Townshend morreu poucos meses depois.

Os americanos resistiram às novas tarifas como uma tributação camuflada. Havia mantido as tropas reais e os governadores sob controle, fazendo-os amplamente dependentes, para sua manutenção, dos fundos votados pelas assembleias coloniais. Entregar esse poder das finanças ao rei seria ceder a direção do governo americano à autoridade real. As assembleias se uniam para uma renovação do boicote aos artigos ingleses. A arrecadação dos novos impostos foi violentamente rechaçada. Lorde North procurou uma solução intermediária, ao cancelar todos os impostos propostos por Townshend, com exceção do direito de três penies por 450g de chá. As colônias relaxaram o boicote, porém resolveram só beber o chá contrabandeado. Quando três navios da Companhia das Índias Orientais tentaram desembarcar 298 caixas de chá em Boston, meia centena de furiosos colonos, disfarçados em índios mohawks, entraram nos navios, subjugaram os tripulantes e despejaram a carga no mar (16 de dezembro de 1773). Distúrbios em outros portos americanos frustraram novas tentativas de desembarcar o chá.

O resto da história pertence em sua maior parte à América, porém a parte desem-

penhada por estadistas ingleses, oradores, escritores e a opinião pública constitui elemento vital na história da Inglaterra. Da mesma forma que, na América uma grande e ativa minoria insistia na lealdade à mãe-pátria e ao seu governo, também na Inglaterra, enquanto o público em geral apoiava as medidas marciais do ministério de Lorde North, uma minoria, representada no Parlamento por Chatham, Burke, Fox, Horace Walpole, lutava pela paz em termos favoráveis à América. Muitos viam nessa divisão da opinião inglesa a revivescência da oposição entre Realistas e Parlamentaristas, em 1642. A Igreja Anglicana apoiou amplamente a guerra contra as colônias, e da mesma forma os metodistas, que seguiam Wesley. Entretanto, muitos outros Dissidentes lastimavam o conflito, pois lembravam-se de que a maioria dos colonizadores provinha de grupos dissidentes. Gibbon concordava com Johnson na condenação das colônias, mas David Hume, às portas da morte, alertou a Grã-Bretanha que a tentativa de coagir a América levaria ao desastre.<sup>105</sup> Os interesses dos negócios mudou de direção para apoiar o rei, porque as encomendas relativas à guerra traziam-lhes lucros. A guerra, Burke lastimava-se, "é realmente um substituto do comércio.(...) Grandes encomendas de provisões de toda espécie(...) Levantam os ânimos do mundo mercantil, induzindo-os a considerar a guerra americana não tanto a sua calamidade como a sua riqueza".<sup>106</sup>

Os liberais temiam que a guerra fortaleceria os *tories* contra os *whigs*, e o rei contra o Parlamento. Um liberal, o Duque de Richmond, pensou em mudar-se para a França a fim de fugir do despotismo real.<sup>107</sup> Jorge III justificou tais temores. Tomou a si todos os encargos da guerra, até mesmo de seus detalhes militares. Lorde North e outros ministros, muitas vezes contra suas opiniões pessoais, cumpriam as ordens do rei. Jorge III sentia que se os americanos vencessem, a Inglaterra teria de enfrentar a revolta nas demais colônias, ficando finalmente restrita à sua ilha. O Conde de Chatham, entretanto, alertou o Parlamento de que a forçosa supressão da América seria a vitória dos princípios de Carlos I e Jaime II. Em 20 de novembro de 1777, quando os exércitos britânicos haviam sofrido muitas derrotas na América, e a França estava enviando subsídios às colônias, Chatham, chegando à Câmara dos Lordes como se estivesse vindo do túmulo, e ouvindo com crescente impaciência o "discurso ministerial do trono", levantou-se para proferir um dos maiores discursos dos anais da eloquência britânica. Estão aqui unidos a história e a literatura:

Levanto-me, senhores, para tornar públicos meus sentimentos sobre essa questão gravíssima e séria.(...) Não posso concordar com um discurso cego e servil que aprova, esforçando-se para consagrar as monstruosas medidas que nos cumularam de ignomínia e infelicidade — que trouxeram destruição às nossas portas. Estamos vivendo, meus senhores, um tremendo e perigoso momento! Não é tempo para adulações. A doçura da lisonja de nada serve agora... É necessário agora esclarecer o trono na linguagem da verdade.(...) Este, meus senhores, o nosso dever, é a própria função desta nobre assembléia, que repousa sobre nossas honrarias nesta Casa, o conselho hereditário da Coroa. E, quem é o ministro — onde está o ministro? — que ousou sugerir o contrário ao trono, esta linguagem inconstitucional hoje aqui proferida? A usual linguagem do trono tem sido a de pedir conselhos ao Parlamento.(...) Mas neste dia, e nesta conjuntura extrema e difícil, nenhuma confiança foi depositada em nossos conselhos constitucionais, nenhum conselho solicitado da atenção sóbria

e esclarecida do Parlamento, porque a Coroa declara, por ela própria, uma determinação inabalável para prosseguir nas medidas que nos foram forçadas e impostas(...) as quais reduziram este Império, outrora florescente, à ruína e ao desprezo. "Se não fosse por ontem, a Inglaterra poderia ter enfrentado o mundo todo. Hoje, não há ninguém demasiado pobre para reverenciá-la."(...)

*Meus senhores, não podeis conquistar a América.*(...) Podeis aumentar todas as despesas e todos os esforços ainda mais exageradamente, amontoar e acumular todo o auxílio que puderdes comprar ou tomar emprestado, negociar e barganhar com todos os pequenos e insignificantes príncipes alemães, que vendem e enviam seus súditos para a carnificina.(...) Vossos esforços serão para sempre vãos e impotentes — e assim serão duplamente, em virtude desse auxílio mercenário no qual confiais, porque irritam os espíritos de vossos inimigos ao ponto de um ressentimento incurável.(...) Se eu fosse americano, como sou inglês, jamais descansaria minhas armas... nunca... nunca!<sup>108</sup>

Burke usou todos os seus recursos de persuasão para dissuadir o Parlamento e os ministros de recorrerem à força contra a América. De 1774 a 1780, foi o representante da cidade de Bristol no Parlamento, cujos comerciantes, a princípio, opunham-se a uma guerra contra a América.<sup>109</sup> Era também, naquele tempo, agente assalariado do estado de Nova York.<sup>110</sup> Não negava ao Parlamento, como fazia Chatham, o direito de tributar as colônias, e não apoiava o apelo dos colonizadores para as teorias abstratas de "direito natural". Levou a questão para onde os homens sagazes e práticos pudessem compreendê-lo: havia alguma vantagem de ordem prática em tributar a América? No seu discurso sobre a tributação americana (19 de abril de 1774) condenava não só as leis Townshend, mas o tributo de três penies sobre o chá. Advertiu que se aos impostos fossem acrescentadas restrições industriais e comerciais, já incidentes na América, os colonizadores persistiriam numa revolta que aniquilaria o nascente Império Britânico e embaçaria o prestígio do Parlamento.

Derrotado nesse ponto, reiterou, em 22 de março de 1775, o apelo para a reconciliação. Salientou que o comércio com a América crescera dez vezes entre 1704 e 1772<sup>111</sup> e perguntou se seria sensato desbaratar, talvez sacrificar, tal comércio com uma guerra. Temia que uma guerra com as colônias deixasse a Inglaterra vulnerável a um ataque pelo inimigo estrangeiro. Isso aconteceu em 1778. Concordava que a representação americana no Parlamento tornara-se impraticável pelo mar. *Opposuit natura*. Pediu apenas que a Inglaterra não confiasse unicamente na tributação, mas nas concessões voluntárias das assembleias coloniais. Tais concessões bem que poderiam exceder aos lucros da tributação direta depois que os custos da arrecadação compulsória fossem deduzidos.<sup>112</sup>

Sua moção nesse sentido foi rejeitada por 270 contra 78, contudo ele teve o consolo de conquistar para a sua causa a eloquência e a habilidade de Charles James Fox. Assim principiou uma amizade cimentada pela Revolução Americana e rompida pela Revolução Francesa. Gibbon considerou o discurso de Fox, em 31 de outubro de 1776, o mais primoroso que já ouvira, e Horace declarou-o "uma de suas [de Fox] mais finas e animadas orações".<sup>113</sup> Walpole colocou-se do lado da conciliação. Deplorou o colapso das qualidades diplomáticas da Grã-Bretanha sob Lorde North, e em 11 de setembro de 1775, escreveu a Horace Mann:

O Parlamento reúne-se a 20 do mês que vem a fim de votar 26 mil marinheiros. Que parágrafo de sangue temos aqui! Com que tormentos deve-se preservar a liberdade na América! Na Inglaterra, o que a pode salvar? Oh, insensata, insensata Inglaterra! Que loucura, jogar fora seus tesouros, devastar seu império da riqueza e sacrificar sua liberdade, para que seu príncipe possa ser o arbitrário senhor de ilimitados desertos na América, e de uma ilha empobrecida, despovoada, e, portanto, insignificante na Europa!<sup>114</sup>

Não foram os discursos fervorosos de Chatham, Burke e Fox, e sim as vitórias e diplomacias das colônias que persuadiram o povo inglês, e em seguida seu governo, a pensar em paz. A capitulação de Burgoyne em Saratoga (17 de outubro de 1777) foi o ponto decisivo. Pela primeira vez, a Inglaterra deu valor à advertência de Chatham: "Vocês não podem conquistar a América." Quando a França reconheceu os "Estados Unidos da América" e aderiu à guerra contra a Inglaterra (6 de fevereiro de 1778), o julgamento dos estadistas franceses confirmou o de Chatham, e aos encargos suportados pela Grã-Bretanha, foram acrescentados os da força das armas da França, assim como a de sua marinha reconstituída. O próprio Lorde North desalentou-se, pedindo ao rei licença para demitir-se. O rei, cobrindo-o de dádivas, pediu-lhe que ficasse.

Na opinião de ingleses ilustres, somente um governo tendo à frente o Conde de Chatham podia reconquistar as colônias que se aliaram à França, fazendo-as retornar à Inglaterra. Entretanto, Jorge III não queria saber disso. "Declaro solenemente", disse a Lorde North, "que nada poderá fazer-me tratar pessoalmente com Lorde Chatham."<sup>115</sup> O conde foi à Câmara dos Lordes pela última vez em 7 de abril de 1778, amparando-se em muletas e em seu filho William, o rosto lívido com a proximidade da morte, a voz tão fraca que quase não era ouvida. Mais uma vez aconselhou uma conciliação, porém foi "contra o desmembramento desta antiga e nobilíssima monarquia" por uma concessão de independência à América.<sup>116</sup> O Duque de Richmond respondeu que somente por tal concessão poderia a América desfazer sua aliança com a França. Chatham tentou levantar-se e novamente falar, porém caiu num acesso apoplético. Morreu em 11 de abril de 1778. O Parlamento votou um enterro público, com túmulo e monumento na Abadia de Westminster. No consenso geral era o maior inglês de seu tempo.

Os acontecimentos apressaram-se a completar a catástrofe por ele prevista. Em junho de 1779, a Espanha juntou-se à França para uma guerra contra a Inglaterra. Organizou o assédio a Gibraltar, e enviou sua frota para participar do ataque contra os navios ingleses. Em agosto, uma flotilha conjunta, de sessenta navios franceses e espanhóis, entrou no Canal da Mancha. A Inglaterra preparava-se febrilmente para resistir à invasão. A doença incapacitou a frota inimiga, compelindo-a a se retirar em Brest. Em março de 1780, Rússia, Dinamarca e Suécia uniram-se numa "Declaração de Neutralidade Armada", destinada a resistir ao hábito da Inglaterra de tomar os navios neutros em busca de artigos dos inimigos. Logo, outros países neutros assinaram esta declaração. Os ingleses continuaram a procurar os navios holandeses, encontrando provas de um acordo secreto entre a cidade de Amsterdam e um negociador americano. A Inglaterra exigiu punição dos funcionários de Amsterdam. O governo holandês recusou. A Inglaterra declarou guerra (dezembro 1780). Então, quase todos os Estados

do Báltico e do Atlântico aliaram-se contra a Inglaterra, que há muito pouco tempo reinara nos mares.

O ânimo do Parlamento refletia a multiplicidade dos reveses. Crescia o ressentimento contra o rei que frustrara o desejo dos seus ministros de terminar a guerra. Em 6 de abril de 1780, John Dunning apresentara à Câmara dos Comuns uma moção declarando que “a influência da Coroa aumentou, está aumentando, e precisa diminuir”. Foi aprovada por 233 votos contra 215. Em 23 de janeiro 1781, o jovem Pitt tomou assento na Câmara. No segundo discurso proferido, denunciou a guerra com a América como “a mais malfadada, malvada, bárbara, cruel, antinatural, injusta, e diabólica”.<sup>117</sup> Fox, alegremente, aclamou Pitt nas fileiras da oposição, não prevendo que aquele jovem, dentro em breve, seria seu mais forte inimigo.

Em 19 de outubro de 1781, Lorde Cornwallis rendeu-se a Washington, em Yorktown. “Oh, meu Deus, tudo está perdido!”, exclamou Lorde North, porém o rei insistiu para a guerra continuar. Em fevereiro e março de 1782, chegou a notícia de que Minorca havia sido tomada pelos espanhóis, e muitas ilhas das Índias Ocidentais pelos franceses. Comícios públicos por toda a Inglaterra clamavam pela paz. A maioria de North na Câmara dos Comuns caiu de vinte e dois para dezenove, e depois para um — em uma moção “de que a Câmara não mais poderia depositar confianças nos atuais ministros” (15 de março de 1782). O fato estabeleceu precedente histórico no sentido de uma ordem parlamentar forçar mudança de ministério. Em 18 de março, North escreveu uma carta a Jorge III dizendo que tanto a política real no tocante à América, como a tentativa para estabelecer a supremacia do rei sobre o Parlamento haviam falhado.

Vossa Majestade está bem informada de que, neste país, o príncipe reinante não pode, com prudência, opor-se à deliberação da Câmara dos Comuns.(...) O Parlamento expressou seus sentimentos, e estes, justos ou errôneos, devem prevalecer em última instância. Vossa Majestade não perderá a honra se ceder.<sup>118</sup>

Em 20 de março de 1782, após doze anos de paciente serviço e submissão, Lorde North renunciou. Jorge III, com o ânimo abatido, escreveu uma carta abdicando, porém não a enviou. Aceitou um ministério de liberais triunfantes: Rockingham, o Conde de Shelburne, Charles James Fox, Burke e Sheridan. Quando Rockingham morreu (1º de julho), Shelburne sucedeu-o na qualidade de primeiro lorde do Tesouro. Fox, Burke e Sheridan, que não gostava de Shelburne, renunciaram. Shelburne partiu, tendo em vista arranjar um tratado de paz (Paris, 30 de novembro de 1782; Paris e Versalhes, 20 de janeiro e 3 de setembro de 1783) que entregava Minorca e a Flórida à Espanha e o Senegal à França, reconhecendo não apenas a independência das colônias americanas como o direito a todo o território entre os Apalaches, a Flórida, o Mississippi e os Grandes Lagos.

O povo inglês estava ansioso pela paz, porém ressentiu-se da cessão de tantas terras às colônias. As críticas a Shelburne chegaram a tal extremo que ele renunciou (24 de fevereiro de 1783). Como os desentendimentos entre Shelburne e Fox haviam dividido os *whigs* liberais em facções que não eram bastante fortes para controlar o Parlamento, Fox concordou em formar um ministério de coalizão com o seu velho inimigo,

Lorde North. Mais uma vez, Burke tornou-se pagador das forças. Sheridan, sempre endividado, foi designado secretário do Tesouro. Tanto Fox como Burke, já há algum tempo, estudavam o comportamento dos ingleses na Índia, e aquele país passou a substituir a América como o problema mais urgente da política britânica.

## VI. INGLATERRA E ÍNDIA

A Companhia Britânica das Índias Orientais havia sido reorganizada em 1709 como "United Company of Merchants of England trading to the Indies". A carta-régia do governo britânico autorizava-a ao monopólio do comércio inglês com a Índia. Era administrada por um presidente e 24 diretores eleitos anualmente por uma "Diretoria de Proprietários", na qual todos os acionistas com quinhentos ou mais libras em ações tinham direito a voto. Na Índia, a companhia tornou-se uma organização tanto comercial como militar, combatendo os holandeses, franceses e os exércitos nativos por pedaços do império mogol, que se desmoronava. Foi em uma dessas guerras que Siraj-ud-daula, o nababo (vice-rei) de Bengala, conquistou Calcutá da Companhia, prendendo 146 europeus no "Buraco Escuro de Calcutá" — um pavimento de 6 X 4m, com apenas duas pequenas janelas. Durante a noite, morreram 123 prisioneiros, (20-21 de junho de 1756) de calor ou asfixia.

Robert Clive, governador do Forte São Davi, dirigiu um pequeno contingente a fim de recapturar Calcutá para a companhia. Aderiu ao conluio de Mir Jafar, um nobre da corte de Siraj-ud-daula, para derrubar o vice-rei. Com novecentos europeus e 2.300 soldados nativos, derrotou cinquenta mil homens em Plassey (23 de junho de 1757); Siraj-ud-daula foi condenado à morte, e Mir Jafar tomou o seu lugar na qualidade de nababo de Bengala. Clive entrou na capital, Murshidabab, como um conquistador. Parecia-lhe semelhante a Londres em tamanho e talvez superior em riqueza. No tesouro do nababo viu incrível quantidade de rupias, jóias, ouro, prata e outras riquezas. Solicitado a dizer qual seria sua recompensa por ter colocado Mir Jafar no trono, pediu 160 mil libras para ele, quinhentos mil para seu exército e marinha, 24 mil para cada um dos membros do conselho administrativo da companhia, e um milhão de libras de indenização pelos danos sofridos pela propriedade da companhia em Calcutá. Foi a essa ocasião que Clive se referiu quando contou na Câmara dos Comuns ter-se admirado da sua própria moderação.<sup>119</sup> Recebeu um total de duzentas mil libras como presente de Mir Jafar,<sup>120</sup> sendo reconhecido como governador britânico em Bengala. Por ter pago um aluguel anual de 27 mil libras a Mir Jafar, a Companhia foi reconhecida como proprietário supremo de 1.300 quilômetros ao redor de Calcutá. Em 1759, em retribuição ao auxílio prestado na supressão de um levante, Mir Jafar concordou em remeter anualmente a Clive o aluguel pago pela Companhia.

Livre de qualquer competição, a Companhia explorou com muito pouca clemência os nativos sujeitos a seus regulamentos. Armada superiormente, fez os dirigentes hindus pagarem caro pela proteção britânica. Longe da supervisão do governo inglês, e imunes aos Dez Mandamentos, a leste de Suez seus funcionários graduados obtiveram vultosos lucros no comércio, voltando à Inglaterra como ricos capazes de com-



prar, sem graves danos para o seu capital, burgos eleitorais ou um membro do Parlamento.

Clive voltou para a Inglaterra em 1760, com 35 anos, esperando gozar fama e dinheiro. Comprou burgos suficientes para controlar um partido nos Comuns, sendo ele mesmo eleito por Shrewsbury. Alguns diretores da Companhia das Índias Orientais, achando que ele havia roubado além de seus anos, atacaram-no por ter usado documentos falsificados nas transações com Siraj-ud-daula e Mir Jafar, mas quando ouviram dizer em Londres que revoltas dos nativos, venalidade oficial e incompetência administrativa estavam pondo em perigo a posição da Companhia na Índia, mandaram Clive correndo de volta a Calcutá (1765) na qualidade de governador de Bengala. Uma vez lá, tentou cortar pela raiz a corrupção entre seus auxiliares, motim entre as tropas e repetidos levantes dos dirigentes nativos contra a Companhia. Em 12 de agosto de 1765, convenceu o indefeso Mogol Shah Alam a dar à Companhia amplo controle financeiro das províncias de Bengala, Behar e Orissa, com uma população de trinta milhões de almas e uma renda anual de quatro milhões de libras. Isto, e a vitória de Clive em Plassey, criaram o Império Britânico da Índia.

Com a saúde destruída por dois anos de luta, Clive voltou à Inglaterra em 1767. Renovaram-se os ataques contra ele pelos diretores da Companhia, os quais foram reforçados pelos funcionários cujas extorsões ele havia obstado. Notícias de uma grande fome na Índia, assim como ataques de nativos contra as fortificações da Companhia, contribuíram para causar um pânico em que ingleses ilustres sofreram grandes perdas. Em 1772, duas comissões parlamentares investigaram os negócios na Índia, revelando tais extorsões e crueldades que Horace Walpole exclamou: "Ultrapassamos os espanhóis no Peru! Matamos, destituímos, saqueamos, usurpamos. E mais ainda: o que pensam da fome em Bengala, em que três milhões morreram, fome essa causada por um monopólio de provisões pelos empregados da Companhia das Índias Orientais?"<sup>121</sup> Em 1773, uma das comissões de inquérito convocou Clive a prestar contas perante a Câmara dos Comuns dos seus métodos e ganhos na Índia. Clive admitiu quase todos os fatos, defendeu-os como permitidos em vista dos costumes locais e necessidades da situação, acrescentando que, quando os membros viessem julgar sua honra, não se esquecessem das suas próprias. A Câmara votou por 155 contra 95 que ele havia recebido 234 mil libras durante sua primeira administração de Bengala, mas que, "ao mesmo tempo ele havia prestado grandes e louváveis serviços a este país".<sup>122</sup> Um ano depois, com 49 anos, Clive matou-se (22 de novembro de 1774).

Em 1773, Lorde North fez passar uma lei reguladora que previa o adiantamento de um empréstimo de 1.400.000 libras à Companhia, a fim de salvá-la (assim como seus acionistas parlamentares) da bancarrota, tornando todo o território administrado pela Companhia na Índia sob a presidência de Bengala, que por sua vez ficaria sob a responsabilidade do governo britânico. Warren Hastings foi nomeado governador de Bengala.

Ele galgou tal posição vindo de origem modesta. Sua mãe morreu ao dar à luz, e o pai partiu para as Índias Ocidentais à procura de aventura, lá morrendo. Foi mandado por um tio para a Westminster School, mas em 1749 esse tio morreu e Warren, com dezessete anos, embarcou para a Índia, em busca de boa sorte. Alistou-se como voluntário sob o comando de Clive, participou da recaptura de Calcutá, demonstrou

diligência e eficiência administrativas, sendo designado para o conselho administrativo dos negócios da companhia em Bengala. Em 1764, voltou à Inglaterra. Quatro anos depois, os diretores persuadiram-no a entrar para o Conselho de Madrastra. No caminho, encontrou-se com o Barão Imhof e sua mulher, que se tornou amante de Hastings e mais tarde sua esposa. Saiu-se bem em Madrastra e, em 1774, principiou uma turbulenta administração como governador de Bengala.

Trabalhava com afinco, contudo seus métodos eram ditatoriais, e algumas de suas medidas forneceram material para os ataques que recebeu de Sir Philip Francis, no Conselho de Bengala, e mais tarde de Burke, no Parlamento. Quando as tribos maratha restabeleceram o Xá Alam no trono mogol, em Delhi, e ganharam dele aqueles distritos de Kora e Allahabad que Clive lhe havia atribuído, Hastings os vendeu ao nababo de Oudh por cinquenta lacs de rupias (\$20.000.000?), designando tropas da Companhia para auxiliar os nababos a recuperarem a região. Permitiu que os nababos se valessem das tropas da Companhia para a invasão e a tomada do território de Rohilkhand, cujo chefe (segundo os nababos) lhes devia dinheiro. A Companhia recebeu grandes somas por esses soldados. A ação de Hastings violava nitidamente as ordens que recebera dos diretores.<sup>123</sup> Contudo, esses diretores avaliavam o valor de um governador pelo dinheiro que ele mandava para a Inglaterra.

Um funcionário indiano, Nuncomar, acusou Hastings de aceitar suborno. Francis e outros conselheiros deram crédito à acusação, alegando “não existir nenhuma espécie de peculato que o ilustre governador julgasse razoável abster-se”.<sup>124</sup> Nuncomar foi preso sob a acusação de calúnia, sendo condenado à morte (1775). Suspeitou-se que Hastings houvesse influenciado o juiz do tribunal, Sir Elijah Impey (anteriormente seu colega em Winchester) a decretar uma pena excepcionalmente severa. Em 1780 Hastings promoveu Impey a um outro cargo com vencimentos de 6.500 libras anuais. Desentendimentos mútuos entre Hastings e Francis terminaram em duelo no qual este último saiu seriamente ferido.

O marajá de Mysore, Haidar Ali, achou que as desavenças entre Hastings e seu conselho ofereciam uma oportunidade para expulsar a Companhia da Índia. Apoiado pelos franceses, atacou as fortificações da Companhia, obtendo algumas alarmantes vitórias (1780). Hastings mandou tropas e dinheiro de Bengala para enfrentá-lo. Haidar Ali morreu (1782), mas seu filho, Tipu Sahib, continuou a guerra até sua derrota final em 1792. Talvez fosse para financiar essas campanhas que Hastings recorreu aos esquemas de levantar dinheiro que levaram ao seu impedimento.

Exigiu de Chait Singh, rajá de Benares, um subsídio adicional à renda que esse distrito pagava anualmente à Companhia. O rajá alegou não ter disponibilidades para anuir. Hastings conduziu um pequeno contingente para Benares (1781), depôs Chait Singh e extorquiu o dobro da renda do sucessor de Chait. — O nababo de Oudh, negligente em seus pagamentos à Companhia, explicou que podia fazê-los se ela o auxiliasse a obrigar sua mãe e sua avó, as begumes (princesas) de Oudh, a liberar-lhe uma parte dos dois milhões de libras que lhes foram deixadas pelo pai do nababo. Sua mãe já lhe havia concedido uma vultosa soma mediante a promessa de que não pediria mais. A Companhia, sob protesto de Hastings, fez idêntica promessa. Hastings aconselhou o nababo a ignorar a promessa. Enviou tropas da companhia a Fyzabad. Por meio de tortura e quase inanição, forçaram os eunucos, criados das princesas,

a entregar os tesouros (1781), com os quais o nababo pagou suas dívidas à Companhia.<sup>125</sup>

Nesse meio tempo, Sir Philip Francis, tendo-se recuperado de seus ferimentos, voltou à Inglaterra (1781) e expôs aos diretores e a seus amigos do Parlamento o que ele considerava os crimes de Hastings. Em 1782, a Câmara dos Comuns censurou Hastings e outros funcionários da Companhia de “terem, em vários exemplos, agido de forma repugnante à honra e à política da nação”, ordenando aos diretores para fazê-los voltar. Os diretores fizeram expedir tal ordem, porém a Assembléia dos Proprietários regovou-a, provavelmente porque a revolta de Mysore continuava.

Em novembro de 1783, Charles James Fox, na qualidade de secretário dos negócios exteriores no ministério de coalizão, apresentou ao Parlamento um “Projeto de Reforma da Índia” que colocaria a Companhia das Índias Orientais “sob o controle de delegados nomeados pelo ministério. Os críticos queixaram-se que esse projeto de lei iria dar aos *whigs* Fox-Burke um manancial de proteção. O referido projeto passou nos Comuns, mas o rei mandou dizer aos lordes que consideraria uma afronta pessoal a votação de tal medida, fosse lá por quem fosse. Votaram contra, 95 a 76. Alegando que o ministério de coalizão perdera a confiança do Parlamento, o rei dissolveu-o (18 de dezembro de 1783), convidando William Pitt, de 24 anos, para formar um outro. Pensando poder ganhar uma eleição nacional, Jorge III dissolveu o Parlamento (23 de março de 1784), ordenando a seus agentes que difundissem seus reais desejos e dádivas entre o eleitorado para garantir a volta de uma maioria conservadora. O Parlamento que se reuniu em 18 de maio era esmagadoramente pró Pitt e o rei.

Pitt era mestre em administração política e capacidade de direção. Sua meticulosa devoção a suas tarefas, minucioso conhecimento dos negócios, o hábito de reflexão cuidadosa e julgamento cauteloso davam-lhe uma superioridade reconhecida por quase todos seus colegas de ministério. Então, pela primeira vez desde Robert Walpole (em relação a quem seu filho, em 1773, empregara o termo)<sup>126</sup> a Inglaterra tinha um “primeiro”-ministro, pois nenhuma ação importante foi tomada pelos colegas de Pitt sem o seu consentimento. Estabeleceu Pitt um verdadeiro “governo de gabinete” — a deliberação conjunta e união de responsabilidades dos principais ministros sob uma única liderança. Embora Pitt houvesse assumido o posto como devendo acatar a autoridade real, seu árduo trabalho e ampla informação foram pouco a pouco colocando-o numa posição em que ele mais guiava do que seguia o rei. Depois do segundo acesso de Jorge III (1788), foi Pitt quem governou a Inglaterra.

Seu especial relacionamento com os negócios e as finanças possibilitaram-no restaurar um tesouro perigosamente sobrecarregado por duas grandes guerras em uma geração. Pitt havia lido Adam Smith, ouvia comerciantes e industriais, reduziu os prazos das importações, negociou um tratado de redução das tarifas com a França (1786) e entusiasmou os industriais ao declarar que as manufaturas deviam, em geral, ser isentas de impostos. Ressarcia-se dessa medida ao tributar os artigos de consumo: fitas, gases, luvas, chapéus, velas, camas, sal, vinho, tijolos, telhas, papel, janelas. Muitas casas taparam algumas janelas para reduzir o imposto.<sup>127</sup> Em 1788, foi procedida a estimativa do orçamento, verificando-se que a Inglaterra escapara à bancarrota governamental que estava conduzindo a França à Revolução.

Antes da eleição, Pitt havia apresentado o seu “Primeiro Projeto de Lei da Índia”

que foi derrotado. Tornou, então a apresentar um segundo projeto: uma Junta Controladora, nomeada pelo rei, administraria as relações políticas da Companhia das Índias Orientais, enquanto que as relações comerciais e a clientela ficariam a cargo da Companhia, sujeitas ao veto real. Este projeto de lei foi aprovado (9 de agosto de 1784) regendo os negócios anglo-indianos até 1858.

Fox e Burke consideraram esse arranjo uma vergonhosa capitulação a uma companhia notória pela corrupção e crimes. Burke tinha especial razão para aborrecimento. Seu patrono, Lorde Verney, seu irmão Richard Burke e seu parente William Burke haviam investido na Companhia e sofrido grandes perdas com a flutuação das ações.<sup>128</sup> Quando William Burke foi para a Índia, Edmund recomendou-o a Sir Philip Francis como pessoa de quem ele muito gostava. William ocupou o cargo de pagador, demonstrando “ser tão corrupto quanto qualquer um”.<sup>129</sup> De volta à Inglaterra, Francis deu a Burke e a Fox sua versão da administração de Hastings. Ele era a fonte do extraordinário conhecimento que Burke tinha dos negócios da Índia. Os ataques a Hastings pelos liberais *whigs* talvez fossem motivados, em parte, pelo desejo de desacreditar e derrubar o ministério de Pitt.<sup>130</sup>

Em janeiro, 1785, Hastings demitiu-se, voltando à Inglaterra. Esperava que seus longos anos de administração, a recuperação da Companhia para uma situação de solvência, assim como o salvamento das forças inglesas em Madrastra e Bombaim seriam recompensados com uma pensão, se não com um título de nobreza. Na primavera de 1786, Burke solicitou à Câmara dos Comuns os registros da direção de Hastings na Índia. Alguns foram recusados, outros lhe foram entregues pelos ministros. Em abril, ele apresentou à Câmara uma conta de despesas contra o ex-governador de Bengala. Hastings leu perante a Câmara uma resposta minuciosa. Em junho, Burke fez acusações relacionadas com a guerra de Rohilkhand, pedindo o impedimento de Hastings. A Câmara recusou-se a processar. Em 13 de junho, Fox contou a história de Chait Singh, pedindo o impedimento. Para grande surpresa do ministério, Pitt votou com Fox e Burke. Muitos do seu partido seguiram o exemplo, o que pode ter sido para dissociar o ministério da sorte de Hastings. A moção para o impedimento passou por 119 a 79.

A prorrogação do Parlamento e a urgência de outros assuntos interromperam o drama, porém ele prosseguiu tumultuosamente em 7 de fevereiro de 1787, quando Sheridan fez um discurso que Fox, Burke e Pitt consideraram o melhor jamais proferido na Câmara dos Comuns.<sup>131</sup> (Ofereceram a Sheridan mil libras por uma correta cópia do referido discurso. Ele nunca teve tempo de fazê-lo, e somente o conhecemos através de sínteses moderadas). Com toda a arte de um homem nascido para o teatro e o fervor de um espírito romântico, Sheridan recontou a espoliação das begumes de Oudh. Após falar por mais de cinco horas, pediu que Hastings fosse destituído. Mais uma vez Pitt votou a favor da acusação. A moção foi votada por 175 a 68. Em 8 de fevereiro, a Câmara nomeou uma comissão de vinte — com Burke, Fox e Sheridan encabeçando — para preparar os artigos de impedimento. Estes foram apresentados e, em 9 de maio, a Câmara ordenou que “Mr. Burke, em nome da Câmara dos Comuns, (...) fosse à Câmara dos Lordes a fim de proceder ao impedimento de Warren Hastings, *Esquire*(...) por grande crise e contravenções”. Hastings foi preso, e levado perante os pares do reino, porém solto, mediante fiança.

Depois de muito tempo, a 13 de fevereiro de 1788, o julgamento principiou em Westminster Hall. Os amantes da literatura lembrar-se-ão da brilhante descrição<sup>132</sup> daquela assembléia histórica. Os lordes sentados, ostentando seus arminhos e ouros como a alta corte da realeza. Perante eles Hastings, pálido e doente, com 53 anos, com 1,70m de altura e pesando 55kg. Os juizes com suas perucas que lhes desciam até as orelhas. A família do rei. Os membros da Câmara dos Comuns. As galerias apinhadas de embaixadores, princesas e duquesas. Mrs. Siddons, na sua majestosa beleza. Sir Joshua Reynolds entre tantos nobres que ele havia retratado. E, em um dos lados, a comissão então denominada "os administradores", pronta para apresentar o caso do impedimento. Funcionários procederam à leitura da acusação e da resposta de Hastings. Durante quatro dias, no discurso mais vibrante de sua carreira, Burke lançou sobre o acusado um número avassalador de acusações. Depois, em 15 de fevereiro, fez aquela histórica assembléia vibrar com a apaixonada exigência:

Impugno Warren Hastings, *Esquire*, por grandes crimes e contravenções.

Impugno-o em nome dos Comuns da Grã-Bretanha, (...) cuja confiança do Parlamento ele traiu. (...)

Impugno-o em nome do povo da Índia, cujas leis, direitos e liberdade ele subverteu, cujas propriedades destruiu, cujo país tornou ermo e desolado.

Impugno-o em nome, e pela virtude, das eternas leis de justiça que violou.

Impugno-o em nome da própria natureza humana, que ele cruelmente ultrajou, injuriou e oprimiu em ambos os sexos, em todas as idades, em toda categoria elevada, situação e condições de vida.<sup>133</sup>

Com centenas de interrupções o julgamento prosseguiu, à medida que Burke, Fox, Sheridan e outros, contavam a história da administração de Hastings. Quando se ficou sabendo que na manhã de 3 de junho Sheridan apresentaria prova relativa às begumes de Oudh, as ruas que davam para Westminster Hall ficaram repletas a partir de oito horas da manhã, com muitas pessoas, algumas de alta categoria, ansiosas para conseguir entrar. Os que haviam obtido cartões de ingresso venderam-nos por cinquenta guinéus (\$1.500?) cada. Sheridan compreendeu que esperavam que ele fizesse uma dramática representação. E ele a fez. Falou nas quatro audiências. Na do último dia (3 de junho de 1788), depois de ocupar a tribuna cinco horas consecutivas, caiu exausto nos braços de Burke, que o abraçou. Gibbon, que estava nas galerias, descreveu Sheridan como "um grande ator", observando como estava bem-disposto quando aquele historiador o visitou na manhã seguinte.<sup>134</sup>

Aquele discurso foi o clímax do referido julgamento. Cada um dos pontos da acusação necessitava ser investigado. Os lordes esperaram com paciência, e pode ser que tenham demorado a fim de deixar os efeitos da eloquência se dissiparem, e o interesse no caso desviar-se para outros acontecimentos. Estes vieram. Em outubro de 1788, o rei Jorge ficou louco e seriamente abatido pela tensão do julgamento e a má conduta do filho. Jorge Augusto Frederico, Príncipe de Gales, era gordo, de bom gênio, generoso, gastador e amoroso. Teve, sucessivamente, várias amantes, acumulando dívidas pagas pelo pai ou pela nação. Em 1785, casou-se secretamente com Mrs. Maria Anne Fitzherbert, uma devota católica romana, já viúva duas vezes e seis anos mais velha do que o príncipe. Os *whigs*, conduzidos por Fox, propuseram instituir uma

regência subordinada ao príncipe. Este não dormiu duas noites à espera que o rei fosse declarado incapaz. Jorge III tornou as coisas ainda mais complicadas ao ter momentos de lucidez, nos quais falava de Garrick e Johnson, cantava trechos de Handel e tocava flauta. Em março de 1789, restabeleceu-se, desfez-se da camisa-de-força e continuou a reinar normalmente.

A Revolução Francesa proporcionou outro desvio do julgamento. Burke abandonou a caça de Hastings e correu ao auxílio de Maria Antonieta. A imoderação de seus discursos pôs fim aos restos de sua popularidade. Queixavam-se que os membros do Parlamento escapuliam quando ele principiava a falar. A maioria da imprensa lhe era hostil. Ele alegou que vinte mil libras haviam sido gastas comprando os jornalistas para atacá-lo e defender Hastings. E não há dúvida que grande parte da fortuna de Hastings foi gasta assim.<sup>135</sup> Não deve ter sido surpresa para Burke quando finalmente, após oito anos do impedimento, a Câmara dos Lordes absolveu Hastings (1795). O sentimento geral era de que o veredicto fora justo. O acusado tinha sido culpado em muitos pontos, mas havia salvo a Índia para a Inglaterra, sendo punido por um julgamento que lhe quebrara a saúde e as esperanças, deixando-o com a reputação maculada e a fortuna arruinada.

Hastings sobreviveu a todos os seus acusadores. A Companhia das Índias Orientais salvou-o da insolvência, fazendo-lhe uma doação de noventa mil libras. Hastings adquiriu a propriedade ancestral de sua família em Daylesford, reformou-a e ali viveu num luxo oriental. Em 1813, com 81 anos, foi solicitado a testemunhar sobre negócios na Índia perante a Câmara dos Comuns. Foi recebido naquele recinto com aclamações e reverência, seus serviços comemorados, os pecados levados pelo tempo. Quatro anos depois faleceu, e de sua tumultuada geração apenas um ficou — o rei cego e imbecil.

## VII. INGLATERRA E A REVOLUÇÃO FRANCESA

Após quase exaurir-se na guerra contra a Companhia das Índias Orientais, Burke virou-se para a Revolução Francesa como sua inimiga pessoal, e, no decurso dessa nova campanha deu uma grande contribuição à filosofia política.

Previra a Revolução vinte anos antes dela ocorrer. “De tal forma debatem-se as finanças da França, em situação difícil e perturbadora, suas despesas ultrapassando de tal forma as receitas em todos os setores, que qualquer um que examine seus negócios com certo grau de atenção ou informação, não pode deixar de esperar a cada momento um extraordinário colapso de todo o sistema, cujos efeitos, na França e até mesmo em toda a Europa, são difíceis de conjecturar.”<sup>136</sup> Em 1773, foi à França. Em Versalhes, viu Maria Antonieta, então *dauphine*. Jamais se esqueceu daquela visão de juventude e beleza, felicidade e altivez. Teve impressão favorável da nobreza francesa, e ainda mais do clero francês. Escandalizou-se com a propaganda anticatólica, e às vezes, anti-religiosa, dos *philosophes*. De volta à Inglaterra, advertiu seus patrícios contra o ateísmo, “o golpe mais horrível e cruel que se possa dar na sociedade civil”.<sup>137</sup>

Quando do advento da Revolução, ficou alarmado pela aclamação que esta recebeu

de seu amigo Fox, que saudou a queda da Bastilha como “o maior evento jamais acontecido no mundo(...) e o melhor”.<sup>138</sup> Idéias radicais oriundas das campanhas de Wilkes e da Sociedade dos Defensores da Carta dos Direitos lentamente espalharam-se na Inglaterra. Em 1761, um escritor obscuro propôs o comunismo como cura para todos os males sociais, com exceção da superpopulação, a qual podia anular qualquer tentativa para minorar a pobreza.<sup>139</sup> Em 1788, formou-se uma Sociedade para Comemorar a Revolução (de 1688), tendo entre seus membros importantes clérigos e pares do reino. Em 4 de novembro de 1789, por ocasião de sua reunião, ficaram tão perturbados por um padre unitário, Richard Price, que mandaram uma mensagem de congratulações à Assembléia Nacional em Paris, expressando a esperança de que o “glorioso exemplo dado na França” pudesse “encorajar outras nações a estabelecer o direito inalienável da humanidade”.<sup>140</sup> A mensagem foi assinada pelo terceiro Conde Stanhope, presidente da sociedade e cunhado de William Pitt.

O sermão e a mensagem despertaram o temor e o rancor de Burke. Tinha, então, sessenta anos, alcançando o direito de ser conservador. Era religioso e proprietário de grande extensão de terras. A Revolução Francesa lhe parecia não só “o fato mais surpreendente até então ocorrido no mundo”,<sup>141</sup> como também a agressão mais ultrajante contra a religião, a propriedade, a ordem e a lei. Em 9 de fevereiro de 1790, declarou na Câmara dos Comuns que se algum de seus amigos tentasse introduzir na Inglaterra semelhante democracia, como a que estava se concretizando na França, ele renunciaria a essa amizade por mais duradoura e carinhosamente estimada que fosse. Fox acalmou o orador com o seu famoso elogio a Burke, declarando-o o seu melhor educador. O rompimento entre os dois foi adiado.

Em novembro de 1790, Burke publicou *Reflexões Sobre a Revolução na França* na forma de uma carta (365 páginas) a “um cavalheiro em Paris”. Chefe dos liberais durante a Revolução Americana, Burke era então o herói da Inglaterra conservadora. Jorge III expressou seu contentamento com o velho inimigo. O livro tornou-se a bíblia das cortes e aristocracias. Catarina a Grande, outrora amiga e querida dos *philosophes*, enviou congratulações ao homem que se propusera destroná-los.<sup>142</sup>

Burke começou com uma referência ao Dr. Price e à Sociedade para Comemorar a Revolução. Deplorou a entrada de eclesiásticos nas discussões políticas. Tinham por obrigação guiar as almas à caridade cristã, e não fazer reformas políticas. Não confiava no sufrágio universal pleiteado por Price. Achava que a maioria seria pior tirano do que o rei, e que a democracia degeneraria em domínio do populacho. A sabedoria não reside nos números, mas na experiência. A natureza nada sabe a respeito de igualdade. A igualdade política é uma “ficção monstruosa, que, inspirando idéias falsas e vãs expectativas nos homens destinados a percorrer os obscuros caminhos de uma vida laboriosa, serve apenas para agravar aquela desigualdade real que nada pode remover.”<sup>143</sup> A aristocracia é inevitável, e quanto mais velha for, melhor cumprirá sua função de silenciosamente instituir a ordem social sem a qual não poderá haver estabilidade, nem segurança, nem liberdade.<sup>144</sup> A monarquia hereditária é boa porque dá ao governo uma unidade e continuidade sem a qual as relações sociais e legais entre os cidadãos cairia numa torrente agitada e caótica. A religião é boa porque ajuda a agrilhoar esses impulsos anti-sociais que correm como um fogo subterrâneo sob a superfície da civilização, e que somente poderá ser controlada pela constante coopera-

ção do Estado e da Igreja, lei e credo, medo e reverência. Aqueles filósofos franceses que minaram a crença religiosa nas camadas educadas de seu povo estavam levianamente largando as rédeas que impediam os homens de se tornarem animais.

Burke revoltou-se com o triunfo da plebe em Versalhes sobre um “nobre e legítimo monarca”, tratando-o com “mais fúria, ultraje e insulto do que sobre qualquer um” que se levantasse “contra o mais ilegal usurpador e o tirano mais sanguinário”.<sup>145</sup> Entra aqui a página famosíssima, que fez vibrar nossa mocidade:

Faz agora dezesseis ou dezessete anos desde que vi a Rainha da França, naquela época a delfina, em Versalhes, e certamente jamais pisou neste globo, que ela apenas parecia tocar, uma visão mais deliciosa. Vi-a bem acima do horizonte, decorando e alegrando a esfera celeste em que principiou a mover-se — cintilante como a estrela da manhã, cheia de vida, esplendor e alegria. Oh, que revolução! E que coração devo eu ter para contemplar, sem emoção, essa elevação e essa queda! \* Mal podia eu sonhar, quando, ao lhe tributar títulos de veneração acrescidos aos de um amor entusiasta, distante e respeitador, que ela um dia fosse obrigada a levar escondido em seu seio aquele forte antídoto contra a desgraça. Mal podia eu sonhar que viveria para ver esses desastres recaírem sobre ela em uma nação de homens valerosos, em uma nação de homens honrados e cavalheiros. Pensei que mil espadas seriam logo retiradas de suas bainhas para vingar um olhar sequer que a ameaçasse insultuosamente. Mas a era do cavalheirismo foi-se. Sucedeu-a a dos sofistas, economistas e calculadores, e a glória da Europa extinguiu-se para sempre.<sup>146</sup>

Sir Philip Francis riu-se de tudo isso como um devaneio romântico, assegurando a Burke que a rainha da França era uma Messalina e uma mulher qualquer.<sup>147</sup> Assim pensaram muitos ingleses patriotas. Horace Walpole, todavia, afirmou que Burke havia descrito Maria Antonieta “exatamente como ela me apareceu, na primeira vez em que a vi quando delfina”.<sup>148</sup>

À medida que a Revolução prosseguia, Burke continuava os ataques com uma *Carta a um Membro da Assembléia Nacional* (janeiro de 1791), na qual sugeria que os governos da Europa deveriam unir-se para pôr fim à revolta, restabelecendo o rei da França ao seu poder tradicional. Fox alarmou-se com a proposta e, a 6 de maio, na Câmara dos Comuns, os amigos que haviam lutado lado a lado em tantas campanhas chegaram a uma dramática separação de seus caminhos. Fox reiterou seu elogio à Revolução. Burke levantou-se para protestar. “É inoportuno”, disse, “em qualquer ocasião, mas especialmente a esta altura da minha vida, provocar inimigos, ou dar aos amigos motivo para abandonar-me. No entanto, se minha firme e inabalável adesão à constituição inglesa coloca-me em tal dilema, estou pronto a correr o risco.” Fox assegurou-lhe que nenhuma separação de amizade estava envolvida nas suas divergências. “Sim, sim”, respondeu Burke, “há uma perda de amigos, sei o preço da minha conduta.(...) Nossa amizade está no fim.”<sup>149</sup> Nunca mais falou com Fox, exceto formalmente, na força da união dos dois durante o julgamento de Hastings.

Em seus escritos sobre a Revolução Francesa, Burke deu uma expressão clássica a uma filosofia conservadora. Seu princípio básico é não confiar no raciocínio de um indivíduo, mesmo brilhante, se ele entra em conflito com a tradição da raça. Assim

\* Isto é, a coação exercida pela turba sobre Luís XVI e Maria Antonieta em Versalhes, fazendo-os voltar com ela a Paris, para serem confinados nas Tulherias, sob a vigilância popular (5-6 de outubro de 1789).



como a criança não pode compreender as razões dos cuidados e proibições dos pais, da mesma forma o indivíduo, que é uma criança em comparação com a raça, não pode sempre compreender as razões dos costumes, convenções e leis que personificam a experiência de muitas gerações. A civilização seria impossível “se a prática de todos os deveres morais, assim como os alicerces da sociedade, se apoiassem em tornar suas razões claras e concludentes a cada indivíduo”.<sup>150</sup> Até os “preconceitos” possuem sua utilidade. Prejudicam problemas atuais com base nas experiências passadas.

De modo que o segundo elemento do conservadorismo é a “prescrição”: a tradição ou instituição deveria ser duplamente reverenciada e raramente alterada quando já *está escrita*, ou consubstanciada na ordem social ou estrutura governamental. A propriedade privada é um exemplo de prescrição e da aparente irracionalidade do bom-senso: parece absurdo que uma família tenha tanto e uma outra tão pouco, e ainda mais insensato que aquele que tem muito transmita sua propriedade a herdeiros que não levantaram uma palha para ganhá-la. No entanto, a experiência demonstrou que os homens, em geral, não se abalarão para trabalhar e estudar, ou em laboriosos e custosos preparativos, a menos que possam chamar os resultados de seus esforços sua legítima propriedade, a serem transmitidos, em grandes proporções, segundo seus desejos. E a experiência demonstrou que a posse de bens é a melhor garantia de uma prudente legislação e da continuidade do Estado.

Um Estado não é apenas a associação de pessoas em determinado espaço e momento. É uma associação de indivíduos através dos tempos. “A sociedade é na verdade um contrato(...) uma sociedade não apenas entre os vivos, mas entre estes e os que estão mortos, e aqueles que vão nascer”;<sup>151</sup> e essa continuidade é o nosso país. Nessa trindade conjunta a atual maioria poderá vir a ser uma minoria com o decorrer do tempo, e o legislador deve considerar os direitos do passado (através da “prescrição”) e do futuro assim como do presente. A política é, ou deveria ser, a arte de conciliar os objetivos das minorias conflitantes com o bem do grupo que está continuando. Além disso, não existem direitos absolutos, e sim abstrações metafísicas desconhecidas da natureza. Há apenas desejos, poderes e circunstâncias, e estas “circunstâncias dão a todo princípio político sua cor distintiva e efeito discriminatório”.<sup>152</sup> A conveniência é muitas vezes mais importante do que os direitos. “A política deve ser ajustada não ao raciocínio [abstrato] humano, mas à natureza do homem, da qual o raciocínio é apenas uma parte, e de maneira alguma a mais importante.”<sup>153</sup> “Devemos utilizar os materiais existentes.”<sup>154</sup>

Todas essas considerações são ilustradas pela religião. As doutrinas, mitos e cerimônias de uma religião podem não se adaptar ao nosso atual raciocínio individual, mas este fato será de menor importância no momento se forem compatíveis com as necessidades passadas, presentes e presumivelmente futuras da sociedade. A experiência demonstra que as paixões humanas só podem controlar-se pelos ensinamentos e observância da religião. “Se formos mostrar nossa nudez (dar vazão aos nossos instintos) afastando-nos da religião cristã que tem sido(...) um grande manancial de civilização entre nós,(...) tememos (conscientes de que o espírito não suportará um vazio) que uma superstição inculta, perniciosa e degradante tome o seu lugar.”<sup>155</sup>

Muitos ingleses rejeitaram o conservadorismo de Burke como um culto da estagnação,<sup>156</sup> tendo Thomas Paine lhe respondido energeticamente em *Os direitos do Homem*

(1791-92). Contudo, a Inglaterra da velhice de Burke em geral apoiava o seu culto do antepassado. Quando a Revolução Francesa passou aos Massacres de Setembro, à execução do rei e da rainha e ao Reinado do Terror, a grande maioria dos ingleses sentiu que Burke havia previsto muito bem os resultados da revolta e falta de religião, e durante um século completo a Inglaterra, embora eliminando seus burgos putrefatos e ampliando seu sufrágio, ateu-se resolutamente à sua constituição de rei, aristocracia, Igreja estabelecida e Parlamento pensando mais em termos de poderes reais do que dos direitos do povo. Após a Revolução, a França passou de Rousseau a Montesquieu, e Joseph de Maistre parafraseou Burke para os franceses arrependidos.

Burke insistiu até o fim em sua campanha em prol de uma guerra santa, regozijando-se quando a França declarou guerra à Grã-Bretanha (1793). Jorge III desejou recompensar seu velho inimigo pelos recentes serviços, agraciando-o com a posição de par do reino e, com ele, o título de Lorde Beaconsfield, com o qual, mais tarde, Disraeli foi contemplado. Burke recusou, porém aceitou a pensão de 2.500 libras (1794). Quando surgiram rumores de negociações com a França, ele publicou *Cartas sobre uma Paz Regicida* (1797), clamando apaixonadamente para que a guerra continuasse. Só a morte abrandou-lhe o ardor (8 de julho de 1797). Fox propôs que ele fosse enterrado na Abadia de Westminster, mas Burke havia deixado instruções no sentido de um funeral simples, desejando ser enterrado na igreja de Beaconsfield. Macaulay considerou-o o maior inglês depois de Milton — o que pode ter diminuído Chatham, e Lorde Morley, mais prudente, chamou-o “o maior mestre de critério civil em nosso idioma”<sup>157</sup> — o que pode ter desconsiderado Locke. De qualquer modo, Burke foi o que os conservadores ansiavam, em vão, durante toda a Idade da Razão — um homem que pudesse defender os costumes de maneira tão brilhante quanto a de Voltaire na defesa da razão.

#### VIII. OS HERÓIS SE RETIRAM

À medida que a Revolução Francesa avançava, Charles James Fox viu-se em minoria, a qual cada vez, mais diminuía no Parlamento e no país. Muitos de seus aliados foram conquistados para o ponto de vista de que a Inglaterra devia unir-se à Prússia e à Áustria na guerra contra a França. Depois da execução de Luís XVI, o próprio Fox posicionou-se contra a Revolução, opondo-se, entretanto, à entrada na guerra. Quando, apesar de tudo, a guerra veio, ele consolou-se com a bebida, com a leitura dos clássicos e casando-se (1795) com sua antiga amante (assim como a de Lorde Cavenish, Lorde Derby e Lorde Cholmondeley) Mrs. Elizabeth Armstead, que lhe pagou as dívidas.<sup>158</sup> Louvou a Paz de Amiens (1802), viajou pela França, foi aplaudido naquele país com honras civis e militares, sendo recebido por Napoleão como um patriota da civilização. Em 1806, serviu, na qualidade de secretário do Exterior, em um “Ministério de Todos os Talentos”. Trabalhou para manter a paz com a França, apoiando ativamente a campanha de Wilberforce contra o tráfico de escravos. Quando teve notícia de um complô para matar Napoleão, enviou ao imperador um aviso através de Talleyrand. Se a saúde de Fox não tivesse entrado em colapso, talvez pudesse ele encontrar meios de reconciliar a ambição de Bonaparte com a segurança da Inglaterra.

Mas, em julho de 1806, ficou incapacitado com um edema. Várias operações muito penosas não conseguiram deter o progresso do mal. Fez as pazes com a Igreja oficial e, em 13 de setembro, morreu, lamentado por amigos e inimigos e até pelo rei. Foi o homem mais querido de seu tempo.

Pitt, o Moço, prematuramente velho, precedeu-o nas criptas da abadia. Também este verificou que só podia suportar o ritmo da vida política por meio da ocasional amnésia da bebida. A sanidade mental de Jorge III era um constante problema. Qualquer conflito sério de pontos de vista entre o rei e o ministro poderia desequilibrar a cabeça coroada, trazendo a regência do Príncipe de Gales, que destituiria Pitt e chamaria Fox. De forma que Pitt abandonou os planos de reforma política retirando sua oposição ao tráfico de escravos, quando viu que nestes, como em muitos outros assuntos, Jorge III era irritável e resolvido a perpetuar o passado. Pitt concentrou o seu gênio sobre a legislação econômica, no que serviu à ascensão da classe média. Muito constrangido, conduziu a Inglaterra numa guerra contra o que ele chamava “uma nação de ateus”.<sup>159</sup> Não foi um bom ministro da guerra. Temendo a invasão da Irlanda pela França, tentou acalmar os irlandeses com um programa de união parlamentar e emancipação católica. O rei criou obstáculos e Pitt demitiu-se (1801). Voltou (1804) para chefiar o ministério. Napoleão revelou-se demais para ele, e quando chegou a notícia da vitória francesa em Austerlitz (2 de dezembro de 1805), que tornou Napoleão dono do Continente, Pitt entrou em colapso de corpo e alma. Ao ver um mapa da Europa, pediu a um amigo: “Enrole este mapa, durante dez anos não vai ser necessário.”<sup>160</sup> Morreu em 23 de janeiro de 1806, honradamente pobre, com apenas 46 anos.

A vida levou mais tempo para destruir Sheridan. Juntou-se a Burke e Fox na defesa da América e nos ataques a Hastings. Apoiou Fox no aplauso à Revolução Francesa. Nesse meio tempo, aquela esposa cujo encanto e disposição amável eram o tema favorito entre os amigos dele, e que havia posto sua beleza a serviço das eleições para auxiliá-lo a obter um lugar no Parlamento, morreu tuberculosa com 38 anos (1792). Sheridan entrou em colapso. “Eu o vi”, disse uma de suas relações, “chorando noite e dia como uma criança.”<sup>161</sup> Encontrou algum consolo na filha, mas ela morreu no mesmo ano. Durante aqueles meses de desgosto, considerou a tarefa da reconstrução do Teatro Drury Lane, que se tornara muito velho e fraco para inspirar segurança, e para financiar a reforma contraiu pesada dívida. Tinha-se habituado a uma vida de luxo, que sua renda não podia manter. Fez empréstimos para continuar naquele estilo de vida. Quando os credores chegaram, ele os tratou como lordes, entretendo com bebidas, amabilidades e graça; ao se retirarem, estavam tão satisfeitos que quase se esqueceram das dívidas. Permaneceu ativo no Parlamento até 1812, quando não conseguiu reeleger-se. Como Membro do Parlamento tinha imunidades e, portanto, não podia ser preso. Os credores fecharam o cerco em cima dele, carregando seus livros, quadros, jóias. Finalmente tentaram levá-lo para a prisão, mas seu médico avisou que Sheridan podia morrer no caminho. Ele sucumbiu no dia 7 de julho de 1816, com 65 anos. No seu enterro era novamente rico, pois sete lordes e um bispo o levaram para a abadia.

O rei semilouco sobreviveu a todos eles, e até mesmo à vitória da Inglaterra em Waterloo, embora ele não o soubesse. Por volta de 1783, reconheceu que havia falhado quando tentou fazer os ministros responsáveis por ele, em vez de se responsabilizarem pelo Parlamento. As demoradas lutas com a Câmara dos Comuns, com a América e com a França foram demais para ele e, em 1801, 1804 e 1810 recaiu na demência. Na velhice o povo principiou a reconhecer sua coragem e sinceridade, e a popularidade que lhe tinha sido negada nos dias de luta foi finalmente concedida, mesclada de piedade por um homem que vira a Inglaterra sofrer tantas derrotas e que estava impedido de presenciar sua vitória. A morte de sua filha favorita, Amelia (1810), completou seu divórcio da realidade. Em 1811, tornou-se louco incurável, assim como cego, permanecendo recluso e vigiado até a morte (29 de janeiro de 1820).

## O Povo Inglês

1756-89

### I. OS COSTUMES INGLESES

**T**UDO já foi dito sobre o governo. Falemos agora do povo.

Em primeiro lugar, olhemos a aparência. Sem dúvida, Reynolds idealizou-os, mostrando-nos, em sua maioria, os nobres e ricos, glorificando-lhes a corpulência com as roupagens e insígnias honoríficas. Mas, ouçamos a opinião de Goethe sobre os ingleses vistos em Weimar: "Que povo refinado e belo!" — e temia que aqueles confiantes jovens britânicos, trazendo o império em suas passadas, fizessem com que as moças alemãs se decepçõessem com seus compatriotas.<sup>1</sup> Eram muitos os que, dentre aqueles moços, conservavam suas silhuetas até mais tarde, porém vários deles, ao passarem dos recreios da escola para os prazeres da mesa, criavam barrigas e papadas, tinham as faces vermelhas como a mais viva das rosas, e lutavam no silêncio da noite com a gota que haviam alimentado nos seus dias joviais. Um pouco da robustez elisabena perdera-se nas folhas da Restauração. Em compensação, as mulheres inglesas eram mais belas do que nunca, pelo menos nos quadros: feições finas, cabelos ornados com flores e fitas, enigmas envoltos em sedas, poemas de majestosa graça.

A diferença de classes na indumentária estava desaparecendo, pois havia enorme quantidade de roupas de algodão, provenientes de uma multiplicidade de fábricas, porém nas ocasiões formais essa diferença fazia-se sentir. Lorde Derwentwater apresentou-se para ser executado num casaco escarlate e colete com galão de ouro.<sup>2</sup> As perucas estavam em declínio, chegando a desaparecer quando Pitt II tributou o pó-de-arroz que as desodorizava. Continuaram a ser usadas pelos médicos, juizes, advogados e Samuel Johnson. Os homens, em sua maioria, estavam satisfeitos com seus próprios cabelos, reunidos atrás do pescoço num rabicho amarrado com uma fita. Por volta de 1785, os homens estenderam seus calções até a barriga da perna. Em 1793, inspirados nos triunfantes *sans-culottes* franceses, deixaram-nos chegar ao tornozelo, assim nascendo o homem moderno. As mulheres ainda se espartilhavam até quase ficarem sufocadas, mas a saia-balão perdia a largura e estava ficando fora de moda. Os vestidos tomavam aquelas linhas harmoniosas que foram o encanto de nossa juventude.

A limpeza era tão rara quanto a divindade, porque a água constituía um luxo. Os

rios eram belos porém poluídos, e o Tâmsa um canal drenado.<sup>3</sup> As casas de Londres recebiam abastecimento de água três vezes por semana, por meio de um cano, ao custo de três xelins por quarto.<sup>4</sup> Algumas possuíam toaletes mecânicos, e umas poucas salas de banho com água corrente. A maior parte das latrinas (denominadas usualmente "Jericós") situavam-se fora da casa, construídas sobre buracos no chão, que faziam seu escoamento através do solo para uns poços dos quais retirava-se grande parte da água para beber.<sup>5</sup> Não obstante, havia melhoria na saúde pública, os hospitais multiplicavam-se e a mortalidade infantil decrescera de 74 óbitos para cem nascimentos, em 1749, e para 41 em 1809.<sup>6</sup>

Ninguém bebia água quando podia obter algo mais garantido. A cerveja era considerada alimento, necessário a qualquer trabalho pesado; o vinho remédio predileto; o uísque um calorífero portátil; e a embriaguez um pecado venial, se não uma parte necessária de conformismo social. "Lembro-me", dizia o Dr. Johnson, "de quando as pessoas decentes de Lichenfield embriagavam-se todas as noites, e ninguém as julgava piores por isso." Pitt II chegou embriagado na Câmara dos Comuns, e Lorde Cornwallis foi bêbado ao teatro.<sup>8</sup> Alguns cocheiros das carruagens de aluguel aumentavam sua renda ao rodar altas horas da noite, apanhando cavalheiros "bêbados como um lorde" e entregando-os a domicílio. A embriaguez diminuiu com o andar do século. O chá assumiu a tarefa de esquentar as vísceras e soltar a língua. As importações de chá subiram de cem libras em 1668, para quatorze milhões em 1786.<sup>9</sup> Então, os cafés serviam mais chá do que propriamente café.

As refeições eram suculentas, sangrentas, imensas. O jantar era às quatro horas da tarde para a classe alta, sendo progressivamente estendido até as seis ao findar o século. Uma pessoa apressada podia minorar a fome com um sanduíche. Esta invenção tomou o nome do quarto conde de Sandwich que, não querendo interromper o jogo para jantar, comia duas fatias de pão com um pedaço de carne entre elas. Legumes eram comidos com sacrifício. "Fumar saiu da moda", Johnson disse a Boswell em 1773, porém o fumo era absorvido na forma de rapé, e o ópio amplamente usado como sedativo ou medicamento.

À mesa o inglês bebia até ficar loquaz, e então a conversa costumava rivalizar com a dos salões de Paris em chistes e sobressair em substância. Certo dia (9 de abril de 1778), quando Johnson, Gibbon, Boswell, Allan Ramsey e outros amigos reuniam-se em casa de Sir Joshua Reynolds, o doutor observou: "Pergunto-me se, em Paris, um grupo como o que está sentado ao redor desta mesa, estaria junto em menos de seis meses."<sup>10</sup> As reuniões aristocráticas preferiam os ditos chistosos aos eruditos e Selwyn a Johnson. O primeiro, George Selwyn, era o Oscar Wilde do século XVIII. Havia sido expulso de Oxford (1745) por "ter-se referido, de maneira ímpia, ao nosso Benedito Salvador, e ridicularizado a instituição do Sagrado Sacramento",<sup>11</sup> contudo o fato não impediu que obtivesse vantajosas sinecuras na administração, e que tomasse assento e dormisse na Câmara dos Comuns, de 1747 a 1780. Tinha grande número de amigos, porém nunca se casou. O espetáculo de execuções apaixonava-o, entretanto omitiu a do homônimo de Charles James Fox, inimigo político, para quem tinha esperanças de ver uma ascensão condigna em Tyburn. "Faço questão de nunca assistir a ensaios."<sup>12</sup> Ele e Horace Walpole foram amigos íntimos por 63 anos, sem uma nuvem ou uma mulher entre eles.

Os que não gostavam de execuções podiam escolher entre centenas de outras diversões, do uísque à caça de pássaros, ou corridas de cavalos, e competições de luta. O críquete era na época um jogo nacional. Os pobres esbanjavam seus salários nas tavernas, os ricos jogavam suas fortunas nos clubes ou nas casas particulares. Assim disse Walpole, ao referir-se a uma reunião de jogadores em casa de Lady Hertford: “Perdi 55 guinéus antes que pudesse rezar uma ave-maria.”<sup>13</sup> James Gillray, em famosas caricaturas, denominava essas anfitriãs “filhas do faraó”.<sup>14</sup> Aceitar perder com serenidade era o principal requisito de um nobre inglês, mesmo quando acabava estourando os miolos. Legal, social e moralmente, era um mundo de homens. Quase todas as distrações sociais dos homens eram em companhia de outros homens. Somente em 1770 foi instituído um clube para sócios de ambos os sexos. Os homens desencorajavam a instrução nas mulheres, depois queixavam-se de que elas eram incapazes de uma conversação culta. Algumas mulheres, entretanto, conseguiam ilustrar-se. Mrs. Elizabeth Carter aprendeu a falar latim, francês, italiano e alemão; estudava hebraico, português e árabe, traduzindo Epíteto com um conhecimento de grego que conquistou um elogio de Johnson. Protestava contra a relutância dos homens em trocar idéias com as mulheres, integrando o grupo de senhoras que fizeram as “sabichonas” darem muito o que falar na cidade de Londres. Foram denominadas de “meias azuis”.

O nome originou-se de uma reunião mista em casa de Mrs. Elizabeth Vesey, em Hertford Street, Mayfair. Nessas noites, o jogo de cartas era proibido, encorajando-se as conversações literárias. Encontrando-se, um dia, com Benjamin Stillingfleet, que na ocasião tinha fama de poeta, botânico e filósofo, Mrs. Vesey convidou-o a comparecer à “grande reunião noturna”. Stillingfleet desculpou-se, alegando não estar condescendentemente vestido para uma festa. Usava, na ocasião, meias azuis. “A roupa não tem importância”, respondeu-lhe ela. “Venha com suas meias azuis.” Ele foi, “exibindo uma conversa tão maravilhosa”, relata Boswell, “que se dizia depois disso: ‘Não podemos fazer nada sem a meia azul.’ Assim, pouco a pouco, estabeleceu-se o termo”<sup>15</sup> e o grupo de Mrs. Vesey passou a chamar-se *Bas Bleu Society*. Lá iam Garrick e Walpole, assim como, certo dia, Johnson, cujo discurso pontifical fez com que todos estremecessem de respeitoso temor.

Contudo, “a Rainha das Azuis”, como a chamava Johnson, era Elizabeth Robinson Montagu. Era casada com Edward Montagu, neto do primeiro Conde de Sandwich, e parente de Edward Wortley Montagu, marido da frívola Lady Mary, a quem antes já dedicamos algumas páginas.<sup>16</sup> Inteligência viva, culta, autora, sem ensaio *Os Escritos e o Gênio de Shakespeare* (1769) defendia com indignação o bardo nacional contra as restrições de Voltaire. Rica, podia dar-se o luxo de receber com apuro. Tornou a Sala Chinesa de sua casa, em Berkeley Square, o centro favorito do intelecto e da beleza em Londres. Frequentavam-no Reynolds, Johnson, Burke, Goldsmith, Garrick, Horace Walpole, Fanny Burney, Hannah More. Encontravam-se ali artistas, prelados, filósofos, poetas e embaixadores. O excelente cozinheiro de Mrs. Montagu deixava a todos de bom humor. Entretanto, não se serviam bebidas alcoólicas e a embriaguez era tabu. Fazia-se de mecenas para os autores jovens, espalhando concessões. Outras senhoras de Londres — Mrs. Thrale, Mrs. Boscawen, Mrs. Monckton — abriam seus salões ao talento e ao charme. A sociedade londrina tornou-se mista, principiando a rivalizar com a de Paris na fama e no gênio.

## II. A MORAL INGLESA

“Em toda sociedade”, dizia Adam Smith, “onde as diferenças de classe já foram absolutamente estabelecidas, sempre houve dois diversos esquemas ou sistemas de moral vigentes ao mesmo tempo, dos quais um pode ser chamado estrito ou austero, o outro liberal, ou, se quiserem, dissoluto. O primeiro é geralmente admirado e respeitado pelas pessoas comuns, o último(...) mais estimado e adotado pelo que se chama gente da moda.”<sup>17</sup> John Wesley, que pertencia à classe austera, descreveu a moral inglesa de 1757 como um amálgama de contrabando, juras falsas, corrupção política, embriaguez, jogatina, desonestidade em negócios, chicana nos tribunais, servilismo no clero, mundanismo entre os quacres e peculato nos fundos destinados à caridade.<sup>18</sup> Trata-se do refrão de sempre.

Naquele tempo, como agora, as diferenças sexuais estavam longe de serem completas. Algumas mulheres tentavam ser homens, e quase conseguiam. Havia casos em que as mulheres se disfarçavam em homens, mantendo o disfarce até a morte. Outras alistavam-se no exército ou na marinha, como homens. Bebiam, fumavam e juravam como eles, combatiam nas batalhas, suportando chibatadas de modo varonil.<sup>19</sup> Por volta de 1772, os “*Macaronis*” tornaram-se conhecidos nas ruas londrinas. Eram rapazes que usavam cabelos em cachos, vestidos com roupas ricas, de cores vivas, “que se prostituíam sem paixão”. Selwyn descreveu-os como “uma espécie de animal, nem homem, nem mulher, mas do gênero neutro”.<sup>20</sup> O homossexualismo tinha seus bordéis, posto que os atos homossexuais, quando surpreendidos e provados, eram punidos com a morte.

A dupla bandeira florescia. Centenas de bordéis serviam homens enfatuados, mas estes homens estigmatizavam a falta de castidade nas mulheres como só a morte podendo reparar. De modo que o gentil Goldsmith:

Quando belas mulheres rebaixam-se à loucura  
E tarde demais vêem que o homem trai, —  
Que magia pode suavizar-lhes a melancolia,  
Que arte consegue varrer para longe sua culpa?  
A única arte para sua culpa cobrir,  
Para esconder-lhes a vergonha de todo o olhar,  
Encher de arrependimento o amante  
E angustiar-lhe o coração, é — morrer.<sup>21</sup>

Aconselhava-se casar cedo para evitar tais calamidades. A lei permitia casamento para as moças aos doze anos, os rapazes aos quatorze. Muitas mulheres das classes educadas casavam cedo, adiando assim seus desvios, mas então o duplo padrão as impedia. Ouçamos Johnson sobre o adultério (1768):

A confusão sobre a prole constitui a essência do crime e, por conseguinte, a mulher que rompe seus votos de casamento é muito mais criminosa do que o homem que o faz. Naturalmente, o homem é criminoso perante Deus, contudo ele não faz a sua mulher um grande mal material, se não a insulta. Se, por exemplo, em virtude de mera licenciosidade, ele se atira em segredo para a sua criada de quarto, Senhor, uma esposa não deve disso ressentir-se profundamente. Eu não receberia em



minha casa uma filha que houvesse fugido do marido por esta razão. Uma mulher deveria estudar a maneira de reconquistar o marido unicamente pelos esforços para agradá-lo. Senhor, um homem, dentre mil exemplos, não deixará sua mulher para ir procurar uma prostituta, se essa mulher não tiver sido negligente em agradá-lo.<sup>22</sup>

No próprio meio de Boswell, era considerado perfeitamente natural que o homem vez por outra fosse procurar uma prostituta. O Duque de Grafton, quando primeiro-ministro, vivia abertamente com Nancy Parsons, levando-a à opera sob as vistas da rainha.<sup>23</sup> Divórcios eram raros, só podendo ser obtidos por um ato do Parlamento, e isto representava a soma de “vários milhares de libras”, sendo um luxo de rico. Apenas 132 de tais concessões foram registradas nos anos de 1670-1800.<sup>24</sup> Acreditava-se, em geral, que a moral das pessoas comuns era melhor que a da aristocracia, mas Johnson pensava diferente (1778): “Existe tanta fornicção e adultério entre agricultores quanto entre os nobres”, e “pelo que tenho observado, quanto mais ricas e de nobre berço as senhoras são mais instruídas e virtuosas.”<sup>25</sup> A literatura da época, como em Fielding e Burns, apresenta o camponês em celebrações de fim de semana nas tavernas e alguns com prostitutas. Cada classe pecava de acordo com seus hábitos e posses.

Os pobres combatiam-se com seus punhos e seus cacetes, os ricos com pistolas e espadas. O duelo era um ponto de honra entre a nobreza. Fox lutou com Adam e Shelburne combateu Fullerton, Pitt duelou com Tierney. Era difícil atravessar uma vida com títulos de nobreza sem ter recebido pelo menos uma estocada. Muitas histórias atestam o *sangfroid* dos nobres britânicos nesses encontros. Tendo recebido um ferimento na virilha, Lorde Shelbourne garantiu a suas testemunhas: “Não creio que Lady Shelbourne sofra muito com isso.”<sup>26</sup>

Pior do que a licenciosidade da moral sexual era a brutalidade da exploração industrial: o impiedoso consumo de vidas humanas na posse de lucros, o emprego de crianças de seis anos nas fábricas, ou como limpadores de chaminés, a redução de homens e mulheres a tal grau de penúria que os levavam a se venderem a uma servidão sem preço em troca de uma passagem para a América, a proteção do governo no tráfico de escravos como preciosa fonte de riqueza para a Inglaterra.

De Liverpool, Bristol e Londres — assim como da Holanda e França — embarcavam comerciantes em direção à África. Eles capturavam os negros, enviavam-nos para as Índias Ocidentais, vendiam-nos lá e voltavam para a Europa com valiosas cargas de açúcar, fumo e aguardente. Por volta de 1776, os comerciantes ingleses transportaram três milhões de escravos para a América. Adicionemos a esse número os 250 mil que morreram durante a travessia e foram jogados ao mar. O governo britânico concedia um subsídio anual de dez mil libras à Companhia Africana e à sua sucessora, a Companhia Regulamentar, para a manutenção de fortes e postos na África, sob o argumento de que “eram as mais benéficas nesta ilha entre todas as companhias jamais instituídas pelos nossos comerciantes”.<sup>27</sup> Jorge III (1770) proibiu o governador da Virgínia de “anuir a qualquer lei tendo em vista proibir ou interceptar a importação de escravos.”<sup>28</sup> Em 1771, havia na Inglaterra cerca de quatorze mil negros trazidos por seus patrões das colônias, ou que deles haviam escapado. Alguns eram utilizados como criados domésticos sem direito a salários,<sup>29</sup> outros vendidos em leilões públicos,

como em Liverpool, em 1766.<sup>30</sup> Entretanto, em 1772, um tribunal inglês estipulou que o escravo automaticamente se tornava livre ao tocar o solo da Grã-Bretanha.<sup>31</sup>

Pouco a pouco, a consciência da Inglaterra foi despertando para as contradições entre esse tráfico e os mais simples postulados da religião ou da moral. Os mais destacados espíritos da Grã-Bretanha denunciaram o fato: George Fox, Daniel Defoe, James Thomson, Richard Steele, Alexander Pope, William Paley, John Wesley, William Cowper, Francis Hutcheson, William Robertson, Adam Smith, Josiah Wedgwood, Horace Walpole, Samuel Johnson, Edmund Burke, Charles James Fox. Os primeiros a se organizarem em oposição à escravidão foram os quacres da Inglaterra e da América. Em 1761, excluíram todos os sócios comprometidos no tráfico. Em 1783, formaram uma associação "para auxílio e libertação dos escravos negros nas Índias Ocidentais, e para desestímulo do comércio de escravos na costa africana".<sup>32</sup> Em 1787, Granville Sharp formou um comitê para incentivar a abolição. Em 1789, William Willberforce principiou sua longa campanha na Câmara dos Comuns a fim de acabar com o comércio inglês de escravos. Os comerciantes reiteradamente convenceram a Câmara para discordar da ação, e somente em 1807 o Parlamento determinou que nenhum navio transportaria escravos de qualquer lugar para dentro dos domínios britânicos, após 1º de maio de 1807, ou para qualquer colônia britânica depois de 1º de março de 1808.<sup>33</sup>

A moral política na Inglaterra era a mais baixa possível. O deteriorado sistema dos burgos florescia, e os ricos ultrapassavam todos os compradores. Franklin deplorava a guerra americana por uma razão peculiar: "Por que não me deixaram continuar? Se eles [as colônias] me tivessem dado uma quarta parte do dinheiro gasto na guerra, teríamos obtido nossa independência sem derramar uma gota de sangue. Eu teria comprado todo o Parlamento, todo o governo da Grã-Bretanha."<sup>34</sup> Reinava a corrupção na Igreja, nas universidades, no judiciário, no serviço público, no exército, marinha, e no gabinete do rei. A disciplina militar era mais rigorosa do que em qualquer outro país da Europa,<sup>35</sup> talvez com exceção da Prússia, e quando os homens eram desmobilizados, nada se fazia para facilitar-lhes a transição para uma vida útil e resguardada por leis duradouras.

A moral social mantinha-se entre a essencial boa índole individual do inglês e a irresponsável brutalidade do populacho. Entre 1765 e 1780, ocorreram nove grandes motins, quase todos em Londres, dentre os quais daremos um exemplo. Multidões corriam para ver os enforcamentos nos feriados, e às vezes subornavam o carrasco para que fosse inflexível nas chibatadas dadas no prisioneiro.<sup>36</sup> O código penal era o mais severo da Europa. O linguajar em quase todas as classes tendia para a violência e irreverência, e a imprensa comprazia-se em orgias de vitupérios e calúnias. Todo mundo jogava, pelo menos na loteria nacional, e quase todos bebiam em excesso.

Os erros do caráter inglês aliavam-se às suas qualidades básicas — um vigor enérgico e saudável, que o camponês e os trabalhadores das fábricas despendiam no trabalho. Com esse vigor tinha um apetite voraz, alegria, recurso às prostitutas, rixas nos *pubs*, duelos nos parques, paixão pelos debates parlamentares, capacidade de sofrer em silêncio, a reivindicação soberba de todo inglês de que seu lar era o seu castelo, somente sendo enterrado mediante o devido processo judicial. Quando, naquela era, a Inglaterra foi derrotada, ela o foi pelos ingleses que haviam transplantado para a

América a sua paixão pela liberdade. Mme. du Deffand notou a diferença individual dos ingleses que ela havia conhecido, e a grande maioria dos que nunca viu. “Cada um”, dizia, “é original. Não há dois iguais. Nós [franceses] somos exatamente o contrário. Quando se vê um homem da corte, vê-se todos eles.”<sup>37</sup> Horace Walpole concordou: “Não há dúvida que nenhum país produz uma variedade de tipos tão grande quanto a Inglaterra.”<sup>38</sup> Olhemos os homens pintados por Reynolds: assemelham-se apenas no orgulho pela pátria e pela classe, faces avermelhadas, e a altivez com que confrontam o mundo. Era uma raça poderosa.

### III. FÉ E DESCRENÇA

O povo inglês permanecia fiel às várias formas do credo cristão. O livro que mais liam, depois da Bíblia, era *Festejos e Encalhes de Nelson*, um guia para o ano eclesiástico.<sup>39</sup> *Preces e Meditação*, de Johnson, publicado depois de sua morte, teve quatro edições em quatro anos. Nas altas esferas, a religião era respeitada como uma função social, um auxílio à moral, uma arma do governo, porém perdera qualquer crédito particular e todo o poder sobre a política. Os bispos eram nomeados pelo rei, e os párocos indicados e dependentes dos *esquires*. O ataque deísta sobre a religião descrecera até então de tal modo que provocou a pergunta de Burke, em 1790: “Quem, nascido nos últimos quarenta anos, leu uma palavra de Collins, Toland, Tindal, Chubb e Morgan, e toda aquela raça que se autodenominava livres-pensadores?”<sup>40</sup> Mas se ninguém se levantou para refutá-lo talvez seja porque aqueles rebeldes ganharam a batalha, e os humanos educados descartavam-se das antigas perguntas como já estabelecidas e mortas. Em 1765, Boswell (esquecendo-se da plebe) descrevia o seu tempo “como uma era em que a humanidade gostava tanto de ser incrédula que parecia desejar cada vez mais diminuir o círculo de sua crença”.<sup>41</sup> Já vimos Selwyn zombando da religião em Oxford, e Wilkes na Abadia de Medmenham. O mais moço dos Pitt, segundo Lady Hester Stanhope, “nunca foi à missa em sua vida”.<sup>42</sup> E que não era necessário acreditar para pregar. “Há”, escreveu Boswell em 1763, “muitos ateus em ordens religiosas, os quais, considerando a religião apenas como uma instituição política, aceitam o benefício como qualquer emprego público, esforçando-se para conservar a útil ilusão.”<sup>43</sup> “As fórmulas ortodoxas, os artigos de fé”, disse Gibbon, “são subscritos com um suspiro ou com um sorriso pelo clérigo moderno.”<sup>44</sup>

Os clubes privativos ofereciam um lenitivo para o conformismo público. Muitos aristocratas participavam de uma ou outra loja maçônica. Os maçons condenavam o ateísmo como algo estúpido, exigindo de seus membros crença em Deus, porém achavam que devia haver tolerância em relação a todas as outras doutrinas religiosas.<sup>45</sup> Na Sociedade Lunar de Birmingham, industriais como Matthew Boulton, James Watt e Josiah Wedgwood ouviam sem espanto as heresias de Joseph Priestley e Erasmus Darwin.<sup>46</sup> Não obstante, o furor do deísmo havia passado, e quase todos os livres-pensadores aceitavam uma trégua segundo a qual não mais interfeririam com a propagação da fé se a Igreja permitisse uma certa liberdade para o pecado. A alta classe inglesa, com o seu senso de ordem e moderação, evitava o temerário radicalismo do Iluminismo francês. Reconhecia a íntima união entre a religião e o governo e era demasiado parcimoniosa para substituir a moral sobrenatural por uma política infinita.

Como eram, na época, servidores do Estado, os bispos anglicanos, como os cardeais católicos, achavam-se com direito a um certo prazer temporal. Cowper satirizava em trechos candentes<sup>47</sup> os padres que disputavam como os políticos os benefícios mais rendosos ou adicionais. Entretanto, havia muitos que levavam uma vida atenta a seus deveres, e vários eram eruditos e fiéis defensores de sua fé. *Princípios Morais e da Filosofia Política*, de William Paley (1785), exibia um espírito generoso de liberdade doutrinária e tolerância, e *Provas do Cristianismo* (1794) apresentava, de maneira persuasiva, o planejamento dos argumentos. Aceitava nas ordens religiosas homens de tendências para o livre pensamento, contanto que pregassem os pontos essenciais da religião e fossem dirigentes morais em suas comunidades.<sup>48</sup>

Dissidentes — batistas, presbiterianos, e independentes (puritanos) — gozavam de tolerância religiosa, contanto que aderissem ao cristianismo trinitário, porém nenhuma dessas seitas poderia ocupar cargo político ou militar, ou entrar em Oxford ou Cambridge, sem aceitar a Igreja Anglicana e seus 39 artigos. Em 1784, romperam seus tênues laços com a Igreja oficial, mas, entretanto, haviam inspirado o “Movimento Evangélico” numa minoria de clérigos anglicanos. Esses homens admiravam Wesley, concordando com ele em que o Evangelho devia ser pregado exatamente como estava escrito no Novo Testamento, sem nenhuma concessão para crítica racionalista ou texto.

A recordação que a Inglaterra tinha da Conspiração da Pólvora, da Grande Rebelião e do Reino de Jaime II ainda conservava nos livros estatutários as antigas leis contra os católicos romanos. A maior parte dessas leis não mais vigorava, mas ainda persistiam muitas limitações. Os católicos não podiam legalmente comprar ou herdar terras, exceto através de subterfúgios, assim como do pagamento de um imposto duplo sobre a propriedade. Eram excluídos do exército e da marinha, da profissão jurídica, de votar ou candidatar-se ao Parlamento, e de quaisquer postos governamentais. Mesmo assim, cresciam em número. Em 1781, nesse número incluíam-se sete pares do reino, 22 baronetes, 150 *gentlemen*. A missa era celebrada nas casas particulares, registrando-se apenas três prisões por esta ofensa, nos sessenta anos de reinado de Jorge III.

Em 1778, Sir George Savile apresentou ao Parlamento um projeto de lei para “auxílio aos católicos, legalizando a compra de terras pelos católicos, permitindo que se alistassem nas forças armadas sem renunciar à sua religião”. O projeto de lei passou sem séria oposição por parte dos bispos anglicanos na Câmara dos Lordes. A referida lei aplicava-se apenas à Inglaterra, mas em 1779, Lorde North pleiteou para que fosse estendida à Escócia. Quando a notícia desta proposta chegou à Baixa Escócia, motins espalharam-se em Edimburgo e Glasgow (janeiro de 1779). Várias casas habitadas por católicos foram totalmente queimadas, as lojas dos comerciantes católicos pilhadas e arrebatadas. As casas dos protestantes — como Robertson, o historiador — que expressaram simpatia pelos católicos foram igualmente atacadas, terminando o levante apenas quando os magistrados de Edimburgo anunciaram que a Lei de Auxílio aos Católicos não seria aplicada na Escócia.

Um escocês, membro do Parlamento, Lorde George Gordon, tomou a si a causa “Não ao Papismo” na Inglaterra. Em 29 de maio de 1780, presidiu uma reunião da “Associação Protestante” para planejar uma marcha em massa a fim de apresentar

uma petição que repelisse a Lei de Auxílio aos Católicos de 1778. Em 2 de junho sessenta mil homens, usando rosetas azuis, cercaram a Casa do Parlamento. Muitos membros foram espancados ao entrar. As carruagens dos lordes Mansfield, Thurlow e Stormont foram despedaçadas. Alguns nobres lordes chegaram para tomar assento em seus lugares sem suas perucas, despenteados, trêmulos.<sup>49</sup> Gordon, acompanhado de oito de seus seguidores, entrou na Câmara dos Comuns, apresentou uma petição com 120 mil assinaturas, segundo ele, de acordo com a lei, pediu a anulação da referida lei de proteção aos católicos, assim como uma ação imediata como única alternativa à invasão da Câmara pela população. Os membros resistiram. Enviaram tropas para conter a turba, fecharam todas as portas. Um parente de Gordon disse que o mataria a partir do momento em que os que estavam do lado de fora forçassem a porta que dava entrada na sala. Em seguida, a Câmara votou o recesso até 6 de junho. As tropas chegaram, abrindo caminho para que os parlamentares pudessem sair rumo a suas casas. Duas capelas católicas, pertencentes aos ministros da Sardenha e da Baviera, foram esvaziadas, e com os móveis fizeram uma fogueira nas ruas. A multidão dispersou-se, mas, em 5 de junho, os desordeiros saquearam outras capelas estrangeiras, botando fogo em várias casas particulares.

Em 6 de junho, o povo reuniu-se, forçou a entrada na Prisão de Newgate, libertou os prisioneiros, capturou o arsenal e depois marchou armado pelas ruas da capital. Os nobres esconderam-se em suas casas. Horace Walpole felicitou-se por ter abrigado uma duquesa em sua “guarnição” em Berkeley Square.<sup>50</sup> Em 7 de junho, saquearam outras casas, queimando-as. As destilarias foram invadidas e a sede logo estancada. Vários sediciosos morreram cremados enquanto jaziam embriagados nas casas incendiadas. Os magistrados de Londres, os únicos que tinham autoridade legal sobre a guarda municipal, recusaram-se a ordenar que ela atirasse contra o povo. Jorge III convocou a milícia cidadina, ordenando que os guardas atirassem sempre que houvesse ameaça ou violência por parte do povo. O Vereador John Wilkes obteve perdão do rei, perdendo a reputação entre o povo quando montou um cavalo e juntou-se à milícia na tentativa de dispersar a aglomeração. A milícia, atacada pelos desordeiros, disparou contra eles, matando 22 pessoas. A turba dispersou-se.

Em 9 de junho as desordens eclodiram novamente. Casas — quer de católicos, quer de protestantes — foram pilhadas e queimadas, os bombeiros impedidos de apagar o fogo.<sup>51</sup> As tropas reprimiram o levante ao custo de 285 mortos e 173 feridos, prisão de 135 desordeiros e enforcamento de 21. Gordon foi preso quando fugia para a Escócia. Provou não haver tomado parte naquelas desordens. Foi posto em liberdade. Burke obteve a aprovação nos Comuns para a ratificação da Lei em Prol da Liberdade dos Católicos na Inglaterra. Uma lei de 1791 estendeu a lei de tolerância para a prática e a instrução do catolicismo, sendo, entretanto, vedado às igrejas católicas terem campanário ou sino.<sup>52</sup>

#### IV. BLACKSTONE, BENTHAM E A LEI

Um jurista erudito considerou a publicação dos *Commentaries*, de Blackstone, (...) em muitos pontos o evento mais notável da história da lei”.<sup>53</sup> Isto denota patriotismo, contudo serve para indicar o reverente temor com o qual os estudantes de língua

inglesa, até o nosso tempo, se aproximavam dos *Comentários Sobre as Leis da Inglaterra* que William Blackstone publicou em quatro volumes e duas mil páginas, em 1765-9. Apesar, ou em virtude, de suas dimensões, foi aclamado como um monumento de conhecimento e sabedoria. Qualquer lorde o tinha em sua biblioteca e Jorge III a ele se afeiçoou como a apoteose dos reis.

Blackstone era filho de um negociante londrino, suficientemente rico para enviá-lo a Oxford e ao Middle Temple para estudar advocacia. Suas aulas em Oxford (1753-63) reduziram as contradições e absurdos dos estatutos a uma certa lógica e ordem, expondo o resultado com clareza e graça. Em 1761 foi eleito para o Parlamento. Eleito em 1763 magistrado geral da Rainha Carlota, em 1770 principiou a trabalhar como advogado na Corte Comum de Apelação. Dado aos estudos e detestando locomover-se, entrou num processo de decadência brando porém prematuro, e morreu em 1780, com 57 anos.

Seu *opus maximum* tinha as virtudes de suas leituras: arranjo lógico, exposição lúcida e um estilo elegante. Jeremy Bentham, seu apaixonado adversário, louvava-o como o homem que havia “ensinado a jurisprudência a falar a linguagem do erudito e do cavalheiro, polindo essa áspera ciência, limpando-a da poeira e das teias de aranha da profissão”.<sup>54</sup> Blackstone definia a lei “como um regulamento de ações ditado por qualquer ente superior”.<sup>55</sup> Sua concepção idealista e estática da lei é que ela desempenhava na sociedade idêntica função das leis da natureza no mundo, inclinándose a julgar as leis da Inglaterra como rivalizando com as leis da gravidade dentro de sua majestade e eternidade.

Amava a Inglaterra e o cristianismo segundo a sua concepção deles, nunca admitindo qualquer mácula nos mesmos. Era mais ortodoxo do que o Bispo Warburton, e mais realista do que Jorge III. “O rei da Inglaterra não é apenas o chefe, porém, propriamente, o único magistrado da nação.(...) Ele pode rejeitar quaisquer projetos de lei, fazer quaisquer tratados,(...) perdoar quaisquer ofensas que desejar, a menos que a Constituição tenha expressamente, ou por qualquer prova resultante, estipulado alguma exceção ou limite.”<sup>56</sup> Blackstone colocava o rei acima do Parlamento e acima da lei. O rei não só é incapaz de fazer o mal, mas até de pensá-lo” — com isso, entretanto, Blackstone queria dizer não existir nenhuma lei acima do rei pela qual ele pudesse ser julgado. Contudo, excitava o orgulho de toda a Inglaterra ao definir “os direitos absolutos de todos os ingleses: o direito à segurança pessoal, o direito de liberdade pessoal e o direito da propriedade privada”.<sup>57</sup>

A concepção de Blackstone sobre a lei inglesa como um sistema imutável por ter, em última análise, suas origens na Bíblia, como a palavra de Deus, agradava consideravelmente aos homens de seu tempo, porém desestimulava o progresso da jurisprudência inglesa, e a reforma da administração das prisões. Reconhecemos-lhe o crédito, entretanto, de aplaudir os esforços de John Howard a fim de melhorar as condições das prisões da Grã-Bretanha.<sup>58</sup>

Howard considerava o cristianismo não como um sistema legal, mas como um apelo ao coração. Nomeado chefe de polícia em Bedford (1773) ficou consternado com as condições da prisão local. Os administradores e seus auxiliares não recebiam vencimentos. Viviam de impostos extorquidos dos prisioneiros. Nenhum homem era solto depois de cumprir sua pena sem que pagasse todas as taxas exigidas. Muitos ficavam

encarcerados meses após serem absolvidos pelos tribunais. Percorrendo todos os condados, Howard encontrou abusos semelhantes, ou piores. Devedores negligentes e criminosos primários eram jogados nas celas com criminosos empedernidos. A maioria dos prisioneiros ficava acorrentada, e as correntes eram leves ou fortes segundo a taxa paga. Cada um tinha direito a uma quantidade de pão equivalente a dois penies, diariamente. Para terem mais comida tinham que pagar, ou confiar nos parentes e amigos. Recebiam diariamente três quartilhos de água para beber e tomar banho. Nos dias de calor não havia nenhuma ventilação nas celas, e no inverno não tinha aquecimento. O mau cheiro daqueles calabouços era tanto que ficou impregnado nas roupas de Howard muito tempo depois que de lá saiu. "A febre das prisões" e outras doenças mataram muitos prisioneiros. Vários morreram pela demora dos expedientes que os salvariam.<sup>59</sup> Na prisão de Newgate, em Londres, vinte homens viviam num compartimento de 8 × 6m.

Em 1774, Howard apresentou ao Parlamento seu relatório sobre cinquenta prisões que havia visitado. A Câmara dos Comuns fez passar uma lei exigindo reformas higiênicas nas celas, vencimentos para os diretores e libertação de todos os prisioneiros contra os quais o tribunal de justiça não encontrara nenhum artigo de queixa. Em 1775-76, Howard visitou as prisões do Continente. Achou as da Holanda melhor equipadas e relativamente humanas. Entre as piores estava a de Hanover, dirigida por Jorge III. A publicação do livro de Howard, *O Estado das Prisões na Inglaterra e em Gales, (...) e um Inventário de Algumas Prisões Estrangeiras* (1777) despertou a consciência adormecida da nação. O Parlamento votou fundos para duas "casas da penitenciária", nas quais foram feitas tentativas de redenção dos prisioneiros por meio de tratamento individual e instrução religiosa. Howard retomou suas viagens, relatando suas conclusões em novas edições de seu livro. Em 1789, chegou à Rússia. Em Kherson contraiu tifo, morrendo em 1790. Seus esforços no sentido de efetuar reformas produziram escassos resultados. A lei de 1774 foi ignorada pela maioria dos diretores das prisões e juizes. As descrições das prisões de Londres em 1804 e 1817 demonstraram que não havia ocorrido nenhuma melhoria desde os tempos de Howard; "talvez as condições fossem piores do que melhores".<sup>60</sup> A reforma teve de esperar pela descrição de Dickens da Prisão de New Marshalsea, em *Little Dorrit* (1855).

Os esforços de Jeremy Bentham para a efetivação das reformas legislativas, governamentais e educativas decresceram depois desse período, mas seu *Fragment on Government* (1776) constitui principalmente uma crítica a Blackstone. Ironizou o culto da tradição do juiz, salientando que, "o que quer que *agora* está restabelecendo, *uma vez* foi inovação",<sup>61</sup> que o conservadorismo do presente é uma reverência ao radicalismo passado, e por conseguinte aqueles que advogam reformas são tão patriotas quanto os que tremem só de pensar em mudar. "Sob um governo de leis, qual é o lema de um bom cidadão? *Obedecer sem demora, censurar livremente.*"<sup>62</sup> Bentham rejeitava o ponto de vista de Blackstone da soberania real. Um bom governo distribuirá poderes, incentivará cada um desses a contradizer o outro e permitirá liberdade de imprensa, de reunião e oposição pacíficas. Em última análise, a revolução causará menor dano ao Estado do que uma apática submissão à tirania.<sup>63</sup> Este pequeno livro foi publicado no ano da Declaração de Independência da América.

No mesmo ensaio, Bentham expôs que o “maior princípio de felicidade”, a que John Stuart Mill, em 1863, deu o nome de “utilitarismo” é “a maior felicidade do maior número, que é a medida do certo e do errado”.<sup>64</sup> Por esse “princípio de utilidade” devem ser julgadas todas as propostas morais e práticas, pois a atribuição do governo é promover a felicidade da sociedade”.<sup>65</sup> Bentham extraiu esse “princípio de felicidade” de Helvétius, Hume, Priestley e Beccaria,<sup>66</sup> formando seus pontos de vista com a leitura dos *philosophes*.<sup>67</sup>

Em 1780 escreveu, e em 1789 publicou, *Uma introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, que expunha suas idéias de maneira mais detalhada e filosófica. Reduziu toda a ação da consciência ao desejo de prazer ou medo da dor, definindo a felicidade como “o gozo do prazer e proteção contra a dor”.<sup>68</sup> Isso parecia justificar completo egoísmo, mas Bentham aplicou o princípio da felicidade aos indivíduos como aos Estados. Será que a ação individual leva a maior felicidade? Afinal de contas, pensou ele, o indivíduo obtém o maior prazer ou a menor dor sendo justo com seus semelhantes.

Bentham praticava o que pregava, pois dedicou a vida toda a uma longa série de propostas de reformas: alfabetização universal, sufrágio para os adultos do sexo masculino, voto secreto, Paramentos anuais, livre comércio, saúde pública, melhoria das prisões, saneamento do judiciário, abolição da Câmara dos Lordes, modernização e codificação da lei em termos inteligíveis aos leigos e extensão da lei internacional (Bentham inventou este termo).<sup>69</sup> Muitas dessas reformas foram efetuadas no século XIX, em grande parte devido aos esforços dos “utilitaristas” e “filósofos radicais”, como James e John Stuart Mill, David Ricardo e George Grote.

Bentham foi a última voz do Iluminismo, a ponte entre os pensamentos de liberdade do século XVIII e as reformas do século XIX. Mais do que nos *philosophes*, ele confiava na razão. Ficou solteiro até o fim da vida, embora fosse um dos homens mais sedutores do país. Quando morreu (6 de junho de 1832) com 84 anos, pediu que seu corpo fosse dissecado na presença de seus amigos. E foi, estando o esqueleto ainda conservado na faculdade da universidade, em Londres, trajando as roupas usuais de Bentham.<sup>70</sup> No dia de sua morte, o histórico Projeto de Reforma que continha muitas de suas propostas foi assinado pelo rei.

## V. O TEATRO

### 1. A Representação

A segunda metade do século XVIII foi rica em teatro, pobre no drama. Viu alguns dos maiores atores da história, produzindo apenas dois dramaturgos cujas obras escaparam à Ceifeira: Sheridan, a quem já fizemos descansar, e Goldsmith, que terá um lugar próprio sob a rubrica de literatura. Talvez a escassez de peças sérias fosse causa e efeito da revivescência shakespeariana, que continuou até o fim do século.

Os dramaturgos sofriam com os gostos da audiência. Havia muita discussão sobre os comediantes e muito pouco sobre arte e técnicas dramáticas. O autor em geral rece-



bia, como recompensa material, os lucros da terceira representação, quando havia. Contudo, alguns atores e atrizes tornaram-se tão ricos quantos os primeiros-ministros. O aluguel de claques podia arruinar uma boa peça com barulho desagradável, ou fazer de uma peça sem valor um grande sucesso. Uma representação que agüentasse vinte noites uma temporada só podia acontecer com as peças favoritas. As representações principiavam às seis horas ou seis e meia, em geral incluindo um drama de três horas, ou uma farsa ou pantomima. O ingresso custava cinco xelins e não havia reservas, a menos que mandassem um criado para comprar os bilhetes e ocupar o lugar até a chegada do senhor ou da senhora. Todos os lugares consistiam em bancos sem encostos.<sup>71</sup> Alguns espectadores favoritos sentavam-se no palco, até Garrick terminar com esse hábito abominável (1764). Toda a iluminação era feita por velas, que ficavam acesas durante todo o programa. Antes de 1782, a indumentária era a da Inglaterra do século XVIII, sem levar em conta a época e o local da peça. Catão, César e Lear eram apresentados em culotes que batiam nos joelhos e perucas.

Apesar da oposição do clero e da concorrência da ópera e dos circos, o teatro florescia, tanto em Londres como nas “províncias”. Bath, Bristol, Liverpool, Nottingham, Manchester, Birmingham, York, Edimburgo e Dublin possuíam boas casas de espetáculos. Algumas tinham suas próprias companhias, e quando as maiores partiam em turnês quase todas as cidades viam boas representações. Londres vivia grande agitação pela intensa rivalidade de dois teatros principais. Em 1750, ambos levaram Romeu e Julieta todas as noites, durante as mesmas três semanas, com Spranger Barry e Susannah Cibber, em Convent Garden, e Garrick e Miss Belamy, em Drury Lane. Samuel Foote possuía seu próprio Little Theatre em Haymarket, onde se especializou em mímica satírica. Suas imitações de Garrick foram uma longa aflição na vida de David.

Nunca o teatro inglês viu tantas representações de primeira classe. Charles Macklin abriu a grande era em 1741, com suas produções de Shakespeare. Foi o primeiro ator a representar Shylock como um personagem sério, embora ainda, como um vilão impiedoso. (Só com Henry Irving Shylock foi interpretado com mais simpatia.) John Philip Kemble encerrou essa revivescência shakespeariana de um século de duração. A apoteose foi quando ele e sua irmã Sarah representaram *Macbeth* em Drury Lane, em 1785.

Algumas memoráveis atrizes da época agraciaram o palco. Peg Woffington era dotada de impressionante beleza corporal e facial, porém levava uma vida desregrada, tendo um acesso de paralisia no meio de uma peça (1757). Morreu prematuramente velha aos 46 anos (1760). Kitty Clive permaneceu na companhia de Garrick por 22 anos. Admirava Londres por sua moral exemplar. Após deixar o teatro, (1769) viveu dezesseis anos em uma casa em Twickenham dada por Horace Walpole. Mrs. Hannah Pritchard era a mais importante atriz trágica antes que Mrs. Siddons a ultrapassasse como Lady Macbeth. Absorvia sua vida com a representação e (assim diziam nunca abria um livro. Johnson chamava-a “uma idiota inspirada”,<sup>72</sup> porém ela sobreviveu a muitas beldades e representou nos poucos meses que antecederam sua morte. Mrs. Frances Abington estreou como Beatriz, Pórcia, Ofélia, e Desdêmona, porém seu papel mais famoso foi Lady Teazle em *A Escola da Maledicência*. Mary Robinson adquiriu o nome popular de “Perdita” por representar este papel tão bem em *Um*

*Conto de Inverno*. Foi amante do Príncipe de Gales e outros de menor importância, tendo pousado para Reynolds, Gainsborough e Romney. A imponente deusa do palco era Sarah Kemble Siddons. Nascida em uma hospedaria de Gales (1755), filha de um saltimbanco, casou-se aos dezoito anos com o ator William Siddons, tornando-se estrela aos dezenove anos com *Veneza Preservada*, de Otway. Garrick contratou-a um ano depois, mas os críticos declararam que “suas aptidões não eram suficientes para um teatro em Londres”, e Henry Woodward, que representava papéis cômicos para Garrick, aconselhou-a a voltar aos teatros do interior por algum tempo. Ela foi e, no período de seis anos, representou nas cidades da província. Chamada novamente a Drury Lane, em 1782, a todos surpreendeu pelo seu progresso como atriz. Foi a primeira a adotar nos seus papéis o traje do período representado. Em breve, Garrick favoreceu-a com personagens shakespearianos e Londres maravilhou-se com a dignidade e expressão patética com que exaltou o papel de Lady Macbeth. Sua vida particular conquistou o respeito e a amizade de eminentes contemporâneos. Johnson escreveu seu nome na bainha do vestido dela no retrato que Reynolds pintou, como a Musa Trágica, ficando surpreso por sua “grande modéstia e dignidade” quando ela o visitou.<sup>73</sup> Dois de seus irmãos, uma irmã e duas sobrinhas continuaram a dinastia Kemble no teatro até 1893. Através dela e de Garrick, o *status* social dos atores elevou-se, até mesmo na Inglaterra, que fazia da diferença de classes a alma e o mecanismo do governo.

## 2. Garrick

Todos aqueles que leram Johnson vão se recordar de que David Garrick nasceu em Lickfield (1717), frequentou a escola de Johnson em Edial (1736), acompanhando-o em sua histórica migração para Londres (1737). Sete anos mais moço, nunca conquistou por completo a amizade de Johnson, pois este não podia perdoar Garrick por ser ator e rico.

Chegando a Londres, Garrick aliou-se ao irmão na importação e venda de vinho. O fato envolvia freqüentes visitas às tavernas, onde David encontrou atores, cuja conversa o fascinava. Acompanhou-os a Ipswich, tendo oportunidade de fazer alguns papéis secundários. Aprendeu a arte dramática com tanta rapidez que muito em breve empreendeu representar o papel principal em *Ricardo III* em um teatro clandestino em Goodman's Fields, no East End. Comprazia-se no papel por ser pequeno, como o rei corcunda, e porque gostava de morrer no palco. Sua atuação foi tão bem recebida que ele abandonou o negócio de vinhos, causando vergonha e tristeza a seus parentes de Lickfield. Entretanto, William Pitt, o Velho, foi aos bastidores a fim de cumprimentá-lo, e Alexander Pope, tão aleijado quanto Ricardo III, disse a um espectador: “Esse rapaz nunca teve quem o igualasse e nunca terá um rival.”<sup>74</sup> Garrick era um ator que se entregava de corpo e alma ao papel que representava, que se transformava em Ricardo III no rosto, na voz, na compleição deformada, na mente ardilosa, nos objetivos malvados, que não cessava de representar seu papel quando os outros falavam, tendo dificuldade em esquecê-lo quando deixava o palco. Em bre-

ve, foi o comentário de todos aqueles que freqüentavam teatros em Londres. A aristocracia ia vê-lo, lordes jantavam com ele. “Há doze duques por noite em Goodman’s Fields”, escreveu Thomas Gray.<sup>75</sup> Os Garricks de Lichfield orgulhosamente proclamavam David como seu parente.

Fez uma tentativa com Lear (11 de março de 1742). Fracassou. Era muito ágil nos movimentos para retratar um octogenário, e não havia adquirido a dignidade da realidade. A experiência disciplinou-o e provou ser inestimável. Por algum tempo, abandonou o papel, estudou a peça, exercitou as expressões faciais, a estrutura débil, a visão doente, os gemidos agudos e lamentosos do infeliz Lear. Em abril, fez nova tentativa. Transformara-se. A audiência chorou e aplaudiu. Garrick havia criado mais um dos papéis que durante quase um século recordariam seu nome. Todos aplaudiram, com exceção de Johnson, que depreciou a atuação como mera pantomima, e Horace Walpole, que julgou exagerada a representação de Garrick, e Gray, que lamentou a queda da restrição clássica para uma emotividade sentimental e romântica. Os intelectuais reclamaram que Garrick não representava um Shakespeare impecável, e sim versões revistas e expurgadas, às vezes pelo próprio Garrick. Metade das linhas do seu *Ricardo III* foram escritas por Colley Cibber,<sup>76</sup> e o seu *Hamlet* foi alterado para fornecer um final sensível.

Durante a temporada de 1741-42, Garrick apresentou ao público dezoito papéis, feito este demonstrativo de incríveis faculdades de memória e atenção. Quando ele se apresentava, o teatro superlotava. Quando Garrick não estava programado, a casa ficava com meia lotação. Os teatros licenciados sofriam redução de espectadores. Por qualquer política dos bastidores, o teatro de Goodman’s Fields foi obrigado a fechar. Garrick, sentindo-se perdido sem um palco, assinou um contrato com o Drury Lane para um período de 1742-43 por quinhentas libras — um salário recorde para um ator. Entrementes, partiu para uma temporada de inverno em Dublin. Handel acabara de conquistar a cidade com o seu *Messias* (13 de abril de 1742). Era a vez, então, de Garrick e Peg Woffington conquistá-la com Shakespeare. Quando voltaram a Londres, foram morar juntos e Garrick comprou um anel de casamento. Contudo, ela ressentia-se da parcimônia dele, e ele de sua extravagância. Garrick começou a se perguntar que esposa daria Peg com o seu passado multiforme. Guardou o anel, e em 1744 se separaram.

Sua atuação em Drury Lane foi um marco em sua arte. A cada papel dava toda a força de sua energia, assim como constante cuidado, para que todos os movimentos de seu corpo, cada inflexão de voz devesse concentrar-se no personagem. Tornou o alarme e terror de Macbeth tão vívidos que este, mais do que qualquer dos papéis que representou, permaneceu na memória do público. Substituiu a declamação dos antigos atores trágicos por uma linguagem mais natural. Realizou uma sensibilidade de expressão facial que variava com a mínima alteração de pensamento ou disposição do texto. Anos mais tarde, Johnson observava: “David parece muito mais velho do que realmente é, pois seu rosto redobrou de trabalho, muito mais do que o de qualquer outro homem. Nunca está em repouso.”<sup>77</sup> E ali residia a sua versatilidade. Atuava em papéis cômicos com quase todo o cuidado e reparo dados à sua interpretação de Macbeth ou Lear.

Após cinco temporadas como ator, Garrick assinou (9 de abril de 1747) um contra-

to para dividir a direção do Drury Lane com James Lacy. Este se encarregaria dos negócios, cabendo a Garrick escolher o repertório e os atores e dirigir os ensaios. Durante seus 24 anos como diretor produziu 75 diferentes peças, escreveu uma (em colaboração com George Colman) revisou 24 dramas de Shakespeare, compôs grande número de prólogos, epílogos e farsas e escreveu artigos anônimos na imprensa promovendo e elogiando seu trabalho. Gostava de dinheiro, subordinando a escolha das pessoas aos gostos dos que mais pagavam, para grande alegria destes. Amava o aplauso como é natural em relação a atores e escritores, e tudo fazia para conseguir o máximo. Os atores por ele dirigidos julgavam-no tirano e sovina, queixando-se de serem muito mal pagos enquanto Garrick estava ficando rico. Estabelecia ordem e disciplina entre indivíduos invejosos e supersensíveis, quer estivessem às portas da celebridade, quer remoessem pensamentos de se tornarem gênios. Resmungavam, porém desejavam permanecer, porque nenhuma outra companhia impelia tão bem os ventos da sorte e as marés do gosto.

Em 1749, Garrick casou-se com Eva Maria Weigel, uma dançarina vienense que fora à Inglaterra como "Mlle. Violette", e obtivera aplausos por sua atuação nos balés das óperas. Era, e permaneceu, católica praticante. Garrick sorria da crença de Eva em Santa Úrsula e as onze mil virgens,<sup>78</sup> porém respeitava sua fé, de vez que ela observava o código de moral da religião. Com sua devoção, muito fez para minorar a tensão da vida de um ator-diretor. Ele lhe prodigalizava riquezas, levando-a em viagens pelo Continente, tendo-lhe comprado uma casa luxuosa na aldeia de Hampton. Ali, assim como em sua casa de Londres, em Adelphi Terrace, recebia suntuosamente, ficando muitos lordes e ilustres estrangeiros felizes em serem seus convidados. Ali divertiu-se com Fanny Burney e abrigou Hannah More.

Em 1763, deixou de representar, exceto em ocasiões especiais. "Agora", dizia, "sentar-me-ei para ler Shakespeare."<sup>79</sup> Em 1768, planejou, e supervisionou o primeiro festival Shakespeare, em Stratford-on-Avon. Continuou na direção do Drury Lane, porém o temperamento e as disputas dos atores irritavam ainda mais seus velhos nervos. Em princípios de 1776, vendeu sua parte da sociedade para Richard Brinsley Sheridan, e em 7 de março anunciou que muito em breve se aposentaria. A partir de então, por três meses consecutivos, realizou representações de despedida dos seus papéis prediletos, obtendo uma tão grande sucessão de vitórias que provavelmente nenhum outro ator na história tenha conhecido. Sua retirada do teatro causou tantos comentários em Londres quanto a guerra com a América. Em 1º de junho, 1776, encerrou a carreira teatral com um espetáculo em benefício do Fundo dos Artistas Empobrecidos.

Ainda viveu mais três anos. Morreu em 20 de janeiro de 1779, com 62 anos. Em 1º de fevereiro, seu corpo foi levado para a Abadia de Westminster, pelos componentes da mais alta nobreza da Grã-Bretanha, sendo depositado no Poet's Corner, ao pé do monumento a Shakespeare.

## VI. LONDRES

A primeira vez que Johnson viu Londres (1737) foi com virtuoso horror:

Aqui a malícia, a pilhagem, o acidente conspiram,  
Aqui a população ruge, ali o incêndio  
Os desapiedados vilões aqui emboscadas armam,  
E aqui o feroz procurador à procura da presa ronda;  
Aqui as casas caindo retumbam em sua cabeça,  
E aqui uma mulher descrente fala sem parar.\*<sup>80</sup>

Evidentemente, estes eram apenas alguns aspectos de Londres, escolhidos para alimentar a violência da mocidade desocupada. Três anos depois, Johnson descreveu Londres como “uma cidade famosa pela riqueza, pelo comércio e fatura, e por toda espécie de civilidade e educação, mas mergulhada em tanta sujeira que um selvagem ficaria admirado.”<sup>81</sup> Naquele tempo, as autoridades civis deixavam o trabalho de limpar a cidade aos moradores, que recebiam ordens para conservar em perfeito asseio a calçada — ou o chão — diante de suas casas. Em 1762, as Leis de Pavimentação de Westminster dispunham sobre a limpeza municipal urbana, recolhimento de lixo, pavimentação e conserto das principais vias públicas, e criação de uma rede de esgotos subterrânea. Em breve outros distritos de Londres seguiram o exemplo. Passagens elevadas protegiam os pedestres e as sarjetas drenavam as ruas. Novas ruas foram construídas em linha reta, e as casas tiveram uma edificação mais durável. E a venerável metrópole exalava um odor mais agradável.

Não havia departamentos públicos de prevenção aos incêndios, mas as companhias de seguros mantinham equipamentos particulares de mangueiras, tendo em vista restringir as perdas. A poeira do carvão e o nevoeiro contribuía para cobrir a cidade de um lençol escuro tão espesso que não se podia distinguir entre inimigo ou amigo. Quando o céu era visível algumas ruas brilhavam com suas lojas vistosas. No Strand as lojas maiores e mais ricas da Europa exibiam em suas vitrines os produtos de meta-de do mundo. Não muito distante, havia milhares de lojas de centenas de artes, e por todos os lados viam-se cerâmicas, vidrarias, ferrarias, cervejarias. O ruído dos artesãos — comerciantes, das carruagens e dos cavalos, dos vendedores ambulantes e dos cantores de rua contribuía para a algazarra e o sentido da vida. Aqueles que desejassem um cenário mais calmo e um ar mais puro podiam perambular em St. James's Park, ou observar no Mall as fascinantes senhoras suspenderem os vestidos que se arrastavam pelo chão, exibindo seus sapatos de seda. Pela manhã podia-se comprar leite fresco, vendido por moças que ordenhavam as vacas no gramado do parque. À tarde, podia-se andar em busca, como Boswell, de uma *fille de joie*, ou esperar que a noite cobrisse uma infinidade de crimes. Indo mais a oeste da cidade, havia a alternativa de andar a cavalo ou de coche em Hyde Park. Havia ainda os grandes centros de diversões: Vauxhall, com sua multidão colorida, enormes extensões de jardins e alamedas de árvores; Ranelagh, com sua espaçosa Rotunda, e suas fileiras de cadeiras, onde Mozart tocava aos oito anos de idade.

Os pobres tinham as cervejarias, as classes média e alta os clubes, e havia tavernas para todos. Havia a Boar's Head e a Mitre, onde o Grande Khan ceava, e a Globe, predileta de Goldsmith, e a Devil's Tavern, que havia entretido grandes figuras, de Jonson e Johnson. E ainda dois Turk's Heads — um era um café no Strand, outro

---

\* Lady Mary Wortley Montagu?

uma taverna em Gerrard Street, que se transformou na sede do *The Club*. Tanto as mulheres como os homens freqüentavam as tavernas, e algumas estavam à venda. Nos clubes como White's ou Almack's (que se tornou Brook's), as pessoas abastadas podiam beber e jogar numa privacidade seleta. E havia também os teatros, com todo o alvoroço da competição e o brilho de suas estrelas.

Perto dos teatros estavam os bordéis. Nos sermões, os padres lastimavam-se de que "a esses ditos espetáculos e entreatos dirige-se, em geral, gente medíocre, ociosa, turbulenta, e depois do espetáculo vão para as casas de tolerância".<sup>82</sup> Quase todas as classes, quando podiam, defendiam as prostitutas, concordando em justificar o hábito como inevitável no atual estado do desenvolvimento masculino. Havia cortesãs negras que atraíam fregueses até da nobreza. Boswell descreve a exaustão de Lorde Pembroke depois de uma noite em "um prostíbulo negro".<sup>83</sup>

Os cortiços continuavam. Nas classes inferiores não era raro ver-se uma família vivendo em um quarto de aluguel. Os muito pobres moravam em porões úmidos e sem aquecimento, ou em águas-furtadas cheias de goteiras, alguns em beliches, ou nas portas das casas, ou em barracas. Johnson contou a Miss Reynolds que, "quando voltava para seus aposentos, cerca de uma ou duas horas da manhã, costumava sempre ver crianças pobres dormindo nas soleiras das portas ou estrebarias, e que ele lhes punha nas mãos dinheiro para comprarem seu café da manhã."<sup>84</sup> Um magistrado contou a Johnson que, em uma semana, mais de vinte londrinos morriam de fome.<sup>85</sup> Periodicamente, havia epidemias na cidade. Mesmo assim, a população subiu de 674 mil em 1700, para 900 mil em 1800,<sup>86</sup> talvez em virtude da imigração de camponeses sem terras ou ao desenvolvimento do comércio e da indústria.

O Tâmis e suas docas estavam cheios de mercadores e suas cargas. "Toda a superfície do Tâmis", escreveu um contemporâneo, "está coberta de pequenos navios, barracas, barcos e pequenos botes de remos, passando abaixo e acima; e debaixo das três pontes, há tamanha quantidade de mastros com pouco espaço entre eles, que dir-se-ia todos os navios do universo estavam reunidos."<sup>87</sup> Duas pontes novas tinham sido acrescentadas, naquele período: Blackfriars e Battersea. Chegando a Londres, procedente de Veneza (1746, 1751) Canaletto pintou magníficas paisagens da cidade e do rio. Reproduções de tais *vedute* possibilitaram aos europeus cultos perceber como Londres chegara a ser o principal porto do mundo cristão.

Nunca, desde a antiga Roma (exceto Constantinopla), tinha a história visto uma cidade tão grande, rica e complexa. No St. James's Palace, o rei e a rainha e seus servidores, a corte e suas cerimônias. Nas igrejas, prelados bem-nutridos resmungando fórmulas hipnóticas, e os humildes fiéis descansando da realidade suplicavam auxílio divino. Na Casa do Parlamento, os Lordes e os Comuns faziam os jogos da política tendo as almas como peões. Na Mansion House, o prefeito e seus auxiliares, fardados, dispendo regulamentos sobre capelas e bordéis, assim como pensando em controlar a próxima epidemia, ou o populacho. Nas casernas, os soldados jogavam, freqüentavam mulheres e profanavam o ar. Nas lojas, os alfaiates curvados diante de seus trabalhos, os bombeiros respirando chumbo, joalheiros, relojoeiros, sapateiros, cabeleireiros, negociantes de vinhos apressados para atender os pedidos das senhoras e dos senhores. Em Grub Street ou Fleet Street, os escritores vulgares, anulando com uma penada os clientes, derrubando ministros, ameaçando o rei. Nas prisões, homens e mulheres

morrendo de infecção, ou gradualmente caminhando para maiores crimes. Nos cortiços e nos porões os famintos, os desafortunados e os vencidos, multiplicando seus semelhantes ansiosa e eternamente.

Apesar de tudo, tanto Johnson como o seu biógrafo amavam Londres. Boswell admirava "a liberdade e os caprichos(...) e os tipos curiosos, a grande multidão, assim como a pressa e o atropelo dos negócios e das diversões, a quantidade de lugares de recreação pública, a nobreza das igrejas e a suntuosidade das construções,(...) a satisfação de fazer o que se deseja sem ser conhecido ou reparado",<sup>88</sup> o protetor e corrosivo anonimato da multidão. E Johnson, gozando e perscrutando o "amplo fluxo do linguajar de Londres", terminou o assunto com uma declaração formal: "Quando um homem se cansa de Londres, ele está cansado da vida."<sup>89</sup>

## A Era de Reynolds

1756-90

### I. OS MÚSICOS

**A** INGLATERRA daquele tempo amava a música, mas não tinha capacidade para produzi-la.

Entretanto, o gosto por esta arte era muito difundido. No quadro de Zoffany, *As Famílias Cowper e Gore*, vê-se a influência da música nos lares cultos. Em 1784, por ocasião do Concerto Comemorativo de Handel, sabemos que centenas de cantores e executantes foram trazidos nessa oportunidade. O *Morning Chronicle* de 30 de dezembro de 1790 anunciava, para os próximos meses, uma série de "Concertos para Profissionais", uma outra de "Concertos Antigos", "Assinaturas de Concertos para as Senhoras", nos domingos à tarde; oratórios, duas vezes por semana, e seis concertos sinfônicos regidos pelo próprio compositor — Joseph Haydn.<sup>1</sup> O fato rivalizava com a riqueza musical da presente Londres. Assim como os coros em Veneza eram compostos por crianças, as "Crianças da Instituição de Caridade" da Catedral de São Paulo faziam exhibições anuais, sobre as quais escreveu Haydn: "Música nenhuma jamais comoveu-me tanto em minha vida."<sup>2</sup> Concertos e músicas ligeiras eram apresentados na Rotunda Ranelagh, e nos Jardins Marylebone. Umas doze sociedades de amadores davam recitais públicos. A predileção dos ingleses pela música ficou tão difundida que uma vintena de virtuosos e compositores chegaram à ilha — Geminiani, Mozart, Haydn, Johann Christian Bach. Este último ficou.

O gosto pela ópera séria decresceu na Inglaterra depois do excesso de Handel. Um certo entusiasmo voltou quando Giovanni Manzuoli abriu a temporada de 1764 com *Ezio*. Burney descreveu sua voz como "o mais possante e volumoso soprano jamais ouvido em nosso palco desde Farinelli".<sup>3</sup> Aparentemente, este foi o último triunfo da ópera italiana na Inglaterra naquele século. Quando a casa da ópera italiana em Londres incendiou-se totalmente (1789) Horace Walpole regozijou-se, fazendo votos para que nunca fosse reconstruída.<sup>4</sup>

Se na Grã-Bretanha não houve nenhum compositor memorável, contou entretan-



to, com dois eminentes historiadores da música, cujos trabalhos apareceram no mesmo ano, 1776 — o *annus mirabile* de *Declínio e Queda do Império Romano*, e *A Riqueza das Nações*, sem falar na Declaração da Independência Americana. Os cinco volumes da *História Geral da Ciência e Prática da Música* era uma obra de cuidadosa erudição, e embora ele não fosse músico — era advogado e magistrado — suas avaliações situavam-se muito bem no fluxo da opinião crítica. Charles Burney era organista na Catedral de São Paulo e o professor de música mais requisitado na Inglaterra. Um belo rosto e personalidade agradável, aliados aos dotes pessoais, conquistaram-lhe a amizade de Johnson, Garrick, Burke, Sheridan, Gibbon e Reynolds — que pintou, grátis, um belo retrato dele.<sup>5</sup> Viajou pela França, Alemanha, Áustria, e Itália a fim de obter material para sua *História Geral da Música*, falando, com conhecimento de primeira mão, sobre os principais compositores então vivos. Em 1780, comentou que “os músicos velhos reclamam da extravagância dos jovens, e estes reiteram sua opinião sobre a aridez e deselegância dos velhos”.<sup>6</sup>

## II. OS ARQUITETOS

Os construtores ingleses ofereciam então um vivo confronto entre o renascimento do gótico e do clássico. A grandeza das grandes catedrais, o vestígio do esplendor dos vitrais, as ruínas cobertas de musgo das abadias da Inglaterra, despertavam a imaginação para idealizar a Idade Média, tornando-a favorável ao incremento da reação romântica contra os objetos, dispostos à moda clássica, aos pares, colunas frias e frontões opressivos. Horace Walpole contratou vários arquitetos de segundo plano para reconstruir em forma e ornamentação góticas sua “Strawberry Hill”, em Twickenham (1748-73). Levou anos de minucioso cuidado para tornar a sua casa o próprio paládio do estilo antipaladiano. Ano após ano acrescentava mais quartos até construir 22. Um deles, denominado “a Galeria”, onde se encontravam suas coleções de arte, tinha 25 metros de comprimento. As ripas e o gesso eram utilizados com excessiva frequência em vez da pedra, o que dava, à primeira vista, a idéia de fragilidade, perdoável na decoração de interiores, mas imperdoável nas estruturas externas. Selwyn chamava Strawberry Hill “gótico de bolo de gengibre”,<sup>7</sup> e outro crítico mordaz disse que Walpole havia sobrevivido a três grupos de parapeitos ameaçados,<sup>8</sup> os quais teriam de ser constantemente restaurados.

Apesar dessas experiências, Paládio e Vitruvius permaneceram as divindades tutelares da arquitetura inglesa da segunda, assim como da primeira metade do século XVIII. O espírito clássico foi reforçado pelas escavações em Herculano e Pompéia, espalhando-se com as descrições das ruínas clássicas em Atenas, Palmira e Balbek. Sir William Chambers defendia o ponto de vista paladiano no seu *Tratado de Arquitetura Civil* (1759), pondo em prática sua teoria ao reconstruir Somerset House (1776-86) com uma vasta fachada de janelas renascentistas e pórticos coríntios.

Uma admirável família constituída de quatro irmãos, John, Robert, James e William Adam, veio da Escócia para dominar a arquitetura inglesa nesse meio século. Robert foi o que marcou mais o seu tempo. Depois dos estudos na Universidade de Edimburgo, passou três anos na Itália, onde encontrou Piranesi e Winckelmann. No-

tando que os palácios particulares elogiados por Vitrúvio haviam desaparecido do cenário romano, e sabendo que um permanecia relativamente intacto, o palácio de Diocleciano em Spalato (agora Split, na Iugoslávia), dirigiu-se àquela antiga capital da Dalmácia, ali passou cinco semanas fazendo desenhos e tomando medidas, foi preso como espião e, libertado, escreveu um livro sobre suas pesquisas, voltando à Inglaterra resolvido a empregar os estilos romanos nas construções britânicas. Em 1768, ele e seus irmãos arrendaram, por 99 anos, uma extensão de terreno em declive entre o Strand e o Tâmsa, ali erigindo o famoso Adelphi Terrace — um bairro de ruas primorosas e belas casas sobre um aterro sustentado por maciças arcadas e abóbadas romanas. Naquele bairro moraram alguns dramaturgos notáveis, de Garrick a Bernard Shaw. Robert projetou também algumas famosas mansões, tal como a de Bute, Luton Hoo (isto é, a casa em Luton, a cinquenta quilômetros ao norte de Londres). “Este”, disse Johnson, “é um lugar que não me arrependo de ter vindo conhecer.” E ele era difícil de agradar.

De modo geral, a ordem clássica venceu a batalha contra a revivescência do gótico. Muitos dos grandes palácios da época, como o Carlton House, em Londres, e Harewood House, em Yorkshire, eram do estilo neoclássico. Walpole não viveu para ver a volta triunfante e esplendorosa do gótico nas Casas do Parlamento (1840-60).

### III. WEDGWOOD

Os irmãos Adam não se contentaram apenas em projetar prédios e interiores. Construíram alguns dos mais belos móveis da época. Contudo, o grande nome nesse particular é o de Thomas Chippendale. Em 1754, com 36 anos, publicou *Guia para as Pessoas de Qualidade e para os Marceneiros*, o qual era para a arte da marcenaria o que os *Discourses* de Reynolds eram para a pintura. Suas características eram cadeiras com encostos de tiras finas e pernas delicadas. Encantava ainda os homens e mulheres nobres do tempo de Jorge III com papeleiras, mesas de escrever, cómodas, estantes, espelhos, mesas e camas de quatro colunas — tudo isso elegante, moderno, em geral frágil e delicado.

Essa fragilidade era continuada no trabalho do rival de Chippendale, George Hephlewhite, e seu sucessor, Thomas Sheraton. Pareciam converter-se à teoria de Burke de que, na arte, como na vida, a beleza deve ser frágil, delicada. Sheraton levou a leveza e a graça ao auge. Especializou-se em pau-cetim, e com as belas madeiras de veios. Polia-as pacientemente, pintava-as de leve, e às vezes, incrustava-as com ornamentos de metal. No seu *Dicionário de Marcenaria* (1802) ele cadastrou “os mestres marceneiros” que trabalhavam em Londres ou em suas adjacências. A alta classe, então, rivalizava com a francesa no refinamento de sua mobília e equipamentos.

Conquistavam posição destacada sobre os franceses no projeto de jardins e parques. Lancelot Brown ganhou o apelido de “Possibilidade” pela rapidez com que via as “possibilidades” oferecidas pelos clientes quanto aos projetos fantásticos — e caros. Dentro desse espírito, planejou os jardins em Blenheim e Kew. A moda dos jardins era então o exótico, inesperado, pitoresco. Usavam-se como ornamentação de exteriores templos góticos e pagodes chineses. Sir William Chambers, ao decorar os Kew Gar-

dens (1757-62), introduziu santuários góticos, mesquitas mouriscas e pagodes chineses. Urnas funerárias constituíam glória favorita dos jardins, às vezes contendo cinzas de amigos falecidos.

A arte da cerâmica era quase uma inovação revolucionária, pois a Inglaterra estava produzindo o vidro da mais alta qualidade na Europa.<sup>10</sup> As cerâmicas de Chelsea e Derby transformaram-se nos mais deliciosos objetos de porcelana, em geral no estilo de Sèvres. Contudo, o centro de maior movimento na fabricação da cerâmica era “Five Towns”, em Staffordshire — principalmente Burslem e Stoke-on-Trent. Anteriormente a Josiah Wedgwood, a indústria era deficiente em métodos e recursos, e os ceramistas grosseiros e analfabetos. A primeira vez em que Wesley a eles se dirigiu com explanações atiraram-lhe barro. Suas casas eram choupanas e os seus centros comerciais restritos por estradas intransponíveis. Em 1755, uma rica jazida de caulim — barro, branco e duro, utilizado pelos chineses — foi descoberta na Cornualha, porém distante duzentas milhas das Cinco Cidades.

Com a idade de nove anos (1739), Wedgwood principiou a trabalhar o torno do ceramista. Recebeu pouca instrução, porém leu muito, e o estudo ao qual se dedicou da obra de Caylus, *Recueil d'antiquités égyptiennes, étrusques, grecques, romaines, e gauloises* (1752-67), inspirou-o com a ambição de reproduzir e rivalizar as formas de cerâmica clássica. Em 1753, principiou seu próprio negócio na Ivy House Works, construindo ao seu redor, nas proximidades de Burslem, uma cidade à qual deu o nome de Etrúria. Atacou com a energia de um guerreiro e a visão de um estadista as condições que emperravam a indústria. Obteve melhoria de transporte para o caulim, da Cornualha para as suas usinas. Fez uma campanha — e ajudou a pagar — para a melhoria das estradas e a construção de canais, pois resolvera abrir caminho das Cinco Cidades para o mundo. Até então, o mercado inglês de cerâmica estivera dominado por Meissen, Delft e Sèvres. Wedgwood absorveu o mercado doméstico e, em seguida, grande parte do externo. Por volta de 1763, suas olarias exportavam anualmente 550 mil peças para o Continente e América do Norte. Catarina a Grande encomendou um aparelho de jantar de mil peças.

Já em 1785, as porcelanas de Staffordshire empregavam quinze mil operários. Wedgwood introduziu o trabalho especializado, estabeleceu disciplina, pagou bons salários, construiu escolas e bibliotecas. Insistia na boa mão-de-obra. Um antigo biógrafo descreveu-o percorrendo suas usinas com sua perna de pau, e quebrando com a própria mão qualquer objeto que demonstrasse a mínima falha. Em geral, nesses casos, escrevia com giz no banco do artesão negligente: “Isto não vai com Josiah Wedgwood.”<sup>11</sup> Desenvolveu utensílios de precisão e comprou máquinas a vapor para potencializar suas instalações. Como resultado de sua produção em larga escala de porcelana comercial, os utensílios de estanho perderam sua aceitação geral na Inglaterra. Sua produção estendia-se dos canos de esgoto aos mais belos vasos para a Rainha Carlota. Dividia sua produção em “Útil” e “Ornamental”. Em relação à segunda, imitava positivamente os modelos clássicos, como nos luxuosos vasos de ágata. Mas desenvolvia, também, formas originais, principalmente a famosa louça de jasper com figuras gregas delicadamente trabalhadas em relevo com uma base azul.

Seus interesse e entusiasmo lançavam-se muito além das porcelanas. Nas experiências tendo em vista encontrar misturas mais satisfatórias de terra e elementos químicos

cos, assim como melhorar os métodos de aquecimento, inventou um pirômetro para medir altas temperaturas. Esta e outras pesquisas conquistaram-lhe ingresso na Royal Society (1783). Era um antigo membro da Sociedade para a Abolição do Escravismo, tendo desenhado e feito o respectivo escudo. Fez campanha para o sufrágio universal do sexo masculino, apoiando as colônias americanas do princípio ao fim de sua revolta. Aplaudia a Revolução Francesa como promissora de uma França mais feliz e próspera.

Teve o bom senso de empregar John Flaxman para fornecer novos e refinados desenhos para sua porcelana. Partindo desse trabalho, Flaxman passou a ilustrar Homero, Êsquilo e Dante com desenhos baseados na arte dos vasos dos pintores gregos. Suas linhas são admiráveis, faltando-lhes todavia, corpo e cor. Seus atrativos são como os de uma mulher sem carnes. Algo dessa frieza foi transportada para a escultura de Flaxman, como no seu monumento a Nelson na Catedral de São Paulo. Entretanto, em *Cupido e Marpeça*,<sup>12</sup> em mármore, conseguiu formas humanas em uma das melhores imitações da estatuária clássica. Monumentos funerários tornaram sua especialidade. Erigiu-os a Chatterton, em Bristol, a Reynolds na Catedral de São Paulo, a Paoli na Abadia de Westminster. Desempenhou na Inglaterra o mesmo papel que Canova na Itália — a tentativa neo-clássica de captar a graça voluptuosa e macia de Praxíteles.

Encontramos mais vida, embora com menor beleza, nos bustos que Joseph Nollekens fez dos ingleses famosos. Nascido em Londres, de pais flamengos, ali estudou até os 23 anos, época em que foi para Roma. Viveu e trabalhou nessa cidade por um período de dez anos, vendendo antiguidades reais e falsas.<sup>13</sup> Voltando a Londres, foi tão bem-sucedido com um busto de Jorge III que logo tornou-se alvo de muitas encomendas. Sterne, Garrick, Fox, Pitt II e Johnson posaram para ele, desapontando-os por vezes, pois Nollekens não fazia concessões. Resmungando, Johnson reclamou que o escultor o retratara com a aparência de ter tomado um purgante.<sup>14</sup>

Foi uma época de gravadores. O público interessava-se intensamente pelas poderosas personalidades que pisavam o cenário político e outros, e gravuras de seus rostos eram espalhadas por toda a Inglaterra. As caricaturas de James Gillray eram quase tão letais como as cartas de Júnio. Fox confessava que tais desenhos causavam-lhe “maiores danos do que os debates no Parlamento.”<sup>15</sup> Thomas Rowlandson caricaturava os homens como animais, mas desenhava também paisagens agradáveis, tendo divertido muitas gerações com *Viagens do Dr. Syntax*. Paul Sandby e Edmund Dayer desenvolveram o gênero da aquarela até atingir a máxima perfeição.

Os ingleses que voltavam das grandes viagens traziam gravuras, pinturas, estampas e outros trabalhos artísticos. O gosto pelas artes difundiu-se. Os artistas multiplicavam-se, alcançavam fama, melhoravam o *status*, aumentavam os preços. Alguns foram feitos cavalheiros. A Sociedade para o Incentivo da Arte, Manufatura e Comércio (1754) concedeu prêmios com boa soma em dinheiro aos artistas nacionais, assim como encarregava-se de fazer exposições. O Museu Britânico abriu ao público suas coleções em 1759. Em 1761, uma Sociedade de Arte principiou suas exibições anuais. Muito breve dividiu-se entre conservadores e modernos, ou inovadores. Os conservadores formaram a Real Academia de Londres, com uma carta-régia e cinco mil libras doadas por Jorge III, fazendo Joshua Reynolds seu presidente por 23 anos. A grande era da pintura principiava na Inglaterra.

## IV. JOSHUA REYNOLDS

Richard Wilson foi o primeiro a começar. Filho de um pastor galês, chegou a Londres com quinze anos, ganhando a vida pintando retratos. Em 1749, foi para a Itália. Naquele país e na França absorveu a herança de Nicolas Poussin e Claude Lorrain, aprendendo a valorizar a pintura histórica e de paisagem, colocando-a acima da arte de retratista. De volta a Londres, pintou paisagens com uma atmosfera luminosa, porém atravancada de deuses, deusas e ruínas clássicas. Especialmente bela é *Os Temas em Twickenham*,<sup>16</sup> que capta o espírito de um verão inglês — banhistas deitados, refestelando-se, árvores e velas dos barcos quase sem oscilação com a brisa suave. Contudo, os ingleses não desejavam paisagens. Desejavam retratos para preservá-los os rostos na mocidade. Wilson persistiu. Vivia pobremente, numa casa quase sem móveis, em Tottenham Court Road, suavizando sua amargura no álcool. Em 1776, a Academia Real salvou-o, tornando-o bibliotecário da instituição. Com a morte de um irmão, herdou uma pequena propriedade em Gales. Passou naquele país os últimos anos de vida, numa obscuridade tão completa que nenhum jornal anunciou sua morte (1782).

Em contraste, a carreira de Reynolds foi um desfile de honrarias e prosperidade, que o acompanhou a vida toda. Foi feliz em ter nascido (1727) filho de um clérigo de Devonshire que tinha uma escola onde ensinava latim, e amava os livros. Entre estes, Joshua encontrou um *Ensaio Sobre a Arte da Pintura(...)* *Como um Todo* (1719), por Jonatham Richardson. A leitura desse livro animou-o do desejo de ser pintor e os pais, compreensivos, concordaram com a escolha. Mandaram-no para Londres, a fim de estudar com Thomas Hudson, um homem de Devon que se casara com a filha de Richardson, na ocasião o pintor mais procurado na cidade. Em 1746 o pai morreu, e o jovem artista montou casa com suas duas irmãs no que atualmente é Plymouth. Naquele porto famoso, encontrou marinheiros e comandantes, pintou seus retratos, fazendo preciosas amizades. Quando o Capitão Augustus Keppel recebeu a incumbência de levar dádivas ao rei de Argel, ofereceu a Joshua uma passagem gratuita para Minorca, pois sabia que o jovem ansiava por estudar na Itália. De Minorca, Reynolds dirigiu-se a Roma (1750).

Permaneceu na Itália três anos, pintando e fazendo cópias. Trabalhou para descobrir os métodos empregados por Miguel Ângelo e Rafael para executarem linhas, cor, luz, sombra, textura, profundidade, expressão e atmosfera. Pagou um alto preço, pois enquanto copiava Rafael em salas do Vaticano sem calefação, pegou uma gripe que parece ter danificado seu ouvido interno. Passando a Veneza, estudou Ticiano, Tintoretto e Veronese, aprendendo como dotar qualquer modelo com a dignidade de um doge. A caminho da pátria, parou alguns dias em Paris, porém achou a pintura francesa contemporânea feminina demais para o seu gosto. Depois de um mês em Devon, estabeleceu-se com a irmã, Frances, em Londres (1753), ali permanecendo o resto da vida.

Quase imediatamente, chamou atenção com um outro retrato do Capitão Keppel<sup>17</sup> — belo, ardente, imperioso. Naquela ocasião, havia sido restabelecida a tradição de Vandyck de fazer retratos como as imagens resplandcentes da aristocracia. Dentro

de dois anos, Reynolds havia recebido 120 modelos, sendo considerado o melhor pintor da Inglaterra. Essa facilidade tornou-se sua limitação. Ficara tão absorto e hábil na pintura de retratos que lhe faltaram tempo e técnica para obras históricas, mitológicas ou religiosas. Saiu-se bem em algumas, tais como *Sagrada Família*, e *As Três Graças*,<sup>18</sup> porém não se inspirava com elas. Tampouco seus patronos desejavam tais obras. Como os bons protestantes desencorajavam pinturas sacras, como incentivadores da idolatria. Amavam a natureza, porém como um acréscimo a suas personalidades ou de suas caçadas. Desejavam ver-se nas paredes, sem envelhecer, a fim de impressionarem a posteridade. De modo que procuravam Reynolds, dois mil entre eles, mandando suas mulheres e filhos e, algumas vezes, os cachorros. Nunca saíam aborrecidos, porque a amável imaginação de Reynolds podia sempre suprir o que a natureza não pudera dar.

Nunca uma geração ou uma classe foi tão bem preservada como nos 630 retratos que restaram. Eis aqui os estadistas daquela vigorosa era: Bute, num esplendor de cores,<sup>19</sup> Burke, um tanto sombrio para seus 38 anos; Fox, com sua imensa barriga, ansioso e nobre aos 44 anos. E os escritores: Walpole, Sterne e Goldsmith<sup>20</sup> parecendo, realmente, o “Pobre Cabeça de Martelo”; Gibbon, com suas bochechas que a Marquesa du Deffand, que só podia ver com as mãos, confundiu com “a parte traseira de uma criança”;<sup>21</sup> e Boswell,<sup>22</sup> tão orgulhoso como se fosse ele quem tivesse retratado Johnson; e o próprio Johnson carinhosamente pintado cinco vezes e, em 1772, pousando para o mais conhecido dos retratos de homens, feitos por Reynolds.<sup>23</sup> Aqui encontram-se as divindades do teatro: Garrick “despedaçado entre as musas rivais da Tragédia e da Comédia”, Mary Robinson, como Perdita, Mrs. Abington, a Musa Cômica, e Sarah Siddons, a Musa Trágica.<sup>24</sup> Um entusiasta pagou a Reynolds setecentos guinéus (\$18.200?) por esta soberba obra-prima.

Em grande número nesta incomparável galeria estão os aristocratas que deram ordem social a um povo individualista, estratégia triunfante à política exterior e uma constituição controladora ao rei. Vamos vê-los primeiro em suas belas mocidades, tal como Thomas Lister, com doze anos — que, como o *Brown Boy* de Reynolds, desafia o *Blue Boy* de Gainsborough. Muitos deles apresentavam-se protuberantes dentro de seus cintos, agora que os dias perigosos haviam passado, como aquele mesmo Augustus Keppel tão apresentável em 1753, como capitão, e que se tornou um almirante bem avantajado em 1780. Apesar de tais rotundidades, e das sedas e rendas de suas indumentárias, Reynolds conseguia transformar intangíveis coragem e orgulho em cor e traços. Tomemos, por exemplo, o vulto majestoso e a personalidade de Lorde Heatfield, trajando o vigoroso vermelho britânico e tendo nas mãos a chave de Gibraltar, que ele invencivelmente defendeu contra um assédio de quatro anos franceses e espanhóis.

Assim é que chegamos a essas *diai gynaikon*, deusas entre as mulheres, as quais Reynolds encontrou nas esposas e filhas da aristocracia britânica. Solteiro, estava livre para amá-las todas com os olhos e o pincel, endireitar-lhes os narizes, as feições, arranjar-lhes os magníficos cabelos e transformá-las com vestes tão suaves e harmoniosas que fariam Vênus almejar vestir-se. Vejamos Lady Elizabeth Kappel, Marquesa de Tavistock, trajando o elegante vestido que usara anos atrás como dama de honra no casamento da Rainha Carlota. O que seria ela sem esses refolhos de seda envolvendo-lhe

as pernas, as quais, afinal de contas, não podiam ser muito diferentes das de Xantipa. Às vezes, Reynolds experimentava o que podia fazer com uma mulher vestida simplesmente. Pintou Mary Bruce, Duquesa de Richmond, trajada com uma simples manta, costurando, o modelo sobre uma almofada.<sup>25</sup> Esse rosto bem poderia povoar os sonhos do filósofo. Quase tão simples no vestir e com perfil angelical é Mrs. Bouverie ouvindo o que diz Mrs. Crewe.<sup>26</sup> Havia ainda uma beleza mais profunda na fisionomia pacífica e gentil de Ema Gilbert, Condessa de Mount Edgcumbe.<sup>27</sup> Este retrato foi destruído por uma investida inimiga na Segunda Guerra Mundial.

Quase todas essas mulheres tinham filhos, porque parte da obrigação aristocrática era manter a família e a propriedade numa continuidade indivisível. De modo que Reynolds pintou Lady Elizabeth Spencer, Condessa de Pembroke, com seu filho de seis anos, futuro Lorde Herbert,<sup>28</sup> e Mrs. Edward Bouverie, com sua filha Georgiana, de três anos;<sup>29</sup> e essa filha que se tornou Duquesa de Devonshire (a alegre beladade que, com beijos, comprou versos para a campanha de Fox ao Parlamento), por sua vez, com sua filha, também de três anos, uma outra Georgiana, a futura Condessa de Carlisle.<sup>30</sup>

Finalmente, e talvez o quadro mais fascinante de todos, as próprias crianças, uma inteira galeria de todas elas, quase todas individualizadas como almas irreproduzíveis, e solidariamente compreendidas na insegurança e no fascínio da infância. O mundo inteiro conhece a obra-prima de Reynolds neste setor, *A Idade da Inocência*,<sup>31</sup> que ele pintou em 1788, nos últimos anos de sua visão. Mas a maneira como rapidamente compreendeu a infância ao ponto de alcançar uma intuição quase mística pode ser vista no indescritivelmente belo retrato de Lorde Robert Spencer, aos doze anos de idade,<sup>32</sup> pintado em 1758. A partir de então, pintou-os em todas as idades: a Princesa Sofia Matilda, com um ano; Miss Bowles, com três anos, em companhia de seu cachorro; aos quatro, Master Crewe, numa perfeita imitação de Henrique VIII; e, mais ou menos com a mesma idade, a "Menina dos Morangos";<sup>33</sup> aos cinco, os irmãos Brummel, William e George (o que seria o "Belo Brummel"); com cinco anos, o Príncipe Guilherme Frederico; com sete, Lorde George Conway; aos oito, Lady Caroline Howard; aos nove, Frederico, Conde de Carlisle; e assim, continuamente, retratava-os na juventude, no casamento e com os filhos.

Reynolds admitia preferir os modelos que tivessem títulos de nobreza. "A lenta progressão das coisas faz com que a elegância e o refinamento constituam o último resultado da opulência e do poder",<sup>34</sup> e somente os ricos poderiam pagar as trezentas libras que ele pedia para pintar "duas crianças de corpo inteiro".<sup>35</sup> De qualquer forma, possuía a varinha de condão, pois, dentro em breve, ganhava dezesseis mil libras por ano. Em 1760, comprou uma casa no número 17 de Leicester Square, na época o local mais seletivo de Londres. Mobiliou-a com luxo, colecionou grandes pintores e reservou para seu estúdio uma sala tão espaçosa como um salão de baile. Tinha carruagem própria, com painéis pintados e rodas douradas. Pedia à sua irmã que a usasse a fim de percorrer a cidade, pois acreditava que tal ostentação de prosperidade atrairia mais.<sup>36</sup> Em 1761, foi elevado à categoria de nobre. Era recebido em toda a parte, sendo, por sua vez, anfitrião de muitos convidados de talento, classe e beleza. À sua mesa sentavam-se mais intelectuais do que em qualquer outra na Inglaterra.<sup>37</sup> Goldsmith dedicou-lhe *A Aldeia Abandonada*, e Boswell a *Vida de Samuel Johnson*.

Foi Reynolds quem, em 1764, fundou "The Club", para dar a Johnson um foro de seus pares.

Deve ter amado Johnson, pois dele fez muitos retratos. E pintou ainda maior número de si próprio. Não foi agraciado com a beleza. Seu rosto era vermelho e com marcas de varíola, que contraíra em criança. As feições eram grosseiras, acentuadas por um defeito no lábio superior, conseqüência de uma queda em Minorca. Aos trinta anos retratou-se com os olhos semicerrados tentando atravessar um emaranhamento de luz e sombra a fim de captar a alma atrás do rosto.<sup>38</sup> Tornou a retratar-se aos cinquenta anos, em suas roupas doutorais,<sup>39</sup> porque Oxford o havia feito doutor em lei. O melhor da série é o retrato da National Gallery, cerca de 1775. O rosto tornou-se mais refinado, porém os cabelos estão brancos e ele traz a mão em concha aos ouvidos, pois estava ficando surdo.

Quando, em 1768, foi fundada a Real Academia de Artes, Reynolds foi feito seu presidente pelo consenso geral. Durante quinze anos, abriu o ano letivo com um discurso aos estudantes. Boswell foi um dos que, entre seus amigos, sentou-se na primeira fila por ocasião da oração inaugural de Reynolds (2 de janeiro de 1769). Muitos dos que ouviram tais discursos admiraram-se da qualidade literária. Alguns pensaram que tinham sido escritos por Burke ou Johnson. Entretanto, Sir Joshua aprendera muito com os contatos que tivera, desenvolvendo estilo, assim como espírito próprios. Naturalmente, como acadêmico, enfatizava a importância do estudo. Revoltava-se contra a noção de que o gênio dispensa instrução e trabalho árduo. Ironizava "o fantasma inspirador", insistindo que "o trabalho é o único preço de uma fama sólida".<sup>40</sup> Além disso, achava "que se devia aproveitar toda oportunidade para discordar da opinião falsa e vulgar de que as regras são os grilhões do gênio".<sup>41</sup> Que devia haver três etapas no desenvolvimento normal de um artista: primeiro, ensino — estudo das regras, desenho e projeto, cor, modelo; segundo, estudo dos artistas que receberam a aprovação do tempo. Com tais estudos, "as qualidades entre vários mestres unem-se então em uma idéia geral, que doravante deverá regular o gosto do estudante e dar asas à sua imaginação. (...) Terceiro e último período, libertar o estudante de submissão a qualquer autoridade que não seja a que ele mesmo julgue apoiada pela razão".<sup>42</sup> Só então ele pode inovar. "Uma vez estabelecido o seu julgamento e suprida sua memória, pode, sem medo, experimentar o poder de sua imaginação. A mente assim disciplinada entrega-se ao mais louco entusiasmo, agindo no auge das mais doidas extravagâncias."<sup>43</sup>

Rejeitando os Velhos Mestres como "Mestres Negros", Hogarth advogava a reprodução realista da natureza. Reynolds achava isso apenas uma preparação para a arte mais realista. "A própria natureza não deve ser copiada com muita fidelidade. (...) O desejo do verdadeiro artista deve ser mais extenso. Ao invés de procurar agradar o público com a minúcia de suas imitações, ele deve esforçar-se para melhorá-las pela grandeza de suas idéias. (...) [Ele] deve lutar para conseguir a fama cativando a imaginação."<sup>44</sup> Tudo na natureza é imperfeito do ponto de vista da beleza, pois contém algum defeito ou falha. O artista aprende a eliminá-los de suas criações, combinando em um único ideal as qualidades de muitas formas deficientes, "corrigindo a natureza por ela mesma, sua imperfeição por meio de seu estado mais perfeito. (...) Esta concepção do perfeito estado da natureza, que o artista chama Ideal de Beleza, é o



princípio norteador, e pelo qual são produzidas as obras de gênio.” Para distinguir entre o imperfeito e o perfeito, entre o nobre e o vil, e para disciplinar, depurar e exaltar a imaginação, o artista deve ampliar seus conhecimentos por meio da literatura e da filosofia, assim como pela “conversa de homens cultos e inventivos”.<sup>45</sup> E foi o que Reynolds fez.

Em 1782, foi acometido por um derrame, do qual recuperou-se parcialmente. Por mais sete anos continuou a pintar. Depois, seu olho esquerdo anuviou-se e, em breve, ficou perdido. Em 1789, o olho direito começou a falhar e Reynolds pôs de lado os pincéis, desanimado e acreditando que a cegueira quase total viria juntar-se à surdez parcial que desde os 77 anos obrigara-o a usar uma corneta acústica. Em 10 de dezembro de 1790, fez o último dos seus discursos. Reafirmou a fé nos preceitos acadêmicos e conservadores de suas alocuções anteriores, reiterando o conselho de estudar o traço antes da cor e os pintores clássicos antes de partir para inovações. Terminou com um hino de louvor a Miguelângelo:

Se eu tivesse que tornar a viver, trilharia as passadas desse grande mestre. Beijar a bainha de sua roupagem, absorver uma parte mínima de suas perfeições teria sido glória e honraria suficientes para um homem ambicioso.(...) Creio, não sem vaidade, que estes discursos encerram o testemunho de minha admiração por aquele homem realmente divino, desejando que as últimas palavras proferidas nesta Academia, e deste lugar, sejam o nome de Miguelângelo.<sup>46</sup>

O penitente retratista morreu a 23 de fevereiro de 1792, sendo seus restos mortais conduzidos à Catedral de São Paulo por nove nobres que se orgulharam de fazê-lo.

#### V. THOMAS GAINSBOROUGH

Reynolds era o homem do mundo, pronto a submeter-se às homenagens necessárias à aceitação na sociedade. Apaixonado individualista, Gainsborough enfurecia-se com os sacrifícios exigidos de sua personalidade e de sua arte como preço do sucesso. Seus pais eram Dissidentes. Thomas herdou-lhes a independência de espírito sem a fé. Contam-se histórias dele ter gazeteado a escola em sua terra natal, Sudbury, para vagar pelo campo, esboçando árvores e o céu, assim como o gado pastando nas campinas e bebendo no açude. Quando completou quatorze anos já havia desenhado todas as árvores da vizinhança, de modo que obteve permissão do pai para ir a Londres a fim de estudar arte. Lá chegando, estudou todos os habitantes do sexo feminino nas ruas londrinas, dando um jovem ator o seguinte conselho: “Não percorra as ruas de Londres, pensando que vai captar mensagens da *natureza*, ao acaso. As saias foram a minha primeira escola, e nelas sou muito versado, por conseguinte, você deve permitir-me um conselho”.<sup>47</sup>

Ainda com dezenove anos, viu-se repentinamente casado com uma moça escocesa, de dezesseis, Margareth Burr. Era, segundo muitos, filha ilegítima de um duque, mas tinha uma renda de duzentas libras anuais.<sup>48</sup> Em 1748, estabeleceram-se em Ipswich. Ele filiou-se ao clube musical da cidade, pois amava a música e tocava vários instrumentos. “Faço retratos para viver, paisagens porque as amo, e música porque não

posso deixar de fazê-la.”<sup>49</sup> Na obra dos pintores holandeses de “*landskip*”, encontrou um reforço do seu interesse na natureza. Philip Thicknesse, governador do Forte Landguard, encomendou-lhe um quadro do forte, das colinas adjacentes e de Harwich. Em seguida, aconselhou-o a procurar uma clientela mais rica e ampla em Bath.

Lá chegando (1759), Gainsborough procurou de preferência os músicos, em vez dos artistas, logo tornando-se amigo de Johann Christian Bach. Possuía a alma e a sensibilidade de músico e, em suas pinturas, transformava a música nas cores quentes e na elegância do traço. A cidade de Bath possuía uma boa coleção. Gainsborough podia então estudar as paisagens de Claude Lorrain e Gaspar Poussin, assim como retratos de Vandyck. Foi o herdeiro do estilo de Vandyck na Inglaterra — retratos que acrescentavam o mais alto refinamento da arte à distinção da personalidade e elegância no vestir.

Foi em Bath que realizou seus melhores trabalhos. Os Sheridans estavam morando lá, e Gainsborough pintou a jovem e encantadora mulher de Richard.<sup>50</sup> Prodigalizou toda a sua arte em maturação no quadro *A Honrável Mrs. Graham*,<sup>51</sup> cujos vestidos vermelhos, com suas ondulações e pregas, permitiram-lhe exibir as mais delicadas gradações de cor e sombra. Quando este retrato foi mostrado na Real Academia de Londres (1777), pareceu a muitos observadores que superava tudo que Reynolds tinha feito. Por volta de 1770, Gainsborough transformou Jonatham Buttal, filho de um ferragista, no *The Blue Boy*, para o qual a Huntinton Art Gallery pagou quinhentas mil libras. Reynolds expressara seu ponto de vista de que nenhum retrato saía bem em azul. Seu emergente rival aceitou o desafio triunfalmente. Doravante, o azul tornou-se a cor predileta na pintura inglesa.

Então, todos os importantes de Bath desejavam posar para Gainsborough. Mas “estou farto de retratos”, disse a um amigo, “e tenho muita vontade de pegar minha violada-gamba e partir para uma gentil cidadezinha, onde poderei pintar paisagens gozando o fim das canseiras da vida em sossego e bem-estar”.<sup>52</sup> Em vez disso, mudou-se para Londres (1774), alugando um aposento luxuoso em Schomberg House, Pall Mall, por trezentas libras anuais. Não podia deixar-se suplantar pela exibição de Reynolds. Indispôs-se com a Academia quando foi pendurar seus quadros, e por quatro anos (1773-77) recusou-se a exibir no local. Após 1783, seus novos trabalhos só eram vistos na abertura anual de seu estúdio. Os críticos de arte deram início à deselegante comparação entre Reynolds e Gainsborough. Reynolds geralmente era considerado superior, mas a família real favorecia Gainsborough, que retratou todos os seus membros. Em breve, uma boa parcela dos de sangue real na Inglaterra afluiu a Schomberg House, em busca da precária imortalidade da pintura. Nessa ocasião, Gainsborough retratou Sheridan, Burke, Johnson, Franklin, Blackstone, Pitt II e Clive.(...) A fim de se estabelecer, e pagar as dívidas, conformou-se em fazer retratos.

Os que posavam para ele julgavam-no difícil de agradar. Um lorde começou a dar-se ares importantes enquanto posava. Gainsborough mandou-o embora, sem pintar seu retrato. As feições de Garrick moviam-se tanto e eram tão mutáveis (aí residia o segredo de sua superioridade como ator) que o artista não conseguia encontrar a expressão que se fixasse o tempo suficiente para revelar o homem. Tinha o mesmo trabalho com o rival de Garrick, Samuel Foote. “Arre! Que par de imbecis!”, exclamou Gainsborough, “Eles têm a cara de todo o mundo, menos as deles.”<sup>53</sup> Com

Mrs. Siddons, as dificuldades eram outras. "Diabos levem o seu nariz, senhora, ele não acaba mais."<sup>54</sup> Com as mulheres, sentia-se muito bem, pois era grandemente sensível a seus atrativos sexuais, mas sublimava tais sentimentos numa poesia de cores suaves e olhar sonhador.

Quando as despesas de suas instalações o permitiam, pintava paisagens, para as quais era pouca a procura. Muitas vezes colocava os homens ou mulheres que para ele posavam diante de um cenário rústico, como em *Robert Andrews e Sua Esposa* (que alcançou a cifra de 364 mil libras em um leilão, em 1960). Muito ocupado para ir desenhar ao ar livre, trazia para dentro de casa cepos de árvores, plantas silvestres, galhos, flores, animais, arranjando-os, juntamente com bonecas vestidas para servirem de gente, em um quadro.<sup>55</sup> Partindo desses objetos, de suas memórias e imaginação, pintava paisagens. Havia nelas um certo artificialismo, um formalismo e regularidade raramente encontrados na natureza. Mesmo assim, o resultado transmitia um ar de fragrância rural e de paz. Muito mais tarde, Gainsborough pintava algumas "pinturas de fantasia" nas quais não pretendia nenhum realismo, mas que davam expansão a seu temperamento romântico. Uma delas, *Garota do Chalé com um Cachorro e um Jarro*, possui todo o sentimento de *La Cruche Cassée* (*O Jarro Quebrado*) de Greuze. Ambos foram pintados em 1785.<sup>56</sup>

Somente um artista pode medir o valor de Gainsborough. Em seu próprio tempo ele era colocado abaixo de Reynolds. Criticavam seus desenhos como descuidados, a composição faltando unidade, as figuras colocadas de maneira inadequada, contudo o próprio Reynolds elogiava o brilho tênue do colorido de seu rival. Havia uma poesia e uma musicalidade na obra de Gainsborough que o grande retratista não podia compreender calorosamente. Reynolds possuía uma inteligência mais máscula, conseguindo melhor pintar homens. Gainsborough era um espírito mais romântico, que preferia pintar mulheres e meninos. Faltava-lhe o treino clássico que Reynolds recebera na Itália, e os elementos estimulantes que enriqueciam o espírito e a arte de Reynolds. Gainsborough lia pouco, tinha poucos interesses intelectuais e fugia do círculo de intelectuais que se reuniam ao redor de Johnson. Era generoso, porém impulsivo e crítico. Jamais poderia ouvir com paciência as conferências de Reynolds ou as preleções de Johnson. No entanto, conservou a amizade de Sheridan até o fim.

À medida que envelhecia tornava-se melancólico, porque o espírito romântico, a menos que seja religioso, torna-se desamparado diante da morte. Em muitas passagens de Gainsborough introduz-se uma árvore como um *memento mori* entre folhagens exuberantes e relva luxuriante. Talvez desconfiasse que um câncer o consumia, sentindo crescente amargura ao pensar em tão prolongada agonia. Dois dias antes de morrer, escreveu uma carta de reconciliação a Reynolds, pedindo-lhe que fosse visitá-lo. Reynolds foi, e os dois homens, que não tinham sequer brigado, porém foram objeto de disputas de homens menos importantes, entabularam prosa amigável. Ao se separarem, Gainsborough observou: "Adeus, até nos encontrarmos no além, tendo Vandyck em nossa companhia."<sup>57</sup> Morreu no dia 2 de agosto de 1778, com 61 anos.

Reynolds juntou-se a Sheridan para carregar o corpo ao Cemitério de Kew. Quatro meses depois, Reynolds, em seu Décimo Quarto Discurso, rendeu-lhe um justo tributo. Reconheceu, com franqueza, defeitos e grandes qualidades na obra de Gainsbo-

rough, porém acrescentou: "Se algum dia esta nação produzir homens de gênio suficientes para nos contemplar com a honrosa distinção de uma escola inglesa, o nome de Gainsborough passará à posteridade, na história da arte, entre os maiores deste nome." <sup>58</sup>

George Romney lutou para conseguir a popularidade de Reynolds e Gainsborough, mas seus defeitos de educação, saúde e caráter conservaram-no numa posição mais modesta. Sem nenhum estudo depois dos quatorze anos, trabalhou na carpintaria do pai em Lancashire até os dezenove anos. Aos 22 ficou seriamente doente. Ao recuperar-se, casou com a enfermeira. Logo em seguida, abandonou-a para tentar a sorte, vendo-a apenas duas vezes em 37 anos, porém enviou-lhe parte de seus ganhos. Ganhou o suficiente para ir a Paris e Roma, onde sofreu a influência da tendência neoclássica. De volta a Londres, conseguiu ajuda em virtude de sua habilidade em impregnar seus modelos de graça e dignidade. Um desses foi Ema Lyon, a futura Lady Hamilton. Romney ficou tão encantado com sua beleza que retratou-a como deusa, Cassandra, Circe, Madalena, Joana D'Arc e santa. Em 1782 pintou um retrato de Lady Southerland pelo qual recebeu dezoito libras. Foi recentemente vendido por 250 mil libras. Em 1799, quebrado de corpo e alma, voltou para sua mulher. Ela tratou-o, como o havia feito 44 anos atrás. Paralítico, durou três anos, morrendo em 1802. Através dele, de Reynolds e de Gainsborough, a Inglaterra era então, naquela metade de século, na pintura, assim como na política e na literatura, o amplo caudal da civilização européia.

## Os Vizinhos da Inglaterra

1756-89

### I. A IRLANDA DE GRATTAN

**U**M viajante inglês, ao visitar a Irlanda em 1764, explicou por que os pobres estavam se entregando ao crime:

Que temor da justiça ou da punição pode-se esperar de um camponês da Irlanda, em estado miserável e de extrema penúria, se o primeiro homem a aparecer lhe golpeasse a cabeça, aliviando-o eternamente de uma vida de angústia e de miséria? Teria ele razão para julgar esta ação amigável e bem-intencionada? Que muitos deles suportem seu(...) estado abjeto com paciência é para mim prova suficiente da natural civilidade de sua índole.<sup>1</sup>

Os proprietários das terras, quase todos protestantes, não eram os opressores diretos ou mais brutais dos camponeses, quase todos católicos. Em geral, os proprietários viviam na Inglaterra e não testemunhavam o derramamento de sangue quando da cobrança dos aluguéis pelos intermediários, aos quais eles arrendavam suas terras. Eram esses intermediários que tiravam até o último pêni dos camponeses, até que eles ficavam reduzidos às batatas como alimento e aos farrapos como vestuário.

Em 1758, como a doença dizimava o gado na Inglaterra, a Irlanda teve permissão de exportar gado para a Grã-Bretanha por um período de cinco anos. Muitas extensões de terras na Irlanda — inclusive terras comuns posteriormente utilizadas pelos inquilinos agricultores — transformaram-se de agrícolas em pastoris. Os ricos enriqueceram, os pobres ficaram ainda mais pobres. Aumentavam seus problemas casando-se cedo — “na primeira oportunidade”, como dizia Sir William Petty.<sup>2</sup> Talvez esperassem que os filhos em breve fossem ganhar suas vidas e auxiliar a pagar o aluguel. De modo que, apesar do alto índice de mortalidade, a população da Irlanda cresceu de 3.191.000 em 1754, para 4.753.000 em 1791.<sup>3</sup>

O panorama industrial ativava-se. Muitos protestantes e alguns católicos haviam ido para a produção de linho, lã, artigos de algodão, seda e vidro. No último quarto do

século, depois que Grattan obtivera um comedimento por parte da Grã-Bretanha nas restrições sobre as manufaturas e o comércio irlandeses, desenvolveu-se uma classe média, que forneceu poder econômico para a política liberal e desenvolvimento cultural. Dublin tornou-se um dos principais centros de educação, música, drama e arquitetura nas Ilhas Britânicas. O Trinity College transformou-se em universidade, já contando com uma boa lista de ilustres graduados. Se a Irlanda houvesse ficado com seus filhos ilustres em seu solo — Burke, Goldsmith e Sheridan, assim como Swift e Berkeley — ela teria brilhado juntamente com as mais importantes noções da época. Depois de 1766, o governador da província fixou residência em Dublin em vez de ir lá apenas uma vez por ano. Então ergueram-se majestosos edifícios públicos e mansões elegantes. Os teatros de Dublin rivalizavam com os de Londres pela qualidade de suas produções, e o *Messias* de Haendel foi apresentado pela primeira vez naquela cidade com muito boa acolhida (1742) assim como representados por Sheridan muitos dramas de sucesso, alguns escritos por sua mulher.

A religião, naturalmente, era a questão capital na Irlanda. Os Dissidentes — isto é, presbiterianos, independentes (puritanos) e batistas — eram excluídos dos cargos públicos e do Parlamento pela Lei de Profissão de Fé (*Test Act*) que exigia a aceitação do sacramento de conformidade com o rito anglicano como condição indispensável à elegibilidade. A Lei de Tolerância, de 1689, não foi extensiva à Irlanda. Os presbiterianos de Ulster protestaram em vão contra essas restrições. Milhares dentre eles emigraram para a América, onde muitos lutaram entusiasticamente nos exércitos revolucionários.

A população da Irlanda era oitenta por cento católica, mas nenhum podia eleger-se ao Parlamento. Poucos católicos possuíam terras. Os arrendamentos de terras para protestantes eram vitalícios, os católicos não obtinham mais de 31 anos, sendo obrigados a pagar dois terços de seus lucros na qualidade de aluguel.<sup>4</sup> Escolas católicas eram proibidas, não existindo, contudo, leis impedindo os irlandeses procurarem instrução no exterior. Estudantes católicos eram admitidos no Trinity College, porém não podiam receber diplomas. O culto católico era permitido, sem, entretanto, existirem meios legais para ordenar padres. Assim sendo, os candidatos ao sacerdócio tinham que frequentar seminários no Continente. Alguns desses estudantes adotavam as maneiras e os pontos de vista liberais da hierarquia na França e na Itália. De volta à Irlanda, já padres, eram bem recebidos nas casas de protestantes cultos, contribuindo para minorar a intolerância de ambos os lados. Quando Henry Grattan entrou para o Parlamento irlandês (1775) o movimento de emancipação dos católicos havia obtido o apoio de milhares de protestantes, tanto na Inglaterra como na Irlanda.

Em 1760, a Irlanda era dirigida por um governador, ou vice-rei, de nomeação e responsabilidade do rei da Inglaterra, e por um Parlamento, dominado na Câmara dos Lordes por bispos anglicanos, e na Câmara dos Comuns por anglicanos proprietários de terras e funcionários públicos, ou pensionistas. Eleições ao Parlamento estavam sujeitas ao mesmo sistema de burgos "*rotten*" (podres, subornáveis) e "*pocket*" (circunscrição eleitoral dominada por uma só família ou grupo) da Inglaterra. Número diminuto de famílias, conhecidas como "Empreiteiros", possuía os votos de seus burgos, assim como possuía seus lares.<sup>5</sup>

A resistência dos católicos ao domínio inglês era esporádico e inconseqüente. Em 1763, bandos de católicos, denominados "*Whiteboys*" — em virtude das camisas brancas que usavam por cima das roupas — rondavam os campos derrubando cercas, aleijando o gado, assaltando os coletores de tributos ou dízimos. Os chefes foram presos e enforcados, e a rebelião fracassou. O movimento para libertação nacional teve mais êxito. Em 1776, a maior parte das tropas britânicas foram levadas da Irlanda para servirem na América e, concomitantemente, a economia irlandesa declinou devido à interrupção do comércio com a América. A fim de preservar-se contra a revolta interna, ou invasão do exterior, os protestantes da Irlanda formaram um exército denominado Voluntários. Este cresceu em número e poder e, em 1780, já constituía uma força política temível. Foi com o apoio desses quarenta mil homens armados que Henry Flood e Henry Grattan obtiveram suas vitórias legislativas.

Ambos eram oficiais dos Voluntários, e os dois destacavam-se entre os maiores oradores num país que podia mandar Burke e Richard Sheridan para a Inglaterra e ainda possuir uma reserva de eloquência. Flood ingressou no Parlamento irlandês em 1759. Conduziu corajosa campanha para reduzir a venalidade em uma Câmara cuja metade dos membros tinha dívidas com o governo. Foi derrotado por um suborno em massa e sujeitou-se (1775) a aceitar o cargo de vice-tesoureiro com vencimento de 3.500 libras.

Naquele ano, Henry Grattan foi eleito para o Parlamento por uma constituinte de Dublin. Em breve ocupou o lugar de Flood, na qualidade de líder da oposição. Seu programa era ambicioso: obter amparo para os irlandeses católicos, libertar os Dissidentes da Lei de Profissão de Fé (*Test Act*), terminar as restrições impostas pela Inglaterra ao comércio da Irlanda e estabelecer a independência do Parlamento irlandês. Porfiou nesses objetivos com energia, dedicação e sucesso, tornando-se o ídolo da nação para católicos e protestantes. Em 1778, conseguiu aprovação de um projeto de lei possibilitando aos católicos fazerem arrendamentos por 99 anos, e herdarem terras em idênticas condições dos protestantes. Um ano depois, por sua insistência, o *Test Act* foi repellido, a amplos direitos civis concedidos aos Dissidentes. Ele e Flood convenceram o Parlamento irlandês e o vice-rei de que a continuação das restrições britânicas ao comércio irlandês conduziria à violência revolucionária. Lorde North, então chefe do governo inglês, foi favorável ao repúdio das restrições. Os industriais ingleses bombardearam-no com petições contra o repúdio, e North teve de ceder. Os irlandeses começaram a boicotar produtos ingleses. Os voluntários reuniram-se diante do Parlamento irlandês, armados de canhões com os dizeres "Livre comércio ou isto". Os fabricantes ingleses prejudicados com o boicote retiraram a oposição, e o gabinete anulou o veto. Passou a Lei do Livre Comércio (1779).

Em seguida, Grattan pressionou a obtenção da independência do Parlamento irlandês. Já em 1780, fizera uma moção no sentido de que apenas o rei da Inglaterra, com o consentimento do Parlamento irlandês, podia legislar para a Irlanda, e que a Grã-Bretanha e a Irlanda estavam unidas somente pelo vínculo de um soberano comum. Esta moção foi derrotada. Os Voluntários, reunindo-se em Dungannon com uma força de 25 mil homens (fevereiro de 1782), declararam que se a independência legislativa não fosse concedida, sua lealdade à Inglaterra cessaria. Em março, o gabinete do idoso Lorde North caiu. Rockingham e Fox chegaram ao poder. Neste meio

tempo, Cornwallis rendera-se em Yorktown (1781). A França e a Espanha uniram-se à América na guerra contra a Inglaterra. A Grã-Bretanha não tinha condições de enfrentar uma revolução na Irlanda, naquelas circunstâncias. Em 16 de abril de 1782, o Parlamento irlandês, conduzido por Grattan, declarou sua independência legislativa. Um mês depois, esta foi concedida pela Inglaterra. O Parlamento irlandês votou uma subvenção de cem mil libras a Grattan, que era um homem relativamente pobre. Ele aceitou a metade.

Isto, naturalmente, constituía uma vitória para os protestantes da Irlanda, e não para os católicos. Quando Grattan — fortemente apoiado pelo bispo anglicano Frederick Hervey — iniciou uma campanha visando medidas para a emancipação católica, o melhor que ele pôde fazer (no que os historiadores denominam “o Parlamento de Grattan”) foi obter franquia para os católicos que possuísem propriedade (1792). Estes poucos receberam o direito de voto, mas não o de serem eleitos para o Parlamento, para os cargos municipais ou para o judiciário. Grattan foi à Inglaterra, obteve elegibilidade para o Parlamento britânico, continuando ali sua campanha. Morreu em 1820, nove anos antes daquele Parlamento ter aprovado a Lei de Amparo aos Católicos (*Catholic Relief Act*), pelo qual os católicos eram admitidos no Parlamento irlandês. A justiça não é apenas cega, porém manca.

## II. O CENÁRIO DA ESCÓCIA

Quando a União de 1707 fundiu a Escócia com a Inglaterra através de um Parlamento conjunto, este último país ironizou dizendo que a baleia tinha engolido Jonas. Quando Bute levou uma vintena de homens para o governo inglês, os sarcasmos persistiram no sentido de que Jonas estava engolindo a baleia.<sup>6</sup> Politicamente, venceu a baleia. Os dezesseis escoceses pares do reino e os 45 Comuns foram tragados por 108 pares ingleses e 513 Comuns. A Escócia submeteu sua política externa, e em grande parte sua economia, à legislação dominada pelo dinheiro e espírito ingleses. Os dois países não se esqueceram de sua inimizade anterior. Os escoceses queixavam-se das desigualdades existentes entre Jonas e a baleia, e Samuel Johnson tomou o partido da baleia, mordendo Jonas com reiterado chauvinismo.

Em 1760, a Escócia tinha uma população de aproximadamente 1.250.000 almas. O índice de nascimentos era elevado, mas o de mortalidade mantinha-se quase igual. Por volta de 1770, Adam Smith disse: “Segundo me informaram, não é difícil encontrar nas Terras Altas da Escócia (Highlands) uma mulher que tenha tido vinte filhos e só ter vivos dois.”<sup>7</sup> Os chefes das Terras Altas possuíam quase todas as terras fora das cidades, mantendo os seus inquilinos agricultores primitivamente pobres num solo pétreo, fustigado por aguaceiros no verão e pelas neves no inverno de setembro a maio. Os arrendamentos eram constantemente aumentados — em uma fazenda, partindo de cinco libras para vinte, em 25 anos.<sup>8</sup> Muitos camponeses, não vendo saída para a pobreza no seu país, emigraram para a América. De modo que, disse Johnson, “um chefe rapace podia transformar suas terras num deserto”.<sup>9</sup> Os proprietários das terras justificavam o aumento dos arrendamentos à depreciação da moeda. As condições eram ainda piores nas minas de carvão e sal, nas quais, até 1775, os trabalhadores ficavam acorrentados a seu trabalho por toda a vida.<sup>10</sup> Nas cidades das Terras



Baixas, ou planícies (Lowlands), a Revolução Industrial levou prosperidade a uma classe média empreendedora e em expansão. O sudoeste da Escócia estava pontilhado de fábricas têxteis. Por meio de suas indústrias e do comércio exterior, a população de Glasgow cresceu de 12.500 em 1707, para oitenta mil em 1800. Possuía ricos subúrbios, casas de cômodos e uma universidade. Em 1768-90 foi feita a ligação dos rios Clyde e Forth por meio de canal, que estabeleceu um caminho por via fluvial para o comércio entre o sudoeste industrial e o sudeste político. Edimburgo, com cinqüenta mil habitantes, em 1740, era o centro do governo da Escócia, dos intelectuais e da moda. Toda a família abastada da Escócia aspirava passar pelo menos uma parte do ano lá. Nesta cidade estiveram Boswell e Burns, e ali viveram Hume, Robertson e Raeburn, assim como advogados famosos tal como Erskines. Havia uma prestigiosa universidade, e a Real Sociedade de Edimburgo. Ali também estava a sede do cristianismo escocês.

Os católicos romanos eram poucos, porém suficientes para causar perturbações em um país ainda reverberando com os ecos de John Knox. A Igreja Episcopal contava com vários adeptos entre aqueles que apreciavam os bispos e o ritual da comunhão anglicana. Contudo, a maioria era fiel à Igreja da Escócia, a Kirk Presbiteriana (Kirk: Igreja Nacional da Escócia), que rejeitava bispos, não dava importância aos rituais, não aceitava, com relação à religião e à moral, nenhum outro regulamento senão o de suas reuniões paroquiais, de seus concílios distritais, seus sínodos provincianos e suas assembléias gerais. É provável que em nenhum outro lugar da Europa, com exceção da Espanha, houvesse um povo tão totalmente imbuído de teologia. As sessões da Kirk, compostas do presbítero e do ministro, podiam cobrar multas e infligir penalidades por má conduta e heresia; podiam sentenciar os impudicos a se levantarem durante o serviço religioso, a fim de serem publicamente admoestados. Robert Burns e Jean Armour foram desta forma castigados numa sessão da Kirk, em 6 de agosto de 1786. A escatologia calvinista dominava todos os espíritos, tornando o livre-pensamento um perigo de vida e dos membros. Contudo, um grupo de clérigos “moderados” — chefiado por Robert Wallace, Adam Ferguson e William Robertson — amenizou suficientemente a intolerância do povo para permitir uma morte natural a David Hume.

Talvez uma religião rígida fosse necessária para conter as orgias de um povo tão frio, que precisava beber até a embriaguez, e tão pobre que o único prazer residia nas relações sexuais. A carreira de Burns indica que os homens bebiam e fornicavam, a despeito do Diabo e dos ministros protestantes, e que as moças fáceis não eram raras. No último quartel do século XVIII, deu-se um acentuado declínio da crença religiosa e no seguimento dos preceitos da moral tradicional. William Creech, pintor de Edimburgo, observou que em 1763 os domingos eram dias de devoção religiosa. Em 1783, “a freqüência às igrejas era, em grande parte, negligenciada, particularmente pelos homens”, e que à noite as ruas enchiam-se de jovens barulhentos, levianos e violentos. “Em 1763 havia cinco ou seis bordéis,(...) em 1783, mais de duzentos. Todos os bairros da cidade e dos subúrbios estavam contaminados por multidões de mulheres entregues ao vício.”<sup>11</sup> O jogo de golfe afastava os homens das igrejas para os campos onde se praticam esse esporte, e nos dias da semana homens e mulheres

dançavam (antigamente um pecado), iam aos teatros (outro pecado), assistiam às corridas de cavalos e jogavam nas tavernas e clubes.

A Kirk era a principal fonte de democracia e educação. A congregação escolhia os pastores e os ministros (usualmente selecionados por um "padroeiro"), tinha por incumbência organizar uma escola em cada paróquia. A ânsia de educação era intensa. Das quatro universidades, a de St. Andrews estava decadente, porém gabava-se de possuir a melhor biblioteca da Grã-Bretanha. Em 1773, Johnson achou a Universidade de Aberdeen florescente. A Universidade de Glasgow tinha em sua faculdade Joseph Black, físico, Thomas Reid, filósofo, e Adam Smith, economista, abrigando ainda James Watt. A Universidade de Edimburgo, a mais nova de todas, era, contudo, vibrante do entusiasmo do Iluminismo escocês.

### III. O ILUMINISMO ESCOCÊS

Somente o desenvolvimento do comércio com a Inglaterra e o mundo, e a ascensão da indústria nas Terras Baixas da Escócia (Lowlands) podem explicar a explosão dos talentos que iluminaram a Escócia entre o *Tratado da Natureza Humana*, de Hume (1739), e a *Vida de Johnson*, de Boswell (1791). Na filosofia, Francis Hutcheson, David Hume e Adam Ferguson; na economia, Adam Smith; na literatura, John Home,<sup>12</sup> Henry Home (Lorde Kames), William Robertson, James Macpherson, Robert Burns e James Boswell; na ciência, Joseph Black, James Watt, Nevil Maskelyne, James Hutton e Lorde Monboddó;<sup>13</sup> na medicina, John e William Hunter;<sup>14</sup> eis aqui uma galáxia que podia rivalizar-se com as estrelas que brilhavam na Inglaterra ao redor da Ursa Maior! Hume, Robertson e outros formaram em Edimburgo uma "Sociedade Seleta", que se reunia semanalmente para debater idéias. Esses homens e seus similares ficaram em contato mais com o pensamento francês do que com o inglês, em parte porque a França estivera por muitos anos associada à Escócia, e também porque a hostilidade que ainda perdurava entre ingleses e escoceses impedia a fusão das duas culturas. Hume tinha em baixa estima o espírito inglês de seu tempo até que, no ano de sua morte, reconheceu e aplaudiu *Declínio e Queda do Império Romano*.

Já pagamos nossa dívida a Hutcheson e Hume.<sup>15</sup> Agora, olhemos para o genial inimigo de Hume, Thomas Reid, que lutou para tirar a filosofia da idealista metafísica, para a aceitação da realidade objetiva. Enquanto lecionava em Aberdeen e Glasgow, escreveu, em 1764, *Pesquisa sobre a Mente Humana Segundo os Princípios do Senso Comum*. Antes de publicá-lo enviou o manuscrito a Hume, acompanhado de uma carta polida com seus melhores cumprimentos, explicando que lastimava opor-se à filosofia cética do colega. Hume respondeu com sua característica amabilidade, dizendo-lhe que publicasse sua obra sem receio de censura.<sup>16</sup>

Anteriormente, Reid cedera ao ponto de vista de Berkeley do qual sabemos apenas idéias, e nunca as coisas. Mas quando Hume, por semelhante raciocínio, contestou que conhecemos apenas estados mentais, nunca a "mente" adicional a eles, Reid sentiu que uma análise tão meticulosa solapava qualquer distinção entre o falso e o verdadeiro, certo e errado, e toda crença em Deus ou na imortalidade. A fim de evitar esse debate, assim pensou ele, teria de refutar Hume, e para refutar Hume, tinha de rejeitar Berkeley.

De modo que ridicularizou a noção de que conhecemos apenas nossas sensações e idéias. Pelo contrário, conhecemos as coisas direta e imediatamente. É apenas “por um excesso de refinamento” que analisamos nossa experiência de uma rosa, por exemplo, e a reduzimos a um monte de sensações e idéias. O monte é real, mas a rosa também o é, o que mantém uma persistência constante quando cessam as sensações que dela temos. Naturalmente, as qualidades iniciais — tamanho, forma, solidez, textura, peso, movimento, número — pertencem ao mundo objetivo, sendo alteradas subjetivamente, apenas pelas ilusões subjetivas. E, até as qualidades secundárias possuem uma origem subjetiva, na medida em que as condições físicas ou químicas do objeto, ou do meio ambiente, dão ensejo às sensações subjetivas do olfato, paladar, calor, brilho, cor, som.<sup>17</sup>

O senso comum nos diz isso, mas os “princípios do senso comum” não são os preceitos das multidões incultas, são “princípios instintivos(...) nos quais a constituição de nossa natureza (o senso comum para todos nós) nos fazem acreditar, e dos quais nós temos necessidade de considerar como devendo ser assim nos casos comuns da vida”.<sup>18</sup> Comparados com esse sentido universal, diariamente experimentado e mil vezes confirmado, os sutis raciocínios metafísicos constituem apenas um jogo levado a efeito no solitário afastamento do mundo. Mesmo Hume, segundo confessou, abandonou esse jogo intelectual quando deixou a sua pesquisa.<sup>19</sup> Entretanto, o mesmo retorno ao senso comum restitui realidade à mente. Não são apenas as idéias que existem. Há um organismo, uma mente, um interior da psique que tem idéias. A própria linguagem testemunha esta crença universal, de que toda linguagem possui um pronome da primeira pessoa do singular. Sou *eu* quem sente, lembra, pensa e ama. “Parecia muito natural pensar que *Tratado da Natureza Humana* necessitava de um autor, que fosse também muito engenhoso. Mas agora vemos tratar-se apenas de um grupo de idéias que se juntaram e se dispuseram por determinadas associações e atrações.”<sup>20</sup>

Hume aceitou tudo isso de bom humor. Não podia acatar as conclusões teológicas de Reid, mas respeitava seu temperamento cristão, e talvez ficasse secretamente aliviado ao saber que, afinal de contas, a despeito de Berkeley, o mundo exterior existia, e que, a despeito de Hume, ele era real. E o público ficou aliviado, comprando três edições do *Inquiry* de Reid, antes de sua morte. Boswell estava entre os que se satisfizeram. Os livros de Reid, diz-nos ele, “puseram ordem na minha mente, instável em virtude de especulações obscuras e estilo céptico.”<sup>21</sup>

A arte acrescentou calor à Idade da Luz, na Escócia. Os quatro irmãos Adam, que deixaram marca na arquitetura inglesa, eram escoceses. Allan Ramsey (filho do poeta Adam Ramsay não conseguindo obter honrarias em Edimburgo, sua terra natal, migrou para Londres (1752), e após anos de trabalho intenso, tornou-se pintor efetivo do rei, para indignação dos artistas ingleses. Fez um bom retrato do Rei Jorge III,<sup>22</sup> porém um muito melhor de sua mulher.<sup>23</sup> O deslocamento do braço direito terminou com sua carreira de pintor.

Sir Henry Raeburn era o Reynolds da Escócia. Filho de um manufator de Edimburgo, aprendeu por si mesmo a pintar a óleo, retratando tão bem uma rica viúva que ela se casou com ele, dotando-o com sua fortuna. Depois de dois anos de estudo na Itália, voltou a Edimburgo (1787). Muito em breve teve maior número de patronos do que tempo para pintar. Retratou Robertson, John Hume, Dugald Stewart, Walter

Scott e, o melhor de todos os seus retratos, Lorde Newton — um corpo imenso, cabeça maciça, um temperamento de aço, mesclado de bondade. Em pólos opostos, situava-se no modesto encanto que Roeburn encontrou em sua mulher.<sup>24</sup> Às vezes, rivalizava com Reynolds ao pintar crianças, como em *Drummond Children*, que está no Metropolitan Museum of Art. Roeburn foi feito cavaleiro em 1822, morrendo um ano depois, com a idade de 67 anos.

O Iluminismo escocês distinguiu-se em historiadores. Adam Ferguson fundiu a história da sociologia e psicologia social com o *Ensaio Sobre a História da Sociedade Civil* (1767), que teve sete edições durante sua vida. A história (argumenta Ferguson) conhece o homem apenas vivendo em grupos. Para compreendê-lo, temos de vê-lo como criatura social, porém competitiva, constituída de hábitos gregários e desejos individualistas. O desenvolvimento do caráter e da organização social são determinados pela ação recíproca dessas tendências contrárias, e raramente afetadas por ideais filosóficos. Rivalidade econômica, oposições políticas, desigualdades sociais e a própria guerra estão na natureza humana. Continuarão e, de um modo geral, ativam o progresso da humanidade.

Em sua época, Ferguson era tão famoso quanto Adam Smith, mas o amigo deles, Wilson Robertson, conquistou fama ainda maior. Lembremo-nos da esperança de Wieland de que, na qualidade de historiador, Schiller “atingisse o nível de Hume, Robertson e Gibbon.”<sup>25</sup> “Podemos pensar em historiadores quando ainda vivem Mr. Hume e Mr. Robertson?(...) A obra de Robertson é do mais puro estilo, e da maior imparcialidade que jamais conheci.”<sup>26</sup> Gibbon escreveu em suas *Memoirs*: “A perfeita composição, a linguagem viva, os períodos bem contornados do Dr. Robertson influenciaram-me para nutrir o ambicioso desejo de algum dia trilhar suas passadas.”<sup>27</sup> Mais adiante: “Sentia-me elevado sempre que me via incluído no trio dos historiadores britânicos.” — com Hume e Robertson.<sup>28</sup> Ele colocava esses dois, juntamente com Guiccardini e Maquiavel, como os maiores entre os historiadores modernos, e mais tarde chamou Robertson de “o mais perfeito historiador da era atual”.<sup>29</sup>

Como Reid, Robertson era clérigo e filho de clérigo. Instalado em Gladsmuir, na qualidade de ministro, com 22 anos (1743), foi nomeado, dois anos depois, para a Assembléia Geral da Kirk, ali tornando-se o líder dos moderados, protegendo os hereges, como Hume. Após seis anos de trabalho, e de cuidadoso estudo de documentos e autoridades, publicou em 1759 *História da Escócia Durante os Reinados da Rainha Maria e de Jaime VI Até a Ascensão Deste Último ao Trono da Inglaterra*. Modestamente termina onde a *História da Inglaterra*, de Hume, havia principiado. Agradou à Escócia por evitar a idolatria de Maria, Rainha dos Escoceses, satisfazendo os ingleses pelo estilo — embora Johnson se deliciassem em encontrar algumas incômodas palavras jonsonianas. O livro teve nove edições em 53 anos.

Entretanto, a obra-prima de Robertson foi *História do Reinado do Imperador Carlos V*, em três volumes (1769). Toda a Europa aclamou o novo livro em várias traduções. Catarina a Grande levava-o consigo nas longas viagens. “Nunca deixo de lê-lo”, disse, “principalmente o primeiro volume.”<sup>30</sup> Como todos nós, deliciava-se com o longo prólogo, que recapitulava a marcha dos acontecimentos até chegar a Carlos V.

O livro fora superado por pesquisas posteriores, porém nenhuma apresentação do assunto pode a ele comparar-se como peça literária. É agradável notar que os elogios ao livro, muito maiores do que a *História da Inglaterra*, de Hume, não esfriou a amizade entre o ministro e o herege.

Mais famoso do que esses dois foi James Macpherson, comparado a Homero por Goethe, e acima de Homero por Napoleão.<sup>31</sup> Em 1760, Macpherson, com 24 anos, anunciou a existência de um épico de certa extensão e esplendor, espalhado em manuscritos gaélicos, os quais ele pretendia compilar e traduzir, caso conseguisse obter algum auxílio financeiro. Robertson, Ferguson e Hugh Blair (o eloquente ministro presbiteriano de Edimburgo) procederam ao levantamento do dinheiro. Macpherson e dois eruditos gaélicos percorreram as Terras Altas e as Hébridas, colecionando manuscritos. Em 1762, Macpherson publicou *Fingal, Um Antigo Poema Épico em Seis Livros, (...) Composto por Ossian, Filho de Fingal, Traduzido do Gaélico*. Um ano depois, publicou outro épico, *Temora*, atribuído a Ossian, e em 1765, o livro *As Obras de Ossian*.

Ossian, na lenda (irlandesa e escocesa) era o poeta, filho do guerreiro Finn Mac-Cumhail.<sup>32</sup> Segundo a tradição, viveu duzentos anos, tempo suficiente para expor sua oposição pagã à nova teologia trazida à Irlanda por São Patrício. Alguns poemas, atribuídos a ele, foram preservados nos três manuscritos do século XV, principalmente o *Livro de Lismore*, que James Macgregor compilou em 1512. Macpherson tinha esses manuscritos.<sup>33</sup> *Fingal* narra de que modo o jovem guerreiro, tendo derrotado os escoceses, invasores da Irlanda, convidou-os para uma festa e um canto de paz. A história é vividamente contada, e animada pela admiração dos escoceses pelas moças irlandesas. “Tu és como a neve na charneca”, diz um guerreiro a Morna, filha do Rei Cormac, “teus cabelos são a névoa de Cromla, quando ela se encrespa na colina, quando ela brilha na fimbria do horizonte! Teus seios são rochas polidas nas correntes do Branno, teus braços, brancos pilares nos saguões do grande Fingal.”<sup>34</sup> Encontramos ainda menção a outros seios, menos “rochosos”: “branco seio”, “seios eretos”, “seios pesados”.<sup>35</sup> Desviam-se um pouco do tema principal, mas logo a narrativa afasta-se do amor para os rancores da guerra.

O *Ossian*, de Macpherson, fez sensação na Escócia, Inglaterra, França e Alemanha. Os escoceses aplaudiram-no como uma página de seu heróico passado medieval. A Inglaterra, que em 1765 entusiasmava-se com *Relíquias da Antiga Poesia Inglesa*, de Percy, estava propícia a receber o romance da lenda gaélica. No último trecho de *Werther* (1774), Goethe apresenta seu herói lendo para Lotte seis páginas do *Ossian*. Estas contavam a história da meiga donzela Daura, narrada pelo pai, Armin, dizendo de que forma o malvado Erath seduziu-a para ir até um rochedo no mar, prometendo que seu amor, Armar, a encontraria lá. Ninguém apareceu. “Aos brados, clamou pelo irmão e pelo pai: ‘Arindal! Armin!’” Arindal remou pelos mares a fim de salvá-la, mas uma flecha desfechada por um inimigo oculto matou-o. O amante, Amar, chegou à praia, tentando nadar até onde se encontrava Daura. “Súbito, uma rajada procedente da montanha desabou sobre as ondas. Ele afundou e não apareceu mais”. O pai, muito velho e fraco para ir a ela, bradou com horror e desespero:

Só no rochedo batido pelo mar, ouvi minha filha chorando. Frequentes e altos eram seus brados. O que poderia seu pai fazer? Por toda a noite permaneci na praia. Vi-a ao fraco clarão da lua.(...) O vento rugia. A chuva batia forte no rochedo. Antes de romper do dia sua voz era fraca, e pouco a pouco foi-se extinguindo como a brisa da tarde por entre a relva nas rochas. Exaurida pelo desgosto, expirou.

Foi-se minha força na guerra! Decaído meu garbo entre as mulheres! Quando a tempestade de novo se levanta, quando o vento do norte eleva ao alto as ondas, sento-me diante do rumoroso mar, e olho o rochedo fatal. Sempre, ao pôr-do-sol, vejo os vultos de meus filhos.(...) Nenhum de vós dizeis uma palavra de piedade?<sup>36</sup>

Logo surgiram controvérsias. *Ossian* era realmente uma tradução das antigas baladas gaélicas, ou uma série de poemas de Macpherson, atribuídos a um poeta que talvez jamais tenha vivido? Herder e Goethe, na Alemanha, Diderot, na França, Hugh Blair e Lorde Kames, na Escócia, deram crédito à pretensão de Macpherson. Entretanto, em 1775, em seu livro *Viagem às Ilhas Ocidentais da Escócia*, Johnson, após algumas pesquisas nas Hébridas (1773), declarou a respeito do poema *Ossian*: "Creio que não existiu em nenhuma forma, se não a que vimos. O editor, ou autor, nunca mostrou o original, nem ele pôde ser mostrado por ninguém."<sup>37</sup> Macpherson escreveu a Johnson que somente a sua idade o protegia de um desafio ou de uma surra. Johnson respondeu: "Nunca pensei que pudesse ser coibido de desmascarar o que julgo ser uma fraude, pela mesquinhez de um valentão.(...) Achei o seu livro um embuste, e ainda o julgo uma farsa.(...) Quanto à sua raiva, desprezo-a."<sup>38</sup> Hume, Horace Walpole e outros aliaram-se às dúvidas de Johnson. Ao lhe pedirem para apresentar os originais que ele afirmava ter traduzido, Macpherson adiou. Contudo, ao morrer, deixou os manuscritos das baladas gaélicas, algumas das quais utilizara para inventar o enredo e determinar o tom de seus poemas. Muitas frases e nomes tirou-os do texto. Os dois épicos, entretanto, eram composição sua.<sup>39</sup>

A burla não foi assim tão total ou odiosa como julgara Johnson. Podemos considerá-la uma licença poética em escala exagerada. Considerados segundo seu valor, os épicos em poesia e prosa mereceram alguns dos elogios recebidos. Interpretaram as belezas e os terrores da natureza, a fúria dos ódios e o entusiasmo da guerra. Eram ternamente sentimentais, porém possuíam algo da nobreza que Sir Thomas Malory transmitira em *Le Morte d'Arthur* (1470). Lograram fama na onda do romantismo que submergiu o Iluminismo.

#### IV. ADAM SMITH

Depois de Hume, Adam Smith foi a maior figura do Iluminismo escocês. Seu pai, fiscal alfandegário de Kirkaldy, morreu meses antes dele nascer (1723). Talvez a única aventura do economista em toda a sua vida tenha sido quando, criança de três anos, foi raptado por ciganos, os quais, vendo-se perseguidos, o abandonaram à beira da estrada. Depois de algum tempo na escola em Kirkaldy, e freqüentando os cursos de Hutcheson, em Glasgow, Adam foi para Oxford (1740) onde achou os professores tão indolentes e sem valor tal como Gibbon os descreveria em 1752. Smith educou-se pela leitura, porém as autoridades da faculdade confiscaram-lhe o exemplar de *Tratado da Natureza Humana*, de Hume, como impróprio para um jovem cristão. Um ano

com aqueles professores graduados era bastante. Preferindo a presença de sua mãe, voltou a Kirkaldy, continuando a devorar livros. Em 1748, mudou-se para Edimburgo, onde deu aulas de literatura e retórica. Seus discursos impressionaram as personalidades influentes. Foi designado para a cátedra de lógica na Universidade de Glasgow (1751), e um ano depois tornou-se professor de filosofia moral — matéria que incluía ética, jurisprudência e economia política. Em 1759, publicou suas conclusões éticas em *Teoria dos Sentimentos Morais*, que Buckle, ignorando Aristóteles e Spinoza, declarou ser “a obra mais importante jamais escrita sobre esse interessante assunto”.<sup>40</sup>

Smith atribuía nossos sentimentos éticos à disposição espontânea de nos imaginarmos na posição dos outros e, partindo daí, compreendermos suas emoções e, através dessa simpatia ou afinidade, inclinarmos-nos a perdoar ou atacar.<sup>41</sup> O sentido moral está enraizado em nossos instintos sociais, ou nos hábitos mentais por nós desenvolvidos na qualidade de participantes de um grupo, porém sem ser inconsistentes com o amor-próprio. O ápice do desenvolvimento moral de um homem surge quando ele aprende a julgar-se como julga os outros, “a dirigir-se de conformidade com os princípios objetivos da equidade, lei natural, prudência e justiça”.<sup>42</sup> A religião não é a fonte nem o principal suporte de nossos sentimentos morais, mas estes são fortemente influenciados pela crença que procede do código moral de um Deus que recompensa e pune.<sup>43</sup>

Em 1764, Smith, então, com 41 anos, foi contratado como tutor e guia para acompanhar o Duque de Buccleuch, de dezoito anos, em uma viagem pela Europa. Os honorários, trezentas libras anuais e vitalícias, deram a Smith a segurança e o lazer para dedicar-se à sua obra-prima, que principiou a escrever durante uma estada de dezoito meses em Toulouse. Visitou Voltaire em Ferney e, em Paris, encontrou-se com Helvétius e d'Alembert, Quesnay e Turgot. Voltando a Escócia em 1766, viveu dez anos, satisfeito, ao lado de sua mãe, em Kirkaldy, e trabalhando no seu livro *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, recebendo elogios através de uma carta de Hume, que morreu pouco depois.

O próprio Hume, em seus ensaios, contribuía para a formação econômica, assim como os pontos de vista éticos de Adam Smith. Ridicularizava o “sistema mercantilista”, que favorecia tarifas protecionistas, monopólios comerciais e outras medidas governamentais que assegurassem o excesso da exportação sobre a importação e o acúmulo de metais preciosos como a base da riqueza das nações. Esta política, disse Hume, era o mesmo que tentar impedir a água de seguir o seu nível natural. Urgia libertar a economia das “inúmeras restrições(...) assim como tributos que todas as nações européias, e nenhuma mais do que a Inglaterra, impuseram ao comércio”.<sup>44</sup> Naturalmente, Adam Smith estava familiarizado com a campanha de Quesnay e outros fisiocratas franceses contra os regulamentos obstrutores da indústria e comércio pelas corporações e governos, e seu apelo de uma política do *laissez-faire*, que era deixar a natureza seguir seu curso, permitindo que preços e salários encontrassem seus níveis dentro da livre competição. A revolta então surgida na América contra as restrições da Grã-Bretanha sobre o comércio colonial constituía parte da base do pensamento de Smith. Se a liberdade de comércio que ele propusera guiasse o governo britânico, o ano da publicação de seu livro poderia não ter visto a Declaração da Independência.

Adam Smith nutria algumas noções sobre a luta entre a Grã-Bretanha e a América.

Considerava o monopólio inglês do comércio colonial um dos “expedientes mesquinhos e nocivos do sistema mercantilista”.<sup>46</sup> Propôs que se os colonos se recusassem a ser tributados para suportar as despesas do Império Britânico, a América devia ter sua independência sem maiores contendas. “Separando-se, assim como bons amigos, a natural afeição dos colonizadores pela mãe-pátria(...) em breve renasceria. Isso dar-lhes-ia disposição(...) para nos favorecer na guerra, assim como no comércio, e, ao invés, de aliados truculentos e convencionais, teríamos os mais fiéis(...) e generosos partidários.”<sup>46</sup> Acrescentou ainda: “Tem sido tão rápido o progresso daquele país, em riqueza, população e melhorias que, no decurso de pouco mais de um século, a produção da América poderá exceder à da tributação britânica. A sede do império seria removida para uma de suas partes que mais contribuíram para a defesa geral e apoio de seu todo.”<sup>47</sup>

Adam Smith definia a riqueza da nação não como um acúmulo de ouro ou prata que ela possuísse, mas como o país com suas melhorias e produção, e o povo com seu trabalho, serviços, técnicas e artigos. Sua tese era de que, com algumas exceções, a maior riqueza física resulta da maior liberdade econômica. O interesse próprio é universal, mas, se deixarmos esse poderoso motivo funcionar com a maior liberdade econômica, ele estimulará de tal forma a indústria, os empreendimentos e a competição, que estes produzirão maior riqueza do que em qualquer outro sistema conhecido na história. (Esta teoria assemelhava-se à *Fábula das Abelhas*<sup>48</sup> de Mandeville, em detalhes.) Smith acreditava que as leis do mercado — especialmente as da oferta e da procura — harmonizariam a liberdade do produtor com o bem-estar do consumidor, pois, se um produtor obtivesse lucros excessivos, os outros entrariam no mesmo campo, e a competição mútua manteria os preços e os lucros dentro de limites equitativos. Além do mais, o consumidor gozaria uma espécie de democracia econômica: comprando ou recusando-se a comprar, ele determinaria em grande parte quais os artigos a serem produzidos, quais os serviços a serem oferecidos, e em que quantidades e em que preços, em vez de serem todos esses assuntos ditados pelo governo.

Seguindo os fisiocratas (mas julgando que o produto do trabalho e os serviços do comércio constituíam a riqueza, assim como o produto da terra) Adam Smith pedia o fim dos tributos feudais, dos monopólios das corporações, da regulamentação da economia pelo governo e dos monopólios industriais e comerciais, limitadores da liberdade que — ao permitir do indivíduo trabalhar, gastar, economizar, comprar e vender como bem entender — conserva em movimento o mecanismo da produção e distribuição. O governo deve *laissez faire*, deixando a natureza — as naturais propensões do homem — operar livremente, consentir que o indivíduo se desembarace por si mesmo, e que pela experiência e pelo erro encontre o trabalho que ele pode fazer, o lugar que ele pode ocupar na vida econômica. Deve deixá-lo submergir ou nadar.

De acordo com esse sistema de liberdade natural, o soberano [ou o estado] tem três deveres a cumprir:... primeiro, proteger a sociedade da violência e invasão das outras sociedades independentes; segundo, proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça ou opressão de outro membro dessa sociedade, ou a obrigação de instituir uma exata administração da justiça; terceiro, manter de-



terminados serviços públicos e instituições, que não podem ser do interesse de qualquer indivíduo, ou pequeno número de indivíduos, manter.<sup>49</sup>

Esta era a fórmula do governo de Jefferson, e o esboço de um Estado que iria possibilitar ao novo capitalismo crescer e florescer extraordinariamente. Havia um brecha nessa fórmula, pois o que diríamos se a obrigação de evitar injustiças deixaria implícito o dever de evitar a inumana manipulação do simples ou do fraco pelo inteligente e forte? Adam Smith respondeu: Tais injustiças somente poderão vir através dos monopólios, restringindo a competição ou comércio e os princípios necessários à supressão de tais monopólios. Devemos confiar na concorrência dos empregadores para obter trabalhadores, e destes para obter empregos, a fim de regular os salários. Qualquer tentativa do governo para regulamentá-los será mais cedo ou mais tarde frustrada pelas leis do mercado. No trabalho (e não na terra, como queriam os fisiocratas) encontra-se a única fonte da riqueza;<sup>50</sup> é um artigo, da mesma forma que o capital, sujeito às leis da oferta e da procura. "Sempre que a legislação tentou regulamentar os salários dos trabalhadores foi mais para diminuí-los do que para aumentá-los"<sup>51</sup> e "toda vez que essa legislação experimentou regular as diferenças entre os donos e seus assalariados, seus conselheiros sempre foram os donos".<sup>52</sup> Isso foi escrito numa época em que a lei inglesa permitia aos empregadores organizarem-se para proteger seus interesses econômicos, mas o proibia aos empregados. Adam Smith denunciou essa parcialidade da lei, prevendo o dia em que melhores salários seriam obtidos não por meio de regulamentação governamental, mas pela organização do trabalho.<sup>53</sup>

A suposta bandeira do capitalismo quase sempre tomava o partido dos trabalhadores contra os empregadores. Advertia-os ele contra deixar que os comerciantes e os industriais determinassem a política do governo.

O interesse dos negociantes, (...) em qualquer ramo particular de comércio ou manufatura, é quase sempre, em alguns casos, diverso, e mesmo oposto, ao do público. (...) Os preceitos de qualquer lei nova, ou regulamento comercial, procedente desse sistema, deve ser sempre recebido com grande cautela. (...) Procede de um sistema de homens, (...) os quais possuem, em geral, interesse em enganar, e até mesmo de oprimir o povo e que, (...) em muitos casos, tanto enganaram como oprimiram.<sup>54</sup>

Isto é Adam Smith ou Karl Marx? Contudo, Smith advogava a propriedade privada como estímulo indispensável à empresa, afirmando que o número de empregos disponíveis, e os salários pagos, dependerão sobretudo do acúmulo e aplicação do capital.<sup>55</sup> Não obstante, advogava salários altos como sendo proveitosos tanto para o empregador como para o empregado,<sup>56</sup> exortando a abolição do escravismo sob a alegação de que "o trabalho feito por homens livres, no final fica mais barato do que o executado por escravos".<sup>57</sup>

Quando consideramos a pessoa de Adam Smith, sua aparência, seus hábitos, seu caráter, admiramo-nos de que um homem tão afastado dos processos agrícolas, industriais e comerciais pudesse ter escrito sobre essas complexidades esotéricas com tamanho realismo, compreensão e audácia. Era tão distraído quanto Newton, e pouco dado a convenções. Usualmente bem-educado e brando, era capaz de responder às grosse-

rias de Johnson com uma resposta de quatro letras que punha em dúvida a autenticidade do Grande Khan. Depois de escrever *A Riqueza das Nações*, passou dois anos em Londres, onde gozou da companhia de Gibbon, Reynolds e Burke. Em 1778 — apóstolo do comércio livre — ele foi nomeado diretor da alfândega escocesa. A partir de então, viveu em Edimburgo com sua mãe, permanecendo solteiro até o fim. Ela morreu em 1784, ele pouco depois dela, em 1790, com 67 anos.

Sua realização não foi tanto pela originalidade de pensamento como no domínio e coordenação de dados, a riqueza de material ilustrativo, a luminosa aplicação da teoria das condições atuais, um estilo claro, simples e persuasivo, e vistas largas que tiraram a economia da situação de uma “economia política” para o nível da filosofia. Seu livro foi atual porque sintetizou e explicou — naturalmente não produziu — os fatos e as forças que estavam transformando o feudalismo e o mercantilismo em capitalismo e livre empresa. Quando Pitt II reduziu a tarifa do chá, de 119 para 12,5 %, tentando, de modo geral, instituir o livre comércio, reconheceu ser devedor de *A Riqueza das Nações*. Lorde Rosebery conta que, num jantar em que Pitt estava presente, todos se levantaram quando Adam Smith entrou, dizendo Pitt: “Ficaremos de pé até que você se sente, pois todos somos seus alunos.”<sup>58</sup> Sir James Murray-Pulteney predisse que a obra de Adam Smith “convenceria a geração atual e governaria a seguinte.”<sup>59</sup>

#### V. ROBERT BURNS

“Meu sangue, antigo, porém ignóbil”, disse o maior poeta da Escócia, “rastejou através de canalhas desde o Dilúvio.”<sup>60</sup> Não recapitularemos aquém de William Burnes, que não era um canalha e sim um reideiro agricultor, irascível, e que trabalhava arduamente. Em 1757, casou-se com Agnes Brown, que lhe deu um filho, Robert, em 1759. Seis anos depois, William arrendou uma fazenda de 25 hectares em Mount Oliphant. Ali viveu “parcamente” numa casa isolada, com a família que se multiplicava. Robert recebia instrução em casa e freqüentava a escola paroquial, mas, a partir dos treze anos, principiou a trabalhar na fazenda. Aos quatorze uma rapariga “galante, doce, prazenteira, iniciou-me na prática de uma certa deliciosa paixão, que, apesar de um acre desapontamento, prudência e filosofia de rato de biblioteca, afirmo ser o melhor dos prazeres humanos”.<sup>61</sup> Aos quinze, encontrou outro “anjo”, passando noites febris pensando nela. Seu irmão recordava-se “das atrações [pelas mulheres] de Burns, que se tornaram tão fortes a ponto de estar sempre escravizado por uma beldade”.<sup>62</sup>

Em 1777, por um impulso de coragem temerária, William Burnes arrendou a fazenda Lochlie, em Tarbolton, com quarenta hectares comprometendo-se a pagar 130 libras por ano. Então, Robert, na situação de irmão mais velho dos sete filhos do casal, tornou-se o chefe dos trabalhadores, pois William, alquebrado por um trabalho sem recompensa, estava precocemente velho. Pai e filho desentendiam-se, quando um trilhava o caminho estreito do puritanismo, e o outro alargava-se dentro de um código amplo. A despeito da proibição do pai, Robert freqüentava uma escola de dança. “A partir desse exemplo de rebelião”, lembrava o poeta, “ele principiou a ter uma espécie de aversão por mim, o que acredito ter sido uma das causas da vida dissipada

que marcou meus anos futuros.”<sup>63</sup> Com 23 anos, Robert filiou-se a uma loja maçônica. Em 1783, a fazenda foi embargada por falta de pagamento. Robert e Gilbert, seu irmão, juntaram sua pobreza para arrendar uma fazenda de 38 hectares por noventa libras anuais. Por quatro anos trabalharam, permitindo-se gastar sete libras cada um em despesas pessoais. E ali sustentaram os pais, irmãs e irmãos. O pai morreu de tuberculose, em 1784.

Nas longas noites de inverno, Robert lia muito, inclusive as histórias de Robertson, a filosofia de Hume e *Paraíso Perdido*. “Dai-me um espírito como do meu herói predileto, o Satanás, de Milton.”<sup>64</sup> Discordando da censura da Kirk a respeito da moral, não teve dificuldade em descartar-se de sua teologia, conservando apenas uma vaga fé em Deus e na imortalidade. Ria-se de “Ortodoxo, ortodoxo, que acredita em John Knox”, suspeitando que os ministros protestantes, no intervalo dos domingos, eram secretamente tão pecadores quanto ele.<sup>65</sup> Em “A Feira Sagrada” (sobre uma campanha para despertar o fervor religioso) descreveu uma sucessão de padres que, em suas prédicas, criticavam severamente o pecado e ameaçavam com o inferno, enquanto lá fora as prostitutas aguardavam descaradamente pela clientela da congregação.

A antipatia de Burns pelos padres cresceu quando um deles enviou um representante para admoestá-lo por viver com Betty Paton sem ser casado. Esta antipatia transformou-se em rancor quando seu gentil senhorio, Gavin Hamilton, foi censurado pela Kirk de Mauchline durante uma sessão (1785) por constantemente faltar aos serviços religiosos. Então, o poeta escreveu a sua mais aguda sátira, “Holy Willie’s Prayer” (A Prece do Santo Willie) que ridicularizava a virtude hipócrita de William Fisher, o superior da Kirk de Mauchline. Burns descreveu-o dirigindo-se a Deus:

Bendigo e prezo Teu poder incomparável,  
Quando milhares deixaste na escuridão  
Eis-me aqui, perante teus olhos,  
Para receber dádivas e graças  
Uma luz ardente e brilhante  
Para clarear este lugar.(...)

Ó Senhor! na noite de ontem, Tu compreendes, com Meg...  
Peço sinceramente o teu perdão...  
Oh! que isto nunca seja uma calamidade a vida toda  
Para a minha desonra,  
E nunca mais levantarei uma perna fora da lei  
Em cima dela.

E ainda devo confessar  
Com a rapariga Leezie, três vezes penso eu...  
Mas, Senhor, aquela sexta-feira eu estava bêbado  
Quando perto dela cheguei  
Ou, de outro modo, Tu sabes, Teu servo sincero  
Nunca tomaria o rumo dela.(...)

Senhor, veja a deserção de Gavin Hamilton,  
Ele bebe, jura e joga cartas  
No entanto já vi artes semelhantes

Com os grandes e pequenos  
 Porque o próprio pastor de Deus os corações da gente  
 ele rouba.(...)

Senhor, em teu dia de vingança ponha-o à prova  
 Senhor, visita os que que o empregaram  
 E não tenhas piedade deles,  
 Nem lhes ouças as preces;  
 Mas, pelo amor de Teu povo, destruí-os,  
 E não poupes.

Mas, meu Deus, Lembra-te de mim e dos meus  
 Com misericórdias temporais e divinas  
 Que eu em graça e em dinheiro brilhe  
 Por ninguém superado  
 E a glória será Tua.  
 Amém, amém!

Burns não ousou publicar este poema. Chegou ao prelo três anos depois de sua morte.

Entrementes, dava à Kirk inúmeras razões para censura. Considerou-se um “fornicador por profissão”.<sup>66</sup> Qualquer rapariga o perturbava: a “encantadora Chloe, sobre o relvado puro”, Jean Armour, Mary Campbell, das Terras Altas, Peggy Chalmers, “Clarinda”, Jenny Cruikshank, Jenny de Dalry “que vem vindo por entre o centeio”, a “pequenina e bela” Deborah Davies, Agnes Flening, Jeannie Jaffrey, Peggy Kennedy de “bela Doon”, Jessie Leware, Jean Lorimer (“Chloris”), Mary Morison, Ana Park, Ana e Polly Stewart, Peggy Thomson — e ainda muitas outras.<sup>67</sup> Somente os olhos límpidos e buliçosos delas, mãos macias e seios “como a neve impelida pelo vento” o reconciliavam com as agruras e os trabalhos da vida. Desculpava-se de sua inconstância sexual explicando que, se tudo na natureza se altera, muda, por que iria o homem ser uma exceção?<sup>68</sup> Contudo, avisava às mulheres para nunca confiarem nas promessas dos homens.<sup>69</sup> Sabemos que teve cinco filhos no casamento, e outras nove fora dele. “Tenho muito jeito para pai” dizia, conjecturado que somente a emasculação poderia curá-lo.<sup>70</sup> Quanto às censuras dos padres e as leis escocesas,

A Kirk e o Estado podem se unir e dizer,  
 Fazer tal coisa eu não devo  
 A Kirk e o Estado que vão para o inferno,  
 E eu vou para a minha Anna.<sup>71</sup>

Quando Betty Paton teve um filho dele (22 de maio de 1785), Burns ofereceu-se para casar-se com ela, mas os pais da moça rejeitaram o oferecimento. Voltou-se para Jean Armour, fazendo-lhe um pedido de casamento, por escrito. Em pouco tempo, Jean ficou grávida. Em 25 de julho de 1786, apresentou-se à Kirk, durante o ofício, admitindo sua responsabilidade. Considerava-se casado com Jean (declarou) e desejava manter seu pedido de casamento. O pai de Jean, entretanto, não permitiu que a filha se casasse com um fazendeiro de dezessete anos, com a responsabilidade de um filho ilegítimo. Em 9 de julho, Burns foi repreendido na igreja perante todos.

Em 3 de agosto, Jean teve gêmeos. A 6 de agosto, Burns e Jean consentiram em ser repreendidos perante a congregação, recebendo “absolvição do escândalo”. O pai moveu uma ordem de prisão contra Burns. O pobre poeta andou se escondendo, com planos de embarcar para a Jamaica. Entretanto, a ordem não foi executada, e Burns voltou à fazenda. Naquele mesmo verão, propôs casamento a Mary Campbell, pretendendo levá-la para a América. Antes que pudessem realizar o plano, ela morreu. Burns celebrou-a em “Highland Mary” e em “To mary in Heaven” (“Mary das Montanhas” e “Para Mary no Céu”).<sup>72</sup>

Nesse ano prolífico de 1786, Burns publicou em Kilmarnock, por subscrição, seu primeiro livro de versos. Omitiu poemas que poderiam ofender a Kirk ou a moral do povo. Encantou seus leitores com o dialeto escocês e as descrições das cenas de família, e agradou os camponeses ao elevar os detalhes de suas vidas ao nível de versos inteligíveis. Talvez nenhum outro poeta tenha expressado a sensação dos animais participando das durezas do dia-a-dia no campo, ou “a carneirada boba atarantada em meio às fustigadas da neve, ou o rato desalojado de seu ninho pelo arado que avançava”.

Mas, rato, tu não estás sozinho  
Ao provar que a previsão pode falhar,  
Os melhores esquemas dos ratos e dos homens  
Quase sempre vão por água abaixo

Quase proverbiais são as linhas que terminam o poema “De um Piolho ao seu Semeilhante no Chapéu de uma Senhora na Igreja”.

Se eu tivesse o poder que nos é dado  
De ver a nós próprios como os outros nos vêem.<sup>73</sup>

A fim de garantir o sucesso do livro, Burns iniciou-o com “The Cotter’s Saturday Night” (“A Noite de Sábado do Aldeão”): o agricultor descansando após uma semana de trabalho árduo. A mulher e as crianças estão a seu redor, falam dos fatos diários. A filha mais velha timidamente apresenta o acanhado pretendente, os felizes compartilhando da comida simples. O pai lendo a Bíblia. A prece em comum. A esse agradável quadro, Burns acrescentou a invocação “Escócia, meu querido solo pátrio!” — Todos os 612 exemplares foram vendidos em quatro semanas, com exceção de três, rendendo a Burns vinte libras.

Pensara em utilizar o lucro a fim de pagar uma passagem para a América. Em vez disso, empregou-o numa estada em Edimburgo. Lá chegando em novembro de 1786, em um cavalo emprestado, partilhou de casa e cama com um outro jovem camponês. Umas prostitutas barulhentas ocupavam o segundo andar acima deles.<sup>74</sup> A favorável aceitação do livro pelos críticos de Edimburgo abriram-lhe as portas. Durante toda a estação, foi o ídolo da boa sociedade. Sir Walter Scott descreveu-o:

Eu era um rapaz de quinze anos, em 1786-87, quando Burns chegou pela primeira vez em Edimburgo.(...) Vi-o, um dia, em casa do venerável Professor Ferguson, onde havia vários senhores de reputação literária.(...) Sua aparência era forte

e robusta. Sua palidez rústica, e não artificial. Uma espécie de singeleza e simplicidade dignas.(...) De complexão musculosa.(...) Olhos grandes e sombrios, que brilhavam(...) quando ele falava.(...) Entre homens mais cultos de seu tempo e de seu país, expressava-se com absoluta firmeza, mas sem nenhuma presunção.<sup>75</sup>

Burns foi animado a fazer uma edição ampliada de seus poemas. A fim de dar maior substância ao livro, propôs-se incluir uma de suas maiores produções, "The Jolly Beggars", "Os Alegres Mendigos" que não ousara anexar ao volume de Kilmarnock. Descrevia um grupo de vagabundos, mendigos, criminosos, poetas, violinistas, prostitutas, e soldados aleijados e abandonados reunidos na cervejaria de Nancy Gibson, em Mauchline. As histórias de suas vidas, por eles relatadas, eram as mais ingênuas e impenitentes, terminando a confusão com um coro do grupo embriagado:

Uma figa para os que pela lei são protegidos  
A liberdade é uma festa gloriosa!  
Os tribunais para covardes foram feitos,  
Igrejas construídas para agradar aos padres.<sup>76</sup>

Hugh Blair, intelectual e clérigo, expressou apreensão em publicar tal tirada contra a virtude. Burns cedeu, esquecendo-se, mais tarde, de ter escrito o poema.<sup>77</sup> Um amigo preservou-o e, em 1799, veio à tona.

O editor de Edimburgo vendeu uns três mil exemplares, pagando a Burns 450 libras. Este comprou uma égua e percorreu (5 de maio de 1787) a Alta Escócia, depois atravessou o Tweed para a Inglaterra. Em 9 de junho visitou os parentes em Mossiel, indo ver Jean Armour. Esta recebeu-o efusivamente, ficando grávida outra vez. De volta a Edimburgo, encontrou Mrs. Agnes M'Lehose. Aos dezessete anos, ela casara-se com um cirurgião de Glasgow. Aos 21 (1780) deixou-o, levando os filhos consigo e estabelecendo-se em "frugal dignidade" na capital. Convidou Burns a sua casa. Este por ela se apaixonou imediatamente. Parece que ela não se entregou a ele, pois Burns continuou a amá-la. Trocaram cartas e poemas, os dele assinados "Sylvander", os dela "Clarinda". Em 1791, ela resolveu partir para a Jamaica, a fim de juntar-se ao marido. Como despedida, Burns enviou-lhe algumas linhas cheias de ternura:

Um terno beijo, e depois nos separamos!  
Um adeus, e depois para sempre!...  
Se não nos tivéssemos amado tão ternamente  
Se não nos tivéssemos amado tão cegamente,  
Nunca nos encontrado nem nunca nos separado,  
Nunca teríamos ficado com o coração amargurado.<sup>78</sup>

Agnes encontrou o marido vivendo com uma copeira negra. Voltou a Edimburgo. Com a paixão por ela irrealizada, Burns procurou companhia e diversão no clube local, o Crochallan Fencibles (Fortificação de Crochallan) — onde os homens juravam defender a cidade. Ali o vinho e as mulheres eram os *lares et penates*, e a orgia reinava. Para eles, Burns colecionou antigas canções escocesas, acrescentando algumas de sua lavra. Várias delas encontraram anônimas e misteriosas publicações em 1800, com

o título de *The Merry Muses of Caledonia* (*As Alegres Musas da Caledônia*). A filiação de Burns a esse clube, seu claro sarcasmo das distinções de classe,<sup>79</sup> e a franqueza com que se expressava em relação a concepções radicais sobre religião e política, em breve deram um fim à sua aceitação na sociedade de Edimburgo.

Tentou obter o cargo de coletor de impostos. Várias vezes preterido, resignou-se lançando-se em nova aventura. Em fevereiro de 1788, arrendou uma fazenda em Ellisland, a oito quilômetros de Dumfries, quinze de Carlyle's Craigenputtock. O proprietário que ingenuamente descreveu o solo como "no mais miserável estado de exaustão",<sup>80</sup> adiantou trezentas libras ao poeta para a construção de uma casa e para cercar o campo. Burns devia pagar cinquenta libras anualmente por três anos, e depois setenta libras. Nesse meio tempo, Jean Armour dera à luz gêmeos (3 de março de 1788), que logo morreram. Um pouco antes de 28 de abril, Burns casou-se com ela. Com um filho que sobrevivera aos quatro que ela tivera de Burns, foi para Ellisland, onde o serviu fielmente como mulher e dona-de-casa. Deu-lhe outro filho, que Burns declarou "meu *chef-d'oeuvre* nessa espécie de manufatura quando eu achava que 'Tam o'Shanter era minha principal realização no ramo político'".<sup>81</sup> Em 1790, ficou íntimo de Anna Park, copeira em uma taverna de Dumfries. Em 1791, Anna teve um filho dele, o qual Jean recebeu, criando-o como se fosse dela.<sup>82</sup>

A vida era dura em Ellisland, contudo Burns continuava produzindo grandes poesias. Naquela época, acrescentou mais duas estrofes a uma antiga canção de beberões, "Auld Lang Syne" (Os Bons Velhos Tempos). Burns trabalhou até que, como seu pai, exauriu-se. Com satisfação aceitou a nomeação (14 de julho de 1788) de fiscal de imposto de consumo, sendo obrigado a viajar pelo país medindo barris, examinando fornecedores, merceeiros, fazendo relatórios para a Divisão do Imposto de Consumo de Edimburgo. Não obstante freqüentes desavenças com John Barleycorn, parece ter agradado aos diretores daquela divisão. Em novembro de 1791, vendeu a fazenda com algum lucro, transferindo-se com Jean e as três crianças para uma casa em Dumfries.

Escandalizou o povo respeitável da cidade freqüentando tavernas e voltando bêbado a casa, para a paciente Jean.<sup>83</sup> Continuava grande poeta. Naqueles cinco anos em Dumfries compôs "Ye banks and' braes o' bonnie Doon," (Ó belas encostas e margens do lindo Doon'), "Scots wha' hae wi' Wallace bled" ("Escoceses, por que ferimos Wallace") e "O my luve's like a red, red rose" ("Meu amor é como uma rosa muito vermelha"). Não encontrando correspondência intelectual em sua mulher, correspondia-se — e algumas vezes visitava — Mrs. Frances Dunlop, que tinha nas veias um resíduo do sangue dos Wallace. Esforçou-se ela para domar a moral e o vocabulário de Burns, nem sempre em proveito de seus versos. Ele apreciava mais as notas de cinco libras que ela lhe enviava vez por outra.<sup>84</sup>

Burns arriscava sua situação de agente do imposto de consumo com suas atitudes radicais. Em quinze estrofes excelentes disse a Jorge III para livrar-se de seus ministros corruptos, aconselhando o Príncipe de Gales a pôr fim à sua vida dissoluta, "e seus animados jogos de cartas com Charlie [Fox]," se é que almejava herdar o trono.<sup>85</sup> Em carta ao *Courant*, de Edimburgo, aplaudiu a Declaração de Independência da Améri-

ca e, em 1789, foi “partidário entusiasta” da Revolução Francesa. Em 1795, desferiu invectiva contra a distinção de classes:

O que há na honesta pobreza  
Que faz balançar a cabeça, e nada mais?  
O escravo covarde, dele nos afastamos;  
Ousamos ser pobres, e nada mais!  
Por isso, e nada mais,  
Nossos trabalhos são obscuros e nada mais,  
A posição social é apenas o selo de um guinéu,  
O homem é ouro por isso e nada mais.

.....  
O homem honesto que sempre foi pobre,  
É rei dos homens e nada mais.

Vedes aquele camarada vestido como um lorde  
Que dança e se pavoneia, e nada mais,  
E que duzentos veneram sua palavra?  
Não passa de um beócio e nada mais.(...)

Então, oremos que um dia chegue  
E certamente virá e nada mais,  
Que a Sensibilidade e o Valor sobre a terra,  
Terão o prêmio e nada mais.  
Por isso e nada mais,  
O dia chegará  
Que pelo mundo todos os homens em relação aos outros homens  
Serão irmãos, e nada mais.

Foram feitas reclamações ao Departamento do Imposto de Consumo no sentido de que tal radical não era adequado para fazer pesquisas junto aos merceeiros e medir barris, mas os comissários perdoaram-no em virtude de seu amor e exaltação da Escócia. As noventa libras anuais que recebia no emprego quase não bastavam para mantê-lo comendo aveia e bebendo cerveja. Continuou suas perambulações amorosas e, em 1793, Mrs. Maria Ridell, que confessou seu “irresistível poder de atração”, teve um filho dele. Suas repetidas bebedeiras terminaram por enfraquecer-lhe o espírito e o orgulho. Como Mozart, na mesma década, escrevia aos amigos pedindo dinheiro.<sup>86</sup> Corriam boatos de que estava com sífilis, e que fora encontrado certa manhã de grande frio, prostrado bêbado, na neve.<sup>87</sup> Esses boatos foram criticados e não confirmados, e os médicos escoceses desprezaram a moléstia de Burns como uma febre reumática que atacou o coração.<sup>88</sup> Dois dias antes de morrer, escreveu a seu sogro: “Pelo amor de Deus, mande Mrs. Armour aqui imediatamente. Minha mulher espera a qualquer momento, e precisa ser posta na cama. Deus meu, que situação para ela, sem uma amiga!”<sup>89</sup> Depois, recolheu-se ao leito e, a 21 de julho de 1796, morreu. Enquanto estava sendo enterrado, sua mulher deu à luz um filho. Os amigos instituíram um fundo para sustentá-lo, e ela, sendo forte física e moralmente, viveu até 1834.



## VI. JAMES BOSWELL\*

## 1. A Cria

Ele era de sangue real. Seu pai, Alexander Boswell, Lair (forma escocesa de lorde) de Auchinleck in Ayrshire, e juiz do Supremo Tribunal da Escócia, descendia do Conde de Arran, bisneto de Jaime II da Escócia. Sua mãe era descendente do terceiro conde de Lennox, avô de Lorde Darnley, pai de Jaime VI. James Boswell nasceu em Edimburgo a 29 de outubro de 1740. Na qualidade de primogênito dos três filhos do casal, era herdeiro da modesta propriedade de Auchinleck (que ele pronunciava "Affleck"). Entretanto, de vez que seu pai viveu até 1782, James tinha de ficar descontente com a renda que o *laird* lhe concedia. Seu irmão John, sofreu, em 1762, o primeiro de vários ataques de insanidade mental. O próprio Boswell sentia-se oprimido por acessos de melancolia, os quais ele curava com álcool, que o fazia esquecer, e o calor das formas femininas. Sua mãe iniciou-o no credo presbiteriano calvinista, que possuía a veemência que lhe era peculiar. "Nunca me esquecerei", escreveu ele mais tarde, "os terríveis momentos de apreensão que suporrei na mocidade devido a tacanhas noções de religião, enquanto meu espírito lacerava-se com um horror infernal."<sup>90</sup> Por toda a vida oscilou entre a fé e a dúvida, religiosidade e prazeres carnaís, não conseguindo mais do que alguns momentos de calma e satisfação.

Após algum estudo em casa, foi mandado para a Universidade de Edimburgo, depois para Glasgow, onde assistiu às aulas de Adam Smith e estudou advocacia. Em Glasgow encontrou atores e atrizes, alguns católicos. Pareceu-lhe que a religião deles era mais compatível com uma vida divertida do que o calvinismo. O que lhe agradava especialmente era a doutrina do purgatório, que permitia ao pecador salvar-se depois de uma eternidade a se consumir pelo fogo. Súbito, James foi para Londres (março de 1760) entrando para a Igreja Católica.

Alarmado, o pai enviou um pedido ao Conde de Eglinton, em Ayrshire, para que olhasse pelo filho. O conde fez ver ao jovem que, como católico, nunca poderia exercer advocacia, nem entrar para o Parlamento, ou herdar Auchinleck. James voltou à Escócia e à Kirk, vivendo sob os olhos do pai, e sob seu teto. Contudo, como o juiz andava muito ocupado, o filho "foi buscar lã e saiu tosquiado",<sup>91</sup> isto é, teve o primeiro de seus muitos acessos de moléstia venérea. Temeroso de que aquele jovem leviano, ao herdar Auchinleck, o dilapidaria em orgias, o pai convenceu-o a, em troca de uma anuidade de cem libras, assinar um documento dando a futura direção da propriedade aos curadores nomeados por Boswell sênior.

Em 29 de outubro de 1761, James atingiu a maioridade, e sua anuidade foi dupli-

---

\* A descoberta dos diários de Boswell foi um dos acontecimentos mais sensacionais da história da literatura do nosso tempo. Ele havia legado seus documentos aos herdeiros, que os julgaram por demais escandalosos para publicação. Um pacote destes contendo o *London Journal* foi encontrado em Fettercairn House, nas proximidades de Aberdeen, em 1930. Um maior tesouro foi desencavado das gavetas e armários de Malahide Castle, perto de Dublin, em 1925-40. A maior parte desses papéis foram comprados pelo Coronel Ralph Isham, e dele adquiridos pela Universidade de Yale. O Professor Frederick A. Pottle editou-os para a McGraw-Hill Book Company, que retém a exclusividade dos direitos autorais. Agradecemos ao editor e aos proprietários a autorização de citar alguns trechos dos diários. A obra do Professor Pottle, *James Boswell: The Earlier Years* foi publicada depois que este capítulo já estava escrito.

cada. No mês de março seguinte, engravidou Peggy Doig. Em julho fez seus exames de Direito. Em 1º de novembro de 1762, deixando dez libras com Peggy, partiu para Londres. (A criança nasceu poucos dias depois, e Boswell nunca a viu.) Em Londres, tomou um confortável quarto em Downing Street. Por volta de 25 de novembro “sentia-se verdadeiramente infeliz por falta de mulheres”.<sup>92</sup> Contudo, lembrou-se da infecção que apanhara, e “os honorários médicos são muito altos nesta cidade”.<sup>93</sup> Então, resolveu coibir-se “até encontrar uma moça garantida, ou ser amado por uma mulher da sociedade”.<sup>94</sup> Tinha a impressão de que Londres fornecia toda a espécie de cortesãs, “desde a esplêndida madame de cinquenta guinéus por noite até a delicada ninfa(...) que(...) entregará sua sedutora pessoa a Vossa Excelência por meia garrafa de vinho e um xelim”.<sup>95</sup> Encetou relações com “uma bela atriz”, Louisa, cuja longa resistência parecia um atestado de higiene. Finalmente, conseguiu persuadi-la, realizando a quinta-essência do êxtase. “Ela declarou que eu era um prodígio”.<sup>96</sup> Oito dias depois, descobriu que estava com gonorréia. Em 27 de fevereiro, sentiu-se curado. Em 25 de março pegou na rua uma meretriz e “enrolou-a em uma couraça” (envoltório preservativo). Em 27 de março: “Ouvi missa na Igreja de São Dunstan.” Em 31 de março: “Perambulei pelo Parque, e peguei a primeira prostituta que encontrei.”<sup>97</sup> No decurso dos quatro meses seguintes, no seu *London Journal*, Boswell descreve encontros semelhantes, (...) em Westminster Bridge, na Head Tavern de Shakespeare, no parque, na taverna no Strand, nos tribunais de justiça do Temple, na casa da moça.

Isto, naturalmente, é apenas um lado do aspecto de um homem, e agrupar esses episódios em um parágrafo dá uma falsa idéia da vida e do caráter de Boswell. O seu outro lado era o “entusiasmo pelos grandes homens”.<sup>98</sup> O primeiro cuja amizade conseguiu captar foi Garrick, que sorveu os elogios de Boswell afeiçoando-se logo a ele. Mas James almejava chegar aos mais importantes. Em Edimburgo ouvira Sheridan referir-se à erudição e saborosa conversa de Samuel Johnson. Seria uma “espécie de glória” encontrar esse pináculo da vida literária de Londres.

A sorte o ajudou. No dia 16 de maio de 1763, estava Boswell tomando chá na livraria de Thomas Davies, na Russel Street, quando “um homem com uma aparência horrível” entrou. Boswell reconheceu-o por um retrato pintado por Reynolds. Suplicou a Davies para não dizer que ele era da Escócia. Este, de gozação, revelou-o imediatamente. Johnson não perdeu a oportunidade para dizer que a Escócia era um bom país para *sair dele*. Boswell estremeceu. Johnson queixou-se de que Garrick lhe havia recusado uma entrada gratuita para Miss Williams assistir a uma peça em cartaz. Boswell aventurou-se a dizer: “Senhor, não creio que Mr. Garrick lhe fosse negar uma coisa tão sem importância.” Johnson respondeu logo “Senhor, conheço David Garrick há muito mais tempo do que o senhor, e não vejo qual o direito que tem de me falar sobre o assunto.” Isso não prometia uma longa amizade. Boswell ficou “abisado” e “ofendido”. Contudo, depois de conversarem um pouco mais, Boswell disse: “Certifiquei-me de que, embora suas maneiras sejam bruscas, não há maldade em seu caráter.”<sup>99</sup>

Oito dias depois, encorajado por Davies, e fortalecido por uma audácia ilimitada, Boswell apresentou-se aos aposentos de Johnson em Inner Temple, sendo recebido com gentileza, se não com charme. Em 25 de junho, o urso e seu filhote cearam jun-

tos na Mitre Tavern, na Fleet Street. “Sentia-me orgulhoso só de pensar em que companhia eu me achava.” Em 22 de julho: “Mr. Johnson e eu estivemos juntos no Café Turk’s Head.” “Depois disso”, escreveu Boswell em seu diário, “é só anotar a *memorabilia* de Mr. Johnson que me vem à memória.”<sup>100</sup> Foi assim que principiou a grande biografia.

Quando, por instâncias do pai, Boswell partiu para os Países Baixos (6 de agosto de 1763) para estudar advocacia, o mestre e o homem davam-se tão bem que Johnson, com 53 anos, acompanhou Boswell, de 22, a Harwich a fim de despedir-se dele.

## 2. Boswell no Exterior

Fixou-se em Utrecht, estudou advocacia, aprendeu holandês e francês, e (é ele quem nos diz) leu todo o *Essai sur les mœurs*, de Voltaire. Logo no início sofreu severa crise de melancolia, censurou-se como sendo um conquistador sem importância, e pensou em se suicidar. Lastimou sua recente devassidão atribuindo-a à falta de religião. “Antes eu era ateu, e agia como tal. Agora sou cristão e cavalheiro.”<sup>101</sup> Traçou um “Plano Inviolável de auto-regeneração. Preparar-se-ia para os deveres de um *laird* escocês. Ficaria fiel à Igreja Anglicana “e aos códigos morais cristãos”. “Nunca falar de si próprio, (...) porém, respeitar-se a si mesmo. (...) No todo, você será um excelente caráter.”<sup>102</sup>

Recobrou interesse na vida quando foi aceito nos lares dos holandeses abastados. Trajava, então “púrpura e ouro, (...) assim como meias brancas de seda e belos sapatos, (...) lenços de Barcelona, e uma elegante caixa de palitos”.<sup>103</sup> Apaixonou-se por Isabella van Tuyll, conhecida de seus admiradores por “Belle de Zuylen”, e também como “Zélide”. Já lhe tributamos nossos respeitos como uma das mulheres brilhantes de seu tempo. Contudo, rejeitou-o, não desejando casar-se, e Boswell convenceu-se de que ele é que a tinha recusado. Experimentou Mme. Geelvinck, uma bonita viúva, mas achou-a “deliciosa e inexpugnável”.<sup>104</sup> Finalmente “resolvi fazer uma pequena viagem a Amsterdam e encontrar uma moça”. Lá chegando, “foi a uma casa de devassidão, (...) indignando-se de encontrar-se num abismo de grosseiro deboche”. No dia seguinte, “fui à igreja e ouvi um bom sermão (...) depois vaguei por mesquinhos prostíbulos em ruas escusas”.<sup>105</sup> Readquiriu “a dignidade da natureza humana” ao receber de um amigo carta de apresentação a Voltaire.

Tendo prometido ao pai e cumprido sua promessa de que estudaria regularmente em Utrecht, recebeu permissão deste, assim como fundos suficientes para a grande viagem usual que coroa a educação dos jovens ingleses de sociedade. Disse adeus a Zélide, certo de que ela tinha nos olhos lágrimas de amor, e, em 18 de junho de 1764, atravessou a fronteira e entrou na Alemanha. Por quase dois anos a partir de então, ele e Belle corresponderam-se, trocando elogios e alfinetadas. De Berlim, a 9 de julho, escreveu:

Como nós dois, Zélide, somos absolutamente francos um com o outro, devo dizer-lhe que fui bem pretensioso (...) ao imaginar que você estava realmente apaixonada por mim. (...) Entretanto, sou bem generoso ao resolver não desenganá-la. (...) Não

me casaria com você nem se fosse para tornar-se rei.(...) Minha mulher tem de ser um tipo bem diverso do seu, minha querida Zélide, exceto na afeição, honestidade e bom gênio.<sup>106</sup>

Ela não respondeu. Ele tornou a escrever em 1º de outubro, assegurando-lhe de que ela o amava. Continuou sem resposta. Mais uma vez, escreveu, em 25 de dezembro:

*Mademoiselle*, sou orgulhoso, e sempre o serei. Você deve estar lisonjeada com minha assiduidade. Não sei se devo ficar igualmente lisonjeado com a sua. Um homem com o coração e o espírito como os meus é raro. Uma mulher com muitos talentos não é rara.(...) Talvez você possa dar-me uma explicação de sua conduta para comigo.<sup>107</sup>

A resposta dela merece um lugar na história da mulher:

Recebi sua carta com alegria e li-a com gratidão.(...) Todas as expressões de amizade e de eterna estima e de recordações ternas que você colecionou [das palavras que ela lhe proferira] são confirmadas e renovadas pelo meu coração neste momento.(...) Você continua repetindo(...) que eu estava apaixonada por você.(...) Você queria que eu o admitisse, estava determinado a ouvir-me dizê-lo e repeti-lo. Acho esse procedimento muito estranho em um homem que não me ama e que crê ser seu dever (por motivos de delicadeza) dizer-mo em termos os mais expressivos e vigorosos.(...) Fiquei chocada e triste ao descobrir em um amigo, a quem eu concebia ser um jovem sensível, a vaidade triste e pueril de um nêscio e um leviano.

Meu querido Boswell, não me responsabilizo em dizer que nunca, em instante algum, minha conversa, meu tom, ou meu olhar não se tenham excitado com você. Se é que isto aconteceu, esqueça-o.(...) Porém não perca a lembrança de tantas conversas quando nós dois estávamos igualmente alegres e despreocupados. Contento-me com a lisonja de sua afeição e você em considerar-me sua amiga como *se eu fosse aquela mulher algo rara, dotada de muitos talentos*. Guarde esta lembrança, digo eu, ficando certo de que minha ternura, minha estima, e direi mesmo, meu respeito, serão sempre seus.<sup>108</sup>

Esta carta moderou Boswell provisoriamente. Conservou a calma por um ano. Então, em 16 de janeiro de 1766, escreveu, de Paris, ao pai de Zélide, pedindo a mão da filha em casamento. “Não seria uma pena se uma união tão auspiciosa não se realizasse?”<sup>109</sup> O pai respondeu que Zélide estava considerando outro pedido. Um ano depois, Boswell dirigiu a ela uma proposta diretamente. Ela respondeu: “Li sua retardada prova de afeto com prazer e com um sorriso. Então, quer dizer que você um dia me amou!”<sup>110</sup> E recusou-lhe o pedido.

Enquanto aquele jogo epistolar continuava, Boswell teve experiências com muitos países e mulheres. Em Berlim, viu Frederico ostentar-se nas ruas porém não mais perto. Levou para seu leito uma vendedora de chocolates grávida. Esta era um porto seguro. Em Leipzig, encontrou Gellert e Gottsched. Em Dresden visitou “a galeria de quadros que todos dizem ser a melhor da Europa”.<sup>111</sup> Passou por Frankfurt, Monúncia, Karlsruhe e Estrasburgo, entrando depois na Suíça. Já o acompanhamos em suas visitas a Rousseau e Voltaire. Naquela época de exaltação, a aura do gênio e a febre da fama amainaram a sensualidade da mocidade.

Em 1º de janeiro de 1765, deixou Genebra para atravessar os Alpes. Passou nove meses divertidos na Itália, viu todas as grandes cidades, experimentando a produção feminina em todas as estadas. Em Roma procurou Winckelmann, beijou os pés do papa, rezou em São Pedro, e contraiu novamente sua doença predileta. Subiu ao Vesúvio com John Wilkes. Em Veneza, partilhou a mesma cortesã com Lorde Mountstuart (filho do Conde de Bute), renovando sua infecção. Durante o mês que passou em Siena cortejou Porzia Sansedoni, amante de seu amigo Mountstuart. Urgiu-lhe para não deixar nenhum sentimento de fidelidade interferir com a generosidade, pois “meu lorde é incapaz de ser fiel, de modo que não espera tal sentimento de você”.<sup>112</sup>

O seu lado bom foi demonstrado na próxima expedição. De Livorno tomou um navio para a Córsega (11 de outubro de 1765). Paoli havia libertado a ilha de Gênova, em 1757, e estava então no oitavo ano de seu governo do novo Estado. Boswell encontrou-o em Sollacarò, apresentando-lhe uma carta de apresentação de Rousseau. No princípio, suspeitaram-no de espionagem, mas “tomei a liberdade de mostrar-lhe um memorial que eu havia redigido sobre as vantagens para a Grã-Bretanha de uma aliança com a Córsega”. Depois disso, jantava freqüentemente com o general.<sup>113</sup> Tomou várias notas que lhe foram úteis quando escreveu *Account of Corsica (Considerações Sobre a Córsega)* (1768). Deixou a ilha em 20 de novembro, viajando pela Riviera até Marselha. Naquela cidade, “uma alcoviteira grande e decente” arranhou-lhe uma “moça honesta, garantida e desinteressada”.<sup>114</sup>

De Aix-en Provence começou a remeter ao *The London Chronicle* parágrafos com notícias a serem publicadas em números sucessivos, a partir de 7 de janeiro de 1766, informando ao público inglês que James Boswell aproximava-se da Inglaterra com dados de primeira mão sobre a Córsega. Chegando a Paris, recebeu carta de seu pai dizendo que sua mãe havia morrido. Prontificou-se a acompanhar Thérèse Levasseur, amante de Rousseau, a Londres. Se lhe forms dar crédito, no caminho, ela se entregou a ele. Demorou-se em Londres três semanas, viu Johnson várias vezes e, finalmente, apresentou-se a seu pai em Edimburgo (7 de março de 1766). Os três anos e quatro meses de independência e viagens tinham-no amadurecido. Não diminuía seu sensualismo nem lhe abrandara a vaidade, contudo tinham-lhe alargado os conhecimentos e as perspectivas, dando-lhe firmeza e autoconfiança. Era então o “corso Boswell”, o homem que jantara com Paoli, e que estava escrevendo um livro que poderia influenciar a Inglaterra e ir em auxílio do Libertador, tornando a ilha uma fortaleza em um mar estratégico.

### 3. Boswell em Sua Pátria

Em 29 de julho de 1766, foi admitido no tribunal escocês, e durante os próximos vinte anos sua vida centralizou-se em Edimburgo, com muitas incursões em Londres e uma em Dublin. Auxiliado talvez pela posição de seu pai na qualidade de juiz, mas também por sua agilidade nos debates, “elevou-se a uma posição muito importante”, “fazendo 65 guinéus” no seu primeiro período perante os tribunais.<sup>115</sup> Uma exuberante generosidade, misturada com a auto-estima, faziam-no defender os pio-

res criminosos, gastar uma eloquência aparatosa em pessoas obviamente culpadas, perder a maior parte de suas causas, e dissolver seus honorários na bebida. Após os meses ensolarados da Itália ele sentia nos ossos o frio da Escócia, para o qual não havia outro remédio senão o álcool.

Continuava sua perambulação sexual. Tornou-se amante de uma certa Mrs. Dodds, mas para suplementação de seus serviços "deitava-se toda noite com uma moça comum", descobrindo imediatamente ter sido atacado de uma determinada infecção".<sup>116</sup> Três meses depois, num delírio alcoólico conta "ter ido a um bordel, passando a noite inteira nos braços de uma prostituta. Ela era uma moça forte e enérgica, uma prostituta digna de Boswell, se é que ele precisava ter uma prostituta".<sup>117</sup> Sobreveio outro surto da moléstia. Era óbvio que somente o casamento poderia salvá-lo da degradação física e moral. Fez a corte a Catherine Blair, mas ela recusou-o. Apaixonou-se por Mary Ann Boyd, uma rapariga irlandesa, com formas gregas e um pai rico. Seguiu-a a Dublin (março 1769) mas, no caminho, sua paixão arrefeceu. Embriagou-se e foi procurar uma prostituta irlandesa, contraindo, mais uma vez, doença venérea.<sup>118</sup>

Em fevereiro de 1768, mandou para o prelo *Considerações Sobre a Córsega, Diário de Uma Viagem a Esta Ilha, e Memórias de Pasquale di Paoli*. Seu pedido para a Grã-Bretanha ajudar Paoli instalou-se na imaginação dos ingleses, preparando a opinião pública a fim de aprovar a ação do governo inglês para enviar secretamente armas e suprimentos à Córsega. O livro vendeu dez mil exemplares na Inglaterra, foi traduzido em quatro idiomas, dando a Boswell mais fama no Continente do que Johnson. Em 7 de setembro de 1769, o autor apareceu no festival de Shakespeare, em Stratford, com uma indumentária de chefe corso, com a seguinte inscrição no chapéu: "o corso Boswell". Mas como se tratava de um baile a fantasia não mereceu o ridículo de que foi alvo.

Sua prima, Margaret Montgomerie, acompanhara-o à Irlanda, suportando pacientemente a corte que fazia às mulheres do país, assim como suas orgias. Era dois anos mais velha do que ele, e suas mil libras não a colocavam à altura do herdeiro de Auchinleck, mas ao considerar a paciente devoção que ela lhe triburava, começou a lhe surgir a idéia de que ela era uma boa mulher e daria uma boa esposa. Além do que, sua reputação de devasso e bêbado começava a lhe restringir a escolha. O próprio juiz estava pensando em casar-se, o que poria uma madrastra entre pai e filho, e poderia consumir a propriedade. Boswell pediu ao pai para não se casar. Este persistiu na idéia. Desavieram-se, e Boswell pensou em ir para a América. Em 20 de julho de 1769, escreveu a "Peggy" Montgomerie, pedindo-lhe para desposá-lo e perguntando-lhe se ela concordaria em ir com ele para a América, vivendo de suas cem libras anuais e dos juros das mil libras dela. Avisou-lhe que era dado a períodos de melancolia. A resposta dela é digna de nota (22 de julho):

Pensei profundamente, como era de seu desejo, e(...) aceito suas condições.(...) J.B., com cem libras por ano, tem tanto valor para mim como se possuíse a propriedade de Auchinleck.(...) Destituída de ambição, prefiro a verdadeira felicidade à esplêndida ilusão da mesma.(...) Esteja certo, meu caro Jamie, você tem uma amiga que tudo sacrificaria por você, e que até hoje nunca teve desejo de riqueza, para dedicá-la ao escolhido de seu coração.<sup>119</sup>

No dia 19 de novembro, o pai casou-se. No dia 25, foi a vez do filho. O casal mais jovem foi morar em casa separada e, em 1771, alugou um apartamento de David Hume. James esforçou-se para conservar-se sóbrio, trabalhou arduamente como advogado, regozijando-se com os filhos que sua mulher lhe deu. Parece que ela dissuadia-o de seus contatos maritais nos últimos meses de suas reiteradas gravidezes. Em 27 de outubro de 1772, ele foi procurar uma prostituta após ter bebido “vinho demais”.<sup>120</sup> Desculpou-se argumentando que o concubinato era permitido pelas Escrituras. Continuou a beber e a jogar. Uma nota no seu diário: “Bebi até ficar embriagado.” Em 3 de novembro: “Muitos dentre nós beberam da hora de jantar até meia-noite”. Em 4 de novembro: “Muito bêbado, caí com certa violência.” Em 8 de novembro: “Novamente bêbado.” Em 24 de dezembro: “Eu estava muito bêbado,(...) fiquei mais de uma hora com duas prostitutas na casa delas, num porão sujo em Bow. Encontrei o caminho de casa por volta de meia-noite. Eu havia caído.”<sup>121</sup> Sua mulher perdoava-o, tratando dele durante suas doenças.

Seu vício da embriaguez tinha muitas causas: seus fracassos no tribunal, dificuldades com o pai, vergonha de suas infidelidades, consciência de não ter realizado os sonhos de sua vaidade, e seu desagrado pela vida na Escócia. Quase todos os anos, dava uma fugida a Londres, em parte para atender algumas causas, e em parte para gozar a conversa de Johnson, Reynolds, Garrick e Burke. Em 1773, foi admitido “no Clube”. No outono daquele ano, andou orgulhosamente pelas ruas de Edimburgo, na companhia do Dr. Johnson, como um prelúdio da viagem que os dois fariam às Hébridas.

No princípio daquelas viagens a Londres, permanecia fiel à mulher, escrevendo-lhe carinhosamente. Mas, em 1775, continuou suas concessões à promiscuidade. E, em março de 1776: “Quando me vejo na rua, a loucura da prostituição apodera-se de mim. Penso em dedicar uma noite inteira a isso.” Esse estado durou várias noites. “Pensei em minha estimada esposa com a maior afeição, porém nutria vaga idéia de que minhas relações físicas com prostitutas não interferiam com o meu amor por ela.”<sup>122</sup> Uma outra infecção venérea o acalmou provisoriamente.

Tudo isso — e sua subserviência a Johnson — acarretou comentários sarcásticos de homens como Horace Walpole, e (postumamente) uma chicotada mortal de Macaulay,<sup>123</sup> mas não ficou sem amigos. “Minha personalidade como homem de recursos e muitas relações faz com que procurem minhas atenções.”<sup>124</sup> A maior parte dos londrinos concordava com Boswell de que nenhuma mulher tem direito a um homem só para ela. Se homens como Johnson e Reynolds gostavam dele, e se muitas casas lhe abriam as portas, ele devia ter aspectos bem agradáveis. Esses homens de discernimento sabiam que ele passava de mulher para mulher, e de idéia para idéia, como um viajante apressado, arranhando muitas superfícies, mas nunca atingindo o âmago da questão, nunca sentindo a alma ferida atrás do sacrifício da carne. E ele sabia-o, também. “Eu possuo realmente um pouco de espírito com todo o meu orgulho”, dizia. “Minhas brilhantes qualidades são como bordados sobre a gaze.”<sup>125</sup> “Há uma imperfeição, uma superficialidade, em todas as minhas noções. Não compreendo nada claramente, nada até o fundo. Pego fragmentos, mas nunca retenho na memória um conteúdo de qualquer tamanho.”<sup>126</sup>

Foram esses fragmentos e essa história que o redimiram. Penitenciou-se por seus

defeitos ao adorar nos outros as coisas excelentes que não podia realizar por si mesmo. Por estar sempre pronto a atendê-los humildemente, por lembrar-se das palavras e das ações desses outros e, finalmente, com arte não menor, colocá-los numa ordem e sob uma luz que davam uma inigualável imagem do homem e de sua época. E que nunca nos seja dado nos despir, em corpo e em espírito, em secreta luxúria e infatigável vaidade, tão completamente como esse homem, meio laçao e meio gênio, se revelou para a posteridade.



## A Cena Literária

1756-89

## I. A IMPRENSA

NOS bastidores estavam os jornais, as revistas, os editores, as bibliotecas itinerantes, os teatros, todos se multiplicando indiferentemente, levando a um público cada vez maior os conflitos dos partidos e dos talentos. Vários jornais haviam surgido: *The Literary Magazine e The Critical Review*, em 1756, *The Public Ledger*, em 1760. O *Rambler*, de Johnson, começou em 1750, o *Gentleman's Magazine*, que alimentou Johnson em seus anos de lutas, teve início em 1731 e sobreviveria até 1922. Os jornais londrinos dobraram sua tiragem e circulação total nesse período. *The Monitor* começou em 1755, o *North Briton* em 1761, *The Morning Chronicle* em 1769, *The Morning Herald* em 1780, *The Daily Universal Register* em 1785, o qual se tornou *The Times* em 1788, e *The Public Advertiser*, que obteve considerável lucro com as cartas de Júlio. Sua circulação elevou-se de 47.500 para 84 mil exemplares. A maioria dos outros matutinos subsistiam apenas com poucos leitores. De modo que, em 1795, a tiragem do *The Times* era apenas de 4.800 exemplares. Eram mais modestos em suas proporções do que no conteúdo — em geral quatro páginas, uma das quais dedicada aos anúncios. Em 1759, Johnson achava que os anúncios dos jornais haviam atingido o limite.

Atualmente os anúncios, muito numerosos, são lidos com pouca atenção, tornando-se portanto necessário despertar o interesse pelas promessas mirabolantes e pela eloquência, quer sublime, quer patética.(...) O vendedor de preparados embelezadores proclama loções que eliminam espinhas, apagam sardas, amaciam a pele e enrijecem as carnes.(...) O comércio publicitário hoje em dia aproxima-se tanto da perfeição que não é fácil propor qualquer melhoria. Contudo, como qualquer arte deve exercer-se devidamente subordinada ao público em geral, não posso deixar de fazer uma pergunta de conteúdo moral a esses mestres da audiência pública: Eles não estariam, às vezes, incitando nossas paixões de modo demasiado arbitrário?<sup>1</sup>

Impressores, livreiros e editores ainda confundiam-se em uma única profissão. Robert Dodsley publicara Pope e Chesterfield, e em seguida imprimira Walpole e Goldsmith. Thomas Davies possuía uma livraria popular na qual permitia o livre manuseio dos volumes, e para lá iam Johnson e muitos outros, a fim de examinar os livros e lançar olhares às belas esposas. William Strahan obteve fama com a publicação do *Dicionário* de Johnson, *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e *Declínio e Queda do Império Romano*, de Gibbon — os dois últimos no *annus mirabilis* de 1776. Oxford criou a Clarendon Press, em 1781. Os livreiros pagavam bem os bons livros, porém contratavam escritores assalariados para preparar artigos e compilações por uma bagatela. Em *A Tolice da Qualidade*, de Henry Brooks (1766), assim se expressa um livreiro: “Posso contratar um desses cavalheiros(...) em cuja educação foi gasto mais dinheiro do que(...) poderia manter decentemente uma família até o fim do mundo — posso contratar um deles para trabalhar como um burro de carga, noite e dia, por salário inferior ao que pago(...) ao porteiro ou ao menino-engraxate por três horas.”<sup>2</sup> Os autores multiplicavam-se até saturar o mercado, lutavam desesperadamente por sua cota de fome, satirizando-se entre si com o veneno de suas penas. As mulheres entravam na competição: Mrs. Anna Barbauld, Sarah Fielding, Mrs. Amelia Opie, Mrs. Elizabeth Inchbald, Mrs. Elizabeth Montagu, Fanny Burney e Hannah More. Um padre de aldeia entrou no páreo e ganhou a palma.

## II. LAURENCE STERNE

Não foi feito para ser padre. Era filho de militar, que durante dez anos vagueou de posto em posto. Muito tempo depois, valeu-se do anedotário militar para fazer Tio Toby falar como um velho general sobre assédios e fortalezas. Descreveu sua mãe como “filha de(...) um pobre vendedor ambulante e criado de acampamento em Flandres.”<sup>3</sup> Entretanto, seu bisavô fora arcebispo de York, e a família de Sterne conseguiu mandá-lo para Cambridge numa bolsa. Graduou-se em 1737, porém uma hemorragia pulmonar, em 1736, previu-lhe uma vida de luta contra a tuberculose. Ordenado padre anglicano (1738), foi-lhe dado um vicariato em Sutton-in-the-Forest, nas proximidades de York. Em 1741, casou-se com Elizabeth Lumley, levando-a para com ele morar em sua casa escangalhada do reitorado. Sua mulher confiou-lhe sua renda anual de quarenta libras, que ele investiu em terras, com bom resultado.

A não ser isso, eram miseráveis. Ambos tuberculosos e neuróticos. Muito cedo Mrs. Sterne concluiu que “a maior casa da Inglaterra era pequena para eles, em virtude da confusão e de suas brigas”.<sup>4</sup> A prima de sua mulher, a “intelectual” Elizabeth Montagu, descreveu-a como um porco-espinho rabugento, “com a qual somente era possível não brigar mantendo-se a distância”.<sup>5</sup> Nasceram dois filhos. Um morreu, a menina, Lydia, tornou-se conspicuamente agarrada à mãe. A infelicidade aumentou quando a mãe e a irmã de Sterne, que moravam na Irlanda, vieram para York apelando para ele no sentido de lhes serem dadas oito libras por ano da renda que obtinha de sua mulher. A idéia não foi recebida com entusiasmo. Sterne deu à sua mãe algum dinheiro, suplicando-lhe que voltasse para a Irlanda. Ela permaneceu em York. Quando foi presa por vadiagem, Sterne recusou-se a lhe pagar a fiança.

Após dezoito anos de um casamento difícil, o pároco concluiu que alguém verdadeiramente cristão lhe permitiria um pequeno adultério. Apaixonou-se por Catherine Fourmantele, jurando-lhe “amo-a loucamente, e vou amá-la até a eternidade”.<sup>6</sup> Sua mulher acusou-o de infidelidade. Ele negou. Ela chegou tão perto da loucura que ele entregou-a, assim como a Lydia, aos cuidados de um “médico lunático”, e continuou a ligação.

Em meio a esse tumulto, escreveu um dos livros mais famosos da literatura inglesa. Seus amigos, tendo lido o manuscrito, suplicaram-lhe para eliminar “alusões grosseiras que constituiriam motivo da justa ofensa, principalmente partindo de um clérigo”. Tristemente, Sterne suprimiu 150 páginas. As restantes ele mandou anonimamente ao prelo. Foi publicado em janeiro de 1760, como *A Vida e Opiniões de Tristram Shandy, Gent.* Ainda restaram trechos escandalosos e humorísticos, em dois volumes, que os tornaram o acontecimento literário do ano. Na distante Ferney, o furor manifestou-se: “Um livro estranho”, declarou Voltaire, “e original. Na Inglaterra todos estão doidos por ele.” Hume declarou-o “o melhor livro escrito por um inglês nesses trinta anos, mesmo ruim como é”.<sup>8</sup> Em York, onde a autoria de Stern era um segredo aberto, e onde as personalidades locais viam-se nos principais personagens, em dois dias venderam-se duzentos exemplares.

É difícil descrever este livro, pois não tem nem forma nem enredo, nem pé, nem cabeça. O título é uma artimanha, porque o “Gent” que conta a história, e cuja “vida e opiniões” tiveram de ser apresentadas, não nasceu até a página 209 do Volume IV (da edição de nove volumes). A substância da história é o que aconteceu, ou foi dito ter acontecido, enquanto ele estava sendo gerado e crescia vagarosamente no útero materno. A primeira página é a melhor:

Gostaria que ou meu pai ou minha mãe, ou então ambos, que estiveram igualmente empenhados no caso, pensassem o que estavam fazendo quando me geraram. Será que consideraram devidamente o quanto dependia do que estavam fazendo, que não era apenas a produção de um Ente racional que estava em jogo, mas também a feliz formação e temperatura de seu corpo, talvez sua índole e a própria disposição da sua mente(...) que provavelmente seguiria seu curso de conformidade com o estado de espírito e disposições então prevalecendo naquele instante. Se eles houvessem devidamente pesado e considerado tudo isso, e procedessem de acordo, estou fortemente persuadido de que eu teria sido uma figura bem diferente neste mundo.

“Por favor, meu querido”, disse minha mãe, “você não se esqueceu de dar cor da no relógio?” — Deus meu!”, exclamou meu pai, (...) “Será que, desde a criação do mundo, houve uma mulher que interrompesse um homem com pergunta tão idiota?”

A partir desse incidente, o livro vai seguindo e consistindo apenas as digressões. Sterne não tinha uma história para contar, nem mesmo a batida história de amor que consiste na carga da grande parte da ficção. Deseja divertir-se e divertir o público com discursos estranhos sobre tudo, mas sem ordem. Contornou pequenos e grandes problemas da vida como um trêfego cavalinho no campo. Depois de escrever 64 capítulos, deu-se conta de que não dera ao livro um prefácio. Àquela altura, inseriu um, o que lhe permitiu divertir-se à custa dos críticos. Denominava seu método “o mais

religioso, porque principio escrevendo a primeira frase, confiando a Deus Todo-Poderoso a segunda".<sup>9</sup> Cervantes permitira Rocinante dirigi-lo de episódio para episódio. Robert Burton vagueou pelo mundo antes de fazer a anatomia da melancolia. Mas Sterne elevou a incosequência à categoria de método, liberando todos os romancistas da obrigação de terem um assunto ou um enredo.

As classes ociosas da Inglaterra deliciaram-se ao ver quanto barulho se podia fazer a respeito de nada, e como era possível escrever um livro em inglês anglo-saxão, na era de Johnson. Os lúbricos britânicos aplaudiram a gentil novidade de um padre falar de sexo e de flatulência, assim como da abertura nas calças de Tio Toby. Em março de 1760, Sterne foi para Londres a fim de degustar o seu sucesso. Alegrou-se ao ver que os dois volumes haviam sido vendidos. Recebeu 630 libras por eles e mais duas parcelas a serem pagas posteriormente. Até mesmo os *Sermões de Mr. Yorick*, publicados quatro meses depois de *Tristram* foram vendidos rapidamente, quando se soube que Yorick era Sterne. Os convites chegavam de Chesterfield, Reynolds, Rockingham, e até mesmo do Bispo Warburton, que o surpreendeu com cinquenta guinéus, talvez para escapar de figurar em alguma página satírica os futuros volumes. Sterne comprou uma carruagem e suas parelhas, dirigindo em triunfo de volta a York, onde pregou na grande basílica. Sendo-lhe oferecido um melhor presbítero em Coxwold, a vinte quilômetros de York, levou a mulher e a filha para morar com ele, e, com incosequente facilidade, escreveu os Volumes III-IV do *Tristram*.

Em dezembro de 1760, foi a Londres para publicar aqueles volumes. Foram mal recebidos pela crítica, mas a edição vendeu-se em quatro meses. Àquela altura, já *Tristram* nascia com fórceps, o que lhe deformou o nariz, e sobre o qual o autor deu início a um longo discurso a respeito da filosofia dos narizes, no estilo dos mais eruditos mestres. O feitio do nariz da criança, declarou uma autoridade, determina-se pelo grau de maciez ou rigidez do seio que o amamenta. "Afundando-se nele, (...) como em manteiga, o nariz confortava-se, alimentava-se, enfeitava-se, refrescava-se, revigorava-se."<sup>10</sup>

Após meio ano em Londres, Sterne voltou para a mulher, que lhe declarou sentir-se muito melhor sem ele. Recolheu-se ao seu manuscrito, escrevendo os Volumes V-VI. Nestes, *Tristram* era quase esquecido, passando a ocupar a cena o Tio Toby e o Cabo Trim, com suas lembranças de guerra e suas fortificações de brinquedo. Em novembro de 1761, o padre retornou a Londres, e no último dia do ano viu os volumes V-VI publicados. Todos bem recebidos. Flertou com Mrs. Elizabeth, uma das "meias azuis" (intelectuais), jurando que daria a última parcela de seu sacerdócio por um toque de sua divina mão.<sup>11</sup> Ao ter uma hemorragia pulmonar, foi rapidamente para o sul da França. Parou o tempo suficiente em Paris para tomar parte em alguns jantares na "sinagoga dos ateus" em casa de d'Holbach, onde encontrou Diderot. Sabendo que sua mulher estava doente e que Lidia encontrava-se com asma, Sterne convidou-as para acompanhá-lo na sua viagem à França. Os três estabeleceram-se nas proximidades de Toulouse (julho de 1762).

Em março de 1764, com a aquiescência da mulher e da filha, deixou-as, voltando a Paris, Londres e Coxwold. Escreveu os Volumes VII-VIII de *Tristram*, recebeu por eles pagamento adiantado, remetendo parte dos lucros à mulher. Os novos volumes apareceram em janeiro de 1765, com pouco aplauso. A veia cômica do grupo Shandy-

Toby principiava a decrescer. Em outubro, Sterne fez uma viagem de oito meses pela França e Itália. Indo para o norte, encontrou-se com sua família na Borgonha. Pediram-lhe para permanecer na França. Ele pagou as despesas da família, voltando para Coxwold (julho de 1766). Nos intervalos das hemorragias, escreveu o Volume IX. Foi a Londres a fim de vê-lo nascer (janeiro, 1767), divertindo-se com o furor causado por sua descrição de Tio Toby à beira dos abismos do sexo ao fazer a corte a Mrs. Wadman. Leitores escandalizados escreveram para os jornais e para o arcebispo de York, pedindo fosse desavergonhado padre destituído de seus votos sacerdotais e expulso. O prelado recusou. Entrementes, Sterne arrecadou subscrições, num total de 1.050 libras, para a prometida *Sentimental Journey*. Enviou mais dinheiro à mulher, e amou Elizabeth Draper.

Esta era esposa de um funcionário da Companhia das Índias Orientais (março de 1767), então servindo na Índia. Casara-se aos dezesseis anos, quando ele tinha 34. Sterne mandou-lhe seus livros, prometendo segui-los pela mão e pelo coração. Por algum tempo, viam-se diariamente, trocando ternas missivas. As dez "Cartas para Eliza" expressam a triste paixão de um homem que morria tuberculoso. "É verdade que tenho uma constituição de 95 anos e você apenas 25,(...) mas o que me falta em mocidade compensarei com chiste e bom humor. Nenhum Swift amou tanto a sua Stella, Scarron sua Maintenon, ou Waller sua Sacharissa, como eu amo e decanto a ti, minha mulher eleita!" — "porque minha mulher não pode viver muito."<sup>12</sup> Dez minutos após despachar esta carta, teve uma grave hemorragia que durou até quatro horas da madrugada. Em abril de 1767, o marido de Mrs. Draper mandou chamá-la, e ela embarcou para a Índia. De 13 de abril a 4 de agosto, Sterne manteve o "Jornal de Eliza", um "diário descrevendo as tristezas de alguém separado da mulher por cuja companhia ele morria". "Tê-la-ei de qualquer maneira, Eliza!(...) Ser-lhe-ei tão justo, tão delicado, que não merecerei ser infeliz a partir de então."<sup>13</sup> No diário, com data de 21 de abril: "Separei-me de trezentos gramas de sangue." Um médico lhe disse que ele estava com sífilis. Ele protestou ser "impossível,(...) pois não tive contato com mulheres, nem mesmo com minha mulher,(...) esses quinze anos." "Não discutiremos sobre o assunto", disse o médico, "mas o senhor precisa fazer um tratamento com mercúrio."<sup>14</sup> Outros médicos confirmaram o diagnóstico. Um deles afirmou que contaminações do sangue ficam incubadas vinte anos. Ele ce-deu, protestando quando duvidaram de sua virtude.

Em junho recuperou-se, voltando para Coxwold. Enquanto escrevia *Jornada Sentimental* teve mais hemorragias, convencendo-se que não lhe restava muito tempo de vida. Voltou a Londres, viu o pequeno livro publicado (fevereiro de 1768), e pela última vez gozou a inalterada afeição dos amigos. Assim como *Tristram* lembrava Rabelais, o novo volume refletiu a nascente influência de Richardson e Rousseau. Mas a virtude de Sterne era menos indestrutível do que a de Richardson, e suas lágrimas menos quentes e sinceras do que as de Rousseau. Talvez tenha sido este livro, assim como *O Homem de Sentimento*, de Henry Mackenzie (1771), que tornou *sentimento* e *sentimental* palavras de bom-tom na Inglaterra. Byron achava que Sterne "preferia gemer junto a um asno morto do que socorrer a mãe viva".<sup>15</sup>

Quando gozava o seu triunfo final em Londres, Sterne apanhou um resfriado, que se transformou em pleurisia. Escreveu uma triste carta a Mrs. James, pedindo-lhe que

cuidasse de Lydia se Mrs. Sterne viesse a morrer. A morte chegou para ele em 18 de março de 1768, em uma hospedaria em Old Bond Street, sem amigos ao seu lado. Estava com cinquenta anos. Tinha um pouco do charlatão, fazendo-se “variegado aos olhos dos outros”. Contudo, compreendemos sua sensibilidade em relação às mulheres, e a pressão que um casamento infeliz exercia sobre um homem dotado de tanta sutileza na percepção assim como delicadeza na arte. Sofreu muito, deu-se muito, e escreveu um dos livros mais peculiares em toda a história da literatura.

### III. FANNY BURNEY

Uma mulher rivalizou-se com ele no sucesso efêmero de sua obra de ficção. Nasceu em 1752, filha de Charles Burney, futuro historiador de música. Cresceu em contato mais com a música do que com a literatura. Até aos oito anos não sabia ler,<sup>16</sup> e ninguém jamais sonhou que viria a ser escritora. Sua mãe morreu quando tinha nove anos. Como quase todos os artistas que se apresentavam em Londres iam à casa de seu pai, atraindo grande parte da elite, Fanny adquiriu instrução ouvindo conversas e música. Teve maturação lenta, era tímida e feia, e levou quarenta anos para encontrar marido. Quando seu famoso romance foi publicado (janeiro, 1778), tinha 25 anos, ficando tão apavorada que o fato desagradasse ao pai que escondeu ser a autora. *Evelina, ou a Entrada de uma Jovem no Mundo*, causou sensação. O anonimato despertou curiosidade. Corriam rumores de que a autora era uma moça de dezessete anos. Johnson, que fora elogiado no prefácio, elogiou o livro, recomendando-o ao Dr. Burney. Mrs. Thrale reclamou tratar-se de obra muito curta. Mas quando esta soube do segredo, ele espalhou-se por toda Londres. Fanny tornou-se a leoa da sociedade. Todo mundo lia seu livro, e “meu amável e muito extremado pai ficou feliz com a minha felicidade”.<sup>17</sup>

Sua arte consistia em descrever, com memória duradoura e imaginação viva, as sensações de uma órfã de dezessete anos diante da sociedade de Londres, ela que fora criada por um padre de aldeia, bem diferente de Laurence Sterne. Sem dúvida, Fanny entusiasmara-se com a atuação de Garrick no teatro, e sentira como Evelina escrevera ao seu guardião: “Que naturalidade, que vivacidade nas maneiras! Que graça em suas emoções! Que olhar brilhante e significativo!... E quando ele dançava... Ó, como invejo Clarinda! Por pouco não me dava vontade de pular no palco e juntar-me a eles.”<sup>18</sup> Enfasiada com seus vícios, Londres sentiu-se purificada com a frescura que emanava dessas páginas juvenis.

O famoso romance está morto, mas o diário de Fanny ainda constitui uma parte viva da literatura e história da Inglaterra, pois oferece uma perspectiva muito próxima das celebridades da época, partindo de Johnson e Jorge III até Herschel e Napoleão. A Rainha Carlota designou Miss Burney a encarregada do guarda-costa (1786), e durante os próximos cinco anos Fanny vestia e despia Sua Majestade. Aquela vida restrita e sem perspectivas asfixiava a autora. Finalmente, seus amigos vieram-lhe em auxílio e, em 1793, já quase sem mocidade, casou-se com um nobre emigrado e arruinado, General d'Arblay. Sustentou-o com sua obra literária e sua renda. Viveu dez anos com ele na França, obscura e isolada pela fúria revolucionária e as guerras napoleônicas. Em 1814 pôde voltar à Inglaterra para receber a última bênção de seu pai, que

morreu com 88 anos. Ela própria viveu até esta idade, num mundo bem diferente, sem se dar conta que a famosa Jane Austen (morta em 1817) inspirara-se nos romances esquecidos de uma senhora esquecida e que ainda vivia em 1840.

#### IV. HORACE WALPOLE

“Este mundo”, disse ele, “é uma comédia para aqueles que pensam, uma tragédia para aqueles que sentem.”<sup>19</sup> De modo que aprendeu a sorrir do mundo, até mesmo fazer graça à custa de sua gota. Fez a crônica de seu tempo, sem tomar a si responsabilidades. Era filho de um primeiro-ministro, mas não sentia prazer na política. Amava as mulheres, de Fanny Burney às grandes duquesas, mas não desejava nenhuma para esposa, nem (até onde nos é dado afirmar) para amante. Estudava filosofia, julgando, entretanto, os filósofos a ruína e a insipidez do século. Admirava um autor, sem reservas, por suas maneiras refinadas e arte destituída de afetação — Mme. Sévigné. A ela somente desejaria imitar e, se as cartas dele não captaram o charme alegre e a graça das dela, muito mais do que estas tornaram-se um diário histórico vivo de uma época. Embora as denominasse anais do hospício,<sup>20</sup> escreveu-as com esmero, esperando que algumas lhe dessem um recanto nas lembranças dos homens, pois até mesmo um filósofo, reconciliado com a decadência, acha difícil aceitar o esquecimento.

Horatio (assim foi batizado em 1717) era o mais novo dos cinco filhos de Sir Robert Walpole, o forte *premier* que sacrificou a reputação ao preferir a paz à guerra, mas quase a feriu, preferindo o adultério à monogamia.<sup>21</sup> Tendo em vista, talvez, vingar sua primeira mulher, os bisbilhoteiros atribuíram, por algum tempo, a paternidade de Horace a Carr, Lorde Hervey, irmão do efeminado John, Lorde Hervey de Ickworth — que acusou Sir Robert de tentar seduzir Lady Hervey.<sup>22</sup> O assunto é por demais complicado para um julgamento atual. Tudo o que sabemos é que Horace foi criado sem nenhuma imputação, por parte de seus parentes, de origem escusa. O primeiro-ministro tratava-o com uma indiferença de homem ocupado e (é ele quem nos conta) com muita “condescendência” e “extrema afeição” por sua mãe.<sup>23</sup> Era um lindo menino, vestido como um príncipe, porém frágil e tímido, e sensível como uma menina. Quando sua mãe morreu (1737), muitos temeram que o jovem de vinte anos, morresse de desgosto. Sir Robert consolou-o com sinecuras governamentais que pagavam as belas roupas do filho, vida elegante e uma rica coleção de arte. Até o fim de seus dias, Horace guardou latente hostilidade em relação ao pai, mas sempre defendendo-o politicamente.

Aos dez anos, foi para Eton, onde aprendeu latim e francês, tornando-se amigo do poeta Gray. Com dezessete, ingressou no King’s College, em Cambridge, aprendendo italiano e imbuindo-se de deísmo incutido por Conyers Middleton. Aos 22, sem graduar-se, partiu em viagem com Gray, visitando a Itália e a França. Após algumas perambulações, fixaram-se, por um período de quinze meses, em uma villa florentina na qualidade de hóspedes do encarregado de negócios da Grã-Bretanha, Sir Horace Mann. Walpole e Mann nunca mais se encontraram, porém corresponderam-se durante 45 anos (1741-85). Em Reggio, Emilia Gray e Walpole desavieram-se porque Horace pagara todas as contas, e o poeta não podia perdoar as máximas atenções

recebidas do filho do homem que governava a Inglaterra. Fazendo um retrospecto dos fatos, Horace penitenciou-se: "Eu era muito jovem, imerso em minhas distrações, (...) embriagado pela indulgência, vaidade e insolência de minha posição (...) para não ficar insensível aos sentimentos de alguém que eu julgava inferior, de alguém, envergonho-me de dizê-lo, que eu sabia ser meu devedor."<sup>24</sup> Separaram-se, Walpole quase morreu de desgosto ou de amigdalite aguda supurada. Providenciou uma viagem de volta para Gray. Em 1745 reconciliaram-se, e a maior parte dos poemas de Gray foram impressos na tipografia de Walpole em Strawberry Hill. Nesse meio tempo, em Veneza, Walpole posava para um belo retrato a pastel por Rosalba Carriera.

Antes de chegar à Inglaterra (12 de setembro de 1741) Walpole havia sido eleito para o Parlamento. Ali proferiu um discurso modesto e sem importância contra a oposição que estava terminando o longo e próspero ministério de seu pai. Foi regularmente reeleito até 1767, quando voluntariamente retirou-se das atividades políticas. Em geral, apoiava o programa liberal *whig* que se resumia em: resistir à extensão do poder real, recomendação de uma posição intermediária com Wilkes, e denúncia da escravidão (1750) nove anos antes do nascimento de Wilberforce. Opôs-se à emancipação política dos católicos ingleses, sob a alegação de que "papistas e liberdade constituem contradições".<sup>25</sup> Rejeitou o caso americano contra a Lei do Selo,<sup>26</sup> porém defendeu as reivindicações das colônias americanas para a liberdade, profetizando que o próximo zênite da civilização seria na América.<sup>27</sup> "Quem, exceto Maquiavel", escreveu (1786), "pode pretender que tenhamos sequer a sombra do direito a um alqueire de terra na Índia?"<sup>28</sup> Odiava a guerra, e quando os irmãos Montgolfier realizaram sua primeira subida em balão (1783) predisse com horror a extensão da guerra nos céus. "Espero", escreveu, "que esses novos meteoros mecânicos constituam apenas diversões para os eruditos ou os ociosos, e que não se convertam em máquinas de destruição da raça humana, como costuma acontecer nos casos da maioria dos aperfeiçoamentos ou descobertas científicas."<sup>29</sup>

Encontrando-se com demasiada freqüência do lado que perde, decidiu passar a maior parte do seu tempo no campo. Em 1747, arrendou dois hectares e uma pequena casa nas proximidades de Twickenham. Dois anos depois, comprou a propriedade, transformando o prédio em estilo neogótico — como já vimos. Nesse castelo à moda medieval reuniu uma variedade de objetos artísticos ou históricos e, muito em breve, seu lar era um museu, necessitando de um catálogo. Em um dos aposentos, instalou uma impressora, publicando, em forma apurada, 34 livros, inclusive os seus. Foi principalmente de Strawberry Hill que enviou as 3.601 cartas que até hoje perduram. Tinha uma centena de amigos, brigava com quase todos, fazia as pazes, e era tão delicado quanto a sua gentil irritabilidade permitia. Todos os dias separava pão e leite para os esquilos que o rodeavam. Guardava suas sinecuras, desejando mais, mas quando seu primo Henry Conway foi destituído do cargo, Walpole propôs dividir com ele sua renda.

Tinha milhares de defeitos, os quais Macaulay meticulosamente reuniu em brilhante e pouco generoso ensaio. Walpole era vaidoso, suscetível, misterioso, caprichoso, orgulhoso de sua estirpe, e hostil com os parentes. Seu humor transformava-se em sátira ferina. Levou para o túmulo, e em suas histórias, o desprezo por todos os que haviam contribuído para depor seu pai. Era, quase sempre, impetuosamente tendencioso, co-



mo na descrição de Lady Pomfret<sup>30</sup> ou Lady Mary Wortley Montagu.<sup>31</sup> Sua compleição franzina impeli-o a ser uma espécie de dileitante. Se Diderot, na luminosa frase de Sainte-Beuve, era o mais alemão dos franceses, Walpole era o mais francês dos ingleses.

Era intrepidamente franco sobre seus gostos e pontos de vista incomuns. Achava Virgílio maçante, e, *a fortiori*, Richardson e Sterne. Denominava Dante “um metodista no hospício”.<sup>32</sup> Afetava desdenhar todos os autores, insistindo, como Congreve, que ele escrevia como um cavalheiro para seu próprio prazer, e não como um trabalhador literário dependente da comercialização de suas palavras. De modo que escreveu a Hume: “Você sabe que, na Inglaterra, lemos as obras, porém raras vezes ou nunca, prestamos atenção aos autores. Achamos que eles são suficientemente pagos quando vendem os livros e, naturalmente, deixamo-los aos seus grupos e à sua obscuridade, e desta forma não somos perturbados por suas vaidades e impertinências.(...) Eu, na qualidade de autor, acho esta conduta muito sensata, porque, na verdade, somos uma tribo bem inútil.”<sup>33</sup>

Contudo, como ele mesmo admitia, também era autor, inútil e volumoso. Enfastiado em seu castelo, explorava o passado como se quisesse aprofundar as raízes da mente nas camadas mais ricas. Compôs o *Catálogo dos Reais e Nobres Autores da Inglaterra* (1758) — a sua nobreza justificava a autoria, e homens de primeira qualidade, como Bacon e Clarendon, a justificavam. Imprimiu trezentos exemplares, dando a maioria. Dodsley arriscou uma edição de dois mil exemplares. Vendeu tudo, tornando Walpole tão famoso que ele deve ter-se sentido envergonhado. Compensou esta ação com cinco volumes de *Anedotas da Pintura na Inglaterra* (1762-71), uma atraente compilação que conquistou o elogio de Gibbon.

Como recreação dessa laboriosa obra de erudição, Walpole compôs um romance gótico, *O Castelo de Otranto* (1764), que se tornou a mãe de todas as histórias de maravilhas e terrores sobrenaturais. Combinou história com mistério em *Dúvidas Históricas Sobre a Vida e o Reinado do Rei Ricardo III*. Argumentou, como outros depois dele, que Ricardo III foi denegrado pela tradição e por Shakespeare. Hume e Gibbon julgaram o argumento inconsistente. Walpole reiterou-o até a morte. Voltando-se para eventos sobre os quais tinha conhecimento de primeira mão, compôs memórias dos reinados de Jorge II e Jorge III. São ilustrativos, porém parciais. Presa de preconceitos, olhava o mundo de seu tempo com pessimismo: “Ministros traiçoeiros, falsos patriotas, parlamentos complacentes, príncipes falíveis.”<sup>34</sup> “Vejo meu país caminhando para a ruína, e nenhum homem com juízo suficiente para impedi-lo.”<sup>35</sup> Isso foi escrito em 1768, quando Chatham acabara de criar o Império Britânico. Quatorze anos depois, quando parecia que o rei e Lorde North o haviam arruinado, Walpole concluiu: “Somos uns degenerados em todos os casos, o que, suponho, seja o caso da queda de todos os Estados.”<sup>36</sup> Uma geração mais tarde, a pequena ilha derrotou Napoleão. Para Walpole, toda a humanidade consistia de “pigmeus, sem ânimo,(...) animais cômicos.”<sup>37</sup> Não encontrara conforto na religião. Apoiava a Igreja oficial porque ela sustentava o governo que pagava suas sinecuras, mas considerava-se francamente um ateu.<sup>38</sup> “Começo a acreditar que loucura é matéria que não pode ser destruída. Destrói-se sua forma, e ela toma uma outra.”<sup>39</sup>

Por algum tempo, pensou encontrar estímulo na França (setembro de 1765). Todas

as portas lhe estavam abertas. Mme. du Deffand acolheu-o como substituto de d'Alembert. Ela estava com 68 anos, Walpole com 48, mas essa diferença de idade desapareceu quando as almas irmãs encontraram-se numa afetividade angustiada. Ficou satisfeita ao constatar que Walpole concordava com a maior parte do que lhe dizia Voltaire, mas iria para a fogueira para o impedir de dizê-lo, pois tremia só de pensar o que seria do governo da Europa se o cristianismo entrasse em colapso. Reprovava Voltaire, mas ridicularizava Rousseau. Foi por ocasião de sua viagem a Paris que escreveu a carta, supostamente de Frederico o Grande, convidando Rousseau a ir a Berlim a fim de gozar outras perseguições. "As cópias espalharam-se rapidamente", e "eis-me à la mode!"<sup>40</sup> Sucedeu a Hume como o leão dos salões. Aprendeu a amar a animação festiva mas impiedosa de Paris, consolando-se, entretanto, achando "os franceses dez vezes mais desprezíveis do que nós [ingleses] o somos".<sup>41</sup>

Depois que chegou à Pátria (22 de abril de 1766) principiou uma longa correspondência com Mme. du Deffand. Veremos mais tarde, como se aborrecia julgando tornar-se ridículo com sua afeição. Contudo, foi para revê-la que voltou a Paris em 1767, 1769, 1771, 1775. O amor que ela lhe dedicava fazia-o esquecer a sua própria idade, mas a morte de Gray (30 de julho de 1797) fê-lo lembrar-se de que também era mortal. Surpreendeu-se a si mesmo ao sobreviver até 1797. Não tinha preocupações financeiras. Em 1784, sua renda era de oito mil libras (\$200.000?) por ano<sup>42</sup> e, em 1791, sucedeu ao título de Lorde Oxford. Entretanto, a gota, que principiara quando ele tinha 25 anos, continuou a martirizá-lo até o fim. Às vezes, segundo nos foi dito, acumulações de "tofo" (concreção gotosa) irrompia-lhe dos dedos.<sup>43</sup> Tornou-se seco e tenso no final de seus dias e às vezes tinha de ser carregado pelos criados para chegar a seus aposentos. Contudo, continuava trabalhando e escrevendo, e os que iam visitá-lo admiravam-se com a vivacidade de seus olhos, presteza na cortesia, conversação interessante e alegre e clareza da mente. Quase todos os dias, personalidades importantes iam ver as coleções de sua casa e demais antigüidades: Hannah More em 1786, Rainha Carlota em 1795.

Contudo, não foi em Strawberry Hill, mas na sua casa da cidade, em Berkeley Square, que faleceu, em 2 de março de 1797, com oitenta anos. Como se estivesse arrependido de que suas memórias e cartas contivessem tantas aguilhoadas, mandou que seus manuscritos fossem trancados numa gaveta que somente seria aberta "quando o Conde de Waldegrave houvesse atingido a idade de 35 anos e o ordenasse".<sup>44</sup> De modo que as memórias seriam publicadas apenas em 1822, ou depois dessa data, quando todos que pudessem ofender-se já estivessem mortos. Algumas cartas foram publicadas em 1778, outras em 1818, 1820, 1840, 1857.(...) Por todo o mundo que lê a língua inglesa, homens e mulheres inteiraram-se de cada item dessas cartas, guardando-as como um tesouro e um dos mais deliciosos legados daquele século iluminado.

#### V. EDWARD GIBBON

"Os bons historiadores", escreveu Walpole a Robertson, que era um deles, "são os mais escassos escritores, e não é de admirar! Um bom estilo não é muito comum. Uma informação profunda é ainda mais rara, e quando estas duas qualidades se encontram, é uma sorte que venham acompanhadas da imparcialidade!"<sup>45</sup> Gibbon qua-

se não correspondeu completamente ao último requisito, mas Tácito também não, pois somente este pode se comparar a ele entre os maiores historiadores.

### 1. *Preparação*

Gibbon escreveu ou principiou seis autobiografias, as quais seu executor testamentário, o primeiro Conde de Sheffield, juntou nas *Memórias* (1796), devidamente organizadas porém injustificadamente depuradas, às vezes conhecidas como sua *Autobiografia*. Gibbon tinha ainda um diário, iniciado em 1761 e continuado sob diversos títulos até 28 de janeiro de 1763. As primeiras fontes dessas séries foram julgadas razoavelmente acuradas, exceto a linhagem.

Gastou oito páginas relatando minuciosamente sua linhagem ilustre. Cruéis genealogistas fizeram-na para ele.<sup>46</sup> Seu avô, Edward Gibbon I, esteve entre aqueles diretores da Companhia dos Mares do Sul que foram presos por delinquência, depois que a "Bubble" explodiu (1721). Todas as suas propriedades, por ele avaliadas em 106.543 libras, foram confiscadas, com exceção de dez mil libras. Sobre estas, o historiador nos conta, "erigiu o alicerce de uma fortuna, (...) não muito inferior à primeira".<sup>47</sup> Não aprovou o casamento do filho, Edward II, por isso, em seu testamento, legou a maior parte de sua fortuna às filhas, Catherine e Hester. A filha de Catherine casou-se com Edward Eliot, que mais tarde comprou um lugar no Parlamento para Edward Gibbon III. Hester tornou-se uma rica devota da Lei William,<sup>48</sup> e mais tarde irritou seu sobrinho por custar a morrer. Edward II estudou advocacia, foi para Winchester School e Cambridge. Casou-se com Judith Porten e teve sete filhos, dos quais apenas Edward III sobreviveu.

Nasceu em Putney, Surrey, a 8 de maio de 1737. Sua mãe morreu em 1747, após a 17ª gravidez. O pai mudou-se para uma propriedade rural em Buriton, Hampshire, a oitenta quilômetros de Londres, deixando o menino aos cuidados de uma tia em casa do avô, em Putney. Ali, o futuro erudito utilizou-se bastante da biblioteca muito bem abastecida. Suas freqüentes doenças interromperam-lhe o aproveitamento na Winchester School, mas ele aproveitava suas convalescenças com incessantes leituras, sobretudo história, em especial do Oriente Próximo. "Maomé e os sarracenos logo chamaram-me a atenção. (...) Passava de um livro a outro até fazer todo o círculo da história do Oriente. Antes dos dezesseis anos eu havia esgotado tudo que se podia estudar, em inglês, a respeito dos árabes e persas, dos tártaros e dos turcos."<sup>49</sup> Daí, os fascinantes capítulos sobre Maomé e os primeiros califas, assim como a captura de Constantinopla.

Quando, aos dezesseis anos, foi para o Magdalen College, Oxford, "lá cheguei com uma reserva de erudição que poderia intrigar um doutor, e um grau de ignorância que envergonharia um menino de colégio". Era muito fraquinho para engajar-se em esportes, e demasiado tímido para ficar à vontade com os outros estudantes. Seria um bom aluno para um professor competente. Mas, ávido de saber, não encontrou nenhum professor ávido para transmitir seus conhecimentos. Em quase toda a sua maioria, a faculdade dava liberdade aos alunos para assistirem ou não às aulas, ou para passar metade de seu tempo "na tentação da ociosidade".<sup>50</sup> Era condescendente para

“com as impropriedades de conduta, más companhias, horas tardias, e despesas irrefletidas” — até excursões a Londres, ou Bath. Entretanto, ele era “muito jovem e retraído para aproveitar, como os másculos oxfordianos, as tavernas e os bordéis de Covent Garden”.<sup>51</sup>

Os membros da faculdade eram todos clérigos, que lecionavam tomando como absolutamente certos os 39 artigos da Igreja Anglicana. Gibbon era combativo e questionava os professores. Parecia-lhe que a Bíblia e a história justificavam a Igreja Católica em suas reivindicações a uma origem divina. Um conhecido católico arranhou-lhe alguns livros instáveis, principalmente a *Exposição da Doutrina da Igreja Católica*, de Bossuet, e *História das Variações das Igrejas Protestantes*. Estes “realizaram minha conversão, e não há dúvida que caí guiado por uma ‘mão nobre’”.<sup>52</sup> Com a precipitação da mocidade, confessou-se a um padre católico, sendo recebido no seio da Igreja de Roma (8 de junho de 1753).

Botou o pai a par do que acontecera e não foi surpresa para ele a ordem do pai para que voltasse, pois Oxford não aceitava estudantes católicos e, segundo Blackstone, um protestante converter-se ao catolicismo era “alta traição”. O escandalizado progenitor mandou imediatamente o jovem para Lausanne, arranjando para que ficasse com um pastor calvinista. Ali viveu Edward, no princípio triste e obstinado, mas M. Pavilliard, ainda que não fosse indulgente, era delicado e, aos poucos, o rapaz sentiu-se atraído por ele. E, além do mais, o pastor era um intelectual. Gibbon aprendeu a ler e escrever francês tão bem quanto inglês, familiarizando-se logo com o latim. Em breve foi recebido em casa de famílias cultas, cujas maneiras e conversa constituíam melhor educação do que a oferecida em Oxford.

À medida que o seu francês fazia progressos, sentiu as brisas do racionalismo francês soprando em Lausanne. Aos vinte anos (1757) assistiu deslumbrado às peças apresentadas por Voltaire na vizinha Monrion. “Eu às vezes ceava com os autores.”<sup>53</sup> Conheceu Voltaire, principiou a ler seus livros, e leu sua obra recentemente publicada *Essai sur l'histoire générale (Essai sur les moeurs)*. Enfronhou-se no *Esprit des lois*, de Montesquieu (1748), e *Considération sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence* (1734) tornou-se o ponto de partida de *Declínio e Queda*. De qualquer forma, a influência dos filósofos franceses, aliada à leitura de Hume e dos deístas ingleses, solaparam o cristianismo de Gibbon, assim como seu catolicismo, e a vitória de M. Pavilliard em favor da reforma foi cancelada pela secreta aceitação de Gibbon pelo Iluminismo.

Devia ter sido divertido encontrar, no mesmo ano (1757), Voltaire e Suzanne Curchod. Tinha ela vinte anos, era loura, bela, alegre, e vivia em Crassy, a seis quilômetros de Lausanne, com seus pais, que eram protestantes. Ela era a alma da *Société du Printemps* — um grupo de quinze ou vinte moças que se encontravam na casa uma das outras, para dançar, cantar, representar comédias e flertar judiciosamente com os rapazes. Gibbon nos afirma que “a casta virgindade daquelas moças nunca foi maculada pelo hálito do escândalo ou suspeita”. Deixemo-lo contar a história.

Nas suas rápidas visitas a casa de alguns parentes em Lausanne, a vivacidade, beleza e erudição de Mlle. Curchod eram motivo de universal aplauso. Os comentários sobre tal prodígio despertaram minha curiosidade. Vi e amei. Achei-a instruída

sem pedantismo, viva na conversação, pura de sentimentos, elegante nas maneiras.(...) Sua fortuna era pequena, mas a família respeitável.(...) Permitiu que eu lhe fizesse duas ou três visitas em casa de seu pai. Passei lá dias muito felizes(...) e seus pais honradamente encorajaram a amizade.(...) Entreguei-me ao meu sonho de felicidade.<sup>54</sup>

Na aparência, estavam oficialmente noivos em novembro de 1757,<sup>55</sup> mas o consentimento de Suzanne condicionava-se à promessa de Gibbon morar na Suíça.<sup>56</sup>

Nesse meio tempo, seu pai, confiante de que o filho era então um bom protestante, mandou que retornasse ao lar, a fim de ouvir os planos feitos para ele. Gibbon não tinha muita vontade de ir porque o pai tornara a se casar. Contudo, obedeceu, chegando a Londres no dia 5 de maio de 1758. "Vi logo que meu pai não desejaria ouvir sobre a estranha aliança e, sem seu consentimento, eu estava sem nada e desamparado. Após penosa luta, cedi ao meu destino. Como enamorado, suspirei. Como filho, obedeci."<sup>57</sup> Transmitiu esse suspiro a Suzanne, em carta de 24 de agosto. Seu pai estipulou-lhe uma anuidade de trezentas libras, e a madrastra conquistou-lhe a gratidão não tendo filhos. Ele logo começou a afeiçoar-se a ela. Gastou grande parte de sua renda em livros e, "aos poucos formei uma biblioteca numerosa e seleta, a base de minhas obras e o maior conforto de minha vida."<sup>58</sup>

Iniciado em Lausanne, só em Buriton terminou (onde passou o verão) *Essai sur l'étude de la littérature* (*Ensaio Sobre o Estudo da Literatura*), publicado em 1761 e em Genebra em 1762. Escrito em francês e tratando sobretudo de literatura e filosofia francesa, o livro não fez sucesso na Inglaterra, mas foi recebido no Continente com uma extraordinária realização para um jovem de 22 anos. Abordava significativa concepção de como escrever história. "A história dos impérios é a história da miséria humana. A história do conhecimento é a de suas grandezas e venturas.(...) Um punhado de considerações torna esta última preciosa aos olhos dos filósofos."<sup>59</sup> Onde, "se nem sempre os filósofos são historiadores, pelo menos é de desejar que os historiadores sejam filósofos".<sup>60</sup> Em suas *Memoirs* Gibbon acrescenta "Desde muito moço aspirei à personalidade do historiador."<sup>61</sup> Procurou de todos os modos um assunto que se adaptasse à filosofia e à literatura, assim como à história. No século XVIII a história não tinha pretensões de ser científica, mas, ao invés, almejava ser arte. Gibbon sentiu ser como filósofo e como artista que desejava escrever história, isto é, dar ao elemento em desordem uma significação filosófica e forma artística.

Súbito, foi arrebatado do intelectualismo para a ação. Durante a Guerra dos Sete Anos a Inglaterra vira-se repetidas vezes em perigo de invasão pelos franceses. A fim de preparar-se contra tal emergência, a classe educada do país formou uma milícia para defender-se de invasão ou rebelião. Os Gibbons, pai e filho, foram convocados na qualidade de major e capitão, respectivamente, em junho de 1759, Edward foi para a sua divisão em junho de 1760, ali permanecendo até dezembro de 1762. Não era pessoa indicada para a vida militar e logo "fatigou-se dos companheiros que não tinham nem o conhecimento dos intelectuais, nem maneiras de cavalheiros".<sup>62</sup> Em meio à carreira militar verificou que seu escroto passava por um processo de inchaço e retenção de fluido. "Vi-me obrigado hoje [6 de setembro de 1762] a consultar Mr. Andrews, um cirurgião, sobre uma indisposição que eu negligenciara há algum tempo. Trata-se de uma inchaço no testículo esquerdo, que ameaça tornar-se séria."<sup>63</sup>

Foi operado e medicado, apenas com um alívio temporário. Essa “hidrocele” iria atormentá-lo até causar sua morte.

Em 25 de janeiro de 1763, foi fazer uma viagem pelo Continente. Permaneceu algum tempo em Paris, onde encontrou d'Alembert, Diderot, Raynal, e outros luminários do Iluminismo. “Quatro dias da semana sentava-me eu(...) às mesas hospitaleiras das madames Geoffrin e Boccage, do célebre Helvétius e do Barão d'Olbach.(...) Quatorze semanas se passaram sem que eu as sentisse e, se eu fosse rico e independente, teria prolongado, e talvez mesmo fixado, residência em Paris.”<sup>64</sup>

Em maio de 1763 chegou a Lausanne, onde permaneceu quase um ano. Reviu Mlle. Curchod, mas, encontrando-a bem cortejada, não tentou renovar sua amizade. Nessa segunda estada na Suíça, ele confessa que “os hábitos da milícia e o exemplo de meus patrícios levaram-me a tumultuosos acessos de humor e, antes de minha partida, eu havia merecidamente perdido a boa reputação adquirida em melhores dias”.<sup>65</sup> Perdeu quantias substanciais no jogo. Entretanto, continuou os estudos, enquanto se preparava para uma viagem à Itália, perscrutando medalhas antigas, moedas, itinerários e mapas.

Em abril de 1764, atravessou os Alpes. Passou três meses em Florença, depois foi para Roma. “No labor diário de dezoito meses”, um expatriado escocês guiou-o entre os remanescentes da antigüidade clássica. “Foi em Roma, no dia 15 de outubro de 1764, enquanto ruminava entre as ruínas do Capitólio, e os frades descalços cantavam vésperas no Templo de Júpiter, que tive a idéia de escrever o declínio e a queda daquela cidade. Contudo, meu plano original restringia-se mais à decadência da cidade do que do Império.”<sup>66</sup> Passou a julgar aquela funesta desintegração como “o maior, e talvez o evento mais terrível da história da humanidade”.<sup>67</sup> Depois de conhecer Nápoles, Pádua, Veneza e Verona, voltou para Turim, Lyon e Paris (“outros quinze dias felizes”) e Londres (25 de junho de 1765).

Passando a maior parte de seu tempo em Buriton, deixou-se levar a escrever, em francês, uma história da Suíça. Hume, que lera o manuscrito em Londres, escreveu a Gibbon (24 de outubro de 1767) pedindo-lhe para utilizar-se da língua inglesa, profetizando que esse idioma muito breve ultrapassaria o francês em amplitude e influência. Além do mais, alertou a Gibbon que o uso da língua francesa o havia conduzido “a um estilo mais poético e figurativo, e mais profusamente colorido do que a nossa língua parece admitir nas produções históricas”.<sup>68</sup> Gibbon, mais tarde, concordou que “meus antigos hábitos animaram-me a escrever em francês para o continente da Europa, porém tinha eu consciência de que meu estilo, acima da prosa e abaixo da poesia, degenerava para uma declamação prolixa e bombástica”.<sup>69</sup>

Com a morte do pai, herdou grande fortuna (10 de novembro 1770). Em outubro de 1772, passou a residir permanentemente em Londres. “Ainda bem não me instalara em minha casa e na minha biblioteca, principiei o primeiro volume de minha história.”<sup>70</sup> Permitia-se muitas distrações — noites em casa de White, freqüência no “Club”, de Johnson, passeios a Brighton, Bath, Paris. Em 1774, foi eleito para o Parlamento por um “*pocket borough*” (circunscrição eleitoral dominada por uma só pessoa ou família), controlado por um parente. Guardou silêncio em meio aos debates na Câmara dos Comuns. “Ainda estou mudo”, escreveu (25 de fevereiro de 1775); “é muito pior do que eu imaginava. Os grandes oradores enchem-me de desespero,

os maus, aterrorizam-me.”<sup>71</sup> Entretanto, “as oito sessões que assisti no Parlamento foram uma escola de prudência cívica, a principal e mais essencial virtude de um historiador”.<sup>72</sup> Rodeado de opiniões conflitantes sobre a América, votava regularmente pela política do governo. Dirigiu à nação francesa uma *Mémoire justificative* (1779) submetendo a situação da Inglaterra contra a revolta de suas colônias. A recompensa foi um lugar na Junta do Comércio e Colonização, com 750 libras anuais. Fox acusou-o de obter lucros, com igual espécie de corrupção política que ele indicava constituir uma das causas do declínio de Roma.<sup>73</sup> Os espertos, disse Jorge III, tinham comprado Gibbon antes que o autor registrasse a queda do Império Britânico.<sup>74</sup>

## 2. O Livro

Depois de 1772, a absorvente preocupação de Gibbon era a sua história, achando difícil pensar em qualquer outra coisa. “Muitas experiências foram feitas antes que eu pudesse acertar o meio-termo entre uma crônica sem graça e uma declamação retórica. Três vezes compus o primeiro capítulo, e duas o segundo e terceiro, antes que me satisfizesse inteiramente com o resultado”.<sup>75</sup> Resolvera fazer sua história uma obra literária.

Em 1775, Gibbon ofereceu o manuscrito dos primeiros dezesseis capítulos a um editor, que o recusou sob a alegação que sua publicação acarretava um preço proibitivo. Dois outros livreiros, Thomas Caldwell e William Strahan juntaram seus riscos ao imprimirem (17 de fevereiro de 1776) o Volume I do *Declínio e Queda do Império Romano*. Embora o preço estipulado fosse de um guinéu (\$26,00?), em 26 de março os mil exemplares estavam vendidos. A segunda edição, de 1.500 exemplares, publicada em 3 de junho, esgotou-se em três dias. “Meu livro estava em todas as mesas e em todos os toucadores.”<sup>76</sup> O mundo literário, em geral desunido por rivalidades partidárias, uniu-se no elogio ao livro. William Robertson enviou generosos cumprimentos, e Hume, no ano de sua morte; escreveu ao autor, o que, disse Gibbon, “pagou em dobro o trabalho de dez anos”.<sup>77</sup> Horace Walpole, no dia imediato ao da publicação, exclamou a William Mason: “Vejam, eis que aparece uma verdadeira obra clássica.”

O livro principia lógica e corajosamente com três capítulos didáticos, descrevendo minuciosamente a extensão geográfica, a organização militar, a estrutura social, e a constituição jurídica do Império Romano por ocasião da morte de Marco Aurélio (A.D. 180). Os 84 anos anteriores, declarou Gibbon, haviam visto o Império no auge de sua competência governamental e felicidade do povo.

Se um homem fosse solicitado a fixar o período na história universal em que as condições da raça humana foram mais auspiciosas e prósperas, ele teria, sem hesitar, indicado aquele que decorreu da morte de Domiciano [96] à ascensão de Cômodo [180]. A imensa extensão do Império Romano era governada pelo poder absoluto, sob a orientação da virtude e da sabedoria. Os exércitos eram reprimidos pelas mãos firmes porém brandas de quatro sucessivos imperadores, cujas moral e autoridade instintivamente exigiam respeito. As formas da administração civil eram cuidadosa-

mente preservadas por Nerva, Trajano, Adriano e os Antoninos, que se compraziam com a imagem da liberdade, satisfeitos em se considerarem os ministros responsáveis pelas leis... Os trabalhos desses monarcas eram recompensados pelo(...) orgulho recatado e virtuoso, e pela extraordinária alegria de presenciar a felicidade geral da qual eram os autores.<sup>78</sup>

Contudo, Gibbon reconhecia a “instabilidade de uma felicidade que dependia muito do caráter de um único homem. Talvez estivesse em marcha o momento fatal quando um jovem libertino ou algum tirano invejoso malbaratasse aquele poder absoluto”.<sup>79</sup> Os “bons monarcas” haviam sido escolhidos por uma monarquia de adoção — cada governante transmitindo sua autoridade de um membro escolhido e treinado, dentre eles. Marco Aurélio permitiu que o poder imperial passasse a seu filho insignificante, Cômodo. A partir dessa ascensão, Gibbon fixa o declínio.

Julgava Gibbon que a ascensão do cristianismo contribuía para o declínio. Neste ponto, abandona a liderança de Montesquieu, que não disse nada semelhante em sua obra *Grandeza e Decadência dos Romanos*. De preferência, Gibbon seguiu Voltaire. Sua atitude era totalmente intelectual. Não simpatizava com êxtase místico ou esperança espiritual. Expressava seus pontos de vista com um sabor voltairiano: “As diversas modalidades de adoração prevalentes no mundo romano eram consideradas pelo povo igualmente verdadeiras, pelo filósofo igualmente falsas, e pelos magistrados igualmente úteis. E foi assim que a tolerância produziu a concórdia religiosa.”<sup>80</sup> Em geral, Gibbon evitava qualquer expressão direta de hostilidade ao cristianismo. Havia ainda leis, nos livros estatutários da Inglaterra, prevendo como crime tais expressões, por exemplo “se qualquer pessoa educada na religião cristã negar por escrito que a referida religião não é verdadeira, ela sofrerá(...) ao reincidir na falta, três anos de prisão inafiançáveis”.<sup>81</sup> Para evitar tais contratempos, Gibbon desenvolveu sugestões sutis e ironia transparente como elementos inerentes ao seu estilo. Cuidadosamente salientou que não debateria as fontes primárias e sobrenaturais do cristianismo, mas apenas os fatores secundários e naturais de sua origem e crescimento. Entre esses fatores secundários enumerava “a moral pura e austera dos cristãos” do século I, porém acrescentava uma outra causa, o “inflexível (e, se é que podemos empregar a expressão, o intolerante) zelo dos cristãos”.<sup>82</sup> E, enquanto louvava “a união e a disciplina da república cristã”, observava que ela ia “gradativamente formando um Estado independente e crescente no coração do Império Romano”.<sup>83</sup> Em geral, reduzia o progresso do cristianismo de um milagre para um processo natural. Removia o fenômeno da teologia para a história.

Como havia o cristianismo contribuído para o declínio de Roma? Primeiro, solapando a fé do povo na religião oficial, e desse modo minando o Estado, que essa religião apoiava e santificava. [Este, naturalmente, era o exato argumento dos teólogos contra os *philosophes*.] O governo romano desconfiava que os cristãos estivessem formando uma sociedade secreta hostil ao serviço militar, afastando os homens dos empregos úteis para a concentração na salvação divina. (Na concepção de Gibbon, os monges eram ociosos que achavam melhor mendigar e rezar do que trabalhar.) Outros cultos podiam ser aceitos por serem tolerantes, não constituindo perigo para a unidade da nação. Os cristãos eram a única seita que denunciava todas as outras como corruptas e malditas, profetizando abertamente a queda de “Babilônia” — isto é,



Roma.<sup>84</sup> Gibbon atribuía grande parte desse fanatismo à origem judaica do cristianismo, seguindo Tácito ao denunciar os judeus em vários pontos de sua narração. Interpretava a perseguição de Nero aos cristãos como verdadeiramente uma perseguição aos judeus.<sup>85</sup> Esta teoria, atualmente, não encontra respaldo. Com mais sucesso ele seguiu Voltaire, reduzindo o número de cristãos martirizados pelo governo de Roma. Avaliava-os em dois mil no máximo, concordando com Voltaire “que, no decurso de suas dissensões internas [desde Constantino], os cristãos inflingiram entre si maiores rigores do que experimentaram em decorrência do zelo dos infieis”, e que “a Igreja de Roma defendeu pela violência o império que haviam adquirido pela fraude”.<sup>86</sup>

Esses últimos capítulos (XV-XVI) despertaram muitas réplicas acusando Gibbon de inexactidão, desonestidades ou insinceridade. Ignorando seus críticos, beneficiou-se com longas férias em Paris (maio a novembro de 1777). Suzanne Curchod, que se tornara a esposa do banqueiro e ministro das Finanças Jacques Necker, convidou-o à casa deles. Estava então numa situação muito boa para ressentir-se dele ter “suspirado como enamorado, obedecido como filho”; e M. Necker, longe de sentir-se enciumado, muitas vezes deixava os antigos namorados a sós, indo tratar de seus negócios, ou ia para a cama. “Podiam insultar-me mais cruelmente?”, queixava-se Gibbon. “Que segurança impertinente!” A filha de Suzanne, Germaine (a futura Mme. de Staël), julgou-o uma companhia tão boa que tentou (tinha onze anos) seus nascentes artifícios junto a ele, oferecendo-se para casar-se com Gibbon para conservá-lo na família.<sup>87</sup> Na casa dos Necker ele encontrou o Imperador José II. Em Versalhes foi apresentado a Luís XVI, que, dizia-se, compartilhara da tradução do Volume I em francês. Era festejado nos salões, principalmente em casa da Marquesa du Deffand, que o achou “gentil e bem-educado, (...) superior a todas as pessoas entre as quais vivo”, porém declarou seu estilo “enfático, oratório”, e “no tom de nossas inteligências profissionais”.<sup>88</sup> Recusou um convite de Benjamim Franklin, com um cartão onde dizia que, posto respeitasse o enviado americano na qualidade de homem e de filósofo, não podia conciliar o fato com o dever para com seu rei, tendo qualquer aproximação com um súdito revoltado. Franklin respondeu que tinha em tão alta conta o historiador que se algum dia Gibbon desejasse considerar o declínio e a queda do Império Britânico como um assunto, ele teria muito prazer em lhe fornecer material importante.<sup>89</sup>

De volta a Londres, Gibbon preparou uma resposta aos seus críticos: *Justificação de Algumas Passagens nos Capítulos XV e XVI da História do Declínio e Queda do Império Romano* (1779). Dirigiu-se rápida e cortesmente aos teólogos seus opositores, porém chegou a encolerizar-se com Henry Davies, um jovem de 21 anos, que, em 284 páginas, acusara Gibbon de inexactidão. O historiador admitiu alguns erros, mas negou “deturpações intencionais, erros grosseiros, e plágio servil”.<sup>90</sup> *Justificação* foi considerada em geral bem-sucedida. Gibbon não falou mais nas críticas, exceto casualmente nas *Memórias*, mas nos últimos volumes fez menção conciliatória e alguns elogios ao cristianismo. Acelerou o trabalho quando perdeu sua cadeira no Parlamento (1º de setembro de 1780). Os Volumes II e III da *História* foram publicados em 1º de março de 1781, e recebidos sem comentários. As invasões dos bárbaros eram um história velha, e os longos e eruditos comentários das heresias da igreja cristã nos séculos IV e V não tinham nenhum interesse para uma geração de céticos mundanos. Enviou antecipadamente um exemplar do Volume II a Horace Walpole. Foi a Berke-

ley Square, mortificando-se quando Horace lhe disse “que há tantos arianos, eunomianos e semipelagianos(...) que, embora você tenha escrito a história da melhor maneira possível, receio que poucos vão ter paciência de ler”. Depois desse dia, Walpole escreveu: “Nunca mais o vi, e ele costumava aparecer umas duas vezes por semana.”<sup>91</sup> Gibbon mais tarde concordou com Walpole.<sup>92</sup>

O Volume II ficou mais vivo quando Constantino apareceu. Gibbon interpretou a famosa conversão como um ato de estadista. O imperador havia compreendido que “a execução das leis mais sábias é imperfeita e precária. Raramente inspira virtude, nem sempre restringe o vício”. Entre o caos da moral, da economia, e do governo no Império desagregado “um magistrado prudente poderia observar com prazer o progresso de uma religião que difundia entre o povo um sistema ético puro, benevolente e universal, adaptado a todos os deveres e todas as condições da vida, recomendado como a vontade e a razão da Divindade suprema, e imposto pela sanção de eternas recompensas ou punições”.<sup>93</sup> Isto é, Constantino reconheceu que o auxílio de uma religião sobrenatural constituía precioso adjutório à moral, à ordem social e ao governo. Em seguida, Gibbon traçou 150 páginas eloqüentes e imparciais sobre Juliano, o Apóstata.

Terminou o Capítulo XXXVIII e o Volume III com uma nota de pé de página elogiando “o amor puro e generoso que Jorge III nutria pela ciência e pela humanidade”. Em junho de 1781, com o auxílio de Lorde North, Gibbon foi reeleito para o Parlamento, onde continuou a apoiar o ministério. A queda de Lorde North (1782) foi o colapso da Junta do Comércio, e do posto de Gibbon no mesmo. “Fui destituído de um interessante salário de 750 libras anuais.”<sup>94</sup> Quando North filiou-se ao ministério de coalizão (1783), Gibbon candidatou-se a uma outra sinécure, mas não recebeu nenhuma. “Sem uma renda adicional, eu não podia manter por muito tempo ou prudentemente o tipo de despesa ao qual eu estava acostumado.”<sup>95</sup> Calculou que estaria em condições de manter esse estilo em Lausanne, onde suas libras esterlinas tinham o dobro do poder aquisitivo do que em Londres. Renunciou à sua cadeira no Parlamento, vendeu todos os seus pertences que não eram de uso pessoal, com exceção da biblioteca, e, em 15 de setembro de 1783, trocou Londres, “sua fumaça, riqueza e ruído”, por Lausanne. Lá compartilhou uma confortável mansão com seu velho amigo, Georges Deyverdun. “Em vez de olhar para um pátio pavimentado, de quatro metros quadrados, descortino perspectivas ilimitadas do vale, montanha e água.”<sup>96</sup> Seus dois mil livros chegaram depois de uma certa demora, e ele prosseguiu o Volume IV.

Planejara inicialmente terminar *O Declínio e a Queda* com a conquista de Roma, em 476. Mas, após a publicação do Volume III, “principiou a desejar a tarefa diária, a atividade da pesquisa, que valorizavam cada um dos livros e o objetivo da informação”.<sup>97</sup> Resolveu interpretar “Império Romano” como significando tanto o Império do Oriente como do Ocidente, continuando sua narrativa na destruição do governo de Bizâncio através da conquista de Constantinopla pelos turcos, em 1453. De modo que acrescentou milhares de anos à sua esfera de ação, empreendendo enorme diversidade de novos assuntos que requeriam árdua pesquisa.

O Volume IV incluiu capítulos extraordinários sobre Justiniano e Belisário, um capítulo sobre direito romano que conquistou elevados encômios dos juristas, e um ca-

pítulo enfadonho sobre novas guerras no âmbito da teologia cristã. “Quem me dera”, excreveu Walpole, “que Mr. Gibbon nunca houvesse ouvido falar em monofisitas, nestorianos ou outros loucos como estes!”<sup>98</sup> No Volume V, Gibbon passa, com evidente desafogo, para a conquista do Império Romano Oriental pelos árabes, prodigalizando ao Profeta e aos marciais califas toda a imparcialidade compreensiva que lhe faltara no caso do cristianismo. No Volume VI, as Cruzadas forneceram-lhe outro assunto estimulante, e a captura de Constantinopla por Mohammed II coroou e deu à obra seu ponto culminante.

No capítulo final, sintetizou seus esforços com uma frase famosa: “Descrevi o triunfo do barbarismo e da religião.”<sup>99</sup> Como o seu professor escolhido, Voltaire, nada viu na Idade Média senão crueza e superstição. Descreveu o estado arruinado o estado arruinado da Roma de 1430, repetindo a lamentação de Poggio: “Este espetáculo do mundo, decaído, alterado, e tão deformado!” — a destruição ou dilapidação dos monumentos clássicos e artísticos, o Foro Romano coberto de ervas daninhas, abrigo do gado e dos porcos. E Gibbon concluiu tristemente: “Foi entre os ruínas do Capitólio que primeiro concebi a idéia de uma obra que me distraiu e treinou quase vinte anos de minha vida, e que, embora não correspondendo aos meus desejos, finalmente entrego à curiosidade e imparcialidade do público”. E em suas *Memórias*, recorda aquela hora da entrega ambivalente:

Foi na (...) noite de 27 de junho de 1787, entre onze horas e meia-noite que escrevi as últimas linhas da derradeira página, no jardim de minha casa de verão. Após descansar a minha pena, dei algumas passadas (...) por uma alameda de acácias, que domina a vista do campo, do lago, e das montanhas. (...) Não pretendo dissimular os transportes de alegria por ter recobrado minha liberdade e, talvez, fixado a minha fama. Entretanto, logo o meu orgulho dissipou-se, invadindo-me o espírito uma sobria melancolia com a idéia de que eu tinha dito adeus para sempre a um agradável companheiro, e que, qualquer que fosse no futuro o destino de minha História, a vida do historiador forçosamente seria curta e precária.<sup>100</sup>

### 3. O Homem

M. Pavilliard descreveu Gibbon como “uma figurinha magra e cabeçuda”.<sup>101</sup> De testando exercício e amando a comida,<sup>102</sup> desenvolveu logo uma rotundidade de corpo e de rosto, um ventre imponente sustentando por pernas de pernilongo. Além de tudo isso, cabelo vermelho cacheado dos lados e amarrado atrás, gentis feições de querubim, nariz abatado, faces balofas, uma papada, e para culminar, uma testa alta e larga que prometia “empreendimentos de grande alçada e atualidade”, majestade e amplitude. Rivalizava com Johnson no apetite e com Walpole na gota. Seu saco escrotal doía e inchava de ano para ano, em proporções que suas calças apertadas salientavam a desconcertante protuberância. Apesar desses percalços, orgulhava-se de sua aparência e vestuário, tendo prefaciado o Volume II da sua obra com um retrato pintado por Reynolds. Levava à cintura uma caixa de rapé, na qual dava umas pancadinhas quando nervoso ou desejando ser ouvido. Era concentrado como qualquer pessoa com uma idéia absorvente, porém dizia sinceramente: “Possuo temperamento ale-

gre, sensibilidade moderada [sem ser sentimental!] e uma disposição natural ao repouso.”<sup>103</sup>

Em 1775, foi eleito para “o Clube”. Frequentava-o assiduamente, mas falava pouco, não lhe agradando a idéia que tinha Johnson de conversar. Os comentários de Johnson sobre a sua “feiúra” eram bem audíveis.<sup>104</sup> Gibbon chamava ao Grande Urso “oráculo”, “um inimigo que não perdoa”, “um espírito vigoroso porém fanático, ávido de qualquer pretexto para odiar e perseguir aqueles que discordassem de suas crenças”.<sup>105</sup> Boswell, impiedoso para um infiel, descrevia o historiador como “uma criatura feia, afetada e repugnante”, que “me envenena o Clube Literário”. Não obstante, Gibbon deve ter tido muitos amigos em Londres, pois naquela cidade ele jantava fora quase todas as noites.

Veio para Londres, procedente de Lausanne, em agosto de 1787, a fim de acompanhar a publicação dos Volumes IV-VI. Foram lançados no mercado no dia em que Gibbon fez 51 anos, 8 de maio de 1788, rendendo-lhe a soma de quatro mil libras, uma das maiores quantias pagas a um autor no século XVIII. “As conclusões da minha obra foram em geral lidas, e inúmeras vezes julgadas.(...) Contudo, no todo, a *História do Declínio e Queda* parece ter-se fixado, tanto no país como no exterior, e talvez daqui a umas centenas de anos ainda continue a ser vituperado.”<sup>106</sup> Já Adam Smith o colocava “à testa de toda a tribo literária existente atualmente na Europa.”<sup>107</sup> Em 13 de junho de 1788, por ocasião do julgamento de Hastings em Westminster Hall, das galerias, Gibbon teve o prazer de ouvir Sheridan, em um de seus mais dramáticos discursos, referir-se às “luminosas páginas de Gibbon”.<sup>108</sup> De conformidade com uma história improvável, Sheridan, mais tarde, argumentou ter dito “volumosas”.<sup>109</sup> Entretanto, esse adjetivo quase não se podia aplicar a páginas, e “luminosas” era sem dúvida a palavra apropriada.

Em junho de 1788, Gibbon voltou a Lausanne. Um ano depois, Deyverdun morreu, deixando sua casa a Gibbon pelo tempo que o historiador vivesse. Naquela mansão, com vários criados e uma renda de 1.200 libras ao ano, Gibbon viveu à farta, bebendo muito vinho, agravando sua gota e inchando a barriga. “De 9 de fevereiro a 1º de julho de 1790, não me arredei de casa ou da cadeira.”<sup>110</sup> Vem desse período a anedota de que ele teria se ajoelhado aos pés de Mme. de Crousaz com uma declaração de amor, e que ela teria suplicado a ele para levantar-se, o que não conseguiu fazer por estar muito pesado.<sup>111</sup> A única fonte dessa história é Mme. de Genlis, a quem Sainte-Beuve descrevia como uma “mulher com uma língua viperina”,<sup>112</sup> tendo a sua própria filha negado a história como relativa a um erro de pessoa.<sup>113</sup>

A Revolução Francesa interferiu em sua vida. Sentimentos revolucionários fizeram-se ouvir nos cantões suíços, chegando notícia de agitação semelhante na Inglaterra. Tinha boas razões para temer um colapso da monarquia francesa, pois investira 1.300 libras em títulos franceses.<sup>114</sup> Em 1788, numa infeliz profecia, escrevera que a monarquia francesa “parecia ter sido fundada sobre a rocha do tempo, da força e da opinião, apoiados pela tríplice Aristocracia da Igreja, da Nobreza e do Parlamento”.<sup>115</sup> Regozijou-se quando Burke publicou *Reflexões Sobre a Revolução na França* (1790). Escreveu a Lorde Burke alertando contra qualquer reforma na estrutura política da Grã-Bretanha. “Se você admitir a mínima ou a maior alteração no nosso sistema parlamentar, você está perdido.”<sup>116</sup> Foi então que deplorou o sucesso dos *philosophes*

no combate à religião. “Às vezes tenho pensado em escrever um diálogo dos mortos, no qual Luciano, Erasmo e Voltaire mutuamente reconheceriam o perigo de desmascarar uma velha superstição, expondo-a ao desprezo da multidão cega e fanática.”<sup>117</sup> Urgiu a alguns governantes portugueses para não abandonarem a Inquisição durante aquela crise que ameaçava todos os tronos.<sup>118</sup>

Em parte para fugir do Exército Revolucionário francês, que se aproximava de Lausanne, em parte para procurar um cirurgião na Inglaterra, e, provavelmente para confortar Lorde Sheffield pela morte da mulher, Gibbon deixou Lausanne (9 de maio de 1793), correndo para Londres. Ali chegando encontrou Sheffield tão ocupado com a política que parecia ter-se recuperado do desgosto, “o paciente curou-se”, escreveu Gibbon, “antes da chegada do médico”.<sup>119</sup> Então, foi o próprio historiador quem se entregou aos médicos, porque a sua hidrocele havia crescido e “estava do tamanho de uma criança pequena. (...) Ando me arrastando a muito custo e com aparência bem indecente”.<sup>120</sup> Uma operação drenou quatro quartos do “líquido transparente e aquoso” do testículo afetado. Entretanto, o líquido refez-se e uma segunda extração retirou três quartos. Gibbon ficou provisoriamente aliviado, continuando em seus jantares fora de casa. Mais uma vez, formou-se a hidrocele, tornando-se, então, séptica. Em 13 de janeiro de 1794, foi feita uma terceira retirada do líquido. Gibbon parecia recuperar-se rapidamente. O médico permitiu-lhe comer carne. Gibbon comeu um pouco de galinha, bebeu três copos de vinho. Foi acometido de fortes dores gástricas, as quais, como Voltaire, ele procurou minorar com ópio. A 16 de janeiro morreu, com 56 anos.

#### 4. O Historiador

A pessoa de Gibbon não era arrebatadora na aparência, nem na carreira ou no caráter. Sua grandeza era transportada a seu livro, na imponência e na coragem da concepção, a paciência e no aspecto artístico da composição e na luminosa majestade do conjunto.

Sim, Sheridan tinha razão. O estilo de Gibbon era tão luminoso quanto lhe permitia a ironia, projetando luz no que quer que ele toçasse, exceto onde o preconceito lhe escurecia a visão. Sua dicção moldava-se pelos estudos de latim e francês, e muitas vezes descrevia como um orador — Lívio aguçado pela sátira de Tácito, Burke iluminado com a argúcia de Pascal. Equilibrava as cláusulas com a destreza e o prazer de um malabarista, mas fazia-o com tanta freqüência que às vezes chegava a ser monótono. Se o estilo era pomposo, coadunava-se com o alcance e o esplendor do tema — a derrocada do maior império jamais visto no mundo. Os pecados veniais de seu estilo perdem-se na caminhada máscula da narrativa, o vigor dos episódios, os retratos e as descrições reveladoras, os resumos magistrais que abarcam um século dentro de um parágrafo, e casam filosofia com história.

Tendo empreendido assunto tão extenso, Gibbon justificou-se ao diminuir seus limites. “Guerras e a administração dos negócios públicos”, disse ele, “constituem os temas desta história.”<sup>121</sup> Excluiu a história da arte, ciência e literatura, de modo que nada teve a dizer sobre as catedrais góticas ou as mesquitas muçulmanas, ciência ára-

be, ou filosofia. Corou Petrarca, excluindo Dante. Atendeu mais para a condição das classes inferiores, a ascensão da indústria na Constantinopla medieval e em Florença. Desinteressou-se pela história bizantina após a morte de Heráclio (641). “Ele deixou”, segundo a crítica de Bury, “de salientar o importante fato de que [até] o século XII o Império [Oriental Romano] era o baluarte da Europa contra o Oriente; tampouco valorizou a importância de ser preservada a herança da civilização grega.”<sup>122</sup> Dentro de seus limites, Gibbon deu grandeza à obra ao ligar os efeitos às causas naturais, e ao reduzir a profusão de seu material ordenando-o e oferecendo as perspectivas do conjunto.

Sua cultura era imensa e detalhada. Suas notas de pé de página um tesouro de conhecimento iluminado de argúcia. Estudou os aspectos mais recônditos da antiguidade clássica, inclusive estradas, moedas, pesos, medidas, legislação. Cometeu erros que os especialistas corrigiram, mas o mesmo Bury que lhe indicou os enganos acrescentou: “Se levamos em conta as dimensões da obra, sua precisão é espantosa.”<sup>123</sup> Não podia (como historiadores profissionais que se restringiam a uma área diminuta de assunto, tempo e lugar) valer-se de fontes originais não publicadas. A fim de fazer seu trabalho, ateve-se ao material impresso, e francamente, em parte, confiava em autoridades secundárias, tais como *History of the Saracens*, de Ockley, ou *Histoire des empereurs* e *Histoire ecclésiastique*, de Tillemont. E algumas das autoridades nas quais confiou são atualmente rejeitadas como não fidedignas.<sup>124</sup> Honesta e minuciosamente, informou suas fontes com agradecimentos e, ao passar além da época tratada por Tillemont, declarou no pé de página: “Aqui, despeço-me para sempre do guia incomparável.”<sup>125</sup>

Quais as conclusões de Gibbon a respeito de seu estudo de história? Às vezes seguia os *philosophes* ao aceitar a realidade do progresso: “Podemos aquiescer com as agradáveis conclusões de que toda época no mundo aumentou e ainda aumenta a sua riqueza real, a felicidade, o conhecimento, e talvez a virtude da raça humana.”<sup>126</sup> Contudo, em momentos menos agradáveis — talvez por ter considerado a guerra e a política (e a teologia) a substância da história — julgou a história como constituindo “na verdade, pouco mais do que o registro dos crimes, loucuras, e infelicidades da humanidade”.<sup>127\*</sup> Não via nenhum objetivo na história. Os eventos são o resultado de causas desprovidas de orientação. Constituem o paralelograma de forças de diferentes origens e resultados heterogêneos. Em todo esse caleidoscópio de eventos, a natureza humana parece permanecer inalterada. Crueldade, sofrimento e injustiça sempre afligiram a humanidade, e sempre afligirão, pois estão impressos na natureza do homem. “O homem tem muito mais a temer das paixões de seus semelhantes do que das convulsões dos elementos.”<sup>128</sup>

Filho do Iluminismo, Gibbon almejava ser filósofo, ou pelo menos escrever história *en philosophe*. “Uma era esclarecida requer do historiador algumas noções de filosofia e crítica.”<sup>130</sup> Ele amava interromper a narrativa com comentários filosóficos, porém não pretendia reduzir a história às leis, ou formular uma “filosofia histórica”. Em algumas questões, entretanto, tomava posições. Reduzia à influência do clima al-

\* Cf. Voltaire: Toda a história, em resumo, pouco mais é senão(...) uma coleção de crimes, loucuras e infelicidades...<sup>128</sup>

guns estágios da civilização, rejeitava a raça como fator determinante<sup>131</sup> e reconhecia, dentro de limites, a influência de homens excepcionais. “Na vida humana as cenas mais importantes dependem do caráter de um único ator.(...) O humor mordaz que recai sobre uma única fibra de um homem pode evitar ou diferir o sofrimento de nações.”<sup>132</sup> Quando a tribo *quraych* podia ter assassinado Maomé “a lança de um árabe teria alterado a história do mundo”.<sup>133</sup> Se Carlos Martelo não houvesse derrotado os mouros em Tours (732) os muçulmanos teriam invadido toda a Europa, “a interpretação do Corão seria ensinada nas escolas de Oxford e seus alunos demonstrariam a um povo circuncidado a santidade e a verdade das revelações de Maomé. De tais calamidades livrou-se o cristianismo pelo gênio e a sorte de um homem”.<sup>134</sup> Contudo, tendo em vista a máxima influência em seu tempo, o indivíduo excepcional deve contar com um amplo apoio. “Os efeitos do valor pessoal são tão triviais, exceto na poesia, ou no romance, que a vitória(...) deve depender do grau de habilidade com o qual as paixões da multidão combinam-se e guiam-se para o serviço de um único homem.”<sup>135</sup>

No todo, *Declínio e Queda do Império Romano* pode destacar-se como o livro máximo do século XVIII, tendo *L'Esprit des lois*, de Montesquieu, como o seu mais próximo competidor. Não era o mais influente, não se podendo comparar seu efeito sobre a história com o *Contrato Social*, de Rousseau, ou *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, ou ainda *A Crítica da Razão Pura*, de Kant. Contudo, como obra de arte literária, era insuperado no seu tempo ou na sua espécie. Quando nos perguntamos de que maneira pôde Gibbon produzir tal obra-prima, percebemos ter sido a combinação accidental de ambição com dinheiro, lazer e habilidade, e perguntamo-nos se essa combinação vai repetir-se breve. “Nunca”, disse outro historiador de Roma, Barthold Niebuhr. “A obra de Gibbon nunca será suplantada.”<sup>136</sup>

## VI. CHATTERTON E COWPER

Quem, hoje em dia, poderia supor que em 1760 o mais popular dos poetas vivos fosse Charles Churchill? Filho de pastor protestante, ele próprio ordenado pastor anglicano, entregou-se aos prazeres de Londres, mandou embora a mulher, acumulou dívidas, e escreveu um poema, antigamente famoso, *The Rosciad* (1761), que lhe possibilitou pagar as dívidas, dar uma pensão à mulher, e “projetar-se com roupagens ofuscantes e anticlericais na vida mundana”.<sup>137</sup> O nome de seu poema foi baseado em Quinto Rôscio, que dominara o teatro romano ao tempo de César. Era uma sátira aos principais atores de Londres, tendo feito Garrick estremecer; uma vítima “correndo pela cidade como um veado ferido”.<sup>138</sup> Churchill juntou-se a Wilkes nos rituais blasfemos da Abadia de Medemenham, auxiliou-o a escrever *The North Briton* e foi para a França a fim de compartilhar do exílio de Wilkes, mas morreu em Boulogne (1764) de uma orgia de embriaguez, “com indiferença epicurista”.<sup>139</sup>

Outro clérigo, Thomas Percy, viveu fiel a seu hábito, foi feito bispo de Dromore, na Irlanda, salientando-se na literatura inglesa por ter salvo das mãos de uma criada, que ia queimá-lo, um manuscrito antigo que constitui a fonte de sua obra *Relíquias da Poesia Ancestral* (1765). Essas baladas da Grã-Bretanha medieval atraíram antigas recordações, encorajando o espírito romântico — por tanto tempo sepultado pelo ra-

cionalismo e o temperamento clássico — a expressar-se na poesia, na ficção e na arte. Wordsworth estipula essas *Relíquias* como a ascensão do movimento Romântico na literatura inglesa. A essa obra juntaram-se *Ossian*, de Macpherson, os poemas de Chatterton, o *Castelo de Otranto* de Walpole, Strawberry Hill, *Vathek* de Beckford, e Fonthill Abbey, como um grito em direção ao sentimento, ao mistério e ao romance. Por algum tempo, a Idade Média capturou a alma moderna.

Thomas Chatterton principiou uma tentativa de se tornar medieval ao debruçar-se sobre antigos pergaminhos que seu tio encontrara em uma igreja de Bristol. Nascido naquela cidade (1752) logo após a morte do pai, o menino sensível e imaginativo cresceu no mundo de suas fantasias históricas. Perscrutou um dicionário de palavras anglo-saxãs, compondo, no que julgou ser a linguagem do século XV, poemas que ele pretendia ter encontrado em St. Mary Radcliffe Church, e que atribuiu a Thomas Rowley, um imaginativo monge do século XV. Em 1769, com dezesseis anos, remeteu alguns desses “poemas de Rowley” a Horace Walpole — que por sua vez, cinco anos antes, havia também publicado *Otranto* como de origem medieval. Walpole elogiou os poemas, pedindo mais. Chatterton enviou-lhe mais, solicitando auxílio para encontrar um editor, e emprego remunerado em Londres. Walpole submeteu os versos à apreciação de Thomas Gray e William Mason, tendo ambos declarado que eram uma contrafação. Walpole escreveu a Chatterton dizendo que aqueles intelectuais “não haviam de maneira alguma se certificado da autenticidade de seus supostos manuscritos”, e nestas condições aconselhava-o a pôr de lado a poesia até que pudesse sustentar-se. Depois disso, Walpole foi para Paris, esquecendo-se de devolver os poemas. Chatterton três vezes escreveu pedindo-os. Três meses depois, eles chegaram.<sup>140</sup>

O poeta foi para Londres (abril de 1770) tomando um quarto numa água-furtada em Brook Street, Holborn. Colaborou para os jornais com artigos pró-Wilkes e alguns dos poemas de Rowley, e para diversos periódicos, mas era tão mal pago (dezoito pênies por poema) que não podia manter-se com essa renda. Tentou e fracassou em arranjar um posto de ajudante de cirurgião em navio mercante com rota para a África. Em 27 de agosto, compôs um amargo julgamento ao mundo:

Adeus, Bristolia e suas pardacentas pilhas de tijolos,  
Amantes de dinheiro, adoradores de embustes!  
Conspurcastes o menino que vos deu antigas baladas,  
Pagando o esforço com vosso elogio vazio,  
Adeus, vós, bobos conselheiros beberões,  
Por natureza adequados aos utensílios da corrupção!...  
Adeus, minha mãe! — descansai, minh'alma angustiada  
Não deixai que as vagas do desespero me envolvam!  
Tende piedade, Céus! quando aqui eu deixar de viver,  
E perdoai este derradeiro ato de um infeliz.

Então, matou-se ao ingerir arsênico. Contava dezenove anos e nove meses. Foi sepultado como indigente.

Seus poemas ocupam agora dois volumes. Se os tivesse denominado imitações, ao invés de originais, talvez o houvessem reconhecido grande poeta, pois algumas peças de Rowley são tão boas quanto a maioria dos originais no mesmo gênero. Quando escrevia em seu próprio nome conseguia compor versos satíricos que quase rivaliza-



vam com os de Pope, como os de "O Metodista",<sup>141</sup> ou — os mais amargos de todos — dezessete linhas chicoteando Walpole como um desalmado bajulador.<sup>142</sup> Quando os manuscritos que sobraram foram publicados (1777), o editor imputou a Walpole parte da responsabilidade pela morte do poeta. Este defendeu-se sob a alegação de que não se sentira na obrigação de auxiliar um persistente impostor.<sup>143</sup> Algumas pessoas sensíveis como Goldsmith insistiram sobre a autenticidade dos poemas. Johnson ironizou o amigo, entretanto, acrescentando: "Este rapaz é o mais extraordinário entre os que tenho conhecido. É surpreendente como este rapazote escreveu tais coisas."<sup>144</sup> Shelley, em rápidos versos, homenageou-o em *Adonais*<sup>145</sup> e Keats dedicou *Endymion* à sua memória.

Chatterton escapou das rudes realidades de Bristol e Londres para projetar-se nas lendas e no arsênico. William Cowper fugiu da Londres que Johnson amara para a simplicidade rural, fé religiosa e insânia periódica. Seu avô, absolvido de um assassinato, tornou-se juiz. O pai era pastor anglicano, e a mãe pertencia à mesma família que produzira John Donne. Morreu quando ele tinha seis anos, deixando-lhe lembranças melancólicas de carinhosa solicitude. Cinquenta e três anos mais tarde, quando uma prima enviou-lhe um antigo retrato dela, lembrou-a em um terno poema,<sup>146</sup> narrando os esforços dela para acalmar os temores que lhe atormentavam as noites.

Aos sete anos, passou dessas mãos benfazejas para um colégio onde o tímido menino era obrigado a prestar serviços a um aluno superior, indivíduo cruel que não lhe poupava tarefas humilhantes. Sofreu de inflamação nos olhos, tendo de submeter-se durante anos a tratamento com um oculista. Em 1741, com dez anos, foi enviado para Westminster School em Londres. Aos dezessete, principiou a trabalhar por período de três anos na qualidade de empregado no escritório de um advogado em Holborn. Estava pronto para um romance. Como sua prima Theodora Cowper morava por perto, ela tornou-se o ídolo dos seus sonhos diurnos. Aos 21 anos tomou aposentos em Middle Temple e aos 23, foi admitido no tribunal. Não gostando de direito, tímido perante os tribunais, entrou num estado de hipocondria, agravado pela proibição do pai de Theodora de qualquer associação com o primo. Cowper nunca mais a viu, nunca a esqueceu, e nunca se casou.

Em 1763, frente à necessidade de apresentar-se à Câmara dos Lordes, descontrolou-se, perdeu a razão e tentou matar-se. Os amigos mandaram-no para um hospício em St. Albans. Após uma reclusão de oito meses teve alta, passando a viver solitariamente em Huntingdon, perto de Cambridge. Disse, então, "não desejar comunicar-se senão com Deus e Jesus Cristo".<sup>147</sup> Aceitou literalmente o credo calvinista, pensando muito em salvação e na condenação eterna. Por uma feliz coincidência, conheceu uma família do local cuja religião levou-lhe paz e carinho, ao invés de temor: o Reverendo Morley Unwin, sua mulher, Mary, seu filho William, e a filha Susannah. Cowper comparou o pai com o Padre Adams do *Joseph Andrews*, de Fielding. Viu em Mrs. Unwin uma segunda mãe, que tinha mais sete anos do que ele. Ela e a filha tratavam-no como filho e irmão, dando-lhe pequenas delicadezas femininas que quase fizeram com que amasse a vida outra vez. Convidaram-no a viver com eles. Ele aceitou, encontrando um lenitivo naquela vida simples.

Essa felicidade foi bruscamente terminada com a morte do pai, de uma queda de cavalo. A viúva e a filha, levando Cowper, mudaram-se para Olney, em Buckinghamshire, a fim de ficarem perto do famoso orador evangélico John Newton. Este convenceu Cowper a acompanhá-lo em suas visitas aos doentes e a escrever hinos. Um desses "Hinos de Olney" continham as seguintes linhas:

De uma maneira misteriosa  
Deus realiza seus milagres  
Assenta suas pegadas no mar,  
E cavalga sobre as tempestades.<sup>148</sup>

Contudo, os sermões de Newton sobre o fogo do inferno, que haviam "intensamente perturbado alguns de seus paroquianos", intensificaram mais do que acalmaram os temores teológicos do poeta.<sup>149</sup> "Deus", disse Cowper, "é sempre formidável para mim, exceto quando eu O vejo desarmado de Seu ferrão, tendo-o cravado no corpo de Jesus Cristo."<sup>150</sup> Pediu Mrs. Unwin em casamento, mas um segundo acesso de insânia (1773) impediu a união. Restabeleceu-se após três anos de amoroso desvelo. Em 1779, Newton partiu de Olney, e a religião de Cowper seguiu um rumo mais brando.

Outras mulheres auxiliaram Mary Unwin a conservar o poeta em contato com as coisas terrenas. Lady Austin, viúva porém alegre, abandonou sua casa em Londres, mudou-se para Olney, entrou em contato com os Unwins, levando alegria onde houvera uma excessiva concentração nas tragédias ocasionais da vida. Foi ela quem contou a história que ele transformou na "The Diverting History of John Gilpin"<sup>151</sup> e sua desenfreada cavalgada a contragosto. Uma amiga da família mandou a jovial balada a um jornal. Um ator, sucessor de Garrick no Drury Lane, recitou-a lá. Tornou-se o comentário de Londres, e Cowper sentiu o primeiro sabor da fama. Jamais se considerara poeta, e agora Lady Austin insistia para que escrevesse uma obra substancial. Mas, sobre que tema? Sobre qualquer coisa, respondeu-lhe ela, e, apontando para um sofá, deu-lhe a incumbência de celebrá-lo em verso. Satisfeito em ser instado por uma bela mulher, Cowper escreveu *A Tarefa*. Publicado em 1785, foi bem recebido entre gente cansada de política e de guerra.

Constituiria verdadeira tarefa escrever ou ler seis "livros" sobre um sofá, a menos que se possuísse a moral de Crebillon *films*.<sup>152</sup> Cowper estava suficientemente lúcido para utilizar o sofá como ponto de partida. Depois de torná-lo o centro de uma história humorística, introduziu seu tema favorito que se resumiria no famoso verso do poema: "Deus fez o campo, e o homem fez a cidade."<sup>153</sup> O poeta admitiu que a arte e a eloquência floresciam em Londres. Elogiou Reynolds e Chatham, maravilhando-se com a ciência que "mede o átomo e domina o mundo",<sup>154</sup> mas reprovava a "rainha das cidades" por punir roubos sem importância com pena de morte, enquanto prodigalizava honrarias aos "peculadores do ouro do povo".

Oh, quem me dera uma choupana no deserto vasto,  
Alguma insondável proximidade da sombra,  
Onde os rumores da opressão e da falsidade,  
De guerras vitoriosas ou malsucedidas,  
Nunca mais cheguem até aqui! Meus ouvidos estão doloridos,

Minha alma está doente com as notícias diárias  
De erros e ultrajes com os quais a Terra está cheia.<sup>155</sup>

Abominava o tráfico de escravos. Sua voz foi a primeira na Inglaterra a denunciar o homem que

      julga seu semelhante culpado de ter uma pele  
Que não tenha o seu colorido. E, tendo força para fazer vigorar o erro,(...)  
Condena-o e destina-o a ser sua presa, segundo a lei.(...)  
Então, o que é o homem? E que homem, ao ver isto,  
Possuindo sentimentos humanos, não se envergonha,  
E baixa a cabeça, para julgar-se um homem?<sup>156</sup>

E, contudo, conclui: “Inglaterra, amo-te ainda, com todos os teus erros.”<sup>157</sup>

Achava que tais erros seriam amenizados se a Inglaterra voltasse à religião e à vida campestre. “Eu era uma corça ferida que deixou o rebanho” — isto é, deixara Londres, “onde as prostitutas nos acotovelam” — e encontrara cura na fé e na natureza. Venham para o campo! Vejam o Rio Ouse, “ondulando lentamente através da planície”. O gado sossegado, o chalé do camponês e sua robusta família. O campanário da aldeia apontando para tristezas e esperança. Ouçam o ruído das cachoeiras e o matinal chilrear dos pássaros. No campo todas as estações têm suas alegrias. As chuvas da primavera são uma bênção, e a neve no inverno é limpa. Como é bom andar pela neve, para depois recolher-se junto ao fogo!

Pouca coisa digna de nota escreveu Cowper depois de *A Tarefa*. Em 1786, mudou-se para Weston Underwood, onde teve outro acesso de insanidade, que durou seis meses. Em 1792, Mrs. Unwin sofreu um acesso de paralisia. Por três anos ficou completamente inválida. Cowper tratou-a como ela o havia tratado e, nos seus últimos meses de vida, escreveu estes versos “Para Mary Unwin”:

      Teus cabelos prateados, outrora castanhos-claros,  
      Mais lindos ainda são aos meus olhos  
      Do que os raios dourados da luz do oriente,  
      Minha Mary!<sup>158</sup>

Em 1794, sobrecarregado de preocupações e trabalhando em sua malsucedida tradução de Homero, tornou a ficar louco, tentando matar-se. Recuperou-se, sendo aliviado de sua aflição financeira por uma pensão do governo de trezentas libras. Mas, em 17 de dezembro de 1796, Mary Unwin morreu e Cowper sentiu-se totalmente perdido e desolado, embora houvesse encontrado uma nova amiga na pessoa da irmã de Theodora, Lady Harriet Cowper Hesketh. Seus últimos dias foram atormentados por temores religiosos. Morreu em 25 de abril de 1800, com 68 anos.

Pertenceu ao movimento romântico na literatura, e ao movimento evangélico na religião. Terminou, na poesia, o reinado de Pope, preparando-o para Wordsworth. Levou para a poesia uma naturalidade de forma e autenticidade de sentimento que terminou a torrente de parelhas de versos que a Era Clássica desencadeara na Inglaterra. Sua religião foi uma maldição que pesou sobre ele nos aspectos de um Deus de vingança e de um inferno sem perdão. No entanto, pode ter sido por religião, assim

como por instinto maternal, que aquelas boas mulheres tomaram conta daquela "corça ferida" através de seus sofrimentos e momentos de escuridão.

#### VII. OLIVER GOLDSMITH

O "Pobre Poll" também tinha suas tragédias, porém elas não foram agravadas por um credo sádico, e sim suavizadas por triunfos na poesia e no palco.

Seu pai era um humilde pastor anglicano em uma aldeia da Irlanda, que, aliando a agricultura com teologia, ganhava quarenta libras por ano. Quando Oliver tinha dois anos (1730), o pastor foi nomeado reitor de Kilkenny West, e a família mudou-se para uma casa na estrada principal nas proximidades de Lissoy, que mais tarde rebatizou-se Auburn, na suposição de que Goldsmith a tinha em mente quando escreveu *A Aldeia Abandonada*.

Oliver percorreu uma infinidade de escolas, lembrando-se muito bem de um oficial de intendência, que nunca podia esquecer-se de suas guerras, mas que também contava histórias cativantes de fadas, espíritos e fantasmas. Com nove anos, o menino quase morreu de varíola, que depois desfigurou um dos rostos menos belos que jamais foi dado a uma estimável alma. Com quinze anos, entrou para o Trinity College, em Dublin, como um *sizar* (estudante universitário que paga taxas reduzidas), ou estudante que trabalha, usando uma roupa diferente e fazendo serviços domésticos, sendo atormentado por um tirânico monitor. Fugiu para Cork, planejando obter uma passagem para a América, mas seu irmão mais velho, Henry, alcançou-o a tempo, insistindo para que voltasse à universidade. Oliver saiu-se bem no estudo dos clássicos, porém ficou impermeável à ciência. Contudo, conseguiu formar-se.

Pretendeu ingressar nas ordens eclesiásticas menores, porém escandalizou o bispo ao aparecer de calças vermelhas. Recusado, tornou-se tutor, brigou com seu aluno e novamente pensou em partir para Cork e de lá para a América. Um tio interveio adiantando-lhe cinquenta libras a fim de ir para Londres. Oliver perdeu tudo no jogo. Seus parentes estavam consternados com sua incapacidade e incompetência, mas encantavam-se com sua alegria, sua flauta e suas canções. Levantaram uma subscrição a fim de enviá-lo para estudar medicina em Edimburgo, depois em Leiden. Fez algum progresso, mas deixou Leiden sem o diploma. Em Paris (diz-nos ele) assistiu às lições de química de Rouelle. Depois, partiu calmamente (1755), atravessando a França, Alemanha, Suíça e norte da Itália, tocando flauta nos bailes campestres, conquistando medalhas, recebendo esmolas na porta dos mosteiros.<sup>159</sup> Em janeiro de 1756, voltou à Inglaterra.

Exerceu medicina em Londres, corrigiu provas de Samuel Richardson, foi professor em Surrey, depois estabeleceu-se em Londres como escritor assalariado, executando trabalhos literários esparsos e colaborando em revistas. Escreveu em quatro semanas uma *Vida de Voltaire*. Em 1759, convenceu Dodsley a publicar uma superficial *Pesquisa Sobre o Estado do Aprendizado Cortês na Europa*. Seus comentários sobre diretores de teatro ofenderam irremediavelmente a Garrick. O *Inquire* demonstrava que as épocas de literatura criativa tendem a serem seguidas por épocas de crítica que deduzem regras da obra dos escritores, contribuindo para paralisar o estilo e a imagina-

ção dos novos poetas. Goldsmith achava que a Europa estava naquela situação em 1759.

Um ano depois, escreveu para o *Public Ledger*, de Newbery, algumas “Cartas Chinesas”, que foram republicadas em 1762 como *O Cidadão do Mundo*. O esquema era velho: imaginar um viajante oriental relatando com satisfação e horror a maneira de viver dos europeus. Foi assim que Lien Chi Altangi, nas cartas a um amigo de sua pátria, descreve a Europa como um desordenado centro de avariza, ambição e intriga. Goldsmith publicou o livro anonimamente, mas os cidadãos de Fleet Street reconheceram seu estilo pela linguagem simples, descrições vivas e tom ameno. Pressentindo que a fama lhe batia às portas, mudou-se para melhores acomodações em Vine Office Court, n.º 6. Tendo elogiado Johnson em “Cartas Chinesas”, ousou convidar o lexicógrafo (que morava bem perto) para cear. Johnson foi, iniciando uma longa amizade (31 de maio de 1761).

Certo dia, em outubro de 1762, Johnson recebeu uma mensagem urgente de Goldsmith, pedindo um auxílio. Mandou um guinéu, indo logo depois, encontrando Goldsmith a ponto de ser preso por falta de pagamento do aluguel. Perguntou-lhe Johnson se ele não tinha nada para empenhar ou vender. Goldsmith deu-lhe um manuscrito intitulado *O Vigário de Wakefield*. Johnson (de acordo com seu próprio relato),<sup>160</sup> pediu que a senhoria esperasse, levou o romance a John Newbery, um livreiro, vendeu-o por 60 libras, levando o dinheiro para Goldsmith, que pagou o aluguel e ainda celebrou o acontecimento com uma garrafa de vinho. O livreiro guardou o manuscrito, por quatro anos, sem publicá-lo.

Em dezembro de 1764, Goldsmith apresentou seu primeiro grande poema, *O Viajante, ou Uma Perspectiva da Sociedade*. Reviveu suas perambulações pelo continente, descreveu os erros e as virtudes de cada país, observando que todo país julga-se o melhor. Exaltou o poderio da Inglaterra (que acabara de vencer a Guerra dos Sete Anos), e descreveu os Membros do Parlamento,

Orgulho no porte, desafio no olhar  
Vejo passar os senhores da espécie humana;

contudo, alertava para o fato de que a avariza empanava a ordem inglesa, as demarcações empobreciam a classe camponesa, impelindo os mais resolutos filhos da Inglaterra para a América. Mostrara o manuscrito a Johnson, que colaborou como nove linhas, principalmente no fim, diminuindo a influência da política na felicidade individual e louvando as alegrias da pátria.

O sucesso do poema a todos surpreendeu, com exceção de Johnson, que o auxiliou dizendo, “Não houve poema tão belo desde o tempo de Pope”,<sup>161</sup> o que desconsiderou Gray. O editor teve excelente lucro com sucessivas edições, mas deu apenas vinte guinéus ao autor. Goldsmith mudou-se para aposentos melhores no Temple; comprou nova indumentária, com calças vermelhas, capa escarlate, uma peruca e uma bengala, continuando, com dignidade, a exercer a medicina. A experiência não deu certo, e o sucesso de *O Vigário de Wakefield* levou-o novamente à literatura.

O livreiro que havia comprado o manuscrito levado por Johnson pressentiu que a recente fama de Goldsmith produziria a aceitação da obra. Esta surgiu em pequena

edição, em 27 de março de 1766, sendo toda vendida em dois meses, e a segunda em três meses mais. Contudo, somente em 1774, as vendas compensaram o investimento. Já em 1770, Herder recomendou a obra a Goethe, que a considerou "um dos melhores romances jamais escritos".<sup>162</sup> Walter Scott concordou.<sup>163</sup> Washington Irving admirou-se que um homem solteiro, desprovido de um lar desde a infância, pudesse traçar "a mais agradável imagem da virtude doméstica, e todas as demonstrações de afeto do estado matrimonial".<sup>164</sup> Talvez tenha sido a exclusão da vida de família que contribuiu para que Goldsmith idealizasse o lar, seu involuntário estado de solteiro que o fez exaltar a mulher, e seus amores anônimos que o levaram a dignificar a castidade feminina como um dom mais precioso do que a vida. As ternas lembranças de seu pai e seu irmão forneceram-lhe o retrato do Dr. Primrose, que, na qualidade de "clérigo, agricultor e pai de família, (...) encerra em si os três grandes tipos da Terra".<sup>165</sup> Suas próprias perambulações reapareceram no filho, George, que, como Goldsmith, terminou suas viagens como escritor assalariado em Londres. A história é incrivelmente encantadora.

Os lucros procedentes de *O Viajante* e *O Vigário de Wakefield* se exauriram, porque Goldsmith era uma peneira em relação a dinheiro, vivendo sempre no futuro. Encarava, com inveja, a fama e a fortuna que poderiam advir de uma peça de sucesso. Atirou-se ao difícil gênero, denominou o resultado de *O Homem Jovial*, e ofereceu-o a Garrick. David procurou esquecer as observações pejorativas que Goldsmith expandira a seu respeito, concordou em produzir a peça. Contudo, esta ironizava as comédias sentimentais, as quais constituíam o ganha-pão de Garrick. Propôs alterações, Goldsmith rejeitou-as. Garrick deu um adiantamento de quarenta libras ao autor, mas demorou tanto que o arrojado escritor levou o manuscrito para o rival de Garrick, Jorge Colman, que dirigia o Covent Garden Theatre. Os atores de Colman amesquinharam a peça. Johnson deu todo o seu apoio, assistindo aos ensaios, escrevendo o prólogo. A peça teve sua estréia em 29 de janeiro de 1768. Foi levada durante dez noites, com um sucesso moderado, depois saiu de cartaz. Mesmo assim, rendeu ao autor quinhentas libras.

Com dinheiro por um ano, ignorando os conselhos de Johnson, Goldsmith mudou-se para um apartamento em Brick Court, mobiliando-o tão bem que teve de voltar a escrever a fim de pagar suas contas. Passou, então, às histórias populares de Roma, Grécia, Inglaterra, e à *História da Natureza Viva* — todas deficientes em cultura porém enriquecidas por uma prosa graciosa. Quando lhe perguntaram por que escrevia tais livros, respondeu que eles lhe possibilitavam comer, enquanto a poesia o matava de fome. Não obstante, em 26 de maio de 1770, lançou sua obra-prima, *A Aldeia Abandonada*, pela qual recebeu duzentas libras — bom preço para a época, por um poema de apenas dezessete páginas. Esgotou quatro edições em três meses.

O tema era o êxodo dos agricultores do campo, os quais haviam perdido suas terras em decorrência das demarcações. Retratava

Doce Auburn! a mais bela aldeia da planície,  
Onde saúde e abundância alegravam o jovem camponês;

dando coloridos dourados da imaginação urbana de Goldsmith à prosperidade do camponês, a qual (ele presumia) precedera a lei das demarcações. Descreveu as cenas

rurais, a diversidade de flores, “o alpendre abrigado, a fazenda cultivada”, os esportes e as danças dos aldeões, “a timidez das virgens”, o jovem sardento, a felicidade das famílias, no seio das quais reinavam piedade e virtude. Viu ainda seu pai oficiando em Kilkenny West:

Era um homem querido de toda a aldeia  
Vivendo como rico com quarenta libras ao ano...

suficientes para ele alimentar o perdulário, salvar o erradio, acolher o soldado ferido, visitar os doentes e confortar os moribundos.

Na igreja com brandura e doce desafetação,  
Sua aparência adornava o local venerável;  
A verdade de seus lábios prevalecia com dupla influência,  
E os levianos que vinham zombar ficavam para rezar.

O mestre-escola que havia disciplinado a infância do poeta transformou-se no professor “de aparência severa”:

E contudo, era delicado, porque se era severo em tudo,  
O amor que tinha pelo saber estava em falta;(...)  
Argumentando também tinha técnica,  
Pois, mesmo vencido, ainda discutia;(...)  
Com palavras de muito saber e sons retumbantes  
Os rústicos que o rodeavam olhavam espantados  
E ainda olhavam, e ainda o espanto crescia,  
Que cabeça tão pequena carregasse tudo que ele sabia.

Aquele paraíso fora arruinado, assim pensava Goldsmith, depois das demarcações. A fazenda do camponês transformara-se em pasto, as famílias fugiram para as cidades e para as colônias, e a fonte rural da virtude honesta estava secando.

Males invadem a terra, uma presa para os males que se sucedem,  
Onde acumula-se a riqueza, e o homem decai,

Tendo escrito o melhor poema daquela geração, Goldsmith retornou ao drama. Em 1771, ofereceu a Colman uma nova comédia, *Ela se Humilha Para Prevalecer*. Como anteriormente fizera Garrick, Colman procrastinou, até que Johnson interveio, quase obrigando o empresário a montar a peça. Reconciliado, Garrick escreveu o prólogo. Depois de atropelos que quase fizeram sucumbir espiritualmente o autor, a peça foi apresentada em 15 de março de 1773. Johnson, Reynolds, e outros amigos assistiram à estréia, liderando os aplausos. Mas Goldsmith, naquele meio tempo, perambulava em St. James's Park, até que alguém o encontrou e assegurou-lhe que sua peça era um grande sucesso. Ficou muito tempo em cartaz. As noites em benefício trouxeram a Goldsmith um ano de prosperidade.

Conquistara um lugar, apenas inferior ao de Johnson, entre os escritores ingleses da época, mesmo no exterior. Era figura destacada no Club, ousando por muitas ve-

zes discordar de Johnson. Quando falava-se de fábulas de animais, Goldsmith observava ser especialmente difícil fazer peixes falarem como peixes, e isso, disse ele a Johnson, “não é tão fácil como você parece pensar, porque se você fizesse peixinhos falarem, eles se expressariam como baleias”.<sup>166</sup> A Ursa Maior às vezes cravava-lhe as garras cruéis, e nem por isso deixava de amá-lo, o que era retribuído, a despeito da inveja que Goldsmith tinha da arte da conversação de Johnson. Ele próprio nunca havia organizado seus estudos, nem destes valia-se rápida ou adequadamente. Ele “escreve como um anjo”, dizia Garrick, “e fala como um pobre Poll”.<sup>167</sup> Boswell tinha tendência a diminuir Goldsmith, mas muitos contemporâneos — Reynolds, Burke, Wilkes, Percy — protestavam contra essa injustiça.<sup>168</sup> Era observação geral que Goldsmith muitas vezes falava bem nas reuniões, quando Johnson não estava presente.<sup>169</sup>

Seu modo de falar, suas maneiras e aparência eram contra ele. Nunca perdera o sotaque irlandês. Era descuidado no vestir, e por vezes ostentava inadequados atavios multicores. Orgulhava-se de seus dotes literários, não admitindo a superioridade de Johnson sobre ele como escritor. Media 1,64m, ressentindo-se da altura e do volume de Johnson. Sua boa índole refletia-se no seu rosto simples. O retrato pintado por Reynolds não o lisonjeou. Ali estavam seus grossos lábios, a testa recuada, nariz protuberante e olhar assustado. Caricaturistas como Henry Bunbury alargaram-lhe a boca e prolongaram-lhe o nariz. O *London Packet* descreveu-o como um orangotango.<sup>170</sup> Centenas de histórias corriam a cidade sobre seus erros de expressão e de ação, assim como seu amor secreto por Mary Horneck.

Seus amigos sabiam que seus erros eram superficiais, ocultando um espírito de boa vontade, afeição e uma generosidade arruinadora. Até mesmo Boswell julgava-o “o homem mais generoso que existe. E agora que obteve uma boa quantia por sua comédia, todos os necessitados pedem-lhe dinheiro”.<sup>171</sup> Quando não tinha mais dinheiro para dar, pedia emprestado a fim de corresponder aos pedidos dos pobres que a ele recorriam.<sup>172</sup> Apelou para Garrick (cujas quarenta libras não haviam sido pagas) no sentido de lhe adiantar sessenta libras sob promessa de fazer uma nova peça. Garrick mandou a soma. Por ocasião de sua morte, Goldsmith devia duas mil libras. Johnson perguntou: “Algum dia houve um poeta com tanto crédito quanto este?”<sup>173</sup>

Em 1774, quando estava saindo para um dos vários clubes aos quais pertencia, foi acometido de febre. Insistiu em automedicar-se, esquecendo-se do conselho de Beauclerk de que deveria passar receitas apenas para os inimigos. Tomou medicamento industrializado e piorou. O médico foi chamado, tarde demais para salvá-lo. Morreu em 4 de abril, com 45 anos. Uma multidão de pessoas simples, homens e mulheres que tinham quase exclusivamente vivido de sua caridade, reuniu-se ao redor do corpo. Goldsmith foi sepultado no cemitério do Temple, mas seus amigos insistiram para que um memorial fosse erigido na Abadia. Nollekens esculpiu o monumento, Johnson escreveu o epitáfio. Talvez fosse melhor os próprios versos do poeta em *O Homem Jovial*: “A vida, em sua expressão mais alta e melhor, é apenas uma criança precoce, com a qual devemos condescender, afagar um pouco até que ela durma; e, então, toda a preocupação acabou.”<sup>174</sup>



## Samuel Johnson

1709-84

### I. OS ANOS DE DEFORMAÇÃO: 1709-46

ELE era único no gênero, e no entanto típico. Diferente de qualquer inglês de seu tempo, e contudo sumarizando John Bull em corpo e alma. Superado em qualquer ramo literário (exceto lexicografia) por seus contemporâneos, mas dominando-os durante uma geração, reinando sobre eles apenas pela elevação de voz.

Recordemos em poucas palavras os golpes de que foi vítima até a sua peculiar forma atual. Foi o primogênito de Michael Johnson, livreiro, tipógrafo e proprietário de papelaria, em Lichfield, a 180 quilômetros de Londres. Sua mãe, nascida Sarah Ford, era descendente distante de família fina. Tinha 37 anos quando, em 1706, casou-se com Michael, que estava com cinquenta.

Samuel era tão doente e tão fraquinho ao nascer, que foi batizado às pressas para evitar que, morrendo sem esse sacramento, ficasse, segundo as leis teológicas, no Limbo, o melancólico vestíbulo do inferno. Muito cedo apresentou sinais de escrofulose. Quando tinha trinta meses, sua mãe, embora grávida do segundo filho, levou-o numa longa viagem a Londres para ser "bento contra o mau-olhado" pela Rainha Ana. Esta fez o que pôde, mas a doença custou a Johnson a perda de um olho e de um ouvido, o que contribuiu, juntamente com outros percalços, para desfigurar-lhe o rosto.<sup>1</sup> Não obstante, cresceu musculoso e de compleição robusta, e sua força, assim como sua corpulência, apoiaram aquele absolutismo que, segundo queixa de Goldsmith, transformou a república das letras numa monarquia. Samuel julgava ter herdado do pai "a vil melancolia que me fez louco toda a vida, pelo menos sóbrio eu não fui".<sup>2</sup> Talvez, como no caso de Cowper, sua hipocondria tivesse uma base tanto religiosa como física. A mãe de Johnson era uma ferrenha calvinista, que julgava estar a danação eterna a dois passos das criaturas, e Samuel sofreu dos temores do inferno até o dia de sua morte.

Do pai provinha sua política *tory*, tendências jacobitas e paixão pelos livros. Na loja paterna lia avidamente, tendo mais tarde dito a Boswell: "Eu sabia tanto aos dez anos como sei agora." Após a instrução elementar, passou à escola secundária.

ria de Lichfield, onde o diretor era “tão bruto, que nenhum educado por ele mandava seu filho para a mesma escola”.<sup>4</sup> Entretanto, quando, muitos anos depois, lhe perguntavam como adquirira tão absoluto domínio do latim, ele respondia: “Meu professor sabia muito bem me bater, sem o que, meus amigos, eu nada poderia ter feito.”<sup>5</sup> Na velhice deplorava o fato do castigo corporal estar caindo em desuso. “Hoje em dia, em nossos grandes colégios, há menos punição por varadas do que antigamente, mas também aprende-se menos nesses colégios, de modo que, se por um lado os meninos saem lucrando, por outro perdem.”<sup>6</sup>

Em 1728, seus pais encontraram meios de enviá-lo a Oxford. Lá, ele devorou os clássicos latinos e gregos, atormentando os professores com sua insubordinação. Em dezembro de 1729, voltou às pressas para Lichfield, talvez porque os fundos paternos se houvessem esgotado, ou porque sua hipocondria se aproximara de tal modo da loucura que ele necessitava de tratamento médico. Recebeu este tratamento em Birmingham, depois, ao invés de voltar para Oxford, auxiliou na loja do pai. Quando seu pai morreu (dezembro de 1731), Samuel foi trabalhar como professor-assistente numa escola em Market Bosworth. Enfastiando-se logo daquele trabalho, mudou-se para Birmingham, morou em casa de um livreiro, ganhando cinco guinéus pela tradução de um livro sobre a Abissínia. Esta foi a origem longínqua de *Rasselas*. Em 1734, voltou a Lichfield, onde a mãe e o irmão dirigiam a loja. Em 9 de julho de 1735, quando faltavam dois meses para completar 26 anos, casou-se com Elizabeth Porter, uma viúva de 48, com três filhos e setecentas libras. Com seu dinheiro, Johnson abriu um colégio interno nas proximidades de Edial. David Garrick, menino de Lichfield, era um de seus alunos. Contudo, pouco havia na escola para reconciliá-lo com a pedagogia. Fermentava dentro dele a produção literária. Escreveu um drama, *Irene*, enviando algumas linhas a Edward Cave, editor do *Gentleman's Magazine*, explicando como aquele periódico podia ser melhorado. Em 2 de março de 1737, partiu com David Garrick e um cavalo para Londres, a fim de vender sua tragédia e cavar um lugar para si próprio neste mundo cruel.

Tinha contra si a aparência. Era magro e alto, mas com uma compleição forte que o transformava em uma massa angulosa. O rosto, cheio de furúnculos, frequentemente contraía-se em espasmo nervoso, o corpo era sujeito a alarmantes estremecimentos e a conversação ilustrada por estranha gesticulação. Um livreiro a quem procurou para obter emprego aconselhou-o a “usar almofada para os ombros (usada pelos carregadores de Londres) e carregar malas”.<sup>7</sup> Parece que recebeu alguma palavra de estímulo de Cave, porque em julho voltou a Lichfield, trazendo sua mulher para Londres.

Não era desprovido de sutileza. Quando Cave foi atacado na imprensa, Johnson escreveu um poema em sua defesa, remetendo-o a ele. Cave publicou-o, deu-lhe pequenas encomendas, aliando-se a Dodsley na publicação (maio de 1738) do *London* de Johnson, pelo qual deram-lhe dez guinéus. O poema consistia numa clara imitação da Terceira Sátira de Juvenal, por conseguinte enfatizando o lamentável aspecto da cidade que o autor em breve aprendeu a amar. Era também uma investida contra a administração de Robert Walpole, a quem Johnson mais tarde descreveu como “o melhor ministro que este país já teve”.<sup>8</sup> O poema era, em parte, a raivosa expansão de um jovem do campo que, após um ano em Londres, ainda não tinha certeza do

pão do dia seguinte. Daí, suas célebres palavras: "Lento é o surgimento do valor, deprimido pela pobreza."<sup>9</sup>

Nesses dias de luta, Johnson usava a pena em todos os gêneros. Escreveu *Vidas de Pessoas Eminentes* (1740) e vários artigos para o *Gentleman's Magazine*, inclusive relatórios imaginários de debates parlamentares. De vez que a publicação de relatórios ainda eram proibidos, Cave usou o expediente de fazer de conta que sua revista registrava apenas debates no "Senado da Magna Liliputia". Em 1741, Johnson empreendeu essa tarefa. Das informações gerais sobre o curso dos debates no Parlamento, compôs discursos que atribuía aos personagens cujos nomes consistiam de anagramas dos principais debatedores no Parlamento.<sup>10</sup> Aqueles debates pareciam de tal maneira reais, que muitos leitores consideraram-nos relatórios na íntegra, vendo-se Johnson na contingência de avisar a Smollet (que estava escrevendo uma história da Inglaterra) para não confiar nos mesmos como verdadeiros. Certa vez, ao ouvir elogios a um discurso atribuído a Chatham, Johnson observou: "Escrevi este discurso em uma água-furtada de Exeter Street."<sup>11</sup> Quando alguém comentou a imparcialidade de seus relatórios, confessou: "Salvei aparências da melhor maneira possível, mas tomei cuidado para que os cães *whigs* não levassem a melhor."<sup>12</sup>

De que modo era pago por seu trabalho? Certa vez considerara Cave um "patrão sovina", mas, em geral, dedicava afeição à sua memória. Entre 2 de agosto de 1738, e 21 de abril de 1739, Cave pagou-lhe 49 libras e, em 1744, Johnson achava que cinquenta libras anuais "eram, sem dúvida, mais do que exigiam as necessidades da vida".<sup>13</sup> Contudo, tradicionalmente tem-se comentado que Johnson passava uma vida de penúria em Londres, naquela época. Segundo suposições de Boswell, "Johnson e Savage viviam em tal estado de indigência que, não podendo pagar acomodações, perambulavam noites inteiras pelas ruas".<sup>14</sup> e Macauley presumia que aqueles meses de miséria habituaram Johnson ao desalinho no vestir, e a uma "voracidade gluttona" no comer.<sup>15</sup>

Richard Savage reivindicava, sem poder de persuasão, ser filho de conde, porém em 1737 tornara-se vagabundo, quando Johnson o encontrou. Perambulavam pelas ruas porque amavam mais as tavernas do que seus quartos. Boswell, "com todo o possível respeito e delicadeza", comentava que

a conduta de Johnson depois que veio para Londres, associando-se a Savage e outros, não era tão estritamente virtuosa, em certo aspecto, quanto a de quando era rapaz. Todos sabem que suas inclinações amorosas eram extraordinariamente fortes e impetuosas. Confessava a muitos amigos que costumava levar as mulheres da cidade para as tavernas, a fim de ouvi-las relatar suas histórias. — Em resumo, não se deve esconder que, como muitos outros homens bons e piedosos [será que Boswell estava pensando em Boswell?], (...) Johnson não era isento de tendências que estavam sempre "em guerra com as leis de seu espírito" — e que nos combates com elas era às vezes derrotado.<sup>16</sup>

Savage deixou Londres em julho de 1739, morrendo no cárcere por dívida, em 1743. Um ano depois, Johnson publicou *A Vida de Richard Savage*, que Henry Fielding declarou ser "exatamente a peça mais bem escrita que já vi, no gênero".<sup>17</sup> Antecipava (e mais tarde foi na mesma incluída) *Vida dos Poetas*. Foi publicada anonimamente.

mente, mas os círculos literários de Londres logo descobriram a autoria de Johnson. Os livreiros começaram a julgá-lo o homem capaz de compilar um Dicionário da Língua Inglesa.

## II. O DICIONÁRIO: 1746-55

Em 1741, escrevera Hume: "Não temos um dicionário de nossa língua, e quase não possuímos uma gramática tolerável".<sup>18</sup> Equivocava-se, pois Nathaniel Bailey havia publicado *Um Dicionário Etimológico Universal do Inglês*, em 1721, e este possuía predecessores semilexicográficos. Parece que a proposta de um novo dicionário foi feita por Robert Dodsley, na presença de Johnson, que disse: "Creio que não vou incumbir-me de fazê-lo."<sup>19</sup> Mas, quando outros livreiros uniram-se a Dodsley para oferecer a Johnson 1.575 libras, caso se encarregasse da tarefa, ele assinou o contrato em 18 de julho de 1746.

Depois de muito pensar, compôs um *Esboço Para Um Dicionário da Língua Inglesa* de 34 páginas, e mandou imprimi-lo. Enviou-o a diversas pessoas, entre elas Lorde Chesterfield, então secretário de Estado, com alguns elogios preconcebidos sobre os excelentes conhecimentos que o lorde tinha da língua inglesa e de outros assuntos. Chesterfield convidou-o a sua casa. Johnson foi. O lorde deu-lhe dez libras e algumas palavras animadoras. Mais tarde, Johnson tornou a procurá-lo em sua casa, ficou esperando uma hora e saiu furioso, abandonando a idéia de dedicar sua obra a Chesterfield.

Prosseguia vagarosamente na tarefa, depois mais rápido, porque seus honorários haviam sido estipulados e pagos parceladamente. Quando chegou à palavra *lexicógrafo* definiu-a como "um escritor de dicionários, um inofensivo trabalhador servil(...)." Esperava terminar em três anos, levou nove. Em 1749, mudou-se para Gough Square, transversal à Fleet Street. Contratou — e ele mesmo pagou — cinco ou seis secretários, fazendo-os trabalhar em uma sala do terceiro andar. Leu os autores ingleses autorizados, de 1558 a 1660 — a partir da ascensão de Elizabeth I a Carlos II. Achava que a língua inglesa daquela época alcançara a maior qualidade, propondo tomar a linguagem usada nos reinados de Elizabeth e Jaime I como um padrão pelo qual se estabeleceria o seu bom emprego. Sublinhava cada frase que pretendia citar como ilustrativa do uso de uma palavra, anotando à margem a primeira letra desta palavra a ser definida. Seus auxiliares receberam instruções para copiar cada frase assinalada em uma folha de papel separada, inserindo-a em ordem alfabética no dicionário de Bailey, que servia de ponto de partida e guia.

No decurso desses nove anos, tomou muitas férias de tais definições. Às vezes achava mais fácil escrever um poema do que definir uma palavra. Em 9 de janeiro de 1749, publicou um poema de doze páginas, *A Futilidade dos Desejos Humanos*. Como o *London* de uma década atrás, era na forma uma imitação de Juvenal, mas falando com uma força que era a sua própria. Ainda ressentia-se de sua pobreza, e do abandono de Chesterfield:

Observai como a vida do intelectual de percalços está cheia...  
O trabalho, a inveja, a necessidade e a finalidade.

Como são vãs as vitórias dos guerreiros! Vejam Carlos XII da Suécia:

Deixou um nome junto ao qual empalideceu o mundo,  
Para uma moral apontar ou adornar um conto.<sup>20</sup>

Então, que loucura orar para ter vida longa quando vemos a vaidade, as decepções, as dores da velhice, a mente vagando em pensamentos repetidos, a sorte sacudida pelos acontecimentos do dia-a-dia, os filhos com planos de herança, enfiados com a morte que custa a chegar, enquanto as “inúmeras enfermidades invadem as juntas, no assédio à vida, pressionando o horrível bloqueio”.<sup>21</sup> Entre esperanças vãs e a decadência certa há apenas uma escapatória: a prece, a fé em um Deus redentor e misericordioso.

Contudo, esse pessimismo tinha momentos felizes. Em 6 de fevereiro de 1749, Garrick apresentou *Irene* ao público. Foi um grande momento para Johnson. Lavou-se, cingiu a pança num colete escarlate com frisos de fita dourada, ornamentou-se com um chapéu igualmente enfeitado e foi assistir o amigo fazer o papel de Muhammad II junto a Mrs. Cibber, no de Irene. A tragédia ficou em cartaz nove noites, rendendo a Johnson duzentas libras. Nunca mais foi levada, porém Dodsley deu-lhe mais cem libras pelos direitos autorais. Estava então (1749) suficientemente famoso e abastado para procurar um clube. Não *The Club*, que veio quinze anos depois, mas o “Ivy Lane Club”, assim denominado segundo a rua, onde, na King’s Head Tavern, Johnson, Hawkins e uns sete mais, reuniam-se para comer um filé e para permutar preconceitos. “Ali”, disse Johnson, “eu sempre me reunia.”<sup>22</sup>

Todas as terças e quartas-feiras, de 21 de março de 1750 a 14 de março de 1752, ele escrevia um pequeno ensaio publicado por Cave com o nome de *The Rambler*, pelos quais recebia quatro guinéus semanais. Os ensaios não chegaram a vender quinhentos exemplares, e Cave perdeu dinheiro no empreendimento, mas quando foram compilados para formar um livro, tiveram doze edições antes da morte de Johnson. Devemos confessar que os únicos números que achamos interessantes são os 170 e 171,<sup>23</sup> nos quais Johnson fez uma prostituta pregar moral para adornar sua história? Os críticos reclamaram que o estilo e vocabulário eram demasiado sesquipedais e cheios de latinismos, porém Boswell, no intervalo de seus pecados julgou reconfortantes as exortações de Johnson para a religiosidade.<sup>24</sup>

Naqueles anos, Johnson estava extremamente tenso, com a mente fatigada com tantas definições, e o ânimo abatido com a decadência de sua mulher. “Tety” acalmava as agruras da idade e da solidão com álcool e ópio. Muitas vezes tirava Johnson de sua cama.<sup>25</sup> Ele raramente a levava quando jantava fora, e o Dr. Taylor, que conhecia ambos intimamente, dizia que ela “era a praga da vida de Johnson, uma bêbada desprezível em todos os sentidos, que Johnson freqüentemente lastimava-se(...) de sua situação com tal mulher”.<sup>26</sup> A morte dela (28 de março de 1752) fê-lo esquecer-se de seus erros, desenvolvendo uma ternura excessiva que fazia rir os amigos. Exaltava-lhe as virtudes, lamentava-se de sua solidão, e esperava que ela intercedesse em seu favor junto a Cristo.<sup>27</sup> “Disse-me”, recordou-se Boswell, “que costumava sair às quatro horas da tarde, voltando sempre para casa às duas da manhã.(...) O lugar para

onde ia freqüentemente era a Taverna Mitre, em Fleet Street, onde gostava de ficar até tarde.<sup>128</sup>

Ficar sozinho era um horror para ele, de modo que, depois da morte da esposa, levou para sua casa em Gough Square (1752) Ana Williams, uma poetisa galesa que estava perdendo a visão. A operação para curá-la não teve êxito, e ela tornou-se completamente cega. Com exceção de pequenos intervalos, ficou com Johnson até a morte (1783), cuidando da casa e da cozinha e cortando a carne assada — e a julgar pelo tamanho do recipiente, sem outra ajuda senão a dos dedos. Para suprir suas necessidades mais íntimas, Johnson (1753) tomou um criado negro, Frank Barber, que com ele permaneceu 29 anos. Johnson mandou-o à escola, esforçou-se para fazê-lo aprender grego e latim, deixando-lhe um substancial legado. Para completar a instituição, Johnson convidou um médico desprezado, Robert Levett, a ir morar com ele (1760). Os três formavam um *ménage* belicoso, mas Johnson dava graças pela companhia deles.

Em janeiro de 1755, enviou as últimas páginas do *Dicionário* ao tipógrafo que agradeceu a Deus ter quase terminado aquela tarefa com semelhante homem. A notícia da próxima publicação chegou a Chesterfield, que aguardava uma dedicatória. Procurou reparar sua indelicadeza passada escrevendo para uma revista dois artigos saudando a esperada obra, e louvando Johnson como alguém que ele de bom grado receberia como o ditador do correto emprego do idioma inglês. O orgulhoso autor enviou ao conde (7 de fevereiro de 1755) uma carta que Carlyle descreveu como a “tão proclamada sentença do Juízo Final, anunciando que a tutela não mais existia”:

Milorde,

Fui recentemente informado pelo proprietário do *The World* que os dois artigos recomendando meu *Dicionário* ao público foram escritos por Vossa Excelência. Ser distinguido dessa forma é uma honra que, pouco habituado aos favores dos grandes, não sei bem como receber, ou em que termos agradecer.(...)

Sete anos se passaram, milorde, desde que aguardei do lado de fora da porta de Vossa Excelência, ou dela foi expulso. Durante esse tempo tenho prosseguido no meu trabalho através de dificuldades, sobre as quais é desnecessário lamentar-me, trazendo-o, finalmente, a um passo da publicação, sem um gesto de assistência, uma palavra de estímulo, ou um sorriso de estima. Tal tratamento eu não esperava, pois nunca tive um patrono.(...)

É um patrono, milorde, aquele que olha com indiferença um homem que luta para salvar a vida dentro d'água, e, quando alcança a terra, o cumula com auxílio? A notícia que Vossa Excelência dignou-se dar dos meus trabalhos teria sido amável, se fosse mais cedo. Mas ela foi adiada, até eu ficar indiferente, e, assim sendo, não posso gozá-la. Até eu ficar solitário e não poder participá-la, até eu ficar conhecido e não desejá-la. Espero que não seja um ceticismo rude não confessar obrigações quando não se recebeu benefícios, ou não desejar que o público me considere devedor a um patrono por aquilo que a Providência possibilitou-me fazer por mim mesmo.

Tendo empreendido meu trabalho até aqui com tão poucos favores dos patrocinadores do saber, não me decepcionei, embora eu o tivesse concluído com menos, se é que menos fosse possível, pois há muito já despertei daquele sonho de esperança com o qual eu outrora me ufanava, com tanta exaltação,

Declaro-me, milorde,  
o mais humilde,  
mais obediente servidor  
de Vossa Excelência.  
SAM. JOHNSON<sup>29</sup>

O único comentário de Chesterfield sobre a carta foi de que “era muito bem escrita”. Na verdade, trata-se de uma obra-prima da prosa do século XVIII, totalmente liberta dos derivados do latim que por vezes pesavam e emperravam o estilo de Johnson. O autor deve ter ponderado profundamente sua execução, pois repetiu-a, de cor, a Boswell, 26 anos depois.<sup>30</sup> Só foi publicada depois da morte de Johnson. É possível que seu ressentimento empanasse sua condenação das *Cartas ao Filho* de Chesterfield — de que “elas ensinavam a moral de uma prostituta, e as maneiras de um professor de dança”.<sup>31</sup>

Johnson foi a Oxford em princípios de 1755, em parte para consultas às bibliotecas, mas também a fim de sugerir a seu amigo Thomas Warton se não seria bom para o êxito da divulgação do *Dicionário* que seu autor inserisse um grau universitário após o nome. Warton deu um jeito e, em março, Johnson foi agraciado com o título de Professor *Honoris Causa*. De modo que, por fim, o *Dicionário* foi publicado, em dois grandes volumes *in folio* de quase 2.300 páginas, ao preço de quatro libras cada um. No término do prefácio, Johnson declarava que

o *English Dictionary* foi escrito com pouca assistência dos intelectuais e nenhum patrocínio dos grandes, não no brando obscurantismo do isolamento, ou sob o abrigo de mansões acadêmicas, porém em meio a embaraços e interrupções, na doença e na tristeza, e talvez possa reprimir o triunfo de críticas malévolas a observação de que, se nossa linguagem não está amplamente apresentada nesta obra, meu fracasso foi apenas ter tentado realizar o que nenhum poder humano completou até agora. (...) Retardei meu trabalho até que a maioria daqueles que eu desejava agradar desceram ao túmulo, e sucesso ou fracasso são sons destituídos de sentido. Assim sendo, eu os dispensei com frígida tranquilidade, pouco tendo a temer ou esperar da censura ou do louvor.

Não era possível esperar que os críticos compreendessem que o *Dictionary* de Johnson constituía o cimo e a linha divisória da literatura inglesa do século XVIII, assim como a *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert marcou o cume e o ponto decisivo da literatura francesa. Muito se ironizou os eventuais erros da obra de Johnson. Entre os quarenta mil verbetes encontravam-se estranhezas tais como *gentilitious* (gentílico) e *sygilate* (os quais são respeitosamente preservados no *Webster*). Havia definições raivosas como a de *pension* (pensão): “Um subsídio concedido a qualquer um sem equivalente. Na Inglaterra é, em geral, compreendido como querendo dizer pagamento feito a um assalariado do governo pela traição ao seu país.” Ou *excise* (imposto de consumo), “um imposto odioso sobre mercadoria”. Havia também cavilação pessoal como, por exemplo, na definição de *oats* (aveia): “um grão que na Inglaterra é geralmente dado aos cavalos, mas que na Escócia mantém o povo” — o que era bem verdade. Boswell perguntou a Johnson “se civilização era uma palavra. A resposta foi, ‘Não, mas civilidade é’”.<sup>32</sup> Muitas das etimologias de Johnson foram atual-

mente rejeitadas. Sabia muito latim, e menos grego, porém era deficiente em relação à linguagem moderna, admitindo francamente que a etimologia era seu ponto fraco.<sup>33</sup> Definiu *pastern* como “o Joelho do cavalo” (é parte da pata do cavalo). Quando uma senhora perguntou-lhe como é que tinha incorrido em tal erro, ele respondeu: “Ignorância, minha senhora, pura ignorância.”<sup>34</sup> Em obra de tamanha amplitude, na qual cada uma das páginas dava margem para engano, não podia escapar aos deslizes.

A realização de Johnson foi apreciada no exterior. A Academia Francesa enviou-lhe seu *Dictionnaire*, e a Accademia della Crusca, de Florença, remeteu-lhe seu *Vocabulario*.<sup>35</sup> O *Dictionary* rendeu o suficiente para satisfazer os livreiros, que pagaram a Johnson para que preparasse uma edição resumida. A maior permaneceu sendo o padrão, até Noah Webster substituí-la em 1828. Colocou Johnson à testa dos autores ingleses de seu tempo. Adquiriu verdadeira prepotência sobre as letras inglesas, com exceção de aristocratas como Horace Walpole. O reinado do “Grande Cham da Literatura” principiara.\*

### III. O ENCANTAMENTO DO GRUPO

Ele estava, contudo, prestes a ser preso por dívidas. Gastara seu adiantamento do *Dictionary* o mais rápido possível. Em 16 de março de 1756, escreveu a Samuel Richardson: “Senhor, vejo-me na contingência de suplicar seu auxílio. Estou com ordem de prisão por cinco libras e dezoito xelins.(...) Se o Senhor puder enviar-me esta soma, com toda a minha gratidão pagar-lhe-ei dentro em breve, adicionando à quantia todas as obrigações anteriores.”<sup>36</sup> Richardson remeteu seis guinéus. Naquela época, ele ganhava a vida escrevendo artigos para as revistas, compondo sermões a dois guinéus para os clérigos que não sabiam expressar-se, recebendo subscrições adiantadas para suas edições de Shakespeare e pelas colaborações para *The Universal Chronicle* de um ensaio semanal intitulado “*The Idler*” (O Ocioso). Estes eram mais ligeiros do que *The Rambler*, mas ainda assim demasiado sérios e enfadonhos para aqueles que precisam correr enquanto lêem. Um denunciava vivissecção, o outro expunha as prisões dos devedores. O nº 5 lamentava a separação dos soldados de suas esposas, propondo esquadrões de “Mulheres Hussardos” que se encarregariam de armazéns de abastecimento e de enfermagem, e confortariam os seus homens.

Em janeiro de 1759, recebeu a notícia que sua mãe de noventa anos, a quem não via há 22 anos, estava morrendo. Pediu dinheiro emprestado a um tipógrafo, enviando-lhe seis guinéus dentro de uma afetuosa carta. Ela morreu no dia 23 de janeiro. A fim de pagar o enterro escreveu todas as noites, no período de uma semana (assim disse a Reynolds) *A História de Rassela, Príncipe da Abissínia*. Remeteu-a ao prelo, em partes, recebendo cem libras. Na ocasião da publicação, em abril, os críticos louvaram-na como um clássico, comparando-a patrioticamente com *Candide*, de Voltaire, que surgiu quase ao mesmo tempo e tratava do mesmo problema — Pode a

---

\* *Cham* quer dizer *khan*. Parece que a frase foi primeiro empregada por Smollett, em carta a Wilkes, em 16 de março de 1759.



vida trazer felicidade? Johnson não demorou em responder: “Vós que ouvis a ilusão da esperança, que esperais que a velhice cumpra as promessas da mocidade, e que as deficiências de hoje serão compensadas no amanhã, escutai a história de Rasselas.”<sup>37</sup>

Era costume dos reis da Abissínia (Johnson nos conta) confinar o herdeiro do trono em um vale agradável e fértil até que chegasse o tempo para sua ascensão ao trono. Tudo lhe era fornecido: um palácio, boa comida, animais de estimação, companheiros inteligentes. Entretanto, aos 26 anos, Rasselas enfara-se dessas delícias. Sentia falta não só da liberdade como da luta. “Seria feliz se tivesse algo para perseguir.” Pensa como poderá escapar daquele pacato vale para ver como os outros homens procuram e encontram felicidade.

Um mecânico habilidoso propõe construir uma máquina voadora que suspenderá o príncipe e ele próprio acima das montanhas que contornam o vale, e daí para a liberdade. Explica:

Aquele que pode nadar não deve desesperar de voar. Nadar e voar num fluido mais compacto, e voar é nadar em um mais fino. Temos apenas que equilibrar nosso poder de resistência às diversas densidades de matéria através da qual passamos. Você necessariamente ficará sustentado no ar se puder repetir qualquer impulso sobre o mesmo com mais rapidez do que o refluxo dele com a pressão. (...) O trabalho de erguer-se do solo será grande, (...) mas à medida que subimos mais alto, a atração da terra e a gravidade do corpo gradualmente diminuirão até atingir uma região onde o homem flutuará no ar sem qualquer tendência a cair.

Rasselas anima o mecânico, que concorda em fazer um plano, “porém apenas com a condição de que a arte não será divulgada, e de que você não me utilize para fazer asas para outros além de nós mesmos”. “Por que?”, pergunta o príncipe, “você tem inveja das pessoas obterem tão grande vantagem?” “Se todas as pessoas fossem virtuosas”, respondeu o mecânico, “com a maior rapidez eu as ensinaria a voar, mas qual seria a segurança dos bons se os maus pudessem a seu bel-prazer invadi-los procedendo do céu?” Ele construiu um planador, experimenta voar e cai no lago, do qual é retirado pelo príncipe.<sup>38</sup>

Rasselas prefere conversar com Imlac, o filósofo, que já viu muitas terras e homens. Encontram uma caverna que conduz a uma passagem para o mundo exterior. Fogem de seu paraíso, com a irmã do príncipe Nekayah e sua criada. Munidos de jóias à guisa de moeda corrente, visitam o Cairo, participam de seus prazeres até se cansarem. Ouvem a preleção de um filósofo estoico sobre o domínio das paixões. Alguns dias depois, encontram-no desesperado pela morte da filha. Como haviam lido poesias pastoris presumiram que os pastores deviam ser felizes, porém descobriram que o coração daqueles homens estava “corroído pelo descontentamento” e com “malevolência contra aqueles que estão colocados acima dele”.<sup>39</sup> Encontraram um ermitão e souberam que ele secretamente ansiava pelos prazeres da cidade. Procuraram saber algo sobre a felicidade doméstica e encontraram todos os lares obscurecidos pela discórdia e “pelos rudes embates dos desejos contrários”.<sup>40</sup> Exploraram as Pirâmides, julgando-as o cume da loucura. Souberam da vida feliz dos cientistas e dos intelectuais. Encontraram um famoso astrônomo, que lhes disse que “a integridade sem o conhecimento

é débil e inútil, e o conhecimento sem integridade é perigoso e horrível".<sup>41</sup> Contudo, o astrônomo ficou louco. Concluíram que nenhum caminho da vida terrena conduz à felicidade, e Imlac as conforta com um discurso sobre a imortalidade da alma. Resolveram retornar à Abissínia e aceitar as vicissitudes da vida calmamente na esperança de uma abençoada ressurreição.

Trata-se de velha história em uma de suas mais belas apresentações. O que nos surpreende é a fluência elegante e a clareza do estilo, bem diverso do pesado vocabulário dos ensaios de Johnson, e até de sua conversação. Parece impossível que o erudito lexicógrafo tenha escrito esta simples narrativa, e absolutamente inacreditável que ele tenha elaborado essas 141 páginas em sete dias.

Nesse meio tempo, Johnson mudou-se novamente, de Gough Square para Staple Inn (23 de março de 1759), e dentro em breve outra vez, para Inner Temple Lane. Tais mudanças talvez fossem motivadas pela economia. Contudo, em julho de 1762, Johnson subitamente melhorou de vida devido a uma pensão de trezentas libras, que lhe foi concedida por Jorge III, mediante pedido de Lorde Bute. Por que tal benefício a um homem que persistentemente se opusera à dinastia de Hanover, que invectivava os escoceses em qualquer oportunidade, e havia descrito uma pensão como "o pagamento feito a um assalariado do governo pela traição a seu país", foi o assunto de muitas histórias misteriosas. Os inimigos de Johnson o acusavam de preferir dinheiro aos princípios, e presumiram que Bute procurava uma pena poderosa para responder a Wilkes, Churchill e outros que o denegriam por escrito. Johnson explicou que aceitara a pensão sob condição explícita, duas vezes confirmada por Bute, de que não lhe pediriam para escrever apoiando o governo.<sup>42</sup> Confidenciou a Boswell que "o prazer de amaldiçoar a Casa de Hanover, e de beber à saúde do Rei Jaime era amplamente contrabalançado por trezentas libras ao ano".<sup>43</sup> De qualquer modo, ele mereceu a pensão muitas vezes, não só pelo período dos anos vindouros, mas pelo fato de ter enriquecido a literatura inglesa com a pena e o discurso, com sabedoria e pura agudeza.

Possuía amigos suficientes para poder espalhar os inimigos. "A amizade", dizia, "é a gota estimulante que faz descer o remédio nauseante da vida."<sup>44</sup> Em todas as reuniões a que ia tornava-se o centro da conversação, não tanto porque se insinuasse, mas por ser a personalidade mais individual nos círculos literários de Londres; e podiam confiar que ele diria algo sempre que tomava a palavra. Foi Reynolds quem sugeriu a criação do "the Club", o qual Boswell mais tarde denominou de "Clube Literário". Johnson apoiou a moção e, em 16 de abril de 1764, o novo grupo principiou suas reuniões nas noites das segundas-feiras no Turk's Head, em Gerrard Street, Soho. Os sócios fundadores eram, Reynolds, Johnson, Burke, Goldsmith, Christopher Nugent, Topham Beauclerk, Bennet Langton, Anthony Chamier, e Sir John Hawkins. Outros vieram depois por eleição do Clube: Gibbon, Garrick, Sheridan, Fox, Adam Smith, Dr. Burney...

Boswell só foi admitido em 1773, em parte porque sua presença em Londres era apenas ocasional. Durante os 21 anos entre seu encontro com Johnson e a morte deste, não passou mais de dois anos e algumas semanas na vizinhança do seu ídolo. A indisfarçável ternura de sua admiração, e a consciência de Johnson de que Boswell planejava escrever sua biografia, fazia com que o mais velho dos dois homens per-

doasse a idolatria quase adúladora do escocês. Um bom conversador e um bom ouvinte formavam bom par, pois Johnson não tinha em muita alta conta a inteligência de Boswell. Quando “Bozzy”, como ele o chamava, observava que o vinho que bebera enquanto conversavam lhe dera dor de cabeça, Johnson corrigia-o: “Não, senhor, não foi o vinho que fez sua cabeça doer, mas a *sagacidade* que botei dentro dela.” “Como”, exclamou Boswell, “a sagacidade faz doer a cabeça?” “Sim senhor, quando ela não está acostumada a tê-la.”<sup>45</sup> (Há passagens na *Vida* nas quais Boswell fala com mais juízo do que Johnson.) Ao elogiar *Dunciad*, de Pope, Johnson notou que o livro dera aos burros uma fama duradoura, e continuando sua brincadeira: “Valia então a pena ser burro. Ah, meu caro, se tivesses vivido naqueles tempos!”<sup>46</sup> Mas o urso que ia envelhecendo muito em breve aprendeu a gostar de seu filhote. “Há poucas pessoas pelas quais apeguei-me tanto quanto você”, disse-lhe em 1763.<sup>47</sup> “Boswell”, disse ele, “nunca deixava uma casa sem que se desejasse sua volta.”<sup>48</sup> Em 1775, Boswell teve um quarto na casa de Johnson para ali dormir quando a conversação o prendia até tarde.<sup>49</sup>

Em 31 de março de 1772, escreveu em seu jornal: “Tenho alimentado um plano constante de escrever a vida de Mr. Johnson. Ainda não lhe falei sobre o assunto, nem sei se deveria contar-lhe.” Mas, por volta de abril de 1773, Johnson já sabia do plano, se não mais cedo.<sup>50</sup> Outros sabiam, e condenavam a maneira de Boswell de levantar controvérsias com o objetivo evidente de extrair algo do velho mestre e assim obter uma nova pérola para a sua biografia. O inquisitivo escocês gabava-se de que “aquela fonte estava fechada até que eu abri o manancial”.<sup>51</sup> O Johnson que conhecemos e com o qual nos deliciamos, poderia nunca ter-se personificado sem o estímulo de Boswell, com sua carinhosa provocação e incessante procura. Como é diferente o Johnson da *Vida*, de Hawkins, ou mesmo na vivacidade das *Anotações* de Mrs. Thrale!

Foi em janeiro de 1765 que Johnson deu início a uma associação com os Thrales, que desempenhou papel mais importante do que sua amizade por Boswell. Henry Thrale era um fabricante de cerveja e filho de cervejeiro. Recebera uma boa educação, viajara e estava em vias de consolidar sua posição social sendo eleito para o Parlamento. Em 1763, casara-se com Hester Lynch Salusbury, uma moça de Gales, com apenas 1,59m, porém viva e inteligente. Henry, doze anos mais velho do que ela, absorvia-se em seu trabalho, mas freqüentava sua mulher o suficiente para engravidá-la entre 1764 e 1778, e para lhe transmitir uma doença venérea.<sup>52</sup> Deu-lhe ela doze filhos, dos quais oito morreram na infância. Consolava-se ela com a literatura, e quando seu marido apareceu em casa com o célebre Samuel Johnson, ela empregou todas as suas artes e graças femininas para atraí-lo no grupo familiar. Em breve estava ele jantando com os Thrales todas as terças-feiras na casa deles, em Southwark. E, a partir de 1766, costumava passar o verão com eles na *villa* que possuíam em Streatham, em Surrey. Tendo Johnson como figura principal, Mrs. Thrale instituiu um salão, ao qual iam Reynolds, Goldsmith, Garrick, Burke, os Burney, e finalmente o enciumado Boswell — que soubera estar Mrs. Thrale coletando notas sobre a aparência, maneiras e palavras de seus hóspedes. De modo que, a *Vida* ia ter uma rival.

#### IV. A URSA MAIOR

Como era a Urso Maior? Depois do primeiro encontro dos dois, Boswell escreveu:

“A aparência de Mr. Johnson é tremenda.(...) Um homem enorme, com problemas de irritação nos olhos, paralisia [um tique nervoso], e escrófula. É muito descuidado no vestuário, e fala com voz muito rude.”<sup>53</sup> Mrs. Thrale descreveu-o na sua idade mais avançada: “Era extraordinariamente alto, com membros enormes... as feições muito marcadas, a expressão mal-humorada;(...) a visão era de míope, por conseguinte imperfeita. E os olhos(...) eram tão penetrantes, e às vezes tão ameaçadores, que penso ser o medo a primeira impressão daqueles que o viam.”<sup>54</sup>

Johnson deplorava como “uma perda de tempo” as horas passadas posando para um retrato. Não obstante, foi retratado dez vezes por Reynolds e uma para um busto por Nollekens. Em 1756, Sir Joshua já o apresentava gordo e indolente.<sup>55</sup> Em 1770, pintou-o de perfil, fazendo-o parecer-se com Goldsmith.<sup>56</sup> Em 1772, o mais famoso de todos os retratos legou-o à posteridade como um homem desajeitado e corpulento, enorme peruca, rosto largo, sobrelhas baixas sobre olhos perplexos, nariz maciço, lábios grossos e papada. Sua peruca deslocava-se constantemente com os movimentos convulsivos da cabeça, ombros e mãos.<sup>57</sup> Era descuidado nas roupas. “As belas roupas”, disse a Boswell, “só são boas quando suprem a falta de outros meios de obter respeito.”<sup>58</sup> Somente quando se tornou o hóspede de Mrs. Thrales preocupou-se com a higiene pessoal.

Comia vorazmente, tendo muito espaço para encher, talvez em recordação dos anos de fome. Boswell relatou:

Não conheci ninguém que apreciasse tanto uma boa comida quanto ele. Quando à mesa, absorvia-se totalmente no que estava fazendo, os olhos fixos no prato; e em hipótese alguma, a menos que estivesse em companhia muito seleta, dizia uma única palavra, ou prestava a mínima atenção ao que estava sendo dito pelas outras pessoas, até que tivesse satisfeito seu apetite, o qual era tão voraz(...) que as veias de sua fronte ficavam túrgidas, sobrevivendo, em geral, abundante transpiração.<sup>59</sup>

Comia peixe com as mãos, “porque sou míope e tenho medo de espinhas”.<sup>60</sup> Não podia suportar a visão de vegetais. Nos seus dias mais folgazões, “gostava de animar-se com vinho, porém nunca embriagou-se, exceto uma vez”.<sup>61</sup> Quando Mrs. Williams denunciou a embriaguez, dizendo “Não sei que prazer têm os homens em se tornarem animais”, Johnson retrucou: “Admiro-me, madame, que a senhora não seja bastante observadora para ver a forte propensão a tal excesso, porque aquele que se torna um animal livra-se do sofrimento de ser um homem.”<sup>62</sup> Entretanto, dizia, a bebida “não melhora nenhuma conversação. Altera a mente, de modo que a pessoa fica satisfeita com qualquer conversa”.<sup>63</sup> Com o avançar dos anos, absteve-se de qualquer bebida alcoólica, contentando-se com chocolate, limonada e inúmeras xícaras de chá. Nunca fumou. “Que coisa chocante, soprar fumaça nos olhos, boca e nariz dos outros, e tendo que sofrer a mesma coisa da parte destes.” Explicava o hábito de fumar como “preservando a mente de um total vazio”.<sup>64</sup>

Suas maneiras rudes eram em parte o resultado de dias e noites nas camadas mais inferiores da sociedade, e em parte se deviam a irritações físicas e temores mentais. Era forte e orgulhava-se disso. Tinha condições de derrubar um livreiro sem medo de represália. Podia pegar um homem e afastá-lo da cadeira que aquele indivíduo ousara ocupar e da qual Johnson se levantara por uns instantes. Acompanhava Thrale

na caça à raposa, cobrindo um percurso de 75 quilômetros a cavalo. Mas tinha dificuldade em carregar seu próprio peso. “Quando ele andava pelas ruas, com aquele constante meneio da cabeça e concomitante movimentação do corpo, parecia fazer seu caminho por um mecanismo, independente dos pés.”<sup>65</sup> Quando andava de coche, “não tinha nem o domínio nem a direção do cavalo, sendo levado como se estivesse em um balão”.<sup>66</sup>

Após 1776, veio a sofrer de asma, gota e edema. Estas e outras deficiências físicas devem ter-lhe intensificado a melancolia, que às vezes o deprimia tanto que “eu consentiria em amputar um membro para recuperar minha alegria”.<sup>67</sup> Não acreditava que ninguém fosse feliz. A uma pessoa que reivindicava isto, disse: “É tudo hipocrisia. O cão sabe o tempo todo que é miserável.”<sup>68</sup> Tendo um médico lhe dito que a hipocondria por vezes podia levar à loucura, Johnson temeu ficar louco.<sup>69</sup> “Entre todas as incertezas de nosso estado atual”, fez Imlac dizer em *Rasselas*, “a mais terrível e alarmante é a incerteza de continuar no uso da razão.”<sup>70</sup>

Sendo míope, não sentia muito prazer na beleza das mulheres, da natureza ou da arte.<sup>71</sup> Julgava a escultura superestimada. “O valor de uma estatuária é devido à sua dificuldade. Você não admiraria a melhor obra de escultura feita com uma cenoura.”<sup>72</sup> Tentou estudar qualquer instrumento, “mas nunca consegui tocar nada”. “Por favor, senhor, quem é esse Bach? É flautista?”<sup>73</sup> — referindo-se a Johann Christian Bach, então (1771) o mais famoso pianista na Inglaterra. Achava que a música estava sendo prejudicada pela acrobacia digital. Ouvindo elogios a um violonista por uma execução muito difícil, Johnson exclamou: “Difícil... gostaria que fosse impossível.”<sup>74</sup>

Homem tão vigoroso, devia ter julgado aflitivo lidar com fantasias sexuais que agitam até as mentes mais normais. Quando assistiu à estréia de *Irene* e Garrick levou-o ao “salão verde”, onde os artistas esperavam nos intervalos, rejeitou a sugestão para repetir a visita. “Não, David, nunca mais voltarei, porque os níveis seios e as meias de seda de suas atrizes excitam meus órgãos genitais.”<sup>75</sup> Boswell admirou-se de ouvi-lo dizer um dia, nas Hébridas: “Sempre penso que se eu tivesse um serrallo...”<sup>76</sup>

Em geral, seus defeitos eram mais óbvios do que as virtudes, as quais eram bem reais. Podemos, com justiça, inverter o comentário de Horace Walpole a seu respeito de que “embora no fundo tenha uma boa índole, na superfície ela é muito má”.<sup>77</sup> Goldsmith disse a mesma coisa de maneira mais agradável: “As maneiras de Johnson são rudes, mas ninguém tem melhor coração. Do urso só tem a pele.”<sup>78</sup> Descuidado, indolente, supersticioso, generoso, pronto em pedir perdão e em perdoar. A Sra. Thrale calculava que, de suas trezentas libras relativas à pensão que recebia, Johnson gastava duzentas com as pessoas que ajudava,<sup>79</sup> acrescentando que

ajudava a uma ninhada de gente em sua casa.(...) Como passava sempre o meio da semana em nossa casa, mantinha sua inúmera família em Fleet Street, mediante uma quantia estipulada, porém voltava para junto deles todos os sábados, a fim de lhes oferecer três bons jantares, além de sua companhia, antes de voltar novamente à nossa casa domingo à noite — tratando-os com a mesma delicadeza cerimoniosa, ou talvez mais, que teria feito com muita gente da sociedade elegante.<sup>80</sup>

Escrevia prefácios, dedicatórias, sermões e até pareceres jurídicos para outros, quase sempre de graça. Trabalhou com a pena e a palavra para salvar o Dr. William Dodd

das galés. Vendo uma prostituta caída na rua, Johnson (então com 75 anos) tomou-a nas costas, levou-a para seus aposentos, tratou-a até que ela melhorou, “esforçando-se para colocá-la no caminho virtuoso da vida”.<sup>81</sup> Georges Steevens, que com ele colaborou na edição de Shakespeare, disse: “Pudessem suas imensas bondades, que ele meticulosamente ocultava, os inúmeros atos de humanidade por ele realizados reservadamente, ser exibidos com a mesma minúcia [que suas fraquezas], seus defeitos seriam perdidos de tal forma nas chamadas das virtudes que somente se poderiam ver estas últimas.”<sup>82</sup>

Nos seus últimos dezenove anos de vida, escreveu apenas um livro substancial, *Vida dos Poetas*. De outra forma, substituiu a palavra pela pena. Descreveu-se como “um homem que ama cruzar as pernas e ter a sua conversa”.<sup>83</sup> À parte o prazer de comer, o que mais apreciava era conversar com um grupo inteligente. Obtivera, pela observação e pela leitura, grande profundidade e extensão de conhecimentos sobre as condições humanas. Tinha-os em grande parte guardadas na memória, aproveitando-se das oportunidades para revelá-los. Contudo, poucas vezes iniciava discussões sérias, só falando quando alguém levantava um assunto ou um desafio. Era sempre propenso a opor-se ao que o outro dizia, e estava pronto a rebater ou apoiar um ponto de vista. Adorava o debate, julgando-se imbatível, pronto para vencer o argumento, mesmo que a verdade percesse sob seus golpes. Sabia não constituir esta a melhor maneira de conversar, mas tinha certeza de que era o mais interessante. No calor e sabor da discussão não via motivo para cortesia. “Não poupava nenhum de nós”, dizia Boswell.<sup>84</sup> Para um dos contendores: “Encontrei-lhe um argumento, mas não sou obrigado a lhe encontrar a compreensão.”<sup>85</sup> “Não há argumentação com Johnson”, dizia Goldsmith, “porque, quando sua pistola falha, ele bate com a coronha da arma.”<sup>86</sup> “Quando encontrei o Dr. Johnson satisfeitíssimo com seus atributos coloquiais da noite anterior”, conta-nos Boswell, “ele disse: ‘Muito bem, tivemos uma boa conversa.’” Boswell: “É mesmo, o senhor sacudiu e feriu diversas pessoas.”<sup>87</sup> Thomas Sheridan chamava-o de algoz,<sup>88</sup> Gibbon designava-o como um fanático.<sup>89</sup> Lorde Monboddo chamava-o “o homem mais invejoso e maligno que já vi. Não elogiava nenhum livro que os outros louvavam [ele havia elogiado *Evelina*, de Fanny Burney] e(...) não suportava que alguém chamasse a atenção de um grupo, mesmo por pouco tempo”.<sup>90</sup> Horace Walpole, a salvo em sua sinecura, tremia só de pensar nele, e sintetizava-o, segundo a opinião do filho de um primeiro-ministro *whig*:

Com um pouquinho de saber e alguns pontos altos, Johnson era um tipo odioso e mesquinho. Por princípio jacobita, arrogante, auto-suficiente e despótico.(...) Substituiu sua pena a um partido, mesmo em um dicionário, e mais tarde, para receber uma pensão, contradisse suas próprias definições. Suas maneiras eram sórdidas, desdenhosas e brutais, seu estilo ridiculamente bombástico e defeituoso e, em resumo, com seu pedantismo possuía toda a gigantesca insignificância de um mestre-escola de aldeia.(...) O que pensará de nós a posteridade, quando vir que ídolo adoramos?<sup>91</sup>

Ideal, naturalmente, é a conversação em pequeno grupo, sem pressa, no qual todos são informais e corteses, ou, como diz Johnson em agradável interlúdio: “A conversação mais feliz é aquela onde não há competição, nem vaidade, e sim um calmo inter-

câmbio de sentimentos.”<sup>92</sup> Mas onde teve ele tal experiência? “Tratar seu adversário com respeito”, disse a Boswell, provavelmente com um piscar de olhos, “é dar-lhe uma vantagem para a qual ele não está preparado.”<sup>93</sup> Nós, que nunca sentimos suas estocadas, perdoamos todas essas agressões, insultos e preconceitos, porque sua perspicácia e humor, sua compreensão, e preferência das realidades, ao invés de simulacros, de sinceridade em lugar de hipocrisia, e a capacidade de concentrar seu saber na frase, tornou-o uma das personalidades mais dominadoras da história inglesa.

## V. O ESPÍRITO CONSERVADOR

Devemos dar-lhe a palavra? Tinha sempre algo interessante a dizer sobre tudo na face da Terra. Achava a vida um infortúnio que ninguém desejaria repetir, e que a maioria “suportava com impaciência e deixava com relutância”.<sup>94</sup> Quando Lady McLeod perguntou-lhe “se ninguém era naturalmente bom”, ele lhe respondeu: “Não, madame, não são melhores de que um lobo.”<sup>95</sup> “Evidentemente, os homens são tão corruptos que todas as leis do céu e da Terra são insuficientes para refreá-los do crime.”<sup>96</sup> Os homens são mais inflexíveis no ódio do que no amor, e se um dia eu disser algo, uma vez, para ofender um homem, não conseguirei amenizá-lo dizendo muitas coisas que o agradem.”<sup>97</sup>

Não eram freqüentes seus comentários sobre economia. Denunciara a exploração dos povos colonizados<sup>98</sup> e era ferrenho adversário da escravidão. Certa vez, em Oxford, espantou os professores ao propor um brinde à saúde da “insurreição dos negros nas Índias Ocidentais”.<sup>99</sup> Entretanto, acreditava que “aumentar os salários dos trabalhadores diaristas era um mal, pois estes não os fazem viver melhor, e sim [disse o Ocioso] torna-os mais ociosos; e a ociosidade é muito ruim para a natureza humana”.<sup>100</sup> Como Blackstone, apoiava a inviolabilidade dos direitos de propriedade; e como seu antípoda, Voltaire, defendia o luxo como proporcionador de trabalho ao pobre, em vez de deturpá-lo com esmolas.<sup>101</sup> Antecipou-se a Adam Smith ao advogar a livre empresa.<sup>102</sup> Entretanto, a multiplicidade de comerciantes irritavam-no. “Temo que o aumento do comércio e a luta incessante para a riqueza que ele produz, não ofereça perspectivas para terminar rapidamente, como se deseja, com o artifício e a fraude.(...) A violência cede lugar ao ardil.”<sup>103</sup> Não fingia desprezar o dinheiro, pois muito sofrera com a falta dele, e achava que “nenhum homem, a não ser um estúpido, jamais escreveria exceto por dinheiro”<sup>104</sup> — o que subestimava a vaidade.

Achava (lembremo-nos das linhas que ele acrescentou ao *Viajante* de Goldsmith) que exageramos a importância da política. “Eu não daria dois xelins para viver sob uma forma de governo ao invés de outro.”<sup>105</sup> Por conseguinte, “a maior parte dos planos de melhoria política são coisas risíveis”.<sup>106</sup> Contudo, inflamara-se contra os “cães *whig*” e foi preciso uma pensão para reconciliá-lo com os hanoverianos. Achava que o patriotismo era “o último de um patife”,<sup>107</sup> mas defendia com veemente patriotismo o direito da Inglaterra sobre as Ilhas Falkland (1771), nutrindo um desprezo quase chauvinista pelos escoceses e franceses.

Positivamente antecipou, em 1763, a apologia de Burke em favor do conservadorismo. “A experiência humana, que está constantemente contradizendo a teoria, é o grande teste da verdade. Um sistema construído nas descobertas de muitos cérebros

inteligentes é sempre mais forte do que aquilo que é produzido pelo mero funcionamento de apenas uma inteligência.”<sup>108</sup> Depois de 1762, estava bem satisfeito com o *status quo*. Louvava o governo inglês por “estar se aproximando mais da perfeição do que qualquer coisa que a experiência nos tem demonstrado, ou a história relatado”.<sup>109</sup> Admirava as distinções aristocráticas e de classe, assim como seus privilégios, como necessários à ordem social e uma prudente legislação.<sup>110</sup> “Sou um adepto da subordinação. É o melhor caminho para a felicidade humana.(...) A submissão é o dever do ignorante e satisfaz a virtude do povo.”<sup>111</sup> Lastimava, como toda geração,

a triste falência da subordinação na nossa era. Hoje em dia, nenhum homem possui a mesma autoridade que seu pai tinha, (...) exceto o carcereiro. Nenhum patrão a tem sobre seus empregados. Diminuiu em nossas universidades, não em nossos ginásios.(...) As causas são muitas, a principal, creio eu, o acréscimo do dinheiro.(...) O ouro e a prata destroem a subordinação feudal. Mas, além disso, existe um afrouxamento do respeito. Os filhos agora não dependem dos pais como antigamente.(...) Minha esperança é que, assim como a anarquia produz a tirania, esse extremo afrouxamento produza *freni strictio* [rédeas firmes].<sup>112</sup>

Ao contemplar a plebe de Londres, Johnson julgou que a democracia seria um desastre. Ria-se da liberdade e igualdade como doutrina impraticável.<sup>113</sup> “A prova de que está longe de ser verdade a igualdade entre os homens é que duas pessoas não podem ficar juntas, sem que uma adquira uma evidente superioridade sobre a outra.”<sup>114</sup> Em 1770, ele escreveu um panfleto, *O Alarme Falso*, condenando radicalismo, e justificando a exclusão de Wilkes do Parlamento.

Em outro panfleto, *O Patriota* (1774), Johnson reiterou seus ataques contra Wilkes, inclinando-se para o que Boswell denominou “uma tentativa para reduzir nossos companheiros e súditos na América a uma total e incondicional submissão”.<sup>115</sup> Nas obras anteriores, Johnson havia falado, com ocasional imparcialidade, nas colônias americanas. Estas haviam sido “agarradas de acordo com princípios políticos não muito eqüitativos”, em grande parte porque outros países europeus estavam agarrando demais.<sup>116</sup> E a Inglaterra desejava proteger-se da França e da Espanha, que se tornaram perigosamente fortes pela absorção da América. Louvara os colonizadores franceses por terem tratado os índios humanamente, ligando-se a eles pelo casamento, enquanto condenara os colonizadores britânicos por esbulharem os índios e oprimir os negros.<sup>117</sup> Mas quando os colonos falaram em liberdade, justiça e direitos naturais, Johnson ironizava suas reivindicações como linguagem capciosa, perguntando: “Será possível que estamos ouvindo os mais altos brados pela liberdade entre os subjugadores dos negros?”<sup>118</sup> Abordou o caso contrário à emancipação das colônias em enérgica brochura, *Taxação, Não Tirania* (1775). Parece que o documento foi escrito a pedido do ministério, porque Johnson queixou-se (segundo Boswell) que a pensão lhe havia sido concedida “em caráter literário”, e agora estava sendo “usado pela administração para escrever panfletos políticos.”<sup>119</sup>

Ao aceitar a proteção da Grã-Bretanha (Johnson argumentou) os colonos implicitamente haviam reconhecido o direito do governo inglês de tributá-los. Na verdade, para tributar não havia necessidade da representação direta no governo das pessoas sobre as quais incidiam os tributos. Metade da população inglesa não era representa-



da no Parlamento, no entanto aceitava esse tributo como uma legítima retribuição pela ordem social e proteção legal fornecidas pelo governo. Hawkins, que fornecera os argumentos a Johnson,<sup>120</sup> observou que *Taxação, Não Tirania* “nunca recebeu resposta”,<sup>121</sup> mas Boswell, lembrando-se da Córsega, tomou o partido da América, deploreu “a extrema violência” da pena de Johnson, e disse: “Não tenho dúvida que este panfleto foi escrito de acordo com o desejo daqueles que estavam então no poder e, efetivamente, ele concordou que o panfleto havia sido revisto e reduzido por alguns deles.”<sup>122</sup> Um trecho suprimido pelo ministério previa que os americanos, “dentro de um século e um quarto, seriam maiores ou iguais aos habitantes da Europa [Ocidental]”.<sup>123</sup>

Havia alguns elementos liberais nessa filosofia política. Ele preferia Fox a Pitt II, sendo induzido a jantar com Wilkes, que superou os princípios políticos de Johnson servindo-lhe uma excelente carne de vitela.<sup>124</sup> E, em um trecho, o velho *tory* flertou com a revolução:

Quando, numa especulação abstrata, consideramos a desigualdade na distribuição dos prazeres da vida,... quando é óbvio que muitos desejam as coisas essenciais da natureza e outros preferem o conforto e as facilidades da vida, que os ociosos vivem à larga à custa da fadiga dos ativos, e que os opulentos deleitam-se com finuras não compartilhadas por aqueles que as fornecem,... quando o maior número deve estar sempre privado daquilo que um número restrito está gozando e desperdiçando sem usar, é impossível conceber que a sociedade possa subsistir em paz por muito tempo. Seria natural esperar que nenhum homem ficasse por muito tempo de posse dos prazeres supérfluos, enquanto outros são destituídos das reais necessidades.<sup>125</sup>

Seu conservadorismo chegava ao máximo quando se referia à religião. Depois de uma mocidade cética,<sup>126</sup> apoiava absoluta e incondicionalmente as doutrinas e os privilégios da Igreja oficial. Por vezes, sentia-se inclinado ao catolicismo. Gostava da idéia do purgatório, e quando ouviu dizer que um clérigo anglicano convertera-se à Igreja de Roma disse: “Deus o abençoe!”<sup>127</sup> Boswell nos diz: “Ele defendia a Inquisição, sustentando que a falsa doutrina devia ser obstada logo no início, que o poder civil devia unir-se com a Igreja para punir aqueles que ousassem atacar a religião instituída, e esses somente o eram pela Inquisição.”<sup>128</sup> Detestava os Dissidentes, aplaudindo a expulsão dos metodistas de Oxford.<sup>129</sup> Recusou-se falar com uma senhora que deixara a Igreja oficial, passando para os quacres.<sup>130</sup> Reprovava Boswell por suas relações cordiais com o “ateu” Hume. Quando Adam Smith assegurou-lhe que Hume levava uma vida exemplar, Johnson gritou “É mentira!”, ao que retrucou Smith: “Você é um filho da puta.”<sup>131</sup> Johnson julgava a religião indispensável para a ordem e a moral social, e somente a esperança de uma bem-aventurada imortalidade compensava das agruras da vida terrena. Acreditava nos anjos e demônios e achava que depois da morte “residiremos ou nas regiões dos horrores, ou em beatitude celeste”.<sup>132</sup> Aceitava como reais as feiticeiras e os fantasmas, acreditando que sua falecida esposa lhe havia aparecido.<sup>133</sup>

Não acreditava na ciência, louvando Sócrates por ter tentado desviar a investigação das estrelas para o homem.<sup>134</sup> Detestava vivisseção, não se interessando pela exploração. A descoberta de terras desconhecidas levaria apenas “à conquista e ao rou-

bo''.<sup>135</sup> Achava a filosofia apenas um labirinto intelectual que conduzia à dúvida religiosa ou ao absurdo metafísico. De modo que refutava o idealismo de Berkeley e defendia o livre-arbítrio, dizendo a Boswell: “*Sabemos* que nossa vontade é livre e, pronto, acabou-se.(...) Toda teoria é contra a liberdade do arbítrio, e toda experiência a seu favor.”<sup>136</sup>

Rejeitava, enojado, toda a filosofia do Iluminismo francês. Negava o direito de um pensamento individual, embora brilhante, arrogar-se ao julgamento de uma instituição que a experiência dos erros-e-acertos da raça havia instituído para proteger a ordem social contra os impulsos anti-sociais do homem. Achava que a Igreja Católica, com todos os seus defeitos, realizava função vital na preservação da civilização francesa, considerando os *philosophes* uns doidos ao enfraquecerem os religiosos esteios do código moral. Segundo ele, Voltaire e Rousseau eram duas variedades de imbecis: Voltaire um idiota intelectual, Rousseau um idiota sentimental. Contudo, a diferença entre eles era tão pequena “que se tornava difícil estabelecer a proporção de iniquidade entre ambos”.<sup>137</sup> Reprovou Boswell por este ter cortejado Rousseau na Suíça, deplorando a hospitalidade que a Inglaterra estava oferecendo ao autor de *Emile* (1766). “Rousseau, senhor, é um homem muito mau. De preferência eu assinaria uma sentença para sua extradição do que para qualquer criminoso que saiu da Old Bailey estes anos todos. Sim, senhor, gostaria de vê-lo trabalhando nas fazendas da América.”<sup>138</sup>

Johnson não era tão conservador como suas opiniões. Com toda a naturalidade quebrava centenas de convenções nas conduta, modo de falar, e vestuário. Não era pedante. Ria-se dos puritanos, era a favor das danças, jogos de cartas e teatro. Contudo, condenou *Tom Jones*, de Fielding, ficando chocado ao saber que a rígida Hannah More o havia lido.<sup>139</sup> Temia o sensualismo na literatura, porque ele mesmo tinha dificuldade em reprimir seus próprios impulsos sensuais de imaginação. A julgar por suas doutrinas, era possível supor que ele não gozara a vida, mas podemos ver em Boswell que ele saboreara “a maré alta da existência humana”. Dizia que a vida era cruel e sem valor, mas, como a maioria de todos nós, prolongou-a o mais que pôde, considerando a contragosto o seu declínio.

## VI. CREPÚSCULO: 1763-80

Em 1765, mudou-se para Inner Temple, para uma casa de três andares, no nº 7 da Johnson's Court, na Fleet Street. Assim chamava-se em memória de um antigo morador. Ali Boswell encontrou-o de volta de uma viagem pelo Continente. Em julho recebeu o título de professor *honoris causa* da Universidade de Dublin. Então, pela primeira vez, tornou-se Dr. Johnson, porém nunca uniu o título ao seu nome.<sup>140</sup>

Em outubro de 1765, publicou, em oito volumes, sua edição de Shakespeare, oito anos depois do prazo prometido a seus assinantes. Ousou mostrar os erros, absurdos e conceitos verbais infantis cometidos pelo Bardo. Censurou-o por não ter uma finalidade moral. Achava que Shakespeare “talvez não houvesse deixado uma única peça que, se fosse exibida como a obra de um escritor contemporâneo, não fosse reconhecida pelo final.”<sup>141</sup> Contudo, louvou o poeta por subordinar os interesses do amor nos

grandes dramas, e por fazer seus protagonistas homens e não heróis, defendendo-o energicamente contra a opinião de Voltaire no sentido de que Shakespeare negligenciara as unidades de tempo e espaço.<sup>142</sup> Os críticos desafiaram muito dos seus comentários e correções. A edição foi substituída pela de Edmund Malone, em 1790. Contudo, Malone reconheceu que a própria edição dele fora baseada na de Johnson, supervalorizando o prefácio deste último como “talvez a melhor composição em nosso idioma”.<sup>143</sup>

Em 1767, quando em visita ao Palácio de Buckingham, encontrou Jorge III. Cumprimentaram-se. Nesse meio tempo, a amizade com Boswell estreitou-se de tal forma que, em 1773, Johnson aceitou o convite do seu admirador para uma viagem às Hébridas. Foi um corajoso empreendimento para um homem de 64 anos. Principiou com um árduo percurso por diligência de Londres a Edimburgo. Naquela cidade, encontrou Robertson, recusando-se, entretanto, a encontrar-se com Hume. Em 18 de agosto, ele e Boswell, acompanhados de um criado, seguiram para o norte em uma carruagem postal ao longo da costa leste de Aberdeen. Dali seguiram através da rochosa região montanhosa das Highlands, e pelo Banff até Inverness, prosseguindo então, quase o tempo todo a cavalo, pelo Anoch até Grenelg, na costa oeste. Lá chegando, tomaram um barco para a ilha de Skye, a qual percorreram, pode-se dizer, de ponta a ponta, do mês de setembro até outubro. Enfrentaram muitas provas, que Johnson suportou com taciturna coragem, dormindo sobre o feno nos celeiros, fugindo dos insetos, agarrando-se às rochas e andando em pôneis um pouco maiores do que ele. Em uma das paradas, uma senhora do clã Macdonald sentou-se em seus joelhos e beijou-o. “Dê-me outro”, disse ele, “e veremos quem se cansa primeiro.”<sup>144</sup> Em 3 de outubro, os dois partiram em um barco aberto num percurso de quarenta milhas para a ilha de Coll, e daí para a ilha de Mull. Em 22 de outubro passaram da ilha para terra firme, seguindo depois, através Argyllshire, via Dumbarton e Glasgow, para Auchinleck (2 de novembro). Em Auchinleck, Johnson conheceu o pai de Boswell, que o recebeu dignamente, embora lamentasse seus preconceitos anti-escoceses. Travaram discussão tão violenta que Boswell recusou-se registrá-la. Depois disso, Boswell Pai apelidou Johnson de “Ursa Maior”, que o filho delicadamente interpretou não como Grande Urso, mas como “uma constelação de genialidade e saber”.<sup>145</sup> Os viajantes chegaram a Edimburgo a 9 de novembro, 83 dias após terem deixado aquela cidade. Fazendo um retrospecto das agruras por que passaram, “riram-se gostosamente das divagações daqueles loucos visionários, que tentaram nos convencer das grandes vantagens do estado da natureza”. Johnson partiu de Edimburgo a 22 de novembro, chegando a Londres no dia 26. Em 1775, publicou *Jornada Através das Ilhas Ocidentais da Escócia*. Não era tão vigoroso quanto o relato expurgado que Boswell publicou em 1785 como *Diário de Viagem pelas Hébridas com Samuel Johnson*, porque filosofia é menos interessante do que biografia. Mas alguns trechos<sup>146</sup> possuem uma beleza plácida que revelam Johnson novamente como o mestre da prosa da língua inglesa.

Em 1º de abril de 1775, Oxford finalmente veio a conceder a Johnson o título honorário de Doutor em Direito Civil. Em março de 1776, mudou-se pela última vez, para o nº 8 de Bolt Court, levando consigo sua heterogênea família. Numa expansão exuberante, escreveu ao camareiro-mor (11 de abril de 1776), solicitando um aparta-

mento no Palácio de Hampton Court: "Espero que, para um homem que teve a honra de defender o governo de Sua Majestade, um abrigo em uma de suas casas não é uma concessão nem imprópria nem desprezível."<sup>147</sup> O camareiro-mor lastimou haver um excesso de pedidos no mesmo sentido.

Ainda faltava uma realização. Quarenta livreiros de Londres congregaram-se na preparação de uma edição de muitos volumes dos poetas ingleses, e pediram a Johnson para introduzir cada poeta com uma biografia. Deixaram que ele estipulasse suas condições. Johnson pediu duzentas libras. "Houvesse ele pedido mil, ou até mesmo mil e quinhentos guinéus", disse Malone, "os livreiros, que conheciam o valor do seu nome, sem dúvida teriam dado a quantia prontamente."<sup>148</sup> Johnson pensou em escrever "pequenos trechos das vidas", entretanto esqueceu-se de que uma das leis da composição é que uma pena em movimento, como a matéria da primeira lei de Newton, continua em movimento, a menos que seja compelida a mudar esse estado por forças exteriores impressas sobre ela. Escreveu com apreciável rapidez sobre os poetas menores, mas no caso de Milton, Addison e Poe deixou-se levar, escrevendo ensaios de 60, 42 e 102 páginas, que constituem um dos mais elevados espécimes da crítica literária da língua inglesa.

Suas opiniões sobre Milton foram ressaltadas pela antipatia que nutria pelos puritanos, sua política e seu regicídio. Leu a prosa de Milton, assim como os versos, chamando-o de "um republicano rude e impertinente".<sup>149</sup> O ensaio sobre Pope (que na edição original discorreu em 373 páginas, foi o último golpe desferido, no que diz respeito ao estilo clássico na prosa inglesa. Ele, que sabia bem grego, achava que a tradução da *Iliada*, executada por Pope, era melhor do que a obra de Homero. Elogiou a "Elegia" de Gray, porém excluiu as odes por achá-las repletas de mecanismos mitológicos. Quando os dez volumes de *A Vida dos Poetas* ficaram prontos e publicados (1779-81), alguns leitores scandalizaram-se com os julgamentos heterodoxos porém pontificais de Johnson, com sua insensibilidade em relação aos encantos da poesia, sua tendência para avaliar e reavaliar os poetas, dependendo da inclinação moral dos poemas deles e de suas vidas. Walpole declarou: "O Dr. Johnson não possui nem gosto, nem ouvido ou critério de julgamento, que não seus próprios preconceitos de mulher velha."<sup>150</sup> E riu-se de "seu estilo bombástico", que "parece ter lido os antigos sem nenhum objetivo senão o de surrupiar polissílabos".<sup>151</sup> Por que, então, essa *Vida* é mais difundida e lida com maior carinho do que qualquer outra produção da pena de Johnson? Talvez seja por causa desses mesmos preconceitos e a sinceridade com que são expressos. Ele fez a crítica literária tornar-se uma força viva, quase levantando os mortos com suas correções.

#### VII. DESPRENDIMENTO: 1781-84

Há um certo orgulho secreto em sobreviver aos nossos contemporâneos, mas somos punidos com a solidão. A morte de Henry Thrale (4 de abril de 1781) foi o início do fim para Johnson. Funcionou como um dos quatro testamenteiros do cervejeiro, mas a partir de então suas visitas à família Thrale escassearam. Muito antes da morte do marido, Mrs. Thrale fartara-se da tensão sobre seus nervos exercida pela necessida-

de de Johnson em receber atenções e ter a postos ouvidos assíduos. Thrale mantivera seu urso cativo dentro de um comportamento razoavelmente bom, mas (queixava-se a viúva), “quando não havia ninguém para coibir suas [de Johnson] antipatias, era extremamente difícil encontrar alguém com o qual ele pudesse conversar sem ficar sempre no limiar de uma briga.(...) Tais acidentes eram demasiado freqüentes, e vi-me forçada a(...) retirar-me em Bath, onde sabia que o Mr. Johnson não iria seguir-me”.<sup>152</sup>

O *Morning Post* complicou mais ainda as coisas, ao divulgar que um contrato de casamento entre Johnson e Mrs. Thrale estava “prestes a eclodir”.<sup>153</sup> Boswell compôs uma sátira “Ode por Samuel Johnson à Mrs. Thrale a Respeito de Suas Supostas Próximas Núpcias”.<sup>154</sup> Entretanto, em 1782 Johnson tinha 73 anos e Mrs. Thrale 41. Não tinha sido por vontade própria que se casara com Thrale. Ele a abandonara muito, e ela jamais aprendera a amá-lo. Reivindicava então o direito de amar e ser amada, e achar um companheiro para a segunda metade de sua vida. Estava numa idade em que a mulher urgentemente aspira pela compreensão e companheirismo físico. Mesmo antes da morte do marido, havia desenvolvido uma ternura por Gabriel Piozzi, que estava lecionando música a suas filhas. Nascido na Itália, fixara residência na Inglaterra em 1776, e tendo agora cerca de 43 anos. Quando ela o encontrou pela primeira vez, num sarau em casa do Dr. Burney, criticou seu maneirismo quando tocava piano. Contudo, suas maneiras elegantes, afabilidade de temperamento e dotes musicais tornavam-no um contraste com Johnson. Agora que estava livre, abandonou-se ao romance. Confessou às quatro filhas seu desejo de tornar a casar-se. Elas alarmaram-se. Um segundo casamento frustraria suas expectativas financeiras. Um casamento com um músico, pior ainda, com um católico, prejudicaria a situação delas na sociedade. Suplicaram à mãe para reconsiderar. Ela tentou e falhou. Piozzi portou-se como um cavalheiro: partiu para a Itália (abril de 1783), ficando ausente quase um ano. Quando voltou (março de 1784) e encontrou Mrs. Thrale ainda à espera, cedeu. As filhas negaram seu consentimento, mudando-se para Brighton.

Em 30 de junho, Mrs. Thrale enviou a Johnson uma participação de seu iminente casamento com Piozzi. Ele respondeu (2 de julho de 1784):

Senhora,

Se é que interpretei bem sua carta, a senhora está ignominiosamente casada. Se ainda não se realizou, conversemos mais uma vez. Se a senhora abandonou suas filhas e sua religião, que Deus tenha misericórdia da sua ação pecaminosa. Se for infiel à sua fama [reputação] e para com sua pátria, possa a sua loucura não conduzir a maiores males. Se o último ato ainda vai realizar-se, eu, que a amei, estimei, reverenciei-a e servi-a, eu, que por muito tempo julguei-a a primeira entre as mulheres, suplico-lhe que, antes que sua sorte seja irrevogável, possa vê-la mais uma vez.

Aquele que uma vez foi, senhora, o seu amigo,

Sam. Johnson<sup>155</sup>

Mrs. Thrale ressentiu-se do termo “ignominioso”, como um desdouro para seu noivo. Em 4 de julho, respondeu a Johnson: “Não conversemos mais, até que mude sua opinião sobre o Sr. Piozzi.” Casou-se com Piozzi em 23 de julho. Toda Londres con-

cordou com Johnson, condenando-a. Em 11 de novembro, Johnson, disse a Fanny Burney: "Nunca falo nela, nem desejo ouvir nada a seu respeito."<sup>156</sup>

Tais acontecimentos devem ter sido um golpe na declinante vitalidade de Johnson. Tinha grande dificuldade para dormir, recorrendo ao ópio para cessar seus padecimentos e acalmar os nervos. Em 16 de janeiro, seu médico "de todos os dias", Robert Levett, morreu. Quem viria depois? Johnson sempre temera a morte. Agora, esse fato e sua crença no inferno fizeram de seus últimos anos uma mistura de copiosos jantares e terrores teológicos. "Temo ser um daqueles condenados", disse ao Dr. William Adams, diretor da Faculdade de Pembroke, e quando este lhe perguntou o que ele entendia por "condenado", berrou: "Ir para o inferno, senhor, e lá sofrer as penas eternamente."<sup>157</sup> Boswell não pôde deixar de comparar a calma com que o incrédulo Hume havia se aproximado do fim.<sup>158</sup>

Em 17 de junho de 1783, Johnson foi acometido de leve derrame — "senti a cabeça confusa, algo indefinido, que durou, creio eu, meio minuto.(...) Faltou-me a fala, mas não senti nenhuma dor".<sup>159</sup> Uma semana depois, sentiu-se bastante bem para jantar no Clube, e em julho surpreendeu seus familiares ao excursionar a Rochester e Salisbury. "Que homem eu sou", exclamou, dirigindo-se a Hawkins. "Levei a melhor sobre três doenças — paralisia, gota e asma — e agora gozo da companhia dos amigos!"<sup>160</sup> Mas, em 6 de setembro, a Sra. Williams morreu e sua solidão ficou intolerável. Julgando o Clube insuficiente — porque vários membros antigos haviam morrido (Goldsmith, Garrick, Beauclerk) e alguns dos novos lhe eram detestáveis — fundou (dezembro de 1783) o "Evening Club", que se reunia em uma cervejaria na Essex Street. Ali, qualquer pessoa educada, pagando três penies, podia ir e ouvi-lo conversar, três noites por semana. Convidou Reynolds a participar. Sir Joshua recusou. Hawkins e outros acharam que o novo clube era "uma degradação daquela capacidade que tinha sido as delícias" de personalidades mais eminentes.<sup>161</sup>

Em 3 de junho de 1784, estava em boas condições para partir com Boswell para Lichfield e Oxford. Voltando a Londres, Boswell convenceu Reynolds e outros amigos a solicitarem ao chanceler do Tesouro uma provisão de fundos com os quais Johnson pudesse fazer uma viagem à Itália, para tratamento de saúde. Entretanto, Johnson declarou preferir que sua pensão fosse dobrada. O chanceler recusou. Em 2 de julho, Boswell partiu para a Escócia. Nunca mais viu Johnson.

A asma, que havia sido superada, voltou, além da paralisia. "Respiro com dificuldade", escreveu a Boswell em novembro de 1784, "e estou ficando infiltrado".<sup>162</sup> Reynolds, Burke, Langton, Fanny Burney e outros foram dar-lhe um último adeus. Fez seu testamento, deixando duas mil libras, das quais 1.500 foram legadas ao seu criado negro.<sup>163</sup> Vários médicos trataram dele sem nada receberem. Pediu aos médicos que lancetassem suas pernas mais profundamente, mas eles não fizeram. Quando viu-se sozinho, enterrou o bisturi; ou a tesoura, bem para baixo nas panturrilhas, na esperança de que, reduzindo a água, minorasse a penosa inchação. Saiu um pouco de água, mas também alguns gramas de sangue. Naquela noite, 13 de dezembro de 1784, morreu. Uma semana depois, era enterrado na Abadia de Westminster.

Foi uma das figuras mais estranhas da história da literatura, mais estranha do que Scarron ou Pope. No primeiro contato era difícil gostar dele. Encobria sua ternura

com brutalidade, e a rudeza de suas maneiras rivalizava com a correção de seus livros. Ninguém foi tão adulado e elogiou tão pouco. Contudo, quanto mais envelhecemos, mais sabedoria encontramos em suas palavras. Envolveria sua sabedoria com banalidades, porém elevava estas últimas ao epigrama pela potencialidade ou colorido da frase. Podemos compará-lo a Sócrates, que também falava à menor provocação, sendo lembrado pelo que disse. Ambos eram renitentes incitadores, mas Sócrates fazia perguntas e não dava respostas, Johnson fazia perguntas e as respondia todas. Sócrates não tinha certeza de nada, Johnson tinha certeza de tudo. Ambos faziam apelos à ciência para deixar de lado as estrelas e estudar o homem. Sócrates encarou a morte como filósofo, com um sorriso. Johnson encarou-a com tremores religiosos, rivalizando com as dores enervantes.

Atualmente, ninguém o idealiza. Podemos compreender por que razão a aristocracia inglesa — com exceção de Langton e Beauclerk — evitou-o e ignorou-lhe as máximas. Imaginamos que John Bull ele teria sido na loja de louças da nobreza, ou entre as preciosas antiguidades de Strawberry Hill. Não foi destinado à beleza, mas serviu para tirar-nos do convencionalismo, hipocrisia e sentimentalismo exagerado, fazendo com que nos considerássemos sem muitas ilusões sobre a natureza do homem ou os arrebatamentos da liberdade. Devia haver algo cativante em um homem a quem Reynolds, Burke e Goldsmith ouviram no decurso de mil e uma noites, e algum fascínio em quem pôde inspirar uma grande biografia, e encher suas mil e duzentas páginas com uma vida imorredoura.

#### VIII. BOSWELL MORITURUS

Quando a Ursa Maior morreu, o rebanho literário apinhou-se ao seu redor para extrair alguma substância do corpo. Boswell não se apressou. Trabalhara sete anos na *Vida*, publicando entretanto, em 1785, o *Diário de Uma Viagem às Hébridas com Samuel Johnson*. Chegou a três edições em um ano. Thrale Piozzi compilara material das palavras e hábitos de Johnson, e dessa *Thraliana* colecionou *Anedotas do Finado Samuel Johnson, LL.D., Durante os Últimos Vinte Anos de Sua Vida* (1786). O pequeno livro traçou um retrato menos agradável do seu hóspede do que o que havia colhido do dia-a-dia no seu diário. Sem dúvida, as últimas cartas de Johnson tinham um mágoa duradoura.

O próximo do páreo — excetuando alguns registros atualmente esquecidos — foi *A Vida de Samuel Johnson*, em cinco volumes luxuosos por Sir John Hawkins (1787). Em virtude de seus sucessos como jurista, Hawkins foi agraciado com o título de cavaleiro (1772) além de uma boa cultura que o levou a escrever uma excelente *História da Música* (1776). Juntamente com Johnson, organizou o Ivy Lane Club (1749), e foi um dos sócios fundadores do “the Club”. Deixou-o após uma discussão com Burke, o que levou Johnson a considerá-lo “um homem anticlube”, continuando entretanto seu amigo, consultando-o várias vezes e designando-o um dos seus testamenteiros. Logo após a morte de Johnson, um grupo de livreiros pediu a Hawkins que fizesse uma edição das obras do doutor, encarregando-se de iniciá-la com uma biografia. A obra foi criticada pelo fato de revelar sem complacência os defeitos de Johnson; mais tarde, Boswell pôs em dúvida sua exatidão. Contudo, “essa acusação de inverdade

não podia ser sustentada numa apreciação imparcial".<sup>164</sup> Quase todos os erros atribuídos a Johnson por Hawkins foram notados por outros contemporâneos.

A Sra. Piozzi reapareceu com *Cartas de e Para o Finado Samuel Johnson* (1778), todas fascinantes, porque as cartas de Johnson (excetuando a última a sua dama que ele havia perdido) eram muito mais humanas do que a sua linguagem. Entrementes, Boswell trabalhava com afinco, entre ações judiciais e bebedeiras, naquilo que ele estava resolvido a transformar em uma incomparável biografia. Havia dado início a memorandos da conversação de Johnson logo no primeiro encontro dos dois (1763). Seu plano da *Vida* data de 1772, tão lenta e laboriosa era sua gestação. Raramente tomava notas no momento, pois não sabia taquigrafia, porém tornou-se para ele um princípio escrever imediatamente, ao chegar em casa, suas recordações de tudo que acontecera ou que havia sido dito. Principiou a escrever *A Vida de Samuel Johnson* em Londres, no dia 9 de julho de 1786. Percorreu a cidade à procura de dados dos amigos de Johnson ainda vivos. Edmund Malone, especialista em Shakespeare, auxiliou-o a separar o vasto amontoado de notas que Boswell lhe apresentara, confortando-o, quando este, abatido por uma vida dissipada, desgostos e a morte de sua mulher, parecia prestes a entregar-se às mulheres e à bebida. Em 1789, Boswell escreveu: "Você não pode imaginar quanto trabalho, dificuldades e aborrecimentos suportei para pôr em ordem vasto material, suplementar omissões, procurar papéis submersos em montes de documentos, além do esforço da composição e do aperfeiçoamento da obra. Muitas vezes quase desisti."<sup>165</sup> Tomou de William Mason, em sua *Vida e Cartas de Gray* a idéia de intercalar a história da pessoa em questão com suas cartas. Deliberadamente acumulou detalhes, convicto de que estes acrescentariam ao conjunto um aspecto vívido e real. Os fragmentos foram entremeados em narrativa cronológica, estreitamente coesa.

Foi ele preciso? Segundo reivindicou, foi. "É tão agradável a recordação dele que qualquer minúcia tem de ser autêntica."<sup>166</sup> Onde é possível confrontar esse relato das palavras de Johnson com outras menções, não há dúvida ser ele correto, porém não textual. Comparando-se a *Agenda* de Johnson com a *Vida* vemos que Boswell transformou o seu próprio resumo do discurso de Johnson em citação direta, a qual ele por vezes expandia, outras condensava e aperfeiçoava,<sup>167</sup> e ainda outras vezes purificava, adaptando certas palavras de baixo calão a proporções respeitáveis. Ocasionalmente, omitia fatos desfavoráveis a ele, Boswell.<sup>168</sup> Não pretendia ter dito tudo sobre Johnson,<sup>169</sup> mas quando Hannah More pediu-lhe para "suavizar algumas asperezas de Johnson", respondeu que "não ia decepar as garras de Johnson, nem transformar um tigre em um gato para agradar a ninguém".<sup>170</sup> Na verdade, revelou os erros de seu mestre tão profusamente quanto outros o haviam feito, porém dentro de perspectivas mais amplas que reduziam sua importância. Tentou mostrar o homem em sua totalidade dentro dos limites que lhe eram impostos pela afeição e pela decência. "Estou absolutamente convicto", declarou, "que o estilo de minha biografia — que não apenas constitui a *história* do caminho *visível* de Johnson através do mundo, e de sua publicação, como também uma *visão* de sua mente nas suas cartas e conversação — é o mais perfeito que se possa conceber, devendo encerrar *mais* de uma *Vida* do que qualquer obra divulgada até o momento atual."<sup>171</sup>

Afinal, a obra saiu do prelo, em dois grandes volumes, em maio de 1791. A princí-



pio não foi reconhecido como algo inestimável. Muitos ressentiram-se do relato de suas próprias conversas nem sempre admiráveis. Lady Diana Beauclerck soube que Johnson a chamara de prostituta, e Reynolds que Johnson julgava que ele bebia demais. Burke tomou conhecimento de Johnson ter duvidado de sua integridade política, tendo comentado que ele era capaz de procurar uma prostituta. As senhoras Piozzi e Elizabeth Montagu tremeram. "Dr. Blagden", escreveu Horace Walpole, "tem razão em dizer que é uma espécie de libelo você difamar uma pessoa dizendo que alguém que já morreu disse coisas ofensivas de gente que está viva."<sup>172</sup> Alguns julgaram os detalhes excessivos, muitas cartas triviais e outras monótonas. Só gradualmente é que a Inglaterra compreendeu que Boswell havia realizado uma obra-prima, dando dignidade à sua vida.

Seu pai morreu em 1782, deixando-o com o título de *Laird* de Auchinleck, e uma renda de 1.600 libras por ano. Foi um patrão benévolo, porém demasiado afeito à vida urbana para permanecer muito tempo em Auchinleck. Em 1786, foi admitido no foro judicial da Inglaterra e, a partir de então, passou a maior parte de seu tempo em Londres. Reynolds retratou-o nessa época — confiante e insolente, com um nariz pronto a desentocar qualquer segredo. Às vezes, sua mulher acompanhava-o a Londres, mas em geral, permanecia em Auchinleck, onde morreu em 1789, com 51 anos, gasta pelos cuidados dispensados a Boswell e aos filhos. Ele sobreviveu-a seis anos — em total degradação. Tentou de várias maneiras superar sua necessidade da bebida, mas fracassou. Morreu em Londres, a 19 de maio de 1795, com 56 anos, sendo seu corpo levado para ser enterrado em Auchinleck. Seus pecados são atualmente conhecidos de todos, mas devemos esquecê-los quando tornarmos a ler a maior de todas as biografias.

Fazendo um retrospecto desse século XVIII na literatura inglesa, vemos ter sido sobretudo um século de prosa, com Addison, Swift, Defoe e Sterne, Gibbon e Johnson, assim como o século XVII foi um século de poesia, de *Hamlet* e Donne, a Dryden e *Paraíso Perdido*. A ascensão da ciência e da filosofia, o declínio da religião e do mistério, a revivescência das unidades clássicas e as restrições haviam arrefecido o calor e estorvado o fluxo da imaginação e inspiração, e o triunfo da razão foi a derrota da poesia tanto na França como na Inglaterra. Não obstante, a vitalidade e versatilidade da prosa literária do século XVIII compensou amplamente a formalidade frígida predominante em seus versos. O romance, que antes de Fielding e Richardson era uma série de aventuras picarescas, tornou-se a descrição e a crítica da vida, um estudo de costumes, moral e tipos, mais esclarecedores do que os registros dos historiadores que perdiam a essência de um povo. E que influência literária poderia igualar, naquela era, as influências de Richardson sobre Prevost, Rousseau, Diderot e Goethe?

Se a literatura inglesa do século XVIII não podia igualar-se à do século XVII, ou estar à altura do arrojo elizabetano, toda a vida da Inglaterra recuperou seu curso em ascensão após o fracasso da coragem e da política da Restauração. Nunca, depois da derrota da Armada, experimentara a Inglaterra tal surto nos empreendimentos e na política. Os anos da ascensão de Chatham, até a morte de seu filho, viram a Revolução Industrial colocar a Inglaterra bem adiante dos seus rivais em inventividade econômica e poderio, o Parlamento inglês conquistando continentes enquanto controlava

seus reis. Então, construiu-se o Império Britânico, e as salas de sessões da Câmara dos Comuns vibraram com tanta eloquência jamais ouvida na Europa desde Cícero. Então, enquanto a França arruinava-se para libertar a América, decapitando-se para realizar seus sonhos, a Inglaterra reuniu todos os seus recursos de inteligência e ação para evoluir sem revolução, entrando no século XIX vitoriosa e suprema em economia e qualidades de estadista.

## A Glória Final

1774-83

### I. OS HERDEIROS DO TRONO: 1754-74

**L**UÍS XVI era o terceiro filho do Delfim Luís de França, único filho legítimo de Luís XV. O delfim era cognominado o Gordo, porque gostava de comer. Procurou vencer a obesidade caçando, nadando, derrubando árvores, serrando madeira e ocupando-se com ofícios manuais.<sup>1</sup> Durante toda a vida conservou reverência pela Igreja. Seus maiores amigos eram padres, e envergonhava-se profundamente com os adultérios do pai. Lia muito, inclusive Montesquieu e Rousseau, adotando o ponto de vista de que “o monarca não passa de um administrador das receitas do Estado”.<sup>2</sup> Recusou fazer uma viagem pela França porque “toda a minha pessoa não vale o que tal viagem custaria ao pobre povo”.<sup>3</sup> É extraordinário quanto do seu caráter, hábitos e idéias foram transmitidas a Luís XVI.

Sua mulher, Maria José da Saxônia, virtuosa e forte, deu-lhe oito filhos, entre estes, Luís José, Duque de Borgonha, que morreu em um acidente, em 1761; Luís Augusto, Duque de Berry, nascido a 23 de agosto de 1754, que seria Luís XVI; Luís Estanislau, Conde de Provença, nascido em 1755, e que seria Luís XVIII; Carlos Filipe, Conde d'Artois, nascido em 1757, que viria a ser Carlos X. Quando o pai morreu, em 1765, Luís Augusto, então com onze anos, tornou-se herdeiro do trono.

Era uma criança doentia, tímida e envergonhada, mas os anos passados no campo, alimentando-se de comida simples, deram-lhe saúde e vigor. Como o pai, era mais bondoso do que inteligente. Invejava a argúcia superior dos irmãos, os quais quase não reconheciam sua posição de primogênito. Modesto demais para revidar, absorvia-se nos esportes e nas artes manuais. Aprendeu a atirar com perfeição, rivalizando-se com os trabalhadores no uso das mãos e manejo das ferramentas. Admirava a técnica dos artesãos que serviam a corte, gostando de falar e trabalhar com eles, adquirindo um pouco de suas maneiras e modo de falar. Contudo, amava também os livros, demonstrando especial amizade por Fénelon. Aos doze anos, instalou uma tipografia no palácio de Versalhes e, com o auxílio de seus irmãos (então com nove e onze anos) compôs tipos para um pequeno volume que publicou em 1766, com o título *Maximes*

*morales et politiques tirées de Télémaque*. Seu avô não gostou das máximas. "Olhem para esse menino grande", disse Luís XV. "Vai ser a ruína da França e dele próprio, mas, de qualquer modo, não estarei aqui para ver".<sup>4</sup>

Como podia esse trabalhador principesco transformar-se em rei? Poderia uma enérgica companheira dar-lhe coragem e orgulho, assim como gerar-lhe os Bourbons do futuro? O atual soberano estava muito ocupado com Mme. du Barry para tratar deste assunto. Entretanto, Choiseul, ministro das relações exteriores, lembrou-se dos dias passados na corte de Viena e de uma alegre arquiduquesa, Maria Antônia Josefa, na época (1758) com três anos. Talvez um casamento com Luís Augusto reativassem uma aliança com a Áustria, que ficara enfraquecida com a paz em separado da França com a Inglaterra (1762). O Príncipe von Kaunitz confidenciara idéia semelhante ao Conde Florimund Mercy d'Argentaui, aristocrata de Liège de grande fortuna e bom coração, que era embaixador da Áustria em Versalhes. Luís XV aceitou a opinião de ambos, enviando (1769) uma solicitação formal a Maria Teresa pedindo a mão de Maria Antônia para Luís Augusto. A imperatriz sentiu-se feliz em sancionar uma união que ela também há muito idealizava. O delfim, que não havia sido consultado sobre o assunto, aceitou a escolha que lhe haviam feito. Quando lhe disseram que sua noiva era uma bela princesa, respondeu tranqüilamente: "Basta que tenha boas qualidades."<sup>5</sup>

Ela nasceu em Viena, a 2 de novembro de 1755. Não foi uma criança bonita. A testa era muito alta, o nariz comprido e afilado, os dentes irregulares, e o lábio inferior muito grosso. Contudo, logo tomou conhecimento de possuir sangue real. Aprendeu a andar como uma futura rainha e a natureza, com os misteriosos fluidos da puberdade, remodelou-a sedutoramente, até que, com louros cabelos sedosos, uma cutis de "lírios e rosas",<sup>6</sup> e olhos azuis faiscantes e buliçosos, "pescoço grego", tornou-se, se não um bom bocado para um rei, pelo menos uma iguaria para um delfim. Três de suas cinco irmãs mais velhas tinham sido encaminhadas pela imperatriz a aconchegantes acomodações: Maria Cristina casara-se com Príncipe Alberto da Saxônia, que se tornou Duque de Saxe-Teschen; Maria Amália com Ferdinando, Duque de Parma; Maria Carolina tornou-se rainha de Nápoles. O irmão José era co-imperador do Santo Império Romano, e o irmão Leopoldo, grão-duque da Toscana. Nada mais faltava para Maria Antônia tornar-se rainha da França.

Como a mais moça dos filhos sobreviventes de Maria Teresa, tinha sido um tanto negligenciada. Aos treze anos, aprendera um pouco de italiano, mas não sabia escrever corretamente nem alemão nem francês, nada sabia de história e, embora tivesse Gluck por professor, fizera apenas modestos progressos na música. Quando Luís XV decidiu aceitá-la como neta, insistiu para que ela fosse vacinada contra varíola, mandando o Abade Vermond para apressar sua educação. O comentário de Vermond a seu respeito foi de que se tratava de "caráter e coração excelentes", e que "ela é mais inteligente do que, em geral, se supunha", porém "um tanto preguiçosa e extremamente frívola, difícil de ensinar.(...) E que só aprenderá enquanto nisto tiver prazer".<sup>7</sup> Gostava de dançar e de correr pelos bosques com seus cães.

A ansiosa imperatriz sabia estar confiando a sorte da aliança a mãos por demais frágeis para tal responsabilidade. Por dois meses anteriores ao projetado casamento, fez Maria Antônia dormir no mesmo quarto que ela, para que na intimidade de suas

noites pudesse impregnar sua filha alguma sabedoria da vida e a arte da realeza. Fez uma lista de regulamentos para orientá-la a se conduzir na política e segundo a moral. Escreveu a Luís XV pedindo-lhe fosse indulgente para com os erros da imatura noiva que enviava a seu neto. Ao delfim enviou uma carta afetuosa, cheia de solicitude e temores:

Assim como tem sido meus encantos, espero que ela seja a sua felicidade. Criei-a para isso, porque há muito previ que ela compartilharia do seu destino. Inspirei-lhe a observância de seus deveres para com você, uma atração terna e a habilidade de conhecer e pôr em prática os meios de agradá-lo.(...) Minha filha amá-lo-á, disto estou certa, porque eu a conheço.(...) Adeus, meu querido delfim. Seja feliz. Faça-a feliz.(...) As lágrimas invadem-me.(...) Com toda a ternura, sua mãe.<sup>8</sup>

Em 19 de abril de 1770, na Igreja dos Agostinhos, em Viena, a radiosa e irrefletida moça de quatorze anos casou-se por procuração com Luís Augusto de França. Seu irmão, Ferdinando, assumiu o lugar do delfim. Dois dias depois, um grande cortejo de 57 carruagens e 366 cavalos saiu com a delfina do Palácio de Schönbrunn. A imperatriz deu-lhe o último adeus. "Seja boa para os franceses", sussurrou-lhe, "para que possam dizer que lhes mandei um anjo." O cortejo era composto de 132 pessoas — damas de honra, cabeleireiros, costureiras, pajens, capelães, médicos, farmacêuticos, cozinheiros, empregados e 35 cavaleiros, que eram mudados quatro ou cinco vezes por dia na longa jornada para Paris. Em dezesseis dias o séquito chegou a Kehl, no Reno, do lado oposto de Estrasburgo. Numa ilha deste rio, Maria trocou a indumentária austríaca por vestuário francês. Seus acompanhantes austríacos deixaram-na para voltar a Viena, sendo substituídos por um séquito de senhoras e empregados franceses. A partir de então, Maria Antônia tornou-se Maria Antonieta. Após muita formalidade, entrou em Estrasburgo enquanto o canhão troava e os sinos da igreja tocaram, o povo aplaudindo. Ela chorou e sorriu, passando pelo longo ritual pacientemente. Quando o burgomestre principiou um discurso em alemão, ela o interrompeu: "Não faleis alemão, senhores. A partir de hoje não compreendo nenhuma língua senão o francês." Depois de um dia de repouso, o séquito retomou seu caminho na França.

Havia sido combinado que o rei e o delfim, com muitas pessoas da corte, iriam para Compiègne, a 75 quilômetros a noroeste de Paris, a fim de encontrar o cortejo da delfina. Este chegou no dia 14. A noiva saltou do coche, correu a Luís XV, numa reverência até o chão, assim permanecendo até que o rei ergueu-a, botando-a à vontade com uma graciosa observação: "Já sois um membro da família, senhora, porque vossa mãe tem a alma de Luís XIV."<sup>10</sup> Depois de beijá-la em ambas as faces, apresentou-a ao delfim, que fez o mesmo, mas talvez com menos prazer. Em 15 de maio, o séquito dirigiu-se a Versalhes. Lá, em 16 de maio de 1770, um casamento oficial confirmou o enlace por procuração que já tinha um mês. Naquela noite houve uma grande festa na nova casa da Ópera. O rei avisou a Luís Augusto que ele estava comendo demais. E este respondeu: "Sempre durmo melhor depois de uma boa ceia."<sup>11</sup> E foi o que ele fez, caindo no sono tão logo se deitou na cama nupcial.

Dormiu com a mesma facilidade nas noites seguintes; e todas as manhãs ia caçar. Mercy d'Argentau sugeriu que o crescimento rápido de Luís Augusto lhe havia retardado o desenvolvimento sexual, nada se podendo fazer senão aguardar. Maria Teresa,

informada da situação, escreveu à filha: "Vocês dois são tão jovens! No que se refere à sua saúde tudo está na melhor situação possível. Vocês irão adquirindo forças".<sup>12</sup> Alguns médicos do delfim complicaram a situação, dizendo-lhe que o exercício e boas refeições estimulariam o desenvolvimento amoroso. Foi o contrário. Ele tornou-se mais gordo e sonolento. Finalmente, em fins de 1770, o delfim tentou consumir o casamento, porém falhou. O único resultado foi sofrimento e decepção. O Conde de Aranda, embaixador espanhol, escreveu ao rei do seu país: "Dizem que um obstáculo no prepúcio torna a tentativa de coito demasiado penosa", ou "o prepúcio é tão grosso que não pode se expandir com a suficiente elasticidade para uma ereção."<sup>13</sup> Os cirurgiões ofereceram-se para remover a dificuldade, mediante cirurgia semelhante à circuncisão, mas o delfim recusou.<sup>14</sup> Fez repetidas tentativas, sem qualquer resultado senão o de perturbar e humilhar a si mesmo e à esposa. Esta situação continuou até 1777. O sentido de sua deficiência conjugal aprofundou o complexo de inferioridade do delfim, e deve ter contribuído para fazê-lo um rei tão hesitante e acanhado.

Talvez esses sete anos de frustração matrimonial tivessem afetado o caráter e a conduta de Maria Antonieta. Sabia que homens e mulheres da corte gracejavam impiedosamente acerca de seus infortúnios, e quase toda a França, ignorando a razão, a acusava de estéril. Consolava-se com idas ao teatro ou a ópera em Paris, comprazendo-se em dispendiosos gastos com vestuário. Rebelava-se com as freqüentes associações com o corte, com toda a sua cerimônia e protocolo, preferindo amizades simples com criaturas ternas como a Princesa de Lamballe. Por muito tempo recusou-se falar com Mme. du Barry, quer por opor-se à sua moral, quer por inveja de uma mulher tão competentemente amada por ser influente junto ao rei.

Em 10 de maio de 1774, Luís XV morreu. Os cortesãos correram aos apartamentos do delfim. Encontraram-no com a delfina, de joelhos, chorando e rezando. "Ó Deus", exclamava o jovem de dezenove anos, "protegei-nos. Somos demasiado jovens para reinár!" E a um amigo disse: "Que responsabilidade! Não aprendi nada. Parece que o universo cai em cima de mim."<sup>15</sup> Diariamente, em Versalhes e Paris, a seguir nos mais longínquos pontos da França, à medida que a notícia se espalhava, homens, mulheres e crianças clamavam alegremente: "*Le Roi est mort, vive le Roi!* Algum parisiense esperançoso inscreveu ao pé da estátua de Henrique IV a palavra *Resurrexit*"<sup>16</sup>; o grande rei, ergueu-se dentre os mortos, para salvar a França novamente do caos, corrupção, bancarrota e derrota.

## II. O GOVERNO

O que é que estava errado no governo? Não era tão despótico quanto o da Prússia, nem tão corrupto quanto o da Inglaterra. Havia homens bons e hábeis em sua burocracia e na administração das províncias. Não obstante, a monarquia dos Bourbons falhara na manutenção da economia e no desenvolvimento intelectual do povo. A Revolução chegou mais cedo na França porque a classe média atingira mais alto índice de inteligência do que em qualquer outra nação contemporânea, e porque o arguto e elevado espírito dos seus cidadãos era mais exigente em suas reivindicações ao Estado do que outros países daquela época.

Frederico II e José II, adeptos da filosofia e da monarquia absoluta, haviam instaurado na administração política da Prússia e Áustria um grau de ordem e competência inexistente na França, amante de uma certa frouxidão e facilidade latina. "Confusão e caos reinavam em toda parte."<sup>17</sup> Em Versalhes, o Conselho do Rei entrou em conflito com os ministros distritais, que disputavam entre si em virtude de coincidência de atribuições, e de competirem para os mesmos fundos públicos, e por não haver nenhuma sobre imposição de autoridade para regulamentar as dissensões. A nação dividia-se, de um lado (*bailliages* ou *sénéchaussées*) para o judiciário, de outro (*généralités*) para as finanças, de mais outro (*gouvernements*) para o exército, e por fim (*paroisses* e *provinces*) para a Igreja. Em cada *généralité* o intendente indispunha-se com o governador e o *parlement* regional. Por toda a França, os interesses dos produtores rurais conflitavam com os dos consumidores urbanos, o rico desavinha-se com o pobre, os nobres com a burguesia, os *parlements* com o rei. Havia necessidade de uma vontade dominante e de uma ação unificadora. A ação só veio em 1792, e a vontade dominante não antes de 1799.

Um dos piores aspectos da vida francesa era a lei e, contudo, um dos melhores era o judiciário. O Sul da França adotava o direito romano, o Norte o direito comum e o direito feudal. "A justiça", disse Tocqueville, "era complicada, dispendiosa e morosa"<sup>18</sup> — embora esta seja uma queixa universal. As prisões eram imundas, os castigos bárbaros, e a tortura judicial ainda era permitida em 1774. Os juízes eram irredutíveis, em geral não subornáveis e justos. Sir Henry Maine achava que os juristas franceses, "dentro de suas atribuições de advogados, juízes e legisladores, eram muito melhores do que seus pares em toda a Europa".<sup>19</sup> O cargo que ocupavam era vitalício, transmissível ao seu descendente. Os mais aptos eram enviados aos *parlements* regionais, os mais abastados e influentes eram escolhidos para o Parlamento de Paris. Em 1774, "a nobreza da toga" — os magistrados vitalícios — considerava-se apenas ligeiramente abaixo da "nobreza da espada" em dignidade e importância. Eram admitidos aos *parlements* apenas as pessoas nascidas em uma ou outra das duas aristocracias.

Montesquieu opinara que "órgãos intermediários" entre o rei e o povo consistiriam em elementos úteis para frear o poder autocrático, especificando como tais poderes a nobreza rural e a magistratura. A fim de exercerem essa função refreadora, os *parlements* reivindicavam autoridade para ratificar (*régistrer*) ou rejeitar qualquer decreto real que, segundo o seu julgamento, estava de acordo ou conflitava com as leis e os direitos estabelecidos. Vários *parlements* provinciais, sobretudo os de Grenoble, Rouen e Rennes, enunciavam doutrinas semidemocráticas, por vezes com frases rousseauianas sobre "o árbitro geral" e "o livre consentimento da nação". De modo que o Parlamento de Rennes, em 1788, proclamou "que o homem nasceu livre, que originalmente os homens são iguais", e "que tais verdades não necessitam de provas".<sup>20</sup> Em geral, entretanto, os *parlements* eram fortes defensores das distinções de classes e privilégios. Suas contestações com o poder real influíram no preparo da Revolução, mas quando esta se aproximou, eles aproximaram-se da realeza com o Velho Regime, caindo quando este caiu.

Na teoria, o poder real era absoluto. Pela tradição dos Bourbons, o rei era o único legislador, o chefe executivo e a suprema corte. Tinha poderes para mandar prender

qualquer pessoa, confinando-a indefinidamente, sem fornecer quaisquer razões ou permitir julgamento. Até mesmo o delicado Luís XVI emitiu tais *lettres de cachet*. O rei herdara um dispendioso estabelecimento, que se considerava indispensável à administração e prestígio do governo. Em 1774, a corte de Versalhes incluía a família real e 886 nobres com mulheres e filhos, além de 295 cozinheiros, 56 caçadores, 47 músicos, oito arquitetos, diversos secretários, capelães, médicos, mensageiros, guardas, (...) ao todo, umas seis mil pessoas, com dez mil soldados situados nas guarnições próximas. Cada membro da família real tinha sua corte separada, o mesmo em relação a eminentes nobres, como o Príncipe de Condé e de Conti, assim como o Duque d'Orleans e de Bourbon. O rei mantinha diversos palácios — em Versalhes, Marly, La Muette, Meudon, Choisy, St. Hubert, St. Germain, Fontainebleau, Compiègne e Rambouillet. Tinha por hábito mudar-se de um para outro palácio, com alguns elementos da corte que o seguiam e que acarretavam despesas de hospedagem e manutenção. As despesas da mesa real em 1780 eram de 3.660.491 *livres*.<sup>21</sup>

Os vencimentos dos funcionários da corte eram moderados, mas as gratificações habituais elásticas. De modo que, M. Augeard, secretário em um dos ministérios, recebia apenas novecentas *livres* anuais, porém confessava que o posto lhe rendia líquido duzentas mil anuais. Uma centena de sinecuras rendia bastante dinheiro aos cortesãos, enquanto os subordinados faziam o trabalho. M. Machault recebia dezoito mil *livres* só para assinar o nome duas vezes ao ano.<sup>22</sup> Centenas de pensões, num total de 28 milhões de *livres* anuais eram pagas aos nobres bajuladores e seus protegidos.<sup>23</sup> Inúmeras intrigas eram tramadas para resolver quem iria ser alvo das liberalidades do rei. Este era solicitado a auxiliar as antigas famílias nobres com dificuldades financeiras, assim como conceder dotes às suas filhas por ocasião do casamento. Cada um dos filhos de Luís XV recebia aproximadamente 150 mil *livres* anuais. E os ministros de Estado importâncias até 150 mil *livres* anuais, pois tinham de receber seus convidados opulentamente. Todas essas prodigalidades, pensões, dádivas, salários e sinecuras eram pagas com as receitas oriundas da vida econômica da nação. Em suma, a corte custava à França cinquenta milhões de *livres* anuais — um décimo do total da renda do governo.<sup>24</sup>

### III. A RAINHA VIRGEM

Maria-Antonieta era o membro mais extravagante da corte. Unida a um marido impotente, roubada dos prazeres do romance, não se permitindo nenhuma ligação, divertia-se, até 1778, com vestidos dispendiosos, jóias, e palácios, óperas, peças e bailes. Perdia fortunas no jogo, dando fortunas aos amigos numa generosidade indiferente. Gastou 252 mil *livres* anuais no seu guarda-roupa em um ano (1783).<sup>25</sup> Desenhistas trouxeram-lhe fantasias intituladas "Prazeres Indiscretos", "Suspiros Reprimidos", "Desejos Disfarçados".<sup>26</sup> Cabeleireiros trabalhavam horas inteiras arrumando-lhe os cabelos em penteados tão altos que seu queixo era o ponto médio de sua altura. Esta *haute coiffure*, como tudo sobre ela, estabelecia a moda para as senhoras da corte, de Paris, e das capitais provinciais.

O amor que tinha às jóias tornou-se quase uma mania. Em 1774, comprou de Böhm, joalheiro oficial da Coroa, pedras no valor de 360 mil *livres*.<sup>27</sup> Luís XVI deu-



lhe um adereço de rubis, diamantes, e pulseiras de duzentas mil *livres*.<sup>28</sup> Em 1776, Mercy d'Argentau escreveu a Maria Teresa:

Embora o rei tenha dado à Rainha, em várias oportunidades, mais do que cem mil *écus* em diamantes, e considerando o fato de que Sua Majestade já possui uma prodigiosa coleção, ela, não obstante, resolveu adquirir(...) uns brincos de pingentes de Böhmer. Não oculte à Sua Majestade que na atual situação econômica seria aconselhável evitar esta despesa extraordinária, mas ela não pôde resistir, (...) embora tenha procedido à compra cautelosamente, ocultando-a do rei.<sup>29</sup>

Maria Teresa escreveu à filha com uma séria repreensão. A rainha comprometeu-se a somente usar a jóia em ocasiões formais, porém o público jamais perdoou essas despesas que se refletiam sobre os impostos, e mais tarde acreditou que ela houvesse concordado em comprar o famoso colar de diamantes.

O rei era complacente com as fraquezas de sua mulher, por admirá-la e amá-la, e ainda por ser-lhe grato por ser paciente para com a sua impotência. Pagava-lhe as dívidas de jogo de seu próprio bolso. Encorajava suas idas a Paris para assistir à Ópera, embora soubesse que sua alegria em público perturbava um povo acostumado à dignidade e à reserva da realeza. O governo pagava três representações teatrais, dois bailes, duas ceias de gala quase todas as semanas na corte. Além desses, a rainha ia a bailes a fantasia em Paris ou nas casas particulares. Esses anos de 1774-77 constituíram período que sua mãe francamente denominava dissipação. Não obtendo nada, porém insatisfeita e perturbada pelos contatos noturnos do marido, a rainha animava-o a ir deitar-se cedo (muitas vezes adiantando o relógio para fazê-lo retirar-se mais depressa) a fim de que pudesse reunir-se aos amigos em jogos que duravam toda a noite. Não se interessava por literatura, um pouco pela arte, e mais pelo drama e pela música. Cantava e representava bem, tocava harpa e executava as sonatas de Mozart no clavidórdio.<sup>30</sup>

Entre todos esses defeitos, apenas um era fundamental — uma extravagância leviana resultante de tédio e frustração, causada por uma infância e mocidade habituada à riqueza e ignorando a pobreza. O Príncipe de Ligne (que pode ter sido mais um cavalheiro do que um historiador) afirmava que ela logo superou seu amor pelos adornos dispendiosos, que suas perdas no jogo eram exageradas, e que suas dívidas representavam mais uma insensata generosidade que uma despesa temerária.<sup>31</sup> A corte e os salões lhe eram hostis por ser austríaca. A aliança com a Áustria nunca fora popular. Maria Antonieta, denominada "*L'Autrichienne*", personificava aquela aliança, sendo suspeita, com certa razão, de favorecer os interesses da Áustria, por vezes à custa da França. Mesmo assim, sua jovem vitalidade, sua alegria e delicadeza, conquistaram muitos corações. Mme. Vigée-Lebrun, grávida de muitos meses, foi para pintar-lhe o retrato (1779). Enquanto trabalhava, a artista deixou cair alguns tubos de tinta. A rainha, imediatamente, disse-lhe para não se abaixar, pois "a senhora já está muito adiantada", e ela mesma apanhou os tubos.<sup>32</sup> Antonieta era usualmente delicada, mas em algumas ocasiões, movida por hilaridade impensada, zombava dos maneirismos ou defeitos alheios, e cedia com demasiada presteza a todos os apelos, "não sabendo o perigo de ceder a qualquer impulso gracioso".<sup>33</sup>

Criatura tão vivaz, para quem vida e movimento eram sinônimos, não podia adaptar-

se ao ritmo lento e cadenciado da etiqueta da corte. Logo rebelou-se, procurando simplicidade e naturalidade dentro e nos arredores do Petit Trianon, a um quilômetro do Palácio de Versalhes. Em 1778, Luís XVI ofereceu à rainha a posse incontestada desse lugar de reunião, onde ela podia encontrar-se com seus amigos; e Luís prometeu que não os estorvaria, a menos que fosse convidado. Como havia apenas oito quartos no prédio, a rainha mandou construir alguns chalés nos arredores para os amigos. A casa ficava no meio do jardim, o qual tinha sido projetado "ao natural", com caminhos em curvas, uma variedade de árvores e um riacho, e para isso teve que fazer encanamentos que traziam a água de Marly, cuja obra ficou muito dispendiosa. A fim de completar a ilusão de uma volta rousseauiana à natureza, tinha ela oito pequenas fazendas situadas nas proximidades do parque, cada uma com seu chalé rústico, uma família camponesa, montes de esterco e vacas. Naquele local Maria Antonieta vestia-se de pastora, de vestido branco, lenço de gaze, e chapéu de palha, gostando de ver o leite tirado dos úberes melhores e que era despejado nos jarros de porcelana de Sèvres. No interior do Petit Trianon, ela e seus amigos faziam música ou jogos, e no gramado davam banquetes ao rei ou a visitantes eminentes. Ali, assim como no palácio real, a rainha encenava dramas, em alguns dos quais representava os papéis principais — Suzanne, em *Le Mariage de Figaro*, Colette no *Le Devin du village*, encantando o rei com sua versatilidade e charme.

Temerosa de causar escândalo se andasse com muita frequência em companhia de homens, travou com mulheres amigadas tão íntimas que a maledicência seguiu outro rumo. Primeiro, foi Marie-Thérèse de Savoie-Carignan, Princesa de Lamballe, gentil, triste e frágil. Com 21 anos, já era viúva há dois. Seu marido, filho do neto de Luís XIV, o Duque de Penthièvre, saía com suas amantes ou prostitutas logo depois do casamento. Contraiu sífilis e morreu desse mal, após ter confessado seus pecados à esposa com revoltantes detalhes. Ela nunca mais recuperou-se da longa provação daquele casamento. Sofria de convulsões nervosas e desmaios, até ser despedaçada pela turba revolucionária. Maria Antonieta primeiro afeiçoou-se a ela por piedade, depois aprendeu a amá-la fervorosamente, vendo-a todos os dias, escrevendo-lhe cartas de grande afeto, às vezes, duas vezes por dia. Em outubro de 1775, tornou a princesa superintendente do Palácio da Rainha, convencendo o rei, e sob protestos de Turgot, a pagar-lhe vencimentos anuais de 150 mil *livres*. Além disso, a princesa tinha parentes e amigos que suplicavam-lhe usasse sua influência com a rainha e, através desta, junto ao rei, a fim de obter postos ou dádivas. Depois de um ano, Antonieta arrefeceu seu entusiasmo, arranjando outra amiga.

Yolande de Polastron, mulher do Conde Jules de Polignac, era de antiga família de poucos recursos. Bonitinha, pequenina, natural. Ao vê-lo ninguém diria ser ela dotada de tamanha voracidade, que deixava Turgot desesperado de tentar equilibrar o orçamento enquanto a rainha encontrasse prazer em sua espirituosa companhia. Quando a condessa estava prestes a dar à luz; a rainha persuadiu-a a se mudar para La Muette, uma *villa* real nas proximidades do Castelo de Versalhes, onde visitava-a diariamente, quase sempre levando presentes. Quando a condessa tornou-se mãe, nada lhe foi recusado: quatrocentas mil *livres* para saldar suas dívidas, um dote de oitocentas mil para a filha, uma embaixada para o pai, jóias, peles, obras de arte para ela, e finalmente (1780) um ducado e a propriedade de Bitche — porque o conde

almejava ser duque. Finalmente, Mercy d'Argentau informou à rainha que ela estava sendo explorada, e que a nova duquesa não lhe retribuía todas as provas de amizade. Ele propôs, e a rainha aceitou, que ela pedisse a Mme. de Polignac, na qualidade de teste, para afastar o Conde de Vaudreuil de seu círculo de amigos, o qual lhe era detestável. Madame de Polignac recusou, e a rainha procurou outras amizades. Os Polignacs aliaram-se a seus inimigos, tornando-se uma fonte de calúnias com as quais os panfletários macularam o nome de Maria Antonieta.

Quase tudo que fazia rendia-lhe inimigos. Os cortesãos lastimavam os presentes dados aos favoritos, de vez que representavam menos para eles. Reclamavam que as funções da corte haviam perdido seu esplendor pelo fato da rainha ausentar-se frequentemente daquelas solenidades. Aqueles que anteriormente haviam condenado o dispendioso guarda-roupa dos primeiros anos, passaram a censurar seu novo estilo de simplicidade no vestir, pois os fabricantes de sedas de Lyon e os costureiros de Paris ficariam arruinados.<sup>34</sup> Induzira o rei a demitir o Duque d'Aiguillon, líder dos que apoiaram Mme. du Barry. O duque tinha muitos simpatizantes, que formaram um outro núcleo de inimigos. Depois de 1776, os panfletários de Paris — muitos dos quais recebiam material e dinheiro dos membros da corte<sup>35</sup> — empenharam-se em uma campanha de impiedosas calúnias contra a rainha.<sup>36</sup> Alguns escritores declaravam-na amante, em uma ou outra ocasião, de qualquer homem disponível em Versalhes.<sup>37</sup> “Quantas vezes”, indagava o panfleto intitulado *Uma Reprimenda à Rainha*, “deixastes o leito nupcial e as carícias de vosso marido para abandonar-vos às bacantes e aos sátiros, tornando-vos igual a eles nos seus prazeres brutais?”<sup>38</sup> Um outro panfleto ilustrava sua extravagância descrevendo uma parede no Petit Trianon coberta de diamantes.<sup>39</sup> Comentários acusavam-na de ter dito por ocasião dos distúrbios de 1788, por causa do pão: “Se não têm pão, comam bolo.” Os historiadores são todos unânimes em dizer que ela nunca foi culpada dessa observação,<sup>40</sup> ao contrário, ela contribuiu abundantemente, de sua própria bolsa, para aliviar o povo. Ainda mais cruel foi a opinião geral entre a plebe de que ela era estéril. Mme. Campan, primeira dama da câmara da rainha, relata:

Quando, em 1777, nasceu o filho do Conde d'Artois, as mulheres do mercado e as peixeiras, aproveitando sua prerrogativa de entrar no palácio real por ocasião do nascimento de membros da realeza, seguiram a rainha até a porta de seus apartamentos, berrando nos termos mais grosseiros e vulgares, de que ela é quem devia, e não a sua cunhada, dar herdeiros ao trono da França. A rainha apressou-se em fechar a porta a essas licenciosas megeras, depois trancou-se comigo em seu quarto para chorar sobre a sua situação.<sup>41</sup>

Como poderia explicar ao povo que o rei era impotente?

A França aguardava a vinda do Imperador do Santo Império Romano para esclarecer o impasse. Em abril de 1777, José II chegou a Versalhes sob o pseudônimo de Conde von Falkenstein. Ficou encantado com a rainha. “Se você não fosse minha irmã”, disse-lhe ele, “eu não hesitaria em casar-me de novo só para ter companhia tão encantadora.”<sup>42</sup> E ao irmão, Leopoldo, escreveu:

Estive em sua companhia horas e horas e não senti passar o tempo.(...) Ela é uma mulher charmosa e honrada, um tanto jovem, algo estouvada, porém essencialmente

decente e virtuosa... É dotada de espírito e de uma agudeza que me surpreenderam. Sua primeira impressão é sempre certa; se ela pudesse agir de acordo com essa reação inicial(...) e prestasse menos atenção aos mexericos seria perfeita. Possui intenso desejo de divertir-se, e de vez que esse gosto é conhecido, aproveitam-se de suas fraquezas.(...)

Contudo, só pensa no seu próprio prazer, não ama o rei, e está inebriada com as extravagâncias deste país.(...) Obriga o rei, pela força, a fazer o que ele não quer.(...) Em suma, não cumpre os deveres nem de esposa nem de rainha.<sup>43</sup>

Maria Antonieta explicou por que ela e o rei dormiam em quartos separados. Ele gostava de dormir cedo, e ambos julgavam prudente evitar qualquer excitação sexual. José visitou o rei e gostou bastante dele. "Este homem", escreveu a Leopoldo, "é um pouco fraco, mas não é um imbecil. Tem idéias e opiniões certas, porém o espírito e o corpo são apáticos. Conversa razoavelmente bem, mas não tem desejo de estudar e não possui curiosidade;(...) na verdade, o *fiat lux* ainda não chegou. A matéria está ainda informe."<sup>44</sup> O imperador conversou com Luís como ninguém ousara falar-lhe. Explicou que o impedimento do prepúcio real podia ser removido por operação simples, embora dolorosa, e que o rei obrigara-se para com o seu país ter filhos. Luís prometeu recorrer ao bisturi.

Antes de deixar Versalhes, José escreveu uma folha de "Instruções" para a rainha. Trata-se de documento notável:

Você está ficando mais velha, portanto não tem a juventude para desculpa. O que será de você se adiar por mais tempo [corrigir-se]? Quando o rei a acaricia, lhe dirige a palavra, não sente você irritação e até repugnância? Você algum dia pensou que impressão suas intimidades e amizades(...) devem causar ao público?(...) Você já pesou as terríveis conseqüências dos jogos de azar, as pessoas que eles trazem e o tom que estabelecem?(...)

E sobre sua predileção pelos bailes de máscaras em Paris:

Por que imiscuir-se numa multidão de libertinos, prostitutas e desconhecidos, ouvindo-lhes os ditos e talvez proferindo menções semelhantes? Que indecência! O rei fica em Versalhes a noite inteira, e você envolve-se em grupos, misturando-se com a gentinha de Paris!... Realmente, tremo ao pensar na sua felicidade, pois no final as coisas não podem acabar bem, e haverá uma revolução cruel [*une révolution cruelle*] a menos que você tome providências a respeito.<sup>45</sup>

A rainha emocionou-se com as reprimendas. Depois que ele partiu, ela escreveu à mãe: "A partida do imperador deixou uma lacuna que não posso preencher. Eu estava tão feliz durante aquele pouco tempo que agora tudo parece um sonho. Contudo, o que nunca será um sonho para mim são todos os bons conselhos(...) que ele me deu, os quais ficaram gravados para sempre em meu coração."<sup>46</sup> O que verdadeiramente a reformou não foram os conselhos, porém a maternidade, porque o rei, naquele verão de 1777, submeteu-se, parece que sem anestesia, a uma operação totalmente bem-sucedida. Celebrou seus 23 anos (23 de agosto de 1777) consumando, finalmente, seu casamento. Estava orgulhoso e feliz. "Gozo bastante este prazer", confidenciou a uma de suas tias solteiras, "e lamento ter-me privado dele por tanto

tempo.”<sup>47</sup> Contudo, só em abril de 1788 a rainha ficou grávida. Anunciou-o ao rei com seu modo brejeiro: “Senhor, venho queixar-me de que um de vossos súditos foi muito atrevido e deu-me um pontapé na barriga.”<sup>48</sup> Quando Luís XVI pegou o sentido de suas palavras, cingiu-a nos braços. E então, mais do que nunca, satisfazia-lhe os caprichos, concedendo-lhe seus pedidos. Dez vezes por dia ia a seus aposentos para ouvir o último comunicado dos progressos do futuro herdeiro. E em Maria Antonieta operou-se uma estranha transformação de corpo e alma. Disse-lhe ela: “Doravante quero viver de maneira diferente do que anteriormente. Desejo viver como mãe, cuidar de meu filho e dedicar-me à sua educação.”<sup>49</sup>

Depois de horrível sofrimento, tornado pior por um *accoucheur* desajeitado, a rainha teve a criança em 19 de dezembro de 1778. Os pais lastimaram tratar-se de uma menina, mas o rei alegrou-se das portas da vida terem sido abertas, confiando que um filho viria em tempo oportuno. A mãe rejubilou-se por ter, afinal, concebido. Para Maria Teresa (então no último ano de vida), ela escreveu em 1779: “Minha querida mamãe pode ficar muito contente com minha conduta. Se antes fui objeto de censura, foi por criancice e estouvamento. Agora, entretanto, estou muito mais ajuizada e cônica de meu dever.”<sup>50</sup> Nem a corte nem a plebe acreditaram nisso, “contudo”, escreveu o Conde de Ségur, “trata-se de fato incontestado que, depois do nascimento de seu primeiro filho, ela começou gradativamente a levar existência mais regular, ocupando-se seriamente. Tem mais cuidado em evitar qualquer coisa que possa suscitar escândalo. Suas alegres festas são menos freqüentes, menos animadas.(...) A extravagância cedeu lugar à simplicidade, e as roupas luxuosas foram substituídas por vestidinhos de linho”.<sup>51</sup> Constituiu parte do grande castigo de Maria Antonieta o fato do povo francês não querer dar-se conta de que a menina mimada e leviana havia se tornado mãe carinhosa e conscienciosa. Nada se perde, mas tudo tem de ser pago.

Ela sabia que a legislação francesa excluía as mulheres do trono. Bendisse uma segunda gravidez, rezando para nascer um filho; contudo, não teve sucesso, o que a prostou de tal forma a ponto de perder quase todo o cabelo.<sup>52</sup> Tentou mais uma vez e, em 22 de outubro de 1781, deu à luz um menino, que tomou o nome de Louis-Joseph-Xavier. Os cínicos duvidaram da paternidade da criança, mas o feliz rei ignorou-os. “Meu filho, o Delfim!”, exclamava. “Meu filho!”

#### IV. LE ROI BONHOMME<sup>53</sup>

Exceto na idade, Luís era em tudo diferente da esposa. Ela era graciosa, ágil, irrequieta, brincalhona, impulsiva, entusiasmada, frívola, extravagante, segura de si, orgulhosa, sempre rainha. Ele era desajeitado, zeloso, econômico, modesto, hesitante, sem realza em todos os sentidos. Amava o dia, seu trabalho, a caça. Ela amava a noite, o jogo de cartas, e a dança. Portanto, depois daqueles primeiros anos experimentais, não era um casamento infeliz. A rainha era fiel, o rei amoroso; e quando a infelicidade chegou, ficaram mais amigos ainda.

Ele possuía feições regulares, e teria sido belo se tivesse controlado a gordura. Era alto, e teria ostentado realza no porte se não andasse sacudindo os ombros e arrastando os pés. Não tinha boa visão, o que contribuía para o seu ar canhestro. Nunca tinha os cabelos penteados; “sua pessoa era muito relaxada”, relatou Mme. Campan.<sup>54</sup> Era

forte e musculoso, levantava um de seus pajens com um braço. Comia avidamente, bebendo com moderação, mas, às vezes, embriagava-se de tanto comer, tendo de ser carregado para a cama.<sup>55</sup> Nutria poucas paixões, poucos arroubos de prazer, poucos sofrimentos extremados.

Ficava pouco à vontade com os franceses que o rodeavam, os quais estavam treinados na vivacidade do espírito e adestramento rápido da linguagem. Contudo, na intimidade, impressionava homens como José II com seus amplos conhecimentos e julgamento acertado. Ouçamos o Príncipe Henrique da Prússia, irmão de Frederico o Grande:

O rei surpreendeu-me muito. (...) Haviam-me dito que sua educação fora descuidada, que não sabia nada, tinha pouco espírito. Fiquei admirado, quando conversei com ele, ao ver que sabia muito bem geografia, tinha idéias profundas sobre política, que a felicidade de seu povo estava sempre em suas cogitações e que possuía muito bom senso, o que vale muito mais em um príncipe do que uma inteligência brilhante. Mas não tem nenhuma confiança em si.<sup>56</sup>

Luís XVI tinha uma boa biblioteca, e utilizava-a. Leu e, em parte, traduziu *Declínio e Queda do Império Romano*,<sup>57</sup> de Gibbon, porém botou-o de lado quando percebeu sua tendência anticristã. Leu e releu *História da Rebelião* de Clarendon, como se tivesse uma premonição de que iria repetir o destino de Carlos I. "Se eu estivesse no lugar dele", declarou, "eu nunca teria pegado na espada contra o meu povo."<sup>58</sup> Baseado na expedição ao Pacífico de La Pérouse (1785), formulou instruções detalhadas que seus ministros atribuíram aos cientistas da Academia de Ciências.<sup>59</sup> Mantinha estreito contato com vários ministros, especialmente o das relações exteriores.<sup>60</sup> Suas fraquezas eram mais da vontade do que do espírito, e talvez se devessem à abundância de sua alimentação e de suas carnes. Tinha uma incapacidade inata para resistir à persuasão, ou para transformar a reflexão em ação. Ele mesmo praticava a economia, porém, muito delicado para impô-la aos outros, assinava centenas de milhares de francos a mando de sua esposa.

Não lhe faltavam virtudes. Não tinha amantes, sendo fiel às amizades, exceto, talvez, com Turgot. "É provável que, depois de Turgot, ele fosse o homem daquela época que mais amasse o povo."<sup>61</sup> No dia de sua ascensão ao trono, pediu ao controlador-geral das Finanças para distribuir duzentos mil francos aos pobres, acrescentando: "Se, considerando as necessidades do Estado, o senhor achar isso demais, pode tirar a importância da minha renda."<sup>62</sup> Proibiu o "imposto da coroação", que fazia do princípio de um reinado um novo fardo para a nação. Em 1784, por ocasião das inundações e epidemias em Paris, fez uma dotação de três milhões de francos para assistência pública. Durante um rigoroso inverno, permitiu que os pobres invadissem sua cozinha para comer o que havia. Era cristão de fato, de direito e por observância. Seguiu escrupulosamente todos os rituais e regulamentos da Igreja e, embora adorasse comer, observava os jejuns da Quaresma. Era religioso sem fanatismo ou exibição. Foi ele quem, ortodoxo e piedoso, concedeu direitos civis aos protestantes da França. Tentou reconciliar o cristianismo com o governo, o que é a coisa mais difícil do mundo.

A despeito de seu amor pela simplicidade, tinha de viver externamente como rei,

isto é, passar pelo formal *levée*, deixar-se vestir pelos pajens e cortesãos, recitar as preces matinais na presença deles, dar audiência, presidir o conselho, promulgar editos, assistir a jantares, recepções, bailes — embora não dançasse. Mas, o quanto lhe permitiam a sua posição e apetite, vivia como qualquer bom cidadão. Concordava com Rousseau que todo o homem tem de aprender um trabalho manual. Aprendeu vários, da encadernação a pedreiro. Mme. Campan conta que ele “admitia no seu apartamento particular um simples chaveiro, com o qual fazia chaves e fechaduras; e suas mãos, empretecidas por esta espécie de trabalho, eram sempre objeto de observações e até de palavras ríspidas da rainha, mesmo na presença de qualquer pessoa”.<sup>63</sup> Fascinava-se por tudo quanto se referia à construção, ajudando os trabalhadores do palácio a remover material, travess e paralelepípedos. Gostava, como qualquer marido da classe média, de fazer consertos no seu apartamento com as próprias mãos. Um de seus quartos continha uma parafernália geográfica, globos, mapas, alguns dos quais por ele desenhados. Outro quarto guardava instrumentos para trabalhos de marcenaria, outro estava equipado com uma forja, bigornas e grande variedade de instrumentos de ferro. Trabalhava meses para confeccionar um gigantesco relógio que registrava os meses, as fases da Lua, as estações do ano. Seis salas eram ocupadas pelos livros.

A França amou-o até a sua morte e depois dela, porque não foi ela quem o guilhotinou em 1793, porém a cidade de Paris. Naqueles primeiros anos a aclamação era quase universal. “Você tem um rei muito bom”, disse Frederico o Grande a d’Alembert, “e eu o felicito de todo o coração. Um príncipe sábio e virtuoso é mais temido por seus rivais do que o príncipe que possui apenas coragem.” E d’Alembert respondeu: “Ele ama a bondade, a justiça, economia e paz, (...) é tudo quanto devemos desejar de um rei, se a sorte já não nos houvesse contemplado com um.”<sup>64</sup> Voltaire acrescentou: “Tudo que Luís fez pela França desde a sua ascensão, tornou-o benquisto no país.”<sup>65</sup> E Goethe, na velhice, lembrou-se do princípio auspicioso:

Na França, um novo e benevolente soberano demonstrou as melhores intenções em devotar-se à remoção de tantos abusos, tendo em vista os mais nobres objetivos — o de introduzir um sistema regular e eficiente de economia política, de acabar com todo poder arbitrário e de reinar apenas com a lei e a justiça. As esperanças mais luminosas espalham-se por todo o mundo, e a confiante mocidade prometeu a si mesmo e a toda a humanidade um futuro nobre e resplandecente.<sup>66</sup>

#### V. O MINISTÉRIO DE TURGOT: 1774-76

A primeira tarefa de Luís XVI foi procurar ministros capazes e idôneos que pudessem reparar o caos administrativo e financeiro. O povo clamava a volta dos *parlements*, que tinham sido excluídos. Ele os fez voltar, demitindo Maupeou, que tentara substituí-los. Como seu principal ministro trouxe novamente a Versalhes Jean-Frédéric Phélypeau, Conde de Maurepas, que fora ministro de Estado de 1738-1749, sendo deposto por ter infamado Mme. de Pompadour, e que agora voltava ao poder com a idade de 73 anos. Foi uma escolha benévola, porém desastrosa, porque Maurepas, vivendo dez anos na sua propriedade rural, havia perdido contato com o progresso econômico e intelectual da França, possuindo mais argúcia do que saber. Para as relações exterior-

res, o rei de vinte anos escolheu Charles Gravier, Conde de Vergennes; para o Ministério da Guerra o Conde Claude-Louis de Saint-Germain; e para ministro da Marinha, Anne-Robert-Jacques Turgot, Barão de l'Aulne.

Em páginas anteriores, já o vimos como seminarista, professor de religião e ciências, amigo dos fisiocratas e dos *philosophes*, um intendente benéfico e empreendedor em Limoges. Os *devots* da corte avisaram a Luís que Turgot era ateu, colaborando na *Encyclopédie* com artigos de sua autoria.<sup>67</sup> Não obstante, em 24 de agosto de 1774, o rei elevou-o ao posto mais difícil do governo — o de controlador-geral das Finanças. O lugar de Turgot na Marinha foi ocupado por Gabriel de Santine, que gastou prodigamente na construção das frotas que iriam auxiliar a América livre, e que confiava em Turgot para obter os necessários fundos.

Turgot era um francês da têmpera de Colbert, no reinado de Luís XIV: dedicado ao serviço de seu país, de vistas largas, incansável, incorruptível. Era alto e belo, porém faltava-lhe a graça dos homens com verniz dos salões — embora fosse entusiasticamente recebido por Mlle. de Lespinasse. Sacrificara a saúde ao trabalho. Muitas vezes, ao trabalhar para refazer a economia da França, estava confinado em seus aposentos sofrendo de gota. Tentou colocar um quarto de século de reformas em um breve ministério, porque sentia que sua estada no cargo era precária. Tinha 47 anos quando subiu ao poder e 49 quando perdeu-o, 55 quando morreu.

Acreditava, como os fisiocratas, que a indústria e o comércio deviam ser o mais livre possível da regulamentação do governo ou das corporações; que a terra era a única fonte de riqueza; que um imposto único sobre a terra era a maneira mais justa e prática de elevar a receita, e que todos os impostos indiretos deveriam ser abolidos. Dos *philosophes* tomou o ceticismo e a tolerância religiosa, a confiança na razão e no progresso, esperança de progresso através de um rei esclarecido. Se o monarca fosse um homem inteligente e de boa vontade, e aceitasse a filosofia por guia, este fato consistiria em uma revolução pacífica, muito melhor do que um levante violento e caótico que poderia destruir, não apenas os antigos abusos, mas a própria ordem social. Assim sendo, esta *thèse royale* de Voltaire ia ser posta à prova. De modo que os *philosophes* aliaram-se aos fisiocratas no regozijo pela ascensão de Turgot ao poder.

Em Compiègne, a 24 de agosto de 1774, Turgot foi agradecer a Luís XVI sua designação para o Ministério das Finanças. “Entrego-me, não ao rei”, disse, “mas a um honesto homem.” Tomando-lhe as mãos entre as suas, Luís respondeu: “Não ficarei decepcionado.”<sup>68</sup> Naquela noite, o ministro enviou ao rei uma carta estipulando os pontos essenciais de seu programa:

Nenhuma bancarrota, nem declarada, nem disfarçada.(...)

Nenhum aumento de impostos, sendo o motivo a condição de vosso povo.(...)

Nenhum empréstimo,(...) porque todo empréstimo acarreta, depois de um certo tempo, ou o colapso financeiro, ou aumento de impostos.(...)

A fim de corresponder a estes pontos só existe um meio, qual seja, reduzir a despesa abaixo da receita, e bem abaixo, a fim de assegurar em cada ano uma poupança de vinte milhões, a serem aplicados na remissão de antigas dívidas. Sem isto, o primeiro tiro de canhão forçará o país à bancarrota.<sup>69</sup>

(Mais tarde, Necker recorreu aos empréstimos, e a guerra de 1778 levou a França à bancarrota.)



Depois de verificar que a receita anual do governo era de 213.500.000 francos, e a despesa anual de 235 milhões de francos, Turgot ordenou várias economias, dando instruções para que nenhum pagamento do tesouro fosse feito, para qualquer finalidade, sem o seu conhecimento e consentimento. Procurou estimular a economia, estabelecendo, pouco a pouco, liberdade de empreendimento, produção e comércio. Principiou com a tentativa de restabelecer a agricultura. Usualmente, a fim de evitar descontentamento nas cidades, o governo controlava o comércio de cereais, regulando sua venda do agricultor para o atacadista, e deste para o varejista, e limitando o preço do pão. Entretanto, os preços baixos pagos ao camponês desestimularam o plantio de grãos, impedindo que outros se dedicassem à agricultura. Vastas áreas cultiváveis, na França, permaneciam sem plantio, e a riqueza em potencial da nação estava sendo obstruída em sua fonte. Turgot julgava que a restauração da agricultura era o primeiro passo na revivescência da França. A liberdade do agricultor vender o seu grão a qualquer preço que pudesse obter aumentaria sua renda, situação e poder aquisitivo, tirando-o da vida bestial e primitiva que La Bruyère descrevera no apogeu de Luís XIV.<sup>70</sup>

De modo que, em 13 de setembro de 1774, Turgot emitiu, através do Conselho Real, um edito liberando o comércio do cereal em toda parte exceto Paris, onde a reação urbana poderia se tornar crítica. DuPont de Nemours escreveu um preâmbulo ao edito explicando sua finalidade: "Fomentar e estender o cultivo da terra, cujo produto é a riqueza mais certa e real do Estado; manter a abundância por meio de celeiros e a entrada de grãos do exterior; (...) e remover monopólios (...) em favor da livre concorrência." Tal prefácio explicativo constituía em si mesmo uma inovação que refletia a ascensão da opinião pública como um poder político. Voltaire saudou o edito como o início de uma nova era, prognosticando que ele em breve aumentaria a prosperidade da nação.<sup>71</sup> Enviou nota a Turgot: "O velho inválido de Ferney agradece à natureza por tê-lo feito viver o suficiente para ver o decreto de 13 de setembro de 1774. Apresenta seus respeitos ao autor, fazendo votos pelo seu sucesso."<sup>72</sup>

Houve uma nefasta exceção ao aplauso. Na primavera de 1775, Jacques Necker, um banqueiro suíço vivendo em Paris, foi a Turgot com o manuscrito *Sur la législation et le commerce des grains*, perguntando-lhe se podia ser publicado sem prejuízo ao governo. O documento de Necker argumentava ser necessário um certo controle do governo sobre a economia, para que a superioridade de inteligência de uns poucos não concentrasse a riqueza de um lado, intensificando a pobreza do outro. Achava que se o comércio livre aumentasse o preço do pão além de uma cifra estipulada, o governo devia tomar a regulamentação a seu cargo. Confiando nessas teorias e favorável à liberdade de imprensa, Turgot disse a Necker que publicasse e deixasse o povo julgar.<sup>73</sup> Necker publicou.

O povo da cidade não o leu, mas concordou com ele. Como o preço do pão subiu na primavera de 1775, desencadearam-se motins em diversas cidades. Nos distritos adjacentes a Paris, a fim de controlar o escoamento de grãos para a capital, homens iam de cidade em cidade incitando o povo à revolta. Bandos armados queimaram as granjas dos agricultores e comerciantes, jogando os cereais armazenados no Sena. Tentavam impedir que o grão importado prosseguisse do Havre até Paris e, em 2 de maio, conduziram uma multidão às grades do Palácio de Versalhes. Turgot acreditava que

esses bandos eram empregados pelos funcionários municipais ou das províncias que haviam perdido seus postos com o término da regulamentação, e que desejavam criar em Paris uma escassez de grãos que aumentaria o preço do pão e forçaria o restabelecimento do controle do comércio.<sup>74</sup> O rei apareceu no balcão e tentou falar, mas o tumulto da turba abafou-lhe a voz. Proibiu suas tropas de atirar sobre o povo e ordenou a redução do preço do pão.

Turgot protestou que essa interferência com as leis da oferta e da procura arruinaria sua tentativa de verificá-las. Tinha certeza de que, se fossem deixadas sem entraves, a competição entre comerciantes e padeiros redundaria logo na diminuição do preço do pão. O rei rescindiu sua ordem de reduzir os preços. Em 3 de maio, multidões enraivecidas reuniram-se em Paris e principiaram a pilhar as padarias. Turgot ordenou à milícia de Paris que protegesse as padarias e os celeiros, atirando em qualquer pessoa que empregasse violência. Naquele meio tempo, providenciou para que o grão importado chegasse a Paris e aos mercados. Os especuladores, que haviam guardado seus cereais na expectativa de uma alta de preços, foram compelidos, em virtude dessa competição externa, a liberar seus estoques. O preço do pão caiu e a rebelião cessou. Vários de seus líderes foram presos, e dois deles enforcados por ordem policial. Turgot saiu vitorioso dessa "*Guerre des Farines*", mas a fé que o rei depositava no *laissez-faire* ficou balançada, afligindo-o os dois enforcamentos na Place de Grève.

Contudo, estava satisfeito com as reformas efetuadas por Turgot nas finanças do governo. Apenas um dia após esse edito dos grãos, o sôfrego ministro principiou a publicar regulamentos para economia nas despesas do governo, para uma mais eficiente arrecadação de impostos, e um controle mais rígido dos agricultores, em geral, para transferir ao Estado os monopólios até então privados das diligências, carruagens de posta e manufatura de pólvora. Propôs, mas não teve tempo de instituir, uma "*Caisse d'Escompte*", banco destinado ao desconto de papel comercial, receber depósitos, efetuar empréstimos e emitir notas pagáveis no ato. Este banco serviu de modelo para o Banco da França, instituído por Napoleão em 1800. Em fins de 1775, Turgot já havia reduzido as despesas em 66 milhões de *livres*, baixando os juros sobre a dívida nacional de 8.700.000 para três milhões de *livres*. O crédito governamental ficou de tal forma restabelecido que foi possível contrair empréstimo com os financistas holandeses a quatro por cento, e amortizar dívidas do tesouro de sete para doze por cento. Esteve prestes a equilibrar o orçamento, e isso foi feito não pelo aumento dos impostos, mas diminuindo a corrupção, a extravagância, a incompetência e o desperdício.

Nestas e em outras reformas, pouco auxílio recebeu de Maurepas, mas muito do cristão Malesherbes, que já encontramos na qualidade de protetor da *Encyclopédie* e de Rousseau. Então, presidente da Cours des Aides (que tratava dos impostos indiretos), enviou a Luís XVI (6 de maio de 1775) um memorial — *Remontrance* — explicando as injustiças envolvidas na cobrança de impostos aos agricultores em geral, e alertando o rei sobre o ódio originado de tal operação. Aconselhava a simplificação e clareza das leis. "Somente existe vantagem", disse ele, "nas leis simples." O rei afeiçoou-se por Malesherbes, fazendo-o ministro da Guarda Pessoal do Rei (julho, 1775). O velho liberal insistiu junto ao rei para apoiar Turgot, porém aconselhou a este último a não tentar muitas reformas ao mesmo tempo, pois cada uma delas des-

pertaria novos inimigos. O controlador-geral respondeu: "Que quereis que eu faça? As necessidades do povo são enormes, e na minha família morre-se de gota aos cinquenta."<sup>75</sup>

Em janeiro de 1776, Turgot surpreendeu a França com seis editos em nome do Rei. Um estendia a Paris a liberdade de comerciar com o cereal, terminando com uma finalidade de cargos relacionados com o referido comércio. Os funcionários destituídos tornaram-se seus inimigos. Dois dos editos cancelavam ou modificavam os impostos sobre o gado e sobre o sebo. Os camponeses rejubilaram-se. Um outro, aboliu a *corvée* — os doze ou quinze dias de trabalho sem pagamento exigidos aos camponeses anualmente, a fim de manter pontes, canais e estradas. Doravante, esse trabalho teria de ser pago mediante uma tributação sobre toda propriedade não-eclesiástica. Os camponeses alegraram-se, os nobres queixaram-se. Turgot despertou outros ressentimentos com o preâmbulo que ele introduziu através da voz do rei:

Com exceção de pequeno número de províncias,... quase todas as estradas do reino foram construídas pelo trabalho, não pago, da mais pobre parcela de nossos súditos. O encargo, por conseguinte, recaiu sobre aqueles que nada possuem senão suas mãos, e cujo interesse nas estradas ocupa apenas um segundo lugar. Os verdadeiramente interessados são os proprietários de terras, quase todas pessoas privilegiadas, cujas propriedades aumentam de valor em virtude dessas estradas. Ao ser o homem pobre forçado a manter tais estradas, quando é obrigado a dar seu tempo e trabalho sem pagamento, o único meio que possui contra a miséria e a fome lhe é arrebatado a fim de fazê-lo trabalhar para o lucro dos ricos.<sup>76</sup>

Quando o Parlamento de Paris declarou que se recusaria a registrar esse edito, Turgot quase proclamou a guerra de classes:

Embora mantendo-me como sempre infenso ao despotismo, direi constantemente ao rei, ao Parlamento e, se necessário, a toda a nação, que este é um dos assuntos que devem ser resolvidos pela absoluta vontade do rei, e por esta razão existe no fundo uma ação judicial entre o rico e o pobre. Agora, pergunto: de que é constituído o Parlamento? De homens ricos, quando comparados com as massas, e todos eles nobres, de vez que que seus cargos acarretam nobreza. A corte, cujo clamor é tão poderoso — de que é ela composta? De grandes lordes, cuja maioria possui propriedades sujeitas a impostos.... Conseqüentemente, nem os protestos do Parlamento... nem mesmo o clamor da corte poderão, em hipótese alguma, prejudicar o caso.... Tendo em vista que o povo não terá voz nos *parlements*, o rei, após ouvir o exposto, deve julgar por si mesmo, e deverá fazê-lo em favor do povo, porque esta classe é a mais infeliz.<sup>77</sup>

O último dos seis editos aboliu as corporações. Estas haviam-se tornado uma aristocracia do trabalho, pois controlavam todos os ofícios, limitando a entrada pela exigência de elevadas jóias no ato do ingresso, restringindo ainda a elegibilidade aos cargos de mando. Obstruíam as invenções, tolhendo o comércio com tributos ou embargos sobre os produtos competitivos que entravam em sua comuna. A classe ascendente dos empresários — homens que forneciam iniciativa, capital e organização, porém que exigiam liberdade para contratar qualquer trabalhador, quer pertencente ou não às corporações, e vender sua mercadoria em qualquer mercado a seu alcance — de-

nunciaram essas corporações como monopólios que restringiam o mercado. E Turgot, ansioso para promover o desenvolvimento industrial pela liberação de invenções, empreendimentos e comércio, achou que a economia nacional beneficiar-se-ia pela supressão das corporações. O preâmbulo desse edito foi assim redigido, em parte:

Em quase todas as cidades, o exercício das diferentes artes e ofícios concentravam-se nas mãos de um pequeno número de mestres unidos por corporações, as quais mantinham liberdade exclusiva de manufaturar e vender os artigos da indústria particular sobre a qual mantinham o inteiro privilégio. Aquele que se devotava a qualquer ramo do comércio não podia exercê-lo livremente até que houvesse atingido a supremacia de mestre, a cujo título somente seria contemplado submetendo-se a tarefas longas, tediosas e supérfluas, e ao custo de múltiplas exigências que o despojavam de parte do necessário capital para estabelecer um negócio ou montar uma oficina de trabalho. Aqueles que não possuíam meios de fazer face a tais despesas eram reduzidos a uma existência precária sob a autoridade dos mestres, sem escolha senão a de viver na penúria(...) ou levar para qualquer outro país uma indústria que poderia ser útil à sua pátria.<sup>78</sup>

O quanto nos é dado saber, estes ataques contra as corporações justificavam-se. Entretanto, Turgot chegou a proibir a quaisquer mestres de ofício, artífice assalariado, e aprendizes a se congregarem em associações.<sup>79</sup> Acreditava totalmente na liberdade de empreendimento e de comercialização, e não previa que o direito de organização constituiria o único meio pelo qual os trabalhadores congregavam suas fraquezas individuais numa força coletiva capaz de barganhar com os empregadores organizados. Achava que, com o decorrer do tempo, todas as classes se beneficiariam da liberação do homem de negócios das associações feudais e das restrições governamentais sobre a empresa. Todas as pessoas na França — até os estrangeiros — foram declaradas livres para se engajarem em qualquer indústria ou comércio.

Em 9 de fevereiro de 1776, os seis editos foram submetidos ao Parlamento de Paris, que concordou apenas com um, o que abolia determinados cargos menores, recusando-se a aprovar ou registrar o resto, opondo-se frontalmente, como uma infração aos direitos feudais,<sup>80</sup> à eliminação da *corvée*. Por este voto, que havia professado defender o povo contra o rei, o Parlamento declarava-se o aliado e a voz da nobreza. Voltaire entrou nas listas com um documento atacando a *corvée* e o Parlamento, assim como apoiando Turgot. O Parlamento ordenou a supressão do panfleto. Alguns dos ministros do rei defenderam o Parlamento e Luís, num momento de fortaleza, exprobou-os, dizendo: "Vejo que aqui não existe ninguém que ame o povo, exceto Monsieur Turgot e eu próprio."<sup>81</sup> Em 12 de março, convocou o Parlamento para um "leito de justiça" em Versalhes, ordenando-lhe que registrasse os editos. Um desfile de trabalhadores comemorou a vitória de Turgot.

Exausto em virtude de crises repetidas, o controlador-geral deu um ritmo mais lento à sua revolução. Quando estendeu a liberdade do comércio interno à indústria do vinho (abril de 1776) apenas os monopolistas rebelaram-se. Turgot pediu ao rei para instituir a liberdade de culto. Deu instruções a Du Pont de Nemours para elaborar um plano para assembléias eleitorais em cada paróquia, escolhidas por homens que possuísem terras no valor de seiscentas libras ou mais. Essas assembléias locais elegiam representantes para uma assembléia dos cantões, que elegeria representantes pa-

ra uma assembléia de província, a qual elegeria deputados para a assembléia nacional. Acreditando que a França não estava preparada para a democracia, Turgot propôs dar-lhes funções consultivas e administrativas, devendo a faculdade de legislar permanecer unicamente com o rei. Contudo, através dessas assembléias, o soberano ficaria informado das condições de seu reino. Apresentou ainda ao rei um esboço da educação universal como necessário prelúdio a uma cidadania esclarecida. "Majestade", disse, "arrisco-me a dizer-vos que dentro de dois anos vossa nação estará irreconhecível, e por meio de esclarecimento e bons costumes(...) elevar-se-á acima dos outros Estados."<sup>82</sup> O ministro não teve tempo e o rei não teve dinheiro para que tais idéias se concretizassem.

Os editos de Turgot — e seus preâmbulos — haviam exaltado os ânimos de todas as classes influentes contra ele, com exceção dos comerciantes e industriais, que prosperavam com a nova liberação. Na verdade, ele estava tentando realizar pacificamente a emancipação dos homens de negócios, que eram a base do resultado econômico da Revolução. Contudo, alguns comerciantes secretamente ainda lhe faziam oposição, porque ele interferira em seus monopólios. A nobreza opunha-se a ele porque desejava fazer incidir toda a tributação sobre as terras, e estava colocando o pobre contra o rico. O Parlamento odiava-o por ele persuadir o rei a anular os seus vetos. O clero desconfiava dele como um descrente que raramente ia à missa e advogava a liberdade religiosa. Os agricultores em geral combatiam-no porque ele desejava substituí-los por fiscais do governo na arrecadação dos impostos indiretos. Os financistas ressentiam-se em virtude de Turgot obter no exterior empréstimos a quatro por cento. Os cortesãos não gostavam dele porque condenava suas extravagâncias, suas pensões e suas sinecuras. Maurepas, seu superior no Ministério, não olhava com bons olhos o crescente poderio e independência do controlador-geral das Finanças. "Turgot", escreveu o embaixador sueco, "tornou-se o alvo de uma formidável coalizão."<sup>83</sup>

Maria Antonieta no início favorecera Turgot, e tentara ajustar suas despesas às economias dele. Mas logo retomou (até 1777) suas extravagâncias com vestidos e presentes. Turgot não dissimulava sua perplexidade diante dos saques da rainha sobre o tesouro. A fim de agradar os Polignacs, a rainha obtivera a nomeação do amigo do casal, o Conde de Guines, para a embaixada francesa em Londres, onde ele envolveu-se em censuráveis negociações financeiras. Turgot aliou-se a Vergennes nos conselhos ao rei para mandar chamá-lo. A rainha jurou vingança.

Luís XVI tinha suas próprias razões para perder confiança no seu ministro revolucionário. O rei respeitava a Igreja, a nobreza, e até os *parlements*. Estas instituições haviam sido estabelecidas pela tradição e santificadas pelo tempo. Perturbá-las seria afrouxar os alicerces do Estado, mas Turgot havia a todas alienado. Podia Turgot estar certo e todos os outros errados? Luís XVI secretamente queixou-se de seu ministro: "Apenas seus amigos têm mérito, somente suas idéias são boas."<sup>84</sup> Quase diariamente a rainha ou um comensal da corte procuravam influenciá-lo contra o controlador das Finanças. Quando Turgot fez-lhe um apelo no sentido de resistir a essas pressões e o rei não respondeu, Turgot voltou ao lar, escrevendo-lhe (30 de abril de 1776) uma carta que selava seu próprio destino:

Majestade,

Não é meu desejo ocultar-vos o fato de que meu coração está profundamente magoado pelo silêncio de Vossa Majestade domingo passado.(...) Enquanto eu podia manter a esperança de conservar a vossa estima agindo acertadamente, nada era pesado demais para mim. Hoje, qual é a minha recompensa? Vossa Majestade vê a impossibilidade em que me encontro de enfrentar aqueles que me injuriam pelo mal que me fazem, e pelo bem que me impedem de fazer ao obstar todas as minhas iniciativas. E, contudo, Vossa Majestade não me dá nem auxílio nem consolo.(...) Atrevo-me a dizer, majestade, que não mereço isso.(...)

Vossa Majestade(...) advogou falta de experiência. Sei que na idade de 22 anos, e na vossa posição, não tendes o treino no julgamento dos homens que os indivíduos particulares obtêm em virtude da habitual associação com seus iguais, mas será que Vossa Majestade terá mais experiência em uma semana, em um mês? E a vossa mente já não tem de estar feita até que essa lenta experiência se faça?(...)

De vez que eu deva a M. Maurepas o lugar que Vossa Majestade concedeu-me, nunca esquecer-me-ei deste fato, e jamais faltarei com a devida deferência para com ele.(...) Contudo, majestade, sabeis o quanto é fraco o caráter de M. Maurepas? — o quanto ele sofre a influência daqueles que o rodeiam? Todo mundo sabe que Mme. de Maurepas, que é infinitamente menos inteligente mas possui muito mais caráter, constantemente está a governar-lhe a vontade.(...) É essa fraqueza que o induz a aceitar tão prontamente os clamores da corte contra mim, e que me priva de quase toda autoridade no meu departamento.(...)

Não vos esqueçais, majestade, que foi essa fraqueza que levou ao cadafalso a cabeça de Carlos I.(...) que tornou Luís XIII um escravo coroado(...) e que desencadeou todas as infelicidades do último reinado. Majestade, sois considerado fraco, e muitas vezes temi que vosso caráter tivesse tal defeito. Não obstante, eu vos vi, em ocasiões mais difíceis, exibir genuína coragem.(...) Vossa Majestade não pode sem ser desleal para convosco, ceder ao Sr. Maurepas apenas por complacência.(...)<sup>85</sup>

A esta carta o rei não deu resposta. Sentiu que tinha de escolher entre Maurepas e Turgot, e este último estava pedindo quase total submissão do governo à sua vontade. Em 12 de maio de 1776, enviou a Turgot uma ordem para demitir-se. No mesmo dia, cedendo à rainha e aos Polignacs, fez o Conde de Guínes duque. Malesherbes, ao ouvir que Turgot estava demissionário, entregou sua própria demissão. "Sois um homem de sorte", disse-lhe o rei. "Oxalá pudesse eu também deixar o meu posto."<sup>86</sup> Logo, todos os que tinham sido designados por Turgot foram demitidos. Maria Teresa ficou chocada com tais acontecimentos, concordando com Frederico e Voltaire que a queda de Turgot era o presságio do colapso da França.<sup>87</sup> Deplorou a parte que sua filha desempenhou na questão, não podendo acreditar no repúdio da rainha quanto à sua responsabilidade. Voltaire escreveu a Laharpe: "Nada me resta a fazer senão morrer, agora que o Sr. Turgot retirou-se."<sup>88</sup>

Depois de sua demissão, Turgot viveu pacatamente em Paris, estudando matemática, física, química e anatomia. Via sempre Franklin, escrevendo para ele um *Mémoire sur l'impôt*. Sua gota agravou-se de tal forma após 1778, que ele só andava de muletas. Morreu a 18 de março de 1781, depois de anos de sofrimento e desilusão. Não podia prever que o século XIX aceitaria e levaria a cabo a maioria de suas idéias. Malesherbes sintetizou-o calorosamente: "Tinha a cabeça de Francis Bacon e o coração de L'Hôpital."<sup>89</sup>

## VI. O PRIMEIRO MINISTÉRIO DE NECKER: 1776-81

Turgot foi sucedido na qualidade de controlador das Finanças por Clugny de Nuis, que restabeleceu a *corvée* e muitas corporações, não fazendo vigorar os editos sobre cereais. Os bancos holandeses cancelaram seus acordos de conceder à França um empréstimo de seis milhões de *livres* a quatro por cento, e o novo ministro não encontrou outro meio de atrair dinheiro ao tesouro senão instituindo uma loteria nacional (30 de julho de 1776). Quando Clugny morreu (outubro), os banqueiros de Paris persuadiram o rei a chamar a seu serviço o homem que fora o mais hábil crítico de Turgot.

Jacques Necker era protestante, nascido em Genebra no ano de 1732. Seu pai, professor de direito na Academia de Genebra, enviou-o a Paris para trabalhar como amanuense no banco de Isaac Vernet. Quando este aposentou-se, emprestou algum dinheiro a Necker para iniciar um banco exclusivamente seu. Necker juntou seus recursos com os de outro suíço. Prosperaram através de empréstimos ao governo e especulações em grãos. Aos 32 anos Necker era rico, digno, solteiro. Sua ambição concentrava-se então não em maior riqueza, porém em posição importante, uma oportunidade para prestar serviços relevantes e obter fama nacional. Para tal, necessitava de uma esposa e um lar como *point d'appui*, ou base de operações. Cortejou a viúva Marquesa de Vermenoux. Esta recusou-o, porém trouxe de Genebra a bonita e talentosa Suzanne Curchod, que recentemente por pouco não se casava com Edward Gibbon. Necker apaixonou-se por Suzanne, casando-se com ela em 1764. A mútua dedicação através de uma vida atribulada é uma das brilhantes cores de um caleidoscópio daquela era conturbada. Construíram um lar acima do banco (1765) e ali ela abriu seus salões, aos quais convidava escritores e homens de negócios, na esperança de que essas amizades aplainariam e iluminariam os passos do marido.

O próprio Necker ansiava por escrever. Principiou em 1773 com *Éloge de Colbert*, obra coroada pela Academia Francesa. Então, retirando-se dos negócios, entrou na liça política com o ensaio *Sur la législation des grains*, que se opunha à política de Turgot do *laissez-faire*. O pequeno livro ganhou o elogio de Diderot, que deve ter apreciado o parágrafo no qual o banqueiro (que havia lido Rousseau) falava como um socialista. Necker atacou

o poder das classes abastadas as quais, em troca do trabalho, pagam os salários mais baixos possíveis, que mal dão para as necessidades mais essenciais.(...) Quase todas as instituições civis foram feitas por aqueles que possuem propriedade. Poder-se-ia dizer que um reduzido número de homens, tendo dividido a terra entre si, fez as leis como uma união e garantia contra a multidão.(...) Esta última poderia dizer: "Que importância têm para nós suas leis de propriedade?(...) nós não temos propriedade. Ou suas leis de justiça? — nada temos a defender. Ou de liberdade? — se não trabalharmos amanhã morreremos!"<sup>90</sup>

Em 22 de outubro de 1776, por recomendação de Maurepas, Luís XVI nomeou Necker "diretor do Tesouro Real". Era uma designação apologética. Alguns prelados protestaram contra deixar um suíço protestante dirigir os dinheiros da nação. Maurepas replicou: "Se o clero pagar as dívidas do Estado pode participar da escolha dos

ministros.”<sup>91</sup> A fim de encobrir a realidade do fato, o católico e francês Taboureau de Réau, foi feito controlador-geral das finanças, situando-se formalmente como o superior de Necker. A oposição clerical abrandou quando Necker tornou evidente sua religiosidade. Em 29 de junho de 1777, Taboureau demitiu-se, e Necker foi nomeado diretor-geral das finanças. Recusou qualquer salário e, ao contrário, emprestou ao tesouro dois milhões de *livres* de seu próprio bolso.<sup>92</sup> Ainda lhe era recusado o título de ministro, não sendo admitido para o Conselho Real. Teve boa atuação dentro dos limites de caráter e poder. Fora habituado a lidar com problemas bancários e não de Estado. Possuía maior habilidade para manejar dinheiro do que homens. Na administração financeira estabeleceu mais ordem, contabilidade e economia. Aboliu mais de quinhentas sinecuras e cargos supérfluos. Contando com a confiança das instituições financeiras, conseguiu rolar dívidas que renderam ao tesouro 148 milhões de *livres* no período de um ano. Promoveu algumas pequenas reformas, reduzindo tributações injustas, instituindo hospitais, ordenando a casas de penhores que prestassem ao pobre a juros baixos. Continuou os esforços de Turgot para cortar as despesas da corte, serviços do rei e da rainha. A arrecadação dos impostos indiretos foi restituída aos agricultores comuns (1780), porém Necker reduziu-lhes o número, submetendo-os a exame e controle mais minuciosos. Conseguiu o consentimento de Luís XVI para o estabelecimento de assembleias provinciais em Berry, Grenoble e Montauban, estabelecendo um importante precedente ao providenciar que, em tais reuniões, os representantes do Terceiro Estado (as classes baixa e média) se igualassem em número com os da nobreza e do clero em conjunto. O rei, entretanto, escolheu os membros dessas assembleias, não lhes permitindo autoridade legislativa. Necker obteve substancial vitória ao induzir o rei a libertar todos os servos remanescentes no domínio real, convidando todos os senhores feudais a fazerem o mesmo. Quando eles recusaram, Necker aconselhou o rei a abolir toda a servidão na França, com indenizações aos donos, mas o soberano, presa de suas tradições, respondeu que os direitos de propriedade constituíam instituição muito enraizada para que fossem anulados por um decreto.<sup>93</sup> Em 1780, também sob instigação de Necker, ele ordenou o fim da tortura judicial, o desuso das prisões subterrâneas, e a separação de prisioneiros devidamente julgados criminosos daqueles que não tinham sido ainda julgados, assim como o afastamento desses dois grupos daqueles presos por dívida. Estas e outras realizações do primeiro ministério de Necker merecem maior reconhecimento do que têm geralmente recebido. Se nos perguntarem por que razão ele não atacou mais profundamente e não andou mais rápido, devemos nos lembrar que Turgot foi censurado por andar depressa demais, fazendo muitos inimigos ao mesmo tempo. Necker foi criticado por dívidas flutuantes ao invés de aumentar os impostos. Ele achava, entretanto, que o povo tinha sido tributado o suficiente.

Mme. Campan, sempre junto ao drama que se aproximava, sintetizou bem a atitude do rei para com seus ministros: “Turgot, Malesherbes e Necker julgavam que aquele príncipe, de hábitos modestos e simples, sacrificaria de bom grado suas prerrogativas reais à grandeza sólida de seu povo. Seu coração o predispunha à reforma, mas os preconceitos e os temores, assim como o clamor de pessoas privilegiadas e piedosas, intimidava-o, fazendo-o abandonar planos que seu amor pelo povo sugerira.”<sup>94</sup> Contudo, ousou declarar, por ocasião de uma proclamação pública (1780), provavelmente



te preparado por Necker, que “os impostos da ala mais pobre de nossos súditos aumentou em proporções muito maiores do que o resto”, e expressou seus “votos para que os ricos não se sintam injustiçados quando, ao serem postos ao nível geral [da tributação], tiverem de corresponder aos encargos que há muito deveriam ter compartilhado com os outros de maneira mais eqüitativa”.<sup>95</sup> Tremeu ao pensar em Voltaire, mas seu espírito liberal, a contragosto, havia sido formado pela obra de Voltaire, Rousseau e os *philosophes* em geral, cujo objetivo era denunciar antigos abusos, fazendo reviver os sentimentos humanitários anteriormente associados ao cristianismo. Na primeira metade de seu reino, Luís XVI iniciou reformas que, continuadas e gradativamente ampliadas, teriam evitado a Revolução. E foi no reino deste rei fraco que a França, esbulhada e humilhada pela Inglaterra sob seus predecessores, atacou, ousadamente e com sucesso, a orgulhosa Grã-Bretanha, e ainda por cima auxiliou a libertar a América.

## VII. FRANÇA E AMÉRICA

Por sua vez, a filosofia concordou com a diplomacia: os escritos de Voltaire, Rousseau, Diderot, Raynal e uma centena de outros tinham preparado o espírito francês para apoiar a liberdade das colônias, assim como a liberdade intelectual, e vários dirigentes americanos — Washington, Franklin, Jefferson — eram filhos do Iluminismo francês. De modo que, quando Silas Deane foi para a França (março de 1776) a fim de procurar um empréstimo para as colônias revoltosas, a opinião pública lhe foi vivamente solidária. O exuberante Beaumarchais enviou vários memorandos a Vergennes, urgindo a necessidade de auxiliar a América.

Vergennes era um nobre que acreditava na monarquia e na aristocracia, não simpatizando nem com repúblicas, nem com revoluções, mas desejava ardentemente vingar a França contra a Inglaterra. Não sancionaria nenhum auxílio aberto à América, porque a marinha britânica ainda era mais forte do que a francesa, apesar de todos os dispêndios de Sartine, e numa guerra aberta logo destruiria os navios franceses. Contudo, aconselhou o rei a permitir algum auxílio secreto. Se, (argumentou), a Grã-Bretanha esmagasse a revolta, ela teria, perto ou longe da América, uma esquadra capaz de tomar facilmente as possessões francesas e espanholas no Caribe. Se a revolta se prolongasse, a França se fortaleceria e a Inglaterra ficaria enfraquecida, e a marinha francesa terminaria sua renovação. Luís XVI, tremendo só de pensar em auxiliar uma revolução, alertou Vergennes contra qualquer ato patente que pudesse ser causa de uma guerra com a Inglaterra.<sup>96</sup>

Em abril, Vergennes escreveu a Beaumarchais:

Dar-lhe-emos secretamente um milhão de *livres*. Tentaremos obter igual soma da Espanha. [O que foi obtido.] Com esses dois milhões você estabelecerá uma firma comercial e, a seu próprio risco e perigo, abastecerá os americanos de armas, munições, equipamentos, ou quaisquer outras coisas de que necessitarão para manter a guerra. Nosso arsenal lhe entregará armas e munições, pelas quais terá ou de pagar, ou substituí-las. Você não deverá pedir dinheiro aos americanos, porque eles não o têm, porém pedirá em troca o produto do solo deles, o qual nós o ajudaremos a vender neste país.<sup>97</sup>

Com o dinheiro, Beaumarchais comprou canhões, mosquetes, pólvora, roupa e equipamento para 25 mil homens. Enviou estes materiais para um porto onde Deane se estabelecera, reabastecendo vários navios americanos. A chegada, ou a certeza, desse auxílio encorajou os nativos da colônia a publicar sua Declaração de Independência (4 de julho de 1776). Traduzida em francês e circulando com o tácito consentimento do governo da França, esse pronunciamento foi saudado com entusiasmo e júbilo pelos *philosophes* e pelos discípulos de Rousseau, que descobriam na mesma alguns ecos do *Contrato Social*. Em setembro, o Congresso americano designou Benjamin Franklin e Arthur Lee para seguirem viagem para a França na qualidade de delegados, encontrarem-se com Deane e conseguirem não apenas mais suprimentos, mas, se possível, uma franca aliança.

Aquela não foi absolutamente a primeira vez que Franklin foi à Europa. Em 1724, com dezenove anos incompletos, seguiu para a Inglaterra, ali trabalhando como tipógrafo e publicando uma defesa do ateísmo.<sup>98</sup> Regressando a Filadélfia e ao deísmo casou-se, entrou para a loja maçônica e conquistou fama internacional como inventor e cientista. Em 1757, foi enviado a Londres como representante da Assembléia da Pensilvânia, num simpósio sobre tributação. Ficou na Inglaterra cinco anos, encontrou Johnson e outras notabilidades, foi à Escócia, conheceu Hume e Robertson, recebeu um título da Universidade de St. Andrews, e a partir de então foi denominado Dr. Franklin. De 1766 a 1775 esteve outra vez na Inglaterra, dirigiu-se à Câmara dos Comuns em oposição à Lei do Selo, tentou um entendimento, voltando à América quando viu que a guerra era iminente. Participou da redação da Declaração de Independência.

Chegou à França em dezembro de 1776, levando consigo dois netos. Contava então setenta anos, encarnando a própria sabedoria. Todo o mundo conhece aquela cabeça imponente, o escasso cabelo branco, o rosto como uma lua em todo o seu esplendor. Os cientistas cobriam-no de honrarias, os fisiocratas reivindicavam-no como um deles. Os admiradores de Roma antiga viam-no como Cincinato, Cipião Africano, e os dois Catões. Todos renascidos. As senhoras de Paris penteavam-se em uma massa de cabelos ondulados imitando sua cabeça de castor. Certamente haviam ouvido falar em seus muitos amores. Os cortesãos espantaram-se com sua simplicidade de maneiras, vestuário e modo de se expressar. Em vez de parecer ridículo em sua aparência quase rústica, era a frívola ostentação de veludos, sedas e rendas daqueles súditos reais que então parecia uma tentativa vã de encobrir a realidade com a impressão produzida. Contudo, estes também o aceitavam, pois ele não proclamava nenhuma utopia, falava com bom senso e sensatez, demonstrando ampla compreensão das dificuldades e dos fatos. Compreendiam que ele era protestante, deísta e republicano, procurando auxílio de um país católico e de um rei piedoso.

Desempenhou-se da tarefa cautelosamente. Não ofendeu a ninguém e encantou a todos. Apresentou seus respeitos, não apenas a Vergennes, como a Mirabeau *père* e Mme. du Deffand. Sua calva brilhou nos salões e na Academia de Ciências. Um jovem nobre, o Duque de La Rochefoucauld, sentiu-se orgulhoso de ser seu secretário. Multidões corriam atrás dele quando Franklin aparecia nas ruas. Seus livros, traduzidos e publicados como *Oeuvres complètes*, tiveram ampla aceitação. Um volume, *La Science du bonhomme Richard* (*O Almanaque do Pobre Richard*) teve oito edições

em três anos. Franklin freqüentou a Loja das Neuf Soeurs dos franco-maçons, tendo recebido o título de membro honorário. Os homens que lá encontrou auxiliaram-no a conquistar a França para uma aliança com a América. Contudo, não podia pedir imediatamente um apoio aberto ao governo. O exército de Washington estava em retirada diante de Sir William Howe, seu moral despedaçado. Enquanto esperava eventos mais propícios, Franklin estabeleceu-se em Passy, um agradável subúrbio de Paris, estudando, negociando, escrevendo propaganda sob pseudônimos, entretendo Turgot, Lavoisier, Morellet e Canabís; flertando com Mme. d'Houdetot, em Sannois, e Mme. Helvétius, em Auteuil, porque essas mulheres tinham um charme que as tornava imutavelmente jovens.

Nesse meio tempo, Beaumarchais e outros mandavam suprimentos para as colônias, e oficiais do exército alistavam-se para servir sob o comando de Washington. Silas Dean escreveu em 1776: "Estou assoberbado de trabalho com os requerimentos dos oficiais que vão para a América. (...) Se eu tivesse aqui dez navios poderia lotá-los com passageiros para a América."<sup>99</sup> Todo o mundo sabia que o Marquês de Lafayette, de dezenove anos, deixara uma esposa dedicada e grávida (abril de 1777) para servir, sem remuneração, no exército das colônias. Confessou a Washington: "A única coisa a que aspiro é a glória."<sup>100</sup> Nesta procura enfrentou muitos perigos e humilhações, foi ferido em Brandywine, compartilhou dos reveses de Valley Forge, e conquistou a terna afeição de Washington, geralmente reservado.

Em 17 de outubro de 1777, uma força de cinco mil soldados britânicos e três mil mercenários alemães, proveniente do Canadá, foi subjugada em Saratoga por um exército colonial de vinte mil homens, rendendo-se. Quando a notícia dessa vitória americana chegou à França, o apelo de Franklin, Deane e Lee, no sentido de uma aliança, encontrou maior receptividade entre os conselheiros do rei. Necker opôs-se, não desejando ver seu orçamento quase equilibrado perturbado com despesas de guerra. Vergennes e Maurepas venceram a relutância de Luís XVI, alertando-o de que a Inglaterra — há muito tempo sabedora e ressentida com o auxílio da França à América — poderia concluir a paz com suas colônias investindo toda a sua força militar contra a França. Em 6 de fevereiro de 1778, o governo francês assinou dois tratados com os "Estados Unidos da América". Um estabelecia relações de comércio e assistência, o outro estipulava secretamente que, se porventura a Inglaterra declarasse guerra à França, os signatários unir-se-iam em mútua defesa, nenhum podendo instituir a paz sem o consentimento do outro, e ambos continuariam lutando contra a Inglaterra até que a independência da América fosse conquistada.

Em 20 de março, Luís XVI recebeu os enviados americanos. Franklin botou meias de seda para a ocasião. Em abril, John Adams chegou para substituir Deane. Morou com Franklin em Passy, porém encontrou o velho filósofo tão ocupado com mulheres que pouco tempo sobrava para assuntos oficiais. Brigou com Franklin, tentando fazê-lo voltar, mas falhou e retornou à América. Franklin foi designado ministro plenipotenciário na França (setembro de 1777). Em 1780, com 74 anos pediu em vão Mme. Helvétius, de 71, em casamento.

A guerra era popular com quase todo francês, exceto Necker. Teve que levantar grandes somas que a França emprestara à América: um milhão de *livres* em 1776, três milhões mais em 1778, outro milhão em 1779, quatro em 1780, quatro em 1781,

seis em 1782.<sup>101</sup> Entrou em negociações privadas com Lorde North (1º de dezembro de 1779) na esperança de encontrar uma fórmula para a paz.<sup>102</sup> Além desses empréstimos, teve que levantar dinheiro para financiar o governo francês, o exército, a marinha e a corte. Ao todo, contraiu empréstimos com os banqueiros e o público, no montante de 530 milhões de *livres*.<sup>103</sup> Insinuou-se junto ao clero para obter um empréstimo de quatorze milhões, pagáveis parceladamente, com um milhão de *livres* ao ano. Ainda recusava-se a aumentar os impostos, embora a prosperidade da alta classe tornasse isso comparativamente fácil. Seus sucessores queixar-se-iam de que ele lhes havia deixado essa inevitável necessidade. Os financistas favoreciam-no porque ele lhes permitia, ao efetuar o empréstimo, as altas taxas de juros por eles estipuladas, sob a alegação de estarem correndo crescentes riscos de jamais serem reembolsados.

A fim de fomentar a confiança nos grupos financeiros, Necker, com o consentimento do rei, publicou, em janeiro de 1781, um *Compte rendu au Roi*, cuja finalidade era informar o rei e a nação sobre as receitas e despesas do governo. Melhorou o quadro ao excluir os gastos militares e outros encargos "extraordinários", e ignorando a dívida nacional. O *Compte rendu* foi comprado pelo público a um índice de trinta mil exemplares em doze meses. Necker foi proclamado o mago das finanças, que salvara o governo da bancarrota. Catarina a Grande pediu a Grimm para expressar a Necker "sua infinita admiração pelo livro e pelos talentos dele".<sup>104</sup> Contudo, a corte irritou-se pelo fato de que as *Contas Apresentadas ao Rei* expusessem tantas irregularidades fiscais, tantas pensões que saíam do tesouro. Alguns atacaram o documento como apenas um panegírico do ministro a si mesmo. Maurepas tornou-se tão invejoso de Necker como o fora de Turgot; aliando-se a muitos outros para recomendar sua demissão. Embora tendo-se aborrecido com as economias de Necker, a rainha defendeu-o, mas Vergennes chamou-o de "revolucionário".<sup>105</sup> e os incidentes, receosos de que Necker planejasse prejudicá-los, estabelecendo mais assembléias provinciais, compartilharam das invectivas e perseguição. Necker foi o agenciador de sua própria queda ao declarar que se demitiria, a menos que lhe fossem dados o título completo e a autoridade de ministro com assento no Conseil du Roi. Maurepas disse ao rei que, se tal ocorresse, todos os outros ministros abandonariam seus postos. Luís XVI cedeu, aceitando a renúncia de Necker (19 de maio de 1781). Toda Paris, com exceção da corte, lastimou sua queda. José II enviou condolências. Catarina a Grande convidou-o a ir à Rússia, a fim de dirigir suas finanças.<sup>106</sup>

Em 12 de outubro de 1779, a Espanha aliou-se à França contra a Inglaterra e as esquadras espanhola e francesa, os 140 navios de linha, que agora se igualavam aos 150 navios da marinha britânica,<sup>107</sup> interromperam o domínio dos mares por parte da Grã-Bretanha. Essa alteração na balança do poderio naval influiu na guerra americana. O principal exército inglês na América, composto de sete mil homens sob o comando de Lorde Cornwallis, mantinha uma fortificação em Yorktown, no Rio York, nas proximidades da Baía de Chesapeake. Lafayette, com cinco mil homens, e Washington, com onze mil (inclusive três mil franceses sob a direção do Conde de Rochambeau), convergiram sobre Yorktown, capturando qualquer um que se aproximasse da terra. Em 5 de setembro de 1781, uma esquadra francesa, comandada pelo Conde de Grasse, derrotou o esquadrão inglês na baía, fechando depois qualquer via de escape por mar da força de Cornwallis, inferior em número. Esgotadas as provisões, Corn-

wallis rendeu-se com todos os seus homens (19 de outubro de 1781). A França podia dizer que de Grasse, Lafayette e Rochambeau haviam desempenhado os maiores papéis no que se pode dizer ter sido o evento decisivo da guerra.

A Inglaterra desejou negociar a paz. Shelburne enviou missões separadas ao governo francês e aos enviados americanos na França, na esperança de jogar um aliado contra o outro. Vergennes já havia (1781) conjecturado a paz com a Inglaterra com base na partilha da maior parte da América do Norte entre Inglaterra, França e Espanha.<sup>108</sup> Entrou em entendimentos com a Espanha para conservar o Vale do Mississipi sob controle europeu.<sup>109</sup> Em novembro de 1782, propôs apoiar os ingleses em suas tentativas de excluir os estados americanos dos direitos de pesca da Terra Nova.<sup>110</sup> Essas negociações estavam absolutamente na linha dos precedentes diplomáticos, mas os enviados americanos, delas tomando conhecimento, sentiram-se no direito de operar com igual reserva. Vergennes e Franklin concordaram que cada um dos aliados poderia negociar em separado com a Inglaterra, porém nenhum assinaria qualquer tratado de paz sem aquiescência do outro.<sup>111</sup>

Os negociadores americanos — principalmente John Jay e Franklin — desempenharam suas funções diplomáticas brilhantemente. Conquistaram para os Estados Unidos não apenas independência, porém acesso à pesca na Terra Nova, os Grandes Lagos e toda a vasta e fértil área entre os Alleghenies e o Mississipi. Constituíam condições muito melhores do que o Congresso americano esperara obter. Em 30 de novembro de 1782, Franklin e Adams assinaram um tratado preliminar com a Inglaterra. Formalmente, o referido tratado violava o acordo com Vergennes, porém estipulava que somente seria válido depois que a Inglaterra concretizasse a paz com a França. Vergennes queixou-se, depois aceitou a situação. Em 3 de setembro de 1783, o tratado definitivo foi assinado — “em nome da Trindade Sacratíssima e indivisível”<sup>112</sup> entre a Inglaterra e a América, em Paris; entre a Inglaterra, a França, e a Espanha, em Versalhes. Franklin permaneceu na França, na qualidade de embaixador dos Estados Unidos, até 1785. Quando, em 17 de abril de 1790, ele morreu em Filadélfia, a Assembléia Constituinte francesa decretou luto de três dias.

O governo francês ficou falido em virtude da guerra, fato este que levou à Revolução. Ao todo, a França gastara um bilhão de *livres* no conflito, e os juros sobre a dívida nacional arrastavam o tesouro diariamente para a insolvência. Não obstante, aquela dívida um assunto entre o governo e os ricos, e quase não afetava as pessoas do povo, muitas das quais tinham prosperado com o estímulo à indústria. A monarquia estava criticamente prejudicada, mas a nação não. Por outro lado, como poderá a história explicar a habilidade com que a economia e os exércitos da França Revolucionária puderam opor-se à metade da Europa, de 1792 a 1815?

Sem dúvida, o espírito da França estava enaltecido. Os estadistas viam na paz de 1783 uma triunfante ressurreição do aviltamento de 1763. Os *philosophes* aclamaram o resultado como uma vitória de seus pontos de vista. E, na verdade, disse de Tocqueville, “Os americanos pareciam ter executado o que os nossos escritores concebiam”.<sup>113</sup> Muitos franceses viram naquela realização das colônias um presságio inspirador da democracia ampliando-se por toda a Europa. Idéias democráticas infiltravam-se até na aristocracia e nos *parlements*. A Declaração dos Direitos, elaborada pela convenção constitucional da Virgínia, em 12 de junho de 1776, e a Carta

dos Direitos acrescentada à Constituição Americana, tornaram-se partes dos modelos para a Declaração dos Direitos do Homem promulgada pela Constituinte francesa em 26 de agosto de 1789.

Era a glória final, a culminante fidalguia da França feudal, que ela fez morrer ao auxiliar a instituir a democracia na América. É verdade que a maioria dos estadistas franceses pensaram em termos de revitalizar a França. Mas o entusiasmo de nobres como Lafayette e Rochambeau era real. Arriscaram a vida muitas e muitas vezes a serviço do Estado que acabava de nascer. "Eu estava longe de ser o único", escreveu o jovem Conde de Ségur, "cujo coração palpitava ao som da liberdade que despertava, lutando para despojar-se do grilhão do poder arbitrário."<sup>114</sup> A famosa rendição dos direitos feudais pelos aristocratas na Assembléia Constituinte (4 de agosto de 1789) estava ali pressuposta e preparada. Foi um bravo haraquiri. A França deu dinheiro e sangue à América, recebendo em troca um novo e poderoso impulso para a liberdade.

# A Morte e os Filósofos

1774-1807

## I. O FINAL DE VOLTAIRE

### 1. *Crepúsculo em Ferney*

EM 1774, ele tinha oitenta anos. Naquela época era acometido de pequenos acessos de mal-estar, que denominaremos leves derrames, e que ele chamava *petits avertissements*. Afastava-os, já há muito acostumado a estar morrendo. E ia deixando-se viver, saboreando a adulação de reis e rainhas. Catarina a Grande considerava-o o “mais ilustre homem de nossa era”.<sup>1</sup> Frederico o Grande declarou em 1775: “As pessoas se dilaceram na luta pelos bustos de Voltaire nas fábricas de porcelana”, em Berlim, “onde não as modelam bastante rápido para atender à procura.”<sup>2</sup> Há muito que Ferney já se tornara o centro das peregrinações dos intelectuais da Europa. Era, então, quase um santuário religioso. Ouçamos Mme. Suard depois de sua visita, em 1775: “Vi M. de Voltaire. Os êxtases de Santa Teresinha jamais se comparam com o que experimentei ao ver aquele grande homem. Parecia-me estar na presença de um deus, um deus querido e adorado, a quem pude, afinal, demonstrar toda a minha gratidão e todo o meu respeito.”<sup>3</sup> Quando ele passou por Genebra, em 1776, quase ficou sufocado pela multidão entusiástica que o rodeou.<sup>4</sup>

Mesmo com oitenta e tantos anos, continuou a se interessar pela política e pela literatura. Celebrou a ascensão de Luís XVI com um *Éloge historique de la raison* que, pelo artifício do vaticínio, fazia-o sugerir algumas reformas que poderiam tornar o novo soberano amado até a posteridade:

As leis devem ser uniformes.(...) Pluralismos [vários benefícios concedidos a um eclesiástico], despesas supérfluas, devem ser cortados.(...) Ao pobre, cujo trabalho é árduo, devem ser dadas as imensas fortunas de certos ociosos que fizeram voto de pobreza. Os casamentos de centenas de milhares de famílias [protestantes] úteis ao Estado não devem mais ser considerados concubinato, nem os filhos julgados ilegítimos.(...) Pequenos erros não serão mais punidos como grandes crimes.(...) Não será mais empregada a tortura.(...) Cessará a existência de dois poderes [Estado e Igreja], porque somente poderá existir um — o da lei monárquica, o poder detido pela nação, em uma república.(...) E, finalmente, ousaremos pronunciar a palavra *tolerância*.<sup>5</sup>

Luís XVI realizou muitas dessas reformas, excetuando a eclesiástica. Sinceramente piedoso, convencido que a lealdade da igreja era um auxílio indispensável ao trono, deplorava a influência de Voltaire. Em julho de 1774, seu governo instruiu o intendente da Borgonha para vigiar o velho herege, e apreender todos os seus documentos logo após sua morte. Maria Antonieta simpatizava com Voltaire, chorando quando da representação de *Tancrède*, da autoria dele, e dizendo que gostaria de “beijar o autor”.<sup>6</sup> Ele enviou-lhe alguns delicados versos.

Teve um rasgo de otimismo quando seu amigo Turgot foi nomeado controlador-geral das finanças, mas quando ele foi demitido, viu-se acometido de um negro pessimismo, à moda de Pascal, sobre os negócios humanos. Tornou a ser feliz quando adotou uma filha. Reine Philiberte de Varicourt lhe foi apresentada, em 1775, como uma menina cuja família era muito pobre para dar-lhe um dote, e planejava enviá-la a um convento. Sua beleza inocente sensibilizou o coração do velho. Tomou-a para viver em sua casa, chamou-a “Belle et Bonne” e encontrou-lhe um marido — o jovem e endinheirado Marquês de Villette. Casaram-se em 1777, passando a lua-de-mel em Ferney. “Meus jovens amantes dão prazer de ver”, escreveu. “Trabalham dia e noite para me darem um pequeno filósofo.”<sup>7</sup> O octogenário sem filhos regozijava-se só de pensar em ser pai, mesmo por procuração. Nesse meio tempo, compôs seu último drama, *Irène*, enviando-o à Comédie-Française. Sua recepção (janeiro de 1778) criou um problema. A companhia tinha por norma encenar as peças por ordem de entrada. Duas haviam chegado e aceitas antes de Voltaire — uma por Jean-François de Laharpe, a outra por Nicolas Barthe. Ambos os autores renunciaram a seus direitos prioritários de representação. Barthe escreveu à companhia:

Um novo drama de M. de Voltaire lhe foi lido, na ocasião em que o senhor estava cogitando do *L'Homme personnel*. O senhor só tem uma coisa a fazer: não pensar mais na minha peça. Tenho conhecimento das normas prescritas sobre precedência. Mas que autor ousaria reivindicar o regulamento num caso como este? M. de Voltaire eleva-se acima da lei como um monarca. Se não tenho a honra de fazer de minha contribuição o prazer do público, o menos que me resta é não interceptar o seu caminho para o encantamento que certamente será propiciado por este novo drama da pena que criou *Zaïre* e *Mélope*. Espero que esta peça seja levada o mais breve possível. Possa seu autor, como Sófocles, continuar a escrever até os cem anos de idade, e que vós, senhores, vivam inundados em aplausos.<sup>8</sup>

Quando esta notícia chegou a Voltaire, ele, com prazer, alimentou a idéia de ir a Paris para dirigir a encenação da peça. Afinal, não havia nenhuma proibição expressa de sua ida a Paris. E se os padres o atacassem de seus púlpitos? Já estava acostumado. E se eles convencessem o rei a mandá-lo para a Bastilha? Bem, a isso também estava acostumado. Que prazer o de rever a grande cidade, então a capital do Iluminismo! Como devia estar mudada, desde que de lá fugira, 28 anos antes! E, além do mais, Mme. Denis, há muito enfiada de Ferney, sempre lhe suplicava para levá-la de volta a Paris. O Marquês de Villette ofereceu-se a acomodá-lo confortavelmente em seu *hôtel*, na Rue de Beaune. Uma dezena de mensagens de Paris dizia: Venha!

Decidiu ir. Se a viagem o matasse, apenas anteciparia levemente o inevitável. Já era tempo de morrer. Os empregados da casa, os administradores da fazenda, os camponeses de suas terras e os trabalhadores de sua colônia industrial protestaram e



se lastimaram. Prometeu voltar dentro de seis semanas, mas eles tristemente estavam convencidos que jamais tornariam a vê-lo. E qual o sucessor que os trataria tão bem como ele? Quando sua comitiva deixou Ferney (5 de fevereiro de 1778), os dependentes reuniram-se ao seu redor. Muitos choraram, e ele próprio não pôde reter as lágrimas. Cinco dias mais tarde, após uma viagem de 450 quilômetros, avistou Paris.

## 2. *Apoteose*

Às portas da cidade, os funcionários examinaram a carruagem para ver se havia contrabando. “Dou-lhes minha palavra, cavalheiros”, assegurou-lhes Voltaire, “que aqui não há nenhum contrabando, exceto eu mesmo.”<sup>9</sup> Wagnière, seu secretário, assegura-nos que seu patrão “gozou durante todo o percurso de uma saúde excelente. Nunca o vi com o gênio tão agradável. Sua alegria era deliciosa”.<sup>10</sup>

Acomodações lhe haviam sido reservadas na residência de M. de Villette, na esquina da Rue de Beaune e o Quai des Théatins, à margem esquerda do Sena. Logo após descer do coche, Voltaire andou ao longo do cais até a casa, que ficava perto da de seu amigo d’Argental, então com 78 anos. O conde não estava em casa, porém seu filho apareceu no Hôtel Villette. “Deixei a morte em paz para vir vê-los”, disse Voltaire. Outra amizade antiga mandou um bilhete de boas-vindas, ao qual ele respondeu com seu habitual floreio obituário: “Cheguei morto, e desejo reviver apenas para atirar-me aos pés de Madame la Marquise du Deffand.”<sup>11</sup> O Marquês de Jaucourt foi dizer que Luís XVI estava furioso com a vinda de Voltaire a Paris, mas Mme. de Polignac assegurou-lhe que Maria Antonieta o protegeria.<sup>12</sup> O clero achou que ele devia ser banido, porém não foi encontrada nenhuma proibição oficial sobre a vinda de Voltaire, e Luís XVI limitou-se a rejeitar o pedido da rainha para que o escritor mundialmente conhecido fosse autorizado a apresentar-se à corte.<sup>13</sup>

Quando espalhou-se a notícia em Paris que o homem que havia estabelecido o espírito intelectual do século saíra do seu longo exílio, os aposentados no Hôtel Villette transformaram-se numa verdadeira corte ao redor de um trono. Segundo registro, em 11 de fevereiro, mais de trezentas pessoas apresentaram-se, entre elas Gluck, Piccini, Turgot, Talleyrand, Marmontel e as madames Necker, du Barry e du Deffand. Franklin foi com um neto de dezessete anos, pedindo a bênção do patriarca para ele. Voltaire elevou as mãos acima da cabeça do rapaz, dizendo em inglês: “Meu filho, Deus e liberdade, lembre-se dessas duas palavras.”<sup>14</sup> Como a onda de visitas continuava, dia após dia, o Dr. Tronchin escreveu ao Marquês de Villette: “Voltaire está vivendo agora mais do seu capital do que dos juros, e suas forças em breve ficarão esgotadas com tal modo de vida.” Esta nota foi publicada no *Journal de Paris*, em 19 de fevereiro, aparentemente para afastar os curiosos.<sup>15</sup> O próprio Voltaire previra, em Ferney, quanto lhe custaria aquele triunfo: “Eu morreria em quatro dias se tivesse que viver como um homem da sociedade”.<sup>16</sup>

Alguns clérigos pensaram que seria de bom alvitre obter a reconciliação dele com a Igreja Católica. Ele ficou um tanto inclinado, pois sabia que somente os que morriam nos braços da Igreja podiam ser enterrados em terra consagrada, e todos os cemitérios em França eram terra consagrada. De modo que recebeu afirmativamente uma

carta datada de 20 de fevereiro, na qual o Abade Gaultier pedia uma entrevista. O abade foi no dia 21. Conversaram um pouco, sem nenhum resultado teológico que se saiba. Mme. Dénis pediu ao abade para ir-se. Voltaire disse-lhe que ele poderia voltar. No dia 25, Voltaire foi acometido de severa hemorragia, botando sangue pela boca e nariz quando tossia. Pediu a seu secretário para convocar Gaultier. Wagnière confessa: "Evitei enviar a carta, não desejando que se soubesse da demonstração de fraqueza por parte de M. de Voltaire. Assegurei-lhe que não haviam encontrado o abade."<sup>17</sup> Wagnière sabia que os céticos de Paris esperavam que Voltaire não se rendesse à Igreja no último momento, e talvez ele houvesse ouvido o vaticínio de Frederico o Grande: "Ele vai desonrar a todos nós."<sup>18</sup>

Tronchin foi e fez cessar a hemorragia, mas durante 22 dias Voltaire escarrou sangue. No 26º dia, ele escreveu a Gaultier: "Peço-lhe que venha o mais breve possível."<sup>19</sup> Gaultier foi no dia seguinte, pela manhã, encontrou Voltaire dormindo e retirou-se. No dia 28, Voltaire entregou a Wagnière uma confissão de fé: "Morro adorando Deus, amando meus amigos, não detestando meus inimigos, e detestando perseguição."<sup>20</sup> Gaultier voltou em 2 de março, Voltaire pediu para confessar-se. O abade respondeu que Jean de Tersac, cura de St. Sulpice, exigira que ele obtivesse uma retratação antes de ouvir a confissão. Wagnière protestou. Voltaire pediu pena e papel, escrevendo de próprio punho:

Eu, o abaixo-assinado, durante quatro meses acometido de vômitos de sangue, com 84 anos, impossibilitado de arrastar-me até a igreja, e o cura de St. Sulpice, deseioso de acrescentar às suas obras esta de enviar M. l'Abbé Gaultier, padre, confessei-me a ele e [declaro] que se Deus se inclinar a meu favor, morro dentro da religião católica, na qual nasci, esperando que sua divina misericórdia perdoe todos os meus pecados, e que, se eu algum dia escandalizei a Igreja, peço perdão a Deus e à sua Igreja. Assinado, VOLTAIRE, em 2 de março de 1778, na casa do Marquês de Villette.<sup>21</sup>

M. de Vielleville e o Abade Mignot (sobrinho de Voltaire) assinaram a declaração na qualidade de testemunhas. Gaultier levou-a ao arcebispo em Conflans (um subúrbio) e ao cura de St. Sulpice, declarando ambos que achavam-na inadequada.<sup>22</sup> Não obstante, Gaultier preparou-se para administrar a comunhão, mas sugeriu que fosse adiada, dizendo: "Estou continuamente tossindo e escarrando sangue. Devemos evitar misturar o meu sangue com o do bom Deus."<sup>23</sup> Não sabemos com que espírito — piedoso ou caprichoso — isso foi dito.

Em 3 de março, Diderot, d'Alembert e Marmontel foram ver o doente. Quando Gaultier apareceu aquele dia, com instruções de seu superior para obter uma confissão "menos equívoca e mais detalhada", recebeu recado de que Voltaire não estava em condições de recebê-lo. Gaultier voltou várias vezes, mas sempre era despachado por um guarda à porta. Em 4 de março, Voltaire escreveu ao cura de St. Sulpice, desculpando-se por ter tratado com um subordinado. Em 13 de março, o cura foi recebido, contudo parece que nada resultou desse encontro, exceto uma troca de cortêsias.<sup>24</sup> Nesse meio tempo, as hemorragias cessaram. Voltaire sentiu as forças voltando e a religiosidade declinando.

Em 16 de março, *Irène* foi levada no Théâtre-Français. Quase toda a corte compare-

ceu, inclusive a rainha. A peça não estava à altura de Voltaire, porém foi aplaudida como uma maravilhosa produção para um homem de 84 anos. Doente demais para assistir, Voltaire era notificado, ato por ato, sobre a reação do público, e no dia 17 uma comissão da Academia Francesa foi levar-lhe congratulações. Em 21 de março sentiu-se bem e saiu de carruagem. Visitou Suzanne de Livry, Marquesa de Gouvernet, que fora sua amante há 63 anos. No dia 29 visitou Turgot.

O seu dia máximo foi 30 de março. À tarde, foi ao Louvre para uma sessão da Academia. "Quando ele saiu de casa", relatou um escritor russo, Denis von Visin, então em Paris, "a carruagem foi acompanhada até a Academia por uma infundável multidão, que aplaudia constantemente. Todos os acadêmicos saíram para recebê-lo."<sup>25</sup> D'Alembert saudou-o com um discurso que encheu de lágrimas os olhos do ancião. Voltaire foi colocado na cadeira presidencial, eleito presidente por aclamação no segundo trimestre. Terminada a sessão, foi ele conduzido à carruagem, que se movimentou com dificuldade ao Théâtre-Français através de uma incrível multidão que continuava repetindo: "Viva Voltaire."

Quando entrou no teatro, a platéia e os atores levantaram-se para recebê-lo. Dirigiu-se ao camarote onde Mme. Denis e a Marquesa de Villette o aguardavam. Sentou-se atrás delas. A audiência apelava para que aparecesse. Sentou-se entre as duas senhoras. Indo até o camarote, um ator colocou uma coroa de louros na cabeça de Voltaire. Ele retirou-a, colocando-a sobre a cabeça da marquesa, mas ela insistiu para que ele a aceitasse. Vozes faziam-se ouvir na assistência: "Viva Voltaire", "Viva Sófocles!", "Honra ao filósofo que ensina o homem a pensar!", "Glória ao defensor de Calas!"<sup>26</sup> "Aquele entusiasmo", disse Grimm, que estivera presente, "aquele delírio geral, durou mais de vinte minutos."<sup>27</sup> Então, Irène foi à cena pela sexta vez. No final, a platéia solicitou algumas palavras do autor. Voltaire aquiesceu. A cortina subiu outra vez. Os atores haviam tirado um busto de Voltaire do vestibulo, colocando-o no palco. Então, cobriram-no de louros e Mme. Vestrice, que fizera o papel de Irène, leu a Voltaire alguns versos laudatórios:

*Aux yeux de Paris enchanté  
Reçois en ce jour un hommage  
Que confirmera d'âge en âge  
La sévère postérité.  
Non, tu n'as pas besoin  
d'atteindre au noir rivage  
Pour jouir de l'honneur  
de l'immortalité.  
Voltaire, reçois la couronne  
Que l'on vient de te présenter;  
Il est beau de la mériter  
Quand c'est la France qui la donne*<sup>28</sup>

Aos olhos de Paris encantada  
Neste dia recebas a homenagem  
Que confirmará de era em era  
a severa posteridade.  
Não, tu não precisas  
alcançar a margem escura  
Para gozar a honra  
da imortalidade.  
Voltaire, aceite a coroa  
Que te foi ofertada;  
É belo merecê-la  
Quando é a França que a dá.

A audiência pediu a repetição dos versos, o que foi feito. Durante os aplausos, Voltaire levantou-se. Todos se afastaram para ele passar. Foi conduzido à carruagem em meio a uma multidão entusiasta. Archotes foram trazidos, mandaram o cocheiro andar a passo, ao acompanhamento da multidão até o Hôtel de Villette.<sup>29</sup> No que nos é dado saber, nunca houve cena igual em toda a história da literatura francesa.

Mme. Vigée-Lebrun, que presenciou tudo isso, escreveu: “O célebre velho estava tão magro e frágil, que temi que aquelas emoções tão fortes lhe causassem um golpe fatal.”<sup>30</sup> Tronchin aconselhou-o a voltar a Ferney o mais cedo possível. Mme. Denis suplicou ao tio que fizesse de Paris o seu lar. Embriagado pela recepção que recebera, Voltaire concordou com ela. Elogiou o povo de Paris como o mais alegre, polido, esclarecido e indulgente do mundo, dotado do maior gosto, melhores diversões, e artes.<sup>31</sup> Por instantes, esqueceu-se da “*canaille*”. Logo percorreu em sua carruagem os arredores da cidade, à procura de casa. Em 27 de abril comprou uma. Tronchin, enraivecido, exclamou: “Já vi muitos loucos na vida, mas nenhum mais louco do que este. Faz cálculos para daqui a duzentos anos.”<sup>32</sup>

Em 7 de abril, Voltaire foi conduzido à Loja Maçônica “Nove Irmãs”. Iniciaram-no na qualidade de sócio sem que precisasse passar pelas usuais fases preliminares. Uma coroa de louros foi colocada em sua cabeça, seguindo-se um discurso do presidente: “Juramos auxiliar nossos irmãos, mas vós fostes o fundador de uma colônia inteira que o adora, e que é cumulada por seus benefícios.(...) Vós, mui querido irmão, fostes um franco-maçom antes de receberes o grau(...) e cumpristes as obrigações de um maçom antes de prometer observá-las.”<sup>33</sup> No dia 11 retribuiu a visita de Mme. du Deffand, indo vê-la em seu apartamento no Convento de São José. Ela sentiu seu rosto pelo contacto das mãos, seus elementos de visão, encontrando apenas ossos; mas no dia 12 escreveu a Horace Walpole: “Ele está animado como sempre. Tem 84 anos e, na verdade, penso que jamais morrerá. Tem o domínio de todos os seus sentidos, nenhum deles está enfraquecido. É um ente singular, e certamente superior.”<sup>34</sup> Quando as freiras souberam da visita de Voltaire, denunciaram a marquesa de profanar o claustro com a presença de um homem condenado pela Igreja e pelo Estado.<sup>35</sup>

No dia 27 de abril, voltou à Academia. O assunto do dia tratava da tradução, pelo Abade Delille, da *Epistle to Dr. Arbuthnot*, de Pope. Voltaire, que conhecia o original, cumprimentou o abade pela tradução. Aproveitou-se do ensejo para sugerir que o *Dicionário* da Academia devia sofrer uma revisão, a fim de enriquecer aquele idioma abonado com centenas de palavras novas, que já faziam parte do uso corrente e respeitado. Em 7 de maio, voltou à Academia com um plano para o novo dicionário. Ofereceu-se para encarregar-se de todas as palavras iniciadas por A, propondo que cada um dos membros tomasse a seu cargo uma letra. Ao despedir-se, agradeceu a todos “em nome do alfabeto”. O Marquês de Chastellux respondeu: “E nós lhe agradecemos em nome das letras.”<sup>36</sup> Naquela noite, assistiu, incógnito, a uma representação de *Alzire*. No final do quarto ato, a audiência aplaudiu o ator Larive. Voltaire juntou-se audivelmente aos aplausos, gritando: “*Ah, que c'est bien!*” (Ah! como foi bem representada!) A platéia o reconheceu e, em 45 minutos, recomeçou a loucura de 30 de março.

Talvez Voltaire tenha agido bem ao gozar as últimas semanas de vida à custa da saúde, em vez de encolher-se em sua privacidade para obter mais alguns dias penosos. Trabalhou tão ardentemente no plano de um novo dicionário, bebendo tanto café, às vezes 25 xícaras por dia, que não conseguia dormir à noite. Nesse meio tempo, sua estenose agravou-se, a micção tornou-se penosa e incompleta, os elementos tóxicos que deviam ser eliminados passaram para o sangue, produzindo uremia. O Du-

que de Richelieu enviou-lhe uma solução de ópio, recomendando-o como um anódino. Interpretando erroneamente as instruções, Voltaire bebeu o frasco inteiro de uma só vez (11 de maio). Caiu num delírio que durou 48 horas. Seu rosto estava deformado pelo sofrimento. Tronchin foi chamado, dando-lhe algum alívio, mas por vários dias Voltaire não pronunciou palavra, não suportando nenhum alimento. Pediu para ser levado de volta a Ferney, mas já era muito tarde.

Em 30 de maio, o Abade Gaultier e o cura de St. Sulpice foram vê-lo preparados para administrar os últimos sacramentos da Igreja, se Voltaire acrescentasse à sua profissão de fé anterior crença na divindade do Cristo. Uma história de Condorcet,<sup>37</sup> não confirmada, descreve Voltaire gritando: “Pelo amor de Deus, não me falem desse homem!” Laharpe contou que a resposta de Voltaire foi: “Deixem-me morrer em paz.” Desnoiresterres aceitou o relato usual, de que os padres, vendo Voltaire delirando, partiram sem lhe dar os sacramentos.<sup>38</sup> Tronchin declarou que as últimas horas do filósofo foram marcadas por extrema agonia e gritos furiosos.<sup>39</sup> A paz sobreveio às onze horas naquela noite.

O Abade Mignot, preyendo que o corpo de seu tio não receberia autorização para ser enterrado em um cemitério de Paris, sentou-o ereto em uma carruagem, mandando tocar para a Abadia de Scellières, na aldeia de Romilly-sur-Seine, a 90 quilômetros de distância. Naquele local, um padre prestou ao morto a cerimônia religiosa tradicional, com uma missa de corpo presente, permitindo que fosse enterrado na cripta funerária da igreja.

Uma ordem de Luís XVI proibiu a imprensa de mencionar a morte de Voltaire.<sup>40</sup> A Academia Francesa pediu aos frades franciscanos que rezassem uma missa para o morto, mas não foi possível obter autorização. Frederico o Grande, como de um cético para outro, conseguiu mandar rezar uma missa para Voltaire numa igreja católica em Berlim, compondo um fervoroso panegírico a seu amigo e inimigo, o qual foi lido na Academia de Berlim em 26 de novembro de 1778. Catarina a Grande escreveu a Grimm:

Perdi dois homens que nunca vi, que gostavam de mim, e os quais eu admirava — Voltaire e Lorde Chatham. Por muito tempo, talvez nunca, encontrarão eles — sobretudo o primeiro — seus semelhantes, e jamais seus superiores.(...) Há algumas semanas Voltaire foi dignificado publicamente e agora não ousam enterrá-lo. Que homem! O primeiro em sua pátria. Por que não se apossou do corpo dele em meu nome? Você devia tê-lo enviado a mim embalsamado. Ele teria tido o mais esplendoroso túmulo.(...) Se possível, compre sua biblioteca e seus documentos, inclusive as cartas. Paguei a seus herdeiros um bom preço.<sup>41</sup>

Mme. Denis recebeu 135 mil *livres* pela biblioteca, a qual foi transportada para o Hermitage, em São Petersburgo.

Em julho de 1791, por ordem da Assembléia Constituinte da Revolução, os restos mortais de Voltaire foram removidos da Abadia de Scellières, levados a Paris, carregados pela cidade em desfile triunfante e depositados na Igreja de Sainte Geneviève (que em breve seria denominada o Panthéon). No mesmo ano, o Quai des Théatins foi oficialmente rebatizado Quai de Voltaire. Em maio de 1814, durante a Restauração dos Bourbons, um grupo de piedosos vampiros removeu secretamente os ossos

de Voltaire e de Rousseau do Panthéon, colocou-os em um saco, enterrando-os num monturo nas adjacências de Paris. Nenhum vestígio deles permanece.

### 3. A Influência de Voltaire

Principiou com os períodos anticlericais em *Oedipe* (1718); hoje em dia, atua quase ecumenicamente. Incitou soberanos: Frederico II, Catarina II, José II, Gustavo III, e em menor grau Carlos III da Espanha, através de Aranda, e José II de Portugal, através de Pombal. No mundo intelectual dos últimos duzentos anos comparou-se somente à influência de Rousseau ou de Darwin.

Enquanto a influência moral de Rousseau ia em direção à ternura, ao sentimento e à restauração da vida familiar e da fidelidade conjugal, a influência moral de Voltaire tendia para a humanidade e a justiça, para o saneamento da legislação francesa e dos costumes contra as arbitrariedades legais e crueldades barbarescas. Ele, mais do que qualquer outro indivíduo, incitou o movimento humanitário que se tornou um dos créditos do século XIX. A fim de sentir a influência de Voltaire na literatura, necessitamos apenas nos lembrar de Wieland, Goethe, Byron, Shelley, Heine, Gautier, Renan, Anatole France. Sem Voltaire, teria sido impossível existir Gibbon, e os historiadores reconheceram sua liderança e direção ao darem menos atenção aos crimes dos homens e dos governos, e mais ao desenvolvimento da cultura, da moral dos costumes, da literatura e das artes.

Voltaire compartilhou da promoção da Revolução Francesa ao enfraquecer o respeito das classes intelectuais pela Igreja, e na crença da aristocracia em seus direitos feudais. Contudo, depois de 1789, a influência política de Voltaire foi subjugada pela de Rousseau. Voltaire era muito conservador e por demais escarninho das massas, demasiado do lado do *seigneur*, isto é, do senhor feudal. Robespierre rejeitou-o, e por dois anos o *Contrato Social* foi a bíblia da Revolução. Napoleão sentiu as duas influências dentro da seqüência usual: "Até os dezessete anos", recordar-se-ia, "eu teria lutado por Rousseau contra os amigos de Voltaire. Hoje é o contrário.(...) Quanto mais leio Voltaire, mais gosto dele. É um homem sempre racional, nunca charlatão, jamais um fanático."<sup>42</sup> Após a restauração dos Bourbons, os escritos de Voltaire tornaram-se um instrumento de pensamento burguês contra a nobreza e o clero ranascidos. Entre 1817 e 1829, houve doze edições das obras completas de Voltaire. Nesses doze anos foram vendidos mais de três milhões de exemplares das obras de Voltaire.<sup>43</sup> A cruzada Comunista sob Marx e Engels mais uma vez deu a liderança a Rousseau. Em geral, os movimentos revolucionários, desde 1848, seguiram mais Rousseau do que Voltaire na política, e Voltaire ao invés de Rousseau na religião.

A mais profunda e duradoura influência de Voltaire tem sido na crença religiosa. Através dele e de seus adeptos, a França contornou a Reforma, indo diretamente do Renascimento ao Iluminismo. Talvez seja esta uma das razões por que a mudança foi tão violenta. Não houve uma pausa do protestantismo. Alguns entusiastas acharam que o Iluminismo, no todo, foi uma reforma mais profunda do que a efetuada por Lutero e Calvino, porque desafiou não apenas os excessos do sacerdotalismo e da superstição, mas os próprios fundamentos do cristianismo, até mesmo de todos os cre-

dos sobrenaturais. Voltaire juntou em uma única voz todas as variedades do pensamento anticatólico. Deu-lhe mais força por meio da clareza, repetição e argúcia, e durante algum tempo parecia que ele havia posto abaixo o Templo no qual fora criado. Em todo o Cristianismo, as classes intelectuais foram lançados pelos *philosophes* em um ameno deísmo ou secreto ateísmo. Na Alemanha, a mocidade da geração de Goethe ficou profundamente influenciada. Goethe achava que "Voltaire sempre será considerado o maior homem da literatura dos tempos modernos, e talvez de todos os tempos".<sup>4</sup> Na Inglaterra, uma brilhante minoria — Godwin, Paine, Mary Wollstonecraft, Bentham, Byron, Shelley — sofreu influência de Voltaire, mas, de uma maneira geral, o deísmo inglês antecipara-o, deslustrando seus objetivos. Além do que, o homem bem-educado da Inglaterra achava que nenhum espírito culto atacaria uma religião que dava tanta calma e consolo às classes mais fracas e ao sexo mais frágil. Na América, os seus fundadores eram quase todos discípulos de Voltaire. Ali, assim como na Inglaterra, a influência de Darwin e da moderna biologia obscureceu a de Voltaire no enfraquecimento da crença religiosa; e, em nossos tempos, a teologia cristã sofre mais do que todos com o barbarismo sem paralelo de nossas guerras e com as audaciosas vitórias das ciências, que invadem os mesmos céus que outrora abrigavam deidades e santos.

A Voltaire, mais do que a qualquer um, devemos a tolerância religiosa que atualmente prevalece precariamente na Europa e na América do Norte. O povo de Paris considerava-o não como o autor de obras memoráveis, mas como defensor dos Calas e dos Sirvens. Depois dele, nenhum tribunal da Europa teria ousado quebrar um homem na roda mediante as acusações e as provas como as que condenaram Jean Calas. Livros como *Émile* ainda eram proibidos e queimados, porém suas cinzas auxiliaram a disseminar as idéias. A censura religiosa decresceu, até tacitamente admitir sua derrota. Se, como parece possível, nossos filhos tiverem de lutar novamente a batalha para a liberdade de pensamento, deixemo-los procurar inspiração nos 99 volumes de Voltaire. Ali não encontrarão nem uma página enfadonha.

## II. O EPÍLOGO DE ROUSSEAU: 1767-78

### 1. O Espírito Atormentado

Chegando à França em 22 de maio de 1767, após a infeliz estada na Inglaterra, Rousseau, quase no limite de sua sanidade, encontrou algum conforto na recepção que lhe foi tributada nas cidades pelas quais ele e Thérèse passaram. Embora viajasse com o pseudônimo de Jean-Joseph Renou, e ainda se encontrasse sob a interdição decretada contra ele em 1762, foi, não obstante, reconhecido e elevado. Amiens recebeu-o triunfalmente, e as outras cidades enviaram-lhe o *vin de ville*.

Muitos franceses — todos nobres — ofereceram-lhe um lar. Primeiro, Mirabeau *père*, que deu-lhe vinte propriedades para escolher. Rousseau preferiu Fleury-sous-Meudon, nas proximidades de Paris. Mas, como o marquês o apoquentasse para que lesse seus livros, Rousseau fugiu, refugiando-se com Louis-François de Bourbon, Príncipe de Conti, em Trye-le-Château, perto de Gisors (21 de junho de 1767). O príncipe pôs todo

o castelo à disposição de Rousseau, inclusive enviando músicos para lhe tocarem trechos leves. Jean-Jacques interpretou o gesto como uma insinuação à sua sanidade mental. Pensou que Choiseul e a Condessa de Boufflers (amante do Príncipe) haviam-se unido a Voltaire, Diderot e Grimm numa conspiração contra ele; e na verdade, Voltaire acusara-o de ter posto fogo no teatro em Genebra, que ardeu em 29 de janeiro de 1768.<sup>45</sup> Rousseau acreditava que todos em Gisors o consideravam um criminoso. Ansiava voltar a Genebra e escreveu a Choiseul pedindo-lhe que convencesse o Conselho Genebrês a reparar-lhe antigas ofensas.<sup>46</sup> Choiseul mandou-lhe uma autorização oficial para viajar em qualquer ponto da França, deixar o país e a ele voltar quantas vezes desejasse.<sup>47</sup> Rousseau, então, pensou em voltar para a Inglaterra. Escreveu a Davenport, perguntando se teria permissão de ocupar novamente a casa de Wooton. A resposta de Davenport foi: "Não há a mínima dúvida."

Temendo por sua vida em Trye, Rousseau dali fugiu em junho de 1768, deixando Thérèse no castelo por medida de segurança para ela. Foi para Lyon em diligência comercial, vivendo naquela cidade com parentes de Daniel Roguin, que lhe dera refúgio na Suíça em 1762. Entretanto, logo isolou-se na Hospedaria da Fonte Dourada, em Bourgoin-en-Dauphiné. Na porta de seu quarto colocou uma lista de pessoas que acreditava estarem conspirando contra ele. Mandou buscar Thérèse, recebeu-a com alegrias e lágrimas, decidindo, afinal, casar-se com ela, o que se realizou em cerimônia civil, na hospedaria, em data de 30 de agosto de 1768.

Em janeiro de 1769, mudou-se para uma fazenda em Mouquin, nas proximidades de Grenoble. Foi ali que compôs as quase insanas últimas páginas das *Confessions*, procurando acalmar os nervos com a prática da botânica. Thérèse achava seu gênio cada vez mais difícil. Ela mesma estava sofrendo de reumatismo e vagas indisposições, que às vezes se seguiam às "mudanças de vida". Os recém-casados tiveram briga tão séria que Rousseau partiu para uma excursão botânica, deixando-lhe uma carta na qual aconselhava-a a entrar para um convento (12 de agosto de 1769).<sup>48</sup> Quando voltou e encontrou-a à sua espera, o amor dos dois renasceu. Foi então que se arrependeu de ter repudiado os filhos que tiveram. "Feliz o homem", disse, "que pode criar seus filhos diante de seus próprios olhos!"<sup>49</sup> A uma jovem mãe escreveu: "A vida mais doce que se possa imaginar é a do lar.(...) Nada mais forte, mais constante e em maior identidade com nós mesmos do que nossa família e nossos filhos.(...) Mas logo eu, falando de família, de filhos.(...) Senhora, tende piedade daqueles cuja vida férrea os privou de tal felicidade, tende piedade deles se são infelizes, e ainda mais se são culpados!"<sup>50</sup>

O inverno em Mouquin foi difícil de suportar, em uma fazenda submetida a todos os ventos. Thérèse suplicava que fossem para Paris. Em 10 de abril de 1770, o casal continuou sua odisséia. Passaram um mês agradável em Lyon, onde a opereta de Rousseau, *Le Devin du village*, foi representada como parte de uma celebração em sua honra. Viajaram calmamente, com paradas em Dijon, Montbard, Auxerre. Finalmente, em 24 de junho de 1770, chegaram a Paris. Hospedaram-se no quarto andar de seus antigos aposentos no Hôtel Saint-Esprit, na Rue Platrière — agora denominada Rue Jean-Jacques Rousseau — em um dos mais barulhentos bairros da cidade.

Vivia modesta e silenciosamente, copiando música para obter pequena renda, e estudando botânica. Foi então (21 de setembro de 1771) que escreveu uma carta home-



nageando Lineu.<sup>51</sup> Quando se soube que ele estava em Paris, antigos amigos e novos admiradores acorreram a fim de visitá-lo. O Príncipe de Ligne (que lhe ofereceu um lar na sua propriedade perto de Bruxelas), Grétry e Gluck (que foi debater assuntos de música com ele), Goldoni, o dramaturgo, Sophie Arnould, a cantora, Gustavo, o príncipe-herdeiro da Suécia, e jovens autores como Jean-Joseph Dusaulx e Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre. Em 1777, recebeu o que Voltaire ambicionara e perdera — a visita do Imperador José II.<sup>52</sup> Sua livre entrada na Ópera (na qualidade de compositor) foi restabelecida, e ele ocasionalmente lá comparecia, sobretudo para ouvir Gluck. Bernardin de Saint-Pierre descreveu-o (então com sessenta anos) como esbelto, bem proporcionado, “com sobranceiras altaneiras e olhar chamejante(...) uma profunda tristeza marcada pelas rugas da testa, e uma alegria ávida e até pungente”.<sup>53</sup>

Apesar da promessa que havia feito, em 1762, de não escrever mais livros, Rousseau sentiu-se compelido a renovar suas composições pelos reiterados ataques de seus inimigos. Para responder a eles, assim como aos hostis mexericos de Paris e Genebra, iniciou as *Confessions* (1765). Em novembro de 1770, a obra estava completa e Rousseau, embora não desejasse publicá-la na íntegra, resolveu que determinadas partes, importantes para revidar os ataques, deveriam ser conhecidas em Paris. Então, em dezembro, leu para Dusaulx e outros, em seus aposentos, longos trechos do seu maior livro. A leitura durou dezessete horas, interrompida por duas refeições rápidas.<sup>54</sup> Em maio de 1771, fez outra leitura, perante o Conde e a Condessa d'Egmont, o Príncipe Pignatelli d'Egmont, a Marquesa de Mesme e o Marquês de Juigné. Concluiu com um feroz desafio:

Escrevi a verdade. Se alguém ouviu algo contrário do que acabo de declarar, mesmo comprovado milhares de vezes, deu ouvidos a uma calúnia e a uma falsidade. E, se ele se recusar a examiná-las e compará-las junto comigo enquanto estou vivo, não é amigo da justiça ou da verdade. Eu, por minha parte, declaro abertamente e sem o menor receio, que aquele que, mesmo sem ter lido minha obra, se dispuser a examinar, com seus próprios olhos, minha índole, maneiras, inclinações, prazeres e hábitos, e me considerar um homem desprezível, é ele quem merece o patíbulo.<sup>55</sup>

Aqueles que testemunharam sua intensa emoção, concluíram que ele estava perto de uma perturbação mental. Dusaulx declarou as suspeitas e recriminações de Rousseau indignas do “generoso e virtuoso Jean Jacques”. Essa crítica terminou a amizade entre os dois.<sup>56</sup> Os outros presentes à leitura levaram os ecos do que ali se passou aos salões de Paris, e certas almas sensíveis acharam que Rousseau os tinha ofendido. Mme. d'Épinay escreveu ao secretário-geral de polícia:

Devo informar-lhe novamente que a pessoa de quem lhe falei ontem pela manhã, leu sua obra para os Senhores Dorat, de Pezay, e Dusaulx. De vez que ele está usando esses homens como confidentes de um libelo, o senhor tem o direito de lhe dizer o que pensa a respeito. Acho que o senhor deve dirigir-se a ele com bastante delicadeza, para que não tenha motivo de queixa, porém de modo bem firme para que não repita a falta. Se o senhor conseguir que ele lhe dê sua palavra de honra, ele a cumprirá. Peço-lhe mil vezes perdão, mas é minha paz de espírito que estava em jogo.<sup>57</sup>

A polícia pediu a Rousseau que não fizesse mais leituras; ele prometeu. Rousseau concluiu que nunca seria ouvido lealmente em sua vida, e este sentimento de frustração contribuiu para desequilibrar seu espírito. Depois de 1772, fechou suas portas a todo mundo, exceto Bernardin de Saint-Pierre. Em seus passeios solitários via um inimigo em todas as pessoas que passavam perto dele. À parte esses aspectos hostis, seu bom gênio persistia. Contribuiu, sob os protestos de Voltaire, para o fundo destinado a uma estátua deste último. Quando um abade mandou-lhe uma brochura denunciando Voltaire, ele interpelou o escritor: "Voltaire", disse ele, "é, sem dúvida, um homem mau, a quem não pretendo elogiar, mas ele disse e fez tantas coisas boas que deveríamos fechar os olhos sobre suas irregularidades."<sup>58</sup>

Quando conseguia afastar o espírito das "conspirações" que via ao seu redor, era capaz de escrever com a mesma clareza de antes, com surpreendente conservadorismo e a mesma maestria. Já vimos como a Convenção Polonesa de 1769 pediu-lhe sugestões para uma nova constituição. Ele principiou, em outubro de 1771, *Considérations sur le gouvernement de la Pologne*, terminando em abril de 1772. A impressão que nos deixou esta constituição é que ela viola todos os princípios para os quais ele lutou tão apaixonadamente. Ao ler o referido documento na velhice sentimo-nos confortados de ver que Rousseau (então com sessenta anos) também envelhecia e que, como os velhos gostam de dizer, amadureceu. O mesmo homem que proclamou "O homem nasceu livre e em toda parte está acorrentado", aconselhava então aos poloneses, cujo "voto livre" os condenara à anarquia, que a liberdade é tanto um teste quanto uma dispensa, e requer uma autodisciplina muito mais árdua do que a obediência aos comandos externos.

A liberdade é um alimento forte, que necessita também de uma boa digestão. (...) Rio-me daqueles povos degradados que se sublevam em revolta a uma palavra de um intrigante. Que ousam falar em liberdade ignorando totalmente o seu significado. E imaginam que, para se tornarem livres, basta se rebelar. Alentada e santa liberdade! Se eles soubessem o preço de conquistar-te e conservar-te. Se eles soubessem como são mais severas as tuas leis do que o pesado jugo do tirano!<sup>59</sup>

A vida e Montesquieu ensinaram a Rousseau que discussões tais como as do seu *Contrato Social* são vãos *in vacuo*, teorias abstratas sem um apoio na realidade. Todos os Estados, ele passou então a admitir, estão enraizados na história e nas circunstâncias, e morrerão se suas raízes são indiscriminadamente cortadas. Portanto, aconselhou os poloneses a não procederem a repentinas alterações em sua constituição. Deviam conservar o seu monarca eletivo, mas limitando o seu *liberum veto*. Deveriam manter o catolicismo como religião do Estado, porém desenvolvendo sistemas educacionais independentes da Igreja.<sup>60</sup> Com suas condições atuais de comunicação e transporte, a Polônia parecia-lhe grande demais para ser governada por um sistema centralizado, sendo melhor dividi-la em três estados federados apenas no que se referia aos contatos mútuos e assuntos externos. Aquele que outrora denunciara a propriedade privada como fonte de todos os males, agora sancionava o feudalismo polonês. Propunha uma tributação geral no país, porém deixando intactos os atuais direitos de propriedade. Esperava que um dia a servidão seria abolida, porém não advogava seu próximo fim. Isto, julgava ele, devia esperar, até que os servos tivessem mais educação. Tudo, insis-

tia, dependia do alcance da educação. Promover a liberdade mais rápido do que a inteligência e o caráter moral constituiria um “abre-te sésamo” para o caos e a divisão.

A divisão efetuou-se antes que Rousseau terminasse seu ensaio. Na Polônia, como na Córsega, a *Realpolitik* ignorou sua legislação filosófica. Esta dupla frustração contribuiu para amargurar-lhe os últimos anos e intensificar o desdém pelos *philosophes*, que haviam elogiado como déspotas esclarecidos e reis filósofos os governantes — Frederico II, Catarina II e José II — que estavam desmembrando a Polônia.

Em 1772, começou outra tentativa de responder a seus inimigos. Denominou-a *Dialogues: Rousseau juge de Jean-Jacques*. Trabalhou incessantemente no livro de 540 páginas por quatro anos, com o espírito cada vez mais obscurecido à medida que prosseguia. O prefácio pedia ao leitor para ler os três diálogos completa e profundamente. “Atender a esta graça que lhe é pedida por um coração oprimido pela tristeza é uma dívida de justiça que o Céu lhe impõe.”<sup>61</sup> Admitiu as “digressões, as repetições, a verborrêia, e a desordem da composição”,<sup>62</sup> mas há quinze anos (assim disse ele) existia uma conspiração para difamá-lo, e precisava justificar-se antes de morrer. Negou qualquer contradição entre o individualismo do *Discurso* e o coletivismo do *Contrato Social*. Lembrou a seus leitores que jamais desejara destruir as ciências e as artes em troca do barbarismo. Descreveu suas obras — principalmente *Julie* e *Émile* — como repletas de virtude e ternura, e perguntou como poderiam tais livros ser escritos por um doido devasso, como seus detratores o descreveram.<sup>63</sup> Acusava seus inimigos de estarem queimando sua efígie, e cantando-o em zombaria.<sup>64</sup> Mesmo agora, lamentava-se, todos os seus visitantes eram vigiados, e seus vizinhos incentivados a insultá-lo.<sup>65</sup> Repetiu a história de seu nascimento, sua família, mocidade, descrevendo a brandura e integridade de seu caráter, porém confessava-se preguiçoso, “com propensão para a divagação”<sup>66</sup> e com tendência para criar, durante os passeios solitários, um mundo imaginário no qual, por um instante, ele seria feliz. Confortava-se com a previsão de que “o dia chegará, assim o espero, em que os bons e os honrados abençoarão minha memória e chorarão a minha sorte”.<sup>67</sup>

No diálogo final, acrescentou um capítulo intitulado “A História Desta Obra”. Contou de que maneira, a fim de chamar a atenção de Paris e Versalhes, resolvera depositar um exemplar do manuscrito, dirigido à Providência, no altar-mor da Catedral de Notre-Dame. Pensou em fazer isso em 24 de fevereiro de 1776. Encontrando o santuário bloqueado por uma grade, procurou entrar pelo lado. Como as entradas também estavam fechadas, ficou tonto, saiu correndo da igreja, vagando pelas ruas num meio delírio que durou horas, até que chegasse a seus aposentos.<sup>68</sup> Compôs um apelo ao povo francês, intitulado “*Para todos os franceses que ainda amam a justiça e a verdade*”, mandou copiá-lo em volantes e distribuiu-os aos transeuntes. Muitos recusavam, dizendo que aquilo nada tinha a ver com eles.<sup>69</sup> Desistiu, consolando-se com a derrota.

Sua excitação diminuiu, agora que já se reconciliara. Por esta época (1777-78) escreveu o seu mais belo livro *Rêveries d'un promeneur solitaire*. Contou de que modo o povo de Môtiers o havia rejeitado e apedrejado sua casa, e como se retirara para a Ilha de St.-Pierre, no Lago de Bienne. Lá, encontrara a felicidade e, agora, relembrando aquele retiro, descreveu as águas tranquilas, o fluxo das marés, a ilha coberta

de vegetação e o céu polimorfo. Tocou uma outra nota romântica dizendo que o espírito meditativo pode sempre encontrar na natureza algo responsável por sua disposição de ânimo. Ao ler essas páginas, nos perguntamos: poderia um homem meio louco escrever tão bem, com tanta lucidez, e, por vezes, com tanta serenidade? Mas, em seguida, as lamentações continuam, e Rousseau deplora novamente ter-se descartado dos filhos, de não ter tido a simples coragem de manter uma família. Viu uma criança brincando. Voltou para o seu quarto “chorando e se culpando”.<sup>70</sup>

Naqueles últimos dias em Paris, invejou a fé religiosa que elevava a vida do homem comum ao seu redor em um drama de morte e ressurreição. Às vezes, assistia à missa católica. Foi a uma ermida com Bernardin de Saint-Pierre e ouviu os monges recitando uma litania. “Ah, como é feliz o homem que crê!”<sup>71</sup> Não conseguia crer,<sup>72</sup> porém procurava proceder com um cristão, dando esmolas, visitando e reconfortando os doentes.<sup>73</sup> Leu e notou a *Imitação de Cristo* de Thomas a Kempis.

A amargura diminuía à medida que se aproximava da morte. Quando Voltaire chegou a Paris e recebeu tantas honrarias, Rousseau sentiu inveja, mas falou bem do seu velho inimigo. Retrucou a um conhecido que ridicularizara a coroação de Voltaire no Théâtre-Français: “Como ousa você caçoar das honras prestadas a Voltaire no templo do qual ele é o deus, e dos padres que por cinquenta anos viveram de suas obras-primas?”<sup>74</sup> Quando ouviu dizer que Voltaire estava morrendo, predisse: “Não o sobreviverei por muito tempo.”<sup>75</sup>

Quando as flores da primavera de 1778 principiaram a surgir, ele pediu que alguém lhe oferecesse uma casa no campo. O Marquês René de Girardin convidou-o para ocupar um chalé nas proximidades de seu *château* em Ermenonville, a uns cinquenta quilômetros de Paris. Jean-Jacques e Thérèse foram no dia 20 de maio. Lá ele reuniu algumas espécimes de plantas e ensinou botânica ao filho do marquês, de dez anos. Em 1º de julho, jantou muito bem com a família de seu anfitrião. Na manhã seguinte, teve um ataque apoplético, caindo ao chão. Thérèse carregou-o até a cama, mas ele caiu, batendo no assoalho com tanta força que sofreu um talho na cabeça e perdeu muito sangue. Thérèse gritou por socorro. O marquês acudiu, encontrando Rousseau morto.

Invenções choviam de todos os lados. Grimm e outros espalharam uma história de que Rousseau tinha se suicidado. Mme. de Staël, mais tarde, acrescentou que ele se matara de desgosto porque descobrira que Thérèse lhe era infiel. Esta história soava especialmente cruel, pois Thérèse, após a morte de Rousseau, revelara seu amor por ele: “Se meu marido não era um santo, quem então seria?” Outros mexericos diziam que Rousseau morrera louco. Todos os que estiveram com ele nos seus últimos dias desprezaram-no como um homem sereno.

Em 4 de julho de 1778, foi enterrado na Ilha dos Choupos, num pequeno lago na propriedade de Girardin. Por muito tempo, aquela Île des Peupliers foi um marco de peregrinações piedosas. Toda a alta sociedade — até a rainha — lá comparecia para venerar o túmulo de Rousseau. Em 11 de outubro de 1794, seus restos mortais foram removidos para o Panthéon e depositados perto dos de Voltaire. Deste refúgio de vizinhança e paz, os espíritos dos dois homens elevaram-se para renovar sua guerra para a alma da Revolução, da França e do homem ocidental.

## 2. A Influência de Rousseau

Assim é que terminamos como principiamos, contemplando, agora em substância, a incrível influência de Rousseau sobre a literatura, pedagogia, filosofia, religião, moral, hábitos, arte e política do século que principiou com a sua morte. Hoje, muita coisa que ele escreveu parece exagerada, sentimental ou absurda. Apenas as *Confessions* e as *Rêveries* nos tocam. Contudo, até ontem, todas as suas palavras estavam sendo ouvidas em um campo ou outro do pensamento na Europa ou na América. "Rousseau", disse Mme. de Staël, "não inventou nada, mas botou tudo em polvorosa."<sup>76</sup>

Em primeiro lugar, naturalmente, ele foi a mãe do movimento romântico. Como já vimos, muitos outros espalharam suas sementes: Thomson, Collins, Gray, Richardson, Prévost e o próprio cristianismo, cuja teologia e arte constituem o mais maravilhoso romance de todos. Rousseau amadureceu as sementes na estufa de suas emoções, entregando o fruto em tamanho natural e fértil desde o nascimento, nos *Discursos*, em *La Nouvelle Héloïse*, no *Contrat Social*, *Émile* e nas *Confessions*.

Mas o que compreendemos por movimento Romântico? A rebelião do sentimento contra a razão, do instinto contra o intelecto, do sentimento contra o raciocínio, do sujeito contra o objeto, do subjetivismo contra objetivismo, da solidão contra a sociedade, da imaginação contra a realidade, do mito e da lenda contra a história, da religião contra a ciência, do misticismo contra o ritual, da poesia e da prosa poética contra a prosa e a poesia prosaica, do neogótico contra a arte neoclássica, do feminino contra o masculino, do amor romântico contra o casamento de razão, da "Natureza" e do "natural" contra a civilização e o artifício, da expressão emocional contra reservas convencionais, da liberdade individual contra a ordem social, da mocidade contra a autoridade, da democracia contra a aristocracia, do homem contra o Estado — em resumo, da revolta do século XIX contra o século XVIII ou, mais precisamente, de 1760-1859 contra 1648-1760: todos são as ondas da maré Romântica que varreu a Europa entre Rousseau e Darwin.

Então, quase todos esses elementos foram ouvidos e sancionados por Rousseau, e outros baseiam-se nas necessidades e no espírito do tempo. A França estava enfiada do racionalismo clássico e da restrição aristocrática. Ao exaltar o sentimento, Rousseau propiciou a libertação dos instintos recalcados, do sentimento reprimido, dos indivíduos e classes oprimidos. As *Confessions* transformaram-se na bíblia da Idade do Sentimento, como a *Encyclopédie* havia sido o Novo Testamento da Idade da Razão. Não que Rousseau rejeitasse a razão. Ao contrário, pois chamava-a a dádiva divina, aceitando-a como um supremo juiz.<sup>77</sup> Contudo (sentia), sua luz fria necessitava do calor do coração para inspirar a ação, a grandiosidade e a virtude. "Sensibilidade" tornou-se a palavra de ordem de mulheres e homens. As mulheres aprenderam a desmaiar, os homens a chorar, com mais facilidade do que anteriormente. Oscilavam entre alegria e tristeza, misturando-as em suas lágrimas.

A revolução rousseauiana principiou nos seios das mães, que então libertaram-se dos espertalhos. Esta parte da revolução, entretanto, provou ser a mais penosa de todas, sendo ganha somente após mais de um século entre alternativas de prisão e libertação. Depois de *Émile*, as mães francesas amamentavam seus filhos até na ópera,

no intervalo das árias.<sup>78</sup> A criança livrou-se dos cueiros, sendo criada pelos próprios pais. Quando ia para a escola gozava — mais na Suíça do que na França — de uma educação à moda de Rousseau. De vez que o homem era considerado bom por natureza, o aluno devia ser visto não como um descendente do diabo, mas um anjo cujos desejos eram a voz de Deus. Seus sentidos não eram mais condenados como instrumentos de Satanás, mas como portas abertas a experiências esclarecedoras e mil prazeres inocentes. As salas de aula não mais seriam prisões, e a educação ocorreria de modo natural e agradável, através de descobertas e incentivos às curiosidades inerentes e suas potencialidades. Atulhar a memória com fatos e emperrar a mente com dogmas seriam substituídos pelo treino nas artes da percepção, cálculo e raciocínio. Sempre que possível, as crianças deviam aprender não nos livros, mas nas coisas — plantas nos campos, rochas no solo, nuvens e estrelas no céu. O entusiasmo pelas idéias educacionais de Rousseau estimulou Pestalozzi e Lavater na Suíça, Basedow na Alemanha, Maria Montessori na Itália, John Dewey na América. A “educação progressiva” constitui parte do legado de Rousseau. Inspirado em Rousseau, Friedrich Froebel instituiu o sistema de jardim de infância na Alemanha, de onde partiu por todo o mundo ocidental.

Um pouco do alento da inspiração de Rousseau alcançou as artes. A exaltação das crianças influenciou Greuze e Mme. Vigée-Lebrun. As pinturas dos pré-rafaélitos, na Inglaterra, refletiram o culto do patético e do mistério. Mais profunda foi a influência na moral e nos costumes. Houve mais calor e fidelidade nas amizades, no sacrifício mútuo e solicitude. O amor romântico penetrou na literatura e infiltrou-se na vida. Os maridos passaram a amar suas esposas, sem a zombaria das convenções, e os pais aos filhos, restabelecendo-se a família. “As pessoas sorriam perante o adultério. Rousseau ousou torná-lo um crime.”<sup>79</sup> Continuou, mas não era mais *de rigueur*. A idolatria das cortesãs foi substituída por piedade pelas prostitutas. O desprezo pelas convenções resistiu à tirania da etiqueta. As virtudes burguesas foram consideradas: trabalho, economia, simplicidade de maneiras e no vestir. Muito em breve, a França deveria alongar as *culottes em calças*, sendo *sans-culottes* em calças compridas assim como na política. Rousseau aliou-se à horticultura inglesa, ao mudar os jardins franceses da regularidade da Renascença para românticas curvas e contornos surpreendentes, e por vezes uma desordem selvagem e “natural”. Homens e mulheres saíam das cidades para o campo, aliando os humores da Natureza aos seus próprios. Homens escalavam montanhas. Procuravam solidão, dando satisfação ao ego.

A literatura rendeu-se quase em massa a Rousseau e à onda romântica. Goethe baniu *Werther* em amor, natureza e lágrimas (1774), e fez Fausto resumir metade de Rousseau em três palavras: “*Gefühl ist Alles*” — sentimento é tudo. “*Émile* e seus sentimentos”, lembrar-se-ia em 1787, “teve uma influência universal nos espíritos cultos.”<sup>80</sup> Schiller salientou a revolta contra a lei em *Os Ladrões* (1781). Saudou Rousseau como libertador e mártir, comparando-o a Sócrates.<sup>81</sup> Herder, em idêntico grau de desenvolvimento, exclamou: “Venha, Rousseau, e seja meu guia.”<sup>82</sup> A eloquência de Rousseau contribuiu para libertar a poesia francesa e o drama das regras de Boileau, da tradição de Corneille e Racine e dos rigores do estilo clássico. Bernardin de Saint-Pierre, fervoroso discípulo de Rousseau, realizou um clássico romântico em *Paul e Virginie* (1784). Depois do interlúdio napoleônico, a influência literária

de Jean-Jacques triunfou com Chateaubriand, Lamartine, Musset, Vigny, Hugo, Gautier, Michelet e George Sand. Produziu um enxame de confissões, devaneios e romances de sentimento ou paixão. Favoreceu a concepção de que o gênio é inato e sem leis, e o vitorioso está acima da tradição e da disciplina. Na Itália influenciou Leopardi. Na Rússia, Puchkin e Tolstoi. Na Inglaterra, Wordsworth, Southey, Coleridge, Byron, Shelley e Keats. Na América, Hawthorne e Thoreau.

Metade da filosofia do século entre *La Nouvelle Héloïse* (1761) e Darwin, com a *Origem das Espécies* (1859), está impregnada da revolta de Rousseau contra o racionalismo do Iluminismo. Na verdade, em carta de 1751 a Bordes, Rousseau já se havia expressado com desprezo a respeito da filosofia.<sup>83</sup> Fundamentou seu desdém no que, segundo lhe parecia, constituía a impossibilidade da razão para ensinar o homem a ser virtuoso. A razão parece não possuir senso moral. Lutará para defender qualquer desejo, mesmo corrupto. Algo mais é necessário — uma consciência inata do certo e do errado. E até mesmo essa consciência tem de ser infundida com sentimento se tiver de gerar virtude, e não transformar a criatura humana em um inteligente calculador, porém em um bom homem.

Tudo isso, naturalmente, foi dito por Pascal, mas Pascal foi rejeitado por Voltaire, e na Alemanha o “racionalismo” de Wolff estava surgindo nas universidades. Quando Kant foi professor em Königsberg, já tinha sido convencido por Hume e os *philosophes* de que a razão pura e simples não podia fornecer uma defesa adequada, ou mesmo as bases da teologia cristã. Em Rousseau encontrou meios de salvar essas bases: negar a validade da razão no mundo supra-sensível; afirmar a independência da mente, a primazia do arbítrio e o absolutismo da consciência inata, assim como fazer provir a liberdade do arbítrio, da imortalidade da alma e da existência de Deus, partindo do sentimento do homem de sua incondicional obrigação à lei moral. Kant reconheceu sua dívida para com Rousseau, pendurou seu retrato na parede de seu escritório, declarando-o o Newton do mundo moral.<sup>84</sup> Outros sentiram a influência do espírito de Rousseau: Jacobi no *Gefühlphilosophie*; Scheleiermacher com seu misticismo intrincado; Schopenhauer com sua exaltação da vontade. A história da filosofia, desde Kant, tem sido uma disputa entre Rousseau e Voltaire.

A religião começou proibindo Rousseau e terminou utilizando-o como um salvador. Os dirigentes protestantes aliam-se ao catolicismo ao declararem-no um infiel. Juntamente com Voltaire e Bayle, foi acusado de “espalhar o veneno do erro e da irreverência”.<sup>85</sup> Contudo, mesmo durante sua vida, padres e leigos confortaram-se, sabendo que o vigário da Savóia aceitara ardorosamente as doutrinas cristãs do cardeal e aconselhara aos incrêus a voltarem a suas fés primitivas. Quando fugiu da Suíça, em 1765, Rousseau foi recebido pelo bispo de Estrasburgo, e após seu regresso da Inglaterra encontrou alguns católicos franceses repetindo suas palavras aos descrentes, e fazendo votos para a sua jubilosa conversão.

Os teóricos da Revolução Francesa tentaram estabelecer uma moral independente dos credos religiosos. Robespierre, seguindo Rousseau, desistiu dessa tentativa por considerá-la um fracasso, e procurou o apoio das crenças religiosas para manter a ordem moral e a satisfação social. Condenou os *philosophes* que rejeitaram Deus e conservaram os reis. Rousseau (disse Robespierre) elevava-se acima desses covardes, atacando corajosamente todos os reis e falando em favor de Deus e da imortalidade.<sup>86</sup>

Em 1793, os legados rivais de Voltaire e Rousseau chegaram a uma decisão na luta entre Jacques-René Hébert e Maximilien Robespierre. Hébert, chefe da Comuna de Paris, seguindo o racionalismo de Voltaire, incentivou a profanação das igrejas, estabelecendo a adoração pública da Deusa da Razão (1793). Robespierre havia visto Rousseau na última estada do filósofo em Paris. Interpelou Jean-Jacques: “Divino homem!(...) Contemplei tuas augustas feições... e compreendo todas as agruras de uma nobre vida consagrada ao culto da verdade.”<sup>87</sup> Quando Robespierre ascendeu ao poder, convenceu a Convenção Nacional a adotar a Profissão de Fé do Vigário da Savóia como a religião oficial da nação francesa. E, em maio de 1794, inaugurou, em memória de Rousseau, o Festival do Ente Supremo. Quando mandou Hébert e outros para a guilhotina, pelo crime de ateísmo, achava estar seguindo ao pé da letra os conselhos de Rousseau.

O agnóstico Napoleão era da opinião de Robespierre quanto à necessidade da religião, restabelecendo Deus no governo francês (1802). A Igreja Católica foi totalmente reinstituída com a Restauração Bourbon na França (1814), conquistando as poderosas vozes de Chateaubriand, de Maistre, Lamartine e Lamennais. Entretanto, a antiga fé inclinou-se cada vez mais para os direitos do sentimento, em vez dos argumentos teológicos. Combateu Voltaire e Diderot, ao lado de Pascal e Rousseau. O cristianismo que parecia moribundo em 1760 voltou a florescer na Inglaterra vitoriana e na França da Restauração.

Politicamente, estamos agora apenas emergindo da era de Rousseau. O primeiro indício de sua influência política foi a onda de simpatia por parte do povo, que apoiou o ativo auxílio da França à Revolução Americana. Jefferson extraiu a Declaração da Independência de Rousseau, Locke e Montesquieu. Como embaixador na França (1785-89) absorveu muito, tanto de Voltaire como de Rousseau. Concordou com Rousseau ao julgar que o índio norte-americano “goza no âmbito do seu grupo felicidade muito maior do que aqueles que vivem sob os governantes europeus”.<sup>88</sup> O sucesso da Revolução Americana elevou o prestígio da filosofia política de Rousseau.

Segundo Mme. de Staël, Napoleão atribuiu a Revolução Francesa mais a Rousseau do que a qualquer outro escritor.<sup>89</sup> Edmund Burke achava que na Assembléia Constituinte da Revolução Francesa (1789-91)

há grande controvérsia, entre os seus dirigentes, para saber qual deles mais se assemelha a Rousseau. Na verdade, todos se parecem com ele.(...) Estudam-no, meditam sobre ele, e a ele voltam todas as vezes em que podem livrar-se das maldades do dia e dos deboches da noite. Rousseau é o cânone da Sagrada Escritura deles;(...) a ele erigiram a primeira estátua.<sup>90</sup>

Mallet Dupan, em 1799 lembrou que

Rousseau contava maior número de leitores entre as classes média e baixa do que Voltaire. Ele sozinho inoculou nos franceses a doutrina da soberania do povo.(...) Era difícil encontrar um único revolucionário que não se entusiasmasse por aquelas teorias anárquicas, e que não fervesse de entusiasmo para realizá-las.(...) Ouvi, em 1788, Marat ler e comentar o *Contrat social* publicamente nas ruas, sob aplausos de um auditório entusiasta.<sup>91</sup>



Por toda a França, oradores citavam Rousseau ao pregarem a soberania do povo. Foi em parte devido ao êxtase da aceitação dada a essa doutrina que a Revolução sobreviveu por uma década, apesar de seus inimigos e seus excessos.

No decurso de todas as alternativas de revoluções e reações, a influência política de Rousseau continuou. Em virtude de suas contradições, e devido à força e à paixão com as quais as proclamava, Rousseau desempenhou o papel de profeta e santo, tanto para os anarquistas como para os socialistas. Porque esses dois evangelhos opostos eram nutridos pela condenação do rico e simpatia pelo pobre. O individualismo do primeiro *Discurso* — e sua rejeição da “civilização” — inspirou rebeldes, desde Paine, Godwin e Shelley a Tolstoi, Kropotkin e Edward Carpenter. “Aos quinze anos”, dizia Tolstoi, “eu usava ao redor do meu pescoço, em vez da cruz usual, um medalhão com o retrato de Rousseau.”<sup>92</sup> O igualitarismo do segundo *Discurso* forneceu o tema básico para as variações da teoria socialista, de “Gracco” Babeuf até Charles Fourier, e de Karl Marx a Lenin. “Por um século até agora”, disse Gustave Lanson, “todo o progresso da democracia, da igualdade, do sufrágio universal”, (...) todas as reivindicações dos partidos extremistas que podem vir a ser a onda do futuro, a guerra contra riqueza e pobreza, todas as agitações das massas sofredoras e trabalhadoras, foram, de certo modo, obra de Rousseau.”<sup>93</sup> Ele não apelou para os cultos e os importantes com lógica e argumentação; falou às massas com sentimento e paixão, numa linguagem que elas podiam compreender. E o ardor de sua eloquência mostrou-se, tanto na política como na literatura, mais poderoso do que o cetro da pena de Voltaire.

### III. MARCHE FUNÈBRE

Em 1778, após ver Voltaire, Diderot perguntou a um amigo: “Por que razão ele tem de morrer?”<sup>94</sup> A marcha fúnebre dos *philosophes*, a partir da morte de Helvétius, em 1771, até a de Morellet, em 1819, parece ser um comentário sarcástico sobre a vaidade e o orgulho, mas devemos também nos perguntar por que motivo aqueles homens viveram tanto, expondo-se a todos os sofrimentos e humilhações da senilidade.

O mais feliz deles todos morreu antes da Revolução, confortado por inúmeros indícios de que suas idéias se aproximavam da vitória. Condillac desapareceu em 1780, Turgot em 1781. D'Alembert, muito a contragosto, sobreviveu à Mlle. de Lespinasse. Ela deixara seus documentos aos cuidados dele e, relendo-os, ficou evidente que nos últimos doze anos ela dedicara sua vida e seu amor a Mora ou Guibert, restando para d'Alembert uma amizade às vezes mesclada de irritação. “D'Alembert foi seriamente atingido”, disse Condorcet a Turgot, “minha última esperança agora, em relação a ele, é que sua vida seja suportável.”<sup>95</sup> D'Alembert voltou aos estudos, porém não escreveu nada mais que se considerasse importante. Frequentava alguns salões, porém não havia mais vida em sua conversação, outrora tão brilhante. Recusou os convites, de Frederico para Potsdam, de Catarina para São Petersburgo. Escreveu a Frederico: “Sinto-me como um homem com um grande trecho de deserto à sua frente, e no fim o precipício da morte, sem nenhuma esperança de encontrar uma alma que sofreria se o visse cair em meio daquele ermo, ou que dele se lembrasse depois de seu desaparecimento.”<sup>96</sup>

Enganara-se. Muitos sentiram, pelo menos aqueles aos quais ele regularmente enviava parte de sua renda. Em seu testamento, Hume deixou duzentas libras para d'Alembert,<sup>97</sup> confiante de que a soma seria distribuída. Apesar das várias pensões, d'Alembert viveu sem ostentação até o fim. Em 1783, ele e Diderot ficaram gravemente doentes — Diderot com pleurisia, d'Alembert com distúrbios na bexiga. Diderot curou-se, d'Alembert morreu (29 de outubro de 1783), com 67 anos.

Diderot voltara de sua aventura russa em outubro de 1774. A longa viagem, trancado em uma diligência, enfraquecera-o, mas ele fez uma previsão, correta, de “ainda ter dez anos de vida pela frente”.<sup>98</sup> Trabalhou no *Plano de uma Universidade para o Governo da Rússia* (que só foi publicado em 1813). Antecipando os progressos pedagógicos em 150 anos, advogou prioridade para a ciência e a tecnologia, incluindo grego, latim e literatura quase no fim da lista, com a filosofia intercalada. Em 1778, iniciou *Essai sur les règnes de Claude et de Néron, et sur la vie et les écrits de Sénèque*. Fez uma digressão para rogar aos vitoriosos americanos, em sua nova comunidade, para “que evitassem desproporcionais aumentos e desigualdades na distribuição da riqueza e do luxo, da ociosidade e corrupção da moral.”<sup>99</sup> No capítulo sobre Sêneca reservou lugar para uma fervorosa defesa de Grimm, de Mme. d'Épinay e de si mesmo contra as acusações de Rousseau em suas leituras públicas das *Confessions*:

Se, por uma extravagância sem precedentes, um dia aparecer uma obra na qual gente honesta é despedaçada sem misericórdia por um arguto criminoso [*un artificieux scélérat*], (...) olhai diante de vós e perguntai-vos se um sujeito leviano, (...) que confessou mil iniquidades, pode ser digno de fé. O que custa a este homem a calúnia? — o que pode mais um crime ou menos um crime acrescentar à secreta torpeza de uma vida oculta por mais de cinquenta anos atrás da mais espessa máscara da hipocrisia? (...) Detestai o ingrato que fala mal de seus benfeitores. Detestai o homem atroz que não hesita em denegrir seus velhos amigos. Detestai o covarde que deixa em seu túmulo a revelação dos segredos que lhe foram confiados. (...) De minha parte, juro que meus olhos jamais serão conspurcados com a leitura de sua obra. Afirmo preferir suas invectivas a seus elogios.<sup>100</sup>

Em 1783, Mme. d'Épinay morreu. Diderot sentiu profundamente sua perda, pois havia gozado de sua amizade e de seu salão. Grimm e d'Holbach estavam vivos, mas suas relações com ambos eram mornas. Cada um deles mergulhava no estreito egoísmo da velhice. Nada podiam falar a não ser sobre seus padecimentos. A coleção de Diderot era nefrite, gastrite, cálculos biliares e inflamação pulmonar. Não podia mais subir as escadas de seus aposentos no quarto andar para a biblioteca no quinto. Sentia-se, então, feliz por ter uma mulher. Ele reduzira suas infidelidades a tristes memórias, e ela já esgotara seu vocabulário. Viviam numa paz de exaustão mútua.

Em 1784, caiu seriamente doente. Jean de Tersac, o cura de St. Sulpice, que fracassara com Voltaire, tentou redimir-se com Diderot. Visitou-o, suplicando-lhe que voltasse à Igreja, alertando-o que, a menos que recebesse os sacramentos, não podia gozar do privilégio de ser enterrado em um cemitério. Diderot respondeu: “Eu o compreendo, Monsieur le Curé. O senhor recusou enterrar Voltaire porque ele não acreditava na divindade do Filho. Muito bem, quando eu morrer, eles podem enterrar-me onde bem desejarem, porém declaro não acreditar nem no Pai, nem no Espírito Santo, nem em nenhum da Família.”<sup>101</sup>

Ciente de suas enfermidades, a Imperatriz Catarina obteve para ele e para sua mulher uma esplêndida suíte de aposentos na Rue de Richelieu. Mudaram-se para lá em 18 de julho, aproximadamente. Diderot sorriu ao ver que estavam levando mobília nova para os referidos apartamentos. Só poderia utilizá-la, disse, apenas por alguns dias. Usou-a menos de duas semanas. Em 31 de julho de 1784, comeu uma copiosa refeição, teve uma trombose das coronárias e morreu à mesa, com 71 anos. Sua mulher e seu genro convenceram um padre local a dar a Diderot um enterro cristão, apesar de seu notório ateísmo. O corpo foi enterrado na Igreja de St. Roch, da qual, em tempo não especificado, desapareceu misteriosamente.

O desfile continuou. Mably morreu em 1785, Buffon em 1788, d'Holbach em 1789. Raynal, como já vimos, sobreviveu à Revolução, denunciou suas barbaridades, surpreendendo a si mesmo por morrer de morte natural (1796). Grimm suportou todos os golpes da sorte com paciência teutônica. Em 1775, José II tornou-o barão do Sagrado Império Romano e, em 1776, o Duque de Saxe-Gotha o fez ministro da França. Sua *Correspondence littéraire*, após 1772, foi, na maior parte, escrita por seu secretário, Jakob Meister, mas Grimm contribuía com incisivos artigos sobre literatura, arte, religião, moral, política e filosofia. Foi o único completamente cético entre os *philosophes*, porque duvidava também da filosofia, da razão e do progresso. Enquanto Diderot e outros fiéis olhavam em direção à posteridade com olhos utópicos, Grimm observou que isso era uma miragem muito antiga, “uma ilusão levada de geração em geração”, e observemos que ele predisse, em 1757, uma iminente e “fatal revolução”.<sup>102</sup> Quando sobreveio a Revolução, tornando-se sanguinária, ele voltou à sua pátria, a Alemanha, estabelecendo-se em Gotha (1793). Catarina aliviou-lhe a pobreza fazendo-o seu ministro em Hamburgo (1796). Quando sua real benfeitora morreu, Grimm foi viver com Émilie de Belsunce, neta de sua adorada Mme. d'Épinay. Sobreviveu até 1807, principalmente das memórias daqueles dias excitantes, quando o espírito da França conduzia a Europa à estonteante margem da liberdade.

#### IV. O ÚLTIMO PHILOSOPHE

Jean-Antoine-Nicolas Caritat, Marquês de Condorcet, descendente de antiga família do Delfinado, nasceu na Picardia (1743), foi educado pelos jesuítas, em Reims e Paris, e por muitos anos só pensou em tornar-se um grande matemático. Aos 26 anos, foi eleito para a Academia de Ciências. Mais tarde, na qualidade de seu secretário permanente, compôs *éloges* dos membros mortos, como Fontenelle fizera na Academia Francesa. Voltaire gostou tanto desses elogios em memória que disse a Condorcet: “O público deseja que um acadêmico morra todas as semanas para que você tenha a oportunidade de escrever sobre ele.”<sup>103</sup> Ele visitou Voltaire em Ferney (1770), fez uma edição das obras de Voltaire para Beaumarchais, escrevendo para ela uma entusiasta *Vie de Voltaire*. D'Alembert convenceu-o a dar sua contribuição à *Encyclopédie*, apresentando-o a Julie de Lespinasse, em cujas recepções tornou-se, a despeito de seu acanhamento, a principal figura. Na verdade, segundo Julie, ele só perdia para d'Alembert em inteligência, e talvez só o superasse no calor de sua benevolência. Foi um dos primeiros a aderir à campanha contra a escravidão (1781). Julie o ajudou a

livrar-se de seu amor sem esperança por Mlle. d'Ussé, uma coquete que se aproveitava de sua devoção sem retribuí-la. Condorcet consolou-se com a amizade de Jean-Baptiste Suard e Mme. Suard, vivendo com eles num feliz *ménage à trois*.

Em 1785, publicou um *Essai sur l'application de l'analyse aux probabilités*, no qual antecipou a teoria de Malthus que a explosão populacional tende a ultrapassar a produção de alimentos. Mas, em vez de advogar a abstinência sexual como remédio, propôs o controle da natalidade.<sup>104</sup>

Acolheu bem a Revolução como a abertura de uma porta para a futura educação universal, justiça e prosperidade. Em 1770, foi escolhido para o conselho municipal que se encarregara da administração de Paris. Foi eleito para a Assembléia Legislativa que governou a França, de 1º de outubro de 1791 a 20 de setembro de 1792. Como presidente da Comissão de Educação Pública, elaborou um relatório advogando e esboçando um sistema nacional de educação primária e secundária, universal, livre, igual para ambos os sexos, e livre da influência eclesiástica.<sup>105</sup> Planejou os princípios do "Estado beneficente". "Todas as instituições sociais deveriam ter por objetivo a melhoria física, intelectual e moral da mais numerosa classe dos mais pobres" entre a população.<sup>106</sup> O relatório foi apresentado à Assembléia, em 21 de abril de 1791. Sua execução foi adiada em virtude das Guerras Revolucionárias. Mas, quando Napoleão instituiu o seu domínio, fez da tese de Condorcet a base de sua memorável reorganização educacional na França.

Na Convenção Nacional que substituiu a Assembléia Legislativa, Condorcet teve menor destaque, porque os girondinos conservadores o achavam republicano, e os girondinos radicais o consideravam um aristocrata que tentava manter a Revolução sob o controle da classe média.<sup>107</sup> Votou condenando Luís XVI como culpado de traição, porém votou contra sua execução. Nomeado juntamente com mais oito membros para uma comissão encarregada de formular nova constituição, submeteu um projeto, que foi rejeitado por ser demasiado favorável à burguesia. Quando a Convenção, dominada pelos jacobinos, adotou uma constituição mais radical, Condorcet escreveu um panfleto anônimo, aconselhando aos cidadãos a repudiá-la. Em 8 de julho de 1793, a Convenção ordenou sua prisão.

Durante nove meses ocultou-se em uma pensão mantida pela viúva do pintor Claude-Joseph Vernet. Naquele esconderijo, para acalmar a mente do temor de uma apreensão, escreveu o pequeno livro que serviu tanto como uma síntese do Iluminismo, como um projeto da vindoura utopia. O manuscrito tem por título *Prospectus d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*.<sup>108</sup> Denominou-o também *Esquisse* — um esboço. Aparentemente, esperava algum dia escrever uma composição mais extensa de sua filosofia.

Inspirou-se na conferência que Turgot, então seminarista (11 de dezembro de 1750), descreveu como "Os Sucessivos Progressos da Mente Humana".<sup>109</sup> Condorcet dividiu a história em duas fases: (1) a união das famílias em tribos; (2) pastoralismo e agricultura; (3) invenção da escrita; (4) florescimento da cultura grega do tempo de Alexandre; (5) desenvolvimento do conhecimento durante a ascensão e a queda de Roma; (6) Obscurantismo, de 476 A.D. até as Cruzadas; (7) o desenvolvimento da ciência, entre as Cruzadas e a invenção da imprensa; (8) de Gutemberg a Bacon, Galileu e

Descartes, que “sacudiu o jogo da autoridade”; (9) de Descartes à criação das repúblicas americana e francesa; (10) a era da liberação da mente.<sup>110</sup>

Como Voltaire, Condorcet não apreciava muito a Idade Média. Julgava-a a era do domínio do pensamento europeu pela Igreja, o hipnotismo do povo pela magia da missa, e a ressurreição do politeísmo através da adoração dos santos.<sup>111</sup> Embora, ainda como Voltaire, conservasse uma crença deísta em Deus, confiava no progresso e na disseminação da cultura para solapar o poderio da Igreja, para estender a democracia e até para aperfeiçoar a moral. Achava que o pecado e o crime eram principalmente resultado da ignorância.<sup>112</sup> “Tempo virá quando o sol brilhará apenas para os homens livres que não conheçam outro dono senão sua própria razão.”<sup>113</sup> Louvou Voltaire por emancipar a mente, e Rousseau por inspirar os homens a construírem uma ordem social mais justa. Imaginou a cornucópia que fluiria nos séculos XIX e XX, provinda dos trabalhos do século XVIII, a saber: educação universal, liberdade de pensamento e de expressão, libertação das colônias, igualdade perante a lei e redistribuição da riqueza. Vacilou um pouco no sufrágio universal: em geral, desejava restringir o voto aos proprietários, mesmo que essa propriedade fosse diminuta.<sup>114</sup> Por vezes temia que a simplicidade das massas possibilitasse que uma minoria endinheirada as doutrinasse, criando assim uma oligarquia burguesa por trás de uma frente democrática,<sup>115</sup> mas a fuga de Luís XVI e Maria Antonieta para Varennes e o receio de que os poderes procurassem restabelecer a monarquia na França, levaram-no novamente a admitir o sufrágio universal, inclusive para as mulheres.<sup>116</sup>

Desse isolamento em que se encontrava, fugindo da perseguição, imaginava um futuro de realizações gloriosas. Predisse a ascensão do jornalismo como um óbice à tirania dos governos, o desenvolvimento de um Estado próspero através de seguro e pensões, o estímulo à cultura pela emancipação das mulheres, o prolongamento da vida humana pelos progressos da medicina, a expansão da federação entre os estados, a transformação do colonialismo pelo auxílio externo aos países subdesenvolvidos, a diminuição de preconceitos nacionais pela expansão do conhecimento, a aplicação da pesquisa estatística para esclarecer e formar políticas e a crescente associação da ciência com o governo.<sup>117</sup> De vez que cada época acrescenta novos objetivos às suas realizações, era impossível prever o fim do progresso, não que o homem algum dia possa tornar-se perfeito, mas porque estará indefinidamente procurando aperfeiçoar-se. “A natureza não estipulou um término para a perfeição das faculdades humanas. A perfectibilidade humana é indefinida, e o progresso dessa perfectibilidade — independente, para o futuro, de qualquer potência que a queira interceptar — não possui nenhum outro limite senão o da duração do globo sobre o qual a natureza nos lançou.”<sup>118</sup>

Já a caminho do fim do *Prospectus*, Condorcet viu-se diante do problema que Malthus iria apresentar quatro anos depois em *Ensaio sobre o Princípio de População* (1798):

Será que não surgirá um momento quando, tendo o número da população mundial excedido os meios de subsistência, ocorrerá, em consequência, um decréscimo contínuo da felicidade(...) ou pelo menos uma oscilação entre o bem e o mal? Não se demonstrará que um ponto foi atingido, além do qual tornar-se-á impossível a consecução de outras melhorias, e que a perfectibilidade da raça humana chegou,

após longos anos, a um termo além do qual jamais irá?(...) Quem tomará a responsabilidade de prever em que condições será efetuada a arte de converter os elementos de utilização do homem em tempo oportuno?(...) Mesmo que concordemos que haverá um dia um limite,(...) consideremos que, antes que tudo isso venha a acontecer, o progresso da razão terá que manter o passo com os das ciências, e que os preconceitos absurdos da superstição terão cessado de corromper e degradar o código moral com suas rudes doutrinas.(...) Podemos pressupor que, por essa época, os homens saberão que têm uma dívida para com aqueles que ainda não nasceram, o dever de dar-lhes não apenas [mera] existência, porém felicidade.<sup>119</sup>

O otimismo de Condorcet não era totalmente cego. “Ainda vemos as forças do iluminismo compartilhadas por diminuta parcela do globo, e aqueles que são verdadeiramente esclarecidos vêem-se por uma grande margem ultrapassados pela imensa massa de homens ainda entregues à ignorância e ao preconceito. Ainda existem grandes áreas nas quais os homens lamentam-se no cativeiro.”<sup>120</sup> Entretanto, “os amigos da humanidade” não deviam desesperar-se perante tais dificuldades; pensar nos nobres feitos já realizados, no imenso desenvolvimento do saber e do empreendimento. O que não poderão produzir a continuação e a disseminação dessas realizações? E assim Condorcet terminou o seu livro, com a visão que o sustentou na adversidade, e que lhe serviu, assim como um milhão de outras, em lugar de uma fé sobrenatural. Esta a última palavra e o ponto culminante do Iluminismo:

Como é consolador para o filósofo — que lamenta os erros, os crimes e as injustiças que ainda poluem a terra, dos quais ele é tantas vezes a vítima — ver a raça humana emancipada de seus grilhões,(...) prosseguindo com andar firme e seguro ao longo do caminho da verdade, da virtude, e da felicidade! É a contemplação de tal perspectiva que o recompensa de todos os seus esforços para vir em auxílio do progresso da razão e da defesa da liberdade.(...) Ver esse espetáculo constitui para ele um santuário dentro do qual a memória de seus perseguidores não podem persegui-lo. Ali vive ele em pensamento com o homem restituído aos seus direitos e dignidades naturais, esquecendo o homem atormentado e corrompido pela ganância, temor e inveja. Ali vive com os seus pares e um Eliseu criado pela razão e gratificado pelos mais puros prazeres do amor da humanidade.<sup>121</sup>

Essa profissão de fé era quase um grito de um homem cômico de que a morte o aguardava. Temendo que Mme. Vernet sofresse caso fosse descoberto que ela o acobertava, Condorcet entregou-lhe o manuscrito; e, a despeito dos protestos dela, deixou sua casa disfarçado. Após vaguear pelos arredores de Paris por vários dias, procurou alimento em uma taverna. Sua aparência e a falta de documentos de identidade despertaram suspeitas. Foi logo identificado como aristocrata, preso e encarcerado na prisão na cidade de Bourg-la-Reine (7 de abril de 1794). No dia seguinte, encontraram-no morto em sua cela. Seu primeiro biógrafo pensou que Condorcet levava veneno no anel e o tivesse tomado. Mas o laudo do médico que examinou o corpo atribui a morte de Condorcet a um coágulo arterial.<sup>122</sup> A Convenção, ao obter e ler o *Prospectus*, ordenou fossem impressos pelo Estado três mil exemplares, que seriam disseminados por toda a França.

## V. OS FILÓSOFOS E A REVOLUÇÃO

Burke, de Tocqueville<sup>123</sup> e Taine<sup>124</sup> concordaram que os filósofos franceses, de Bayle a Mably, constituíram o principal fator no advento da Revolução. Poderemos aceitar as conclusões desses brilhantes conservadores?

Todos os proeminentes filósofos opunham-se à revolução contra os governos existentes da Europa, e vários dentre eles tinham fé nos reis como os instrumentos mais práticos da reforma. Voltaire, Diderot e Grimm mantinham relações de amizade, senão de adoração, por um ou outro dos mais absolutistas governantes da época — Frederico II, Catarina II, Gustavo III — e Rousseau sentiu-se feliz em receber José II da Áustria. Diderot, Helvétius e d'Holbach deblateravam, em geral, contra reis, porém nunca advogaram em suas obras a deposição da monarquia francesa.<sup>125</sup> Marmontel e Morellet explicitamente opunham-se à revolução.<sup>126</sup> Mably, o socialista, declarava-se realista.<sup>127</sup> Turgot, o ídolo dos *philosophes*, lutou para salvar e não para destruir Luís XVI. Rousseau era a favor de idéias republicanas, mas apenas nos pequenos Estados. A Revolução aceitou suas teorias e negligenciou suas advertências. Quando os revolucionários fizeram da França uma república, agiram não em termos dos filósofos franceses, mas dos heróis gregos de Plutarco e dos heróis romanos. O ídolo deles não era Ferney, porém Esparta e a Roma republicana.

Os filósofos forneceram o preparo ideológico da Revolução. As causas foram econômicas ou políticas, as frases eram filosóficas. E a operação das causas básicas foi abrangida pelo trabalho demolidor dos filósofos, que removeram tais obstáculos à mudança como a crença nos privilégios feudais, autoridade eclesiástica e o divino direito dos reis. Até 1789, todos os Estados europeus dependiam do auxílio da Igreja para fazer valer a santidade dos governos, o bom senso da tradição, os hábitos de obediência e os princípios dos bons costumes. As raízes do poder terreno eram plantadas no céu, e o Estado considerava Deus o chefe de sua polícia secreta. Em plena Revolução, Chamfort escreveu que “o clero era o baluarte do poder absoluto, e Voltaire o derrubou”.<sup>128</sup> Em 1856, Tocqueville achava que “o descrédito universal de toda a crença religiosa do final do século XVIII exerceu, sem a menor dúvida, a maior influência sobre todo o curso da Revolução.”<sup>129</sup> Gradativamente, o ceticismo que havia permeado a velha teologia passou para o escrutínio das instituições e negócios seculares. Os filósofos denunciaram a pobreza e a servidão, assim como a intolerância e a superstição, esforçando-se para reduzir o poderio dos senhores feudais sobre os camponeses. Alguns aristocratas reconheceram a força das sátiras que os atacavam, e muitos perderam a confiança em sua superioridade inata e direitos tradicionais. Ouçamos o Conde Louis-Philippe de Ségur:

Nós fomos críticos sarcásticos dos antigos costumes, do orgulho feudal de nossos pais e de sua severa etiqueta.(...) Sentimo-nos dispostos a seguir entusiasticamente as doutrinas filosóficas professadas por escritores argutos e ousados. Voltaire atraía nossa inteligência, e Rousseau tocava nosso coração. Tínhamos um prazer íntimo ao vê-los atacar a antiga estrutura.(...) Gozávamos ao mesmo tempo das vantagens do aristocrata e as amenidades de uma filosofia plebéia.<sup>130</sup>

Esses nobres de consciência pesada contavam em seu grupo pessoas influentes, tais como Mirabeau *père* e *filis*, La Rochefoucauld-Liancourt, Lafayette, Visconde Louis-

Marie de Noailles, e “Philippe Égalité”, Duque de Orléans. E devemos lembrar o auxílio e conforto dispensados a Rousseau pelo Marechal de Luxembourg e Louis-François de Bourbon, Príncipe de Conti. Essa minoria liberal, incitada pelos assédios dos camponeses às propriedades feudais, induziram os *seigneurs* na Assembléia Constituinte a renunciarem ao resgate da maior parte de seus direitos feudais (4 de agosto de 1789). Até a família real foi atingida por idéias semi-republicanas que os filósofos ajudaram a disseminar. O pai de Luís XVI sabia de cor muitos trechos do *Espírito das Leis*, de Montesquieu, lia o *Contrato Social* de Rousseau, julgando-o “muito judicioso”, com exceção da crítica ao cristianismo. Ensinava a seus filhos (três dos quais se tornaram reis) que “as distinções de que vocês gozam não lhes foram dadas pela natureza, que criou todos os homens iguais.”<sup>131</sup> Em seus editos, Luís XVI reconhecia a “lei natural” e “os direitos do homem”<sup>132</sup> como pertencentes à natureza humana como um ser racional.

A Revolução Americana acrescentou prestígio às idéias republicanas. A Revolução também obteve força nas realidades econômicas como a tributação e o comércio, e sua Declaração de Independência deveu tanto ao pensamento inglês quanto ao francês, tendo-se observado que Washington, Franklin e Jefferson haviam sido modelados pelo livre pensar dos *philosophes*. Através desses americanos, filhos do Iluminismo francês, as teorias republicanas qualificaram-se dentro de um governo vitorioso nas armas, reconhecido por um rei francês, e prosseguindo na instituição de uma constituição, de certo modo, devedora de Montesquieu.

A Revolução Francesa teve três fases. Na primeira, os nobres, através dos *parlements*, tentaram reconquistar da monarquia aquele domínio que haviam perdido para Luís XIV. Esses nobres não eram inspirados pelos filósofos. Na segunda fase, as classes médias obtiveram o controle da Revolução. Havia sido profundamente impregnadas pelas noções dos filósofos, mas o que entendiam por “igualdade” era a igualdade do burguês com o aristocrata. Na terceira fase, os dirigentes da plebe da cidade tomaram a dianteira. As massas permaneceram religiosas, mas os seus chefes haviam perdido o respeito pelos padres e pelos reis. As massas amaram Luís XVI até o fim, mas os líderes cortaram-lhe a cabeça. Depois de 6 de outubro de 1789, os jacobinos controlaram Paris, e Rousseau era o deus deles. Em 10 de novembro de 1793, os radicais triunfantes celebraram na catedral de Notre-Dame a Festa da Razão. Em Tours os revolucionários substituíram as estátuas dos santos por novas estampas denominadas Mably, Rousseau e Voltaire. Em Chartres, no ano de 1795, na famosa catedral, a Festa da Razão foi aberta por um drama no qual Voltaire e Rousseau eram mostrados unidos numa campanha contra o fanatismo.<sup>133</sup>

Assim sendo, não há dúvida de que os filósofos afetaram profundamente a ideologia e o drama político da Revolução. A intenção deles não foi produzir violência, massacre e a guilhotina. Ter-se-iam afastado com horror dessas cenas sangrentas. Poderiam com toda propriedade dizer que foram mal compreendidos. Contudo, foram responsáveis na medida em que haviam subestimado a influência da religião e da tradição para restringir os instintos animais do homem. Entrementes, em meio a esses pronunciamentos impressionantes e eventos visíveis, prosseguia a verdadeira revolução, quando a classe média, utilizando-se da filosofia como um dentre uma centena de instrumentos, retirou da aristocracia e do rei o controle da economia e do Estado.



## A Véspera

1774-89

## I. RELIGIÃO E REVOLUÇÃO

**F**INANCEIRAMENTE, a Igreja Católica era a mais sólida instituição do país. Possuía uns seis por cento da terra e demais propriedades, no valor de dois a quatro bilhões de *livres*, com uma renda anual de 120 milhões de *livres*.<sup>1</sup> Recebia um adicional de 123 milhões em dízimos arrecadados sobre a produção e criação de animais em seu solo.<sup>2</sup> Segundo o ponto de vista da Igreja, essas receitas eram necessárias para suas várias funções de promover a vida familiar, organizar a educação (anterior a 1762), formar o caráter, apoiar a ordem social, distribuir caridade, tratar dos doentes, oferecer aos espíritos meditativos e apolíticos um refúgio monástico contra a agitação das multidões e a tirania do Estado, inculcar uma judiciosa combinação de temor e esperança às almas que, pela natural desigualdade entre os homens, são condenadas à pobreza, privações ou sofrimento.

Tudo isso a Igreja pretende fazer por intermédio de seu clero, que constituía metade de um por cento da população. Esse número caiu desde 1779,<sup>3</sup> e os mosteiros sofriram sério declínio. Do que nos é dado saber “muitos monges eram adeptos das novas idéias, lendo os escritos dos filósofos”.<sup>4</sup> Uma centena de monges abandonou a vida monástica e não foi substituída. Entre 1766 e 1789, seu número na França decresceu de 26 mil para 17 mil; em um mosteiro de oitenta para dezenove, em um outro de cinquenta para quatro.<sup>5</sup> Um edito real de 1766 fechou todos os mosteiros que tivessem menos de nove internos, elevando a idade para fazer os votos de dezesseis a vinte anos para os homens e dezoito para as mulheres. A moral nos mosteiros era indulgente. O arcebispo de Tours escreveu em 1778: “Os Frades Cinzentos (franciscanos) estão se degradando nesta província, e os bispos queixam-se de suas libertinagens e vida desregrada.”<sup>6</sup> Em compensação, os conventos mantinham-se regulares. Havia 37 mil freiras nos 1.500 conventos de França, em 1774.<sup>7</sup> Observavam bom comportamento moral, desempenhando-se ativamente de suas tarefas de educar meninas, servir nos hospitais e abrigar viúvas, solteironas e mulheres vencidas nos embates da vida.

O clero secular prosperava nas sedes episcopais e definhava nas paróquias. Havia

muitos bispos devotos e trabalhadores, e outros mundanos e ociosos. Ao visitar a França em 1773, Burke encontrou alguns prelados avarentos, mas a grande maioria o impressionou pelo seu saber e integridade.<sup>8</sup> Um historiador, familiarizado com a literatura de escândalo, concluiu: "Pode-se declarar categoricamente que os vícios que contaminaram todo o clero no século XVI tinham desaparecido no século XVIII. Independentemente da lei do celibato, os padres de aldeia eram, em regra geral, de boa moral, austeros e virtuosos."<sup>9</sup> Os padres das paróquias lastimavam-se do orgulho de classe dos bispos, que eram todos nobres, da ordem de entregar ao bispo a maior parte dos dízimos e, por conseguinte, da pobreza dos adjuntos, os quais eram obrigados a arar a terra, assim como servir à Igreja. Comovendo-se com aqueles protestos, Luís XVI dispôs para que seus salários fossem aumentados de quinhentas para setecentas *livres* anuais. Quando do evento da Revolução, boa parte do clero inferior apoiou o Terceiro Estado. Alguns bispos também favoreceram a reforma política e econômica, mas a maioria permaneceu inflexível a qualquer mudança na Igreja ou no Estado.<sup>10</sup> Quando o tesouro da França estava perto da bancarrota, a riqueza da Igreja ofereceu um contraste tentador, e os acionistas, preocupados com a disponibilidade do governo para pagar os juros e o principal com seus títulos, principiaram a considerar a encampação da propriedade da Igreja o único caminho para a solvência. A crescente rejeição da religião cristã concorreu para esse expediente de natureza econômica.

A crença religiosa, que florescia nas aldeias, decrescia nas cidades, mas nessas as mulheres de meia-idade e das classes inferiores conservaram sua tradicional religiosidade. "Minha mãe", lembrava-se Mme. Vigée-Lebrun, "era muito piedosa. Eu também o era, no íntimo. Íamos sempre ouvir missa e assistíamos às cerimônias da Igreja."<sup>11</sup> As igrejas enchiam-se aos domingos e dias santos.<sup>12</sup> Contudo, entre os homens, a descrença tomara conta das principais inteligências. Essa nobreza de alegre ceticismo tornou-se moda, até entre as mulheres. "Nos últimos dez anos", escreveu Mercier no *Tableau de Paris*, no ano de 1783, "o mundo elegante deixou de ir à missa; e quando vai é para não escandalizar seus lacaios, que sabem que seus senhores assim agem para serem respeitados por eles."<sup>13</sup> A alta classe média seguiu a aristocracia. Nas escolas, "muitos professores foram contagiados pela descrença após 1771".<sup>14</sup> Muitos estudantes deixavam de assistir missa e liam os *philosophes*. Em 1789, o Padre Bonefax declarou: "O escândalo mais grave, e que acarretará as mais fatais consequências, é o quase absoluto abandono do ensinamento religioso nas escolas públicas."<sup>15</sup> Dizia-se em um colégio que "apenas três imbecis" acreditavam em Deus.<sup>16</sup>

Entre o clero a crença variava de acordo com a renda. Os prelados "aceitavam a 'moral utilitária' dos *philosophes* e conservavam Jesus apenas como uma frente".<sup>17</sup> Havia centenas de abades, como Mably, Condillac, Morellet e Raynal, os quais eram, eles mesmos, *philosophes*, ou adotavam as dúvidas em voga. Existiam bispos, como Talleyrand, que não faziam muita questão de aparentar crença na doutrina cristã, e ainda arcebispos, como Loménie de Brienne, que Luís XVI deplorava por não acreditar em Deus.<sup>18</sup> Luís proibiu que seu filho tivesse um padre por professor, para que não perdesse sua fé religiosa.<sup>19</sup>

A Igreja continuava a exigir censura da imprensa. Em 1770, os bispos enviaram um memorial ao rei sobre "as consequências perigosas da liberdade de pensamento

e da imprensa".<sup>20</sup> O governo relaxou, no reinado de Luís XV, as leis proibiam a entrada de protestantes na França. Centenas deles estavam então no reino, vivendo sob limitações políticas, com casamentos não reconhecidos pelo Estado, e temendo diariamente que as antigas leis de Luís XIV fossem novamente restabelecidas. Em julho de 1775, uma assembléia do clero católico fez uma petição ao rei solicitando fossem proibidas reuniões dos protestantes, casamentos e educação, excluindo-se os protestantes de qualquer cargo público. Pedia ainda que os votos monásticos fossem restabelecidos para dezesseis anos.<sup>21</sup> Turgot pleiteou junto a Luís XVI para que ignorasse tais propostas e livrasse os protestantes das restrições que lhes eram impostas. A hierarquia aliou-se à campanha para destituí-lo. Em 1781, a segunda edição da *Histoire philosophique des deux Indes*, de Raynal, foi queimada por ordem do Parlamento de Paris e o autor extraditado. Buffon foi atacado pela Sorbonne por ter esboçado uma evolução natural da vida. Em 1785, o clero pediu fossem condenadas à prisão perpétua as pessoas sentenciadas três vezes por irreligião.<sup>22</sup>

Mas a Igreja, debilitada por um século de perseguições, não podia mais dominar a opinião pública, tampouco confiar no "braço secular" para implementar seus decretos. Depois de muita preocupação a respeito de seu juramento, por ocasião da coroação, de terminar com a heresia, Luís XVI cedeu à pressão das idéias liberais e expediu em 1787 um edito de tolerância preparado por Malesherbes: "Nosso espírito de justiça não nos permite excluir por mais tempo dos direitos do estado civil aqueles nossos súditos que não professam a religião católica."<sup>23</sup> O documento ainda excluía os não-católicos dos cargos públicos, mas dava a eles todos os outros direitos civis, admitia-os nas profissões, legalizava seus casamentos passados e futuros, permitindo-lhes celebrar em suas casas os cultos religiosos. Devemos acrescentar que um bispo católico, M. de La Luzerne, apoiou fortemente a emancipação dos protestantes, assim como a inteira liberdade do culto religioso.<sup>24</sup>

Nas cidades francesas nenhuma classe foi tão antipatizada por uma minoria masculina culta do que o clero católico. A Igreja era odiada, disse Tocqueville, "não porque os padres reivindicavam regularizar os negócios do *outro* mundo, mas porque eram latifundiários, senhores de castelos, donos dos dízimos e administradores *neste* mundo".<sup>25</sup> Um camponês escreveu a Necker, em 1788: "O povo sofre frio e fome enquanto os cônegos [clero da catedral] banqueteiavam-se, não pensando em nada senão em engordarem como porcos destinados às festas da Páscoa."<sup>26</sup> A classe média ressentia-se da exclusão da Igreja dos tributos sobre a riqueza.

A maioria das revoluções ocorridas anteriormente em todo o mundo colocou-se ora contra o Estado, ora contra a Igreja, e raramente contra ambos ao mesmo tempo. Os bárbaros derrubaram Roma, mas aceitaram a Igreja Católica Romana. Os sofistas da Grécia antiga, os Reformadores da Europa do século XVI, recusaram a religião existente, mas respeitaram o governo constituído. A Revolução Francesa atacou a monarquia e a Igreja, empreendendo a dupla tarefa e o risco de remover o esteio religioso e secular da ordem social existente. É para admirar que durante uma década a França tenha enlouquecido?

## II. A VIDA POR UM FIO

Os filósofos compreenderam que, tendo rejeitado as bases teológicas da moral, eram obrigados a encontrar uma outra, um outro sistema de crença que levasse o homem a portar-se decentemente na qualidade de cidadãos, maridos, mulheres, pais e filhos.<sup>27</sup> Contudo, não tinham certeza de que o animal humano pudesse ser controlado sem um código de moral sancionado pelo sobrenatural. Voltaire e Rousseau finalmente admitiram a necessidade moral de uma crença religiosa popular. Em 1783, ao dedicar a John Adams algumas *Observations sur le gouvernement(...) des États Unis d'Amérique*, Mably alertou-o de que a indiferença nas questões religiosas, embora inócua nos indivíduos esclarecidos e racionais, era fatal para a moral das massas. Um governo, sugeriu ele, deve controlar e dirigir o pensamento dessas "crianças" da mesma forma que os pais fazem com os jovens.<sup>28</sup> Na segunda metade de sua vida, Diderot refletiu como idealizar uma ética natural, admitindo seu fracasso: "Nem mesmo escrevi a primeira linha.(...) Sintô-me desqualificado para esta obra sublime."<sup>29</sup>

Que espécie de moral prevaleceu na França após quarenta anos de ataques às crenças sobrenaturais? A fim de responder a esta questão não devemos idealizar a primeira metade do século XVIII. Em 1757, pouco antes de morrer, Fontenelle disse que desejava poder viver sessenta anos mais, "a fim de ver de que forma acabariam a depravação universal, a infidelidade e a dissolução de todos os laços".<sup>30</sup> Se essa declaração (provavelmente injusta para com as classes média e baixa) apresenta um quadro verdadeiro da moral da alta classe na França anterior à *Encyclopédie* (1751), quase não seremos justificados em atribuir aos *philosophes* as falhas morais da segunda metade do século. Outros fatores que não o declínio da crença religiosa debilitavam o antigo código de moral. O aumento da riqueza possibilitara ao homem financiar pecados que anteriormente eram muito dispendiosos. Restif de La Bretonne apresentou um bom burguês lamentando a deterioração do caráter do francês, devida à transferência da população das aldeias e fazendas para as cidades.<sup>31</sup> Rapazes saíam da disciplina familiar, da fazenda e da vizinhança para os contatos corrosivos e as oportunidades da vida urbana, assim como da anônima proteção das multidões das cidades. Em *Les Nuits de Paris* Restif descreveu a Paris dos anos 1780 como a voragem da delinquência infantil, pequenos ladrões, criminosos profissionais e prostituição, tanto masculina como feminina. Taine achava que a França de 1756-88 estava infestada de "vagabundos, mendigos, toda espécie de espíritos indomáveis,(...) sórdidos, sujos, desfigurados e selvagens, gerados pelo sistema. E, sobre essas úlceras sociais apinhavam-se como insetos".<sup>32</sup> Este refugio do organismo social era o produto da natureza humana e do reinado Bourbon, quase não se podendo atribuí-lo à filosofia ou ao decréscimo da crença religiosa.

É possível que o jogo que florescia em Paris (como em Londres) estivesse ligado a essa descrença, porém todos a ele acorriam crentes ou descrentes. Em 1776, todas as loterias particulares foram suprimidas para serem anexadas à Loterie Royale. Não obstante, uma parte do caos sexual das classes elevadas podia razoavelmente ser atribuída ao ateísmo. Em *Les Liaisons dangereuses* (1782), de Choderlos de Laclos, encontramos aristocratas (de ficção) trocando notas sobre a arte de seduzir, fazendo planos para deflorar uma mocinha de quinze anos. O protagonista, o Visconde de Valmont,

argumenta que todos os homens alimentam desejos igualmente maus, mas muitos falham na tentativa de realizá-los, por se deixarem intimidar por tradições morais. O homem sábio, afirma Valmont, procurará qualquer sensação que lhe dê maior prazer, desdenhando quaisquer inibições morais.<sup>33</sup> Lembremo-nos de que alguns sofistas gregos chegaram a idênticas conclusões após descartarem-se dos deuses.<sup>34</sup>

Esta filosofia do amoralismo, como todo o mundo agora sabe, foi levada a efeito *ad nauseam* pelo Conde — em geral denominado erroneamente marquês — de Sade. Nascido em Paris, em 1740, serviu vinte anos no exército, foi preso e condenado à morte por homossexualismo (1772), fugiu, foi recapturado, escapou novamente, foi de novo preso e condenado à Bastilha. Na prisão, escreveu vários romances e dramas, tão obscenos quando podia fazê-los a sua imaginação, principalmente *Justine* (1791) e *Histoire de Juliette, ou Les Prospérités du vice* (1792). Como Deus não existe, argumentava, o homem sábio procurará realizar todos os seus desejos sem incorrer em punição terrena. Todos os desejos são igualmente bons. Qualquer distinção moral uma ilusão. Relações sexuais anormais são legítimas, e não realmente anormais. O crime é delicioso, quando se pode evitar a prisão, e nada mais maravilhoso de que bater em uma bela moça. Os leitores chocavam-se menos pelo amoralismo de Sade do que por sua declaração de que a destruição total da raça humana afetaria tão pouco ao cosmo que “não interromperia seu curso mais do que se toda a espécie dos coelhos ou lebres fosse extinta”.<sup>35</sup> Em 1789, Sade foi removido para um hospício em Charenton. Foi solto em 1790, sendo para lá reconduzido como incurável em 1803, morrendo em 1814.

Os filósofos poderiam argumentar que seu amoralismo era um doentio *non sequitur* de suas críticas da teologia cristã, e que uma mente sã reconheceria obrigações morais com ou sem crença religiosa. E muitos assim fizeram. E entre a população normal da França — mesmo em Paris — houve naqueles anos elementos de regeneração moral; maior sentimento e ternura; o triunfo do amor romântico sobre os casamentos de conveniência; as jovens mães orgulhosamente amamentando os filhos; o marido cortejando sua própria esposa; a família novamente unida como a origem mais sadia da ordem social. Esses progressos faziam-se acompanhar com remanescentes da crença cristã, ou com a filosofia semicristã de Rousseau. Mas o ateu Diderot apoiou-os entusiasticamente.

À morte de Luís XV seguiu-se reação contra seu sensualismo. Luís XVI dava bom exemplo pela simplicidade no trajar e na singeleza da sua vida, fidelidade à esposa e condenação do jogo. A própria rainha aderiu à moda simples, liderando a revivescência da sensibilidade e do sentimento. A Academia Francesa anualmente concedia um prêmio à eminência da virtude.<sup>36</sup> Em sua maioria, a literatura era decente. Os romances de Crébillon *filis* foram postos de lado, e *Paul e Virginie*, de Bernardin de Saint-Pierre, deu o tom da moral pura no amor. A arte refletia a nova moralidade, com Greuze e Mme. Vigée-Lebrun celebrando crianças e maternidade.

Juntos, o cristianismo e a filosofia alimentaram um humanitarismo que espalhou centenas de obras filantrópicas e beneficentes. Durante o rigoroso inverno de 1784, Luís XVI deu três milhões de *livres* destinadas a amparar os pobres e Maria Antonieta contribuiu com duzentas mil de sua bolsa. Outros seguiram o exemplo. O rei e a rainha ajudaram a financiar a Escola para Surdos-Mudos, instituída pelo Abade de L'Épée,

em 1778, com a finalidade de ensinar-lhes o alfabeto específico, e a Escola para Crianças Cegas, organizada por Valentin Haüy em 1784. Mme. Necker fundou (1778) um asilo e hospital para os pobres, que ela pessoalmente superintendeu durante dez anos. Foi nesse reinado que tomou forma a campanha para a abolição do escravismo.

Os costumes, como a moral, refletiam a era de Rousseau e nunca, sob o domínio Bourbon, haviam sido tão democráticos. A diferença de classes continuou, porém amenizada por maior delicadeza e cortesia. Os lares com títulos de maior nobreza recebiam homens sem títulos, contanto que adotassem as regras do bom viver e adquirissem hábitos de higiene. A rainha saltou de sua carruagem para auxiliar um postilhão ferido. O rei e seu irmão, o Conde d'Artois, suspenderam um carro com os ombros a fim de auxiliar um trabalhador a retirá-lo da lama. O vestuário tornou-se mais simples, as perucas desapareceram, os homens descartaram-se, exceto na corte, de seus bordados, rendas e espadas. Por volta de 1789 era difícil distinguir a posição de um homem por sua indumentária. Quando Franklin conquistou a França, até os alfaiates renderam-se a ele. O povo aparecia nas ruas "vestidos *à la* Franklin, de fazenda grossa(...) e sapatos pesados".<sup>37</sup>

As senhoras da burguesia vestiam-se tão belamente quanto as da corte. Após 1780, as mulheres abandonaram a incômoda saia-balão, porém armavam-se com anáguas engomadas e superpostas, como um jogo de paciência chinês. As blusas eram muito decotadas na frente, mas o colo geralmente era oculto por uma echarpe triangular chamada fichu. Esses fichus podiam ser grossos para ocultar bustos avantajados, de modo que os franceses chamavam-nos *trompeurs* ou *menteurs* — enganadores ou mentirosos.<sup>38</sup> Os penteados continuavam altos, mas quando Maria Antonieta perdeu muito cabelo durante a gravidez, a pirâmide foi substituída por cachos, e a nova moda espalhou-se da corte para Paris. Havia duzentos tipos de chapéus femininos. Alguns não passavam de precários monumentos de arames, plumas, fitas, flores e verduras artificiais. Contudo, nos momentos mais descontraídos, as mulheres seguiam a moda usada pela rainha no Petit Trianon, simplesmente cobrindo a cabeça com uma echarpe. No auge da extravagância da moda, as mulheres usavam saltos baixos ou confortáveis chinelas.<sup>39</sup>

Uma maneira de viver mais saudável acompanhou a mudança para as roupas mais simples. Uma crescente minoria adotou a "vida natural": nada de coletes e de criados, e mais vida ao ar livre; e, sempre que possível, uma fuga da cidade para o campo. Arthur Young relatou: "Todos os que possuem propriedade no campo estão nelas; e aqueles que não as têm visitam os que as possuem. Essa revolução nos hábitos franceses, certamente constitui uma das melhores que eles tiraram dos ingleses. E a sua introdução tornou-se mais fácil em virtude da magia dos escritos de Rousseau."<sup>40</sup> Contudo, essa "volta à natureza foi mais conversa ou sentimento do que ação ou realidade. A vida em Paris permanecia uma estonteante corrida aos concertos, óperas, dramas, corridas de cavalos, esportes aquáticos, jogo de cartas, danças, conversação e salões.

## III. AS SALONNIÈRES

A mulher francesa adornou o declínio do feudalismo não apenas com o charme de suas pessoas e seus vestidos, mas também com a habilidade inigualável de fazer da sociedade francesa não apenas uma reunião de mexericos, mas uma parte vital da vida intelectual da nação. Em 1777, depois de renovar seu conhecimento com os salões de Paris, Gibbon escreveu:

Se Juliano pudesse agora revisitar a capital da França [onde nasceu em 331 A.D.], estaria conversando com homens de ciência e gênio capazes de compreender e instruir um discípulo dos gregos. Desculparia as graciosas loucuras de uma nação cujo espírito marcial jamais se desvigorou ao comprazer-se no luxo. E aplaudiria a perfeição dessa arte inestimável que suaviza, requinta e embeleza as relações da vida social.<sup>41</sup>

E, ainda, em uma carta, acrescentou: “Sempre me pareceu, tanto em Lausanne, como em Paris, que as mulheres são muito superiores aos homens”.<sup>42</sup>

As *salonnières*, relutantes, estavam deixando a cena. Mme. Geoffrin, como já vimos, morreu em 1777. Mme. du Deffand quase ultrapassou o século, entrando na história como uma das amantes do regente<sup>43</sup> e abrindo um salão que continuou de 1739 e 1780. Perdera a maior parte de seus leões literários para Julie de Lespinasse e os novos salões, e Horace Walpole, indo ao seu salão pela primeira vez em 1765, achou desinteressante sua coleção de velhos aristocratas. “Ceio lá três vezes por semana, e agüento sua insípida companhia em consideração ao regente”<sup>44</sup> — isto é, pelas suas estimulantes recordações, daquele extraordinário interregno que dera o tom da sociedade francesa e de sua moral nos próximos sessenta anos. Mas, acrescentou Horace, “ela é deliciosa [aos 68 anos] interessada no que se passa todos os dias, como eu, a respeito do século passado”.

Admirava-lhe o espírito com tanto entusiasmo — nunca tendo visto tanto brilho nas mulheres inglesas, ainda muito reprimidas — que ia vê-la diariamente, fazendo-lhe elogios que pareciam restituir-lhe os dias gloriosos do passado. Ela reservava para ele uma cadeira especial, mimando-o com toda a sorte de solicitude feminina. Sendo ela um tanto masculina, não lhe desagradava a delicadeza quase feminina de Walpole. Impossibilidade de vê-lo, modelava sua imagem conforme desejava, apaixonando-se por ela. Podendo vê-la, ele não podia esquecer sua idade e sua incapacidade física. Quando ele voltou a Inglaterra, ela escrevia-lhe cartas quase tão ternas quanto as de Julie de Lespinasse a Guibert, escritas em prosa requintada digna da época. As respostas de Walpole procuravam refrear-lhe o entusiasmo. Tremia só de pensar o que os Selwyns da Inglaterra fariam com petisco tão suculento para uma sátira. Ela sofria com as admoestações dele, assegurando-lhe que na França a amizade era às vezes mais profunda e mais forte do que o amor. “Pertencço-lhe mais do que a mim própria.(...) Quisera poder enviar-lhe minha alma ao invés de uma carta. Daria de bom grado anos de vida para ter certeza de estar viva quando você voltar à França.” Comparava-o a Montaigne, “e este é o maior elogio que posso dar a você, pois não conheço mente mais justa e esclarecida quanto a dele”.<sup>45</sup>

Ele voltou a Paris em agosto de 1767. Ela esperava-o com entusiasmo de donzela.

“Até que enfim, até que enfim, o mar não nos divide mais. Não consigo convencê-lo que um homem da sua importância, à testa de um grande governo, e por conseguinte, da Europa, pudesse(...) deixar tudo para vir ver uma velha bruxa no canto de um convento. É realmente absurdo, mas estou encantada.(...) Venha, meu tutor!(...) Não é um sonho — sei que estou acordada — vê-lo-ei hoje!” Mandou-lhe sua carruagem, e ele foi imediatamente. Durante seis semanas, alegrou-a com sua presença e entristeceu-a com seus cuidados. Quando ele voltou à Inglaterra, ela só pensava em seu regresso a Paris. “Você fará meu pôr-do-sol muito mais belo do que minha manhã ou minha aurora. Sua aluna, submissa como uma criança, apenas deseja vê-lo.”<sup>46</sup>

Em 30 de março de 1773, ele pediu-lhe que não escrevesse mais.<sup>47</sup> Depois, se compadeceu e a correspondência continuou. Em fevereiro de 1775, pediu a ela que devolvesse todas as suas cartas. Ela aquiesceu com uma delicada sugestão de reciprocidade de ação. “Você terá o suficiente para acender sua lareira por muito tempo, se acrescentar às suas todas as que recebeu de mim. Isso seria apenas justo, mas deixo o caso a seu critério.”<sup>48</sup> Das oitocentas cartas a ela dirigidas, apenas dezenove restam. Todas as dela foram preservadas, e publicadas após a morte de Walpole. Quando soube que a pensão dela havia sido interrompida, ofereceu-se para substituí-la com sua própria renda. Ela não julgou necessário.

O colapso de seu romance obscureceu o natural pessimismo de uma mulher que sentia falta do colorido da vida, porém conhecia suas superficialidades e seus abismos. E até na sua cegueira ela podia ver através de superfícies amorosas o infatigável egoísmo do ser. “Meu querido tutor”, perguntava a Walpole, “você somente encontrou monstros, crocodilos, hienas? Da minha parte, vejo apenas loucos, idiotas, mentirosos, invejosos, e, às vezes, gente pérfida.(...) Todos os que aqui vejo secam-me a alma. Não encontro virtude, sinceridade, simplicidade em ninguém.”<sup>49</sup> Pouca fé religiosa lhe restava para reconfortá-la. Contudo, continuava nas suas ceias, em geral, duas vezes por semana; e muitas vezes jantava fora, ao menos para fugir à monotonia dos dias negros como as noites.

Finalmente, ela, que aprendera odiar a vida, deixou de a ela se agarrar, reconciliando-se com a morte. As doenças que atormentam a velhice aumentaram e se acumularam e, aos 83 anos, sentiu-se muito fraca para combatê-las. Chamou um padre e fez, sem muita convicção, sua capitulação à esperança. Em agosto de 1780, enviou a última carta a Walpole:

Hoje estou pior.(...) Não acredito que meu estado signifique outra coisa senão o fim. Não tenho forças suficientes para ficar apavorada, e como não o verei mais, nada tenho a perder.(...) Divirta-se, meu amigo, o mais que puder. Não se preocupe por minha causa,(...) Você sentirá minha falta, pois é bom saber que se é amado.<sup>50</sup>

Ela morreu em 23 de setembro, deixando a Walpole seus documentos e seu cão.

Muitas outras *salonnières* continuaram a grande tradição: madames d’Houdetot, d’Épinay, Denis, de Genlis, Luxembourg, Condorcet, Boufflers, Choiseul, Grammon, Beauharnais (mulher do tio de Josefina). Acrescentemos a todos esses salões o último



pré-revolucionário — o de Mme. Necker. Por volta de 1770, ela principiou suas recepções das sextas-feiras. Mais tarde, recebia também às terças — quando então a música era a soberana. As discussões sobre Gluck-Piccini dividiam os jantares, e Mlle. Clairon os unia recitando trechos de seus papéis favoritos. Nas sextas-feiras, ali encontravam-se Diderot, Marmontel, Morellet, d'Alembert (depois da morte de Julie), Buffon, Guibert, Grimm (depois da morte de Mme. d'Épinay), Gibbon, Raynal, Galiani, Pigalle, e o literato amigo especial de Suzanne, Antoine Thomas. Foi numa dessas reuniões (abril de 1770) que a idéia de uma estátua de Voltaire veio à baila. Naquele salão, Diderot impôs silêncio às suas heresias, tornando-se quase refinado. “É uma lástima para mim”, escreveu a Mme. Necker, “que eu não tenha tido a sorte de conhecê-la mais cedo, pois a senhora certamente ter-me-ia incutido um sentido de pureza e delicadeza o qual, da minha alma, passaria às minhas palavras.”<sup>31</sup> Outros não se expressaram tão favoravelmente. Embora permanecendo seu amigo por 25 anos, Marmontel descreveu Suzanne em suas *Memórias*: “Alheia às maneiras e costumes de Paris, não possuía nenhum dos encantos da jovem mulher francesa. (...) Não tem gosto para se vestir, nem desenvoltura no porte, nem charme em sua delicadeza; e sua mente e a expressão do rosto são por demais regulares para ter graça. Suas qualidades que mais atraíam eram o decoro, a sinceridade e a bondade”.<sup>32</sup> As senhoras aristocráticas não tinham afinidades com ela. A Baronesa d'Oberkirch, que visitou os Necker em companhia do Grão-Duque Paulo, classificou-a da seguinte forma: “Simplesmente não passa de uma governanta.”<sup>33</sup> E Mme. de Créqui aniquilou-a em páginas deliciosamente malévolas.<sup>34</sup> Mme. Necker deve ter tido qualidades muito boas para conquistar o duradouro amor de Gibbon, mas ela nunca superou completamente sua herança calvinista. Conservou-se formal e puritana em meio à sua fortuna, nunca adquirindo a alegria sofisticada que os homens franceses gostavam de encontrar nas mulheres.

Em 1766, deu à luz a futura Mme. de Staël. Germaine Necker, crescendo entre filósofos e estadistas, tornou-se uma sábia aos dez anos. Sua inteligência precoce foi o orgulho dos pais, até que seu temperamento autoritário e excitável tornou-se muito árduo para os nervos de Mme. Necker. Suzanne, cada vez mais conservadora, submetia Germaine a uma severa disciplina. A filha rebelou-se, e a discórdia naquele lar elegante rivalizava com o caos nas finanças do Estado. A dificuldade encontrada por Necker para tentar evitar a bancarrota do governo, a despeito da guerra da independência americana, e do ressentimento de Mme. Necker pelas críticas de que seu marido era vítima na imprensa, aliado ao ressentimento da mãe, fizeram com que Suzanne ansiasse pela vida calma que tinha na Suíça.

Em 1786, Germaine casou-se, tomando parte nos deveres de anfitriã no salão de sua mãe. Entretanto, os salões franceses estavam em declínio. As discussões literárias deram lugar à ávida política partidária. “Não tenho notícias literárias a dar-lhe”, escreveu Suzanne a uma amiga em 1786. “Esse tipo de conversa não está mais na moda. A crise é grande demais. As pessoas não querem jogar xadrez na beira de um precipício.”<sup>35</sup> Em 1790, a família mudou-se para Coppet, um *château* que Necker comprara nas praias ao norte do Lago de Genebra. Ali, Mme. de Staël reinava e Mme. Necker sofreu durante anos de uma penosa moléstia nervosa, que pôs fim à sua vida em 1794.

## IV. MÚSICA

Em 11 de maio de 1778, Mozart escreveu de Paris: “No que concerne à música, estou cercado de meros animais irracionais.(...) Pergunte a qualquer um — contanto que não seja francês nato — e, se ele souber algo sobre o assunto, lhe dirá exatamente a mesma coisa.(...) Agradecerei ao Deus Misericordioso se eu escapar com o meu gosto ileso.”<sup>56</sup> Essas foram expressões duras, entretanto Grimm e Goldoni concordaram com elas.<sup>57</sup> Contudo, os três críticos eram estrangeiros. O gosto musical da alta classe parisiense era o reflexo de suas maneiras, inclinadas ao refreamento de expressão e regularidade de forma, ainda com ecos da era de Luís XIV. E, não obstante, foi precisamente nesses primeiros anos do novo reino que metade de Paris perdeu o recato, e talvez as boas maneiras, na excitante batalha sobre Piccini e Gluck. Notemos uma carta de Julie de Lespinasse, de 22 de setembro de 1774: “Vou constantemente ao *Orfeu e Euridice*. Anseio por ouvir umas doze vezes por dia aquela ária que me dilacera,(...) ‘*J’ai perdu mon Eurydice!*’”<sup>58</sup> Paris não morreria para a música, embora importasse mais do que produzisse.

Em 1751, François-Joseph Gossec, com dezessete anos, veio de sua terra natal, Hainaut, para Paris, com uma carta de apresentação para Rameau. O velho mestre conseguiu-lhe um lugar de regente de uma orquestra particular mantida por Alexandre-Joseph de La Popelinière. Para esse grupo, Gossec compôs (1754) sinfonias, antecipando de cinco anos a primeira de Haydn e, em 1754, publicou quartetos antecedendo Haydn em um ano. Em 1760, apresentou na Igreja de St. Roch *Messe des Morts*, de sua autoria, que deu origem à idéia de tocar instrumentos de cordas do *Tuba mirum* fora da igreja. Não havia limites para a iniciativa e a versatilidade de Gossec. Em 1784, fundou a École Royale du Chant, que se tornou o núcleo do renovado Conservatoire de Musique de Paris. Obteve sucesso moderado na ópera, tanto cômica como séria. Adaptou-se à Revolução, compondo algumas de suas canções, inclusive o “Hino ao Ente Supremo,” em louvor a Robespierre (8 de junho de 1794). Sobreviveu a todas as alterações políticas, morrendo em 1829, com 95 anos.

A figura principal da ópera francesa daquele período foi André Grétry. Como muitas outras personalidades proeminentes da música francesa do século XVIII, era estrangeiro, nascido em Liège, em 1741, filho de violinista. No dia de sua primeira comunhão, conta-nos ele, pediu a Deus que o deixasse morrer imediatamente, a menos que fosse destinado a tornar-se um bom homem e um grande músico. Naquele dia, um pedaço do telhado caiu-lhe na cabeça, ferindo-o gravemente. Recuperou-se, concluindo que um nobre futuro lhe era reservado por Deus.<sup>59</sup> A partir dos dezesseis anos, sofreu periodicamente perda de sangue dos órgãos internos, vomitando seis xícaras de sangue em um só dia. Era sujeito a febres e, ocasionalmente, a delírios, às vezes quase enlouquecendo para dissipar trechos de música que lhe passavam pela cabeça. Deve-se perdoar até a música má a um homem atormentado e que, no entanto, conservou bom gênio até os 72 anos.

Com dezessete anos compôs seis sinfonias, bastante boas para que obtivesse de um cônego de uma catedral meios suficientes para ir a Roma. Se pudermos dar crédito às suas cativantes *Mémoires*, publicadas em 1797, ele foi a pé.<sup>60</sup> Durante os oito anos que lá passou deixou-se influenciar pelo sucesso de Pergolesi, compondo óperas cômicas.

cas. Voltando a Paris, foi incentivado por Diderot, Grimm e Rousseau. Estudou arte dramática com Mlle. Clairon, desenvolvendo uma técnica especial de ajustar a música que compunha aos acentos e inflexões do discurso dramático, obtendo em suas óperas delicadeza lírica e ternura que pareciam refletir o espírito de Rousseau, devolvendo a simplicidade e o sentimento da vida francesa. Continuou popular durante todo o período revolucionário, com suas obras publicadas às expensas do governo e as árias de suas óperas cantadas pela multidão. Recebeu uma pensão de Napoleão. Todos gostavam dele porque possuía poucas características dos gênios. Era delicado, afetivo, sociável, modesto, referia-se elogiosamente a seus rivais e estava em dia com suas dívidas. Amava Rousseau, embora este o houvesse ofendido, e, na velhice, comprou o Hermitage, onde o escritor morara. Em 24 de setembro de 1813, naquele chalé, enquanto Napoleão lutava contra toda a Europa, Grétry morreu.

#### V. A ARTE NO TEMPO DE LUÍS XVI

O *Style Louis Seize*, que principiara quase com o nascimento de Luís XVI (1754), continuava sua reação contra as sinuosas irregularidades do barroco e as delicadezas femininas do rococó, passando às linhas masculinas e às proporções simétricas da arte neoclássica inspirada pelas escavações de Herculano e o fervor greco-romano de Winkelmann. O mais famoso exemplo do novo estilo em arquitetura é o Petit Trianon. É interessante observar que Mme. du Barry e Maria Antonieta, que não se falavam, concordavam no prazer que desfrutavam desse modesto tributo à ordem clássica e à simplicidade. Outro belo exemplo é o atual Palais de la Légion d'Honneur, construído como Hôtel Salm (1782) por Pierre Rousseau à margem esquerda do Sena. Um produto mais maciço do referido estilo é o Palais de Justice, conforme foi reconstruído em 1776, com sua magnífica grade de ferro forjado em frente a Cour de Mai. O Théâtre National de l'Odéon (1770) tomou uma forma dórica mais sombria. Mais alegre é o teatro em Amiens (1778), por Jacques Rousseau, numa união do clássico e da Renascença. Em Bordéus, Victor Louis construiu (1775) dentro de linhas clássicas, um imenso teatro que Arthur Young descreveu como "sem dúvida, o mais magnífico na França. Nada vi que a ele se compare".<sup>61</sup>

A decoração de interiores reteve a elegância francesa. A tapeçaria já principiava a sair de moda, exceto como cobertura de poltronas e sofás. O papel pintado começava a chegar da China, mas era utilizado principalmente nos quartos. As paredes das salas eram geralmente divididas em painéis de madeira tratada, esculpidas ou pintadas com figuras ou arabescos de flores, rivalizando com as melhores da Itália. A melhor e mais fina mobília da França de Luís XVI foi desenhada e executada por dois alemães, Jean-Henri Riesener e David Roetgen. A Wallace Collection possui alguns invejáveis exemplares feitos para Maria Antonieta e o Petit Trianon.

As esculturas floresciam. Pigalle, Falconet e Jean-Jacques Caffieri viveram anterior e posteriormente aos dias de Luís XV. Augustin Pajou principiou a trabalhar naquele reinado. Por encomenda de Luís XVI, esculpiu a decoração do Palais-Royal e o Palais-Bourbon. Na *Psique Abandonada*,<sup>62</sup> tentou combinar dois elementos na nova era — sentimento terno e forma clássica. Transmitiu sua arte — dando-lhe a filha em casamento — a Clodion, cujo nome real era Claude Michel. Clodion abriu caminho para

a posteridade com seus grupos em terracota, ligeiramente eróticos, e atingiu o zênite com uma estátua de Montesquieu.<sup>63</sup> Todo o êxtase da carne entoa seu cântico na *Ninfa e o Sátiro* atualmente no Metropolitan Museum of Art de Nova York.

O supremo escultor da época foi Jean-Antoine Houdon. Seu pai era porteiro, porém em uma escola de arte. Nascido em Versalhes, Jean respirou as esculturas das estátuas com as quais Luís XIV povoou seus jardins de Le Nôtre. Depois de estudar com Pigalle, aos vinte anos conquistou o prêmio de Roma e partiu para a Itália (1760). O *São Bruno* que esculpiu em Roma agradou tanto a Clemente XIV que este comentou: "O Santoalaria, se os regulamentos dessa ordem não impusessem silêncio."<sup>64</sup> Em Paris esculpiu ou fundiu uma sucessão de Dianas. Uma, em bronze, na Coleção Huntington, é uma maravilha de expressão clássica e graça francesa. Mais famoso é o bronze *Diane Nue*, atualmente no Louvre. Foi recusada no Salão de 1785, talvez porque (disse um crítico) "fosse bela demais e demasiado nua para expor-se em público",<sup>65</sup> mais provavelmente porque a estátua violasse a concepção tradicional de Diana, a casta.

Houdon, como muitos artistas do século XVIII, encontrava mais lucro nos retratos dos contemporâneos do que nos das invioláveis deusas. Contudo, resolveu ser fiel aos fatos, mostrando mais o caráter do que o rosto. Passou horas em exames minuciosos nas salas das escolas de medicina, estudando anatomia. Quando possível, media cuidadosamente a cabeça da pessoa que estava sendo retratada, esculpindo ou fundindo a estátua correspondente. Quando foi levantada a questão se um corpo que havia sido exumado em Paris era realmente, conforme fora reivindicado, o de John Paul Jones, o feitiço e as medidas do crânio foram comparados com o retrato que Houdon havia fundido em 1781, estabelecendo-se uma margem de concordância tão estreita que a identidade foi aceita como confirmada.<sup>66</sup> Cortou no mármore de sua estátua *Mirabeau* todos os estragos feitos pela varíola, mostrando cada uma das sombras e rugas, até mesmo o fulgor e a profundidade dos olhos, os lábios entreabertos na ânsia de falar.

Muito em breve, todos os titãs da revolução queriam ser retratados, e ele no-los transmitiu com a fidelidade que transformou o mármore e o bronze em corpo e alma da história. De modo que agora podemos ver Voltaire, Rousseau, Diderot, d'Alembert, Buffon, Turgot, Luís XVI, Catarina II, Cagliostro, Lafayette, Napoleão, Ney. Quando, em 1778, Voltaire foi a Paris, Houdon fez-lhe várias estátuas: um busto, atualmente no Louvre, demonstrando exaustão e desânimo; um busto semelhante, agora no Vitoria and Albert Museum; um outro, na Wallace Collection; uma cabeça sorridente, encomendada por Frederico o Grande; e, mais famosa de todas, a estátua presenteada à Comédie-Française por Mme. Denis: Voltaire sentado, vestido em largas roupagens, dedos descarnados agarrados aos braços da cadeira, lábios finos, boca desdentada, ainda alguma alegria nos olhos melancólicos — eis uma grande escultura na história da arte. Naquele mesmo ano, ouvindo a notícia da morte de Rousseau, Houdon correu a Ermenonville e tirou uma máscara mortuária do rival de Voltaire, a partir do qual fez o busto atualmente no Louvre, também uma obra-prima.

Havia também heróis americanos, tendo Houdon feito cabeças tão parecidas com eles que as moedas americanas ainda estampam as semelhanças com Washington, Franklin e Jefferson. Quando Franklin voltou para a América, em 1785, Houdon

acompanhou-o. Correu a Mount Vernon persuadindo o ocupado e impaciente Washington a posar para ele em quinze dias. Foi assim que fez a estátua que adorna a capital do estado em Richmond, Virgínia — um homem de granito, melancólico com a custosa vitória e as tarefas que restaram. Ali também verificava-se aquela união do corpo e da alma, uma das características e o selo da arte de Houdon.

Tais esculturas teriam tornado a pintura um requinte menor, não houvessem Greuze e Fragonard continuado a pintar durante todo o período do reinado e no decurso da Revolução, e Jacques-Luis David, numa meteórica carreira como a de Napoleão, chegasse à ditadura de todas as artes na França. Aprendeu sua técnica do tio-avô, François Boucher, tornando-se um artesão de primeira ordem, um mestre mais da linha e da composição do que da cor. Boucher percebeu que a mudança dos costumes, desde a Pompadour e a Du Barry até Maria Antonieta, havia restringido o mercado dos seios e das ancas. Aconselhou David a procurar o estilo neoclássico no estúdio de Joseph Vien, que estava pintando soldados romanos e mulheres heróicas. Em 1775, David acompanhou Vien a Roma. Naquela cidade, sentiu a influência de Winckelmann e Mengs, das antigas esculturas na Galeria do Vaticano, das ruínas desenterradas de Herculano e Pompéia. Aceitou os princípios neoclássicos, valendo-se da estatuária grega como modelo de suas pinturas.

De volta a Paris, exibiu uma série de assuntos clássicos, cujo traço de desenho era severo: *Andrômaca Chorando Sobre o Corpo de Heitor*, (1783), *O Juramento dos Horácios* (1785), *A Morte de Sócrates* (1787), *A Volta de Bruto depois de condenar seus filhos à morte* (1789).<sup>67</sup> (Na lenda, segundo nos relata Livy, Lúcio Júnio Bruto, na qualidade de pretor da jovem República Romana (509 a.C.) condenou seus próprios filhos à morte por conspirarem para o restabelecimento da realeza) David pintara este último quadro em Roma. Quando ofereceu-o à Academia em Paris, sua exposição foi proibida. O público artístico protestou e finalmente a tela foi mostrada, contribuindo para a febre revolucionária da época. Paris viu naquelas pinturas, e na transmissão de sua ética severa, uma dupla revolta — contra o rococó aristocrático e a tirania real. David tornou-se o herói radical dos estúdios de Paris.

Durante a Revolução, foi eleito para a Convenção e, em janeiro de 1793, votou em favor da execução do rei. Outro deputado com voto semelhante foi assassinado por um realista (20 de janeiro de 1793). O corpo foi exibido ao povo como o de um republicano mártir. David pintou *Os Últimos Momentos de Lepeletier* e a Convenção pendurou o quadro em sua sala. Quando Marat foi assassinado por Charlotte Corday (13 de julho de 1793), David pintou o morto meio imerso na banheira. Poucas vezes foi a arte tão real ou tão calculada para despertar o sentimento. Esses dois pintores estabeleceram o martirologio da Revolução. David trabalhou entusiasticamente para Danton e Robespierre, e em retribuição foi feito diretor de toda a arte em Paris.

Quando Napoleão tomou o poder com o título romano de cônsul, David pintou para ele com o mesmo zelo dispensado aos chefes do Terror. Viu Bonaparte como o Filho da Revolução, lutando para impedir que os reis europeus restabelecessem seus pares na França. Quando Napoleão fez-se imperador (1804), a adoração de David não se alterou, e Napoleão o fez pintor da corte imperial. O artista produziu vários quadros famosos para Bonaparte: *Napoleão Atravessando os Alpes*, *A Coroação de Josefina por Napoleão*, *A Distribuição das Águias*, os quais foram mais tarde colocados nas

paredes do palácio em Versalhes. Nesse meio tempo, David demonstrou versatilidade com excelentes retratos de Mme. Récamier e do Papa Pio VI.<sup>68</sup> Quando os Bourbons foram restabelecidos, David foi banido como regicida. Retirou-se em Bruxelas, onde sua mulher (que o havia deixado em 1791 em virtude de seu ardor revolucionário) compartilhou de seu exílio. Voltou ele então aos motivos clássicos, e para o estilo escultural de pintar preferido de Mengs. Em 1825, com 77 anos, terminou uma das espetaculares carreiras de história da arte.

Entre seus retratos, encontra-se um de Mme. Vigée-Lebrun, que rejeitou a revolução preferindo reis e rainhas. No fim de seus 87 anos (1755-1842), ela publicou suas memórias com interessantes relatos de sua mocidade (1755-1842) a triste história de seu casamento, um itinerário de sua odisséia artística, e a figura de uma boa mulher chocada pela violência da história. Seu pai, pintor retratista, morreu quando ela contava treze anos, não deixando fortuna, mas Élisabeth fora uma aluna tão aplicada que aos dezesseis anos já tinha uma boa renda com seus retratos. Em 1776, casou-se com outro pintor, Pierre Lebrun, sobrinho-neto de Charles Le Brun, que havia sido professor de arte de Luís XIV. Seu marido (conta-nos ela) dilapidou sua fortuna e a dele "pelo amor desenfreado por mulheres de má reputação, aliado à predileção pelo jogo".<sup>69</sup> Teve uma filha (1778) dele, e logo depois abandonou-o.

Em 1779, pintou Maria Antonieta, que gostava tanto dela que posou para vinte retratos. As duas mulheres ficaram muito amigas, cantando juntas as árias de Grétry, as quais arrancavam lágrimas de Paris inteira. Os favores reais, assim como a elegância de sua obra, abriram as portas à atraente pintora. Embelezava todas as mulheres, tornando róseas as faces desbotadas, de modo que toda mulher com dinheiro desejava ardentemente servir-lhe de modelo. Seus honorários eram tão altos que ela pôde manter um apartamento dispendioso e um salão freqüentado pelos melhores músicos de Paris.

Apesar de sua amizade com a rainha, ela foi três vezes retratar Mme. du Barry, em Louveciennes. Na terceira vez (14 de julho de 1789) ouviu o troar dos canhões em Paris. Voltou à cidade e soube que a Bastilha havia sido tomada, e que o povo vitorioso carregava as cabeças dos nobres nas pontas de lanças sangrentas. Em 5 de outubro, enquanto uma multidão marchava em direção a Versalhes para prender o rei e a rainha, ela agarrou o que pôde de seus pertences e iniciou treze anos de exílio voluntário. Em Roma, fez o retrato de família, dela e de sua filha.<sup>70</sup> Em Nápoles, pintou Lady Hamilton como uma bacante.<sup>71</sup> Pintou em Viena, Berlim e São Petersburgo. E quando a Revolução terminou voltou à França (1802). Ali, tendo triunfado sobre todas as vicissitudes, viveu mais quarenta anos, sabiamente morrendo antes que a Revolução retomasse seu curso.

## VI. LITERATURA

No breve período entre 1774 e 1789, a literatura francesa produziu algumas obras memoráveis, as quais ainda hoje encontram leitores e agitam os espíritos: *Maximes*, de Chamfort, *Paul et Virginie*, de Bernardin de Saint-Pierre, *Liaisons dangereuses*, de Choderlos de Laclos (sobre o qual já falamos o suficiente), e os volumes caóticos, porém reveladores de Restif de la Bretonne.

Esses constituíam ilhas surgindo do mar literário de escolas, bibliotecas, centros de leituras, jornais, revistas, panfletos e livros — palavrório e fermentação de tinta jamais vistos anteriormente. Apenas uma pequena minoria de gente na França sabia ler.<sup>72</sup> Não obstante, milhares tinham sede de saber e estavam cheios de idéias. Enciclopédias, compêndios de ciência; esboços de conhecimentos eram procurados em toda a parte. Os *philosophes* e os reformadores tinham grandes esperanças na difusão educacional.

Embora os jesuítas tivessem ido embora e as escolas fossem controladas pelo Estado, a maior parte do ensino permanecia nas mãos do clero. As universidades, rigidamente ortodoxas na religião e na política, haviam caído na inércia e descrédito, começando, com um século de atraso, a se dar conta da ciência. Entretanto, aulas públicas sobre ciência eram assistidas com grande interesse e as escolas técnicas multiplicavam-se. Nos colégios, quase todos os estudantes eram da classe média, os jovens nobres iam de preferência para uma ou outra entre as doze academias militares que Saint-Germain instituíra no ano de 1776 e posteriormente. (Em uma dessas, em Brienne, estudava Napoleão Bonaparte.) Os universitários “frequentemente formavam organizações de apoio a manifestações políticas”<sup>73</sup> e, naquela época, havia maior número de graduados do que a economia francesa podia utilizar. Os que não tinham colocação tornaram-se vozes descontentes, e muitos escreviam panfletos que acendiam os fogos da revolta.

Os ricos possuíam bibliotecas particulares, invejavelmente instaladas, com livros lujosamente encadernados e às vezes lidos. As classes média e baixa utilizavam-se de bibliotecas itinerantes, ou compravam seus livros — quase todos em brochura — nas barracas ou nas lojas. Em 1774, a estimativa da venda de livros em Paris era de quatro vezes mais do que Londres, com uma população maior.<sup>74</sup> Restif de La Bretonne observou que a leitura havia tornado “intratáveis” os trabalhadores de Paris.<sup>75</sup>

Os jornais cresciam em número, tamanho e influência. A antiga *Gazette de France*, fundada em 1631, ainda era o provedor — não confiável — das notícias políticas. O *Mercure de France*, que tivera início em 1672, como *Mercure galant*, contava em 1790 com uma circulação de treze mil exemplares, considerada muito boa. Mirabeau chamava-o o melhor dos jornais franceses.<sup>76</sup> O primeiro diário francês, *Journal de Paris*, teve início em 1777. O mais famoso, *Moniteur*, só apareceu em 24 de novembro de 1789. Havia muitos jornais provincianos, como o *Courier de Provence*, editado por Mirabeau *fil.*

Os panfletos eram uma verdadeira inundação, os quais terminaram varrendo tudo que encontravam. Nos últimos meses de 1788, foram publicados 2.500 na França.<sup>77</sup> Alguns tiveram significação histórica, como o do Abade Sieyès, *Qu'est-ce que le Tiers-état?*, ou o de Camille Desmoulins, *La France libre*. Por volta de julho de 1789, a imprensa era a força mais poderosa na França. Necker, em 1789, descrevia-a como “um poder invisível que, embora sem riqueza, sem armas, e sem exércitos, domina tanto a cidade como a corte, e até mesmo o palácio dos reis”.<sup>78</sup> As canções contribuíam também para a agitação. Chamfort chamava o governo uma monarquia restrita pelas árias populares.<sup>79</sup>

O próprio Chamfort foi arrastado pela torrente revolucionária, e passou de *persona grata* na corte a participante da tomada da Bastilha. Nascido em 1741, filho de um

merceeiro de aldeia, foi para Paris, onde viveu de expedientes. Mulheres davam-lhe casa e comida apenas para terem o prazer de sua conversação. Escreveu vários dramas, um dos quais, representado em Fontainebleau, agradou tanto a Maria Antonieta que ela convenceu o rei a dar ao autor uma pensão de 1.200 *livres*. Ele foi feito secretário de uma irmã de Luís XVI, percebendo um adicional de duas mil *livres* anuais. Tudo parecia conservá-lo ao lado da causa real, mas em 1783 encontrou Mirabeau e muito breve transformou-se em acerbo crítico do governo. Foi por inspiração sua que Sieyès obteve o famoso título para seu panfleto.

Nesse meio tempo, inspirado em La Rochefoucauld, Vauvenargues e Voltaire, escreveu “máximas” expressando opinião sarcástica sobre o mundo. Mme. Helvétius, que durante anos recebia-o em sua casa em Sèvres, disse: “Sempre que converso com Chamfort de manhã, passo o resto do dia triste.”<sup>80</sup> Achava que a vida era um embuste contra a esperança. “A esperança é uma charlatã que sempre nos engana. Quanto a mim, só fui feliz quando abandonei a esperança.”<sup>81</sup> “Se as cruéis verdades, as tristes descobertas, os segredos da sociedade, que constituem o saber do homem de sociedade que atingiu quarenta anos, fossem conhecidos deste mesmo homem aos vinte, ou ele teria se desesperado, ou deliberadamente tornar-se-ia corrupto.”<sup>82</sup> Chegando ao término da Idade da Razão, Chamfort ria-se da razão como sendo menos um controlador das paixões do que um instrumento do mal. “No atual estado da sociedade, o homem parece mais corrompido pela razão do que por suas paixões.”<sup>83</sup> Quanto às mulheres, “por pior que os homens possam pensar delas, não existe uma mulher que não pense ainda pior”.<sup>84</sup> O casamento é uma armadilha. “Tanto o casamento como o celibato são incômodos. Preferiríamos um estado cujos inconvenientes não sejam irremediáveis.”<sup>85</sup> “As mulheres dão à amizade apenas o que elas tomam emprestado do amor”<sup>86</sup> e “o amor, tal como existe na sociedade, nada mais é do que uma troca de fantasias e o contato de duas epidermes [*contact de deux épidermes*].”<sup>87</sup>

Quando Chamfort saía dos palácios e das mansões e chegava às ruas de Paris, seu pessimismo aumentava. “Paris, cidade das diversões e dos prazeres, onde quatro quintos das pessoas morrem de desgosto, (...) um lugar que fede e onde ninguém ama.”<sup>88</sup> A única cura para esses cortiços seria não ter filhos. “É uma infelicidade para a espécie humana e uma sorte para os tiranos não terem os pobres e os miseráveis o instinto de orgulho do elefante, que não reproduz no cativeiro.”<sup>89</sup>

Às vezes Chamfort comprazia-se em um ideal: “É necessário unir os contrários: amor da virtude com indiferença para a opinião pública. O gosto pelo trabalho com indiferença pela fama, e o cuidado da saúde com indiferença pela vida.”<sup>90</sup> Durante alguns anos, pensou em dar um significado à vida, dedicando-se à Revolução, mas cinco anos de convivência com Mirabeau, Danton, Marat e Robespierre reavivaram seu desespero. Parecia-lhe, então, que o lema da Revolução “liberdade, fraternidade, igualdade” passara a significar “seja meu irmão, ou o matarei”.<sup>91</sup> Deu seu voto aos girondinos, invectivando os dirigentes radicais com seu arrojado sarcasmo. Foi preso, sendo logo solto. Ameaçado novamente de prisão, atirou em si próprio e esfaqueou-se. Durou até 13 de abril de 1794, morrendo depois de dizer a Sieyès: “Vou-me finalmente deste mundo, em que o coração ou se quebra ou se torna bronze (*Je m'en vais enfin de ce monde, où il faut que le coeur se brise ou se bronze*)”.<sup>92</sup>



Se a influência de Voltaire predominou em Chamfort, a de Rousseau foi completa e confessa em Jacques-Henri Bernardin de Saint-Pierre. Com 31 anos (1768) partiu, na qualidade de engenheiro, para uma missão governamental à Île de France, atualmente denominada Maurício. Naquela ilha montanhosa, chuvosa e fértil, encontrou o que pensou ser o “estado da natureza” de Rousseau — homens e mulheres vivendo em contato com a terra, longe dos vícios da civilização. De volta à França (1771), tornou-se amigo íntimo de Jean-Jacques, aprendeu a amar seus acessos de mau humor, e a julgá-lo um outro salvador da humanidade. Em *Voyage à l'Île de France* (1773), descreveu a vida simples e a constante religiosidade da população ilhoa. O bispo de Aix viu nesse livro uma total reação contra Voltaire, obtendo para o autor uma pensão real de mil *livres*. Bernardin respondeu com *Études de la nature* (1784) e *Les Harmonies de la nature* (1796), nos quais descreve as maravilhas da vida vegetal e animal, argumentando que os vários exemplos de adaptação, finalidades e desígnio provam a existência de uma suprema inteligência. Foi mais longe ainda do que Rousseau ao exaltar o sentimento acima da razão. “Quanto mais nos aprofundamos no raciocínio, mais temos consciência de que não somos nada, e longe de mitigar nossos sofrimentos com suas pesquisas, mais os aumentam com sua clarividência. (...) Entretanto o sentimento (...) dá-nos um impulso sublime e, ao subjugar nosso raciocínio, torna-se o instinto mais nobre e gratificante da vida humana.”<sup>93</sup>

À segunda edição do *Études* (1788) Bernardin anexou um romance, *Paul et Virginie*, que permaneceu um clássico da literatura francesa através das sucessivas mudanças de gosto. Duas francesas, grávidas, foram a Maurício, uma cujo marido tinha morrido, a outro cujo amante a abandonara. Uma deu à luz Paulo, a outra Virgínia. As crianças viveram no planalto, com um magnífico cenário e flores silvestres. Formaram-nas a moral da devoção materna e ensinamentos religiosos. Logo que atingiram a puberdade apaixonaram-se — sem ninguém ao redor deles. Virgínia é mandada à França para receber uma herança — o que nem sempre acontece em um estado da natureza. Virgínia recebe um pedido de casamento e grande fortuna, com a condição de ficar na França. Mas rejeita a oferta, preferindo voltar para Maurício e Paulo. Ele corre à praia a fim de ver o navio que se aproxima, felicíssimo com pensamentos de amor e felicidade. Mas o navio esbarra em um banco de areia, encalha e é sacudido pela tempestade. Virgínia morre ao tentar alcançar a praia. Paulo morre de desgosto.

O pequeno livro é um poema em prosa, contada com uma simplicidade de estilo e pureza e música de linguagem jamais ultrapassadas na literatura francesa. Sua religiosidade e seu sentimento agradaram à tendência da época, e ninguém se perturbou pelo fato dessas virtuosas mulheres e crianças possuírem escravos.<sup>94</sup> Bernardin foi saudado como o autêntico sucessor de Rousseau. Mulheres escreveram-lhe com o mesmo tom de sincera admiração com a qual haviam reconfortado o autor de *Émile*. Como ele, Bernardin não se aproveitou da fama. Fugia da sociedade, vivendo sossegadamente entre os pobres. A Revolução o deixou desarmado. Em meio à sua violência, casou-se, aos 25 anos, com Félicité Didot, de 22. Deu-lhe ela dois filhos, que se chamaram Paul e Virginie. Depois da morte de Félicité, tornou a casar-se, aos 63 anos, com a jovem Désirée de Pellepou, que a ele se dedicou carinhosamente, até a morte de Bernardin em 1814. Antes de morrer, viu a ascensão de Chateaubriand, que tomou de

suas mãos a tocha do romantismo e da religiosidade franceses, levando-a ao século XIX.

Naquela época, houve alguns livros menores, os quais não são mais lidos, mas que contribuíram para dar voz e colorido àquele período. O Abade Jean-Jacques Barthélemy publicou, aos 72 anos (1788), após trabalhar nele trinta anos, *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce* que se propunha descrever o aspecto físico, antigüidade, instituições, hábitos e moedas da Grécia no século IV antes de Cristo, vistos por um viajante cita. Esse livro surgiu no auge da onda clássica, sendo um dos maiores sucessos da época, quase instituindo a ciência da numismática na França.

Sua popularidade rivalizou com *Les Ruines, ou Méditations sur les révolutions des empires*, que o Conde Constantin de Volney publicou em 1791, após quatro anos de viagem pelo Egito e Síria. Ao ver os remanescentes despedaçados das antigas civilizações, perguntou: “Quem nos poderá garantir que desolação semelhante não será um dia a sorte de nosso país? Hoje em dia, hesitaríamos em dar uma resposta otimista a essa pergunta, mas Volney, chegando no ocaso da Idade da Razão, e herdando, como Condorcet, todas as esperanças para a humanidade, informou a seus leitores que o colapso daqueles impérios da antigüidade fora ocasionado pela ignorância de seus povos, que por sua vez originara-se da dificuldade de transmitir conhecimentos do homem para o homem e de geração a geração. Contudo, tais dificuldades haviam sido superadas pela invenção da imprensa. O que dali por diante seria necessário para evitar a ruína da civilização era a disseminação da cultura, a qual leva os homens e os Estados a reconciliarem seus impulsos anti-sociais ao bem comum. Desse equilíbrio de forças, a guerra daria lugar à arbitragem, e “toda a espécie tornar-se-ia uma *grande sociedade*, uma única família governada por um mesmo espírito e leis comuns, gozando toda a felicidade de que é capaz a natureza humana.”<sup>95</sup>

Abordaremos agora a história da incrível carreira de Nicolas-Edme Restif de La Bretonne, chamado por alguns contemporâneos “o Rousseau da sarjeta” e o “Voltaire das camareiras”. Autor de uns duzentos volumes, muitos deles impressos por suas próprias mãos e em sua tipografia, alguns deliberadamente pornográficos, mas todos constituindo um panorama minucioso da moral e hábitos das classes baixas no reinado de Luís XVI.

Em *La Vie de mon père* (1779) faz um relato ternamente idealizado de seu pai, Edmond, a quem recordava como possuindo “um jeito de Hércules e a meiguice de uma moça.”<sup>96</sup> O filho rememorava sua própria vida em dezesseis digressivos volumes, intitulados *Monsieur Nicolas* (1794-97), com fatos e ficção sobre suas vicissitudes, amores e idéias. Nasceu em uma fazenda (1737) em Sacy (uma parte da qual chamava-se La Bretonne), a trinta quilômetros de Auxerre. Com onze anos, segundo nos garantiu, foi pai pela primeira vez.<sup>97</sup> Aos quatorze, enamorou-se de Jeannette Rousseau, de dezessete, principiando a adoração de toda uma vida por pés femininos. “Meu sentimento por ela era tão puro quão intenso. (...) Seu lindo pezinho era-me irresistível.”<sup>98</sup> Talvez para se desembaraçar de tais embrulhadas foi mandado para Auxerre (1751) a fim de aprender o ofício de tipógrafo. Logo seduziu a mulher de seu patrão. Contudo, em relação a esse fato, ele é a única autoridade. Quando fez

quinze anos, é ele quem nos diz, tinha quinze amantes". Depois de quatro anos dessas aventuras, mudou-se para Paris. Lá, empregou-se como assalariado em uma tipografia, percebendo dois e meio francos por dia, o que lhe permitia comer e, ocasionalmente, pagar uma prostituta. Às vezes, quando estava sem dinheiro, dormia com carvoeiras.<sup>99</sup> Em 1760, com 26 anos, casou-se com uma mulher quase tão vivida quanto ele, Agnès Lebèque. Os dois foram infiéis. Divorciaram-se em 1784, não em virtude desses pecadilhos, mas porque ambos haviam seguido a profissão literária e brigavam por papel, tinta e fama.

Nicolas principiou sua carreira de escritor em 1767, com o *Pied de Fanchette*, no qual a *pièce de résistance* era o pé da moça, e seu primeiro sucesso literário foi *Le Paysan pervers* (1775). Conta, em forma de carta, de que maneira Edmond, mudando-se para Paris, foi pervertido pela vida da cidade e falta de religião. Livre-pensador, Guadit d'Arras, ensina-lhe que Deus é um mito e a moralidade um embuste, que todos os prazeres são verdadeiros, que a virtude é uma imposição injustificada sobre os direitos naturais de nossos desejos, e que a nossa principal obrigação é viver o mais plenamente possível.<sup>100</sup> Arras é preso e Edmond lhe disse que "Existe um Deus". Arras é enforcado impenitente. Um contemporâneo chamou o livro de "as *Liaisons dangereuses* do povo".<sup>101</sup> Restif pensou que ele duraria tanto quanto a língua francesa.<sup>102</sup> Em outro livro, *La Paysanne pervers* (1784), continuou seus ataques sobre o amorismo e a corrupção da vida da cidade. Utilizou seus royalties para elevar-se um ponto ou dois na escala social do adultério.

A obra mais importante de Restif foi *Les Contemporaines*, que chegou a 65 volumes (1780-91). Esses contos tinham um subtítulo atraente. "*Aventures des plus jolies femmes de l'âge présent*" — as vidas, amores e costumes das vendedoras de flores, de castanhas, de carvão, costureiras, cabeleireiras, descritos tão realisticamente e com tanta acuidade que as pessoas se reconheciam nesses personagens e invectivavam o autor quando o encontravam na rua.<sup>103</sup> Só em Balzac é que um panorama tão amplo da vida humana foi apresentado na literatura francesa. Os críticos condenavam a predileção de Restif pelos "assuntos baixos", mas Sebastien Mercier, cujo *Tableau de Paris* (1781-90) oferecia um levantamento mais sistemático da cidade, declarou-o "incontestavelmente nosso maior romancista".<sup>104</sup>

Logo antes da Revolução, Restif principiou a registrar em *Les Nuits de Paris* (1788-79), os incidentes que ele presenciara (ou imaginara) nos seus passeios noturnos. Mais uma vez, ele observava principalmente os recantos mais baixos de Paris — mendigos, carregadores, punguistas, contrabandistas, jogadores, bêbados, seqüestradores, ladrões, tarados, prostitutas, alcoviteiros e suicidas. Afirmava ter visto pouca felicidade, muita desgraça, representando-se em muitos casos na qualidade de um herói salvador. Andava pelos cafés nas proximidades do Palais Royal, e viu a Revolução formar-se. Ouviu a famosa conclamação de Camille Desmoulins para pegar em armas, viu a turba vitoriosa desfilando com a cabeça de Launay, guardião da Bastilha. Viu as mulheres em marcha para capturar o rei em Versalhes.<sup>105</sup> Logo cansou-se da violência, do terror, da vida insegura. Esteve várias vezes a ponto de ser preso, salvando-se mediante declaração de fé revolucionária. No íntimo, era contra tudo aquilo, desejando que "o bom Luís XVI pudesse ser restabelecido no poder".<sup>106</sup> Vociferava contra Rousseau por ter desencadeado as paixões dos jovens, dos ignorantes e dos sentimentais. "Foi

*Émile* que nos trouxe esta geração arrogante, teimosa, insolente e voluntariosa, que fala alto e silencia os velhos.”<sup>107</sup>

Assim chegou à velhice, arrependendo-se das idéias mas não dos pecados da mocidade. Em 1794, era ainda um homem pobre, rico apenas nas memórias e em netos. Descreveu no Volume XIII de *Monsieur Nicolas* um *calendrier* dos homens e mulheres de sua vida, inclusive centenas de amantes, reafirmando sua crença em Deus. Em 1800, a Condessa de Beauharnais contou a Napoleão que Restif vivia na pobreza, sem calefação em seu quarto. Napoleão mandou-lhe dinheiro, um criado e um guarda, dando-lhe (1805) também uma colocação na chefatura de polícia. Em 8 de fevereiro de 1806, Restif morreu com a idade de 72 anos. A condessa e vários membros do Instituto de França (que havia recusado a sua admissão) juntaram-se às oitocentas pessoas do povo que acompanhavam seu enterro.

#### VII. BEAUMARCHAIS

“Quanto mais vejo o teatro francês”, escreveu Arthur Young em 1788, mais vejo-me forçado a reconhecer sua superioridade em relação ao nosso, em número de artistas, (...) na qualidade dos dançarinos, cantores e pessoas das quais dependem os negócios do teatro, todos organizados em grande escala.”<sup>108</sup> No Théâtre-Français, reconstruído em 1782, e em muitos teatros da província, realizavam-se representações todas as noites, inclusive aos domingos. No setor dos atores houve uma interrupção. Lekain morreu e Sophie Arnould retirou-se da profissão em 1778. Talma, futuro favorito de Napoleão, estreou com a Comédie-Française em 1787, obtendo seu primeiro triunfo em *Charles IX*, de Marie-Joseph Chénier, em 1789. O dramaturgo mais popular da época foi Michel-Jean Sedaine, que escreveu comédias sentimentais que permaneceram no teatro francês no decurso de um ano. Vamos saudá-lo e passar adiante um homem que, com auxílio de Mozart e Rossini, deu vida ao Fígaro, e (conforme seu ponto de vista) liberdade à América.

Pierre-Augustin Caron, como Voltaire, viveu 24 anos sem saber seu nome histórico. Seu pai foi um relojoeiro em St.-Denis, subúrbio de Paris. Após muita relutância, resignou-se a seguir a profissão paterna. Aos 21 anos inventou um novo tipo de mecanismo que possibilitava-o fazer “excelentes relógios lisos e pequenos conforme se desejasse”.<sup>109</sup> Presentou Luís XV com uma amostra, e para Mme. de Pompadour fez um tão pequeno que cabia dentro de seu anel. Este, reivindicou, é o menor relógio jamais construído. Em 1755, comprou de seu idoso detentor, M. Franquet, um lugar entre os “supervisores da despesa real” que serviam o rei durante as refeições. Não era um posto muito elevado, mas deu a Pierre trânsito na corte. Um ano depois, Franquet morreu. Pierre casou-se com a viúva (1756), seis anos mais velha do que ele; e como ela possuía um pequeno feudo, Pierre acrescentou o seu nome a esse domínio, que se tornou Beaumarchais. Quando sua mulher morreu (1757), ele herdou a referida propriedade.

Nunca recebera educação secundária, porém todos — até os aristocratas, que se resentiam de sua rápida ascensão — reconheceram a vivacidade de sua mente e a rapidez de sua argúcia. Nos salões e nos cafés encontrou Diderot, d’Alembert e outros *philosophes*, assimilando o Iluminismo. Um aperfeiçoamento que fizera no pedal da

harpa chamou a atenção das irmãs solteiras de Luís XV e, em 1759, principiou a dar-lhes lições de música. O banqueiro Joseph Paris-Duverney pediu a Beaumarchais que intercedesse junto às *Mesdames Royales* a fim de obter ajuda de Luís XV para a Escola Militar, da qual o financista era diretor. Beaumarchais conseguiu, e Paris-Duverney deu-lhe ações no valor de sessenta mil francos. "Ele iniciou-me", disse Beaumarchais, "nos segredos das finanças. (...) Comecei fazendo fortuna sob sua direção. Seguindo seus conselhos, empreendi várias especulações, em algumas das quais ele me auxiliou com seu dinheiro ou o seu nome."<sup>110</sup> De modo que Beaumarchais, seguindo neste caso, assim como em muitos outros, os precedentes estabelecidos por Voltaire, tornou-se um filósofo milionário. Por volta de 1781 estava bastante rico para comprar uma das secretarias de Estado, que lhe trouxe um título de nobreza. Comprou uma bela casa na Rue de Condé, instalando ali seu pai e suas irmãs.

As outras duas irmãs viviam em Madri — uma casada, a outra, Lisette, noiva de José Clavigo y Fajardo, editor e autor, que durante seis anos repetidamente adiava o casamento. Em maio de 1764, Beaumarchais principiou uma longa viagem por diligência, noite e dia, para a capital espanhola. Encontrou Clavigo, que prometeu casar-se com Lisette muito em breve, mas em seguida iludiu Beaumarchais, mudando-se de um lugar para outro. Pierre, afinal, conseguiu encontrá-lo, pedindo sua assinatura no contrato de casamento. José excusou-se, dizendo que acabara de tomar um purgante, e a lei espanhola considerava nulo qualquer contrato assinado por pessoa naquelas condições. Beaumarchais ameaçou-o. Clavigo pôs as forças do governo contra ele. O inteligente francês foi derrotado por *manãna*. Abandonando aquela perseguição, resolveu seguir os negócios organizando várias companhias, uma para fornecer escravos negros para as colônias espanholas. (Esquecera-se de que há apenas um ano havia escrito um poema condenando a escravidão).<sup>111</sup> Todos esses planos originaram-se do jeito espanhol para procrastinar. Nesse meio tempo, entretanto, Pierre gozava de boa sociedade e uma amante titular, aprendendo o suficiente sobre os hábitos e costumes espanhóis para escrever suas peças sobre um barbeiro de Sevilha. Lisette encontrou outro namorado e Beaumarchais voltou à França sem nada lucrar, exceto experiência. Compôs recordações fascinantes sobre a viagem, das quais, como já vimos, Goethe escreveu o drama *Clavigo* (1775).

Em 1770, Paris-Duverney morreu, tendo feito um testamento declarando dever a Beaumarchais quinze mil francos. O principal herdeiro, Conde de La Blache, contestou aquela cláusula como falsa. O assunto foi remetido ao Parlement de Paris, que designou o Conselheiro Luis-Valentin Goëzman para relatá-lo. Nessa ocasião, Beaumarchais estava na prisão em virtude de violenta altercação com o Duque de Chaulnes a respeito de uma amante. Solto temporariamente, enviou um "presente" de cem luíses de ouro, além de um relógio cravejado de diamantes, para Mme. Goëzman, como incentivo para obter uma entrevista com seu marido. Ela pediu mais quinze luíses de ouro para um "secretário". Ele os enviou. Beaumarchais obteve a entrevista e o conselheiro deu um parecer contra ele. Madame devolveu tudo, exceto os quinze luíses de ouro. Beaumarchais insistiu para que ela os restituísse também. Goëzman acusou-o de suborno. Pierre expôs o assunto ao público numa série de *Memórias* tão vivas e inteligentes que lhe conquistaram ampla aclamação de brilhante argumentador, senão de homem bastante honesto. Referindo-se a essas *Memórias*, Voltaire as-

sim se manifestou: “Nunca vi nada mais vigoroso, ousado, engraçado, mais interessante e mais humilhante para seus inimigos. Ele luta com doze ao mesmo tempo, e os extermina.”<sup>112</sup> O Parlement pronunciou-se contra sua reivindicação à herança (6 de abril de 1773), acusando-o de falsificação e condenando-o a pagar 56.300 *livres* por danos e dívidas.

Solto da prisão (8 de maio de 1773), Beaumarchais pôs-se a serviço de Luís XV na qualidade de agente secreto em uma missão na Inglaterra, visando a prevenir a circulação de um panfleto escandaloso contra Mme. du Barry. Saindo-se bem, continuou nesse serviço sob Luís XVI, que lhe deu a incumbência de voltar a Londres e subornar Guglielmo Angelucci para que não publicasse um panfleto contra Maria Antonieta. Angelucci entregou o documento por 35 mil francos, partindo para Nuremberg. Suspeitando que ele possuía uma cópia, Beaumarchais perseguiu-o por toda a Alemanha, conseguiu pegá-lo perto de Neustadt e exigiu a entrega da referida cópia. Dois bandidos atacaram-no. Ele venceu-os, foi ferido, seguiu para Viena, ali sendo preso como espião. Passou um mês na cadeia, foi libertado e voltou a Paris.

Sua nova aventura teve mais direito a entrar para a história. Em 1775, Vergennes mandou-o a Londres para informar-se a respeito da crescente crise entre a Inglaterra e a América. Em setembro, Beaumarchais remeteu a Luís XVI um relatório prognosticando o sucesso da revolta americana, enfatizando a minoria pró-América na Inglaterra. Em 29 de fevereiro de 1776, enviou ao rei uma outra carta, recomendando que a França prestasse auxílio secreto à América, alegando que a França somente poderia proteger-se contra submissão enfraquecendo a Inglaterra.<sup>113</sup> Vergennes apoiou esse ponto de vista e, como já vimos, arranhou financiamento a Beaumarchais para que fornecesse material bélico às colônias americanas. Beaumarchais entregou-se totalmente a esse empreendimento. Organizou a firma Rodrigo Hortalez e Companhia, indo a todos os portos da França, comprando e equipando navios, carregando-os de provisões e armas, recrutando oficiais franceses experientes para o exército americano e gastando (assim declarou) vários milhões de *livres* de seu próprio bolso, além dos dois milhões fornecidos pelos governos francês e espanhol. Silas Deane relatou ao Congresso americano (29 de novembro de 1776): “Jamais teria eu completado minha missão se não fosse pelos esforços generosos, infatigáveis e inteligentes de M. de Beaumarchais, ao qual os Estados Unidos, por todos os motivos, devem mais do que a qualquer um deste lado do oceano.”<sup>114</sup> No fim da guerra, Silas Deane calculou que a América devia a Beaumarchais 3.600.000 francos. Os Estados Unidos, no pressuposto de que todo esse material era uma dívida dos aliados, rejeitaram a reivindicação, mas em 1835 pagaram oitocentos mil *livres* aos herdeiros de Beaumarchais.

Durante essa febril atividade, teve tempo de escrever outros memoriais, dirigidos ao público, protestando contra o decreto do Parlement de 6 de abril de 1773. Em 6 de setembro de 1776, o decreto foi anulado e todos os direitos civis de Beaumarchais restabelecidos. Em julho de 1778, um tribunal de Aix-en-Provence pronunciou-se em seu favor na questão do testamento de Paris-Duverney, e Beaumarchais sentiu que finalmente havia limpado o seu nome.

Todas essas aventuras no amor, nos negócios, e com as leis não bastavam para Beaumarchais. Havia um mundo de palavras, idéias e letra de fôrma ainda não explorado. Em 1767, ofereceu à Comédie-Française sua primeira peça *Eugénie*, a qual foi repre-

sentada em 29 de janeiro de 1769, com sucesso de público mas rejeitada pela crítica. Outra peça, *Les Deux Amis* (13 de janeiro de 1770), fracassou apesar da preparação usual. “Enchi a platéia com os melhores trabalhadores, cujas mãos eram verdadeiras pás”, mas a intriga prevaleceu contra ele.<sup>115</sup> A confraternidade literária, liderada por Fréron, a ele se opôs como um intruso, um presidiário transformado em dramaturgo, da mesma forma que a corte em Versalhes o discriminava como um relojoeiro que se tornou nobre. De modo que, na próxima peça, ele fez Fígaro descrever “a república das letras” como a “república dos lobos, continuamente em luta uns com os outros, (...) todos os insetos, formigas, mosquitos e críticos, todos os jornalistas invejosos, livreiros censores”.<sup>116</sup>

No teatro, como na vida, Beaumarchais encontrou um enxame de inimigos, derrotando a todos. Nos momentos mais criativos da sua múltipla genialidade ele concebeu Fígaro: um barbeiro, cirurgião, filósofo, vestido de colete de cetim e calções, o violão laçado nos ombros, o espírito arguto pronto a qualquer dificuldade, a inteligência atacando a linguagem convencional, os fingimentos, as injustiças do tempo. De certo modo, Fígaro não foi uma criação, constituindo um novo nome e uma nova modalidade para o personagem da família do criado inteligente da comédia grega e romana, da *Commedia dell'Arte*, na Itália, e Sganarelle, em Molière. Mas na forma que o conhecemos tudo é de Beaumarchais, exceto a música. Esta havia sido recusada, mas Mozart familiarizou-se com ela durante sua estada em Paris.<sup>117</sup> Beaumarchais remodelou a ópera, transformando-a em comédia, o que foi aceito pela *Comédie-Française*, marcando-se a data de sua apresentação, quando a prisão do autor (24 de fevereiro 1773) obrigou um adiamento. Quando ele foi solto, preparou-se novamente a estréia, sendo também adiada porque Beaumarchais estava sendo acusado pelo *Parlement*. O sucesso da publicação da autodefesa de Beaumarchais em suas *Memórias*, fizeram com que fosse planejada nova apresentação, anunciada para 12 de fevereiro de 1774. “Todos os camarotes”, relatou Grimm, “foram vendidos para a quinta apresentação.”<sup>118</sup> Na última hora o governo proibiu a peça, alegando que talvez pudesse prejudicar o caso ainda pendente no *Parlement*.

Passou-se outro ano. Veio um novo rei, a quem Beaumarchais serviu corajosamente com repetidos riscos de vida. Autorização foi dada, e, em 23 de fevereiro de 1775, *O Barbeiro de Sevilha* finalmente chegou ao palco. Não foi bem. Era longa demais, e os acontecimentos extraordinários anteriores fizeram com que a platéia esperasse muito mais. Em um único dia, Beaumarchais reviu e cortou a peça, numa verdadeira obra-prima de cirurgia. Eliminou complicações desnecessárias, os ditos jocosos tornaram-se mais curtos. Como o próprio Beaumarchais se expressou, havia removido a quinta roda do carro. O segundo dia da peça foi um sucesso. Mme. du Deffand, que lá estava, descreveu-a como “um sucesso extravagante, (...) desmedidamente aplaudido”.<sup>119</sup>

O Príncipe de Conti desafiou Beaumarchais a escrever uma continuação da peça, na qual Fígaro se apresentaria como um tipo mais completo. O autor estava então absorto no seu papel de salvador da América, mas quando terminou essa tarefa voltou ao palco produzindo uma comédia que apresentava uma história ainda mais dramática do que o *Tartuffe* de Molière. No *Casamento de Fígaro*, o Conde Almaviva e a Rosina de *O Barbeiro de Sevilha* tinham vivido anos de casamento, e ele já se cansara dos encantos que o haviam atraído através de tantas complicações. Pretendia agora

seduzir Suzana, a camareira da condessa e noiva de Fígaro, o qual tornara-se criado particular do conde e mordomo do *château*. Querubim, um pajem de treze anos, introduz um interessante realce ao tema central, em virtude de seu amor de adolescente pela condessa, com o dobro de sua idade. Beaumarchais descreve-o como “*la raison assaisonnée de gaieté et de saillies*”<sup>120</sup> — quase uma definição do *esprit gaulois* e do Iluminismo.

“Nasci para ser um homem da corte”, diz a Suzana, e quando ela argumenta tratar-se de “arte difícil” ele responde: “De modo algum. Receber, tomar, pedir... eis o mistério em três palavras.”<sup>121</sup> E no solilóquio que Rossini fez ressoar no mundo inteiro, ele dirige-se aos nobres da Espanha (e da França) com um desdém quase revolucionário: “O que fizestes para tanta coisa boa? Só o trabalho de nascer, nada mais. Empregaram mais ciência e cálculo apenas para subsistir do que para governar a Espanha todos esses duzentos anos passados.”<sup>122</sup> Ride dos soldados “que matam e se deixam matar por interesses totalmente desconhecidos deles. Quanto a mim, desejo saber *por que* estou furioso”.<sup>123</sup> Até a raça humana merece seu castigo: “Beber sem ter sede, e fazer amor em todas as estações — só isso nos distingue dos outros animais.”<sup>124</sup> Havia ainda uma miscelânea de farpas contra os cargos públicos, o poder discricionário dos ministros, o malogro da justiça, as condições das prisões, a censura e perseguição do pensamento. “Contanto que em meus escritos eu não mencione nem as autoridades, nem a religião oficial, nem política, nem a moral, nem os funcionários, nem as finanças, nem a ópera, nem(...) qualquer pessoa importante, posso imprimir o que bem desejar, sujeito ao exame de dois a três censores.”<sup>125</sup> Um dos trechos que os atores suprimiram, talvez por estarem muito próximos de suas próprias reações, era a que acusava o sexo masculino de ser o responsável pela prostituição. Com a procura os homens criavam a oferta, punindo com suas leis as mulheres que correspondem à procura.<sup>126</sup> O enredo não mostrava apenas o criado mais inteligente do que o patrão, o que seria muito tradicional para ofender, porém revelava o nobre conde como um rematado adúltero.

O *Casamento de Fígaro* foi aceito pela Comédie Française em 1781, mas não pôde ser apresentada antes de 1784. Ao ser submetida a Luís XVI, ele suportou com humor tolerante a sátira eventual, mas quando ouviu o solilóquio, ridicularizando a nobreza e a censura, achou que não poderia permitir que instituições básicas fossem publicamente conspurcadas. “Isto é detestável”, exclamou, “e não pode ser representado. Permiti-la seria o mesmo que destruir a Bastilha. Este homem zomba de tudo quanto deve ser respeitado em um governo.”<sup>127</sup> Proibiu a representação da peça.

Beaumarchais leu trechos da peça em casas particulares, despertando a curiosidade. Alguns palacianos conseguiram a encenação da peça na corte, mas foi cancelada na última hora. Finalmente, o rei cedeu aos protestos e pedidos, concordando em sancionar sua apresentação ao público, depois de cuidadosamente expurgada pelos censores. A estréia (27 de abril de 1784) foi um acontecimento histórico. Paris inteira parecia decidida a assistir à primeira noite. Nobres disputaram com o povo o acesso, grades de ferro foram quebradas, portas espatifadas. Três pessoas ficaram asfixiadas — e Beaumarchais feliz, em meio à confusão. O sucesso foi tão patente que encenaram a peça sessenta vezes ininterruptamente, quase sempre de casa cheia. As receitas



não tinham precedentes e Beaumarchais doou toda a parte que lhe cabia — 41.999 *livres* — às obras de caridade.<sup>128</sup>

Os historiadores consideram *O Casamento de Figaro* o precursor da revolução. Napoleão descreveu-o como “a Revolução já a caminho”.<sup>129</sup> Alguns de seus trechos já faziam parte da agitação da época. No prefácio, mais tarde anexado ao drama publicado, Beaumarchais negou qualquer intenção revolucionária, citando em seus escritos passagens em defesa da monarquia e da aristocracia. Não advogava a destruição das instituições existentes, mas o fim de seus abusos. Desejava justiça para todas as classes sem distinção, liberdade de imprensa e pensamento, proteção do indivíduo contra as *lettres de cachet* e outros excessos do poder monárquico. Como Voltaire, seu ídolo, era contra a revolução como um convite ao caos e assalto da população.

Durante o período das turbulências de toda espécie que o apossavam, Beaumarchais continuava a estudar as obras de Voltaire. Reconhecia as semelhanças, embora não visse a distância entre ele e o patriarca: a mesma combinação de uma febril atividade intelectual, com uma arguta habilidade financeira, o mesmo desdém de escrúpulos e delicadeza moral, a mesma coragem em combater a injustiça e a adversidade. Resolveu preservar e disseminar a obra de Voltaire numa edição completa. Sabia que isso não podia ser feito na França, onde muitos livros de Voltaire eram proibidos. Foi procurar Maurepas e lhe disse que Catarina II propusera publicar uma edição em São Petersburgo; argumentando que o fato seria uma vergonha para a França. O ministro compreendeu, prometendo permitir a circulação de uma edição das obras completas. Charles-Joseph Pancoucke, um livreiro de Paris, obtivera os direitos dos manuscritos não publicados de Voltaire. Beaumarchais comprou-os por 160 mil francos. Colecionou todas obras publicadas de Voltaire que pôde encontrar. Importou da Inglaterra tipos Baskerville, comprou fábricas de papel nos Vosges, conseguiu Condorcet para editor e biógrafo, arrendou um antigo forte em Kehl, do outro lado do Reno, vindo de Estrasburgo, e ali instalou prensas. Apesar de milhares de complicações, imprimiu duas edições, uma de setenta volumes em oitavos, a outra em 99 volumes em duodécimos (1783-90). Foi este o maior empreendimento editorial jamais tentado na Europa, sem exceção da *Encyclopédie*. Esperando uma grande venda, Beaumarchais imprimiu quinze mil coleções. Vendeu apenas duas mil, talvez em virtude das campanhas contra o empreendimento pelo Parlamento e o clero,<sup>130</sup> ou pela inquietação política de 1788-90, ou pela instabilidade das fortunas pessoais, que impedia a compra de coleção tão dispendiosa. Não obstante, produziu também uma edição de Rousseau.

A Revolução que ele auxiliara a preparar terminou sendo-lhe adversa. Em 1789, construiu para si e sua terceira mulher uma mansão muito rica em frente à Bastilha. Decorou-a com mobília e objetos de arte, circundando-a com um hectare de terras. A multidão que constantemente se amotinava naquela área olhava de soslaio para tanto luxo. Por duas vezes a casa foi invadida e Beaumarchais, agora surdo e prematuramente velho, era ameaçado como se fosse um aristocrata. Mandou uma petição à Comuna de Paris, professando sua fé na Revolução. Não obstante, prenderam-no (23 de agosto de 1792) e apesar de logo ser posto em liberdade, vivia em constante temor de que o assassinassem. Depois, a roda da fortuna virou e o governo revolucionário (1792) incumbiu-o de partir para a Holanda a fim de comprar munições para a repú-

blica. As negociações falharam, e durante sua ausência tomaram-lhe a propriedade, sua mulher e filha foram presas (5 de julho de 1794). Correu a Paris, obteve a liberdade das duas e pôde reaver a propriedade. Viveu mais três anos, quebrado de corpo mas não de espírito, saudando a ascensão de Bonaparte. Morreu em 18 de maio de 1799, de um ataque apoplético, aos 67 anos. Poucas vezes, mesmo na França, um homem teve vida tão cheia, variada e aventureira.

## Anatomia da Revolução

1774-89

**A** CABAMOS de examinar o espírito da França às vésperas da Revolução — sua filosofia, religião, moral, costumes, literatura e arte. Mas havia flores delicadas nascendo de um terreno econômico. Não podemos compreendê-las sem conhecer suas raízes. E tampouco poderemos compreender as convulsões políticas que terminaram o Antigo Regime sem examinar por sua vez, embora rapidamente, cada órgão da economia francesa e indagar de que modo suas condições contribuíram para o grande colapso.

Ao tratar mais uma vez da agricultura, indústria, comércio e finanças, deveríamos nos lembrar de que não se trata de melancólicas abstrações, porém de criaturas humanas e sensíveis; nobres e camponeses organizando a produção de alimentos; descobridores e cientistas forjando novos métodos e utensílios; cidades fervilhando com lojas e fábricas, donas-de-casa aflitas e turbas amotinadas; portos e navios repletos de comerciantes, navegadores, marinheiros, e espíritos aventureiros; banqueiros arriscando, ganhando, perdendo dinheiro, como Necker, uma vida como a de Lavoisier; e, através de toda essa massa agitada, o fluxo e a pressão das idéias revolucionárias, assim como descontentamentos. É um quadro complexo e tremendo.

### I. OS NOBRES E A REVOLUÇÃO

A França consistia em 24.670.000 de homens, mulheres e crianças. Foi este o cálculo de Necker a respeito da população em 1784.<sup>1</sup> Em 1715, esse número era de dezessete milhões, e o aumento se processara em virtude de maior produção de alimentos, melhores condições sanitárias e ausência de invasão estrangeira e guerra civil. A nação como um todo experimentava um surto de prosperidade durante o século XVIII, mas em sua maioria essa nova afluência restringia-se à classe média.<sup>2</sup>

Todos, exceto dois milhões de franceses, pertenciam ao setor rural. A vida agrícola era dirigida por intendentess do rei, administradores de província, padres das paró-

quias e *seigneurs* feudais, cuja estimativa em 1789 era de uns 26 mil. Estes e seus filhos serviam à pátria na guerra, com suas maneiras galantes e antiquadas (as espadas na época eram mais um ornamento do que uma arma). Apenas uma pequena minoria de nobres permanecia na corte. A maioria vivia em suas propriedades e declarava ganhar a vida fornecendo gerência agrícola, assistência policial, tribunais, escolas, hospitais e caridade. Contudo, a maioria dessas funções eram administradas pelos agentes do governo central, e o camponês proprietário desenvolvia suas próprias instituições para a administração local. De modo que a nobreza se tornara um órgão sem muita utilidade, tirando a seiva da organização social sem retribuição, exceto serviço militar. Contudo, até mesmo esse serviço era motivo de desavença, pois os nobres persuadiram Luís XVI (1781) a excluir todos aqueles que não tivessem em sua ascendência quatro gerações de aristocratas para os cargos de maior relevância no exército, na marinha e no governo.

Outra alegação contra os nobres é que deixavam vastas áreas de suas propriedades ociosas enquanto milhares de habitantes das cidades careciam de pão. A descrição de muitas partes da França, feita por Arthur Young, é autêntica: "Os campos estão em estado deplorável, e o aspecto das casas é miserável. No entanto, este país é muito aproveitável, se houver uma boa administração."<sup>3</sup> Arthur Young, agricultor inglês, viajou pelo Continente em 1787, 1788 e 1789, registrando suas observações em *Travels in France* (1792). Tinha muitos preconceitos tais como "Tomemos o conjunto da humanidade e teremos, no espaço de uma hora, maior bom senso na Inglaterra do que em meio ano na França."<sup>4</sup> Entretanto, parece ter feito um relato justo e fiel do que viu. Nós o veremos registrando tanto prosperidade como pobreza. Suas principais críticas à França resumiram-se ao atraso tecnológico e seu governo excessivamente centralizado, onipresente e autocrático. Muitos nobres eram pobres, alguns por incompetência, outros por má sorte e outros pela exaustão do solo. Muitos apelavam para o rei no sentido de um auxílio, e vários receberam subsídios dos cofres públicos.

A servidão, no sentido de uma pessoa ligada por lei a um trecho de terra, permanentemente submetido ao dono dessas terras, pagando impostos e prestando-lhe serviços, havia, em grande parte, desaparecido da França de 1789. Cerca de um milhão de servos permanecia principalmente nas propriedades monásticas. Quando Luís XVI libertou os servos nos domínios reais (1779), o Parlamento de Franche-Comté (a leste da França) levou nove meses para registrar o edito. A abadia de Luxeuil e o priorado de Fontaine, cujos servos perfaziam em conjunto onze mil pessoas, e a Abadia de St. Claude, no departamento do Jura, com vinte mil servos, recusaram-se seguir o exemplo do rei, apesar dos apelos de vários eclesiásticos e de Voltaire.<sup>5</sup> Gradativamente, esses servos foram comprando sua liberdade, ou conquistavam-na pela fuga. Em 1779, Luís XVI aboliu o direito do proprietário de perseguir os servos fugitivos fora de seus próprios domínios.

Embora 95 por cento dos camponeses fossem livres em 1789, sua grande maioria permanecia sujeita a um ou mais tributos feudais, cujos índices variavam de região para região. Eram estes um ano de aluguel (duplo no século XVIII), uma taxa de transmissão de herança e pagamento pelo direito de utilizar os moinhos do proprietário, assar nos fornos, usar prensas de vinho e pescar nos açudes — tudo isso monopólio do proprietário. Este reservava-se o direito de caçar até dentro da lavoura do campo-

nês, restringindo cada vez mais o terreno no qual anteriormente o camponês punha seu gado a pastar e cortava lenha. A *corvée*, quase em toda a França, havia sido comutada para pagamento em dinheiro, mas em Auvergne, Champagne, Artois e Lorena os camponeses ainda eram obrigados a dar anualmente ao senhor três ou mais dias de trabalho não-remunerado, para a manutenção de estradas, pontes e vias navegáveis.<sup>6</sup> Em média, os tributos feudais ainda em vigor tomavam dez por cento do produto ou renda anual do camponês. O dízimo eclesiástico tomava ainda mais oito a dez por cento. Somando-se impostos pagos ao Estado, tributos de mercado e vendas, assim como taxas pagas ao religioso da paróquia pelos batizados, casamentos e enterros, o camponês ficava com cerca de metade do produto de seu trabalho.

Como o dinheiro recebido pelos senhores se desvalorizava pela depreciação da moeda, estes procuravam proteger suas rendas aumentando os tributos, revendo aqueles já desatualizados pelo tempo e restringindo cada vez mais as terras comunais. A cobrança desses tributos geralmente era feita por fiscais profissionais, quase sempre impiedosos. Quando o camponês objetava sobre determinadas exigências, respondiam-lhe que eles estavam listados nas relações ou registros das herdades feudais; e se duvidavam da autenticidade dessas relações ou registros, submetia-se o assunto ao *parlement* da província, cujos juízes eram controlados pelos *seigneurs*.<sup>7</sup> Quando Boncerf, secretamente incentivado por Turgot, publicou (1776) uma brochura, *As Desvantagens dos Direitos Feudais*, em que recomendava a redução de tais direitos, foi censurado pelo Parlamento de Paris. Voltaire, com 82 anos, armou-se novamente para essa batalha. "Propor a abolição dos direitos feudais", escreveu, "é o mesmo que atacar as propriedades dos próprios senhores do *Parlement*, cuja maioria possui feudos. (...) Trata-se da causa da Igreja, da nobreza, e dos membros do *Parlement* (...) unidos contra um inimigo comum — isto é, o povo."<sup>8</sup>

Algo precisa ser dito em relação a tais tributos. Do ponto de vista do nobre, constituíam uma hipoteca livremente assumida pelo camponês como parte do preço pelo qual pagara uma parcela de terra de seu proprietário legal. Alguns nobres pobres dependiam desses tributos para sua subsistência. O camponês sofria mais com os impostos, dízimos, e com as solicitações e devastações da guerra do que com os tributos feudais. Ouçamos o maior e o mais nobre dos socialistas franceses, Jean Jaurès: "Se, na sociedade do século XVIII, não houvesse nenhum outro abuso, senão os desprezíveis restos daquele sistema [feudal], não teria havido necessidade de uma revolta para sanar essa chaga. Uma gradativa redução dos direitos feudais, uma libertação da classe camponesa teria pacificamente realizado a mudança."<sup>9</sup>

A mais extraordinária característica da nobreza francesa era seu reconhecimento do erro. Não apenas muitos nobres se aliaram aos *philosophes* na rejeição da velha teologia; vários outros, como já vimos, riam-se das prerrogativas anteriores de sua casta.<sup>10</sup> Um ano antes da Revolução, trinta nobres ofereceram-se para renunciar a seus pecuniários direitos feudais.<sup>11</sup> Todos sabem do idealismo do jovem Lafayette, que não só lutou em favor da América, como, ao retornar à França, vigorosamente empenhou-se na luta para a reforma pacífica. Denunciou a servidão, dedicando parte de sua fortuna para libertar os escravos na Guiana Francesa.<sup>12</sup> A profissão dos direitos liberais e a defesa das reformas tornaram-se moda em um setor da aristocracia, principalmente entre as senhoras nobres, como de La Merck, de Boufflers, de Brienne, e de Luxem-

bourg. Centenas de nobres e prelados tomaram parte ativa nas campanhas para uniformizar os impostos, impedir as extravagâncias governamentais, organizar obras de caridade, e pôr fim à *corvée*.<sup>13</sup> Algumas nobres, como a Duquesa de Bourbon, deram toda a sua fortuna aos pobres.<sup>14</sup>

Tudo isso, entretanto, não passava de um agradável ornamento para o fato real de que a nobreza francesa deixara de ganhar o seu sustento. Muitos nobres tentavam cumprir suas responsabilidades tradicionais, mas o contraste entre a ociosidade luxuosa dos ricos *seigneurs* e as agruras de um povo constantemente às margens da penúria, despertava hostilidade e desprezo. Há muito tempo, um nobre pronunciou sentença de morte à sua casta. Ouçamos René-Louis de Voyer, Marquês d'Argenson, secretário de Estado, (1744-47), escrevendo a respeito em 1752:

A estirpe dos grandes senhores terá de ser destruída totalmente. Como grandes lordes considero aqueles que detêm honrarias, propriedades, dízimos, cargos e funções, os quais, sem as merecerem e sem necessariamente serem amadurecidos, são, não obstante, grandes, e por esta razão, muitas vezes, inúteis. (...) Observo que, quando uma cria de cães de caça começa a se deteriorar, ela é eliminada.<sup>15</sup>

Foram esses nobres, ricos, orgulhosos e, muitas vezes, sem atribuições, que desencadearam a Revolução. Olhavam saudosos para os dias anteriores a Richelieu, quando suas ordens eram o poder reinante na França. Quando os *parlements* asseguraram-lhe o direito aos editos reais anuais as nobrezas de raça e da espada juntaram-se à nobreza *de robe* — magistrados vitalícios — numa tentativa de subordinar o rei. Ovacionavam os oradores no *parlement* que gritavam *liberté*. Encorajavam o povo e os panfletários a denunciarem o poder absoluto de Luís XVI. Não os podemos censurar, mas, ao enfraquecer a autoridade do monarca, tornaram possível à Assembléia Nacional de 1789, controlada pela burguesia, apoderar-se da soberania na França. Os nobres jogaram a primeira pá de terra que cavou suas sepulturas.

## II. OS CAMPONESES E A REVOLUÇÃO

A maior parte do trabalho agrícola dos cinco por cento do solo francês pertencente à nobreza, ao clero e ao rei era feito pelos *métayers*, que recebiam do proprietário suprlmentos, ferramentas e sementes, cuja remuneração, em geral, era metade da produção. Esses meeiros costumavam ser tão pobres que Arthur Young denominou o sistema "a calamidade e a ruína de todo o país",<sup>16</sup> não tanto porque os proprietários fossem cruéis, mas porque os incentivos eram fracos.

A maioria dos camponeses proprietários que aravam 45 por cento do solo estava condenada à pobreza em virtude da pequenez das suas propriedades, que restringiam o bom aproveitamento das máquinas. A tecnologia agrícola na França era bem inferior à inglesa. Havia escolas agrícolas e fazendas-modelo, mas poucos agricultores delas se aproveitavam. É provável que sessenta por cento dos proprietários de fazendas possuíam menos de cinco hectares (cerca de treze acres) necessários para manter uma família, e os homens tinham que se contratar na qualidade de agricultores nas fazendas grandes. Os salários dos trabalhadores rurais subiu doze por cento entre 1771 e

1789, mas, no mesmo período, os preços tiveram uma ascensão de sessenta por cento ou mais.<sup>17</sup> Enquanto a produção agrícola subiu durante o reinado de Luís XVI, os trabalhadores das fazendas ficaram mais pobres, formando um proletariado rural que, em épocas de escassez de empregos, constituíam um campo de reprodução de mendigos e vagabundos. Chamfort dizia ser “incontestável existirem na França sete milhões de homens que pediam esmolas, e doze milhões daqueles que não podiam dá-los”.<sup>18</sup>

É provável que a pobreza desses camponeses fosse exagerada pelos viajantes, porque eles observavam apenas as condições aparentes não vendo o dinheiro e a mercadoria ocultos dos coletores de impostos. À época, as estimativas divergiam. Arthur Young encontrou áreas de pobreza, brutalidade e imundície, como na Bretanha, e áreas de prosperidade e satisfação, como em Béarn.<sup>19</sup> No todo, a pobreza na França rural de 1789 não era tão má quanto na Irlanda, nem pior do que na Europa Oriental ou nos cortiços de muitas cidades “afluentes” de nossos dias, porém pior do que na Inglaterra ou no sempre abundante Vale do Pó. Os últimos estudos indicam que “houve, ao término do Velho Regime, uma crise agrária”.<sup>20</sup> Quando a seca e a penúria chegaram, como em 1788-89, os sofrimentos dos camponeses, particularmente ao sul da França, eram tais que somente a caridade do governo e do clero impediu toda a população de morrer de fome.

O camponês tinha de pagar para manter o Estado, a Igreja e a aristocracia. A *taille*, ou imposto territorial, recaía inteiramente sobre ele. Supria quase toda a força ativa da infantaria do exército. Suportava a força do monopólio estatal sobre o sal. Seu trabalho conservava estradas, pontes e canais. Devia pagar os dízimos com mais satisfação porque era um homem piedoso e “temente a Deus”; e os dízimos eram arrecadados com bondade e raras vezes tirava literalmente um décimo.<sup>21</sup> Contudo, ele via os dízimos serem levados da paróquia para sustentar um bispo distante, ou um eclesiástico ocioso na corte, ou mesmo algum leigo que havia comprado uma ação dos futuros dízimos. O imposto direto sobre o camponês foi reduzido por Luís XVI, e os tributos indiretos em muitos distritos foram aumentados.<sup>22</sup>

Foi a pobreza do povo a causa da Revolução? Ela consistiu de um fator dramático em um complexo de causas. Os muitos pobres eram por demais fracos para se revoltarem. Podiam gritar pedindo melhoria de suas condições, mas não tinham nem os meios nem o espírito para organizar uma rebelião, até que foram sublevados pelos agricultores mais prósperos, pelos agentes da classe média, e pelo levante da população de Paris. Somente, então, quando os poderes do Estado haviam sido reduzidos pelo desenvolvimento intelectual do povo, quando o exército foi perigosamente infiltrado com idéias radicais, e as autoridades locais não puderam mais confiar no apoio militar em Versalhes — foi que os camponeses se tornaram uma força revolucionária. Reuniram-se, trocaram queixas e fizeram votos, armaram-se, atacaram os castelos, queimaram as casas dos *seigneurs*, e destruíram as listas senhoriais que sancionavam as dívidas aos feudos. Foi essa ação direta, que ameaçava em toda a nação a destruição das propriedades senhoriais, que atemorizou os nobres, fazendo-os entregar seus privilégios feudais (4 de agosto de 1789) dando, por conseguinte, um término legal ao Velho Regime.

## III. A INDÚSTRIA E A REVOLUÇÃO

Especialmente neste setor, o quadro pré-revolucionário afigura-se complexo e obscuro. (1) Indústria doméstica — de homens, mulheres e crianças, no lar — servia aos comerciantes que forneciam o material e compravam o produto. (2) Associações — mestres, diaristas e aprendizes — produziam artigos de artesanato, principalmente para necessidades locais. As associações sobreviveram até a Revolução, mas, por volta de 1789, ficaram fatalmente debilitadas pelo aumento da (3) livre empresa capitalista — companhias livres para arrecadar capital de qualquer fonte, contratar quem quer que fosse, inventar e aplicar novos métodos de produção e distribuição, competir com qualquer um e vender em qualquer lugar. Esses estabelecimentos eram em geral pequenos, mas estavam se multiplicando. De modo que somente Marselha tinha, em 1789, 38 fábricas de sabão, 48 de chapéus, oito de vidro, cinco refinarias de açúcar, e dez curtumes.<sup>23</sup> Nos setores têxteis, de construção, mineração e metalurgia, o capitalismo expandiu-se em empresas em larga escala, usualmente através de sociedades anônimas — *sociétés anonymes*.

A França custou a adotar as máquinas têxteis que estavam criando a Revolução Industrial na Inglaterra, mas grandes fábricas de tecidos operavam em Abbeville, Amiens, Reims, Paris, Louviers e Orléans, e a indústria da seda florescia em Lyon. As firmas de construção estavam erguendo aqueles maciços blocos de prédios de apartamentos que ainda dão às cidades francesas o seu aspecto característico. Os estaleiros empregavam milhares de trabalhadores em Nantes, Bordéus, Marselha. A mineração consistia na mais adiantada das indústrias francesas. O Estado retinha todos os direitos ao subsolo, arrendava as minas aos concessionários, fazendo vigorar uma legislação de segurança para os mineiros.<sup>24</sup> As companhias faziam poços com uma profundidade de noventa metros, instalavam equipamentos dispendiosos para ventilação, drenagem e transporte, criando milionários. A firma Anzin (1790) tinha quatro mil trabalhadores, seiscentos cavalos e doze máquinas a vapor, obtendo uma produção de 310 mil toneladas anuais. A mineração de ouro e outros metais fornecia material para uma indústria metalúrgica em expansão. Em 1787, a sociedade anônima Creusot levantou um capital de dez milhões de *livres* para aplicar na última maquinaria para a produção de ferragens. As máquinas a vapor operavam foles, martelos, perfuratrizes e as estradas de ferro possibilitavam utilizar apenas um cavalo para o transporte, o que requeria cinco anteriormente.

Algumas excelentes invenções foram desenvolvidas pelos franceses naqueles anos. Em 1776, o Marquês de Jouffroy d'Abbas divertia multidões ao longo do Rio Bous com um barco a vapor movido por rodas propulsoras, 31 anos antes do barco a vapor *Clermont*, de Fulton, navegar de alto a baixo no Hudson. Ainda mais espetaculares foram os primeiros passos na conquista do ar. Em 1766, Henry Cavendish demonstrou que o hidrogênio possui uma densidade inferior à do ar. Joseph Black concluiu que uma ampola cheia de hidrogênio subiria. Joseph e Etienne Montgolfier trabalharam no princípio de que o ar perde densidade quando aquecido. Em 5 de junho de 1783, em Annonay, nas proximidades de Lyon, eles encheram um balão com ar quente, que subiu a uma altura de 4.800 metros, descendo dez minutos depois, quando o ar havia esfriado. Um balão cheio de hidrogênio, desenhado por Jacques-Alexandre



Charles subiu, em 27 de agosto de 1783, de Paris, diante de trezentos mil espectadores entusiasmados. Quando desceu, em uma aldelá a vinte quilômetros, seus habitantes despedaçaram-no sob a alegação de tratar-se de um inimigo que descia dos céus para invadir a terra.<sup>25</sup> Em 15 de outubro, Jean-François Pilâtre de Rozier efetuou o primeiro vôo humano registrado, utilizando um balão Montgolfier com ar quente. Esta ascensão durou quatro minutos. Em 7 de janeiro de 1785, François Blanchard, francês, e John Jeffries, médico americano, voaram em um balão da Inglaterra para a França. Começou-se a falar em voar até a América.<sup>26</sup>

Sustentadas pela indústria e o comércio, as cidades da França prosperaram durante o reinado fatídico. Lyon regurgitava de lojas, fábricas e empresas. Arthur Young maravilhou-se com o esplendor de Bordéus. Paris era, então, mais um centro de negócios do que político. Era o centro de um complexo econômico que controlava a metade do capital e, assim sendo, a metade da economia da França. Em 1789, contava com uma população de cerca seiscentas mil almas.<sup>27</sup> Não era, na época, uma cidade especialmente bonita. Voltaire descrevia grande parte dela como digna dos godos e vândalos.<sup>28</sup> Ao visitá-la em 1774, Priestley relatou: "Não posso dizer que tenha me impressionado com alguma coisa, exceto com as proporções e o luxo dos edifícios públicos, mas em compensação indignaram-me com a estreiteza, sujeira e mau cheiro das ruas."<sup>29</sup> Young fez relato idêntico:

Nove décimos das ruas são sujas, e todas sem calçadas. Andar, que em Londres é tão agradável e distraído, que as senhoras o fazem todos os dias, aqui é um custo e uma fadiga para um homem, e impossível para uma mulher bem vestida. As charretes são numerosas e, o que é pior, há uma infinidade de cabriolés de um só cavalo, os quais são dirigidos por jovens da moda e seus imitadores, (...) com tal rapidez que (...) tornam as ruas excessivamente perigosas. (...) Eu mesmo muitas vezes fiquei todo sujo de lama.<sup>30</sup>

Nas grandes cidades, assim como nas menores, formava-se um proletariado: homens, mulheres e crianças trabalhando mediante salários, com ferramentas e material que não lhes pertenciam. Não existem estatísticas, porém eles foram estimados, na cidade de Paris, em 1789, em 75 mil famílias, ou trezentos mil indivíduos,<sup>31</sup> existindo número correspondente em Abbeville, Lyon e Marselha. As horas de trabalho eram muitas e os salários baixos, pois um regulamento do Parlement de Paris (12 de novembro de 1778) proibia aos trabalhadores organizarem-se em classes. Entre 1741 e 1789, os salários subiram 22 por cento.<sup>32</sup> As condições dos trabalhadores parecem ter-se deteriorado no reinado de Luís XVI.<sup>33</sup> Quando a procura diminuiu, ou (como em 1786) a competição estrangeira agravou-se, houve grande dispensa de trabalhadores, os quais se tornaram um encargo pesado para as associações beneficentes. O aumento do preço do pão — que constituía, em média, o alimento do povo de Paris<sup>34</sup> — botou milhares de famílias à beira da inanição. Em Lyon, no ano de 1787, trinta mil pessoas viviam da caridade pública. Em 1788, em Reims, após uma inundação, dois terços da população ficaram sem teto. Em Paris, no ano de 1791, cem mil famílias foram registradas como indigentes.<sup>35</sup> "Em Paris", escreveu Mercier, por volta de 1785, "o povo [comum] está fraco, pálido, pequeno, tolhido, aparentemente uma classe à parte das outras classes no Estado".<sup>36</sup>

Desafiando proibições, os trabalhadores formaram sindicatos e fizeram greve. Em 1774, os trabalhadores na indústria da seda em Lyon abandonaram o trabalho alegando que o custo de vida subia mais rápido do que os salários, e que as leis da oferta e da procura não regulamentadas estavam conduzindo os operários a um nível de mera subsistência. Os empregadores, com suas despensas bem abastecidas, esperavam que a fome fizesse os operários chegarem a um acordo. Frustrados, os operários deixaram Lyon e procuraram outras cidades, indo até para a Suíça ou a Itália. Foram interceptados na fronteira e trazidos de volta à força a seus lares. Os trabalhadores levantaram-se em revolta, apoderaram-se dos escritórios municipais, instituindo uma breve ditadura do proletariado na comuna. O governo chamou o exército e a revolta foi reprimida, sendo dois dirigentes enforcados. Os trabalhadores retornaram a seus empregos derrotados, porém agora hostis tanto ao governo como a seus empregadores.<sup>37</sup>

Em 1786, entraram novamente em greve, protestando que mesmo com dezoito horas diárias de trabalho não poderiam sustentar suas famílias, queixando-se de que eram tratados "mais desumanamente do que os animais domésticos, porque a esses era dado o suficiente para se manterem com saúde e vigor".<sup>38</sup> As autoridades da cidade concordaram em um aumento de salário, porém proibiram qualquer reunião de mais de quatro pessoas. Um batalhão de artilharia ficou a postos para fazer vigorar essa proibição. Os soldados atiraram nos grevistas, matando vários.<sup>39</sup>

Motins contra o custo de vida ocorriam esporadicamente por toda a segunda metade do século XVIII. Na Normandia houve seis, entre 1752 e 1768; em 1768, os amotinados capturaram a guarda de Royen, saquearam os armazéns públicos, pilharam os depósitos. Levantes semelhantes ocorreram em Reims 1770, Poitiers em 1772, Dijon, Versalhes, Paris e Pontoise em 1775, Aix-en-Provence em 1785, e novamente em Paris em 1788 e 1789.<sup>40</sup>

Qual o papel desempenhado pela pobreza do proletariado, ou da população em geral, no advento da Revolução? Na superfície as causas eram evidentes: a falta de pão e os conseqüentes motins em Paris nos anos de 1788-89 exaltaram o povo a um ponto em que ele sentiu-se incentivado para desafiar o exército e atacar a Bastilha. Contudo, a fome e o ódio podem dar força, mas não dão liderança. É possível que os motins se houvessem acalmado por uma baixa no preço do pão se a liderança das esferas superiores não dirigisse os amotinados na tomada da Bastilha e na marcha sobre Versalhes. As massas ainda não tinham idéia de derrubar o governo, de depor o rei, de estabelecer uma república. O proletariado falou com esperança de uma igualdade natural, mas não sonhava em se apossar do Estado. Ele pedia, enquanto a burguesia se opunha, uma regulamentação da economia, pelo menos para fixar o preço do pão. Mas isso seria um retorno ao velho sistema, e não um progresso em direção a uma economia dominada pelas classes trabalhadoras. É verdade que, quando a ocasião de agir chegou, foi a população de Paris que, movida pela fome e incentivada pelos oradores e os agentes, tomou a Bastilha, impedindo assim que o rei usasse o exército contra a Assembléia. Mas quando a Assembléia reconstruiu a França foi sob a direção e para os objetivos da burguesia.

## IV. A BURGUESIA E A REVOLUÇÃO

A importante característica da vida econômica da França no século XVIII foi a ascensão da classe dos negócios. Começou a prosperar no reinado de Luís XIV e Colbert. Beneficiou-se com as excelentes estradas e canais que facilitavam o comércio. Enriqueceu-se com o comércio das colônias. Notabilizou-se com os postos administrativos (até 1781), e controlou as finanças do Estado.

Contudo, foi importunada ao ponto de revoltar, com tributos cobrados pelos *seigneurs* e pelo governo nas estradas e canais, e pelo tempo perdido com o exame da carga em cada departamento aduaneiro. Eram em número de 35 a 40 os tributos a serem pagos pelo navio que transportava a mercadoria, do sul da França a Paris.<sup>41</sup> Os negociantes reivindicavam livre comércio dentro das fronteiras, porém não tinham certeza se desejavam o mesmo em relação às outras nações. Em 1786, influenciado pelas teorias fisiocratas, o governo reduziu as tarifas dos têxteis e ferragens procedentes da Inglaterra, em retribuição à redução das tarifas inglesas sobre os vinhos franceses, louças e outros produtos. O resultado foi um golpe na indústria têxtil francesa, que não podia fazer face à competição das fábricas inglesas equipadas com moderna maquinaria. O desemprego em Lyon, Rouen e Amiens chegou a uma situação crítica.

Contudo, a diminuição das tarifas promoveu o comércio exterior, enchendo os cofres da classe dos comerciantes. Esse comércio quase dobrou em 1763 e 1787, chegando a mais de um bilhão de francos em 1780.<sup>42</sup> As cidades portuárias da França encheram-se de comerciantes, embarcadores, marinheiros, armazéns, refinarias, destilarias. Nessas cidades, a classe empresarial era absoluta, muito tempo antes da Revolução sancionar sua supremacia no país.

Parte da prosperidade mercantil da França, como na Inglaterra, provinha da captura ou compra dos escravos africanos, seu transporte para a América e venda naquele continente para trabalharem nas fazendas. Em 1788, os traficantes franceses de escravos embarcaram apenas para St. Domingue (Haiti) 29.506 negros.<sup>43</sup> Investidores franceses possuíam a maior parte do solo e das indústrias lá e em Guadalupe e Martinica. Em St. Domingue trinta mil brancos utilizavam-se de 480 mil escravos.<sup>44</sup> Em 1788, em Paris, formou-se a Société des Amis des Noirs, sob a presidência de Condorcet, inclusive Lafayette e Mirabeau fils, para a abolição da escravatura, mas os embarcadores e os fazendeiros derrubaram o movimento com seus protestos. Em 1789, a Câmara de Comércio de Bordéus declarou: "A França necessita de suas colônias para a manutenção de seu comércio e, conseqüentemente, precisa de escravos, a fim de que a agricultura possa pagar seus encargos, nessa parte do mundo, pelo menos até que algum outro expediente seja encontrado."<sup>45</sup>

Os empreendimentos industriais, coloniais e outros necessitavam de capital, de modo que geraram uma crescente criação de bancos. Sociedades anônimas ofereciam ações, o governo colocava títulos no mercado, a especulação expandiu-se na venda e compra de obrigações. Os especuladores contratavam jornalistas para disseminar rumores com o objetivo de fazer aumentar ou diminuir as ações.<sup>46</sup> Membros do ministério aderiam à especulação, tornando-se assim sujeitos à pressão ou influência dos banqueiros. Em cada guerra, mais o governo ficava dependente dos financistas, e estes mais vitalmente empenhados na política e na solvência do Estado. Alguns banqueiros gozavam de

crédito pessoal superior ao do governo. Por isso, podiam contrair empréstimos a uma taxa baixa, emprestar ao governo a uma taxa alta, e aumentar sua riqueza apenas por meio de escrituração de seus livros, contanto que tivessem bom tirocínio e o governo saldasse suas próprias dívidas.

Os agricultores gerais (financistas que compravam, por meio de um adiantamento ao governo, o direito de arrecadar tributos) eram especialmente odiados e ricos, porque os impostos indiretos, como os de vendas, por exemplo, eram muito pesados para aqueles que tinham de gastar grande parte de sua renda nos artigos de primeira necessidade. Alguns desses *fermiers généraux*, como Helvétius e Lavoisier, eram homens de relativa integridade e espírito público, que contribuíam amplamente para a caridade, literatura e arte.<sup>47</sup> O governo, reconhecendo os males do sistema de agricultores gerais, reduziu seu número de sessenta para quarenta, em 1780, mas a animosidade popular continuou. O imposto das fazendas foi abolido pela Revolução e a cabeça de Lavoisier foi uma das que caíram no processo.

Como a tributação constituiu em grande parte uma das causas da Revolução, devemos uma vez mais nos recordar dos inúmeros impostos pagos pelos franceses. (1) A talha (*taille*) era um imposto que incidia sobre a terra e a propriedade pessoal. Os nobres estavam isentos desse pagamento em virtude de prestarem serviço militar. O clero era excluído por sua posição social e porque orava para o Estado. Os magistrados, chefes de administração e funcionários universitários eram isentos. De modo que todo o peso da talha recaía sobre os proprietários de terras do Terceiro Estado — por conseguinte, inteiramente sobre os camponeses. (2) O imposto de capitação, ou o tributo pago por cabeça, era um encargo que recaía sobre todo chefe de família sendo o clero o único isento. (3) O *vingtième*, ou vigésimo, era um tributo sobre qualquer propriedade, real ou pessoal. Mas os nobres escapavam dele em grande parte, e também do de capitação, por meio de influência particular ou contratando advogados que encontrassem artifícios para burlar os tributos. O clero evitava o *vingtième* fazendo periodicamente ao Estado um pagamento voluntário. (4) Todas as cidades pagavam um imposto ao governo (*octroi*), repassando-o aos cidadãos. (5) Os impostos indiretos eram cobrados por meio de (a) tributos sobre transportes; (b) tarifas de importação e exportação; (c) imposto de consumo (*aides*) sobre vinhos, bebidas alcoólicas, sabão, couros, ferro, cartas de jogar etc.; e (d) monopólios governamentais na venda de fumo e sal. Todo indivíduo tinha por obrigação comprar anualmente uma quantidade mínima de sal estipulada pelo governo, a um preço fixo, sempre mais alto do que o do mercado. Esse imposto sobre o sal (*gabelle*) era um dos principais tormentos do camponês. Este pagava um imposto para escapar da *corvée*. Ao todo, o participante médio do Terceiro Estado pagava de 42 a 53 por cento de sua renda em impostos.<sup>48</sup>

Se juntarmos comerciantes, industriais, financistas, inventores, engenheiros, cientistas, burocratas menores, escriturários, mercadores, químicos, artistas, livreiros, professores, escritores, médicos, advogados e magistrados como constituindo a burguesia, podemos compreender por que, em 1789, ela era a parcela mais rica e ativa da nação. Provavelmente possuía a mesma quantidade de terras agrícolas que a nobreza,<sup>49</sup> podendo obter um título nobiliárquico apenas com a compra de um nobre feudo ou um posto como um dos muitos “secretários” do rei. Enquanto a nobreza perdia di-

nheiro e postos em virtude de ociosidade, extravagâncias e decadência biológica, e o clero perdia dinheiro com a predominância da ciência, filosofia e um método de vida epicurista, a classe média crescia em dinheiro e poder, pelo desenvolvimento da indústria, tecnologia, comércio e finanças. Enchia com seus produtos ou importações as butiques ou armazéns, cujo esplendor espantava os visitantes estrangeiros em Paris, Lyon, Reims ou Bordéus.<sup>50</sup> Enquanto as guerras produziam a bancarrota do governo, ela enriquecia a burguesia, que fornecia transporte e material. A crescente prosperidade reduzia-se apenas às cidades. Não se concentrava no camponês e no proletariado, visivelmente surgindo no meio dos mercadores e financistas. Em 1789, quarenta comerciantes franceses possuíam ao todo uma fortuna de sessenta milhões de *livres*,<sup>51</sup> e um banqueiro, Paris-Montmartel, acumulou cem milhões.<sup>52</sup>

A causa principal da Revolução foi a disparidade entre a realidade econômica e as fórmulas políticas — entre a importância da burguesia na produção e posse da riqueza, e sua exclusão do poder governamental. A classe média alta tinha consciência de sua capacidade e ressentia-se de sua marginalização. Irritava-se com o exclusivismo social e insolência da nobreza — como quando a brilhante Mme. Roland, convidada a ficar para jantar numa casa aristocrática, viu-se servida nas dependências dos criados.<sup>53</sup> Via a nobreza valendo-se dos cofres do Estado para gastos e festas extravagantes, enquanto negava postos políticos e militares, ou promoção, àqueles mesmos homens cujo empreendimento criativo havia expandido a economia de rendimento tributário na França, e cuja poupança estava então sustentando o tesouro. Viu o clero absorvendo um terço da renda nacional na manutenção de uma teologia que quase todo francês educado considerava medieval e infantil.

A classe média não queria derrubar a monarquia, mas aspirava controlá-la. Estava longe de desejar a democracia, porém queria um governo constitucional, no qual as pessoas inteligentes de todas as classes pudessem participar da legislação, administração e política. Desejava libertar-se da regulamentação estatal e das corporações sobre a indústria e o comércio, porém não era contra subsídios do Estado ou apoio dos camponeses e da população das cidades para a consecução dos objetivos da classe média. A essência da Revolução Francesa era a derrubada da nobreza e do clero por uma burguesia que se valesse do descontentamento dos camponeses para destruir o feudalismo, e o das massas urbanas para neutralizar os exércitos do rei. Quando, após dois anos de revolução, a Assembléia Constituinte tornou-se suprema, ela aboliu o feudalismo, confiscou a propriedade clerical e legalizou a organização dos comerciantes, proibindo, entretanto, quaisquer organizações ou reuniões dos trabalhadores (14 de junho de 1791).<sup>54</sup>

Específica e imediatamente, os financistas alarmaram-se pela possibilidade do governo, ao qual haviam emprestado tanto dinheiro, poder declarar falência — como o havia feito, completamente ou em parte, 56 vezes desde Henrique IV.<sup>55</sup> Os proprietários de títulos do governo perderam a confiança em Luís XVI. Empreiteiros que trabalhavam nas empresas estatais não tinham certeza de serem pagos, ou de seu valor, quando isso ocorresse. Os homens de negócios concluíram que a única forma de escapar à bancarrota nacional seria (e assim ficou provado que era) uma tributação total de todas as classes, principalmente da riqueza acumulada pela Igreja. Quando Luís XVI hesitou em estender a talha às classes privilegiadas, para não perder o apoio

do seu trono periclitante, os acionistas quase inconscientemente, e a despeito de seus princípios conservadores, tornaram-se uma força revolucionária. A Revolução não se deveu à paciente pobreza dos camponeses, mas à riqueza ameaçada da classe média.

## V. CONGREGAÇÃO DE FORÇAS

Todas essas forças revolucionárias estavam sujeitas à influência das idéias, e as utilizavam para cobrir e excitar desejos. Além da propaganda dos filósofos e dos fisiocratas, havia comunistas espalhados, os quais prosseguiram e expandiram o socialismo exposto pela geração anterior, isto é, Morelly, Mably e Linguet.<sup>56</sup> Brissot de Warville, em *Recherches philosophiques sur le droit de propriété* (1780), antecipou-se a Pierre Proudhon em *La propriété, c'est le vol*, ao argumentar que a propriedade privada é o roubo dos bens públicos. Não existe "sagrado direito (...) em comer a comida de vinte homens quando a parte de um homem não é suficiente". As leis são "uma conspiração dos mais fortes contra os mais fracos, do rico contra o pobre".<sup>57</sup> Mais tarde, Brissot desculpava-se de seus primeiros livros como agitação de menino de escola. Tornou-se líder dos girondinos, sendo guilhotinado por sua moderação (1793).

Em 1789, pouco antes da tomada da Bastilha, François Boissel publicou *Catéchisme du genre humain*, que muito se aproximava do comunismo. Todos os males são causados pela "classe mercenária, homicida e anti-social que governou, degradou e destruiu os homens até nossos dias".<sup>58</sup> O forte escravizou o fraco, estabelecendo leis para governá-lo. Propriedade, casamento e religião foram instituídos para legitimizar a usurpação, a violência e a fraude, cujas conseqüências eram uma pequena minoria possuir a terra, enquanto a maioria vivia sentindo frio e fome. O casamento era a propriedade exercida sobre a mulher. Nenhum homem teria direito a mais do que necessitasse. Qualquer coisa acima disso deveria ser distribuída a cada um de acordo com suas necessidades; que os ricos ociosos trabalhassem ou deixassem de comer. Que os mosteiros se tornassem em escolas.<sup>59</sup>

O mais interessante e influente desses radicais era François-Émile Babeuf. Após servir aos nobres e ao clero em suas prerrogativas dos direitos feudais contra os camponeses,<sup>60</sup> mandou à Academia de Arras (21 de março de 1787) uma proposta para que aquela entidade instituisse um prêmio para o melhor ensaio sobre a questão "Com a soma de conhecimentos atualmente obtidos, qual seria a condição de um povo, cujos instintos sociais fossem de tal monta que deveria reinar entre eles a mais perfeita igualdade; (...) onde tudo fosse em comum?"<sup>61</sup> A Academia não respondeu, de modo que Gracchus Babeuf (como mais tarde ele mesmo se denominaria), em carta de 8 de julho de 1787, explicava que, por natureza, todos os homens são iguais, e que em estado natural todas as coisas eram comuns, e que tudo que se disse mais tarde era degeneração e mentira. Durante a Revolução reuniu numerosos adeptos, e estava em vias de liderar uma revolta contra o Diretório quando foi preso por seus agentes e sentenciado à morte (1797).

Tais idéias desempenharam apenas pequeno papel nas causas da Revolução. Quase não havia traço de sentimento socialista nos *cabiers* (sumários de culpa) que chegavam aos Estados-Gerais procedentes de todos os cantos da França em 1789. Nenhum

continha ataques à propriedade privada ou à monarquia. A classe média tinha a situação sob controle.

Eram os maçons um fator da Revolução? Vimos a ascensão dessa seita na Inglaterra (1717) e seu surgimento inicial na França (1734). Difundiu-se rapidamente pela Europa protestante. Na Alemanha, Frederico II a favorecia, bem como Gustavo III na Suécia. O Papa Clemente XII (1738) proibiu que as autoridades eclesiásticas se filiassem ou ajudassem a franco-maçonaria, porém o Parlement de Paris negou-se a registrar a bula, dessa forma destituindo-a de seus efeitos legais na França. Em 1789, havia em Paris 629 lojas maçônicas, em geral com cinquenta ou cem membros.<sup>62</sup> Entre estes havia muitos nobres, alguns padres, os irmãos de Luís XVI, e a maioria dos dirigentes do Iluminismo.<sup>63</sup> Em 1760, Helvétius fundou a Loge des Sciences. Em 1770, o astrônomo Lalande expandiu-a na Loge des Neuf Soeurs, ou Loja das Nove Irmãs (isto é, as Musas). Ali reuniam-se Berthollet, Franklin, Condorcet, Chamfort, Greuze, Houdon, e, mais tarde, Sieyès, Brissot, Desmoulins e Danton.<sup>64</sup>

Teoricamente, os franco-maçons excluíam os “libertinos agnósticos” e os “estúpidos ateus”.<sup>65</sup> Cada membro tinha de professar crença no grande Arquiteto do Universo”. Não havia necessidade de outra crença religiosa, de modo que, em geral, o maçom restringia sua teologia ao deísmo. Parece que eram partidários da expulsão dos jesuítas da França.<sup>66</sup> O objetivo por eles confessado era instituir uma irmandade internacional secreta de homens unidos em assembleias e rituais, jurando auxílio mútuo, tolerância religiosa e reforma política. Sob Luís XVI entraram ativamente na política. Vários de seus aristocráticos membros — Lafayette, Mirabeau *père* e *fils*, o Visconde de Noailles, o Duque de la Rochefoucauld-Liancourt, e o Duque d’Orleans — tornaram-se dirigentes liberais na Assembleia Nacional.<sup>67</sup>

E por fim, vieram os clubes exclusivamente políticos. Organizados inicialmente segundo o modelo inglês — para conversar, comer e ler — transformaram-se, por volta de 1784, em centros de agitação semi-revolucionária. Ali, disse um contemporâneo, “eles apregoavam em alto e bom som os direitos do homem, as vantagens da liberdade, e os abusos da desigualdade de condições”.<sup>68</sup> Depois da reunião dos Estados-Gerais os deputados da Bretanha formaram o Clube Bretão. Logo ampliou o número de sócios, incluindo os não-bretões, como Mirabeau *fils*, Sieyès e Robespierre. Em outubro de 1789, mudou sua sede para Paris, tornando-se a Société des Jacobins.

Assim é que, como os mais essenciais eventos históricos, centenas de forças diversas convergiam para produzir a Revolução Francesa. Fundamental foi o crescimento da classe média em número, educação, ambição, fortuna e poder econômico. Sua reivindicação de um *status* político e social coincide com as suas contribuições para a vida da nação e as finanças do Estado, assim como a preocupação de que o tesouro tornasse os títulos do governo sem valor, declarando-se falido. Juntamente com esse fator, e utilizados por eles na qualidade de auxílios e ameaças, estava a pobreza de milhões de camponeses clamando por um desafogo de seus pagamentos, impostos e dívidas. A prosperidade de vários milhões de camponeses suficientemente fortes para desafiar os *seigneurs*, coletores de impostos, bispos e regimentos, e o disciplinado descontentamento das massas que sofriam com a manipulação do abastecimento do pão e a defasagem dos salários em relação aos preços na histórica espiral inflacionária.

Adicionemos a isso inúmeros fatores cooperantes: os gastos desordenados na corte,

a incompetência e a corrupção do governo, a debilidade da monarquia em virtude de seu longo desentendimento com os *parlements* e a nobreza, ausência de uma instituição política através da qual os desentendimentos poderiam ser legal e construtivamente expressos, a melhoria dos padrões administrativos esperados por uma cidadania cuja inteligência havia sido estimulada além da de qualquer povo contemporâneo, pelas escolas, livros, salões, *philosophes* e pelo Iluminismo. Acrescentemos o colapso da censura da imprensa sob Luís XVI, a disseminação das reformas ou idéias revolucionárias por Voltaire, Rousseau, Diderot, d'Alembert, d'Holbach, Helvétius, Morellet, Morelly, Mably, Linguet, Mirabeau *père*, Turgot, Condorcet, Beaumarchais, Mirabeau *fils* e uma centena de outros escritores, cujo brilhantismo e força jamais foram iguais, e cuja propaganda penetrou em todas as classes, com exceção da camponesa, em todos os quartéis do exército, celas monásticas, palácios dos nobres e antecâmaras reais. Acrescentemos o catastrófico declínio da fé na credibilidade de uma Igreja que havia sustentado o *status quo* e o divino direito dos reis, que pregara as virtudes da obediência e da resignação, tendo acumulado uma invejável riqueza, enquanto o governo não encontrava meios de financiar suas tarefas em expansão. Acrescentemos a difusão da crença em uma "lei natural", que exigia justiça humanitária para todos os entes racionais, independente de nascimento, cor, credo ou classe, e num belo "estado natural", no qual todos os homens foram uma vez iguais, bons e livres, e do qual haviam decaído em virtude do desenvolvimento da propriedade privada, guerra e leis sobre castas. E ainda a ascensão e multiplicação de juristas e oradores prontos a defender ou atacar o *status quo*, e despertar e organizar o sentimento público, a profusão e a fúria dos panfletários, a atividade secreta dos clubes políticos, a ambição do Duque d'Orléans para substituir seu primo no trono francês.

A todos esses fatores juntou-se um soberano gentil e benevolente, fraco e vacilante, atormentado pelo conjunto de conflitos a seu redor e pelas reações contraditórias dentro dele; deixemos que eles operem sobre um povo mais profundamente cômico de suas queixas, mais apaixonado, excitável e imaginativo do qualquer povo da história; e que tudo quanto fosse necessário para amalgamar e inflamar essas forças numa explosão demolidora seria algum acontecimento capaz de afetar multidões e aprofundar os mais poderosos instintos do homem. Talvez essa fosse a função da seca e da fome de 1788 e do cruel inverno de 1788-89. "Só a fome poderá desencadear essa grande revolução", predisse a Marquesa de Girardin em 1781.<sup>69</sup> A fome chegou ao campo, às cidades, a Paris. Foi bastante severa para fazer as massas derrubarem a tradição, o respeito e o medo, fornecendo um instrumento para os objetivos e a inteligência dos homens bem alimentados. Os diques da lei, costumes e religiosidade se romperam, e a Revolução principiou.



## A Derrocada Política

1783-89

## I. O COLAR DE DIAMANTES: 1785

EM junho de 1783, Axel von Fersen, após cavalheirescamente lutar em favor da América, e tendo conquistado honrarias em Yorktown, voltou à França, encontrando Maria Antonieta tão fascinante como quando a deixara três anos antes. Mesmo em 1787, aos 32 anos, Arthur Young achou-a “a mulher mais bela” da corte naquela época.<sup>1</sup> Prontamente, ela secundou o pedido de Gustavo III para que Luís XVI indicasse o belo Fersen, coronel do Real Regimento Sueco, para servir junto ao exército francês — o que permitiria que ele permanecesse um tempo considerável em Versalhes. Axel confessou à sua irmã, Sophie, que amava a rainha, acreditando ser correspondido. Certamente, ela lhe dedicava terna afeição e, oito anos mais tarde, após a corajosa tentativa dele para conseguir que ela e o rei saíssem da França, trocaram cartas afetuosas. Contudo, o convite que Maria Antonieta fez a Sophie para ir à França, a fim de morar junto do irmão, demonstra sua resolução de manter dentro de certos limites o sentimento que nutria por ele.<sup>2</sup> Quase ninguém na corte, exceto seu marido, acreditava na inocência dela. Uma canção, popular entre a plebe, não admitia dúvidas sobre sua culpa:

*Veux-tu connaître  
Un cocu, un bâtard, une catin?  
Voyez le Roi, la Reine,  
Et Monsieur le Dauphin.*<sup>3</sup>

Queres conhecer  
Um corno, um bastardo, uma meretriz?  
Vê o rei, a rainha,  
E o Sr. Delfim.

Louis-Philippe de Ségur resumiu a questão da seguinte maneira: “Ela perdeu sua reputação, mas preservou a virtude”.<sup>4</sup>

Em 25 de março de 1785, Maria Antonieta deu à luz seu segundo filho, que passou a chamar-se Louis-Charles. O rei ficou tão contente que a presenteou com o Palácio de St. Cloud, que havia comprado do Duque d’Orléans por seis milhões de *livres*. A corte condenou a extravagância de sua admiração, e Paris apelidou a rainha de “Ma-

dame Déficit''.<sup>5</sup> Ela usava sua ascendência sobre o marido para influenciar na nomeação de ministros, embaixadores e outros dignitários. Ela tentou — e fracassou — dissipar sua aversão por uma aliança com a Áustria, e tais esforços aumentaram sua impopularidade.

Somente em face dos antecedentes da hostilidade do público contra "*L'Autrichienne*" (a austríaca) podemos compreender o crédito dado à história do colar de diamantes. Esse colar era, por si só, incrível: um fio de 647 diamantes que se dizia pesar 2.800 quilates.\* Dois joalheiros da corte, Charles Böhmer e Paul Bassenge, compraram diamantes de meio mundo a fim de fazer um colar para Mme. du Barry, na certeza de que Luís XV o compraria para ela. Mas Luís XV morreu, e quem compraria agora uma jóia tão dispendiosa? Os joalheiros ofereceram-na a Maria Antonieta por 1.600.000 *livres*. Ela recusou-o por ser demasiado caro.<sup>7</sup> O Cardeal Príncipe Louis-René-Eduard de Rohan apareceu.

Elê era um bom produto de uma das mais antigas e ricas famílias franceses. Tinha, segundo diziam, uma renda de 1.200.000 *livres* por ano. Ordenado padre em 1760, foi nomeado coadjutor de seu tio, arcebispo de Estrasburgo. Neste posto, saudou oficialmente Maria Antonieta quando ela entrou na França pela primeira vez (1770). Julgando Estrasburgo um campo muito estreito para sua ambição, Rohan vivia a maior parte do tempo em Paris, onde juntou-se à facção hostil à Áustria e à rainha. Em 1771, Luís XV enviou-o a Viena na qualidade de emissário especial a fim de investigar as manobras da Áustria na partilha da Polônia. Maria Teresa ofendeu-se com a suntuosidade das festas que ele deu, assim como a divulgação que fez sobre comentários escandalosos a respeito da nova delfina. Luís XVI chamou-o de volta à França, mas poderosos parentes induziram o rei a fazê-lo esmoler-mor do soberano — sacerdote encarregado de distribuir esmolas (1777). Um ano depois, o alegre e belo religioso foi elevado ao cardinalato e, em 1779, tornou-se arcebispo de Estrasburgo. Naquela cidade, encontrou Cagliostro, chegando a acreditar nas pretensões de magia do impostor. Tendo atingido tamanha culminância em tão pouco tempo, parecia a Rohan que ele podia aspirar a ser primeiro-ministro de Luís XVI, se ao menos pudesse reparar os anos de oposição à rainha.

No círculo de suas relações sociais em Paris encontrava-se a atraente e inventiva Mme. de la Motte Valois. Jeanne de St. Rémy de Valois dizia-se descendente de Henrique II da França com uma sua amante. A família perdeu tudo e Jeanne ficou reduzida à mendicância nas ruas. Em 1775, o governo confirmou sua estirpe real, dando-lhe uma pensão de oitocentos francos. Em 1780, casou-se com Antoine de la Motte, oficial do exército propenso a intrigas. Iludiu-a no tocante à sua renda. O casamento deles foi, segundo ela, a união da seca com a fome.<sup>8</sup> Antoine conseguiu um título de conde e, por conseguinte, Jeanne tornou-se Condessa de La Motte. Nessa qualidade, circulou entre Paris e Versalhes, fazendo conquistas com seu "ar saudável e jovem", como ela mesma qualificou-se, "e que os homens chamam de deslumbrante, e uma personalidade extremamente vivaz".<sup>9</sup> Tornando-se amante do cardeal (1784),<sup>10</sup> pretendia conquistar a intimidade da corte, oferecendo-se para obter a aprovação da

\* Pela estimativa de 1965, à razão de \$1.200 por quilate, o colar de diamantes valeria \$3.360.000

rainha às pretensões de Rohan. Contratou Rêtaux de Villette para imitar a letra de Sua Majestade, levando ao cardeal cartas afetuosas, supostamente de Maria Antonieta, e finalmente prometeu arranjar uma entrevista. Treinou uma prostituta, a “Baronesa” d’Oliva, para se fazer passar como a rainha. No “Bosque de Vênus”, em Versalhes, no escuro da noite, o cardeal encontrou-se rapidamente com essa mulher, confundindo-a com Maria Antonieta, beijou-lhes os pés, recebendo dela uma rosa como sinal de reconciliação (agosto de 1784); pelo menos foi o que a “condessa” relatou.<sup>11</sup>

Mme. de La Motte, então, aventurou-se a um plano muito mais ousado o qual, se fosse bem-sucedido, poria fim à sua pobreza. Forjou uma carta da rainha autorizando Rohan a comprar o colar de diamantes em seu nome. O cardeal apresentou a carta a Böhmer, que lhe entregou a jóia mediante promessa por escrito de pagar 1.600.000 francos parceladamente. Rohan levou os brilhantes à condessa e, a pedido desta, entregou-o a um suposto representante da rainha. O destino dessa jóia é incerto. Parece que foi levada para Londres pelo “Conde” de La Motte, e vendida peça por peça.<sup>12</sup>

Böhmer enviou a conta relativa ao colar à rainha, que respondeu jamais tê-la encomendado, nem escrito a carta que ostentava seu nome. Quando chegou a data de pagamento da primeira prestação (30 de julho de 1785), e Rohan ofereceu apenas trinta mil dos quatrocentos mil francos que iam vencer, Böhmer submeteu o caso ao Barão de Breteuil, ministro da Casa Real. Breteuil levou-o ao conhecimento do rei. Este convocou o cardeal, pedindo-lhe explicações. Rohan mostrou-lhe algumas das supostas cartas da rainha. O rei viu logo que eram falsas. “Isto”, disse, “não é a letra da rainha, e a assinatura nem mesmo obedece à forma usual”.<sup>13</sup> Suspeitou que Rohan e outros do grupo, hostis à sua mulher, tinham planejado desmoralizá-la. Ordenou que conduzissem o cardeal à Bastilha (15 de agosto) pedindo à polícia para procurar Mme. de La Motte. Esta fugiu, escondendo-se em vários lugares, mas finalmente foi apreendida, e também mandada para a Bastilha. Presos foram ainda a “Baronesa” Rêtaux de Villette, e Cagliostro, suspeito, erroneamente, de ter planejado o conluio. Na verdade, tudo fizera para desencorajá-lo.<sup>14</sup>

Acreditando que um julgamento franqueado ao público era necessário para convencê-lo, Luís submeteu o caso ao Parlement de Paris, seu inimigo. Esse julgamento constituiu a *cause célèbre* do século na França, como o de Warren Hastings fora na Inglaterra três anos antes. Em 31 de maio de 1786, promulgou-se a sentença do Parlement. O Cardeal Rohan foi declarado inocente, vítima de um embuste, em vez de culpado por tê-lo praticado, porém o rei destituiu-o de seus cargos, exilando-o na Abadia de La Chaise-Dieu. Dois cúmplices foram condenados à prisão. Cagliostro foi libertado. Mme. de la Motte foi desnudada e açoitada na Cour de Mai, diante do Palais de Justice, marcada a ferro com um V (*voleuse*, gatuna) e condenada à prisão perpétua na célebre Salpêtrière, prisão de mulheres. Depois de um ano de reclusão enlouquecedora fugiu, juntando-se ao marido em Londres e escrevendo uma autobiografia contando tudo. Morreu em 1791.

A nobreza e a plebe de Paris regozijaram-se com a absolvição do cardeal, censurando a rainha por ter levado o caso a um julgamento público. A opinião geral era de que o gosto que a rainha tinha por jóias desculpava o cardeal por ter acreditado nas

cartas falsas. Comentários malévolos acusavam-na de ser a amante de Rohan,<sup>15</sup> embora ela não houvesse visto o cardeal durante os dez anos que antecederam sua prisão. Mais uma vez ela preservara sua virtude, prejudicando a própria reputação. “A morte da rainha”, disse a Napoleão, “deve fixar-se a partir do Julgamento do Colar de Diamantes.”<sup>16</sup>

## II. CALONNE: 1783-87

Em 10 de novembro de 1783, o rei designou Charles-Alexandre de Calonne para o cargo de controlador-geral das finanças. Calonne havia trabalhado sucessivamente como intendente em Metz e Lille, granjeando reputação de maneiras atraentes, espírito folgazão e habilidade financeira — embora ele mesmo, como o governo ao qual havia sido chamado para auxiliar, estivesse irremediavelmente endividado.<sup>17</sup> Encontrou apenas 360 mil francos no tesouro, contra uma dívida flutuante de 646 milhões, aumentando em cinquenta milhões por ano. Tal como Necker, resolveu não aumentar os impostos, temendo que a medida provocasse revolta e depressão na economia. Em vez disso, negociou uma loteria que rendeu cem milhões de *livres*. Apelou para o clero, deste obtendo um *don gratuit* de dezoito milhões de livres mediante promessa de suprimir a edição das obras de Voltaire por Beaumarchais. Recunhou as moedas de ouro, obtendo um lucro de cinquenta milhões para o tesouro, e fez empréstimo com os banqueiros no montante de 125 milhões. Esperando estimular os negócios, procedeu à dotação de grandes somas para obras de saneamento da cidade, assim como melhoria das estradas, canais e baías, beneficiando Le Havre, Dunquerque e La Rochelle. Iniciou as obras das grandes docas de Cherburgo. Adotando a teoria de que um governo deve sempre aparentar prosperidade, destinou fundos aos participantes da corte, não fazendo sindicâncias sobre as despesas dos irmãos do rei e da rainha. O próprio rei, a despeito das boas intenções, permitiu um aumento das despesas do palácio de 4.600.000 *livres* em 1775, para 6.200.000 em 1787.<sup>18</sup>

Quanto mais Calonne gastava, mais contraía empréstimos; e quanto mais contraía empréstimos, mais juros tinha de pagar sobre a dívida. Em agosto de 1786, confessou ao rei atônito que todos os expedientes estavam esgotados, que a dívida nacional e o déficit anual eram cada vez maiores, e que apenas a extensão da tributação sobre a nobreza e o clero podia salvar o governo de um desastre. Sabendo que o Parlement de Paris, então em visível aliança com a nobreza da espada, resistiria a essa sugestão, propôs que um grupo de homens ilustres fosse escolhido nas três classes por toda a França, e convocado a Versalhes para uma consulta sobre a salvação financeira do Estado. O rei aquiesceu.

A Assembléia dos Notáveis reuniu-se a 22 de fevereiro de 1789: 46 nobres, onze eclesiásticos, doze membros do Conselho Real, 38 magistrados, doze deputados do *pays d'état* (região possuidora de privilégios especiais), e 25 funcionários municipais, perfazendo um total de 144. Calonne dirigiu-se a eles com corajosa ingenuidade sobre os abusos, os quais, embora profundamente enraizados pelo tempo e pelos preconceitos, precisavam ser abolidos, porque “pesam seriamente sobre a classe mais produtiva e trabalhadora”. Condenou a desigualdade dos subsídios, e “a enorme des-

proporção nas contribuições das diversas províncias sujeitas ao mesmo soberano".<sup>19</sup> Fez propostas mais radicais do que as de Turgot, apresentando-as como aprovadas pelo rei. Se fossem adotadas, teriam evitado a Revolução. Algumas, adotadas por Turgot, foram aceitas pelos Notáveis, a saber: redução do imposto sobre o sal, remoção dos direitos sobre o comércio doméstico, restauração da liberdade de comércio em relação aos cereais, instituição das assembleias provinciais e término da *corvée*. Contudo, o pedido de uma nova tributação universal sobre a terra foi rejeitado.

Os eclesiásticos e os nobres alegaram que essa *subvention territoriale* necessitaria de um levantamento de todas as terras e um censo de todos os proprietários de terras na França, o que levaria um ano e não obteria resultado na crise atual.

Calonne agradou ao povo ao publicar seus discursos. Nem os nobres, nem o clero apreciavam esse recurso de bajular a opinião pública. A Assembleia retrucou ao pedir a Calonne um relatório completo das receitas e despesas do seu ministério. Ele recusou-se a apresentá-lo, sabendo que a revelação de seus métodos e gastos o arruinaria. A Assembleia reiterou que a contenção das despesas fazia-se mais necessária do que a revisão da estrutura tributária. Não obstante, pôs em dúvida sua eficiência para instituir um novo sistema tributário. Essa autoridade pertencia somente aos Estados-Gerais (*États Généraux*, isto é, uma conferência de deputados escolhidos pelos três *états*, ou classes). Essas reuniões não se realizavam desde 1614.

Lafayette, um dos Notáveis, aprovou a maior parte das propostas de Calonne, porém não confiava no homem. Acusou Calonne de ter vendido algumas das terras do reino à revelia do rei. Calonne desafiou-o a provar a imputação. Lafayette provou-a,<sup>20</sup> Luís XVI ressentira-se do apelo de Calonne ao povo, passando por cima do governo. Compreendeu, por uma série de descobertas, que Calonne o havia enganado sobre as condições do Tesouro, compreendendo que não podia obter nenhuma cooperação dos *Notables* enquanto Calonne fosse o controlador. Quando Calonne pediu a demissão de seu crítico, o Barão de Breteuil, amigo pessoal de Maria Antonieta, esta aconselhou ao rei que demitisse Breteuil ao invés de Calonne. Cansado com a confusão, o rei acolheu o conselho (8 de abril de 1787). Sabendo que o Parlement de Paris planejava investigar sua administração e seus negócios particulares, Calonne fugiu para a Inglaterra. Em 23 de abril, Luís procurou acalmar os Notáveis prometendo que o governo iria economizar, divulgando as finanças do Estado. Em 1º de maio, ainda mediante conselho da rainha, Luís XVI nomeou um dos Notáveis para chefe do Conselho de Finanças.

### III. LOMÉNIE DE BRIENNE: 1787-88

Era ele o arcebispo de Toulouse, porém um livre-pensador tão notório que os *philosophes* aclamaram seu advento ao poder. Quando, há seis meses, ele foi recomendado para substituir Christophe de Beaumont na sé metropolitana, Luís XVI protestou. "Devemos pelo menos ter um arcebispo de Paris que acredite em Deus."<sup>21</sup> Um de seus maiores feitos de se locupletar na qualidade de ministro das finanças foi o de se transferir para o arcebispado de Sens, muito mais rico do que o de Toulouse. Persuadiu os Notáveis a aprovarem seu plano para levantar oito milhões de francos por

intermédio de empréstimo; mas, quando solicitou consentimento para instituir uma nova lei tributária, eles declararam falta de autoridade para fazê-lo. Vendo que os Notáveis não queriam fazer mais nada, Luís XVI delicadamente dispensou-os (25 de maio de 1787).

Brienne tentou fazer economia pedindo cortes nas despesas de cada departamento. Os chefes departamentais resistiram. O rei não apoiou seu ministro, mas ele próprio reduziu as despesas do palácio em um milhão de francos e a rainha aceitou redução similar (11 de agosto). Brienne teve a coragem de recusar pedidos de dinheiro vindos da corte, dos amigos da rainha, do irmão do rei. Contribuiu para seu crédito o fato de que ele fez aprovar por um *parlement* relutante (janeiro de 1788), enfrentando a oposição da maioria dos prelados, seus colegas, o edito real que estendia os direitos civis aos protestantes.

Não teve sorte em assumir o poder numa época em que as más safras e a concorrência das importações britânicas acarretaram uma recessão econômica que durou até a Revolução. Em agosto de 1787, amotinados famintos em Paris gritavam *slogans* revolucionários, queimando alguns ministros em efígie. “A impressão geral”, observou Arthur Young, em 13 de outubro, “parece ser de que o arcebispo não conseguirá livrar o Estado da gravidade da sua situação atual, (...) que algo extraordinário acontecerá, e a bancarrota não é absolutamente uma idéia absurda.”<sup>22</sup> E, no dia 17: “Uma opinião disseminada em toda parte é que estão nas vésperas de uma grande revolução no governo, (...) uma grande agitação em todas as classes, ansiosas por uma mudança, (...) e uma grande fermentação de liberdade aumenta de hora em hora, desde a Revolução Americana.”<sup>23</sup>

As reformas advogadas por Brienne e Calonne, as quais o Rei aceitara, ainda deviam ser registradas e reconhecidas pelos *parlements*. O Parlamento de Paris concordou em liberar o comércio de grãos e em comutar a *corvée* em um pagamento mensal, porém recusou-se a sancionar o imposto do selo. Em 19 de julho de 1787, enviou a Luís XVI uma declaração no sentido de que “somente à nação, representada pelos Estados-Gerais, compete o direito de conceder ao rei os recursos que sejam comprovadamente indispensáveis”.<sup>24</sup> O povo de Paris aprovou esse pronunciamento, esquecendo que os Estados-Gerais, como era sobejamente sabido na história da França, não passavam de uma instituição feudal, francamente inclinada a favor das classes privilegiadas. Não se esquecendo deste fato, a nobreza da espada aprovou a declaração e, a partir de então, aliou-se aos *parlements* e à *noblesse de robe* na *révolte nobiliaire* que preparava a Revolução. O rei hesitou em convocar os Estados-Gerais, para que eles não terminassem o absolutismo da monarquia Bourbon, estipulando poderes legislativos.

Em agosto de 1787, ele apresentou um edito ao Parlamento estipulando a tributação territorial indistintamente a todas as classes. O Parlamento recusou sancioná-lo. O rei convocou os membros a um *lit de justice* em Versalhes, ordenando a sanção. Ao voltarem a Paris, os membros declararam nula a sanção, pedindo ainda os Estados Gerais. O rei os extraditou para Troyes (14 de agosto). Os *parlements* provinciais levantaram-se em protesto, e um tumulto irrompeu em Paris. Brienne e o rei cederam, e o Parlamento foi reconduzido (24 de setembro) em meio ao júbilo do povo.

O conflito reavivou-se quando o Parlamento negou-se a sancionar a proposta de

Brienne de levantar um empréstimo de 120 milhões de *livres*. O rei convocou uma “sessão real” do Parlamento (11 de novembro de 1787), durante a qual seus ministros apresentaram argumentos para registrar a medida. O Parlamento continuou recusando, e o Duque d’Orléans exclamou: “Majestade, isto é ilegal!” Luís, em um arrojo inusitado, explodiu: “Não faz nenhuma diferença. É legal porque eu quero” — claramente afirmando seu absolutismo. Ordenou fosse o edito aprovado, o que foi feito; mas tão logo saiu do recinto, o duque revogou a votação. Informado do ocorrido Luís exilou o Duque de Orléans para Villers-Cotterêts, enviando dois dos magistrados para a Bastilha (20 de novembro). Em protesto contra essas prisões, assim como outras sem julgamento, o Parlamento enviou “admoestações” ao rei (11 de março de 1788) as quais continham palavras que agradaram tanto a nobres como o povo: “Atos arbitrários violam direitos irremovíveis.(...) Os reis governam ou por conquista ou pela lei.(...) A nação pede a Sua Majestade o maior bem que um rei pode conceder a seus súditos — liberdade.”<sup>25</sup>

O ministério julgou poder acalmar o Parlamento cedendo ao seu pedido de publicar as receitas e despesas do governo. Esse fato agravou a situação ao ser revelado um déficit de 160 milhões de *livres*. Os banqueiros recusaram-se a emprestar mais ao Estado, a menos que o Parlamento sancionasse a dívida. O Parlamento declarou solenemente que não o faria. Em 3 de maio de 1788, publicou uma “Declaração dos Direitos” que lembrava a Luís XVI e aos seus ministros que a França era “uma monarquia governada pelo rei, de acordo com as leis”, e que o Parlamento não devia abandonar suas antigas prerrogativas para registrar editos reais antes dos mesmos se tornarem leis. Novamente reivindicava Estados Gerais. Os ministros ordenaram a prisão de dois líderes parlamentares, d’Éprêmesnil e Goislard (4 de maio). O fato ocorreu em meio a uma absoluta confusão no recinto e raivosos protestos na rua. Em 8 de maio, Brienne anunciou a intenção do governo de instituir novos tribunais, dirigidos por uma *Cour Plénière*, a única que doravante teria poderes para sancionar os editos reais. O *parlements* ficariam restritos a funções puramente jurídicas, e toda a estrutura da legislação francesa seria reformada. Entrementes, o Parlamento foi “declarado em férias” — na realidade, impedido de operar.

O Parlamento apelou para a nobreza, para o clero e para os *parlements* provinciais. Todos correram a auxiliá-lo. Duques e pares do reino protestaram junto ao rei contra a revogação dos tradicionais direitos do Parlamento. Uma assembléia do clero (15 de junho) condenou a Nova Corte Plenária, reduziu suas “dídivas gratuitas” de uma média de doze milhões de *livres*, para 1.800.000, recusando qualquer auxílio posterior até que o Parlamento fosse restabelecido.<sup>26</sup> Um por um, os *parlements* provinciais levantaram-se contra o rei. O Parlamento de Pau (capital de Béarn) declarou que não sancionaria nenhum dos editos rejeitados pelo Parlamento de Paris. E quando houve ameaças de empregar força contra os magistrados, o povo pegou em armas para protegê-los. O Parlamento de Rouen (capital da Normandia) denunciou como traidores os ministros do rei, condenando todos aqueles que usassem as novas cortes. O Parlamento de Rennes (capital da Bretanha) emitiu decretos similares. Quando o governo enviou tropas para exonerá-lo foram enfrentadas pelos remanescentes da nobreza local.<sup>27</sup> Em Grenoble (capital do Delfinado) quando o comandante militar proclamou um edito real dissolvendo o *parlement* local, a população da cidade, reforçada pelos

camponeses convocados pelo sino de alarme, investiram contra as tropas, atirando-lhes as telhas arrancadas dos telhados, obrigando o comandante a retirar o edito sob pena de ser enforcado no lampadário (7 de junho de 1787, a "*Journée des Tuiles*" — o Dia das Telhas). Contudo, os magistrados obedeceram à ordem do rei de seguirem para o exílio.

A reação da comunidade de Grenoble tornou-se histórica. Os nobres, o clero e o povo resolveram restabelecer os antigos Estados do Delfinado numa reunião em 21 de julho. Desde que o Terceiro Estado obteve a vitória no "Dia das Telhas" foi-lhe concedida representação igual à das duas outras ordens juntas, ficando resolvido que na nova assembléia o voto seria individual e não por classes. Tais acordos constituíram precedentes que desempenharam um papel na organização dos Estados-Gerais nacionais. Proibidos de se reunirem em Grenoble, os Estados no Delfinado reuniam-se em Vizille, distante alguns quilômetros, e ali, sob a liderança de um jovem advogado, Jean-Joseph Mounier, e um jovem orador, Antoine Barnave, os quinhentos deputados elaboraram resoluções (agosto, 1788) apoiando o direito de sanção dos *parlements*, pedindo a abolição das *lettres de cachet*, exigindo os Estados-Gerais e jurando nunca consentir na criação de novos impostos, a menos que um Estado-Geral os sancionasse. Aqui estava o início de uma Revolução Francesa: uma província inteira desafiava o rei, declarando-se a favor de uma monarquia constitucional.

Vencido por uma revolta quase em toda a nação contra a autoridade real, Luís XVI rendeu-se, decidido a convocar um Estado-Geral. Entretanto, como 174 anos eram passados desde a última reunião desse órgão, e o crescimento do Terceiro Estado tornou impossível usar a mesma norma de ação, Luís XVI fez ao povo (5 de julho de 1788) um extraordinário apelo como uma ordem do Conselho Real:

Sua Majestade esforçar-se-á para aproximar antigas práticas, mas quando essas não se podem determinar ele deseja contrabalançar a deficiência certificando-se da vontade de seus súditos. (...) Conseqüentemente, resolveu o rei determinar que todas as pesquisas possíveis relativas ao assunto supramencionado sejam feitas nos depósitos de todas as províncias; que o resultado dessa pesquisa seja transmitido aos estados provinciais e às assembléias, (...) as quais, por seu lado, notificarão sua Majestade sobre seus desejos, (...) e Sua Majestade convidará todos os intelectuais e pessoas cultas de seu reino (...) para dirigirem ao Guardador dos Selos todas as informações e memorandos relacionados com os assuntos contidos no presente decreto.<sup>28</sup>

Em 8 de agosto, Luís XVI convocou as três classes da França para enviarem deputados aos Estados-Gerais que se reuniriam em Versalhes em 1º de maio de 1789. No mesmo dia, suspendeu a *Cour Plénière*, que logo saiu da história. A 16 de agosto, o governo reconheceu oficialmente a bancarrota ao anunciar que até 31 de dezembro de 1789, as obrigações do Estado não seriam todas pagas em moeda, mas uma parte em papel, que todos os cidadãos deveriam aceitar como pagamento legal. Em 25 de agosto, Brienne renunciou, repleto de favores e de riqueza, enquanto o povo de Paris queimava-o em efígie. Retirou-se para a sua rica sé de Sens e lá, em 1794, matou-se.



## IV. NECKER DE VOLTA: 1788-89

O rei, embora relutante, pediu a Necker para voltar ao governo (25 de agosto). Deu-lhe o título de secretário de Estado e um assento no Conselho Real. Todo mundo, da rainha ao clero, dos banqueiros ao povo, aplaudiu a nomeação. A multidão reuniu-se no pátio do Palácio de Versalhes para dar-lhe as boas-vindas. Saindo do palácio, Necker a todos se dirigiu nesses termos: "Sim, meus filhos, eu fico. Acalmem-se." Alguns puseram-se de joelhos, beijando-lhe as mãos.<sup>29</sup> Necker chorou, à maneira da época.

A desordem era tão grande na administração, nas ruas e nos espíritos público e administrativo, chegando quase a uma desintegração política, que o melhor que Necker tinha a fazer era manter a estabilidade até a convocação dos Estados-Gerais. Num gesto para restabelecer a confiança, depositou no tesouro dois milhões de francos de seu próprio bolso, assegurando que sua fortuna pessoal constituía uma garantia parcial nos compromissos do governo.<sup>30</sup> Revogou a ordem anterior de 16 de agosto, que dispunha sobre os acionistas receberem papel em vez de moeda. Os títulos governamentais subiram trinta por cento no mercado. Os banqueiros adiantaram fundos suficientes ao tesouro para superar a crise por um ano.

Aconselhado por Necker, o rei convocou novamente o Parlamento (23 de setembro). Inebriado com o seu triunfo, este último cometeu o erro de declarar que os próximos Estados-Gerais deveriam operar como em 1614 — participando na qualidade de classes separadas e votando em unidades compondo um todo, o que reduziria automaticamente o Terceiro Estado a uma incapacidade política. O público em geral, que acreditara na reivindicação do Parlamento de estar defendendo a liberdade contra a tirania, percebeu que a liberdade pretendida era a das duas classes privilegiadas para dominar o rei. O Parlamento, ao se colocar ao lado do regime feudal, traiu o apoio da poderosa classe média, cessando, por conseguinte, de representar um fator para contornar os acontecimentos. A *révolte nobiliaire* demonstrara seus limites e seguiu seu curso, cedendo então o lugar para a revolução da burguesia.

A tarefa de Necker tornou-se mais pesada pela seca de 1788, seguida de tempestades de granizo que arruinaram as safras. O inverno de 1788-89 foi um dos mais rigorosos na história da França. Em Paris o termômetro desceu a dezoito graus negativos. O Sena congelou de Paris ao Havre. O pão aumentou de nove *sous*, em agosto de 1788, para quatorze, em fevereiro de 1789. A alta classe fez o que pôde para minorar o sofrimento. Alguns nobres, como o Duque de Orléans, gastaram centenas de milhares de *livres* na alimentação e agasalhos para os pobres. O arcebispo deu quatrocentas mil *livres*. Um mosteiro alimentou 1.200 pessoas diariamente durante seis semanas.<sup>31</sup> Necker proibiu a exportação de grãos, importando-os no valor de setenta milhões de *livres*. Impediu-se a fome. Ele deixou a seus sucessores ou aos Estados-Gerais a tarefa de reembolsar todos os empréstimos que havia efetuado.

Naquele meio tempo, convenceu o rei, contra a recomendação dos nobres, a decretar (27 de dezembro de 1788) que na próxima eleição dos Estados-Gerais o número de deputados do Terceiro Estado deveria ser igual ao dos outros estados. Em 24 de junho de 1789, enviou a todos os distritos uma convocação para a eleição de deputado. No Terceiro Estado, qualquer francês acima de 24 anos, que pagasse qualquer

imposto, tinha direito — sendo até obrigado — a votar. De modo que todos os homens que tivessem uma ocupação, homens de negócios e de corporações estavam nessa situação. Na verdade, todo o povo, com exceção dos mendigos e dos agricultores mais pobres, tinha direito a voto.<sup>32</sup> Os candidatos aceitos reuniam-se numa comissão eleitoral a fim de escolher um deputado para o distrito. No Primeiro Estado todos os padres ou prelados, todos os conventos ou mosteiros votavam para um representante à assembleia eleitoral do distrito. Arcebispos, bispos e abades eram membros *ex officio* dessa assembleia. Esta escolhia um deputado eclesiástico aos Estados-Gerais. No Segundo Estado qualquer nobre acima de 24 anos era automaticamente membro da assembleia eleitoral, a qual escolhia um deputado para representar a nobreza de seu distrito. Em Paris somente aqueles que pagavam um imposto de capitação de seis ou mais *livres* tinham direito a voto. Desses, a metade do proletariado ficava de fora.<sup>33</sup>

Cada assembleia eleitoral dessas três classes devia, por disposição governamental, elaborar um *cahier des plaintes et doléances* — um relatório de queixas e reclamações — para orientação do deputado por ela escolhido. Esses *cahiers* distritais eram sintetizados, para cada uma das classes, em *cahiers* provinciais, sendo submetidos ao rei, na íntegra ou em resumos. Os *cahiers* de todas as classes foram unânimes na condenação do absolutismo, e na reivindicação de uma monarquia constitucional, na qual as prerrogativas do rei e de seus ministros seriam restritas por lei, e por uma assembleia eleita por toda a nação que se reuniria periodicamente e a qual somente cabia autorizar a votação de novos impostos e sancionar novas leis. Todos os deputados receberam instruções para não votarem fundos para o governo até que a constituição estivesse assegurada. Todas as classes denunciaram a incompetência financeira do governo, os males do imposto indireto, e as excessivas prerrogativas do poder real, tais como as *lettres de cachet*. Todos pediam julgamentos pelos tribunais do júri, sigilo de correspondência, e os nobres reivindicavam restabelecimento de suas prerrogativas anteriores a Richelieu, o clero e a burguesia pediam liberdade de qualquer interferência do Estado, os camponeses isenção dos impostos extorsivos e dos tributos feudais. Em princípio, todos aceitavam igualdade de tributação para qualquer propriedade. Todos expressavam lealdade ao rei, mas ninguém mencionava seu “direito divino” de reinar.<sup>34</sup> Isso, no consenso geral, estava morto.

Os *cahiers* dos nobres estipulavam que nos Estados-Gerais cada uma das classes devia reunir-se em separado e votar como uma classe uniforme. Os *cahiers* do clero rejeitavam a tolerância, pedindo a revogação dos direitos civis recentemente concedidos aos protestantes. Alguns *cahiers* sugeriam que a maior parte dos dízimos devia ficar com as paróquias, e que todos os padres tivessem acesso a posições hierárquicas. Quase todos os *cahiers* eclesiásticos deploravam a imoralidade da arte, literatura e teatro da época. Atribuíam esse exagero à excessiva liberdade da imprensa, pleiteando o exclusivo controle da educação pelo clero católico.

Os *cahiers* do Terceiro Estado expressavam principalmente os pontos de vista da classe média e dos camponeses proprietários. Pleiteavam a extinção dos tributos feudais e dos impostos sobre transportes. Pediam que as carreiras fossem franqueadas à inteligência de qualquer classe e de qualquer posto. Condenavam a riqueza da igreja e a dispendiosa ociosidade dos monges. Um dos *cahiers* sugeria que para fazer face

aos déficits o rei deveria vender todas as terras e arrendamentos do clero, um outro propunha o confisco de todas as propriedades monásticas.<sup>35</sup> Muitos queixavam-se da devastação das fazendas pelos animais e as caçadas dos nobres. Pediam educação gratuita para todos, reforma de hospitais e prisões, total extinção da servidão e do tráfico de escravos. Um *cabier* típico dos camponeses afirmava: "Somos o principal sustentáculo do trono, o verdadeiro esteio do exército. (...) Somos a fonte da riqueza para os outros, e ainda assim permanecemos na pobreza."<sup>36</sup>

No todo, essa eleição dos Estados-Gerais foi um ativo e generoso momento na história da França. Por um instante, quase que a França dos Bourbons tornava-se uma democracia, provavelmente com maior proporção de eleitores que vão às urnas numa eleição americana dos nossos dias. Foi uma bela eleição, não tão desordeira como era de esperar em operação tão nova. Aparentemente, foi mais isenta de corrupção do que muitas eleições ocorridas recentemente na Europa.<sup>37</sup> No que nos é dado saber, nunca anteriormente havia um governo feito convite tão amplo a seu povo para instruí-lo na maneira de proceder e para comunicar-lhe suas queixas e seus desejos. Tomados em conjunto, esses *cabiers* davam ao governo uma percepção mais completa das condições no país do que jamais o havia feito anteriormente. A França, naquela ocasião, tivera o material para as qualidades de estadista, pois havia livremente escolhido os melhores homens, de todas as classes, para se encontrarem com um rei que fizera ousadas aberturas rumo a uma mudança. A França estava cheia de esperanças quando esses homens, de todas as partes do mundo, encaminharam-se rumo a Paris e Versalhes.

#### V. ENTRA MIRABEAU

Um deles era um nobre eleito pelo povo de Aix-en-Provence e Marselha. Diferente em virtude de sua dupla e anômala dignidade, Honoré-Gabriel-Victor Riqueti, Conde de Mirabeau, feio e fascinante, tornou-se personalidade dominante da Revolução a partir de sua chegada em Paris (abril de 1789) até sua morte prematura (1791).

Já celebramos seu pai — Victor Riqueti, Marquês de Mirabeau — na qualidade de fisiocrata e "Amigo do Homem", isto é, de todo mundo, com exceção de sua mulher e filhos. Vauvenargues descreveu esse "Ami de l'homme" como "um temperamento ardente e melancólico, mais orgulhoso e irrequieto do que o mar, com soberana e insaciável tendência para o prazer, o estudo, e a glória".<sup>38</sup> O marquês admitiu todas essas observações, acrescentando que "imoralidade era para ele uma segunda natureza". Aos 28 anos resolveu descobrir se uma mulher era o suficiente. Pediu a mão de Marie de Vessan, a quem jamais vira, mas que era herdeira de grande fortuna. Depois do casamento, descobriu que ela era uma megera desarrumada e incompetente. Contudo, em onze anos deu-lhe ela onze filhos, dos quais cinco sobreviveram. Em 1760, o marquês foi preso no Castelo de Vincennes por escritos sediciosos, porém libertado uma semana depois. Em 1762, sua mulher abandonou-o, voltando para a casa da mãe.

Honoré-Gabriel, o filho mais velho, cresceu no meio desse drama doméstico. Uma de suas avós morrera louca, e uma irmã e um irmão eram sujeitos a ocasionais acessos de insânia. É de admirar que o próprio Gabriel, sofrendo tantas calamidades, não

ficasse doido. Quando nasceu, já tinha dois dentes, como um aviso ao mundo. Aos três anos, teve varíola, que lhe deixou o rosto com cicatrizes e buracos como um campo de batalha. Era um menino exuberante, belicoso e voluntarioso. Seu pai, que era exuberante, belicoso e voluntarioso, batia-lhe freqüentemente, produzindo ódio no filho. O marquês, para ver-se livre dele, mandou-o, aos quinze anos (1764), para uma academia militar em Paris. Ali Gabriel aprendeu matemática, alemão e inglês, lendo avidamente, penetrado de paixão pelas realizações. Leu Voltaire, perdendo a religião, e Rousseau, aprendendo a sensibilizar-se com a sorte do povo. No exército roubou a amante de seu comandante, engajou-se em duelo, tomou parte na invasão da Córsega pelos franceses, obtendo tantas honrarias por feitos de bravura que seu pai momentaneamente o amou.

Com 23 anos casou-se, francamente por dinheiro, com Émilie de Marignac, que esperava herdar quinhentos mil francos. Deu-lhe um filho e tomou um amante. Ele descobriu a infidelidade da mulher, ocultou a sua própria e perdoou-a. Brigou com M. de Villeneuve, quebrou-lhe um guarda-chuva nas costas, sendo acusado de desejar matá-lo. A fim de que ele escapasse à prisão, seu pai obteve uma *lettre de cachet* com a qual Gabriel foi compulsoriamente confinado no castelo de If, uma ilha na costa de Marselha. Pediu a sua mulher para ficar com ele. Ela recusou. Trocaram cartas cada vez mais cheias de ódio, até que ele deu-lhe “adeus para sempre” (14 de dezembro de 1774). Entrementes, consolou-se dormindo uma vez por outra com a mulher do comandante do *château*.

Em maio de 1775, por interferência de seu pai, foi transferido para uma prisão mais branda, no Castelo de Joux, nas proximidades de Pontarlier e da fronteira suíça. Seu carcereiro, M. de Saint-Mauris, convidou-o a uma festa, na qual encontrou-se com Sophie de Ruffey, de dezenove anos, mulher do Marquês de Monnier, que tinha setenta. Achou Mirabeau melhor do que o marido. Seu rosto repelia, seu cabelo parecia algodão, o nariz era chato, mas seus olhos eram chamejantes, a disposição ardente, e podia conquistar qualquer mulher com sua prosa. Sophie entregou-se totalmente a ele. Mirabeau fugiu de Pontarlier, foi para Thonon, na Savóia, ali seduzindo uma prima. Em agosto de 1776, Sophie foi ter com ele em Verrières, na Suíça, porque, disse ela, “viver separada dele era morrer mil vezes por dia”.<sup>39</sup> Então, jurou “Gabriel ou a morte!” Propôs a ele trabalhar, porque Gabriel não tinha vintém.

Foi com ela para Amsterdam, onde o editor de Rousseau, Marc Rey, contratou-o como tradutor. Sophie trabalhou como amanuense e ensinando italiano. Mirabeau escreveu alguns pequenos trabalhos, e em um deles menciona seu pai: “Ele prega a virtude, a bondade e a frugalidade, enquanto é o pior dos maridos e o mais perdulário dos pais.”<sup>40</sup> Mirabeau *père* julgou o fato uma falta de ética. Juntamente com os pais de Sophie, arranjou a extradição do casal da Holanda. Foram presos (14 de maio de 1777) e levados para Paris. Falhando na tentativa de suicídio, Sophie foi mandada para uma casa de correção. Furioso, Gabriel foi encarcerado no Château de Vincennes, seguindo os passos de seu pai e de Diderot. Definiu ali 42 meses. Após dois anos, permitiram-lhe ter livros, papel, pena e tinta. A Sophie enviou cartas de apaixonada devoção. Em 7 de janeiro, ela deu à luz uma filha, presumivelmente dele. Em junho, mãe e filha foram transferidas para um convento em Gien, perto de Orléans.

Mirabeau apelou para o pai perdoá-lo e conseguir sua libertação. “Deixe-me ver o sol”, suplicou, “deixe-me respirar um ar puro, deixe-me ver o rosto de meus semelhantes! Nada vejo senão paredes escuras. Meu pai, morrerei das torturas da nefrite”.<sup>41</sup> Para minorar seu sofrimento, ganhar dinheiro para Sophie e não enlouquecer, escreveu vários livros, alguns eróticos. Mais importantes foi *Lettres de cachet*, que descrevia as injustiças da prisão sem uma ordem e detenção sem julgamento, clamando por uma reforma das prisões e da respectiva legislação. Publicado em 1782, o pequeno volume emocionou Luís XVI e em 1784 ordenou a soltura de todos os prisioneiros de Vincennes.<sup>42</sup>

Os carcereiros de Mirabeau compadecendo-se dele, permitiram que, depois de novembro de 1779, ele desse uns passeios pelos jardins do castelo e falasse com visitantes. Em um desses passeios, encontrou escape para sua superabundante energia sexual.<sup>43</sup> Seu pai concordou em obter sua libertação se ele se desculpasse junto à mulher e continuasse a morar com ela, porque o velho marquês estava ansioso para ter um neto a fim de continuar o nome. Gabriel escreveu à mulher pedindo perdão. Em 13 de dezembro de 1780, foi solto sob a proteção do pai, que o convidou para a mansão paterna em Le Bignon. Mirabeau tinha alguns conhecimentos em Paris e visitou Sophie no convento. Parece que lhe disse sua resolução de voltar para a esposa. Em seguida, foi a Le Bignon, encantando seu pai. Sophie recebeu dinheiro do marido, mudou-se para uma casa nas proximidades do convento, meteu-se em obras de caridade e aceitou a proposta de casamento de um ex-capitão de cavalaria. Ele morreu antes do casamento e, no dia seguinte (9 de setembro de 1789), Sophie matou-se.<sup>44</sup>

A mulher de Mirabeau recusou-se recebê-lo. Este moveu-lhe ação por abandono. Ele perdeu, porém surpreendeu amigos e inimigos com a eloquência com que pleiteou, durante cinco horas, a sua própria causa inadmissível. Seu pai deserdou-o. Ele acionou-o, obtendo uma pensão de três mil francos anuais. Contraiu empréstimo, vivendo suntuosamente. Em 1784, tomou outra amante, Henriette de Nehra. Com ela foi para a Inglaterra e Alemanha (1785-87). Pelo caminho teve ligações esporádicas, as quais Henriette perdoou, argumentando: “Se uma mulher lhe dá a mínima entrada, ele logo pega fogo.”<sup>45</sup> Encontrou-se com Frederico II duas vezes, aprendendo o suficiente sobre a Prússia para escrever (com material fornecido por um major prussiano) o livro *De la Monarchie prussienne* (1788). Dedicou-o a seu pai, que o descreveu “como uma compilação enorme de um louco artesão”. Colonne encarregou-o de enviar alguns despachos secretos sobre assuntos da Alemanha. Ele mandou setenta, que surpreenderam o ministro pela agudeza da percepção e estilo incisivo.

De volta a Paris, percebeu que o descontentamento aproximava-se do ardor revolucionário. Em carta ao Ministro Montmorin alertou que, a menos que sejam convocados os Estados-Gerais até 1789, haveria uma revolução. “Pergunto-lhe se o senhor avaliou a convulsiva energia da fome agindo sobre o gênio do desespero. Pergunto quem ousará responsabilizar-se pela segurança de todos que rodeiam o trono, a do próprio rei?”<sup>46</sup> Ele foi agarrado pela agitação e arrastado pela correnteza. Efetuou uma tênue reconciliação com o pai (que morreu em 1789), apresentando-se, em Aix-en-Provence, candidato aos Estados-Gerais. Pediu aos nobres do distrito para apoiá-lo. Eles recusaram-se. Dirigiu-se ao Terceiro Estado, que o acolheu. Então, largou seu casulo conservador e alçou o vôo do democrata. “Os direitos soberanos estão unica-

mente (...) com o povo. O soberano (...) pode não mais do que o primeiro magistrado do povo.”<sup>47</sup> Desejava conservar a monarquia, mas somente como uma proteção do povo contra a aristocracia. Entrementes, insistia para que todo adulto do sexo masculino fosse eleitor.<sup>48</sup> Em discurso nos Estados da Provença ameaçou as classes privilegiadas com greve: “Tomem cuidado, não desdenhem este povo, que produz tudo. Este povo que, para ser formidável, necessita ter estabilidade.”<sup>49</sup>

Um motim por causa de pão estourou em Marselha (março de 1789). As autoridades mandaram chamar Mirabeau a fim de acalmar o povo, pois sabiam de sua popularidade. A turba formou uma multidão de 120 mil para aclamá-lo.<sup>50</sup> Ele organizou uma patrulha para evitar violência. Em um *avis au peuple marseillais*, aconselhou-os a esperar pacientemente até que os Estados-Gerais tivessem tempo de estabelecer um equilíbrio entre os produtores que desejavam preços altos e os consumidores querendo os baixos. Pelos mesmos meios persuasivos acalmou um levante em Aix. Tanto Aix como Marselha escolheram-no como seu deputado. Mirabeau agradeceu a seus eleitores, decidindo representar Aix. Em abril de 1789, seguiu para Paris e os Estados-Gerais.

#### VI. O ÚLTIMO ENSAIO: 1789

Passou por um país que enfrentava a fome e ensaiava uma revolução. Em diversos distritos, na primavera de 1789, havia reiteradas revoltas contra os impostos e o custo do pão. Em Lyon, o povo invadiu os escritórios dos fiscais do imposto e destruiu os registros. Em Agde, nas proximidades de Montpellier, a turba ameaçou uma pilhagem geral se os preços dos gêneros não fossem baixados, o que aconteceu. As aldeias, temendo a escassez de cereais, impediram pela força a exportação do grão de seus distritos. Alguns camponeses falavam em queimar todos os *châteaux* e matar os *seigneurs* (maio de 1789).<sup>51</sup> Em Montlhéry, as mulheres, ouvindo que o preço do pão havia subido, conduziram uma multidão aos celeiros e padarias e apossaram-se de todo o pão e farinha disponíveis. Cenas idênticas ocorreram em Bray-sur-Seine, Baguols, Amiens, em quase toda a França. De cidade em cidade, todos os oradores sublevavam o povo, dizendo-lhe que o rei protelava todos os pagamentos de impostos.<sup>52</sup> Um comentário correu através da Provença, em março e abril, que o “melhor dos reis deseja igualdade de tributos. Que não haverá mais nem bispos, nem senhores, nem dízimos, nem aluguéis, títulos ou honrarias”.<sup>53</sup> Depois de 1º de abril de 1789, o pagamento dos tributos feudais não foram mais pagos. A renúncia “voluntária” desses tributos pelos nobres em 4 de agosto não foi um ato de auto-sacrifício mas o reconhecimento de um fato consumado.

Em Paris, a excitação crescia à medida que se aproximava a reunião dos Estados-Gerais. Panfletos brotavam da imprensa, os oradores discursavam nos cafés e nos clubes. O panfleto mais famoso e convincente da história surgiu em janeiro de 1789, escrito pelo livre-pensador Abade Emmanuel-Joseph Siyès, vigário-geral da diocese de Chartres. Chamfort escrevera: “*Qu'est-ce que le Tiers état? — Tout. Qu'a-t-il? — Rien.*” (O que é o Terceiro Estado? Tudo. O que possui ele? Nada.)

Siyès transformou este explosivo epigrama num título imponente, reduzindo-o a três perguntas que em pouco tempo toda a França estava fazendo:

O que é o Terceiro Estado? Tudo.  
O que tem sido, até o presente, na ordem política? Nada.  
O que pede ele? Tornar-se alguma coisa.<sup>54</sup>

Dos 26 milhões de franceses, salientava Sieyès, pelo menos 25 milhões pertenciam ao Terceiro Estado — leigo, sem título. Na verdade, o Terceiro Estado era a nação. Se nos Estados-Gerais as outras classes se recusarem a sentar com ele, o Terceiro Estado justificar-se-ia constituindo-se em uma "Assemblée Nationale". Esta frase ficou.

A fome era ainda mais eloqüente do que as palavras. Como os postos de assistência haviam sido distribuídos em Paris, pelo clero e pelos ricos, os mendigos e criminosos vinham em bando do interior para comer e para se arriscar em atos de desespero, já que nada mais tinham a perder. Aqui e ali a população agia por suas próprias mãos, ameaçando enforcar no poste mais próximo qualquer comerciante que estivesse ocultando cereais ou vendendo-os a preços muito altos. Às vezes paravam e saqueavam comboios de cereais antes que chegassem ao mercado, ou invadiam os mercados tomando à força e sem pagar os cereais que os camponeses haviam trazido para vender.<sup>55</sup> Em 23 de abril, Necker publicou um decreto, através do Conselho Real, autorizando os juízes e a polícia a inventariar os celeiros particulares, compelindo-os a remeterem seus cereais aos mercados, nos locais em que havia falta de pão, mas esta ordem foi negligentemente cumprida. Este o quadro de Paris na primavera.

Nessas turbas amotinadas, o Duque de Orléans viu um possível instrumento para suas ambições. Era o bisneto daquele Filipe d'Orléans que havia sido regente da França (1715-23). Nascido em 1747, denominado Duque de Chartres aos cinco anos, casou-se aos 22 com Louise-Marie de Bourbon-Penthièvre, cuja fortuna tornou-o o homem mais rico da França.<sup>56</sup> Em 1785, herdou o título de Duque d'Orléans. Depois de 1789, em virtude de sua defesa das causas populares, ficou conhecido como Filipe Égalité. Já o vimos desafiando o rei do Parlamento e exilado em Villers-Cotterêts. Muito breve, de volta a Paris, resolveu tornar-se o ídolo do povo, na esperança de ser escolhido para suceder a seu primo Luís XVI, no caso do atormentado rei abdicar ou ser deposto. Beneficiou o povo, recomendou a nacionalização da propriedade eclesiástica<sup>57</sup> e franqueou ao público o jardim e alguns aposentos do seu palácio real no coração de Paris. Possuía a graça de um generoso aristocrata e a moral de seu ancestral, o regente. Mme. de Genlis, governanta de seus filhos, servia-lhe de ligação com Mirabeau, Condorcet, Lafayette, Talleyrand, Lavoisier, Volney, Sieyès, Desmoulins e Danton. Seus companheiros da maçonaria deram-lhe substancial apoio.<sup>58</sup> O romancista Choderlos de Laclos, seu secretário, atuou, na qualidade de seu agente, na organização de manifestações públicas e revoltas. Nos jardins, cafés, casas de jogo e bordéis, nas proximidades de seu palácio, os panfletários trocavam e faziam planos. Trezentas pessoas, de todas as classes, compartilhavam da agitação do momento. O Palais-Royal, nome empregado para designar todo esse complexo, tornou-se o eixo da Revolução.

Alega-se e talvez seja provável, mas não é certo, que o dinheiro do duque e a atividade de Choderlos de Laclos desempenharam papel importante na organização do ataque à fábrica Réveillon, na Rue St. Antoine. Réveillon estava liderando sua própria revolução, substituindo a pintura de parede e a tapeçaria por papel velino pintado por artistas segundo uma técnica inventada por ele e que produziu o que um inglês, autoridade no assunto, declarou constituir "inquestionavelmente o mais belo papel

de parede jamais feito''.<sup>59</sup> Empregava em sua fábrica 1.300 homens, cujo salário mínimo era 25 *sous* (\$1,56?) por dia.<sup>60</sup> Em uma reunião da assembléia eleitoral de Ste. Marguerite, sobreveio uma discussão entre eleitores da classe média e os trabalhadores. Temiam que houvesse um corte nos salários<sup>61</sup> e divulgou-se a notícia falsa<sup>62</sup> de que Réveillon teria dito: "Um trabalhador com mulher e filhos pode viver com quinze *sous* diários." Em 27 de abril, uma multidão reuniu-se diante da casa do industrial e, não podendo encontrá-lo, queimaram-no simbolicamente. No dia 28, reforçados e armados, invadiram sua casa, saquearam-na, fizeram fogueiras de mobília, beberam os vinhos de sua adega, apropriando-se do dinheiro e das pratas. Os amotinados entraram na fábrica e a pilharam. Tropas foram chamadas. Eles defenderam-se em batalha que durou várias horas. Doze soldados e mais de duzentos desordeiros morreram. Réveillon fechou a fábrica e mudou-se para a Inglaterra.

Esta era a disposição de ânimo de Paris quando os deputados eleitos e seus suplentes chegaram para os Estados-Gerais em Versalhes.

#### VII. OS ESTADOS-GERAIS: 1789

No dia 4 de maio, os deputados encaminharam-se, em majestoso desfile, para assistir à missa na igreja de São Luís. O clero de Versalhes ia na frente, depois os nobres delegados, com roupas coloridas e plumas. Em seguida, os deputados eclesiásticos e, no fim, o rei e a rainha, rodeados pela família real. Os moradores da cidade encheram as ruas, as varandas e os telhados. Aplaudiram os deputados, plebeus, o rei e o Duque d'Orléans, recebendo em silêncio os nobres, o clero e a rainha. Durante aquele dia todos se mostravam contentes (exceto a rainha), porque aquilo que tantos haviam almejado estava acontecendo. Muitos, até entre os nobres, choraram ao ver a nação dividida aparentemente unida.

Em 5 de maio, os deputados reuniram-se na imensa Salle des Menus Plaisirs (Sala das Pequenas Diversões) a cerca de quatrocentos metros do palácio real. Ali estavam 612 plebeus, ou pessoas sem título de nobreza, 308 prelados, 285 nobres (inclusive vinte da *noblesse de robe*). Entre os deputados eclesiásticos, dois terços eram de origem plebéia. Muitos desses, mais tarde, juntaram-se aos plebeus, ou pessoas sem título. Quase metade dos deputados do Terceiro Estado eram advogados, cinco por cento profissionais, treze por cento homens de negócios, oito por cento representantes da classe camponesa.<sup>63</sup> Entre os clérigos, destacava-se Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, bispo de Autun, Mirabeau, antecipando a frase de Napoleão sobre "lama em meia de seda", descreveu Talleyrand como "sujeito vil, ganancioso e intrigante, cujas únicas aspirações são lama e dinheiro. Por dinheiro venderia a alma, e agiria certo, pois estaria trocando um monte de esterco por ouro",<sup>64</sup> dito este que não fazia justiça à flexível inteligência de Talleyrand. Entre os nobres encontravam-se muitos que advogavam reformas substanciais: Lafayette, Condorcet, Laly-Tollendal, o Visconde de Noailles, os duques de Orléans, d'Aiguillon, e de La Rochefoucauld-Liancourt. Muitos dentre esses aliaram-se a Sieyès, Mirabeau e outros deputados do Terceiro Estado, a fim de formar Les Trentes, "Sociedade dos Trinta", cuja atribuição era a organização de grupos para a efetivação de medidas liberais. Proeminentes



na delegação do Terceiro Estado estavam Mirabeau, Sieyès, Mounier, Barnave, Jean Bailly, astrônomo, e Maximilien Robespierre. No todo, aquela foi a mais ilustre assembléia política nos anais da França, talvez de toda a história moderna. Os espíritos generosos em toda a Europa consideravam aquela agremiação capaz de erigir um padrão ao qual os oprimidos de todas as nações poderiam recorrer.

O Rei abriu a sessão inaugural com um breve discurso no qual francamente confessava a situação difícil em que se encontrava o governo, e atribuindo este fato a uma "guerra dispendiosa, porém honrosa", pedindo "aumento dos impostos", e lastimando "o exagerado desejo de renovação". Necker veio depois com um discurso de três horas, admitindo um déficit de 56.150.000 *livres* (na verdade, eram 150.000.000), e solicitando a sanção para um empréstimo de 80.000.000 de *livres*. Aos deputados desagradou a elaboração das estatísticas, porque muitos esperavam que o liberal ministro expusesse um programa de reformas.

A luta de classes principiou no dia seguinte, quando os nobres e os eclesiásticos dirigiram-se para salas separadas. O público, em geral, estava então forçando a entrada na Salle des Menus Plaisirs. Principiaram logo a influenciar os votos por sua vigorosa — e usualmente, organizada — expressão de aprovação ou desaprovação. O Terceiro Estado negou-se a reconhecer uma sala separada. Esperou resolutamente que os outros estados a ele se juntassem e votassem, homem por homem. Os nobres responderam que a votação por classes — cada classe um voto — constituía parte inalterável da constituição monárquica. Fundir as três classes em uma só classe e permitir o voto individual em uma assembléia na qual o Terceiro Estado já era metade do total, e poderia facilmente conquistar algum apoio entre o clero inferior, seria subordinar a inteligência e o caráter da França a um mero número da imposição burguesa. Os delegados do clero, divididos entre conservadores e liberais, não tomaram posição, aguardando que fossem guiados pelos acontecimentos. Um mês se passou.

Nesse meio tempo, o preço do pão continuou a subir, apesar das tentativas de Necker para regulamentá-lo, e o perigo da violência por parte do público aumentava. Continuava a inundação de panfletos. Arthur Young escreveu em 9 de junho:

O negócio em incrível expansão atualmente nas lojas de Paris é o panfleto. Fui ao Palais Royal a fim de ver quais eram as novas publicações e obter um catálogo de todas. A cada hora surge algo novo. Saíram hoje trinta, dezesseis ontem, noventa e dois a semana passada. (...) Noventa e cinco por cento dessas produções são em favor da liberdade, e em geral violentamente contra o clero e a nobreza. Não há nenhuma resposta a essas acusações.<sup>65</sup>

Em 10 de junho os deputados do Terceiro Estado enviaram um comitê aos nobres e ao clero, convidando-os novamente a uma reunião conjunta, declarando que se as outras ordens continuavam a se reunir em separado, o Terceiro Estado principiaria a legislar para a nação sem o auxílio deles. A rutura dos debates em favor de uma determinação coletiva ocorreu em 14 de junho, quando nove padres das paróquias passaram-se para os comuns. Naquele dia, o Terceiro Estado elegeu Bailly seu presidente, organizando-se para deliberar e legislar. No dia 15, Sieyès declarou que, de vez que os delegados da Salle des Menus Plaisirs representavam 96 por cento da nação, eles deviam chamar-se "Assembléia dos Reconhecidos e Comprovados Represen-

tantes da Nação Francesa.” Mirabeau julgou o termo muito amplo, o qual certamente seria rejeitado pelo rei. Em vez de retirá-lo, Sieyès simplificou-o para Assemblée Nationale, e assim foi aceito, em votação de 491 por 89.<sup>66</sup> Esta declaração automaticamente mudou a monarquia absoluta para uma monarquia restrita, terminou com os privilégios das classes altas e, politicamente, constituiu o princípio da Revolução.

Contudo, aceitaria o rei esse rebaixamento de posto? A fim de impeli-lo a aceitar, a Assembléia Nacional decretou que todos os impostos existentes deveriam ser pagos como anteriormente, até que a Assembléia fosse dissolvida; e que doravante nenhum imposto seria pago, com exceção daqueles autorizados pela Assembléia; que a Assembléia, logo que possível, consideraria as causas e os reparos da escassez de pão; e que após a aceitação de uma nova constituição, a Assembléia assumiria e honraria as dívidas do Estado.

Luís XVI consultou seu Conselho. Necker alertou-o que, a menos que as ordens privilegiadas cedessem, os Estados-Gerais entrariam em colapso, os impostos não seriam pagos, ficando o governo em bancarrota e desprotegido. Alguns ministros protestaram no sentido de que uma votação individual significaria a ditadura do Terceiro Estado e a redução da nobreza à impotência política. Sentindo que seu trono dependia dos nobres e do clero, Luís XVI resolveu resistir à Assembléia Nacional, anunciando que se ia dirigir aos Estados-Gerais em 23 de junho. Derrotado, Necker apresentou sua demissão, mas o rei, sabendo que o público se ressentiria de tal mudança, insistiu para que ele ficasse.

Para a programação da *séance royale*, a Salle des Menus Plaisirs tinha que se preparar para fazer alguns arranjos de ordem material. Ordens nesse sentido foram dadas aos artesãos do palácio, sem notificação à Assembléia. Quando, em 20 de junho, os deputados do Terceiro Estado tentaram entrar na sala, encontraram as portas fechadas e o seu interior ocupado por trabalhadores. Acreditando que o rei estivesse planejando dispensá-los, encaminharam-se para uma quadra de péla nas proximidades (Salle du Jeu de Paume) proferindo um juramento que se tornou histórico:

A Assembléia Nacional, considerando que foi convocada para instituir a constituição do reino, com o intuito de manter os verdadeiros princípios da monarquia, e que nada poderá impedi-la da consecução de suas deliberações em quaisquer lugares a que se vir forçada a estabelecer-se e onde quer que seus membros estejam reunidos, *ali* encontra-se a Assembléia Nacional, a qual decreta que todos os seus membros farão voto solene de não se separarem e de se congregarem novamente sempre que as circunstâncias o exigirem, até que a condição do reino fique estabelecida e consolidada sobre bases sólidas; e que após a efetivação do referido juramento, todos os membros, e cada um individualmente, ratificarão e firmarão esta inabalável resolução.<sup>67</sup>

Todos, com exceção de dois, dos 557 deputados e vinte suplentes presentes, assinaram. Mais 55, inclusive cinco padres, firmaram o documento. Quando a notícia desses acontecimentos chegou a Paris, uma multidão raivosa rodeou o Palais-Royal, jurando defender, a todo custo, a Assembléia Nacional. Em Versalhes, tornou-se perigoso para um nobre ou prelado andar nas ruas. Muitos foram maltratados, e o arcebispo de Paris salvou-se porque prometeu aliar-se à Assembléia. Em 22 de junho, os deputa-

dos juramentados reuniram-se na Igreja de São Luís, juntando-se a eles alguns nobres e 149 dos 308 padres delegados.

Em 23 de junho, os três Estados reuniram-se na Salle des Menus Plaisirs para ouvir o Rei. A sala estava cercada por soldados, e Necker conspicuamente ausente do séquito real. Luís falou brevemente, delegando, em seguida, a um secretário de estado a incumbência de ler sua decisão. Esta rejeitava como ilegal e nula a pretensão dos deputados de se declararem uma Assembléia Nacional. Admitia uma reunião conjunta das três ordens, e votação individual dos assuntos que não invalidasse a estrutura das classes da França. Contudo, nada poderia ser feito para debilitar "os direitos antigos e constitucionais (...) da propriedade, ou os privilégios honoríficos (...) das duas primeiras ordens", e que os assuntos concernentes à religião ou à Igreja tinham de receber aprovação do clero. O rei concedia aos Estados-Gerais o direito de vetar novos impostos e empréstimos; prometia igualdade de tributação se as ordens privilegiadas votassem nesse sentido; estava pronto para receber recomendações relativas às reformas e instituir assembleias provinciais nas quais o voto seria individual. Concorrava em eliminar a *corvée*, *lettres de cachet*, tributos sobre o comércio interno e quaisquer vestígios de escravidão na França. Deu por terminada a sessão com uma breve demonstração de autoridade:

Se me abandonais neste grande empreendimento, trabalharei sozinho para o bem-estar de meu povo. (...) Considerar-me-ei o seu único e verdadeiro representante. (...) Nenhum de vossos planos ou normas poderá tornar-se lei sem minha expressa aprovação. (...) Ordeno-vos que vos separeis imediatamente, e amanhã, pela manhã, vos apresenteis cada um na sala de sua respectiva ordem para dar prosseguimento a vossas deliberações.<sup>68</sup>

Quando o rei retirou-se, a maioria dos nobres e a minoria dos clérigos saíram. O Marquês de Brézé, grão-mestre de cerimônias, comunicou a todos os deputados ainda presentes que o rei desejava que todos se retirassem da sala. Mirabeau deu a famosa resposta: "Senhor, não tendes aqui nem lugar, nem direito de falar. (...) Se tivésseis sido encarregado de nos fazer deixar a sala, teríeis que procurar uma ordem ou empregar a força, (...) pois não deixaremos nossos lugares exceto pelo poder das baionetas."<sup>69</sup> Esta declaração foi secundada por um grito geral: "Esta é a vontade da Assembléia!" De Brézé retirou-se. Ordens foram dadas para as tropas locais evacuarem a sala, porém alguns nobres liberais aconselharam-nas a não agir. Informado sobre o incidente, o rei disse: "Oh, está bem, ao diabo com tudo isso. Que fiquem."<sup>70</sup>

Em 24 de junho, Young anotou em seu diário: "A agitação em Paris é indescritível. Dez mil pessoas estiveram o dia todo no Palais Royal. (...) As constantes concentrações ali chegaram a um grau de licenciosidade e fúria de liberdade quase inacreditáveis."<sup>71</sup> As autoridades municipais não conseguiram manter a ordem, pois não podiam confiar nos "Guardas Franceses", muitos dos quais possuíam parentes que lhes interpretavam a causa popular. Alguns desses guardas confraternizavam com a turba que cercava o Palais Royal. Em um regimento de Paris havia uma sociedade secreta que jurara não obedecer ordens hostis à Assembléia Nacional. Em 25 de junho, os 407 homens que haviam eleito os deputados do Terceiro Estado para a cidade

de Paris aliaram-se a fim de substituírem o governo do rei na capital. Escolheram um conselho municipal, quase todos da classe média, o antigo conselho deixando a tarefa de proteger as vidas e a propriedade. Naquele mesmo dia, 47 nobres, dirigidos pelo Duque de Orléans, instalaram-se na Salle des Menus Plaisirs. A vitória da Assembléia parecia assegurada. Apenas a força poderia desalojá-los.

Em 26 de junho, com a oposição de Necker, os conservadores do gabinete do rei informaram-no de que não se podia mais confiar nas tropas locais em Versalhes e em Paris, persuadindo-o a mandar vir seis regimentos da província. No dia 27, acolhendo o conselho de Necker, Luís pediu delegação dos nobres e dos padres para unirem-se com os outros. Obedeceram, contudo os nobres recusaram-se a tomar parte na votação, sob alegação que os mandatos de seus constituintes lhes proibia votar individualmente nos Estados-Gerais. Muitos deles, dentro de trinta dias, retiraram-se às suas propriedades.

Em 1º de julho, o rei convocou a Paris dez regimentos, em sua maioria de alemães e suíços, e nas primeiras semanas de julho seis mil homens, sob o comando do Marechal de Broglie ocuparam Versalhes, e dez mil soldados, comandados pelo Barão de Besenval, tomaram posição nos arredores de Paris, principalmente no Campo de Marte. A Assembléia e o povo acreditaram que o rei planejava dispersá-los ou intimidá-los. Alguns deputados ficaram tão temerosos de ser presos, que dormiam na Salle des Menus Plaisirs, ao invés de irem para suas casas à noite.<sup>72</sup>

Em meio a todos esses terrores, a Assembléia nomeou um comitê para elaborar um plano de nova constituição. Esse comitê, em 9 de julho, levou um relatório preliminar e, a partir dessa data, os deputados chamavam a si próprios a "Assembléia Nacional Constituinte". O sentimento dominante era em favor de uma monarquia constitucional. Mirabeau sugeriu um "governo mais ou menos semelhante ao da Inglaterra", na qual a Assembléia seria o legislativo, porém continuava, nos dois anos que ainda lhe restavam, a reclamar a conservação de um rei. Louvava Luís XVI por seu bom coração e generosas intenções, às vezes obstados por conselheiros pouco esclarecidos, e perguntava:

Será que esses homens estudaram, na história de qualquer povo, de que modo começa uma revolução e como é que ela vai se desenvolvendo? Será que eles observaram por que encadeamentos fatais de circunstâncias os homens mais sensatos são impelidos muito além dos limites da moderação, e por que terríveis impulsos um povo enraivecida atira-se a praticar excessos que os fariam tremer só de neles pensar?<sup>73</sup>

A Assembléia suspeitava que Mirabeau estava sendo pago pelo rei ou pela rainha para defender a monarquia, porém, intrinsecamente, seguiam-lhe os conselhos. Os delegados, então predominantemente da classe média, sentiram que a população tornava-se perigosamente indomável, e que a única maneira de evitar uma desintegração da ordem social era manter, por algum tempo, a atual estrutura executiva do Estado.

Em relação à rainha, não estavam tão bem-dispostos. Sabia-se que ela participava ativamente da manutenção da facção conservadora no Conselho Real, e estava exercendo poderes políticos muito além de sua competência. Naqueles meses críticos, ela suportou sofrimentos que poderiam ter diminuído qualquer capacidade que pudesse

possuir para julgamentos calmos e prudentes. Seu filho mais velho, o Delfim Luís, padecia de tal forma de raquitismo e encurvamento da espinha que não podia andar sem ser auxiliado,<sup>74</sup> vindo a morrer em 4 de junho. Prostrada pelo sofrimento e pelo medo, Maria Antonieta não mais era a cativante mulher que levava vida frívola nos primeiros anos do reinado. Suas faces eram pálidas e magras, o cabelo estava ficando branco, seu sorriso triste, com recordações de dias mais felizes, e suas noites eram obscurecidas pela consciência das multidões amaldiçoando seu nome em Paris, e protegendo e assustando a Assembléia em Versalhes.

Em 8 de julho, Mirabeau apresentou uma moção pedindo ao rei que removesse de Versalhes as tropas provinciais que faziam dos jardins de Le Nôtre um campo de batalha. Luís respondeu que não havia nenhuma intenção de prejudicar a Assembléia, mas, em 11 de julho, ele revelou-se ao demitir Necker, ordenando-lhe que deixasse Paris imediatamente. "Toda Paris", Mme. de Staël recordava-se, "corria em bando para visitá-lo nas 24 horas que lhe eram permitidas a fim de preparar-se para a viagem. (...) A opinião pública transformou seu fracasso em triunfo."<sup>75</sup> Partiu calmamente, acompanhado da família, para os Países Baixos. Aqueles que o haviam apoiado no gabinete foram destituídos na mesma ocasião. Em 12 de julho, totalmente subjugado pelos que advogavam o emprego da força, Luís nomeou o amigo da rainha, Barão de Breteuil, para substituir Necker, sendo de Broglie designado secretário da Guerra. A Assembléia e sua incipiente revolução parecia condenada a morrer.

Foi salva pelo povo de Paris.

#### VIII. RUMO À BASTILHA

Diversos fatores levaram a população a passar da agitação para a ação. A escassez do pão constituía fator de irritação para as donas-de-casa, e cada vez mais se difundia uma suspeita de que os atacadistas estavam guardando seus cereais na esperança de aumentar ainda mais os preços.<sup>76</sup> As novas autoridades municipais, temendo que a fome levasse a uma pilhagem indiscriminada, enviaram soldados para a proteção das padarias. Com relação aos homens de Paris, o ponto palpitante era saber que os regimentos de fora da cidade, que ainda não se haviam rendido à causa popular, estavam ameaçando a Assembléia e a Revolução. A súbita destituição de Necker — o único homem no governo em quem o povo confiava — fez com que o medo e a raiva do povo chegasse a um ponto em que apenas uma palavra desencadearia violenta reação. Na tarde de 12 de julho, Camille Desmoulins, jesuíta de 29 anos que se tornou advogado radical, subiu numa mesa no Café de Foy, nas proximidades do Palais Royal, denunciou a demissão de Necker como uma traição ao povo e gritou: "Os alemães [as tropas] no Campo de Marte, entrarão em Paris esta noite para fazer uma chacina de seus habitantes!" Depois, brandindo tanto uma pistola como uma espada, exclamou: "Às armas!"<sup>77</sup> Parte da audiência seguiu-o até a Place Vandôme, carregando bustos de Necker e do Duque de Orléans. Ali chegando, foram dispersados por algumas tropas. À noite, a multidão reuniu-se nos Jardins das Tulherias. Um regimento de tropas alemães apontou; houve resistência com garrafas e pedras, atirou contra eles, ferindo muitos. Dispersada, a multidão tornou a reunir-se no Hôtel de Ville (Prefeitura), forçou a entrada, e apoderou-se de todas as armas que pôde encontrar. Mendigos e criminosos aderiram aos amotinados, e, juntos, pilharam vários lares.

Em 13 de julho, a multidão reuniu-se novamente. Os amotinados invadiram o Mosteiro de St. Lazare, apropriaram-se de um armazém de cereais, carregaram os grãos para o mercado de Les Halles. Uma outra multidão abriu a prisão de La Force libertando os presos, na maioria por dívida. Por toda parte o povo procurava fuzis. Não os encontrando, improvisaram cinquenta mil lanças.<sup>78</sup> Temendo por suas casas e seus pertences, a classe média de Paris formou e armou a sua própria milícia, enquanto que, ao mesmo tempo, agentes dos ricos continuavam a incentivar, financiar e armar as multidões revolucionárias, na esperança de impedir o rei de empregar força na Assembléia.<sup>79</sup>

No dia 14 de julho, muito cedo, uma multidão de oito mil homens invadiu o Hôtel des Invalides, capturando 32 mil mosquetes, alguma pólvora e quatro peças de artilharia. Subitamente, alguém gritou: “À Bastilha!” Por que a Bastilha? Não era para libertar seus prisioneiros, em número de sete apenas; e, desde 1715, a Bastilha era utilizada para um agradável confinamento para os abastados. Contudo, essa fortaleza maciça, de trinta metros de altura, muralhas de nove metros de espessura, circundada por um fosso de 22 metros de largura, há muito se tornara o símbolo do despotismo. Permaneceram no espírito do povo as mil prisões e masmorras secretas. Alguns dos *cabiers* já haviam pedido sua destruição. Provavelmente, sabiam que a Bastilha havia apontado seus canhões para St. Antoine, um bairro fervilhando de ardor revolucionário. Talvez, mais importante de todos os motivos, a fama que tinha a Bastilha de possuir grande depósito de armas e munições, principalmente pólvora, produto escasso para os rebeldes. Na fortaleza havia uma guarnição de 88 soldados franceses e 32 Guardas Suíços, sob o comando do Marquês de Launay, homem de temperamento brando<sup>80</sup> porém popularmente considerado um monstro de crueldade.<sup>81</sup>

Enquanto o povo, composto principalmente de donos de lojas e artesãos, convergia para a Bastilha, de Launay recebia uma comissão do conselho municipal. Pediram-lhe que retirasse os canhões ameaçadores de suas posições, e não tomasse nenhuma medida hostil contra o povo; em retribuição, usariam sua influência para dissuadir o povo de atacar a fortaleza. O comandante aquiesceu, convidando a comissão para almoçar. Uma outra comissão, dos próprios sitiantes, obteve a promessa de Launay de que seus soldados não atirariam sobre o povo, a menos que houvesse tentativa de forçar a entrada. Isso não satisfez o excitado grupo. Resolveram capturar a munição, sem a qual seus mosquetes não resistiriam ao avanço das tropas estrangeiras de Besenval sobre a cidade. Este não tinha muita vontade de marchar para Paris, pois suspeitava que seus homens se recusariam a atirar sobre o povo. Esperou ordens de Broglie mas não chegou nenhuma.

Cerca de uma hora da tarde, dezoito dos rebeldes subiram na parede de um prédio adjacente, saltaram no pátio da Bastilha e baixaram duas pontes levadiças. Centenas atravessaram o fosso. Mais duas pontes levadiças foram abaixadas. Em breve o pátio estava repleto de uma multidão ansiosa e confiante. De Launay ordenou-lhes que se retirassem, eles recusaram; ele ordenou então a seus soldados que atirassem. Os atacantes revidaram, atirando também, pondo fogo em alguns arcabouços de madeira pregados na paredes de pedra. Por volta de três horas, alguns componentes da radical Guarda Francesa juntaram-se aos sitiantes e começaram a bombardear a fortaleza com

cinco dos canhões capturados naquela manhã do Hôtel des Invalides. Em quatro horas de luta, 99 dos atacantes e um dos defensores foram mortos. De Launay, vendo que a multidão engrossava, que Besenval não enviava nenhuma palavra de auxílio, e que lhe faltavam víveres para suportar o sítio, ordenou aos seus soldados que cessassem o fogo, içando uma bandeira branca. Prometeu render-se se permitissem que suas tropas se retirassem a salvo, com suas armas. A turba, enfurecida com o espetáculo de seus companheiros mortos, recusou-se considerar qualquer coisa, a não ser a rendição incondicional.<sup>82</sup> De Launay propôs explodir a fortaleza. Seus subordinados impediram-no. Então, mandou entregar aos sitiantes a chave da entrada principal. A multidão precipitou-se para entrar, desarmou os soldados, matou seis deles, apoderou-se de De Launay e soltou os estarecidos prisioneiros.

Enquanto grande número dos vitoriosos apossou-se das munições, parte da turba conduziu De Launay em direção ao Hôtel de Ville, aparentemente com a intenção de fazê-lo ser julgado por assassinato. No meio do caminho, o mais extremado do grupo golpeou-o, matou-o e decepou-lhe a cabeça. Com o seu troféu sangrando, espetado em um pau que erguiam bem alto, marcharam pelas ruas de Paris em desfile triunfante.

Naquela tarde, voltando a Versalhes depois de um dia passado a caçar, Luís XVI escreveu em seu diário: "14 de julho: Nada." Depois, o Duque de la Rochefoucauld-Liancourt, que vinha de Paris, contou-lhe sobre o vitorioso ataque à Bastilha. "Como?", exclamou o rei, "isso é uma revolta!" "Não, majestade", disse o Duque, "é uma revolução."

Em 15 de julho, o rei, humildemente, foi à Assembléia para garantir-lhe que as tropas provinciais e estrangeiras seriam retiradas de Versalhes e Paris. Em 16 de julho, demitiu Breteuil e chamou novamente Necker para um terceiro ministério. Breteuil, Artois, De Broglie e outros nobres principiaram o êxodo dos *émigrés* da França. Entrementes, a turba, com picaretas e pólvora, demoliu a Bastilha. Em 17 de julho, acompanhado de cinquenta deputados da Assembléia, Luís XVI foi a Paris, sendo recebido no Hôtel de Ville pelo conselho municipal e pelo povo, afixando em seu chapéu a roseta vermelha, branca e azul da Revolução.

## Posfácio

NOS dois últimos volumes, terminamos nosso levantamento do século cujos conflitos e realizações permanecem ativos na vida do gênero humano de nossos dias. Vimos a Revolução Industrial começar com aquele Mississippi de invenções que poderão, no ano 2000, realizar o sonho de Aristóteles da máquina libertando o homem de todo trabalho servil. Recordamos os progressos de umas doze ciências rumo a uma melhor compreensão da natureza e uma aplicação mais eficiente de suas leis. Aplaudimos a passagem da filosofia, de uma fútil metafísica, para a tentativa de busca da razão nas questões terrenas dos homens. Seguimos com vivo interesse as tentativas de libertar a religião da superstição, fanatismo e intolerância, e para instituir a moral sem punições e recompensas sobrenaturais. Instruímo-nos com esforços dos estadistas e dos filósofos para produzir um governo justo e competente, e reconciliar a democracia com a simplicidade e natural desigualdade dos homens. Comprazemo-nos com as diversas criações da beleza na arte barroca, rococó e neoclássica, e com os triunfos da música em Bach, Haendel, e Vivaldi, em Gulck, Haydn e Mozart. Testemunhamos o florescimento da literatura na Alemanha, com Schiller e Goethe, na Inglaterra, com os grandes romancistas e historiadores, na Escócia, com Boswell e Burns, na Suécia, com os surtos de canções sob Gustavo III. E, na França, vacilamos entre Voltaire defendendo a razão com finura, e Rousseau pleiteando, com lágrimas, os direitos do sentimento. Ouvimos os aplausos dos quais viviam Garrick e Clairon. Admiramos a sucessão de mulheres fascinantes nos salões da França e da Inglaterra, assim como os brilhantes reinados de mulheres na Áustria e na Rússia. Observamos os reis filósofos.

Parece absurdo terminar nosso relato quando tantos eventos históricos principiavam a abrilhantar e avermelhar a página. Gostaríamos de avançar em meio ao tumulto da Revolução, contemplar aquela erupção vulcânica de energia conhecida como Napoleão e depois festejar a riqueza do século XIX na literatura, ciência, filosofia, música, arte, tecnologia e qualidades de estadista. E ainda mais teria nos deleitado voltar à nossa pátria, a América, tanto ao Sul quanto ao Norte, tentando tecer a com-



plexa tapeçaria da vida e da história americana em um quadro unido e comovedor. Devemos, contudo, reconciliar-nos com a mortalidade, deixando aos espíritos mais novos a tarefa e os riscos de acrescentar experiência às sínteses das pesquisas básicas dos especialistas históricos e científicos.

Completamos, até onde nos é dado chegar, esta História da Civilização, e embora tenhamos devotado a melhor parte de nossas vidas à obra, sabemos que o curso da existência é apenas um momento na história, e que o melhor do historiador é logo varrido para longe à medida que se avoluma o fluxo do conhecimento. Mas, enquanto íamos seguindo nossos estudos através dos séculos, sentimos confirmar-se nossa crença de que a historiografia tem sido demasiado departamentalizada, e que algum dentre nós deveria tentar escrever intacta, conforme foi vivida, com todas as facetas do drama complexo e contínuo.

Quarenta anos de feliz parceria na pesquisa histórica chegaram a seu término. Sonhávamos com o dia em que escreveríamos as últimas palavras do último volume. Agora que esse dia chegou, sabemos que sentiremos falta do absorvente objetivo que deu um significado e direção a nossas vidas.

Agradecemos ao leitor que tem estado conosco todos esses anos, em parte ou em toda a longa jornada. Sentimos até a sua presença. Agora, despedimo-nos dizendo-lhe adeus.

## Guia Bibliográfico

*para as edições mencionadas nas Notas*

- ABBOTT, G.F., *Israel in Europe*. London, 1907.
- ABRAHAM, ISRAEL, *Jewish Life in the Middle Ages*. Philadelphia, 1896.
- ACTON, JOHN EMERICH, LORD, *Lectures on Modern History*. London, 1950.
- ALDIS, JANET, *Madame Geoffrin: Her Salon and Her Times*. New York, 1905.
- ALFIERI, VITTORIO, *Autobiography*. Lawrence, Kansas, 1953. References are to "epoch" and chapter.
- , *Of Tyranny*. Toronto, 1961. References are to book and section.
- ALTAMIRA, RAFAEL, *History of Spain*. Princeton, 1955.
- , *History of Spanish Civilization*. London, 1930.
- ANDERSON, EMILY, *Letters of Mozart and His Family*, 3v. London, 1938.
- ANDERSSON, INGVAR, *A history of Sweden*. London, 1956.
- ANONYMOUS, *Tiepolo*. "Masters in Art" series.
- ASHTON, T. S., *Economic History of England: The Eighteenth Century*. New York, 1959.
- AULARD, A., *The French Revolution*, 4v. New York, 1910.
- BABBITT, IRVING, *Spanish Character and Other Essays*. Boston, 1940.
- BAEDEKER, KARL, *Northern Italy*. London, 1913.
- BAILEY, JOHN, *Dr. Johnson and His Circle*. Oxford University Press, 1957.
- BAIN, R. NISBET, *Gustavus III*, 2v. London, 1894.
- , *The Last King of Poland*. London, 1909.
- BANCROFT, GEORGE, *Literary and Historical Miscellanies*. New York, 1957.
- BARNES, HARRY ELMER, *Economic History of the Western World*. New York, 1942.
- BARON, SALO W., *Social and Religious History of the Jews*, 3v. New York, 1937.
- BARTHOU, LOUIS, *Mirabeau*. New York: Dodd, Mead, n.d.
- BARTON, MARGARET, *Garrick*. London, 1948.
- BATIFFOL, LOUIS, ed., *The Great Literary Salons*. New York, 1930.
- BEARD, CHARLES and MARY, *The Rise of American Civilization*, 2v. New York, 1927.

- BEARD, MIRIAN, *History of the Business Man*. New York, 1938.
- BEARNE, MRS., *A Court Painter and His Circle*. London, 1913.
- BEAUMARCHAIS, PIERRE-AUGUSTIN CARON DE, *Oeuvres: Théâtre et Mémoires*. Paris, 1906.
- BECKER, CARL, *The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers*. New haven, 1951.
- BECKFORD, WILLIAM, *Travel Diaries*, 2v. Cambridge, England, 1928.
- BELL, AUBREY, *Portuguese Literature*. Oxford, 1922.
- BENTHAM, JEREMY, *A Fragment on Government and Introduction to Principles of Morals and Legislation*. Oxford, 1948.
- BERNAL, J. D., *Science in History*. London, 1957.
- BERNARDIN DE SAINT-PIERRE, J.H., *Paul et Virginie*. Paris: Librairie Gründ, n.d.
- BERTAUT, J., *Napoleon in His Own Words*. Chicago, 1916.
- BERTRAND, JOSEPH, *D'Alembert*. Paris, 1889.
- BESANT, SIR WALTER, *London in the Eighteenth Century*. London, 1903.
- BIANCOLLI, LOUIS, *The Mozart Handbook*. New York, 1962.
- BLACK, J. B., *The Art of History*. New York, 1926.
- BLACKSTONE, SIR WILLIAM, *Commentaries on the Laws of England*, ed. George Chase. New York, 1914.
- BLOK, PETRUS J., *History of the People of the Netherlands*, Part V. New York, 1912.
- BLOM, ERIC, *Mozart*. New York, 1962.
- BOEHN, MAX VON, *Modes and Manners*, Vol. IV: *The Eighteenth Century*. Philadelphia: Lippincott, n.d.
- BOSANQUET, BERNARD, *History of Aesthetic*. New York, 1957.
- BOSWELL, JAMES, *Journal of a Tour to the Hebrides with Samuel Johnson*. Everyman's Library.
- , *Life of Samuel Johnson*. Modern Library.
- , *Note Book, 1776-1777*. London, 1925.
- Boswell for the Defense*. New York, 1959.
- Boswell in Holland*. New York, 1952.
- Boswell in Search of a Wife*. New York, 1956.
- Boswell on the Grand Tour: Germany and Switzerland, 1764*. New York, 1953.
- Boswell on the Grand Tour: Italy, Corsica and France, 1765-66*. New York, 1955.
- Boswell's London Journal, 1762-1763*. New York, 1956.
- Boswell: The Ominous Years, 1774-1776*, New York, 1963.
- BOTSFORD, J. B., *English Society in the Eighteenth Century*. New York, 1924.
- BOYD, WILLIAM, *Educational Theory of Jean Jacques Rousseau*. London, 1911.
- BRANDES, GEORG, *Creative Spirits of the Nineteenth Century*. New York, 1923.
- , *Wolfgang Goethe*, 2v. New York, 1924.
- , *Voltaire*, 2v. New York, 1930.
- BROCKWAY, WALLACE, and WEINSTOCK, HERBERT, *The Opera: A History*. New York, 1941.
- BROCKWAY, WALLACE, and WINER, BART K., *Second Treasury of the World's Great Letters*. New York, 1941.
- BROOKE, HENRY, *The Fool of Quality*. London, 1906.

- BROWN, HILTON, *There Was a Lad: An Essay on Robert Burns*. London, 1906.
- BROWNE, EDWARD G., *Literary History of Persia*, 4v. Cambridge, Eng., 1929 f.
- BROWNE, LEWIS, *The Wisdom of Israel*. New York, 1945.
- BRÜCKNER, A., *Literary History of Russia*. London, 1908.
- BRUFORD, W. H., *Germany in the Eighteenth Century*. Cambridge, Eng., 1939.
- BRUNETIÈRE, FERDINAND, *A Manual of the History of French Literature*. New York, 1898.
- BUCKLE, HENRY T., *An Introduction to the History of Civilization in England*, 2v in 4. New York, 1913.
- BURKE, EDMUND, *On Taste, and On the Sublime and Beautiful*. New York, 1937.
- , *Reflections on the French Revolution*. Everyman's Library.
- , *Speeches and Letters on American Affairs*. Everyman's Library.
- , *A Vindication of Natural Society, or A View of the Miseries Arising to Mankind from Every Species of Artificial Society*, in *Works*, Vol. I.
- BURNEY, CHARLES, *General History of Music*, 2v. New York, 1957.
- BURNEY, FANNY, *Diary*. Everyman's Library.
- , *Evelina*. Everyman's Library.
- BURNS, ROBERT, *The Merry Muses of Caledonia*. New York, 1964.
- , *Works*, 2v. in. I. Philadelphia, 1830.
- , and "CLARINDA," *Correspondence*. New York, 1843.
- , and MRS. DUNLOP, *Correspondence*. London, 1898.
- BURTON, JOHN HILL, *Life and Correspondence of David Hume*, 2v. Edinburgh, 1846.
- BURTON, SIR RICHARD, *Personal Narrative of a Pilgrimage to Al-Madinah and Meccah*, 2v. London, 1893.
- BURY, J. B., *History of Freedom of Thought*. New York: Home University Library, n.d.
- , *The Idea of Progress*. New York, 1955.
- BUTTERFIELD, HERBERT, *George III and the Historians*. London, 1957.
- CALVERT, A.F., *Goya*. London, 1908.
- , *Royal Palaces of Spain*. London, 1909.
- Cambridge History of English Literature* [CHE], 14v. New York, 1910.
- Cambridge History of Poland* [CHP], 2v. Cambridge, Eng., 1950.
- Cambridge Modern History* [CMH], original ed., 12v. Cambridge, Eng., 1907 f.
- CAMPAN, MME. JEANNE-LOUISE, *Memoirs of the Court of Marie Antoinette*, 2v. Boston: Grolier Society, n.d.
- CAMPBELL, THOMAS J., *The Jesuits*. New York, 1921.
- CARLYLE, THOMAS, *Works*, 19v. New York, 1901.
- , *History of Friedrich the Second*, 7v. New York, 1901.
- CARUS, PAUL, *Goethe*. Chicago, 1915.
- CASANOVA, JACQUES, *Memoirs*, 2v. London, 1922.
- CASSIRER, ERNST, *The Philosophy of the Enlightenment*, Princeton, 1951.
- , *The Question of Jean-Jacques Rousseau*. New York, 1954.
- , *Rousseau, Kant, and Goethe*. Hamden, Conn., 1961.

- CASTELOT, ANDRÉ, *Queen of France: Marie Antoinete*. New York, 1957.
- CASTÉRA, J. H., *History of Catherine II*. London, 1800.
- CATHERINE THE GREAT, *Memoirs*. New York, 1955.
- CHADOURNE, MARC, *Restif de La Bretonne*. Paris, 1958.
- CHAMFORT, SÉBASTIEN, *Maximes, Pensées, Anecdotes, Caractères, et Dialogues*. Brussels, 1957.
- CHAPONNIÈRE, PAUL, *Voltaire chez les calvinistes*. Paris, 1936.
- CHATTERTON, THOMAS, *Complete Poetical Works*. London, 1906.
- CHEKE, MARCUS, *Dictator of Portugal: A Life of the Marquis of Pombal*. London, 1938.
- CHESTERFIELD, PHILIP DORMER STANHOPE, 4th EARL OF, *Letters to His Son*, 2v. in I. New York, 1901.
- CHURCHILL, WINSTON S., *History of the English-Speaking Peoples*. 4v. London, 1957.
- CLARK, BARRETT H., *Great Short Biographies of the World*. New York, 1928.
- CLARK, GEORGE NORMAN, *The Seventeenth Century*. Oxford, 1929.
- CLARK, ROBERT T., *Herder: His Life and Thought*. University of California Press, 1955.
- COBBAN, ALFRED, *Historians and the Causes of the French Revolution*. London, 1958.
- , *History of Modern France*, 2v. Penguin Books, 1957.
- , *In Search of Humanity*. New York, 1960.
- , *Rousseau and the Modern State*. London, 1934.
- COLLINS, JOHN CHURTON, *Bolingbroke, and Voltaire in England*. New York, 1886.
- CONDORCET, ANTOINE-NICOLAS CARITAT, MARQUIS DE, *Sketch for a Historical Picture of the Progress of the Human Mind*. London, 1955.
- CORTI, EGON C., *Rise of the House of Rothschild*, 2v. New York, 1928.
- COWPER, WILLIAM, *Poems*. Everyman's Library.
- COXE, WILLIAM, *History of the House of Austria*, 3v. London, 1847.
- , *Memoirs of the Kings of Spain of the House of Bourbon*, 5v. London, 1813.
- , *Travels in Poland, Russia, Sweden, and Denmark*, 5v. London, 1802.
- CRAVEN, THOMAS, *Treasury of Art Masterpieces*. New York, 1952.
- CRÉBILLON, CLAUDE-PROSPER JOLYOT DE (CRÉBILLON fils), *The Sofa*. London, 1927.
- CRÉQUI, MARQUEZA DE, *Souvenirs*. New York, 1904. Of doubtful authenticity.
- CROCE, BENEDETTO, *The Philosophy of Giambattista Vico*. New York, 1913.
- CROCKER, LESTER G., *An Age of Crisis*. Baltimore, 1950.
- , *The Embattled Philosopher: A Biography of Denis Diderot*. East Lansing, Mich., 1954.
- , *Rousseau et la philosophie politique*. Paris, 1965.
- CROSS, WILBUR, *Life and Times of Laurence Sterne*, 2v. New Haven, Conn., 1925.
- CRU, ROBERT LOYALTY, *Diderot as a Disciple of English Thought*. New York, 1913.
- CUMMING, IAN, *Helvétius*. London, 1955.
- CURRIE, JAMES, *Life of Robert Burns, with His General Correspondence*, in Burns, *Works*, Vol. II. Philadelphia, 1830.
- DAKIN, DOUGLAS, *Turgot and the Ancien Régime in France*. London, 1939.
- D'ALTON, E. A., *History of Ireland*, 6v. Dublin: Gresham, n.d.
- DAVIDSON, WILLIAM L., *Political Thought in England: The Utilitarians*. London, 1947.

- DAVIS, BERTRAM H., *Johnson before Boswell*. New Haven, 1961.
- DAY, CLIVE, *History of Commerce*. London, 1926.
- DE SANCTIS, FRANCESCO, *History of Italian Literature*, 2v. New York, 1959.
- DESNOIRESTERRES, GUSTAVE, *Voltaire et la société française au xviii<sup>e</sup> siècle*. Paris, 1871.
- DIDEROT, DENIS, *Dialogues*. New York, 1927.
- , *Oeuvres complètes*. Paris, 1935.
- , *The Paradox of Acting*. New York, 1957.
- , *Salons*, 3v. Paris, 1821.
- DILKE, LADY EMILIA, *French Architects and Sculptors of the Eighteenth Century*. London, 1900.
- DILLON, EDWARD, *Glass*. New York, 1907.
- DORN, WALTER L., *Competition for Empire*. New York, 1940.
- DOUGHTY, CHARLES M., *Travels in Arabia Deserta*, 2v. New York, 1923.
- DRINKWATER, JOHN, *Charles James Fox*. New York, 1928.
- DUBNOW, S. M., *History of the Jews in Russia and Poland*, 3v. Philadelphia, 1916.
- DUCLOS, CHARLES PINOT, *Considérations sur les mœurs*. Cambridge, Eng., 1939.
- DUCROS, LOUIS, *French Society in the Eighteenth Century*. London, 1926.
- DU DEFFAND, MARIE DE VICHY-CHAMROND, MARQUISE, *Lettres à Voltaire*. Paris, 1922.
- DU HAUSSET, MME., *Memoirs of Madame de Pompadour*. New York, 1928.
- ECKERMANN, JOHANN PETER, and SORET, M., *Conversations with Goethe*. London, 1882.
- EINSTEIN, ALFRED, *Gluck*. London, 1954.
- , *Mozart*. Oxford, 1945.
- ELLIS, HAVELOCK, *The New Spirit*. London: Walter Scott, n.d.
- , *Sexual Inversion*. Philadelphia, 1908.
- Encyclopaedia Britannica*, 14th ed.
- ÉPINAY, LOUISE DE LA LIVE D', *Memoirs and Correspondence*, 3v. London, 1899.
- ERCOLÉ, LUCIENNE, *Gay Court Life: France in the Eighteenth Century*. New York, 1932.
- FAGUET, ÉMILE, *Dix-huitième Siècle: Études littéraires*. Paris, Boivin, n.d.
- , *Literary History of France*. New York, 1907.
- , *Rousseau artiste*. Paris, Société Française, n.d.
- , *Rousseau penseur*. Paris, Société Française, n.d.
- , *Vie de Rousseau*. Paris, Société Française, n.d.
- FANIEL, STÉPHANE, *French Art of the Eighteenth Century*. New York, 1957.
- FAY, BERNARD, *La Franc-Maçonnerie et la révolution intellectuelle du dix-huitième siècle*. Paris, 1935.
- , *Franklin, the Apostle of Modern Times*. Boston, 1929.
- , *Louis XVI, ou La Fin d'un monde*. Paris, 1955.
- FINKELSTEIN, LOUIS, ed., *The Jews: Their History, Culture, and Religion*, 2v. New York, 1949.
- FITZMAURICE-KELLY, JAMES, *History of Spanish Literature*. New York, 1928.
- FLORINSKY, MICHAEL T., *Russia: A History and an Interpretation*, 2v. New York, 1955.

- FORD, MIRIAM ALLEN DE, *Love Children*. New York, 1931.
- FRANCKE, KUNO, *A History of German Literature*. New York, 1901.
- FRANKEL, CHARLES, *The Faith of Reason*. New York, 1948.
- FREDERICK THE GREAT, *Histoire de la guerre de Sept Ans, in Mémoires*, Vol. II. ———, *Mémoires*, 2v. Paris, 1866.
- FREEDLEY, G., and REEVES, J., *History of the Theatre*. New York, 1941.
- FRENCH, SIDNEY J., *Torch and Crucible: The Life and Death of Antoine Lavoisier*. Princeton, 1941.
- FRIEDEL, EGON, *Cultural History of the Modern Age*, Vol. I. New York, 1930.
- FRIEDLÄNDER, LUDWIG, *Roman Life and Manners under the Early Empire*, 4v. London, 1928.
- FUGLUM, PER, *Edward Gibbon*. Oslo, 1953.
- FÜLOP-MILLER, RENÉ, *The Power and Secret of the Jesuits*. New York, 1930.
- FUNCK-BRENTANO, FRANTZ, *L'Ancien Régime*. Paris, 1926.
- FUNK, F. X., *A Manual of Church History*, 2v. London, 1910.
- GAMBIER-PARRY, MARK, *Madame Necker: Her Family and Her Friends*. Edinburgh, 1913.
- GARLAND, H. B., *Lessing*. Cambridge, Eng., 1949.
- GARNETT, RICHARD, *History of Italian Literature*. New York, 1898.
- , and GOSSE, EDMUND, *English Literature*, 4v. New York, 1908.
- GARRISON, F., *History of Medicine*. Philadelphia, 1929.
- GAY, PETER, *Voltaire's Politics*. Princeton, 1959.
- GEIRINGER, KARL, *Haydn*. New York, 1946.
- GEORGE, M. DOROTHY, *England in Transition*. London, 1931.
- , *London Life in the Eighteenth Century*. London, 1925.
- GERSHOY, LEO, *From Despotism to Revolution: 1763-89*. New York, 1944.
- G. G. S., *Life of R.B. Sheridan*, in Sheridan, *Dramatic Works*. London, 1881.
- GHÉON, HENRI, *In Search of Mozart*. New York, 1934.
- GIBBON, EDWARD, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, 7v. ed. J.B. Bury. London, 1900.
- , Same, 6v, ed. Dean Milman. New York: Nottingham Society, n.d. References are to this edition unless otherwise stated.
- , Same. Everyman's Library.
- , *Journal*, ed. D. M. Low. New York: Norton, n.d.
- , *Memoirs*. London, 1900.
- , *Miscellaneous Writings*. New York, 1907.
- GILBERT, O. P., *The Prince de Ligne*. New York: McDevitt-Wilson, n.d.
- GILLET, LOUIS, *La Peinture, xvi<sup>e</sup> et xvi<sup>e</sup> siècles*. Paris, 1913.
- GOETHE, JOHANN WOLFGANG VON, *Works*, 14v in 7. New York, 1902.
- GOLDONI, CARLO, *Memoirs*. New York, 1926.
- , *Three Comedies*, and ALFIERI, VITTORIO, *Three Tragedies*. London, 1907.
- GOLDSMITH, OLIVER, *Select Works*. London, 1929.
- GONCOURT, EDMOND and JULES DE, *French Eighteenth-Century Painters*. New York, 1948.

- , *Madame de Pompadour*. Paris, n.d.
- , *The Woman of the Eighteenth Century*. New York, 1927.
- GOOCH, G. P., *Catherine the Great and Other Studies*. New York, 1954.
- , *Frederick the Great*. New York, 1947.
- , *Maria Theresa and Other Studies*. London, 1951.
- GOODWIN, A., ed., *The European Nobility in the Eighteenth Century*. London, 1953.
- GOYA, FRANCISCO DE, *The Disasters of War*. Garden City. N.Y., 1956.
- , *Drawings from the Prado*. London, 1947.
- GOZZI, CARLO, *Memoirs*, 2v. London, 1890.
- GRAETZ, HEINRICH, *History of the Jews*, 6v. Philadelphia, 1891.
- GREENE, DONALD J., *The Politics of Samuel Johnson*. New Haven, 1960.
- GRIMM, MELCHIOR, et al., *Correspondance littéraire, philosophique, et critique*, 16v. Paris, 1877-82.
- GROUT, DONALD J., *A Short History of Opera*. New York, 1954.
- Grove's Dictionary of Music*, 5v. New York, 1927.
- GUÉRARD, ALBERT, *Life and Death of an Ideal: France in the Classical Age*. New York, 1928.
- GUSTAFSON, ALRIK, *History of Swedish Literature*. Minneapolis, 1961.
- HALSBAND, ROBERT, *The Life of Lady Mary Wortley Montagu*. Oxford, 1957.
- HAMMOND, J. L. and BARBARA, *The Rise of Modern Industry*. New York, 1926.
- , *The Village Labourer, 1760-1832*. London, 1927.
- HAUSER, ARNOLD, *The Social History of Art*. 2v. New York, 1952.
- HAVENS, GEORGE R., *The Age of Ideas*. New York, 1955.
- HAWKINS, SIR JOHN, *Life of Samuel Johnson*. New York, 1961.
- HAZARD, PAUL, *European Thought in the Eighteenth Century*. New Haven, 1954.
- HAZLITT, WILLIAM CAREW, *The Venetian Republic*. 2v. London, 1900.
- HEARNSHAW, F. J., ed., *Social and Political Ideas of Some Great French Thinkers of the Age of Reason*. New York, 1950.
- HEISELER, BERNT VON, *Schiller*. London, 1962.
- HELVÉTIUS, CLAUDE-ADRIEN, *Treatise on Man*, 2v. London, 1810.
- HENDEL, CHARLES W., *Citizen of Geneva: Selections from the Letters of Jean-Jacques Rousseau*. Oxford, 1937.
- , *Jean-Jacques Rousseau, Moralists*, 2v. London, 1934.
- HENSEL, SEBASTIAN, *The Mendelssohn Family*, 2v. New York, 1882.
- HERBERT, SYDNEY, *The Fall of Feudalism in France*. London, 1921.
- HEROLD, J. CHRISTOPHER, *Love in Five Temperaments*. New York, 1961.
- , *Mistress to an Age: A Life of Madame de Stäel*. Indianapolis, 1958.
- , *The Swiss without Halos*. New York, 1958.
- HERR, RICHARD, *The Eighteenth-Century Revolution in Spain*. Princeton, 1958.
- HIGGS, HENRY, *The Physiocrats*. London, 1897.
- HILL, GEORGE BIRKBECK, ed. *Johnsonian Miscellanies*, 2v. Oxford, 1897.
- HILL, J. C., *Love Songs and Heroines of Robert Burns*. London, 1961.
- History Today* magazine. London.
- HÖFFDING, HARALD, *Jean Jacques Rousseau and His Philosophy*. New Haven, 1930.



- HOLBERG, LUDWIG, *The Journey of Niels Klim to the World Underground*. Lincoln, Neb., n.d.
- , *Selected Essays*, Lawrence, Kan., 1955.
- , *Seven One-Act Plays*. Princeton, 1950.
- HOPKINS, MARY ALDEN, *Hannah More and Her Circle*. New York 1947.
- HORN, F. W., *History of the Literature of the Scandinavian North*. Chicago, 1884.
- HOWE, IRVING, and GREENBERG, ELIEZER, *A Treasury of Yiddish Stories*. New York, 1958.
- HUME, DAVID, *Essays, Literary, Moral, and Political*. London: Ward, Lock & Co., n.d.
- , *Treatise of Human Nature*. Everyman's Library.
- HUME, MARTIN, *Spain: Its Greatness and Decay*. Cambridge, Eng., 1899.
- IRVING, WASHINGTON, *Oliver Goldsmith*. Boston, 1903.
- JACOB, H. E., *Joseph Haydn*. New York, 1950.
- JAHN, OTTO, *Life of Mozart*, 3v. London, 1891.
- JAMES, E. E. C., *Bologna*. London, 1909.
- JAURÈS, JEAN, *Histoire socialiste de la Révolution française*, 8v. Paris, 1922.
- JEFFERSON, D. W., ed., *Eighteenth-Century Prose*. Pelican Books, 1956.
- JOHNSON, SAMUEL, *Lives of the English Poets*, 2v. Everyman's Library.
- , *The Rambler*. Everyman's Library.
- , *Works*, 12v. London, 1823.
- Johnson's Dictionary: A Modern Selection*, ed. E. L. McAdam, Jr., and George Milne. New York, 1963.
- JOSEPHSON, MATTHEW, *Jean-Jacques Rousseau*. London, 1932.
- "JUNIUS", *Letters*, ed. C. W. Everett. London, 1927.
- KANT, IMMANUEL, *Critique of Judgment*, 2v. in I, ed. James C. Meredith. Oxford, 1957.
- , *Critique of Practical Reason*. Translation by T. K. Abbott, London, 1954. References are to pages in Vol. VIII of Kant's *Works*, edited by Rosenkranz and Schubert.
- , *Critique of Pure Reason*. Translation by Norman Kemp Smith, London, 1956. References are to pages of the first German edition unless otherwise noted.
- , *Education*. Ann Arbor, Mich., 1960.
- , *Fundamental Principles of the Metaphysics of Ethics*. Translation by T. K. Abbott, London, 1929. References are to Vol. VIII of the Rosenkranz and Schubert ed.
- , *A Philosophical Treatise on Perpetual Peace*. London: Hodder & Stoughton, n.d.
- , *Prolegomena to Any Future Metaphysics That Will Be Able to Present Itself as a Science*. Manchester, Eng., 1953.
- , *Religion within the Limits of Reason Alone*, tr. T. M. Greene and H. H. Hudson. Chicago, 1934.
- KANY, CHARLES E., *Life and Manners in Madrid, 1750-1800*. Berkeley, Calif., 1932.

- KEITH, CHRISTINA, *The Russet Coat* (Burns). London, 1956.
- KIRKPATRICK, RALPH, *Domenico Scarlatti*. Princeton, 1953.
- KLINGENDER, F. D., *Goya in the Democratic Tradition*. London, 1948.
- KLINKE, WILLIBALD, *Kant for Everyman*. London, 1952.
- KLOSPSTOCK, FRIEDRICH GOTTLIEB, *The Messiah*, 2v. London, 1826.
- KLUCHEVSKY, V. O., *History of Russia*, 5v. London, 1912.
- Kobbé's Complete Opera Book*, ed. the Earl of Harewood. New York, 1961.
- KÖHLER, CARL, *A History of Costume*. New York, 1928.
- KOVEN, ANNA DE, *Horace Walpole and Madame du Deffand*. New York, 1929.
- KROPOTKIN, P. A., *The Great French Revolution*. New York, 1909.
- KRUTCH, JOSEPH WOOD, *Samuel Johnson*. New York, 1945.
- LACLOS, PIERRE CHODERLOS DE, *Les Liaisons dangereuses*. London: Routledge, n.d.
- LACROIX, PAUL, *The Eighteenth Century in France*. London: Bickers, n.d.
- LA FONTAINERIE, F. DE, *French Liberalism and Education in the Eighteenth Century*. New York, 1932.
- LANE, EDWARD W., *Manners and Customs of the Modern Egyptians*. London, 1846.
- LANE-POOLE, STANLEY, *Cairo*. London, 1895.
- , *The Story of Turkey*. New York, 1895.
- LANFREY, PIERRE, *L'Église et les philosophes au dix-huitième siècle*. Paris, 1857.
- , *Histoire philosophique des papes*. Paris, 1873.
- LÁNG, P. H., *Music in Western Civilization*. New York, 1941.
- LASON, GUSTAVE, *Histoire de la littérature française*. Paris, 1912.
- , *Voltaire*. Paris, 1906.
- LASKI, HAROLD, *Political Thought in England, Locke to Bentham*. Oxford, 1950.
- LASSAIGNE, JACQUES, *Spanish Painting: From Velázquez to Picasso*. New York, 1952.
- LEA, HENRY C., *History of the Inquisition in Spain*, 4v. New York, 1906.
- LECKY, WILLIAM E., *History of England in the Eighteenth Century*, 8v. London, 1887.
- LEE, VERNON (VIOLET PAGET), *Studies of the Eighteenth Century in Italy*. Chicago, 1908.
- LEFEBVRE, GEORGES, *The Coming of the French Revolution*. New York: Vintage Books, n.d.
- LEMAÎTRE, JULES, *Jean-Jacques Rousseau*. London, 1908.
- LESPINASSE, JULIE DE, *Letters*. London, 1903.
- LESSING, GOTTHOLD EPHRAIM, *Dramatic Works*. London, 1910.
- , *Laocoön*. London: Routledge, n.d.
- LEVEY, MICHAEL, *Painting in Eighteenth-Century Venice*. London, 1959.
- LEVRON, JACQUES, *Pompadour*. New York, 1963.
- LEWES, GEORGE H., *Life of Goethe*, 2v. in Goethe, *Works*. New York, 1902.
- LEWINSKI-CORWIN, E. H., *Political History of Poland*. New York, 1917.
- LEWIS, D. B. WYNDHAM, *Four Favorites*. New York, 1949.
- LEWIS, W. S., *Horace Walpole*. Pantheon Books, 1960.
- LEWISOHN, LUDWIG, *Goethe: The Story of a Man*, 2v. New York, 1949.
- LICHTENBERGER, ANDRÉ, *Le Socialisme et la Révolution française*. Paris, 1895.
- LIPSON, E., *The Growth of English Society*. London, 1949.

- LITCHFIELD, FREDERICK, *Illustrated History of Furniture*. Boston, 1922.
- LOMÉNIE, LOUIS DE, *Beaumarchais and His Times*. New York, 1857.
- LOOMIS, STANLEY, *Du Barry*. London, 1960.
- LOVEJOY, ARTHUR O., *Essays in the History of Ideas*. Baltimore, 1948.
- , *The Great Chain of Being*. Cambridge, Mass., 1953.
- LOW, D. M., *Edward Gibbon*. New York, 1937.
- LUDWIG, EMIL, *Goethe*. New York, 1928.
- LYASHCHENKO, PETER, *History of the National Economy of Russia*. New York, 1949.
- MACAULAY, THOMAS BABINGTON, *Critical and Historical Essays*, 2v. Everyman's Library.
- MACCOBY, S., *The English Radical Tradition*. London, 1952.
- , *The Development of Muslim Theology, Jurisprudence, and Constitutional Theory*. New York, 1903.
- MACDONALD, DUNCAN B., *The Religious Attitude to Life in Islam*. Chicago, 1909.
- MACDONALD, FREDERIKA, *Jean Jacques Rousseau: A New Criticism*, 2v. New York, 1906.
- MACK, M. P., *Jeremy Bentham*. New York, 1963.
- MACLAURIN, C., *Mere Mortals*, 2v. New York, 1925.
- MACPHERSON, JAMES, *The Poems of Ossian*. Edinburgh, 1896.
- MAGNUS, RUDOLF, *Goethe as a Scientist*. New York, 1949.
- MAHAN, A. T., *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. New York, 1950.
- MAINE, SIR HENRY, *Ancient Law*. Everyman's Library.
- MALRAUX, ANDRÉ, *Saturne, Essai sur Goya*. Paris, 1950.
- MANN, THOMAS, *Three Essays*. New York, 1932.
- MANTOUX, PAUL, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*. London, 1955.
- MANTZIUS, KARL, *History of Theatrical Art*, 6v. New York, 1937.
- MARITAIN, JACQUES, *Three Reformers: Luther, Descartes, Rousseau*. London, 1950.
- MARMONTEL, JEAN-FRANÇOIS, *Memoirs*. New York, n.d.
- , *Moral Tales*. London, 1895.
- MARTIN, HENRI, *The Age of Louis XIV*, 2v. Boston, 1865.
- , *Histoire de France*, 16v. Paris, 1865.
- MARTIN, KINGSLEY, *The Rise of French Liberal Thought*. New York, 1956.
- MASSON, *Memoirs of Catherine II and Her Court*. Boston: Grolier Society, n.d.
- MASSON, PIERRE M., *La Religion de Rousseau*, 3v. Paris, 1916.
- MATHIEZ, ALBERT, *The French Revolution*. New York, 1964.
- MATTHEWS, BRANDER, *Chief European Dramatists*. Boston, 1916.
- MAVOR, JAMES, *Economic History of Russia*, 2v. London, 1925.
- MCCABE, JOSEPH, *A Candid History of the Jesuits*. New York, 1913.
- , *Crises in the History of the Papacy*. New York, 1916.
- McKINNEY, H. D., and ANDERSON, W. R., *Music in History*. Cincinnati, 1940.
- MICHELET, JULES, *The French Revolution*. London, 1890.
- , *Histoire de France*, 5v. Paris: Hetzel & Cie., n.d.
- MILLAR, OLIVER, *Thomas Gainsborough*. New York, 1959.

- MITFORD, NANCY, *Madame de Pompadour*. Penguin Books, 1958.
- MOLMENTI, POMPEO, *Tiepolo*. Paris, 1911.
- , *Venice*, Part III: *The Decadence*, 2v. London, 1906.
- MONROE, PAUL, *Text-book in the History of Education*. New York, 1928.
- MONTAGU, LADY MARY WORTLEY, *Letters and Works*, 2v. London, 1893 f.
- MOORE, THOMAS, *Memoirs of the Life of the Rt. Hon. Richard Brinsley Sheridan*, 2v. New York, 1866.
- MORE, HANNAH, *Letters*. New York, 1926.
- MORLEY, JOHN, *Burke*. New York: Harper & Brothers, n.d.
- , *Burke: A Historical Study*. New York, 1924.
- , *Diderot*, 2v. London, 1923.
- , *Rousseau and His Era*, 2v. London, 1923.
- MORNET, DANIEL, *Les Origines intellectuelles de la Révolution française*. Paris, 1933.
- MORRIS, R. B., *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence*. New York, 1965.
- MOSSIKER, FRANCES, *The Queen's Necklace*. New York, 1961.
- MOSSNER, ERNEST C., *Life of David Hume*. Austin, Tex., 1954.
- MOUSNIER, ROLAND, and LABROUSSE, ERNEST, *Le Dix-huitième Siècle*. Paris, 1953.
- MOWAT, R. B., *The Age of Reason*. Boston, 1934.
- MÜLLER-LYER, F., *History of Social Development*. London, 1923.
- MUMFORD, LEWIS, *The Condition of Man*. New York, 1944.
- MUTHER, RICHARD, *History of Modern Painting*, 4v. London. 1907.
- NAMIER, SIR LEWIS, *Crossroads of Power*. London, 1962.
- , *The Structure of Politics at the Accession of George III*. London, 1961.
- NEILSON, WILLIAM A., *Robert Burns*. Indianapolis, 1917.
- NETTLE, PAUL, *Mozart and Masonry*. New York, 1957.
- NEVILL, JOHN C., *Thomas Chatterton*. London, 1948.
- New Cambridge Modern History [New CMH]*, Vols. VII and VIII. Cambridge, Eng., 1957.
- NICOLSON, HAROLD, *The Age of Reason*. London, 1960.
- NIETZSCHE, FRIEDRICH, *Thus Spake Zarathustra*. New York, 1915.
- NOYES, ALFRED, *Voltaire*. New York, 1936.
- NUSSBAUM, F. L., *History of the Economic Institutions of Modern Europe*. New York, 1937.
- OECHSLI, WILHELM, *History of Switzerland*. Cambridge, Eng., 1922.
- OGG, DAVID, *Europe in the Seventeenth Century*. London, 1956.
- Oxford History of Music*, 7v. London, 1929 f.
- PADOVER, SAUL K., *The Life and Death of Louis XVI*. New York, 1963.
- , *The Revolutionary Emperor: Joseph II*. London, 1934.
- PAINE, THOMAS, *The Rights of Man*. Everyman's Library.
- PALACHE, JOHN G., *Four Novelists of the Old Regime*. New York, 1926.
- PARTON, JAMES, *Daughters of Genius*. Philadelphia, 1888.
- , *Life of Voltaire*, 2v. Boston, 1882.

- PASCAL, ROY, *The German Sturm und Drang*. Manchester, Eng., 1953.
- PATER, WALTER, *The Renaissance*. Modern Library.
- PAULSEN, FRIEDRICH, *German Education*. New York, 1908.
- , *Immanuel Kant*, New York, 1963.
- PEARSON, HESKETH, *Johnson and Boswell*. London, 1958.
- Penguin Book of German Verse*. Baltimore, 1961.
- PETERSON, HOUSTON, ed., *Treasury of the World's Great Speeches*. New York, 1954.
- PIJOAN, JOSEPH, *History of Art*, 3v. New York, 1927.
- PINCHERLE, MARC, *Vivaldi*. New York, 1962.
- PIOZZI, HESTER LYNCH THRALE, *Anecdotes of the Late Samuel Johnson*. Cambridge, Eng., 1925.
- PLUMB, J. H., *Men and Places*. London, 1963.
- POMEAU, RENÉ, *La Religion de Voltaire*. Paris, 1958.
- POORE, CHARLES, *Goya*. New York, 1939.
- POPE, ARTHUR UPHAM, *An Introduction to Persian Art*. London, 1930.
- , *A Survey of Persian Art*, 6v. Oxford, 1938.
- POUGIN, ARTHUR, *A Short History of Russian Music*. London, 1915.
- PRATT, W. S., *History of Music*. New York, 1927.
- PUTNAM, G. H., *The Censorship of the Church of Rome*, 2v. New York, 1906.
- QUENNELL, MARJORIE and CHARLES, *History of Everyday Things in England, 1733-1851*. New York, 1934.
- RAMBAUD, ALFRED, *History of Russia*, 3v. Boston, 1879.
- RANKE, LEOPOLD, *History of the Popes*, 3v. London, 1878.
- Réalités* magazine, Paris.
- RÉAU, LOUIS, *L'Art russe*, 2v. Paris, 1921.
- REDDAWAY, W. F., *Frederick the Great and the Rise of Prussia*. London, 1947.
- REID, THOMAS, *Works*, 2v, ed. Sir William Hamilton. Edinburgh, 1852.
- RENARD, GEORGES, *Guilds in the Middle Ages*. London, 1918.
- , and WEULERSEE, G., *Life and Work in Modern Europe*. London, 1926.
- RESTIF DE LA BRETONNE, NICOLAS-EDME, *Les Contemporaines*. Paris: Charpentier, n.d.
- , *Monsieur Nicolas*, 3v. Paris: Rasmussen, n.d.
- , *Les Nuits de Paris*. New York, 1964.
- , *La Vie de mon père*. Paris, 1924.
- REYNOLDS, SIR JOSHUA, *Fifteen Discourses*. Everyman's Library.
- , *Portraits*. New York, 1952.
- RICHARD, ERNST, *History of German Civilization*. New York, 1911.
- RIEDL, FREDERICK, *History of Hungarian Literature*. New York, 1906.
- ROBERTSON, JOHN MACKINNON, *Gibbon*. London, 1925.
- , *Short History of Freethought*, 2v. London, 1914.
- ROBINSON, JAMES HARVEY, *Reading in European History*. Boston, 1906.
- ROGERS, J. E. THOROLD, *Six Centuries of Work and Wages*. New York, 1890.
- ROLLAND, ROMAIN, *Essays in Music*. New York, 1959.
- , *A Musical Tour through the Land of the past*. London, 1922.
- ROSEBERY, ARCHIBALD PHILIP PRIMROSE, 5TH EARL OF, *Pitt*. London, 1908.

- ROTH, CECIL, *The Jewish Contribution to Civilization*. Oxford, 1945.
- ROUSSEAU, JEAN-JACQUES, *Collection complète des oeuvres de Jean-Jacques Rousseau*, IIV. Neuchâtel, 1775.
- , *Les Confessions de Jean-Jacques Rousseau*, 2v. Lausanne, 1960.
- , *The Confessions of Jean-Jacques Rousseau*, London, n.d.
- , *Émile*. Everyman's Library.
- , *Julia, or The New Eloisa*, 3v. Edinburgh, 1794.
- , *Julie, ou La Nouvelle Héloïse*. Paris: Garnier, n.d.
- , *Politics and the Arts*. Glencoe, III., 1960.
- , *Reveries of a Solitary*. London, 1927.
- , *Rousseau juge de Jean-Jacques*, 2v. London, 1782.
- , *The Social Contract and Discourses*. Everyman's Library.
- RUSSELL, BERTRAND, *History of Western Philosophy*. New York, 1945.
- SAINTE-BEUVE, CHARLES-AUGUSTIN, *English Portraits*. New York, 1875.
- , *Portraits of the Eighteenth Century*, 2v. in. I. New York, 1905.
- SAINTSBURY, GEORGE, *History of the French Novel*, 2v. London, 1917.
- SANGER, WILLIAM, *History of Prostitution*. New York, 1910.
- SAY, LÉON, *Turgot*. Chicago, 1888.
- SCHAPIRO, J. SALWYN, *Condorcet and the Rise of Liberalism*. New York, 1934.
- SCHILLER, FRIEDRICH, *Works*, 7v. London, 1901.
- , and GOETHE, JOHANN WOLFGANG VON, *Correspondence*, 2v. London, 1877.
- , and KÖRNER, CRISTIAN GOTTFRIED, *Correspondence*, 3v. London, 1849.
- SCHOENFELD, HERMANN, *Women of the Teutonic Nations*. Philadelphia, 1908.
- SCHUSTER, M. LINCOLN, *Treasury of the World's Great Letters*. New York, 1940.
- SÉE, HENRI, *Economic and Social Conditions in France during the Eighteenth Century*. New York, 1935.
- , *Les Idées politiques en France aux xviii<sup>e</sup> siècle*. Paris, 1920.
- SEEBOHM, FREDERICK, *The Age of Johnson*. London, 1899.
- SÉGUR, MARQUIS DE, *Julie de Lespinasse*. New York, 1927.
- , *Marie Antoinette*. New York, 1928.
- SHERIDAN, RICHARD BRINSLEY, *Dramatic Works*. London, 1881.
- SHERWIN, OSCAR, *A Gentleman of Wit and Fashion: The Life and Times of George Selwyn*. New York, 1963.
- SIME, JAMES, *Lessing*, 2v. London, 1879.
- SITWELL, SACHEVERELL, *German Baroque Art*. New York, 1928.
- , *The Netherlands*. London: Botsford, n.d.
- , *Southern Baroque Art*. London, 1951.
- SMITH, ADAM, *Inquiry into the Nature and Cause of the Wealth of Nations*, 2v. Everyman's Library.
- , *Moral and Political Philosophy*. New York, 1948.
- SMITH, D. E., *History of Mathematics*, 2v. Boston, 1923.
- SMITH, NORMAN KEMP, *Commentary to Kant's "Critique of Pure Reason."* London, 1923.
- SMITH, PRESERVED, *The Age of the Reformation*. New York, 1920.

- \_\_\_\_\_, *History of Modern Culture*, 2v. New York, 1930.
- SMOLLETT, TOBIAS, *Travels Through France and Italy*. London, 1919.
- SNYDER, FRANKLIN B., *Life of Robert Burns*. New York, 1932.
- SOMBART, WERNER, *The Jews and Modern Capitalism*. Glencoe, Ill., 1951.
- STAËL, MADAME DE, *Germany*, 2v. New York, 1861.
- STEPHEN, SIR LESLIE, *History of English Thought in the Eighteenth Century*, 2v. New York, 1902.
- STEPHENS, H. MORSE, *The Story of Portugal*. New York, 1893.
- STEWART, JOHN HALL, *A Documentary Survey of the French Revolution*. New York, 1951.
- STIRLING-MAXWELL, SIR WILLIAM, *Annals of the Artists of Spain*, 4v. London, 1891.
- STOKES, HUGH, *Francisco Goya*. New York, 1914.
- STRACHEY, LYTTON, *Books and Characters*. New York, 1922.
- STRYIENSKI, CASIMIR, *The Eighteenth Century*. London, 1916.
- SYKES, SIR PERCY, *History of Persia*, 2v. London, 1921.
- TAINÉ, HIPPOLYTE, *The Ancient Regime*. New York, 1891.
- \_\_\_\_\_, *The French Revolution*, 3v. New York, 1931.
- \_\_\_\_\_, *History of English Literature*, New York, 1873.
- TALMAN, J. L., *Origins of Totalitarian Democracy*. Boston, 1952.
- TEXTE, JOSEPH, *Jean-Jacques Rousseau and the Cosmopolitan Spirit in Literature*. London, 1899.
- THACKERAY, WILLIAM MAKEPEACE, *English Humourists*. Boston: Dana Estes, n.d.
- \_\_\_\_\_, *The Four Georges*. Boston: Dana Estes, n.d.
- THOMSON, DERICK S., *The Gaelic Sources of Macpherson's "Ossian."* Edinburgh, 1951.
- TICKNOR, GEORGE, *History of Spanish Literature*, 3v. New York, 1854.
- Time* magazine, New York.
- TOCQUEVILLE, ALEXIS DE, *L'Ancien Régime*. Oxford, 1927.
- TORREY, NORMAN L., *The Spirit of Voltaire*. New York, 1938.
- TOTH, KARL, *Woman and Rococò in France*. Philadelphia, 1931.
- TOYNBEE, ARNOLD J., *A Study of History*, 10v. Oxford, 1935 f.
- TRAILL, HENRY DUFF, ed., *Social England*, 6v. New York, 1902.
- TREITSCHKE, HEINRICH VON, *Life of Frederick the Great*. New York, 1915.
- TREVOR-ROPER, H. R., *Historical Essays*. London, 1957.
- TURBERVILLE, A. S., ed., *Johnson's England*, 2v. Oxford, Eng., 1952.
- TURGOT, ANNE-ROBERT-JACQUES, BARON DE L'AULNE, *Reflections on the Formation and the Distribution of Wealth*. New York, 1898.
- ÜBERWEG, FRIEDRICH, *History of Philosophy*, 2v. New York, 1871.
- UNGAR, FREDERICK, *Friedrich Schiller: An Anthology*. New York, 1960.
- \_\_\_\_\_, *Goethe's World View, Presented in His Reflections and maxims*. New York, 1963.
- USHER, A. P., *An Introduction to the Industrial History of England*. Boston. 1920.
- VAIHINGER, HANS, *The Philosophy of "As If."* New York, 1924.

- VALLENTIN, ANTONIA, *This I Saw: The Life and Times of Goya*. New York, 1957.
- VAMBÉRY, ÁRMIN, *The Story of Hungary*. New York, 1894.
- VAN DOREN, MARK, *Anthology of World Poetry*. New York, 1928.
- VAUCHN, C. E., *Political Writings of Rousseau*, 2v. Cambridge, Eng., 1915.
- VAUSSARD, MAURICE, *La Vie quotidienne en Italie au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Hachette, n.d.
- VENTURI, LIONELLO, *Italian Painting from Caravaggio to Modigliani*. New York, 1959.
- VICO, GIAMBATTISTA, *Autobiography*. Ithaca, N. Y., 1944.
- , *The New Science*. Ithaca, N.Y., 1948.
- VIGÉE-LEBRUN, MME. MARIE-ANNE-ÉLISABETH, *Memories*. New York, 1927.
- VOLTAIRE, *Age of Louis XIV*. Everyman's Library.
- , *Age of Louis XV*, 2v. Glasgow, 1771.
- , *Love Letters of Voltaire to His Niece*, ed. and tr. Theodore Besterman. London, 1958.
- , *Oeuvres complètes*. Paris, 1825 f.
- , Philosophical Dictionary, in *Works*, Vols. III-VI.
- , *Works*, 44v. in 22. New York, 1927.
- , and FREDERICK THE GREAT, *Letters*. New York, 1927.
- WALISZEWSKI, K., *History of Russian Literature*. New York, 1900.
- , *Peter the Great*. London, 1898.
- , *Poland the Unknown*. London, 1919.
- , *The Romance of an Empress: The Life of Catherine II of Russia*. New York, 1929.
- WALPOLE, HORACE, *Letters*, 9v. London, 1880.
- , *Memoirs of the Last Ten Years of the Reign of George the Second*, 2v. London, 1822.
- , *Memoirs of the Reign of King George III*, 4v. London, 1894.
- WARWICK, CHARLES F., *Mirabeau and the French Revolution*. Philadelphia, 1905.
- WATERHOUSE, ELLIS, *Gainsborough*. London, 1958.
- , *Reynolds*. London, 1941.
- WATSON, J. STEVEN, *The Reign of George III*. Oxford, 1960.
- WATSON, PAUL B., *Some Women of France*. New York, 1936.
- WEBB, SIDNEY and BEATRICE, *History of Trade Unionism*. New York, 1920.
- WEINSTOCK, HERBERT, *Handel*. New York, 1959.
- WESTERMARCK, EDWARD, *Origin and Development of the Moral Ideas*, 2v. London, 1917.
- WHARTON, GRACE and PHILIP, *The Wits and Beaux of Society*, 2v. Philadelphia, 1860.
- WHERRY, E. M., *Commentary on the Quran*, with Sale's translation, 4v. London, 1896.
- WIELAND, CHRISTOPH MARTIN, *History of Agathon*, 4v. London, 1773.
- , *Oberon*. New York, 1940.
- WIENER, LEO, *Anthology of Russian Literature*, 2v. New York, 1902.
- WILENSKI, R. H., *English Painting*. London, 1946.
- WILHELMINE, MARGRAVINE OF BAYREUTH, *Memoirs*. London, 1887.



- WILLIAMS, H. S., *History of Science*, 5v. New York, 1909.
- WILSON, A. M., *Diderot: The Testing Years, 1713-59*. New York, 1957.
- WILSON, E. C., *Immanuel Kant*, New Haven, 1925.
- WILSON, P. W., *William Pitt the Younger*. New York, 1934.
- WINCKELMANN, JOHANN JOACHIM, *History of Ancient Art*, 4v. in 2. Boston, 1880.
- WITTE, WILLIAM, *Schiller*. Oxford, 1949.
- , *Schiller and Burns*. Oxford, 1959.
- WOLF, A., *History of Science, Technology, and Philosophy in the Eighteenth Century*. New York, 1939.
- WYZEWA, T. DE, and SAINT-FOIX, G. DE, *W. A. Mozart*, 5v. Paris, 1936.
- YOUNG, ARTHUR, *Travels in France during the Years 1787m 1788, 1789*. London, 1906.
- ZWEIG, STEFAN, *Marie Antoinette*. New York, 1933.

# Notas

## CAPÍTULO I

1. Rousseau, *The Confessions of Jean-Jacques Rousseau*, I, 22.
2. *Ibid.*, 4.
3. I, 156-57; II, 70, 321.
4. Saintsbury, *History of the French Novel*, I, 391.
5. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, I, 174.
6. Lanson, G., *Histoire de la littérature française*, 801.
7. *Encyclopaedia Britannica*, XIX, 587a.
8. Rousseau, *The Confessions*, I, 3.
9. *Ibid.*, 8.
10. 9.
11. 11.
12. 13.
13. 9.
14. 16.
15. 22.
16. 41.
17. 44.
18. *Ibid.*; Lemaître, *Jean-Jacques Rousseau*, 290; Mann, Thomas, *Three Essays*, 156.
19. Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, I, 51 f.
20. Rousseau, *Confissões*, I, 69.
21. Rousseau, *Confissões*, I, 140.
22. *Confissões*, I, 117-19.
23. *Ibid.*, 76.
24. 76.
25. 106.
26. 91.
27. 92.
28. 96.
29. 104.
30. 107.
31. 116.
32. 122.
33. 130.
34. 154.
35. 138.
36. 148.
37. 160.
38. 178.
39. *Confissões*, I, 238.
40. *Ibid.*; *Confissões*, I, 178.
41. *Ibid.*, 224.
42. 195.
43. Josephson, J.-J. *Rousseau*, III.
44. *Ibid.*, 113-14.
45. *Confissões*, I, 247, 250.
46. *Ibid.*, 259.
47. 262.
48. 265.
49. *Ibid.*
50. 296.
51. 295.
52. 300.
53. Josephson, 132.
54. *Ibid.*, 133.
55. *Confissões*, I, 305.
56. Letter of Frederick, 1762, in Gooch, *Frederick the Great*, 145.
57. *Confissões*, I, 309.

58. *Ibid.*, 310.
59. *Ibid.*, II, 139.
60. Martin, Henri, *Histoire de France*, XVI, 83; Collins, J. C., *Bolingbroke, and Voltaire in England*, 209.
61. Josephson, 140.
62. Morley, John, *Rousseau and His Era*, I, 127; Hendel, C. W., *Citizen of Geneva*, 208.
63. Diderot, *Essai sur les règnes de Claude et Néron*, Ch. 67.
64. Marmontel, *Memoirs*, I, 321.
65. *Confissões*, II, 21.
66. *Ibid.*, 32.
67. Rousseau, *Discourse on Arts and Sciences*, in *Social Contract and Discourses*, 130.
68. *Ibid.*, 132.
69. 134.
70. 134.
71. 146.
72. 151.
73. 142.
74. 151.
75. 135.
76. 139.
77. 153.
78. 153.
79. Rousseau, prefácio a *Narcisse*.
80. Michelet, *Histoire de France*, V, 371.
81. Grimm, *Correspondance littéraire*, IX, 49.
82. Bayle, Pierre, *Réponse aux questions d'un provincial*.
83. Rousseau, *Reveries of a Solitary*, Book VI, pp. 127-32.
84. *Confissões*, II, 21.
85. Lemaître, 92.
86. Letter of July 15, 1756, in Hendel, *Citizen of Geneva*, 142.
87. Marmontel, *Memoirs*, I, 321.
88. *Confissões*, II, 34.
89. *Ibid.*, 48.
90. 49.
91. 51.
92. 56; Goncourt, E. and J. de, *Madame de Pompadour*, 143.
93. Faguet, *Rousseau artiste*, 192.
94. Grimm, II, 307.
95. Rousseau, *Reveries*, III.
96. In Faguet, *Rousseau artiste*, 193.
97. Museu, St.-Quentin.
98. Levey, Michael, *Painting in 18th-Century Venice*, 155.
99. Marmontel, *Memoirs*, I, 169.
100. Épinay, Mme. d', *Memoirs and Correspondence*, II, 52.
101. *Ibid.*; Masson, *La Religion de Rousseau*, I, 184-85.
102. Prefácio a *Narcisse*.
103. Masson, I, 182.
104. Michelet, *Histoire de France*, V, 428.
105. *Confissões*, II, 63.
106. *Ibid.*, 58.
107. Rousseau, *Discourse on the Origin of Inequality*, in *Social Contract*..., 157.
108. *Ibid.*, 159.
109. 160.
110. 239.
111. Nietzsche, *Thus Spake Zarathustra*, 129.
112. Rousseau, *Discourse on the Origin of Inequality*, loc. cit., 181.
113. *Ibid.*, 169.
114. 175.
115. 222.
116. Rousseau, *Social Contract*, Book I, Ch. ii.
117. Segundo. *Discourse*, in *Social Contract*..., 214.
118. *Ibid.*, 207.
119. 220-22.
120. 238.
121. 242-44.
122. Rousseau juge de Jean-Jacques, in Cassirer, *The Question of Rousseau*, 54.
123. Segundo *Discourse*, loc. cit., 236.
124. Fim do segundo *Discourse*.
125. Mumford, Lewis, *The Condition of Man*, 275.
126. Helvetius, *Treatise on Man*, II, xx.
127. Duclos, *Considérations sur les moeurs*, II.
128. Lemaître, 122.
129. Segundo *Discourse*, loc. cit., 175, 246.
130. Voltaire, *Obras*, XXIa, 227-30.
131. *Ibid.*
132. *Confissões*, II, 65.
133. *Social Contract*, 271.
134. *Ibid.*, 272.
135. 281.
136. 269.
137. 262.
138. 253.
139. 260.
140. 256.
141. *Confissões*, II, 40.

142. *Ibid.*
143. Masson, I, 181.
144. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 181.
145. *Confissões*, II, 40.
146. Grimm, *Correspondance*, II, 239.
147. Sainte-Beuve, II, 195n.
148. *Ibid.*, 180.
149. 191.
150. 213.
151. Morley, *Rousseau*, I, 272.
152. Macdonald, Frederika, *Jean-Jacques Rousseau*, II, 83.
153. Fonte perdida.
154. Toth, Karl, *Woman and Rococo in France*.
155. Hobbes, *De Corpore*, Ch. xxv.
156. Toth, 194; Josephson, 194; Faguet (*Vie de Rousseau*, 214) achavam que Mme. d'Épinay foi infectada por Dupin de Francueil.
157. Épinay, II, 85.
158. *Ibid.*, 130.
159. Josephson, 149.
160. *Confissões*, II, 81.
161. *Ibid.*, 66.
162. Cartas a Malesherbes, Jan. 26, 1762.
163. Épinay, II, 128; Sainte-Beuve, II, 187; Morley, *Rousseau*, I, 274.
14. Treitschke, *Frederick*, 181.
15. Carlyle, *Friedrich*, V, 263-69; Martin, H., *Histoire de France*, XV, 497; Reddaway, *Frederik the Great*, 198; Coxe, *History of... Austria*, III, 370.
16. Reddaway, 199.
17. Gooch, G. P., *Frederick the Great*, 334.
18. Reddaway, 201.
19. Dorn, 300; *Cambridge Modern History*, VI, 251.
20. Gooch, *Frederick*, 334.
21. *CMH*, VI, 402.
22. Coxe, *History of... Austria*, III, 369.
23. *Ibid.*
24. Padover, *The Revolutionary Emperor*, 33.
25. Gooch, *Frederick*, 43.
26. Coxe, 379.
27. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 369; Carlyle, *Friedrich*, V, 479.
28. *Ibid.*, 523.
29. 527.
30. 534; Sainte-Beuve, II, 373.
31. *Ibid.*, I, 219; Brandes, *Voltaire*, II, 77.
32. Sainte-Beuve, II, 372.
33. Martin, H., *France*, XV, 522.
34. Michelet, *Histoire de France*, V, 402.
35. Dorn, 323.
36. Michelet, V, 402.
37. Carlyle, VI, 22.
38. *Ibid.*, V, 547.
39. Jahn, *Life of Mozart*, I, 47.
40. Carlyle, VI, 42; Robinson, J. H., *Readings in European History*, 395.
41. Macaulay, *Critical and Historical Essays*, II, 173.
42. Acton, Lord, *Lectures on Modern History*, 297.
43. Carlyle, VI, 63.
44. Martin, XV, 527.
45. *Ibid.*, 528.
46. Carlyle, VI, 63.
47. Dorn, 338.
48. Carlyle, VI, 115.
49. *CMH*, VI, 290.
50. Wilhelmine, *Memoirs*, vii.
51. *Ibid.*, ix.
52. Frederico, *Guerre de Sept Ans*, 44.
53. Carlyle, VI, 265.
54. Coxe, *History*, III, 407.
55. Voltaire e Frederico o Grande, *Cartas*, 259.
56. Carlyle, VI, 322, 386.

## CAPÍTULO II

1. Frederico, o Grande, *Mémoires*, I, 4.
2. Frederico, o Grande, *Histoire de la Guerre de Sept Ans*, 388.
3. Dorn, W. L., *Competition for Empire*, 306.
4. Mahan, A. T., *Influence of Sea Power upon History*, 74.
5. Aldis, Janet, *Madame Geoffrin*, 200.
6. Goodwin, A., *The European Nobility in the 18th Century*, 113.
7. Coxe, Wm., *History of the House of Austria*, III, 346.
8. Walpole, H., *Memoirs of... the Reign of George the Second*, II, 73; Marmontel, *Memoirs*, I, 175.
9. Carlyle, *History of Friedrich the Second*, V, 72.
10. Levron, Jacques, *Pompadour*, 174.
11. Treitschke, H. von, *Life of Frederick the Great*, 149.
12. Mann, Thos., *Three Essays*, 163.
13. Dorn, *Competition for Empire*, 15.

57. Martin, XV, 533.
58. Dorn, 363.
59. Voltaire e Frederico, *Cartas*, 262; Carl-  
vle, VI, 399.
60. Martin, XV, 565.
61. Voltaire e Frederico, *Cartas*, 271.
62. Coxe, III, 425.
63. Dez, 25, 1761, pelo calendário russo.
64. Frederico, *Guerre de Sept Ans*, 229.
65. *Ibid.*, 227.
66. 295.
67. Gooch, *Frederick*, 64.
68. Frederico, *Guerre de Sept Ans*, 305.
69. Macaulay, *Essays*, II, 185.
70. Voltaire e Frederico, *Cartas*, 245; Mann,  
*Three Essays*, 210.
71. Gooch, *Frederick*, 64.
72. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Cen-  
tury*, II, 192.
22. Voltaire, *Age of Louis XIV*, 352.
23. Rousseau, *La Nouvelle Héloïse*, in Du-  
cros, Louis, *French Society in the 18th  
Century*, 193.
24. Parton, James, *Life of Voltaire*, II, 329.
25. Voltaire, *Obras*, VIIb, 56.
26. Goldoni, *Memoirs*, 359.
27. Taine, *Ancien Régime*, 308.
28. Cru, R. L., *Diderot as a Disciple of En-  
glish Thought*, 61.
29. Ducros, *French Society*, 325.
30. Martin, H., *France*, XVI, 163; Acton.  
*Lectures on Modern History*, 326.
31. Higgs, Henry, *The Physiocrats*, 18.
32. Say, Léon, *Turgot*, 47, 67.
33. Turgot, *Éloge de Gournai*, in Martin,  
*France*, XVI, 165.
34. Mirabeau père in Higgs, 21.
35. Higgs, 24.
36. Wolf, A., *History of Science, Techno-  
logy, and Philosophy in the 18th Cen-  
tury*, 730.
37. Higgs, 37.
38. Warwick, C. F., *Mirabeau and the French  
Revolution*, 146.
39. Higgs, 68.
40. In Sée, Henri, *Les Idées politiques en  
France au XVIII<sup>e</sup> siècle*, 161.
41. Pomeau, René, *La Religion de Voltaire*,  
405.
42. Hume, carta a Morellet, 10 de julho de  
1769.
43. Voltaire, *Obras*, Ib, 247-48, 265.
44. In Gay, Peter, *Voltaire's Politics*, 169n.
45. Smith, Adam, *Wealth of Nations*, Book  
IV, Ch. ix.
46. Higgs, 135.
47. In Frankel, Charles, *The Faith of Reason*,  
121.
48. Bury, J. B. *The Idea of Progress*, 157.
49. Say, *Turgot*, 27.
50. Dakin, *Turgot*, 10.
51. Say, 29.
52. Dakin, 19.
53. Turgot, *Reflections on the Formation and  
the Distribution of Wealth*, No. 6.
54. *Ibid.*, No. 68.
55. Ver. *The Age of Voltaire*, Ch. xviii, Sec.  
III.
56. Morelly, *Code de la nature*, in Hearn-  
shaw, F. J., ed., *Social and Political Ideas  
of Some Great French Thinkers of the  
Age of Reason*, 224.

## CAPÍTULO III

1. Du Hausset, *Memoirs of Mme. de Pom-  
padour*, 97.
2. Goncourts, *Madame de Pompadour*,  
338-42.
3. *Ibid.*, 200.
4. Aldis, *Madame Geoffrin*, 129.
5. Lewis, D. B. Wyndham, *Four Favorites*,  
42.
6. Goncourts, *Mme. de Pompadour*, 317.
7. *Ibid.*, 319; Sainte-Beuve, *Portraits of the  
18th Century*, I, 451.
8. Mitford, Nancy, *Madame de Pompa-  
dour*, 234.
9. Levron, Jacques, *Pompadour*, 260.
10. Bancroft, George, *Literary and Histori-  
cal Miscellanies*, 91.
11. Ver Stryenski, *Eighteenth Century*, 189.
12. Mitford, *Pompadour*, 234.
13. Ercole, Lucienne, *Gay Court Life*, 236.
14. Mitford, 234-35.
15. Taine, H., *Ancient Regime*, 338.
16. Tocqueville, *L'Ancien Régime*, 181-82;  
Martin, H., *France*, XVI, 236.
17. Barnes, H. E., *Economic History of the  
Western World*, 253.
18. Nussbaum, F. L., *History of the Econo-  
mic Institutions of Modern Europe*, 213.
19. Martin, H., *Age of Louis XIV*, I, 54.
20. Mousnier and Labrousse, *Le Dix-huitiè-  
me Siècle*, 135.
21. Du Hausset, *Memoirs*, 27.

57. In Tocqueville, *L'Ancien Régime*, 173.
58. Martin, H., *France*, XVI, 147.
59. In Martin, Kingsley, *The Rise of French Liberal Thought*, 254.
60. *Ibid.*
61. 256.
62. Talman, J. L., *Origins of Totalitarian Democracy*, 58.
63. Hazard, Paul, *European Thought in the 18th Century*, 178.
64. Hearnshaw, 238.
65. Jaurès, Jean, *Histoire socialiste de la Révolution française*, I, 158.
66. Martin, Kingsley, 247.
67. Hearnshaw, 243.
68. *Ibid.*, 244.
69. Mornet, Daniel, *Les Origines intellectuelles de la Révolution française*, 233.
70. Hearnshaw, 217.
71. *Marquês d'Argenson in Taine, Ancien Régime*, 82.
72. Crocker, L. G. *The Embattled Philosopher*, 78.
73. Ducros, 81.
74. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, I, 452.
75. Loomis, Stanley, *Du Barry*, 33.
76. *Ibid.*, 57.
77. Ercole, 263-66.
78. Parton, II, 394.
79. Loomis, *Du Barry*, 175.
80. Michelet, *Histoire*, V, 454.
81. Diderot, *Salons*, in *Oeuvres complètes*, II, 357.
82. Loomis, 89.
83. Lefebvre, *Coming of the French Revolution*, 41.
84. Stryenski, *Eighteenth Century*, 162.
85. *Ibid.*, 163.
86. Lecky, W. E., *History of England in the 18th Century*, V, 327.
87. Voltaire, *Obras*, XVIa, 234.
88. *Ibid.*, 232.
89. 236.
90. Dorn, 352.
91. Voltaire, XVIa, 231.
92. *Ibid.*, 226.
93. Cobban, A., *History of Modern France*, I, 127.
94. Voltaire, XVIa, 227.
95. Era de Voltaire, pp. 765 f.
96. Martin, H., *France*, XVI, 243.
97. *Ibid.*
98. Voltaire, carta a Thieriot, 9 de agosto de 1769.
99. Crocker, *Embattled Philosopher*, 352.
100. Martin, H., XVI, 281.
101. *Ibid.*
102. 283.
103. Voltaire, carta a Mignot, 24 de junho de 1771.
104. Crocker, *Embattled Philosopher*, 352.
105. Walpole, H., cartas de 19 e 28 de outubro, de 1765.
106. Collins, J. C., *Bolingbroke...* 47; Cumming, Ian, *Helvétius*, 168.
107. Grimm, *Correspondance*, janeiro de 1768.
108. Loomis, 131.
109. *Ibid.*, 140.
110. Du Hausset, *Memoirs*, 36.
111. *Ibid.*
112. Loomis, 151.
113. Martin, H., *France*, XVI, 308.
114. Loomis, 154.

#### CAPÍTULO IV

1. Funch-Brentano, F. (*L'Ancien Régime*, 180) dá de outra forma: "*Qui n'a pas vécu avant 1789 n'a pas connu la douceur de vivre.*"
2. Wilson, A. M., *Diderot: The Testing Years*, 135.
3. Hazard, *European Thought*, 256.
4. Goncourts, *Woman of the 18th Century*, 112.
5. Crébillon fils, *The Sofa*, introdução.
6. Ségur, *Julie de Lespinasse*, 237.
7. Goncourts, *Woman*, 143.
8. *Ibid.*, 142; Michelet, *Histoire*, V, 454.
9. Ellis, Havelock, *Sexual Inversion*, 207.
10. Westermarck, *Origin and Development of the Moral Ideas*, II, 482.
11. Rousseau, *Émile*, 145.
12. Smollett, *Travels through France and Italy*, Carta xv.
13. Toth, *Woman and Rococo*, 271.
14. Casanova, *Memoirs*, I, 51.
15. Boehn, *Modes and Manners*, IV, 196.
16. *Ibid.*, 211.
17. Ducros, *French Society*, 340.
18. La Fontainerie, *French Liberalism and Education*, 63.
19. Vigée-Lebrun, Mme., *Memoirs*, 27.
20. Láng, *Music in Western Civilization*, 722.

21. Jahn, *Life of Mozart*, I, 38.
22. Rolland, *Essays in Music*, 194.
23. Voltaire, *Mélanges littéraires*, in Tiersot, Jean, *Gluck and the Encyclopedists*.
24. Goncourts, *Woman*, 87.
25. Taine, *Ancient Regime*, 154.
26. Herold, *Love in Five Temperaments*, 264.
27. *Ibid.*, 267.
28. 277.
29. Diderot, *Paradox of Acting*, 15.
30. Herold, *Love in Five Temperaments*, 281.
31. *Ibid.*, p. 288.
32. 326.
33. Mornet, *Origines intellectuelles*, 121.
34. In Aldis, *Madame Geoffrin*, 223.
35. Marmontel, *Memoirs*, I, 102, 120.
36. Marmontel, *Moral Tales*, I, 18.
37. In Martin, Kingsley, *Rise of French Liberal Thought*, 101.
38. Hazard, 63.
39. Brunetière, *Manual of the History of French Literature*, 371.
40. Faniel, *French Art of the 18th Century*, 119D.
41. Litchfield, *Illustrated History of Furniture*, 240.
42. Essa estátua desapareceu.
43. Carta de 11 de maio de 1770.
44. Grimm, *Correspondance*, VII, 23.
45. Diderot, *Salons*, I, 370.
46. Louvre. Outra forma na Huntington Art Gallery, San Marino, Calif.
47. Louvre.
48. Huntington Art Gallery.
49. Louvre.
50. In Muther, *History of Modern Painting*, I, 98.
51. *Ibid.*
52. Dilke, Lady E., *French Architects and Sculptors of the 18th Century*, 36.
53. Diderot, *Dialogues*, 163.
54. Vigée-Lebrun, 160.
55. Ambos no Louvre.
56. Goncourts, *French 18th-Century Painters*, 213.
57. *Ibid.*, 233.
58. Prado.
59. Turim.
60. Victoria and Albert Museum.
61. Musée Condé, Chantilly.
62. National Gallery, Edinburgh.
63. Goncourts, *French Painters*, 216.
64. Louvre.
65. Louvre.
66. Coleção Wallace.
67. Louvre.
68. Diderot, *Salons*, I, 243.
69. Louvre.
70. Goncourts, 224.
71. *Ibid.*, 228.
72. 239.
73. Escola de Belas-Artes, Paris.
74. Goncourts, 266.
75. Catálogo da Exibição Fragonard, Berna, 1954, Prancha XIII.
76. Diderot, *Salons*, I, 544.
77. Leningrado.
78. Todos no Louvre.
79. Louvre.
80. Louvre.
81. Hume in Mossner, *Life of David Hume*, 449.
82. Aldis, 11.
83. Batiffol, *The Great Literary Salons*, 155.
84. *Ibid.*, 131.
85. Goncourts, *Woman*, 321.
86. Musée de Montpellier.
87. Batiffol, 158.
88. Aldis, 198.
89. Toth, 269.
90. Aldis, 287.
91. *Ibid.*, 356.
92. 355.
93. 357.
94. Koven, Anna de, *Horace Walpole and Mme. du Deffand*, 81; Lespinasse, Julie de, *Letters*, introd. por Sainte-Beuve, 25.
95. Ségur, *Julie de Lespinasse*, 129.
96. Bertrand, J., *D'Alembert*, 101.
97. *Ibid.*, 59-60.
98. 86.
99. Koven, 76.
100. Ségur, *Lespinasse*, 98.
101. *Ibid.*, 103.
102. 102.
103. 104.
104. 83.
105. 125.
106. Du Deffand, Marquesa, *Lettres à Voltaire*, 12.
107. *Ibid.*, 26.
108. Ségur, *Lespinasse*, 132.
109. *Ibid.*, 133.
110. 134.

111. In Lespinasse, *Letters*, 1.
112. *Ibid.*, 33.
113. Mossner, *Life of Hume*, 477.
114. Marmontel, *Memoirs*, I, 259.
115. Miranda in *The Tempest*.
116. Ségur, *Lespinasse*, 336.
117. *Ibid.*, 293.
118. 296.
119. 295.
120. Lespinasse, 44 (carta de 15 de maio de 1773).
121. *Ibid.*, 45 (23 de maio de 1773).
122. In Ford, Miriam de, *Love Children*, 212.
123. Lespinasse, 52.
124. Ségur, *Lespinasse*, 211, 321-22.
125. *Ibid.*, 271.
126. Lespinasse, 204.
127. Ségur, 322.
128. Lespinasse, 234 (carta de 3 de julho de 1775).
129. Ségur, 387.
130. Lespinasse, 327.
131. Ségur, 395.
132. *Ibid.*, 398.

## CAPÍTULO V

1. Chaponnière, *Voltaire chez les calvinistes*, 202.
2. Parton, *Life of Voltaire*, II, 262.
3. *Ibid.*, 263-65.
4. Besterman in Voltaire, *Love Letters to His Niece*, 9.
5. Chaponnière, 203.
6. Parton, II, 475.
7. Carta de 4 de julho de 1782, in Desnoiresterres, *Voltaire*, VI, 288.
8. Boswell on the *Grand Tour: Germany and Switzerland*, 283.
9. *Ibid.*, 293.
10. 302.
11. Low, D. M., *Edward Gibbon*, 144.
12. Desnoiresterres, VI, 290; Chaponnière, 202.
13. Parton, *Life of Voltaire*, II, 481.
14. *Ibid.*
15. Desnoiresterres, I, 131.
16. Noyes, A., *Voltaire*, 550.
17. Torrey, N. L., *The Spirit of Voltaire*, 189.
18. Desnoiresterres, VII, 335.
19. *Ibid.*, 335.
20. Parton, II, 480.
21. Voltaire, *Philosophical Dictionary*, art.

- "Malady-Medicine."
22. Molière, *Le Malade imaginaire*.
23. Chaponnière, 202; Parton, II, 480.
24. Voltaire, art. "Malady".
25. Parton, I, 529.
26. Chaponnière, 202.
27. Brandes, *Voltaire*, II, 312.
28. Parton, II, 263.
29. Desnoiresterres, V, 324.
30. Parton, II, 471.
31. Chaponnière, 202.
32. Lanson, *Voltaire*, 197.
33. Desnoiresterres, VII, 482.
34. Torrey, *Spirit of Voltaire*, 201.
35. Faguet, *Literary History of France*, 507.
36. Lanson, *Voltaire*, 197.
37. Torrey, 34.
38. Lanson, 197.
39. Voltaire, *Oeuvres complètes*, XXXIX, 546.
40. *Obras*, VIIIb, 286.
41. *Philosophical Dictionary*, art. "Ancients and Modern".
42. Michelet, *Histoire*, V, 426.
43. Parton, II, 489.
44. Brunetière, 361.
45. Torrey, 176.
46. Carta de 12 de março de 1766.
47. Voltaire, Era de Luís XV, II, Ch, xxxix.
48. Lanfrey, *L'Eglise et les philosophes*, 335.
49. Carta de Frederico a Voltaire, 10 de junho de 1759.
50. Carta de 2 de julho de 1759.
51. Voltaire e Frederico, *Letters*, 266.
52. *Ibid.*, 358.
53. 363.
54. Brandes, II, 241.
55. Desnoiresterres, VI, 391.
56. *Phil. Dict.*, art. "Peter the Great".
57. Robespierre, discurso de 18 Floréal, Ano II, in Hazard, *European Thought*, 265.
58. Parton, II, 260.
59. Chaponnière, 238.
60. Gibbon, *Memoirs*, 154n.
61. Parton, II, 556.
62. Voltaire, *Mémoires*, in Parton, I, 141.
63. Carta a Frederico, Janeiro de 1737, in Voltaire e Frederico, 41.
64. *Phil. Dict.*, art. "Property".
65. *Ibid.*
66. *Ibid.*
67. Carta ao Dr. Daquir in Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, I, 228.



68. *Phil. Dict.*, art. "Equality."
69. Lacroix, Paul, *The Eighteenth Century in France*, 47.
70. *Phil. Dict.*, art. "Country" ("Pays").
71. Voltaire, L'A, B, C, in Sée, *Les Idées politiques*, 84.
72. *Phil. Dict.*, art. "Laws".
73. *Essai sur les mœurs*, xii, 161, in Gay, *Voltaire's Politics*, 181.
74. *Méropé*, Act. II, Sc. ii.
75. Michelet, *French Revolution*, 47.
76. In Parton, II, 544.
77. Desnoiresterres, VI, 240.
78. Casanova, *Memoirs*, II, 406-7.
79. Carta de 28 de outubro de 1773.
80. *Phil. Dict.*, art. "Democracy".
81. Carta de 20 de setembro de 1760.
82. In Gay, 236.
83. *Phil. Dict.*, art. "Government," Sec. 3.
84. *Ibid.*, Sec. 6, ligeiramente transposto.
85. *Phil. Dict.*, art. "Equality".
86. Voltaire, Era de Luís XIV, 415.
87. Citado in Black, *Art of History*, 48.
88. *Phil. Dict.*, art. "Law, Civil and Ecclesiastical".
89. In Hearnshaw, *Social... Ideas of Some Great French Thinkers*, 157.
90. Art. "Execution".
91. Art. "Torture".
92. In Gay, 307.
93. Art. "Wit".
94. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 146.
95. *Ibid.*, 228.
96. Black, 29.
97. *Candide*, último capítulo.
98. In Pomeau, 261.
99. Desnoiresterres, V, 24.
100. Brandes, *Voltaire*, I, 118.
101. Torrey, 10.
102. Carta de 28 de agosto de 1751.
103. Brandes, *Creative Spirits of the 19th Century*, 138.
104. *Ibid.*, 142; Höffding, H., *Jean-Jacques Rousseau and His Philosophy*, 80; Desnoiresterres, VI, 310.
105. *Ibid.*
106. Mme. de Graffigny in Parton, I, 392.
107. Hume, carta de 26 de abril de 1764, in Gay, 81.
108. Torrey, 131.
109. Carta a Thieriot, 10 de dezembro de 1738.
110. Torrey, 131.
111. *Ibid.*
112. Voltaire, *English Notebooks*, in Gay, 353.
113. *Phil. Dict.*, art. "Solomon".
114. Desnoiresterres, V, 157; Parton I, 106.
115. Veja carta de março de 1737 a Moussinot, in *Works*, XXIIa, 190.
116. Parton, II, 520.
117. *Ibid.*, I, 507.
118. *Ibid.*, 144.
119. Morley, *Voltaire*, in Voltaire, *Works*, XXIIb, 96.
120. Parton, II, 600.
121. In Noyes, *Voltaire*, 536.
122. Voltaire, *Age of Louis XIV*, 61.
123. Pomeau, 462.
124. Desnoiresterres, II, 239.
125. In Torrey, 197.
126. Desnoiresterres, VI, 287.
127. Torrey, 91.

## CAPÍTULO VI

1. Rousseau, *Émile*, p. 371.
2. *Confissões*, II, 84.
3. Josephson, 190.
4. *Ibid.*; *Confissões*, II, 84.
5. *Confissões*, II, 88.
6. Diderot, *Le Fils naturel*, Act. IV, Sc. iii.
7. Brockway, W., and Winer, B., *Second Treasury of the World's Great Letters*, 195.
8. *Ibid.*, 201.
9. *Confissões*, II, 107.
10. *Ibid.*, 99.
11. Rousseau, *Collection complète des oeuvres*, I, 424.
12. *Ibid.*, I, 428.
13. 431.
14. 438.
15. 442.
16. 449.
17. 443.
18. Desnoiresterres, V, 141.
19. *Confissões*, II, 105.
20. Épinay, Mme. d', *Memoirs*, II, 329.
21. *Ibid.*, 334.
22. *Confissões*, II, 102.
23. Josephson, 213.
24. *Confissões*, II, 114-15, 110.
25. *Ibid.*, 113.
26. 114-16.

27. Josephson, 220.
28. *Confissões*, II, 118.
29. *Ibid.*, 121.
30. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 195.
31. *Confissões*, II, 133. Restaram inúmeras cartas de Mme. d'Houdetot a Rousseau, mas poucas dele a ela; veja Martin, H., *France*, XVI, 91n.
32. *Confissões*, II, 136.
33. Sainte-Beuve, II, 213.
34. *Confissões*, II, 144.
35. *Ibid.*, 146.
36. 147.
37. Épinay, III, 130-32; Josephson, 249.
38. Épinay, III, 140-42.
39. *Ibid.*, 186.
40. *Confissões*, II, 154.
41. Josephson, 252.
42. *Confissões*, II, 155.
43. Carta de 26 de novembro de 1758, in Hendel, *Citizen of Geneva*, 160.
44. Lemaître, *Rousseau*, 174.
45. Josephson, 308.
46. *Confissões*, II, 165.
47. Rousseau, *Politics and the Arts*, 7.
48. *Ibid.*, 121.
49. 125-26.
50. *Confissões*, II, 165.
51. Torrey, *Spirit of Voltaire*, 97, 105.
52. Hendel, *Citizen of Geneva*, 169; Desnoiresterres, VI, 85.
53. Chaponnière, 169; Josephson, 278.
54. Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, III, 33.
55. Josephson, 279.
56. *Rousseau juge de Jean-Jacques*, Parte I, Carta I.
57. Carta II.
58. Carta IV.
59. Carta V.
60. Carta XIV.
61. *Rousseau juge*, p. 139.
62. *Ibid.*, Parte IV, Carta XVII.
63. Parte V, Carta V.
64. *Rousseau juge*, p. 186.
65. *Ibid.*, Parte V, Carta X.
66. *Confissões*, II, 163.
67. In Hendel, J.-J. Rousseau, *Moralist*, II, 47.
68. *Rousseau juge*, Parte VI, Carta VI.
69. Parte V, Carta V.
70. *Confissões*, I, 101.
71. Kant, Fragmento 618, in Cassirer, *Rousseau, Kant and Goethe*, 6.
72. Texte, J., *Rousseau and the Cosmopolitan Spirit*, 236.
73. Desnoiresterres, VI, 87.
74. Michelet, *Histoire*, V, 427.
75. *Ibid.*
76. *Confissões*, II, 213.
77. *Ibid.*, 211.
78. Maritain, *Three Reformers: Luther, Descartes, Rousseau*, 119.
79. Taine, *Ancien Régime*, 271.

## CAPÍTULO VII

1. Hendel, *Citizen of Geneva*, 179.
2. *Ibid.*, 195.
3. Rousseau, *Social Contract*, Book I, Ch. v.
4. *Ibid.*, IV, ii.
5. IV, i.
6. I, vii.
7. I, viii.
8. I, vii.
9. II, iv.
10. I, viii.
11. Vaughn, *Political Writings of Rousseau*, I, 81.
12. *Social Contract*, Book III, Ch. v.
13. III, iv.
14. III, xv.
15. III, xviii.
16. III, i.
17. I, ix.
18. II, xi.
19. I, end.
20. II, i.
21. Carta a Mme. d'Étang, in Cobban, *Rousseau and the Modern State*, 193.
22. Cobban, *Rousseau*, 211.
23. *Social Contract*, IV, viii.
24. II, vii.
25. IV, viii.
26. *Ibid.*
27. *Ibid.*
28. *Ibid.*
29. *Ibid.*
30. IV, vi.
31. In Cobban, *Rousseau*, 55.
32. *Émile*, p. 157.
33. *Ibid.*
34. Cobban, *In Search of Humanity*, 168.
35. Voltaire, *Obras*, XXIIb, 332.

36. Havens, *Voltaire's Marginalia*, 68, in Gay, *Voltaire's Politics*, 268.
37. Cf. *Social Contract*, II, iv; Talman, *Origins of Totalitarian Democracy*; Crocker, *Rousseau et la philosophie politique*, p. III.
38. *Social Contract*, II, V.
39. Faguet, *Rousseau penseur*, 397.
40. *Ibid.*
41. *Émile*, prefácio.
42. Boyd, *Educational Theory of Jean-Jacques Rousseau*, 297.
43. Rousseau, *Émile*, 13.
44. *Ibid.*, 216.
45. 26.
46. 256.
47. 118.
48. 133.
49. 27.
50. 92.
51. 50.
52. 21-22, 46.
53. 56-58.
54. 341.
55. 253.
56. 251.
57. 254.
58. 53.
59. 58.
60. 167.
61. 149, 306.
62. 160.
63. Martin, H., *France*, XVI, 98.
64. Rousseau, *Émile*, 158.
65. *Ibid.*, 220.
66. 230.
67. 261-62.
68. 263.
69. 257.
70. 272.
71. 232.
72. *Ibid.*
73. 238-49.
74. 245-47.
75. Carta de 5 de outubro de 1758, in Hendel, *Citizen of Geneva*, 152.
76. *Émile*, 261.
77. 223.
78. 275.
79. Veja Robertson, J. M., *Short History of Freethought*, II, 256.
80. *Émile*, 272.
81. 271-72.
82. 179.
83. 192.
84. 298-99.
85. Carta de 5 de novembro de 1758, in Hendel, *Citizen*, 158.
86. In Faguet, *Rousseau penseur*, III.
87. *Émile*, 351; Hendel, J.-J. *Rousseau*, II, 23.
88. *Émile*, 330, 370.
89. 340.
90. 341, 371.
91. 337, 350.
92. 350.
93. 349.
94. 320.
95. 357.
96. 443.
97. 444.
98. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 125.
99. Seillière, J. J. *Rousseau*, 132, in Maritain, *Three Reformers*, 125.
100. Rousseau, *Collection complète des oeuvres*, IXb, 157.
101. Platão, *A República*, No. 592.

## CAPÍTULO VIII

1. Hendel, *Citizen of Geneva*, 232.
2. *Confissões*, II, 243.
3. *Collection complète*, IXa, pp. v-x.
4. *Confissões*, II, 253.
5. *Collection*, IXb, 4.
6. *Confissões*, II, 255.
7. In Torrey, *Spirit of Voltaire*, 110.
8. Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, III, 33.
9. Voltaire, carta de 26 de julho de 1764.
10. In Brandes, *Voltaire*, II, 97.
11. *Ibid.*, 98; Desnoiresterres, VI, 320-23.
12. Hendel, J.-J. *Rousseau*, II, 252.
13. *Confissões*, II, 257.
14. *Boswell on the Grand Tour: Germany and Switzerland*, 226.
15. In Gooch, *Frederick the Great*, 138.
16. *Confissões*, II, 264.
17. Hendel, *Citizen of Geneva*, 252.
18. *Confissões*, II, 265.
19. *Ibid.*, 259.
20. 270.
21. 265-66.
22. Carta de 22 de julho de 1764, in Masson, P. M., *La Religion*, III, 171.
23. In Goncourts, *Woman of the 18th Cen-*

24. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 138.
25. Masson, III, 73-75.
26. 2 Timothy iii, I f.
27. *Collection complète*, IXa, pp. xi-xiii.
28. *Ibid.*, p. xiii.
29. P. xiv.
30. P. xvi.
31. P. xxxix.
32. P. I.
33. 2.
34. 4.
35. 7.
36. 8.
37. 26-28.
38. 55.
39. 63.
40. 65-66.
41. 70-71.
42. 121-22.
43. 8.
44. 15.
45. 42.
46. 44.
47. 47.
48. 50.
49. 83.
50. 86.
51. 87-89.
52. Êxodo vii, 9-12.
53. Matthew xxiv, 24.
54. *Collection complète*, IXa, 201-2.
55. *Ibid.*, 210-12.
56. 244-45.
57. 334.
58. Carta de 8 de março de 1765, in Masson, P. M., *La Religion*, III, 206-7.
59. *Collection complète*, IXa, 184-85.
60. Morley, *Voltaire*, in *Voltaire, Obras*, XXIIb, 97.
61. In Faguet, *Vie de Rousseau*, 318-20.
62. *Rousseau juge de J.-J.*, I, ii-iv.
63. Grimm, *Correspondance*, May 15, 1763, Dec. 15, 1763, Jan. 15, 1765; veja também Masson, P. M., II, 126-40.
64. Boileaux-Despréaux, Nicolas, *L'Art poétique*, linhas 37-38.
65. Goethe, *Fausto*, Parte I, tradução da Biblioteca Everyman, p. 116.
66. *Collection complète*, I, 196n.
67. Horace Walpole, carta de 31 de dezembro de 1769, to Horace Mann.
68. *Boswell on the Grand Tour: Germany and Switz.*, 150.
69. *Ibid.*, 215.
70. 217.
71. 219.
72. 229.
73. 230-31.
74. 254.
75. 258-68.
76. In Vaughn, *Political Writings of Rousseau*, II, 293.
77. Macdonald, Frederika, *Jean-Jacques Rousseau*, II, 118.
78. Vaughn, II, 369n.
79. *Ibid.*, 350.
80. 338.
81. Carta de 26 de fevereiro de 1770.
82. Morley, *Rousseau and His Era*, II, 94.
83. Carta de 10 de março de 1765.
84. Carta de 29 de março de 1765.
85. Macdonald, F., II, 123.
86. *Confissões*, II, 301.
87. *Ibid.*
88. Carta de 1º de outubro de 1765.
89. *Confissões*, II, 302.
90. *Ibid.*
91. Rousseau, *Reveries*, 106.
92. *Ibid.*, 108; cf. *Confissões*, 308.
93. Morley, *Rousseau*, II, 117.
94. *Confissões*, II, 312.
95. Hendel, *Citizen of Geneva*, 326.
96. Burton, *Life of David Hume*, II, 299.
97. Macdonald, F., II, 166.
98. *Ibid.*, 213-14.
99. Walpole, Carta de 12 de janeiro de 1766.
100. Macdonald, II, 168.
101. Lemaître, 322; Macdonald, II, 172.
102. *Ibid.*, II, 171.
103. Morellet, *Mémoires*, in Mossner, *Life of Hume*, 575.
104. *Ibid.*, 517.
105. 518.
106. Faguet, *Vie de Rousseau*, 332.
107. In Burton, *Hume*, II, 304, 309.
108. Hume, carta a Lord Charlemont, in Mossner, 523.
109. Mossner, 519.
110. *Boswell on the Grand Tour: Italy, Corsica, France*, 279.
111. Mas resumido por Robert Isham, que os leu antes de sua destruição pelos executores.
112. *Boswell on the Grand Tour: Italy...*,

- 277-81.  
 113. Mossner, 521.  
 114. *Ibid.*, 523.  
 115. Carta de 10 de maio de 1766, in Hendel, *Citizen of Geneva*, 336.  
 116. Carta de 24 de abril de 1766, in Hendel.  
 117. Josephson, 460.  
 118. Macdonald, F., II, 186-209.  
 119. Mossner, 529.  
 120. Macdonald, II, 171.  
 121. *Ibid.*, 174.  
 122. Josephson, 464; Morley, *Rousseau*, II, 133.  
 123. Josephson, 467.  
 124. Morley, II, 135.  
 125. *Ibid.*  
 126. Josephson, 471.  
 127. Faguet, *Vie de Rousseau*, 361; Ségur, *Julie de Lespinasse*, 203.

## CAPÍTULO IX

1. Vaussard, *La Vie quotidienne en Italie au xviii<sup>e</sup>*, 27.
2. *Ibid.*, 107.
3. 105.
4. 125.
5. Smith, D. E., *History of Mathematics*, I, 519.
6. Baedeker, *Northern Italy*, 471.
7. James, E. E., *Bologna*, 178-80.
8. Casanova, *Memoirs*, I, 14.
9. Rolland, Romain, *Musical Tour through the Land of the Past*, 167.
10. *Ibid.*
11. *Ibid.*
12. *Réalités*, novembro de 1954, p. 45.
13. Láng, *Music in Western Civilization*, 354.
14. Grout, D. J., *Short History of Opera*, 196.
15. Kirkpatrick, R., *Domenico Scarlatti*, 94.
16. Einstein, Alfred, *Gluck*, 101.
17. Lee, Vernon, *Studies of the 18th Century in Italy*, 206.
18. Vaussard, 82.
19. De Sanctis, *History of Italian Literature*, II, 825.
20. Vaussard, 83.
21. *Ibid.*, 86.
22. 88.
23. Campbell, T. J., *The Jesuits*, 424.
24. McCabe, Jos., *Candid History of the Jesuits*, 287.
25. Renard and Weulersee, *Life and Work in Modern Europe*, 276.
26. Chesterfield, *Letters*, 28 de fevereiro de 1749.
27. Einstein, *Gluck*, 15.
28. Coleção Gatti-Cazazza, Veneza.
29. Coleção particular, Veneza.
30. *Ibid.*
31. Museu Civico, Bassano.
32. Voltaire, *Obras*, VIIIa, 5.
33. Molmenti, P., *Venice*, Parte III: *The Decadence*, I, 37.
34. *Ibid.*, 49.
35. Molmenti, *The Decadence*, II, 17, 146.
36. *Ibid.*, 48.
37. 49.
38. Rousseau, *Confissões*, I, 301; Molmenti, II, 93.
39. Vaussard, 180.
40. Goldoni, *Memoirs*, 178.
41. Rousseau, *Confissões*, I, 292.
42. Molmenti, I, 169; Vaussard, 195.
43. *Grove's Dictionary of Music*, III, 314.
44. Pincherle, *Vivaldi*, 16.
45. *Ibid.*, 17.
46. Rolland, *Musical Tour*, 187.
47. Pincherle, 67.
48. E. g., Concerto para violino em E, Concerto Grosso em D Menor.
49. Pincherle, 61.
50. *Ibid.*, 229-32.
51. *Time*, 29 de novembro de 1963.
52. Coleção Lord Walpole.
53. Galeria Brera, Milão.
54. Boston Museum of Fine Arts; Coleção Wallace.
55. National Gallery, Londres.
56. Coleção Wallace.
57. Londres, Viena, Genebra.
58. Nova York.
59. Turim.
60. Louvre.
61. Coleção Duque de Devonshire.
62. Levey, *Painting in 18th-Century Venice*, 92.
63. Anôn., *Tiepolo*, 34.
64. Ospedaletto, Veneza.
65. E.g., Sitwell, S., *Southern Baroque Art*, 35.
66. Molmenti, *Tiepolo*, 19; Venturi, L., *Italian Painting from Caravaggio to Modigliani*, 74.
67. Carta de 13 de março de 1734, in Rol-

- land, *Musical Tour*, 149.
- 67a. Goodoni, *Memoirs*, 184.
68. Casanova, *Memoirs*, II, 276.
69. Kirkpatrick, *Scarlatti*, 29; Vaussard, 193.
70. Goldoni, *Memoirs*, I, 4.
71. *Ibid.*, 179.
72. 183.
73. Garnett, R., *History of Italian Literature*, 323.
74. Gozzi, Carlo, *Memoirs*, II, 110 f.
75. Molmenti, *Venice: Decadence*, I, 168.
76. Goldoni, *Memoirs*, 346.
77. *Ibid.*, introd., xi.
78. Gibbon, Edward, *Memoirs*, 7.
79. Goldoni, *Memoirs*, xxi.
80. Sitwell, S., *German Baroque Art*, 70.
81. Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, VI, 675.
82. Ranke, *History of the Popes*, III, 472.
83. *New Cambridge Modern History*, VII, 284.
84. Funk, F.X., *Manual of Church History*, II, 180.
85. Macaulay, *Ensaio*, II, 179.
86. De Brosses in McCabe, Jos., *Crises in the History of the Papacy*, 354.
87. *Correspondance de Benoit XIV*, II, 268, in McCabe, *Crises*, 354.
88. *CMH*, VI, 591.
89. Ford, Miriam de, *Love Children*, 205.
90. Lanfrey, P., *L'Église et les philosophes*, 190.
91. Putnam, G. H., *Censorship of the Church of Rome*, II, 60.
92. Sime, James, *Lessing*, I, 92.
93. Stirling-Maxwell, *Annals of the Artists of Spain*, IV, 1393.
94. Gershoy, Leo, *From Despotism to Revolution*, 146.
95. *CMH*, VI, 598.
96. *Ibid.*, 599.
97. Robertson, *Short History of Freethought*, II, 369.
98. Vico, Giambattista, *Autobiography*, III.
99. Croce, B., *Philosophy of Giambattista Vico*, 252.
100. Vico, *The New Science*, Nº 31.
101. *Ibid.*, Nos. 916-18; ousamos melhorar a tradução.
102. Nos. 922-24.
103. 925-27.
104. Vico, *Autobiography*, 171.
105. *The New Science*, No. 1104.
106. 1105.
107. 417-24.
108. 873-80.
109. 361.
110. *Autobiography*, 173.
111. *The New Science*, No. 1110.
112. Croce, *Philosophy of Vico*, 269.
113. *Ibid.*, 274.
114. Croce, *Filosofia di G. B. Vico* (1911).
115. Grout, *Opera*, 200.
116. *Ibid.*, 208.
117. *Oxford History of Music*, IV, 185.
118. Burney, Charles, *General History of Music*, II, 917.
119. *Grove's Dictionary*, II, 785.
120. *Ibid.*
121. *Ibid.*
122. Beckford, Wm., *Travel Diaries*, II, 167.
123. Lee, Vernon, *Studies*, 194.
124. Kirkpatrick, *Scarlatti*, 21.
125. *Ibid.*, 32.
126. 33.
127. Introd. ao Victor Album das Sonatas de Scarlatti.
128. Kirkpatrick, 58.
129. *Ibid.*, 103.
130. Particularmente agradáveis: Nos. 13, 23, 25, 104, and 338, in the Longo numbering.
131. Cox, Wm., *Memoirs of the Kings of Spain*, IV, 231.

## CAPÍTULO X

1. Beckford, *Travel Diaries*, II, 171.
2. Cheke, Marcus, *Dictator of Portugal*, 4.
3. Day, Clive, *History of Commerce*, 186; *History Today*, November, 1955, p. 730.
4. Frederico o Grande, *Mémoires*, I, 28; Stirling-Maxwell, IV, 1385.
5. *New CMH*, VII, 289.
6. Stephens, H. M., *Story of Portugal*, 354.
7. *Enc. Brit.*, XX, 681b.
8. *History Today*, November, 1955, p. 731.
9. Campbell, *The Jesuits*, 431.
10. Cheke, 50.
11. *Ibid.*, III.
12. *History Today*, November, 1955, p. 733.
13. *Veja Começa a Idade da Razão*.
14. Cheke, 106.
15. McCabe, *The Jesuits*, 262.
16. Lanfrey, *L'Église et les philosophes*, 258; Cheke, 114.

17. Nossa narrativa baseia-se em Cheke, 118f.
18. Lanfrey, 259.
19. Cheke, 132.
20. Lanfrey, 260.
21. McCabe, *Jesuits*, 263.
22. Campbell, *Jesuits*, 462.
23. Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 152; Cheke, 140.
24. Voltaire, *Obras*, XVIa, 243.
25. Cheke, 155.
26. *Ibid.*, 157.
27. Voltaire, XVIa, 243.
28. Gershoy, 153; Cheke, 204.
29. Gershoy, 154.
30. Stephens, *Portugal*, 367.
31. Lea, H. C., *History of the Inquisition in Spain*, III, 310n.
32. Bell, Aubrey, *Portuguese Literature*, 277.
33. Cheke, 251.
34. *Ibid.*, 268.
35. *Ibid.*
18. Coxe, *Memoirs of the Kings of Spain*, IV, 141-43.
19. Trevor-Roper, *Historical Essays*, 268.
20. Herr, 75.
21. Carta de d'Alembert a Voltaire, 13 de maio de 1773, in Robertson, J. M., *Short History of Freethought*, II, 372.
22. Herr, 63.
23. *Ibid.*, 77.
24. Ségur, *Lespinasse*, 254.
25. Altamira, 508.
26. Lea, *Inquisition*, IV, 307.
27. Herr, 210.
28. Micheler, *Histoire de France*, V, 439.
29. Stokes, *Goya*, 147.
30. Coxe *Kings of Spain*, IV, 235.
31. Cartas de um oficial inglês, 1788, in Buckle, IIa, 92.
32. Coxe, IV, 236.
33. Hume, Martin, *Spain: Its Greatness and Decay*, 397.
34. Coxe, IV, 408.
35. Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 163.
36. Coxe, IV, 341.
37. *Ibid.*, 361.
38. Campbell, *Jesuits*, 511-12.
39. *Ibid.*, Lanfrey, L'Église et les philosophes, 280.
40. Coxe, IV, 362.
41. *Ibid.*, 363.
42. Lanfrey, 282.
43. Campbell, 517-18.
44. *Ibid.*, 519; Lanfrey, 281.
45. Coxe, IV, 368.
46. Herr, 23.
47. *Ibid.*
48. 205.
49. 29.
50. 208.
51. Kany, 356-57.
52. Buckle, IIa, 86; Robertson, *Freethought*, II, 372.
53. Herr, 210; Robertson, 373.
54. Herr, 35; Trevor-Roper, 264.
55. Coxe, IV, 412-16; Casanova, *Memoirs*, II, 344.
56. Altamira, 438.
57. Fitzmaurice-Kelly, *History of Spanish Literature*, 357.
58. Rev. Geo. Edmundsen, in *CMH.*, VI, 384.
59. Vallentin, 5.

## CAPÍTULO XI

1. Altamira, R., *History of Spain*, 483, 466; Ogge, D., *Europe in the 17th Century*, 22; *New CMH*, VII, 271.
2. Herr, Richard, *The Eighteenth-Century Revolution in Spain*, 106; veja também Altamira, 467-68.
3. Herr, 96.
4. Altamira, 460; Stokes, Hugh, *Francisco Goya*, 187.
5. Klingender, F. D., *Goya in the Democratic Tradition*, 4n.
6. *Ibid.*, 4-5; Campbell, *Jesuits*, 424.
7. Kany, C. E., *Life and Manners in Madrid*, 1750-1800, 375.
8. Vallentin, A., *This I Saw*, 26.
9. Lea, *Inquisition in Spain*, III, 308-10; IV, 523.
10. Martin, H., *France*, XV, 114-15.
11. Ticknor, Geo., *History of Spanish Literature*, III, 244.
12. Lea, IV, 530.
13. Buckle, H. T., *Introd. to the History of Civilization in England*, IIa, 61.
14. *CMH*, VI, 124.
15. Voltaire, XIXa, 214.
16. Burney, Charles, *History of Music*, II, 815-16.
17. Kany, 392.

60. Herr, 54.
61. *Ibid.*, 57.
62. Buckle, IIa, 98.
63. *Ibid.*, 94.
64. Herr, 128.
65. *CMH*, VI, 383.
66. Herr, 148.
67. *Ibid.*, 141-42.
68. 150.
69. Kany, 24; Vallentin, 26.
70. Kany, 38.
71. *Ibid.*, 18.
72. Hume, Martin, *Spain*, 411.
73. Stokes, 188; Kany, 214.
74. Laborde, *Spain*, in Buckle, IIa, 114
75. Kany, 24.
76. *Ibid.*, 280.
77. Casanova, II, 348.
78. Kirkpatrick, *Scarlatti*, 132.
79. Altamira, *History of Spanish Civilization*, 183.
80. Trevor-Roper, 264.
81. Kany, 345; Buckle, IIa, 95.
82. Ticknor, III, 256; Herr, 165.
83. Ticknor, III, 262.
84. *Ibid.*, 273.
85. Vallentin, 144.
86. Calvert, A. F., *Royal Palaces of Spain*, 97.
87. Catedral de Salamanca,
88. Prado.
89. Coleção particular, Zurique.
90. Prado.
91. Poore, Charles, *Goya*, 156.
92. Calvert, *Goya*, 55.
93. Poore, 48.
94. Um na Coleção Frick, Nova York.
95. Prado.
96. Prado.
97. Vallentin, 93.
98. Trevor-Roper, 266.
99. Vallentin, 111.
100. *Ibid.*, 112.
101. E.g., Malraux in *Goya, Drawings from the Prado*, xiv.
102. Lassigne, J., *Spanish Painting: From Velázquez to Picasso*, 89.
103. Vallentin, 112.
104. *Ibid.*, 119.
105. Coleção do Duque de alba.
106. *Goya, Drawings*, Prancha 4.
107. Coleção da Sociedade Hispânica, Nova York.
108. Vallentin, 195.
109. *Ibid.*, 203.
110. Prado.
111. Vallentin, 183.
112. Academia de San Fernando, Madri.
113. National Gallery, Washington.
114. Academia de San Fernando, Madri.
115. Klingender, *Goya*, 92.
116. *Goya, Drawings*, 123.
117. *Ibid.*, 130.
118. 170.
119. Academia de San Fernando.
120. *Goya, Drawings*, 112.
121. *Ibid.*, 89-117.
122. 118.
123. Vallentin, 223.
124. Ambos no Prado.
125. Metropolitan Museum of Art, Nova York.
126. In *Goya, The Disasters of War*, No. 23.
127. *Ibid.*, No. 12.
128. No. 44.
129. No. 47.
130. No. 18.
131. Essas pinturas da Quinta del Sordo estão no Prado.
132. Lassigne, *Spanish Painting: From Velázquez to Picasso*, 106.

## CAPÍTULO XII

1. Goethe, *Letters from Italy*, 16 de setembro de 1786.
2. *Ibid.*, 12 e 17 de setembro de 1786.
3. Gozzi, Carlo, *Memoirs*, II, 7.
4. *Ibid.*, 100-03.
5. Hazlitt, W. C., *The Venetian Republic*, II, 323.
6. Casanova, *Memoirs*, II, 110.
7. Renard and Weulersee, *Life and Work in Modern Europe*, 275.
8. Pearson, Hesketh, *Johnson and Boswell*, 171.
9. Goethe, *Letters from Italy*, 25 de outubro de 1786.
10. *CMH*, VI, 601.
11. Winckelmann, J., *History of Ancient Art*, I, 48.
12. Goethe, *Letters from Italy*, 17 de março de 1787.
13. Vaussard, 74.
14. Friedländer, Ludwig, *Life and Manners under the Early Empire*, II, 78.
15. Goethe, 27 de outubro de 1786.



16. Vaussard, 84.
17. *Ibid.*, 89.
18. Bury, J. B., *History of Freedom of Thought*, 122.
19. McCabe, *The Jesuits*, 346.
20. E.g., Lanfrey, *Histoire politique des papes*, 384; id., *L'Église et les philosophes*, 305.
21. Campbell, *Jesuits*, 536.
22. McCabe, *Jesuits*, 346.
23. Ranke, *History of the Popes* II, 449-50.
24. Campbell, 538.
25. *Ibid.*, 541.
26. McCabe, 355.
27. Campbell, 563.
28. Mozart, carta de 4 de agosto de 1770, in Anderson, Emily, *Letters of Mozart*, I, 227.
29. Jahn, *Life of Mozart*, I, 151.
30. Blom, Eric, *Mozart*, 57.
31. Goethe, *Letters from Italy*, 24 de novembro de 1786.
32. Vaussard, 141-43.
33. Beccaria, *Dei delitti e delle pene* (1766 ed.), p. II.
34. Carlyle, "Conde Cagliostro", in *Essays (Works)*, III, 187-92.
35. Goethe, *Letters*, 13 e 14 de abril de 1787.
36. Casanova, I, 13.
37. *Ibid.*, 14.
38. 123.
39. Introd. xx
40. 210.
41. 211.
42. 219.
43. 287.
44. 330.
45. 406-7.
46. II, 370, 393.
47. *Ibid.*, 340.
48. Gilbert, O. P., *The Prince de Ligne*, 157.
49. Winckelmann, I, 3.
50. *Ibid.*, 9.
51. 18.
52. 21.
53. Pater, Walter, *The Renaissance*, 155.
54. In Brandes, *Goethe*, II, 244.
55. Winckelmann, I, 31.
56. In Muther, *History of Modern Painting*, I, 81.
57. Pater, *Renaissance*, 148.
58. Winckelmann, I, 46.
59. *Ibid.*, 60.
60. II, 319.
61. I, 64.
62. *Ibid.*
63. *Ibid.*
64. *Ibid.*
65. I, 70.
66. 287.
67. 77.
68. 76, 84.
69. 86.
70. In Pater, 147.
71. Ambos no Museu Correr, Veneza.
72. Bons exemplos na Biblioteca Morgan, Nova York, e no Metropolitan Museum of Art.
73. Levey, *Painting in Venice*, 103.
74. Poldi-Pezzoli Museum, Milão.
75. Louvre.
76. Ältere Pinakothek, Munique.
77. Muther, I, 86.
78. Winckelmann, I, 407.
79. Prado.
80. Jahn, *Mozart*, III, 1, 15.
81. Burney, Fanny, *Diary*, 72-73.
82. Burney, Charles, *History of Music*, II, 886-91.
83. Einstein, Albert, *Gluck*, 151.
84. *Grove's Dictionary*, IV, 174.
85. *Ibid.*, 509.
86. Einstein, *Gluck*, 149.
87. *Grove's*, I, 650.
88. Tradução Richard Garnett (*History of Italian Literature*, 300).
89. In De Sanctis, II, 831.
90. Alfieri, Vittorio, *Autobiography*, Epoch I, Ch. i.
91. *Ibid.*, Epoch II, Ch. iv.
92. III, iii.
93. III, xii.
94. Alfieri, *Of Tyranny*, 102.
95. *Ibid.*, Livro I, Seção I.
96. II, vii.
97. II, viii.
98. I, ix.
99. I, viii.
100. "Provisão" a *Of Tyranny*.
101. *Autobiography*, Epoch IV, Ch. viii.
102. Epoch I, Ch. viii.
103. IV, v.
104. IV, xx.
105. IV, xvi.

## CAPÍTULO XIII

1. Gilbert, *Prince de Ligne*, 29, 57.
2. *Ibid.*, 135.
3. Mowat, R. B., *Age of Reason*, 96.
4. Frederico, o Grande, *Guerre de Sept Ans*, 386.
5. Gooch, G. P., *Maria Theresa*, 3.
6. Jahn, *Mozart*, I, 65.
7. Voltaire, *Obras*, XVIa, 167.
8. Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 89.
9. Campbell, *Jesuits*, 433.
10. Paulsen, F., *German Education*, 147-49.
11. Schoenfeld, Hermann, *Women of the Teutonic Nations*, 297.
12. Padover, *The Revolutionary Emperor*, 100.
13. Casanova, *Memoirs*, I, 147.
14. Frederico, *Guerre de Sept Ans*, 387.
15. Renard and Weulersce, *Life and Work in Modern Europe*, 305.
16. Padover, 20.
17. Stryiński, *Eighteenth Century*, 64.
18. *Ibid.*
19. Jahn, I, 67.
20. Frederico, *Guerre de Sept Ans*, 387.
21. Casanova, I, 148.
22. *Enc. Brit.*, XIII, 151b.
23. Padover, 34.
24. *Enc. Brit.*, I.C.
25. Padover, 34.
26. *Ibid.*, 37.
27. 41.
28. Gooch, *Maria Theresa*, 14.
29. Padover, 47.
30. Mann, Thos., *Three Essays*, 165.
31. Gooch, 21-29; Padover, 67.
32. Gooch, 29.
33. Padover, 134.
34. *Ibid.*, 134, 30.
35. 136.
36. 84; Gooch, 29.
37. Padover, 89.
38. Gooch, 65.
39. *Ibid.*, 66.
40. Padover, 77.
41. Gooch, 41.
42. Padover, 90-93.
43. Lewis, D. B. Wyndham, *Four Favorites*, 202.
44. Gershoy, 89.
45. Riedl, Frederick, *History of Hungarian*

*Literature*, 77-81.

46. Hazard, *European Thought*, 109.
47. Padover, 73.
48. *Ibid.*, 74.
49. 81.
50. Gooch, 70.
51. Martin, *France*, XVI, 392.
52. *Ibid.*, 391.
53. Padover, 94; CMH, VI, 628.
54. Parton, James, *Daughters of Genius*, 402. Cf. Cox, *History of the House of Austria*, III, 485-86.
56. Richard, Ernst, *History of German Civilization*, 380.
57. Padover, 181.
58. *Ibid.*, 178.
59. 279.
60. 281.
61. 285; Gershoy, 100.
62. Gershoy, 101.
63. Padover, 286.
64. Cox, *House of Austria*, III, 491n.
65. Lanfrey, *L'Église et les philosophes*, 356.
66. Padover, 212.
67. Jahn, *Mozart*, II, 401.
68. Padover, 214-15.
69. *Ibid.*
70. *History Today*, setembro de 1955, p. 615.
71. Padover, 246.
72. Cox, III, 493.
73. Padover, 243.
74. Vambéry, *The Story of Hungary*, 385.
75. Padover, 299.
76. *Ibid.*, 311.
77. Cox, III, 526.
78. Padover, 329.
79. *Ibid.*, 345.
80. 373.
81. 360.
82. 364.
83. 383.
84. *History Today*, setembro de 1955, p. 620.
85. Gilbert, O. P., *Prince de Ligne*, 193.
86. Cox, III, 541.
87. Carlyle, *History of Friedrich the Second*, VII, 492.
88. Padover, 287.

## CAPÍTULO XIV

1. Jahn, *Mozart*, II, 202.
2. Weinstock, Herbert, *Handel*, 268.

3. Rolland, *Musical Tour*, 208.
4. Rolland, *Essays in Music*, 176.
5. Einstein, *Gluck*, 59.
6. In Brockway and Weinstock, *The Opera*, 66.
7. Einstein, *Gluck*; *Grove's Dictionary of Music*, II, 401.
8. Láng, P. H., *Music in Western Civilization*, 659.
9. Faguet, E., *Rousseau artiste*, 191; Einstein, *Gluck*, 137.
10. Brockway and Weinstock, *Opera*, 97.
11. Einstein, 138.
12. Faguet, *Rousseau artiste*, 191.
13. *Grove's*, II, 400.
14. Rolland, *Essays*, 197-98.
15. *Kobbé's Complete Opera Book*, 42.
16. Rolland, *Essay*, 179.
17. Einstein, 146.
18. Burney, C., *History of Music*, II, 973.
19. Einstein, 151.
20. Vigée-Lebrun, Mme., *Memoirs*, 70.
21. *Kobb's*, 52.
22. *Grove's*, IV, 174.
23. Einstein, 182.
24. Pratt, W. S., *History of Music*, 362.
25. Clark, Robert, *Herder*, 108, 429.
26. *Grove's*, II, 566.
27. Geiringer, Karl, *Haydn*, 44.
28. *Grove's*, II, 568.
29. Geiringer, 52-54.
30. *Ibid.*, 55.
31. *Grove's*, II, 570.
32. Jahn, II, 349.
33. Geiringer, 77.
34. *Ibid.*, 89.
35. 99.
36. *Grove's*, II, 574.
37. Geiringer, 108.
38. *Ibid.*, 110.
39. 121.
40. Jacob, H. E., *Joseph Haydn*, 222.
41. *Ibid.*, 267.
42. Geiringer, 168.
43. *Ibid.*, 167.
44. McKinney and Anderson, *Music in History*, 465.
45. *Grove's*, II, 582.
3. I, 28.
4. 33.
5. Blom, *Mozart*, 26.
6. Biancolli, *Mozart Handbook*, 129.
7. Jahn, I, 39.
8. *Ibid.*, 107.
9. 119.
10. 129.
11. 132.
12. 137.
13. *Ibid.*
14. Wyzewa and Saint-Foix, *W. A. Mozart*, I, 470.
15. *Ibid.*, 474.
16. Jahn, I, 149.
17. *Ibid.*, 344.
18. Anderson, E., *Letters of Mozart*, I, 403.
19. *Ibid.*, 395.
20. Einstein, *Mozart*, 41.
21. Anderson, II, 686-88.
22. *Ibid.*, 695.
23. 681-83.
24. 700-09.
25. Einstein, *Mozart*, 30-31.
26. Anderson, II, 925.
27. Blom, 88; Jahn, II, 65-66.
28. Carta de 6 de maio de 1781, in Einstein, 54.
29. Jahn, II, 171.
30. *Ibid.*, 176.
31. 179.
32. 184.
33. Anderson, II, 1100.
34. Carta de 25 de julho de 1781, in Anderson, II, 1121.
35. Anderson, III, 1166-69.
36. Einstein, 458.
37. Jahn, II, 413.
38. *Ibid.*, 419.
39. 420.
40. 439.
41. 337, 422.
42. Einstein, 238.
43. Carta de Leopold Mozart, de 14 de fevereiro de 1785, in Anderson, III, 1321.
44. Anderson, 1329.
45. Carta de 10 de abril de 1784, in Einstein, 265.
46. *Grove's*, III, 563.
47. Einstein, 223.
48. Biancolli, 345.
49. Einstein, 214.
50. Biancolli, 355.

## CAPÍTULO XV

1. Jahn, *Mozart*, II, 437.
2. *Ibid.*, I, 21n.

51. *Ibid.*, 374.
52. 367-69; Blom, 183.
53. Einstein, 280.
54. Goethe, *Poetical Works*, 120. In *Works*.
55. "His Master's Voice" Record C2736.
56. Jahn, II, 440; Nettle, Paul, *Mozart and Masonry*, 112.
57. Biancolli, 132.
58. Rolland, *Essays*, 246.
59. *Ibid.*
60. Por exemplo na carta de 5 de novembro de 1777: "I wish you good night, but first shit into your bed." E em 13 de novembro: "I've been shitting, so 'tis said, nigh twenty-two years through the same old hole, which is not yet frayed one bit." (Anderson, II, 525, 546).
61. Carta de 31 de janeiro de 1778.
62. Carta de 26 de setembro de 1777.
63. Nettle, 122.
64. Jahn, II, 269-71.
65. *Ibid.*
66. E.g., cartas de 13 de abril de 1789, e 30 de setembro de 1790.
67. Carta de 7 de junho de 1783.
68. Carta de 20 de fevereiro de 1784.
69. Carta de 31 de julho de 1782.
70. Anderson, II, 826.
71. Nettle, 115; Ghéon, *In Search of Mozart*, 216.
72. Anderson, III, 450.
73. Jahn, II, 304; Nettle, 120.
74. Einstein, 57.
75. Jahn, II, 295.
76. *Ibid.*
77. 298.
78. Einstein, 57.
79. Anderson, III, 1253.
80. *Ibid.*, 1296.
81. In Biancolli, 138.
82. Jahn, II, 412.
83. Einstein, 442.
84. Jahn, III, 134.
85. *Ibid.*, 140.
86. Goethe a Schiller, 30 de dezembro de 1797.
87. Anderson, III, 1360.
88. Blom, 138.
89. *Ibid.*
90. Cartas de 14 de dezembro de 1789, in Anderson, III, 1383-85.
91. Brockway and Weinstock, *Opera*, 91.
92. Anderson, III, 1398-99.

93. Jahn, II, 278-80.
94. Nettle, 116.
95. Biancolli, 421.
96. Jahn, III, 285.
97. Einstein, 363.
98. Grout, *Short History of Opera*, 294.
99. Biancolli, 554.
100. Nettle, 117.
101. Stendhal in Clark, B. H., *Great Short Biographies of the World*, 999.

## CAPÍTULO XVI

1. Montagu, Lady Mary W., *Letters*, I, 372; cf. Macdonald, Duncan, *The Religious Attitude to Life in Islam*, 126.
2. Lane, Edward W., *Manners and Customs of the Modern Egyptians*, I, 148; Macdonald, Duncan, *Development of Muslim Theology*, 283; Wherry, E. M., *Commentary on the Quran*, I, 281.
3. Macdonald, D., *Religious Attitude*, 126.
4. Doughty, Charles M., *Travels in Arabia Deserta*, II, 99.
5. Halsband, Robert, *Life of Lady Mary Wortley Montagu*, 73.
6. Lane-Poole, Stanley, *Story of Turkey*, 319.
7. Burton, Sir Richard, *Personal Narrative of a Pilgrimage to Al-Madinah and Meccah*, II, 94.
8. Carta de 18 de abril de 1717, in Montagu, *Letters*, I, 318.
9. Carta de 1º de abril de 1717, no mesmo, 286.
10. Friedländer, L., *Roman Life and Manners*, II, 201.
11. Frederick, *Mémoires*, I, 55.
12. Sir Wm. Petty, *Political Arithmetic* (1683).
13. Halsband, 74.
14. *Veja A Era de Luís XIV*, 425-26.
15. Lane, I, 272.
16. Lane-Poole, *Cairo*, 180.
17. Lane, I, 98.
18. *Ibid.*, 66.
19. *Enc. Brit.*, I, 618a.
20. *Ibid.*, XV, 816d.
21. Toynbee, *A Study of History*, I, 162.
22. Browne, Edward G., *Literary History of Persia*, IV, 135.
23. *Ibid.*, 136; Sykes, Sir Percy, *History of Persia* II, 260.

24. *Ibid.*, 267.
25. *Enc. Brit.*, XII, 705b; Pope, Arthur U., *Survey of Persian Art*, IV, 470, 497-506.
26. Sykes, II, 201.
27. Pope, Arthur U., *Introduction to Persian Art*, 140.
28. Browne, E. G., IV, 282.
29. *Ibid.*, 292-96.

## CAPÍTULO XVII

1. Frederico o Grande, *Mémoires*, I, 207.
2. Lyashchenko, Peter, *History of the National Economy of Russia*, 271-73.
3. *Ibid.*
4. Réau, Louis, *L'Art russe*, II, 88.
5. Florinsky, M. T., *Russia: A History and an Interpretation*, I, 575.
6. Mavor, James, *Economic History of Russia*, I, 477.
7. Réau, II, 88.
8. Mavor, I, 498-99.
9. Bernal, J. D., *Science in History*, 360.
10. Coxé, *Travels in Poland, Russia, Sweden, and Denmark*, I, 281-82.
11. Castéra, J., *History of Catherine II*, 174.
12. Dorn, *Competition for Empire*, 70.
13. Florinsky, I, 600; Brückner, A., *Literary History of Russia*, 113.
14. Coxé, *Travels*, I, 322.
15. Masson, *Memoirs of Catherine II and Her Court*, 250.
16. Pougin, Arthur, *Short History of Russian Music*, 10f.
17. Réau, II, 55.
18. Brückner, 78.
19. Waliszewski, K., *History of Russian Literature*, I, 57.
20. Wiener, Leo, *Anthology of Russian Literature*, I, 224-29.
21. Rambaud, Alfred, *History of Russia*, II, 170.
22. Waliszewski, *Peter the Great*, 224.
23. Waliszewski, *Russian Literature*, 83.
24. *Ibid.*
25. 85.
26. Catarina a Grande, *Memoirs*, 60.
27. Waliszewski, *Romance of an Empress*, 47.
28. *Ibid.*
29. 25.
30. Kluchevsky, V. O., *History of Russia*, IV, 354.
31. Catarina, *Memoirs*, 58.
32. Gooch, G. P., *Catherine the Great*, II.
33. *CMH*, VI, 317.
34. Carlyle, *History of Frederick the Second*, V, 294.
35. Waliszewski, *Romance of an Empress*, 34.
36. Kluchevsky, IV, 358.
37. Casanova, *Memoirs*, I, 33-34.
38. *CMH*, VI, 658.
39. Catarina, *Memoirs*, 28.
40. *Ibid.*, 44-45.
41. 29-30.
42. 54.
43. 62.
44. 63.
45. 65.
46. *CMH*, VI, 659.
47. Waliszewski, *Romance*, 78.
48. *Ibid.*
49. Kluchevsky, IV, 360.
50. Castéra, 122-23.
51. Waliszewski, *Romance*, 91.
52. Catarina, *Memoirs*, 203.
53. Castéra, 89.
54. Walpole, H., *Memoirs of the Reign of King George III*, I, 145.
55. Catarina, *Memoirs*, 208.
56. Gooch, *Catherine*, 8.
57. Catarina, 301.
58. *Ibid.*, 240.
59. 255 f.
60. Waliszewski, *Romance*, 102; Grocker, *The Embattled Philosopher*, 378.
61. Catarina, 271-74; Waliszewski, *Romance*, 119.
62. *Ibid.*, 125.
63. Catarina, 282.
64. Waliszewski, *Romance*, 145.
65. *Enc. Brit.*, XVII, 645b.
66. Castéra, 153.
67. Rambaud, II, 175.
68. Kluchevsky, IV, 366.
69. Castéra, 147, 157.
70. *Ibid.*, 156; *CMH*, VI, 328.
71. Kluchevsky, IV, 362.
72. Castéra, 152.
73. Waliszewski, *Romance*, 166.
74. *Ibid.*, 166; Castéra, 158.
75. Waliszewski, 166.
76. *Ibid.*, 164.
77. Gooch, *Catherine*, 16.
78. Catarina, 343.

79. *Ibid.*
80. Waliszewski, *Romance*, 176.

## CAPÍTULO XVIII

1. Carta de Catarina a Potemkin, 2 de agosto de 1762, in Catarina, *Memoirs*, 347.
2. Kluchevsky, IV, 371.
3. Catarina, 345.
4. Kluchevsky, IV, 371.
5. Catarina, 345.
6. Florinsky, I, 502.
7. *CMH*, VI, 663.
8. Waliszewski, *Romance of an Empress*, 199.
9. *Ibid.*
10. Catarina, 370.
11. Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 303.
12. Rambaud, II, 207.
13. Florinsky, I, 504.
14. Brandes, *Voltaire*, 253.
15. Florinsky, I, 504.
16. Catarina, 263-72.
17. Masson, *Memoirs of Catherine II and Her Court*, 97.
18. Waliszewski, *Romance*, 383-88; Gooch, *Catherine*, 38.
19. Waliszewski, 4-6.
20. Masson, *Memoirs*, 98.
21. *Ibid.*
22. Catarina, 360.
23. *Ibid.*, 20.
24. Lewis, D. B. W., *Four Favorites*, 197.
25. Catarina, 376.
26. *Ibid.*, 48.
27. Gooch, *Catherine the Great*, 45.
28. Masson, *Memoirs*, 116.
29. Waliszewski, *Romance*, 448.
30. Masson, 118.
31. Parton, *Life of Voltaire*, II, 386; Gooch, 58.
32. Voltaire, carta de 18 de maio de 1767, in Desnoiresterres, VI, 380.
33. Parton, II, 388.
34. Desnoiresterres, VI, 380.
35. Carta de 7 de setembro de 1764.
36. Crocker, *Embattled Philosopher*, 373.
37. *Diderot, Oeuvres*, 28.
38. In Ellis, Havelock, *The New Spirit*, 47.
39. Morley, John, *Diderot*, II, 113.
40. *Ibid.*, 114.
41. In Faguet, *Dix-huitième Siècle*, 242.
42. Crocker, 380.
43. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 215.
44. Padover, *Revolutionary Emperor*, 161.
45. Sainte-Beuve, II, 216.
46. Catarina, 365.
47. Castéra, 226; cf. Waliszewski, *Romance*, 371-82.
48. Coxe, *Travels in Poland*, III, 156; Castéra, 385.
49. Citado por Voltaire in *Philosophical Dictionary*, II, 102.
50. Florinsky, I, 511; *CMH*, VI, 686.
51. In Gooch, *Catherine*, 69.
52. Voltaire para Catarina, 26 de fevereiro de 1769.
53. In Rambaud, II, 206.
54. Voltaire, *Phil. Dict.*, art. "Power".
55. *Mavor, Economic History of Russia*, I, 241; Rambaud, II, 211.
56. Waliszewski, *Romance*, 365.
57. Garrison, F., *History of Medicine*, 400.
58. Castéra, *Catherine*, 297; Rambaud, II, 212.
59. *Mavor*, I, 313-14.
60. *Ibid.*, 472.
61. *CMH*, VI, 690.
62. Waliszewski, *Romance*, 298.
63. Lyashchenko, 273.
64. *Mavor*, I, 204-08.
65. Gershoy, 125.
66. Catarina, *Memoirs*, 385.
67. Gershoy, 123.
68. Florinsky, I, 567-68.
69. Waliszewski, *Romance*, 321.
70. *Ibid.*
71. Rambaud, II, 192; *Cambridge History of Poland*, II, 103.
72. Gooch, *Catherine*, 63.
73. Rambaud, II, 192.
74. *CMH*, VI, 674.
75. Citado por George Bancroft in *Literary and Historical Miscellanies*, 359.
76. Gooch, *Catherine*, 51.
77. Lewis, *Four Favorites*, 213.
78. *Ibid.*, 179.
79. 215; Bain, R. N., *The Last King of Poland*, 175.
80. Florinsky, I, 531.
81. Catarina, 15.
82. Gilbert, *Prince de Ligne*, 139; Waliszewski, *Romance*, 209.
83. Castéra, 575.

84. Gooch, *Catherine*, 96.
85. Reddaway, *Frederick the Great*, 340.
86. Waliszewski, *Romance*, 233, 287.
87. *Ibid.*, 388.
88. Catarina, 377.
89. *CMH*, VI, 696.
90. Waliszewski, *Romance*, 237.
91. Wiener, *Anthology of Russian Literature*, I, 272-76.
92. *Ibid.*, 385.
93. 390.
94. 381.
95. Waliszewski, *History of Russian Literature*, 103.
96. Brückner, *Literary History of Russia*, 122.
97. *Ibid.*, 115.
98. 116.
99. 105-07.
100. Waliszewski, *Romance of an Empress*, 342.
101. Réau, *L'Art russe*, II, III.
102. *Ibid.*, 68.
103. Waliszewski, *Romance*, 349.
104. *Enc. Brit.*, XIX, 747b.
105. Waliszewski, *Romance*, 346.
106. Réau, II, 76.
107. *Ibid.*
108. 79.
109. Masson, *Memoirs of Catherine II and Her Court*, 93.
110. Gilbert, *Prince de Ligne*, 143.
111. Brückner, 112.
112. Morley, John, *Diderot*, III, 128; Rambaud, II, 245.
113. *Ibid.*, 247.
114. Masson, *Memoirs*, 303-06.
115. Catarina, 20.
116. Masson, 66.
117. Gooch na introdução a Catarina, *Memoirs*, 10.
118. Otto Höttsch in *CMH*, VI, 701.
6. *Cambridge History of Poland*, II, 75.
7. *Ibid.*, 76-77; Coxe, Wm., *Travels in Poland*, II, 125.
8. *New CMH*, VII, 374; Lewinski-Corwin, E. H., *Political History of Poland*, 286.
9. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 73.
10. Bain, *Last King of Poland*, 100.
11. *Ibid.*, 59.
12. 31-32.
13. *Ver a Era de Luís XIV*, 374, 385-87.
14. *CHP*, II, 24.
15. Lewinski-Corwin, 289.
16. Bain, *Last King*, 55.
17. *Ibid.*, 56.
18. Aldis, *Madame Geoffrin*, 248.
19. Florinsky, *Russia*, I, 517.
20. Aldis, 251.
21. *Ibid.*, 282.
22. *CHP*, II, 116; Bain, 161.
23. Bain, *Last King*, 121.
24. Rambaud, *History of Russia*, II, 188.
25. *CHP*, II, ii8.
26. *CHP*, II, 97-98; Bain, 77-78.
27. Rambaud, II, 188.
28. Bain, *Last King*, 78.
29. *CHP*, II, 120.
30. Voltaire, *Philosophical Dictionary*, art. "Superstition", Seq. III.
31. Martin, H., *Histoire de France*, XVI, 267.
32. *CHP*, II, 102.
33. *Ibid.*, 103.
34. *Ibid.*, Bain, 108.
35. Bain, *Last King*, 108.
36. *Ibid.*, 2.
37. *Enc. Brit.*, XVIII, 143d.
38. Treitschke, *Life of Frederick the Great*, 164.
39. *CMH*, VI, 670.
40. Lewis, D. B. W., *Four Favorites*, 202.
41. Gershoy, 180.
42. Morley, John, *Life of Voltaire*, in *Voltaire*, Obras, XXIb, 346; Florinsky, I, 537.
43. Coxe, *Travels in Poland*, I, 159.
44. Bain, *Last King*, 121.
45. *CHP*, II, 181-82.
46. Bain, 102.
47. *CHP*, II, 181-83.
48. *Ibid.*, 135.
49. Bain, *Last King*, 249.
50. *Ibid.*, 278.
51. *CHP*, II, 155.

## CAPÍTULO XIX

1. Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 37.
2. Goodwin, *The European Nobility*, 161.
3. Waliszewski, *Poland the Unknown*, 127.
4. Bain, R. Nisbet, *The Last King of Poland*, 22; Friedländer, L., *Roman Life and Manners*, II, 162.
5. Bain, 43.

## CAPÍTULO XX

1. In Gooch, *Frederick the Great*, 65.
2. MacLaurin, C., *Mere Mortals*, 195.
3. Mowat, R. B., *The Age of Reason*, 61.
4. Gooch, *Frederick*, 141.
5. Mann, Thos., *Three Essays*, 213.
6. Sir James Harrison in Gooch, *Frederick*, 149.
7. In Rolland, *Musical Tour*, 214.
8. *New York Times*, Mar. 10, 1920.
9. Frederico, carta de 30 de outubro de 1770, in Voltaire e Frederico, *Letters*, 314.
10. Crockier, Lester, *Age of Crisis*, 133.
11. Gooch, *Frederick*, 138.
12. Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 86.
13. Voltaire e Frederico, *Letters*, 249.
14. Frederico a Voltaire, 2 de julho de 1759, e 31 de outubro de 1760, in *Letters*, 256, 270.
15. Bertaut, J., *Napoleon in His Own Words*, 463.
16. Treitschke, *Life of Frederick*, 182.
17. In Hazard, Paul, *European Thought in the 18th Century*, 333.
18. *Sainte-Beuve, Portraits of the 18th Century*, II, 344.
19. *Ibid.*, 347.
20. In Mowat, 105.
21. Morley, in Voltaire, *Obras*, XXIIb, 195.
22. *Sainte-Beuve*, I, 220-21.
23. Voltaire e Frederico, *Letters*, 282.
24. Carlyle, *History of Friedrich the Second*, IV, 179n.
25. Frederico a Voltaire, 10 de fevereiro de 1767.
26. Chesterfield a seu filho, *Letters*, 23 de junho de 1752.
27. Schoenfeld, *Women of the Teutonic Nations*, 299.
28. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 106; Gershoy, 75.
29. Paulsen, *German Education*, 142.
30. Gershoy, 284.
31. Carlyle, *Friedrich*, VII, 201.
32. Gershoy, 76; Renard and Weulersce, *Life and Work in Modern Europe*, 297.
33. *Ibid.*, 299.
34. Bruford, W. H., *Germany in the 18th Century*, 186.
35. *CMH*, VI, 718.
36. Gershoy, 84.
37. Frederico, *Testament* (1768), in *CMH*, VI, 723.
38. Bruford, 22.
39. Casanova, *Memoirs*, I, 349.
40. Burke, *Thoughts ou French Affairs*, in *Reflections on the French Revolution*, 296.
41. Pascal, Roy, *The German Sturm und Drang*, 75-76.
42. Goethe, *Truth and Fiction*, I, 163.
43. Sime, James, *Lessing*, II, 131.
44. Schiller, *Poems*, 219-20. In *Works*.
45. Eckermann and Soret, *Conversations with Goethe*, 79.
46. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 44.
47. Bruford, 39.
48. *Enc. Brit.*, IX, 132b.
49. Padover, *Revolutionary Emperor*, 289; Campbell, Thos., *The Jesuits*, 611.
50. Smith, Preserved, *History of Modern Culture*, II, 404.
51. Smith, N. K., *Commentary to Kant's "Critique of Pure Reason"*, 6.
52. Eckermann, introdução.
53. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 118.
54. *Ibid.*, 116-17.
55. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 251. In *Works*.
56. F. C. Schlosser in Monroe, Paul, *Text-book in the History of Education*, 580.
57. Morley in Voltaire, *Obras*, XXIIb, 153.
58. Nettle, *Mozart and Masonry*, 9.
59. Robertson, J. M., *Short History of Free-thought*, II, 318.
60. *Ibid.*
61. 331.
62. Sime, *Lessing*, I, 27.
63. Garland, H. B., *Lessing*, 154.
64. *Ibid.*, 118.
65. Lessing, *Laocoön*, 190; Ch. xxvi, ad. init.
66. Bosanquet, *History of Aesthetic*, 221n.
67. Lessing, *Laocoön*, 56.
68. *Ibid.*, 57.
69. Sime, II, 4.
70. *Ibid.*, 55.
71. Lessing, *Hamburgische Dramaturgie*, No. 70, in Garland, 64.
72. Lessing, *Sämtliche Schriften*, X, 53, in Sime, II, 206.
73. Sime, II, 85.
74. Casanova, II, 271.
75. *Ver A Era de Voltaire*, 502.
76. Sime, II, 348.



77. Lessing, *Education of the Human Race*, No. 74 (Harvard Classics, Vol. XXXII, 212).
78. *Ibid.*, Nos. 85-86.
79. Brandes, *Goethe*, I, 434; Cassirer, *Philosophy of the Enlightenment*, 190.
80. Sime, II, 300; Brandes, *Goethe*, I, 434
81. Sime, II, 346.
82. *Ibid.*, 330.
83. Klopstock, *The Messiah, ad finem*.
84. Goethe, *Truth and Fiction*, I, 79; II, 5. In *Works*.
85. *Penguin Book of German Verse*, 175.
86. *Ibid.*, 178-90.
87. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 350. In *Works*.
88. Eckermann, 370 (18 de fevereiro de 1829).
89. Boehn, Max von, *Modes and Manners*, IV, 238.
90. Pascal, Roy, *The German Sturm und Drang*, 5.
91. *Ibid.*, 31.
92. Francke, Kuno, *History of German Literature*, 312.
93. *Ibid.*, 310.
94. Boehn, 124.
95. Schloss Tiefurt, perto de Weimar.
96. Schlossmuseum, Weimar.
97. Palácio Sanssouci, Potsdam.
98. Winckelmann, II, 36.
99. Leipzig, Museum der Bildenden Künste.
100. Munique, Neue Pinakothek.
101. Dresden Gemäldegalerie.
102. Winterthur, Museum des Kunstvereins.
103. Schlossmuseum, Weimar.
104. Dresden Gemäldegalerie.
105. Weimar Museum.
106. Jahn, *Mozart*, III, 235.
107. Láng, P. H., *Music in Western Civilization*, 589.
108. *Grove's Dictionary of Music*, I, 175.
109. Jahn, II, 65.
110. *Grove's*, I, 145-55, 177-81.
111. Gooch, *Frederick*, 298.
112. Frederico, *Mémoires*, I, 56 f.
113. Gooch, 309.
114. *Ibid.*, 305.
115. 319.
116. 323.
117. Frederico, *Mémoires*, I, 56.
118. Gooch, *Frederick*, 319.
119. *Ibid.*, 280.
120. 292.
121. 287.
122. 287.
123. 291.
124. 89.
125. 294.
126. In Hauser, Arnold, *Social History of Art*, II, 602.
127. Pascal, Roy, *Sturm und Drang*, 42.
128. Maclaurin *Mere Mortals*, 201.
129. Gooch, *Frederick*, 110.

## CAPÍTULO XXI

1. Paulsen, *Immanuel Kant*, 26n.
2. Überweg, F., *History of Philosophy*, II, 139.
3. T. M. Greene in introdução a Kant, *Religion within the Limits of Reason Alone*, xxviii.
4. *Ibid.*, xxx.
5. Paulsen, *Kant*, 37.
6. Wilson, E. C., *Immanuel Kant*, 3.
7. Herder, *Briefe zur Beförderung der Humanität*, in Paulsen, *Kant*, 40.
8. Williams, H. S., *History of Science*, III, 27-28.
9. Lovejoy, Arthur, *The Great Chain of Being*, 266.
10. Harlow Shapley in Wilson, *Immanuel Kant*, 51.
11. Kant, *Critique of Judgment*, II, 78; Paulsen, 272n.
12. Überweg, II, 150.
13. Paulsen, 272n.
14. In Smith, N. K., *Commentary*, xix.
15. Kant, *Critique of Pure Reason*, 1st ed., 13 (prefácio).
16. *Critique of Judgment* I, 3.
17. *Pure Reason*, 1st German ed., 10 (prefácio).
18. *Pure Reason*, 2ª ed. alemã, xliii.
19. *Ibid.*, xxx, xxxv.
20. *Prolegomena to Any Future Metaphysics*, 9 (prefácio).
21. In Paulsen, 96.
22. *Pure Reason*, 1ª ed. alemã, 112.
23. *Ibid.*, 125; *Prolegomena*, No. 36.
24. *Pure Reason*, 42.
25. *Ibid.*, 307, 375.
26. *Pure Reason*, 2ª ed. alemã, 131-133, 136, 139, 143.
27. *Ibid.*, 428.

28. 1ª ed., 622-23.
29. *Ibid.*, 627.
30. 671-73, 675.
31. 468.
32. 683-92, 698.
33. 700.
34. Karl Reinhold in Paulsen, 114.
35. *Prolegomena*, 13 (prefácio).
36. *Pure Reason*, first ed., 298, 752.
37. Robertson, J. M., *Short History of Free-thought*, II, 337.
38. *Pure Reason*, 2d ed., xxx, xxxiv.
39. Kant, *Fundamental principles of the Metaphysics of Ethics*, 35.
40. Kant, *Critique of Practical Reason*, 313.
41. *Ibid.*, 248, 259.
42. 142.
43. *Fundamental Principles*, 68.
44. *Ibid.*, 57.
45. *Practical Reason*, 108-9, 146.
46. *Pure Reason*, 2d ed., 571-73.
47. *Ibid.*, xxviii, 566-69, 580-81; *Practical Reason*, 164 f.
48. *Ibid.*, 259 f.
49. 260.
50. *Pure Reason*, 1st ed., 819.
51. Cassirer, *Rousseau, Kant, and Goethe*, 25.
52. Heine, H., *Religion and Philosophy in Germany*, in Paulsen, 8a.
53. *Critique of Judgment*, I, 18, 15.
54. *Ibid.*
55. 46.
56. *Critique of Judgment*, II, 89.
57. *Ibid.*, 117.
58. Kant, *Werke*, VI, 129, in Cassirer, *Rousseau, Kant and Goethe*, 39.
59. Überweg, II, 141.
60. Kant, *Religion within the Limits of Reason Alone*, 3.
61. *Ibid.*, 8.
62. 8.
63. 28.
64. 29.
65. Kant, *Education*, No. 19.
66. Kant, *Religion*, 35.
67. Kant, "Conjectural Beginning of the History of Man in "Überweg, II, 186.
68. Kant, *Religion*, 51.
69. *Ibid.*, 147, 159-61.
70. 142-43.
71. 91.
72. 63.
73. 117.
74. 57, 134.
75. 186.
76. 183-85.
77. 153, 164-65, 168, 112.
78. *Ibid.*, xxxiv.
79. Kant, *A philosophical Treatise on Perpetual Peace*, 10.
80. *Ibid.*, 28.
81. 32.
82. *Practical Reason*, 341n.
83. *Perpetual Peace*, 78.
84. Paulsen, 351.
85. *Perpetual Peace*, 29-30; Smith, N. K., *Commentary lvii*.
86. *Education*, No. 30.
87. *Ibid.*, No. 7.
88. Paulsen, 374.
89. *Practical Reason*, 326n.
90. *Ibid.*, introd. de T. G. Abbott, xliii.
91. *Ibid.*, xlv.
92. Paulsen, 45.
93. *Ibid.*, 47; Klink, *Kant for Everyman*, 105.
94. Stuckenberg, *Life of Kant*, 340-54, in Robertson, J. M., *Freethought*, II, 343.
95. Robertson, II, 345.
96. Carta de Abril de 1766, in *Religion within the Limits of Reason Alone*, introd., xxxvi.
97. Paulsen, 52.
98. Vaihinger, *The philosophy of "As if,"* 313.
99. *Ibid.*, 316-17.
100. Witte, *Schiller*, 46.
100. Witte, *Schiller*, 46.
101. Schiller, *Poems*, 290.
102. Eckermann, 79 (Apr. 14, 1824).
103. Emerson, conferência de 1842 sobre "The Transcendentalist," in Wilson, E. C., *Immanuel Kant*, 23.

## CAPÍTULO XXII

1. Eckermann, 138 (27 de abril de 1825).
2. Lewisohn, L., *Goethe*, I, 134.
3. Schiller to Körner, 8 de agosto e 10 de setembro de 1787, in Schiller and Körner, *Correspondence*, I, 140-43.
4. Brandes, *Goethe*, I, 307.
5. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 101.
6. Francke, *History of German Literature*, 253.

7. Wieland, *History of Agathon*, I, xxiv.
8. Francke, 255.
9. *Agathon*, I, 123 (Livro III, Cap. ii).
10. *Ibid.*, Livro III, Cap. iii.
11. In Francke, 258.
12. Eckermann, 285 (26 de setembro de 1827).
13. Mann, Thos., *Three Essays*, 8.
14. Goethe, *Truth and Fiction*, I, 385. In *Obras*.
15. *Ibid.*, 155f.
16. 209-30.
17. 178.
18. 175.
19. 233.
20. 318.
21. Goethe, *Obras*, VII, 27.
22. *Truth and Fiction*, I, 306. In *Works*.
23. *Ibid.*, 367.
24. 368.
25. Brandes, *Goethe*, I, 71.
26. Autobiografia de Heinrich Jung-Stilling in Lewisohn, I, 49.
27. In Ludwig, Emil, *Goethe*, 31.
28. *Truth and Fiction*, I, 407.
29. In Ludwig, 42.
30. Eckermann, 291 (8 de outubro de 1827)
31. Eg., *Truth and Fiction*, II, 43.
32. *Ibid.*, 75.
33. Carta de Junho de 1771, in Lewisohn, I, 57.
34. *Truth and Fiction*, II, 120.
35. *Ibid.*, 143.
36. Brandes, I, 140.
37. Ludwig, 57.
38. Goethe, *Götz von Berlichingen*, Act I, Sc. ii.
39. *Truth*, II, 167.
40. Do diário de Kestner in Lewisohn, I, 71.
41. *Truth*, II, 188.
42. *Ibid.*, 214.
43. 214.
44. Brandes, I, 273.
45. In Ludwig, 87.
46. Lewisohn, I, 101.
47. *Truth*, II, 216-17.
48. Eckermann, 52 (2 de janeiro de 1824).
49. Goethe, *Werther*, cartas de 19 e 21 de julho e 30 de agosto de 1771.
50. Goethe, carta a Kestner, 20 de novembro de 1774, in Lewisohn, I, 105.
51. Sime, *Lessing*, II, 200.
52. Lewisohn, I, 101.
53. Kestner, carta a Hennings, 18 de novembro de 1772, in Pascal, *German Sturm und Drang*, 108.
54. *Truth*, Livro XII.
55. In Ludwig, 94.
56. Diário de Lavater, 28 de junho de 1774, in Lewisohn, I, 99.
57. Carta de Goethe de 12 de novembro de 1816, in Lewisohn, II, 262.
58. Lewisohn, I, 295.
59. *Truth*, II, 261, 309.
60. Tradução in Carus, Paul, *Goethe*, 245-47.
61. *Truth*, II, 318, 327.
62. *Ibid.*, 366.
63. Clark, Robert, *Herder*, 160.
64. *Truth*, II, 11.
65. *Ibid.*, 16.
66. In Pascal, *German Sturm und Drang*, 225.
67. Heiseler, B. von, *Schiller*, 49.
68. Schiller, *Poems*, 7. In *Works*.
69. *Ibid.*, 9.
70. Carlyle, *Life of Schiller*, 15. In *Works*.
71. Schiller, *The Robbers*, Act I, Sc. ii.
72. *Ibid.*, II, iii.
73. *Ibid.*
74. V, i.
75. Heiseler, 47.
76. Ungar, Frederick, *Friedrich Schiller*, 34.
77. Witte, *Schiller*, 131.
78. Heiseler, 83.
79. Schiller, *Philosophical Letters*, p. 376 (Carta I). In *Works*.
80. *Ibid.*, 385 (Carta IV).
81. Schiller and Körner, *Correspondence*, I, 12.
82. *Ibid.*, 13-16.
83. Heiseler, 85.
84. *Ibid.*
85. Schiller and Körner, *Correspondence*, I, 30-33.
86. Körner a Schiller, 8 de julho de 1785, in *Correspondence*, I, 36.

## CAPÍTULO XXIII

1. Einstein, *Mozart*, 19.
2. Goethe, *Truth and Fiction*, I, 291. In *Works*.
3. Schiller a Körner, 28 de julho e 29 de agosto de 1787.
4. Schiller e Körner, *Correspondence*, I, 85.

5. *Ibid.*, 90, 168.
6. Wieland, *Oberon*, introd.
7. Brandes, *Goethe*, II, 266-69.
8. Lewisohn, II, 209.
9. Schiller e Körner, I, 85.
10. Pascal, *German Sturm und Drang*, 17.
11. *Ibid.*, 18.
12. 17.
13. Goethe a Jacobi, 12 de novembro de 1783.
14. Goethe a Lavater, dezembro 1783.
15. Schiller e Körner, I, 85.
16. Clark, *Herder*, 240.
17. Bancroft, Geo., *Literary and Historical Miscellanies*, 173.
18. Herder a Hamann, 13 de janeiro de 1777, in Pascal, 95.
19. Clark, *Herder*, 274-77.
20. Herder a Jacobi, 6 de fevereiro e 30 de dezembro de 1784, in Pascal, 104.
21. Pascal, 104.
22. Clark, 340.
23. Pascal, 106.
24. Clark, 303.
25. *Ibid.*, 322.
26. 357.
27. 368.
28. Lewisohn, I, 133.
29. *Ibid.*
30. 153.
31. Eckermann, 285 (26 de setembro de 1827).
32. Lewisohn, I, 134.
33. *Ibid.*, 135.
34. 137-40.
35. 141.
36. 146.
37. 150.
38. Goethe a Charlotte von Stein, 24 de maio de 1776.
39. Lewisohn, I, 151.
40. *Ibid.*, 156.
41. 222.
42. Brandes, I, 335.
43. Lewisohn, I, 327.
44. *Ibid.*, 236.
45. 271.
46. 306.
47. Eckermann, 251 (25 de abril de 1827).
48. Diário de Goethe, in Lewisohn, I, 215.
49. Ludwig, 440.
50. Tradução de Longfellow.
51. Lewisohn, I, 232.
52. *Veja Começa a Idade da Razão*, 259-65.
53. Goethe, *Tasso*, Ac. I, ii.
54. *Ibid.*, II, i.
55. I, ii.
56. *Ibid.*
57. Carta de 24 de abril de 1783, in Lewisohn, I, 266.
58. Ludwig, 155.
59. Lewisohn, I, 309.
60. Ludwig, 217.
61. Carta de 8 de outubro de 1786, in *Letters from Italy*, 177.
62. Ludwig, 222.
63. Städelches Museum, Frankfurt.
64. Lewisohn, I, 320.
65. *Ibid.*, 322.
66. Eckermann, 133, 201 (30 de janeiro de 1825, e 18 de janeiro de 1827).
67. *Letters from Italy*, 3 de dezembro de 1786, e 16 de fevereiro de 1787.
68. *Ibid.*, 1º e 3 de dezembro de 1786.
69. 3 de fevereiro de 1787, in Lewisohn, I, 327.
70. In McKinney and Anderson, *Music in History*, 511.
71. Eckermann, 213 (29 de janeiro de 1827).
72. Taine, *Philosophy of Art*, in Brandes, *Goethe*, I, 457.
73. Carta de 13 de dezembro de 1786, in Lewisohn, I, 323.
74. Lewisohn, I, 353.
75. Brandes, I, 469.
76. Lewisohn, I, 257.
77. Goethe, *Poetical Works*, 34-42. In *Works*.
78. Lewisohn, I, 368.
79. Ludwig, 300.
80. Brandes, II, 50.
81. Carta de 3 de janeiro de 1781, in Lewisohn, I, 229.
82. Exemplos in Lewisohn, I, 101-2, 186-88; 196-97, 229, 379.
83. Ludwig, 246.
84. Schiller and Körner, *Correspondence*, I, 112.
85. *Ibid.*, 89 (28 de agosto de 1787).
86. Cartas de 28 de julho e 18 de agosto de 1787.
87. *Don Carlos*, Ato. III, C. x.
88. Schiller a Körner, 15 de abril de 1786.
89. Körner a Schiller, novembro de 1788.
90. Schiller a Körner, 12 de setembro de 1788.

91. Schiller e Körner, *correspondence*, II, 330.
92. Carta de 28 de maio de 1789.
93. Carlyle, *Life of Schiller*, 103. In *Works*.
94. Carta de 7 de dezembro de 1787.
95. Heiseler 114.
96. Carta de 1º de março de 1790.
97. Heiseler, 119.
98. Schiller a Körner, 22 de fevereiro de 1791.
99. Carta de 24 de maio de 1791.
100. Schiller, *Essays*, 203. In *Works*.
101. *On the Aesthetic Education of Mankind*, Cartas VII and x in *Essays*, 45, 53.
102. Carta de 5 de maio de 1792.
103. Ludwig, 326.
104. Schiller, *Poems*, 272. In *Works*.
105. Schiller a Goethe, 17 de agosto de 1795, in Schiller e Goethe, *Correspondence*, I, 88-89.
106. *On Naïve and Sentimental Poetry*.
107. Eckermann, 7 de outubro de 1827.
108. Cf. Carta a Körner, 29 de agosto de 1787.
109. Schiller a Körner, 23 de agosto de 1794.
110. Schiller a Goethe, 31 de agosto de 1794.
111. Goethe, "Happy Incident", in Carlyle, *Life of Schiller*, 305. In *Works*.
112. Schiller e Goethe, *Correspondence*, I, 1.
113. *Ibid.*, 5.
114. 6.
115. Schiller a Körner, 1º de fevereiro de 1796.
116. In Ungar, *Schiller*, 129.
117. *Ibid.*, 140.
118. Schiller, *Essays*, 286, 321. In *Works*.
119. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*, I, 324.
120. Schiller a Körner, 9 de dezembro de 1794, 22 de fevereiro de 1795, 15 de junho de 1795, 2 de junho de 1796.
121. Cartas de 2-9 de julho, 9 e 23 de outubro de 1796.
122. Goethe a Schiller, 7 de julho de 1796.
123. Eckermann, 23 de março de 1829.
124. Ludwig, 385-86.
125. Eckermann, 22 de março de 1825.
126. Lewes, G. H., *Life of Goethe*, II, 202.
127. Goethe a Schiller, 18 de janeiro de 1797.
128. *Hermann and Dorothea*, 56-57. In *Works*.
129. Brandes, II, 470.
130. Schiller a Körner, 5 de janeiro de 1800.
131. Eckermann, 23 de julho de 1827.
132. Heiseler, 143.
133. Ludwig, 386.
134. Schiller a Charlotte Schimmelmann.
135. Goethe a Schiller, 28 de fevereiro de 1801.
136. Eckermann, 7 de outubro de 1827.
137. Lewisohn, I, 61.
138. Carta de 20 de janeiro de 1801.
139. Heiseler, 170.
140. Stäel, Mme. de, *Germany*, I, 182.
141. Schiller a Goethe, 21 de dezembro de 1803, in Lewisohn, II, 92.
142. *Ibid.*
143. Stäel, 23-24.
144. Lewisohn, II, 293.
145. Heiseler, 189.
146. Eckermann, 18 de janeiro de 1827.
147. Witte. *Schiller*, 38.
148. Goethe a Zelter, 1º de junho de 1805, in Lewisohn, II, 107.

## CAPÍTULO XXIV

1. Cf. linhas finais de *Fausto*, Parte II.
2. Brandes, *Goethe*, II, 250.
3. Recordações de Friedrich von Müller, in Lewisohn, II, 161.
4. Brandes, 263-64.
5. *Ibid.*
6. Eckermann, 15 de março de 1829.
7. Para os antecedentes históricos da lenda de Fausto, ver *The Reformation*, 852.
8. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 21-22. In *Works*.
9. Lewisohn, I, 123.
10. *Ibid.*
11. Eckermann, 10 de fevereiro de 1829.
12. Brandes, 305.
13. In the *Gesamtausgabe* by Breitkopf and Härtel.
14. Tradução de Albert Latham na Biblioteca de Everyman, ed. de *Fausto*.
15. Eckermann, 10 de janeiro de 1825.
16. Tradução de Latham p. 52.
17. *Ibid.*, 117-19.
18. 116.
19. Brandes, 229.
20. Lewisohn, II, 174.
21. *Elective Affinities*, tr. inglesa, 335. In *Works*.
22. *Ibid.*, 180.
23. 218.
24. Ludwig, 427.
25. *Ibid.*, 429.

26. 453.
27. Lewisohn, II, 202-4.
28. Ludwig, 445.
29. Lewisohn, II, 250.
30. *Ibid.*, 303.
31. 334.
32. 306-8.
33. Ungar, Frederick, *Goethe's World View*, 9.
34. Magnus, Rudolf, *Goethe as a Scientist*, 221.
35. *Ibid.*, xvi-xviii, 209.
36. 167.
37. 178.
38. Carta de Goethe de 17 de maio de 1787.
39. Magnus, 73.
40. *Ibid.*, 78; Brandes, 462.
41. *Ibid.*, 429.
42. Magnus, 42.
43. Ludwig, 188.
44. Magnus, 136.
45. Eckermann, 16 de abril de 1825.
46. Ungar, *Goethe's World View*, 31.
47. *Ibid.*, 77.
48. *Fausto*, Parte II, linha 1754.
49. Ungar, *Goethe's World View*, 9, 105.
50. Carta de 6 de janeiro de 1798.
51. Ungar, 99.
52. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 108. In *Works*.
53. Citado in Mann, *Three Essays*, 49.
54. *Truth and Fiction*, Parte III, Livro II.
55. Ludwig, 3.
56. Ungar, *Goethe's World View*, 47.
57. *Ibid.*
58. *Truth and Fiction*, II, 272-73.
59. Lewisohn, I, 255.
60. *Truth and Fiction*, Livro XIV.
61. Ungar, *Goethe's World View*, 47.
62. *Ibid.*, 41.
63. 37.
64. 37.
65. 43-45; Smith, Preserved, *Age of the Reformation*, 712.
66. *Truth and Fiction*, II, 311 f.
67. Ungar, *Goethe's World View*, 55.
68. Ludwig, 206.
69. *Ibid.*, 457.
70. Recordações de Johann Falk, in Lewisohn, II, 210.
71. Goethe a Zelter, 11 de maio de 1820.
72. Brandes, I, 437.
73. Ungar, *Goethe's World View*, 81.
74. *Ibid.*, 6.
75. Eckermann, 2 de abril de 1829.
76. Ungar, 167.
77. *Ibid.*, 129.
78. 139.
79. 16.
80. 89.
81. *Truth and Fiction*, I, 421.
82. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*, Livro VII, iii.
83. *Ibid.*, Livro V, Cap. iii.
84. Carus, *Goethe*, 168.
85. *Fausto*, Parte II, Ato II.
86. Eckermann, 4 de janeiro de 1824.
87. Ungar, *Goethe's World View*, 59.
88. Eckermann, 13 de fevereiro de 1829.
89. Ungar, 141.
90. *Ibid.*
91. 91.
92. Lewisohn, II, 438.
93. *Fausto*, Parte II, p. 341.
94. *Ibid.*, 407.
95. Friedrich von Müller, in Lewisohn, II, 370.
96. *Ibid.*, 371.
97. 376.
98. 430.
99. Goethe a Zelter, 14 de dezembro de 1830.
100. Lewisohn, II, 411.
101. Ungar, *Goethe's World View*, 131.
102. Mann, *Three Essays*, 63.
103. *Truth and Fiction*, II, 246.
104. Ludwig, 293.
105. *Ibid.*, 472.
106. In Mann, 47.
107. Lewisohn, II, 254.
108. In Friedell, Egon, *Cultural History of the Modern Age*, I, 272.
109. In Mann, 64.
110. Seguimos a descrição dada por K. W. Müller in 1832, in Lewisohn, II, 449 f.
111. Eckermann, 572.

## CAPÍTULO XXV

1. In Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, II, 240.
2. Veja "Sermon of Rabbi Akib," and art. "Jews" in *Philosophical Dictionary*.
3. *Ibid.*, Seq. III.
4. Seq. IV.
5. Veja *A Era de Voltaire*, Cap. xiii, Seq. VII.

6. Cf. Black, J. B., *The Art of History*, 49-50.
7. Graetz, II., *History of the Jews*, V, 346.
8. Gay, *Voltaire's Politics*, 352.
9. Graetz, V, 347.
10. Rousseau, *Émile*, 267-68.
11. Sombart, W., *The Jews and Modern Capitalism*, 56.
12. Lea, H. C., *History of the Inquisition in Spain*, III, 308-11.
13. Altamira, *History of Spain*, 462.
14. Parton, *Life of Voltaire*, I, 161.
15. Bell, Aubrey, *Portuguese Literature*, 280.
16. Lea, III, 310.
17. Abbott, G. F., *Israel in Europe*, 209.
18. Abrahams, I., *Jewish Life in the Middle Ages*, 224.
19. *Ibid.*...
20. Padover, *The Revolutionary Emperor*, 252.
21. *Jewish Encyclopedia*, XII, 434; Padover, 253 f.; Graetz, V, 357.
22. Padover 257.
23. Carta de 17 de maio de 1717, in Montagu, Lady Mary W., *Letters and Works*, II, 321.
24. Dubnow, S. M., *History of the Jews in Russia and Poland*, I, 255-58; Florinsky, *Russia*, I, 490.
25. Dubnow, I, 307.
26. *Ibid.*, 189.
27. 169-71.
28. 173.
29. 172-79.
30. 179-80.
31. 182-86.
32. Roth, Cecil, *The Jewish Contribution to Civilization*, 28.
33. Sombart, 23.
34. *Jew. Enc.*, XIX, 418a.
35. *Ibid.*, 415-18.
36. Corti, Egon., C., *Rise of the House of Rothschild*, I, 19.
37. George, M. Dorothy, *London Life in the 18th Century*, 127.
38. Besant, Sir Walter, *London in the 18th Century*, 178.
39. Roth, 242.
40. Finkelstein, Louis, ed., *The Jews*, I, 260.
41. Besant, 180.
42. Browne, Lewis, *The Wisdom of Israel*, 551.
43. Dubnow, I, 233.
44. *Ibid.*, 222 f.; Baron, Salo, *Social and Religious History of the Jews*, II, 54 f. Graetz, V, 374 f.; Howe and Greenberg, *Treasury of Yiddish Stories*, 15 f.
45. Graetz, V, 294.
46. Hensel, S., *The Mendelssohn Family*, 4.
47. Sime, *Lessing*, I, 133.
48. Graetz, V, 298.
49. In Wolf, A., *History of Science... in the 18th Century*, 781.
50. Graetz, V, 309.
51. *Ibid.*, 311.
52. Hensel, 10.
53. Graetz, V, 317.
54. *Jew. Enc.*, VIII, 482d.
55. Graetz, V, 365.
56. *Ibid.*, 355.

## CAPÍTULO XXVI

1. Voltaire *Obras*, Ib. 302.
2. In Herold, J., *The Swiss Without Halos*, 106.
3. Oechsli, W., *History of Switzerland*, 290.
4. Parton, *Life of Voltaire*, II, 458.
5. Lewisohn, II, 238-39.
6. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 240-46, 252, 375, 398-404. In *Works*.
7. Holberg, Ludwig, *Selected Essays*, p. 48 (Epístola 48).
8. Lady Mary Wortley Montagu, Cartas de 3 e 5 de agosto de 1716, in *Letters and Works*, II, 226-27.
9. Desnoiresterres, *Voltaire et la société française*, I, 237.
10. *Boswell in Holland*, 288.
11. Cumming, Ian, *Helvetius*, 50.
12. Smith, Adam, *Wealth of Nations*, I, 81.
13. Parton, *Life of Voltaire*, I, 152.
14. Blok, P. J., *History of the people of the Netherlands*, Parte V, 174 f.; Robertson, J. M., *Short History of Freetought*, II, 353.
15. Blok, V, 183.
16. *Ibid.*, 92.
17. 86.
18. Dilon, Edw., *Glass*, 295 f.; Sitwell, S., *The Netherlands*, 147.
19. George Dempster to Boswell, 26 de agosto de 1763.
20. *Boswell in Holland*, 93.
21. *Ibid.*, 317.

22. Herold, *Mistress to an Age*, 143.
23. *Ibid.*, 144.
24. Blok, V, 56
25. *Ibid.*, 108.
26. Horn, F. W., *History of the literature of the Scandinavian North*, 187
27. Freedley and Reeves, *History of the Theatre*, 268.
28. Holberg, *Seven One-Act Plays*, 165-87.
29. Matthews, Brander, *The Chief European Dramatists* 705.
30. Holberg, *Journey of Niels Klim to the World Underground*, to.
31. *Ibid.*, 18.
32. 32.
33. 109.
34. 191.
35. 109.
36. Tradução de Longfellow, in Van Doren, Mark, *Anthology of World Poetry*, 981
37. Horn, *Scandinavian Literature*, 217.
38. Goodwin, A., *European Nobility*, 136.
39. CMH, VI, 762.
40. Bain, R. N., *Gustavus III*, I, 56.
41. CMH, VI, 768.
42. Bain, *Gustavus III*, I, 124.
43. Anderson, Ingvar, *History of Sweden*, 281
44. Higgs, *The Physiocrats*, 87.
45. Bain, *Gustavus III*, I, 163.
46. CMH, VI, 776
47. *Enc. Brit.*, XXI, 653d; Smith, Preserved, *History of Modern Culture*, II, 460, 108.
48. Gustafson, Alrik, *History of Swedish Literature*, 112, 136.
49. Bain *Gustavus III* I, 260; Horn, 355.
50. Bain, II, 239.
51. Horn, 359 f.
52. Gustafson, 139 f.
53. Bain, *Gustavus III*, II, 286-88; *Gustavus*, 139 f.
54. Horn, 369.
55. Bain, II, 210.
56. *Ibid.*, 38.
57. *Ibid.*, II, 157.
4. Ashton, T. S., *Economic History of England*, 179.
5. Watson, J. S., *Reign of George III*, 28.
6. Nussbaum, 73.
7. Hammond, J. L. and Barbara, *The Village Labourer*, 17.
8. Usher, A. P., *An Introd. to the Industrial History of England*, 323.
9. Quennell, M. and C., *History of Everyday Things in England*, 79
10. Mantoux, Paul *The Industrial Revolution in the 18th Century*, 258.
11. Samuel Smiles, *Lives of the Engineer*, in *History Today*, Abril de 1956, 263.
12. *Ibid.*, 263, 265.
13. *A Era de Voltaire*, 517.
14. Mantoux, 326.
15. Usher, *Introd. to Industrial History*, 326.
16. Boswell, *Life of Johnson*, 598.
17. Lipson, E., *Growth of English Society*, 190.
18. Mantoux, 385; George, *London Life*, 206-7.
19. Smity, Adam. *Wealth of Nations*, I, 73.
20. Mantoux, 439; Smith, 60.
21. Ashton, 203.
22. Mantoux, 70.
23. Arthur Young in Turberville, *Johnson's England*, I, 218.
24. Müller-Lyer, F., *History of Social Development*, 221.
25. Mantoux, 420.
26. *Ibid.*, 421.
27. Barnes, H. E., *Economic History of the Western World*, 313.
28. Webb, Sidney and Beatrice, *History of Trade Unionism*, 51.
29. Ashton, 235.
30. Trail, H. D., *Social England*, V, 336.
31. Mantoux, 411.
32. *Ibid.*, 413.
33. 413.
34. Lecky, *History of England*, III, 135-36.
35. Smith, *Wealth of Nations*, I, 59.
36. Rogers, J. E. T., *Six Centuries of Work and Wages*, 89.

## CAPÍTULO XXVII

1. Shakespeare, *Ricardo II*, Ato II, C. i.
2. Nussbaum, *History of the Economic Institutions of Modern Europe*, 130.
3. Namier, Sir Lewis, *Crossroads of Power*, 175.

## CAPÍTULO XXVIII

1. George, M. D., *England in Transition*, 218 f.
2. *Ibid.*, 219.
3. 218.



4. Namier, *Structure of Politics at the Accession of George III*, 80.
5. New CMH, VII, 245.
6. Lecky, *History of England*, III, 172.
7. Wilson, P. W., *William Pitt the Younger*, 6.
8. Plumb, J. H., *Men and Places*, 22.
9. Namier, *Structure of Politics*, 77-79.
10. *Ibid.*, 150.
11. Lecky, III, 171.
12. Blackstone, Sir W., *Commentaries on the Laws of England*, 17 (p. 50 da ed. orig.).
13. Namier, *Crossroads of Power*, 133.
14. Thackeray, *The Four Georges*, 62.
15. Cf. Butterfield, *George III and the Historians*, 175; Morley, John, *Burke: a Historical Study*, 9.
16. Lecky, III, 11; Namier in *History Today*, setembro de 1953, p. 615.
17. Watson, J. S., *The Reign of George III*, 6.
18. *A Era de Voltaire*, cap. iii, Seç. IX; presente volume, C, II, Seçs. II, IV.
19. Walpole, Horace, *Memoirs of the Reign of George III*, II, 331.
20. Burke, Edmund, discurso sobre Tributação Americana, in *Speeches and Letters on American Affairs*, 28.
21. Burke, *Vindication of Natural Society*, 9.
22. *Ibid.*
23. 12-20.
24. 20.
25. 22.
26. 44.
27. 21.
28. 48.
29. 50.
30. Morley, John, *Burke*, 13.
31. *Vindication*, 4 (prefácio).
32. Burke, *On Taste, and On the Sublime and Beautiful*, 45 f.
33. *Ibid.*
34. 93.
35. 95.
36. Macaulay, *Essays*, I, 454.
37. Morley, *Burke*, 30.
38. *Ibid.*, 104.
39. Boswell, *Journal of a Tour to the Hebrides*, 141.
40. Stephen, Sir Leslie, *History of English Thought in the 18th Century*, I, 222.
41. *Parliamentary History*, XXXVII, 363, in Buckle, H. T., *An Introd. to the History of Civilization in England*, I, 327.
42. Piozzi, Hester Thrale, *Anecdotes of the Late Samuel Johnson*, 138.
43. Morley, *Burke*, 107.
44. In *Cambridge History of English Literature*, XI, 9.
45. *Enc. Brit.*, XI, 644d.
46. Moore, Thomas, *Memoirs of the Life of Sheridan*, I, 78.
47. Drinkwater, John, *Charles James Fox*, 9, II.
48. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 277.
49. Thackeray, *Four Georges*, 87.
50. *Enc. Brit.*, IX, 568b.
51. Drinkwater, 195.
52. Walpole, Horace, *Letters*, 4 de fevereiro de 1778.
53. Lecky, III, 468.
54. Gibbon, Edward, *Memoirs*, 54.
55. National Gallery, Londres; Dulwich College; National Gallery, Washington.
56. Moore, *Sheridan*, I, 17.
57. *The Rivals*, Ac. I, ii.
58. *Ibid.*, III, iii.
59. In Taine, H., *English Literature*, 355.
60. *Enc. Brit.*, XVII, 973b.
61. Wilson, P. W., *William Pitt*, 58.
62. Dorn, W. L., *Competition for Empire*, 75.
63. Walpole, carta de 31 de outubro de 1760.
64. Laski, Harold, *Political Thought in England, Locke to Bentham*, 144.
65. Butterfield, *George III*, 173.
66. Lecky, III, 61.
67. Macaulay, *Essays*, I, 431.
68. Wilson, *William Pitt*, 44.
69. Gibbon, Edward, *Journal*, 145.
70. *Enc. Brit.*, XXIII, 602b.
71. *Ibid.*
72. Sherwin, *A Gentleman of Wit and Fashion: The Life and Times of George Selwyn*, 47-53.
73. Jefferson, D. W., *Eighteenth-Century Prose*, 140.
74. Walpole, *Memoirs of Reign of George III*, I, 248.
75. *Enc. Brit.*, XXIII, 603d.
76. Walpole, *Reign of George III*, I, 263.
77. *Boswell on the Grand Tour: Italy, Corsica and France*, 5.
78. Walpole, *Reign of George III*, III, 239.
79. Lecky, III, 151.
80. S. MacCoby, ed., *The English Radical*

- Tradition*, 2.
81. Lecky, III, 175-76.
  82. *Ibid.*, 152.
  83. MacCoby, 2.
  84. Lecky, III, 153.
  85. Junius, *Letters*, 3-6.
  86. Junius, Carta de 29 de novembro de 1769.
  87. *Letters*, pp. 134, 148.
  88. *Ibid.*, p. 29.
  89. Lecky, II, 468.
  90. Walpole, *Reign of George III*, IV, 78; Lecky, III, 143.
  91. MacCoby, 31.
  92. *Enc. Brit.*, XXIII, 603d.
  93. *CMH*, VIII, 714.
  94. Lecky, III, 268.
  95. *Ibid.*, 300.
  96. Watson, *Reign of George III*, 174.
  97. Ashton, 158; Traill, V, 115.
  98. Hammond, J. L. and Barbara, *Rise of Modern Industry*, 32.
  99. Lecky, III, 299.
  100. Drinkwater, 94.
  101. *CMH*, VIII, 521.
  102. Lecky, III, 331.
  103. Beard, Charles and Mary, *Rise of American Civilization*, I, 212.
  104. Peterson, Houston, *Treasury of the World's Great Speeches*, 102-22.
  105. Lecky, III, 530.
  106. *Ibid.*, 531.
  107. 545.
  108. Peterson, 143-46.
  109. *CHE*, X, 6.
  110. Sherwin, 205.
  111. Burke, *Speeches and Letters on American Affairs*, 84.
  112. *Ibid.*, 118-19.
  113. Drinkwater, 145.
  114. Walpole, Carta de 11 de setembro de 1775.
  115. Lecky, IV, 82.
  116. Churchill, Sir Winston, *History of the English-Speaking Peoples*, II, 116.
  117. Lecky, IV, 221.
  118. Namier, *Crossroads*, 130.
  119. *Enc. Brit.*, V, 833d.
  120. Namier, *Crossroads*, 164.
  121. Walpole, Carta de 5 de março de 1772.
  122. Lecky, III, 491.
  123. *CMH*, VI, 570.
  124. *Ibid.*, 572.
  125. 578-80.
  126. Walpole, carta de 2 de março de 1773.
  127. Wilson, *William Pitt*, 171.
  128. Morley, *Burke*, 33; Namier, *Crossroads*, 165-167.
  129. Watson, *Reign of George III*, 319.
  130. Morley, *Burke*, 125.
  131. G. G. S., *Life of R. B. Sheridan*, 113.
  132. Macaulay, *Essays*, I, 633.
  133. Peterson, *Great Speeches*, 179.
  134. Gibbon, *Memoirs*, 334.
  135. Macaulay, I, 644.
  136. Burke, *Observations on the State of the Nation* (1769), in Lecky, V, 335n.
  137. Burke, discurso sobre "Relief of Protestant Dissenters" (1773), in Morley, *Burke*, 69.
  138. Wilson, *William Pitt*, 226.
  139. Stephen, *English Thought in the 18th Century*, I, 279.
  140. Lecky, V, 449; Wilson, 235.
  141. Burke, *Reflections on the French Revolution*, 8.
  142. *Enc. Brit.*, IV, 418c.
  143. Burke, *Reflections*, 35.
  144. *Ibid.*, 18 f.
  145. 36.
  146. 73.
  147. *Enc. Brit.*, IV, 418d.
  148. *CHE*, X, 285.
  149. Morley, *Burke*, 179.
  150. *Ibid.*, 15.
  151. Burke, *Reflections*, 93.
  152. *Ibid.*, 6.
  153. *CHE*, XI, 11.
  154. *Letter to a Member of the National Assembly*, in *Reflections*, 279.
  155. Burke, 87.
  156. Lecky, III, 218-19; Stephen, *English Thought in the 18th Century*, I, 251-52; Lasky, 159, 171.
  157. Lasky, 147.
  158. Sherwin, *Selwyn*, 275.
  159. Taine, *English Literature*, 416.
  160. Wilson, 325.
  161. G. G. S., *Life of Sheridan*, 155.

## CAPÍTULO XXIX

1. Eckermann and Soret, *Conversations with Goethe*, Mar. 12, 1827.
2. Lecky, *England in the 18th Century*, VI, 139.

3. Quennell, *Everyday Things*, 93.
4. George, *London Life*, 103.
5. Quennell, 90.
6. George, 26.
7. Boswell, *Hebrides*, 31.
8. Lecky, VI, 153.
9. Nussbaun, *History of Economic Institutions*, 128.
10. Boswell, *Life of Johnson*, I, 781.
11. Sherwin, *George Selwyn*, 34.
12. *Ibid.*, 125.
13. Drinkwater, *Charles James Fox*, 13.
14. Lecky, VI, 152.
15. Boswell, *Johnson*, 978.
16. *A Era de Voltaire*, Cap. ii, Seq. VI.
17. *Wealth of Nations*, II, 276.
18. Stephen, *English Thought*, I, 421.
19. Besant, *London*, 282-83.
20. Sherwin, 288.
21. *Vicar of Wakefield*, Cap. xxiv.
22. Boswell, *Johnson*, 338.
23. Lecky, VI, 268; Drinkwater, 131.
24. Lecky, VI, 269.
25. Boswell, *Johnson*, 846.
26. Walpole, Mar. 22, 1780.
27. CMH, VI, 187.
28. Buckle, *An Introd. to the History... of England*, I, 321n.
29. George, *London Life*, 135.
30. Botsford, J. B., *English Society in the 18th Century*, 332 f.
31. Blackstone, *Commentaries*, 128-29.
32. *Enc. Brit.*, XX, 780a.
33. *Ibid.*, 780d.
34. Fay, Bernard, *Franklin*, 77.
35. Mowat, *Age of Reason*, 61.
36. Quennell, 9.
37. Watson, P. B., *Some Women of France*, 77.
38. Walpole, *Memoirs of the Reign of George III*, IV, 158.
39. Boswell, *Johnson*, 597.
40. Burke, *Reflections*, 86.
41. *Boswell on the Grand Tour: Italy...*, 184.
42. Robertson, *Short History or Freethought*, II, 206.
43. *Boswell in Holland*, 62.
44. Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, V, 554.
45. Fay, *La Franc-Maçonnerie*, 273.
46. *A Era de Voltaire*, pp. 528, 580.
47. Cowper, *The Task*, ii, linhas 378-94.
48. Stephen, *English Thought*, II, 375.
49. Walpole, 3 de junho de 1780.
50. Walpole, 7 de junho de 1780.
51. 16 de junho de 1780.
52. Lecky, V, 189.
53. Sir F. D. Mckinnon, in Turberville, *Johnson's England*, II, 289.
54. Bentham, Jeremy, *A Fragment on Government*, 22.
55. Blackstone, *Commentaries*, Vol. I, p. 3.
56. *Commentaries* ed. orig., Livro I, Cap. vii.
57. *Commentaries* ed. 1914, Vol. II, p. 129.
58. Lecky, VI, 261.
59. *Ibid.*, 255-58; Turberville, I, 17-21; Johnson, *The Idler*, 6 de janeiro de 1759.
60. Besant, *London*, 608.
61. Bentham, *Fragment*, 10.
62. *Ibid.*
63. Ch. iv, No. 20.
64. Bentham, *Fragment*, 3.
65. *Ibid.*, 56.
66. *A Era de Voltaire*, 139, 149, 529, 687.
67. Mack, M. P., *Jeremy Bentham*, 102-5.
68. Bentham, *Introduction to Principles of Morals and Legislation*, 189.
69. Clark, G. N., *Seventeenth Century*, 127.
70. Davidson, W. L., *Political Thought in England: The Utilitarians*, 26.
71. Turberville, II, 178.
72. Mantzius, Karl, *History of Theatrical Art*, V, 388.
73. Krutch, *Samuel Johnson*, 272.
74. Barton, Margaret, *Garrick*, 53.
75. *Ibid.*, 59.
76. 50.
77. Burney, Fanny, *Diary*, 12.
78. Hawkins, Sir John, *Life of Samuel Johnson*, 189.
79. Pearson, Hesketh, *Johnson and Boswell*, 282.
80. Johnson, Samuel, *Works*, I, 196.
81. Krutch, 37.
82. George, *London Life*, 288.
83. Boswell: *The Ominous Years*, 118.
84. Turberville, I, 195.
85. George, *London*, 171.
86. *Ibid.*, 24.
87. Turberville, I, 171.
88. *Boswell's London Journal*, 81.
89. Boswell, *Johnson*, 733.

## CAPÍTULO XXX

1. Geiringer, *Haydn*, 95.
2. *Ibid.*, 103.

3. Burney, Charles, *History of Music*, 11, 868.
4. Walpole, June 23, 1789.
5. National Portrait Gallery, Londres.
6. Burney, II, 9.
7. Sherwin, *Selwyn*, 110.
8. Lewis, W. S., *Horace Walpole*, 107.
9. Turberville, II, 110.
10. Dillon, *Glass*, 299.
11. Samuel Smiles in Mantoux, *Industrial Revolution*, 385.
12. London, Royal Academy of Arts.
13. Turberville, II, 10.
14. *Ibid.*, 91.
15. Wilson, *William Pitt*, 97.
16. Coleção de Lady Ford.
17. Greenwich, Eng., National Maritime Museum.
18. Londres, National Gallery. (As pinturas não-localizadas estão em coleções particulares.)
19. National Portrait Gallery.
20. *Ibid.*
21. Reynolds, Sir Joshua, *Portraits*, 110.
22. National Portrait Gallery.
23. *Ibid.*
24. San Marino, Calif., Huntington Art Gallery.
25. Waterhouse, *Reynolds*, 110.
26. *Ibid.*, 127.
27. 79.
28. 87.
29. 63.
30. 267.
31. 291; Londres, National Gallery.
32. Waterhouse, 57.
33. Wallace Collection, Londres.
34. Reynolds, *Fifteen Discourses*, 3.
35. Wilenski, R. H., *English Painting*, 150.
36. Reynolds, *Portraits*, 167.
37. Boswell, *Johnson*, 651.
38. National Portrait Gallery.
39. Royal Academy of Arts.
40. Reynolds, *Fifteen Discourses*, 78 (Discurso VI), 8 (I).
41. *Ibid.*, 7 (I).
42. 14 (II).
43. *Ibid.*
44. 30 (III).
45. *Ibid.*
46. 264 (XV).
47. Wilenski, 113.
48. Allan Cunningham in Clark, B. H., *Great Short Biographies*, 789.
49. Gillet, Louis, *La Peinture, xvii<sup>e</sup> et. xviii<sup>e</sup> siècles*, 416.
50. Washington, National Gallery.
51. Edinburgh, National Gallery.
52. Millar, Oliver, *Thomas Gainsborough*, 11.
53. Clark, B. H., *Biographies*, 796.
54. Craven, Thomas, *Treasury of Art Masterpieces*, 214.
55. Reynolds, *Fifteen Discourses*, 230 (XIV).
56. Waterhouse, *Gainsborough*, 36.
57. Pijoan, Joseph, *History of Art*, III, 479.
58. Reynolds, *Fifteen Discourses*, 227 (XIV).

## CAPÍTULO XXXI

1. Lecky, *England in the 18th Century*, IV, 314.
2. *New CMH*, VIII, 28.
3. *Ibid.*, 714.
4. Lecky, IV, 317.
5. D'Alton, E. A., *History of Ireland*, IV, 545; *Enc. Brit.*, X, 659d.
6. Fay, *La Franc-Maçonnerie*, 399.
7. Smith, Adam, *Wealth of Nations*, I, 70.
8. Johnson, *Works*, II, 271, 345.
9. Boswell, *Hebrides*, 135.
10. *Enc. Brit.*, XX, 169d.
11. Snyder, F. B., *Life of Robert Burns*, 189.
12. *A Era de Voltaire*, 184.
13. *Ibid.*, 507-86.
14. 586-602.
15. 139-61.
16. Reid, Thomas, *Works*, I, 7, 81, 91.
17. *Ibid.*, 12.
18. 106.
19. Hume, David, *Treatise of Human Nature*, I, 254.
20. Reid, *Works*, 423.
21. Boswell's Journal, 16 de setembro de 1769 (*Boswell in Search of a Wife*, 293).
22. London National Portrait Gallery.
23. Edinburgh National Gallery.
24. Coleção particular.
25. Carlyle, *Schiller*, 103.
26. Walpole, 11 de julho de 1759.
27. Gibbon, *Memoirs*, 122.
28. Stewart, Dugald, *Life of Robertson* (1811), 305.
29. Gibbon, *Memoirs*, Apêndice 22, p. 296.
30. Black, *Art of History*, 15.
31. Brandes, *Goethe*, I, 84.
32. Veja *A Idade de Fê*, 498.

33. Thomson, Derick, *The Gaelic Sources of Macpherson's "Ossian"*, 4-5, 80.
34. Macpherson, James, *Poems*, 40 (*Fingal*, Livro I).
35. *Ibid.*, 49, 52, 54.
36. 415-16.
37. Johnson, *Works*, XII, 375; Boswell, *Hebrides*, 163.
38. Boswell, *Johnson*, 496.
39. Thomson, Derick, 16 f.
40. Buckle, *Ib*, 347.
41. Smith, Adam, *Moral and Political Philosophy*, 75.
42. *Ibid.*, 255.
43. 191.
44. Laski, *Political Thought in England*, 99, 101, 188; Veja também *A Era de Voltaire*, 155.
45. Smith, *Wealth of Nations*, II, 107.
46. *Ibid.*, 113.
47. 121.
48. Ver *A Era de Voltaire*, 138.
49. *Wealth of Nations*, II, 180.
50. *Ibid.*, I, 26, 29.
51. I, 119.
52. 129.
53. 129.
54. 42.
55. 75, 2.
56. 56. 73.
57. 72, 345.
58. Rosebery, Lord, *Pitt*, 4.
59. Waterhouse, *Reynolds*, 329.
60. Carta autobiográfica de Burns a John Moore, in Neilson, W. A., *Robert Burns*, I.
61. In Snyder, *Burns*, 54.
62. *Ibid.*, 67.
63. 67.
64. 239.
65. Veja "A Ordenação".
66. Witte, *Schiller and Burns*, 10.
67. Hill, J. C., *Love Songs and Heroines of Robert Burns*, vii-x.
68. Burns, Robert, *Works*, I, 85, 75.
69. *Ibid.*, 101.
70. Witte, *Schiller and Burns*, 10.
71. "The Rigs o' Barley."
72. Burns, *Works*, I, 85, 77.
73. *Ibid.*, 50.
74. Brown, Hilton, *There Was a Lad*, 23, 50.
75. Carlyle, *Essay on Burns*, in *Works*, XIII, 294-96.
76. Burns, *Works*, I, 162.
77. Keith, Christina, *The Russet Coat*, 81.
78. Burns, *Works*, I, 141.
79. Brown, Hilton, 26.
80. Snyder, 297.
81. *Ibid.*, 308.
82. Hill, J. C., 102.
83. Snyder, 360, 374, 379, 390.
84. Burns, Robert, and Mrs. Dunlop, *Correspondence*, II, viii.
85. Burns, *Works*, I, 24.
86. Currie, James, *Life of Robert Burns*, in *Burns Works*, II, 58.
87. Robert Chambers in Snyder, 432.
88. Snyder, 432-35.
89. *Ibid.*, 430.
90. *Boswell's London Journal*, 108.
91. Pearson, 107.
92. *Boswell's London Journal*, 66.
93. *Ibid.*, 93.
94. 66.
95. 93.
96. 137.
97. 206-9.
98. *Boswell on the Grand Tour: Germany and Switzerland*, 44.
99. Boswell, *Johnson*, 237-40.
100. *Boswell's London Journal*, 251, 281.
101. *Boswell in Holland*, Sept. 18, 1763.
102. *Ibid.*, 387-90.
103. 46.
104. 157.
105. 259-61.
106. 314.
107. 328.
108. 330.
109. 349.
110. 368.
111. *Boswell on the Grand Tour: Germany*, 134.
112. *Ibid.*, 117.
113. 164-66.
114. 241.
115. *Boswell in Search of a Wife*, 24.
116. *Ibid.*, 36-37.
117. 76.
118. 207.
119. 240.
120. *Boswell for the Defense*, 140.
121. *Boswell: The Ominous Years*, 34-48.
122. *Ibid.*, 304-7.
123. Macaulay, *Essays*, II, 539-541.
124. *Boswell: The Ominous Years*, 338.

125. *Boswell in Search of a Wife*, 40.  
 126. *Boswell: The Ominous Years*, Introd., x.

## CAPÍTULO XXXII

1. Johnson, *The Idler*, No. 40.
2. Brooke, Henry, *The Fool of Quality*, 80.
3. Cross, Wilbur, *Life and Times of Laurence Sterne*, 99.
4. *Ibid.*, 179.
5. *Ibid.*
6. 183.
7. Parton, *Life of Voltaire*, II, 267.
8. Mossner, E. C., *Life of David Hume*, 503.
9. Sterne, Laurence, *Tristram Shandy*, Livro VIII, Cap. ii.
10. *Ibid.*, Livro IV, Cap. xxxviii.
11. Cross, 263.
12. Sterne, *Letters to Eliza*, x.
13. *Ibid.*, Carta de 14 de abril de 1767.
14. Sterne, *Journal*, 24 de abril de 1767.
15. Moore, Thomas, *Life of Lord Byron*, in Taine, *English Literature*, 477.
16. Macaulay, *Essays*, II, 565.
17. Burney, Fanny, *Diary*, 17.
18. Burney, Fanny, *Evelina*, 22.
19. Carta de 5 de março de 1772.
20. Walpole, 28 de fevereiro de 1769.
21. Veja *A Era de Voltaire*, 95-98.
22. Lewis, *Horace Walpole*, 12n; Wharton, Grace and Philip, *Wits and Beaux of Society*, II, 28.
23. Walpole, "Reminiscences," in *Letters*, I, xciii.
24. Carta de 2 de março de 1773.
25. Nicolson, Harold, *The Age of Reason*, 249.
26. Walpole, *Memoirs of the Reign of George III*, II, 154.
27. Carta de 24 de novembro de 1774.
28. Nicolson, 248.
29. *Ibid.*, 249.
30. Carta de 24 de julho de 1756.
31. Carta de 2 de dezembro de 1762.
32. Sherwin, *Selwyn*, 104.
33. Carta de 11 de novembro de 1766.
34. Walpole, *Memoirs of the Last Ten Years of the Reign of George The Second*, p. xl.
35. Carta de 15 de junho de 1768.
36. 1º de outubro de 1782.
37. 11 de novembro de 1763.
38. Lewis, *Horace Walpole*, 5.
39. 7 de fevereiro de 1772.
40. 12 de janeiro de 1766.
41. Carta a John Chute, janeiro 1766.
42. Lewis, 20.
43. Wharton, II, 83.
44. Lewis, 81.
45. Jan. 18, 1759.
46. Gibbon, *Memoirs*, introd. by G. B. Hill, xxi; Robertson, J. M., *Gibbon*, I.
47. *Memoirs*, 20.
48. *A Era de Voltaire*, 127.
49. *Memoirs*, 45.
50. *Ibid.*, 51, 54.
51. 65.
52. 69.
53. 105.
54. 106, 156.
55. Gambier-Parry, M., *Madame Necker*, 16.
56. Gibbon, *Journal*, Introd., lxxii.
57. *Memoirs*, 107.
58. *Ibid.*, 120.
59. Gibbon, *Essai sur l'étude de la littérature*, in *Miscellaneous Writings*, No. 1.
60. *Ibid.*, liii.
61. *Memoirs*, 143.
62. *Journal*, 22.
63. *Ibid.*, 136.
64. *Memoirs*, 153.
65. Robertson, J. M., *Gibbon*, 117; *Memoirs*, 158.
66. *Ibid.*, 167.
67. *Decline and Fall of the Roman Empire*, última página.
68. *Memoirs*, Apêndice 30.
69. *Ibid.*, 172.
70. 189.
71. 191n.
72. 193.
73. Robertson, *Gibbon*, 119; Drinkwater, *Charles James Fox*, 206.
74. Low, D. M., *Edward Gibbon*, 282.
75. *Memoirs*, 190.
76. *Ibid.*, 195.
77. 195.
78. *Decline and Fall*, I, 316. Renan concordava com Gibbon sobre os Antoninos; veja o seu *Marc Aurèle*, 479, Calmann-Lévy, Paris, n.d.
79. *Decline and Fall*, I, 316.
80. *Ibid.*, 250.
81. 9 and 10 William III, c. 22.
82. *Decline and Fall*, II, 72-73.
83. *Ibid.*

84. 102-105.
85. 182.
86. 244, veja o ponto de vista de Voltaire em *A Era de Voltaire*, 486.
87. Low, 260.
88. Sainte-Beuve, *English Portraits*, 152-53.
89. Low, 258.
90. Gibbon, *Miscellaneous Writings*, 277.
91. Walpole, Jan. 27, 1781.
92. *Memoirs*, 211.
93. *Decline and Fall*, 432-33.
94. *Memoirs*, 213.
95. *Ibid.*, 215.
96. Low, 302.
97. *Memoirs*, 214.
98. Walpole, 5 de junho de 1788.
99. *Decline an Fall*, VI, 656.
100. *Memoirs*, 225.
101. *Ibid.*, 89n.
102. Fuglum, Per, *Edward Gibbon*, 15.
103. *Memoirs*, 240.
104. Boswell, *Johnson*, Mar. 19, 1781.
105. Low, 222-23.
106. *Memoirs*, 230-31.
107. Low, 320.
108. *Memoirs*, 228, 234; G. G. S., *Life of Sheridan*, 122.
109. *Memoirs*, Apêndice 55.
110. *Ibid.*, 241n.
111. Apêndice 66.
112. Sainte-Beuve, *English Portraits*, 159.
113. *Memoirs*, Apêndice 66.
114. *Ibid.*, 339 e Apêndice 62.
115. Gibbon, *Correspondence*, II, 93, 298, in *Memoirs*, 339.
116. *Correspondence*, II, 255, in Robertson, *Gibbon*, 120.
117. Gibbon, *Autobiography*, Everyman's Library ed., in Gay, P., *Voltaire's Politics*, 259.
118. *Memoirs*, introd. de G. B. Hill, xii.
119. Low, 344.
120. Gibbon, carta de 11 de novembro de 1793.
121. *Decline and Fall*, 1776 ed., I, 206.
122. Bury, J. B., in *Enc. Brit.*, X, 331 d.
123. *Decline and Fall*, ed. J. B. Bury, I, xli.
124. *Ibid.*, xlvii; Robertson, *Gibbon*, 15; Black, *Art of History*, 161.
125. *Decline and Fall*, IV, 673.
126. *Ibid.*, 99.
127. I, 314.
128. Voltaire, *Obras*, XVIa, 250-51.
129. *Decline and Fall*, III, 97.
130. VI, 337.
131. Cf. Fuglum, 136.
132. *Decline and Fall*, Cap. lxiv.
133. V, 237.
134. *Ibid.*, 423.
135. III, 522.
136. Prefácio à Milman ed., p. 6.
137. *CHE*, X, 445.
138. Seebohm, Frederick, *The Age of Johnson*, 228.
139. Walpole, carta de 15 de novembro de 1764; *Reign of George III*, II, 25.
140. Nevil, J. C., *Thomas Chatterton*, 96.
141. Chatterton, *Complete Poetical Works*, 207.
142. *Ibid.*, 64.
143. Walpole, cartas de 19 de junho de 1777, e 24 de julho de 1778.
144. Irving, Washington, *Oliver Goldsmith*, 266.
145. Stanza xlv.
146. Cowper, William, *Poems*, 135.
147. Sainte-Beuve, *English Portraits*, 173.
148. Cowper, 188.
149. *CHE*, XI, 89.
150. Sainte-Beuve, *English Portraits*, 176-77.
151. Cowper, 87.
152. Veja *A Era de Voltaire*, 331.
153. Cowper, *The Task*, Livro I, linha 749.
154. *Ibid.*, linha 718.
155. II, linhas 1-7.
156. II, 11-28.
157. 206.
158. Cowper, *Poems*, 172.
159. *Enc. Brit.*, X, 495\* (by Macaulay).
160. Boswell, *Johnson*, 252.
161. *Ibid.*, 305.
162. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 37, 170.
163. Thackeray, *English Humourists*, in *Works*, 281 n.
164. Irving, 170.
165. *Vicar of Wakefield*, prefácio.
166. Boswell, *Johnson*, 449.
167. Barton, *Garrick*, 256.
168. E.g., Reynolds, *Portraits*, 38.
169. Irving, 121.
170. Garnett and Gosse, *English Literature*, III, 342; Irving, 320.
171. *Boswell for the Defense*, 167.
172. Thackeray, *English Humourists*, 291.
173. *Ibid.*
174. Goldsmith, Oliver, *Select Works*, 194.

## CAPÍTULO XXXIII

1. Boswell, *Johnson*, 17.
2. Boswell, *Hebrides*, 142.
3. Krutch, *Johnson*, 12.
4. Pearson, *Johnson and Boswell*, 6.
5. Krutch, 10.
6. Boswell, *Johnson*, 564.
7. *Enc. Brit.*, XIII, 109d.
8. Hill, G. Birkbeck, *Johnsonian Miscellanies*, II, 309; Greene, Donald, *Politics of Samuel Johnson*, 133.
9. Johnson, *London*, linha 202.
10. Hawkins, *Life of Samuel Johnson*, 55-57.
11. Krutch, 49.
12. *Ibid.*
13. Turberville, *Johnson's England*, I, 318n.
14. Boswell, *Johnson*, 94.
15. *Enc. Brit.*, XIII, 110a.
16. Boswell, *Johnson*, 1177.
17. Howkins, 66.
18. Hume, David, *Essays, Literary, Moral, and Political*, 52.
19. Johnson, *Works*, I, 213.
20. *Ibid.*, 215.
21. 217.
22. Hawkins, 98.
23. Johnson, *The Rambler*, 257-64.
24. Boswell, *Halland Journal*, 23 de setembro de 1763.
25. Davis, Bertram, *Johnson before Boswell*, 72.
26. Hill, G. B., *Miscellanies*, I, 136.
27. Boswell, *Johnson*, 165.
28. *Ibid.*, 242.
29. Schuster, M. L., *Treasury of the World's Great Letters*, 130.
30. Boswell, *Johnson*, 992.
31. *Ibid.*, 157.
32. *Boswell for the Defense*, 55 (23 de março de 1772).
33. *Johnson's Dictionary*, prefácio; p. 20.
34. *Ibid.*, 284.
35. Boswell, *Johnson*, 179.
36. Arthur Murphy in Johnson, *Works*, I, 89.
37. *Works*, V, 419.
38. *Rasselas*, Cap. vi.
39. *Ibid.*, Cap. xix.
40. Cap. xxviii.
41. Cap. xli.
42. Boswell, *Johnson*, 228.
43. *Ibid.*, 260.
44. Wharton, Grace and Philip, *Wits and Beaux of Society*, I, 366.
45. Krutch, 264.
46. Pearson, 184.
47. Boswell, *Johnson*, 272.
48. Bailey, John, *Dr. Johnson and His Circle*, 35.
49. Boswell, 542.
50. *Boswell for the Defense*, 175.
51. Boswell, *Hebrides*, 189.
52. Pearson, 195.
53. *Boswell's London Journal*, 234.
54. Piozzi, *Anecdotes of the Late Samuel Johnson*, 190.
55. National Portrait Gallery.
56. National Gallery, Londres.
57. Hawkins, 293.
58. Turberville, I, 384.
59. Boswell, *Johnson*, 283; Hawkins, 147.
60. Boswell, *Hebrides*, 136.
61. Boswell, *Johnson*, 49.
62. Pearson, 81.
63. *Boswell: The Ominous Years*, 264.
64. Bailey, 29.
65. Boswell, *Johnson*, 955.
66. *Ibid.*, 1197.
67. 293.
68. Piozzi, 181.
69. Hawkins, 122.
70. *Rasselas*, Ch. xliii.
71. Hawkins, 132.
72. Boswell, 586.
73. Turberville, II, 198.
74. Krutch, 369.
75. Este é o relato de Hume in Krutch, 221, and Pearson, 48; a fraseologia foi mais apropriada em Boswell.
76. Boswell, *Hebrides*, 144.
77. Walpole, May, 26, 1791.
78. Irving, *Goldsmith*, 183.
79. Piozzi, 70.
80. *Ibid.*, 57.
81. Boswell, *Johnson*, 1124.
82. *Ibid.*, 1126.
83. Bailey, 30.
84. Boswell, 351.
85. Krutch, 366.
86. Boswell, *Hebrides*, 200.
87. Boswell, *Johnson*, 343.
88. *Boswell: The Ominous Years*, 133.
89. Low, *Gibbon*, 223.
90. Lovejoy, Arthur, *Essays in the History of Ideas*, 39.
91. Walpole, 28 de março de 1786.



92. In Gibbon, *Memoirs*, 220n.
93. Boswell, *Hebrides*, 11.
94. Boswell, *Johnson*, 222.
95. *Hebrides*, 140.
96. *Johnson*, 988.
97. Pearson, 262.
98. Greene, Donald, *Politics of Samuel Johnson*, 270.
99. Boswell, *Johnson*, 744.
100. *Ibid.*, 1025.
101. 807.
102. 362.
103. Bailey, 104.
104. Boswell, *Johnson*, 807.
105. *Ibid.*, 410.
106. 363.
107. 525.
108. 274.
109. Hawkins, 208.
110. Boswell, *Johnson*, 267, 414, 469, 514, 740; *Boswell's London Journal*, 276, 281.
111. *Ibid.*, 253; Johnson, *Works*, XII, III.
112. Boswell, *Johnson*, 787.
113. *Ibid.*, 341.
114. 309.
115. 486.
116. Greene, 161.
117. *Ibid.*, 167.
118. *Taxation No Tyranny*, in *Works*, XII, 225.
119. Boswell, *Johnson*, 508.
120. Johnson, *Works*, XII, 198n.
121. Hawkins, 222.
122. Boswell, *Johnson*, 505.
123. *Ibid.*, 507.
124. 654.
125. In Greene, 195.
126. Boswell, *Johnson*, 33, 1051; Piozzi, 14.
127. Boswell, *Johnson*, 1102-3.
128. *Ibid.*, 282.
129. 421; Bailey, 103.
130. Pearson, 252.
131. *Ibid.*, 251.
132. *Lives of the English Poets*, I, 63 ("Milton").
133. *Rasselas*, Ch. xxxi; Hawkins, 131.
134. *Lives*, I, 63.
135. Pearson, 248.
136. Boswell, *Johnson*, 352, 807.
137. *Ibid.*, 309.
138. 308.
139. Hopkins, Mary A., *Hannah More*, 61.
140. Hawkins, 198.
141. Johnson, *Works*, X, 169.
142. *Ibid.*, 137, 149.
143. Krutch, 289.
144. Boswell, *Hebrides*, 178.
145. *Ibid.*, 268.
146. *Works*, XII, 413.
147. Pearson, 237.
148. Boswell, *Johnson*, 685n.
149. *Lives*, I, 93.
150. Walpole, Feb. 19, 1781.
151. Walpole, Apr. 14, 1781.
152. Piozzi, 186.
153. Krutch, 522.
154. *Ibid.*, 509.
155. Schuster, *Treasury of the World's Great Letter*, 133.
156. Burney, Fanny, *Diary*, 92.
157. Boswell, *Johnson*, 1109.
158. Krutch, 547.
159. Boswell, *Johnson*, 1059.
160. Hawkins, 255.
161. *Ibid.*, 259.
162. Krutch, 551.
163. Boswell, *Johnson*, 1181.
164. Davis, Bertram, *Johnson before Boswell*, vii.
165. *CHE*, X, 213.
166. Boswell: *The Ominous Years*, 103.
167. E.g., Boswell, *Note Book*, xvii, I, 23; Krutch, *Johnson*, 384.
168. E.g., Boswell: *The Ominous Years*, III.
169. Boswell, *Johnson*, x.
170. Hannah More, *Letters*, 102.
171. *CHE*, X, 213.
172. Carta de 26 de maio de 1791.

## CAPÍTULO XXXIV

1. Gooch, *Maria Theresa*, 124.
2. *Ibid.*, 7.
3. 8.
4. Bearne, Mrs., *A Court Painter*, 323.
5. Ercole, *Gay Court Life*, 272.
6. Castelot, André, *Queen of France*, 20.
7. Zweig, Stefan, *Marie e Antoinette*, 5.
8. Padover, Saul, *Life and Death of Louis XVI*, 30.
9. Gooch, *Maria Theresa*, 122.
10. Padover, 30.
11. Castelot, 37.
12. *Ibid.*, 40.
13. Zweig, 21.
14. Castelot, 64.

15. *Ibid.*, 73; Dakin, *Turgot and the Ancien Régime*, 19.
16. Walpole, July 10, 1774.
17. Mathiez, Albert, *The French Revolution*, 9.
18. Tocqueville, *L'Ancien Régime*, 122.
19. Maine, Sir Henry, *Ancient Law*, 48.
20. Cobban, Alfred, *Alfred of Modern France*, I, 127.
21. Taine, *The Ancient Regime*, 95.
22. *Ibid.*, 68-69.
23. Mathiez, 5.
24. Taine, *Ancient Regime*, 118, 98.
25. Ercole, 370.
26. Castelot, 85.
27. Campan, Mme., *Memoir* I, 317.
28. Mossiker, Frances, *The Queen's Necklace*, 201.
29. *Ibid.*, 163.
30. Castelot, 66, 158.
31. Lacroix, *The Eighteenth Century*, 35.
32. Vigée-Lebrun, Mme., *Memoirs*, 56.
33. Desnoiresterres, *Voltaire et la société française*, VIII, 294.
34. Castelot, 174.
35. Cobban, Alfred, *Historians and the Causes of the French Revolution*, 5, 14.
36. Mme. Campan dá vários exemplos *Memoirs*, I, 190-94.
37. Cobban, *History of Modern France*, I, 115.
38. Castelot, 123.
39. Faÿ, Bernard, *Louis XVI. ou La Fin d'un monde*, 311.
40. Havens, G. R., *The Age of Ideas*, 392.
41. In Mossiker, *Queen's Necklace*, 160.
42. Castelot, 119.
43. Padover, *the Revolutionary Emperor*, 119, 125.
44. *Ibid.*, 119.
45. Castelot, 122.
46. *Ibid.*, 121.
47. 124.
48. Zweig, *Marie Antoinette*, 137.
49. Padover, *Louis XVI*, 102.
50. Ségur, Marquês de, *Marie Antoinette*, 104.
51. *Ibid.*
52. Michelet, *Histoire de France*, V, 491.
53. "The Good-natured King."
54. Campan, Mme., *Memoirs*, I, 178.
55. Padover, *Louis XVI*, 118-19.
56. Funck-Brentano, *L'Ancien Régime*, 545.
57. Gibbon, *Decline and Fall*, ed. J. B. Bury, IV, 529.
58. Padover, *Louis XVI*, 23.
59. Campan, Mme., I, 185 n.
60. Faÿ, *Louis XVI*, 8.
61. Taine, *Ancient Regime*, 304.
62. Funck-Brentano, 546.
63. Campan, I, 180.
64. Stryienski, *Eighteenth Century*, 213.
65. Gooch, *Catherine the Great*, 230.
66. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 350.
67. Dakin, *Turgot*, 126.
68. Say, Léon, *Turgot*, 101.
69. Robinson, J. H., *Readings in European History*, 426.
70. Veja *A Era de Luís XIV*, 160.
71. Voltaire, *Obras*, XXIIb, 347.
72. Parton, *Life of Voltaire*, II, 535.
73. Martin, H., *Histoire de France*, XVI, 340.
74. Dakin, 187; Padover, *Louis XVI*, 75.
75. Say, 12.
76. Dakin, 152; Tocqueville, 190.
77. Tocqueville, 190.
78. Say, 161-66; Funck-Brentano, 554.
79. Renard, Georges, *Guilds in the Middle Ages*, 125.
80. Martin, H., *France*, XVI, 371.
81. *Ibid.*, 372.
82. Taine, *Ancient Regime*, 237.
83. Padover, *Louis XVI*, 92.
84. Dakin, 221.
85. Say, 185-91.
86. Dakin, 263; Martin H., *France*, XVI, 379.
87. Michelet, *Histoire de France*, V, 480.
88. Say, 43.
89. Warwick, *Mirabeau and the French Revolution*, 104. Veja *Começa a Idade da Razão*.
90. Jaurès, Jean, *Histoire socialiste de la Révolution française*, I, 159.
91. Martin, H., *France*, XVI, 387.
92. Taine, *Ancient Regime*, 302.
93. Michelet, *Histoire de France*, V, 488.
94. Campan, Mme., I, 181.
95. Tocqueville, 191.
96. Lecky, *History of England in the 18th Century*, V, 39-41.
97. Padover, *Louis XVI*, 108; Martin, H., *France*, XVI, 416.
98. Becker, Carl, *The Heavenly City of the 18th-Century Philosophers*, 77.

99. Lecky, IV, 50.
100. *History Today*, outubro de 1957, 659.
101. Martin, H., *France*, XVI, 428.
102. Morris, R. B., *The Peacemakers*, 104-7.
103. *CMH*, VIII, 93.
104. Gooch, *Catherine the Great*, 97.
105. Martin, H., *France*, XVI, 500-1.
106. *Ibid.*, 504.
107. Mahan, A. T., *Influence of Sea Power upon History*, 337.
108. Morris, *Peacemakers*, 178-81.
109. Lecky, IV, 256-59.
110. *Ibid.*
111. Morris, 277.
112. *Ibid.*, 461.
113. Tocqueville, 155.
114. *Ibid.*, 119.
28. *Ibid.*, 337.
29. Desnoiresterres, VIII, 283-91.
30. Vigée-Lebrun, *Memoirs*, 199.
31. Ducros, *French Society in the 18th Century*, 121.
32. Desnoiresterres, VIII, 302.
33. *Ibid.*, 306; Brandes, *Voltaire*, II, 340.
34. Strachey, Lytton, *Books and Characters*, 121n.
35. Brandes, II, 341.
36. Desnoiresterres, VIII, 334, 365.
37. Pomeau, 447.
38. Desnoiresterres, VIII, 359.
39. *Ibid.*, 366; Créquy, Marquesa de, *Souvenirs*, 235n.
40. Brandes, *Voltaire*, II, 348.
41. Gooch, *Catherine the Great*, 70.
42. In Brandes, *Voltaire*, II, 94n.; a ordem ligeiramente modificada.
43. *Ibid.*, 354.
44. Parton, II, 494.
45. Voltaire, *La Guerre de Genève*, in Josephson, Rousseau, 479.
46. Hendel, Charles, *Citizen of Geneva*, 92.
47. Josephson, 481.
48. Hendel, *Citizen*, 98.
49. *Ibid.*, 99 (Carta de 10 de outubro de 1769).
50. *Ibid.*, 101 (Carta de 17 de janeiro de 1770).
51. Veja *A Era de Voltaire*.
52. Michelet, *Histoire de France*, V, 485.
53. Morley, *Rousseau*, II, 156.
54. Josephson, 495.
55. Rousseau, *The Confessions*, II, final.
56. Josephson, 501.
57. *Ibid.*
58. Desnoiresterres, VII, 488.
59. Vaughn, C. E., *Political Writings of Rousseau*, II, 445.
60. *Ibid.*, 376, 381.
61. Rousseau, *Rousseau juge de Jean-Jacques*, p. x.
62. *Ibid.*, 19.
63. 64-67.
64. 120, 124.
65. 117-18.
66. 292, 302, 327.
67. Terceiro Diálogo.
68. *Rousseau juge*, 319 f.
69. Josephson, 508.
70. *Reveries of a Solitary*, Ninth Promenade.
71. Josephson, 518.

## CAPÍTULO XXXV

1. Parton, *Life of Voltaire*, II, 491.
2. *Ibid.*, 496.
3. Pomeau, *La Religion de Voltaire*, 427.
4. Chaponnière, *Voltaire chez les calvinistes*, 262.
5. Faguet, *Literary History of France*, 508.
6. Lanson, Gustave, *Voltaire*, 158.
7. Torrey, N. L., *The Spirit of Voltaire*, 150.
8. Brandes, *Voltaire*, II, 317.
9. Wagnière in Parton, II, 564.
10. *Ibid.*
11. Nota Walpole, *Letters*, VII, 35.
12. Brandes, *Voltaire*, II, 322; Parton, II, 367.
13. Desnoiresterres, *Voltaire et la société française*, VIII, 199-200; Campan, I, 323; Martin, H., *Histoire de France*, XVI, 393.
14. Parton, *Life of Voltaire*, II, 568.
15. Brandes, II, 324.
16. Pomeau, 263.
17. Noyes, *Voltaire*, 583.
18. Pomeau, 307.
19. Desnoiresterres, VIII, 230.
20. Lanson, *Voltaire*, 200.
21. Desnoiresterres, VIII, 232-33.
22. *Ibid.*, 235.
23. 236.
24. 245.
25. Wiener, Leo, *Anthology of Russian Literature*, I, 357.
26. Noyes, 600.
27. Brandes, *Voltaire*, II, 336.

72. Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, II, 213-15, 301-2.
73. *Ibid.*, 246.
74. Josephson, 502; Faguet, *Vie de Rousseau*, 399.
75. Josephson, 527.
76. Babbitt, Irving, *Spanish Character and Other Essays*, 225.
77. Cassirer, *The Question of Rousseau*, 39.
78. Lemaître, *Rousseau*, 247.
79. Lanson, *Histoire de la littérature française*, 798.
80. Goethe, *Truth and Fiction*, II, 236.
81. Schiller, "Rousseau," in *Poems*, 25. In *Works*.
82. In Maritain, *Three Reformers*, 225.
83. *Collection complète des oeuvres*, I, 186.
84. Cassirer, *Question of Rousseau*, 39.
85. Pomeau, 340.
86. Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, III, 239-44.
87. *Ibid.*, 74.
88. In Morley, *Rousseau and His Era*, II, 273.
89. Masson, *La Religion*, III, 227.
90. Burke, "Letter to a Member of the National Assembly," in *Reflections on the French Revolution*, 262.
91. Taine, *Ancient Regime*, 317.
92. Lemaître, 361.
93. Lanson, *Histoire de la littérature française*, 798.
94. Grocker, *The Embattled Philosopher*, 310.
95. Ségur, *Julie de Lespinasse*, 402.
96. Carta de 27 de fevereiro de 1777, in Hazard, *European Thought*, 323.
97. Ford, Miriam de, *Love Children*, 212.
98. Havens, *Age of Ideas*, 351.
99. Crocker, *Embattled Philosopher*, 400.
100. Rousseau *juge de Jean-Jacques*, "Avertissement", v-vi.
101. Croker, *Embattled Philosopher*, 433.
102. Sainte-Beuve, *Portraits of the 18th Century*, II, 213.
103. Schapiro, J. S., *Condorcet*, 69.
104. Russell, Bertrand, *History of Western Philosophy*, 722.
105. Schapiro, *Condorcet*, 91.
106. Martin, H., *France*, XVI, 525.
107. Schapiro, 96-97.
108. So reads the ms. in the Bibliothèque de l'Institut.
109. Veja *A Era de Voltaire*, 775.
110. Condorcet, *Sketch for a Historical Picture of the Progress of the Mind*, p.v.
111. *Ibid.*, 105.
112. 10.
113. 179.
114. Aulard, A., *The French Revolution*, I, 123.
115. Schapiro, 80, 88.
116. Condorcet, 193.
117. *Ibid.*, x-xi, 175.
118. 4.
119. 188.
120. 169.
121. 202.
122. Schapiro, 107.
123. Tocqueville, 8.
124. Taine, *Ancient Regime*, 317.
125. Aulard, I, 83.
126. Robertson, J. M., *Short History of Free-thought*, II, 284.
127. Aulard, I, 83.
128. Robertson, J. M., *Short History*, 288.
129. Tocqueville, 165.
130. In Sec, Henri, *Economic and Social Conditions in France during the 18th Century*, 107.
131. Padover, *Louis XVI*, 6, 7, 11.
132. Tocqueville, 156.
133. Masson, P. M., *La Religion de Rousseau*, III, 237.

## CAPÍTULO XXXVI

1. Sée, *Economic and Social Conditions*, 61; Jaurès, *Histoire socialiste*, I, 60; Taine (*The French Revolution*, I, 168) avalia-ram o valor das propriedades da Igreja em quatro bilhões de libras.
2. Herbert, Sydney, *The Fall of Feudalism in France*, 40.
3. Mornet, Daniel, *Les Origines intellectuelles de la Révolution française*, 278.
4. *Ibid.*, 274; Sée, 66.
5. *Ibid.*; Taine, *French Revolution*, I, 162-63.
6. Sée, 66.
7. Taine, *French Revolution*, I, 167.
8. Burke, Edmund, *Reflections on the French Revolution*, 142.
9. Sanger, W., *History of Prostitution*, 131.
10. Sée, 23; Mornet, 276.
11. Vigée-Lebrun, *Memoirs*, 14.
12. Lacroix, Paul, *The Eighteenth Century in France*, 346.

13. Taine, *Ancient Regime*, 291.
14. Mornet, 335.
15. Lacroix, 265.
16. Mornet, 331.
17. Faÿ, *Louis XVI*, 280.
18. Martin, H., *Histoire de France*, XVI, 512.
19. Faÿ, 280.
20. Lecky, *England in the 18th Century V*, 308.
21. Martin, H., *France*, XVI, 353.
22. Mornet, 212.
23. Funck-Brentano, *L'Ancien Régime*, 554.
24. Martin, H., *France*, XVI, 585.
25. Tocqueville, 9.
26. Herbert, S., *Fall of Feudalism*, 84.
27. Ver A Era de Voltaire, 776-80.
28. In Crocker, *Age of Crisis*, 392.
29. In Becker, *Heavenly City*, 80.
30. Carlyle, *Essay on Diderot*.
31. Restif de La Bretonne, *La Vie de mon père*, 90 f.
32. Taine, *Ancient Regime*, 380.
33. Laclos, Choderlos de, *Les Liaisons dangereuses*, Letter LXVI.
34. Veja Platão, *A República*, 338-44.
35. De Sade, Conde, *Juliette*, in Crocker, *Age of Crisis*, 15.
36. Guérard, Albert, *Life and Death of an Ideal*, 294.
37. Mme. d'Oberkirch in Taine, *Ancient Regime*, 163.
38. Köhler, Carl, *History of Costume*, 366.
39. Boehn, *Modes and Manners*, IV, 215.
40. In Loomis, *Du Barry*, 169.
41. *Decline and Fall of the Roman Empire*, perto do final do Cap. XIX.
42. Gibbon, *Correspondence*, II, 46, in *Memoirs*, 222n.
43. Ver A Era de Voltaire 301-2.
44. Walpole, 2 de dezembro de 1765.
45. Koven, Anna de, *Horace Walpole and Mme. du Deffand*, 102, 116.
46. *Ibid.*, 127.
47. Watson, Paul, *Some Women of France*, 90.
48. *Ibid.*
49. 89; Koven, 157.
50. *Ibid.*, 195.
51. Crocker, *Embattled Philosopher*, 354.
52. Gambier-Parry, Madame Necker, 78.
53. *Ibid.*, 215.
54. Créqui, Marquesa de, *Souvenirs*, 192-94.
55. Gambier-Parry, 250.
56. Anderson, E., *Letters of Mozart*, II, 787.
57. Einstein, *Mozart*, 356.
58. Lespinasse, *Letters*, 138.
59. Rolland, Romain, *Essays in Music*, 147.
60. *Grove's Dictionary of Music*, II, 456.
61. Young, Arthur, *Travels in France*, 67.
62. Louvre.
63. No Instituto, Paris.
64. Dilke, Lady Emilia, *French Architects and Sculptors*, 130. Está agora na Escola de Belas-Artes de Paris.
65. *Time* revista, 31 de janeiro de 1764, p. 44.
66. *Ibid.*
67. Todos no Louvre.
68. Ambos no Louvre.
69. Vigée-Lebrun, 42.
70. Louvre.
71. Coleção particular.
72. Taine, *French Revolution*, I, 141; Mornet, *Origines intellectuelles*, 419; La Fontainerie, *French Liberalism*, 23.
73. Mornet, 443.
74. Lecky, V, 394.
75. Mornet, 426.
76. *Enc. Brit.*, XVI, 349d.
77. Lecky, V, 425.
78. Ducros, *French Society*, 314.
79. *Ibid.*
80. Faguet, *Literary History*, 539.
81. Chamfort, Sébastien, *Maximes*, 25.
82. *Ibid.*, 27.
83. 6.
84. 71.
85. 67.
86. 69.
87. 62.
88. 87.
89. 89.
90. 26.
91. 539.
92. *Ibid.*, prefácio, p. 50.
93. In Masson, *La Religion de Rousseau*, III, 137-38.
94. Bernardin de Saint-Pierre, *Paul et Virginie*, 15, 34, 58.
95. In Bury, J. B., *The Idea of Progress*, 200; grifos nossos.
96. Restif de La Bretonne, *La Vie de mon père*, 75.
97. Palache, *Four Novelists of the Old Regime*, 172.

98. *Ibid.*, 191.
99. Restif, *La Vie de mon père*, 14.
100. Chadourne, *Restif de La Bretonne*, 185.
101. *Ibid.*, 354.
102. Palache, 246.
103. Chadourne, 223.
104. *Ibid.*, 219.
105. Restif, *Les Nuits de Paris*, Nos. 109-114.
106. *Ibid.*, No. 112.
107. No. 103.
108. Young, Arthur, 143.
109. Beaumarchais, carta de 16 de junho de 1755, in Loménie, *Beaumarchais and His Times*, 55.
110. *Ibid.*, 78.
111. 94.
112. Voltaire, carta de 3 de janeiro de 1774.
113. Loménie, *Beaumarchais*, 263, 269f.
114. Havens, *Age of Ideas*, 368.
115. Beaumarchais, *The Barber of Seville*, Ato I, in Matthews, *Chief European Dramatists*, 332.
116. *Ibid.*
117. Blom, Eric, *Mozart*, 119n.
118. Loménie, *Beaumarchais*, 250.
119. *Ibid.*, 252.
120. *Le Mariage de Figaro*, orientações para os atores, in Beaumarchais, *Oeuvres*, 184.
121. *Ibid.*, Ato II, C.ii
122. V, vii.
123. V, xii.
124. II, xxi.
125. V, iii.
126. Prefácio, *Oeuvres*, 172.
127. Loménie, *Beaumarchais*, 351.
128. *Ibid.*, 383-84.
129. Havens, 382.
130. Loménie, 348.
11. Michelet, *Histoire de France*, V, 548.
12. Martin, H., *France*, XVI, 512n.
13. Tocqueville, 193; Taine, *Ancient Regime*, 300 f.; Taine, *French Revolution*, I, 157.
14. Goodwin, *The European Nobility*, 41.
15. Argenson, Marquês de, *Pensées sur la réformation de l'état*, in Sée, *Economic Conditions*, 109.
16. Young, 24.
17. Herbert, *Fall of Feudalism*, 58; Sée, 5; Gershoy, *From Despotism to Revolution*, 310.
18. Chamfort, *Maximes*, 90.
19. Young, 125, 61.
20. Lefebvre, 116; veja também Taine, *Ancient Regime*, 335-36.
21. Lefebvre, 118.
22. *Ibid.*
23. Jaurès, I, 76.
24. *New CMH*, VII, 237.
25. Mousnier and Labrousse, *Le Dix-huitième Siècle*, 137.
26. Stryienski, *Eighteenth Century*, 271.
27. Lefebvre, 87.
28. Lacroix *Eighteenth Century in France*, 340.
29. French, Sidney, *Torch and Crucible: The Life and Death of Antoine Lavoisier*, 87.
30. Young, 103.
31. Lefebvre, 97.
32. *Ibid.*, 21.
33. Sée, 183; Renard and Weulersee, *Life and Work in Modern Europe*, 198.
34. Mousnier and Labrousse, 186.
35. Taine, *Ancient Regime*, 387.
36. *Ibid.*, 388.
37. Jaurès, *Histoire socialiste*, I, 109.
38. *Ibid.*, 110.
39. *Ibid.*
40. Taine, *Ancient Regime*, 334.
41. *Ibid.*, 361.
42. Lecky, V, 394; Gershoy, 308.
43. Jaurès, I 69.
44. *Ibid.*, 68.
45. Sée, 148.
46. Cobban, *History of Modern France*, I, 123.
47. Jaurès, I, 62; Sée, 197-98.
48. Taine, *Ancient Regime*, 351-52.
49. Lefebvre, 14.
50. Jaurès, I, 62.
51. *Ibid.*, 98.

## CAPÍTULO XXXVII

1. Sée, *Economic and Social Conditions*, 8.
2. Labrousse, C. E., in Cobban, *Historians and ... the French Revolution*, 35.
3. Young, Arthur, *Travels in France*, 70.
4. *Ibid.*, 19.
5. Herbert, *Fall of Feudalism*, 5-10.
6. *Ibid.*, 12, 15.
7. Lefebvre, Georges, *Coming of the French Revolution*, 121.
8. Sée, *Economic Conditions*, 54.
9. Jaurès, *Histoire socialiste*, I, 36.
10. Mornet, *Origines intellectuelles de la Révolution*, 143.

52. Beard, Miriam, *History of the Business Man*, 404.
53. Taine, 320.
54. Beard, Miriam, 352.
55. Lecky, V, 484.
56. Veja adiante, Cap. iii, Seq. v.
57. Lichtenberger, André, *Le Socialisme et la Révolution française*, 35; Martin Kingsley, *Rise of French Liberal Thought*, 252.
58. Lichtenberger, 447.
59. *Ibid.*, 446-50.
60. *Enc. Brit.*, II, 238b.
61. Lichtenberger, 442 f.
62. Mornet, 360.
63. *Ibid.*, 364; Lefebvre, 43.
64. Cumming, Ian, *Helvétius*, 126-28.
65. *Ibid.*, 119.
66. Fülöp-Miller, R., *Power and Secret of the Jesuits*, 436.
67. Faÿ, *La Franc-Maçonnerie*, 242.
68. Georgel, *Memoirs*, II, 310, in Buckle, Ib, 665.
69. Mornet, 450.
25. Martin, H., *France*, XVI, 597.
26. Lefebvre, 29; Cobban, *History of Modern France*, I, 128.
27. Martin, H., XVI, 608.
28. Stewart, J. H., *Documentary Survey of the French Revolution*, 27-29; Martin, H., XVI, 612.
29. Michelet, *The French Revolution*, 118.
30. Michelet, *Histoire de France*, V, 545.
31. Faÿ, *Louis XVI*, 308; Taine, *French Revolution*, I, 2.
32. Aulard, I, 129; Michelet, *French Revolution*, 73.
33. Lichtenberger, 20; Martin, H., XVI, 630n.
34. Tocqueville, 121.
35. Herbert, *Fall of Feudalism*, 76, 87.
36. *Ibid.*, 76.
37. *CMH*, VIII, 128.
38. Barthou, Louis, *Mirabeau*, 11.
39. *Ibid.*, 62.
40. 68.
41. Michelet, *Histoire de France*, V, 515.
42. Crocker, *Embattled Philosopher*, 436.
43. Barthou, 91.
44. *Ibid.*, 97.
45. 118.
46. 138.
47. 162.
48. 163; Martin, H., *France*, XVI, 624.
49. Jaurès, I, 77.
50. Michelet, *Histoire de France*, V, 554.
51. Herbert, *Fall of Feudalism*, 95.
52. Taine, *French Revolution*, I, 17.
53. Taine, *Ancient Regime*, 378.
54. Martin, H., *France*, XVI, 625.
55. Lefebvre, 94.
56. *Enc. Brit.*, XVI, 909d.
57. Faÿ, *Louis XVI*, 312.
58. *Ibid.*, 305.
59. *Enc. Brit.*, XII, 491b.
60. Taine, *French Revolution*, I, 28.
61. *Enc. Brit.*, XII, 491b.
62. Taine, I, 28.
63. *CMH*, VIII, 133; Cobban, *History of Modern France*, I, 140.
64. Barthou, 171.
65. Young, Arthur, 153.
66. Lefebvre, 72.
67. Young, 176.
68. Lefebvre, 76.
69. Young, 176.
70. Lefebvre, 77.

## CAPÍTULO XXXVIII

1. Young, Arthur, *Travels in France*, 15.
2. Ségur, *Marie Antoinette*, 121; Castelot, 184.
3. Faÿ, *Louis XVI*, 293.
4. Gooch, *Maria Theresa*, 168.
5. Vigée-Lebrun, *Memoirs*, 57.
6. Mossiker, *Queen's Necklace*, 36.
7. *Ibid.*, 37, 200. 203.
8. 105.
9. *Vie de Jeanne de Valois*, por ela mesma, in Mossiker, 63.
10. *Enc. Brit.*, VII, 321a.
11. Mossiker, 183-84.
12. *Ibid.*, 226.
13. 273.
14. 269.
15. Faÿ, *Louis XVI*, 275.
16. Mossiker, ix.
17. Martin, H., *France*, XVI, 539.
18. Taine, *Ancient Regime*, 92.
19. Martin, H., XVI, 573.
20. Paine, Thomas, *The Rights of Man*, 80.
21. Stryiński, *Eighteenth Century*, 286.
22. Young, Arthur, 92.
23. *Ibid.*, 97.
24. Guérard, A., *Life and Death of an Ideal*, 308.

71. Young, 177.
72. Michelet, *French Revolution*, 137; Lefebvre, 80-81.
73. Discurso de 8 de julho de 1789, in Bar-  
thou, 186.
74. Mme. Campan, *Memoirs*, I, 358.
75. Mme. de Staël, *Considérations sur la Ré-  
volution française*, in Ducros, *French So-  
ciety*, 316.
76. Kropotkin, Peter, *The Great French Re-  
volution*, 61-63.
77. Michelet, *French Revolution*, 133.
78. *Ibid.*, 141.
79. Lefebvre, 86.
80. Taine, *French Revolution*, I, 42.
81. Michelet, *French Revolution*, 150.
82. Lefebvre, 101.



## Sobre os Autores

WILL DURANT nasceu em North Adams, Estado de Massachusetts, em 1885. Coursou escolas paroquiais católicas em sua cidade natal, em Kearny, Estado de Nova Jersey, e posteriormente a faculdade jesuíta St. Peter's College, de Jersey City, Nova Jersey, bem como a Universidade Colúmbia, em Nova York. Trabalhou um verão como repórter no *Journal*, de Nova York, em 1907, mas, por temperamento, não conseguiu adaptar-se ao trabalho e passou a lecionar (1907-11) Latim, Francês, Inglês e Geometria no Seton Hall College, em South Orange, Nova Jersey. Entrou no seminário no Seton Hall em 1909, saindo dois anos depois por motivos que ele descreveu no seu livro *Transição*. Passou da tranqüila vida de seminarista para os círculos mais radicais de Nova York e tornou-se (1911-13) professor da Ferrer Modern School, onde se fazia uma experiência em educação livre. Em 1912 viajou pela Europa a convite e por conta de Alden Freeman, de quem se tornara amigo, e começou a alargar seus horizontes de cultura.

Voltando a Ferrer School, apaixonou-se por uma de suas alunas, demitiu-se do cargo e tomou-a como esposa (1913). Durante quatro anos fez estudos de pós-graduação na Universidade Colúmbia, especializando-se em Biologia e Filosofia. Recebeu o seu Ph.D. em 1917 e lecionou Filosofia um ano em Colúmbia. Em 1914, numa igreja presbiteriana de Nova York, Durant começou a pronunciar palestras bissemanais sobre História, Literatura e Filosofia, que se estenderam por 13 anos e lhe proporcionaram a base inicial para seus trabalhos posteriores.

O inesperado sucesso de *A História da Filosofia* (1926) permitiu-lhe aposentar-se do magistério. Daí em diante, com exceção da publicação de ocasionais ensaios, o casal Durant empregou a maior parte de seu tempo de trabalho (oito a quatorze horas diárias) ao livro *A História da Civilização*. Para se prepararem melhor para a obra, Will Durant e a mulher viajaram pela Europa em 1927, deram a volta ao mundo em 1930, para estudar o Egito, o Oriente Próximo, Índia, China e Japão, e novamente circularam a Terra em 1932, para visitar o Japão, a Manchúria, Sibéria, Rússia européia e Polónia. Essas viagens deram o *background* para o livro *Nossa Herança Oriental* (1935), como primeiro volume de *A História da Civilização*. Várias outras visitas à Europa serviram de preparo para o Volume II, *Nossa Herança Clássica* (1939), e Volume III, *César e Cristo* (1944). Em 1948, seis meses passados na Turquia, Iraque, Irã, Egito e continente europeu forneceram a perspectiva necessária para o Volume IV, *A Idade da Fé* (1950). Em 1951, o casal Durant voltou à Itália para acrescentar um mundo de conhecimentos adquiridos laboriosamente para o preparo e publicação (1953) do Volume V, *A Renascença*; e em 1954, estudos posteriores na Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra abriram novas vistas para o Volume VI, *A Reforma* (1957).

A participação da Sra. Durant no preparo desses volumes tornara-se, a cada ano, tão substancial que no caso do Volume VII, *Começa a Idade da Razão*, por justiça, seu nome juntou-se, na página-título, ao do marido como co-autora. O nome Ariel, de sua mulher, foi pela primeira vez usado por Will Durant no seu romance *Transição* (1927) e no seu livro *Mansões da Filosofia* (1929), republicado como *Os Prazeres da Filosofia*.


Com a publicação do Volume XI, *A Era de Napoleão*, os Durant concluíram uma obra que abrangeu mais de quatro décadas de trabalho.






Este livro foi impresso nas oficinas gráficas da  
Editora Vozes Ltda.,  
Rua Frei Luís, 100 — Petrópolis, RJ,  
com filmes e papel fornecidos pelo editor.

mos Frederico, o Grande, reconstruindo a Prússia, enquanto a Alemanha, ainda um conjunto de Estados distintos, passa por uma memorável revolução intelectual — na ciência e filosofia com Emmanuel Kant, na literatura com as multiformes figuras de Goethe e Schiller.

 Sentimos de novo a antiga luta dos judeus por existência e oportunidade; examinamos as adversidades de repúblicas tais como a Suíça e os Países Baixos, de monarquias como a Dinamarca e a Suécia; estudamos a brilhante carreira de Gustavo III e o esplendor do Iluminismo sueco.

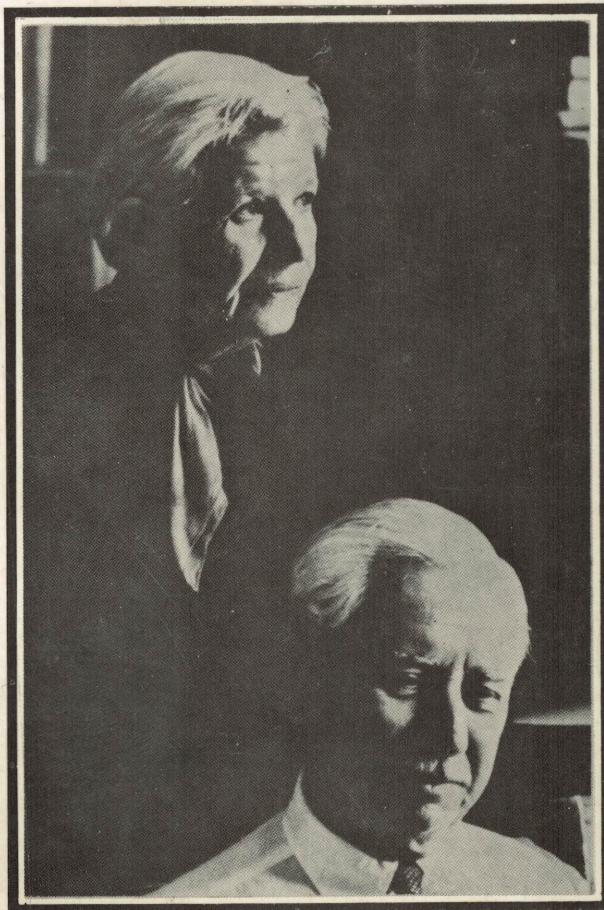
 Atravessando o mar do Norte para a Inglaterra, observamos, sob a deliciosa superfície da vida aristocrática captada nas apaixonadas telas de Reynolds e Gainsborough, sob a bonomia intelectual da amada Londres de David Garrick e Samuel Johnson, uma tempestade nascente: o Rei em desavença com o Parlamento, o Parlamento com o povo, a Grã-Bretanha com suas colônias... e a primeira onda de distúrbio da Revolução Industrial que está para tragar e transformar o mundo.

 O círculo é fechado na França de Maria Antonieta — com a morte do octogenário Voltaire, sua lucidez inalterada; com a morte de Rousseau; com as complexas raízes da Revolução enroscando-se fundo em cada estrato da sociedade; e por fim com a comoção da Bastilha. Uma velha civilização morre na turbulência do nascimento da nova quando a grande crônica dos quatro mil anos que moldaram nosso mundo é brilhantemente concluída.



# A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de  
**WILL e  
ARIEL  
DURANT**



- I. *Nossa Herança Oriental*
- II. *Nossa Herança Clássica*
- III. *César e Cristo*
- IV. *A Idade da Fé*
- V. *A Renascença*

- VI. *A Reforma*
- VII. *Começa a Idade da Razão*
- VIII. *A Era de Luís XIV*
- IX. *A Era de Voltaire*
- X. *Rousseau e a Revolução*
- XI. *A Era de Napoleão*

ISBN 85-1-288308-1

X

A HISTÓRIA  
DA CIVILIZAÇÃO

ROUSSEAU  
E A REVOLUÇÃO

WILL e ARIEL  
DURANT



28830/8